00100.234444/2025-85

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXX SUP. B AO Nº 42, QUINTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente
Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente
Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária
Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)
Presidente
Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente
Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)
2º Vice-Presidente
Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário
Deputado Lula da Fonte (PP-PE)
2º Secretário
Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária
Deputado Sergio Souza (MDB-PR)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)
2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)
3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)
4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025

Ata da 13ª Reunião, realizada em 2 de Outubro de 2025 4

Ata da 14ª Reunião, realizada em 6 de Outubro de 2025 319

Ata da 15ª Reunião, realizada em 9 de Outubro de 2025 530

Ata da 16ª Reunião, realizada em 13 de Outubro de 2025 788

Ata da 17ª Reunião, realizada em 16 de Outubro de 2025 1073

Ata da 18ª Reunião, realizada em 20 de Outubro de 2025 1443

Ata da 19ª Reunião, realizada em 23 de Outubro de 2025 1739

Ata da 20ª Reunião, realizada em 27 de Outubro de 2025 2067

Ata da 21ª Reunião, realizada em 28 de Outubro de 2025 2265

Ata da 22ª Reunião, realizada em 3 de Novembro de 2025 2485

1.2 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1303, DE 2025

Ata da 1ª Reunião, realizada em 15 de Julho de 2025 2710

Ata da 2ª Reunião, realizada em 12 de Agosto de 2025 2719

Ata da 3ª Reunião, realizada em 20 de Agosto de 2025 2780

Ata da 4ª Reunião, realizada em 27 de Agosto de 2025 2827

Ata da 5ª Reunião, realizada em 3 de Setembro de 2025 2869

Ata da 6ª Reunião, realizada em 24 de Setembro e 7 de Outubro de 2025 2870

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Alfredo Gaspar, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Jussara Lima, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Eliziane Gama, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Leila Barros, Rogerio Marinho, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Carlos Jordy, Adriana Ventura, Átila Lira, Orlando Silva, Alencar Santana, Beto Pereira, Evair Vieira de Melo, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Kim Kataguiri, Delegado Fabio Costa, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Dorinaldo Malafaia, Pompeo de Mattos, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares Cleber Verde e José Lacerda, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Ana Paula Lobato, Duarte Jr., Ricardo Ayres e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e reaberta às onze horas e seis minutos. A reunião é suspensa às doze horas e quarenta e seis minutos e reaberta às quatorze horas. A reunião é suspensa às quinze horas e vinte e três minutos e reaberta às quinze horas e trinta e seis minutos. A reunião é suspensa às dezessete horas e trinta e quatro minutos e reaberta às dezessete horas e quarenta e quatro minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 74 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Thaisa Daiane Silva, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 489 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Thaisa Daiane Silva, Secretária-Geral da CONTAG." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1748 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Thaisa Daiane Silva, Secretária Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 462 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, empresária." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 537 de 2025** que: "Requer a convocação da senhora Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, empresária." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 762**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2025 que: "Requer a convocação da Sra. Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, empresária." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 1135 de 2025** que: "Requer a convocação da senhora Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, empresária." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1323 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, empresária." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1644 de 2025** que: "Requer a convocação da senhora Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, proprietária da empresa Xavier Fonseca Consultoria." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 70 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Edjane Rodrigues Silva, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 465 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Edjane Rodrigues Silva, Secretária de Formação e Organização Sindical da CONTAG." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1757 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Edjane Rodrigues Silva, secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 467 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, diretor substituto de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN/INSS." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 816 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, ex-Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento do INSS." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1661 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, servidor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 37 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Thaisa Hoffmann Jonasson." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 471 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, sócia das empresas Curitiba Consultoria em Serviços Médicos S. A., THJ Consultoria Ltda e Centro Médico Vita." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 478 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Thaisa Hoffman Jonasson, sócia da THJ Consultoria Ltda." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 497 de 2025** que: "Requer o envio de convite à sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, empresária, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 791 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, sócia da THJ Consultoria Ltda." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 948 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Thaissa Hoffmann Jonasson, apontada pela Advocacia Geral (AGU) como sócia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

das empresas THJ Consultoria LTDA, Centro Médico Vita Care e Curitiba Consultoria em Serviços Médicos S.A." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1058 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, médica." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1150 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, sócia da THJ Consultoria Ltda." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Tonia Galleti, ex-integrante do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 379 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti, diretora jurídica do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi)." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 450 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Tonia Galleti, ex-integrante do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 576 de 2025** que: "Requer o envio de convite à Sra. Tonia Galleti, conselheira do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1352 de 2025** que: "Requer a convocação da senhora Tônia Galleti, coordenadora do departamento jurídico do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi)." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1218 de 2025** que: "Requer que seja convocada a Sra. Francisca da Silva Souza, apontada como sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 1223 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Francisca da Silva de Souza, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional – AAPEN (ex-Associação Brasileira dos Servidores Públicos – ABSP)." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 1433 de 2025** que: "Requer a convocação de Francisca da Silva de Souza, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 1830 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 1847 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor EDSON CLARO MEDEIROS JUNIOR, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 2019 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Luciano Vinicius Fracaro, empresário." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 2035 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Luciano Fracaro, empresário." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 67 de 2025** que: "Requer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do sr. Alexsandro Prado Santos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 1507 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Alexsandro Prado Santos, empresário." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 69 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Sandro Temer de Oliveira." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 1508 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Sandro Temer de Oliveira, empresário." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 36 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do INSS." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 342 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 369 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex Procurador-Geral do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 430 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral do INSS." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 437 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, procurador-geral da PFE/INSS." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 463 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral da Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social - PFE–INSS." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 549 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 804 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 894 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 1091 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE-INSS)." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 1124 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 1316 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do INSS." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1755 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 43 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 424 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, Coordenador de Pagamentos e Benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 438 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Jucimar Fonseca da Silva, Coordenador Geral de Pagamentos de Benefícios do INSS." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 449 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de Pagamentos e Benefícios do INSS." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 468 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios (CGPAG) do INSS." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 540 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 775 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de Pagamento de Benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 818 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 896 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 1123 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 1146 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de Pagamentos e Benefícios do INSS." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 539 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jobson de Paiva Silveira Sales, ex-diretor de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 793 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jobson de Paiva Silveira Sales, ex-diretor de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 1129 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jobson de Paiva Silveira Sales, ex-diretor de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 1159 de 2025**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Requer a convocação do Sr. Jobson de Paiva Silveira Sales, ex-diretor de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 1745 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. José Jobson de Paiva Sales, servidor de carreira do INSS." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 415 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Ingrid Pikinskeni Morais Santos." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 1496 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Ingrid Pikinskeni Morais Santos." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 1874 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Federal, João Batista Gomes Moreira, o envio de informações sobre o processo gerado a partir do do Inquérito PC/DF 0700502-88.2021.8.07.0001, enviado pela 8ª Vara Criminal de Brasília a este Tribunal em 25/06/2021, com código de rastreabilidade 80720211158932, sobre fraudes no INSS." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 1896 de 2025** que: "Requer, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o envio de informações sobre o Processo nº 1047828-57.2021.4.01.3400, em trâmite na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 2023 de 2025** que: "Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV), o envio de planilha contendo os dados dos responsáveis técnicos indicados por todas as entidades, no período de 2015 a 2025, visando à realização de tratativas junto à Dataprev de maneira a operacionalizar os descontos, além do envio de informações atualizadas a respeito das operações e dos descontos relativos às entidades." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 2034 de 2025** que: "Requer ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República o envio de informações sobre todo o processo SEI, todos os pareceres das Pastas Ministeriais e demais órgãos governamentais que se manifestaram sobre o Veto nº 22/2019, no âmbito da Medida Provisória nº 871/2019, que gerou a Lei nº 13.846 de 2019." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 2036 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Banco Central o envio de informações sobre reuniões realizadas com SUDACRED, SUDASEG e SUDAMÉRICA, no Banco Central, sobre descontos de benefícios de aposentados desde 2015." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 2037 de 2025** que: "Requer ao Presidente do INSS, Gilberto Waller, o envio de informações relacionadas aos processos integrais de celebração de ACTs entre entidades e o INSS, cujo escopo envolva a realização de descontos associativos que já foram encerrados, anulados, rescindidos e arquivados no período de 2015 a 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 690 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Prevent Brasil Corretora de Seguros LTDA, entre o período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 722 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Drpl Comercialização e Locação de Veículos S.A, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 725 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Medicinale Comercio Varejista e Atacadista Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 744 de 2025** que: "Requer a transferência do sigilo bancário da empresa RPLD Construtora e Incorporadora S/A, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal referente aos anos-calendários 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 1206 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Empreendimentos e Participações Ltda. referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 1220 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa THJ Consultoria Ltda, entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 1230 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Empreendimentos e Participações Ltda., entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 1242 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telefônico de Thaisa Hoffmann Jonasson, empresária, referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 1312 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do INSS, entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 1317 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático de Thaisa Hoffmann Jonasson, entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 1871 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Senhor Nelson Willians Fratoni Rodrigues, entre 1º de janeiro de 2015 e 15 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 1875 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, Ricardo Andrade Saaf, o envio de informações sobre a Operação da Polícia Federal "Sem Desconto" com o envio do relatório completo de análise financeira da referida operação." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 1937 de 2025** que: "Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, referentes ao período de 1° de janeiro de 2015 a 30 de maio de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1952 de 2025 que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal e, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, empresário, entre 23 de setembro de 2020 a 23 de setembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 1972 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Senhora Edvanda da Silva Lisboa, abrangendo o período de 24 de setembro de 2020 a 24 de setembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 2022 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP), abrangendo o período de 24 de abril de 2020 a 24 de abril de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 1617 de 2025** que: "Requer o levantamento do sigilo do depoimento prestado pelo Delegado da Polícia Federal Bruno Oliveira Pereira Bergamaschi." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 2032 de 2025** que: "Pedido de realização de oitiva do senhor Mauricio Camisotti." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 2038 de 2025** que: "Requer aduzir novas argumentações ao REQ 1486/2025-CPMI-INSS." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 2040 de 2025** que: "Requer a deliberação sobre a decretação da prisão preventiva, ou, subsidiariamente, sobre a imposição de outras medidas cautelares, em desfavor de Carlos Roberto Ferreira Lopes." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado como pedido de prisão preventiva a ser enviado ao Ministro André Mendonça do STF. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 2041 de 2025** que: "Requer que seja oficiado o Exmo. Ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, para que seja autorizada a oitiva do Sr. Maurício Camisotti no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito ou nas dependências do Departamento de Polícia Federal." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. Foi realizado acordo para aprovação das transferências de sigilo nos termos da Decisão da Comissão. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva. Oitiva do Vinicius Marques de Carvalho, Ministro de Estado da Controladoria Geral da União, em atendimento aos requerimentos 28/2025, 1028/2025 e 1695/2025. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/02

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data de 2 de outubro do corrente ano.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Primeiro, minha saudação a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas presentes. Obrigado.

Antes de iniciarmos aqui a leitura da parte deliberativa, quero fazer um rápido esclarecimento sobre as decisões que têm sido tomadas em relação às decretações de prisão na CPMI.

Eu tenho aqui me manifestado à contrariedade dos *habeas corpus*, especialmente a liberação das pessoas diante da possibilidade das decisões que temos da Procuradoria da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

República. E aqui quero deixar claro que a assinatura e a decisão não vêm do Procurador-Geral, Rodrigo Janot, porque muita gente me perguntou se...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Paulo Gonet.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Paulo Gonet, desculpe, eu estou com a cabeça... O Sr. Paulo Gonet.

A decisão não vêm diretamente do Sr. Paulo Gonet; vem por meio do Ministério Público, de um Procurador da República. Ele fez uma solicitação aqui de esclarecimento, e eu faço aqui, a bem da boa informação.

Nós vamos continuar trabalhando da mesma maneira, todos serão respeitados aqui, os direitos todos mantidos, mas a pessoa que mentir aqui vai receber voz de prisão – nós estamos bem firmes nesse assunto.

Portanto, só deixo claro que a nossa relação de informações nas prisões e nos inquéritos tem sido feita pelo Ministério Público. Então, é para que se deixe claro.

Outro ponto que eu quero deixar aqui e também pedir ajuda, inclusive à Oposição e ao Governo: nós temos uma lista de pessoas convocadas, e a Secretaria tem tido dificuldade no contato com essas pessoas e com os advogados. Então, para a próxima semana, nós já estamos fazendo novamente a relação de pessoas e nós estamos dando, inclusive, a possibilidade de que elas venham na data em que elas estiverem disponíveis, desde que elas aceitem vir e prestar esclarecimentos a esta CPMI. Caso nós não tenhamos respostas positivas ou datas confirmadas por aqueles que já foram convocados por esta CPMI, esta Presidência irá à Justiça e pedirá a condução coercitiva dessas pessoas.

Eu vou pedir ajuda, então, de todos que têm relacionamento com os advogados, aqueles que conhecem, para que eles se antecipem... E sei que os advogados estão nos acompanhando inclusive. As defesas têm feito um acompanhamento de todos os trabalhos.

Eu quero fazer aqui um apelo, para que todos os convocados venham. Nós vamos respeitar os direitos de cada um. Eles, falando a verdade – volto a dizer –, ninguém receberá voz de prisão aqui indevida, mas, se nós não obtivermos respostas positivas de quem quer que seja dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocados, eu vou solicitar à Justiça a condução coercitiva e nós vamos mandar a polícia à porta dessas pessoas.

Eu gostaria muito de evitar isso, essa decisão. Mas, se for necessário, esta Presidência terá firmeza em conduzir dessa forma.

A presente reunião está dividida em duas partes: deliberativa e oitiva.

Esclareço...

Deixe; mais para a frente eu coloco isso aqui.

Vamos lá.

Por acordos e também durante a reunião que fizemos aqui, vou esclarecer aos Srs. Parlamentares item por item.

O item 1, item 2 e item 3 estão retirados de pauta: a convocação da Sra. Thaisa Daiane Silva, requerimentos do Senador Izalci Lucas, Marcel van Hattem e Evair de Melo.

Para a votação:

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 462/2025

Requer a convocação da sra. Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, empresária.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 537/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação da senhora Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, empresária.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 762/2025

Requer a convocação da Sra. Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, empresária.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 1135/2025

Requer a convocação da senhora Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, empresária.

Autoria: Deputado Orlando Silva

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 1323/2025

Requer a convocação da Sra. Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, empresária.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 1644/2025

Requer a convocação da senhora Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, proprietária da empresa Xavier Fonseca Consultoria.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Retirados de pauta os Requerimentos 10, 11 e 12, referentes à convocação da Sra. Edijane Rodrigues Silva, do Senador Izalci Lucas, Deputados Marcel van Hattem e Evair de Melo.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 70/2025

Requer a convocação da sra. Edjane Rodrigues Silva, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 465/2025

Requer a convocação da sra. Edjane Rodrigues Silva, Secretária de Formação e Organização Sindical da CONTAG.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 1757/2025

Requer a convocação da sra. Edjane Rodrigues Silva, secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo)

Será colocado em votação:

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 467/2025

Requer a convocação do sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, diretor substituto de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN/INSS.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 816/2025

Requer a convocação do Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, ex-Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento do INSS.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1661/2025

Requer a convocação do Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, servidor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 37/2025

Requer a convocação da Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 471/2025

Requer a convocação da Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, sócia das empresas Curitiba Consultoria em Serviços Médicos S. A., THJ Consultoria Ltda e Centro Médico Vita.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 478/2025

Requer a convocação da Sra. Thaisa Hoffman Jonasson, sócia da THJ Consultoria Ltda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 497/2025

Requer o envio de convite à Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, empresária, para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 20

REQUERIMENTO Nº 791/2025

Requer a convocação da Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, sócia da THJ Consultoria Ltda.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 948/2025

Requer a convocação da Sra. Thaissa Hoffmann Jonasson, apontada pela Advocacia Geral (AGU) como sócia das empresas THJ Consultoria LTDA, Centro Médico Vita Care e Curitiba Consultoria em Serviços Médicos S.A.

Autoria: Deputado Sidney Leite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 1058/2025

Requer a convocação da Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, médica.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 23

REQUERIMENTO Nº 1150/2025

Requer a convocação da Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, sócia da THJ Consultoria Ltda.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 60/2025

Requer a convocação da Sra. Tonia Galleti, ex-integrante do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Autoria: Senador Izalci Lucas

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, manteve. Estão mantidos.

Item 24...

Item 25.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 379/2025

Requer a convocação da Sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti, diretora jurídica do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi).

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 26

REQUERIMENTO Nº 450/2025

Requer a convocação da Sra. Tonia Galleti, ex-integrante do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS.

Autoria: Deputado Beto Pereira

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº 576/2025

Requer o envio de convite à Sra. Tonia Galleti, conselheira do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 28

REQUERIMENTO Nº 1352/2025

Requer a convocação da Sra. Tônia Galleti, coordenadora do departamento jurídico do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi).

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 1218/2025

Requer que seja convocada a Sra. Francisca da Silva Souza, apontada como sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Deputado Orlando Silva

1ª PARTE

ITEM 30

REQUERIMENTO Nº 1223/2025

Requer a convocação da Sra. Francisca da Silva de Souza, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional – AAPEN (ex-Associação Brasileira dos Servidores Públicos – ABSP).

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 31

REQUERIMENTO Nº 1433/2025

Requer a convocação de Francisca da Silva de Souza, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN).

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

Em destaque, por não haver acordo: Requerimentos 32 e 33, referentes à convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior, do Deputado Rogério Correia e do Deputado Alfredo Gaspar.

1ª PARTE

ITEM 32

REQUERIMENTO Nº 1830/2025

Requer a convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 33

REQUERIMENTO Nº 1847/2025

Requer a convocação do Sr. EDSON CLARO MEDEIROS JUNIOR, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 34

REQUERIMENTO Nº 2019/2025

Requer a convocação do Sr. Luciano Vinicius Fracaro, empresário.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 35

REQUERIMENTO Nº 2035/2025

Requer a convocação do Sr. Luciano Fracaro, empresário.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 36

REQUERIMENTO Nº 67/2025

Requer a convocação do Sr. Alexsandro Prado Santos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 37

REQUERIMENTO Nº 1507/2025

Requer a convocação do Sr. Alexsandro Prado Santos, empresário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 69/2025

Requer a convocação do Sr. Sandro Temer de Oliveira.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 39

REQUERIMENTO Nº 1508/2025

Requer a convocação do Sr. Sandro Temer de Oliveira, empresário.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 40

REQUERIMENTO Nº 36/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do INSS.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 41

REQUERIMENTO Nº 342/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

Autoria: Deputado Beto Pereira

1ª PARTE

ITEM 42

REQUERIMENTO Nº 369/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex Procurador-Geral do INSS.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 43

REQUERIMENTO Nº 430/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral do INSS.

Autoria: Senador Carlos Viana

1ª PARTE

ITEM 44

REQUERIMENTO Nº 437/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, procurador-geral da PFE/INSS.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 45

REQUERIMENTO Nº 463/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral da Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social - PFE–INSS.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 46

REQUERIMENTO Nº 549/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 47

REQUERIMENTO Nº 804/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 48

REQUERIMENTO Nº 894/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do INSS.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

1ª PARTE

ITEM 49

REQUERIMENTO Nº 1091/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE-INSS).

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Item 50...

Senhores, por favor, silêncio.

1ª PARTE

ITEM 50

REQUERIMENTO Nº 1124/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Orlando Silva

1ª PARTE

ITEM 51

REQUERIMENTO Nº 1316/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do INSS.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 52

REQUERIMENTO Nº 1755/2025

Requer a convocação do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE

ITEM 53

REQUERIMENTO Nº 43/2025

Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 54

REQUERIMENTO Nº 424/2025

Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, Coordenador de Pagamentos e Benefícios do

INSS.

Autoria: Senador Carlos Viana

De autoria desta Presidência.

1ª PARTE

ITEM 55

REQUERIMENTO Nº 438/2025

Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, Coordenador Geral de Pagamentos de Benefícios do INSS.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 56

REQUERIMENTO Nº 449/2025

Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de Pagamentos e Benefícios do INSS.

Autoria: Deputado Beto Pereira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 57

REQUERIMENTO Nº 468/2025

Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios (CGPAG) do INSS.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 58

REQUERIMENTO Nº 540/2025

Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 59

REQUERIMENTO Nº 775/2025

Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de Pagamento de Benefícios do INSS.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 60

REQUERIMENTO Nº 818/2025

Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios do INSS.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 61

REQUERIMENTO Nº 896/2025

Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

1ª PARTE

ITEM 62

REQUERIMENTO Nº 1123/2025

Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 63

REQUERIMENTO Nº 1146/2025

Requer a convocação do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de Pagamentos e Benefícios do INSS.

Autoria: Deputado Orlando Silva

1ª PARTE

ITEM 64

REQUERIMENTO Nº 539/2025

Requer a convocação do Sr. Jobson de Paiva Silveira Sales, ex-diretor de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 65

REQUERIMENTO Nº 793/2025

Requer a convocação do Sr. Jobson de Paiva Silveira Sales, ex-diretor de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 66

REQUERIMENTO Nº 1129/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Sr. Jobson de Paiva Silveira Sales, ex-diretor de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 67

REQUERIMENTO Nº 1159/2025

Requer a convocação do Sr. Jobson de Paiva Silveira Sales, ex-diretor de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Deputado Orlando Silva

1ª PARTE

ITEM 68

REQUERIMENTO Nº 1745/2025

Requer a convocação do Sr. José Jobson de Paiva Sales, servidor de carreira do INSS.

Autoria: Deputado Kim Kataguiri

1ª PARTE

ITEM 69

REQUERIMENTO Nº 415/2025

Requer a convocação da Sra. Ingrid Pikinskeni Morais Santos.

Autoria: Senador Eduardo Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 70

REQUERIMENTO Nº 1496/2025

Requer a convocação da Sra. Ingrid Pikinskeni Morais Santos.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 71

REQUERIMENTO Nº 1874/2025

Requer ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Federal, João Batista Gomes Moreira, o envio de informações sobre o processo gerado a partir do Inquérito PC/DF 0700502-88.2021.8.07.0001, enviado pela 8ª Vara Criminal de Brasília a este Tribunal em 25/06/2021, com código de rastreabilidade 80720211158932, sobre fraudes no INSS.

Autoria: Senadora Leila Barros

1ª PARTE

ITEM 72

REQUERIMENTO Nº 1896/2025

Requer, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o envio de informações sobre o Processo nº 1047828-57.2021.4.01.3400, em trâmite na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Autoria: Senadora Leila Barros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 73

REQUERIMENTO Nº 2023/2025

Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV), o envio de planilha contendo os dados dos responsáveis técnicos indicados por todas as entidades, no período de 2015 a 2025, visando à realização de tratativas junto à Dataprev de maneira a operacionalizar os descontos, além do envio de informações atualizadas a respeito das operações e dos descontos relativos às entidades.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 74

REQUERIMENTO Nº 2034/2025

Requer ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República o envio de informações sobre todo o processo SEI, todos os pareceres das Pastas Ministeriais e demais órgãos governamentais que se manifestaram sobre o Veto nº 22/2019, no âmbito da Medida Provisória nº 871/2019, que gerou a Lei nº 13.846 de 2019.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 75

REQUERIMENTO Nº 2036/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer ao Presidente do Banco Central o envio de informações sobre reuniões realizadas com SUDACRED, SUDASEG e SUDAMÉRICA, no Banco Central, sobre descontos de benefícios de aposentados desde 2015.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 76

REQUERIMENTO Nº 2037/2025

Requer ao Presidente do INSS, Gilberto Waller, o envio de informações relacionadas aos processos integrais de celebração de ACTs entre entidades e o INSS, cujo escopo envolva a realização de descontos associativos que já foram encerrados, anulados, rescindidos e arquivados no período de 2015 a 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 77

REQUERIMENTO Nº 690/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Prevent Brasil Corretora de Seguros LTDA, entre o período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 78

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 722/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Drpl Comercialização e Locação de Veículos S.A, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

Item 79, que irá para destaque.

1ª PARTE

ITEM 79

REQUERIMENTO Nº 725/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Medicinale Comercio Varejista e Atacadista Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

Item 80, que irá para destaque.

1ª PARTE

ITEM 80

REQUERIMENTO Nº 744/2025

Requer a transferência do sigilo bancário da empresa RPLD Construtora e Incorporadora S/A, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal referente aos anos-calendários 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serão colocados em votação os seguintes itens:

1ª PARTE

ITEM 81

REQUERIMENTO Nº 1206/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Empreendimentos e Participações Ltda. referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 82

REQUERIMENTO Nº 1220/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa THJ Consultoria Ltda, entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 83

REQUERIMENTO Nº 1230/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Empreendimentos e Participações Ltda., entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 84

REQUERIMENTO Nº 1242/2025

Requer a quebra do sigilo telefônico de Thaisa Hoffmann Jonasson, empresária, referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 85

REQUERIMENTO Nº 1312/2025

Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do INSS, entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 86

REQUERIMENTO Nº 1317/2025

Requer a quebra do sigilo telemático de Thaisa Hoffmann Jonasson, entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 87

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1871/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Senhor Nelson Willians Fratoni Rodrigues, entre 1º de janeiro de 2015 e 15 de setembro de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 88

REQUERIMENTO Nº 1875/2025

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, Ricardo Andrade Saaf, o envio de informações sobre a Operação da Polícia Federal "Sem Desconto" com o envio do relatório completo de análise financeira da referida operação.

Autoria: Senadora Leila Barros

1ª PARTE

ITEM 89

REQUERIMENTO Nº 1937/2025

Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, referentes ao período de 1° de janeiro de 2015 a 30 de maio de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 90

REQUERIMENTO Nº 1952/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal e, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, empresário, entre 23 de setembro de 2020 a 23 de setembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 91

REQUERIMENTO Nº 1972/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Senhora Edvanda da Silva Lisboa, abrangendo o período de 24 de setembro de 2020 a 24 de setembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 92

REQUERIMENTO Nº 2022/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP), abrangendo o período de 24 de abril de 2020 a 24 de abril de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

O item 93, por acordo, foi retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 93

REQUERIMENTO Nº 1617/2025

Requer o levantamento do sigilo do depoimento prestado pelo Delegado da Polícia Federal Bruno Oliveira Pereira Bergamaschi.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem)

1ª PARTE

ITEM 94

REQUERIMENTO Nº 2032/2025

Pedido de realização de oitiva do senhor Mauricio Camisotti.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 95

REQUERIMENTO Nº 2038/2025

Requer aduzir novas argumentações ao REQ 1486/2025-CPMI-INSS.

Autoria: Senador Sergio Moro

1ª PARTE

ITEM 96

REQUERIMENTO Nº 2040/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a deliberação sobre a decretação da prisão preventiva, ou, subsidiariamente, sobre a imposição de outras medidas cautelares, em desfavor de Carlos Roberto Ferreira Lopes.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 97

REQUERIMENTO Nº 2041/2025

Requer que seja oficiado o Exmo. Ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, para que seja autorizada a oitiva do Sr. Maurício Camisotti no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito ou nas dependências do Departamento de Polícia Federal.

Autoria: Senador Carlos Viana

Em votação os itens...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pela ordem, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O meu é em relação aos requerimentos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só uma dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com relação aos itens 77, 78, 81, 82, 84, 86, 85, ficou claro que se trata de uma padronização temporal para que as quebras de sigilo atendam ao marco temporal que nós estabelecemos para a Comissão, e esse padrão nós pretendemos adotar para todos os requerimentos.

Então, quando um colega fizer um requerimento: "olha, eu quero quebrar o sigilo de 19 a 21", ou outro fizer: "eu quero de 23 a 24", a gente padroniza tudo, de 15 a 25. Com isso, não há necessidade de se fazerem vários requerimentos diferentes em relação a mesma pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com relação às entidades...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... outro elemento a ser considerado é a data em que foi concedido o ACT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

Acordo fechado e será cumprido, Excelência.

Pela ordem, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, o meu pela ordem é no seguinte sentido: eu sou autor de vários requerimentos lidos e pediria a V. Exa., se for possível, a retirada do requerimento de minha autoria que está no item 32, é o Requerimento 1.830, de 2025.

Estou pedindo a retirada porque solicitei a convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... porque havia uma desavença entre ele e o Careca, que aqui depôs.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas eu fui olhar os autos e foi uma briga que tiveram pessoal, familiar, que nada tem a ver com a CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Como nós já temos diversas outras pessoas para serem ouvidas, estou retirando, se V. Exa. conceder, o Requerimento 1.830, de 2025.

Queria apenas fazer uma sugestão a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ontem foi aprovado no Senado, eu vi aqui hoje, o PL 4.089, que é exatamente o projeto de lei que para gente é fundamental e que vai fazer com que permaneçam as entidades não mais como aquelas que possam fazer os descontos dos associados.

É esse projeto de lei que nós votamos na Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e foi votado ontem no Senado, e ele teve alterações. Que depois pudesse, não hoje, mas que V. Exa. pudesse designar algum Senador que pudesse dizer quais alterações foram...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... até para que a gente possa ter na Câmara, também – ele vai voltar para a Câmara –, uma votação mais célere.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu acho que isso já será uma vitória também da CPMI, a gente extinguir definitivamente esses descontos associativos, via entidades e via INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, a sugestão é que isso acontecesse, que V. Exa. pudesse trazer uma informação disso para nós agilizarmos na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, sobre as mudanças.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E, por fim, rapidamente, apenas quero parabenizar também a Câmara, ontem, pela votação unânime, 393 votos a zero, em relação à isenção do Imposto de Renda para o povo brasileiro até R$5 mil...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e, também, até R$ 7.350, a diminuição do Imposto de Renda, uma grande vitória do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro. Muito obrigado.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixe-me responder à questão do Deputado.

Deputado, a retirada do item de pauta só pode ser feita com acordo das Lideranças, porque os demais foram todos feitos em acordo.

Eu pergunto ao Líder do Governo se aceita a retirada do item 33.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Não, eu acho que é importante que a gente possa votar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o 32, desculpe.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É importante que a gente possa votar esse requerimento porque ele claramente é uma prova que nós poderemos buscar, ou é um indício de prova que podemos buscar, de que essas desavenças entre o Careca e um ex-sócio dele podem nos levar a várias evidências sobre esse roubo do INSS.

Eu acho importante e louvo, inclusive, o fato de o Deputado que nos antecedeu ter apresentado o projeto e o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E quero dizer a ele que vou endossar o requerimento dele com muita...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, o requerimento está mantido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, o meu requerimento eu posso retirar, não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O meu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Depois de pautado, não. Depois que a Comissão pauta, só por acordo de Lideranças.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ah, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, a Senadora Eliziane Gama.

Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, nós temos um requerimento em que eu queria pedir a benevolência de V. Exa., que é o requerimento da querida Senadora Dorinha Seabra, que, aliás, está chegando aí, que é a nossa Líder da Bancada Feminina. Ela apresenta um requerimento, inclusive com o apoiamento de vários Parlamentares, que é referente à alteração de datas de realização das oitivas da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Ela sugere que a data de segunda-feira seja mantida para a terça-feira. O requerimento dela, Presidente, é o Requerimento 2.025/2025. Eu pediria a V. Exa. que a gente pudesse incluir esse requerimento também na pauta e dar oportunidade aqui a este Plenário, que eu acho que, de forma muito ampla e conjunta, poderá decidir.

Esses dias... Essa pauta – inclusive, a Senadora Dorinha é uma Senadora bem independente nesta Casa – não é uma pauta, Presidente, de Governo e de oposição, eu acho que é um tema que tem a ver com todos os Parlamentares. Todo mundo tem uma agenda específica.

Só para o senhor ter uma ideia, Presidente, para a gente poder estar aqui, no caso do Maranhão, especificamente, para a gente estar aqui na audiência de segunda-feira com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

relativa tranquilidade, ou você vem no voo da madrugada e passa a madrugada toda sem dormir ou você vem no domingo. E, na audiência de quinta-feira, se você quer participar de toda a oitiva de quinta-feira, você só pode retornar na sexta-feira pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Você fica no estado na tarde de sexta-feira e no dia de sábado, em todos os demais dias tem que ficar em Brasília. Então, como a nossa atividade é uma atividade compartilhada entre estado e Brasília, a gente estar na terça e na quinta-feira...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... dá oportunidade para que a gente possa compartilhar as ações no estado.

Eu estou fazendo um recorte do Maranhão. Acho que aqui, para uma boa parte dos Parlamentares, a situação é bem semelhante em relação a voos do Estado do Maranhão.

Então, eu pediria a V. Exa. que a gente pudesse fazer esse debate em nível de Plenário, colocando no requerimento da Dorinha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senador Randolfe.

Senadora, eu entendo... Nós já discutimos esse assunto aqui algumas vezes. Eu mesmo pego um voo às 5h30 para estar aqui segunda-feira. Então, essa questão...

O importante também, senhores, é o seguinte: pela quantidade de pessoas que estão sendo convocadas a esta Comissão, pela quantidade de documentos que chegam e de requerimentos que toda semana nós estamos recebendo, nosso prazo está muito curto. Eu, inclusive, estou avaliando, sinceramente, nós colocarmos para conversar e nós criarmos um dia a mais na CPMI, possivelmente a quarta-feira, porque, senão, nós não vamos dar conta de fazer aqui... Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante a semana, terça e quarta, nosso horário é de 9h até 2h da tarde ou 4h, dependendo do início da sessão da Casa. Uma vez que a Casa comece a sessão às 16h, nós temos que encerrar a Comissão. Então, nós poderíamos – talvez uma quarta-feira – acrescentar um dia a mais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Eu até acho importante ter a quarta. Minha questão não são os dias, entendeu, Presidente? Não são as quantidades de audiência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas... Outra coisa: a experiência, Senadora, tem mostrado que, pela quantidade de horas que nós estamos ficando aqui para que todos os Parlamentares participem, as segundas e as quintas-feiras são os dias mais acertados, porque assim nós temos a tranquilidade de que todos possam participar. Nós já fizemos sessões aqui de quase 13 horas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se nós levarmos isso para a terça-feira, nós vamos ter que, muitas vezes, parar o depoimento em meio, inclusive, a uma lista de oradores, e eu tenho certeza de que aqueles que não foram contemplados com a fala vão, naturalmente, entender que o assunto não é interessante.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência à nossa reunião?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente, pela ordem, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Só uma informação...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Vou recorrer então, vou recorrer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Vou recorrer do requerimento da Dorinha então ao Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode. Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para questão de ordem.) – E a outra questão, Presidente, é que o art. 42 – aí é uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... V. Exa... Eu solicitei a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – V. Exa. disse que, por ele estar pautado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... não pode ser retirado. Mas o art. 42 do Regimento Comum – é a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, claro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... diz o seguinte: a retirada de qualquer proposição só poderá ser requerida por seu autor e dependerá do despacho da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Depende do despacho. Não é que ele não pode ser retirado. Então, eu pediria a V. Exa. Se V. Exa. quiser não retirar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas o pedido meu é que fosse retirado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pode ser retirado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Para responder questão de ordem.) – Mas o despacho desta Presidência: com base nos arts. 256, §2º, inciso II, que também faz parte do mesmo que V. Exa. citou, esta Presidência não retira o requerimento. Será mantido para votação em destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, é uma rápida questão de forma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, querido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O item 96 da Ordem do Dia, que é o Requerimento 2.040, requer decreto de prisão preventiva do Sr. Carlos Lopes, da Conafer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Nada contra o mérito, mas, só por uma questão de forma, como não é a CPI que pede, que executa a prisão preventiva, isso é atribuição reservada ao Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... só uma rápida correção, pedindo esta retificação, para que conste: requer ao Relator, Ministro André Mendonça, a decretação de prisão temporária do Sr. Carlos Lopes. É só uma questão de forma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Eu esclareço que o item 96, do Relator – acolho a fala de V. Exa. –, compreende um pedido de prisão preventiva realizado ao Ministro André Mendonça em relação a Carlos Roberto Ferreira Lopes.

Não haverá decretação de prisão preventiva por parte desta Comissão, porque nós não temos essa atribuição. Será um requerimento ao Ministro, como fizemos nos demais aprovados.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, ainda na fala aqui do senhor e da nossa Senadora do Maranhão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... acho muito pertinente ter mais um dia. Logicamente que nenhum de nós gostaríamos, mas a rua está nos cobrando o seguinte: "Vocês vão realmente realizar um trabalho positivo até o final dessa CPI?".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – As pessoas já estão nos cobrando! E pela quantidade de pessoas que nós já temos para ouvir e outras que virão, não haverá tempo, até março, com dois dias apenas. Portanto, eu concordo com o senhor.

E, Senadora Eliziane, é porque a senhora não voa para Rondônia, se a senhora voasse para Rondônia, a senhora iria ver a maior dificuldade para chegar ou sair daqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado.

Com a palavra o Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Presidente, é uma questão e uma solicitação. A questão é saber por que foram retirados, por que não vão ser votados os requerimentos relativos à Contag. Eu queria entender qual é o acordo que foi feito, o que foi desenhado, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, eu não estou conseguindo escutar o que o Deputado está falando. Por favor, por gentileza.

Pois não, Deputado.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Eu queria entender, Presidente, qual foi o acordo feito para que a gente não votasse, para que fossem retirados de pauta os requerimentos relativos à Contag.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Essa é a primeira questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... que eu queria colocar é um pedido para V. Exa. que, se possível, se nós pudéssemos votar o Requerimento 1.892, de 2025...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... na segunda-feira, é um requerimento relativo ao Sr. Silvio Emílio, conhecido no Maranhão como Silvio Preto, que teria...

Eu sei que alguns membros desta Comissão, inclusive eu, recebemos indícios de que ele teria recebido R$100 mil do Careca do INSS, a título de ter vendido, supostamente, um *jet ski* para o Senador Weverton Rocha. Eu acho que seria salutar para esta CPMI esclarecer esse ponto e acho que seria muito ruim, como já aconteceu em reuniões anteriores, se o Governo pedisse destaque toda vez que nós vamos tentar convocar alguma pessoa ligada a um Parlamentar. Eu acho que não é porque tem um mandato eletivo que a gente deva proteger ou blindar de qualquer maneira, no âmbito desta CPMI.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Kim, respondendo aos questionamentos.

Primeiro, na questão da Contag, foi colocado que nós vamos ouvir primeiro o Presidente e analisarmos a quebra de sigilo. Se nessa quebra de sigilo ficar apontado que qualquer outra pessoa do sindicato recebeu, ou teve favorecimento, ou assinou, essa pessoa será convocada.

A mesma decisão vale para dezenas de requerimentos que eu tenho de pessoas que foram citadas por reportagens ou não, mas que não estão ainda no escopo da nossa investigação. E há um compromisso desta CPMI de que nós vamos trazer aqui todos os envolvidos e vamos, à medida que a investigação for avançando, votando os requerimentos. Mas nós não podemos correr o risco de trazer para cá uma pessoa citada em determinado fato – vamos dizer – via imprensa, e essa pessoa não estar dentro da nossa investigação. Esse é um ponto que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos levar... E eu vou levar em consideração. Tenho dezenas de pedidos. Não é por ser Parlamentar ou o que for, mas é porque nós precisamos de provas.

Agora nós temos os sigilos bancários. Se no sigilo bancário tem lá, por exemplo, o depósito como foi feito, nós vamos avançando na investigação.

Por que o Relator e eu decidimos encaminhar ao Ministro André Mendonça o pedido de prisão preventiva do Sr. Carlos Roberto Lopes? Porque a quebra de sigilo mostrou que, só na empresa dele, ele movimentou 110 milhões. Então, não tem o que fazer.

Mas a gente precisa tomar muito cuidado com essa questão da exposição na CPMI sem um fato confirmado na nossa investigação.

Então, à medida que nós fomos avançando, nós iremos trazendo essas decisões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, o Deputado Pompeo de Mattos pediu a palavra pela ordem.

Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem.) – Presidente, na verdade eu estou chegando à CPMI, em nome do PDT, substituindo aqui o Deputado Mário Heringer, muito honradamente, e eu estou observando aqui o item 97, que requer que seja oficiado ao Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça, para que seja autorizada a oitiva do Sr. Maurício Camisotti, que, aliás, está preso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Eu sou advogado, Presidente, e fica a preocupação... Eu acho que, nestes casos, quando alguém está preso, basta a Advocacia do Senado, no caso a Advocacia, a representação jurídica da CPMI, independentemente de requerimento, acionar, fazer, demandar, porque eu não tenho dúvida, absolutamente não tenho dúvida de que o Supremo vai autorizar, até porque não tem como o Supremo criar um obstáculo contra a CPMI, na medida em que o próprio Supremo determinou, enfim, consolidou a prisão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguém porque tem o problema, e esse problema está sendo discutido aqui. Então, o Supremo não tem como dificultar; ao contrário, ele deve...

(*Soa a campainha.*)

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – ... facilitar para que a CPMI possa ter a testemunha, enfim, o indiciado, o investigado na frente aqui para prestar o seu depoimento, os seus esclarecimentos. Essa é a preocupação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

Eu concordo e entendo que V. Exa. tem razão, e nós esperamos essa colaboração, mas, por se tratar de um preso que está à disposição da Justiça e os inquéritos do Supremo, nós entendemos, por bem, naturalmente, solicitar ao Ministro a concordância, para que a gente possa caminhar *pari passu*, juntamente.

É o que eu tenho falado desde o começo: nós não estamos aqui para disputar espaço com ninguém. Essa é uma investigação independente do Parlamento. Mas nós temos que buscar o apoio e, naturalmente, a concordância do Supremo Tribunal Federal.

Deputado Cleber Verde, não é isso?

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Na verdade, eu peço a palavra para me apresentar a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – ... e cumprimentar o nobre Presidente pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Eu estou aqui tendo a honra de substituir o Deputado Rafael, indicado pelo MDB. Então, eu cumprimento V. Exa., cumprimento os nobres pares aqui pelo trabalho realizado até aqui. Eu tenho acompanhado aqui o trabalho da CPMI. Quero cumprimentar o colega Alfredo, nosso Relator, e o Deputado Duarte, Vice-Presidente.

Quero dizer, Presidente, que eu estou aqui no meu quinto mandato e coordenei junto com o Paulo Paim e alguns companheiros, inclusive o Pompeo de Mattos, e trabalhamos permanentemente em defesa dos aposentados e pensionistas do nosso país. Então, acompanhar a CPMI e estar fazendo parte desse momento aqui, onde a gente tem instituições... É óbvio que tem que separar o joio do trigo, não ir de caça às bruxas, mas identificar os culpados e fazer com que eles paguem eventualmente pelas irregularidades praticadas é muito importante.

Então, eu cumprimento V. Exa. e me apresento aqui como membro da Comissão para ajudar nesse contexto dessa investigação, apoiando aqui as iniciativas, os requerimentos de convocação, para que nós possamos esclarecer – é importante jogar luz nesse problema. E eu quero aqui, nesse sentido, me colocar como membro, apoiando as iniciativas da Comissão para buscar apurar as irregularidades e apontar os culpados e, a partir daí, encontrarmos iniciativas que protejam, de fato, os nossos aposentados e pensionistas do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Deputado.

Pela ordem, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Presidente, ainda em relação ao pedido da Senadora Eliziane Gama, eu gostaria só de destacar que o Regimento Interno do Senado Federal prevê que, uma vez iniciada a Ordem do Dia no Plenário, não podem ocorrer deliberações em Comissões. É o art. 83 do Risf: as Comissões poderão funcionar, sim, concomitantemente com o Plenário, salvo quando houver votação nominal ou verificação de votação, casos em que não poderão funcionar.

Então, se não estivermos deliberando no horário do plenário, o.k., nós podemos continuar as oitivas e ainda com presença já dada, podemos votar via aplicativo. Então, é importante que continuemos essas oitivas e às terças e quartas, não importa, mas segundas e quintas, nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

horário, está realmente muito difícil para que possamos atender os nossos estados, as nossas bases.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Muito obrigado. Mas, Excelência, com relação a esse assunto, nós já conversamos aqui na Secretaria sobre as possibilidades de determinação de encerramento da CPMI. E existem precedentes dos dois lados. Nós já tivemos momentos em que uma CPMI, mesmo não tendo deliberações, teve de encerrar por determinação do Presidente da Casa e outros momentos que não.

Então, para evitar o desgaste de, por exemplo, eu ter que encerrar uma sessão sem que todos os Deputados tenham sido ouvidos ou que tenham falado, eu prefiro manter as nossas questões nas segundas e quintas. E, com sinceridade, estou muito tendente a colocarmos, a partir da semana que vem, na quarta-feira também, entre as 9h e pelo menos 2h da tarde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O precedente não vale mais do que o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque há uma dúvida sobre o Regimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Até o Presidente Davi, é muito claro o Regimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não há... O próprio Presidente Davi, já trocamos uma ideia com ele sobre isso, ele não vai ser contra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O precedente não vale mais do que uma interpretação literal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou conversar com o Presidente Davi também, pessoalmente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Acompanho, mas agradeço. Só um minutinho.

Só um minutinho, Deputado Alencar. O Senador Eduardo Girão pediu a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Isso. Muito obrigado, Presidente Carlos Viana.

Quero cumprimentar todos os colegas aqui.

Mas, Presidente, eu tenho que cumprimentá-lo pela sua decisão firme de manter o requerimento na pauta. A gente não está brincando de fazer CPI aqui. Existe uma expectativa enorme de milhões de brasileiros que estão nos acompanhando querendo a verdade. Então, inclusive, o nosso Relator, Deputado Alfredo Gaspar, tem um requerimento semelhante, mais detalhado ainda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... do que o requerimento do colega, Senador... Deputado Rogério Correia. Eu fico aqui vendo como essa história do Careca do INSS está cabeluda. Por que a gente está querendo blindar aqui? Por que tem alguém querendo blindar novas investigações aqui, novas oitivas? Esse Sr. Edson Claro Medeiros Júnior até ameaça de morte... O negócio é tão pesado que até ameaça de morte teve. Então, aí tem coisa.

Eu espero que o PT, a base do Governo Lula, não faça de novo o que fez na semana passada quando negou convocações, negou quebra de sigilo. Está muito claro aqui que a explosão desse roubo do INSS, de órfãos, de viúvas, de velhinhos, aconteceu e explodiu no Governo Lula. Então, está muito claro quem está defendendo o que aqui.

Eu espero que não tenhamos destaque hoje de novo para blindar, investigar...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... blindar pessoas aqui que a gente precisa trazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

Deputada Adriana Ventura com a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, é muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu só queria pedir uma consideração de V. Exa., que eu sei que é muito trabalho nas duas Casas Legislativas, só que quarta de manhã especificamente na Câmara é muito pesado, porque todas as Comissões são concentradas lá. Então, eu só queria ver se a gente podia considerar fazer na quarta, das 1h às 5h, das 1h às 6h, porque para a Câmara é muito complicado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Podemos. O problema na quarta-feira, desculpe, na quarta à tarde é porque nós temos a sessão do Senado. Aí, pois é, então não vai ter jeito. Já vi que vamos analisar melhor.

Senhores.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, peço para analisar melhor, porque, quarta-feira de manhã, por exemplo, eu presido a Comissão de...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós vamos repensar essa ideia.

Senhores, não, eu vou...

Não, o Deputado Alencar, me perdoe. Ele pediu.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Uma dúvida, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Líder Pimenta.

Só um instantinho, Alencar, e lhe passo a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Eu fui informado aqui... O senhor tinha informado esses dias...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a data do depoimento do ex-Ministro Onyx Lorenzoni. O senhor tinha informado esses dias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Qual é a data que ele virá?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós estamos para marcar novamente, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas não tinha já informado uma data?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tinha, mas é porque nós já temos outros nomes que eu considero mais importantes no depoimento, para a gente poder... Se não conseguir, a data está marcada para o dia 6, tá? Está resolvido.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está marcado para o dia 6?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dia 6, está marcado para o dia 6, mas, se nós conseguirmos trazer nomes que estão diretamente envolvidos na investigação, nós vamos trazendo esses primeiro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas ele não está diretamente envolvido na investigação?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está, Excelência, mas ele está como convidado. Nós temos outros que são convocados. Esses eu entendo como prioridade da CPMI.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Porque nós já tínhamos anunciado a data...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, será mantido se nós não tivermos alguma convocação...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Estava marcado para setembro, estava marcado para setembro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, está marcado para o dia 6 agora.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Já tinha oferecido duas datas em setembro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Estava marcado para o dia 6, mas eu entendo e decido com o Relator o seguinte, só para lhe colocar com clareza...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... se nós tivermos algum convocado diretamente investigado que se predispõe a vir na data, nós vamos colocar, até para a gente evitar novos *habeas corpus* e a gente ficar aqui com as mãos amarradas. Então, quanto antes a gente ouvir o núcleo principal melhor. Os demais...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O próximo ministro ou representante de órgão público que virá é ele, hein?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É ele. Isso eu me comprometo com V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O próximo que virá será o ex-Ministro Onyx Lorenzoni.

Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... esse debate sobre quem vai vir dar o depoimento tem sido repetido em diversas reuniões nossas aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... e a gente acaba perdendo um tempo desnecessário nesse debate, salvo se a gente seguir aquilo que nós combinamos quando aprovamos o plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sim, mas nós não estamos cumprindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estamos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, não estamos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estamos cumprindo, *pari passu*, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Deixa eu só fazer minha... Nós combinamos que viriam todos os ex-ministros, presidentes do INSS...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... diretores de benefícios, presidentes de entidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Esse foi um acordo que nós fizemos quando todos aprovaram o plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A gente tem alterado os convites ou as convocações que aqui estejam. E, no caso do plano de trabalho, a convocação ou não de um ministro ou do presidente do INSS não é porque ele é mais ou menos importante do que outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocado; é que nós fizemos o acordo que eles não seriam convocados e seriam convidados, entendendo que eles viriam também de livre vontade, numa boa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu peço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... que a gente siga o plano de trabalho para evitar esse debate entre nós. Logicamente que, ao longo das audiências, dos depoimentos que nós vamos tomando, podem surgir informações que justifiquem não só novos requerimentos de aprovações de convocações, mas eventualmente alguém vir rapidamente a esta Comissão.

Agora, a gente ficar alternando e não seguir uma ordem atrapalha o nosso processo de investigação e vai atrapalhar e muito o resultado final, comprometendo aqui o nosso trabalho perante todo mundo que está acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Alencar Santana.

Eu vou encerrar agora as falas, para as votações.

Mas eu vou reesclarecer mais uma vez aos Srs. Parlamentares. Primeiro ponto, com relação aos debates sobre requerimentos: nós não votaremos nenhum requerimento de pessoas que não estejam diretamente ligadas às investigações. Isso tem sido colocado tanto pelo Governo quanto... A oposição até nem tem feito, mas o Governo tem feito, tem sido reconhecido, tem sido respeitado. Segundo ponto: a ordem das oitivas vai de acordo com a importância, sim, da investigação, em que pese a questão dos *habeas corpus*.

Então, se nós temos pessoas que, na quebra de sigilo que nós já recebemos, está ali um movimento na conta daquela pessoa, de determinado valor, essa pessoa tem prioridade de depoimento. Porque as autoridades públicas que estão convidadas, os atos delas são publicados. Esses aí não vão ter como fugir. Mas esses que nós estamos buscando antecipar têm possibilidade de evasão da questão da divisa, do desaparecimento do patrimônio roubado, da fuga... A CPMI tem que buscar essas pessoas em primeiro lugar, para que a gente possa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há a questão dos *habeas corpus*, em que os senhores têm visto o meu posicionamento aqui. Todas as vezes que a gente anuncia que vai convocar alguém, entra-se com *habeas corpus* e, surpreendentemente – eu espero que não aconteça mais –, vem um *habeas corpus* dizendo que a pessoa não é obrigada a comparecer. Nisso a gente tem que começar a trabalhar...

Então, a nossa... a minha visão é de que nós traremos todos aqui, na medida em que nós vamos dando ao Relator as informações e os dados importantes.

Vamos lá. Senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Para segunda-feira, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... em votação...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... está confirmado? Segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não? Senhor?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Segunda-feira está confirmado...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós estamos convocando vários presidentes de sindicatos. E eu coloquei aqui, nós já estamos em contato e avisando sobre a data. Se...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Segunda?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Segunda-feira.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E quinta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, segunda e quinta também. Nós estamos convidando.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Para a próxima segunda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, segunda e quinta, mas para segunda está previsto o Ministro. Mas se nós conseguirmos trazer os envolvidos, a gente vai mudar, eu vou trazer em outra data. Agora...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, eu digo, para segunda-feira está confirmado o Cavalcanti, o...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está confirmado o Cavalcanti, desculpe-me.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Confirmado, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está confirmado o Cavalcanti.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É porque eu sou o autor, precisava entender.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, nós já temos uma lista que eu passei de prioridades para a Secretaria, dentro das investigações.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas segunda é dia 6!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, não, é o Fernando Cavalcanti que virá.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas o senhor acabou de dizer que é o Onyx no dia 6.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu disse, mas vou dizer ao senhor que ele virá numa data mais oportuna – ou na quinta-feira, ou na segunda-feira –, se nós não conseguirmos trazer as prioridades, Excelência. Ele virá.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas, Presidente, acabaram de... Estão falando em blindagem aí, mas o senhor acabou de dizer que era no dia 6, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu vou repetir, com todo o respeito que tenho a V. Exa. Aqui ninguém vai ser blindado. Acontece que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas o que... Esse que vai vir é mais importante que o Onyx, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu posso me manifestar?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode, mas é que... Eu sou estou achando esquisito, porque o senhor acabou de dizer que o cara ia vir no dia 6.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor, eu tenho muitas coisas na minha cabeça em relação a datas. Para isso, eu preciso ir pautando aqui, um por um, até para eu responder rapidamente.

Vamos lá. O Sr. Cavalcanti viria hoje. Nós combinamos de ele vir segunda-feira, isso foi acertado na semana passada e divulgado amplamente para todos. Nós estamos com várias prioridades de pessoas que estão na nossa quebra de sigilo. Se essas pessoas confirmarem a vinda, elas virão primeiro, porque elas são mais importantes para o Relator. E esta Presidência vai pautar aqueles que vierem, mas nenhum dos nossos convidados ex-Ministros deixarão de vir.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas, V. Exa. me permita, eu só quero entender o critério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu já expliquei várias vezes, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Esse que vai vir segunda é mais importante que o Onyx?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o Fernando Cavalcanti.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É mais importante que o Onyx?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É mais importante, é mais importante.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para a investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É mais importante. Porque eles estão nas nossas quebras de sigilo.

Só um minutinho, Senador Moro. Só quero deixar isso aqui bem claro, porque a decisão sobre a vinda à CPMI é da Presidência e do Relator, o.k.? Só que eu não quero exercer essa forma de falar, eu quero fazer isso aberta e transparentemente com todos.

Qual é a nossa prioridade? Hoje, por exemplo, se nós tivéssemos conseguido trazer um dos envolvidos, o Sr. Ministro da CGU não teria vindo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por que é que não veio o Onyx hoje?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não veio hoje porque nós estávamos na expectativa de que outros viessem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, por que é que o Onyx...? Porque o Onyx está no rol de investigação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu já fiz um compromisso com V. Exa. de que a próxima autoridade a ser ouvida será o Ministro Onyx.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está o.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu só não quero que surja essa questão de se falar de blindagem, que é um compromisso nosso em expor aqui quem quer que seja dentro da investigação. Então, disso eu não vou abrir mão.

Por favor, deixa eu ir para a votação aqui, senão a gente não vai sair daqui hoje.

Senhores...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... em votação... Não, por gentileza, Marcel, deixa eu votar os requerimentos aqui.

Senhores, em votação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é importante sobre os requerimentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, pela ordem, Excelência, pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pela ordem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, eu vou votar o...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O geral já não foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou votar agora. Eu vou votar agora, com exceção dos...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É que eu queria saber da ordem, se vinham os destaques, se ia votar o geral...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, nós vamos votar primeiro...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... quais destaques, até para a gente preparar a defesa aqui, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou votar primeiro os em que há consenso e os gerais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estão destacados os itens 32, 33, 79 e 80.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k.? Posso dar sequência? Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por favor, Presidente. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, em votação os requerimentos previstos em pauta, com exceção dos destaques 32, 33, 79, 80 e os itens retirados de pauta.

Os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos.

Vamos aos destaques.

Itens 32 e 33, juntos.

Só um instante. Vou achar aqui.

Itens, Senhores, itens... Primeiro destaque a ser votado, itens 32 e 33, requer a convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior, requerimentos do Deputado Rogério Correia e do Deputado Alfredo Gaspar.

1ª PARTE

ITEM 32

REQUERIMENTO Nº 1830/2025

Requer a convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 33

REQUERIMENTO Nº 1847/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Junior, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

Determina à Secretaria que abra o painel para votação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não tem defesa antes, Presidente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, não, desculpe.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Defesa, defesa, defesa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, me perdoem, têm razão, temos a defesa. Só um instante.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou deixar fazer a defesa antes. Para defender o requerimento pela oposição, Deputado Marcel van Hattem. Cinco minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só esperar ter um pouco de silêncio, Presidente, para eu poder fazer a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, Senhores, silêncio. Silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para encaminhar.) – Bom, Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, nós temos dois requerimentos aqui apresentados, de teor muito semelhante e com o mesmo objeto, que é a convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior.

O primeiro requerimento de autoria do Deputado Rogério Correia, que falou agora há pouco, inclusive pediu para retirar, mas V. Exa., Presidente, disse que não o retiraria em função da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prerrogativa regimental que possui. E também um requerimento de autoria do Deputado Alfredo Gaspar, nobre Relator desta Comissão.

Eu queria fazer a defesa dos requerimentos, em primeiríssimo lugar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque o Sr. Edson Claro Medeiros Júnior talvez seja uma das testemunhas mais importantes de toda esta CPMI.

Eu quero chamar a atenção aqui dos senhores e das senhoras que tanto o Governo, com o requerimento, como o Sr. Relator, aqui defendido pela oposição... Mas tenho certeza de que quem quer investigar defende a posição do Relator também, seja de Governo ou de oposição.

Em ambos os requerimentos, há a defesa da convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior, em razão de um depoimento seu à Polícia Federal, dizendo que houve uma ameaça da parte do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, contra si. Uma ameaça contra o Sr. Edson Claro Medeiros Júnior foi levada à Polícia Federal e, em desencontro àquilo que foi dito há pouco aqui nesta Comissão, não havia qualquer tipo de desavença pessoal no teor desta ameaça, segundo o relato feito pela testemunha que nós queremos convocar à Polícia Federal.

Diz aqui o Requerimento 1.830 – inclusive, repito, de autoria de um Deputado do Governo Lula –: segundo o depoimento de Edson Claro Medeiros Júnior, Antônio Camilo, o Careca, teria iniciado a dilapidação de seu patrimônio, ou seja, começou a vender carros de luxo abaixo do preço de mercado às pressas, entre outras coisas que ele vendeu, que ele havia antes comprado, fruto do dinheiro roubado que utilizou para essas aquisições, com o objetivo de se capitalizar, afirmando o Careca a este Sr. Edson Claro Medeiros Júnior, que precisava, abrem-se aspas, Sr. Presidente, "levantar dinheiro, fechar as torneiras, dispensar os empregados e que iria para os Estados Unidos". Não é à toa, Sr. Presidente, que hoje o Careca se encontra preso. E um dos motivos para que ele esteja preso é justamente o risco de fuga, e tal risco de fuga foi claramente mencionado pelo Sr. Edson Claro Medeiros Júnior.

Também o nobre Relator, Deputado Alfredo Gaspar, faz requerimento, reitero, e no seu requerimento diz o Relator: "O testemunho do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior à autoridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

policial trouxe à luz um possível plano de sucessão nas atividades ilícitas, no qual Antônio Antunes, o Careca, deixaria seu filho, Romeu Carvalho Antunes, encarregado da administração de um *call center* destinado à realização de empréstimos consignados fraudulentos contra segurados do INSS; ou seja, iria além do roubo – se é que já não tinha ido – dos aposentados na questão dos descontos associativos, para avançar sobre os segurados do INSS nos empréstimos consignados.

O depoente, Edson, é claro que nós queremos que venha aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quem quer investigar quer que venha aqui. O depoente afirmou ainda ter recebido ameaças de morte por parte de seu ex-empregador, o que evidencia a gravidade dos fatos por ele conhecidos.

Portanto, Sr. Presidente, eu não vejo um único motivo para que alguém nesta Comissão possa se posicionar contrário à convocação do Sr. Edson Claro Medeiros Júnior. Repito: creio eu que essa é a testemunha, até o momento, mais importante que nós queiramos convocar.

Portanto, peço o voto unânime desta Comissão. Eu fico, inclusive, muito – surpreso não diria, porque nós estamos vendo já a hipocrisia do Governo de dizer que quer investigar, mas, na prática, não o faz –, eu fico estarrecido com o fato de que estamos destacando esse tema para votar em separado, porque ele deve ser – repito, e espero a compreensão e a revisão do entendimento dos demais – aprovado unanimemente por esta Comissão, se nós quisermos realmente investigar e trazer aqui uma testemunha que foi ameaçada de morte pelo Sr. Careca e certamente tem muitas informações a dar a esta Comissão, repito, talvez as mais importantes que esta Comissão já tenha a condição, até o momento, de granjear com alguns depoentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – É curioso, Sr. Presidente, o critério utilizado para que a gente possa debater, de fato, o que é prioridade e o que não é prioridade.

Prioridade, aqui, é descobrir como é que esse esquema criminoso foi montado dentro do Governo Bolsonaro, a partir de 2019, e onde é que foram parar estes milhões de reais roubados dos aposentados e das aposentadas, porque ninguém me convence, Sr. Presidente, de que esse dinheiro roubado ficou na mão só desses funcionários, de seus familiares... Ninguém monta um esquema bilionário como esse sem ter suporte político, e nós temos que chegar às conexões, nós temos que rastrear esse dinheiro, para poder, de fato, chegar aos mandantes, aos autores intelectuais dessa roubalheira que o Brasil inteiro está acompanhando.

Então, Sr. Presidente, nós temos muita clareza de qual é o foco objetivo desta CPI e vamos trabalhar, mantendo aqui uma coerência.

Mas aqui, Presidente, aqui não é delegacia de polícia. Aqui também não é um circo, um espetáculo, para Parlamentar vir fazer videozinho pra querer lacrar na internet, e V. Exa. tem sido muito firme nesse sentido. Nós temos que ter aqui seriedade, foco e saber o que é que nós estamos fazendo.

Esse indivíduo – eu nunca vi inquérito policial... Eu li uma notícia no jornal – se diz um desafeto, que teriam brigado, por desavenças numa empresa que não tem nada a ver com o INSS; que não tem nada a ver com desconto associativo.

Aí, brigaram, um levou uma televisão, o outro queria levar uma mesa, o outro queria saber quem é que iria ficar com os móveis... Brigaram, e, aí o cara surgiu, uma espécie de um novo Eli Cohen; "ah, o cara que sabe tudo...".

Aliás, nós vamos ter que entender bem a história do Eli Cohen. O Senador, inclusive, apresentou um requerimento para quebrar o sigilo do Eli Cohen, e eu não vi nada até agora, eu não vi essa ênfase aqui, essa vontade de investigar, quando surgem esses personagens do dia pra noite.

Qualquer dia, vão querer convocar aqui ex-namorado, ex-namorada... "Olha, o fulano disse que sabe alguma coisa contra o sicrano...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus amigos, minhas amigas, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, aqui é pra investigar fraude no INSS, desconto associativo, e não tem nada que ligue esse indivíduo, não tem nada que ligue esse indivíduo a esse tema.

Portanto, é um requerimento fora do escopo da CPI, não tem nenhuma justificativa.

Se ele brigou, vai pra delegacia de polícia. Se apanhou, se bateu, vai lá e faz um B.O. Agora, querer trazer uma discussão que não tem nada a ver com o trabalho da CPI aqui para esta Comissão é brincar inclusive com a nossa inteligência, nesse exercício de retórica bobo, que acha que alguém aqui não está entendendo o que é que eles estão tentando fazer.

Portanto, sou contra, vou votar contra e peço vota contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator pediu a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, com a responsabilidade que o momento exige, e, para mim, pouco importa se começou...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não há previsão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, é o Relator...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não há previsão no Regimento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O Relator tem que falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele é o Relator!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Relator fala.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não há previsão no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele é o Relator, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não há previsão no Regimento.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Um para um lado, um para o outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É a censura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eles estão nervosos, gente! Estão nervosos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador... Deputado Pimenta...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Estão bem nervosos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, ele inclusive é o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instantinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu também sou autor, então.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Isso é censura.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Também sou autor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor, Deputado Pimenta... Deputado Pimenta...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Querem blindar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa., por favor, se assente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Autor eu sou também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... no grito, aqui ninguém ganha nada. No grito, aqui ninguém vai ganhar nada.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Regimento vai ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Porque querem calar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Estão com medo!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... para depois de votar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, primeira coisa, eu vou pedir a...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Regimento vai ser cumprido.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Chegamos no cara.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só mais um instante. Eu vou pedir a V. Exa. que, por favor, todas as vezes que for se manifestar a essa Presidência, que o senhor não suba o tom de voz comigo, porque eu trato V. Exa. com toda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Bateu na mesa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, levantar e bater em mesa aqui, não é assim...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, o Regimento tem que ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não é assim que nós vamos ganhar. V. Exa. não levante a voz comigo. Eu vou ler aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou... Então, eu vou cumprir o Regimento que está aqui, no art. 41, para que V. Exa. nunca mais faça isso aqui, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nunca mais faça o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nunca mais faça o quê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, Presidente, o senhor não está...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, me trate com respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – No Regimento não, Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Me trate com respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor não está...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor não está dando com respeito, mas...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou... Não, me trate com respeito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, o senhor não está acima do Regimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ler para os senhores aqui...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Nossa! É o cara!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, eu vou ler para os senhores aqui o art. 41, o que está aqui, para que não pairem dúvidas sobre essa decisão ou não. Eu só vou pedir que a gente se trate com respeito aqui. Eu não levanto a voz com ninguém, eu trato todos aqui com o maior respeito e a maior igualdade. Tenho sido o mais transparente possível e não vou mudar. Eu só não vou aceitar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu tento aqui... com todo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Acho que não convém isso entre nós, Parlamentares.

"Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa [...]".

Art. 41...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer mais alguém para defender o requerimento, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não, não. Vamos lá, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está aqui, ó...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Art. 41: dois membros de cada Casa...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, tudo bem, vamos lá. Veja bem

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não, não, só um pouquinho. Vamos tratar as coisas aqui com transparência, certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos, vamos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor não falou isso, o senhor disse assim: "O Relator quer usar a palavra". Portanto, o senhor não estava dando a palavra para ele como uma segunda manifestação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E nós tratamos deste assunto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e combinamos o encaminhamento, que seria uma manifestação a favor e uma contra...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... nos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para mim, com todo respeito – vou falar baixinho, que o senhor está me pedindo –, a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A palavra na política e acordo onde a gente fala "a palavra", tem valor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E eu acabei de fazer uma reunião com o senhor, com o Líder do Governo e com o Relator e ficou combinado o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, não é chegar aqui e mudar o procedimento que foi combinado. E o senhor simplesmente disse: "Eu vou dar a palavra para o Relator". Como vai dar a palavra para o Relator? Nós acabamos de fazer um acordo ali.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ou não está valendo o que nós acordamos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não é V. Exa. que pediu para eu seguir o Regimento?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas não foi feito um acordo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Regimento prevê dois. O Relator pode pedir a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não foi feito um acordo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está aqui no Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Está onde, Presidente?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, dois de cada lado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Dois de cada lado, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou, eu cedo, eu cedo. Eu vou seguir o Regimento. Então, o senhor pode escolher quem...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não precisa, não precisa mais fazer reunião então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós precisamos fazer sempre...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos pelo Regimento, como o senhor quer. Para mim está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem o senhor quer fazer... que alguém indique a mais na sua...Mais uma pessoa?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

Com a palavra o Relator, Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu agradeço a V. Exa. Sem a...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, por favor!

Questão de ordem: o que diz mesmo o artigo que o senhor leu? O artigo que ele leu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois de cada Casa.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Dois de cada Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Quem falou? Quem defendeu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os Senadores cederam a voz ao Relator.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, não... Só um segundo.

Quem que falou? Quem que falou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois de cada Casa.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Regimento não diz para ceder a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Dois da Câmara e dois de Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Dois de cada casa. Falaram dois da Câmara já, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Falaram dois da...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois da Câmara... Não, dois de cada Casa.

Senhores, vai falar o Deputado Pimenta, que já falou, e o Deputado Rogério Correia. O.k?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não, não!

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Espere aí, Presidente"

Quero saber...

O senhor mesmo leu o artigo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Dois de cada Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Já falaram dois Deputados, e o senhor está dando para um terceiro Deputado. Não há previsão regimental...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Está errado, Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está fora do acordo...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – São dois de cada Casa para cada posição. É a letra do 41.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante. Só um instante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos numa CPMI. E, em uma CPMI, Deputados e Senadores têm equivalência. Aqui não tem ninguém que... Nós somos equivalentes no voto, inclusive. Eu pergunto ao Líder Rogerio Marinho se o senhor cede a palavra ao Relator ou se faz questão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Claro. Os Senadores da Oposição cedem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A palavra está com o Relator, Alfredo Gaspar, por cinco minutos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, se eu soubesse que minha palavra ia causar tanto tumulto, eu até abriria mão dela. Mas, vendo esse tumulto, eu vou explicar.

Eu nunca vi nesta CPMI, desde ontem, um movimento extracolegiado para impedir a vinda desse depoente. Eu nunca vi. E, senhores, eu não sou diferente dos senhores. Eu também recebo pedido, mas eu tenho obrigação com o povo brasileiro.

O Sr. Edson, assim como fez o Deputado Rogerio, eu também apresentei requerimento para trazê-lo aqui. E não é trazê-lo por qualquer motivo, não. É porque ele está ligado umbilicalmente ao esquema junto com o Sr. Careca. Mas ele já disse que quer falar e quer falar muito. E quer apontar quem são os grandes ladrões da nação.

Eu até peço que se tenha cuidado com a vida desse rapaz até a vinda dele aqui. Como Relator e com a responsabilidade da investigação, eu quero deixar muito claro ao Colegiado que o Sr. Edson Claro foi ameaçado de morte. Procurou a polícia porque ia ser assassinado.

Ele conhece e participou do esquema. Ele tem muitos nomes a dar ao Brasil e ele quer vir. E tem gente querendo blindar externamente a Comissão. Os pedidos estão vindo de fora para dentro. Isso é feio. Nós somos Deputados e Senadores.

Eu... Os senhores não verão da minha parte... E eu digo a todos que retirarem requerimentos – eu já disse ao Presidente – que eu vou ser sempre signatário para que isso não ocorra. Não é justo com as investigações retiradas de requerimentos de pessoas importantíssimas ao esclarecimento dos fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu nunca vi esse Edson, não o conheço, mas desde ontem a pressão está enorme para que ele não venha depor perante Deputados e Senadores. Ele tem muito a esclarecer e deixou isso muito claro. Não somos nós, investigadores, que deixaremos de ouvir esse personagem, porque está dentro do esquema do Sr. Careca, é peça fundamental – e o pior, diante da montagem de outra linha de investigação, que são os consignados.

E mais ainda, quem conhece um pouco de investigação, vocês já viram depoimento bom que não seja de quem faz parte da organização criminosa? Para mim pouco importa se era amigo, era bandido em conjunto e depois brigou e quer prestar colaboração premiada. O que eu não acho justo com a investigação é blindar alguém que participou dos fatos criminosos e que rompeu com a estrutura criminosa e quer vir aqui a esta Casa para dar nomes. E para mim pouco importa se nomes de direita, de esquerda, de governo A, de governo B, mas fica feio para esta CPMI impedir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Exatamente, nada de bandido de estimação.

Agora, eu nunca vi investigador impedir depoimento de quem quer colaborar com as investigações.

Então, eu quero deixar muito claro, tem muita gente lá fora – lá fora – com medo da vinda do Sr. Edson Claro, porque ele quer falar, ele quer falar com documentos.

Então, eu quero deixar isto para o Colegiado e para o país: que o Sr. Edson Claro é figura fundamental nas investigações, tanto que eu requeri a sua convocação e o Deputado Rogério Correia, que hoje está aqui e também requereu. Ele está sendo impedido por forças ocultas de ser chamado aqui. Tem gente com medo.

Mantenho o requerimento e digo da essencialidade da sua convocação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Pergunto ao Líder Paulo Pimenta se indica mais alguém para falar sobre o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Sou eu. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Olha, primeiro a incoerência, o que mostra o que eu tenho dito. Algumas funções que são colocadas aqui deveriam ser funções em que os lados todos fossem ouvidos e respeitados. Infelizmente, a gente tem alguns que deveriam ter função e têm lado. Eu já reclamei isso algumas vezes e acho até que às vezes seria bom ter dois Relatores, um para ver antes de 2023, e o outro, depois de 2023.

O Relator, no meu entender, tem um lado explícito, e o lado dele é tentar achar algo que não seja a verdade sobre quem começou esse processo e as responsabilidades e quem roubou. Parece mais uma vontade política e ideológica de incriminar alguém ou algum governo, e isso realmente atrapalha as investigações.

O Relator, fazendo agora uma defesa de um dos lados, acabou de dizer que nunca conheceu essa pessoa, nunca o viu, mas termina dizendo que ele quer vir aqui, que ele tem nome, etc. Não sei de onde ele retirou isto. Eu acho que isso não condiz com a verdade, porque não se sabe onde ele ouviu que essa pessoa quer vir, que tem nomes. Não é verdade isso.

Eu fiz o requerimento, e nós ouvimos, primeiro, o Careca. Depois, eu fui ler todo o processo, inclusive criminal, dessa briga que aconteceu entre os dois, coisa que o Relator não fez, e o que tem lá é uma briga por roubo, que ele fez, de carro do outro. Tiveram uma briga e ameaça entre um e outro. Isto não serve para ser alguém prioritário para ser ouvido nesta CPMI, uma briga pessoal e desavenças familiares entre eles, o que está claro no relatório da polícia. Então, utilizar isso como via investigativa, aí, sim, é blindar outros. Cadê o Onyx? Ele vai vir no lugar do Onyx?

Olha, tem Senador aqui que foi pegar o Careca para almoçar antes de ele vir aqui, no dia 30 de abril. Para mim, é mais importante isso do que, por exemplo, ouvir... E o Relator sabe disso, mas não chama. O Careca, não, perdão; o Presidente da Conafer, desculpem. O Careca, não; o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Conafer, que depôs aqui. Teve Senador que foi lá buscá-lo antes da questão, ouviu... Isso, para mim, é mais importante.

Aqui tem Ministro que fazia parte dos processos, continua aqui – o Relator não se indigna –, fazendo defesas de um período em que eles participavam. Ficam como investigador e também, em tese, como investigados. São blindados? Porque é muito fácil apontar o dedo para os outros, mas estar querendo blindar. Eu faço o inverso. Estão querendo blindar quem? Blindar os políticos que podiam estar, de fato, a fundo, nessa questão e que puderam ter problema nesse processo?

Então, Presidente, nós temos que ter prioridades. É isso que eu estou dizendo.

Então, no tempo ainda que eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concordo plenamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nós temos que ter prioridades. A prioridade não é uma briga entre o Careca e o empregado dele, que deu o cano no Careca, segundo está nos relatos lá. É por isso que eu retirei, que eu pedi que retirasse o meu requerimento, porque isso não é prioridade. A prioridade para mim, numa CPI, não é sequer fazer investigação que a Polícia Federal faz, e ela faz melhor que a gente, Presidente, ela tem instrumentos. Uma CPI precisa ver qual o vínculo político, o que aconteceu nesse processo.

Nós vamos escutar agora uma figura importante, que é o Controlador-Geral da União, para saber o que foi feito, o que teve no passado, quais os vínculos políticos, quais as responsabilidades políticas e, claro, as policiais também, porque é uma CPI, mas isso a Polícia Federal faz muito bem.

Então, vamos nos ater ao que é principal para a nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e não insinuar questões que não condizem com o que nós sabemos, para tentar passar na frente, com objetivos sei lá quais.

Os nomes que eu tenho colocado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e acho que são prioridades, são nomes que, com certeza, vão contribuir para que a gente possa ver a origem disso tudo, por que isso começou e não teve fim a não ser agora, no Governo do Presidente Lula. Por que durante todo esse tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

até 2025, nada foi feito. Por quê? Isso não pode ser escondido. Isso deve ser a principalidade da nossa CPMI. Por isso o Relator tem que olhar o período que nós colocamos e não o período que lhe interessa do ponto de vista político, partidário e ideológico.

Por isso é que eu pedi para retirar e peço a votação contrária a esse procedimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, fui citado várias vezes; me permita o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Relator, só um instantinho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu suspendo a sessão por cinco minutos.

(*Suspensa às 11 horas, a reunião é reaberta às 11 horas e 06 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores retomamos os trabalhos.

Em votação... Vou abrir a votação dos itens 32 e 33, por se tratarem do mesmo tipo de requerimento.

Os que concordam com a retirada dos requerimentos votam "sim".

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para retirar o requerimento, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vota "sim".

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para votar comigo, vota "sim".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para encaminhar.) – Então, só encaminhar. A Oposição encaminha "não". Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k..

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É.

Os que concordam com a manutenção votam "não". O.k.?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, nós vamos votar para retirar. É "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É "sim".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, vai ter...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Eu estou votando a retirada dos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, eu pergunto a V. Exa.: o requerimento estava na pauta...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É aprovado ou rejeitado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... nós vamos apreciar o requerimento. Então, aprova o requerimento ou rejeita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Acolho o requerimento de V. Exa.

Então, os que concordam...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, espera aí, Presidente. Pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Girão, pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só para lhe perguntar. Está um pouco confuso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós vamos corrigir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Porque na audiência passada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... na oitiva passada foi o contrário.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Gente, está muito barulho!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E também eu gostaria de saber da orientação dos partidos, se o senhor vai abrir para orientação dos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vamos lá. Os que concordam... Vamos fazer corretamente.

Os que concordam com a aprovação do requerimento votam "sim". Os que não concordam com a aprovação do requerimento votam "não".

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem concorda comigo vota "não".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Quem é Oposição vota "sim". A Oposição, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A orientação do Governo é "não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A orientação do Governo é "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A orientação da Oposição é "sim".

Então, está aberta a votação.

Os Srs. Parlamentares podem votar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente, o senhor podia abrir para os partidos, nesse momento, um minuto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A orientação dos partidos, Presidente. A orientação dos partidos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não há previsão para isso aqui, senhores. Não há previsão para isso.

Estamos em votação dos Requerimentos 32 e 33. Os que votam pela aprovação votam "sim". Os que votam pela rejeição votam "não".

(Procede-se à votação.) (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, temos mais outras duas, de requerimentos previstos.

Pois não, Deputado Orlando Silva. (*Pausa.*)

Os Deputados que tiverem dificuldade com o sistema da Casa podem votar pelo Infoleg: clica em Congresso Nacional... (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

A Senadora Jussara está com dificuldade de voto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Ela está insistindo na votação. Eu só pediria a V. Exa. um tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos aguardar, não tem problema.

Deputada Adriana Ventura, Senadora Jussara Lima, Professora Dorinha... O Presidente não vota. Deputado Dorinaldo Malafaia... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Deputados que estão com dificuldade podem votar pelo Infoleg, Congresso Nacional, serviços do Senado Federal. (*Pausa.*)

Está votado.

Nós temos a Senadora Jussara e a Professora Dorinha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E Nelsinho Trad também? Nelsinho Trad é suplente, não? (*Pausa.*)

Ah, tá. (*Pausa.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Podemos encerrar, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Professora Dorinha tem que votar.

Deputada Adriana Ventura.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, a Adriana Ventura não votou ainda, não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Calma, Senadora Dorinha está voltando. Calma, calma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instantinho. Só um instantinho. Todos já votaram? Todos já votaram? Posso encerrar a votação?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então vamos encerrar a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Determino à Secretaria da Mesa que publique o resultado no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Itens 32 e 33 estão rejeitados.

Em votação.

Pois não, pergunto ao Líder Paulo Pimenta se mantém os destaques dos itens 79 e 80.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Senhores, silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, só vou pedir para retirar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... Que faça... Que seja feito aquele ajuste de ser durante o período todo, de 2015 a 2025.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Assim como nós acordamos nos primeiros, então nós não vamos retirar, vamos só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Determinar o período, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Determinar o período. Aí eu posso retirar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Então, estão com a orientação e o pedido do Líder Pimenta, de prazo, que já foi concordado para esta Comissão, estão retirados os destaques 79 e 80. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a retirada dos destaques, estão em votação os requerimentos, 79 e 80.

Os Deputados e Deputadas, os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, já voltou. Calma, nós estamos votando outra coisa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – E o 79 e o 80?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai aprovar. Eles retiraram o destaque.

Estão em votação...

Senhores, por favor.

Estão em votação os itens 79 e 80. O destaque foi retirado pelo Governo.

Os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que concordam, que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos.

Oitiva do Ministro do Estado da Controladoria-Geral da União Vinicius Marques de Carvalho. Requerimentos 28, Senador Izalci Lucas; 1.028, Deputado Duarte Jr.; 1.695, Senadora Soraya Thronicke.

Convido o Sr. Ministro a tomar assento à mesa, acompanhado dos advogados da União.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E os outros destaques, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ah, vai aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já retirou o destaque. Só com a orientação do prazo que foi combinado, de 2015 até hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, solicito a...

Já chamaram, né? Muito bem. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, enquanto o Ministro está se deslocando para cá...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu queria aproveitar aqui para pedir desculpa a V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e aos demais colegas, pela maneira como eu me exaltei aqui, de forma inadequada. E gostaria que a V. Exa. me respeitasse... Aliás, desculpasse, por ter me tratado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... com respeito, e a minha maneira de proceder aqui foi intempestiva e não regimental.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Peço desculpas a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Prova a vocação de um grande Líder, Excelência. Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Parabéns, Líder Pimenta! (*Pausa.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, enquanto o convidado chega à mesa, eu só queria informar ao Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Marcel van Hattem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – ... que eu já solicitei à assessoria, por ter sido um placar tão apertado, até porque pode haver Deputados e Senadores que repensem o seu voto, já solicitei para protocolar hoje mesmo um novo pedido de convocação de Edson Claro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Será colocado em votação no momento correto, Excelência.

Passo à leitura do termo de compromisso do depoente.

Por favor, silêncio.

O senhor pode, a qualquer momento, solicitar a suspensão da reunião, também a advogada da União, as advogadas presentes – são muito bem-vindas. Se houver necessidade de alguma pesquisa técnica, alguma informação, o senhor poderá solicitar a esta Presidência.

As advogadas, por gentileza, no caso de alguma manifestação que considerem indevida com o Sr. Vinicius, por gentileza, se dirijam a esta Presidência, que nós tomaremos as providências. O.k.? Combinado? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor. *Fora do microfone.*) – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, repita.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para início, passo a palavra ao Sr. Vinicius Marques de Carvalho para a sua apresentação, por 15 minutos.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Bom dia, Presidente Carlos Viana. Bom dia, Relator, Deputado Alfredo Gaspar, em nome de quem eu cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes.

Para mim, antes de mais nada, é uma honra, como Ministro da CGU, representar esse órgão tão importante para o Estado brasileiro, para a garantia da integridade, do combate à corrupção e da transparência na agenda deste país, e nas políticas públicas e nos serviços públicos.

Eu trouxe uma apresentação, Presidente, para contextualizar um pouco o trabalho da CGU como um todo, considerando, obviamente, que as questões devem se referir especificamente à fraude do INSS. Eu queria, antes de mais nada, apresentar um pouco o trabalho da CGU e mostrar o que nós temos feito nos últimos anos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, pode disponibilizar para nós a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente. Será disponibilizado.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... e uma breve apresentação sobre quem eu sou.

Meu nome é Vinicius Marques de Carvalho. Eu sou advogado, Professor Livre-Docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de direito empresarial. Fui servidor público concursado durante muitos anos, época em que pude trabalhar no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, no Cade, como Conselheiro e, depois, como Presidente do Cade. Fui também, durante um período, Secretário de Direito Econômico. E agora, desde 2023, do começo de 2023, assumi a frente da Controladoria-Geral da União.

Bom, começando, este é o organograma atual da Controladoria-Geral da União. Quando nós chegamos à Controladoria-Geral da União, nosso principal objetivo era organizar de maneira efetiva e eficiente essa agenda de integridade e combate à corrupção no Brasil. Quando nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

falamos de combate à corrupção, combate a fraudes, nós temos que pensar, obviamente, que há uma série de instrumentos que podem ser conciliados para lidar com esse tema.

Na nossa visão, uma visão articulada inclusive dentro da própria CGU, a ideia de aperfeiçoar os mecanismos de transparência, os mecanismos de supervisão e controle de auditorias, e os mecanismos de sancionamento, num contexto de ampla participação social e de melhoria das nossas capacidades como Estado de detectar condutas ilícitas, é a grande fórmula, digamos, moderna para lidar com esses temas. Em função disso, nós promovemos algumas mudanças dentro da CGU.

Uma dessas mudanças foi criar a Secretaria de Integridade Privada e, dentro da Secretaria de Integridade Privada, colocar a Diretoria de Acordos de Leniência, a Diretoria de Responsabilização de Entes Privados e a Diretoria de Promoção e Avaliação de Integridade Privada, os chamados programas de *compliance* empresarial. Então, essa secretaria é a secretaria que lida principalmente com o setor privado e a aplicação da Lei Anticorrupção como um todo. A aplicação da Lei Anticorrupção – a Lei 12.846 – dentro da CGU, até nós chegarmos, estava espalhada em uma série de secretarias. Nesse contexto, a Corregedoria-Geral da União se volta principalmente para a responsabilização de servidores públicos, para os famosos PADs (processos administrativos disciplinares).

Também criamos a Secretaria Nacional de Acesso à Informação para a agenda de transparência ativa e de transparência passiva, via aplicação da Lei de Acesso à Informação, que é algo que teve uma relevância bastante razoável nesse caso aqui do INSS e é pouco citado, na minha opinião.

E também há a Secretaria Federal de Controle Interno, que é o coração, digamos assim, da CGU, porque é de onde... Na verdade, melhor do que coração, é a semente de onde nasce a Controladoria-Geral da União. É a maior secretaria da CGU, basicamente 50% dos auditores e auditoras da CGU trabalham nessa secretaria. E é a secretaria que acaba por ser responsável pelas auditorias, inclusive essa auditoria do INSS, e por uma série de auditorias que acontecem em função de aprovação de um plano de auditoria feito pelos auditores da CGU, ou em função de determinações legais ou de recebimento de denúncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós fizemos no começo da nossa gestão? Nós inserimos, na Secretaria Federal de Controle, a Diretoria de Operações Especiais. E essa mudança é uma mudança que parece só uma mudança de caixinha dentro do organograma, mas ela teve um impacto imenso, porque a CGU vem fazendo com a Polícia Federal, pelo menos desde o primeiro Governo do Presidente Lula, operações. Essas operações foram feitas e são feitas ao longo dos anos, principalmente relacionadas à alocação de recursos públicos nos estados e nos municípios.

Toda semana tem uma operação, ou a cada duas semanas, enfim, acaba tendo uma operação da Polícia Federal com a CGU – esta semana mesmo, se não me falha a memória, nós já tivemos duas –, olhando para a alocação de recursos públicos nos estados.

Sem perder de vista esse objetivo, nós entendíamos e entendemos que era importante que a CGU pudesse ser um lugar em que essas investigações pudessem nascer, e essas investigações pudessem ser mais relevantes em termos de impacto nacional também. Afinal de contas, a corrupção tem que ser enfrentada não só nos estados e municípios, mas também nos órgãos do Governo Federal como um todo. Essa deve ser uma prioridade.

Por isso, nós alocamos essa diretoria aí dentro da secretaria, para que ela pudesse ser trabalhada em conjunto com as auditorias, para que, na medida em que as auditorias detectassem indícios de qualquer tipo de ilícito com características criminosas, a Polícia Federal já pudesse ser acionada; e isso é feito por meio da nossa Diretoria de Operações Especiais.

Bom, o que resultou desse trabalho? Resultou desse trabalho uma abordagem mais estratégica, racional, com autonomia. Isso eu acho que é muito importante, eu considero isso muito importante de ser frisado, o trabalho da equipe da CGU, dos auditores e das auditoras da CGU, é um trabalho que é feito com autonomia, independência, em que eles definem uma agenda de trabalho. E eles, a partir da definição dessa agenda de trabalho, constroem essas investigações e essas auditorias. E essa autonomia é o que faz com que a CGU consiga trabalhar com essas investigações de maneira tão plena e eficiente.

Por isso, eu queria apresentar para você, para os senhores e senhoras, alguns resultados dessas mudanças institucionais que nós fizemos. Primeiro, esse quadro mostra o avanço dos valores identificados como prejuízos nessas operações especiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No período de 2020 a 2022, durante três anos, nós tivemos R$970 milhões de prejuízos apurados, de prejuízos identificados.

No período de 2023 a 2024, nos dois anos do atual Governo, nós tivemos R$830 milhões de prejuízos identificados.

E, em 2025, essa mudança de estratégia já operou um impacto enorme em termos de operações que nós fazemos. Já tivemos, este ano, em termos de prejuízos apurados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, silêncio.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... quase R$12 bilhões, ou seja, se somar todos os anos anteriores de operações especiais da CGU com a Polícia Federal, nós não chegaríamos a esse valor.

Isso se deve também, é bom frisar, a um acordo de cooperação que nós assinamos com a Polícia Federal, lá no final de 2023, para operacionalizar melhor esse tipo de interação e garantir que essas operações, de fato, pudessem acontecer e transcorrer da melhor forma possível.

Agora, essa atuação não deixou de lado algo que sempre foi muito relevante para a CGU, desde quando ela foi criada no primeiro Governo do Presidente Lula, que é a sua presença nos estados e municípios.

Lá atrás, nós tínhamos aquele programa que ficou famoso, de sorteio de municípios, que foi, inclusive, algo que o Presidente Lula, na época, considerou bastante relevante para mostrar a presença do Estado brasileiro na fiscalização das políticas públicas na ponta.

E isso não ficou de lado. Nós criamos, retomamos esse programa, hoje chamado CGU Presente, e olhem, vocês podem observar o impacto desse programa, inclusive em termos de municípios visitados nos últimos anos. Então, nós conseguimos conciliar essas duas dimensões, de estar presente nos municípios e também fazer investigações de impacto nacional.

O impacto dessa agenda também, na Corregedoria-Geral da União, nós conseguimos uma redução de em torno de 20% do tempo médio de conclusão dos PADs, uma redução de 48% no indicador de infrações prescritas e uma melhoria de 34% no indicador de processos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

resultados efetivos, ou seja, processos que têm pelo menos uma condenação ou um acordo realizado, um TAC ou qualquer coisa desse tipo.

No âmbito da responsabilização dos entes privados, nós também avançamos bastante nos últimos anos. Nós temos a coluna de processos instaurados, essa coluna azul, e também a coluna de processos concluídos. V. Exas. podem observar que há um esforço grande de não só abrir processos na CGU, mas também concluir e julgar esses processos para que nós possamos dar conta de um estoque e, principalmente, garantir que a justiça seja feita, porque justiça lenta é, muitas vezes, justiça que falha, sim. E aqui a gente consegue lidar com esse tema nos últimos anos, de uma maneira mais adequada.

Em termos de multas aplicadas, um aumento da efetividade bastante sensível em aplicação de sanções. De 2019 a 2022, foram 779 milhões de sanções aplicadas e, nesse período de dois anos, 23 e 24, já tivemos 1,185 bilhão de multas aplicadas.

Em relação, especificamente, às fraudes do INSS, eu sei que V. Exas. já têm todas essas informações, inclusive boa parte delas foram viabilizadas pela própria CGU, encaminhadas para a CPMI pela própria CGU, mas aqui uma linha do tempo do que aconteceu em relação a essa investigação; é sempre bom, acho, ter isso em mente. Quando que a CGU começou a trabalhar nela? Quando foram feitas as comunicações formais ao INSS e o processo de auditoria se desencadeou?

É uma auditoria que é composta por três relatórios. Um relatório cujo resultado são entrevistas dos aposentados e pensionistas, que supostamente estariam ou não associados às associações e teriam permitido o desconto, o desconto associativo, ou não permitido. Então, esse é o primeiro relatório. O segundo relatório é um relatório sobre as próprias entidades. É importante ressaltar que as entidades foram visitadas *in loco* pela CGU, para avaliar a sua capacidade operacional, a sua abrangência nacional, inclusive, e o seu processo de organização dos documentos relacionados à filiação dos seus associados. E o terceiro relatório sobre os controles internos do próprio INSS e o quanto eles eram falhos no controle dos acordos de cooperação técnica e também do processo de fiscalização dessas entidades. E aqui também, nessa linha do tempo, a interação com a Polícia Federal, a abertura dos PADs pela CGU e dos processos de responsabilização contra as entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para sumarizar, nós temos três áreas da CGU basicamente envolvidas com esse tema: a área de auditoria, a área de integridade privada, que é responsável pelos processos contra as entidades, abertura e processamento desses casos pelas entidades, contra as entidades – desculpem – e também temos a Corregedoria, responsável pelos PADs contra os servidores públicos eventualmente envolvidos nessa investigação.

Então, é uma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... agenda que a CGU conduz, de investigação e responsabilização e detecção de ilícitos, que, nesse caso, se mostrou bastante – no meu entendimento – eficiente, em relação a essas fraudes do INSS.

Apenas para finalizar... Do ponto de vista de auditoria, nós temos dois tipos de controle, em relação às políticas públicas e aos recursos públicos: o chamado controle externo, que é exercido por uma série de órgãos, o órgão que tem uma interação mais intensa com a CGU, inclusive o Tribunal de Contas da União; e a controladoria interna, o controle interno, que é exercido pela CGU.

Quando nós decidimos fazer uma auditoria, essa auditoria, na medida em que ela é desenhada, ela é informada ao órgão gestor daquela política pública ou daquele contrato. Esse órgão fica sabendo que essa auditoria vai ser feita; esse órgão é questionado pela auditoria, e são requeridas informações desse órgão.

A partir do momento em que a auditoria se configura ou vai tomando formas, constatações, os achados da auditoria vão tomando forma, os auditores da CGU entram, muitas vezes, em contato – entram como regra, na verdade – com o gestor e apresentam uma versão preliminar dessa auditoria, que é apresentada ao gestor, para que ele possa fazer considerações, eventuais críticas, eventuais observações à auditoria.

A partir dali, os auditores da CGU podem construir o relatório final.

O que acontece, em muitas dessas situações – e aí eu concluo –, é que, em algumas dessas situações, nós temos, como eu disse, indicativos de fraudes que possam levar a ilícitos criminais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a infrações penais. Nesse contexto, a CGU aciona a Polícia Federal e começa um trabalho em conjunto.

E é nesse contexto que esse material de auditoria se transforma em notas técnicas para o inquérito policial, e a estratégia do inquérito policial, dado o seu sigilo, é que acaba definindo a agenda de investigação, até que se possa chegar a uma primeira fase de uma operação, por exemplo, que é o que aconteceu nesse caso, dia 23 de abril deste ano, e se pôde descortinar toda essa fraude que acontecia em relação aos descontos associativos.

Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, são essas as minhas considerações iniciais. Estou à disposição para os questionamentos e muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator, Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Ministro, bom dia.

Quero dizer a V. Exa. do orgulho que eu tenho do corpo técnico da CGU. Queria aproveitar a oportunidade e dizer que tem muita corrupção no país, mas queria que houvesse mais instituições como a CGU.

Segundo, Ministro, um pouco antes de o senhor entrar aqui, eu fui atacado por parcialidade de um Deputado acostumado a fazer ataques levianos.

Mas eu iria perguntar ao senhor: o senhor foi filiado ao PT?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Fui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto tempo?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Oito anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oito anos. Eu pergunto ao senhor: o senhor exerceu o cargo de Presidente do Cade de 2012 a 2016?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem o nomeou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Quem me nomeou foi a Presidenta Dilma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor foi Secretário de Direito Econômico de 2011 a 2012?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem o nomeou?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Presidenta Dilma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dois mil e oito a dois mil e doze, o senhor foi Conselheiro do Cade?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Dois mil e oito a dois mil e onze, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem o nomeou?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Presidente Lula.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor, 2007 a 2008, foi Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Direitos Humanos?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o Governo e quem o nomeou?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Governo do Presidente Lula.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, 2003 a 2004, foi Assessor de Gabinete da Assembleia Legislativa de São Paulo?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era o Deputado?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Simão Pedro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De que partido?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Partido dos Trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, tem um escritório aqui em Brasília, que veio para Brasília agora em 2024, com as iniciais VMCA. Essas iniciais são do senhor?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa... o senhor já fez parte desse escritório?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Fiz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, quando fazia parte desse escritório, esse escritório já tinha essas iniciais?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essas iniciais significam o quê?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Quando eu fazia parte do escritório, essas iniciais significavam Vinicius Marques de Carvalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse escritório continua com essas mesmas iniciais?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim, mas hoje significam outra coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Quem hoje comanda esse escritório?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Esse escritório é comandado por vários sócios...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem alguma ligação com o senhor?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não? Sua esposa ou companheira não é a sócia majoritária, não?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, não é mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não é mais?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não é mais minha companheira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, tá. (*Risos.*)

Ministro, esse escritório tinha na sua lista de clientes ou... ou teve na lista de clientes uma empresa chamada Odebrecht Novonor?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recebeu essa Novonor na sede da Controladoria-Geral?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu recebi várias empresas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu pergunto essa especificamente.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A Odebrecht estava entre elas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, Senhor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Você não deixou

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Deixa o Relator falar, pelo amor de Deus!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Qual a relação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não aceito, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente... Presidente...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pare de cercear o Relator. O que que é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Qual a pertinência temática...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O que que é isso, Presidente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Nenhuma, Presidente! Nenhuma!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Só para saber isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Senhores, o Relator...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – É tentativa de criar um embaraço na opinião pública brasileira. Só isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Só quero saber a pertinência com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou chegar lá agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero que garanta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, vai ser garantida quando começar a tratar da CPI e do tema dela. Aí será tudo garantido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, Presidente, não tem condição. É criar um embaraço na opinião pública com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Talvez a mesma que o senhor tenha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – É só isso, criar embaraço na opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir um favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... competência que o senhor não teve quando foi juiz...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A mesma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... isso não se admite aqui, não. Ou a CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou, eu vou...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está sendo parcial aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou suspender.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor maneire então. O senhor virou para mim, eu não estou falando com o senhor, estou falando com o Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Quem está sendo parcial agora, hein, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, só um instante.

O Relator está com a palavra, eu vou permitir que ele continue falando. Se os Srs. Senadores e Senadoras não concordam, terão o seu tempo para se manifestar.

Por favor, continue, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor é Doutor duplamente. O senhor é Doutor pela Universidade de São Paulo e o senhor é Doutor pela Sorbonne. Verdade?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é Professor Livre Docente da USP.

Ministro, é só para fazer um introito. O fato que eu falei de todos os antecedentes do senhor tira o mérito da atuação da CGU ou isso causa parcialidade no senhor?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – De forma alguma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito obrigado, Ministro.

Eu gostaria de começar exatamente sabendo como o senhor atua.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem que perguntar quais são os advogados que já prestaram serviço a outros clientes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, eu gostaria que voltasse naquele gráfico que o Ministro expôs sobre a estrutura da CGU. (*Pausa.*)

Ministro, eram justamente esses fatos.

Ministro, o senhor poderia me dizer quem é o Secretário Federal de Controle Interno?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O Sr. Ronald Balbe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, eu acordei hoje...

E até quero elogiar a imprensa, porque a imprensa está sabendo mais do que a própria CPMI muitas vezes.

Hoje, a imprensa, por diversos meios de comunicação, cada um lançou uma notícia diferente, mas uma me interessou pontualmente.

Reportagem de *O Antagonista* de hoje, de Wilson Lima:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> CGU sugeriu 'pauta positiva' para proteger INSS da crise: 'Se a imprensa pega, sem contextualização de providências, falará que é fim do mundo', disse Secretário da CGU em reunião no ano passado'.
> Um registro de reunião realizada em agosto do ano passado entre o então presidente do [...] INSS Alessandro Stefanutto e representantes da Controladoria-Geral da União [...] revela que o governo Lula não somente sabia das fraudes em aposentadorias e pensões [...] [mas] atuou para evitar a repercussão negativa do caso.
> [Aí vem muita coisa, até a ata, eu acho].
> "Se a imprensa pega, sem contextualização de providências, falará que é fim do mundo", chegou a dizer Balbe, conforme o registro da reunião".
> "[...] sugeriu que o INSS instituísse uma 'pauta positiva' assim que o órgão divulgasse seu relatório sobre os achados relacionados aos descontos ilegais [...]".'
> "No momento da publicação [do relatório], é importante que INSS se prepare para apresentar respostas para as repercussões que ocorrerão, que se prepare para trazer pauta positiva. Não é suficiente tratar números apresentados. Quando se fala de números tão significativos, é necessário indicar como está atuando. Se a imprensa pega [...], falará que é fim do mundo".
> Pela CGU, participaram [...] [aí diz: a Sra.] Eliane Viegas Mota, o gerente de projetos Rodrigo [...] Dias e a auditora federal [...] Dévola da Rocha Carvalho.
> Do lado do INSS [...].

E aí cita uma série de membros. E, também, o documento obtido por este portal diz o seguinte:

> Naquele momento, estimava-se que os descontos em folha por meio das entidades [...] chegaram a 2,6 bilhões de reais em 2024. [...] a reunião ocorreu menos de um mês após a conclusão do relatório da Controladoria-Geral da União.
> "O Secretário da SFC disse que a CGU não está condenando as entidades [...]".

Olha essa declaração; se for mentira, é de quem publicou e dessa ata que obtiveram, e a gente precisa adotar as providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> "O Secretário da SFC disse que a CGU não está condenando as entidades a partir do resultado de 97% dos entrevistados [...] [dizerem que] não [...] [autorizam] os descontos. Sabe-se que a memória das pessoas, de idosos, agrega uma complexidade ao processo. [Praticamente está dizendo aqui que os idosos, sem memória, eram os responsáveis por esses números.] No entanto [...] é muito impactante, por isso é preciso [...] jogar duro [...], buscando identificar [as] associações [...] [para que o procedimento demonstre] lisura [...]".

E aqui, em mais uma oportunidade... Em mais uma oportunidade... É que eu não estou achando nessa minha aqui... Havia até a sugestão para tornar sigilosos alguns dados.

Primeira pergunta que eu faço: quem nomeou esse Sr. Ronald Balbe para a principal secretaria da CGU?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Fui eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, é correto um servidor de um órgão que exige transparência estar sugestionando duas coisas, primeiro, mais preocupado com a publicidade da descoberta do que com a própria descoberta e, segundo, sugerindo ao INSS tornar partes do relatório sigilosas?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não considero que o Sr. Ronald Balbe estava sugerindo algo assim. Então, eu tenho uma, se o senhor me permite, com todo o respeito...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... eu tenho uma discordância em relação à suposição que embasa a pergunta de V. Exa. e eu posso explicar por quê. Bom, primeiro, o Sr. Ronald Balbe é um servidor, auditor da CGU há mais de 20 anos, ultrarrespeitado por toda a equipe da CGU, todos os auditores da CGU – pessoa que eu não conhecia, Relator, inclusive, até ele se tornar Secretário. Ele foi quase ou praticamente um consenso da equipe ali de auditores sobre quem deveria ocupar essa função, pela sua experiência.

O Dr. Ronald estava numa reunião, nessa reunião com o INSS, com o objetivo muito claro de fazer o INSS tomar providências em relação às entidades que já estavam sendo detectadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

em função da auditoria da CGU, como entidades que possivelmente estavam praticando descontos indevidos e cobrando medidas. A Dra. Eliane, inclusive, esteve aqui e deixou isto muito claro: o quanto a equipe da CGU, do Dr. Ronald, com a Dra. Eliane, cobraram medidas para que esses problemas fossem corrigidos. Essas medidas podiam envolver medidas operacionais do INSS, essas medidas podiam envolver medidas normativas do INSS, no sentido de, em função dos achados da auditoria... E o que ele disse aí em relação aos achados da auditoria, de que 97% disseram que não, o que eles estavam dizendo, pode ser que não sejam 97%, mas, mesmo assim, é um número muito alto, e é um número muito alto, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio, para ouvirmos as explicações.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ele estava cobrando providências do INSS.

Sobre o Governo saber, que é o que está no título da matéria, se eu não me engano, ou em parte da matéria, a CGU é um Ministério do Governo Federal. Ela estava fazendo uma investigação, ela estava fazendo uma auditoria, ela fez descobertas nessa auditoria. Nesse contexto, CGU, como Ministério do Governo Federal, sabia. Então, eu não entendo o que pode ter de nuance sobre o Governo saber no contexto dessa matéria.

É muito protocolar do ponto de vista da CGU – e aqui eu termino, Relator –, como eu disse, isso é o protocolo, o procedimento da CGU, quando se chega a um relatório de auditoria, a uma primeira versão, chamada versão preliminar de relatório de auditoria, há uma reunião com o órgão gestor, e ela tem um nome. O nome dessa reunião é reunião de busca de soluções. E eu chego para o gestor e falo: "Eu estou identificando uma série de problemas aqui, por conta dessa auditoria que eu realizei, e vocês precisam resolver esses problemas. Nós temos recomendações de como resolver esses problemas". E o que ele disse aí é: "Olha, é importante que, no dia em que isso vier a público, essas soluções já estejam na rua". Infelizmente, isso não aconteceu. Isso veio a público, por causa da operação que nós fizemos com a Polícia Federal, e o INSS ainda não tinha providenciado todas as soluções necessárias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, eu gostaria de retornar a um dos tópicos da fala registrada na ata, sobre a indicação desse secretário, para que houvesse sigilo para trechos do relatório. O relatório foi exposto. Hoje nós todos tomamos conhecimento do tamanho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do roubo aos aposentados e pensionistas. Eu pergunto ao senhor: essa sugestão desse secretário – eu não duvido do currículo, nem da seriedade, nem o conheço, a bem da verdade, conheci hoje, pelo jornal, pelo *site* de notícias –, isso não viola a regra da transparência da CGU, não?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Relator, obrigado pela pergunta. Desculpe não ter respondido na primeira vez, porque o senhor já tinha feito essa pergunta. Há duas hipóteses em que um auditor pode sugerir sigilo – talvez, mais hipóteses, mas tem duas que eu lembro claramente –: uma é se um determinado relatório ou se informações de um determinado relatório não devem ser publicadas ou publicizadas naquele momento porque são importantes para uma investigação criminal sigilosa. Então, essa é uma hipótese, que é uma hipótese legal, né, do Código de Processo Penal, inclusive.

A outra hipótese de colocar sigilo em algumas informações podem ser, por exemplo, relacionadas à LGPD, né? Você pode tarjar dados pessoais sensíveis de um determinado relatório.

Eu não sei o contexto exatamente em que essa conversa que o Dr. Ronald teve sobre que informações ele estava sugerindo colocar em sigilo, mas eu tenho certeza, posso afirmar com toda convicção, de que se ele sugeriu qualquer tipo de sigilo, foi em função de algum imperativo legal. De forma alguma, de forma alguma, para esconder nada da sociedade brasileira no momento em que isso devesse vir à tona, que foi o que aconteceu dia 23 de abril.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, eu volto a afirmar, eu tenho muito respeito pelo trabalho técnico da CGU. Tenho muito respeito pelo que a CGU tem feito pelo Brasil ao longo da sua existência, através de seus técnicos. Responda-me de forma objetiva: esse relatório estava sendo apresentado, naquele momento, a quem?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Esse relatório, nessa reunião?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu entendo que esse relatório estava sendo apresentado às... Na verdade, o relatório ou as conclusões do relatório, desse primeiro relatório, estava sendo apresentado à equipe do INSS na busca de soluções para resolver um problema que foi identificado no relatório e que causou uma preocupação dos auditores da CGU, que foram, o senhor mesmo falou, 97% de pessoas dizendo que não reconheciam a filiação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o relatório foi colocado partes em sigilo?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não. Quando o relatório foi publicado, ele foi publicado inteiramente público.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, isso se presume, a não ser que eu esteja equivocado, que as sugestões do secretário interno da CGU não foram acolhidas, né? Sobre sigilo do relatório em partes.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Um ponto que eu acho que é importante aqui, Relator, é que esse relatório, não só esse, como os outros dois serviram de embasamento na forma de notas técnicas para o inquérito sigiloso da Polícia Federal.

Talvez a preocupação dele, ali naquele momento, fosse exatamente com essa questão. Depois da operação da Polícia Federal realizada, não tinha por que se ter nada sigiloso no relatório. É esse, é esse ponto que eu queria destacar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bem, eu discordo de V. Exa., mas entendo bem essa defesa institucional. Muito me chamou a atenção, muito me chamou a atenção essa regra contraditória explicitada por esse secretário. Para mim, CGU é sinônimo de transparência, integridade e exposição pública daquilo que precisa ser conhecido pela sociedade. Na minha concepção, fugiu completamente à regra.

Agora vamos voltar, por favor, a uma exposição do Ministro sobre a data dos fatos.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Acho que é o último eslaide, né? Ou penúltimo. Penúltimo. Antepenúltimo. Eu não terminei a apresentação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, eu queria saber de V. Exa.

Nós estamos tratando aí de mais de 40 entidades com ACTs (acordos de cooperação técnica) com o INSS em relação a descontos associativos e mais de 90 entidades bancárias financeiras para consignado no INSS.

Queria saber do senhor... Como Ministro desde 1º de janeiro de 2023, esquecendo essa linha do tempo oficial, gostaria de saber do senhor quando foi que o Ministro tomou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conhecimento de que se estava com um problema de três tópicos: descontos associativos, consignados e seguro-defeso.

O senhor aqui mostrou uma linha do tempo oficial. Eu quero fazer, sobre cada uma dessas perguntas, a mesma linha do tempo.

Vamos começar por descontos associativos, Ministro, por favor: quando é que o senhor tomou conhecimento... Olha só, é muito importante a gente dividir esses três tópicos. Eu quero, primeiro, saber de descontos associativos: quando é que o senhor lá se deparou com esse problema nessa magnitude?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – No caso dos descontos associativos – por isso que eu mencionei aqui a importância da Lei de Acesso à Informação agora há pouco –, havia, no começo de 2024, uma série de pedidos de Lei de Acesso à Informação feitos pelo jornalista que fez aquela primeira matéria do *Metrópoles* em dezembro de 23. E aquela primeira matéria do *Metrópoles* era sobre uma associação, era sobre a Ambec; não era sobre a estrutura de um esquema criminoso com as características que nós conhecemos hoje. E havia, depois dessa matéria, uma série de pedidos de acesso à informação sobre a questão dos descontos associativos, que chegou para a CGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor me permite?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu vou falar da...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me permite, só para a gente dialogar... Eu agradeço o seu respeito também aí nas respostas. O senhor me permite... Seria correto dizer que o primeiro alerta sobre isso foram as reportagens – para a CGU – do Portal *Metrópoles*?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Quando eu tive acesso ao pedido da Lei de Acesso à Informação, Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual data?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Março de 24, mais ou menos, porque o INSS tinha negado o acesso a algumas informações, e nós... E aí eu não estou falando da SFC; eu estou falando da nossa Secretaria de Transparência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... que fez uma interlocução com o INSS, porque a orientação de aplicação da Lei de Acesso à Informação é de que o sigilo é exceção, a regra é a transparência. E nós tentamos, na medida do possível, garantir esse princípio, que, na verdade, é um princípio constitucional. E aí, quando...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu volto à primeira pergunta, Ministro: qual foi a data...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu vou falar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... que o senhor tomou conhecimento como Ministro-Chefe?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Desses problemas, março, porque nós determinamos essa interlocução com o INSS para que o INSS abrisse essas informações. Eu entendi, em função disso, que talvez nós tivéssemos um problema que merecesse um olhar mais cuidadoso da SFC. Perguntei para o Secretário Ronald se já estávamos fazendo algum trabalho sobre aquele tema, e ele disse que sim, que tinha entrado, no plano de auditoria de 23 para 24, fazer um trabalho de auditoria sobre os descontos associativos.

Portanto, para ser bem específico, a informação que eu obtive da minha área técnica é de que, antes das matérias do *Metrópoles*, nós já estávamos fazendo o trabalho relativo aos descontos associativos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Queria chegar nesse ponto, Ministro. E qual foi... Olha, o Ministro-Chefe já disse aqui que tomou conhecimento através de um pedido de Lei de Acesso à Informação, por um portal de notícias, o *Metrópoles*, em março de 2024. Mas a CGU já estava fazendo um trabalho desde 2023.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O plano de 23 para 24.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O plano de 23 para 24. Qual foi o ponto de alerta para a CGU em 2023?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O ponto de alerta... Foram basicamente dois pontos de alerta: um ponto de alerta foi uma preocupação que já existia em relação aos descontos associativos, por conta de denúncias que já haviam sido feitas em alguns momentos, ou seja, desde 2019 foram mais de 11 reuniões daquele grupo de trabalho interinstitucional em que se discutiam descontos associativos. Havia uma preocupação muito grande porque havia aumentado o número de entidades que assinavam acordo de cooperação técnica com o INSS, ou seja, acordos que autorizavam essas entidades a realizarem os descontos – havia uma preocupação sobre a seriedade dessas entidades. E, no ano de 2022 e no ano de 2023, houve um aumento do número desses descontos.

Nós... Quando cheguei... Quando eu cheguei na CGU, em 2023 – acho que esse esclarecimento é sempre interessante se fazer –, o plano de auditoria é mais ou menos como o Orçamento, né? Nós, o Governo herda a lei aprovada de orçamento do último ano do Governo anterior. Nós herdamos o plano de auditoria da CGU feito em 2022 para executar em 2023. Nós executamos, o nosso primeiro plano de auditoria foi esse feito em 2023, em que constava... Em que constavam os descontos associativos.

No caso do crédito consignado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, aí, antes de o senhor passar para o consignado, eu queria pontuar o desconto associativo.

O senhor falou que tinha dois pontos de alerta: o primeiro, denúncia. E o segundo?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ah, o aumento nos valores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aumento nos valores. E quem é que estava cuidando dessa temática dentro da CGU? Porque o senhor não foi, o senhor só tomou conhecimento em 24.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A CGU realiza mais de 600 auditorias por ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Em dois mil... Quem é o responsável por organizar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é que estava encarregado de...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... os planos de auditoria é o Secretário Ronald Balbi, com a sua equipe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era isso que eu queria saber.

Ministro, esse Secretário, que é o mesmo que foi ao INSS, durante o ano de 2023, em uma reunião de trabalho em algum momento, conversou com o senhor sobre descontos associativos irregulares?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, eu perguntei ao senhor, há um minuto, quando o senhor tomou conhecimento? O senhor disse que tomou conhecimento em março de 2024. Eu quero saber, em 2023, esse Secretário sentou com o senhor para discutir irregularidade de descontos associativos? O senhor disse "sim".

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Em 2023, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então... Para eu poder não ficar tão equivocado.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, o que eu falei – obrigado porque eu consigo esclarecer –: em 2023, a equipe da CGU estrutura um plano de auditoria para 2024. Esse plano de auditoria tem 600, 700 auditorias. E esse plano vem de baixo para cima, Relator. As equipes de cada diretoria... cada diretoria dessas tem algumas coordenações. Eles fazem as suas análises de risco, baseadas em materialidade, baseadas em criticidade. Eles estruturam uma proposta de plano de auditoria, que é discutida com o secretário. O secretário aprova esse plano de auditoria. Esse plano de auditoria... neste plano de auditoria, estão descontos associativos 2023; entre outras, 600 auditorias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu, em 2024, vendo matérias, em março de 2024, vendo essas matérias, eu questionei...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse que foi pela Lei de Acesso à Informação, né?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – É, vendo os pedidos da Lei de Acesso à Informação, que, em decorrência deles, matérias eram feitas em relação a esse tema. Nós... Neste contexto, questionei a área se havia já alguma investigação, alguma apuração, alguma auditoria sobre esse tema. E ele me disse: "Isso já está em planejamento, porque entrou no plano de 2023 para 2024 e essa auditoria está começando". Foi isso que ele me disse.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, eu recebi um documento, mas ainda não fiz juntada à CPMI, de que o TCU tinha acionado a CGU, em setembro ou outubro de 2023, determinando que fosse feita auditoria e que esse teria sido o pontapé inicial. Isso procede?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não tenho conhecimento desse documento, mas, se ele existir, proceder, ótimo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas o senhor não tem esse...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não tenho conhecimento desse documento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... conhecimento?

Ministro, a pior coisa que existe na vida é fogo amigo, é o que eu mais tenho aqui, é fogo amigo. De amigo da onça, né?

Mas eu quero dizer aqui que eu me preocupei muito com uma reportagem, e queria que o senhor esclarecesse, se possível.

Deflagrada a Operação Sem Desconto, o Ministro Rui Costa foi bem taxativo – e, olha, eu tenho o maior respeito pela CGU, já disse isso aqui e repito, porque é verdade –: "CGU falhou ao não alertar governo sobre fraudes no INSS".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem V. Exa. e diz algo que contraria o que foi dito: "Todo mundo sabia do problema do INSS [e o senhor foi taxativo], e o Rui Costa sabe disso".

Ministro, sem querer criar polêmica, mas a gente está diante de uma contradição frontal à outra. Quem está faltando a verdade? Rui Costa, que disse que a CGU falhou, ou V. Exa., afirmando pela CGU que todo mundo sabia do que estava acontecendo no INSS? Eu gostaria que o senhor esclarecesse isso e me dissesse quem era esse "todo mundo".

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Na minha concepção, nenhum dos dois mentiu. O que o Ministro Rui Costa externou foi o fato de que essa auditoria, os problemas que estavam sendo detectados não tinham sido levados ao centro do Governo. O que eu disse, e o senhor... Não tinham sido levados ao Governo, né? E o que eu disse, e o senhor, V. Exa...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, pode me chamar de senhor mesmo.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... mencionou isso agora há pouco, inclusive, é que nós, em primeiro lugar, estávamos lidando com um tema sobre o qual havia matérias de jornais, matérias de veículos de comunicação, havia um grupo de trabalho interinstitucional com representação de todo o "Sistema U", vamos chamar assim, e mais outros órgãos, em que foram discutidos esses temas, né? Esse material todo já está aqui na CPMI. Portanto, essas questões já tinham aparecido, todas essas entidades já sabiam. O TCU, inclusive, em junho de 24, chegou a suspender os descontos. Tem uma decisão do TCU que chega a suspender os descontos; e os julgamentos do TCU são públicos, todo mundo acompanha. Havia Parlamentares que já haviam feito denúncias sobre isso. Inclusive, acho que, se não me falha a memória, a investigação do TCU começa em função de denúncias de Parlamentares.

Então, não tem... A minha fala aí foi só no sentido de afirmar com muita clareza que essa informação sobre problemas relacionados ao desconto associativo era uma informação pública. O que as pessoas talvez não soubessem era a dimensão do problema, os detalhes dos achados de auditoria e da investigação da Polícia Federal, o que veio à tona só em 24, em 25, com a operação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, eu confesso que não consegui compreender a superação dessa contradição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rui Costa afirmou que falhou, ao não alertar o Governo, a CGU – falhou ao não alertar o Governo. A CGU é o próprio Governo, como o senhor disse aí, acabou de falar. O senhor é Ministro-Chefe do órgão de controle principal do Governo. O senhor, com essa bomba na mão... Porque isto eu posso dizer ao senhor, que foi uma bomba e que irritou muito a divulgação dessa bomba, porque não tem nenhum Governo que quer que isso caia no colo. A verdade é que mexe com classe de aposentados e pensionistas e é um tema muito sensível.

O senhor manteve para o senhor esse... Olha só, o relatório de criticidade foi em julho de 2024, ou junho, como se apresentou ali, o senhor mostrou. O senhor manteve isso sob o seu conhecimento, o senhor era a autoridade máxima que conhecia esse problema ou o senhor compartilhou esse problema com outras autoridades da sua mesma estatura ou até maiores? É a pergunta que eu quero fazer. O senhor, diante de um problema desses que caiu no seu colo, com um relatório de criticidade muito grave, o senhor procurou algum outro ministro de Estado?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não procurei, e eu explico por quê.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor procurou o Presidente da República?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não procurei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, isso me faz crer, Ministro, isso me faz crer que o Ministro Rui Costa tinha razão. Se o senhor não procurou o órgão central ali do coração do Governo, que é não sei se o Gabinete Civil, ou qual é a função do Ministro Rui Costa; se o senhor não procurou o Presidente da República, me diga: o senhor guardou isso para o senhor – estou falando em termos de estatura, de hierarquia –, o senhor guardou isso para o senhor e não repassou ao dirigente máximo da Previdência Social, nem ao Presidente da República, nem ao chefe do Gabinete Civil?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O procedimento para a realização de auditorias que se transformam em inquérito policial é o sigilo. A minha responsabilidade funcional era garantir, inclusive, que essa investigação acontecesse da maneira mais eficiente possível.

Então, era a minha obrigação funcional não revelar dados que pudessem ser utilizados numa investigação para ninguém. Eu mesmo tinha acesso a quase nada do que era investigado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente por conta disso. Eu tive acesso aos relatos da nossa auditoria. O trabalho da Polícia Federal era um trabalho da Polícia Federal, em conjunto com a equipe técnica da CGU, e, como inquérito sigiloso, ele deveria seguir desse jeito.

Eu, em função dessa questão como um todo, Relator, eu tinha uma preocupação e tenho uma preocupação muito grande, que é nós conseguirmos... era que nós conseguíssemos acabar de uma vez com os problemas relacionados a essas fraudes. Eu não queria que nós fizéssemos nenhum tipo de remendo, excluindo duas, três associações, sem ressarcir os aposentados e pensionistas, criando algum tipo de regra de revalidação periódica que não seria suficiente no momento para resolver o problema.

Eu entendi, a partir do trabalho que a minha equipe estava fazendo, que a atuação com a Polícia Federal era o caminho mais adequado para lidar com esse problema e acabar com esse problema de uma vez. E foi isso que aconteceu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, voltando a essa temática que, para mim, é fundamental. Quando o senhor falou para o chefe do Gabinete Civil do Presidente – de quem todo mundo diz, pelo menos aqui na Casa, que é a pessoa com mais influência na administração federal, é lá o cérebro da administração –, o senhor disse a ele um fato muito pontual: "Todo mundo sabia do problema do INSS".

Quem é esse "todo mundo", já que o senhor foi tão taxativo? "Todo mundo sabia". Quem é esse "todo mundo"?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – No grupo de trabalho interinstitucional, a Defensoria Pública da União está presente, o Tribunal de Contas da União está presente, a CGU está presente, o INSS está presente, o Ministério da Previdência está presente, vários órgãos estão presentes.

Eu, quando falo na matéria, eu cito todos esses órgãos e digo "todo mundo sabia", citando todos esses órgãos, esse é o contexto; além de Parlamentares, porque Parlamentares fizeram denúncias, inclusive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor tomou conhecimento...

Pode voltar aquele quadro, por favor? Aquele quadro do cronograma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, houve, em 3 de julho, não sei, por volta daí, o envio do relatório, 23 de julho – aí no mês de julho –, houve o conhecimento do relatório pelo INSS. O senhor poderia me dizer, nesse momento aí, quantas entidades associativas estavam sob investigação?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Com possibilidade de corrigir, mas, se não me falha a memória, 29.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinte e nove. Esse número era o total de entidades associativas com ACTs vigentes?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – No momento da instauração da auditoria, sim...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... com descontos sendo efetuados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... eu pergunto ao senhor... Nós estamos falando de 2024. O senhor apresentou ali gráficos; eu tenho outros aqui, mas não vou colocar. O senhor vai ver que, de 2022 para a frente, foi uma curva ascendente que salta aos olhos. Não vou estar aqui falando nem de números, porque os números são bilionários.

Eu queria saber o seguinte: por que o senhor, com a responsabilidade de chefiar a principal instituição dentro do Governo para combater a corrupção e o desvio, por que o senhor não determinou a quem de direito, com o poder da CGU, de encerrar imediatamente, até uma segunda ordem, depois de uma fiscalização, a execução desses ACTs? – já que vocês tinham descoberto nesse relatório preliminar a ausência de capacidade do INSS de fiscalizar qualquer ACT vigente.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A CGU tem como competência de controle interno, Relator, fazer recomendações. Foi isso que foi feito ao longo de todo esse processo, ao INSS. A CGU não tem o poder de determinar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Eu agradeço a sua correção, mas eu pergunto ao senhor: por que o senhor não recomendou, na apresentação do relatório, a suspensão imediata dos ACTs vigentes, economizando, dali até 2025, no mínimo, uns R$2 bilhões a R$3 bilhões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – É exatamente essa a recomendação do relatório. Aliás, do primeiro, do segundo e do terceiro relatório, são essas as recomendações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, qual foi o ato que o senhor praticou para que isso se concretizasse?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Nós encaminhamos a investigação para a Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, eu estou falando em termos internos – em termos internos.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A equipe da CGU, os auditores da CGU, o Secretário Federal de Controle e toda a equipe, inclusive da diretoria da Sra. Eliane, fizeram todas as interlocuções com o INSS para garantir que isso acontecesse.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha o que o Ministro Rui Costa analisou desse trabalho:

> Ao fim e ao cabo, nós deixamos passar dois anos, período no qual mais pessoas foram lesadas, para poder corrigir o problema? [Esse é o Ministro Rui Costa se referindo à atuação da CGU] O papel da Polícia Federal não é mesmo o de avisar nada a ninguém, é apurar ato criminoso. Ela está no papel dela, correto, sem reparo. Agora, a função de qualquer Controladoria é preventiva, e não corretiva ou punitiva.

Então, isso aqui foi a palavra do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, condenando o que foi feito pela CGU, para não haver essa interrupção.

Eu não estou fazendo juízo de valor, não. Quem fez esse juízo de valor aqui foi o Ministro-Chefe do Gabinete Civil do Governo Lula, dizendo que esperaram dois anos para interromper desconto associativo, que tinham perdido muito tempo.

Então, Ministro, quero dizer ao senhor que essa foi uma declaração vinda de dentro do Governo, mostrando, na ótica de Rui Costa, a demora com que as providências foram adotadas após dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vou perguntar ao senhor, Ministro, em relação aos ACTs: por que, Ministro, qual foi a motivação, qual foi a motivação de terem sido abertos pela CGU – eu não sei se foram oito, nove, dez, onze –, inicialmente em abril ou perto disso, os procedimentos de responsabilização, de apuração e responsabilização?

Acho que é isso, né? Os PARs.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Deste ano?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Este ano.

Foram abertos, num primeiro momento, 12 – ou algo perto disso.

Ministro, se os relatórios – eu, que sou totalmente leigo nessa análise... –, se o trabalho maravilhoso que foi feito pela CGU, nas auditorias, já demonstrava que 97,6% dos descontos autorizativos eram falsos, de todas as entidades com ACT, e isso está no trabalho dos senhores, eu pergunto: por que essa diferenciação? Por que abrir PAR para 12 e deixar para abrir o restante, os 40 ou sejam lá quantos forem, só a um dia – ou um dia antes, ou dia depois – de a CPMI ser instalada? Por que dois pesos e duas medidas em relação a 12 associações se havia problema generalizado em todas?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Em primeiro lugar, não há dois pesos e duas medidas. O que há, nesse caso concreto, é simplesmente uma qualificação e tipificação das condutas de cada entidade.

Explico: em relação a essas 12 entidades, logo que houve a operação da Polícia Federal, o INSS abriu os PARs. Quando abriu os PARs sobre essas 12 entidades, nós entendemos, na CGU, que nós éramos responsáveis por essa investigação. Essa investigação era uma investigação complexa o suficiente para justificar que a própria CGU conduzisse esses processos.

Então, nós avocamos esses 12 processos de responsabilização, e passamos a analisar e a enquadrar a conduta de todas as outras entidades também, que não tinham sido alvo da operação da Polícia Federal, para ver, obviamente, sobre quem que nós íamos abrir processo ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei Anticorrupção tem um inciso, que é o inciso... Ela se chama lei, ela adquiriu esse apelido de Lei Anticorrupção, mas ela não lida só com problemas de corrupção, no sentido de pagamento de propina, ela tem um inciso específico para pagamento de propina, e ela tem um inciso específico para fraudes em fiscalização. Então, se uma entidade, por exemplo, não tem um indício de que pagou propina, ela pode ser enquadrada no ilícito de fraude, de fraude à fiscalização. Para enquadrar na fraude à fiscalização, nós precisávamos identificar a conduta de cada entidade. E foi isso que nós fizemos. E o processo, inclusive, de ressarcimento, gerou uma série de informações que, inclusive, viabilizaram a abertura desses processos. Algumas caracterizações, por exemplo, como fraude à biometria eletrônica, fraude no próprio processo de ressarcimento, apresentando documentos falsos ou inadequados no próprio processo de ressarcimento, tudo isso informou a abertura desses 40 processos.

Eu tenho muita clareza, Relator, de que essa análise da CGU... E eu discordo de qualquer pessoa que diga que a CGU, na atual gestão, demorou, porque foi feita uma auditoria com três relatórios e uma investigação da Polícia Federal em menos de um ano! Desde que nós começamos isso, no começo de 2024, até o primeiro pedido da Polícia Federal ao Judiciário, em dezembro ainda de 2024, é menos de um ano. Uma operação que envolveu quase 300 servidores da CGU e 800 policiais. Se isso não é investigar com rapidez, com presteza, com eficiência, eu não sei o que é. E 90 dias depois, 90 dias depois da operação, nós já estávamos começando o ressarcimento dos aposentados e dos pensionistas. Isso não é pouca coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, quem...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não conheço nenhuma investigação de corrupção no Brasil relevante em que a investigação não tenha durado pelo menos dois anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, aqui é por tempo real. Você faz uma pergunta e tem os universitários que também ajudam. Aí mandaram para mim aqui que a Controladoria-Geral da União instaurou, na última quinta-feira, 24 de junho, uma investigação preliminar para apurar possíveis irregularidades na contratação da vacina Covaxin. Como providência adicional, o órgão determinou, por meio de medida cautelar da Corregedoria-Geral da União com a CGU – na Corregedoria com a CGU –, a suspensão de qualquer ato por parte do Ministério da Saúde. Estou perguntando ao senhor porque eu perguntei anteriormente: por que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tinha determinado essa cautela na suspensão dos ACTs? Então, a CGU errou nessa suspensão cautelar da compra da vacina ou essa prática foi abandonada pela CGU?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Se não... Posso estar errado, porque o senhor está me trazendo uma informação, mas, se eu não me engano, essa questão da Covaxin foi, inclusive, em função de uma determinação do Supremo.

Não, as... Quando nós abrimos os processos administrativos de responsabilização, em muitos casos, não em todos, a área técnica toma uma decisão de pedir cautelares, inclusive de desconsideração da personalidade jurídica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era isso que eu queria saber.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – E nós fizemos nesses casos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber: nos ACTs. Eu só quero um caso: quando o senhor apresentou ou a sua equipe apresentou esse primeiro relatório, existe alguma medida cautelar por parte da CGU?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ah, isso foi feito depois da operação em conjunto com a Polícia Federal, salvo melhor juízo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, de 2024 até abril de 2025, passado aí quase um ano, a pergunta é: a CGU exerceu o poder de cautela para suspender a execução dos ACTs? A pergunta é simples.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A CGU elaborou uma estratégia de investigação conjunta com a Polícia Federal em função dos resultados da auditoria, e foi essa estratégia de investigação com a Polícia Federal que determinou todo o comportamento da CGU até a operação em 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu respeito a sua resposta, mas a pergunta é simples: CGU exerceu o poder de cautela para suspensão dos ACTs entre a apresentação do relatório e a operação sem desconto? É sim ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Para eu exercer esse poder de cautela, eu preciso ter os processos administrativos de responsabilização instaurados, e eles foram instaurados com a operação, a partir da operação em abril de 2024. Então é uma sequência de atos que demandam uma conclusão e que têm um protocolo, procedimento a ser seguido. Foi isso que a CGU fez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor acabou de dizer aqui que o INSS instaurou 12 processos administrativos, e a CGU pegou para ela, avocou para ela esses processos. O senhor tinha processos administrativos de responsabilização. A pergunta é muito objetiva: esse poder de cautela da CGU foi exercido nesse período? É sim ou não.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim. Depois que eles, os processos, foram avocados, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, Ministro, é de julho de 2024 a abril de 2025. Foi ou não exercido esse poder de cautela para suspensão dos ACTs?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Salvo melhor juízo, eu não conheço alguma medida cautelar que a CGU tenha entrado nesse período.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, Ministro, eu agradeço a sua resposta.

Ministro, nós estamos vendo um desvio significativo dos ACTs e estamos falando sobre os ACTs dos descontos associativos. O senhor tem uma visão ampla e institucional de tudo que aconteceu em relação a descontos associativos na folha do INSS relativos a aposentados e pensionistas. Pergunta simples: por tudo que o senhor viu e apurou, o senhor é a favor ou contra a manutenção de desconto associativo para entidade sindical de aposentado e pensionista?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Os relatórios da CGU apontam que, sem um sistema de biometria, um sistema de fiscalização muito adequado que garanta a higidez e a integridade de todo esse processo, não é possível garantir que os descontos associativos em folha de pagamento sejam imunes à fraude. Eu concordo com essa visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor concorda com a visão de manter suspensos esses descontos?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Concordo com a visão de manter suspensos até que ou se decida por não realizá-los, ou se constitua um sistema que gere uma imunidade para que esses descontos sejam adequados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, durante esse período de apuração, 24 e 25, o senhor se reuniu alguma vez com André Fidelis, Stefanutto e Virgílio?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguma vez essas pessoas tentaram acesso ao senhor?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Que eu me lembre, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Teve alguma recomendação da CGU para o INSS de que essas pessoas se omitiram ou demonstraram resistência institucional para cumprimento?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não sei se eu entendi exatamente, Relator. Se essas pessoas...?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se essas pessoas contribuíram para retardar a adoção de providências para fazer cessar esse roubo.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Se eu recebi alguma informação sobre isso da minha equipe?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, exatamente.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não lembro se nesse nível de detalhe, sinceramente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, qual é o papel da CGU? Olha só, tiraram lá os bilhões dos aposentados e pensionistas, colocaram esse dinheiro em entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sindicais, associativas e tal. Até onde a CGU pode ir atrás desse dinheiro? Qual é o limite para a CGU buscar esse rastro?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Quando nós... Bom, tem duas situações possíveis aqui. Uma situação é: a partir do momento em que eu abro o processo de responsabilização, Relator – isso vale para qualquer empresa, qualquer entidade –, essa entidade ou empresa pode procurar a CGU, que, em conjunto com a AGU, vão negociar um acordo de leniência, por exemplo. Nessa situação, qualquer acordo de leniência que possa ser negociado pressupõe o pagamento de uma parte da multa e o ressarcimento integral de um dano causado. Então, essa é uma possibilidade.

A outra possibilidade é via ação judicial de ressarcimento, que a CGU indica à AGU a necessidade de fazer, caso, por exemplo, você tenha uma punição no final desses processos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta... Talvez eu não tenha me feito claro. A pergunta é: a CGU tem atribuição para fazer uma auditoria nessas entidades associativas?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ah... Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim, se essas entidades são alvo de uma... Se o órgão ao qual essas entidades se relacionam é alvo de uma auditoria, essa auditoria pode se estender para uma determinada entidade que tem algum processo de contratualização com esse órgão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunta segunda: dessas 40 ou mais entidades que tiraram dinheiro dos aposentados, roubando esse dinheiro, a CGU já concluiu a auditoria em quantas?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Nós fizemos, no segundo relatório, visitas *in loco* e auditoria... A auditoria do segundo relatório envolveu análise de documentos e visita *in loco* a pelo menos 29 entidades, e o relatório que demonstra que isso foi feito e que apresenta os resultados dessa auditoria é o segundo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer quais foram os principais problemas encontrados nessas auditorias em relação às entidades?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Os problemas aparecem de formas distintas, mas um problema que se encontrou em uma série de entidades, que eu acho que é o problema talvez mais sério, digamos assim, foi a completa falta de estrutura organizacional ou de capacidade organizacional para prestar os serviços que elas se diziam aptas a prestar para os aposentados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Ministro.

Ministro, agora vamos pular para a segunda etapa: empréstimo consignado. O tamanho do empréstimo consignado – não sei por ano, pode aí variar entre 70 e 90 bilhões por ano – é muito maior do que o problema das entidades, dos descontos associativos irregulares. A CGU tem alguma auditoria realizada, tem alguma fiscalização sobre empréstimos consignados em relação a aposentados e pensionistas e INSS?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Tem uma auditoria de que já foi publicado o relatório...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando, Ministro?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Se não me falha a memória, foi publicado no começo de 2024, posso pegar exatamente o mês...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... que foi um relatório que foi elaborado, eu acho que começou... Esse vinha do plano de 22, né? Então, ele começou a ser feito ali durante 23... Fevereiro de 24? Em fevereiro de 24, ele foi publicado. E tem uma segunda auditoria, que está sendo feita, conduzida agora, em relação aos consignados, pela Dra. Eliane.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos falar da primeira que foi realizada. Essa auditoria envolveu a análise de quantos ACTs das instituições financeiras?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Aí, eu não lembro de cabeça, eu preciso pegar aqui a documentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer quais foram os principais problemas constatados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... em relação às instituições financeiras com o consignado?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Um dos principais problemas em relação ao crédito consignado do INSS, porque eu acho que é importante a gente fazer essa separação, porque tem vários tipos de crédito consignado, mas um dos principais problemas que foram abordados pelo INSS nessa questão diz respeito ao fato de que também havia, por parte do INSS, um controle pouco eficiente desses acordos de cooperação que eram assinados. Depois de um tempo, o INSS acabou criando o E-Consignado, que ajudou no processamento e no procedimento desses descontos em função do crédito consignado, mas algumas dessas recomendações creio que só estão sendo implementadas agora, depois, com a chegada do Dr. Gilberto à Presidência do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe estipular qual é o tamanho desse desvio em relação a consignados pela auditoria feita ou pela análise da CGU?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Desculpa. Desculpa, Deputado. Eu estava tentando pegar minha pasta aqui, porque tem os documentos das auditorias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No desconto associativo, a CGU sempre cita aí 6,2 bilhões ou algo do tipo. Em relação aos consignados do INSS, aposentados e pensionistas, o senhor sabe dizer o tamanho e números desse problema?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ainda não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nem tem estimativa?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não tenho estimativa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa auditoria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Seria leviano da minha parte aqui falar qualquer coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa auditoria que foi realizada, o senhor pode repassá-la para a Comissão?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E essa que está...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O relatório já foi repassado, inclusive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É? Agradeço.

Essa que está em curso, qual é a previsão de finalização?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Essa auditoria que está em curso, creio eu que até o final do ano termine.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está.

Também, naquilo que for possível, Ministro, que não atrapalhe a investigação, gostaria que, se possível, fosse compartilhado também com a Comissão.

Ministro, o senhor citou um nome aí, é... Como é o nome do atual Presidente do INSS?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Gilberto Waller.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor assumiu a Controladoria-Geral da União, o senhor encontrou esse cidadão lá na Controladoria?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instantinho.

Por gentileza, silêncio! O ruído... A sala é pequena, acaba nos atrapalhando aqui de acompanhar a fala da testemunha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor encontrou esse cidadão lá na Controladoria?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ele era corregedor, eu acho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve a iniciativa de exonerá-lo?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ele, ele foi... Ele recebeu um convite para ir trabalhar na AGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah! Foi de moto próprio que...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu... Desculpa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não... Foi de moto próprio?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, ele tinha recebido um convite para trabalhar na AGU e eu tinha já convidado uma outra pessoa para subir à Corregedoria, que é o Dr. Ricardo Wagner, que é auditor da CGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É que eu queria saber se faltava a ele algum tipo de requisito para continuar na CGU, porque parece meio contraditório. É exonerado da CGU e ao mesmo tempo é colocado como peça-chave no INSS, no meio desse furacão. É uma...

Quer dizer... A pergunta seria: Faltava qualidade a ele para trabalhar na CGU?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ao contrário, eu nem avaliei exatamente a qualidade. Havia uma questão e uma preocupação. Corregedoria é um órgão muito importante dentro da CGU. Havia um pleito dos auditores de que a Corregedoria, inclusive, fosse ocupada por um auditor de carreira da CGU. E nós tomamos essa decisão sem nenhum demérito ao trabalho do Dr. Gilberto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, terceiro ponto: seguro-defeso. Ministro, seguro-defeso está um escândalo absoluto.

Eu pergunto ao senhor: qual a medida ou quais medidas a CGU tem tomado em relação ao seguro-defeso? Eu não sei, aqui em Brasília, eu não sei se eu li errado, 59 mil pescadores. No Maranhão, eu não sei se tinha um... tinha mil pescadores para um barco. Eu não sei, algo desse tipo.

Eu pergunto ao senhor: esse escândalo está em que pé de apuração na CGU?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O que eu posso falar, por enquanto, é que a CGU está investigando possíveis fraudes no seguro-defeso. Está fazendo uma auditoria a respeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer qual é o tamanho, em termos de números supostos, de pescadores fictícios?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Nós estamos visitando mais de 20 municípios. Não há um número estimado ainda que eu conheça de fraudes, digamos assim.

Quando nós fazemos essas auditorias, nós nos preocupamos muito com as questões relacionadas aos números que nós levantamos, porque inferências estatísticas são muito perigosas, né? E nosso objetivo é principalmente identificar possíveis fraudes e, se houver entidades que estejam atuando de maneira fraudar o seguro-defeso, responsabilizá-las.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desde a sua gestão, quantos pescadores ou cadastros de pescadores fictícios já foram suspensos por iniciativa da CGU?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não sei, não sei, mas, se foi suspenso, foi suspenso pelo Ministério da Pesca ou pelo próprio INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, para finalizar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só um instante, Excelência. Vamos deixar o Relator terminar e eu passo a palavra a V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não estou ouvindo.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Pela ordem.

Estou pedindo exatamente porque tenho um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Pela ordem.) – O seguro-defeso... Qual o nexo causal, qual é a relevância do debate sobre o seguro-defeso? É a pergunta ao Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu posso responder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – O escopo do trabalho são os descontos irregulares na folha de pagamento do INSS. Esta Comissão já decidiu, de forma taxativa, que irá investigar desconto associativo e empréstimos consignados. E há questionamentos, inclusive aqui com vários requerimentos de membros, sobre o seguro-defeso. É algo em que ainda não foi batido o martelo aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, vamos encerrar, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bora.

Sr. Ministro, o senhor foi procurado em algum momento pelo Sr. Nelson Wilians?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi procurado em algum momento pelo Sr. Antônio Carlos Camilo, Careca do INSS?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi procurado em algum momento pelo Sr. Maurício Camisotti?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi procurado em algum momento pelo Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Nem sei quem é essa pessoa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi procurado por algum Parlamentar, seja ele de onde for, para tomar conhecimento sobre as investigações da Controladoria a respeito de descontos associativos ou empréstimos consignados?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O Relator encerrou?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, nós vamos suspender a sessão para o intervalo de uma hora.

(*Suspensa às 12 horas e 46 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Retomando os nossos trabalhos, cada Parlamentar, nós teremos dez minutos entre perguntas e respostas. O Parlamentar que falar por dez minutos, o nosso Ministro poderá responder ou não, se desejar comentar. Mas o importante é que são dez minutos de perguntas e respostas.

O primeiro inscrito é o Senador Izalci Lucas, que tem a palavra por dez minutos.

Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Bem, Presidente, antes de iniciar a minha fala, eu quero reforçar o que foi dito aqui pelo Relator, a forma leviana com que alguns Parlamentares aqui agem nesta CPMI. Eles normalmente acusam os outros daquilo que eles fazem. Quem está tentando blindar aqui a CPMI são exatamente eles.

Quero dizer, Presidente, que fui o Relator da Medida Provisória 759, da regularização fundiária, em 2017, eu era Deputado. E, de lá para cá, somos os maiores apoiadores da agricultura familiar. Conheci a Conafer lá. Assim como vários Parlamentares aqui visitaram lá a Conafer, eu também visitei, falei com ele – tem a questão da agricultura familiar.

Então, o que eles querem, na prática, esses petistas, é exatamente blindar, mentir. Eles não têm moral nenhuma para falar qualquer coisa, porque eu participei de todas as CPIs aqui, Senador Alfredo Gaspar – Petrobras, Lei Rouanet, JBS, fundo de pensão –, eu sei como eles agem, como eles fazem. Então, são levianos, irresponsáveis e acusam as pessoas. Só que eles encontraram uma pessoa que não tem medo. Quem fez o requerimento de convocação da Conafer fui eu. Quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez o requerimento de quebra de sigilo fui eu. E não tem nenhuma dificuldade. Eu quero ver se eles têm a mesma disposição do que nós.

Inclusive, hoje mesmo tentaram já blindar um... Ontem, semana passada, foi exatamente a empresa de turismo, lá da Contag, que superfaturou as passagens, viu? Já tem as informações todas. Superfaturaram provavelmente para pagar por fora para quem beneficia. E hoje, o Edson... Comemoraram aqui, bateram palma, como se fosse uma grande vantagem a obstrução que fizeram. Então, são levianos, mentirosos e irresponsáveis.

Conheço já a Conafer há muito tempo, depois que eu soube agora dos descontos. Por isso, fiz o requerimento imediatamente de convocação da Conafer aqui.

Mas eu queria aproveitar, Presidente, para perguntar ao nosso Vinícius aí, que é o... Primeiro o seguinte: eu sou auditor e sei que um órgão como este, a CGU, é um órgão de Estado, não é órgão de Governo. A gente precisava ter muita independência para atuar na CGU.

A gente... Eu percebi algumas colocações que foram feitas aqui já, o Relator adiantou bastante, porque de fato é muito competente, mas eu queria saber algumas coisas que ele não perguntou, pelo menos eu não entendi.

A Polícia Federal apontou que o INSS ignorou seis alertas da CGU em 2024. Questiona-se: por que a CGU não interveio mais cedo ou forçou ações como o bloqueio imediato dos convênios?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Desculpa. Boa tarde.

Há um caminho a ser feito quando se fala de investigação de auditoria: auditoria, investigação, operação com a Polícia Federal, se for o caso, e cautelares, abertura de processos e cautelares. Eu preciso abrir os processos administrativos para fazer o pedido de cautelar. Foi isso que foi feito. Sobre demora...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Demorou muito. Eu acho que, se tivesse agido realmente na hora em que soube da... porque o escândalo é tamanho...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não dúvida, Senador, se o senhor me permite, de que, em 2019, quando quatro associações foram suspensas, se essas associações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivessem sido alvo de investigação, se tivessem abertos processos administrativos contra elas, sem dúvida nenhuma o Estado brasileiro não teria demorado tanto. Mas a CGU não demorou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É, mas, na medida em que...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Lá em 2019, lá em 2019, são R$400 milhões de descontos de aposentados que não foram ressarcidos. Esses R$400 milhões não foram ressarcidos. As entidades foram suspensas e os descontos que foram realizados por elas, R$400 milhões...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não foi ressarcido nada até agora, inclusive. O que está sendo ressarcido...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, agora está sendo ressarcido...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... aos aposentados é dinheiro do orçamento, do contribuinte.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Os aposentados estão sendo ressarcidos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu até queria saber exatamente isto: por que, no processo de bloqueio e de ação judicial, por que houve esse processo, praticamente um processo seletivo? Não colocou principalmente as entidades como a Contag, a Conafer e outras. Fez apenas com 12 instituições.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Foram as 12 instituições para as quais foram abertos processos logo no começo, que foram as 12 instituições que foram alvo da operação da Polícia Federal. Como expliquei aqui para o Relator, logo depois disso, nós abrimos processos e investigações sobre todas as outras, foram abertos inquéritos, as chamadas IPS, em seguida foram abertos os processos administrativos contra todas, e as cautelares de ressarcimento ou de bloqueio de bens estão sendo feitas pela AGU.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas eu estou vendo aqui, Vinicius... Porque só em dois de setembro de 2025, após determinação do TCU, a AGU passou a instaurar PAR, o processo de responsabilidade da empresa, contra as 40 entidades, quer dizer, só depois, agora, que o TCU

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocou, em setembro de 2025, agora recente, é que houve realmente esse processo de responsabilização das 40 entidades.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, não é verdade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E, aproveitando, só porque está terminando o meu tempo, a CGU também instaurou 12 processos administrativos PAR – né? – por vantagens indevidas dos agentes públicos que foram avocados por naquele momento. Quem são os agentes públicos investigados? A que órgãos eles pertencem? E quais são os resultados práticos já alcançados dessa apuração, incluindo afastamento, multas, encaminhamento ao Ministério Público?

Pode...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Posso, posso responder sem problema. São... Só para deixar claro aqui, todas as entidades, a partir da operação, passaram a responder inquéritos dentro da CGU – todas elas.

Contra doze foram abertos processos imediatamente, em função da operação que foi feita. Aos alvos da operação abriu-se o processo, o INSS abriu o processo, nós avocamos. Depois nós instauramos inquéritos contra todas as outras. A equipe da CGU trabalhou intensamente; em três meses, os processos administrativos foram abertos contra todas as outras. Não tem nada e nenhuma relação com determinação do Tribunal de Contas da União. Até porque, se o senhor observar as...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas o Tribunal de Contas determinou, aí na sequência foi feito...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Mas não em função...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pode ser coincidência, mas que foi feito, foi.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Até porque, se analisarmos todas as notas técnicas que foram instauradas, as 40 notas técnicas, elas seriam impossíveis de terem sido produzidas em uma semana. Elas foram produzidas ao longo desses meses, depois de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho muito intenso da equipe técnica lá da CGU de apurar e identificar os ilícitos de cada associação.

Sobre os processos disciplinares.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Isso.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – São processos disciplinares contra servidores públicos – são sete servidores públicos, se eu não me engano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pode citar isso? Quais são os servidores?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Todos aqueles que foram, de algum modo, associados a casos de propina na abertura do processo, na operação da Polícia Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quais são eles?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – André Paulo Félix Fidelis, Geovani Batista Spiecker, Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, Alexandre Guimarães, Jucimar Fonseca da Silva, Philipe Roters Coutinho, Vanderlei Barbosa dos Santos, e Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho e Alessandro Antônio Stefanutto. Esses dois últimos pela Corregedoria da AGU, já que eles são da carreira da AGU.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Desses, alguns já foram multados, ou um encaminhamento já feito ao Ministério Público, alguma coisa já?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, todos os processos estão abertos, não tem condenação de ninguém ainda; até porque são processos que foram abertos depois da operação também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Entendi.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – E o Ministério Público tem acesso a todo esse material, assim como a própria CPMI.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, com relação... Eu queria ver o posicionamento da CGU com relação a esse acordo que foi feito com os aposentados e pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve um acordo, bastava entrar no Meu INSS, qualquer aposentado, para pedir a restituição. Por que vocês exigiram que os aposentados e pensionistas tivessem que abrir mão de entrar na Justiça ou tirar a ação judicial, se houvesse...? Porque, pela lei do Código do Consumidor, eles teriam o direito de receber em dobro. Essa era a preocupação, de ter que pagar em dobro, e aí vocês concordaram com isso, inclusive a DPU?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Quem negociou, quem fez essa negociação e inclusive desenhou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... esse procedimento de acordo foi a AGU. Os advogados da União têm capacidade técnica suficiente, mais do que suficiente, para desenhar esses modelos de acordo.

O que eu entendo, do meu conhecimento sobre acordos de uma maneira geral, é que, quando você faz um acordo, você abre mão do processo, né? Se eu faço um acordo de leniência na CGU com uma empresa, nós abrimos mão de processar aquela empresa, porque ela assinou um acordo de leniência; e ela abre mão de processar a administração pública, porque ela fez um acordo de leniência. Então é assim que funciona acordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, só para informar, Sr. Relator, já tem aqui – espero que o PT não faça obstrução –, já está definido aqui, já está mostrado nas quebras que a Pepper já recebeu 15 milhões do PT... do Careca. O Careca do INSS financiou a campanha e também essa empresa de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Senador, desculpa, quem é a Pepper?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu espero que não haja realmente nenhuma...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é a Pepper? Quem é a Pepper?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É uma... que cuida da... Eu vou passar para V. Exa., mas já tem um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode passar, Senador, para encerrar.

Eu vou passar para o próximo orador.

Com a palavra, por dez minutos, o Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É uma agência de publicidade, depois eu passo para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Senador Jorge Seif.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Presidente, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Líder Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Cabe art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. V. Exa. não foi citado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por analogia ao artigo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Uma interpretação ampla e subjetiva?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, não cabe.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se couber, eu quero os meus atrasados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Jorge Seif, por dez minutos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde...

Estão me ouvindo aí no microfone?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Excelência, estamos, alto e claro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Ministro Vinicius, obrigado pela presença do senhor aqui. O senhor sabe que o serviço público é uma corrida de bastões, né...

Aí, Presidente. Já começa cedo, aí depois eu fico nervoso e vocês reclamam.

Olha só, a vida pública é uma corrida de bastões, ou seja, o Ministro que antecedeu o senhor fez planejamentos, passou para o ano de 2023. O senhor conhece esse Paint 2022 aqui, Plano Anual de Auditoria Interna? O senhor conhece? É um documento oficial, pelo menos está no portal da CGU, está certo?

Então, esse Plano Anual de Auditoria foi publicado, segundo o *site*, em abril de 2022. Quando nós pegamos o Plano de Auditoria, já sob a gestão de V. Exa., Planejamento Anual 2023 – e esse documento o senhor deve ter, eu imagino que esteja até aí com o senhor, veja bem, a narrativa, e isso que a gente precisa quebrar, é dizendo que não foi feito nada nos anos anteriores, que o senhor, inclusive nas notas taquigráficas, o senhor, vou falar de uma forma popular, mas o senhor quis dizer que, em 2022, o senhor pegou sem saber de nada e que, em 2024, então, vocês começaram a agir. Mas não é um fato verdadeiro, é uma inverdade.

Eu vou lhe explicar. No Plano de 2023, que é planejado em 2022, assim funciona a CGU, é ou não é? Então, aqui, olha, na página de nº 10, serviços relacionados com Previdência, de 2023, do que nós estamos tratando, e o quarto item é: consignações realizadas na folha de pagamento do INSS.

Sabe o que isso aqui comprova? Comprova que V. Exa., ou sua equipe, que eu entendo, eu já fui secretário nacional, que era similar ao ministro de Estado, e por muitas coisas a nossa equipe responde e ela resolve, eu entendo isso...

Para confirmar o que eu estou falando, a Defensoria Pública esteve aqui nesta CPMI e disse o seguinte: que já alertou o senhor, o INSS, em outubro de 24, sob o Ofício 7477875, sobre fraudes. E, apesar desse sistema formal, eu me pergunto: por que a CGU só tomou medidas efetivas em agosto de 2025? Ou seja... Sim, neste ano é que foram suspensas as cobranças, vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

só agiram este ano, porém, o senhor já sabia, em 2023, de acordo com o plano que está em minha mão, na p. 10, vocês já sabiam disso.

Antes de o senhor responder, deixa só eu terminar, comprovando a comprovação.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – É porque eu vou precisar responder mesmo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não, ótimo.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – É uma bela narrativa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não, não é narrativa, são documentos, de 2023, já sob sua gestão. Não é narrativa, são documentos oficiais que estão no *site* da CGU, ou seja, mais de dez meses.

Outra coisa, no GTI, a DPU afirmou que, em fevereiro – a DPU, que esteve aqui –, em fevereiro de 24 e maio de 25, ocorreram reuniões bimestrais documentadas, inclusive com a participação de CGU – não sei se o senhor ou se sua equipe –, INSS, Dataprev, TCU e outros órgãos. Eu lhe pergunto também: o senhor participou dessas reuniões? Por que não tomaram medidas, assim como vocês tomaram na Covaxin, que foram medidas antecipadas? Vocês só agiram em 2025.

Outra coisa: diante dos alertas, diante do planejamento da CGU, de 2023, diante dos alertas da DPU, e da própria servidora da CGU, em 2024, reuniões bimestrais, por que a CGU só agiu efetivamente em 2025? E eu tenho uma conclusão – eu tenho uma conclusão.

O senhor tem... Eu vou deixar o senhor responder para eu me manifestar. O senhor está com a palavra.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Vamos lá.

Em 2023, plano de 2022 para 2023, consignações em pagamento. Certo? A informação que eu tenho, inclusive da minha equipe, da Dra. Eliane, inclusive, é que a opção que foi feita ali em 2022, em relação a 23, era fazer auditoria em relação aos empréstimos consignados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consignações em pagamento, empréstimos consignados. Certo? O próprio Relator, hoje cedo, disse para mim que a questão dos empréstimos consignados tem valores muito grandes. Então, por uma questão de critério de análise de risco, que foi feita pela equipe técnica da CGU, eles, em 2023, fizeram auditoria sobre crédito consignado, o relatório... créditos consignados; relatório publicado no começo de 24.

Todas as outras interações que o senhor menciona e que o fazem crer – e o senhor me corrija se eu estiver errado – que a CGU só agiu em abril de 2025 ou agosto de 2025 decorrem da própria investigação da CGU. Todas essas interações, eu falei aqui logo cedo: nós investigamos junto com a Polícia Federal e fizemos auditoria durante um ano. Essas interações que o senhor menciona, com o INSS, ou dentro do grupo de trabalho interinstitucional, aconteceram, várias delas, no contexto já da auditoria.

O senhor menciona que, supostamente, há uma narrativa de que, entre 2019 e 2022, não aconteceu nada. Na verdade, eu falei aqui: aconteceu, suspenderam quatro entidades. Não foi isso? Aconteceu também, assinaram 21 acordos de cooperação durante a gestão do Dr. José Carlos Oliveira, com entidades que são responsáveis por praticamente 50% daquilo que foi arrecadado a mais em 2023 e 24.

O que eu disse foi que, em relação a essas quatro entidades que retiraram recursos, da ordem de R$400 milhões, de 2 milhões de aposentados, não teve interação com o INSS, não teve abertura de processo sancionador contra essas entidades, não teve cautelar, não teve nada disso. E o senhor está aqui dizendo que eu não fiz nada na minha gestão, ou só em agosto de 25, depois de ter feito tudo isso que nós fizemos? Desculpa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Ministro...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso não fica de pé perante os fatos, com todo o respeito.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Eu só tenho mais dois minutos e pouco.

Na verdade, eu não falei que o senhor não fez nada; ao contrário, o que eu estou afirmando é que o senhor e sua equipe, desde 2023...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando, na p. 10, menciona "consignações", não é empréstimo consignado. Qualquer desconto, em cima de aposentados e pensionistas, segundo a linguagem da CGU, são consignações, são descontos consignados, seja de plano de saúde, seja de associações, seja de empréstimos, seja de... Enfim... Então, consignações é uma palavra ampla para todo tipo de desconto.

Então, eu não estou falando que o senhor não fez nada. Eu estou falando o seguinte: conscientemente – e eu vou lhe falar por que é que o senhor fez isso –, conscientemente, vocês sabiam do que estava acontecendo, no entanto, devido à gestão de Carlos Lupi, amigo indicado de Lula...

Inclusive, surpreende-me que a CGU não tenha dado uma só palavra sobre ele dar para si poderes para nomear servidores do INSS. Eu nunca vi isso na minha vida.

O senhor é ministro da CGU. O senhor iria nomear servidores na Pesca, uma portaria dando esse poder para o senhor ou para mim? Absurdo!

Então, veja: vocês só agiram e a Polícia Federal só mostrou serviço depois do *Metrópoles*, porque aí vocês ficaram exatamente expostos.

E digo mais: o *Metrópoles* fez um grande serviço pra nação. Vocês só começaram as operações...

E, se Lupi fosse o santinho que ele mostrou aqui... Nossa! Eu pensei que o Papa iria até beatificá-lo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Se ele fosse santinho, ele não pediria demissão. Por quê? Se estão me acusando de algo que eu não fiz, eu vou pedir demissão ou eu vou seguir no cargo, pra provar que eu sou inocente? Não. Ele fugiu. Fujão, porque sabe que tem culpa no cartório; que deu pra si poderes, pra infestar o INSS de servidores que estavam mancomunados pra roubar nossos aposentados e pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a CGU viu tudo isso, e o senhor, já com histórico de... Primeiro, que, lógico, quem te indicou foi Lula; o senhor, simpatizante do Partido dos Trabalhadores, porque, inclusive, confessou aqui – eu acho bacana ser honesto e sincero – que já foi filiado... Ou seja: foi uma blindagem sistêmica.

O senhor e sua equipe blindaram o Governo e esqueceram-se dos aposentados e pensionistas, que já pagaram mais de R$6 bilhões na roubalheira autorizada, infelizmente, pelos órgãos do Governo.

Agradeço ao senhor, e o senhor tem tempo aí de responder.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Essa é a opinião do senhor. Ela só não corresponde ao que aconteceu. Mas tudo bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Pelo tempo da Liderança, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Presidente, esta sessão, hoje, está, de fato, estranha, né?

O Senador que falou agora há pouco começou a ofender o PT e acusar o PT, porque apareceu um vídeo dele, com o Presidente da Conafer, onde ele vai de carro, pega o carro, leva pra almoçar...

Pode? Pode. Por que é que ele não falou aqui, naquele dia, "ó, o cara é meu amigo"? "Eu vou afrouxar aqui com ele, porque ele é meu 'parça'. Inclusive, eu saio com ele, pra jantar, pra almoçar...".

Ninguém falou nada! Aí, a culpa é do PT?

Aí, ele diz: "Não, mas eu fui Relator de uma medida provisória, em 2016, e por isso eu fui almoçar com ele em 2020".

Tá bom. É a explicação dele. Agora, o PT não tem culpa disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, um outro Senador, que me antecedeu agora, Presidente, era Ministro do Bolsonaro. O GT foi instalado pelo Ministério Público em 2019: 19, 20, 21, 22. O que aconteceu, Sr. Presidente, na investigação para valer? Foi ali que explodiu o roubo, Sr. Presidente. Os ACTs das entidades fantasmas? As mudanças de interpretação com o José Carlos Oliveira? Não fizeram nada, foram cúmplices da roubalheira. "Ah, porque os servidores que estavam lá...", eles indicaram todos, todos foram eles que nomearam. Todos dessa turma aí envolvida no esquema da corrupção foram colocados em cargo de chefia no Governo Bolsonaro – Governo em que ele era Ministro – e não fizeram nada! Ah, mas por que a CGU não fez auditoria em 2023? Por uma razão muito simples, o plano das auditorias da CGU é feito de um ano para o outro. E eles não... mesmo sabendo – porque eles sabiam de tudo, Bolsonaro sabia, eles sabiam, eram parte do esquema –, mesmo sabendo, não tinha nenhuma previsão em 2023 da CGU investigar. E por que que foi investigado pela CGU em 24? Não foi por conta de matéria de jornal nenhuma, foi porque foi incluído no plano das auditorias de 24. E por que que a operação da Polícia Federal ocorreu só em 25? Porque a CGU comunicou à Polícia Federal, que preparou a operação policial, solicitou ao Poder Judiciário, que demorou alguns meses para autorizar a Operação Sem Desconto.

Então, esse é um discurso que não para em pé, é um discurso sem pé nem cabeça. Se tem, Sr. Presidente, algo que esta CPI já mostrou de forma inequívoca para a sociedade brasileira é que o esquema da corrupção começou no Governo Bolsonaro, é que as regras que foram modificadas para afrouxar a fiscalização foram no Governo Bolsonaro, é que as entidades fantasmas ganharam ACT no Governo Bolsonaro, que os servidores afastados por corrupção foram colocados em função de chefia no Governo Bolsonaro. E só existiu uma ação concreta de fiscalização para desmontar a quadrilha que entrou para dentro da máquina do Estado no Governo Bolsonaro no Governo do Presidente Lula. A CGU, com independência, promoveu a auditoria; a Polícia Federal, com independência... Tem até um, um ex-Ministro, que agora é Senador, que quando saiu, deu uma entrevista dizendo: "Um dos motivos que eu estou saindo é porque a Polícia Federal não tem independência funcional para trabalhar". Não fui eu que disse; foi um ex-Ministro da Justiça do Bolsonaro, quando saiu do Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... saiu denunciando que a Polícia Federal era comandada pela família – *famiglia*, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente, não para em pé a conversa aqui. Uma coisa está clara – e quanto a isso, não há mais dúvida: o esquema criminoso foi montado no Governo Bolsonaro, o roubo começou no Governo Bolsonaro e a quadrilha foi desbaratada no Governo do Lula. E o dinheiro roubado no Governo Bolsonaro foi...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Devolve o meu tempo aí, Presidente, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele ganhou um minuto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Se apagar a palavra Bolsonaro do planeta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... vai ter que aprender Libras.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, um minuto. Pronto, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O pessoal não gosta de ouvir a verdade, né? O pessoal não gosta de ouvir. Mas vão ouvir, vão ouvir todo o tempo.

O esquema criminoso foi montado no Governo Bolsonaro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A quadrilha entrou para dentro do Governo durante o Governo Bolsonaro. Mudaram as regras para poder acomodar os interesses da quadrilha no Governo Bolsonaro. Os servidores corruptos foram nomeados para funções de comando no Governo Bolsonaro. E foi no Governo do Presidente Lula – eu quero cumprimentar aqui o Ministro Vinicius – que, com independência, a CGU fez auditoria, com independência, a Polícia Federal fez a operação que garantiu que a quadrilha montada no Governo Bolsonaro fosse desbaratada, e nós já temos quase 2 milhões de aposentados e aposentadas que tiveram o dinheiro devolvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a verdade, Presidente. O resto é retórica, conversa furada que qualquer pessoa que tem o mínimo de inteligência sabe que não vai convencer ninguém. A verdade está aí, basta quem quiser olhar para saber.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

Não, Excelência.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não, eu só queria dois esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. O tempo já encerrou.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – O Líder Paulo Pimenta falou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência. O tempo já encerrou, por favor.

Com a palavra o Deputado Beto Pereira.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O problema, Presidente, é que ele fica lançando dúvidas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Marcel van Hattem, por gentileza, o tempo já encerrou. Cada um teve a sua manifestação.

Deputado Beto Pereira.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não.

Deputado Beto Pereira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Para interpelar.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... antes de mais nada, eu queria aqui deixar registrado que é necessário reconhecer que, dentro da Controladoria-Geral da União, existe um corpo técnico muito bem-qualificado, talvez um dos mais bem-qualificados da República.

É importante dizer, e aí eu quero talvez até ser bastante repetitivo, o seguinte. Tem três mantras que me guiam dentro desta Comissão: primeiro, é responsabilizar quem concorreu ao crime; segundo, é tentar recuperar os recursos que foram desviados; o terceiro é propor legislação para reforçar o sistema de controle e segurança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – E aqui eu quero dizer a primeira sugestão legislativa que faço aqui, depois da que nós fizemos na Câmara, e o Senado reforçou esse pedido, que é justamente acabar de uma vez por todas com os descontos associativos. Agora, nós temos que ouvir e tirar isto como lição: propor uma legislação. Como a Controladoria-Geral da União é uma carreira de Estado, que a chefia da Controladoria-Geral da União seja exercida por alguém de carreira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não dá para nós ficarmos sempre na dúvida e não termos a independência necessária para o Ministro Controlador-Geral. E aqui não é uma questão pessoal, mas nós temos que propor isso como carreira de Estado. Não é correto partidarizar a Controladoria.

E aí eu quero ir um pouco além. Saía eu aqui no intervalo, Ministro e Senador Presidente Carlos Viana, para comer um lanche. Minha esposa perguntou: "O que é a CGU?". Cabe à gente explicar.

CGU é um órgão de Estado, responsável por fazer o alerta, a advertência, sempre que enxergar algo que possa causar algum prejuízo à sociedade, ao público. Tem como suas atribuições principais: defesa do patrimônio público, controle interno e auditoria governamental,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

integridade pública e privada, correição e responsabilização de agentes públicos e privados, prevenção e combate a fraudes e a corrupção.

Eu vi aqui e ouvi atentamente o Ministro dizendo que começou-se a responsabilizar alguns agentes públicos, e o senhor nominou aqui meia dúzia deles que já estão com procedimentos abertos.

Agora, a pergunta que eu faço... Na mesma cadeira em que o senhor está sentado, Ministro, esteve sentado o Ministro Carlos Lupi, e o Ministro Carlos Lupi foi aqui perguntado sobre a sua autonomia na escolha da sua equipe, e ele respondeu a esta Comissão que teve total autonomia na escolha dos seus subordinados. O senhor elencou aqui um rol – um rol – de pessoas que hoje estão sendo responsabilizadas. Eu não ouvi a citação daquele que tinha a autonomia para montar a equipe, para desmontar a equipe e para conduzir a equipe. É seletivo? É a pergunta que eu faço. De forma objetiva.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – A resposta que eu vou dar para V. Exa. é a mais objetiva possível: a CGU não tem competência para avaliar a conduta de ministro.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – A CGU recomendou a quem tem competência? E hoje ele é ex-Ministro.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Exerceu a função de Ministro, o ato ou a omissão ou qualquer questão que o senhor está levantando aí como possível conduta do Ministro é dele como Ministro, não dele como ex-Ministro, né?

A CGU é um órgão que tem como competência abrir processos administrativos disciplinares contra servidores públicos, não agentes políticos, e isso inclui ministros, que são agentes políticos. Os ministros podem ser responsabilizados pelo Ministério Público Federal, enfim, pelas instâncias e órgãos competentes.

A CGU, quando abriu os processos administrativos disciplinares, abriu em função...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Ministro, Ministro...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... da investigação feita pela Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Ministro, o senhor citou dois nomes de procuradores da AGU, que não são responsabilidades e não é responsabilidade da CGU, e o senhor remeteu esses autos à AGU.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – À Procuradoria.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – A ninguém?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A AGU abriu por conta própria.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – A AGU abriu por conta própria, mas o senhor abriu o termo e responsabilizou. O senhor acabou de falar.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, eu abri contra os servidores que foram identificados.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não... Então, assim, não houve nenhuma recomendação para abrir nenhum procedimento contra o Sr. Carlos Lupi. Sim ou não?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não houve?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Ótimo.

Bom, em 2023, a CGU estruturou um plano de auditoria, um plano que é antecipado, prévio, o senhor mesmo disse isso. Estava nesse plano o desconto associativo. Ele foi incluído, de forma aleatória, foi por parte porque faz parte de um rodízio que, às vezes, se faz necessário? Ou foi mediante indícios prévios que necessitavam, exigiam algum tipo de olhar diferenciado à CGU?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O plano de auditorias montado em 2023 foi feito pela minha equipe da CGU, chefiada pelo Dr. Ronald, e esse plano incluiu os descontos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

associativos por uma análise de risco que a equipe fez de que era necessário investigar e entender o que estava acontecendo com os descontos associativos.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Bom, durante o período, a lacuna entre o momento em que... O que foi pretérito, vamos dizer o seguinte, até então estava sob investigação, mas houve um momento em que teve um relatório. Do momento em que a CGU teve um relatório até o momento em que foram suspensos judicialmente, em abril de 2025 – em abril de 2025, foram suspensos judicialmente –, os descontos, houve um prejuízo de bilhões ou talvez 1,5 bilhão, por conta da ausência da cautelar.

Agora, veja bem, por que – por que – essa cautelar não foi fundamentada e dada pela Controladoria-Geral da União para estancar? Não é possível a gente ver algo acontecendo de forma recorrente – todos os meses, a gente está vendo o paciente sangrar –, e não tomar uma providência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Foi isso que aconteceu. Durante um período de mais de seis meses, de quase um ano, a Controladoria-Geral da União sabia da sangria, sabia que aposentados e pensionistas do Brasil estavam sendo lesados, e ela não tomou nenhuma medida cautelar. Se não fosse a decisão judicial, talvez aquilo que estava sangrando estaria sangrando até hoje os brasileiros.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Quem pediu a decisão judicial?

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Quem pediu a decisão judicial? Ora...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A CGU e a Polícia Federal. O juiz não decide do nada. O juiz decide porque alguém pede para ele decidir.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não, eu tenho certeza.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Alguém pediu para ele decidir. A CGU estava investigando, e investigou a fundo.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não tinha elementos, então... Então é o seguinte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... junto com a Polícia Federal.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Eu não tinha...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A partir do momento...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – É fácil dizer...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... a partir do momento em que teve a operação, nós entramos...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Dr. Vinicius, é fácil dizer: "Eu não tinha elementos para dar a cautelar ou para pedir a cautelar".

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não dou cautelar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não. Para pedir a cautelar.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não dou cautelar.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não tinha elementos para pedir a cautelar.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu peço cautelar depois que eu abro processos. Eu estava no meio de uma auditoria...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – A cautelar é pedida...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... e no meio de uma investigação com a Polícia Federal.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... quando se entende necessário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. O senhor quer comentar? O senhor pode comentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não. Não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Prevariquei? Prevariquei? Ah, é.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sra. Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas Parlamentares, Senador Relator... Melhor dizendo, Deputado Relator, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Eu queria iniciar cumprimentando o Controlador-Geral da União, Dr. Vinicius Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Peço para recompor meu tempo, Presidente.

E já o cumprimento, Dr. Vinicius, pela sua forma de condução desse problema. Porque, inclusive, eu quero colocar aqui, já na tela, porque a gente precisa desenhar para algumas pessoas, para de fato mostrar, de forma clara e inequívoca...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... o que aconteceu desde o início, desde o início do conhecimento das denúncias até de fato uma ação clara por parte de integrantes do Governo para estancar uma verdadeira roubalheira que era conduzida por integrantes do poder público junto com representações da sociedade civil e também da classe empresarial.

E por que eu digo que tem que desenhar? Porque quando nós recebemos aqui, Dr. Vinicius, alguns dias atrás, a Dra. Eliane, ela foi clara numa pergunta que aliás eu fiz a ela. Desde quando a Controladoria-Geral da União teve conhecimento dos descontos irregulares? Desde 2019! Não foi desde 2023 ou 2024, não, foi desde 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquele momento, não houve nenhuma ação de quem integrava o INSS, a Controladoria-Geral da União ou o Ministério da Previdência para impedir a continuidade do desconto irregular. Houve, inclusive, a suspensão de algumas entidades em 2021, precisamente, por provocação do Ministério Público. Houve o afastamento dessas entidades por provocação do Ministério Público, que, aliás, depois, ela retoma essa entidade com um novo nome, mas com o mesmo CNPJ.

E aí nós temos um caso que é clássico, que foi, aliás, recomendação do Dr. Vinicius, que foi a retomada do dinheiro do aposentado. Porque pode-se dizer o seguinte: o dinheiro era lá no âmbito privado, entre a associação e o aposentado, mas houve uma autorização anterior. Essa autorização anterior, dada pelos ACTs, foi dada, em sua larga maioria, durante o Governo ali que está naquela cor amarela, laranja, de 2019 a 2022. Mais da metade dos ACTs em que explodiram os casos em 2023 e 2024, mais da metade deles vieram do período de 2019 a 2022.

E aí, vamos lá. Em 2018, ainda lá no Governo Temer, nós temos uma denúncia do Ministério Público Federal já referente aos mesmos casos, mais na frente confirmado aí pela Dra. Eliane, que é Diretora de auditoria.

Em 2019, Rogério, veja, nós temos uma denúncia do Procon. Eu estou aqui com a denúncia em mãos. A denúncia foi feita, e naquele momento foi criado um grupo de trabalho interinstitucional com representantes da CGU.

O Sr. Wagner Rosário, que tripudiou na CPI da covid, em cima da nossa querida Maria do Rosário, não teve a mesma pujança para combater esse tipo de crime, porque as perguntas que estão sendo feitas aqui com o Vinicius deverão ser feitas ao Sr. Wagner Rosário...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, silêncio...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... porque o Vinicius, ao receber a denúncia, abriu um plano que incluía, sim – já, já eu falo sobre isso –, os descontos irregulares. O Wagner Rosário não teve a mesma disposição. Nós temos, então, a denúncia que é feita do servidor do INSS à Polícia Federal e nós temos também uma denúncia de cidadãos comuns ao Ministério Público do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais na frente, nós temos, em 2021, a reunião do MPDFT com Rolim e Virgílio, ou seja, integrantes do Governo, do INSS, do Ministério da Previdência, tiveram o conhecimento claro de que havia ali, portanto, descontos irregulares.

Mais na frente, em 2022, foi feito um plano de auditoria, mas o plano de auditoria... E é bom lembrar, gente, que o plano se faz em um ano para se começar a executar no ano seguinte. O plano de auditoria de 2022, com as informações, Rogério, de todas essas denúncias desde 2018, não incluiu, no âmbito das auditorias, os descontos irregulares. Não houve inclusão. Em 2022, quando o Dr. Vinicius assume a Controladoria-Geral da União, ele tinha o plano, mas o plano não dizia dos descontos irregulares, ou seja, foi iniciada a confecção de um plano de auditoria em 2024, sim, para estancar a roubalheira. Aí sim, foi iniciado o plano de auditoria com a investigação dos descontos irregulares, com auditoria de descontos irregulares. Gente, isso daqui é algo inaceitável.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Todos os colegas que passam aqui, que tentam colar na imagem do Dr. Vinicius ou de outro representante do Governo do Presidente Lula a ideia ou a pecha de que realmente foi conivente ou prevaricou, não conseguem enxergar. Até enxergam, mas não admitem, de fato, o que aconteceu: a denúncia não é de 2024, não. Vejam, quando a gente fala de 2021 e 2022, nós temos, nesse universo, todas essas entidades que estão ali exemplificadas, passando da Ambec pela Amar Brasil e tantas outras, um total de ACT que resultou numa movimentação de R$2,6 bilhões. Sabe o que estava acontecendo, Pimenta? Nós tínhamos denúncia feita, nós tínhamos informação no âmbito do Governo daquele momento, mas o que acontecia? Nada. As entidades continuaram, a torto e a direito, recebendo autorização, porque o ACT não é nada mais, nada menos do que uma autorização. Por isso o Presidente Lula tomou a atitude de ressarcir lá o aposentado, porque a autorização lá atrás foi dada por entes do poder público.

E aí, então, vem 2023: o plano é feito e começam-se as auditorias – e as auditorias todas elas centradas em cima do desconto irregular. E aí, depois, vem a atitude mais nobre, mais correta e mais justa: que já passa de R$2 bilhões de ressarcimento por parte do Erário público ao aposentado e à aposentada do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Vinicius, eu quero dizer ao senhor que contra fatos não há argumentos. Há uma tentativa clara de uma narrativa, de uma retórica, de tentar realmente desconstruir ou tentar dizer que a CGU atual ou os demais integrantes deste Governo... Alguém podia dizer: "Ah, o INSS participou". Pode ter participado, a investigação está em curso. E foi por isso que o Presidente Lula afastou o ministro. Foi por isso que o Presidente Lula afastou o Presidente do INSS, afastou as diretorias, afastou vários cargos, para que a investigação, no âmbito da Polícia Federal, provocada pela CGU, provocada pelo poder público, possa trabalhar isenta e na sua autonomia e na sua independência. Por quê? Porque não houve por parte deste Governo a conivência ou a proteção de quem quer que seja, neste caso clássico que se torna um dos maiores casos de roubalheira dos nossos aposentados e aposentadas do Brasil.

Eu quero dizer ao senhor, Dr. Vinícius, que todas... Todo o trabalho que foi feito pela CGU, está sendo acompanhado por esta CPMI. E nós vamos aprofundar, ao final ela estará clara, tanto na investigação no âmbito da Polícia Federal, como os demais inquéritos no âmbito da polícia civil e o relatório desta Comissão, que não deverá sair um relatório parcial...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... deverá sair um relatório imparcial, e por isso nós temos Colegiado para trazer a esse relatório, exatamente a construção necessária, as alterações necessárias e tudo que se precisa de fato para que as autoridades, a posterior, possam provocar e possam proceder o indiciamento e a punição daqueles que tentaram surrupiar o dinheiro suado, que é resultado de anos e de décadas de trabalhos dos nossos aposentados e aposentadas do Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, o senhor deseja comentar, Excelência? (*Pausa.*)

Pelo art. 14, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A Senadora me citou. Agradeço até a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Citou, explicitamente, Excelência. A Senadora citou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Eu citei?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Citou Rogério.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Rogerio, sou eu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, eu estava comentando o Rogério. Não, art. 14, é o Rogério que tem que falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Achei que fosse o Rogerio Marinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – E se eu tivesse, Rogerio, citado o seu nome, nem era ofensivo. Nem era ofensivo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O povo está preocupado aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem, senhores.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O povo está preocupado, hein, meu. Tem gente preocupada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k.. Senador... Aqui é assim mesmo. Está certo. Melhor assim, bom nível.

Senhores...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Olha aí, que imparcialidade, olha a imparcialidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, deixa... Deixa, eu ia fazer, mas vamos lá, deixa para lá.

Senador Eduardo Girão com a palavra por dez minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Coronel Chrisóstomo, Deputado Federal, por ter me cedido aí esse tempo, por ter feito a permuta comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentá-lo pela condução sempre firme e coerente, assim como também o Relator que tem dado aí um presente à nação brasileira em nome da verdade, o Deputado Alfredo Gaspar.

Seja muito bem-vindo, Ministro Vinícius, e sua equipe aqui de advogadas, a esse recinto.

Para mim está muito claro, está muito claro, que, mais do que nunca, nós precisamos ter uma CGU reformulada. A partir desse escândalo. Nós vamos mostrar por quê. Mas nós precisamos ter uma PEC, e eu vou propor – conversei até com o Senador Sergio Moro também, estamos trabalhando juntos com a equipe – uma PEC para dar autonomia, para dar independência à CGU, para acabar com essa história de nós termos vínculos políticos profundos, como a gente vê no Governo Lula, através de um ativista, de um filiado do PT há muitos anos, que o senhor foi.

Então, isso acaba ofuscando o resultado do trabalho. Então, nós vamos propor essa PEC. Não há mal que não venha para um bem maior, né? Eu acredito que, nesse roubo escancarado de milhões de brasileiros, os mais pobres, que a gente possa ter atitudes daqui pra frente para corrigir.

Eu peço à atenciosa assessoria aqui que coloque um vídeo para a gente trazer... dar voz àqueles que foram roubados, trazer aqui para dentro humanidade, porque esse assunto não é de direita, não é de esquerda, não é de quem é contra Governo e a favor de Governo. É um assunto relativo a... Na verdade, é desumanidade o que aconteceu, Sr. Presidente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sr. Ministro, foram milhões aí de órfãs, viúvas, aposentados e pensionistas no Brasil roubados. E, coincidência ou não, a explosão, a multiplicação desse roubo aconteceu durante o Governo Lula.

O senhor considera essa fraude algo grave?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Boa tarde, Senador.

Considero bastante grave.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então, por que o senhor demorou tanto para instaurar internamente um processo? Porque o senhor falou, durante as perguntas do Relator,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que descobriu, viu pela imprensa, pelo *Metrópoles*, que foi em dezembro de 2023 a revelação de todo esse esquema. Por que só em março de 2024 foi acionada a auditoria para fazer esse procedimento?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Obrigado pela pergunta, Senador, mas não foi isso que aconteceu. O que eu disse foi que, em dezembro de 23, saiu uma primeira matéria no *Metrópoles* especificamente sobre descontos da Ambec. Em março de 24, eu começo a receber o pedido da Lei de Acesso à Informação, e a nossa equipe vai junto ao INSS e abre as informações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá, mas por que, quando o senhor viu a matéria do *Metrópoles* mostrando a gravidade em relação à Ambec... O senhor vê a imprensa, o senhor acompanha. Esse escândalo mobilizou o Congresso Nacional. Por que o senhor não tomou a medida ali, imediato, em dezembro mesmo? Não deixou passar Natal, não deixou passar férias, não deixou passar o mês de fevereiro?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A nossa equipe já tinha colocado no plano fazer auditoria em relação aos descontos associativos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Que plano?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – No plano de auditoria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas no plano de auditoria que foi mostrado aqui foi 2023, o senhor já pegou do Governo anterior.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, no plano de 23 para 24.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas não está lá no plano de 23 para 24, mas no plano...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Está, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – No plano de vocês, não está.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Não está.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – No plano do Governo Lula, na sua gestão, não está a previsão... É aqui que foi um erro que o senhor colocou. O senhor tem a oportunidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de reparar o seu equívoco, porque 24 e 25 o senhor não colocou, não está lá no plano investigação de consignados, de descontos indevidos. Isso estava no Governo anterior.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não. No plano de 23 estava o... as consignações em pagamento, como foi dito aqui. E essa informação é a informação que eu tenho da minha equipe, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas não estava no do senhor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Calma. Essa informação é a que eu tenho da minha equipe. Deixa eu explicar, por favor.

Em relação às consignações em pagamentos, se tomou uma decisão ali – a Dra. Eliane disse isso aqui – de se fazer sobre os créditos consignados. A etapa posterior seria fazer sobre os descontos associativos, o que foi feito e foi inserido no relatório de auditoria, que foi feito e foi inserido no plano. Essa informação é a informação que a minha equipe me passou. A informação que a minha equipe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então a sua equipe lhe passou a informação errada, é isso?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não, por que onde é que está no plano?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu confio, eu confio...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor pode mostrar para a gente o plano de 24 e 25 que a sua equipe, o senhor fez?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – De 25?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Isso

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – De 25 não tinha por que estar no plano, porque a auditoria já tinha sido feita em 24.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá. E vinte...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não tinha por que estar no plano o de 25. A informação que eu tenho da minha equipe é que já estava no planejamento para fazer em 24 essa auditoria. Eu não tenho por que... eu não tenho por que... eu não tenho por que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... discordar da minha equipe.

Agora, deixa eu... Se eu puder fazer só uma questão de esclarecimento, acho que é importante.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu tenho várias outras perguntas aqui, Ministro, se o senhor puder ser objetivo...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu posso falar no final; eu posso falar no final então. Pode terminar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não, não, não, fale, fale, pode falar.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Se porventura eu inicio uma auditoria em função de uma matéria de qualquer veículo de imprensa – aparece uma matéria, ou uma denúncia do Ministério Público, ou qualquer coisa assim –, não tem problema algum. Eu teria muito orgulho de a minha equipe ter iniciado uma auditoria porque viu uma matéria de jornal investigativa e achou que tinha que fazer a auditoria. Não tem problema algum. Aliás, se, nesse caso, as denúncias que tinham sido feitas lá atrás tivessem gerado auditorias, tivessem gerado investigação profunda, talvez a gente não tivesse que fazer o que a gente fez agora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Ô Ministro...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Então não tem problema algum...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É, mas problema tem.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... se foi o *Metrópoles* que, se foi a matéria do *Metrópoles* que gerou esse alerta para minha equipe. Não tem problema algum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É, mas o fato é que a sua equipe e o senhor, como líder da equipe, como Ministro de Estado, o senhor não agiu imediatamente a partir da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria do *Metrópoles* – que marcou. A matéria do *Metrópoles* foi um marco que impactou o Brasil inteiro.

Eu queria também colocar para o senhor o seguinte: está muito constrangedor, e eu quero saber quem é que está com a verdade. O Ministro do Governo Lula Carlos Lupi e o Ministro Rui Costa disseram que não foram avisados pelo senhor com relação... e colocaram a culpa, colocaram a responsabilidade aqui no senhor. Quem é que está falando a verdade nisso? O senhor já respondeu ao Relator, mas eu quero insistir aqui. O senhor avisou ao Carlos Lupi? O senhor avisou ao Ministro Rui Costa da gravidade desse assunto? O senhor avisou ao Presidente Lula, que é o líder do partido a que o senhor foi filiado, ou o senhor ficou constrangido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... porque esse é um naco de poder do partido PDT, que é apoiador do seu Presidente, e o senhor não quis constranger o Carlos Lupi? O que foi que aconteceu? O senhor avisou ou não avisou?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O que aconteceu foi uma investigação conjunta da CGU com a Polícia Federal, que estava sob sigilo. E eu tenho que respeitar o sigilo de uma investigação, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pois é.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – No Governo do Presidente Lula, nós respeitamos sigilos de investigação e não tem interferência em investigação da Polícia Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Me parece uma blindagem, claro, viu, com todo respeito, me parece que...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, foi o que viabilizou, foi o que viabilizou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor podia ter... O senhor não teve reunião ministerial nenhuma?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Senador, você pede para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor não teve reunião ministerial com o Presidente Lula?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... pede pra avisar, depois diz que é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Senhores, por favor.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, Presidente, eu queria pelo menos mais uns dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, de maneira nenhuma, Excelência. Mais um minuto para o Senador Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A pergunta é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... o senhor participava de reunião ministerial com Lula, com Carlos Lupi?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sigilo não é para proteger roubo.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sigilo é para proteger a investigação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pronto, mas por que o senhor não falou isso para o Ministro, para o Presidente da República?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O Ministério da Previdência foi comunicado pela equipe técnica da CGU que estava se fazendo uma auditoria no INSS. Tinha 40 matérias de jornal em *sites* sobre esse tema.

A minha equipe estava fazendo uma investigação numa velocidade recorde. Em um ano, de novo, em um ano, nós desbaratamos, não foi uma quadrilha, não, Senador, foram várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadrilhas dentro do INSS, e que atuavam durante muitos anos. Esse foi o trabalho que a CGU fez com a Polícia Federal.

Eu não concordo, não posso concordar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – As mesmas que foram blindadas hoje aqui?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... não posso concordar, não posso concordar, com nenhum tipo de ilação que envolva qualquer discussão sobre a conduta técnica, proba do servidor da CGU...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Para encerrar...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... e o meu trabalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Para encerrar.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Senador, eu tenho muito orgulho da minha formação, e eu tenho muito orgulho da minha trajetória...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Só...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Fui, sim, filiado ao PT; fui, sim, Presidente do Cade. Quando eu cheguei no Cade, sabe quanto o Cade arrecadava por mês em multas? Quarenta milhões. Quando eu saí, ele arrecadava R$1 bilhão. E foi isso que me catapultou a poder ser Ministro da CGU, coisa que eu faço com muita honra e muito esforço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Só para concluir, realmente, eu quero deixar muito claro o seguinte, que poderia ter sido evitado, os dados estão claros aqui, poderia ter sido evitado. Se ele tivesse avisado aos ministros que estavam com ele nas reuniões ministeriais...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... o Brasil, os brasileiros que nos assistem, não teriam bilhões de reais roubados, dos mais pobres, que o PT diz proteger...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... e aqui blindou, blindou a investigação hoje de chamamento de gente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k. Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra, o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Presidente Carlos Viana, primeiro quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, senhores.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Primeiro quero agradecer a presença do Ministro Vinicius Carvalho e dizer que são 18 anos de Governo do PT – e os erros se repetem.

E eu gostaria aqui, o Ministro Vinicius não acompanhou, é o 12º convidado, e nenhum Deputado do PT subiu na tribuna da Câmara dos Deputados, entre o ano de 2019 e 22, para apontar nenhum erro do Governo Bolsonaro. Nenhum Deputado Federal do PT usou a tribuna para ocupar e ir apontando algum erro do Governo Bolsonaro em relação à INSS, a sindicato, nenhum; só depois da Operação Sem Descontos, que eles estão falando que o problema era no Governo Bolsonaro.

Aqui a gente tem alguns momentos que são autoexplicativos deste Governo. Nós temos Cebap, Ambec e Unaspub defendidas por um escritório de advocacia, ou pelo menos foi, do filho do Ministro Ricardo Lewandowski, da Justiça, que é chefe da Polícia Federal.

Nós temos um Ministro de Estado, Ministro da CGU, militante, filiado ao PT. Não tem nada errado nisso, mas são erros que poderiam ter sido evitados – é claro que poderiam ter sido evitados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui esquemas de corrupção desenhados por assessores do Partido Novo e assessores de outros partidos, que demoraram muito tempo para serem desenvolvidos. A gente tem sindicatos de fachada, operadores financeiros e recebedores de propina. Isso tanto do Careca como do Maurício Camisotti. Eu vou repetir: a gente tem escritórios de advocacia do filho do Ministro da Justiça do Brasil – que é o responsável pela Polícia Federal –, defendendo essas organizações que são apontadas pela própria Polícia Federal como organizações criminosas.

Segunda-feira a gente recebeu o Sr. Carlos Roberto, Presidente da Conafer, ligado ao PDT, à Contag, ligado ao PT, e o senhor cai nesse liquidificador, sendo um Ministro de um órgão interno de controle do Estado brasileiro. A CGU não é órgão de controle do Estado petista.

Sabe qual é a semelhança? Eu trabalho em Copacabana há muitos anos. Eu fui atleta olímpico de natação e, quando eu me lembro da CGU, eu me lembro da Eliane Viegas, que me visitou quando eu fui Secretário de Esporte, durante a Olimpíada aqui, no Brasil. Eu cheguei a Brasília como um professor de educação física, e trazendo pessoas melhores do que eu para me cercar e me proteger, e atendemos tudo que a Eliane me disse. Eu fui ordenador de despesas de mais de R$700 milhões em um ano. Nenhum apontamento negativo.

Como é que a CGU deixa isso acontecer, Ministro? E aí voltando a Copacabana, como é que deixa isso aqui?

O Relator Alfredo, na exposição que ele fez, ele falou: "Como é que o Estado brasileiro... Cadê a CGU? Cadê o Tribunal de Contas? Como é que se chegou a esse ponto?".

E aí eu pensando aqui, refletindo, eu sempre tento pegar alguns pontos diferentes da tecnicidade, para trazer para o lado humano, para que quem está em casa entenda a gente. A sua similaridade com o guarda-vidas em Copacabana é muito parecida, com o salva-vidas, porque o senhor deveria salvar vidas. Imagine o senhor como salva-vidas, ali no Posto 4, em frente ao Othon, tem um aposentado se afogando atrás da arrebentação, e o senhor não tem coragem ou competência para furar as ondas. O que é que o senhor faz imediatamente? Só que o salva-vidas só tem os 15 minutos para salvar aquele senhor. Ele liga para o helicóptero, ele liga para a central de bombeiros e traz um *jet ski*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, depois de ter visto isso, o senhor, como até o Ministro aqui Rui Costa, da Casa Civil, o senhor tinha que ter dado um grito, ou então pedido demissão. Você tem que salvar as pessoas. Você tem que chamar o helicóptero. Você tem que chamar um *jet ski*. Quantos idosos morreram porque faltaram medicamento? Só a Conafer tinha 640 mil filiados sem autorização. Como é que o senhor permitiu isso? O senhor não foi um bom Ministro – me desculpa. A gente tem idade parecida – eu estou com 47, o senhor está com 46 –, mas o senhor não foi bom – o senhor não foi bom.

Se eu sou um atleta olímpico e estou nadando uma prova de 100 livres, se eu errar uma virada, eu sou desclassificado. O senhor não errou a virada, não; o senhor errou a saída, errou o *pace*, errou a virada, errou o nado submerso. O aposentado morreu, afogado em Copacabana, com o helicóptero parado ali no Posto 6, com um *jet ski* da Marina da Glória podendo chegar em cinco minutos. O senhor nada fez.

E aí eu pergunto para o senhor: essa linha tênue entre tecnicidade e política afetou o senhor claramente. Qual a resistência que o senhor tem de até agora não ter apontado os responsáveis da Contag por desviar R$4 a cada R$10 roubados no país?

A Conafer... Parecia uma piada. Foi um momento em que eu e Magno Malta aqui sentimos energia péssima! Mais do que ladrão, mais do que roubar... Era uma afronta, aqui, a todos nós.

O senhor sempre foi um político. O senhor se filiou com 21 anos ao PT. Com 21 anos, o senhor se filiou. Não é crime nenhum. Nós podemos nos filiar a qualquer partido. Mas só isso já traz dúvida, e aí eu gostaria de fazer uma pergunta aqui para o senhor.

Primeiro, eu quero repetir aqui o que o Rui Costa falou:

> Não só a oposição, mas integrantes do próprio Governo Lula chegaram a responsabilizar a CGU pela crise.
> Em entrevista, em maio de 2025, o Ministro da Casa Civil, Rui Costa, declarou que a Controladoria falhou, ao não alertar em nível de ministro. Rui Costa sugeriu que Carvalho deveria ter soado o alarme diretamente ou então o Ministro da Previdência, Carlos Lupi, ou o Planalto, em vez de tratar o assunto apenas em nível técnico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, agora, eu não quero ser advogado do senhor não. Pelo amor de Deus. Não quero. Mas eu vou acabar sendo, porque o Bruno Oliveira, da Polícia Federal, ficou com medo aqui de dizer a verdade e de fazer apontamento sobre o próprio relatório que ele fez.

Até a própria Eliane Viegas estava desconfortável aí, onde o senhor está agora. Ela estava desconfortável, ela estava aflita, porque o que ela passou pra gente é o que ela sabia de tudo que estava acontecendo, que ela avisou – até o Marcel tinha me lembrado aqui o diretor que é abaixo do senhor –, e ela tinha certeza de que esse senhor falou pro senhor o que estava acontecendo, e nada foi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O Ronald Balbe. Ela citou aqui. O Marcel, depois, vai falar sobre isso.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta pro senhor. e aí eu encerro, primeiro, agradecendo que ao senhor porque veio aqui.

A CGU apontou falha de controle no INSS e participação de servidores no esquema. O senhor concorda que isso evidencia também fragilidade no próprio sistema de auditoria da CGU?

Afinal, por que os auditores e corregedores federais, sejam da CGU ou do INSS, não detectaram as propinas internas e o enriquecimento ilícito de funcionários antes que a situação saísse do controle? Gostaríamos que o senhor delimitasse a responsabilidade institucional, inclusive a sua, nessa cadeia de fiscalização que falhou.

E aí, aproveitando – veio-me agora, aqui na cabeça: o senhor tem medo de alguém? O senhor está sendo intimidado por alguém? Porque eu lembro que, quando o Renato Duque, na Petrobras, fez um depoimento, ele citava o Lula como Nine, chefe, ou fazia assim...

Renato Duque foi um operador da Petrobras, que desviou mais de R$100 milhões, e ele falou que tinha medo.

O senhor tem medo?

Eu gostaria que o senhor me respondesse esse questionamento que eu lhe fiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Deputado, eu acho que o primeiro ponto aqui é que, como eu disse já algumas vezes, e isso vem de depoimentos anteriores inclusive de pessoas da CGU, eu garanti a autonomia para a minha equipe trabalhar. Se a minha equipe buscou a Polícia Federal porque identificou indícios de atividade criminosa – e foi a minha equipe que buscou a Polícia Federal –, foi porque ela tinha autonomia pra fazer isso. E, se eu estivesse diante de uma situação em que eu pudesse sugerir à minha equipe que fizesse isso, eu teria feito.

E nem precisei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... porque a equipe foi atrás da Polícia Federal. Quando eu perguntei, inclusive, já tinha ido. Isso é motivo de muito orgulho pra mim.

E eu deixei a minha equipe conduzir essa investigação e essa apuração com a autonomia que eles mereciam e que... E eles desenvolverem a estratégia. Se em algum momento eles chegassem e falassem: "Agora é hora de tomar tal medida, agora é hora de tomar tal medida", e assim por diante, eles teriam tomado, e eles teriam meu completo apoio para tomar as medidas que eles tomassem.

Eu estou muito tranquilo em relação a isso, até porque eu sei que se esta CPI existe, ela existe, em boa parte em função do trabalho que a CGU fez, do trabalho que a CGU fez com a Polícia Federal, porque foi a operação da CGU com a Polícia Federal que gerou o pedido para a instalação da própria CPI. Ou não foi depois da operação da Polícia Federal que houve o pedido de instalação da CPI?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Quem pediu, fui eu, a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Excelência.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Essa CPI... Mas ninguém está falando que foi o PT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Coronel Chrisóstomo, por gentileza.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A CPI foi instaurada e todos os materiais que a CGU produziu estão aqui hoje à disposição da CPI para serem avaliados pela CPI. Todos os documentos de auditoria estão aqui para que a CPI possa avaliar não só o trabalho da CGU como todo o trabalho de investigação.

Agora, se essas condições que o senhor mencionou para tomar medidas de determinadas naturezas existiam, elas existem há muito tempo – elas existem há muito tempo. A CGU fez a investigação que tinha que fazer, fez o trabalho que tinha que fazer.

Eu não tenho nenhum problema, até porque eu acho que são coisas completamente compatíveis, em ser um técnico, ser um professor universitário e ter um lado na vida pública. Não... Acho que isso acontece em todos os lugares. Eu acho que é importante, inclusive, que quadros com boa formação possam ocupar os espaços públicos quando o partido A, o partido B ou o partido C esteja no poder. Eu não tenho nenhum problema com isso e eu não misturo as coisas. Eu nunca atuaria na CGU para proteger A, B ou C. E por isso que eu não tenho medo, não tenho por que ter medo, eu sei que eu fiz o meu trabalho. Eu sei que eu segui todas as sugestões que a minha equipe me deu de comportamento em relação ao trabalho que estava sendo feito. E eu tenho muito orgulho da CGU como instituição e eu sei o impacto que esse trabalho da CGU teve sobre a vida das pessoas, sobre a vida de aposentados, de pensionistas. Se eles estão recebendo o ressarcimento hoje, é porque essa auditoria foi feita. Ah, o Estado brasileiro demorou para fazer, demorou para identificar? Demorou, óbvio que demorou. Se desde 2019 tem denúncia do Ministério Público, e isso foi pego em 2024, então é óbvio que o Estado brasileiro demorou, não tem discussão sobre isso. Mas nós fizemos o nosso trabalho, a CGU fez o trabalho dela. É isso que eu acho que é importante deixar claro aqui para todos os Senadores, Deputados e Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Delegado Fábio Costa.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro Vinícius, quero agradecer ao senhor pela forma, inclusive respeitosa, como o senhor tem respondido às perguntas, diferente de algumas figuras que passaram por aqui, enfim, foram debochadas e, mesmo completamente enroladas com esse roubo, ainda fizeram o verdadeiro deboche aqui com os integrantes dessa CPMI.

Mas, Ministro, praticamente todos os integrantes dessa CPMI que me antecederam foram sempre no mesmo caminho, de que a CGU, de que o Estado brasileiro demorou a agir. E acredito que as próximas perguntas também serão nesse sentido. E isso não é uma questão de posicionamento político, ideológico, porque o próprio Ministro da Casa Civil, Rui Costa, também afirmou isso, que a CGU falhou ao não alertar o Governo sobre as fraudes no INSS. Então, isso é uma percepção geral, reforçada, chancelada, confirmada pelo Ministro do próprio Governo Lula.

Então, pergunto, mais uma vez para o senhor, a mesma pergunta que já foi feita aqui inúmeras vezes: será que a CGU não poderia ter adotado medidas enérgicas, mais céleres para ter freado, para ter evitado que milhões de outros aposentados fossem lesados, fossem roubados através desse esquema bilionário que assaltou os nossos aposentados?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Delegado.

Eu... Se o senhor me permitir, eu vou fazer rapidamente um preâmbulo aqui.

Quando a CGU começa uma auditoria, essa auditoria pode desembocar num relatório de auditoria que é publicado ou ela pode desembocar numa investigação conjunta com a Polícia Federal. A partir do momento que a equipe da CGU avalia que aquilo pode ser uma investigação criminal, que tem indícios de ilícitos criminais ali envolvidos, a equipe da CGU aciona esse acordo de cooperação que nós assinamos com a Polícia Federal e começa uma interlocução com a Polícia Federal, em torno já da abertura de inquéritos penais. A partir deste momento – esse é um protocolo que existe na CGU, não é um protocolo do Vinicius, não é nada que eu inventei –, a partir deste momento, essa estratégia relacionada ao inquérito criminal comanda todas as interlocuções da CGU. Então, a partir deste momento, a CGU fica em contato, os auditores da CGU estão submetidos e organizados em função de um aprofundamento que a polícia vai fazer, inclusive de quebra de sigilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – O senhor está falando do rito, da burocracia envolvida, mas a pergunta é se a CGU não poderia ter agido diferente, não poderia ter agido de maneira mais enérgica, mais célere, não poderia ter evitado que outros aposentados fossem roubados.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A outra opção que existia... A outra opção que existia, ao invés de procurar a Polícia Federal, seria simplesmente os auditores chegarem às conclusões a que eles tivessem que chegar fazendo esses relatórios, fazendo essas auditorias e publicassem esses relatórios. Esses relatórios seriam encaminhados ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas da União, às autoridades, ao próprio Ministério afeto ao caso, no caso o Ministério da Previdência, e aí as recomendações da CGU poderiam ou não serem implementadas.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Mas, assim, a CGU não tem poder nenhum para frear isso, não tem medidas legais, independentemente do que foi praticado pela Polícia Federal?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A CGU não tem, ela não tem como obrigar que as suas recomendações – se essa é a pergunta –, ela não tem como obrigar que as suas recomendações sejam implementadas.

Tanto que, recentemente, nós fizemos um projeto, e eu, quando, inclusive, tomei conhecimento desse fato logo lá atrás, quando me tornei Ministro, falei: "Eu quero um projeto dentro da CGU para garantir a efetividade das nossas recomendações". Nós criamos um projeto – o nome não é muito bom, porque chama Projeto Efetividade, mas, enfim, às vezes a gente não é tão criativo como a Polícia Federal para dar nome às coisas –, e esse Projeto Efetividade já permitiu que nós saltássemos de 60% para 85% o nível de recomendações cumpridas pelos órgãos...

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – A CGU não tinha o poder para suspender os ACTs?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ela não tem um poder para suspender os ACTs, diretamente não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Nem poderia ter instaurado PAR antes, enfim, do momento em que foi instaurado?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – De novo, por isso que é importante: é mais ou menos como se eu instaurasse um processo criminal contra alguém antes de concluir o inquérito. Eu poderia ter instaurado processos de... A CGU poderia ter instaurado processo de responsabilização contra as entidades? Você pode instaurar, mas, na medida em que havia uma investigação da Polícia Federal, a opção que foi tomada pela equipe da CGU foi esperar que houvesse uma operação da Polícia Federal para instaurar os processos.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Ministro, obrigado.

Sr. Presidente, um Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – O Deputado que me antecedeu, um vermelho, vermelhinho, ele falou o seguinte, ele, enfim... Tem pessoas aqui, tem integrantes aqui nesta Comissão que não estão dispostos a buscar a verdade dos fatos e responsabilizar quem deve ser responsabilizado, independentemente de com que governo essa pessoa ou esse envolvido ou esse bandido tenha relação. Esse Deputado esqueceu, por exemplo, de alguns fatos que já foram aqui, enfim, ditos e repetidos várias vezes, como, por exemplo, que só no primeiro ano do Governo Lula os valores descontados por entidades mais do que dobraram, de 2023 para 2024, saltando de R$1,3 bilhão para R$2,8 bilhões.

Esse Deputado também esqueceu que o acordo de cooperação técnica entre o INSS e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura, a Contag, foi renovado no dia 27 de agosto de 2024, mesmo com pareceres de procuradores federais desfavoráveis e também de alertas da CGU para não formalizar esse convênio.

Esse Deputado também esqueceu que é o irmão do Lula, o Frei Chico, que é Vice-Presidente de uma dessas entidades enroladas.

Ele também esqueceu que os valores repassados pelo INSS ao Sindnapi cresceram 564% até 2024, passando de 23 milhões para 154 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, no ano de 2024, segundo o Portal da Transparência, o Sindnapi recebeu cerca de 154 milhões em repasses via descontos, valor considerado o pico desses benefícios.

Então, assim, ao invés de a gente estar procurando aqui defender, porque tem integrantes aqui que receberam a missão de blindar o Governo, de blindar envolvidos nesse escândalo, eu acho que a gente deveria, todos aqui, estar envolvido com o mesmo pensamento de procurar responsabilizar os envolvidos, e não procurar defender quem quer que seja.

Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A pedido do depoente, sessão suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 15 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 36 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na sequência, por dez minutos, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, quero só pedir para o pessoal fazer silêncio, porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Aqui, há pessoa fazendo reportagem também, aqui na frente, fica difícil.

Peço só para restaurar, para começar meu tempo de novo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Sr. Ministro, não vamos dourar a pílula aqui. Três nomes: Alessandro Stefanutto, André Fidélis, Virgílio Oliveira. Todos eles foram guindados à posição de comando máximo do INSS, desses setores envolvidos, durante o Governo Lula. Em relação a esses três indivíduos, há indícios veementes de pagamento de suborno e, durante o período de gestão deles, já no Governo Lula, houve essa grande escalada dos descontos fraudulentos do INSS. Ao que me consta, e V. Exa. pode responder depois, não existem indícios de pagamento de suborno para agentes do INSS, pelo menos não na posição de comando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteriormente, nos governos anteriores – claro que, se tiver, que paguem, sejam todos presos, mas as provas hoje apontam para esses três indivíduos com a participação central.

É possível dizer que o Governo Lula colocou uma quadrilha no comando do INSS, como, repetindo até um padrão anterior, colocou uma quadrilha no comando da Petrobras, o que gerou o escândalo do petrolão.

De fato, reconheço aqui que a equipe da CGU fez um trabalho técnico, mas é o próprio Ministro Rui Costa que critica o desempenho de V. Exa. por V. Exa. não ter comunicado ninguém de alto nível em relação a esses desmandos.

Então, a minha primeira pergunta que faço a V. Exa.: V. Exa. confirma que não comunicou nenhum Ministro e nenhum secretário da pasta, do Ministério da Previdência?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Eu sou Ministro do Governo Lula, assim como o senhor foi Ministro do Governo Bolsonaro. Eu tenho muito cuidado com a minha função como Ministro, Senador Sergio Moro. Minha função como Ministro pressupõe, entre outras coisas, eu ter a capacidade de tomar decisões sob minha responsabilidade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Mas a pergunta é objetiva: V. Exa. comunicou algum Ministro do Governo Lula?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, já disse que não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não comunicou?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Já disse que não. Havia uma investigação em curso...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Comunicou algum secretário da Previdência, o Secretário-Executivo, por exemplo?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não. Eu não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quando o senhor respondeu à entrevista do Rui Costa em *O Globo*, o senhor disse o seguinte: "A preocupação do Ministro Rui é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

superlegítima", etc., etc., etc. O senhor mencionou: "Houve reuniões com a Previdência, envolvendo secretários".

Quais secretários?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – É declaração do senhor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim, mas não minhas. Reuniões da minha equipe com o Ministério da Previdência dentro do GTI.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Qual secretário?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ah, não lembro qual secretário exatamente, mas havia...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – V. Exa. declarou aqui: envolvendo secretários, nível de secretariado, pelo que eu entendi.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não foi isso que aconteceu?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim, mas eu não preciso saber o nome do secretário. Eu sei que a minha equipe se reuniu dentro do GTI. As atas todas do GTI estão à disposição da Comissão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu tenho aqui as reuniões, Ministro.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Havia reuniões, havia secretários do Ministério da Previdência. É isso que eu soube vendo as atas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ministro, eu tenho aqui as reuniões. Então, a primeira que eu tenho aqui é 13/07/2023, pode ser que seja 13 de junho. E quem estava presente? A Eliane Viegas, que veio aqui, da CGU; presente, Alessandro Stefanutto. Em 28/11/23, a Eliane de novo aqui presente. Quem está presente? André Fidelis. Em 22/04/24, a Eliane Viegas de novo. Quem está presente? Alessandro Stefanutto e André Fidelis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a CGU estava comunicando, basicamente, que – vamos fazer uma metáfora aqui – o INSS estaria desprotegido, como se fosse ali, vamos supor, um galinheiro, mas estava comunicando aos ladrões, estava comunicando às raposas que havia um problema de descontos e fraudes em benefícios. Então, é evidente que essas reuniões, essas comunicações feitas ao INSS não iam surtir efeito. E veio aqui a servidora, muito competente e zelosa, da CGU, e falou desalentada que: "Eu comunicava [ela dizia], eu comunicava e eles não faziam nada". Por quê? Porque a CGU estava fazendo a comunicação aos ladrões do INSS que foram colocados ali pelo Governo Lula.

Então era evidente que nesse cenário V. Exa. deveria ter comunicado a um Ministro de alto nível ou a um secretário, porque não estavam surtindo efeito essas comunicações. Por quê? Estavam comunicando às pessoas responsáveis pela fraude, que inclusive foram afastadas.

Agora me espanta uma pessoa com a sua experiência não ter tido essa percepção. Porque, claro, você não pode comunicar que havia ali uma investigação da Polícia Federal sobre esse assunto. Mas V. Exa. comunicar ao ministério, ao Ministro Rui Costa, ou procurar o Ministro Carlos Lupi e dizer para ele: "Ministro, nós estamos com um problema sério do INSS, desses descontos. A minha equipe técnica está procurando os técnicos do ministério, nós estamos comunicando e não se está fazendo nada".

V. Exa. não procurou o Ministro Carlos Lupi?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, não procurei o Ministro Carlos Lupi, entre outras coisas porque a minha equipe estava...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Comunicando aos ladrões do INSS que estava havendo um roubo. E claro que eles não iam tomar nenhuma providência!

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O senhor vai deixar eu falar, não? O senhor me fez uma pergunta, não vai deixar eu falar?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Pode falar, Ministro.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Foi feita uma comunicação dentro de um contexto desse GTI. A minha equipe, infelizmente, não tinha como saber que aquelas pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

podiam estar sendo envolvidas no ilícito ou podiam estar envolvidas no ilícito. Elas estavam fazendo reuniões com diretores do INSS, pessoas que tinham o poder e a autoridade para resolver questões dentro do INSS. A minha equipe ia fazer reunião com quem? Fez reunião com essas pessoas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E não tomaram providências.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Fez reunião com essas pessoas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Mas eles não comunicaram, não comunicaram a V. Exa. que não foram tomadas providências? V. Exa. mesmo tinha essa percepção. Porque, olha, durante todo o ano de 24, V. Exa. mencionou que foi comunicado em janeiro de 24. A CGU esperando uma providência do INSS, o INSS não fez nada. E V. Exa. não procurou sequer o Ministro Carlos Lupi para informar que estava havendo um problema. E desculpe, Ministro, em 2011, V. Exa. estava no Governo Dilma, não estava? O senhor sabe as circunstâncias em que o Ministro Carlos Lupi deixou o Governo Dilma, com suspeita de corrupção? V. Exa. não imaginou, em algum momento, que poderia ter um comprometimento do próprio Ministro, que aliás indicou o Alessandro Stefanutto?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – E a sua sugestão é que eu falasse com ele, é isso?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Tinha que tomar providências, Ministro!

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A sua sugestão é que eu falasse com ele?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Então falasse com o Rui Costa! O que não pode é essa atuação puramente burocrática de V. Exa., confiando que a sua equipe comunicando aos ladrões do INSS, quem estava lá dentro, ia tomar providência, porque não tomaram! E, de fato, a equipe fez um trabalho investigativo que merece elogios, mas a percepção, que não é nossa apenas aqui, do próprio Rui Costa, é que V. Exa. deveria ter feito uma comunicação em alto nível, e V. Exa. não fez. Isso que nós queremos entender por quê.

Dizer que tinha investigação da Polícia Federal não é justificativa, porque ninguém está pedindo para o senhor revelar o que é a investigação ou detalhes da investigação, mas procurar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os colegas do ministério, procurar o Presidente Lula e afirmar que havia um problema que não estava sendo resolvido era sua responsabilidade, da decisão de alto nível do ministério, e V. Exa. não fez isso. E me surpreende que o senhor queira aqui justificar que estava tudo bem, que não era sua atribuição fazer isso. A responsabilidade é do Ministro para fazer isso. Como é que o Sr. Ministro pode justificar essa sua omissão durante mais de um ano, enquanto os benefícios continuaram sendo descontados? E mais ainda: houve um acréscimo do volume dos descontos e dos beneficiários. V. Exa. não entende que tem uma responsabilidade, que V. Exa. falhou na condução desse trabalho? Que, aliás, é a afirmação do próprio Ministro Rui Costa, que ninguém está acusando aqui de ser da oposição.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O senhor que está dizendo que é afirmação do Ministro Rui Costa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, está na declaração do...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O Ministro...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... da entrevista dele.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O Ministro Rui Costa achava que esse problema deveria ter sido resolvido – e ele foi resolvido – com a operação conjunta com a Polícia Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Esse trabalho que a CGU desenvolveu com a Polícia Federal, Senador Sergio Moro, é um trabalho que podia ter sido desenvolvido durante a sua gestão como Ministro da Justiça, porque o senhor também recebeu denúncias sobre isso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ministro, quando eu recebi essa notícia...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – E, infelizmente, infelizmente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... o Presidente do INSS...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Infelizmente o senhor não encaminhou para a Polícia Federal, nem para a CGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ministro...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Esse é o fato.

Nós investigamos e fizemos o nosso trabalho. É isso que aconteceu durante a minha gestão na CGU.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ministro, posso ler aqui o relatório da própria CGU de setembro de 2024:

> Mesmo conhecendo essa situação, a existência de denúncias recorrentes acerca da realização de descontos associativos não autorizados pelos beneficiários, e a falta de capacidade operacional necessária para acompanhamento dos ACT, o INSS não implementou controles suficientes para mitigar os riscos de descontos indevidos [relatório da CGU, público, em setembro de 2024], e seguiu assinando ACT após a suspensão ocorrida em 2019, com o crescimento significativo dos descontos a partir de julho de 2023 [...]

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – A própria CGU aponta o problema crescendo em 2023.

Em 2019 – em 2019 –, nós fomos comunicados de reclamações dos consumidores sem que houvesse o apontamento de fraude. O Presidente do INSS à época descredenciou de imediato, assim que foi publicado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Só um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Abriu processo de responsabilização?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Assim que foi comunicado, foram descredenciadas quatro entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ressarciram os aposentados? Ressarciram os aposentados? R$400 milhões – R$400 milhões, Senador Sergio Moro. Ressarciram os aposentados dessas quatro entidades que vocês suspenderam?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ministro...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, por favor, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ué, ele está me acusando, eu tenho que falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Senador...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Vai cortar minha palavra?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador. O tempo está encerrado já, por gentileza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quatro entidades foram descredenciadas de imediato. Caíram pela metade os descontos associativos. Agora, em 2019, ninguém tinha colocado uma quadrilha no comando do INSS, como fez o Governo Lula: Alessandro Stefanutto, Virgílio Oliveira e André Fidelis...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... nomeados pelo Lula para roubar os aposentados, assim como foi no caso do petrolão. Não havia... Ele pode me responder. Tem suspeitas de suborno...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... em 2019?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador... Não, Senador Moro, o tempo encerrou, por gentileza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... me interrompeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não interrompi. O tempo já está encerrado há mais tempo, Senador Moro, por favor.

Olha, Deputado Carlos Jordy com a palavra.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Presidente, nobre Relator, quero cumprimentar também o depoente, Ministro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós ouvimos aqui o Ministro dizendo que a CPMI só está acontecendo graças ao trabalho da CGU. Eu acho que nem os governistas, nem os próprios petistas acreditam nisso. Tem uma matéria de 27 de agosto: "Deputado do PT critica CGU e diz que órgão 'demorou' na farra do INSS". Aí tem aqui o nome do petista, não vou falar, evidentemente, mas fala aqui, "Deputado que vai liderar a bancada governista na CPMI avalia que a CGU deveria ter mais agilidade". Isso foi em 27 de agosto.

Aliás, esse mesmo... Esse mesmo Deputado, também afirmou que o trabalho da Polícia Federal foi muito diligente e só aconteceram as investigações por conta da independência da Polícia Federal. Essa Polícia Federal aqui... Um jornaleco de esquerda fez uma matéria aqui, dia 25 de abril: "PF nega investigação contra irmão de Lula e Sindnapi". E aí hoje nós tivemos algumas notícias: "Sindicato ligado a irmão de Lula movimentou R$1,2 bilhão em seis anos, diz Coaf", UOL; *Metrópoles:* "INSS: sindicato liderado por irmão de Lula pagou R$8,2 milhões a parentes de dirigentes. Informações são de relatório de inteligência financeira sobre o Sindnapi, encaminhado à CPMI do INSS. Pagamentos foram a empresas".

Bom, o que nós estamos vendo aqui, na verdade, é que há uma blindagem, blindagem ao Governo Lula, blindagem, que, inclusive, é a blindagem que eles estão fazendo aqui. Hoje nós vimos aqui o papel vergonhoso dos Deputados governistas, Deputados de esquerda. Desde o início da CPMI, nós estamos vendo aqui uma tentativa de construção de narrativas, tentando jogar a bola para o Governo Bolsonaro, responsabilizar o Governo Bolsonaro, e dizer que o Governo Lula foi o grande responsável pelo desmantelamento dessa quadrilha, por ter solucionado toda essa questão da fraude do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós vimos aqui que não é nada disso. Nós vimos aqui Deputados do PT votando contrariamente à convocação de um cidadão que é sócio, ex-sócio do Careca do INSS, o Sr. Edson Claro, que inclusive já disse que vem sendo ameaçado pelo Careca do INSS.

Eu não entendo por que os Deputados do PT são contrários à oitiva de alguém que tem informações que inclusive repassou à Polícia Federal, que inclusive já disse que quer vir à CPMI para prestar esclarecimentos. Tudo indica que é blindagem. Tudo indica que há Deputados e Senadores que estão fazendo pedidos aqui para que ele não seja ouvido nesta Comissão. Será que ele tem algo a falar a respeito da Danielle Miranda Fonteles?

Essa senhora, saiu uma matéria hoje na revista *Veja*: "Publicitária [...][de campanhas do] PT recebeu 5 milhões do 'Careca do INSS'". E as matérias não param de sair, estão borbulhando:

> [...] o empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”, transferiu 5 milhões de reais para uma publicitária que atuou em campanhas eleitorais do PT, como a disputa de 2010 que elegeu Dilma Rousseff presidente da República.

E aqui fala da empresa dela, que é a empresa Pepper Comunicação, ela comandou essa empresa:

> Ela ficou nacionalmente conhecida ao ser investigada na Operação Lava-Jato por participar de um esquema de financiamento ilegal de campanhas do PT.
> Em delação, ela admitiu ter recebido milhões de forma irregular da campanha de Dilma Rousseff. Danielle também delatou esquemas envolvendo campanhas de Rui Costa, atual chefe da Casa Civil de Lula, para o governo da Bahia em 2014.

Bom, eu acho que ela tem muito a prestar aqui de esclarecimentos para esta Comissão. Inclusive eu fui fazer uma busca sobre essa senhora, Danielle Miranda Fonteles, sobre os processos dela na internet. Encontramos vários, mas seis processos me chamam a atenção. O advogado dela é Cleber Lopes de Oliveira – guardem esse nome.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Esse aí é bom.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – É bom, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí existem aqui alguns processos: lavagem, ocultação de bens, direitos ou valores oriundos de corrupção, falsidade ideológica. Quem é esse advogado Cleber Oliveira... Cleber Lopes de Oliveira? É o advogado do Careca do INSS.

Por isso, Sr. Presidente, eu fiz aqui já um requerimento de oitiva para que ela venha aqui como testemunha, a Sra. Danielle, para que ela possa ser ouvida na CPMI, trazer as informações de onde vem esse recurso, de onde são provenientes esses recursos que vêm do Careca e para onde foram esses recursos também.

E, aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós ouvimos aqui o Ministro – inclusive foi muito questionado pelo Relator – com relação a esse entrevero que ele teve com o Ministro Rui Costa. O Relator questionou o Ministro sobre essa troca de acusações entre Rui Costa e o Ministro da CGU.

Inclusive há diversas matérias aqui. "Rui Costa: CGU falhou ao não alertar governo sobre fraudes no INSS", mesma linha do Deputado que falou que a CGU falhou, demorou para fazer os alertas, comunicar sobre as fraudes. Isso em 8 de maio de 2025. E aí o Ministro responde, tirando da reta, evidentemente: "'Todo mundo sabia do problema do INSS e o Rui Costa sabe disso', diz o ministro da CGU, Vinicius Carvalho".

E aí o Relator questionou quem teria mentido: se foi Rui Costa ou se era o Ministro. E aí o Ministro se enrolou, falou que, na verdade, ele... ninguém tinha mentido, o que aconteceu foi um mal-entendido.

E aí eu gostaria de questionar o Ministro, porque as falas do Ministro Rui Costa, Chefe da Casa Civil, foram muito graves. Ele diz o seguinte:

> Ao fim e ao cabo, nós deixamos passar dois anos, período no qual mais pessoas foram lesadas, para poder corrigir o problema? O papel da Polícia Federal não é mesmo o de avisar nada a ninguém, é apurar ato criminoso. Ela está no papel dela, correto, sem reparo. Agora, a função de qualquer Controladoria é preventiva, e não corretiva ou punitiva.

E aí eu gostaria de questionar o Ministro: Rui Costa mentiu ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Por que é que ele teria mentido, Deputado? – só para eu entender.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Porque ele disse que a CGU falhou, que a CGU demorou para fazer os alertas, para comunicar, que não teria feito os devidos alertas sobre a fraude no INSS.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – É uma opinião, não é uma questão de... Quando a gente está falando de fatos, a gente fala entre mentira e verdade. Essa é uma opinião dele que ele colocou aí; é uma opinião que eu respeito, como eu respeito a opinião de todos os senhores aqui que acharem que a CGU demorou, ou não demorou, foi rápida. É uma opinião.

Eu tenho certeza de que a CGU fez o seu trabalho na velocidade que ela podia fazer, com um nível técnico muito adequado e, de novo, em menos de um ano – em menos de um ano –, essa auditoria e essa operação foram colocadas na rua.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Tá, foi o Ministro Rui Costa, no caso... Eu vou aqui citar nominalmente o...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Estava evitando citar o nome do Deputado, mas foi o Deputado que está liderando a base governista aqui, o Deputado Paulo Pimenta, que disse que inclusive você também falhou, que você demorou. Ele afirmou isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Ele afirmou isso na reportagem. Ele também está mentindo? Foi apenas uma opinião dele também?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Que coisa boa!

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu sei que às vezes as pessoas podem fazer confusão sobre opinião, verdade, fatos. No caso concreto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu posso responder com muita tranquilidade...

Desculpe-me, eu não estou enxergando o Deputado. Acho chato falar sem olhar para a pessoa.

Mas, Deputado, eu posso com muita tranquilidade dizer uma coisa que eu já falei inclusive em entrevistas: o Estado brasileiro demorou, sim. O Estado brasileiro demorou. Todas as instituições do Estado brasileiro demoraram. A CGU é uma dessas instituições do Estado brasileiro. Eu acabei de dizer, o Ministério Público Federal tem denúncia desde 2019. O Procon tem denúncia desde 2018. Quando a gente olha para trás e vê esse período inteiro, só uma pessoa com completa ausência de bom senso e falta de capacidade de sentir a dor do outro, falta de capacidade de ter alteridade, vai achar que isso não é demora. O que eu estou dizendo aqui desde o começo...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Presidente...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... é que a CGU fez o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo encerrou, Excelência.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o tempo encerrou. Não, o tempo encerrou, Excelência. V. Exa. gastou o tempo todo fazendo as afirmações.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Se ele fala que todo mundo sabia, e também o Deputado e o Governo dizem que eles demoraram, que a CGU demorou, então é porque realmente a CGU, o Ministro prevaricou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Excelência.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, agora eu tenho que falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer fazer mais algum comentário?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Quero. Quero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho... Não, ninguém foi citado aqui, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, fui eu citado. Fui citado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Não, foi "Paulinho".

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não. Foi "Deputado Paulo Pimenta".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, só um instante. Eu não escutei. Foi citado o nome do Deputado Paulo Pimenta?

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – "Deputado Paulo Pimenta", duas vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode perguntar para ele, Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu fui citado por aquele Deputado e também exijo o meu direito de resposta. Quando o senhor voltou da reunião, o senhor disse que eu não teria direito ao art. 14. Eu também gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, espera aí. Senhores, vamos padronizar e deixar claro o procedimento. Se a citação for feita partidariamente e genericamente – só um instante –, não haverá art. 14. Se o nome do Parlamentar for explicitamente citado, eu tenho que seguir o art. 14.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Foi o que aconteceu, Presidente. Foi o que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor citou o nome do Paulo Pimenta?

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Citei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu vou conceder daqui a pouquinho.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Até para ele se explicar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Primeiro, eu vou deixar...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... por que é que o Ministro falhou.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Deputado.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Esse é o último "art. 14", tá?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Eu vou deixar que o Ministro Vinicius faça o comentário final; e passo o art. 14 ao Líder Paulo Pimenta, por dois minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Sr. Ministro.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Deputado Carlos Jordy, só para deixar claro um ponto, de novo, novamente vou insistir nesse ponto.

Havia um grupo de trabalho interinstitucional com membros de uma série de entidades que discutiam vários temas relacionados ao Ministério da Previdência, inclusive descontos associativos. Entre 2019 e 2022, o tema descontos associativos foi discutido em 11 reuniões, Deputado Jordy, 11 reuniões, entre 2019 e 2022. Depois, de 2023 para a frente, também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saíram vários artigos, matérias de jornal, editoriais de jornal sobre o tema, durante os anos recentes, inclusive depois da denúncia do *Metrópoles*. A CGU fez o seu trabalho de investigar. Eu fiz o meu trabalho de dar apoio à minha equipe no processo de investigação.

Eu não consigo entender, a partir do seu raciocínio, onde pode ter tido qualquer tipo de prevaricação no trabalho meu e da equipe da CGU, porque, se teve, qualquer um que leu matéria de jornal e não fez uma denúncia também prevaricou. E não é essa a lógica do tipo penal de prevaricação. O tipo penal de prevaricação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O senhor também é uma autoridade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... o senhor não viu as matérias? O senhor fez denúncia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, o senhor fez denúncia?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Se o senhor fez denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Se o senhor fez denúncia, tudo bem. Se o senhor não tivesse feito denúncia, o senhor não teria prevaricado por conta disso, porque o senhor leu uma matéria de jornal.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – "Prevaricador-Geral da União".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, por gentileza.

Art. 14, Deputado Paulo Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, o Deputado fez referência à minha pessoa pelo fato de que eu teria feito uma crítica ao que, naquela oportunidade, entendi que era uma demora por parte da CGU.

Logo em seguida, o Dr. Vinicius entrou em contato comigo e me mostrou passo a passo tudo o que havia sido feito. Imediatamente compreendi e percebi que aquilo que a CGU, na minha intenção, era achar que deveria ser mais rápido, nada mais foi do que uma ação junto com a Polícia Federal, e que, portanto, a operação ocorreu porque já havia, por parte da CGU e da Polícia Federal, uma operação em andamento. Então, estava correta a posição da CGU e a posição do Ministro Vinicius.

Aproveito aqui, Sr. Presidente, porque o colega Deputado também mostrou um exercício curioso que me chama a atenção sobre, em primeiro lugar, sobre a advocacia. Ele fez referência aqui ao Dr. Cleber, eu não tenho procuração para defender o Dr. Cleber. Agora, a conexão é a seguinte, o Dr. Cleber foi advogado do fulano e foi também advogado do ciclano. Portanto, se ele foi advogado dos dois, existe algum tipo de vínculo entre essas pessoas.

Daqui para a frente, no Brasil, nós vamos ter que criar agora, Sr. Presidente, esses gráficos que são colocados ali no mural, porque, daqui para a frente, quando alguém for contratar um advogado, vai ter que perguntar: "Doutor, de quem mais o senhor já foi advogado na sua vida?".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por gentileza, Presidente, me devolva o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dê prosseguimento, Excelência

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Porque agora estão criando aqui, na CPI, uma nova categoria para estabelecer vínculo funcional e de comprometimento com essas pessoas: "Para quem o senhor já advogou?". E o curioso é que não é só para advogado. O ilustre Deputado e o Senador que agora há pouco usou a palavra, tentaram criar um factoide, um factoide bobo, dizendo o seguinte: "Olha, a publicitária da Dilma tem vínculos com o Careca". Gente, aqui ninguém é imbecil. Quer dizer, então, que uma publicitária presta um serviço em 2010 – 2010, 15 anos atrás –, 15 anos atrás, e, 15 anos atrás, a Dilma teria que saber já que, em 2025, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicitária poderia ser contratada por um empresário e que esse empresário seria denunciado por esse monte de coisa. Então, a Dilma não poderia ter contratado essa publicitária em 2015.

Sr. Presidente, isso é brincar com a inteligência das pessoas. O senhor, que tanto defende a importância desta CPMI ser respeitada... Não é razoável que os colegas digam tanta bobagem, Sr. Presidente, como essa que foi aqui dita agora há pouco. Se ele advogou para o fulano e se ele advogou para o ciclano, portanto, existe vínculo entre as pessoas que ele defende. Se foi publicitária da Dilma no século passado e agora trabalhou como publicitária de alguém, isso prova...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... um nexo entre as pessoas.

Então, Sr. Presidente, tinha que ter uma regra aqui para as pessoas terem o tempo diminuído cada vez que elas falam bobagem.

Por fim, Sr. Presidente, foi citado aqui, pelo outro Senador, o nome de quatro pessoas que, segundo ele, as quatro pessoas que provam o comprometimento do nosso Governo com a corrupção do INSS. Os quatro tinham função de chefia no INSS no Governo Bolsonaro – os quatro –: Stefanutto, citado aqui, Procurador Federal Geral do INSS, em Belo Horizonte; Alexandre Guimarães, Diretor de Integridade do INSS; Virgílio Filho, Procurador-Geral do INSS; André Fidelis, Superintendente do INSS. Todos os afastados foram para a posição de comando durante o Governo Bolsonaro, que aqui, nós sabemos, abriu as portas para a corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Dando continuidade, com a palavra, o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Positivo. Por Rondônia!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Atenção, Rondônia! Dez minutos, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente... Presidente, pela ordem, pela ordem. Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele trocou.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, não, mas eu troquei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, me perdoe – perdoe. Desculpe-me, Coronel. Eu passei aqui, é o Deputado Alencar Santana. Por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não é Rondônia agora, não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, perdoe-me.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Achei que não queria deixar eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, em momento algum, Excelência. V. Exa. pode falar os dez minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Vou só trocar meu voo aqui, que eu acabei de perder, Presidente. É só mandar mensagem aqui.

Ministro Vinicius, quero parabenizá-lo pelo seu trabalho, pelo vosso trabalho, de toda a equipe da CGU, e para nós, para o Brasil, é um orgulho ter um Ministro como o senhor à frente da Controladoria-Geral da União E não há ministro de nível A, de nível B, todos são ministros de Estado. V. Exa. cumpre a tarefa com muita maestria – muita maestria.

E, se nós, aqui desta Comissão, tivermos responsabilidade e, de fato, quisermos a verdade, se tivermos compromisso com os aposentados e pensionistas que foram roubados, lesados – e a eles devemos esclarecimentos –, V. Exa. será homenageado ao final do trabalho, porque, se cessaram os descontos indevidos desse roubo, isso se deve ao trabalho da CGU, que começou, que compartilhou informação com a Polícia Federal, onde se abriu processo investigatório para valer e se apontaram os dedos para os responsáveis, pessoas estão presas, outros investigados, dirigentes, servidores públicos, autoridades e dirigentes de entidades.

Então, parabéns ao trabalho de V. Exa.!

E parabéns por V. Exa. ter se filiado ao PT, ter militado no PT, desde a juventude, e, mesmo assim, não ter jogado para debaixo do tapete, sendo Ministro de um governo do PT, agindo ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

com autonomia e com respeito ao cargo que ocupa, com a função que desenvolve e com os brasileiros e brasileiras, a quem deve também, sem dúvida alguma, prestar conta.

Então, agiu com muita responsabilidade, diferentemente de outros, que souberam, em diversos momentos, foram omissos, prevaricaram. Que não agiram...

Aliás, tem Senador que diz que saiu do Governo anterior porque não se investigava. Aliás, ele poderia ter investigado, quando tomou conhecimento, pela denúncia do Procon de São Paulo, e nada fez.

Eu queria... Eu não queria repetir isso aqui de novo, mas eu tenho que falar e tenho que mostrar.

Eu queria que mostrasse um vídeo.

Talvez V. Exa. não tenha conhecimento, Ministro Vinicius: um Senador da República do partido do PL, do Bolsonaro, disse que sabia, desde o Governo de transição.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E olha só ele, dando carona ao Presidente da Conafer, com o carro dele... Saiu hoje. Uma das entidades investigadas.

Olha só! O mesmo Senador que diz que tomou conhecimento, mas que não mandou a Polícia Federal investigar, o Ministério Público investigar; que não pediu para cessarem os descontos indevidos, fraudulentos e de roubo que estavam sendo praticados, mesmo tendo levado ao seu conhecimento. Isso é prevaricar e cometer crime, mas está aqui, dizendo que quer moralidade e investigar algo.

Ministro, o mesmo Senador apresentou uma emenda à medida provisória, para cessarem os recadastramentos. Não existirem. Acabar a revalidação. E olha só o que ele escreve na justificativa – eu vou ler:

> Entendemos que se houve ou há alguma prática irregular de alguma dessas associações [portanto, ele sabia] que tenha levado o INSS a receber alguma reclamação [portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> sabia], cabe identificar quem é a entidade responsável pela irregularidade, tomando as medidas corretivas cabíveis, mas não tomar uma decisão que não segue a lógica do interesse coletivo, de todos os milhares de pessoas beneficiadas que estão satisfeitas com o que recebem [no caso, o tratamento das entidades]. Seria o mesmo que justificar o fechamento das estradas brasileiras, por ser o Brasil um dos países com alto índice de mortes em estradas, ou melhor, proibir a fabricação e venda de automóveis, para que não haja mais mortes por acidentes com automóveis!

Essa é a justificativa. Ele queria não ter qualquer tipo de controle, mesmo tendo conhecimento da denúncia. Será que foi o Presidente da Conafer que pediu para fazer essa emenda? Será, senhoras e senhores? Será, Senadores que aqui estão da Bancada da Oposição, como o Girão, como o Marinho, será que era esse o pedido? Era algo a ser a ser esclarecido. Por isso, Presidente, já tinha justificativa anterior de segunda-feira, com as mentiras que o Presidente da Conafer disse aqui. Tanto que o senhor determinou a prisão para ele. Disse que ele merecia vir de novo a essa CPI para dar mais esclarecimentos.

Estou apresentando hoje um requerimento de convocação. Espero contar com o apoio de todos para que a gente aprove e traga ele novamente. Ele precisa explicar mais coisas, trazer a verdade que ele escondeu naquele dia e mais informações, Relator. Tenho certeza de que V. Exa. assim também pensa, se tiver compromisso com a verdade.

Ministro, a Controladoria-Geral da União da gestão anterior, do Sr. Wagner Rosário, tomou conhecimento porque fez parte do grupo de trabalho criado pelo Ministério Público, mas nada tomou de providência, nada, foi omissa, assim como foi o Ministério da Justiça da época, que também comandava a Polícia Federal. Omissos, porque no Governo anterior não se investigou nada, não se apurou nada, não revelou nada. E a gente percebe que as entidades ali entraram, cresceram, se cadastraram, fizeram ACT, Líder Sóstenes, mas nada se tomou de providência, Líder do PL da Câmara que aqui está. Nada o Governo fez, não tomou uma medidinha sequer, uma suspensão, um controle, um procedimento. Pelo contrário, até denúncia de servidor que disse ter sido ameaçado não se levou adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, se tivermos compromisso e responsabilidade, mais uma vez, eu não tenho dúvida que o Ministro Vinicius, Deputado Evair, o Ministro Vinicius será reconhecido pelo trabalho da seriedade que desenvolveu, assim como toda a equipe desenvolveu.

Então, nós tivemos, nós tivemos atos claros, revelações nítidas, inclusive, mais uma vez, repito, no grupo de trabalho que participava INSS, Promotoria Federal, Procuradoria da República, CGU, Ministério da Previdência, tudo do Governo anterior, com atas, com relatos, com cobranças de medidas que fossem tomadas. E o que foi feito, senhoras e senhores? Nada, absolutamente nada. Pelo contrário, o desejo da Conafer, em 2019, de não ter revalidação dos filiados cadastrados, que acabou, naquela medida provisória, saindo de um ano e ficando em três anos, se concretizou em 2020... 2022, com a nova medida provisória do Governo Bolsonaro, onde, em 2022, por um Relator também do Distrito Federal, à época Deputado Luis Miranda, que acabou com o recadastramento. Começa com a proposta em 2019, do Senador Izalci, não sei se a pedido da Conafer, e se conclui em 2022, no mesmo Governo. Ora, se o Governo anterior sabia que tinha irregularidade, por que zerou o recadastramento em 2022? Por que, senhoras e senhores? Esse é o esclarecimento que nós temos que trazer.

Talvez o Senador que fez a emenda pudesse trazer aqui a informação. Ou outras pessoas, ou o Secretário da Previdência da época em 2019, que também faz parte desta Comissão. Aliás, o Secretário da emenda de 2019 faz parte desta Comissão, o Senador Rogerio Marinho, e o Senador Izalci que propôs a emenda. E ali o Secretário deu aval para se sancionar a lei. Então, senhoras e senhores, muitas coisas fossem... Muitas coisas precisam ser, de fato, esclarecidas e a verdade vir à tona.

Pergunto, senhoras e senhores: dar carona não tem problema; a gente pode dar carona, receber carona, não tem problema. Se fosse alguém do PT recebendo aquela carona, como é que estaria aqui o comportamento dos senhores e das senhoras? Qual que seria o escândalo da hora?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Qual que seria o escândalo do momento, Presidente? Qual que seria o comportamento?

Qual seria, se fosse o Ministro Vinicius ter tomado conhecimento e não ter feito nada a sua equipe na CGU, o que seria o comportamento dos senhores e das senhoras? Mas ele fez, tomou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

atitude. E, além de cessar o roubo, este Governo teve a coragem de repor o prejuízo, devolver aos senhores e às senhoras aposentados – que merecem, sim, um comportamento sério nosso, que a gente busque a verdade sem dúvida alguma –, ressarciu-lhes e está indo atrás das entidades.

Mais uma vez, repito, a verdade tem que vir à tona. Por isso peço novamente a convocação do Presidente da Conafer.

E, Ministro Vinicius, tem todo o nosso reconhecimento pela seriedade, pela história, pela trajetória, pelo compromisso com a função que exerce à frente desse importante ministério.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, só um instantinho.

Foram citados vários Parlamentares durante a fala.

No caso do Senador Girão e na primeira fala do Senador Marinho, foi apenas uma pergunta sem qualquer tipo de acusação. Então não concedo o art. 14. Mas, na segunda informação de V. Exa., o Senador Izalci e o Senador Rogerio Marinho foram explicitamente citados na questão da medida provisória.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, respeitosamente, só fazer um contraponto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Ele colocou no sentido... Foi leviano o Deputado, com todo o respeito que eu tenho a ele. Ele colocou no sentido de... É muito importante que o senhor perceba...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pode retornar a fala... O senhor vai ver: ele colocou no sentido de que eu e o Senador Rogerio Marinho estaríamos tentando blindar, sob suspeita.

Quem blindou foram eles aqui. Nós aprovamos todos os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Eu não ouvi bem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Foi a base do Governo Lula que blindou. Aliás, está blindando desde o começo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então eu acho que o art. 14 é justo, tem que ser há dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k. Pois não, Excelência.

Não, não. Só um instantinho.

Vou dar sequência aqui, Senador Girão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. terá todo o tempo para falar posteriormente.

Concedo o art. 14 por duas citações ao Senador Izalci Lucas e ao Senador Rogerio Marinho. Cinco minutos para cada um.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para explicação pessoal.) – Presidente, como...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São cinco minutos de acordo com o Regimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, como esses Deputados são levianos! São levianos e irresponsáveis!

Pedi para colocar ali, mas tem aqui a foto. Quem... Aquela foto que eles publicaram ali do carro foi em abril de 2024. No dia 13 de abril de 2024, Sr. Relator, tem aqui a foto da chefe de gabinete do Deputado Alencar, lá na Conafer. Provavelmente foi uma emenda que está nessa pasta aqui que foi apresentada para ele, porque a relação que eu tenho com a Conafer... Eu fui o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator da Comissão da reforma tributária em 2017, e eles trabalhavam aqui em Brasília na área rural, na área de agricultura familiar, com que eu tenho uma relação muito próxima. Então, é muito leviano... São pessoas que não têm nenhuma responsabilidade, pessoas que não têm credibilidade, pessoas que participaram...

Falei aqui já uma vez, eu participei de todas as CPIs, eu sei como é que funciona isso. Mentiras, afirmações... Publicam esses videozinhos aí, mas eles não têm credibilidade neste país, todo mundo sabe que o PT tem o mesmo *modus operandi* de fazer, rouba do mesmo jeito.

Essa imagem que apareceu novamente, essa entrevista que apareceu novamente, com relação ao Bolsonaro, quero dizer, Presidente, mais uma vez: se observar o que está no vídeo, não tem nenhuma afirmação com desconto assistencial. Ele fala no seguro-defeso... Hoje nós temos, inclusive, operação no Maranhão, 100 mil estão sendo retirados do cadastramento do Maranhão do seguro-defeso. Na época da medida provisória, aqui em Brasília tinha mais pescador que... Não cabia em volta do lago. E a aposentadoria rural, que desde 94 a Contag desconta esses descontos assistenciais.

Então, do que eles têm medo, na realidade, Presidente, é que nós coloquemos aqui a questão da Contag. A Contag está blindada. Semana passada, V. Exa. viu, nós tentamos aprovar um requerimento de uma empresa de agência de turismo que recebeu mais de 5 milhões da Contag. E hoje recebo aqui os documentos, realmente ela superfatura a passagem aérea.

Agora, hoje, testamos mais uma vez uma pessoa que está sendo ameaçada de morte. E aí foi comemorado aqui, bateram palma, porque ganharam eleição por um voto.

Esse é o *modus operandi* do PT, essa é a forma como eles trabalham, eles acusam os outros daquilo que eles fazem. Eles só fazem isso. Eles querem blindar, eles não querem realmente chegar na roubalheira que eles fizeram, porque 80% disso está na Contag, está no Sindinap e na Conafer. Agora, quem apresentou o requerimento de convocação da Conafer fui eu. Quem apresentou o requerimento de quebra de sigilo fui eu, e estou apresentando mais. Comigo não tem esse negócio, não. Não tenho medo nenhum, não, pode fiscalizar minha vida toda. Eu não entrei na política para roubar, como eles fizeram sempre, na Petrobras, Lei Rouanet, JBS, vários outros roubos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, roubar aposentado e pensionista... É a que nós queremos chegar, e vamos chegar, com o Relator, com o relatório do Relator, que está apurando realmente detalhadamente, imparcialmente. Ele é profissional e sabe o que é que está fazendo. Não tem nenhuma narrativa, como acontecia aqui.

Então, vários Deputados e Senadores estiveram na Conafer. Posso citar inclusive o último, que foi o PT, Reginaldo. Estava lá, fez um vídeo lá na Conafer. Tem Senadores, Deputados, porque é uma instituição que de fato era apresentada como representante da agricultura familiar. Todos aí, tem várias emendas de vários Parlamentares, e eu vou pedir a quebra de sigilo também. Eu não tenho medo disso. Eu quero ver se eles fazem isso. Por que é que eles blindam aqui todo dia? Por que é que não votam a favor de todos os requerimentos? Quem não deve não teme. Eles são realmente hipócritas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – São hipócritas porque não sabem... Eles têm medo realmente da verdade. A verdade, Presidente, é essa. O PT sempre operou dessa forma, sempre assaltou as entidades públicas. Está aí: as estatais todas quebradas, os Correios quebrados; fundo de pensão novamente... O que é que é isso? É o *modus operandi*. Sempre fizeram isso, da mesma forma.

E nós não vamos abrir mão disso. Nós vamos investigar a fundo essa Contag, o Sindinap, que tem como Vice-Presidente o irmão do Lula. Eles estão com medo disso. Eu apresentei o requerimento e quero ver se vão aprovar, para a gente poder realmente chamar aqui, para ver até que ponto essas inclusões de 50 mil pessoas no cadastro não foi influência política do Vice-Presidente, que é irmão do Lula. Ou o Presidente da Contag, que é irmão do Presidente... do Vice-Presidente da Câmara, o Carlos, que é do PT também, então...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... essa é a realidade. Então, chega, basta de hipocrisia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, pelo art. 14....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Regimentalmente...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Pelo art.14...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Fui citado. Fui citado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu também vou querer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Fui citado também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele não, ele não citou, não citou V. Exa. nominalmente. Não citou, Excelência.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só... Não citou. Ele respondeu.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, olha, só um instantinho. Vamos, vamos colocar uma coisa com clareza aqui. Regimentalmente, só se permitem dois art. 14 por sessão.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor já tinha passado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Mas como o Marinho e o Izalci foram citados juntos, na mesma fala...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Aí, eu fui citado, e não posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... eu vou dar o art. 14 e nós vamos encerrar e dar sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está bom...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Rogerio Marinho, por cinco minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, ele me citou, e eu não posso ter o direito?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele respondeu a V. Exa. Vamos lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Porque foi V. Exa. quem provocou.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi V. Exa. quem provocou.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Qual é o problema?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Problema nenhum.

Senador Rogerio Marinho com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Teve precedente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Isso é parcialidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não é parcialidade. V. Exa. foi quem provocou. Ele respondeu a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Já teve esse precedente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. provocou.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Quer ganhar no grito, Presidente? Quer ganhar no grito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, esperem. Vamos, vamos, vamos conversar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu tenho o direito de fazer esse esclarecimento. Ele fez uma acusação. Ele fez uma acusação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, ele fez uma acusação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, o senhor foi respondido, porque foi o senhor quem fez a acusação.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Só que ele fez uma acusação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, na próxima vez, não provoque os seus colegas.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, eu não provoquei ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Provocou, Excelência. Tanto provocou que está sendo dado o art. 14 a dois colegas seus aqui. Senador...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não provoquei ninguém, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho com a palavra...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Senador Paulo Pimenta, Deputado Paulo Pimenta. Por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu gostaria de ter direito à resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A decisão está tomada. Houve uma resposta...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... ao Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Resposta autoritária e parcial, parcial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o comentário de V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Uma sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E parcial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... com a palavra por cinco minutos, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Reitero o meu pedido pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Pedido negado, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para explicação pessoal.) – O.k.

Agradeço ao Presidente e agradeço aos nobres pares, inclusive ao deputado vermelho, que nos antecedeu, que nos permitiu essa fala agora, antecipando... Não citei o nome.

Mas quero dizer a V. Exas. que é importante... Porque nós estamos sendo acompanhados por muita gente. Eu acredito que tanto a TV Câmara como o Senado estão tendo picos de audiência, porque isso afeta 40 milhões de cidadãos brasileiros. E há uma preocupação de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se ergam, de forma reiterada, cortinas de fumaça. Parece que há uma prática recorrente de se tentar desviar o foco da discussão.

Claramente, o deputado vermelho, que me antecedeu, levantou uma situação de provocação contra três Parlamentares ao mesmo tempo, querendo tumultuar o processo, porque nós estamos aqui buscando a verdade.

Eu quero crer que todos os que estão aqui presentes querem identificar aqueles que foram beneficiados com esse roubo, com essa fraude, puni-los exemplarmente, verificar qual é a influência política que permitiu, por exemplo, que determinadas pessoas ficassem em posição de mando e essa posição de mando proporcionou afrouxamento de regras que foram impostas justamente para impedir que o malfeito fosse perpetrado. Quebramos o sigilo aqui de várias instituições com o voto da grande maioria dos cidadãos.

Agora, de fato, há um processo de blindagem em curso, há um processo de blindagem. Do Sr. Edson Claro, sócio do Careca, hoje o Governo impediu a sua convocação. Na semana passada, do Gaspar, sócio do Careca, o Governo impediu a sua convocação. É um fato. A Bancada do Governo impediu a sua convocação.

Na semana passada, a entidade que comercializava passagens para a Contag, o Governo impediu a quebra do sigilo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Que Governo? Que Governo?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O Governo que eu falo, a base do Governo atual do Lula, do Lula, está, para ficar mais claro.

Então, nós temos que ter uma preocupação de não sermos seletivos na investigação. Essa CPMI está de parabéns, porque surpreendentemente, após a sua instalação, veja, eminente Presidente, nós tivemos aqui a prisão dos primeiros malfeitores. Segundo, nós tivemos o fato de que a prevenção, que havia acontecido de forma indevida no STF, fosse devolvida e houvesse um sorteio, porque estava paralisando a investigação da Polícia Federal. Várias foram sustadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, eu diria de uma forma importante para todos nós, nós tivemos a CGU aqui abrangendo o conjunto das entidades que são as associações e não apenas aquelas que a AGU havia perfilado anteriormente, 10 ou 12. Então, nós já estamos fazendo um papel importante. Parabéns a todos.

Agora, se afirma aqui, com uma empáfia, com a cara de pau, com uma, com uma certeza, olha, a MP 871, né? Ela foi feita, mas nós trabalhamos sempre para que a revalidação fosse implementada e quem impediu a revalidação foi o Governo Bolsonaro. Gente, por favor, não insistam nessa mentira. Quererem colocar no Presidente Bolsonaro a pecha de que ele deliberadamente organizou uma quadrilha dentro do INSS para fraudar e para roubar, para beneficiar sindicatos de trabalhadores, gente, isso não cola. Vocês não entenderam que isso não cola? Não adianta vocês repetirem isso até a exaustão, porque até a exaustão eu vou mostrar que vocês estão na contramão da história e da lógica.

No dia em que houve a votação, o Presidente Jair Bolsonaro fez um *tweet*, e o *print* é eterno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... "Sancionei, há pouco, agora, a lei que combate fraudes previdenciárias no INSS, MP 871; 9.8 bilhões economizados nos próximos 12 meses. Avanço importante para o Brasil. Jair Messias Bolsonaro".

No mesmo dia, o PT no Senado, o PT no Senado votou contra a MP 871 por entender que não precisa retirar direitos, prejudicar gravemente os mais pobres, com menos acesso à informação para combater fraudes contra o INSS, bastaria uma força-tarefa contra supostas fraudes que Bolsonaro alega querer coibir. O *print* é eterno, gente!

Por favor, as impressões digitais do PT estão em todo o processo. Nós temos aqui o Senador Paulo Paim, o Deputado Bohn Gass, o Deputado Zé Neto, Paulo Rocha, Patrus Ananias, o Senador Jean Paul. Todos eles fizeram – estou concluindo nos 14 segundos –, fizeram emendas supressivas da revalidação. Está nos Anais da Casa. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra... Agora sim, atenção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, Presidente, Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – O Senador Izalci fez uma acusação mentirosa. Eu tenho o direito de esclarecer, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, eu também gostaria...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ele fez uma acusação, Presidente!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu gostaria também, Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Na mesma lógica...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu já, eu, eu já comuniquei ao Plenário, comuniquei a V. Exa.. O Senador Izalci respondeu à sua provocação. O Senador Girão... foi feita a parte de uma pergunta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu quero propor uma coisa para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Nós vamos para a frente agora.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então me dá 30 segundos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Precisa de esclarecimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Pela ordem, o Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Sim, Presidente. Que acontece? Quando o senhor concede o art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o Parlamentar usa o espaço para se defender, correto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o previsto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas se ele faz uma acusação, outra, sobre outro assunto, ao Parlamentar, ele provoca uma situação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quando for cumprido o art. 14, se o Parlamentar, na sua defesa, usar a palavra de forma ofensiva, de modo a atingir, ele foge do escopo do objetivo. E aí, então, ele deveria provocar que o ofendido também pudesse usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Mas a tese de V. Exa. é correta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas a posição do Senador Izalci foi em resposta à provocação que teve...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, mas ele trouxe um fato novo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ele trouxe um outro fato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esta Presidência não entendeu dessa maneira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vai virar um *loop* infinito. Não vai parar mais nunca.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Entendi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Esta Presidência não entendeu dessa maneira.

Com a palavra...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Senador Izalci mentiu e nós vamos provar a relação dele com a Conafer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Teremos tempo suficiente, Deputado Alencar...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mentiu inclusive nessa foto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... para poder fazer. Temos muitas sessões pela frente ainda.

Com a palavra, o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Faltou alguma coisa o senhor falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Atenção, Rondônia!

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Selva, Coronel Chrisóstomo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Vamos zerar ali, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos para o Coronel.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Olá, Rondônia! Olá, Brasil! Anistia ampla, geral e irrestrita! É o que o Brasil quer.

Sr. Ministro, será que, no mensalão, no petrolão e no roubo do BNDES, teve alguma interferência da CGU naquele tempo? O senhor poderia me dizer, já que o senhor hoje é o comandante lá? Porque afundaram o pé, roubaram o Brasil. E a CGU?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Coronel, boa tarde para o senhor.

Eu... A CGU é um órgão que foi criado como ministério em 2003 pelo Presidente Lula. E o primeiro Ministro da CGU é um ex-Governador muito respeitado, Waldir Pires. Ele que estruturou a CGU basicamente como ela é hoje. Eu tenho certeza de que em todos os casos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade da CGU, que a CGU tinha competência, durante esse período, o Ministro Waldir Pires – e quem veio depois dele – fez o trabalho que deveria ser feito.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k. Certamente, se tivesse realmente um órgão eficiente, o PT não teria afundado o pé no roubo que botou muita gente na cadeia, inclusive o próprio Presidente.

Eu gostaria, Ministro, que V. Exa. ou qualquer outro ministro ou autoridade do PT fizesse igual o Palocci fez na CPI do BNDES – eu era titular lá. Lá, o Palocci disse assim: "Eu fui culpado. Eu fui culpado, assumo. Mas o Lula não roubou só isso que vocês estão falando, R$500 bilhões. Roubou muito mais". E eu perguntei: "Onde está o dinheiro?". "Está nos paraísos fiscais". Está vendo? Essa é a realidade desse Governo, desse PT. Palocci falou. Ninguém fala nada, porque eles sabem que é verdade. Alguns aqui também estavam na CPI.

Vamos lá agora. Passa ali agora, joga ali na tela para o Ministro não ter dúvida de quem foi que tomou conta, para o Brasil saber que tinha que ter essa investigação.

O senhor está vendo aquilo ali, ô, nosso Ministro? Ali é exatamente o meu requerimento para a criação da CPI. Sabe em que data? Em 23 de abril. O senhor vai ter dúvida agora quem foi que mexeu?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim, o pedido de criação de uma CPI tem que ser feito por Parlamentares.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, mas o senhor viu quem mexeu? A partir dali começou essa saga. Porque todos os jornais me chamaram no dia seguinte para falar sobre isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – A partir daí, aí eu vou lhe dizer o que o jornal *Estadão*, o que o jornal *Estadão*... Está lá, está em Infoleg, Infoleg. Pode entrar que o senhor vai ver. Em 23 de abril. Sabe que dia foi esse? O dia que o *Metrópoles* falou. Eu imediatamente tomei providência. É assim que se age. O homem público faz assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Silêncio, por favor. Silêncio, por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência, bote mais um minuto. Mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio. Deputado Evair, por favor. Deputado Rogério Correia, por gentileza.

Um minuto para o Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência, por gentileza, retorne o tempo. Eu estou vendo o barulho aqui já um tempo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto para V. Exa.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Bote dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode dar sequência, Excelência, por favor, Coronel. Toque a marcha.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor. O senhor entendeu como faz o homem público? É assim. O senhor esperou tempo para tomar providência, Ministro. O senhor esperou.

Eu tomei essa providência, porque o *Metrópoles* – parabéns, *Metrópoles,* parabéns a vocês – e, no mesmo dia que eu criei, pedi a criação da CPI, olha o que o *Estadão* falou, no mesmo dia. Aliados do Lula temem que a oposição consiga emplacar a CPI. Eita! Estava todo com medo, rapaz. Interlocutores de Lula dizem que o Palácio do Planalto precisa evitar que a marca da corrupção cole na gestão. É medo.

Para finalizar, Ministro, o senhor está vendo como é que se age? O temor é que a população passe a associar novamente os governos petistas à corrupção do PT, que já carrega o histórico do Mensalão e do Petrolão.

É Brasil! Isso que se faz, Ministro, quando a gente sabe do rolo, a gente tem que entrar. A CGU se atrasou na sua gestão – na sua gestão. Sabe o que significa isso? É prevaricar, Ministro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

perdoe-me. Isso é prevaricar. Quando a gente sabe do roubo, a gente tem que agir imediatamente, e eu dei o exemplo aí, olha. Eu dei exemplo.

Vamos avançar. Vamos avançar. Fica a pergunta para o senhor responder, Ministro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Faça, deixa ele responder a pergunta então, para os dez minutos. Deixa ele responder a pergunta.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, eu perguntei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o senhor acabou de falar que deixou uma pergunta.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixa a pergunta para ele, deixa ele responder, se posicionar. Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, bote mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Rogério, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Oh, Presidente, o senhor tomou um minuto meu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o senhor tem dez minutos entre perguntas e respostas.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, mas o senhor falou, então, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência. Deixa o entrevistado, o entrevistado. Boca torta de jornalista. Deixa.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu estou sentindo que eu toquei o ... da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Por gentileza, Sr. Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, mas volte, mais, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto. Mais um minuto.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência, volte, porque o senhor está falando, tira do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá bom, eu concedo mais um minuto. Senão o senhor vai usar os dez minutos e não vai deixar ele responder, e a gente tem seguir para respeitar todos os demais. São dez minutos entre colocações e respostas.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor está vendo que está falando. Não, Excelência, de boa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, já lhe dei um minuto.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor está falando e o tempo está ó...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já lhe dei um minuto.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Já me deu um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Ministro, o senhor quer responder?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Só um esclarecimento, Deputado, o senhor fez o ofício de criação da CPI, dia 23 de abril...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... deste ano, que foi o ano da operação, foi o dia da operação da Polícia Federal e da CGU.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Então, assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... nós fizemos a operação, a operação veio a público, o senhor fez o ofício de constituição da CPI. Está tudo certo, não tem problema nenhum nisso. A única coisa que eu quis dizer é que o fato de a gente ter feito o nosso trabalho permitiu, por exemplo, que isso se tornasse público do jeito que se tornou e uma CPI como essa pudesse ser instalada. Não tem nada demais nessa frase.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas o senhor entendeu agora quem mexeu nisso, né?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim, a CGU. (*Risos.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu acho que o senhor não entendeu.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A CGU e a Polícia Federal.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Infoleg trata de Parlamentar, não de CGU. Infoleg trata de Parlamentares federais, tá? E nós somos fiscais! Por isso que eu estou lhe cobrando que o senhor atrasou. O senhor atrasou, sim.

Solta lá, só para concluir já, solta mais as outras imagens. Eu vou ser rápido, até porque eu já falei aqui. Olha lá: "CGU abre 40 processos contra entidades por fraude do INSS".

O senhor se recorda bem de que, antes disso, a CGU avocou para si 12 processos administrativos. E o irmão do Lula estava fora. Por que o irmão do Lula estava fora nesse momento e, lá à frente, lá à frente, quando surge a CPMI – opa! –, a CGU inicia com 40 processos?

O senhor está vendo como o senhor atrasa, Ministro?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu... A CGU, os técnicos da CGU, os auditores da CGU avocararam 12 processos que o INSS havia aberto logo depois da operação, porque foram as entidades que foram alvo de busca e apreensão da operação da Polícia Federal. Depois disso, a CGU passou a analisar a conduta de todas as entidades, individualizar essas condutas, porque há entidades que são acusadas de corrupção, há entidades que são acusadas de outros tipos de erros ou ilícitos. Então nós, a nossa equipe organizou esse trabalho e abriu os processos quando tinha como abrir os processos contra todas as entidades que faltavam, foi isso que foi feito, num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo médio muito menor, muito menor do que normalmente se leva na CGU para abrir processos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas atrasou, atrasou.

Veio há pouco tempo aqui na Câmara dos Deputados, e o delegado informou que o irmão do Lula não estava sendo investigado pela Polícia Federal.

O senhor, como CGU, e estava junto, o senhor se recorda disso? Ou o senhor tem conhecimento disso?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Do que exatamente?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Do roubo dos aposentados. O delegado disse que ele não estava dentro da investigação no momento que o senhor também estava junto.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, essa é uma...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, isso foi numa audiência pública, foi numa audiência pública.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... numa coletiva...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... numa entrevista coletiva.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Audiência pública na Câmara dos Deputados.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Então eu não estava.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, eu quero saber o seguinte, eu estou perguntando: o senhor tinha conhecimento de que o irmão do Lula não estava?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ué. Eu fiquei sabendo que o irmão do Presidente Lula não estava sendo investigado, não era investigado...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Olha lá, olha lá, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... quando o Diretor-Geral da Polícia Federal disse isso.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, o irmão do Lula não estava?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É, não está.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não respondo pela investigação da Polícia Federal.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas o senhor está junto! A CGU não estava junto?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu respondo pela CGU. E eu não tenho...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, não... Agora ele pula fora!

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Antes o senhor pulou dentro! Ah, afinal de contas o senhor tem que decidir. Está dentro ou está fora? Ministro, o senhor tem que decidir.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não insinua esse tipo de movimento para mim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ora o senhor diz que a ideia foi da Polícia Federal e CGU...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, senhores...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Agora o senhor diz: "Estamos... estou fora".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Pode continuar, Coronel.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Deixa ele continuar, eu não vou responder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu acho que o Presidente está querendo tirar meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, muito pelo contrário, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor falou novamente. Bote pelo menos... Só um minuto, para eu encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu pedi foi o silêncio a todos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ah, tá, então está bom. Bote mais um minuto para encerrar, porque senão eu fico conversando com o senhor, eu quero conversar com o Ministro.

Para concluir, Excelência, bote só mais um minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pronto.

Então, Ministro, ora o senhor pula dentro da canoa junto com a Polícia Federal, e depois o senhor pula fora. Afinal de contas, o irmão do Lula estava dentro ou estava fora? O Brasil quer saber, Ministro!

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Até onde eu sei, conhecendo a investigação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... não há investigação contra o irmão do Presidente Lula. Há investigação contra...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, me perdoe, Ministro, não há?!

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Há investigação contra...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – E o sindicato dele que está até o talo de roubo, Ministro?!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O sindicato...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Como é que faz?!

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O sindicato está sendo investigado pela Polícia Federal, tem processo contra o sindicato dentro da CGU, porque nós responsabilizamos pessoas jurídicas.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – E ele, como Vice-Presidente do sindicato, está limpinho fora? Ministro, afinal de contas, é assim que funciona a Controladoria-Geral? É dessa forma?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A gente funciona assim, seguindo a lei...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Deixa fora pessoas...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... e olhando para ver se tem, se tem provas contra as pessoas que a gente precisa investigar ou não, ou sobre as pessoas jurídicas, a mesma coisa.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas pelo amor de Deus, Ministro! O cara é Vice-Presidente, a associação dele está até o talo de roubo e o Brasil sabe disso!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Coronel.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – E os senhores deixam ele fora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O irmão do Lula vai vir aqui, ele tem que vir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... para falar do roubo que está acontecendo nesse sindicato!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência, por favor. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência, eu quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... as respostas do Ministro, embora em algumas coisas o Brasil já tenha visto que ele prevaricou, e eu agradeço ao senhor essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Muito obrigado. Pois não.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, eu vou solicitar que o pessoal coloque aí para mim o primeiro eslaide, que eu pedi para apresentar. É um ofício sobre um assunto de descadastramento junto ao INSS de empresas que praticam descontos abusivos, de 1º de agosto de 2019.

Queria pedir a V. Exa. que eu pudesse começar do início, enquanto eles acham, Presidente, para não atrasar; que o senhor me desse o tempo normal. Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Pode ser.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pode ser? Porque eu tenho o tempo normal, senão não vai dar tempo. Pode voltar o tempo, por favor.

Isso aí é importante, porque isso é do Procon, de 1º de agosto de 2019. Ali vocês vão ver, no segundo parágrafo, que se diz que durante a reunião... É um ofício do Procon que foi enviado ao Governo, na época, Bolsonaro, já colocando uma série de irregularidades do INSS, 1º de agosto de 2019. E, no segundo parágrafo, se diz:

> Durante a reunião, o Diretor Executivo do Procon [...], Fernando [Capes ou] Capez, levou a sua preocupação com os descontos abusivos realizados nos benefícios dos aposentados por associações em parceria com seguradoras, empresas de serviços e instituições financeiras [...] que, desde 2017, foram registrados mais de dezesseis mil atendimentos para o Procon-SP e em Procons municipais conveniados [...] [com] as seguintes empresas].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no primeiro parágrafo, vejam bem: "Servimo-nos do presente para cumprimentá-los e [...] informar que o Diretor Executivo [...] do Procon [...] esteve em reunião no Ministério da Justiça com a participação do Ministro..." – eu vou chamar de amarelo, para não pedir resposta. Não que ele tenha amarelado, mas eu já tenho o azul, então, fica o amarelo – "[...] do secretário nacional do consumidor [...] e do presidente do INSS, Renato Vieira".

E ali embaixo, Deputada, se V. Exa. prestar atenção, tem ali algumas entidades e clubes de serviços que eu quero ressaltar.

Eu vou começar lá embaixo, na penúltima, com a Sabemi Seguradora.

Eu peço a atenção ao Relator que possa olhar que esta Sabemi Seguradora está no RIF do Careca, viu? Ela já foi denunciada em 1º de agosto de 2019. Ela está no RIF do Careca, lá na frente; ou seja, ela continuou atuando, essa Sabemi aí, e foi dar no Careca.

A última aí, Anapps (Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social), que depois virou Abrapps, é dessas que disseram: "Ah, nós interrompemos o serviço dela", mas ela voltou três meses depois com outro nome.

E olhem aquela ali: Sudamerica Clube de Serviços/Sudamerica Vida Corretora de Seguros.

Eu pediria que passasse um vídeo, porque eu quero chamar a atenção dessa Sudamerica, denunciada em 1º de agosto, e eu quero dizer que em 1º de agosto não fizeram nada, nem Ministro foi à Polícia Federal.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não entregaram... Não entregaram...

Só um minuto, esperem aí.

Não entregaram à Polícia Federal nada, não foram à Controladoria-Geral da União. Devem ter avisado ao Presidente Bolsonaro, será? Não sei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vamos ver as imagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É possível que tenha. Mas, enfim, prevaricaram? Demorou? Demorou não, nunca agiu nesse período quem estava lá no ministério e que recebeu essa denúncia do Procon-SP.

E olhem as empresas que estavam lá.

Vamos ver agora a imagem desta aí, da Sabemi Seguradora.

Vamos lá. (*Pausa.*)

Vamos lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Paranaense.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Presidente, isso é de 1º de agosto de 2019. Será que, se tivesse sido feito alguma coisa... Se Ministros que tiveram acesso, que estiveram na reunião em que isso foi colocado, tivessem feito alguma coisa – por exemplo, feito como a CGU fez: ido à Polícia Federal e pedido para investigar –, será que nós teríamos ainda essa Sabemi junto com o Careca? Será que teríamos esse Fracaro, que, depois, fomos ver, tinha ligação com o Líder do Governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados? Será que, se aqueles que sabiam, que foram até o Jair Bolsonaro e entregaram o documento... Será que, se todos esses tivessem, de fato, agido, como agiu a CGU agora, que alguns dizem que foi mole, foi atrasado...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Prevaricou.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas imagina... Esses que não fizeram nada foram atrasados ou prevaricaram? Vamos ver se prevaricaram? Eu penso que sim. Um Ministro que não vai à Polícia Federal depois de saber disso? E olha o resultado: milhões, bilhões de reais, mais de R$6 bilhões... Podia ter acabado, quem sabe, a partir de 1979... Portanto, 1989, não é isso? Poderia ter acabado. Mas não, isso veio, como uma quadrilha, no interior do INSS. Isso me parece óbvio. Por isso, eu não gosto que coloque...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu falei... É 2019. Eu estou lá atrás, né, Presidente? É 2019. A partir de 2019. Imagina! Se isso tivesse sido feito, nós não teríamos progredido ao que se progrediu.

Mas tem mais: como nada foi feito, essa quadrilha foi, foi, foi, foi, foi... E ela foi descoberta agora. E, descoberta a quadrilha, ou pelo menos ela, agora, colocada sob a investigação da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União... A descoberta foi antes. Mas, colocada agora sob investigação, essa quadrilha acabou. O Presidente Lula determinou que nada mais fosse descontado das associações dos aposentados.

A pergunta que eu vou fazer depois, para que possa, em seguida, me falar o Dr. Vinícius é como está o processo de devolução desses recursos dos aposentados que foram roubados? Porque isso foi uma vitória, uma vitória de todos nós. A vitória não é só do Governo do Presidente Lula, mas de todos que fizeram denúncia, acusaram, etc. Foi uma vitória importante, mas está sendo feito, é preciso reconhecer isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E podia ter sido feito a partir de 2019.

Presidente, eu só queria, não vai dar tempo de falar tudo, mas dizer que a primeira reunião, de 30 de julho de 2020 do tal grupo de trabalho, que tinha, à época, Onyx Lorenzoni como Ministro, do grupo de trabalho interministerial que estava trabalhando e trabalhou até 2024, 2025... Da primeira reunião, de 30 de julho de 2020, eu estou com a ata, e ali já se faziam as denúncias desde aquela época, 2020. Portanto, isso vem enrolando, enrolando, enrolando, enrolando até agora, até ser feita alguma coisa.

Então, realmente, quando as pessoas querem esquecer o passado, eu não sei se são negacionistas da história, se são desmemoriadas ou se são caras de pau mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente, art. 14, nesse caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o senhor não foi citado, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, ele bota um ofício, faz uma acusação, não menciona o nome. Ele fez uma acusação, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. não foi citado nominalmente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, eu posso usar o tempo de Líder?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ele fez uma acusação. Ele fez uma acusação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... botou um ofício e disse que eu prevariquei. O nome estava ali na tela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, espere aí, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós fizemos um acordo de procedimentos aqui. A citação não foi feita nominalmente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Mas, Senador... Presidente, aqui é uma acusação de prevaricação, e ele mostra um ofício do Ministério da Justiça.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por gentileza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Aí é uma coisa diferente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixe eu responder.

Senador Sergio Moro, a solicitação do art. 14 está negada.

Com a palavra, pela Liderança da oposição, o Senador Rogerio Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Presidente, eu não estou com a palavra?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É tempo de Líder, Excelência.

Paciência de cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Cinco minutos só. Posso? Eu pedi o tempo de Líder.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Rogerio Marinho?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, pediu o tempo de Líder.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É regimental, Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Obrigado, Pimenta.

Bom, Presidente, eu pedi o tempo de Líder agora – estava aguardando um pouquinho, ainda tem a nossa fala mais adiante – para deixar claro que nós precisamos, nós que estamos aqui, ter responsabilidade no que estamos colocando para a sociedade.

Foi dito aqui que, em 2019, nada aconteceu, apesar da apresentação de um documento que foi exibido, e não é a primeira vez, por isso que, quando começou a falar, eu digo: "De novo!". O pessoal não se cansa e tem o que se chama de centralismo democrático. A esquerda é organizada e faz o roteiro bem bonitinho. Então, está repetindo aqui até a exaustão.

Esse documento de 1º de agosto fala de oito ou nove entidades que estavam tendo problemas e pede providências. As providências foram tomadas, senhores. Quatro entidades, quatro entidades tiveram o seu ACT rescindido, cancelado; uma delas, inclusive, que é a Anapps – isso, em 2019 –, voltou em 2023, no Governo do Presidente Lula, e foi responsável por receber mais de R$300 milhões de roubo dos aposentados no Governo do Presidente Lula. Voltou em 23, uma delas. As que foram citadas pelo Deputado vermelho que me antecedeu, a Sabemi Seguradora, além da Chubb Seguros, além de Previsul Seguros, nenhuma delas tem ACT com o INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, senhores! A gente não pode misturar alhos com bugalhos. Está se levantando aqui uma cortina de fumaça. A gente não quer investigar. Nós queremos investigar. Foi dito aqui, desde o início, foi gritado aqui, foi colocado que nós deveríamos nos concentrar em descontos associativos e consignados.

As pessoas estão dizendo aqui, por exemplo, que esse problema começa em 2019. Vou repetir aqui, nesses três minutos – vamos lá! Escolinha do Prof. Marinho –, quando começa a questão dos consignados: 1994, primeiro ACT; a vovó aí de toda a confusão e das fraudes: Contag. De lá para cá, aconteceram vários problemas no INSS. Quem assiste a TV, quem compulsa jornais, quem lê TV – desculpe, jornais – verifica que tem problema no INSS desde sempre. Agora, governos são lenientes e prevaricadores, e outros são ativos, fazem alguma coisa. Essa é a diferença.

Eu quero lembrar aos senhores aqui o seguinte: "Polícia Federal conclui inquérito que investiga Gleisi e Paulo Bernardo e envia relatório ao STF" – 2010 –, sobre consignados – 2010, senhores. Eminente Ministro, 2010. "Contribuição compulsória: aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões". Era o Ministro Carlos Gabas; 2010 também, mesma situação de hoje.

Então, o problema sempre existiu; agora, uns agem, outros não. Em 2020, aconteceu a mesma coisa: cinco entidades sofreram sanção, e uma delas, a Conafer, voltou. A gente falou aqui a respeito, inclusive, numa oportunidade em que veio aqui o Presidente da Conafer.

E se coloca uma suspeição em relação a de que forma isso aconteceu. Vamos investigar. Agora, não dá para blindar o sócio do Careca; não dá para blindar a lavanderia, ou a provável lavanderia que recebeu recursos, porque é ligada à entidade da Contag; não dá para blindar o primo do nosso Relator, que é o Gaspar... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E se pede para ele não vir aqui, porque tem uma associação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ô, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, primo, porque tem o sobrenome Gaspar. Desculpe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nobre Presidente, com o maior respeito que eu tenho a V. Exa., mas o público pode ter entrado agora. (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo amor de Deus! Aí, Gaspar... Vou até retirar esse nome.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Está certo. (*Risos.*)

Então, senhores, nós sabemos que, ao contrário do que está sendo dito, não houve inércia: houve proatividade. Eu vou lembrar os senhores aqui. Peço agora... Vou fazer um desafio – olha que coisa boa! Por favor, todo mundo olhando para o seu Google.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O nosso eminente Ministro falou aqui, há pouco, que teve 40 reportagens e editoriais de jornais a respeito de escândalo de descontos associativos. Nós escutamos aqui. Quantas reportagens de jornal aconteceram de 2019 a 2022 sobre descontos associativos? Atenção, já! Olha no Google! Nenhuma. Vocês sabem por quê, Srs. Senadores e Deputados? Porque não havia 1,54 milhão de pedidos de exclusão no Meu INSS de 2024 com a inércia deste Governo; porque não havia uma explosão de 7,41 milhões de pessoas que passaram a contribuir, como consignados, contra 2,7 milhões do início do Governo do Presidente Bolsonaro, contra 2,7 milhões no final do Governo do Presidente Bolsonaro. É simples assim.

Agora, o que nós precisamos saber, de novo, é aonde foi o dinheiro. Vamos quebrar aqui, vamos olhar os sigilos quebrados e verificar quem se locupletou. Todo mundo quer isso, a população que nos assiste também.

Vamos ao trabalho, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tempos de Liderança encerrados.

Com a palavra, o Deputado Orlando Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, Presidente, só um...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Não, não. Não é nada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o seu tempo já...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – É só porque eu tinha feito uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas V. Exa. gastou os dez minutos...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... os dez minutos numa colocação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas, se ele puder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E são dez minutos entre pergunta e resposta.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É uma pergunta sobre o número de proprietários...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele pode responder na próxima interferência.

Deputado Orlando Silva, por dez minutos, por favor.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Parlamentares.

Eu quero, inicialmente, cumprimentar o Ministro Vinicius. Eu pensei se eu devia agradecer-lhe pelos excelentes serviços prestados à nação brasileira ou se, antes, eu deveria pedir desculpas a V. Exa. pelo constrangimento de assistir a certas *performances* aqui nesta sala, *performances* que mesmo desonram a atividade parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muitas vezes imaginando o que um cidadão brasileiro que liga a televisão na TV Senado e assiste ao comportamento de alguns Parlamentares, o que passa pela cabeça do cidadão brasileiro, que imagina que os Parlamentares devem cumprir suas funções de legislador, devem estudar a realidade do Brasil, devem fiscalizar o comportamento e as ações governamentais do Poder Executivo; e imagino que eles fiquem perplexos diante da *performance*.

Porque aqui, Ministro, infelizmente, o que se vê muitas vezes é uma intervenção para gerar um corte. A gente vai ver nas redes sociais e está ali um corte editado, que quase sempre oculta a polêmica com quem a travou. Então, é lamentável que o Parlamento brasileiro assuma essa estatura. Depois, alguns não compreendem as razões do desgaste da política, as razões do desgaste dos políticos, as razões que fazem com que o Congresso Nacional seja das instituições menos respeitadas do Brasil; mas eu espero que os colegas reflitam sobre o papel que deve ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre as atribuições que nós, como Parlamentares, devemos cumprir.

Felizmente, nós temos, Ministro, a Controladoria-Geral da União. Eu quero saudar a Controladoria-Geral da União, criada pelo Presidente Lula no ano de 2003 e que se configurou numa instituição do Estado. Eu considero que hoje a CGU tem um papel estratégico no combate à corrupção e se afirma pela capacidade técnica, se afirma pela sua competência, se afirma por cumprir a lei. Aqui e acolá, intervenções de Deputados e Senadores, eles questionaram V. Exa. por cumprir a lei. Se uma investigação está sob sigilo, isso impõe limites à condução de gestores, e esse comportamento, que é o de cumpridor da lei, passa a ser questionado.

Então, eu quero cumprimentar a Controladoria Geral da União e, antes de fazer questionamentos a V. Exa., quero cumprimentá-lo, porque, ao tempo em que eu vejo e ouço insinuações, eu quero dizer que conheço V. Exa.; não conhecia pessoalmente, conheci pessoalmente faz pouco, mas conheço como um homem de Estado. Assim como nós celebramos a CGU se constituir uma instituição de Estado, ela tem à sua frente um gestor que tem um comportamento de um homem de Estado. Desconsidere, pelo nanismo de alguns pronunciamentos aqui, os ataques baixos e as insinuações vis que foram feitas a V. Exa.

Eu gostaria de saber, Ministro, quanto tempo passou entre a abertura da auditoria na CGU e o início da colaboração da CGU com a Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Boa tarde, Deputado Orlando Silva.

O tempo foi: abril de 2019 de... Desculpa, de 2024, a auditoria é instaurada oficialmente; e acho que em junho, dois meses depois, três meses depois no máximo, a Polícia Federal foi acionada.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – De dois mil e...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Vinte e quatro.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – E por que que a Operação Sem Desconto foi deflagrada em abril de 2025?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O primeiro pedido da Polícia Federal para fazer uma operação, uma cautelar de busca e apreensão no Judiciário, foi acho que em dezembro de 24. Depois, foram sucessivos pedidos ao longo do começo de 25, e o Judiciário levou ali entre dois e três meses para decidir. Acredito que também eram várias... Era uma série de varas judiciais que tinham que tomar a decisão também.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Levando em conta a vossa experiência e a experiência que a AGU adquiriu ao longo da sua história e mais recentemente nesse caso, o senhor indicaria a esta Comissão Parlamentar de Inquérito mecanismos, procedimentos, iniciativas que permitissem agilizar medidas que fornecessem mais instrumentos para que a CGU pudesse enfrentar crimes como esse que assistimos aqui atacando os aposentados e inativos?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Tem um ponto bastante interessante, Deputado, que é como que a CGU pode se estruturar como órgão central de uma série de sistemas na Esplanada, órgão central do sistema de ouvidoria, de corregedoria, de integridade pública e privada. Só que, como órgão central hoje, a CGU tem competências de coordenação, de alinhamento, mas não tem hierarquia sobre os órgãos dos ministérios que lidam com esses temas, como, por exemplo, a AGU tem em relação às consultorias jurídicas. Na minha opinião, se nós pudéssemos garantir à CGU um pouco mais de capacidade de atuação sobre esses órgãos responsáveis por corregedoria, ouvidoria e controle interno nos ministérios, seria muito adequado para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Ministro, eu celebrei a iniciativa do Presidente Lula de determinar num prazo recorde a devolução dos recursos roubados de aposentados e de pensionistas. O Presidente Lula protege pessoas vulneráveis, o Presidente Lula restitui aquilo que era de direito para essas pessoas, mas evidentemente que essa é uma etapa em que o Presidente faz justiça a vítimas que foram lesadas por quadrilhas que se estruturaram para assaltar pessoas vulneráveis, mas, na minha percepção, há uma segunda fase, porque a devolução foi feita e está sendo feita com base em recursos públicos, em dinheiro público, em dinheiro dos cidadãos brasileiros, em dinheiro dos impostos do Brasil.

Eu quero saber: a CGU, a Polícia Federal, a AGU, como trabalham para resgatar os valores roubados dos aposentados? Porque há que se restituir aos cofres públicos aquilo que foi extorquido dos nossos aposentados e pensionistas. Eu gostaria que V. Exa. falasse se há um trabalho integrado, se a CGU colabora com a AGU e com a PF, e em que termos esse trabalho se desenvolve neste instante para devolver aos cofres públicos aquilo que foi roubado dos aposentados, já que eles receberam a justa restituição.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Há um trabalho integrado. A AGU lida com esse sistema de restituição mais diretamente. É importante dizer que eu acho que a investigação chega num nível em que já é possível falar desse tipo... Fazer a afirmação que eu estou fazendo. Porque muitas dessas entidades, na verdade, eram entidades de fachada que foram apropriadas por empresas. Na verdade, era um empreendimento que se fazia. Essas entidades muitas vezes acabam – para usar uma expressão típica de investigação... acabam sendo espécies de conchas vazias. Aí, numa situação como essa, é muito importante o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, para se chegar em outras pessoas jurídicas e em outras pessoas físicas que são aquelas que de fato receberam os recursos dessas entidades que foram utilizadas de maneira fraudulenta.

Esse trabalho está sendo feito em conjunto. A CGU atua e age muitas vezes nessas situações até auxiliando, como uma espécie de consultoria, para identificação dos fatos que, muitas vezes e nos próprios processos administrativos que nós abrimos, nessas situações nós entramos com as cautelares – desculpa... com as cautelares para se fazer a desconsideração e o bloqueio de bens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Agradeço ao Ministro e reafirmo a minha convicção. Felizmente, a Polícia Federal investiga com capacidade técnica, com acurácia, com precisão. Felizmente, a CGU cumpriu o seu papel, operando para desmontar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... as quadrilhas estruturadas para assaltar os velhinhos e velhinhas do Brasil. E eu espero que a AGU se some a esse esforço, que nós possamos encontrar o recurso fraudado, punir exemplarmente esses criminosos e devolver ao Erário público, quem sabe, inclusive, utilizando para fortalecer as estruturas de transparência, fiscalização e combate à corrupção do Estado brasileiro, porque eu sei que essa é uma determinação do Presidente Lula. E é por isso que o Presidente Lula goza de prestígio e é tão querido pela população do nosso país.

Muito obrigado, Ministro, e parabéns pela sua participação e pela sua paciência na sessão da tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na sequência, o Deputado Dorinaldo Malafaia, por favor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, só ia dizer que foi essa exatamente a orientação que recebi, quando o Presidente Lula me convidou, inclusive: que todo ato de corrupção, de desvio ou de fraude que eu identificasse ou que a equipe da CGU identificasse, que nós fôssemos até o fundo para apurar. E é isso que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos para o Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Agradecer mais uma vez pela gentileza e equilíbrio, dentro do possível.

Eu queria, antes de mais nada, parabenizar o Ministro, porque, de fato, Ministro Vinicius, eu li aqui o seu currículo e vi que V. Exa. tem um percurso acadêmico importante, interessante. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um valor significativo para a gente, deu aula fora do país, ou seja, é um brasileiro, me parece, até que se prove o contrário, que tem muita responsabilidade com a coisa pública e tem uma carreira a zelar. Isso é muito importante. E digo isso a V. Exa. porque, diferente dos últimos dois depoentes que vieram aqui, que tinham um largo currículo, claramente, todos eles suspeitos, muitos comprovados aqui, de terem montado um esquema fraudulento de corrupção...

Eu queria só fazer essa comparação, Ministro, porque, o que me salta aos olhos nesta audiência é a brutalidade de uma certa quantidade de Parlamentares aqui, a agressividade com V. Exa., e a mansidão com que trataram os dois últimos que vieram aqui, tanto o Careca do INSS quanto o representante da Conafer, que claramente saíram daqui, um estava preso e o outro saiu preso. E era interessante a postura dos Parlamentares quando pediram até desculpa àquelas pessoas. E hoje, V. Exa., que veio aqui exatamente dizer como desbaratar um esquema fraudulento de corrupção, tem sofrido uma série de agressões do ponto de vista, inclusive desqualificadas, tem gente que veio aqui para lacrar, que levanta, fica em pé, grita, faz gracejo, porque é exatamente para lacrar na rede social, sem nenhum conteúdo.

E eu quero parabenizar V. Exa. Teve ex-juiz aqui, que foi secretário, que foi Ministro, que saiu escorraçado de um Governo anterior, e V. Exa. conseguiu inclusive inverter a lógica dessa discussão e mostrar claramente a oposição e a diferença entre os dois governos. Então, eu queria lhe parabenizar por isso.

E tem uma questão fundamental, que eu também quero resgatar, que é que a todo momento as pessoas aqui tentaram classificar e carimbar na CGU um crime de demora, que não existe, não é? Existe crime de demora?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Eu não conheço crime de demora.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Eu não conheço também. Prevaricação existe e, portanto, até onde eu sei, V. Exa., a CGU não prevaricou, mas tentaram fazer uma inversão aqui de valores, em que a única coisa em que tentaram insistir é que houve uma demora nas ações da CGU. Então, acho que há de se fazer essa diferenciação e V. Exa. sair daqui tranquilo, porque de fato tem uma diferença. Passaram a manhã toda falando sobre isso, o dia todo falando sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria lhe perguntar, porque na minha cabeça, Ministro, desde o primeiro momento, nós temos uma chave aí para entrar na casa dos outros, esse bandido que entrou na casa de alguém criou e burlou essa configuração, essa entrada tem um sentido. Eu acho que a principal questão a ser desvendada é como é que a quadrilha se infiltrou no INSS. E, pelo relatório que eu vi aqui da CGU, está muito centrado nos anos de 2019 e 2021, nesse ambiente, e está muito ligado à questão dos termos de cooperação. Então, eu queria lhe perguntar se, na sua opinião, nós podemos afirmar, seria correto afirmar que, de fato, onde começa, onde a gente consegue detectar que essa quadrilha se instala é nesse período, porque é isso que diz aqui o seu relatório, e eu queria que V. Exa. me confirmasse isso ou não.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Na verdade, boa parte dessas entidades que foram avaliadas pela CGU, se eu não me engano, 21 dessas entidades, assinaram ou renovaram seus acordos de cooperação, principalmente entre 21 e 22, durante a gestão do Sr. José Carlos Oliveira, na Dirben ou no INSS, e depois como Ministro da Previdência. Inclusive, a entidade que foi mencionada agora há pouco, a Anapps, como se ela tivesse voltado em 2023, ela foi suspensa em 2019 e voltou em 2021, pela mão do Sr. José Carlos Oliveira, que tomou uma decisão contra o parecer da área técnica. Ele veio aqui e falou que ele tomava decisões no automático.

Eu até entendo que um Ministro tome decisões em função de vários pareceres de área técnica e de consultoria jurídica na mesma direção. Agora, quando um Ministro ou o Presidente do INSS resolve tomar uma decisão contra pareceres da área técnica e da consultoria jurídica, coisa que ele até pode fazer, eu não entendo como isso pode ser uma decisão automática, algo automático, algo não burocrático ou algo desse tipo. E foi isso que ele fez nesse caso da Anapps, que o Senador, agora há pouco, registrou como em 2023, mas foi em 2021 que ela voltou.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perfeito. Me diga uma coisa: você tem ideia de quantos ACTs foram sacramentados nesse período?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Vinte e um, se não me falha a memória. E essa questão, Deputado, se o senhor me permite...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... sobre onde começou, como começou... As assinaturas dos acordos de cooperação... E há um relatório de auditoria da CGU de 2021, de que é pouco falado, sobre ACTs do INSS, ele não se referia exclusivamente a descontos associativos, mas ele falava de ACTs de uma maneira geral e ele questionava a capacidade de o INSS controlar esses acordos de cooperação, fiscalizar esses acordos de cooperação. Então, essa deficiência sempre existiu. Ela era uma deficiência estrutural do INSS que a gente espera que agora seja corrigida.

Agora, essa deficiência é muito relevante, porque o acordo de cooperação técnica, a assinatura dele nada mais é do que um atestado...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perfeito.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... para aquela entidade de que ela pode realizar descontos associativos. Então, se eu assino um acordo com uma entidade fraudulenta em 2022, e ela vai fazer descontos fraudulentos, é bem provável que ela faça isso em 2023, em 2024 e assim sucessivamente: se eu assinar em 2023, ela vai fazer em 24; se eu assinar em 2021, ela vai começar a fazer em 2022. E foi isso que aconteceu aqui.

Se nós olharmos o gráfico sobre quem são as entidades responsáveis pelo aumento nos descontos que gerou o descalabro de 2024, nós vamos ver que são essas as entidades responsáveis por pelo menos 50% desse aumento.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perfeito.

Para finalizar, eu tenho aqui – em 2022 ainda – um decreto presidencial, assinado, logicamente, pelo Presidente, ex-Presidente Bolsonaro, que, na verdade, primeiro dissolve, ou seja, essa Divisão de Acordos Nacionais de Benefícios (Danb) – não é isso? – deixa de existir – não é isso? – por esse decreto. Então...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Acho que sim.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... este decreto aqui... Havia várias denúncias de servidores para que tivesse a correta instrução dos termos de cooperação técnica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e me parece que este decreto aqui, assinado pelo Presidente Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni, dá um cavalo de pau nesse modelo.

Então, eu gostaria que V. Exa. pudesse rapidamente falar sobre isso; se houve realmente essa movimentação. E, logicamente, foi na gestão assinada pelo José Carlos Oliveira. Então, esse aqui me parece que foi o caso onde a casa ficou sem o vigia, ou seja, o ladrão se instalou, chegou, entrou na casa, tomou conta do espaço. E me parece que aqui é um ponto importante, porque, na nossa opinião, essa questão da ACT é o ponto realmente de virada, é onde se dá causa a todo esse processo de corrupção dentro do INSS. Então, eu queria que o senhor falasse um pouco sobre isso, para a gente poder entender esse marco histórico. É fundamental a gente ter clareza disso.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Na verdade, Deputado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... há uma série de alterações normativas ao longo do tempo sobre essas questões de descontos associativos e mudanças operacionais dentro do INSS que, de fato, merecem um aprofundamento, no meu entendimento, para entender as relações de causa e consequência entre essas instruções e uma eventual aceitação de ACTs ou um eventual aumento dos descontos associativos. Por exemplo, há uma instrução de 2020 que prevê a possibilidade de realização dessas autorizações, de comprovação dessas autorizações por meio eletrônico. Então, a partir de que limite isso pode ter, por exemplo, acelerado esse processo? Isso tem que ser avaliado, de fato.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perfeito.

Eu poderia, por último, aqui, nesses 14 minutos ou 13... O senhor poderia afirmar, então, que esse processo todo que nós vivemos hoje foi herdado pelo Governo de Bolsonaro e foi desarticulado pela gestão de que V. Exa. está à frente, no Governo de Lula? É possível afirmar?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A CGU não tem dúvida alguma de que esses problemas existiam no Governo anterior, existiram e adentraram neste atual Governo. Isso acho que é uma discussão que não é possível de se fazer, enfim, é óbvio que isso é verdade. Agora, fomos nós que, de fato, investigamos e acabamos com o esquema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu cumprimento V. Exa. e toda a imprensa, na pessoa de V. Exa., para ser breve.

Cumprimento especial ao Ministro da CGU, Ministro Vinicius Marques de Carvalho, e suas advogadas, Dra. Maria Victoria Lerner e Dra. Priscilla de Oliveira .

E gostaria de reiterar, Presidente, a necessidade de pautar os meus requerimentos de quebra de sigilo do Sr. Eli Cohen e do Partido Liberal, além da inclusão do Sr. Eli Cohen no rol das prisões cautelares; além disso, o convite da PicPay. E, sim, eu não me nego a votar convocação nenhuma, mas entendo que já apreciamos inúmeros requerimentos, e eles precisam ser agendados. Mas, mais do que isso, já é o segundo Ministro do atual Governo que nós ouvimos. Eu quero ouvir e peço, para não esfriar o assunto CGU, que seja pautada a oitiva do ex-Ministro Wagner Rosário o quanto antes; do Ministro Onyx Lorenzoni, ex-Ministro, que não sei por que milagre ele consegue sempre prorrogar a vinda dele; e do Paulo Guedes, porque aí nós estaríamos numa linha coerente de investigação.

Bom, Ministro, seria cômico se não fosse trágico tudo isso que a gente viu aqui. Eu me sinto envergonhada, vergonha alheia, ainda mais porque o convite, o primeiro convite a V. Exa. partiu da minha pessoa. Peço, então, desculpas pelos colegas – alguns, não é? Alguns, porque não são todos os Congressistas que agem da mesma maneira. E, assim, alguns por conta da atecnia ou, quem sabe, um ouvido seletivo.

Bom, isso por quê – ouvido seletivo? Nós estamos lidando com vários órgãos públicos, que têm suas competências limitadas. E, o tempo inteiro, querem confundir as competências dos órgãos. Então, CGU, pessoal, não se confunde com DPU, não se confunde com TCU, não se confunde com o Ministério Público, não se confunde com a Polícia Federal.

E já foi dito, inúmeras vezes, que o senhor, além de tudo, executou, em 2023, o planejamento de 2022, do Governo Bolsonaro.

E quero, para deixar bem claro... Por que foi que o Ministro Vinicius não avisou o Presidente Lula? E por que foi que ele não avisou os demais ministros? Simplesmente, não só porque ele não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia, ou ele não pode, como ele não deve. A legislação não permite. Ele, em primeiro lugar, não é Ministro das Comunicações; em segundo lugar, se ele tivesse feito, seria uma fofoca ilegal – e, que eu saiba, não existe ministério da fofoca aqui no Brasil. Ele dirige um órgão de investigação, que deve fazer todas as investigações e as auditorias sob sigilo.

Julgaram o senhor o tempo inteiro, Ministro, aqui. E eu me sinto aliviada pelo fato de o senhor não ter avisado nem o Presidente Lula e nem outros ministros, sinto-me aliviada, porque o senhor cumpriu com o seu dever.

Ainda trouxe algo muito importante aqui: 21 ACTs foram assinadas durante o Governo Bolsonaro, 21 dessas responsáveis por 50% das fraudes do INSS. Quem assinou contra o parecer da área técnica? O Oliveira – o Oliveira que foi Dirben, o Oliveira que foi Presidente do INSS, o Oliveira que foi Ministro da Previdência, sucedendo o Onyx Lorenzoni.

Bom, e por que ele não disse nada e por que tudo foi deflagrado posteriormente às investigações? Por óbvio, por óbvio, porque não há interferência política no órgão. O órgão tem autonomia, como não deve haver na Polícia Federal, mas nós sabemos que o Governo Bolsonaro trocou só cinco vezes o Diretor-Geral da Polícia Federal: foi Maurício Valeixo, depois foi Rolando Alexandre de Souza, depois Paulo Maiurino, depois Márcio Nunes de Oliveira, afora a indicação do Alexandre Ramagem, que não prosperou.

E não sou eu que estou dizendo!

Podem preparar, por favor, o vídeo?

Não sou eu que estou dizendo e não fui eu que confessei.

Pode passar, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Peço aqui perdão, porque a D. Maria, lá de Rondônia, acabou de colocar na minha rede social aqui que ela perdeu o vídeo. E o Sargento Tomé, do Paraná, o Sr. Firmino Alves... Pode repetir o vídeo, fazendo favor? Porque eu estou trabalhando para eles. Repete, fazendo o favor. Eles não ouviram.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu peço desculpas de novo, porque o colega aqui do lado foi ao toalete e falou para mim que não conhecia esse vídeo. Passe de novo, fazendo um favor. (*Risos.*)

O Brasil precisa saber. Os Deputados aqui não sabem. Vamos lá, por último. Vai dar tempo, que é 1 minuto e 20.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por dez minutos.

(*Soa a campainha.*)

(*Suspensa às 17 horas e 34 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 44 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos retomar os trabalhos, senhores?

Pelo art. 14, concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para explicação pessoal.) – Presidente, aqui tem que reiterar, a todo momento... Há uma cortina de fumaça que a base do Governo tenta levantar.

Em 2019, nós fomos comunicados – reclamações a nível de direito do consumidor – de descontos em salários, benefícios, aposentadorias. Promovemos, inclusive, reunião com o Presidente do INSS da época, que, na data mesmo da comunicação, promoveu o descredenciamento de pelo menos quatro associações. Isso está no *Diário Oficial*, 1º de agosto.

Então, as providências foram imediatamente tomadas. Ninguém esperou um ano ou dois anos para tomar ali providências. Não havia o mesmo número de reclamações que explodiram a partir de 2003 nem havia o mesmo volume de desconto dos benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois mil e vinte e três, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Isso é só acompanhar a série histórica. Os descontos tinham um patamar muito inferior. O que acontece e como a própria CGU reconhece, em 2023 esses números explodiram. Por que explodiram? Porque o Governo Lula colocou uma quadrilha no comando do INSS.

Vou repetir: Stefanutto foi nomeado Presidente do INSS pelo Governo Lula. Anteriormente, poderia até ter uma posição dentro do INSS – não sei quem o colocou lá, não tenho nenhuma responsabilidade em relação a isso –, mas quem colocou ele como Presidente do INSS foi o Governo Lula. Procurador-Geral de Benefícios do INSS Virgílio Oliveira, da mesma forma. Diretor de Benefícios André Fidelis...

Essa quadrilha tomou conta do INSS e essa é a causa imediata que fez esse crescimento exponencial. Com o aumento das reclamações, com o aumento do volume dos descontos, houve uma atenção diferenciada.

Agora, em 2019, sim, foram quatro entidades imediatamente descredenciadas, e, em 2020, outras cinco foram descredenciadas. O volume, inclusive, caiu pela metade em 2019. Já no Governo Lula, em 2023, o volume dos benefícios descontados explodiu, foi lá quatro, cinco vezes mais do que era em 2019.

Então, a responsabilidade aqui é muito clara. E é um padrão que a gente vê, infelizmente, no Governo Lula, no seguinte sentido. Nomearam lá para a Petrobras, no primeiro mandato do Governo Lula, no segundo mandato do Governo Lula, o pessoal que saqueou a Petrobras. Nomearam agora para o INSS essa quadrilha. E veja que as suspeitas de pagamento de suborno datam da época do Governo Lula. O Careca do INSS foi aqui confrontado exatamente com essas provas de que houve o enriquecimento ilícito deles.

Agora, se for comprovado que alguém no Governo anterior recebeu suborno, que pague, que seja preso, que seja condenado. Inclusive, se for requerida aqui quebra de sigilo bancário e fiscal de alguém suspeito de ter recebido suborno no Governo anterior, eu vou votar a favor. Não vou fazer como a base do Governo, que vota contra, tentando proteger o Governo, e que votou contra, era contra a instalação da CPMI do INSS, fez tudo para abafar a investigação desse escândalo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu coloquei aqui, respeitosamente, ao Ministro Vinicius foi que sim, a equipe da CGU tem um mérito, Ministro, fez o seu trabalho, mas há crítica de que não houve a interrupção imediata do desconto dos benefícios e, do outro lado, não houve igualmente, ali, uma comunicação de alto nível, que deveria haver dentro do Governo, porque, na minha opinião, o Ministro nomeado, Carlos Lupi, pelo Governo Lula deveria estar sendo investigado também pelos órgãos administrativos e pelo Ministério Público, porque foi ele – foi escolha dele – que trouxe para si a responsabilidade de nomear o Stefanutto, que trouxe para si a responsabilidade de nomear o Virgílio Oliveira e o André Fidelis. E essas pessoas foram comunicadas pela CGU para tomar providências e nada fizeram.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Então, não adianta aqui levantar uma cortina de fumaça e negar os fatos: a própria CGU admite que a escalada exponencial se deu a partir de 2023; a própria CGU admite que os indicativos de pagamento de suborno são para os altos funcionários nomeados pelo Governo Lula. Depois foram afastados? Sim, quando o escândalo atingiu os jornais e era inevitável esse afastamento, pelos indícios veementes, mas a conivência até então é do Governo Lula; a responsabilidade pela nomeação desses indivíduos é do Governo Lula. Não adianta dizer nada! Não adianta colocar aqui um vídeo daquele episódio, também, que não tem nada a ver com esse assunto, né? Nós tivemos ali, durante o meu período de gestão do Ministério da Justiça, ampla autonomia de todos os órgãos relacionados ao Ministério da Justiça. Depois que eu saí, não respondo por mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não; não há, Excelência...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não há pela ordem.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então eu estou na fila do pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não concedo a palavra pela ordem!

É o Senador Rogerio Marinho, por favor.

Dez minutos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Como é...?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Por que deu o art. 14?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não cabe art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu dei porque ele foi citado três vezes num vídeo aqui.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Foi citado, não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Para elogio?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... ele era Ministro!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ele foi elogiado! Cabe para elogio?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu concedi o art. 14.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É elogio!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... V. Exa. usou dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Elogio?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Claro! Senador, com todo respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu concedi o art. 14.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Elogio! Cabe art. 14 para elogio?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Com todo respeito, toda vez que for citar ministro que estava na época...

Pelo amor de Deus!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Moro, é elogio!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogério. Senador Rogério...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É o *modus operandi* do Governo Bolsonaro, só isso.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui, nós estamos lidando com muito respeito uns com os outros...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E eu estou lidando com respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... e, nesse caso, se colocar o vídeo do Senador Izalci mais uma vez, eu vou conceder art. 14 para ele...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele era ministro, Senador!

Ele era ministro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... porque nós temos uma audiência, hoje, de milhões de pessoas nos acompanhando. É direito da pessoa responder, senhores!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele era ministro, Presidente. Se eu não posso citar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É direito dele responder, Deputado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Se eu não posso citar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... e esta Presidência vai ceder! Se V. Exa. for colocado num vídeo qualquer aqui...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu peço uma questão de ordem para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não; não há questão de ordem! Qual é o artigo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não. Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é o artigo, Excelência?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O artigo é que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é o artigo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... nós podemos citar pessoas que estavam envolvidas no processo, como ex-ministros que estavam na época. Se eles estão aqui na CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... eu não posso citá-los, eu não posso trazer à tona aqueles elementos?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Mas cabe o 14 para elogio?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pimenta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos deixar isso claro aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não; vamos deixar isso claro aqui. Eu cedi o art. 14 porque o mesmo vídeo passou três vezes aqui. Eu tive a paciência...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas ele...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Elogiando!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... total.

Eu não entendi...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Elogiando!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não entendi como elogio; eu não entendi. O senhor entendeu como elogio, Senador Moro?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, ele...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Vai dar mais tempo para ele?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não; eu...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele respondeu a minha questão. Ele não respondeu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu estou respondendo a V. Exas...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ao final, ele respondeu em relação ao vídeo; antes, ele respondeu a um ofício que eu coloquei ali – e não disse o nome dele. Ele fez a resposta extra. Ele era na época Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, eu não posso deixar de citá-lo, Presidente. E ele fez a resposta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele não respondeu da primeira vez, porque eu neguei o art. 14.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas, quando ele respondeu, respondeu a este.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou fazer isso porque também tem uma coisa: eu gostaria de entender o que é que isso tem a ver com a investigação do INSS?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Posso explicar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu queria entender...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor quer que eu passe de novo o vídeo? O ofício...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu queria entender o que é que nós temos a ver com isso aqui.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu explico. Eu posso... Quinze segundos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sabe, é por isso que eu falo: a gente tem que ter aqui respeito uns pelos outros.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quinze segundos, e eu explico ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não estou defendendo, não. Se fosse o seu caso, eu te defenderia do mesmo jeito, sabe? É muito desagradável isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, eu coloquei um ofício onde ele era Ministro. Ele era Ministro... Eu respondo, então – 15 segundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ofício que eu coloquei, ele era Ministro à época e foi avisado, enquanto Ministro, que tinha várias entidades que já estavam roubando os aposentados.

Como Ministro, na minha opinião, não fez nada. Eu citei como Ministro, um fato naquele instante que levou a que acontecesse isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está explicado, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Agora, ele pode responder toda vez que eu citar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... então eu não posso trazer aqui o que foi fruto do passado, onde ele estava envolvido, que ele terá art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu entendo plenamente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Presidente, houve crime de prevaricação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se a imagem for colocada, de qualquer um dos senhores... Se a imagem de qualquer um dos senhores for exibida aqui, eu vou dar direito ao art. 14

Por favor, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu não fui Ministro, Presidente. Está errado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não está. É uma decisão da Presidência.

Senador Rogerio Marinho, por favor, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu não vou ficar... Eu não vou discutir com V. Exa., mas pediria a V. Exa. que pensasse...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou pensar...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... com calma, porque realmente é ilógico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado. Eu vou pensar, mas eu vou dar o direito ao art. 14 toda vez...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ainda bem que você é homem, viu, Rogério? O Rogério Correia é homem...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor podia pensar um pouco, Presidente, nisso, porque realmente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu não tenho direito.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu não posso deixar de citar coisas do passado, Presidente, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério, por gentileza, por gentileza. Essa discussão está encerrada. Por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas não pode ser dessa forma, Presidente. É autoritária essa posição, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogerio Marinho, com a palavra, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu sou o Senador; ele é que é o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho, por favor, dê sequência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Está bom.

Obrigado, Sr. Presidente.

Olha, primeiro, eu quero lamentar porque parece que o que eu tenho falado aqui está se transformando em realidade. Alguns estão preocupados em desvendar essa trama, essa trama que certamente desonra o povo brasileiro, que é extremamente degradante, de pessoas que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

locupletaram, que ficaram fartas de ganhar dinheiro com a desgraça de outros ou com o fato de pessoas fragilizadas não poderem se defender.

Nós estamos vendo pessoas aqui sem argumentos. Se repetir três vezes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Se repetir três vezes um vídeo que mostra que nós tivemos um Presidente que fala exatamente o que pensa, sem subterfúgios; que não roubou nem deixou roubar; que, pelo seu exemplo, até hoje, mesmo fora do poder, é colocado como, justamente, o outro lado da política brasileira – ninguém esquece Jair Messias Bolsonaro... Então, realmente, a gente precisa se debruçar, se dedicar ao que nós estamos fazendo aqui.

Eu queria começar, por gentileza, com um vídeo... um dos eslaides, o primeiro eslaide, e pediria a atenção dos senhores sobre o que esse eslaide representa, porque esses dados aqui são justamente obtidos através de LAI, da nossa Lei de Acesso à Informação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Quando se pergunta, o tempo todo, por que na época do Presidente Bolsonaro não se abriu PAD; por que não se fez uma ação do Ministério Público... Porque na época, quando nós ingressamos no Governo, em 2019, janeiro de 19, nós tínhamos 2,778 milhões de associados que pagavam empréstimos consignados. Ao final de 22, em dezembro, esse número decaiu em 70 mil consignados. E isso cresceu substancialmente nos anos subsequentes, de tal forma que chegamos, em dezembro de 24, com 7,491 milhões de cidadãos aposentados que contribuíam com consignados. É um número tão expressivo que causa espécie que o Governo estivesse dormindo em berço esplêndido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, eu peço mais um minuto, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou dar mais um minuto pelo barulho em sala. Eu já pedi duas vezes, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É, tem gente gravando vídeo aqui, de costas para o que a gente está falando, e não é anotado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto... Um minuto para o Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Agradeço a V. Exa.

Então, isso mostra justamente que essa evolução, eu diria, exponencial, geométrica ocorreu de forma subsequente, e a gente vai mostrar por quê. Então, estão aí os dados claros, obtidos através de LAI.

Quero dizer ao nosso convidado que, de fato, eu me enganei. Não era a entidade que eu falei, que é uma sopa de letras, né? Mas o fato é que foi a ABCB, que foi rescindida em fevereiro de 20, voltou em 23 e amealhou mais de R$300 milhões. São tantas letras aqui. É uma sigla... São tantas siglas, né? Essa que eu citei anteriormente, de fato, ela voltou em 21 e arrecadou, até o final de 25, R$6 milhões contra R$120 milhões anteriormente. Então, não foi uma das mais expressivas, né?

Passa, por gentileza.

Esse dado aqui eu acho que é importante, porque também é obtido através de LAI, e mostra que, ao longo dos quatro primeiros anos, dos primeiros anos, nós tivemos um número de reclamações, de pedido de exclusão, pelo canal do Meu INSS, que se manteve mais ou menos estável nos três primeiros anos, dobrou em 2022 – é um fato , mas quadruplicou em 2023. E, se você pegar como base 2022, ele aumentou 15 vezes. E, se essa tendência se mantivesse em 2025, provavelmente esse número de 1,516 milhão de reclamações estaria também configurado.

Qual é a diferença? Em 2019, quatro entidades tiveram seus ACTs rescindidos. Em 2020, quatro entidades tiveram rescisão e uma suspensão. Essa é a diferença. Em 23 e 24, mesmo com essa explosão de pedidos de retirada, de reclamação feitos pelo canal oficial do INSS, o Governo parece que não tomou as providências no sentido de atacar o problema. Só o fez – e é importante que se diga de novo, porque a repetição traz o conhecimento; está no cerne de quem quer transmitir qualquer conteúdo – quando a Justiça determinou o afastamento do Presidente do INSS e do Procurador-Geral. Foi a Justiça, não foi o Governo Lula. Foi a Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa, por favor.

Nós estamos vendo aí a questão dos ACTs. Vejam que, de fato, nós tivemos um número expressivo de ACTs nesse período de 2019 a 2022, mas ele cresce exponencialmente nos anos seguintes. E me parece que, propositalmente, aqueles que me antecederam e que fazem parte da base do Governo se esquecem de citar esses dados aqui, que também foram obtidos por LAI.

E uma questão de causa e efeito é que as travas, os ferrolhos, as barreiras que foram colocados no meio do caminho para evitar justamente essa permissividade que nós observamos foram colocados por terra um por um. Vejam, por exemplo, o caso do que ocorreu na questão da revalidação anual, de que tanto se fala aqui.

O único Governo, em 30 anos de funcionamento de ACTs, que propôs revalidação foi o Governo do Presidente Bolsonaro através da Medida Provisória 871. Os outros que o antecederam – inclusive Lula 1 e 2, Dilma 1,5 – não fizeram essa... Não tomaram essa providência. E, ao contrário do que se diz, o PT votou e trabalhou violentamente contra essa revalidação.

Agora, o fato é que o decreto que foi expedido em 2020, o Decreto 10.410, bem como as instruções normativas que obrigam a autarquia – apesar de não... A lei obriga a sociedade, a instrução normativa e o decreto obrigam a autarquia – mantiveram a revalidação. Isso só foi colocado por terra em 2024, na IN 162, feita por quem? Pelo Governo atual do Presidente Lula. É importante dizer que o afrouxamento foi sistemático. E ele aconteceu *pari passu* a um processo de ocupação do sistema previdenciário que tem método.

Vejam, o descumprimento do Decreto 10.410 ocorreu justamente pelo desbloqueio em lotes e foi a favor da Contag. Existia já uma decisão feita pelo primeiro procurador que foi entronizado no início do mandato do Governo Lula, e isso foi ultrapassado por ocasião da sua substituição. Essa substituição que ocorreu em setembro de 2023 foi extremamente buscada pelo então Ministro Carlos Lupi, que pediu inclusive que a decisão da AGU, no sentido contrário dessa substituição, fosse ultrapassada pelo Sr. Jorge Messias. Este cidadão que é o Virgílio, quando chega lá, começa a permitir o desbloqueio em lotes, porque, anteriormente, a própria AGU expediu um documento muito bem-feito – aliás, quero inclusive elogiar aqui o corpo técnico da AGU –, onde demonstra que, ao longo de 2019, 2018, 2016, acho que até 2016, havia um número...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – AGU ou CGU, Excelência?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – CGU, desculpe.

Havia um número de consignados que eram colocados dentro do sistema e colocou como tarrafa, como número mínimo, 50 mil pelo período de 20 dias; em 2019, 20, 21 e 22, apenas uma vez em cada ano. Quando chega o ano de 2023 e o de 2024, isso sobe exponencialmente: são 39 disposições nesse sentido, justamente porque os mecanismos foram afrouxados. E isso foi deliberado.

O INSS – e é bom lembrar aqui aos senhores – começou a instituir processo. Por exemplo, em 2020, nesse decreto, se definiu que todo benefício nasceria bloqueado para evitar justamente o acesso indevido do consignado – em 2020; definiu também, em 2022, em novembro ou outubro, que as futuras ações ligadas a desconto associativo seriam... Desculpe, a consignados seriam pela biometria. Isso, de fato, aconteceu, mas o desconto associativo foi definido que deveria ser colocado em 24, mas a própria Dataprev afirmou que não implementaria – isso foi em setembro de 24, se eu não estou enganado – por orientação do Presidente do INSS da época; ou seja, dentro do Governo do Presidente Lula, o Presidente do INSS, descumprindo uma determinação expressa de estabelecimento da biometria que só foi implementada em março de 2025, e no mês subsequente isso foi suspenso, em função da ação policial. Então, nós estamos vendo aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que essa é uma situação em que a forma como isso aconteceu está muito clara. O que precisamos saber agora é que quem colocou determinadas pessoas que permitiram essa ultrapassagem da legislação... se essas pessoas tinham interesse político ou se foi somente um descaso? Eu não acredito em descaso. Eu não acredito que isso foi uma questão aleatória. Houve uma ação orquestrada, deliberada de ocupação do espaço público, com figuras que nós aqui já tivemos a ocasião de perscrutar, de perguntar, inclusive de sociedade de membros importantes do INSS com perpetradores de fraudes contra o INSS, como é o caso da esposa do Sr. Virgílio, com o Sr. Careca do INSS.

E quero concluir, com o último eslaide, para mostrar o seguinte: isso aqui é o extrato da realidade. Enquanto um comemora uma ação antifraude, o Partido dos Trabalhadores comemora o fato de ter votado contra essa ação antifraude. Acho que a própria história vai resgatar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação e vai mostrar, com clareza, quem foram aqueles que se beneficiaram com os recursos que foram desviados. E espero que, no futuro, não tenhamos aqui a condição de ficar blindando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... pessoas que são importantes para a nossa investigação.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra... A Deputada Adriana Ventura não está.

Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Senadores e Senadoras, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Dr. Vinicius, um depoimento extremamente esclarecedor, não deixando dúvidas sobre cada passo dessa investigação.

Dr. Vinicius, sobre os PAR (Processos Administrativos de Responsabilização), a CGU encontrou alguma coisa sobre uma instituição chamada Amar Brasil?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Encontramos, sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Podia falar um pouquinho para nós sobre a Amar Brasil?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A Amar Brasil Clube de Benefícios tem uma abertura de PAR e as acusações são as seguintes, Deputado Pimenta: utilização de fichas de filiação e autorizações de desconto com indícios de inidoneidade, inclusive com filiação de menores de 16 anos; deixou de efetuar a validação biométrica, com análise de vivacidade, que foi aquela que também a Dataprev, em setembro de 24, estabeleceu; fraude na certificação digital das fichas de associação, utilizando uma empresa que ajudava não só a ela, como algumas outras entidades, a fraudar as fichas de certificação digital; e também omissão na apresentação das fichas de filiação para a CGU. São essas as condutas que estão sendo analisadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E, nessa investigação sobre a Amar Brasil, Ministro, vocês chegaram no nome de Igor Dias Delecrode – Igor Dias Delecrode? O senhor já ouviu falar desse nome?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Nunca ouvi falar do nome, Deputado Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Esse nome é muito importante, Sr. Presidente, porque é o elo de várias destas instituições: Aasap, Aapen, ABCB/Amar Brasil, Master Prev, Anddap. Esse Igor Dias Delecrode é uma figura muito importante nessa investigação, e eu, inclusive, quero apresentar um requerimento, Sr. Presidente, para que ele seja convidado. Pelo que eu entendi, ele é uma espécie de um Careca desse grupo de entidades, que a gente poderia aqui chamar do eixo Felipe Gomes.

Já ouviu falar, Ministro Vinicius, de um cidadão chamado Felipe Gomes?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Desse, sim, já ouvi falar. A conduta também é objeto de investigação. No caso, nós estamos falando de uma pessoa física no inquérito da Polícia Federal.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem.

Esse Felipe Gomes figurava como Presidente da associação. Considerado o principal operador do esquema da ABCB, Felipe Gomes possui valores expressivos registrados em seu nome, veículos, motos aquáticas, Porsche...

O senhor sabe me dizer, Sr. Vinicius Marques de Carvalho, por que razão esse indivíduo depositou dinheiro na conta da campanha do ex-Ministro Onyx Dornelles Lorenzoni, logo depois de o Ministro ter sido Ministro do Trabalho e da Previdência e tratado diretamente de assuntos relacionados a essa entidade? O senhor sabe me dizer por que eles depositaram esse monte de dinheiro na conta da campanha do Onyx Lorenzoni?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não sei dizer o motivo, mas espero que a investigação esclareça.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das principais características da Amar Brasil, Sr. Presidente, é também esse vínculo com entidades ligadas a servidores: André Paulo Félix Fidelis, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, empresas de propriedade de Caroline Martins Fidelis, filha de André Paulo Félix Fidelis, ex-Dirben.

É interessante, Sr. Presidente, que esta entidade Amar Brasil tenha sido pouco falada aqui até agora, porque as tratativas para concessão do ACT na época em que o Ministro Onyx Lorenzoni era o Ministro da Previdência e José Carlos Oliveira, Presidente do INSS, foram feitas por esta pessoa, Felipe Macedo Gomes, que faz uma contribuição na própria conta da campanha, o que mostra o sentimento de impunidade dessa organização, que certamente imaginava que iriam ganhar a eleição. Imaginavam que o bando criminoso ia continuar sendo protegido e tiveram a desfaçatez de depositar o dinheiro na conta da campanha, mesmo sendo laranja de mais de dez empresas. Isso mostra, Sr. Presidente, que a organização criminosa tinha, além de tudo, um sentimento de impunidade. Como eles tinham a proteção, conseguiram mudar as regras internas, eles também, certamente, foram contagiados com aquela ideia, que um determinado setor da sociedade tinha naquela época, que iam ganhar a eleição; e, ganhando a eleição, imaginavam que continuariam sendo protegidos e que a organização criminosa continuaria agindo de forma que ninguém desbaratasse a ação dessa quadrilha.

Eu, inclusive, já fiz um pedido de informação, Sr. Presidente, sobre quem é que acompanhou o pessoal da Amar Brasil no Ministério da Previdência e no INSS. Quem será que foi lá junto com eles pedir pelo ACT, pedir agilização? Eu espero que chegue logo, e também estou esperando a quebra do sigilo, que já foi aprovada – esperando que chegue a resposta, chegou já a da Amar Brasil –, para que nós possamos entender, além do Sr. Onyx Oliveira, quem Felipe Macedo Gomes também irrigou com recursos do esquema criminoso, através da Amar Brasil e das demais instituições ligadas a esse núcleo das organizações criminosas que atuaram dentro do INSS.

Ministro Vinicius, sobre as questões que têm sido objeto da investigação da CGU, o senhor gostaria de falar alguma coisa que, na sua opinião, deve ser também foco do esforço deste trabalho que nós estamos fazendo aqui na CPMI?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu acho que essa preocupação, Deputado, que os senhores têm externado sobre a necessidade de, de fato, saber para onde o dinheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas fraudes foi é uma contribuição que, sem dúvida nenhuma, a CPI pode dar, para fechar o arco dessa investigação como um todo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem.

Por final, Sr. Presidente, o colega Deputado que se ausentou já gritava, agora há pouco, que, se uma pessoa jurídica for investigada, todas as pessoas físicas ligadas a essa entidade ou a essa instituição automaticamente devem ser tratadas como suspeitas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Isso, mais ou menos, nos levaria ao seguinte raciocínio: se houver uma denúncia contra o Exército Brasileiro por corrupção em qualquer lugar, todos os integrantes do Exército Brasileiro deveriam ser tratados como suspeitos. Então, esse é um raciocínio primário, um raciocínio que não para em pé. E não há nenhuma relação, nenhum nexo, nenhuma investigação que envolva o irmão do Presidente da República. O fato de ele ser Vice-Presidente do sindicato não significa nada, não significa que ele tenha vínculo, não está sendo investigado, não há nenhuma denúncia a respeito dele, a não ser essa tentativa permanente de utilização política dessa relação. É uma pessoa honrada, honesta, em que não pesa absolutamente nada a respeito dele; e, ao final da investigação desta CPI e da Polícia Federal, com certeza, isso será provado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

Com a palavra, o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, eu quero iniciar aqui a minha fala, Sr. Ministro Vinicius Marques de Carvalho, elogiando o corpo técnico, os servidores da CGU.

Quero começar pela Sra. Eliane Viegas Mota, que esteve aqui conosco e que fez um trabalho exemplar para ir atrás do roubo dentro do INSS. Fez um trabalho exemplar, apontou as irregularidades, fez pesquisa junto aos associados, mostrou o tanto que estava sendo roubado. Porém, Sr. Ministro, infelizmente, ela não foi ouvida como deveria dentro da Controladoria-Geral da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero dizer isso com muita tristeza, Sr. Ministro, porque, se ela tivesse sido ouvida antes, certamente nós não estaríamos hoje lamentando os milhões de aposentados roubados e os bilhões de reais desviados para carros de luxo, enquanto idosos, viúvas, deficientes físicos foram, ao longo do tempo, ficando sem remédio, sem alimento, e até pereceram ao longo do caminho.

Eu queria lembrar aqui ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator, que está fazendo um exímio trabalho, que o Sr. Ministro aqui tem colocado a culpa no andar de baixo, tem passado a responsabilidade para uma equipe que supostamente teria toda a autonomia, Sr. Ministro, mas o senhor não está assumindo a responsabilidade que possuía de tomar as decisões corretas e, a partir desta minha inquirição, demonstrarei isso.

Eu começo lembrando que o senhor disse ao Relator da CPMI que perguntou para o Secretário Ronald Balbe – e estou lendo exatamente o que o senhor disse – se já estávamos fazendo algum trabalho sobre o tema do INSS e os descontos associativos, e ele disse que sim, que tinha entrado no plano de auditoria de 23 para 24 fazer um trabalho de auditoria sobre os descontos associativos.

Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, o plano para 2024 está aqui. O senhor tem conhecimento, Sr. Ministro, que não está no plano de trabalho tratar de descontos associativos? Sim ou não?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – O plano de trabalho foi publicado no *site*, se eu não me engano, final de 23...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está aqui, o senhor tem conhecimento? Não está no plano de trabalho...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... começo de 24 e ele foi incluído no plano de trabalho.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não está no plano de trabalho.

O senhor... Não está no plano de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ele foi incluído no plano de trabalho, tanto que está no relatório de... No relatório...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, o Ministro falta com a verdade. Não está no plano de trabalho o que o Ministro diz que ouviu do seu assessor.

E é muito confortável para ele, mas agora ele foi peremptório dizendo que estava. Não está! O documento está aqui, não está no plano de trabalho, Sr. Ministro.

E o senhor passa a responsabilidade adiante, para o Secretário Ronald Balbe...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Se o senhor me deixar explicar, eu explico.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, eu perguntei se o senhor sabe que não está, porque não está. Se o senhor disser qualquer outra coisa diferente, é porque o senhor está faltando com a verdade.

O senhor sabe que não está no plano de trabalho?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não estava no plano de trabalho na versão que foi para o *site*, isso foi-me esclarecido logo de manhã, depois que os senhores levantaram esse ponto...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah, então...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... mas entrou no planejamento da CGU para 2023 depois que...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, foi adulterado o plano de trabalho.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ah, por favor...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O plano de trabalho é aprovado e precisa ser publicado para todos. Foi adulterado, segundo o Ministro, porque depois foi alterado.

É isso, Sr. Ministro. Está até hoje...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Deputado, por favor. Por favor, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... esse plano de trabalho foi impresso hoje, Ministro.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Por favor...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por favor, por favor V. Exa... Ministro...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Qualquer plano de auditoria pode incluir novas auditorias...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ministro... Ministro...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... ou tirar algumas auditorias. Isso é um plano – isso é um plano.!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ministro, um plano de 2023 para 2024 não incluía os descontos associativos, diferentemente do plano de 2022 para 2023, que, sim, incluía.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso não é verdade! Isso não é verdade!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, vamos adiante.

Aí o senhor diz aqui – o senhor diz aqui – que a questão da Covaxin, que teve cautelar, foi, segundo o senhor achava, e eu já o corrijo porque o senhor achou errado, provocação do Supremo Tribunal Federal. Não, as cautelares foram por decisão do Corregedor-Geral da União.

Aí eu pergunto a V. Exa.: quando o senhor soube mesmo do que estava acontecendo dentro do INSS?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu soube que nós estávamos fazendo auditoria, como eu disse, em março de 23.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é. Em 23 ou 24?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu... Em 24, desculpa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O. k.

Em julho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu soube que nós estávamos fazendo uma auditoria sobre o tema.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Em julho de 2024, a Sra. Eliane Viegas Mota disse que informou o Sr. Ronald Balbe, o mesmo que estava mais preocupado com a imagem do INSS do que com o roubo em si, do fato. O senhor foi informado do fato pelo Sr. Ronald Balbe?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Que fato que o senhor está falando?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O relatório que estava sendo feito, a pesquisa que estava sendo feita dentro da CGU.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim, fui informado, já disse que sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor instalou quando um PAR para tratar desse assunto?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Bom, eu vou ter que explicar isso de novo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quando foi? Só a data.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, não, é porque eu falo a data e o senhor cria o raciocínio que o senhor quer. Preciso explicar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, então eu vou dizer o seguinte, o senhor tem conhecimento de que no dia 17 de julho de 2024, a Sra. Eliane Viegas Mota enviou ao INSS um pedido para que o INSS suspendesse cautelarmente o repasse dos descontos de mensalidades associativas de oito associações já visitadas pela CGU? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Que ela teria pedido isso ao INSS?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Exato.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu não lembro. Eu não lembro desse fato, mas talvez ela tenha me... Talvez eu tenha sido avisado sobre isso, mas eu não lembro desse fato especificamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o INSS fez o que a esse respeito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Se eu estou falando para o senhor que eu não lembro...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas o INSS não fez nada? Isso é público! Se tivesse feito, a gente não estava nessa situação, e se o INSS não fez nada, Sr. Ministro, por que o senhor então não decidiu abrir um PAR para tratar desse assunto dentro, no âmbito da CGU? Enquanto nós tínhamos já uma auditoria do TCU funcionando, nós já tínhamos o Ministério Público Federal movendo ação judicial, nós tivemos, em maio de 2024, um novo acórdão do TCU, por que o senhor, por que o senhor, eu repito a pergunta, não decidiu abrir uma investigação interna?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Foram abertas investigações internas, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quando?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Desde o começo de 2024, pela Sipri.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, o depoente...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O senhor está com a informação totalmente equivocada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... não está tratando do tema com a seriedade que ele merece, porque o que nós precisaríamos ter visto...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu esclareci a sua pergunta. O senhor não ficou satisfeito, não ouviu o que eu falei...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não! Não é que eu não estou satisfeito...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... criou a conclusão que o senhor queria.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Os idosos continuaram sendo roubados! O senhor poderia ter tomado medidas cautelares, como foi feito na época da Covaxin!

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Dois milhões de idosos em 2019, quando vocês suspenderam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Porque o senhor não deu cautelar?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... quando vocês suspenderam as quatro entidades em 2019...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... vocês não ressarciram 2 milhões de aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Quatrocentos milhões de reais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Quem prevaricou? Quem prevaricou?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E não mandaram investigar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Por favor, vamos suspender o tempo do Deputado Marcel van Hattem.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E não mandaram investigar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar, por gentileza.

Eu só sugiro ao Deputado Marcel Van Hattem que permita tempo para que o Ministro possa responder. É a minha única colocação aqui para que ele possa dar sequência.

V. Exa. faz as perguntas, o.k.? Pode, pode continuar, Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, o Sr. Ministro Vinicius Marques de Carvalho deveria, naquela época, quando o INSS não deu retorno... É bom lembrar o que o Ministro Sergio Moro disse há pouco: dentro da CGU, aqueles que roubaram os idosos estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebendo as informações, inclusive André Fidelis e o Stefanutto, que faziam parte do grupo de trabalho.

Quando não houve ação do INSS, o Sr. Ministro, que gosta de passar a culpa para baixo, para o andar de baixo, deveria ter aberto um PAR ou uma investigação preliminar sumária, Sr. Presidente.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Elas estavam abertas desde abril.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É isso que diz o Decreto 11.129, no seu art. 3º, sobre o titular da Corregedoria, e, depois disso, Sr. Ministro, que é preciso em capacidade concorrente tomar atitude quando o órgão não faz o seu art. 17, §1º.

O senhor deveria ter suspendido imediatamente, cautelarmente. Mas, quando mesmo o senhor decidiu finalmente suspender as entidades ou pelo menos algumas daquelas que foram citadas, que foram solicitadas pela...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A suspensão das entidades...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... pelo membro da Corregedoria.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... a suspensão das entidades foi demandada pela Polícia Federal durante o processo de busca e apreensão, por isso teve uma decisão judicial concordando com isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso não é verdade, Presidente, porque a Eliane Viegas Mota, que deveria estar sentada na sua cadeira, porque ela, sim, mereceria ser Ministra. Ela merecia ser Ministra, servidora exemplar; o senhor está aí, infelizmente, pelas suas vinculações políticas. Ela mereceria estar aí. Ela pediu de várias entidades, inclusive, Sr. Presidente, sabe de quais mais? Do Sindnapi, do irmão do Lula, e da Conafer, que roubou mais de R$800 milhões. E sabe o que o Ministro fez depois da operação da Polícia Federal?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não pediu para que fosse incluído o sindicato do irmão do Lula nem a Conafer entre as entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Tem tanto erro no que o senhor está falando.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não tem erro nenhum. O senhor aponte todos os erros, o senhor vai ter o tempo que quiser para apontar erros que quiser.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não tem nada. Na verdade, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, se houver mais interrupções, eu vou dar mais tempo. Mais um minuto para o Deputado Marcel van Hattem. Eu vou deixar V. Exa., assim que ele terminar, o senhor pode comentar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu peço, inclusive, que a assessoria passe o vídeo, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor poderá comentar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu achei, Sr. Presidente, no início desta reunião, que eu concordaria com o Deputado Paulo Pimenta, mas ele não apenas demorou, o Ministro não apenas demorou, prevaricou, e muito provavelmente as investigações ainda demonstrarão, acobertou, porque o sindicato do irmão do Lula ficou de fora no primeiro momento. Só depois que esta CPI foi instalada que a CGU decidiu tocar o processo contra várias outras entidades que não estavam. E agora vem aqui, Sr. Presidente, depois de idosos terem sido roubados, viúvas, deficientes físicos, tantas pessoas terem sido logradas pelo Governo Lula, tentar passar para o andar de baixo a responsabilidade.

Não, Sr. Ministro, o andar de baixo fez o serviço certo. Aliás, a Eliane deveria estar sentada na sua cadeira, ela deveria ser a Ministra. E o senhor, se tiver sorte...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... volta apenas para casa, porque deveria, na verdade, ir para outro lugar, pela sua omissão, prevaricação e possível conivência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ministro Vinicius, o senhor tem tempo para comentar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Depois, art. 14.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Está me acusando sem nenhuma prova, sem nenhum indício sobre um comportamento inadequado meu e sem saber o que o Código Penal fala sobre prevaricação, inclusive no art. 319. Mas parece que a estratégia é tentar me intimidar, parece que a estratégia é tentar fazer com que a CGU talvez não tivesse feito nada, não é?

Parece que a estratégia é tentar fazer com que a CGU venha aqui e fale de uma contradição imensa no discurso do Deputado Marcel van Hattem – imensa –, porque, se eu prevariquei, tendo estimulado a minha equipe a fazer a investigação, se eu prevariquei, quando a minha equipe decidiu que o melhor caminho era a investigação junto com a Polícia Federal e eu falei: "Vão adiante, façam a investigação e o processo administrativo de responsabilização vai ser aberto depois da operação com a Polícia Federal", porque era uma investigação que estava em sigilo, essa foi a estratégia da minha equipe. Eu não estou passando nada para baixo. Eu assumo totalmente a minha responsabilidade, como Ministro da CGU, e eu sei que todos os dados, Deputado Marcel, que aparecem aqui, do trabalho da CGU – 63% de aumento de visita do Portal da Transparência – se devem ao nosso trabalho, R$1,25 bilhão de economia, por meio de uso de inteligência artificial nos contratos de licitação neste país, é por conta do trabalho da CGU.

Foi a CGU, a equipe técnica da CGU, que o senhor tanto elogia e merece mesmo elogios, que descobriu a fraude da carteira de vacinação do Presidente Jair Bolsonaro, e isso permitiu que o Dr. Mauro Cid fosse preso e a delação dele gerasse o que gerou, porque é a mesma equipe técnica da CGU – é a mesma equipe técnica. E eu agradeço...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O que tem a ver? O senhor está mostrando que é um passional e um agente político!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Interesse pessoal e partidário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A prevaricação está consumada.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor é militante petista.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tem que sair daqui preso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcel van Hattem, V. Exa. teve todo o tempo para falar os seus pensamentos e colocações.

O senhor, por favor, termine o raciocínio e encerre, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O ministro já tomou advertência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele pode falar o que ele quiser, Marcel.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É acostumado no Conselho de Ética. É acostumado a ser antiético.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não, não. É um absurdo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, ele vai encerrar o raciocínio dele, por favor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A CGU fez o seu trabalho como sempre faz em todas as outras situações. Todos os casos que a CGU investigou de fraudes foram fraudes muito bem detectadas e dimensionadas pela equipe da CGU. Nesse caso específico, foi decidido se fazer uma investigação em conjunto com a Polícia Federal. Em função dessa investigação em conjunto com a Polícia Federal, vários procedimentos foram sobrestados na CGU, porque já havia, ao contrário do que o Deputado mencionou, inquéritos instaurados desde abril de 2024. Esses inquéritos já estavam instaurados na nossa Secretaria de Integridade Privada, e eles esperaram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação da Polícia Federal para se tornarem processos administrativos. É simples assim, por conta da estratégia da investigação que foi desenhada. Foi isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Antes de passar a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, concedo o art. 14 ao Líder Paulo Pimenta. Cinco minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. V. Exa. já expressou todo o pensamento, já teve todo o tempo.

Cinco minutos, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – Percebi claramente que há uma tentativa de intimidação, uma forma covarde de comportamento que aumenta o tom contra algumas pessoas e é cordial e subserviente com relação a outras pessoas.

Não vai ser tentando intimidar, fazendo perguntas sem dar direito a que o depoente responda ou tentando achar contradições onde não tem, que nós vamos abrir mão do foco dessa investigação. Nós temos aqui um objetivo muito claro, Sr. Presidente. E o nosso objetivo, nós não vamos abrir mão dele.

Inclusive, eu tive uma boa ideia agora, porque eu vou apresentar um requerimento, e eu espero contar com o apoio de todos e de todas, para trazer aqui o CGU da época, Wagner Rosário, porque é importante ele nos explicar, durante todo o período em que ele esteve à frente da CGU, a omissão. Afinal de contas, todos nós sabemos que o grupo de trabalho criado pelo Ministério Público Federal foi instalado no dia 11 de abril de 2019. E as entidades, aquelas que tiveram, por algum período rápido, a suspensão dos ACTs – porque depois algumas delas, inclusive, foram ressuscitadas –, devolveram o dinheiro? Devolveram o dinheiro que tinha sido roubado dos aposentados e aposentadas? Não devolveram.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Abriu-se investigação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Abriram investigação? Não, não abriram investigação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – O dinheiro foi devolvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, não vai ser com tentativa de intimidação para criar constrangimento, perguntando o que querem e, depois, não querendo ouvir. São extremamente desrespeitosos, ofensivos, levam ao limite daquilo que o Regimento considera plausível do ponto de vista de uma conduta Parlamentar e, na hora em que o depoente vai responder, se sentem ofendidos.

Que bom que nós temos uma CGU qualificada, com capacidade técnica e independente; que, como disse aqui o Dr. Vinicius, descobriu o esquema da fraude da carteira de vacinação do Bolsonaro e da família do Bolsonaro, o que permitiu a prisão do Mauro Cid, que era o caixa da família, o Mauro Cid, aquele que... Mauro Cid foi o que substituiu o Queiroz, que era o pagador das contas da família Bolsonaro. Que bom que a CGU teve a independência para fazer essa investigação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Para fazer a pesca probatória...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ô... Excelência...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Foi arquivado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Foi arquivado, mas está preso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Porque houve pesca probatória.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senador Rogerio Marinho, por favor.

Mais um minuto para o Líder.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Que bom que a CGU independente pôde descobrir tanta coisa, não é, Presidente? Inclusive o esquema criminoso da falsificação das carteiras de vacinação do Bolsonaro e também de mais integrantes do núcleo mais próximo dessa organização criminosa que tomou de assalto o Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quem diz isso não sou eu, não é? Não sou eu que estou dizendo que era uma organização criminosa; quem diz isso é o Supremo Tribunal Federal, que, inclusive, já condenou o ex-Presidente a mais de 27 anos de cadeia pelo envolvimento numa tentativa de golpe de Estado.

Então, Presidente, não vamos permitir essa conduta daqueles que estão claramente aqui para desviar o foco da investigação, com interesses que eu ainda vou descobrir quais são, mas que certamente não são os objetivos de a gente chegar aos mandantes desse esquema criminoso.

Eu... Ninguém me convence. Não é razoável que tantos bilhões tenham sido roubados da Previdência sem que tivesse um suporte político para essa organização poder fazer o que fez no Brasil, durante o Governo anterior, sem respaldo da política. E nós temos que descobrir, Sr. Presidente.

Já apareceu aqui depósito na conta de campanha de ex-Ministro do Governo Bolsonaro, que vai vir aqui daqui a alguns dias, a gente vai poder interrogá-lo, mas eu acho que deve existir muito mais coisa. Eu acho que na medida em que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a gente quebrar o sigilo... Nessa Amar Brasil... Eu acho que tem muita coisa para aparecer sobre essa Amar Brasil.

A maneira muito excessivamente cordial com que alguns Parlamentares aqui fizeram as suas intervenções no depoimento da Conafer me permite ficar no mínimo com uma suspeição. Por que é que são tão corajosos, falam alto e gritam quando normalmente vêm aqui mulheres ou integrantes do nosso Governo e são tão subservientes – não vou usar a palavra covardes, para não ofender ninguém –, de uma cordialidade excessiva, que chega até a ser vergonhosa, com relação a algumas pessoas que a gente sabe que são suspeitas e que têm fortes vínculos com o Governo anterior, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, deixando claro aos Parlamentares, já que a questão da utilização de vídeos, ao que parece, vai se tornar algo comum aqui daqui para a frente: todas as vezes em que um Parlamentar aparecer em um vídeo, eu darei a palavra para que ele possa se manifestar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Parlamentar, não é, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Parlamentar.

Com a palavra...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ministro é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

Se ele estiver presente, eu darei a palavra a ele.

Ao Deputado Pompeo de Mattos, por favor, dez minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Carlos Viana, nosso Deputado Alfredo Gaspar, colegas Deputados, Deputadas, Deputada Soraya Thronicke, minha amiga, irmã, camarada, gaúcha e sul-mato-grossense.

Eu quero dizer, Presidente, que a minha missão aqui, na CPI, é olhar para aquele que talvez seja o menos visto que é o aposentado, que é a razão de ser de todo o nosso embate, nosso debate, porque o aposentado é que espera de nós ações efetivas para que possa ter dignidade, amparo e proteção. E eu fiz isso e faço isso em todos os meus mandatos, quem me acompanha na tribuna da Câmara dos Deputados, eu tenho um lado, e o meu lado é do aposentado. Mais do que ser de oposição ou ser de Governo, é exatamente proteger, amparar, acolher, enfim, dar o suporte àqueles que são, na verdade, as vítimas dessa falcatrua, que passou por três governos.

Não adianta tapar o sol com a peneira: iniciou no Governo Temer, quatro anos do Governo Bolsonaro, teve agora no Governo do Presidente Lula, mas aqui encontrou enfrentamento, ou seja, foi desbaratada a quadrilha. Por isso, é preciso dizer que tem muita gente aqui que fala, mas a mão que aponta um dedo para lá aponta quatro dedos para cá. Tem gente apontando o dedo, mas cuidado com sua mão, que está cheia de dedo apontando para si, porque, se olhar para trás, tem quatro anos para trás em que não foi feito nada! Aliás, foi feito o que o peixe faz ali no Rio Jacuí: nada, nada, nada, nada!

Por isso, nós podemos dizer que o sistema, na verdade, na essência, eu sei... O sistema falhou. E os bandidos, pelo que vejo... Eu compreendo: os bandidos não são do Temer, não acredito que sejam do Bolsonaro, muito menos do Lula. Os bandidos são bandidos e, como tal, têm que ser tratados, enfrentados, investigados, processados, condenados, trancafiados, tomar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro deles, até porque o dinheiro não é deles – o dinheiro é do povo, é do aposentado, o dinheiro é nosso –, e eles têm que pagar pelo crime que fizeram contra os nossos aposentados e aposentadas.

Aliás, eu digo – disse lá na tribuna, vou repetir aqui –: para mim não tem malvado preferido nem bandido protegido, ou seja, não tem que proteger ninguém, seja quem for. Bata onde bater, tem que responder pelo que fez e pelos malfeitos.

Aliás, eu mesmo, na tribuna da Câmara, no dia 23 de abril de 2024, fui lá e denunciei, botei a boca no trombone, dei nome aos bois, disse quem era quem e mandei para todos os órgãos a denúncia que fiz, que, aliás, era pública. Não precisava nem mandar, porque era pública, mas fiz a minha parte, como outros fizeram, mas eu fiz a minha com muita clareza.

Por isso, Ministro, como vejo e como tenho visto e ouvido, Ministro Vinicius, com toda essa roubalheira no INSS, que perdurou por tanto tempo e que atingiu tanta gente, na verdade, faltou controle – controle do Estado. O Estado falhou! Vários órgãos do Estado falharam: AGU, CGU, Ministério Público, todo mundo... O INSS! Todo mundo falhou! Não adianta nós querermos esconder. Demoraram para agir. Demoraram, demoraram bastante. E os meliantes, como são ligeiros – são ligeiros –, levaram o dinheiro e se foi o boi, com a corda, a vaca e o terneiro atrás. Eles são muito rápidos e resistiram em três governos.

Aí me vem à mente que, quando alguém tem que fazer uma tarefa, aí tem uma visão de que, nessa tarefa, tem várias pessoas que podem desempenhar essa tarefa. E a metáfora, a comparação, a figura de linguagem diz que nessa tarefa tem quatro pessoas para fazer: alguém, ninguém, qualquer um e todo mundo. E essa tarefa alguém ficou de fazer, qualquer um podia ter feito, todo mundo faria, mas acabou ninguém fazendo. E, assim, o aposentado pagou uma conta que não era sua.

E aí nós estamos correndo atrás do prejuízo, mas antes tarde do que mais tarde. Antes tarde do que nunca, nós precisamos fazer a nossa parte para dar uma resposta.

E aí, no que diz respeito à CGU: para mim, a CGU falhou e começou falhando lá atrás, porque a CGU é um órgão do Governo. Não é V. Exa., Sr. Ministro. A CGU é um órgão do Governo, o senhor é um ente do órgão, que é maior. Entra Governo, sai Governo, e a CGU ali está. Mudam os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

agentes da CGU. E aqueles agentes que ficaram quatro anos, em 2019, 2020, 21 e 22, fizeram o quê? Nada – nada, nada, nada, nada! E a CGU, aqui, demorou, mas pelo menos fez. Antes tarde do que mais tarde. Repito: antes tarde do que nunca, embora tenha demorado.

E olhe que, lá em 2019, foi feito um grupo de trabalho – eu tenho aqui – com dez entidades, inclusive Ministério Público, Polícia Federal, INSS, CGU, AGU, um monte de órgãos. Ficaram quatro anos naquelas reuniões. Foram dez, doze, quinze, vinte reuniões. Resultou em quê? Nada, nada, nada, nada.

Então, a gente tem que dizer isso para que o aposentado que está lá na ponta – e é a razão de ser – saiba por que é que chegou lá ao seu extrato, à sua conta, como é que sacaram lá... Porque todo mundo deixou para trás, todo mundo brincou, todo mundo facilitou.

Agora, eu quero dizer que prevaricar, Ministro, é não fazer nada, é se omitir. Se alguém demora para fazer, mas faz, não prevarica, mas, agora, se alguém tem que o dever de fazer e nunca faz nada, esse prevaricou. V. Exa. demorou, devia ter tido mais pressa, mas pelo menos fez. E isso a gente tem que compreender, declarar e entender, até porque, na verdade – a bem da verdade – tinha uma quadrilha no INSS, dentro e fora, dentro e fora, com advogados especializados, tinha gente até da Polícia Federal no meio, ou seja, não era pouca coisa, tanto que passou por todos esses governos, passou por todos esses grupos e se mantiveram: 2017, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, agora desbaratado em 25. Por isso, é que é importante lhe dizer que quem prevaricou é aquele que, efetivamente, não fez nada, absolutamente não fez nada.

Para mim... Concluindo, Ministro, eu quero perguntar a V. Exa., para que fique bem consignado, eu quero que fique dentro daquilo que eu tenho dito aqui, para que a gente possa repetir... Uma mentira dita mil vezes vira verdade, imaginem a própria verdade repetida. Pelo que a CGU apurou, quando começou a fraude? Quando começou a fraude?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Pelo menos desde 2019.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Pelo menos...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Desde 2019.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Pelo menos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Provavelmente antes também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Provavelmente antes de 2019, mas de maneira categórica em 2019.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Porque 2019 é uma data em que o Ministério Público, pela primeira vez, aponta isso de maneira contundente. E, porque o Ministério Público apontou isso, essas quatro entidades que são tão faladas aqui foram suspensas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Ou seja, lá em 2019, o próprio Ministério Público apontou, e, no entanto, as coisas não andaram.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – E é uma pena... É até interessante essa questão sobre a prevaricação, porque eu sou acusado de ter prevaricado tendo feito tudo o que a gente fez na CGU. Quem, lá em 2019, não abriu processo de responsabilização contra essas entidades não é criticado aqui e estava aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Quem, lá em 2019, não abriu investigação com a Polícia Federal, o que também podia ter feito, também não é acusado de prevaricação, ou seja, além de tudo, foram R$400 milhões que essas quatro entidades tiraram dos aposentados. Esses aposentados foram ressarcidos? Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Não.

Bem, para concluir, Ministro, quando o senhor tomou conhecimento e quando o senhor tomou atitude? Só aguardo a sua resposta. Quando o senhor tomou conhecimento e quando o senhor tomou atitude? Essas datas, para nós na CPI – para mim especialmente –, são muito importantes, até porque tudo isso nós temos que esclarecer... E nós devemos esclarecimento mais do que à CPI, mais do que ao Governo, à oposição, nós devemos à sociedade, ao cidadão, ao aposentado, à viúva que foi lograda, que foi roubada, que perdeu o seu dinheirinho, o seu salariozinho miserável, o seu salário mínimo, às pessoas com deficiência... Todas essas pessoas foram logradas! E é a elas que nós temos que dar respostas. Então, essa resposta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – ... não é para mim. É para eles.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – No começo de 2024, eu tomei conhecimento da existência de denúncias sobre essas fraudes no INSS, chamei a equipe, perguntei se eles estavam fazendo algum trabalho, eles falaram que tinham incluído isso no plano e que iam fazer o trabalho. E começaram o trabalho a partir disso.

Eu determinei que eles, de fato, fizessem isso e disse: "Olha, vocês têm todo o meu apoio para fazer o trabalho que vocês têm que fazer". E foi isso que aconteceu. O resto é todo o procedimento que a gente conhece.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra a Deputada Bia Kicis, por dez minutos, por favor.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... Sr. Relator, colegas, Dr. Vinicius Carvalho.

Primeiramente, Dr. Vinicius, eu só gostaria de dizer para o senhor que essa afirmação com respeito à falsidade do cartão de vacina do Presidente Bolsonaro, que foi a própria equipe da CGU que deflagrou isso... que isso foi arquivado a pedido do PGR, e o Ministro Alexandre arquivou porque não encontrou nenhuma fraude.

Na verdade, nós sabemos que isso serviu apenas para a pesca probatória, que é algo condenável, que a lei não permite e que tem sido usada. E foi usada apenas para que tivessem acesso ao celular do Cid e para poder dar continuidade a essa narrativa fraudulenta de golpe, que todo mundo sabe que não existiu.

Então, está aqui, arquivado, sem nenhum problema. Não havia fraude nenhuma. Aliás, o Presidente Bolsonaro sempre afirmou que ele não tinha tomado vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é ridículo querer pegar o cartão dele para dizer que ele teria fraudado, sendo que ele sempre afirmou publicamente que nunca tomou nenhuma dose do experimento chamado vacina.

Bom, com relação...

Eu quero dizer também ao senhor que, com relação a essa história de que foram suspensas as quatro entidades e que o pessoal... os prejudicados não foram ressarcidos, isso também não corresponde à verdade. Está aqui: "INSS rompe com entidades [...] e segurados terão de volta R$57 milhões".

Eu quero dizer que essa conversa que eu escuto todo dia de que o Governo Federal ressarciu os aposentados... Eu tenho na minha casa uma aposentada que até hoje não recebeu nenhum centavo de volta, só fica recebendo ligação de bancos aí para quererem que ela clique aqui, clique ali, diga sim, diga não. Mais um golpe. Ela até hoje não conseguiu nem receber de volta o que lhe foi roubado e nem suspender os consignados. Isso realmente é uma luta árdua que nós estamos tendo que fazer.

Bom, eu quero dizer para o senhor que... No início, eu tive um pouco de... Eu tinha a impressão de que o conhecia, mas estava um pouco difícil de lembrar, até que o Deputado Evair me lembrou. É porque nós já estivemos juntos quando eu presidia... É, o senhor estava até mais jovem. Nós estivemos juntos em 2023, quando eu presidia a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. E, a pedido, instada aqui pelo Deputado Evair, nós convocamos o senhor, que compareceu, prestou esclarecimentos sobre a remodelação da CGU. e, naquela ocasião, nós já falamos a respeito, nós já denunciamos os descontos indevidos, uma série de problemas.

Então, assim, já era de conhecimento, tanto que nós instamos o TCU, e, com base no ofício que foi assinado por mim na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, por iniciativa do Deputado Evair, o TCU iniciou essa investigação.

Então, na verdade, este Parlamento teve esse, deu esse pontapé inicial. Na verdade, o protagonismo partiu daqui, porque nós percebemos que havia esses desvios, essas fraudes. V. Exa. veio, prestou depoimento, e, naquela ocasião, eu quero até dizer que nós fizemos um pedido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao senhor: para recriar a Diretoria de Investigação e Operações, que tinha virado uma coordenação. E o senhor atendeu o nosso pedido em dezembro, a sua vinda foi em maio...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Precisava dos cargos.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – A sua vinda foi em maio, e em dezembro...

Não, eu estou aqui dizendo que ela foi atendida, né? A gente entende que na administração pública se leva um tempo; foi atendido o nosso pedido, porque nós entendemos que transformar aquela diretoria numa coordenação trazia prejuízos para a fiscalização e a investigação.

Bom, o senhor afirmou que o Estado demorou a agir e que tinha denúncias desde 2019. Mas não fica... Não dá para a gente entender, né? Se o senhor diz que era a partir de 19, que a culpa era do Governo Bolsonaro... Tão logo assumiu como Ministro, o senhor não iniciou nenhuma investigação, não tomou atitudes, sendo que sob a sua gestão houve uma explosão de cadastramentos em lote, novos associados, arrecadação das entidades e reclamações. Eu tenho aqui, Dr. Vinicius, estas fotos, que mostram o número de filiados, que, em 2019, era de 3 milhões – em maio de 19. Em 2024, chegou a 7,5 milhões e, em setembro de 24, a 8 milhões. Então, uma explosão do número de filiados, né?

Com relação aos valores dos descontos e evoluções de ACTs: aqui, em 2019, 575 milhões; em 2024, os impressionantes 3,5 bilhões! Tudo sob a sua gestão. Fica difícil de não ver algo assim.

Com relação ao desbloqueio em lote, a gente sabe que, mesmo que a lei tenha sido revogada – a lei que proibia –, havia ainda uma... Havia instruções normativas, havia o decreto que proibia o desconto em lote, tanto assim que o seu primeiro procurador – agora me falta o nome dele – negou um pedido da Contag para desconto em lote. Ele fez um parecer; ele não tem o poder de autorizar ou negar, mas ele deu um parecer negando, dizendo que não poderia haver desconto em lote. Porém, quando ele foi substituído pelo Virgílio, o Virgílio já mudou tudo e autorizou, deu um parecer favorável ao desconto em lote em 2024, sendo que isso era vedado pela legislação.

E esse foi um dos maiores problemas, porque o desconto em lote fazia com que não houvesse mais a checagem: ia tudo direto para a Dataprev e descontavam, daí essa explosão, que fez com que... E aí veio uma IN 162, que liberou geral. Daí essa explosão, em 2024, para 1,5 milhão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pedidos de exclusões e reclamações – tudo isso sob a sua gestão e, diga-se, no Governo PT! Não foi no Governo Bolsonaro que isso aconteceu.

Bom, eu vou adiantar aqui um pouquinho, porque o tempo está passando bastante rápido, né?

Quero dizer o seguinte: antes da assinatura de renovação do ACT com a Contag, em agosto de 2024, os dirigentes do INSS já tinham ciência de problemas identificados através da nota de auditoria e de relatório de auditoria enviado pela CGU. Em 1º de agosto de 24, o Auditor-Geral do INSS encaminhou à CGU o relatório que mostrava problemas relacionados à Contag, principalmente com relação ao desconto em lote, tá? Porque o senhor não fez nada quando o INSS renovou o ACT com a Contag, mesmo após a recomendação da própria CGU. E agora, diante do... que ficou claro que a CGU tem competência para baixar medida cautelar no processo administrativo, se pode sustar contrato, como fez no caso da Covaxin, por que não sustou esses ACTs? Porque poderia ter feito, ficou muito claro aqui que poderia ter feito.

Então, assim, quando o senhor avocou os 12 processos do INSS também, não estava na lista do INSS a Contag, mas a CGU sabia dos problemas da Contag. Poderia ter incluído, sim, a CGU a Contag nesses processos.

Quero fazer uma denúncia aqui: que, após o Senador Izalci ter mostrado essa foto aqui da chefe de gabinete de um Deputado do PT, a Conafer retirou do ar essa foto, tá? Só dizer... Estão querendo blindar aqui alguém, não sei quem, mas essa foto foi retirada. Hoje, ela foi impressa, ela estava no *site*, e agora não está mais no *site*.

Para finalizar...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Qual Deputado do PT?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Para finalizar... Eu não preciso dizer o nome.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Qual Deputado do PT?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Para finalizar, a Lei 14.600, de 23...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, art. 14; Presidente, art. 14...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Sr. Presidente, um minuto, por favor, a mais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar a Deputada terminar o raciocínio dela, por favor.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Perturbaram o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Para finalizar, a Lei 14.600, de 2023, que estabelece a organização da Presidência e trata da organização dos ministérios, estabelece em seu artigo...

Sr. Presidente, eu não consigo nem raciocinar assim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou lhe dar mais um minuto, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Por gentileza!

Estabelece em seu art. 49 a competência da CGU, que é fiscalizar, apurar irregularidades e defender o patrimônio público, sendo a comunicação passo necessário para efetivação dessas competências.

O Ministro da CGU tem obrigação funcional de comunicar irregularidades graves ao Presidente da República e demais autoridades. A CGU é um órgão de auxílio direto ao Presidente, e é a comunicação que é essencial para a tomada de providências e a correção de falhas na gestão.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Está aqui também na Lei 14.600, que diz o seguinte: que cabe à CGU prevenção e combate a fraudes e à corrupção. E diz aqui o seguinte: "instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas com fundamento [...] [da] Lei nº 12.846, [...] acompanhar e, quando necessário, avocar os referidos procedimentos em curso em órgãos e em entidades federais [...]". O senhor tinha que ter avocado isso do INSS muito antes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque já tinha ciência. E outra coisa: é público e notório que desde 2016, pelo menos, ocorrem essas fraudes, esses descontos fraudulentos.

Então, fazer um recorte para 2019 é, no mínimo, muito suspeito.

Eu queria saber por que o senhor faz isso e por que não avocou os processos.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Os processos foram avocados. No dia seguinte em que o INSS instaurou os processos, nós avocamos os processos, Deputada. No dia seguinte.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Mas antes disso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada, o tempo acabou. Por favor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Se não tem processo, eu não tenho o que avocar. Eu tenho que avocar depois de instaurado o processo.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não, o senhor sabia muito antes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada, por favor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Instaurados os processos, nós avocamos os processos.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor já sabia muito antes. Podia ter instaurado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, o tempo.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Outra coisa só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... para esclarecer um ponto que aqui...

A senhora usou várias vezes a expressão "sob minha gestão" para se referir a pessoas do INSS. Eu não sou gestor do INSS.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Sua gestão da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O Dr. Virgílio não era meu Procurador nem nada disso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, o art. 14.

Presidente, o senhor falou que a imagem que fosse utilizada geraria o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem foi citado no art. 14?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Foi mostrada a foto do Deputado...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Mostrou a imagem: o Deputado do PT...

O Senador Izalci tinha falado antes, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ela mostrou a foto, está sendo transmitida pelo vídeo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, foi mostrada a foto...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... transmitida claramente, dentro daquilo que o senhor citou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não tem nenhum Deputado aqui na foto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, Presidente, Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não tem, não tem, não tem.

Qual é o Deputado que está nesta foto, por favor?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está fazendo referência à minha chefe de gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, negativo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está fazendo referência à minha chefe de gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Senador Izalci fez uma acusação falsa, dizendo que a minha assessora tinha ido na sede da Conafer. É mentira. Essa foto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... é do meu gabinete, no dia, em maio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por gentileza, resposta ao art. 14...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... maio de 24.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar, por favor, a resposta...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Presidente não está deixando eu responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas é claro que não vai dar resposta porque o senhor não foi citado, Excelência.

O senhor não foi citado, Excelência. Não tem o senhor aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Senador Moro não foi citado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, é este que é o problema: quando eu tomo uma decisão firme, eu sou colocado como autoritário.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Senador Moro não foi citado e V. Exa. deu para ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não concedo o art. 14.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está tendo dois tratamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não concedo o art. 14 porque V. Exa. não foi citado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Senador mentiu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, por dez minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso é... Por gentileza, isso é um desrespeito, gente!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha aqui: os senhores, quando querem, do seu lado, sabem fazer a coisa nessa confusão; quando é do outro lado, é a mesma coisa. Eu não vou... Eu não vou dar o art. 14 porque V. Exa. não foi citado aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não tem foto de V. Exa. aqui. Não tem. É a regra que nós vamos seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, o senhor está sendo parcial, protegendo seus aliados, não permitindo o debate na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não estou sendo parcial. Há uma regra que eu vou seguir e que eu tenha deixado clara.

Senador Randolfe, por favor, a palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Senador Izalci, o senhor é informado pela Conafer até hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E aquele vídeo que apareceu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado Alencar...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... pode ter certeza que aparecerão outros...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar, o senhor, por gentileza, nos respeite.

Deputado Randolfe Rodrigues, com a palavra, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Respeite os membros desta CPMI também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu respeito. Eu respeito e muito.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor não respeita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora V. Exa. não vai ganhar no grito, Excelência! Eu já falei: não vai ganhar no grito!

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Senador Moro não foi citado e V. Exa. deu art. 14 para ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não tem ninguém aqui citado aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Para mim, não. O senhor está tratando de maneira parcial, suspeita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não vou deixar V. Exa. e não vou conceder o art. 14 neste caso. É a palavra desta Presidência.

Acabou, não tem...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – De maneira suspeita e parcial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, me permita uma sugestão, antes de passar meu tempo, para resolvermos isso.

Toda vez que tiver a chancela para utilização de fotos, utilização de vídeos, esse tipo de problema vai ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. tem razão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Eu acho que V. Exa... É uma sugestão que eu dou a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só que aqui não tem Deputado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, perfeito.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não aparece Parlamentar aqui nesta foto. Esse que é o negócio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – V. Exa. me permite? V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Permito, perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – V. Exa., a Presidência, uma sugestão que eu dou à Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... para o bom encaminhar dos trabalhos. Nós poderíamos suspender para todo mundo, seja quem for, tanto o uso de vídeo, quanto o uso de fotos que faça referência aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gente, vamos escutar.

Obrigado pela sugestão, mas acho impossível ela ser praticada. Então, eu vou seguir a regra que eu estipulei mais cedo, que é clara para todo mundo.

O Senador Moro foi mostrado, eu dei a palavra a ele; o Deputado Paulo Pimenta foi mostrado, eu dei a palavra a ele. Se o Deputado que reclamou estivesse nesta foto, eu daria a palavra a ele.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Qual Deputado? Qual Deputado? Fala o nome. Fala o nome. Qual é o Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Deputado...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Trata com respeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar. Se V. Exa...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ah, então fui eu. Então, eu posso usar a palavra e responder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... (*Risos.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Se V. Exa. sabe que fui eu... Se V. Exa. sabe que fui eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está vendo? Está vendo?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Agora que V. Exa. sabe que fui eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o que eu coloco...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Se V. Exa. sabe que sou eu, por que eu não posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se o Deputado Alencar estivesse na foto, eu daria a palavra a ele, mas V. Exa. não está.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – V. Exa. está sendo parcial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não estou.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – V. Exa. sabe que sou eu. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não estou... Não cabe o art. 14, da Presidência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, Presidente... O senhor mesmo me citou agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Randolfe, por favor, Senador Randolfe.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor está sendo parcial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Randolfe, por favor.

Com a palavra, Senador.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor mesmo sabe. Está fazendo referência... E eu não posso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos lá. Não... Não vamos, não. Já está resolvido. Já passou.

Com a palavra, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para interpelar.) – Presidente, meus cumprimentos ao Ministro Wagner do Rosário.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Eu acho que nós temos que, inicialmente, meus colegas de CPI, Sr. Presidente, Sr. Relator, Ministro Wagner do Rosário, entender o seguinte...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Não é a CPI da covid, é Ministro Vinicius.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Eu ia... É que eu ia falar do seu antecessor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O senhor me chamou de me chamou de Wagner do Rosário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É porque... Sabe o que é, Ministro Vinicius? É porque teve um outro colega seu antecessor que esteve em uma CPI, mas eu já vou falar disso.

Obrigado por me corrigir, Ministro Vinicius. É que eu já vou falar disto, de como foi o comportamento do seu antecessor em uma CPI igual a essa há pouco tempo.

Mas, então, retomando, Ministro Vinicius... E obrigado por sua correção. Realmente, é uma confusão indevida, e eu lhe peço perdão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A essa hora, Excelência... Já está com a cabeça...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Tudo é permitido, né?

Então, qual o ventre, Ministro Vinicius, em que foi fecundada essa fraude? O ventre da fecundação dessa fraude que chegou até aqui se chama ACTs, esses acordos de trabalho que são feitos. A raiz das fraudes estão nesses ACTs, na celebração deles. Essa foi uma herança que o nosso Governo recebeu, mas essa herança não foi fecundada agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi que tem colega que gosta de mostrar gráfico, e gráfico pode ser mostrado, porque gráfico é revelador da verdade. Aqui, nesta linha azul, está o crescimento de ACTs ao longo do tempo, ao longo dos anos, de entidades que prestaram e prestam serviços que devem prestar o INSS. As entidades... E 50% das fraudes se concentram em três entidades: Ambec, Conafer e Amar, 21 ACTs foram elaborados, foram feitos por essa entidade. Quem foi o autor desses ACTs? Quem firmou esses ACTs? Um cidadão chamado José Carlos...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Oliveira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O Ministro pode confirmar para mim? José Carlos Oliveira. Isso mesmo. Diretor de Benefícios de qual Governo? Foi do nosso Governo que ele era Diretor de Benefícios? Não me parece que era. Diretor de Benefícios do Governo passado. Ele esteve aqui sentado há pouco tempo.

Esses 21 ACTs correspondem a mais de 50% das fraudes. Esse gráfico aqui é ilustrativo. Olhem, 2019, o firmamento em ACTs como cresce. Essa foi uma das várias... O Governo do Presidente Lula recebeu centenas de heranças malditas. Essa foi a herança maldita que foi recebida no nosso Governo.

Eu vi um colega Parlamentar aqui falar: "Os agentes da fraude que estavam no INSS..." Aí, ele citou: Alexandre Guimarães, Diretor de Integridade no INSS entre 2021 e 2022.

Vou mais além, Ministro Vinicius. Alexandre Guimarães ascendeu à Diretoria de Integridade... Aliás, é um significado de diagnóstico de hipocrisia, porque teve um tal documento de integridade firmado antes pelo Ministro Paulo Guedes para criar uma Diretoria de Integridade, diretoria essa em que colocaram quem? O senhor da fraude, Alexandre Guimarães, 2021 e 2022, no Governo anterior.

Outro que disseram aqui, foi dito aqui para Parlamentares, que estava também no eixo da corrupção, André Fidelis, indiciado, Superintendente do INSS da Região Norte e Superintendente em vários cargos, entre 2019, 2020, 2021 e 2022. O terceiro, Virgílio Filho, Procurador do INSS em 2001 e 2022 no Governo anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se teve, se tem algum erro, foi, realmente, em alguns momentos ter a recondução desses cidadãos que estão indiciados, mas todos esses foram fecundados, paridos e atuaram durante o Governo anterior. Não foi no nosso Governo a atuação desses senhores.

Ocorre que todas essas fraudes... Teve um trabalho de investigação feito agora, conduzido pelo senhor, Ministro Vinicius, mas todas essas fraudes poderiam ter sido descobertas em 2021 e 2022. Chegou denúncia ao Ministério da Justiça de então. Aliás, quero cumprimentá-lo, Ministro Vinicius, porque o senhor lembrou isso aqui muito bem, certa vez, na pergunta, quando foi interpelado por um colega. Chegou denúncia!

Algum procedimento foi aberto na Polícia Federal? Algum inquérito foi instaurado? Houve, por acaso... Algum aposentado que já estava sendo roubado foi ressarcido? Algum prejudicado, algum servidor, algum beneficiário prejudicado teve algum tempo de reparação? Teve alguma investigação? Não. Não teve nenhuma investigação, embora já ali, entre 2020, 2021 e 2022, as denúncias já ocorressem. Mas sabe por que não ocorreram investigações naquele período, Ministro Vinicius? Porque o Presidente da República de então, entre outras coisas... Não vou usar vídeo, não vou usar matéria de jornal, mas todo mundo lembra... Em 15 de agosto de 2019, declaração do Presidente da República de então: "Mudanças. Vou mudar o Comando da Polícia Federal do Rio de Janeiro, porque quem manda sou eu". Foi o Presidente da República de então, Jair Messias Bolsonaro, que declarou isso, em 15 de agosto de 2019. Mas nem precisava. Já foi mostrado um vídeo aqui que diz o seguinte, em que o Presidente da República de então, em uma reunião ministerial, com o CGU de então – aí sim, o Sr. Wagner Rosário –, diz o seguinte: "É [vem um palavrão], o tempo todo para me atingir, mexendo com a minha família. Já tentei trocar gente da segurança nossa no Rio de Janeiro. Oficialmente, não consegui. Isso acabou". O Brasil todo viu esse vídeo. Não me consta que o atual Presidente da República tenha feito uma declaração nem sequer próxima disso.

Sabe por que isso não ocorre, Sr. Presidente? Porque aqui nós temos um Governo que investiga, em que os órgãos têm a autonomia necessária, que responsabiliza... E aposentado... Como disse o Deputado Pompeo de Mattos, ainda há pouco, o mais importante é o aposentado... E aposentado que foi roubado é ressarcido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este nosso Governo já recebeu 3,522 milhões pedidos de ressarcimento, que estão aptos para a decisão dos beneficiários a acordo de ressarcimento. E 2,584 milhões de beneficiários já aderiram ao acordo, sendo que 1,731 milhão já foram ressarcidos. E sei que tem gente aqui que não gosta de gente, não gosta de povo. Já ouvi gente aqui dizer: "Não tem que ressarcir, porque é dinheiro público". A gente vai atrás do dinheiro, de quem roubou e vai atrás dos ladrões com a investigação, mas o aposentado que foi roubado, neste Governo, é ressarcido. Se era roubado no Governo passado e não era ressarcido, neste está sendo – neste está sendo. Mais de R$1,731 bilhão já foi pago, mais de 2,569 milhões de pedidos já estão prontos para ser pagos, para ressarcir os aposentados – 1,7 bilhão já foi ressarcido aos aposentados.

Por fim, Ministro, é importante fazer uma pergunta a V. Exa., a única que quero fazer: quem suspendeu os descontos indevidos que ocorriam, assim que os descontos indevidos foram diagnosticados?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Depois da operação da Polícia Federal, foi uma decisão do Governo suspender todos os descontos – inclusive ressarcir já os aposentados do mês, porque a folha de pagamento já tinha sido rodada –, devolver já o dinheiro daquele mês, e, depois, todo o processo que nós vivemos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Como eu disse, Ministro Vinicius, esse é um Governo que investiga, responsabiliza e ressarce.

Veja, nesta oportunidade, eu gostaria que a nossa hoje oposição dissesse para mim aqui: "Olha, nós investigamos". Eles receberam denúncia, eles não investigaram. Eu queria que eles dissessem: "Nós responsabilizamos". Eles não responsabilizaram ninguém.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não tem nenhum investigado no Governo anterior. Eu queria que eles tivessem ressarcido o aposentado que já estava sendo roubado naquela época. Eles não deram um centavo para ressarcir algum aposentado lá roubado.

Ministro Vinicius, digo para o senhor o seguinte: qualquer Governo do mundo gostaria de ter na CGU alguém com o seu perfil, qualquer Governo do mundo gostaria de ter um professor catedrático da USP, alguém formado em Direito Comparado pela Université de Paris, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sorbonne, alguém com a qualificação de V. Exa., alguém que já assumiu cargos públicos e não partidarizou cargos públicos.

Eu sei que tentaram aqui, até pejorativamente, se referir à vossa biografia. A vossa biografia é uma razão de orgulho de prestação ao serviço público brasileiro. O senhor dirigiu o Cade e combateu a corrupção que não vem só do setor público, não, tem também muito rico... Aliás, tem muito rico e bilionário neste país que tem os esquemas de corrupção, e o senhor denunciou e combateu isso à frente do Cade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Já concluindo, Sr. Presidente.

É esse o currículo de V. Exa., que tem que ser saudado.

V. Exa. tomou o cuidado necessário...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... de fazer o trabalho com o sigilo necessário com a Polícia Federal, porque neste Governo tem um órgão de fiscalização com a autonomia necessária que é a Controladoria-Geral da União, e neste Governo não existe um Presidente da República que diz que manda na Polícia Federal, porque a Polícia Federal tem autonomia. Por isso, reitero: este...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... é um Governo que investiga, que responsabiliza e que ressarce o que é de direito dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Presidente desta CPMI, Carlos Viana.

Eu quero cumprimentar o Ministro Vinicius Marques. Aguentou firme aí, né, Ministro? Nossa! E parabéns pela força! Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o senhor, V. Exa., pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

números positivos que o senhor registrou aqui na sua apresentação anterior, a gestão da CGU sob seu comando, e cumprimentá-lo também pela auditoria realizada em 2024.

E aí, Ministro, eu ouvi aqui uma pergunta de um colega Parlamentar, porque eu acompanhei... Eu estou indo e voltando, porque a gente tem agenda, enfim... Estão aqui os gabinetes do lado. Eu ouvi de um colega Parlamentar – até escrevi para não esquecer –: "Mas será que a CGU não poderia ter feito algo mais enérgico, não deveria ter sido mais célere nas ações de combate às fraudes?". Eu vou responder pelo senhor: sim, o senhor o fez. O senhor assumiu em 2023; em 2024, teve auditoria. O senhor investigou, com os servidores da CGU, os indícios de fraude. E quem não fez, Sr. Ministro, foi o CGU anterior, que teve quatro anos – quatro anos – para fazer as investigações. Foi falado aqui – inclusive, eu vou reforçar o que o Senador Randolfe falou –: "Ah, o Governo anterior suspendeu, cancelou os ACTs de quatro entidades". "Cancelamos, não teve mais recolhimento". Mas eu pergunto: cadê a investigação dessas quatro entidades, Senadora Soraya, Deputado Alencar? Cadê as investigações dessas entidades que depois voltaram? Elas voltaram!

Então, assim, é um absurdo o que a gente está tentando ver aqui de narrativa, tentando acusar o seu trabalho, tentando enfraquecer o seu trabalho e dos servidores da CGU.

Então, parabéns! Aguentou firme aqui. Parabéns pelo trabalho e o de todos os nossos servidores da CGU!

Inclusive, Sr. Presidente, para a gente não deixar esquentar este momento aqui, nós já aprovamos um requerimento da Senadora Soraya, convocando aqui o Wagner Rosário, que foi o último CGU. A gente também tem curiosidade de saber se o Vinicius aqui, o nosso Controlador, foi empurrado para a parede, mesmo fazendo o trabalho dele em tão pouco tempo à frente da CGU. Nós queremos saber do anterior, que ficou quatro anos, que já tinha as denúncias, que as entidades... Algumas foram suspensas, retornaram... Vamos convocá-lo para semana que vem, porque aí a gente não perde o *timing e* vamos ouvir os dois últimos CGUs aqui. Eu acho que seria ótimo. Acho que seria ótimo até pedir apoio do nosso Relator também, né? Eu acho que seria muito interessante nós termos aqui os dois CGUs, do Governo anterior e do atual Governo, dentro desta CPMI, para a gente não perder esse *timing*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, assim, a minha primeira pergunta, Sr. Ministro Vinicius: por que, afinal, apenas em 2024, foi realizado... O senhor já respondeu, mas eu quero que o senhor reforce isso para nós aqui. Por que, apenas em 2024, foi realizada a auditoria pela CGU sobre a cobrança indevida de descontos associativos junto aos aposentados do INSS, apesar de a CGU integrar, desde 2019, um grupo de trabalho coordenado pelo Ministério Público que tratava justamente de desvios e problemas de fraudes no INSS? O senhor poderia me responder?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Eu ouvi, agora há pouco, que a Dra. Eliane não foi ouvida. Se tem uma coisa que as Dras. Elianes da CGU são é ouvidas. Essa auditoria aconteceu a partir de 2024, entre outras coisas, porque a Dra. Eliane foi ouvida, porque o trabalho que ela vem fazendo desde 2019 na CGU foi ouvido, e nós pudemos desenvolver essa auditoria e investigar e descobrir tudo que nós descobrimos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Por que essa auditoria não foi feita antes e por que foram ignorados os alertas dos anos anteriores?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Essa é uma pergunta a que eu não tenho como responder.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Quem vai poder responder para a gente, doutor?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Quem estava antes de mim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Perfeito.

Então, mais uma vez reforço ao nosso Presidente da CPMI a convocação do Dr. Wagner Rosário.

Ministro, considerando as evidências identificadas pela auditoria da CGU sobre esse escândalo, eu lhe pergunto: qual é, na sua opinião, a maior fragilidade desse processo de aprovação e implementação de descontos associativos nas aposentadorias do INSS? É no processo de celebração das ACTs com as associações? É na validação dos descontos pelo INSS? Afinal, onde estavam os principais gargalos para a implementação desta gigante fraude?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Senadora, o processo de celebração dos ACTs certamente é um gargalo imenso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Hum-hum.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Porque, de fato, quando se assina um termo de... Um acordo de cooperação com uma entidade, com ou sem transferência de recurso por parte do Estado, há ali uma relação em que o Estado, de certo modo, no caso, o INSS, se apresenta quase que como – aí eu vou colocar entre aspas, porque o termo técnico não é o mais apropriado – um "curador" perante a sociedade daquela relação, daquela entidade. Tem uma relação de fidúcia que se cria ali e que, por acaso, acaba viabilizando, nesse caso específico, que essa entidade possa realizar descontos automáticos.

Então, esse é o nó central, porque tudo decorre disso: a falta de capacidade de fiscalização *a posteriori*, a dificuldade do INSS de poder fazer visita *in loco* nessas entidades e saber se elas estão prestando os serviços, enfim, tudo decorre de uma quantidade imensa de ACTs que provavelmente não deveriam ter sido assinados.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Perfeito.

O último depoente que esteve nesta CPMI antes do senhor, o Presidente da Conafer, acabou saindo do seu depoimento com a prisão em flagrante decretada pelo tanto que mentiu em relação ao seu envolvimento no escândalo. Porém, ele deixou clara a todos a cronologia dos fatos em relação ao processo enfrentado por sua instituição no que se refere à celebração do ACT com o INSS e o início das cobranças de desconto dos seus associados aposentados.

Disse que, depois de anos tentando – depois de anos tentando –, conseguiu, apenas em 2017...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – ... celebrar o ACT da Conafer, isso depois de uma mudança de entendimento em relação às associações que poderiam realizar esses convênios, antes restritos a sindicatos e, a partir de 2017, qualquer associação.

Depois dessa mudança de entendimento, foi possível que a Conafer recebesse mais de 800 milhões, sendo que todos pudemos constatar que se trata de uma entidade cuja diretoria é composta por familiares do Presidente – não vou entrar em detalhe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também foi possível que a associação como a Ambec, que tinha apenas três associados no momento da assinatura do ACT em 2021, pudesse operar e, depois de poucos anos, roubar centenas de milhões de reais dos aposentados.

Eu pergunto, novamente, considerando as conclusões da CGU: como o senhor avalia as mudanças que ocorreram no processo de celebração de ACTs relativas às cobranças de descontos associativos desde 2015 até os dias atuais, período determinado pela apuração desta CPMI, para que tenhamos atingido essa situação à qual chegamos?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Me parece, pela situação que a senhora descreveu, que tem uma sucessão de casuísmos nesse caso, inclusive com mudança de competência de diretoria, que depois vai, depois volta, durante a gestão do Sr. José Carlos Oliveira.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Por fim, em relação à fiscalização...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – ... dessas operações – estou terminando, Sr. Presidente, é rápido –, com descontos associativos, quais as conclusões da CGU sobre a existência e o funcionamento das associações como a Conafer, repleta de parentes na diretoria, ou a Ambec, que foi criada com apenas três associados, que acabaram recebendo juntas mais de 1 bilhão? Houve falhas em aprovar e fiscalizar as associações muito suspeitas como ambas? O senhor enxerga essas falhas?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sem dúvida, houve falhas, sim, na celebração dos ACTs.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Falhas ou vista grossa, omissão? O senhor também vê isso?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Comportamentos de servidores do INSS estão sendo apurados como comportamentos possivelmente corruptos. Então, se isso se comprovar de fato, certamente não foi só omissão, foi no mínimo uma omissão dolosa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Obrigada, Sr. Ministro. Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora.

O nosso último desta noite agora, o Deputado Evair de Melo. Dez minutos.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, solte o primeiro vídeo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se tiver Parlamentar, vai ter resposta. (*Risos.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Se perderam lá, o senhor me repõe o tempo aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Aquele vídeo que a gente já viu três vezes?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esse vídeo aí, não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor me ajuda no tempo lá. (*Pausa.*)

Não era esse vídeo, não. (*Pausa.*)

O que aconteceu aí? (*Pausa.*)

É bom que aumenta a expectativa. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, se não deu então o senhor me repõe o tempo lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas já repusemos duas vezes, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – É porque o problema é técnico lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Duas vezes já.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Está ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Vinícius, o senhor até me perdoe eu ter estranhado o senhor um pouco. Eu tive a oportunidade de convocá-lo em março de 23 para que o senhor viesse na Câmara dos Deputados prestar um depoimento, se apresentar, porque estranhou muito a todos nós, assim que o senhor assumiu, a diretoria de combate à corrupção da CGU foi transformada numa coordenação. Naturalmente, nós os acionamos, o senhor esteve na Comissão, e nós, naturalmente, defendemos a recriação da diretoria de combate à corrupção. É inadmissível que nós tivéssemos um órgão igual à CGU e essa coordenação não fosse instalada. Portanto, a remodelação era necessária. Isso já era um sintoma, parece uma infeliz decisão – essa é a minha interpretação – de que combate à corrupção não seria uma prioridade.

Por favor, o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, Presidente...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Próximo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual o artigo, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É uma pergunta, é uma questão de ordem, o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Vai ficar liberado para botar qualquer vídeo, mesmo que não tenha nada a ver com o assunto?

Eu estou falando uma questão de ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – ... três vezes o vídeo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Estou falando de uma questão de ordem, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos suspender o tempo do Deputado.

Eu conto com o bom senso dos Parlamentares, mas não é esta Presidência que vai dizer...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode trazer qualquer vídeo sobre qualquer assunto para postar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não é esta Presidência que vai dizer quem vai, o que a pessoa vai fazer durante o tempo dela.

Com a Excelência, continue, Deputado Evair.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Próximo vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Obrigado.

Isso para mostrar, a nossa demonstração, Sr. Ministro. Eu fui o primeiro Parlamentar, em março de 2023, a fazer uma provocação à AGU, ao TCU, tudo que estiver de "u" pela frente, Ministério Público, Polícia Federal e ao Ministro Lupi, desses descontos irregulares no INSS. Isso não nasceu em 19, nasceu muito antes disso, como a própria Controladoria sabe disso. Portanto, o senhor comete um equívoco, o senhor disse que começou em 19. Os relatórios da Controladoria dizem que começou muito antes disso. Bandido sempre existiu, o traficante sempre existiu, em períodos eles se recolheram, porque o enfrentamento ia ser mais duro, em outros, quando a cerca foi frouxa, eles avançavam um pouco mais. Portanto, está aqui. A CGU abre 40 processos contra entidades de fraudes do INSS. Mas o nosso questionamento é porque, das 12 entidades que, em 23, a D. Eliane notifica a Controladoria que estavam envolvidas em esquemas fraudulentos, a CGU, na sequência, suspende 8, e o Sindnapi é retirado dessa lista, para o senhor responder, no final, de quem foi a decisão de retirar o Sindnapi, da suspensão, conforme o relatório da CGU, eu aguardo para o final.

Porque isso não é só um roubo para ficar rico. Naturalmente, a gente sabe que esse dinheiro irrigou campanhas eleitorais, irrigou, tem relações diretas e indiretas com um monte de promiscuidade aqui neste país. Essa história da publicitária, das campanhas do PT receberem 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões do Careca do INSS, alguém que recebe 5 milhões tem que saber com quem que está se relacionando, é inadmissível, e quem paga também sabe por que está pagando. Dizer que comprou uma casa e que não entregou, que não tem escritura, parece coisa de amador. Portanto, o senhor vê o que esses ladrões tiveram coragem de fazer.

Está aqui, tinha conta, a agência, a tal dos 5 milhões, tinha conta na Suíça para receber da Queiroz Galvão. Você vê que esse esquema não é um esquema que envolve só a CGU, envolve só o INSS, não; isso é uma quadrilha monstruosa. E já foi citado aqui, vale a pena repetir: chefe da CGU disse que Rui Costa sabia do problema do INSS antes do escândalo. Isso eu estou reprisando aqui para poder dizer que tem uma memória do passado que precisa ser revisitada, para que se possa fazer o enfrentamento dos dados do dia de hoje.

E aqui está a matéria de hoje do *Estadão*, está aqui matéria do *Estadão*, uma das entidades, inclusive, não auditada até aqui pela CGU.

O que é que diz aqui? Contag, essa mesma que diz defender os trabalhadores. Afinal de contas, o rural parece que pagou a conta. Essa desgraça da Conafer, junto com a Contag, parece que resolveu roubar os pobres dos nossos agricultores. As duas entidades estão até o pescoço, somadas, claro, a essa aqui do Lula, mas essa do irmão do Lula aqui, nós vamos chegar ao Lulinha, isso daqui vai dar muito pano para manga ainda.

"Contag, investigada por fraude no INSS, movimentou R$2 bilhões" – R$2 bilhões, agricultores brasileiros! Vocês são dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A Contag movimentou R$2 bilhões. "Tem transações suspeitas, diz Coaf". E por que suspeitas? A maioria dessas operações foi feita em regiões fronteiriças do país: Rodeio Bonito, no Rio Grande do Sul; Cruzeiro do Sul, no Acre; e Tangará da Serra, no Mato Grosso. Os três não são vizinhos, mas são regiões fronteiriças. E como foi essa movimentação? Operações de cheques viagens, trata-se de um sistema de pagamento que consiste na compra de um crédito, junto ao banco, que pode ser usado no destino. Portanto, o Brasil do rural precisa saber que se confirma aqui a quadrilha que é essa Contag. E, infelizmente, eu lamento mais uma vez que a CGU não pegou a Contag. Se pegou, não deu a notoriedade que nós gostaríamos que pegasse. E também o Sindnapi desse tal desse Lula. E a Contag, para vocês terem uma ideia, de 2016 a 2025, movimentou R$3,4 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe o que diz o trabalho sindical. Só em 2023, a Contag faturou R$507 milhões, informações oficiais do Banco do Brasil, onde a Contag opera.

Portanto, o que me assusta diante de tudo isso é a inércia, é a inoperância. E, naturalmente, eu já disse, o processo eleitoral de 2022 foi, sim, contaminado, sabemos, com dinheiro da Venezuela, com dinheiro do narcotráfico, com dinheiro americano e, pode ter certeza, parte do roubo dos aposentados foi usado para manter a estrutura, para fazer interferência nos resultados das eleições de 2022. Portanto, isso tem uma conivência. Porque: "Ah, mas o Sindnapi, a Contag" e mais esse monte de S de entidades, todas elas claramente com envolvimento direto com o partido do Presidente da República, com a esquerda, principalmente com o PT. Essa Contag é um braço do PT, as feiras que ela faz junto com o MST. Esse Sindnapi é a mesma coisa.

O Careca do INSS, que esteve aqui, é uma vergonha. Esse sujeito é talvez um dos homens mais inescrupulosos que esteve aqui, depois o senhor também dessa Conafer, que decidiram, com o aval deste Governo – porque o crescimento é uma progressão geométrica –, fazer esse roubo e fazer esses escândalos que fizeram. Portanto, fica... Eu lamento aqui que aos relatórios que a CGU tinha em sua posse não foi dada atenção, nem agressividade, eu diria assim, para o enfrentamento.

Sr. Ministro, suspeita de corrupção é igual suspeita de contaminação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... em alimento: tem que ter interdição imediata. Talvez o senhor, não vou julgar a sua má-fé, mas talvez... O que faltou ao senhor foi um espírito até mais aguerrido, pegar o telefone: "Presidente da República, achei um roubo bilionário", "Ministro, achei um roubo bilionário", "Ministro da Justiça...". Talvez a única cobrança do senhor que eu faço é o senhor não ter tido essa atitude, essa proatividade que a gente espera, porque o cargo do senhor é político, o senhor não é técnico. O senhor tem formação técnica, mas o cargo de ministro é um cargo da política, o senhor é um agente político. E, como agente político, naturalmente, preciso dizer que o senhor falhou, porque essa é a postura que a gente espera. Até porque é bíblico: é muito cobrado a quem é dado.

Pela sua formação e pelo cargo que o senhor ocupa, o senhor precisava ter sido muito mais enérgico nesse enfrentamento e ter estancado, não agora, lá em 23, de imediato. Podia revisar e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois, permitir no futuro, mas eu acho que faltou essa... De postura e comportamento... Eu acho que o senhor ficou devendo isto: essa proatividade, por ter formação técnica. Se o senhor não fosse da área, eu ia até relevar, mas, como o senhor tinha formação técnica, o senhor ficou devendo a proatividade e, realmente, além de tudo, atitude, porque, se eu fosse o Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... sabendo que o senhor sabia e não avisou para ele, eu demitia o senhor. Se fosse um dos outros ministros, fazia a mesma coisa. Porque uma informação dessa, gravíssima, com milhões de brasileiros sendo roubados, o meu ministro sabe, e eu não sou avisado?! Naturalmente, isso é bola nas costas.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer comentar?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Não, é só para dizer que eu já respondi essa questão algumas vezes aqui hoje. Eu só queria agradecer ao Deputado por ter feito a crítica de uma maneira respeitosa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu tentei tanto chegar a tempo para me inscrever para arguir o Ministro, mas – todos sabem da dificuldade da minha saúde nos últimos dias – passei mal antes do horário de inscrição.

Mas minha questão de ordem é a seguinte, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma questão de ordem ou...?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É questão de ordem – questão de ordem. Eu não vou arguir, eu vou respeitar a fila de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Vou respeitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, quando... Eu trabalhei muito para que esta CPMI fosse construída. Eu tinha um desejo profundo – profundo –, que é o seu desejo, de a gente chegar aos verdadeiros responsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – E eu confesso que hoje foi um dia de muita angústia para mim. Nós estamos passando para a sociedade, com as nossas brigas internas, parlamentares, até mesmo um descrédito na CPMI, que é um instrumento poderoso. E sei o quanto o senhor e o Relator estão se esforçando.

Nós precisamos buscar provas, Presidente; nós precisamos colocar todo mundo na cadeia. Já tem alguns na cadeia. Nós temos um Careca, por exemplo, na cadeia, e a gente precisa colocar todos eles.

Nesse sentido, Presidente, há um requerimento meu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... para a gente trazer aqui, mesmo se ela não vier para ser arguida, mas pelo menos para ter uma reunião com a gente, a Abradeb, que é uma associação que protege o consumidor. Eles têm mais de 3 mil provas. Inclusive, eles mostram para nós, Presidente, como era ensinado às pessoas a ligarem para o aposentado e dizer "agora fale 'sim'", para gravar apenas o "sim". Mais de 3 mil provas, numa ação com que eles já entraram. Essa ação está tramitando no Supremo e, agora, por causa do acordo, vai ter que ser suspensa. Mas é para a gente ouvir quem realmente tem provas, para a gente chegar a correspondentes bancários, a agências bancárias.

E aí...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Para encerrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Vai ser instalada a CPI do Crime Organizado aqui. O Senador Alessandro já está recebendo todos os nomes. E eu tenho certeza de que vai ter uma hora em que a gente vai dialogar com o crime organizado – esta CPMI com o crime organizado. E a gente precisa avançar na produção dessas provas. Então, eu gostaria muito que a gente considerasse esse meu requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... da Abradeb para a gente trazer, no mínimo, 3 mil provas de uma única instituição de defesa do consumidor, que vai entregar para nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já está anotado aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Pela ordem, Deputado Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu apresentei um pedido hoje de convocação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Como é V. Exa. quem faz a pauta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... decide, como V. Exa. já mencionou aqui em algumas outras oportunidades, quero fazer um apelo, dois apelos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... reforçando o pedido da Senadora Leila, para que a gente possa ter o ex-CGU; que venha a esta Comissão também, urgente, até para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente poder comparar e contrapor as condutas tomadas por A e por B e aprofundar na investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E, segundo, eu apresentei hoje uma convocação novamente do Presidente da Conafer. Gostaria que V. Exa. colocasse na próxima pauta deliberativa. Quero aqui pedir o apoio do Senador Izalci, em público, para a gente aprovar esse requerimento. Peço o apoio também de todos os demais colegas. E tenho certeza de que, se todo mundo não tiver nenhum receio do que ele pode trazer de novas informações aqui, as pessoas também vão aprovar esse requerimento. Então, peço...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... a V. Exa. que coloque...

Dizer que, de minha parte, faço questão que ele venha. Quero que esclareça, para ele desmentir o próprio Senador daquilo que ele mostrou aqui hoje e que não tem coragem de debater comigo sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator tem mais perguntas ao Ministro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Ministro, fiquei aqui esse tempo ouvindo suas respostas, e me surgiram algumas dúvidas.

Eu perguntei ao senhor por que o senhor não tinha proposto a suspensão cautelar. O senhor me disse que a CGU não tinha essa competência. Eu só queria que o senhor me esclarecesse: a CGU tem ou não tem competência de suspensão cautelar em processos administrativos em que se encontrem graves falhas, com perigo da demora na ação?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO (Para expor.) – Até onde eu entendo, a CGU tem competência de demandar medidas cautelares via AGU, que vai demandar o Judiciário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, essa é uma resposta que eu gostaria realmente de ouvir do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na gestão do senhor, nunca houve suspensão cautelar em processo administrativo?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Em outros processos?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Aí eu preciso averiguar, porque isso é feito pela Secretaria de Integridade Privada...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Porque olhe o que o senhor está me dizendo. O senhor está dizendo que, na sua concepção, a CGU não tem essa competência.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não. Não. O que eu estou dizendo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, deixe...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... salvo melhor juízo, no meu entendimento, isso é feito pela Secretaria de Integridade Privada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, é a pergunta: CGU tem ou não tem competência de pedir medida cautelar, determinar medida cautelar administrativa?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, até onde eu sei, nós pedimos essas medidas ao Judiciário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Eu estou falando administrativamente.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Administrativamente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Baseado até na Lei Anticorrupção.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu acho que talvez tenha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo, pronto. Queria ouvir isso do senhor. O senhor agora mudou um pouco. E eu sei que não é má-fé. Eu estou só...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, é porque existem duas formas de fazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, eu não estou querendo pegar o senhor pela palavra, eu estou querendo saber o entendimento do senhor, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe só...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – É porque... Só um ponto que é interessante aqui: quem define aplicação de medidas cautelares é na Secretaria de Integridade Privada...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... que conduz os processos. Não é o Ministro que define cautelar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas o senhor sabe que, como o Ministro-Chefe, termina a responsabilidade sendo geral.

Ministro, eu tenho duas situações. A primeira situação é que aqui, o senhor viu, uma parte disse: "Ministro, o senhor retardou". E aí me desculpem aqueles que talvez não tenham a temática tão próxima: retardar é omissão. Mas eu não estou dizendo que o senhor se omitiu. É porque algumas pessoas disseram: "Não, retardar não é prevaricação". Quando a pessoa retarda intencionalmente, é prevaricação, mas eu não estou dizendo isso em relação ao senhor.

O que eu quero dizer ao senhor... E eu não consigo fazer uma avaliação de claro... É essa a pergunta que eu quero lhe fazer, repetindo outra que eu já lhe fiz. Eu disse: "Ministro, por que, cautelarmente, não foram suspensos esses ACTs?". Na primeira resposta, o senhor me disse que não tinha atribuição e agora o senhor está me esclarecendo.

Olhe, eu quero dizer que a CGU... Em 17 de julho de 2024 – eu mandei buscar esse documento lá na... –, foi oficiado o Presidente do INSS para que fossem suspensas – olhe bem – as seguintes associações: Unaspub, Ambec, AAPB, CBPA, Conafer, Aapen, Sindnapi e AAPPS Universo. Olhe, isso foi em 17 de julho de 2024. O INSS não moveu uma palha, e a CGU também não moveu uma palha em relação a isso. Quase um ano depois ou um ano depois – um ano depois –, mandaram-se suspender 12 associações, como o senhor falou. Eu só queria entender, Ministro – e aí eu estou de boa-fé e quero que o senhor esteja também –, por que, se a CGU pediu essa suspensão cautelar, ou seja, reconhecendo isso, em julho de 2024, um ano depois, vocês deixaram de fora, dessas que vocês fizeram a suspensão, o Sindnapi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, veja, eu comecei aqui, Ministro, e li o seu currículo. Eu não acho que é demérito nenhum o senhor ser do PT e eu acho muito mais bonito quando o cabra chega aqui e diz. É ruim aquele que nega isso. Eu não acho errado o senhor ter assumido os cargos que assumiu, nomeados por Presidente do PT. Não acho, Ministro. Todo mundo tem que ter um lado mesmo. A única coisa que eu quero entender é... Porque o Sindnapi tem lá, como Vice-Presidente, o irmão do Presidente da República. Esse rapaz tem alguma coisa a ver? Ministro, eu não tenho a menor ideia! Quem vai dizer isso são as investigações, mas eu não acho justo a CGU ter, um ano antes, pedido ao INSS para suspender os ACTs contando o Sindnapi, e, um ano depois – e a Conafer também, que eu tinha esquecido –, um ano depois, o senhor mesmo toma essas providências e esquece de botar a Conafer e o Sindnapi. Eu queria saber a lógica, porque a CGU, um ano antes, tinha, na criticidade, identificado que tinha que haver a suspensão do Sindnapi e da Conafer. Aí, a CGU toma providência e não bota essas duas.

Aí eu pergunto, Ministro – o documento é da CGU –: por que, naquele maio de 2025, não estavam incluídas as entidades de forma completa, colocadas pela própria CGU? Foi a CGU que disse para fazer, o INSS desobedeceu, a CGU foi lá e suspendeu, mas deixou de lado justamente a entidade de que o irmão do Presidente da República é Vice-Presidente. É uma coisa... E a Conafer. É uma coisa assim... Eu só queria entender a lógica, porque, se fosse do INSS para a CGU, era uma coisa, mas foi da CGU para o INSS.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu explico.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, Ministro.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Bom, o que aconteceu? Primeiro, depois que esse ofício foi enviado, eu imagino que, em função de toda a estratégia...

Está ligado o microfone?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É melhor falar... Isso. Está direcionado.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Em função de toda a estratégia policial que foi montada para se investigarem as entidades, os processos administrativos sancionadores aguardaram a operação da Polícia Federal para serem instaurados. A Polícia Federal definiu a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégia de investigação, fez a operação. Esses processos – e aí o Sr. Relator, até como um membro do Ministério Público, acho que vai entender esse tipo de situação – poderiam decorrer de uma instauração de inquéritos: se apurar todo o material da Polícia Federal, via pedido de autorização judicial, pedir todo o material da Polícia Federal para esses processos, identificar a responsabilização de cada empresa e abrir um processo para cada entidade em função da chegada desse material da Polícia Federal. Só que a chegada desse material da Polícia Federal, obviamente, depende de autorização judicial e pode demorar, inclusive, porque a polícia está olhando esse material, investigando esse material. O que aconteceu? O INSS abriu esses dois processos. A única coisa que a CGU fez naquele momento, Deputado, foi avocar esses processos do INSS e falar: "Não, quem vai fazer a instrução desses processos somos nós". Já que esses dois processos estavam abertos – esses dois que estavam abertos, que foi decisão do INSS abrir –, nós pedimos as cautelares em relação a esses processos, a esses casos. E fomos estudar cada um dos casos das outras entidades para abrir os processos. Por isso, depois, nós abrimos 40 processos contra as outras entidades.

E foi uma sugestão minha, inclusive, Senador Rogerio Marinho, que abrissem todos de uma vez. "Ah, não vi abrir cinco hoje, cinco amanhã, cinco depois de amanhã?" Eu falei: "Olhe, façam todos os que precisam ser feitos e abram de uma vez". Isso é importante para até não ter nenhum tipo de ilação sobre por que estão abrindo o de A primeiro em vez de abrir o de B primeiro. Foi isso o que aconteceu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, eu não o conhecia. O senhor chegou aqui, é uma pessoa educada, está tentando responder às perguntas, mas eu confesso ao senhor, com muita sinceridade: a resposta do senhor não me convence de forma nenhuma. Vou lhe dizer por quê, Ministro. Nós estamos tratando de duas entidades em que essa ausência de suspensão só fez – o Sindnapi e a Conafer – roubarem de forma explosiva os aposentados e os pensionistas. Se os senhores não tivessem identificado e os senhores mesmos, em 2024, não tivessem feito o ofício para suspensão cautelar, eu até aceitaria a sua resposta, mas vamos passar isso aí. Só queria deixar registrado, Ministro, esse ponto, que não me convenceu.

A outra coisa, Ministro, que eu gostaria de saber do senhor... Quando eu li o seu currículo, Ministro... Eu enfrento isso aqui todo dia: "Ah, é parcial, porque é de direita". Sou de direita, com muito orgulho, mas não vou jogar a minha história na lata do lixo, porque nunca o fiz e não vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser agora, em nome de ninguém. E eu acho que o senhor disse isso aqui, em outras palavras, da mesma forma.

Ministro, o senhor já ouviu falar da Contag?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar da Centrape?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Ouvi pela primeira vez nesse processo todo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Anapps?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Também no processo todo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Asbapi?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, quando os senhores começaram a investigação, os senhores fizeram um recorte de 2016. O senhor poderia me dizer quando começou, na linha do tempo, essa questão? Porque o Deputado Pimenta, ou foi o Senador Randolfe, acho que foi o Senador Randolfe, eu não me recordo, usou um termo muito importante. A gestação de tudo isso se deu nos ACTs.

O senhor pode me dizer quando houve o primeiro ACT, qual foi o ano do primeiro ACT, esse acordo de cooperação técnica, na história legislativa brasileira, em relação a desconto de folha de aposentado e pensionista?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Acho que foi 94.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Noventa e quatro. Olha, 94, o senhor acertou.

O senhor pode me dizer quando começou, na história, o início dos consignados de aposentados e pensionistas?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O senhor fala de crédito consignado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – O ano exato eu não lembro, mas acho que é 2003, não é?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor acertou.

Olha só, Ministro, o senhor disse aqui uma coisa que eu achei muito importante. Olhe, eu não estou aqui querendo saber quem começou, quem deixou de começar. Eu só sei que tem uma quadrilha dentro do Estado brasileiro, capturada para roubar os aposentados e pensionistas. E essa é a minha bandeira. Eu quero que aposentado e pensionista reconheçam no Relator alguém que trabalhou sério para evitar isso. Aí eu tenho duas coisas para dizer ao senhor.

O senhor foi muito aqui fustigado, porque não suspendeu imediatamente. Eu acabei de perguntar isso ao senhor. Nós estamos falando, Ministro, de 6,2 bilhões aproximados no problema do roubo dos descontos associativos. Agora, Ministro, nós temos um problema muito maior, que são os consignados, na ordem de 90 bilhões ao ano, com 90 ACTs em andamento, com identificação totalmente já posta, inicial, repetindo a questão dos ACTs, dos associativos, mas num escândalo em dimensão muito maior. E quem está do outro lado são lutadores poderosíssimos, que são integrantes do sistema financeiro.

Olha, passamos aqui dez horas, não sei nem quanto tempo, discutindo por que o senhor não fez isso um ano antes. E se eu disser que os aposentados e pensionistas brasileiros estão sendo roubados mais ainda agora? E se eu disser que o problema de agora... Neste momento, enquanto a gente está numa CPMI, a gente está com 90 ACTs vigentes, a CGU fazendo auditoria – e já constatou, desde a outra, que o roubo é muito maior, com juros em cima de juros e uma esculhambação no bolso do trabalhador, do aposentado, do pensionista.

Ministro, por que o senhor, agora, que tem a faca e o queijo na mão e o caminho das pedras, não determina uma suspensão cautelar dos pagamentos de empréstimos consignados na folha do aposentado e pensionista, até a CPMI e a própria CGU identificarem o tamanho desse rombo? Nenhum banco vai quebrar! Nenhum banco vai quebrar. Enquanto isso, esse discurso: "Eu defendo [não é o senhor] aposentado, eu amo aposentado, eu amo pensionista". Eles estão sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

roubados neste momento, eu não sei se por cinco bancos, por dez, por... Não me interessa! Mas a gente está com um problema em andamento.

E eu queria dizer ao senhor, porque o senhor disse que nunca tinha sido, antes de 24, noticiado. Eu o estou noticiando, Ministro. Se ninguém o noticiou até agora, eu estou dizendo: nós estamos tendo um roubo monstruoso de aposentado e pensionista no consignado! Seria possível a CGU fazer esse ato de coragem de suspensão dos acordos de cooperação técnica com os bancos até a gente ter uma radiografia do tamanho do problema?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – A equipe da CGU, Deputado, está fazendo os seus estudos sobre essa questão dos consignados. Assim que ela chegar a conclusões que podem confirmar isso que o senhor está falando e se achar que é o caso de fazer uma medida cautelar ou de pedir uma medida cautelar com uma análise profunda de *fumus boni iuris* e de *periculum in mora*, a equipe da CGU vai fazer esse trabalho. Eu não tenho dúvida de que nós temos os melhores auditores da CGU trabalhando nesses temas, e eles vão tomar todas as medidas que forem necessárias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, a CGU já fez um recorte no relatório anterior e já identificou a seriedade do problema! Por que nós não prevenimos em vez de fazer como agora, depois da porteira arrombada? Porque a gente salva os aposentados e pensionistas, os bancos esperam aí três, quatro meses e a gente faz esse encontro de contas.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Porque a gente não pode fazer isso sem ter...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Ministro. Era...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... uma avaliação correta da dimensão do problema...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só quero...

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – ... e de quem é responsável.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só quero dizer ao senhor que, nesta data – que eu não estou nem mais lembrando o dia hoje...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... 2 de outubro de 2025, eu pedi ao senhor a suspensão cautelar dos ACTs dos bancos, que são vilões muito maiores do que as associações, e que a gente poderia evitar esse crime de forma continuada até a gente fazer esse encontro de contas. Eu só queria que isso ficasse registrado.

A outra coisa, Ministro: eu perguntei as datas iniciais dos ACTs e dos consignados. O senhor me falou 94 e o senhor me falou 2003, e está correto. E por que eu perguntei isso, Ministro? Porque nós nunca tivemos fiscalização, nem de um lado, nem de outro! Mas foi perguntado ao senhor aqui, e o senhor disse que, no seu recorte, tudo começou em 2019 – foi isso que eu entendi da pergunta que foi feita ao senhor. O senhor falou taxativamente 2019.

Ministro, olha a responsabilidade que o cargo lhe impõe; em 2016, foi feita adesão em massa, que é uma forma de burlar a fiscalização e cometer o crime de autorização indevida, de 77 mil pessoas, em 2016, pela Contag; em 2017, a Centrape fez de 98 mil; a Contag, de 84 mil; a Anapps, só em 2018, fez uma, duas, três, quatro, cinco, seis adesões em massa de mais de 60 mil pessoas – eu sei lá se isso aqui dá 600 mil ou mais –; em 2018, a Centrape fez uma de 51 mil; a Asbapi fez uma, em 2018, de 79 mil; a Centrape fez outra de 91 mil; a Contag fez outra, em 2018, de 73 mil; a Asbapi, de 54 mil; a Anapps – isso tudo, 18 –, 50 mil.

Ministro, essas adesões resultaram em descontos imediatos. Eu só queria dizer ao senhor... o senhor fez um recorte de 2018, espero que... 2019, espero que não tenha sido de forma intencional, para poder deixar bem claro... Eu quero dizer ao senhor, Ministro, que esse rombo e que essa roubalheira vêm antes de 2019, e o senhor sabe disso, porque isso aqui eu estou pegando do relatório da CGU, da qual o senhor é Ministro-Chefe, e lá está dizendo que isso aqui foi fator que causou desvio de dinheiro e que toda essa análise acontece, inclusive, antes de 2018.

Então, a pergunta que eu quero refazer ao senhor – eu quero refazer porque eu quero deixar isso bem claro –: Ministro, para o senhor, o problema dos descontos associativos, esse roubo a aposentados e pensionistas... Por tudo que foi apurado aqui, a partir de 2016, pelos relatórios da CGU, foi em qual ano que esse problema começou?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu posso esclarecer um ponto, Deputado?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu falei a partir de 2019, porque 2019 foi o ano em que, pela primeira vez, ao que me consta, isso aparece de forma pública como um problema. E é óbvio que, quando aparece de forma pública, aparece em relação ao passado, não é? Porque, se o Ministério Público, em 2019, suspende... pede a suspensão de quatro entidades, serão entidades...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas não foi isso que o senhor falou.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Então, deixe eu esclarecer. Eu estou esclarecendo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu só queria que o senhor esclarecesse esse ponto.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Eu estou exatamente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, qual o ano em que o senhor identificou que esses problemas com essas entidades, que eu citei a partir de 2016... o problema ficou constatado pela CGU?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Relator, pode ter entidade que tem problema a partir de 19, pode ter entidade que tem problema a partir de 16, pode ter entidade que tem problema a partir de 17. Ninguém está descartando isso.

O que eu disse é que, a partir, pelo menos, de 19, esse problema aparece com evidência, inclusive por conta do Ministério Público, das questões que apareceram ali, naquele momento.

Se o Ministério Público está fazendo uma denúncia de que tem quatro entidades arrecadando dinheiro de aposentados de maneira indevida, essa arrecadação, com certeza, aconteceu antes de 2019, senão não teria como elas serem suspensas em 2019. Foram R$400 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a pergunta que eu faço ao senhor... Eu citei aqui, eu não queria repetir essas entidades desde 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, essas organizações criminosas estavam estruturadas dentro do Estado brasileiro, roubando dinheiro de aposentado e pensionista, pelo relatório da CGU, pelo relatório, pela constatação da CGU, desde que ano?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Então, de novo, tem que se olhar entidade por entidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou dizer ao senhor.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Mas, provavelmente, pelo menos, depois de 2016, 17, pelo que a CGU consegue apurar em termos de dados ainda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fico feliz com a resposta do senhor, porque condiz exatamente com o relatório.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim, eu li.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui tem muita gente brigando: "Ah foi governo tal, foi governo tal". Eu acho que o senhor, como Ministro-Chefe da CGU, tinha que ter essa responsabilidade de esclarecer ao povo brasileiro que desde 2016, pelo relatório da CGU, foi constatada a safadeza. E foi constatada desde 2016 sabe por quê? Porque não foi feita nenhuma pesquisa antes de 16.

Então, é só, Ministro, para essa teoria de botar gráfico aqui, botar gráfico ali, dizer que foi enquadrado dessa forma, não: a CGU identificou, a partir de 2016, roubo a aposentado e pensionista por descontos associativos, mas, se for mais para trás – e ninguém foi, nem ninguém fiscalizou, nem ninguém fez nada, porque era tudo na boa-fé das associações; essa é a verdade, não tinha fiscalização de nada, era a casa de mãe Joana –, então, se for mais para trás, vai também encontrar. Esse negócio de dizer: "Foi em 2019, foi em 2023", não, o Estado brasileiro, pelo INSS, estava tomado, e o povo sendo roubado. O povo nem sabe o quanto foi roubado.

Obrigado, Ministro.

Estou satisfeito.

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer comentar mais alguma coisa, Ministro?

O SR. VINICIUS MARQUES DE CARVALHO – Não, não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bem, chegamos ao final da nossa sessão. Quero aqui dar uma última palavra aos milhões de aposentados que têm nos acompanhado e também às centenas de mensagens que tenho recebido sobre a questão da liberação das pessoas detidas por esta CPMI.

Esta CPMI tem mostrado a que veio. Quando houve mentira em depoimento, demos voz de prisão duas vezes. Não recuamos, não blindamos ninguém. Quem mentiu diante desta Comissão foi preso em nome dos aposentados, das viúvas e dos órfãos do Brasil, mas todos viram que, pouco tempo depois, esses presos foram soltos. No primeiro caso, arquivado pelo Ministério Público. No segundo, liberdade mediante fiança.

Eu quero deixar claro, como Presidente desta CPMI: a nossa parte está sendo feita. Investigamos, expomos, decretamos prisões quando a lei permite. E eu repito: o nosso compromisso é com os aposentados, com as viúvas e com os órfãos que foram roubados, como está na Constituição brasileira e também na Bíblia, em Isaías, no Capítulo 1, no versículo 23.

Agora, se o sistema de Justiça solta quem foi preso em flagrante, o povo precisa saber por quê. Esta CPMI cumprirá o seu dever. Se outras instâncias não cumprirem, o Brasil saberá onde está a falha.

Não estamos aqui para espetáculo. Estamos aqui para fazer justiça. E, se depender desta Comissão, quem rouba aposentado, quem mente diante do Parlamento vai pagar o preço.

Reafirmo, não haverá tolerância e não haverá blindagem. Se o sistema continuar falhando, o povo terá conhecimento. E a história saberá quem defendeu os aposentados, quem defendeu o Brasil e quem protegeu os corruptos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 06/10, às 4h da tarde, neste mesmo Plenário, para a oitiva do empresário Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e dezesseis minutos do dia seis de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Duarte Jr., reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Rogério Carvalho, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Rogerio Marinho, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Marcos Rogério, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Ricardo Maia, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Alencar Santana, Beto Pereira, Zé Trovão, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Kim Kataguiri, Delegado Fabio Costa, Evair Vieira de Melo, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Josenildo, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda doDeputado Delegado Caveira, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Jussara Lima, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Humberto Costa, Jorge Seif, Leila Barros, Átila Lira e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezoito horas e cinco minutos e reaberta às dezoito horas e dezesseis minutos. A reunião é suspensa às dezenove horas e três minutos e reaberta às dezenove horas e quarenta e cinco minutos. A reunião é suspensa às vinte horas e dezoito minutos e reaberta às vinte horas e vinte e quatro minutos. A reunião é suspensa às vinte e um horas e quarenta e três minutos e reaberta às vinte e um horas e quarenta e oito minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva. Oitiva do Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, Empresário, em atendimento aos requerimentos 1818/2025, 1822/2025, 1907/2025 e 1956/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e três horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/06

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde, senhores. Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, dia 6 de outubro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Algumas colocações para os senhores aqui sobre a questão das semanas de trabalho. Na semana do dia 28 de outubro, que é a semana do servidor público, o Senado manteve a decisão, pelo menos até o momento, de nós termos o feriado na terça-feira. Então a Casa estará vazia na terça, ao contrário da Câmara dos Deputados, que jogou para o final de semana, para sexta-feira. Mas, por questões regimentais, eu solicitei à Secretaria que fizesse um trabalho, porque a Deputada Adriana Ventura sugeriu, e eu já tinha inclusive perguntado de fazermos lá, até transferimos a CPMI para uma das alas da Câmara, que é maior e poderia receber mais pessoas, mas, regimentalmente, por eu ser Senador, como Presidente, tem que ser feito aqui no Senado, então, nós precisamos seguir, dar continuidade aqui. Então, na semana do dia 28, até o momento – peço a atenção dos senhores –, se o Presidente Davi Alcolumbre não mudar o feriado de terça-feira para sexta, como está sendo colocado, será uma semana em que nós não teremos as sessões aqui da CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em novembro, nós temos também um feriado na quinta-feira, me parece, que é o Dia da Consciência Negra, dia 20, na quinta. Então, para que nós não percamos também a semana, nós faremos a CPMI na segunda e na quarta-feira pela manhã, para que os senhores possam ficar liberados no feriado de quinta e sexta-feira, o.k.?

Outra informação importante. Conversei com o Líder Paulo Pimenta e quero conversar hoje com o Deputado, o Senador Rogério, sobre a questão das convocações. Eu pedi um levantamento hoje atualizado de todos os nomes que nós já temos convocados aqui para a CPMI. São 135, estão todos aqui, é, 135. Então eu conversei com os Líderes, com o Paulo e com, peço aqui ao Rogério, já falei inclusive com o Senador Rogerio Marinho, Marcos Rogério, para a gente criar uma lista de prioridades, para que esta Presidência possa pautar os nomes que mais são importantes a serem ouvidos ainda neste ano. Então peço a gentileza de encaminharem para mim, o mais rapidamente possível, as informações de interesse dos dois lados, para que a gente possa dar sequência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, só um esclarecimento. Eu não entendi uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Só um instantinho.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Se eu pegar...

Se o feriado do dia do servidor é na terça...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ...qual seria a dificuldade de manter na segunda a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não vem ninguém aqui na semana.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Em virtude da terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não vem. O Senado dá uma semana de folga por conta do feriado na terça-feira. Então, fica muito difícil pedir para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares virem na segunda, sendo que a gente vai ter a Casa vazia o restante da semana. Para os Deputados eu sei que não, mas para os Senadores é complicado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É porque nós estaremos aqui se o feriado é na sexta, mas vamos ver se mudam também. Seria bom...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu gostaria de poder fazer inclusive na Câmara dos Deputados, mas por conta dessa questão regimental, não é possível.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente.

Senador Marcos Rogério, com a palavra.

Só um instante, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, gentileza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Apenas cumprimentar V. Exa. pela iniciativa de estabelecer um critério...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... com relação aos nomes apresentados. Eu só solicitaria a V. Exa. que encaminhasse depois os nomes todos aprovados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – E eu vou fazer em conjunto com o Senador Rogerio Marinho e já faço a devolutiva a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro. A secretaria disponibilizará...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ...todos os requerimentos aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho. Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – É só uma outra pergunta. Não sei se facilitaria... Se a gente poderia... A gente poderia mandar um requerimento para o Senador Davi Alcolumbre solicitando essa mudança para sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já solicitei.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ah, já foi?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já solicitei a ele já...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada... Obrigada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ...o pedido de...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não precisa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ...que o feriado passasse...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está ótimo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ...para sexta-feira e ainda não obtivemos resposta da Presidência.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A outra opção seria recuperar nas terças-feiras, talvez, os dias que nós vamos perder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma possibilidade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É uma sugestão, Presidente.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Beto, pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Pela ordem.) – Eu quero... Eu quero ir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Silêncio, por favor.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Eu quero deixar aqui um relato do seguinte, Presidente. Nós temos já a convocação para todas as segundas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não, todas as segundas-feiras...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Em nomes sim. Só não temos confirmações ainda.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não, não...

O segundo dia alternativo, em vez de ser na quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ...a sugestão é para que nós pudéssemos utilizar da quinta-feira de manhã, porque os... Na terça-feira de manhã, porque os Deputados não têm Comissões na terça-feira pela manhã. Então, em vez de termos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quarta.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ...a convocação na quarta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Terça-feira.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ...sempre sugeri para que seja na terça-feira, porque todo mundo está vindo para cá já...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ...na segunda, na terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ...de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelente, está aceita a sugestão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Bem melhor... De acordo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, toda semana, quando nós encerramos aqui na quinta-feira, o final de semana tem se tornado um balaio de novidades, principalmente pela imprensa.

Eu vi duas questões que eu acho que merecem atenção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Primeiro é que o Sr. Paulo Boudens, que não foi ainda alvo de convocação, saiu de votação. Saiu na imprensa que estaria sendo ameaçado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o outro é o Sr. Edson Claro. O Sr. Edson Claro foi colocado aqui como necessária a sua convocação, mas não foi votado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Sr. Edson Claro, Sr. Presidente, eu quero deixar claro aqui à Comissão, porque só gosto de fazer tudo às claras. Até hoje não recebi ninguém para assunto nenhum... Que eu irei procurá-lo como Relator da Comissão para saber o que ele tem a falar, se é ou não interessante diante do risco de vida.

Então, Presidente, eu vou trazer à Comissão o dia dessa conversa e disponibilizar a Deputados e Senadores que queiram ir a essa diligência comigo e transmitirei ao senhor.

Eu pediria que V. Exa. encabeçasse essa diligência. Poderia ser na Polícia Federal, poderia ser nas dependências do Senado, como diligência, a respeito da integridade física e do conteúdo.

O segundo é o Sr. Paulo Boudens, que ainda não veio à votação. Eu gostaria que fosse adotada a mesma circunstância para a gente saber se tem fundo de verdade nisso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Pois não, Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – O funcionamento tanto da Câmara quanto do Senado, como das Comissões, das CPIs, é a partir do princípio da colegialidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se o Relator deseja fazer uma diligência, eu entendo que ele deve fazer um requerimento ao Presidente. O Presidente vai submetê-lo ao Plenário, e, havendo aprovação, não há nenhum problema em a gente realizar essa diligência e qualquer outra diligência.

Eu já fui Relator de CPI, já fui Presidente de CPI. Sempre fizemos diligências, mas as diligências sempre foram aprovadas pelo Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Salvo alguma mudança regimental que eu desconheço, não existe essa figura de que o Relator queira fazer uma diligência sem autorização do Plenário, até porque, Sr. Presidente, na minha opinião, isso abre um precedente para que qualquer outro Parlamentar, no exercício do seu mandato, entenda que deve procurar alguém que acha que pode trazer contribuições à investigação.

Neste caso em particular, se torna ainda mais estranho, porque houve uma votação aqui, os senhores podem gostar ou não do resultado, mas foi tomada uma decisão.

Então, na minha opinião, só cabem diligências com autorização da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Bem, eu respondo à questão de ordem de V. Exa. concordando. A diligência, oficialmente pela CPMI, tem de ser feita debaixo de requerimento aprovado em Plenário.

Agora, a atividade parlamentar permite que o Relator possa fazer a visita da maneira como entender...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito, mas não é uma atividade da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, exatamente. Ele vai fazer a visita e, de lá, poderá trazer.

Agora, um outro ponto importante.

Semana passada, muitos Parlamentares não estavam aqui, e eu conversei com os Líderes o seguinte: a prática do uso do vídeo, aqui na CPMI, se tornou muito comum, tanto pela oposição quanto pelo Governo.

Eu, como Presidente, não posso, em momento algum, fazer qualquer censura ou retirar do Parlamentar o direito de falar o que achar que entende, porque cada um assume a sua responsabilidade, e é um Parlamentar que tem votação.

Agora, todas as vezes em que for citado um Parlamentar, o nome, a assinatura ou, no vídeo, aparecer a imagem desse Parlamentar, que esteja presente na sessão, eu vou dar a voz ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentar para poder se manifestar. Todas as vezes. E isso vai ser de um lado ou de outro, para que a gente possa ter o bom andamento dos trabalhos.

Com a palavra, o Deputado Beto Pereira.

Ah, o senhor já foi.

Deputada Adriana Ventura.

Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, é só deixar claro para o povo brasileiro que esta Comissão tem um único objetivo: esclarecer o que aconteceu com o salário dos nossos aposentados e pensionistas.

Todas as vezes em que entra em pauta algo importante, principalmente quando é detectado pelo Relator, a gente vê a esquerda trabalhando de forma organizada...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... para que não seja aprovado um requerimento importante. Desconsidera a importância de por que nós estamos aqui. E disto a população tem que ficar ciente, dos Deputados que estão votando contra os requerimentos, com justificativas medíocres, colocando em xeque o trabalho desta CPMI. Isso não pode acontecer, Presidente.

Querem esclarecimento? Então, aprovem os requerimentos e coloquem quem quer que seja aqui na mesa do senhor, lá, e a gente vai dialogar com essa pessoa para saber as informações que são importantes. Agora, não dá para fazer defesa de bandido. Não dá para fazer defesa de pessoas suspeitas. Quem faz defesa é advogado de defesa, não são Parlamentares. Ou se está fazendo a defesa do Governo, ou está se fazendo a defesa do povo. Não podemos esquecer a nossa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Nossa obrigação como Parlamentares é fazer a defesa do povo, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Coronel Chrisóstomo.

E, por favor, vamos encerrar para a gente poder dar início às oitivas.

Pois não, Coronel.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Sim, senhor. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... ainda na mesma linha de exposição da Coronel Fernanda, quanto mais claras as coisas aqui para nós, as exposições de quem quer que seja... É importante. No final, nós queremos concluir quem roubou os nossos aposentados. Eu acho que o senhor tinha que fazer um acordo com a esquerda e com a direita, para que todos aqueles que fossem expostos aqui para vir, que venham, e que a gente não fique atrapalhando aqui, porque eu vejo um atrapalho quando não querem trazer pessoas aqui que sabem mais do que todos nós.

Presidente, aproveito a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... uma questão de justiça. Eu sou Coronel do Exército, o senhor foi Tenente do Exército. Então, a gente sempre pensa em fazer justiça a todos – a todos. É tanto que a farda do general para a do soldado é a mesma, é tudo igual. Volto a tratar aqui com relação a atender os nossos servidores, tanto da Câmara quanto do Senado, com relação à questão noturna, Presidente. Não é justo, eu vejo que não é justo as pessoas estarem aqui, chegam cedo, saem na madrugada, e os de lá estão ganhando, os daqui não ganham, Presidente. Então, sugiro que o senhor brigue por isso, tanto com o Motta quanto com o Alcolumbre, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, a resposta que já me foi dada aqui é de que são regimes diferentes do Senado e da Câmara. Então, essa questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos servidores da Câmara dos Deputados tem que ser solicitada à Diretoria da Câmara, não por meio da CPMI. V. Exa. pode se dirigir até lá.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Com relação à Câmara, está o.k., mas o senhor tem que dar essa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se for necessária a minha parte de aprovação, o senhor conte comigo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como último orador, por favor, Deputado Evair de Melo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu tenho uma questão de ordem...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, só para deixar um registro. Naturalmente, a gente tem andado por este Brasil, nos últimos finais de semana... Enalteço o trabalho de V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... e do nosso Relator. Muitas, muitas mensagens eu tenho recebido, as pessoas têm me abordado para parabenizar o trabalho de V. Exa. na condução e do nosso Relator pelo trabalho que faz.

E quero dizer para as pessoas que o nosso papel aqui é um papel investigativo. O relatório final depois vai ser enviado, naturalmente, ao Ministério Público, à Polícia Federal, a quem for de interesse, para que possam fazer os encaminhamentos e as decisões finais. Portanto, toda intervenção que inibe a investigação atrapalha a CPMI. E eu quero fazer um apelo aqui, principalmente aos Deputados e Senadores da base do Governo, para que deixem a investigação tramitar. As pessoas precisam de vir aqui, falar, se manifestar, porque isso vai aparecer. E, naturalmente, depois, caso eles sejam envolvidos nessa investigação, terão depois lá na Polícia Federal, no Ministério Público, na própria Justiça, para fazer a sua defesa. Aqui não é lugar de fazer defesa de quem está sendo investigado. O nosso papel é coletar informações, ter informações e dar transparência a essa quadrilha que foi montada para roubar os aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Questão de ordem, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Qual é o artigo, por gentileza?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para questão de ordem.) – É uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... com base no art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quatorze.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sr. Presidente, eu tenho já levantado isso há mais tempo para V. Exa., mas resolvi fazer essa questão de ordem para deixar claro uma diferença da interpretação do Regimento, cabendo evidentemente a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... a palavra final, embora eu possa também, dependendo disso, fazer o recurso, como é democrático e como me garante o Regimento.

Mas é a seguinte a questão de ordem, a questão de ordem, claro, com base no art. 131 do Regimento comum do Congresso Nacional, para tratar da aplicação do art. 14, mais especificamente inciso VIII, que assegura a palavra, por até cinco minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... ao Parlamentar que for nominalmente citado para explicação pessoal. Esse dispositivo tem por objetivo proteger o Parlamentar em situações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que sua honra ou imagem sejam atingidas em razão de atos ou fatos relacionados ao exercício do mandato parlamentar. É isso que diz o inciso VIII.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas, nesta CPMI do INSS, há caso em que alguns membros do Colegiado foram citados por fatos ligados ao período em que exerceram cargos no Poder Executivo: ministros ou secretários, por exemplo. Como a gente ainda não pode falar os nomes, eu fico sem poder objetivar. É até desconfortável: faço uma questão de ordem sem poder citar os casos que estão aqui, embora sejam bem conhecidos. Mas são fatos que são citados muitas vezes porque exerceram, tanto como ministro ou secretário, funções relativas a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... INSS, aposentados e assim por diante, e não atos praticados no exercício deste mandato.

Nessas situações, Presidente, não cabe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... no meu entendimento, a aplicação do art. 14, inciso VIII, do Regimento do Senado, porque o direito à explicação pessoal é restrito a fatos ligados à atuação parlamentar e não a fatos administrativos ou executivos que estão inclusive sob investigação desta Comissão.

Permitir o uso desse dispositivo nesses casos seria distorcer o seu propósito e conceder um privilégio indevido, pois o Parlamentar citado estaria falando não na condição de membro do Parlamento, mas como parte interessada em uma investigação sobre sua atuação anterior no Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Portanto, o que já é, no meu entendimento, equivocado, a participação de ex-ministros e ex-secretários que tiveram relação com este caso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele ainda passa a ter um direito de defesa a mais daquilo que ele exerceu no passado. E, portanto, não pode ser citado, no raciocínio que fazemos.

Além disso, é importante registrar que, enquanto investigados, os Parlamentares devem receber o mesmo tratamento conferido a qualquer outro investigado, sem prerrogativas especiais ou instrumentos regimentais que lhes assegurem vantagem diante dos demais. O princípio, portanto, da isonomia e da imparcialidade das investigações deve prevalecer sobre qualquer interpretação ampliativa do Regimento.

Dessa forma, eu peço a V. Exa. que indefira o uso do art. 14, inciso VIII, quando a citação se referir a fatos de período anterior ao do mandato do Parlamentar, restringindo sua aplicação apenas aos casos em que o Parlamentar é citado no exercício da atividade legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, essa é a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e peço a V. Exa. apenas mais um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... apenas para solicitar a V. Exa. também que preste atenção na convocação de alguém de quem nós já aprovamos o requerimento, mas que eu pediria uma pressa, que é o Presidente da Amar, Felipe Macedo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu li uma matéria em que houve fuzilamento de parentes, tanto do ex-Ministro Oliveira quanto do tio dele, e eles dizem que poderia ter relacionamento até com isso. Não creio que seja, mas é preciso até, para saber o que está acontecendo nisso, que ele seja ouvido de forma mais rápida. E são muitas as denúncias que tenho visto dessa Amar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Esse é apenas um pedido que eu faço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

Com relação ao pedido, está aceito, já conversamos com o Líder Pimenta, e, na próxima segunda, vamos convocá-lo para estar nesta Comissão – já está bem delimitado.

A listagem eu vou ficar aguardando para que a gente possa dar uma sequência.

Sobre a questão da questão de ordem, Deputado, eu vou começar, com V. Exa., dizendo o seguinte...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Posso contraditar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Para responder questão de ordem.) – Vou citar aqui uma aula que o próprio apóstolo Paulo nos dá, de direito constitucional: onde não há lei, não há pecado. O que é que significa isso? O art. 14, citado por V. Exa., não restringe fatos passados, ele não proíbe isso; ou seja, quando não há proibição, a decisão fica para esta Presidência. É uma... A visão restritiva sobre a atuação Parlamentar não está inclusa nisso daí.

E, hoje, um outro ponto importante: quando o regulamento foi feito, nós não tínhamos essas novas ferramentas de citação, isso não existia – não existia citação de vídeo, não existia rede social. Quer dizer, há a necessidade de uma modernização desse tipo de trato aqui no meio de uma CPI. Acho que isso, inclusive, poderia ser fruto de um projeto de lei para que a gente possa modernizar e tornar mais contemporâneo o resultado.

Outra questão é que, como não há limitação, a Presidência pode ceder a palavra sem citar o art. 14. Essa zona de interpretação... Nós já conversamos aqui na Secretaria, e, por isso, eu tomei a decisão de nós todas as vezes que tivermos o uso desse instrumento...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Veio aqui uma pessoa prestar depoimento, certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu quero fazer uma pergunta para ela sobre o período em que o integrante da Comissão respondia por um cargo no Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Cada vez que eu fizer essa pergunta, o Parlamentar vai ter direito a requerer o art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai.

Se o senhor citar nominalmente, a ele eu vou dar o direito à palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, se eu perguntar aqui: "Era ministro o senhor fulano de tal. O que é que o senhor sabe sobre a gestão dele no ministério?". Mesmo que ele esteja aqui, além de ser Parlamentar, ele também é ex-ministro, ele vai receber a possibilidade...? Então, isso não vai criar um impeditivo para que eu possa tratar de uma investigação sobre um determinado período que eu quero investigar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Todas as vezes em que o Parlamentar for citado e dado a ele determinado fato ou assinatura, o Parlamentar vai ter...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mesmo que ele tenha sido ministro ou...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sendo do Governo ou sendo da oposição, mesmo tendo sido ministro, eu vou dar a palavra. Essa é a decisão desta Presidência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nós vamos recorrer dessa interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

Não cabe recurso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não cabe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não cabe recurso. Essa é uma decisão da Presidência em relação a isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, mas como V. Exa. recorreu ao apóstolo Paulo, eu vou recorrer ao Papa! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, está aqui, ó: não cabe recurso por não ser matéria constitucional, art. 132 do Regimento Comum.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tudo bem, podem recorrer ao Papa, mas a expressão do apóstolo Paulo é perfeita: onde não há lei, não há pecado. Se não está escrito, então nós não temos que... Nós temos que buscar um consenso nisso daqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Ainda sobre essa questão, é bem rápido – é bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – É só para pedir a V. Exa., antes de qualquer recurso, qualquer encaminhamento ou qualquer interpretação, pedir a V. Exa. uma análise mais pormenorizada junto à Consultoria do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Porque, ao que me consta, a interpretação do art. 14 diz respeito ao seguinte: quando a fala é ofensiva e pejorativa em relação a algum colega, então se utiliza o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E me parece que a limitação fica adstrita a isto: se for pejorativa, se for ofensiva a um colega. Então, queria pedir que V. Exa. – até antes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

proclamar e anunciar a vossa decisão, que nós respeitaremos – aprofundasse a consulta, porque, ao longo do tempo, pelo menos no Senado, tem sido assim a interpretação sobre o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Senador Randolfe, esse assunto, antes de anunciar, eu pedi à Secretaria que fizesse uma avaliação de todos os pontos dessa questão. Então, tenho aqui, por exemplo, um resumo técnico, que eu vou ler para que os senhores entendam que a minha posição aqui é tornar o mais equilibrado possível o trabalho e o mais justo, para que todos os lados possam se manifestar.

Tem aqui algumas observações: o art. 14 não traz limitação no sentido de que os Parlamentares citados por cargos anteriores não poderiam usar a palavra. Não há essa restrição no art. 14. Trata-se de norma que garante um direito ao Parlamentar, não cabendo uma interpretação restritiva, ou seja, o Parlamentar citado tem direito de se defender. Trata-se... Não cabe interpretação restritiva nesse caso absoluto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, a questão elogiosa é uma outra questão, mas se, por exemplo...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Obrigado pelo entendimento, Presidente, que, se se citar, tem que ter direito de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Feliz pela ponderação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Questão de ordem repetida, já decidida pela Presidência, não comportando reanálise. Não cabe recurso por não ser matéria constitucional o art. 132 do Regimento Comum.

Então, peço a V. Exas. que sigamos em paz nesse assunto e a gente possa equilibrar aqui as manifestações todas, porque eu já vi que a questão de vídeo poderá ser trazida a qualquer momento, e é um instrumento natural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Marcos Rogério, que está hoje pela Liderança da Oposição, não é isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, estou pela Liderança da Oposição hoje, na ausência do Senador Rogerio Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu acho que são...

Eu, primeiro, queria cumprimentar V. Exa. pela postura conservadora em relação ao cumprimento regimental.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu acho que essa questão do art. 14, que é uma garantia que o Senado Federal tem como tradição – e eu concordo com isso, acho que é algo que prestigia a Casa e prestigia os Parlamentares –, obviamente que, se tal fato é anteriormente ocorrido, mas tendo o personagem, ou aquele ex-Ministro, ex-Presidente, ou ex-Diretor de alguma repartição pública, assento no Parlamento, obviamente que você não pode desconectar o fato da pessoa, mesmo porque está se referindo àquele fato justamente em provocação à pessoa que compõe o Colegiado, e não diferente.

Aqui, nesta Comissão, nós temos pelo menos dois ex-Ministros de Estado que compõem esta Comissão. A mesma regra que vale para um, vale para outro. Daqui a pouco, a oposição se acha no direito de trazer fatos conexos a essas pessoas de outrora, e "ah não, ele não pode usar o art. 14 porque são fatos do tempo em que era Ministro e não do tempo em que é Senador da República".

Então, eu acho que assiste razão a V. Exa.: é uma interpretação conforme o espírito regimental, que visa a resguardar justamente a imagem do Parlamento. Aí, nesse caso, a ideia que fez surgir o art. 14 não entra no mérito se ele tem direito à resposta porque está com a razão ou contra a razão; ele foi citado. E, obviamente – aí concordando com a ponderação do Senador Randolfe –, quando é uma fala elogiosa, obviamente que é uma questão de bom senso. Mas, na maioria das vezes, não é disso que se trata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu concordo com V. Exa., a oposição concorda com a interpretação de V. Exa., porque ela vai, justamente, em proteção ao exercício parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, mas o Parlamentar não estando na sala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... não fica crédito para a próxima sessão, né? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não fica crédito, não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então vamos aproveitar bastante hoje, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Oitiva do Sr. Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, empresário.

Requerimentos: Requerimento 1.956, do Deputado Alfredo Gaspar – senhores, silêncio, por favor –; Requerimentos 1.818, do Deputado Rogério Correia; 1.822, do Senador Marcos Rogério; 1.907, da Senadora Leila Barros.

Convido a Secretaria para que dirija o Sr. Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti a tomar assento juntamente com esta Presidência.

Olha, antes de iniciarmos a oitiva do Sr. Fernando, informo que fomos cientificados dos termos da decisão dos autos do *Habeas Corpus* 262.394 – eu aqui eu peço a atenção dos senhores, por favor, porque terei que ser muito firme em relação a isso –, cujo paciente é o depoente, de relatoria do Ministro Luiz Fux.

A ordem foi concedida parcialmente, garantindo ao Sr. Fernando: o direito de permanecer em silêncio sobre fatos que possam implicar sua autoincriminação; o direito de ser acompanhado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

por defensor e de comunicação irrestrita com ele e o direito de não ser preso em razão de permanecer em silêncio nos casos de autoincriminação.

Não obstante, gostaria de destacar para todos que esses direitos concedidos pelo Ministro Luiz Fux já estavam garantidos pela CPMI, conforme o ofício convocatório, os precedentes do Colegiado, e a atuação dos membros.

O Ministro Fux ressaltou, contudo, que a aplicação do postulado da não autoincriminação não implica o direito ao silêncio absoluto, porquanto à testemunha remanesce a obrigatoriedade de responder às perguntas que não sejam autoincriminatórias.

Todavia, em pedido de reconsideração parcialmente deferido, o Ministro esclareceu que fica assegurado ao próprio depoente, em conjunto com a sua defesa técnica, definir as perguntas que possam eventualmente lhe causar risco de autoincriminação. Ou seja, neste caso, o juízo sobre perguntas que possam levar à autoincriminação será da defesa técnica.

O que é que significa isso aqui? Uma informação, por exemplo, com relação a um sigilo que foi quebrado. Ele não será obrigado a responder sobre essa questão, é o que está aqui na decisão do Ministro Fux e a defesa poderá participar. Quero saudar aqui o Sr. Fernando, obrigado; Sr. Thiago, advogado.

Sr. Thiago, o senhor poderá, juntamente com o Sr. Fernando, suspender a sessão no momento que desejar e que quiser passar informações ou ter uma conversa em separado com o cliente, o.k.? O senhor também poderá solicitar, Sr. Fernando, no momento em que desejar, às vezes ir ao banheiro, alguma questão particular ou se...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutor, se em algum momento a forma como o Parlamentar se dirigir ao Sr. Fernando, que for entendida como sendo, uma forma, vamos dizer, irregular ou muitas vezes, abusiva, o senhor, por favor, dirija-se a esta Presidência, que assim o Presidente tomará as providências dentro do artigo correto. Pois não, combinados?

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na decisão do Ministro Fux, o depoimento não foi dispensado de prestar termo de compromisso.

Assim, passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI (Para depor.) – Excelência, me coloco à disposição para responder quaisquer questões que forem feitas, porém, vou me utilizar do meu direito de *habeas corpus* e a resposta é "não", até seguindo a orientação do meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor é advogado?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, economista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Fernando, a decisão do Ministro não dispensa o senhor de prestar o termo de compromisso. Dr. Thiago, o senhor acompanhou isso? O depoente não foi dispensado de prestar o termo.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Mas ele é investigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência. Aqui não, aqui ele está como testemunha.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Está na decisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas...

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Está dito expressamente na decisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele... Aqui, olha. Assim, "V. Sa. promete como testemunha".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – No pedido de reconsideração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode ligar o microfone aí.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO – Sr. Presidente Sras. e Srs. Parlamentares, uma boa tarde a todos. Agradeço a gentileza que foi dispensada a essa defesa técnica e ao Sr. Fernando.

E só para esclarecer, Sr. Presidente, na decisão de reconsideração foi expressamente consignado que Fernando falará na qualidade de investigado, até porque todas as decisões do Supremo que foram proferidas o indicam dessa maneira, como investigado. Então, por essa razão é que o silêncio é, a nosso sentir, integralmente garantido e foi também estabelecido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO – ... pelo Ministro Fux que nós poderíamos fazer essa avaliação subjetiva acerca de ser ou não pertinente.

Então, a orientação dessa defesa é peremptória de que não se assine qualquer termo de compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO – ... na medida em que todo investigado tem o direito de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO – Então, a nossa secretaria de Advocacia novamente tomará conhecimento de toda a decisão. Nós vamos dar sequência e, se de fato houver, será respeitado. Caso não haja, eu vou voltar a insistir na questão do termo, combinados?

Com a palavra o Relator Deputado Alfredo Gaspar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, não, me perdoe. É a pressa. O senhor tem 15 minutos para sua exposição, Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI (Para depor.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, meu nome é Fernando Cavalcanti. Sou empresário e sócio da FAC Negócios e Investimentos, além de outras empresas no segmento de moda, restaurante, seguros e da empresa de consultoria empresarial, mais conhecida como Nelson... NW Group, desculpe.

Atuei por 16 anos no escritório Nelson Wilians, chegando ao cargo de Vice-Presidente. Minha carreira sempre pautada por muito trabalho, busca de soluções inovadoras e busca de transformação do escritório, tornando-o melhor e mais capacitado prestador de serviço jurídico do nosso país. Essa era a minha motivação diária ao trabalhar ali.

É importante destacar que eu entrei no escritório com 23 anos de idade, em 2009. Entre saídas e entradas, em 2017, Dr. Nelson Wilians me convida para ser assessor direto dele. E a partir daquele momento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Silêncio. Pois não.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO – E, a partir daquele momento, eu começo a tomar conhecimento de como era que o escritório efetivamente funcionava. Tive uma conversa sincera com o Dr. Nelson; expliquei: "O senhor conhece o seu escritório, doutor?" Ele disse: "Claro que eu conheço o meu escritório." Eu falei: "Doutor, o senhor conhece o seu escritório?" Na segunda pergunta, ele achou, falou: "Por que é que você está me perguntando isso?" Eu estou falando porque o seu escritório hoje, doutor, é regido por nove planilhas de Excel. Era um escritório que já estava no país inteiro, mas tinha, infelizmente, um descontrole, uma falta de governança absurda.

Inicia-se ali em 2018, final de 2018, todo um trabalho de governança corporativa, em que eu estive, juntamente com o Dr. Nelson, à frente disso, para organizar o escritório, para preparar o escritório e para deixá-lo, obviamente, cada vez mais competitivo ao mercado. E foi esse trabalho que eu passei a desenvolver dentro do escritório.

Criamos controladoria financeira, criamos controladoria jurídica, criamos um financeiro efetivo, criamos diversas caixas, nomeamos um novo Vice-Presidente, porque não fui o Primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente após este momento. Nós começamos a criar diversas diretrizes, políticas para organizar o escritório e, assim, fazer com que o escritório crescesse, com resultados, inclusive, que foram divulgados no meu último ano à frente da Nelson Wilians Advogados, com um crescimento de 47% – isso divulgado no *Migalhas*. Obviamente que esse trabalho não é do Fernando Cavalcanti, é dos 1,2 mil advogados que ali trabalham, das quase 3 mil pessoas que ali trabalham. É um ajuntamento de esforços, não é um escritório de um homem de um exército só, é um escritório que cresceu e que está há 25 anos no mercado. E, obviamente, o que eu pude contribuir com este escritório foi para melhorar e trazer melhores condições para que o escritório tivesse políticas e governança de forma efetiva.

Com o tempo, assumi a controladoria estratégica do escritório, ampliando minhas responsabilidades na gestão, conforme as coisas foram acontecendo e dando certo. E foi nesse contexto que passei a ter conhecimento entre a relação do Dr. Nelson Wilians com o Sr. Maurício Camisotti. Trouxe aqui para esta Presidência contratos, que eu acabei levantando, de todos os empréstimos que eu vi, inclusive que antecedem a minha chegada ao escritório. Excelência, eu entrego aqui com o senhor todos os contratos para que a Presidência e a relatoria possam se valer e fazer...

Já fiz minha prestação de... Já prestei depoimento na Polícia Federal, já prestei depoimento... Através do meu advogado, já prestei esclarecimento no Supremo Tribunal Federal.

O que tenho de conhecimento de relação entre Nelson Wilians e Maurício Camisotti são esses empréstimos que são pagos até hoje. Deixo registrado que nunca fui laranja, operador ou beneficiário de qualquer esquema. Minha atuação sempre foi de gestor, e os pagamentos por mim recebidos eram compatíveis com todas as funções que eu desempenhava com a minha vida empresarial.

Minha saída do escritório já havia sido definida há algum tempo, por motivo de transição da minha carreira e principalmente para a preservação da minha saúde, já que passei por depressão durante um período em que lá estive. Após a saída, não tive mais qualquer participação ou ingerência nas atividades dos escritórios conduzidas pelo Dr. Nelson.

Compareço a esta CPMI, após já ter prestado detalhamento, desculpa... detalhado depoimento à Polícia Federal e ao Supremo Tribunal, exemplarmente conduzidos por sinal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo possuindo *habeas corpus*, que me permitiria o silêncio, escolhi falar porque não tenho nada a esconder.

A investigação existente é bastante extensa e complexa, porém contra Fernando Cavalcanti não pesa qualquer alegação de envolvimento com fraudes do INSS. Fui mencionado no inquérito apenas por suposta ocultação de veículos de luxo e quero deixar claro que não houve ocultação nem má-fé. Os veículos mencionados nas reportagens são de propriedade da minha empresa, estão todos declarados, adquiridos de forma lícita, e alguns ainda estão inclusive financiados, como é o caso da tão falada Ferrari, que eu só termino de pagar, salvo melhor juízo, no final de 2027.

Aqui em Brasília, é bastante comum que os veículos sejam guardados em estacionamentos comerciais, sendo tudo documentado. Há reportagem de quase 20 anos falando do assunto.

É importante registrar que não houve colocação de capa nos meus veículos, eu não cobri placa, eu não tentei esconder logomarca ou coloquei meus carros em garagem privada. Os funcionários que conduziam os meus carros estavam uniformizados com o símbolo da minha empresa Fc. Se eu quisesse ocultar, jamais faria isso em um *shopping* movimentado.

Ressalto que meu patrimônio é de origem lícita, é compatível com minhas atividades profissionais e empresariais, empresas regulares, contratos claros, notas fiscais emitidas. Jamais adotei qualquer postura que pudesse ser interpretada como tentativa de ocultação de bens. Se eu tivesse intenção de esconder meu patrimônio, não teria deixado em casa itens de maior valor, relógios, obras de arte, dinheiro devidamente declarado, faça constar.

Não recebi informação privilegiada sobre ações policiais. Aliás, no dia anterior à primeira operação, no mês de abril, eu sequer estava aqui em Brasília, mas voltei para minha casa na companhia da minha mãe, que é idosa, e aqui permaneci. Não busquei fugir, não retirei bens e não desconfigurei quaisquer documentos. Inclusive, é importante destacar que o próprio delegado da Polícia Federal, quando do meu recente depoimento, me informou que eu não era nem alvo da operação, então nem teria por que tirar qualquer carro ou bem da minha casa; a polícia sequer iria lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde o início, colaborei com as autoridades, entreguei espontaneamente as chaves dos veículos e informei suas localizações em estacionamentos comerciais, viabilizando a apreensão. Já informei às autoridades que houve um equívoco da Polícia Federal ao atribuir a condução dos carros a pessoas que nada têm a ver com os fatos. Os verdadeiros condutores eram três funcionários da minha empresa: Milton de Souza Mendonça, Fábio Luiz Pires dos Santos e Daniel de Abreu, cujas oitivas já solicitei formalmente.

Minha vida sempre foi pública, visível em redes sociais, com fotos e vídeos dos próprios veículos, alguns, inclusive, com placas personalizadas. Quem desejaria ocultar não se expõe dessa forma.

Encerrando, reafirmo que confio na Justiça. Minha vida empresarial, repito, é lícita, meu patrimônio é compatível e minhas ações são transparentes.

Estou aqui para colaborar com esta Comissão e afastar interpretações equivocadas que afetam não apenas a minha imagem, mas também a verdade dos fatos.

Reitero uma vez que a investigação em curso não atribui a mim qualquer envolvimento com fraudes contra o INSS. A menção ao meu nome no inquérito refere-se exclusivamente à suposta ocultação de veículos de luxo, o que não procede, e ao fato de eu ser um possível laranja ora do Dr. Nelson Wilians, ora do Sr. Antônio Camilo, pessoa essa que nunca vi na vida. Inclusive, fiz questão de indicar à Polícia Federal e ao Supremo Tribunal Federal que, durante a investigação, foram realizadas identificações equivocadas de pessoas, o que ensejou até uma indevida quebra de sigilo bancário contra um cidadão que nada tem a ver com a investigação. Indiquei voluntariamente quem eram os motoristas e pedi que fossem ouvidos para esclarecer o ocorrido e informar que era comum fazer os deslocamentos dos meus carros.

O dinheiro que ganhei nos últimos anos é fruto de trabalho árduo, crescimento exponencial do mercado jurídico, novas filiais abertas no Brasil inteiro e da minha disposição em ver o escritório crescer, assim como honrar aquele que havia sido o maior franqueador de oportunidades, o Sr. Nelson Wilians.

Com isso, encerro minhas breves palavras, agradecendo a todos e me colocando à disposição de V. Exas., Sr. Presidente, Sr. Relator, com as bênçãos de Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Informo ao Plenário que a decisão do Ministro Fux apresenta o Sr. Fernando como investigado, portanto, ele está dispensado de fazer o juramento de falar a verdade nesta CPMI.

Com a palavra o Relator, pelo tempo que necessitar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde ao depoente e a seus advogados.

Sr. Fernando, qual é a sua formação?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI (Para depor.) – Economista.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor trabalha hoje em quê?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Hoje, eu estou afastado de todas as minhas funções, pois existe hoje uma coisa no nosso país muito forte chamada *compliance*, e eu tive que me afastar das empresas até que essas investigações sejam encerradas, nomeando outro Presidente e outro Vice-Presidente no meu lugar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me nominar de quais empresas nos últimos dez anos o senhor foi sócio, proprietário ou diretor?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu tive... Eu tenho a FAC, que é o objeto de onde estão os 23 veículos... 21, 23...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vamos começar falando da FAC.

A FAC tem quantos sócios?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Somente eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Coloque aí, por favor.

Quem é o sócio da FAC?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A FAC detém que patrimônio?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Tem os meus veículos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos veículos?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não sei se 21 ou 23, não me recordo agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, nomine esses veículos.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Tem BMW...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, mas, por favor, nomine esses veículos.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ferrari...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor vá dizendo... Quantas Ferraris?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Uma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Uma Ferrari.

Aí, por favor, vá dizendo dessa forma.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Mercedes...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Umas três...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou anotando aqui, vamos lá. Licença.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Isso eu estou falando, mas eu... Pode ser que meu, que a cabeça esteja equivocada, mas é isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não... 23 veículos não é para todo mundo.

Três Mercedes, uma Ferrari... Por favor, na FAC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Tem algumas motos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas motos?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ah, tem umas dez motos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dez motos. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Cadillac...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos Cadillacs?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Creio que duas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Duas Cadillacs...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – É permitido que todo Deputado, Senador fale em pé? Porque nós estamos fazendo aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pelo amor de Deus!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, pela ordem...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Senhores, só um minutinho.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, o Relator, assim como qualquer Deputado, está na posição de fazer uma indagação, de tomar depoimento de uma pessoa. O Relator está fazendo isso e, atrás dele, fazendo propaganda.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode?!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu tenho certeza de que ele vai utilizar isso na rede social, querendo fazer propaganda. Está utilizando a CPMI para fazer propaganda eleitoral.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Isso é um absurdo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, questão de ordem.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não deixamos a CPMI cair nessa!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Cada um de nós Parlamentares, quando nós formos falar... A gente pode mandar colocar o nosso nome ali em destaque?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quer dizer que pode lá "Paulo Pimenta"...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode.

Se o Deputado Alencar quiser fazer em pé...´

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, só estou perguntando se pode...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... pode fazer em pé.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se pode para um, pode para todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O problema é o eslaide...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instantinho.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, a partir de agora..;

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estou respondendo à questão...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... cada Parlamentar que for falar pode mandar estampar lá o seu nome, o cargo... Dá para botar o número também, Presidente, ou não? Nosso número?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, aí é bom que ele coloque o número, porque ele não volta para o Parlamento, porque é campanha antecipada, não é? (*Risos.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não é o número do... É o número de celular, para fazer contato...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode! Pode colocar o do gabinete. Aqui, existe...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Existe a chamada... Ele tem toda a liberdade material de agir, assim como os senhores. Se o Deputado, qualquer um aqui quiser...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, quando eu for falar, eu quero também ficar passando foto minha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Preparem aí para mim, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tenho certeza de que, com a elegância com que V. Exa. está aí de preto e cinza, será muito bem-vindo aqui para falar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – De nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continue, Relator, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu agradeço a preocupação dos nobres Parlamentares, mas vou continuar.

O senhor falou de três Mercedes, uma Ferrari, dez motos, dois Cadillacs. Tem mais algo?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Tem, Excelência, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui, por favor, nesse aqui.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Tem, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o capital dessa sua empresa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não me recordo agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não tem nem um valor aproximado desse capital?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não me recordo. Acho que essa empresa é R$1 milhão, salvo melhor juízo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – R$1 milhão?

O senhor sabe quanto tem de veículo aqui nessa empresa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não faço ideia de valor, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nem tem ideia de quanto?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então vamos falar só da Ferrari. A Ferrari, mesmo financiada, ela vale quanto?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – R$4 milhões, um pouco mais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que uma empresa de capital de R$1 milhão detém veículos e que só um desses veículos é R$4 milhões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – A empresa é uma empresa utilizada para... ela tem emissão de nota, ela tem faturamento, apesar de não ter nenhum funcionário. Eu, como vice, eu, como trabalhava no escritório jurídico e não era advogado, eu, como economista, eu não poderia entrar na sociedade do escritório, então, qualquer valor que eu viesse a me valer, eu tinha que emitir nota.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o faturamento dessa empresa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – De qual?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dessa que detém os veículos.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Tem mês que fatura 4, 7, 3.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um valor aproximado por ano.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, é isso. 4, 7, 3, depende.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Milhões?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Por mês.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Milhões por mês?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguém, em algum momento, foi sócio do senhor nessas empresas?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Na FAC que eu...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nessa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor falou uma coisa interessante. Começou dizendo que não tinha motivo para ocultar bens. Quantos carros, desses citados, quantos veículos, desses citados foram apreendidos pela Polícia Federal?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, não faço ideia. Os de Brasília levaram todos, os de São Paulo estavam no escritório alguns. Eu não acompanhei porque, desde então, não voltei para São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Fernando, Sr. Fernando, a pergunta é bem objetiva. O senhor falou aqui aproximadamente 23 veículos. Perguntando uma coisa muito simples: quantos veículos desses foram apreendidos pela Polícia Federal?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não sei dizer a V. Exa., não me preocupei em ver isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não se preocupou?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia informar se algum desses veículos não foram apreendidos e continuam ocultados?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, não tenho nada a ocultar, em absoluto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que o senhor não entregou os demais veículos, já que eram alvo de busca e apreensão, à Polícia Federal?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Que demais veículos que eu não entreguei?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é que me disse que tinha veículos, que o senhor estava em São Paulo e não foram apreendidos.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Estão todos à disposição da Justiça. Eu não poderia sair daqui de Brasília para ir para São Paulo, eu não poderia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer então o endereço em que estão os demais veículos?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Lá no escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – No meu escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer o endereço?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – No Cenu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Algum desses veículos aqui era de uso de Nelson Wilians ou Maurício Camisotti?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nenhum? Todos de uso exclusivamente do senhor?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Pessoal meu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer quantas vezes o senhor levou os seus veículos para o Pier 21, além da data da operação da Polícia Federal, em abril deste ano?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu nunca levei, quem leva são os meus motoristas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seus motoristas.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Mas eles levam para o Pier 21, eles devem levam para o Deck, eles levam para o...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Fernando, a pergunta é bem objetiva: para o Pier 21...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não tenho como responder nada de forma objetiva. Tem que entender o contexto de como é a minha vida em Brasília, com todo o respeito, Excelência, senão eu não consigo explicar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou fazer uma pergunta que o senhor vai poder responder de forma objetiva. Além do dia da operação da Polícia Federal, que tinha três veículos do senhor no Pier 21, alguma outra vez o senhor mandou, determinou, orientou algum funcionário do senhor a levar os seus veículos para ficarem no Pier 21?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – No Pier 21, que eu saiba, não, mas, no Brasília Shopping, sim; no Deck, sim. Inclusive, os últimos veículos foram lá... Eles encontraram as chaves lá em casa, e eu falei: "Estão no Deck". É comum eu estacionar, até porque minha garagem só cabem três carros, e é impossível manter a quantidade de carros que eu tenho aqui dentro da minha garagem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Fernando, a Valestra, qual é a sua participação na Valestra?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sou sócio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é sócio com o senhor na Valestra?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Foram... O Dr. Nelson Wilians foi sócio dela até o dia, salvo melhor juízo, 23 de maio deste ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Além do Sr. Nelson Wilians, tem mais alguém sócio do senhor na Valestra?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o motivo da saída da sociedade do Sr. Nelson Wilians?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Mudança de carreira, sanidade mental, estava cansado. Tinha outras motivações para minha vida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hoje quem é que é o sócio da Valestra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Hoje não tem, hoje o sócio da Valestra sou eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a atribuição de natureza da Valestra?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É uma empresa de consultoria empresarial.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, através da Valestra, faz *lobby* aqui em Brasília ou em alguma outra localidade do país?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – De maneira nenhuma, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é o faturamento da Valestra?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Uma média de 20 milhões. Mês passado, com tudo isso aí, deu uma diminuída para metade, pelo menos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fala isso a nível de mês?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A NWPS Participações, qual é a sua posição nela?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Olha, nessa empresa, sendo bem sincero, eu até dei uma olhada. Quando eu entrei no Nelson, isso na diretoria, ele pediu que eu assumisse a administração dessa empresa, mas, salvo melhor juízo, essa empresa não tem nenhum tipo de movimentação e creio eu que eu não esteja mais nela, há muito tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, pelos documentos que eu tenho aqui, o senhor faz parte ainda dela.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu acredito que não, Excelência, mas podemos averiguar. Realmente eu não sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, lá na Junta Comercial, pode ser que haja alguma incongruência.

A mulher do Nelson Wilians, a Sra. Ana Wilians...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Anne Wilians.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Anne?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Anne.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela tem participação com o senhor em qual empresa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Teve?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nenhuma.

A NW Corretora de Seguros.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É uma empresa minha, do Nelson e de mais alguns sócios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor ainda faz parte dela?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Estamos no meio da des... (*Pausa.*) desassociação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o capital dela?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não vou saber falar para V. Exa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – NW Aplicações Tecnológicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Essa empresa foi uma empresa que creio eu que esteja fechada também. Acho que não chegou nem a ter movimentação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – NW Xbank Digital Soluções.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Mesma coisa, foi aberta e fechada sem nenhum tipo de movimentação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti eu acho que é a FAC. É o mesmo CNPJ, só que depois só trocou o nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Prosa, Comida e Bar.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Prosa, Comida e Bar num... Não é minha não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, é do senhor. Está aqui toda a documentação.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Prosa, Comida e Bar?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Prosa, Comida e Bar é de uma sócia do escritório. É um restaurante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem aqui o senhor como sócio administrador, com 50% do capital social.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Essa é novidade pra mim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – F SAC Serviços Ltda.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – F SAC?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – São 100% da sociedade do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – F SAC, F SAC...

Ah, F SAC é uma nova empresa, salvo melhor juízo.

Isso aí, a gente está fazendo um planejamento patrimonial, e foi aberta essa empresa recentemente, mas acho que não teve nenhuma movimentação ainda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – FC Participações.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ela é sócia de todas essas empresas que V. Exa. relatou aí anteriormente, a NW Corretora, a Bridge, a que é de agenciamento de artistas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – NW Negócios e Investimentos.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – ... e NW Negócios e Investimentos, que é a NW Group.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Fernando, o senhor entrou quando no grupo Nelson Wilians?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – A primeira vez eu entrei dia 9 de março de... Vinte de março... Ah, em 2009. Março de 2009.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Permaneceu até quando?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Aí saí, fui, trabalhei na Assembleia Legislativa, trabalhei na Prefeitura de São Paulo, depois retorno, no final de 2017 para início de 2018.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor trabalhou na Assembleia Legislativa de que ano a que ano?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Acho que de 2012 a 2016, talvez, 2017... 2016.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor trabalhou até 2017 na Assembleia Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto o senhor trabalhava na Assembleia Legislativa, o senhor também prestava serviço ao escritório Nelson Wilians?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que, de 2012 a 2017, o senhor estava desligado da sociedade Nelson Wilians?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Estava desligado, mas é importante – isso tem declarado inclusive no meu Imposto de Renda –:...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – ... eu tinha alguns negócios com o Nelson, e ele continuava me remunerando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Que negócios eram esses?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Os clientes jurídicos que eu havia indicado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que o senhor fazia uma jornada de duplo trabalho: Assembleia e Nelson Wilians.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, eu trabalhava na Assembleia, mas o que eu já tinha fechado era mantido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No gabinete de quem?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Adilson Rossi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Adilson Rossi.

De que partido?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – PSB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse que trabalhou na Prefeitura de São Paulo. Que período, que Prefeito?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Só seis meses, salvo melhor juízo, João Doria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – João Doria.

O senhor também disse aqui, rapidamente... O que é que o senhor é da Líder e o que é que significa Líder?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Líder?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ou Lide?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lide, Lide.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nada. Eu franqueei a minha casa para eventos do Lide, assim como eu franqueei minha casa para eventos da Fobes, assim como eu franqueei minha casa para eventos da GPS Foundation e tantos outros eventos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Fernando, ali tem uma foto do senhor com o Sr. Nelson Wilians.

O senhor está aqui porque o senhor foi alvo da Operação Cambota. O senhor sabe o que significa essa Operação Cambota?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pois vou lhe dizer: o senhor está no epicentro da maior fraude contra aposentados e pensionistas do Brasil.

Aqui está o senhor. O senhor com o seu Nelson Wilians...

Passe aí.

O senhor com a Ferrari apreendida na sua casa. Se estiver errado, o senhor fale...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor com bólido também de Fórmula 1 apreendido na sua casa.

Passa.

As motos que o senhor cita apreendidas na sua casa.

Passa.

Aqui relógios, dinheiro... Tem relógios de até R$1,3 milhão, que o senhor declarou.

Passa.

Motos.

Isso aqui é para mostrar, Sr. Fernando... Não há problema em ter dinheiro, não há problema em exibir riqueza, não há problema em ter sucesso. O que nós queremos saber aqui é o quanto disso pertence aos aposentados e pensionistas do Brasil. Essa é a grande dúvida. E para isso o senhor tem a oportunidade de esclarecer a sua relação com o Nelson Wilians e tem a oportunidade de esclarecer a sua relação com Maurício Camisotti.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Zero reais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não é zero... Eu estou perguntando a sua relação.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – A minha relação com o... Eu conheci o Maurício Camisotti em 2017.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... Antes de o senhor complementar, o senhor fez parte do escritório de Nelson Wilians em 2017?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Final de 2017 foi quando eu começo a – acredito eu – início de 18, assumo uma função de assessor do Nelson.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com a Geap?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Geap? Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca esteve na Geap aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe o que é Geap?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Geap? (*Pausa.*)

Nunca tinha ouvido. Estou sabendo agora que é de plano de saúde.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca teve... Quando o senhor fazia parte do escritório, o senhor já teve contato alguma fez com o Sr. Renato Aroldo?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Leopoldo Jorge?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar da Ambec?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É a que está no imbróglio aí do...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É a própria.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Já ouvi falar sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não teve nenhuma relação comercial com a Ambec?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conheceu o Sr. Nelson Wilians... O senhor disse em 2017?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Conheci o Sr. Nelson Wilians em 2009.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desculpe, o Sr. Maurício Camisotti.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Em 2017, já fazendo empréstimo para o escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer... O senhor sabe dizer quantos empréstimos o Sr. Maurício Camisotti fez ao escritório do Sr. Nelson Wilians do qual o senhor fazia parte?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Todos os que eu tenho eu trouxe, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor. Então aqui, eu gostaria que o senhor dissesse o valor e a data desses empréstimos.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, está documentado, eu preferiria não ter que fazer isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua participação nesses empréstimos?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Minha participação nesses empréstimos era nenhuma. Quando o empréstimo entrava, era pagar né? Quando chegava a data combinada com ele e com o Nelson.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dentre esses empréstimos aqui para a minha surpresa, eu não conhecia esse dado, tem um aqui de 60 parcelas de 1 milhão. O senhor participou dessa transação?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – O que existia no escritório? O escritório em 2017 era um escritório completamente desgovernado e realmente tinha problemas financeiros e de gestão. Acontece que o escritório começou a tirar dinheiro emprestado do Maurício, quando eu cheguei já tinha tirado o primeiro. E nós...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer quanto era esse primeiro empréstimo em 2017?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – O primeiro acho que são 3 milhões. Desse primeiro, eu ainda não era participante, porque eu realmente não estava lá. Tirou o empréstimo, e o que aconteceu depois foi que o escritório foi tirando vários empréstimos, porque às vezes não conseguia pagar, e esses contratos eram renovados.

Então, tirava o empréstimo hoje, não conseguia pagar, ia lá, refazia de novo. E, nesse de 1,088 milhão, já entra uma parte do empréstimo talvez faltante, salvo melhor juízo, e o terreno.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas não tem nenhum empréstimo de 1,088 milhão.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Prestação, V. Exa. acabou de falou....

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A prestação, sim. Então, esclareça aí que é a prestação.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Foi a compra do terreno.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 60 milhões?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Foi a compra do terreno dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o Nelson Wilians esteve aqui, prestou o depoimento, disse que o terreno, 22 milhões.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É, mas ele devia ir para o Maurício, salvo melhor juízo, foram se acumulando os empréstimos, não pagou o empréstimo da forma como combinou na primeira vez, e o Maurício eu acho que refez os contratos, salvo melhor juízo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor está dizendo aqui que tem aqui um contrato que obriga o Sr. Nelson Wilians a pagar 60 prestações de 1,088 milhão, fruto de dívida com o Sr. Maurício Camisotti, que isso é a respeito do terreno que o Nelson Wilians disse que foi de 22 milhões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, o contrato do Nelson, anualmente, tem que ser atualizado por CDI, acho. Não vou me recordar agora, mas está aí.

Essas aqui são algumas mensagens das pessoas que trabalham com o Sr. Maurício Camisotti, inclusive fazendo cobranças sobre o reajuste anual a partir de janeiro; por exemplo, esse aqui é de 25. Vou deixar com V. Exa. também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, vamos voltar um pouquinho. O Sr. Nelson Wilians esteve aqui e falou da compra do...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Terreno.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... terreno, e mandou documentos, certo? Disse que a transação, olha que ele foi bem textual, a transação com o Sr. Nelson Wilians foi no valor de 15 ou 22 milhões, para comprar o terreno vizinho à casa dele.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E essa transação apareceu no extrato bancário, está lá no extrato bancário.

O senhor recorda o ano dessa transação?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Talvez 21, 22.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, depois que saiu lá a transação, eles fizeram esse contrato que o senhor acabou de nos entregar de Maurício Camisotti, Cecília Montalvão Simões com o Nelson Wilians, através das suas empresas. Já estava lá pago, já estava lá. O extrato bancário demonstra o pagamento, e o Nelson Wilians disse aí.

O senhor está chegando com essa novidade aqui, que 60 parcelas de 1,088 milhão, em 2021, foi o pagamento do terreno e outras dívidas.

Então, é muito simples a pergunta: quem está faltando com a verdade, o senhor ou o Nelson Wilians?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, os contratos estão aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei que os contratos estão aqui.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu só posso responder em cima do que está aí. Eu não tenho conhecimento algum que o Nelson Wilians pagou 22 milhões para o Maurício Camisotti. Eu, particularmente, não tenho esse conhecimento, tenho o conhecimento do valor dessa dívida aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, em 16 de novembro de 2020 – olha só a diferença do que senhor está falando –, foi celebrado um contrato de promessa de compra e venda: na qualidade de vendedores, Maurício e Cecília, e de comprador, Nelson Wilians, com promessa de compra e venda de cotas, tornando-se fiadores e devedores solidários entre si.

O senhor está dizendo aqui que isso foi decorrente do terreno. Aqui eles estão falando... eles estão falando aqui de cotas.

O senhor sabe explicar essa contradição?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, infelizmente, o que eu sei é o que está nos contratos, e o que foi dito é que isso era referente ao terreno. Então, o que passar disso eu não tenho como...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer, o senhor sabe dizer se isso aqui foi a chegada formal de Nelson Wilians às empresas de saúde de Maurício Camisotti, as mesmas empresas que serviram de rota de passagem do dinheiro roubado dos aposentados e pensionistas?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, o que eu tenho de conhecimento entre transação de Nelson Williams e Maurício Camisotti são esses contratos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Isso é o que eu posso ratificar e é o que eu tenho de conhecimento...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer quantas cotas dessas aqui, através do senhor, foram pagas a Maurício Camisotti?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, através de mim, não, senhor. De mim não foi pago nada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca... o senhor nunca providenciou nenhum desses pagamentos?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, quem pagava era o escritório, excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, estou perguntando do senhor... nunca?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já transacionou com Maurício Camisotti?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o tipo de transação ou transações o senhor fez com Maurício Camisotti?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Existe uma PET 14.474, que nos foi aberta agora dia... 2? (*Pausa.*)

Dia 2 de abril... (*Pausa.*)

Desculpa, de outubro... onde tem uma entrada de R$200 mil na minha conta e uma saída da minha conta. Eu não tive acesso a tudo ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor está dizendo aqui que a sua transação com Maurício Camisotti foi no montante de R$200 mil?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É o que está a PET 1474...474.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quero saber do senhor.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, eu estou apoiado na PET, porque eu preciso levantar, não sei nem a data que foi isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É isso que eu estou perguntando ao senhor. Esquecer um pouco o que está nisso, perguntando... é muito fácil a gente saber com quem transaciona.

O senhor pode dizer quantas vezes o senhor transacionou com Maurício Camisotti?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não posso, excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode dizer se foi uma vez ou mais?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Pode ser que seja mais. Maurício Camisotti, depois que eu o conheci, era... comumente a gente almoçar, era... comumente a gente estar em festas de final de ano. Não viajamos juntos, mas já nos encontramos em algumas viagens. Então, a gente pode ter transacionado, sim. Mas nada que tenha a ver com a questão aqui de Ambec, de...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já repassou dinheiro para Maurício Camisotti?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, dinheiro repassado para Maurício Camisotti, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não? Uma transação bancária, não? O senhor nunca fez?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Minha?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Pode ter sido, tanto que a PET 14.474 diz isso exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já recebeu dinheiro de Maurício Camisotti?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ah, segundo a PET, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, o senhor está se limitando a uma informação de R$200 mil.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É porque eu não tenho acesso a tudo ainda, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A sua memória não lhe ajudaria a...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, eu trabalho num escritório, aliás, trabalho não, trabalhei no escritório que tinha 1.200 advogados. Eu trabalhei num escritório que tinha quase 3 mil profissionais. Eu tinha um... Eu trabalhei num escritório que faturou mais de um... Juntando todas as estruturas, mais de um bi. Eu viajava o Brasil inteiro, somente em 2022 eu fiz 168 pontes aéreas e, com todo o respeito, é impossível lembrar tudo que foi feito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Antônio Luz?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Antônio Luz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Acho que é de Santa Catarina.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – De cabeça não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca esteve na Casa do Sr. Antônio Luz?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nem ele nunca esteve com o senhor na sua casa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor não se recorda de quem se trata?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Sra. Cecília, esposa do Sr. Maurício Camisotti?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim, já estivemos em eventos juntos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já recebeu algum recurso da Benfix Corretora?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fez algum negócio com a Sra. Cecília?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem o senhor trata pelo codinome de Papito?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Papito não, Papi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Papi.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Era o Nelson.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí é o Nelson. E o senhor aqui deu uma declaração de um relógio de R$1,3 milhão apreendido. O senhor em 2017...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer em 2017 exatamente qual era o valor do seu patrimônio?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não... Eu estava vindo da Assembleia Legislativa, devia ser um patrimônio que não chegava a R$100 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2017, nós estamos com alguém que tinha um patrimônio que não chegava a R$100 mil; 2025, a gente poderia falar o patrimônio do senhor na faixa de quanto?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não faço ideia, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não faz ideia?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Mas um... Mas um bom valor, pode ter certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, tudo bem que o senhor está com direito aqui, inclusive, de ocultar a verdade. O senhor está com habeas corpus para isso, nem todo brasileiro tem essa possibilidade, mas fica muito feio o senhor chegar perante o Brasil e ser perguntado o seu patrimônio e o senhor responder com um desdém desse. O senhor não tem nem ideia de quanto é o seu patrimônio?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não é desdém, Excelência, meu patrimônio está no Imposto de Renda, completamente declarado. Eu só não quero ter que falar aqui. Isso aí é uma informação que V. Exa. tem total condição de extrair, não preciso revelar aqui e me expor dessa forma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Já que o senhor não quer dizer o patrimônio, eu também não irei aqui lhe expor dessa forma.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não irei cometer essa vilania, já que o senhor está dizendo que o seu patrimônio é de forma legítima.

Quando foi que o seu patrimônio saiu de R$100 mil ou abaixo de R$100 mil para essa evolução tão gigantesca?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, nós fizemos um trabalho jurídico, um único trabalho jurídico no escritório, que eu vou me reservar o direito de não dizer o nome do cliente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, espere aí. O senhor espere, só um minuto...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Posso... Posso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trabalho jurídico. O senhor é formado em quê?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, mas o escritório é jurídico.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, o escritório, mas o senhor é formado em quê?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Economia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sou administra... Eu ajudava a administrar o escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí... Aí só para me clarear as ideias. Qual a parte jurídica do trabalho que esteve sob a sua responsabilidade?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não é questão de trabalho jurídico, é questão de participação, de ter trabalhado, trazido o cliente, feito todo o processo de relacionamento. E só esse cliente pagou ao escritório R$80 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, vamos voltar ao começo.

O senhor disse que foi para o escritório Nelson Wilians com uma missão específica de organizar o escritório, já que o escritório tinha 11 Excels, nove Excels, seja lá...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nove.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E mostrou uma desorganização muito grande do Sr. Nelson Wilians.

O seu papel no escritório era cuidar internamente da corporação ou o senhor participava também dessas ações judiciais?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Meu papel no escritório era organizar o escritório, fazê-lo crescer, criar cadeias, trazer novos produtos, trazer novos profissionais. Obviamente, o escritório cresceu muito nos últimos anos. Com isso, eu cresci juntamente com o Nelson.

Criamos, na pós-pandemia, o que a gente chama de empresa NW Group, que foi um sucesso, e eu também fui muito bem-remunerado com relação a isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, é o primeiro caso que eu vejo na corporação em que o dono do escritório está com uma dívida tremenda, pelo menos é o que está aqui e o que o senhor fala, e o senhor, que é um funcionário dele, está voando, cada vez com um patrimônio maior.

Não sei se o senhor organizou a vida do Nelson Wilians, mas, pelo jeito, o senhor organizou a sua vida, porque eu não consigo entender.

Nelson Wilians, pelo que o senhor disse aqui, é uma pessoa altamente desorganizada e precisou recorrer a empréstimos externos.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não. Eu disse a V. Exa. que, no ano de 2017, o escritório não tinha nenhum tipo de governança corporativa e que, a partir do ano pós-pandêmico, o escritório se organizou, nós efetivamos as caixas, criamos novos produtos, trouxemos novos profissionais, inclusive de outras grandes bancas, e o escritório teve um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescimento extraordinário. Digo mais: isso foi noticiado midiaticamente, e tem diversas matérias falando sobre esse crescimento do escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Fernando...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Posso só perguntar quantos advogados tinham quando o senhor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. Na vez do senhor, o senhor pergunta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor é bem-educado, hein.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na vez do senhor, o senhor pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente...

Deixe-me lhe perguntar uma coisa. A gente está falando do crescimento exponencial do seu patrimônio a partir de 2018, exatamente o ano em que a Ambec foi criada.

O seu crescimento patrimonial tem alguma relação com a criação dessa empresa chamada "Ambec"?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor soube, em algum momento da sua participação durante a sua gestão lá no escritório e nas empresas coligadas, que Nelson Wilians era advogado da Ambec?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor via as finanças do escritório? Via as finanças da empresa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, eu trabalhava, eu estou aqui em Brasília desde 2021 ou 2022, salvo melhor juízo. Nós temos relatório de tudo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

escritório – agora, nós, de uma forma generalista. Eu acompanhava, depois que as caixas foram organizadas. Hoje, o escritório tem um CEO. Hoje, o escritório tem uma controladoria jurídica. Hoje, o escritório tem uma controladoria financeira. Hoje, o escritório tem um financeiro efetivo. E obviamente não depende única e exclusivamente do Fernando Cavalcanti para organizar tudo isso. Hoje é um escritório muito grande e é um escritório que consegue congregar hoje essas organizações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para a gente objetivar, o senhor, na sua função no escritório Nelson Wilians e nessas outras empresas que faziam parte de todo esse conglomerado, o senhor em algum momento percebeu que a Ambec depositou dinheiro?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Zero?

O senhor...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – E depois que começou a CPMI, tive a... Fui perguntar para ter certeza, e é zero mesmo. Inclusive esse contrato foi denunciado, salvo melhor juízo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor respondeu isso da Ambec. Da Geap, eu posso também ter a mesma resposta do senhor? O senhor disse que nunca ouviu falar.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – A Geap é uma empresa, eu acho que ela até foi cliente do escritório, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber: o senhor já ouviu falar da Geap enquanto gestão do escritório?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É isso que eu quero dizer para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hã...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Salvo melhor juízo, na transição, logo quando eu entrei, foi quando a Geap estava saindo também. E eu acho que ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

era uma cliente da filial de Brasília, mas isso não tinha nada a ver. Lembro que o escritório tem 54 sócios. Eu não tinha conhecimento, não conheço esse contrato, nunca tive nenhum tipo de...

Como é que se fala? (*Pausa.*) Não, quando você...

... gestão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu perguntei ao senhor, só para a gente relembrar, do Sr. Aroldo. O senhor nunca esteve com ele?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Com o Sr. Danilo Antunes, filho do Careca, em algum momento o senhor já esteve com ele?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Só ouvi falar desse cidadão porque me disseram que, no dia que meu carro estava no Pier 21, ele tirou uma foto dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Fernando, também para relembrar, foi a primeira vez que o senhor direcionou seus veículos para o Pier 21?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Acho que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos dias seus veículos passaram no Pier 21?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Talvez uma semana, não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando eles saíram de lá, os seus veículos foram direcionados para onde?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Para o escritório do Nelson...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para o escritório do Nelson?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Há alguma possibilidade de esses veículos estarem na sua empresa formalmente e pertencerem a Nelson Wilians?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E foram para o escritório do Nelson por quê?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Porque eu não tenho garagem, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor falou que tinha 23 veículos ou algo por aí. Neste ano de 2025, fora o Pier 21 e o escritório do Nelson Wilians, antes da Operação Sem Desconto, em abril de 2004... de 2025, seus veículos foram direcionados para alguma localidade?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Tem inclusive fotos no Brasília Shopping de Ferrari antiga que eu tinha, ficava lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ficava em que parte do Brasília Shopping?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ah, eu não vou lembrar, eu tenho vaga lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem vaga lá? O senhor, por favor, encaminhe para esta CPMI essa documentação.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu acho que a documentação eu te entreguei, que fala que a gente tem vaga lá. Agora a foto eu posso encaminhar depois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A foto, por favor, o senhor...

O senhor teve a Polícia Federal na sua casa.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Uma das piores experiências da minha vida, tive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu também não gostaria de ter essa experiência. Mas a Polícia Federal fez uma série de apreensões na sua casa. Ela apreendeu quantos relógios do senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Oito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oito. Quantos relógios o senhor possui?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É que eu... Por exemplo, aquele relógio que é o Cassino...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que eu estou lhe perguntando? Porque eu fiz uma pesquisa rápida e eu vi o senhor de posse de alguns relógios que, se forem verdadeiros, são muito caros, e não constavam na lista de apreensão. Esses relógios estão ocultados? Esses relógios foram vendidos? Esses relógios já não estão mais sob a sua posse?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Relógios, Excelência, quando eu compro um, eu vendo tantos. Aquele relógio, por exemplo, do Casino é um relógio caríssimo. Então, quando eu fui comprar o relógio, eu acabei trocando.

V. Exa., se pegar o meu Imposto de Renda último, vai ver que tem lá uns dois, pelo menos, Patek Philippe, que foram trocados. Então, existe...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É o senhor que está dizendo. Eu quero acreditar...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, eu estou ratificando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só quero saber o seguinte: tem relógio do senhor que eu vi em fotos e que hoje não estão apreendidos. Esses relógios estão ocultados ou esses relógios foram repassados já?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, esses relógios foram vendidos. Os relógios que eu tinha foram levados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse que foram levados oito relógios. Eu lhe perguntei quantos relógios o senhor tinha, e o senhor não respondeu.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Se foram levados oito, Excelência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os únicos relógios que tinha sob a sua posse e propriedade eram esses oito?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É essa a pergunta.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem relógio ocultado, não é isso?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Esse relógio de R$1,3 milhão está declarado no seu Imposto de Renda?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, porque foi comprado este ano, então ele tem que aparecer na declaração do ano que vem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Polícia Federal lá deixou vazar ou falaram que o senhor tem uma das melhores adegas do Brasil.

Quantos rótulos foram levados do senhor?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Na verdade, não foi levado nada. Eles foram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Levados ou...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Fiel depositário...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fiel depositário. Quantos?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – ... mas eu não faço ideia de quantos. Eu sei que foi uma lista vasta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Uma lista vasta de mais de cem, de menos de cem?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu acho que por aí, uns cem, talvez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esses rótulos correspondem à totalidade dos seus vinhos?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, tanto que lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual foi o critério de escolha da Polícia Federal em relação a esses cento e poucos?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eles pegaram os vinhos que valiam dinheiro, efetivamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era isso que eu queria saber.

Eles escolheram rótulos a partir de quantos reais?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Aí, Excelência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não sabe dizer?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que essa história de dizer que escolheram 140 rótulos, com cada rótulo valendo no mínimo R$20 mil, isso o senhor não pode afirmar?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eles foram na adega, eles... Eu, em momento algum, pude ou poderia dizer o que a Polícia Federal poderia ou não levar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor não recebeu a lista como fiel depositário desses rótulos, não?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Recebi a lista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor fez um cálculo de quantos milhões estão sob a sua responsabilidade?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Salvo melhor, sete milhões e pouco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sete milhões?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunto: isso está no seu Imposto de Renda?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não sei. Acho que não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

Esses vinhos... Eu não sei nem se vinho precisa colocar no Imposto de Renda...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Realmente eu tenho essa dúvida. Mas esses vinhos o senhor comprou no Brasil ou trouxe importado?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ah, eu compro fora, ganho muitos presentes. A maioria das pessoas me presenteiam com vinho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a maioria dos vinhos apreendidos pela Polícia Federal foram fruto de presentes?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não estou dizendo isso, Excelência. Eu não poderia dizer. O que estou dizendo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu quero saber como o senhor adquiriu esses vinhos.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Comprando fora, comprando aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor compra fora, o senhor declarou na Receita Federal?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Tem vinhos com... Tem notas de vinhos que eu posso também mandar para V. Exa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutor, a pergunta é simples: quando o senhor compra fora esses rótulos que valem milhares de reais, o senhor declara?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, os vinhos de milhares de reais são comprados aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – São comprados aqui?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – São.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem nota deles?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – De alguns, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, por favor, os que foram apreendidos pela Polícia Federal, faça chegar aqui, pelo menos desses 140 rótulos, a aquisição que o senhor comprou e pagou pela Polícia Federal.

Me foi apresentado aqui por algum Parlamentar, não sei de qual partido, um carro que o senhor presenteou ao Governador de Brasília, Sr. Ibaneis. Qual a sua relação com o Governador Ibaneis?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Meu amigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu amigo.

E o carro que apresentaram, eu não me recordo que carro era...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Um fusca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um fusca de colecionador. Esse carro vale quanto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Setenta mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse carro foi dado a título de quê?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ibaneis é um amigo, um excelente gestor, uma pessoa que tem minha total deferência, meu respeito. Todas as vezes que teve eventos de Lide e tantos outros eventos, ele como Governador prestigiou. E eu tenho muita tranquilidade e muito prazer em ter dado esse fusca para ele, lembrando que nós estávamos num almoço e ele contou que, na juventude dele, ele teve um fusca. E eu imediatamente fui atrás para saber o ano do fusca, para comprar um para ele e dar de presente, porque estava chegando o aniversário dele e eu não saberia o que dar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então a pergunta é simples: qual o motivo de o senhor ter presenteado o Governador Ibaneis com um veículo de R$70 mil?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Meu amigo, presenteei um amigo querido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bem, como o senhor presenteou o Governador Ibaneis, o senhor poderia citar outros políticos que o senhor presenteou com algo fora do limite permitido em lei?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – De lembrança, eu não me lembro de nada agora, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não lembra, não?

Agora eu queria ir para a pergunta mais importante, que eu considero, de tudo. O senhor fez um patrimônio multimilionário. O senhor declarou à Receita Federal que ganhava quanto no Nelson Wilians?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Está tudo no meu Imposto de Renda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei, mas eu gostaria que o senhor esclarecesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não vou falar esse tipo de informação aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Porque aqui... Essa eu vou falar porque é uma informação que está publicizada: o senhor declarou que ganhava R$51 mil.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não? Está aqui.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – V. Exa. está colocando o que eu ganhava registrado como Vice-Presidente de escritório e não o que eu ganhava da Nelson Wilians. Se pegar o Imposto de Renda, vai ter outras entradas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que o senhor ganhava da Nelson Wilians, além do registrado como R$51 mil...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa informação eu não...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – As participações, sim, ganhava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não sabia.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim, tenho todas as notas, todas lastreadas, e terei o maior prazer em apresentar no STF e a esta Comissão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, porque até agora, neste momento, o que nós temos de renda do senhor é R$5 mil da Assembleia Legislativa...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, com muita tranquilidade falo isso para V. Exa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e R$51 mil do escritório Nelson Wilians.

E queria aproveitar o momento para o senhor ensinar economia para o Brasil inteiro, porque transformar R$51 mil em milhões de reais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Impossível.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... não é uma tarefa fácil. (*Pausa.*)

O senhor disse que... Eu perguntei e o senhor falou a respeito daquele relógio de R$1,3 milhão. Tudo que a gente está perguntando aqui, não tem problema nenhum o senhor ter o relógio... O único problema nosso aqui é saber se isso está ou não vinculado ao dinheiro roubado dos aposentados e pensionistas. O senhor tem a nota fiscal desse relógio de R$1,3 milhão? Porque o senhor disse que não declarou no Imposto de Renda porque foi esse ano, mas o senhor tem essa nota que poderia repassar?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É que esse relógio... Eu dei a entrada de alguns relógios e ainda estou pagando para a pessoa. Quando termina, eles me dão a nota para fazer a declaração do Imposto de Renda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. O senhor não tem essa nota, então?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ainda não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe quando vai obter essa nota?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Na hora em que eu terminar de pagar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando é que o senhor termina de pagar?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Novembro, dezembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, CPMI ainda está em curso. Encaminhe essa nota para cá...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sem problema nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e a forma como foi adquirido.

O senhor falou de três nomes que movimentaram os seus carros. O senhor pode dizer exatamente qual foi o dia em que o senhor fez a movimentação ou ordenou essa movimentação dos carros da sua casa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, todas as vezes que eu venho para minha casa em Brasília e que os carros estão expostos lá fora, eu peço aos meus motoristas que tirem de lá. Nesse dia em especial, que é um dia que eu não tinha nem... como o próprio delegado da Polícia Federal... que eu não era alvo de busca e apreensão, nesse dia eu cheguei em casa e estavam todos os meus carros expostos lá fora. Eu falei assim: "Por que vocês estão deixando os carros expostos? Levem os carros". Aí eles perguntaram: "Para onde?". Eu não vou falar a palavra que eu falei aqui porque... mas para a "ponte que caiu". E eles pegaram e falaram: "Mas a gente leva para onde?". Eu falei: "Leva para uma garagem próxima, mas para que o carro não tome sol". No carro não foi colocada placa, não foi escondido, não teve nada. Inclusive, saiu no mesmo dia em páginas, que depois eu posso mandar a foto dessas páginas de carros, que ficam tirando foto dos meus carros. Meus carros nunca... nem teriam como ser escondidos. Se eu fosse esconder meu carro, seria pelo menos numa garagem privada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Fernando, esse dia foi o dia da operação da Polícia Federal?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Operação sem Desconto?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi um dia antes?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Um dia antes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um dia antes. Olha só: o senhor imagina aqui que nós estamos de boa-fé, imagina aqui que a gente não está condenando o senhor antecipadamente. Aí o senhor é alvo de uma busca e apreensão da Polícia Federal; o senhor é tido como lavador de dinheiro do Maurício Camisotti e do Nelson Wilians pela Polícia Federal; o Supremo Tribunal Federal concede uma busca e apreensão em seu desfavor – olha a que ponto nós chegamos –; e os seus carros são retirados da sua casa um dia antes – um dia antes. Em abril o senhor foi alvo de busca e apreensão mais recentemente. Mas, um dia antes daquela operação, aí o Careca do INSS foge do país; outros coligados fogem do distrito de culpa; o filho do Careca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do INSS, filmado pela Polícia Federal, está lá verificando os seus veículos; e o senhor dá ordem expressa a três pessoas para retirarem os seus veículos de casa. Isso tudo é coincidência?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, primeiro que, da primeira busca e apreensão, eu não era alvo. Segundo que, até onde me consta, a Polícia Federal nunca me colocou como lavador de dinheiro de Maurício Camisotti – pelo menos nenhum relatório que eu tenha recebido dá conta disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor foi alvo de busca e apreensão baseado em quê?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Bom, primeiro, porque os carros saíram – é uma. Segundo, porque eles acreditam que os carros são do Nelson.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que o senhor não está relacionado no inquérito da Polícia Federal como membro dessa organização que lavou dinheiro para Camisotti?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A única coisa que a Polícia Federal lhe colocou foi porque os seus carros poderiam pertencer a Maurício Camisotti, não é isso?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – A Nelson Wilians

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Nelson Wilians.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu sou... O que a Polícia Federal investiga é que eu sou o laranja do Nelson Wilians.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que o senhor é laranja do Nelson Wilians. E aqui o senhor foi perguntado e o senhor disse que a única relação que teve com Maurício Camisotti, que o senhor conhece, é uma de R$200 mil, que está em um documento aí que chegou às suas mãos, não é isso?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu não disse que é a única; eu disse que pode ter mais, mas, aqui, a que tenho nas minhas mãos é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor não recorda.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu lhe pergunto: Polícia Federal colocou três pessoas como sendo de sua responsabilidade na movimentação desses veículos. Milton Mendonça o senhor conhece?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É meu Miltinho, sim. Se for, é porque tem um Milton aí que tem outros negócios aí, tem que...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Milton Mendonça o senhor conhece?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Espera aí que eu vou ver aqui para não ter, não restarem dúvidas. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Milton Mendonça o senhor conhece?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com ele?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Trabalha na minha casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fábio Pires?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Trabalha na minha casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Daniel Oliveira?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Trabalha na minha casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Luiz Renato Dias Gomes Nunes?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Foi uma das pessoas que a Polícia Federal colocou como se tivesse movimentado meus carros, mas não existe isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse advogado tem alguma relação com o senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nunca ouvi falar na minha vida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do Luiz Renato Dias nós já falamos, o senhor disse que nunca viu. E Carlos Adriano de Lima Maia?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não conhece ambos?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não. Quem levou meus carros foram os meus três funcionários, inclusive com uma camiseta da minha empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é o Edifício Onze?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É o Deck? Será o Deck?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não sei.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu não sei, Excelência, eu sou péssimo aqui, ó.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou vendo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Hã? É uma garagem nova, é o Deck.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é Adriano dos Santos Cavalcanti?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Adriano?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Adriana?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Minha esposa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sua esposa. Quem é Carolina Araujo Mendes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Minha advogada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é Samuel Queiroz da Silva Junior?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Um amigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um amigo. Iranilda o senhor já disse que era a sua mãe.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Mãe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor voou de Brasília em jato particular... Aliás, de São Paulo para Brasília.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No dia 22 de abril.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que jato era esse e de quem o senhor contratou?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – O jato é uma cota que nós tínhamos pelo escritório. O jato é uma cota que nós tínhamos pelo escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas que jato e de que empresa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Um Phenom 300.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De que empresa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Era da NW Group.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – NW Group. Esse jato também pertencia a Nelson Wilians?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – À nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa sua empresa e essa sociedade ainda existem?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – NW Group não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não? Esses aviões hoje estão sob a responsabilidade de quem?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Está na fase de desassociar ainda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas hoje estão sob a responsabilidade de quem?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Minha e dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sua e dele?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Nelson Wilians teve um jato apreendido agora?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não faço ideia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse jato que o senhor falou aí, o Phenom 300, hoje se encontra onde?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ele não é um jato nosso, é uma cota, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cota?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Então ele é de uma empresa chamada Avantto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Avantto. O senhor tem quantas cotas dele?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Um sexto, acho. Um sexto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nelson Wilians tem quantas cotas dele?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É comigo e com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, é a mesma cota?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe quem são os outros cotistas?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não faço ideia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe... O senhor sabe dizer, fora essa aeronave, o senhor tem mais alguma cota com Nelson Wilians de qualquer outra aeronave?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Phenom 100.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Phenom 100, quantas cotas?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Mesma coisa, eu acho, um sexto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nelson Wilians também faz parte desse um sexto?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E essa aeronave está sob a responsabilidade de quem?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Essa está na desassociação nossa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas está sob a responsabilidade de quem?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nossa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De vocês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim, a gente está resolvendo para ver quem que vai ficar com o quê.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, o senhor me falou que tem desse Phenom 100 um sexto.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E as outras cotas? E as outras cotas pertencem a quem?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – São de outros. São de outros, pode pertencer à própria Avantto, não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim. E essa aeronave está sob a responsabilidade de quem?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Da Avantto e da Voar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, continuam as duas aeronaves sob responsabilidade da Avantto.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O helicóptero?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – O helicóptero é do Nelson.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem alguma participação no helicóptero?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe, dessas empresas, enquanto o senhor era sócio ou administrador dessas empresas, onde ficava esse helicóptero? Em qual dessas empresas ele ficava vinculado?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Até onde era de meu conhecimento, acho que na Nelson Wilians Advogados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe se o Nelson Wilians Advogados transferiu essa responsabilidade de participação societária no helicóptero para alguma outra empresa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi para alguma outra empresa relacionada ao senhor?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – A mim, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não.

O senhor deixou quando as sociedades com Nelson Wilians, daquelas que o senhor deixou?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Vinte e três de maio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinte e três de maio.

A operação de busca e apreensão contra o senhor já tinha acontecido?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabia se tinha acontecido já a Operação Sem Desconto?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor providenciou isso com Nelson Wilians para blindagem patrimonial?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E como é que a gente pode ter essa convicção, já que o senhor aqui se esquivou de assinar o compromisso de dizer a verdade?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, os fatos estão aí. Eu estou num processo de desassociação desde o dia 23 de maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece uma empresa de investimento chamada Voga?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor direcionou R$20 milhões para a Voga ultimamente?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca teve nenhum investimento na Voga?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É esse nome Voga? Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor está... O senhor ultimamente direcionou R$20 milhões para alguma empresa de investimento?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, eu nem tenho 20 milhões para destinar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é simples, eu quero saber...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Estou respondendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não direcionou?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o dia que o senhor solicitou essa aeronave Phenom 300 para fazer esse percurso de São Paulo para Brasília?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Talvez no mesmo dia, um dia antes, não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que funciona esse sistema de cota?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Vinte e quatro horas você pode informar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com 24 horas. Nesse caso específico, o senhor informou esse deslocamento com 24 horas antes?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Posso mandar para essa CPI, que ele... Tudo isso é documentado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, isso é muito importante. Queria saber exatamente isso.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi informado por algum agente interno ou por algum agente externo da Polícia Federal que ia ser alvo de busca e apreensão?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor retirou o dinheiro da sua casa no dia anterior à busca e apreensão?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, tanto que levaram o dinheiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda de quanto foi que levaram de dinheiro?

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO – Só um minuto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda de quanto levaram de dinheiro?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Excelência, só uma pergunta, se eu puder fazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro que sim.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – É, quando o senhor pergunta tudo isso, o senhor quer saber da primeira, de abril, ou da minha busca e apreensão efetiva?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu estava perguntando da busca e apreensão efetiva, mas se o senhor quiser fazer a de abril também.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, porque tudo que o senhor está falando aí foi em abril, não teve nada com a minha busca e apreensão. Na minha busca e apreensão, eu estava aqui, normalmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu perguntei ao senhor sobre o deslocamento de São Paulo para Brasília.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Foi em abril.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da busca e apreensão de abril.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ah, sim, já estou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quantas horas o senhor solicitou essa aeronave compartilhada – e o senhor disse que ia enviar para cá. E perguntei se o senhor retirou o dinheiro do seu imóvel.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em abril. Mas se o senhor quiser responder também extensivo a maio, não tem problema... A maio não, a agora.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, eu estou... porque a busca e apreensão foi em maio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu estava falando da busca e apreensão da Operação Sem Desconto. Qual é a sua relação com o Deputado Joaquim Roriz Neto, aqui de Brasília?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Um amigo querido; me deu o título de cidadão candango.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Restringe-se exatamente a isso?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer, com tudo aquilo que foi apreendido na sua casa, se entre eles havia um quadro de Di Cavalcanti?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Vários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vários? Qual o valor dessas obras de arte?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ah, tem de todos os valores. Também não gostaria de estar retratando isso aqui, mas está em posse da Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe pergunto: tem alguma dessas obras falsas ou são todas certificadas?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Bom, só se me enganaram; se não me enganaram, é tudo original.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – São todas certificadas?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Certificadas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – E todas no meu Imposto de Renda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é um exemplo exímio de sucesso na vida em pouco tempo. O senhor é uma pessoa que saiu de um salário de R$5 mil para um patrimônio de milhões de reais. Nós estamos agora analisando os sigilos e vendo as movimentações das pessoas investigadas.

Já vimos movimentações do senhor com Nelson Wilians de milhões de reais. E já vimos movimentação do senhor com Camisotti também, diferente daqueles R$200 mil, de milhões de reais.

Vou trazer em breve ao Colegiado, para que nós possamos adentrar mais ainda na investigação relacionada ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a pergunta com que quero finalizar: não consegui ainda captar em quantas empresas o senhor ainda mantém sociedade com o Sr. Nelson Wilians.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nós estamos desassociando a Bridge, tá?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu gostaria que o senhor citasse.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nós estamos desassociando a Bridge, a NW Corretora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, o senhor diga cada uma o que é que faz.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – NW Corretora vende seguros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Á.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – A Bridge é agenciamento de artista; Yukio e Armory, de moda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que essa faz?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Vende *beachwear*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A FCA... É FCA? A que os carros...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – A FAC.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nelson Wilians ainda tem participação nela?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ele nunca teve.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nelson Wilians nunca teve?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No documento que eu tenho aqui, Nelson Wilians tinha 20% de participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, V. Exa...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, aí não sou eu, aí é a Receita Federal.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não. V. Exa... O que a FAC, mas eu acho que não é a FAC, eu acho que é a FC... Pode ser que eu esteja falando bobagem, e aí eu teria que rever. Uma delas é sócia da NW Group.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, essa ainda continua sócia da NW.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Essa já desassociou, essa foi a primeira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Começamos no dia 23 de maio, quando eu falei que ia sair do escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, todas as empresas de que o senhor era sócio e está promovendo esse critério de desvinculação foi a partir do dia 23 de...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Maio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Maio.

Nessas outras de que o senhor continua sócio, o senhor também estabeleceu esse critério ou permanecerá sócio?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, quero sair de todas as sociedades.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Fernando, ao longo do depoimento, se tiver alguma dúvida, eu volto a perguntar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – De nada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A pedido do advogado do depoente, a sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 18 horas e 05 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 16 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Retomando os nossos trabalhos, ainda com a palavra o Relator, Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, passou despercebido aqui um questionamento, e eu vou fazer ao Sr. Fernando.

Sr. Fernando, quem é Luiz Fernando Teixeira Ferreira?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI (Para depor.) – Desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como o senhor desconhece se tem um Pix do senhor para essa pessoa no valor de R$50 mil, relacionado à campanha política do PT para Prefeito de São Bernardo do Campo?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ah, desculpa. Espere aí, só um minuto. O senhor pode repetir o nome de novo? Desculpa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Luiz Fernando Teixeira Ferreira.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não só ele. Fiz para diversos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou perguntando... Vou perguntar de um a um, Sr. Fernando. Estou querendo saber dele, qual foi o motivo desse Pix, motivado... Em relação a quê? O senhor tem amizade, tem admiração, foi pedido, favor, o quê? Troca de gentileza? O senhor, por favor, esclareça.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Como democrata, sempre que posso, gosto de investir, ajudar não só amigos, mas bons projetos. Não tenho nenhum interesse, zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nesse caso específico, de Luiz Fernando Teixeira Ferreira, o senhor já esteve com essa pessoa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Para ser sincero, eu acho que estive com o assessor, viu?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem foi que fez esse pedido ao senhor?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não vou recordar agora. Na época de campanha, um monte de gente acaba procurando a gente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não teve nenhum critério específico para fazer essa doação?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Meu critério: chegou alguém, trata de um projeto, pediu, se eu quiser dar, dou; se não, não. Democracia. Mas tudo por dentro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sra. Sandra Cristina Leite Santana, Vereadora, do MDB, São Paulo...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Vereadora de São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... R$50 mil. Qual foi o critério? O senhor conhecia? Foi pedido? Como é?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Gosto da Sandra, acompanho o trabalho dela e fiz a doação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Rodrigo Goulart, Vereador, São Paulo, transferência: R$50 mil.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Idem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Rodrigo?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi ele mesmo que falou com o senhor? Foi disposição do senhor por motivo próprio? Como é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Minha disposição própria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Maria Victoria Borghetti Barros, PP, Prefeito, Curitiba, R$200 mil.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Motivação própria também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a pessoa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Conheço o pai.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – O pai.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem lhe pediu? Foi por vontade própria? Iniciativa sua? Como é?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Perguntou se eu podia ajudar a campanha, eu disse que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Roberto Monteiro de Andrade Junior, União, Vereador, São Paulo, R$100 mil.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Um amigo da igreja.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi a mesma coisa? Disposição própria, pedido? Qual a motivação?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim o quê?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Motivação própria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Emídio Pereira de Souza, Osasco, Prefeito, PT.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Mesma coisa: pediu e doei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já o conhecia?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Conheci. Já estive em alguns eventos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O pedido foi dele próprio?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Creio que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alberto Felipe Haddad Filho, Prefeito, São Paulo, DC.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu acho que foi um jantar, R$10 mil, ele pediu ajuda, salvo melhor juízo, uma doação de R$10 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fora essas pessoas, o senhor fez mais alguma doação?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nas eleições municipais, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, falo fora essas pessoas... Não? E nas estaduais?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nas estaduais, depositei para o PP e para o PT.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto o senhor depositou para o PP?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Acho que foi cem para cada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E para o PP de onde? Ou é nacional?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Acho que nacional, salvo melhor juízo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o PT?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Nacional também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem lhe pediu para o PP?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, isso aí foi uma questão da polarização partidária que o Brasil estava vivendo, e eu quis ajudar os dois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o PP tinha polarização com o PT?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, mas quis ajudar tanto a direita quanto a esquerda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor ajudou a direita através do PP, não é isso? (*Pausa.*)

O senhor ajudou a direita através do PP com R$100 mil. E o PT o senhor ajudou a... O senhor ajudou com quanto?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Cem mil também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor procurou alguém para fazer essas doações ou...?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, procurei o partido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Procurou o partido?

O senhor poderia dizer... Fora essa estadual, fora essa municipal, o senhor fez alguma também ajuda, alguma doação em nível nacional?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – De cabeça, não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor mantém alguma outra adega fora Brasília?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, eu voltaria a perguntar ao senhor...

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não, tenho uma adega, mas a adega... Essa adega é de champanhe lá de São Paulo, a que o senhor deve estar se referindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem sua residência aqui em Brasília. Essa residência aqui em Brasília é própria?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Alugada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa residência tem câmeras de segurança?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Tem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto é o tempo de *backup* dessas câmeras de segurança na sua residência?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não faço ideia, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer quais os políticos que o senhor recebe com mais frequência na sua residência?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Recebi vários políticos, vários ministros, vários empresários, várias pessoas do poder público, mas todos nestes eventos: Lide, GPS Poderes, GPS Foundation, o próprio evento da Forbes... Nada fora disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, então, está dizendo que a sua residência serve de base, na verdade, para convidar pessoas a debaterem isso. Eu queria saber se esses convites partiam do senhor.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não. O Lide parte do Lide. Ou a Forbes parte da Forbes. Eu só cedo a casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor só cede a casa.

Tirando essa cessão da casa para essas empresas, a casa, quando está sendo utilizada para o seu dia a dia... O senhor teria alguém que frequenta da classe política ou do Judiciário com mais...?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor... Voltando, e é a última pergunta. Teve... Aliás, tenho mais duas perguntas. Teve jantares para partidos políticos lá na sua residência?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Ah, verdade, PSD. Teve um jantar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando foi isso?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Foi no aniversário do PSD. Eu cedi a casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, o senhor cedeu a...?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Particularmente, quem foi que pediu a sua casa?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Agora... Talvez seja o Paulo Octávio, porque era, é por causa do Lide, não é? A gente aproveitou e fez os dois eventos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... Voltando um pouco à sua aplicação financeira, eu perguntei, o senhor me disse que não, mas eu estou com um documento e eu gostaria de confrontar isso. O senhor não tem nada aplicado na Voga Investimentos?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Essa Voga tem outro nome? Porque eu tenho medo de falar que não e é alguma coisa. Se for Voga, Voga... (*Pausa.*)

É porque o RIF não foi disponibilizado nem absolutamente nada para nós. Agora, Voga, assim de cabeça, eu não sei o que é Voga.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, era essa... Se ela tiver outro nome também fantasia, eu não saberia lhe dizer. Da Voga Investimentos, de que o senhor se recorde?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abrindo os trabalhos parlamentares, o Deputado Rogério Correia, que foi o autor do requerimento.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Eu agradeço ao Deputado Alfredo Gaspar, nosso Relator; agradeço à Presidência, mas, a partir deste momento, eu permanecerei calado, me utilizando do dispositivo que tenho do meu *habeas corpus*. Tudo que eu tinha para falar na Polícia Federal, no STF e aqui eu acho que já foi exaurido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Bem, Presidente, quero, então, cumprimentar V. Exa., Deputados e Deputadas, Sr. Cavalcanti, Fernando Cavalcanti.

Eu queria me retratar à Operação Sanctorum, primeiro. Como o senhor disse que não vai se dispor a responder, eu vou colocar como indagação; se ao final o senhor quiser também responder alguma coisa ou esclarecer, fique à vontade.

Mas, no caso da Operação Sanctorum, o que consta é que houve uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo e que naquela época denunciou a atuação de uma organização criminosa. O senhor ficou em São Paulo de 2012 a 2017. E, nessa organização criminosa, estavam fazendo superfaturamento de equipamentos médico-hospitalares na Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, em São Paulo, com recursos que vinham de emendas parlamentares, e o dano ao Erário foi de 6,648 milhões na época.

Eu queria que o senhor esclarecesse isso, porque a denúncia que foi feita em relação ao senhor nessa Operação Sanctorum, repito, do Ministério Público Federal de São Paulo, é que o operador era o Deputado Estadual Adilson Rossi, naquela ocasião, do PTB, e que o senhor... ele ficava com 10% e o senhor com 2,5% da emenda negociada, e que isso está em segredo de justiça, mas o senhor não quis participar da oitiva virtual com a Promotoria de Justiça naquela época. Então, paira sobre o senhor esta denúncia de negociação de emendas parlamentares da área de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos. O senhor, portanto, está sendo ainda investigado nesse processo de 2012 a 2017.

Eu pedi que passasse o primeiro eslaide que eu solicitei, que é exatamente um filme de agora, que é esse... O senhor já deve conhecer e muitos aqui conhecem, mas é bom também que o povo brasileiro saiba o que aconteceu nesse período.

Pode passar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Vocês vão ver aí a Ferrari passando. São os carros do senhor agora, carros bastante caros, que vão sendo exibidos aí. E o senhor tinha ficado até 2017, em São Paulo. Então, isso, agora, já é um acúmulo de riqueza extraordinário de uma empresa do senhor, com 23 carros de luxo, como foi descrito e perguntado aí pelo Relator.

Mas eu aproveito para também dizer que, neste ano em que o senhor veio para Brasília, e já em 2018... Imagine: o senhor saiu de São Paulo, em 2017, com denúncias...

Pode ir passando o filme, que a gente vai vendo o luxo que está aí.

Foi acumulado em pouco tempo, né?

O senhor saiu em 2017, de São Paulo, com a denúncia grave... Recebia um salário, e, na denúncia, diz o senhor, negociava emendas parlamentares.

Saiu de lá, veio para Brasília.

Em 2018, 2019, o senhor já tinha a FC Negócios e Investimentos. Essa FC Negócios e Investimentos justificou movimentações, na conta, de 119 milhões.

O senhor sai, em 2017, de lá, vem pra cá, e 119 milhões em crédito, e débito em 118 milhões – num ano! –, já nessa FC Negócios e Investimentos, junto com quem? Com Nelson Wilians.

Então, impressionante como é que pode movimentar 119 milhões e, depois, liberar 118...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se isso é agiotagem, o que é que o senhor fazia, que 119 milhões entraram – o senhor e Nelson Wilians –, e 118 saíram, num ano, depois de ele vir de São Paulo, vamos dizer, na pindaíba, porque saiu de lá com processo já muito perigoso nas costas.

Eu pediria para colocar, então, o outro eslaide agora, que, aí, eu quero ver com o senhor as ligações políticas, que o senhor tem o luxo, que foi só se acumulando.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E, neste caso aí, veja bem: o senhor, lá, com Nelson Wilians... Isso é um helicóptero, não é?

Pode ir passando.

É só pra ver o luxo... Ó lá: os carros...

Pode passar.

Aí, o senhor já está bem acompanhado, até mesmo o Governador de São Paulo já entrou na jogada, está lá o Sr. Nelson Wilians...

Pode passar.

Tarcísio... Ó lá o Tarcísio... Está recebido lá...

E esse aí é o Fusca, viu, Relator? Esse é o Fusca.

Oitenta mil reais, né? Um brindezinho para o Governador Ibaneis.

Bem, veja bem... Eu quero dizer que eu não entendo por que é que o Careca e o Camisotti estão presos, e o Nelson Wilians e o senhor não estão presos. Eu, às vezes, fico me perguntando por quê, porque eles se misturam tudo.

Quando você vai olhar os RIFs, tem também negociação do senhor junto com o Camisotti e tem negociação com o Nelson Wilians. Os RIFs se misturam ali – nós ainda vamos ver o RIF do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pra mim, é uma organização, eu não diria criminosa, porque isso está sendo investigado, mas uma organização que atua junto, num escritório que movimenta milhões, e os dois estão soltos: o senhor e o Nelson Wilians.

Eu acho que são relações políticas, e ali nós vimos que são relações políticas mais permanentes do que o senhor próprio pode colocar.

E eu peço pra passar, então, o próximo.

Essa aí... Passe... Esse vídeo vai mostrar essas relações que o senhor tinha, que eram relações... Pode passar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – São relações lá na festa do Lide...

Aí tem vários políticos que se aproximam, o senhor vai fazer um pronunciamento, agradecendo a todos...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O Presidente da República é o Ibaneis, mas ele ficou assim meio indeciso porque tinha o Ratinho também. Então tinha o Ratinho no Paraná, o Ibaneis, ele ficou na dúvida, mas foi mais no Ibaneis ali. Mas são as relações políticas que ele vai se alimentando delas.

E passa o último, então.

Aí em relação às doações de campanha. O Relator gostou de falar que tinha doação para o PT, mas ele não explicou quem era Maria Victoria. A Maria Victoria recebeu R$200 mil, e o pai dela é o Ricardo Barros, que o senhor disse que, a pedido dele, o senhor investiu na campanha dela, a única fora de São Paulo, com R$200 mil.

Aí eu queria entrar realmente nas articulações políticas que são feitas. Geap, quem estava lá inicialmente era o Camisotti e o Nelson Wilians. Eles ficaram lá no Geap. Do Geap, eles saíram e fundaram a Ambec. Aí que eles começaram a se enriquecer. E em 2021, o Oliveira – pumba! – deu para eles o certificado para fazer a exploração do dinheiro dos velhinhos. Foi aí que Camisotti

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também Nelson Wilians deram uma alavancagem. Tem até pessoas dizendo que ali eles passaram a doar para dízimo. Vocês vão ver um filme desse dízimo, viu? O dízimo, então, alavancou a vida deles de tal maneira que eles passaram a crescer na vida em nome de Deus, e mais e mais recurso dava e mais dízimo dava, mas foi tudo a partir da Ambec. E olha que da Ambec, eles saíram de lá, aliás, não saíram, continuaram na Ambec, mas tinham muita relação, Deputado Pimenta, com a Covaxin. Lembra da Precisa Medicamentos, da CPMI... Da CPI da Saúde? Deputado Randolfe se lembra bem disso. E quem estava lá? Camisotti.

Não é possível que o Sr. Fernando Cavalcanti não viu nada disso em toda essa relação que ele tem com Camisotti, essa relação que tem com Nelson Wilians, essa relação que tem também com Ricardo Barros. E lembrem que Ricardo Barros... Eu passei aqui um filme da vez passada e não foi à toa, é porque o Ricardo Barros estava envolvido já com a Sudamerica, que é aquela empresa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... é aquela seguradora que já o Procon, em 2019, tinha denunciado ao Ministro da Justiça, que a gente não pode falar o nome – ah, hoje pode, que ele não está aqui –, que era o Sergio Moro, que não fez nada e não levou à Polícia Federal.

Então, você vai fazendo as ligações políticas e vai vendo a ligação: Geap, Ambec, Covaxin, Camisotti, Fernando Cavalcanti, Careca... E ele não conhece o Careca. O Careca é um mistério. Ninguém conhece o Careca. Nem o filho do Careca... E os dois vêm me contar uma lorota, que o filho do Careca tirou foto com a Ferrari vermelha, que pertence ao Cavalcanti, por um acaso. Ele na rua, em Brasília, viu aquele carro bonito e tirou uma foto. Foi isso que o Careca nos falou e hoje fala também o Fernando Cavalcanti.

Então, pessoal, olhe a mistura política que vai acontecendo nisso, e a gente entende, Presidente, por que uns ainda estão soltos e não deveriam estar. Mas os aposentados, esses, sim, tiveram um prejuízo enorme e apenas agora estão sendo ressarcidos.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Rogério Correia.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, quero perguntar, então, ao Fernando: o Nelson Wilians, ele esteve aqui e disse que não tem qualquer participação no roubo do INSS. Ele repetiu diversas e diversas vezes aqui, para todo mundo ouvir, que não tem nada a ver com o objeto desta CPMI.

Se ele não é o culpado, então, quem seria o responsável, Fernando? (*Pausa.*)

Bem, evidente que, quando fica em silêncio, a população vai dizer o quê? Que podem ser os dois. Eu pergunto isso porque, de acordo com o relatório de inteligência da FC Negócios e Investimentos, e eu imagino que FC seja Fernando Cavalcanti...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, Senador Izalci.

Para constar nos autos, o senhor vai dizer para ficar em silêncio no microfone, por favor.

Pois não, senhor.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Ele vai ficar em silêncio com relação a tudo, o direito é de silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, pois não, mas...

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – ... partir do momento em que ele falar, ele já não está em silêncio. Então, ele vai ficar em silêncio com relação a todas as perguntas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Ele vai ficar em silêncio com relação a tudo, Excelência.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutor, ele tem que se manifestar dizendo que...

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Ele não se manifestará a respeito de nenhuma pergunta que for feita, porque ele já invocou o direito ao silêncio, e permanecerá em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode, por gentileza, colocar aí também para a gente constar nos autos aqui? Para que não restem dúvidas.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO – Pois não.

Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, considerando o conteúdo da legislação feita por esta Casa, o Fernando se manterá em silêncio a partir deste momento, não respondendo sequer "sim" ou "não", porque "sim" ou "não" é quebrar silêncio. E não haverá mais nenhuma manifestação, seja" sim" ou seja "não".

E vale lembrar que V. Exas. derrubaram, há pouco tempo atrás, o veto que havia sido feito com relação à Lei de Abuso de Autoridade, dizendo que permanecer interrogando quem é investigado após ele silenciar-se configura crime de abuso de autoridade.

Então, com base nessas razões, peço a compreensão de V. Exas., obviamente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO – ... que não está este advogado a querer cercear ou censurar a palavra de V. Exas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Excelência. Doutor...

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO – ... mas apenas para que ele possa se valer do direito de permanecer em silêncio. E aí não precisa dizer "sim" ou "não", se o silêncio já está manifestado.

Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – ... esclarecimento aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Thiago, o que se pede a ele não é "sim" ou "não". O que se pede a ele é apenas que ele diga que vai ficar em silêncio.

O SR. THIAGO MACHADO DE CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Mas ele já disse.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas é uma posição que nós temos aqui. Todas as vezes que for perguntado, ele não precisa dizer, mas ele tem que dizer: "Recolho o meu direito de ficar em silêncio", por gentileza.

Vou pedir essa colaboração de V. Exas., porque é a parte que nós temos aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – O advogado é advogado, ele não é Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Portanto, o advogado não se dirige à Comissão. O advogado se dirige ao Presidente da Comissão em matéria de questão de ordem. Aos Parlamentares, reporta o dito o Presidente. Apenas para ficar claro, cada um na sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, mas peço ao Dr. Thiago a consideração de nós deixarmos nesta sequência, porque ele vai dizer com clareza: "Vou ficar em silêncio". Somente isso, o resto, eu respeito plenamente a decisão dele.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Volta o tempo do Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos para o Senador Izalci, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Obrigado, Presidente.

Bem, e por que eu estou dizendo isso? Porque o Sr. Nelson Wilians mandou uma correspondência aqui para a CPMI – acho que todos aqui têm conhecimento –, mas ele diz aqui que a relação profissional com Maurício Camisotti sempre ocorreu dentro dos limites estritos da advocacia, cliente de um lado, advogado do outro, negócios privados com empréstimo anterior... Então ele fala aqui: negócios privados, com empréstimo anterior e aquisição de um imóvel de 2022. Então, ele documentou isso. E ainda disse aqui na correspondência: quanto à Ambec, o escritório atuou apenas em demandas consumeristas, em uma relação contratual por aproximadamente 90 dias, encerrada no início de 2023, por ausência de pagamento de honorários.

Então é só para lembrar, porque aqui foi dito que não havia nenhum contrato com o Camisotti.

Bem, é importante as pessoas saberem que a análise dos documentos aqui foi destinatário direto de transferência que soma no mínimo 28,1 milhões vindos da conta do Nelson, ou seja, o Nelson Willians transferiu para o Sr. Fernando 28,1 milhões.

Os relatórios detalham o recebimento de 4,4 milhões, 5,5 milhões, 10,5 milhões e 7,6 milhões em diferentes períodos.

A título... eu ia perguntar a que título o senhor recebeu essas contas pessoais – foram 28 milhões do Nelson, do qual o senhor já era sócio. Eu queria saber a origem desses 28 milhões.

O relatório também diz, cobrindo o período de outubro de 2022 a outubro de 2023... aponta que o senhor foi beneficiado com 170 transferências, que totalizaram R$10.556.282,53. Que serviços ou resultados justificam o pagamento dessa magnitude em apenas um ano?

Uma aqui que eu acho que não tem nenhum problema em responder: além de receber esses milhões, o senhor transferiu R$832.537, via Pix, para uma pessoa chamada Pablo Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sua relação com o Sr. Pablo Marcelo e qual a natureza deste pagamento? Pode responder pelo menos essa? (*Pausa.*)

Pablo Marcelo.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Em respeito à Presidência, eu, a partir deste momento, ficarei em silêncio e não responderei absolutamente nada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k.

O senhor disse aí ao Relator que houve uma transferência – e tem o documento da transferência – de R$200 mil para o Maurício Camisotti.

É evidente que a gente queria saber exatamente mais detalhadamente que negócio foi esse. São 200 milhões de quê? Foi serviço prestado, comprou alguma coisa, vendeu alguma coisa? Qual é a origem dessa relação aí com o Maurício Camisotti?

O senhor tinha conhecimento de que Maurício Camisotti era investigado e mantinha relações financeiras com outras pessoas ligadas às apurações irregulares de contratos públicos. O senhor disse, por diversas vezes, que viajou, encontrou com ele em viagens...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... Maurício Camisotti.

É impossível, após a apresentação desse monte de contratos aí de empréstimos... aqui na carta que o Nelson mandou aqui para a CPI, ele disse que tinha apenas um empréstimo – um empréstimo – anterior e que o resto foi a compra do imóvel. Só que aqui são milhões e milhões: 200 milhões, 400 milhões, 300 milhões de repasse.

Então, aqui ainda, como procurador com poderes de representar legalmente a empresa, o senhor tinha conhecimento ou autorizou os saques em espécie, em dinheiro, de R$40 mil em dias seguidos, uma prática clássica para evitar controle de atividade financeira? Houve vários saques em dinheiro na conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório do Coaf aponta que a firma de advocacia usava a FC Negócios para dificultar a identificação da destinação dos recursos. Na sua função de procurador e sócio de ambas, o senhor estava diretamente envolvido na elaboração dessa estratégia.

Eu gostaria de saber como o senhor conseguia fazer esse exercício de transferência. Toda vez que entrava recurso do Nelson Wilians – e era muito recurso –, esse recurso automaticamente voltava para as contas do Nelson Wilians, que teve aqui valores de bastante relevância.

E gostaria mesmo... o senhor disse aqui que estava... que teve um momento que o senhor estava deprimido. Essa depressão foi em função da saída da sociedade com o Nelson Wilians? O senhor como Vice-Presidente da Nelson Wilians Advogados, em 2019, coincidindo com o início das investigações financeiras...

Qual foi o real motivo da separação da sociedade com o Nelson Wilians? (*Pausa.*)

Não vai responder a nenhuma? (*Pausa.*)

Está bom.

Então, deixe-me só aqui... Passar aqui, Presidente, mais algumas informações... Acho que o Relator já tem também... Mas, pelos relatórios que nós temos aqui, o recurso era desviado totalmente, eu não sei se em termos... O contador... Eu não entendi, queria até aprender e ver como funciona isso, porque é um supernegócio. O dinheiro entrava no escritório, esse recurso era repassado integralmente, chegou a ser 450 milhões para essa FC, e, na sequência, por exemplo, em 2019, foram 118 milhões, e no mesmo dia transferiu 115 milhões para conta do Nelson. Alguns 584 milhões – no mesmo dia transferiu os 584 milhões. Que negócio é esse dessas transferências? Porque realmente ou a Receita Federal ainda não conseguiu chegar a essa... Não sei. Aqui, inclusive, tem um Imposto de Renda. Está aqui, na declaração de Imposto de Renda, tem um crédito com o Maurício Camisotti. Nelson Wilians tem um crédito de 35 milhões de Imposto de Renda, com relação a isso.

Então, essas operações... Não dá para acreditar, realmente, que não tinham nada a ver com a Ambec e com esse... Com essa máfia que foi construída partindo principalmente aí do Maurício Camisotti, com essas empresas noteiras, empresas também de parentes, em que foram totalmente desviados os recursos para esses parentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria muito que o Fernando pudesse, de fato, explicar isso. É a grande oportunidade que ele tem, porque pelo que a gente vê aqui nas informações, ele era apenas um administrador economista, não era advogado, mas era economista, e que trabalhava com toda essa organização.

Então, acredito que essa negociação que foi feita com relação à transferência de recurso... Não é possível que volumes como esse... E sabendo que o Maurício Camisotti, pelos contratos que estão aí, porque, pelo que o Nelson declarou, não tinha contrato nenhum, só tinha um empréstimo, que foi o anterior, mas, pelo que eu ouvi o Relator lendo, tem vários outros empréstimos na correspondência dele. Será que esse documento foi feito antes ou depois?

Era importante, inclusive, Relator, talvez pedir uma análise dessas assinaturas para ver se essa assinatura foi feita lá atrás ou se foi agora após as investigações, porque na própria declaração do Nelson Wilians, que esteve aqui, no documento, ele disse que só tinha um empréstimo lá atrás e que foi dito aqui que eram 3 milhões, alguma coisa assim... Mas eu estou vendo que teve empréstimo de 60 milhões. Provavelmente, vários outros empréstimos. Então, acho que valeria a pena também identificar isso.

Agora, só reforçando, pelo que eu entendi, o advogado pode orientar, foi dito aqui que não tinha nenhum contrato da Ambec com o Nelson Wilians. Foi dito por ele. E o próprio Nelson mandou um documento dizendo que tinha um contrato com a Ambec. Então, se ele esqueceu ou se realmente ele quis esconder isso, pelo menos para ficar... Para não ficar dúvida de que ele mentiu aqui. Desse contrato com a Ambec, o senhor tinha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ...conhecimento? (*Pausa.*)

Sr. Fernando, tinha conhecimento que existia esse contrato com a Ambec? Porque o senhor disse aqui que não tinha. (*Pausa.*)

Relator, V. Sa. não perguntou, mas, de fato, é para registrar isso – né? –, que existe aqui realmente um contrato com a Ambec, assinado com o Nelson Wilians e que foi encerrado em 2023. Não é possível, como gestor de tudo isso, não sabia que o Nelson Wilians tinha uma relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito forte com o Maurício Camisotti e com a Ambec, porque o contrato era com a Ambec, cujo dono, o grande mentor disso aí era exatamente o Maurício Camisotti.

Então, eu achei que a gente ia ter aqui as respostas todas, mas lamentavelmente vamos sair daqui ainda com essa dúvida, se foi o Nelson agora ou se foram os dois que estavam comprometidos com isso.

Eu já não tenho mais dúvida, porque quem cala, consente; e acho, então, que está também comprometido com essa operação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra, o Deputado Beto Pereira.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Para interpelar.) – Nobre Presidente, nobre Relator, Sr. Fernando, eu comungo aqui de que essa é uma oportunidade ímpar para que nós possamos não sair daqui com um juízo de valor, mas formar aqui um juízo de valor. E, veja bem, Fernando, quando o senhor decide por não responder, e aqui nós estamos falando de Parlamentares e cada um deles é um interrogador, então, por isso, é importante todas as vezes o senhor repetir que não vai colaborar com as respostas; por isso, essa resposta tem que ser periodicamente feita.

Eu gostaria de estar aqui, neste momento, fazendo perguntas onde me deixou alguma dúvida. Agora, a partir do momento que o senhor decide, por si só, não responder mais às perguntas, eu vou começar a fazer um juízo de valor aqui, algo que não seria, aqui, neste momento, o mais correto.

Mas o senhor disse que não participava do quadro associativo do escritório NW porque não era advogado, e o senhor precisava tirar notas fiscais para receber a cota-parte daquilo que o senhor tinha participação, diferente do seu salário, que era de R$51 mil na carteira assinada, mas isso acontecia de forma periódica. O senhor tirava – o senhor tirava – essas notas fiscais de uma única empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não vai responder, mas o senhor, de forma recorrente, tirou notas fiscais para a empresa FAC, empresa essa que não possui sequer um funcionário e empresa essa que V. Exa. decidiu, por si só, a ela imputar o patrimônio – o vasto patrimônio – em carros.

O senhor também disse aqui que sabia... Que tinha amizade, uma relação pessoal de viagens, de jantares com o Sr. Camisotti. Nessa relação, em momento algum o senhor sabia da relação do Camisotti com os descontos associativos do INSS? Vocês nunca pararam na mesa para jantar ou para viajar e discutir isso? É algo que fica difícil de a gente acreditar, é algo difícil de a gente compreender.

Mas vamos aqui na narrativa principal. O senhor chega a Brasília, depois de ter passado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tendo lá um salário de pouco mais de R$5 mil, e começa uma relação com diversas figuras no Planalto Central. A partir desse momento, o senhor tem uma ascensão vertiginosa nos seus negócios, na sua receita e, consequentemente, no seu patrimônio. O senhor deveria de alguma forma estar muito bem lastreado, porque em algum momento isso iria explodir. E explodiu. E agora não tem como ocultar.

Agora, o senhor fala... E eu prestei atenção porque essa fala é sua. Quando o Relator fez perguntas quanto a doações em campanha, o senhor falou em alto e bom som que todas elas foram lastreadas naquilo que é preconizado pela legislação eleitoral. O senhor distribui dinheiro de A a Z – 50 mil, 100 mil, 200 mil – e o senhor disse, na sua fala, que foram investimentos. Investimentos – e a palavra é sua –, investimentos com o que em troca? Era assim o *modus operandi*? O senhor investia em determinados nomes, em determinados partidos, em troca de contratos, em troca de facilitações? Era assim que o senhor operava?

A casa que o senhor tem em Brasília, o domicílio que o senhor aqui ostenta é justamente ou única e exclusivamente para o senhor fazer contatos e ter facilitações em desvio de dinheiro público? É isso o que o senhor ostenta? É isso que o senhor vendia? É por isso que o senhor recebia? Essas são as indagações que todos nós estamos tendo aqui como verídicas, essa é a narrativa que o senhor está deixando transparecer para todos nós.

Ao final de tudo isso, quando estoura, quando estoura a operação da Polícia Federal, o senhor vem aqui também – com palavras do senhor – e diz que, em algumas empresas, neste momento, o senhor está fazendo a desassociação de Nelson Wilians. Então, naquele momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de crescimento, naquele momento de grande ascensão, o Nelson Wilians foi um grande parceiro do senhor na construção dessa carreira e dessa trajetória tão vitoriosa. Nessa hora, nesse momento em que suja o cenário, o senhor abandona, larga, deixa de lado aquele que foi o seu "papi", que foi o seu irmão, foi o seu sócio.

Portanto, hoje, aqui se demonstra claramente: nos momentos de felicidade, nos momentos de vinho, nos momentos de viagens, no momento da champanhe, o Nelson Wilians era um grande companheiro, o Camisotti era um grande companheiro, mas, neste momento, não faz bem para a sua imagem carregar com ele uma associação formal, mas, talvez, essa associação permaneça na informalidade ou aí naquilo que está escondido embaixo de tapete, de edredom, de qualquer coisa que seja.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado ao Deputado Beto Pereira.

Pergunto ao Plenário se fazemos um intervalo agora às 19h ou se posso dar mais uma sequência?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Não, vamos seguir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, sua voz também está baixinha?

Presidente, a gente vem para esta Comissão com a expectativa de ter respostas, e eu vejo o depoente, eu, como Coronel da Polícia Militar, mulher e uma das autoras desta CPMI... A tristeza de ver a covardia do depoente, porque não foi covarde para comprar vinho de milhões, não foi covarde para comprar carros luxuosos, não foi covarde para comprar cotas de aviões, não foi covarde para fazer viagens internacionais, mas está sendo covarde de responder à população brasileira, está sendo covarde de não colaborar com esta CPMI, que está buscando simplesmente chegar aos principais acusados. E eu faço uma pergunta para ele, Presidente, já que ele não quer responder: se a covardia dele está baseada em esconder o real criminoso ou se ele é o real criminoso do roubo dos aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá para os Parlamentares ficarem se dedicando tanto quando a gente acha depoentes que chegam aqui, com um suposto currículo espetacular, e no primeiro momento declaram que as ações dele estão baseadas em uma *compliance* das suas empresas, mas que ele mesmo não aplicou isso na prática. Ele nem sequer teve cuidado das empresas dele, ele foi contratado e ganhava muito bem para fazer *compliance*, cuidar, organizar as empresas dos principais acusados do roubo dos aposentados e, na própria empresa dele, ele não deu conta de fazer isso? Então, eu gostaria de perguntar para o depoente: para que serviu o *compliance* na sua empresa? Você não é o responsável por organizar ou você é apenas um fantoche, é um faz de conta? Está quem por trás de você? Quem vendeu a sua imagem como um excelente administrador, economista? (*Pausa.*)

Depoente, Sr. Fernando Cavalcanti, a Polícia Federal encontrou dinheiro em espécie, apreendido em sua residência durante a operação de setembro de 2025. Houve qualquer movimentação financeira em espécie ou bens de luxo relacionados a recursos provenientes dos descontos dos aposentados e pensionistas? (*Pausa.*)

Eu fico com dó do Sr. Fernando, porque, na hora em que ele sair na rua... Apesar de que ele não anda no meio nosso; o negócio dele é andar em ponte aérea, *shoppings*, empresas de alto luxo.

Quando é que você vai ter coragem de olhar no olho da população, quando você tiver que passar numa rua, numa avenida, e as pessoas começarem a apontar o dedo para você, para a sua esposa, que também está envolvida nisso, porque você não teve coragem de declarar tudo que foi perguntado? Você está escondendo o quê? Você está protegendo quem? (*Pausa.*)

Há alguma ligação comercial ou societária entre suas empresas e a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares, a Conafer? (*Pausa.*)

Você já teve alguma reunião com o Presidente da Conafer? (*Pausa.*)

Já passaram, nas suas negociações financeiras, empréstimos ou recebimentos partindo da Conafer? (*Pausa.*)

Em virtude do silêncio do depoente, as perguntas que a gente for fazer aqui, ele não vai responder, mas eu tenho certeza de que a população que está nos acompanhando... Quando esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

homem passar na sua frente, perguntem para ele se ele teve coragem ou a covardia que se abateu sobre ele foi maior do que o roubo que ele fez em relação aos aposentados e pensionistas.

Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti faz a história no Brasil como participante do maior crime contra a população brasileira. Deve ser responsabilizado, sim. E a população tem que aproveitar, quando ele estiver na ponte aérea, nas estradas da vida e na rua, para cobrar dele essa responsabilidade.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Coronel Fernanda.

Eu suspendo a sessão por 30 minutos.

(*Suspensa às 19 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 45 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Na sequência, com a palavra o Deputado Alencar Santana.

Ele não está presente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Quase, Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por dez minutos, Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Sr. Fernando, o senhor fez um almoço, entre outros, pelo que mesmo falou, recebeu em sua residência autoridades políticas. Tem algum Deputado ou Senador que está presente nesta sala e que se fez presente num dos almoços que você fez do Lide? (*Pausa.*)

É... Parece que ele está protegendo alguém. Saberemos em breve se está protegendo ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, colegas Deputados, todos que nos acompanham, servidores desta Comissão, em especial os aposentados e pensionistas e aqueles que foram lesados por essa tramoia, por esse roubo, em respeito a vocês, aqui eu vou fazer um depoimento, porque, na semana passada, foi contada aqui uma mentira. Uma pessoa tentando se desvincular da relação dela com a entidade Conafer fez uma acusação mentirosa, dizendo que minha chefe de gabinete esteve na sede da Conafer. Isso jamais aconteceu. E vou provar aqui. A pessoa, apesar da sua idade, não tem compromisso com a verdade, e digo isso aqui do Senador Izalci. E aqui vou demonstrar a relação dele.

Parece que a Conafer publicou matérias tentando, não sei se defendê-la, mas provavelmente tentando defender alguém, talvez, defender aquele que a defende nesta CPMI e ao longo desse tempo de atuação Parlamentar aqui na Casa, nos episódios quando envolveram projetos envolvendo descontos associativos ou não.

Já falei da emenda apresentada pelo Senador, que tentou, ainda em 2019, mesmo dizendo que sabia de irregularidades e que teria comunicado ao ex-Presidente Bolsonaro, mesmo assim fez uma emenda para não ter revalidação, zerar – zerar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Olha que contradição!

Ele dizia que sabia, que estava tomando medida – o Governo Bolsonaro – para acabar com irregularidades, mas ele fez uma emenda para acabar com a revalidação. Contradição imensa.

Pediria que mostrasse aqui um vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Isso aqui é a matéria da Conafer, que ela publicou na sexta-feira à noite, 3 de outubro.

Está lá, foi mais ou menos 9h da noite. E a foto que ela mostrou anteriormente...

Para um pouquinho, por favor. Pode parar o vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A foto que ela mostrou, que o Senador mostrou, não está mais naquela matéria inicial. Não sei se alguém passou para ele, onde ele achou, ou se eventualmente alguém da Conafer que trouxe ao seu conhecimento.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Aqui ela faz um texto dizendo da seriedade, do trabalho, isso e aquilo, da relação política.

Continua, por favor.

Está no *site* dela.

Continua.

Continua, por favor.

Vou deixar tudo no meu *site* depois, na minha página, quem quiser ver detalhes.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Aqui, para um pouquinho... Não, não, continua.

Continua, continua.

Continua, por favor.

Aí, volta um pouquinho só, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ali ela cita gabinetes onde a assessoria da Conafer esteve presente... Ah, está aqui, tem mais Deputados desta Comissão – pode continuar um pouquinho – e Senadores também.

Para um pouquinho, para, para.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O engraçado é que na matéria não consta o meu nome. Na matéria não está o meu nome.

Pode voltar, por favor. Está em ordem alfabética.

Pode voltar.

Pode voltar.

Aí.

Bom, meu nome não aparece lá. Meu nome...

Está lá até do Relator. Viu, Senador Izalci? Está lá do Relator, está lá da delegada também e de outros aqui.

Continua, por favor.

E tem várias fotos.

Pode passar para o próximo.

Tem vários nomes de Senadores e Deputados.

Pode passar.

Pode mostrar o outro vídeo agora, por favor.

Aí, ao final, tem inúmeras fotos – inúmeras fotos. Aquela pessoa foi no meu gabinete numa segunda-feira – meu gabinete é de portas abertas, e a gente sabe que no gabinete aparecem diversas pessoas –, e foi lá dizer... Apresentar a entidade, pediu uma foto, tirou, e não tem problema nenhum. Agora, em nenhum momento eu estive com qualquer dirigente da Conafer.

E o engraçado é que, das fotos que estão no *site*, quem tem foto com o Presidente da Conafer, entre outras pessoas, algumas, é justamente o Senador Izalci. Olha lá que bonitinho ele está, de camisa azul claro e azul escuro. Está lindo, Senador. Parabéns! É mais uma foto sua com o Presidente da Conafer, a entidade que provavelmente pediu que o senhor fizesse essa emenda...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... em 2019, acabando com a revalidação dos cadastros dos aposentados e pensionistas pelas entidades laranja que fizeram a festa adiante.

Próximo material.

Essa é a emenda que eu já mostrei e repito: ele faz a emenda aqui, e a justificativa da emenda – a justificativa – é uma defesa da roubalheira que foi praticada por essas entidades.

Leiam, senhoras e senhores, senhor aposentado, senhor pensionista que foi lesado, quem tiver curiosidade. Leiam esse material, estará na nossa página.

A justificativa é uma defesa do *modus operandi* das entidades que roubaram os aposentados e pensionistas, ali defendendo as entidades, dizendo que elas não poderiam ter o trabalho de recadastrar, que seria um prejuízo para as pessoas. Prejuízo foi o roubo que elas tiveram.

Continua, outro material.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Senador... Para um pouquinho.

O Senador faz ilação dizendo que a minha assessora teria ido ao gabinete da Conafer, quando é o inverso: Conafer, visitando gabinetes, passou no nosso.

O engraçado é que, nessa carona... Eu falei na outra, na semana passada: não tem problema dar carona, não tem problema a gente cumprimentar alguém. Nós tiramos fotos em diversos locais, vamos em eventos, vamos nisso e naquilo, acontece na nossa vida política, e a gente não pede antecedente, nada, para tirar uma foto com alguém.

O engraçado é que, nessa carona, senhora, antes de prosseguir, o Senador chega, o Presidente da Conafer está indo, cumprimenta o Senador aí na frente, cumprimenta duas pessoas no banco de trás, e a vaga do passageiro na frente está vazia, disponível, esperando a pessoa importante – que era para o Senador – do Presidente da Conafer! Olha tanta intimidade, carinho e respeito! E respeito pelo Presidente da Conafer.

Continua, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Seria ele o chofer da Conafer ou o advogado da Conafer? Da bancada da Conafer aqui?

Ó lá, olha, vai para a vaga da frente, já está aguardando ele. Olha só! Parece que o chefe está chegando... É muita intimidade, é muito carinho, é muito cuidado, é muito zelo! É muito zelo! É um carinho especial, de fato, que foi tratado um Senador dar carona dessa maneira. Parabéns, Senador! Parabéns! Olha o carinho, todo o cuidado.

E mais uma, por favor.

Isso daí também é uma das matérias que... Estava na ordem contrária.

Pode passar mais uma.

Olha só no finalzinho!

Só um segundo.

Ele se sentou em uma mesa ao lado do Senador Izalci. Ele quem? O depoente que aqui está, na casa do depoente, no almoço que o depoente fez e, segundo a matéria, um almoço de luxo. Aliás, o depoente ostenta o luxo, assim como o seu sócio e ex-sócio, dando um tapa na cara do povo brasileiro. Parece que o dinheiro foi fácil, ganhou fácil e ostenta o luxo, não sabe nem o número de carros que tem, apesar de serem carros não do dia a dia, comum na vida das pessoas, mas, não, todos carros extraordinários.

Continua, por favor.

A outra. (*Pausa.*)

Bom, a outra era a manchete da participação do nome do Senador no almoço realizado pelo depoente.

Como eu falei, não tem problema ter foto, eu não vou colocar em dúvida, colegas Deputadas e Deputados que porventura tiveram a visita de um membro, de um funcionário da Conafer em seu gabinete, como o próprio Relator, segundo a matéria da Conafer. Segundo a matéria da Conafer...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... também recebeu a visita.

E assim...

Ó lá: "CPI do INSS, almoço na mansão de Cavalcanti teve participação de senador da Comissão". E está lá o Senador Izalci.

Portanto, Senador, demais pessoas, colegas Deputados e Deputadas, servidores, todos aqui, nós temos que chegar à verdade, em respeito às pessoas que foram lesadas, roubadas, ao povo brasileiro que acompanha esta CPMI e merece aqui ter de nós uma resposta objetiva, franca, responsável e verdadeira. Por isso é que esse material todo estará na minha página, porque eu não tenho nada a esconder.

Agora, Senador Izalci, eu reapresentei a convocação do Presidente da Conafer. Repito, mais uma vez, espero contar com o seu apoio e voto para que a gente o convoque e ele traga para esta Comissão mais esclarecimentos importantes e necessários para que a verdade venha à tona.

Como disse a Delegada Fernanda, há pouco, perguntando para o depoente se ele conhecia a Conafer, com certeza, uma entidade importante... O Relator conhece.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, preciso...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Relator, não. Desculpe. O Izalci.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... o art. 14, Presidente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... fui citado de extrema má-fé e não é a primeira vez que o PT levianamente, acostumado com lista de furnas, de Odebrecht, de safadeza, cita o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Relator.

Com a palavra, por cinco minutos, primeiramente o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, mais uma vez, acusações levianas de pessoas que não têm credibilidade nenhuma, Deputado esse, inclusive, que recebeu, através do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emídio de Sousa, que fazia dobradinha com ele em São Paulo, recursos do próprio Fernando e também do Nelson Wilians, teve as contas reprovadas, em 2022, pelo TRE de São Paulo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Quem recebeu dinheiro da Conafer?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Do Fernando? Não fale mentiras!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar, V. Exa. já se manifestou, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, Presidente, são pessoas que não têm credibilidade nenhuma, como disse o Relator. Está nas listas da Odebrecht, da JBS e mais.

Todos os requerimentos... Eu fiz 324 requerimentos. Quem fez o requerimento de convocação da Conafer fui eu; da quebra do sigilo, fui eu. Quem apresentou também a quebra de sigilo da Contag, do Sindnapi... E agora está chegando, esse é o medo deles, porque agora vai aparecer exatamente para onde é que foi o dinheiro do Sindnapi, dinheiro sacado na boca do caixa, milhões de dinheiro e também da Contag.

Quem esteve aqui fazendo *lobby*, na época da medida provisória, foi a Contag, e foram 253 emendas, já foi dito aqui 10 vezes. Inclusive, 13 delas foram feitas pelos Deputados petistas que votaram contra a medida provisória. Então, esse discurso constante, irresponsável, que não tem a mínima credibilidade para fazer, acontece isso.

O depoente aqui disse claramente: a casa dele é uma casa de eventos. Quem fazia a agenda da Lide era o Paulo Octávio, que é o Presidente da Lide. Eu fui convidado, sim, para fazer palestra sobre reforma tributária. Dessa casa de eventos praticamente todos os Parlamentares de Brasília participam, porque todos os empresários ligados à Lide participam disso, com a presença do Governador, do Vice-Governador e de vários convidados que foram, inclusive, Governadores de outros estados.

Então, de uma forma leviana, as pessoas colocam essas imagens para depois fazer um videozinho com corte, sem resposta, com acusações, como esse caboclo aí faz. Eu não tenho nenhuma dificuldade, assino qualquer requerimento. Eu não faço aqui restrição seletiva, não. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo apresentei agora – agora, não; junto com os outros – sobre a FAEMG lá de Minas Gerais, a federação dos agricultores, e, por incrível que pareça, não foi aprovada a quebra de sigilo. Quero ver se eles assinam, independentemente de qualquer coisa, assinar a quebra de sigilo e também a convocação do Presidente lá da Federação dos Trabalhadores de Minas Gerais. Não foi aprovado.

Então, eles têm esse critério seletivo, eu não tenho nenhuma dificuldade. Inclusive, já notifiquei o ministério, a CGU, o TCU, suspendendo qualquer coisa, porque essa questão da Conafer foi em 2019, aliás, em 2017, a medida provisória da agricultura familiar. Então, não tenho o que esconder. Esse pessoal eu acho que não me conhece, esse pessoal acho que nunca viu. Eu estou na política há mais de 20 anos, não tenho nome na Odebrecht, nem JBS, nem Lei Rouanet, nem Carf, nada disso.

Então, eu fico indignado com isso, Presidente. Eu acho que a gente precisa, talvez, mandar isso para o Conselho de Ética, para a gente resolver essa questão lá...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Manda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... seja toda elas. Vamos resolver isso. Agora, na prática, é muita irresponsabilidade, o cara não tem noção. Como é que o cara acusa as coisas sem saber de nada?

É o simples fato de jogar ao vento para comprometer, porque sabe que, com os meus requerimentos, nós vamos chegar à quadrilha mesmo, a quem comandou esse processo. No Sindinapi, nós vamos chegar agora ao irmão do Lula, não é? E a gente sabe de quantos milhões que foram para os parentes. Tem lá já, na quebra de sigilo... É bom por isso. Na Contag, milhões e milhões... Inclusive, eu não entendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Foi aprovado... Foi colocado em votação aqui o requerimento da agência de turismo, que eu acabei de receber, na semana passada, mostrando que eles faturaram 5 milhões de passagem aérea superfaturada com a Contag. Aí se vota o requerimento, e nós perdemos por um voto. E houve comemoração aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos entrar nisto: consignado, seguro-defeso... Agora, no Maranhão, 131 mil pessoas foram tiradas do cadastro do seguro-defeso. Então, nós vamos chegar a cada um desses pontos. Eu sei que, no planejamento, nós estamos falando em desconto assistencial, mas na sequência nós vamos entrar no consignado e vamos entrar no seguro-defeso, porque aí nós vamos chegar realmente aos verdadeiros corruptos que tem aqui neste Congresso Nacional.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator por cinco minutos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu já estou acostumado com leviandade e "maloqueiragem", mas não vou admitir que meu nome seja enxovalhado. Eu quero repetir a reportagem que o Sr. Alencar Santana passou aqui para explicar o que ele mostrou aqui: é a má-fé descarada.

Por favor.

Essa Conafer é uma entidade bandida. Ela gosta de andar com bandido. Em um contexto nos últimos...

Por favor. (*Pausa.*)

Não; volta lá. Volta lá.

Não; volta lá.

"Nos últimos tempos, houve diversas [...] de inserir a Conafer em disputas [...]." "Nossa prioridade não é [...] é prática [...]."

Eu quero saber o que essa lista tem a ver, porque meu nome está aí. Eu quero só ver.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Pergunte para a Conafer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunto para a Conafer ou a "maloqueiragem" que botou?

Eu estou, Presidente, dizendo que eu não sei quem é essa Conafer. Já está pronto o indiciamento pela "maloqueiragem" e o roubo dos aposentados e pensionistas.

Agora, era a mesma coisa de eu pegar a reprovação de contas do Sr. Alencar Santana e dizer que 330 mil que ele teve que devolver foi porque botou no bolso. Eu não podia fazer uma ilação dessa. Não podia.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor não leu os autos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – R$19 mil vamos devolver...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, senhores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, Presidente, isso foi má-fé. Eu só queria deixar isso registrado porque eu não conheço Conafer. Se tiver aproximação com a Conafer, vai ser no final do relatório para poder pedir o indiciamento e a prisão dos que fizeram uso da entidade para roubar dinheiro dos aposentados e pensionistas. Nunca entrei em *site* de Conafer, nunca tirei foto com Conafer. Realmente não conheço essa entidade, até saber que essa entidade foi uma daquelas que roubou aposentado e pensionista. Se ela foi ao gabinete ou deixou de ser no gabinete, para mim não chegou isso aí.

Agora, terminantemente, Presidente, eu tenho visto aqui... E agora eu vou começar a ler currículo por currículo daqueles que me atacarem. Nunca fui para a garagem do Senado para receber delator. Nunca recebi dinheiro da Odebrecht, de Furnas... Nunca recebi. Nunca enriqueci com dinheiro do povo. Nunca fiz safadeza em nome de mandato e não vou admitir "maloqueiragem" com o meu nome.

Era isso que eu queria dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instantinho, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É mais uma razão para a gente convocar de novo a Conafer, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Só um instante, Deputado Alencar.

Srs. Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, enquanto nós estamos aqui nos atacando, os senhores estão observando o que está acontecendo aqui, mais uma vez, com o depoente de hoje. Nós estamos diante de um grupo bilionário que se organizou muito bem e que tem todo um aspecto legal muito bem montado para poder fugir das investigações e até mesmo das condenações.

E esta CPMI, nós aqui... O que a população que está nos assistindo espera é que nós tenhamos a capacidade de dar as respostas a que nós nos propusemos, que é investigar e dizer como o roubo aconteceu, quem roubou e onde está o dinheiro, só que eu percebo que, muitas vezes, isso acaba esquecido e, ao esquecer o nosso princípio, a nossa meta, o nosso objetivo, ao entrarmos aqui em questões de Parlamento, de intenções políticas, partidárias, nós estamos deixando escapar uma grande oportunidade, que é nós expormos à população brasileira tudo o que aconteceu na Previdência.

Nós estamos... Os senhores já viram aqui: nós estamos diante de uma quadrilha bilionária, uma máfia bilionária, que usou de laranjas, que depositou dinheiros em contas de empresas satélites, tudo está nos autos, e aqui tentando mostrar a responsabilidade de cada um deles, de todos eles.

Este é o momento em que o país... Especialmente neste horário em que, eu tenho certeza, milhões de brasileiros estão nos acompanhando, as pessoas querem saber o seguinte: o que aconteceu na Previdência? Como tudo isso foi possível? Quem são os responsáveis?

Eu peço, então, mais uma vez, aos Srs. Parlamentares: vamos buscar usar o nosso tempo no sentido de dar atenção ao motivo, ao mérito pelo qual foi criada esta CPMI, que é a investigação em torno da Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, os demais, as questões sobre diferenças de partido, vamos deixar isso para a eleição do ano que vem? Deixa isso para o ano que vem, 2026, porque aí a gente vai ter tempo suficiente para poder falar, cada um vai ter seu posicionamento, mas hoje...

Eu falo pelo que tenho visto, as viagens que tenho feito: as pessoas estão nos acompanhando, senhores, com expectativa, com esperança. Os brasileiros, nesta CPMI, estão recuperando a confiança de que uma investigação possa ser séria e levada a cabo. O Brasil está de olho, a nação está de olho em nós.

Portanto, eu gostaria muito de que nós nos respeitássemos e estivéssemos com tranquilidade.

Vamos nos unir para que a gente possa cumprir a nossa missão. Está certo?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente... No art. 14, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Não... Deputado, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ele que citou a minha conta eleitoral...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ele falou da minha conta eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Já deu, Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, de novo...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Já deu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – De novo, V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Deputado Alencar. Deputado Alencar...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Você foi respondido, rapaz. Você foi respondido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele foi citado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, deixa ele fazer...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Ele foi respondido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixá-lo...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, de novo, ele fez uma menção...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Zé Trovão, quem tem que...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... e V. Exa. não está dando o direito, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Zé Trovão, vai lá, senta na cadeira do Presidente lá, Zé Trovão, você que é valente...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, de novo está sendo parcial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – De novo, V. Exa. está sendo parcial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixa o Deputado fazer a solicitação dele. Faça a solicitação, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Já fiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, Excelência, não vou conceder porque V. Sa. foi respondido, V. Exa. foi respondido.

Com a palavra, o Deputado Zé Trovão.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A depender do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... V. Exa. decide de um jeito, se for outro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... V. Exa. decide de outro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É parcial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Eu decido aqui...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Com um Relator desse...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... eu decido aqui sempre pela igualdade de todos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... todo mundo em vez de se ater ao tema e V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Zé Trovão, por favor.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, eu quero começar minha fala aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu pedi...

Só um instantinho.

Eu já pedi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode zerar o tempo.

Eu já pedi para resolver o problema do ar-condicionado, porque eu estou reclamando que está quente já há bastante tempo. Fora o clima, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Entre os Parlamentares, não. (*Risos.*)

Nós precisamos esfriar um pouco a cabeça do pessoal aqui.

Zé Trovão com a palavra, por favor.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar o nosso nobre Relator, parabenizá-lo pela condução. Parabéns por não deixar o debate virar circo.

A esquerda gosta muito de fazer circo aqui. Falam, falam, falam, mas, na hora de aprovar requerimentos importantes aqui, eles votam contra. Eles votam contra. Sabe por que eles votam contra? Porque eles querem defender alguém. Se eles tivessem a capacidade moral, aprovavam-se, nesta Comissão, todos os requerimentos que foram colocados. Mas não, aqui já foi falado, eles têm os que eles têm que defender.

Sr. Fernando Cavalcanti, eu gostaria muito de ter um diálogo com o senhor...

Presidente, não consigo falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Estou aqui falando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio!

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... o cara perde a concentração.

Eu gostaria muito de ter um diálogo com o senhor e fazer perguntas, porque, quando nós fazemos perguntas e obtemos respostas, fica uma coisa sadia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que vai acontecer aqui agora, e não é do meu feitio, é que eu vou fazer apontamentos, e o senhor sairá como culpado de todos os apontamentos, porque o senhor não vai me responder.

O senhor, enquanto falava aqui ao Relator, 34 mil pessoas estavam assistindo, e os comentários eram os mais diversos. "Olha a tranquilidade, ele parece ser inocente", "eu acho que ele não tem nada a ver com isso." Porque o povo lá fora fica falando, fica comentando, enquanto nós estamos trabalhando aqui. E agora, de repente, o senhor se calou. E o que foi que aconteceu? O povo já está dizendo que o senhor tem ligação direta com o crime do INSS. Uma pena.

Mas eu quero fazer uma ressalva. O senhor disse ao Relator que o senhor não tem nenhuma relação de sociedade com a esposa de Nelson Wilians, e o senhor disse isso de maneira contundente: a Sra. Anne Carolline Wilians Vieira Rodrigues. Mas nós temos aqui um documento que diz que o senhor é sócio dela na NWPS Participações S.A. Esse documento diz que o senhor e ela são diretores.

E essa empresa não é uma empresa pequena, porque ela tem um capital de R$3,5 milhões. Então não tem como nós falarmos que uma empresa que tem um capital desse tamanho... É como eu disse, eu queria te perguntar, mas agora eu vou simplesmente afirmar o que está no documento, já que o senhor não vai responder. Uma empresa de R$3,5 milhões de capital, o senhor ter uma sócia e o senhor não saber dela, não existe isso, não teria possibilidade. Nem que essa empresa fosse uma empresa que tivesse um capital de R$50 mil, porque ninguém coloca R$50 mil numa empresa e não sabe quem são as pessoas ligadas a ela. Então isso nos deixa muito preocupado.

As empresas FAC Negócios, Valestrá Participações, US Empreendimentos realizaram transferências cruzadas de cerca de R$3,4 milhões em 2021 e 2024, de 2021 a 2024. E eu queria lhe perguntar: quais foram os contratos que estavam envolvendo essas transações?

O Baitaca é bom, mas nessas horas, não funciona, não.

Eu gostaria muito de saber quais são os contratos, mas como o senhor não vai responder, aí eu novamente tenho que afirmar. Empresas ligadas diretamente ao senhor, em que o senhor é proprietário ou sócio, fazem transações, e não existe sequer um contrato que especifique esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipos de transações, o que nos leva a crer que isso é lavagem de dinheiro. E dinheiro, digo ao senhor, infelizmente, dos aposentados.

Olha, entre março e abril de 2025, suas empresas realizaram saques em espécies de cerca de R$480 mil, e eu gostaria de também perguntar para o senhor quais foram os destinos. Por que esses saques ocorreram? Para onde foram feitos os pagamentos? Porque não é crime sacar dinheiro. Eu acho que ninguém aqui nessa sala deixa de ter uma reserva financeira dentro de casa, Luiz Lima – nem que seja de R$2 mil, alguém tem –, mas, quando se fala em montantes de quase meio milhão, ou alguns milhões, ou até alguns bilhões, nos levam a crer, novamente, Sr. Fernando... Não tendo resposta do senhor, eu estou fazendo uma afirmação de que isso é dinheiro criminoso, de transações ilícitas que envolveram diretamente o bolso do aposentado. É desse tipo de coisa que eu não gosto, de ter que fazer isso. E tenho aqui, inclusive, os dados de como foram feitos os saques. Todos estão aqui: sacados, parcelados, os valores. Tem tudo aqui no nosso relatório.

Me preocupa demais que, ao longo de todo o trânsito que nós estamos tendo aqui, Presidente, me parece que todo mundo que se senta nessa cadeira ou é inocente ou é desconhecido. Ninguém conhece ninguém: um não conhece o outro, o outro não sabe quem é.

Foi o que eu disse aqui para o Nelson Wilians, sócio do senhor: eu não vou o acusar de ser ladrão, não; não sou capaz de fazer isso, porque ainda não foi proferida a sua pena ou a sua condenação. Mas o que o senhor está fazendo aqui hoje, para nós, foi o mesmo que o sócio do senhor, que eu tenho, que eu tinha, tenho ainda... Porque não foi comprovado que ele é bandido... E eu disse para ele que, no dia que for comprovado, eu perco completamente o carinho que eu tinha pela pessoa dele. Tudo nos leva a crer que tanto o senhor quanto o Nelson Wilians foram os grandes responsáveis pela maior lavagem de dinheiro, porque é para isso que servem esses escritórios.

Hoje, no Brasil, é muito simples, Sr. Presidente. Quando o cara quer roubar, ele procura duas entidades: a que quer fazer o roubo com ele e a que vai lavar o dinheiro para ele, e, normalmente – normalmente – são escritórios de advocacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero lembrar aqui, já que é para ficar fazendo acusações levianas, Srs. Parlamentares de esquerda, que o Presidente do partido de vocês recebeu R$100 mil. Quem disse aqui foi o Sr. Fernando Cavalcanti.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Qual partido?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O PT recebeu R$100 mil.

Então, não venham com esse papinho furado, porque o que vocês querem aqui é colocar na conta do Bolsonaro, mas eu vou lembrar de novo aos senhores: o Presidente Bolsonaro assumiu a cadeira presidencial em 19 e entregou em 22, e o rombo que vocês falam, não chega a 1 bi, mas o de vocês passou dos 4,7 bi. De 2023 a 2025, foram 4,7 bi, que, sim, vocês dizem, enchem o peito: "que nós estamos pagando". Vocês não estão pagando nada, porque quem paga é o imposto que é tirado do bolso do brasileiro.

A única coisa que vai ser paga nesse crime é se um dia esses bandidos devolverem centavo por centavo, porque, enquanto isso não acontecer, não venha com esse papo furado para o meu lado.

Vocês estão aqui para ficar defendendo algumas pessoas e não se pode permitir isso.

Mas vamos lá.

Eu quero... Já fiz, inclusive, Sr. Presidente, a solicitação da acareação entre Fernando Cavalcanti, Nelson Wilians e o Sr. Maurício Camisotti. Nós já estamos protocolando isso. Eu quero a acareação entre eles.

Vou requerer também a quebra de sigilo – isso também foi feito hoje pelo meu gabinete – fiscal, de 2018 a 2025, de todas as empresas: FAC, Valestrá, US, NW Group, Master Prev e Reviver News.

Encaminhei também, vamos encaminhar... Estou encaminhando para a Comissão para que a Comissão encaminhe um ofício à CGU e à Receita Federal para cruzar as declarações fiscais.

Pedi também um ofício à PF sobre eventual vazamento de informação, porque, me desculpa, como eu disse aqui, não gosto de acusar ninguém, mas, um dia antes de uma operação, os carros, tudo ser guardado em outro lugar... Me parece um pouco suspeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí é o que eu falo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... quando a pessoa fica em silêncio, causa um problema, porque é muito mais fácil ser honesto com todos. É muito mais fácil falar, dizer: "Olha, não foi assim. Não foi desse jeito. Não tenho participação", e que, lá no futuro, fique provado nos autos.

Mas o que nós não vamos permitir aqui, senhores, e o povo brasileiro tem esse meu compromisso, é que ninguém faça dessa CPMI um circo.

Trabalhe como eu e a minha equipe e a equipe de muitos aqui trabalham, trazendo fatos, dados e números reais para que a gente descubra quem são os bandidos, para que a gente coloque na cadeia quem roubou o povo. Discursinho eleitoreiro... Faça-me o favor, senhores!

Então, Sr. Fernando, digo novamente ao senhor, e repito: enquanto não for provado que o senhor é bandido, eu não o chamarei de bandido, mas o senhor hoje, depois de um belíssimo trabalho que fez no início, acabou jogando a opinião pública contra o senhor. Não sei se o senhor está preocupado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Mas é uma pena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por cinco minutos a pedido do depoente.

(*Suspensa às 20 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 24 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dando sequência aos trabalhos, com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, só por...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Teve alguma resposta da... É impressão minha ou está um calor...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não; está muito quente. Já melhorou um pouco. Eles estão, até que... O pessoal da manutenção já está observando lá a nossa reclamação; a diretoria já veio. Já melhorou um pouquinho, mas ainda tem muito que...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem o calor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k.

Senhores, por favor.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu cumprimento o senhor e o Relator; cumprimento o depoente e o seu advogado – sejam bem-vindos.

Eu devo admitir que eu estou um pouco frustrada, porque eu também achei que esse depoimento traria informações, até pela boa vontade do depoente no início, mas eu entendo o teu direito constitucional. Eu vou fazer inferências e vou deixar um minuto para que, se você quiser comentar alguma coisa, você fique à vontade.

Mas me chamam a atenção algumas coisas nesse depoimento.

Primeiro: eu peguei o seu currículo, Sr. Fernando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gente, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu peguei o seu currículo no LinkedIn, que foi disponibilizado pelo senhor, e achei, assim... É muito bacana ver alguém crescer, vencer. Eu sou professora de empreendedorismo. Para mim isso realmente... Ver pessoas que se constroem e fazem é uma coisa muito interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo, aqui no seu currículo, que o senhor fazia venda consultiva e organização de vinhos no Grupo Pão de Açúcar, eu acho que em 2006, e ficou até 2018... Até 2008, e logo depois entrou no escritório do Dr. Nelson Wilians. O que chama a atenção é que, aparentemente, pelo seu currículo, você entra em 2009 como diretor institucional. Eu não sei exatamente como isso se deu, porque é uma diferença enorme, vindo de um escritório que tem mil advogados, e depois a gente vê assembleia legislativa, secretaria municipal de justiça, assessor da... membro da prefeitura, a Prefeitura Municipal de São Paulo, antes de voltar para o escritório do Nelson Wilians.

E eu gostaria... Porque com certeza alguém o indicou para tudo isso. Então, eu não sei se isso foi uma coincidência ou se isso realmente foi um *modus operandi* de fazer um plano e seguir o plano. É um esclarecimento que eu queria ter.

Agora, eu perguntei para o Dr. Nelson Wilians, quando ele esteve aqui... Porque eu estou com uma lista de empresas aqui do grupo onde o senhor ou é sócio ou é administrador, e são muitas empresas, muitas filiais. Eu entendo que tenha no Brasil inteiro, mas até... Por exemplo, Voar Aviation Táxi Aéreo; NW Negócios, Investimentos e Soluções; NW Corretora de Seguros – em que ou você é sócio, ou a sua empresa é sócia, ou você é o administrador. Isso choca, porque a gente está falando de 50 empresas! É muita empresa; muita.

Eu vou passar, até para... Eu queria um esclarecimento, até porque eu acho que as pessoas que nos assistem, Dr. Fernando, querem saber como funciona Brasília, né?

O senhor deu uma entrevista, e eu tomei a liberdade de pegar três trechinhos da sua entrevista, porque eu gostaria de fazer perguntas sobre ela. Então, eu vou pedir para passar o vídeo 1; são trechos curtinhos. Foi a que você deu no *podcast* Roteiros de Sucesso.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pode aumentar, por favor?

Pode voltar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, eu paro aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, esse vídeo um, eu acho que é só para... Assim, sendo muito franca – e me desculpe a franqueza, até porque eu queria até dialogar –, mas, para mim, não é nada factível... Até pela relação de proximidade, porque você saiu, em seis meses se tornou, assim, o dono do dinheiro, o diretor financeiro de um escritório enorme, que dizem que é o maior do Brasil, não é factível que o senhor desconhecesse todo esse esquema do INSS, na minha visão.

E agora o que me assustou nesse trecho... Eu sou Deputada Federal eleita por São Paulo e eu não sabia que ia fechar um pouco antes. Eu não tive conhecimento de nada, porque é informação sigilosa. Então, eu queria que o senhor comentasse um pouco essa questão desse relacionamento tão próximo com Governadores, com políticos, inclusive de informação sigilosa. Esse é o ponto um que eu queria saber.

Vídeo dois, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A minha outra pergunta é a seguinte. Existe, é muito bonito esse trabalho de emprestar mansão para político. A minha pergunta objetiva é porque todas as relações e esse emaranhado de relações, principalmente envolvendo os mesmos nomes, os mesmos políticos, ministros, tudo, é praxe, e eu queria entender qual é o objetivo de tudo isso: por que você tinha que encontrar com empresários? Fazia parte do seu serviço no escritório do Dr. Nelson Wilians trazer empresários para o escritório? Pelo que eu entendi foi isso. Mas daí falaram: "Não, não pode ser, porque isso fere o código de ética da advocacia". Isso era uma pergunta.

Terceiro vídeo, por favor, e último.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E aí, na verdade, eu tinha três perguntas, que são se o senhor tem relação próxima, de frequentar a Casa, de amizade, com algum Ministro do STF ou algum assessor ou familiar; ou com algum Ministro do STJ, com algum assessor ou familiar; ou com algum Deputado, Deputada, Senador. Porque, assim, a gente viu nesta CPI que isso não se trata de caso isolado, mas se trata de um grande esquema de poder e influência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E, ao que parece, Sr. Fernando, e falo isso de uma maneira respeitosa, você veio aqui para construir pontes com o Governo. Abriu sua casa para fazer ali um centro de articulação política empresarial, e você era o elo entre advogado, lobista, dirigente político... Isso não é coincidência, isso é *modus operandi*.

Enquanto isso, os velhinhos aposentados foram todos roubados dentro desse esquema criminoso, que é o que a gente está tentando descobrir aqui. E quando alguém quer lavar dinheiro aqui, acho que a lavagem de dinheiro, a grande lavanderia, eles já começaram falando, ou se faz através de escritório de advocacia – toda parede sabe – ou vendendo vinhos, porque é aquele valor subjetivo, ou fazendo leilão de gado ou com obras de arte. São as quatro grandes maneiras de lavar dinheiro.

Então, é uma pena que o senhor não tenha falado e eu espero que o senhor fale, em breve, respondendo as minhas perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agradeço à Deputada Adriana Ventura.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares...

Sr. Fernando Cavalcanti, espero que V. Sa. possa responder os questionamentos que farei aqui, porque respondeu às perguntas do Relator como quis, mais ocultando do que revelando.

O Sr. Fernando Cavalcanti, lá fora, é o "senhor ostentação". Aqui é o "senhor ocultação". Disse que identificou falhas na governança do escritório Nelson Wilians e que foi o responsável por redefinir a governança do escritório. Disse, em entrevista, que cuidou do financeiro inteiro do escritório – muito claramente. Aliás, seria melhor o Relator pegar as entrevistas dadas lá fora e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

reproduzir aqui, porque são muito mais cheias de conteúdo e revelações do que o depoimento em si. Mas aqui o Sr. Fernando se comportou como se não soubesse de nada.

Mas vamos lá. O Sr. Fernando Cavalcanti era funcionário do escritório e tinha salário, mas disse aqui que a maior fatia dos recebimentos era proveniente de participação por clientes que levava. Não passou batido. Eu observei bem. Ele respondeu *en passant* ao Relator. Ora, não é advogado, e a maior fatia do recebimento dos proventos ou daquilo que era sua cota-parte era em relação a clientes que levava ao escritório. Não era advogado, repito, não é, atuou como lobista, era *lobby*.

E agora a entrevista ali me parece revelar um outro dado. Veio para Brasília com uma missão – se não responde perguntas, fica a dedução –, disse que viria para Brasília porque Brasília era o centro geopolítico, o centro do poder, então, tinha foco na política e tinha foco no Judiciário, foi dito na entrevista ali agora.

E aí eu queria, Sr. Presidente, porque me parece que nós estamos diante de uma organização que misturou o dinheiro dos aposentados e dinheiro da jogatina, e eu vou explicar por que eu estou falando isso aqui, num grande esquema de lavagem de dinheiro – lavagem de dinheiro. E ele demonstrou saber de tudo, disse, fez a entrevista, e ali, além da ostentação dos carros importados, Ferraris, Mercedes, motos importadas e tantas outras coisas, as entrevistas davam demonstração de que não era um servidor qualquer, era o gestor-mor, era o CEO da empresa.

Mas eu pergunto – eu peço que coloque a imagem na tela – a V. Sa., Sr. Fernando Cavalcanti: conhece essa aeronave? Conhece esse helicóptero? Já voou nele? Sabe se o Sr. Nelson Wilians voou nesse helicóptero, já se utilizou desse helicóptero? Não quer responder nem objetivamente, olhando para a imagem? Vai vendo, Brasil. Está na imagem.

Esse helicóptero, Sr. Presidente, tem uma história. Esse helicóptero entra no Brasil, ele é importado, ele entra no Brasil na casa dos R$22 milhões; daqui a pouco, ele é comercializado por 24 milhões; mais um pouco adiante, ele é comercializado por 24,5 milhões; e, na quarta etapa, tem uma cessão de uso – e aqui começa a entrar a história. Qual é a cessão de uso? Ele tem uma cessão de uso não onerosa ao Sr. Nelson Wilians. Mas vamos além: essa cessão de uso demorou pouco tempo. Na sequência, há um distrato e uma venda, transferência de propriedade. Em 09/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

começou, de 24; em 25/10/2024, ele deixa de ser desse *leasing* e aí passa a pertencer, definitivamente, ao Sr. Nelson Wilians Advogados. Sabe por quanto, Sr. Presidente? R$6 milhões. Veja, todas as transações anteriores, na casa dos 22, 24, 24, agora R$6 milhões. Menos de 90 dias depois, esse mesmo avião, esse mesmo helicóptero é comercializado, ele é vendido, agora por R$15 milhões. Compra por 6 e vende por 15. Eu não sei qual nome se dá a essa transação, mas me parece estarmos diante de uma grande lavanderia.

Mas eu vou adiante. Com base em indícios e documentos já reunidos, o *modus operandi* atribuído ao Dr. Nelson Wilians... E eu queria perguntar ao depoente como testemunha; não estaria aqui fazendo acusações a ele. Ele foi o operador financeiro do escritório, ele disse para todos ouvirem ali: "Eu fui o responsável por toda a parte financeira do escritório". Portanto, o meu questionamento é como testemunha. Não estou o acusando, não é meu papel, mas é meu papel questionar.

Então, o *modus operandi* atribuído ao Dr. Nelson Wilians e ao seu entorno – uso de empresas de fachada, contratos de comodato, cessão de uso, arrendamento e laranjas para internalizar e esquentar recursos de operadores de apostas sediados no exterior – espelha a mesma engenharia que teria sido empregada por Maurício Camisotti, no caso dos desvios do INSS. Há, inclusive, elementos de que a advocacia mantida pelo grupo teria servido, em parte, como fachada para essa engrenagem. Tomo, como exemplo – coloca de volta a imagem do helicóptero ali, por favor –, o helicóptero PS-REH, um Airbus EC130 T2, cujo uso foi cedido ao Nelson Wilians e que depois comercializado. Comercializado para quem, senhoras e senhores? Atentai bem! Pixbet. Conhecem? Olha lá, na asa do helicóptero. Alguém conhece aquele símbolo que está ali? Alguém conhece o símbolo que está naquela imagem?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. *Fora do microfone.*) – Do Elon Musk?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – É o "x", mas é o "x" da Pixbet.

Ou seja, nós estamos diante de uma situação, Sr. Presidente... Eu pergunto ao Sr. Fernando Cavalcanti: o cliente que V. Sa. levou ao escritório Nelson Wilians é a Pixbet? V. Sa. disse que teve uma grande fortuna, que não queria declinar quem foi o cliente levado. Eu pergunto: como lobista, foi a Pixbet? Ou foi outra empresa do ramo de jogatina? Porque mudou de nome, tem dois nomes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

está aqui no relatório completo. Aliás, nada como dar um Google e nada como pesquisar o *site* da Anac, tem todas as informações, está todo o lastro probatório.

Então, nós estamos diante de uma situação, Sr. Presidente... E aí eu advirto o Sr. Relator dessa matéria, porque me parece que nós estamos diante de uma situação em que há o cruzamento de recursos oriundos, derivados dessa operação criminosa de assalto aos aposentados e de recursos que passaram por esse mesmo escritório, como instrumento de lavagem de dinheiro, remessa exterior, porque essas empresas têm base, têm ancoragem em Curaçau, fora do Brasil. Antes da regulamentação, todas essas transações aconteceram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... através do mesmo método utilizado pelo Sr. Camisotti no esquema dos aposentados.

E aqui, Sr. Presidente, daqui a pouco nós vamos ter que fazer esse cruzamento, porque me parece estarem sendo juntadas as duas coisas: o esquema de fraude aos aposentados e o esquema da jogatina, que se usou de estruturas e de escritórios para praticar a lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio.

Portanto, faço esse alerta!

Eu tinha muitas perguntas e eram perguntas ao depoente na condição de testemunha para trazer esclarecimentos sobre essas transações, sobre esses dados que tenho aqui em minha posse. Tomara que a gente possa, em outro momento, sem a proteção, sem a blindagem que está acontecendo com depoentes que estão vindo aqui, fazer as perguntas e termos as respostas que o Brasil espera de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Parabéns, Senador Marcos Rogério, excelente exposição.

Tenho certeza de que quem está em casa nos assistindo hoje entendeu bem mais de todo esse esquema de desaparecimento do dinheiro que foi roubado da Previdência.

Com a palavra o Deputado Marcel Van Hattem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Boa noite, Sr. Presidente.

Eu, antes de iniciar, só queria confirmar com o depoente se, chegada a minha vez, o senhor não preferiria responder as perguntas. (*Pausa.*)

Tomo, então, a negativa do depoente, infelizmente, porque eu considero isso, inclusive, um desrespeito aqui com os Deputados e Senadores, Sr. Presidente Senador Carlos Viana, entendo a questão do *habeas corpus*, mas principalmente com a população brasileira que nos assiste.

E, antes de seguir aqui com a minha inquirição com base nos documentos, inclusive alguns dos que chegaram hoje, eu gostaria de congratular V. Exa. aqui por lembrar, principalmente aos colegas petistas, aos colegas do Governo, que isso aqui é uma investigação séria e que não se deve ficar desviando o assunto, como estão fazendo aqui hoje. O tempo todo buscam politizar o tema, quando nós aqui estamos buscando justamente a verdade dos fatos, com base nos documentos que estão sendo apresentados e com base na participação dos depoentes.

Aqui o PT, inclusive, preferiu esquecer que o próprio depoente disse que fez uma doação de R$100 mil ao próprio Partido dos Trabalhadores. Aliás, querem o tempo todo mudar de assunto, mas, na semana passada aqui, na minha opinião, depois eu fui confirmar, Sr. Presidente, o Ministro da CGU tinha que ter saído preso por falso testemunho, porque não alterou nenhuma publicação no *site* da CGU, que inicialmente dizia e continua, inclusive, até lá, num relatório de planejamento de atos ao longo do ano de 2024 que não incluía os descontos associativos. O Ministro mentiu aqui diante de todos, mas, depois, ao final, quando o Relator começou a perguntar sobre o sindicato do irmão do Lula, ele deixou claro que protegeu o sindicato do irmão do Lula, ou seja, este Governo protege a roubalheira, aqui não quer investigar e inclusive blinda investigados.

Então, aqui precisa ficar claro, Sr. Presidente, quem está querendo investigar e quem está o tempo todo tentando desviar dos...

Sr. Presidente, assim não vai dar para continuar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Duas, três vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tempo todo tentando desviar do assunto.

Sr. Presidente, nós recebemos aqui uma série de contratos e me parece que o depoente, quando chegou aqui e disse para o Relator, o Sr. Fernando Cavalcanti, que tinha os contratos de empréstimos, ele já deu a chave para onde esta Comissão precisa olhar e olhar com muita calma.

Nós olhamos agora, porque chegou agora, mas tem muita coisa aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, superincongruente.

Eu olho aqui, Sr. Fernando Cavalcanti, os contratos de empréstimo, e a minha conclusão, acho que é a mesma que a Comissão aqui vai acabar chegando, é que isso aqui, na verdade, são contratos para lavar dinheiro, e o senhor foi o operador disso, consciente ou inconscientemente. É difícil ser inconsciente quando os valores são tão altos, mas uma pessoa que chega aqui e diz que não se lembra nem quais são os carros que tem ou qual o patrimônio que declarou, fingindo talvez demência, não sei, o senhor colaborou com toda essa lavanderia que aconteceu e que foi revelada pela Polícia Federal.

Senão, vejamos, Sr. Presidente, a Polícia Federal inclui Fernando Cavalcanti justamente no seu relatório apontado pelo Ministro André Mendonça, quando são recolhidos os carros no Pier 21, afirmando que Fernando Cavalcanti foi beneficiário de recursos provenientes de Maurício Camisotti, amigo de longa data desde 2015 – desde 2015 de Nelson Willians –, a Polícia Federal diz aqui, o senhor pode falar se quiser. Se o senhor quiser romper o compromisso que assumiu de não falar, mas está aqui. Está estranhando, mas está aqui.

A Polícia Federal diz que foi beneficiário de recursos provenientes de Maurício Camisotti e afirma também que os elementos de informação até então angariados indicam que se tratava de bens aqueles veículos pertencentes ao advogado Nelson Wilians, que já esteve aqui.

Aí, Sr. Presidente, nós lembramos que a trajetória de Nelson Wilians começa em 2015 com um contrato bilionário com o Banco do Brasil, intermediado, ao que tudo indica, por um alto integrante do então Governo do PT, dizem, ou não integrante, mas conectado a ele, que seria José Dirceu. Lembrem-se de quando falamos em José Dirceu aqui, pela primeira vez e depois para sempre, Nelson Wilians se calou. E recebe um contrato bilionário e, como quem come mel pela primeira vez se lambuza, pelo jeito não conseguiu administrar a fortuna que estava amealhando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e aí chamou aquele antigo colaborador lá, o Fernando Cavalcanti, aquele das antigas que começou com 23 anos, não sei se como estagiário, acho que já não tinha idade para estagiário, mas estava lá na empresa dele lá atrás, e depois criou experiência no âmbito político, na Assembleia Legislativa, com João Doria na prefeitura e assim por diante, chamou-o para voltar às suas empresas para resolver a baderna financeira que se tinha criado. E aí começa o primeiro contrato de empréstimo de R$3 milhões, então – para o povo que está nos ouvindo –, é muito dinheiro, mas pequenininho para o rombo bilionário, Relator Alfredo Gaspar.

O primeiro contrato de empréstimo, em dezembro de 2017, que o Sr. Fernando Cavalcanti afirmou aqui que teve envolvimento para fazer esse contrato de empréstimo. Com quem? Maurício Camisotti, um dos maiores ladrões dos aposentados, velhinhos, viúvas, deficientes físicos do INSS.

Pois bem. Aí, ele continua, como disse aqui, organizando a empresa de Nelson Wilians ou ajudando a fazer girar a máquina da lavanderia, até chegar o dia 16 de novembro de 2020, Sr. Presidente, e depois aparece também no relatório da Polícia Federal essa informação, quando o Sr. Nelson Wilians promete R$22 milhões a Maurício Camisotti e mais 15 milhões de comissão, que aqui eu vou pedir à Secretaria que solicite também os anexos, a menos que eles estejam em algum outro lugar nesse documento que não deu para ver inteiro, mas não está na sequência, porque no anexo deve estar o tal do imóvel, que não aparece aqui nesse contrato de 16 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Peço um minuto a mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Não... não... não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Já foram várias interrupções.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Já foram várias já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 16 de novembro, e a Polícia Federal depois diz no dia 24 de novembro de 2020, ocorreu o tal... A tal da venda desse jardim, que tinha sido vendido antes por 2,8 milhões. De 2,8 milhões vai parar num contrato por 22 milhões, Sr. Presidente. E aí, veja bem, Fernando Cavalcanti, que aqui está, que tem adegas de vinho, que tem carros de luxo, tudo no nome dele ou da empresa dele... Outra pergunta que precisaria fazer: por que na empresa e não no nome dele? Ele opera também no seguinte contrato que é assinado em dezembro, veja bem, de 2021, mas esse seguinte contrato, Sr. Presidente, não é mais de 22 mais 15, trinta e sete e poucos milhões de reais; é de 66 milhões. Acho que nem agiotas aumentam em um ano esse valor por um mesmo contrato.

E aí eu queria que o Fernando Cavalcanti respondesse, porque o objeto, me parece, pela leitura superficial que eu pude fazer nesse período de tempo que nós tivemos aqui, é algo que só renova o contrato anterior de um ano antes.

Mas o que que acontece nesse meio tempo, Sr. Presidente? Neste meio tempo...

Onde é que está lá o gráfico?

Esse aqui.

Neste meio tempo, antes desse contrato de dezembro de 2021, em setembro de 2021, a Ambec – a Ambec – consegue a ACT – ou o ACT –, o acordo de cooperação técnica com o INSS; e este acordo é assinado por quem? Por Antonio Fratic Bacic, que é cunhado do Maurício Camisotti; que tinha sido também, este cunhado, ex-Presidente da Ambec. Ou seja, assinaram a ACT em setembro; em 2021, ampliaram um contrato de empréstimo de 37 milhões, que era para supostamente cobrir a venda de uma casa de 2,8 milhões que saltou para 22, para um contrato que terminou em quase R$66 milhões.

Então, Sr. Presidente, é incrível que nós vejamos aqui tudo isso acontecer diante do povo brasileiro e que a postura do depoente seja essa de que... "Ó, deem uma olhada aí nos contratos, porque, se tem alguma coisa, está ali, eu não tenho nada com isso", mas esse é o recado que ele está dando aqui para a CPI. Isso é muito claro, Fernando Cavalcanti, você está dizendo para a CPI: "Olha lá para o Nelson Wilians, o que ele fez, porque eu não tenho nada com isso".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, era o "papi" até pouco tempo atrás. Agora, em maio, encerrou. Quero saber que grande briga foi essa para encerrar todos os negócios, sair das suas empresas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – De repente, aconteceu tudo isso. Depois da Operação Sem Desconto, "vou sair fora, toma aí os contratos, deem uma olhada".

Mas, não, Sr. Presidente, o que a gente vê é que o depoente, sim, de uma forma ou de outra, participou de toda essa lavagem de dinheiro, e as relações políticas são muito claras e elas vão se repetindo. A gente vê aqui, por exemplo, Paulo Octávio foi citado de novo, do Lide aqui de Brasília, que já foi o empregador do ex-contador do Careca. Nós vemos aqui, mais uma vez, presentes sendo dados, por exemplo, ao Governador aqui de Brasília, um presente de R$70 mil reais, um fusca sendo dado? "Não, ele ia estar de aniversário, eu não tinha presente ainda... Fui lá, gostaram, fui lá e dei um de 70 mil". Doação de R$100 mil reais para o PT e para outros políticos aí sendo dada...

Sr. Presidente, está muito claro aqui que a CPI vai chegar na verdade dos fatos. Esses contratos aqui, eu não tenho dúvida de que são chave para identificar essa lavanderia de dinheiro que foi feita, e eu lamento dizer a todos que estão nos assistindo – viúvas, deficientes físicos, aqueles que estão acompanhando e querem seu dinheiro de volta –, grande parte desse dinheiro está nesses carros, está nesses imóveis...

Para encerrar agora, Presidente.

... e, infelizmente, pelo visto, não serão recuperados por meio desses bens, porque nós estamos vendo uma grande tentativa de escamotear, se dependesse do trabalho do que foi feito antes dessa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas agora, com a luz que estamos jogando, Sr. Presidente, nós veremos que, por mais que o depoente diga aqui: "Isso é da minha empresa, está no meu nome", etc. e tal, é fruto, sim, de toda essa relação promíscua criada de empresas fantasmas que levaram a Nelson Wilians, que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... levaram a Maurício Camisotti e também ao Sr. Fernando Cavalcanti.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu confesso a V. Exa., e eu acredito que o sentimento que eu tenho é o mesmo sentimento do povo brasileiro, do povo brasileiro que está nos assistindo aqui agora.

A naturalidade com que o Dr. Fernando Cavalcanti fala dos milhões de reais é quase um tapa na cara das pessoas. O Dr. Fernando Cavalcanti chegou aqui em 2017, 2018, ex-funcionário da Assembleia Legislativa, e poucos anos depois é dono de uma fortuna, uma fortuna extraordinária.

Perguntaram para ele: quantos carros de luxo o senhor tem? "Não sei direito, 21 ou 23". Quantas Mercedes? "Não sei quantas Mercedes". Motos de luxo? "Deve ser umas dez". Mas, Sr. Presidente, qual é o seu patrimônio? "Ah, eu não sei direito qual é o meu patrimônio". Quem é que ganha dinheiro de forma lícita e que responde dessa maneira? "Não sei quantos carros de luxo eu tenho". "Não sei quantas motos". "São 21 ou 23 Ferraris, Mercedes..." "Aí eu fui num aniversário, não tinha o que dar de presente, dei um carro..."

Sr. Presidente, tem alguma coisa muito errada nisso tudo! Eu nunca tinha ouvido falar em Fernando Cavalcanti. Eu nunca tinha ouvido falar em Carlos Roberto Ferreira Lopes. Eu nunca tinha ouvido falar em Antônio Camilo, Luciano Fracaro, Nelson Wilians, Anderson Cordeiro, Igor Delecrode, Felipe Gomes, Américo Monte. Não sei quem são essas pessoas. Eu só sei uma coisa: essa gente toda enriqueceu. Da noite para o dia se tornaram milionários. Não são agricultores, não têm indústria, não são comerciantes. Como é que essas pessoas, Sr. Presidente, do dia para a noite, todas se tornaram milionários?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O tal do Fracaro mostrou aqui duas Lamborghini e tem o maior iate do Brasil. O outro veio aqui, o Careca tem não sei quantos carros. Esse de hoje tem uma Ferrari, tem uma réplica do carro. Perguntam para eles: quantos Di Cavalcanti tu tens? "Não sei..." Quem é no Brasil, gente, que vem aqui e diz: "Eu não sei quantas obras do Di Cavalcanti eu tenho"? Que fortuna é essa?

Só trata dinheiro, patrimônio, recurso, dessa forma desprezível, quem não ganhou isso trabalhando, Sr. Presidente! Agora, eu pergunto a V. Exa.: de que esgoto brotou essa gente? Anderson Cordeiro, 38 anos, milionário; Igor Delecrode, 28 anos, milionário; Felipe Gomes, 35 anos, milionário; Américo Monte, 45 anos, milionário. Mas se eles não ficaram ricos trabalhando, eles ficaram ricos como? Roubando dos aposentados.

Nós temos uma safra de jovens bilionários que saiu do esgoto e se tornaram bilionários no Brasil nos últimos anos sem produzir nada. Não produziram, nunca plantaram um pé de feijão, uma espiga de milho, não têm indústria, não têm comércio. Como é que eles ficaram bilionários, Sr. Presidente? Roubando. Roubando como? Os aposentados e aposentadas com um esquema de corrupção dentro do INSS. Era impossível bilhões serem roubados sem um esquema de corrupção dentro do INSS!

E tem um fato curioso, Sr. Presidente, em poucos anos que eles ficaram bilionários, teve a pandemia, quando a economia do país estava parada. E, contrários à lógica do mundo, eles ficaram mais ricos durante a pandemia, porque o que tudo leva a crer é que, além da questão da jogatina, eles têm aqui uma relação muito íntima e muito próxima entre eles com o esquema da covid, Sr. Presidente, vendendo testes de covid, vacina, porque olhe aqui, o Maurício Camisotti pegou R$18 bilhões emprestados com o Nelson Wilians, fizeram um contrato de mútuo, para quê? Para viabilizar a compra dos testes de covid da Precisa. Está aqui um empréstimo registrado, a Precisa, que apesar de ter o preço mais caro, foi contratada pelo Distrito Federal. Quem é que emprestou o dinheiro para o Maurício Camisotti comprar os testes de covid? O Nelson Wilians. Comprou ou não comprou, é contrato de fachada? Não sei, mas que contrato desses que é mútuo aqui?

Então, tem empréstimo para comprar jardim, tem empréstimo para comprar vacina, tem empréstimo para comprar testes de covid. De onde brotou esse pântano, Sr. Presidente? Quem é essa gente? Todos jovens presidentes de associações de aposentados, associações fantasmas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse Gomes, que vai vir aqui na segunda-feira, amigo do Pastor André Valadão, pagou o *réveillon* promovido pela instituição religiosa, que lotou o estádio Allianz Parque do Palmeiras em 2024. Senhores, o cara pagou o *réveillon* que lotou o estádio do Palmeiras! Quanto custou isso? Quantos milhões custou isso?

O Gomes gasta, por mês, R$100 mil em grifes de luxo, Louis Vuitton, Chanel, Dior, em carros de luxo, Mercedes, Lamborghini. O outro aqui, o Américo Monte, repassa transferências cada uma de 500 mil para concessionárias de Alphaville, deu também 200 mil para um pastor da igreja de Alphaville, mais 218 mil em joalherias, pagou 100 mil por um tênis italiano. De onde é que brotou tudo isso, Sr. Presidente, esse pântano?

E aí, senhores, não adianta, o Parlamentar, que me antecedeu, fez todo o exercício de retórica, mas todas as datas que ele citou foram: 2017, não era Governo do PT; 2019, não era Governo do PT; 2020; 2022. Todas as datas citadas aqui ocorreram no final do Governo Temer e do Governo Bolsonaro. Essa gente saiu do esgoto, saiu do pântano do Governo Bolsonaro. Esses jovens bilionários, os filhos da farra do INSS, donos de iates, Lamborghinis, Ferraris, joias, relógios de R$1 milhão, helicópteros, aviões...

Todos eles, Sr. Presidente, jovens de trinta e poucos anos, têm helicóptero, têm jato, têm Ferrari, têm Lamborghini, relógio Rolex de 1 milhão; falam em ir para a Europa como quem vai para casa todos os finais de semana. Essa gente nunca trabalhou, Sr. Presidente. Essa gente nunca produziu nada! Essa gente enriqueceu roubando os aposentados e aposentadas, roubando no covid.

E essa gente saiu do esgoto. Quem abriu a porta do esgoto foi o Governo Bolsonaro. E quem fechou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... essa porta foi o Governo do Presidente Lula. E essa gente... Eu espero, Sr. Presidente, espero muito que esta CPI e a Polícia Federal... Essa gente tem que ir toda para a cadeia, Sr. Presidente – todos eles! –, e, além disso, quem botou os corruptos do INSS nas posições de comando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu não acredito que não tenha gente muito poderosa por trás dessa galera aqui, dos jovens bilionários da farra do INSS. Ou alguém aqui vai acreditar que essa gurizada aí ficou com Ferrari, Lamborghini, iate, jatinho, helicóptero, e não tem ninguém acima deles, Sr. Presidente? Eles iam fazer um roubo bilionário desses sem ter ninguém para esquentar as costas deles dentro do Governo? Eu não acredito.

Então, eu espero, Sr. Presidente, que esta CPI, que a Polícia Federal vá às últimas consequências – para concluir –; que a gente tenha êxito, Sr. Presidente, e consiga desbaratar essa quadrilha de bandidos que roubaram os aposentados e aposentadas e debocham do povo brasileiro, tomando vinho de R$200 mil, com adegas de milhões de reais, com galerias de arte maiores do que museus, e de forma debochada olham para nós e dizem: "Eu não sei nem quanto é meu patrimônio. Eu não sei quantos carros eu tenho". Bom, se eles não sabem, nós vamos descobrir.

E nós, Sr. Presidente – acredito muito nesse trabalho nosso e da Polícia Federal –, ainda vamos ver os jovens bilionários da farra do INSS, que saíram do esgoto durante o Governo Bolsonaro, todos eles – todos eles, Sr. Presidente – na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu acho que a TV Senado poderia fazer uma boa renda com várias das testemunhas investigadas que nós chamamos até aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O gravador está ligado? O microfone está ligado?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Está ligado, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É; tem que aumentar um pouquinho.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Está funcionando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso, agora sim.

Dez minutos para o Deputado, por favor.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente, eu acho que o Senado está perdendo receita, especialmente a TV Senado, com vários dos investigados e várias das testemunhas que vieram até aqui, porque é tanto empresário de sucesso que dá para a gente abrir um Shark Tank já e transmitir na TV Senado. É uma coisa assustadora.

Nós estamos falando aqui com um sujeito que disse, em resposta ao Relator – e não quer mais responder a ninguém, por isso acho que nem vou me preocupar em fazer muitas perguntas –, que não se preocupou em saber quais dos seus carros foram apreendidos pela Polícia Federal. Olha, se... Primeiro que eu não tenho carro, mas, se tivesse um carro e ele fosse apreendido pela Polícia Federal, ou se eu tivesse mais de um carro e fosse apreendido pela Polícia Federal, eu buscaria imediatamente saber quais foram. Não se preocupar, ainda mais um sujeito que tem uma Ferrari de R$4 milhões, em saber, Deputado Rogério, qual foi o carro, qual não foi o carro que foi apreendido, me parece, como já foi dito aqui, a falta de preocupação de quem não ergueu a sua riqueza com o seu próprio trabalho.

Para além disso, o salto impressionante que teve também o senhor, de um patrimônio em 2017 de R$100 mil para, em 2025, ter BMW, Mercedes, Ferrari, Patek Philippe, R$2 milhões em vinho... Eu nem saberia gastar R$2 milhões em vinho, nem saberia que vinho comprar... Falariam: "Olha, aqui você tem R$2 milhões para você fazer uma adega". Eu falaria: "Não sei o que eu vou fazer". No Carrefour, ali, eu acho que eu não encontraria.

E eu achei engraçado também que, quando o Relator perguntou: "Olha, desses vinhos que o senhor tem, que o senhor adquiriu, vários vinhos são caros, a Polícia Federal fez um recorte dos vinhos mais caros, como é que você obteve? Alguns foram comprados, presentes e tal?", ele respondeu: "Olha, alguns foram presentes, a maioria não foi presente, a maioria eu comprei". E ele falou: "Ah, e você comprou aqui e tal, você comprou fora...", aí o Relator perguntou: "Você declarou esses que você comprou fora, que foram mais caros?", e aí ele percebeu que comprou e não declarou e respondeu: "Não, os mais caros eu comprei tudo aqui no Brasil". Eu duvido muitíssimo que tenha comprado todos os vinhos mais caros aqui no Brasil; com certeza, no curso do depoimento, percebeu o que fez e o que admitiu. E aí... Quer dizer que os vinhos de fora ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixou para baixo da isenção de US$1 mil, Deputado Gaspar, todos os outros, mais caros, ele fez questão de incentivar a indústria nacional; além de tudo, é um patriota.

Além disso, você ainda teve... O apelido que o senhor deu, que eu gostei, para o Nelson Wilians, chamando-o de "papi"; de fato, ele deve ter sido um pai para você tirar de um salário de R$5 mil para, em pouco tempo – inclusive, boa parte desse tempo em período de pandemia –, receber milhões de reais, mas eu fico triste de ver você no depoimento aqui abandonar o "papi", porque foi sócio dele em "trocentas" empresas, com dezenas de milhões de reais, deu entrevista para o *podcast* aqui mostrado pela Deputada Adriana, dizendo que foi uma virada na sua vida ser contratado pelo Nelson Wilians e, agora, aqui joga tudo nas costas do Nelson Wilians. Diz que não, a relação com o Camisotti, aquele que roubou milhões de reais dos aposentados, é só com o Nelson Wilians: "Não vou mais ser sócio dessas empresas". Então, o sujeito que supostamente te ergueu e deu a vida que você tem hoje você abandona no curso do depoimento para esta CPI.

Também não diz como é que fez a façanha de trazer um cliente de R$80 milhões tendo, como histórico passado, só um cargo de assessor na Assembleia Legislativa. Não imagino como é que o senhor tenha feito esse relacionamento tão profícuo a ponto de trazer esse cliente.

Também foi alçado aí a uma posição de comando sobre mais de mil advogados sem sequer ser advogado, sem sequer ter a qualificação para fazer a supervisão do trabalho desses advogados, num dos maiores escritórios de advocacia do país. Aliás, mesmo a formação como economista eu acho no mínimo tortuosa porque, em determinado momento do depoimento, ele disse que a dívida pelo terreno de R$22 milhões poderia ter se transformado numa dívida de 60 milhões porque nas parcelas o juro seria ajustado pela CDI. Olha, eu não sou economista, mas eu tenho certeza absoluta de que isso não procede, que esse tipo de empréstimo, a título de pagar uma dívida por um terreno de R$22 milhões, não viraria 60 por causa de um ajuste de juro relacionado à CDI.

E o outro ponto que precisa ficar muito claro para todos que nos estão assistindo e que nós estamos aqui falando. Trata-se aqui, Presidente, de um lobista de segunda classe, utilizado como laranja e utilizado como sujeito para ocultar o patrimônio de gente maior.

E o senhor tem aqui a oportunidade de entregar essas pessoas maiores, inclusive em seu benefício. Nós não queremos, aqui nesta CPMI, pegar só as pessoas de segunda classe, pegar só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminosos menores. O que mais nos interessa são os patrocinadores políticos desse escândalo de desvio de dinheiro.

E claramente, como apontou a Polícia Federal, o senhor, Fernando Cavalcanti é simplesmente a pessoa que tem no seu nome os carros que o Nelson Wilians usa, é o sujeito que some com os carros na véspera da operação, para eles não serem pegos. Não é a pessoa que efetivamente tem o maior poder político, o maior poder econômico para patrocinar esse escândalo.

E você ainda quer nos fazer acreditar que o filho do Careca do INSS, às vésperas da operação que apreendeu seus carros, ou os carros que estão em seu nome, mas são do Nelson Wilians, teria tirado a foto do seu carro por acaso? Ou por acaso, o Careca do INSS achou um carro bonito e, nas vésperas da operação, de ele ser apreendido, sem você o conhecer, ele tirou uma foto desse carro.

Também por acaso, um dos principais operadores do esquema, o Camisotti, também teria transações com empresas das quais você é sócio.

Assim, você não engana ninguém aqui. Claramente você é um peixe pequeno nessa história, mas que tem a possibilidade de entregar gente maior.

E eu queria... Eu disse que faria poucas perguntas, até porque o senhor já afirmou que não vai responder a nenhuma delas, mas eu queria perguntar ainda para o senhor: o senhor teve um encontro – e você é muito bem relacionado, por meio do Lide, por meio da sua curta trajetória na Assembleia Legislativa e na Prefeitura de São Paulo –, o senhor teve contato com o Ministro Lupi? (*Pausa.*)

Não vai responder, não é?

O senhor teve contato com o Senador Weverton Rocha? (*Pausa.*)

Não vai responder?

Ou com alguém indicado ao INSS pelo Senador, como é o caso do seu ex-chefe de gabinete? Ou André Fidelis?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, Presidente, por falar em Senador Weverton Rocha, o Senador contratou o ex-Ministro da Justiça do Governo Dilma Eugênio Aragão para me processar no Supremo Tribunal Federal, porque eu disse, e é verdade, e eu reafirmo deste microfone, que o Senador foi o primeiro citado nas investigações do INSS. E o Senador agora pede a minha prisão no Supremo Tribunal Federal, já foi distribuída a relatoria para o Ministro Luiz Fux, contratando Eugênio Aragão, que foi Ministro da Justiça do Governo Dilma. Eugênio Aragão, que curiosamente tem como um dos seus sócios, ou seu principal sócio, o Willer Tomaz, aquele que incidentalmente também foi... Houve um relatório do Coaf apontando uma movimentação financeira atípica de mais de R$40 milhões. Coincidências curiosas que nós estamos tendo aqui nesta Casa.

Aliás, desde que eu ingressei nesta CPMI, eu nunca escutei tantas preocupações de políticos envolvidos diretamente na política maranhense, especialmente aqueles que orbitam o Senador Weverton Rocha, que agora pede a minha prisão no Supremo Tribunal Federal.

Se amanhã eu tiver, como teve o Sr. Fernando Cavalcanti, a pouco prazerosa experiência de ter a Polícia Federal batendo na porta da minha casa, Deputado Marcel, não será por envolvimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... em esquema de roubo de aposentado, não será por esquema de corrupção, mas será porque um Senador da República achou por bem pedir a minha prisão ao Supremo porque eu falei a verdade: que o Senador Weverton Rocha, do PDT do Maranhão, Vice-Líder do Governo Lula, foi o primeiro citado nas investigações do INSS. Mas parece que o Senador Weverton Rocha, do PDT do Maranhão, Vice-Líder do Governo Lula, não gosta que digam que o Senador Weverton Rocha, do PDT do Maranhão, Vice-Líder do Governo Lula, foi o primeiro citado nas investigações do INSS.

Para fechar, Sr. Fernando Cavalcanti, realmente, assim, querer justificar, depois do acesso que nós tivemos ao sigilo do Nelson Wilians, que a origem de todos os recursos é lícita, e citar, como um dos elementos de defesa, que: "Olha, gente, calma, eu tenho uma Ferrari, mas minha Ferrari está financiada". Eu falei: "Opa, agora sim. Agora está explicado". Financiando a Ferrari é fácil; qualquer trabalhador, qualquer um dos aposentados... Imaginem: o cara recebe BPC, financia uma Ferrari ali. Em 5 mil suaves prestações ele paga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Kim Kataguiri.

Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Me dê dois minutos pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – O Brasil está perguntando por que eu fico de pé, e eu vou explicar.

O senhor é tenente do Exército da reserva, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, sou soldado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Soldado da reserva do Exército.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor é montanha?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Montanha. Sou de infantaria, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É de um quartel em que o nome de guerra é montanha.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Montanha?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tenho orgulho de ser soldado ilustre do 12º Batalhão, Excelência.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Por favor, estou falando que é um grito de guerra de um quartel de Minas Gerais. Eu estou tratando disso, gente, tá? Lá, o grito de guerra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

é: "Montanha!". Por quê? É o único quartel do Brasil que sabe combater em montanha. Fica em Minas Gerais.

E o senhor serviu lá?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, por favor, está bom? Respeito aqui, tá?

Presidente, então eu quero explicar... Não, eu quero explicar aqui a questão de ficar de pé.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É porque... Eu fico de pé porque, nas nossas salas de aulas militares, você respeita o professor, respeita o que está sentado numa mesa. Quando você vai falar com ele – o aluno, qualquer um –, fica de pé. E eu estou ficando de pé aqui para os brasileiros, Presidente, para a Mesa e os nossos convidados.

Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pronto.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Podemos iniciar agora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode. Pode iniciar, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Vamos iniciar no zero lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É. Por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou fazer a deferência a ele, como parceiro de armas.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sim, senhor.

Olá, Rondônia! Olá, Brasil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, meus cumprimentos a todos aqui e quero cumprimentar o Doutor, o advogado que acompanha o Sr. Fernando Cavalcante. Então, meus cumprimentos aos senhores também.

Eu fiquei aqui pensando em termos de coragem, porque, para falar, tem que ter coragem, Dr. Fernando, e expor também, para o Brasil, aquilo que o senhor sabe, mas, para falar, só pode ser homem corajoso. Mas o senhor relatou algo sobre coragem, e eu vou lhe mostrar o vídeo em que o senhor falou sobre coragem.

Mostre aí, por favor. (*Pausa.*)

Não, o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor está vendo o vídeo? O senhor estava vindo de Nova York. E o senhor viu ali o senhor saindo do lençol, do edredom, com o Wilians. O senhor relatou ali que estava vindo e falou de coragem. O senhor não falou disso ali? (*Pausa.*)

É isso que a gente queria que o senhor fizesse aqui, doutor. É isso que nós queríamos e é isso que o Brasil espera do senhor.

Mostre essa ranhura, esse buraco que o PT, este Governo está fazendo no país! Eles já fizeram isso no mensalão, no petrolão, no roubo do BNDES. Deixaram um rastro e afundaram o Brasil. E agora este Governo petista está fazendo isso novamente com os nossos velhinhos e velhinhas do Brasil, Sr. Fernando.

Aproveite a oportunidade e tenha coragem, como o senhor teve ali de estar no lençol lá com o outro companheiro, com o outro amigo, e mostre para o Brasil que o senhor tem coragem! E fale as verdades! Fale do roubo que o senhor tem conhecimento, porque não é possível... Um camarada que roubou mais de R$4 bilhões, o Nelson Wilians, o seu sócio, que era sócio... O senhor tem muita coisa para falar.

Faça isso! Tenha dó do nosso povo mais velho! O senhor sabe muito, sabe demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a maioria dessa turma é tudo do PT, porque eles gostam de fazer isso, gostam de dinheiro do outro. Trabalhar não. Gostam do dinheiro dos outros.

Olha, é muito triste a gente ver aqui helicóptero, o marido passando para a mulher o helicóptero de 41 milhões. É muito rolo, gente!

Fale para o Brasil, Dr. Fernando! O Brasil quer saber a verdade.

Nós estamos aqui... Eu cheguei aqui de manhã, outros Parlamentares, de manhã. Nós estamos fazendo a coisa séria. Nós não estamos de brincadeira. Nós não viemos aqui para ficar de mi-mi-mi não. Nós suamos a camisa. As nossas famílias ficam menos tempo, sem nós, porque a gente sai domingo para trabalhar segunda aqui, olha. Está cheio de Deputado que ainda está em casa.

Isso é ter coragem. Isso é querer mostrar as verdades. E o PT... O PT... O senhor sabe, porque parece que o senhor é dessa turma também. Olha, eles ensinam a mentir. O Lula ensina. O senhor viu aquele vídeo em que ele diz assim: "Tem que mentir, tem que mentir". E tem uma turma aqui que já aprendeu. Insiste na mentira que uma hora vai dar certo!

Essa turma do PT... Eles são mentirosos. O que eles falam do Presidente Bolsonaro aqui é dor de cotovelo, porque foi o Presidente que veio para fazer pelo Brasil. Um Presidente que recebeu uma facada da esquerda, porque queriam matar ele. Hoje está doente, está sofrendo. Está sofrendo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Continue, Excelência. O senhor não foi interrompido, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quero art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Não tem art. 14. Não tem citação a ninguém.

Por gentileza, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Quer atrapalhar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência. Eu já dei a V. Exa. dois minutos. Por favor, continue.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Presidente, então, essa turma veio para mentir. E quem enfiou o pé na jaca nesse roubo, Doutor, foi o PT, porque, em 2023 e 2024, subiram o teto, que chegou a quase R$3 bilhões. Foi nessa hora que o Nelson Wilians passou a mão e levou quase 4 bilhões. Essa turma do PT!

O Presidente Bolsonaro fez tudo para impedir o roubo. Essa é a verdade! É um homem que ensina a fazer correto; está sofrendo porque o PT quis matar ele! Quem enfiou a faca foi alguém do PT, essa turma da esquerda! Essa é a verdade! Ele não gosta da verdade, mas eu parto para cima; eu não tenho dó, não! Eu sou de Rondônia...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... falar, Presidente...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu sou de Rondônia! Lá, o povo de Rondônia gosta das coisas sérias...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, por favor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... gosta das coisas corretas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – ... alguém para falar. Isso não é coisa que se fale!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, por favor.

Deputado, ele tem tempo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Quero o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Ele disse que todo mundo do PT roubou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, Excelência... Excelência...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Art. 53. Deixa ele falar, pô! Deixa ele falar...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Eu tenho que dar uma resposta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Art. 53. Depois você fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas o...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Presidente...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Art. 53; ele fala o que ele quiser!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode parar o tempo do Deputado, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Tem gente aqui que fala do Presidente Bolsonaro toda hora...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, Coronel...

Senhores, Senhores...

Deputado... Deputado Rogério Correia...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Tem que me dar art. 14!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não; não há art. 14 porque não há citação a V. Exa. aqui.

Assim como os outros todos citaram os partidos da Oposição...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Eu jamais falei isso: "O senhor é ladrão", etc...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não falei "ladrão", falei que roubam!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Está falando de todo mundo do PT...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por favor. Por favor...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – ... art. 14.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Estão me atrapalhando, Presidente. Eles não aguentam a verdade!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não; não há art. 14, não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eles não aguentam a verdade! Eles não aguentam a verdade, Brasil!

Eles não aguentam a verdade!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Só um instante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Dá para voltar um minuto lá? Estão me atrapalhando!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, Presidente; o senhor tem que voltar, Excelência!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Cita o meu nome, covarde!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

Deputado... Deputado Rogério Correia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente; espere aí, Presidente! Espere aí!

Chamar colega aqui de covarde...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, parem com isso, por favor! Por favor!

Há regras aqui, neste Parlamento, de convivência...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu estou falando como um Parlamentar normal, Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante... Coronel Chrisóstomo, só um minutinho.

Deputado Rogério Correia, todos têm o direito de falar o que pensam aqui, e têm falado dos dois lados e eu tenho respeitado os dois lados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu tenho respeitado os dois lados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele... Eu não tenho... Bem, o meu lado é o do povo brasileiro, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O meu também! O meu também!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esse é o meu lado, Excelência. Eu aqui respeito todos. Respeito todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Respeito.

E agora ele tem, como Parlamentar, a imunidade material e de fala.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Então me dá o art. 14.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Eu vou partir para o ataque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não vou dar, Excelência, porque V. Exa. não foi citado...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. não foi citado em nada.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Deixa eu falar, Deputado! Deixa eu falar! Fica calado aí, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Quando o Líder colocou que houve no outro governo...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não tem o que falar do Bolsonaro aqui, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... todo mundo respeitou.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ninguém falou nada, nem eu falei nada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui, ninguém colocou...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Me cita então, covarde!

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Olha aí, me chamou de covarde!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Estou chamando de covarde, você não está me chamando de ladrão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, eu vou...

Deputado Rogério Correia...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, por gentileza...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu vou partir para o ataque! Vou partir para o ataque!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, eu não quero... Eu não quero citar aqui o art. 22, por favor.

V. Exa. é um Parlamentar experiente...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O chapéu serviu!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Coronel! Por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Perdão. Eu vou respeitá-lo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, o senhor é um Parlamentar experiente, o senhor sabe bem que aqui a gente tem que ter o respeito a todos os lados.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Mas ele não está respeitando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, por favor. Eu não quero usar aqui o art. 22, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Usa o art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não vou usar, porque não houve citação a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Então eu quero respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele... Não, eu...

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os outros todos puderam falar do jeito que quiseram. Não houve...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – ... de ladrão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Os outros todos falaram do jeito que quiseram.

Olha, aqui se fala do jeito que... Ele tem o tempo dele. E todos falaram assim; todos!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – O Regimento não permite tratar ninguém dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Ele não está tratando... Ele tem o direito de falar, Excelência...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não tratei mal ninguém, não tratei mal ninguém!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele tem o direito de falar.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Já caiu 2 mil aqui na audiência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não; por favor...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Estava 15 mil; está 13 mil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, por favor.

Coronel Chrisóstomo, por favor, o senhor pode continuar.

Mais um minuto para o Coronel Chrisóstomo, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, senhores, Dr. Fernando, o PT é assim, ele tira do povo, gosta de implantar só impostos, e o Presidente Bolsonaro mostrou como fazer corretamente. E deixe-me dar um recado para o Brasil aqui, olha, deixe eu dar um recado para o Brasil aqui, olha: é anistia! E a anistia tem que ser ampla, geral e irrestrita, como foi feito pelos assassinos do PT do passado, como foi feito pelos ladrões do PT do passado. O próprio Lula teve anistia. Anistia tem que ser ampla, geral e irrestrita. Quem está falando isso? Deputado Federal Coronel Chrisóstomo de Rondônia. Em Rondônia é assim: as pessoas querem a coisa correta, Presidente, querem a coisa certa, Relator.

Eu estou doido para te levar em Rondônia, Relator, para a gente mostrar em Rondônia tudo o que está acontecendo aqui, porque o povo está querendo te ver lá.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Falaram que foi o Bolsonaro que roubou. Chegaram na conta do filho do Presidente Sarney R$7 milhões. Sabe quando foi? Agora em abril, em abril desse ano, 7 milhões na conta do filho do Sarney. Ó, está vendo, Dr. Fernando? O senhor tem que falar, rapaz! Está vendo? O filho do Sarney recebeu agora em abril 7 milhões na conta – eu não sei se foi Pix. Eu sei que foi na conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está vendo como o senhor pode salvar os nossos velhinhos e velhinhas do Brasil e de Rondônia também?

Nós não aceitamos isso! Não queremos roubo, não queremos assalto mais. Este Governo só ensina isso. É imposto, imposto, imposto contra o nosso povo. A gente já não aguenta mais. O povo já não tem o que comer, o povo tem dificuldade lá no supermercado. O pão está difícil, o café está difícil. A picanha agora virou... não é mais nem abóbora, é a casca da abóbora. Esse é o Governo que faz isso. E eles estão fazendo isso também aqui, no roubo dos aposentados e pensionistas. É assim que eles estão fazendo.

É a sua hora, Dr. Fernando! Seja um herói! Ainda dá tempo! Fala as verdades que o senhor sabe. Eu estou sentindo assim, pela sua cara, que o senhor sabe muito. Aproveita a oportunidade e salve o Brasil. A gente está dando tudo de nós. O Presidente aí, ó, está fazendo um belo trabalho. Minas Gerais está de parabéns! Tem aqui um Senador fera. Parabéns, Minas Gerais! E Alagoas tem um Relator *top* dos *tops*. Parabéns, Alagoas! Vocês estão demais!

E eu aqui, lutando pelo meu povo de Rondônia, não vou me curvar, eu não vou me curvar para essa esquerda, meu Senador, Líder do Governo aqui no Senado... Líder da Oposição, Perdoe-me, perdoe-me. Desculpe-me, Líder da Oposição, Rogerio Marinho.

Rogerio Marinho, o senhor sabe que eu fico empolgado. (*Risos.*)

Eu fico empolgado, Senador Rogerio Marinho.

Gente, é o seguinte... Eu quero que o Brasil preste atenção. Relator e Presidente, eu vou pedir aqui...

Dr. Fernando, eu vou falar tranquilo agora: entrega esse povo. É a sua oportunidade. Mostra para o Brasil que está roubando. Fala a verdade, Dr. Fernando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É a sua hora. Seja um herói aqui agora. Nós vamos aplaudir o senhor. Ainda dá tempo, Dr. Fernando! O Brasil está doidinho querendo saber! Rondônia está doidinha! O povo de Rondônia está louco para saber, Dr. Fernando!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que o senhor está com vontade de querer falar. Eu sei. Porque o senhor é humano. O senhor é humano. O senhor sabe que velhinho, tem velhinho morrendo porque não tem dinheiro para comprar o remédio. E, se o senhor não falar, o senhor vai ser cúmplice da morte de muitos velhinhos pelo Brasil.

Abra o seu coração e abra a boca também, Dr. Fernando! É o que nós queremos aqui. Este Brasil precisa de verdades. Este Brasil precisa saber o que está acontecendo e quem está roubando. Porque nós sabemos qual o partido que "enfiou o pé na jaca". O partido que "enfiou o pé na jaca" para roubar o povo é o PT! Eu afirmo: é o PT que está roubando!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sessão suspensa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, questão de ordem, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Roubaram o ar-condicionado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É, Presidente, o ar está quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está difícil, né? Mas vamos ter paciência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para questão de ordem.) – Art. 19.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Art. 171.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual Regimento, Excelência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É o Regimento do Senado, que cabe a ele quando não temos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – "Art. 19. Ao Senador é vedado", inciso I.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É Deputado...

"Ao Senador é vedado [...]"...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – "Ao Senador é vedado", inciso I... Esse vale, para explicar ao público brasileiro: se o da Câmara não vale, e não tiver no comum, vale o do Senado. "I – usar de expressões descorteses ou insultuosas".

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Do tipo "covarde"?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Art. 22, que V. Exa. disse que ia usar contra mim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, detestaria fazer isso, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Detestaria fazer, mas ameaçou fazer.

> Art. 22. [...]
> I – o Presidente advertirá o Senador, usando da expressão “Atenção!”;
> II – se essa observação não for suficiente, o Presidente dirá “Senador [ou Deputado] [...], atenção!”;
> III – não bastando o aviso nominal, o Presidente retirar-lhe-á a palavra;
> IV – insistindo o Senador em desatender às advertências, o Presidente determinará sua saída do recinto, o que deverá ser feito imediatamente;
> V – em caso de recusa, o Presidente suspenderá a sessão, que não será reaberta até que seja obedecida sua determinação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O que o nobre Parlamentar acabou de fazer foram insultos atrás de insultos, generalizando não apenas um partido político, mas as pessoas que estavam aqui.

Se V. Exa. quiser ouvir de novo, não precisa botar ao público, porque foram tantas ofensas que não se deveria repetir. Mas ele falou, repetidamente, que "as pessoas e os Deputados que estavam aqui"... Ele ofendeu a todos nós, com várias palavras.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, para contraditar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Excelência. Deixa o Rogério terminar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, não estou contraditando, estou fazendo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, o que eu solicito a V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... é que nós não podemos ficar aqui sendo insultados dessa forma. Ele chegou a colocar uma relação, que eu não sei se o depoente queria ou não que fosse colocada, e ele aqui buscou fazê-lo. Não sei se isso é algum respeito a alguém, dessa forma, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Agora, por parecer um pouco mais exaltado, para não usar outra palavra, isso não pode servir com que se estabeleça aqui um circo. Eu não estou disposto a ficar aqui sendo ofendido dessa forma e ter que ficar escutando, Presidente. Nós temos uma norma no Regimento. A norma aqui é clara: palavras descorteses, etc. Uma coisa é você fazer um debate político, a outra é sair gritando que fulano é ladrão, quem é membro de tal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

partido é ladrão. Isso é, evidentemente, uma descortesia. Vai ser esse o nível do debate que nós queremos aqui?

Eu peço a V. Exa. que se atenha ao Regimento.

Agora, eu, quando reajo fora do microfone porque estou sendo chamado de diversas questões, eu é que sou ameaçado de ser retirado do recinto? Sinceramente, aí realmente não está se havendo ao Regimento de forma imparcial. A imparcialidade não está posta. E achar graça nisso, pessoal, sinceramente... Aos Deputados e Senadores, achar isso engraçado, aplaudir, ficar rindo, respaldar...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Acabou o tempo. Ele é useiro e vezeiro de fazer isso e agora quer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, só para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não há como contraditar, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, é regimental. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho. Vamos deixar ele terminar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – V. Exa. escuta uma questão de ordem, eu contradito, e o senhor decide.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar terminar. Vamos deixar terminar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor decide.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar terminar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ele terminou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixa ele terminar. O senhor já terminou, Deputado?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Terminei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Terminou?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A questão de ordem é que V. Exa. cumpra o Regimento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, é regimental. É regimental, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Coronel, por gentileza. Só um instante. Só um instante.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Essa pessoa aqui está me filmando o tempo todo, e eu não autorizei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. deseja...?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Eu quero saber...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Gostaria de contraditar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – ... por que ele está me filmando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, espere aí.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Porque eu pedi.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Espere aí, Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Coronel, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Fui eu que pedi para ele filmar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Você que pediu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, mas não tem necessidade...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Eu autorizei alguém me filmar? Por que o senhor mandou me filmar?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Porque eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência... Não, V. Exa... Coronel, todas as...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Mas eu não autorizei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, as imagens estão sendo feitas pela TV Senado, a televisão está toda aqui.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Acintosamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, por favor, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por gentileza.

A tevê está sendo transmitida o tempo todo. As imagens são públicas aqui desta Comissão. Por gentileza.

Pelo Regimento, para contraditar, antes da resposta, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para contraditar.) – Sr. Presidente, respeitosamente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... e V. Exa. é testemunha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... essa talvez seja a 13ª ou 14ª sessão. Todos nós aqui, eu acredito – acredito nisso, de verdade –, estamos debruçados sobre o tema e buscando elucidar esse roubo, esse acinte, esse assalto que foi feito contra pessoas hipossuficientes. Mas o senhor é testemunha também, e todos aqui, de que uma narrativa é dita em todas as reuniões e se fala de uma maneira coletiva se colocando sobre um determinado grupo – e eu acredito que isso é da política – uma pecha que não nos cabe, e nem por isso, e nem por isso ninguém aqui atropela a fala de quem quer que seja. Ouvimos há pouco aqui um discurso onde se tachou de esgoto um segmento da política, esgoto, e nós ouvimos porque acredito que é um processo de debate, porque não nos coube a carapuça, Sr. Presidente.

Então, se alguém se resigna porque está se sentindo incomodado, vai haver o momento da réplica, vai haver o momento do esclarecimento. Agora, não dá, Sr. Presidente, para ficarmos aqui – desculpe a expressão um pouco chula – como cachorro correndo atrás do próprio rabo, onde se procura aqui blindar, verdadeiramente blindar a investigação que todos nós desejamos.

Sr. Presidente, duas sessões subsequentes de votação, nós assistimos aqui a um grupo votando contra situações que permitiriam elucidar esse problema que nós estamos debruçados, um problema que interessa ao povo brasileiro. O que é que eu espero? Que haja civilidade. É verdade, Deputado, nós queremos civilidade. Nós queremos que o trato entre nós seja respeitoso com as testemunhas, com aqueles que vêm a esta Comissão; que sejam tratados com urbanidade, até porque não houve trânsito em julgado. Ninguém aqui pode apontar o dedo para ninguém e dizer: "Olha, você já é culpado". Não, vamos nos debruçar sobre as provas.

Agora, vou repetir: a palavra utilizada aqui há pouco foi esgoto, se referindo ao Governo Bolsonaro – esgoto. E nem por isso a palavra de quem utilizou foi atalhada, foi impedida, foi cerceada, porque, repito, nobre Presidente, nobres pares, não nos cabe a carapuça. Então, vamos ter aqui frieza no processo, porque esse também é um debate que interessa não apenas a nós aqui, mas, sobretudo, à sociedade que nos assiste.

V. Exa. tem sido muito sereno. Desculpa até eu ter insistido em fazer a contradita, porque eu acredito que, neste caso em especial, não cabia, não houve a citação individual do Parlamentar. Ele não foi nominado e, como não foi nominado, não cabe a utilização do artigo para que haja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma defesa, porque, se o debate é coletivo, então cada um de nós vai interromper o outro para evitar que ele prossiga na sua linha de raciocínio. Cada um de nós aqui tem que respeitar as especificidades. Existem pessoas mais veementes, outras mais ponderadas, outras mais serenas, e claro que há um sentimento mútuo de indignação.

Então, eu peço a V. Exa. que, na hora em que tomar sua decisão, não leve só em consideração o Regimento, que, por si só, norteia o trabalho da Comissão, mas, sobretudo, o bom senso, porque há uma interrupção aqui contumaz para se evitar que nós possamos aprofundar o debate. E há uma certa dificuldade na hora em que algumas verdades são ditas com mais veemência.

Então, é claro que eu tenho pedido aos nossos pares aqui que tenham serenidade. Não quero aqui faltar com o trato a ninguém, mas, por favor, vamos olhar a trave que existe no nosso olho antes de apontar o argueiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que existe no olho do vizinho. Aliás, é bíblico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Rogerio Marinho.

O senhor quer contraditar também, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, Presidente, queria fazer uma questão de ordem, mas pode ser depois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, só um instantinho, por favor.

Primeira coisa é o seguinte, senhores: Deputado Rogério Correia, V. Exa. me interrompeu quando eu ia falar sobre o art. 22, porque não é para V. Exa. somente. Eu detestaria usar para qualquer Parlamentar aqui que não respeite a fala do outro ou que não ajude a dar sequência na ordem. Não é para V. Exa... É para qualquer um que não queira ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo ponto: eu tenho ouvido aqui atentamente os discursos todos. Há os que são mais exaltados e há os que são mais de voz baixa, mas todos usam de acusações, um contra o outro. É do Parlamento; debates acalorados em CPMIs e CPIs é parte desse trabalho. V. Exa. não foi citado hora nenhuma em relação ao que está...

Eu solicito ao Coronel Chrisóstomo que, por gentileza, num determinado... Que use realmente de mais cuidado com as palavras, mas não posso tirar dele a imunidade da fala dele em momento algum, assim como não vou tirar do Líder, de qualquer outro Parlamentar que queira se manifestar, porque o princípio desta CPMI é que todos possam participar igual e livremente. O.k.?

Muito obrigado.

Eu suspendo a sessão por cinco minutos. Por favor.

(*Suspensa às 21 horas e 43 minutos, a reunião é reaberta às 21 horas e 48 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vamos retomar os nossos trabalhos com tranquilidade.

A sala está muito quente, o ar-condicionado não está funcionando bem, os debates são acalorados, mas vamos em frente.

Cada dia, uma vitória. É, cada dia, sua cruz. Jesus já ensinou isso: basta, a cada dia, sua cruz.

A Senadora Damares Alves está aí?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Damares Alves, com a palavra, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, o senhor me permite pela ordem?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, eu queria um esclarecimento: se o depoente, na qualidade de testemunha, com perguntas que nada o incriminem, ele tem respaldo legal para calar a verdade?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, ele está aqui... (*Pausa.*)

Isso.

É o seguinte: pela decisão do Ministro Fux, ele está livre para responder o que ele desejar. Ainda que haja um entendimento da nossa parte de que nós estamos fazendo um processo novo de investigação, o Ministro Fux entende que ele já é investigado no processo da Polícia Federal. Há um limbo jurídico aqui entre a atribuição da CPMI e a atribuição do Supremo, que eu tenho defendido com muita firmeza que são totalmente diferentes e não caberiam as intervenções do Supremo Tribunal Federal em nossos trabalhos; mas, como, infelizmente, nós temos que acompanhar as decisões, até que se esclareça isso pelo próprio Parlamento, hoje ele pode responder aquilo que desejar ou permanecer calado, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, depois da Senadora Damares, eu gostaria de pedir uns esclarecimentos ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu só queria pedir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, o senhor ia fazer um...

Me perdoe, o senhor ia fazer um esclarecimento?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu ia, mas, do outro esclarecimento, já estou satisfeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ótimo. Muito obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... com a sua intervenção pessoal, mas, sobre este assunto do STF, eu sugeriria a V. Exa. que recorresse – apesar de a decisão agora não caber a este caso mais – da decisão do Ministro André Mendonça...

Ou foi Ministro Fux? Agora já nem sei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A dele é Fux.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Do Fux.

... para que reveja a sua decisão para as próximas vezes e trate essa como uma nova investigação e não trate como investigado quem é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado. Pois não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sugiro a V. Exa. que assim faça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma sugestão bem interessante, porque nós estamos a reboque do Supremo Tribunal Federal em todas as decisões, e este Parlamento precisa voltar a ter sua independência, mas cabe a nós mesmos a capacidade e a responsabilidade de repensarmos e, se há um limbo jurídico, criarmos a legislação devida.

E eu espero que essa CPMI possa oferecer ao Brasil, à Constituição, as normas que possam, de fato, restabelecer os freios e contrapesos.

Senadora Damares Alves, por gentileza, a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Presidente, eu nem ia falar, mas eu preciso fazer um esclarecimento e eu queria me dirigir ao Deputado Paulo Pimenta, e que ele não se sinta ofendido e nem peça o art. 14.

Deputado Paulo, o senhor, na sua fala, citou o Pastor André Valadão. Ele é meu pastor, é meu amigo, conheço ele desde a infância.

Eu espero que tenha sido uma citação aleatória, Deputado, não por ele ser um pastor assumidamente conservador, um pastor que tem uma posição política muito clara, mas eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

lhe explicar, Deputado Pimenta, que os ricos também frequentam igrejas. A minha igreja é uma igreja em que eu trabalho com humildes, com os pequenos, mas a igreja do André e dos irmãos Valadão são igrejas procuradas por homens e mulheres muito ricas, e essas pessoas merecem e precisam, muitas vezes, de atendimento espiritual. Eu acho normal um rico... Os pobres me dão de presente banana. Na minha igreja, é assim, eu ganho farinha, eu ganho banana, porque esse é o meu público, mas um rico fazer uma doação numa igreja não é crime.

Quando a gente cita, Deputado Paulo Pimenta, o nome de uma pessoa na CPMI, isso sai de uma forma tão absurda: Pastor André Valadão foi citado na CPMI... Eu precisava fazer este registro: o André Valadão é um homem sério, é um menino extraordinário, um menino que fala de Jesus desde que ele tinha três anos de idade. Eu precisava fazer isso. Só citar para ficar no ar a dúvida é muito ruim, Deputado.

Se o senhor tiver alguma dúvida, Deputado Paulo Pimenta, de como funciona o nosso ambiente evangélico, eu ficaria muito feliz em sentar com o senhor e conversar. O senhor lá no seu estado tem muitos eleitores evangélicos. Eu sei que o senhor se relaciona com o povo evangélico.

Nós temos algumas pessoas no nosso meio que nos envergonham? Temos, mas, na grande maioria, os nossos pastores são homens e mulheres de Deus, e eu precisava fazer essa correção, eu precisava fazer esse registro e quero transmitir a toda a Igreja Batista Lagoinha, que foi indiretamente citada aqui, meu abraço e meu carinho.

Eu tenho ainda sete minutos, eu vou usar bem os meus sete minutos. Aos demais colegas, eu queria pedir muita atenção, cuidado com a forma como nós estamos sendo provocados. Me parece que há uma orquestração para desacreditar esta CPMI. Colegas, não caiam na pilhagem, por favor, especialmente os Parlamentares da oposição. Querem realmente destruir a imagem desta CPMI.

Quando nós concebemos a construção desta CPMI, eu fui uma das que mais lutei, sou a autora número dois do requerimento. Nós sonhávamos com outras situações, não com o que está acontecendo aqui. Não deixem, colegas, por favor, destruírem a imagem desta CPMI. Eles estão escolhendo alguns colegas a dedo para provocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, Izalci, eu quero registrar a minha solidariedade a você. A não ser que você confesse agora para nós que você é candidato a Presidente da República ou a Vice-Presidente – eu não sei as suas intenções – ou a Governador do DF, porque toda sessão é a sua imagem que tem que ser desconstruída. Eu precisava registrar a minha solidariedade a você. É como se precisassem impedir um projeto político seu e estão usando esta CPMI para isto. Receba o meu abraço, Izalci, mas com certeza a próxima serei eu.

Acho que todo mundo viu. Na sessão passada, eu estava sentada nessa cadeira, quando eu recebi a notícia – inclusive eu compartilhei, olhei para trás na hora, compartilhei com duas colegas Senadoras –, fui surpreendida pela imprensa que o meu primeiro suplente foi advogado do Careca. Inclusive a matéria como sai é assim: "Suplente de Damares recebeu R$500 mil [...]".

Mas se esquecem de escrever que ele é Presidente do União, se esquecem de escrever que a minha candidatura... Eu sou uma Senadora eleita, eu sou uma improvável que foi eleita, foi uma aliança entre o Republicanos e o União, o União indicou o primeiro suplente, o Republicanos indicou o segundo, foi assim que eu fui eleita, mas é para desgastar a imagem da autora da CPMI. Há uma orquestração para se desgastar a imagem da gente. O meu primeiro suplente já se manifestou, disse que foi advogado, mas, quando descobriu quem era o Careca, desfez o contrato de honorários, inclusive devolveu o dinheiro, e os colegas fiquem à vontade para convocá-lo. Eu acho que ele viria aqui e explicaria, mas, com certeza, a próxima foto a ser mostrada naquele vídeo é do meu suplente e da Senadora autora da CPMI.

Nós não vamos chegar a lugar nenhum colegas, nós todos sabemos que esta CPMI vai pegar gente de todos os governos, não há motivo para a gente estar nesse desespero todo. Nós vamos pegar servidores públicos de vários governos e eles terão que responder, alguns por prevaricação, outros por corrupção, não tem como a gente fugir disso. Nós não somos crianças, nós sabemos que vamos pegar. Eu trouxe, na primeira sessão, uma ação de 2016, a DPU já fez uma ação em 2016, nós vamos lá para trás, são vários governos que serão envolvidos. Então, vamos parar de acusação, vamos parar de briga, a população está com a televisão ligada esperando de nós respostas.

Agora, eu vou para o meu Presidente e o meu Relator: vamos fazer diligências nas aldeias indígenas? Nós temos um requerimento aprovado, eu preciso saber o que essa Conafer fez em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aldeias indígenas. Vamos já organizar essas diligências, vamos trabalhar outras diligências paralelas, eu faço questão de ir. A gente até sugeriu uma aldeia em cada região do país para a gente falar com alguns povos de regiões diferentes. Eu quero muito que essa diligência já saia, eu acho que de lá a gente vai trazer muitos elementos.

Por fim, eu só vou me dirigir ao Sr. Fernando. Sr. Fernando, quando o senhor chegou, eu tinha visto sua foto e, quando o senhor chegou, eu falei assim: "Meu Deus, que rapaz bonito, jovem, rico. Tomara que ele tenha tido sucesso realmente trabalhando muito". Eu espero que o senhor prove a sua inocência, porque a sua presença, Sr. Fernando, aqui, falando de tanta riqueza, causa no nosso público jovem no Brasil vontade de ficar rico como o senhor. E não é vergonha nenhuma querer ser rico, e eu espero que o senhor prove a sua inocência, mas os documentos que estão chegando são muito complexos, e isso porque a RIF não chegou ainda. Inclusive, eu nem ia falar hoje, porque eu ia esperar a RIF. Depois de olhar a RIF é que eu gostaria de fazer questionamentos ao senhor. Acho que o senhor vai ter que voltar a esta CPMI, mas, assim, é muito triste.

Eu com certeza já me encontrei com o senhor em algum lugar. Em 2014, eu fui ao gabinete do Deputado a que o senhor servia, eu acho que o vi lá. E foi muito triste hoje ouvir o Rogério Carvalho... Só que o Rogério trouxe, e trouxe com provas, de que aquele Deputado, que foi um cantor evangélico, que embalou toda a minha juventude com suas músicas, está envolvido em esquema de corrupção e, para a minha tristeza, na minha cidade de São Carlos. E parece que o senhor está envolvido nisso com o desvio de emendas da Santa Casa de São Carlos. Se for verdade, Sr. Fernando, o senhor já tira dos mais necessitados desde lá.

Eu espero mesmo que o senhor consiga provar a sua inocência, para que os jovens no Brasil entendam que é possível prosperar numa nação como esta, mas a história está muito ruim: desde 2015 o senhor envolvido com desvio de emendas, e agora esses apontamentos todos que são dinheiro retirado dos mais vulneráveis do país, dos meus indígenas, dos velhinhos, das pessoas com deficiência. E aí, Sr. Fernando, a sua imagem já está estampada para o Brasil. O senhor tem uma grande oportunidade de reconstruir a sua imagem.

E eu falo muito como mãe – muito como mãe. É possível que aqui também eu já tenha me encontrado com o senhor. Eu já fui à reunião da Lide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não sei se te vi lá. Mas eu falo muito como mãe: conversa com seu advogado depois – conversa –, conversa com sua defesa, colabore. Não carregue para si a culpa de outros. É possível que tenham visto em você um jovem inteligente, ambicioso, e é possível que tenham te usado, Fernando. Então, fica esse conselho aqui.

E, se quiser colaborar com esta CPMI, procure o Relator e o Presidente de forma discreta, mas vamos passar o Brasil a limpo. Você tem a oportunidade de fazer isso.

Essa é a minha fala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Com a palavra, por cinco minutos, o Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, ilustres Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, quero dizer para a Senadora que eu sou uma pessoa criada dentro da igreja. Se tem uma coisa na minha trajetória, é o respeito a todas as religiões – a todas elas sem exceção: às igrejas evangélicas, às igrejas de matriz africana... –, e jamais eu utilizei, de qualquer maneira, da minha palavra para tentar atingir qualquer religião, mas também não deixarei de falar nada por conta de qualquer religião.

Tiago 2:14-26, Senadora: "A fé sem obras é morta"; "Tu me mostras a tua fé que eu te mostro as minhas obras". A palavra aceita tudo, o papel também. A gente prova quem a gente é não por aquilo que a gente fala, mas por aquilo que a gente faz. Esse é um ensinamento importante para todos nós que, de fato, acreditamos na palavra e tentamos viver em sintonia e coerência com aquilo que a gente fala.

Não fui eu. Eu simplesmente li uma matéria de jornal. E, se a gente fala que essas pessoas que estão sendo investigadas, se elas colocam um dinheiro num político, é dinheiro suspeito – é dinheiro suspeito –; se elas colocam numa doação X, é suspeito; infelizmente, se colocam numa igreja, é suspeito também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está dito aqui na imprensa? Gomes – esse que está marcado para vir aqui – gasta por mês sozinho R$100 mil em grifes de luxo: Louis Vuitton, Chanel, Dior, carros de luxo, Mercedes, Lamborghini. "Amigo do pastor André Valadão, da Igreja da Lagoinha, Gomes patrocinou, com sua construtora, o evento de Réveillon promovido pela instituição [...] que lotou o estádio da Allianz Parque, do Palmeiras, em 2024".

Não há aqui nenhum demérito ao Pastor André Valadão ou à Igreja da Lagoinha. O que está dizendo aqui é que esse evento foi pago pelo indivíduo acusado de roubar milhões de reais dos aposentados do INSS.

Já o Américo Monte, segundo o Coaf, fez duas transferências de 500 mil a uma conhecida revendedora de Alphaville e outra de Minas Gerais, comprou uma marca de tênis por R$100 mil e fez uma doação de 200 mil a um pastor de igreja em Alphaville. Não há aqui nenhuma crítica ou uma suspeita sobre o pastor de Alphaville; o que está dizendo aqui é que esse outro indivíduo também, notório investigado como fraudador e ladrão de dinheiro dos aposentados e aposentadas, além de distribuir dinheiro dessa forma que, na minha opinião, ninguém que cuida do dinheiro fruto do seu trabalho faz isso o que eles fazem, botou R$200 mil lá numa contribuição para o pastor em Alphaville.

Então, infelizmente, Sr. Presidente, nós vamos ter que rastrear todo tipo de dinheiro de origem ilegal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que estas pessoas tenham, de alguma maneira, movimentado.

De resto, Sr. Presidente, eu quero dizer para V. Exa. o seguinte: eu estou convencido de que esta nossa CPI vai cumprir um grande trabalho para o Brasil e eu estou convencido de que nós vamos chegar aos verdadeiros mandantes dessa organização criminosa.

Eu já repeti isto várias vezes e vou repetir: eu não acredito que essas pessoas tenham roubado tudo isso sem ter um suporte político. Alguém colocou essa gente nos cargos de comando dentro do INSS, alguém permitiu que essa estrutura corrupta se especializasse em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

roubar dinheiro de aposentados e aposentadas, e, se Deus quiser, esta CPI, a Polícia Federal, vai chegar a essa gente, e a gente vai ver essa turma de bandidos, todos eles, na cadeia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Antes de passar...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, é só uma sugestão. Por que nós... Desculpe, Sr. Presidente. Já que está sendo dado tanto esse art. 14, vamos fazer um acordo de pelo menos dois minutos de fala, porque é o seguinte, a pessoa cita uma vez um nome numa passagem e depois – não é por causa do Deputado que me antecedeu, é qualquer outro aqui – fala cinco minutos sobre o que bem entender. Então, vamos fazer dois minutos por acordo, aí fica melhor.

Não pode ser, Presidente? (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Eu lamento, mas o regulamento manda por cinco minutos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha aqui... Bem, antes de passar a palavra ao Relator, que pediu para fazer esclarecimentos... Só um minutinho, Professor. Deputado, por gentileza.

Eu quero aqui reforçar tanto a fala da Senadora Damares, quanto a do próprio Líder Paulo Pimenta. Esta CPMI vai identificar e vai mostrar ao povo brasileiro quem roubou o dinheiro dos aposentados. Esse é um compromisso que todos nós temos. Independentemente do clima tenso, nós não vamos abrir mão desse objetivo porque a população espera isso de nós, mas eu entendi bem o que a Senadora Damares disse e eu tenho, repetidas vezes, falado isso aqui, do cuidado que nós temos de ter em não expor nesta CPMI quem não é investigado por ela, especialmente nos requerimentos de presença ou de quebra de sigilo.

Se nós formos usar esta CPMI para atingir quem quer que seja, seja por questões ideológicas, partidárias, nós vamos perder a credibilidade da população. Nessa questão das igrejas que foram citadas, o Líder Paulo Pimenta tem razão, a reportagem citou o nome, mas uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa que é membro de uma igreja, que, inclusive, é a minha igreja, a pessoa pode chegar lá e fazer a doação que quiser. Isso aí não tira, em momento algum, a seriedade do trabalho. E V. Exa. disse muito bem, são as obras. Basta observar o trabalho sensacional que a Lagoinha Global faz, inclusive nas periferias de Belo Horizonte.

Agora, a gente precisa tomar muito cuidado com os nomes das pessoas. E eu faço questão de dizer: nós só vamos chamar aqui e expor, nesta CPMI, quem tem ligações diretas com a investigação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu nunca imaginei, nem pensei em chamar ninguém, eu só li a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só reforçando. E agradeço a V. Exa. a tranquilidade e o equilíbrio em nós entendemos isso.

E à Senadora Damares, pelo posicionamento também muito equilibrado, correto, porque quem pode dizer o que é uma pessoa? A pessoa entrou pela porta, fez uma doação, e ali o tempo é quem vai dizer. O.k.?

Obrigado aí pela sequência de bom relacionamento e de equilíbrio, não é?

Com o Relator a palavra, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu tenho outras perguntas aqui complementares e queria começar a perguntar ao depoente, que oito dias antes da operação de busca e apreensão na sua casa, V. Sa. foi condecorado com a Medalha Santos Dumont da Força Aérea Brasileira. O senhor poderia esclarecer quem propôs essa medalha ao senhor e qual foi o motivo de receber essa medalha? (*Pausa.*)

Porque o... Presidente, eu não sei se me equivoquei. Eu entendi que o depoente a mim responderia. Ele também vai manter silêncio?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI (Para depor. *Fora do microfone*.) – Vou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Poderia falar aqui, por gentileza?

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Mantenho silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minuto. Repete, por gentileza.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI – Mantenho silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, um fato que me chamou a atenção foi o depoente não ser advogado e ter ficado rico através de um escritório jurídico. Me pareceu, a todo tempo, que o depoente é um lobista, que atua capitando clientes para o Sr. Nelson Wilians. Eu queria perguntar justamente isto: se o depoente atua captando clientes para o escritório Nelson Wilians. (*Pausa.*)

Foi mostrada uma aeronave aí, que teve etapas de venda e cessão bastante suspeitas. O valor trazido para o Brasil, dessa aeronave, foi 22,88 milhões, como disse o Senador Marcos Rogério. Queria saber quantos por cento de cota de participação o depoente teve nessa aeronave? (*Pausa.*)

Também pergunto ao depoente, Sr. Presidente, qual a participação do depoente, societária, na Cactus, de propriedade de Nickolas Tadeu Ribeiro de Campos? (*Pausa.*)

Qual a participação societária do depoente na SP Aviação Táxi Aéreo? (*Pausa.*)

Pergunto ao depoente quem é Rubens Sobrinho Rodrigues, que tem negócios com Nelson Wilians e com o depoente. (*Pausa.*)

Pergunto ao depoente, Sr. Presidente, quem é Saulo Rodrigues Miranda, que transacionou com ele na ordem de R$18 milhões. (*Pausa.*)

Pergunto quem é Miguel da Silva Aguilera, que transacionou com ele na ordem de R$1 milhão. (*Pausa.*)

Pergunto ao depoente qual é a relação dele com a Bet7k. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu fiz questão de deixar essas perguntas registradas porque serão importantes para o desfecho do relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Duarte Júnior.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Inicialmente, eu gostaria de fazer aqui algumas observações importantes ao trabalho e credibilidade da CPMI, e falo aqui com a isenção técnica, a moral de quem, em todas as oportunidades que tive, votei a favor de todo e qualquer requerimento que aqui foi pautado. Quando esta CPMI ainda não tinha sido instalada, assinei e fiz campanha nas redes sociais para que outros Parlamentares pudessem assinar e nós pudéssemos estar aqui no dia de hoje.

A observação que eu faço é de que ficam extremamente prejudicadas as investigações quando nós passamos aqui quase oito horas numa oitiva diante de um depoente que se mantém calado. E, é claro, se engana quem pensa que ele vai vir aqui e vai falar, vai confessar. Não vai. Se tivesse algum tipo de consciência com o interesse público – do que é certo, do que é errado, do que deve fazer e do que não deve fazer –, não teria contribuído para que milhares de aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência pudessem ter a subtração do seu mínimo existencial.

Portanto, aqui eu clamo a V. Exas. que a gente possa trazer para o depoimento tão somente aqueles depoentes, as testemunhas de que nós já tivermos acesso à quebra dos sigilos. Infelizmente, aqui eu percebo que todos nós ficamos sem condições robustas de interrogar, de questionar, de perguntar, de elucidar o caso. Até o brilhante plano de trabalho apresentado pelo Relator e aprovado por unanimidade por V. Exas., desse plano eu ouso afirmar que há um indício de desvirtuamento.

Ora, nós aprovamos aqui a oitiva do Ministro da Previdência Onyx no dia 26 de agosto de 2025. O Fernando, a oitiva do Fernando foi aprovada tão somente no dia 25 de setembro, 30 dias depois. Nós não iríamos ouvir todos os ministros da Previdência de 2015 até os dias atuais? Nós não iríamos ouvir primeiro os presidentes do INSS, os gestores do INSS de 2015 até os dias atuais? Por qual razão essa mudança? Mais uma mudança que, aqui, *data maxima venia*,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitosamente, eu afirmo que é uma mudança que não faz tanto sentido, porque a quebra do sigilo do Fernando ocorreu tão somente no dia 2 de outubro, e não é automático. Se quebra o sigilo, existe todo um processo formal para se ter acesso às informações, para que chegue ao nosso conhecimento, para que a gente possa estudar.

Então, aqui a minha, talvez, indignação não é nem com o silêncio – o seu silêncio, Fernando –, mas é por eu não ter condições documentais aqui de te interrogar. Eu queria muito poder lhe perguntar com base em fundamentos, como sempre eu faço. Aqui eu não faço, nessa oportunidade, discurso ideológico. Tenho as minhas preferências, mas aqui a minha atuação é técnica, honrando a minha história e minha biografia enquanto professor de direito constitucional, enquanto advogado, jurista, enquanto ex-Presidente do Procon Maranhão.

E é nesse sentido que, com o que eu tenho aqui em minhas mãos, eu peço à assessoria, à consultoria dessa CPMI que coloque aqui no telão algumas informações a que eu tive acesso, não por força da CPMI, mas por força das investigações, dos estudos paralelos que nós aqui que temos responsabilidade fazemos.

Eu tive acesso ao grupo de WhatsApp da NW Group – Coordenação.

Não sei se as imagens estão sendo disponibilizadas.

São dezenas...

Não, esse vídeo não é agora não. Primeiro as imagens do WhatsApp.

Nós temos acesso aqui... Se não aparece aqui, está aqui. Pode filmar aqui, por gentileza.

Todas essas imagens aqui que eu estou apresentando são *prints* do grupo do WhatsApp da NW Group – Coordenação.

São várias páginas aqui.

Não é essa apresentação que está aí na tela, mas é esse grupo de WhatsApp.

E essas mensagens aqui do grupo do WhatsApp demonstram com clareza a configuração de vários crimes. E aqui eu faço questão de citar, com base nesses *prints* do grupo do WhatsApp da NW Group – Coordenação de que o Fernando Cavalcanti faz parte. Nesse grupo, há a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

configuração clara de: exercício irregular da advocacia; captação indevida de clientela e mercantilização da advocacia; fraude contra a Fazenda Pública; falsidade ideológica e associação criminosa; uso indevido de associação para intermediar ganhos com créditos públicos.

Ora, aqui eu não preciso perguntar, porque está provada a prática de crimes. Então, nós não estamos diante de um depoente que aqui está com inocência e boa-fé, mas nós estamos diante de um depoente que, sim, praticou, concorreu para a prática da ilicitude que culminou na sanção de milhares de aposentados e pensionistas.

E não é só isso.

Agora, sim, uma apresentação que diz respeito ao direito creditório federal. Essa apresentação aqui em PDF, uma apresentação em PowerPoint com mais de 200 páginas, com mais de 200 laudas...

Pode ir passando aleatoriamente, para que vocês possam ver.

Eu tenho certeza de que o Fernando reconhece essa apresentação, porque essa apresentação tem uma finalidade muito clara. Ela pretende, através de uma roupagem técnica, demonstrar que o crédito que tem decisão judicial definitiva em trânsito em julgado pode ser transferido legalmente a terceiros. Fala-se sobre a cessão, que segue procedimentos formais, escritura pública, homologação.

E o que chama a atenção é a p. 81. A p.81 dessa apresentação fala sobre os riscos de invalidade ou ineficácia da cessão de direitos creditórios. E, nessa p. 81, fica claro, diante dessa apresentação, a configuração de prática criminosa e a incidência, a configuração dos seguintes tipos penais – e aqui eu faço questão de citar, mais uma vez –: o exercício irregular da advocacia; a falsidade ideológica, prevista no art. 229 do Código Penal brasileiro; estelionato, previsto no art. 171 do Código Penal; a comercialização de créditos judiciais; publicidade e captação indevida de clientela; planejamento tributário questionável, ou seja, fraude à previdência. Aí, sim, a gente pode demonstrar que há uma participação direta com o rombo do INSS, com esse que foi o maior esquema, um esquema brutal de corrupção.

E quando... E aqui eu concluo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando – e aqui eu concluo – ao depoente foi perguntado, mais precisamente às 17h, às 5 horas da tarde, pelo Relator se ele... "O senhor trabalha hoje com quê?". Aí, o Fernando respondeu o seguinte: "Hoje, eu estou afastado de todas as minhas funções, pois existe hoje uma coisa no nosso país muito forte chamada *compliance*, e eu tive que me afastar [e aqui eu destaco: tive de me afastar] [...] até que essas investigações sejam encerradas, nomeando outro Presidente e outro Vice-Presidente no meu lugar.

Agora, sim, eu peço que se apresente o vídeo.

Esse vídeo foi postado nas suas redes sociais, Fernando, e esse vídeo demonstra que você mentiu aqui...

Pode apresentar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – "Um beijo especial", demonstrando ali a relação muito próxima dele com o Nelson Wilians, vulgarmente conhecido como "papi" – você mesmo confirmou que chama o Nelson Wilians de "papi". Esse vídeo foi postado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... no dia 23 de maio de 2025, nas suas redes sociais.

Então, vejam, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadores, aqui a gente não está para fazer escolha sem critério de quem vem aqui falar. Essa apresentação que eu faço é exatamente para demonstrar que é muito importante que a gente faça uma reunião prévia, que a gente possa ver realmente que, para aqueles depoentes que aqui possam chegar, a gente possa estar amparado por toda a documentação, como aqui eu busquei, porque, ao contrário do que foi demonstrado até aqui, Fernando, você tem culpa no cartório, você tem responsabilidade, você não é vítima, você não foi usado.

Todo esse patrimônio que você constituiu, infelizmente, não foi constituído por força de um trabalho sério; foi constituído por força do trabalho sério de milhares de aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência, que sofreram toda a sua vida, e você, infelizmente, subtraiu esse patrimônio para viver nos seus privilégios, na sua riqueza, ao lado do seu querido "papi".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O Deputado Ricardo Maia está presente?

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Relator, parabenizo-os pela condução. O Relator mesmo aqui eu parabenizo também pela sua relatoria.

Demais pares, Senadores, Deputados, eu tentei buscar uma linha de perguntas. Como nós não temos resposta, irei fazer uma linha de raciocínio aqui desta sessão.

Eu comecei a tentar buscar a vida de Fernando antes de 2018, né? Tentei buscar essa ascensão dele, ascensão de negócios. Aí, com muito trabalho, encontrei, com muito mérito: foi menor aprendiz nos Correios, por vários anos; trabalhou na GPA, também adolescente. E aí ele entrou no meio político. Foi assessor parlamentar na Assembleia. E aí gostou de degustar o vinho e começou a degustar de emendas parlamentares, começou a degustar do ilegal. Esse ilegal foi caminhando e ele foi para o escritório do Sr. Nelson em uma missão; e essa missão não foi de Nelson, essa missão foi do âmbito da política. E, depois de um tempo passar na política, tinham que colocar alguém de confiança, ambicioso, corajoso, inteligente e novo. E assim ele entrou como sócio do maior escritório de advocacia do nosso país, mostrando riquezas. E essa riqueza não era dele. Ele entrou com que patrimônio?

Aí, vamos começar.

Ele foi convocado para essa missão e ele já foi logo entrando, para participar, como Diretor Administrativo Financeiro. Ele não começou como *office boy*. Ele começou logo como Diretor Financeiro, em uma missão por alguém determinada. É claro, é nítido que a vaidade o corroeu a ter 23 carros, que não sabe nem nominar quais carros foram apreendidos pela Polícia Federal; ele não sabe as motocicletas. E sabe usar uma máscara de um homem de ferro, mas que dói o coração de nós Parlamentares, dói o coração nós estarmos aqui, porque o senhor não sabe a dificuldade das pessoas de quem foram retirados esses recursos, que moram no interior de Rondônia, que moram no interior da Bahia, das pessoas que necessitam de centavos para sobreviver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí falam aqui de partido. Eu concordo quando citamos aqui que temos que esquecer política. Esta Comissão já foi criada com o Presidente e o Relator superando etapas políticas. E aí eu fiz questão de anotar os partidos, os partidos citados nesse relatório: PL, PT, o meu MDB, PDT, PP e PSDB. Esses todos partidos mostram vínculo de pessoas. Mas não podemos pegar e dizer que o MDB, que o PT, que o PL, na sua integralidade, todos eles estão nesse conluio. Mas essa CPMI... E tenho certeza de que, no depoimento dele, na Polícia Federal, não tinha um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal para ele não poder falar, porque lá ele teve que falar. E aí essa Operação Cambota, que foi realizada, vem trazer ao Sr. Fernando...

E eu quero fazer um relato, Presidente. Todos que são envolvidos têm soberba, porque estão acima de nós, dos aposentados, porque nós não temos a fortuna que essas pessoas movimentaram nas contas bancárias de milhões em poucos anos. E aí se sentam nessa cadeira de uma CPMI... E nós, cada um que está sentado aqui, representamos o povo brasileiro. Com a sua quantidade de votos, nós representamos os aposentados, os pensionistas, os deficientes, enquanto o senhor não; o senhor representa o maior esquema fraudulento deste país.

Mas a sua história começou com trabalho. Infelizmente, a política tem os meandros, os meandros que fazem te trazer para esse embate de riqueza, de luxúria, de ser "papi", de ir para Miami, para os Estados Unidos, para onde quer que você quisesse ir.

E outra coisa que me chamou a atenção, Presidente. A sua... Eles eram em São Paulo, mas só que, como dito pelo próprio, ele precisaria de uma articulação melhor ainda, política. E aí veio para Brasília em outra missão. Missão dada, missão cumprida, novamente. Agora numa etapa diferente, numa etapa de aluguel de mansão, numa etapa de Ferrari, de BMW, motos que eu nunca nem vi na minha vida. E aí, essa outra missão foi de oferecer espaços para atrair o bem jurídico, legislativo e judiciário, que trouxe a esse convívio de articulação. Bem articulado se tornou aqui em Brasília, levando empresas – e não posso aqui denominar os nomes dessas empresas, porque não têm vinculação com o assalto do INSS...

Mas o silêncio, o silêncio dele não é de coragem, é de covardia. Porque não quero acreditar que um ser humano, depois de estar passando por toda essa investigação, de poder saber que, aos seus 40 anos de idade, pode, se for julgado, sentenciado, ficar 40 anos ou 30 anos mais, preso. No tempo em que sair da prisão não terá mais tempo de vida, porque pode sair com 50, 60, 70,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a vida é cronológica. O tempo de vida para a frente você não terá mais. E esse silêncio é o que te traz aqui agora.

E aí, aqui fica a se dizer, Presidente, que o roubo foi – aqui agora um desabafo político, sou da base do Governo – fica a se dizer que o roubo foi no governo fulano; o outro vai e diz: foi no governo sicrano... Essa quadrilha está montada no nosso país há vários governos – governos que passaram e o que está. Como disse a Senadora: vai atingir quem quiser atingir, e tem que pagar. Seja político, seja funcionário efetivo, seja ex-Ministro, sejam dirigentes de partido, porque nos aperta o coração saber que as pessoas foram roubadas para terem a luxúria do dinheiro, comprarem helicóptero de R$20 milhões, fazerem lavagem de dinheiro... E quero aqui dizer a um Deputado... Ele não está presente, não vou citar o nome, para não dar o artigo 14, senão vai dar briga. É um coronel, com todo o respeito que eu tenha a ele, mais velho do que eu, mais experiente de vida, aqui não é um circo para se levantar, para se gritar. O art. 53 lhe dá imunidade, mas dá imunidade quando for para o Parlamento, lá para a tribuna... Vá xingar Lula, vá xingar o PT lá. Aqui não. Não estou aqui para defender nenhum partido, nem PL, nem PT, não. Nós estamos aqui, como o senhor está, como o Relator, que, garanto, fica imbuído, estudando, para fazer um bom relatório... Aí aqui fica uma briga de PT, PL, enquanto nós temos um cidadão sentado, com 40 anos, que foi estagiário dos Correios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – ... e chegou a uma ascensão financeira que ninguém consegue entender a não ser como um laranja de primeira qualidade.

A esses 50 segundos que me restam, eu deixo em silêncio em homenagem a todos que foram roubados pelo senhor e pela quadrilha que fez durante todos esses anos.

Minha mãe é pensionista, ganha R$2,5 mil como técnica de enfermagem aposentada e, para me criar, Presidente, teve que lutar muito na vida. E como eu tem vários aqui nesta Casa e neste Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só antes, eu senti do depoente, no momento em que o Deputado Duarte mencionou, passou o vídeo aqui falando da relação com o Nelson Wilians, dia 23 de maio, eu senti do depoente, inclusive ele foi em direção ao microfone, puxou para falar alguma coisa, e, depois, o Deputado Duarte continuou e não foi...

Eu gostaria de perguntar ao depoente se não tinha interesse em mencionar alguma coisa mesmo naquela hora, porque foi nítido aqui do Plenário que ele puxou o microfone na sua direção e ia falar alguma coisa.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS ANDRADE CAVALCANTI (*Fora do microfone*.) – Tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Viana.

Primeiro, obrigado, Fernando, pela presença, e Thiago.

Há pouco, há uns 40 minutos atrás, foi perguntado aqui por um Deputado da situação, do Governo do PT, como essas pessoas surgiram, como essas pessoas sobrevivem. Eu digo: dos 11 Ministros do STF, o PT indicou 7; dos 30 Ministros do STJ, o PT indicou 25; Ministro da Controladoria-Geral da União, filiado ao PT, com 21 anos, o Sr. Vinicius Carvalho, que sentou aqui; Geraldo Alckmin está aqui, na nossa ordem de sequência aqui, desde 1991... Fernando Alckmin está, por coincidência, com... Geraldo Alckmin. Perdão. Geraldo Alckmin aqui na foto com Fernando. Não é coincidência. Geraldo Alckmin, que, em 1991, foi Relator do PL 821, que inclui possibilidade de descontos e, no relatório, ele ainda agradece à Contag. À Contag, no mínimo, 40% dos recursos desviados dos aposentados; a cada R$10 roubados dos aposentados, R$4 vão para a Contag, que, publicamente, tem muita ligação com o PT. A Contag foi uma das instituições responsáveis pela fundação da CUT.

Quarto ponto: nenhum Deputado do PT sobe à tribuna durante o Governo Bolsonaro para fazer um apontamento negativo em relação aos desvios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando, você vai ficar em silêncio. Obviamente, eu tinha perguntas aqui superinteressantes. Agora o vídeo que o Duarte mostrou para a gente, eu ia perguntar aqui: como o NW Group, onde o senhor atuou como sócio de Wilians, se relacionou com o Mauricio Camisotti? Quais foram os serviços prestados? Qual o faturamento? Quanto foi movimentado? Mauricio Camisotti e o Careca tão num esquema aqui de serviços não prestados, de operadores financeiros, recebedores de propina, sindicatos de fachada.

Dos 13 convidados até agora, o senhor é o único que não vai falar comigo; até o seu chefe, o Nelson Wilians, falou comigo. A gente teve aqui pessoas convidadas, pessoas investigadas, tivemos ministros. E o seu silêncio é um silêncio de uma pessoa que tem muito a esconder. O seu silêncio diz muito; a comunicação não verbal, em relação à sua falta de verdade, é muito grande.

Marcel até me inspirou aqui. A gente tem a réplica do carro do Senna, campeão em 88, 89 e 91; a gente tem os relógios "carésimos"; a gente tem aqui os carros... Ó, um retrovisor dessa moto aqui possivelmente foi um ano de desconto de aposentados não autorizado. A gente tem uma Ducati, a gente tem uma Harley, a gente tem o senhor aqui não sei se nos Emirados Árabes. A gente tem um comentário aqui que eu achei supercurioso: sultão do direito, mas o rei continua sendo Nelson Wilians. Então, a gente tem um salário mínimo de R$1.518 no Brasil, dá aproximadamente US$260.

A gente está sendo muito bonzinho com vocês. O desrespeito de vocês com Deputados eleitos pelo povo é evidente e fruto muito do que o PT fez neste país, ao indicar 7 Ministros para o STF e 25 dos 30 Ministros do STJ. Este Congresso enfraqueceu muito moralmente. Quando eu falo que Deputado que fica sentado aqui não está preparado para ouvir uma crítica é porque isso está amparado nessa confusão que o STF causou com a gente.

Mas, Sr. Fernando, a gente viu aqui uns exemplos também dos três jovens mencionados aqui no interior de São Paulo, de 28, 35, 45 anos, movimentando milhões e milhões de reais. Mas aonde eu quero chegar? Eu quero chegar a que a gente está muito bonzinho mesmo. Aqui não tem bobo. Aqui tem pessoas de diferentes histórias, de diferentes momentos, que têm experiências diferentes, observações diferentes. E o senhor vai certamente responder pelo que o senhor fez. Não tem cabimento. Seria uma história de contos de fadas, de Cinderela, um vendedor de vinho do Pão de Açúcar, em cinco anos... Estão os seus amigos aqui; tem reportagem aqui do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Metrópoles, ninguém entendendo como o senhor sai de um salário de R$5 mil em 2017 para uma fortuna. Ninguém entende o senhor morar numa casa com três vagas e ter 23 carros, ter uma Ferrari de 4,5 milhões e morar numa casa alugada. Poxa, aqui não tem otário, pô!

Eu cheguei quinta-feira ao Rio de Janeiro, o rapaz que me pega no aeroporto, os adjetivos... Se a gente vai a uma padaria em Copacabana, em Rio das Ostras, onde eu estava, que é uma cidade do interior, mas xingam muito vocês! São palavras que até eu gostaria de usar aqui, porque merece – merece. Porque uns pivetes em Copacabana que fazem um arrastão e roubam uma pessoa são mais honestos do que vocês, porque eles mostram a cara. O aposentado nem sabe por quem está sendo roubado.

É muita sacanagem, Alfredo Gaspar. É um absurdo! Judiciário calado; Controladoria-Geral da União, que é um órgão interno de Governo, de Estado, calada, acobertando tudo isso. É um absurdo! O senhor é amparado pelo Thiago, que deve ser um dos maiores advogados de Brasília, assim como o Cleber Lopes. Custa dinheiro. Deve ser uma fortuna para o Sr. Thiago estar acompanhando o senhor aqui. E vocês ficam amparados nisso, ficam amparados aqui numa foto com o Alckmin, ficam amparados num contato que tem com um Senador, ficam amparados no movimento...

A gente recebeu um senhor aqui que pelo amor de Deus! Paulo Roberto. Foi o Paulo Roberto, é isso? Não, Carlos Roberto, Presidente da Conafer, que em 2011 inaugurou a Conafer com o Sr. Carlos Lupi, com o Paulinho da Força – Paulinho da Força. Porra, mas tem que ter muito saco para ser brasileiro!

Olha, quando a gente chega ao Rio de Janeiro... O rapaz que foi me pegar no aeroporto: "Porra, Luiz, como é que você consegue ficar de frente para aqueles caras? Eu ia levantar!". Não tenho o que perguntar, eu acho que o senhor me poupou aqui de... Realmente, o senhor não merece ser perguntado por Deputados eleitos democraticamente, ainda mais quem tem voto de opinião.

Então, fica aqui o grito da Sra. Fátima, de Rio das Ostras, do Sr. Aguiberto, de Copacabana, do Sr. Ítalo, que me escreveram, de pessoas que foram roubadas, e a gente tem muito ainda o que descobrir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um comportamento lamentável, e eu vou abrir meu coração aqui. As pessoas mais ricas do Brasil andam de calça jeans e camisa branca. Os ricos deste Brasil, que ficaram ricos trabalhando, andam de chinelo, andam de Havaiana, andam de Ômega usado. É muita, é muita curtição com a cara, é um comportamento infantil, é um comportamento lamentável, é um comportamento de pi-pi-pi. É isso que pediram para falar lá, são três pontos: pi-pi-pi. É isso que a gente está observando aqui.

Então, eu espero, de fato, que a Justiça brasileira... A mídia brasileira não está dando o devido espaço a esta CPMI como deveria. Foram milhões, bilhões, só os desvios dos sindicatos foram 6 bi, nos consignados podem ir para 60, 70 bi.

Sr. Fernando, eu desejo, assim, que o senhor entenda que, no final da nossa vida, como é bom andar sozinho, descalço na rua, em cima de uma grama, na areia, como é bom sair de casa domingo sozinho, andar de bicicleta, é muito melhor do que andar de Ferrari. Eu experimentei várias sensações na minha vida, desde conquistar medalha em pan-americano, ir para uma Olimpíada, desde me tornar Deputado Federal, nada melhor na vida do que ter paz, e o senhor perdeu a coisa mais valorosa na vida, que é a paz.

Então, eu vou repetir aqui, um retrovisor desse aqui, de uma réplica do carro do Senna, certamente foram alguns anos de... Um retrovisor. Isso aqui é um escárnio, é o mesmo comportamento, todos vocês têm o mesmo comportamento.

O Sr. Carlos Roberto aqui tem uma fazenda com pista de avião e falou que não se considera rico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O Careca tem Ferrari, pô, tem Porsche, Lamborghini. Um comportamento até meio estranho, não é? De quem realmente não sabe viver.

Então, muito obrigado aqui pela sua presença.

Eu vou terminar aqui fazendo as últimas duas perguntas que eu faria.

O senhor pode detalhar como foi o processo de sua indicação para o conselho por João Doria, incluindo quem recomendou o senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E se o senhor conhece o Presidente da Conafer, Carlos Roberto, que foi, em sete anos, o maior desprestígio que eu tive nesta Casa?

Olha, tem gente ruim aqui, mas sentimento pesado que eu senti, como foi na segunda-feira, fiquei até com dor nas costas na quarta-feira, e nunca tive dor nas costas.

Se sim, em que contexto vocês se relacionaram? E houve algum acordo de negócio envolvendo benefícios previdenciários?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Eu que agradeço pelo cumprimento do tempo, Deputado.

Com a palavra – era o Senador Marcio Bittar, não está –, a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Boa noite, Presidente, em seu nome, em nome do Relator, cumprimento os demais colegas e as pessoas do Congresso, cumprimento também o depoente, Sr. Fernando Cavalcanti, o seu advogado, Dr. Thiago Machado.

Na seara do que disse o Vice-Presidente, eu confesso que a presença do Sr. Fernando Cavalcanti é importante, mas, neste momento, ele não seria a nossa prioridade, principalmente porque, eu tenho que repetir, os RIFs dele sequer chegaram. Então, lamento profundamente essa perda de tempo em que todos nós tivemos de ficar sentados, sair dos nossos estados, das nossas bases, para uma agenda completamente, com todo o... *Data maxima venia*, Presidente, acho que poderíamos articular melhor e dialogar melhor.

Eu mesma fiz o requerimento da oitiva do Dr. Vinícius, Ministro da CGU, e eu mesma protocolei o pedido de oitiva ou convite para Wagner Rosário, Governo passado...

Eu vou aguardar o Presidente, porque eu estou falando exatamente com ele. (*Risos.*)

Presidente, eu não consigo entender. Eu protocolei os dois pedidos no mesmo dia. O requerimento de Wagner Rosário não foi apreciado e o requerimento do Ministro Vinícius foi apreciado e ele já veio. Eu não consigo entender essa lógica, pode ser uma grande ignorância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha, mas não consigo, de forma nenhuma também, entender, e nós... Eu espero resposta: onde está Onyx Lorenzoni?

Nós devemos seguir uma lógica. Foi, infelizmente, uma perda de tempo. Para mim, é irreparável – irreparável. Por quê? São 147 nomes já aprovados. Nós ouvimos... Creio que essa seja a 14ª oitiva, um mês e meio já se passou, e temos um recesso parlamentar... Como é que nós vamos parar? Eu me nego a votar qualquer nome antes de ouvir os peixes grandes.

Na CPI do 08/01... E eu até hoje defendo os bagrinhos da tentativa de golpe de Estado, muitas... Defendo alguns bagrinhos, aqueles que são ingênuos. Inocentes não são, mas foram ingênuos, aceitaram ser incitados e se meteram numa organização criminosa e sem saber o que estavam fazendo. Aqui nós estamos vendo a mesma coisa. Lógico que os peixes grandes, na questão da tentativa de golpe de Estado, estão sendo processados. Aqui nós estamos vendo os bagrinhos também, mas os bagrinhos são mais gordinhos, porque não sentou ninguém com uma... ninguém humilde materialmente aqui em relação ao INSS.

Então, eu já protocolei, Presidente – novamente eu peço para o senhor que nos explique depois onde está Onyx Lorenzoni – para que possamos, para que o senhor possa pautar para amanhã, para que dê tempo de apreciarmos Wagner Rosário, para termos paridade de armas, tá?

Peço também que paute o Chairman do banco PicPay, Sr. José Antônio Batista, porque o escândalo dos consignados e dos bancos é muito maior do que esse dos descontos, é muito maior. Nós temos muito o que trabalhar.

Eu acabei de protocolar também a necessidade de ouvirmos e de quebrarmos o sigilo de uma empresa chamada SPS Manager Administradora e Corretora de Seguros Ltda., na pessoa de sua representante legal, de seu representante legal e sócio.

É importante dizer aqui, Sr. Fernando, que eu defendo muito o direito de o senhor permanecer calado. Aqui é a Casa onde se constroem as leis. Eu pedi para a minha assessoria verificar – não deu tempo ainda –, para fazer uma varredura, um pente fino, para conseguir saber, Doutor, quais são os projetos de lei, quais são as PECs que querem, que têm a intenção de derrubar o inciso LXIII do art. 5º da Constituição Federal e o art. 186 do Código de Processo Penal. Muita gente tenta aqui derrubar cláusulas pétreas da Constituição Federal, mas eu não vi ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se preparar e legislar contra o direito de ficar calado, mas chega aqui no microfone e julga. É um direito do seu cliente, e eu não sou seletiva, eu defendo o direito ao devido processo legal de todas as pessoas, mas a seletividade de alguns não permite. Para uns, alguns estão sendo torturados pelo STF, enquanto eles torturam as pessoas aqui, antes do devido processo legal, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Então, é muito ruim para mim, que sou formada em Direito, ter que ouvir essa atecnia, me constrange.

Mas estou nos meus últimos minutos e acho que o senhor tem que ser reconvocado, depois que, se for necessário, se a documentação que chegar não nos satisfizer. Além de tudo, devemos verificar a nossa prioridade. Para mim, a prioridade agora é atingir os peixes grandes. Se nós não tivéssemos conluio do poder público, de agentes do poder público, nada disso teria acontecido. Nada disso teria acontecido. Então, eu quero saber quem são os peixes grandes. Vocês são todos bagrinhos, apesar de bem gordinhos, são bem bagrinhos perto de quem promoveu. E aqui não tem Governo, desde 2015 nós estamos verificando. Isso aqui é falado o tempo inteiro.

Mas existe uma pergunta que não quer calar, Sr. Fernando, e eu acredito que o senhor vai poder me responder. Acredito, sabe por quê? É uma pergunta objetiva, não vai incriminá-lo, porque eu tenho certeza de que o senhor não está envolvido. Isso não o incrimina, não consigo ver nenhuma possibilidade, então, eu acredito que o senhor possa me responder. Eu vou contar uma fofoca, já que estamos aqui entre quatro paredes, mas, no nosso intervalo, o senhor foi elogiado pelos Parlamentares homens: "O rapaz se veste bem, não é? Um terno bem cortado..." Eu acho que alguns Deputados ficaram doidos para saber onde que compra essa roupa. Eu queria saber se o senhor pode falar do terno bem cortado. O senhor pode nos trazer aqui onde o senhor compra os seus ternos? Para fazer uma indicação para os Deputados, porque eles estão com vergonha de pedir. Eu explico o porquê, Brasil, não me levem a mal. O senhor não vai falar? (*Pausa.*) Nem a sua roupa? (*Pausa.*)

Bom, compreendo. O senhor poderia falar, mas aí, aí é complicado. Eu vou dizer, Brasil, sabe por quê? Porque surgiram indícios fortíssimos, fortíssimos, e não adianta fazer recorte desconexo da minha fala, tá? Apareceu um fio de linha bem fundamentado de que há envolvimento de uma alfaiataria masculina de grife, que está vestindo inclusive Parlamentares, envolvida no escândalo do INSS. Eu fiquei assim, abismada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui atrás. É lógico que eu não vou falar, porque eu ainda não tenho elementos, mas o Brasil um dia vai saber, espero que logo. O Pimenta não elogiou, não é, Pimenta? Mas eles gostariam. Que corte perfeito, que roupa mais bem cortada! Então, concordo com eles, tem alguns Parlamentares que precisam dar uma melhoradinha, né? E eu não entendo de roupa masculina, mas eu vou aprender a entender, porque eu acho que essa alfaiataria masculina de alta grife, que está patrocinando, inclusive – ou está patrocinando ou está emprestando dinheiro em troca de roupa –, é um negócio muito estranho. Eu não sei se também a alfaiataria vai virar lavanderia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... se já é uma lavanderia, se não é. Eu só sei, gente, que coisas esquisitas acontecem aqui – mas esquisitas mesmo! Então, vai vendo, Brasil. Não é, não? Vamos aguardar. Essa frase é do colega.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – É minha essa frase.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Essa frase é do Senador Rogério.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Ele comprou de mim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ah, ele comprou? Eu peço emprestada, então.

Mas vai vendo, Brasil – vai vendo.

É isso, Sr. Presidente. Espero que o senhor nos responda sobre o Onyx Lorenzoni, que possamos abrir um diálogo mais efetivo e aproveitar melhor nossos dias aqui, porque eles são caros, nosso tempo custa e o povo está esperando.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

As respostas ou posicionamento: primeiramente, o Sr. Onyx Lorenzoni está convidado e já tem data pré-marcada para o comparecimento a esta CPMI. Nós estamos tentando antecipar, mas está confirmado para o dia 6 do próximo mês e não abriremos mão da confirmação. Segundo ponto, nós temos um plano de trabalho que não prevê a convocação de bancos agora, somente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a partir do próximo ano, em fevereiro e março, que são as datas reservadas. Até o final deste ano, nós propusemos, o Relator colocou que nós investigaremos os descontos associativos e terminaremos essa parte. Em seguida, daremos... Concordo plenamente com V. Exa. que é uma das áreas mais complicadas e que mais tem a responder, que são os empréstimos consignados feitos nas contas sem a autorização dos aposentados.

O Deputado Sidney Leite não está.

Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente. Relator, Sr. Fernando e Dr. Thiago, colegas, gostaria só de esclarecer que, neste tempo em que tive que estar ausente, eu estive acompanhando pelo YouTube, então pude realmente seguir tudo o que aconteceu aqui nesta sessão.

E eu quero dizer para o senhor, Sr. Fernando, que eu realmente lamento que o senhor tenha optado por ficar calado após responder às perguntas do Relator, porque todos nós estamos aqui imbuídos de um espírito de esclarecermos para a população, para os aposentados, para as pessoas mais simples, mais vulneráveis, o que realmente aconteceu, como aconteceu, quem são os responsáveis, para que eles possam pagar pelos seus erros. E, quando a pessoa paga pelo seu erro, ela tem uma oportunidade de ter uma vida nova. Enquanto a pessoa não se arrepende do seu erro e não paga por ele, não cumpre alguma pena pelo seu erro, ela não se liberta. E São Tiago já dizia que: "onde há [...] ambição egoísta, aí há também perturbação e toda espécie de maldade".

E a gente gostaria de conseguir esclarecer, mostrar essa teia, porque nós estamos assistindo, há 13 sessões com depoentes, a pessoas se esquivando – tirando, é claro, a representante da CGU que veio aqui, a técnica, representante da CGU; da Defensoria também, que esclareceram, falaram conosco; o delegado que também veio, embora assustado, com medo, se sentindo, parecia, ameaçado, mas falou, deu alguma informação. Mas, quando a gente passou para pessoas ligadas às entidades, a empresários, a coisa mudou de figura, porque a gente assistiu a pessoas escondendo o jogo. Mas, mesmo nessa omissão, nesse não falar, a gente consegue ir montando esse quebra-cabeça, a gente consegue ir percebendo essa teia, essa rede que tão mal tem feito ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha impressão aqui, quando o senhor comparece aqui e diz que não sabe qual é o seu patrimônio, não sabe quantos carros o senhor tem, desconhece até mesmo que é sócio, sócio gerente ou sócio administrador, de uma empresa da qual detém 50% do capital, para mim vem muito clara a percepção de um laranjal; de que o senhor seria laranja.

E é interessante porque eu sou aqui de Brasília, eu já fui a algumas reuniões da Lide, convidada pelo Paulo Octávio, depois fiquei sabendo que era na sua residência, porque eu não o conhecia. Eu até tinha na minha ideia que o senhor seria uma pessoa mais velha, um empresário, um empresário sólido, com uma história robusta, para ter... Eu via na porta da casa um ou outro carro – acho que já vi o carro de Fórmula 1 uma vez lá –, e eu achava que era um empresário sólido, robusto, com uma história. Aí, chega aqui, e o senhor nem sabe... Há pouco tempo ganhava R$5 mil, agora tem uma fortuna que ninguém consegue explicar de onde, como a gente viu o Sr. Carlos Roberto, que em pouco tempo conseguiu amealhar e desviar 800 milhões dos aposentados.

Então, realmente, para a gente fica uma coisa assim completamente descabida, uma coisa de uma ambição desmedida, de uma quadrilha, uma coisa de pessoas que não demonstram o menor arrependimento, não demonstram talvez nem o menor nível de consciência do mal que estão fazendo ao país, e que muitas vezes contam com a impunidade. Eu acho que esse é o grande problema. A impunidade é a mãe da reincidência. A gente fica tanto falando aqui, Deputado José Medeiros, tantas vezes falando, Senadores, assim: "Temos que combater a corrupção. Combater a corrupção...". A corrupção sempre existiu, desde que o mundo é mundo. Onde houver ser humano, sempre vai haver um corrupto, e a gente correndo atrás para tentar corrigir, mas a única forma verdadeira para você conseguir coibir isso é você dando para a pessoa a certeza de que, quando ela pratica o mal, quando ela rouba, quando ela desvia, quando ela é corrupta, ela vai ser punida. E aqui colegas já falaram que essa teia que existe com ministros, um Estado completamente aparelhado, grande maioria de ministros de tribunais superiores indicados pelo PT, todo esse conluio que há...

Aqui se falou: "Ah, quando entra para a política...". O senhor era uma pessoa, segundo falou aqui um colega, até, que tinha muito mérito, honrado, porque foi menor aprendiz nos Correios, isso e aquilo, mas aí entrou na política... Eu discordo. A política não é lugar de bandido, não; a política é lugar de pessoas que querem ajudar a solucionar os problemas da nação. Infelizmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem muito corrupto, tem muito bandido na política, mas não é assim que deve ser e não é assim que será para sempre, não, porque, se Deus quiser, mais e mais pessoas irão despertar e entender que a gente precisa ocupar o campo da política para tentar fazer alguma coisa de bem por este país.

Tirar da política pessoas corruptas, que querem de alguma forma validar esse sistema, querem ocultar que, de alguma forma, estão se beneficiando e colocando sigilo nas coisas para que a gente... Votando contra requerimentos para que a gente pudesse ouvir pessoas que poderiam vir aqui, que até já disseram que querem vir aqui dar informações.

Então, a gente precisa mudar essa história, e o senhor é novo ainda, o senhor tem a oportunidade de mudar essa história, porque o senhor não tem como... Me desculpa, o senhor... Olhando para o senhor e para a sua história, a gente não vê nenhum gênio que conseguiu amealhar fortunas pelo seu mérito, pela sua conquista. A gente até sabe que existem jovens milionários da internet, isso e aquilo, mas, de alguma forma, é possível rastrear e saber como essas pessoas ficaram milionárias. No seu caso, a gente só consegue ficar perplexo, não consegue entender – no seu e de alguns outros que passaram por aqui.

Então, sem querer fazer prejulgamento, mas não tem como a gente negar a impressão que fica para nós de que nós estamos diante de evidências muito claras de que não existe justificativa para o senhor e outras pessoas que passaram por aqui terem enriquecido tanto em tão pouco tempo. E mais, essa ostentação é muito própria de pessoas que enriqueceram de maneira fácil e que gastam... O dinheiro vai com tanta facilidade, com a mesma facilidade com que ele entra. Não é típico de pessoas que trabalham, que suam, que se esforçam, que se dedicam de verdade.

Então, assim, a gente percebe... Brasília é um local disso, de esquemas, tanto tapinha nas costas, todo mundo ali é amigo e tal, mas está na hora de isso mudar, porque nós temos pessoas sendo muito prejudicadas, pessoas que não conseguem comprar um remédio com a sua aposentadoria, com o que falta da aposentadoria, que não conseguem sustentar os seus filhos. É muita maldade.

E eu queria fazer, antes de concluir, então, umas perguntas para o senhor. Se o senhor puder falar e explicar as razões de manter esse alto padrão de vida com ativos de luxo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em um período no qual, segundo o seu próprio depoimento, os negócios do grupo operavam no vermelho e dependiam de empréstimos de Camisotti, qual seria a fonte real de caixa? (*Pausa.*)

O senhor não vai responder.

O senhor intermediou direta ou indiretamente repasses a agentes públicos vinculados ao Ministério da Previdência, incluindo assessores de Lupi, para manter a engrenagem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... dos ACTs? (*Pausa.*)

Houve orientação sua para que entidades migrassem filiados entre associados, quando algum ACT sofria questionamentos a fim de preservar o fluxo de descontos? Como isso tudo foi operacionalizado no sistema do INSS? (*Pausa.*)

Por fim, quais os contatos ou comunicações teve com Carlos Gabas, direta ou indiretamente, sobre associações de aposentados, consignados e descontos sem autorização, especialmente após a deflagração da Operação Sem Desconto? (*Pausa.*)

Eu falo tudo isso não é para julgá-lo, incriminá-lo; eu falo ainda com esperança, pela sua juventude, de que o senhor tenha um rasgo de lucidez e consciência e possa romper com esse destino que o senhor está cultivando para si mesmo e poder ter uma vida melhor, um caminho do bem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Fernando Cavalcanti e seu advogado, duas cenas me marcaram muito nesse final de semana. Uma delas, eu tive a oportunidade de participar de uma ação de uma Apae, um evento para angariar fundos para as despesas, um leilão da Apae. E lá me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradeceram por eu ter destinado R$100 mil do Orçamento da União para o custeio daquela entidade. Essa foi uma cena.

E a outra, eu estava saindo de uma festa, eu encontrei uma mãe e uma tia de uma criança vendendo rifa para que o seu filho pudesse passar por um tratamento de saúde, um caso gravíssimo, precisando ser levado aos Estados Unidos.

E aí, eu me pergunto se o senhor consegue dormir com esses oito relógios que foram apreendidos. Eu não tenho nem ideia o que é um relógio que vale R$1,3 milhões, Sr. Fernando. Queria que o senhor, quando a polícia devolver esse relógio do senhor, doa para as entidades. Tem muito hospital, tem muita Apae, tem muito asilo precisando de recurso. O senhor não tem oito braços, não precisa de oito relógios. O senhor pode usar, olhar a hora, olha no telefone, assim como eu. Bota a mão na consciência.

Quando devolver esses carros do senhor, o senhor não precisa de tanto carro, ter 28, 30 carros.

O senhor naturalmente chegou aqui com ar de bom moço, mas como o senhor é sócio do "Nelson Esnobação", eu vou dizer que o senhor é o "Fernando Ostentação". Vou falar para o senhor como eu falei para o Sr. Nelson: procura uma terapia, procura um psicólogo. Vocês não estão de bem com a cabeça, com tanta exibição, com tanta esnobação. Tenha o mínimo de sensibilidade com o Brasil que levanta cedo, que trabalha, que produz.

Faça uma doação ao Hospital do Amor, de Barretos. Vá lá fazer uma visita ao setor de oncologia das crianças do Hospital de Barretos. Quem sabe o senhor não possa doar uns cinco, seis carros desses para a construção, lá no Espírito Santo, do novo Hospital do Câncer, em Cachoeiro de Itapemirim. Volto a dizer, tantas APAEs, asilos, Pestalozzis, pedindo recursos na rua para dar atendimento a crianças, famílias humildes e aqueles que precisam.

Por isso fica o meu apelo. Talvez essa possa ser a redenção, para que o senhor, ao passar pelo purgatório, possa ser absolvido dos pecados.

Sr. Fernando, uma garrafa de vinho de mais de R$200 mil. Eu trabalhei, até certo tempo, como analista sensorial. Tive a oportunidade, em alguns momentos, de conhecer produtos como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse nas vinícolas. Não há necessidade. Pegue essa adega do senhor, faça uma doação. Tem muita entidade precisando, tem muita entidade séria, decente. É o apelo que eu faço para o senhor.

E quando o senhor fez a opção pelo silêncio, o senhor fez a opção por se dar como acusado e culpado dos crimes em que o senhor está envolvido, que o senhor está citado neles.

Mas, antes de fazer as perguntas finais, é preciso rememorar, Sr. Presidente, o que nós estamos fazendo aos brasileiros.

"INSS pagou R$ 15 milhões a entidade sem provar autorização de aposentados." Para poder mostrar, Sr. Fernando, que o senhor faz parte de uma quadrilha muito maior. O senhor é só é parte dela. Está envolvido num esquema muito grande, mas o senhor só é parte dela.

"(...) entidades usaram cópias de RG para fraudar biometria de aposentados." Olha onde o senhor está metido: gente que falsificou documentos, gente que enganou os nossos pobres e humildes aposentados.

"Sob investigação, 'Careca do INSS' [um dos operadores de vocês] foi convidado para reunião na autarquia que discutiu combate a irregularidades." O partido do Presidente da República, que tem um ministro que tem que ser investigado também e é o seu indicado, convidou a raposa para fiscalizar o galinheiro.

Olhem os números, o tal "Sindnapi movimentou R$ 6,5 milhões em espécie [...]" É muito dinheiro: dinheiro para Ferrari, dinheiro para... Não sei nem falar o nome desses carros aí. Eu só conheço Fusca, Brasília e Kombi. Agora conheço os outros carros também. O senhor está esnobando tanto que, os Fuscas, está dando até de presente, né? Para se ter uma ideia de como é que a esnobação chega a um ponto incontrolável.

"Sindicato ligado a irmão de Lula movimentou R$ 1,2 [bilhão] em 6 anos." Volto a dizer: irmão do Lula. Eu sempre, carinhosamente, seguindo a Bíblia, digo irmão do Barrabás. Um aprendeu com o outro.

"Vice da Conafer fraudou cadastro [...]" Para roubar quem? Os nossos agricultores. São 526 mil roubados dos nossos pequenos agricultores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, todas as matérias que eu estou dizendo aqui, da imprensa, do último final de semana... E nem deu tempo de convocar a todos ainda não.

A "Contag, investigada por fraude [...], movimentou R$ 2 bilhões [...]" Sr. Relator, roubados dos aposentados rurais de Alagoas, do Espírito Santo, de Minas Gerais, Sr. Presidente, e de todo o Brasil. Roubou dos aposentados rurais.

E aí os bancos. O Presidente disse que vai ser no próximo ano.

"Careca do INSS recebeu R$ 1 milhão [...] de ex-gerente do BMG." Vou chegar a outros bancos.

Essa é uma vergonha. Meu filho está na faculdade, minha filha está se preparando para ir. E aí: "[...] jovens ricaços dirigem entidades que faturaram R$ 700 milhões." Não foram gênios que abriram empresas de tecnologia, as *big techs*, sei lá, tanta coisa nova que tem dado dinheiro para muita gente. Não! Dinheiro claramente roubado. Vergonha! E aí ficam ostentando em rede social, contaminando outros jovens.

"Contratos de parentes de diretores do INSS têm cláusula antipropina." Olhem o que eles estavam tratando.

"[...] 70% das entidades que descontaram de aposentados pagaram operadores da farra." Pagaram gente para ser corretores do roubo.

"Filho de ex-diretor do INSS movimentou R$ 23 milhões [...]" De onde esse menino é? É um gênio? O que é que ele fez? Foi ele que inventou o Facebook, o Instagram, o TikTok? Foi ele que inventou a Apple, alguma empresa de tecnologia?

"Ex-BMG preside entidade [...] [que] usou própria empresa para filiar aposentados." É uma indústria de filiação.

"[...] dirigente de Ministério recebeu R$ 50 mil de operador da Conafer." Estamos chegando no Palácio do Planalto. E vamos chegar! Passa pelo ministério. Passa pelo irmão do Presidente, pelo filho dele. Vamos chegar no Palácio do Planalto, com o dinheiro alimentando campanhas políticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Careca do INSS enviou R$2 milhões via Pix [a] ex-Diretor [...]" de onde? Do INSS. Não vou nem passar negócio de carro aqui não.

"FAB condecorou [o] empresário [investigado]" Devolve a condecoração, por favor! Não sei se foi uma medalha, uma placa, mas, para honrar as nossas Forças Armadas, honrar as pessoas sérias, eu queria que o senhor, humildemente, devolvesse. O senhor não é digno. Até por ter ficado em silêncio. Devolve essa condecoração!

Aqui os carros, que eu pediria que o senhor doasse, esses carros, essas motos. Se o senhor quiser, eu vou entregar para o senhor uma lista de entidades assistenciais no Brasil, de saúde, de câncer, de tantas outras coisas, de medula, hospitais de cardiologia que atendem as pessoas, Apaes e Pestalozzis. Faça uma doação! Com certeza vai ser mais útil.

E aqui, Sr. Presidente, o senhor disse que vai ser o ano que vem, olha: "Escândalo do INSS [...]" Está chegando nos bancos. E aqui eu quero citar a Crefisa, que está até o pescoço, atolada com esses consignados. A Crefisa, que ganhou 25 de 26 lotes do INSS, para operação com os aposentados. Portanto, tem muito que vir aqui, explicar das reclamações e também sobre fazer as vendas casadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... que ela está fazendo para os nossos aposentados.

E, para finalizar, eu vou pedir ao Sr. Fernando Ostentação – ele não vai responder...

Durante sua permanência na Assembleia ou na gestão do João Dória, o senhor intermediou o fechamento de alguns contratos do poder público com alguma empresa privada? (*Pausa.*)

O senhor sabe que sim, o senhor vai poder responder.

O senhor conhece o advogado Anderson Pomini, atual Presidente do Porto de Santos? Esse nome é familiar ao senhor? Ele disse que é, que é seu amigo.

O senhor intermediou algum contrato fechado com a Prefeitura de São Paulo durante a gestão João Dória, quando o Dr. Anderson Pomini foi Procurador-Geral?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor participou de alguma festa na Casa do Dr. Nelson Wilians juntamente com João Dória e Dr. Anderson Pomini?

Quando o senhor disse que tinha informação privilegiada durante a pandemia, que São Paulo ia fechar, foi o João Dória que disse isso para o senhor? Porque vocês são amigos. O senhor disse que tinha informação privilegiada e que São Paulo ia fechar e que o senhor ganhou muito dinheiro com isso. A minha pergunta: foi o João Dória? Essa foi a informação que ele deu para o senhor que permitiu que vocês operassem com medicamentos, com tantas coisas a mais e ficasse bilionário?

Portanto, o seu silêncio lhe condena e eu espero que a justiça dos homens também possa juntar esses autos e o senhor ser enquadrado com essa quadrilha! Que vocês possam ser condenados pela justiça dos homens e possam também, com certeza, se não se arrependerem dos pecados, também serem condenados pela justiça de Deus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Hoje eu ouvi alguém aqui perguntando: Como é que nós chegamos a tudo isso? Como é que isso foi possível?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Sr. Presidente, na verdade, isso faz parte de uma coisa muito maior e que não começou agora, como foi também falado.

Agora, eu vi vários colegas suplicando para que haja uma CPI aqui onde tudo ocorra de forma normal e como manda o Regimento. Eu também defendo isso, creio que todos nós. Agora, há uma luta política muito forte e, desde o momento em que começaram essas investigações, que houve, tanto por parte do partido do Governo, pelo Governo, pela Secom e próprios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros da Polícia Federal, uma força e uma vontade de jogar nas costas do Governo anterior esse escândalo.

É lógico que isso nos faz fazer o contraponto com muita força também, e talvez seja disso que o PT não goste muito, pelo seguinte: estava acostumado com o PSDB, que era um bando de cavalheiro, pareciam uns esgrimistas; e se deparou agora com uma oposição que, do jeito que vem, vai. E aí, quem vai dar o tom da dança vai ser, obviamente, o Governo; agora, a gente tem que fazer o contraponto.

Aí, eu quero fazer, pedir aqui para que seja colocado um vídeo na tela, porque muitos, desde o início, falam que esse negócio é do Governo Bolsonaro, que eles não têm nada a ver, mas eu queria que colocasse aqui, se possível com áudio, para ver quem foi que defendeu o afrouxamento das regras.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Soa a campainha.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Sr. Presidente, o próprio atual Ministro e vários Deputados ali tinham interesse em afrouxar as regras que estavam postas.

Esse é o contraponto que faço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Srs. Parlamentares, todo o povo brasileiro que nos assiste...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu vou pedir ainda o tempo da Oposição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência; já passo o tempo da Liderança aos dois.

Hoje, mais uma vez, entramos nesta sala em busca de respostas, e eu escrevi estas palavras, enquanto acompanhava aqui os depoimentos, com um coração muito apertado: o que nós encontramos aqui foi o silêncio, o mesmo silêncio que há anos cala o povo brasileiro diante das injustiças.

O depoente Fernando Cavalcanti escolheu se calar perante os Parlamentares, amparado por mais um *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Se não fosse essa decisão, ele seria obrigado a falar, como determina a legislação, e, se mentisse, Sr. Fernando, o senhor tenha certeza, eu lhe daria voz de prisão nesta Casa. Mas o que vimos hoje não foi apenas um ato isolado: é retrato de um país em que quem tem poder se protege e quem tem razão continua esperando por justiça.

Eu tenho andado pelas ruas, participado de eventos em Minas Gerais e ouvido em alto e bom som o clamor do povo por justiça, um grito que não é político, é um grito humano, um pedido para que libertemos o Brasil desses corruptos profanos, que não respeitam nem mesmo os idosos.

Essa CPMI não nasceu para assistir ao silêncio, nasceu para abrir a caixa-preta da Previdência e expor o que fizeram com o dinheiro de quem trabalhou uma vida inteira. De um lado, o Brasil das decisões, dos gabinetes, das portas fechadas, dos acordos escusos. Do outro, o Brasil das filas, das viúvas, dos aposentados e dos órfãos. Enquanto o idoso confere o contracheque e não entende o desconto, o corrupto anda de carro de luxo – de Ferrari, de Lamborghinis, de Cadillacs, de motos caríssimas. Enquanto a viúva escolhe entre o remédio e o aluguel, tem gente rindo do dinheiro que tirou dela.

É difícil combater o crime num país onde quem tem poder sempre encontra proteção. Mas mesmo diante das manobras, nós não vamos recuar. Não perdemos tempo aqui; pelo contrário, mostramos ao povo brasileiro, mais uma vez, qual a nossa situação hoje nessa pátria. Mesmo diante dessas manobras, eu repito: não vamos recuar. A CPMI está cumprindo o seu dever. E se o sistema solta, o Brasil precisa saber quem soltou. Não é o Parlamento que está falhando, não somos nós, é o sistema que está impedindo o Parlamento de agir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um juiz sozinho – eu tenho falado isso repetidamente – não pode calar quase 600 Parlamentares eleitos pelo povo. Isso é um desequilíbrio numa República, que precisa ser corrigido. O povo brasileiro precisa entender: sem o *habeas corpus* concedido, o depoente seria obrigado a falar e, se mentisse, seria preso. Mas, quando o silêncio é protegido por decisões judiciais, o que se cala não é investigado, é a verdade.

Deixo aqui Isaías 5:23-24, dentro do que, para mim, é um dos pontos mais importantes: Ai dos que absolvem o culpado em troca de dinheiro, e negam justiça ao inocente! Pois o fogo do juízo virá sobre eles e tudo o que construíram se desfará. E esses inocentes, senhores, são os órfãos, as viúvas e os aposentados deste país, os mesmos pelos quais Jesus Cristo, o maior que passou por essa terra, ergueu a voz e alertou em Mateus 23:14, Ai dos que devoram as casas das viúvas, porque esses receberão o juízo mais severo. Jesus ensinou que o que se faz aos pequenos se faz a ele próprio. É por eles que essa CPMI continuará lutando: pelos inocentes, pelos esquecidos, pelos que pagaram a vida inteira e foram roubados em silêncio.

Eu convoco todos, nesse finalzinho dos trabalhos, aos meus irmãos e minhas irmãs na fé: vamos orar pelo Brasil. Nossa pátria está gravemente ferida pela corrupção e pela impunidade dos poderosos.

Deus abençoe o Brasil!

Com a palavra, pela Liderança, o Deputado Marcel Van Hattem.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Deixa eu só dizer aqui: parabéns, Presidente! Belíssimas palavras, belíssimas!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Eu escrevi... Na medida em que fomos passando isso aqui, eu falei: gente, não é possível isso!

Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança.) – Creio também que não falo só em meu nome, de toda a Oposição, mas de todos os Parlamentares aqui: Parabéns, parabéns,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente! O senhor representou a todos nós nessa fala final. Até fica difícil expor algo depois dela, porque resumiu muito bem os sentimentos de todos aqui.

Eu vejo no Sr. Fernando Cavalcanti o rosto da impunidade no Brasil. Eu vejo no Sr. Fernando Cavalcanti sentado aqui o rosto daquele que, pelo menos até pouco tempo atrás – espero que a CPMI acabe por frustrar essa sua expectativa –, imaginava que nada poderia acontecer com ele. Eu vejo no rosto do Sr. Fernando Cavalcanti, Sr. Presidente, a certeza de que poderia aqui, inclusive, mentir a esta CPMI, e que não seria exposto, como muito bem foi pelo Deputado Duarte, em determinado momento, ao revelar que ele não saiu brigado, não, da Nelson Wilians Group.

Eu vejo no rosto do Sr. Fernando Cavalcanti, Sr. Presidente, a certeza de que poderia aqui, inclusive, mentir a esta CPMI, e que não seria exposto, como muito bem foi pelo Deputado Duarte, em determinado momento, ao revelar que ele não saiu brigado, não, da Nelson Wilians Group.

Não sei se a história da depressão, por ser uma condição de saúde, é verdadeira ou não, mas também começo a duvidar dela, até porque o vídeo do *stories* mostrado quase um mês, 23 de maio, aliás, exatamente um mês depois da deflagração da Operação Sem Desconto, Sr. Presidente, mostra um Fernando Cavalcanti ainda sorridente, feliz, dizendo que continuaria a parceria com o Sr. Nelson Wilians, ainda, por muitos e muitos anos, e que apenas estava passando a ser CEO de uma das empresas do seu grupo.

Na verdade, Sr. Presidente, o que nós vimos, ao longo deste dia, foi uma desfaçatez enorme de uma pessoa que usufruiu do dinheiro do roubo de muitos aposentados, porque o que chegou para comprar os seus carros, os seus relógios, para alugar sua casa – muito bem dito aqui, uma pessoa que tem esse dinheiro morando de casa alugada –, para pagar, inclusive, uma réplica de uma Fórmula 1, do Ayrton Senna... Aliás, que Deus o tenha. E que desonra à sua memória! Uma pessoa que teve todo esse dinheiro vindo – não digo todo, porque não sabemos também a licitude das outras operações... Aqui citou Nelson Wilians, mas grande parte delas, principalmente as que envolviam as operações com Maurício Camisotti, uma pessoa que usufruiu do roubo do dinheiro de pessoas que estavam, sem dúvida nenhuma, precisando desesperadamente de R$50, R$60, que lhes eram descontados. Pessoas que andam em cadeiras de rodas, pessoas que nem andam mais, algumas certamente já falecidas, no leito de morte, precisando do auxílio daquele dinheiro parco que é pago nas aposentadorias e que, na verdade, era utilizado para pagar dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou três litros da gasolina de uma Ferrari que andava aqui nas ruas de Brasília e em outras cidades, apenas a demonstrar a vaidade de alguém que cresceu na vida, infelizmente, da forma mais errada que se poderia desejar a qualquer indivíduo.

Porque, sim, concordo com os colegas Parlamentares... Conheço muita gente rica também, apesar de neste país termos muito, muito, muito, muito, muito mais gente pobre. E que bom será o dia em que esta nação puder erradicar de vez a pobreza e a miséria que nos aflige! Mas conheço muita gente rica que enriqueceu licitamente, Sr. Presidente. Gente que não esbanja, que não sai por aí, como foi bem dito pelo meu colega Luiz Lima, rasgando dinheiro, dando Fusca de R$70 mil de colecionador para um político, fazendo festas regadas a bebidas caríssimas, comprando vinhos de procedência, como disse o Deputado Kim, antes, provavelmente duvidosa, porque quando começou a ser pego na história do vinho, começou também a inventar subterfúgios.

Eu quero que esta CPMI investigue, a fundo, a compra dos vinhos, as adegas. E achei muito pertinente a pergunta do Relator sobre as notas fiscais dos vinhos sob depósito hoje do depoente. Que se verifique tudo isso, porque esse dinheiro, Sr. Presidente, que muita gente rica tem no Brasil, felizmente, da parte daqueles que empreendem mesmo, são empresários, é dinheiro havido honestamente, desenvolvendo riqueza, empregando pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O que nós vemos aqui são empresas de fachada, empresas que não têm funcionários, empresas que são usadas... Na verdade, não são empresas, não. São fraudes que foram criadas para lavar dinheiro. E nós vimos aqui, ao longo deste dia, um dos operadores das lavanderias por onde passaram recursos das pessoas mais desvalidas e pobres do nosso país.

Eu acho uma pena, Sr. Fernando Cavalcanti, que cheguemos ao final deste dia e vermos uma pessoa que poderia ser realmente, jovem ainda, muito promissora na vida pelos contatos políticos, por tudo que representou, inclusive numa empresa do tamanho que se tornou a empresa Nelson Wilians Group, mas, na verdade, o que nós vemos aqui, ao final deste dia, Sr. Presidente, repito, é o retrato da impunidade no Brasil.

E eu espero, espero do fundo do meu coração, que essa CPMI, conduzida por V. Exa. tão bem e pelo nosso Relator Alfredo Gaspar, possa reverter essa imagem do cidadão brasileiro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

também reverter a expectativa de impunidade do próprio Sr. Fernando Cavalcanti, porque ao que tudo indica, pelo menos até antes de chegar aqui, era o que o movia. E certamente agora, pelo menos com as inquirições feitas por tantos Parlamentares de forma tão brilhante, ele deve estar repensando essa sua própria opinião de que o crime no Brasil compensa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Em função de ter citado a criança aqui, dezenas de mensagens começaram a chegar na minha rede social pedindo informações – pedi liberdade a essa CPMI –, que é o Benício, que é uma criança que nasceu saudável, mas, com dois anos e quatro meses, sofreu uma parada cardiorrespiratória, que causou uma grave lesão cerebral. Desde então, ele parou de andar e de falar, não sabemos o quanto enxerga. Hoje ele também se alimenta por um acesso no estômago. Mesmo assim, Benício luta todos os dias com muita força e esperança. Graças a terapias intensivas, já conquistou grandes milagres. Agora precisa continuar os tratamentos em outros países que podem transformar a sua vida e trazer novas conquistas.

Quem quiser ajudar o Benício, o Pix é o 228.844.057-04; e, no Instagram, é "Benício, nosso milagre".

Eu queria fazer um apelo a todos que nos ouvem aqui nessa noite para ajudar o Benício e, naturalmente, pedir ao Dr. Fernando, se ele ainda tiver algum bem na sua posse, diante desse valor que ele tem, que possa ajudar a criança. Pode ter certeza de que o senhor será recompensado no reino de Deus, porque o Benício precisa de restabelecer a sua saúde, a sua vida e a sua família.

Agradeço aqui ao Presidente a oportunidade de fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Desejamos total recuperação ao Benício.

Pela liderança, Deputado Paulo Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu quero dizer a V. Exa. que é muito difícil acreditar no personagem que nos foi apresentado hoje aqui pelo Dr. Fernando Cavalcanti. Por mais boa vontade que alguém poderia ter – e acredito que ninguém tenha –, acreditar numa história de um jovem que chegou, em 2017, 2018, em Brasília, saindo de um cargo de assessor parlamentar na Assembleia Legislativa e que, em poucos anos, se torna alguém com 23 carros de luxo – Ferraris, Mercedes –, helicópteros, aviões, coleção do Di Cavalcanti, relógios de milhões.

Ora, Sr. Presidente, nem o mais brilhante empresário, lembrando que no meio de tudo isso teve uma pandemia, com graves prejuízos para a atividade econômica do país, conseguiria ficar tão rico, tão rico em tão pouco tempo. O problema é que não é só o Fernando Cavalcanti; tem também o Carlos Roberto Ferreira Lopes, o Antônio Camilo, o Luciano Fracaro, o Nelson Wilians, o Anderson Cordeiro, o Igor Delecrode, o Felipe Gomes, o Américo Monte.

Quem são essas pessoas? Nunca ninguém ouviu falar. Não têm indústrias, não geraram empregos, não são agricultores, não são comerciantes, e ficaram milionários. Esbanjam essa riqueza: iates, carros de luxo, viagens para a Europa, tênis de R$100 mil, joias. E de onde é que veio todo esse dinheiro, Sr. Presidente? Roubado dos aposentados e das aposentadas, das pessoas mais vulneráveis – durante a pandemia, boa parte do roubo.

Então, não é razoável que a gente possa acreditar nesse personagem. E eu tenho dificuldade, inclusive, de acreditar que o Dr. Fernando e esses demais jovens bilionários da farra do INSS possam ter roubado tudo isso sozinhos. Nós já sabemos que tem um esquema de corrupção poderoso que operou dentro do INSS e da previdência. Sem esse esquema, teria sido impossível conceder ACTs para entidades fantasmas; seria impossível mudar as regras que permitiram que as entidades passassem a associar, sem autorização dos aposentados, milhares de pessoas por mês, e que mudassem as regras para não precisar mais haver a necessidade da renovação anual das autorizações. Isso não foi feito por acaso. Tem uma inteligência por trás disso, que colocou essas pessoas nas posições estratégicas: na Diretoria de Benefícios, na Presidência do INSS.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – As denúncias que eram feitas não andavam, as investigações, porque os bandidos estavam, inclusive, nas posições de comando dos órgãos de controle dentro dessas instituições.

Então, Sr. Presidente, qual é o grande desafio que nós temos? É chegar aos mandantes. Quem colocou essas pessoas? Nós já sabemos as datas: 17, 19, 20, 22. O esquema foi montado nesse período. Eu sei que os Parlamentares não gostam de ouvir, mas o esquema criminoso foi montado dentro do Governo Bolsonaro. E quem colocou os bandidos na posição de comando, Sr. Presidente? Esta CPI precisa chegar... Nós precisamos identificar quem foram os criminosos que montaram esse esquema e garantir, para o povo brasileiro, em respeito aos aposentados, Sr. Presidente, que essa turma seja desmascarada e seja toda ela colocada na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Líder Paulo Pimenta.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, e os convidamos para a próxima reunião, no dia 9/10, às 9h, neste mesmo plenário, para a oitiva do Sr. Milton Baptista de Souza Filho, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi).

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 23 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas do dia nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Jussara Lima, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Humberto Costa, Beto Faro, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Magno Malta, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Leila Barros, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Damares Alves, Tereza Cristina, Bia Kicis, Coronel Fernanda, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Átila Lira, Cleber Verde, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Alencar Santana, Lucas Redecker, Zé Trovão, Coronel Chrisóstomo, Kim Kataguiri, Delegado Fabio Costa, Jeferson Rodrigues, Mauricio Marcon, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Orlando Silva, Dorinaldo Malafaia, Pompeo de Mattos, Marcel van Hattem, Luiz Lima, Evair Vieira de Melo e José Medeiros, e ainda dos Parlamentares Carlos Jordy e Delegado Caveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Styvenson Valentim e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e dezessete minutos e reaberta às onze horas e vinte e quatro minutos. A reunião é suspensa às treze horas e hum minuto e reaberta às quatorze horas e treze minutos. A reunião é suspensa às quinze horas e nove minutos e reaberta às quinze horas e quinze minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e cinquenta e um minutos e reaberta às dezessete horas e três minutos. A reunião é suspensa às dezoito horas e quarenta e quatro minutos e reaberta às dezenove horas e dezesseis minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 2090 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marco Aurélio Gomes, apontado por matérias jornalísticas como Diretor das entidades Amar Brasil Clube de Benefícios, Master Prev Clube de Benefícios, Associação Nacional de Defesa Dos Direitos Dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP) e Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 2102 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Marco Aurélio Gomes, empresário." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 2131 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Marco Aurélio Gomes, empresário." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 2143 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marco Aurélio Gomes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretor das entidades Amar Brasil Clube de Benefícios, Master Prev, Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP) e Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP)." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 2134 de 2025** que: "Requer a convocação da senhora Anne Carolline Wilians Vieira, empresária." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 2135 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Wilmara Lourenço, empresária." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 54 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Danilo Berndt Trento, empresário." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 405 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Danilo Trento, empresário." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 977 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Danilo Berndt Trento, empresário." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 988 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Danilo Berndt Trento." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1093 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Danilo Berndt Trento." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1314 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Danilo Berndt Trento, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1527 de 2025** que: "Requer a convocação de Danilo Trento, empresário." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 2098 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Danilo Berndt Trento, empresário." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 2128 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Danilo Berndt Trento, empresário." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 2137 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Danilo Berndt Trento, empresário, para prestar depoimento como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 2096 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Anderson Cordeiro, dirigente da Associação Master Prev." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 2107 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Anderson Cordeiro de Vasconcelos, empresário ligado a entidades envolvidas em denúncias de fraude nos descontos de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 2132 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Anderson Cordeiro, empresário ligado a entidades envolvidas em denúncias de fraude nos descontos de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 2093 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Igor Dias Delecrode, dirigente da Associação de Amparo Social ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aposentado e Pensionista (AASAP)." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 2103 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Igor Dias Delecrode, proprietário da empresa Soluções Power BI Software Tecnologia e Internet." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 2105 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Igor Dias Delecrode, empresário." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 2133 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Igor Dias Delecrode, ex-presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 2141 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Igor Dias Delecrode, dirigente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP)." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1850 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Gilmar Stelo, Advogado." **Autoria:** Deputado Carlos Jordy e outros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1894 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Gilmar Stelo, advogado." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 110 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, e tesoureiro nacional do PDT." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1849 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de Gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi." **Autoria:** Deputado Carlos Jordy e outros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1887 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de Gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 45 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, advogado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 351 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, advogado e filho do ex-diretor de benefícios do INSS André Fidelis." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 380 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, advogado." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 409 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Eric Douglas Martins Fidelis, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 416 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, advogado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 480 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, filho do ex-diretor do INSS Francisco Lopes." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 792 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Eric Douglas Martins

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fidelis, advogado." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 953 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Eric Douglas Martins Fidelis, apontado como sócio da Eric Fidelis Sociedade Individual de Advocacia." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 1176 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Eric Douglas Martins Fidelis, advogado." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 1179 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Eric Douglas Martins Fidelis." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 1205 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Eric Douglas Martins Fidelis, advogado." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 1699 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Wagner de Campos Rosário, ex-Ministro da Controladoria-Geral da União, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 2142 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Eli Cohen, advogado, para prestar depoimento como testemunha." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 2148 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Eli Cohen, advogado envolvido nas investigações do esquema de fraudes nos descontos de beneficiários do INSS." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 2085 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Henrique Traugott Binder Galvão, um dos pilotos que mais realizou voos em aeronaves ligadas a Silas da Costa Vaz, vinculado à Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 2147 de 2025** que: "Requer a convocação do SR. Silas da Costa Vaz, secretário da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil (CONAFER)." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 1927 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatório de Inteligência Financeira e a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Senhora Anne Carolline Wilians Vieira Rodrigues, no período de 1º/1/2015 a 31/8/2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 1961 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o envio de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Paulo Augusto de Araújo Boudens, referentes ao período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Carlos Jordy. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 2091 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Solange Aparecida Nogueira Macedo, Presidente da Associação Master Prev. Clube de Benefícios, abrangendo o período de 1° janeiro de 2019 a 6 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 2106 de 2025** que: "Requer ao COAF o envio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao senhor Felipe Macedo Gomes, ex-presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios, abrangendo o período de 1° janeiro de 2019 a 6 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 2109 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Pellegrino & Galleti Advogados, abrangendo o período de 1 de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 2110 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Pellegrino & Galleti Advogados, abrangendo o período de 1 de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 2112 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Gestora Eficiente Ltda, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 2113 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Gestora Eficiente Ltda, abrangendo o período de 1 de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 2116 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI), abrangendo o período de 1 de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 2117 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical(SINDNAPI), abrangendo o período de 1 de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 2118 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Daugliesi Giacomasi Souza (esposa do Diretor-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINDNAPI, Milton Baptista de Souza Filho, e sócia da empresa Gestora Eficiente Ltda), abrangendo o período de 1 de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 2119 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Daugliesi Giacomasi de Souza (esposa do Diretor-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINDNAPI, Milton Baptista de Souza Filho, e sócia da empresa Gestora Eficiente Ltda), abrangendo o período de 1 de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 2120 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes ao Sr. João Batista Inocentini (ex-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINDINAPI), abrangendo o período de 1 de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 2121 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. João Batista Inocentini (ex-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINDINAPI), abrangendo o período de 1 de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 2122 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referente ao Sr. Carlos Eduardo Teixeira Júnior, sócio da empresa Esférica Assessoria e Sistemas de Informática Ltda, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 2123 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Eduardo Teixeira Júnior, sócio da empresa Esférica Assessoria e Sistemas de Informática Ltda, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 2124 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Afonso Galleti Júnior (sócio-administrador da empresa Gestora Eficiente Ltda), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 2125 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes ao Sr. Carlos Afonso Galleti Júnior (sócio-administrador da empresa Gestora Eficiente Ltda), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 2129 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e a quebra dos sigilos bancário e fiscal do senhor Danilo Berndt Trento, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 1º de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 2138 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa T5 PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 36.715.592/0001-75, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de julho de 2025." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 2150 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ADS Soluções e Marketing Ltda., referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 2151 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Instituto Nossa Senhora de Guadalupe, no período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 2152 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa Instituto Nossa Senhora de Guadalupe, referente ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 2153 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

envio de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a empresa ADS Soluções e Marketing Ltda referente ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 2154 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa POTYGUAR – Associação de Proteção e Defesa dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Brasil, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 2155 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa POTYGUAR – Associação de Proteção e Defesa dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Brasil, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 2156 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa DATACORE Informática Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 2157 de 2025** que: "Requer ao COAF o envio de informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa DATACORE Informática Ltda, referente ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 2158 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancáriio e fiscal da empresa BR Tecnologia em Desenvolvimento de Softwares Ltda., referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 2159 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio de Relatório de Inteligência Financeira da empresa BR Tecnologia em Desenvolvimento de Softwares Ltda., referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 2160 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ECT Empreendimentos Imobiliários LTDA., referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 2161 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio de Relatório de Inteligência Financeira referente a empresa ECT Empreendimentos Imobiliários LTDA, referente ao período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 2088 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações sobre auditorias ou outras providências adotadas a respeito dos Acordos de Cooperação Técnica vigentes entre instituições financeiras e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para contratação de empréstimos consignados por aposentados e pensionistas." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sindical (SINDNAPI), em atendimento aos requerimentos 367/2025, 421/2025, 580/2025, 669/2025, 754/2025, 812/2025, 1238/2025, 1273/2025, 1437/2025 e 1732/2025. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/09

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025, que se realiza nesta data, 9 de outubro de 2025.

Silêncio, por favor, senhores.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas observações aqui, antes de começarmos.

Primeiramente, o seguinte, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras: nós teremos a semana do dia 28... Está mantida a ausência da... Nós não teremos sessões da CPMI na semana do dia 28.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Toda a semana?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, a semana toda. Mas, em compensação, Líder Pimenta, eu quero fazer uma convocação e pedir aos Parlamentares... Porque nós temos, como eu disse, 135 convocações, e passei uma lista aos Líderes, que está disponível também a todos os Parlamentares, das prioridades, aqueles que nós entendemos que não podem deixar de ser ouvidos. De um a três, os senhores poderão fazer apontamentos. Está com os Líderes a lista, para que fiquem bem claras e transparentes as convocações que a CPMI está fazendo.

Então, vou pedir aos Srs. Parlamentares que se organizem, se preparem, porque na semana que vem nós faremos sessões extras da CPMI às sextas-feiras nesta Casa.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, teremos duas sextas-feiras, a partir da semana que vem...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... para que a gente possa cobrir – só um instantinho –, para que a gente possa cobrir as duas sessões que não teremos na semana do dia 28.

Pela ordem, Deputado Zé Trovão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – É uma sugestão, Presidente?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, sugestão não, é determinação... Nós vamos ter duas sessões extras na sexta-feira da semana que vem e da outra semana.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Dia 17 e dia 24.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Quero começar dizendo parabéns. Eu acho que não tem que ter só essas semanas, daqui para a frente tem que ter sessão segunda, quinta e sexta, porque uma coisa que está acontecendo aqui é que estão tentando de toda maneira blindar. Pode ver até o quadro de pessoas que estão agora na CPMI. Se a gente não trabalhar arduamente três dias aqui, nós não vamos desvendar até o último que roubou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Então, se for preciso, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... eu trago a minha família para ficar em Brasília para não ter que voltar para o estado, porque o que a gente tem que fazer é livrar a cara de quem foi roubado, porque quem foi roubado não pode continuar com isso, não, e esta Casa aqui não pode ficar defendendo bandido, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Eu entendo perfeitamente a questão de substituir os dias, agora, a gente tinha aventado a possibilidade... Até eu imagino que a maior parte dos Parlamentares sempre utilizaram, e já têm muitas coisas marcadas, a sexta-feira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, espere um instantinho só.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Desculpe.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A gente tinha falado de... Você ficou de avaliar a terça ou a quarta. Então, quer dizer que isso não é uma possibilidade, por isso ficou determinado às sextas? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato. A análise é a seguinte: segunda-feira, nós temos terminado aqui 1h30, 2h da manhã, porque nós Parlamentares podemos sair na hora em que desejarmos – eu, como Presidente, saio 1h30 –, mas a equipe geralmente tem ficado aqui até 3h da manhã. Então, eu não consigo, na terça-feira, às 9h, colocá-los para trabalhar novamente. Então, nós faremos duas sextas-feiras, em compensação na semana. E eu falo com simplicidade, perdoe-me aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Uma pergunta: nas sextas-feiras, seriam só oitivas?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É. São somente oitivas, Excelência. Não serão...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sem votações. Não tem votação. Somente as oitivas nós teremos nas sextas-feiras que nós estamos programando aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quais são os dias, Presidente? Para ficar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dia 17 e dia 24. Eu vou confirmar aqui, só um instante.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só um pouquinho, gente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Rapidinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dias 17 e 24.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, só...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu acho que uma CPI como esta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senador Magno. Deixe o Líder Paulo... Senhores, por favor, silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Dias 17 e dia 24 nós teremos sessões extras. E quais são os dias em que não terá?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na semana do dia vinte e...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É só para ficar bem claro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Semana do dia 27 ao dia 31.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É a semana seguinte.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, naquela semana não tem CPI?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Não tem porque é feriado na terça-feira e o Senado manteve o feriado no dia 28. Então, para que a gente possa dar sequência, não perder dois dias, nós faremos duas sextas-feiras seguidas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, só para entender: quais são os dois dias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dias 17 e 24.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, só uma ponderação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então, a próxima sexta e a sexta do dia 24?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente, Excelência. E não teremos votações de requerimentos, apenas oitivas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sr. Presidente, só...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marinho, só um instantinho, só um instantinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Com relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela Liderança. Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, só para ficar claro, o senhor poderia logo antecipar quais seriam os depoimentos desses dois dias?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, nós temos uma listagem que eu até coloquei aqui, abri falando. Eu fiz uma listagem das 137 pessoas convocadas. Dentro da investigação, eu coloquei os níveis de importância de um a três – um são os que obrigatoriamente a gente precisa ouvir, três os que de certa forma não contribuem muito e dois aqueles que são médio. Eu passei essa lista aos Líderes para que os senhores possam avaliar o critério e possam fazer correções. É com essa lista, que está aqui, que a Secretaria tem mantido contatos com todos os envolvidos. Por exemplo, na próxima segunda-feira, nós esperávamos ouvir aqui um casal envolvido em toda a história. Estavam convocados. Recebemos uma primeira informação, só para que os senhores possam saber: que as pessoas viajariam ao exterior, que não poderiam comparecer. Eu imediatamente dei a seguinte resposta: "Vou ingressar no Supremo Tribunal Federal, pedindo a retirada do passaporte". Aí, logo depois, veio uma outra explicação de que não era o casal, eram os representantes que precisavam de... que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinham viagem marcada e ofereceram o dia 23, um termo de compromisso de comparecer. Tudo bem. Nós vamos fazendo assim.

Então, à medida que... Os senhores não pensem que é fácil para a Secretaria a gente conseguir contactar e entregar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então, esse casal é o que depõe no dia 24?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, depõe no dia 24... Dia 23, quinta-feira. Dia 23 o casal estará aqui. Não vou adiantar muita coisa, mas já está confirmado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente, Presidente...

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, só um instante...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixem só eu terminar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Só uma perguntinha rápida sobre esse caso do dia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixem só eu terminar o raciocínio...

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Pela ordem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Quero a palavra também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... aí eu dou pela ordem, eu cedo a palavra a todos. Só um instante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço aos senhores que, pela transparência dos trabalhos desta Presidência, que os senhores observem essa lista que foi feita, que está à disposição de todos, e vejam se concordam com os critérios que estão aqui. São...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está no computador dos senhores. São 61 nomes listados como prioritários por conta da investigação e dos inquéritos da Polícia Federal.

Pois bem, então, eu vou dar a palavra agora, pela ordem...

Ó, eu tenho aqui, pela ordem: Adriana Ventura, Pompeo de Mattos, Magno Malta, que é o primeiro e está aguardando, Marinho, a Eliziane Gama e o Coronel Chrisóstomo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente... Presidente... É só uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Só um instante. Só um instantinho.

Por favor, Marinho.

Só um instante.

Pela Liderança da Oposição, Senador Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, é apenas uma ponderação. V. Exa. tomou uma decisão e acabou de comunicar aqui ao Plenário que, em função do número de convocados e convidados, para não atrapalhar o andamento dos trabalhos e para que nós tenhamos aí o máximo possível de informações, o senhor está colocando mais duas sextas-feiras.

Qual é a ponderação que faço a V. Exa., é claro que submetido ao seu escrutínio e eventualmente a submeter aqui ao Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Veja, todos nós aqui nos programamos para participarmos aqui. Eu, particularmente, não faltei nenhum dia, desde que foi iniciada aqui a Comissão, estou aqui toda segunda e quinta-feira. As sextas-feiras que o senhor está colocando seriam dias extraordinários. Eu, particularmente, tenho algumas missões que eu não preciso dizer aqui, cada um tem a sua vida aqui.

Qual é a minha proposta, Sr. Presidente? Que, ao invés de utilizarmos as sextas-feiras, em função da premência e não prejudicando o fato de que teremos dias a mais, nós o façamos na terça, porque é um dia em que todos nós estaremos aqui. E aí nós vamos fazer uma opção. Já que é premente, é urgente, façamos na terça das 9 da manhã às 4 da tarde, porque é o início da Ordem do Dia de cada um dos Parlamentos, porque sexta-feira, Sr. Presidente... Eu sei que V. Exa. está com a melhor das boas intenções, todos nós aqui estamos, mas é um dia que realmente para muitos aqui que se programaram vai ficar um pouco complicado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Se V. Exa. pudesse avaliar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, antes de passar a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado. Só um instantinho.

Bem, eu vou mais uma vez dizer por que essa decisão foi tomada. Nós estamos terminando a CPMI na segunda-feira aqui... Os Parlamentares inscritos falam e muitos saem, vão embora, mas eu tenho saído daqui 1h30, 2h da manhã todas as terças-feiras. Os funcionários da Casa ficam aqui até 3h30, 4h da manhã. E isso quando não há uma prisão em flagrante, cujo flagrante está sendo feito por esta CPMI, não mais pela Polícia do Legislativo, para a gente evitar aquela história da liberação. Quando há uma prisão em flagrante, eles ficam. Portanto, é dificílimo que terça-feira, 9h da manhã, nós consigamos montar tudo aqui novamente.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Mas, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Serão duas sextas-feiras que eu estou colocando apenas para a gente poder fazer o complemento disso – duas sextas-feiras.

Coronel, só um minutinho.

Deputado...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... porque na segunda nós estamos começando às 16h.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esse é um outro assunto que podemos avaliar.

Só um instante.

Deputado...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Presidente, só para manifestar a nossa concordância também com a sugestão do Líder Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – São duas terças-feiras extraordinárias, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, só lembrando que depoimento pode concorrer com a Ordem do Dia. O que não pode é deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por isso mesmo. É a minha preocupação. Primeiro, pela condição da Secretaria, Senador. É complicado. Os servidores têm o tempo deles também para poder nos atender, e sexta-feira nós não concorremos com nenhum serviço na Casa. E olha, eu estou propondo duas sextas-feiras, senhores.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, e se iniciássemos segunda às 9 da manhã?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não adianta, Excelência. Não adianta. Segunda às 9h da manhã é mais difícil ainda para quem não tem voo para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está mantido. Eu vou manter a decisão das duas sextas-feiras.

Senhores, o povo brasileiro trabalha até sexta-feira – todo mundo, senhores.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, não, Presidente. Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós também. É o mínimo que nós podemos fazer aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Com licença, Presidente. A gente também trabalha na sexta.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bom. Está bom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A gente trabalha no estado também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, espera aí. Eu vou passar...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O problema não é não trabalhar, é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está certo. Está certo. Está bom.

Bom, eu vou passar...

Senador Magno Malta. Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero comungar com o seu raciocínio de avançar e termos mais dias para trabalhar, porque essa é uma CPI de causa. Não é uma CPI de arenga, embora tenha a oposição, tenha a situação, na discussão de quem convoca, quem não convoca, e quem quer blindar, quem não quer. Mas, no fundo, todo mundo quer desvendar esse que é o maior mistério da história da República. É mais do que o mensalão, é mais do que o petrolão, esse aposentão. A sociedade brasileira clama para que ela seja no seu total, na sua totalidade, que haja investigação. E V. Exa. avança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro – sempre participei de CPI – de que havia até sacrifícios de muitos, inclusive da minha parte, de abrir mão das Comissões por causa da Comissão que sempre varava a madrugada, sempre varava a madrugada. E essa é uma CPI que exige isso. Então, respeitava-se sempre a Ordem do Dia, como foi colocado pelo Randolfe, né? Randolfe falou dez vezes antes de eu falar. E se respeita a Ordem do Dia. Quando você está numa oitiva, você pode fazer. Mas veja aí a CPI das *Bets*, que era só briga, briga e Supremo, e um briga para aqui, outro briga para ali, ninguém vem.

Interessava à sociedade, mas ela não prestou atenção. Porque a sociedade... Nesta CPMI que está sendo conduzida por V. Exa., é o assalto ao cidadão brasileiro de toda ordem que se aposentou. Então, nós estamos vendo coisas escabrosas que eu nunca vi na minha vida pública, no meu terceiro mandato de Senador. E olha que eu vim lá desde Vereador, e nunca vi nada do mesmo tamanho, com a mesma dimensão.

Eu penso que o mais que nós pudermos avançar, ainda que avancemos madrugada adentro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... eu acho que é pertinente, é importante para responder à sociedade. Isso interessa à situação, isso deve, tem que interessar ao Governo, interessa a nós, interessa a toda a sociedade brasileira, independente do espectro político, porque nós precisamos responder a quem foi roubado e precisamos meter na cadeia quem roubou. V. Exa. está correto em avançar em mais dias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Excelência.

Pela ordem, o Deputado Pompeo de Mattos.

Não, não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Presidente. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, não, desculpe, é porque já estava marcado.

Pompeu, Perdoe-me. É a Deputada Adriana Ventura. Logo em seguida V. Exa. Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Obrigada. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O meu pela ordem, eu acho que vai levar mais do que um minuto, até porque eu tenho artigos aqui, não sei se deve ser...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então é questão de ordem, Excelência?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, na verdade é assim, eu gostaria... Pode ser uma questão de ordem, se o senhor quiser...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... baseada no artigo da Constituição Federal, art. 58, §3º; baseada no Regimento Interno, art. 317, §1º, e no Regimento Comum do Congresso Nacional.

Eu estou aqui indignada com essa decisão, essa medida cautelar de *habeas corpus* do Ministro Flávio Dino. E assim, eu acho um desrespeito com esta Comissão, e eu, eu sei que o senhor é extremamente competente e diligente. Mas a minha pergunta que eu acho que fica para o senhor e para o Relator, até para proteger a CPMI, é o que esta CPMI vai fazer com base nesses artigos? Porque seja pedindo reconsideração ao próprio Ministro Relator, que isso está previsto na Constituição para garantir justamente a questão de ser autoridade, para que o STF não possa interferir indevidamente, seja para interpor agravo regimental ou agravo interno, que isso também está previsto... E eu gostaria de saber, porque existem condições e fatos que nos protegem, que estão sendo desrespeitados.

A gente infelizmente... E, ainda, parafraseando aqui o Jordy, é muito bom ter um Ministro para chamar de seu. A gente vê que as decisões do Supremo Tribunal muitas vezes estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

baseadas em blindar, em proteger o Governo Lula. Eu acho isso lamentável; ou seja, atuar politicamente junto à Presidência do Congresso Nacional... Isso está previsto também no Regimento Interno. Então, eu estou ficando indignada.

Eu gostaria de saber o que a Presidência, a Mesa e essa CPMI vai fazer com essas interferências indevidas, essa blindagem que o Supremo Tribunal está fazendo em várias testemunhas para proteger o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Eu vou me ater à decisão e ao nosso posicionamento.

O que esta Presidência pode fazer é... Primeiro, eu concordo com V. Exa. sobre as interferências do Supremo nas decisões do Parlamento. Tenho falado isso, não escondo. E, como Parlamentar, penso que nós temos que ter a responsabilidade de sentarmos – todos os partidos – e rediscutirmos o Brasil na questão do equilíbrio entre os Poderes. Nós precisamos fazer isso com muito equilíbrio, mas com muita responsabilidade, porque as decisões que têm sido tomadas têm calado quase 600 Parlamentares, e isso não é correto.

Segundo ponto, quanto à questão dos *habeas corpus*, nós vamos entrar com um pedido de reconsideração, mas o Supremo tem entendido que CPMI não é parte para agravo regimental. Então, nós ainda temos este limbo: não é parte legítima para um agravo. Nós ainda temos esse limbo, que é outra legislação que nós poderíamos corrigir para deixar claro para eles o que está acontecendo.

O outro ponto é fazer o que eu fiz ontem. Ontem me reuni com o Ministro André Mendonça, conversamos umas boas horas sobre todo o andamento das investigações. Há informações que naturalmente estão debaixo de absoluto sigilo, que precisam ser preservadas, mas os nossos trabalhos têm contribuído muito para o andamento. Ainda que possa parecer que essa CPMI não tenha... mas o que nós temos feito aqui de quebra de sigilo tem auxiliado – e muito – as investigações da Polícia Federal, tanto que hoje nós temos uma grande operação em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários estados brasileiros, todos elas com pessoas relacionadas e citadas nesta CPMI, que simplesmente foram confirmadas por dados que estão sendo compartilhados. E hoje nós vamos saber sobre isso.

Agora, o *habeas corpus* que foi dado ao depoente de hoje é, volto a dizer, um absurdo – ainda que eu concorde, que eu respeite, mas é um absurdo –, porque, primeiro, ele só não foi pior do que o que foi dado pelo Ministro Flávio Dino à esposa do Sr. Camisotti, que deu a ela o direito de não vir. Só não foi pior nisso, porque, de resto, ele não pode... Eu vou falar oficialmente. Ele não precisa responder pergunta nenhuma, ele está, de certa forma, isento do juramento e pode, inclusive, mentir, o que para nós... É uma indignação absurda entender que uma pessoa que tem muito a explicar venha para cá para ficar em silêncio.

Mas nós vamos andando. E eu aqui, Srs. Parlamentares, já de imediato, quero pedir aos senhores que a gente tenha muito cuidado, porque a indignação não pode se transformar em palavras ofensivas, em prejulgamento. Nós não estamos aqui numa sessão de linchamento moral de ninguém. Lembrem bem os senhores que toda e qualquer pessoa citada aqui em nome lá fora acaba já recebendo uma pré-condenação de toda a sociedade brasileira. Então, muita responsabilidade nas citações e na forma como nós vamos lidar, porque nós temos que caminhar dentro do processo legal.

E vamos recorrer. Fora isso, nós temos que, por enquanto... Vamos recorrer, mas, por enquanto, nós temos que caminhar com o que foi determinado.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, nós vamos tentar. Nós vamos fazer.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Agravo regimental. Obrigada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Pompeo, pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem.) – Presidente, quero cumprimentar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Presidente Carlos Viana. Primeiramente, quero dizer que a lista que V. Exa. elaborou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – ... enfim, que a Mesa elaborou, ela dá praticidade, dá transparência e dá clareza para que nós possamos seguir com os depoimentos. Mas tem um aspecto que não pode calar, Presidente. No início da CPMI, ficou estabelecida uma certa ordem cronológica de preferência para aqueles que eram os Ministros da pasta da Previdência, para que fossem os primeiros. E aí, neste contexto, o Ministro Carlos Lupi já deu o seu depoimento. Aliás, o próprio Ministro que não é da pasta, mas o Vinicius Carvalho, que é da CGU, já também deu o seu depoimento.

No entanto, dois depoimentos, o do Ministro Onyx Lorenzoni e do Ministro Paulo Guedes, que eram Ministros, importantes Ministros da pasta, e que também têm responsabilidade e que também têm respostas a dar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – ... enfim, há perguntas a serem feitas, é preciso que a gente tenha essa hierarquia preservada e que a gente faça com que esses que têm maior responsabilidade, que estiveram na governança, que acompanharam...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – ... até porque esse problema que está havendo, ele vem de longe. Ele começou lá em 2017, os meliantes agiram, os bandidos, os ladrões do INSS agiram em 2018, 19, 20, 21, 22, 23, 24; então, nós temos que pegar sobre todo esse período. E aqueles que eram os gestores maiores que sejam chamados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – Então, a pergunta que eu não quero calar, Presidente, e eu deixo ela no ar, é que esses que não foram chamados, esses dois Ministros que não foram chamados, se tem uma previsão? Quando vão vir? Até porque, pelo quanto eu sei, alguns até foram chamados, pediram um tempo, pediram um prazo, foram chamados de novo, pediram um tempo, pediram um prazo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) – E aí a pergunta quanto tempo? Qual o prazo? Esse é o questionamento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – De nada. Bem, o senhor tem toda razão. Está aqui o seguinte: se observar aqui na lista que foi divulgada, o Sr. Onyx Dornelles Lorenzoni está confirmado no dia 6 de novembro. Está aqui na lista. Por que a data? Porque ele é convidado. Porque para aqueles que são convocados esta CPMI pode determinar a data, mas aos convidados não. Então, ele está aqui.

Já com relação ao Ministro Paulo Guedes, ficou acertado, na época, que ele não seria chamado por ser Ministro da Economia. Mas, se os Líderes entenderem que há de se votar aqui o convite a ele, como está sendo estipulado, esta Presidência não tem nenhuma restrição em relação a isso.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, na verdade, nem era um bem "pela ordem". Eu só estava tentando saber se o senhor já tem a confirmação do depoimento de segunda-feira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós temos três nomes, Excelência, para segunda-feira, que estão sendo contactados. Como o casal não pediu prazo e confirmou a presença no dia 23, nós já estamos trabalhando aqui três nomes dentre os investigados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um ponto aqui que eu vou colocar: por que eu não estou dando preferência aos operadores do sistema? Porque essas pessoas têm risco de fuga. Essas pessoas têm bens para fugir. Então, são muitos operadores. Esses a gente tem que trazê-los aqui o mais rapidamente possível, e a quebra do sigilo de todos eles para que a gente possa trabalhar.

Então, nós temos três que fazem parte dos núcleos principais, que estão sendo contactados para serem convocados para segunda-feira. E, assim que a gente tiver a confirmação, vou informar a V. Exas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Parabéns pela sua atitude em acrescentar dias para a gente poder ouvir essas pessoas suspeitas do roubo dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas a minha sugestão, Excelência – eu vou falar como um Parlamentar que é municipalista –, é: se nós mudarmos, em vez de sexta-feira, para terça-feira, como outros já defendem, a gente consegue estar junto com o nosso povo, porque nós também estamos sendo cobrados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... de estar mais presentes nos nossos municípios. O povo cobra isso, Excelência. E a sexta-feira vai impedir que a gente vá naquela semana. Então a minha sugestão é que, de repente, possamos fazer na terça-feira, agora não apenas dois dias, que a gente possa fazer mais dias, porque o povo espera que a gente faça uma conclusão adequada e nós possamos encontrar todos os que roubaram o povo brasileiro. Presidente, é esta sugestão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... que eu quero apresentar para V. Exa. e a todos os nossos colegas Parlamentares: que faça na sexta, mas não apenas dois dias, que a gente possa acrescentar mais dias, de forma que possamos concluir e realmente apresentar todos os que roubaram o povo brasileiro, os nossos velhinhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Excelência... Só um instante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Só expressando a nossa concordância com o Coronel, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas, senhores – só um instante –, nós estamos falando aqui, só para encerrar esse assunto: são duas sextas-feiras, Coronel Chrisóstomo.

Só um instantinho, Coronel Fernanda. Só um instantinho, por favor.

Senão, daqui a pouco, eu vou fazer ordem-unida aqui (*Risos.*) com os coronéis aqui.

Ora, na semana seguinte, os senhores terão a semana inteira. A Câmara vai ter dificuldade, mas vai ter, por exemplo, a quinta, a sexta-feira para poder fazer as agendas. Eu mantive as sextas-feiras porque são os melhores dias para nós. Na frente, mais à frente, se a gente perceber que realmente há depoimentos menores, que a gente não vá gastar o tempo que a gente tem gastado aqui, eu posso até marcar numa terça-feira, de 9h às 2h, por exemplo. Mas hoje eu preciso e peço a colaboração dos senhores de fazermos duas sextas-feiras extras para manter o cronograma.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – De novo?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Opa, desculpe.

Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Mas eu gostaria de falar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Presidente, o senhor me inscreve aí?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Inscrevo.

Só vou pedir para ser bem... Já está, Girão. Mas vou pedir para ser bem rápido para a gente poder dar início aos trabalhos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente, não seria interessante ouvir quem o senhor já confirmou aí...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já. Então eu vou... Boa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... a gente vota e depois abre novamente um "pela ordem", Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Então é o seguinte: estão aqui – só um minutinho – o Gaspar, o Senador Eduardo Girão, a Deputada Coronel Fernanda e o Fabiano Contarato. Estamos encerrados aqui.

Senadora Dorinha... O Senador Moro pediu.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, por que a gente não vota e, depois, antes do depoimento, abre "pela ordem" a quantos quiserem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concordam? Vamos fazer assim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos votar então.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então vamos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não. Eu gostaria de falar antes, eu gostaria rapidamente de falar antes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, só um instantinho.

Com a palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores – só um minutinho –, nós precisamos ter sempre uma decisão, porque, claro, cada um quer ter a sua participação efetiva, está certo? E as sugestões são múltiplas. Um ou outro.

Então, vamos fazer o seguinte: eu vou encerrar as inscrições com a Professora Dorinha, não teremos mais inscrições dos que estão aqui e daremos sequência aos trabalhos.

Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, queria só deixar registrado que acompanhei de perto a lista de prioridades – V. Exa. deu também essa oportunidade aos Líderes de ver essa lista –, só queria deixar claro que tem fatos que nos trazem, em determinado momento, a necessidade de ouvir outras pessoas. Para não ser uma lista fechada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, Excelência, claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse é o primeiro ponto.

E o outro ponto, Presidente, é que não tenho dúvida nenhuma de que está todo mundo se empenhando muito, todo mundo indo para as bases e precisando estar presente também,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas duas sextas-feiras é o mínimo que nós podemos fazer pelos aposentados e pensionistas do Brasil que foram tão roubados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Alfredo Gaspar.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, em primeiro lugar, me somar ao senhor. A minha solidariedade irrestrita a essa afronta, no meu ponto de vista, que o STF faz com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Chega a ser assim... É o cúmulo, cúmulo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... dizer que uma pessoa possa vir ficar em silêncio ou sequer vir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Isso é o que eu chamo de sabotagem, de boicote! E o senhor está sendo muito firme e, aos trancos e barrancos, está fazendo o trabalho, junto com todos nós aqui.

Segunda coisa é falar da coincidência. A gente aprende na vida que não tem coincidência, mas a coincidência dessa operação da Polícia Federal hoje, com o apoio da CGU, com um ano de atraso. E é um resultado desta CPMI, porque o Ministro esteve aqui – o da CGU –, e parece que lá não lê jornal. Acho que o Senado poderia dar uma cortesia de assinatura de jornais para a CGU, porque eles não sabiam que o irmão do Lula estava nessa Sindnapi, não era dirigente, foi omitido pela Sindnapi, mas a imprensa dizia o tempo todo, há dois anos, essa relação, que o Vice-Presidente era o Frei Chico.

E, por último, Sr. Presidente, eu queria colocar... Eu espero que a base do Governo Lula aqui hoje não peça música no Fantástico domingo, blindando três vezes pessoas que podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazer a verdade aqui. Então, tem uma peça fundamental que recebeu R$3 milhões – não é pouco dinheiro: R$3 milhões – dessa fraude que roubou órfãos, roubou viúva, roubou velhinhos do Brasil e que está no Senado até hoje, um assessor, consultor-geral que ganha R$31 mil por mês.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O Senado deveria já ter afastado. Eu pedi isso ao Presidente, não afastou, mas eu espero que hoje a gente quebre o sigilo por unanimidade, porque, senão, vai ter a digital de quem é que está blindando quem aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra a Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, bom dia. Só um pouquinho, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Primeiro, eu gostaria de fazer uma sugestão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... ao senhor diante dessa fala das sextas-feiras. Este mês, praticamente, como as sextas-feiras estavam livres, nós estávamos trabalhando nas bases e cumprindo os demais compromissos legislativos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhora.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Poderia o senhor colocar essas sextas-feiras que o senhor quer no próximo mês para a gente já planejar? É porque tem viagens, tem passagens compradas, tem compromissos já assumidos. Não tem como desmarcar de uma hora para outra. E aí poderiam ser remarcadas futuramente no mês de novembro, todo mundo já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

saberia que, na primeira, segunda quinzena de novembro, por exemplo, nós teríamos essa sexta-feira aqui sem assumir nenhum compromisso...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio! Silêncio, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – É uma sugestão para o senhor para não prejudicar os compromissos que nós já temos e também trazer prejuízo financeiro, porque já foram compradas passagens, e outras coisas mais.

Agradecer...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não tem como cancelar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Só pedir silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio! Silêncio...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sr. Presidente, uma questão, uma questão...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Essa é uma...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Tinha uma questão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Deixe-me só terminar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Essa é uma sugestão.

E queria agradecer ao senhor pelo que o senhor está fazendo por nós aqui, pelo povo brasileiro, e informar ao senhor que eu fiz um requerimento, Presidente. Eu gostaria que o senhor pudesse colocar em pauta esse requerimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual, Excelência?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... que trata a informação do INSS para esta CPMI de quantos aposentados e quem são esses aposentados que foram vítimas. E que eles nos informassem, por estados, quem já recebeu e quem não recebeu, porque eu estou recebendo inúmeras reclamações todos os dias das minhas mídias sociais que elas não estão recebendo. E essas informações o Governo fala que já pagou. Nós estamos ficando vendidos nessa informação.

Então, que o INSS encaminhe para esta Comissão aqui a relação das pessoas que foram prejudicadas por estado, porque aqui tem Deputados de todos os estados que poderão verificar se essa informação é verídica. Da mesma forma, se o INSS já fez essa devolução ou a própria associação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o requerimento será colocado em votação na próxima quinta. Basta que a senhora me passe ou passe o número à Secretaria, e eu dou sequência. Nós estamos acertando.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só um pedido humanitário.

Eu queria que V. Exa. consultasse o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Dia 20, não sei se felizmente ou infelizmente, eu vou ter que fazer outra cirurgia. Vou colocar uma prótese no joelho esquerdo, agora dessa vez. É no joelho esquerdo – viu, pessoal? – dessa vez. Já coloquei no joelho direito, e eu não posso deixar de participar desta CPMI. A minha pergunta é: V. Exa. consulte o Plenário se me facultaria para que eu pudesse, na minha hora de fala, na minha inscrição, falar remotamente, fazer as minhas perguntas remotamente. Se o Plenário concordar, eu acho que eu vou fazer isso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospital. Não seria uma coisa ou um precedente para que eu pudesse fazer de qualquer lugar remotamente, mas só no caso dessa minha cirurgia. É um Robocop mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, excelência.

Eu vou permitir que V. Exa. faça as perguntas...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Não serei contra o pedido dele. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência. Nós faremos a... Abriremos o espaço para que V. Exa. possa falar do hospital.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Como é o joelho esquerdo, então a gente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Todos nós vamos aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só uma... Senador Magno Malta, só uma informação que me está sendo dada aqui: V. Exa. não poderá votar nas deliberativas, mas poderá fazer as perguntas durante o depoimento, o.k.?

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar mais uma vez V. Exa. e esta Comissão.

Eu só queria mais uma vez aqui chamar a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... para o plano de trabalho. Eu acho que a gente tem que ter um critério cronológico. Se foi aprovado, com todo o respeito, mas isso aí é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

elementar numa apuração. Você tem que ouvir os ministros, os presidentes do INSS, os diretores de benefício, você tem que deixar para ouvir os envolvidos ou os investigados ao final, quando nós tivermos todos os relatórios de inteligência financeira. Aí sim nós teríamos todos os elementos: elementos de natureza objetiva, que são as provas técnicas, quebra de sigilo ou qualquer coisa nesse sentido; as provas de natureza subjetiva, que são depoimentos... Aí nós teríamos elementos suficientes para, na hora de ouvir um investigado, fazer um questionamento com muito mais profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu acho que a gente também, com todo o respeito, aqui à opinião divergente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu não estou aqui para blindar ninguém. Todo mundo conhece e sabe que eu assinei esta CPMI da apuração da fraude do INSS, porque o princípio da impessoalidade... Um dos princípios que rege a administração pública é a eficiência, doa a quem doer.

Agora, nós temos que ter cautela, porque isso é uma garantia constitucional, quando se tratar de quebra, por exemplo, de sigilos bancário, telemático, fiscal, para a gente não expor pessoas que realmente não têm vínculo ou nexo de causalidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... entre relação de causalidade entre a conduta e o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Só para concluir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode concluir.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... porque isso é uma determinação do Código Penal, que fala: "O resultado, de que depende a existência [...] [de um] crime, somente é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido."

Então, eu faço esse apelo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... para que a gente tenha sobriedade, serenidade para ter cautela nessas quebras, independentemente de quem seja. O que for necessário para votar vai ser votado, mas eu acho que esse cumprimento do plano de trabalho, ouvindo os ministros, presidentes do INSS, diretores, pegando os relatórios financeiros, aí sim, procedendo à oitiva dos investigados. Só essa consideração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

Só esclarecendo a V. Exa. que todos serão ouvidos – estão marcando de acordo com o convite. Agora, V. Exa. é um delegado, assim como há outros policiais aqui. Nós estamos numa investigação em que nós temos uma equipe somente de investigação, uma viatura e uma série de *habeas corpus*, que querem nos impedir até de tirar a gasolina da viatura. Então, nós temos... E pouca munição. Não, se bem que munição agora nós temos muita, né? Munição... Agora está cheio de pilhas de documentos aqui. Mas nós temos que dar prioridade àqueles que podem fugir – é o que nós estamos fazendo aqui –, àqueles que são os operadores, porque as pessoas públicas, os ex-ministros não têm como fugir dos atos que eles publicaram. Mais cedo ou mais tarde, vão ter que dar esclarecimentos a esta CPMI.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente aqui. Eu vi a lista de prioridades, e, certamente, aqui são muitos nomes. O Alessandro Stefanutto, que foi o Presidente do INSS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... em relação ao qual também foram encontradas informações de possível pagamento de suborno a ele – há anotação de 5% numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

agenda do Careca do INSS –, está como prioridade três. Acho que deve ter sido aqui algum equívoco provável, mas entenderia aqui que ele deveria ser ouvido como prioridade um.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Outra questão, Presidente, que eu gostaria de pedir a V. Exa. é que, para próxima quinta-feira, fosse incluída em pauta a quebra de sigilo bancário e fiscal – que já foi requerida – do ex-Ministro da Previdência Carlos Lupi. Ele nomeou o Stefanutto, ele nomeou o Virgílio, ele nomeou o André Fidelis, e essa escalada do desconto fraudulento deu-se durante a gestão dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E, por último, Presidente, aproveitando aqui, também requerer a inclusão de dois requerimentos que fiz na semana passada de quebra de sigilo fiscal da Sra. Danielle Miranda Fonteles – fiscal e bancário –, porque ela recebeu R$5 milhões das empresas do Careca do NSS, e é uma pessoa ligada ao *marketing* político – inclusive já prestou serviços ao PT no passado. Então, é necessário que nós possamos analisar esse escopo financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Só vou pedir... Deputado Alencar, só um instantinho, porque a gente já encerrou uma lista que está aqui. Só um instantinho, por favor.

Eu vou pedir ao senhor, à Coronel Fernanda: formalizem isso à Secretaria, por gentileza, que faço questão de colocar na próxima semana.

Só um instantinho, por favor.

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente, para mim a discussão, na verdade, é sobre a questão do *habeas corpus*. Eu estou só esperando a assessoria trazer. Como vai ter a votação e, depois, ainda o senhor vai tratar desse assunto, eu peço para falar, então, depois, e a gente já economiza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós estamos encerrando a lista, Excelência, dessas falas aqui. Depois, só os dez minutos para cada um.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, vou aproveitar aqui, Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque eu recebi o *habeas corpus* e o li com cuidado. A assessoria – por isso, eu disse – estava preparando um arrazoado um pouco mais detalhado, mas, primeiro, eu concordo 100%...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu concordo 100% com a indignação de V. Exa. É algo que nos deixa aqui estarrecidos, porque a CPMI, que é o principal órgão de investigação do Parlamento, do Congresso, é vista como algo menor pelo Supremo Tribunal Federal, menor do que, por exemplo, a Polícia Federal.

Nós estamos em pé de igualdade, na verdade. Nós aqui, se formos pela capacidade, inclusive, que estamos demonstrando de investigar, estamos em alguns casos indo à frente dos órgãos investigativos, sem demérito do trabalho que a Polícia Federal também tem feito.

Agora, especificamente nesse *habeas corpus*, Sr. Presidente, no nosso entendimento, ele não desobriga, não, o Sr. Milton Cavalo, que vem, de fazer o juramento à verdade e não o trata como investigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Nós o lemos todo, e ele segue aqui como testemunha.

Queria só fazer esse apelo, Sr. Presidente, porque, aqui, nós queremos que seja dita a verdade. A pessoa que vem aqui, senta e não tem compromisso com a verdade não é uma pessoa que está querendo ajudar e colaborar com as investigações que precisam chegar aos ladrões da INSS.

Esse é o meu apelo, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Como última oradora, a Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – ... eu apresentei um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – ... e o meu requerimento solicitava que as reuniões da CPMI pudessem acontecer às terças e quintas. E o fiz por uma questão óbvia, que eu acho que vários colegas aqui colocaram, do exercício parlamentar, porque todos nós também temos as nossas responsabilidades no âmbito dos estados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Eu agora também vi a sua preocupação em relação à possibilidade de uma cobertura dos dias em virtude do número de pessoas aprovadas já para a CPMI.

Eu coloco a terça-feira, porque é um dia em que nós já estamos aqui em Brasília também. Então, mesmo nos casos em que for possível, que a gente tentasse ficar nesses dias...

E faço um apelo: eu tenho observado o trabalho do Relator, um trabalho muito cuidadoso ao construir os seus questionamentos, entendo que é ele o responsável pelo relatório, e, muitas vezes, o que eu vejo aqui é uma superposição e repetição de questões que já foram colocadas. E nós temos um número muito grande de pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor.

Senhores, tem um áudio vazando aí. A Senadora está falando.

Pois não, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Das oitivas aprovadas, o número é extremamente excessivo. Eu sei que V. Exa. tem tratado junto com o Relator e com os Líderes para fazer uma triagem em relação àquelas situações necessárias para a elaboração do relatório, e vejo que, infelizmente, em muitos casos, às vezes, uma pessoa que vem com a determinação para ficar em silêncio e não responder nada, e nós ficamos um dia inteiro e uma noite inteira. Parece que queremos é enrolar e ganhar tempo.

Eu acho que, se o nosso objetivo é estrutural – pelo menos é o meu –, eu não quero saber se veio de lado A, B, C, se aconteceu no ano um, dois, três, quatro. O nosso objetivo é ver que estruturas do sistema permitiram uma situação tão invasiva, que lesou tanta gente. É o que me interessa.

Eu gostaria que, na medida do possível, pudesse ser feita essa organização em termos até de fala – acho que chamar mais gente num dia, isso já foi discutido de outra forma – e referendar que, nessa sua discussão, o requerimento possa ser pautado para que a gente possa opinar sobre este Requerimento 2.025.

Um apelo... Eu tenho visto todo o seu esforço de construção...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – ... e também, lógico, o próprio calendário, que é um calendário que, daqui para a frente, só piora em virtude do tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – ... e de todas as nossas condições.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu só não entendi uma coisa, Excelência.

O Requerimento 2.025 a senhora quer que coloque em votação?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Eu tinha feito... Eu o apresentei, e ele não foi pautado. Eu gostaria que fosse pautado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, pois não... Pode me colocar a Secretaria... Porque nós temos dado preferências aqui às convocações e quebras de sigilo.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – É, mas esse é instrumental, é de funcionamento, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente.

Coloco na próxima quinta, faço o compromisso, é só...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... formalizar com a Secretaria, por gentileza.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, um minuto...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Senhores...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – O Senador Sergio Moro fez uma sugestão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... de, na próxima pauta, colocar a quebra de sigilo fiscal do ex-Ministro Lupi. Parece que ele continua seletivo nas suas ações de investigação, assim como estava na época de juiz. Só mira um lado, numa decisão política muito clara, e não apura tudo.

Se nós formos quebrar o sigilo, nós deveremos quebrar o sigilo de também todos os ex-ministros, porque nós temos... Está muito claro, nos depoimentos que foram dados, que isso começou na gestão anterior, mas, então, se for avançar na quebra, eu defendo que a gente siga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a cronologia, trazendo todo mundo, para que seja ouvido, para que a gente tome novas medidas. Se a gente for avançar, que a gente avance sobre todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – ... art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, não... Não, Excelência. Eu não vou ceder... Eu não vou ceder, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ainda me acusou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não acusou. Ele...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ainda me acusou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele não acusou, Excelência. Não...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não... Acusou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, não... Ele não acusou.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Acusou, falou "seletivo".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele simplesmente colocou um comentário sobre o requerimento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, Presidente... Não, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele colocou um...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Aí quando eu sou ofendido...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Ele é seletivo mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... desculpe, eu tenho que insistir no art. 14, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Sergio Moro...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quando eu sou ofendido pessoalmente, eu tenho que insistir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador, V. Exa. não foi ofendido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele citou apenas um comentário de V. Exa.

Senhores...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Vamos colocar aqui a fala dele...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadores...

Só um instantinho...

Senador Sergio Moro...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Aí é uma questão de prerrogativa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Sergio Moro...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Fui ofendido aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Sergio Moro, pois não...

Eu não concedo o art. 14, porque não entende esta Presidência que V. Exa. foi ofendido.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Eu acho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Primeira parte, deliberativa.

Esta parte destina-se à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão.

Foram retirados – por favor, atenção, senhores – em acordos com a Oposição e o Governo... Foram retirados os itens 25, 26, 27, 28 e 29, e o item 78. Vou repetir: foram retirados os itens 25, 26, 27, 28, 29 e o 78. O único destaque: item 47, Requerimento 1.961, de 2025 – o único destaque.

Vou repetir mais uma vez para que não pairem dúvidas: foram retirados, em acordo, os itens 25, 26, 27, 28, 29 e 78; destaque para o item 47.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 1850/2025

Requer a convocação do Senhor Gilmar Stelo, Advogado.

Autoria: Deputado Carlos Jordy

1ª PARTE

ITEM 26

REQUERIMENTO Nº 1894/2025

Requer a convocação do Senhor Gilmar Stelo, advogado.

Autoria: Deputado Coronel Chrisóstomo

1ª PARTE

ITEM 27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 110/2025

Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, e tesoureiro nacional do PDT.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 28

REQUERIMENTO Nº 1849/2025

Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de Gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi.

Autoria: Deputado Carlos Jordy

1ª PARTE

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 1887/2025

Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de Gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi.

Autoria: Deputado Coronel Chrisóstomo

1ª PARTE

ITEM 78

REQUERIMENTO Nº 2088/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações sobre auditorias ou outras providências adotadas a respeito dos Acordos de Cooperação Técnica vigentes entre instituições financeiras e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para contratação de empréstimos consignados por aposentados e pensionistas.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar)

Os demais itens eu coloco em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos, com exceção do destaque feito pelo Governo.

Item 47, Requerimento 1.961... Quem é o autor dele aqui?

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Carlos Jordy.

1ª PARTE

ITEM 47

REQUERIMENTO Nº 1961/2025

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o envio de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Paulo Augusto de Araújo Boudens, referentes ao período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Carlos Jordy

Quem é o autor dele aqui?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Carlos Jordy.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Do Deputado Carlos Jordy, destacado pelo Governo. Determino à Secretaria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes disso, vou dar a palavra a dois de cada lado para que possam...

Marinho, concorda com apenas um de cada lado?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, pronto, darei a palavra a dois representantes de oposição e a dois do Governo para que possam defender a retirada e... ou a manutenção.

Para defender o requerimento...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor... Por favor...

Para defender o requerimento, Senador Rogerio Marinho, quem o senhor indica?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tem os dois autores aqui: o Girão e o Jordy. São os dois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Então, com a palavra o Senador Eduardo Girão, primeiramente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por cinco minutos, o.k.?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Eu quero...

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O microfone.... Eu acho que não está...

Está o.k.?

Está baixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, em primeiro lugar, Presidente, dizer que esse é um dos requerimentos mais importantes que a gente já votou aqui. A gente já viu, nas últimas semanas, requerimentos aí para blindar sócio do Careca do INSS, com as histórias cabeludas. Eu acho que tem... Nós temos que acabar com a hipocrisia aqui de dizer que está querendo investigar, porque quem diz que está querendo investigar: como vota contra a aprovação de requerimento de quebra de sigilo? Não faz sentido.

Então, o seguinte, eu acho que tem que chegar... E a população que está nos assistindo... E nunca, neste Senado Federal, eu estou aqui desde 2019, Senador Magno Malta, nunca eu vi uma audiência tão grande da população que foi roubada, que está querendo justiça, que está querendo saber exatamente o que aconteceu, para que ela possa identificar, receber o dinheiro de volta, que eu acho que deveria ser em dobro e não nesse acordo que foi feito por AGU, por STF, avalizado pelo Governo Lula, que diz proteger os pobres, mas negou o dano moral, negou o valor em dobro desses milhões de brasileiros que foram roubados.

Nós temos a oportunidade hoje de votar por unanimidade, eu ainda tenho essa esperança, porque essa figura de quem está tendo o pedido aqui de quebra de sigilo, pelo Deputado Carlos Jordy, me parece um reincidente.

Já teve um caso aqui recente no Senado Federal de rachadinha, que ele assumiu o que aconteceu, rachadinha inclusive de grávidas, de pessoas grávidas, aqui dentro do Senado, em gabinete de Senador. E ela foi alçada, essa pessoa, esse Sr. Paulo Boudens, a ser simplesmente um consultor político do Senado Federal, da Casa revisora da República. Isso é um prêmio? Então, eu acredito, Sr. Presidente, que, como ele recebeu R$3 milhões, segundo a operação da Polícia Federal, no relatório, desse dinheiro de entidades enroladas até a medula com essa roubalheira de órfãos, de viúvas, de velhinhos, de deficientes, pensionistas e aposentados do Brasil, que a gente possa quebrar o sigilo para ver para onde foi esse dinheiro.

Então, nós já tivemos aqui assessor de Senador que a Bancada do Governo Lula votou – o Sr. Gustavo Gaspar – para não ser convocado; tivemos o sócio do Careca do INSS, o Sr. Edson Claro, na semana passada; e eu espero que agora o Governo Lula de novo não blinde mais uma vez alguém que pode trazer o fio da meada, a verdade para todos nós!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu acredito que esse requerimento, repito, é um dos mais importantes que nós temos aqui. Sabe por quê? Porque, ao que tudo indica, está chegando em gente poderosa! Não é à toa que foi decretado cem anos de sigilo, vergonhosamente, e nós temos Senadores aqui, como o Senador Magno Malta, que já fez requerimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... pedindo para saber se o Careca foi no gabinete dele, e outros Senadores. Eu já pedi, e outros Senadores estão pedindo, por exclusão!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Por exclusão! Porque foi decretado sigilo de cem anos das andanças desse lobista chamado Careca do INSS, que só tem história cabeluda – diga-se de passagem – aqui dentro do Senado Federal!

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aos colegas... Esse não é um assunto de direita, esse não é um assunto de esquerda, esse não é assunto de contra e a favor de Governo! É busca à verdade por humanidade, por humanidade!

Então, nós precisamos votar, e eu já votei tudo e vou continuar votando todos os requerimentos de quem quer que seja. Então, eu peço aos colegas, com muito respeito, que a gente possa votar por unanimidade e não blindar hoje, mais uma vez, para não pedir música a Fantástico aqui de blindagem em relação a personagens importantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para defender o requerimento, o Deputado Carlos Jordy. Cinco minutos, por favor, Deputado.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiro, Sr. Presidente, eu queria parabenizá-lo pela condução desta CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... também o Relator Alfredo Gaspar. Esta CPMI só está avançando, as investigações só estão avançando – inclusive da Polícia Federal –, porque nós temos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhores. Pode...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Só pausa o meu tempo, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, um minutinho.

Pode ser intercalado, mas também pode ser na sequência.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Então, alterna. Pode alternar então. Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem fala primeiro?

Deputado Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exa. e agradecer ter acolhido a minha solicitação de a gente incluir na próxima sessão a quebra do sigilo bancário e fiscal do Sr. Eli Cohen. Isso é muito importante para que a gente possa saber, de fato, a possibilidade de estar havendo aí algum nível de manipulação da condução das investigações, inclusive na condição que ele veio aqui como testemunha. Então, já está confirmado pelo Presidente que ele vai estar pautado aí na próxima sessão.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, é interessante o exercício de retórica que é feito pelos Parlamentares para fugir daquilo que é a chave, que é chegar nos bandidos do INSS, que é quem roubou os aposentados e aposentadas! E aí, Sr. Presidente, vale todo tipo de requerimento!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse indivíduo, eu não o conheço, mas, pelo que me consta, não era mais funcionário ligado ao gabinete do Presidente Davi, como é dito aqui. Não é verdade, foi dito aqui no outro dia. Segundo lugar, prestou um serviço como advogado. Esta empresa tem uma lista lá de 200, 300 empresas com as quais ela se relacionou. Foram lá, pinçaram um nome que recebeu um recurso na condição de advogado. Para quê? Claramente para tentar trazer aqui para a CPI, Sr. Presidente.

O Presidente Davi... Uma disputa interminável aqui dentro do Senado, de Parlamentares que são... Não sei se são desafetos ou o que são, mas querem trazer para cá um debate que tem... com relação ao Presidente da Casa, e não é o objeto dessa CPI. Resolvam o problema com o Davi lá no Plenário do Senado, resolvam em outro lugar. "Ah, esse cara foi acusado, não sei qual ano, de praticar tal delito." Isso tem a ver com INSS? Isso tem a ver com desconto associativo do INSS?

Presidente, não tem como falar sem enxergar o senhor, me dá um bloqueio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Porque, do jeito que a coisa está, Presidente, e o tipo de requerimento que essa turma está apresentando aqui para que a gente não chegue nos bandidos, daqui a pouco um deles vai apresentar aqui um requerimento para a gente abrir uma investigação para saber quem é que matou Odete Roitman, porque só falta isso. Só falta... O Bolsonaro não foi porque não pode sair de casa, então o Bolsonaro, não. O único que não é suspeito de ter matado Odete Roitman é o Bolsonaro, porque ele não pode sair de casa. O resto todo mundo pode ser.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Agora, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, por favor! Por favor.

Mais um minuto para o Líder. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor vê, Presidente, como é que é a coisa? Eu fui interrompido de forma indevida porque eu disse, porque eu fui provocado, que a única pessoa que não é suspeita de ter matado Odete Roitman é o Bolsonaro, porque não pode sair de casa, né? E é verdade. Está preso em casa, não é suspeito.

Então, vamos parar, gente, vamos parar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos tratar aqui com seriedade. Nós estamos caminhando bem. Nós já sabemos que tem um núcleo de corruptos que entraram para dentro do INSS a partir de 2019, sabemos quem são. Temos que avançar nessa investigação, os parentes deles... E sabemos que existe aí uma turma de novos milionários no Brasil. Todos eles sentam aqui, têm Ferrari, Lamborghini, iate, avião, helicóptero... Gente que nunca trabalhou. Não são agricultores, não são empresários, não são comerciantes, ninguém sabe de onde é que surgiu essa gente que enriqueceu no Brasil roubando aposentados e aposentadas. É a essa gente que nós temos que chegar, é esse o objetivo da CPMI, não é transformar a CPMI num palco permanente de disputa política. E agora querem trazer para cá uma questão aí de uma disputa com o Presidente do Senado que não tem nada a ver. Não tem nada a ver o fato de o cidadão, como advogado, ter prestado serviço para uma empresa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que não é nem uma empresa diretamente investigada pela CPMI.

Então, Sr. Presidente, é tentativa de tirar o foco da investigação. E o senhor tem sido muito firme nesse sentido. Não vamos permitir, Sr. Presidente. Vamos garantir que a CPMI, juntamente com a Polícia Federal, o Ministro André Mendonça...

Hoje temos uma operação grande aí, no país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E aí, Sr. Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. *Fora do microfone*.) – É o Lula *brother*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, por gentileza, Deputado.

Por favor, Líder, pode continuar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É o pessoal da 5ª série.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, já existe, inclusive, uma resolução sobre a utilização de cartazes, fotos ofensivas, o senhor já falou sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim. Já falamos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o Parlamentar já é reincidente aqui na Comissão. Eu gostaria que o senhor determinasse uma postura respeitosa por parte dos integrantes aqui da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, Sr. Presidente, para concluir, é isto: não vamos permitir que desviem o foco e impeçam que a gente possa chegar aos verdadeiros ladrões do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É por isso que nós somos contra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para defender, o Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez, quero parabenizá-lo pela condução desta CPMI e também o Relator Alfredo Gaspar.

Com certeza, esta CPMI não teria avançado tanto se nós tivéssemos aquele Presidente que estava sendo indicado pelo Governo, o Relator que estava sendo indicado pelo Governo. Hoje nós temos um Presidente imparcial. Com certeza...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... esse requerimento de quebra de sigilo fiscal e bancário também não estaria pautado se fosse um outro Presidente.

Mas hoje nós estamos vendo aqui mais uma tentativa de blindagem inacreditável, como se já não bastassem as outras tentativas de blindagem, aliás, as blindagens que aconteceram. Eu vi até Senadora dando gritinho, comemorando que, na semana passada, o ex-sócio do Careca do INSS não foi convocado, porque nós perdemos aqui por um voto. Ela dando gritinho, comemorando: "Ganhamos", porque ele não estava sendo convocado. Querem esconder o quê?

Aliás, ouvi aqui uma montanha de absurdos. Ouvi aqui o Senador, aliás, o Deputado que me antecedeu dizendo que nós estamos fazendo aqui exercício de retórica para fugir da investigação da fraude do INSS, falando que isso é disputa política, fazendo brincadeirinha: "Quem mandou matar Odete Roitman?". Esse é o nível desse pessoal. É assim que eles enxergam esta CPMI. Não estão querendo investigar. Desde o início da CPMI, nós estamos vendo esse grupo tentando fazer narrativa e blindagem, e é isso que vai acontecer se esse requerimento não for aprovado.

Nós não estamos diante, aqui, de um peixe pequeno. Aliás, é um peixe médio, mas ele pertence a um peixe muito grande. Nós estamos aqui diante de um cidadão, Paulo Augusto de Araujo Boudens, que era chefe de gabinete de Davi Alcolumbre, que é o Presidente do Senado, Presidente do Congresso Nacional. E esse cidadão, vale destacar, quando teve aquela denúncia de rachadinha de 2 milhões no gabinete de Alcolumbre, matou no peito e disse: "Alcolumbre não sabia de nada; é tudo comigo". Aí, Alcolumbre exonerou o cara. E aí? O que é que aconteceu? Ele foi exonerado? Não! Ele caiu para cima. Agora é consultor político no Senado, ganhando R$31 mil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Mas vamos aqui aos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Vamos aos fatos. Esse camarada recebeu R$3 milhões de uma empresa chamada Arpar. A Arpar recebeu 50 milhões do Careca do INSS. No mínimo, isso é suspeito.

E por que nós não podemos aqui fazer uma quebra de sigilo fiscal, bancário, telemático, para entender a origem, para onde foi, para onde ele enviou esses recursos? Ninguém está falando aqui que Alcolumbre tem alguma coisa a ver com isso. São vocês que estão falando – são vocês. Nós só queremos saber se ele tem alguma relação, para quem que ele enviou...

E olha só, causa também muita estranheza que isso aconteça logo após o Presidente do Congresso Nacional, Alcolumbre, ter determinado o sigilo de cem anos nas imagens das câmeras do Careca do INSS visitando Senadores. Isso, sim, é blindagem. Isso é uma blindagem e que não pode... É um péssimo recado para a sociedade. Se nós estamos aqui investigando certas pessoas que são suspeitas de terem participado dessa fraude, como é que nós podemos olhar para o cidadão e dizer que nós, enquanto Congresso Nacional, não podemos aceitar que sejamos aqui investigados?

E tem mais, dia 4 de outubro, a *Veja* fez uma matéria demonstrando que esse aliado do Alcolumbre, o Paulo Boudens, está sofrendo ameaças de morte de parentes de Davi Alcolumbre. Eu acredito até que ele deve ser convocado aqui para falar a respeito disso, porque isso aqui são acusações muito graves.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – E ele precisa falar a respeito.

Tem um requerimento do Deputado Zé Trovão para que nós possamos votar, mas enfim, primeiramente, eu acredito que fica de bom tamanho fazermos a quebra de sigilo fiscal, bancário e telemático desse cidadão. E, a partir disso, inclusive, se nós tivermos as informações corretas, as informações que demonstrem um vínculo dele com a fraude, ele tem que sair do Senado Federal, tem que ser exonerado, e aí podemos, inclusive, convocá-lo aqui neste Colegiado.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, este aqui é um requerimento essencial para mostrarmos que esta CPMI realmente é imparcial e quer investigar a todos, doa a quem doer. E não estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo nenhum juízo de valor aqui a respeito de Davi Alcolumbre. Vocês é que estão fazendo, mas vamos, sim, ao voto para esse requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Quem V. Exa. indica, Líder Pimenta, para defender a retirada? (*Pausa.*)

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu quero iniciar minha fala cumprimentando V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... pela sua postura nesta Comissão, desde o primeiro momento, cujo seu objetivo central é manter uma investigação rigorosa, trazer aqui a esta Comissão os investigados, aqueles que de alguma forma têm relação direta com o objeto desta Comissão, desde a pauta que V. Exa. apresenta aqui. E dá a liberdade aos Parlamentares de votar contra ou a favor. E a postura de V. Exa. demonstra claramente que V. Exa. não permitirá que esta Comissão se transforme num palco de disputas políticas ou outro tipo de disputa aqui no Congresso Nacional.

Esta CPMI surgiu com o objetivo claro de fazer a investigação de quem roubou o dinheiro dos velhinhos do Brasil. Esse é o ponto central. E a gente percebe claramente, nas duas exposições que foram apresentadas aqui, a citação clara referente ao Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre. Há uma manifestação explícita aqui de tentar colar no Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, qualquer relação com esta investigação que nós estamos fazendo aqui. E a gente não vai permitir que isso ocorra.

Ora, quando os colegas fazem referência ao recebimento por parte do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores – só um instantinho, Senadora –, eu vou pedir mais uma vez silêncio, porque há uma Deputada falando.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Uma Senadora, desculpe, falando. Por gentileza. E essa... Peço, por favor, a colaboração. A sala é pequena, fechada, não é? E nós estamos diante de um assunto muito importante.

Mais um minuto para a Senadora, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Muito bem, Presidente. Só lembrando que todas as pesquisas mostram, no mundo, que as mulheres são duas vezes mais interrompidas do que o homem. Isso aí é um debate que nós fazemos com muita frequência.

Mas, Presidente, o Sr. Paulo Boudens recebeu um recurso como receberam centenas de outros advogados. Ora, por que se pinça apenas este senhor aqui para a CPMI? E ao pinçar este senhor, fazem-se referências a outras possíveis investigações referentes à sua atuação ainda como integrante do gabinete do Presidente Davi Alcolumbre? É claro. É a tentativa de transformar esta Comissão no palco de disputas políticas. E isso não se pode admitir.

É bom lembrar também que já há jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em que casos dessa natureza de quebra de sigilo é uma devassa. Você tem que ter claramente uma substância, você tem que ter materialidade, você tem que ter elementos que substanciem isso, sob pena de estar aqui se quebrando o sigilo fiscal, bancário de quem quer que seja. E devassa não é admitida por nenhuma decisão que nós já temos no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

É por esta e outras razões, Presidente, porque o tempo de fato acaba sendo limitado, que nós, enquanto integrantes do Governo, temos o objetivo claro. A investigação vai ocorrer; todas as quebras que forem necessárias referentes a uma investigação séria, nós realmente vamos aprovar.

Veja, daqui a pouquinho nós temos aqui um novo convocado. Um novo convocado, vocês... Eu vou dar uma prévia do que vai acontecer aqui. A oposição inteira vai tentar buscar... E vão fazer malabarismo para tentar colar essa situação ao irmão do Presidente Lula. Vão procurar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... mecanismos. Vão procurar mecanismos de todas as formas para tentar pinçar. Por quê? Porque tentam buscar... Basta fazer um levantamento mais apurado. Todo o processo de investigação dessas entidades que tiveram descontos fraudulentos, todas as autorizações dadas pelo poder público, a maioria delas, cerca de 55 a 60%, se deram no Governo do então Presidente Bolsonaro. Isso eles não falam. Eles não falam por quê? Porque tentam abafar que a autorização pública para a retirada do dinheiro privado aconteceu especialmente no período do Governo do ex-Presidente Bolsonaro.

Portanto, Presidente, para que nós possamos manter o foco da investigação, para que a gente não venha permitir que se use esta Comissão para disputas político-eleitorais e aqui tentem atingir o Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, que tem feito o seu papel nesta Casa, inclusive nesta Comissão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... fazendo valer as prerrogativas de cada um desses Parlamentares, nós faremos o encaminhamento contrário a este requerimento, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Encerrada a lista de oradores, vamos à votação do item destacado, nosso 47. Determino à Secretaria que abra o painel.

Os que defendem e apoiam a manutenção do Requerimento 47 votam "sim". Aprovam "sim".

Os que defendem a rejeição, a retirada do item, votam "não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, rejeição.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A oposição...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, rejeição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Rejeição, não é retirada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Desculpa.

Rejeição do item votam "não". Quem defende a manutenção do item, a votação e a aprovação, votam "sim".

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para orientar a bancada.) – O Governo orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A oposição?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para orientar a bancada.) – Orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A oposição orienta "sim". O Governo orienta "não".

Está em votação o único item destacado desta deliberativa, Requerimento 47.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadores, Deputados, Deputadas e Senadoras podem votar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para orientar a bancada.) – Nossa orientação é voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Governo orienta "não". Oposição orienta "sim".

Todos já votaram?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para orientar a bancada.) – Partido Novo orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está difícil de votar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o Partido Liberal não protege bandido e vota pelo "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só... Os Deputados estão encontrando dificuldade no sistema.

Quem estiver com dificuldade a Secretaria vai apoiar.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Enquanto o senhor encerra a votação, um pequeno pela ordem a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – V. Exa. disse na reunião passada sobre a convocação de pessoas que estão no inquérito, que estão sendo investigadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Eu fiz o pedido – e quero reforçar – da convocação do Sr. Silvio... Porque ele está no inquérito, está sendo investigado, foi feito um repasse pelo Careca a ele de R$100 mil. E gostaria que fosse convocado até para que fosse feita a análise da prioridade da lista que foi apresentada por V. Exa., de um, dois ou três, da importância de nós escutarmos. Eu, pessoalmente, acho que seja de primeira importância, para a gente encontrar os patrocinadores políticos do esquema. Então, reforço o pedido. Se for possível, que V. Exa. pudesse pautar na semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

V. Exa. pode encaminhar, como os demais, e a Presidência vai analisar um por um para colocar em votação – ou não, né?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sr. Presidente, eu sou suplente, mas eu registro "sim". Meu nome está em cor-de-rosa ali.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Randolfe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pode encerrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, Presidente... Aqui, ó.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ainda faltam votos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Randolfe não votou ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Calma, os senhores terão tempo para votar. Fiquem tranquilos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Randolfe não votou...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não vou encerrar, não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Não, ainda, ainda...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem Parlamentares votando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ainda há Parlamentares votando.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante. Na hora em que todos votarem, eu encerro a votação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu só gostaria de lembrar aqui, Presidente, que recentemente nós fizemos uma discussão sobre a PEC das prerrogativas, que muitos falavam que era a PEC da blindagem, dizendo que era uma PEC que nós estávamos querendo votar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, não é o assunto aqui.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Não, eu só gostaria que os Senadores pudessem fazer essa reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já votou, Duarte?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está faltando quem? Sidney?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Pode votar, Excelência, não há problema nenhum.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos esperar o Sidney. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sidney não está aí.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Um momento, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar o suplente votar também.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Já votaram 31.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu não voto. Só em caso de empate. Conseguiu, Excelência?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Encerra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Mas pelo Brasil...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Encerrou, encerrou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, tem um colega Parlamentar pedindo um minuto para poder votar. Por favor. Não vai mudar o resultado.

Não, o Sidney não está.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, ele está presente aqui, deixa ele dar o voto dele. Qual é o problema ele dar o voto? (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Vai saber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto.

Todos votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria que publique o resultado no painel.

(Procede-se à apuração.)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Requerimento 47 está rejeitado.

Segunda parte da nossa reunião. Oitiva.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Suspendo a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 11 horas e 17 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 24 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciando os trabalhos.

Oitiva do Sr. Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi). Requerimentos: 367, Deputada Adriana Ventura; 421, do Deputado Beto Pereira; 580, Senadora Damares Alves; 669, do Deputado Zé Trovão; 754, Deputado Duarte Jr.; 812, Senador Rogerio Marinho; 1.238, Deputado Orlando Silva; 1.273, Deputado Paulo Pimenta; 1.437, Deputado Sidney Leite; 1.732, Deputada Bia Kicis.

A CPMI tomou ciência da decisão do Ministro Flávio Dino em medida cautelar no Habeas Corpus 262.914, no qual consta o seguinte:

> [...] os termos dos requerimentos de convocação e a narrativa constante dos atos parlamentares apontam elementos que, ao menos em sede de juízo preliminar, sugerem a imputação de conduta potencialmente ilícita ao paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Nesse contexto, há indícios de que a convocação, ainda que formalmente na qualidade de testemunha, se insere em uma dinâmica investigativa que pode expô-lo à produção forçada de prova contra si próprio, situação que justifica a incidência das garantias constitucionais inerentes à condição material de investigado, notadamente os direitos ao silêncio e à não autoincriminação, previstos no art. 5º, incisos [XVIII e XXIII; não] LXIII e LXVIII, da Constituição Federal. [...]
>
> Ante o exposto, defiro parcialmente a liminar para assegurar ao paciente, em sua inquirição perante a CPMI do INSS: a) o direito ao silêncio, ou seja, de não responder, querendo, a perguntas a ele dirigidas; b) o direito à assistência plena por advogado durante o ato, frisando que este profissional não pode ser alvo de humilhações ou indevidos cerceamentos, sem prejuízo das atribuições regimentais do Presidente da CPI quanto à condução dos trabalhos; e c) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

O Sr. Milton já está tomado assento.

Nós entendemos e tenho dito aos senhores: essa investigação é totalmente independente de outros Poderes. Aqui ele está, a nosso ver, na condição de testemunha e não de investigado, conforme os requerimentos que estão já pautados. Mas, devido à decisão do *habeas corpus*, mais uma, nós teremos que seguir aqui, até que nós possamos questionar, pedir uma revisão junto ao Supremo Tribunal Federal.

Independentemente dessas questões, primeiro, quero dizer aos advogados que os senhores são bem-vindos. Muito obrigado pela presença. Em qualquer momento que os senhores entenderem que houver manifestação indevida com relação ao Sr. Milton, os senhores, por gentileza, dirijam-se a esta Presidência, e serão tomadas as devidas providências. O trabalho dos senhores aqui tem toda a garantia de exercício livre.

Nós entendemos que, apesar do *habeas corpus*, o Sr. Milton está obrigado a fazer o termo de compromisso com esta CPMI, não é, Doutor?

Gostaríamos de lhe passar a palavra para o seu entendimento sobre o assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Eminente Carlos Viana, muito obrigado pelo introito.

No entendimento da defesa, considerando o expresso salvo-conduto do direito irretratável ao silêncio, concedido no HC 262.914, o Sr. Milton não vai assinar qualquer natureza, qualquer tipo de termo.

E já vou aproveitar também para falar que, diferentemente de outros intimados que vieram aqui e ficaram quietos, o Sr. Milton veio hoje de manhã preparado com um caderno de respostas para poder responder toda e qualquer pergunta de V. Exas. Ocorre que – acho que todo mundo aqui já está sabendo – ele foi alvo, às 6h30 da manhã, da nova fase da Operação Sem Desconto. Ele estava aqui já presente. Como não tinha ninguém em sua casa, sua casa foi arrombada. Ele não tem condição psicológica de poder falar. Então, até às 7h30 da manhã, ele estava preparado para falar. Nós trouxemos, eminentes Parlamentares, um vídeo, nós trouxemos 24 eslaides para que fossem mostrados a V. Exas. e ele pudesse, de maneira integral, responder as respostas, só que, considerando – e eu já vou terminar minha fala – a operação de hoje de manhã, ele vai utilizar do seu direito constitucional ao silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas, Doutor, o termo de compromisso não o obriga a falar...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Mas ele também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... aquilo que ele não quiser.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Dr. Carlos Viana, ele não vai assinar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu queria fazer aqui uma observação, respeitando o direito de defesa, mas o deferimento do *habeas corpus* é parcial, Doutor, e o que ele garante claramente é ele não responder, querendo, as perguntas a ele dirigidas. Em nenhum momento, ele diz que ele não veio aqui como testemunha, que não tem o termo de compromisso assinar. Como toda pessoa, se tiver uma pergunta com potencial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

autoincriminatório – e a defesa pode eventualmente orientar "Ah, não vai responder nada" –, ele pode ficar em silêncio, mas o termo de compromisso não está compreendido aqui no *habeas corpus* que foi deferido parcialmente pelo Ministro Flávio Dino.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Então, eu creio que até o alcance na ordem não abrange essa dispensa de ele assinar esse termo, que é natural para qualquer testemunha que vem perante o juízo. Aliás, na própria Justiça, quando tem alguma testemunha, e se faz alguma pergunta a ela com potencial autoincriminatório, ela tem o direito de não responder, mas o termo de compromisso é assinado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Bem, eu vou perguntar...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Só uma correção pela ordem, Doutor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Só corrigindo a fala de V. Exa., Dr. Moro, a concessão parcial não é para assinar ou não o termo de compromisso. A concessão parcial foi porque o pedido principal do nosso *habeas* era para que ele sequer comparecesse a esta Casa. Foi parcialmente concedido, porque a presença foi determinada. Agora, o direito ao silêncio é inegável.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Mas o termo de compromisso não está mencionado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Mas é uma consequência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não está no dispositivo, Doutor.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – É uma consequência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Moro, por favor. Nós vamos ter...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Ele não vai assinar, Dr. Moro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Eu vou perguntar diretamente ao Sr. Milton Baptista de Souza Filho. Ele vai dar a resposta definitiva.

Sr. Milton Baptista de Souza Filho, o senhor aceita fazer o compromisso conosco de falar a verdade?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO (Para depor.) – Por orientação dos meus advogados, eu não vou assinar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por Regimento, o senhor tem direito a uma apresentação inicial de 15 minutos. O senhor quer fazer uso?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Eu só iria me apresentar e dizer para os senhores, senhoras, Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, o Sr. Presidente da CPMI que a minha instituição, de que eu estou na Presidência há quase dois anos, estava comprometida com – e vai estar sempre comprometida – a verdade.

Nós fomos a entidade em que foi lá que começou, e denunciamos esse tipo de prática, de fraudes do INSS. Nós não teríamos problema nenhum de vir a esta Casa e colocar e discutir todos os pontos que...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Então o senhor fale, então, uai?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, senhores, por favor.

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – ... todos os pontos que fossem necessários para comprovar a lisura das associações que o sindicato fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós, diante disso, que nós estávamos preparados para, inclusive, elucidar, passar um vídeo, colocando a história do sindicato, que é um sindicato que está há 25 anos na luta em prol dos aposentados, não é um sindicato que foi criado de fachada para lesar aposentado, pensionista e idosos, é um sindicato que tem uma história, e por isso, com o que aconteceu hoje, eu me sinto não confortável para poder estar respondendo às perguntas dos senhores e senhoras. Mas, se o meu advogado, meus advogados assim orientarem, podem marcar uma nova vinda minha aqui, que eu estarei vindo aqui para demonstrar a lisura do meu sindicato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia.

Em nome de V. Exa., quero saudar a todos. Queria saudar o depoente e seus advogados.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de demonstrar a estranheza. Aqui tem muita gente que tem temor reverencial a outros Poderes, mas não é o meu caso. É a primeira vez que eu vejo um *habeas corpus* dizendo: "Não há nos autos comprovação de que o paciente figure como formalmente investigado em inquérito policial [...]" [primeiro ponto]. Nesse contexto, [...] [ele está convocado] formalmente na qualidade de testemunha [...]. Realço que não se acha demonstrada de modo cabal a condição de investigado [...]". Depois de dizer isso, o Exmo. Sr. Ministro Flávio Dino concedeu ao depoente, mesmo o reconhecendo como testemunha, o direito ao silêncio.

Portanto, nós precisamos urgentemente aqui, ainda esta semana se for o caso, mudarmos a legislação processual para testemunha ter o direito ao silêncio. Se pode para os poderosos, pode para o pobre da periferia.

Quero iniciar dizendo ao Sr. Milton que eu não o conhecia até a data em que foi feito o seu pedido de convocação. Por isso, Sr. Milton, eu quero dizer ao senhor que o senhor será tratado com todo o respeito inerente à sua condição de testemunha.

O senhor é um homem público, e a primeira pergunta que eu gostaria de fazer: o senhor é Presidente do sindicato Sindnapi – e o senhor ficou de passar um vídeo mostrando todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços prestados – há quanto tempo? Isso não o incrimina absolutamente nada. Pergunto ao senhor uma coisa que o Brasil inteiro sabe que não vai incriminá-lo. Há quanto tempo o senhor é Presidente do Sindnapi? (*Pausa.*)

Olha, fiz uma pergunta tão simples. É a primeira vez que descubro que dizer há quanto tempo é Presidente de um sindicato que presta um serviço à população pode incriminá-lo. Então, vou entender o silêncio como a não resposta.

Mas, senhores, a primeira pergunta que eu ia fazer ao depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só me dê um minuto.

Doutor, Sr. Bruno, essas perguntas que não geram qualquer incriminação, o Sr. Milton tem de responder. Elas não geram incriminação qualquer a ele. São informações importantes para o Relator. Então, peço a V. Exa. que oriente o seu paciente sobre esse assunto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Está no entendimento do Ministro.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Dr. Carlos Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante... Só um instante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu gostaria que fosse falado no microfone para constar nos autos, doutor, por gentileza.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Isso já foi falado na pergunta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Isso está no entendimento do Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... que o Ministro deu. Está no texto do Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – É, o que está no texto do Ministro é o direito integral ao silêncio e/ou responder às perguntas. Ele vai optar pelo direito integral ao silêncio. A pergunta pode ser feita, e o direito de resposta, avaliar se a resposta deve ser feita ou não, feliz ou infelizmente, cabe ao Sr. Milton.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas desde que ele não se incrimine.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A testemunha tem que falar.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Quaisquer perguntas, a partir...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O senhor não o está protegendo. Ele está aqui exposto, a família dele está vendo, o Brasil todo está vendo. Aquilo que ele pode falar, na defesa dele, eu acho, doutor, muito importante que ele fale.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Magno Malta...

Pois não, só um instantinho. Por favor, eu vou pedir aos senhores que deixem essa questão por enquanto, para a gente resolver na mesa, porque, se todo Parlamentar for falar – eu trato sempre com igualdade, mas se todos forem falar –, porque todos têm direito, a gente vai ter uma dificuldade.

Então, Sr. Milton, eu faço aqui uma colocação ao senhor: que as perguntas que não o incriminarem, que são informações simples, o senhor responda. As demais, o senhor possa dizer com clareza, "vou ficar em silêncio", que é um direito que lhe foi dado.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Mas, Dr. Carlos Viana, essa pergunta, é evidente que ela já foi...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, doutor, é uma...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Ele começou falando isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas eu estou aqui colocando, mais uma vez a ele...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – É um *habeas corpus premium*.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... numa questão de colaboração com essa CPMI; isso não importa a ele, absolutamente nada.

Agora, a pergunta que foi feita, que ele entenda que possa gerar qualquer tipo de comprometimento, ele não responde, ele diz que está em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O advogado orienta.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Quando for incriminador...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Milton, vamos ter uma boa conversa aqui. Eu vi que o senhor veio disposto a falar, trouxe, inclusive, uma pasta, não é? Essas perguntas... mas sempre o senhor responda para a gente. Vamos dar sequência nos trabalhos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, deixem o advogado conversar com ele, gente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sr. Relator, faça um trato com ele: de que toda pergunta que o senhor fizer, e ele não responder, está dizendo "sim", porque quem cala consente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Essas perguntas, inclusive, são...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Então, Excelência, não tem como ele responder nenhuma pergunta. Estão invertendo a ordem, não dá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência. Nós precisamos dar sequência aqui nas respostas à população. Eu tenho certeza de que o Sr. Milton também tem interesse em se manifestar naquilo que ele entende que é da defesa dele. Ele pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar aqui como forma de se defender também de qualquer tipo de colocação que não corresponda à verdade. É um direito do Sr. Milton.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Mas a maior defesa dele hoje, considerando a operação da Polícia Federal, às 6h da manhã, é o silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Pois não, Duarte.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, só uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, só para colaborar aqui com os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Eu estava fazendo a leitura aqui da decisão do Ministro Flávio Dino.

O HC pede, inclusive, que ele não compareça. E a decisão do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Flávio Dino, diz claramente que, nesse caso específico, o comparecimento obrigatório representa um instrumento necessário à efetividade da atividade parlamentar.

No continuado da decisão, diz o seguinte: "Defiro parcialmente a liminar para assegurar ao paciente o direito ao silêncio, o direito à assistência de um advogado, o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores". Inclusive, V. Exa. tem destacado aqui a todos os Parlamentares que não haja nenhum tipo de excesso. O que eu clamo aqui é que a decisão está nesse sentido.

Que o advogado possa... Se alega que há algum tipo de transtorno psicológico, preocupação, o que, de fato, é natural em razão do que aconteceu logo mais cedo, que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa dar alguns minutos, que vocês possam refletir um pouco, mas o simples fato de estar aqui e se negar a responder a qualquer tipo de pergunta, até mesmo ser o único depoente a não fazer uma apresentação do que vocês fazem, se é que vocês fazem algo, que eu acredito que façam, é importante aproveitar esta oportunidade, porque, por mais que a Constituição Federal de 1988 não garanta a V. Sas. a confissão em razão do silêncio – não é uma confissão em razão do silêncio, é um direito constitucional –, publicamente, o silêncio gera uma certa estranheza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, eu clamo que vocês possam refletir e aproveitem esta oportunidade para apresentar e responder a alguns questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A colocação do Deputado Duarte é pertinente.

E eu falo, mais uma vez, ao Sr. Milton que use o seu direito de se manifestar nesta CPMI naquilo que o senhor entender que não o implique absolutamente. Se o senhor não quiser responder, é um direito. Como Presidente, o senhor tenha certeza, o senhor vai ser respeitado aqui. Nós vamos manter um relacionamento aqui de bom tratamento ao senhor nessa posição.

Então, àquilo que for possível o senhor responder, eu entendo que seria interessante para o senhor.

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Se for com respeito à qualificação, eu responderei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Pois não, Relator, com a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton, volto a lhe dizer: bom dia.

Sr. Milton, o senhor é Presidente do Sindnapi há quanto tempo?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Há dois anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Há dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa eleição do Sindnapi que o elevou à condição de Presidente se dá com qual colégio eleitoral?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Eu me tornei Presidente pelo falecimento do Presidente em exercício.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer o nome do Presidente anterior?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – João Inocentini.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto tempo o Sr. João Inocentini passou na Presidência?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Eu não tenho essa informação precisa, porque eu sou recente no sindicato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, então, tem aproximadamente dois anos de sindicato?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Não. No sindicato, estou desde...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, na Presidência?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Na Presidência, sim, desde agosto de 23.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, além de Presidente do Sindnapi, exerce alguma função como sócio ou Presidente de alguma outra empresa?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me detalhar quais empresas são essas? (*Pausa.*)

O senhor poderia me detalhar quais empresas são essas?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Às perguntas que o senhor não quiser responder, o senhor pode dizer que ficará em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Ficarei em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton, vou fazer uma pergunta mais fácil. O senhor é casado?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Sou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é o nome da sua esposa?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Daugliesi Souza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A sua esposa tem alguma empresa?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou fazer uma pergunta mais fácil ainda: o senhor poderia me dizer a diretoria do Sindnapi? O senhor é o Presidente. O senhor poderia me detalhar quais as outras posições de comando do colegiado do Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – A partir de agora, eu não falo mais nada. (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, Presidente, tentei ser o mais suave possível, mas estou vendo que o negócio precisa avançar.

Presidente, quero dizer, depois de falar do *habeas corpus* e do meu repúdio, porque testemunha não tem o direito de ficar em silêncio e nós vamos continuar a debater essa temática ainda hoje aqui, eu quero marcar a primeira posição: Polícia Federal, demorou muito a visitar o Sindnapi.

A minha primeira pergunta para o senhor é: o senhor tinha sido visitado anteriormente pela Polícia Federal?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor hoje acordou com a Polícia Federal no Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu agradeceria muito, sem querer causar nenhum constrangimento, só para a dinâmica ser mais rápida, se os advogados permitirem, que, na resposta que o Sr. Milton entender em ficar em silêncio, ele só dissesse "vou ficar em silêncio", para eu partir para a próxima. Eu agradeço muito essa contribuição.

Então, primeira pergunta taxativa: qual o motivo de a Polícia Federal ter ido hoje ao Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe quantos alvos do Sindnapi vinculados à sua comissão executiva ou à sua diretoria foram visitados hoje?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe se o irmão do Presidente da República, que é Vice-Presidente do sindicato, foi alvo da Polícia Federal?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se a Sra. Tonia Galleti, Diretora Jurídica do sindicato, foi visitada pela Polícia Federal?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Queria que colocasse... Eu queria que colocasse, para eu poder perguntar aqui, o gráfico. (*Pausa.*)

Volta lá no começo.

Volta mais um.

Queria dizer que, a pedido do PT, eu mandei melhorar a minha logomarca. (*Risos.*)

Vamos para a segunda.

Sr. Milton, olha só, aqui eu não o estou atacando, aqui eu não o estou desmerecendo, aqui eu não estou causando constrangimento ao senhor, mas tem quatro missões do sindicato que eu admiro, e queria que o senhor me explicasse: missão, valores, propósito e visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa isso aqui.

O senhor poderia me dizer qual é a missão do Sindnapi? (*Pausa.*)

O senhor vai falar?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Não, seguindo a orientação do meu advogado, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer qual é a visão do Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Não vou dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, o senhor tem milhares de sócios lá no sindicato. Eu tirei aqui do sindicato e estou pedindo ao senhor um auxílio, pode ser que mais gente queira se associar.

Os valores do sindicato o senhor poderia me dizer?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Permanecerei em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E os propósitos do sindicato?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, olhem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Missão, visão, valores e propósitos do Sindnapi.

Passe.

Sr. Milton, nós estamos tratando sobre o maior roubo de aposentados da história do Brasil, quiçá do mundo. Estamos tratando de mais de R$10 bilhões. Alguém, que não fomos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da CPMI, fez uma auditoria no sistema previdenciário brasileiro e disse que o Sindnapi, de que o senhor é Presidente, arrecadou quase R$600 milhões.

O senhor poderia, pelo menos, dizer se esse número arrecadado de quase R$600 milhões pelo Sindnapi é verdadeiro ou falso? Porque isso é muito importante e não o incrimina em nada. Pode ser que os órgãos de fiscalização estejam equivocados. O senhor pode dizer?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Permanecerei em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Bloco/PL - DF) – Pronto.

Então, já que o senhor não dá essa informação, a CGU veio com essa informação de terceiro sindicato com maior arrecadação – segundo a Controladoria-Geral da União.

O senhor poderia me dizer quantos descontos ao longo de 2015 até hoje foram realizados pelo Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ajudar o senhor. O Sindnapi realizou 26 milhões 462 mil descontos durante esse período de dez anos. Eu queria a cooperação, mas aqui são dados da CGU.

Sr. Milton, aqui tem dois criminosos que foram identificados dentro da estrutura do INSS, e daqui a pouco eu digo o nome deles, mas o seu sindicato, do qual o senhor tem tanto orgulho, existe no mundo jurídico desde que ano?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Sr. Milton.

Para quem está nos assistindo, é muito importante, todo o roubo foi decorrente de um instrumento jurídico lançado em 1994 que se chama acordo de cooperação técnica.

O Sindinapi... O senhor poderia me dizer qual foi o primeiro ano da história dele em que teve acordo de cooperação técnica com o Governo brasileiro?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais uma vez, vou poder ajudá-lo: foi no ano de 2008.

O senhor poderia me dizer a segunda vez que o Sindnapi teve esse acordo de cooperação técnica com o Governo brasileiro?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais uma vez, vou ser obrigado a ajudá-lo: 2013.

O senhor poderia me dizer a terceira vez em que houve um acordo de cooperação técnica com o Governo brasileiro e o Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2018.

O senhor poderia me dizer a quarta e última vez em que houve um acordo de cooperação técnica entre o Sindnapi e o Governo brasileiro?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ser obrigado mais uma vez a ajudá-lo: 2023.

O senhor saberia dizer quem foi o Diretor de Benefícios que junto com o senhor assinou esse último acordo de cooperação técnica?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Quem cala consente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ajudar mais uma vez: o Sr. André Fidelis, líder da organização criminosa que atuava na estrutura da Previdência Social do Brasil, afastado por determinação judicial. Quem assinou com ele? Milton, Presidente do Sindnapi.

Sr. Milton, o seu sindicato é um sindicato decente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Vai permanecer em silêncio.

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha... Porque eu queria contrapor ao senhor, porque nós temos dois relatórios de uma das instituições mais respeitadas do Brasil que tem técnicos excepcionais. É a CGU, e ela fez dois recortes: 97,6 – 97,6 – dos entrevistados disseram que suas autorizações de desconto eram fraudadas. Aí, Sr. Milton, não satisfeita, a CGU fez outra, e esse recorte do Sindnapi melhorou um pouco a vida do Sindnapi. Saiu de 97 para 76,9 dos entrevistados dizendo que não sabiam nem o que era Sindnapi e não autorizaram. Eram falsas as informações.

Eu pergunto, Sr. Milton: o senhor sabe quantos beneficiários foram para a fila de reclamação dizendo que as autorizações eram fraudadas?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais uma vez, minha gente, vou ter que ajudar. Segundo a CGU, 262.735 pessoas supostamente beneficiárias do Sindnapi disseram que eram contra.

Agora, eu quero dar os parabéns ao Sindnapi. Sindnapi existe, fez os ACTs... Agora vejam aqui o que é uma empresa próspera.

Seu Milton, em 2015, o senhor fazia parte do Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu Milton, em 2016, o senhor fazia parte do Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2017?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2018?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Permanecerei em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2019?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2020?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu perguntei sobre esses anos porque o Sindnapi vinha mantendo uma curva linear, aliás, um traço horizontal até o ano de 2020. Em 2020, aumentou um pouquinho. Eu realmente não sei se o Seu Milton fazia parte do Sindnapi nessa época, eu queria esclarecer. Mas, a partir de 2021, com a chegada mais proeminente do Seu Milton, que aqui está presente, o Sindnapi... Eu queria saber se ele estava antes, mas ele não me falou nada. Com a chegada do Seu Milton, saiu de 24 milhões em 2020 para 51 milhões em 2021. A pergunta: Seu Milton, qual a experiência que o senhor levou, como Vice-Presidente, para o Sindnapi, na época, para esse salto de 100%?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu Milton, mais uma vez, em 2021 e 2022, um salto espetacular. Eu pergunto ao senhor... Foi para quase 93 milhões. Qual o *case* de sucesso que o senhor aplicou no Sindnapi, como Vice-Presidente, para aumentar de 51 milhões para 93 milhões de arrecadação de descontos associativos?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, Seu Milton, o senhor deveria ser contratado pelas melhores empresas do mundo porque, quando o senhor assumiu o Sindnapi, o Sindnapi saiu de 93 milhões para um estouro absoluto de sucesso em 23 e 24, passando a casa dos 150 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seu Milton, não prive a sociedade brasileira de saber a sua competência como presidente. Não cometa esse crime. O que é que o senhor aplicou de metodologia de gestão que fez o Sindnapi sair de 16 milhões para 150 milhões? O senhor poderia dizer?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Seu Milton.

Mas aqui, voltando, Seu Milton esqueceu, mas foram quase R$600 milhões arrecadados.

Agora vamos para a etapa seguinte.

Seu Milton, o senhor poderia explicar como é que nós saímos, em 2015, de 2 milhões de descontos para 4 milhões de descontos em 2024?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se o senhor, que é o Presidente, não sabe, imagine quem está querendo saber! Isso possibilitou a obtenção de quase R$600 milhões.

Agora passe aqui.

Seu Milton, eu quero dizer que, sob a sua gestão, com a sua influência direta, o Sindnapi é um caso de sucesso absoluto. O senhor poderia me explicar como é que essa quantidade de descontos trimestrais saiu de 458 mil para 1,083 milhão em tão curto espaço de tempo após a sua posse na Presidência e Vice-Presidência do Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em que ano, Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a partir da chegada dele à Vice-Presidência, o Sindnapi deu esse salto exponencial.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ano?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A partir de 2020.

E 2021, bora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seu Milton... Seu Milton, aqui foi a CGU.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A CGU fez uma pequena entrevista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... com 262 mil pessoas. Aqui havia muito discurso: "Ah, foi um recorte pequeno." Olha o tamanho desse recorte: 262 mil pessoas. Agora, foram entrevistadas, contestando. Sabe, dessas 262 mil, quantas reconheceram a autorização? Três vírgula dois por cento, o correspondente a 8.334.

Seu Milton, o senhor poderia dizer por que havia esse número exponencial de contestações à associação?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu Milton...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Quem cala consente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu Milton, por mais incrível que pareça, 254 mil aposentados e pensionistas sofredores do Brasil, por meio do Sindnapi, segundo a CGU, disseram – disseram – que a autorização era mentira, era fraude, correspondendo... Eu estou falando do Sindnapi, fora as outras que não foram entrevistadas. Noventa e seis ponto oito disseram que era fraude, roubo.

Passe.

Agora, Seu Milton, vem a parte mais interessante disso. Primeira pergunta que eu disse que ia fazer ao senhor: Seu Milton, por que a Polícia Federal ainda não foi lhe visitar no Sindnapi? Agora o senhor vai ter a oportunidade de explicar. Aqui é o ambiente certo para a defesa.

Se pudesse providenciar aí uma Fanta ou um Guaraná...

Olha, Milton Baptista de Souza Filho é o senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, isso me consola bastante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para os senhores entenderem, Milton Baptista de Souza Filho assumiu a Presidência do Sindnapi e colaborou com isso, após a morte do ex-Presidente, que era o Sr. João Inocentini, não é isso?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O João Inocentini, conhecido como João Feio... Está aqui ele. Eu vou ter muito cuidado de falar nele porque ele já faleceu. Mas ele era Vice do João Inocentini e ascendeu à Presidência.

Agora, para perguntar, aqui está o Sindnapi, do qual o senhor é Presidente. O senhor poderia me dizer quais serviços esse sindicato, que arrecadou quase R$600 milhões... Quais serviços prestava aos seus associados?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, Milton está aqui, o Sindnapi está aqui.

O senhor sabe dizer para mim... O senhor já me falou e eu fiquei feliz de o senhor me dizer. Eu tenho que botar os óculos. O senhor sabe dizer quem é Daugliesi Giacomasi Souza?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Eu já respondi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É verdade. É a esposa do Presidente.

Aqui muitos perguntam: "Mas, Relator, partindo para a família?". Eu, não. Eu estou indo atrás do dinheiro. Não fui eu que botei família de ninguém.

O senhor sabe dizer se a Sra. Daugliesi Giacomasi Souza já recebeu dinheiro do Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou lhe ajudar. O senhor poderia me dizer se existe um hotel recém-construído pelo Sindnapi, com 120 quartos, no Estado de São Paulo?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer, por ocasião do destino, quem foi que decorou os 120 quartos devidamente contratada pelo Sindnapi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu peço que os alunos não soprem, porque aí acaba o trabalho do Relator.

Eu vou responder ao senhor: sob a sua Presidência, a Sra. Daugliesi Giacomasi Souza foi contratada, sem nenhum tipo de critério e licitação, numa empresa recém-aberta, para decorar esse hotel de 120 quartos. Olha quem pagou. Vamos adivinhar quem pagou. O senhor sabe quem pagou a sua esposa por decorar os 120 quartos do hotel do Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pois bem, quem pagou foi o Sindnapi.

Agora, eu não pensei ter o silêncio dele porque muita coisa iria ser... E os senhores vão ver que cada organização criminosa tem uma metodologia diferente.

Aqui está Milton Baptista. Milton Baptista, CredMetal. O que é que significa CredMetal, da qual o senhor é ou foi Presidente?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer desde quando a CredMetal, sob a sua Presidência, captura aposentados e pensionistas para crédito consignado?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton Baptista, desde quando o senhor assumiu a Presidência da Coopernapi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe me dizer qual o objetivo da Coopernapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe me dizer quanto o senhor arrecadou de aposentados e pensionistas em consignados na Coopernapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe me dizer quando o Sindnapi... quanto o Sindnapi pagou à CredMetal ou à Coopernapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe me dizer se a CredMetal ou a Coopernapi tem acordo de cooperação técnica com o INSS, retirando dinheiro dos aposentados e pensionistas por meio de créditos consignados?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu vou lhe mostrar uma coisa e queria muito que o senhor, se pudesse, esclarecesse, porque já que o Sr. João Inocentini, o ex-Presidente, não está aqui, acho que o senhor tem o dever moral de defendê-lo, já que o senhor era o substituto imediato e o homem de confiança.

Assume Milton Baptista a Presidência do Sindnapi e encontra, lá na Presidência do Sindnapi, duas empresas interessantíssimas: Gestora Eficiente; Pellegrino & Galleti Advogados. Na verdade são três. E Esférica Assessoria.

Vamos falar da Gestora Eficiente, que recebeu do Sindnapi quase R$3 milhões. Seu Milton, quais são os sócios da Gestora Eficiente?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu Milton, eu posso lhe perguntar, porque é muito importante o senhor negar, que a sua esposa, Daugliesi Giacomasi Souza, é sócia da Gestora Eficiente?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu posso perguntar ao senhor quanto a sua esposa recebeu desses quase 3 milhões que foram para a Gestora Eficiente, do qual ela era sócia?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu Milton, por que foi fechada a Gestora Eficiente depois da Operação Sem Desconto, em abril de 2025?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, Milton Baptista, Presidente do Sindnapi, tem a esposa dele, D. Daugliesi, sócia da Gestora Eficiente – depois a gente vai aprofundar sobre a Gestora Eficiente –, que recebeu R$3 milhões.

Aí, voltando, Sr. Milton, eu achei interessante... Se o senhor poderia me dizer quem são os sócios da Essence Assessoria?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar na senhora... na senhora... Meu Deus do céu... Neuza Inocentini?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Gestora Eficiente fez inúmeros repasses – a Gestora Eficiente, da esposa dele –, fez inúmeros repasses para a Essence. Ambas foram fechadas agora recentemente.

Quem é que comanda a Essence Assessoria? A Sra. Neuza Inocentini. E quem é a Sra. Neuza Inocentini? Esposa do falecido João Inocentini, do qual ele era Vice-Presidente e ele era Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui está a Eficiente e aqui está a Essence. Olha que o senhor poderia ajudar muito... Além da sua esposa como sócia, o senhor sabe quem é o outro sócio majoritário da Eficiente?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou ajudar: é o Carlos, genro do João Inocentini.

Então, na Gestora Eficiente, estavam a mulher do Presidente, como sócia, e o genro do Presidente falecido, como sócio. E, recebendo dinheiro também na Essence, ligada à Eficiente, estava, quem? A esposa do Presidente falecido.

Olha, mas vamos mais à frente: Sr. Milton, quais os advogados – olha que pergunta, se isso tem alguma coisa –, quais os advogados que atuam no Sindnapi defendendo o sindicato?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou ajudar: Pellegrino, Carlos Afonso... Quem são essas pessoas? Essas pessoas são advogados que receberam do Sindnapi quase 3,2 milhões. Mas sabe de quem são esses advogados? É o Sr. Carlos Galleti e a Sra. Tonia Galleti, filha e genro do João Inocentini. O núcleo jurídico está aqui: um filho, um genro e uma nora. Um genro e uma filha do João Inocentini. Vindo para cá, olha que coincidência, o advogado também faz parte da Gestora Eficiente. Só aqui foram R$6 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas quem é a esposa? Tonia Galleti.

Sr. Presidente Milton, qual a relação da Sra. Tonia Galleti com o senhor atual Ministro Wolney Queiroz?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton, qual a relação da Sra. Tonia Galleti com o Ministro demitido, o exonerado do Governo Lula, Carlos Lupi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton, quantas vezes o senhor esteve no Ministério da Previdência ao lado do Ministro Lupi ou ao lado do Ministro Wolney em 23, 24 e 25?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas vezes a Sra. Tonia Galleti foi representando-o ao lado do Ministro Lupi ou Wolney Queiroz?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi condecorado no primeiro mês do ano de 2023, pelo Ministro Carlos Lupi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas olha, agora vamos para o outro lado. O outro lado tem a Esférica Assessoria.

Vocês têm que levar em consideração que eu estou falando aqui o quanto essas empresas receberam tão somente dos sindicatos. A gente vai chegar à outra parte. Aqui já foram 6 milhões. Agora a Esférica Assessoria recebeu 6,3 milhões do Sindnapi.

O senhor sabe quem é o sócio majoritário da Esférica Assessoria?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ajudar de novo. O Sr. Carlos Eduardo, que é genro do ex-Presidente Inocentini, é o dono da Esférica e está diretamente ligado ao Sr. Milton Baptista, aqui recebendo R$6 milhões. Mas tem mais. A gente já falou da esposa do atual Presidente na Gestora Eficiente, recebendo lá quase R$3 milhões. Recebendo, essa mesma senhora, não sei quantos milhões para decorar 120 apartamentos de hotel em Praia Grande. Nós falamos do ex-Presidente Inocentini, que tem o genro e a filha recebendo tanto pela Eficiente quanto 3,2 milhões aqui pelos advogados, e agora nós estamos falando do outro genro do Inocentini, que recebeu 6,3 milhões pela Esférica.

Eita, e quem será essa aqui? Sra. Simone Inocentini.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode me dizer quem é Simone Inocentini?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe dizer qual foi o serviço que ela prestou ao Sindnapi?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Recebeu R$5,2 milhões, sem saber o que prestou em serviços. Isso é só o começo.

Agora, vou perguntar: qual a sua relação com a Next Securitizadora S.A., que recebeu R$11 milhões?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Qual a sua relação com a Generali Brasil Seguros?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com a BMG ou CMG Corretora?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Sim, quem cala consente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui, a Next recebeu 11 milhões; a Generali, 14; e a BMG Corretora, e a gente vai chegar a ela agora, que é a parte mais importante, recebeu R$233 milhões e devolveu R$24 milhões.

Eu volto já para esse gráfico.

Agora vamos para a frente.

Eu perguntei ao senhor – eu perguntei ao senhor – e gostaria de obter a resposta, para poder ir livrando o senhor de suspeição. O senhor foi Presidente – Presidente – da Coopernapi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu perguntei ao senhor. Aqui tem um logo da Força Sindical, aqui tem do Sicoob. Isso aqui, isso aqui é feito para capturar aposentado e pensionista?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Sim, quem cala consente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora vamos para frente.

Seu Milton, nessas fotos aqui está o pessoal do BMG. A gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente fala já sobre isso.

Mas o senhor poderia me confirmar se a presença do senhor aqui é verdadeira ou falsa? Porque hoje tem muita IA, montagem...

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vai ficar em silêncio.

Qual a sua relação com o Sr. André Arnús, Diretor Comercial da BMG?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Quem cala consente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa, por favor.

Seu Milton, eu trouxe só essa nota aqui, para a gente não perder tanto tempo.

A gente falou da Eficiente e falou da relação dela com a Essence – a Eficiente, da esposa dele; a Essence, da esposa do outro, que faleceu. Para ninguém...

Olha, tem nota aqui que a gente ia sair na outra semana. Eu trouxe só uma aqui Eficiente e Essence. São várias notas. Agora, vê aqui a discriminação dos serviços... Olha quanta coisa escrita, quanto serviço prestado. Mas, só para mostrar... Eu vou mostrar outras ali.

Passa aqui, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem, olhem que coisa bacana! A gente, quando está na relatoria, recebe também informações, e as informações foram checadas. Rapaz, me mandaram tanto documento! Este homem tem tanta gente querendo que ele seja preso que vocês nem imaginam! Mandaram este aqui, mandaram este aqui. Olhem! E eu queria que ele negasse, eu queria que ele negasse, para a gente mandar fazer uma perícia ou acareação – a pessoa está disposta.

Gestora Eficiente. Jéssica para alguém aí que eu não estou lembrado quem foi... Segue valor da nota fiscal para o mês de junho de 2022. Olhem que coisa linda! Ó como é dividido. O sindicato – só de uma nota – recebe 4 mil... Eita, desculpem... É 4 mil... É. A Generali – é aquela com que a gente vai conversar daqui a pouco – 9 mil. E olhem quem recebe os 7 mil. Isso é só uma entre centenas. Neuza. Quem é Neuza? A esposa do João Feio. Então, eles usaram a Eficiente, a Essence e a Esférica para o dinheiro retornar. E tem muitas assim demonstrando isso.

Passe aí, por favor.

Agora, eu vou mostrar quem são as vítimas do Sindnapi e perguntar o que é que ele tem para dizer para essas 262 mil pessoas que fizeram reclamações oficiais. Olhem! Olhem – e aí a gente vai entrar, eu vou voltar ao BMG e explicar como funcionava –:

> Fiz um crédito pessoal junto ao BMG não fui informada sobre este tal seguro não solicitei quando percebi os descontos logo entrei em contato com inss [...] solicitando a exclusão [...] mais até agora nada foi resolvido... assim peço que pare de ser descontado os valores do meu benefício.

Aí vamos para outro. Olhem só – não, isto aqui é sem resposta! –:

> Fui ao bmg fazer uma simulação de empréstimos [foi ao BMG fazer uma simulação de empréstimo, mas olhem como foi sorteada] daí eles pegaram o meu celular e ficou tirando fotos pedindo pra falar algumas coisas sobre esse sindnapi. e não me avisou que era uma conta que viria para eu pagar daí foi descontado 4 meses eu quero meu dinheiro na conta urgente pq fui enganada. telefone deles é [...] [tal e tal] por favor me ajuda.

Passe aí, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...]
> Estão descontando sem autorização e indevidamente o benefício de minha mãe, uma senhora de 74 anos que teve AVC recentemente e com mal de Parkinson. Não atendem em nenhum canal disponibilizado, mas eu vou atrás de todos os direitos dela!!!
> INDIGNADA COM O DESRESPEITO
> Está sendo descontado um valor do INSS do meu pai a quase um ano. Já pedi o cancelamento por email, eles simplesmente bloquearam meu email e também os números de telefone que entro em contato. Total DESRESPEITO.

Tudo relacionado a Sindnapi e BMG.

Passa aí, por favor.

Olha, queria perguntar ao senhor, Sr. Milton, o que o senhor, como chefe de uma associação que tem milhares de associados, poderia dizer para esse pessoal? Não é para mim, não, para mim o senhor pode ficar calado. Mas, para esses que estão associados ao Sindnapi, o que é que o senhor poderia dar de esperança em relação a reclamações?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hotel Paulo Zanetti. Esse hotel bonito aqui foi construído pelo Sindnapi, com dinheiro de aposentados e pensionistas. Mas não vão lá, não, porque vocês não vão ter direito a ficar de graça. Eu queria fazer uma pergunta simples: quanto o Sindnapi pagou para sua senhora fazer a decoração de todos os quartos desse hotel?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Esse hotel na praia é para os aposentados, é? Esse hotel é para hospedar quem?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu nunca vi convite para aposentado e pensionista. Tem que ver quem está frequentando.

Passa aqui, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – É, podia pedir a lista dos frequentadores. Vou fazer um ofício.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor esteve pessoalmente ao lado do Ministro da Previdência Lupi em 2024 e ao lado do Alessandro Stefanutto, que foi colocado para fora por decisão lá, ou judicial ou do TCU, não me recordo. E, olha, o que eu mais achei interessante foi o senhor se adiantar à CGU e entregar no Ministério da Previdência, em mãos ao Ministro Lupi, uma auditoria. O que foi que o Ministro Lupi disse ao senhor?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou relembrar: o Ministro Lupi parabenizou e disse que o Sindnapi era um exemplo a ser seguido – 2024.

Passa aí, por favor.

Qual a relação do Sindnapi com o Sr. Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Voltou a cena, é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi contratada para essa decoração.

"Bora".

Passa aqui, que é o Stefanutto. O Stefanutto já está...

Agora, eu não ia botar essa foto hoje, mas eu amanheci com esta reportagem: "[...] sindicato ligado a irmão de Lula é alvo de operação da PF".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Hoje, Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Depois de uma série de cobranças da CPMI, tivemos preso, com pedido anterior daqui do seu Careca e do seu Maurício Camisotti. Depois dos holofotes da CPMI, a AGU foi obrigada a abrir os procedimentos de responsabilização sobre todos os outros sindicatos que a própria CGU já tinha pedido e estava a AGU.

E, depois de muita exposição aqui, finalmente, hoje, depois de mais de um ano do relatório entregue pela CGU, apontando o Sindnapi como envolvido em descontos fraudulentos, tivemos a Polícia Federal no sindicato.

Primeiro, eu queria parabenizar o Ministro André Mendonça, que me pareceu ser uma pessoa extremamente séria. Mas a pergunta é: a população lá fora está querendo saber qual a posição hierárquica do irmão do Presidente da República no Sindnapi. Esse rapaz pode ter ou pode não ter envolvimento. Mas o fato é – o fato é –: a Polícia Federal, dirigida por alguém nomeado pelo irmão do Vice-Presidente do sindicato, hoje, passeou no Sindnapi. Inclusive, pelo que eu tomei conhecimento – mas preciso confirmar –, foi na Casa da Dra. Tonia Galleti e levou lá celulares, automóveis – parece que precisou arrombar até a porta.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Quem é a senhora?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tonia Galleti é a diretora jurídica do Sindnapi.

O que é que eu queria entender, Sr. Milton? E eu acho uma injustiça muito grande se o senhor permanecer em silêncio, porque o seu silêncio aqui pode trazer esse cidadão para ser ouvido aqui. O senhor é quem vai destrinchar qual a posição dele no Sindnapi. Está na mão do senhor a vinda do irmão do Presidente da República para depor nesta CPMI.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu não admito interrupção, Presidente. Não admito interrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como tu não admites? Eu perguntei...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não admito interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor... Senhor...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não pode interromper, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Desculpa admitir alguma coisa...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. Não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, senhores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Relator.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Líder... Senhores, só um instantinho.

Pois não, Deputado Paulo, pela liderança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Muito bem. Em primeiro lugar, quem decide se pode interromper aqui é o senhor. Não no grito que alguém vai... "Não vai me interromper." Não. Vai cumprir o Regimento, e o senhor que decide.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Só um instante, senhores. Não, ele pode se manifestar como Líder, senhores. Só um instante.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Segunda questão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está havendo aqui claramente uma tentativa de intimidação, pelo seguinte: quem decide se alguém vai vir aqui ou não é a Comissão, é o Plenário da Comissão. Não se pode chegar aqui e dizer, "olha, se tu ficares quieto, a pessoa vai ser convocada. Se tu não responderes, nós vamos..." O que é isso? Não existe isso.

Tem o Plenário, aqui tem votação, tem o Regimento. Então, esse tipo de coisa se fazia na época... se fazia na delegacia, por causa da ditadura militar. "Ora, se tu não fizeres, não vai..." Não existe isso, não!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, nós não podemos aceitar intimidação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Essa é a questão? Pois não.

O procedimento é conhecido de todos, mas o Relator tem a liberdade de fazer a exposição que desejar.

Por gentileza, Relator.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, senhor advogado, por gentileza, deixe-o terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Não, não vou fazer nenhuma intervenção. Eu só quero afirmar que, a partir deste momento, o Sr. Milton nem sequer vai responder que falará e que ficará em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Pode continuar, Relator, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vamos deixar o Relator dar sequência na exposição, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, por gentileza.

Vamos deixar o Relator dar sequência.

Senhores, vamos deixar o Relator dar sequência na exposição, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu queria a voz.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Relator, pois não.

Eu vou pedir, mais uma vez, aos Srs. Parlamentares a gentileza de deixarmos o Relator colocar.

Cada um vai se manifestar no seu tempo certo, com o devido respeito à pessoa que está aqui.

Por gentileza, eu peço a colaboração. Vamos acalmar os ânimos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente Milton, eu, quando era membro da CPMI, um dos requerimentos que eu fiz foi da convocação do Sr. José Ferreira, conhecido como Frei Chico. Depois, como Relator, eu entendi que não era o momento adequado. Nós precisávamos avançar nas investigações para a oitiva de outras pessoas de cada sindicato.

Hoje, V. Sa. está vindo aqui prestar depoimento.

É a primeira oportunidade, como Relator, encarregado de fazer o relatório, que eu estou querendo saber, Sr. Milton, qual a participação do Sr. Frei Chico, irmão do Presidente da República, na direção do Sindnapi?

É uma pergunta simples.

O senhor pode estar resolvendo um grande problema. (*Pausa.*)

Então, a minha dúvida permanece.

Passa aqui, por favor.

Sr. Milton, de quem foi a ideia de botar o Sr. Frei Chico como Vice-Presidente do Sindnapi? (*Pausa.*)

Sr. Milton, quanto o Sindnapi, a Eficiente, a Essência, a Esférica, o GMC, o BMG, a Generali ou qualquer outra entidade ligada ao Sindnapi repassou para o Sr. Frei Chico ou para familiares do Sr. Frei Chico? (*Pausa.*)

Olha, aqui, nós estamos vendo o Ministro do Trabalho Luiz Marinho, Sr. Luiz Marinho. Eu não o conheço. É um ministro de estado. Aqui, ao lado, está o senhor, e, ao outro lado, está o irmão do Presidente da República.

Eu gostaria de saber do senhor: o irmão do Presidente da República abre portas de ministérios para o senhor com o Sindnapi? (*Pausa.*)

Aqui, tem algumas fotos do senhor com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa aqui, por favor.

Aqui, nós temos o Ministro Alexandre Padilha, hoje, da Saúde; antes, das Relações Institucionais.

Mais uma vez, eu pergunto ao senhor. O senhor é o Presidente, o senhor é a autoridade máxima, mas quem está ao lado do ministro é o irmão do Presidente.

Eu pergunto ao senhor: as portas dos ministérios e da República foram abertas para o Sindnapi porque o senhor está usando o irmão do Presidente da República, Frei Chico? (*Pausa.*)

O senhor me deixou com sérias dúvidas a respeito da atuação desse senhor. O senhor não me permitiu esclarecer qual a participação dele. Aquilo que foi dito pelo Líder do Governo é a pura verdade: não é o Relator quem decide quem vai vir ou deixa de vir. O Relator indica as necessidades, e o seu silêncio... Eu queria deixar registrado, Presidente, que vou pedir prioridade na oitiva do Vice-Presidente do Sindnapi para esclarecer os fatos que o Sr. Milton Cavalo teve a oportunidade de esclarecer e não quis.

Passa, por favor.

Passa, por favor.

Mas tem outro fato muito grave, Sr. Milton. Nós temos a Lei 13.019, de 2014. Nenhum sindicato pode ter parente colateral de segundo grau, irmão, de dirigentes de Poder, por exemplo, como o Presidente da República. Isso não serve para o Presidente sozinho, não; serve para nação. A CGU disse isso.

Agora passa.

Passa, por favor.

José Ferreira da Silva é o irmão do Presidente da República. O senhor sabe a data que o Presidente da República Lula tomou posse na Presidência? 2023, janeiro de 2023, dia 1º de...

Olhe o que é que a CGU disse.

Volta uma, volta uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, passa mais uma.

Passa mais uma.

Passa mais uma.

Não, passa mais uma, por favor.

Não... (*Pausa.*)

É a última? Então, esqueceu a que tem a declaração. Então, volta.

Não, essa não é. Essa não é.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas eu quero saber a declaração, que eu queria mostrar a declaração, mas não está, não, né? Se não tiver, não tem problema. Passa.

O Sindnapi...

Ah está aqui, olhe. O Sindnapi encaminhou esse documento aqui lá na questão da ACT, para renovar, e os senhores já viram quando foi a renovação, dizendo que o Sindnapi – vê se continua aqui – não tinha nenhum impedimento em relação à 13.019.

Passa aqui, por favor.

Olhe o que é que a CGU disse: "Ao apresentar a declaração inverídica com o intuito de atender aos requisitos legais para a celebração de parcerias com a administração pública, o Sindnapi não apenas violou disposições expressas [...], como também comprometeu de forma grave a lisura do processo de análise e habilitação institucional". Sabe quem disse? CGU.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso foi no relatório da CGU, naquelas análises, 24 – 24 ou 25.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer aos senhores é que um sindicato que recebeu R$600 milhões, atuando ilegalmente, botou o irmão do Presidente da República como Vice, mentindo e cometendo o crime. E qual é o resultado? Para resultar ACT, abrindo porta de ministério. E qual é o problema? O problema é que o crime continua. Este é o problema nesta República: o crime continua. Não pode. Isso aqui é de conhecimento de todos.

Passe, por favor.

Passe, por favor. (*Pausa.*)

Acabou tudo? (*Pausa.*)

Pronto.

Olha, agora eu vou para a parte final, porque eu tinha eu acho que 250 perguntas, mas não vou fazer isso com os senhores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. Não vou fazer porque eu acho que o mais importante é demonstrar que o *modus operandi* está presente, como estava em outras organizações criminosas.

Você... Bote aquele gráfico do começo. Bote aquele gráfico do começo. Bote, por favor.

Não, esse não.

Passe.

Esse aqui, rapidinho.

Olhem, BMG Corretora, 233 milhões. Foi mais depois, mas passe aqui.

Agora, segure aqui.

Vocês me perguntaram quando tudo começou a desandar no Sindnapi. Foi aqui, aqui em 20 e 21, tudo começou a desandar. Sabem quem apareceu nessa história? Quem apareceu nessa história eu vou ler para os senhores. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Por favor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem apareceu nessa história aqui para transformar o Sindnapi numa gestão eficiente que arrecadou milhões e milhões de reais roubados do povo brasileiro foi esse contratinho aqui, assinado a partir de 2019 e 2020, GMC Corretora de Seguros, um braço do Banco BMG.

Olha, está tudo discriminado aqui.

A partir desse *case* de sucesso, tudo mudou. Eles fizeram alguns aditivos, mas eu achei bonito demais, minha gente. E queria... E queria dizer que, como palavra cabe em todo lugar, tem um capítulo só de ética nos negócios. Isso é muito bonito. Tem um capítulo de prevenção à lavagem de dinheiro. Olha que coisa linda. Eles se uniram para meter a mão no dinheiro dos aposentados e dos pensionistas, mas não se esqueceram de colocar ética nos negócios e cláusula anticorrupção.

Esse contrato foi da CMG Corretora, que é um braço do BMG; da Generali Brasil Seguros; e do Sindicato Nacional dos Aposentados, que é o Sindnapi.

Mas, para não tomar muito o tempo dos senhores, a partir disso aqui, foi feito da seguinte forma: feito o contrato, aquilo que era 20 milhões, passou para 50, 90, 150. Cláusula de dez anos. Cada aposentadozinho, cada pensionista arrecadado nisso aí representava uma comissão de R$9 a R$7. Sabe para onde ia essa comissão? Eficiente; e a outra, Esférica. Eu achei lindo! E de quem eram Eficiente e Esférica? Mulher dele, genro do ex-Presidente, do Vicentini, que morreu. Olha que mágica eles fizeram! Se juntaram numa organização criminosa com a CMG, pegaram dinheiro de aposentados e pensionistas, criaram um mecanismo de captura... E olha como funcionava: se juntaram com as lojas help!, aí se juntaram help! com GMC, com essas intermediárias Gestoras Eficiente e a Esférica, com o Sindnapi. Aí o que acontecia? O cidadão ia na loja da help! para pegar empréstimo consignado. Que coisa linda! Já saía de lá associado – sem saber – para o Sindnapi. E, no final do mês... Eu tenho várias notas aqui inclusive escritas à mão. E, no final do mês, vinha a notinha da Gestora Eficiente dizendo quanto devia receber de comissão pelo sucesso na captação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, pelo que eu estou vendo aqui, a GMC é um braço dele. Eles vão esclarecer isso... Vão esclarecer isso aqui.

O que eu quero dizer para os senhores é que eles montaram uma organização criminosa em circuito fechado com essa corretora, dinheiro voltando para o sindicato por meio também de comissões para cada aposentado e pensionista que era capturado quando ia pegar um empréstimo consignado. O cara ia atrás de um empréstimo, voltava com um pacote completo. Às vezes, passava um ano sem conseguir retirar.

Minha gente, eu pensei em encontrar no Sindnapi um sindicato sério. O Sindnapi não tem diferença nenhuma do que foi visto aqui na Conafer, uma organização criminosa também familiar.

Por isso, Sr. Milton, o seu *habeas corpus*... O Ministro Flávio Dino não tem bola de cristal, mas lhe antecipou a condição de investigado. O senhor devia estar é preso!

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Senhores, por favor. Senhores, por favor.

Dando sequência, vou ceder a palavra à Deputada Adriana Ventura. Em seguida, o intervalo.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu quero aqui parabenizar o trabalho de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu quero aqui parabenizar o trabalho de V. Exa., Sr. Presidente, e o trabalho do nosso Relator Alfredo Gaspar, saudar a mesa, o Sr. Milton, o Sr. Bruno, o Sr. Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eu ia falar bastante das empresas, mas eu acho que o Relator já esgotou e já mostrou como funcionava esse esquema todo.

Então, Sr. Milton, eu vou... Quero falar de um assunto específico...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Silêncio, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada, Presidente.

Eu quero falar de um assunto específico, que é algo que aconteceu durante a sua Presidência – que foi em março de 24, mais ou menos –, quando o Tribunal de Contas já tinha identificado essas fraudes, quando a CGU já sabia dessas fraudes, quando este Governo já sabia da gravidade dessas fraudes, quando até as paredes já sabiam dessa fraude.

Pode projetar o eslaide, por favor?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, assim, quando todo mundo já sabia dessas fraudes...

É o terceiro... É o segundo eslaide, por favor. Isso.

Quando todos já sabiam dessa fraude, o INSS publicou uma instrução normativa, a nº 152, que regulou o uso da biometria para as novas inclusões. E o que a gente percebe nessa linha do tempo... E foi proibido... Novas inclusões estavam proibidas. Então, a gente vê, ao longo desse processo, que não podia fazer mais por determinação do INSS, teve a instrução.

Agora, o que a gente vê aqui? Em março de 24 – como eu já disse, até as paredes já sabiam da gravidade dos descontos, da roubalheira, do esquema do INSS –, a gente percebe que o Sindnapi teve um comportamento, no mínimo, no mínimo, muito suspeito. O sindicato, que é do senhor, de que o senhor é Presidente, o sindicato, que é do irmão do Lula, o sindicato fez um pedido para o INSS.

Quero pedir para os colegas, por favor, fazerem silêncio, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha*. *Fora do microfone*.) – Silêncio!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

Então, a gente viu que o Sindnapi, que é o sindicato que o senhor preside, o sindicato do irmão do Lula, fez o pedido para o INSS para que fizesse uma solução transitória antes de ser implementada a biometria pela Dataprev. E pasmem, pasmem, pasmem, uma coisa assustadora: o INSS, que havia tomado a decisão antes, ficou, assim, com peninha do Sindnapi e questionou a Dataprev se seria possível fazer uma solução transitória. E, pasmem os senhores, o que a Dataprev respondeu? Não. Não pode. Agora, alguns dias depois... Por que eles falaram que não podia? Porque o Sindnapi não atendia aos requisitos. Estava claro que 97% das reclamações ali eram descontos indevidos, era roubalheira, num bom português aqui.

E o que a gente vê de uma maneira muito clara? De repente, alguém agiu, coisas aconteceram, a gente viu uma blindagem que vem de cima, e falou que não... Mudaram de ideia. E a gente vê que depois o INSS e a Dataprev repensaram a maneira e permitiram que isso acontecesse, sabendo que estava tendo desconto indevido, sabendo que estava tendo essa... Foram repensadas. Então, muita gente no Governo e nos Poderes trabalhou para isso.

A minha pergunta... E os nomes envolvidos, todos já estão carecas de saber. Então, a gente vê que fizeram uma esculhambação, mesmo depois de relatório, mesmo todo mundo sabendo da roubalheira, um monte de gente agiu para que voltassem atrás. Então, a minha pergunta para o senhor é: a quem o Sindnapi recorreu no âmbito do Governo para que o pleito dessa suspensão da suspensão ocorresse? (*Pausa.*)

Silêncio. O senhor não quer falar.

Vou para a segunda.

O senhor, a coordenadora jurídica, que é a Sra. Tonia, o irmão do Lula participaram de alguma reunião, seja virtual, seja presencial, com integrantes do INSS, Ministério da Previdência, Dataprev, entre março e julho de 2024? Se sim, com quem? (*Pausa.*)

Obrigada pelo silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a última pergunta desse assunto especificamente é a seguinte: por que o senhor, que certamente já sabia que estava acontecendo fraude – eu acho que, em toda a explanação, o Relator já mostrou, com isso, muitas reclamações, 97%, os números foram dados... Por que o senhor fez questão e trabalhou tanto para que esses descontos voltassem, que esses descontos voltassem sem a biometria, quis colocar muita gente lá antes da biometria? E por que tanta gente deste Governo do PT ajudou o senhor?

As fotos ali falavam por si. (*Pausa.*)

Silêncio.

Agora, Sr. Milton, eu vou voltar aqui, porque o nosso Relator fez um brilhante trabalho. Eu quero falar sobre a declaração da CGU, né? A declaração que vocês deram para a CGU ele já leu. Eu vou ler mais uma parte, porque aqui fala: "Sindnapi [Sindnapi]. Declaro para os devidos fins que o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical"... Sindnapi, blá-blá, qualificação, endereço, tal, não sei o quê. Mentiu – mentiu –, assinou uma declaração mentirosa, alegando... E essa declaração foi assinada dia 12 de junho de 2023. O irmão do senhor, José Ferreira da Silva, então Diretor Nacional de Representação dos Aposentados Anistiados, já ocupava o cargo da Presidência da República. Então, há uma vedação expressa na lei, uma vez que ele era Vice-Presidente do Sindnapi e uma vez que ele é Presidente do... ele é irmão do Presidente da República. Isso é gravíssimo.

E, além do parágrafo que o nosso Relator já leu: "ao apresentar declaração inverídica com o intuito de atender os requisitos legais [para a celebração de parcerias] [...]". Isso danou o Erário, danou, isso é uma lesão à administração pública, e tem outro:

> Ao omitir o vínculo do parentesco direto entre um de seus dirigentes e o Presidente da República, o sindicato criou um ambiente de aparente regularidade que induziu os órgãos públicos a erro, dificultando a verificação objetiva do [...] [comprometimento] de critérios legais. [...] [Tal omissão] impôs barreiras [...] à atuação dos agentes de fiscalização/controle, que, diante da declaração falsa, foram impedidos de identificar de imediato a incompatibilidade legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Milton, eu sou a requerente, eu pedi a presença do senhor aqui, e o senhor deve saber. E para mim... Eu quero dizer que o senhor, o seu silêncio envergonha este país. O seu silêncio, blindando bandido, envergonha. O seu silêncio é para os milhões de brasileiros que estão assistindo. O seu silêncio é para milhões de aposentados que foram roubados por entidades de que o senhor é Presidente – de que o senhor é Presidente. E eu estou extremamente, assim, com vergonha do seu silêncio. Eu acho que o brasileiro não merece isso, o Brasil não merece isso. O senhor está aqui na qualidade de testemunha.

Fico chocada com a blindagem que estão fazendo para não aparecer a verdade.

E eu quero encerrar aqui a minha participação, Presidente, assim, extremamente desapontada, mas, por outro lado, eu estou esperançosa.

Eu estou desapontada porque eu esperava respostas do Sr. Milton. Sr. Milton, ainda há tempo, o senhor não respondeu para mim, eu espero que o senhor responda para os outros. Eu estou desapontada porque uma das maiores entidades sindicais decididamente roubava aposentados – roubava –, 97% não identificavam o desconto. Eu estou desapontada porque o atual Governo, o Governo do PT, ajudou o Sindnapi de todas as formas, mesmo sabendo da gravidade, até uma solução provisória...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... para que a roubalheira continuasse.

Estou desapontada porque o STF não podia ter dado esse *habeas corpus* vergonhoso para uma testemunha. Está blindando testemunha, está fazendo um desserviço. Ministro Flávio Dino, não faça mais isso! É vergonhoso o que está sendo feito! Estou desapontada porque um monte... Alguns Parlamentares aqui tentam blindar testemunha.

Mas, por outro lado, eu estou esperançosa. Estou esperançosa e parabenizo aqui o Presidente desta Comissão, o nosso Relator. Estou esperançosa porque, mesmo com tanta blindagem, essa roubalheira está sendo mostrada para o Brasil. Tem gente que não está passando pano. Esta Comissão não está passando pano e a verdade vai aparecer. A justiça vai ser feita em nome dos brasileiros e essa corja de bandidos vai ser presa porque a gente vai fazer justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada Adriana Ventura.

A sessão está suspensa por 60 minutos.

(*Suspensa às 13 horas e 01 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 13 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dando sequência aos nossos trabalhos, o próximo inscrito é o Deputado Delegado Fabio Costa. Com a palavra por dez minutos, por favor.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente, assim como os demais colegas, eu gostaria de iniciar também lamentando com essa decisão do Supremo Tribunal Federal, que acaba impedindo aqui o êxito do nosso trabalho, né? A gente tenta manter aqui a compostura, o respeito à testemunha, mas é nítido, é notório que a gente está diante de um dos grandes responsáveis do roubo dos aposentados. É inegável esse fato.

O Sr. Milton... o Sr. Milton, através dos seus parentes, através de sua esposa, através de outra dirigente do Sindnapi, a Sra. Tonia Galleti, que receberam diretamente valores do sindicato. Se isso não é corrupção, se isso não é desvio, se isso não é... se isso não é a autoria dessa fraude, eu não sei o que é.

A gente, quando iniciou esse trabalho, a gente queria saber justamente isso: para onde foi esse dinheiro desviado. E a gente começa a ter o caminho desses valores. Resta saber... A gente já está vendo aqui que os dirigentes estão completamente envolvidos. Eu não sei como é que um sindicalista, um homem que era um simples metalúrgico, hoje movimenta milhões de reais, tem diversas propriedades e vai de encontro à filosofia que prega, né, do socialismo. Enquanto ele ostenta uma vida com um alto padrão, os sindicalizados padecem com R$1,4 mil e ainda tendo descontos nesses proventos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou fazer aqui as perguntas para, enfim, sabendo que ele não vai responder. Mas eu queria saber, Sr. Milton, por que o sindicato que o senhor preside negou ou mentiu para o INSS acerca do fato de um irmão do Presidente da República, o Presidente Lula? Por que o Sindnapi mentiu acerca do fato do irmão do Lula fazer parte da gestão do sindicato?

O senhor é Presidente de um sindicato que movimentou 1,2 bilhão entre janeiro de 2019 e junho de 2025. Foram R$6,5 milhões em saques e depósitos sem nenhum tipo de possibilidade de rastreamento. Foram R$12 milhões pagos a empresas de familiares do senhor e da Sra. Tonia, que também, além de ser uma... faz parte lá, é responsável pelo jurídico do sindicato, também é filha do ex-Presidente do Sindnapi.

E aí a gente fica se perguntando por que, diante de tantas evidências da sua participação, o senhor ainda não está preso, não é? Se seria eventualmente o fato de o seu Vice-Presidente ser irmão do atual Presidente da República.

Sr. Milton, nós verificamos que o imóvel onde funcionava a Gestora Eficiente, empresa da sua esposa, pertencia à Tonia Galleti e que, segundo os registros, a Tonia realizou transferências desse bem entre familiares e depois readquiriu esse imóvel. O senhor saberia nos dizer como se deu esta cessão desse imóvel à Gestora Eficiente? Se havia contrato de locação formal ou se era apenas uma cessão de uso? E, dentro do que o senhor acompanhava das atividades da empresa, havia alguma relação comercial pessoal entre a sua esposa e a Sra. Tonia Galleti?

Sr. Milton, eu tomei a iniciativa de fazer uma busca nos cartórios de registro somente no Estado de São Paulo. E, nessa busca, eu recebi a comprovação – e eu posso, Sr. Presidente, disponibilizar para esta CPMI; aliás, vou disponibilizar –: eu encontrei que o Sr. Milton possui, somente no Estado de São Paulo, dez imóveis registrados no nome dele. São seis salas de escritório no mesmo edifício, provavelmente todas no mesmo andar. Estou com esses registros aqui e vou disponibilizar, Sr. Presidente, para a CPMI. Além dessas salas de escritório, apartamentos, terrenos, além do sítio de Ibiúna, onde está sediada a empresa de produção rural do Sr. Milton.

Eu queria entender como o senhor, um sindicalista, ex-metalúrgico, conseguiu ficar tão rico assim? E que ensinasse para o Brasil a receita desse sucesso, já que é comum a gente ouvir aqui, nessa CPI – são dois fatos comuns –, primeiro, que os dirigentes todos ficam ricos e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundo ponto em comum é que eles são inocentes e não sabem ou não sabiam de nada que estava acontecendo debaixo do nariz de vocês.

Analisando os relatórios do Coaf aos quais essa CPMI teve acesso, nós percebemos que o senhor, Sr. Milton, e sua mulher, a Sra. Daugliesi, receberam R$241 mil e também outra quantia de R$16 mil da empresa Log Infra Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Essa empresa é de propriedade de Leonardo Cerquinho, ex-Diretor do Porto de Suape, em sociedade com a sua esposa. O Coaf assinalou que a movimentação apresentada pela empresa de Leonardo Cerquinho é superior à capacidade financeira da pessoa jurídica.

O senhor pode nos explicar a origem dessa transação? Que tipo de negócio ensejou esses pagamentos? Por que eles foram realizados? Por que essas transferências foram realizadas para o senhor e para a sua esposa? Também eu gostaria de saber, Sr. Milton, se os pagamentos realizados por Cerquinho guardam relação com a sua empresa sediada no Estado de Pernambuco.

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado ao Delegado Fabio Costa.

Com a palavra por dez minutos, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, uma boa tarde para o senhor, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, Parlamentares.

Eu queria iniciar, Sr. Presidente, Sr. Relator... Parece que a nova moda do Brasil dos malfeitores é correr para o Judiciário, né? Quer fugir da verdade, recorre ao Judiciário; quer escapar de uma investigação Parlamentar, recorre ao Judiciário; quer se blindar de prestar contas à população, recorre ao Judiciário.

E hoje, de novo, vimos essa distorção, Sr. Presidente, se repetir: o Sr. Milton Cavalo, convocado para depor aqui na CPMI do INSS, obteve um *habeas corpus* parcial, um passe livre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para omitir respostas, desviar da verdade e tratar o Parlamento brasileiro como mera plateia. É lamentável.

E outra, inacreditável: já está comprovado pela Polícia Federal que quem lesou os aposentados, pensionistas mais pobres hoje é blindado pelos nossos tribunais superiores. E olha que coincidência: a associação que tem o irmão de Lula como Vice-Presidente, e esse *habeas corpus* caiu para o indicado de Lula no Supremo Tribunal Federal blindar. Aí eu sou obrigado, eu sou obrigado a ouvir – com todo o respeito à classe jurídica – do jurista que defende o depoente de que ele está traumatizado, porque a Polícia Federal foi à casa dele.

Ora, se eu não quero ser visitado por polícia, Sr. Presidente, é só não cometer ilícito, é só não roubar de aposentado e pensionista, é só não desviar dinheiro, é só não mandar milhões para lá, milhões para cá. É simples. Se eu não quero ser investigado pela polícia, eu tenho que andar na reta.

Sr. Presidente, praticamente quatro Maracanãs lotados – para quem gosta de futebol, e está nos acompanhando, quatro Maracanãs lotados de reclamação de aposentados e pensionistas, quatro Maracanãs lotados – de reclamação de aposentados e pensionistas velhinhos, a classe mais frágil, pessoas que muitas vezes têm dificuldade de ler o seu extrato, Sr. Presidente, que são roubados por esse povo. Aí vem aqui com *habeas corpus*, e vem tirar onda: "Não, estou traumatizado porque a polícia...", meu Deus! Quem tem medo de polícia... Eu sei quem tem medo de polícia.

O senhor tem medo de polícia, Sr. Presidente? (*Pausa.*)

Eu não tenho também, sabe por quê? Porque eu não faço besteira, não roubo ninguém, não cometo ilícitos. Se o senhor me der um documento para eu assinar dizendo que eu vou depor a verdade: "Não, é meu direito constitucional, eu vou ficar calado". Sabe por quê? Porque, se abrir a boca, sai daqui preso. Sabe por que sai preso? Porque roubou. Sabe por que roubou? Porque este Governo de 2023, 2024 saltou de 500 milhões de descontos no Governo do Presidente Bolsonaro, o qual eu fiz parte, para quase 4 bilhões.

E olha que coincidência, todos os requerimentos em que nós queremos convocar aqui pessoas que estão com a mão suja, mão suja de lama e de roubo, os governistas, que, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

exceção do Senador do Espírito Santo, que eu não quero dar tempo para ele ao mencioná-lo, o único que assinou foi o Senador do Espírito Santo. O restante está aqui para tumultuar, para bagunçar, para comemorar, que não são convocadas aqui pessoas que estão até a orelha de sujeira.

Então, Sr. Presidente, veja, o povo precisa saber. A CGU, que esteve aqui na semana passada, quando eu mostrei que o relatório de auditoria de 2023 já comprovava que tinha indícios de desvio, nada fez. E agora diz que não sabia que o irmão de Lula era o Vice-Presidente do Sindnapi. Para cima de *moi*!

Aí o Senado Federal, eu estou esperando uma posição do Ministro André Mendonça, me coloca sigilo sobre as visitinhas do Careca do INSS aqui nesta Casa. Que vergonha, meu Brasil! Que vergonha para o Senado, que fez 200 anos, Carlos Viana! Isso afeta a minha e a sua moral como políticos, porque as pessoas acabam nivelando por baixo. Eu tenho certeza de que o senhor não foi visitado por Careca do INSS, como eu não fui. Nossas mãos estão limpas.

E eu quero agradecer ao Sr. Relator, porque vocês estão fazendo um trabalho de brilhantismo, mesmo com toda a sabotagem do sistema: Supremo contra a gente, Senado contra a gente. Aqui dentro eles conseguiram ainda fazer maioria infelizmente, senão a gente ia aprovar tudo.

Então, Sr. Presidente, a CGU indicou 38 associações para serem investigadas, e a AGU, de Lula, de Jorge Messias, investigou 11 e não investigou as maiores – Contag e Sindnapi –, porque têm ligação direta com Lula.

Eu não tenho nenhuma pergunta para esse cidadão. Eu não sou palhaço para ficar perguntando. "Meu direito constitucional. Estou abalado porque fui visitado por Polícia Federal." Basta não fazer besteira. Desvio de dinheiro, família, confusão, com dinheiro de aposentados, gente, tirando onda de Ferrari, tirando onda de Rolex, tirando onda de avião particular, viajando esse mundo inteiro, com dinheiro dos mais necessitados.

Uma senhora nos procurou, meteram 20 empréstimos consignados no lombo dela.

Esses caras não têm coração, rapaz. Têm que ser presos – é uma pena que no Brasil não tem prisão perpétua –, porque eles agridem, eles atingem os mais simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vi uma mulher falando, o nosso Relator trouxe. Pegaram o celular do cara, pediram para ele repetir algumas palavras, para depois meterem empréstimo consignado nele.

Rapaz, é uma covardia que a gente fica duvidando da humanidade. Isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, é uma questão, acima de tudo, de humanidade. Eles sabem que são velhinhos muitas vezes analfabetos digitais, muitas vezes só vão lá sacar o dinheiro, não tiram nem o extrato.

Nós estamos falando de quase 400 mil pessoas reclamando. E o Governo vem dizer: "Foi no Governo Lula...". Eu tenho que ouvir isso, rapaz. É melhor ouvir isso do que ser surdo. "Foi no Governo Lula que nós descobrimos". Mentira, mentira, nada fizeram. Estão protegendo aí, blindando irmão de Lula, porque ele é outro também enrolado até o pescoço.

O filho do Ministro da Justiça defendia uma dessas associações – o filho do Ministro da Justiça. Olha que justiça hoje que o Brasil tem: o filho do Ministro da Justiça defendendo associações que roubaram os outros.

Supremo Tribunal Federal, a mais Alta Corte da nossa pátria, ao qual eu devo todo respeito como instituição, blindando malfeitores, blindando quem roubou de velhinhos. Eles têm salários milionários. A maioria dos aposentados ganha um salário. E muitas vezes 10, 20, 30% do salário dos nossos aposentados e pensionistas desviados por esse quadrilhão, que entra na Justiça, que pede esteio ao Supremo Tribunal Federal, e o Supremo vai: "Não, direito de não falar nada". Com isso aí, inclusive, eles tentam desqualificar a nossa CPMI e reduzem o Parlamento.

Por isso – eu estou falando de todo o coração, o senhor sabe –, o senhor tem lutado contra tudo e contra todos, tem governado isso aqui com mão de ferro, tem levado isso como uma missão para sua vida. Eu te admiro muito. E o senhor cresceu muito como ser humano, como cidadão brasileiro e como Senador pela sua postura dura. O senhor não tem dado mole, o senhor tem falado o que precisa falar. E o Supremo tem que parar de defender bandido. É por isso que pesquisa recente agora, nosso Relator... Pesquisas mostram que o Brasil não confia no Supremo, que o Brasil sabe que é uma corte política, que o Brasil sabe que eles defendem... É o seguinte: dependendo do amigo que você tenha e de quanto dinheiro você tenha – e isto aqui é prova, hoje; hoje, isto é prova; mais uma –, aí você consegue *habeas corpus*. Eu quero ver um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ladrão de lata de óleo, um ladrão de margarina se têm essas benesses de não se comprometer com a verdade: "Mas eu estou traumatizado. Eu fui... A Polícia Federal me acordou tão cedinho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Nossa, estou apavorado". Não, é um deboche com o povo brasileiro! Não dá uma palavra, uma palavra, ou seja, na hora de roubar, tiram onda, viajam, gastam, vinho de não sei quantos mil, carro de não sei quantos mil, esconde carro em *shopping*, aí tiram onda, fazem videozinho, cheio de sacanagem, cheio de brincadeira, cheio de artimanha; aí, na hora que vem aqui: "Ai, a Polícia Federal, malvadinha, visitou a minha casinha". É só não roubar, Alfredo Gaspar! É só não fazer essa covardia contra aposentado e pensionista.

Parabéns para o senhor. Acompanhei do meu gabinete, porque também ficar aqui duas, três horas, rapaz, não é brincadeira. Acompanhei. O senhor tem feito um trabalho diligente que honra o Parlamento, que honra o Brasil e que honra nossos aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Para terminar, eu tenho certeza de que contra tudo e contra todos e contra a vontade de Dino, de Lula, de Sindnapi, de Contag, desse quadrilhão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... nós vamos vencer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Na sequência, a Deputada Bia Kicis, por dez minutos.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, só pedi uma intervenção rápida...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – ... por um ato de justiça.

Quero agradecer à Deputada Bia Kicis. Ela, ontem, esteve comigo e me passou informações muito relevantes. Queria deixar isso registrado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por dez minutos, a Deputada.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Obrigada, Sr. Relator. É muito bom poder contribuir com o trabalho majestoso de V. Exa.

Eu quero me dirigir aqui ao Sr. Milton Cavalo. O senhor é Presidente do Sindnapi desde agosto de 2023.

O senhor não vai responder a nenhuma pergunta, mas eu vou fazer as perguntas de qualquer forma para que todo o Brasil possa acompanhar, ouvir.

O senhor, como Presidente, já participou de reuniões no Ministério da Previdência? O senhor conhece a empresa Essence? Qual o nome dos sócios da empresa Essence? Qual a relação de parentesco com a Sra. Tonia? Quem são os sócios da empresa Gestora Eficiente? Eficiente para quem, não é? Para os aposentados é que não foi, não é? Qual o papel dessa empresa? E o que faz a empresa Esférica Tecnologia? Qual a relação da empresa Esférica Tecnologia e a Gestora Eficiente?

Olhe só, o senhor não vai falar, mas eu quero mostrar que eu tenho aqui inúmeras, inúmeras notas fiscais. Nós temos acesso aos serviços prestados, só que ninguém sabe que serviços são esses. A gente só sabe que o dinheiro saía do Sindnapi, ia para essas empresas e acabava dando a volta ao mundo e voltando para sempre as mesmas pessoas, os mesmos familiares. É uma verdadeira família no sentido italiano de máfia. É uma verdadeira família, realmente, é impressionante.

Qual a função de Tonia Inocentini – o nome é até engraçado, Inocentini também, né? – Galleti no sindicato? Alguma vez o senhor foi barrado em uma reunião em Brasília? Porque eu ouvi falar que o senhor... Eu hoje vi uns eslaides aqui que o nosso Relator apresentou, do senhor participando de reuniões, mas eu também já ouvi falar que o senhor chegou a ser barrado em reuniões porque era a Sra. Tonia que dominava tudo, que fazia os acertos. A Sra. Tonia Galleti, filha do Inocentini, era responsável pelas tratativas políticas em Brasília? Quem fez as tratativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Banco BMG? De quem partiu a ideia de parceria nas vendas casadas? Quem foi o gênio da lâmpada que bolou essas parcerias a ponto de a pessoa ir fazer um empréstimo consignado e ser obrigada a se submeter ali a fotos no celular...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... responder a perguntas para cumprir os requisitos lá do INSS para poder ter os descontos feitos? Quem foi? (*Pausa.*)

Ao que parece, Sr. Milton – isso aqui é o que minhas fontes conversaram comigo e falaram –, a grande parte dos contratos com o Sindnapi, sindicato do qual o senhor é Presidente, são com familiares da Sra. Tonia. Isso já foi ali mostrado pelo Relator também. O dinheiro, até parece que ia também para o senhor, como no caso de reformas... A gestora – né? –, como sua esposa, no quadro da executiva, fazendo decoração de hotel, deve ter ganhado uma fortuna para isso. Mas a maior parte do dinheiro dessa verdadeira lavanderia está indo para a família Inocentini Galleti.

Segundo o princípio do *follow the money*, tudo leva a crer que o senhor, Milton Cavalo, é apenas uma peça de peão no tabuleiro desse grande xadrez com pessoas, assim, muito importantes no cenário político nacional, figuras conhecidas. A pergunta que fica, Sr. Milton, que eu gostaria de ouvir, caso o senhor resolva falar: quem é a peça rainha nesse tabuleiro? (*Pausa.*)

O senhor era conhecido, e até sinto dizer isto, por um termo pejorativo – e eu não vou usar aqui o termo em respeito ao público que nos ouve –, dentro do sindicato, usado por Tonia, um termo pejorativo que significa alguém sem muita firmeza, alguém mole. Se Tonia o chamava assim, isso significa que ela é a verdadeira mandante? Ela é a pessoa que mandava e desmandava? Porque a família, os familiares dela é que recebiam o grosso aí do dinheiro. É claro que o senhor também era regiamente pago; sua mulher, claro. Afinal de contas, o senhor estava se prestando a esse papel. Mas está na cara que o senhor não é o mandante, que o senhor não é a cabeça disso tudo. O senhor não quer falar quem é o mandante, quem é a rainha, a peça, a rainha nesse tabuleiro? O senhor prefere manter o silêncio mesmo sabendo que talvez isso possa ajudá-lo mais tarde para ter uma pena menor? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor prefere, infelizmente, não colaborar com a CPMI, não colaborar com os aposentados, os pensionistas roubados, que esperam do senhor algum tipo de colaboração.

É verdade que Tonia já disse ao senhor que foi ela que o colocou na Presidência do Sindnapi e que, no momento em que o senhor não lhe fosse mais útil, ela o tiraria? (*Pausa.*)

Não deve ser muito agradável ouvir esse tipo de coisa, nem estar aqui à frente, nessa CPMI, com essas coisas sendo repassadas e relembradas.

Ela o tiraria ou o atiraria para essa armadilha, em que o senhor aqui nessa CPMI, para o Brasil inteiro ver, para a gente olhar nos seus olhos e ver o senhor com essa atitude tão covarde? (*Pausa.*)

O senhor já foi barrado – já perguntei aqui, né? – em reunião em Brasília, na justificativa de que tratariam apenas com a Tonia? (*Pausa.*)

Sr. Milton, o senhor está aqui sendo o alvo, como se fosse o operador de um esquema gigantesco, envolvendo o valioso dinheiro dos aposentados e pensionistas. Enquanto o senhor está aqui, muito provavelmente a Tonia já pode até estar longe. Eu pergunto: quem operava o Sindnapi? Quem orquestrou tudo isso? Quem orquestrou esse contato, esse contrato, essa falcatrua com os bancos? Quem fazia as tratativas com o INSS, com a Previdência? O senhor está disposto a ser o rosto no imaginário do povo de quem foi o mandante desse esquema, de quem é o verdadeiro culpado? O principal culpado, talvez? É pesado.

E o Paulinho da Força, qual a sua relação com ele? Ele entrou com uma ação – parece até que duas –, tentando tirar o seu mandato, pedindo que fosse anulada ou suspensa a sua eleição como Presidente, com certeza no afã de que ele fosse o Presidente. Qual a sua relação com o Paulinho da Força? (*Pausa.*)

Para que o povo brasileiro saiba quem é Tonia Inocentini Galleti, filha de João Inocentini, fundador do Sindnapi, que participou do Governo da transição do Lula e é amiga pessoal do Carlos Lupi, eu gostaria de mostrar aqui uma foto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Embora ele tenha informado que não era amigo dela, após ter dito em 2023 que era amigo pessoal da Tonia...

Por favor, eu queria que passassem a foto da Tonia Galleti aqui com o Sr. Ministro Carlos Lupi. (*Pausa.*)

Olha ali, ó, que foto bonita! E aí ele disse que... primeiro ele disse, em 2023, que ela era amiga pessoal, aqui ele desconversou e disse que não era amiga. Nós mostramos que ele era amigo, sim, trouxemos as notas taquigráficas de que ele estava mentindo aqui, porque eles são amigos. Está aí essa foto. Tivemos que mostrar que ele estava distorcendo a verdade.

Então, Sr. Milton, quem é o cabeça desse esquema? (*Pausa.*)

Já foi comprovado que existiu um esquema – inclusive, a PF esteve na sua casa, no seu sindicato hoje. O senhor, a mando de Tonia, amiga de Carlos Lupi, Ministro que saiu do cargo a partir da Operação Sem Desconto... Quem é o cabeça desse esquema? (*Pausa.*)

Sr. Carlos... Sr. Milton, eu queria dizer o seguinte: o senhor era Presidente de um sindicato. E um sindicato é criado, pelo menos em princípio...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... para cuidar dos sindicalizados.

O senhor e toda essa organização criminosa... mas o senhor, por fazer parte do sindicato, o senhor não roubou só velhinhos, velhinhas, aposentados, pensionistas, viúvas – não roubou só essas pessoas –, o senhor roubou pessoas que eram sindicalizadas, que acreditavam no senhor, que elegeram o senhor, que esperavam que o senhor as protegesse, da mesma forma como nós vimos aqui o Presidente da Conafer, que disse que começou a vida dele como sendo da liga camponesa e estava roubando seus irmãos da liga camponesa, roubando o pessoal do agronegócio, os pequenininhos.

Quem são vocês que assumem um posto se propondo a cuidar das pessoas e roubam essas pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Eu gostaria muito que o senhor pusesse a mão na consciência e que o senhor resolvesse falar para, pelo menos assim, o senhor colaborar minimamente com a Justiça.

Só não fazem isso, Sr. Presidente, porque acreditam na impunidade, mas essa impunidade não há de durar para sempre e está prestes a acabar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada Bia Kicis.

Com a palavra, o Deputado Lucas Redecker.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS. Para interpelar.) – Presidente, quero saudá-lo, saudar o nobre Relator, o Dr. Bruno, o Dr. Paulo Roberto, o Sr. Milton.

Eu não vou fazer perguntas, Presidente, porque eu já sei que não haverá respostas, mas eu sei que eles são organizados.

Lá em abril, mais ou menos, quando começou a Operação Sem Desconto, o sindicato encaminhou para todos os gabinetes parlamentares um informativo das suas ações, do que fariam.

Na última página, está escrito "compromisso com a ética", e diz assim, a parte: "Esclarecemos que o Sindnapi não está envolvido em fraudes do INSS e repudiamos qualquer tentativa de criminalizar a atuação dos movimentos sindicais sociais".

Lá embaixo, no último parágrafo, eles dizem o seguinte: "O Sindnapi permanece à disposição das autoridades para colaborar, esclarecer dúvidas e apresentar todas as ações realizadas em prol dos aposentados, pensionistas e idosos do Brasil".

O que o senhor escreveu aqui, Sr. Milton, é exatamente o contrário do que o senhor está fazendo aqui hoje. O senhor, que representa milhares de associados, deveria, no mínimo, fazer aquilo que o senhor escreve, o que o senhor assina embaixo, que é colaborar, que é esclarecer as dúvidas e trazer aqui as respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seu advogado disse antes que o senhor estava abalado psicologicamente. Eu entendo que estar abalado psicologicamente e ficar abalado psicologicamente é sentar numa cadeira e ouvir inverdades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – E ouvir mentiras.

Se todos aqui estivessem falando inverdades e mentiras, o senhor estaria aqui respondendo para defender a sua honra, para defender a sua verdade, dentro do seu trabalho.

E não é uma coisa que o senhor está fazendo aqui. O senhor está calado. O senhor poderia ter a oportunidade de trazer as respostas necessárias, porque, no início, o senhor mesmo disse "não, marque outra hora para eu vir aqui".

Agora, se tudo o que está sendo falado aqui não é verdade, o senhor tinha que ter o mínimo de hombridade para responder.

E ainda mais. Além disso, eles passaram nos gabinetes comparando, Presidente, Relator, um comparativo do Sindnapi com as entidades investigadas pela Polícia Federal.

Aí eles dizem assim: "esses dados sugerem possíveis irregularidades na arrecadação ou gestão dessas entidades".

Eles estão dizendo que os dados aqui sugerem que as outras entidades são corruptas, fizeram esquemas de corrupção, mas eles não fizeram. E aqui diz a evolução que eles tiveram das suas receitas, comparada com outras; e aí, nessa evolução dessas receitas, envolve o Sindnapi, o Banco BMG, lojas Help!. Por outro lado, o Sr. Milton aqui também preside uma cooperativa, Sicoob CredMetal, focada em empréstimo consignado para aposentado. Mas que coincidência! Ele é o Presidente de um sindicato para os aposentados e preside a cooperativa que desconta recurso dos aposentados. É muita coincidência.

E, nessa teia que o Relator mostrou ali, isso demonstra que o *modus operandi* desta turma que está sentada aqui em silêncio é todo o mesmo – é todo o mesmo. Além de eles estarem em mais de uma entidade, além da associação ou do sindicato ou de uma cooperativa de crédito, quem é que entra junto? Bingo! Mulher, filho, parente, todos eles ganhando milhões, não é 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil, 20 mil, são milhões, enchendo os bolsos com o resultado que aqui alguns colegas falaram, muitos com Ferrari, com Mercedes, com aviões, com vinhos de R$100 mil.

E aí, o sindicato vai além disso... Hoje se deflagrou uma operação da Polícia Federal, e aqui, na coluna de sindicato, deu informações falsas ao INSS sobre o irmão de Lula, de CGU, a Controladoria-Geral da União; ou seja, dentro de toda a correção que vocês venderam aqui, vocês já tinham o encaminhamento das informações falsas que vocês mandaram para o INSS, dizendo que não teria alguma pessoa que fosse ligada a agente político, e isso não poderia acontecer, segundo a CGU. Mas vocês entenderam que estavam acima da lei e resolveram fazer, justamente para poder...

E aqui, diz uma entrevista, uma reportagem da *Veja* que diz o seguinte, olhe: "Como irmão de Lula ascendeu em sindicato investigado por fraudes no INSS [...]. Frei Chico chegou ao sindicato por intermédio de Lula. Interlocutores da Força Sindical contam que o petista era amigo de João Batista Inocentini, [o] ex-presidente da entidade [que foi demonstrado aqui]".

Porém, aqui diz uma parte interessante: "Lula pediu a Inocentini que acomodasse Frei Chico em algum posto do Sindnapi. Prontamente, o dirigente atendeu ao [...] [pedido] feito pelo amigo". Isso aqui não é eu que estou falando, é a *Veja,* que fez uma entrevista relacionada a isso.

Então, fica muito claro aqui que, além de vocês descontarem indevidamente dos aposentados e ganharem, inclusive, comissão por isso, através de uma parceria que têm com o BMG, que é o que está sendo dito nas investigações, vocês ainda têm um coração grande para aqueles que são próximos de vocês, mas não para os aposentados, acomodam aqui o irmão do Lula no sindicato para que ele possa ter uma função e que ele possa ter, também, uma renda através do sindicato.

Esse aqui, Presidente, é o verdadeiro absurdo. E está muito claro que essa trama é muito maior do que nós estamos vendo aqui, tem pessoas acima, tem pessoas que foram encaminhadas para os esquemas lá na ponta, de convencer o aposentado por telefone; lá na ponta, pessoas que se passaram por outras... Uma mulher confirmando o desconto da aposentadoria como se fosse um homem, com uma voz feminina. Quando abriram o sigilo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ligação, estava lá uma voz feminina e o homem disse: "Eu nunca, nunca, na minha vida, autorizei".

Portanto, aqui esta evolução de receita, que, em 2020, foram 24 milhões; 2021, 51 milhões, Sindnapi; 2022, 93 milhões; 2023, 151 milhões; e 2024, 152 milhões. Para vocês, foi pouco, porque vocês compararam isso aí às outras entidades que meteram... Com as duas mãos. Aí vocês arrecadando 152 milhões dessas 262 mil pessoas que foram descontadas, 3% apenas reconheceram a formalização da autorização para o desconto. Mais de 95% não reconheceram, porque vocês ludibriaram, vocês enganaram, vocês descontaram do aposentado, daquele que sustenta a família com pouco dinheiro, daquele que conta o dinheiro para comprar o remédio no final do mês, que tem que escolher na prateleira do supermercado o que vai comprar para botar dentro de casa; se vai comprar carne, se não vai comprar carne, se vai comprar feijão, se não vai comprar arroz.

Eu entendo que a Deputada Bia falou aqui de colocar a mão na consciência... Eu acho que depois de tudo o que a gente viu aqui, vocês não têm consciência. O senhor leva... Seu nome é Milton Batista Souza Filho, possivelmente o mesmo nome do seu pai. Eu fico pensando quando um pai coloca o nome num filho, qual é o objetivo? É o objetivo de construir esperança de que o filho vai ser uma pessoa importante, uma pessoa que vai contribuir com a sociedade, que a pessoa vai criar uma boa família, vai dar bons exemplos, afinal de contas, caixão não tem gaveta, a gente não leva nada daqui: o mais pobre e o mais rico vão acabar igual. Agora a gente deixa aqui aquilo que a gente construiu. A gente deixa herança para os nossos filhos, para nossa família, para as pessoas que convivem com a gente.

Infelizmente, o seu silêncio, as suas atitudes não condizem com isso. E eu fico muito chateado e frustrado aqui, porque as pessoas que se sentam aí ficam em silêncio, com *habeas corpus*, e não vou nem discutir as circunstâncias do *habeas corpus* que o Supremo dá aqui, que são... É uma verdadeira barbaridade o que acontece aqui dentro desta Comissão, para que nós não tenhamos a condição de investigar e de escutar de fato aqueles que aqui estão falando, mas eu fico pensando que essas pessoas, Deputado Zé Trovão, perderam o escrúpulo. Eles se sentam aqui porque eles não têm vergonha da própria família, porque eles envolvem a família, eles envolvem a todos e estão aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – ...sentados, vão sair daqui, quem sabe, tomar um bom vinho, ficar tranquilo, com uma parte do seu dinheiro guardado lá, através de tudo que foi descontado dos aposentados do Brasil, mas nós não vamos nos calar, nós vamos ficar aqui falando até o último momento, porque nós temos que abrir essa caixa preta, é dever deste Parlamento, é dever desta CPI, a Polícia Federal está fazendo, e nós vamos mostrar para a sociedade brasileira que nós estamos investigando. Vamos trabalhar para que todos vocês mereçam o devido fim: que é na cadeia e devolvendo o dinheiro para os aposentados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero começar minha fala dizendo ao povo mineiro que eles têm um grande Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Quero parabenizá-lo pela firmeza que o senhor tem nesta Comissão e por não deixar isto aqui virar palco de palhaço. O senhor está de parabéns.

Quero parabenizar o nosso Relator, Alfredo Gaspar, a quem eu tenho a honra de ombrear, lado a lado, na Câmara dos Deputados e dizer que o senhor está fazendo algo que não é qualquer um que teria essa mesma capacidade.

Quero dar as boas-vindas ao Dr. Bruno Garcia, ao Dr. Paulo Roberto, os advogados.

Sr. Milton, talvez o senhor não me conheça, nunca tenha ouvido falar sobre mim, nunca tenha visto a minha postura nesta Comissão: eu sou crítico, enfático, mas respeitoso.

Hoje, mais uma vez, não é novidade, eu não vou poder perguntar se o senhor é culpado ou inocente. Como o senhor vai ficar em silêncio, as minhas palavras serão apenas palavras de afirmação, porque eu não tenho um contraponto de V. Exa. E isso não causa ônus algum a mim, causa ônus apenas ao senhor. Isso é muito ruim, mas esse é o caminho que o senhor escolheu, o da covardia, porque isso é covardia. Direitos constitucionais nós temos vários, basta decidirmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

se iremos usá-los ou não. O senhor poderia ter feito aquilo que muitos fizeram: falar, responder, ser enfático. Veio preparado, depois se abalou emocionalmente.

Deixe eu contar um negócio para o senhor. Alexandre de Moraes me deixou na cadeia por quase 60 dias. Alexandre de Moraes me deixou 18 meses de tornozeleira. Sabe o que isso me abalou emocionalmente? Nada! Ele é um baita de um vagabundo que não merece estar na Suprema Corte e que um dia pagará pelos seus crimes! Este é Alexandre de Moraes, e eu não tenho medo dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Por favor, aos Deputados, fiquem calados, porque eu estou falando.

Agora, o que nós estamos fazendo aqui hoje não é o nós contra vocês, não é a rinha de galo, nós estamos querendo nada disso aqui.

Sr. Presidente, por gentileza, peça silêncio!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, está... O Deputado José Medeiros já está se acomodando.

Pode continuar, Deputado.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Volta pelo menos um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue, Excelência, por favor.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Mas isso acaba com o raciocínio.

Então, a gente não está aqui no nós contra eles. Ao contrário daqueles que são do PT, da esquerda, os cheios de amiguinhos e os medrosos, que estão aqui para tentar incriminar ou Bolsonaro ou alguém ligado ao Bolsonaro. Posso falar o que eu já disse aqui nesta Comissão, se tiver alguém ligado ao Bolsonaro no roubo do INSS, que apodreça na cadeia. Pode ser quem for. Agora, eles que ficam aqui com discursinho não querem isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem como Vice-Presidente um homem que a gente costuma chamar de "Professor", ao contrário de alguns que o chamam de Frei Chico, um senhor irmão do Sr. Presidente Lula, Luiz Inácio Lula da Silva. Eu o chamo de Professor. Por quê? Porque foi ele que inseriu Lula dentro dos sindicatos. Ele que transformou Lula num sindicalista.

E esse teu Vice-Presidente, ele é bem astuto, ele é ligeiro, ele é muito bom. Hoje foi apreendido, o senhor já está sabendo, um cofre, dinheiro vivo lá no sindicato. A gente vai descobrir depois o que é que tem no meio de tudo isso. Mas o Sr. Frei Chico é exatamente a figura necessária para esse processo. Como eu disse ao senhor, como eu não posso lhe perguntar, eu vou afirmar: o processo de corrupção contra os nossos aposentados.

Os senhores movimentaram mais de R$1,2 bilhão. Ou vocês são a fada do dente ou vocês são criminosos, e eu quero dizer que tudo leva a crer que vocês são bandidos – da pior espécie –, porque bandido já não é bom em nenhuma classe, mas quando rouba pessoas de idade... Ah, sonho meu que tivesse uma cadeira elétrica ou prisão perpétua no Brasil, muitos de vocês iam parar nela.

Como eu disse, eu não posso fazer perguntas, eu vou afirmar o que diz os documentos. As transações que os senhores fizeram são as transações mais bizarras do mundo, e tem que ser gênio, nem da lâmpada, tem que ser gênio da matemática, porque vocês conseguiram construir uma teia que envolve diversas empresas, bancos e seguradoras que transacionaram entre vocês mesmos milhares e milhares de dinheiro que não é público, é do aposentado.

Na hora de fazer *lobby* aqui no Congresso Nacional, o Frei Chico foi extremamente sagaz. E ele fez *lobby* aqui. Sabe por quê, Presidente, que o Frei Chico fez *lobby* aqui? Porque, se ele não tivesse cometido crimes dentro desta Casa, não teria sigilo de cem anos. Porque, quando você esconde o que uma pessoa fez num lugar, você está encobrindo alguma coisa.

Então, novamente eu vou dizer ao Sr. Milton: vocês fazem parte de um esquema de corrupção contra os idosos. Está na cara. Não existe possibilidade. A pergunta é: até quando o senhor vai ficar fora da cadeia? O senhor está fora da cadeia por conta de quê? Será que é o irmão do Lula e o Flávio Dino? Porque o Flávio Dino hoje mostrou que tem um certo apreço pelo senhor, porque ele deu, como disse o Luiz Lima aqui hoje, ele deu um conduto para o senhor *premium*, coisa *premium*, transformou aquilo que não era para existir nisso aqui em algo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

premium. Não precisa falar nada, não precisa jurar nada, está tudo certo; chega lá e faz aqueles idiotas de palhaço, porque é isso que o Supremo Tribunal Federal tem feito com o Congresso Nacional, tem feito todos nós de palhaços. Mas não vai ficar assim. A noite pode... A tempestade pode durar uma noite, mas pela manhã vem a bonança, chefe. Um dia esse jogo vai mudar, um dia nós vamos tomar conta do nosso país de maneira decente. E criminosos, quanto mais, não serão bem-vindos aqui.

Nós temos que tomar muito cuidado com as nossas posições porque elas destroem uma carreira que poderia ter sido brilhante. Eu e minha equipe estudamos por horas tudo o que nós precisávamos fazer aqui hoje. Não serve para nada, chefe, o senhor não vai responder. Tenho aqui 80 perguntas a lhe fazer, enfáticas, de relatórios do próprio Coaf, sigilosos. Nós temos dados sigilosos aqui, hum... que até D. Pedro viraria no caixão quando ouvisse deles. Agora, a que ponto nós chegamos, de não poder ouvir de V. Exa. que o senhor é inocente – nem isso o senhor quis falar aqui dentro. Fizesse como Nelson Wilians, que sentou aqui e ficava falando que era inocente toda hora. Não é bem assim, não, viu? Não é bem assim, não. Tem histórias bem cabulosas também, desde lá da Geap.

O que nós estamos vendo aqui é um aparelhamento do Congresso Nacional, Presidente. Isso está sendo feito, um aparelhamento do Congresso Nacional. Nós não estamos conseguindo mais atuar como Parlamentar e tirar da boca desses que deveriam vir aqui e prestar depoimento de verdade aquilo que a gente precisa apresentar ao Brasil.

E eu garanto uma coisa para o senhor: se eu tivesse o poder agora de determinar sua prisão, eu o faria. Mas como eu não tenho elementos o suficiente para isso, não adianta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Mas eu vou encerrar com uma coisa que meu pai me ensinou lá numa propriedade rural próxima de Governador Valadares, cidade de Tarumirim, onde eu fui criado, mesmo hoje sendo catarinense. Meu pai me ensinou a honrar aquilo que eu me propus fazer, e eu estou honrando, neste Parlamento, com muita seriedade, o meu trabalho.

Agora, hoje, eu sou um criador de cavalos. E o senhor tem um nome, né? Milton Cavalo. Cavalo é expressão de força, coragem e potência. O Milton Cavalo se transformou no Milton calado aqui hoje. O senhor deixou de ser um cavalo e se transformou num pônei: não tem valor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mercado, não serve para nada, a não ser morder crianças. O senhor perdeu a oportunidade de provar sua inocência.

Então, para mim, o senhor é culpado de ter roubado os velhos e aposentados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra...

Mais uma vez, advogado e Sr. Milton, se necessitarem suspender a sessão por qualquer motivo, por favor, deixem a Presidência saber. Se quiser ir ao banheiro ou alguma coisa, Presidente...

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO (*Fora do microfone*.) – Acho que... Mais uma e depois a gente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem. Então, mais uma palavra.

Com a palavra a Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Queria pedir só para o Deputado ficar em silêncio para eu poder prestar atenção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Peço só para voltar o tempo ali, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos para a Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, eu vou direto às minhas falas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... para não perder tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo mundo fez questionamento em relação ao Sindnapi, e o Milton, que está aí presente, que era para estar respondendo às nossas perguntas, não respondeu, ficou calado. Eu, como coronel da polícia, autora da CPMI, fico indignada com a covardia de quem está aí sentado, que era para responder, principalmente para os seus sindicalizados. Se ele não tivesse compromisso aqui com esta Casa, ele tinha que ter com os seus sindicalizados, que o elegeram através das normas escritas no estatuto. Eu fiz questão de estudar esse estatuto. Já que ele não respeita a Casa, vamos ver se ele respeita o estatuto que deu a ele a função de Presidente.

E já informo, Presidente, que estou fazendo um requerimento, vou protocolar isso, para que a gente peça, de forma preventiva, que todos os dirigentes das associações e sindicatos envolvidos no roubo dos aposentados sejam afastados, como medida preventiva, para não atrapalhar, não acabar com a questão patrimonial e fiscal desses sindicatos.

Não tem cabimento. Parece que eles foram treinados para nem piscar. Eu nunca vi isso na minha vida. Nos meus 27 anos de polícia, eu nunca vi – não vou nem falar marginais, porque não é a palavra correta – pessoas envolvidas com um crime tão alto que não pisca, não sorri, não chora. Para quem está abalado por receber a Polícia Federal em casa ou qualquer outra... Eu já vi gente passar mal, chorar, não ter condição nenhuma sequer de conversar. A situação emocional é muito maior. Agora, fica com essa cara lavada aqui na nossa frente, sem expressar qualquer tipo de sentimento, arrependimento. Isso demonstra que ele não tem consideração nenhuma nem pelos seus sindicatos, pelos seus sindicalizados, nem pela população brasileira, mostra que ele não tem compromisso conosco.

E já aproveito, eu não posso deixar de fazer esta pergunta: o Frei Chico entrou em 2023. O senhor aceitou que ele subisse de cargo para ter esse benefício do roubo dos aposentados, porque foi só nesse período que o senhor cresceu, foi só nesse período. Quando...

Presidente, o Deputado aqui fica com falação no ouvido da gente e atrapalha. Eu fico quieta ouvindo as pessoas. Por favor, peça para ele ficar calado se ele não sabe se quer calar.

No estatuto, fala o seguinte: "DOS PRINCÍPIOS DE AÇÃO". Os seguintes princípios regem o Estatuto do Sindnapi: "Lutar para resgatar e valorizar a dignidade do aposentado, do pensionista e do idoso" – letra "d". "k) Lutar para recuperar e ampliar o poder aquisitivo dos benefícios previdenciários".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Isso aqui são os princípios que regem o Sindnapi. E acho que foi, nesse princípio, principalmente o da letra "k" aqui, que o depoente se beneficiou, né? Ampliar o poder aquisitivo, só o dele e da família dele.

Mas, baseada também no próprio estatuto, eu vou convocar todos os sindicalizados do Sindnapi, gente.

"Art. 13"... "DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES"... "Prática de atos ilícitos ou imorais que repercutam negativamente e possam afetar a vida da comunidade associativa" – cabe punição, cabe exclusão.

As penalidades de advertência, suspensão, exclusão serão aplicadas da seguinte forma... Item terceiro... A exclusão será aplicada nos fatos descritos nas letras "d" e "k", que eu já falei, no *caput* deste artigo, bem como o caso do associado.

Gente, associados, nós estamos aqui tentando desvendar, mas vocês têm um poder que nós não temos neste momento: de se reunir junto com os delegados e destituir toda a diretoria das associações, em especial do Sindnapi, porque, enquanto vocês estão aí pagando contribuição, eles estão gastando com carro, com viagem, enriquecendo irmão, mulher, filho, amante, o raio que o parta, mas estão enriquecendo às suas custas, tirando o dinheiro do seu prato, tirando o dinheiro do seu remédio, da saúde da sua família. Se reúnam, exijam dos delegados estaduais que seja tirada imediatamente toda a diretoria. Diretores que não estão diretamente ligados a esse crime foram omissos, participaram de forma indireta e devem imediatamente ser retirados. Não cabe uma associação criada para cuidar de pessoas usar essas pessoas para ficar ricas, usar essas pessoas para tirar vantagens.

E olhem bem para a cara do cidadão que está aqui prestando depoimento, não treme nem a testa. Acho que passou tanto Botox na cara que está duro, não mexe.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Acho que aqui já está ferindo a urbanidade que consta na própria intimação, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Coronel, por gentileza.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não, Botox, não. Passou cera mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, por favor...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não treme, não tem reação nenhuma.

Já foi aqui chamado à atenção inúmeras vezes, não demonstra arrependimento, não demonstra nada. Nem o pior bandido que eu já peguei na minha vida teve tanta frieza como o depoente que está aí. Para quem recebeu a visita da Polícia Federal e passa por esta CPMI, ele deve estar muito bem treinado, bem capacitado para ficar em silêncio, aguentar as acusações e não fazer nada.

Então, neste momento, nós vamos tomar as medidas administrativas, judiciais, o que for necessário, mas eu convoco todos os sindicalizados: se reúnam e vão à porta do Sindnapi, vão à porta de todas as associações que estão envolvidas no roubo de vocês mesmos, exijam a saída imediatamente de todas as diretorias, antes que vocês também sejam responsabilizados a pagar, porque o sindicalizado e associado... Quando a associação não tem mais recurso para pagar qualquer tipo de dano, reparte o prejuízo para os sindicalizados e associados. Eles também são responsáveis pelo prejuízo.

Então não permita, cidadão... Vocês já foram roubados uma vez. Não permita que essa diretoria que aí está roube novamente de vocês. Não permitam. Eles estão milionários. Eles estão gastando dinheiro a rodo, à custa do seu sacrifício. Você não está aposentado porque o Presidente da República achou que você merecia. Você está aposentado porque você contribuiu uma vida inteira. Você pagou mês a mês. Você trabalhou durante toda a sua vida para este momento você poder usufruir de um dia melhor.

Infelizmente, esse tipo de homem que está aqui, envolvido com esse monte de gente bandida, porcaria, malandro, safado, sem-vergonha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, por gentileza.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, retiro o sem-vergonha, porque a vergonha acabou ali, Presidente. Sinto muito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Apenas os termos, ao se dirigir ao depoente, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Mas não estou falando dele, estou falando do geral, Presidente. É do geral, porque dele eu já falei. Não precisa. É só olhar na cara dele. Dá até raiva. Se fosse em outro momento, a nossa conversa ia ser diferente.

Mas peço novamente... Eu preciso do apoio da população. Nós precisamos... Vocês são sindicalizados, têm o poder de retirar esse bando de vagabundo da direção dessas associações.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Coronel.

Eu suspendo a sessão por cinco minutos.

(*Suspensa às 15 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 15 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quero, antes de passar a palavra ao Deputado Duarte Jr., aproveitando uma fala que tivemos anteriormente sobre a questão do Sr. Nelson Wilians, dizer que o pedido, o reforço do pedido de prisão preventiva do Sr. Nelson Wilians já foi protocolado. Foi motivo de assunto inclusive ontem da minha conversa com o Ministro André Mendonça, em que coloquei para ele a necessidade, reforcei o pedido que foi feito por esta Comissão, e pedi ao Ministro também que, na eventualidade da não decretação da prisão preventiva do Sr. Nelson Wilians, o Supremo Tribunal Federal faça a retenção, a apreensão do passaporte, e proíba o contato entre os envolvidos: o Sr. Maurício Camisotti, que hoje não está podendo mais nem como advogado, e também o Sr. Fernando Cavalcanti.

O Ministro ouviu, recolheu o nosso pedido e vai dar uma decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto também importante é com relação à oitiva do Sr. Maurício Camisotti. Pedi ao Ministro a gentileza de rever o *habeas corpus* que foi dado para que nós possamos ouvi-lo, até mesmo na sede da Polícia Federal. E o Ministro André Mendonça, em quem eu reitero aqui a minha mais absoluta confiança pelo trabalho, vai levar à turma para uma decisão colegiada do Supremo Tribunal Federal. Portanto, deve ser marcada uma reunião deles o mais breve possível para decidir sobre o pedido desta Comissão de revisão do *habeas corpus* que permitiu ao Sr. Maurício Camisotti não ser ouvido.

Por dez minutos, Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, eu inicio minha fala compartilhando uma reflexão que eu fiz durante essa semana com alguns jornalistas que me perguntaram sobre a CPMI. Eu compreendo, até porque eu também tenho minhas preferências ideológicas, políticas, partidárias, mas eu entendo que, neste momento, enquanto estamos aqui numa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a gente deva se esforçar ao máximo para perceber que maior do que desejos políticos, partidários e ideológicos tem que ser a nossa vontade de cuidar das pessoas, em especial daqueles que mais precisam.

Esta CPMI tem um papel fundamental que é, sobretudo, resgatar a fé das pessoas na política, nos políticos e nas instituições públicas. São idosos, são aposentados que foram roubados, que tiveram seu dinheiro subtraído das suas contas sem que eles se dessem conta.

E aqui nós estamos tendo a oportunidade de enfrentar, sim, os poderosos, aqueles que têm privilégios, aqueles que têm ao seu favor *lobbies* políticos, estruturais; e não é fácil. E só existe uma forma de a gente fazer: com união, com unidade, percebendo que a gente só tem um objetivo em comum que é resolver esse problema, punir quem cometeu crimes e devolver o dinheiro de quem foi roubado.

É nesse sentido que aqui eu lembro que eu estou, enquanto Deputado Federal, exercendo um mandato, um instrumento de representação, enquanto servidor público que tem uma oportunidade transitória e temporária de servir às pessoas, servir ao interesse público, não me servir, não atender àquilo que para mim é melhor, mas buscar atender às pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É nesse sentido que, nessa oportunidade, eu mais uma vez questiono ao Milton e a seus advogados se realmente vão abrir mão da oportunidade de não responder a uma pergunta, mas de pelo menos apresentar o seu trabalho, apresentar o que o sindicato, a Sindnapi, fez durante todo esse período. De fato, vocês não irão apresentar, não irão fazer nenhuma apresentação, nenhuma prestação de contas?

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Deputado Duarte Jr., como nós colocamos hoje mais cedo, a ideia era, sim, fazer uma apresentação; a ideia era sim apresentar os eslaides, o nosso vídeo e, sobretudo, este caderno de conteúdo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Vai apresentar ou não?

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – O senhor fez uma pergunta e eu vou te responder.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É a apresentação, sim ou não?

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – O senhor fez uma pergunta, eu vou te responder.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não precisa dissertar. É objetiva: sim ou não?

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Eu não estou dissertando, eu vou te responder.

Não, não iremos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, tudo bem. Pode ficar em silêncio.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Isso.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A resposta é clara, é sim ou não, não é para discorrer. É objetividade.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que aqui eu lembro o seguinte: o *habeas corpus*, o pedido feito no *habeas corpus* pelo advogado pode se resumir em três itens: direito ao silêncio, que foi deferido; direito à assistência de um advogado; e direito a não sofrer nenhum tipo de constrangimento físico ou moral.

Pedidos que foram feitos pelo advogado do depoente e não foram atendidos: não foi atendida a obrigatoriedade de não comparecer à CPMI; ou seja, pediu para não vir, mas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo não atendeu e garantiu a obrigatoriedade de estar aqui presente. Foi feito o pedido do acesso prévio aos autos desta CPMI aos inquéritos policiais, e não foi atendido. Não foi atendida também a dispensa total de convocação.

Eu lembro essas questões, porque, é claro – e aqui, como advogado constitucionalista, eu lembro –, que ninguém é obrigado a constituir prova contra si. Por essa razão, o direito da não incriminação, o direito ao silêncio é um direito constitucional. É claro que ninguém pode interpretar isso como uma confissão, mas eu lembro, Sr. Presidente, que, ao não responder às perguntas que não possam incriminar, não deixa de gerar em nossos corações, em nossos pensamentos e principalmente na opinião pública, que, se se cala, é porque tem receio de que algo que é criminoso, é ilícito, é ilegal possa incriminar. Então, eu lamento profundamente não trazer nenhuma resposta, nenhuma justificativa. É lamentável isso!

De acordo com a quebra de sigilos a que nós tivemos acesso, de acordo com nota técnica da CGU, gera espanto, pois a própria CGU aponta indícios de práticas ilícitas envolvendo o sindicato e envolvendo o Milton. No contexto da investigação da Operação Sem Desconto, foi possível identificar algumas irregularidades – e aqui eu faço questão de pontuar cada uma delas: conflito de interesses, pois, ao mesmo tempo que o Milton se posiciona como Presidente do sindicato, ele se posiciona como sócio administrador de empresas de corretagem de seguros, de plano de previdência complementar, de plano de saúde, de cooperativas de crédito, apresentando um grave conflito de interesses – não tem como se posicionar como representante dos aposentados e como um prestador desse serviço; descontos indevidos na folha: foi comprovado pela CGU que pessoas não autorizaram e tiveram descontos, pessoas que não existiram como associados, não eram associados, ainda assim tiveram descontos em suas contas. Isso precisa de explicação; ausência de comprovação documental, ausência de fichas de filiação e termos de autorização de desconto – não tinha, não foram apresentados, e não sou eu que digo, é a CGU; indícios de uso de laranjas, ou seja, várias procurações para dirigentes, para presidentes que, de fato, passavam procurações com poderes totais para que outras pessoas pudessem representar, dando a entender que há uma ocultação dos verdadeiros controladores e beneficiários desse sistema. Aqui, com base nos dados da CGU, eu aponto cada um dos tipos penais e...

Peço silêncio, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por gentileza.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Aponto cada um dos tipos penais: estelionato...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Estelionato majorado contra idoso, associação criminosa, peculato, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e corrupção ativa.

Por fim, eu quero aqui trazer um último dado: o crescimento da arrecadação durante o período em que mais as pessoas sofreram, o período da pandemia – a Sindnapi teve um aumento de 415%.

Sr. Presidente, o senhor... V. Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, o silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pode me dar só um minuto aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto a mais para o Deputado Duarte Jr., por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, eu quero chamar a atenção aqui a este dado que é muito importante: o crescimento atípico da arrecadação do Sindnapi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O crescimento atípico da arrecadação do Sindnapi, apontado pela CGU e pela Polícia Federal: teve aumento de 415% nas arrecadações de mensalidades entre 2019 e 2023, um crescimento incompatível com o número de filiações. Em 2021, por exemplo, a arrecadação do sindicato subiu de 22 milhões para mais de 39 milhões durante o período pandêmico, durante o período da pandemia.

E, aqui, Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção de todos os Parlamentares dessa CPMI e da população que nos acompanha: esse não é um problema de direita, não é um problema de esquerda, não é um problema que está dentro do Governo Lula ou dentro do Governo Bolsonaro. É uma instituição criminosa, um esquema brutal de corrupção que perpassa vários governos. Vejam o que todos aqui falaram: o Sindnapi tem como Vice-Presidente o irmão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Lula, mas foi no período da gestão do ex-Presidente Bolsonaro que mais arrecadou, que mais subtraiu valores da conta dos aposentados. Então, eu chamo a atenção aqui... O nosso foco não tem que ser dizer se a culpa é do Lula ou se é do Bolsonaro; é de prender quem é ladrão safado, porque, enquanto a gente está aqui batendo boca, as pessoas estão sem dinheiro, as pessoas estão sofrendo. São pessoas idosas, são aposentados, são pensionistas, são pessoas que, de fato, precisam. E é por isso que eu clamo a V. Exas., porque aqui a discussão não é se é da direita ou se o problema está na esquerda; o problema está em todos os governos, em todos, desde o Governo Temer, passando pelo Bolsonaro até o atual Governo. E, a partir de agora, tem que acabar; daqui em diante, não pode continuar. A oportunidade está entre nossas mãos. A gente não pode deixar essa oportunidade passar entre os nossos dedos.

Vejam o que aqui eu afirmo: um aumento de 415% durante o período de pandemia.

É por essa razão, Sr. Presidente, que eu lamento muito o Milton perder aqui a oportunidade de esclarecer, de responder. Será que apresentar documentos, será que apresentar informações, será que mostrar, demonstrar o que todo esse dinheiro, para onde foi, por que tal empresa foi contratada... Se, por algum acaso, contratou a empresa de um parente, se, por algum acaso, contratou a empresa de alguém próximo e não foi por um processo licitatório, já que a legislação não exige, nesse caso, que se explique, que se preste a informação. Mas ficar calado, por mais que seja um direito constitucional fundamental, gera em todos nós e gera, em especial, na população a perda da confiança, a perda da credibilidade.

E é por isso que eu lamento, porque aqui, como eu comecei, eu termino: nos cabe, muito além de enfrentar os poderosos, punir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... aqueles que roubaram, aqueles que cometeram crimes, garantir a devolução do dinheiro de todos aqueles que foram roubados, mas, para além, garantir o resgate da fé das pessoas no político e na política, nas instituições públicas e nas instituições que hão de fazer justiça.

Esse é o nosso encaminhamento, e lamento, mais uma vez, o silêncio do depoente, que poderia colaborar muito ou pelo menos demonstrar uma crise de consciência e confessar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

errou e demonstrar o esforço em devolver todo o dinheiro que foi descontado indevidamente de consumidores por todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Duarte Jr.

Com a palavra o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nobre Relator, colega Deputado Alfredo, primeiro, quero parabenizá-lo pelas conduções do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E V. Exa. citou, ainda há pouco, as tratativas na questão do advogado Nelson Wilians e que há uma expectativa, entendo eu, não só por parte dos membros desta Comissão, de V. Exa., mas de todo o povo brasileiro que acompanha esta CPMI, de que sejam apresentados os responsáveis e punidos, porque eu entendo que isso é um tapa na cara do povo brasileiro, como V. Exa. aqui testemunhou, aí ao seu lado, as pessoas terem uma evolução patrimonial que faz inveja a qualquer grupo econômico no mundo todo, desfilando aí para o nosso colega Deputado Relator a quantidade de carros com valores surpreendentes.

Por isso, eu apresentei, Sr. Presidente, dois requerimentos com o mesmo objetivo a esta Comissão, que sugerem, indicam, haja vista que a moralidade pública é vetor constitucional da administração pública, como está na nossa Carta Magna... O Sr. Nelson Wilians possui contratos com o Banco do Brasil de aproximadamente R$1 bilhão. E eu estou apresentando aqui um requerimento indicando ao Banco do Brasil que reveja isso, porque esse cidadão, no mínimo, é suspeito dessa roubalheira contra o patrimônio público e contra o povo brasileiro; e outro ao Tribunal de Contas da União com o mesmo objetivo. Então, só estou aqui destacando que eu apresentei esses dois requerimentos nesse sentido.

Sr. Milton Baptista, o senhor confirma que você representa uma instituição financeira do Sicoob Osasco? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele vai permanecer em silêncio, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Ah, vai permanecer em silêncio? Está bom...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Excelência.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Eu pensei que ele teria pelo menos a dignidade de dizer o seguinte: "não", "sim", "eu estou sendo acusado", "a operação da Polícia Federal hoje foi no nome, CPF, endereço errado, não tem nada a ver comigo".

Mas, como disse o colega Duarte Jr., chama atenção uma movimentação superior a R$0,5 bilhão. E o que é mais grave? O que é mais grave é que o depoente que veio aqui como testemunha – e acredito que se tornará réu a partir do dia de hoje – é claramente naquilo que eu venho insistindo desde o início da minha fala... Ele é o que tem de cristalino, Deputado Alfredo, que é esse conluio de determinados bancos com esse desvio da fraude dos aposentados via associação e sindicatos, com esses empréstimos consignados fraudulentos, haja vista que ele que está aqui em nossa frente e o seu referido sindicato, conforme documento que nós solicitamos a esta Comissão e que a Polícia Federal disponibilizou... Tem, inclusive, um *print* por parte da Polícia Federal divulgando aqui na página do Sindnapi a publicidade do Sicoob. Então, isso fica muito claro, como também as evidências claras do depoente com o BMG, que é o primeiro banco lá atrás, quando nascem os consignados com os aposentados e pensionistas do INSS... É que começa esse processo de empréstimo consignado. Então, o depoente... Fica muito clara, em relação a isso, essa sua ligação, essa sua relação em fazer não só... E as acusações em relação a ele de receber...

E isso é muito grave, Sr. Presidente, porque aqui começa, Relator Alfredo, e é importante a gente ter atenção sobre isso... A gente começar a puxar esse novelo. Por quê? Porque há suspeita sobre o depoente de que ele recebia comissão do BMG para conseguir empréstimo consignado. E vice-versa: que esses dados do Banco BMG eram utilizados para fraudar esses descontos associativos.

Então é uma relação cruzada, não é um fato isolado, o que remete para nós essa certeza. Por isso é que ele aparece como Presidente do Sicoob, em Osasco, denominado CredMetal. No mínimo, nisso aqui, o depoente deveria dizer que haveria conflito de interesse. Mas esse processo foi tão lucrativo para toda essa organização criminosa que eles simplesmente perderam a compostura, né? Comandava de um lado essa organização criminosa em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos descontos fraudulentos; e, de outro lado, esses empréstimos consignados, que, com certeza, por tudo que a gente já ouviu aqui, por tudo que a gente já viu, têm sim – têm sim – relação nessa questão.

É lamentável que a gente tenha que presenciar tudo isso no dia de hoje. Mas, por isso, Senador, é que eu tenho a certeza, juntamente com os meus pares da Câmara, de que, quando nós votamos um projeto de lei da minha autoria proibindo os descontos associativos, nós estávamos no caminho certo para blindar o aposentado e, principalmente, esta instituição INSS.

E a mesma coisa eu estou fazendo em relação a empréstimo consignado, porque, como foi dito aqui por um ex-Ministro, o Ministro Carlos Lupi, que os bancos não trabalhavam só com consignado: vendiam planos, inclusive até planos funerários, o que também já foi dito aqui, de sindicatos e associações que vendem planos funerários, como de seguros, né? Fora de outros casos que a gente tem conhecimento que estão vindo a público, e eu estou recebendo denúncia de pessoas que fazem um empréstimo consignado e aparecem vários empréstimos consignados, com renegociação de dívida, com mudanças de banco, sem a devida autorização do tomador.

É lamentável que a gente tenha que assistir a isso tudo, certo? E eu lamento profundamente que o depoente, que se diz uma liderança sindical, tenha se virado contra esses trabalhadores e trabalhadoras, mas principalmente contra os aposentados e pensionistas. É inaceitável que no país de hoje a gente tenha que conviver com isso.

E eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, que, se nós não estancarmos essa questão dos empréstimos consignados em relação ao INSS, essa fraude vai continuar, essa roubalheira vai continuar. E quem tem que dar um basta nisso é o Parlamento brasileiro. Não basta só tornar as regras mais rígidas, porque, infelizmente, a ousadia dessas organizações criminosas não tem limite.

Depois de eu apresentar aqui, Sr. Presidente, os requerimentos com sugestão de convocação, como testemunha, de presidente de banco, o senhor não tem noção de quantas ligações eu tenho recebido para retirar os requerimentos e para que, em vez de convocar os presidentes de banco, chame a Febraban e não os bancos em si. Por quê? Eu parto do princípio de quem não deve, não teme – quem não deve, não teme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui o depoente – fica muito claro para nós –, nesta CPMI, é o exemplo de quem estava, numa ponta, com o que vem à tona e que permite que hoje nós estejamos, nesta tarde aqui, investigando, ouvindo e contribuindo com o povo brasileiro para blindar o sistema da Previdência Social, que são os descontos indevidos e a roubalheira contra os aposentados e pensionistas, e, do outro lado – e ele atuou nas duas pontas –, com esses empréstimos consignados fraudulentos. É isso que todos nós sabemos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Hoje um idoso, uma idosa que, muitas vezes, Deputado Alfredo, passa dois anos para esperar um benefício... No meu estado não tem um médico perito – em todo o Amazonas, 1,54 milhão de metros quadrados. No outro dia que sai o benefício, o banco está atrás dele para oferecer empréstimo consignado.

Então, é, sem dúvida nenhuma, uma organização criminosa que não atuou só de um lado dos sindicatos. Os sindicatos e essas associações estavam juntos, e isso fica muito claro, porque esse cidadão que está aqui na nossa frente, além de ser o dirigente sindical, ele é o representante de um banco na cidade de Osasco. Então, para nós fica muito claro, muito lúcido e muito transparente.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço aqui pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Sidney Leite.

Com a palavra o Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadores, Deputados e Senadoras...

Sr. Milton, eu não conhecia o senhor, não tenho procuração para defender o senhor, nem o Sindnapi, nem pretendo fazer isso. O que eu quero dizer ao senhor é que uma coisa eu posso lhe garantir: eu vou tratá-lo da mesma forma respeitosa e educada que eu tratei todas as demais pessoas que estiveram aqui nesta Comissão. De minha parte, o senhor não vai assistir à covardia daqueles que, na frente do Nelson Wilians e do Fernando Cavalcanti, afinaram, falavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a voz mansinha, com luva de pelica, quase pedindo licença para fazer pergunta. E diante do senhor, porque é um trabalhador, aposentado, sindicalista, mudam o tom de voz, humilham.

Vários aqui diziam para o Nelson Wilians, "não vou chamá-lo de bandido, porque a sua sentença não está transitada em julgado". Os mesmos que aqui, para falar com o senhor, o chamavam de bandido. Os mesmos que, cheios de critérios, faziam referência a familiares destas figuras bilionárias, se dirigiam aos seus familiares, aos familiares dos dirigentes do sindicato, de uma forma preconceituosa e covarde – como eles fazem.

Não tem coisa pior, Sr. Presidente, do que abuso de poder. E abuso de poder de oficial da polícia militar, de ex-juiz, de promotor é o pior que tem. Isso é um pouco do retrato do que eles fazem. Quando eles lidam com pessoas humildes, eles são "voz grossa", autoritários e violentos. Quando eles lidam com os ricos, eles têm mão de pelica. Batem na porta e pedem desculpa. Por isso, é uma vergonha assistir à covardia da conduta desses Parlamentares dentro desta Comissão.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, se eu não tenho procuração para defender o senhor, porque não o conheço, eu conheço Frei Chico. Eu conheço o Frei Chico. Eu admiro o Frei Chico.

Frei Chico é um exemplo de brasileiro, de cidadão, um homem de mais de 80 anos, que é conhecido como Frei Chico pela sua humildade, pelos seus hábitos franciscanos, uma pessoa que nunca acumulou riqueza, uma pessoa que não tem posses, uma pessoa humilde e simples, que deveria servir de orgulho para qualquer um que está aqui.

Não tem ninguém nesta Comissão aqui que possa se declarar uma pessoa mais honesta ou melhor do que Frei Chico é. Pode ter igual, mas melhor, aqui, não tem.

O Frei Chico foi eleito Vice-Presidente do Sindnapi como uma homenagem à sua história e à sua trajetória. O Frei Chico nunca exerceu funções administrativas ou financeiras no Sindnapi. O Frei Chico é uma figura, liderança simbólica, admirado e respeitado pelos sindicalistas de todo o Brasil. Sempre teve funções políticas, nunca funções administrativas ou financeiras.

Diferentemente do que mentiram aqui sobre ele, o Frei Chico nunca precisou receber dinheiro do sindicato, como foi mentido aqui hoje que ele foi para a diretoria do sindicato para receber dinheiro como sindicalista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse tipo de preconceito escroto que essa gente espalha sobre os sindicalistas é o mesmo desprezo que eles falaram quando foi dito aqui que o sindicato tem hotéis e colônias de férias, como se trabalhadores e trabalhadoras, aposentados e aposentadas não pudessem ir para colônias de férias. Eles expressam aqui esse ódio, esse desprezo que eles têm pelas pessoas mais humildes, pelas pessoas mais pobres, que é o mesmo desprezo e ódio que eles têm pelo Presidente Lula.

E sabem por que eles acham que o Frei Chico é um corrupto ou um ladrão? Porque eles medem as pessoas pela régua que eles têm. E eles sabem que, se eles estivessem na posição de Frei Chico, como irmão do Presidente da República, eles aproveitariam para roubar, porque eles fazem parte do time do Bolsonaro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto para o Líder, por favor.

Continue, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Essa gente, Sr. Presidente, mede as pessoas pela sua régua.

Para eles, o Bolsonaro, os filhos do Bolsonaro, que enriqueceram na política, o Queiroz, a Adriano da Nóbrega, que era o braço armado da milícia no Rio de Janeiro, são pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

Prossiga, Líder, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eles admiram, eles idolatram é miliciano, é bandido, é ladrão. E eles imaginam que nós somos iguais a eles, e nós não somos iguais a eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não somos iguais a eles! Nós não somos filhos do esgoto, do pântano, da milícia, da política do ódio, da intolerância.

É por isso que eles não respeitam o Frei Chico. Eles não conseguem admirar a trajetória de uma pessoa que tem mais de 80 anos, irmão do Presidente da República, e é pobre. Não tem Mercedes, Lamborghini, iate, helicóptero, aviões, como a gente deles fez.

Hoje, Sr. Presidente, a Polícia Federal, a imprensa está dizendo, bateu na casa do Felipe Macedo Gomes, da Amar Brasil, aquele que botou dinheiro na conta do Onyx Lorenzoni na campanha, do Anderson Cordeiro, do Américo Monte, todos eles com Lamborghinis, Ferraris, helicópteros, aviões, Rolex, tênis de 100 mil... Esse é o time deles – esse é o time deles –, e essa gente enriqueceu sem trabalhar, roubando aposentado durante o Governo Bolsonaro. Foi no Governo Bolsonaro que foi aberta a porta do esquema da corrupção dentro do INSS, e essas pessoas ficaram ricas sem trabalhar. Todos bilionários.

Hoje a Polícia Federal bateu na casa deles, e veja que curioso, Sr. Presidente: segundo as investigações, Felipe Macedo, Américo Monte, Anderson Cordeiro, que têm o mesmo advogado, ao que tudo indica, utilizavam a BK Bank como elo de esquema da lavagem de dinheiro e evasão de divisas, a mesma *fintech* utilizada pelo PCC, pelo esquema do crime organizado. O dinheiro que eles roubaram dos aposentados, eles lavavam nas mesmas conexões que o PCC. Nós vamos ter oportunidade de ver essa gente toda na cadeia, e vão estar na cadeia junto com aqueles que colocaram lá.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou muito tranquilo e o Governo está muito tranquilo com essa investigação, porque nós sabemos... E foi aqui provado, tentaram criar uma retórica boba de que o sindicato teria usado da influência do Frei Chico para crescer... Bota no quadro ali, por favor, o número de associados. Olha aqui. Cresceu quando? Em 2020 e 21, Governo Bolsonaro; 22, Governo Bolsonaro; 23, cresceu 28%; já caiu em 24, caiu em 25. O sindicato se tornou muito mais forte foi no Governo Bolsonaro – foi no Governo Bolsonaro. Que influência teve o Frei Chico se entrou em 2023 na diretoria do sindicato? Não mintam para as pessoas! Frei Chico foi para a diretoria em 2023, na Vice-Presidência. Olhem lá os gráficos: 21, 22, 23, 24 e 25, diminuiu o número de associados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós esperamos que a polícia faça a sua parte e que a gente possa chegar ao final dessa investigação.

Sr. Milton Baptista, o senhor conviveu e convive com o Frei Chico dentro do sindicato. O senhor pode me dizer se o Frei Chico alguma vez teve alguma função administrativa ou financeira dentro do sindicato?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO (Para depor.) – Olha, eu não queria...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Contrariando o meu advogado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO – Contrariando o meu advogado, eu quero dizer que ele nunca teve esse papel de administrativo no sindicato, só político, político de representação sindical. Nada mais do que isso.

E não precisei, em nenhum momento, solicitar a ele que abrisse qualquer porta do Governo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, fica difícil...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue, Excelência, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É difícil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Essa turma aí não gosta de ouvir a verdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A gente fala do Bolsonaro e eles ficam loucos. A gente fala a verdade e eles ficam loucos. Essa turma é acostumada a falar sozinha. Tem que ensinar a essa turma ter educação e respeito, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, obrigado.

Para mim, foi extremamente importante ter essa oportunidade de mostrar aqui, mais uma vez, o compromisso desta CPI para botar na cadeia essa turma de corruptos, de ladrão do INSS que entrou para dentro da estrutura do Estado durante o Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, só para fazer uma fala rapidamente...

O que acabou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Fala sobre o quê?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Ele acabou de falar que policial militar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ...juiz e promotor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Respeite a categoria do policial militar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Respeite a minha instituição.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Falei de policial militar corrupto...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Eu só solicito respeito a minha instituição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Coronel.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – A minha instituição não é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, por gentileza.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... feita no esgoto, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, por gentileza.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – É feita de pessoas decentes. Não aceito esse tipo de fala, não.

Quer falar de mim, fale para mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não fale para minha instituição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, por gentileza, Coronel.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O que é isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, Senador Sergio Moro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Falei: "policial corrupto".

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, senhores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente, aproveitando aqui a...

Nós ouvimos uma fala anterior, que me pareceu um processo de beatificação do Frei Chico, mas ouvimos uma resposta do Sr. Milton Batista a respeito da atividade do Sr. Frei Chico dentro lá do Sindnapi.

Eu aproveito e pergunto ao Sr. Milton, como Presidente do Sindnapi, para que ele nos informe, porque isso nós queremos saber: qual era a remuneração do Frei Chico no Sindnapi? (*Pausa.*)

Essa é uma pergunta... Foi colocado aqui que ele não fazia nada de ilícito, que ele tinha só uma função política.

Eu não entendo por que não pode informar a nós, Sr. Milton, qual era a remuneração do Sr. Frei Chico lá no Sindnapi, no sindicato que o senhor presidia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Então, já se vê muito claramente a máscara caindo, ou seja, o Brasil está diante aqui de uma seguinte situação: o Sindnapi recebeu cerca de 599 milhões de benefícios descontados de aposentados e pensionistas. Um dado que eu tenho aqui: 247 mil dos associados já pediram restituição, afirmando que não haviam autorizado realizar esses descontos. Ao contrário do que foi falado, houve um crescimento da arrecadação desses descontos em 2023 e 2024.

Em 2022, R$93 milhões; em 2023, R$151 milhões; em 2024, R$152 milhões. Nós vimos aqui também, na apresentação principalmente do Relator, mas embasado em documentos, que o Sindnapi tem relações... Realizou transações financeiras expressivas com empresas ligadas aos dirigentes. Vimos aqui o pagamento para Gestora Eficiente: 2,7 milhões, que tem por sócia a esposa do Sr. Milton Baptista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vimos aqui pagamentos a empresas, várias empresas, relacionadas ao ex-Presidente do Sindnapi anterior, o Inocentini, por isso eu repito uma pergunta muito simples: qual era a remuneração do Frei Chico no Sindnapi? O senhor acabou de responder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... ao meu predecessor e o senhor quer dizer que o Frei Chico tinha uma atividade plenamente lícita dentro do sindicato? Eu só gostaria de saber qual que é o valor da remuneração. Eu acho que o Brasil tem direito de saber, Sr. Milton, porque o Sindnapi, e aqui eu não vou fazer um juízo de culpa, mas o Sindnapi está sendo investigado por ter recebido 599 milhões de descontos associativos sob suspeita. E 247 mil desses associados já pediram a devolução, dizendo que foram vítimas de fraude.

Do outro lado, o sindicato tem transações financeiras expressivas com pessoas e empresas ligadas aos familiares dos dirigentes, inclusive a V. Sa. E aqui, de repente, quem a gente tem dentro do quadro do sindicato, que entrou, aliás, em 2023? O irmão do Presidente da República, contratado pelo mesmo sindicato beneficiado pelas fraudes nos descontos associativos. E aqui nós temos o depoente, que vem – a gente respeita o direito ao silêncio –, mas o senhor não tem a capacidade... O senhor não tem a capacidade de informar que a relação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... foi lícita, mas o senhor não tem condições de informar a remuneração do Frei Chico?

Quem contratou o Frei Chico? Foi o Lula que pediu ao senhor para contratá-lo? Foi o Carlos Lupi que pediu para contratá-lo?

O senhor não entende que o Brasil merece uma resposta em relação a isso? Ou tem algo de errado, de ilícito nessa contratação?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Tem não. Deixa ele responder.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente, eu lamento, que uma pergunta simples como essa, e a falta da resposta aqui gera uma sombra, uma suspeita enorme em cima do Frei Chico e da relação dele com o Sindnapi, mas faço uma outra pergunta. Nós vimos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

padrão de empresas ligadas ao senhor e a outros dirigentes do Sindnapi, recebendo milhões de reais. Vamos verificar se esses pagamentos tinham causa, mas no mínimo aqui eu tenho um enorme conflito de interesse que diz já que a governança do Sindnapi que o senhor preside não atende mínimos padrões éticos, mas pergunto: havia pagamentos do Sindnapi para empresas também relacionadas ao Frei Chico, para pagamentos indiretos a ele realizados também? Se sim, quais são essas empresas?

Outra pergunta simples. O senhor pode dizer simplesmente "não", responder "não" ou "não tinha" ou pode esclarecer se havia, sim, esses pagamentos e quais são essas empresas, lembrando aqui das suspeitas existentes em relação ao Sindnapi. Havia empresas controladas direta ou indiretamente pelo Frei Chico ou que levariam um benefício indireto ao Frei Chico pagas pelo Sindnapi?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Cresceu no Governo Bolsonaro...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu tenho uma outra pergunta aqui, algo que me chamou atenção, e no princípio eu até achei favorável ao Sindnapi, que foi o fato de a Tonia Galleti...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio!

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – A Tonia Galleti, numa reunião do Conselho Nacional da Previdência Social, fez um alerta a respeito dessa fraude. Estava presente ali o Ministro Carlos Lupi e estava presente igualmente...

Presidente, eu vou pedir pelo menos a dignidade de o depoente prestar atenção às perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Porque respeito precisa também, advogado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu peço para devolver o meu tempo aqui, pelo menos um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Numa reunião aqui do Conselho Nacional de Previdência Social, 12 de junho de 2023, a Sra. Tonia Galleti, que era diretora do Sindnapi, fez um alerta ao Carlos Lupi e fez um alerta ao Wolney Queiroz, ali presente. A Sra. Tonia Galleti relatou que havia solicitado a inclusão da discussão sobre os acordos de cooperação técnica das entidades que possuem descontos de mensalidade junto ao INSS na pauta da reunião, a qual não foi aprovada, uma vez que a pauta já estava elaborada. Reforçou a sua solicitação, tendo em vista as inúmeras denúncias feitas, e pugnou por que fosse apresentada a quantidade de entidades que possuem ACTs com o INSS, a curva de crescimento dos associados nos últimos 12 meses e uma proposta de regulamentação que trouxesse maior segurança aos trabalhadores, ao INSS e aos órgãos de controle.

O senhor não é a Tonia Galleti, mas trabalhava com ela, ela era diretora jurídica do seu sindicato, certamente o senhor tomou conhecimento dessa manifestação. O senhor confirma essa manifestação da Tonia Galleti nesta reunião do Conselho Nacional de Previdência Social? (*Pausa.*)

Eu gostaria aqui de saber se o senhor tomou conhecimento de alguma providência que foi tomada pelo Sr. Carlos Lupi a partir dessa denúncia feita pela Sra. Tonia Galleti. (*Pausa.*)

O senhor, que era próximo ao Carlos Lupi, pelo que nós vimos nas fotos e pela sua própria vinculação ao PDT, o senhor alguma vez provocou o Carlos Lupi sobre esse assunto? O senhor por acaso chegou a ele e disse: "Olha, a Tonia fez um alerta, nós precisamos ver isso, estamos preocupados, isso não foi tratado na reunião"? O senhor saberia me esclarecer? (*Pausa.*)

Uma outra pergunta aqui... O dado que eu tenho é de que houve o retorno da Sra. Tonia Galleti por 26 vezes em novas reuniões do Conselho Nacional de Previdência Social. Em alguma dessas oportunidades, Sr. Milton, ela voltou a tocar nesse assunto? Por exemplo, na reunião seguinte, o Lupi falou que ia tratar na próxima reunião desse assunto de novo. A Sra. Tonia chegou ali a dizer: "Olha, vamos retomar aquele assunto"? Ou duas ou três reuniões depois, em algum momento isso foi retomado? Isso foi comunicado ao senhor? Porque a impressão que fica aqui, Sr. Milton, e essa impressão acaba sendo reforçada pelo seu silêncio – veja que o senhor não consegue responder nem a remuneração do Frei Chico ou se ele recebeu dinheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

por outros mecanismos ali do Sindnapi –, a impressão que fica é de que de alguma forma deram um cala-boca aqui no Sindnapi após essa denúncia, porque não voltou, não voltou na pauta do conselho, seja por iniciativa do Carlos Lupi, mas também não voltou pela Sra. Tonia Galleti, não voltou pelo senhor. Nenhuma providência foi tomada.

Aí o senhor pode responder eventualmente aqui: "Não, a gente não voltou nesse tema porque a gente entendeu que o Ministro não estava interessado em mexer". Mas o senhor está em silêncio. Então, o que fica, a impressão, é que o Sindnapi, talvez aqui, num primeiro momento, até...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... querendo evitar que a fraude continuasse, pelo menos por outros sindicatos, que talvez retirassem associados do Sindnapi, não voltou nesse assunto. Então, fica a impressão aqui de que alguma coisa aconteceu nesse período para dar um cala-boca nessa denúncia do Sindnapi. E como o senhor fica em silêncio, o senhor não fala nada... Eu fui Juiz por 22 anos e uma coisa eu aprendi, Sr. Milton: se o acusado, se o investigado não tem uma boa história, é melhor ele ficar em silêncio mesmo. Só que tem um detalhe aqui: nós estamos numa CPMI e o senhor está falando para o Brasil. Quando o senhor fica em silêncio, com toda essa publicidade, a aura de culpado, a impressão de culpa, de responsabilidade, fica em cima do senhor. E o senhor, aqui, de fato, perde uma oportunidade para dar esses mínimos esclarecimentos.

Veja, o senhor tem um sindicato de que o irmão do Lula é Vice-Presidente, que foi beneficiado pela fraude, que tem pagamentos feitos a familiares dos dirigentes, e o senhor não dá um esclarecimento. Esse era o momento em que o senhor devia, não para nós...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... porque nós somos – finalizando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... nós somos representantes aqui apenas da população. O senhor não está num tribunal ordinário, num inquérito policial. O senhor deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecimentos, sim, ao Brasil, sobre a relação do Sindnapi com essa fraude e sobre o papel do Frei Chico, irmão do Lula...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... que pode tentar beatificar, mas não é bem essa a história que a gente conhece em relação ao Frei Chico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Antes de passar a palavra ao Senador Contarato, o Relator tem questionamentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Milton, a sua esposa, Daugliesi Giacomasi Souza, abriu a *offshore* Dau & Be em Delaware, Miami, Estados Unidos, em janeiro de 2024, mesmo local escolhido para a *holding* do Terra Bank, ligada à Conafer, outra entidade investigada, conhecida por regras flexíveis de empresa. O senhor poderia dizer quais transações específicas foram realizadas na *offshore* que tem a sua esposa como sócia? (*Pausa.*)

Sr. Milton, quanto de dinheiro desviado foi remetido para essa *offshore*? (*Pausa.*)

Sr. Milton, o Relatório de Inteligência Financeira 132.255 apontou saques de 450 mil em espécie lá na Cooperativa de Crédito CredMetal, de que o senhor é o Presidente. Esse dinheiro foi para o senhor? (*Pausa.*)

Sr. Milton, saque de R$510 mil da mesma financeira lá, CredMetal, da qual o senhor é o Presidente. Esse dinheiro foi para o senhor? (*Pausa.*)

Sr. Milton, saque de R$700 mil da mesma CredMetal, de que o senhor é Presidente. Esse dinheiro foi para o senhor? (*Pausa.*)

Olha, Sr. Milton, já vi que o senhor é bastante seletivo mesmo. O senhor escolhe a quem o senhor quer responder.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero parabenizar V. Exa. pela condução deste trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... ao passo em que saúdo também o Relator.

Quero aqui agradecer o comparecimento do depoente, Sr. Milton Baptista, ao passo em que também saúdo aqui o Dr. Bruno, o Dr. Paulo Roberto, que brilhantemente dignificam a OAB, da qual eu também, humildemente, faço parte, essa tão importante instituição na defesa da democracia.

Como Delegado por 27 anos, eu poderia estar interrogando o pior criminoso, mas eu cumpria todas as garantias constitucionais. Então, às vezes, a gente fica aqui nesta Comissão querendo ter um comportamento imediatista e isso declara, com todo o respeito, a ineficiência, porque na polícia eu aprendi que, diante do silêncio de uma pessoa, que é uma garantia constitucional, eu tinha que ter a capacidade intelectual para provar, por provas objetivas e subjetivas, que aquela pessoa foi responsabilizada.

Dito isso, eu queria aqui também começar falando que, na sessão passada, a oposição atribuiu ao Ministro da CGU, Vinicius de Carvalho, prevaricação por não ter atuado com celeridade. Ora, prevaricação é um crime previsto no art. 319, que tem, como elemento subjetivo da conduta, o dolo. E foi na CGU que começou essa apuração juntamente com a Polícia Federal.

Eu vou desenhar aqui quem efetivamente omitiu todo o comportamento fraudulento que vitimou milhões, milhões de aposentados e pensionistas, população hipossuficiente.

Por gentileza.

Nesse documento aqui, do dia 5 de junho de 2018, a Procuradora da República envia ao Superintendente do INSS, depois Ministro do Governo Bolsonaro, José Carlos Oliveira, perguntando quais "[...] medidas a serem adotadas em âmbito coletivo para impedir que o caso se repita em relação à sociedade em geral [...]". Olha, lá em 2018, o INSS, no Governo Bolsonaro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

já tinha tomado conhecimento disso e nada fez – e nada fez. Então, a omissão ali é penalmente relevante, porque o agente tem por lei a obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Depois, nós tivemos, em dezembro – a outra lâmina, por gentileza –, o Senador que leva ao Presidente eleito Bolsonaro servidores do INSS, representantes dos peritos médicos que denunciavam fraudes de 70 milhões em descontos indevidos. São fatos, e contra fatos não há argumentos.

Outro fato importante para... Eu estou fazendo a correlação do que o Governo atual faz e o que o ex-Governo fez ou deixou de fazer para ter a sua digital ali na responsabilização.

Depois nós tivemos – outra lâmina – em que há um requerimento de informação da Câmara dos Deputados ao então Ministro da Economia Paulo Guedes e ao Secretário da Previdência, hoje um Senador aqui na nossa Casa, perguntando quais foram as providências tomadas em caso de descontos não autorizados. Veja que não foi uma nem duas vezes. Foram inúmeras vezes que o ex-Governo e as instituições foram instados a apurar esses fatos.

Depois... A próxima lâmina, por favor.

Em abril de 2019, o Ministério Público institui, com participação do INSS, um grupo de trabalho "tendo como objetivo [...] questões afetas à concessão, à manutenção e ao pagamento de benefícios previdenciários [...] [do] INSS".

Próxima lâmina.

Em 2019, Procon de São Paulo encaminha ofício que relata, aspas:

> No dia 30 [...] esteve em reunião no Ministério da Justiça com participação do ministro [...] [da Justiça, então, hoje Senador] [...] e do presidente do INSS, Renato Vieira.
> Durante a reunião, o Diretor Executivo [...] levou a sua preocupação com os descontos abusivos [...] [relacionados aos] benefícios dos aposentados por associações [...] desde 2017, foram registrados mais de dezesseis mil atendimentos no Procon [...].

Próxima lâmina.

São fatos. E esses fatos... Eu espero que o Relator tenha a honestidade intelectual para não ter uma apuração seletiva, porque assim como eu tenho minha consciência tranquila de ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinado essa CPMI, porque eu aprendi que todos somos iguais perante a lei, isso está no art. 5º da Constituição Federal, independente de raça, cor, etnia, religião, origem, todos que de qualquer forma tenham contribuído para essa prática criminosa que vitimou milhões de aposentados têm que ser responsabilizados.

Agora, eu espero que tanto o Relator como esta Comissão tenham a sobriedade e a honestidade intelectual para atribuir responsabilidade a todos, doa a quem doer, mas lembrando que para responsabilizar criminalmente uma pessoa, a premissa está no Código Penal, no art. 18, parágrafo único: "Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente". E eu estou provando aqui que a omissão de todas essas pessoas foi relevante. Isso não sou eu que estou dizendo, isso está no art. 18, quando diz que a omissão é penalmente relevante quando a gente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Então nós temos que ter a responsabilização criminal de quem efetivamente tenha digital.

Próxima.

Então, aqui... O que eu quero aqui enaltecer e falar é: diante de todas essas denúncias aqui, onde estava a CGU? Onde estava a Polícia Federal? Onde estavam os órgãos de fiscalização e controle?

Foi no Governo Bolsonaro que teve ali impedindo a revalidação para reanálise de todos os documentos de durante todo o Governo Bolsonaro. Foi no Governo Bolsonaro que nós tivemos todas essas denúncias por documentos, por documentos. A prova ali são provas contundentes. E o que o Governo Bolsonaro efetivamente fez? Agora foi no Governo do Presidente Lula que a Polícia Federal, com autonomia...

Prova disso que é autonomia, que hoje teve medida cautelar aqui em qualquer entidade associativa. Eu nunca vi esse cidadão que está aqui na minha frente. E acho que se quem de qualquer forma concorreu para um fato criminoso, tem que ser responsabilizado. Agora o que nós tivemos foi, efetivamente, o que está escrito ali: "Vou interferir, ponto final", disse Bolsonaro após reclamar da Polícia Federal. E esses foram fatos. Nós tivemos o Ministro da Justiça no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Bolsonaro que saiu falando que estava deixando o cargo porque ele estava querendo interferir na Polícia Federal.

O Governo do Presidente Lula, nós estamos no Lula 3, as instituições são fortes. A Polícia Federal tem autonomia, a CGU tem autonomia. E a forma como você fortalece e mantém uma democracia é fortalecendo as instituições. E isso é uma prova contundente, uma prova contundente da participação do Governo do Presidente Lula na responsabilização para toda e qualquer pessoa que tenha concorrido para essa famigerada conduta perniciosa, cruel, hedionda, degradante que vitimou milhões de aposentados.

Eu queria fazer uma pergunta ao depoente. Chegou às minhas mãos um documento que o Sindnapi, ele teria feito, protocolou quatro denúncias sobre associações fraudulentas em dois mil e... Protocolou na OAB, protocolou no Ministério Público de São Paulo em 2016, protocolou na Delegacia de Polícia do Estado de São Paulo, Delegacia de Proteção ao Idoso, protocolou na Delegacia de Polícia de São Paulo também do Idoso. São quatro denúncias em que a entidade na qual o senhor é Presidente teria provocado, desde 2016...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... denunciando associações fraudulentas.

O senhor pode, por gentileza, confirmar se essas denúncias foram efetivadas?

E, se foram, Presidente, eu só queria fazer um requerimento: que fosse buscada das instituições qual foi a resolução dessas denúncias aqui elencadas.

Se o depoente puder, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor confirma essas denúncias que o Sindnapi fez a OAB, Ministério Público, Delegacia do Idoso, sobre outras entidades associativas fraudulentas? É só isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Presidente, ele vai ficar em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele vai permanecer em silêncio.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Sr. Presidente, então eu requeiro que sejam oficializadas todas as instituições que eu citei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... com o número do protocolo das denúncias, para saber qual foi o resultado dessas investigações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeito. Basta o requerimento, Excelência, para ser avaliado.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Trocou com o Marcel van Hattem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Troquei não, fizemos uma alternância aqui. (*Risos.*)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados, testemunha, eu vou começar aqui, infelizmente, repetindo aqui o que tem que ser repetido, porque a repetição, eu aprendi como professor que fui, traz o conhecimento – ao contrário da esquerda aqui, que acha que isso tem que ser aprendido empiricamente. Está aí o Paulo Freire para nos mostrar o empobrecimento da educação brasileira com esses métodos do tal do construtivismo, né? Então, vamos repetir.

Nunca houve, gente, revalidação – nunca! – em mais de 30 anos de ACTs. Nunca. Quem propôs isso foi o Governo do Presidente Bolsonaro. Por favor, aprendam. Não houve omissão. O Governo inicia com a medida provisória de combate a fraudes, que é a 871.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, quem combate a MP é o PT: vota contra e faz uma série de emendas para impedir a revalidação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor – silêncio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Por favor, aprendam, porque isso está nos autos – para a gente não ficar repetindo aqui depois que a gente escuta inverdades.

Segundo, o Governo Bolsonaro, além do que eu já falei, faz o Decreto 10.410, Instruções Normativas 110 e 128, onde, mesmo com a perda pela lei da revalidação em 2022, combatida pelo PT, obriga a autarquia – porque decreto e instrução normativa obrigam a autarquia. E isso foi colocado por terra em 2024 pelo Governo do Lula.

Aliás, em 2023, o Governo do Lula, abre mão da obrigação nas ACTs de que os benefícios teriam que passar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... os novos associados tinham que passar pela Diretoria de Benefícios. E, a partir daí, se abrem as portas do inferno.

Bom, isso dito, além de que a única vez na história, em mais de 30 anos, que entidades foram descredenciadas por denúncias foi: em 2019, quatro; em 2020, quatro, mais uma suspensa. São nove.

Bom. Agora deixa eu falar de uma outra coisa. Eu queria que vocês observassem esse quadro aqui. Eu quero contar para os senhores – não é uma narrativa, é um fato –, para a gente entender o que é a república sindical, viu, meu amigo, Magno? Para a gente entender o que é a república sindical no Brasil. Isso começa em 1943, quando o Sr. Getúlio Vargas se espelhou num cidadão chamado Benito Mussolini, que é o pai do fascismo.

Pois é, num documento chamado *Carta del Lavoro*. E essa situação criou o que a gente chama de pelegos, sindicatos atrelados ao governo, porque a carta sindical quem dava era o governo. Então, essa estrutura, essa república sindical é o que financiou a esquerda historicamente do Brasil. Está aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2017, eu tive a honra de ser Relator da reforma trabalhista. Eu acho muita graça, quando o pessoal: "Olha, Rogerio Marinho e tal". Senhores, eu fui o Relator da reforma trabalhista. Então, foi nossa a proposta de acabar com o imposto sindical obrigatório. O que é que aconteceu? Três bilhões por ano eram retirados dos trabalhadores brasileiros na proporção de um dia de trabalho e eram entregues a quase 17 mil sindicatos no Brasil. Na hora em que nós transformamos essa obrigatoriedade numa condição de que o trabalhador podia fazer ou não, não tinha mais obrigatoriedade, isso cai para menos de 3%, o que mostra que o trabalhador não se sentia representado pelos sindicatos.

Qual foi a consequência disso? Por que é que eu estou falando aqui? Porque na hora em que seca a fonte do recurso fácil, do imposto que era retirado dos trabalhadores, essa turma toda se volta para outras formas de se financiar. Então, você tinha entidades que historicamente viviam do imposto sindical. Qual é a próxima fonte? Vamos para cima do INSS. Só que, quando chegaram lá, a porteira estava fechada. Por quê? Vejam, por favor o próximo quadro.

Tem que ficar do lado correto. Não esse, o outro. O outro. Não esse, o outro. Esse é por último, por gentileza. Esse aí.

Vejam que lá nós chegamos de novo – para repetir para os senhores entenderem – a 2,778 milhões de associados, janeiro de 2019. Entregamos, ao final de 22, em dezembro, 2,170 milhões. Menos 70 mil associados. Estão aí os fatos, estão aí os números. Houve problemas? Houve. Ninguém aqui está querendo passar a mão na cabeça de ninguém. Agora, em dois anos e meio, são mais de 5 milhões de novos associados – foi de baciada–, isso aconteceu porque os instrumentos de segurança foram colocados por terra.

Eu, inclusive, quero me dirigir ao Sr. Milton. Eu não estou me dirigindo à V. Sa., porque V. Sa. já disse que vai ficar em silêncio, estou respeitando a posição de V. Sa. Então, estou fazendo aqui uma avaliação, uma análise de outra forma.

Nós temos aqui o quadro seguinte que aí eu vou... Eu vou colocar para reforçar a nossa tese aqui. Vejam que isso é da CGU, e os dados anteriores foram conseguidos por LAI (Lei de Acesso à Informação) do próprio INSS. O que é que a CGU está dizendo? Em 2025, foi feita uma auditoria da CGU: dos 500 mil pedidos de inclusão feitos pelo Sindnapi, nós temos 73 mil que foram incluídos, apenas 14,4. Então, 274 mil não foram aceitos, porque eram benefícios com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconto, que já tinham desconto, já tinham algum outro desconto de uma outra associação. E 127 mil eram benefícios bloqueados, 14 mil eram não ativos e outros 11 mil... Sabe o que significa, gente? Que era baciada, se compravam dados e se entregava da maneira que queria, porque o Governo do PT abriu mão dos controles. Então não precisava mais passar na Diretoria de Benefício, mandava direto para a Dataprev.

Dito isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... nós estamos tratando aqui com um sindicato, um sindicato de Dr. Milton, que hoje é o Presidente, e antes era o João, um sindicato que tem uma vida longeva, não começou agora, e de um cidadão, que está aqui na nossa frente, que merece todo o nosso respeito, mas que tem um histórico com o PT, com o PCdoB, com o PDT, com o Partido Democrático Trabalhista, porque pertence – e o próprio sindicato dele é –, filiado à Força Sindical, que é antagônica hoje à CUT, que são as duas maiores centrais sindicais brasileiras.

Então, o que nós estamos vendo dessa estrutura que foi demonstrada aqui pelo nosso Relator, de que empresas familiares recepcionaram recursos e, aparentemente – aparentemente –, lavaram esses recursos... Nós temos quase R$6,5 milhões que foram sacados na boca do caixa. Nós temos a Sra. Tonia Galleti, que é a filha do antigo Presidente, que faz uma denúncia e depois se retrata. Essa senhora e o seu marido receberam mais de R$10 milhões nesse meio tempo – 10 milhões –, deve ter sido o motivo, suponho, da sua retratação. Nós temos aqui uma situação em que, infelizmente, se fala da questão de "ah não, vamos separar o joio do trigo. Uma coisa são os sindicatos; outra, associações de picaretas"... Me desculpe, se irmanaram na mesma ação de roubar o aposentado, de roubar o trabalhador brasileiro, com o mesmo *modus operandi*.

A previdência foi invadida por quadrilhas de sindicatos ligados aos trabalhadores, desculpe, organizados pelos trabalhadores, de PT, de CUT, de Força Sindical, de UGT, e também por picaretas. Então nós temos um conluio que buscou se locupletar em função da derrubada das travas de segurança que foram estabelecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O INSS, meus senhores, paga mais de R$1 trilhão por ano hoje. Há quase 40 milhões de beneficiários. É evidente que fraudes sempre vão existir. Agora, há duas formas de se tratarem as fraudes: ou com proatividade, no sentido de levantar barreiras e buscar punir infratores e evitar novos problemas, ou com leniência e cumplicidade.

É evidente que dentro da estrutura do INSS existem pessoas que facilitaram essa situação. Nós temos aqui, já comprovado pela quebra de sigilo, pessoas que ocuparam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... postos relevantes dentro do Ministério da Previdência e que compraram bens vultosos, que receberam recursos, que se associaram com aqueles que operaram o sistema, que já vieram aqui depor. Nós sabemos disso.

Por isso, eu fico muito preocupado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, quando nós estamos aqui perdendo tempo, ao invés de buscarmos tratar com esses que foram identificados com a quebra do sigilo – e nós já sabemos que receberam vantagens –, para que eles possam dizer quem os apadrinhou, quem permitiu que eles pudessem burlar a legislação e os controles que foram erguidos dentro do Ministério da Previdência. Eu acho que esse, ao fim e ao cabo, é o destino, ou o futuro, ou o objetivo de cada um de nós aqui.

Agora, tem muita gente aqui cumprindo missão, Sr. Presidente. E a missão, infelizmente, não é das mais nobres. Faz três semanas que nós assistimos aqui a um espetáculo de blindagem. E eu espero que no futuro isso não se repita – não por mim, mas por aqueles que foram burlados e lesados e querem justiça. E com certeza terão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Rogerio Marinho.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas Parlamentares, Relator, eu queria primeiramente dizer ao Sr. Milton– ele já deixou claro que não vai responder às perguntas – que eu acho que o senhor perde a oportunidade, Sr. Milton, de trazer as informações a esta Comissão, de trazer esclarecimentos. Esta Comissão está ouvindo as entidades, como Conafer, Amar Brasil e tantas outras. E o Sindnapi poderia aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentar exatamente o que é que o sindicato fez, o que é que essa entidade fez para combater fraudes. Inclusive, algumas informações chegaram a esta Comissão. E, por isso, eu acho que o senhor, ao decidir não falar na Comissão – naturalmente, o senhor fez as justificativas iniciais –, perde esta oportunidade. E aí, por conta disso, não vou fazer perguntas ao senhor.

Quero também reafirmar, Presidente, que eu atuo, sou Parlamentar há 20 anos, e, nesses 20 anos, eu já participei de várias CPIs. A minha conduta no Congresso Nacional – todo mundo conhece – é uma conduta muito combativa em nome daquilo em que eu acredito, mas com muito respeito, respeito aos colegas. Nunca tive nenhuma atitude para diminuir quem quer que seja, nunca entrei na vida pessoal de ninguém, mas a minha postura sempre foi uma postura voltada para defender aquilo em que eu acredito e buscar uma investigação rigorosa quando faço parte realmente das Comissões. E é exatamente isso que nós estamos fazendo nesta Comissão.

Aqueles que, por exemplo, tentam colar uma imagem de que a base do Governo não quer investigar... Não cola. Não cola, porque, desde o primeiro momento nesta Comissão... E eu acho que nós só tivemos aí votações com destaque... Se não me foge a memória, duas votações apenas. Todas elas foram votações por unanimidade, porque, na condução do Líder Pimenta, nós temos defendido de fato a investigação de forma rigorosa, aprovando todos os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... aprovando todos os requerimentos que de fato chegam a esta Comissão.

Agora, uma coisa que a gente não vai admitir é a tentativa de desconstruir ou de derrubar a reputação das pessoas ou de tornar esta Comissão um ambiente de luta e de embate dos estados, uma luta baixa, provinciana, uma luta que não contribui, não fortalece o que deve ser o espírito de fato desta Comissão.

E, quando eu digo derrubar ou tentar destruir reputações, é o que eu coloquei aqui no início dos trabalhos desta Comissão: que, de fato, a oposição nesta Comissão iria tentar colar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo vapor a imagem do irmão do Presidente Lula em relação a essa fraude que está acontecendo na Comissão. Um colega falou: "Olhe, a história do Frei Chico é uma história ruim". Que história ruim?! Não diz qual história ruim, porque não é uma história ruim. Quem conhece, quem acompanha o Frei Chico sabe exatamente toda a sua trajetória, nos seus 83 anos de vida, começando na sua juventude – porque ele começou lá em 1950, quando, no ABC, ele já iniciou a sua vida sindical –, toda ela foi marcada pela luta da defesa trabalhista.

E aí eu quero dizer que, por exemplo, os sindicatos foram fundamentais para as garantias dos trabalhadores que nós temos não apenas no Brasil, mas no mundo. Quando você fala do salário mínimo, quando você fala do décimo terceiro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Quando você fala, por exemplo, das férias, do descanso semanal, da garantia das oito horas de trabalho diária, tudo isso foi resultado da organização sindical no Brasil e no mundo, e foi exatamente essa luta que evidenciou a defesa e os direitos trabalhistas no Brasil. E é este Governo do Presidente Lula que faz manter essas garantias. O Governo anterior foi notabilizado pela desconstrução das lutas trabalhistas; e esse é notabilizado pela defesa e garantia dos trabalhadores no Brasil.

E assim é a trajetória do Frei Chico. Aliás, ele carrega esse nome porque tem uma luta e tem uma trajetória franciscana de alguém que não adquiriu bens, de alguém que foi desprovido do patrimonialismo, mas alguém que, de fato, defendeu a vida, defendeu a dignidade, defendeu as pessoas, porque ele foi torturado durante a ditadura militar. Ele lutou de forma pacífica e não armada, inclusive, contra a ditadura militar. Essa é a trajetória do Frei Chico, que, aos 83 anos de idade, pelo fato de ser irmão do Presidente Lula, tentam colar nele uma imagem de que, de alguma forma, ele teria contribuído para essas fraudes, ele que, aliás, é um defensor dessa investigação. Inclusive, nas entrevistas que ele tem dado e nas falas que ele tem dado para a imprensa até o presente momento, ele faz essa defesa inconteste do aprofundamento da investigação por parte da CPMI. Por quê? Porque ele tem a clareza e ele tem a segurança e a transparência de que, de fato, a sua postura até o presente momento foi na defesa do aprofundamento da investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, se instituições como a Amar Brasil, como a Conafer, como tantas outras aí que estão no olho do furacão, que passaram por quatro ou cinco governos e de forma crescente aprofundaram inclusive... E aí é bom sempre lembrar: todas elas que chegam a um desvio, ou melhor, a uma arrecadação, levantamento de R$6 bilhões... Mais da metade desse valor foi resultado de autorizações de ACTs feitos no Governo do ex-Presidente Bolsonaro. Ou seja, tentam imprimir, mas não conseguem colar. E aí tentam buscar na vida de um homem íntegro, correto, que foi torturado por essa polícia que é venerada pela extrema-direita no Brasil... O Doi-Codi torturou durante vários anos, inclusive, o Frei Chico. E aí, então, tentam colar neste homem que tem uma vida com muita idoneidade... E, na verdade, foi construída – em cima de um trabalho probo, de um trabalho honesto – a pecha de que, de alguma forma, teria uma relação com essas fraudes hoje do INSS.

O que todos nós sabemos e que o Brasil inteiro está sabendo, de norte a sul deste país, é que todo o processo de desconto ilegal ocorreu nas instituições que foram irrigar contas poderosas e bilionárias no Brasil, como de alguns empresários que já vieram aqui, detentores de grandes escritórios de advocacia no Brasil.

Mas eu quero finalizar com a minha defesa que faço sempre aqui desta Comissão. Para além de escritórios de advocacia, para além de consultorias, para além de empresas, há apadrinhamentos políticos que precisam ser reconhecidos e achados pela investigação desta Comissão.

É por isso que nós temos aprovado, por exemplo, todas as quebras que têm a ver com esta Comissão, para que nós possamos entender quem são os políticos que realmente protegem e que vêm, de anos anteriores, protegendo essa verdadeira máfia, essa organização criminosa que retirou o dinheiro dos aposentados do Brasil. E será esse, Presidente... O nosso trabalho será esse, e vamos continuar, de forma firme e de forma intensa, essa investigação dos nossos trabalhos aqui nesta CPMI.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Deputado Mauricio Marcon, que substitui o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Olha, ver colegas aqui passando dez minutos defendendo o irmão do Lula, cujo Presidente está aqui, o do sindicato do irmão do Lula... Você vê que se perdem na matemática. A matemática às vezes desmente as próprias mentiras que tentam sustentar. Ouvi aqui – e podem buscar aí nas notas taquigráficas – que o Frei Chico, esse santo brasileiro, começou a sua luta sindical em 1950, colega Luiz. Ele começou, Presidente, com oito anos na luta sindical. Vejam vocês que homem diferenciado, que, com oito anos, já estava botando a mão no dinheiro dos outros. Realmente, o DNA petista é este: começa cedo. E quem disse isso não fui eu. Quem disse isso foi a colega que me antecedeu, dizendo que começou em 1950 a caminhada sindical de Frei Chico.

Mas, Presidente, que bom que tem a matemática, né? A gente derruba mentira com números. Então, é bem tranquilo.

Quando o Cavalo chegou aí, o Sr. Milton Cavalo, que, aliás, é apelido, acho, de guerra, né? Tem quem era chamado de montanha, tem quem é chamado de cavalo. Então, quando tem algum problema, o pessoal bota apelido.

Chegou num semblante, colega Caveira, bastante triste, abalado, assim, tenso, talvez porque ele soubesse que tinha, no sindicato do irmão do Lula que ele preside, milhares e milhares de reais em espécie, roubados de pessoas inocentes, muitas delas acamadas.

Procurei algumas imagens do senhor nas redes sociais. Sempre muito sorridente, muito contente, abraçado em figuras do petismo. Sempre muito austero, assim, muito... Nossa! Agora, aqui, um semblante depressivo, triste, abalado.

Eu quero dizer para o senhor que eu tenho uma filha de 25 dias em casa me esperando hoje. Eu vou chegar em casa, vou olhar pra ela e vou dizer: "Filha, teu pai não roubou aposentado, teu pai não rouba ninguém". Eu fico pensando que tipo... Eu espero que, se o senhor tiver filho, que os filhos não sigam o seu exemplo, porque deve ser...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Isso configura constrangimento.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – ... porque deve ser uma tragédia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Isso configura... É lógico! É lógico!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não, Presidente, isso está dentro do escopo...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Pela ordem, Excelência. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Pela ordem, Excelência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhores.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Isso é nítido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Deputado Marcon.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, art. 22, Presidente. Art. 22, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por favor. Excelência, por gentileza. A fala do Líder não tem nenhuma ligação direta com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui entra a Oposição e o Governo, cada um com sua fala. Agora, a fala de V. Exa. está sendo diretamente ao depoente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 22. Advertir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu peço a gentileza de, por favor, no tratamento, com cordialidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 22, Presidente. Advertido.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – O Presidente de determinado sindicato está sendo investigado. Inclusive, entregou material para mostrar para o pessoal que está em casa. Aqui, ó (*Fora do microfone.*) Sabe quanto custa fazer isso aqui? Porque é caríssimo para fazer. Foram no meu gabinete entregar, dizer que eles não são... Eles são diferentes.

Aqui, se vangloriam, colega Cabo Gilberto, de terem 300 mil associados. Segundo Gaspar nos disse, mais de 90% nem sequer sabe que isso aqui existe. São assaltados, dinheiro roubado.

E, aqui, a gente começa a ver, Presidente... Aqui, foi o *Metrópoles*. Então, se eu não puder falar, foi o *Metrópoles*. Um sítio que esse cidadão tem, caro contribuinte brasileiro, era assim, não tinha nada, vazio. Agora, tem até uma piscina de 50m², dele – dele, a piscina! Sítio dele, com 50 m² de piscina, fora a mansão que construiu com dinheiro subtraído de, inclusive, Relator, acamados, como o senhor mostrou hoje, pessoas que tiveram derrame, mas eles descontavam.

E, aqui, a gente vê uma defesa enfática: "Não, veja bem, um sindicato sério, um sindicato honesto, um sindicato com história de muito trabalho pelo país". Sindicato que tem o irmão do Presidente da República envolvido em roubo de pessoas vulneráveis.

Hoje, vem aqui, bastante comedido, aliás, usando de uma prerrogativa de *habeas corpus* para não falar, do mesmo Ministro, Presidente, que condenou uma mãe de família com duas crianças pequenas em casa por ela ter pegado um batom e escrito duas palavras numa estátua de concreto. Essa ficou dois anos presa. Ele pode não falar, mesmo tendo seu sindicato, presidido por ele, que é do irmão do Lula, assaltado milhares de pessoas inocentes neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam vocês que esta é a Justiça do Brasil hoje: você pegar um batom e escrever duas palavras numa estátua, 17, 15, 16 anos de cadeia; você ter dinheiro guardado nos cofres do sindicato, roubado, você ter um sítio com uma piscina que é maior do que muita casa de que esse sindicato roubou de aposentados, aí você tem a prerrogativa de vir aqui e só responder ao Líder do Governo, porque a esse eles respondem.

Aliás, eu vou criticá-lo hoje, Gaspar: péssimo trabalho o seu. Tinha que ter falado com o Líder do Governo para fazer as perguntas. Daí eles respondiam. Você entendeu? Tem que falar com quem está junto, com quem se entende, com quem está ali juntinho. Aí eles vão responder. Então, nós teríamos tirado hoje, meu amigo Gaspar, muito desse depoente, que logo vai estar preso. Eles devem ter prometido para ele "não, o senhor não vai ser preso, vai lá quietinho que a gente vai limpar sua barra". Vai ser preso! Você, a sua esposa... Pense nos seus vizinhos, nos seus amigos, nos seus colegas que o acompanharam vendo que o senhor era chefe de um sindicato que, na realidade, é uma organização criminosa montada para desviar dinheiro de pessoas, às vezes, acamadas.

Eu vou lhe dizer uma coisa para terminar, Presidente: todos nós vamos morrer um dia, todos. Agora, eu estou me esforçando para ir lá para cima. Agora, tem gente que rouba de acamado, que, olha, vai ter que se puxar bastante.

Então, eu quero lhe dizer que, hoje, o senhor perdeu uma grande oportunidade de vir aqui e dizer: "Olha, estou arrependido pelo que fiz". Jesus perdoou um bandido na cruz, poderia perdoá-lo também, e o senhor sairia engrandecido, mas não. Ao lado, tem um advogado que, para respirar, dizia: "Pode respirar agora. Agora, não respira. Agora, responde. Agora, não responde". O senhor era um leão na hora de ir lá abraçar o pessoal do Governo e fazer os descontos indevidos, mas, aqui, parece mais um gatinho, mais quieto, mais comedido. Vejam vocês como é a vida: ela dá voltas. Tenho certeza de que o PT vai te esquecer numa cadeia. O senhor vai ficar lá porque o senhor vai limpar a barra talvez do irmão do Lula, e aí, meu amigo, acabou advogado caro, acabou a proteção, porque daí o senhor é a testa de ferro.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Excelência, pela ordem.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Meu Deus do céu! O que é que eu falei de errado agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE – Pela ordem, sim! Eu posso falar pela ordem.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – O que é que eu falei de errado agora?

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone*.) – Eu posso falar pela ordem.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Hein? Me diga...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone*.) – Eu vou falar pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone*.) – ... quantas vezes for necessário.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Não... Presidente, virou várzea, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone*.) – Eu posso e vou falar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Eu tenho mandato, amigão.

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone*.) – Tem uma ... que foi aprovada nesta Casa!

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Eu tenho mandato aqui!

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone*.) – Nesta Casa!

A lei federal foi aprovada nesta Casa!

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone.*) – Posso e vou falar!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone.*) – Eu posso e vou falar!

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Apontando dedo para Parlamentar?! Se ponha no seu lugar, rapaz!

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone.*) – Você está apontando dedo para mim também!

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Se ponha no seu lugar, rapaz!

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone.*) – Você está apontando o dedo para mim também!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor doutor, por favor...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Olha aí, Presidente...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone.*) – Ele que tem que me respeitar!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ô, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor...

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone.*) – Advogado caro... O senhor nem me conhece!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza...

Gente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Excelência, só um instante.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) – Eu queria essa sua...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marcon... Marcon... Calma, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone.*) – Não aponte o dedo!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone.*) – Não aponte o dedo!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

Cabo...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Não aponte o dedo para Deputado, não, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Não aponte o dedo para mim!

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone.*) – E por que ele pode apontar o dedo para mim?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Não aponte o dedo para mim!

O SR. BRUNO GARCIA BORRAGINE (*Fora do microfone*.) – E por que ele pode apontar o dedo para mim?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Não aponte o dedo para mim!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor advogado, por gentileza...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ô, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores, parem...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Não aponte o dedo para mim!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, parem...

Senhores, parem, por gentileza...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Abuso de autoridade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Senhores, por favor... Por favor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Não aponte o dedo para mim!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Abuso de autoridade...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Não aponte o dedo para mim!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Abuso de autoridade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Não aponte o dedo para mim!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Eu sou Deputado...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, eu sou Deputado!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Eu vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Parem, por gentileza.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos... Parem, por gentileza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Não aponte o dedo para mim, que...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor...

Excelência, espere um instante.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Aqui não é o filme Tropa de Elite, calma.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marcon... Senhores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marcon...

Ô...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O Marcon tem dois minutos ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou pedir, mais uma vez...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 22...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... não se dirija ao depoente, por gentileza.

Senhores, por favor, é o segundo alerta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – No terceiro, vai ser retirado da sala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhor, por gentileza...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sou o "subpresidente". (*Risos.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Já tem outro Presidente aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marcon, eu vou lhe devolver os dois minutos, mas V. Exa. fará um acordo comigo: não se dirigirá mais ao depoente.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, um minuto.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Presidente, eu quero parabenizá-lo... (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – ... pela condução.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – O senhor está tentando ser equilibrado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso, exato.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – ... e é assim que tem que ser.

Mas eu quero lhe dizer, Presidente, que, em nenhum momento, eu falei nada de errado. Nós chegamos no extremo aqui de um advogado que eu respeito apontar dedo para Parlamentar. Isso aqui não é a casa da mãe Joana, Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou falar para a minha mãe!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marinho, por favor.

Nós fomos muito bem até agora e vamos continuar bem.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou só dizer mais uma vez: não se dirija mais ao depoente. Caso contrário, eu sou obrigado a cassar...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Mas eu nem dirigi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... eu sou obrigado a cassar a palavra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor tem um minuto para encerrar, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Olha, Presidente, para concluir, então...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor...

Senhores...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ele está sendo provocado, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tem Parlamentar que tentou ir para a propaganda, e deu errado; aí tentou corrigir as tragédias que aconteceram no Rio Grande do Sul, e deu errado. O Governo colocou aqui que vai dar errado também.

Então, Presidente, quero lhe dizer, parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Agora, assim... O senhor me desculpe, mas a indignação do povo brasileiro que eu recebo nas mensagens eu tento passar aqui. É inadmissível que uma mãe de duas crianças foi presa por dois anos e que uma pessoa que roubou inocentes esteja aqui protegida por um *habeas corpus*.

Pessoas decentes não têm como não ficar indignadas com isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Senhores, só um minutinho.

Eu sei que os eventos são complicados, mas eu gostaria que fosse a última vez que nós tivéssemos aqui qualquer discussão com os advogados ou com os depoentes e especialmente aos gritos, porque nós temos um procedimento, temos todo um Regimento Interno. Nós temos toda uma série de... Nós temos que trabalhar e mostrar às pessoas o que está acontecendo. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós perdermos o controle e o completo respeito a quem quer que seja, de que vai valer o nosso trabalho aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu estou dizendo isso do geral. E aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente, uma pergunta a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, deixe-me só terminar aqui.

Falando de Parlamentar para Parlamentar, eu detestaria ter que colocar alguém para fora da sala por conta do art. 22, detestaria isso para qualquer um dos Parlamentares, mas, quando eu instá-los por silêncio, por gentileza, vamos fazer silêncio. Vamos dar sequência ao trabalho em respeito uns aos outros.

Os advogados estão aqui e têm que ser respeitados. Eu já pedi urbanidade e a forma de se dirigir a qualquer pessoa aqui sem pré-condenação. Os senhores têm o direito de falar o que desejarem, têm imunidade material, imunidade parlamentar, mas a pré-condenação ou o trato deselegante ou mesmo agressivo não cabe aqui dentro da nossa forma de relacionamento desta CPMI. E eu vou ser muito duro com isso e volto a dizer: detestaria, mas se for preciso, eu vou pedir que o Parlamentar que não acompanhe o que a gente está falando que saia da sala.

Com a palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro. Deixe-o só terminar a pergunta.

Pois não, Paulo Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas ele tem que se dirigir ao depoente, Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... com urbanidade e educação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A pessoa... Não, olhe...

A começar pelo seguinte: a pessoa ser chamada de ladrão? A pessoa não está condenada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho...

Deixe-me... Deixe-me... Deixe-me abafar esse...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Covarde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... terminar essa questão aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O advogado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Imunidade não inclui ofensa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O advogado que eu respeito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Imunidade não inclui ofensa. Imunidade é a pessoa falar e colocar o que pensa, mas ofensa não inclui. Então, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Ele se dirigia a V. Exa... Ele precisa se dirigir a V. Exa... Ele não tem que se dirigir ao Parlamentar com provocação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor ofendeu...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu estou falando com o advogado, assim... Conversei com ele hoje com muita urbanidade, sujeito inteligente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... educado, mas eu já comandei muitas CPIs e eu sei que o advogado pode falar com o seu cliente. V. Exa. tem conduzido muito bem isso. E é sempre... E a questão de ordem do advogado ao Presidente tem que ser por escrito. Passar aí para o senhor, e o senhor defere ou indefere.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Defere ou indefere?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, Pimenta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O que aconteceu aqui... Esse incidente não tem a ver com o Parlamentar. Ele tem que se dirigir, de fato, ao depoente senão ele vai se dirigir para a parede.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador pela posição, pela colocação, mas eu vou usar esse exemplo para todos os outros.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nossa imunidade não nos dá o direito de ofensa. Nós não estamos aqui num julgamento moral ou mesmo para poder fazer qualquer tipo de condenação ou pré-condenação. Nossa função aqui é investigar. Deixe a Justiça fazer a condenação.

Então, eu peço aos Srs. Parlamentares... Nós ainda temos aqui, pelo menos, mais 25 inscritos...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, mantenham a calma, a tranquilidade, exponham ideias, é o que a população brasileira quer ver.

Pois não, Líder...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu quero fazer uma pergunta a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... sobre a interpretação do art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se porventura um Parlamentar estiver usando a palavra e se refere ao Relator de forma desrespeitosa, sem citar o nome dele, e falar "o Relator!", ou se um Parlamentar se referir ao senhor, sem citar o seu nome, e disser "o Presidente!", cabe art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Se não houve ofensa...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não. Se for de forma desrespeitosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ao ser citado, não há problema algum, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – De forma desrespeitosa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não cabe.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Chamando assim: "O Relator..." "O Presidente....". Cabe o art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou lhe dar aqui um exemplo claro. O Senador que estava ali há pouco, Contarato, disse: "Espero que o Relator tenha aqui...."

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não, não. De forma desrespeitosa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator não pediu, nem eu concederia.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas eu estou dizendo o seguinte: cabe, se não citar o nome, mas citar a função que a pessoa exerce, cabe art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se não houver ofensa, não cabe art. 14.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu fui ofendido como Líder do Governo! Ele se referiu a mim de forma desrespeitosa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, eu não estou entendendo aonde o Líder está querendo chegar! Eu acho que ele está querendo...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, eu estou conversando com o senhor de forma respeitosa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Nós vamos esclarecendo ponto por ponto aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tem que ser uma questão objetiva!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ponto por ponto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu só estou perguntando de forma educada, respeitosa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não cabe, Excelência. Não cabe, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se a pessoa ofende de forma covarde, sem ter coragem de dizer o meu nome...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não cabe, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mesmo assim eu não posso me defender?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não cabe, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se não fosse covarde, tinha citado o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois é, mas não cabe, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Foi covarde para eu não poder me defender. É isso, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Não cabe.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Vocês acham que o Deputado que me antecedeu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente, eu quero...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – ... ensejou art. 14 à pessoa que chamou de covarde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora Eliziane Gama.

Senhores! Senadora Eliziane Gama.

Senhores!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – É que o Parlamentar que me sucedeu fez uma referência a mim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas ele citou o nome de V. Exa.?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, é até um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, então...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não posso abrir exceção...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não posso abrir exceção, Senadora, porque senão todos os outros aqui terão direito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente, é porque ele falou que eu dei um dado errado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... e nós não vamos...

Não, Excelência. Lamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Ele citou textualmente o meu nome, falando que eu dei uma data errada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi o que eu acabei de responder. Não houve citação ao nome de V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – E de fato, Presidente, a bem da verdade, ele falou que eu fiz referência ao Frei Beto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Frei Chico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Oh, perdão! Frei Chico.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O nome do homem é até Frei Chico! Ninguém falou disso, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, pois é, ele falou que eu falei que o Frei Chico – pois é – teria iniciado a vida sindical dele em 1950. De fato, a data foi 1969. Em 1950 foi que ele foi para São Paulo. Aliás, foi a única coisa que ele conseguiu me refutar. As demais ele não conseguiu e começou fazer essa baderna.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Tá bem.

Suspendo a sessão por dez minutos.

(Suspensa às 16 horas e 51 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 03 minutos.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Uma questão de ordem só antes de recomeçar. Eu acho que a situação foi bem desagradável aqui antes, envolvendo Parlamentares e a defesa. Só queria lembrar a V. Exa. e todos os presentes aqui que, ao que me consta, a defesa, quando se sente de alguma forma contrariada, ela se dirige a V. Exa. e não aos Parlamentares, muito menos com o dedo em riste, porque o que aconteceu aqui foi lamentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente entende que a defesa tem toda a condição não apenas de aconselhar a testemunha, que é tratada como investigado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... como também reclamar – mas a V. Exa.

Então, só queria deixar isso claro, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque não foi bonito o que nós vimos aqui antes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não foi mesmo, Excelência. Eu espero que, daqui para a frente, todos...

O SR. PAULO ROBERTO PETRI DA SILVA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência, por gentileza. Eu espero que daqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores!

O SR. PAULO ROBERTO PETRI DA SILVA – Não, nós vamos seguir a orientação do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, é... Daqui para a frente, eu espero que também da nossa parte nós saibamos como lidar também com os advogados e com os depoentes, né? Porque não houve aqui apenas de um lado somente os exageros, houve do outro lado também, da nossa parte, e nós sabemos como tratar e como devemos.

O Deputado Marcel van Hattem com a palavra por dez minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, eu queria até iniciar perguntando ao Sr. Milton Cavalo, Milton Baptista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Souza Filho, se, na minha vez, porventura, ele decidiria mudar o rumo do seu depoimento e, dessa vez, em vez de se manter calado, se ele poderia mudar de opinião e de direção e passar a responder, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor vai se manter em silêncio?

O SR. MILTON BAPTISTA DE SOUZA FILHO (Para depor. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai se manter em silêncio, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu acho muito triste, Sr. Presidente, que um instrumento tão importante como a CPMI esteja sendo utilizado por pessoas que são testemunhas, ou, nesse caso – a própria defesa disse "não é testemunha, é investigado" –, por investigados, para não colaborar. Aliás, não apenas não colaborar; é triste nós vermos que as pessoas que sentam nessa sua cadeira, Sr. Milton Cavalo, as pessoas normalmente não demonstram nenhum tipo de empatia pelas pessoas que foram roubadas, que foram lesadas. É normal a pessoa sentar ali, fazer uma história da sua entidade, tentar explicar muitas vezes até o inexplicável, mas não demonstrar nenhum tipo de empatia com quem foi roubado, com quem foi lesado. Isso já demonstra de certa forma, Sr. Presidente, que não há nem empatia e talvez nem remorso, demonstra que essas pessoas, na verdade, estão aqui mais para tentar realmente não se autoincriminar, como investigadas que são, em vez de colaborar com os trabalhos aqui, que servem justamente para chegar aos autores dos roubos e ao ressarcimento dos aposentados.

Dito isso, Sr. Presidente, sim, toda a urbanidade aqui. Realmente há excessos e há gente que chama, por exemplo, os depoentes aqui de ladrões. Mas uma coisa é certa: o Sr. Milton Cavalo é investigado por corrupção, é investigado por estelionato, é investigado por fraude, e tudo o que nós estamos fazendo aqui é demonstrar, pelo menos, da forma brilhante como o Relator fez no início e nós nas nossas oportunidades, que tudo isso que a Polícia Federal tem dito contra o Sr. Milton Cavalo e essa quadrilha que se formou, de acordo com a investigação da Polícia Federal, realmente confere e que é muito maior do que a gente possa imaginar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui nas minhas mãos, por exemplo, os documentos da CGU, as recomendações da Controladoria-Geral da República, uma delas feita ao Sindnapi, com o beneplácito de Jucimar Fonseca da Silva, que então era Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios, em 24 de maio do ano passado, 2024, e o Geovani Batista Spiecker, que é Diretor de Benefícios substituto, e ambos, cada um na sua posição, disseram que o Sindnapi poderia fazer novas associações desde que praticasse a biometria. E o Sr. Milton Cavalo não fez isso, a direção não fez isso. Desrespeitaram aquilo que a própria CGU disse.

Depois, Sr. Presidente, a gente vê que, além de não implementar a biometria, o documento da CGU demonstra ainda que os metadados de documentos que foram fornecidos para tentar justificar associações eram de anos anteriores, até de um ano antes da data em que foram enviados e com metadados mostrando funcionários do BMG preenchendo os documentos. Então, tudo que o Relator mostrou aqui está corroborado pelos documentos, por exemplo, da própria CGU. Há documentos, por exemplo, assinados por crianças, sim, menores de idade, sem decisão judicial.

E eu até pergunto: de uma associação de aposentados, Sr. Milton Cavalo, um menor de idade fazendo parte?

A verdade é que essa verdadeira quadrilha que assaltou os cofres públicos não só via Sindnapi, mas pelas demais associações todas só pôde atuar porque houve, de vários entes, proteção, inclusive da Controladoria....

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inclusive da Controladoria-Geral da União.

É importante lembrar que essa decisão da CGU, que foi depois revertida, mas não cumprida, de poder ter novos associados com biometria foi uma decisão seguida pelo INSS, mas a outra, em que a CGU pediu para revogar os ACTs, não foi. E o Sindnapi estava entre essas entidades em julho de 2024. E o Ministro da CGU, mesmo depois de deflagrada a operação, quase um ano depois, Vinicius Carvalho, decidiu proteger o Sindnapi, sindicato do irmão do Lula, e não cancelar a ACT, mesmo depois da operação da Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Sr. Presidente, fica muito claro que aqui tem uma proteção do Governo do Lula, tem uma proteção do Ministro Vinicius Carvalho, do Ministro Lupi ao Sindnapi. E não é só porque o Sindnapi é o sindicato do irmão do Lula; é porque – passe o vídeo aqui – eles têm conexões muito mais fortes, Sr. Presidente. Esse é na inauguração do hotel do Sindnapi, decorado com dinheiro dos aposentados pela esposa do Presidente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Com o Presidente Lula, Sr. Presidente. A gente vê...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ó, é falar no Lula e no Frei Chico...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que a petezada fica louca aqui, não deixa a gente nem continuar. É uma loucura. A gente está aqui para investigar, investigar tudo.

Falamos mais cedo no Frei Chico, aliás, o Senador Sergio Moro perguntou qual era a remuneração dele e foi o silêncio a resposta que ele recebeu. Eu queria saber a remuneração...

Aliás, Sr. Presidente, além da convocação do Frei Chico, vamos também aprovar a quebra de sigilo do Frei Chico, por quê?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu não consigo continuar desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, continue, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas não dá, estão me interrompendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, continue, Excelência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto para o Deputado Marcelo van Hattem.

Por favor. Nós estamos caminhando bem. Vamos continuar assim.

Deputado, prossiga.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quando chega no Frei Chico, quando chega no Lula, aqui, o Governo fica em polvorosa, mas a verdade, Sr. Presidente, é que nós vamos precisar, sim, quebrar o sigilo fiscal, vamos precisar quebrar tudo o que nós pudermos de sigilos para chegar à verdade dos fatos, de por que esse sindicato, o Sindnapi, atuou durante tanto tempo com o apoio do Governo Lula, com a conivência do Governo Lula. Aliás, não é de se espantar que ao Relator não quis responder perguntas, mas aqui ao Deputado do PT, do Lula, aí ele respondeu, ainda que eu tenha achado aqui, Sr. Presidente, foi minha impressão, que a própria defesa sugeriu responder e, *a contrario sensu*, o depoente disse: "Ó, a minha defesa pediu para não responder, mas mesmo assim eu vou dizer", só para tentar demonstrar, na minha opinião e na minha interpretação, uma isenção que não existe.

O Sindnapi é umbilicalmente ligado ao Governo Lula. Frei Chico, irmão do Lula, é membro desse sindicato que roubou os aposentados de acordo com o relatório da Polícia Federal, de acordo com as investigações de que o Milton Cavalo, aqui depoente, que se mantém em silêncio, responde – investigação por corrupção, investigação por fraude, investigação por estelionato. Aliás, segundo as investigações da Polícia Federal, o Sindnapi fraudou, inclusive, a manifestação ao INSS de que não teria nenhum parente do Presidente Lula na sua diretoria. Fraudaram, Sr. Presidente. Então, aqui é um grande acobertamento do Governo Lula a esse sindicato, que, na verdade, tampouco é um sindicato, porque a maior parte das suas operações foi para benefício dos familiares do Sr. Milton Cavalo, como muito bem colocado aqui pelo Deputado Alfredo Gaspar, Relator, uma grande lavanderia de dinheiro que tirava do bolso... Aliás, nem chegava a ir para o bolso dos aposentados, tirava das contas antes de cair no caixa, antes de cair nas suas contas correntes o dinheiro que os aposentados precisam para poder sobreviver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, como nós dizemos lá no meu Rio Grande, isso é de tapar de nojo, Sr. Presidente – é de tapar de nojo –, porque a população brasileira que nos assiste aqui também fica indignada com o fato de um depoente sentar aqui e não querer sequer colaborar com as investigações, não responder a uma pergunta, porque de fato a lei lhe garante o silêncio se for autoincriminá-lo aquilo que ele vier a dizer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, por outro lado também, justamente em virtude desse seu direito exercido, a população brasileira fica aqui esperando de nós, desta CPMI, por meio dos documentos que nós já estamos amealhando, a resposta que nós não encontramos nas manifestações do depoente.

Lula certamente estará implicado neste escândalo. Filho do Lula, irmão do Lula, cada dia que passa a gente vê mais envolvimento do Governo do PT e de pessoas, como Vinicius de Carvalho, Ministro, e Carlos Lupi, Ministro, que deixaram a roubalheira acontecer enquanto o corpo técnico da CGU, o Ministério Público e mesmo a Polícia Federal buscavam elucidar a trama desse roubo.

Mas nós aqui, Sr. Presidente, não deixaremos acobertar esse roubo e não deixaremos que a falta de empatia prevaleça. Pelo contrário, nós vamos até as últimas consequências na defesa dos aposentados deste Brasil para chegar àqueles que verdadeiramente roubaram os nossos velhinhos, as nossas viúvas, os nossos deficientes físicos, os beneficiários do INSS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, obrigado, Presidente Carlos Viana. Obrigado, Sr. Milton, pela presença, Bruno, advogado Paulo.

É a minha 15ª reunião aqui, Milton, Bruno e Paulo: 14º convidado, 14º depoente, é o segundo que não fala nada. Segunda-feira a gente teve o sócio do Nelson Wilians, o Fernando Cavalcanti, que também preferiu o silêncio. Mas a gente tem dois pontos aqui. São pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estão em silêncio, pessoas que estão muito bem amparadas, não só pelo círculo a que elas pertencem, que é um círculo que envolve poder, recursos financeiros; um poder que também está relacionado ao Executivo, ao Judiciário, ao Legislativo, mas também está no seu direito de estar amparado por ótimos advogados.

A gente não viu isso com o Rubens, com o carregador de mala do Careca, que saiu daqui preso, que falou o tempo todo. A gente não viu isso com o Bruno, Delegado da Polícia Federal, que ficou em silêncio numa oitiva secreta por outros motivos, por receio. A gente viu a Eliane Viegas, da Controladoria-Geral da União, citando diversas instituições que ela alertou, mas ela disse aqui que não era respeitada. A gente teve a Patrícia Bettin, Defensora Pública. A gente teve o advogado Eli Cohen. A gente teve Ministro como Carlos Lupi. A gente teve Ministro como Carlos Oliveira. A gente teve um Ministro chamado Vinicius Carvalho, da Controladoria-Geral da União também, que tinha uma filiação política desde jovem ao PT.

Então, nós temos convidados de diversos espectros, representando diversos segmentos, mas todos com uma coisa em comum. Os convidados relacionados a entidades, todos muito ricos. Não estou me referindo especialmente ao Milton, mas movimentos muito ricos. Hoje, notícia do Metrópoles:

> Ferrari, Porsche: veja carrões apreendidos em operação contra sindicato ligado a irmão de Lula
> A PF apreendeu uma frota de veículos de luxo, entre eles um Mini Cooper, Jeeps, uma moto Ducati, uma Ferrari, um Porsche, além de cofres

Hoje, 9/10/2025, às 15h.

E outra notícia aqui do Metrópoles:

> PF apreendeu cofre e dinheiro vivo em sindicato ligado a irmão de Lula
> Operação cumpriu mandados em empresa de parentes de dirigente e em casa de advogada amiga de Carlos Lupi; veja alvos

Em 9/10/2025, às 14h10. É o Jornal Metrópoles que está falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos esses convidados aqui, com exceção dos últimos dois. Então, o que eu quero falar, Presidente Carlos Viana? Dificilmente a sociedade vai receber desta CPI a justiça que merece. Eu acho muito difícil. Porque, quando a gente tem um Judiciário que, em vez de servir de escudo para a população, serve de escudo para pessoas envolvidas nesses esquemas que são apontados pela Polícia Federal como organizações criminosas, dando *habeas corpus*...

Quando eu me aborreci hoje aqui, e me aborreci de verdade, é o meu sétimo ano aqui. Eu consegui a proeza de nunca processar ninguém na vida e nunca ser processado sendo Deputado Federal durante sete anos, é muito raro. Só que quando você... você tem pessoas aqui de frente de Deputados e Senadores eleitos com voto popular... E nós temos uma Constituição Federal em que no art. 53 está escrito, não fui eu que fiz. Se a gente não aprender a respeitar regras neste país que são construídas...

Nós Deputados e Senadores temos imunidade Parlamentar. E temos o nosso tempo de fala aqui. Nunca chamei ninguém de ladrão e sempre tratei todos aqui com respeito. Só vai dizer que é ladrão quando a Justiça determinar. Eu posso ter até a minha opinião, mas vou me reservar. Vontade não falta aqui de repetir o que as pessoas falam na rua para mim.

Por exemplo, D. Terezinha aqui de Friburgo me escreveu agora: "Estou assistindo a vocês na CPMI". É a maior audiência do Senado eu acho que desde a CPI que o Magno Malta presidiu. "Fui descobrir que fui descontado em R$5.524. Fui ressarcida, mas continuo sendo descontada no ano de 2025".

Então, Sr. Milton, ontem, quando eu recebi uma senhora – eu não recebi, foram meus assessores, eu estava no Plenário –, uma senhora muito educada do Sindnapi, falando: "Não, não temos nada a ver com isso, estamos sendo investigados porque o irmão do Lula é Vice-Presidente, o holofote...". Mas vocês são medalha de bronze na quantidade de descontos. Vocês têm aqui 262 mil filiados e, segundo a Controladoria-Geral da União, 254 mil não reconhecem a autorização que eles fizeram para serem descontados. Nós temos muito recurso... E essa senhora falou para os meus assessores que o senhor iria falar, que não tinha nada a esconder.

Eu sou do Rio de Janeiro, tenho 47 anos e nunca morei fora do Rio de Janeiro. A similaridade aqui entre o esquema da Conafer, o esquema de Careca e Camisotti e o esquema aqui do Sindnapi... A estrutura é muito parecida. Para o pessoal que está em casa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

resumidamente: o dinheiro não sai da órbita dessas pessoas. O dinheiro é descontado, é surrupiado ali – surrupiado não sou eu que estou falando, não; é a Controladoria-Geral da União quando diz que 96 não autorizaram. Quando você tem esses recursos... Eles giram.

E uma coisa chama muito a atenção e eu tento observar aqui – não sei se vocês notaram. Eu estou aqui desde 7h da manhã, são 17h. Eu vejo muito o comportamento das pessoas, é uma coisa minha. O Milton não está confortável, obviamente. E, olhando para ele, eu não vejo o Milton como o responsável por esse esquema. Esse aqui para mim... E aí entra a similaridade com o jogo do bicho. Isso aqui é familiar. E o fundador daqui, cuja filha tem o genro como marido, me passa que são eles; não o senhor. Desculpa, é uma percepção minha. Só que, falando em jogo do bicho do Rio de Janeiro, o jogo do bicho do Rio de Janeiro é muito mais honesto do que vocês, porque o jogo do bicho não obriga ninguém a jogar e o jogo do bicho paga a premiação. Vocês nem pediram autorização para essas pessoas serem descontadas. Os serviços não condizem com os milhões de reais que vocês adquiriram aqui de forma não lícita, aparentemente, segundo a CGU.

Então, fica muito difícil quando a gente tem um Judiciário protegendo vocês. Aqui o senhor tem prerrogativa, o advogado tem prerrogativa, e o Presidente, que é Senador da República por Minas Gerais, o segundo estado mais populoso do país, o terceiro maior PIB do país, tem que ficar humilhado pedindo para o depoente responder. É uma situação constrangedora de falecimento do Congresso Nacional, porque, quando o Supremo Tribunal Federal autoriza o silêncio de vocês... E o silêncio diz muito, Sr. Milton. Quando o senhor fica em silêncio... porque, na verdade, o senhor tem muito a falar. O senhor tem muito a esconder também com o silêncio, só que o silêncio que o STF impõe a vocês – impõe, não; dá o direito – nos cala como Parlamentares e Senadores. Então, nós vivemos um momento supercrítico do nosso país em termos de democracia.

Os acordos de cooperação técnica do Sindnapi: o primeiro foi realizado em 2008, Governo Lula; o segundo em 2013, Governo Dilma; o terceiro em 2018, Governo Temer; e o quarto no Governo Lula, assinado pelo Sr. André Fidelis e Milton Filho.

Nós temos aqui, mencionadas pelo Líder do Governo, quatro entidades a que o Líder fez referência, que tem como líderes aqui: Felipe Gomes, Anderson Cordeiro, Vasconcelos e Américo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Monte Júnior. A Amar, acordo de cooperação técnica em dezembro de 22, mas começou a ter os seus associados inscritos em 23; a Master Prev, acordo de cooperação em novembro de 23; a Aasap, acordo de cooperação em março de 24; e a Anddap, acordo de cooperação em 7 de março de 2024.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu não estou entendendo aqui a letra, mas paciência. (*Risos.*)

Mas eu gostaria aqui de, pelo menos, fazer uma pergunta e deixar aqui registrado. É o 14º convidado, estive presente nos 14 convidados. Eu vou fazer a minha pergunta: documentos internos do sindicato mostram que a empresa Gestora Eficiente, ligada à sua esposa e ao marido da Dra. Tonia, recebia uma Comissão a cada aposentado que passava a ter desconto em folha pelo Sindnapi. O senhor pode explicar em detalhes por que o sindicato precisaria pagar uma empresa de familiares por um serviço que poderia ser feito internamente? Qual foi o critério para contratar a Gestora e estabelecer pagamento por produtividade? O senhor não identificou o conflito de interesse em sua própria esposa lucrar diretamente sobre as mensalidades dos aposentados?

Obrigado, Sr. Milton. Obrigado, Sr. Bruno. Obrigado, Sr. Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Presidente, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa tarde.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, hoje é um dia que me parece improdutivo para esta Comissão. Acho que hoje, pelo fato da própria não declaração do depoente, isso prejudica de forma muito profunda a análise desta Comissão. Logicamente, o depoente tem o direito de fazê-lo, mas, por outro lado, eu fico preocupado porque, diferentemente das outras reuniões que nós tivemos aqui, das outras audiências, nós tivemos aqui, ultrapassamos um certo limite, né? Nós chegamos a fazer aqui... a ter Deputados. Eu acho que o Relator, que sempre trata com muita profundidade, mas eu acho que ultrapassou o limite,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, no nível da coação do depoente. Acho que isso é preocupante para esta Comissão. Queria aqui relatar o meu desagravo com isso, porque tem a Lei de Abuso de Autoridade, a Lei 13.869, de 2019, que estabelece que nós temos que ter um pouco de equilíbrio sobre isso. Eu acho que, quando se ultrapassa esse limite, é necessário que esta Comissão possa refletir também, com o risco de prejuízos futuros da credibilidade desta Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Vai deixar eu falar ou você quer falar? Você quer falar? Peça a palavra. Peça a palavra.

Então, portanto, eu queria fazer esse relato, Presidente, que me preocupa que esta Comissão foi para um outro nível. Nós saímos do foco e, por isso, eu acho que está prejudicado o debate que foi feito hoje aqui.

Nós passamos aqui a ver, desde o requerimento, uma tentativa de transferência do debate desta Comissão, da finalidade, para o enfrentamento direto, por exemplo, das questões internas do Senado que vieram para cá para dentro da Casa, para dentro desta Comissão, para tentar desqualificar, por exemplo, o Presidente do Senado. Acho que isso é algo a se pensar. Depois, avançou-se para a questão de tentar aqui abrir uma crise, do ponto de vista político, no Governo Lula, ou seja, tentaram trazer de qualquer forma para cá o irmão do Presidente, que não está indiciado, tentando desviar exatamente o foco deste debate. Então, tem um certo desespero nesse sentido, tem um certo desespero.

Ontem foi lamentável o que aconteceu na Câmara, por exemplo, quando a maioria desses Deputados que estão aqui, inclusive, de base de sustentação do Governo Lula, votaram e enterraram, por exemplo, a questão da taxação BBB, das *bets*, dos bancos.

Então, portanto, é, interessante como essa mesma turma vem para cá hoje com a ânsia de tentar desqualificar, de tentar, inclusive, imprimir ao Governo Lula...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, silêncio.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Só para garantir aqui!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

... imprimir exatamente essa confusão de narrativa, porque também há visivelmente um crescimento de popularidade do Governo.

Então, eu acho muito interessante essa mudança de cenário e apresentada aqui nesta Comissão.

Eu queria me deter a uma questão que está colocada aqui. As entidades que nós estamos investigando têm um centro. As fraudes investigadas pela Operação Sem Desconto envolvem entidades criadas principalmente entre 2019 e 2022, período de omissão da gestão do Bolsonaro. São associações fantasmas, sem sede ou serviços, e que se apresentavam como clubes de benefícios. Vejam só, o Deputado que apresentou anteriormente um vídeo... Pelo menos o vídeo que foi apresentado aqui me deixou uma certa tranquilidade no sentido de identificar que há diferenças entre as entidades, porque pelo menos naquela apresentação tinha aposentado, tinha sede. A maioria das entidades que foram indagadas aqui, interrogadas não tinha sequer sede, sequer um tipo de atuação concreta. Então, portanto, acho que há que se diferenciarem essas questões que estão colocadas hoje aqui. Então, portanto, nós verificamos hoje aqui uma diferença em torno dessas questões.

Eu lamento profundamente que a gente tenha que não ouvir a pessoa que foi trazida aqui, o Sr. Milton. E aí eu concordo nesse sentido. Nós temos, lamentavelmente, o mesmo *modus operandi*. Nós temos a mesma conformação e atuação em todas as entidades, ou seja, tem sempre, infelizmente, um círculo vicioso entre marido, esposa, parentes, do ponto de vista dessas fraudes.

Mas eu quero aqui separar algumas questões. Eu acho que tem questões que limitam as diferenças. Eu acho que esta Comissão...

Posso terminar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, perfeitamente.

Silêncio, por favor, senhores.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Eu acho que esta Comissão precisa fazer uma avaliação profunda, com seriedade, em torno dessas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero me deter aqui ao que é importante. Para mim, a discussão de 2019, 2022 está colocada como uma necessidade de investigar de forma séria o que aconteceu na fraude do INSS.

Então, queria, Presidente, solicitar a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... que foi colocada também aqui a questão da relação, que não foi aprofundada, a relação do BMG com a fraude.

Nós falamos aqui da questão do sigilo. Nós precisamos pedir, inclusive, a quebra de sigilo em torno dessa questão. Requerimento... Eu queria solicitar a V. Exa. que a gente pudesse fazer aqui a convocação do ex-Gerente do Banco BMG Anderson Ladeira Viana, porque me parece que ele circunda nessa relação com o Sr. Milton Baptista de Souza. Acho que tem a necessidade de nós fazermos uma certa extensão desse pedido ao BMG, na figura de Anderson Ladeira Viana.

Então, portanto, queria hoje finalizar esta minha fala lamentando que a gente tenha hoje fugido muito, Presidente, ao debate e tentado, de certa forma, transformar isso aqui numa grande chantagem política, seja ao Presidente do Senado, seja ao próprio Presidente Lula, tentando trazer para este debate o irmão do Presidente que não está indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Presidente, pela ordem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, eu fui citado e gostaria de me pronunciar.

Sr. Presidente, não conheço o nobre Deputado, eu ouvi aqui, ele sempre bastante educado e com colocações, seja lá do ponto de vista dele, mas colocações que lhe competem, mas, hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho que ele passou um pouco do tom. Eu gostaria de saber do Deputado qual foi o fato balizador do abuso de autoridade que o senhor citou em relação a mim.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Pela ordem.) – Pois não, Relator.

Na sua oitiva, no seu interrogatório junto ao depoente, V. Exa., em determinado momento, ultrapassou... Nós todos aqui, inclusive, da base do Governo avaliamos isso, com a equipe técnica...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas queria saber do senhor...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Estou lhe respondendo.

V. Exa., em determinado momento, vinculou a não fala do depoente à implicação direta junto a uma pessoa que não está, inclusive, envolvida no processo, que é o senhor chamado Frei Chico. V. Exa. utilizou desse termo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Como?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço. O senhor respondeu à minha pergunta. Eu lhe agradeço.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, com o esclarecimento de que é esse o fato que ele indicou, eu não apenas reitero a necessidade, como irei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... lutar para que nós possamos fazer essa convocação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Pela ordem...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Só uma questão... Olhe só, olhe só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não foi essa a questão, Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Me respeite, rapaz! Você nem me conhece! Você nem me conhece, rapaz! Sai daí, rapaz, me respeite! Vem com palhaçada...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Que é isso, Presidente?!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Parlamentares tentando intimidar o colega aqui dentro!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Delegado Caveira!

Deputado Malafaia, por gentileza.

Qual é a questão, Deputado Evair?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Com todo o respeito aqui ao nobre colega Parlamentar que antecedeu a fala, só para fazer uma correção na fala dele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – É uma correção técnica, está provado.

O Deputado Zarattini, do PT, que foi o Relator da Medida Provisória 1.303 ontem, na Câmara, que foi citado aqui, não trouxe no texto o aumento da tributação das *bets*. Portanto, coube ao Relator Zarattini, do PT, a retirada do aumento da tributação das *bets*. Não tem nenhuma relação com a oposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Só para poder esclarecer um fato que foi citado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeito, perfeito...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... aqui, com a correção...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está esclarecido, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... nossa atuação na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está esclarecido.

Vamos continuar.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o...

Deputado Malafaia, muito obrigado, por gentileza...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Eu fui citado duas vezes, queria fazer a devolutiva.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência. O senhor foi respondido.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, Presidente, tem uma resposta... Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. O senhor foi respondido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Apenas uma questão...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Dê um minuto para ele, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não... Vamos dar... Eu vou dar um minuto para ele responder. Por favor.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Sim...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para explicação pessoal.) – Eu quero concordar com o Relator, Presidente. O Relator tem razão no sentido do direito de convocar. O que eu estabeleci aqui, com todo o respeito a V. Exa., foi que a forma como V. Exa. se dirigiu ao depoente, coagindo, dizendo que, se ele não falasse, ele estaria trazendo e relacionando diretamente uma pessoa que não estava envolvida, é diferente. Que V. Exa. tem o direito de convocar, tem, mas, naquele momento, V. Exa. errou e alterou o sentido do seu interrogatório e caiu exatamente nessa lei de coação.

É muito similar ao que se fazia, por exemplo, quando você estava num processo de tortura, em que se diz: "Olha, ou você fala isso agora, ou vai acontecer tal coisa". Foi nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Calma, cara. Espera aí. Não, espere aí.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É isso, Sr. Presidente, é fato.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Eu gostaria muito que V. Exa. pudesse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou encerrar a discussão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Mas, Presidente, ele disse que se equipara à tortura...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Relator, por gentileza. Relator, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele não fez essa comparação com V. Exa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, fez essa comparação para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor – por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Minha vez, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Relator, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 22.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Só um minutinho.

Deputado Malafaia, para que a gente deixe bem claro aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Espere aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que a gente deixe bem claro aqui quando e como se aplica a Lei de Abuso de Autoridade, porque ela é muito confundida, cada um tem sua tese de acordo com o seu interesse, a sua visão e aquilo que não quer que pergunte. Então, eu vou deixar claras aqui as decisões que já são parte corrente da jurisprudência sobre a Lei de Abuso de Autoridade em CPIs. Eu vou ler aqui para os senhores.

A Lei de Abuso requer especial fim de agir, e isso não é o caso dos Parlamentares – perguntar não é abuso de autoridade, o.k.? –: "[...] quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal", não se aplica aqui, em momento algum, a nenhum de nós.

A Lei de Abuso se aplica a interrogatório (contexto do processo judicial), e CPI não realiza interrogatório, mas toma depoimento, segundo o art. 15, e aqui vai:

> Incorre na mesma pena quem prossegue com o interrogatório:
> I - de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio; [...]

Então, aqui, ninguém forçou a pessoa a falar absolutamente nada. Não houve qualquer abuso de autoridade. Parlamentares têm imunidade material, por suas opiniões, palavras e votos, e não podem ser calados em seu direito de inquirir. Então, principalmente o Relator.

Por gentileza, com a fala o Deputado Rogério Correia, por dez minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... esta Comissão não pode ter seletividade, muito menos apontar um relatório seletivo, porque isso destruiria a CPMI.

Nós temos milhares, milhares e milhares de páginas dentro da CPMI que já foram... chegaram e foram lidas. Não sei se todas foram lidas, mas eu te garanto que milhares foram lidas. Nós tivemos, do Sindnapi, os RIFs que chegaram de quebra de sigilo. O Coaf remeteu todos para cá. Sabe quantas vezes aparece o nome do Frei Chico? Nenhuma vez, em nenhuma delas, seja na Senacon, naquele grupo de trabalho. Nos RIFs, de modo algum; ou seja, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

houve nenhum pagamento do Sindnapi ao Frei Chico. Nada foi descoberto contra o Frei Chico. Ele também não é investigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, não existe nada em relação ao Frei Chico.

Portanto, daí tirar uma conclusão de que ele vai ser o único Vice-Presidente a ser ouvido é evidentemente uma seletividade. E por isso nós não vamos permitir que isso aconteça, porque, se levarem a CPMI para a seletividade político-ideológica, achando que vão fazer algum vínculo forçado, como querem aqui, vão se dar mal. Nem relatório é aprovado dessa forma porque não condiz com a verdade.

Então, ninguém – ninguém – da oposição ao Governo do Presidente Lula conseguiu apontar nada em relação ao Frei Chico, a não ser o caso de ele ser irmão do Presidente Lula, o que para ele deve ser uma glória, assim como também é do Presidente Lula ser irmão dele. Nenhuma palavra, nenhum nome do Frei Chico, nada, nenhum pagamento. Absolutamente nada.

Hoje, só ficou demonstrado aqui que o Frei Chico não tem absolutamente nada a ver com a questão da previdência. Esse é o primeiro ponto que eu queria colocar.

Segundo, falaram muito do *habeas corpus* do Flávio Dino: "Que absurdo o *habeas corpus* do Flávio Dino!". Eu também acho que devia ser todo mundo aqui sem *habeas corpus*. Mas já teve sete *habeas corpus*. O André Mendonça deu dois *habeas corpus;* Kassio Nunes; Fux; e um do Flávio Dino, dois. Do André Mendonça, o Careca e o Camisotti, sendo que o *habeas corpus* do André Mendonça, que eu não vi ninguém criticar, nem V. Exa., nem o Relator, pelo menos hoje ninguém fez a crítica...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E o Camisotti simplesmente não precisou nem de vir aqui. E já se fala agora de a gente ir até a Polícia Federal – não deve ser a gente, todos –, alguns irem à Polícia Federal para fazer a fala em relação ao Camisotti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, é evidente que esse *habeas corpus* do André Mendonça foi o que mais extrapolou, porque nem sequer permitiu que o Camisotti viesse aqui. Deu a ele a opção de não vir o Ministro terrivelmente evangélico, que foi indicado por Jair Bolsonaro. Aqui também reinou a seletividade.

Mas eu queria que colocasse algumas fotos, porque as fotos, também engraçado, são seletivas. Vamos ver algumas fotos. Coloca aí para mim, por favor.

Eu não vou falar da foto daqueles que servem de chofer da Conafer. Isso eu não vou falar, porque senão eu dou direito de resposta, mas todo mundo já viu aí quem é que foi chofer da Conafer. A Conafer é uma empresa, uma entidade de milhões e milhões.

Põe no último. Esse aí era o último. É antes desse. Pode passar. O último, esse aí.

Eu queria que colocasse as primeiras fotos.

Vamos ver essa foto aí, olha. Essa foto aí é um *resort* chique. Teve uma festa grande lá, foi a festa do Camisotti. Olha que chique. Essa aí é, viu? Vale mais do que as piscinas que mostraram aqui. Olha que foto grande.

Agora, olha, depois dessa foto, quem estava lá. Tem até um Senador aí. Não sei nem se serviu uísque lá para o Camisotti, né? Pode ter até garçom do Camisotti. Esse estava no festão, né? Estava lá no rega-bofe do Camisotti, naquela mansão maravilhosa.

Mas olha a outra, olha as outras fotos que vêm aí.

Tem aí, olha, tem Governadores dos milionários, tanto do Cavalcanti, que esteve aqui, quanto também do Nelson Wilians.

Mostra a outra do Nelson Wilians.

Aí, esse é o Fusquinha. Famoso Fusquinha. Olha aí. Olha lá o Governador Tarcísio, junto com o Nelson Wilians e Fernando Cavalcanti. Eu não sei por que quem gosta de mostrar foto não mostrou essas, né? E lá no palácio, ó, está lá, chique, o Nelson Wilians e o Cavalcanti, muito chiques lá nas fotos.

E mostra agora, por favor. Aí, continuam eles lá, foi uma beleza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mostra agora o gráfico, que eu queria ver também, para não dizerem aí: "Vamos ver a seletividade também que a gente tem em relação aos gráficos que são mostrados".

Essa amarela aí é do Sindnapi, que está sendo investigado e tem que ser investigado mesmo. Se tiver coisa errada, vai ter que pagar por tudo. Olha lá a do Sindnapi, é amarela, que vem antiga, e ela diminui lá no Governo do Lula.

A foto está desfocada aí, está bom.

Olha a vermelha, que é da Conafer. Ela começa lá em 2019, no Temer, e vai crescendo, crescendo, crescendo, só vai diminuir no Governo do Presidente Lula, depois. E cresce durante o Governo Lula também, claro, porque ela continuou e o esquema da quadrilha continuou.

Olha a azul. A azul é da Amar; a mesma coisa – a Amar, que hoje também recebeu a visita aí da Polícia Federal.

E a verde, que é da Ambec.

Olha a diferença aí da linha amarela para as outras linhas das entidades. Sabe por que é isso, Presidente? Eu vou tentar explicar isso novamente, porque isso tem uma lógica que é importante.

Antigamente, era obrigatório ter entidades sindicais – Presidente, isso é muito importante –, entidades sindicais tinham que ter carta sindical para ter o desconto, funcionava dessa forma. Teve um escândalo em 2018, e o Ministro do Trabalho caiu porque foi afastado, suspenso sabe por quem? Pelo Ministro Fachin. O roubo na época foi muito grande, o Ministro era Helton Yomura. Ele era um Ministro do Governo Temer. E ele caiu porque ficou comprovado que tinha R$4 milhões envolvidos em cada carta sindical que era oferecida e dada no Ministério do Trabalho, R$4 milhões por carta sindical. Foi um escândalo na época. Estava envolvido nesse escândalo Roberto Jefferson, Ademir Camilo, Paulinho da Força, Nelson Marquezelli, tudo gente do PTB, depois vieram ao centrão e hoje são todos bolsonaristas. Não estou querendo dizer que isso significa que todo bolsonarista está envolvido nisso, nada disso. Mas olha só, era por 4 milhões que se vendia cada carta sindical, e essa carta sindical ia para receber ACT. Isso era o esquema que havia, então, na época. Como muitos não conseguiam, o preço era caro, etc., veio o escândalo, isso acabou. Que aconteceu depois? Em 2019, aí veio um decreto do Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temer dizendo o seguinte: não precisa mais de carta sindical, qualquer entidade associativa poderá fazer parte e ter ACTs, desde que sejam entidades de aposentados e demonstrem os filiados. Aí é que começaram a aparecer essas entidades ali, de 2019, a grande maioria delas. Hoje são 42, Conafer, Amar, Ambec.

Então, essas entidades picaretas que não precisavam de carta sindical, portanto, nada têm a ver com o sindicato. Às vezes, o preconceito é grande, eles falam "o sindicato", isso não são sindicatos; são associações de aposentados picaretas que roubaram dinheiro do servidor, que é o que nós estamos vendo agora. Elas, então, entraram em 2019 e passaram a receber, lá de dentro do INSS, através de roubo, e nós vamos chegar nesses que estavam roubando lá, e são muitos. A gente já tem vários deles em mente, todo mundo sabe disso, nós vamos chegar a quem lá de dentro corrompia e mandava esses aposentados como se fossem filiados das entidades. As entidades, então, tinham um esquema de fingir que ampliavam a sua filiação e assim aumentava-se o roubo. Coitado do aposentado, R$40, R$50, isso de milhões de aposentados virou bilhões.

Este foi o fato que aconteceu. E essa mudança se deu em 2019...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... depois do escândalo do roubo que houve no Ministério do Trabalho da venda da carta sindical.

Então, Presidente, esse é o fato, são fatos que aconteceram, é importante que a gente saiba, para a gente fazer um relatório que de fato seja um relatório verdadeiro, um relatório que não seja parcial, um relatório que não tenha seletividade.

Mas eu queria terminar com aquilo que comecei: nada, nada, absolutamente nada se encontrou do Frei Chico, a não ser o fato de ele ser irmão do Presidente Lula, o que é um orgulho, né? Aliás, Presidente Lula, que hoje, demonstrado nas pesquisas, deve ter dado esse desespero geral: ganha de qualquer adversário de balaiada, se não ganhar no primeiro turno. Mas não há ninguém no segundo turno. Isso deixa os bolsonaristas doentes de raiva e até votando a favor de bancos, *bets* e bilionários, para tentar atrapalhar o Governo do Presidente Lula, e, na verdade, atrapalham o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos levar a CPMI com dados concretos. Vamos convocar quem tem que ser convocado.

Vamos largar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... a seletividade ideológica para lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Eu queria falar com o aposentado e a pensionista que está vendo esta CPMI e dizer que a nossa vontade aqui é de fazer um trabalho com muita seriedade e responsabilidade, para que a gente possa, ao final, concluir apontando as pessoas que, de fato, roubaram, lesaram, fizeram essa trama horrível, tirando o seu dinheiro da sua aposentadoria mês a mês. E, para que a gente possa chegar a essas pessoas que, de fato, tiveram esse benefício, nós temos que agir aqui com muita seriedade. Nós não podemos achar que isto daqui é brincadeira e enfraquecer a CPMI em disputas que, porventura, não são adequadas para chegar ao resultado final. Acho que esse tem que ser o nosso compromisso principal.

E, para isso, Presidente, colegas Deputados e Senadores, a gente tem que ter uma linha clara de investigação, uma coisa lógica, coerente, para que não se aponte o dedo para um lado e para o outro para simplesmente perseguir alguém. Nós temos que ouvir todos os Presidentes do INSS, desde 2019 até o atual, todos os ex-Ministros ou Secretários da Previdência, que exerceram a função de Ministro, todos os Diretores de Benefícios, que assinaram os contratos, todos os Presidentes de entidades e pessoas envolvidas.

O Presidente Lula desperta paixão, vide o Trump, que encontrou com ele, e já pintou um clima extraordinário. Telefonaram depois, meia hora, daqui a pouco vão ter um novo encontro presencial. Alguns aqui são aficionados no Presidente Lula – aficionados –, têm a paixão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

extrema. Outros aqui, de maneira insana, preconceituosa, exalam o ódio e aqui ficam, a todo momento: "O Presidente Lula", "O Presidente Lula", "O Presidente Lula", "O Presidente Lula".

Eu quero agradecer ao Frei Chico, irmão do Presidente Lula, Vice-Presidente do Sindnapi, que tem uma história de trajetória do movimento sindical, e diria que milhões de brasileiros e brasileiras também lhe agradecem, porque o Presidente Lula começou a militar no movimento sindical, levado pelo irmão Frei Chico, ainda na ditadura militar. E ele fez do irmão, que não gostava da política, que não militava no sindicato, o maior e o melhor Presidente que o Brasil já teve até então e um dos maiores líderes do mundo.

Hoje, está sendo celebrado o acordo, o fim da guerra, do genocídio do Governo israelense contra a Palestina. O Presidente Lula, desde o início, condenou o ataque genocida contra aquele povo sofredor, que luta para ter direito a seu Estado e vai ser reconhecido no futuro como tal, e não teve medo de se posicionar, mesmo praticamente quase todo mundo indo no sentido contrário. O que ele fez será reconhecido pela história, e recentemente falou na ONU sobre isso.

Então, Frei Chico, a gente é grato por isso.

Como foi dito, se o Sindnapi, qualquer entidade, fez algo de errado, tem que ser investigado profundamente, mas nós vamos fazer isso com seriedade, analisando o material, documentos. E, dos documentos que até agora, sigilos bancários, inclusive, dados do Coaf... Não tem qualquer suspeita, E, dos documentos que até agora... Sigilos bancários, inclusive, dados do Coaf, não tem qualquer suspeita, menção, qualquer possibilidade de envolvimento do Frei Chico. Nenhuma! Não tinha função administrativa e não tem função financeira administrativa no sindicato.

Mas aqui alguns querem perseguir, como perseguiram alguns, recentemente, juízes e promotores durante a Lava Jato; os heróis nacionais. Os heróis nacionais que pariram um golpe, que destruíram a economia brasileira, o setor de engenharia, empresas brasileiras; que deram o golpe, e o golpe que permitiu – foi pós-golpe, no Governo Temer – que entidades não sindicais, associativas, pudessem fazer ACT e descontar do aposentado e pensionista, num movimento claro de enfraquecer o movimento sindical; e permitiu que essas laranjas se proliferassem – lembrando que o ACT da Conafer é assinado ainda no Governo Temer –; e, depois, permitiu que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras – Ambec, Amar Brasil, várias outras, Universo – entrassem, ou no Governo Temer, ou no Governo Bolsonaro, e crescessem desde então.

Nós temos que trazer... Ou nós não vamos trazer aqui o Presidente da Ambec? E, novamente, o Presidente da Conafer, que mentiu.

Olha só: aqui nós temos um depoente, que, visivelmente, está abalado – pelo menos pela manhã era visível – diante do que aconteceu hoje, que disse que veio preparado para depor, e depois que não tinha condições psicológicas para tal; que não respondeu, usando o seu direito de defesa, que é constitucional, que não é criado agora. Existe no mundo do Direito há anos, e não só no país. É legítimo.

Olha só... Aí, por ele não responder, eu vou ter que trazer o irmão do Presidente. Mas que investigação séria é essa? Eu vou trazer alguém só porque é irmão de tal pessoa? Que seriedade...?

Não estamos de brincadeira, Presidente. Não estamos de brincadeira aqui. Eu, particularmente, não estou. Eu quero que, ao final, a gente chegue claramente – claramente – aos verdadeiros culpados. Precisamos chegar aos verdadeiros culpados. Se a gente continuar fazendo essa confusão, nós não vamos chegar.

Nós não podemos, porque... Olha só: o cara da Conafer mentiu; nós temos ordem de prisão. Alguém falou de convocar o vice? O diretor financeiro da entidade? O diretor administrativo da entidade? Porque alguém fica em silêncio, eu vou chamar o outro, porque ele é irmão do Presidente?

Isso porque esta Comissão tem juízes, ex-juízes, delegados, promotores, que trabalham com uma investigação, mas são seletivos. A seletividade e o ódio, a perseguição que a Lava Jato tinha, a obsessão no Presidente Lula desmoronou a operação – desmoronou a operação.

Façamos um trabalho sério, para que esta CPI não seja ridicularizada no futuro. E nós temos condições de fazer, mas isso é com paciência, com parcimônia. Isso aqui não é uma minissérie. Isso aqui é algo longo, uma novela longa, que vai terminar em março. E lá nós vamos ter que ter a conclusão adequada e correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que fatos ocorrem no meio do caminho, e nós vamos ter que, porventura, fazer algo extraordinário, mas nós temos que ter uma coerência do nosso trabalho, senão, nós vamos atrapalhar, Presidente.

A responsabilidade da condução é sua. E tenho certeza, espero que assim conduza, para que a gente não tenha problema de andamento dos nossos trabalhos.

Mas aqui nós temos que trazer, como eu falei e repito, as outras entidades. Todas elas. E, a partir do depoimento da pessoa ou de documentos que chegarem a esta Comissão, a gente avance sobre outras pessoas.

Repito: nós temos que ouvir os ex-ministros, secretários da Previdência e Presidente do INSS, diretores de benefício; não trouxemos um, até agora, diretor de benefício, ou só um que veio no início, aliás; os demais não. Então, nós temos muita coisa para fazer, sem dúvida alguma.

Agora, os demais Deputados e Deputadas, Senadores da Oposição, seja aqueles que dão carona, aqueles que não dão carona, aqueles que têm uma ação policial, não têm ação policial, aqueles que têm obsessão pelo Lula, que aqui, mais uma vez, ficam exalando a todo momento, querendo fazer associações indevidas, relatos que não têm nada a ver, nós temos uma missão ainda muito longa nesta Comissão, mas eu digo a vocês, que tem essa paixão, esse desejo de perseguição ao Presidente Lula, que o Presidente Lula só cresce na pesquisa.

Saiu um novo resultado hoje. A diferença dele para os seus adversários só aumenta. O povo está compreendendo o que está acontecendo, do compromisso dele com o país, com as políticas sociais, com a geração de emprego – entendeu? –, com a saúde pública, ao fazer mais UBS, policlínicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... o Mais Especialistas... Com a educação, por exemplo, com o Pé-de-Meia ou os novos institutos federais; com a política habitacional, o Minha Casa, Minha Vida... Ou amanhã, que vai lançar o programa de financiamento de crédito, para a classe média poder comprar seu imóvel, tantas outras medidas que têm fomentado a nossa economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente que teve a coragem, de cabeça erguida, de enfrentar a maior potência do mundo, enquanto alguns aqui queriam bater continência e louvar a bandeira norte-americana, como fizeram no 7 de setembro, no Dia da Independência, seguindo também o Governador covarde de São Paulo, e traiçoeiro do seu povo, que tramou para derrubar uma medida de taxação das *bets* e das *fintechs* ligadas ao crime organizado – foi isso o que ele fez ontem.

O Presidente Lula trabalha para a maioria do seu povo, para a maioria do país, para o povo que mais precisa. Por isso também que deu a isenção, para quem ganha até R$5 mil, do Imposto de Renda.

Então, façamos um trabalho sério para que a CPI seja respeitada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, tempo de Líder, um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tempo de Líder. Cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Bom, Sr. Presidente, eu vou ter que dar uma saída rápida, mas vou voltar daqui a uma hora e meia. Só para a gente não perder aqui o *timing*.

Eu acredito que é muito importante que todos nós tenhamos aqui em mente a necessidade, de fato, de encontrarmos os culpados desse grave crime. Nós escutamos aqui os discursos, parece-me que eles convergem quando se fala em encontrar culpados, mas a gente tem divergido em relação aos métodos e à forma como esse enfrentamento tem que ser feito.

Eu quero dizer a V. Exas. que a minha maior preocupação aqui é que, num futuro próximo, nós não possamos ou não sejamos apontados como aqueles que perpetraram ou fizeram um enorme circo sem resultados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem ouvido aqui uma pretensa ou uma vontade de dirimir, de resolver, de alcançar objetivos, mas, ao mesmo tempo, a gente sente que se quer colocar uma nuvem de fumaça sobre o problema.

Objetivamente, existe um problema, e esse problema pode ser enfrentado, não com discurso, mas com ação.

Eu já escutei aqui, em várias oportunidades, membros do Governo afirmarem que não se sentem confortáveis, que abominam, que não acreditam, que não querem a continuidade do desconto associativo. Eu já escutei isso de vários, em vários momentos diferentes.

Agora, esse discurso não se materializa. Esse discurso, na verdade, é uma narrativa, é uma falácia, é uma enganação. É só um discurso.

Eu coloquei aqui, eu acho que há alguns dias – talvez possamos votar na próxima quinta-feira, se a vontade dos pares permitir –, uma moção, para que o Senado da República vote o que já foi votado na Câmara, para acabarmos, de uma vez por todas, com esse desconto associativo, que claramente, por mais dificuldades que o Governo possa implementar, por mais cuidado que se tenha, sempre o fraudador vai encontrar uma maneira de enganar o aposentado, que é um hipossuficiente, que é alguém que é frágil, que é alguém que, infelizmente, tem sido permeado por essas artimanhas, as mais variadas, que são engendradas por esses picaretas e por esses sindicatos picaretas.

Então, eu pediria a V. Exa. que instasse os nossos pares, inclusive a base do Governo aqui presente, para que, por favor, deixemos de enganar a população e materializemos o nosso compromisso, que é mútuo.

Vamos todos juntos falar com o Presidente Davi Alcolumbre, para, em regime de urgência, na próxima semana, na próxima sessão plenária, acabarmos, de uma vez por todas, com essa porta escancarada para fraude. Ponto um.

Ponto dois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Até em complemento a essa ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há dois anos e meio, eu estou, dentro do Senado da República, buscando uma maneira de, pelo menos, regulamentar o que já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, que é deixar que o cidadão brasileiro tenha o direito de oposição na contribuição assistencial, porque o Supremo Tribunal Federal, metendo-se inclusive, mais uma vez, na prerrogativa do Parlamento, decidiu que o conjunto dos trabalhadores é obrigado a pagar ao seu sindicato, por ocasião de um acordo ou de uma convenção coletiva, quando, anteriormente, isso só era obrigatório para quem era sindicalizado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Há dois anos e meio, eu tento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... pelo menos, normatizar o direito de oposição.

E o Governo – o Governo do PT – tem impedido que isso aconteça, porque quer continuar financiando essa república sindical.

Então, apenas para dizer a V. Exa. que me incomoda esse discurso vazio e que, na verdade, não tem ressonância na realidade. Se o que o Governo está dizendo é verdade, vamos juntos fazer o que a Câmara fez e vamos juntos normatizar o direito de oposição.

E, quanto ao que aconteceu ontem, é uma outra mentira que é repetida, naquela tática do Goebbels, do ministro da propaganda nazista.

Todos sabemos que o Relator da medida provisória que tratava de mais aumento de imposto, dez aumentos de impostos, que é o Sr. Carlos Zarattini, do PT, foi quem retirou, no texto final, a taxação das *bets*, os jogos de azar, que, na verdade, nós, da oposição, votamos contra. Eu votei contra essa jogatina indecorosa que tem, infelizmente, vitimado a população brasileira.

E, quanto ao Governador Tarcísio, ainda bem que ele, além de cuidar bem de São Paulo, está preocupado em evitar que se aumentem mais impostos contra a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu quero iniciar minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... parabenizando V. Exa. Eu, como mineiro, fico orgulhoso de ter V. Exa. como Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – V. Exa., junto com o Relator e os demais membros, estão conseguindo resgatar, realmente, a credibilidade de CPMI aqui nesta Casa, no Congresso Nacional, que é um instrumento importante para todos nós.

Mas eu quero parabenizá-lo, Relator, pela sua competência e pelo seu trabalho.

Presidente, antes de entrar propriamente no assunto aqui, eu quero também colocar como urgência essa questão dos consignados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Foi dito aqui – e é verdade – que essas operações com o consignado do BMG e essa entidade Help!, que está ligada ao Sindnapi, de fato, descontavam dos aposentados o empréstimo, e, quando o aposentado reclamava e pedia para devolver o dinheiro descontado, eles pediam biometria, uma série de dados, e depois lançavam, de novo, outro financiamento. Então, tem muita gente que foi enganada. Pode ter certeza de que o consignado será muito superior à questão dos descontos assistenciais.

Presidente, eu sou muito técnico. Eu sempre participei das CPMIs, e tem dados... Eu até fiz um gráfico para mostrar, mas não vou... Não vou mostrar não, porque o Relator já fez isso muito bem. Mas, por que é que as pessoas se incomodam comigo na CPMI? Porque eu vou direto ao foco.

Eu, Presidente... Está aqui, ó: os interlocutores da Força Sindical disseram aqui que o João Batista era muito amigo... João Batista Inocentini, que era o ex-Presidente, era muito amigo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Lula, e Lula pediu a ele que acomodasse o Frei Chico em algum posto do Sindnapi. Então... O Inocentini morreu em agosto de 2023 e deixou, então, o Sr. Milton no comando da entidade.

Então, o pedido para a inclusão na Sindnapi do Frei Chico partiu do Presidente Lula.

E aí, eu quero, aqui, agora, Presidente, dizer da minha indignação.

Eu dei várias entrevistas e aqui falei, diversas vezes, que havia sim, por parte da CGU e AGU, uma seletividade, porque as entidades principais, como a Contag e a Sindnapi, sequer foram objeto de denúncia e processo. Agora... E eu falei sempre: "Olha, gente, o Sindnapi e a Contag sequer poderiam estar descontando o INSS, sequer poderiam ter assinado o acordo de cooperação técnica". Por quê? Porque a Lei 13.019, de julho de 2014, impede a celebração de qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos para quem tem dirigente parente até segundo grau.

E aí, alguém colocou – acho que foi o Relator –: "Quando foram assinados realmente os termos de acordo do Sindnapi?" Começaram lá em 2008, depois, 2018, mas o importante é que foram renovados, Presidente, agora, em junho de 2023 – em junho de 2023, o Presidente Lula já era o Presidente.

Agora, a CGU diz que tinha uma declaração falsa, porque o Sindnapi declarou – e o Relator mostrou isso muito bem – que, realmente, não havia nenhum impedimento legal com relação ao Sindnapi, contrariando o que está na lei.

E aí a CGU, agora, diz que descobriu agora. Em função disso, agora está investigando a Contag, o Sindnapi, etc. Tanto é, que a operação, hoje de manhã, da Polícia Federal, concretizou isso. Mas a CGU disse isto: "Olha, como o sindicato deu a declaração, a gente não sabia, então, eles impediram que a gente avançasse em qualquer investigação".

Ora, seria muito ingênuo alguém achar que o Presidente Lula não sabia que o irmão dele era Vice-Presidente e, muito menos, que não sabia que existia lei proibindo isso! É óbvio que alguém alertou!

Quando se fala da influência do Frei Chico... Eu não vi nenhum pagamento para ele, não; eu vi umas fotos ali que o Relator colocou, junto com o Ministério da Previdência – com várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fotos –, junto lá com o Ministro do Trabalho... Então, ele era, de fato, relações públicas, relações comerciais. Quem fazia a relação comercial, provavelmente, pelo que está naquela foto, quem abria as portas do poder público era exatamente o Frei Chico.

E talvez tenha sido isso que ele tenha conseguido, junto à Dataprev e também junto ao INSS, para que incluísse, mesmo tendo parecer contrário da Procuradoria... Tinha um parecer contrário, mas eles conseguiram, o Sindnapi conseguiu fazer em bloco os descontos dos aposentados e pensionistas – mais de 50 mil pessoas! Isso não foi de graça! Alguém com influência política conseguiu da Dataprev e do INSS essa façanha de fazer esses descontos, mesmo contra a questão do parecer da Procuradoria-Geral.

Então, no entendimento dos auditores da CGU, a omissão da informação sobre o irmão Lula impôs barreiras adicionais à atuação dos agentes de fiscalização e controle, que, diante da declaração falsa, foram impedidos de identificar de imediato a incompatibilidade legal existente – um rombo, no caso do Sindnapi: mais de 600 milhões!

Dizer que não pôde investigar porque teve uma declaração falsa... Será que ninguém sabia disso? Será que ninguém conhecia a legislação? Então, é claro, é óbvio que isso aí teve uma influência grande.

Bem, segundo os aposentados, os descontos do Sindnapi começaram depois que eles foram à financeira Help! – como eu disse aqui, do BMG – atrás de empréstimos. Em alguns casos, os atendentes disseram que era preciso aceitar a cobrança do Sindnapi para acessar o dinheiro. Em outros, sem sequer mencionar a entidade, uma vez que o aposentado cedia os dados, inclusive biométricos, o desconto vinha automático na conta. Tem gente pagando R$500, R$280, R$300 por mês de empréstimos que sequer foram autorizados e sequer entraram na conta do aposentado e pensionista. Então, era muita covardia!

Agora, situações aqui, Presidente... Na prática, acho até que foi um exemplo, um modelo. O Sindnapi, a Contag, principalmente o Sindnapi deve ter sido o modelo do que está acontecendo hoje com os descontos assistenciais, porque o *modus operandi* é o mesmo: descontava dos aposentados, sem eles saberem de nada – bilhões! –, e depois lavava esse dinheiro com as empresas, que são empresas de fachada, empresas de familiares. Em todas elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

está desse jeito, inclusive no Sindnapi. Não vou repetir o que o nosso Relator já colocou aqui claramente: milhões e milhões!

Está aqui, a exemplo: escritório de advocacia do advogado Carlos Afonso, R$3,199 milhões. Quem é Carlos Afonso? Genro de João Batista Inocentini, que era o ex-Presidente, marido da Tonia Andrea Inocentini.

Gestora Eficiente, quase 6 milhões. Quem era aqui Daugliesi? Esposa do Milton Baptista.

Esfera Assessoria, Sistemas e Informática, R$2,294 milhões: Carlos Eduardo Teixeira Júnior, casado com a irmã de Tonia Galleti.

Então, a gente percebe que, em todas as situações, praticamente é o mesmo...

Então, a gente está chegando, Presidente, aonde nós queremos chegar, que em quem é que está no comando de tudo isso. Inclusive, era importante que depois o depoente explicasse: houve saque em dinheiro nas contas do RIF Sindnapi, mais de R$6 milhões – 6,5 milhões em dinheiro sacados na boca do caixa com relação ao Sindnapi. Então, isso é que tem que ser explicado.

Eu me lembrei... Eu estava aqui, do jeito que eu estou fazendo aqui, eu me lembrei lá atrás na Petrobras. Eu fui lá em Curitiba, na Polícia Federal, na CPI da Petrobras. Eu fui o primeiro a perguntar para o Pedro Corrêa, que era o Presidente do PP...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu falei assim: "Pedro, quem indicou Paulo Roberto Costa para a Petrobras?" Porque ele disse... Depois de muita dificuldade, ele acabou soltando: "Foi o Presidente Lula".

E quem é Paulo Roberto Costa? Faleceu agora, recentemente, com câncer. Foi aquele que devolveu R$79 milhões no acordo de delação premiada. Devolveu, ninguém devolve nada se não roubou.

Então, esse é o foco. Nós temos que chegar, de fato, em quem são as cabeças dessa roubalheira toda, dessa lavanderia que estão fazendo com relação aos aposentados e pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lamentável realmente que essas pessoas não tenham a mínima consideração, principalmente com os que mais precisam, que são as pessoas com deficiência, as pessoas realmente aposentadas e pensionistas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vou falar no tempo do Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo da Liderança para o Governo. Cinco Minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Bom, Presidente, sobre chegar em quem realmente roubou o INSS, eu acho que nós estamos num bom caminho. A operação da Polícia Federal hoje: Felipe Macedo Gomes, da Amar Brasil; Anderson Cordeiro, da Master Prev; Américo Monte, da Andap; o pessoal da Amar Brasil; Carlos Roberto Ferreira Lopes, que é amigo do Senador que me antecedeu; Antônio Camilo; Luciano Fracaro; Fernando Cavalcanti; Nelson Wilians.

Nós estamos conseguindo avançar. Os corruptos do INSS, que foram colocados lá nas posições de comando durante o Governo Bolsonaro, todos eles, 2019, 2020, 2021, 2022. Então, eu acho que nós estamos num bom caminho, estamos num bom caminho.

Agora, eu vou responder uma questão aqui, porque senão o pessoal fica mentindo, mentindo, mentindo o tempo inteiro, e a gente, se não responde, né?... Veja bem, essa história da vedação do art. 39 do marco regulatório das organizações da sociedade civil... O sindicato tem ACT com o Governo há mais de 20 anos. Em diversas oportunidades foi renovado. Tem um parecer da CGU que entende que não poderia haver essa parceria por conta de uma interpretação da existência de dirigentes que tenham cônjuge, companheiros ou parentes até o terceiro grau em cargos de direção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, essa é uma questão controversa. A AGU tem outra interpretação: que isso se aplica quando há parceria envolvendo transferência de recursos financeiros da administração pública, ou seja, quando há repasse de dinheiro público. Nesse caso não se caracteriza.

Então, não há... ninguém mentiu, não há mentira nenhuma. Não houve má-fé. Há uma controvérsia jurídica a respeito dessa questão, tanto é que, ao longo de todos esses anos, nunca havia sido levantada. E existem inúmeras outras entidades da sociedade civil com parcerias com o poder público.

Portanto, Sr. Presidente, há uma questão que o próprio Advogado-Geral da União entende, a grande maioria dos juristas do Brasil entende que não se aplica, até porque a pessoa que está no cargo não tem funções administrativas nem financeiras e não há repasse de dinheiro público. Portanto, é uma falácia, mais uma falácia de que teria ocorrido uma mentira.

Fico imaginando o Senador que me antecedeu... Fico imaginando o seguinte: "O Lula sabia! O Lula sabia e assinou!" Imagine o seguinte: o Presidente Lula, lá no Palácio do Planalto, ele olha todos os ACTs que são feitos no Governo – Imagina, Presidente! –, e em todos os ministérios, milhares de ACTs! Aí o Presidente Lula viu, viu que tinha o irmão dele na diretoria e, mesmo assim, determinou que o INSS assinasse. Chega a ser patético, de tão ridículo, esse raciocínio. Se houve algum erro formal, foi por conta de uma interpretação por parte de um servidor lá no INSS, que, se tiver que ser corrigido, vai ser corrigido. Agora querer criar uma teoria... Isso aí quase chega a um tipo de paranoia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a de que o Presidente Lula – ele, pessoalmente – teria tomado uma decisão diante de um fato ilegal e, mesmo assim, manter o ACT porque o seu irmão fazia parte da diretoria. Isso é brincar com a inteligência das pessoas, isso é debochar com a inteligência do povo brasileiro.

Então não há mentira nenhuma, não há má-fé nenhuma, não há nada mais do que uma falácia. E o que há é uma controvérsia jurídica que nós estamos aguardando que seja resolvida. Se é o parecer da AGU, se é da CGU, qual é o deles que vai prevalecer e, na medida em que ele prevalecer, todo o poder público vai seguir essa orientação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pela Liderança da Oposição no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, já foi usado, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, do Congresso, não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Já usou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já usou, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Já usou, Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência, não há o tempo de Liderança do Congresso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Já usou, Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já foi usado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Senador Randolfe usa muito a Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência, não usa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não cabe isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só cabe ao Governo e à Oposição uma vez. É o que está no regulamento nosso aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas o Senador Randolfe usa várias vezes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não usa, não usa, nunca usou. Aqui nunca usou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ah é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso garantir a V. Exa. que nunca usou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vamos checar isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Magno Malta.

Com a palavra o Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, aposentados que estão nos vendo pela TV Senado ou assistindo pelo YouTube, nós estamos diante de um quadro dantesco – eu gostaria que o depoente olhasse para mim –, de um quadro dantesco de um assalto à nação brasileira, aos mais vulneráveis.

Eu já presidi grandes CPIs neste país. A do narcotráfico, a pior de todas elas, mas eu estava lidando com bandido à luz do dia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, senhores.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – A da pedofilia, o mais cruel de todos os crimes, que é o abuso de crianças.

Encontrei resistência no Supremo Tribunal Federal? Claro.

Eu falo do ativismo judicial desde 2004, porque em 2003 eu tomei posse – em 2004, em 2005, eu já percebia –, e sou um dos poucos Senadores que sabatinei quem aqui veio para ser sabatinado. Na maioria das vezes, elogios ao currículo. Se tivesse que dar um título à fala de cada um, seria assim: "Lembra-te de mim". E eu falei, ao chegar... E chegamos ao ponto desse crescente – como um menino desobediente, que não foi corrigido por quem deveria corrigir, que é o Senado da República... E os culpados são os Presidentes mesmo. Por quê? Hoje nós estamos experimentando a omissão do Senado da República, porque os Ministros do Supremo Tribunal Federal viravam advogados dessas organizações criminosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. está no patamar de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. É hoje, V. Exa., no instituto chamado CPMI, ou CPI com poder de justiça e poder de polícia. Ele não pode enfrentar V. Exa. – nem André Mendonça, nem Flávio Dino –, dizendo que alguém não deva vir aqui.

E, até quando o indivíduo vai ao Supremo pedir uma liminar para ficar calado, nem tem necessidade, o advogado sabe, está na lei que ele tem direito de ficar calado. E acho até que, quando o Presidente de uma CPI faz um enfrentamento, infelizmente está na lei, o cara nem precisava ir. Eu, quando presidia, dizia: "Olha, você nem precisava desse papel aqui, você tem direito. Vai, fala! Você tem direito, se defenda".

Mas hoje, não. Há um precedente de que o cara pode pedir e o Ministro diz: "Você não precisa ir". Fez isso com Deolane, fez isso com o Presidente da Conafer...

Ora, aonde é que nós chegamos?

Pessoas... Eu nunca vi... Aqui está o desenho dessa teia de corrupção, mostrada de forma clara. Uma investigação que não é do Governo Lula, é de um repórter investigativo do *Metrópoles* que buscou a investigação da Polícia Federal. Nada tem a ver com a CGU quando tomaram conhecimento e disseram que o Lula não sabia.

Aliás, o seguinte, quem sabe se... Aliás, o Lula nunca sabe de nada, mas dessa vez ele não botou a culpa na Dona Marisa.

Eu teria vergonha.

Eu não sou homem de atacar ninguém. Agora veja, estou olhando no rosto desse depoente, que não depõe. Mas ele calado fala. Toda vez que se cala, diz "sim". Porque quem se cala consente. Há uma investigação, ninguém é convocado para tal.

O assalto mostrado na investigação da Polícia Federal, da CGU, o cuidado sereno desse grande Promotor... Está Deputado, mas serviu o povo, porque esse é o papel do Ministério Público. Um Promotor investigativo no Gaeco sabe exatamente o que está falando.

Agora, é uma tara que a esquerda tem pelo nome Bolsonaro. Se tirar, se o vento levar a palavra Bolsonaro do mapa, eles vão ter que aprender libras, porque eles não sabem falar outra coisa. Ouvi aqui um Deputado falando que Bolsonaro ficou rico e enriqueceu os filhos. Pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

amor de Deus, é muita cara de pau falar um troço desses! O Lula tem dois meninos traquinos. Ô meninos traquinos os meninos de Lula! Dois Midas: onde põem a mão, vira ouro.

Eu tenho aqui uma relação da família do depoente. Não vou lhe perguntar nada porque você está falando tudo, o senhor, a sua expressão facial... O senhor não tem empatia. Eu gostaria até que o senhor oferecesse – os seus advogados pudessem fazer isso – a relação de quantos aposentados, com nomes e data, se hospedaram nesse hotel que foi decorado pela sua senhora. Eu não vou aqui entrar em pormenores, mas, olha, não vamos tocar em nome de família, não vamos tocar. Uma família que forma uma organização criminosa e não sabe disso? Vive nababescamente, nababescamente, desfruta nababescamente do suor de quem deu os seus melhores dias para construir este país. O senhor não tem o mínimo de empatia. E não é tristeza porque houve uma busca e apreensão na sua casa hoje. O senhor é a prova mais contundente de que o sistema investigativo do Brasil e o Judiciário faliram, a prova mais contundente porque o senhor deveria estar preso. E, se ao cabo essa CPI não prender, se o Judiciário não mandar prender indivíduos do seu quilate, uma mente brilhante para o mal, que tem como seu vice o Frei Chico, que todo mundo se espinhou aqui, mas quem primeiro falou do Frei Chico, Sr. Presidente, foi Emílio Odebrecht, no depoimento de Emílio Odebrecht – Pimenta voltou para pedir art. 14 –, no depoimento de Emílio Odebrecht; quem falou do Frei Chico a primeira vez foi ele. Emílio Odebrecht, no depoimento ao Moro, disse: "O Frei Chico, antes de o irmão ser Presidente do sindicato, ele já recebia uma mesada aqui conosco". E é tão somente o relações públicas. Nós temos que investigar? Temos. E qual o problema? Eu não tenho bandido de estimação, eu não tenho. Todos têm que vir aqui, inclusive a sua família, inclusive cunhado, inclusive a esposa.

Eu vou fazer um ofício porque não é possível o senhor calado, como que se estivesse alheio a tudo isso. Agora é vergonhoso. Você deve ter netos, filhos, familiares e amigos o vendo neste momento, o senhor não faz um gesto. O senhor deu uma resposta hoje aqui, de por que o senhor ficou rico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – E aí a esquerda diz "vocês cresceram e enriqueceram dentro do período do Governo Jair Bolsonaro", mas o senhor só respondeu para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado da esquerda; ao nobre Deputado Pimenta o senhor respondeu. E a todas as perguntas "eu não falo mais", por conveniência, porque o senhor faz parte de um espectro político. A sua fala é essa... O fato de estar calado é essa a definição.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... Paulo Bernardo, ex-marido da Gleisi – isso já é recorrente na vida deles –, foi preso quando era o Ministro da Previdência, já fazendo empréstimos consignados em nome de aposentados, sem autorização. Foi preso, foi preso! Não é possível que esses outros fiquem soltos.

Eu comandei essas duas grandes CPIs, nunca vi nada, ou já vi coisa maior, porque essa gente a eles pertence. Quando eles falam de corrupção, eu fico admirado como eles falam com facilidade, chamando as pessoas de corruptos. Eles são os pais do mensalão, eles são os pais do petrolão e eles são os pais do "aposentão". E eles levantam a voz e chamam pessoas de corruptos.

Aquele que estava na cadeia, que foi tirado pelo Supremo Tribunal Federal, segundo Gilmar Mendes, que disse: "Sem o Supremo, não haveria Lula", e feito pelo Sr. Fachin; e, agora, Jair Bolsonaro julgado e relatado pelo Ministro Zanin, que eu não recebi no meu gabinete, não recebo nenhum deles...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu encerro dizendo o seguinte: que esta CPMI, de fato, tem que responder, mas de forma muito dura, porque, na verdade, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Um dos oradores que me antecedeu, fazendo a divulgação do seu Governo – nada contra, ele é do espectro... Eles estão aqui exatamente para fazer o que eles estão fazendo e, entre tantas coisas, atrapalhar, porque uns preferem – eles amam o Brasil, são democráticos – dar continência para os Estados Unidos, para Trump. É bem melhor do que dar continência para Maduro, bem melhor do que dar continência para o Irã...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... e levar o país para o eixo do mal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – E me encerro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... dizendo a esse cidadão que comanda essa organização criminosa que, se a justiça dos homens não o colocar na cadeia, da mão de Deus e da justiça divina o senhor não escapará.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

A Senadora Damares Alves, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Relator.

Sr. Milton, eu vou ser muito direta com o senhor: que dia ruim para o senhor, né, hoje? Se alguém lhe garantiu que a Polícia Federal nunca chegaria ao sindicato ou à sua casa, mentiram para o senhor. E lembre-se: seus dias serão muito ruins daqui para a frente.

E eu quero lhe lembrar, Sr. Milton, que a investigação desta CPMI não se limita a este depoimento aqui. Atrás de cada Parlamentar que está sentado aqui, tem, no mínimo, mais três assessores. Aqui dentro, a gente só pode entrar com um, mas neste exato momento eu estou com três, na minha sala, ouvindo tudo. Esta CPMI está com um corpo técnico extraordinário, o senhor não tem ideia! Até BI os assessores têm para fazer cruzamento de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A quebra de sigilo já chegou, a sua está incompleta, mas a do sindicato já chegou, milhares de páginas. Nosso time está debruçado sobre cada linha de cada página. Nós vamos ajudar muito a Polícia Federal nessa investigação e nós não vamos nos limitar à investigação da Polícia Federal. Uma instituição séria que não está a serviço deste Governo, nós acreditamos que é uma instituição séria, mas nós vamos produzir provas nesta CPMI, queira o senhor falar ou não.

E lamento, Seu Milton, dizer que nós já temos tanta coisa! Nós só não estamos entregando pérolas aos porcos aqui hoje, porque, como o senhor não quis falar, os discursos estão sendo muito *lights* aqui hoje, mas nossa equipe já chegou longe. Os seus dias não serão fáceis! No mínimo, no mínimo, um crime, no mínimo, um conflito de interesse já está configurado.

E eu fico pensando no sindicalista. Eu vim da base, Seu Milton, e vocês não têm ideia do desserviço que vocês estão fazendo para o movimento sindicalista no Brasil. Na primeira sessão desta CPMI, eu pedi aos colegas para terem cuidado, porque estavam falando tão mal da Contag. Eu, que vim lá de trás, sei o trabalho que essa instituição fez para o povo do campo. E eu disse: "Colegas, acalmem, acalmem. Não é porque tem gente ruim lá agora na direção que nós vamos ter que desconstruir a história da Contag e de todas as outras".

Mas o que nós estamos vendo aqui, em 15 reuniões, é que vocês estão desconstruindo, destruindo a história do movimento sindicalista. Eu fico pensando no coitado do sindicalista lá na ponta, que ganha R$2 mil por mês, que contribui com o sindicato, vê os seus lindos carros e vê os lindos relógios de vocês.

O último depoente que estava aí à mesa, Seu Milton, um relógio dele era mais caro do que o meu apartamento. Eu tenho 62 anos de idade, eu trabalho desde os 14 anos de idade e trabalho muito. Um relógio do depoente era mais caro que o meu apartamento, que não está nem pago, está financiado ainda. Vocês estão ficando ricos de forma indevida e nós vamos buscar todos os patrimônios dos senhores, Seu Milton.

E, aqui, esta CPMI, além de encontrar os fraudadores... E o conflito de interesses eu posso provar aqui: como é que um Presidente de sindicato se torna dono de uma instituição financeira? Como é que... O sindicalista fica pensando lá: "Eu estou contribuindo para o sindicato, que meu Presidente diz que está lutando pelo meu direito, mas ele é dono de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituição financeira, está ficando rico". Eu acho que os sindicalistas no Brasil estão pirando com esta CPMI.

E vou dizer uma coisa, Presidente e Relator, se tem uma contribuição que nós vamos dar para o Brasil é um recado para todo o sindicalista: é hora de vocês fazerem uma limpa nos seus sindicatos, busquem auditorias e busquem rever quem está na direção dos sindicatos. Os que estão aqui, os que estão vindo aqui, simplesmente estão destruindo a história do movimento sindicalista.

E eu lamento os colegas de esquerda que vieram do movimento e que não estão vendo isso. Talvez esteja na hora de a gente parar um pouco de ouvir tanto sindicalista aqui, tanto sindicatos, fazer uma grande revisão na lei do país e retirar os maus que estão na liderança do movimento hoje.

Lamento, Seu Milton, se o senhor ama tanto esse movimento, se o senhor ama de fato o que os sindicatos são no Brasil, chegou a hora de o senhor falar. Eu sei que hoje é um dia ruim, o senhor está abalado emocionalmente, mas, depois que o senhor for para a cadeia, com uma sentença aí de centenas de anos, porque os seus crimes eu creio que vão chegar a centenas, vai ser mais difícil o senhor falar.

Então, Sr. Milton, eu lamento, e eu lamento o que vocês fizeram com aquele pobre coitado que acreditou no discurso do movimento sindicalista. Eu acreditei, eu estava lá com vocês no passado, mas eu lamento o que vocês estão fazendo.

Essa é a minha palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senadora.

Com a palavra a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS. Para interpelar.) – Quero dar um boa-tarde aí para todos. Acho que não é uma boa tarde aqui para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um boa-noite.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – É um boa-noite, já, né? Nem boa tarde, nem boa noite para ninguém, participar aqui desta CPMI e ouvir o que a gente... Na verdade, nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos ouvindo, porque as pessoas vêm aqui e ficam caladas, nós gostaríamos de ouvi-los, e principalmente quem foi lesado, para entender o que aconteceu. Então, para mim, Damares, a sua fala me contempla muito, porque eu acho que precisa ser revisto neste país o sistema sindical e realmente trocar todo mundo, porque o que nós estamos vendo é uma desmoralização do sistema.

Presidente, eu quero aqui, primeiro, começar novamente destacando o trabalho firme e corajoso que vocês estão fazendo, que nós estamos fazendo, mas principalmente o Relator e o Presidente, com disposição firme de apurar e mostrar para o Brasil o que aconteceu, e eu tenho certeza de que tem muita gente, principalmente os aposentados, que têm mais tempo, para assistir esta Comissão e ver o que está acontecendo e o que aconteceu no país. A população exige respostas e punição exemplar, não tenho dúvida disso, para todos os responsáveis. E aí eu vejo "Ah, mas o Governo está ressarcindo". Está ressarcindo o quê? Com o dinheiro do consumidor, daquele que trabalha e paga imposto, porque Governo, até onde eu sei, não tem dinheiro; tem dinheiro da população que trabalha, que produz e que paga imposto. Então, nós precisamos mesmo ir fundo, Damares, atrás desses recursos desviados, para que essas pessoas que passaram a mão, que roubaram os aposentados, possam devolver para quem de direito, de onde eles roubaram, de onde saiu esse dinheiro todo.

E também a gente fica pasmo de ver porque, Seu Milton, todos que vieram aqui, até agora, dos sindicatos, são muito parecidos: roubam, distribuem entre os apaniguados e a família, ficam entre vocês e danem-se aqueles que estão, que são aqueles que deveriam usufruir dos benefícios colocados pelos seus sindicatos. Então, é muito triste, eu saio daqui deprimida. Todas as vezes que eu tenho vindo aqui, eu saio daqui deprimida, porque a gente perde um pouco da esperança.

Então, esta CPMI, Presidente, Relator, nós temos que realmente fazer uma lei para coibir esse abuso, esse desmando, essas fraudes, essa roubalheira, eu nem sei o nome que a gente deve dar. Eu sei que é triste para os brasileiros ver o que é que nós estamos aqui fazendo e aonde é que isso vai chegar.

Eu tenho certeza de que nós vamos levar esta CPMI a cabo, doa a quem doer, para que os brasileiros possam ter ainda um pouco de esperança, esperança neste Congresso, esperança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta Casa, que é a Casa do Povo, é a Casa dos estados, das federações, para que a gente possa dar uma resposta. É claro que é uma resposta que nunca vai ser boa, mas dizer o seguinte: "Daqui para frente, nós não teremos que assistir mais ao que nós estamos assistindo nesse pedaço, nesta CPMI", que eu não sei nem quanto tempo vai durar, porque a gente sabe que coisas ainda, muitas coisas, vão aparecer.

Por conta disso, eu tenho visto aí o aprofundamento das investigações conduzidas por esta CPMI, que vem revelando, de maneira incontestável, a dimensão assustadora do rombo e dos roubos praticados contra milhões de aposentados e pensionistas em todo o país. O que nós estamos constatando é que a fraude não se restringiu a poucos servidores ou intermediários inescrupulosos, ela foi alimentada e sustentada por uma estrutura de poder muito aparelhada e que se utilizou de instituições públicas para proteger, facilitar e até articular os esquemas de desvio de recursos daqueles que mais precisam da previdência social. É estarrecedor a gente perceber que os mesmos que deveriam salvaguardar os direitos dos segurados preferiram blindar os fraudadores, transformando o INSS num instrumento político-partidário.

Sob este Governo, o aparelhamento atingiu níveis que afrontam o próprio Estado de direito. Mantém-se um *modus operandi* de roubo e fraude que se repete em várias esferas da administração e que agora, com as provas reunidas aqui por esta CPMI, se mostra enraizado em setores estratégicos da previdência. O que temos visto aqui, Izalci, é que, a cada depoimento, a cada quebra de sigilo, percebe-se uma tentativa deliberada de proteger determinadas entidades que, historicamente, mantêm vínculos estreitos com este Governo. São organizações que deveriam representar trabalhadores, aposentados e produtores rurais, mas que, na prática, tornaram-se braços operacionais de um projeto político-partidário. Criaram-se verdadeiros feudos públicos alimentados por convênios, contratos, repasses milionários, sem fiscalização efetiva e com clara conivência de agentes do poder central – isso é o que é mais triste.

Essa blindagem não ocorre por acaso. Ela é fruto de um entrelaçamento cuidadosamente tecido entre dirigentes dessas entidades, gestores do INSS, articuladores políticos e figuras que, direta ou indiretamente, alcançam até a Presidência da República – isso é uma lástima. É essa teia de interesses e cumplicidades que esta CPMI está desvendando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um exemplo muito claro é que nós vemos hoje, aqui, o Sindnapi não constar da lista de entidades consideradas pela AGU como núcleo do esquema de fraudes contra os aposentados. Isso levanta um grave alerta sobre uma possível blindagem política. Muito embora o sindicato figure como alvo das investigações da Polícia Federal por supostos descontos indevidos em benefícios previdenciários, a entidade foi poupada da ação que solicita o bloqueio de 2,5 bilhões, medida aplicada a outras associações. Enfim, a blindagem do Sindnapi revela uma verdadeira farsa que busca encobrir essas irregularidades.

A Controladoria-Geral da União identificou que o sindicato omitiu intencionalmente a presença do Diretor Nacional de Representação, que depois se tornou Vice-Presidente da entidade.

Mas, enfim, terminando aqui – porque nós não vamos ouvir nada mesmo do Sr. Milton, né? –, eu acho que é por isso que esta Comissão não pode se intimidar. É dever deste Parlamento investigar até o fim, identificar os responsáveis e exigir punição exemplar. Estamos diante de um esquema que não apenas saqueou os cofres públicos, mas também atacou a dignidade dos brasileiros que construíram este país e hoje dependem dessas suas aposentadorias para sobreviver.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

A pedido do advogado – e aceito –, suspendo a sessão por 30 minutos.

(*Soa a campainha.*)

(*Suspensa às 18 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 16 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai, Coronel Crisóstomo.

Reiniciando a sessão, com a palavra o Deputado Coronel Crisóstomo. (*Pausa.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, meus cumprimentos ao Relator, aos integrantes da mesa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está ligado o microfone, Excelência?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É... Não, não. Deixa eu ver.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora, sim, está ligado. Aumenta o som, por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores da mesa, meus cumprimentos a todos os Parlamentares, a todos os presentes.

Olá, Rondônia; olá, Brasil!

Senhores, sabendo que o Sr. Milton Cavalo... Por que Cavalo? Não vai falar, Brasil; Rondônia, ele não vai falar. Ele está caladinho. Ele veio para ficar com a boca cerrada.

Seria bom ele falar, mas não vai falar. Contrarie o seu advogado, vamos conversar? Não, ele não vai falar.

Senhores... É triste, Presidente, a gente se preparar para perguntar... E a pessoa que vem aqui fazer suas declarações seria interessante, realmente, falar, mas infelizmente fica ruim, apequena a CPMI, o que é triste para nós. Por quê? Porque o Sindnapi processava as fichas de filiação de aposentados antes de enviar ao INSS. Era o rolo, né? A Gestora Eficiente, de propriedade da esposa do... Que nós estamos tratando com ele aqui para que ele fale, mas ele não fala. A esposa e o genro deles recebiam comissões por processamento de fichas. E o Carlos Lupi é parceiro dele.

O pai do roubo, todos nós sabemos e a imprensa fala, Evair de Melo, é o Sindnapi. Em janeiro de 23, o Sindnapi pede o fim das restrições impostas aos sindicatos.

Imagem 1.

Olha lá: "Sindnapi entrega relatório de auditoria ao ministro Lupi e ao presidente do INSS" – "Sindnapi entrega relatório de auditoria ao ministro Lupi e ao presidente do INSS". Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório era um relatório dizendo que nada tinha acontecido com relação ao Sindnapi. E está lá o Lupi. Quem ajudou o Sindnapi? Quem ajudou o Sindnapi?

Cadê aquele vídeo nº 2? Vídeo nº 2.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Olha aí, olha. Lupi e o Sr. Milton Cavalo são parceiros. Está aí, olha. Está dito, não é? Então, vai vendo.

Tem um vídeo que, na verdade, é o nº 1. Não sei se... Passa o nº 1 aí, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k., pode parar aí.

O Sindnapi já fazia parte do INSS. Está dito por esse senhor. Está aí, olha. Já estava dentro do INSS. Então, INSS e Sindnapi estão juntos. Está dito aí, olha. (*Pausa.*)

Recentemente o Sr. Milton Cavalo veio para o PDT. E, em agosto de 2023, Milton Cavalo foi conduzido à Presidência do Sindnapi. E o Vice-Presidente é o irmão do Lula. Todos nós sabemos. Eu estou só afirmando coisas aqui que já foram ditas pelos outros Parlamentares aqui, olha.

Em julho de 23, o Sindnapi cadastrou mais de 67 mil pessoas, feito sem o conhecimento e consentimento real dos aposentados. Também já foi dito aqui até pelo Relator. E pelo menos mais de R$8 milhões pagos pelo Sindnapi foram para a família do Sr. Milton Cavalo. Isso aí também todo mundo já falou.

Sr. Milton Cavalo, é triste o senhor ficar calado e olhando para a gente. O Brasil quer que o senhor fale, quer que o senhor fale a verdade, quer que o senhor defenda o seu sindicato, quer que o senhor defenda a sua família, porque o sindicato do senhor é composto pelos seus familiares. Triste isso, senhores, muito triste.

Infelizmente nós não podemos dizer o contrário, que esses sindicatos estão grudados com o Governo Lula. Faz parte. Faz parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, quanto a esse sindicato, pouco eu tenho para acrescentar aqui ou para perguntar, porque o senhor não vai falar mesmo. O senhor vai ficar só olhando aqui para nós.

A gente fica imaginando o que este Governo tem para dizer para nós, com relação aos sindicatos que estão roubando os nossos velhinhos aposentados do Brasil. E o Governo, cada vez mais, tenta tirar do povo, não só através dos sindicatos, mas através de impostos.

Ontem, inclusive, derrubamos o aumento de imposto do Lula por 251 votos lá na Câmara dos Deputados. Os senhores viram isso. O Lula queria enfiar mais dez impostos no povo. Triste isso, mas foi uma verdade – o Governo inimigo do povo, Governo amigo das *bets*.

Chega de impostos no país! Chega! Não aceitamos mais impostos no Brasil.

E também há uma coisa interessante, gente. Ontem aconteceu uma coisa muito interessante.

O Haddad, Presidente – o Haddad –, exaltou o Presidente Bolsonaro. O Ministro Haddad confessou que Bolsonaro não aumentava impostos para o povo pagar – que bom, Haddad! Obrigado, Haddad! –, porque o Presidente Bolsonaro não gostava de imposto; pelo contrário: ele tirava os impostos, para o povo pagar mais barato nos seus produtos.

O Lula é ao contrário: quer só trazer impostos, colocar imposto para o povo pagar.

E, ontem, nós derrubamos dez impostos. Graças a Deus! Graças a 251 Parlamentares.

Senhores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu queria perguntar muito para o senhor, mas, infelizmente... Eu fico triste com isso, porque o povo de Rondônia é um povo que quer saber as verdades.

Eu ficar aqui olhando para o senhor, o senhor ficar me olhando, eu lhe perguntar, e o senhor não dizer nada... É muito triste isso, Presidente. Deixa-nos triste demais. É um vazio, fica um vazio, e o povo brasileiro sente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seria muito importante o senhor falar, meu senhor. Fale as verdades, defenda-se, porque, hoje, o Sindnapi é exatamente o sindicato que mais rouba dos brasileiros, segundo a Polícia Federal e segundo os jornais que comentam para o Brasil.

Presidente, eu vou embora daqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... decepcionado com a boca calada do Sr. Milton Ribeiro. É muito triste isso.

A gente tinha que conseguir uma forma, com o STF, para que essas pessoas pudessem realmente falar, Presidente. É até uma questão aqui de ordem diante do senhor, agora, para eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Nós temos que tratar com o STF. Não dá para nós estarmos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A reboque.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... ficamos nós só falando, só perguntando, esvaziam-se os nossos discursos diante de ele ficar calado. Não está bom assim, e o povo brasileiro está chateado com isso. Eles querem ouvir a resposta de quem está sendo aqui denunciado, ou mesmo para que eles possam se defender.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, deixo essa questão de ordem para o senhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por nada.

Uma boa noite.

José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Na lista eu estou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está na lista.

É agora o Deputado José Medeiros; está o Deputado Átila Lira, que não está...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É porque tem...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Tem alteração... É.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não; não alterou não, Excelência. É porque houve troca. Aí, vem Teresa Leitão e Randolfe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Você trocou com a Tereza Cristina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, aqui não... Pela lista aqui, não.

A Tereza Cristina...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É porque eu sou membro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu sei, mas, agora, aqui na lista está: o Deputado José Medeiros, o Deputado Átila Lira, Teresa Leitão e Randolfe.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É porque é o seguinte: com toda *data venia* e respeito ao meu colega Medeiros, é porque ele não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k., então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Aliás, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem; está bem, Excelência. Eu lhe dou a palavra. O José Medeiros concordou.

Senador Randolfe, por dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Ah, desculpa... O colega Medeiros já agora é membro, né? Não, inclusive, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele é suplente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... se na ordem aí ele estiver na frente, por gentileza, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, V. Exa. está com a palavra. Eu fiz uma troca aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado pela aquiescência também do Deputado José Medeiros e ao Sr. Presidente Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, eu... Inclusive, a troca... Eu queria até pedir desculpas. Eu queria pedir desculpas a quem está nos assistindo e à CPMI. Eu tive que ir com o Presidente Davi a um ato, ainda há pouco, que diz respeito, inclusive, a temas relativos ao colega Deputado que me antecedeu, que é de Rondônia. É porque, ainda há pouco, o Governo do Presidente Lula acabou de assinar a equiparação do salário dos policiais militares do ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

A propósito – era só uma rápida digressão, Presidente, se o senhor me permite –, o Governo anterior concedeu 0% de reajuste aos policiais militares dos ex-Territórios do Amapá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Roraima e de Rondônia, e o nosso Governo acabou de anunciar, à soma desses três anos, 35% de reajuste. É uma goleada e tanto.

Mas queria só fazer esse registro preliminar. Eu acho que era um dado importante de ser aqui destacado, Presidente.

Meu caríssimo Sr. Milton Baptista...

Eu acho que é importante aqui, Presidente, nós fazemos preliminarmente alguns esclarecimentos.

O Sindnapi é um sindicato nacional. É um sindicato que existe, pelo menos, desde o final dos anos 90, início dos anos 2000, assim como é a Contag, que existe desde os anos 1960. Ou seja, essa separação é necessária ser feita, a despeito do mérito!

Não se trata de Ambec, que foi criada num dia, com três filiados, e, depois do Governo anterior, deu um salto de para mais de 170 mil filiados; não se trata de uma Amar Brasil; não se trata de uma Unsbras; não se trata de uma Conafer.

Essa separação eu considero, Presidente, importante que V. Exa. tenha em mente, que o Sr. Relator tenha em mente.

Dito isso, eu queria aqui destacar, meu caríssimo Milton, a minha... Eu não passei pelo movimento sindical – vim do movimento estudantil –, mas meu primeiro emprego foi como digitador de um sindicato. Eu acompanhei a história do movimento sindical.

O sindicato que V. Sa. dirige é um sindicato que tem uma concepção, na política, diferente da concepção que nós tivemos na construção do sindicalismo. É importante fazer essa separação, e eu quero explicar isso, porque eu sei que alguns colegas que estão aqui, alguns colegas aqui, partidários do Governo anterior, não se afetam muito com a questão sindical, porque eles têm uma oposição histórica a direitos de trabalhadores, à organização de trabalhadores na luta pelos seus direitos. Então, talvez eles não saibam separar. Então, faço questão de aqui destacar.

O seu sindicato tem uma filiação com a Força Sindical e tem uma conjuntura e uma construção política histórica diferente da construção que teve, por exemplo, a Central Única dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhadores e o novo sindicalismo, desde os anos 1980. Essa primeira separação é necessária ser feita.

A segunda separação, porque eu vi, muitas vezes... Eu vejo, nas redes de alguns colegas e na narrativa que os partidários do Governo anterior, que tinham uma prática de proteger *bets*, bilionários e bancos... É por isso que eles celebraram tanto a medida provisória que rejeitaram no dia de ontem, porque era uma medida provisória não para criar imposto para pobre, porque este Governo está isentando brasileiros que recebem até R$5 mil – a maioria dos trabalhadores brasileiros – de pagar imposto. A medida provisória de ontem, tem que dar nome: era medida provisória para taxar bancos, bilionários e *bets*. Eram esses, com os quais o Governo anterior tinha uma familiaridade e uma aproximação.

A segunda separação que é necessário ser feita é sobre o Frei Chico.

Eu queria saber em qual página, a linha do inquérito da Polícia Federal que faz alguma alusão ao Frei Chico, alguma referência a ele.

O senhor já disse aqui, Sr. Milton, qual era o papel que ele desempenhava no sindicato, que não era um papel de direção no sindicato.

Segundo, eu vejo tratarem com ironia a denominação do Frei Chico.

Eu vou explicar para vocês porque o nome dele é Frei Chico sem o ser. É porque este é um militante político que é responsável por uma das maiores conquistas que o Brasil teve nesses 200 anos de história: a democracia, a democracia que tentaram derrubar em 8 de janeiro de 2023, com o ápice de um processo de tentativa de golpe de Estado. Era Frei Chico, porque, durante a ditadura, não se podia utilizar o nome, porque era perseguido; porque, durante a ditadura, não se tinha direito a *habeas corpus;* porque, durante a ditadura, não tinha o direito constitucional ao silêncio. E alguns, talvez, não queiram o direito constitucional ao silêncio, porque têm saudade de resolver as coisas no pau de arara.

Nós conhecemos o caminho da ditadura, e foi Ulysses Guimarães quem nos disse: "Malditas todas as ditaduras que levam os verdadeiros patriotas para o exílio e para o cemitério", como a ditadura que teve aqui no país fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante dizer porque o nome dele é Frei Chico, e é importante dizer... E eu quero aqui desafiar: qual a relação, qual a citação no inquérito que tem o nome do Frei Chico?

O segundo é sobre números, concretamente, Sr. Milton.

Esse gráfico aqui aponta o número de filiados do Sindnapi no Governo passado, porque a tese aqui é que o Sindnapi – não é, Sr. Milton? – teria sido beneficiado da presença, em seu quadro de direção, do irmão do Presidente da República. Olha só o benefício aqui nos números!

Pois bem, olha o benefício que alegam: em 2019, Governo anterior, houve um salto no número de filiados do Sindnapi de -4% para 1%, mais de 2 mil filiados; 2020 para 2021, mais 52 mil filiados; de 2021 para 2022, mais 73 mil filiados; 2022 a 2023, mais 77 mil filiados. Aí começa o Governo de Lula, em 2023.

De 2023 para 2024, caíram 17 mil filiados; de 2024 para 2025, caíram 41 mil filiados. Que danado de benefício é esse, que, quando o irmão do cara, que é alegado aqui, assume a Presidência da República, o número de associados reduz?

É uma história que não cabe em si. Só cabe uma coisa: tentar trazer para cá aqueles que investigaram.

Hoje teve operação da Polícia Federal, coordenada pela Controladoria–Geral da União, aquele Controlador Geral da União que esteve aqui na frente e que muitos aqui tentaram criminalizar, e que respondeu à altura, sobretudo que ele omitiu das fraudes do INSS, entre outros, o Ministério da Justiça do Governo passado e o titular da pasta.

Quem coordenou a ação de hoje foi a CGU, junto com a Polícia Federal. O CGU, que esteve aqui na semana passada, que respondeu a todas as perguntas; o CGU, que desmontou e desbaratou a fraude e o esquema de corrupção que tinha no INSS, porque a Polícia Federal e a CGU deste Governo são, de fato, órgãos autônomos.

Não tem, neste Governo, Presidente da República dizendo para Ministro da Justiça que vai demiti-lo do cargo se filho do Presidente da República ou irmão do Presidente da República estiver sendo investigado. Neste Governo não tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem neste Governo Ministro da Justiça que se demita dizendo que teve obstrução às suas investigações e à condução das investigações.

Não tem, neste Governo, Presidente da República para demitir Superintendente da Polícia Federal, como foi feito, no passado, com a Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Neste Governo não tem, porque este Governo investigou, responsabiliza culpados e ressarce, não fica "esperando com a boca escancarada, cheia de dente, esperando a morte chegar", como diz a poesia de Raul Seixas, que os aposentados não sejam ressarcidos, como foi no passado.

Tem mais de 3,5 milhões de aposentados que vão ser ressarcidos pelo Governo; 2,7 milhões já aderiram.

Tem sido essa a postura e o encaminhamento deste Governo, e é essa a diferença.

Nós queremos ir a fundo, sem tergiversação.

E me parece – e falo isso para concluir, Sr. Presidente, Sr. Relator – que, às vezes... Eu fico pensando aqui, meu caríssimo companheiro Paulo Pimenta, que querem desviar é o foco das investigações. Querem caminhar para...

Às vezes me fica parecendo, meu caríssimo Relator, que falam tanto do Frei Chico para não chegar ao Americo Monte Junior, para não chegar ao Felipe Gomes, para não chegar ao Anderson Cordeiro, para não chegar ao Igor Delecrode, para não chegar ao Luciano Fracaro, para não chegar ao Fernando Cavalcanti, para não chegar aos *playboys* de luxo que, no Governo anterior, se encastelaram nos esquemas do INSS, fraudaram o INSS e roubaram, de fato, os aposentados.

Concluo dizendo, Presidente, reitero o que tenho dito em todas as sessões da CPMI: esse esquema de corrupção não começou em nosso Governo, mas esse esquema de corrupção está sendo desbaratado neste Governo, porque este é um Governo em que CGU, Polícia Federal e órgãos de controles são respeitados e têm autonomia devida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Milton Cavalo, permita-me a brincadeira com o seu sobrenome, mas nunca vi um cavalo tão manso. O senhor não esboçou nenhuma reação, nem emocional... É uma brincadeira, não tem nenhuma ofensa.

A frieza com que o senhor está ouvindo o interrogatório, naturalmente, escandaliza, cada vez mais, o rolo em que o senhor se meteu nele. O senhor deu muita sorte... O senhor deu muito azar, com a morte do Feio. Eu nunca vi uma morte, do Feio, fazer tão mal para a pessoa. O senhor entrou num buraco sem fundo.

Mas, hoje, já que o senhor não vai responder, Sr. Presidente, eu vou seguir um outro roteiro, até para deixar registrado para os brasileiros mais humildes que nos escutam, do enquadramento e da responsabilidade com que estamos aqui hoje.

Ocupo esta CPI – e falo isso para os brasileiros, principalmente para os capixabas, lá do meu querido Espírito Santo – para tratar de um tema que fere de morte os princípios mais basilares da nossa Constituição Federal: o direito dos aposentados e pensionistas; o dever de proteção social do Estado e a inviolabilidade da dignidade humana.

A Carta Magna, nossa Constituição, em seu art. 1º, inciso III, consagra a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República e, no seu art. 6º, estabelece a previdência social como direito social. O art. 194 impõe à seguridade social os princípios da universalidade da cobertura, da irredutibilidade dos benefícios e da solidariedade.

Ora, se a Constituição protege de forma tão clara os aposentados, como admitir que entidades sindicais e associativas, a exemplo da Contag, da Conafer e do Sindinapi, se associem a práticas espúrias, que configuram um verdadeiro confisco indevido dos benefícios previdenciários?

Isso não é apenas, Sr. Presidente, Sr. Relator, uma imoralidade. Isso é uma violação constitucional gravíssima, que atinge os pilares do nosso Estado democrático de direito, caro Dr. Bruno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre digo: vai vendo Brasil!

O esquema montado com a participação de tais entidades, envolvendo ainda nomes como o do irmão do Presidente da República, o tal do Frei Chico, que deve ser frei e pregador na sinagoga do Satanás, que está lá em Apocalipse 2,3 . E quem defende o Frei Chico aqui talvez não saiba, não tenha estudado o que é tráfico de influência, a importância que tem um nome desse nas relações institucionais. Volto a dizer, Frei Chico, pregador da sinagoga do Satanás, dos falsos profetas lá do Apocalipse.

Na esfera penal, trata-se de apropriação indébita, de estelionato e de associação criminosa, como previsto nos arts. 168, 171 e 288 do Código Penal.

Na esfera administrativa, Sr. Milton, é violação ao princípio da moralidade, art. 37 da nossa Constituição, que vincula inclusive entidades privadas que atuam em regime de colaboração ou representação de interesses coletivos.

Na esfera civil, tais condutas configuram atos de improbidade administrativa – Lei nº 8.429/92, arts. 9º e 10 –, quando praticadas em conluio com agentes públicos, resultando em enriquecimento ilícito e dano ao Erário.

Na esfera previdenciária, ofendem o art. 201 da Constituição Federal e a própria Lei nº 8.213/91, que assegura a correta destinação dos recursos da previdência social.

O Brasil precisa compreender que não se trata apenas de má gestão sindical. Trata-se de um ataque frontal ao Estado social e de um crime contra a cidadania, Sr. Milton Cavalo.

Esses personagens compõem um cenário que choca o país. O Brasil está chocado.

O que deveria ser um sindicato, em defesa, tornou-se uma organização criminosa, travestida de legitimidade, Sr. Relator, como o senhor muito bem esclareceu nesse organograma do tráfico de influência que eles sempre usaram. Portanto, o que deveria ser um sindicato nacional dos aposentados virou, Sr. Relator, o sindicato nacional dos saqueadores.

Sempre digo: vai vendo, Brasil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando dirigentes, advogados ou empresários se associam para montar esquemas que sugam o dinheiro dos aposentados, eles não apenas cometem crimes comuns, mas também violam o que há de mais sagrado: a confiança da sociedade no próprio sistema democrático.

Como já ensinava Ruy Barbosa, a pior ditadura é a ditadura do Poder Judiciário; contra ela, Sr. Relator, não há a quem recorrer. Da mesma forma eu digo: a pior traição é a traição daqueles que deveriam defender os trabalhadores e aposentados; contra isso, só nos resta a coragem de denunciar, a força de cobrar, a fé na justiça verdadeira, na justiça dos homens e na justiça divina.

Se aqueles que deveriam defender os mais frágeis são os primeiros a explorá-los, se os sindicatos que deveriam ser a porta da esperança se transformam em portas de entrada para ladroagem, então o que resta da ética pública? O que vemos é o esgoto da moralidade, é a degradação da ética transformada em prática cotidiana. O Brasil não pode aceitar que os idosos, aqueles que construíram esta nação com suor e sacrifício, sejam humilhados e reduzidos a meros números de esquemas de corrupção.

Vai vendo, Brasil!

Mas não falemos apenas de leis, artigos e dispositivos, Sr. Relator; falemos de gente, falemos de milhões de brasileiros e brasileiras que passaram a vida no campo, lá no nosso Espírito Santo; na indústria, por todo o Brasil; no comércio, nas nossas regiões metropolitanas; no serviço público, sustentando família, pagando os impostos, acreditando que um dia teriam o direito de descansar com dignidade. Mas a quadrilha operou. Essas pessoas não pedem privilégios, pedem apenas o que lhes é de direito: receber com segurança a aposentadoria que conquistaram com suor e lágrimas. E o que receberam? Receberam um golpe dos sindicatos, o confisco das associações, a mão invisível da corrupção enfiada no bolso de cada aposentado.

E é isso que chamam de política sindical? É isso que chamam de defesa dos trabalhadores? Eu chamo isso de covardia, de roubo, de esgoto moral, Sr. Milton.

Não aceitaremos narrativas de vitimização, não aceitaremos desculpas esfarrapadas, não aceitaremos manobras jurídicas. O que exigimos é simples: verdade, justiça e punição exemplar. O Brasil não aguenta mais escândalos que terminam em pizza, já não aguenta mais ver os poderosos escaparem enquanto o povo sofre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai vendo, Brasil!

Meus amigos e minhas amigas aposentados de todo o Brasil – e, sempre digo, em especial, do nosso Espírito Santo –, não se calem! Nós precisamos da manifestação de vocês. Não aceitem que transformem a sua melhor idade em moeda de troca. Não aceitem que os corruptos bebam o sangue do seu trabalho.

Hoje eu digo em alto e bom som: o roubo dos aposentados será lembrado como uma das maiores vergonhas da República, Sr. Relator, mas também será lembrado como o momento em que o povo se levantou e que a indignação virou força e que a justiça venceu a covardia.

Aos que tramaram contra os idosos, deixo um recado: vocês não escaparão, a lei os alcançará, a história os julgará, e o povo os condenará pela eternidade. E aos aposentados deixo uma promessa – com certeza, corroborada aqui pelo nosso Presidente e pelo nosso Relator –: nós não vamos descansar enquanto cada centavo não for devolvido, enquanto cada responsável não for punido, enquanto a dignidade não for restaurada, porque tocar os aposentados, Sr. Milton, é tocar na alma do brasileiro, que levanta cedo, trabalha e produz; num povo honrado, de valores, um povo cristão, um povo de família. E a alma do Brasil não se vende, não se corrompe e não se entrega. Por isso que eu sempre digo: vai vendo, Brasil!

Para não deixar nenhum tipo de dúvida, coloque o meu primeiro vídeo, por favor.

(*Soa a campainha.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Que não fique dúvida da coragem de Jair Bolsonaro de enfrentar esse tema.

Mas eles queriam voltar para a cena do crime.

Por favor, o próximo vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Por favor, repete o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Quero, mais uma vez, cumprimentar o nosso Relator também, Deputado Alfredo Gaspar.

Eu cumprimento o Sr. Milton, o Sr. Bruno, o Sr. Paulo, que estão aqui nesta Comissão, mas confesso que estou frustrado, extremamente frustrado, eu acho que como milhares de brasileiros estão neste momento, vendo algo que não esperavam.

O silêncio está se repetindo, Presidente, está se repetindo. Onde é que nós vamos parar? A próxima vai ser também assim? STF vai dar uma medida para ficar em silêncio, para não vir? Qual é a próxima? Ou será que era mais digno tomar uma medida, já que mandam e desmandam no Brasil, de acabar com a CPMI? Muitos aqui iram bater palma, muitos iriam bater palma por acabar com a CPMI numa decisão monocrática. Sabe por que muitos iam bater palma, Presidente? Porque dizem que querem buscar os verdadeiros culpados, mas, na hora de votar – hoje, foi mais um dia –, na hora de votar quebra de sigilo de gente poderosa que recebeu R$3 milhões... Não venha me dizer: "Ah, mas é advogado". Como é que você sabe que foi de serviço? Três milhões de reais para um funcionário do Senado Federal de uma empresa investigada?

Aí você, nessas histórias cabeludas, tem o filho do Ministro da Justiça do Brasil, filho de Lewandowski, que estava advogando por uma dessas empresas investigadas. É muita coincidência tudo isso!

Aí nós vemos o irmão do Lula como Vice-Presidente desse senhor que aqui está, a quem eu não vou fazer pergunta para não perder tempo. Não vou perder meu tempo para fazer pergunta.

Trabalhamos, sabe quanto, Seu Milton Cavalo? Quantos dias a nossa equipe trabalhou? Desde o dia em que o seu nome foi anunciado, varando madrugadas para fazer perguntas. Olha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acredito na boa-fé das pessoas, a gente não pode fazer prejulgamento, mas, a partir do momento que o senhor, o seu advogado disse aqui, com todo o respeito: "Ah, estava preparado para responder, mas chegou essa coisa hoje aqui...". Outra coincidência essa operação no dia do depoimento. Por que não foi na semana passada? Há um ano? Por que não foi há um mês? Por que não é segunda-feira? É hoje!

Estão brincando com a nossa cara? Ninguém é trouxa aqui. É o álibi perfeito. Me desculpa, eu não consigo acreditar... E olha que eu acredito na boa-fé das pessoas. Eu não consigo acreditar que o senhor iria falar alguma coisa hoje aqui, me pareceu até um álibi perfeito para: "Não, não vou falar, estou abalado psicologicamente".

O fato é que o Vice-Presidente, o diretor político... Porque ele respondeu a um colega Deputado agora há pouco, o único Deputado que teve uma resposta dele, pelo que eu pude acompanhar, Deputado da base do Governo Lula, Líder. Por que o senhor não respondeu a nenhum outro? Por que o senhor respondeu só a um do Governo Lula? É outra coincidência! Será que é porque o senhor foi filiado ao PT? Será que é porque o senhor tem um histórico na esquerda? Nada contra, mas tem um histórico, tem lado nessa história. Filiado ao PDT, ao PCdoB...

E o Frei Chico está lá... E está aqui o gráfico. Não adianta querer mostrar outros de desfiliação que houve, porque a desfiliação foi justamente a contestação, porque começou a se contestar, organismos mostrando, de controle, e aí foram diminuindo os filiados no Governo Lula.

Mas tem outra coincidência, a partir do momento que o Frei Chico entra em 2021, no Sindnapi. Em 2023, tem aqui um acréscimo para 2022, sobe de 41 milhões para 80, mas o estouro vem quando o Lula assume: em 2023, foi para 149 milhões – pula de 80 para 149! E depois vai mais para 152 milhões. É o Frei Chico agindo politicamente? É a pergunta.

Tantas perguntas! Quanto é que ele recebia do Sindnapi?

Esse dinheiro não é seu não, Seu Milton; esse dinheiro é dessas pessoas que estão angustiadas, as pessoas mais pobres deste país, que... O Governo que o senhor fez um acordo, junto com o STF, junto com a AGU, e tem a coragem de fazer propaganda política no holerite...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse dinheiro não é seu, não, Sr. Milton! Esse dinheiro é dessas pessoas que estão angustiadas, as pessoas mais pobres deste país. E o Governo que o senhor defende fez um acordo, junto com o STF e junto com a AGU, e tem a coragem de fazer propaganda política no holerite. Olha a propaganda política no meio da tragédia humanitária: "INSS, seu dinheiro foi restituído pelo Governo do Brasil. Desmontamos a fraude. Firmamos um acordo com a justiça e os valores descontados indevidamente já estão disponíveis na conta". Esse é o Governo Lula, do PT, que diz, eterno Senador, meu querido irmão José Medeiros, defender os pobres. Olha o acordo que eles fizeram aqui. Ainda vem dizer que desmontou a fraude. Quem desmontou a fraude foi *Metrópoles*, foi aí que vocês do Governo Lula começaram a agir, um ano e meio depois. E aí, o acordo é aquele acordo que é ruim para as pessoas, para quem foi roubado, o dinheiro do remédio, órfãos – repito –, deficientes, viúvas, pensionistas, velhinhos, aposentados, pessoas que, no momento em que mais precisam de dignidade, tiveram o seu dinheiro tirado na mão grande. E aí, olha só, Presidente, tiraram o direito delas de receberem em dobro, porque está lá no Código de Defesa do Consumidor, tiraram o direito dos valores morais a que essas pessoas têm direito. Esse é o Governo que defende os pobres. As máscaras estão caindo.

Os Srs. Senador Carlos Viana e Deputado Alfredo Gaspar estão fazendo um trabalho memorável para a história. É Davi contra Golias o que está acontecendo aqui, porque é STF querendo sabotar, é a base do Governo Lula, que sequer assinou, sequer assinou esta CPMI e veio ocupar aqui, e votou três vezes. Vamos ver, semana que vem, como é que vai ser de novo, até onde vai a blindagem aos poderosos aqui, porque o sócio do Careca do INSS eles não deixaram a gente convocar; o sócio, o assessor de um Senador aqui também não deixaram trazer, tudo com transação na Polícia Federal de recebimento, que a gente precisa ouvir. Até aonde vai? Eu voto tudo, tá? Governo Bolsonaro, quem tiver que trazer aqui, eu voto. Não tenho compromisso com erro, seja lá de quem for. Mas está muito claro, muito claro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... que o roubo escancarado, essa roubalheira covarde contra milhões de brasileiros, através de desvio de bi, "b" de bola, de bilhões de reais, vai deixar petrolão, mensalão, quando a gente chegar ao consignado, aconteceu no Governo Lula – aconteceu no Governo Lula!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que nós não temos nenhum sindicato, com todo o respeito. Sindicato? Sindicato que tem *offshore*, que tem sócio com *offshore*, que tem dirigente com *offshore*, que pede dinheiro para as empresas lavarem, empresas de familiares do senhor, Sr. Milton, de parentes do ex-Presidente? Cadê a Tonia? Quando é que nós vamos chamar essa Sra. Tonia aqui? É urgente, Presidente. Ela é uma peça-chave. Será que o Sr. Milton é laranja dessa Tonia? O Brasil quer saber, ele não vem responder aqui, porque o STF fez esse desserviço, mais uma vez, com o Brasil, mas a verdade vai prevalecer. Estão chegando quebras de outros sigilos. Talvez o Governo Lula tenha cochilado, como cochilou quando quis tomar esta Comissão, e a gente elegeu o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E eu espero que a verdade venha à tona com a quebra de sigilo.

Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Nosso último orador, o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, a todos que nos acompanham.

A CPI está tendo um papel muito importante. Em que pesem os obstáculos, ela vem cumprindo o seu papel de fazer revelações importantes. Uma delas, que teve hoje aqui, Senador Eduardo Girão: a revelação de que o Frei Chico não é irmão de Bolsonaro. Eu digo isso porque eu fiquei até surpreso quando um dos Deputados do PT aqui disse que ele realmente é irmão do Lula, porque não é bem esse o roteiro que a gente conhece. Em todos os escândalos que surgiram nos Governos do PT e que, de certa forma, chegavam próximos ao Lula, diziam que ele não tinha nada a ver com isso.

Por exemplo, o sítio de Atibaia não é do Lula, ele disse: "Não é meu". Morava lá, tinha tudo, mas o sítio "não é meu". O apartamento, o triplex, que eles entraram agora na justiça para,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundo eles, reaver... Portanto, se vai reaver, é porque era dele, mas sempre disse que não era dele. Então, é por isso que eu me surpreendo com que eles tenham assumido o parentesco, porque o que eu estava esperando é que eles chegassem aqui e, ao invés de Frei Chico, seria Frei Bolsonaro.

E esse roteiro aqui parece até uma coisa rocambolesca, mas o fato é que, desde que nós começamos a ver surgir esses escândalos todos, sempre foi um *modus operandi* muito parecido com este do escândalo do INSS. E como é que funciona? Bom, acontece o escândalo, o dinheiro some, o Governo do PT nega, e a imprensa paga confirma a narrativa e massifica – e massifica – o tempo inteiro. Do jeito que está sendo feito, por exemplo, em relação à medida provisória que foi ontem arquivada lá na Câmara dos Deputados. Eles estão o tempo inteiro, e hoje passaram o dia inteiro as vivandeiras de plantão dizendo que os Deputados votaram na MP das *bets*. De fato, era a MP das *bets*, porque o que se esperava era que as *bets* iriam ter o imposto aumentado. E, naquela medida provisória que era para a gente votar ontem, na verdade, diminuía. E aí eles disseram: "Não, mas teve um destaque preferencial, teve 'não sei o quê'...", como se o Relator nada tivesse a ver com o PT. E eu fico pensando: nem Spielberg, nem Francis Ford Coppola, aliás, nem Federico Fellini teria a capacidade de criar um roteiro tão perfeito quanto o que o PT e seus puxadinhos fazem. É assim: "Eu não tenho nada a ver com essa MP", "eu não tenho nada a ver com esse negócio das *bets*". Tá, mas quando fomos olhar o Relator, quem é o Relator? É o Deputado Zarattini. De que partido? Do PT. Quem retirou a emenda lá, a parte que onerava o imposto das *bets*? Ele. Quem é culpado? Bolsonaro. Quem é o culpado? A oposição.

Então, por que eu estou fazendo esse nariz de cera aqui? É para que o público – você que foi roubado, você que teve o seu pai, o seu avô achacado – possa se situar nos fatos, porque, como eles são tão competentes para criar uma história, é perigoso que daqui a pouco você já esteja achando que o culpado é seu avô. Não é, não; ele é vítima. E isso vai ser provado, eu não tenho dúvida.

Agora, tem uma coisa: a todo momento tentam jogar, como se a gente fosse se amedrontar aqui, de dizer, jogar para o Governo Bolsonaro. Víctor Hugo dizia, Senador Eduardo Girão, que o não esperar é que liberta o homem. E o fato é que nós que estamos aqui buscando a verdade real – porque existe a verdade real e existe a versão do Governo do PT –; nós que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos buscando a verdade real, nós não estamos nos importando se tiver, porventura, alguém do Governo Bolsonaro envolvido. É o que minha avó dizia: quem for podre que se quebre. Aí está a diferença. Nós queremos saber onde está o dinheiro.

Agora, por que eu estou dizendo isso? Porque, ao tempo em que o discurso da boca para fora diz "nós queremos buscar quem pegou o dinheiro", "nós queremos achar os culpados", ao mesmo tempo, eu vi um vídeo em que eu fiquei pasmo. Naquele dia eu não pude vir à CPI. Eu vi a torcida aqui comemorando, como se fosse uma final de Copa do Mundo, porque um dos indicados aqui para serem chamados não ia ser chamado, porque eles ganharam na votação. "Ganhamos!" Ganharam o quê? Ou seja, esse ganhar significa que o povo brasileiro estava perdendo.

Então, é aquele negócio: tem um discurso, mas a prática acaba desmentindo o próprio discurso, assim como foi hoje. O Deputado fez um discurso eloquente, invejável, irretocável na retórica, e dizendo como se nada tivesse o Governo do PT nem o PT com a associação. Parece até, a quem acompanhou o raciocínio, que o Bolsonaro, maldosamente, teria dado um jeito de enfiar o coitado do Frei Chico dentro do Sindnapi só para incriminar o Lula – parecia isso – e que nada tinha a ver de ligação do PT com o Sindnapi. Mas acontecem coisas que, talvez... Estava tão perfeita a narrativa que ele não se apercebeu, e talvez o nosso depoente não tenha percebido que, ao responder somente ao Deputado do PT, ele estava acabando de desmentir toda a retórica maravilhosa que o Deputado do PT tinha feito, ou seja, que há uma relação que é inegável, que não tem como, entre essas associações todas, entre todos esses sindicatos, e isso é notório: qualquer brasileiro, medianamente, que acompanhe a política sabe que todas essas associações sempre foram ligadas a quem? A confederações, que eram ligadas a quem? Ao partido do Governo.

Há essa teia que, se fizer um organograma, vai chegar àquele mapa visual que o Dallagnol foi processado por ter feito. É isso que vai acontecer. E eu nem vou dizer aqui para não criar confusão, mas é isso que está bem posto e todos os brasileiros acompanham, mas a gente precisa repetir o óbvio, desenhar toda hora, porque a narrativa deles... É incrível como conseguem negar uma coisa; o corpo está ali no chão, está o cadáver, o sujeito foi pego dando 30 facadas e ele fala: "Não, não tenho nada a ver com isso não, foi ele que veio contra a faca".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa primeiro mostrar essa dissimulação, precisa mostrar o *modus operandi* e, principalmente, a gente precisa mostrar o passado. E eu preciso que coloque o vídeo que eu deixei aí para a gente entender.

Isso aí é um Senador, à época... Isso faz muitos anos. Olha o que esse Senador estava falando aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Pode parar. Está bom.

Bom, eu encerro aqui, Presidente, dizendo o seguinte, que eu ainda era jovem e o PT já roubava muito, e era o mesmo *modus operandi*.

Então, Sr. Presidente, essa narrativa deles aqui não se sustenta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, o depoente permaneceu calado e foi respeitado aqui por todos os oradores, mas já estamos aqui a esta hora – desde 9h da manhã que V. Exa. conduz tão bem a sessão – e não deixam de ser um ato de defesa alguns esclarecimentos.

Eu tenho três perguntas a fazer. Eu acho que isso pode mudar a nossa visão em relação ao Sindnapi e é uma oportunidade que o depoente tem.

Eu queria entender a lógica de o Sindnapi ter pago 210 milhões à BMG Corretora e recebido 24 milhões, além do dinheiro pago à Gestora Eficiente, da esposa do depoente. Se o depoente poderia explicar por que quase 40% de tudo que a BMG recebeu... Que quase 40% de tudo que o Sindnapi recebeu foi direcionado à BMG... Essa é a primeira pergunta.

Segunda, qual o tipo de serviço contratado?

E a terceira, antes da BMG, quem tinha sido contratado pelo Sindnapi para executar esse possível serviço que hoje é contratado à BMG? Se ele poderia explicar isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, Presidente, aqui tem poucos Deputados e Senadores. Muitos já voltaram aos seus estados de origem, mas o povo brasileiro está assistindo.

Esse dinheiro não pertence ao depoente. Esse dinheiro é dinheiro dos aposentados e pensionistas. Eu aqui não estou direcionando uma acusação ao depoente, estou fazendo uma pergunta: o que é que a BMG fez com R$210 milhões dos aposentados e pensionistas? (*Pausa.*)

Ele calou, ou seja, não tem explicação lógica.

Pergunto ao depoente por que fez um pagamento de quase R$16 milhões, e foi o único pagamento que eu identifiquei nesse sentido, para o favorecido Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Guarulhos. A título de que esse pagamento de quase R$16 milhões?

Pergunto por que o depoente fez um pagamento de quase R$600 mil para a Sra. Thais de Tavares, funcionária municipal de Senador Canedo, em Goiás. A título de que e qual a relação com essa pessoa?

Presidente, muita gente aqui... eu vi hoje uma defesa intransigente do Sindnapi. Muita gente mostrando uma representatividade do Sindnapi. Queria saber por que, em 2023 ou 2024, houve filiação em massa de mais de 100 mil pessoas, na mesma data, no mesmo período, de 2023 ou 24. Quem autorizou, no INSS ou no Ministério da Previdência Social, que o Sindnapi fizesse essas filiações em bloco, já que havia uma instrução normativa determinando a proibição? (*Pausa.*)

Como vocês superaram essa proibição e conseguiram botar mais de 100 mil pessoas em bloco? Que milagre foi esse? (*Pausa.*)

Quem abriu as portas do INSS para vocês realizarem essa filiação em massa? (*Pausa.*)

E aqui, Presidente, para finalizar, vou dizer que este Brasil é uma vergonha. Não respeitam nem aposentados e pensionistas. As pessoas lá do meu estado estão elogiando o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, não é fácil enfrentar o sistema; não é fácil brigar contra o poder. Quando eu me elegi Deputado Federal, eu pensava que eu ia ter alguma força para mudar alguma coisa, mas, quando você luta contra o sistema e o poder –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente aqueles que se unem para a corrupção –, você recebe de lá *habeas corpus*, proteção, você recebe, infelizmente, um tapa na cara, que é direcionado ao povo brasileiro. Enquanto isso, os aposentados e pensionistas estão passando fome em casa, sofrendo e, principalmente, abandonados.

Mas, Presidente, eu quero fechar dizendo: eu tenho a resposta. A resposta foi quando o INSS solicitou as fichas de filiação. Eles fizeram, no dia 28 de junho de 2024, por exemplo, uma produção em massa de documentos. Olha, fizeram uma produção em massa, mas o bacana é que nem tudo sai conforme os falsificadores planejaram. Eles botaram a assinatura de autorização um ano antes da produção do documento, e aí a CGU pegou. Olha a esculhambação: autorizaram antes da produção do documento. Como hoje está tudo muito digital, lá, a CGU detectou. Era tudo mentira, era tudo falso. Mesmo assim, eles conseguiram... Contra – contra – a orientação da Dataprev, dos técnicos da Dataprev, eles conseguiram filiar mais de 100 mil lesados, aposentados e pensionistas.

Mas vamos adiante. Sabe o que é que aconteceu? Até esta data, o Sindnapi – porque isso aqui é o Sindnapi... Até esta data, as autoridades brasileiras estavam botando a mão na cabeça do Sr. Milton Cavalo e de toda a diretoria. Não tinham feito nada. Hoje, depois de um ano da descoberta – quando esta CPMI, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, trouxe aqui o Sr. Milton Cavalo, contra a vontade de muitos, inclusive com *habeas corpus* preventivo mesmo sendo, até hoje, testemunha –, a PF faz uma operação no Sindnapi. Olha que coincidência. E depois dizem que esta CPMI não tem valia! Não tem valia o quê? Foi esta CPMI, sob esta Presidência, que conseguiu a prisão do Sr. Careca e do Sr. Camisotti, que está amedrontando meia banda da República! Foi esta CPMI que forçou a AGU a pedir o bloqueio de bens dos outros sindicatos envolvidos no roubo e que estavam esquecidos e longe dos holofotes! Foi esta CPMI, com a vinda do Sr. Milton Cavalo hoje, amigo de Ministros, Deputados, Senadores e autoridades que meteram a mão em mais de R$600 milhões de aposentados e pensionistas, que forçou a ida da Polícia Federal ao Sindnapi!

E olha que coincidência: aquilo que a gente apresentou, hoje, a Polícia Federal já sabia, ó, faz tempo. Nós não copiamos de lá, não; nós produzimos com facilidade o esquema da organização criminosa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, para mim pouco importa se o Sindnapi nasceu ontem ou se nasceu há 20 anos, o que importa é que os dados – provados pela CGU e pela investigação da CPMI – permitiram saber: ou sindicato novo, ou sindicato velho, ou associação nova, ou associação velha meteram a mão, com força, no dinheiro do aposentado, do pensionista, e nós não podemos permitir a manutenção da impunidade!

Assim como foi o pedido de prisão para todos os demais, faço questão de também dizer que vou pedir a prisão preventiva do Sr. Milton Cavalo e de muitos outros integrantes do Sindnapi. Chega de proteção e impunidade!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Quero agradecer também a todos que estão nos assistindo, acompanharam os trabalhos desta CPMI. Me permitam aqui, senhores, deixar uma mensagem a todos os meus irmãos brasileiros e brasileiras que olham para esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a esperança de dias melhores para o nosso povo.

Enquanto a Polícia Federal batia à porta dos corruptos nesta madrugada, aqui nesta Casa, mais uma vez, tentaram calar quem busca a verdade. Não é coincidência, é consequência: depois que esta CPMI colocou luz na escuridão, o que estava escondido começou a aparecer – e nada do que está oculto resiste à luz da verdade.

Foi esta Comissão, meus irmãos brasileiros e brasileiras, que rasgou o véu da impunidade. Antes dela, havia silêncio, cumplicidade. Depois do nosso trabalho, vieram prisões, bloqueios de contas, operações e investigações em todo o país.

A CPMI do INSS não foi criada para assistir: nós viemos aqui para agir.

Ontem, levei pessoalmente ao Ministro André Mendonça os relatórios da CPMI e pedi o cumprimento imediato das prisões já aprovadas. E disse, em alto e bom som, que quem tem aviões, vistos e milhões para fugir do país não pode continuar zombando da Justiça brasileira.

Horas depois, o amanhecer trouxe o resultado: a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União deflagraram mais uma fase da Operação Sem Desconto, dentro do mesmo esquema que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta CPMI vem denunciando desde o início dos trabalhos. E eu quero aqui deixar claro aos senhores: a Controladoria-Geral da União agora não está mais ligada diretamente ao Governo na investigação do INSS, a Controladoria está diretamente ligada e reportando ao Supremo Tribunal Federal. Agora, sim, nós vamos ter uma Controladoria-Geral da União independente e a serviço do povo brasileiro.

Mas, enquanto a verdade avança nas ruas, tentam travá-la nos tribunais. Mais um *habeas corpus*, o segundo concedido pelo Ministro Flávio Dino, agora ao Presidente do Sindnapi; um *habeas corpus* que autoriza a vir a esta CPMI e se esconder no silêncio. Nenhuma resposta, nenhuma explicação, nenhuma satisfação para os brasileiros que o sindicato enganou. E eu pergunto: até quando o Brasil vai tolerar essa blindagem? Até quando o silêncio será maior do que a nossa vergonha? De um lado, a Polícia Federal apreende cofres e dinheiro vivo em sindicatos ligados ao poder. Do outro, decisões judiciais protegem quem saqueou aposentados e viúvas. Esse é o retrato cruel do país que nós estamos enfrentando e que muitos querem deixar para os nossos netos e para as futuras gerações, mas nós não podemos permitir.

Estamos aqui há mais de dez horas, dez horas de silêncio, dez horas de impunidade, dez horas que gritam mais do que qualquer palavra dita nesta sala. Mas a verdade tem voz própria. Ela fala pelas provas, pelos extratos, pelos saques, pelos milhões desviados, pelos milhões sacados na boca do caixa e que desapareceram. E não há toga, não há *habeas corpus* que consiga silenciar o som da verdade quando ela decide falar.

Deixem esta CPMI trabalhar. Nós representamos o povo brasileiro. Nós não somos o problema, somos a esperança de quem não tem voz. Enquanto o idoso conta moedas no fim do mês, há quem conte notas de cem dentro de cofres apreendidos hoje. Enquanto a viúva reza por justiça, há quem sorria nos bastidores do poder.

Mas este Parlamento não foi feito para se curvar. Esta Presidência e esta relatoria não se curvarão, fomos eleitos para agir. E eu vou repetir sempre: um juiz não pode calar quase 600 Parlamentares eleitos pelo povo. É um desequilíbrio que a República precisa corrigir.

Senhores, esta Comissão já fez história e fará mais, porque quem rouba o aposentado rouba o Brasil e quem protege corrupto trai a nação brasileira. Aos que tentam esconder a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade deixo apenas uma certeza: podem calar depoentes nesta CPMI, mas não calarão a consciência dos brasileiros.

Que Deus abençoe esta Casa e o nosso país.

Encerro aqui, informando aos senhores que o Sr. Alessandro Stefanutto foi regularmente convocado por esta Comissão na condição de testemunha para a próxima segunda-feira. Caso ele não compareça, acionaremos a condução coercitiva, na forma da Lei 1.579, de 1952.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(*Soa a campainha.*)

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e vinte e dois minutos do dia treze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Marcos Rogério, Sergio Moro, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Fabiano Contarato, Leila Barros, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Ricardo Maia, Pedro Uczai, Ricardo Ayres, Alencar Santana, Beto Pereira, Sanderson, Fernando Rodolfo, Carlos Jordy, Kim Kataguiri, Delegado Fabio Costa, Evair Vieira de Melo, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Josenildo, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares Delegado Caveira e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Jussara Lima, Augusta Brito, Átila Lira e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezessete horas e dois minutos e reaberta às dezessete horas e doze minutos. A reunião é suspensa às dezessete horas e trinta minutos e reaberta às dezessete horas e quarenta minutos. A reunião é suspensa às dezoito horas e trinta e oito minutos e reaberta às dezoito horas e quarenta e oito minutos. A reunião é suspensa às dezenove horas e vinte e seis minutos e reaberta às vinte horas e dezoito minutos. A reunião é suspensa às vinte horas e cinquenta e seis minutos e reaberta às vinte horas e cinquenta e oito minutos. A reunião é suspensa às vinte e um horas e quarenta e seis minutos e reaberta às vinte e um horas e cinquenta e três minutos. A reunião é suspensa às vinte e três horas e reaberta às vinte e três horas e dez minutos. A reunião é suspensa às zero horas e quinze minutos e reaberta às zero horas e trinta minutos. A reunião é suspensa à hum hora e cinquenta e seis minutos e reaberta às dois horas e dois minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Realização de oitivas. Oitiva do Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do INSS, em atendimento aos requerimentos 33/2025, 350/2025, 368/2025, 431/2025, 458/2025, 488/2025, 490/2025, 536/2025, 701/2025, 808/2025, 843/2025 e 899/2025; do André Paulo Félix Fidelis, Ex-diretor de benefícios e relacionamento com o cidadão do INSS, em atendimento aos requerimentos 44/2025, 385/2025, 406/2025, 425/2025, 432/2025, 447/2025, 553/2025, 702/2025, 759/2025, 813/2025 e 907/2025. **Resultado:** Realizada a oitiva do Sr. Alessandro Antônio Stefanutto. Adiada por motivo de saúde a oitiva do Sr. André Paulo Félix Fidelis. Nada mais havendo a tratar, encerra-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a reunião às dois horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/13

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Senhores, boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, que se realiza nesta data, 13 de outubro de 2025.

Meu boa-tarde a todos os senhores e senhoras presentes, Deputados e Deputadas..

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ...Senadores e Senadoras.

Desejo uma excelente semana para todos nós.

Alguns avisos aqui para que os senhores possam se organizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, por favor...

Por gentileza...

A pedido dos Líderes, Senador Rogerio Marinho e Deputado Paulo Pimenta, de que revisse as datas das sextas-feiras, 17 e 24, por compromissos já assumidos pelos Parlamentares, nos seus estados, eu fiz um levantamento com a secretaria, então, terça-feira nós não temos Plenário vazio aqui, não conseguimos fazer. Quarta-feira é um dia difícil para todos da Câmara, principalmente. Então, eu vou manter a decisão das duas sextas-feiras extras, mas com as seguintes datas agora definitivas, para que os senhores se organizem: dia 7 e 14 de novembro, o.k.?

Então, os senhores, por favor, dia 7 e 14 de novembro... Avisa lá em Rondônia, Coronel.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Oi? Não, 17 e 24 não teremos, porque já vários Parlamentares tinham compromissos nas bases e pediram, a Coronel Fernanda foi uma delas, outros, o Van Hattem, o Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Só pedir uma gentileza a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Essas oitivas na sexta-feira, que, em vez de começarmos à tarde, a gente comece tipo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está certo. Vamos começar 9h da manhã, sexta-feira, pode ser?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – 10h.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez horas?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Só um instantinho. Pois não, Deputado Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, só para a gente combinar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Primeiro, parabéns pela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Para a gente poder combinar e não ter dúvida, eventualmente, quando essas reuniões forem realizadas às sextas, será somente oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só oitivas.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não tem pauta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, as nossas deliberações serão sempre às quintas-feiras. Essa é uma decisão que nós vamos manter até o final da CPMI.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ótimo, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Randolfe, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, era a mesma pergunta do Deputado Alencar, associada ao seguinte: os depoimentos de 7 e 14 serão presenciais, sem possibilidade de remota?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, Excelência, é uma boa colocação que vou estudar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está. A marcação remota é só quando o Presidente do Senado autoriza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas, veja, Presidente, excepcionalmente, inclusive porque o que V. Exa. está trazendo são duas sessões, digamos assim, extraordinárias para compensar a semana que não teremos, nós poderíamos, excepcionalmente, solicitar ao Presidente do Senado que pudesse ser remota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Podemos perfeitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É o que eu recomendo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu pergunto a V. Exa., do ponto de vista regimental, se não poderia caber a seguinte situação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... deixa aberta a sessão de quinta e continua na sexta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ótimo, uma boa, excelente ideia, excelente ideia. Podemos fazer isso. E aí continuamos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu acho que é prudente a ponderação do Senador Marinho de iniciar às 10, eu lhe digo por quê. Porque, para toda reunião, nós nos preparamos antes, e a reunião de quinta-feira tem terminado 9, 10 da noite. A depender de quem vem na sexta-feira, nós precisamos estar aqui já às 8 da manhã, 8, 9, para estudar um pouco sobre a vida do depoente, sobre o que aconteceu, para começar então às 10h. Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Acho que fica melhor porque, se começar às 9, a gente não vai ter tempo de preparar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Faremos, começaremos às 10h.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, só para fazer uma pontuação. Van Hatten, nós estamos ficando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, senhores...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Só um instantinho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixe-me terminar os avisos aqui para os senhores.

Na próxima quinta-feira, na próxima quinta-feira, está confirmado... Senhores, por favor, só um instantinho. Na próxima quinta-feira, está confirmada a presença do Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, um dos representantes da Conafer, já tem presença confirmada aqui na próxima quinta, para que os senhores possam se organizar.

E eu determinei à Secretaria, já há vários nomes que estão aqui convocados, para que a gente possa preencher essas datas, inclusive das sextas-feiras. E, como os advogados estão nos acompanhando, estão aqui acompanhando os trabalhos, eu já quero fazer um alerta, como fiz para... Hoje, a última coisa que a gente gostaria é ter que mandar fazer uma condução coercitiva, mas, se for preciso, esta Presidência tomará a decisão.

Então, estão sendo convocados servidores do INSS, Geovani Spieker, Vanderlei Santos, Jucimar da Silva, que terão datas já marcadas ou podem se oferecer para as datas. O Sr. Domingos Sávio de Castro, da Ambec, também está convocado e terá de comparecer a esta CPMI.

O Sr. Cícero Marcelino vem na próxima quinta.

Temos também o Sr. Adelino Rodrigues Júnior, da CBPA, procurador da empresa que está convocado por esta CPMI.

O Sr. Virgílio, Procurador, e a Sra. Thaisa estão confirmados também. No dia 23 deste mês, já tem presença confirmada do Sr. Virgílio e da Sra. Thaisa.

O Sr. André Paulo Fidelis estava convocado para hoje, mas, segundo o advogado, ele está internado por problemas de saúde e ficou de encaminhar um atestado médico para vermos até a data, mas ele está convocado. Também convocado está o filho dele, o Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, para que se apresente a esta CPMI.

Por último, nós temos também dois nomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Anderson Ladeira Viana, cujo requerimento foi aprovado na semana passada, também está convocado para comparecer.

E o Sr. Vinícius Ramos da Cruz, do Instituto Terra e Trabalho, segundo a polícia, não está sendo localizado, mas já aviso, de uma vez, que ele poderá comparecer e já marcar a data.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

O Sr. Felipe Macedo Gomes está confirmado para o dia 20 deste mês.

Pois não, Líder Paulo Pimenta.

Era esse aqui? Então, está aí.

Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, também eu tinha pedido prioridade para ouvir o Sr. Aristides Veras, da Contag.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A Contag, nós temos o compromisso de comparecimento deles. Agora, é uma questão de acertarmos a data para que ele possa vir e comparecer. O.k.?

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 15ª reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Senhores, o senhor advogado Dr. Júlio César, representante do Sr. Alessandro Stefanutto, conversou conosco sobre as questões, inclusive, de perguntas e de tratamento com a testemunha.

Vou pedir, mais uma vez, aos senhores, a gentileza na observação da não pré-condenação, no trato e nas perguntas objetivas à presença de qualquer testemunha que venha aqui, para que a gente evite cenas que tivemos na semana passada, de gritos e confrontos com os advogados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há necessidade disso nesta CPMI, uma vez que todos terão seu tempo para perguntar, mas eu reforço isso.

Quero dar boa tarde ao Dr. Júlio, ao Alessandro. Muito obrigado pela presença.

Dr. Júlio, em qualquer situação que o senhor entenda que haja pré-condenação, o senhor pode se dirigir a esta Presidência para que a gente possa agir. O.k.?

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Oitiva do Sr. Alessandro Antônio Stefanutto (Requerimentos 33, do Senador Izalci Lucas; 350, do Deputado Beto Pereira; 368, do Deputado Duarte Jr.; 431, desta Presidência; 458, do Deputado Zé Trovão; 488, do Deputado Marcel van Hattem; 490, do Delegado Fabio Costa; 536, do Deputado Rogério Correia; 701, da Deputada Bia Kicis; 808, do Senador Rogerio Marinho; 843, do Deputado Alfredo Gaspar; 899, do Senador Fabiano Contarato.

A CPMI tomou conhecimento da decisão do Ministro Luiz Fux, no Habeas Corpus 263.237, em que consta o seguinte:

> Concedo parcialmente [parcialmente] a ordem para que a testemunha compareça para prestar depoimento. Seja garantido o direito de permanecer em silêncio sobre fatos que possam implicar sua autoincriminação, cabendo pontuar que, na condição de testemunha, em que fora convocado, fica assegurado ao próprio depoente, em conjunto com a sua defesa técnica, definir as perguntas que possam eventualmente lhe causar risco à autoincriminação; seja acompanhado por defensor e de comunicação irrestrita com ele; não seja preso em razão de permanecer em silêncio nos casos de autoincriminação. Outrossim, impende ressaltar que a aplicação do postulado de não autoincriminação não implica o direito ao silêncio absoluto, porquanto à testemunha remanesce a obrigatoriedade de responder às perguntas que não sejam autoincriminatórias.

Quero aqui dizer a minha colocação sobre a decisão do Ministro Fux: perfeitamente dentro da legislação que já vinha sendo respeitada e de respeito a essa CPMI. Os senhores sabem da minha posição crítica em relação ao STF, em *habeas corpus*, no mínimo, suspeitos – da minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte –, estranhos em dar aqui silêncio absoluto a todas as pessoas – sem sentido isso dentro da própria legislação. Mas, no caso do Ministro Fux, aqui há um limite muito claro do que a Constituição garante, e nós poderemos trabalhar.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Sr. Presidente, antes da resposta do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – ... eu queria trazer só dois esclarecimentos a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – O primeiro é sobre a questão da aprovação de um pedido de prisão preventiva, apresentado por esta Comissão e aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – ... que aprovou o pedido de prisão do depoente na condição de investigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – E, por conta dessa situação que foi aprovada, queria fazer o esclarecimento: exatamente qual a razão de a Presidência convocá-lo, sendo considerado como investigado nos processos policiais, na condição de testemunha? É só uma questão de esclarecimento: por qual razão essa distorção? No momento, ele é investigado; na convocação, ele é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Primeiro, não foi deferido ainda. Segundo, o pedido de prisão preventiva é com base nas investigações da própria Polícia Federal, onde ele é investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui ele é testemunha. Nós trabalhamos no âmbito administrativo e temos completa separação da questão do INSS.

O senhor viu bem que, no *habeas corpus*, ele está obrigado a prestar o juramento, e, naturalmente, o senhor poderá, em qualquer hora... ele dizer: "Eu vou ficar em silêncio". Não será preso por isso, não será... Será respeitado. Mas, nas demais questões, ele terá de nos dizer a verdade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Só mais uma questão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Só um minuto.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Só mais uma questão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Pela ordem.) – Com todo o respeito, o advogado está com razão, porque, se a Comissão pede... faz uma representação de uma medida cautelar de restrição de liberdade... Ele está aqui, então, não é como... Ele está como testemunha ou como investigado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está como testemunha, Excelência. Ele foi convocado como testemunha.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas não é contraditório?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, são dois processos completamente diferentes, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – É testemunha ou ele é investigado? Porque isso é relevante para o advogado orientar o cliente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, mas aqui...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Por isso que ele está questionando, realmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É a nossa resposta, Senador Contarato: ele... Na Polícia Federal, nos inquéritos, foi feito o pedido de prisão com base nas investigações lá. O nosso relatório ainda não ficou pronto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas aqui foi pedida a prisão dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi pedida prisão com base nas investigações da Polícia Federal.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Está pedindo a prisão de testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, aqui não vai ser, não vai ser pedida a prisão dele.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas foi representado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele aqui, Excelência, só pode ser preso se ele mentir para a CPMI. Se ele mentir...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas é totalmente contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se ele mentir...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Se foi representada a prisão preventiva... Se está pedindo a prisão preventiva, não é de uma testemunha, é de um sujeito objeto de investigação ou indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Se ele é indiciado, ele não está aqui na qualidade de testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... está na qualidade de investigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele foi convocado como testemunha. O pedido de prisão foi baseado nas investigações da Polícia Federal e no inquérito que já está em mãos... O nosso... Toda decisão nossa é baseada no relatório que será feito pelo Relator e que ainda não está pronto. A nossa investigação é totalmente separada das demais.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Gente, mas eu quero insistir, porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Não, eu estou insistindo porque, se você está apurando através de uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito a responsabilidade que vai culminar com responsabilidade criminal, se a pessoa que está aqui está vindo como testemunha... Testemunha é um observador, é uma pessoa que não tem nada a ver com o fato criminoso. Agora, como ele está aqui como testemunha se a própria Comissão pediu a prisão preventiva dele como investigado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Então, eu acho assim... Deveria... É prudente para que o advogado realmente... Com todo o respeito, não conheço o advogado, não conheço o depoente e só estou falando aqui na qualidade de delegado, que fui por 27 anos. Eu, quando intimava... Quando eu representava a prisão preventiva de alguém ou uma prisão temporária, a pessoa era o investigado, era sujeito objeto de investigação ou era indiciado. Se eu intimasse na qualidade de testemunha ou depoente ou declarante, é outra coisa. Então, para mim, as duas coisas não têm como coexistir aqui: ou ele é indiciado, ou ele é investigado – e aí tem as consequências para tal –, ou ele é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Pois não, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Olha, Presidente, só revendo aqui os apontamentos, o Senador Contarato votou, assim como todos os demais membros da Comissão, pelo envio do pedido de prisão ao STF. Assim como o Senador Contarato, também como todos os demais membros da Comissão, foi votada a convocação como testemunha. Para mim, essa matéria está preclusa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, aqui é o seguinte, Doutor, só para a gente...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Coronel.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria que o senhor me orientasse, porque eu estou assim meio perdida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Nós Parlamentares estamos aqui para questionar quem está aí sentado ou nós estamos aqui para fazer a defesa? Porque toda vez que tiver um ato... O senhor me orienta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, todo posicionamento é válido. Todo posicionamento é válido, até para a gente deixar as coisas bem esclarecidas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Está bem complicado. Está difícil.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, agora aqui nós estamos diante de uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor, por gentileza, deixe-me dar sequência para nós iniciarmos os trabalhos, me perdoe.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não tem cabimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutor... Não, é... Exato. Eu ia responder isso agora. O HC... O HC está dado como testemunha. E ele aqui, no nosso inquérito, em que não se aplica o Código de Processo Penal... No nosso inquérito – o nosso é administrativo –, ele é testemunha. Nós fizemos um pedido de prisão preventiva com base nas investigações do inquérito da Polícia Federal, não no nosso. O nosso ainda está em curso. Ele pode ser investigado em inquéritos e várias questões, mas aqui ele vai responder sobre diversos fatos objetivos. É bem diferente nesse ponto.

Pois não, Doutor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – ... investigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixa... Vamos deixar o advogado.

Pois não, Doutor.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Só uma ressalva: é que o requerimento aprovado identificou o depoente como investigado. Independentemente dessa situação, ele irá apresentar as respostas necessárias aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Doutor.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – A segunda observação que eu queria trazer à Presidência é que nós fizemos o pedido de acesso aos documentos sigilosos do Alessandro e foram deferidos por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi, exatamente.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Porém, a gente recebeu relatórios do Coaf de outra pessoa. Hoje eu fiquei espantado, ao fazer a análise, porque traz números – eu tinha conversado com o meu cliente – que eu não consegui identificar. Trouxe uma animosidade, porque os números são assustadores, são da ordem de 200 milhões. Essas informações não são do Alessandro, e eu estou entregando à Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, mas será providenciado ao senhor, Doutor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Não, perfeito. Eu só quero deixar registrado que eu estou entregando e requerendo à Presidência que seja bloqueado o compartilhamento dessas informações, caso haja um vazamento dessas informações para não haver qualquer responsabilidade do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Muito obrigado, Doutor.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Agradecido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O senhor, por favor, se compromete a falar a verdade diante desta CPMI, Sr. Alessandro Stefanutto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Passo...

Outra solicitação que foi feita é de que, a cada uma hora, a gente faça uma pequena parada porque, como diabético, ele necessita de pelo menos cinco minutos para...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Só antes de o senhor começar, normalmente, quando alguém faz uma pergunta, surgem comentários aqui que são comentários, no geral, de caráter pejorativo ou irônico, antes mesmo de a pessoa responder. Eu acho que V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. teria que garantir que o Plenário deve permanecer em silêncio – em silêncio –, enquanto o Relator faz as suas perguntas e enquanto o depoente responde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Porque esses comentários... Normalmente, são eles que acabam gerando, depois, aquele ambiente conturbado a que a gente já assistiu em outras oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Eu tenho certeza de que nós vamos ter a colaboração de todos os Parlamentares para que a gente possa manter sempre aqui o bom nível e um andamento com tranquilidade, com educação, porque eu acredito que todos os Srs. Parlamentares devam estar, como eu, andando pelas ruas e percebendo a confiança que a população brasileira está depositando nos nossos trabalhos, nesta CPMI, e as pessoas querem respostas. Esta é a nossa grande missão: esclarecer ao povo brasileiro como tudo isso aconteceu. Depois, as condenações, os processos seguirão a rotina normal da Justiça.

Eu passo a palavra ao Sr. Alessandro Stefanutto, por 15 minutos, para as apresentações iniciais.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Boa tarde a todos.

Eu me chamo Alessandro Antônio Stefanutto. Sou Procurador Federal de carreira. Exerço o meu múnus público desde 1993, quando ingressei na Receita Federal e lá fiquei por oito anos. Entrei na Procuradoria Federal do INSS primeiro, que era procuradoria autárquica, ainda no ano de 99 e 2000, e exerço desde lá o cargo de Procurador Federal, entre outros cargos que eu exerci por um período muito curto no Ministério da Ciência e Tecnologia como Consultor Jurídico. Exerci vários cargos de confiança em diversos governos. Exerci o cargo de Chefe de Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral do INSS. Exerci o cargo de Coordenador-Geral de Procuradorias, cargo de gestão dentro da Procuradoria do INSS. Fui Procurador-Geral do INSS por vários anos, servindo cinco presidentes. Fui Diretor de Orçamento, Finanças e Logística ainda no ano de 23, no início do Governo do Presidente Lula, bem como fui nomeado em julho de 2023 para a Presidência do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Presidência do INSS, eu recebi a autarquia muito diferente do que eu deixei antes de ir para o exterior fazer o meu mestrado. A autarquia... Quando eu saí da autarquia, se eu não me engano – estou me enganando para menos –, tinha 36 mil servidores; eu recebi a autarquia com menos de 18 mil servidores.

Recebemos a autarquia também com dificuldades materiais, dificuldades financeiras e econômicas. O orçamento que é dado ao INSS todos os anos é menor do que o INSS precisa para a atividade da qual ele tem a missão.

Tivemos dificuldade também no fornecimento e ajuda das questões de tecnologia, tendo em vista que a Dataprev, a empresa que serve o INSS e serve toda a Esplanada também, do tempo que eu saí do país, quando eu volto ao país, estava bastante debilitada, sem investimentos e até em lista para privatização. E aí, quando retorna ao Governo, a Dataprev retorna, em janeiro de 23, estava numa situação bastante difícil, e isso se refletiu também e se reflete até agora nas prestações de serviço no INSS.

Também outra situação que também quando eu saí não havia era a dificuldade que havia na gestão e governança da segurança de senhas e segurança dos sistemas do INSS. Era muito comum que houvesse apresentação dos famosos chupa-cabras que roubavam credenciais e muitas vezes levaram até servidores que não tinham tido alguma atividade criminosa a serem responsabilizados e depois em perícia provarem que tiveram suas credenciais furtadas. Essas credenciais furtadas, via de regra, eram para cometer fraude em benefício previdenciário, mas também para roubar dados previdenciários, tendo em vista que os dados previdenciários são um ativo muito grande hoje para determinados mercados.

Participei da transição como representante da Previdência Social, indicado pelo Governo eleito – fui um dos representantes, eram quatro representantes –, e lá pudemos, na transição, verificar que havia, diferentemente de outros momentos que eu vivi na Previdência, um número muito grande de fila. E essa fila tinha sido gerada no Governo anterior não só por alguma incapacidade, alguma incapacidade... Não estou aqui dizendo ou fazendo alguma acusação, mas estou falando do fato que nós encontramos na transição. Não só a fila, mas havia também, como a fila hoje é eletrônica, uma fila escondida. A jornalista da *Folha de S.Paulo* – não me ocorreu o nome agora, mas eu tenho a reportagem –, depois, quando eu já estava de Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstrou que havia... Eu não sei se eram 230 ou 320 mil requerimentos que estavam guardados num armário eletrônico. Então, com esse tipo de coisa nós nos deparamos quando assumimos a Presidência do INSS... Um tempo médio de concessão de mais de 80 dias, que, ao final e ao cabo, nós levamos a 34 dias, de acordo com o que está na norma e de acordo com o que estava no acordo celebrado junto ao Supremo Tribunal Federal pela AGU, pelo INSS e pelo Governo.

Também do ponto de vista de pessoal, como eu disse, além de haver menos servidores, nós também nos deparamos com um acordo de greve celebrado em 2022 ou 2021, em que retiraram do trabalho remoto os 30% adicionais que são naturalmente incluídos em qualquer proposta de trabalho remoto, seja na iniciativa privada, seja na iniciativa pública. Retirou isso, fazendo com que aparentemente estivessem agradando os servidores, mas de alguma forma abandonando os segurados à sua própria sorte. E isso refletia-se nos números da fila, especialmente nos números do auxílio-doença – hoje, o auxílio de incapacidade temporária.

O auxílio-doença é um benefício que não pode demorar. É um benefício que aquele brasileiro que está aqui nos assistindo precisa para que ele possa pagar os seus boletos, as suas contas. E muitas vezes – e muitas vezes – deixa de buscar a previdência por conta da incompetência e da demora que tinha na concessão desses benefícios.

Diante desse quadro de caos em que nós recebemos a previdência, nós tivemos que ter coragem e tomar várias medidas para que a gente cuidasse desses brasileiros que não acessavam o benefício. E isso não é uma retórica. Basta ver as notícias da época, basta ver o que estava acontecendo. Os brasileiros não tinham mais acesso ao seguro social. Tinham acesso a um seguro, porque recebiam o seu benefício seis, oito, dez meses depois, quando já Inês é morta, quando ele já teve que pegar dinheiro muitas vezes em banco ou até com agiotas, para poder manter a sua família. Esse papel não estava sendo executado pelo INSS, pela Previdência Social.

Diante desse quadro, com o apoio do ministério, nós implantamos o Atestmed. O Atestmed não é nenhuma invenção de roda. Os países de primeiro mundo e outros países aqui não conhecem perícia previdenciária. Eles usam atestado para benefício de até um determinado número de dias. Eu sei porque eu vivi isso no tempo em que morei em Portugal, na Itália, fazendo o meu mestrado pago pela AGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses benefícios que são pagos com atestado... Ao contrário do que pode se pensar, é mais barato – é mais barato – acreditar e até eventualmente aceitar algum benefício que não seria aprovado pela perícia do que manter o modelo de perícia, como estava naquele momento a entrega dos benefícios e como os brasileiros estavam sendo cuidados. Explico o porquê. Pela legislação, se nós marcamos uma perícia para sete meses, eu não vou pagar só os 40 dias de afastamento, Senador Contarato – não vou pagar só isso –; eu vou pagar os sete meses e os 40 dias. Então, ficava mais caro também para a Previdência, ficava mais caro para todos. Só que é muito difícil tomar uma medida dessa, porque, toda vez que você inova aqui neste país, sempre tem os arautos, para dizer que há algum problema. E é por isso que nós muitas vezes não conseguimos avançar, mas nós avançamos, e implantamos, sim, o Atestmed, e derrubamos o tempo de espera para 14 dias, 13 dias do benefício por incapacidade, o que derrubou a média geral para 34 dias.

No *site* do INSS, para não dizer que eu estou contando algum tipo de história aqui, nós nunca tínhamos recebido elogios – e deve continuar sem receber, porque atender a previdência é difícil: são 60 milhões de brasileiros segurados e mais 40... São mais de 40 milhões – são 41, quase – de pessoas que recebem benefício do INSS, são mais de 100 milhões de brasileiros que têm relação jurídica. São esses 100 milhões de brasileiros que dependem da gente, que dependem de inovar, e muitas vezes dependem de você, de alguma forma, melhorar a legislação, interpretar a legislação, para chegar no benefício e para chegar aonde você precisa chegar.

Nós ligamos para uma moça... Deputado Pimenta, nós ligamos para uma moça que nos mandou um elogio. É importante dar o exemplo. Ligamos, está no *site*, não é invenção minha. Eu me comprometi a falar a verdade, não vou inventar nada aqui. Nós ligamos para uma moça. Essa moça tinha mandado um elogio. E por que ela mandou o elogio? Porque ela tinha um tumor detectado no seio. Toda mulher sabe o que representa ter um tumor no seio e não tratar, o risco e o perigo que é isso.

E ela nos disse... Está lá no *site,* esse vídeo existe. E ela nos disse: "Presidente [se reportando a mim à época], eu estou enrolando de pedir o benefício, porque eu tenho dois filhos e sou mãe solteira [ou divorciada, o que é muito comum no Brasil, e essa mãe fica ao deus-dará], mas eu ouvi o senhor falar, na Hora do Brasil, Voz do Brasil, que havia esse benefício. Eu fiz o atestado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mandei. Em 15 dias eu estava com o meu benefício e eu pude marcar a cirurgia". E não era nada, graças a Deus. Era benigno aquele tumor.

É isso que nós fizemos lá, no tempo que passamos.

E eu estou pronto aqui a explicar sobre tema específico desta CPMI, mas que fique claro: o INSS é muito maior que o desconto associativo, que é muito importante. E, se fraudes foram cometidas... Porque eu sou jurista: para mim, o princípio da inocência presumida deve ser respeitado. Se fraudes foram feitas, que se puna quem praticou as fraudes, mas não podemos aqui condenar o INSS e falar que o INSS não é um órgão de excelência para muita coisa. Todos os brasileiros, todos os brasileiros, a sua maioria, as pessoas pobres, as pessoas que estão nos ouvindo lá no canto de Mato Grosso, Deputada Coronel, todos sabem disso.

E, por último, porque fui acusado aqui, algumas vezes, de ser parcial porque sou progressista. Isso não é verdade. Isso não é verdade. Deputados aqui do PL, que estão nesta sala, me procuraram. Poucos, mas me procuraram, para que a gente... Poucos, mas me procuraram, para que a gente pudesse, no seu estado... Porque são Deputados que se preocupam com o segurado, com o brasileiro pobre que está ali. Isso não tem bandeira. São Deputados que se preocupam. Vieram ao meu gabinete. Conversamos, acertamos de fazer mutirão e outras coisas.

Mas eu não fiz só isso. E olhe que eu estou falando de oposição, mas não foi isso que eu recebi de recomendação do Ministro Carlos Lupi e do Presidente Lula, nas poucas vezes em que eu estive com ele: "Atenda a todos os Deputados e Senadores. Não importa a bandeira. E, acima de tudo, atenda aos brasileiros".

E nós não fizemos só isso. Nesse estado, nós montamos e fizemos a primeira experiência de atendimento *online*, atendimento *online*, que, em governos anteriores, ficou parado, porque a Procuradoria ou outros falaram que não podiam fazer, e nós fizemos a proposta do projeto de lei, outras propostas, e isso mudou, aprovado aqui pelos senhores.

Então, tanto a perícia como a perícia social começaram a ser feitas via *online*, e isso num estado onde as distâncias são grandes, onde os brasileiros saem de lá com a perna quebrada, viajam 300km, chegam lá, e, muitas vezes, a perícia não acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A falta de respeito com esses brasileiros era imensa, imensa, porque eles voltavam sem benefício e tinham que pegar dinheiro com familiar, tinham que pegar dinheiro com agiota, com banco, sendo que eles tinham direito ao dinheiro dele.

O que é que nós mudamos nisso? Esse estado, hoje... Não só ele, mas estou falando de um estado em particular, pelo qual tenho muito carinho, porque minha esposa é nascida nesse estado. Esse estado, hoje, tem números invejáveis para atendimento da população. Por quê? Porque nós inovamos e tivemos coragem de fazer o que tinha que ser feito.

Esse é o recado que eu queria dar. O tempo que eu fiquei na Presidência do INSS todo foi focado em que a gente pudesse avançar, avançar em ferramentas tecnológicas.

Nós implantamos o Prevjud, em parceria do Ministro Lupi com o ex-Presidente do Supremo, o Ministro Barroso, em que todas as implantações de benefício judicial passaram a ser automáticas, quando do salário mínimo, que são 90%, 85% dos benefícios. Então, esses brasileiros não esperavam mais seis, sete, oito meses para ter seu benefício.

Desenvolvemos, junto com a Dataprev, o Prevpenhoras. Prevpenhoras, por quê? Porque hoje é muito comum um juiz determinar que a gente possa e deva fazer uma penhora no benefício do INSS. O senhor sabe quantas pessoas, Deputado Pimenta, o senhor sabe quantas pessoas que trabalham na penhora do INSS? Mais de mil. E deviam estar trabalhando onde? No *front*, analisando o benefício. Nós desenvolvemos esse sistema – infelizmente, eu fui subtraído da Presidência do INSS de forma abrupta e não pude terminar, e não terminaram até agora – para que a gente pudesse pegar essas pessoas, e eu vou concluir, Presidente, para que a gente pudesse pegar essas pessoas, esses servidores... E faço uma ressalva, aqui, importante. Os servidores do INSS são heróis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Porque entregam à casa e entregam à população um serviço que, via de regra, ninguém reconhece. E esses servidores, com tantos outros que o Presidente Lula autorizou – autorizou a entrada de servidores, inclusive na cota extra, em que o Presidente da República tem que dar um decreto –, nos ajudou a mitigar isso, mas não só no que toca à entrega do benefício, também no que toca à auditoria. Eu pessoalmente banquei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

150 servidores dos 250 que o Presidente Lula autorizou para irem para o MOB, que é onde se pega fraude de benefício.

Então, Senadora Thronicke e demais aqui presentes, não há – não há – nessa gestão – nessa gestão – algum ponto que possam falar disso. E, se vamos falar do desconto associativo, eu estou pronto para responder a todas as perguntas, desde que essa pergunta não seja – honestamente, muito respeitosamente, humildemente – feita de forma desrespeitosa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator, Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Stefanutto, V. Sa. falou, e eu gostaria de pontuar datas. O senhor está no serviço público desde que ano?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Sr. Presidente, eu deixo de responder à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas por quê? Por quê, Dr. Júlio? Não o incrimina em absolutamente nada.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – A orientação da defesa, Presidente, é que... Há Parlamentar, a exemplo do Relator, que já fez o seu prejulgamento. Então, todas as respostas que possam sobressair das perguntas dele...

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS. *Fora do microfone*.) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Posso só terminar, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar ele terminar, Deputado Sanderson.

Pois não.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Sobre esses prejulgamentos, adjetivos jocosos, tudo apresentado pelo Relator, a defesa interpreta que é inócua qualquer resposta. Se ele quiser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponibilizar as perguntas dele a qualquer Parlamentar para que faça as perguntas, a gente irá responder. Então, a minha observação, minha orientação será nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Júlio...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gente, só um instante. Vamos tratar a questão aqui no âmbito de bom relacionamento e de bom diálogo.

Dr. Júlio, independentemente da posição do Relator, há um relatório que será feito futuramente e lá vão constar as posições, dadas as investigações. As perguntas não incriminatórias, o Dr. Alessandro tem que responder, independentemente de qual Parlamentar pergunte. A orientação do senhor, eu entendo até que... mas não cabe aqui dentro dessa CPMI essa orientação, porque, se perguntarmos para ele, em hipótese, qual o envolvimento dele em determinado fato, ele vai... "eu vou permanecer em silêncio", vai ser respeitado. Mas as perguntas não incriminatórias, está aqui no *habeas corpus* dele, ele é obrigado a responder.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – Ele irá responder a todos os Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então ele tem que responder ao Relator.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA – ... menos as perguntas do Relator, porque a gente entende que são dúbias.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele tem... Não, ele tem...

Sr. Stefanutto...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, o senhor pode falar.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Num *habeas corpus*, o Ministro Fux disse que quem define se a pergunta é incriminadora ou não para a testemunha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ...para a testemunha, sou eu e meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Então, eu... Essa pergunta que o Relator está fazendo julgo que eu não deva responder. É um julgamento meu.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso é brincar com a nossa cara.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... Não... Não. Calma, Van Hattem.

Calma... Calma... Não... Não... Calma.

Não, calma, eu quero avançar aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É questão de ordem, Excelência. Qual é o artigo, por favor?

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS. Pela ordem.) – Presidente, nós... Aqui é um trabalho sério. Todos nós sabemos que o Código de Processo Penal e a Constituição autorizam, têm lá um... O Relator sabe: *Nemo tenetur se detegere*. Ninguém é obrigado a produzir prova contra si, agora, está evidente a má-fé da testemunha. Testemunha com má-fé tem um local: cadeia. Ou nós vamos seguir num procedimento de boa-fé, que é o que deve reger o processo criminal e o civil, inclusive, ou nós vamos parar por aqui, porque se ele não pode responder a nem uma data, nós estamos fazendo o que aqui então?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Então, Excelência, obrigado pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Alessandro, o Relator vai continuar as perguntas e as que forem incriminatórias, o senhor vai dizer aqui... As demais, eu peço a gentileza para que a gente possa manter, como disse o Deputado Sanderson, um bom relacionamento, uma boa... Na boa-fé, porque, inclusive, a gente ter uma ida até o final sem nenhum tropeço aqui, por gentileza.

Vamos lá, Relator, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu retorno a fazer a pergunta: gostaria de saber quando ele iniciou no serviço público?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Presidente, eu vou me manter em silêncio a essa pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, calar a verdade de ato não incriminatório cabe o flagrante de falso testemunho. Gostaria que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ...o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Gostaria que o senhor analisasse esse fato.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Concordo.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Pois não...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Seria o caso de a gente suspender os trabalhos para conversar?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, eu concordo aqui. Vamos ter uma conversa aqui de cinco minutos aqui com o advogado e com a testemunha. Eu acho que era importante a gente ter essa conversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sessão suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 17 horas e 02 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 13 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vamos retomar os trabalhos.

Eu vou, mais uma vez apenas, solicitar aos Parlamentares o cuidado no trato com o Sr. Alessandro. No demais, caminharemos em bom tom com as respostas e o direito dele de ficar em silêncio quando ele perceber... Não pode gerar prova contra si mesmo.

Relator, o senhor continue, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Stefanutto, vou dar a oportunidade de retratação a V. Sa. com a mesma pergunta: quando o senhor iniciou no serviço público?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Sr. Relator, muito obrigado pela pergunta. O senhor... A pergunta do senhor é dúbia. Eu não tenho problema em responder. No serviço público civil ou o senhor está falando... Porque eu fui militar, como todo mundo é em certa idade. Só para que eu saiba.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tinha, não tinha conhecimento que o senhor tinha sido militar.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu fui militar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No serviço público federal civil.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu fui, se eu não me engano, em fevereiro de 1993, no cargo de técnico do Tesouro Nacional, hoje analista da Receita Federal, eu fui aprovado no concurso e ingressei... Essa data, realmente, já faz alguns anos, e a minha memória não é boa, mas foi em fevereiro de 93, dia 1º, ou janeiro...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não vamos levar ao pé da letra exatamente. É aproximadamente. Em 1993, o senhor é aprovado em concurso público para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Em 92, eu fui aprovado, fiz a segunda fase, e tomei posse em 93. Desculpe interrompê-lo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 93.

O senhor poderia ir relatando cargo a cargo? Porque o senhor disse que assumiu vários cargos de chefia em cinco governos diferentes.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Cinco Presidentes diferentes, eu não falei governos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidentes diferentes.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Isso. Eu posso falar aqui para o senhor até com quem eu trabalhei, não tem problema nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Na Receita Federal, eu fui técnico por bastante tempo, sete anos, e trabalhei no gabinete do Superintendente Flávio... Não me lembro do nome, faz tempo.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Flávio Dino.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Flávio o quê? Desculpe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode continuar.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Flávio Dino? Eu ouvi?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode continuar.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Vou continuar. É que essas interrupções quebram o nosso raciocínio...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu já fiz um apelo...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... são desrespeitosas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – São desrespeitosas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu já fiz um apelo ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. O apelo foi aceito. Eu vou pedir, mais uma vez, a todos os Parlamentares a não interrupção nas respostas.

Posso contar com a ajuda, Delegado Caveira?

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Obrigado, Presidente.

Sr. Relator, depois eu fiz a prova para Procurador Autárquico do INSS em 1999. Ingressei nos quadros da Procuradoria-Geral do INSS. Na época não era conjunta, depois ficou conjunta e virou Procuradoria-Geral Federal da AGU, mas, naquela época, era Procurador Autárquico, em janeiro de 2000...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor ingressou no INSS como Procurador no ano de 1999. É isso?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu acho que... Eu fui aprovado. Eu ingressei acho que em 2000.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais os cargos de chefia, no INSS, ao longo desses anos, o senhor exerceu?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu fui Chefe de Seção de Serviços Estratégicos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que ano?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Ah Relator... Aí eu não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, continue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu vou falar aproximadamente, deixar claro, porque eu continuo aqui na condição de testemunha, e aí uma data pode ser usada para dizer que eu estou mentindo. Então, eu vou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, ninguém vai usar data para isso, não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Espero que não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode ficar na certeza.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Espero que não.

Eu fui Coordenador no ano de dois mil e... Eu tive um câncer durante o início dos anos 2000, um câncer grave. Depois eu decidi mudar para Brasília e foi em 2004 o primeiro cargo na Procuradoria do INSS, de Coordenador, de Chefe de Assuntos Estratégicos na Procuradoria. Depois eu fui Coordenador. Em 2006, fui nomeado, pelo Procurador-Geral, Coordenador-Geral de Administração das Procuradorias. Eram 102 procuradorias, o INSS à época tinha uma procuradoria autônoma. E era um cargo de gestão jurídica, mas gestão. Depois eu saí da Procuradoria, eu fui Chefe, Coordenador de Licitações e Contratos no MCTI. À época, eu lembro que o Ministro... Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas isso é fora do INSS, né?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Isso.

Depois eu fiquei lá por dois anos, acabei até terminando a minha passagem por lá como Consultor Jurídico. E, em 2011, eu fui convidado, logo no início do Governo da Presidente Dilma, para ser o Procurador-Geral do INSS.

Só um minuto, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor ficou até quando?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Fiquei até 2017. Se eu não me engano, julho de 2017. E depois a AGU me concedeu a licença para que eu pudesse ficar... Fiquei dois anos, dois anos e pouquinho, porque eu juntei com as férias, dois anos e pouco fazendo o meu mestrado em Lisboa e depois na Itália, em Milão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Voltou quando?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu voltei em final de 19 e fui lotado no Conselho de Recursos da Previdência Social, onde lá exerci o cargo de Assessor Jurídico.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o próximo cargo que o senhor assumiu no INSS após isso?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Depois disso, eu acabei indo para a Procuradoria, fui Vice... Subprocurador Regional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Em Minas Gerais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Minas Gerais.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É a outra região que tem o INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Permaneceu até quando?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Permaneci até a transição.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Até a transição.

O senhor... O senhor... Depois da transição, o senhor assumiu algum cargo no INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Depois da transição, eu fui convidado pelo Ministro Carlos Lupi. Eu não conhecia o Ministro Carlos Lupi. Eu conheci o Ministro Carlos Lupi no dia 8 de janeiro de 2023. Foi o dia daquela confusão toda. E aí o Ministro Carlos Lupi nos recebeu para que a gente apresentasse os resultados da transição...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só te atrapalhando aí: quais eram os quatro ocupantes dos cargos da transição da Previdência Social? O senhor falou o senhor e mais três.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não se recorda de nenhum?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nós éramos coordenadores. Então, tinha um monte de gente que nos apoiava, né? Eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu falo dos coordenadores.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Dos coordenadores... Eu posso conseguir esse documento e mandar para a Comissão, mas eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não se recorda de nenhum outro coordenador?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O senhor... O senhor... Depois da transição, o senhor assumiu algum cargo?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Assumi o cargo de Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, porque tenho experiência nessa área...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De onde?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do INSS.

Depois desse cargo, até a presente data, o senhor assumiu mais algum cargo?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Claro, que é a razão por que eu estou aqui, inclusive: Presidente do INSS a partir de julho de 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor permanece Presidente do INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu fui extraído da Presidência do INSS no dia 23 de abril de 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, nessa extração, quem o extraiu? Foi o Presidente Lula?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não foi o Presidente Lula, nem o Ministro Lupi. Quem me extraiu foi uma decisão judicial tomada, baseada em fatos apresentados pela Controladoria-Geral da União e Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, nessa extração, foi acompanhado por outros integrantes de cargo no INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, eu estou aqui para responder e, como testemunha, como o senhor falou, vou responder de fatos que eu posso ter acompanhado. Eu não estava... eu não sei quem saiu ou não saiu, quem ficou ou não ficou. Estou aqui para depor como testemunha e o que eu vi. Eu não assisti a quem saiu ou não saiu. Eu tive notícias dos jornais, como todos aqui tiveram.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essas notícias nos jornais indicavam quem saiu junto com o senhor?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Notícias dos jornais indicavam como foram... todos aqui têm conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, por favor, decline quais foram esses.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, eu não me recordo de quais são todos, porque foram mais de 20 pessoas, se eu não me engano, que sofreram busca e apreensão. E essa é uma pergunta retórica, obviamente, que o senhor está fazendo, eu não vou responder pergunta retórica, porque a pergunta retórica só tem um sentido, que é me incriminar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não tem o direito de não responder à pergunta como testemunha.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu entendo que essa pergunta me incrimina, não vou respondê-la.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. O senhor está sendo incriminado pelo senhor mesmo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, deixem o Relator continuar.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu tenho o direito de responder o que eu entendo correto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu estou fazendo uma pergunta objetiva.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Fala num tom educado, fala num tom educado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta, por favor.

Por favor, senhores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, o Relator sabe muito bem, é um homem experiente, já sabe das questões todas. Vamos – vamos dizer assim – desanuviar um pouco. Os dois estão com a mesma cor, inclusive, hoje, a mesma cor de terno aqui.

Então, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso foi o Pimenta que vazou a informação. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Avisou. Então, pronto. Vamos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Pois não, V. Exa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe só, eu estou perguntando, de forma objetiva, nada que o incrimina. Eu lhe perguntei e ele respondeu que saiu por decisão judicial. Essa pergunta ele podia até não responder, mas a outra que eu estou fazendo não, Presidente. Eu estou perguntando quais foram os servidores do INSS que foram afastados por decisão judicial; a dele, ele já informou. Eu estou fazendo pergunta de forma objetiva. Aqui não tem nada para incriminá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu gostaria da resposta objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Relator, a decisão sobre ficar em silêncio por alguma pergunta é dele, ele é quem faz essa avaliação junto com o advogado. Está no *habeas corpus* e também na própria decisão da Constituição. Então, à medida que ele entender que a pergunta não deve ser respondida, ele tem o direito de ficar em silêncio.

O senhor continue, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, olhe só, o senhor é o Presidente da sessão, o Presidente do Colegiado, o senhor tem todo o direito de fazer um juízo de valor. Nós estamos aqui com um *habeas corpus* que deixou muito claro: ele só tem esse direito se for algo que o incrimine. Estou perguntando algo que não o incrimina, portanto eu não aceito o silêncio e gostaria...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Respeitosamente, não é o senhor que decide...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Sr. Alessandro, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... que o senhor fizesse um juízo de valor sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, senhores, por favor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não é o senhor que decide isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sou eu que decido se as minhas perguntas são respondidas ou não e se me incriminam. É o que está escrito pelo Ministro Luiz Fux.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É. Eu vou ler aqui...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não é o senhor que decide isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... mais uma vez...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ler, Relator, o que está no *habeas corpus*: "Seja garantido o direito de permanecer em silêncio sobre fatos que possam implicar sua autoincriminação, cabendo pontuar que, na condição de testemunha em que fora convocado, fica assegurado ao próprio depoente, em conjunto com a sua defesa técnica, definir as perguntas que possam eventualmente lhe causar risco à incriminação". Está muito claro aqui no *habeas corpus*, Excelência.

Por gentileza, dê sequência às perguntas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto, quem nomeou André Fidelis para a Diretoria de Benefícios do INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, respeitosamente, eu não estava no INSS como Presidente à época. Na verdade, eu não estava nem como Diretor à época, então eu não tenho a informação de quem nomeou ou quem não nomeou. No *Diário Oficial*, quem nomeia é o rito ordinário... Eu não me lembro bem, mas eu não estava no INSS nessa época, eu fui nomeado depois como Diretor e, posteriormente, como Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como Presidente do INSS, o senhor manteve André Fidelis na Diretoria de Benefícios?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Como Presidente do INSS, quando eu entrei no INSS, vendo aquela crise em que nós estávamos, que eu aqui relatei, de dificuldades, eu mantive todos os diretores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é objetiva: o senhor manteve André Fidelis? O senhor responde se quiser, mas a pergunta é objetiva. Se não quiser responder... Eu gostaria de uma resposta objetiva: o senhor manteve André Fidelis na Diretoria de Benefícios?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Presidente, além de eu ter que responder de acordo com o juízo do Relator, ele agora quer decidir a minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Não, não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Isso não é aceitável. Me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Dr. Alessandro...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu estou me sentindo desrespeitado por essa fala do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Dr. Alessandro, a resposta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores! Senhores, não... Eu vou pedir para sair da sala...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Bittar... Senador Bittar, eu vou pedir para sair da sala se a gente for interrompido dessa maneira.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, por favor, por favor.

Sr. Alessandro...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (*Fora do microfone*.) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... nas experiências que nós temos aqui, quando o Relator lhe fizer uma pergunta objetiva, o senhor vai responder sim ou não. Sim, pronto.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se não quiser responder, fique em silêncio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas dê a resposta: sim ou não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Presidente, eu estou aqui como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Então eu decido a minha resposta. A pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpa, Presidente. Não quero...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... quando for uma resposta objetiva...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu decido a minha resposta. Eu defino se é objetiva ou não. O inquiridor não pode exigir resposta de quem está sendo inquirido. Isso é uma audácia e, ao mesmo tempo, uma agressão aos meus direitos constitucionais.

Se outros não falaram aqui, eu vou falar: eu decido a minha resposta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Bota aqui, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor poderia responder sim ou não?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (*Fora do microfone*.) – Posso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, já... Questão ultrapassada.

Com a palavra o Relator.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos avançar, senhores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou mudar um pouco a forma de...

Bora para cá. Passa, passa, passa, passa. Pode passar, passa mais, vai para a última.

Senhor depoente, o *site* da...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Jovem Pan.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Jovem Pan publicou, no dia 06/10/2025, que um advogado em seu nome estava exigindo 5 milhões para cadastrar empresas com ACT. O nome desse advogado é Gilmar Stelo. Qual a sua relação com o Sr. Gilmar Stelo?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, eu nunca... Primeiro, eu não conheço isso porque está publicado num *site* que é de uma empresa que normalmente eu não leio. Segundo, eu não tenho relação pessoal, relação de amizade ou alguém que eu deleguei que fale em meu nome para qualquer tipo de acordo ou combinado. Isso não existe – não existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu digo ao senhor o seguinte: se o senhor acha que fazer essa pergunta não é desrespeitoso, porque é uma pergunta de jornal... No outro dia eu vi aqui o senhor bastante aborrecido porque o nome do senhor estava no *site* de determinada entidade. Então, notícia de jornal, notícia de *site*...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me respeite, rapaz! Você...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor me respeite.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... sendo o cabeça do maior roubo de aposentados e pensionistas...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, por favor, Relator, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Relator.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente... Presidente...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Isso é uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Por favor, Relator...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (*Fora do microfone.*) – Isso é uma vergonha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou continuar, Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores... Ele vai...

O Relator, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volto a perguntar: qual é a relação do depoente com o Sr. Gilmar Stelo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Por solicitação do advogado, a sessão está suspensa. Cinco minutos.

(*Suspensa às 17 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 40 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Retomando os nossos trabalhos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Questão de ordem. Qual o artigo, Excelência?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O 331, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o art. 331 do Código Penal Brasileiro diz que desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela tem como pena detenção de seis meses a dois anos ou multa. E o art. 302 do Código de Processo Penal diz que se considera em flagrante delito aquele que está cometendo a infração penal ou que acaba de cometê-la.

Por isso, Sr. Presidente, em decorrência do que nós vimos acontecer, as cenas lamentáveis do depoente, dedo em riste, não apenas contra o Relator...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para contraditar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu estou fazendo a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não apenas contra o Relator, mas contra toda esta Comissão.

E mais, a postura displicente do depoente, que tem aqui inclusive menosprezado não apenas as perguntas do Relator Alfredo Gaspar, como também as fundamentações feitas pelo nobre Relator, que tem feito um trabalho exímio aqui, de busca da verdade.

Eu solicito a V. Exa., de acordo com o art. 331 do Código Penal, que seja preso por desacato o depoente Alessandro Antônio Stefanutto, em flagrante delito, diante de todos nós aqui e de todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. É a solicitação que eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Líder Paulo Pimenta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – ... faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Esta Presidência responderá.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... trata-se de questão de ordem absolutamente improcedente, feita pelo Parlamentar. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, todos nós aqui – todos nós aqui – não começamos a nossa participação hoje nesta Comissão. Quando a gente se dirige a pessoas que não estão aqui e trata-as, sem que elas tenham sido condenadas, como bandido, ladrão, as pessoas estão acompanhando, as suas famílias estão acompanhando, os advogados estão acompanhando. E não me consta que tenha ocorrido qualquer mudança na Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal que garante que qualquer pessoa, até que haja sentença transitada em julgado, é inocente.

Não é só o Nelson Wilians e o Fernando Cavalcanti que devem ser tratados aqui com o respeito que foram tratados, porque ainda não foram condenados. Todos devem.

Então, se qualquer pessoa chegar aqui e chegar um Parlamentar que a tratou por ladrão, seja lá o adjetivo que foi usado, é natural que a pessoa também tenha um juízo de valor sobre nós Parlamentares.

Em segundo lugar, da mesma maneira que nós, Deputados, Senadores, temos que ser respeitados, qualquer cidadão tem que ser respeitado. E, se é por essa questão, o Dr. Stefanutto também é servidor público.

Em nenhum momento, houve desrespeito. O que houve foi um questionamento, um questionamento natural, porque todos nós aqui temos acesso a inquéritos, a quebras de sigilo. Basta a gente acompanhar como é que se deu o julgamento agora no STF, há poucos dias, do Bolsonaro. Nenhum juiz chega lá e diz assim: "Olha, eu vi uma matéria de jornal, eu vi uma matéria num *site* que diz que o senhor é ladrão. O que o senhor tem a dizer sobre isso?".

Uma Comissão séria como esta tem que falar com provas, com documentos, e isso nós temos à disposição aqui.

E quando – quando – o depoente respondeu que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... da mesma forma que nós não gostamos de ver o nosso nome associado a qualquer tipo de irregularidade sem prova – ele também não –, partiu, não dele, com o dedo em riste, fora do microfone, e ofendeu a honra pessoal do depoente.

Dirigiu-se a ele de forma ofensiva, desrespeitosa, e nenhum brasileiro ou brasileira é obrigado a ficar quieto quando for ofendido por Deputado, Senador ou qualquer outra pessoa. Ninguém aqui tem direito de ofender ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Portanto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... houve aqui uma reação digna de qualquer cidadão quando for ofendido de forma covarde, como ele foi aqui. Portanto, não cabe essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E, se nós tivermos que responder de forma adequada, foi quase que um ato de legítima defesa diante do ataque que foi feito fora do microfone, em alto e bom som, ofendendo a honra pessoal dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Portanto, não cabe essa questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e nós vamos ter que garantir que, assim como nós, Parlamentares, queremos respeito, qualquer pessoa que venha aqui seja tratada com o mesmo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senhores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente, os ofendidos são os aposentados, com todo o respeito.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – A culpa é dos aposentados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Ofendidos estão os aposentados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, senhores, eu gostaria muito que a palavra fosse mantida em ordem e organização aqui, que cada um dos senhores quer uma CPMI para chamar de sua. E aqui, nós temos que trabalhar todos juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira coisa desta Presidência: nós estamos aqui para dar respostas ao povo brasileiro – e nós faremos isso. Esse é o nosso objetivo, é a nossa meta.

Segundo ponto: nós não estamos aqui para pré-condenar ninguém. As pessoas todas terão o direito de falar, se defender e colocar seu posicionamento.

Terceiro ponto – e aqui, esclarecendo –: a questão de desacato. Primeiramente, hoje não cabe prisão em flagrante por desacato. A legislação brasileira prevê um termo circunstanciado de ocorrência, quando for o caso disso acontecer. Não cabe prisão em flagrante nessas situações. E, se nós, aqui, não seguirmos a legislação, o nosso trabalho vai valer de quê? Não vai valer nada! Se a população entender que nós não vamos seguir o rito correto, que diz a Constituição brasileira, para que serve o nosso trabalho aqui? Para nada! Então, Excelência, não cabe isso.

Terceiro... Quarto ponto: na questão do relacionamento das respostas, eu não entendo como um desacato. Esta Presidência não entende, não vê e não referenda esse pedido da questão de ordem.

Eu tenho aqui – conversei bastante com o Sr. Alessandro Stefanutto, com o advogado e conversei com o Relator... Nós temos aqui um trato organizado. O Sr. Alessandro responderá às perguntas com "sim" ou "não", da maneira como entender, ou ficará em silêncio; e o Relator, naturalmente, vai fazer as perguntas que desejar. Quando houver publicação – o que for –, o Sr. Alessandro... É publicação; é público. O Relator não pode fugir disso, porque está publicado. E, se há alguém que tem que processar, tem que processar quem publicou, mas as respostas serão todas dadas dentro do limite de cada um e do respeito de cada um. E assim nós vamos dar sequência aos nossos trabalhos, porque eu sei que cada um tem seu posicionamento, cada Parlamentar aqui tem a sua visão...

São todos aqui... Vários são do Direito, eu reconheço isso. Mas a minha função é fazer com que os trabalhos sigam em boa ordem e em frente, e é isso que eu vou fazer.

Vou pedir ao Relator que, por gentileza, retome as perguntas dentro do procedimento que nós acertamos, e vamos dar respostas a quem precisa e que está nos assistindo.

Por favor, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, é só para pedir para o senhor fazer correção numa palavra do senhor aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – O senhor disse que aqui cada um quer chamar esta Comissão de "seu". Eu acho que aqui ninguém quer chamar de "seu". Nós estamos aqui e a população está vendo o que nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – A Comissão é do povo brasileiro. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – É só essa fala do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, obrigado.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... porque ela dá duplo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não; obrigado, mas é porque, se deixar, cada um quer colocar o seu ritmo, e o ritmo tem que ser coletivo, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não é o ritmo, é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas é... Tem sido assim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, só para eu terminar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – É o sentimento de revolta que está dando para todo mundo, o senhor entendeu? Então, é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas o sentimento de revolta, Coronel, não pode ser uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – É só isso que nós estamos querendo mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... pré-condenação, em hipótese alguma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Relator, com a palavra.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Presidente, não se trata de pré-condenação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... por gentileza.

Não, não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Não é pré-condenação, é o respeito com que o deponente faltou com a Comissão.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não tem nenhuma ligação com o que está sendo falado aqui.

A minha resposta à Coronel é com relação à minha fala.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, questão de ordem. Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é o artigo, Excelência?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O art. 19 e o art. 22.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para questão de ordem.) – O art. 19 diz que qualquer Senador tem que tratar... Não pode usar de palavra descortês e ofensiva...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... e, se assim usar, ao Presidente cabe, no art. 22 e seus incisos:

> [...] o Presidente advertirá o Senador, usando da expressão "Atenção!";
> II – se essa observação não for suficiente, o Presidente dirá "Senador F..., atenção!";
> III – não bastando [o inciso III] o aviso nominal, o Presidente retirar-lhe-á a palavra;
> [...]

O Deputado, o Relator usou de palavra ofensiva contra um cidadão que aqui está depondo, sob a convocação desta CPMI. Isso acabou resultando num desentendimento, numa resposta de que porventura ele não pode ter gostado, e ele ofendeu uma pessoa.

É importante deixar isso registrado para que não se repita – para que não se repita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tem dois Parlamentares aqui que têm um poder acima do dos demais: o senhor, que conduz os trabalhos, e o Relator, que tem um tempo maior de fala. Se o Relator pré-julgar, ele contamina o seu resultado final, e, se ele pré-julgar um depoente, ele contamina o resultado do próprio depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Que ele aja de maneira imparcial – que parece que não está agindo desde o início – e que respeite qualquer depoente que aqui venha, como qualquer membro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado.

Eu não acolho a questão de ordem de V. Exa. porque, a meu ver e acompanhando atentamente aqui, houve uma resposta ao Relator também que ultrapassou a pergunta. Os dois entraram em discussão a partir desse ponto e até fora do microfone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos em frente, Relator, por gentileza.

O senhor entendeu o meu posicionamento, Relator, com tranquilidade?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Eu entendi, Presidente. Nada nem ninguém impedirá esta Comissão de buscar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... os grandes ladrões dos aposentados e pensionistas. Aqui não há nenhum pré-julgamento.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós chegaremos lá, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... só queria fazer um esclarecimento: na última reunião, com extrema má-fé, se utilizando de uma instituição que está indiciada e tem demonstrado que roubou 800 milhões de aposentados e pensionistas, foi colocada uma lista de Parlamentares... Sabe o que era a lista? E tem muitos do PT, a exemplo do Senador Rogério Correia. Sabe o que era? Era empreendedorismo rural!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Art. 14.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi isto que o depoente disse: que meu nome estava numa lista. Está, com muito orgulho! Eu assinei a lista de empreendedorismo rural, como muitos aqui assinaram. Portanto, isso é uma falácia.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pelo art. 14, o Deputado Rogério Correia.

Cinco minutos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para explicação pessoal.) – Obrigado, Presidente. Eu aproveito, nesta questão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas, Sr. Presidente, não foi ofensivo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas fui citado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... foi só um...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

Senhores, não citem nominalmente nenhum outro Parlamentar aqui, por favor. Citem o partido, mas não citem nominalmente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

Por cinco minutos, o Deputado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, você...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Você... Primeiro quero agradecer aí a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Primeiro, quero agradecer a todos que vêm insistentemente me elogiando como Senador, embora os votos ainda sejam apenas para Deputado Federal, mas fico lisonjeado de ser sempre confundido com Senador.

O que, na verdade, aconteceu na semana passada é que o Deputado Alencar quis, no meu entendimento, demonstrar que, no caso daquela entidade que ali estava sendo colocada, tinha vários nomes que não poderiam ser colocados, foi o que eu entendi naquela ocasião do Deputado Alencar, foram os que estavam realmente sendo listados.

Desculpe o meu "mineirês", mas ele é assim mesmo, não se incomode com o meu "mineirês", me deixe... Aliás, eu tive uma desavença, esse final de semana, com o Deputado Pimenta que teve, Presidente, o absurdo de dizer que o pão de queijo do Rio Grande do Sul é melhor do que o pão de queijo mineiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Presidente, questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, ele tem direito ao tempo dele.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Apenas para dizer que aquela lista...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele tem direito ao tempo dele.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Aquela lista que ali foi colocada, o que o Deputado Alencar quis dizer é que não havia e não poderia ser colocado o nome dele, como se tivesse alguma relação com aquela entidade, Conafer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e que vários nomes estavam no *site* da Conafer e ele listou aqueles nomes. Ele não o fez de maneira agressiva – e assim eu entendi.

Bem porque também o meu nome estava lá como quem assinou uma frente de empreendedorismo e era essa a palavra que o Alencar quis dizer naquela hora.

E por isso não havia nada de pejorativo na listagem que ele ali apresentou, e tinham vários partidos políticos, e foi isso que eu entendi, não me senti ofendido de forma nenhuma. Ele quis dar o exemplo de que não poderia ele também ter sido citado da Conafer, que nada havia em relação ao nome dele, quando não havia daqueles.

Foi isso que eu entendi, por isso não fiquei... De forma nenhuma, com o Deputado Alencar, me senti ofendido. E queria justificar isso porque foi essa a compreensão.

Agora, acho que, em relação ao debate que nós estamos tendo, é preciso sim que se façam as perguntas a quem está depondo, no sentido que ele possa responder. Não é uma inquisição no sentido: "Você isso e aquilo, me responda isso ou aquilo, você já é culpado disso ou daquilo",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e já vir com o prejulgamento. Isso não vai avançar o sentido do nosso debate. Ele vai responder. Nós todos somos adultos, nós sabemos distinguir o que aconteceu e o que não aconteceu.

O fato é – e isso é a pura verdade – que existiram milhões de aposentados que foram lesados, entidades que colocaram esses aposentados nessas entidades, cobraram deles R$40, R$50, R$30, entidades em que o aposentado sequer sabia ou nunca soube que essa entidade existia. Isso foi feito durante meses, com milhões de aposentados, o que significou bilhões de reais. Isso só terminou agora, em 2025.

Portanto, pelo menos, de 2018 até 2025, isso ocorreu. E, portanto, foram muitos aposentados que tiveram prejuízos enormes. Agora, esse prejuízo parou, depois que houve a decisão do Governo do Presidente Lula de que ninguém mais teria desconto de aposentado de nenhuma entidade.

Paralisou, portanto, qualquer procedimento de desconto. O Presidente Lula deu um fim a isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A Controladoria-Geral da União, a Polícia Federal, passaram, portanto, a fazer investigação das responsabilidades do crime. Nós estamos buscando ajudar nisso.

Nós não somos policiais federais nem temos a mesma função, embora exista aí um inquérito a ser feito e uma Comissão Parlamentar. Mas ela tem que ter também um caráter político, isso é fundamental, porque a investigação da Polícia Federal, com certeza, será muito mais bem feita do que a nossa, neste sentido, no sentido de ver as culpas, as responsabilidades, os extratos, os RIFs, a quebra de sigilo.

Então, vamos esperar um pouco, com calma, que a Polícia Federal possa dizer também para onde foi esse recurso, e que a gente possa estar ajudando nisso, Presidente.

E, é claro, às vezes, me perguntam: "era correto o Presidente Lula devolver esse recurso?" Eu digo: era correto, porque o INSS também teve culpa. Então, os aposentados estão recebendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e nós vamos fazer o nosso papel de investigação política.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, o senhor gostaria de continuar as perguntas?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E tem muitas perguntas.

Sr. Depoente, o senhor nomeou ou manteve o Sr. André Fidelis na sua equipe de trabalho enquanto o senhor era Presidente do INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Preliminarmente, Sr. Relator, eu queria me desculpar pela troca de ofensas aqui, acho que não é adequado. Mas de onde eu vim, sempre que você é ofendido na sua honra, você responde. Mas acho que me excedi. Então, da minha parte, fica o meu pedido de desculpas a V. Exa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está aceito, está aceito. O...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Vamos continuar. O senhor me perguntou sobre...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, é uma pergunta muito simples. O senhor já disse que o André Fidelis estava quando o senhor chegou, e o senhor já disse que o Sr. Vigílio estava quando o senhor chegou...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, senhor; o Vigílio, não. O Vigílio foi nomeado depois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, era isso que eu queria saber do senhor. O Sr. Vigílio foi o senhor quem o escolheu para a Procuradoria-Geral?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim, o Procurador Dr. Virgílio Antônio fui eu que escolhi para a Procuradoria... para ser o Procurador-Geral da minha gestão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta que eu queria fazer ao senhor, complementando isso: a responsabilidade de ter Vigílio lá foi exclusivamente do senhor?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A escolha foi minha, o.k.? A nomeação não é feita pelo Presidente do INSS; não é ele, Relator, que inclui para publicar, para tudo. Mas a escolha foi minha, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor retirou o Sr. André Fidelis do INSS? Foi o senhor quem determinou a exoneração da pessoa?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O Dr. André Fidelis foi exonerado posteriormente. E, sim, embora houvesse também um pedido dele – ele disse que estava cansado também –, mas houve, sim, tanto meu, como do Ministro Carlos Lupi, o entendimento de que a gente deveria avançar com um novo diretor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer, mesmo tendo encontrado essa pessoa já lá, o senhor sabe dizer quem foi que politicamente bancou essa nomeação de André Fidelis?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpe, Relator, desculpe interrompê-lo. Até porque eu não estava lá no INSS quando ele foi... eu não estava nem em Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse aqui que recebeu muitas visitas de Parlamentares – acredito que Senadores e Deputados. Algum Parlamentar foi até o senhor interceder em prol de entidade associativa para desconto de aposentado e pensionista?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, todos os Parlamentares que eu recebi – todos –, da oposição, da situação, do centro, todos vieram tratar das situações locais, da situação de segurados que não recebiam seus benefícios, a perícia atrasada... Minha agenda era muito intensa nesse sentido, mas eu não recebi, respondendo objetivamente, eu não recebi... Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

me lembro... Pode ser que... Mas eu não me lembro de tratar esse assunto com nenhum Parlamentar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Sr. Stefanutto, na semana passada, dois Parlamentares de um partido da situação fizeram um discurso muito forte aqui; fizeram um discurso que, por conta do entendimento de o INSS ter acabado com a carta sindical ou algo parecido a isso, possibilitou que entidades fantasmas, entidades laranjas viessem a descontar milhões de reais de aposentados e pensionistas.

Olhe o discurso: o discurso desses Parlamentares era que, quando se exigia uma carta sindical, uma filiação ou algo desse tipo, não havia esse risco de descontos fantasmas, de descontos não autorizados. E aí eu estou vendo que, em 2016, o senhor, como Procurador-Chefe do INSS, superou esse entendimento e permitiu a mudança do entendimento jurídico.

Eu pergunto ao senhor... O senhor atribui a mesma razão dos Deputados, Parlamentares da situação, dando a entender a eles que a ausência da carta sindical, a ausência desse reconhecimento possibilitou o início de um grande roubo de aposentados e pensionistas. Eu pergunto ao senhor: o senhor concorda com esse entendimento?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Relator, V. Exa. me permita a vênia, só porque, como fui eu que fiz o parecer...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Exatamente.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... acho que carece de eu, rapidamente, ler o texto legal.

Ao Procurador, Procurador-Geral, ao Procurador-Chefe das autarquias e todos da AGU, a nós cabe interpretar a lei e não inventar. Muitas vezes, a lei é literal, e a lei determina que é um determinado caminho que se deve tomar.

Nesse sentido, me permitam, não quero cansá-los, mas o art. 115, da Lei 8.213, diz o quê?

> Podem ser descontados dos benefícios: [inciso V desse art. 115]
>
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados;

Então, por isso que o meu parecer foi expedido no sentido da interpretação daqui, porque não dá para daqui extrair outra interpretação. É sentido literal que está aqui. Não dá para escapar disso. Todos os meus pareceres, Sr. Relator... Eu estou respondendo ao senhor: eu não posso opinar se isso fez que tivesse mais ou menos. Eu não posso opinar porque eu estava de Procurador-Geral, e a nós cabe interpretar a legislação. Eu não sei dizer, mas o que está na lei aprovada pelo Congresso Nacional é que as associações podem se filiar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa lei é de que ano?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É a 8.213/91. Eu não sei se essa alteração... Se teve alguma alteração posterior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas é de 91.

Veja: o senhor era Procurador-Chefe desde 2011. Mudou o seu entendimento só em 2017.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não mudei. Desculpe, Sr. Relator, não mudei. Na verdade, foi levantada uma questão jurídica. Tem associações que entraram antes. Não, não havia, até o momento em si, só entidades com carta sindical, até porque a carta sindical...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpa, eu não quero...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, eu só queria só que o senhor, para não perder o raciocínio...

Antes do entendimento jurídico do senhor em 2016, alguma associação ou entidade que não tivesse essa filiação, essa carta sindical, já estava descontando do INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Relator, até para não errar na resposta – acho que talvez os Diretores de Benefícios aqui podem responder –, eu não sei responder, na prática, se alguma entidade de associações estava antes. O que eu posso responder – que eu me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembro desse parecer e me lembro da questão jurídica – é que essa questão jurídica foi trazida, e cabe à procuradoria... A procuradoria é um órgão inerte: uma vez procurada, motivada, ela responde. Então, eu não sei dizer para o senhor, mas não havia – que eu me recordo, porque esse tema não era afeto à gente, Sr. Relator. Se o senhor me perguntasse: em 2017, 2016, 15, você se lembra desse tema? Eu não me recordo desse tema. Não especificamente do parecer, mas do tema em si. Eu não me recordo desse tema. Eu recordo a consulta, e a consulta veio – quem fez a consulta nem fui eu, foi um procurador de primeiro, segundo grau – e veio para aprovação.

A lei não exige que tenha alguma exigência de carta sindical, até porque o reconhecimento de sindicato independe de carta sindical. A carta sindical serve para unicidade, para você ver se aquele representa ou não. O que está na lei... Ela abre para todos, sendo possível para todos, é o que está. Eu não sei dizer se está desde 91, como o senhor me perguntou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. Quem falou foi o senhor, né? Que a lei era de 91.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A lei é de 91, mas eu não sei porque a 8.213 – e o Senador Rogerio Marinho, que é de previdência, sabe muito bem – é alterada. Na época em que o senhor foi secretário, ela foi alterada. Na época... Quando esteve a Presidente Dilma, ela foi alterada. É uma lei muito alterada. Certamente, em 16, já havia esse dispositivo aqui aprovado pelo Congresso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A pergunta que eu fiz... Mas o senhor disse aí, e eu só queria confirmar. Antes desse seu parecer... Olha, quem disse que a safadeza começou por conta da retirada da exigência de carta sindical foram os Deputados da situação na reunião passada. Por isso que eu estou lhe perguntando. Não vou citar o nome dos Deputados para não dar direito ao art. 14. O senhor, com essa larga experiência no INSS – o senhor disse aí desde 2000, 2000 e pouco –, o senhor sabe dizer... O senhor já disse que não tem como precisar se havia desconto. Com a sua análise na presidência, mais recentemente, o senhor disse que encontrou um quadro muito diferente. Esse quadro muito diferente, de muitas associações que não tinham essa carta sindical, o senhor pode reputar essa decisão no parecer do senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não sei responder isso, Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor pode me dizer se houve alguma pressão externa em 2016 para que esse parecer fosse emitido?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve algum contato contemporâneo, naquela época, com a Conafer?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não sei responder, Senador, se eu tive alguma reunião, porque 2016 já faz nove anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Pode ter ocorrido reunião com Conafer, com outras. Eu nem sei se ela existia na época. Para ser honesto para o senhor, não tenho como responder.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Presidente da Conafer?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim, conheço o Presidente da Conafer, o Dr. Carlos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A sua assessora de imprensa tinha alguma relação com algum membro da Conafer?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, respeitosamente, o Presidente do INSS não tem tempo nem de cuidar da casa dele, quanto mais saber quem tem relação, quem não tem relação. Então, eu vou responder para o senhor que não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou falando de relação profissional.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, que eu saiba, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pode dizer quem era a sua assessora de imprensa?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Dra. Martha Imenes. Já estava lá quando eu cheguei, na verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já estava. Ela permanece ou permaneceu durante todo o tempo com o senhor?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não. A Dra. Martha foi para o ministério em determinado momento... Quando o assessor de comunicação social do ministério saiu, a Martha acabou indo para servir todo o ministério.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer a nós aqui quando o senhor tomou conhecimento das irregularidades... Qual foi a primeira vez que o senhor tomou conhecimento de irregularidades em descontos associativos?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, eu entrei em julho de 2023, e a minha encomenda era colocar a população para poder acessar os serviços previdenciários. Assim o fiz. Quando chegou outubro, novembro, na reunião... Em novembro de 2023 ainda, eu já tinha decidido que avançaríamos numa nova legislação interna e instruções normativas. E aí, permita-me, Sr. Relator, não é fugindo da pergunta, mas muito antes até de que a CGU tivesse tomado providências, nós do Governo, naquela época, já estávamos tomando providências. Eu reuni todos – se não todos, nós convidamos todos – numa reunião formal no INSS, avisei que nós mudaríamos o modelo de credenciamento, porque naquele momento era só nome, CPF e NB. Então, as entidades mandavam... Eu vou dizer a data que o senhor falou, mas as entidades mandavam uma lista com nome, CPF e NB, se eu não me engano, direto para a Dataprev, e assim era feito o desconto.

Eu entendi que já tínhamos ferramentas suficientes para implantar algum tipo de biometria, porque tínhamos feito isso com os bancos. Os bancos passaram a usar biometria ainda em 2023, se eu não me engano, por uma decisão nossa – se não nossa, do Presidente à época, porque eu só entrei em julho. Mas comecei já a cuidar desse assunto em novembro... Novembro? Novembro de 23.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloca aqui o quadro, por favor. (*Fora do microfone.*) Não, lá no primeiro.

Passa aí, por favor.

Passa mais um.

Passa mais.

O senhor se recorda de quantos acordos de cooperação técnica o senhor celebrou enquanto Presidente do INSS na sua época?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, o Presidente do INSS não celebra esse acordo. Esse acordo é celebrado pela Diretoria de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou complementar. Quantos acordos de ACT (Acordo de Cooperação Técnica) foram celebrados na época que o senhor era Presidente do INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não se recorda? Vou ajudá-lo. O senhor celebrou... O INSS celebrou, sob a sua presidência, 15 acordos. O senhor foi o Presidente do INSS que mais celebrou acordo.

O senhor se recorda da renovação do ACT da Contag?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não recordo. Eu não acompanhava...

Desculpa – está ligado, Presidente?

Eu não acompanhava esse assunto de perto. Não me lembro quando foi... O Presidente da autarquia, via de regra – e acredito que os outros presidentes que aqui passarão poderão expressar –, tem milhares de assuntos, e você não acompanha de forma próxima. Então, eu não posso dizer para o senhor que eu acompanhei a prorrogação da Contag.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto, quantidade de situações por ano de inclusão em massa de mais de 50 mil associados por período: em 2016, o senhor era Procurador-Chefe, uma; 2017, três; 2018, doze; 2019, uma; 2020, uma; 2021, uma; 2022, uma –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quantidade que cada associação conseguiu incluir como associado naqueles lotes durante o ano; aqui, é durante o ano.

Desde que o senhor assumiu – desde que o senhor assumiu –, mesmo após instrução normativa proibindo, ou 2020, ou 2021, foram autorizadas pelo senhor essas inclusões em massa: 15, em 2023; e, 2024, 24. Isso aqui, segundo a CGU... Essa ação do senhor, segundo a CGU, deu um prejuízo direto de R$62 milhões e protegeu as associações esquecendo os associados.

O senhor foi contra a regra legal, o senhor foi contra parecer da Procuradoria especializada da Fazenda. Isso aqui está no relatório da CGU e isso aqui resultou na inclusão de 1,2 milhão pessoas. Foi feito pela CGU um retrato. Nesse retrato, ficou caracterizado que 97,6 disso aqui representavam fraude no desconto, na autorização de desconto associativo.

O senhor com tanta experiência, o senhor com tanto conhecimento... O que levou o senhor a autorizar essa temeridade?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, a única inclusão em lote que eu autorizei foi a da Contag, que foi a que deu ensejo... Inclusive, está no lote da Polícia Federal. Eu não sei dessas inclusões, eu não assinei essas inclusões de autorizar a fazer remessa em lote, nem essa 15, nem essa 24, honestamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, nós perguntamos aqui, e isso aqui só foi possível porque a determinação do senhor foi de fazer em lote, iniciando com a Contag.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não. Eu não determinei que fizessem outros lotes, pelo contrário. Na gestão anterior... O senhor abriu a porta, eu tenho que entrar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Na gestão anterior, havia muitos desses lotes – eu fui pesquisar depois que eu saí, com amigos que ainda permanecem lá –, e muitos desses lotes foram feitos de forma informal, sem processo administrativo, sem parecer técnico e sem parecer jurídico.

No meu caso, eu autorizei a da Contag e continuo defendendo que foi correto o que nós fizemos – é minha posição – e foi dentro de um processo com transparência, para que pudesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser colocado à luz e olhado se houve o equívoco ou se não houve. Esses que o senhor está colocando, em 2023, dos 15, deve ter até antes de eu entrar.

O Presidente do INSS não verifica a remessa, seja da diretoria, seja de outro lugar, remessa de lote. Essa história que... Até porque, quando foi autorizada a da Contag, foi no final de 23, acho, ou começo de 24 – me corrija se eu estiver equivocado. Então, eu não participei de autorizações informais para incluir benefício – eu não participei. A única que eu autorizei é a Contag, e estou pronto, aqui, para defender que foi correto o que foi feito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor está dizendo que esses números aqui estão subnotificados, porque havia inclusões não documentadas.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu não disse isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi o que eu entendi.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, nunca disse isso.

Eu disse que existe, sim, feito pelo Presidente anterior, em 2022, uma remessa de lote sem processo formal que dá transparência e que o Congresso pode apurar. Isso eu não fiz.

Isso que eu estou falando é o que eu fiz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer quem foi o Presidente anterior e que remessa foi essa?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Presidentes anteriores – me desculpe. Eu não sei qual que foi. Eu não tenho de cabeça qual foi a época, etc. Mas verifique que, em 2022 e 21, há, sim, remessas de processo de forma não formal. Nós fizemos de forma formal.

Pode até ser... Alguém pode dizer – desculpe, Relator de eu me alongar –, alguém pode até dizer que não concorda, que aquilo pode ter sido feito e não deveria ser feito; mas foi formal. Todo mundo pode ver. A Polícia Federal só pôde ver isso porque abriu o processo e viu que nós tínhamos autorizado.

Foi, inclusive, a partir de lá que eu virei investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto, o senhor sabe dizer se esses processos correspondem a essa...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não sabe. Tá.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não sei, eu não posso falar da gestão anterior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seria importante, porque aí nós iríamos atrás.

Olha, vamos falar, então, da Contag. Houve um parecer da Procuradoria Especializada...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpe, o senhor falou que os colegas ficam bravos, daí. Não é Procuradoria da Fazenda, é Procuradoria Federal Especializada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu não falei da Fazenda.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor falou antes aqui, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Falei?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Falou.

Desculpe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Procuradoria... Faz tudo parte do mesmo ente.

O senhor, na Contag, expressamente e de forma rápida, em 24 horas, o senhor autorizou essa adesão em bloco, por volta de 34 mil associados. A CGU fez algumas observações, mas duas me chamaram a atenção.

Primeiro – volto a lhe perguntar –, a CGU foi até o gabinete do senhor com a auditoria preliminar em junho de 2023?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Em junho de 2023, não. Eu acho que é de 24 que o senhor está falando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Junho de 2024.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Me recordo que eles foram em julho ou agosto, mas nós já tínhamos tomado providências antes, Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, o senhor vai ter a oportunidade de explicar; mas vamos falar de 2023. O parecer da Procuradoria Especializada recomendava, expressamente, que não fosse feita essa adesão em bloco. Por que o senhor assumiu esse risco?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, é muito comum – e tem procuradores na sala – que o Procurador-Geral não concorde com o parecer. Eu discordei de vários pareceres de colegas do primeiro grau – isso é do dia a dia.

Recentemente até – e o senhor deve ter acompanhado – foi autorizado que enfermeiros possam fazer, prescrever alguns remédios, e o Conselho de Medicina está reclamando, porque tem um parecer de primeiro grau da Procuradoria Especializada de lá, dizendo que não podia. Mas houve outros pareceres – as situações mudam –, e foi autorizado. Então, ter um parecer novo, ter um parecer depois de algum tempo que os fatos alteram é da vida e da lei.

Quanto ao caso da Contag, veja, nós operamos os processos. Eu tenho aqui, se o senhor me permite passar para o senhor, a minha autorização.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só queria saber do senhor o seguinte: quando o senhor autorizou isso em bloco...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – E não foi em 24 horas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou lhe mostrar aí.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não foi. Isso aí foram meses conversando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu pergunto ao senhor: isso aqui que o senhor permitiu da Contag...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não permiti isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Contag.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Tanto é que o senhor mostra o número 15...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso aqui... Eu mostrei o ano: 2023. Isso que o senhor permitiu, o senhor tinha conhecimento de um parecer contrário?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não me recordo do parecer contrário, confesso ao senhor. Eu não me recordo, porque, quando esse parecer foi feito – o contrário –, eu não era o Presidente do INSS – se eu não me engano –, à época. Eu vim ver isso depois de toda a história, etc. e tal, mas eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi o autor, ou era o Presidente da solução provisória. O que era a solução provisória?

Em 2024 – não sei se foi o senhor –, publicou-se uma...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Fui eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... instrução normativa.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A 162.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa instrução normativa era muito clara: teria que obedecer a critérios para inclusão e desbloqueio de descontos associativos.

A Dataprev, em determinado momento, por uma sugestão de duas entidades – não sei se Cobap ou Conafer, não sei se eram elas –, deu um parecer dizendo: "não dá para nós aceitarmos a solução proposta pelas entidades", muito claro; "há vários riscos". Citou lá dez artigos. A instrução normativa dos senhores tinha até suspendido o desconto associativo.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu suspendi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem, é aí que eu quero chegar: o senhor suspendeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa aí, por favor.

Passa aí.

Passa.

Passa aí.

Passa mais uma.

Não, está bom aqui. Está bom aqui.

Olha só, o senhor, contrariando um parecer da Dataprev, contrariando a instrução normativa que o senhor mesmo expediu, o senhor autorizou – o senhor autorizou – essas inclusões.

No seu período – no seu período –, quatrocentos e trinta...

Vai mais, por favor. Aí!

Vai mais, mais.

Volta.

É mais de 1 milhão, aproximadamente 1,2 milhão de inclusões, o que fez – volta lá; volta, por favor; mais uma; mais uma; volta lá – os descontos associativos saírem da casa de milhões para bilhões.

Como é que o senhor dá uma entrevista seis semanas antes, dizendo que ia ser muito duro com as associações que tinham praticado irregularidades; lança uma instrução normativa, contraria a Dataprev e permite mais de 1 milhão de inclusões? E depois a CGU disse – depois a CGU disse – que isso foi contrário, absolutamente, a toda norma legal. Como é que o senhor pratica esse ato, e o senhor mesmo baixou a instrução normativa?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É importante separar, Sr. Relator, que, antes de eu bloquear, como era e como foi no Governo anterior ao que eu servi, a inclusão era feita por nome, CPF e NB, como eu falei aqui já. Não vou cansá-los repetindo.

Esse era o modelo e continuava sendo o modelo, porque a Instrução 162, Sr. Relator, dependia de uma solução tecnológica. No INSS, as normas são editadas e encomendada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

solução tecnológica para a Dataprev. Enquanto a solução tecnológica não acontece, você usa o modelo anterior. Muitas vezes, nos atos está escrito: "Até que a solução tecnológica aconteça".

O senhor colocou na coluna 2023, mas a solução tecnológica, a normativa, etc. foi tudo em 2024. Na minha gestão, nós seguimos o modelo anterior, que não fui eu que criei, e não fui eu que fui na entidade fraudar, infelizmente é da natureza humana. Em 2023 não havia a IN ainda, como o senhor colocou; foi em 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas havia outra.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Se o senhor me permitir responder, não é?

A outra que havia era nome, CPF e NB. Quem conseguisse a lista, incluía. O que nós fizemos durante o nosso Governo? Existe um sistema, Sr. Relator, chamado Suibe. Esse sistema é um grande *data warehouse* aqui, de dados. Esse sistema tinha 3 mil senhas. Foi o que eu recebi da gestão anterior, do Governo anterior. Ninguém sabia, ninguém controlava a senha. Era uma bagunça. A Dataprev pode dar os relatórios para o senhor do que nós enfrentamos. Determinado dia, a minha TI avisou: 3 mil senhas, 6 mil senhas, Deputado. Está lá. Eu estou sendo gravado aqui, eu concordei com o termo, então não estou inventando história.

A Dataprev nos avisou, Sr. Relator, de um vazamento de dados em determinada senha, e, por uma questão de hábito, de nível intermediário, o técnico queria apenas bloquear o IP, e eu determinei que fosse tirado do ar o *site*. A CGU achou ruim, a Febraban achou ruim, porque precisa de dados para poder operar as expectativas, o TCU achou ruim... O TCU entendeu, a CGU entendeu. E eu pedi ao meu TI o quê? Faça com que você tenha pouquíssimas senhas e que esses dados sejam extraídos aqui do prédio.

Em seguida, eu viajei à Suíça, representando o INSS. Fui numa reunião lá, fazer uma apresentação lá. Durante a minha estadia na Suíça, a minha equipe descobriu sete chupa-cabras no prédio, inclusive um na minha sala ao lado, que estavam lá para roubar credenciais, porque, quando nós fechamos o Suibe, subiu, inclusive, o valor na *dark web,* que a gente acompanhava, para pedir dados. Foi isso que eu fiz – foi isso que eu fiz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senhor... Eu queria que o senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Só terminando – só terminando –, Sr. Relator. É importante falar isso.

Isso foi feito na gestão do nosso Governo, coisa que vocês não fizeram.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Vocês não fizeram.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não fizeram, o Governo anterior não fez.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Presidente...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu fui falado aqui... Foi falado aqui que isso aqui também é político.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Não vamos permitir continuar.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Está bom. Peço desculpas, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – É importante dizer que ele não disse o nome de quem são vocês.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Peço desculpas, Deputado. Peço desculpas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Ele é Lula.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A desculpa está aceita.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim, eu tenho lado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Stefanutto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu tenho lado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpa. Desculpa, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Vou me ater à pergunta do Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria uma resposta objetiva.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Todo mundo tem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu ainda tenho 100 perguntas e aqui tem mais 30 Parlamentares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Pois não, Relator, eu vou me ater.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto: cem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza! Luiz, por favor. Luiz...

Deputado Luiz, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. depoente, pergunta objetiva, e queria uma resposta objetiva.

Com a sua experiência, o senhor já tinha sido avisado pela CGU em 2024, o senhor já tinha sido avisado do caos que estava e dos desvios, segundo foi um depoimento que nós recebemos aqui de uma diretora da CGU. Qual o motivo, qual o motivo de o senhor, depois de ter sido avisado em junho de 2024, do caos e do desvio nos descontos associativos? Qual o motivo de o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor ter autorizado a solução provisória para as entidades, o que já está provado que resultou no prejuízo de 62 milhões por autorizações não concedidas? Inclusive vários mortos entraram na conta dessas entidades. Só queria saber o motivo. Como o senhor assumiu esse risco?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, só fazendo alguns reparos, a recomendação da CGU foi de 23 de julho. O TCU até foi antes, 5 de junho. Eu tenho aqui e tenho qual foi o encaminhamento feito. Gostaria de também passar ao senhor que, no dia 9 de maio de 2024, eu mesmo – coisa que nunca aconteceu – determinei auditoria. E o Auditor-Geral não é indicado por mim, o Auditor-Geral tem mandato. Eu recebi esse Auditor-Geral, que é um bom auditor, diga-se de passagem, só estou dizendo que ele foi nomeado em outra gestão. Eu determinei a apuração de todas as entidades. Então, muito antes de CGU, muito antes...

Sr. Relator, eu prometi para o senhor que eu não vou... Eu queria pedir para o senhor a mesma... Sei que o senhor é um homem educado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Por que o senhor...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, mas eu tenho que dizer isso, Sr. Relator! Eu tenho que dizer isso.

Aqui está a minha determinação para que fosse feita a auditoria. E uma vez feita a auditoria, nós tomamos providências antes até! A IN 162 não veio no ensejo das reclamações. A reunião em setembro – em novembro de 23 – não foi a CGU que me avisou. A CGU foi primeiro... Optou – me permita essa crítica –, primeiro ela optou em ir à Polícia Federal, depois optou em falar comigo. E nós já estávamos fazendo as medidas.

Quando o senhor fala da provisória, a provisória era biometria e assinatura digital. O que é que nós tínhamos antes disso? Nada. Antes da minha determinação, nós não tínhamos nada, nós tínhamos nome, CPF e NB, era isso o que nós tínhamos.

Por isso é que nós buscamos uma solução, porque eu imaginei que a Dataprev fosse me entregar logo o sistema, que foi entregue em 1º de fevereiro. Antes de eu sair, nós entregamos o sistema, o PDMA, que é o que hoje subsidia o senhor, Sr. Relator, para falar de mortos, para falar de outros dados. Fui eu que implantei isso. Fui eu que bloqueei todos os benefícios. Os benefícios foram bloqueados em 2020, 2021 daqui para a frente. Eu bloqueei antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Relator, eu, sim, tomei muitas providências, muitas providências. Talvez, não a providência que a CGU queria, mas tomei muitas providências.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto, o senhor não me respondeu: por que o senhor liberou essas ações mesmo sabendo de tudo que o senhor já estava tendo conhecimento sobre as irregularidades nos descontos associativos?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, eu vou deixar de responder, me permita, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem problema.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ...não, porque 23 ali não havia nada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou falando de 24.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, mas 24... Quando o senhor traz 24, eu demonstrei o que eu fiz, mas eu vou deixar de responder...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem problema.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ...porque é um juízo, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor disse que tomou conhecimento de irregularidades antes de a CGU procurá-lo. Foi o que eu entendi.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (*Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor suspendeu algum ACT a partir do momento que tomou conhecimento das irregularidades?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, o nosso regime – eu vou responder objetivamente –, o nosso regime constitucional exige ampla defesa e contraditório. A gente não pode, porque gosta, porque não gosta, antes de apurar e ouvir as partes, tomar uma decisão precipitada. Isso não combina com a Constituição de 88.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A CGU botou muito claro lá no tópico que não foram identificadas providências pelo INSS sob a sua gestão. Quais as providências que o senhor tomou diante dos relatórios que recebeu?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu tomei as providências antes dos relatórios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Primeira providência: organizei uma nova instrução normativa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual? Qual foi ela?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A 162.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A 162. E o senhor desobedeceu à própria instrução normativa...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não a desobedeci.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não. Se o senhor ler todo o texto dela, eu não tinha ainda o programa da Dataprev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, vamos chegar a esse ponto...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O programa da Dataprev foi depois.

Deixe-me terminar de responder. Quando a minha resposta é boa, o senhor quer me cortar?!

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS. *Fora do microfone*.) – Tem resposta boa e tem resposta ruim?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não. Resposta ruim é uma coisa, resposta boa é outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, eu quero voltar a esse ponto...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Posso só... Posso só concluir?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Termine aí, por favor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor me perguntou quais providências eu tomei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já falou...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Primeiro...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ...162.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não, não, tem muito mais. Tem muito mais. Tem muito mais.

A 162 foi uma das providências que eu tomei. A 162 trouxe para o desconto associativo um novo marco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Porque o problema é na entrada. Não adianta cancelar ACT e depois outra entidade chama, põe os mesmos segurados, os mesmos aposentados. A entrada é importante. E a 162 não foi... Foi feita na minha gestão.

Segunda coisa – o senhor me permita aqui, porque é importante –: em 19 de fevereiro de 23, foi ainda na gestão anterior, foram realizadas pela primeira vez... realização de visitas técnicas dos servidores.

Em março de 2023, obrigação de inserção do número SAC para que quem tivesse o desconto pudesse ligar e já tomar providências para retirada.

Em 15 de março de 2024, publicação da 162. Aqui não consta reunião. Eu fiz reuniões com as entidades, dizendo que nós íamos mudar todo o modelo. Quando muda, tem toda aqui a mudança... Quando a gente edita uma nova IN, aqui tem toda a mudança do que era feito antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 10 de abril de 24, comando de exclusão de eventual desconto averbado, que não tinha automaticamente. As pessoas tinham que fazer um pedido e isso levava de um mês a dois meses. Então, a pessoa tinha dois, três, quatro descontos. Criação da trava para não permitir a averbação de desconto associativo em benefícios não elegíveis. Por isso que o senhor encontrou mortos. Nós colocamos as travas para evitar isso.

Em 11 de abril de 24, vinculação da campanha educativa. Está na internet, está nos *sites*, está em A Voz do Brasil. Nós mergulhamos nisso. Eu dei entrevistas em vários lugares. Fui até criticado: "Você quer aparecer". Não; eu estava preocupado com o aposentado e com o beneficiário que estava tendo desconto, mas eu preciso identificar ele.

Em 20 de abril, foi quando eu fiz a suspensão cautelar, por quê? Quando vieram ruídos. A CGU não me falou nada. Eu falei: "Vamos fazer um freio de arrumação", porque, até que a gente chegue... que chegue o novo sistema, eu preciso ter um modelo diferente do modelo que era anterior. Modelo anterior: nome, CPF e número do benefício; e incluía o desconto. Nós mudamos isso.

Em 9 de maio, que está aqui e que eu queria passar ao senhor: suspensão cautelar de... Ah, desculpa. Ofício 6 solicita à auditoria geral que avaliasse a regularidade dos ACTs. Está aqui! E eles fizeram. Um trabalho hercúleo; fizeram.

Em 16 de maio: bloqueio geral de todos os benefícios, falando... Estou falando de uma medida que eu já disse aqui, adiantando.

Em 30 de maio: solicita à Dataprev implementação da solução biométrica a partir da competência "junho". Infelizmente, não aconteceu.

Em 17 de junho: marco inicial do processamento de novas averbações de mensalidade associativa com a biometria transitória que o senhor colocou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem... Quem...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É que eu tenho que acabar, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode continuar, mas quem foi que propôs a solução transitória?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu, eu... Honestamente, Relator, eu não me recordo. Eu acho que foi a área técnica, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A área técnica das associações – está na CGU.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não... Comigo... Comigo... Eu não participei com entidades em discussão sobre isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Vamos lá porque eu quero fazer outras...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Em 24 de junho...

Em 27 de junho – deixe-me ver –, são medidas que a gente tomou, que são menores...

Em 17 de julho: comando de exclusão do desconto de mensalidade associativa dos benefícios relacionados pela CGU em planilha à Nota de Auditoria 01, referentes às entidades Unaspub, Ambec, CBPA, etc.

Em 19 de julho: comando para limitação do valor máximo para 1% – porque não tinha esse limite; o limite era três.

E aí segue. Eu não vou cansá-los. Acho que vai contemplar nas perguntas, e eu não quero atrapalhar a inquirição do Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Sr. Relator...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Mas tem muito mais coisa aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu pergunto...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Foi isso que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O advogado solicitou a suspensão por cinco minutos.

Sessão suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 18 horas e 38 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 48 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, reaberta a sessão.

Relator, com a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto, o senhor admitiu que autorizou a solução provisória em que a CGU diz que incluiu 1,2 milhão associados e um prejuízo de 62 milhões aos cofres públicos. De forma objetiva, por que o senhor assumiu esse risco já que o senhor tinha sido avisado e identificado, inclusive pelo senhor mesmo, que originou a instrução normativa, e o senhor descumpriu a própria instrução normativa? Por quê?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, naquele momento, com as informações que nós tínhamos, foi o que eu entendi correto fazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está respondido.

Mas eu queria saber algo que o senhor disse. O senhor confirma que não poderia penalizar as entidades bloqueando esses descontos associativos, porque era a fonte de renda que elas tinham? O senhor confirma isso?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não confirmo. Eu estava numa reunião onde isso foi falado, mas não por mim. Eu não confirmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor sabe dizer quando o INSS colocou para funcionar o sistema da Dataprev ou dele mesmo – não sei – para a inclusão de novos descontos?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O sistema da Dataprev estava previsto para entrar em setembro...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Foi-nos apresentada uma versão em setembro que não funcionava – isso é muito comum acontecer, e não é culpa da Dataprev; só para fazer aqui o *disclaimer* dele. Não funcionava. Nós falamos: "deixa funcionando, em paralelo a esse, para que a gente possa testar". Só no dia 1º de fevereiro é que ele estava entregue. Tanto é que eu prorroguei até 31 de janeiro, impreterivelmente, a solução... Essa solução paralela – só uma coisa, Sr. Relator –, não sei se o senhor sabe, mas o Serpro ajudou nessa solução paralela; não ajudou a desenvolver. Ele era uma das entidades que fornecia para as entidades, tá? Não foi uma coisa feita sem que a gente tivesse algum critério.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto, o senhor me parece que falou que, desde 2023, o senhor tinha tomado conhecimento de irregularidades e que começou a adotar uma série de providências: falou da instrução normativa, falou do ofício para o INSS realizar auditoria, o senhor recebeu essas auditorias, o senhor teve conhecimento disso. Que escolha foi essa? Prestigiar as entidades, mesmo com milhões de brasileiros sendo roubados?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, nós não tínhamos... Eu, em especial, não tinha os mecanismos e os instrumentos que têm os órgãos de Justiça. É bem diferente, os instrumentos, a estrutura que tem a Polícia Federal, a CGU, do que o INSS. No INSS, o nosso principal assunto é concessão de benefício, é atender a população. Nós não tínhamos as informações que hoje estão aparecendo. Se a gente tivesse as mesmas informações, certamente poderíamos ter tomado outra decisão.

Com as informações que havia naquele momento, nós entendemos pela decisão de fazer o que fizemos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tomou conhecimento de irregularidades durante, de forma mais contundente, como o senhor disse, a partir de maio de 2024.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A partir de maio, o senhor fala do relatório da CGU? Porque o relatório da CGU foi depois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, o relatório da CGU foi em julho.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor disse que mandou fazer uma auditoria baseada nas irregularidades.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Posso só, em homenagem aos fatos... Primeiro, nós vimos como era o modelo de desconto e fizemos um DNA novo, um novo modelo de desconto, que é um modelo que ficou em 1º de fevereiro, e que até a Dataprev aproveitou para fazer as devoluções.

Depois, quando nós estávamos acompanhando, não pela CGU, algumas irregularidades que os jornais falavam, eu mandei apurar para que a gente verificasse o que estava acontecendo. Isso em maio de 24.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe pergunto: o senhor conversou com o Ministro Carlos Lupi sobre essas irregularidades?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu conversava muita coisa com o Ministro Carlos Lupi, não vou precisar o que eu posso ter falado, eu não me recordo, mas eu não fiz uma reunião específica, porque nós estávamos cuidando disso. Certamente, o Ministério Supervisor acompanhou, porque eu mesmo dei uma entrevista com o Ministro Lupi, para a Rede Globo, sobre aquele momento em que nós suspendemos os novos ACTs.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os novos ACTs foram suspensos em que data?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Aí o senhor me pega com a data, mas eu posso falar aproximadamente. Eu acredito que foi em 24, não sei se em abril, maio, em 24 foi. Foi em 24.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, a gente está falando em 24. Em 24, o senhor renovou o ACT da Contag, que está na auditoria da CGU mostrando uma série de irregularidades. E o senhor contrariou, nessa sua decisão de assinatura, várias recomendações – tanto internas quanto externas. O senhor recebeu alguma pressão para assinar esse ACT da Contag?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpa, Sr. Relator, vou ser rápido, mas não é o Presidente da INSS que assinava e que renovava. Só para dizer que eu não tenho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabeça a data, etc. e tal; mas, respondendo objetivamente, eu não recebi pressão alguma para renovar ou assinar, seja quando eu fui Procurador-Geral, seja na minha condição de Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor teve conhecimento dessa assinatura?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Confesso ao senhor que eu tive depois...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Depois?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... já na fase de apuração. Eu não acompanho as renovações, não acompanhava. E eu digo para o senhor: quando vierem outros Presidentes aqui, eles vão poder falar como é a rotina de um Presidente do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é o nome daquela senhora muito competente da CGU que esteve aqui? A doutora...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eliane, né?

A Dra. Eliane esteve aqui e falou que o INSS, sob a sua Presidência, o senhor ignorou todas as recomendações da CGU. Inclusive o senhor chegava a questionar a metodologia da CGU. Prometeu providências, mas não adotou essas providências. Aí eu pergunto: ela está faltando com a verdade?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, eu acredito que ela esteja equivocada e eu digo por quê, se o senhor me permite – 30 segundos. Eu tenho uma planilha aqui falando das recomendações e o que já estava feito ou que foi feito. Então, não havia isso, e, se pegar o meu histórico com a CGU, como Diretor de Orçamento – e tem bastante problema com a área orçamentária, de contratação –, eu baixei todas as recomendações para quase zero. Eu sempre tive uma relação boa com a CGU; agora, isso não implica concordar com algum posicionamento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a resposta do senhor é que acredita que ela está equivocada, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Aqui o senhor autorizou, sob a sua presidência, a inclusão de 288 mil descontos da Anddap. O senhor conhece essa entidade?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não conheço essa entidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve com o presidente dessa entidade?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Se o senhor falar o nome do presidente – que eu nem sei que entidade é –, eu posso até responder com mais precisão, mas eu não... Se houve alguma reunião no INSS, eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Durante a sua presidência, foram autorizadas 223 mil inclusões da Aasap. O senhor conhece o presidente da Aasap?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não me recordo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Amar Brasil, sob a sua presidência, foi autorizada, naquela solução provisória, a ingressar com 183 mil descontos. O senhor conhece presidente, diretor da Amar Brasil?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não só não conheço, como eu quero dizer para o senhor que também na minha gestão, provavelmente, foram concedidos benefícios fraudulentos. Isso acontece, é do dia a dia e é apurado e feito. Não quer dizer que o Presidente ou outros gestores sejam responsáveis por tudo que acontece na autarquia. Nós atendemos milhões de brasileiros todos os dias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Concordo plenamente, mas nesse caso aqui o senhor infringiu a sua própria instrução normativa e permitiu que essas entidades fizessem essas inclusões.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Posso, Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nós estamos debatendo, e eu estou entendendo que o senhor está tentando buscar a verdade e por isso acho que...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode ter certeza.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu tenho convicção disso, tanto é que me desculpei com o senhor por conta disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas está superado isso.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nós instituímos na solução provisória a biometria e a assinatura eletrônica, e assim está nos documentos que eu assinei. Se, depois, hoje, seja no Gov, seja nos bancos, as pessoas estão falsificando a biometria, isso não é culpa de quem instituiu, isso é porque é uma corrida, e nós sempre estamos atrás – acho que é importante relevar isso. Eu não autorizei fraude; eu autorizei biometria e assinatura digital, coisa que não havia antes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe – olha só –, o senhor sabe a quem o senhor autorizou a biometria, por exemplo, e a assinatura digital, se foi à própria Dataprev, ou se eram as entidades na solução provisória que deveriam providenciar isso?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Da mesma forma como foi feito com os bancos – e os bancos também usaram a sua solução própria –, nós imitamos o que foi feito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, então as entidades ficaram encarregadas disso?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Que eu me recordo, eles tinham um termo, e a boa-fé, Sr. Relator, é presumida; a má-fé é que se busca, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A boa-fé foi que possibilitou que essas entidades aí causassem esse rombo bilionário, mas era uma ferramenta que foi utilizada pelo INSS.

O senhor sabe informar... o senhor sabe informar, nesse banco de dados das entidades que foram remetidas ao INSS, se o INSS conseguiu fazer o confronto da veracidade desses dados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor disse de quais dados? Desculpa, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os dados biometria e assinatura digital.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Era feito...

Nós criamos um grupo para que se fizesse uma amostragem relevante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, CGU disse que não conseguiu fazer essa confirmação em nenhum dos dados dessa solução provisória. Aí eu, mais uma vez, pergunto: CGU está equivocada?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não conheço essa resposta da CGU, que parece que foi posterior à minha saída, foi na apuração. Não sei se está errada ou se está certa. Mas o que nós fizemos foi melhorar um sistema que tinha X de segurança e tentar multiplicar a segurança.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto, o senhor chegou aqui bem exaltado. Eu também sei ser exaltado, mas não quero que isso mude a minha forma de analisar o fato.

Eu estou perguntando justamente para formar um juízo de valor. O senhor montou uma equipe, ou manteve a equipe com duas pessoas, uma chamada André Fidelis, que recebeu de propina mais de R$6 milhões, o outro chamado Virgílio, que recebeu de propina mais de R$11 milhões, ambos inferiores hierarquicamente ao senhor. Um o senhor manteve, o outro o senhor trouxe para a Procuradoria-Geral.

Eu queria saber: como é que eu vejo o Presidente, independente da sua equipe, nessa questão de recebimento de vantagem indevida? O que é que lhe coloca... Olha, a gente tem entidades fantasmas. Eu estou fazendo essa pergunta de boa-fé. O senhor se ponha no lugar de quem está investigando: o senhor pega o INSS, mete uma instrução normativa para não agir desses descontos em bloco, depois o senhor ultrapassa isso aí, e o senhor permite que 1,2 milhão aposentados e pensionistas sejam incluídos, após o quê, o senhor determinou que não poderia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois a Polícia Federal descobre que Virgílio e André Fidelis agiram no exercício do cargo para tomar dinheiro em termos de propina. O senhor sai afastado por meio de uma decisão judicial. O senhor é avisado várias vezes durante o percurso, e não suspende os ACTs – tudo isso de desconto associativo. Eu pergunto ao senhor: em que galho a gente pode se pegar para o senhor não estar nessa panela?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Bom, acho que a resposta tem duas partes, Sr. Relator. A primeira parte eu não vou comentar sobre terceiros. Vão ser convocados aqui, etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, o senhor mesmo.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não vou comentar sobre terceiros.

A segunda parte é que todas as medidas que eu apresentei aqui contrariaram interesses das eventuais entidades que estavam praticando o crime. Então, não faz sentido que eu estivesse em conluio com qualquer pessoa – e não estou aqui falando dos nomes citados. Isso cabe a cada um, se cometeu ou não algum malfeito, responder. Então, eu tenho muitos galhos, parafraseando o que o senhor falou. Muitos.

Parar o Suibe, que nós paramos, com tantas senhas, que usava os dados para se ligar às seis horas da manhã para um aposentado, para fazer empréstimo consignado sem que a pessoa deixe ou para fazer inclusão de desconto associativo, contrariou bastante interesse, tanto é que foi implantado no prédio do INSS, na minha sala ao lado, um chupacabra para ver se pegava a senha, porque só se acessava para tirar dados desse sistema dentro do prédio do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Virgílio...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Por isso que eu...

Sr. Virgílio? Desculpa...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Opa. Desculpa.

Sr. Stefanutto, o senhor conhece a servidora Léa Bressy Amorim?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor a indicou para alguma função no INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Ela, primeiro, foi nomeada Superintendente Norte/Centro-Oeste e depois, quando eu saí, um pouco antes de eu sair, ela foi nomeada Diretora de Gestão de Pessoas, se eu não me equivoco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem indicou a servidora para a gestão do INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, eu conheço a Léa Bressy há alguns anos. Ela era gerente da Gerência de Salvador, tem histórico de trabalho, é muito respeitada – estou falando a impressão que eu sempre tive – na carreira, e acabamos a nomeando por isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é: foi o senhor?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Que nomeei ela?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Fui eu que a indiquei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está.

Qual a sua relação com o Sr. Marcelo Fernando Borsio?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Dr. Borsio era o Presidente do CRPS quando eu fui gerente jurídico, chefe jurídico. E nós desenvolvemos, obviamente, no ambiente de trabalho, uma certa amizade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Uma o quê?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Uma certa amizade de trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem alguma relação privada com ele, de vínculo empresarial?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nunca, jamais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Chegou o RIF do senhor. No RIF do senhor, foram feitas algumas advertências, dentre elas, que o senhor recebeu um quantitativo de recurso significativo, por meio de Pix. Pessoa física, Stefanutto, pessoa física. O senhor costumava receber por algum recurso, por algum trabalho jurídico ou algum outro tipo de serviço prestado?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor me permita falar um pouco mais para daí respondê-lo.

Na verdade, houve um erro – e me permitam a indignação – crasso do Banco Itaú e do Coaf. Crasso! Essa informação que o senhor está me dando, Relator, de boa-fé aqui, foi vazada para os jornais. Nós não recebemos o nosso Coaf quando pedido, embora o Presidente despachou para que fosse remetido – e o meu advogado aqui, logo no início, falou que mandaram outros. No aviso, tem lá um Pix – desses 280 mil, uma coisa assim – de mim para mim mesmo. Eu recebi meus recursos da AGU na minha conta do banco... Eu tenho duas contas – que eu me lembre, duas contas que eu uso –, Banco do Brasil e Itaú. Uma tem 30 anos, a outra tem 27 anos. E depois da operação, talvez porque se assustaram etc., eu recebi recursos da AGU, meus honorários. Esses recursos eu tirei do Banco do Brasil, remeti para o Itaú para pagar meu financiamento bancário – como qualquer pessoa comum faz – e paguei meu financiamento. Então, a maioria dos Pix que tem, fui eu que mandei para mim mesmo. Eu não recebo nenhum, nunca recebi, nunca fiz trabalho algum, nunca recebi recurso de pessoa jurídica ou de trabalho etc. Eu sou Procurador e fui Presidente do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto, eu queria colocar aqui... Por favor, bota aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não! Eu vou abreviar o tempo porque demorou mais... É a foto, é lá atrás.

Volta aqui.

Essa senhora aqui, parece-me que está...

É o senhor aqui? Eu acho que seja. Parece-me que está ao seu lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa senhora é Leila Pereira, Presidente da Crefisa. Esse encontro se deu onde?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Esse encontro se deu na sede da Crefisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso fica onde?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Em São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu ainda não aprofundei essa temática, mas aqui a gente está dividindo a CPMI em duas etapas: uma, desconto associativo; a outra, os consignados.

A Crefisa comprou a folha do INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A Crefisa participou de um leilão em 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ganhou quantos lotes?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpa, 2024.

Ela ganhou, em 2019, ela ganhou dez lotes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Dos 26. E em 2024, ela ganhou 25 dos 26 lotes. Num leilão aberto – o leilão não era eletrônico –, aberto em São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Até o senhor sair do INSS, a Crefisa ainda mantinha essa atuação no INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim, eu saí em abril, mas fazia três meses que eles estavam fazendo esses 25 lotes – não os dez lotes que ganharam em 2019.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está. Então a Crefisa hoje mantém 25 lotes da folha do INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não sei, Sr. Relator, porque depois que eu saí, eu não acompanhei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, vamos falar enquanto o senhor estava. Quanto a Crefisa passou para o INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não sei exatamente. Posso falar da folha geral, para o senhor.

O INSS pagava para que os bancos, as instituições financeiras pagassem os benefícios. Isso foi invertido em determinado momento, porque é um ativo importante, e leilões foram feitos. Esses leilões começaram em 2009, se eu não me engano. A cada cinco anos. E quando eu saí de lá, Sr. Relator, no ano de 2024, se eu não me engano, foram pagos... Não é pago ao INSS, isso vai para o fundo geral, né? Não é pago nem para os aposentados. Isso é pago na conta única:3 R$6 bilhões. Não a Crefisa, mas eu digo todos, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas praticamente todos representa...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, senhor... Se o senhor me permitir explicar, para que a gente possa...

Quem ganhou o benefício...

Por exemplo, meu pai que é aposentado. Ele recebe no Banco Itaú. Ele continua no Itaú e o Itaú paga mensalmente ao Estado quanto tem que pagar. Então, quando eles ganham 25 lotes dos 2026, ou quando ganharam dez lotes em 2019, eles começam a operar os benefícios, e a gente não troca quem...

Imagina tirar do meu pai, que recebe no Itaú, e colocar em outro banco? É uma maldade. Então, são os benefícios novos, Sr. Relator, que são recebidos. E não todos os benefícios. Os benefícios dali para trás seguem a regra do leilão da época que cobriu isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou fazer uma pergunta mais objetiva.

Até abril, enquanto o senhor estava na Presidência do INSS, a Crefisa operava os 25 lotes?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A partir de 1º de janeiro de 2025, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor foi aqui à sede da Crefisa. O senhor acha natural um Presidente da maior autarquia que nós temos no país manter essa relação de proximidade com um tomador de serviço?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É uma questão de educação, Sr. Relator. A gente tem que manter relações com todos os fornecedores.

Uma foto... Se houvesse algum interesse...

Essa foto me causou muito prejuízo, porque eu sou corintiano. Muito prejuízo pessoal! Vejam na minha rede. Mas uma foto não quer dizer que haja qualquer coisa em desacordo. Porque normalmente os desacordos, o senhor foi Promotor, sabe disso, não são feitos tirando foto.

Então, é natural que vá, e recomendo que o Presidente atual e os outros, sim, frequentem e conversem com as pessoas para a gente ter garantia, afinal por que nós fomos lá e tinha mais pessoas na reunião? Nós fomos lá para que víssemos nos olhos dos donos que eles estavam, sim, se preparando para atender o INSS, e aí eles nos entregaram documentos provando os investimentos. Isso é importante para que a gente garantisse a execução do contrato. Ter o fornecedor como inimigo ou manter uma distância apenas para que os outros vejam, sendo que algumas coisas são celebradas em salas, em outras coisas, isso não coaduna com o servidor público.

Eu tenho convicção de que o próximo Presidente que estiver no leilão deveria visitar todos os bancos que foram vencedores. No caso, 25, dos 26 lotes, foram a Crefisa, e nós fomos visitar a Crefisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve conhecimento de reclamações de usuários direcionados à Crefisa?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Durante a minha gestão, não deu tempo. São três meses. Começaram a atribuir em janeiro; só paga em fevereiro; em abril, eu saí do cargo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, para o senhor, não chegou nenhum tipo de reclamação, nem no seu *e-mail*, nem correspondência?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, Sr. Relator, o meu *e-mail*, que era pouco aberto até – a gente não usa tanto o *e-mail* –, tudo o que chegou de reclamação, que vinham... Eu tinha até um acordo com o Procon. O Procon não precisava mandar para determinado... Mandava para mim, e eu repassava para as áreas próprias. A gente sempre toma providência. A área técnica recebe as reclamações normalmente da área de ouvidoria, e eu tomei a providência de tirar a ouvidoria lá de um andar do INSS e colocar na sala ao lado à minha para que a gente pudesse acompanhar essas reclamações.

Eu recebi reclamações de vários bancos e sempre chamei o banco, inclusive quando eu era Diretor, em primeiro, para ter uma conversa e falar de um plano de providências e, depois, cobrar o plano de providências.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto, direcionando um pouco para essa questão dos bancos, o senhor poderia me dizer os *top* cinco em reclamação, empréstimo consignado, bancos?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não sei, Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já mandou fazer algum tipo de fiscalização nas cobranças que estão sendo noticiadas abusivas ou irregulares nos bancos e no INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor fala que cobranças? Desculpa, Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Juros não contratados, descontos não autorizados.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Bom, os descontos não autorizados, que são de terceiros que fazem na conta, era um problema do Banco Central com os bancos e que foi resolvido. O Banco Central baixou uma nova normativa corrigindo isso. Não cabe ao INSS verificar descontos já na conta da pessoa que ela está recebendo. Óbvio que, se a gente fosse avisado disso, nós tomaríamos providências levando ao Banco Central a questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a juros, o Conselho Nacional de Previdência Social estipulava um teto de juros, Sr. Relator. Esse teto de juros, se algum banco não cumpre e vem reclamação, ele pode ser punido. Abre-se uma apuração, e ele pode ser punido. Eu não sei responder para o senhor quantos foram ou não foram, porque isso era feito dentro da Dirben.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta, então, mais objetiva: da sua lavra, como foi feito nos descontos associativos? Saiu alguma determinação de apuração para descontos irregulares consignados?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não me recordo de ter feito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo. Isso é importante.

O senhor já esteve alguma vez com a Diretoria do BMG?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nunca estive, que eu me lembre.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com PicPay?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Com a Diretoria?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, com algum membro do PicPay?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim, sim; com membros, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já?

O senhor poderia dizer em qual oportunidade o senhor teve esse encontro?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O PicPay trouxe um produto, que, inclusive, estava sendo negociado aqui no Senado também, que é o adiantamento de salário sem juros. Eles vieram apresentar para a gente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse adiantamento de salário envolvia até quantos reais?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Inicialmente, R$150, que foi feito na prova de conceito que nós fizemos com o banco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi aumentado isso?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Foi aumentado, porque nós ficamos muito preocupados de não ter outros interessados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi o senhor quem aumentou?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nós ficamos muito preocupados em não ter outros interessados e ficamos preocupados numa reunião que nós tivemos com membros dos bancos, que nos reclamaram que aquela margem que nós estávamos usando para empréstimos sem juros era usada para empréstimos com juros até maiores que do consignado.

Sim, fui eu que aumentei, para que a gente trouxesse mais concorrentes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aumentou para quanto?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – R$450.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer quem foi a pessoa do PicPay que esteve com o senhor?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Tiveram várias pessoas. Eu não tenho como...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me cite uma, por favor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Tinha um técnico muito bom deles que chamava acho que Cláudio ou Fernando. Eu não participei de todas as reuniões, Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E da diretoria?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi quem assinou o ACT com o PicPay?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Na verdade, não houve assinatura de ACT. O PicPay já tinha assinatura de ACT, já podia pagar benefício e já tinha relação com o INSS. Não foi uma criatividade da diretoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer quais produtos ficaram acertados para o PicPay oferecer?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Era o adiantamento de salário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em algum momento, chegou a serem descontados 150 ou já foi direto para 450?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, na verdade, Sr. Relator, me permita uma indiscrição: acredito até que o PicPay deve ter se arrependido de ter vindo ao INSS, porque os descontos... O produto começou em dezembro de 24. Era importante colocar esse produto à disposição para a população, que muitas vezes pega um empréstimo consignado e não sai mais por causa de R$100 ou R$200. Isso era uma medida que a gente tinha.

Ele começou a... A instituição financeira começou a emprestar em dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril. E até abril, quando eu saí, eles não tinham sequer recebido ainda o desconto daqueles aposentados e pensionistas que fizeram uso do produto. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse produto aí do PicPay foi oferecido por alguma outra empresa interessada ou algum outro banco?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Foi... Na verdade, nós lançamos publicamente esse produto, com propaganda, etc., só que o valor de 150, aparentemente, não interessou aos demais bancos. Depois que nós aumentamos o valor, dois bancos se incluíram, e nós assinamos e autorizamos os dois bancos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer qual foi o outro banco?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não me lembro. Honestamente, eu não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não recorda?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe a que *holding* participa ou pertence o PicPay?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Como assim? Desculpe, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se o PicPay é vinculado à JBS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu já ouvi isso em jornal, mas eu não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, uma coisa que só queria esclarecer. O senhor autorizou a solução provisória, contrariando a própria determinação legal do senhor na instrução normativa – eu acho que foi a 162. E 1,2 milhão de associados foram incluídos, em que 97,6 não autorizaram o desconto. Isso aí causou um prejuízo de R$62 milhões.

A CGU foi cirúrgica a apontar essa falha do senhor, mas uma coisa chamou a atenção dela. Ela disse que não precisava ter sido estendido isso até fevereiro de 2005, com as suas prorrogações, porque o sistema provisório do próprio INSS estava em funcionamento desde setembro. Aí eu lhe pergunto: por que protelou tanto a entrada em vigor desse sistema que já estava pronto?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu acho que eu já respondi, Sr. Relator, mas, até em homenagem a V. Exa...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, se o senhor só respondeu, eu me sinto satisfeito.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu já respondi, mas eu acho que vale a pena, porque, às vezes, tem algum Parlamentar que foi ao toalete, voltou... É importante até para a gente otimizar a reunião.

Na verdade, não estava pronto. A CGU falou que estava pronto em setembro, mas não houve o recebimento, e basta consultar quem estava à época cuidando disso. O sistema não funcionava, e isso é muito comum acontecer em sistemas para o INSS. Se for verificado nos jornais, em reportagens de jornais de grande circulação, o INSS teve, até abril de 25, somados, sessenta e poucos dias de sistemas parados, porque a Dataprev estava sucateada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós tivemos dificuldade, e eu não imaginei que ia demorar tanto. Por isso que nós prorrogamos. Eu não imaginei que ia demorar quatro meses, cinco meses. Nós não queríamos prorrogar, tanto é que a última prorrogação...

Desculpa. (*Pausa.*)

Meu advogado está até me lembrando que foram demandadas várias soluções, vários produtos relacionados ao tema.

Mas por isso nós prorrogamos. Inclusive, se o senhor observou, como um homem atento que é, na última prorrogação, eu coloquei "impreterivelmente", porque, se não viesse o da Dataprev, eu ia parar com isso. Agora, claro, existe – ou existia, não sei se foi alterado – uma lei aprovada, sancionada que dizia que eles tinham direito a fazer o desconto, obviamente, não em fraude – concordo com o senhor. E a gente, como servidor público, tem que dar cumprimento à lei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, só vou esclarecer: em 2013, a Conafer tentou o desconto associativo, e o senhor era o Procurador-Chefe. Ela não conseguiu, porque não tinha a carta sindical. Em 2016, essa mesma Conafer conseguiu, porque o seu entendimento foi diferente do de 2013. E a lei é de 91, ou seja, no decorrer do tempo em que o senhor era Procurador-Chefe, realmente o entendimento mudou.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Posso?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, eu não me lembro de consulta na época em que a Conafer teve o seu acordo negado, porque houve uma consulta, e eu afirmei... Porque a procuradoria é provocada. Então, se a área técnica, ou até alguém da procuradoria que passou, de primeiro grau, entendeu assim, o fato é que a minha posição jurídica está absolutamente correta. É só ler a lei. Eu não sei por que em 13 não foi aceito, etc. e tal. Eu confesso ao senhor que eu não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a sua relação com o Sr. Milton Cavalo, do Sindnapi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu conheço o Sr. Milton Cavalo. Não é da minha convivência, mas ele é filiado ao mesmo partido que eu, que é o PDT.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor jantou com Milton Cavalo no ano passado em São Paulo?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nós não jantamos em São Paulo, jantamos na Grande São Paulo, logo após as eleições municipais, e tinha mais ou menos 40, 50 pessoas. Ele, inclusive, nem ficou perto de mim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – E que não haveria problema algum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é filiado a algum partido político?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Fui filiado ao PSB por quase 20 anos, e depois migrei para o PDT.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor hoje, então, é do...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – PDT.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do PDT.

O senhor já ouviu falar na Acca Consultoria?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recebeu a Acca Consultoria no dia 17... em 27 de novembro de 2023. O senhor recorda o que o senhor tratou com a Acca Consultoria?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu recebi nessa reunião – tenho até a ata da reunião aqui – quase 40 pessoas ou 35 pessoas, que era para tratar exatamente não pontualmente com cada um, nunca recebi pontualmente, que eu me recorde... Para tratar, Sr. Relator, exatamente das mudanças que iriam acontecer, que nós já tínhamos planejado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na administração pública e no INSS, você faz as coisas com planejamento, e leva um ano para mudar alguma coisa. Não é simples. E a Acca Consultoria eu nem sabia que existia e nem sabia que estava na reunião.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe que a Acca Consultoria é uma relação direta com o Sr. Virgílio e com o Sr. André Fidelis?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já recebeu em algum momento no seu gabinete ou se encontrou fora do seu ambiente de trabalho com o Sr. Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A única... O Sr. Antunes...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Antônio Camilo.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Antônio Camilo.

O Sr. Antônio Camilo nunca foi... Pelo menos no INSS, eu não recebi o Sr. Antônio Camilo nenhuma vez. O Sr. Antônio Camilo, num evento em que esteve em Manaus, em que havia lá... O Ministro André estava, da Pesca, e outros ministros. Ele estava lá e eu fui apresentado a ele. Foi a vez que eu lembro que eu estive com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi a única vez que o senhor se recorda de ter estado com ele?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – De que eu me recordo, sim. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu tenho outras perguntas a fazer, mas, para não ficar aqui muito cansativo, vou deixar meus colegas fazerem perguntas e eu vou esclarecendo ao longo da jornada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

Obrigado, Relator, pelas perguntas. Obrigado pela sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Stefanutto tem uma questão de diabetes, e ele tem o horário de alimentação. O advogado me solicitou a suspensão por 40 minutos para que ele possa dar sequência no tratamento.

(*Suspensa às 19 horas e 26 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 18 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra o autor do primeiro requerimento aprovado, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Pergunto ao Sr. Stefanutto... Pelo que eu entendi na resposta do Relator, V. Sa. disse que não conhecia o Ministro Lupi até o dia... Quem é que, de fato, indicou V. Sa. para o INSS? Quem foi o padrinho político de V. Sa.?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Foi o meu currículo – meu currículo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E quem escolheu o currículo? O próprio Presidente Lula?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, o Ministro Lupi – o Ministro Lupi.

Certamente ele deve ter conversado – e eu estou especulando – com o Presidente ou com outros, mas quem escolheu o meu currículo foi o Ministro Lupi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não tem nenhum padrinho além do Ministro?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não, só o meu currículo. Desculpa, não é falsa modéstia, é que eu tenho um currículo relacionado à previdência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k.

Foi perguntado também sobre o PicPay, que eu falei aqui com o Ministro, na última vez em que ele esteve aqui.

PicPay... Foi lançada em novembro a instrução, só entrou o PicPay, que era R$150, como V. Sa. disse; depois passou para R$450...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – No final.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E o próprio PicPay estava cobrando uma taxa de R$4 ou R$6, alguma coisa assim, por cada operação, e mais o juro, inclusive superior ao juro...

Como é que foi essa entrada do PicPay? Por que só ele entrou nesse processo inicial e depois até cancelaram a instrução normativa?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... na verdade, quem estava, quem já tinha experiência de fazer esse tipo de serviço estava negociando. Até eu vi uma minuta aqui com o Senado – o Estado do Mato Grosso, estado do GDF, que já estava fazendo esse serviço. Era o PicPay que nos procurou, e, quando nos procurou, nós achamos a ideia interessante, mas, óbvio, não poderia ficar só o PicPay.

O que nós fizemos? Fizemos como uma prova de conceito – por isso o valor baixo –, para verificar se funcionava, etc. e tal. O que aconteceu e que acabou, de alguma forma, atrapalhando muito a prova de conceito? Foi que o valor era baixo; então, outras instituições financeiras que já tinham assinatura com o INSS... Nós não assinamos um novo acordo, assim; um complemento ao acordo. Aí nós aumentamos o valor, que o senhor me perguntou, nós aumentamos o valor.

Estava previsto na instrução normativa que criou esse tipo de serviço que seria feita uma revisão em março, acho – fevereiro ou março. Essa revisão foi feita e foi aumentado o valor, porque o nosso receio era que tivesse só um único fornecedor. E funcionou, porque houve pedido de duas outras instituições financeiras. O Sr. Relator perguntou. Eu não me lembro quais são.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim, mas o processo normal seria edital, né? Então, não foi aplicado isso. Foi escolhido o PicPay.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Deixe eu falar para o senhor uma coisa: qualquer entidade que aparecesse com o serviço faria – qualquer. Não é que foi escolhido o PicPay. Qualquer entidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – V. Sa. sabe quantos filiados, quantos aposentados entraram no PicPay nesse momento, não?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não tenho ideia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quatrocentos e noventa e dois mil. Quatrocentos e noventa e dois mil aposentados e pensionistas entraram no PicPay, e foram cobrados deles juros acima, inclusive, do juro cobrado...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpe, Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... e também uma taxa de R$4 ou R$6...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... o senhor falou da taxa e da coisa, e eu não tinha respondido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... por operação.

Tranquilo.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não tive convencimento, pelo menos formal, até porque logo em seguida eu saí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Mas tanto o PicPay como qualquer banco que cobra juros onde não pode cobrar ou cobra mais juros do que não pode cobrar, a gente abre procedimento e descredencia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O PicPay foi descredenciado?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não deu tempo, Senador; eu fui retirado de lá à força.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Cancelou, cancelou. Está bom.

É só para reforçar algumas coisas que eu realmente não estou entendendo aqui.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Pois não, Senador, pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Talvez até V. Sa. já tenha respondido, mas eu gostaria que ficasse mais claro.

Em abril de 2024, auditorias já indicavam que 97,6% dos descontos eram indevidos; ou seja, quase 100%. Praticamente, todos os descontos eram feitos de forma indevida. Mesmo com esse número massivo de irregularidades, em momento algum V. Sa. achou que havia algo de suspeito, alguma coisa errada, algo que talvez, no mínimo, precisasse pelo menos de ter uma atenção especial?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Explicando ao senhor, não foi nesse mês, pelo que eu me lembre; foi depois, né? Nós editamos vários atos e depois que a CGU veio com o estudo.

Por que nós... Não é que nós contestamos o estudo. Da mesma forma – e até acho que foi o Deputado Kim que falou aqui sobre a pesquisa eleitoral, e aí a pesquisa tem uma metodologia –, se a gente fizer uma pesquisa eleitoral em São Paulo, a depender do bairro que escolhe, vai dar um candidato vencedor à Prefeitura.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Nesse caso, vocês não contestam o relatório?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu vou chegar lá. Eu só estou dando um exemplo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É porque eu tenho só... O tempo nosso é muito limitado e eu não posso...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpe, eu sei. Tá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu tenho muitas perguntas.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, nós não contestamos o relatório, nós mandamos um ofício à CGU pedindo que explicasse qual era a metodologia, para separar o joio do trigo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe eu dizer para V. Sa.: em abril de 2024, também, V. Sa. também declarou publicamente que acionaria a Polícia Federal se houvesse indícios de fraude, e, até março de 2025, V. Sa. não havia feito uma única denúncia.

Quase 100% dos descontos com indícios de fraude não foram indícios suficientes para acionar a Polícia Federal? O que mais o senhor estava aguardando de indício para fazer essa...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A CGU já tinha ido à Polícia Federal antes até de a gente ter conhecimento dessas fraudes. E eu aproveito a pergunta do senhor: eu oficiei à Polícia Federal e à Polícia Civil de São Paulo para que pudessem dar mais elementos, ainda que houvesse uma investigação onde eu poderia ser objeto... Poderiam ter dado mais elementos à gente para que a gente pudesse tomar outras providências. Eu espero a resposta desses dois ofícios até hoje.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Isso é de maio, esse ofício?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Um ofício de outubro, o outro também de outubro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tá.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Mas nós não recebemos a informação em maio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k. O Sr. André Paulo Félix Fidelis, seu Diretor de Benefícios, que trabalhava sob a sua supervisão, negou acesso aos dados sobre as entidades, dados esses que deveriam ser públicos. Essa falta de transparência ocorreu a pedido de V. Sa., ou foi negligência por parte de V. Sa. em condição de fiscalizar o INSS? Não tinha fiscalização?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, Senador, o contrário. Se o senhor pegar todos os recursos, depois que o jornalista fez o recurso, eu determinei a entrega imediata dos dados. Eu determinei.

Num primeiro momento, a diretoria...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Era negado. Num primeiro momento, não era transparente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não, não, não. O senhor está confundindo. Eu não tenho todos os elementos para decidir, até porque, se o Presidente do INSS for decidir os quase 1 milhão, os mais de 1 milhão de requerimentos por mês, não vai funcionar.

Esse fato, se eu não estou me confundindo, que o senhor está perguntando, houve na diretoria um entendimento – o que não era um entendimento absurdo –, dizendo que ali tinha dados sensíveis. Eu não entendi que tinha e mandei dar os dados para o jornalista. É só entrevistar o jornalista que ele sabe que fui eu que mandei dar os dados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k. Tanto o André Fidelis quanto o Virgílio tiveram parentes que, do nada, receberam dinheiro do Careca, do Antônio Carlos Camilo Antunes – ou seja, de novo a incrível coincidência de parentes dos funcionários do INSS recebendo mais de 9 milhões do Careca do INSS.

De novo, V. Sa. não tem conhecimento, não tem nenhum envolvimento nisso? Ou foi simplesmente negligência, ou não houve acompanhamento de nada disso, ou não soube disso?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O que eu posso responder para o senhor é que eu não recebi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas o senhor sabia que eles receberam?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Obviamente que não. Eu não tenho acesso a saber quem recebe ou não recebe. Você está trabalhando, tem um colega do lado, e eu nem sei se receberam. Eu não tive acesso aos autos. Eu não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor não conversava com o Virgílio sempre, não?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu estou proibido de conversar tanto...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, antes.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... com o Dr. Virgílio, como com o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Antes da operação.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Claro, ele era o Procurador-Geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas, fora do expediente, V. Sa. conversava muito com o Virgílio?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eventualmente, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Aqui na Vila Planalto, por exemplo?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, as investigações apontam que o senhor é integrante dessa organização, porque...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não apontam.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... V. Sa. era o Presidente.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não apontam.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não, não, não apontam.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não sei de onde o senhor tirou essa conclusão. Não apontam.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vários servidores do INSS ligados a V. Sa., indicados por V. Sa., estão envolvidos nisso.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Basta ver os milhões que foram depositados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, Senhor. Não, Senhor. Não há essa conclusão pela Polícia Federal. A Polícia Federal sequer me indiciou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Qual era o papel de V. Exa. nesse...?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O meu papel era, como Presidente, atender as pessoas nos estados e melhorar a entrega desses brasileiros, que são pobres e para quem ninguém nunca liga. Esse era o meu papel no INSS.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, foram encontrados, aqui no escritório do Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, 20 cadernos que eram preenchidos todo dia pela secretária dele e que contêm um registro das atividades e das finanças do operador, que, segundo a Polícia Federal, era quem pagava propina às entidades que fraudaram os aposentados para os funcionários do INSS.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem detalhista, a secretária sempre anotava, no alto da página, a data e as porcentagens, cada integrante do esquema, tinha lá na página do caderno. Graças a ela, a Polícia Federal encontrou cadernos, anotações como: "Virgílio, 5%"; "Stefa, 5%", que os agentes acreditam corresponder aos pagamentos feitos pelo procurador... Ao Procurador do INSS Virgílio e ao ex-Presidente que é V. Sa.

Tem alguma coisa a declarar sobre isso?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Primeiro que eu não tive acesso a esse caderno até hoje, minha defesa não teve acesso e eu não sei o que está escrito. Segundo que eu não... Ninguém me chama de "Stefa", ninguém, na minha relação pessoal, de outras, não me chamam de "Stefa". Ou me chamam de Alessandro ou de Stefanutto. E, terceiro, eu não faço parte de nenhum esquema, e nem a Polícia Federal disse que eu faço parte de esquema. A Polícia Federal está investigando e nós vamos colaborar com as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Já acabou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Acabou o tempo, Excelência.

O Deputado Duarte Jr. trocou a vez com o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Não, eu já tinha trocado...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, ele vai falar no horário dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, Deputado Duarte Jr. com a palavra, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Eu troquei com a Adriana...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, Virgílio, eu estou aqui ao lado...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Acho que o senhor confundiu o meu nome.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perdão, Stefanutto. Desculpa.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Obrigado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Stefanutto, eu, diferente do que aconteceu até aqui, estou vendo que, durante todos os depoimentos, você sempre se defende, apresenta argumentos, apresenta fundamentos. E me chamaram a atenção alguns pontos da sua fala, inclusive agora nesse último momento em que fala que o teu compromisso, como Presidente do INSS, é de defender os mais pobres, aqueles que mais precisam, aqueles que quase sempre são vistos, mas também não são lembrados.

É nesse sentido que eu queria aqui contar com a tua colaboração, porque, ao avaliar toda a documentação, a quebra de sigilo e o teu depoimento até aqui, eu percebo que você não só está na cena do crime, mas está no centro do crime. Então, fica difícil acreditar diante a não coincidências, mas diante da presença de tantos indícios. E aqui eu afirmo na mais pura boa-fé e acreditando na sua boa-fé. E é exatamente por crer na tua boa-fé que eu espero que tu responda com toda a clareza às minhas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, veja só. Eu, aqui, durante a oitiva, fiz questão de ilustrar e desenhar o que passa pela minha cabeça, no que diz respeito à tua participação, a toda essa organização criminosa sobre esse fato. E, veja só, aqui a gente percebe que você atua... Atuou como Presidente do INSS. Ao seu lado, você estava cercado por pessoas que não estão ricas, mas por pessoas que estão milionárias. Eu olho aqui a tua declaração no Imposto de Renda e percebo que, com base no que tu afirmas, com base no que consta na tua declaração, no que tu mesmo declarou no Imposto de Renda, você é uma pessoa rica, mas fruto, até aqui, do teu trabalho.

Você declarou em 2024 que, pelo INSS, pelo teu salário, recebeu mais de R$90 mil. Pela Dataprev, recebeu mais de R$50 mil. Pela AGU, porque acumula o salário de procurador federal com o salário do Presidente do INSS, mais de R$267 mil. Ou seja...

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS. *Fora do microfone*.) – Por mês?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Faltou o banco...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, ano. Declaração anual.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Faltaram os honorários que a gente recebe também.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, fora isso, ainda tem a questão dos honorários. Então, veja, são rendimentos de uma pessoa que, sim... Uma pessoa rica, mas, ao teu lado, tem o Virgílio, que também é procurador federal; e lá ele estava hierarquicamente abaixo de você. O Virgílio, pelo que consta da documentação, ele não está rico, ele está milionário. Da mesma forma, o André Fidelis. Ele não está rico, ele está milionário, e é isso que eu quero contar com a tua resposta.

Porque veja o que aconteceu: o Virgílio, procurador federal, é casado com a Thaisa, que é dona da Curitiba Consultoria, ou seja, sócia do Careca, que nunca prestou serviço a ninguém, apenas emitiu notas para associações, recebendo do Careca mais de R$7 milhões.

Do lado direito, você tem o André Fidelis, que é pai do Eric Fidelis, que recebeu mais de R$23 milhões, sendo que só da Acca Consultoria e Prospect – que pertencem coincidentemente ao Careca – recebeu quase R$2 milhões. Então, veja só, isso não é coincidência, são indícios!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais um indício, aqui eu repito: na Prospect, essa mesma empresa que pagou quase R$2 milhões para o Fidelis, Eric, que é filho do André Fidelis, foi encontrado um caderno que demonstrava lá que 30% deveria ir para o Virgílio e 30% deveria ir para o Stefanutto, ou seja, são indícios...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não conheço esse caderno e isso não existe.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, o caderno, Stefanutto...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Isso não existe.

Não, eu estou dizendo que não existe o mérito...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não sei porque que estava escrito isso lá.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Isso.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu nunca vi o que está escrito lá.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O que eu quero saber é assim... O caderno existe, a informação consta e está no inquérito da Polícia Federal. Sobre esse fato, você sabe me dizer a que se refere?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu vou responder, mas quero responder completamente para o senhor: não existe culpa por aproximação. No direito brasileiro, direito penal, a culpa é subjetiva: quem fez que responde... Eu não...

Desculpa, objetiva, desculpa. Não pode ser subjetiva, então, eu não posso responder ou falar das outras pessoas, até porque é uma investigação...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É exatamente sobre a...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Quando o senhor falar de mim, eu nem lembrava dessa história desse caderno, não lembrava, porque nós não tivemos acesso. Não sei porque é que colocaram o nome lá. Eu não tenho... Não é só nas minhas contas. Nas minhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

contas, no Coaf, olharam tudo, eu estou sendo investigado há mais de um ano. Olharam coisas de parente, olharam coisas de terceiros, olharam todo mundo que pode ser e não me encontraram nada! Alessandro Antônio Stefanutto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Stefanutto, exatamente sobre essa questão, sobre a responsabilidade objetiva que o Presidente do INSS tem sobre os seus atos e sobre as ações do órgão que eu lhe pergunto: diante toda essa situação, o Virgílio, o André, em nenhum momento você percebeu uma conduta ilegal, uma conduta ilícita, algo que na época você até suspeitou, mas subestimou, mas que hoje você percebe que aquilo não foi uma suspeição do acaso, mas foi um ato preparatório para uma orquestra criminosa, para um esquema brutal de corrupção que eu diria que é um dos piores esquemas que este país já passou.

E aí, nesse sentido, os indícios não param por aí. Você disse que viajou para a Suíça.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Viajei.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Foi quando essa viagem?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Em 24, não é?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Em 2024.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Em 2024, eu não me lembro o mês exatamente.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Meio do ano, final do ano, início do ano?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu acho que entre o meio e o final do ano, mais ou menos, agosto, julho...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Agosto. Então, assim...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Era verão na Europa.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Se tu lembras da viagem para a Suíça, que foi no meio do ano, tu com certeza vais te lembrar de uma viagem que tu fizeste agora, no final do ano de 2024, no dia 29 de novembro de 2024, onde aqui se percebe uma outra coincidência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mais indícios, porque, nesse mesmo período, funcionários que estavam abaixo de ti lá no INSS, ou seja, se um servidor, ele é teu assessor, ele tem que dizer para onde ele vai, por que ele vai e quando é que ele vai. Nós percebemos que, no período de 29 de novembro, você, Stefanutto, foi para São Paulo. O Careca também foi para São Paulo. O André Paulo Félix Fidelis foi para São Paulo. A Célia, o Charles, o Tiago, que têm relação com associações, também foram para São Paulo. O Virgílio também foi para São Paulo, junto com o Danilo Trento, que recebeu mais de R$990 mil do Camisotti, inclusive com imagens da Polícia Federal, demonstrando que eles saíram do avião de carreira de uma companhia aérea que presta serviço aqui no país, foi acompanhado por um policial federal e pegou um voo particular, ao que tudo indica para Curitiba. E, coincidentemente, Curitiba é a mesma cidade que tem a Curitiba Consultoria. Então, veja que são vários indícios.

E é por isso que aqui eu faço um apelo, usando exatamente o que te movimenta no INSS e o que aqui você ratifica, pensando nas pessoas, pensando naqueles que mais precisam. Isso não pode ser só coincidência. Que você não participou, que você não recebeu, que você não ganhou nada com isso, de fato, aqui eu não tenho documentos que comprovem que você ganhou – a sua declaração de Imposto de Renda, a quebra do seu sigilo bancário –, mas os seus assessores estão milionários, através da esposa e através do filho. Então, o que eu peço aqui é que a gente possa ter de fato um pouquinho de consciência e pensar nas pessoas, pensar naquelas mães de crianças com deficiência que estão esperando há anos para receber um BPC, um benefício de prestação continuada; pensar nas crianças que têm autismo e que estão involuindo porque não têm condição de pagar uma terapia, não têm condição de pagar para ter o mínimo para ter o seu tratamento, um medicamento, um terapeuta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pensar naquela pessoa idosa que trabalhou durante toda a sua vida e que agora não tem sequer uma aposentadoria digna, porque o pouco que tinha lhe foi roubado.

Que você não participou, tudo bem, Stefanutto. Eu posso até aqui me esforçar e crer, partindo do pressuposto da sua boa-fé. Eu vejo você como uma pessoa preparada. Você tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

carreira como Procurador Federal, uma das mais belas carreiras no direito. E o que eu peço aqui a V. Sa. é que honre essa carreira. Às vezes, as pessoas cometem erros, cometem equívocos e até ilegalidades, imoralidades. A gente não tem como voltar atrás e fazer um novo começo, mas a gente tem como começar agora e ter um final diferente. E é exatamente nesse sentido que eu clamo a V. Sa. que possa nos ajudar, que possa colaborar com essa investigação, porque as aparências são contundentes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu acredito na Justiça do país. Eu acredito na Justiça brasileira. É por isso que eu sou advogado, professor de Direito Constitucional e é por isso que eu dedico a minha vida, como Parlamentar, como advogado, a lutar por justiça. Por isso, eu peço a V. Sa. que nos ajude, que possa colaborar. Se em algum momento errou, se em algum momento cometeu uma ilegalidade, é natural que agora possa se arrepender – existe o instituto da delação premiada – e dizer quem foi que roubou, por qual razão e onde está esse dinheiro.

A gente tem aqui informações de que, infelizmente, nem a metade das pessoas que teve o seu dinheiro roubado teve o valor ressarcido. Aptos a receber o ressarcimento são mais de 4 milhões de reais... 4 milhões de pessoas aptas a receber. Pouco mais de 2 milhões receberam, ou seja, tem mais de 2 milhões ainda a receber.

Então, eu peço a V. Sa. que nos ajude a fazer justiça, porque, se não for por bem, vai ser por força das organizações, dos órgãos de controle que nós vamos garantir que aqueles que cometeram erros sejam punidos e aqueles que foram roubados tenham o seu dinheiro devolvido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Duarte.

Com a palavra, a Deputada Adriana Ventura.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, pois não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Presidente, é só uma coisa que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Me perdoe, Adriana. Deixe ele fazer o...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É só para deixar claro para o Deputado Duarte, para V. Exa., repetindo – já falei –, não é só não ter prova; eu não participei, não roubei dinheiro de ninguém. No que eu puder colaborar com informações que me perguntarem, eu vou colaborar.

Quanto à delação premiada que o senhor colocou, eu só posso delatar se eu participei de crime, sei de crime. Nosso país já passou muita dificuldade com delações que foram preparadas. Eu não me alinho a esse tipo de linha. Se há alguma informação minha, que às vezes a gente nem sabe que essa informação é valiosa para a Comissão, certamente chegará.

Eu agradeço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero cumprimentar o depoente e seu advogado.

Sr. Stefanutto, eu gostaria de dizer primeiramente que, na minha visão, de uma maneira muito franca, acho que o senhor foi omisso em relação a várias coisas. Eu gostaria de expor algumas coisas aqui para que o senhor possa esclarecer.

Porque, pelos fatos que eu tenho e que a gente viu nesta CPMI, o senhor foi avisado, logo que entrou na Presidência do INSS, em agosto de 23, por membros do grupo de trabalho, aquele grupo de trabalho interinstitucional, sobre esse aumento de denúncias. Esse compromisso, inclusive, e essa reunião constam da sua agenda pública, né? Depois, em setembro de 23, um mês depois, o senhor foi avisado pelo Tribunal de Contas da União, também em reuniões que constam da sua agenda pública, sendo que uma foi com o Ministro Aroldo Cedraz, que é o Relator justamente desse problema dos descontos.

E também, pela Controladoria-Geral da União, o senhor foi avisado inúmeras vezes, o que também consta da sua agenda pública. É sobre esse papel da Controladoria-Geral da União que eu gostaria de falar com o senhor. Eu recuperei uma fala do senhor, porque realmente fiquei confusa: o senhor falou hoje, nesta CPMI, e eu vou ler aqui, tomo a liberdade... O senhor falou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim: "A CGU foi primeiro, me permita esta crítica, primeiro ela optou em ir à Polícia Federal, depois optou em falar comigo." Essa fala foi do senhor. E essa fala do senhor é refutada por vários fatos, inclusive ali a gente tem a linha do tempo da CGU e a gente percebe que a senhora que veio aqui, a Diretora Eliane Mota, uma servidora realmente... Ela é uma servidora que eu fiquei com orgulho de ter a servidora, porque ela é muito diligente, muito correta, fez muita coisa boa... E, segundo a linha do tempo que está ali, tivemos inúmeras – inúmeras – reuniões ao longo de todo o período. Então, ali nós temos algumas.

A primeira, ali, em julho de 23, reunião com CGU, andamento dos trabalhos junto ao INSS, de que o senhor participa. Depois, nós temos a segunda reunião aqui que é no dia 22 de abril de 24, nós temos outra reunião. No dia 9 de agosto, outra reunião. No dia 11 de novembro, outra reunião. Lembrando – lembrando – que a Polícia Federal veio em novembro, depois de todas essas reuniões acontecerem.

Chama a atenção aqui também, e eu gostaria de... Que todas as...

Desculpa, Presidente, é só que tem...

Chama a atenção aqui também que tanto a assinatura de desbloqueio dos descontos Contag, e também a questão da biometria do Sindnapi, que foi amplamente já explorado aqui, em que eu não vou entrar, foi justamente no meio dessa confusão toda. Mas todos esses avisos foram feitos, além de inúmeros ofícios. Eu tenho vários ofícios aqui, começando em...

Espere um pouquinho só que eu vou achar o ofício.

Eu tenho um ofício aqui de 12 de abril de 2024, onde nós temos aqui apurações em andamento no tocante a potenciais irregularidades no âmbito que é destinado ao senhor, da Sra. Eliane. Tenho também aqui uma nota de auditoria, que é a avaliação da conformidade dos descontos de beneficiários com data de julho de 24. Tenho aqui, no dia 24 de julho, o relatório preliminar de auditoria... Inclusive, neste relatório, tem uma indicação de que os descontos precisavam ser suspensos. Então, é muito explícito e está direcionado ao senhor. E o envio à Polícia Federal, ao contrário do que o senhor falou, foi por meio do ofício que foi feito em novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria só entender, nesse primeiro momento... Teve todas essas... Eu vou devolver a palavra para o senhor, mais ou menos, para o senhor poder se expressar, e depois volto, porque tem uma segunda parte que eu gostaria de perguntar, por favor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Vou tentar ser breve para não atrapalhar o trabalho da senhora. Obrigado pela pergunta.

Nesse gráfico que a senhora fez, faltam as informações que eu dei aqui de tudo que eu fiz. Isso aí é uma pescaria, tem o que a CGU falou, o que colocou. Se a senhora observar... Mas mesmo assim ele não é – não é, não é – negativo para minha ação.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Se a senhora observar, quando eu falo que eles foram primeiro à Polícia Federal, é porque a Dra. Eliane falou aqui que foi, e falou a data, e não foi essa. Ali foi o ofício, foi o ofício à Polícia Federal. A Polícia Federal estava, muito antes já, olhando para o que estava acontecendo, e isso está nos documentos do inquérito. Então, esse ofício foi a formalização.

A Dra. Eliane, aqui – é só pegar as nossas taquigráficas – falou que foi antes, antes de falar com a gente, em agosto. Ela disse isso aqui. É só pegar as nossas taquigráficas. Eu gravei; eu tenho acompanhado tudo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu discordo da doutora, de V. Exa., Deputada, que eu fui omisso. Eu não fui omisso. As minhas realizações foram antes até dos avisos.

Da reunião de que a senhora fala, eu tenho dúvida se eu participei – talvez esteja na agenda –, eu tenho dúvida se eu participei, mas quem organizou esse grupo, e esse grupo tem anos, foi o INSS. O INSS sempre resolveu as questões – eu vou terminar para a senhora não ficar prejudicada na próxima pergunta –, o INSS sempre organizou as questões junto à Defensoria, ao Ministério Público, por conta do seu tamanho, nesse grupo. Esse grupo não existiu a partir 23; esse grupo existiu bem antes.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – E a Dra. Eliane participava do grupo muitos anos, muitos anos antes, e, por alguma razão que eu desconheço, ela não falou nada – ela não falou nada. Inclusive, nesse período, ela foi promovida, de 19 a 22, e ela não falou nada. Aí, depois, apareceu e quer explodir. Eu chamo isso de explodir porque – vou terminar, desculpa tomar o tempo da senhora – é muito fácil resolver um problema explodindo. É como na covid: deixa todo mundo morrer num lugar quieto, e aí está resolvido o problema da covid; não tem mais covid. Optar pela vacina é corajoso. Foi isso que eu fiz.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está bom. Eu entendi.

Então, assim, eu, primeiro, gostaria de sugerir... Até para resolver esse primeiro ponto, antes da segunda pergunta , quero pedir ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente que a gente faça, realmente, uma acareação entre a Sra. Eliane Mota e o Sr. Alessandro Stefanutto.

Agora, indo para a minha segunda parte, Sr. Stefanutto: eu falei da questão da omissão, mas eu acho que não foi só omissão. Eu falei da omissão, mas omissão é quem não faz nada, sabe que está grave, tem denúncia, e não faz, deixa rolar, continuando a descontar dos aposentados. Eu acho que foi um pouco além, porque o senhor agiu. A partir do momento em que você autoriza o desbloqueio em lote da Contag, você está agindo. A partir do momento em que você autoriza a solução transitória sem biometria para o Sindnapi, o senhor está agindo. Então, vai um pouco além da omissão.

Eu vou devolver a palavra para o senhor daqui a pouco, mas...

Então, é só para ter essa... Porque a questão toda, que eu acho que é muito clara, é que, para mim, quem foi beneficiado foram os sindicatos, foram as entidades associativas.

Os descontos na sua gestão – isso é fato – dobraram de uma maneira vertiginosa. Eu... É muito escancarada, na minha visão, essa questão do favorecimento das entidades, e eu queria colocar... O senhor escreveu um... Eu vi que o senhor escreveu um livro de direitos humanos das mulheres, né? E eu, como mulher, falo para o senhor, até porque, sendo mulher – porque você fala: "Nossa, que bacana" e tal –, eu fico pensando: o senhor se preocupou tanto em cumprir a lei, porque servidor cumpre a lei, essa frase o senhor utilizou... O senhor se preocupou tanto em cumprir a lei para beneficiar bandidos, entidades e proteger pessoas que estavam roubando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentado, mas o senhor não se preocupou com o direito humano das velhinhas, das mulheres deficientes, das viúvas que foram roubadas, porque elas também são humanas, e eu acho que a gente precisa colocar o pingo no "i" de onde ele é.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O senhor, como servidor público, tem compromisso com a população e com aquele que mais precisa. Entidade associativa, na minha visão, não é a que mais precisa; é justamente a corja de bandido que a gente quer pegar.

Então, eu devolvo a palavra para o senhor, em respeito até, dando um tempo para o senhor falar, mas eu quero deixar claro aqui para o senhor que eu acho que, além de omisso pelas atitudes e pelas ações que foram tomadas, o senhor agiu mais como cúmplice do que o senhor prevaricou na sua função.

Devolvo a palavra, Sr. Stefanutto.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Obrigado, Deputada.

Bom, a prevaricação tem uma definição e realmente não se encaixa, porque tem que comprovar o elemento subjetivo, que... Acredito, respeitosamente, que a senhora se equivoca.

Se a senhora conhecer não só o meu livro que eu fiz... Inclusive, a entrada do livro foi feita pela Maria da Penha; isso foi feito porque eu instalei as ações regressivas para quem bate em mulher responder à Previdência – e obrigado pela oportunidade de poder falar disso. Eu não fiz nada a favor de entidade.

Primeiro, eu não habilitei o Sindnapi ou qualquer outra, foram todas – foram todas. Antes de eu habilitar, era nome, CPF e NB. O INSS nem sequer via – sequer via. Antes de habilitar, todas as fichas que eram pedidas para fazer uma amostragem – mandavam 10, 20 fichas – eram escolhidas pela própria entidade. Nós mudamos tudo isso. Nós mudamos muita coisa.

Eu queria pegar, se a senhora me permitir, o gráfico que a senhora montou, muito bem montado, para incluir o que foi feito nisto aqui, para ele ficar completo. Tenho o maior desejo de mudar o que a senhora acha. Vou tentar mandar material para o gabinete da senhora para tentar mudar isso, porque eu conheço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Está certo.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Desculpa, eu não estou querendo falar da senhora, mas eu conheço o trabalho da senhora, sei que a senhora é séria, mas a senhora está equivocada do ponto de vista do que foi apresentado à senhora. Eu contaria com essa possibilidade.

Muito obrigado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Aguardo a documentação.

Presidente, só deixo anotado que eu gostaria de fazer a acareação da Sra. Eliane e do Sr. Stefanutto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode entrar...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não tenho problema nenhum em fazer acareação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É por requerimento, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E eu aguardo a documentação, Sr. Stefanutto.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Aliás, será muito bom fazer acareação com a Dra. Eliane.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Entra com um requerimento.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Vou trazer muito material aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Eu, no momento das minhas perguntas, perguntei ao Sr. Stefanutto sobre a viagem para São Paulo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – É, porque acabou o tempo, e eu...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... em 28, 29 de novembro.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Posso responder ao senhor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Se o senhor puder esclarecer o que foi que aconteceu...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu sou paulistano, então é comum que eu vá a São Paulo. Eu ia muito a São Paulo tanto a trabalho como a passeio, com passagens, obviamente, financiadas pela minha própria pessoa, porque eu tenho um pai que é amputado, que é velho, que tem uma série de situações; minha mãe é morta. Então, não é incomum eu estar em São Paulo.

Quanto ao trabalho – que eu imagino que seja a pergunta do Deputado Duarte –, eu fui várias vezes a São Paulo; é a maior superintendência. Essa época, se eu não me engano, Deputado Duarte, se eu não me engano – posso estar aqui, tem que... – foi do leilão, acho. Foi em 24 que o senhor me perguntou, não foi?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Isso, 11... 28 e 29 de novembro de 2024.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu acho que foi do leilão da folha, que é presencial, e que um grupo foi primeiro organizar e outro grupo foi acompanhar o leilão da folha. Eu acho, eu não tenho certeza, mas não era incomum. Eu não fui a São Paulo para encontrar nem o senhor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – O Dr. Antônio, Antônio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Carlos Camilo.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Carlos Camilo... Carlos? Carlos Camilo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – O Antônio Camilo, que o senhor falou... É que eu não vou usar o apelido.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O Félix Fidelis...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Desculpa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu não fui encontrar ninguém, ninguém. Não tem encontro meu, não tem nada que eu estive junto com o Careca, com outros, fazendo algum tipo de reunião em São Paulo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Carlos Viana, nobre Relator, Alfredo Gaspar, eu, como qualquer integrante desta Comissão, escuto com respeito aqueles que vêm para cá com o objetivo traçado, disciplinado de tentar a todo custo dizer que tudo que aconteceu no INSS não é culpa deste Governo, é culpa do Governo passado, e que também isso seria um fato isolado de corrupção. Eu respeito, é opinião, mas eu quero externar a minha, com a licença do Presidente e do Relator. E a minha é que a roubalheira no INSS tem o mesmo DNA, a mesma origem, a mesma motivação, as mesmas razões do mensalão e do petrolão. Este é o meu objetivo: ajudar a mostrar para uma parte do Brasil como isso é um método daqueles que, defendendo uma ideologia, não medem as consequências para chegar ao poder e nele se manter.

Por isso, eu peço à assessoria que coloque o primeiro vídeo, o que fala sobre... O primeiro vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, o que era o mensalão? Uma tentativa de dar uma mesada a vários Parlamentares com o objetivo de se perpetuar no poder, de fazer a implantação do seu plano de Governo, da sua ideologia.

Aí vamos... Depois disso, vamos para o petrolão.

Por favor, o segundo vídeo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Não foi no Governo Bolsonaro.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Segundo vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Que ele teria para o próximo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O depoente pediu três minutos para ir ao banheiro.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – A palavra é minha, eu não concedo agora. Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas ele tem direito de suspender...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Ah, para suspender?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É. Três minutos para ir ao... Por favor.

(*Suspensa às 20 horas e 56 minutos a reunião é reaberta às 20 horas e 58* .)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Retomando a sessão, Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, eu peço para repor o minuto que perdemos e peço, ao mesmo tempo, que passem o vídeo 2, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, como fica claro nesse vídeo, não era só recurso para manutenção no poder, mas recurso para após o Governo, quer dizer, era perpetuação do projeto político.

Agora vamos ao vídeo 3, porque aí entra no atual esquema de corrupção do INSS.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, fica claro como os três esquemas têm a mesma motivação: ficar no poder e se perpetuar nele.

Agora vamos ver, vamos repassar, quem é que lutou contra a instalação dessa CPMI – portanto, mista.

Agora vamos lá para os eslaides.

Primeiro eslaide, por favor.

Poder360: "Nenhum congressista do PT foi a favor de abrir CPI do INSS".

O segundo eslaide: "PT no Senado decide não assinar CPMI do INSS até nova ordem do governo".

Terceiro eslaide, para ser justo: "Mesmo com governo contrário, senador do PT assina pedido para CPMI do INSS"; Senador assíduo nesta Comissão.

Sr. Presidente, agora vamos à tentativa de controlar a CPMI. Primeiro foi a tentativa de que ela não fosse instalada. Como ela foi instalada, aí veio a tentativa de controlar a CPMI, indicando o Presidente e o Relator, que não são, evidentemente, os dois colegas que hoje preside e relata esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O eslaide número um, por favor, da CNN: "Governo quer controlar CPMI do INSS e aposta em Omar Aziz" na Presidência" – aquele mesmo da covid, como mencionou o membro do atual Governo.

Segundo eslaide, por favor: "Articulação do governo falhou e subestimamos oposição, diz líder do PT sobre eleição da CPI do INSS".

Agora, Sr. Presidente, para ficar claro mais ainda, vamos lá àqueles que tentaram blindar Lula a qualquer custo.

Próximo eslaide: "Após derrota para oposição, governo reúne base para tentar blindar Lula na CPMI do INSS".

Próximo eslaide, do *Metrópoles*: "INSS: o antídoto do governo para blindar o irmão de Lula na CPI".

Terceiro, próximo eslaide, do *Metrópoles* também: "INSS: Sindicato liderado por irmão de Lula pagou R$8,2 milhões a parentes de dirigentes".

O último eslaide, por favor: "Sindicato ligado a irmão de Lula movimentou R$1,2 bi em 6 anos, diz Coaf".

E agora, sim, o último eslaide, por favor, Revista *Oeste:* "CPMI: base de Lula barra convocação de ex-assessor do 'Careca do INSS'"

Os próximos eslaides mostram o painel de votações. Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu quis deixar claro não aos integrantes da esquerda, que são soldados armados de um partido, inspirados lá de trás, há mais de cem anos... Eu quero deixar claro, pelo menos a uma parcela da população brasileira, que a motivação daquilo que se conheceu como mensalão, daquilo que foi conhecido como petrolão é a mesma motivação que está por trás desse assalto aos aposentados do INSS.

E, Sr. Presidente, com todo o respeito, nós não estamos diante de um homem de Estado, embora seja concursado; nós estamos diante de um homem de partido, de um homem de Governo, e, por várias vezes, está dito isso. Por exemplo – abrem-se aspas –: "Nosso Governo fez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o de vocês não fez". É um homem de partido, é um homem de Governo. Abrem-se aspas: "Ninguém nunca liga para eles" – os aposentados.

Eu fico pensando, Sr. Presidente, se o Presidente Bolsonaro – que, sabidamente, ao longo de quatro anos, lutou para segurar a pressão, porque, quando se acabou com o imposto sindical obrigatório, muitas dessas entidades que mamavam desse imposto sindical obrigatório migraram para o esquema onde quase exclusivamente estava só a Contag. Isso fez uma panela de pressão ferver ao longo de quatro anos. Mas os indicadores provam que aquele Governo, o do Presidente Bolsonaro, segurou a panela de pressão. Quando a tampa saiu, explodiu. Primeiro ano, 1,5 bilhão e meio, o dobro; segundo ano, R$3,3 bilhões. E aí eu acho interessante ouvir aqui frase – abrem-se aspas –: "Nunca ninguém ligou para eles". Essa turma ligou? As entidades ligadas ao PT, como Contag, as entidades ligadas ao Paulinho da Força Sindical, essas ligaram? A entidade ligada ao irmão do Lula? Claro que não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – É inequívoco que o esquema explodiu, como eu disse. Imposto sindical obrigatório acaba, essas entidades voltam e se somam onde estava apenas uma.

E, para terminar, Sr. Presidente, me assusta, porque eu vejo homens de partido, disciplinados, orientados e que não temem. E sabe por que não temem, Sr. Presidente? Porque, se esse esquema tivesse sido criado por pessoas que não pertencessem a uma ideologia, hoje eles estariam com muito medo. Mas eles pertencem a uma ideologia, eles pertencem a uma filosofia em que tudo, para chegar ao poder e ficar no poder, vale a pena, e se sentem protegidos. Afinal de contas, o maior deles todos que foi processado e condenado em três instâncias por dez juízes é o Presidente do Brasil. E aquele que segurou a corrupção, inclusive nas estatais, hoje está preso.

Portanto, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer; só essa constatação de que esse esquema tem o mesmo DNA do petrolão, do mensalão, que é o DNA da esquerda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor gostaria de comentar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO (Para depor.) – Rapidamente. Presidente, primeiro, está claro que...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Presidente, só uma questão de esclarecimento, eu não fiz nenhuma pergunta. Se ele vai falar em cima da minha exposição...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não fez porque não quis.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu fui citado. Falou da minha honra, né?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Não falei de nada de honra. Se ele vai falar...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – O senhor falou. O senhor falou que eu não sou um homem de Estado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Presidente, Presidente...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – E não é verdade. Eu tenho que mostrar para os demais membros que talvez queiram saber.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Marcio, Senador Marcio...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ofendeu e agora não quer ouvir.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – É só uma questão de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Eu não fiz nenhuma pergunta. Se ele vai usar a palavra para responder às minhas afirmações, à lógica, eu gostaria de saber se, depois dele, eu também não vou ter direito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Gastou os dez minutos porque quis.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Porque eu também posso me sentir ofendido pela palavra dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Senador. O senhor citou a testemunha, dizendo que ele é um homem de partido. Então, eu não posso negar a ele o comentário sobre a sua fala aqui, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por que não? Que ele seja ou não seja. Eu não posso é negar a ele a fala dele em relação ao que foi dito.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, só, então, para falar: se eu me sentir ofendido, eu vou pedir o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu jamais ofenderia o senhor. Não é da minha estirpe. Todo mundo que me conhece sabe que eu não ofendo as pessoas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não ofendo, não ofendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Bom, primeiro eu não defendo nenhum grupo criminoso, conforme consta no inquérito da Polícia Federal e nas provas que os senhores têm. Segundo, eu sou Procurador Federal e servi o Governo do Presidente Bolsonaro também. O que o senhor falou é absolutamente equivocado. Eu cheguei a ser convidado até para ser procurador-geral de outras autarquias e não aceitei. Eu estava no CRPS num cargo de confiança no Governo Bolsonaro. Eu estava na Procuradoria, como Subprocurador em Minas Gerais, atendendo a um pedido, inclusive, de um político que fez parte do Governo do Presidente Bolsonaro, e fui nomeado lá. Isso não é verdade. O que o senhor está colocando sobre mim não é verdade.

Não é porque a gente tem nossas pretensões políticas, do ponto de vista da nossa afinidade progressista, que, quando eu estou lá, eu vou privilegiar, Senador – desculpe-me a franqueza, mas jamais vou ofendê-lo –, vou privilegiar partido X, Y ou Z de esquerda. Tanto é assim que – eu fiz essa fala inicial – eu recebi muitos Deputados de partidos de oposição, alguns até bastante duros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e os recebi com educação e atendi o pleito de todos. Nunca deixei de atender a um pleito de um Deputado do PL ou de outros Deputados.

Então, eu não sou um homem... Perdi a minha qualidade de ser um homem de Estado pelo serviço que eu já prestei à nação e aos aposentados...

Concordo com o senhor que foi horrível o que aconteceu de pegar dinheiro dos aposentados.

O senhor falou: o que você fez para isso? Eu fiz muita coisa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, o senhor falou que eu não fiz.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. *Fora do microfone.*) – Eu também não falei...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Então, ótimo.

Então minha resposta está encerrada.

E eu sou um homem de Estado, sim; com serviços prestados a esta nação.

Tenho muito orgulho de ser brasileiro.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, só um minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto, Excelência.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Pode marcar.

É uma opinião. Quero dizer que a minha continua a mesma.

Quando o senhor afirma, como afirmou aqui, entre aspas, "o nosso Governo fez, e o de vocês não fez", é claro e evidente que, embora sendo um agente de carreira, que passou num concurso público, é claro que é mais um homem de partido, de causa progressista, como o senhor acabou de falar. E progressista é o quê? A linha ideológica da esquerda globalista.

Portanto, respeito a opinião, mas a minha é a mesma: que é sim, muito mais do que homem de Estado, é homem de partido, é homem de Governo, da esquerda, evidentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje esta CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Hoje esta CPMI recebe aquele que ocupou o mais alto cargo do INSS, uma autarquia que deveria proteger o trabalhador, o aposentado e o idoso. Mas, sob sua gestão, milhões de brasileiros foram lesados, foram roubados.

O que estamos investigando aqui não é apenas fraude contábil; é roubo da dignidade de quem mais precisa. É o desconto criminoso no benefício de aposentados humildes: dinheiro do remédio, dinheiro da comida... Descontos feitos por associações fantasmas, convênios suspeitos e um evidente apagão de controle.

Diante do volume de descontos associativos, facilitado pelas falhas do sistema de controle do INSS – permitindo, inclusive, a inclusão de morto há mais de dez anos na lista dos associados –, eu pergunto ao senhor Stefanutto: tudo isso aconteceu por negligência administrativa, cegueira deliberada ou conluio criminoso?

Como um profissional, com a carreira que tem, de forma objetiva, qual a classificação que o senhor daria a isso?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO (Para depor.) – Nenhuma das anteriores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Qual que o senhor dá?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nenhuma das anteriores.

O senhor deu três opções, e a opção correta não é nenhuma dessas três.

Como eu não quero prolongar, porque os outros Parlamentares têm... Nenhuma das anteriores. O senhor está equivocado nas três colocações em relação à minha pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não, mas eu não estou atribuindo a V. Sa.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Então, eu não preciso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – V. Sa. está negando o fato de que houve o esquema?

Então, deixe eu perguntar.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Então, eu não preciso responder então se não é sobre mim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – O.k. Então, deixe eu reposicionar.

Me parece que V. Sa. está querendo negar nesta CPI que ocorreu a roubalheira aos aposentados. Eu não atribuí a V. Sa.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Desculpa, Senador. Eu concordo: o senhor não me atribuiu ainda. O raciocínio do senhor está indo para isso. Eu vou respeitar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Então, eu acho que é V. Sa. que está se autoatribuindo, não eu.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não, não, não. Eu acho... Ninguém se autoatribui. Eu não vim aqui... Eu estou falando aqui já há quatro horas, mostrando o que eu fiz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não, mas para mim me pareceu a preocupação de V. Sa. nessa direção.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não, não. A minha preocupação é resgatar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Mas eu vou agora para uma entrevista que V. Sa. deu.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – O senhor concedeu entrevista à CNN, em maio de 2025, afirmando que houve um aumento do número de segurados cadastrados por entidades...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... que já possuíam acordos anteriores, e o senhor repetiu hoje aqui: como gestor público, não poderia simplesmente cancelar esses acordos, suspender os descontos sem um processo formal, com o devido respeito, palavras de V. Exa. aqui, ao contraditório e à ampla defesa. O.k.

Nesse caso, entre dois direitos que estavam aqui em xeque, qual público mereceria maior proteção: dos aposentados, muitos deles vulneráveis, ou das associações?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Senador, a Constituição não flexibiliza o direito à ampla defesa e contraditório com outros direitos concorrentes no mesmo momento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu vou repetir a pergunta.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Então, tem que ter...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Então, eu vou repetir a pergunta. Eu vou repetir a pergunta.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Da ampla defesa e do contraditório, Senador, nós não podemos abrir mão dela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – O.k.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – É uma questão civilizatória, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu vou clarear um pouco mais a pergunta.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não é uma questão ideológica, é civilizatória.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu vou clarear um pouco mais a pergunta.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu vou clarear um pouco mais a pergunta.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Por favor, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Qual direito era mais importante proteger naquele momento: das associações ou dos aposentados?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Sem dúvida nenhuma, dos aposentados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – E por que não fez?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu fiz, eu abri a apuração.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Abriu a apuração?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – V. Sa. tinha sido notificado antes, o INSS tinha sido notificado antes, antes da operação final, de que falhas havia, de que fraudes havia.

E veja, em outra entrevista, V. Sa., agora no final de 2024, disse que o desconto associativo é um assunto bastante delicado – veja, V. Sa. está indicando aqui saber do problema –; por isso, incluiu a biometria. Ora, se era delicado, indicando que sabia dos descontos indevidos, por que não foi feito um pente-fino naquele momento no INSS e nessas associações? Isso não foi um gesto de omissão? Por que não suspendeu cautelarmente os descontos?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Senador, quando o senhor faz um juízo, dizendo que porque eu falei que era sensível, o senhor tem as conclusões do senhor, dali para frente a pergunta está contaminada. O senhor fez juízo de valor que não é o mesmo juízo meu. A pergunta está contaminada. Eu mandei abrir a apuração, pedi que a apuração fosse feita, eu apresentei isso aqui, e o que o senhor está dizendo é que qualquer problema que apareça no INSS – e aparecem problemas importantes, outro menos importantes – que a gente deve ir lá e explodir tudo. Não se faz gestão assim, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Então, eu vou perguntar de forma objetiva, vou perguntar de forma objetiva...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Por favor, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... sem qualquer viés: por que V. Sa. então não suspendeu cautelarmente essas associações e esses descontos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Porque não pode.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não pode?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Porque não pode.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – V. Sa. disse agora há pouco que entre o direito das associações...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... e a proteção dos aposentados...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não pode.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... o direito dos aposentados deveria ser prestigiado em sua defesa.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Sempre.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Mas V. Sa. acabou de dizer agora que não poderia.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Mas eu tenho que apurar, Senador, eu tenho que apurar.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – A CGU sugeriu.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu tenho que apurar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Veja, a CGU sugeriu, a Polícia Federal apontou, e V. Sa. não fez.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – A Polícia Federal só foi conversar com a gente, quando foi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não, a Polícia Federal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não, mas o senhor falou. O senhor me desculpa, o senhor fala as coisas depois quer retirar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não, mas é só responder objetivamente porque não fez.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não, o senhor falou da Polícia Federal. Eu só fui saber que a Polícia Federal estava envolvida antes quando eles foram na minha casa, às 6h da manhã.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – A CGU te notificou.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Segunda coisa, eu pedi à Polícia Federal que me informasse se havia alguma coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não, olhe...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Porque eles têm mais coisas. Eu vou chegar à CGU.

A CGU notificou depois que eu tinha feito muita coisa – eu já apresentei aqui. E eu mandei apurar, para, daí, tomar as decisões. E eu estava fazendo uma coisa muito mais importante, que era mudar, estruturalmente, esse modelo. Por isso que eu falei que era sensível.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Veja, V. Sa., entre ficar – eu vou repetir e, aqui, vou afirmar, é minha opinião...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Claro, eu respeito, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Entre ficar do lado do aposentado ou das associações, o senhor preferiu ficar, por dever de cautela, segundo o que V. Sa. está dizendo aqui, do lado das associações.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não fiquei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Nesse caso, os mais vulneráveis...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não fiquei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... não puderam contar com...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não fiquei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... a consciência e o dever funcional de V. Sa.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não fiquei. O servidor público tem que seguir o rito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor quer que, simplesmente, qualquer assunto que apareça lá, a gente decida...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Me desculpe...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... e decida por intuição.

Nós temos que decidir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Me desculpe, não é qualquer assunto, é assalto aos aposentados.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Temos que decidir pela lei. Tem que cumprir a lei, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Me desculpe, não é qualquer assunto, é assalto aos aposentados.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Tem que cumprir a lei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – V. Sa, entre ficar...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor queria que a gente não cumprisse a lei?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... do lado dos aposentados e do lado das associações...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor está pegando o que tem hoje de dados.

Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... V. Sa. ficou do lado das associações.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, senhor. O senhor está pegando os dados que tem hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – V. Sa. suspendeu alguma associação?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu vou responder o que o senhor está falando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – V. Sa. suspendeu alguma associação?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Suspendi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhores, por favor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Suspendi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – No caso dos descontos?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Suspendi, suspendi. Antes de sair, suspendi. Suspendi. O senhor está equivocado, o senhor está mal-informado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – No caso...

Não, não estou mal-informado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – E eu vou responder, vou responder. Eu cumpro a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – V. Sa., então, está dizendo que a CGU está mal-informada...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu cumpro a lei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... que a Polícia Federal está mal-informada...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, a CGU erra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... porque isso é relatório deles.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A CGU erra. Eu trouxe, aqui, material mostrando que errou com o INSS em várias oportunidades. Eu representei a CGU...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – V. Sa...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... junto ao gabinete do Ministro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... repito, diante...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, o senhor está equivocado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não estou equivocado.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Está equivocado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não estou equivocado.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor falou que eu não suspendi nenhuma – e não é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – V. Sa., diante das evidências...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Diante das evidências do assalto aos aposentados, entre ficar do lado dos aposentados e protegê-los, suspendendo cautelarmente as associações por descontos indevidos, e ficar do lado dos aposentados, V. Sa. ficou do lado das associações. Não suspendeu. E aqui, por uma filigrana jurídica, dizendo: "Ah, eu teria que obedecer ao devido processo, eu teria que obedecer à ampla defesa e ao contraditório".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, se estão atacando os aposentados, que são vulneráveis, até à luz do livro que V. Sa. escreveu, falando de direitos humanos, defesa de direitos humanos não para os vulneráveis, para as mulheres vulneráveis aposentadas, porque V. Sa. permitiu que continuassem descontando.

Isso prosseguiu. Só parou quando houve a operação da Polícia Federal. Não houve suspensão.

Então, me perdoe, me parece contraditório dizer que tomou providências, mas, ao identificar que tinha ali indícios de descontos indevidos... E V. Sa. teve uma preocupação, e aqui não quero entrar no mérito da extensão da preocupação de V. Sa. com relação à questão dos descontos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... mas V. Sa. identificou que tinha. E aí inicia a questão da biometria. Mas, ainda que diante desses indícios, ainda que diante da sugestão da CGU, não suspendeu cautelarmente os descontos.

Aqui está meu ponto de crítica, porque, ao invés de ficar do lado dos aposentados, preferiu garantir o direito à ampla defesa e ao amplo contraditório das associações. E aí, com todo o respeito, fraudaram o INSS. O sistema de controle falhou, pecou e expôs os nossos aposentados.

E é isso, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Posso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Posso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixa ele terminar.

Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Quer acrescentar aqui ou na sequência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, pode terminar, Excelência. É seu tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Aí, Sr. Presidente, eu quero... Eu poderia trazer aqui... Eu tenho o mapa completo.

E aí esse mapa – eu vou publicar na minha rede social depois – das medidas que foram adotadas na gestão de V. Sa. e do Ministro da Previdência, para afastar os filtros de cautela no processo de associação, no processo de checagem dessas listas que eram incluídas para descontos associativos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Começou em março., com o pedido da Contag, pedindo o desbloqueio. Naquele momento, houve um parecer contrário. Posteriormente, esse parecer foi afastado para autorizar os descontos. Depois, em vez de enfrentar a questão, não: "vamos afastar aquilo que dificulta a liberação para os descontos associativos". E foi isso que aconteceu a partir de agosto; a partir de setembro, com a nomeação do Sr. Virgílio; outubro; dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu estou encerrando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, porque há os demais colegas aí aguardando. Por gentileza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu agradeço. Eu agradeço a preocupação de V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu estou encerrando. Não vou atormentar a Presidência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, é sempre um prazer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Para encerrar o meu pronunciamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas é porque o prazo já esgotou, Excelência.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Conceda a palavra ao requerente para que ele possa fazer a sua manifestação.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Senador, o senhor está equivocado e o senhor esqueceu de incluir, nessa sua cronologia, todos os atos que nós fizemos. Tanto eu como o Ministro Carlos Lupi jamais tomamos medidas para piorar a situação. A gente mudou o modelo, e não... O modelo foi mudado de vez em 1º de fevereiro, a Polícia Federal fez a sua operação em 23 de abril.

Então, na fala que o senhor colocou, tem alguns equívocos: primeiro, de que foi só com a Polícia Federal quando chegou. Não é verdade. Desde 1º de fevereiro de 25, a medida que nós desenhamos, que nós implementamos – gostaria que tivesse sido mais rápido, concordo com o senhor – foi implantada. Não foi implantada por ninguém antes. E, se o que o senhor está colocando é que todas as fraudes, quando acontecem, são de responsabilidade plena do INSS, tem que chamar aqui todos os últimos 40 Presidentes, para a gente avaliar, primeiro, se teve fraude e, depois, responsabilizá-los objetivamente.

Eu discordo do senhor e lamento a opinião do senhor. E, se eu puder ter acesso àquilo que o senhor vai mandar, para que a gente possa responder ao senhor, será um privilégio poder debater com o senhor, ainda que em âmbito particular.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O Delegado Fabio Costa cedeu a vez ao Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Há umas perguntas aqui.

Consta, Sr. Stefanutto, que o senhor foi alertado pela CGU, em diversas reuniões, sobre essas suspeitas de fraude nos descontos associativos. O senhor mesmo aí admitiu, e foram mostradas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui reuniões em abril de 2024, agosto de 2024. Indago ao senhor: quantas vezes o senhor tratou dessa questão com o Ministro Lupi?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Desculpa, Senador, o senhor pode repetir? O senhor está falando que eu participei de reuniões, e quantas...?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor foi alertado pela CGU das fraudes nos descontos associativos, da suspeita dessa fraude em massa. Quantas vezes daí o senhor tratou dessa questão com o Ministro Lupi? O senhor não levou ao Ministro Lupi essa questão?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não me recordo, mas nós discutimos, eu com o Ministro Lupi, se o senhor... Eu não sei se o senhor estava na hora – acredito que o senhor estava aqui –, nós demos até uma entrevista juntos na TV Globo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, estou perguntando agora. Desculpe-me, Sr. Stefanutto.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não; agora, não. O senhor está falando lá atrás, em 24, não é isso?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Durante sua gestão...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É de 24 que o senhor está falando...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... com o Presidente do INSS, quantas vezes o senhor tratou esse assunto com o Ministro Lupi?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não me recordo quantas vezes, mas eu tratei com ele.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Mas o senhor tratou esse assunto com o Ministro Lupi?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim, nós tratamos. Demos uma entrevista conjunta falando desse assunto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Em 2023?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Em 24.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Em 24.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Em 23 – Senador Moro, se V. Exa. me permitir –, eu cuidei da fila e, em novembro, quando nós começamos a estar com um tempo melhor de fila – foi um trabalho hercúleo –, nós começamos a lidar com esse assunto, até que eu marquei uma reunião com todas as entidades. Até o Sr. Relator perguntou.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E o senhor transmitiu o alerta que a CGU lhe fez ao Ministro Lupi, literalmente?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não me lembro do teor da conversa, Senador, para falar que eu fiz literalmente o alerta ou não. Eu confesso ao senhor que não... Mas o Ministro Lupi...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quantas vezes o senhor tratou isso aí com o Ministro Queiroz, quando o Ministro era secretário-executivo?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Ministro Queiroz... O Dr. Wolney que o senhor está falando?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Isso.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O Ministro atual agora?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Isso.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu acho que eu não tratei nenhuma vez com o Ministro Wolney, porque ele era secretário-executivo à época, né? Não trata desses assuntos...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Nunca chegou a mencionar esse assunto com ele?

Consta que o Ministro Lupi participou de uma reunião do CNPS, na qual foi feito um alerta da Tonia Galloti sobre essas fraudes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ele lhe procurou para...

Tonia Galleti, perdão.

Ele lhe procurou para tratar desse assunto?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, Senador, porque na época dessa reunião eu sequer era Presidente do INSS.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Depois ele não procurou o senhor para tratar desse assunto?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Quem procurou? O Ministro Wolney ou o Ministro Carlos Lupi?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Lupi.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O Ministro Carlos Lupi?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Isso.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não me lembro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor que escolheu o Virgílio Oliveira como Procurador-Chefe do INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim, fui eu que escolhi o Dr. Virgílio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor é próximo dele? Pessoa de confiança do senhor?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Toda vez que você escolhe o seu procurador e depois começa a trabalhar com ele, ou qualquer outro servidor que você trabalhe junto, você acaba desenvolvendo uma amizade ali no âmbito de trabalho.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor já conhecia ele antes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Conhecia. Eu fui Procurador-Geral do INSS na época do então Ministro, Senador do Rio Grande do Norte... Como é que chama?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Garibaldi Alves, Garibaldi Alves Filho...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta que ele foi...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Só concluindo, Senador.

... e o Virgílio foi consultor jurídico e trabalhou no ministério naquela época. Então, eu, como eu era Procurador-Geral, tinha contato, sim, com o Dr. Virgílio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta que ele teve um empecilho para ser cedido inicialmente pela AGU, por uma questão formal. O senhor chegou a interceder para que ele fosse cedido?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Isso é *fake*.

A AGU, em nenhum momento, falou que o Dr. Virgílio não poderia ser Procurador-Geral. A AGU quis indicar que ficasse o Procurador-Geral que estava lá. A AGU não fez nenhum reparo.

Não estou aqui com procuração...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E o senhor intercedeu...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não. Eu não estou com procuração...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E o senhor intercedeu para que ele fosse cedido, então?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não estou com procuração aqui para defender o Dr. Virgílio, não é meu papel, mas a AGU decidiu fazer a sugestão que outro procurador fosse... Nunca houve...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E o senhor recusou, o senhor recusou esse outro procurador? O senhor insistiu no Virgílio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nós insistimos no Virgílio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor insistiu?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Também insisti, eu tinha escolhido ele. Por que que eu não ia insistir?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor conhece a Tânia Hoffmann, que é a companheira dele?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu estive com a Dra. Tânia Hoffman uma vez...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ela é especialista em medicina vinculada ao INSS ou coisa parecida? O senhor conhece?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não sou habilitado para dizer das habilidades de um médico em relação ao INSS, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O Sr. Virgílio falou alguma vez que a esposa dele tinha relação comercial com o Sr. Antônio Antunes, o Careca do INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Nunca comentou com o senhor?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor via os veículos de luxo que o Sr. Virgílio utilizava, não? Ele...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não. Aqui em Brasília... Ele convivia em Curitiba e Brasília, e eu via ele aqui em Brasília.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor chegou a... Não foi o senhor que indicou o Fidelis, né? O André Fidelis? Ele permaneceu durante sua gestão.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor tem proximidade com ele?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A mesma coisa: uma amizade que você cria no âmbito profissional.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor conhece o filho dele, o Eric Fidelis?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu acredito que eu nunca estive com ele, eu não me lembro de estar com ele.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor tem conhecimento se ele é um especialista em INSS ou em educação financeira ou educação jurídica?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Senador Moro, eu não estou habilitado a dizer sobre os requisitos ou as coisas profissionais de um profissional que eu nem sequer conheço.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta que... O senhor mesmo confirmou aqui que o senhor desbloqueou os descontos da Contag em 6/11/2023. O senhor foi contatado por algum agente político lhe pedindo esse desbloqueio?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nenhum – nenhum, nenhum.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Foi sua iniciativa, então, própria?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, a Contag me pediu uma reunião, apresentou a problemática, e nós passamos a estudar a problemática.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor conhece o Milton Cavalo, o senhor já mencionou, né?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim, já respondi.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor conhece o Frei Chico?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não estive com o Frei Chico. Conheço da história dele, de tudo que ele fez já pelo movimento sindical, etc., mas nunca estive com o Frei Chico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Cecília Rodrigues Mota o senhor conhece? Advogada.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não me recordo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Relações comerciais com ela?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não tenho relação comercial com ninguém, Senador. Ninguém.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor tinha alguma outra atividade fora a Presidência do INSS nesse período?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Senador, mal e mal a gente consegue fazer a Presidência do INSS, é muito difícil você trabalhar como Presidente do INSS e fazer qualquer outra coisa, inclusive exercício eu não conseguia fazer.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor é titular, controlador ou beneficiário final de alguma conta no exterior?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu tenho duas contas no exterior, uma em Portugal e outra na Itália, que foram do tempo que eu passei fazendo o meu curso lá. Já fica autorizado – eu não tenho mais senha delas, acho que elas estão fechadas –, mas fica autorizado, eu autorizo o acesso a qualquer conta minha no exterior ou coisa que o valha.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – No seu próprio nome essas contas?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – No meu próprio nome, claro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não são contas em nome de *offshore*?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – De jeito nenhum, nunca tive *offshore*, não tenho *offshore*, não terei *offshore*.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor foi intimado aqui da abertura do processo administrativo junto à AGU, Procuradoria Federal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Fui intimado para ser testemunha num processo de um colega que... Fui intimado. E fui intimado também para fazer a minha defesa prévia no processo administrativo disciplinar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Foi mencionado que estavam com dificuldades para intimá-lo, fazia tempo que estavam lhe procurando e não conseguiam lhe intimar.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não me informaram. Eu não sei porque é que não me encontraram, mas, quando eu estive – só complementando, Senador, se o senhor me permite –, quando eu estive no INSS, é natural que você não mexa mais no sistema Sapiens, que é o sistema que tem os processos. Eu não tenho senha, eu estou sem. Até pedi ao... Me desculpei com o membro da Comissão – que é um colega – e pedi que eles habilitassem a minha senha para que eu possa fazer o curso do processo tranquilamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Sr. Stefanutto, vou dedicar aqui o meu tempo final para as minhas considerações finais.

O senhor faz a sua defesa legitimamente. Claro, respondeu às questões que lhe foram colocadas. Agora, tem alegações do senhor que não batem com os fatos. O senhor menciona que o senhor tentou segurar esses descontos associativos, mas a matemática e os dados o desmentem. O total anual de descontos associativos em 2022 foram R$820 milhões.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Mas, em 2022, eu já não estava na Presidência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Em 2023, foi para R$1,6 bilhão, dobrou no período da sua gestão. E, em 2024, são dados oficiais, foi para 3,5 bilhões.

Então, o senhor fala aqui para nós: "Ah, eu tentei tomar providências", "Tomei providências". Não tomou. Os números desmentem o senhor. As providências que o senhor tomou foram absolutamente inócuas.

Eu tenho aqui igualmente, Sr. Stefanutto, que, em julho de 2023, quando o senhor assumiu a sua posição, o desconto mensal era de cerca de 143 milhões. Em abril de 24, durante ainda a sua gestão – esse ano o número foi parecido –, estava na ordem de 316 milhões mensais. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que o senhor afirma aqui para nós é contraditório com os fatos, com os números. Os descontos durante a sua gestão... E nós vimos aqui pela investigação da CGU, que o senhor tanto critica, que os números, pela investigação da CGU, boa parte desses descontos foram fraudulentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E as pessoas estão pedindo agora o dinheiro de volta. Esses números explodiram exatamente na sua gestão.

Quando a gente vai ver os detalhes, o Diretor de Benefícios que o senhor manteve, o André Fidelis, é suspeito de ter recebido suborno do Antônio Antunes, o Careca do INSS. São R$5 milhões, no mínimo, que ele teria recebido. O Sr. Virgílio Oliveira, o Procurador-Chefe, da sua confiança, que o senhor mesmo disse aqui que chamou, que nomeou, é suspeito de ter recebido R$7 milhões só do Careca do INSS, do Antônio Antunes.

Então, sob a sua gestão, além de ter sido colocada gente no comando do INSS que é suspeita de ter recebido suborno... E quem sabe – nós vamos continuar aqui as quebras de sigilo fiscal e sigilo bancário –, quem sabe aquele "Stefa 5%" que foi encontrado no caderno pode se referir à sua pessoa? Mas o fato inequívoco é que, durante a sua gestão, esses valores de 800 milhões foram para 3,5 bilhões, com milhões de pessoas lesadas pelo INSS. Então, o seu... as suas defesas aqui, legítimas, etc., mas não convencem pelos números. Se o senhor de fato tivesse agido para interromper a ação dessa quadrilha, o senhor não teria o André Fidelis e nem o Virgílio Oliveira nesses postos-chaves; e, dois, o senhor teria suspendido os descontos e não multiplicado eles por três, quatro vezes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador.

Pois não, Excelência.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Senador Moro, eu acho que o seu raciocínio, de V. Exa., tem um grande equívoco, porque o senhor começa o raciocínio em 2023, e...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... toda a montagem das entidades que apresentaram ou apresentam suspeita de problemas – eu não vou condená-las antecipadamente; a gente sabe no país o que já aconteceu de condenar pessoas injustamente, antecipadamente, com delações, de alguma forma, até mostradas aqui, delações que não se sustentam, o que deu no país... Antes da minha gestão, Senador, em 2022, 2021 e 2020, foi isso montado...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente, aí é uma questão de acusação. Ele quer fazer acusações, ataques...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – A testemunha não pode fazer juízo de valor aqui.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente, aí...

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Ela está fazendo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Não!

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... aí eu confrontei.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Não tinha que estar falando sobre isso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu fiz as minhas perguntas e fiz a minha conclusão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Não tem que estar falando sobre Lava Jato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não falei de Lava Jato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não falei de Lava Jato.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não falei de Lava Jato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpa, Senador. Eu não quis ofendê-lo.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – É claro que ele falou. Falou sobre o que estava sendo mostrado no telão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Senhores, por favor...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O problema é dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... deixem a testemunha terminar a resposta.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O aumento exponencial de entidades que entraram e foram feitos num período – e o senhor está me acusando; o senhor que abriu essa porta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu abri essa porta?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não sou eu estou abrindo; o senhor abriu essa porta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor está me acusando.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... aí eu vou querer falar depois, já que ele está me acusando.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Essa foi feita antes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Foi feito antes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... Ele está respondendo ao senhor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O número de acordos que aumentaram, e o senhor recebeu o aviso que estava tudo... que tinha problemas, e o senhor não agiu como Ministro da Justiça. O senhor vir agora colocar só na minha conta... O senhor está equivocado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Na sua conta. O senhor recebeu suborno, 5%.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor tem que rever.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor recebeu suborno! Fale a verdade aqui!

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – E o que o senhor recebeu também como Ministro da Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Só um instante!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não seja insolente!

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O que o senhor recebeu como Ministro da Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Alessandro, por favor...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Saindo lá de Curitiba, o que é que o senhor fez?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, vamos encerrar a resposta. Por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

Senhores, por favor, estamos indo com tranquilidade.

Deputado Paulo Pimenta.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor!

Deputado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Dr. Stefanutto, eu, por tudo aquilo que tenho acompanhado, tenho...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Comece de novo aí, Presidente. Comece de novo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode retomar o tempo do Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por tudo aquilo que eu tenho acompanhado, eu hoje tenho, de forma inequívoca, uma opinião de que esse esquema ganha tração a partir de 19, 2019, a partir do momento em que começam a conceder ACTs, de forma indiscriminada, para entidades fantasmas, afrouxam sistemas de fiscalização e permitem que aposentados e aposentadas, mudaram até o decreto para poder descontar das pensionistas, comecem a ser incluídos nas listas de desconto sem autorização. Chegaram a conceder ACT até dia 26 de dezembro de 2022, entre o Natal e o Ano-Novo.

Mas tem alguns fatos que eu considero curiosos. O senhor falou aqui hoje, que eu fiquei... Três mil servidores e servidoras tinham senha para poder mexer no sistema do INSS.

E tem um episódio que, para mim, nunca ficou bem esclarecido, Dr. Stefanutto, que é esse episódio sobre o vazamento de dados do INSS, que ocorre entre agosto e setembro de 2022, 90 milhões de consultas no sistema corporativo do INSS, às vésperas da eleição, naquele período em que o Governo anterior permitiu inclusive consignado para BPC e para o auxílio emergencial.

O Governo anterior e o INSS, mesmo sabendo desse vazamento, não comunicaram à Autoridade Nacional de Proteção de Dados. O INSS foi multado porque escondeu essa informação extremamente relevante, de milhões de vazamentos de dados.

Eu pergunto ao senhor: esses três fatos – essa quantidade de identidades fantasmas; segundo, 3 mil servidores com senha; terceiro, esse vazamento de milhões de dados que ocorreu principalmente já depois da eleição de 2022 –, isso explica, de alguma forma, por que houve esse crescimento a partir de 2023?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO (Para depor.) – Senador... Deputado, desculpa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado. O senhor é um profeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Deputado Pimenta, desculpa.

Deputado Pimenta, olha, eu vou responder por partes aqui. Primeiro, eu quero reforçar, se o senhor me permite 20 segundos, que, embora colocado por outro membro desta Comissão, não existe nenhuma situação relativa a 5, 10, 30, 40, 50, 70, 100%. Isso não existe, não existe, e a minha vida foi já "escavocada", escavada, desculpa, para verem tudo da minha vida, da minha família, dos outros.

O meu sigilo fiscal e os RIFs nós soubemos pelos jornais. Não soubemos pelo Coaf ou pela Comissão, embora o Presidente, de forma muito decente, nos deu o acesso. Só para dizer que, embora haja uma grande ansiedade para que isso comprove, quem pensa que isso corresponde a mim vai se frustrar no final de tudo isso. Respondendo, vai se frustrar, o senhor pode ter certeza. Já passaram seis meses.

Três mil senhas, Senador. Não era só senha de servidor do INSS. Essas senhas eram distribuídas de forma indiscriminada por toda a Esplanada. É natural que o Ministério do Trabalho ou outros ministérios até precisem de dados da previdência. Isso é natural. Os dados...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A gente tem como saber quem é que tinha senhas?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – A senha era só o nome e a senha, não tinha nenhum duplo fator, não tinha nada.

As senhas podem ser... Eu vou fazer agora uma ilação, uma suposição. As senhas podem ser de algum servidor que passou por lá – às vezes até saiu, às vezes até foi demitido, às vezes pediu para sair. As senhas eram de vários servidores, de vários ministérios – um dos tipos. Outras senhas, quando abriram as 3 mil, nós não sabíamos nem de quem eram.

E eu, imediatamente – até recebi aqui os ofícios meus –, mandei que tirassem do ar, porque...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quando foi isso? Mais ou menos... (*Pausa.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Ele vai pegar aqui. Eu falo para o senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – E, como eu disse, na viagem à Suíça, imediatamente, nós descobrimos e comunicamos à Polícia Federal – não sei o resultado da investigação – sobre a tentativa de pegar senha nossa no prédio. Eram sete chupa-cabras.

Certamente... (*Pausa.*)

Maio de 2024. Maio, né? (*Pausa.*)

Maio. Aquela viagem que eu fiz à Suíça, desculpem, não foi em julho, foi em maio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, até maio de 24, continuavam existindo as 3 mil senhas por aí?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim. E a nossa desconfiança era de que essas senhas eram usadas para diversos tipos de aproveitamento dos dados.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Inclusive pode ter sido utilizada para incluir servidores e servidoras nas listas de desconto?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Os aposentados e pensionistas?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Pode ser. Nós acreditamos que qualquer... vários tipos de ilegalidades: empréstimo consignado falso, acesso às listas para ficar ligando para aposentado às 6h da manhã... Enfim, um monte de situações em que nós queríamos proteger os aposentados, e tomamos um susto com isso.

Mas nó corrigimos só 11 senhas quando eu saí de lá. Havia, só com servidores de alto gabarito... E nós percebemos que na *dark web*... Nós temos – eu falo "nós", desculpe o cacoete... O INSS tem um serviço de consulta à *dark web*, que dá informações, e o preço subiu, para acesso aos dados, de forma vertiginosa, por conta dessa medida.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O vazamento?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E o vazamento? Aquele que aconteceu em 2022, dos dados?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu tomei conhecimento desse vazamento. Esse vazamento foi utilizando... Eu sei que isso está sob investigação, então eu vou tomar cuidado, porque pode ser que tenha alguma coisa em sigilo. Esse vazamento ocorreu, caiu no colo do Presidente do INSS, no meu colo, para que resolvêssemos junto à entidade que protege os dados, a autarquia criada para proteção de dados.

Eu não terminei o acordo com eles para publicar, etc., porque esse tipo de vazamento, Deputado, além de estimular – além de estimular – outros comportamentos, inclusive desconto associativo, ele tem um complicador grave, porque hoje, com a legislação nova da LGPD, você acaba tendo que, pelo potencial risco de os dados terem vazado, pelo potencial risco de usarem os dados, já cabe dano moral.

Então isso – e era a minha preocupação lidar com isso de forma profissional –, futuramente, pode gerar um passivo, um esqueleto bem grande, orçamentário, para pagar as pessoas que tiveram seus dados vazados nessa oportunidade.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem. Parece-me, então, que fica mais evidente o desenho: concessão de ACTs para entidades fantasmas; um afrouxamento da fiscalização para permitir que aposentados, aposentadas e pensionistas passassem a ter descontos sem autorização – na época, era exigido só nome, CPF e o número do benefício –; paralelo a isso, o vazamento de 80 milhões de dados de aposentados e aposentadas do INSS durante o período da campanha eleitoral de 2022, sem que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados tenha sido avisada. E isso aqui criou um ambiente propício para que um esquema criminoso ganhasse a dimensão que ganhou.

O que fica claro, Sr. Presidente, mais uma vez, é que todos esses episódios, que viabilizaram de forma industrial este roubo de bilhões de reais de aposentados e aposentadas, ocorreram entre 2019 e 2022, Governo Bolsonaro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E, mais do que isso, Sr. Presidente, o que mais uma vez fica claro é que o esquema criminoso montado durante o Governo Bolsonaro foi desbaratado no Governo do Presidente Lula, e o dinheiro roubado foi devolvido pelo Governo do Presidente Lula. Já chegamos aí a quase R$2 bilhões devolvidos.

Me parece...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o depoimento do Dr. Stefanutto extremamente esclarecedor, porque ele traz aqui, de forma cronológica, todas as informações sobre as medidas que foram adotadas e que demonstram as iniciativas que foram, de fato, adotadas para coibir o escândalo.

Então, Sr. Presidente, eu fico ainda mais convencido de como foi importante a determinação do nosso Governo, a ação da CGU, da Polícia Federal para desbaratar essa quadrilha, montada no Governo Bolsonaro e que... Agora, nós temos é que chegar nos mandantes, quem é que colocou essas pessoas nas funções-chaves, rastrear o dinheiro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... rastrear o dinheiro, Sr. Presidente, porque nós vamos chegar aos mandantes, nós vamos chegar aos mandantes dessa organização criminosa, e eu tenho certeza de que esta Comissão vai cumprir um papel importante para que isso, de fato, possa acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA (*Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só... Eu... Ele pediu para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚLIO CÉSAR DE SOUZA LIMA (*Fora do microfone*.) – ... só para não interromper o Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... ir ao banheiro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Fique à vontade.

Sessão suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 21 horas e 46 minutos, a reunião é reaberta às 21 horas e 53 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Retomando a sessão, senhores, dez minutos, Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, Relator Alfredo Gaspar, também depoente Alessandro Antônio Stefanutto, que foi Presidente do INSS, tivemos um início de reunião tensa – até confesso que não imaginei que chegaríamos a esse ponto, Sr. Presidente, em que as perguntas estão sendo respondidas. E eu quero saudar, inclusive, aqui o depoente por isso, porque, apesar de o *habeas corpus* impetrado, muitas vezes, frustrar a expectativa de todos que estão aqui, neste momento, nós pudemos, na maior parte dos casos, receber respostas, ainda que não precisemos concordar ou possamos até trazer aqui as nossas divergências. Mas foi importante que tivéssemos chegado neste momento em relativa paz e harmonia.

Eu queria dizer ao Sr. Alessandro Stefanutto, para começar, que eu, inclusive, me compadeço da situação que o senhor trouxe do seu pai, que tem uma condição, que o senhor visita e que tem a saúde debilitada. E por isso também quero lembrar a V. Sa. que aqui nós estamos tratando de pessoas justamente que estão em situação muito difícil – aposentados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

viúvas, idosos, pessoas com deficiência – e que não têm a circunstância de, na sua família, ter um filho, como é o caso de V. Sa., com condições de ajudar.

Nesse caso, eu preciso dizer a V. Sa. que eu fico muito triste em ver uma instituição como o INSS ter na sua direção, de uma forma geral, tantas pessoas que permitem, por ação ou por omissão, que uma roubalheira dessa monta ocorra há tantas décadas, e nós cheguemos a 2025 com a falta de empatia pelas pessoas que foram roubadas.

E aí eu quero começar mostrando esse gráfico que é dos descontos associativos que aconteceram mensalmente durante a sua Presidência, de julho de 2023 até janeiro de 2025. Até o título está errado. A gente fala "desconto associativo"... Isso aqui é roubo – é roubo. Foi comprovado já, obviamente, tem investigação, mas a maior parte desses descontos associativos não foram autorizados, ou seja, foi simplesmente roubo. Foi dinheiro que entidades retiraram de aposentados, pessoas em condição semelhante ou talvez muito pior do que a do seu querido pai e que faleceram, inclusive, ao longo desse caminho, porque não tinham R$50, R$60 para comprar remédio, que foram parar numa Ferrari, numa mansão de gente que esteve, ao longo desses anos todos, ao seu redor.

Por isso, eu queria dizer que, por mais que o senhor disse várias vezes aqui que implementou medidas ao longo do tempo, acho que é o mínimo reconhecer que as medidas que foram implementadas não foram suficientes; pelo contrário, a situação se agravou, porque a tendência, ao longo dos anos, foi aumentar a roubalheira durante o período em que o senhor estava na Presidência do INSS.

E aí eu queria lembrar uma frase que o senhor disse aqui...

A Dra. Eliane Viegas Mota disse que, em julho de 2024, informou a V. Sa. do que estava acontecendo, do roubo dentro do INSS. Em julho de 2024 também, ela mandou um pedido, uma sugestão para que várias entidades – oito, inclusive a Conafer e o Sindinap, que é do irmão do Lula – o sindicato, a Conafer, que já esteve aqui e disse que mandou inclusive carretas para socorrer a enchente do Estado do Rio Grande do Sul. Eu até questionei: "Com dinheiro roubado?". A gente não quer carreta com dinheiro roubado – que absurdo! – dos aposentados. Essa turma toda aqui, oito entidades tiveram o pedido de suspensão cautelar feito pela CGU. Mas o senhor não tomou providência na época. Por que o senhor não tomou providência na época?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Deputado Marcel Van Hattem, não é nada pessoal, mas eu assisti a todas as manifestações do senhor. E eu vou... Nas perguntas do senhor, eu vou... Pelo menos nessa pergunta primeira – eu vou analisar pergunta a pergunta –, eu vou me manter em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ué, por quê?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Porque é um direito meu.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ótimo. Mas, assim, o senhor disse que analisou as outras intervenções minhas e o senhor disse que vai ficar em silêncio. Só não disse por quê. Eu não sei...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nessa pergunta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu fiz perguntas desconfortáveis? Essa pergunta lhe causa desconforto?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor insistir na oitiva... Se o senhor insistir, e, depois de algum tempo, me constranger...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Depois de outubro...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... isso é tipo penal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Depois de outubro...

Tipo penal é roubar de aposentados...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É abuso de autoridade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tipo penal é prevaricar diante de roubo de aposentado.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É abuso de autoridade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tipo penal é desacatar Deputados e Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tipo penal é vir aqui e mentir diante desta Comissão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, se V. Sa. acha que vai me constranger...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 22.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... ficando em silêncio, V. Sa. está apenas demonstrando para quem nos assiste e para o Brasil todo o tanto de responsabilidade que o senhor tem pela roubalheira no INSS, porque aqui foi muito claro quando disse o Senador Marcos Rogério... Eu vou repetir as suas palavras: o senhor não esteve ao lado do aposentado quando, na reunião de agosto de 2024, dia 9 de agosto, depois da recomendação da CGU para fazer a suspensão cautelar, que o senhor não fez e, portanto, prevaricou – tipo penal –, o senhor, em agosto de 2024 – tipo penal –, o senhor prevaricou na opinião minha, e certamente a investigação vai demonstrar isso. O senhor diz que não é possível destruir uma empresa, defendendo as entidades. O senhor diz que é preciso ter elementos objetivos que acendam faróis amarelos de sinalização de risco. Isso aqui não é farol amarelo, isso é farol vermelho, isso aqui é coisa para parar a máquina. Um aposentado roubado, uma viúva roubada, um cidadão que tem o seu desconto feito sem autorização, Sr. Stefanutto, é uma pessoa que pode perder a vida por falta dos R$50, dos R$60. E o senhor foi cúmplice disso, porque o senhor não tomou a atitude necessária.

E aí eu vou lhe dar a oportunidade, e o senhor decide se responde ou não.

Mas eu quero saber se o senhor vai ter a mesma postura do Carlos Lupi, que não quis ter responsabilidade sobre as nomeações que fez, quando eu perguntei se ele tinha responsabilidade sobre as nomeações, mas disse, em determinado momento – estamos aqui com todas as notas taquigráficas –, que foi talvez V. Sa. que indicou André Fidelis para a Diretoria de Benefícios do INSS. Foi V. Sa. que indicou? Sim ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Impossível eu ter indicado. Eu nem era Presidente do INSS, nem estava lá.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Talvez por isso que ele disse que...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Talvez se confundiu, não sei, mas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... não sabia...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Mas não fui eu, não fui eu.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Talvez, porque, de fato, foi isso que eu pensei quando ele disse... Mas eu lhe pergunto: então, não foi V. Sa. que indicou?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não estava nem no INSS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Veio antes. O senhor estava antes, mas veio antes. Ele disse: "Eu não sei se foi Stefanutto". Citou o Weverton, inclusive, também. E quanto ao Geovani Spiecker, foi V. Sa. ou não foi?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Também, se eu não me engano, Deputado, não quero errar, mas eu não me lembro de eu pedir a nomeação do Dr. Geovani.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E aí o Carlos Lupi disse por várias vezes, não sei se querendo se eximir de responsabilidade ou passar para o senhor, mas ele, várias vezes, disse: "Não, o INSS é autônomo". O senhor se incomodou com isso de o Ministro Carlos Lupi dizer: "Ó, o INSS é autônomo, eu não tenho nada a ver com isso, não. Isso é coisa lá do INSS".

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu acabei de ser advertido pelo Presidente para não dar opinião, porque eu dei uma opinião na pergunta do Deputado Pimenta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não é opinião. Eu estou perguntando.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Mas eu não posso me incomodar, Deputado Van Hattem... Desculpa! Eu posso chamá-lo assim?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não posso me incomodar, depois de seis, sete, oito horas de indagação, se alguém coloca alguma palavra que pode ser interpretada da palavra para cá. Eu não me incomodei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não se incomodou com o Carlos Lupi passando a responsabilidade para o INSS, se eximindo e dizendo "isso é coisa lá do INSS"? O senhor não se incomodava com o fato de que o Ministro Carlos Lupi indicava os diretores do INSS e, mesmo assim, dizia que a responsabilidade era sua, autônoma?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Deputado Van Hattem, só esclarecendo, na Previdência e também em outros ministérios e nas suas autarquias, tem época em que ficam concentradas no ministério as nomeações, tem época em que não, em que ficam delegadas ao Presidente do INSS, no caso da Previdência. Isso é natural. Eu nunca me incomodei com isso. Eu acho que qualquer nomeação que eu fosse fazer sempre eu vou discutir com as pessoas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas não era o senhor que fazia, era o Ministro que fazia.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É, mas, via de regra, a nomeação desses cargos altos não sou eu nem nunca serei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a responsabilidade era sua ou do Ministro, afinal? Porque o Ministro não quis responder se era dele.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – De qual a responsabilidade o senhor fala?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – De indicar e nomear os diretores e manter os Diretores de Benefícios, Diretores de Pagamentos, todos os Diretores do INSS. De quem era a responsabilidade? Porque o Ministro Lupi não quis responder. Era sua ou dele?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor está falando da responsabilidade formal?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A responsabilidade. O senhor assinava embaixo ou Ministro Lupi assinava?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – De quem era a responsabilidade? Quem nomeou essas pessoas? É fácil a resposta.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A do Dr. André, como o senhor falou, eu não estava lá. O Dr. Virgílio eu indiquei. Já respondi isso aqui para os demais membros.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k., mas o Ministro Lupi não quis assumir a responsabilidade. O senhor assume a responsabilidade pela indicação de todos esses...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... criminosos investigados – pelo menos, pela investigação, é isso – e que roubaram o INSS.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor me desculpa, o senhor está fazendo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – André Fidelis é sua responsabilidade ou do Ministro Lupi? Porque ficou com o senhor depois que o senhor era Presidente...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não estava no INSS quando foi nomeado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas ele continuou, era seu diretor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Continuaram 3 mil pessoas em cargo de confiança no INSS, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não importa, mas o senhor era o Presidente.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Importa, importa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor tinha responsabilidade, o senhor dava efetividade para essas pessoas.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não. O senhor me permite?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não. A responsabilidade é sua ou não é? Só essa pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor me permite? Eu posso responder, o senhor me permita. O Presidente do INSS tem diversas responsabilidades.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a responsabilidade é sua ou não é sobre os diretores que estavam...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu me surpreendo aqui na Comissão de o senhor estar preocupado agora, porque o senhor nunca esteve lá comigo, pedindo qualquer coisa para o Rio Grande do Sul.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu quero saber se a responsabilidade é sua.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor nunca se preocupou com o aposentado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não tem ideia da minha preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque eu não lido com bandido.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor nunca se preocupou com o aposentado, passou a se preocupar agora.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não vou estar no INSS para estar lidando com pessoas que roubaram aposentados. Eu vou estar lá com essa gente toda que roubou aposentado depois?

Para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu quero lamentar aqui, eu quero lamentar...

Eu quero agradecer, primeiro, ao depoente por dizer que eu não estive no INSS, porque, junto com essa quadrilha que estava lá, eu jamais quero estar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em segundo lugar, Sr. Presidente – e para concluir –, ele disse ao Sr. Relator que se ressentia que a CGU foi primeiro à Polícia Federal e não foi tratado...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nunca falei que me ressentia. O senhor está pondo palavras na minha boca.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, o senhor disse... Eu estou pondo, sim, porque foi o que o senhor disse, interpretando da forma como eu quero.

O senhor disse: "A reunião... ". "Permita-me essa crítica. Primeiro, é uma crítica, a CGU optou em ir à Polícia Federal, depois optou em falar comigo.". É um ressentimento. Está muito claro. Sabe por que, Sr. Presidente? Porque, se a CGU tivesse ido primeiro ao INSS e não à Polícia Federal, essa roubalheira estava aqui ó, porque ele não fez nada enquanto crescia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Estaria muito maior e nós não estaríamos hoje aqui na CPI, porque, graças a Deus, nós tivemos alguém fazendo alguma coisa dentro da CGU e levando à Polícia Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O senhor gostaria de comentar?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Perdoe-me, Deputado Van Hatten. Sei que o senhor tem uma predileção pela servidora que o senhor já disse aqui que deveria ser a Ministra da CGU, mas ela não foi em... Ela estava lá em 2019, em 20, 21 e 22, e não foi a nenhum lugar; não foi nem ao INSS, não foi nem à CGU, à Polícia Federal... Não foi a lugar nenhum. Então, permita-me... Foi até promovida, não sei por qual razão. Então, permita-me fazer o contraponto. O senhor quer limitar a discussão à bandeira, à cor. O senhor não quer falar do filme, o senhor quer falar da fotografia. Por isso que eu não consigo responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu estou falando do seu período na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor. Van Hattem, por gentileza, Deputado.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim, claro. O senhor não quer falar do que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Porque não lhe convém.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu estou falando do seu período na Presidência, do *e-mail* que o senhor recebeu do INSS e não fez nada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gente...

Sr. Deputado Marcel Van Hattem, por favor. Por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – O senhor não fez nada. O senhor recebeu *e-mail* e não fez nada. E continuaram roubando os aposentados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, Deputado, por favor.

Senhores, mais uma vez, vou pedir: vamos manter com tranquilidade as perguntas e respostas. É longa a nossa sessão ainda, e nós ainda temos pelo menos mais umas três horas. Então, com tranquilidade, a gente vai conseguir dar respostas.

Senador Jorge Seif, por gentileza.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Senhoras e senhores, muito boa noite.

Boa noite, Sr. Stefanutto, Sr. Júlio César, advogado, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais componentes, assessores, todos.

Presidente, o que nós temos visto, reiteradamente, é uma narrativa reiterada. E tem um ditado que diz que uma mentira contada mil vezes se torna verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Deputados da esquerda, ligados ao Governo, querem convencer o povo brasileiro de que, até 2022, foram descontados 500, 600, 700 milhões, e depois foi para quase 6 bi no total – 2023, 2024 –, e a culpa é de Bolsonaro. Tem que colocar o narizinho de palhaço ou a orelhinha de burro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... porque eu tenho certeza de que qualquer um sabe e vê que o esquema foi todo armado e executado durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo que, e já agora...

Sr. Stefanutto, obrigado pela presença do senhor.

Quero lamentar, de novo, que, infelizmente, quando alguém tem medo de responder pergunta, quando alguém tem medo de ser inquerido, quando alguém tem medo de ser dado voz de prisão, recorre à Suprema Corte. E a Suprema Corte tem que parar com essa mania de defender silêncio, porque, uma vez que os senhores são investigados ou acusados ou estão num processo de investigação pela Polícia Federal, às vezes, indiciados – não sei qual é, sinceramente, a situação do senhor –, então, busca-se na Suprema Corte refúgio para não falar, para não responder. E eu não consigo entender isso de forma nenhuma. Como que pessoas que estão sendo investigadas pela Polícia Federal por roubar bilhões de brasileiros, ao invés de serem compelidas a falar, compelidas a entregar, compelidas a dizer nomes e onde está o dinheiro, não, são compelidas a ficarem em silêncio e recebem essa garantia da Justiça. Não entra na minha cabeça! Não entra na minha cabeça!

Mas eu quero elogiar a postura do senhor, porque o senhor, mesmo nessa condição, está aqui falando. Que bom por isso! Mas a impressão que eu tenho, Sr. Stefanutto... E o senhor tem razão quando o senhor cita a Constituição, dizendo que a gente não pode – eu não sou jurista, eu sou administrador... não podemos... ampla defesa, que todos nós temos presunção de inocência... Perfeitamente, mas a impressão que eu tenho, para a população me entender, é de que o senhor mergulhou numa piscina e não se molhou. Essa é a impressão que eu tenho, e vou lhe explicar por quê: primeiro, que Lupi... E me estranha... Carlos Lupi veio aqui e uma das primeiras frases dele: "Estou muito triste com esse episódio na minha vida", mas ele pediu demissão. O senhor foi indicado dele – o senhor já falou isso aqui durante... está aqui nas notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor é uma pessoa de confiança dele e o senhor, como disse, tem uma carreira de Estado. O senhor foi exonerado por ele. Ele...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO (*Fora do microfone*.) – Senador, eu posso fazer um aparte?

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Claro.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu não fui exonerado pelo Ministro Lupi nem pelo Presidente Lula – foi um equívoco a publicação –, eu pedi exoneração.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Ah, o.k. Perdão.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Assim que a Polícia Federal esteve na minha casa, eu tinha que preparar a minha defesa...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Parabéns!

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – ... eu percebi o que estava ocorrendo e eu trouxe aqui até o requerimento.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não, perfeito. É a informação que eu tinha.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não, foi publicado realmente como de ofício, mas não foi de ofício.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Maravilha.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Vai ter que ser até, em algum momento oportuno, corrigido.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Corrigido, corrigido.

Bom, tudo bem.

Então, eu tenho uma pergunta para o senhor: dia 7 de abril de 2025, o senhor respondeu ao Congresso afirmando não haver indícios de fraudes de descontos associativos. O senhor confirma essa informação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu não lembro qual o RIC. Era um RIC, né, provavelmente, Senador?

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Foi um Requerimento de Informação 373, de 2025, da Câmara de Deputados.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu teria que entender o que perguntou para eu saber o que respondi, porque a gente respondia muitos RICs. Não me recordo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Solicitado por Parlamentares, após denúncias de irregularidade dos descontos de associações em benefícios previdenciários, encaminhado ao INSS e Ministério da Previdência Social, em março. Resposta oficial, de 07/04/25, assinada pelo então Presidente Alessandro Stefanutto, afirmava não haver indícios de irregularidade ou fraude nos convênios com associações.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Se o senhor me permite, eu gostaria de ter acesso ao RIC, à resposta e a quais razões que levaram à resposta, porque o senhor está resumindo, obviamente, né?

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sim, até porque eu já tenho metade do meu tempo só.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Posso?

Desculpa tomar o tempo do senhor, Senador...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não tem problema.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – ... mas, da mesma forma como eu falei para outros Deputados e para o senhor, eu não tenho problema nenhum de apresentar por escrito por que que nós respondemos daquela forma ao senhor, tendo em vista a dinâmica da CPMI.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – É, porque a minha pergunta – o senhor não tem essa resposta aí –: como que explica uma declaração dessas, e, 16 dias depois, a Polícia Federal deflagra uma operação bilionária, com base na auditoria robusta, né?

E eu vou fazer aqui as perguntas mais importantes.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – O senhor disse que fechou o Suibe e que descobriu sete chupa-cabras no prédio, inclusive ao lado da sua sala. O senhor falou hoje aqui, em algumas oportunidades.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Perfeito.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Isso o senhor avisou a Polícia Federal?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Claro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – O senhor fez...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Quando eu fechei o Suibe e veio... Em seguida, ato contínuo a isso, a Polícia Federal foi. Nós chamamos a Polícia Federal, e a Polícia Federal começou a apuração.

Eu não sei o resultado, porque tem câmeras lá e tivemos que mudar a segurança, mas eu chamei a Polícia Federal, claro.

Eu ou o meu gabinete, desculpe.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – O senhor falou aqui, em algum momento da CPMI... Eu estava no meu gabinete, assistindo. Assisti praticamente na íntegra. E o senhor falou que esta CPMI também é uma CPMI política. E é verdade, eu concordo com o senhor. Por ser uma CPMI política, tem alguns... Lembra que eu falei para o senhor, no início, que me parece que... Como é que se mergulha numa piscina sem ser molhado?

Veja, o Senado Federal, vergonhosamente – isso é uma vergonha para a instituição que eu represento, por Santa Catarina –, decretou cem anos sobre as imagens do Careca do INSS. Isso não é normal. O senhor conhece a Constituição, e a Constituição fala do princípio de transparência e do princípio de privacidade.

Depois, o jornal *Metrópoles* diz que o Careca do INSS, entre um dos gabinetes que frequentou, foi ao de um Senador do seu partido, o PDT, meu colega aqui, ou seja, o Senado está protegendo o quê, quem? Depois, o senhor diz que é do PDT. Depois, o Carlos Lupi diz que realmente indicou várias pessoas do PDT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, a Record me traz... Reportagem da Record – eu sou o mensageiro, não sou o criador da informação – diz que Senadores e Deputados recebiam mesadas das associações, por terem facilitado e desligado os sistemas de segurança que levaram ao roubo dos nossos velhinhos.

Então, é muito difícil... Outra, Contag e Sindnapi sempre foram instituições ligadas, tradicionalmente, ao PT e ao PDT. Uma ao PT e uma ao PDT, né? Nós sabemos disso. E, logicamente, mais uma vez, a narrativa do Partido dos Trabalhadores não se sustenta ao dizer que Bolsonaro, que sempre teve um discurso forte contra associações, contra greve, contra essa confusão, estivesse, de alguma forma, blindando associações que descontavam de aposentados e pensionistas, né?

E me espanta que Carlos Lupi invocou para si – ele tirou a sua autonomia de Ministro, na verdade, Presidente do INSS... Ele tirou a sua autonomia, dizendo: "Não, quem vai nomear isso sou eu". E "coincidentemente", entre aspas, porque não tem bobo aqui, nem o senhor, nem eu, nem quem está nos assistindo, o roubo dispara de R$500 a R$700 milhões para quase seis bi, em dois anos.

Então, algo de errado, que não está certo – parece uma piada, mas é verdade –, aconteceu durante a sua gestão. Não tem como negar – como o van Hattem mostrou – o gráfico meteórico de descontos, durante a gestão de Lula...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... durante a gestão de Stefanutto e durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

E uma coisa – eu não sei se eu vou morrer com isso, com essa dúvida na minha cabeça –: por que Carlos Lupi se acha injustiçado e pediu demissão? Se eu sou acusado de alguma coisa, eu fico no cargo até o final, para mostrar a minha inocência. Ele não; correu.

Então, como me faltam só 30 segundos, deixe eu ver se eu consigo fazer, ainda, uma pergunta. (*Pausa.*)

Se as fraudes já estavam ocorrendo e o Ministro centralizou a gestão em si, por que nenhum alerta formal foi emitido ao gabinete de Lupi e ao Presidente Lula?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, já contando com a paciência do Sr. Presidente, será que a DPU, Sr. Stefanutto, será que a CGU... Eu mostrei aqui, na última CPMI, o relatório de 2023 da CGU, que mostrava que já tinha irregularidade, já tinha descontos, e uma investigação estava por ocorrer. Então, o senhor me perdoe – não estou fazendo mau juízo nem nada –, mas é muita coincidência – é muito PDT no meio, é muito PT, é muito Lula no meio –, para dizer que vocês corrigiram e não que foram, na verdade, os principais atores, uns passivos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... uns ativos, da roubalheira que ocorreu em nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. O senhor não é obrigado a comentar tudo se o senhor não desejar.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu vou rapidamente... O Senador Seif colocou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor colocou sobre... Primeiro, eu quero deixar claro que eu não participei, não me omiti em relação a nenhuma associação... de cor de bandeira. E eu permaneci no PSB até janeiro ou fevereiro de 2025, então não estava no PDT naquela época, e não tem a ver com bandeira. Como eu falei ao senhor – acho que o senhor estava assistindo, V. Exa. estava assistindo –, eu não fiz...

Quanto à CGU, eu repito aqui, nós temos uma tabela – que podemos fornecer aos Srs. Parlamentares da CPMI – que mostra o que eles falaram, o que nós fizemos, inclusive antes. Quando o senhor mostra o crescimento, como o Deputado van Hattem demonstrou o crescimento, é que, na minha avaliação, na avaliação hoje, depois de saber de tudo o que estava acontecendo, que a Polícia Federal, a CGU, com outras ferramentas que nós não temos... Eu não posso deixar de ter uma visão do filme todo. Eu não estou aqui colocando... Obviamente, aqui é político, como o senhor colocou; tem um viés político, é uma CPMI. Mas independentemente de cor, essas coisas não se fazem ao longo de um ano, de dois anos. Isso é estruturado, é feito depois um crescimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu discordo do senhor no que toca a falar que eu fui responsável. Eu não estou aqui com procuração do ex-Ministro Carlos Lupi. Em que pese estar no mesmo partido, cada um tem suas opiniões.

E também, Senador, a CGU em si... Não é que eu atendi 99% das vezes que a CGU determinou coisas, mas existem dois episódios – e um episódio eu não trouxe aqui para não alongar – em que 52 pessoas receberam intimações da CGU, num determinado caso – não tem nada a ver com o assunto daqui –, com que eu não concordei. Fui à Secretária Executiva, ela colocou um auditor para verificar, foram canceladas essas intimações, que não faziam sentido. Inclusive, o auditor colocou no último parágrafo que isso beirava o abuso de autoridade.

Então, é natural esse debate – até por eu ser Procurador, enfim – com a CGU. Não foi uma coisa dolosa no sentido de que eu não obedeci à CGU, etc. e tal. Se olhar o meu histórico com a CGU, é muito bom. Tenho diferenças com a servidora que foi colocada – eu a respeito, ela é excelente servidora –, mas, nesse episódio, com todo o respeito, eu acho que nós podíamos ter encaminhado... Eu não sabia da fraude geral, etc.; podíamos ter encaminhado. Talvez, se ela tivesse nos respondido quando nós perguntamos qual era a metodologia e essa resposta chegasse, nós tomássemos outras providências, porque eu teria mais segurança para tomar as providências inaudita altera parte, sem ouvir todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não sei se eu atendi tudo o que o senhor perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o tempo está encerrado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Só para deixar registrado, Sr. Presidente, quero agradecer a resposta do Sr. Stefanutto. Só para deixar registrado, ele já tinha concordado que a servidora da DPU e da CGU...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Da DPU eu não tinha nem falado. Não critiquei a defensora. A da CGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – A título de sugestão, que nós possamos fazer, sim, uma oitiva, uma acareação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – E preciso também reconhecer e elogiar a postura do Stefanutto, que, além de falar, ele colocou todo o sigilo de contas internacionais, coisa que os demais não fizeram, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Que bom, isso é importante, e as ações de transparência devem ser louvadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O Relator tem mais alguns questionamentos, Sr. Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, eu tenho muitos outros, mas irei fazer ao final. Eu só quero buscar um esclarecimento.

Eu vi o Sr. Stefanutto respondendo ao Sr. Marcel van Hattem em relação à CGU, à Sra. Eliane. Mandei buscar as notas taquigráficas.

O senhor já disse aqui que ela deveria ser a Ministra do CGU, mas ela não foi em lugar...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Eu não disse isso – eu não disse isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ô, está nas notas taquigráficas.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu não disse isso. Eu falei que...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. Olha, o senhor me desculpe...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O Deputado Marcelo Van Hattem que falou isso para o CGU. Não, eu sei o que eu falei, com todo o respeito ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não falei isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu vou ler aqui. O senhor corrija as notas taquigráficas.

"[...][Obrigado], Deputado Van Hattem. [Eu] sei que o senhor tem uma predileção pela servidora que o senhor já disse aqui que deveria ser a Ministra do CGU".

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – E o Deputado não disse diferente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Foi o que o senhor falou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É isso aqui.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o senhor complementou: "E ela não foi em nenhum lugar. Não foi nem no INSS [...], [nem foi] na Polícia Federal... Não foi em nenhum lugar, [em lugar nenhum]. Então, me permita... Foi até promovida [...]".

A pergunta que eu tenho para fazer, muito simples, é: A Dra. Eliane Mota comunicou ao senhor, em 2024, que estava havendo desconto associativo de maneira irregular?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Já respondi a essa pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não quer responder, mas a pergunta é essa. A Dra. Eliane Mota comunicou ao senhor em 2024 desconto irregular no INSS? Sim ou não?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu já respondi a essa pergunta. Aliás, foi apresentado, pelos nobres Deputados ou Senadores, isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, vou aproveitar e vou terminar de fazer as minhas perguntas.

Então, quero dizer que Dra. Eliane Mota está de parabéns.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Viegas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Viegas, mas é Mota também.

Em 17 de julho de 2024, mandou um relatório de auditoria circunstanciado, mostrando o roubo em várias entidades.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vinte e quatro.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – O Lupi sabia também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 21 de agosto de 2024...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vinte e quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... outro relatório diretamente para o *e-mail*...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Dezenove, 20, 21 e 22, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... do Presidente do INSS, o Alexandre Stefanutto.

Depois de uma longa explicação, ela disse assim: "Assim, considerando todo o exposto, propõe-se ao INSS a suspensão cautelar das mensalidades associativas de oito associações já visitadas: Unaspub comprovadamente roubou; Ambec, da mesma forma; CBPA, AAPB, Conafer, ABSP, Sindnapi e a Universo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunta que eu faço ao depoente: por que não foi adotada uma medida cautelar de suspensão em relação a essas entidades?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, o senhor está perguntando relativo ao *e-mail* de agosto, não é isso?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ao *e-mail* de julho...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Julho para agosto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e ao *e-mail* de agosto.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – De agosto, não é? Aquele que fala dos 97%, não é isso, Deputado? Acho que é isso. A pergunta é retórica, é isso.

Nós respondemos. Primeiro, eu vou disponibilizar a toda a Comissão, item por item, o que está no relatório da CGU que nós fizemos. Item por item. Nada ficou em branco.

Depois também, Deputado, Sr. Relator, faz sentido dizer que, quando eu discuti... Peço desculpa, porque me exaltei com o Deputado Marcel van Hattem, como pedi desculpa ao senhor, no calor do debate, mas em nenhum momento eu falei de 24. Eu estou falando de antes.

Aqui é um debate, claro, em que eu tento evitar conteúdo político. Para mim, não haveria 24 e 23 se nós tivéssemos, em 22 e 21, não tido alguns comportamentos também. E esses comportamentos, Sr. Relator, não foram, não foram trazidos pela servidora ao INSS, à Polícia Federal, à DPU ou até a algum Parlamentar aqui. Não foram trazidos. Então, isso tem que ser verificado, o que é que aconteceu. Só isso.

Eu não estou aqui concordando com o que aconteceu em 24, Dr. Gaspar. Não estou concordando. Se há malfeito – e eu digo "se há" porque prestigio ampla defesa, contraditório, presunção de inocência –, se há malfeito, deve ser apurado, e quem for responsabilizado deve responder por isso. Não estamos concordando com isso, mas o que eu digo é que, nessa investigação, nós perguntamos à CGU: "Me diga a metodologia". E mais: a CGU tem poder para fazer um bloqueio cautelar. Não foi feito também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não quero aqui tirar responsabilidade que possa ser discutida sobre a minha gestão, mas a CGU não fez! Existem três... A natureza de recomendação são três, e uma é mandatória! A CGU também não tinha essa certeza tão equivalente porque não fez! Por que é que não fez?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Porque o Ministro não quis fazer. Nós cobramos o Ministro Vinicius Carvalho, e ele não fez. Ele prevaricou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado van Hattem, por favor. Deputado van Hattem, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Não, a pergunta foi feita. Ele olhou para mim, e estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza!

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Pois não. Pois não, Relator...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele olhou para mim e fez uma pergunta. Eu respondi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor!

Eu estou olhando para V. Exa. e pedindo: por gentileza, não se manifeste agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – O senhor recebeu o relatório da CGU – vamos despersonalizar – sobre problemas nessas entidades que eu acabei de citar?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, eu já respondi isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não...O senhor pode dizer?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Mas eu já respondi isso, senão vai repetir a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa, não é nada pessoal, mas eu já respondi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem problema. Não, isso aí não me afeta em nada. Só quero saber aqui da culpabilidade do senhor ou não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que o senhor, como Presidente do INSS, diante da gravidade das denúncias, não agiu de forma cautelar em relação a essas entidades, após o relatório circunstanciado da CGU?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Após o relatório circunstanciado da CGU, além dos itens do relatório já estarem vários atendidos, nós providenciamos outros itens e perguntamos à CGU formalmente – a Diretoria de Benefícios perguntou – qual era a metodologia para que pudéssemos ser mais cirúrgicos, e essa resposta não veio até hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, só complementando: nesse caso, os senhores estavam equivocados, e o roubo continuou. Está aí a prova, pela própria Polícia Federal.

Mas eu queria perguntar ao senhor sobre 9 de agosto de 2024, uma reunião conjunta de soluções. Lá estavam presentes, entre outros, o Sr. Alessandro Stefanutto, o senhor...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sou eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e estava presente também a Dra. Eliane Mota, Viegas Mota. E aqui está transcrito, qualquer coisa o senhor pode acompanhar aí, com seus documentos.

Diretora da CGU: "Os beneficiários afirmam não ter autorizado os descontos".

Eu só queria que o senhor me explicasse, se é que o senhor deseja. Ela fala sobre a alegação de os beneficiários não terem autorizado os descontos. Aí, o senhor diz – olha só; palavras do senhor... Disse o senhor que a única preocupação... Porque foi perguntado, eu acho que pelo Ministro, ex-Ministro Moro, ou por outro Parlamentar, se o senhor só estava preocupado com as entidades. O senhor disse que absolutamente não ou algo parecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha o que é que o senhor respondeu para a Sra. Eliane – nota taquigráfica –: disse que a única preocupação é o fato de as pessoas dizerem que não autorizaram o desconto, mesmo que tenham se utilizado dos serviços; falou que, para punir as entidades, é preciso oportunizar ampla defesa e contraditório.

Eu queria saber do senhor... Essa resposta do senhor só afirma o que foi perguntado. O senhor estava mais preocupado com a integridade das associações do que com os aposentados sendo lesados?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Posso responder? (*Pausa.*)

Sr. Relator, a segunda questão do senhor eu até respondi no debate, acho que com o Deputado Marcel van Hattem: não, eu estava preocupado e continuarei preocupado – e sempre foi uma missão de vida – com os aposentados e pensionistas. Talvez, aí, a única parte que o senhor pegou... E, quando a gente pega uma frase dentro de uma reunião, sem que a gente ouça toda a novela, veja só um capítulo, pode ensejar essa interpretação do senhor. Que eu reconheço, mas essa...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não fui eu não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... essa frase está desconexa de tudo o que nós discutimos com a CGU.

Nós só pedimos à CGU uma coisa, Sr. Relator: nos mostrem a metodologia. Porque a medida era extrema, e, se era necessário – e era necessária –, por que não nos mostraram a metodologia?

Por que é que nós queremos saber da metodologia? Para saber se não estávamos dando um tiro de canhão – nós não sabíamos, à época, a dimensão –, um tiro de canhão para matar um pernilongo. Foi por essa razão que nós pedimos a metodologia.

E o que é que custava mandar a metodologia? Não foi mandado. Pelo menos enquanto eu estive lá, até 23 de abril, eu nunca recebi a metodologia. E nós mandamos formalmente a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto, eu posso ter me equivocado aqui nessa interpretação, mas aqui está ao pé da letra, exatamente, tudo o que foi falado. É uma transcrição *ipsis litteris* do que foi dito na reunião.

Em outra oportunidade, o senhor disse, comentou sobre a apuração de desbloqueio de benefício, de forma irregular, mediante pagamento a servidores do INSS. O senhor disse assim, que não há dúvida de que possa estar ocorrendo com relação a descontos associativos – olha a sua afirmação. O senhor recebeu até mensagem de WhatsApp – o senhor dizendo – assediando para desbloquear.

Continua: a ação sendo acompanhada pela Polícia Federal. Não o surpreenderia desbloqueio individual – olha só; isso, em 9 de agosto de 2024 –; no coletivo, o senhor não recebeu informação.

Coloca ali, por favor, a tabela.

Porque eu queria só que o senhor me explicasse... A gente está falando de agosto de 2024.

Passa aí, por favor. Passa aí.

Passa mais.

Passa.

Pronto. Bota aí, por favor.

Olha, o senhor disse que, no coletivo, não estava havendo esse desbloqueio em lote. Aí, isso o senhor disse em agosto de 2024.

Em agosto de 2024, 56 mil; em julho de 2024, 79 mil; e, em julho de 2024, 135 mil. E assim está aqui: 56 mil, 63, 85, 58, tudo na sua gestão. Mas...

Volta um atrás.

Aí, aqui, 139, 144, 251... E muitos mais.

Por que o senhor falou isso na reunião? Que desbloqueio coletivo não estava havendo, poderia até haver individual?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Na verdade, está havendo uma confusão, Sr. Relator, se o senhor me permitir explicar.

Quando a gente fala de desbloqueio, o que eu estava falando nesta reunião, e essa transcrição, fomos nós que fizemos, é uma transcrição automática, então perde alguma coisinha, mas a explicação não se prejudica.

Nós estamos falando de desbloqueio para... Quando eu falei com a Sra. Eliane – e, por alguma razão, esse assunto andou no INSS, mas não andou também com ela na CGU –, eu estou falando de desbloqueio para empréstimo consignado.

E eu até falei aqui antes, acho que o senhor lembra, que, quando foi fechar uma tarefa de desbloqueio de empréstimo consignado, que é feita uma a uma, nós encontramos um extrato do WhatsApp, onde se combinava o valor que iria depositar na casa da esposa de determinada pessoa, na conta da esposa de determinada pessoa. Tomamos as providências junto à corregedoria, à polícia, etc e tal., e eu estava comentando com a pessoa da CGU – não lembro se com a Dra. Eliane –, eu estava comentando com eles que esse era um outro problema que poderia estar afetando, diferente do que tem, do que o senhor está colocando, porque eu não sei se essas inclusões foram feitas mediante processo formal, como foi a da Contag, que eu falei para o senhor. Eu não estava comentando disso. Eu estava comentando desse problema que foi passado, a polícia apurou...

Outro dia, até saiu a notícia das prisões etc. sobre isso, e nós arrumamos, eu falei no início da reunião aqui, que eu coloquei 150 servidores nessa coordenação geral, para que cuidassem disso, e foi resolvido.

Eu estava comentando um outro tema, porque, nessas reuniões, a gente não comenta um único tema.

Eu acredito que seja isso, Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor acabou de me dizer aqui, pelo que eu entendi, que esse desbloqueio que o senhor falou foi sobre empréstimo consignado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Desbloqueio para fazer o empréstimo consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo, consignado.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Posso, só para não ter imprecisão, Sr. Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não quer dizer que não houve empréstimo consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – O que é que acontece? Como demora para desbloquear... Demora um mês, às vezes, um mês e meio, porque cai numa lista de atividades, e a nossa prioridade lá era benefício por incapacidade, aposentadorias etc., para atender à população. Esse serviço, às vezes, demora. E aí, a minha impressão – não querendo dar opinião, Sr. Presidente –, a minha impressão era que se queria acelerar isso. O desconto era... O desconto consignado era legítimo. O que não era legítimo é furar a fila e alguém receber para fazer o desbloqueio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, Sr. Stefanutto, o antecedente mostra muito do sequencial. Estou aqui, lendo esse documento, e o senhor dá essa resposta. Duas perguntas que foram... Duas falas foram feitas antes dessa que eu lhe perguntei.

O Coordenador-Geral de Pagamento e Benefício do INSS diz assim: diz que todos os benefícios estão bloqueados para novos descontos associativos desde maio. Continua. Comentou sobre um colega que teve desconto recente em benefício, em que não houve desbloqueio prévio, relacionado a desconto associativo.

Aí, a gente vai para a terceira.

A terceira, o senhor diz que a ação, sendo acompanhada, não surpreenderia o desbloqueio individual. No coletivo, não recebeu informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

As duas falas anteriores eram sobre bloqueio, desbloqueio de desconto associativo. Quer dizer que a do senhor, que está parecendo ser uma continuidade dessa, era sobre consignado?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nós conversamos sobre o desbloqueio. O desbloqueio dos dois é muito parecido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo.

Aí, vamos aqui para a próxima.

Comenta... Olha, comenta o senhor que o único evento atípico ocorrido foi aquele com a Contag, antes referido como evento de desbloqueio massivo.

Isso que o senhor está falando da Contag é desconto associativo ou consignado?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu já respondi essa pergunta, já falamos sobre isso com outros Parlamentares e com o senhor também. A Contag não faz empréstimo. Então, só pode ser desconto associativo, claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Então, queria dizer que, antes da fala do senhor, era desconto associativo; depois da fala do senhor, foi desconto associativo, e, quando o senhor nega a questão do coletivo, não está havendo desconto associativo, o senhor diz, agora, que faltou a palavrinha empréstimo consignado. Só estou lhe dizendo.

Mas o senhor foi mais adiante.

Olha, a diretora lá da CGU, preocupada com essa questão dos descontos, e o senhor responde a ela mais uma vez que, quando suspendem os descontos e repasses de uma entidade, pode acabar com a entidade, pois a maior parte de suas receitas é oriunda desse desconto. O tempo é que irá demonstrar que isso pode destruir a empresa.

E o tempo demonstrou que as empresas estavam roubando os aposentados.

Aí, eu volto àquela pergunta, aqui, mais uma vez: o senhor está preocupado com as entidades e não com os aposentados, ou foi uma interpretação equivocada?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, o senhor está equivocado. Lamento sempre repetir isso: o senhor está equivocado, porque o que nós queríamos era ser mais cirúrgico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente não fizesse algum tipo de bloqueio que não correspondesse à verdade. E isso que eu conversei... É uma conversa técnica, na qual nós estávamos trocando ideia, mostrando nossas razões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse aqui também, nesta reunião, que tinha gente infiltrada em grupos de venda de dados.

Quem é que estava levando isso adiante? Era a investigação da CGU, da Polícia Federal ou do próprio INSS?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A CGU e a Polícia Federal não trataram do Suíbe. Suíbe é um sistema em que são depositados todos os dados dos aposentados, pensionistas, dos benefícios. Quem determinou que se fechasse o Suibe, quem determinou que mudasse a política de senha, a política de gestão fui eu. Não foi, não houve nem recomendação, que eu me lembre, pelo menos para mim, da CGU para isso. Isso não foi, isso entra no mesmo bolo que... eu tenho uma curiosidade de entender por que é que não foi investigado também em outros anos isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer se teve reunião no final de 2024 com o Presidente da Febraban?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu tive várias reuniões com o Presidente da Febraban, provavelmente pode ter sido uma dessas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, nessas reuniões, o senhor recorda qual era o assunto tratado?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Recordo.

Só fazendo uma explicação: o Presidente da Febraban é meu amigo pessoal. Por que ele é meu amigo? Porque ele foi Procurador. Nós... Eu era Procurador-Geral do INSS; ele, Procurador do Banco Central. O conhecia, amigo de trabalho, tenho muito respeito por ele e tratamos de vários assuntos.

O primeiro assunto que nós tratamos, que eu me lembre, Dr. Gaspar... Eu vou tratar de trás para a frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro de que nós fizemos o adiantamento do pagamento dos aposentados. Por conta do Carnaval, a data de pagamento ia ficar muito distante. O Presidente Lula me chamou e determinou que a gente resolvesse e pagasse antes, para não prejudicar as pessoas. Assim foi feito, e o Presidente da Febraban ajudou bastante nisso, porque falou com todos os bancos.

Teve outras visitas do Presidente da Febraban. O Presidente da Febraban estava buscando conversar quando se alterou o viés da Selic. Ele estava procurando conversar; conversou com o Ministro Lupi, eu estava com ele. Eu não sei se nessa reunião de que o senhor fala eu estava com o Ministro Lupi. Entre outros assuntos que estão na minha agenda, sempre foram reuniões com agenda aberta, onde quer que fosse.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Complementando: o senhor teve, em ocasião particular, jantar com o Presidente da Febraban em 2024?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nunca jantei com o Presidente da Febraban, nem em 2024 nem em nenhum ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda de uma reunião que teve com a CBPA, com um senhor chamado – vai depor aqui ele – Abraão Lincoln Ferreira da Cruz?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Quando foi a reunião? Eu recordo que me reuni com... reunião geral, em que ele estava, e também me reuni em reunião com a CBPA. Não lembro a data.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda qual foi o assunto tratado nessa reunião?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não me lembro de me reunir como Presidente, eu acho que eu me reuni como Procurador-Geral. Eu não me lembro de qual foi o assunto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui está com o... Presidente, mas o senhor...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Qual é a data em que foi? Que aí eu posso lembrar o assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 28/11/2023.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não me recordo.

Não é a reunião do dia 27, Sr. Relator?

Eu não lembro, eu não recordo qual era o tema.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não recorda, né?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não recordo, mas eu recebia todos que pediam agenda para mim. Eu recebia, fosse Parlamentar, fossem pessoas simples, fossem pessoas de entidades... Eu sempre recebi todos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda de ter recebido a Contag pouco antes de ter autorizado a assinatura do ACT, em 2024?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu recebi a Contag várias vezes em reunião no meu gabinete. Eu não lembro se foi antes da liberação, mas eu recebi a Contag várias vezes. Provavelmente, pode ter acontecido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não recorda a temática, com a Contag, sobre o ACT cuja assinatura o senhor determinou, não?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu nunca determinei a assinatura do ACT. Acho que... Acredito que o senhor esteja falando da prorrogação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da prorrogação.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não tive nem contato sobre isso, eu não me lembro de tratar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não se...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Com a Contag, eu não me lembro de tratar sobre prorrogação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. A solução provisória é uma coisa de que não sai o esclarecimento para minha cabeça. A solução provisória contrariou a Instrução Normativa 162, que o senhor mesmo tinha expedido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor autorizou a solução provisória.

Eu estou aqui com um documento e, neste documento, o senhor defere a solução provisória dizendo que atendia à solução provisória das entidades.

Eu pergunto ao senhor: a solução provisória, o senhor recorda se foi das entidades ou do INSS? Porque, aqui no documento, está que foi das entidades com a sua assinatura. Eu só queria esclarecer isso.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu já acho que já respondi isso, Dr. Gaspar. A solução provisória foi a mesma medida que nós tínhamos adotado com os bancos lá atrás quando começamos a... E melhorou muito, diminuiu muito a reclamação sobre empréstimo consignado; a solução provisória, cada banco tinha a sua. E eles, pelo princípio da boa-fé, adotaram e, depois que evoluiu para uma solução, eu não sei responder completamente se acabou usando da Dataprev, se acabou usando dos bancos, eu não lembro, mas foi a mesma receita que nós tínhamos adotado, mal comparando, com os bancos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor não tem como responder de quem era a solução provisória, de quem foi a ideia, não é isso?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu não tenho como responder...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Acredito que o INSS que tenha sido feito, eu não me lembro. Eu me recordo de que nós começamos a debater isso, começamos a debater que não podia ficar com o nome, CPF e NB. Debatemos que isso não tinha mais como se aceitar e que, como ia demorar a Dataprev, nós podíamos tentar uma solução intermediária que trouxesse, e essa era a minha intenção, confiança ao modelo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Assim que o senhor lançou a solução provisória, ou determinou o lançamento, em oito minutos – em oito minutos –, a Master Prev, que é uma das entidades que mais descontos associativos fez, e comprovadamente desconto irregular roubado dos aposentados e pensionistas, fez a comunicação de que estava tudo o.k. A ABCB, em 20 minutos. A Cenap, em 24 minutos. A Aapen, em 29 minutos. A Anddap, em 42 minutos. A Caap, em 51 minutos. E Sindnapi, em menos de duas horas.

O INSS... Ali, o senhor tinha detalhado uma série de critérios. O INSS não percebeu que isso era uma enrolada, não?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, eu não tive essa informação à época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo, porque foi essa determinação de solução provisória que permitiu, infelizmente, um roubo multimilionário das entidades. E essas aqui não tiveram tempo nem de ler qual foi a solução provisória, já foram lá dizendo que estava tudo de... em conformidade.

Em relação à solução provisória, existe algum interesse pessoal, político ou financeiro de V. Sa.? Existiu?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nenhum, de nenhuma natureza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer a que interesse o senhor atendeu ao indicar a solução provisória como o caminho?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nós entendemos que era uma evolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, no seu despacho, ou lá a sua equipe técnica, disse que estava fazendo a solução provisória porque uma das entidades, a Contag, estava com a fila muito grande de gente para associar, e aí a CGU foi fazer a pesquisa.

O tamanho da fila da Contag era de 235 associados, e a Contag estava querendo associar, como conseguiu com a solução provisória, milhares de associados. Então, o senhor tinha conhecimento de que a Contag estava mentindo na justificativa dela?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu acho que tem uma certa confusão, me permita esclarecer, porque quando o senhor fala de 235 foi o argumento que usou – eu li esses documentos –, que usou a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura para fazer o requerimento ao INSS, correto, Sr. Dr. Gaspar?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É o que tem aqui.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Mas não estamos falando aqui da solução provisória. Nós estamos falando daquela primeira questão da inclusão dos 32 mil, 33 mil associados, se eu não me engano.

Aí, respondendo à pergunta do senhor... (*Pausa.*)

Eu estou com o despacho aqui e, no despacho, Deputado, fica claro, tem os outros itens, fica claro que havia um parecer técnico – e assim que o gestor público trabalha –, havia um parecer técnico, havia um parecer jurídico, e ainda a gente fez marcar no despacho que a gente estava... "Estribados no princípio da boa-fé [da mesma forma como a gente fez com os bancos] e na declaração de responsabilidade da interessada, consideramos que seria desarrazoado não atender o pedido da entidade, visto que, salvo melhor juízo, não se contrariam aqui procedimentos previstos na legislação vigente, conforme os pareceres que foram trazidos para autorização".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Stefanutto, nas discussões do Conselho Nacional de Previdência Social, em abril de 2024, foi perguntado ao senhor por que não resolvia a questão dos problemas associativos. Está aqui a resposta que o senhor deu, entre aspas: "Não possuo autonomia plena para saná-la".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que quer dizer isso? O senhor, como Presidente do INSS, em abril de 2024, disse que não tinha autonomia plena para sanar esses problemas.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sr. Relator, eu não me recordo qual foi a pergunta que me foi feita – prejudica um pouco a resposta –, mas em abril de 2024, a gente já tinha feito várias medidas para arrumar um modelo de sistema de desconto associativo. Mas eu não me recordo o que fez com que eu fizesse essa resposta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Aí aqui, o senhor, respondendo a uma pergunta de um membro lá no Conselho Nacional... é Conselho Nacional de Previdência, né?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (*Fora do microfone*.) – Previdência Social.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Previdência Social. O senhor... aqui está entre aspas, e está justamente descrito como o senhor falou.

No entanto, entre maio e junho de 2024... O senhor disse que não tinha como sanar, mas, em maio e junho de 2024, o senhor deferiu a regra transitória e autorizou a utilização de biometria alternativa proposta pelas entidades, que depois a CGU tentou confrontar e não conseguiu, porque não estava em banco de dados de ninguém.

Eu só queria ver, ouvir do senhor esse ato temerário de permitir essa solução provisória. Para isso, o senhor teve autonomia; para sanar o problema, o senhor disse que não teve autonomia.

Quem é que não lhe dava autonomia para sanar esses problemas?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Como eu respondi agora, na pergunta anterior, eu não sei o contexto da primeira resposta, porque não está a ata aqui. E uma coisa é a transcrição e a outra coisa é no momento. São linguagens, são portugueses diferentes. Mas eu vou responder à pergunta do senhor, à segunda pergunta.

É claro que a gente tinha autonomia, tanto é que fizemos vários movimentos a favor de uma melhora na concessão, uma melhora na gestão disso, uma melhora na gestão de acesso aos dados, evitando que se furtassem ou vendessem dados. Nós fizemos várias melhorias. É que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando o senhor pega um ato sozinho – e eu já fiz essa comparação – da autorização da biometria provisória, paralela...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, pode ir.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... da provisória, paralela, sempre nós esquecemos de comentar que, antes disso, era nome, CPF e número de benefício. O que nós tentamos foi avançar. Se veio a fraude – estou falando se, porque eu estou aguardando as investigações – e alguém fraudou, isso não acontece, não aconteceu somente em alguma atividade administrativa, onde você toma as providências e muitas vezes a atividade acaba ultrapassando aquilo que você colocou como barreira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estava ouvindo uma entrevista do senhor na CNN Brasil. Mandei até localizar aí e, qualquer coisa, a gente pode passar.

Lá foi perguntado ao senhor sobre entidade com ACT. E o senhor respondeu que não teve, durante a sua gestão, nenhum convênio assinado. Só que eu estava analisando aqui e, dos 40 ACTs vigentes em 2025, na sua Presidência, os ACTs representaram 37,5 do total. Além disso, além desses, estavam tramitando, em via de prosseguimento, com deferimento ou indeferimento, 34 processos de novas entidades solicitando ACTs.

Eu pergunto ao senhor: essa entrevista que o senhor deu na CNN, dizendo que não teve nenhuma entidade com ACT sendo registrado durante a sua gestão, foi uma falha ou o senhor confirma isso?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não me lembro do contexto da entrevista, mas o que eu posso falar: esses ACTs que não estavam ainda publicados, não estavam ainda deferidos, foram todos bloqueados por uma decisão minha e que seguiu até o último dia em que eu estive na Presidência do INSS. Então, quanto àqueles que não foram adiante, e acredito que agora o regime foi desfeito, foram suspensos, então nenhum deve ter sido publicado, mas, desde o dia em que eu determinei que não tivesse mais nenhum ACT, isso ocorreu.

É claro que aqueles ACTs que estavam processando e já estavam assinados foram remetidos para processamento porque eles já tinham validade. Quanto aos ACTs anteriores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se a minha resposta, Dr. Gaspar, foi relativa àquela medida que a gente tinha tomado do bloqueio – e aí eu respondi nessa gestão –, e eu não tinha uma governança diária para saber os ACTs que tinham sido aprovados antes de eu entrar e que estavam sendo publicados, porque eles não tramitavam pela Presidência do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas os ACTs que estavam sendo perguntados eram sob a sua Presidência. Eu quero dizer ao senhor que o senhor foi o Presidente do INSS que, durante a gestão, mais ACTs teve...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... expedido. Exatamente.

A Polícia Federal fez uma busca e apreensão, acredito, na sua residência e encontrou no seu telefone vários documentos sigilosos associados ao perfil "italianinho". O senhor poderia dizer no seu telefone a quem pertencia esse perfil?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não existe perfil "italianinho" no meu telefone. Isso foi uma notícia de jornal mentirosa – mentirosa. Eu jamais colocaria "italianinho", não uso o diminutivo, porque eu acho desrespeitoso. Não existe perfil "italianinho" no meu celular. Não lembro desse perfil, não me recordo desse perfil. E, nesse perfil, eu duvido que haja algum documento sigiloso, porque não tinha, no meu celular, documentos sigilosos. Isso saiu em mais uma reportagem, da mesma forma como o Coaf, da mesma forma como outro, colocando situações que minha defesa sequer recebeu. Então, eu desconheço essa informação, Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... eu vou terminar as perguntas e faço as demais no final, mas eu queria só finalizar, porque ao senhor foi imputado pelo TCU e pela CGU, que relatou isso, que o senhor estava renitente em cumprir as determinações do TCU também e que essa renitência do senhor terminou protelando a ação do TCU. Isso foi dito por dois Ministros, inclusive no TCU, reclamando da demora do Ministro, acredito, Aroldo Cedraz. O senhor deliberadamente retardou as ações do TCU, fazendo recursos protelatórios?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Absolutamente, Senador... Deputado Relator, absolutamente. Inclusive, eu estive com o relator por duas oportunidades ou três, uma, inclusive, com o Ministro Carlos Lupi, em que a gente foi conversar com o Relator para que a gente pudesse evoluir na resposta do recurso. E, respondendo objetivamente, eu jamais agi para segurar. O recurso que nós fizemos sobre aquele item do Revalida era porque o prazo dado era muito curto e estava incluindo também os descontos consignados. Por isso que nós fizemos o recurso. Explicamos ao Relator, explicamos à assessoria técnica que participou da reunião e, em nenhum momento, nós, de alguma forma, agimos para retardar os efeitos; pelo contrário, aquilo que não havia sido objeto de recurso já estava implantado. Nós implantamos tudo o que o TCU falou – está aqui nessa lista –, TCU, CGU...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Finalizando, o senhor já recebeu o senhor Cícero Marcelino, da Conafer, alguma vez?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não. Não conheço o Sr. Cícero Marcelino, não estive com o Sr. Cícero Marcelino, não recebi o Sr. Cícero Marcelino nem na minha casa, nem no INSS, nem em nenhum lugar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Maurício Camisotti, o senhor já esteve com ele alguma vez?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não me recordo se, em algum evento que teve de entidade, ele possa ter estado. Mas eu nunca estive nem na casa do Sr. Camisotti, nem com o Sr. Camisotti, nem o Sr. Camisotti esteve no INSS, pelo menos, comigo, que eu recorde.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, em algum momento, já esteve com o Sr. Nelson Wilians?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Jamais estive com o advogado Nelson Wilians. Vim conhecer o Dr. Nelson Wilians apenas pela participação aqui na CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, vou usar o tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O advogado pediu suspensão por cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Na volta, então.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(*Suspensa às 23 horas, a reunião é reaberta às 23 horas e 10 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Antes de passar a palavra, pela Liderança, à base do Governo, Deputado Paulo Pimenta, o Sr. Alessandro Stefanutto tem um esclarecimento ao Relator.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para expor.) – Sr. Relator, a reunião de que o senhor falou da Febraban foi uma reunião no dia 29, com a presença do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad; da Ministra do Planejamento, a Ministra Simone; do Ministro-Chefe das Relações Institucionais da Presidência da República, o Dr. Padilha, que hoje é Ministro da Saúde; e do futuro Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. Era um almoço. Foi nesse que eu fiz... Eu não sei se era a Febraban que estava prestigiando – eu não me lembro –, mas foi um almoço, onde estavam todas as autoridades convidadas. Só para...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – O senhor pode dizer só qual foi a data dessa reunião?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É... 29.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quê?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – De novembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, falando aqui da reunião do dia 19 de novembro.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Então, eu vou tentar buscar para falar para o senhor. Me desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por cinco minutos, o Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, uma das questões que a gente observa nesta CPI e que acaba expondo a Comissão é a utilização de matérias de jornal, caracterizadas como *fake news*, e que, muitas vezes são tratadas pelas pessoas como verdade, né?

Na última quinta-feira, teve uma operação da Polícia Federal, e vários órgãos de imprensa, inclusive eu tenho aqui matérias... "Ferrari, Porsche [e mais apreensões] em operação contra sindicato ligado ao irmão de Lula". Os senhores devem ter visto essas matérias. Ferrari, três Porsches, BMW, uma Ferrari de R$4 milhões. E todas elas – muitas matérias, inclusive, reproduzida por Parlamentares – fazendo referência que teriam sido feitas essas apreensões no sindicato e, sempre, como tem sido aqui a conduta da oposição, tentando criar um vínculo absolutamente inverídico com o irmão do Presidente Lula.

Quero comunicar aos senhores e às senhoras que reproduziram essa mentira, tanto Parlamentares como também imprensa, que isso é uma grande mentira e uma grande *fake news*.

Eu tive a preocupação de entrar em contato com o pessoal do Sindnapi e pedi para eles – bota lá no quadro – o auto de apreensão da Polícia Federal no Sindnapi, Sr. Presidente. E os senhores podem observar aí uma CPU, outra CPU, documentos diversos, documentos diversos, dizendo ali a sala onde foram apreendidos, e a grande denúncia foram R$43 mil no cofre da Tesouraria – no cofre da Tesouraria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quanto?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Foi isso aí que foi apreendido no Sindnapi, Sr. Presidente. Nenhum carro, nenhum veículo de luxo. Inclusive, com os diretores do Sindnapi também não foram apreendidos nenhum desses carros de luxo e relógios milionários que têm sido aí divulgados de forma irresponsável por alguns órgãos da imprensa e também por Parlamentares, alguns, inclusive, desta Comissão.

Agora, o interessante, Sr. Presidente, é que, de fato, foi apreendida uma Ferrari de R$4 milhões, três Porsches, BMW, relógios de 1 milhão – sei lá eu de quanto é o valor daqueles relógios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

– joias... Curiosamente, quem eram os donos? Os "*golden boys*", Sr. Presidente. Os jovens bilionários que nunca trabalharam e que ficaram ricos durante o Governo Bolsonaro roubando aposentados e aposentadas. Mais uma vez, eles. Estão aqui Felipe Macedo Gomes, da Amar Brasil, dono de uma Ferrari de R$4 milhões.

Curiosamente – e agora foi falado aí da Master Prev, que também é ligada a ele –, Anderson Cordeiro, Igor Delecrode, Américo Monte, toda essa turma, jovens presidentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... de entidades de aposentados e aposentadas, todas que receberam ACT durante o Governo Bolsonaro.

Então, senhores e senhoras, é uma mentira tentar dizer que esses veículos luxuosos, esses valores milionários, essas joias milionárias tenham sido apreendidos no Sindnapi ou com qualquer pessoa ligada a esse sindicato. Não tenho procuração para defender o Sindnapi, mas não aceito injustiça, canalhice, mau-caratismo e *fake news*. E foi isso que foi feito.

Agora, qual é o interesse de proteger essa gente? Por que ninguém disse que isso era da Amar Brasil, do Felipe Gomes? Por que ninguém quer citar aqui essas entidades, porque a gente sabe dos jovens bilionários, os "*golden boys*" da farra do INSS, que nós temos que trazer aqui, colocar sentados aí e descobrir, de fato, toda essa dinheirama que eles roubaram. Será que ficou tudo com eles, Presidente? A gente sabe que uma parte este aqui, o dono da Ferrari, depositou na conta da campanha do Onyx Lorenzoni, né? Isso já está público. Agora, o resto desse dinheiro que eles roubaram será que também foi para a conta de outros políticos que tinham posição de comando no Ministério da Previdência do Governo Bolsonaro? Essa é uma questão que esta CPI vai ter que esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra o Deputado Beto Pereira. (*Pausa.*)

Enquanto... O Paulo Pimenta – pode começar o tempo aí – foi lá na nossa infância: "*golden boys*". (*Risos.*)

Foi lá nos anos 70.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Para interpelar.) – Presidente Carlos Viana, nobre Relator, nobres pares desta Comissão, ouvi aqui atentamente, desde o início desta oitiva, o Sr. Alessandro Antônio Stefanutto, pessoa que tem aí uma folha de serviços prestados ao serviço público, uma história dentro do serviço público. Concursado já muito jovem e conhecedor, como poucos, do INSS, ocupou aí diversos cargos ao longo da sua vida pública.

A primeira pergunta que eu faço, Dr. Stefanutto: quando o senhor conhece Carlos Lupi?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Em razão do acontecido no 8 de janeiro de 23, eu guardei e posso falar com precisão para o senhor. Eu lembro que vim a Brasília, chamado para apresentar os resultados da transição, os documentos, do que a gente chegou à conclusão – e eu vim a Brasília para apresentar. Eu cheguei... Eu não sei se encontrei o ex-Ministro Lupi no dia 8 ou no dia 9, mas foi quando eu conheci o Ministro Lupi.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – O senhor se filia ao PDT antes ou depois de conhecer Carlos Lupi?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu me filiei ao PDT depois. Eu fui me filiar ao PDT, Deputado, só em janeiro ou fevereiro de 25. Foi em 25.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Recente?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Recente.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Tá.

Aqui, na mesma cadeira em que o senhor se encontra hoje, esteve o ex-Ministro Carlos Lupi. Eu indaguei a ele sobre a autonomia que lhe foi dada enquanto Ministro de Estado: se o Presidente Lula havia lhe dado autonomia para escolher os seus subordinados ou não. E ele respondeu, de forma afirmativa, que teve total autonomia para escolher o seu time, para montar a sua equipe no Ministério da Previdência. Hoje...

Também naquele momento, ele afirmou, por diversas vezes, com relação ao INSS, que o INSS era uma autarquia autônoma, que ele não participava diretamente das decisões e que havia – e hoje, novamente, o senhor, em alguns momentos, se posicionou dessa forma – dado autonomia para aquele que chefiasse essa autarquia. E o senhor, assim, repetiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teve autonomia para montar a sua equipe e desenvolver o seu trabalho?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Ao longo da minha gestão, logo que eu entrei, eu mesmo optei em manter a equipe para não ter muita turbulência, Deputado; e, depois, conforme você vai andando com os assuntos, por questão de trabalho, eu tive, sim... eu nomeei alguns diretores. Os diretores que eu levei ao Ministro Carlos Lupi, então Ministro, ele concordou com a indicação.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Lhe deu autonomia.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Me deu autonomia nesse sentido, sim.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Certo.

Veja bem, qualquer chefe de Executivo... E aqui eu parto da premissa de que o senhor está vindo aqui de forma colaborativa...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Obrigado, Deputado.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... desde o início, na sua fala, contribuindo com informações, com dados.

Eu tenho que ter... lhe dar o voto de que o senhor está aqui de boa-fé...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Estou.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... e querendo, de alguma forma, colaborar.

Mas veja bem, o senhor traz aqui uma condição de chefe de uma autarquia, e, como qualquer chefe – eu já fui Prefeito, meu pai já foi Secretário de estado –, a gente responde também solidariamente pela equipe que a gente montou. E o senhor aqui disse assim, de forma retórica, os feitos da sua passagem pela Presidência do INSS. Entre elas, o aumento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... do número de servidores, que passou de 18 mil para 36 mil.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não. Posso corrigir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Pode, pode.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eram 36 mil quando eu deixei o INSS, em 2017, proximamente.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Ah, reduziu para 18...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Reduziu para 18 mil. Hoje está em 18 mil, 19 mil, mas, foi... Alguns servidores entraram por concurso.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – A pergunta que eu faço: faltou gente? Faltou equipe para desempenhar o trabalho a contento da sociedade?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O INSS tem um número de servidores aquém para a sua missão.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Tá.

O senhor também disse aqui que abriu um canal direto com o presidente do Procon.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Um dos presidentes, eu acho que o é de Minas Gerais, se eu não me engano; não todos.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – O senhor abriu um contato, um canal direto. Ele se reportava ao senhor de forma direta, sem nenhum tipo de...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Ele primeiro... Só dizendo o que aconteceu: ele primeiro buscou, queria ter contato com o INSS, porque ele queria trazer os casos, etc., para o INSS. Nós fizemos uma reunião por vídeo com ele, com a equipe, e aí eu passei...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Depois o senhor diz que "a Ouvidoria estava ao lado da minha sala".

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Foi, fui eu que determinei que ela ficasse lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Bom, veja bem, se o senhor tinha um contato direto com o Procon, estava com a ouvidoria ao lado da sua sala, o senhor esteve na equipe de transição do Governo, lá no final de 2022, início de 2023...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Perfeito.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... o senhor teve total autonomia para montar a sua equipe.

Durante todo esse percurso, com relatos do TCU, com relatos da CGU, com notícias que foram divulgadas em jornais, verdadeiras ou falsas, o senhor não tomou nenhuma atitude, a não ser aquela que o senhor diz de procedimentos, de métodos, mas, não, nenhuma atitude para frear, estancar, nem que seja emergencialmente, aquilo que lhe foi informado como uma grande sangria!

Veja bem, eu escutei aqui por várias vezes – várias vezes –, inclusive do Relator, o senhor dizendo: "Não, eu não tomei nenhuma atitude mais drástica porque respeitei o princípio da ampla defesa e do contraditório." Em nenhum momento, a não ser na última indagação do Relator, o senhor disse que não tomou a medida cautelar única e exclusivamente porque não lhe foi apresentado pela CGU o método a que chegaram para aferir aquelas fraudes que todos nós hoje já sabemos.

Agora, o senhor fala, de forma sistêmica, da servidora da CGU que veio aqui depor, inclusive contestando algumas das formas, não o resultado, mas a forma que ela chega, mas não foi só a servidora da CGU que falou. O Ministro Vinicius, Ministro da CGU, também veio aqui, tirou do colo dele esse abacaxi e jogou para o seu! A fala dele, do depoente, ele, o ex-Ministro Vinicius: "O depoente informou que todas as reuniões e relatórios da CGU com o INSS foram no sentido de orientar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – a suspensão de descontos naquele momento".

Então, veja bem, todos eles, todos, encaminham o abacaxi para o seu colo. Te colocam em suspeição, te colocam sob dúvida. Agora, o senhor de forma reiterada diz: "Eu não tenho nada a ver com isso, eu tomei medidas para formar um serviço de segurança para o nosso aposentado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os nossos pensionistas." A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: o senhor não se sente traído? O senhor não se sente abandonado? Ou o senhor se sente decepcionado com aqueles que o senhor indicou, seja Virgílio, seja Fidelis, sejam aqueles que fazem parte da sua equipe? Porque se algo acontecer com um servidor do meu gabinete, Alessandro, eu sou responsável por ele! Se ele algo de ação ou omissão fizer, eu sou o responsável. Enquanto Prefeito, todos os servidores da prefeitura estão sob a minha responsabilidade, sob a responsabilidade dos meus secretários. Agora, eu não entendo como vocês conseguem individualizar e tirar de si a responsabilidade que é de um gestor. Todos eles são seus subordinados. Não dá para a gente fitar os olhos e não querer enxergar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... aquilo que toda a sociedade já viu. A responsabilidade, durante os dois últimos anos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... do INSS, de coisas boas e ruins, são do senhor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Posso responder, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro. Perfeitamente.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A pergunta que o senhor fez sobre se eu me sinto traído ou que colocaram... O senhor usou "abacaxi", né? A forma que o senhor usou...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. *Fora do microfone*.) – Ou decepcionado.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Ou decepcionado. O Presidente já me alertou aqui para eu não ficar dando opiniões que não sejam de fatos, não é? Isso aí eu guardo no meu foro íntimo.

O que eu posso dizer ao senhor é que eu acho que o Ministro Vinicius não recebeu as informações que eu tenho, e eu não tive oportunidade de encontrar o Ministro Vinicius. E não é conveniente encontrá-lo agora por conta da investigação e da medida cautelar que foi aplicada para que eu não encontrasse investigados; também não vou encontrar investigadores. Eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho um juízo formado, como o senhor colocou, e nem acho adequado, com a situação a que eu estou respondendo aqui, eu fazer algum juízo dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana. Obrigado, Sr. Alessandro, Júlio.

Sr. Alessandro, nós temos em comum uma senhora nas nossas vidas, que é a Dra. Eliane Viegas. Eu vou explicar por quê. Eu fui Secretário de Esportes do Governo Temer em 2016, após o *impeachment* da Dilma, e eu recebi a visita da Sra. Eliane Viegas, então representando a Controladoria-Geral da União. E eu atendi a todas as recomendações que ela fez, até porque, como Professor de Educação Física, me tornando Secretário Nacional de Esporte, com uma equipe que me protegia, certamente, pessoas muito qualificadas... Mas é fácil nós seguirmos as recomendações da Controladoria-Geral da União. Tanto que se passaram muitos anos e todos os meus movimentos foram aprovados. Eu fui ordenador de despesa ali de um montante considerável, R$700 milhões, tendo o Bolsa Atleta, diretor subordinado, tendo Diretor de Infraestrutura do Esporte.

Então, quando eu vejo a Sra. Eliane Viegas aqui, e a gente foi... O senhor é o 15º convidado desta CPMI. A Eliane deve ter sido a terceira ou a segunda, se eu não me engano. A primeira foi a Patrícia Bettin, Defensora Pública – foi a terceira, Marcel, então. Tem aqui a taquigrafia da Sra. Eliane Viegas. Eu perguntei para ela – essas palavras foram usadas na nossa terceira reunião... quarta reunião, terceiro convidado:

> A senhora falou, durante a sua explicação, que no ano de 2024 a CGU alertou o Presidente Alessandro Stefanutto, do INSS, sobre tudo que estava acontecendo. Eu queria saber quem... A senhora alertou ele pessoalmente? [Eu perguntei.] Porque esse alerta foi em julho de 2024, e o Alessandro [...] foi afastado em abril de 2025, na Operação Sem Desconto; aí, o que passa para a gente é que isso já ocorria há mais de 20 anos e ele [...] [não quis se mexer]... Ele não considerou a CGU. Os sindicatos não estão considerando a CGU, eles não estão levando a sério [vocês] como as pessoas que têm responsabilidade [e] deveriam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A minha pergunta: foi a senhora mesma que foi ao encontro do Presidente do INSS alertá-lo sobre o que estava acontecendo, a escalada brutal de aumento de número de aposentados? Como a senhora citou aqui, no ano de 2023, 15 instituições [citadas pelo Relator], com mais de 50 mil [...]; e, no ano de 2024, 24 entidades, com mais de 50 mil. Em dois anos, foram 39 novas instituições. Durante o Governo Bolsonaro ocorreu também, só que uma em 2019, uma em 2020, uma em 2021 e uma em 2022. Então, foi uma goleada de 39 a 4: 39 no Governo Lula, recebendo mais de 50 mil aposentados no seu cadastro, contra quatro no Governo Bolsonaro.
>
> Foi a senhora mesma que foi até o Presidente do INSS ou foi alguém da sua equipe?
>
> [Resposta] A SRA. ELIANE VIEGAS [...] - A comunicação foi feita a ele no início de julho de [...] [24], por meio de uma nota de auditoria, por meio de sistema em ofício; no final de julho de 2024, por meio de sistema em ofício, relatório preliminar de auditoria; e no dia 9 de agosto [de 2024], numa reunião em que ele estava presente.
>
> O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) - E a senhora lembra qual foi a reação dele [...]? Ele ficou espantado? Ele tomou alguma posição - "Eu vou ver isso"[aí eu falei: ele falou, "eu vou ver isso?"], "Eu vou combater" - ou não?
>
> A SRA. ELIANE [...] - Na reunião nós discutimos o relatório. Foram feitas as ponderações a respeito da importância desses descontos para os aposentados, para os serviços, mas essa reunião tem ata também.

Então essa reunião tem uma ata, a que eu gostaria de ter acesso, e esta Comissão, e esta CPMI ter acesso.

Por que é que eu fico...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO (Para depor. *Fora do microfone*.) – Acredito que a ata... Desculpa interromper o senhor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Por favor.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Só por uma questão de...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Por favor, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Acredito que a ata a que o senhor está se reportando é a que o Relator estava lendo parte por parte, talvez.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ótimo, ótimo.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Mas acho que o INSS tem essa ata.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está ótimo. Muito obrigado.

O que eu fico abismado, porque eu me sentiria muito culpado se um diretor meu, do Bolsa Atleta, ou da infraestrutura do esporte, ou de qualquer outro departamento tivesse uma falha. O senhor era o líder.

E aí, eu faço uma pergunta para o senhor, direta: o senhor não tem culpa nenhuma? O senhor não se sente culpado de nada? O senhor não tem culpa nenhuma do que aconteceu? Zero?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – O senhor quer que eu faça um juízo de valor sobre a minha culpa?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor tem alguma culpa? O senhor se sente culpado?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu apresentei tudo o que eu fiz aqui...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas o senhor não...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – ... dentro das possibilidades. Eu vou concluir respondendo objetivamente o que o senhor está falando.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá, por favor, por favor.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu apresentei tudo aqui que eu fiz. Então não houve omissão. Omissão seria se eu não fizesse nada. Eu fiz, não fiz pouco. Pode ser que os efeitos esperados...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas a sua culpa é zero?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu vou chegar... Eu vou... Não, eu vou chegar à resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É zero, zero?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu acredito que sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Zero?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu acredito que sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sério?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu tomei as providências possíveis.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas zero?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Sim, zero.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É mesmo?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – É.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está bom.

Então o que eu fico abismado é exatamente isso. Isto aqui são gráficos. Camisotti e Careca. Conafer, ainda tem o Sindnapi. São estruturas em que o recurso entra em órbita e não sai da órbita dos mesmos personagens. Aqui é uma órbita familiar. Aqui é Careca, Camisotti. Sindnapi é uma órbita familiar, é um sindicato de 25 anos, no qual a filha ainda opera com o genro. A gente tem Virgílio aqui, olha, que, segundo informações, já tem uma relação de anos com o senhor. A gente tem sindicatos de fachada, operadores financeiros e recebedores de propina, ligados diretamente ao INSS. A gente tem a esposa do Virgílio, sócia de três aqui, olha, empresas prestadoras de serviço. Centro Médico Vitacare. Até a HG, que recebeu, segundo a Polícia Federal, R$3,7 milhões de intermediários. A Curitiba Consultoria, que recebeu R$7,4 milhões.

Se esse senhor aqui é seu amigo, ele não é seu amigo. Amigo não trai um amigo pelas costas.

Como é que o senhor não vê as Ferraris, as Lamborghinis? Isso aqui, o senhor chamou Dr. Carlos Roberto. Esse Dr. Carlos Roberto foi... Dr. Carlos Roberto é da Conafer. Foi uma das piores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiências que eu tive aqui como Parlamentar, de estar frente a frente com o senhor. Foi uma energia negativa, tão ruim.

O senhor tem fazenda e pista de avião. Todos, em comum, são milionários. Eram festas e eventos aqui em Brasília, nos quais os convidados eram também servidores do INSS. Como é que o senhor não sabia, Sr. Alessandro?

O senhor é um servidor público, é um Procurador Federal desde os 30 anos de idade, desde julho do ano 2000.

E o que me chama mais a atenção é exatamente isso aqui, quando o senhor fala que tem culpa zero. Isso aqui, para quem está vendo a gente de casa, é mensal.

Quando o senhor ingressa no INSS, os descontos são de R$113 milhões no mês, e vai crescendo, crescendo, crescendo, crescendo, até que, em janeiro de 2025, R$257 milhões por mês.

Se o senhor fosse um japonês, certamente o senhor já tinha feito haraquiri. É fato.

Eu, se estivesse no seu lugar – se eu fosse Secretário do Temer, como eu fui – e tivesse um desvio de recursos do Bolsa Atleta, eu nunca mais voltaria para a vida pública.

Eu sou um autônomo. Sou professor de educação física. Inclusive, renunciei à aposentadoria de Parlamentar em 2018, quando entrei aqui. É uma questão de princípios. Não sou uma pessoa de origem rica, não. Minha família é bem classe média – se bem que a classe média está acabando no país..

E uma das coisas que eu queria fazer aqui... A sua preocupação... Nós temos o pior salário-mínimo do Brasil: US$250. Nós temos perda de poder de compra do brasileiro. O brasileiro que ganhava R$5 mil em 2010 precisa ganhar R$12,4 mil hoje. Nós temos 60 milhões de brasileiros no CadÚnico. Trinta por cento das famílias brasileiras estão endividadas – treze por cento das famílias não têm como pagar suas dívidas.

Então, eu fiz uma comparação, e o que me chama a atenção – e eu agradeço a sua sinceridade – é que o senhor falou que tem lado: que o senhor é esquerda, é Lula, é PSB, é PDT, é PT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nenhum Deputado do PSB, do PT ou do PDT subiu à tribuna da Câmara dos Deputados, durante o Governo Bolsonaro, para fazer um apontamento negativo em relação à Previdência.

A gente teve um recorde de Deputados do PT apresentando emendas em relação à MP 871, que endurecia, que trazia mais dificuldade para que casos como esse acontecessem. E as emendas construídas pela Contag...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... foram apresentadas pelo PT.

Então, eu encerro aqui com alguma pergunta para fazer para o senhor, mas eu fico surpreso... Culpa zero? Olha, é inacreditável o senhor, com 54 anos, me responder isso. Até eu acho que não está sendo honesto.

Não tem problema a gente se sentir culpado e ter falhas. O maior problema é a gente não reconhecer as nossas falhas – ainda mais como um servidor público como o senhor, pago pelo mais simples brasileiro. Quem compra um saco de feijão está pagando o nosso salário através de impostos.

Ao assumir o INSS, de quem foi a ideia de trazer Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira para assumir a Procuradoria do INSS? Qual era a sua relação com o Sr. Virgílio naquele momento, já que Virgílio ocupava a função de coordenador-geral de matérias de licitações, isso na época, aqui, antes de assumir a Presidência do INSS?

Eu faço essas perguntas porque eu quero saber essa relação com o Virgílio, para o senhor não ter esse conhecimento em relação à esposa dele, recebendo mais de R$11 milhões, segundo a Polícia Federal.

Obrigado.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Obrigado, Deputado.

O que o senhor colocou, o que o senhor falou na última fala do senhor responde, em certa parte. Quem fez esse relatório foi a Polícia Federal, tendo os mecanismos do sistema de justiça que nós não tínhamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo... Eu que... Eu já respondi, mas eu reitero: eu escolhi o Dr. Virgílio para que ele pudesse nos ajudar na Procuradoria-Geral do INSS. Eu respondi aqui já isso, acho que o senhor se recorda.

Nós... Claro, é natural que você, com o tempo, forme... Eu tenho vários amigos de trabalho, que você forma, confia no trabalho da pessoa. O currículo dele é invejável. Ele tem um currículo muito bom, e fui eu que decidi... Não viria aqui falar que não fui eu, ou colocar para outro, ou dar de desentendido; eu não faria isso.

Quando o senhor fala da... Evidentemente, eu lamento o que aconteceu com os aposentados que não autorizaram e tiveram o seu desconto. Jamais concordaria com isso. Não é a minha história, não é... São pessoas que eu sempre, desde pequeno, tive essa vocação para tentar cuidar.

Para mim, era muito mais simples estar na AGU. O valor que eu iria receber, inclusive de salário, era igual, porque bate, já recebe o teto, se você vai para um lugar, o senhor sabe que você acaba devolvendo todos esses recursos.

Por que eu estive lá no INSS? Porque – eu sei que o senhor esteve no esporte, eu tinha visto – o INSS é o melhor lugar para quem quer ter contato com a população e prazer na sua atividade estar.

Conceder um BPC/Loas, a concessão de outros benefícios para um brasileiro pobre, como o senhor falou – eu nasci na periferia de São Paulo –, e que ali resolve de alguma forma a sua vida, tendo direito, obviamente, é um prazer incomensurável.

Como eu tive uma experiência – me desculpe falar de pessoal – de câncer grave, fiz quimioterapia, fiz rádio, e a chance de cura não era alta, dali para a frente eu vim trabalhar... Já estava no INSS e eu entendi que eu tinha algo a fazer. E lamento muito que possa ter acontecido isso, agora falando aos segurados.

Quanto ao que o senhor colocou – me permita, rapidamente, Presidente –, o INSS é muito grande, mexe com tantas pessoas...

Quando eu era Procurador-Geral, eu recebi um caso, e esse caso está nos anais do INSS, de uma ordem judicial para suspender todos os BPC/Loas do Estado de Belém; todos, em 2011 ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2012. Até falo o juiz que foi, que é o Dr. Rollo, que hoje está no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Minas Gerais.

E nós olhamos aquilo – eu sei que as pessoas recebem seu salário e pagam ali seus boletinhos, suas coisas – e entendemos que a gente não deveria fazer – é claro que a gente usou os recursos legais para fazer isso.

Eu entrei em contato com o Juiz, o Juiz não entendeu, achou que era assim mesmo. Nós fizemos recurso em sentido estrito, ganhamos, mas ganhamos recurso em sentido estrito – tinha um parecer da PF nos autos! – porque nós demonstramos que, naquela amostra de mil benefícios, onde diziam que havia fraude, era porque o Estado do Pará trocou o número do RG. E o perito disse, pelas suas razões – e tenho certeza de que não fez por maldade –, que ali havia 997 casos de possível fraude

Então, no INSS, Deputado, não é só... Porque era mais fácil para mim: "Bloqueia tudo!". Ou então, no caso do Pará, quando o Procurador... "Não, cumpre, Ministro; cumpre, que está tudo bem!". Eu nunca fiz isso.

Quando o senhor fala... Eu falo da defesa porque eu estou aqui me defendendo. Eu entendo que, na minha ação, eu fui melhor. Agora, dizer que não há, se você não pensa: "Olha, é lamentável o que possa ter acontecido"... Está sendo apurado, mas obviamente a gente está assistindo, é óbvio que a gente lamenta que, eventualmente – eu estou dizendo "eventual" por conta do esperar o processo –, pessoas possam ter sido descontadas sem assinar.

Eu não tenho essa falta de solidariedade. Agora, pessoalmente, eu tenho que me defender, estou aqui para isso.

Peço a compreensão do senhor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – O senhor faria algo diferente hoje?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Aí é especular. A gente sempre faria tudo diferente hoje, né? A única coisa que eu não faria diferente hoje é continuar com a minha esposa. O resto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência, vamos dar sequência.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – ... isso é impossível. O senhor desculpa...

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Presidente, só lembrando que ele... Só lembrando que ele está sendo ouvido como testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Então não é a sua defesa aqui; a sua defesa é num outro momento.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Desculpa. Eu digo... A minha sensação é de defesa, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, com a palavra a Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, Parlamentares, só pedir silêncio, senão eu me desconcentro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Só voltar lá para mim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, vou direto ao depoente.

As funções do INSS, nós temos lá os benefícios de aposentadoria, auxílio, pensões, BPC/Loas. Também estão, entre os róis, perícias médicas, cadastro do contribuinte, atendimento ao cidadão, que aí entra a Central 135, Meu INSS, as agências físicas, fiscalização.

Dentre essas funções, eu fui uma das Parlamentares que visitou o INSS, em setembro de 2023, logo que eu assumi como Deputada Federal, para cobrar do INSS mais ações no sentido das perícias médicas, porque nós tínhamos, no Estado de Mato Grosso, inúmeros casos, mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil casos de pessoas aguardando, na época, a perícia médica em todo o estado, e o prazo para cumprir isso era mais de um ano.

E eu me lembro de que, nesse dia, o senhor colocou, lá na sala de reunião, inúmeros assessores para dar informações em relação a como seriam essas perícias médicas, qual era o tempo, por que é que estava atrasado...

Também ouvi o senhor falando aqui da questão das 3 mil senhas que foram suspensas, quando o senhor ficou sabendo, o senhor logo tomou ações imediatas para coibir essas ações...

O Deputado que me antecedeu também falou da questão da sua sala, o senhor colocar a sala da ouvidoria logo ao lado da sua sala, para facilitar a comunicação, e eu acredito que o senhor fazia também, acho que semanalmente, alguma reunião com a sua equipe.

O senhor tinha reuniões com a sua equipe para tratar de assuntos do INSS quantas vezes por semana ou por mês? Como é que funcionava?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO (Para depor.) – Eu não me recordo. A gente tinha reuniões de diretoria, essas eram agendadas automaticamente, mas não me recordo.

Eu sempre tratei, meu gabinete sempre foi aberto. Então, os diretores sempre vinham, às vezes juntos, com algum problema junto, conjunto, a gente resolvia. A gente fazia reuniões e conversava sobre os temas.

Enfim, como a senhora bem colocou, o INSS tem tantos benefícios, tantas atividades, tem 4,5 mil imóveis, que é um espólio que ficou...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, o senhor tinha... Só para eu aproveitar: então, o senhor tinha reuniões?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Tinha, tinha reuniões, não sei com qual frequência...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Em nenhum momento a sua equipe o alertou do que estava acontecendo com os descontos associativos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – A equipe, desde que eu entrei e que eu comecei a me aprofundar de todos os assuntos, disse, me trouxe como que funcionava o sistema de cadastro, que era nome, desculpa ser repetitivo, CPF e NB. Eu achei que aquilo era muito frágil – não só esse processo. Tem outros processos. O Suíbe é um desses processos –, e nós começamos, então, a formular uma saída estruturada, não uma saída só para fazer mídia, uma saída estruturada, para que, quando eu entregasse o instituto, Deputada, eu pudesse entregar um instituto melhor ao próximo Presidente.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Sr. Alessandro, o seu currículo é um currículo bem-conceituado. O senhor tem experiências como servidor público. O senhor sabe que o servidor público tem a obrigação de fazer o que está na lei, e a lei diz que nós temos que ter o maior cuidado, o maior zelo, com tudo o que tem de serviço para a administração pública. Mas o senhor tomou conhecimento em 2023; se o senhor tinha reuniões com a sua equipe, o senhor sabia que tinha problema. Passou 2024... Em 2025, estourou, e o senhor saiu.

O senhor teve um lapso de tempo no mínimo aí de um ano. O senhor foi notificado por tudo que foi instituição. Mas, mesmo assim, o senhor optou e não deu um bloqueio, nem que fosse cautelar, dessas associações, para coibir o prejuízo do aposentado, da pensionista? Por que é que o senhor não fez isso nesse tempo? Por que senhor não tomou uma atitude cautelar? O senhor poderia ter suspendido e guardado aquele recurso, depois de um período de tempo, dois, três meses, e restituir para eles. O senhor tinha condições de fazer isso. Agora, hoje, os aposentados e pensionistas não sabem se vão receber de volta o que foi roubado deles. Por que o senhor não tomou nenhuma providência?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu já respondi essa pergunta, Deputada, mas, em respeito à senhora, eu repito. Eu já respondi essa pergunta. Nós tomamos várias providências, e foram apresentadas aqui.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Eu não vi nenhuma providência palpável. Eu só vi o senhor falar que iria haver reunião. Por favor.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu vou remeter ao gabinete da senhora tudo que nós fizemos em lista...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Aguardo.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – ... e todos os efeitos, inclusive a nossa planilha, que demonstra o atendimento das recomendações da CGU, do TCU, etc.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – A CGU e o TCU – eu estava olhando, verificando alguns textos, alguns documentos – falam que solicitaram o bloqueio imediato. Mas o senhor... O senhor contestou, entrou com recurso...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não, eu entrei com recurso.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor, não; o INSS, e o senhor na função de presidente.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Desculpe interrompê-la. A senhora está falando do TCU.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Sim.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – O TCU é porque eles deram para fazer, se eu não me engano, em 60 dias, e a gente acreditava ser pouco para poder fazer o Revalida, porque envolvia 6 milhões de pessoas, e nós fomos conversar com o Relator e dissemos: "O senhor decidiu, nós vamos fazer; só estamos pedindo um pouco mais de prazo".

Quanto à CGU, que a senhora tinha colocado aqui que eu não atendi, não fiz, eu perguntei à CGU: "Só me fale sobre a metodologia".

O gestor tem direito para tomar uma decisão radical...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Concordo como senhor, o que senhor...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – E eles não responderam.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não, mas espera aí: o senhor tem conhecimento suficiente para tomar decisões em relação a muita coisa, mas está vendo que está tendo problema; a sua assessoria está falando que tem problema; o senhor tinha lá informações da ouvidoria de inúmeros recursos; estava tendo processos judiciais no Brasil inteiro solicitando restituição; mesmo assim, o senhor não... Queria ver metodologia? Não seria mais fácil ter tomado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma medida imediata, suspendido por 30, 60, 90 dias, verificado os fatos de verdade e, aí, sim, ter tomado uma decisão mais coerente?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – A senhora não acha que a CGU não poderia ter me respondido em 48 horas e eu tomaria...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Mas o senhor não acha que o senhor poderia ter respondido...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – A senhora não acha?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não, mas o senhor não acha que o senhor poderia ter evitado...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não me responderam!

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... que milhares de brasileiros não poderiam ter sido vítimas desse roubo absurdo?

O senhor tinha a caneta para tomar essa decisão. O senhor não acha que não foi a CGU a responsável, mas foi o INSS que permitiu o roubo?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não acho.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor tem certeza?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu acho que a CGU poderia ter nos respondido, e nós teríamos resolvido...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Quem escolheu... Quem escolheu os seus assessores foi a CGU ou foi o senhor?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Não tem nada a ver com assessores, me perdoe. Não tem nada a ver.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Foi o senhor... Quem escolheu os seus assessores foi o senhor ou foi a CGU?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Respeitosamente... Eu já falei aqui quem escolheu meus assessores. Isso já está respondido. Respeitosamente, a senhora está equivocada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não, não estou equivocada.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Está equivocada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Porque, se fosse um assessor meu andando em Lamborghini...

O senhor falou que o senhor tem amigos que foram... Que são procuradores com o senhor. O senhor ganha 40; o outro, o seu assessor ganha 40 igual ao senhor, tem as mesmas funções do senhor. Como é que o senhor anda de Fusca, e ele anda de Lamborghini?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu não ando de fusca.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Eu estou dando um exemplo. Eu estou dando um exemplo.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Sim, mas a senhora pode dar um exemplo correto. Eu não ando de Fusca.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, qual é o carro do senhor? Eu vou colocar um exemplo melhor.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Um HB20

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, o senhor anda de HB20, mas o seu colega, que é procurador igual a você, anda de Lamborghini. O senhor mora acho que num apartamento, eu não sei...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu morava num apartamento funcional porque era mais barato.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, o senhor mora no funcional mais barato...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Morava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E ele mora numa cobertura. Ele anda em festas de gala, e o senhor não sai da sua casa.

Eu não consigo entender. Eu sou Coronel de polícia. Toda vez que um soldado meu aparecia com um carro melhor do que o salário dele, a gente levantava informações para saber se não estava fazendo coisa errada.

O senhor, em momento nenhum, acionou alguém para verificar o seu amigo ou o senhor tentou proteger o seu amigo?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A senhora está sugestionando que eu deveria então, dependendo do carro que a pessoa tem, investigar a pessoa? Lamento, mas isso aí, com todo o respeito, eu nunca vi as pessoas... Eu não quero falar dos casos concretos, porque as pessoas podem responder para a senhora, né? Acredito que os convocados vão poder responder. Agora, querer que o Presidente do INSS, com inúmeras responsabilidades... E a senhora se lembra, quando foi recebida, que tudo que me comprometi com a senhora, eu fiz.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Sim.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Fiz até mais, porque entendo que o Estado do Mato Grosso, que os brasileiros que a senhora representa merecem todo o respeito. E esses brasileiros que não são – acho que o Deputado Marcel Van Hattem falou –, que não são... são os brasileiros escondidos, nós temos que buscá-los.

A senhora está sugestionando que eu devo, então, quando alguém troca carro ou faz isso, eu vou investigar as pessoas?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Eu não estou sugestionando.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não posso fazer isso. Eu nem vi ninguém de Ferrari, de coisa, eu não vi. Eu não vi ninguém com isso. Eu nem... Eu ia para o trabalho de Uber. É só buscar meus Ubers no... Já está aberto aqui, eu autorizo quem quiser ver. Eu ia de Uber quase todo dia, porque é minha mulher que usa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha mulher que usa o carro, o meu carro. Eu não entrava nem na garagem. E na garagem do INSS, eu nunca vi uma Ferrari ou vi coisa do gênero.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor nunca reparou neles terem ações diferentes?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nunca, nunca. Confesso à senhora que nunca.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor nunca foi na casa dos seus assessores? Nunca participou de festa com eles?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu nunca, eu nunca estive na casa dos meus assessores, desses assessores que a senhora está falando. Eu não fui na casa desses assessores, até porque moram fora, né? Um mora no Sul, outro mora no Nordeste. Nunca fui.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Eu não entendi. Ele mora no Sul e Nordeste, para trabalhar aqui em Brasília?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim, um mora no Sul e o outro no Nordeste. Moram em *flats* aqui, eu não sei bem como é que é. Eu nunca fui na casa deles. Nunca estive no Nordeste, na casa de determinado diretor, do diretor que a senhora colocou, nunca estive na casa de um outro diretor que morava no Sul. Nunca estive.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Só para terminar, só para me tirar uma dúvida aqui. O senhor não pensa de refazer tudo o que aconteceu? Não houve uma falha sua, de confiança para com eles? Porque o senhor se colocou na situação até agora de "Eu não sabia, eu não vi, eu não ouvi, eu nunca participei". Pode acontecer isso. Mas o senhor nunca desconfiou de nenhuma ação desses caras?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E as denúncias que chegaram para o senhor?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu nunca recebi denúncia contra nenhum servidor meu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – A ouvidoria nunca lhe informou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, de servidores, não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não, a ouvidoria, o ouvidor que o senhor colocou lá, ele nunca te notificou de inúmeras denúncias que estavam acontecendo com os aposentados e pensionistas?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Foram essas denúncias que motivaram todas as medidas extensas que nós tomamos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Fico aguardando os documentos do senhor.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Coronel.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Vou remeter para o gabinete da senhora.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Fico no aguardo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu quero agradecer aqui o comparecimento do depoente, do Sr. Stefanutto, e também do advogado, a quem quero cumprimentar, o Dr. Júlio César.

Eu queria, Sr. Presidente... Já foi superada essa questão, mas eu quero deixar clara uma coisa aqui – já foi superada e eu até louvo o encaminhamento de V. Exa. Eu fiz questão, logo no início, de fazer uma diferenciação entre quem está aqui como depoente e quem está aqui como sujeito, objeto de investigação, para garantir a lisura e a legalidade dessa CPMI. Só foi nesse sentido, porque não é razoável que uma pessoa venha aqui na qualidade de testemunha, sendo que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedida a prisão dela. Então, só foi feita essa ressalva para a gente definir qual é a função para que a pessoa tome o compromisso e seja responsabilizada pelo que fez. Apenas isso. E também eu ouvi aqui logo depois...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... que não se aplica a esta Comissão o Código de Processo Penal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu quero lembrar que a lei que cria a CPMI, no art. 6º é clara, quando diz que "o processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal". Então, ela tem, sim, essa garantia. E essa garantia também é constitucional. O silêncio é uma garantia constitucional. Nós que temos que ser mais inteligentes e coletar provas de natureza objetiva e subjetiva e provar que aquela pessoa deu causa ao resultado por ação ou omissão, por dolo ou por culpa, mas não ficarmos nos exaltando porque uma pessoa exerceu um direito constitucional ao silêncio. Não, pelo amor de Deus! Nós vivemos uma democracia. Isso é uma garantia constitucional.

Superado isso, eu queria aqui fazer uma ressalva e começar a questionar o depoente: o §1º-F do art. 154 do Decreto 3.048 dispõe – aspas:

> "O INSS avaliará periodicamente a quantidade de reclamações de beneficiários, ações judiciais, processos de órgãos de controle e impacto em sua rede de atendimento, dentre outros elementos relacionados ao acordo de cooperação técnica celebrado [...] e poderá rescindir o referido acordo unilateralmente, a depender da quantidade de irregularidades identificadas."

Existia monitoramento ou controle do INSS sobre o crescimento expressivo da arrecadação e números de filiados?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Senador, obrigado pela pergunta. Essa disposição do decreto se reverteu numa norma interna que eu editei – eu estou com a norma aqui – para que a gente pudesse melhorar também a fiscalização desses ACTs. Até vou fazer chegar ao senhor agora isso. Eu não consigo responder para o senhor... Havia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização. Eu não consigo responder ao senhor se ela era intensa, se ela não era, porque era uma atividade administrativa técnica, e, naquele momento, quando nós adentramos a Previdência, o INSS, nós tínhamos muito claro um objetivo, que era de arrumar a fila...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito. Então, esse monitoramento foi feito.

Quantas auditorias em benefícios associativos foram feitos na gestão do senhor? Quantas auditorias?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Auditoria, eu mandei fazer em todas na Auditoria-Geral. Do que o senhor está falando, que é na Diretoria de Benefícios, ou seja, aquela auditoria ordinária, não extraordinária, eu não tenho o número para falar para o senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – E foram feitas?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu acredito que sim. Acredito que sim. As ordinárias, que o senhor falou, ou seja, quando vai fazer um ACT ou quando está na execução do ACT, acredito que sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito.

E o senhor tem conhecimento nas gestões anteriores? Na do senhor, o senhor está falando que teve auditorias nesses benefícios.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não sei se em quantidade adequada. Não sei porque nós tínhamos deficiência de servidores, etc. Mas certamente houve. Certamente houve. Nós até mudamos um ato e, desse ato para a frente, em setembro de 24, mudou a forma de você verificar as entradas de desconto, mudou uma série de coisas que estão aqui, é um ato longo, exatamente porque a gente verificou que não estava tendo o...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Desculpa, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não é o senhor; é a sala. Desculpa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito.

Eu queria que o senhor também informasse, por gentileza... Eu obtive uma informação de que a CGU enviou ao senhor uma minuta de ACT – ao senhor, enquanto Presidente –, para combater fraudes em benefícios.

Eu quero saber o seguinte: essa minuta desse ACT enviada pela CGU chegou às suas mãos?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Chegou, nós debatemos...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – E qual foi o encaminhamento que foi dado?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Chegou, nós debatemos, e, como qualquer ACT... Tem muitos órgãos que não têm ACT com a CGU. Nós gostaríamos de celebrar ACT, não deu tempo de terminar o encaminhamento, por quê? Porque a gente queria discutir alguns itens. Eu dou um exemplo para o senhor. Nós temos um prazo legal para responder...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Então, o senhor arquivou ela?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não arquivei, não mandei arquivar. Não, não me recordo de mandar arquivar, mas o que eu me lembro...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas, se houve uma manifestação, houve o envio de uma minuta da CGU para um ACT com o INSS, o senhor não teria que ter interesse em...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Temos, temos todo o interesse em fazer com a Polícia Federal...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Era para combater fraudes, né?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Temos todo o interesse. E o combate de fraudes em benefício, que, via de regra, é da CGU, é feito ordinariamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Então, não foi dado prosseguimento por falta de tempo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, é que havia alguns itens, por exemplo, Senador Contarato... Por exemplo, tinha um item lá que diminuía os prazos para a gente apresentar os elementos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito. Não vou perder mais...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – E a gente não queria discutir isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Não vou perder mais meu tempo aqui, não.

Eu queria saber o seguinte. Eu queria que o senhor explicasse para a gente aqui qual é o processo formal de celebração de um ACT? Como que ele se desenvolve?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Senador, como eu não fazia...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Porque eu... Eu vou falar, porque esteve aqui um... Eu queria saber a função do Diretor de Benefícios, né? Eu ouvi aqui, por exemplo, do Sr. José Carlos Oliveira... Ele foi Superintendente, foi Diretor de Benefícios, foi Presidente do INSS, foi Ministro, né? Ele disse que a assinatura de um ACT era meramente formal. Quem era o responsável por fazer uma *checklist*? Alguém tem que ser responsável para falar: "Olha, os documentos estão todos ali?".

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Quem era o responsável?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A Coordenação-Geral de Pagamento, se eu não me engano no nome, tem uma equipe que faz isso e depois leva ao Diretor, é natural, para despachar, entre outros assuntos, esse assunto. Quem assina o acordo de cooperação, há muito tempo, está no regimento, não é nem uma questão de delegação, é o Diretor de Benefícios.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O Diretor de Benefícios...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O Diretor de Benefícios.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... que esteve aqui e falou que era uma assinatura mecânica. Eu falei: "Não, espere aí, você tem que ter uma *checklist* para verificar se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela entidade preenche os requisitos e apresentou os documentos, se tem uma fiscalização, se houve fiscalização".

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu posso dizer ao senhor que, na nossa gestão, seja no tempo em que o Dr. André ficou e no tempo em que ficou o Dr. Vanderlei, havia *checklist*, havia a busca de elementos, e ela foi evoluindo, porque não era incomum, aconteceu pelo menos uma vez – eu me lembro de ser apresentado isso no grupo do GTI, que tem Ministério Público, etc. – que foi se visitar uma entidade, depois nós voltamos para visitar a entidade – acho que 20 dias depois, um mês – e a entidade não estava mais com a placa, estava uma placa de uma funerária. Eu me lembro disso; em alguma reunião, alguém falou. Então, há, sim, a visita; há, sim, a *checklist*. Eu não posso comentar como era na gestão do antigo Ministro – acho que o Dr. Oliveira –, não posso comentar porque eu não estava nem no INSS.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas a responsabilidade é da Dirben.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A responsabilidade regimental é da Dirben.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Posso só fazer um reparo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Aqui, eu não lembro qual Parlamentar respeitosamente falou que eu chamei de senhor, chamei de doutor. Eu vou chamar todas as pessoas assim por uma questão de educação, da educação que eu recebi do meu pai. Eu vou chamar todo mundo de doutor, etc. Não vou fazer juízo de valor, nem me cabe, como testemunha, fazer juízo de valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, como já passa de meia-noite, eu vou começar com cenas fortes. Nós já estamos no adiantado da hora. Então, eu pediria que colocasse um vídeo, por favor. Gostaria que vocês escutassem.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu pediria que colocasse – não coloquei isso à toa – o eslaide seguinte. (*Pausa.*)

Vamos lá. Eu queria fazer uma conexão, porque me parece óbvio que o ex-Presidente Jair Bolsonaro sabia das coisas, isso nós já colocamos aqui. Foi avisado, inclusive, por entidades de auditores-fiscais, Senadores. Então, é óbvio que o ex-Presidente sabia que existiam problemas, mas não era só ele que sabia, não.

Isso aí diz respeito à MP 871, de 2019. Muitas vezes, a base da oposição aqui, base do Governo Bolsonaro, dizia que o grande feito do Governo Bolsonaro foi essa MP 871, mas eu perguntaria, inclusive, ao Dr. Stefanutto: caso tivesse sido aprovada ou não vetada essa emenda – essa emenda foi do Deputado Rodrigo Coelho, do PSB, de Santa Catarina... Essa emenda, que está ali no canto esquerdo, diz o seguinte: "É vedada a transmissão de informações de benefícios e de informações pessoais, trabalhistas e financeiras de segurados e beneficiários do INSS a qualquer pessoa física ou jurídica, diretamente ou por meio de interposta pessoa [...]", etc. Olha a justificativa que está na coluna do meio: "De outra parte, procura se inserir na redação da MP 871/2019 uma série de dispositivos relativos à prevenção da atuação de falsas associações e entidades de aposentados, que se vale de dados reais de aposentados e pensionistas e, em geral, são as maiores fontes de fraudes contra o sistema previdenciário". Ora, o Deputado Rodrigo Coelho sabia do que estava falando e falou de entidades falsas – isso foi em 2019.

O que aconteceu? O Presidente Jair Bolsonaro vetou, e ele vetou isso, ouvido o Ministério da Economia, juntamente com o Banco Central, e, mais, ouvido o Superministro, que depois criticou o próprio Presidente Jair Bolsonaro por rachadinha e outras coisas que vocês viram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o Governo tinha conhecimento disso, e esse já era um assunto onde um Deputado faz uma emenda e cita falsas associações, porque isso já ocorria no INSS – isso era 2019. É óbvio que não existe 2023 e 2024, Sr. Presidente, Relator, Deputados e Deputadas, sem que existisse 2019, 2020, 2021, 2022, e assim por diante. E por que isso é bom de se lembrar? Porque quem exatamente meteu a mão no dinheiro dos aposentados foram essas entidades que o Deputado Rodrigo Coelho já naquela época denunciava. Que entidades foram essas? Ambec, Amar Brasil, Conafer... Não existiriam estas pessoas que Pimenta chamou de "*golden boys*", por exemplo: Felipe Gomes, Presidente da Amar, que nós vamos escutar aqui, com Ferrari, Porsche, etc., aprendidas da Amar; não haveria Delecrode, que, no caso, aliás, era dono de empresa de biometria; não haveria Américo Monte, Anderson Cordeiro, que são os chamados "*golden boys*". Foi exatamente nesse período, de 2019 a 2023, e depois adentraram 24 e 25 na continuidade da roubalheira.

Veja, Presidente, que isso não pode ser considerado algo que começou agora, mas que já vinha de mais tempo. Evidentemente, essa roubalheira deu a eles as condições de ter tanta riqueza. Juntam-se a eles Nelson Wilians, Camisotti... Nelson Wilians veio aqui; Camisotti não pode nem vir porque o próprio Ministro do Supremo disse que ele não precisa nem vir. Está preso, junto com o Careca, que esteve aqui e mentiu muito também. Essas pessoas meteram a mão no dinheiro desses aposentados durante todo esse período. Se esse veto não tivesse sido feito ou derrubado... Eu digo derrubado pelo seguinte: fui ver quem votou pelo derrubada do veto e quem o manteve. A orientação do Partido dos Trabalhadores foi pela derrubada do veto; já o PL votou, em massa, para que o veto fosse mantido. E, portanto, este...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... ponto, este ponto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Portanto, a base bolsonarista – a base bolsonarista – votou para a manutenção desse veto, um veto que... Evidentemente, se tivesse sido derrubado, não poderia haver repasses, etc. para esse tipo de entidades que já eram chamadas de entidades fontes de fraude com o sistema previdenciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, eu queria chamar a atenção que essas questões foram levando a esse acúmulo de fraudes nos recursos dos aposentados.

Mas passe aí, posteriormente, o próximo vídeo, para a gente poder acompanhar um pouco mais esse raciocínio.

Durante esse período – eu já mostrei esse gráfico –, a gente vai ver que exatamente as entidades que, de 2019 até 2022, foram as entidades – pode passar o próximo – credenciadas nos ACTs que mais cresceram do ponto de vista do que arrecadaram e também do número de filiados. Aquele gráfico – o outro – vai mostrar bastante bem: essas em verde que estão ali cresceram; são as entidades em laranja, que estão ao lado, que tiveram um crescimento e são exatamente as entidades que vieram e receberam os ACTs no Governo Bolsonaro. Essas são as que mais acumularam e que levaram esses "*golden boys*" a terem esse crescimento absurdo que tiveram agora.

A pergunta que eu faço é esta ao Dr. Stefanutto: essa emenda, se não tivesse sido vetada, daria condições de ter uma fiscalização maior em relação às entidades?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Deputado, é muito difícil fazer exercício de futuro do pretérito, mas qualquer ferramenta que pudesse ajudar, obviamente, mitigaria o risco de que a gente tivesse o que acabou acontecendo ou pelo menos o que a Polícia Federal tem apurado junto com a CGU.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso. É o que eu imaginei, ou seja, alguma medida precisava ter sido tomada nessa época. Nenhuma medida foi tomada, a não ser uma medida provisória onde houve um veto em algo crucial a ela, em uma medida provisória que, evidentemente, não resolveu esse problema que nós vimos. Portanto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... isso foi se acumulando e se acumulou de tal forma que chegou a esses bilhões. Hoje, como que isso terminou? Com a medida que precisava ser feita, mais radical: terminar com qualquer processo de desconto dos aposentados. E não havia outra forma de fazer para acabar e cortar o mal pela raiz. Isso foi feito, assim como a devolução dos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu passaria ao último eslaide apenas para chamar a atenção de quantos hoje já receberam esse recurso de volta, o que foi necessário de ser feito. Aptos ao ressarcimento: 4,431 milhões de aposentados; aposentados que receberam 2,734 milhões; e 1,840 bilhão já devolvidos, o que era uma medida que precisava ser tomada.

Então, nós partimos agora... E é evidente... Aqui, eu termino, Presidente, apenas para dizer o seguinte: é óbvio que isso adentrou no período em que também estava lá o Dr. Stefanutto. E nós vamos ter que achar quem ali dentro deu continuidade a isso e, se o fez, de qual forma. É evidente que Virgílio e André Fidelis têm muito que vir aqui para responder junto com esses "*golden boys*". Afinal de contas, esposa e filho ficaram, evidentemente, à vista nisso. Agora, não adianta ficar procurando cabelo em ovo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, para encerrar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E aí eu termino.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É óbvio que o Frei Chico... Não apareceu nenhuma palavra dele. Esse é o problema do bolsonarismo. Eles acharam que iam fazer uma CPMI, que fosse a CPMI contra o Presidente Lula uma bala de prata, e isso não cabe dentro da realidade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A sessão está suspensa por 15 minutos.

(*Suspensa à 0 hora e 15 minutos, a reunião é reaberta à 0 hora e 30 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Queria começar fazendo uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A quem, Excelência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Quem foi omisso? Quem foi omisso, afinal? Quem poderia ter evitado, se tivesse agido de maneira eficaz, correta, dentro da competência que tinha à época, que esses roubos continuassem e lesassem tantas pessoas aposentadas no nosso país? Eu não sei quem matou o Odete Roitman, mas eu sei e vou afirmar quem foi omisso, poderia ter feito e não fez, ao final, e vou mostrar, inclusive, documentos.

Colegas, Renato Rodrigues, Leonardo Rolim, José Carlos Oliveira, Guilherme Serrano, Larissa Andrade, Glauco Wamburg e o atual Presidente do INSS... Nós temos aqui sete, mais dois ex-presidentes da gestão Temer, nós temos dez diretores de benefícios também que não foram ouvidos e nós temos sete ministros a serem ouvidos.

Sr. Stefanutto, quero... Eu estou surpreso positivamente. Eu vim preparado para uma linha de perguntas, de indagações, mas o senhor aqui foi muito firme. E o parabenizo também pela disposição em responder às perguntas, pela verdade e pelos esclarecimentos que trouxe a esta Comissão, porque as pessoas que aí sentaram, parte delas, não colaboraram efetivamente com a investigação e com a CPMI. O senhor trouxe informações importantíssimas.

Além do Stefanutto, ex-Presidente do INSS da gestão do Presidente Lula, já veio o Ministro Vinícius, da CGU, já veio uma defensora pública, já veio uma auditora também da CGU, já veio um delegado da Polícia Federal e já veio também o Ministro Lupi. E estas pessoas aqui ainda não vieram: ex-ministros da gestão anterior, diretores de benefícios e presidentes do INSS. Nós queremos ouvi-los. Eu não sei se estão dando tempo a eles para se prepararem mais, porque têm medo da indagação e daquilo que será falado e demonstrado. Queremos ouvi-los. E, numa investigação, Deputado Sanderson, falava com V. Exa. no início, tem que ter uma linha clara, cronológica, como está no plano de trabalho. Nós não o estamos seguindo, e isso é prejudicial à investigação.

Agora o senhor errou, Stefanutto. Quero aqui dizer que o senhor também errou: o senhor ter continuado com a equipe anterior do Governo Bolsonaro no Governo do Presidente Lula. Esse erro foi grave, porque essas pessoas que permitiram que as entidades laranja entrassem desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2019, se cadastrassem, assinassem ACT, entidades que sequer tinham associado, de três, cresceram 16 mil%. Essas entidades entraram, cresceram, foram aumentando o número de associados e de descontos, prepararam o terreno ainda mais e cresceram a partir também de 2023, porque justamente aquela equipe do Governo anterior, do Governo Bolsonaro continuou. Como o senhor disse que não queria fazer uma mudança radical na autarquia, no INSS, essas pessoas permitiram que o roubo continuasse. E, sem compromisso político nenhum, com medo e receio daquilo que o INSS estava fazendo, colocando mais rigor, dizendo que ia apurar e dificultar o cadastro, correram para fazer muito mais associados e mais descontos, roubando muito mais.

Este erro V. Exa. cometeu: ter confiado em servidores ali achando que eles iam fazer um serviço tão somente técnico. Não, eles tinham uma conduta política. E vamos ser sinceros, o que poderia vir de bom do Governo Bolsonaro para o Governo do Presidente Lula? Nada. Nada. Só veio a mácula, porque foi um Governo ruim e péssimo em todos os aspectos e sentidos. Tem ladrão da vacina Covaxin, que tem a ver com o roubo do INSS hoje, é a mesma figura que apareceu na CPMI da Covid, apareceu e vai vir aqui depor, porque está dentro do esquema do roubo. Foram essas figuras que lá continuaram.

Olha só que interessante... Olha só que interessantes as informações que o senhor trouxe.

Em 2019, eles bradam aqui que o Bolsonaro mandou uma MP dizendo que a revalidação seria anual. Ela veio, de fato, em fevereiro, mas ela foi aprovada com três anos, isso em 2019. E com emenda de Senador que faz parte desta Comissão. Vocês já sabem, eu não vou nem dizer o nome. Está claro, ele assinou essa emenda.

E olha mais. Em 2022, esse mesmo grupo que estava lá, que o senhor depois deixou na gestão de 2023, essa turma acabou com a revalidação, zerou. Se um Governo anterior queria apurar, por que pede um ano de início, deixa três e depois deixa zero no mesmo período? Ora, porque se lambuzaram e gostaram, porque estavam roubando e queriam fazer muito mais adiante. É isso que fizeram em 2019 e concluíram em 2022, sem revalidação, para facilitar o jogo.

E da mesma maneira, como disse o Deputado Rogério, vetando o artigo que dificultava, ou melhor, proibia a comercialização de dados das entidades públicas sob responsabilidade de empresas públicas, e ali negociaram – permitiram – essas 3 mil senhas, com certeza para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita gente ganhasse dinheiro vendendo dados de aposentados e facilitando o acesso ao desconto de benefício. Esse é o enredo que aconteceu.

Mas olha só, senhoras e senhores, nós tivemos mais. Aqui disseram: "Mas os Deputados do PT poderiam ter denunciado antes, no Governo anterior. E eles mesmos diziam que sabiam". Um Senador disse comigo, numa entrevista, que sabia, que avisou ao Bolsonaro, e não fez nada. Precisava a gente falar? Ora que não. Tem gente aqui que, além de ter assinado a emenda... E tem outros que fizeram parte da gestão da Previdência, no papel de Ministro praticamente – a função. Ora, o fato de ter sido simplesmente o secretário, como o senhor é o Presidente, podemos deduzir que ele sabia? Não sei, vai depender dos documentos, das provas colhidas, vai depender de depoimentos, de um monte de coisa. Nós não podemos afirmar.

Mas essa CPI precisa esclarecer, sem dúvida alguma. E eu espero que esse seja o resultado final da CPMI, que a gente apure com seriedade, trabalhe com seriedade, dentro de uma linha coerente, correta de investigação, e lá na frente a gente conclua. Para saber quem matou Odete Roitman, não vai ser agora, vai ser no final. Mas tem gente que quer, achando que a novela se resolve em cada capítulo, e não é assim que funciona. Por isso que a gente quer uma linha muito clara e coerente na investigação.

Então, pessoas poderiam ter feito muito mais, muito mais. O Governo do Presidente Lula mandou investigar, mandou parar os descontos – tem polícia investigando –, mandou punir – e serão punidos – os responsáveis, sejam eles servidores, políticos, presidentes de entidades, essa turma da juventude de que o Pimenta falou, do luxo, da ostentação, todos que roubaram e lesaram, seja quem for, porque tem que punir, tem que servir de exemplo.

Isso aqui é uma vergonha o que fizeram, de fato, contra os aposentados e pensionistas. Mas o Governo do Presidente Lula fez mais, ele mandou ressarcir essas pessoas. E mais de 60% já foram ressarcidas. E podem ainda pedir o ressarcimento ainda até meados de novembro. Porque essas pessoas têm que ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... O Estado tem que ter a dignidade de devolver a elas o que essas pessoas roubaram. E eu não tenho dúvida de que o Governo agiu corretamente e vai concluir 100%, basta as pessoas pedirem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quem foi o omisso? Está aqui: em 2019, um ofício enviado pelo ex-Presidente do Procon Fernando Capez, que diz a participação do ex-Ministro da Justiça – vou mostrar isso aqui depois na minha página –, ex-Ministro da Justiça do Bolsonaro de 2019. Quem estiver em dúvida veja no Google que vai saber o que eu estou dizendo. Veja no Google quem era o Ministro em 2019. Está aqui, oficiado. Sabia que as entidades – aqui está expresso –, descontos indevidos...

Presidente, rapidamente, vou ler só um capítulo, só um parágrafo, ou dois:

> Servimo-nos do presente para cumprimentá-los e, na oportunidade, informar que o Diretor Executivo da Fundação PROCON-SP, no âmbito de suas atribuições, no dia 30 [...] [passado] esteve em reunião no Ministério da Justiça com a participação do ministro Sergio Moro, do secretário do [...] consumidor, Luciano Timm, e do presidente do INSS, Renato Vieira [2019].
> Durante a reunião, o Diretor Executivo do Procon-SP, Fernando Capez, levou a sua preocupação com os descontos abusivos realizados nos benefícios dos aposentados por associações em parceria com seguradoras, empresas de serviços e instituições financeiras vez que, desde 2017 [ainda no Governo Temer], foram registrados mais de dezesseis mil atendimentos só no Procon-SP e em Procons municipais conveniados [...]

Para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – "[...] face as seguintes empresas [...]", e aqui tem a relação delas. Vou deixar na minha página.

Portanto, quem foi o omisso e poderia ter evitado que tudo isso continuasse foi o ex-Ministro da Justiça, dito aqui no documento do Procon, que participou da reunião, ou seja, o ex-Ministro Moro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, meia-noite e 40. Quero agradecer aí a V. Exa. e aos meus pares a paciência; saudar o nosso convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar aqui ser sucinto e, ao final, farei algumas perguntas.

O nosso convidado é alguém que está há mais de 20 anos no INSS, né? Conhece bastante a forma como o INSS funciona e teve cargos relevantes no primeiro Governo de Lula, no segundo, nos Governos de Dilma. Participou da transição. Nessa participação da transição, no grupo de trabalho, esteve ao lado da Sra. Tonia Inocentini, que aqui já foi citada como uma das beneficiárias desse desvio de recursos feito pelo Sindnapi. O Sr. Ricardo Silva, que, por coincidência, participou desse grupo, foi quem propôs ao Relator da medida provisória o fim da revalidação de três anos, segundo o próprio Relator, o Sr. Luis Miranda. E nós estamos ouvindo aqui um discurso de que começou agora o problema no INSS.

Bom, eu trouxe aqui algumas lembranças, porque é necessário, infelizmente, a gente ficar repetindo isso. Gostaria de ser mais sucinto, mas está lá: "Idosa [...] descobriu que teve descontos indevidos do INSS por 30 anos". Era uma associada da Contag. Isso aqui está em 25. Trinta anos ela sendo descontada, Sras. e Srs. Parlamentares, testemunha aqui presente – 30 anos, Contag. "Contribuição compulsória: aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões", isso aqui é de 2010. Acho que é o Governo de Lula, o segundo Governo. Desconto de mensalidade, tal, tal, tal, tal... Está aqui, ó. *O Globo*, 2010: "Ex-ministro Paulo Bernardo recebeu mais de R$ 7 milhões em propina, dizem investigadores". Isso aqui é de 2016. Fala sobre consignados na época, também INSS. Aí vem: "INSS fará pente-fino"... Então não vou cansá-los. Mas é porque esse discurso está ficando tão repetitivo, eu sou obrigado a ter que refutá-lo aqui, para mostrar que fraude no INSS sempre existiu. Agora, governos são diligentes, outros governos não são tão diligentes, né? E é evidente que, se as fraudes existem, alguém deu causa a essas fraudes para que elas possam ter acontecido.

Nós estamos encontrando aqui... Por exemplo, o Sr. Stefanutto falou para nós aqui que entrou com a missão precípua de diminuir filas. Então, dados aqui da LAI – queria inclusive que o primeiro eslaide ficasse aí no telão –, dados da LAI, de LAI – né? –, que é a Lei de Acesso à Informação, mostram que, no final de 2022, tinha pouco mais de 1 milhão de pessoas na fila, e o nosso depoente falou que tinha 300 mil de uma fila... uma espécie de fila eletrônica, que estava encoberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Posso só fazer uma correção, Senador?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor depois fala, por gentileza.

Dá 1,3 milhão aproximadamente, pela conta feita. Então, hoje tem 2,6 milhões. Isso aqui não é fila, não, mas eu quero falar a respeito. Então tem o dobro do que tinha inicialmente. Então, todas as ações que foram feitas, me parece que não surtiram efeito.

Aí vem essa questão aí dos pedidos de exclusão. Por que eu quero mostrar isso aos senhores aqui? Há uma questão clara que é assertividade.

Eu vi aqui um depoimento do Sr. Stefanutto, e fiquei muito atento ao depoimento que ele fez, em que ele fala que uma segurada fez um elogio à forma como o INSS tratou uma ação que ela tinha aí e que sempre demorava muito tempo, 15 dias ou 20 dias, a pessoa que tinha um câncer, depois verificou que não tinha câncer. Louvável.

Ocorre, Sr. Stefanutto, que 1,5 milhão de pessoas em 2024 reclamaram de descontos indevidos. E não houve ação por parte do Ministério da Previdência no caso específico do INSS.

E aqui é importante colocar que o INSS realmente é uma autarquia, tem autonomia, mas não no caso de V. Exa. Eu quero inclusive louvar a sua lealdade, porque eu desconheço, em algum momento da história, em 30 anos, que um Ministro da Previdência tenha tomado a atitude que o Lupi tomou, de trazer para ele todas as nomeações, inclusive os contratos acima de R$1 milhão. V. Exa., na verdade, tinha que se reportar ao Ministro da Previdência para nomear até uma telefonista. Isso não tem no histórico da previdência ou do INSS um precedente, uma jurisprudência. Foi um gesto bastante inusitado. E V. Exa., V. Sa. está o tempo todo aqui muito correto defendendo o Ministro Lupi e o Governo. Então, é louvável o que V. Exa. está fazendo. Parece que não houve a mesma reciprocidade com V. Exa.

Então, está clara aqui, entre a forma como foi tratada a pessoa que elogiou e a que reclamou, uma diferença brutal.

Depois, há uma outra questão que chama a atenção, que é justamente essa questão dos ACTs. Veja que, até março de 2023, os ACTs determinavam – isso é uma cópia de ACTs que eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

feitos – digitalizar em cópia digital legível e encaminhar ao INSS. Depois, com o Sr. André Fidelis, acabou o encaminhar ao INSS abruptamente, não é? E só em 2024 – se eu não estou enganado, acho que março de 2024 –, houve a IN 162, onde se substituiu justamente a forma como era feita anteriormente, e se coloca aqui como se fosse uma coisa inusitada. Desde 1991, tem desconto associativo. E desse período, nobres pares, nós temos 18 anos de Governo do Partido dos Trabalhadores. E parece até que as coisas aconteceram abruptamente, apenas nessa forma e dessa vez, tá?

Uma outra questão para que eu quero chamar a atenção é o fato de que V. Sa. falou várias vezes aqui, de que não pôde ou não podia tomar uma decisão de suspender cautelarmente, até o Relator falou, outros falaram, liminarmente um ACT, porque tem que se cumprir a Constituição, dar amplo direito de defesa, evitar se tomar uma medida que fosse injusta. Ocorre que isso aconteceu em 2019 e 2020. Quatro ACTs foram suspensos em 2019, quatro em 2020 e uma suspensão. Então era possível, sim, se fazer essa ação.

E aqui o Sr. Vinicius, que esteve aqui antes do senhor, falou que não era dele essa prerrogativa, era do senhor. E ambos desconhecem talvez a Lei 9.748, de 1999, que é a Lei do Processo Administrativo, que fundamenta justamente o poder de uma ação cautelar e dispensa expressamente que se tome essa atitude. Abrindo-se primeiro a defesa, você pode suspender, e depois abre o processo de defesa e discussão, como aconteceu anteriormente. E se for o caso de que a entidade tenha sido injustiçada, se volta, passa o subsequente.

E veja, Sr. Stefanutto, meu tempo está se exaurindo, mas veja, todas as ações que V. Sa. diz que empreendeu, me parece que não surtiram efeito, porque se você pegar o marco temporal que foi estabelecido por esta Comissão, que é de 2015 até a presente data, nós temos, 9,5 anos antes da chegada do senhor, 46% do total dos recursos que foram despendidos. Dá R$4,7 bilhões. No curto período em que o senhor foi Presidente, um ano e nove meses, são R$5,4 bilhões. No período em que o senhor não estava lá, a média mensal, nesses nove anos e pouco, são R$45 milhões. No período em que o senhor estava lá, R$246 milhões, com picos de R$400 milhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A média mensal de filiados, no período que antecedeu sua chegada, foi de 2.262.000. No período em que V.Sa. esteve lá, foi mais de 6 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então são sinais muito claros de que alguma coisa estava errada, de que alguma coisa não estava cheirando bem, de que houve um descontrole no processo, não é? E todos os sinais dados por V.Exa. e pelo grupo que V.Exa. comandou, foram no sentido de procrastinar. V.Exa. explicou aqui uma série de medidas, mas me parece que não foram efetivas, não é?

Então vou fazer aqui duas perguntas, até para o senhor poder falar um pouco a respeito e fazer suas considerações. O senhor afirmou que adotou diversas providências, durante sua gestão, no sentido de coibir fraudes; como é que explica esses números, depois de todo o trabalho que V. Sa. fez?

E a segunda, e o senhor responde às duas de uma vez, porque são duas perguntas muito simples: uma coisa que me chamou a atenção é o fato de que o Sr. Rodrigo Assumpção, que é o Presidente da Dataprev até hoje, deu uma entrevista – me parece que no dia 20 de junho de 2025 –, está aqui na *Folha de S.Paulo*, onde ele afirma, textualmente, o seguinte, que o INSS deu o comando para manter ativo o sistema mais vulnerável de descontos.

E ele fala aqui – abrem-se aspas –: "Recebemos a ordem de manter aberto e continuar fazendo essas inscrições sim. Havia demandas para inserção".

E ele disse o seguinte, que conviveu com o sistema por seis meses, que estava operacional, segundo ele, desde setembro de 2024.

Então, ele faz uma afirmação aqui de que, na verdade, foi orientado a não implementar aquilo que a própria IN 162 determinou, que é a substituição do modelo anterior pela biometria ou pela identificação facial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer comentar, Excelência?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Sim.

Senador, obrigado pela pergunta.

Senador, quando o senhor fala dos dados de números da fila, respeitosamente, a fila hoje é eletrônica. Se ela tem 1, 2, 3, 4 milhões, não é o mais importante, mas sim o tempo médio para atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o brasileiro, tanto faz se tem... É igual a você chegar a um restaurante e ele estar cheio. Se o atendimento for bom e o preço bom, ótimo. Você chega a um restaurante, às vezes ele está vazio, mas o preço é caro, e a comida é ruim.

Então, na fila eletrônica, o problema não é o número, e sim o número do quantitativo. Embora seja um número importante, ele não é um número dominante. O número dominante vai ser o tempo médio para concessão.

Para aquele brasileiro que está em casa, que entrou no Meu INSS ou que fez o pedido, ele quer saber com quanto tempo que volta para ele o benefício.

Quando nós entramos no INSS – estava aproximadamente em janeiro de 2023, quando o novo Governo entrou –, estava aproximadamente 80 dias. Nós chegamos há 34 dias. E isso é importante para as pessoas. Só para... É muito comum todos acharem que o número da fila é importante e dominante. Ele é importante, mas ele não é dominante.

E também, Senador, nós, na época – o senhor aqui abriu a porteira –, na época de 2022, os atendimentos de 600 mil, 700 mil por mês. Nós batemos mais de 1,2 milhão, 1,3 milhão. Eu não sei explicar exatamente por que é que aumentou tanto, mas nós tínhamos mais processos requeridos também. Isso quanto à fila.

Quanto aos números que o senhor coloca também, é pegar um vetor e aí dizer dos resultados.

Não deu tempo de ver os resultados. Tudo o que nós fizemos e inauguramos no dia 1º de fevereiro daria os resultados esperados.

Quer dizer que era a melhor solução? Não sei dizer. Mas era uma solução séria, de gente compromissada.

E quando o senhor fala da... Desculpe-me, não sei se eu respondi completamente, mas quando o senhor fala da entrevista, em relação ao que o Presidente da Dataprev falou, não é verdade que, em setembro, estava entregue o sistema; foi entregue um arremedo que não funcionava. Se tivesse sido entregue e funcionasse, certamente nós o manteríamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa maior ansiedade, naquele momento, era que a Dataprev pudesse entregar o sistema funcionando. Não foi feito isso. Tanto é, que foram feitas alterações, até janeiro de 2025, relevantes, para poder entrar em funcionamento.

Então, eu não sei em que circunstâncias o Dr. Rodrigo disse isso. Não sei qual que é a impressão que ele teve.

O Presidente Rodrigo, eu o conheço, é uma pessoa de boa-fé, um gestor que sempre tentou nos atender, mas não é verdade que, em setembro de 2024, foi entregue esse sistema. Não é verdade isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, só quero pedir uma gentileza a V. Exa.. Eu vou... Eu queria usar o tempo de Líder, mas eu vou... Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não se preocupe, não, que não... Vou tentar não passar disso. Só para fazer alguns posicionamentos aqui – não vou me dirigir mais ao depoente –, é um outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela Liderança, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Senador Rogerio Marinho, eu só não respondi do processo administrativo, da lei.

Acho que aí houve o esquecimento da Lindb, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Quando nós vamos aplicar uma cautelar ou coisa assim, lá tem requisitos bastante importantes, e o gestor tem que saber o resultado da sua ação, o que vai acontecer. Então, nós hoje, o gestor, andamos apertados entre a Lei do Processo Administrativo e a Lindb.

Desculpa, só para não ficar sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – O.k..

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço desculpa aos demais Parlamentares, mas é rápido aqui, eu vou tentar ser bem...

Toda sessão aqui, nós precisamos, infelizmente, repor algumas situações, para que a narrativa não se imponha sobre a realidade.

Então, primeiro, deixar claro: nenhum governo, em 30 anos – está aqui alguém que está há mais de 20 anos no INSS –, propôs revalidação de descontos associativos. Quem propôs foi o Governo do Presidente Bolsonaro, com a Medida Provisória 871. Ninguém propôs.

Quem votou contra essa medida, inclusive contra esse dispositivo que foi colocado por aqueles que me antecederam, foi o Partido dos Trabalhadores, que votou contra toda a lei e fez campanha contra e foi para rede social e, inclusive, se ufanou de ter votado contra a lei.

Várias medidas e várias emendas foram apresentadas, nesse sentido, durante todo o processo. Então, isso está dentro dos Anais da Câmara e do Senado da República. Então, isso é um dado, e me espanta que a mentira seja reapresentada, insistentemente, em todas as sessões e que eu seja obrigado a ter esse tipo de posicionamento aqui. Eu lamento muito, mas, infelizmente, a repetição traz o conhecimento.

Essa questão dos dados que foram colocados – do artigo que foi vetado – já está dentro da LGPD, da proteção de dados. Então, havia uma redundância. Por isso que houve o veto.

Há um discurso aqui de que os descontos associativos foram proibidos pelo atual Governo. Não, não é verdade. Os descontos associativos foram paralisados em função da ação judicial. E eu tenho dito aqui – essa é a oitava ou nona reunião que eu digo aos senhores aqui presentes – que já foi votado na Câmara o fim definitivo desses descontos associativos. Vamos votar no Senado.

O PT ouve, faz ouvido de mercador, faz o discurso aqui, diz uma coisa completamente diferente da prática, porque, se houvesse a vontade de materializar essa intenção, amanhã tem sessão no Senado da República. Nós somos favoráveis. Que o Líder do PT no Senado da República, irmanado conosco, apresente o projeto. Votaremos incontinente e vamos acabar de uma vez por todas com os descontos associativos e virar essa página triste na história, inclusive, dos aposentados brasileiros, que são as grandes vítimas desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra questão que é importante e se colocou aqui... A gente vai ter a possibilidade de ouvir o Felipe, da Amar, que deverá vir aqui proximamente. "Ah, porque essas pessoas todas foram, de alguma forma, gestadas no Governo do Bolsonaro".

Das quatro entidades que são elencadas, só a uma o ACT foi concedido no Governo do Bolsonaro, que foi a Amar. A Anddap, a Master Prev e a Assap foram em 2023 e 2024. Agora, o fato de os ACTs terem sido concedidos, das quatro, três no Governo do Lula...

Eu não estou aqui entrando no mérito de dizer o que é que aconteceu, não. O fato é que a acusação que eles fazem é que me permite fazer a ilação que eles fazem. Então, se é o ACT que gerou o problema, imagino que três quartos do problema seja no Governo do Presidente Lula, do PT.

Eu prefiro não fazer esse tipo de ilação, mas apenas para deixar claro aqui que essa mentira, repetida muitas vezes, está deixando aqui as pessoas desconfortáveis, principalmente aquelas que não só deram causa, como se locupletaram, porque quebramos o sigilo aqui. Em algum momento, isso vai vir à tona.

Uma outra questão que está sendo colocada aqui até à exaustão e que a gente precisa deixar clara é que o Governo do Presidente Lula não investigou o processo. Na verdade, ele foi vítima, teve como consequência do processo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... a ação judicial que afastou a nossa testemunha, afastou o Sr. Virgílio, né? Não foi o Presidente Lula que os afastou. Eles foram, infelizmente, afastados por uma ação judicial e policial.

Claro que nós queremos que todos que tenham presunção de inocência possam se defender dentro do processo e, ao final, provar sua inocência ou ser assacados por sua culpa. Agora, por favor, gente, não é possível que toda reunião a gente escute o mesmo discurso, a gente tenha que fazer o mesmo reparo.

Eu acho que a população brasileira quer de nós atenção ao que de fato está acontecendo, quer dizer, buscar aqueles que realmente deram causa a esse crime hediondo e responsabilizar os que receberam os recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é esse apelo que faço aos meus pares. E peço desculpa àqueles que estão esperando até agora para falar.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tempo de Liderança encerrado nesta sessão.

Com a palavra – atenção, Rondônia! – o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente, só pela ordem, eu preciso dar uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Primeiro, os servidores da Câmara dos Deputados me procuram querendo que haja aquele pagamento noturno, Presidente. No Senado, já está ocorrendo isso, a gente precisa fazer para a Câmara dos Deputados. Solicito a V. Exa. que me ajude a fazer isso junto ao Presidente Hugo Motta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos encaminhar um ofício ao Presidente.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – A outra, Presidente, eu queria explicar, porque agora, como o senhor fala, outros falam, eu falo, iniciando meu discurso, falando em Rondônia, o povo está perguntando: "Por que é que você fala Rondônia?". E eu vou lhe dizer: desde que eu entrei, botei meu pé aqui quase sete anos atrás – quase sete anos atrás –, na Câmara dos Deputados, eu inicio o discurso fazendo isso, chamando, falando o nome de Rondônia, o meu estado, e faço isso todas as vezes que subo à tribuna, em todos os cantos. E agora virou moda, porque os senhores viralizaram no Brasil, porque esta CPMI viralizou no Brasil. Por quê? Porque eu queria – e quero – trazer que o meu estado tem que ser respeitado, porque o Brasil não sabia qual era o Estado de Rondônia, o Estado de Roraima, o Estado... Entendeu? Quando queria falar de Roraima, falava de Rondônia; quando queria falar de Rondônia, falava de Roraima. Então, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quis dar importância ao nome do meu estado, para que o Brasil entenda que Rondônia é Rondônia, Roraima é Roraima, e outro estado é outro estado. E nós não somos diferentes e menos importantes do que outro estado. Rondônia é um estado muito importante do agro e pronto.

Eu queria fazer essa apresentação, a questão pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Agora, o senhor pode zerar para eu iniciar meu discurso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. (*Risos.*)

Põe os dez minutos para o Coronel.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Olá, Rondônia; olá, Brasil. Quase meia-noite no meu estado; aliás, mais de meia-noite no meu estado, 1h04 aqui, em Brasília, e estamos trabalhando.

Sr. Stefanutto, testemunha: no início o senhor disse que foi militar. Eu sou militar. Então, a gente vai fazer o seguinte: nós sabemos combater. Vamos para um campo de batalha nós dois.

O Brasil quer saber do senhor: por que o senhor tanto sabe e tanto sabia, e ficou calado por muito tempo, Sr. Stefanutto? O que é que aconteceu com o senhor? Quem o senhor está protegendo? Porque os rolos deste Governo nós já conhecemos desde mensalão, desde roubo do INSS, desde petrolão... Não foi o Bolsonaro não! O Bolsonaro era Deputado nesse tempo. O senhor se recorda dessas oportunidades, quando o PT botou a mão e jogou o dinheiro para os paraísos fiscais?

O senhor deveria fazer igual ao Ministro Palocci, na CPI do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mensalão.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Na CPMI do BNDES. Ele disse e falou a verdade: "Eu também sou culpado – eu sou culpado –, porque eu ajudei a roubar". Ele falou! Tem gente aqui do PT que sabe, porque a gente estava junto. E ele disse no final, ele roubou, mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram 500 bilhões, não, foi mais do que isso. E, no final eu perguntei para ele: "E onde está esse dinheiro?". "Nos paraísos fiscais."

Sr. Stefanutto, será que muito desse dinheiro já está nos paraísos fiscais? O que é que o senhor acha? Já sumiu daqui do Brasil? Porque é muito roubo, muito dinheiro.

Sr. Stefanutto, o senhor chegou aqui, discursou... Quase eu choro, quase eu choro com o seu discurso, mas, depois, na andança das suas falas, eu vi que o senhor sabe muito, e não quer falar, porque quem está sofrendo são as velhinhas e os velhinhos que estão sendo roubados pelo seu time.

Por que seu time? Porque o senhor foi para a rua. A Justiça Federal o botou na rua – não foi o senhor que pediu não, rapaz –, e saiu com um time de futebol de salão com técnico; saíram seis, um time de futebol de salão com técnico!

Quem é o técnico desse rolo? Quem é o técnico? Vamos ter que descobrir. O Brasil quer saber, Sr. Stefanutto.

O senhor não é militar? Militar tem que falar a verdade, não pode enrolar não! É assim que nós aprendemos. O senhor foi soldado. Eu não sei em qual patente.

O Presidente também foi soldado. A gente trata as coisas com seriedade.

O Brasil quer que a gente fale a verdade, Sr. Stefanutto. Se o senhor foi soldado, é a hora de o senhor mostrar o homem que o senhor é, um homem verdadeiro, que cumpre a sua missão e que não mente.

Não minta aqui, Sr. Stefanutto! Mostre para o Brasil que estão roubando, se estão, rapaz... Muitos bilhões!

Quem está sofrendo, quem está doente numa cama, esses que estão sofrendo, os velhinhos, as velhinhas, Sr. Stefanutto...

Não dá para nós ficarmos assim, aqui nessa briga de PT, de não sei o quê, e de Lula que está roubando. Ele sempre roubou! Não sou eu que estou falando, não. Não sou eu que estou falando, não. O Vice-Presidente já falou isso, em 2018, dizendo que o Governo Lula queria voltar à cena do crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos continuar?

O senhor, Stefanutto... Quem pediu para o senhor parar, para continuar fazendo vistas grossas e proteger quem roubou os aposentados? Quem é que o senhor está protegendo? Qual é o ministro? Porque o Lupi sabia do rolo; ele declarou isso numa audiência lá na Câmara: "Eu sabia", mas não fez nada. E o senhor também sabia e não fez nada.

Quando o senhor soube das denúncias contra André Fidelis? Eu sei quando. Por que o senhor ficou... Depois de saber das denúncias de André Fidelis, o senhor ainda ficou um ano com ele, mesmo sabendo do rolo dele. Por que o senhor o segurou e não largou? Por que o senhor não denunciou? Por que o senhor não botou ele para rua e mandou prendê-lo?

O senhor não fez isso. E é real. Os jornais dizem isso. Os jornais estão falando isso. A Globo, isso aqui é da Globo. E o senhor nada fez.

Sr. Stefanutto: "Em 2024, teremos um INSS mais moderno, mas, principalmente, mais humano".

Eu não sei se o chamo de Sr. Stefanutto ou de Stefa. Como é que o senhor prefere?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Presidente, eu não, eu não vou admitir...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu gostaria de perguntar ao senhor...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não vou admitir ser chamado pelo não meu nome.

Eu vou respeitar o Deputado e não vou colocar apelido, nem vou usar o apelido que é famoso do Deputado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sr. Stefanutto... Sr. Stefanutto, então.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Então, eu espero que ele me respeite. Eu espero que ele me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor não vai me chamar de nome que não seja o meu. Eu não admito isso. O senhor me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor também disse que é defensor, segundo as suas escritas, dos direitos das mulheres. Que mulheres, rapaz?! O senhor não respeita as mulheres mais velhas! O senhor sabe de tudo e fica calado, escondendo as verdades. As mulheres mais velhas, as nossas velhinhas estão sofrendo. Quais são as mulheres que o senhor protege?! Ninguém vê.

"Representantes dos Ministérios da Previdência e Desenvolvimento Social e do INSS participaram de ao menos 15 reuniões com entidades investigadas por fraudes [...]". Quinze reuniões com entidades privadas envolvidas por fraudes? Quinze reuniões? Tem que ser conivente, Sr. Stefanutto. Não tem outra saída. Tem que ser conivente, não tem jeito.

"A Contag foi a entidade mais recebida: participou de 13 dos 15 encontros".

Você está vendo aí? Essa turma, essas associações, esses sindicatos, todos envolvidos com vocês no INSS, não tem saída. O rolo está aí, gente. Brasil, o rolo está aí. Vocês estão todos num emaranhado de roubos! Eu não estou dizendo que é o senhor que está roubando. Vamos investigar! Vamos investigar, mas, em princípio, todos estão roubando, e um protegendo o outro – é um protegendo o outro! Uma vergonha!

"Stefanutto afirmou que a autarquia é muito maior que o desconto associativo." Sr. Stefanutto, é uma vergonha o senhor dizer isso. Parece que não estava dando importância para esse roubo. Mais de R$6 bilhões dos nossos aposentados e pensionistas! O senhor não está dando importância. "Ah, o INSS é maior que isso." Maior nada, rapaz! Maior é a solução! É isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... que o senhor tem que fazer, soldado!

"Ai! A Polícia Federal chegou! Foi um susto!" Que susto que o senhor levou, nada! O senhor está sendo investigado, não tem que ter susto, não. Amanhã, a Polícia Federal pode estar na sua casa. Não fique assustado! O senhor está sendo investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu já falei, foi um time de futebol com técnico pra rua, que a Justiça Federal botou na rua: seis integrantes. O senhor é um deles.

Sr. Stefanutto, agora somos nós dois aqui. Olhe! O senhor é soldado. O senhor me falou, aqui falou para nós, falou para o Brasil. É a hora de o senhor mostrar que o senhor é soldado mesmo. Esqueça Lula, esqueça Governo, esqueça os que estão roubando! Se o senhor não está, mostre o nome de cada um para o Brasil! O Brasil quer saber a verdade! Não dá para nós termos pessoas públicas roubando os velhinhos, os doentes! Não dá mais, Sr. Stefanutto! Cumpra o seu dever de cidadão, de homem público! Faça isso de uma vez por todas! Só assim o Brasil, pelo menos, vai aplaudir o senhor, embora o senhor... Se o senhor não estiver dentro do rolo! Eu não estou considerando o senhor ladrão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... eu estou considerando o senhor investigado.

Para concluir, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, Sr. Stefanutto e soldado, fale a verdade! Não fuja! Soldado não foge da guerra, não foge do combate! O Brasil espera isso do senhor. Fale a verdade para os brasileiros! Chega de roubar dos nossos aposentados e pensionistas!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O senhor quer comentar?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Bem, Presidente, foram várias indagações misturadas com conclusões. Foram... Eu confesso ao senhor que eu não consegui entender. Não sei se eu estou com alguma questão cognitiva, mas eu não consegui entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respeitosamente, Coronel, a V. Exa. o que eu posso responder é que eu fui de Marinha, tenho muito orgulho de ter passado pelo Colégio Naval, pela Escola Naval, é uma casa de que eu tenho saudade. Eu não estou envolvido em nenhuma questão, em rolo, como o senhor usou a palavra, não estou envolvido. Estou sendo investigado há mais de ano. Respeito todo o trabalho da Polícia Federal, respeito o trabalho do Ministério Público, que provavelmente entra em seguida. Estou aguardando os resultados e pronto para colaborar, tanto é que vim aqui e Deputados do mesmo perfil ideológico do senhor reconheceram que eu estou falando. Então, não me furtei às perguntas. Tivemos um pequeno mal-entendido, eu e o Relator, no início, que foi consertado. Então, acho que eu vim aqui falar.

Eu que pedi exoneração. Está aqui a prova de que eu pedi exoneração. Eu não fui tirado do cargo, nem o juiz tirou. O juiz afastou, e eu pedi exoneração, porque entendi que era um constrangimento, só para deixar claro.

Outra pergunta que o senhor falou, por último, né? O Sr. Palocci – me permita, já que o senhor abriu a porta – fez uma delação falsa. Ele fez uma delação mentirosa sobre o Presidente Lula – tanto é que ela não foi aceita. E eu não posso aqui imitar, embora tenha todo o respeito pelo ex-Ministro Palocci, imitá-lo na pior parte que talvez ele expressou da vida dele ao fazer esse tipo de afirmação. Eu tenho honra, vim aqui defender minha honra, vim aqui ouvir, e ouvi questões que me fizeram até pensar, da oposição, coisas em que a gente tinha que pensar, mas eu não posso fazer uma delação de coisas que eu não vi. Delação se faz quando você participa do crime e viu as coisas. Não pode inventar delação. Nós já sofremos muito no Brasil por delações inventadas.

Eu acho que é isso, Presidente.

Desculpa se eu não respondi tudo ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Só para eu fechar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Eu já lhe dei, já lhe dei uns dois minutos anteriores, Excelência...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – O senhor não falou do Fidelis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu já lhe dei dois minutos. Por favor. Paciência. Já lhe dei os dois minutos antes, Excelência. Por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor não falou nada do Fidelis, que o senhor o manteve, mesmo assim, por um ano.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele já respondeu a essa questão anteriormente. Obrigado, Excelência.

Deputado Sanderson.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS. Para interpelar.) – Cumprimentos ao Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Obrigado.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – ... Senador Carlos Viana, que conduz com maestria e muito equilíbrio esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e ao nosso Relator, que aqui atua... O Relator atua como uma autoridade policial que dá as diretrizes da investigação e as linhas de atuação que esta Comissão deve seguir, afinal de contas, não consigo compreender, meu amigo Alfredo Gaspar...

Eu vou pedir só silêncio para a assistência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – É impossível... Nós já estamos aqui há muito tempo e conversas paralelas não ajudam.

Como imaginar... Eu já atuei em algumas CPIs nestes dois mandatos, e nós sempre tivemos a dificuldade de tentar convencer os Parlamentares que ingressam numa CPI ou numa CPMI de atuarem como investigadores. O Relator aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor vai ter um papel muito difícil, Relator Alfredo Gaspar, porque vai ter que enfrentar, e o senhor vai ver lá na frente... A instrução aqui é a parte mais fácil. Isso aqui eu diria que é até divertido. O senhor vai ter muita dificuldade em aprovar o seu relatório final. Eu fui Vice-Presidente da CPI do BNDES e indiciamos – o Coronel Chrisóstomo estava lá também –, indiciamos 52 agentes públicos e empresários, todos com comprovada corrupção, todos, BNDES, 52, e na hora da aprovação ou não, da votação do relatório, não queriam votar. Digo: "Como não votar? Estão aqui as provas. Os senhores aqui são autoridades investigadoras, não são defensores de corruptos". Pois nós perdemos. Não tivemos voto nem para indiciar, na época, Dilma Rousseff nem Lula, mesmo com as provas materiais, concretas e objetivas apontando para a corrupção no BNDES, corrupção bilionária. Sempre é o "b" de Brasil ali na frente. Então, meu amigo Alfredo Gaspar, conte comigo, tenho alguma *expertise*, quero ajudar.

Temos aqui hoje o Dr. Alessandro Stefanutto, que está como testemunha, mas... Há nove horas estamos aqui, dez horas. Eu, sinceramente, já participei de mais de mil interrogatórios na Polícia Federal. O seu perfil é o do velho mentiroso nos depoimentos. O Caveira, que é Delegado, sabe. São bons em retórica, mas o senhor não trouxe aqui nenhum convencimento, para mim, pelo menos. E depois eu vou lhe provar que o senhor não convence ninguém.

Primeiro, quero lhe perguntar... O senhor é testemunha ainda. Talvez lá na frente vai ser indiciado, pelo que eu percebo, né? Até faço aqui uma pergunta. O Relator falou que os antecedentes falam muito dos consequentes e das consequências, né? O Coronel Chrisóstomo falou que o senhor foi militar e tal, o senhor participou da Escola Naval, né? Por que o senhor não seguiu carreira na Escola Naval? O senhor pode falar?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Claro, eu pedi baixa voluntária. Não quis continuar na Marinha porque eu comecei a embarcar bastante naquele ano e percebi que não combinava com a vida militar.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Neste momento, ainda vou preservar uma informação que eu recebi da Marinha. E todo mundo, nós aqui na Câmara dos Deputados e nesta Comissão somos investigadores, trabalhamos com informantes. Recebi informações da Marinha de que não é bem assim, mas eu, no momento a seguir, vou falar. Não lhe autorizo a falar agora. Não lhe perguntei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não tem nenhum problema.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Não lhe perguntei.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O.k.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – O dia seguinte da operação, Presidente Senador Carlos Viana – e eu tenho informantes dentro do Ministério da Justiça –, tocou um *rendez-vous* e uma balbúrdia: por que – isso no próprio Ministério da Justiça, e eu tenho a informação –, por que a Polícia Federal foi fazer essa operação? Como se o PT mandasse na Polícia Federal. Aliás, a operação saiu porque um juiz federal, um procurador da República de carreira, delegados e agentes de carreira fizeram. Agora caiu no STF e, não sei se por sorte ou por providência divina, o relator é o André Mendonça, senão já teria caído tudo. Nós sabemos disso.

Mas o Ministro da Justiça atual, Ricardo Lewandowski, tocou horror dentro do Ministério da Justiça, querendo inclusive a cabeça do Diretor-Geral da PF. Como é que ele vai fazer uma operação dessa magnitude que poderia inclusive repercutir na reeleição do Lula? Isso, informações que eu recebi de dentro do Ministério da Justiça. Então, senhores, nós temos aqui...

Eu faço agora uma pergunta e quero que o senhor me responda. O senhor vai assumir, o senhor vai absorver toda essa bronca sozinho? O senhor é do PDT. Quantos Deputados do PDT estão aqui para lhe dar guarida?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não entendi a pergunta do senhor. Assumir o quê?

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – O senhor vai assumir... O senhor tinha o domínio dos fatos – o senhor, como Presidente do INSS, a maior autarquia do Brasil. E o que é domínio dos fatos? É o senhor mesmo...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu conheço a teoria do domínio do fato, que não é aplicável nesse caso.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Bem, então... É aplicável, sim.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor está equivocado. Eu discordo do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Então, o senhor... Deixa eu falar.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor é que me perguntou.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Deixa eu falar?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor faz a pergunta e depois quer me impedir de falar?

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Deixa eu falar?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Claro, o senhor é que manda. Mas o senhor me pergunta, fala: "Responda", e aí depois pede para eu não falar?

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Presidente, o senhor reponha meu tempo, por favor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Mas o senhor que fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Não, não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Então, eu não vou continuar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode continuar, por favor.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Então, eu não vou continuar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Pode continuar, Excelência.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Então, no domínio dos fatos, Claus Roxin, um alemão, diz assim, ó: independente da execução ou não, quem tem o domínio dos fatos, ou seja, quem tem o poder de decisão e de influência responde criminalmente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Então, Sr. Stefanutto, eu tenho aqui muitas perguntas para fazer para o senhor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (*Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Eu vou participar agora da CPMI. Estou chegando só agora, fui convocado, mas quero contribuir. O senhor vai voltar aqui, provavelmente, no seu indiciamento.

Então, pergunto de novo: o senhor vai assumir essa bronca sozinho ou vai assumir e dizer: "Não, eu era o Presidente, eu tinha a caneta, mas eu não sabia de nada, meus subordinados não sabiam de nada". Como é que então esse rombo bilionário aconteceu? Aí eu pergunto. Agora, agora o senhor pode responder.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A gente...

Muito obrigado pelo tempo, Deputado. Aqui, longamente, foram explicadas todas as medidas que foram tomadas. O rombo aconteceu... Se o senhor quiser que eu explique novamente, eu vou contar a minha tese, que implica 19 para a frente. Embora o Senador Rogerio Marinho tenha razão no que ele falou de que a lei é de 30 anos. Então, eu já respondi isso. E quando o senhor fala "bronca", etc., honestamente, eu não, não, não... Não estou entendendo a pergunta.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Acho que...

Então, tá. Então, o senhor, como agente público e mestre, doutor, enfim, conhece muito bem a lei, né? O senhor não pode responder por corrupção culposa, porque não existe corrupção culposa. Prevaricação culposa também não existe. Falsidade ideológica culposa também não existe, mas peculato culposo existe. É a única figura típica... Daquele capítulo dos crimes praticados por servidor público, existe o peculato culposo. Nós vamos... Talvez o Relator dê uma oportunidade. No peculato culposo, se houver o ressarcimento do bem no peculato furto, pode inclusive haver o perdão judicial.

Não vamos, como querem os Deputados do PT, pegar dinheiro público para entregar para os aposentados. Não, nós precisamos saber onde estão os recursos, porque em algum lugar... Ninguém esconde pelo menos R$6 bilhões no bolso. Onde estão os valores? Só o senhor... O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro da Previdência não tem essa informação. Ele já disse. A Polícia Federal está tentando buscar. A CGU também não consegue. O senhor tem informação de onde estão esses R$6 bilhões de dinheiro desviado dos aposentados, para que os sindicatos...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Posso responder?

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – ... devolvam os recursos, entregando imóveis, veículos... E assim, a gente, na recuperação dos ativos roubados, usando a palavra aqui, peculato furto, possa – quem sabe? – até haver um perdão judicial para o senhor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – E, para encerrar nesse último minuto, o senhor disse que também, instado aqui por Deputados governistas, que, no Governo anterior, houve vazamento de dados... Enfim... O senhor inclusive disse: "Não compreendo por que a Polícia Federal não fez nada". Deixou... Eu não lhe perguntei.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu não falei isso.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Eu anotei aqui.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu não falei isso. A Polícia Federal fez, a Polícia Federal está investigando isso.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Não, não. O senhor disse: "Não sei por que não fizeram nada". Não, não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu disse que eu teria que tomar cuidado, porque a investigação está andando e pode ter dados sigilosos. É só pegar as notas taquigráficas.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Bem, então, se o senhor, na época, disse que se reportou à PF e não fez nada e a CGU também não fez nada...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não me reportei à PF, Deputado. Eu nem estava lá no INSS. Eu peguei essa bronca, como o senhor fala, depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Não. Mas quando o senhor entrou... Não. Quando o senhor entrou, o senhor disse que tinha essa informação de que havia dados vazados... O senhor falou...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Comunicamos à LGPD...

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Encaminhou à Polícia Federal, e a Polícia Federal não fez nada.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, nunca falei isso. Que a Polícia Federal não fez nada?

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Sim.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, senhor. Eu falei: está na Polícia Federal... É só ver nas notas taquigráficas ou na filmagem.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Notas taquigráficas aqui, então...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O que eu disse não é isso.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Presidente...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu disse que a Polícia Federal estava apurando e que eu tomaria cuidado aqui para não dar nenhuma informação sigilosa e atrapalhar a investigação.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Bem, então, notas taquigráficas... Eu solicito, Presidente... Ele falou que a Polícia Federal não fez nada...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (*Fora do microfone*.) – Nunca falei isso.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – ... não fez nada para apurar, e o senhor, sendo Presidente, o senhor deveria então ter... Independentemente de a PF agir ou não agir, o senhor deveria ter encaminhado uma representação sua à PGR, para a PGR, então, como órgão fiscalizador, fazer a apuração ou cobrar da Polícia Federal a apuração.

E, para concluir, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, para encerrar, Excelência.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS) – Há alguma relação... É uma pergunta. Aqui eu estou agindo como investigador – estou agindo como investigador. Não há nenhum tom de malícia, nem nada.

Qual é a sua relação com as duas provas arrecadadas pela Polícia Federal em manuscritos? Porque uma diz: Stefas... Desculpa, "Stefa 5%". E a segunda, também, entre aspas: "agradecer o CNPS' [uma seta] 150 milhões". Isso foram provas arrecadadas por ocasião das buscas feitas pela Polícia Federal e que já estão, inclusive, na Justiça Federal de São Paulo.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Bom, uma foi arrecadada na minha casa e a outra, do Stefa, do tal do Stefa, eu já respondi. Vou responder sobre a do CNPS.

O CNPS, Senador... Deputado, desculpa. O CNPS é o Conselho Nacional de Previdência Social, que fez uma moção – uma moção política, né, porque é um órgão com um colegiado político –, para que o orçamento do INSS pudesse aumentar em 150 milhões. Aquilo estava sendo negociado à época. E, por alguma razão, os policiais, mas especialmente a CGU, que esteve lá em casa, entendeu que aquilo era uma entidade, etc. Eu tentei explicar, eles levaram... A esse documento eu tenho acesso, né?

Quanto ao... Me desculpa, só porque... (*Pausa.*)

Então, quanto a esse do CNPS, de 150 milhões, é da atividade do Presidente. O orçamento do INSS é 1,2 bilhão, aproximadamente – não sei como é que está agora –, e é natural que você busque mais recursos, exatamente para equipar melhor a autarquia, para que as contas fechem. É exatamente isso. A Junta de Execução Orçamentária teve um pedido nosso, apoiado pela Casa Civil, para que esses 150 milhões viessem. Acabou não vindo depois, tá?

Quanto aos 5%, eu vou só reforçar – "5%, Stefa, etc." – que, primeiro, ninguém me chama de Stefa. Segundo, eu não recebi 5, 10, 50, 30, 40% e nem tive acesso a esse documento. A esse documento ainda não tivemos acesso. Quem teve acesso foram os jornais. Nós não tivemos acesso. Aliás, toda a investigação... Não acho que pela Polícia Federal; acho que, enfim, por algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse, todos os documentos que nós pedimos ou fazemos, embora atendido, como foi aqui na Comissão pelo Presidente, depois a gente conhece só pelos jornais, o que é lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar o Relator, cumprimentar o depoente.

Inicialmente, eu só queria dizer aqui que, ao contrário do que o depoente disse, de que ele pediu a exoneração... Não, não foi dessa forma. Ele foi exonerado. Tem a Portaria 489, do *Diário Oficial da União*, que fala: "A Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, substituta [...], resolve: exonerar Alessandro Antonio Stefanutto [...]". Quando é a pedido, vai "exonerar a pedido". Isso, inclusive, está aqui numa matéria da Agência Brasil, dizendo que foi exonerado – exonerado, inclusive, pelo Governo Lula.

Ministro Stefanutto, eu imagino como é que deve estar a sua cabeça, porque, por mais que você fale, com tanta convicção, com tanta veemência, da sua inocência – e pode ser até que realmente você não tenha nenhuma participação comissiva, mas eu acredito que, ao menos, uma negligência, uma imprudência houve nesse caso –, o senhor fica marcado como Presidente do INSS, cuja gestão foi responsável pelo maior escândalo de corrupção da história do nosso país, superou mensalão, superou petrolão, e não só pelo vulto financeiro, mas também pela covardia: pegaram idosos, pessoas vulneráveis, pessoas que trabalharam a vida inteira, só queriam ter uma aposentadoria digna e tiveram descontos indevidos em seus contracheques. Isso é cruel demais! Isso é safado demais! Eu não estou falando que V. Exa., você é safado, mas o crime em si é vil demais.

Mas, enfim, V. Exa. fala aqui que não teve responsabilidade alguma com relação a isso, foi exonerado... E, veja bem, V. Exa. é do PDT. Ninguém do PDT veio aqui para ajudá-lo, para defendê-lo, nenhum Deputado, nenhum Senador, somente os governistas do PT, porque eles estão aqui numa tentativa de construção de narrativa e aí, evidentemente, eles vêm sempre para utilizar isso aqui como palco para tentar responsabilizar o Governo Bolsonaro. Eu acho que... Acredito até que você deveria mudar de partido e ir para o PT, porque eles aqui fizeram esse papel de ajudá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí onde você está esteve também o Ministro da CGU, Vinicius Carvalho, e o Ministro da Previdência, Carlos Lupi, que inclusive foi quem te nomeou como Presidente do INSS. E, engraçado, assim, o que é mais... O que tem de semelhança entre todos é que todo mundo tenta tirar o seu da reta, todo mundo tenta dizer "não, não tive a responsabilidade; não foi culpa minha". O Lupi falava aqui como se realmente ele, como Ministro da Previdência, com tudo isso acontecendo, não tivesse responsabilidade alguma. Mas ele trouxe algumas informações que poderiam, digamos assim, responsabilizar a CGU. Inclusive, também, o Ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que a CGU falhou. O Deputado do PT Líder do Governo também disse que falhou na apuração e em fazer os alertas de que as irregularidades poderiam estar acontecendo na Previdência. E você também disse aqui que a CGU falhou, que a CGU poderia...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (*Fora do microfone*.) – Posso só...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Não, não... Eu vou te dar depois logo em seguida.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (*Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Eu vou te dar aqui a oportunidade de explicar a respeito disso, de que a CGU também falhou, porque a CGU também poderia fazer essas... fazer os... suspender os ACTs de forma cautelar. Mas por que, então, já que a CGU também poderia – e você, como Presidente do INSS, também poderia... Por que, em vez de criticar a CGU, não fez a suspensão dos ACTs irregulares de forma cautelar?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (*Fora do microfone*.) – Posso responder?

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Pode.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Eu não critiquei – e faço um reparo, se for o caso – a CGU. Falei de uma servidora da CGU e dei os dados objetivos que eu acho que deveriam ser incluídos. Talvez seja até uma audácia minha falar. Tenho pela CGU todo o respeito. A CGU poderia ter feito, e nós, se tivéssemos a informação que a CGU tem, que ela não quis repassar para a gente, que é a metodologia, a depender do que eles nos apresentassem, certamente faríamos, mas não foi apresentado, Deputado Jordy.

Posso responder às duas outras rapidamente que o senhor me fez?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Não, eu acredito que foi essa que eu fiz.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, o senhor perguntou, falou que não tinha ninguém do PDT. Só por uma questão de justiça, a Senadora Leila ficou muito tempo ali atrás, talvez não foi vista.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Mas não te defendeu.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, mas eu acho que ninguém do PDT, ou do PT, ou do PSB, ou da oposição...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Deixe-me dar sequência.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não me senti atacado por ninguém.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Posso dar sequência? Deixe-me dar sequência aqui, porque meu tempo é curto.

Por mais que V. Sa., você diga aqui que não tem responsabilidade, que desconhecia tudo isso que estava acontecendo embaixo do seu nariz, no INSS, porque essa é a maior autarquia da América Latina, que comanda o sistema da previdência social do nosso país. V. Exa. tem aqui um histórico muito amplo, tem uma carreira muito consolidada desde 2000, desde 2020, não, desde 2011, à frente do INSS. Então, você conhece com profundidade, conhece todos os meandros do INSS.

Em julho de 2023, você foi nomeado Presidente do INSS e foi exonerado em abril de 2025. Nesse período, os descontos irregulares, a arrecadação das entidades e os pedidos de exclusão explodiram. Eu trago aqui alguns dados: durante a sua gestão, chegou a 3,5 bilhões a evolução do número de descontos de mensalidade associativa, que, antes, em 2022, por exemplo, era na casa de 700 milhões. Nós temos aqui: evolução mensal dos descontos de mensalidade associativa na maciça. Quando você entrou, era na casa de 80 milhões; chegou ao ápice, em abril de 2024, de 248 milhões. A evolução do quantitativo de solicitações de exclusão de descontos de mensalidades associativas, quando você entra, era na casa ali de 21 mil; e vai a 192 mil solicitações de exclusão, demonstrando que houve evidentemente uma explosão de irregularidades nos descontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu te pergunto: diante desses números, o senhor reconhece que houve fraude nos descontos associativos?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor falou da... Eu vou responder à pergunta do senhor. Mas o senhor falou de evoluções, é porque estavam embaixo do tapete as reclamações. Nós tiramos de debaixo do tapete. Foi o senhor que abriu essa porta, e eu vou aproveitar a porta.

Nós habilitamos a exclusão automática, coisa que não foi feita antes. Nós fomos pôr a cara na imprensa, não só em A Voz do Brasil, para falar aos aposentados: "Vejam se há algum desconto equivocado para que seja tirado". Então, desculpe-me, Deputado Jordy, mas falar que por que aumentou é porque tinha mais fraude ou menos fraude? A minha percepção é porque estava embaixo do tapete.

Aí, desculpa, o senhor fez uma pergunta... Se eu reconheço... Desculpa, eu não me lembro.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Sr. Stefanutto, foram 39 bloqueios em lote na sua gestão. E você disse que inclusive só foi um feito por você, que foi o da Contag.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O formal.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Só um. Quem fez os outros então?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não sei.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Bom, então fica evidente...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Porque não foram formalizados.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... que houve uma displicência da sua parte, como Presidente do INSS, e foi isso aqui que gerou tantas irregularidades, tantos descontos irregulares.

Eu gostaria de fazer aqui uma última pergunta.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Pois não, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Já que, nesse desconto da Contag... Esse desconto da Contag era evidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Com tantos indícios de fraude comprovados, por que liberou o ACT (Acordo de Cooperação Técnica) da Contag, em 2024?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Deputado, a cada cinco anos são trocados – cinco ou dez anos –, são cinco anos que são... ou renovados etc., os acordos. Esse é um procedimento comum, normal, se atende aos requisitos, ele é processado dentro da Diretoria de Benefícios.

Regimentalmente, não era uma delegação. Regimentalmente, é processado dentro da Diretoria de Benefícios.

Acredito que quem tenha assinado era o diretor da época. Eu não me lembro, à época, qual dos dois diretores com quem trabalhei que era o diretor.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Foi o André Fidelis e também o Virgílio, ele como Procurador.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Todos os acordos são...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Eles... Na verdade, havia uma determinação para que não fosse feito esse desbloqueio da Contag.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor está falando do ACT ou do desbloqueio?

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Do desbloqueio também.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não é que... Confesso que eu senti uma certa confusão aqui na minha cabeça, desculpa.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Tá.

Eu falei do ACT.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, sobre o ACT, eu estava respondendo o senhor, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – E com relação, então, à questão do desbloqueio da Contag. Houve aí o André Fidelis e também o Virgílio assinando e pedindo que fosse também desbloqueado, e você também mudou de entendimento a respeito desse desconto, que foi feito em lote e que gerou, inclusive, toda essa explosão da fraude do INSS. O que te levou, então, a fazer esse desbloqueio? Mudar de ideia, mudar de entendimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Mudei de ideia, por quê?

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Porque havia o entendimento de que não deveria ser feito esse desbloqueio da Contag.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Excepcionalmente. Como foi feito.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – E... Sim. E você fez esse desbloqueio...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não mudei o entendimento. Nós, naquele caso concreto, aplicamos o que a gente entendia ser o melhor direito. Só uma correção, porque eu andei estudando esse caso novamente: se eu não me engano, o Dr. André Fidelis não assinou; quem assinou foi o substituto, se eu não me engano. Não? Tem a assinatura dele.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Foi o André Fidelis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Então foi normal. Só para não ficar sem resposta, Deputado Jordy, respeitosamente, quando a gente fez a migração dos 33, 32 mil, nós ali estávamos convencidos, de acordo com o que havia nos autos, de que isso era legítimo, que não estava sendo feita nenhuma inclusão de algum tipo de desconto sem a ficha. Tanto é que, quando houve a operação da Polícia Federal, eu pedi ao meu advogado que entrasse em contato com a Contag para que as fichas fossem juntadas aos autos do inquérito. E aí eu acho muito interessante – se o senhor me permite uma sugestão – verificar o relatório do delegado da Polícia Federal que foi à Contag ver os seus registros, verificar os registros da Contag.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Eu só gostaria de saber se o senhor foi exonerado ou o senhor pediu...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Eu vou pedir que alguém possa entregar ao Deputado Jordy, respeitosamente, e ao senhor. Fizeram a minha exoneração de ofício, sendo que eu havia pedido para que fosse feita a pedido. Então, ela tem que ser retificada. Eu até vou pedir ao Governo que retifique oportunamente, e está aqui a prova. Eu fiz essa exoneração, liguei imediatamente ao Ministro e falei: "Eu vou pedir exoneração, Ministro".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Presidente, saúdo V. Exa., saúdo o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Cumprimento o depoente, Dr. Alessandro Antonio Stefanutto.

Por favor, Presidente, os comentaristas não param. Eu não gostaria de comentários na minha fala, eu não comento na fala de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, silêncio, por gentileza. Pode retomar o tempo da Senadora, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Obrigada. Cumprimento V. Sa., Dr. Alessandro Stefanutto, e cumprimento também seu advogado, Dr. Júlio César de Souza Lima.

E gostaria de reiterar, Presidente, que hoje recebi mais três denúncias sobre a PicPay. Eu sei que será no ano que vem, mas seria importante que fosse a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Peço a V. Exa.

Bom, preliminarmente, eu estou absolutamente satisfeita com todas as respostas, porque, durante o dia inteiro, o senhor respondeu tudo aquilo que a maioria de nós pretendia perguntar.

Não sei o Deputado de Rondônia, mas uma questão importante a se destacar é que, se eu não me engano, foi o senhor quem exonerou André Fidelis, correto? Então, acho que o Deputado saiu, mas é importante destacar isso.

Bom, os brasileiros passaram o dia inteiro escutando muita desinformação. Eu gostaria de trazer aqui alguns esclarecimentos. Nem todo mundo é obrigado a ter formação jurídica. Alguns Parlamentares têm, outros, não, mas as pessoas que estão lá fora nos assistindo viram cenas de horrores e têm visto cenas terríveis aqui nesta CPMI.

Eu gostaria de lembrar àquelas pessoas que não estão acostumadas a assistir depoimentos, a assistir audiências, que, nos dias 10, 11 e 12 de junho deste ano, boa parte do Brasil assistiu aos depoimentos do Núcleo 1 da tentativa de golpe de Estado. Então, foram ouvidos os seguintes réus: ex-Comandante da Marinha Almir Garnier; ex-Ministro da Justiça Anderson Torres; ex-Ministro do ex-Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno; ex-Presidente Jair Bolsonaro; Ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira, Walter Braga Netto. Foram imputados a eles cinco crimes. Eu pergunto a todos os brasileiros e a todos os Parlamentares aqui – porque muita gente assistiu, uma boa parte do Brasil parou para assistir aos depoimentos –, eu pergunto: alguém viu aqui qualquer um dos cinco Ministros da Primeira Turma do STF injuriar – injuriar é xingar, em tese –, insultar alguns desses réus? (*Pausa.*)

Eu não só assisti a esses depoimentos, como assisti a cerca de mais ou menos 250 depoimentos daquele pessoal da invasão. Assistam Victor Panchorra e não tenham preguiça, porque eu também não tive. Eu estou falando aqui, porque eu realmente me debrucei sobre o tema. Eu me formei em 2002, mas entrei na faculdade em 98. Eu nunca – nunca – vi em primeira instância, em juizado especial, em nenhum tribunal tanta falta de educação. Não é assim que se conduz um depoimento, não é dessa forma. Se tem alguém aqui... Porque aqui também tem vulgos delegados. Tem gente aqui que se diz delegado, mas é agente. Então, isso acontece também. Então, daí eu já vejo que realmente não vai saber, não passou num concurso para delegado. Então, nunca vi isso na minha vida. E, durante os depoimentos lá no STF, rolou até um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

clima amistoso, sorriso, brincadeira. O Ministro Relator, Ministro Alexandre, foi convidado para ser Vice-Presidente da República – que tal? –, tamanha a tranquilidade.

Só que aqui as pessoas... eu não sei qual é o tamanho do rei na barriga ou se existe uma casta no Brasil que se chama Deputados e Senadores, porque alguns se acham melhores do que todos os brasileiros. Eu nunca, na minha vida, aceitaria ser tratada e maltratada da forma como estes Parlamentares – alguns, tá? – têm agido.

E eu o parabenizo, porque foi a primeira vez – e não é demérito de nenhum outro depoente –, foi a primeira vez que alguém se colocou, e se posicionou, e determinou que seja respeitado. Por quê? Porque aqui... Eu não estou aqui de advogada de defesa de V. Sa., porém o senhor já é réu neste processo? Mas os inteligentes aqui acham que é. Não é réu, não transitou em julgado. Nem Bolsonaro é possível acusar ainda, porque nem houve o trânsito em julgado. E, mesmo depois, na execução da pena, nenhum juiz tem o direito de adjetivar dessa forma. Então, juiz não pode insultar, não pode injuriar, delegado não pode injuriar, e muito menos Parlamentar. Tem entendimento no STF sobre isso.

Enfim, meu tempo não vai permitir, mas eu sei que o Presidente vai me dar bastante tempo, porque eu estou merecendo.

Bom, o depoimento serve para esclarecer pontos que ficaram obscuros, fortalecer provas, obter confissão e tal. Então, aqui, parece que tudo está sendo feito completamente fora de tudo o que a gente já ouviu e já aprendeu acerca de direito, acerca de processo. Eu acho que os doutrinadores que já morreram estão revirando no túmulo, porque é vergonhoso – é vergonhoso – ver bacharéis em Direito ou profissionais da área fazerem isso.

Dr. Stefanutto, em 24/10/2024, eu recebi um ofício do Presidente do Procon do Mato Grosso do Sul, Dr. Rozemar Mattos, com inúmeras denúncias sobre descontos indevidos lá no Mato Grosso do Sul. E, naquele momento, eu confesso que eu achei que fosse algo somente ali, local. Em 24 de outubro de 2024, eu entrei em contato com o Dr. Alessandro Stefanutto e encaminhei para ele um número considerável de denúncias. Ele me recebeu com muita educação, como lhe é peculiar, e me disse o seguinte: "Senadora, isso não acontece... não está acontecendo só no Mato Grosso do Sul, investigações estão tramitando, fique tranquila". Porém nós... O senhor fazendo as suas próprias investigações, e isso demora, é óbvio que isso demora. O senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

conheceu o Ministro Lupi entre 8 ou 9 de janeiro, foi nomeado dias depois, numa transição que... na verdade, não houve transição, sequer a faixa foi passada. Eu acho que pegaram um monte de calhamaço e jogaram na sua mão, porque transição neste Governo não houve.

Imagine você cair de paraquedas no meio de um drama, de um escândalo desse. Você precisa ter o mínimo de responsabilidade. E o senhor me deixou tranquila e disse agora, novamente, que só soube que a Polícia Federal havia terminado, pelo menos a primeira fase da Operação Sem Desconto, naquela data. Por quê? Porque não há interferência. Ou vocês vão querer ouvir de novo o Presidente Bolsonaro falando que ele interferia, sim, em todos os ministérios? Aqui, a CGU...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu peço a sua paciência, Presidente.

A CGU disse que não avisou ao Presidente Lula, porque não tinha sequer terminado a investigação. Então, a gente percebe que não há interferência.

Sobre o seu RIF – eu preciso desse tempo, Presidente –, eu sei quem estudou o seu RIF. Por isso que eu quero que não me levem a mal os colegas que estudaram, mas eu pergunto aos demais: quem leu o RIF do Dr. Stefanutto? Quantos milhões, porque aqui a gente só fala em milhões, e bilhões, e bilhões... Quantos milhões ou bilhões foram movimentados na conta dele? Alguém sabe me dizer? (*Pausa.*)

Bom, tudo o que foi identificado... Ninguém leu o seu RIF, ninguém estudou, ninguém sabe que foi o senhor que exonerou o André. O seu RIF é absolutamente compatível com os seus proventos. O senhor ainda recebe o valor de... honorários de sucumbência.

Aqui, do Banco Itaú... Acho que é o Banco Itaú.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Um deles diz que a sua renda... O que era incompatível? Quinze mil reais, a sua renda. Eu tenho certeza de que o senhor disse que foi o seguinte... Na verdade, quando o senhor declarou a renda lá atrás, decerto, quando abriu a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta, porque... Como que o senhor vai conseguir sonegar o seu salário sendo que o desconto é direto na fonte? É muita burrice desse pessoal, tá?

Sabe quanto foi movimentado na conta dele que foi considerado atípico? Alguém sabe? Alguém sabe? Duzentos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu preciso falar isso, porque isso aqui é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas para encerrar, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já lhe dei dois minutos a mais no tempo de V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pois é, eu gostaria só de terminar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu estou no ponto mais importante aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E são fatos, eu peço que vocês estudem: R$292 mil, que, diante dos proventos verdadeiros dele, não significam absolutamente nada. Então, ninguém estudou aqui. O que quiseram, simplesmente, foi fazer esse jogo de cena diário e transformar as redes sociais na antiga praça em que matavam, atiravam pedras nas pessoas. E o pior é que a gente consegue ver a plateia babando, se deliciando – se deliciando –, vendo esses aqui atirando pedras e transformando este país, assim, num verdadeiro campo de batalha, sendo que a gente tem mais o que fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço a V. Sa., agradeço, principalmente, por ter colocado a turma no lugar deles. O senhor vai dar um fôlego para os demais depoentes para entenderem que aqui não tem casta diferente de nenhuma outra no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Fernando Rodolfo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Rodolfo. Bloco/PL - PE) – Ah, não, só um instantinho... O depoente pediu para suspender por cinco minutos, para fazer aferição de glicose.

(*Suspensa à 1 hora e 56 minutos, a reunião é reaberta às 2 horas e 02 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão.

Deputado Fernando Rodolfo com a palavra.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

São 2h da manhã. Nós estamos aqui já desde as 4h da tarde. E, de lá para cá, foram muitas perguntas, muitas respostas, mas fica aqui o dever de fazer uma reflexão, sobretudo para aqueles que estão em casa nos assistindo agora e acompanhando os trabalhos dessa CPMI, que eu penso que é uma das CPMIs mais importantes que este Congresso já instaurou, sobretudo pela relevância dos trabalhos que aqui estão sendo desenvolvidos, com a finalidade de buscar os culpados por aquele que é, sem sombra de dúvidas, um dos maiores escândalos da história do Brasil, vitimando os aposentados da nossa nação.

Aqui, nesta CPMI, nós já ouvimos diversas pessoas. Posso aqui me recordar do ex-Ministro José Carlos Oliveira, do ex-Ministro Lupi... Ouvimos aqui o Milton e o Rubens, que são apontados pela Polícia Federal como laranjas do Careca do INSS; ouvimos aqui o próprio Careca do INSS, o Antônio Carlos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes dele, ouvimos também o advogado Nelson Wilians, o Fernando Cavalcanti, que é sócio do Nelson Wilians... Passou por aqui o Presidente da Conafer, uma das entidades mais corruptas de toda esta história...

E o curioso é que todos eles juram inocência. Ou seja, ex-Ministros, o cara que é apontado pela Polícia Federal como mentor desse esquema todo, o Careca do INSS, e ninguém tem culpa de nada!

O escândalo está aí para todo mundo ver, o roubo aconteceu, mas nenhum desses atores aqui afirma ou reconhece ter sequer o mínimo de participação nisso. Claro, todos eles alegam e juram inocência, mas os fatos estão aí.

Hoje, estamos aqui ouvindo o ex-Presidente do INSS, o Stefanutto, que também está sendo investigado pela Polícia Federal.

Não cabe aqui a mim, neste momento, apontar culpa para o senhor – quem sou eu? – diante dos fatos, mas não posso deixar de fazer alguns questionamentos, algumas reflexões nessa linha.

O senhor, por exemplo, foi – e já disse aqui – que foi o responsável pela indicação do Virgílio para Procurador do INSS.

O Virgílio é alguém que dificilmente vai escapar ileso desta investigação, pelos fatos já revelados pela Polícia Federal. Patrimônio milionário, que não é compatível com as suas funções de Procurador do INSS, Porsche no nome da esposa... Tudo isso precisa ser explicado, e a gente espera muito que ele seja convocado, que venha até aqui e que, ao final de tudo, pague por tudo isso e seja preso.

Mas o senhor o convidou para ser Procurador do INSS.

Ele, diante de uma manifestação do Tribunal de Contas da União, que, ao início deste escândalo, recomendou ao INSS a suspensão dos descontos... Está aqui, em diversas manchetes de jornais... Por exemplo, a *Gazeta do Povo* traz: "Recurso do INSS no TCU pede o fim de recomendação para coibir descontos irregulares".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O TCU vai na linha de proibir esses descontos, mas o Virgílio, Procurador do INSS, recorre dessa decisão. Ou seja, na prática, ele queria que aquela decisão do TCU não fosse à frente e que os descontos continuassem.

Minha pergunta: o senhor autorizou esse recurso ser protocolado lá no Tribunal de Contas da União? Isso passava pelo senhor enquanto Presidente? Ou o Virgílio tinha autonomia para apresentar o recurso que quisesse ao TCU, sem o conhecimento prévio do Presidente, sobretudo nesse caso de tamanha importância?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO (Para depor.) – Deputado, obrigado pela pergunta.

Sim, quem assinou a remessa ao TCU... Se eu não me engano, tanto eu, não sei se o Ministro Lupi, assinamos a remessa. Então, eu tinha consciência de que nós estávamos pedindo... A área técnica tinha dito que era pouco tempo para que a gente pudesse fazer o Revalida, o tempo que o Tribunal tinha dado. Nós marcamos audiência com o Ministro Aroldo Cedraz – não só uma; duas ou três – para discutir o tema, e, na última reunião, nós até dissemos ao Ministro Cedraz, que nos recebeu muito bem e prometeu que as coisas iriam se resolver – e as coisas têm seu tempo, o tribunal tem seu tempo, nós temos o tempo –, para que a gente pudesse definir, seja fazer o Revalida, seja fazer outra medida que o TCU mandasse.

Aquele acórdão que eu acho que o senhor estava folheando tem inúmeras medidas. Nós tomamos todas as medidas, menos a que foi objeto de recurso, até porque, no recurso, a gente fala do empréstimo consignado, que acabou entrando a reboque na decisão que foi embargada. A gente precisava que clareasse se também teria que fazer, e são milhões de empréstimos consignados, a mesma medida, porque lá – eu não estou aqui... Se estivesse com ele, ficaria mais fácil responder ao senhor com maior precisão.

Então, o que eu me lembro da época foi que nós fizemos o recurso por conta do prazo.

Nós não éramos nem contra nem a favor. O que a gente precisa fazer é, quando faz uma medida como o Revalida, ter base legal, e, infelizmente – eu digo infelizmente, porque me parece que há um consenso de que era importante o Revalida –, quando você faz uma medida dessa sem ter base legal, você abre oportunidade para que quem não queira que seja feito consiga uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

liminar na Justiça por falta de base legal, por falta de outras situações. Então, o Tribunal de Contas dar essa base legal com um prazo razoável seria ótimo, e acabou sendo feito. Eu acho que o Tribunal depois acabou julgando e entregando a...

Mas, respondendo objetivamente, sim. Eu... Não foi o Dr. Virgílio que assinou ou, pelo menos, que protocolou sem que nós soubéssemos do recurso.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas, Dr. Stefanutto, depois de toda a revelação desse escândalo, o que é que parece para a gente? Vamos lá.

Surge a denúncia, o escândalo, que assusta a população brasileira, que revolta a população brasileira. Aí, vem a notícia, e aqui o senhor explica tecnicamente, mas essa parte técnica não é muito explicada lá na imprensa quando sai, né? Mas sai o quê? Tribunal de Contas age para impedir descontos, procurador do INSS recorre, na prática, para tentar manter aquilo que já é escandaloso.

Depois de tudo isso, como é que o senhor viu essa postura do Virgílio de recorrer? Como é que o senhor vê: que aquilo era uma tentativa de manter o esquema que revoltou a população brasileira?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Deputado, o que eu me lembro do recurso – repito: lamento que eu não tenha aqui em mão – é que o recurso integrou partes na qual havia concordância da área técnica e nossa, relativamente. Não estou aqui... Não tenho procuração para defender ninguém, cada um tem que responder por aquilo que fez, quero deixar claro.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor acha que o Virgílio errou em algum momento?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Errou... Em que sentido o senhor fala?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Errou em... Ora...

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – É que não cabe a mim avaliar o comportamento de alguém que está sendo investigado e que tem direito a ampla defesa, contraditório, presunção de inocência

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor diz aqui que pediu demissão do cargo.

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Eu pedi demissão e comprovei isso.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Tá. Mas por que então, se o senhor estava todo certo, se o senhor agiu dentro da legalidade, como o senhor tem falado aqui desde o começo, por que o senhor pediu demissão?

O SR. ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO – Por questão política. No momento em que o Presidente do INSS tenha, 6h da manhã, acordado, ele e toda a sua família, independentemente do entender de que aquela medida tem uma característica x ou y, politicamente, fica insustentável, e é um desconforto ao Governo.

Eu não queria causar desconforto ao Governo. Eu queria preparar a minha defesa. Ali minha vida mudou.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas pedir demissão, nesse momento, não seria assumir culpa?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não, não, não, de jeito nenhum.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor não vê assim?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, desculpa, eu não vejo assim.

Eu vejo que eu tinha que sair para preparar minha defesa e que eu não tinha condições políticas de um Presidente que recebeu a Polícia Federal – cautelarmente, vamos dizer, porque é uma medida cautelar essa – continuar à frente da autarquia. Não fazia sentido.

Eu entendo a medida. Todo mundo no Brasil pode ser investigado, até Presidente da República, e entendo que eu sofri uma busca e apreensão. A busca e apreensão, na minha avaliação, não trouxe nenhuma novidade, mas, independente disso, ficaria muito mais difícil, Deputado, a gente permanecer no cargo pensando na defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a atividade do Presidente – outros presidentes virão aqui, até pelo que o Deputado colocou, não sei se foi o senhor ou outros ou a Senadora – é muito intensa, é desgastante, é muito desgastante. Você não consegue fazer nada na sua vida a não ser pensar em INSS. É muito difícil.

Peço desculpa pela sugestão, mas peço que o senhor consulte os outros presidentes quando vierem aqui.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Vou consultar.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É muito difícil.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E como foi que o Presidente Lula recebeu o seu pedido de demissão?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não sei.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor chegou a dialogar com ele ou não?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, não, não, não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O.k.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu não fui recebido pelo Presidente Lula depois de toda essa história.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, vou dizer para o Alessandro Stefanutto, pela minha... Eu não sou advogado, não tenho formação na área. Vou usar um ditado popular. Olhando para os Deputados e Senadores sentados aqui, eu digo que o senhor está num mato sem cachorro. O senhor foi literalmente abandonado. Se prepare com um bom advogado, junte um pouco do seu dinheiro para se defender, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor não vai ter proteção política igual fazem com todos aqui. Acho que o senhor está jogado às traças.

Mas, como eu sempre faço, eu vou aqui revisitar as matérias da semana, para poder mostrar o tamanho do rolo em que o senhor está envolvido.

"Contag tentou descontar benefícios de pelo menos 22 mortos, diz o relatório da CGU".

Depois eu quero que o senhor me explique como é que o INSS paga pensão para morto.

"CGU: Presidente da Contag omitiu do INSS ser irmão de deputado do PT".

Olha o quadrilhão que o senhor está metido nele.

"Conafer fez 3,3 mil tentativas de descontos em benefícios de mortos".

E depois eu vou mostrar aqui o que o Presidente da Conafer diz, que o senhor que é responsável. Ele não tem nada com isso. Simplesmente mandou lá a relação dos mortos que o senhor pagou.

"Farra do INSS: Conafer tentou filiar criança de 9 anos e mortos".

Olha para quem o senhor está pagando benefício.

"CPI investiga entidade que movimentou R$409 milhões em agência da periferia de Brasília".

O Sr. Careca do INSS levou até o nome da autarquia junto.

"Farra do INSS: entidades pediram 204 mil vezes descontos a mortos".

"Dono de entidade da Farra do INSS pediu de volta BMW doada, diz pastor".

Aqui envolvia até um pastor no negócio.

"[...] Ambec recebeu R$ 453 milhões de aposentados sem prestar serviço".

Cadê a auditoria interna?

"Ambec era fachada da Prevident para ter dados de aposentados, diz CGU".

"Entidade contratou empresa para fabricar aposentados [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"[...] associação usou CNHs vencidas para fraudar descontos [...] [do INSS]".

"Entidade da farra do INSS teve 16 filiados por minuto [...] [vazados do INSS]".

E o senhor está lá.

"Operação da PF investiga fraude de R$ 6,3 bilhões [...]."

"Pivô da CPMI, ex-Presidente do INSS faz planos para 2026."

Embora o senhor não tenha achado isso na política, eu acho que o senhor deveria fazer outros planos, porque caso se confirme o que a polícia... Possivelmente, em 26, o senhor está bem enrolado.

"'Solução provisória' que liberou descontos ilegais colocou ex-chefe do INSS na mira da PF."

O senhor me perdoe, a Polícia Federal não ia cometer tanto equívoco diante de uma pessoa tão inocente.

Lupi: indicação do Presidente do INSS é de "minha responsabilidade". Logo, logo eu chego lá.

"Stefanutto deu aval às fraudes, [...] [diz] PF." O senhor precisa desmentir isso, chamar a Polícia Federal de mentirosa diante do que o senhor está falando aqui nos dados de hoje.

"Ministro do TCU rebate ex-presidente do INSS e diz que tribunal não permitiu desbloqueio em lote." Uma boa acareação entre o senhor e o Presidente do TCU para poder desmascarar essa mentira.

"Núcleo de Stefanutto [no INSS] culpa Dataprev." É um jogando a culpa no outro.

"Ex-presidente do INSS nega omissão [...] e diz que seguiu decisão do TCU." O TCU fala que foi omissão do INSS, e o INSS fala que foi omissão do TCU.

"Stefanutto diz sofrer por não ir mais ao INSS [...]". Está com saudades?

Eu digo para o senhor uma pergunta bem, bem objetiva. Minha primeira afirmação. O Lupi disse aqui que tudo que aconteceu do roubo dos aposentados foi responsabilidade exclusiva do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

INSS. Naturalmente, foi de sua responsabilidade enquanto ele estava Ministro, pois ele deu todas as delegações de responsabilidade para o senhor.

Peço que o senhor responda no final. Quem está mentindo? O Lupi ou o senhor? Alguém está mentindo, porque o Lupi o está o acusando, diz que a responsabilidade é do senhor, teve os roubos. Ele está saindo para fora disso.

Eu quero dizer para o senhor, Sr. Stefanutto, vou fazer uma comparação, como eu não sou da área do direito, não sou moralista do direito, vou fazer uma comparação: se o senhor fosse Presidente de uma empresa, de uma S.A. que tivesse capital, dinheiro cotado na bolsa, o senhor estaria preso – preso por corrupção passiva, por organização criminosa, por gestão temerária e fraudulenta, pelos deveres fiduciários, que é da Lei das S.A., por dever de diligência, por dever de informar.

Portanto, o seu currículo, que tecnicamente parece muito bom, na prática se mostrou uma catástrofe. O senhor, diríamos, na gestão empresarial, o senhor talvez seria um bom funcionário para cumprir ordens, pela sua formação, controlar, receber ordens, checar, cumprir missão. Agora, quando foi dada ao senhor a responsabilidade de ser o gestor, parece que o senhor se perdeu, porque é inadmissível o senhor assumir uma autarquia, uma instituição desse tamanho, e o senhor se conformar com os relatórios, com dados, com as investigações, com a morosidade, porque, assim, a frieza com que o senhor trata disso...

Volto a dizer: o senhor... Não estou acusando o senhor de nenhum roubo, mas de uma omissão... Eu jamais imaginaria que na Diretoria do INSS chegaria alguém que com tamanha omissão diante da gravidade dos fatos. É gravíssimo – gravíssimo. Eu digo isso porque...

Agora eu quero que passe o vídeo, por favor. Esse é o Presidente da Conafer, o "mancha", que esteve aqui, esse personagem.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Stefanutto, a situação do senhor não é fácil, não. O Ministro Lupi vem aqui e diz que o senhor é responsável por tudo. A Conafer, que é responsável por desvio fraudulento aí, por roubo de milhões, diz que o senhor também é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsável. Portanto, fica a nossa grande dúvida: qual era efetivamente o papel que o senhor exercia na Presidência e na liderança do INSS?

Volto a dizer: se fosse numa empresa privada, o senhor já teria sido demitido e, naturalmente, se fosse uma S.A, estaria preso. Eu não posso... Tem alguma coisa que não está batendo – possivelmente o concurso de seleção de V. Exa., que não permitiu que detectasse que o senhor não tinha habilidades gerenciais nenhuma. Porque isso é de ficar indignado.

E, para poder finalizar, eu vou perguntar ao senhor agora: o senhor, entre março de 23 até a denúncia do *Metrópoles*, até final de 24, o senhor conversou com o Lupi sobre esses descontos irregulares?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Agora o senhor pode responder já.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Deputado, eu discordo das conclusões do senhor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Não, a pergunta...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu vou responder à pergunta. É que o senhor fez várias perguntas, né?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A pergunta é esta: se, de 7 de março de 23 até o final de 24, o senhor conversou com o Lupi sobre os descontos irregulares.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Em março de 23 eu não era nem Presidente, né? Vamos deixar claro. A partir de julho que eu acho que o senhor quer fazer a pergunta, quando eu fui nomeado Presidente.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Não, a minha pergunta... Eu estou...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – É que eu não era Presidente...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Tá bom.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... não tinha essa responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A partir de julho.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – A partir de julho.

Quando nós começamos a fazer tanto os atos que eu aqui expus, as atividades que nós fizemos, etc., nós sempre comunicamos que estávamos evoluindo nesse tema com o Ministro Lupi. Inclusive, eu disse ao Relator que nós fizemos uma entrevista conjunta...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O Lupi tratou com o senhor, então, sobre os descontos irregulares?

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Nós tratamos sobre descontos irregulares, as medidas que nós estávamos tomando. Conforme as medidas eram tomadas, nós comunicamos. E nós demos uma entrevista conjunta em que o Ministro Lupi deixou claro os posicionamentos dele sobre esse tema.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor me desculpe. O Ministro Lupi foi notificado em 7 de março de 23...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Bom, isso eu não... Eu não estava lá.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Estou comunicando ao senhor que ele foi comunicado em 7 de março de 23, e ele se omitiu por um ano e meio sobre esse tema. Portanto, ele diz que não tratou com o senhor sobre os descontos irregulares. Tratei disso com ele em ofício, em documento, e tratei com ele disso em audiência pública ainda no início de 23. Portanto... E ele disse que não tratou desse assunto com o INSS; só foi saber os fatos em julho de 25, alguma coisa assim...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – De 24.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... de 24, na data seguinte. Portanto, também tem alguém mentindo de novo: o senhor ou o Ministro Carlos Lupi. Alguém está faltando com a verdade.

Por isso, eu já finalizo aqui para poder dizer novamente que o senhor está num mato sem cachorro. Eu sempre digo: "Vai vendo, Brasil", porque o buraco é mais embaixo e parece que dessa vez é mais fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Só dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – ... eu refuto a atribuição a mim de mentiroso. Refuto e digo ao Deputado que ele está equivocado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Eu disse: alguém está mentindo.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – O senhor falou que eu era mentiroso.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Não. Ou o senhor é mentiroso ou o Lupi é mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu não sou mentiroso.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, mentiroso é o Lupi...

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não sei.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... fique registrado, na palavra do depoente.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Não, eu não disse que o Ministro Lupi é mentiroso. É o senhor que está falando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como não membro, Deputado Zé Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na verdade, eu vejo que, a cada Governo do PT, se repete um ciclo muito interessante. E esse escândalo não é muito diferente dos outros de que tomamos conhecimento nessas décadas. É que em um, por exemplo, na Lava Jato, foram devolvidos bilhões – foram devolvidos bilhões –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, após depoimentos, depoimentos, depoimentos, não se achou nenhum ladrão. Foram todos ou inocentados ou descondenados, mas ninguém se assumiu como responsável.

Nesse agora, o dinheiro sumiu, dos aposentados. O Governo e seus defensores aqui tratam de, correndo, dizer que a culpa é do outro Governo, mas diligentemente vai lá e pega o dinheiro do Tesouro para tentar ressarcir, faz um acordo bem esquisito, que é um acordo no qual o aposentado não leva nada, do qual ele simplesmente não pode recorrer, depois de... E qual é a promessa que o Governo dá em troca? Ah, pagar talvez mais rápido.

E o que a gente nota é o seguinte: novamente ninguém é responsabilizado por nada. Então... Não é que ninguém é responsabilizado por nada; ninguém assume a autoria de nada.

Passou aqui, nesses depoimentos todos, Sr. Presidente... E eu estou com a impressão daquele aluno de Direito que lê o caso dos exploradores de caverna. O primeiro fala, você concorda com ele. O segundo fala totalmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – ... ao contrário, mas você concorda com ele também. E assim vão os cinco. Por quê? Porque todos falam muito bem – todos falam muito bem.

Eu peço ao Relator para tomar o cuidado de, no final, não fazer o relatório e condenar os aposentados, porque o senhor corre isso... corre o risco de acontecer isso, porque a defesa do Governo que está aqui é uma verdadeira muralha, eles têm tentado criar uma narrativa de que a culpa é do Governo que tentou criar de toda forma legislação para combater esses crimes, que tentou de toda forma combater os crimes, eles tentam jogar para o outro lado, mas, ao mesmo tempo, dá para ver que é uma narrativa... Eles dizem que querem chegar à verdade real, mas é uma narrativa *fake*, porque se comportam aqui muito mais como defensores dos envolvidos do que como propriamente alguém que quer chegar à verdade real dos fatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nosso último orador não membro, Deputado Delegado Caveira.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, corrupção ativa, corrupção passiva, associação criminosa, falsificação de documentos. Tudo isso, no concurso de pessoas, em que diz: "Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade."

Não tem como, Presidente, o Presidente do INSS perceber as milhares de associações com a finalidade de corrupção e desvio de dinheiro, ficar inerte e vir aqui a esta Comissão se plantar de limpo, achando que todo mundo aqui é idiota. Olha, muitos aqui podem até ser. Alguns podem até te defender, o que não é o papel também. O papel aqui é esclarecer o roubo dos aposentados.

E quer queira, quer não, o senhor está envolvido diretamente em todos esses crimes, porque o art. 29 é muito claro: "Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas [...] cominadas, na medida de sua culpabilidade."

Eu não sei o tamanho da sua culpa. Eu percebo que ela é grande. Você tem um intelecto suficiente para tentar mascarar tudo isso. Mas está aqui no Metrópoles: "Ex-Chefe do INSS de Lula", que é o lado a que o senhor pertence, o senhor faz parte da esquerda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – ... "Stefanutto teve movimentação incompatível com a renda, diz Coaf".

Aqui alguns advogados de plantão noturno, advogados corujas, querem dizer que o senhor nada deve. Impossível o senhor ser Presidente e, na época em que o senhor fez parte, que foi mandado embora do cargo, 1,2 milhões de novos associados, só durante o seu período. É muito estranho o senhor ser conivente com essas associações.

O senhor pode até falar que não é conivente, mas não tem como o senhor não ser, porque antes o senhor tinha feito um documento para proteger, para que isso não acontecesse. Depois, com a conversa com os sindicatos, o senhor, "não, agora está tudo bem, está tudo certo", vamos associar e vamos roubar geral. Corrupção generalizada, e o culpado – não tem como, com o art. 29 – ser Alessandro Antônio Stefanutto... É uma das pessoas responsáveis. E a Polícia Federal, junto com esta CPMI, vai comprovar isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra o Relator.

O senhor quer comentar? Pois não.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Presidente, eu quero só comentar sobre o Coaf.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu acho que o Deputado não estava aqui quando foi feito. Infelizmente o *Metrópoles* recebeu a minha movimentação. Eu não recebi, eu repito isso. Na movimentação, eu tenho um Pix que eu mesmo fiz, de R$200 mil, eu recebi honorários atrasados e eu fiz um Pix da minha conta do Banco do Brasil para o Itaú, e aí, o Banco Itaú e o Coaf, não sei por qual razão, cometeram esse equívoco. Além de eu ter renda para essa movimentação, na verdade, ela conta duas vezes, porque sai da conta do Banco do Brasil e entra na do Itaú. Lamento muito que ninguém queira se aprofundar e saber se isso é verdade ou não – lamento muito –, porque assim não se faz justiça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, com a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Stefanutto, eu cheguei aqui sem saber o que pensar, efetivamente, sobre a sua participação. Estou encerrando a noite aqui e queria formar essa minha convicção, e o senhor é a única pessoa que pode dirimir essas dúvidas.

Na sua gestão, foi assinado o maior número de ACTs desde a existência do INSS – 15 ACTs. Na sua gestão, houve o maior número de inclusões de novos beneficiários, e, depois, a CGU deixou bastante exposto, mostrando que 97% desse pessoal não tinha autorizado o desconto associativo. Na sua gestão, foram 38 vezes em que houve das entidades a inclusão de mais de 50 mil pessoas, totalizando quase 3 milhões de novos associados. Na sua gestão, se bateu o recorde absoluto de valores, em bilhões, ultrapassando R$3 bilhões em um único ano de desconto associativo. Na sua gestão, o senhor, contrariando instrução normativa, possibilitou que fosse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

feita a liberação em lote para a Contag. Na sua gestão – a CGU disse isso em três relatórios, três relatórios –, segundo a CGU... E não foi a Dra. Eliane, foi a CGU. Eu não gosto muito da forma como o senhor tem se referido a essa antipatia com a Dra. Eliane, mas isso aí o senhor fez de forma pública, e é bom porque fica expresso. Na sua gestão, a CGU disse que, por seis vezes, remeteu comunicações ao INSS, e o INSS permaneceu inerte. Na sua gestão, o senhor disse que liberou a solução provisória, mesmo a Dataprev dizendo que aquilo não era correto, mas foi na sua gestão. E o senhor disse, numa reunião do Conselho Nacional de Previdência Social, que a solução estava pronta em setembro, do INSS, mas foi prorrogada até fevereiro, possibilitando um prejuízo aí de milhões de reais, como foi dito pela CGU. Tudo isso aconteceu na sua gestão, sob a sua Presidência – um técnico que estava há mais de 20 anos conhecendo todos os meandros do INSS. Na sua gestão, precisou-se de uma intervenção da Polícia Federal para que o senhor fosse afastado da função de Presidente.

Todos esses fatos contradizem claramente o que o senhor falou. Uma coisa é falar, outra coisa é fazer. Na sua gestão, até houve entidade que tinha sido suspensa por irregularidades em 2021 e, na sua gestão, em 2023, essa entidade voltou a arrecadar e arrecadou mais de uma centena de milhões de reais – entidade comprovadamente que roubou dinheiro dos aposentados. Tudo isso baseado em documentos.

Por que, no relatório, nós aqui deveremos excluir o senhor de uma responsabilidade comissiva ou omissiva diante de tantos atos temerários? Se o senhor quiser responder, vai nos ajudar a compreender definitivamente se o senhor deve ou não ser indiciado.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Obrigado, Relator.

Dr. Gaspar, na verdade, me permita – não é nada pessoal –, mas eu acho que o senhor já tem o seu convencimento até antes da minha chegada aqui.

Eu trouxe novos elementos para toda a Comissão, trouxe documentos. Tudo o que nós falamos aqui tem documentos. E, quando o senhor fala da minha gestão... Eu vou falar do relatório do senhor e tenho convicção de que isso já está decidido. Então, eu não vou responder, porque eu acho que o senhor já tem o convencimento do senhor – eu respeito – e eu vou combater isso pelos meios cabíveis, seja junto aos Deputados e Senadores e depois judicialmente, porque eu entendo, como deixei claro aqui, que o que eu fiz pode não ter sido talvez suficiente, mas eu fiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o possível dentro das ferramentas que eu tinha. E, quando o senhor coloca a minha gestão, é tentando buscar uma responsabilidade objetiva, como se o Presidente do INSS, e qualquer Presidente do INSS, tivesse controle de todos os atos da autarquia. E não é isso.

Eu lamento que o senhor já tenha... Me desculpa fazer esse julgamento, mas eu lamento que o senhor já tenha essa convicção, lamento mesmo, porque acho que os documentos que a gente trouxe, o que nós explicamos não é história, é ação, só que os efeitos são mais demorados do que se espera. Qualquer coisa do INSS leva um ano, seis meses, para que possa ter algum efeito. E tudo o que no INSS acontece... A folha de pagamento do INSS é trilionária. Neste ano, vai dar R$1 trilhão pelo menos, acredito eu – eu não tenho acompanhado, mas de quando eu saí. Tudo é muito grande, tudo é muito complicado, e a Dataprev não consegue dar respostas rápidas às demandas do INSS. Nós temos que escolher entre comer o almoço ou comer o jantar.

Então, a minha resposta foi dada ao longo de todo esse longo depoimento. Foram apresentados os documentos, e algum documento de que eu possa ter falado aqui e não foi eu vou apresentar para o Sr. Presidente e para o Sr. Relator. Espero que o senhor possa mudar de ideia até o final da CPMI, quando o senhor for apresentar o seu relatório.

Mas, honestamente, muito em uma transparência, eu acho, pelo que o senhor já falou em outras oportunidades, que eu já entrei aqui indiciado pela CPMI no que toca ao relatório do senhor. Eu espero que o senhor possa mudar de ideia, espero que o senhor possa, depois do que nós apresentamos aqui, repensar por um tempo para que o senhor possa... Se entender que a gente deva trazer mais documentos, trazer ou, se o senhor entender que deve indiciar, o senhor vai ter o papel do senhor – não é nada pessoal –, e a gente tem outras instâncias para buscar e explicar, talvez outras instâncias que tenham um pouco mais de paciência, um pouco menos despolitizadas, para que a gente possa demonstrar tecnicamente que nós tentamos fazer o máximo possível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O senhor respondeu ao Relator, mas o senhor tem mais cinco minutos para as suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO (Para depor.) – Eu quero agradecer ao Sr. Presidente pela compreensão.

Quero agradecer e novamente pedir ao Sr. Relator, com quem, naquele momento inicial, acabamos exacerbando... E as pessoas querem respostas, não querem discussões. Então, peço desculpas de novo, Dr. Gaspar.

Peço desculpas também ao Deputado – ele não está mais aqui – Marcel van Hattem; não quero brigar com ninguém, mas, toda vez que tocarem ou falarem da minha honra, eu tenho obrigação de reagir.

Agradecer a disponibilidade dos senhores até esse horário, agradecer a possibilidade de responder, de poder agregar à CPMI com as nossas informações.

E rogo que os senhores vejam com carinho e leiam o meu RIF, leiam o que foi investigado pela PF, vejam os documentos que foram apreendidos na minha casa, vejam os documentos que foram eventualmente – eu não sei quais – apreendidos do meu trabalho, vejam as investigações que foram feitas com todas as pessoas que me orbitam e vejam que eu não tenho absolutamente nada a ver com essa situação do ponto de vista de criminal. Se vamos discutir se poderíamos ter feito outras coisas ou não, é no âmbito administrativo. Eu acho que tem que separar o âmbito penal do âmbito administrativo.

Desejo uma boa noite a todos e peço perdão se eu me estiquei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Srs. Parlamentares, o que estamos vendo hoje não é só uma sessão; o que vivenciamos aqui é uma experiência que serve para a história do nosso país. É o espelho de um Brasil ferido, cansado de ver o certo apanhar e o errado prosperar. Cada hora aqui dentro representa o tempo em que um aposentado passa na fila, o tempo em que uma viúva chorou o desconto indevido, o tempo em que um órfão esperou por justiça.

Nós estamos há mais de dez horas de depoimento e, logo no início dessa oitiva, tivemos uma discussão acalorada que poderia ter levado ao encerramento dos trabalhos. Os senhores deixaram de estar com as suas famílias, assim como eu e todos os servidores desta Casa. Seria muito fácil naquele momento entrar no calor da discussão e encerrar a sessão. Fui inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acusado por alguns de favorecer A ou B, mas eu quero deixar algo muito claro aqui, diante de todos. O meu compromisso não é com partidos; é com pessoas: com o aposentado que tem vergonha de pedir ajuda, com a viúva que faz as contas antes de dormir, com o órfão que herdou o silêncio da injustiça, com aquele que nos assiste até essa hora da madrugada em busca de respostas. Foi exatamente por isso que precisei ser frio, firme e equilibrado. E também peço desculpas se, em algum momento, me excedi com algum dos colegas Parlamentares não para proteger alguém, mas para manter o propósito desta CPMI, que é o de chegar à verdade.

Mesmo diante de um *habeas corpus* – mais um – que tenta calar o depoente, permanecemos aqui firmes, porque o Brasil merece ouvir a verdade. E esta Comissão vai continuar lutando para que a justiça seja feita.

Após horas de oitiva e meses de investigação, esta CPMI já dispõe de provas documentais e técnicas incontestáveis de que o INSS foi o centro, o pivô das decisões que permitiram o maior golpe já registrado contra aposentados e pensionistas do Brasil. Muitos tentam diminuir o trabalho desta Comissão ou mesmo desses Parlamentares, mas a verdade fala, senhor, nos dados e nos números.

Ficou comprovado que, sob a gestão da testemunha, o INSS autorizou o desbloqueio em massa de descontos associativos, contrariando o parecer jurídico formal da Procuradoria Federal Especializada, que a advertia expressamente para o risco de fraude. Ficou comprovado que a demora nas ações de combate aos desvios beneficiou diretamente entidades sob suspeita, como a Contag, a Conafer e outras dezenas que foram criadas única e exclusivamente para desviar o dinheiro dos aposentados e nunca prestaram serviços. Ficou comprovado que, mesmo alertado pela Controladoria-Geral da União, em julho de 2024, sobre as irregularidades e a necessidade urgente de suspender os convênios, o INSS não adotou nenhuma medida efetiva. Ficou comprovado pelos relatórios da polícia, da Receita Federal e do Coaf que houve movimentações bancárias atípicas nas contas de servidores e pessoas em postos de comando sob a responsabilidade da testemunha, movimentos incompatíveis com a renda funcional, justamente no período em que as fraudes se expandiram. E ficou comprovado também que as comunicações institucionais, trocas de *e-mails* – já em poder desta CPMI – confirmam que foram feitos vários alertas internos e mesmo assim se manteve a continuidade das liberações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, me permitam dizer que não estamos diante de um erro administrativo, estamos falando de uma decisão política. Quando o Presidente do INSS ignora pareceres técnicos, ele não erra; ele permite a manutenção de quem lucra com a miséria dos aposentados. Ninguém agiu sozinho – é boa parte das nossas conclusões. Há uma cadeia de influência construída com milhões desviados dos aposentados, dinheiro usado para corromper a República. E esta CPMI tem o compromisso de alcançar todos, do primeiro ao último que assinou, autorizou ou se beneficiou. Enquanto uns brindavam em gabinetes refrigerados, outros choravam diante de um fogão vazio. Essa é a distância que esta CPMI tenta reduzir.

Sr. Stefanutto, nós agradecemos a sua presença, mas queremos dizer que, por trás de cada número ignorado, há um rosto; por trás de cada convênio assinado, há milhões de idosos humilhados. O que foi chamado de ato administrativo o povo chama em sua casa de traição. Não há burocracia que apague a consciência. Quem viu, quem soube e nada fez carrega sobre si o peso de todos os que sofreram. O Brasil está assistindo e quem tenta blindar esse escândalo vai carregar o peso político e moral de quem traiu os aposentados. Diante de tudo isso, não estamos mais diante de dúvidas, senhores, estamos diante de atos administrativos assinados, alertas ignorados e benefícios concedidos a quem lucrou com o sofrimento de milhões de idosos.

Esta CPMI encerra esta oitiva com a minha convicção firme de que os fatos apurados exigem responsabilização rigorosa. Caberá agora ao Relator consolidar as conclusões e encaminhar as medidas cabíveis, mas o Brasil já sabe. A verdade saiu das sombras, e, quando a luz chega, a impunidade se esconde.

Hoje, o que esta CPMI faz é escrever a história, porque o dia vai chegar em que o Brasil vai se lembrar de quem teve coragem de enfrentar o sistema e de quem tentou se esconder atrás dele. E esta Comissão não descansará até que todas as responsabilidades administrativas, civis e penais sejam apuradas com o rigor que o povo brasileiro exige e merece.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a ser realizada no dia 16, às 9h, neste mesmo Plenário, para a oitiva do Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, apontado como assessor do Presidente da Conafer.

Está encerrada a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

(*Iniciada às 16 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 2 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e sete minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Eliziane Gama, José Lacerda, Humberto Costa, Beto Faro, Jorge Seif, Izalci Lucas, Magno Malta, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Leila Barros, Jaques Wagner, Rogerio Marinho, Damares Alves, Tereza Cristina, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Cleber Verde, Orlando Silva, Ricardo Ayres, Alencar Santana, Dagoberto Nogueira, José Medeiros, Sóstenes Cavalcante, Bia Kicis, Delegado Fabio Costa, Mauricio Marcon, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Bruno Farias, Dorinaldo Malafaia, Marcel van Hattem, Luiz Lima e Evair Vieira de Melo, e ainda dos Parlamentares Átila Lira e Cabo Gilberto Silva, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Jayme Campos, Styvenson Valentim e Duarte Jr.. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e quarenta e nove minutos e reaberta às doze horas e hum minuto. A reunião é suspensa às doze horas e trinta e sete minutos e reaberta às quatorze horas e cinco minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e vinte e seis minutos e reaberta às dezesseis horas e vinte e sete minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e vinte e oito minutos e reaberta às dezesseis horas e quarenta minutos. A reunião é suspensa às dezoito horas e seis minutos e reaberta às dezoito horas e sete minutos. A reunião é suspensa às dezoito horas e vinte e dois minutos e reaberta às dezoito horas e trinta e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 20 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Carlos Lupi, ex-ministro da Previdência Social, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 126 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 294 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 1187 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 1188 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 1861 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 1863 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1865 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telefônico do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1867 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, e, ainda, o envio, pelo COAF, de Relatório de Inteligência Financeira - RIF, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1944 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Senhor Eli Cohen, abrangendo o período de janeiro de 2025 a setembro de 2025." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 2149 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do senhor Eli Cohen, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 7 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 2067 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo fiscal da Sra. Danielle Miranda Fonteles." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 2070 de 2025** que: "Requer informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Danielle Miranda Fonteles, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 30 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 2074 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário da Sra. Danielle Miranda Fonteles, publicitária." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 2078 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Danielle Miranda Fonteles, publicitária e ex-proprietária da Pepper Comunicação Interativa RJ RJ LTDA." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 2092 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Marco Aurélio Gomes -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

apontado em matérias jornalísticas como Diretor das entidades Amar Brasil Clube de Benefícios, Master Prev Clube de Benefícios, Associação Nacional de Defesa Dos Direitos Dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP) e Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP)-, abrangendo o período de 1° de janeiro de 2019 a 6 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 2114 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Esférica Assessoria Sistemas de Informática Ltda, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 2115 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Esférica Assessoria de Sistemas de Informática Ltda, abrangendo o período de 1 de janeiro de 2019 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 2203 de 2025** que: "Requer o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes ao Sr. Marco Aurélio Gomes, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 6 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 2145 de 2025** que: "Requer a transferência de sigilo fiscal envolvendo as informações referentes às notas fiscais das seguintes aeronaves: Beech Aircraft modelo 58P, de prefixo PT-OOV; Cessna Aircraft, modelo 172RG, de prefixo PR-ATM; e Beech Aircraft modelo F90, de prefixo PT-LPL." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 2208 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Concilium Soluções e Participações Empresariais LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 2209 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa E&A Security LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 2210 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa ECT Participacoes e Empreendimentos Ltda., abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 2211 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa ECT Participacoes e Empreendimentos Ltda., abrangendo o período de 1° de janeiro de 2021 a 1º de janeiro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 2212 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF)referente à empresa Concilium Soluções e Participações Empresariais LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 2213 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa E&A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Security LTDA, abrangendo o período de 1º janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 2214 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa F2A Construtora e Incorporadora S.A., abrangendo o período de 1º janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 2215 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa AAPEN Processamento de Dados Cadastrais LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 2216 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa HIGHWAY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA, TI E SEGURANCA LTDA, entre 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 2217 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa F2A Construtora e Incorporadora S.A., entre 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 2218 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa AAPEN Processamento de Dados Cadastrais LTDA, entre 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 2219 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa HIGHWAY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA, TI E SEGURANCA LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 2220 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa MOTA&OLIVEIRA CADASTRO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA, de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 2221 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa MOTA&OLIVEIRA CADASTRO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 2222 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Federação de Apoio aos Idosos, de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 2223 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Federação de Apoio aos Idosos, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 2224 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Rosiane Ramos Salomão, de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 2225 de 2025** que: "Requer, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Rosiane Ramos Salomão, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 2226 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Rosiane Ramos Salomão, de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 2227 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Rosiane Ramos Salomão, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 3 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 2234 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Adv. Serviços LTDA, abrangendo o período de 8 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 2235 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Jbg Apoio Empresarial LTDA, CNPJ nº 48.850.427/0001-05, referentes ao período de 9 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 2236 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Mkt Connection Group LTDA, abrangendo o período de 12 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 2237 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Amj Security LTDA, abrangendo o período de 9 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 34 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva (Frei Chico), vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Idosos (SINDNAPI)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 373 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 456 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi)." **Autoria:** Deputado Mauricio Marcon. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 501 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. José Ferreira da Silva (Frei Chico), dirigente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI." **Autoria:** Deputado Delegado Fabio Costa. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 698 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados - SINDNAPI." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 814 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, Vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Sindnapi)." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 874 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - Sindnapi." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 1375 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor José Ferreira da Silva (Frei Chico), Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDINAPI)." **Autoria:** Deputado Lucas Redecker. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 1777 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 2048 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva (Frei Chico), vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Idosos (SINDNAPI)." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 2205 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente SINDNAPI." **Autoria:** Deputado José Medeiros. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 327 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 459 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 620 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 805 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 923 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 1000 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 1660 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Júnior, representante legal da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 1979 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adelino Rodrigues Junior, sócio da empresa DM&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 1177 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor senhor Alan Santos, Diretor de Relacionamento e Negócios da empresa pública DATAPREV." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 1618 de 2025** que: "Requer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do Sr. Alan Santos, Diretor de Relacionamento e Negócios da Dataprev." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 1845 de 2025** que: "Requer a convocação de Clelia Lucia Camilo de Morais Antunes, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 2087 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Reissanluz Sousa de Oliveira, um dos pilotos que mais realizou voos na aeronave Beech Aircraft, modelo F90, prefixo PT-LPL, ligada indiretamente a Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 1019 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Arnaldo Bezerra Guimarães, que, de acordo com o relatório da Polícia Federal, realizou pagamentos em favor de Yasmin Ahmed, de José Carlos Oliveira (ex-ministro da Previdência) e de José Laudenor, todos sem justificativa aparente." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 776 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Arnaldo Bezerra Guimarães." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 520 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jose Arnaldo Bezerra Guimarães, supostamente envolvido em ações vinculadas ao esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões por meio de Acordos de Cooperação Técnica – ACT firmados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com entidades associativas." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 476 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Arnaldo Bezerra Guimarães, que realizou pagamentos em favor de Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, filha de José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), ex-ministro da Previdência, e em favor e de José Laudenor, sem justificativa aparente." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 1809 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Miguel Cabrera Kauam, Procurador Federal." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 2230 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. João Branco Garcia, sócio-administrador da Jbg Apoio Empresarial LTDA." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 63 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Philipe Roters Coutinho, agente de polícia federal." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 419 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 538 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 773 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 888 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Philipe Roters Coutinho, agente de polícia federal." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 1126 de 2025** que: "Requer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do Sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 1322 de 2025** que: "Requer seja convocado o Sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 2049 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Philipe Roters Coutinho, agente da Polícia Federal afastado." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 2229 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. João Carlos Camargo Júnior, sócio-administrador da Mkt Connection Group LTDA." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 2232 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Vinicius Ramos da Cruz, cunhado do Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER), Carlos Lopes; casado com Thamyres de Oliveira, contadora da CONAFER; e Presidente do Instituto Terra e Trabalho (ITT)." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 801 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alexandre Caetano dos Reis, sócio na empresa Camilo & Antunes Limited." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 621 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alexandre Caetano dos Reis, sócio na empresa Camilo & Antunes Limited." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 457 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Alexandre Caetano dos Reis, sócio na empresa Camilo & Antunes Limited." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 797 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Thiago Schettini, apontado como facilitador em esquemas investigados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 519 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Thiago Schettini, apontado como facilitador em esquemas de fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo alvo de inquéritos conduzidos pela Polícia Federal (PF)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 475 de 2025** que: "Requer a convocação de Thiago Schettini, apontado como facilitador em esquemas investigados." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 1286 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Maria Luiza Ferreira Abreu, Presidente da Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 1193 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Lenilson Queiroz de Araújo, ouvidor da Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação do INSS." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 1364 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Lenilson Queiroz De Araújo, Ouvidor da Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação do INSS." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 1538 de 2025** que: "Requer, ao Senhor Superintendente Regional da Polícia Federal em Brasília, informações sobre o procedimento de inspeção de embarque no Aeroporto Internacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 1541 de 2025** que: "Requer, ao Senhor Superintendente Regional da Polícia Federal em São Paulo, informações sobre voos e horários nos quais investigados citados embarcaram no aeroporto de Congonhas, ou nesse aeroporto aterrissaram." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 1597 de 2025** que: "Requer ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informações sobre a Operação Data Leak e acesso aos autos de inquéritos policiais relacionados à operação." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 1797 de 2025** que: "Requer ao Ministério da Previdência Social informações sobre registros de entrada nas dependências do INSS, bem como com quem foi realizada reunião e imagens eventualmente disponíveis do Sr. Philipe Roters Coutinho." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 2190 de 2025** que: "Requer, ao INSS, informações acerca de descontos indevidos realizados em benefícios previdenciários." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 2186 de 2025** que: "Requer seja enviado à Mesa e consequentemente ao Presidente do Senado Federal pedido para que seja incluído na Ordem do Dia do Senado Federal o Projeto de Lei nº 1.546, de 2024." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 2191 de 2025** que: "Requer seja representado, junto ao Banco do Brasil, pela rescisão dos contratos vigentes entre o banco e o escritório Nelson Willians Advogados e/ ou o NW Group." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 2231 de 2025** que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva do Sr. Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical(SINDNAPI)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 2241 de 2025** que: "Requer o afastamento imediato e a substituição das diretorias das associações, sindicatos e empresas investigadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), com encaminhamento ao Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, para análise e deliberação." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 102 - REQUERIMENTO Nº 2228 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Mauro Palombo Concílio, contador de diversas empresas que, segundo as investigações e documentos recebidos por esta CPMI, teriam recebido repasses de dezenas de milhões de reais da entidade Amar Brasil." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do Cícero Marcelino de Souza Santos, Assessor do presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familia, em atendimento aos requerimentos 104/2025 e 399/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/16

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS – 2025, que se realiza nesta data, 16 de outubro do corrente ano.

Silêncio, por gentileza.

Senhores, vou anunciar os itens.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, deliberativa; a segunda, oitiva.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está aqui.

Vou anunciar, senhores, os itens, após a reunião com as Lideranças.

Foram retirados de pauta os itens de 1 a 9 e nºs 20 e 67 – retirados de pauta 1 a 9, itens 20 e 67 –; estão destacados os itens 10 e 11, referentes ao Sr. Eli Cohen; 12 a 15, referentes à Sra. Danielle Fonteles; 45 a 55, todos referentes ao Sr. José Ferreira da Silva; o item 98 será destacado para mudança de redação; o item 100, pedido de prisão preventiva do Sr. Milton Cavalo, também está em destaque.

Todos compreenderam? Os senhores querem que eu repita? Está claro? Vou repetir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... retirados de pauta 1 a 9 e itens 20 e 67; destacados 10, 11 e 12 a 15, 45 a 55; item 98, para mudança de redação; item 100, prisão do Sr. Milton; e o item 72 também será destacado para transformação em convite.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 20/2025

Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Carlos Lupi, ex-ministro da Previdência Social, entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 126/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 294/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 1187/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 1188/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social,

entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 1861/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 1863/2025

Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 1865/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra do sigilo telefônico do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 1867/2025

Requer a quebra do sigilo bancário do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, e, ainda, o envio, pelo COAF, de Relatório de Inteligência Financeira - RIF, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 20

REQUERIMENTO Nº 2145/2025

Requer a transferência de sigilo fiscal envolvendo as informações referentes às notas fiscais das seguintes aeronaves: Beech Aircraft modelo 58P, de prefixo PT-OOV; Cessna Aircraft, modelo 172RG, de prefixo PR-ATM; e Beech Aircraft modelo F90, de prefixo PT-LPL.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 67

REQUERIMENTO Nº 2087/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Sr. Reissanluz Sousa de Oliveira, um dos pilotos que mais realizou voos na aeronave Beech Aircraft, modelo F90, prefixo PT-LPL, ligada indiretamente a Antônio Carlos Camilo Antunes.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Só pela ordem, rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria apenas de manifestar para o senhor... Eu sei que hoje nós não temos aqui, graças a Deus... Eu acho que é um ponto fora da curva, mas temos que agradecer ao STF, o todo-poderoso, que negou o *habeas corpus* do depoente de hoje. Isso é um ponto positivo, para que a gente possa buscar a verdade.

Agora, eu me preocupo, Sr. Presidente, com os últimos acontecimentos que nós temos tido aqui nesta Comissão. Tivemos, durante essas últimas sessões, algo que eu não vi em nenhuma CPMI, Deputado Alfredo Gaspar, Relator. Eu participei aqui, desde que cheguei, em 2019, de praticamente todas as CPIs e CPMIs que aconteceram aqui no Congresso Nacional e eu nunca havia visto depoente, advogado, colocando o dedo em riste para quem quer que seja.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então, eu acredito, Sr. Presidente, que a população lá fora quer a verdade. Nós precisamos fazer o nosso trabalho parlamentar. Claro que o respeito é a regra da boa convivência. Agora, teve situações aí... Eu quero manifestar um desagravo, inclusive, com quem eu compartilho a titularidade, que é o Senador Marcio Bittar. O senhor chegou a colocar que ele poderia sair da sala naquele momento. Eu estava acompanhando tudo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas eu digo assim, isso intimida os Deputados e Senadores. E eu acho que nós precisamos aqui, exatamente, fazer o trabalho, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum tipo de amarras, para que busquemos os verdadeiros culpados. Isso é algo importante. A população lá fora está nos acompanhando e quer uma atitude proativa desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Certos pedidos de prisão aqui que foram feitos... eu acredito que foi um equívoco não ter sido deliberado o pedido de prisão de alguns depoentes.

Mas eu queria, para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... pedir ao senhor o seguinte, só para confirmar: o irmão do Lula, o Frei Chico, está mantido nesse requerimento para votar a convocação dele?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, como eu li aqui... Eu vou pedir a gentileza de nós darmos sequência na... Como eu li aqui, os itens que foram retirados não se referem a esse senhor, o.k.? Então, ele está mantido. O Sr. José Ferreira da Silva vai para o destaque e vai para o voto.

Senhores, vou colocar em votação os requerimentos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – É para retificar. A pedido do Coordenador Marcos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... eu solicito uma pequena correção de erro material nos meus Requerimentos nºs 93 e 96. No 93, o ano da data é 2024 e não 2025. E, no item 96, é o Presidente do INSS e não Ministro. Apenas isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho. Só um instante.

Senhores e senhoras, por favor.

Primeiro eu preciso responder à Senadora. A solicitação está aceita, Senadora Soraya Thronicke. A Secretaria está orientada a cumprir os pedidos de V. Exa.

Pela ordem, Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero fazer aqui uma manifestação bastante enfática.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas... Posso pedir um minutinho para cada um, por gentileza?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É um minuto só, Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... mas é fundamental isso aqui.

Nós recebemos ontem a notícia, pela imprensa, de que cinco Parlamentares da oposição estão sendo processados pelo PT por manifestações feitas aqui na Comissão, Sr. Presidente. Isso é gravíssimo. E manifestações que, em primeiro lugar, estão acobertadas, obviamente, pela imunidade parlamentar material, mas que de nada têm, inclusive, de ofensivas ou de fora daquilo que se espera do debate político. Aqui está o Senador Izalci, para não falar de mim, que sou um dos que está sendo, inclusive, processado pelo PT por ter falado a verdade, que Lula é o líder de um Governo em que se descobriram ladrões do INSS – é verdade; não tem nada de mentira –, mas o Senador Izalci falou algo, inclusive, muito menos direto a respeito da situação e está sendo processado pelo PT. E estão pedindo danos morais de R$30 mil para mim, para o Zucco, para o Senador Seif, para o Senador Izalci e para o Deputado Cabo Gilberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, mas eu espero uma manifestação de V. Exa., inclusive...

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Só um instante, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque é um absurdo que nós não possamos fazer o nosso trabalho sem o constrangimento contínuo de quem usa, inclusive, o Judiciário para processar quem está investigando. Isso é um absurdo, Sr. Presidente.

Portanto, eu peço uma manifestação de V. Exa. nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Pela ordem, a Senadora Eliziane Gama.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, só para lembrar, o Ofício, da Senadora Dorinha, 2.025...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... e ela falou com o senhor na última sessão para que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... colocado na ordem do dia, e parece que não está.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou responder que já é item tratado por essa Presidência; se trata de pedido de mudança de data da CPMI. Não será avaliado, porque já foi respondido pela Presidência. Eu já manifestei que não vou mudar os dias da reunião; pelo contrário, nós vamos ampliar – duas sextas-feiras já foram acertadas aqui –, para que a gente possa dar sequência no trabalho.

Pela ordem, o Deputado Orlando Silva.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Izalci.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente. Bom dia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... colegas Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras.

Presidente, eu queria reforçar a tua determinação, como sempre, de iniciar os trabalhos apreciando os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... porque eu observo que o colega, há pouco, falou, contestando aqui e, pior, exigindo manifestação de V. Exa. sobre matéria judicializada de que o debate vai se dar na Justiça. Os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras devem zelar pelo decoro parlamentar. Assim está estabelecido no Regimento das duas Casas e no Regimento Comum. E o que se vê, Presidente, sinceramente, é o comportamento, por vezes, de garotos de 5ª série. O palavreado utilizado é algo que desmoraliza o Parlamento brasileiro.

Qualquer pessoa pode contestar ataques, agressões, se se sentir atingida por palavras de qualquer Deputado, porque, é sempre bom lembrar, o art. 53 garante a imunidade Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... formal e material, mas imunidade, Presidente, é diferente de impunidade. A impunidade deve ser combatida contra ladrões de INSS e Parlamentares que não sabem se comportar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Muito obrigado.

Eu vou... Olha, como os senhores estão observando, geralmente, as manifestações não seguem a ordem de sequência dos trabalhos da CPMI. Eu sou muito paciente e penso que todos os Parlamentares têm o direito de se manifestar, de se colocar, mas é preciso que a gente ponha um limite aqui, senão nós vamos ficar aqui o resto da manhã todo com os comentários. E não tem... Tem que ser feito num outro âmbito.

Então, eu vou dar a palavra a mais dois que pediram aqui: o Senador Izalci Lucas, o Senador Rogerio Marinho – pergunto ao Líder... E ao Deputado Rogério Correia. E vou encerrar essa parte para a votação, o.k.?

Está, então, com a palavra o Senador Izalci Lucas e o Paulo Pimenta, como Líder.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só para reforçar o que foi dito aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos, por favor, Excelência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... para reforçar o que foi dito aqui, o que está na peça de que estão me acusando. Eu disse assim: Presidente, eu participei da CPI da Petrobras, participei da CPI dos Fundos de Pensão, da Lei Rouanet, do Carf, da JBS, participei de todas elas. Eu nunca vi tanta roubalheira que aconteceu do Partido dos Trabalhadores. E o mais interessante: o *modus operandi* é o mesmo. E citei logo a JBS, que ganhou no INSS, ganhou... Não teve nem licitação, foi indicada para antecipar a aposentadoria dos aposentados. Foram 492 mil aposentados que foram realmente saqueados pela JBS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... que é o PicPay.

Era essa a minha consideração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Por dois minutos, Sr. Presidente, porque eles só estão botando um...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Por favor, a Mesa.

Sr. Presidente, primeiro, eu quero elogiar o trabalho de V. Exa., a condução serena que V. Exa. tem dado aqui a esta Casa e pedir aos nossos pares aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senador Rogerio.

Silêncio, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Reponha o tempo aí para mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por gentileza.

Vou pedir aos assessores também, por favor, para colaborarem aqui.

Dois minutos, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, ilustres pares e aqueles que estão nos acompanhando, como eu disse inicialmente, quero elogiar a condução de V. Exa. e a preocupação que V. Exa. tem de que os trabalhos caminhem no trilho adequado, ou seja, vamos deslindar esse roubo contra os aposentados do INSS, isso é o que nos une a todos aqui, eu acredito nisso. Mas, Sr. Presidente, o que está sendo tratado aqui pelo Deputado Marcel tem a ver com a forma como o Parlamento age, como a democracia opera, com os direitos fundamentais, prerrogativas de nós todos – de V. Exa., o meu direito, a minha prerrogativa e a do cidadão que é representado por cada um de nós. Há um *modus operandi*. Isso é um método. Se tenta inibir, calar, emudecer, intimidar quem ousa contraditar, quem ousa apontar malfeitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estivemos aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu acho que esta é 16ª Reunião, se eu não estou enganado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É a 17ª reunião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós tivemos aqui palavras ásperas, proferidas de uma forma descuidada por membros do Governo. Eu tenho, inclusive, aqui as notas taquigráficas e oportunamente falarei a respeito delas. Palavras como "esgoto", como "ladrões", como "roubalheira contumaz", como "está no DNA"... Presidente, isso foi dito por aqueles que hoje têm a pachorra, o desplante de ingressarem com ações contra o direito de o Deputado fazer o debate.

Se se sentirem ofendidos, por favor, respeitem a instituição: vão à Comissão de Ética. Na hora em que ingressam com ações judiciais, o fazem para tentar intimidar e calar este Parlamento. Isso é inaceitável! Aliás, é esse tipo de comportamento – desculpe a expressão – vira-lata que está fazendo com que a sociedade nos olhe de uma maneira vesga, enviesada. Quando você cataloga as instituições e pergunta à sociedade qual é o critério de avaliação do Congresso Nacional, via de regra está abaixo do rés, do chão, porque nós não nos damos o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, desculpe-me a fala um pouco mais exaltada, mas é para dizer a V. Exa. que isso é revoltante, esse tipo de comportamento, que é um método.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, alô... (*Fora do microfone.*)

Pronto, esse aqui é meio diferente.

Presidente, eu acho estranho, engraçado como que é a reação de pessoas que acham que podem chamar os outros de ladrão e daí por frente, e não querem que isso possa ser questionado na Justiça. Mas a ação deles também é a mesma. Eu tenho contra mim dois processos que foram colocados por pessoas do Governo Bolsonaro, dois processos. Um deles está aqui, que é o Senador Girão. Ele entrou com um processo, comigo, na Comissão da CPI da tentativa de golpe, por uma observação que eu fiz, em que me perguntaram qual o plural de Girão, se era "girãos" ou "girões". E eu disse: "Golpistas". E, por causa disso, eu estou com um processo, respondendo lá no Ceará. É um direito dele, vamos responder. Para mim, a questão do golpe, eu tenho opinião política sobre isso. E olha que eu não o chamei de ladrão, de safado, nada disso.

Isso também é uma pachorra, é um desrespeito, é revoltante, é vira-lata, é maneira vesga, tem que se ir para a Comissão de Ética?

E tem um outro recente agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E tenho outro recente agora, Deputado Marinho. Eu tenho, Senador Marinho, outro recente agora, também. Entraram agora contra mim com uma petição extrajudicial, agora também, um que foi Líder do Governo Bolsonaro.

Então, dois pesos e duas medidas.

É direito entrar na Justiça se não se considerar aquilo como plausível. Eu não acho que expressões como essas – e uma vez eu tive esta polêmica aqui – deveriam ser comuns entre nós, porque generalizam, falam que "isso aqui é tudo ladrão". É evidente que, se eu não posso aqui responder, porque não temos nem direito de resposta, isso não pode ser generalizado a toda hora. Onde eu vou reclamar disso? Na Justiça.

Então, realmente, dois pesos e duas medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ver se as pessoas ficaram indignadas, porque eu também tenho dois processos que estão contra mim, colocados também por bolsonaristas, mesmo conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, art. 14, tá? Fui citado nominalmente. Foi o senhor que colocou essa regra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Senador. Só um instante, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – De uma maneira pejorativa. De uma maneira pejorativa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Abre mão? Dois minutos, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu queria apenas dizer, Sr. Presidente... Eram cinco minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Art. 14, cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, eu não vou conceder o 14, não. Eu vou dar nesse tempo aqui para V. Exa. se manifestar por dois minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá.

Em primeiro lugar, o seguinte: com que moral – com que moral – essa turma do PT tem de chamar alguém de golpista? Com que base? Com que provas? Ou o golpista é quem diz que está querendo investigar roubalheira do INSS, mas vota para blindar todo mundo que tenha alguma coisa a dizer com relação a isso? Isso é chamar de golpista? Porque eu vejo as entrevistas dos senhores, as manifestações dos senhores aqui. É o seguinte: "Temos que investigar. Temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

achar os culpados". Mas na hora de votar... e daqui a pouco a gente vai ter o irmão do Presidente de vocês, o Frei Chico, que participa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... de uma entidade que recebeu centenas de milhões de reais de descontos indevidos. Houve tráfico de influência? Porque a coincidência foi o seguinte: quando o Presidente Lula assume, explode o roubo dos aposentados. É ou não é para chamá-lo aqui respeitosamente para a gente perguntar para ele? Vamos ver como é que vai ser a votação da tropa de choque do Governo Lula aqui, hoje. Vamos ver. E não assinaram a CPMI. É importante que o brasileiro saiba que hoje têm maioria aqui nesta Comissão e não assinaram a CPMI, com exceção aqui de um colega, de um colega do PT.

Então, Sr. Presidente, eu acho que é o seguinte, a gente precisa ter muito respeito, porque a regra da convivência é o respeito. Agora, a gente não pode brincar com a população...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... que foi roubada escandalosamente em bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Gente pobre...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... viúvas, pessoas que têm órfãos, velhinhos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... e essas pessoas querem uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado. Encerradas as falas.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Encerradas as falas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, encerradas as falas, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, as falas neste momento estão encerradas.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não... Excelência, eu fiz aqui uma série de inscrições porque neste momento o pela ordem aqui está sendo para comentários.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Pela ordem é para esclarecer. Eu estou assumindo hoje a suplência do meu partido e eu gostaria de entender alguma coisa. Só isso, posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Pela ordem, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas, se for um comentário sobre a situação, eu peço, Excelência...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não, não é nada de comentário. Eu estou pedindo pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Se eu não posso mais pela ordem, o.k. É só alguém me informar. Obrigado, Presidente.

Presidente, eu estou hoje substituindo um colega de partido que não pôde estar e pela primeira vez eu estou substituindo como membro suplente. Como eu não tenho todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações da CPMI, eu gostaria de entender a celeuma, que vim acompanhando no veículo até aqui, desta convocação que parece que não é fruto de acordo e em que querem botar um requerimento. É do irmão do descondenado Presidente da República, Frei Chico. É Frei? É da Igreja Católica? Não sabia.

Bom, dito isso, Presidente, eu só quero entender... Porque aí quero inclusive falar como Líder do PL na Câmara dos Deputados. E aqui eu tenho alguns cinco indicados nossos e mais um do Novo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Calma! Eu não comecei a falar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não, não estou falando no tempo de Liderança. Eu pedi pela ordem. Vou encerrar.

Eu gostaria de fazer um apelo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – ... porque eu tenho convicção de que o PT quer apurar e punir quem roubou aposentado no Brasil. Como eles querem, eu gostaria de fazer uma sugestão. Esse requerimento do Frei Chico tem que ser votado, Deputado Pimenta, por acordo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Então, eu quero sugerir que seja retirado hoje este requerimento, porque nós vamos votá-lo por acordo, com o apoio do PT. Eu tenho convicção disso.

Sabe por quê? Porque se for pautado hoje, Presidente, o PT vai derrotar esse requerimento?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Então pauta o do Onyx, pauta os outros também.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – O PT vai derrotar o requerimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora...

Senadora Leila, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Vamos pautar o Onyx.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Deixe-me terminar, poxa!

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Deixe-me terminar. Eu não posso falar não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Eu quero o Onyx.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Eu gostaria de pedir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – ... ao ilustre Presidente, que pode fazer de ofício, ou ao ilustre Relator, que retire esse requerimento, para acalmar essa coisa aqui.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – CPI parcial.

(*Tumulto no recinto*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(*Tumulto no recinto*.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não, não, vamos retirar de pauta. Vocês querem as coisas transparentes?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Retira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Meu posicionamento, em resposta ao Deputado Sóstenes Cavalcante...

Seja bem-vindo. Tenho certeza de que tem muito a colaborar.

Primeiro, senhores... Por favor, silêncio! Por gentileza.

Primeiro, sobre a questão que foi colocada, dos processos.

Esta Presidência tem a função de fazer com que essa CPMI avance. A minha Presidência se restringe às questões da investigação que foram aprovadas pelo Congresso Nacional e que hoje tem a responsabilidade de dar respostas ao povo brasileiro. Esse é o meu objetivo e a função que foi dada a mim e ao Relator, por isso estamos sentados nessas cadeiras.

As demais questões, sobre embates políticos e ideológicos dos senhores, cada um aqui tem os seus votos, a sua responsabilidade; cada um aqui tem a sua importância de representação, a sua imunidade, e terá de responder pelos posicionamentos, aqui ou no Judiciário, dependendo da maneira com que se colocou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, particularmente, sempre falo que penso que as questões têm que ser resolvidas dentro do próprio Poder Legislativo, por uma questão de poder e de relacionamento, mas não sou eu quem vou dizer quem não deva ir ao Judiciário ou não.

Senhores, eu vou repetir aqui os itens que eu vou colocar em votação, e tem um que eu esqueci.

Por favor, prestem atenção.

Há o Requerimento extrapauta, em acordo, que é o de número 2.228, de convocação do Sr. Mauro Palombo.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 102

REQUERIMENTO Nº 2228/2025

Requer a convocação do Sr. Mauro Palombo Concílio, contador de diversas empresas que, segundo as investigações e documentos recebidos por esta CPMI, teriam recebido repasses de dezenas de milhões de reais da entidade Amar Brasil.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

Esse requerimento, extrapauta, tem acordo da Liderança do Governo e da Oposição para ser colocado em pauta.

Portanto, entra o Requerimento 2.228, de convocação do Sr. Mauro Palombo.

Vou colocar em votação todos os itens da pauta, acordados.

Vou repetir aqui, para que não fiquem dúvidas.

Retirados de pauta: de 1 a 9, o número 20 e o número 67.

Estão destacados os itens 10, 11, 12 a 15, 45 a 55.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 98 será por mudança de redação; o item 72, também.

E o item 100, de prisão do Sr. Milton.

E o item extrapauta que está colocado aqui para votação.

Os Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, que concordam com a aprovação das pautas e os itens não destacados permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Muito bem, estão aprovados os requerimentos, e a Secretaria dará sequência.

Vamos aos destaques.

Itens 10 e 11.

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 1944/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Senhor Eli Cohen, abrangendo o período de janeiro de 2025 a setembro de 2025.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 2149/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do senhor Eli Cohen, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 7 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O destaque foi feito pelo Líder da Oposição.

Determino à Secretaria que abra o painel para a votação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu quero defender, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu defenderei o primeiro, e o Deputado Paulo Pimenta, o segundo.

Sr. Presidente, muito me estranha...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Do nosso lado, aqui, o Marcel van Hattem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por gentileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Quanto tempo eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, só um instantinho.

Pelo Governo, quem será? O Paulo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Soraya e eu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Quanto tempo eu tenho, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para encaminhar.) – Presidente, esse requerimento solicita ao Coaf o envio do Relatório de Inteligência Financeira referente ao advogado Eli Cohen, nome citado diversas vezes nos documentos recebidos por esta CPMI.

A análise das movimentações financeiras é uma ferramenta indispensável para identificar eventuais fluxos de recursos ligados às fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atuação desse profissional, conforme já foi apontado aqui em outros depoimentos e investigações paralelas, pode ter servido de elo entre entidades beneficiadas por descontos irregulares e operadores financeiros desse esquema.

É dever da CPMI rastrear o caminho do dinheiro.

E esse pedido, Presidente e colegas, vai direto ao ponto: descobrir quem lucrou com as fraudes e quem foi responsável por movimentar valores de origem suspeita. A transparência das movimentações financeiras é a chave para romper o círculo de impunidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Silêncio.

Sim, pode continuar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Por favor, Presidente, silêncio.

Agradeço.

A transparência das movimentações financeiras é a chave para romper o círculo de impunidade que há anos prejudica milhares de aposentados brasileiros. Por isso, eu defendo...

E muito me estranha... O Sr. Eli Cohen foi quem desbaratou isso, quem desbaratou e quem fez toda uma movimentação, inclusive com a imprensa, inclusive com delegados... Foi ele que foi acusar as pessoas, mas ele está sendo absolutamente protegido.

Causa-me espécie que, naquele dia em que votamos as medidas cautelares, de 20 pessoas, foi incluído Márcio Araújo simplesmente...

Eu nem sei da vida de Márcio Araújo, mas incluiu-se o pedido de prisão de Márcio Araújo, por um único motivo: porque o Eli Cohen o citou.

Quem é este Eli Cohen tão poderoso, que fez o Líder se insurgir contra um pedido simples, um RIF?

De todo mundo aqui foi aberto o RIF, só que ele está absolutamente envolvido.

Pedido de RIF de pessoas que não tem nada a ver, o.k., mas, por conta da citação dele, uma pessoa teve seu pedido de prisão cautelar efetivado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de entender a gravidade disso e por que – por quê? – estender esse tapete vermelho para um advogado que age de uma maneira muito estranha, mas muito estranha, que não defende seus clientes? Uma defesa esquisitíssima!

Tudo o que envolve ele me preocupa e preocupa a todos nós.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Por isso, Presidente, eu peço que votem "sim" – não é, Pimenta? –, "sim" para a manutenção deste requerimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela oposição, Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, considero esse requerimento aqui, sinceramente, uma temeridade para os trabalhos não apenas desta CPI, mas para qualquer CPI.

Nós estamos tratando aqui do requerimento das quebras de sigilo de um delator, de uma pessoa que trouxe a informação a público; de uma pessoa que, aliás, não teve envolvimento nos fatos como parte – até onde nós temos a informação, de tudo o que foi amealhado até aqui –, como parte envolvida em direção de sindicatos, por exemplo; mas, pelo contrário, como advogado daqueles que foram lesados.

Se aqui na CPI nós começarmos a usar do *modus operandi* do PT – do PT –, dos abusadores de autoridade, que vão para cima de quem delata e constrange essas pessoas, em lugar de ir para cima de quem roubou...

Porque aqui estão querendo blindar o Frei Chico, como já blindaram assessores de Senador, já blindaram empresas lá da terra do Lula... Blindam todo mundo na base do Governo que tem a ver com o roubo lá na ponta. Mas de quem denunciou agora eles estão querendo quebrar o sigilo.

Sabe o que vai acontecer, Sr. Presidente – e não só nesta CPI? Ninguém mais vai querer trazer a informação à tona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que alguém vai chegar ao meu gabinete, ao seu, ou a qualquer instância aqui para o Relator e trazer informações novas, sabendo que corre risco depois de o PT querer quebrar o sigilo dessa pessoa? Querer vasculhar a vida dela e colocá-la como investigada, quando, neste caso aqui – e é por isso que eu preciso fazer, de uma forma muito veemente, esta afirmação –, neste caso aqui, não há vinculação como investigado de Sr. Eli Cohen.

Tudo que nós estamos ouvindo aqui, na verdade, são ilações e narrativas do PT, tentando desacreditar quem trouxe as informações que fizeram com que esta CPI pudesse ser instalada.

Sim, senhores. Porque, se não fossem as matérias do Metrópoles, se não fossem as entrevistas dadas por Eli Cohen a este jornal e à mídia, nós não teríamos hoje – não teríamos hoje – esta CPI funcionando.

Isso, aliás, quebra o acordo, porque o acordo que foi feito, Sr. Presidente – eu sei que V. Exa. tem sido muito correto aqui, e, por isso mesmo, foi feito esse destaque –, quebra o acordo de que só se quebraria sigilo de quem está envolvido no inquérito, de quem está realmente relacionado.

Isso me faz lembrar, inclusive, o que nós estamos vivendo hoje, os abusos do Judiciário.

Eduardo Tagliaferro, por exemplo: Eduardo Tagliaferro, que trabalhou, foi braço direito de Alexandre de Moraes e de seus juízes auxiliares, denunciou e vem denunciando – lá da Itália, porque ele não pode fazer isso mais aqui do Brasil – todos os abusos cometidos por Alexandre de Moraes e por aqueles que estão perseguindo politicamente a oposição brasileira.

Sabe o que aconteceu com ele? Já disse a primeira parte: ele não pode fazer do Brasil mais, está lá fora. Foi incluído ele em inquéritos.

Aliás, eu posso falar até de mim: eu denunciei, na tribuna da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, a fraude que foi feita, no caso de Filipe Martins, na entrada nos Estados Unidos, porque agora, na última sexta-feira, foi revelado pelo CBP, órgão de imigração, que, de fato, ele não foi para os Estados Unidos no dia 30 de dezembro de 2022, e, não obstante, delegados da Polícia Federal do Lula utilizaram essa informação falsa num relatório, para que Alexandre de Moraes pudesse prendê-lo, e, durante seis meses, Filipe Martins ficou preso, inclusive numa solitária.

Tentaram me intimidar, Sr. Presidente: me investigaram, me indiciaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Polícia Federal do Lula, com o apoio do Ministro Flávio Dino, não apenas violou a imunidade material parlamentar que nós possuímos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... mas também me denunciou por algo mentiroso.

E é por isso, Sr. Presidente, que eu anunciei ontem – repito aqui hoje – que eu estou também entrando por denunciação caluniosa contra os delegados que me investigaram e me indiciaram.

Agora, Sr. Presidente, não podemos fazer com que aqui, nesta CPI, o mesmo aconteça. Não podemos permitir que os membros desta CPI façam, da figura de um delator que veio aqui, contribuiu, que veio sem *habeas corpus*, falou tudo o que tinha para dizer e está disposto a vir de novo... Não podemos admitir agora que nós vamos fazer, como Comissão, essa intimidação contra ele, e pior – porque ele é um –: contra qualquer outro que um dia vem aqui a querer delatar e trazer informações relevantes.

Por isso, Sr. Presidente, nós encaminhamos favoravelmente a esse destaque e, portanto, contrariamente ao requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o tempo é o senhor da razão, e aqui, nesta Comissão, não foi preciso muito tempo para que as máscaras caíssem e aquele discurso da blindagem, aliás, blindagem que ontem, na Câmara dos Deputados... Mais uma vez, um Parlamentar está sendo blindado de uma investigação por crimes que cometeu.

A blindagem, na realidade, está se revelando aqui hoje.

Esse cidadão esteve aqui e fez um depoimento muito controverso. De fato, ele tem muitas informações, mas a imprensa, nos últimos dias, tem divulgado informações, áudios, inclusive confirmados por ele – confirmados por ele –, de que ele foi procurado e, antes de vir aqui à Comissão, recebeu treinamento de publicitário, de partidos políticos, de que ele manteve contatos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e discutiu, inclusive, a possibilidade de recebimento de recursos para denunciar ou não denunciar determinadas entidades e pessoas...

E é curioso, Sr. Presidente, porque o Parlamentar que me antecedeu, quando se referiu a ele, usou a expressão "delatou".

Quem delata é parte do esquema criminoso. O delator é alguém de dentro do esquema criminoso que revela informações que sabe.

É curioso também, Sr. Presidente, porque, em outras oportunidades...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio na sala, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... quando eu levantei questionamentos sobre pessoas que, eventualmente, estariam tendo seus sigilos quebrados, até mesmo por suspeita de haver erros das informações do Coaf, V. Exa. é testemunha do argumento que foi utilizado: "Mas, se essa pessoa não tem nada no seu RIF, não tem nada na sua movimentação financeira, a quebra do sigilo é até uma oportunidade de provar sua inocência".

E por que, agora, essa preocupação exacerbada, que leva o Líder da oposição e os principais representantes da oposição, aqui na Comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a pedirem esse destaque, para que nós não possamos saber, de fato, se existe alguma relação financeira entre esse indivíduo e, em primeiro lugar, essas organizações que fraudaram o INSS, pessoas que estão diretamente envolvidas nessa investigação ou que, eventualmente, estejam atuando e recebendo para fazer obstrução do trabalho desta Comissão e da Justiça, para direcionar a investigação, para que a gente, efetivamente, não chegue aos verdadeiros responsáveis pelo roubo do INSS?

Eu tenho muito claro que V. Exa., como nós, tem aqui um objetivo: chegar a quem roubou os aposentados e aposentadas, responsabilizar criminalmente estas pessoas e garantir que o dinheiro roubado seja devolvido para os aposentados e aposentadas.

Essa é a orientação, inclusive, do Governo do Presidente Lula para a nossa atuação aqui, nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E nós queremos, então, que esse requerimento seja mantido, e a gente possa garantir que a verdade apareça.

E, se, eventualmente, não tiver nada na movimentação dele que demonstre que tenha adotado alguma conduta inadequada, com relação a essa investigação, com certeza isso não terá desdobramentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Líder Rogerio Marinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Eu quero cinco horas, cinco e trinta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco horas, Excelência?! (*Risos.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Desculpe. É que o Pimenta me deu mais 30 segundos ali. Ele está generoso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E 30 segundos.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero chamar a atenção dos senhores, começando pelo final aqui, pois a orientação que o PT recebeu aqui foi justamente o contrário: foi de não assinar a CPMI; os órgãos praticarem uma investigação seletiva; foi procrastinar o processo; foi tentar fazer com que pessoas importantes que tinham a ver com a investigação não fossem convocadas; impedir a quebra de sigilo de empresas que receberam quantias vultosas dos envolvidos nesse roubo escandaloso... Essa tem sido a orientação que, certamente, foi recebida pelos membros do Governo aqui neste Parlamento.

Aliás, permitam-me começar com uma frase que muito bem identifica a esquerda no Brasil: "Acuse-os do que você faz; chame-os do que você é". Nunca vi uma frase que coubesse tão bem nesse espectro ideológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos tratando aqui – vejam os senhores que estão nos ouvindo agora – de quebrar o sigilo daquele que, todos concordamos, proporcionou esta CPMI.

A partir de março de 2023... Não sou eu que estou dizendo, é o Delegado da Polícia Federal, na abertura do seu processo. Foram as notícias dadas ao Metrópoles pelo Sr. Eli que proporcionaram que esse grande roubo, que foi deixado debaixo do tapete pela administração do PT, fosse colocado à luz do dia.

Pois muito bem, desse cidadão que aqui veio está sendo pedida a quebra do seu sigilo não a partir de 2023, quando ele faz a denúncia, Sr. Presidente. Srs. Parlamentares; é a partir de janeiro de 2015. Se isso não é intimidação, eu não sei o que é. Se isso não é tentativa de calar alguém, eu não sei o que é.

Aliás, como eu tenho dito, é método. É a mesma coisa com o Tagliaferro em relação à questão do Judiciário.

Vejam, senhores, que o Tagliaferro privou da intimidade do então Presidente do TSE e, hoje, Ministro ainda do STF como seu operador. Ele vai a público, faz uma denúncia. O Estado brasileiro, que deveria proteger o denunciante e apurar com rigor o que aconteceu, transforma o denunciante em réu, exila o denunciante, toma o seu passaporte, tira as suas condições financeiras, e o denunciado passa a ser o juiz dessa ação.

Senhores, isso é para se indignar! Isso é para se indignar!

O que está acontecendo no país é indignante – eu não sei nem se cabe a palavra aqui; me desculpem o excesso.

Aí nós estamos vendo aqui cinco Parlamentares desta Comissão denunciados, Sr. Presidente, denunciados ao Judiciário porque fizeram o debate político, como se o outro lado fosse formado por pessoas educadas, que falam aqui de flores e de perfumes, que não adjetivam, que não falam palavras fortes em relação ao Governo do Presidente Bolsonaro.

Aqui, eu tenho uma série de notas taquigráficas para mostrar que os senhores mentem e são hipócritas, mas não as falarei para evitar o art. 14, Sr. Presidente, talvez, oportunamente, convenientemente provocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vendo aqui, Sr. Presidente, o fato de que, recentemente, esse mesmo cidadão que ingressou com ação contra os Deputados ingressou com ação agora contra a ex-Primeira-Dama Michele Bolsonaro. E olha o que ele fala: o Decreto 12.604, de 2025, cria uma superestrutura ou permite acesso à superestrutura para a Sra. Janja da Silva, como se não bastassem todas as benesses que essa senhora tem tido como esposa do Presidente da República.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Alguém se dá o direito de fazer uma crítica que é normal no regime democrático. O que é que acontece? O Sr. Lindbergh vai a público e diz que "os ataques [à Primeira-Dama] sofrerão retaliações olho por olho e dente por dente".

Sr. Presidente, isso é uma barbárie. Isso é uma tentativa clara de intimidação, usando o Poder Judiciário.

Aliás, muita gente aqui do Governo virou cagueta e auxiliar de Ministério Público, usurpando – quem quiser que vista a carapuça – uma prerrogativa que não é dele e descuidando do fato de que este Poder tem que se dar ao respeito.

Nós temos o art. 53, que fala da inviolabilidade do mandato parlamentar e da ação que o Parlamentar precisa exercer com altivez.

Não é blindagem, senhores! É respeito à democracia!

E é muito complicado a gente observar membro do Judiciário se aviltando e fazendo parte desse jogo de destruição do equilíbrio entre os poderes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Por isso, Sr. Presidente, nós propomos a acareação – acareação! – entre o Sr. Eli e o Sr. Antônio Camilo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Aliás, o Governo concordou, da vez anterior...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que seria muito mais produtivo para esta Comissão uma acareação entre ambos do que se fazer um trabalho de intimidação que vai, inclusive, inibir outros...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que estejam dispostos a denunciar os desmandos, os malfeitos e os roubos deste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Encerradas as falas.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Só espero não ser processado por isso, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Encerradas as falas, vamos iniciar a votação.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu queria só orientar pela Câmara o...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não pode, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, na CPMI, não. Aqui, somente os dois lados podem falar.

Os que concordam com o requerimento votam "sim", os que concordam com o requerimento, a manutenção dele, votam "sim"; os que votam pela retirada votam "não".

A votação está iniciada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para orientar a bancada.) – O Governo orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Governo orienta o voto “sim”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Oposição... A Oposição, Senador Rogério... Senador...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para orientar a bancada. *Fora do microfone*.) – A Oposição, representada aqui por mim, vota "não"...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, é a aprovação do requerimento, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É aprovação... Quem aprova o requerimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Quem aprova vota "sim".

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Quem pela Câmara puder votar "sim" eu agradeço.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputados Sóstenes, só esclarecendo: quem aprova o requerimento, a manutenção, vota "sim". Quem é contra vota "não".

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Eu quero aprovar. Eu estou com vocês, porque vocês querem investigar. Agora eu quero ver se a Soraya...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, o Sóstenes veio na reunião só para atrapalhar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência... Excelência...

A votação está aberta.

A votação está aberta. A votação...

A votação está aberta.

Quem aprova o requerimento vota "sim"; quem é contra o requerimento vota "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas quem tem que pedir, Coronel Fernanda, é o Líder, é o Líder.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, pode votar. Pode votar.

Não, não, não. Não escutamos, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A Oposição orienta "não."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – "Não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O Governo orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante que já estão providenciando o sistema. Às vezes, o pessoal da Câmara tem alguma dificuldade de votar, mas está sendo providenciado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os Deputados podem votar pelo Infoleg também.

Os Srs. Deputados podem votar pelo Infoleg.

Vou aguardar todos. Fiquem tranquilos. Terão tempo para votar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Senhores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não... Pimenta.

Posso. Posso, mas não vou fazer isso aí, não. Aqui a convivência... Todos têm que se respeitar, e nós vamos tocando em frente. (*Pausa.*)

A votação está aberta.

Estão em votação os destaques...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gente, eu não vou encerrar a votação, não.

Não, eu não vou encerrar. Calma, os senhores terão tempo de votar.

Estão em votação os itens 10 e 11 destacados pela Oposição. (*Pausa.*)

Todos já votaram? Todos já votaram?

Deputado José Medeiros.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Quem está faltando aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só o Deputado José Medeiros. Nesse caso, o voto do Deputado Sóstenes. O senhor é suplente dele.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Do José Medeiros? (*Pausa.*)

Aí, perde.

Coronel Chrisóstomo, o senhor já votou, Excelência?

Faltam ainda Coronel Crisóstomo e suplente, Deputado José Medeiros.

Cadê o Vice-Presidente Duarte? Não votou ainda? Cadê? Votou, não? (*Pausa.*)

Ah, tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos já votaram?

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria a publicação do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Item 6.

Está aprovado o requerimento com 21 votos; NÃO, dez.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Parabéns, Soraya. Conto com o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Em votação, para destaque, senhores, os itens de 12 a 15, referentes à convocação e quebras de sigilo da Sra. Danielle Miranda Fonteles.

1ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 2067/2025

Requer a quebra de sigilo fiscal da Sra. Danielle Miranda Fonteles.

Autoria: Senador Sergio Moro

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 2070/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Danielle Miranda Fonteles, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 30 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Kim Kataguiri

1ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 2074/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário da Sra. Danielle Miranda Fonteles, publicitária.

Autoria: Senador Sergio Moro

1ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 2078/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Danielle Miranda Fonteles, publicitária e ex-proprietária da Pepper Comunicação Interativa RJ RJ LTDA.

Autoria: Deputado Beto Pereira

Pergunto aos Líderes do Governo e da oposição se desejam defender os requerimentos? Um de cada lado. Os itens de 12 a 15, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E que tratam de quê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esses tratam da convocação e quebras de sigilo da Sra. Danielle Miranda Fonteles. Quebra de sigilo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O Senador Moro vai fazer a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... a defesa, e o Senador Paulo Pimenta.

Com a palavra...

É um só de cada lado. Vamos agilizar. Podemos?

Então, com a palavra o Líder Paulo Pimenta. Ah, não, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, aqui é uma situação muito simples.

Vamos aproveitar, então, que o PT está querendo investigar, a base do Governo está querendo investigar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Moro, só um minutinho.

Os senhores aceitariam se nós abríssemos já a votação?

Não? Então, está bem. Perfeitamente.

Senador Moro, cinco minutos, por favor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Peço para restaurar ali o horário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será restaurado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Pode ser, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Agora já tomamos a decisão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Aproveitando, então, que o PT votou até para investigar quem denunciou o esquema criminoso... Concordo que é uma tentativa de intimidação, mas aqui a gente tem um caso claro da necessidade de quebra de sigilo fiscal e bancário e de convocação.

A Sra. Danielle Miranda Fonteles recebeu, no período do esquema criminoso, entre 23 e 25, cerca de 5 milhões provenientes do Antônio Antunes, o Careca do INSS. Isso veio nos elementos probatórios, ou seja, nós temos aqui a prova. Esse fato foi destacado pela imprensa. E a Sra. Danielle já esteve envolvida, no passado, em outros ilícios; inclusive, chegou a ser levantada a possibilidade de ela ter recebido valores de caixa dois em campanhas políticas de agentes do Partido dos Trabalhadores. Então, aqui nós temos uma causa fundada muito clara da necessidade dessa apuração.

É certo que, depois que o fato saiu na imprensa, a Sra. Danielle chegou a emitir uma nota, dizendo que isso era uma transação imobiliária, mas não há qualquer apresentação de documento. E, além disso, a explicação por ela apresentada contradita, é contrária, não é convergente ao fluxo financeiro, porque ela afirma que comprou um imóvel do Careca, mas o dinheiro só foi do Careca para ela, e não retornou. Se houve, de fato, uma compra e venda e um distrato, como a hipótese que ela apresenta, o dinheiro teria que retornar ao Careca.

Então, aqui, é um caso claro da necessidade de rastreamento financeiro, porque há uma suspeita – e, claro, não vamos fazer uma afirmação aqui definitiva – de que a Sra. Danielle pode ter sido utilizada para receber esse dinheiro, como pessoa interposta, para algum agente político, especialmente do PT, por conta das vinculações que ela teve no passado, ou, eventualmente, ela é beneficiária direta desses valores.

Agora, eu quero ver se a base do Governo, tão disposta a fazer essa investigação, vai ter a coragem, aqui, de votar "não", contra esse requerimento. Nós ouvimos aqui o Deputado Sóstenes, na posição dele, favorável à investigação; e agora é a hora do vamos ver, para ver quem está protegendo quem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui é um caso claro, Presidente, Senador Carlos Viana, da necessidade de uma causa provável clara do principal operador desse esquema criminoso, que é o Antônio Antunes, e da necessidade de a gente verificar esse fluxo, porque nós já vimos que ele pagou R$7 milhões a uma empresa controlada pela esposa do Virgílio Oliveira; nós já vimos que ele transferiu milhões de reais ao Eric Fidelis, que é filho do André Fidelis, Diretor de Benefícios do INSS, ambos envolvidos diretamente nessa fraude; e, agora, temos esse dinheiro, 5 milhões, que não é nada trivial, é um valor substancial, sendo direcionado, sem causa aparente, para uma pessoa que já esteve envolvida, no passado, em ilícitos envolvendo o Partido dos Trabalhadores. Então, é essa a justificativa para essas quebras e para essa convocação.

Se ela vier aqui e demonstrar que essa causa foi lícita – porque até agora não o fez, e poderia tê-lo feito, apresentando os documentos que afirma, mas que não convergem com o fluxo financeiro que vai apenas na direção dela –, perfeito, mas nós temos que ter essa quebra, sim, e é essencialmente importante, para que não fiquemos aqui sendo vistos como acobertamento de investigações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para defender a retirada, Líder do Governo, Paulo Pimenta.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não, não acredito! Aí eu não acredito! (*Risos.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, estou sem meu tempo ali.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu fico pensando como é que o Brasil pode ter sido enganado do jeito que foi, durante um período, com tanta mentira, com tanta manipulação. E aí, quando eu vejo a fala do Parlamentar que me antecedeu, eu entendo um pouco a omissão de fatos para construir narrativas. Imagina isso, na conduta de um juiz, de um promotor, o risco que é para o Estado democrático de direito...

A Sra. Danielle, de fato, em 2010, participou de uma campanha eleitoral com uma empresa de publicidade. Ela tem uma casa – ela encaminhou documentos; diferentemente do que foi dito, ela encaminhou documentos para a CPI –, e essa casa estava à venda num *site*, como qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra pessoa pode vender um imóvel. Tem um contrato de compra e venda; este valor – da maneira como foi falado aqui, parece que ela recebeu 5 milhões – é o somatório de todas as prestações que foram pagas ao longo do tempo. Portanto, tem o contrato de compra e venda, tem o pagamento mensal das prestações. Tudo está documentado, foi encaminhado para esta Comissão.

Após tudo o que aconteceu, ela foi procurada pelos advogados do cidadão que tinha comprado a casa, que não tinha mais condições de pagar as prestações, e foi feito um destrato judicial, inclusive com a cláusula de devolução dos recursos recebidos e da maneira como esse recurso vai ser recebido. E aí é tratado como sem causa aparente, sem explicação plausível, como se nós estivéssemos tratando de um episódio em que alguém recebeu 5 milhões sem explicação. Isso é tudo mentira, Presidente! Isso é tudo mentira!

E o que eu estou falando aqui está tudo documentado: o contrato de compra e venda; a oferta do imóvel nas imobiliárias e nos *sites* onde ele estava disponível; o pagamento das mensalidades, de acordo com aquilo que o contrato estabelecia; a cópia do destrato; a forma como vai ser devolvido o recurso.

Agora, querer criar uma narrativa, com uma suspeição... Porque aí vai até uma questão de uma espécie de fixação, né? "Essa pessoa que foi ligada ao PT, essa pessoa do PT". Tem um traço aí até que... Eu não sei se, se fizessem um exame mais apurado, até não ia acabar revelando alguma outra patologia, né? Pode ter alguma coisa aí de fixação, de obsessão, né? Quando fala o nome do PT, a pessoa meio que se desestrutura, se desequilibra, né?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. *Fora do microfone*.) – Sem-vergonha!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem é que me ofendeu aí, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bom...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Quem mexeu com o "Montanha" aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Bom... Então, Presidente, eu peço a rejeição do requerimento. Não há nenhuma correlação com os assuntos investigados por esta Comissão, há uma tentativa evidente de forçar uma narrativa com relação a uma pessoa que não tem absolutamente nada a ver – e isso está tudo documentado – com os temas que são objetos da investigação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e eu só posso entender que isso é mais uma tentativa de desviar o foco da investigação, para que a gente não chegue, de fato, àquelas pessoas que roubaram o INSS. Eu repito sempre, o objetivo desta Comissão é descobrir quem roubou o INSS, onde foi parar esse dinheiro, responsabilizar as pessoas que patrocinaram a presença desses corruptos dentro do Governo e garantir a devolução do dinheiro para os aposentados e aposentadas que foram roubados. O resto, Sr. Presidente, é retórica e tentativa de desviar o foco da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou iniciar a votação dos itens 12 a 15. Quem aprova o Requerimento vota "sim". Quem não aprova o requerimento vota "não" e o rejeita.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – O voto é "não".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para orientar a bancada.) – A oposição orienta o "sim", Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para orientar a bancada.) – O Governo orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Então está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, me dá um minuto enquanto estamos votando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui fica clara a hipocrisia do PT e do Governo.

No requerimento, quem quer investigar quem roubou o aposentado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não, deixa eu terminar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, não deixo.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Eu não comecei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, não deixo, porque essa não é a regra...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Eu pedi um minuto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... esse comportamento, Presidente.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Eu pedi um minuto. Incomoda V. Exa. eu falar um minuto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A ordem não é essa, Presidente.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – A ordem é essa. Sabe, por quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Isso subverte o que estamos encaminhando.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Vocês são hipócritas. Vocês, no requerimento passado, votaram contra. Quem quer investigar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O Líder do PL veio hoje só para tumultuar a CPMI.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – ... investiga todo mundo. Eu votei o outro, voto esse, porque eu quero investigar quem roubou aposentado. Petista e Governo, vocês são um bando de hipócritas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. A votação está aberta. Já há orientação. Peço aos Parlamentares que votem. Temos muitos itens e horas e horas de trabalho ainda pela frente. Por favor, vamos votar.

Quem aprova os Requerimentos de 12 a 15 vota "sim"; quem vota pela rejeição vota "não" – de 12 a 15.

Senador Randolfe, Veneziano, Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone.*) – Estou votando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Votado.

Vou encerrar a votação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Encerra, que nós vamos ver os hipócritas. Agora os hipócritas vão aparecer tudinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Sóstenes...

Vou encerrar a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Faltam apenas suplentes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não vão modificar o resultado os suplentes.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria que faça a publicação do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Votos SIM, 11; votos NÃO, 19.

Estão rejeitados os requerimentos de 12 a 15.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Atenção aposentados: olhem os ladrões aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, gente, 40...

Senhores...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – A hipocrisia aí, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Questão de ordem. Qual é o artigo, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 22.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para questão de ordem.) – Eu queria que V. Exa. garantisse o cumprimento do Regimento. O art. 22 é muito claro com relação à necessidade de ser observada, dentro da Comissão, a utilização de palavras respeitosas, adequadas. Não é possível que aqui ocorra...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E claramente está havendo aqui hoje – o senhor está observando – uma tentativa permanente de criar aqui um ambiente de tumulto, de Parlamentares sendo ofendidos, provocações, falas durante as intervenções.

Então, eu queria que V. Exa. observasse o cumprimento do art. 22. Se algum Parlamentar tiver uma conduta aqui em desacordo, V. Exa. chama a atenção, como o Regimento prevê; numa segunda oportunidade, ele vai ser mais uma vez advertido; e, na terceira vez, caso ele não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

comporte de forma adequada, como o Regimento prevê, o Parlamentar deve ser retirado do recinto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Está acatado e será feito dessa forma.

E tenho... Eu estou pedindo sempre aos Srs. Parlamentares que não haja necessidade de esta Presidência fazer intervenções, pela maturidade, pela responsabilidade que cada um de nós tem diante do que está sendo votado aqui e da nossa investigação.

Vamos em frente aqui.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão aqui. Desculpe. O predecessor fez uma série de ofensas morais na fala dele...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas quem, Excelência?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... quando ele se manifestou, e vem aqui com cara de pau dizer agora...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... o art. 22.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ah, que é isso?!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, só um instante.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – É muita hipocrisia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Moro...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, Presidente. Desculpe. V. Exa. presenciou as ofensas pessoais que ele fez na fala dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Moro, Senador Moro, então eu vou pedir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel Fernanda, por gentileza, por gentileza.

Obrigado, vou agradecer.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só nesse caso agora, como se trata de uma ação, eu diria, de um requerimento que gera muita ansiedade, muita preocupação de todos aqui, a base do Governo veio em peso para cá...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que, nesse caso, V. Exa. reponha o critério anterior de dois para cada lado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, perfeitamente.

Se houver necessidade de que o art. 22 seja utilizado, a Presidência o fará. Agora, os excessos têm acontecido dos dois lados. E eu tenho tido muita paciência com os dois lados, no respeito a cada um dos Parlamentares.

Eu peço a gentileza da colaboração, especialmente o respeito a quem está nos assistindo e que espera desta Comissão resultados.

Vamos em frente.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone.*) – Ele tem uma questão de ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é o artigo, Excelência, da questão de ordem?

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. *Fora do microfone*.) – É pela ordem.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – O senhor fez uma consulta na votação anterior e, numa resposta imediata...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O microfone.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – O senhor fez uma consulta na votação anterior...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... e, numa resposta praticamente imediata, um colega sugeriu que nós não abríssemos a votação enquanto não tivessem sido feitas as defesas.

Considerando que seja correto o encaminhamento do Senador Marinho de termos duas intervenções...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... para que haja a possibilidade de exposição das ideias, eu consulto V. Exa. se, nessa hipótese, poderia ser aberta a votação enquanto os colegas fazem as suas defesas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Calma! É só uma consulta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Pergunto aos Líderes, Senador Rogerio Marinho, se concordam.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Não, eu acho que é melhor que nós possamos escutar aqueles que vão fazer intervenção, até para que nós tenhamos a condição de fazer nosso juízo de valor...

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Pela ordem.) – Presidente, retiro a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu parto do princípio de que aqui todos estamos abertos ao convencimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k. Então, a sugestão está retirada.

Senhores, vamos votar dos itens 45 a 55, referentes à convocação do Sr. José Ferreira da Silva.

1ª PARTE

ITEM 45

REQUERIMENTO Nº 34/2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva (Frei Chico), vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Idosos (SINDNAPI).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 46

REQUERIMENTO Nº 373/2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi).

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 47

REQUERIMENTO Nº 456/2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi).

Autoria: Deputado Mauricio Marcon

1ª PARTE

ITEM 48

REQUERIMENTO Nº 501/2025

Requer a convocação do sr. José Ferreira da Silva (Frei Chico), dirigente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI.

Autoria: Deputado Delegado Fabio Costa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 49

REQUERIMENTO Nº 698/2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados - SINDNAPI.

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 50

REQUERIMENTO Nº 814/2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, Vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi).

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 51

REQUERIMENTO Nº 874/2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - Sindnapi.

Autoria: Senador Marcos Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 52

REQUERIMENTO Nº 1375/2025

Requer a convocação do Senhor José Ferreira da Silva (Frei Chico), Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDINAPI).

Autoria: Deputado Lucas Redecker

1ª PARTE

ITEM 53

REQUERIMENTO Nº 1777/2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE

ITEM 54

REQUERIMENTO Nº 2048/2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva (Frei Chico), vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Idosos (SINDNAPI).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 55

REQUERIMENTO Nº 2205/2025

Requer a convocação do Sr. José Ferreira da Silva, vice-presidente SINDNAPI.

Autoria: Deputado José Medeiros

Para defender o requerimento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Inicialmente, o Deputado Luiz Lima.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado Luiz Lima.

Espere aí, só um instante. O requerimento é de V. Exa. A Liderança, então, terá de colocá-lo como um dos dois defensores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então ele será o segundo, Excelência?

Então, Deputado Luiz Lima com a palavra. Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente Viana.

É extremamente relevante. Nós estamos observando aqui nesta Comissão uma tentativa de blindagem não apenas desta Comissão, mas, triste, por parte da mídia também.

Na terça-feira, foi noticiado no Jornal Nacional, da TV Globo, o maior jornal deste país, o bloqueio pedido pelo Supremo Tribunal Federal, através do Ministro André Mendonça, de R$390

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões do Sindnapi, do qual o irmão do Presidente da República, Frei Chico, é Vice-Presidente. Em nenhum momento, no Jornal Nacional, foi mencionado que o Vice-Presidente é o irmão do Presidente da República. Não é... Não é um pedido político; de fato, não é.

Para quem está em casa, aqui, eu não sei se vocês estão vendo, esse é o esquema do Sindnapi, um sindicato fundado há 25 anos, um sindicato que é ainda familiar. E o dinheiro arrecadado ilicitamente, segundo a Controladoria-Geral da União, de 98% dos 420 mil filiados, no ano recorde de 2023 e em 2024, foi descontado indevidamente. Ao brasileiro que está em casa: essas pessoas ganham um salário mínimo. O menor salário mínimo pago na América do Sul é o de um Governo brasileiro, US$250, e, não satisfeitos, esses descontos, em média, variavam de R$20 a R$50.

É esse cidadão que hoje é Vice-Presidente desse sindicato, familiar. O dinheiro aqui fica em órbita, ele não sai dessas pessoas. A gente tem aqui a Tonia Galleti, que é filha do fundador, que é casada com o Sr. Carlos Afonso Galleti, que é genro do fundador. Nós temos o Milton Cavalo, Presidente desse sindicato, filiado ao PDT, e à sua esposa, também, faz-se referência aqui, em segmentos, operadores financeiros, prestadores de serviço que não prestam serviços aos aposentados.

Qual é a necessidade de o irmão do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ser Vice-Presidente de um sindicato que, segundo a Polícia Federal, é uma organização criminosa e que, segundo a Controladoria-Geral da União, foi alertado – tanto quanto Alessandro Stefanutto, Presidente do INSS – de que esses descontos em escala, desde que Alessandro Stefanutto assume o INSS, mês a mês, vieram subindo? Qual o motivo de o irmão do Presidente da República presidir um sindicato que hoje é medalha de bronze em relação ao roubo dos aposentados? O primeiro é a Contag, com ligações fortes com o PT. A Contag é uma instituição que foi responsável pela fundação da CUT. Em segundo lugar, a Conafer – esteve aqui Carlos Roberto, presente, e teremos hoje aqui o Sr. Cícero, também, segundo a Polícia Federal, um operador financeiro do esquema.

Aqui é mais um esquema, todos os esquemas são parecidos. Todos têm Ferrari, Lamborghini, Porsche, milhões e milhões voando pelo céu do nosso Brasil, e a gente quer rastrear esse dinheiro. Nada mais justo e honesto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu repito aqui: vários Deputados – a maioria dos Deputados, eu acredito – querem desvendar o que está acontecendo aqui. E eu acredito que, mesmo os Deputados da situação, do Governo do PT, estão sendo pressionados aqui para não convocar o irmão do Presidente da República. Não queremos fazer juízo de valor, chamar ninguém de ladrão, de culpar antecipadamente, mas qual o motivo de esconder, a não presença do irmão do Presidente da República? A não presença de Frei Chico aqui diz muito, o silêncio faz muito barulho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Por que o silêncio? Por que os Deputados aqui que talvez vão orientar contra querem o silêncio do Frei Chico?

O silêncio normalmente é usado por quem tem muito a esconder. E, olha, o que o irmão do Presidente da República, sendo Vice-Presidente desse sindicato, ele está fazendo o quê? Qual a função dele? Seria fazer contatos, seria facilitar esses descontos não autorizados? Então nada mais justo para o povo brasileiro que está em casa... E eu acredito que a maioria do povo brasileiro, que, mesmo tendo votado no Presidente da República atual, quer a verdade. O brasileiro quer a verdade. Eu recebo aqui inúmeras mensagens de brasileiros do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Amazonas, do Pará, pessoas simples, de Rondônia – o Coronel Chrisóstomo está lembrando –, de Cuiabá, eles querem saber a verdade.

Obrigado, Presidente Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E para defender a retirada do requerimento, o Deputado Paulo Pimenta.

Quem vai ser?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Eu posso falar? (*Fora do microfone.*)

Presidente, eu vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Eliziane Gama, por cinco minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para encaminhar.) – Presidente, queria cumprimentar V. Exa., mais uma vez parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – V. Exa. tem sido muito coerente, Presidente. A sua postura é uma postura muito imparcial, tanto com os membros da oposição quanto com os da base do Governo, isso é nítido para todos os colegas. Então, eu quero fazer esse registro aqui e o cumprimentar pela condução.

E quero dizer que os colegas aqui da oposição... A gente percebe claramente uma celeuma, um nervosismo, uma tensão generalizada e um objetivo claro de tentar colar no Governo, especificamente na imagem do Presidente Lula, o que a gente está percebendo claramente durante todo o processo de investigação nesta CPMI. A gente percebe que a oposição faz isso e não é apenas nesta CPMI, ela fez isso em várias outras Comissões. Lá atrás, Senador Rogério, eles fizeram isso na CPMI do 8 de Janeiro, tentaram apresentar uma Comissão e ao final, quando viram que realmente a investigação estava sendo aprofundada, cada dia a mais, e mostrando claramente que os integrantes ligados à oposição do Presidente Lula estavam diretamente ligados à tentativa de golpe do 8 de janeiro, eles então entraram em desespero. É o que está acontecendo aqui. Não tem materialidade, não tem fato concreto, então eles içam alguém para tentar colar na imagem do Presidente Lula.

Ora, o Frei Chico, nós já discutimos isso aqui nesta Comissão. Aliás, ele leva o nome de Frei Chico não por ser padre, não por estar ligado a uma atividade específica, à Igreja Católica, mas pela sua trajetória franciscana, pela sua visão e pela sua postura, que é totalmente desprendida a materialismo, a patrimonialismo. Essa é a postura dele, um homem que foi ligado ao combate, aliás, de forma pacífica, à ditadura militar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peço silêncio à sala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Ele que tem uma militância... Presidente, está difícil falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por gentileza. Silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Ele, que tem uma militância sindical desde os anos 60! E nós recebemos aqui, Pimenta, o Carlos Lopes, que é Presidente do Sindnapi, e ele respondeu a uma pergunta que, aliás, V. Exa. fez: o Frei Chico não tem nenhuma atividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativa, nenhuma atividade financeira num sindicato em que ele está há um ano. Ele não está há dez, há quinze, desde 2015, ele está desde 2024 nesse sindicato, com uma função simbólica, não tem uma atividade administrativa, não faz movimentação financeira, não participa de nenhuma atividade que o ligue ao que nós estamos investigando aqui nesta Comissão.

Ora, qual outra instituição teve o seu vice-presidente convocado a esta Comissão? Qual outra Comissão teve, na verdade, a busca de integrantes com posições simbólicas? Nenhuma outra. A Amar Brasil, que fez transferência bancária a ex-ministro do então Presidente Bolsonaro; Conafer, Ambec, qualquer outra instituição não teve um chamamento de representantes de vice ou de qualquer outra posição de diretoria. Mas, o Frei Chico, simplesmente porque é irmão do Presidente Lula e porque está há um ano como Vice-Presidente nesta instituição, tentam chamá-lo para tentar colar no Presidente Lula, que freou, parou, barrou o processo de roubalheira, porque foi no Governo do Presidente Lula...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... que ministro foi afastado, que presidente do INSS foi afastado, que a CGU agiu... Porque a CGU do ex-Presidente Bolsonaro recebeu em 2018 alerta por Parlamentares aqui nesta Comissão, mas nada fez – nada fez! Aliás, aumentaram os casos de autorizações dos ACTs, 60% dos ACTs que resultaram nos descontos fraudulentos foram feitos no Governo do ex-Presidente Bolsonaro. Colegas aqui, diligentes, como o meu colega Izalci, alertaram o governo de transição do ex-Presidente Bolsonaro. Nada foi feito, nada foi feito! O Presidente Lula freou essa roubalheira, e aqui os colegas, em desespero, em polvorosa, tentam colar no Frei Chico uma imagem de que tem qualquer participação.

Portanto, não tem participação e a nossa orientação, Presidente, é contrária à aprovação deste requerimento.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, a população brasileira inteira tem um interesse muito grande nesse tema e principalmente no que nós estamos votando agora. E, com certeza, eu acho que seria interessante blindar o nosso público, tanto de um lado quanto do outro, para que pudessem mais integrantes dessa CPI defender, no caso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – ... só desse requerimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Nós vamos manter o rito para todos, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência, eu pedi pela ordem primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor, senhores.

Deputado Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Só para reforçar aqui a solicitação do Deputado Medeiros, dizer que, de nossa parte também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está sem microfone, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Reforçar aqui a solicitação do Deputado Medeiros e dizer que, se a gente puder ampliar o debate, nesta oportunidade aqui, de tanto favoráveis e contrários falarem um pouco mais, acho que a gente não prejudica o trabalho, até porque, durante a votação, a gente pode também estender o debate. Acho que é um tema relevante e as pessoas precisam ter esclarecimento adequado das posições dos Deputados e Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, se houver concordância dos Líderes, esta Presidência não tem restrições.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Mais um de cada lado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Líder Pimenta, o senhor concorda?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mais dois de cada lado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Só um instante. Se houver concordância dos Líderes... se não houver, vamos manter o procedimento. (*Pausa.*)

Não houve concordância, então mantemos dois de cada lado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não houve concordância, nós vamos manter o rito.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas pedir uma gentileza de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – São cinco minutos o tempo de defesa, então eu queria que esse tempo fosse dividido entre o Senador Izalci, com a concordância dele – os cinco minutos –, e o Marcon; dois minutos e meio de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – São os mesmos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Os mesmos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não. Não é possível, Excelência. Não é possível.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não é possível.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para encaminhar.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... primeiro, o seguinte: o motivo do requerimento de convocação do Frei Chico não foi questão política, é só fazer uma retrospectiva.

Em fevereiro de 2023, o Presidente Lula pediu ao João Batista Inocentini para colocar o Frei Chico no Sindnapi – foi um pedido do Presidente.

Agora, o que aconteceu de lá para cá? Essa instituição, Sr. Presidente, que tinha aí uma arrecadação, em 2020, de 24 bilhões, saltou para 150 bilhões... milhões, no mês de 2024... no ano de 2024. Portanto, um crescimento exponencial. Agora, isso foi graças a quê? Graças... Primeiro, não era nem para estar com o ACT assinado, porque o Frei Chico é parente, é irmão do Presidente Lula e não poderia nem sequer assinar, tanto é que a CGU agora está dizendo que não fiscalizou o Sindnapi, exatamente porque foi feita uma declaração falsa.

O Milton esteve aqui e disse claramente qual é o papel do Frei Chico no Sindnapi: questão política, relações institucionais. Ele que abria as portas tanto do INSS quanto dos ministérios. Foram apresentadas diversas fotos aqui, com a presença do Frei Chico trabalhando politicamente para o Sindnapi. E mais, o Frei Chico, agora... Inclusive, o Ministro André Mendonça mandou bloquear 390 milhões do Sindnapi. Encontraram carros de luxo, dinheiro no cofre... Como não chamar o Vice-Presidente? Será que ele não sabia de nada, se ele participou de várias reuniões?

Então, Presidente, não é questão política, não, é questão de blindagem. Estão querendo blindar aqui o irmão do Presidente Lula, porque foi o Presidente Lula que pediu. Foi declarado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, o próprio Milton disse isto: que o Presidente Lula pediu para fazer a colocação do Frei Chico no Sindnapi.

O Sindnapi teve, inclusive, inclusões de cadastros que não poderiam ter sido feitos, porque dispensou a biometria. Por que aconteceu isso? Evidentemente, por questão política. Alguém interferiu no INSS exatamente para isso. Nós temos aqui, inclusive, fotos onde tem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Senhores, silêncio, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... a presença do Frei Chico em diversos órgãos públicos. Então, a participação do Frei Chico no esquema do INSS é clara, é evidente.

Agora, quem não deve não teme. Se o Frei Chico não tem nada, não tem problema nenhum, então por que essa blindagem? Estão com medo? Eles estão com medo realmente de chegar no Presidente Lula? Porque é inadmissível um rombo de 6 bilhões e as pessoas ficarem blindando aqui as pessoas. Não há questão política no requerimento, está muito claro.

Houve uma grotesca anomalia administrativa que evidenciou o Sindnap: tratamento privilegiado, deliberação da flexibilização das normas de segurança. Em investigações preliminares, a Polícia Federal já apontou que o INSS dispensou, de forma seletiva e inexplicável, a exigência de biometria facial nas filiações do sindicato no período de 2023 a 2024. Então, é inconcebível o Vice-Presidente de uma instituição como essa, que foi inclusive visitada pela Polícia Federal, não ter conhecimento de nada.

Então, essa convocação, esse requerimento de convocação aqui do José Ferreira da Silva...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... Frei Chico, que é o Vice-Presidente do sindicato, é fundamental. E aqueles que votarem contra estão exatamente blindando. Não querem fazer o que nós temos por obrigação aqui, que é descobrir exatamente quem foi que assaltou, que roubou os aposentados e pensionistas deste país.

E está muito claro que o Sindnap foi o vice-campeão. O Sindnap foi um dos que mais desviou recursos do INSS. Ora, se o cara é Vice-Presidente e foi lá a pedido do Presidente Lula,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi colocado, apadrinhado pelo Presidente, óbvio que o objetivo era exatamente que ele pudesse realmente fazer esse trabalho institucional para o Sindnap.

Portanto, eu quero aqui parabenizar o Ministro André Mendonça, que conseguiu bloquear 390 milhões, o que vai ajudar a devolver parte desse recurso para os aposentados e pensionistas.

Então, vamos votar "sim" ao requerimento. Quem quer investigar vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra, Líder Paulo Pimenta. Pergunto se fará uso da palavra ou se indica outro Parlamentar...

Cinco minutos, Excelência.

Senhores, eu vou pedir para desligarem os celulares, por favor, e deixarem no silencioso.

Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, ilustre Presidente, o Frei Chico ingressa na diretoria desse sindicato em 2024 – 2024.

A Polícia Federal fez uma operação no Sindnap demonstrando que essas irregularidades iniciam em 2019 – 2019, 20, 21, 22, Governo Bolsonaro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É impossível falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, continue, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Vamos, Pimenta, vamos! Que drama, meu Deus do céu!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Enquanto o colega falava, ele interrompia aqui. Agora que é com ele, acha ruim. Poxa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Dois minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, Senhores...

Retomem o tempo do Líder, por favor. Cinco minutos.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Dá dez minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores!

Deputado Marcon, por gentileza.

Cinco minutos, Líder Pimenta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Cinco minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, eu percebo uma...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Sim, estão nervosos. Vamos!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É, Presidente, não tem condição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Ah, Presidente, aí fica difícil.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – É briga entre gaúchos. (*Risos.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não tem condição. Não vou falar, não vou falar. Ou vai ficar quieto, ou não vou falar. O que o senhor quer que eu faça?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu quero que V. Exa. fale.

Cinco minutos, por favor. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Líder Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, eu não consigo me concentrar, Presidente, para falar, com os outros me interrompendo. Até peço desculpa, mas eu não consigo me concentrar.

Presidente, o Frei Chico chegou a esse sindicato em 2024. Foi homenageado na assembleia pela sua trajetória e pela sua história e ocupa uma função simbólica. Um cidadão que tem mais de 80 anos; jamais teve qualquer função administrativa ou financeira; não tem qualquer tipo de vínculo econômico com esse sindicato e nunca teve; não foi citado nem na investigação da CGU, da Polícia Federal, no inquérito. Não há nada, em lugar nenhum, que cite ele a qualquer coisa que envolva as irregularidades que estão sendo apuradas pela Polícia Federal e por esta CPI neste sindicato.

Frei Chico é uma pessoa que tem uma vida modesta, não tem posses, não tem patrimônio. Diferente do que disse aqui o colega Deputado, que é o chofer da Conafer, os carros de luxo que foram apreendidos lá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, tem uma montanha aqui entre eu e ele, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem uma montanha de voto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É, Presidente, o senhor vê que o pessoal aqui está nervoso. Não sei o que está acontecendo aqui, hoje.

O carro de luxo que foi dito aqui não é do Frei Chico. Não é... As informações que foram ditas aqui são falsas, são mentirosas. Inclusive, essa narrativa de que foi o Presidente Lula que pediu para que ele fizesse parte da diretoria é outra mentira que fica sendo repetida pelo chofer da Conafer aqui cada vez que ele usa a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Frei Chico é uma pessoa que tem trajetória própria, tem uma história de vida, uma história respeitada. E todo mundo aqui, Sr. Presidente, sabe – todo mundo aqui sabe – que o Frei Chico não tem nada a ver com tudo isso. O que há é, mais uma vez, uma tentativa desesperada de uma oposição que está sem rumo, que assiste à popularidade do Presidente Lula crescer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pô, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue, Excelência. Continue, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O rapaz tem um probleminha aí, Presidente. Acho que o rapaz aí não tomou remédio antes de vir para cá hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, Presidente, é evidente que isto é uma tentativa de criar uma narrativa pobre, uma narrativa primária, tentando vincular uma pessoa que não tem qualquer tipo de suspeição sobre a sua conduta, sobre a sua trajetória e sobre a sua história.

Então, esses requerimentos têm que ser derrotados. O único objetivo desse requerimento é tirar o foco da investigação, é tentar criar uma narrativa para que a gente não vá, de fato, nos "*golden boys*", aqueles rapazes milionários com Ferraris, Porsches, iates, helicópteros, jatinhos; jovens de 35, 40 anos, todos eles presidentes de associação de aposentadas e aposentados que ganharam seus ACTs durante o Governo Bolsonaro.

Nós temos que descobrir, Sr. Presidente, quem que colocou os servidores corruptos em posição de comando dentro do INSS para que essa quadrilha pudesse roubar os aposentados e aposentadas da maneira que roubou e que permitiu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que estes jovens milionários se tornassem milionários sem nunca terem trabalhado. É essa gente que nós temos que investigar. Saber de fato quem roubou o INSS, fazer com que essa gente vá para a cadeia, conseguir chegar ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrimônio e ao dinheiro... que eles compraram com o dinheiro do roubo e trazer esse recurso, para que a gente possa devolver cada centavo que essa gente roubou dos aposentados e das aposentadas, essa é a razão da existência desta Comissão e da investigação da Polícia Federal.

Então, nós não vamos, de forma alguma, permitir uma tentativa de tirar o foco da investigação e vamos rejeitar todos esses requerimentos, mostrar a nossa coerência e o nosso compromisso com a investigação e com os resultados do trabalho da CPMI.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual o artigo, por favor, Excelência?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para questão de ordem.) – Cento e quarenta e oito do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é o número?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Cento e quarenta e oito do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um, quatro, oito.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O 58, §3º, da Constituição Federal.

Presidente, nós montamos a Comissão de Inquérito, que é um instrumento de investigação parlamentar previsto tanto na Constituição quanto no Regimento Interno...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... esta Casa... faz parte do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... para investigar o fato...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, só para corrigir. É porque o Deputado falou "nós"... Eles não votaram nada, não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu não votei, eu não assinei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, Coronel.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O PT não votou, o PT não assinou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Coronel, fique tranquila. Eu não assinei e não assinaria de novo, mas faço parte como Deputado da minha investigação. Aliás...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – ... assuma, assuma isso!

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Por favor, não fique nervosa, não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Abre a votação...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Só dizer que o Presidente também não assinou. Isso não impede que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu assinei.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Isso não impede que ele tenha feito parte... (*Risos.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor não assinou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Assinei.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não está no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Assinei.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não está no requerimento.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não está no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Assinei, sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não está no requerimento.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu faço aqui e vou investigar, e como...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, tá, vamos em frente, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Calma, Sóstenes, fica tranquilo. Está chegando agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você está chegando agora, Sóstenes, está tumultuando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você está chegando agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... caindo de paraquedas.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Abre a votação!

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, peço...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Termine a questão de ordem, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, mas eu estou tentando, né? Só peço que meu tempo seja revisto, Presidente, por favor. Presidente, só peço que meu tempo seja revisto!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, não há tempo para questão de ordem.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas cinco minutos está bom, está rolando o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. pode terminar o raciocínio.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, está bom, Presidente, o senhor não vai repor meu tempo, mas tudo bem. Vou fazer a questão de ordem. A censura prevalece em alguns momentos, aqui nesta Comissão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O pessoal está nervoso, hein?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar... Vamos deixar... Vamos deixar o Deputado...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O pessoal está nervoso, hein? O pessoal está nervoso, hein?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar o Deputado terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O pessoal está nervoso.

Nós temos uma...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... eu não consigo falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estou escutando, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... esta Comissão tem a responsabilidade de buscar a verdade, esclarecer quem roubou os aposentados e pensionistas, identificar essas pessoas e levá-las à cadeia. Para isso, nós temos que agir com muita serenidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, qual é a questão de ordem?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Já fiz... Calma, Presidente, estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Qual é a questão de ordem, Excelência?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, eu já falei, estou chegando ao artigo. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é a questão de ordem, por favor?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Presidente, está muita enrolação, pelo amor de Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, o art. 148. Já disse, vou chegar à conclusão do meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Peço a gentileza de poder falar.

E aqui atropelar...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Presidente, o pessoal está nervoso, chamando o colega de babaca, Presidente. É lamentável!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, por favor. Deixem terminar a questão de ordem, por gentileza.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcon, Deputado...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não!

Por favor, sente-se, Excelência.

Deputado Marcon, eu vou pedir a V. Exa. que, por favor, por gentileza, não interrompa o andamento da sessão. Por gentileza.

Estou fazendo aqui um pedido, não é uma advertência. Um pedido.

Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, só também dizer que o art. 403 do Senado Federal fala em questão de ordem de cinco minutos. Então, peço a gentileza de o meu tempo ser resposto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Só peço a gentileza, porque não foi...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, V. Exa. já falou por uma boa parte do tempo...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, eu fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou lhe dar mais um minuto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto.

Ou, então, nós vamos encerrar a questão de ordem, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, Presidente. Faça V. Exa., então, o que quiser. Seja o Regimento desta Comissão, seja o Regimento desta Comissão! Desrespeito aos colegas Deputados e Senadores.

Não pode ter... Para um lado, age de um jeito; para outro, age de outro.

V. Exa. preside a Comissão; não tem poder supremo sobre nós. E aí nós temos Regimento, o do Senado, o misto, para ser obedecido.

Eu estou fazendo uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A questão...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Estou fazendo uma questão de ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A questão de ordem está encerrada.

Vamos iniciar a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A votação vai ser iniciada.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Continue agindo dessa maneira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A votação está iniciada.

Quem mantém o requerimento, aprovação, vota "sim". Quem é contra o requerimento vota "não".

A votação está iniciada.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vota "não"!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O Governo orienta o voto "não", Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é a orientação do Governo, Excelência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para orientar a bancada.) – O Governo orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para orientar a bancada.) – A Oposição orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A votação está aberta, senhores.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, um minuto aqui.

Fica claro aí mais uma vez o Governo e o PT, quem é que quer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

Vamos ao voto, senhores. Vamos ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação está aberta.

Quem mantém o requerimento vota "sim".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vamos votar. Vamos votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos votar, Excelência. Quanto mais tempo nós ficarmos aqui, mais a situação caminha... (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, uma solicitação a V. Exa.

Quero aproveitar o momento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... para o senhor ratificar o que está sendo votado antes de proclamar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É uma solicitação que faço, para o Brasil saber quem votou "sim" ou votou "não".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estão em votação os itens 45 a 55, convocação do Sr. José Ferreira da Silva – 45 a 55.

Os que aprovam o requerimento votam "sim", e os que rejeitam votam "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem gente votando ainda.

Tem gente votando ainda?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, já terminou a votação. Não há mais votos.

Só a Presidência que não vota.

Vou encerrar a votação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Bruno está votando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor... Por gentileza. Por gentileza. (*Pausa.*)

Só falta o Bruno. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

A votação está encerrada.

Determino à Secretaria que faça a publicação do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – SIM, votaram 11; NÃO, 19.

Estão rejeitados os Requerimentos 45 a 55.

Senhores... Senhores...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – A sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 11 horas e 49 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 01 minuto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reiniciada a sessão.

Dando sequência aos itens para votação, os dois próximos itens serão em votação simbólica.

Item 72.

1ª PARTE

ITEM 72

REQUERIMENTO Nº 1809/2025

Requer a convocação do Sr. Miguel Cabrera Kauam, Procurador Federal.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

Feito o acordo, foi transformado em convite.

Portanto, no item 72, passa-se a ler: "Requer faça-se o convite ao Sr. Miguel Cabrera Kauam, Procurador Federal.

Os Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento para convite.

Nós precisamos do Líder Marinho aqui.

No item 98, tem a redação...

Vamos ao item 100, enquanto o Líder Marinho não retorna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 100

REQUERIMENTO Nº 2231/2025

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva do Sr. Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical(SINDNAPI).

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

O item 100 é o pedido de prisão preventiva do Sr. Milton Baptista de Souza Filho.

Há um destaque por parte do Governo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança.) – Senador, será o Deputado Marcon e a Deputada Bia Kicis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Então, para defender o requerimento...

Pois não, Líder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu só não estou entendendo, Presidente: nós não tínhamos que alternar oposição e Governo? Está sempre começando pela oposição. Eu acho que o certo seria pelo autor do requerimento, mas não foi o critério anterior.

Acho que vamos revezar, se puder ser Governo desta vez, primeiro; depois, a oposição.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Não, no caso, isso é uma regra do direito, né? Quem defende...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não é isso, Pimenta. É que teve um destaque de vocês e, depois, um nosso. Em ambos os casos, a oposição começou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Van Hattem, eu vou te explicar.

Existe uma regra elementar do direito: quem é contra sempre fala depois.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não é isso. A regra elementar não é essa. A regra elementar não é essa. Eu explico, ensino.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Aqui, Sr. Presidente, estamos tratando de diferentes destaques apresentados e...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... a depender do autor, obviamente, um defende e o outro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu... Só um instantinho.

Eu não vejo dificuldade em a gente inverter o lado, mas, já que há uma questão, vou ler aqui: "O requerimento apresentado em sessão conjunta [art. 41.] não admitirá discussão, podendo ser sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa [que aqui se igualam], de preferência um favorável e um contrário". Então, começa por quem defende, termina por quem é contra.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Exatamente.

Agora, no requerimento do Frei Chico, por exemplo, em que o destaque foi apresentado pelo Governo, começou a defesa da Oposição, é esse o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas, Excelência...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu entendi, está tudo certo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, eu peço só a V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... já que há uma vontade, há uma propensão, sem prejuízo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores...

Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sem prejuízo... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Peço que os dois Líderes só aguardem aqui um pouquinho.

Sem prejuízo aqui do requerimento, desculpe, do depoimento que nós teremos em seguida, dada inclusive a qualidade do debate, mesmo com os excessos, as pessoas, os Parlamentares querem se posicionar, que nós tenhamos dois de cada lado, como foi colocado anteriormente

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato, serão dois. A questão aqui é só uma discussão de quem começa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Entendeu?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – V. Exa. já decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não... Não... O último...

Deputado Marcelo van Hatten, para defender o requerimento, V. Exa., quem vai falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite, até para a economia processual, antes de entrarmos no requerimento, em que há controvérsia, eu acho que há acordo sobre o requerimento, o item, salvo engano, 98, de autoria do Senador Rogerio Marinho.

Nós concordamos, só com um rápido esclarecimento, para que o nobre Líder possa fazer agora, no Plenário da CPMI, e em seguida já apreciarmos esse.

Aí ficaria remanescente somente um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Marinho, só um instante. É porque, como o Marinho não estava, eu dei sequência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... e coloquei para votarmos o item 100.

Então, vamos votar o item 100...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A gente volta depois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... e, em seguida, retornamos ao item 98, o.k.?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, para defender o requerimento, Deputado Marcon.

Cinco minutos.

O SR. MARCON (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro, eu gostaria de me solidarizar com o senhor, que foi atacado por um Parlamentar aqui do PT...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está tudo bem.

O SR. MARCON (Bloco/PT - RS) – ... que disse que o senhor está sendo imparcial... Aliás, parcial. Eu quero dizer que o senhor está sendo muito imparcial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. MARCON (Bloco/PT - RS) – Porque, se tem alguém que leva mijada nesta CPMI, sou eu. Mesmo o Parlamentar do PT que eu não sei nem o nome que estava aqui, nunca vi na Casa, não o conheço, me chamou de babaca, eu ainda fui chamado atenção pelo senhor. Ele estava virado para trás me xingando, e eu estava errado.

Então, quando o Alencar diz que o senhor está sendo parcial, eu quero dizer para a sociedade brasileira, que nos acompanha de Casa, que o senhor tem uma postura correta, mas, às vezes, pega um pouco no meu pé.

Mas tudo certo. A gente segue a nossa vida, faz parte. Eu lhe considero um amigo e lhe respeito, está tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. MARCON (Bloco/PT - RS) – Presidente, antes de falar sobre o Milton Carvalho, que já deveria estar preso há muito tempo, eu ouvi da Senadora que falou semana passada, colega Cabo Gilberto, que o Frei Chico tinha começado a roubar, quer dizer, na vida sindical, com oito anos; e que ele é chamado de frei porque ele tem uma vida franciscana.

Vejam vocês que eu dei um Google e descobri que o motivo de ele ser chamado de Frei é porque ele não tinha cabelo na década de 60.

Então, vocês vejam que o teatro feito para defender o indefensável vai desde dizer que o irmão do Lula, o sindicato, ali, que está com 400 milhões bloqueados, ele começou a vida sindical – palavras de uma Senadora aqui – em 1950, quando ele tinha oito anos, semana passada. Hoje, inventou que ele é chamado de Frei porque ele tem uma vida franciscana, de pobre. De pobre!

Povo brasileiro, o irmão do Lula, eles querem fazer você acreditar que o cidadão, que eles não quiseram convocar para vir aqui – para se defender, porque, obviamente, ele não tinha absolutamente nada a esconder.

Eu aprendi lá, quando eu tinha uns quatro anos, com a minha mãe, que, se tu não deves, tu não temes. Isso é um aprendizado básico da infância. Mas, blindar o homem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O homem não vai vir, porque ele não tem nada pra esconder. Então, ele vai ficar em casa, descansando.

Falaram que é um homem de 80 anos.

É triste – né? – ver idoso botando a mão no dinheiro de idoso, mas é o que a gente tem aqui.

Presidente, sobre Milton Cavalo, que tinha dois cães de guerra: semana passada, ali do lado, dois advogados que apontaram dedo para Parlamentar, dentro desta Casa... No dia em que ele veio aqui, a Polícia Federal fez uma operação lá naquele sindicato do irmão do Lula.

Acharam dinheiro. Rolo atrás de rolo.

Passou um tempo, o Ministro André Mendonça fez o quê? Bloqueou quase 400... Para o povo brasileiro: vocês, que recebem R$1,5 mil por mês: vocês imaginem a quantidade de dinheiro roubado, para juntar R$400 milhões na conta do sindicato do irmão do Lula.

O André Mendonça bloqueou, para devolver para o aposentado.

E, agora, o que seria básico, colega Marcel, básico, nível um, nível um: prender o Presidente desse sindicato, que botou a mão no dinheiro de pessoas acamadas, colega Evair. Acamadas!

Mas o que é que nós estamos vendo neste momento na CPI, colega Cabo Gilberto? Nós estamos vendo o Governo, que diz querer, Presidente, investigar, pegar quem roubou – aqui, ó: só da boca para fora... Eles não querem que o chefe de uma organização criminosa, travestida de sindicato, vá para a cadeia.

Sabe por quê? Foi o que eu falei, semana passada: porque, certamente, é uma blindagem contra esse cidadão, para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – ... que ele viesse aqui e ficasse caladinho, com aquela cara de burro morto que ele estava semana passada, porque há uma proteção, Presidente, nas entrelinhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão que nós estamos vendo aqui hoje é o Governo do Presidente Lula defendendo o sindicato do irmão do Presidente Lula, para que o presidente desse sindicato, que desviou milhões de aposentados, não vá para a cadeia.

Depois, eles vão tentar fazer com que vocês acreditem que quem roubou foi o Bolsonaro para o sindicato do irmão do Lula. Esse é o discurso deles.

Então, se você que está aí em casa, povo brasileiro, não tem uma inteligência minimalista, não é, assim, completamente tapado, não tem como acreditar.

Tem que ser preso e tem que apodrecer na cadeia. Essa é a posição da oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Líder Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, não há, de forma alguma, nenhuma blindagem sendo feita aqui, e, sim, a análise de como que nós devemos ter o rumo dessa CPMI, e é isso exatamente o que estamos discutindo.

Em relação ao Sr. Milton Cavalo e à prisão preventiva, não sou contra que ele seja preso, evidentemente, se a Polícia Federal assim desejar e o próprio ministro do Supremo Tribunal Federal que está com este caso, que é o Sr. André Mendonça. Inclusive, chegamos a pedir isso do Nelson Wilians, depois de uma série de documentações.

Em relação ao Milton Cavalo, Presidente do Sindnapi, foi feita agora, recentemente, pela Polícia Federal, uma operação onde a sede do Sindnapi e a casa do Presidente tiveram e foram, pela Polícia Federal, investigadas. Nós ainda não temos acesso ao conjunto daquilo que foi ali encontrado e qual a conclusão da própria Polícia Federal. Não foi apenas o Sindnapi, mas também o Presidente da Amar, que virá aqui, porque também, evidentemente, nós temos que conhecer o que foi ali colocado.

Por isso, Presidente, eu estou solicitando a V. Exa. que a gente possa examinar, em primeiro lugar, o que foi essa operação, tanto no caso do Sindnapi quanto no caso da Amar, porque foi uma operação conjunta, em que muitos recursos foram, naquela ocasião, solicitados pela Polícia Federal e investigados. Eu acho que, a partir daí, nós vamos ter clareza de a quem nós poderemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer o pedido de prisão, que eu acho que vai incluir, inclusive, o da Amar, o Sr. Felipe, que estará aí.

Portanto, acho que devemos fazer essa apreciação em conjunto, sabendo, portanto – aliás, não marcaram o meu tempo, Presidente –, qual o resultado dessa operação. Apenas isso. É prudente que a gente saiba, até porque a Polícia Federal fez a investigação e não solicitou ainda, nem de um nem de outro. Portanto, o que nós queremos é que haja um conhecimento do que foi essa operação, para que a gente possa, aí, sim, fazer a solicitação, como fizemos do Nelson Wilians.

Portanto, não há nenhum procedimento de blindagem posto em relação a isso, mas, sim, um caminho que a gente deve trilhar, no meu entendimento, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. É a mesma coisa, já que foi referido, ao requerimento passado que nós votamos. Não havia absolutamente nada contra o Frei Chico – eu disse isso –, nenhuma linha sobre ele, nenhuma palavra sobre o Frei Chico, em nada, em relação à CPMI. Naquilo que foi colocado em relação ao Coaf, por exemplo, não apareceu nas coisas do sindicato nenhum pagamento do sindicato.

Então, havia aqui, sim, uma intenção de desviar o foco para o único foco que, infelizmente, parece ser o que a oposição bolsonarista quer: desviar para um possível vínculo com o Governo do Presidente Lula em relação a essas fraudes do INSS. Como não consegue isso, tenta-se mirar na figura de uma pessoa que, em absoluto, foi citada e não é investigada em nada. Aí, realmente, passa-se por uma perseguição política e ideológica, que não deve ser o patamar da nossa CPMI.

V. Exa. tem levado muito bem os trabalhos, e essa independência tem que ser realmente colocada. Não dá para a gente fazer vínculo, pegar uma teoria do domínio do fato, malfeita, inclusive, e sair convidando quem a gente acha que pode incriminar alguém. Isso não é trabalho de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Por isso é que nós temos que ter o cuidado para saber aquilo que a gente analisa.

Então, no caso do Frei Chico, o que aconteceu foi isso. Não havia justificativa plausível para que isso acontecesse.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Se nós tivermos que chamar alguém e começarmos a dizer que quem não faz isso é porque quer blindar, eu começo por uma pessoa que, pelo visto, sabia de tudo, que é o ex-Presidente Jair Bolsonaro; que, aliás, em breve vai estar também – esperamos que em novembro –, por outros motivos, já cumprindo pena por aquilo por que ele já foi julgado e condenado no Supremo Tribunal Federal – esse sim! –; e que, neste caso – eu vou falar daqui a pouco sobre isso –, sabia de todo esse processo. E o requerimento não entra em votação. É um requerimento que precisa ser votado o do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Ele precisa de vir aqui explicar por que não fez absolutamente nada. E eu acho que, neste caso, a base bolsonarista não devia blindá-lo. Eu sei que ele está preso, mas, mesmo preso, ele pode vir aqui. Acho que não pode haver blindagem ao ex-Presidente Jair Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... porque a oposição é bolsonarista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para defender o requerimento.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Deputada Bia Kicis, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Bia Kicis, com a palavra.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para encaminhar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nós precisamos parar... Quer dizer, nós não, nós não estamos blindando ninguém; a base do Governo precisa parar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, o tempo marcado aí, por favor.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... de blindar aquelas pessoas que são investigadas, ou possíveis investigadas, mas claramente envolvidas nesse escândalo que roubou milhões, bilhões dos aposentados do Brasil – bilhões! E a gente está assistindo aqui blindagem atrás de blindagem.

Agora, foi o Frei Chico, irmão do Lula, que a gente entende que, como ele entrou no sindicato a pedido do Lula, devia estar pagando missão. É o irmão mais velhinho, 80 anos, e aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

querem pintar uma figura como se ele fosse um frei, porque aí usam o nome dele para mostrar uma figura sacrossanta. Não tem nada de santo, obviamente.

O Vice-Presidente do sindicato envolvido já foi blindado; Edson Claro, ex-sócio do Careca, blindado aqui pela base do Governo; o assessor, também, do Alcolumbre, que recebeu 3 milhões aí também de uma empresa envolvida, blindado pela base do Governo; a Daniella, publicitária do PT, blindada pela base do Governo.

Nós vamos agora também impedir a prisão de alguém que está na cara que vai continuar operando? O Relator pediu a sua prisão preventiva, porque é preciso impedir que ele continue roubando os aposentados, ou, pior até, que ele, talvez impedido de roubar pela polícia, não por vontade própria, oculte provas, destrua provas, ou até fuja do Brasil! É uma pessoa que tem *off-shore,* tem empresas em *off-shore*, fora, em paraísos fiscais, tem empresas nos Estados Unidos e em outros locais. Qual é a segurança de que essa pessoa vai ficar aqui e se submeter à prisão, sendo que é uma pessoa que está o tempo inteiro ofendendo, violando as leis e a Justiça? Então, obviamente, esse pedido de prisão é mais do que necessário.

Olha, eles tinham uma organização criminosa, e lá onde funciona o sindicato... No quinto andar, funciona o sindicato, o Sindnapi; no quarto andar, fica uma agência de cooperativa de créditos, que é a Coopernapi, vinculada ao sistema de cooperativas Sicoob. E eu fico aqui realmente numa tristeza, porque a gente sabe que muitos cooperados, que são pessoas simples, dependem desse dinheirinho para poder ter um pouco de dignidade e buscam o Sicoob, onde eles poderiam ter créditos mais baratos, no entanto eles são roubados.

Então, você tem, nos outros andares, no terceiro andar, outra empresa que faz parte do esquema desse roubo bilionário funcionando. Todos funcionando ali no mesmo prédio, pelo que a gente ficou sabendo, com ordens de destruição de documentos.

Na semana passada, a Tonia mandou destruir documentos, e nós tivemos informações de que eles estavam lá assinando os documentos retroativamente e destruindo provas, ou seja, sem a prisão preventiva desse sujeito, é evidente, eu acho que ninguém tem dúvidas de que o crime continua. A prisão preventiva existe exatamente para esses casos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu quero defender... Defendo aqui esse requerimento do Relator, porque nós não podemos impedir. Fora essas blindagens, não é possível que a gente vá impedir as investigações e permitir que criminosos ocultem provas, destruam material importantíssimo para a resolução desse roubo, desse esquema bilionário, que talvez seja o maior esquema de roubo que já houve neste Brasil e pior, de pessoas vulneráveis.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Então aqui, nesta CPMI, eu peço aos colegas que votem a favor dessa prisão preventiva. Quem votar contra está, de alguma forma, dando aí um passe livre para o crime continuar e para que os criminosos ocultem provas, destruam documentos até mesmo possam fugir deste país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra Deputado Alencar, por cinco minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para encaminhar.) – A oposição está desesperada. Ela sabe que perdeu o debate nesta CPMI. Já vieram depor aqui o ex-Ministro Lupi, o Ministro Vinicius, da CGU, o ex-Presidente do INSS, Stefanutto, e outros servidores públicos da gestão do Presidente Lula, e eles não conseguiram achar nada, emplacar nada em sua narrativa e estão tentando criar fatos, fatos para desvirtuar do objetivo principal da Comissão, e propondo coisas que são abusos, literalmente abusos – abusos investigativos querendo perseguir e querendo tão somente fazer disputa política, mas não, de fato, apurar para poder se chegar à verdade.

Repito, o Brasil já viveu investigações de alta repercussão nacional, onde abusos repetidos eram cometidos, reiterados, em conluio de quem julgava com quem investigava diversas autoridades e depois deu no que deu na anulação de inúmeros processos. Nós não podemos cometer esse tipo de conduta aqui.

As pessoas, os aposentados que foram roubados, que foram lesados, que tiveram o seu dinheiro surrupiado de uma forma covarde, vergonhosa, merecem respeito, e nós temos que chegar à verdade para que a gente apure para valer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aqui combinamos desde o início, no plano de trabalho, na primeira votação que nós tivemos nesta Comissão: vamos ouvir todos os ex-Ministros, vamos ouvir todos os ex-Presidentes, vamos ouvir todos os ex-Diretores de Benefícios que assinaram os contratos, e nós não avançamos sobre o Governo Bolsonaro ainda.

Ali, desde 2019, por exemplo... Aqui novamente tem uma pessoa ligada à Conafer, que entrou, começou a operar para valer em 2019, mesmo tendo o seu contrato iniciado em 2017, época do Governo Temer.

E temos mais entidades de nós queremos ouvir seus representantes, seus presidentes. E, se citarem outras pessoas, nós vamos chegar aos demais. Agora, nós não podemos fazer algo seletivo – nós não podemos fazer algo seletivo.

E repito: todos os representantes do Governo Lula que aqui vieram responderam, se colocaram à disposição, colaboraram com a Comissão, trouxeram informações importantes e novas, não se esconderam.

Nós não podemos achar, para criar um fato político, que nós vamos aqui pedir a prisão de A, de B e de C.

É importante, senhoras e senhores que nos acompanham: o Ministro responsável do STF que conduz o processo de julgamento dos envolvidos nesse roubo do INSS é o Ministro André Mendonça, indicado pelo ex-Presidente Bolsonaro, que ali, por ora, tem muito mais elementos e informações de subsídios da Polícia Federal até do que nós, que estamos buscando esses documentos ainda. Como é que nós vamos simplesmente dizer "eu prendo A, eu prendo B", sem aprofundar mais na investigação? Só porque eu não gosto daquele ou porque eu gosto do outro. Isso é ruim para o nosso trabalho e vai prejudicar o resultado adiante – repito: vai prejudicar o resultado adiante. E nós podemos desmoralizar o trabalho de todos nós, sejamos de oposição, sejamos de situação.

Então, que a gente não cometa abuso e que a gente continue a investigar.

Ora, só porque nós tivemos um ex-Ministro, que à época era candidato...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... a Governador no Rio Grande do Sul, o ex-Ministro Onyx, que recebeu dinheiro de uma pessoa envolvida em uma entidade, eu vou aqui dizer que ele tem que ser preso preventivamente? Porque ele também pode fugir, se for uma suposição. Ele também pode ocultar bem se, porventura, ele recebeu. E assim presidentes, como, por exemplo, da Conafer, que aqui veio, e vai vir outra pessoa. Não é só porque também ali nós tivemos o chofer da Conafer que nós temos que fazer outras relações e mandar prender A e B.

Então, senhoras e senhores, nós temos uma responsabilidade, e não é conosco que estamos aqui tão somente, mas, principalmente, com os aposentados que foram lesados e roubados.

Nesse sentido, quero aprofundar a investigação, ouvindo ex-Ministros, Presidente do INSS do Governo Bolsonaro, mas não cometerei abuso.

Por isso, voto "não".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos à votação do item 100.

Os que votam a favor do requerimento votam "sim".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para orientar a bancada.) – A Oposição recomenda o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os que votam contra o requerimento votam "não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para orientar a bancada.) – O Governo recomenda o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A votação está aberta, senhores.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, só uma gentileza enquanto aguardamos a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Desde o início aqui, nós fomos informados, e agora está sendo reiterada essa informação, de que a TV Câmara e a TV Senado não estão transmitindo, está só no YouTube.

Como não há sessão em nenhuma das duas Casas, eu pediria a V. Exa. que, por favor, entrasse em contato com a direção das Casas para ver se é possível...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Já tenho aqui, Senador Marinho, a resposta. Pelo ato do Congresso, Senador Marinho, as Comissões Permanentes têm precedência, e tem uma Comissão em funcionamento que está sendo transmitida pela Casa. Aí, assim que encerrar a transmissão, voltará a da CPMI.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Da Câmara... Peço para verificar, para a gente poder dar uma resposta.

Em votação, o destaque no item 100.

Os que votam pela manutenção votam "sim".

Os que votam pela rejeição votam "não". (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Esperaremos o Senador Jorge Seif.

A Câmara também está com uma Comissão Permanente em funcionamento. É a resposta que temos da Secretaria.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Eu queria fazer só um comentário, aproveitando, é muito rápido. Eu estava fazendo até uma ponderação aqui com os colegas em relação à primeira votação, do advogado Eli Cohen.

Independentemente de qualquer coisa, a Lei Anticorrupção é muito explícita quando fala que denunciantes precisam, minimamente, ter algum tipo de proteção, porque senão ninguém vai se habilitar a denunciar. E a questão de você querer quebrar sigilo e outras coisas coloca-os num sentido de constrangimento, retaliação, e aí ninguém mais... Devassar a vida, quebrar sigilo...

Então, eu gostaria só de fazer uma ponderação para os próximos, inclusive, na conversa com o Líder da Oposição e do Governo, quando for, para, realmente, só colocar um requerimento desse quando tiver realmente algo grave, e não simplesmente para fazer retaliação, porque senão a gente estará impedindo que outras pessoas que queiram denunciar venham aqui, pela possibilidade de ter o sigilo quebrado. Então, isso é uma prática que, nos canais, todos os grupos de anticorrupção defendem, porque denunciante precisa ser blindado.

Então, por essa razão, Presidente...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... até porque a gente fica numa situação desagradável, porque a gente quer ouvir todo mundo, mas a gente precisa proteger quem vem denunciar voluntariamente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, enquanto o Seif está fora, só uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Eu vou aguardar o Senador Seif.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Nós estamos com 12h35min, se eu não estou enganado. Como a inquirição do Relator, em média, dura uma hora e meia, duas horas, a proposta é a de que, após essa votação e, em seguida à questão do requerimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Item 98, do item 98.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... de que a gente deve mudar aí a redação, acordado com o Governo, que nós façamos uma pausa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Porque senão vai interromper aí a própria oitiva e prejudicar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será feito. Assim que terminarmos os itens destacados aqui, nós vamos para o intervalo, e retornaremos depois de uma hora.

Votou?

Vou encerrar a votação.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Um minuto, Presidente, um minuto. Está votando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Vamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Temos colegas Deputados votando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estou aguardando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Não, não votou, não. Está marcando lá...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Não estou falando do seu, estou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogério Carvalho, Deputado Dagoberto Nogueira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Falta quem votar, então?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Deputado Dagoberto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Deputado Dagoberto é o último.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se há Parlamentares em votação, vamos esperar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Espere mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, eu não vejo problema algum. (*Pausa.*)

Conseguiram o contato aí, Senador Randolfe? Conseguiu o contato com o...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Segundo a informação, ele está votando...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vamos lá, Presidente, essa nós vamos ganhar. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está o.k. Estamos aguardando. (*Pausa.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, acho que tem limite para esperar...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vamos encerrar, então, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... porque os suplentes presentes têm que votar, têm que ter o seu voto honrado, os suplentes presentes. O titular não chega nunca para votar?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pode encerrar, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Presidente, é... Cinco minutos esperando para um voto? Os suplentes estão presentes.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Nós temos muita coisa para investigar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um pouquinho de paciência, Sra. Deputada.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Estamos tendo, Presidente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um pouquinho de paciência.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O suplente está aqui para isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós já votaremos em seguida. Falta só um último item para nós terminarmos as votações dos destaques desta quinta-feira abençoada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ó, são 12h35. Fechou. (*Pausa.*)

Essa nós vamos ganhar, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente, atendendo ao pedido da Deputada Bia Kicis...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Determino à Secretaria que publique resultado.

SIM, 13; NÃO, 18.

Está rejeitado o Requerimento nº 100.

O último item da pauta, item 98. Mudança de redação.

1ª PARTE

ITEM 98

REQUERIMENTO Nº 2186/2025

Requer seja enviado à Mesa e consequentemente ao Presidente do Senado Federal pedido para que seja incluído na Ordem do Dia do Senado Federal o Projeto de Lei nº 1.546, de 2024.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

Passo a palavra ao Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nós fizemos um requerimento e aqui nós acordamos previamente com o Líder do Governo de que o nosso discurso, que é recorrente aqui nesta Comissão – esta é 17ª Reunião –, ele se materializasse numa ação efetiva, ou seja, houve a votação de uma medida provisória na Câmara que revoga o inciso V do art. 115 da Lei 8.213, de 1991, que permite o desconto associativo em folha de pagamento a favor de aposentados – ou contra aposentados, no caso, me parece que agora é contra aposentados.

Então, este projeto que passou na Câmara tem esse dispositivo, e houve uma ponderação aqui por parte do Governo de que aprovaria esse requerimento desde que não houvesse um compromisso prévio com os demais itens do projeto que foi aprovado lá, mas que todos os Parlamentares aqui se irmanariam nesse propósito de propor ao Presidente do Senado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

agilizasse esse projeto de lei o mais rápido possível para acabar de uma vez por todas com o desconto associativo.

Então, a redação que nós propomos é que ela fique bastante explícita na revogação do inciso V do art. 115, que está disposto no art. 13 do PL 1.546 da Câmara. E o artigo citado é da Lei 8.213, de 1991.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – E retirar...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, ele não é retirado. É: não há compromisso com o mérito com as demais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não há compromisso com o mérito.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... demais artigos da lei. Com esse, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, o Governo tem acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem acordo? (*Fora do microfone.*)

A votação será simbólica.

Item 98, conforme redação apresentada pelo Líder Rogerio Marinho e em acordo com o Governo.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o item 98.

A sessão está suspensa por uma hora.

(Suspensa às 12 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 05 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Segunda parte da nossa sessão de hoje.

Oitiva do Sr. Cícero Marcelino de Souza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, quero aqui... Pedi à Secretaria uma declaração em resposta ao ponto levantado por um Deputado sobre a minha assinatura com relação à criação dessa CPMI. Pedi à Secretaria que fizesse a devida correção. E foi verificado que a lista de assinaturas está correta no Portal da Câmara, mas, por uma falha de sistema, alguns nomes não apareceram na lista constante do requerimento que chegou ao sistema do Senado. Por exemplo, o mesmo ocorreu com o Senador Paulo Paim, do PT, presente na listagem da Câmara, mas ausente na listagem do Senado. Esse problema foi identificado pela área de tecnologia e, por essa razão, o avulso do requerimento será republicado. Ainda, o Prodasen, do Senado, verificou que a minha assinatura consta dos *logs* do Senado Digital e do Sedol.

Portanto, reitero aqui, eu assinei o requerimento de constituição desta Comissão. Isso, aliás, se reflete em todos os meus atos como Presidente, que buscam contemplar o maior número de requerimentos aprovados e depoimentos realizados por esta Comissão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – ... rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... só para cumprimentá-lo por ter assinado essa CPMI, deixado claro. Eu tenho que cumprimentar também o Relator dessa Comissão, porque está demonstrando um compromisso no limite das suas forças com o Brasil, com os brasileiros. A senhora mãe, D. Felina, do Sr. Relator sofreu um acidente, tem quatro costelas quebradas e ele está aqui cumprindo o seu dever, honrando o povo brasileiro.

Eu quero dizer para o senhor também que eu assinei essa CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... e me solidarizo com a revolta que está tomando conta da população brasileira de o instrumento típico da minoria, que é uma CPMI, ter sido assaltada, sequestrada pela maioria, pelo Governo Federal aqui, Governo Lula, para blindar investigações que nós precisamos fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje foi uma manhã triste. Eu espero que a sua Presidência possa, durante esta Comissão, no depoimento do Sr. Cícero Marcelino...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... trazer de volta um pouco da esperança de que este país não vai ser da impunidade. Então, que Deus o abençoe nessa condução e que a gente possa buscar a verdade, apesar da péssima manhã que nós tivemos aqui, de blindagem explícita, escancarada, do Governo Lula, para não investigar o irmão dele, o irmão do Presidente Lula, e outras pessoas que precisavam aqui justificar.

Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Nós vamos continuar firmes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... no limite das forças, para buscar a verdade para o povo brasileiro, que terá essa resposta desse roubo de bilhões de reais, em cima de milhões de pobres, de pessoas aposentadas, pensionistas, até deficientes, Sr. Presidente, além de viúvas e órfãos.

Que Deus abençoe o senhor e a nação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Amém.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Presidente Carlos Viana, me tira uma dúvida?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu não sei se eu vou pôr o senhor, assim, numa situação delicada. Eu acabei de receber uma mensagem aqui de um eleitor de Santa Cruz. Santa Cruz, junto com Campo Grande, são os dois maiores bairros do país, com 500 mil habitantes cada um – ficam no Rio de Janeiro, afastados do centro.

O Ângelo é nosso simpatizante e torcedor para que a verdade venha à tona.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E ele me fez uma pergunta: "Luiz, como é que nós conseguimos eleger um Presidente da CPMI e um Relator dispostos a descobrirem a verdade, e tivemos uma vitória nesse sentido, por que que hoje a gente não conseguiu convocar o Frei Chico, em uma diferença de votos tão grande?". Aí eu expliquei para ele: "Olha, Ângelo, tem uma resposta. O Governo vai movendo peças, são os partidos que escolhem os membros desta Comissão, titulares e suplentes, e vão movendo e vão direcionando os votos". É essa a resposta? Eu acertei nessa resposta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Acertou. O senhor está correto, porque o Congresso é um jogo de forças e o Congresso é a cara do povo brasileiro. Aqui ninguém pagou ingresso, todos foram eleitos. Todos aqui têm sua responsabilidade, sua imunidade e seu voto. E, naturalmente, as forças internas de Governo, de oposição e Governo, vão sendo substituídas ou trocadas numa questão própria da democracia.

Agora, o mais importante de dizer a ele é dizer também, Senador Girão, que nós vamos pautar. Nós aqui, hoje, retiramos alguns de pauta, que foi acordo, mas podem voltar a qualquer momento, desde que corrigidos no momento certo da investigação. Ninguém vai ser blindado aqui, parente, irmão, primo, amigo, amante.

Agora, o jogo político é esse que nós estamos vivendo. O Relator, tenho conversado bastante com ele, inclusive sobre o tanto de trabalho que nós ainda temos nas quebras de sigilo que estão chegando.

E quero dizer a todos, ao povo que está nos assistindo, que não desanimem, porque outras ações virão e não haverá impunidade nessa história. Porque as pessoas estavam tão certas que não seriam nem processadas, que elas não tiveram nem o trabalho de esconder os recursos que nós estamos conseguindo fazer... bloqueados agora.

A resposta será muito firme. Eu tenho plena convicção de que o nosso relatório vai ser esclarecedor, porque qual é a nossa função aqui? É mostrar à população o que aconteceu, dar transparência às investigações, para que cada brasileiro entenda corretamente como a nossa Previdência foi roubada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente, a Justiça fará o trabalho dela, mas, na nossa função de investigar e de dizer aos brasileiros quem são os atores, nessa, meu amigo, nós podemos colocar a cabeça no travesseiro todos os dias, porque nós estamos cumprindo plenamente aquilo que a população espera de nós e vamos nos esforçar para fazer mais.

Vamos em frente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – É porque, quando a gente fala acordo, às vezes, quem está do outro lado da tela acha que está havendo um acordo aqui para blindar alguém, e é importante só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Mas acordo no sentido de que, quando um dos lados quer retirar os requerimentos, o Presidente apenas acompanha.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Exato.

E eu queria explicar mais no sentido de que, em dado momento, às vezes, é da conveniência da própria investigação... Se você tem alguém que pode trazer subsídio, mas você precisa ter mais dados para poder inquiri-lo, há essa conveniência de chamar depois para que haja melhor aproveitamento dessa testemunha. É só para que as pessoas não fiquem achando que nós estamos aqui fazendo um acordo para blindar.

Mas é isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um bom esclarecimento. Obrigado, Excelência.

Está conosco já à mesa o Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, assessor do Presidente da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer).

Requerimentos 104, do Senador Izalci Lucas; 399, do Senador Eduardo Girão; 474, do Deputado Rogério Correia; e 1.497, do Deputado Duarte Jr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até o presente momento, a Comissão não foi cientificada de nenhuma decisão em sede de *habeas corpus* acerca do depoimento do Sr. Cícero.

De todo modo, mesmo sem qualquer decisão judicial, eu esclareço ao depoente que terá todos os direitos constitucionais e legais respeitados por esta Comissão.

O depoente tem o dever de dizer a verdade sobre tudo o que lhe for perguntado, podendo exercer o direito ao silêncio nas questões que possam levar à autoincriminação – estritamente nessas. Igualmente, tem o direito de ser acompanhado pelo advogado, a quem dou as boas-vindas aqui – Dr. Carlos Roberto –, e consultar o advogado sempre que necessário. Durante todo o depoimento, V. Sa. tem o direito a tratamento com urbanidade e respeito pelos Parlamentares, e a Presidência da Comissão será diligente no cumprimento...

Peço, inclusive, ao Dr. Carlos... Tenho falado sempre com os colegas do senhor que, qualquer manifestação que o senhor entenda seja desrespeitosa ou de prejulgamento, o senhor pode acionar esta Presidência, que fará imediatamente o cumprimento da urbanidade e do bom trato ao seu paciente.

Feitos os esclarecimentos, passamos ao termo de compromisso da testemunha.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeita ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal.

Passo a palavra ao Sr. Cícero Marcelino, por 15 minutos, para a apresentação inicial.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Bom, boa tarde à Casa, boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegamos aqui – convocação há menos de sete dias – e estamos aqui de pronto a atender e responder ao que for preciso.

Uma coisa para deixar inicialmente aqui anotado da parte de assessor, etc. Eu nunca tive nenhum vínculo empregatício com a Conafer, nem em ata, nem em estatuto, simplesmente prestação de serviço.

Eu estou à disposição da Casa, no que for da minha parte, para estar respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, em nome de V. Exa., saúdo a todos os presentes.

Sr. depoente, boa tarde.

O senhor tem alguma formação profissional?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Boa tarde, meu caro.

O senhor fala em questão de faculdade?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Formação? Tá, profissional. Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sua vida profissional.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim. Eu, desde os 11 anos, trabalho com vendas em diversos segmentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me relatar, nos últimos dez anos, com o que o senhor trabalhou especificamente?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Posso, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, a partir de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A partir de 2015?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não precisa se apegar tanto a detalhes.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá.

Trabalhei em loja de roupas, como vendedor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

E qual foi o ano que o senhor trabalhou em loja de roupas como vendedor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Provavelmente foi no ano de 2015 mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

Se o senhor pudesse ir fazendo esse percurso, eu lhe agradeceria.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vou tentar lembrar o máximo aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Da loja de vendas... Foi o momento em que comecei a trabalhar com consultoria e assessoria para algumas empresas da minha cidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe eu lhe perguntar.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor chegou a ser balconista após essa função que o senhor citou?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não me recordo de ser balconista. Não sei se no registro era isso, mas me falha a memória agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, no registro tem isso, mas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nessa loja de roupas?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Posterior à loja de roupas.

O senhor recorda onde o senhor estava trabalhando em 2017?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Em 2017, eu já prestava serviços.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe eu ser mais objetivo na pergunta.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda qual era o seu patrimônio em 2017?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me falou agora que trabalha desde os oito anos de...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nove, dez anos de idade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... nove, dez anos de idade.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E que, em 2015, o senhor trabalhou numa loja de roupas.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual era o seu ganho em 2015 mensal?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Uma média aí de R$7 mil, R$8 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, em 2015, o senhor ganhava R$7 mil por mês.

Em 2015, o senhor já possuía alguma empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não possuía.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, qual foi a primeira empresa que o senhor abriu e qual ano ela foi aberta?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Meu caro, pela minha memória, a empresa Santos Consultoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Santos.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor abriu a Santos ou o senhor adquiriu a Santos de outra pessoa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu abri a Santos. Pelo que eu lembro, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o ano em que o senhor abriu a Santos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Em 2017. Final do ano? Final do ano, é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não precisa se preocupar em ser tão exato.

Então, lá pelos idos de 2017, o senhor abriu a Santos.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, eu acabo excedendo por questão de ter alguma – como fala? – interpretação diferente. Então, por isso eu vou a cabo aos detalhes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode ficar na certeza... O senhor está aqui sem *habeas corpus*.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode ficar na certeza daquilo que o Presidente lhe disse. Quando o senhor achar que é algo que o incrimine...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... o senhor evita aí. Peça orientação ao seu advogado.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Obrigado, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, toda vez que a gente notar boa-fé no esclarecimento, a gente não vai se apegar a detalhes.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Aqui mesmo só para falar a verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga: o senhor abriu a Santos em 2017?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos deixar a Santos de lado. Qual foi a próxima empresa que o senhor abriu?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu creio que, no início de abertura das empresas, foi a de consultoria...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, aqui o senhor já falou: a Santos...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, sim, eu estou indo pela... tentando me lembrar pela ordem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Mas, olha, de consultoria, de aluguel de veículos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas o senhor falou da Santos, que é a consultoria, não é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aluguel de veículos, como é o nome da empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Era... Antes a empresa era a To Hire, que não me pertence mais desde 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve essa empresa To...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – T-o H-i-r-e, To Hire.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual foi o ano em que o senhor abriu essa empresa ou se a adquiriu de alguém?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não lembro se foi adquirida...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... de alguém, mas eu comecei a trabalhar com essa empresa, minha propriedade...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Daqui a pouco a gente...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... provavelmente de 2018 mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Daqui a pouco nós retornaremos a elas.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, diga outras empresas que o senhor...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, as empresas eram em nome de mim e da minha esposa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, por enquanto, por enquanto...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá, é que era eu que administrava as empresas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem problema. Então, se o senhor puder ir dizendo, vá dizendo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso. Santos Consultoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hã-hã.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A To Hire, locação de veículos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A de apoio administrativo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é o nome dessa de apoio administrativo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Era... Já, já, eu lembro e repasso para o senhor. E...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou ler aqui...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... a de agropecuária. O senhor pode ficar à vontade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou ajudá-lo para o senhor poder confirmar qual dessas empresas o senhor chegou a ter. Eu lhe pergunto: Comercial Teixeira de Tintas de Presidente Prudente. É sua?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor trabalhou lá?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Premícias Serviços Administrativos.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não é sua?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor trabalhou lá?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – New Canaã Doces e Salgados.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto. Ah, isso aí é antes de tudo, essas empresas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei, estou lhe perguntando aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim, trabalhei. Agora que eu estou lembrando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber: o senhor trabalhou na Comercial Teixeira de Tintas? Deve ser uma loja de tintas, né?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, já trabalhei em loja de tinta, mas não era esse nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor trabalhava lá de quê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vendedor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vendedor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Premícias Serviços Administrativos.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Creio que era de vendedor, máquina de cartão, se não me falha a memória, em São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

New Canaã Doces e Salgados.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Uma padaria, como gerente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Manpower Staffing Ltda.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não lembro pelo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos passar pra frente, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Real Sat Telecomunicações.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, fui gerente da SKY.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – G-m-a-d Casa do MDF.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Trabalhei na Gmad também como vendedor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vendedor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Rede Estacione Ltda.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nessa aí, eu cuidei da parte dos estacionamentos também, a Rede Estacione.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o que é que...? O senhor trabalhava lá com o quê? O senhor era manobrista?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, tinha cinco deles, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na minha cidade. E eu era responsável por uma unidade e acompanhava as outras.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também fazíamos a manobra, sim...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Murilo Coutinho da Silva.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Fui gerente em um mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui está dizendo asfaltador na conservação de vias permanentes.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei nem o que é, Doutor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o Murilo era um supermercado?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Era um supermercado, chamava Mercado Fred.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – AK Serviços de Vendas e Credenciamento de Cartões de Crédito.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, Almeida Krüger, é uma empresa de venda maquininhas. Na verdade, eu trabalhava dentro da agência do Santander...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... buscando clientes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trade e Talentos Soluções.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não lembro, Doutor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui está dizendo que o senhor trabalhou 2015 a 2020 nesta Trade, mas o senhor não recorda.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nossa, não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eletro Prudente.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Provavelmente foi de vendedor também numa loja de material...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Material elétrico.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... elétrico. Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Comercial MA Modas, 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Talvez seja essa a empresa de venda de roupas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. E o senhor trabalhou de quê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vendedor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vendedor.

Merida Consórcios Representação.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também, com venda de consórcios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Eu estou trazendo essas empresas aqui, mostra que o senhor é um lutador. O senhor tem uma longa folha de serviços prestados, como milhões de brasileiros que saem de casa para trabalhar, só que a sua vida teve um ponto de virada. E esse ponto de virada eu gostaria que o senhor nos explicasse.

O senhor já falou sobre... O senhor já falou sobre a Santos, certo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui... E o senhor já disse 2017, mas aqui a Santos está 2018, mas isso é natural...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, a lembrança...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu vou perguntar outras.

C. Marcelino de Souza Santos.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Essa empresa foi aberta, mas nunca trabalhamos com ela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, essa empresa ainda hoje está aberta?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vou ter que confirmar com o contador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca recebeu recurso nela?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Que eu me recorde, não. Provavelmente não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – C. Marcelino de Souza Santos Serviços de Locações.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também nunca recebi recurso. Ela também nunca foi usada – a empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cícero Marcelino de Souza Santos...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sou eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui está dizendo que o senhor é criador de bovinos. Essa empresa aqui está registrada em Santo André, e fala criação de bovinos para corte.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Santo André? Não é...?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Santo Expedito.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Santo Expedito, correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Santo Expedito.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim, eu cheguei...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa está aqui – a abertura dela – em 27 de maio de 2024.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, foi para fazer aquela documentação para compra de gado e venda...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o que eu queria saber do senhor é o seguinte...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, me lembro dela, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem fazenda, propriedade rural?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor... Tenho propriedade rural, uma chácara.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem? Onde essa propriedade rural?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ela fica na região de Presidente Prudente mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos hectares ou alqueires tem essa propriedade?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na média aí de 6 mil, 7 mil metros, não chega a alqueire.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E é por conta dessa propriedade que o senhor registrou essa criação de bovinos para corte?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, por conta dela, para eu iniciar isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, numa propriedade com 7 mil metros quadrados, dá para criar quantos bovinos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Dá para iniciar. Você coloca aí... Dá para iniciar com três, quatro, cinco... Dá para começar do tamanho...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a sua pretensão nisso era essa criação de cinco...?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, inicial, sim... A gente planeja para ser grande, e eu queria trabalhar com genética animal, mas não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quantos bovinos o senhor tem hoje?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nenhum?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Começou mal a criação, hein?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É... (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cooperativa de Trabalho Profissional Atendentes em Consultoria.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga aí.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, é uma empresa que nós tínhamos, é uma cooperativa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está aberta?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não é mais no meu nome há uns três anos. Então, não sei falar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa, sob a sua responsabilidade, recebeu quanto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não vou saber falar para o senhor o valor correto, em média...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, se eu falasse, o senhor poderia confirmar?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Posso sim, pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais ou menos de R$50 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nossa...

Aí eu vou pedir para que o advogado puxe isso, porque, desde o momento da operação, todos os meus aparelhos foram levados, todas as planilhas que tinha também foram, no escritório, e, automaticamente, todas as minhas contas foram canceladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixa eu só terminar. Um minutinho.

As contas foram canceladas, e os bancos cancelaram nossas contas. Por isso eu não tenho essa informação para passar para o senhor agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu Marcelino...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor responde como o senhor quiser. Eu estou fazendo uma pergunta. Cinquenta milhões de reais é muito dinheiro, em qualquer canto do mundo.

Aí eu vou fazer, e o senhor responde da forma como o senhor entender.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá joia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa movimentou mais ou menos de R$50 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não consigo dar certeza para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Mas meu advogado puxa e passa para esta Casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem uma empresa aqui, e eu estou lendo, porque é mais fácil eu ler pela quantidade do que o senhor se recordar.

Tem uma empresa aqui chamada CSS Consultoria e Gestão.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É minha mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É do senhor.

O senhor abriu essa empresa quando?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Meados de agosto de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a finalidade dessa empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Consultoria e assessoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se essa empresa, desde a abertura até hoje, movimentou mais ou menos de R$50 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não consigo falar para o senhor com exatidão, para não falhar e...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Daqui a pouco a gente volta a ela.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tranquilo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – CSS Locação de Veículos, Máquinas e Equipamentos. É do senhor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Minha também, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa faz o quê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Locação de veículos, locação de tratores, tudo quanto é tipo de material para trabalho, seja agrário etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor sabe também me dizer se essa empresa movimentou mais ou menos de R$50 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não vou ter certeza para falar para o senhor, mas, posteriormente, vamos apresentar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Nobre Serviços de Eventos...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela foi aberta aqui, mas eu estou vendo que o senhor começou a administrar em outra data.

Desde quando a Nobre Serviços de Eventos está sob sua responsabilidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não vou conseguir falar com exatidão para o senhor, não lembro. Não sei se em 2018 ou 2019.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

Esta empresa, Nobre Serviços de Eventos, o senhor consegue me responder se ela movimentou mais ou menos de R$50 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também não quero falar com incerteza, mas estou pronto para responder para o senhor, o nosso advogado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Santos Agroindústria Atacadista e Varejista...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Diz só isso?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, aqui só tem isso.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah tá.

Não, não conheço essa empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui está dizendo que o senhor é sócio-administrador dela, com 100% das cotas.

O senhor poderia me dizer se o senhor tem alguma empresa iniciando com o nome "Santos"?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não mais, porque até a Santos Consultoria, que eu passei para o senhor, foi finalizada no ano de 2024 mesmo.

E essa empresa eu desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Vamos falar dela como se fosse a Santos, a Santos Consultoria.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso: essa, sim, era a minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Santos Consultoria, o senhor a criou quando?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Creio que em 2017, 2018...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor comprou de alguém ou o senhor mesmo criou?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não lembro, mas, provavelmente, eu mesmo criei essa empresa. Posso confirmar com o contador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa ainda continua sob a sua responsabilidade?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se essa empresa recebeu mais ou menos de R$100 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Consigo, posteriormente, passar para o senhor, com certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor sabe dizer essa estimativa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Infelizmente não, para não falar coisa errada aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A TB Holding...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – TB Holding...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-hum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa é de que?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – TB Holdings, eu fui convidado para ser sócio do banco, Terra Bank.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Terra Bank?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Então, creio que a TB Holding...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é sócio dessa empresa desde quando?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Desde 2023...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é o outro sócio ou quem são os outros sócios?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Carlos Lopes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é Carlos Lopes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É o Presidente da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe me dizer qual é a função dessa TB Holding?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, foi para abrir um banco digital, para atender ao agro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ao agro, né?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa movimentou dinheiro?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nenhum centavo. Até a minha gestão lá, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui tem uma outra empresa, com outro CNPJ, chamada Terra Bank.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá.

Para mim, era a mesma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Terra Bank é o que?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É esse banco digital. Acabei de informar ao senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, é uma *fintech*, é?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, uma *fintech*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor entrou nela quando?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Que me recordo, 2023 ou 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor ainda continua nela?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o motivo do desligamento do Terra Bank?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O quadro societário me retirou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O quadro societário...

O senhor falou a TB Holding sócio do Carlos Lopes. E no Terra Bank?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Então, para mim até, por leigo, achei que era a mesma empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor era sócio no Terra Bank?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer como era essa partilha societária?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A partilha é porque eu tinha prestado serviço em outras empresas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas quero saber quantos por cento o senhor detinha dessas cotas.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, eram 10%.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eram 10%?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os outros 90% eram do seu sócio?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Provavelmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A To Hire Cars, o senhor a adquiriu quando?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ela era minha empresa, junto com a Santos Consultoria...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas adquiriu quando?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Provavelmente, 2018 também; 17, final de 17,18.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor ainda a detém?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O senhor pode me dizer se essa empresa movimentou mais de R$70 ou menos de R$70 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não consigo falar para o senhor com exatidão, mas pronto a responder junto com o meu advogado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Para eu entender um pouco, o senhor saiu de balcão de atendimento, que é uma profissão muito digna...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... mas uma profissão que tem uma renda média, como o senhor falou aí, de R$7 mil, para, em menos de uma década, uma dezena de empresas que movimentaram milhões de reais, e essa é a grande pergunta aqui do Colegiado.

O senhor poderia me dizer qual foi esse ponto de virada na sua vida?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, consigo, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, trabalhando com balcão, o geral sempre foi com vendas. Então, você consegue fazer um valor maior, até porque a questão de balcão ter um valor, seria um valor até menor do que eu falei para o senhor.

Então, você sempre tem comissões, etc. Trabalhava por fora, vendia veículos, enfim, e, no ano de 2017, ou 2018, 16 ou 17, conheci o Carlos. Gostou do meu atendimento, uma loja em que eu trabalhava...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Carlos de quem o senhor fala, só para ficar registrado...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é esse Carlos de que o senhor fala?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Presidente da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor o conheceu em dois mil e...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Provavelmente 17, 16...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... para não falhar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – E...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que é que isso mudou na sua vida, conhecer uma pessoa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Mudou sim.

Ele gostou bastante do meu atendimento com ele. Eu era muito conhecedor da cidade e região. Perguntou se eu podia prestar algum serviço assim, assim e assim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só o atrapalhando...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não. Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da cidade e da região, o senhor tá tratando de que local?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Presidente Prudente, que era a minha cidade, a minha região.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor conheceu o Carlos em Presidente Prudente?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto. Não sei se foi em moradia ou em visita.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Em que circunstância? O senhor recorda?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vendendo ternos, roupas de grife.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Sim, senhor.

Pode continuar.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – E, daí, comecei a falar um pouquinho da minha história de trabalho geral, desde atendimentos, como consultoria e assessorias, e ele falou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que precisava de uma empresa assim. Foi aí que eu falei: "Eu vou abrir uma empresa e vou começar a prestar serviço para o senhor".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a primeira empresa que o senhor abriu para prestar serviço ao Sr. Carlos Lopes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Meu caro, eu não lembro; provavelmente, foi a Santos, mas consigo passar posteriormente para vocês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Posso já arremendar com outra pergunta?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Fique à vontade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Todas as empresas que eu citei aqui foram criadas para prestar serviços ou foram demandas do Sr. Carlos Lopes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Foram criadas para prestar serviços sim. Algumas empresas, que o senhor citou aí, não são minhas, não existem, mas as que eu confirmei, sim; foram surgindo as necessidades, e eu fui me adaptando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o senhor vai me ajudar aqui...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa cooperativa de trabalho dos profissionais atuantes em consultoria...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... ela foi criada para prestar serviço, uma cooperativa. Eu lhe pergunto: ela prestou serviço à Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Prestou, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fora a Conafer, ela prestou serviço a outra pessoa jurídica?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não sei. Consigo trazer depois a resposta com certeza, mas sim também; creio que prestou para outra empresa também, mas tenho que puxar, para falar com certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor, como Presidente disso, está tranquilo aí para responder, e não vamos pegar o senhor por uma imprecisão.

Eu quero saber: essa cooperativa prestou serviço para a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Prestou, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O senhor saberia dizer outro nome, fora a Conafer, a que essa empresa prestou serviço?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tenho que puxar lá para passar para o senhor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... mas, se o senhor tiver aí, eu posso confirmar se sim ou não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A CSS Consultoria prestou serviço para a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Prestou serviço para outra pessoa jurídica?

Se o senhor não recordar...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... o senhor pode dizer: "Não recordo".

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

Eu quero o máximo possível, para poder passar com exatidão, mas não recordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

A CSS Locação de Veículos e Máquinas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... prestou serviço à Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Prestou, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda outra empresa a que ela tenha prestado serviço?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – As outras duas empresas que eu administro, que são em nome da minha esposa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Então, essa CSS Locação de Veículos, além da Conafer, prestou serviço para duas empresas que pertencem ao senhor mesmo, não é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não entendi a pergunta do senhor. Ficou confusa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu entendi o senhor dizer que essa CSS prestou serviço para a Conafer. Está certo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto. Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E prestou serviço para mais alguma outra pessoa jurídica, empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Eu lhe agradeço. O senhor está sendo bem objetivo.

A Nobre Serviços de Eventos prestou serviço para a Conafer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda alguma outra pessoa jurídica a que essa Nobre Serviços tenha prestado serviço?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

A Santos Consultoria prestou serviço para a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Prestou, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda alguma outra empresa ou pessoa jurídica a que a Santos tenha prestado consultoria?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Prestamos, sim...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A quem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... só não consigo lembrar o nome da empresa, mas posso pedir para o advogado o nome, para lhe apresentar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quanto recebeu dessa outra empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Acho que era um contrato de 50, 56 mil, só não sei falar o nome certinho para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O contrato que o senhor prestou serviço com a Santos... O global dele era R$56 mil?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Com essa empresa?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a Santos prestou serviço à Conafer, não foi isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A T.B. Holding Financeira e o Terra Bank... O senhor já até confundiu ambos.

O senhor sabe dizer quanto de movimentação financeira houve nisso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Para eu não entrar em confusão, T.B. Holding, para mim, e Terra Bank era a mesma coisa. Eu fui convocado para ser sócio, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos tratar...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Deixe eu só finalizar aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... a Terra Bank – a Terra Bank.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Então, tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos tratar da Terra Bank.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

Então, o entendimento das duas. E fui convocado para ser sócio, sim, mas não chegou a movimentar nenhum centavo, porque ela estava buscando adquirir clientes – né? –, correntistas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O senhor sabe dizer se a Terra Bank prestou algum serviço para a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A To Hire Cars prestou serviço para a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Prestou, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fora a Conafer, o senhor sabe dizer a qual outra empresa ela prestou serviço?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não sei dizer para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Cícero, olhe só...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Provavelmente não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Cícero, o senhor, até o presente momento, está sendo realmente verdadeiro.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor reconheceu as empresas, o senhor disse como as empresas trabalhavam...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e, agora, o senhor disse o mais importante disso: a sua vida mudou, a partir do momento em que encontrou o Sr. Carlos Lopes; e, pelo que o senhor disse aí, o Sr. Carlos Lopes tinha a demanda e solicitou ao senhor as empresas.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso, nobre Relator. Sim, os meus serviços.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Eu estou aqui, Cícero, com a ficha dessas empresas. A grande maioria dessas empresas, a maioria absoluta não tem um funcionário registrado. Uma ou duas têm dois registrados em cada uma, sendo uma delas a sua esposa.

O que é que eu queria saber do senhor? O senhor tinha funcionários e não registrava ou o senhor não tinha funcionários?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tinha funcionários, sim, para todas elas, escritório, recepção, etc., fazendo todos os serviços que eram prestados. Em alguns casos, tinha familiares que trabalhavam e que acabou não sendo registrado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Mas é uma falha de registro mesmo. Não tive nenhum problema com contador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou ter que perguntar ao senhor...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Fique à vontade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa cooperativa de trabalhos profissionais tinha quantos funcionários?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nós tínhamos uma média de 12 funcionários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doze?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem nenhum registrado.

Eu estou aqui com a lista.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá, sim...

Nem sabia que tinha que registrar em cooperativa. Enfim...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem. A CSS Consultoria e Gestão tinha quantos funcionários?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tinha, no escritório, a média de três a quatro funcionários, porque é empresa recente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Três a quatro?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Também não tem...

A CSS Locação de Veículos, Máquinas e Equipamentos, quantos funcionários?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Três a cinco funcionários, porque alguns viajavam levando veículos, etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Também não tem registro.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nobre Serviços de Eventos, quantos funcionários?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Os funcionários da Nobre eram terceirizados, porque era montagem de palco, palanque, etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, não tinha diretamente nenhum?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não tinha. Só uma moça no escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Santos Consultoria tinha quantos funcionários?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, no início aí, nós tínhamos uma média de oito funcionários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Oito funcionários. Para não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E não registrava ninguém, não?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, eu vou ter que puxar isso, porque é um caso a falar à frente... Eu tive um problema bem grande com o contador, por isso que eu mudei de contador no ano de 2023 para 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Terra Bank.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Terra Bank tinha funcionário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu já cheguei a visitar, algumas vezes, as instalações, e tinha funcionário sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quantos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tinha o pessoal da TI na interna, tinha atendente... Vamos colocar cinco, sete funcionários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer quantos funcionários tinha na To Hire Cars?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Esse eu acabei de responder para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É porque aqui tem a CSS. A CSS Locação é a mesma coisa da To Hire?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Me dá um minutinho. Assim que eu finalizei essas empresas, eu entrei... Então, finalizei a To Hire e coloquei a CSS no lugar para trabalhar. Não trabalhavam juntos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não eram...?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, eu mudei as empresas, porque houve um problema...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor tinha a To Hire, então, antes de fechar...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... quantos funcionários...?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Foi o que eu falei para o senhor: eu tinha média de oito, porque eu tinha funcionários que levavam veículos, que buscavam, o pessoal para lavagem, para entregar, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, nós estamos falando nesse ponto de mudança do senhor, começando com essas empresas. No seu Imposto de Renda de 2022, o senhor declarou rendimentos tributáveis de apenas R$14 mil.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, foi aí que – acabei de falar anteriormente – tive problema com o contador; confiando em contador e os agentes bancários, deixei à vontade com eles. Após isso, eu fui descobrir que não tinha... O que realmente eu ganhava e tirava não tinha sido feito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Foi aí que eu fui fazendo acerto nessas empresas e mudei para essas novas que o senhor comentou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer o nome desse contador?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não vou lembrar de memória, mas, posteriormente, peço para o meu advogado encaminhar para vocês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me ajudá-lo aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bota aqui, por favor.

Pode passar já para o último.

(*Intervenção fora do microfone.*) **O SR. ALFREDO GASPAR** (Bloco/UNIÃO - AL) – O Deputado Pimenta está se metendo aqui.

O Deputado Pimenta está se metendo aqui. (*Risos.*)

O Sr. Samuel Chrisostomo...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Oi?

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... que não tem nada a ver com o nosso Deputado.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não conheço o senhor ainda não. Estou conhecendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores, com gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Samuel Chrisostomo seria esse contador?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, ele era contador da Conafer. Quando eu precisava organizar algo de pagamentos, etc., o contato era com o escritório dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu posso perguntar qual a sua relação com esse contador Samuel Chrisostomo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nenhuma. Já passei algumas notas, algo do tipo, quando eu prestava serviço do Conafer para ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já repassou algum recurso para ele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pode ter sido que sim, porque eu recebia planilha de pagamentos para cada entidade da Conafer e repassava para o próprio escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quanto foi?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não vou saber falar para o senhor, mas a gente puxa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Traz um pouquinho para cá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A gente puxa, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – À Solution Serviços o senhor já repassou algum recurso para ela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Lendo aqui, Solution...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou dizendo, eu queria saber dessa.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Dessa tem sim. Sim, já vi em planilha pagamentos para essa empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda quanto o senhor passou?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não vou saber falar para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Bicho Solto Agropecuária?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Cifrao Tecnologia?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tenho lembrança dessa empresa, provavelmente vem nas minhas listas de pagamentos, sim, para ser feita.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Recorda quanto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não recordo, mas apresento para o senhor depois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Expresso Serviços de Publicidade?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também vem à memória pagamento para essa empresa nas minhas planilhas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Recorda quanto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não consigo falar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – S&D Agropecuária e Análises Técnicas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Essa eu não lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não recorda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Baixa um pouquinho aqui, por favor.

Cindeas, Cooperativa de Industrialização, o senhor se recorda dela?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volta um... Traz um pouquinho para esquerda.

O senhor reconhece a Santos como sua empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Era minha empresa, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Santos recebeu da Cindeas... Depois eu chego lá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Recebeu da Cindeas R$85 mil.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o serviço que o senhor prestou a essa Cindeas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não lembro, mas vou buscar e apresentar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe onde fica as Cindeas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não faço nem noção.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou te lembrar. Ela fica na Paraíba.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na Paraíba. E ela tem uma certa vinculação com um cidadão chamado de apelido Junior do Peixe. Aí eu pergunto: qual a relação do senhor com o Junior do Peixe?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nenhuma relação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não conhece essa pessoa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Conheço sim, já vi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conheceu essa pessoa onde?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Conheci ela na Conafer. Ela era secretário ou alguma coisa do tipo dentro da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve com essa pessoa no INSS ou no Ministério da Previdência Social?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, nunca estive no INSS, nem mesmo no Senado, etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca esteve no INSS?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nunca estive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nem na Previdência?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nem na Dataprev?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também não; não sei o que é a Dataprev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor recebeu na Santos 85 mil da Cindeas, mas não conhece?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Traz um pouquinho para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor conhece Frei Anastacio, Deputado Federal que foi da Paraíba?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho nem noção.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe qual a razão do Governo ter passado 4 milhões para a Cindeas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu nem conhecia essa empresa, Doutor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas olha só que situação nós estamos.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nós estamos aqui com um pagamento dessa empresa para a sua empresa de que o senhor é o sócio majoritário.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oitenta e cinco mil reais não é um troco.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Realmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Teoricamente, é a prestação de um serviço.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Uhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso aqui está documentado.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo? Se não for o senhor que possa dizer que recebeu esse dinheiro pela prestação do serviço, estamos perdidos, porque ninguém mais vai saber.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, não, não... Desconheço a empresa, não lembro de prestar serviço. Já tive momentos de receber financeiros...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, deixa eu lhe fazer uma pergunta.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor devolveu R$85 mil recebidos da Cindeas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Preciso puxar, mas não lembro, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Então, se o senhor não devolveu, é porque isso era um pagamento justo. Não se recorda de nenhum serviço prestado à empresa da Paraíba?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Junior do Peixe pediu algum serviço ao senhor em relação a essa empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não recordo. Na verdade, o Junior do Peixe eu conheci como um secretário da Conafer, não lembro o que que era.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, olha só: essa empresa aqui do Samuel o senhor já reconheceu...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... que fez pagamento.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dessa empresa aqui, apesar de ter recebido recurso, o senhor não...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Posso pontuar algo sobre?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tinha casos que algumas empresas precisavam pagar alguma prestação de serviço, ou alguma venda, ou alguma coisa, às vezes, para a Conafer...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Espera aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa parte aí eu queria que o senhor explicasse direitinho.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Direitinho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Já teve casos – poucas vezes eu tive encontro pessoalmente com o Presidente da Conafer – de uma empresa precisava pagar e receber e se eu poderia receber pela minha. E eu disse: "Sim". Pode ser um desses casos, mas vou pedir para o advogado anotar e procurar, para a gente passar com exatidão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, o senhor me alertou um fato que eu achei bem interessante. Algumas vezes...

Vem para cá. Volta aqui.

Aqui está a Conafer. O senhor sabe dizer... Conafer recebeu mais de 800 milhões de descontos associativos. Daí, 97,6 desses descontos a CGU disse... provando que eram descontos fraudados, era roubo. O senhor recebeu, desses 800 milhões, através de algumas empresas, que eu vou listar uma por uma, o senhor recebeu R$300 milhões: 150 pelo senhor, 150 pela Sra. Ingrid, que é a sua...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, isso, minha esposa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... sua esposa.

Vou aproveitar e perguntar: a sua esposa, qual é a formação profissional dela?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ela é formada em Administração de Empresas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De empresas, tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, desses 300 milhões, tudo nasceu do encontro do senhor com o Carlos Lopes numa loja de roupa, que ele gostou do senhor e lhe ajudou a criar empresas e prestar serviço. E mudou a sua vida.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Basicamente, o senhor disse isso.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim. Começamos com empresa, surgiu a necessidade, um exemplo, de locação de veículos, arrumei parceiros, fui locando; a parte do gado que eu já gostava, fazia intermédio de compra e venda de sêmen, etc...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor mostrou que é um bom vendedor.

Mas o senhor disse uma coisa interessante: em determinadas ocasiões, o Sr. Carlos pediu para o senhor receber dinheiro em nome de outras pessoas, mas através das suas empresas. E fazia o que com esse dinheiro recebido em nome de outra?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Provavelmente é isso que tem acontecido nessa empresa que eu desconheço...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo. Fazia o quê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... e eu recebia planilhas de pagamento geral, média de 2, 3 mil pagamentos mensais, e refazia os pagamentos para necessidade de uma empresa de apoio administrativo ou com consultoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu poderia fazer uma pergunta?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Fica à vontade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tirava dinheiro em espécie? E aí é que eu quero ver a sua verdade.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Já cheguei a sacar dinheiro em espécie várias vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E entregava na mão dessas pessoas que o Sr. Carlos Lopes pedia ao senhor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, na verdade, era ou para compra de veículos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu estou falando...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Desse caso aí? Não. Desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que esses R$85 mil... Olha só...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não, não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que o senhor recebeu R$85 mil? Estou dando o exemplo do que está aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, se era em nome de outra pessoa, como é que esse dinheiro chegava na mão dessa outra pessoa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, era para fazer o pagamento das planilhas. Tinha vezes que o Carlos... Acho eu que pegaria algum dinheiro emprestado para complementar planilhas, né? Porque a minha função era prestar serviço para empresa Conafer. Então, provavelmente, é isso. Não estou falando com toda certeza, mas a gente busca saber desde o início.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer em quantas oportunidades o senhor recebeu dinheiro em nome de outra pessoa ou de outra empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Meu caro, não lembro, porque, desde o ato, eu não tenho nem acesso às empresas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor sabe dizer, aproximadamente, se foram mais de R$30 milhões ou menos de R$30 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, após o acontecimento, todas as minhas contas foram canceladas e bloqueadas. Então, nós vamos buscar, para ter a resposta posterior... Mas não recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... Vou fazer uma pergunta mais objetiva.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Fique à vontade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda se, nos últimos cinco anos, o senhor fez saques acima ou abaixo de R$30 milhões em espécie?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, o valor correto eu não vou...

Pois não, senhor? Ah, tá, tá. Eu não vou recordar. Vamos anotar aqui para a gente repassar com exatidão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É o quê, Doutor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, eles estão falando com... Lá, né? Aqui, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse que não recorda.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto. Mas estou pronto para esclarecer, tá?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora... Falei das suas empresas.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora eu quero saber: a IBC Prudente Apoio Administrativo é de quem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – No nome da minha esposa é que eu administro as empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é... Qual serviço a IBC Prudente presta?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vinha planilhas... Eu prestava serviço também para Lagoa Alta. E vinha planilhas para pagamentos. Trabalhava com planilhas de pagamentos, encaminhava para secretaria e fim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Olha só: Lagoa Alta quem está nos assistindo não sabe o que é. O que é Lagoa Alta?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É uma empresa, uma fazenda de sêmen, de cuidar de gado etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É uma fazenda?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Provavelmente sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É de quem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Essa empresa depois eu fui saber que era da esposa do Carlos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem procuração da esposa do Carlos para movimentar qualquer financeiro ou documento dessa empresa Lagoa Alta?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Aqui eu vou dar uma explicação, tá?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Li sobre isso. Pedi já para o advogado ver que procuração é essa. E por conhecer a Bruna...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volte aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Só para finalizar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Pode ir finalizando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Por eu morar em Presidente Prudente, ela pediu algumas coisas para eu resolver no banco, porque já teve coisa no banco da Caixa. Talvez seja isso. Mas eu não tenho a procuração correta. Não consigo te responder com certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ajudá-lo aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mude essa página aí. Não. Essa aqui.

Bruna Braz Souza Santos, quem é?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É a esposa do Dr. Carlos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do Carlos da...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Conafer.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2021, está lá no Cartório de Registros e Notas de São Félix de Minas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que em São Félix de Minas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, acho que o endereço da Bruna é lá, a fazenda...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vocês estiveram lá?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. Passei uma vez só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. E o senhor tem plenos poderes aqui dados por ela.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Aí não mostra o que é que é? Eu não tenho noção do que é isso aí. Não lembro. Não recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente tem a procuração.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá. Perfeito. Serve para qualquer tipo de atividade

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o que me interessa agora é outro ponto que o senhor tocou. Eu só queria mostrar isso aí.

Volta lá naquele quadro.

Não... Aí. Se puder puxar um pouquinho para cá.

A Conafer pagou 16,5 milhões à IBC Prudente Apoio Administrativo...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e, pelo que eu estou entendendo, o senhor disse que essa IBC pagava as despesas dessa Lagoa Alta.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu recebia os recursos dentro desses anos prestados, e vinham planilhas de pagamento diretamente do RH; nós pagávamos e encaminhávamos para o RH os comprovantes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me conta uma coisa, que eu não estou entendendo bem...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que a Conafer tem a ver com a IBC, já que o serviço era prestado para essa fazenda que pertencia a...?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A IBC também prestava serviços para a Conafer. Foi indicada até pela Conafer à empresa Lagoa Alta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, que serviço prestava a IBC para a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Apoio administrativo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é apoio administrativo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... mas relativamente eram planilhas de pagamentos. Planilhas de pagamentos vinham para fazer os pagamentos direto lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A empresa recebeu R$16 milhões. Aí ela, a Conafer, utilizava a sua empresa para fazer os pagamentos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. Eu prestava serviço para a empresa Lagoa Alta também. Eu prestava serviço diretamente para a Lagoa Alta. Prestava para a Conafer e prestava para a Lagoa Alta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga, vamos supor que eu sou a Conafer...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e o senhor é a IBC. Qual é o produto que o senhor iria me oferecer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O apoio administrativo em geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí me diga, me explique. Eu não sei.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Se o senhor precisar que nós vamos até o seu escritório, que regularize parte de notas, regularize parte de funcionário, financeiro, a gente faz essa assessoria. É o apoio administrativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas vamos supor que eu tenha dez funcionários...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... contador, advogado, secretária, tenha tudo isso. Aí o senhor chega lá na empresa e faz o que com esse pessoal? Quem é que paga esse pessoal?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Quem paga é a própria empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. O senhor está falando da Conafer?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá. A Conafer me contratou para fazer essa assessoria, e vinha para mim fazer pagamento. Planilhas indígenas, planilhas quilombolas, planilha administrativa, etc., juntamente com a secretaria da Conafer. Era encaminhado para a minha planilha de pagamentos, e o dinheiro – até porque os senhores têm acesso –, dá para ver que o dinheiro entrava e ia para 200, 300, 400 pessoas diferentes, sendo pago. Isso acontecia mensalmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, essa empresa do senhor que prestava serviço para a fazenda, sei lá, da mulher do Carlos Lopes...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não é? O senhor recebia quanto lá da esposa do Sr. Carlos Lopes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tenho que puxar, não vou saber te passar certinho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não recorda também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não recordo, mas deixo o advogado pronto para...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então eu posso dizer aqui que essa IBC Prudente era então uma organizadora de planilha? Era?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pagamentos. Para ela vinham os valores para fazer os pagamentos que a empresa pedia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E você recebia o quê? O dinheiro para isso, é?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Exatamente. Isso mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esses 16 milhões foram para pagamentos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Provavelmente sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, exatamente: por que a Conafer não fez esse pagamento direto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não entendi a pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que precisava de um intermediário para pagar, se já vinham as planilhas e o dinheiro?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei. Isso aí eu fui contratado para... Eu não vou saber explicar para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, ótimo.

Mas essa empresa aqui é da sua esposa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem alguma parte na sociedade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, somente eu que administro as empresas no nome dela. Somos um grupo, eu e ela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No nome dela.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Eu... dependendo de como o senhor está colaborando, talvez ela não precise nem estar aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu estou em aberto para o que precisar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A Nobre Serviços de Eventos recebeu aqui por volta de 95, R$96 milhões. Essa Nobre é de quem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Essa Nobre acho que é sociedade, eu e minha esposa. Se não me falha a memória, mas vou puxar também para passar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, R$96 milhões é muito dinheiro. Qual o serviço prestado?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A Conafer tinha vários eventos e, dentro desses eventos, montar palco, estande, levar alimento, etc. Um exemplo, teve na Bahia uma reunião indígena, com 2, 3 mil indígenas. Então a gente fazia todo o atendimento: de palco, de estrutura, de comida, de brinquedo, de presentes, de brindes, e a gente fornecia. Era o que era pedido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instante.

O advogado fez uma inquirição sobre o desejo de orientar o cliente com relação a números. O senhor pode se manifestar, por favor? Vou passar...

Tem que ligar aqui. Isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (*Fora do microfone.*) – Meu advogado mesmo, de Cícero.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É só apertar e segurar. Pronto. Pronto, soltou.

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA – Meu nome é Carlos, sou advogado do interior de São Paulo. Não faço parte dos quadros da Conafer. Represento o meu cliente na sua total individualidade.

Ele veio com o objetivo aqui de esclarecer fatos e colaborar com esta Comissão com ética, respeito e disciplina. E, de acordo com essa devida urbanidade, ele vai responder a todos, justamente para favorecer e dar, digamos assim, embasamento suficiente para que isso desenvolva. Em relação a todos esses valores...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Doutor. Aí o senhor vai, por gentileza, orientá-lo e ele vai responder. Está certo? O senhor não pode dar resposta por ele. Se o senhor precisar suspender...

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA – Cícero, eu gostaria que você esclarecesse essa questão dos valores. Porque nós estamos falando de um montante, um valor exorbitante que entrava nas suas empresas.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA – E qual era a tua participação após esses valores? Ficaria quanto com você...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutor, Dr. Carlos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente vai chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho. Só orientá-lo corretamente.

Quando for assim, o senhor pede para esperar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (*Fora do microfone*.) – Uma pausa, seria isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... para dar uma pausa. E o senhor conversa e ele responde, por favor, tá? O senhor não pode dar resposta ou fazer a pergunta.

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA – Então, nós precisamos de uma pausa para poder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, só um instante, Relator. Ele vai orientar. É, ele vai orientar o cliente. (*Pausa.*)

Vamos retomando a sessão.

Relator... Senhores, um instante só.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Oi... Oi...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pronto, Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou passar aqui rapidinho. O senhor já disse que é a Nobre que recebeu 96 bilhões, mas é algo que o senhor não pode confirmar de imediato. Ela trabalhava com montagem de estrutura, não é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Em geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Palco, tenda, seja lá o que for. Essa Pikinskeni...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pikinskeni. P-I-K-I-N-S-K-E-N-I, Pikinskeni .

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Rapaz, arrumou um nome difícil. Recebeu 6 milhões.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nobre Relator, antes de eu responder para o senhor, por indicação do meu advogado, em todas essas empresas, a média que eu tinha para receber era a média de R$20 mil, R$30 mil por mês. Era o que me sobrava aí para viver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente vai chegar lá. Estou falando do dinheiro bruto que chegou.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É porque às vezes dá um entendimento de que esse dinheiro é do Cícero, né? O Cícero ganhava 800 milhões...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... mais 700 milhões, mas, enfim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor vai ter a oportunidade de explicar o destino disso.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Claro.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – A gente já entendeu.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Se já entendeu, o.k.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A papelaria também... a papelaria com esse mesmo nome....

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É que fala lá e fala aqui, né? Fala lá, fala aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... também recebeu aqui 5 milhões. Eu pergunto, porque eu perguntei das outras, mas não perguntei dessas: também trabalhavam só para a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim. Na verdade...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa papelaria é uma loja física?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ela... A gente... Muitos *cards*, fabricação de *cards*, como funciona a Conafer, como funciona a tal empresa, etc. E há empresas em que nós mudamos o Cnae, que eram empresas, algumas dessas aí, que estava em nome do meu cunhado. Para poder atender às necessidades, mudamos o Cnae e fomos trabalhar com outra vertente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agropecuária PKST.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso, o nome da minha esposa. Eu que administro, desde o início.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É o nome da sua esposa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, desde o início.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa recebeu 30 milhões. Qual a função dessa agropecuária?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu sei de uma parte de serviços da Conafer, que ficou esclarecido aí, que era o + Pecuária Brasil, e a minha empresa prestava serviço tanto no âmbito de animais quanto no âmbito de genética animal. Então, ia ter parcerias com pessoais que trabalham, por exemplo, altas genéticas, etc. Comprava o sêmen...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O negócio que me interessa é esse negócio de genética – e entendo um pouco. Me conta o que a sua empresa fazia de genética.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ela comprava e distribuía para a Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Comprava o quê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Comprava embrião, comprava sêmen...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vários... várias pessoas. A gente fazia os contatos, onde tinha para poder fornecer, melhor qualidade, e encaminhava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto uma inseminação?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não vendia tanto a inseminação em si, mas eu sei que...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quem fazia a inseminação?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu vendia. Quem fazia, acho que era o projeto da Conafer. Eu fazia só o intermédio administrativo de compra, de venda, de contratar pessoas à parte, como veterinário, para acompanhar os animais, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me explicar esse processo de inseminação feito pela agropecuária?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, nós não fazíamos inseminação, tá? Foi o que eu falei com o senhor novamente aqui. Nós íamos atrás da compra do sêmen, com alta genética, com outra genética, e fornecia para a Conafer para um trabalho que ela tinha, de inseminação de animal. Entendo pouco porque são de valor... Tem sêmen de R$13, sêmen até de R$70, um animal maior... No ato de compra...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, "bora" conversar sobre isso. Quem ia atrás para comprar o sêmen era o senhor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Várias vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Várias vezes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Várias vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quais os critérios para a compra desse sêmen? Qual era o tipo de gado utilizado?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A maioria do gado era o Nelore.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Nelore?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim. E ressaltando aqui, sempre tinha uma companhia de algum pessoal diretamente com a veterinária, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A veterinária da sua empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, contratava à parte, e a Conafer fornecia os veterinários desse projeto deles para aí também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu confesso que eu ainda não entendi qual é a participação da agropecuária. A inseminação não fazia...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O senhor quer que eu explique...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria saber...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... de um jeito que fique mais compreensível?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Por exemplo, o senhor trabalha com sêmen, com melhoramento genético, e o senhor vai pegar uma empresa para fazer a compra do sêmen, ver onde vende, onde tem, insumos, materiais, distribuição, levar, se vai por avião, se vai gelado, etc. Então, seria esse o serviço que eu prestava para a Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o serviço no campo o senhor não prestava? O senhor prestava essa intermediação?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Várias vezes, mandei, contratava pessoas fora, veterinários, para fazer o serviço para mim nos locais que eles pediam, mas a maioria dos serviços executados devia ser diretamente pela própria área da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor providenciava a saída do sêmen da empresa produtora até chegar ao campo, é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Exato, ia para Bahia...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – De avião era mais difícil de ir.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer em quais estados do Brasil o senhor providenciou, através dessa agropecuária, o envio do sêmen?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não vou conseguir falar para o senhor com certeza, porque muitas das partes também iam diretamente para a Conafer, e lá eles faziam a distribuição no projeto que eles atendiam.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor acabou de dizer que fazia o envio, isopor, gelo, seja lá o que for...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo, mas eu não consigo falar, igual o senhor perguntou, 22 estados... Sobre isso, eu não tenho ciência. Mas já mandei para Bahia, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandei para o Paraná, que era próximo, já mandei para o MS. O senhor perguntou sobre todas as cidades do país, e eu não consigo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda que mandou o sêmen ao Paraná, Mato Grosso do Sul e Bahia.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, lembro também da Bahia, mas consigo puxar porque temos as notas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lembra de mais algum estado para que foi o sêmen?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não vou lembrar aqui, prefiro apresentar após ao senhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alagoas ainda não teve essa felicidade.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Opa! A gente pode correr para prestar o serviço para os senhores também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo amor de Deus! (*Risos.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, porque a gente conversa aqui e de brincadeira para lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer algo que também eu acho muito relevante.

Olha, o senhor está sendo a testemunha melhor tratada aqui na audiência.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Obrigado, agradeço a todos, de verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, por quê? O senhor está vindo aqui, falando a verdade ou falando mentira, porque eu não consigo verificar isso agora, o senhor está tendo respeito ao Colegiado. E, por isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O advogado está mais ainda, orientando, mas sem querer ser o chefe do Colegiado.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, quem trabalhou fui eu. Então, eu tenho que passar a veracidade de tudo, como foi trabalhado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

E nós vamos respeitar o senhor, independentemente do que o senhor fez, porque o senhor está com espírito de colaboração.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Obrigado a todos da Casa, de verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Cícero, o Carlos, da Conafer, tinha milhões de brasileiros para escolher e escolheu o senhor para mudar a sua vida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor disse uma coisa ou eu entendi errado. Ele não é seu amigo, não?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nós tivemos, sim, uma amizade por questão de serviços prestados, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Algumas vezes, em um ano, a gente se encontrava, mas era mais a parte administrativa, secretaria, etc.

E sim, quando tinha necessidade de uma empresa trabalhar ou algo do tipo, eu falava: "Vou correr atrás e ver se eu posso isso". Porque eu acho que tem uma média de 56 prestadores de serviços diferentes. Então, esses quatro negócios eu consegui atender, eu consegui estudar, buscar, saber como, para prestar os serviços para eles.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor já fez, pessoa física, ou recebeu, pessoa física, remessa de dinheiro para o Sr. Carlos Lopes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu estou tentando recordar aqui, mas não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, porque os documentos que eu tenho aqui são diferentes do que o senhor está dizendo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu acredito na sua boa-fé.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, sim. Eu quero lembrar, sim, partes, mas eu tenho que puxar tudo para... Para repassar ao senhor, é melhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu puxo já para o senhor...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... confirmar, tá?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse que prestava serviço com a IBC. É a IBC, é?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Uma das... era a IBC.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – IBC para Lagoa Alta.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto essa empresa recebia da... Porque da Conafer a gente já viu quanto recebia...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... mas da Lagoa Alta quanto ela recebia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tenho que confirmar isso para passar para os senhores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe dizer se era R$1 milhão, mais, menos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não consigo, até porque, desde o momento, as contas foram todas bloqueadas. E só pelo método jurídico a gente consegue puxar extratos e etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Chegou aqui um documento do Banco Santander através do Coaf.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-hum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fazia operações financeiras via *mobile* – ou móbile?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É o celular, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na conta pessoal do Carlos Lopes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nossa, isso é algo que eu preciso puxar para falar para o senhor. Pode ser que tenha acontecido, sim, mas eu não tenho a veracidade agora de lembrar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, até o presente momento, estamos lhe tratando muito bem...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e acreditando no que o senhor está falando.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, olha só: isso é uma coisa muito pessoal.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É uma coisa que... Eu tenho vários conhecidos, mas no meu telefone aqui ninguém mexe.

Então, eu quero saber do senhor: o senhor já fez algumas operações financeiras no telefone celular do Sr. Carlos Lopes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, no telefone celular dele?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não... Bom, eu vou ter que recordar isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor recorda?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu acho que sim. Eu acho que sim...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... em alguma vez de ter encontrado... Acho que sim, mas vou puxar prontamente isso aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, eu perguntei no telefone dele. Agora, o que eu queria saber mesmo era no telefone do senhor...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... mas na conta pessoal dele.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, também pode ser que tenha acontecido, sim – pode ser que tenha acontecido –, mas vou puxar isso para passar com exatidão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora me explica: qual o fundamento de o senhor está mexendo na conta pessoal do Sr. Carlos Lopes, já que o senhor é um prestador de serviço?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo. Hã-hã.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga: qual é a lógica disso? Eu não entendo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria que o senhor explicasse.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... deve ter acontecido isso eventualmente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hã?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... mas foi na base de uma confiança, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas confiança para fazer o quê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Para algum pagamento que eu não recordo, mas deve ter acontecido isso, sim. Mas eu apresento aos senhores. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Farmland *holding*?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É aí que eu fico na dúvida: se o Terra Bank é essa Farmland, se a Farmland é o Terra Bank. Eu sei que é ligado e eu fui sócio com 10% em uma dessas empresas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe onde ela fica situada?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É em Uberaba... É, o Terra Bank é em Uberaba...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hã-hã.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a Farmland também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não vou saber falar, porque eu achava que era a mesma coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem alguma participação na *offshore* do Sr. Carlos Lopes lá nos Estados Unidos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O que que é? Eu não sei o que é isso, doutor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está respondido.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, eu acho que o banco do Terra Bank veio do exterior, sim. Eu acho que veio de lá. Só que eu entrei, posterior a isso, né? Já estava funcionando aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, recurso para o exterior o senhor já remeteu alguma vez?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não, não!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor participou do comunicado em que todos os funcionários da Conafer, ou todos os associados, teriam que operar a partir do Terra Bank?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, eu já fiz pedido, sim, para alguns funcionários, mas não era de Conafer, não. Para algumas bases indígenas que a gente atendia a gente dava a opção de abrir pelo Terra Bank para o banco atender. Era uma solicitação isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe dizer se isso se concretizou?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não sei falar, porque era parte de TI, etc., outras pessoas cuidavam. Eu ia mais para parte do evento, de mostrar quem é o banco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor insistiu aí – achei interessante –, o senhor insistiu em comunidades indígenas.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que comunidades indígenas? O senhor falou na prestação de serviço em comunidades indígenas.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Perfeito, nós...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já foi a alguma comunidade indígena?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não fui em nenhuma, nunca fui em nenhuma. Já foram funcionários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem o senhor enviava representando as suas empresas para a prestação de serviço nessas comunidades indígenas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Funcionários meus, porque é igual... Toda área indígena, creio que a Conafer tinha algum contrato com o Governo, distribui veículos para eles trabalharem, etc. Aí só vinha para mim a encomenda para onde era para ser, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vou pedir para se reduzir o ruído na sala, por favor, mais uma vez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, deixa eu fazer uma pergunta mais objetiva.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve em alguma comunidade indígena?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor, não estive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

As suas empresas prestam serviços às comunidades indígenas através da Conafer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim, prestou, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

A sua empresa de locação de veículo coloca veículo nas comunidades indígenas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, foram colocados, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga: quantos veículos tem nessa atual empresa CSS, de locação?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, desde o início dos trabalhos, posso colocar uma média de 40 veículos, 50 veículos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E esses veículos estão no nome de quem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Esses veículos estão no nome de um parceiro meu, porque, assim, eu não tenho dinheiro e não tinha para começar a comprar veículos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Então, todos esses veículos – tenho planilhas para encaminhar – eu comprava em 36 vezes. Então, conforme ia entrando demanda, eu ia pagando os veículos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – E ainda estão em nome da...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, o senhor tem uma empresa que recebeu quase...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não estou conseguindo ouvir, doutor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem uma empresa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instantinho. Por favor, vamos fechar a porta, por gentileza?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem uma empresa que recebeu aí R$70 milhões, mas vamos desconsiderar o valor. O senhor tem uma empresa de locação de veículos. Pergunta que eu quero fazer ao senhor: quantos veículos, em nome dessa empresa, o senhor tem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vou buscar informação para passar para o senhor. São poucos, porque a maior parte dos veículos está sendo paga ainda, né? Parou de pagar, né? Mas não está no nosso nome...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu não aceito uma resposta dessas. O senhor é um empresário de sucesso.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor trabalha desde os seus nove, dez anos.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é um vendedor perspicaz e o senhor conhece o seu negócio.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor ganhou muito dinheiro por suposta locação de veículo. Então, me diga quais tipos de veículos a sua empresa disponibiliza. Vamos começar por aí.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vamos lá. O senhor não aceitar a resposta eu compreendo, mas eu não vou falar nada mais do que a verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá?

A pergunta final foi um... Do senhor... Foi qual?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é: antes de adentrar em detalhes, quais tipos de veículos a sua empresa fornece? O senhor já disse que...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A maioria...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... fornecia só à Conafer.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, me diga, por favor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A maioria dos veículos eram caminhonetes para rodar nas estradas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Camionetes.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas caminhonetes...? Até ser suspenso o dinheiro para a Conafer, quantas caminhonetes tinham na sua empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Quantas caminhonetes...? Eu vou responder para o senhor depois para passar com exatidão...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas me dê uma perspectiva.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... mas mais de 20 caminhonetes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais de 20.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo. Tudo bem.

O senhor sabe me dizer qual o preço de locação de uma caminhonete através da sua empresa? Porque, conforme seja...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... se for mais barato, a gente aqui mesmo vai começar a alugar.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – "Bora", "bora", "bora".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga aí.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A média é de R$3 mil, R$3,7 mil...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. Que tipo de caminhonete?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Caminhonete 4x4, as utilitárias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, rapaz, eu quero o telefone da sua empresa, porque, em qualquer canto do país, o valor...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Posso passar o contato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... é completamente diferente. Então...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... na sua empresa, essas caminhonetes são locadas por volta de R$3 mil, R$4 mil.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É... Exatamente. Isso...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... porque é um pacote grande.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. O senhor disse 20 caminhonetes, aproximadamente.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, quais são os outros veículos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Aí veículos pequenos também, carros... Aquele da Nissan, o Kicks... Uns carros menores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos, aproximadamente?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Podemos pôr essa quantidade também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinte?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-hum. Para não errar no valor certinho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o valor de locação desse tipo de carro básico?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – R$800, R$750, por mês, R$900...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Rapaz, o senhor está de parabéns. O senhor vai quebrar a Localiza. (*Risos.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, mas, se o senhor for consultar, o senhor pega carro e paga R$900 por mês, R$1 mil, R$1,2 mil, igual fazem uber, etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, tudo bem...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Mas, enfim, eu estou entendendo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só estou dizendo que o preço está bom.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber: fora caminhonete 4x4, fora carro básico, o senhor disponibiliza moto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Disponibiliza trator?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Disponibiliza barco?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também não. Nada disso para alugar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Disponibiliza aeronave?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou perguntando.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nada disso para alugar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Disponibiliza aqueles UTVs, aqueles carrinhos fora de estrada?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Aí já cheguei a comprar e revender, mas particular...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas eu estou falando... No aluguel?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, para aluguel, não. Nada disso para aluguel.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quadriciclo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Motor de popa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, tá. Então, o que a sua empresa de locação faz é aproximadamente 20 caminhonetes 4x4 e 20 veículos...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, eu estou colocando um valor aí, uma base...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... para passar com certeza. Talvez são 40 de cada. Eu tenho a planilha tudo certinho...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diferença danada, diferença danada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, pode ser até mais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas vamos para a frente.

Então, o senhor já disse que não foi a nenhuma comunidade indígena.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esses veículos são disponibilizados para as comunidades indígenas ou mais do que comunidades indígenas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A maioria dos veículos nós deixávamos na Conafer para eles encaminharem para o trabalho exercido, mas já cheguei a mandar para comunidades indígenas, chegamos a mandar para a Conafer, chegamos a mandar para associações que trabalharam junto com a Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Caminhão entra nesse pacote?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, agora, o senhor me disse aqui que podem ser 20, podem ser 40, podem ser 80. Eu queria saber, desses veículos, quantos estão no nome da sua empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Poucos, porque... Vou citar um exemplo do senhor. O distribuidor me mandou dez caminhonetes de R$300 mil reais, R$3 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Três milhões, certo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vou fazer para você em 36 vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vamos pagando em 36 vezes, alguns atrasos, etc. Então, eu não tenho essas caminhonetes como minhas. E tenho como débitos ainda agora, né? Então, por isso que eu não sei falar para o senhor. Eu vou puxar para falar uma quantidade exata, para o senhor fazer o cálculo de quanto entrava e de quantos veículos tinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu posso... Eu vou ajudá-lo nisso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hoje de manhã, tive a oportunidade e fui ao banco de dados, e procurei, em nome das suas empresas, veículos. E não achei nenhum.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-Hum!

Não, eu consigo comprovar para o senhor. A To Hire e a CSS têm veículo, sim. Não tem essa total quantidade dos alugados, igual eu falei para o senhor, por questão da compra, mas tem sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não estou duvidando do senhor. Eu estou dizendo da pesquisa que eu fiz. Então, eu fiz uma pesquisa deficitária.

O senhor poderia me dizer, aproximadamente, do total de veículos que o senhor tem, apenas uma aproximação de quantos estão no nome da sua empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Dez por cento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Eu acho uma resposta razoável, porque aí já vou olhar. Eu estava procurando os 100%. Agora, eu vou procurar, tentar localizar esses 10%.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá joia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor também fornece combustível?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A revisão desses carros, quem faz?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Às vezes, a Conafer. E, muitas vezes, me solicitavam.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí vamos supor que o senhor tenha um veículo desses. O senhor poderia me dizer, no Brasil, onde o senhor tem esses veículos, em algum lugar?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, está espalhado geral. Onde a Conafer atendia, tem veículo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas me diz...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá, Paraná, Goiás, Distrito Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Não, vamos trabalhar com o Paraná.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem carro no Paraná.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esses carros que estão no Paraná fazem revisão por conta do senhor ou da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, vem a planilha para eu pagar as revisões, diretamente da Conafer, dos veículos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tal veículo aconteceu isso, venceu documento...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essas planilhas vêm com nota fiscal da revisão?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Posso confirmar com o senhor, porque foi tudo apreendido, né, minhas planilhas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer, o senhor não sabe dizer uma pergunta tão simples dessas? É só comprovar se houve ou não a revisão.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, revisão havia, sim, mas as notas eram separadas, né? Eu tenho várias notas de revisão dos veículos, sim, mas não consigo passar para o senhor com exatidão se todos tinham, ou se era um serviço feito na região, ou na estrada, mais simples, para não falhar na resposta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – As suas empresas tiveram conta no Terra Bank?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Acho que a Santos Consultoria, sim. Aí preciso pesquisar se outras tiveram também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, só a Santos recebeu da Conafer mais de R$100 milhões.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nesse período, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu perguntei ao senhor: "E o Terra Bank?". E o senhor disse que o Terra Bank não movimentou nada.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não movimentou nada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E para que tinha essa conta no Terra Bank?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Porque a busca do Terra Bank era de correntistas. E aí, como eu fazia parte da empresa, eu coloquei uma das minhas empresas para... Mas nunca foi movimentada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o banco da sua preferência para movimentar as contas de suas empresas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, não tenho um da preferência. Tinha os limites de pagamento diário que alguns bancos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quais os bancos principais que o senhor...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Que eu trabalhei?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Santander e Itaú. Trabalhei Sicredi também, mas bem pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. O Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Conafer, transferiu para o senhor e para sua esposa, estou falando pessoa física...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... quase R$1 milhão. O senhor sabe dizer qual o motivo dessa transferência?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, em algumas solicitações, pedia para fazer alguns pagamentos para ele. Como tem a confiança da empresa prestando o serviço, já aconteceu, sim, de vir da pessoa física.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que a sua esposa transferiu de volta quase 1 milhão para ele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Olha, isso aí eu vou procurar para passar com exatidão...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixa eu lhe dizer.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não lembro o porquê.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estamos fazendo tudo aqui...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-hum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... para tratar o senhor com urbanidade...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e evitar que a sua esposa seja chamada.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Porque está sendo um acordo aqui de não envolver a sua esposa.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo senhor ter vindo aqui, estar colaborando. Então, se o senhor deixar perguntas em aberto...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... essas respostas vão ficar sob o encargo dela. Isso não é bom.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, o senhor pode refazer a pergunta para eu passar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a pergunta é...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vocês receberam aproximadamente 1 milhão na pessoa física.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E estão devolvendo quase a mesma quantia para o Sr. Carlos Ferreira, a sua esposa devolveu. Aí eu fico sem entender. Se vocês têm empresas e negócios...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... o que as pessoas físicas estão transacionando?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Aconteceu muitas vezes também de não ter limite diário. E assim, era uma falha que depois o gerente foi me passando, que eu passava dinheiro na minha pessoa física, porque o limite diário de alguns pagamentos não conseguia fazer.

E, nesse caso, eu tenho que realmente ver o porquê, mas não foi nenhum caso de pegar e mandar. Até que isso aí deve ser até um valor separado, durante algum tempo. Eu preciso ver, puxar certinho para passar para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não entendi, mas vamos para a frente porque tem muita coisa aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, é assim, vamos supor que, cada mês, eu mandava da minha conta física 20 mil, 30 mil para o Carlos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para quê? Para quê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Então, às vezes, por solicitação dele mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, então...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Às vezes, por solicitação dele mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, então...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O que ele ia fazer com o recurso eu não consigo falar para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, pronto...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Mas aí acontecia isso, sim; algumas vezes, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está respondido.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Estou viajando, estou numa aldeia indígena, tal, preciso de um pagamento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está respondido.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá, obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que eu não entendo, e aí eu vou dizer...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se o senhor é o prestador de serviço, por que é o senhor que vai dar dinheiro a ele e não o contrário? Mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É porque o recurso que vinha era dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, aí eu repassava o que era pedido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, está tranquilo, vamos para a frente. Qual a renda da sua esposa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Em cada uma das empresas nós tínhamos uma média aí de 20, 30 mil, que sobrava para a gente das empresas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que ela declarou uma renda de R$2,9 mil?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, isso aí foi uma falha com o contador que eu vou buscar para passar para o senhor. Aconteceu realmente de a declaração... Fomos até fazer alguns parcelamentos, etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui tinha uma pergunta: "Por que o senhor mandou dinheiro para sua sogra?". Mas vou até pular isso aqui, viu? (*Risos.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Está joia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dessa vez, o senhor vai ficar imune a essa briga.

Me conta uma coisa: qual a sua relação com o ITT?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O ITT foi uma empresa indicada também pela Conafer para prestar os mesmos serviços, e aí, depois, que eu fui ver de quem que era o ITT, na última CPMI, etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe quem preside o ITT?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Fiquei sabendo, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Era o Vinicius.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou aproveitar aqui...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vinicius, o esposo da Bruna Lopes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Vou aproveitar aqui que a gente tá...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vi isso na última...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... numa rede nacional: Vinicius, rapaz, pare de fugir, a gente está procurando você. Olhe aqui como ele tá sendo tratado. Venha cá pra esclarecer os fatos também porque, se você for pego numa prisão preventiva, vai demorar muito você sair. É melhor vir assim, na boa. A gente tá lhe esperando aqui em Brasília.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Eu ofereço café.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, ainda tem isso.

Então, a sua esposa recebeu... Ingrid, não é sua esposa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É minha esposa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A sua esposa recebeu R$2,1 milhões do ITT.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso nas empresas?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A sua esposa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho. Só um instantinho, Relator.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Só um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O nível de ruído está alto. Por favor, eu vou pedir, mais uma vez, para a gente poder reduzir o tom de voz, reduzir o barulho, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A sua esposa, ela, esposa, recebeu, ela, só ela, mais de R$2 milhões do ITT, mas eu vou lhe contar um problema – e aí não sou eu, não; é a Polícia Federal –: o ITT é alimentado por recursos de emendas parlamentares. Isso dá uma bronca grande. Bota aí, por favor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sabia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Avisando, mas agora já é tarde.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. Sim. Sem problema.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bota o meu quadro.

Olha, rapidamente, o ITT está aqui, a Ingrid é a sua esposa.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Cooptec, ela era a Presidente.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, através da Cooptec, ela recebeu mais de R$2 milhões do ITT, recurso de emenda parlamentar. A sua esposa, através da Agropecuária PKST, recebeu mais de R$2 milhões também.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só aqui, só aqui, nós estamos falando de R$4 milhões de emenda parlamentar.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quem? Tinha emenda parlamentar de Deputados de vários partidos – certo? –, Deputados e Senadores. O ITT R$5 milhões mandou para a Coopermais, de que o senhor era sócio.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, olha só: chegaram para o senhor e a sua esposa R$9 milhões de emendas parlamentares, quase 100% do que foi recebido em emenda parlamentar do ITT, que, por sua vez, tem no comando o Vinicius, que é cunhado do Carlos Lopes.

Aí a primeira pergunta que eu queria fazer ao senhor: qual a sua relação com o Vinícius?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O Vinícius eu conheci ele pela Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Conheci ele pela Conafer e, assim, realmente era disso... E, sim, prestava o serviço. Na verdade, não é meu esses 9 milhões, né, vinha para prestar serviços e trabalhar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, eu vou perder o avião. Agora, eu vou lhe apertar mais um pouquinho para a gente ir mais rápido.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá. Vamos lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a tua relação com o Vinicius? Para a gente ser bem objetivo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Conheci ele na Conafer e tive as amizades de negócio, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor já viajou com o Vinicius?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, nunca viajei com o Vinicius. Nunca viajei com o Vinicius.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Vinicius já esteve com o senhor na sua casa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também não, nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve na casa do Vinicius?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Já estive uma vez na casa do Vinicius, sim, há uns sete anos, quando eu...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Thamires Maia de Oliveira?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ela que é da parte do RH, a secretaria da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei; eu quero saber a sua relação com ela.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Relação, estritamente, de prestação de contas mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, aqui, R$9 milhões de um instituto que foi criado, e hoje tem provas que a safadeza dominava a prestação de serviço.

Qual a prestação de serviço que a gente identificou a falsidade do ITT? Eu quero saber do senhor, para livrar o senhor, qual serviço foi prestado para sua mulher, pessoa física, receber 2 milhões, para o senhor receber 5 milhões...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e a empresa PKST, da sua esposa e do senhor, receber 2 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A PKST também trabalhava no mesmo formato de animais e por convite...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para a gente...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vamos lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui, 2 milhões foi questão de inseminação, não é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E 5 milhões que veio para Coopermais chegaram no senhor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso aí eu acho que foi até antes de Santos Consultoria, etc. Nós abrimos essa empresa para prestar serviço também. Creio que era para o ITT mesmo, que ativava filiados dentro do ITT, cadastrava e fazia pagamentos também geral para a planilha.

Mas eu tenho como passar isso para o senhor e eu posso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a sua esposa, pessoa física? Qual a relação dela com a Cooptec?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A Cooptec era no nome dela, era a mesma empresa, quando eu parei com a Coopermais.

Isso, aí nós montamos a Cooptec.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que serviço ela prestava...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Os mesmos que os da Coopermais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tu sabes que eu não lembro nem qual era o da Coopermais?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá! Não, sim, sim.

Vinha lá... Na verdade, era um projeto que tinha, que eu acho que chamava Projeto Rapatra, junto com a faculdade da Unirio, e nós fazíamos todos esses atendimentos que eles solicitavam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor esteve com algum Parlamentar no ITT?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, até porque nem sabia, para mim, agora, que esse dinheiro vinha de Parlamentar; mas não sabia, só prestava o serviço. Nunca estive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem algum relacionamento com Parlamentar vinculado à Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece algum Parlamentar, por meio da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Já tive eventos de... A Conafer faz inauguração disso, projeto tal, etc. Já vi pessoas do Parlamento, mas nada que eu tenha contato; só estive junto em alguns eventos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E no ITT?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O do ITT... Ah, você fala Parlamentar também?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Também.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho nem noção.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve aqui, na Câmara ou no Senado, visitando Parlamentar, para pedir emenda para a Conafer ou o ITT?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, nenhuma vez. Não tenho nenhum acesso aqui. Vocês podem puxar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer, em relação à CCS Consultoria e Gestão...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-hum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... qual é a sua relação com essa família Vedove?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá! Essa é a pessoa que me distribuía os veículos. Vinha lá da Conafer que precisava de 15 veículos para tais lugares, etc. Eu ia a ele, ele tem parceria com uma concessionária, distribuía veículos, parcelados em 20, 30 vezes para mim, e eu ia e repassava o pagamento para ele mensal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o Vedove é a pessoa que distribuía ou comprava os veículos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ela comprava... Ela me vendia os veículos, e eu repassava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que o senhor bota para ele 6 milhões, quase sete, e ele lhe devolve a mesma quantia? Eu não entendo essa lógica.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Até para mim isso aí é uma... (*Risos.*)

Ele me passou 6 milhões?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, eu vou puxar e passar para os senhores. Não tenho por que mentir, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, deixa eu te dizer... Acredite, estou aqui de boa-fé, com o coração aberto, mas não estou conseguindo me segurar.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, pode falar, manda brasa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Higor Vedove recebeu 6,5 e devolveu 6,9.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Caramba!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a lógica disso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tem lógica mesmo, mas eu vou puxar e passar para o senhor. (*Risos.*)

Não tem lógica! Porque, se eu pago ao cara todo mês os carros, dou o dinheiro, e ele me devolve... Mas vou puxar de onde veio, para onde vai... (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor sabe que eu prefiro o senhor falando, mesmo que não seja a verdade, do que uma postura calada? Estou gostando. Fica mais divertido. (*Risos.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, mas eu consigo comprovar com o senhor tudo isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, tudo bem.

A Conafer pagou mais de 60 milhões para a IBC. Está certo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Está certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente já tinha visto que o senhor, através da CSS, mandou seis e recebeu seis. Agora, por que é que a IBC, que recebeu 60 da Conafer, está pagando também 5 milhões para, de novo, o Vedove?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, na verdade, até uma falha. Nas minhas quatro empresas, eu tinha que fazer pagamentos, seja de compras, etc. E algumas vezes não tinha limite diário, então acabei usando... Eu mesmo usava minhas quatro empresas para mandar recurso, até porque, como o senhor tem a comprovação, nunca ficava recurso em valores picados mensalmente, nesse período de oito anos de prestação de serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, deixa eu lhe...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... mostrar aqui. Não é desconfiando da sua palavra, não, mas a gente precisa esclarecer isto aqui: o senhor recebe 60 milhões, mete 5 milhões para o Higor, o Higor vai e mete 6 milhões para o senhor aqui, depois volta esses 6 milhões. Isso me parece uma lavagem de dinheiro clara.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso aí eu vou puxar, pedir para pesquisar, porque disso aí eu estou sabendo agora também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bora, deixa eu lhe perguntar uma coisa... Eu admiro a pessoa que, com o suor, ganha dinheiro, consegue dar conforto à família – todo mundo luta para isso. Mas o senhor saiu de uma atividade mais simples para se transformar em um conglomerado de empresas que receberam R$300 milhões. A Polícia Federal vai lá, descobre o roubo; a CGU vai lá, descobre também.

Aí, veja a minha situação: eu vou atrás do dinheiro, esse dinheiro está aqui saindo, esse dinheiro todinho chega aqui... Cícero Marcelino de Souza, 300 milhões – o senhor e a sua esposa.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor mora onde?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Moro em Presidente Prudente, num condomínio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um condomínio?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Um condomínio, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A sua casa, o senhor poderia dizer se é uma casa de luxo, uma casa normal?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, é uma casa média. Assim, é uma casa boa e muito confortável.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito confortável. O senhor tem a sua casa há quanto tempo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, esta casa em que eu moro não é minha, mas eu tenho uma casa na cidade, sim, que já faz uns três anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esta casa que o senhor mora, eu fui verificar, ela não está no seu nome.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não, é da pessoa...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas todo mundo diz que é sua.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, não. Eu estou tentando comprar ela aos poucos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está tentando comprar?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, porque ela é financiada, e eu pago as parcelas da Caixa dela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, quem paga a parcela da casa...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, mas já estamos devolvendo, porque eu não consegui continuar, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Continuar, né?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu estava tentando comprar esta casa, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, se eu perguntasse ao senhor com a certeza quase absoluta que eu vejo o senhor só como um duto de passagem da lavagem de dinheiro e que não é o senhor que é a nossa prioridade nem que a gente quer que o mundo caia sobre o senhor, mas a gente não queria fazer, mas termina sendo obrigado a direcionar para o senhor, porque o senhor está matando no peito uma bola que era para ir para outro gol.

Seu Cícero?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou aqui e não acredito em nada do que o senhor está falando. Deixa eu lhe dizer uma coisa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Rapaz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – R$300 milhões chegaram aqui. Esses R$300 milhões aqui por serviço muitas vezes que não foram prestados, provados.

Não fui eu, não. É a CGU. A CGU tem técnicos. Tem gente que gosta até de contestar. Aqui eu fiquei com vergonha, o Presidente do INSS contestando uma servidora. Quero dizer a Dra. Eliana que ela tem o meu respeito. A gente tem que respeitar as mulheres não é de forma seletiva, não.

Mas eu quero dizer o senhor: não mate no peito, não, rapaz. Isso aqui foi para onde?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Bom. É...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Porque com o senhor não ficou.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com o senhor não ficou.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É o que eu venho...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essas voltas aqui, ó. Essas voltas aqui. Esses cavalos de pau aqui que esse dinheiro dá. A gente sabe que com o senhor não ficou.

Agora, olha só. Olhe como é este Brasil. O senhor pede um *habeas corpus* ontem.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Aham.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não conseguiu.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora os outros que vieram para cá com mais poder, com advogado, com mais entrada, conseguiram. Nós vamos ferrar esse aqui? Pô, esse aqui é boi de piranha. Então, assim, vamos... A gente quer chegar nos que estão atrás dele. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o senhor não teve o prestígio de conseguir um *habeas corpus* que eu vou trucidar o senhor? Não.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero ir atrás dos tubarões. Então, assim, eu estou lhe dando uma oportunidade de a sua vida não ser acabada.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, assim, deixa eu lhe dizer. O seu advogado veio aqui. O seu advogado não está criando problema. O seu advogado está respeitando o Colegiado. O senhor, falando a verdade ou não, está respeitando o Colegiado. Então, quem quer pisar no seu pescoço? Eu não quero, não. Eu estou cansado deste Brasil que só prende gente como o senhor. Eu quero prender quem está acima. Eu quero saber para quem o senhor repassou o dinheiro de serviço não prestado. É isso que interessa ao Brasil. A gente está cansado. Ó, o rosto do senhor está aparecendo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O rosto do senhor está como se tivesse desviado 300 milhões de aposentados e pensionistas. O senhor é um homem que passou a vida trabalhando. Mostrou aí que desde os nove anos. Aí capturaram o senhor no esquema. E agora a gente... Não é a sua cabeça que a gente quer, não. A gente quer que o senhor continue sendo uma passagem, mas o senhor não está colaborando. Eu aqui, com cada coisa que o senhor estava falando, eu estava me lembrando. Eu digo, meu Deus, que país injusto: os bandidos sendo recebidos em gabinetes de luxo, e os laranjas sempre se ferrando. Não é isso que a gente quer. O que eu quero do senhor é colaboração. Eu quero que o senhor volte para sua casa, vá viver a sua vida, que o senhor cuide da sua família, mas a gente está precisando saber exatamente daqui para a frente. Quer que eu diga a verdade?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nós vamos escavacar a sua vida até o fim. A gente vai descobrir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só que tem uma diferença: uma coisa é descobrir por conta própria; outra coisa é descobrir estando com o senhor sob a proteção aqui do Colegiado...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... sob a proteção de uma colaboração premiada. O senhor é peixe pequeno nisso aí, a gente quer ir atrás do tubarão ou dos tubarões que foram ousados – foram ousados – para colocar o senhor nisso aí.

Carlos Lopes, esse aqui – bote na cabeça – já está condenado, esse aqui preside uma entidade, infelizmente, criminosa, meteu a mão em R$800 milhões roubados. Hoje, eu estou indignado. O cara do Sindnapi era para estar preso, mexeu com mais de 800 milhões, e hoje aqui, infelizmente, a prisão não saiu. Então, assim.... E, antes que digam, do Eli Cohen eu votei a favor aqui. Eu não tenho bandido de estimação, não. Agora, o senhor tem tudo para sair daqui para tocar sua vida ou para o senhor acabar a sua vida. Infelizmente essa é a verdade.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

Na verdade, tudo que eu passei para o senhor eu não preciso mentir mesmo. Vinham valores, vinham planilhas de pagamentos diretamente da Conafer e eu fazia os pagamentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A quem? A quem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Então, aí tem uma lista de 200, 300 pessoas. Eu consigo puxar essa planilha. Por exemplo, tinha uma planilha que era só de gado, tinha uma planilha que era só de indígena, tinha uma planilha que era das secretarias, entendeu? É o que vinha para passar. E aí me sobrava um troco. Era realmente isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não tenho dúvida de que para o senhor sobrava troco. Eu quero saber para onde foram os milhões.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Então, aí é que está. Se o senhor pegar essas planilhas, o senhor vai ter lá mais de mil nomes, 1,2 mil nomes, porque, assim, eu não estou sendo grosso com o Colegiado aqui, mas eu não queria perguntar da onde é, para quem que é,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

por que mandou mil para um, 2 mil para outro, porque eu tenho isso para apresentar para os senhores. Então, vinha, e eu fazia os pagamentos. É a pura realidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom. Eu vou continuar. Eu queria te dar uma chance...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, eu comprovo para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... de não acabar com o seu futuro, rapaz. A gente está aqui...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, eu estou falando a verdade para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não; infelizmente, não.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu consigo comprovar.

Quando a polícia foi, eles levaram todos os meus computadores, levaram todas as planilhas. Eu cheguei a mostrar para o policial federal, cheguei a mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, silêncio.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... os valores referentes a... Está aqui, ó: é 20 para um, é 30 para outro, está aqui, vinha, entendeu?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas vezes...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A pedido da confederação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas vezes, seu Cícero, o senhor voou com o seu Vinicius ou o seu Carlos Lopes em avião pequeno?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nenhuma vez; com eles, nenhuma vez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe quais os aviões que o ITT possui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Fiquei sabendo na última... Eu não sabia, fiquei sabendo na última CPMI que teve, que eu vi isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... Qual a sua relação com o Sr. Silas Vaz?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Silas é um secretário também da... Vinha planilha dele para fazer pagamentos. Secretário da Conafer, acho que de área indígena, Amazônia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto era essa planilha para o Silas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não lembro de cabeça agora, mas tinha planilha de 20, de 30, de 50, porque acho que eles montavam eventos, ou cuidavam dos indígenas e pagavam.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Silas tinha capacidade econômica de comprar duas aeronaves?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Creio que não – né? –, porque ele era da secretaria... Ele cuidava de uma área indígena no Amazonas. Até porque eu passava para essas pessoas os comprovantes das áreas, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, em algum momento... O senhor, em algum momento, o senhor ajudou a cadastrar indígenas na Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nenhuma vez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguma empresa do senhor fazia esse serviço de cadastramento?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – De forma alguma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu do Carlos a quem ele era ligado politicamente?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. Só via, pelas matérias que saíam, foto com um ou com outro. Sabia... Não sabia nem de onde era oriundo o dinheiro, né? Aí, a gente foi sabendo aos poucos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, pessoa física, recebeu, diretamente, da agropecuária da sua esposa, R$4,617 milhões. Deixe-me dizer, já não é um troco tão pequeno, não é?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim. Esses valores aí, muitas vezes, para poder fazer os pagamentos diários, conseguir honrar – "Ah, eu tenho que fazer, até amanhã, a planilha disso" –, eu passava para a minha conta física, para a esposa, porque nós tínhamos um limite alto, passava para as minhas outras empresas, para finalizar os pagamentos. E, bom, o senhor tem... E vai comprovar que esse dinheiro nunca ficava, não era valor integral, que mandava para um local só, não é? Mas eu movimentava assim para poder pagar as coisas. Eu tinha cadastro dos pagamentos no celular pessoal, no celular da empresa. Então, eu fazia, realmente, essas movimentações para cumprir o limite diário, que tinha que fazer, dos pagamentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, estou vendo aqui que o Vedove recebeu do senhor... Aliás, o senhor recebeu do Vedove quase R$3 milhões. Quem emprestava serviço era o Vedove...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo? Era o senhor que tinha que passar dinheiro para ele. E por que ele passava dinheiro para o senhor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá. Eu vou passar uma coisa aqui para os senhores, seja prejudicial ou não, não tem problema. Em vários meses, as planilhas que vinham, está comprovado nas planilhas apreendidas... Por exemplo, tinha que pagar 10, 15 milhões, geral, das planilhas, e vinha 10, e vinha 7, e sempre corri para o Vedove para me emprestar um dinheiro para eu finalizar. Sempre recorri a ele. Tem também documentado isso aí, empréstimos em geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ou seja, o Vedove, além de prestar serviço às suas empresas, também lhe emprestava dinheiro, não é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, várias vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo. Esse Vedove é lá de Presidente Prudente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ver se ele precisa dar um passeio aqui também.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ele trabalha, há muito tempo, com venda de veículos mesmo, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, eu até entendo que ele lhe empreste dinheiro, mas por que ele lhe emprestou quase 7 milhões para a CSS Consultoria?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Então, acho que isso aí foi no último tempo, porque todo mês arrumava 200, arrumava 300, porque faltava para os pagamentos que a Conafer me mandava. Veio muito tempo isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estamos falando aqui de R$10 milhões, não é de um trocado qualquer, não.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, mas o que eu estou querendo falar para o senhor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E esse Vedove é tão forte assim, para ter esses recursos, R$10 milhões, para estar emprestando ao senhor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ele tem muito contato, ele trabalha com muita empresa, então, assim, não foram 10 milhões. Chegou mês de eu pedir um emprestado para finalizar o que tinha que finalizar, no mês, das planilhas. Tem mês que eram 300 mil, tem mês que eu não pedia nada, teve mês que eu falei: "Cara, arruma um...". Ele já chegou até a fazer financiamento de casa para arrumar o dinheiro para pagar as contas. Era isso que acontecia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ou seja, o seu dinheiro e o dinheiro do Vedove, em determinado momento, se misturavam de uma forma que a gente não consegue nem distinguir. Esse Vedove trabalha com o quê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ele vende veículos, é o meu distribuidor de veículos, juntamente à concessionária, mas, na verdade, eram empréstimos para a planilha, não para Cícero, porque faltavam as planilhas para fazer os pagamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, a gente foi fazer uma pesquisa e, nessa pesquisa, veio uma certeza muito grande de que o senhor é sócio dele.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, eu não sou sócio, eu não sou sócio, não, dele. Sim, pego carros com ele para vender, para revenda, sempre.

Ele já financiou o veículo para mim, no nome dele, mas nunca tive sociedade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor gosta de carro antigo, é?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Gosto, tenho uns cinco carros antigos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais são os carros antigos que o senhor tem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Chevette, Fusca...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. *Fora do microfone*.) – Fusca tem...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí vamos lá. Um Chevette custa quanto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, a Fipe não fala, mas ele custa uns 16 mil hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dezesseis... Qual é o outro?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O Fusca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Fusca vale quanto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hoje ele vale uns R$25 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo. "Bora" lá.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – É de que ano o Fusca?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – De 76.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – "Bora" lá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Aí tem também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem Saveiro?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, eu tenho uma Saveiro quadrada, que era o meu sonho de infância.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto a Saveiro?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ela é R$14 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí diga mais o que o senhor tem.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tem uma Caravan, que eu comprei ela por R$9 mil, está lá parada para restaurar. E antigo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas está bom, esses quatro...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – E tem um Golzinho quadrado também, que era sonho. Ele custa uns R$12 mil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Olha só, brasileiro médio, trabalhador que gosta de carro antigo, esses são carros acessíveis. Quais são os seus carros pessoais?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho nenhum. Os dois que eu tinha financiados, na garagem, foram levados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, as suas empresas receberam mais de R$300 milhões. O seu patrimônio não condiz com a quantidade de dinheiro recebida. Volto a dizer: olha, o senhor está...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É que na verdade, Doutor, o patrimônio, o dinheiro recebido não era... O lucro meu era de 30, 40 por empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já explicou isso aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Então, esse dinheiro não é todo... Eu recebi 300 milhões, mas não tem como... Não são uns 300 milhões fixos que eu recebo por mês para mim, entendeu? Só no explicativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não, Doutor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Não, o senhor vai...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá. Perdão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com o Tiago Lopes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ele era o Vice-Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já mandou dinheiro para Tiago Lopes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nas planilhas tinha, sim, pagamento de empresas dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quanto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Às vezes 200, às vezes 300, mas não consigo falar com exatidão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas 200 o quê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sobreviveu como, em 2020, quando a Conafer parou de receber recursos? – o que eu digo é o senhor e as suas empresas.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, eu, sim, fiquei sabendo disso agora – né? –, nessa semana aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, e o senhor já prestava serviço...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, calma, meu caro, deixe-me falar.

Eu fiquei sabendo porque teve um período mesmo. O senhor é que está lembrando o período, que creio que ficamos aí nove meses sem prestar serviço para Conafer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

E como o senhor conseguiu manter as suas empresas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – As empresas, funcionários tiveram que sair – né? –, 99% dos funcionários, organizava o contador, e as empresas foram... Porque eram escritórios, devolvi salas, teve processos judiciais, não conseguimos... Consegui sobreviver eu e minha casa. A gente conseguiu sobreviver, pagar as contas, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe, naquela época, como Carlos Lopes resolveu o credenciamento da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu nem sabia que esse dinheiro era de credenciamento, né? Eu só sei que a gente: "Esse mês não veio recurso, a gente não vai conseguir pagar as suas empresas", era assim, não sabia oriundo do que era.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, "bora" para um ponto aí que eu acho que isso aí vai esclarecer muita coisa.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E os 40, 80 veículos que estavam lá para ser pagos todo mês, que o senhor disse que comprava financiados? Devolveu eles também?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Perdi 99% e do dinheiro que tinha pago. Como...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quero saber se eles foram devolvidos.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Foram devolvidos. Foram devolvidos para quem eu comprava, para fornecedores, porque alguma parte já estava quitada, para quitar as dívidas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, por favor, me diga quantos veículos o senhor devolveu em 2020?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Posso pôr um número pensando aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Uma média de 15 veículos em 2020.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De 15 veículos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É. Não estava na frota que rodava até ultimamente, era menor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, em 2020, na frota de veículos que prestava serviço à Conafer, através das suas empresas, eram 15, não é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Creio que era... Dispor um pouco mais, eu não consigo falar com exatidão para o senhor. Mas era bem menos do que era ultimamente. Em 2020, o senhor está falando, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou falando em 2020.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá, isso mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar de um cidadão chamado Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Somente agora, nas notícias, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Antes dessas notícias, o senhor já esteve com ele alguma vez?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nunca, nem sabia como era a pessoa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já teve algum contato com o Sr. Danilo Trento?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Danilo Trento, tive sim. Esse nome creio que estava na planilha de pagamentos também. Danilo Trento, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na planilha de pagamentos da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabia qual o motivo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, não, isso eu nunca cheguei... Vi na planilha e nunca cheguei...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já esteve com ele alguma vez?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Com o Danilo... Não. Ah, já. Eu sei que na inauguração do Terra Bank...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ...essa pessoa estava lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Danilo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, mas, assim, não conhecia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Maurício Camisotti?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho nem noção quem é, Doutor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe não?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E José Valentim?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor transferiu quatro empresas para o nome de José Valentim.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá. Eu não sabia para quem tinha ido. Eu só repassei ao contador que eu ia abrir as novas empresas, que eu não ia trabalhar mais com essas. Não sabia que tinha sido repassado para pessoa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas olha só...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Essa pessoa também é relacionada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber... O senhor é que vendeu a empresa não sabe.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá. Não, não. Eu passei para o meu contador que eu ia desfazer delas e o contador falou: "Ó, Cícero, vou me virar aqui", porque eu vou trabalhar certinho, né? E o outro contador tinha dado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então as suas empresas foram passadas em 24 para alguém que o contador escolheu. É isso, né?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Provavelmente sim, isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, para ficar registrado, como é o nome do seu contador?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O... Era...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É de Presidente Prudente?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Era Diego. Era Diego. Não trabalho mais com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas ele é...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – De Presidente Prudente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente Prudente?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde fica o escritório dele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não vou saber falar a rua certa, local certo, mas é em Prudente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas como é o nome dele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Diego.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Acho que era Diego, mas o nome do escritório era...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Mas o advogado vai puxar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, passe para cá. E Reinaldo de Almeida Santos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho nem noção, Doutor, de quem é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hein?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho nem noção.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Reinaldo, ele recebe auxílio emergencial e Bolsa Família.

E me diga, as suas empresas tinham patrimônios multimilionários registrados. Como é que essas pessoas conseguiram adquirir elas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – As minhas empresas tinham registradas... casas, essas coisas? Patrimônios que o senhor fala?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Patrimônio, está aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, nunca... Enquanto era no meu poder, nunca tive, não. Eu só tenho a casa que eu comprei e uma chacrinha, até hoje. Nunca registrei na empresa, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para a gente deixar claro aqui, quer dizer que o senhor não conhece nem o Reinaldo...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nem o Valentim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi o seu contador, Diego, que providenciou isso aí?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso, passei porque ia montar as novas empresas e repassei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Manoel Aniceto dos Santos Neto, quem é?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Esse é meu irmão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É seu irmão?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É meu irmão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga, qual serviço que seu irmão prestou à CSS Consultoria?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, essa empresa, quando eu parei, fechamos as outras, abri no nome do meu irmão. E aí, acontecia muito dessa movimentação de uma para outra, por questão de limites diários.

Quando eu parei, que fechamos as outras, abri no nome do meu irmão. E aí, acontecia muito dessa movimentação de uma para outra, por questão de limites diários. Porque, por exemplo, conseguia fazer tanto no limite diário dele, na da outra já não conseguia, mandava para lá, que era o mesmo banco, né? Conseguia maior para fazer isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Jucimar Fonseca da Silva?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei quem é, Doutor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não conhece?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, pelo nome, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora eu vou dizer um aqui que o senhor conhece: Dogival José dos Santos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nem imagino quem é. Dogival?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dogival.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, posso pesquisar para ver quem é, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor prestou o serviço à AAPB?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não sei o que é AAPB.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É uma associação de aposentados e pensionistas.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, vinha na planilha para eu pagar essa empresa. Vinha nas planilhas, sim, para pagar essa empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinha na planilha da Conafer...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... para pagar essa empresa.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Exato, isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor nunca esteve com o Presidente dela?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei nem quem é. Não, nunca... Porque era a planilha... Vinha valores lá e para quem era, então... Eu não tinha contrato com essa empresa, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para deixar uma coisa bem clara...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em algum momento, o senhor se apresentou a quem quer que seja, em qualquer repartição, em qualquer ocasião social, como assessor do Presidente da Conafer, Carlos Lopes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, isso aí foi um título que me colocaram, né? Porque, igual eu falei inicialmente, eu não tive nada em ata ou em estatuto da Conafer, muito menos registro, etc. Porém, um dos exemplos: quando eu ia comprar sêmen, na empresa Alta Genetics, era indicado pela Conafer. Então, o pessoal começou a insistir, "ah, você é assessor da Conafer?". "Não, eu vim comprar por indicação, né?". Mas nunca fui assessor, nunca tive uma mesa, uma cadeira ao lado de Presidente. Nada. Nem sala em Conafer, nada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bruno Deitos, o senhor conhece?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho nem noção, Doutor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a empresa ou já remeteu dinheiro para ela: Premier Recursos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Já me lembro desse nome nas planilhas também. Lembro desse nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lembra quanto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não lembro, mas peço para...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Target Solução de Mercado.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu lembro desse nome também nas planilhas, porque tinha planilhas de fornecedores que vinham, né? E foi tudo apreendido: as planilhas, os PDFs também, mas tem tudo anotado, o valor que era, quanto era ou não era.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Cooptec ainda existe?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu comecei o processo de cancelamento dela esses tempos, porque há mais de cinco anos que não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Cooptec já descontou dinheiro de aposentado ou pensionista?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Bom, nunca aconteceu isso. A mesma empresa nunca prestou serviço para INSS, aposentado. Nunca, nunca, nunca. Só prestava para as empresas mesmo. Mas para algum órgão... Nunca prestei para um órgão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com a Fafer, federação que é ligada à Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, a Fafer vinha na planilha de pagamentos, porque acho que a federação também tinha... Acho que é a mesma coisa, né? Conafer, Fafer... Para mim, acho que a Fafer é uma Conafer nos estados. A gente prestava serviço para eles.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me lhe perguntar uma coisa. Aqui esteve o Sr. José Carlos Oliveira. Foi ex-Ministro da Previdência. O senhor o conhece?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Já vi em fotos e já estive no escritório dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que o senhor foi fazer no escritório do ex-Ministro da Previdência?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tinha saído de Brasília e estava com a demanda em São Paulo. E o Presidente da Conafer, o Carlos, pediu para eu levar um quadro, um cocar, umas coisas indígenas para ele, no escritório; porém, não cheguei a encontrar com ele e deixei para a pessoa que ficava atendendo lá, creio que devia ser assessor dele ou funcionário, um atendente lá, um rapaz. Acabei até criando amizade com ele, comprei uns álbuns de figurinhas com ele, nessa época...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E como é que o senhor descobriu o endereço do Sr. José Carlos Oliveira?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Quem me passou foi a Conafer para eu ir lá levar os quadros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já foi portador de alguma vantagem indevida para o Sr. José Carlos Oliveira?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – De forma alguma. Eu não tinha contato com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já foi portador de alguma vantagem indevida para algum Parlamentar do Congresso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O que seria portador de vantagem?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Portador. Levou propina para alguém?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, não, não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para servidor do INSS?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nunca tive contato com o INSS, meu caro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que o senhor comprou um álbum de figurinhas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Dois, na verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Comprou.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso foi em 2022, e meu filho colecionando figurinhas, né? E esse rapaz que atende lá tinha o álbum completo, dourado e com todas as figurinhas nele. E ele tinha também da Copa passada, de 2018. Aí comprei os dois dele. Foi – sei lá – uma média de R$2 mil cada álbum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve pessoalmente com o Sr. José Carlos Oliveira?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei quem é, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse que o senhor foi no escritório?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, não, pessoalmente não. Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pagou quanto nesse álbum de figurinhas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu acho que foi uma média de R$2 mil cada um, porque era tudo dourado e já com todas as figurinhas completas. Dois e pouco. Até fiz o Pix para o rapaz lá que atendia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a sua relação com a Jaguar ou a Concepto Vet?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, a Concepto Vet é um veterinário da Conafer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É um veterinário da Conafer, que, na época, quando eu tinha que ir atrás de sêmen e etc, ele me atendia. Mas só por assim contatos mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor conhece Renata Martins Costa de Siqueira?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho nem noção quem é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não conhece essa pessoa da Conafer, não?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Aleano de Sousa Guardachoni?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, é a pessoa que distribuía carros para mim também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é essa pessoa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ele é amigo do Igor, né? Eles vendiam... Conheci os dois. Conheci, primeiro, o Aleano, quando eu comprei um carrinho pequeno, e eles me distribuíram veículos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, ele fazia o mesmo papel do outro?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim. Só que esse aí – misericórdia! – só me enrolava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não entendi bem até agora... Carlos o encontrou numa loja de roupa, mudou a sua vida, o senhor prestando serviço com exclusividade para a...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Conafer. Ao mesmo tempo, troca de valores milionários com o Carlos e a esposa. Mas eu não entendi ainda, porque, num negócio particular, na Lagoa Alta, o senhor era o responsável por determinadas ações, tanto financeiras quanto estruturantes.

Foi o senhor quem providenciou a pista de pouso lá na Lagoa Alta?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu nem sabia que tinha pista de pouso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve lá?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu estive há uns seis anos em um dos locais, que era em São Félix de Minas. Já fui lá, sim. Fui para levar veículo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E não tinha pista de pouso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não cheguei a reparar, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que tinha lá nesse local?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu fiquei num hotel bem na frente, que tem um lago na frente, e, lá na fazenda tinha uma baia bem grande, um gado lá para dentro, mas era só... Nunca foi questão de vistoria ou ver, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, de uso dessa procuração, quais foram as movimentações que o senhor fez?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Então... Acho que essa procuração não é de movimentação financeira, não, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu acho que isso aí é de resolver alguma parte... ou de banco... "Ah, faz acordo para mim em tal lugar?". Falo: "Faço sim, eu vejo". Pode ser isso, mas eu vou procurar essa procuração e ver o que é e ter a certeza para responder.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bota aí o gráfico, por favor. (*Pausa.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (*Fora do microfone.*) – Mas vamos respondendo o que tem que ser respondido, depois a gente descansa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe eu lhe dizer. Eu não sei se lhe trato como testemunha ou como investigado. Por isso, não vou pedir a sua prisão. Não vou fazer o jogo daqueles que aqui... seja boi de piranha sendo preso. Então, nessa coisa de blindar poderosos e lascar quem está abaixo, não conte comigo, não. Foi uma vergonha o que aconteceu e vem acontecendo nessas blindagens.

Está aqui a Conafer. O senhor recebeu com a sua esposa, por várias formas, por meio de lavagem de dinheiro, R$300 milhões.

Olha, essa é a última oportunidade que o senhor tem...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-hum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... para poder colaborar com este Colegiado.

Aqui, se for preso em flagrante, o senhor vai sair daqui a duas horas e não vai render nada. Mas, com esse dinheiro todo no bolso, mesmo aqui muitos protegendo, como foi protegido hoje um que meteu a mão em R$800 milhões, eu, na próxima semana, vou pedir, por dever de ofício, também a prisão do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas está aqui: R$300 milhões estão guardados com o senhor. Se o senhor pagou, se o senhor devolveu uma parte... O senhor está assumindo isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor está entrando num caminho sem volta.

Eu lhe digo com todo o coração: aqui é a oportunidade que o senhor tem. O senhor quer contribuir com essa CPMI para dizer para quem esse dinheiro foi?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Meu caro, estou aqui para contribuir, falar o que for preciso que seja verdade.

Igual o senhor falou, esses R$800 mil no meu bolso nunca existiram, tá? Mas, como eu falei para o senhor, tudo vinha planilha de pagamentos, a média de 200, 300 pessoas para fazer pagamentos, que vinha da Conafer para eu fazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou lhe dar uma oportunidade aqui, está bom? Para a gente poder...

Bota aquela outra planilha.

Vou lhe dar uma oportunidade: o senhor vai relembrar a nós, o senhor vai relembrar aqui...

Baixe um pouquinho, por favor.

O senhor vai relembrar.

IBC Prudente, serviço de fornecimento de algo material ou foi...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, pagamentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pagamentos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nobre Serviços, palco...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A Nobre teve, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo.

Me esclareça uma coisa.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos palcos o senhor tem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Doutor, eu devo ter para evento... assim, eu consigo atender, no final de semana, três, quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu quero saber quantos...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, não é palco, são estandes, né? Eu tenho doze... Só daqueles de 9x9 eu tenho doze daqueles lá. A gente aluga piscina de bolinha para as crianças, pula-pula, etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber: o senhor tem esse material ou o senhor terceiriza?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Parte de cobertura tudo eu tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que o senhor tem? Diga aí.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tenho as tendas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas tendas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tenho doze só de 9x9 – doze tendas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá, não. Vou passar o que vem aqui na memória.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga aí.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Cadeiras: mais de 200 jogos de mesas e cadeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas mesas o senhor tem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, uma média aí, para não falhar, de 100 a 150 jogos de mesas e cadeiras.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso dá para quantas pessoas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Se colocar 100 aí, com 4, dá 400 pessoas. Aí você pega que eu tenho 5, 6 jogos desses, que eram usados naquela época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só o que o senhor está dizendo. O senhor imagine quanta gente está ouvindo o senhor...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... que tem muito mais material do que o senhor. E o senhor, com essa empresa aqui, o senhor recebeu R$96 milhões. Olha o que o senhor está dizendo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, foi nesse período de prestação de serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo, está bom.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa Pikinskeni...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pikinskeni Apoio Administrativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga aí, o que é que o senhor oferece?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Lá, igual eu já te falei, para o senhor, anteriormente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas para a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... somente vinha planilhas de pagamentos e o que – não, deixa eu terminar –, e o que precisava com funcionários, o que precisava de ajudar com nota fiscal, etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Papelaria com esse mesmo nome.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, ela forneceu, no começo, aqueles fôlderes, fabricação de livros, livros da Conafer, etc. E depois a gente mudou ela para outra empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recebeu dela aqui...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã, 5 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agropecuária, o senhor já disse que era inseminação, né?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso, é, toda a consultoria...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe quantos litros de sêmen o senhor comprou?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É muita coisa. Eu consigo puxar para o senhor, mas... As pessoas compram de 50 e 100 doses para um cliente, entendeu?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não, é isso que eu estou falando. As pessoas compram...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber: o senhor comprou quantos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, eu posso colocar aí... Ah, de litros? Tipo assim, mais de 200, 300 pessoas assistidas, entendeu? Então, eu tenho que calcular litros, etc., mas eu repasso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E isso dá R$30 milhões, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Dentro da agropecuária, também vinham pagamentos, que eram para os funcionários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Agora, muda aqui um pouquinho.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bota aqui um pouquinho para lá.

Olha só. To Hire e CSS. Essa fechou, veio para essa.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não... Isso, exatamente, isso aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Antes da operação da Polícia Federal...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... quantos carros estavam registrados em nome da empresa? Só para a gente deixar claro. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O advogado pediu um prazo para orientar o cliente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. (*Pausa.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Vai suspender?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Não suspende, não...

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pode voltar, por favor. Perdão, o senhor fez uma pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos carros registrados na CSS, locadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não vou conseguir falar o valor exato para o senhor agora, mas 15, 20 carros, mas puxo para te repassar, por aquele mesmo motivo da compra sem estar no meu nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a Santos Consultoria foi quem mais recebeu?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo, foi ela que iniciou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – R$107 milhões.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, nós iniciamos em 2017 com ela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o serviço efetivo prestado pela Santos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Aí, Doutor, era geral, era geral! Eu tinha equipe que ia em assentamento para fazer aferimento de pressão, tinha equipe que ia em indígena, em quilombola. É geral, geral mesmo, assim, em tudo que a Conafer trabalhava, a Santos Consultoria prestava, resolvia. Precisa de tenda, precisa alugar ônibus para vir o pessoal para Brasília para o evento. E assim ia acontecendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Baixe aqui um pouquinho, por favor.

E agradecer ao Senador Rogerio, que me mandou uns dados que foram muito importantes também.

Diminua um pouco, mais um pouco.

Olhem, a Conafer é o exemplo de como essa organização criminosa que está dentro do INSS se acoplou a outras organizações, 300 milhões vieram nesse fluxo, e aqui está este depoente responsável pelos 300 milhões, só que o negócio estava tão bom que o contador da Conafer criou para ele outra estrutura organizacional e aqui recebeu R$17 milhões nessa AAB. O ACT dessa AAB foi em 2023, e ela começou a receber em setembro de 2024 e, até hoje, recebeu R$17 milhões. Então, a mãe já deu filhote, e o filhote nasceu agora em 2023 e está fazendo o ano em 2025 com R$17 milhões no bolso com nenhum serviço prestado, chamado também AAB. Só parou de receber dinheiro roubado dos aposentados e pensionistas com a operação da Polícia Federal e da CGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nobre Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... tenho muita vontade, Presidente, eu tenho muita vontade de pedir a prisão, mas não farei por dois motivos. O primeiro é que aqui há uma confusão entre investigado e testemunha. O segundo motivo é que neste Brasil eu não acredito, eu não acredito num Brasil em que os poderosos têm *habeas corpus*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e os laranjas ficam soltos para serem dados como isca para satisfazer a vontade do povo. Não, povo brasileiro! Os grandes estão sendo blindados. Isso aqui é um boi de piranha. Não peço a prisão, não.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores, por favor.

Só um minutinho.

Obrigado, Relator.

Vou suspender a sessão por dez minutos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, o senhor me permite só um comunicado? Eu estou com a minha mãe que sofreu um acidente, eu nem consegui dormir, e só tem um voo para ir vê-la ainda hoje. Então, vou pedir licença. Fiquei aqui só para cumprir a missão, mas aí vou seguir adiante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estimamos melhoras.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nobre Relator, eu agradeço ao senhor, agradeço as perguntas. Em nenhum momento, aqui, ou enganar ou ludibriar algo do tipo... E tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que veio em questão de valores, 800 que sejam milhões, sempre foi repassado às empresas, feito pagamento, etc.

Agradeço as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Marcelino, descanse os dez minutos. O senhor ainda tem mais quatro horas de depoimento.

(Suspensa às 16 horas e 28 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 40 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Está reaberta a sessão.

Pelo Regimento, com a ausência do Relator, é preciso designar um Relator *ad hoc*, que possa colaborar nos trabalhos posteriormente.

Convido o Senador Eduardo Girão para ocupar aqui como Relator *ad hoc* desta Comissão. (*Palmas.*)

Vamos pela ordem de oradores inscritos.

Senador Izalci Lucas, autor do requerimento, com a palavra por dez minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu quero lamentar realmente o que a base de Governo fez hoje na CPMI, ou seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... sequestraram a CPMI. Apesar de ser um instrumento da minoria, realmente o que aconteceu foi isso, uma blindagem completa.

Então, hoje foi um dia muito agitado nas aprovações dos requerimentos. Eu vi uma montanha blindando aqui o irmão do Lula, vi o Deputado vermelho defendendo o Presidente do Sindnapi para não ser preso. Agora, o que eu não vi foi a esquerda querer pegar os bandidos que roubaram o dinheiro dos aposentados.

Eu não estou aqui para blindar ninguém ou passar a mão na cabeça de ninguém. O Brasil precisa saber quem está protegendo bandido. A defesa aqui quase chamou o Frei Chico de santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar aqui que o delator Alexandrino Alencar detalhou como funcionava o pagamento da mesada do Frei Chico, irmão do ex-Presidente Lula. Em depoimento ao Ministério Público Federal, ele contou que o sindicalista prestou consultoria para a articulação da Odebrecht com o setor sindical antes da eleição do irmão. Depois da aposta, ele passou a receber por mês, graciosamente, o que ganhava num antigo trabalho. Os pagamentos foram feitos ao longo de 13 anos de Governo. Na planilha da empresa, o Frei Chico tinha o codinome de Metralha. Além de receber recursos, a sua filha também foi contratada pela empresa. Alexandrino fazia pessoalmente os pagamentos mensais em encontros no restaurante Galeto's no Shopping Eldorado, em São Paulo. Ficou acertado que receberia R$3 mil por mês, depois ele pediu um aumento e foi para R$5 mil. Esse é o cidadão que está sendo blindado, que não estão querendo deixar vir aqui realmente para mostrar o que fizeram com o Sindnapi, porque o Sindnapi conseguiu incluir aposentados e aposentadas na relação e não conseguiram...

É evidente que a gente está recebendo aqui o Cícero hoje e, de fato, ele é um laranja. Ele criou 500 empresas, transferiu recursos para lá e ele fazia os pagamentos. Então, em vez de usar diretamente, usava essas empresas... Eu até tenho que ver na Receita Federal: será que ela não está vendo isso? Será que essas empresas todas que foram citadas aqui estão pagando imposto? Eu acho que a Receita deveria cuidar disso e chamar esses contadores também. Nós queremos saber desses contadores que milagre é esse que eles estão fazendo.

Bem, tirando aqui os Parlamentares que foram eleitos, todo mundo que está em casa ou quem está assistindo em casa sempre fez uma entrevista de emprego. Fiquei curioso ao saber como foi a sua entrevista. Explique para a gente que funções e habilidades um gerente de supermercado precisa ter para se tornar assessor de um Presidente, no caso, da Conafer? Quem o contratou e qual a função específica para que você foi contratado?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Meu caro, boa tarde. Em nenhum momento eu fui contratado como assessor da Conafer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Prestador de serviço.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Exatamente. Então, no meu caso... Eu fui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, vamos aproveitar esse exemplo...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ...de empreendedorismo seu e vamos pegar aqui umas dicas para ajudar os aposentados a recuperarem o dinheiro que foi roubado, e também para outros brasileiros que sonham também em ter os seus milhões aí. Explique para a gente como um gerente conseguiu movimentar 300 milhões apenas fazendo a escala 6x1.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, eu não fazia apenas a escala 6x1. As minhas empresas prestavam serviço. Esses 300 milhões nunca foram meus. Vinha diretamente a ordem da Conafer para fazer todos os pagamentos, e eu fazia. Então, não tive 300 milhões, não tenho 300 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – As suas empresas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... papelaria, eventos, todas elas faziam...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... exatamente a mesma coisa: recebiam o recurso, 300 milhões aproximadamente, e faziam o pagamento de acordo com o que eles mandavam você pagar.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, recebia...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você nem sabia o que você estava pagando; só atendia, realmente, o que eles mandavam. É isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Exatamente. Não via recurso. O senhor fala... Eu não recebia esse recurso, não era meu esse recurso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Entrava nas suas empresas, você...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Entrava nas empresas e vinha a planilha. Cada planilha de 1 milhão, 2 milhões, com trinta, quarenta, cinquenta, cem pessoas para serem pagas, e eu fazia os pagamentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O que o Relator não entende é exatamente isso, ele não entendeu. Em vez de fazer o pagamento pela Conafer ou pelas outras empresas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso, exatamente. Fazia pelas minhas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... utilizava as suas empresas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... como laranja. Na prática, é isso.

Inclusive, a sua declaração de Imposto de Renda em 2022 mostrou uma renda tributável de R$14 mil apenas e, em seis meses, subiu para 6 milhões – um crescimento de 45.000%. Então, as pessoas querem saber o segredo desse sucesso.

Você se considera uma pessoa humilde?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Por que eu pergunto isso? Parecia apenas um gerente de supermercado, mas também sócio de empresas milionárias, em um curto espaço de tempo.

Pegando apenas três das várias empresas que você possui... Temos aqui uma papelaria, uma locadora de veículos e uma empresa de eventos, que receberam mais de 100 milhões – essas três empresas. Que tipo de papel e quantas folhas precisou vender, por exemplo, no caso da papelaria, para receber tantos milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Papelaria.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O senhor falou dentro de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Várias empresas. As minhas empresas – eram quatro empresas que eu administrava – mudaram, cancelei e entrei com outras, tá?

Papelaria foi...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quando você recebia esse recurso, você emitia nota fiscal ou não?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Todos os 300 milhões que foram para as suas empresas... Você emitiu a nota fiscal de recebimento dos 300 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A maioria. Eu tenho que confirmar com o contador tudo, porque era passado direto, mas, nesse período de oito anos prestando serviço, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você se lembra de ter pagado algum imposto na vida nesse período?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Relacionado à Receita?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Era bom fornecer para a gente aqui a cópia dos pagamentos...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Teve até uma época que foi... Tinha que fazer parcelamento...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Porque R$300 milhões é muito dinheiro.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Bastante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tem que pagar muito imposto, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, e dentro de oito anos, trabalhando em cima disso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Além do sucesso das inúmeras empresas que você criou, teve um feito que nem mesmo o Elon Musk, que é o homem mais rico do mundo, conseguiu alcançar: você criou empresas que, assim que foram criadas, receberam pagamentos imediatos! Criou a empresa...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-hum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... e, logo na sequência, 9 milhões, 12 milhões...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-hum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Qual é o segredo comercial dessas empresas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tem segredo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sem histórico nenhum comercial, já nasceram lucrando milhões.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-hum.

Tá. Igual eu passei, desde o início, essas horas falando, fui convidado para prestar serviços para a Conafer, e foi aí que foi começando a demanda. Nem sempre foi a mesma coisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A Conafer, através do Presidente, transferiu para você 300 mil num período de seis meses – para você, pessoa física. Esse era salário ou era parte do esquema? Como é que... Que pagamento foi esse para você?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tinha salário nem esquema. Agora, acho que a Conafer nunca mandou R$1 para mim na minha pessoa física, mas vou apurar isso e reparar para o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Presidente fez, não é a Conafer; o Presidente da Conafer, Carlos Roberto, transferiu para as suas contas. Está no sigilo quebrado aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá, eu vou... Eu vou pedir para o advogado puxar relatórios e repassar para os senhores posteriormente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você conhece o Higor Dalle Vedove Lourenção?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Conheço, conheço, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você parece ser peça central da movimentação da Conafer relacionada a isso. Quanto ele parece ser uma peça central nas suas movimentações? Por exemplo: sua consultoria passou para ele R$2,5 milhões e depois ele repassou de volta R$1,6 milhão para o senhor. Que tipo de negócio justifica esse fluxo de quase R$10 milhões por ano, nos dois sentidos? Vai para a sua empresa e depois volta o recurso. Por que acontecia isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não sou peça central de nada. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – São 300 milhões. É fundamental.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Igual eu expliquei para o senhor: vinha pedido de pagamentos eu fazia, em nenhum momento esse dinheiro era meu, né?

E do Higor eu vou ver o que é, porque com ele que eu comprava as frotas de carro e pagava para ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – As empresas da sua esposa eram a mesma coisa? Eram utilizadas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu administrava todas as empresas, era o mesmo formato ...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Era o mesmo *modus operandi*?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O mesmo formato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Recebia o recurso...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pagava as planilhas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... fazia pagamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tem uma curiosidade aqui: a empresa agropecuária PKST, controlada por sua esposa...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – E por mim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... transferiu quase R$3 milhões para uma casa lotérica, Fortuna Loterias. Qual era a natureza desses pagamentos vultosos e recorrentes à lotérica?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá. A empresa é administrada por mim, só era no nome da minha esposa. E... porque estava na planilha de pagamentos; não sei do que é, não perguntava para o cliente ou para a Conafer para que é isso, porque eu recebia uma média de 20 folhas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... 30 folhas de planilhas para fazer. Então, não sei quem é, desconheço quem é; só vinha a lista.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Chegou a lista... é igual o que aconteceu aqui com o depoimento do Milton e também do... que recebia as planilhas e ia pagando sem... mandaram fazer.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso, não perguntava quem era... Exatamente, não perguntava quem era, o que é, ou para onde, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Olha, esse serviço do To Hire...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – To Hire... Isso, aluguel de veículos. Certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... prestou à Conafer e recebeu quase R$100 milhões.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Foi o quê? Os veículos? Aluguel de veículos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Aluguel de veículos, venda de veículos em geral, desde o início das empresas. Então, é isso mesmo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas normalmente não tinha correlação com o objeto, não. Mandou emitir a nota, independente de qualquer coisa, era emitida.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Como assim? Eu não entendi. Em relação ao...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Por exemplo: você tem uma empresa locadora de eventos...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-hum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... mandava pagar realmente qualquer coisa, você não questionava: "Ah, mas isso aqui não tem nada a ver com eventos, isso aqui é para outra coisa".

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Algumas vezes, não mesmo, porque algumas vezes eu mudava o valor que vinha de uma empresa, eu mandava para outra para fazer o pagamento das planilhas que eram pedidas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k., Presidente. É lamentável, mas a gente precisa chegar lá, e para isso temos que quebrar realmente essa questão aí da blindagem.

Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Para interpelar.) – Sim!

Sr. Marcelino – só uma coisa, Senador Girão –, Sr. Marcelino, o senhor recebia as planilhas para pagamento. Essas planilhas vinham de quem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Diretamente da Conafer, das secretarias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem é que enviava para o senhor da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – As secretarias mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas quem? Na secretaria havia uma pessoa que mandava para o senhor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu só não me recordo do nome, mas havia pessoas, porque eu tinha... Vinha direto das secretarias...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Marcelino, eu vou repetir: qual é o nome na secretaria que mandava para o senhor as planilhas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Secretaria... Tesouraria, perdão. Vinha da tesouraria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tesouraria. Quem era o tesoureiro ou a tesoureira que lhe mandava as listas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não lembro o nome, porque eram umas cinco ou seis mulheres que trabalhavam lá, e só vinha no celular pessoal, o celular da empresa; vinha e pedia um comprovante com mais agilidade possível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Uma outra pergunta: essa listagem de pagamentos ao longo de oito anos, o senhor tem arquivados esses pagamentos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tenho 99% desses pagamentos prontos para apresentar aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E estão guardados onde esses pagamentos, essa listagem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, estão nos meus computadores, celular...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Que foram apreendidos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Que foram apreendidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tentaria até puxar pelo banco, mas os bancos encerraram todas as minhas contas. Mas pedi para o meu advogado puxar direto mesmo dos bancos os extratos desse tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então vai ficar consignado, Doutor, e, assim que ele tiver acesso, ele vai encaminhar a essa Secretaria...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – De prontidão, de prontidão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... a relação de todos os pagamentos que foram feitos ao longo de oito anos.

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – Eu já estive no gabinete do Ministro André Mendonça...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode falar no microfone, para ficar nos termos, Doutor.

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA – Presidente, eu já estive no gabinete do Ministro André Mendonça, inclusive para pedir a liberação de todo o processo. Inicialmente, o procedimento criminal junto à Polícia Federal se iniciou na 10ª Vara Criminal Especial aqui de Brasília, e, através de ofício, o Ministro André Mendonça solicitou que todas as investigações e todo o procedimento fosse encaminhado ao diretório. Então, eu estou aguardando ainda a liberação, para que eu possa apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA – E foi bom que foi em tempo hábil.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Posso dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Talvez a CPI pudesse solicitar ao Ministro André Mendonça o compartilhamento desses dados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... com o Congresso Nacional, com esta CPMI.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Bacana.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Fazemos o requerimento, que não sei se precisa ser aprovado. Imagino que sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem que ser aprovado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E aí o Ministro, se aprovado, compartilha conosco as informações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator *ad hoc,* Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Como Relator.) – Não, eu iria só... O senhor fez exatamente o questionamento que eu ia fazer. Estamos sintonizados. É porque essas planilhas de que o Sr. Cícero falou várias vezes aqui, durante as perguntas do Relator, são extremamente importantes.

Então eu sugiro, Sr. Presidente, que a gente coloque no final, como o senhor preferir, no final coloque em votação, para que a gente possa pedir o compartilhamento dessas planilhas que a Conafer mandava para o senhor, para fazer o pagamento.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, eu já estou de prontidão para encaminhar. Nós já pedimos até para.... O advogado pediu, tentando pela Justiça, uma forma de liberar os extratos, porque as contas foram automaticamente encerradas. Então, por isso a gente não consegue puxar.

Peço até desculpa de não ter muitas informações, por questão de que a convocação nossa foi há menos de sete dias. Então a gente não teve tempo de ver... Eu estou correndo pra lá e pra cá. Mas era mais fácil ouvir e trazer o que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor sabia de onde vinha o dinheiro da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tinha nenhuma noção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas, Doutor, o senhor desculpe, mas o senhor permitiu passar R$300 milhões na conta sua e da sua esposa sem procurar saber a origem do dinheiro?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, quando eu lia documentos da Conafer: que tem 8,870 milhões de famílias, que presta serviço, etc., eu, assim, não ia indagar por quê, de onde veio e quem é. Então, vamos por 8 milhões de famílias, sei lá, te pagando R$40 por mês, R$50 por mês, pode ser disso. Mas aí...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, Deputada Adriana Ventura com a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Presidente, obrigada.

Primeiro quero elogiar a sua postura.

Hoje, para variar, o nosso Relator, como sempre, dá um *show*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O nosso Relator *ad hoc* eu tenho certeza de que não poderia ter sido escolhido um Senador melhor.

Quero cumprimentar o depoente e o seu advogado.

Sr. Cícero...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Olá!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... eu trabalhei muito tempo com contas a pagar, contas a receber. Eu já contratei, inclusive, empresas que faziam o tipo de serviço que o senhor faz.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, assim, falando de uma maneira muito franca...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... então, eu acho inadmissível que, com essa movimentação, com essas planilhas, o senhor não se lembre das pessoas responsáveis, porque na empresa tem uma pessoa que fala com outra, até porque não é "manda a planilha e paga"; às vezes tem pagamentos altos que dão problema, questões que dão problema. Então, tem uma pessoa que é responsável, que é a chefona da galera, que fala o que paga, o que não paga. Qual é o nome dessa pessoa?

A gente não quer saber das atendentes, que mandam, que planilha, a gente quer saber o nome da chefona.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu entendi, eu acho que...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você não lembrar, eu acho um absurdo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não. Eu achei que era lembrar para quem foi pago, porque era planilha com 200, 300 pessoas...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Quem é a pessoa responsável, da Conafer e das outras empresas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, a responsável dos comprovantes, na Conafer, era a Tamires, atendente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tamires.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá, então...

Você sabe o nome completo dela?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós temos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está certo. Eu queria, primeiro, começar, dizendo que a gente fala muito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, você pode pedir silêncio, por favor? Está uma "falaiada", isso atrapalha... Eu queria que devolvesse meu tempo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hoje eu estou brava. (*Fora do microfone.*)

Obrigada.

Seu Cícero, continuando, a gente fala muito de diferenciar sindicato fantasma e sindicato real. O que eu chamo de sindicato real é aquele que não é de fachada, que realmente tem associado, que tem desconto, que, tecnicamente, de uma maneira muito fingida, presta algum serviço. Mas eu acho que existe essa diferenciação porque a gente viu que tem um monte de sindicato fantasma. Mas eu pensei que a Conafer e Sindnapi fossem reais no sentido de ajudar pessoas, mas a única coisa que eu estou vendo aqui, nesta CPMI, é que as pessoas que sindicatos ajudam são os próprios dirigentes, seus familiares, as empresas dos dirigentes, as empresas dos familiares ou as empresas dos laranjas e os familiares dos laranjas. E você é um laranja. Suas empresas são empresas laranjas. Então, eu acho que isso tem que estar muito claro. O senhor é uma pessoa inteligente, que, afinal de contas, tem um monte de empresa, recebia... Então, no mínimo, o senhor sabia que estava sendo usado como laranja. O senhor confirma isso para mim?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, eu não sabia que estava sendo usado como laranja, porque eu não ficava em casa o dia todo descansando e receberia. Não. Eu tinha serviço para fazer o dia todo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Entendi.

O senhor tinha quantas empresas que prestavam serviço?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – São quatro. No total, são quatro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Quatro. E o senhor falou que sobravam uns trocos ali, que, daquele montante dos 300 milhões que passaram na sua empresa, dava uns 20, 30 mil por mês em cada empresa, mais ou menos, tirando as coisas tal. Correto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O senhor não achava estranho tanta movimentação?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Assim, de começo, eu falo: "Nossa! Que valor alto". Mas quando, um exemplo, eu pegava as planilhas, o dinheiro era todo para as planilhas, sobrava algo para mim. Então, vinha a planilha – vou dar um exemplo de planilha – da fazenda: cento e poucos funcionários, planilha de 2 milhões e pouco. Eram lá dois, três dias fazendo, conforme as outras.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu entendo bem isso.

Agora, assim, R$300 milhões é muito, muito dinheiro. Você está querendo dizer que quem sabe de tudo do financeiro da Conafer é a tal Tamires, certo, que falava com você?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, Tamires, Letícia, os nomes que eu lembro. Não conheço as pessoas pessoalmente. Mas, na verdade, assim ó, cada setor me encaminhava uma planilha.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, eu entendi essa parte.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, cada setor me encaminhava uma planilha.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá, mas tinha a chefona que cuidava de todos os setores...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. Cada setor tinha seu chefe. O setor indígena era um.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, beleza. Eu acho que depois você pode falar o nome de todos os chefes. É uma solicitação que eu peço.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Está bom, vou pedir para anotar, para a gente passar, sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada.

A outra coisa: a gente está falando que a sua empresa Nobre, só ela, R$100 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Algumas outras, agropecuária... 163 milhões. Para o senhor, que começou, fazendo as suas vendas e tal, o senhor sabe o volume desse dinheiro, e algumas coisas me chocaram na sua fala. E me chocaram assim, primeiro, você falou que não lembrava de saques acima de R$30 milhões, você falou que não lembrava. Eu lembro que uma vez eu fui sacar uma folha de pagamento de dez funcionários, porque deu problema no sistema de cheque – naquela época em que tinha cheque –, e eu ficava morrendo de medo de sacar dinheiro vivo e sair. Você faz saques milionários e não lembra. Eu acho isso muito estranho. Então, eu vou fazer de novo a pergunta que o Gaspar fez: você se lembra de saques altos, de milhões de reais, que você tenha feito?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não lembro de saques milionários.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, você não fez?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não lembro. Não é que eu não fiz.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você lembraria se você tivesse feito?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim. Mas saques pequenos, sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, saques pequenos...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, talvez esses milhões de reais...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Saques de milhões de reais...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – O que é pequeno para ele?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, desculpa. Você lembra de ter feito saques de milhões de reais?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, saques de milhões de reais, não lembro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O senhor foi contratado, explicitamente, para usar suas empresas como empresas laranja da Conafer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. Foi...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você não foi pago por isso? Você não assumiu o papel de laranja... Tem muita gente que vende o serviço de ser laranja, mas não foi o seu caso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, até porque surgiu a necessidade, abrimos a empresa e fomos prestar serviço. Nunca cheguei a chamar...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Entendi.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – "Você é um laranja, você vai abrir empresa, vai entrar o dinheiro lá e você pega tanto para você e vai...". Enfim, nunca aconteceu isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O.k.

Outra coisa objetiva aqui, uma coisa que me assustou: você falou que vendeu a empresa e não sabia para quem tinha vendido. Eu nunca vi isso. Eu nunca vi isso, até porque eu já vendi empresas e tudo mais... A gente sabe para quem vai, até porque você assina um contrato.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Outra coisa que me assustou. Você falou assim: "Fui convocado para ser diretor do Terra Bank, T.B Holding e tal".

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você foi convocado pela Conafer?! Quer dizer que você recebia a ordem do Presidente da Conafer, ele mandava na sua vida, em você, e você foi convocado para ser diretor, para ser o diretor laranja, o sócio adm., você foi?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, eu fui convidado para ser sócio ...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você falou "convocado".

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá; a gente nessa hora acaba mudando as palavras e cada um tem sua interpretação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui convidado, após já estar trabalhando quatro ou cinco anos, para cuidar da parte administrativa do Terra Bank. Sim, fui convidado, com 10% na sociedade da empresa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá. E outra coisa: Você conhece a Lucineide, que cuida da AAB?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho noção nem de quem é.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É a esposa do Seu Chrisostomo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A Mulher do...

Não? Está ótimo.

E agora, eu queria... A gente pediu, inclusive, o contador. É o contador da Conafer, com a sua esposa, aquela que ressuscitou 27 mil mortos, inclusive tem morto de 25 anos...

Você não a conhece?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho nem noção de quem é.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está certo.

Porque, assim, o grande objetivo desta CPMI é recuperar dinheiro roubado. Eu vejo algumas falas aqui, de Parlamentares do PT, que são da base do Governo, dizendo que "o Governo Lula está investigando...". O Governo Lula é isso. O Governo Lula, deixando claro aqui, não moveu uma palha para reaver dinheiro roubado de sindicato. Blinda sindicato. Nada foi feito para sindicato. Inclusive, eles queriam devolver o desconto quando a gente votou o projeto lá. Tinha dois destaques para os descontos voltarem, mesmo depois dessa roubalheira. O Governo Lula, voltando aqui, não fez um... não moveu uma palha para punir qualquer sindicato. Nenhuma. E continua não fazendo. O Governo Lula fala que está devolvendo dinheiro, mas não conta que não está pegando de quem roubou. Está pegando de todos os brasileiros para fingir que é bonzinho e devolve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero deixar claro aqui também que a AGU, eu não vi também bloqueando o dinheiro de nenhum sindicato. A CGU foi fazer alguma coisa com os sindicatos que estão vinculados ao PT – Contag, e mesmo o sindicato do irmão do Lula –, depois que começou a CPMI.

Então, eu acho que a gente não pode mais ser refém de sindicato. A gente não pode mais deixar que sindicato, pensionista, deficiente e qualquer coisa que o valha, continuem sendo roubados. A gente precisa pegar essa quadrilha e colocar na cadeia.

E aqui, Seu Cícero, vou falar de uma maneira, inclusive muito sincera, até porque vocês foram conversar com o Ministro André Mendonça, ele bloqueou R$400 milhões do irmão do Lula, bloqueou bens de dirigentes, e o senhor foi um laranjão. As suas empresas foram laranjas, certo? Isso é fato. O senhor está demonstrando boa vontade, é por isso que este Colegiado está sendo dócil, mas o fato é que, laranja ou não, sabendo ou não...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... pelas suas empresas e pela sua mão, a roubalheira dos aposentados aconteceu. E você é responsável por isso.

Então, o que eu gostaria de entender é, assim: esses R$300 milhões, esses chefões, essas pessoas que estão sendo blindadas... O senhor não tem ideia, não passa pela tua cabeça quem são esses grandalhões, graúdos, que te usaram de laranja e que provavelmente querem que você vá para a cadeia para que eles não sejam condenados? Você saberia dizer nomes de alguém ou alguma coisa de que você tenha medo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Perdão... Me perdoa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu vou reformular.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Me perdoa, Presidente. Tocou aqui...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você tem ideia de quem sejam esses grandalhões, esses graúdos que te usaram de laranja, que você se deixou usar, que usaram as tuas empresas, talvez por conivência, por ignorância? Eu acho, sinceramente, muito difícil isso ter acontecido, mas vou te dar o benefício da dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem são esses grandalhões e para quem você enviou R$300 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá. Primeiro, boa tarde.

Com todo respeito à senhora, a senhora iniciou falando de Bolsonaro, de Lula...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu nem toquei no nome de Bolsonaro.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... de lado, perdão, de... etc., eu não sei.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu te fiz uma pergunta dos R$300 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Deputada, já encerramos o tempo. Deixe ele responder, por favor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A senhora começou...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu fui interrompida duas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... um por aqui e outro por ali.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, eu só estava falando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente, tem como você dar um minuto...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Desculpa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – ... para ela, porque eu interrompi aqui...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Não, não precisa me dar um minuto, já...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem. Já ultrapassamos, ele vai responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Sr. Cícero.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, na verdade, assim, eu não tenho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu entendi a senhora...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Pode falar, Sr. Cícero.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... o seu desafeto aí com a parte política...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu tenho desafeto com política...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá, vamos voltar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... mas eu te fiz uma pergunta, e a minha pergunta é: cadê os R$300 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – E eu vou terminar ela.

A senhora tem o seu desafeto com política e época, quem pegou, quem não fez e descobriu.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não precisa defender o PT aqui, meu querido.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não estou... Eu vou voltar novamente. Eu não estou defendendo ninguém, porque eu não trabalhava, nunca prestei serviço para político, né? Em nada, nunca. E os 300 milhões, reporto aqui para a senhora de novo que foram, nesses oito anos, sendo pedidos para fazer pagamentos, etc. Para quem eram os pagamentos? Igual pediram as planilhas. Vai estar tudo nas planilhas e vocês vão saber quem é. Porque eu não perguntava para quem o que estava fazendo, o que era.

Em questão de grandalhões, eu não trabalho grandalhões de onde... Eu prestava serviço para o Carlos Lopes na Conafer. Então, tudo que eu estou passando, desde o início, desde as 9h da manhã que estou aqui, é a mesma verdade que fui passando até agora. Então, assim, eu não tenho grandalhões, não sei quem são grandalhões. Eu sei que me pediam para fazer um serviço, eu prestava esse serviço e finalizava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa falar a parte política. Eu quis dizer, porque, no começo, a senhora começou com esse texto, né, que eu fico meio perdido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Senador, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Excelência?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ...aqui pedir a todos – pela ordem –, pedir a todos que cantem o Parabéns ao Senador Magno Malta.

Parabéns...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhores – não.

Por favor, senhores... Por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nossos parabéns, felicidades, mas, por gentileza, Excelência...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Coronel.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Isso engrandece o ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Meus... Nós...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Isso é uma coisa tão importante...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, nós temos mais três horas e meia de trabalho...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... pela frente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – No intervalo vamos cantar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, no intervalo cantaremos, alguém pode providenciar um bolo...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência...

Então, no intervalo, Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... mas agora não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – No intervalo, vamos cantar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... os Parabéns ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima, por gentileza, dez minutos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu tenho um tempo extra aqui para voltar no clima ou não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, dez minutos.

Senhores, por favor!

Dez minutos – dez minutos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana. Obrigado, Cícero, advogado Carlos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cícero, muito obrigado pelo seu depoimento, tá? Diferentemente do Sr. Carlos Roberto, que representa a Conafer, que recebeu R$800 milhões de reais nos últimos anos, o Presidente Carlos Roberto, que esteve aqui, o amigo de casa que está nos acompanhando viu, foi um senhor com as mãos pretas aqui que fez um ritual que, segundo alguns Deputados e Senadores aqui, era para ir contra os inimigos, então, nos tratando aqui como possíveis inimigos, e o senhor nos tratou aqui como Deputados e Senadores que vão fazer perguntas para o senhor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Obrigado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Cícero, quantos anos o senhor tem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tenho 38 anos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Trinta e oito anos.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Cícero, a gente recebeu aqui o Fernando Cavalcanti. O senhor é o 16º convidado. O Fernando Cavalcanti foi sócio do advogado José Wilians... Nelson Wilians, que é um advogado muito famoso, e ele também tem uma coincidência, uma similaridade com o senhor, o Fernando Cavalcanti era vendedor de vinhos do Pão de Açúcar e, em poucos anos, ele...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, silêncio!

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... foi responsável por milhões de reais, assim como o senhor, que era vendedor de terno em Presidente Prudente, sempre trabalhou com vendas, e, de uma hora para outra, através das suas empresas recebeu R$300 milhões. A sua relação com o Sr. Carlos Roberto transcende a relação profissional?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Acabamos tendo vínculo por esse tempo de prestação de serviço, de ter uma amizade, não de se frequentar sempre. Foi como eu expliquei anteriormente, viu um pouquinho do meu potencial, eu mostrei algumas coisas que eu podia fazer e fui abrir empresa para prestar o serviço.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Quando o senhor tem uma procuração para cuidar da fazenda de Lagoa Alta, quando o senhor tem aí, segundo o próprio senhor, que disse que fazia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimentações bancárias no celular do Sr. Carlos Roberto, quando o senhor abre empresas, e o senhor tem aqui inúmeras empresas de que o senhor é sócio: do Banco Terra Bank, do Marcelino de Souza Santos Serviço de Locações, o senhor é sócio do Nobre Serviço de Eventos, sócio da CSS Locação de Veículos, sócio da CSS Consultoria e Gestão, sócio também do TB Holding Financeira Limitada. A sua esposa é sócia da Agropecuária Pikiskeni e a sua esposa é sócia da Cooptec.

Essa relação aqui que a gente observa no gráfico montado pela assessoria do Partido Novo – e eu tenho o maior orgulho, os quatro integrantes do Partido Novo aqui votaram pela convocação do Sr. Frei Chico hoje –, essa relação é uma relação familiar, por isso é que eu perguntei qual a sua relação, porque ninguém entrega de mão beijada um presente desse tipo em que o recurso não sai dessa órbita. Isso é muito parecido com o Sindnapi, só que no Sindnapi você tem uma relação na qual o Frei Chico é Vice-Presidente e em que a filha do fundador, que tem 25 anos, nesse outro sindicato, opera da mesma maneira como o senhor opera aqui.

Então, eu vou fazer uma pergunta para o senhor. Quando o senhor suspeitou que esses recursos eram irregulares em relação ao recebimento de descontos não autorizados por 97% dos 659 mil filiados da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Meu caro, quando 1h, 5h30 da manhã, a polícia veio na minha casa e depois eu vi isso nos jornais, porque, igual eu expliquei anteriormente, eu não sabia oriundo o dinheiro da Conafer, por minha prestação de serviço, e, assim, igual eu passei agora há pouco ao Presidente, a Conafer faz muitos atendimentos. Não sei se é relacionado com o INSS ou não é, porque eu não trabalho com o INSS; porém, tem lá 8,3 milhões de famílias, então, se for pago R$40, cada família – não sei como é –, então, a Conafer tem o seu dinheiro, mas em nenhum momento de desconfiança que era algo que estava tirando de pessoas de que não podia ser tirado. Sei que a Conafer atendia pensionistas, aposentados, na área rural, sim, mas eu não cheguei a desconfiar do que acontecia.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Cícero, quando você vê um gráfico aqui apresentado e o Sr. Carlos Roberto, que veio com as mãos pretas aqui e tratou a gente muito mal, por sinal, muito mal, entre os 16 foi o que pior tratou a gente, olhar pesado, rancor: 8 milhões de pessoas para 40

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

veículos de atendimento. Só de aposentados, extraviados, são 659 mil pessoas, é a população de Joinville. O senhor tem cem jogos de mesa, nove palcos. Olha, é uma historinha para boi dormir.

Eu espero que o senhor tenha sido pego não apenas pela vaidade, que todos nós temos, mas pela temeridade. E o senhor também, como é que o senhor passou tanto tempo sem perceber? Como é que você tem 659 mil aposentados e esses atendimentos que vocês prestavam, se comparado com o Município de Joinville, em Santa Catarina, que tem 14 mil funcionários na prefeitura, como é que os senhores tinham serviços realizados para um montante de pessoas? E vou só tratar dos aposentados, não vou chegar nem aos 8 milhões, porque isso para mim é uma *fake news* tamanha que acho que só ele acredita nisso, o Presidente da Conafer.

Então, a gente teve aqui, a partir de 2023... No ano de 2022, eram 92 milhões arrecadados pela Conafer. Em 2023, passou para 202 milhões; em 2024, para 273 milhões. E o senhor não notou que esse recurso... Porque esse negócio só tem como dar certo se tiver roubo, não tem outra saída. E como é que o senhor deixa passar pelas suas mãos, pelas suas empresas, 300 milhões? Uma empresa hoje, para ser justificada, você vai ter um lucro, no mínimo, de 10%, de todo o trabalho que você vai ter. Como é que você passa 300 milhões e tem uma remuneração mensal de R$20 mil por cada empresa que o senhor administra? Por que o senhor se sujeitou a isso? O senhor é inteligente.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Meu caro, igual o senhor falou, eu nunca atendi aposentado, 659 mil – entendi a pergunta do senhor –, eu nunca atendi o INSS ou algo do tipo, eu atendi a Conafer. É um número, é um valor alto, sim, mas eu nunca cheguei à parte de desconfiança do que vinha e nem era da minha alçada perguntar de onde vinha.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Cícero... Cícero, eu vou novamente aqui citar Copacabana, porque sou professor de Educação Física, dou aula de natação segunda e sábado. Imagina se, de repente, eu recebo, no final do mês, R$500 mil na minha conta: "Ah, não, eu tenho aluno de natação". É muita ingenuidade.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, mas foi o que eu expliquei para os senhores. Surgiu a necessidade de abrir empresa e fomos prestando os serviços. Vinha o que vinha para pagar, enfim, entendeu? Foi assim que começou esse montante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas eu agradeço muito o seu depoimento...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, doutor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... e eu acompanho o raciocínio do Relator de, de maneira nenhuma, pedir a sua prisão. Eu acho que a sua colaboração aqui é fundamental. Foi o melhor depoimento até agora.

E vou terminar com algumas perguntas aqui que julgo muito importantes.

O senhor é sócio do Terra Bank. O Terra Bank teve uma notícia, aqui no jornal *Metrópoles,* de 23/6/2025: "[...] ex-diretor esteve em lançamento de banco ligado a operador". Quem convidou André Fidelis para o lançamento do Terra Bank?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Meu caro, sim, isso aí é uma resposta que eu tenho para o senhor aqui. Eu é que fazia o evento, organizava e tal. Convidados não eram da minha parte, mas eu tinha que tirar foto com todo mundo, reunir as pessoas, atender os clientes.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – A foto está aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, sim. Pode ver até que não estou do lado ou não. Então, das pessoas, eu não conhecia quem eram as pessoas. Eu sei que, quando tinha eventos da Conafer...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... iam pessoas, iam Parlamentares, etc., mas assim, não de eu saber quem é, quem estava, quem foi.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Cícero, e o Virgílio Ribeiro Filho, Procurado chefe do INSS na gestão de Alessandro Stefanutto, também esteve presente, Alessandro Stefanutto esteve presente? Alessandro Stefanutto esteve presente? O senhor se recorda?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu vim conhecer agora, depois da foto e tal, mas não me recordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor não se recorda da presença do Alessandro Stefanutto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, porque, quando falo, eu me lembro da imagem de ontem ou de depois de notícias que vêm saindo, mas não me recordo.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Cícero, e por que os repasses da Conafer, para as suas empresas, ocorriam no mesmo dia de depósito do INSS?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, então, como eu não trabalho com o INSS...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – No mesmo dia!

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... devia ser isso que acontecia, né? É, porque era em todo o quinto ou sexto dia útil que vinham as planilhas para eu fazer o pagamento.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E o senhor nunca suspeitou?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, porque de onde era oriundo o dinheiro eu não sabia.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Certo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu até achava que vinha, sei lá, o dinheiro do Governo e tal, então vinha na...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... data útil e vinha para mim as planilhas para serem pagas.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Em relação à procuração que o senhor recebeu da esposa, a Bruna, que por sua vez tem uma procuração para Cícero Marcelino de Souza Santos – a Bruna, esposa do Carlos Roberto –, o senhor tem noção dessa procuração? Para que ele lhe deu essa procuração?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho noção. De oito anos que a gente vem prestando serviço, você acaba conhecendo e tal. Algum favor ela deve ter pedido para eu fazer ou algo relacionado. Eu sei que tinha financiamento: "Você não consegue..." – como eu faço a parte de assessoria – "... entrar em contato, passar a procuração, ver isso, pagar?". Creio que é algo do tipo, mas estou disposto, igual falei para o Presidente, a puxar, ver essa declaração e eu prestar aqui as respostas para o senhor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Cícero, muito obrigado pela sua colaboração. E fica muito claro aqui para mim, para outros Deputados, que o senhor é uma peça importantíssima no xadrez, mas que claramente o senhor se deixou ser usado por essas pessoas. Infelizmente, o senhor tem uma parcela de culpa, sim, porque a gente está tratando de milhões de aposentados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... que foram surrupiados com R$20 a R$40, e de pessoas que recebem um salário mínimo a dois salários mínimos.

Obrigado, Cícero.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo.

Alô, Rondônia!

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, fico feliz de o senhor iniciar a fala por Rondônia: Olá, Rondônia! Olá, Belo Horizonte!

Presidente, é tão bom a gente falar do nosso estado, das nossas cidades. Parabéns para o senhor, parabéns aos mineiros...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... que têm aqui um Presidente conduzindo muito bem, com sucesso, esta Comissão de Inquérito, CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Parabéns, Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sr. Cícero...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Boa tarde, meu caro.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu gostaria aqui de falar para o Sr. Cícero e para todos os Srs. Parlamentares aqui e à mesa que aquele Chrisostomo, que apareceu ali na fala, nada tem a ver comigo nem ninguém da minha família – nada! Simplesmente nada, Presidente. Então, eu gostaria de falar, porque o povo ouve lá e a gente não sabe, né? Então, nada tem a ver o tal do Chrisostomo, que apareceu ali na relação do Sr. Cícero, com o Coronel Chrisóstomo – nada!

Sr. Cícero... Antes ainda de tratar com o Sr. Cícero, eu gostaria de ler aqui o que o *Metrópoles* publicou em 1/10/2025: "Vice da Conafer fraudou cadastro de agricultores para ganhar licitação de R$526 mil".

Os senhores prestaram atenção no que eu falei? Vice, igual ao nosso conhecido Frei Chico. É vice também! E aqui disseram que, por ele ser vice, nada teria a ver, porque era uma pessoa – um santo – que estava colocado lá para dar uma força certamente para o sindicato dele. Qualquer vice, senhores, pode, sim, estar no rolo. Por que não? Por isso deveria vir aqui, deveria ser investigado aqui neste plenário.

Agora vamos tratar de nós.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sr. Cícero, eu vejo e ouvi aqui muitas falas e perguntas ao senhor, e o senhor respondeu praticamente tudo. Parabéns!

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Obrigado, doutor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Porque os outros aqui viraram um poste.

Mas tem um detalhe, e eu vou lhe apresentar: uma papelaria que recebe, num tempo curtíssimo, R$60 milhões não tem explicação nenhuma. Isso cheira a rolo. Não tem explicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma papelaria, Cabo Gilberto, que gere R$60 milhões? Tem papelaria que fica dez anos e nunca vai ver R$60 milhões. A do senhor viu, em pouco tempo, 60 milhões. Há indício de roubo.

Vamos lá.

Você planejou com Carlos Lopes respostas coordenadas para o depoimento na CPMI?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Não; não tenho nem o contato. O meu único contato é o meu advogado, que é da minha cidade. Não tenho nenhum contato com Carlos Lopes e nem equipe.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Nada?

Tem outra pergunta aqui.

Nobre Serviços de Eventos recebeu mais de 27 milhões. Tem rolo! Tem rolo! Não tem condições de uma empresa de serviços de eventos, em pouco tempo, gerir mais de 27 milhões. Não tem condições, dentro de um processo legal, de consultoria e assessoria justificarem o recebimento, num tempo curto, de mais de 107 milhões, senhor! Onde existe isso no país? Em que lugar do Brasil? Não existe. Isso tem cheiro de roubo, de assalto aos nossos aposentados e pensionistas. Eu não estou dizendo que é o senhor...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Entendo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... mas que, dentro desse rolo, existe, existe.

Tem mais coisa aqui.

Sr. Cícero, chegou a sua hora de falar. Não deixe de entregar os patrões desse roubo, meu caro, os patrões do roubo dos aposentados e pensionistas. O senhor tem essa oportunidade; senão, se o senhor ficar segurando as verdades, sabe o que vai acontecer? Vai sobrar isso para o senhor, e eles vão sumir porque são os mais poderosos, porque há indício – há indício – de que o senhor seja apenas uma peça que o Brasil chama de laranja.

Não perca essa oportunidade. Esses Parlamentares que estão aqui gostariam... E nós gostaríamos de saber a verdade, as verdades, porque não dá para nós estarmos assistindo aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

doentes morrendo por falta de remédio. E o senhor tem essa oportunidade aqui agora, o senhor está livre para falar.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá o.k. Obrigado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Tem mais.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá. Então, não é para responder. O.k.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Tire a sua família desse rolo, rapaz! Como é que o senhor coloca a sua esposa? Pelo amor de Deus!

Não é só o senhor, não, essa prática é igual aos outros. Não há sindicato aqui, pelo menos não passou, em que não está a esposa, não está a filha, não está o primo, o tio... Que horror, rapaz! Todos vocês envolvem a família de vocês. No final, vai ter família inteira presa. Não façam isso.

Peça para a sua esposa sair logo, rapaz. Não é cabível isto, colocar família dentro de um esquema horroroso desse, de roubo dos aposentados, dos doentes, dos deficientes físicos, rapaz, das pessoas mais vulneráveis.

É inaceitável. Nós ficamos indignados aqui. Até a esquerda fica indignada, embora ela fale, fale muito aqui, mas nós gostaríamos... E é por isto que nós estamos aqui: queremos as verdades.

Mas é a sua oportunidade, senhor. O senhor tem verdades para contar agora?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu agradeço ao senhor, a sua preocupação com família, etc., concordo com o senhor plenamente, mas nada diferente do que eu já passei, do que eu já passei para o... A resposta é a mesma.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Infelizmente, as suas respostas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – A gente agradece porque pelo menos o senhor fala, pelo menos o senhor responde, mas mais de 300 milhões passaram pela sua vista, para algum lugar foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... e voltou, novamente, para você.

É a sua grande oportunidade, Sr. Cícero. O senhor está num emaranhado que o senhor tem a oportunidade de delatar. Delate! Não segure.

Tem vários Parlamentares... Quando o senhor falou em emenda parlamentar, quem trata são Parlamentares. Fale o nome deles, divulgue para o Brasil, divulgue empresários, divulgue as autoridades que estão fazendo esse rolo; senão, isso vai ficar só na sua mão, meu amigo. Aproveite a oportunidade, entregue o nome dessas pessoas que estão roubando os nossos mais velhos, rapaz.

São os vovôs, são as vovós que estão sendo arrasados, porque as pessoas estão doentes por esse roubo. Faça isso, entregue todos os ladrões dos aposentados e pensionistas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O senhor quer comentar?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim, sim.

Eu agradeço. E é bastante conveniente a pergunta do senhor. Eu nunca tive, de verdade, contato com grandes ou etc. O meu contrato era diretamente com a Conafer. Então de que forma chegava esse dinheiro a mim? Nunca teve acesso a mim. Igual o senhor falou, o Metrópoles passou... O que falam lá são meramente palavras, porque eu nunca fui assessor ou Presidente ou Vice, nada da Conafer. Então, na verdade, as minhas empresas prestavam serviço para elas.

De onde era oriundo? Eu poderia inventar algo para poder me safar, mas eu não tenho o que falar para o senhor, porque do formato que vinha, valores etc, vinham planilhas para pagamento, vários milhões, entendo, é um número absurdo, só que esses valores não ficavam para mim. Conforme a gente vai trazer...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Para quem então? Para quem ia, meu Deus?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência.

Vamos dar sequência. Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Sr. Cícero Marcelino...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Fala, meu caro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... o senhor fez confissões aqui graves, viu? Confissões graves. O senhor confessou um esquema sofisticado de lavagem de dinheiro. Eu fiquei aqui impressionado de ver.

Na CPMI da tentativa de golpe, a Senadora Eliziane Gama fez aqui uma dosimetria, na época, em relação ao Jair Bolsonaro, e ela acertou meio na mosca. Ela falou, "vai ser em torno de 35 anos". Com o abatimento da idade dele, ele acabou pegando agora 26 anos de cadeia, Jair Bolsonaro.

Eu estou fazendo aqui uma dosimetria também, com a ajuda de advogados, porque eu não sou, mas a confissão do senhor de participar desse esquema de lavagem de dinheiro dá, por baixo, o seguinte: organização criminosa, art. 1º, *caput* e §4º da Lei 12.850, de 2013; isso dá reclusão de três a oito anos; pode ter aumento se for servidor público.

Lavagem de dinheiro. Está óbvio que houve lavagem de dinheiro nesse processo, porque o senhor disponibilizava suas empresas para fazer essa lavagem de dinheiro; isso, art. 1º, *caput* e §4º da Lei 9.613, dá reclusão de três a dez anos, podendo aumentar de um sexto a dois terços, em razão da prática reiterada de atos de lavagem por meio de organização criminosa, que é o caso. Aumento de um sexto a dois terços pela continuidade delitiva, art. 71 do Código Penal.

Penas mínimas, portanto, seriam sete anos e quatro meses, podendo chegar a 36 anos e oito meses de reclusão, mais multa. O cálculo aqui, nós estamos considerando também as causas do aumento da pena e o crime continuado. E evitamos aplicar aqui o concurso material, em que cada estelionato eletrônico contra o idoso seria considerado individualmente centenas de milhares de vezes; sem considerar isso.

Então, o senhor arrisca aqui pegar de sete a 36 anos de cadeia pelos crimes que o senhor está confessando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, eu pergunto para o senhor, primeira questão: não seria melhor o senhor fazer uma delação premiada, nos entregar a planilha e dizer realmente para quem foi esse recurso? Ou o senhor não sabe mesmo para quem foi esse recurso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Boa tarde. Obrigado pela pergunta do senhor.

Primeiramente, eu não confessei lavagem, o senhor que está falando isso.

Eu não confessei em nenhum momento, né? E eu não fiz nada contra idoso, tá? Reforçando: já anteriormente, já foi pedido as planilhas para repassar e pegar a veracidade do caso, e o meu advogado vai retornar para o senhor e passar qualquer dúvida que o senhor tenha, para que seja tudo resolvido.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois não, mas isso aqui o senhor vai ter que explicar muito bem na justiça, viu?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sem problema. Eu vim aqui para isso mesmo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Que não teve lavagem, etc. Vai ficar muito claro isso, porque depois eu vou mostrar para o senhor de onde vem esse dinheiro, e não é possível que o senhor não tinha curiosidade de saber, de milhões, de onde vinha esse recurso da Conafer. Mas vamos lá.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É porque eram vários pagamentos...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – As planilhas, o senhor vai nos entregar... Mas me diz o seguinte: hoje o senhor está recebendo dinheiro ainda da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nenhum centavo. Minhas contas foram canceladas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Acabou a mamata, né?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não falo mamata, porque eu trabalhava, mas entendo a opinião do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A mamata da Conafer.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá, da Conafer. Eu pensei que era de mim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu pergunto ao senhor ainda: o senhor recebia também recursos, lá na sua empresa, de emendas parlamentares? Chegou a receber?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não. Só prestava serviço para as empresas mesmo. Nunca recebi emenda parlamentar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nunca recebeu? O senhor não conhece nenhum Parlamentar que tenha feito emenda parlamentar para a Conafer e que isso foi parar com o senhor? Nenhum? Nada?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Desconhece?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É porque existem emendas. Eu não estou dizendo que Parlamentar que fez a emenda para a Conafer o tenha feito de má-fé. Bem, porque alguém chega, vende um peixe de alguma coisa, e alguém pode dar emenda. Agora, emendas de R$2,5 milhões, como Euclydes Pettersen colocou, eu acho muito estranho. O senhor já ouviu falar no Euclydes Pettersen? Já esteve com ele na Conafer? Deputado Euclydes Pettersen, de Minas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. Nunca estive e, assim, emenda parlamentar, acho que minhas empresas nem podem receber, né? Eu nunca recebi emenda parlamentar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Da Conafer, eles não explicavam de onde vinha.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, não. Eles mandam para ali o que você tem que fazer e pagar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O Sr. Eros Biondini também fez uma emenda de R$5 milhões. O senhor já teve contato com ele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nem sei quem é, Doutor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu estou falando de dois Deputados mineiros. Repito: não estou denunciando nada deles, mas acho estranho essas emendas. R$2,5 milhões e R$5 milhões são emendas grandes, né? Pelo menos para Deputado. O Senador tem um volume maior de emenda, mas, mesmo assim, seria uma emenda grande.

Mas essas planilhas o senhor poderia ter trazido para a gente hoje, porque o senhor não trouxe?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim. Vou repetir para o senhor novamente: a convocação minha foi há menos de sete dias. Tudo bem, dava para correr atrás. Eu não sabia o que ia ser perguntado ou não, então, vim com a minha verdade para passar. E, após isso...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tá bom. Mais uma pergunta...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Deixe eu só terminar um negocinho para o senhor, rapidinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É só porque o tempo da gente corre.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, eu só vou explicar aqui porque eu também não tinha as planilhas: contas bloqueadas, contas encerradas. Só pelo método jurídico a gente vai conseguir puxar os extratos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tá bom.

José Carlos Oliveira, o senhor conhece?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. É aquele de quem o senhor falou aqui do...?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Foi Ministro, foi Presidente do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, foi acho que do relacionamento da figurinhas lá. Não, não o conheço. Fui levar um presente para ele, igual eu relatei...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor que levou um presente para ele, um cocar?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O quadro. O cocar no quadro, é.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso. O senhor que levou para ele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Foi, mas não diretamente para ele.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não o conhece de mais nada?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois bem. E o Zé Laudenor, sócio dele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Será que esse é o da questão das figurinhas, de que eu falei anteriormente? Eu não conheço por nome a pessoa, quem é, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pode ser.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Porque eu comprei os álbuns de figurinhas da pessoa que recebeu o presente comigo lá.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É esse mesmo. É esse. O senhor comprou um álbum...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tenho os álbuns também, tenho tudo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois bem. Coloque para mim aí um quadro, que eu queria explicar um pouco também para o nosso telespectador que está assistindo, para ver o que era essa Conafer. Acho que eu consigo, nesses quatro minutos, colocar isso bem. Olha o caso da Conafer, pessoal.

A ACT dela foi 2017; conseguiu. Começou mesmo a recolher dinheiro mais ou menos em 2018, 2019. Na época, era em torno de R$50 mil, quando ela começou; depois, ela pulou para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões. Eu perdi aqui o cálculo: R$57 milhões. Em 2020, ela já estava com R$57 milhões, e pulou depois para R$202 milhões.

Ela chegou, ao todo, o total de descontos dela, R$809 milhões.

Isso são muitos filiados aposentados. Não é crível que isso possa ter acontecido. Tantos filiados. Chegavam a 300 filiados por dia na época da pandemia, Presidente. Olha só, R$57 milhões na época da pandemia! O pessoal em casa, a Conafer arrumando filiados e pegando R$57 milhões para prestar que tipo de serviço? Para lavar dinheiro nas empresas que ela contratava, inclusive do Sr. Marcelino, se é que não tem outras.

O problema disso tudo é que existiram denúncias graves contra a Conafer durante todo esse período e não quiseram levar a cabo as investigações.

Olha ali, 2020. Denúncia de servidores da Dataprev e INSS. Eles suspenderam por causa da denúncia e, no mesmo ano, três meses depois, voltou a ACT da Conafer a dar dinheiro para ela. Nesse período até lá, até o final, foram milhões gastos ali que poderiam ter sido evitados, muitos milhões, em torno de pelo menos R$340, R$350 milhões.

Depois, veio a denúncia do Sr. Deitos. Esse Deitos também prestava serviço para a Conafer, tomou o cano e fez a denúncia. Foi na Polícia Civil e fez a denúncia!

O Sr. Presidente da Conafer, que esteve aqui, depôs na Polícia Civil também com essa denúncia do Deitos, chegou a depor. E, em 2022, ainda fizeram a renovação da Conafer depois disso tudo.

Por que ninguém investigou? Olha, tinha denúncia concreta e saiu na imprensa e tudo. Só começou a ser visto 2023, 2024 e, agora, em 2025, paralisou.

Continuou roubo nesse período? Sim, porque estava lá uma organização criminosa. Mas olha...

E é importante colocar ali que as investigações iniciaram, as prisões estão sendo feitas. Proibição de descontos, o Presidente Lula determinou imediatamente, e devolução dos valores. Já estão devolvendo R$1,8 bilhão e ninguém mais está sendo descontado, o roubo acabou! A Conafer não tem outras entidades com condições disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso é que os bolsonaristas estão em polvorosa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... querendo falar de figuras que nada têm a ver com isso para tentar imputar politicamente a responsabilidade em quem não quis fazer nenhum tipo de investigação com denúncias concretas de servidores, de empresários, a Polícia Civil abrindo processo e a Polícia Federal, e nada fizeram. Tinha ministro, que, aliás, ministro que faz parte da CPMI, dois, que eram ministros àquela época e nada quiseram fazer em relação a isso.

Então, eu tenho que parabenizar o Governo do Presidente Lula, sim.

Por isso eles querem e hoje estão aí apavorados porque a CPMI, para os bolsonaristas, praticamente acabou. Eles não têm condições de imputar o Governo Presidente Lula, que é quem está fazendo a limpeza dessa roubalheira que vai ser feita.

Eu, se fosse o senhor, faria uma delação premiada porque, por trás do que eles lhe recomendaram, está cheio de pessoas mal-intencionadas, José Carlos Oliveira, muitos ministros que estavam aí e outros. Faz uma delação premiada que é melhor para o senhor do que pegar essa cana toda, às vezes com uma responsabilidade menor do que o senhor tinha.

Muito obrigado.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Estou aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – No microfone não está saindo áudio, me parece.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está com áudio.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Está saindo áudio? (*Pausa.*)

Está? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estou ouvindo.

Pode colocar, por gentileza, a minha apresentação? (*Pausa.*)

Sr. Presidente, eu vou, hoje a minha... Eu tenho...

Quero falar em dois momentos. O primeiro é manifestar aqui o meu protesto, a minha indignação com o Partido dos Trabalhadores, que processou cinco membros desta CPMI, mas processou por falarmos a verdade; a verdade dói e a verdade incomoda.

Pode passar a primeira lâmina, por gentileza?

Quando eu chamo o Partido dos Trabalhadores de uma grande quadrilha de ladrões, eles não gostam porque a verdade dói, mas aqui nós vamos fazer algumas lembranças dos membros desse partido que, para a própria Justiça, virou uma facção criminosa: Luiz Inácio Lula Silva, 29 anos, condenações anuladas pelo Supremo; José Dirceu, penas extintas anuladas, indulto; Antonio Palocci, 30 anos de cadeia, condenações anuladas pelo Supremo; Delúbio Soares; José Genoino; João Paulo Cunha; Henrique Pizzolato; João Vaccari Neto; André Vargas Hilário; Fernando Haddad; Lindbergh Farias; José Orsini; Vander Loubet ; Paulo Ferreira; Waldomiro Diniz. E eu nem estou colocando aqui outros nomes, porque daria direito de resposta.

Pode passar para a outra lâmina.

Aqui, Sr. Presidente, os esquemas de corrupção que o PT, no Governo Lula e Dilma, cometeu contra o Brasil: mensalão, 200 milhões; petrolão, 42,8 bilhões; operação sanguessuga, 110 milhões; bingos, sem cifra consolidada; fundos de pensão, 8 bilhões; zelotes, fraudes bilionárias também sem cifra consolidada; Porto Seguro, sem valor consolidado; cartões corporativos, 171 mil; Erenice Guerra, 5 milhões em tráfico de influência; Dnit, 32 milhões; pedaladas fiscais, 95 bilhões.

Esse é o Partido dos Trabalhadores que querem se vender para a população brasileira como um partido de santinhos, anjos e salvadores dos velhinhos do INSS.

Pode pular, por gentileza, para a próxima apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, vocês vão ver que quando o Presidente Geraldo Alckmin, o Vice-Presidente, em 2018, falou que eles voltariam para a cena do crime, ele não mentiu. E parabéns a Geraldo Alckmin, uma pena que ele se associou à quadrilha, à facção do Partido dos Trabalhadores.

Olhem aqui, hoje, saiu na CNN hoje: "Estatais acumulam perdas de quase R$9 bilhões, diz Banco Central".

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – "Governo Lula busca empréstimo de R$20 bilhões, de socorro aos Correios [...]", quebraram os Correios de novo e estão quebrando as estatais de novo. Esse filme nós já vimos.

Pode pular.

Sr. Presidente, e mais, quando não são desonestos, são incompetentes, quando não acumulam as duas funções. Recorde de impostos, gasto público e Selic: "Bolsa perde 14 empresas em um ano".

O gasto com seguro-defeso, que eu deixei com 700 mil pescadores, está com 2 milhões de pescadores. Eu fui Ministro do Presidente Bolsonaro e limpamos o seguro-defeso, que voltou a ser motivo de escândalo e página policial: "Gasto com seguro-defeso cresce 57% em 2025 e acende alerta do governo".

Com o IOF maior, você, cidadão que usa cartão de crédito, está pagando IOF dobrado: "[...] arrecadação federal soma mais R$254 bilhões [...] valor bate recorde", mais imposto para você, cidadão brasileiro.

Pode pular.

CPMI do INSS: Lula pede... Aí, agora nós vamos falar desta CPMI, povo brasileiro. Lula pede... Eles falam que descobriram tudo. Nós sabemos que foi o Eli Cohen e que foi o *Metrópoles*. Eles hoje estão tentando se vingar do Eli Cohen pela coragem que ele teve, mas vamos lá: Lula pede ao STF para não agir no INSS! Está aqui a matéria jornalística da Isadora Peron: "Lula pede ao STF para suspender processos judiciais [...]".

Pode pular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A AGU indicia apenas 12 das 38 associações. A AGU (Advocacia-Geral da União), que agora indicou este senhor aqui para Ministro do Supremo Tribunal Federal... Trinta e oito associações indicadas pela Controladoria-Geral da União! A Controladoria do Governo Federal falou: "Olha, essas 38 associações roubaram dos velhinhos!". O AGU, protegendo as associações que são metidas com esse desgoverno, só indiciou para a Polícia Federal 12 para serem investigadas.

Você que está aí nos assistindo em todo o Brasil, você não é bobo e não é palhaço e não é burro como eles acham que o povo brasileiro é! E nós enxergamos claramente a blindagem nesta CPMI, em que eles conseguiram maioria.

Pode pular.

PT trabalha para não ter CPMI. Veja, a narrativa é: "Foi no Governo Bolsonaro! Bolsonaro é o culpado"; "Bolsonaro é o culpado!". Se Bolsonaro era o culpado, quem seriam os maiores interessados em instalar uma CPMI? Seria o Partido dos Trabalhadores! O único membro que assinou a CPMI – preciso dar crédito – foi o Senador Fabiano Contarato, do Espírito Santo. O resto trabalhou contra, com medo do que a gente vai descobrir aqui – e estamos descobrindo, mesmo com as blindagens!

Pode pular.

Continua: PT trabalha para não ter CPMI. "PT no Senado decide não assinar CPMI do INSS até nova ordem do Governo".

Pode pular.

Governistas barram convocações. Aqui, mais um DNA do crime do PT e da esquerda, blindando aqueles que roubaram vocês aposentados e pensionistas: "Base governista impede convocação de investigados na CPMI do INSS". Ora, não foi Bolsonaro que roubou? Por que é que estão com medo dos depoentes aqui?

Pode pular.

Na CPMI, Controladoria-Geral da União diz ter avisado Governo e INSS, mesmo com DPU. A Defensoria Pública da União avisou! "DPU já atuava contra descontos ilegais no INSS antes da operação da PF [...]". Eles sabiam de tudo e não fizeram nada! A...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai, pode pular.

Aqui eu mostrei, três CPMIs atrás, três reuniões atrás, o plano de auditoria da CGU, no tempo do Bolsonaro, do Wagner Rosário – aqui, olha –, desenhado em 22 para ser executado em 23: "Consignações realizadas [...] [em] folha de pagamento [...]". O novo CGU viu, estava com o relatório e não fez nada!

Pode pular.

E aqui, por último, as blindagens dos santinhos. Olha: Gustavo Marques, assessor do Weverton; Silas Bezerra, pagou passagens para a Contag; Edson Claro; Eli Cohen; Daniella Miranda; Frei Chico, irmão de Luiz Inácio Lula da Silva!

Pode pular.

Por fim, "INSS: [olha esse absurdo, povo brasileiro! A] AGU [do Jorge Messias, que foi indicado hoje pelo Lula para Ministro de Supremo Tribunal Federal] defende no [...] [Supremo a] manutenção [...] [dos] descontos associativos"! Isso é mais do que uma prova!

A AGU fala: "Não, podem continuar os descontos, essas associações são idôneas".

Aqui mostra a conivência e conveniência deles com essa roubalheira de mais de R$6 bilhões no Brasil.

Pula!

Por fim, "CGU diz que Sindnapi omitiu a presença de irmão de Lula[...]". A CGU não impediu Frei Chico de assumir essa associação. Frei Chico, irmão de Luiz Inácio Lula da Silva.

Pode pular.

E hoje, notícia fresca: "CPMI do INSS: base governista blinda irmão de Lula". Ora bolas, o cara é Vice-Presidente – pode pular –, o cara é Vice-Presidente do Sindnapi. O codinome dele, lá atrás, na Operação Lava Jato, é Metralha. Só que vocês têm que lembrar que... irmãos Metralha – irmãos. Por isso que o Presidente da República é um Metralha e ele é outro.

Está aqui: "Associados: 420 mil..."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – "...arrecadação: R$457 milhões em 2024 [na gestão Lula]; descontos não autorizados [...] [quase 80% dos velhinhos nem sabiam o que estavam pagando]; terceira entidade que mais recebeu no esquema, R$600 milhões".

Vice-Presidente – Vice-Presidente –, irmão de Lula, porque a CGU deixou ele fazer parte.

E, por fim – parabéns, André Mendonça! –, "STF determinou bloqueio de R$389 milhões", determinou ontem.

Presidente, eu não sei como é que é o nome lá em Minas Gerais ou no Ceará. Em Santa Catarina, quem rouba é ladrão, e quem defende bandido, quem protege bandido se chama cúmplice, e o Partido dos Trabalhadores é cúmplice e tem o DNA em toda essa roubalheira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou permitir cinco minutos de resposta aos dois Parlamentares que foram apresentados na apresentação.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Qual apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sua foto mostrou o Deputado Rogério Correia e o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu sei, mas eu avisei que todas as vezes que nós usássemos... qualquer lado, e tivesse Parlamentares citados, eu iria colocar.

Quem começa?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu posso começar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para explicação pessoal.) – Olha, as coisas têm que ser colocadas, de fato, como são. Essas questões de colocar foto, eu sempre coloco também, mas eu assumo a responsabilidade das fotos que eu coloco.

Agora, tem gente que coloca foto dos outros, mas não responde por fotos que foram colocadas em regabofe de Camisotti, esse, sim, um que não está para vir aqui, porque está este blindado por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que permitiu que ele nem venha aqui, e é um dos que mais roubou. E tinha lá políticos, Senadores, inclusive, na festa de regabofe de Maurício Camisotti, um dos maiores ladrões do INSS.

Eu não gosto de ficar chamando ninguém de ladrão ou de traficante, mas, se o pessoal der um clique e olhar "322kg de maconha em caminhão" e vincular isso a algum político, poderá achar que ele é um traficante, que devia estar preso, porque é muita maconha num caminhão só.

Então, eu preciso ter cuidado com as palavras para não generalizar as coisas e depois não gostar de ouvir, mas eu peço aí ao pessoal que coloque "322kg de maconha" e vocês vão ver com quem isso estará relacionado e se o crime de tráfico de drogas cabe bem ou não num caso parecido como esse.

No que diz respeito à questão da Comissão Parlamentar Missa de Inquérito aqui, o problema é exatamente este: a CPMI, ela, para os bolsonaristas, acabou. Porque para que que ela existia para os bolsonaristas? Não era para poder prender os ladrões dos velhinhos, dos aposentados. Aliás, a grande maioria deles votou foi contra a aposentadoria. Podem olhar também "voto na reforma da previdência contra a aposentadoria" e vocês vão ver vários nomes que votaram contra os velhinhos nas aposentadorias.

A única intenção era ver se isso se vinculava ao Governo do Presidente Lula. Eles vendiam a seguinte opção e diziam: "Olha, isso vai derrubar o Governo do Presidente Lula. Nós vamos provar que o Governo do Presidente Lula é responsável pelos roubos dos aposentados." E não veio isso, porque não começou no Governo do Presidente Lula, isso começou lá no Governo Temer. Entidades que foram, como a Conafer, a Ambec, se avolumando, pegando associados, de forma ilícita, dentro do próprio INSS, e enchendo de dinheiro, ganhando ACTs lá. E não tem quem consiga provar o contrário. A narrativa de que foi o Presidente Lula não para em pé. Esse é o problema dos bolsonaristas. Eles não conseguem dizer que isso é algo do Governo do Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lula. Aí falam: "Vamos chamar o irmão do Presidente Lula", e o irmão do Presidente Lula não tem nada a ver com isso. Ele é o Vice-Presidente de um sindicato em 2024, depois que tudo tinha acontecido.

Aliás, o Sindnapi, sabe quanto ele mais cresceu de filiados, de arrecadação? No Governo Bolsonaro. Foi que ele mais cresceu, inclusive de sindicalizado, foi no Governo Bolsonaro. Então, veja bem, de fato, não conseguem comprovar. O que se comprova é que isso aí é algo de longe. É uma quadrilha ou várias quadrilhas. Essas quadrilhas começaram principalmente no Governo Temer, e adentraram, é óbvio, 2024, 2025. Mas é agora que ela está sendo eliminada. Aliás, foi eliminada do ponto de vista de continuar o roubo. Por quê? Porque não há mais descontos dos aposentados. É o que agora o Sr. Marcelino colocou. Não tem mais recurso. Não vem dinheiro da Conafer. Acabou a mamata da Conafer, acabou a mamata de várias dessas entidades, porque o Presidente Lula disse: "Não haverá mais desconto". E, portanto, o desconto acabou. É claro que o Presidente Lula tinha que mandar devolver o dinheiro. Às vezes vem um e fala: "Está devolvendo o dinheiro é do Erário público".

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É claro, pois o problema veio do INSS! O Estado é responsável, não o Governo, mas o Estado é. As denúncias que vieram antes – por que não foram elas julgadas? Por que não foi investigado? "Ah, foi o Metrópoles, foi isso." Olha, ao Metrópoles parabéns por ter feito a denúncia. Mas denúncias da imprensa vieram durante todo o Governo Bolsonaro, e nada foi feito.

Então, Presidente, as coisas são muito claras no acontecimento. Nós estamos aqui para ver quem roubou, para ir para a cadeia, devolver os recursos e manter, sim, a ausência de desconto daqui para a frente. Vamos precisar olhar também a questão dos bancos. Isso é o dever nosso. O Presidente tem encaminhado muito bem isso. Mas não vai ter relatório aqui parcial. Relator achar que vai fazer a narrativa que ele formou quando ele queria CPMI, isso realmente não vai ter. É o desespero dos bolsonaristas para fazer showzinho aqui em frente ao PowerPoint e tentar falar mentira. Nós não vamos aceitar isso.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela inscrição aqui, está o Deputado Paulo Pimenta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – Presidente, eu fico constrangido com a forma como a política, no nosso país, se deteriorou ao longo dos anos.

Eu sou uma pessoa que tive a oportunidade de ser Vereador, Deputado Estadual, sou Deputado Federal já há vários mandatos, convivi com grandes políticos da direita, do centro, da esquerda e aprendi a respeitar essas pessoas defendendo as suas ideias. Então, eu sempre fui uma pessoa de debate político, de defesa daquilo que eu acredito. Dificilmente, o senhor vai encontrar, nas minhas manifestações, falas que não tenham como conteúdo a disputa naquilo que eu acredito, criticando a oposição, muitas vezes, um embate ideológico. Mas, sinceramente, Presidente, o que a gente tem assistido no Brasil, de um tempo para cá, infelizmente, é algo que envergonha a política brasileira. Eu fico constrangido. Eu não faço política dessa maneira. O ilustre Parlamentar que fez aqui dez minutos de ofensa, de acusações ao Partido dos Trabalhadores, de forma gratuita, ao Presidente Lula, ao irmão do Presidente Lula... Eu jamais faria esse tipo de manifestação. Eu vou chegar aqui e botar uma foto dele na festa do Camisotti e insinuar que, porque ele estava na festa lá no *resort* em Santa Catarina, ele é sócio do Camisotti? Eu nunca fiz isso. Ou essa história de que acharam um caminhão da família com trezentos e tantos quilos de... Vocês nunca vão ver uma manifestação minha, insinuando que um Parlamentar seja traficante, porque um caminhão que era da família dele foi encontrado com trezentos quilos de maconha ou porque ele estava na festa do Camisotti e, por conta disso, ele tem alguma relação de intimidade ou de compromisso com os crimes que foram cometidos por essa figura. Então, eu lamento essa maneira de fazer o debate político.

E veja o senhor, Presidente, como é raso e deseducativo. A Advocacia da Câmara, do Senado, a AGU têm um papel institucional, que é o de defender os atos do poder o qual ela representa. A AGU, por natureza, se manifesta, defendendo aquilo que está na lei. O questionamento que foi feito à AGU sobre os descontos associativos, Sr. Presidente, é se estava na lei ou não. Não é uma questão de mérito. Por que tem um projeto para votar no Senado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, enquanto não tiver uma mudança legal, o desconto associativo está na lei. Que manifestação poderia fazer a AGU além dessa, quando questionada se os descontos tinham suporte legal? Se for perguntado para a Advocacia da Câmara ou do Senado, a resposta será a mesma. Agora, querer instrumentalizar uma resposta institucional, que não teria como ser diferente, para transformar isso em um elemento de disputa política e, por conta disso, tentar atingir a conduta ou a postura do chefe da Advocacia-Geral da União...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Que adjetivo eu deveria utilizar? Que adjetivo eu deveria utilizar para caracterizar essa maneira desleal, antiética, inadequada de fazer a disputa política?

Eu espero acreditar que é por falta de formação, por falta de convívio democrático, o que leva as pessoas a terem essa conduta que, infelizmente, envergonha este Parlamento e depõe contra o trabalho importante que a gente está fazendo aqui dentro desta Comissão, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na sequência das falas, o próprio Deputado Paulo Pimenta faz perguntas, por dez minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Muito bem, obrigado, Presidente.

Sr. Cícero Marcelino, que ano foi aquele em que o Presidente da Conafer encontrou o senhor na loja e descobriu essas suas qualidades?

Dezessete!

Aí, em 2017, ele encontrou o senhor.

E aí como é que foi mesmo que começou essa parceria?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Eu comecei prestando serviços, abri empresa de prestação de serviços.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Primeira empresa, de prestação de serviços?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Qual era o serviço que o senhor prestava para ele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Toda parte de consultoria e assessoria.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Consultoria e assessoria. O senhor dava consultoria e assessoria para a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Exatamente. Foi isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor trabalhava em uma loja, vendendo terno, aí ele foi lá e falou com o senhor: Olha, estou precisando de um consultor. Eu vou contratar uma empresa para me dar consultoria e assessoria e eu achei esse cara aqui, uma figura iluminada...

Quanto que ele pagava?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu nunca recebi pelo cargo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quanto que pagava? Quanto que a sua empresa ganhava por vez, serviço?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá. Começando aí com 20 mil, 15 mil.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vinte mil? Primeira empresa?

Ganhava 5 mil vendendo terno e, no outro dia, o cara veio lá: "Olha, Conafer, uma empresa poderosa daquelas. Esse cara aqui vai ser meu consultor, 20 mil...".

Aí o senhor abriu a primeira... Aí foi abrindo outras empresas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso aí não foi do nada, igual o senhor está falando – peço até desculpa: "Ah, o Carlos já viu, achei o brilho nele e vamos...".

Não foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não foi assim.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, fui falando sobre trabalhos, como exercia, o que eu já fiz etc.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aí abriu a empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Depois foi abrindo outras?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quantas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Total: quatro empresas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Cada uma delas ganhava 20 mil, 30 mil...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... o valor, mas posso puxar e mandar para o senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aí já dava oitenta. Aí começou a abrir empresa em nome da esposa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – As quatro eram minha e da esposa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mais 20 mil em cada uma?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não teve mais de quatro empresas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – De cada empresa?

Tinha empresa da mulher? Tinha empresa no seu nome?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aí ganhava 80, 100 mil por mês?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Consigo puxar e passar para o senhor com exatidão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – De 5 mil, pulou para 100 mil – consultor da Conafer... O senhor não achava estranho isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Uma oportunidade, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Uma oportunidade.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não se preocupava em saber de onde é que vinha o dinheiro?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, é...

Não me preocupava. Quando você atende o seu cliente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor disse que ele mandava as planilhas para o senhor, para pagar?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso foi bem após.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas como era o senhor? O senhor não prestava o serviço? Por que eram eles que mandavam as planilhas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Era o meu serviço prestado para eles.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas o serviço que o senhor prestava, quem tinha que fazer a planilha era o senhor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, eu não...

A planilha quem faz é a Conafer.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como a Conafer? Contrato uma empresa para prestar serviço para mim, não é? Quem é que apresenta o serviço que foi prestado no mês?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Quem tem os funcionários etc., as coisas para serem pagas, é a Conafer. Vinha para a minha empresa para pagar. Não era eu que fazia a planilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aí desde 2019 tem notícias de situações envolvendo a Conafer... Foi trancado o benefício...

E aí vem a pandemia. Pandemia. O período que o senhor mais cresceu foi durante a pandemia. A Conafer explodiu.

Como é que o senhor conseguia? Porque o Brasil estava parado. Como é que a empresa de evento ganhava um monte de dinheiro por mês? Não podia ter evento.

Como é que a locadora de veículos locava veículos? Para quê? Não tinha atividade. Como é que a agropecuária, a inseminação funcionava? Como é que o senhor conseguiu ganhar tanto dinheiro durante a pandemia se o Brasil estava parado, a atividade econômica? Como é que... Que planilhas eram essas de prestação de serviço que o senhor pagava durante a pandemia?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Posso puxar e repassar para o senhor essa resposta?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, eu estou perguntando para o senhor: como é que o senhor fazia para faturar milhões de reais para a Conafer durante a pandemia se a economia estava parada? Não tinha como fazer evento, não tinha como locar carro, não tinha como fazer o trabalho da inseminação... Aí o senhor recebia lá uma planilha com milhões de reais de serviços prestados no mês, durante a pandemia, e era normal?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vou puxar para senhor...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não é puxar para mim, irmão. É como é que o senhor fazia para faturar o serviço de milhões de reais de atividades que não estavam funcionando no país durante a pandemia?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tem que puxar isso e passar para o senhor.

É, porque o senhor está falando que na pandemia eu estava faturando milhões.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas não está aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, eu vou pegar as minhas para ver o que tem e para mostrar para o senhor...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor era o único... As suas empresas tinham como prestador de serviço exclusivo a Conafer.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A Conafer tinha mais de 60 prestadores de serviço, né?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, mas o senhor só prestava serviço para Conafer.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Somente para a Conafer, sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, Doutor? Todo o dinheiro que o senhor recebeu durante a pandemia foi da Conafer.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Se eu tiver uma dúvida, eu vou puxar depois e passar para o senhor, para não responder alguma mentira...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor está acompanhando a CPI?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não estava.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não estava? Hoje é a primeira vez que o senhor assiste?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não... Não estava acompanhando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O advogado pediu um tempo para orientar o cliente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo, parem o tempo do...

O.k., cinco minutos.

(*Suspensa às 18 horas e 06 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta, cinco minutos. Parou exatamente em cinco minutos, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Me dê um exemplo de um serviço que o senhor prestou da empresa de eventos durante os anos de 2020 e 21, um exemplo, um evento que o senhor organizou.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não tenho agora, mas repasso aos senhores.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas como é que o senhor faturava numa empresa de eventos durante 20 e 21 se não tinha eventos no país?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não faturava – eu não faturava.

Igual o senhor falou que eu recebi 800 ou tantos milhões, vinha a planilha da Conafer para fazer pagamento e eu fazia.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas, doutor, o senhor tinha uma empresa de eventos que prestava...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... serviço para Conafer. O senhor chegava no final do mês...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hã-hã.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o senhor recebia um recurso, um dinheiro, por serviços prestados.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Correto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Que serviços o senhor prestava na área de eventos durante a pandemia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tenho que puxar essa data para passar para o senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas não podia ter evento, doutor!

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tenho que puxar para o senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O país estava fechado.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo. É isso que eu vou passar e... Puxar e repassar ao senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quanto que foi o Imposto de Renda do senhor de 19? Quanto que o senhor faturou no ano de 2019 na pessoa física?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Refaz a pergunta, por favor, que o senhor...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quanto que o senhor faturou na pessoa física no ano de 2019?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não consigo falar com exatidão para não falhar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mais ou menos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vinte?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vinte e um?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Se o senhor for ficar falando...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas o senhor veio aqui prestar um depoimento...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... não traz as planilhas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá, não tive tempo disso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como assim?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Fui chamado em menos de sete dias e minhas planilhas foram todas... Igual eu falei anteriormente, se o senhor ouviu.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu ouvi.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Todas as minhas planilhas foram retiradas...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas, doutor, o senhor veio aqui em sete dias. O senhor está aqui, o senhor não trouxe um documento?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nada do que o senhor fala tem documento?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Só vou apresentar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor não trouxe a sua declaração de Imposto de Renda? Não tem declaração de Imposto de Renda?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Mantenho silêncio, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não tem uma declaração de Imposto de Renda?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tudo o que eu falei ele já tinha ouvido.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quer dizer, imagina um cidadão que está acompanhando uma CPI, que sabe o que está acontecendo no país, é chamado para depor, tem 300 milhões de movimentação nas empresas e chega aqui e não traz!

Quanto é que é a tua declaração de Imposto de Renda? "Não sei". Quanto faturou em 20? "Não sei". Quanto é que a tua empresa faturou na área de eventos durante a pandemia? "Ah, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho que puxar". Quanto que faturou em locação de veículos durante a pandemia? "Eu tenho que puxar".

Meu amigo, ninguém, ninguém viria numa CPI como esta prestar um depoimento para nós sem minimamente trazer um documento! O senhor não trouxe nenhum documento! O senhor não tem um documento de prestação de serviço, o senhor não tem uma prestação de contas da empresa, o senhor não tem uma declaração de Imposto de Renda do senhor! Todas as perguntas que foram feitas aqui para o senhor o senhor responde, e é até é interessante o jeito que o senhor responde: "Vou falar com o meu advogado, vamos puxar para encaminhar para vocês depois." Mas por que é que não trouxeram hoje?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu vou responder essa pergunta para o senhor...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas eu não perguntei?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Se o senhor puder me ouvir, eu respondo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou concluir e vou passar a palavra para ti.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O senhor conclui e eu volto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, eu quero dizer uma coisa para o senhor, eu não acredito num esquema em que o cara movimenta R$300 milhões e não sabe de onde é que vem o dinheiro! Ninguém, Presidente, que ganha 5 mil por mês, dali um pouco, começa a ganhar 100 mil por mês e acha que isso é normal! Aí abre um monte de empresa e coloca no nome da esposa, no nome dos outros parentes, envolvendo todo mundo! Cada aluguel de CPF desses era pago: 20, 30, 40 mil por mês. Então, uma pessoa que ganhava 5 mil passou a ganhar 100, 200, sei lá eu quanto por mês, e não queria saber a origem do dinheiro?

Então, Presidente, o senhor me desculpe, eu não me convenço, eu não acredito que alguém, da noite para o dia, passe a ganhar 100 mil por mês e não tem interesse em saber. Nenhuma empresa pode receber um dinheiro sem saber a origem desse recurso...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... sem saber de onde é que esse dinheiro vinha, se era um dinheiro lícito ou era um dinheiro ilícito!

O senhor conversou com alguém da Conafer nos últimos dias antes de vir depor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor foi ameaçado alguma vez com relação à possibilidade de divulgar para nós coisas que até agora a gente não sabe sobre as operações da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não tenho contato com nada relacionado a isso, somente coloquei meu advogado à disposição.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor foi ameaçado?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor tem interesse em fazer uma reunião fechada, sem a participação da imprensa, para que o senhor possa nos revelar coisas que não possam nem prejudicar e proteger a sua família?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Se o meu advogado achar que isso é viável, sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Hã?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Se o meu advogado achar que é viável, sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor se sente ameaçado, sua família, alguém?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor tem medo de revelar alguma informação? A gente sabe que a Conafer já ameaçou servidores do INSS, empresários, ameaça de morte. O senhor tem receio, em seu nome ou no da sua família, de que possa revelar alguma coisa e por conta disso possa sofrer represálias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor. Eu vim para falar as realidades, como era e como funcionava, para...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, o senhor veio para falar e não trouxe nenhum documento!

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O senhor não deixa eu terminar, não é?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não trouxe nenhum documento!

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá joia, doutor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor veio para falar e não trouxe nenhum relatório, nenhuma planilha, nenhuma declaração...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, eu acho que o senhor não veio para falar. Eu acho que o senhor veio para nos enrolar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Deputado Alencar Santana.

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, só um instante. (*Pausa.*)

O.k.

Vamos ao próximo orador, Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Sr. Cícero...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Boa tarde.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Boa tarde.

As suas empresas e as da sua esposa tinham como tarefa, eram contratadas simplesmente para receber dinheiro – estou em dúvida, de fato, estou tentando entender –, tinham como tarefa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber da Conafer o dinheiro, receber uma planilha para quem pagar e vocês tinham que pagar, é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Existiam os dois serviços, correto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Esse era o serviço de vocês?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Exatamente. A nossa prestação de serviço, do que a gente sabia fazer aos aluguéis de veículos, enfim, as quatro empresas, e vinham as planilhas para pagamentos, isso mesmo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E, bom, você disse que só prestava serviço para a Conafer, correto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Somente. Correto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Montou as empresas então para prestar serviço para a Conafer.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso, isso mesmo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Quem da Conafer lhe dava ordens?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vinha das secretarias...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Oi?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vinham das secretarias as ordens.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Que secretaria?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A Conafer acho que tem 28 secretarias internas. Então, da área indígena, vinha lá, com certeza, com a autorização da Presidência, né: "Cícero, aí nessa planilha de pagamento, o referente é isso".

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E quem te contratou?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, foi quando encontrei o Carlos. Não sou contratado pela Conafer, contratou as minhas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sim, então foi o Carlos que contratou as suas empresas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto, correto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você tinha lá uma função, tarefa, conheceu o Carlos, montou as empresas, começou a movimentar milhões. E só recebia 20 mil por mês?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Doutor, era a média por empresa, 20, 30, era a média por empresa.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E, mesmo movimentando milhões, aparentemente tanto tempo fazendo esse serviço...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Portanto, a Conafer gostava do seu trabalho.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você nunca teve vontade de expandir o trabalho das suas empresas e da sua esposa e prestar serviço a outras empresas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, muito. Isso tem até projetos com datas atrás...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E nunca teve...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... e a demanda era muito grande da Conafer e eu não estava conseguindo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E com essa demanda grande da Conafer, quantos trabalhadores nas suas empresas você tinha?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu vou colocar aí que, em cada uma das empresas, a média de cinco, seis; a de aluguel de veículos, mais, por questão de motorista viajando, levando veículo e voltando.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você tinha tudo isso registrado, esse pessoal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, não, uma boa parte não era registrada.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Rapaz, você está admitindo também que não registrava os trabalhadores?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não posso mentir, não é, senhor, eu...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está admitindo, não estou dizendo que você está mentindo. Eu falei que você está admitindo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim, foi uma falha, disse isso, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Vocês roubaram o INSS e não contribuíram para o INSS.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu nunca roubei o INSS, nunca tive contato com o INSS.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ah, não, você está no esquema, você está na...

E você falou, nos eventos que vocês organizavam, que iam Parlamentares, você mesmo disse isso há pouco.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você lembra de quais Parlamentares?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, porque não era convocação minha, não eram eventos meus, eu nunca chamei Parlamentar...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas você organizava os eventos para a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, o evento, e não os convidados.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas você falou que ficava... Não, não perguntei quem você convidava, eu falei se você lembra quem eram os Parlamentares que estavam nos eventos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não lembro, não conheço.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você sabe que estou surpreso, porque você parece uma figura inocente, simples, tentando aqui passar de bonzinho, né, essa é a sua... Mas, antes disso, o senhor se arrepende de ter trabalhado para a Conafer e ainda ter envolvido sua esposa nesse serviço para a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, eu me arrependo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Por quê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Após saber de tudo o que vinha acontecendo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O que vinha...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não sabia de onde era o dinheiro, o que era, ou questão de situações de desvios e etc.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Se você se arrepende, eu acho que você deveria falar mais.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu vou falar, o que eu falo para o senhor é o que eu sei, e o que eu não tiver certeza, eu vou repassar como foi em...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Porque, de fato, Cícero, desculpa.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor e sua empresa, e a sua esposa, você envolveu num grande esquema. Você confessou aqui, de uma certa maneira, que você era o lavador de dinheiro.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, isso eu não confessei.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, confessou, que você só pegava... Você falou há pouco. Minha primeira pergunta foi: você foi contratado para pegar o dinheiro da Conafer e pagar quem a Conafer mandava? Olha só! E o que é que você era? Você estava lavando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o dinheiro – você estava lavando o dinheiro. Você cometeu crime e, por esses crimes, você será condenado e talvez a sua esposa será condenada, uma jovem estudante. Você colocou a sua família, o seu futuro, ganhando, supostamente, como diz, 20 mil por operação, por empresa ou por mês – nós vamos levantar esses dados. Você ficará em "cana".

Só que outros ganharam milhões, usando você, porque eles não usaram suas empresas, eles usaram você. É por isso que eles incentivaram que você criasse empresas e, ali, lavasse o dinheiro. Era bom você pensar bem. Reflita bem! Porque a Conafer não é de hoje que ela tá envolvida. Você foi contratado em 2017, correto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Em 2017 – correto –, para 2018.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O primeiro ano em que a Conafer assina o primeiro ACT. Você está na origem, você não está no fim, você não está no meio. A Conafer assinou o primeiro ACT (Acordo de Cooperação Técnica) para fazer esse roubo, esses descontos, supostos descontos, em 2017. Nós estamos em 2025. Há oito anos é 2017. Você está no primeiro. Não vai adiantar você falar que você não sabia, que isso e aquilo, porque a verdade vai chegar. Começaram os descontos em 2019, é quando sua empresa também começa a arrecadar mais, e cresce na pandemia, como disse o Deputado Pimenta. Olhe o absurdo, olhe a coisa ilógica. Vocês foram campeões.

Sabe o que me surpreende? Você é contratado, porque demonstrou ali que tinha conhecimento perante o Carlos, montou as empresas, um cara eficiente, próspero, empreendedor, movimenta milhões – movimenta milhões! –, disse, no seu depoimento, que foi contratado, porque mostrou sua *expertise* e conhecimento, tem poucos trabalhadores na sua empresa, e aqui você não se lembra de boa parte das coisas quando é perguntado de documento, de movimentação, e diz que vem trazer depois, achando que isso nos engana.

Não. Talvez você tenha que vir depois aqui. Não sei se a sua esposa terá que vir, mas, se ela movimentou, se entrou dinheiro na conta dela e entrou... Não entrou só na sua conta, entrou dinheiro na conta dela. Eu, se fosse você, pensava bem, porque talvez dê tempo de fazer uma delação perante a polícia, porque senão você vai estar enrascado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Conafer começou lá em 2017, e você estava no início; em 2019, começaram os descontos. Teve denúncia contra ela na Polícia Civil do Distrito Federal. Ainda, vou buscar aqui o ano exato, salvo engano foi em 2020 ou 2021. Teve denúncia contra ela, teve um inquérito já dizendo de descontos irregulares. A Polícia Civil não aprofundou, estranhamente, no Governo Ibaneis, que recebeu um fusca raro da Conafer, de colecionador.

Aliás, o senhor foi entregar... Engraçado, você é contratado para fazer pagamento e vai entregar um presente para o Carlos da Conafer. Para o Carlos, né?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas você foi entregar o presente para ele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu estive num local, e ele pediu para deixar no local...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Como é que foi? Explica melhor. Fala mais perto do microfone!

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu saí de Brasília, em viagem para São Paulo, e ele pediu que eu fizesse o favor de entregar um presente no local.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Para ele mesmo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Pensei que ele era da comunidade indígena, e ele já tinha a tradição, a cultura. Ele estava ganhando um presente, né?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não. O Carlos estava doando um presente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Para quem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tinha falado o nome aqui, e vocês vão relembrar. Eu não...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Rapaz, você esquece as coisas fácil, viu, bicho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A Conafer foi denunciada, em 2020, na Polícia Civil do Governador Ibaneis, amigo do Carlos. Não fez nada; o inquérito é remetido para a Polícia Federal do Governo Bolsonaro, que não fez nada, porque, se tivesse feito, esse roubo não teria continuado – não teria continuado. É importante as pessoas terem claro isso. Isto é registrado: o inquérito foi transferido para a Polícia Federal em 2020 e simplesmente não andou – não andou – no Governo Bolsonaro. Quem estancou esse roubo foi o Governo do Presidente Lula, através dos seus órgãos de controle e também de investigação, seja a CGU do Ministro Vinícius, seja também a Polícia Federal sob o comando do Ministro Lewandowski.

E essas operações, Cícero, vão continuar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... e vão chegar a muita gente. Só que eles estão com milhões na conta, parte deles talvez até com patrimônio escondido, mas você, na querida cidade de Presidente Prudente, envolvendo a sua esposa e aqui tentando posar de inocente. Mas, não; você foi réu confesso. O Carlos veio aqui, mentiu para todo mundo. Saiu preso, depois se soltou. Você está tentando falar a verdade, mas não está falando tudo. Pode ter certeza de que vai ter implicação.

E para deixar claro às pessoas mais uma vez: se o Governo Bolsonaro – foi por isso que até agora não veio gente do Governo Bolsonaro; depois, eles virão, e nós vamos saber mais verdade – tivesse feito alguma coisa, as pessoas não seriam lesadas como foram; várias delas, milhões delas, como foram. E só parou porque o Governo Lula mandou investigar, mandou punir e mandou ressarcir. E vai fazer justiça e prender quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, só um instantinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sessão está suspensa por dez minutos.

(*Soa a campainha.*)

(*Suspensa às 18 horas e 22 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 33 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão, com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, quero começar aqui lembrando que nós estamos tratando de Conafer, que é uma das entidades que mais roubaram do dinheiro dos aposentados.

Nós tivemos aqui o Sr. Carlos Roberto, ex-Presidente da Conafer, ou Presidente, aliás, atual, e pelos gráficos dos descontos a gente vê que, principalmente nos anos de 2023 e 2024, são praticamente R$500 milhões de desvio.

E a gente se pergunta, né? O Governo aqui fica se manifestando a respeito da roubalheira, e entendo que, sim, tem que investigar todo mundo, mas aqui a gente vê que tem uma blindagem seletiva, mas, quando se trata de combater aquilo que aconteceu durante o Governo Lula, a gente vê que foram quase R$500 milhões até ter algum tipo de atitude.

E aí eu queria aqui, ao depoente, também... Agradecer-lhe, Cícero, por ter vindo aqui. Não tem *habeas corpus* e tem colaborado, pelo que eu estou entendendo, mas, obviamente, também preciso deixar claro para quem nos assiste, para quem acompanha, que nós não temos ainda todas as suas quebras de sigilo, que foram aprovadas, nós não sabemos, exatamente, que transações pessoais o senhor pode ter feito, se houve alertas para o Coaf ou não, porque não chegaram esses documentos ainda. Então, nós estamos aqui com a sua palavra e com a sua vontade de colaborar.

E creio que o Relator acerta também porque a prisão preventiva é requerida quando o depoente quer embaraçar a investigação, quer esconder coisa, e eu vejo aqui que o senhor está, pelo menos é a impressão de todos, querendo colaborar e falar, apesar de que eu concordo com alguns Parlamentares que o senhor poderia falar mais e, pela sua própria resposta há pouco, quando disse que uma sessão secreta poderia ajudar, me parece que há mais informações que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor poderia trazer a nós aqui – se o advogado concordar e aí, depois, devemos submeter à Presidência – se tivesse uma sessão, realmente, sigilosa, fechada, para que certas coisas que não foram ditas pudessem ser do conhecimento desta Comissão. E aí, Sr. Presidente, seria importante depois as quebras de sigilo.

Mas eu queria começar a minha inquirição, Sr. Cícero, para perguntar: o senhor já falou várias vezes, né? Uma loja de roupas, é isso? Lá na Cidade de Presidente Prudente? Foi lá que o senhor conheceu o Sr. Carlos Roberto? É isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Correto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas alguém que sai de uma loja de roupas e passa, depois, a ter várias empresas, é contratado por uma pessoa que faz circular mais de R$300 milhões é alguém que goza de extrema confiança dessa pessoa.

Como surgiu essa confiança? A que o senhor acha que se deve essa enorme confiança do Sr. Carlos Roberto na sua pessoa? Por que ele confiou tanto no senhor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu creio que... Porque, no início, tudo que precisava resolver eu conseguia resolver.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O que era... Que tipo de coisa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu vou colocar um exemplo: deu um problema em tal lugar relacionado ao veículo; eu ia lá, colocava a pessoa para fazer e resolver. Deu um problema relacionado à montagem do evento, não vai ter, está faltando isso. Consegue colaborador para piscina de bolinha? Eu ia lá e fazia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor é um faz-tudo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas ele mantinha contato pessoal com o senhor ou à distância?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade... Não, não, na verdade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Porque em Presidente Prudente... O senhor mora em Presidente Prudente, não é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso, moro em Presidente Prudente.

E surgindo isso, montei a empresa para fazer essa prestação e, diretamente da Conafer, vinham as demandas – pequenas, vinham as demandas. E surgiu a oportunidade, porque precisava locar veículos. Eu falei: "Eu consigo locar veículos, vou pegar um parceiro que venda esses carros para a gente fazer as locações, etc".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor confiava muito nele também, obviamente?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ilimitadamente, praticamente, certo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A ponto de o senhor inclusive fazer uma procuração para a esposa, Bruna, do Sr. Carlos Roberto, não é verdade?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele tinha conhecimento dessa procuração?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei te dizer, porque eu não sei o que é a procuração. Provavelmente para resolver alguma coisa para ela pessoal, alguma coisa...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas se você não sabia direito, quem é que sabia? Se ele não sabia e é esposo dela fica complicado, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não tenho até agora essa procuração. É igual, eu queria responder por que foi que eu não consegui trazer ou levar nada. A partir do momento em que a polícia foi em casa, levou todos os documentos, todos os documentos impressos, porque eu tinha todos os anos vistos impressos, levei para eles, contas foram bloqueadas, e celulares, parece que foram todos. Por isso que eu não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas quem recebe procuração sabe. Você está dando uma procuração para uma pessoa agir em seu nome. O senhor assinou uma procuração sem...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, na verdade, é o contrário. Eu acho que é o contrário. Ela que passou...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha, a Bruna tem uma procuração para Cícero Marcelino de Souza. Ela lhe deu uma procuração. O senhor tem razão. Não é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Acho que foi. Isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é. Mas aí, para o senhor ser procurador dela, o senhor tem que saber para quê. Ou o senhor assinava a procuração, ou recebia a procuração sem saber?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu, para não falar dúvida, creio que era algo relacionado a algum acordo financeiro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agora, o senhor acha factível que o Sr. Carlos Roberto não soubesse que a esposa tinha lhe dado uma procuração?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não sei se ele sabe ou não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k.

E qual foi esse acordo financeiro que envolvia essa procuração?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, então, por isso que eu falei para o senhor, eu não sei. Eu tenho que ver essa procuração para o que era. Eu não lembro do que era.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Essa história...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Porque faz, sei lá, oito, sete anos. oito anos.

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA – Com a devida vênia...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA – ... gostaria que fosse observado que o meu cliente tem certos traquejos, mas ele vive sob medicamento, inclusive de tarja preta, tá? Então, qualquer esboço, ou reação...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Peço para suspender o tempo, Presidente.

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA – ... tremendo... O.k.?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se puder repor o tempo, pelo menos um minuto, Presidente.

Não, eu entendo. A situação de saúde aqui é respeitada por todos. Agora, nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não queria falar disso, mas estou aqui pronto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Entendi. E aqui todos somos compreensivos com todos, ninguém faz prejulgamento, mas ao mesmo tempo, nós queremos a verdade.

E aí, eu quero lembrar aqui que nós temos várias manifestações do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes que foram contraditórias e, por isso mesmo, ele foi preso aqui nesta Comissão. Ele foi preso naquela noite, porque ele vinha tergiversando.

E, num outro momento, ele fala sobre a To Hire Cars, em resposta ao Senador Sergio Moro, e não consegue explicar essa sua empresa de aluguel, bem como as outras de aluguel de veículos, que tipo de serviços eram prestados. Que veículos que o senhor tinha nessas empresas? O senhor tinha algum veículo nessa empresa que era usado para aluguel?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quais eram?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Igual eu falei anteriormente, perguntaram marca, eram mais caminhonetes e carros pequenos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quantos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Inicial, com uma média de 20, 30 carros, igual eu falei anteriormente, posso fazer confusão, e depois subiu mais, para uma média de 40 a 80 veículos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É porque os valores são absurdos, são mais de R$100 milhões, e com 20, 40 carros, ainda assim fica difícil.

E aí, o senhor disse, em algum momento aqui mais cedo, o senhor que tem... Onde é que está o gráfico da Conafer? Essa série de empresas aqui que receberam dinheiro da Conafer, e que depois o senhor administrava, o senhor assumiu aqui que era uma lavanderia.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Assumiu, assumiu. O senhor pode não ter dito essa palavra, mas o senhor disse: houve pagamentos... O senhor confirma que houve pagamentos que foram pedidos ao Sr. Carlos Roberto, de outras motivações, que passaram por dentro da sua empresa, não foi isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor disse ao Relator: "Isso é uma lavanderia de dinheiro". E o senhor foi usado como laranja, ainda que o senhor diga que, na sua concepção, o laranja é aquele que não trabalha, que não está fazendo algo produtivo, que está em casa, digamos assim, apenas sendo utilizado o seu CPF para lavar dinheiro ou um CNPJ. Não. O laranja não é só isso, não. O laranja é que se deixa utilizar por outras pessoas para fazer o que o senhor assumiu que foi feito.

E aí, eu queria lembrar aqui também que além, de utilizarem essas empresas – que eu não gosto de chamar de empresas, apesar de ter alguns serviços prestados, no seu caso, porque outros casos são simplesmente CNPJs de fachada, sem nenhum serviço prestado, no seu o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ainda teve alguns serviços prestados –, essas lavanderias passavam dinheiro para pagar várias pessoas em planilhas.

E o senhor falou agora há pouco, em resposta a Parlamentar, que havia festas que o senhor promovia com Parlamentares, com políticos, mas não se lembra de nenhum. O senhor não pode citar nenhum Deputado com quem o senhor esteve nesse período? Nenhumzinho? Um?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não consigo, porque eu não tive contato com Deputados. Um exemplo que eu quis falar para o senhor foi a inauguração do Terra Bank.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – E lá, eu era o representante, com 10%. Então, eu cuidava do evento, do *marketing* geral do Terra Bank, e teve várias fotos nas quais o *Metrópoles* colocou que eu tinha uma parceria ou estava junto com um Parlamentar, mas desconheço. Venho agora, através de algumas CPMIs assistidas, vendo quem são os Parlamentares.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas nenhum nome lhe ocorre de Deputado ou de Senador? Nenhum, zero?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. Zero, zero, zero.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor tem uma empresa de eventos, organiza o evento, certamente vai lá para supervisionar a realização do evento, e não sabe quem está na lista de convidados ou quem está circulando no evento? Não é possível!

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não, porque eu fui lá como representante do banco para organizar o evento...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu não... Eu não, eu não consigo... Ó, vem cá. Então, o senhor realmente não era o dono da empresa, não é possível. Um dono da empresa...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Era 10% só; realmente, eu não era o dono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, 10%, mas o senhor não está organizando o evento?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não supervisiona se a mesa está no lugar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se a bebida está sendo servida? Se os convidados vieram? O senhor não vê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A parte de convidados não veio de mim...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, mas o senhor não circula na festa? O senhor não via alguém com *pin* de Deputado, com *pin* de Senador?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não vi.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ninguém lhe apresenta alguém? "Olha só, Cícero, você que é um empresário bem-sucedido, com R$ 300 milhões passando pelas contas, está aqui o fulano de tal, esse é um bom contato para você." Nunca aconteceu isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nunca aconteceu.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é. Sr. Presidente, aqui, olha só... E aí eu quero frisar isto: nós precisamos ter essas quebras de sigilos e precisamos ter uma participação do Cícero em sigilo aqui conosco, porque ele certamente tem mais para falar, sim.

E essas listas, essas planilhas que estão no STF precisam ser de conhecimento desta Comissão. Nós temos que saber para quem foi esse dinheiro, porque esse dinheiro foi parar na mão de muita gente – e não foi parar para o Cícero, porque, sinceramente, também é verossímil, a não ser que os documentos sigilosos que venham aqui demonstrem o contrário, que o senhor diga que ganhava R$20 mil por mês, que seja, na empresa, e que tenha uma circulação de valores nesse valor nos seus CNPJs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, se demonstra, mais uma vez, Sr. Presidente, aqui até...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... à guisa de conclusão, que nós estamos tratando de dinheiro roubado de aposentados... E o senhor não sabia nunca que era dinheiro roubado de aposentados?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O que o senhor pensou quando o senhor soube que tinha dinheiro de aposentado que foi roubado e que estava passando pela suas mãos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso é... Não pode acontecer nunca.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E qual foi o seu sentimento em relação a isso, quando o senhor viu isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É uma coisa inadmissível. O que eu consigo falar agora para o senhor é isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor está aqui para resolver porque o senhor quer justiça para essas pessoas que foram roubadas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Corretamente. Por isso é que eu vim aqui de prontidão e aberto a todas as respostas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor continua na Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nunca estive na Conafer.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Continua prestando serviço para a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Zero?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Zero.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Rompeu completamente com a Conafer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Completamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois bem, Sr. Presidente, eu acho que, sinceramente, essa foi, para quem me acompanha e quem sabe da minha postura, também a minha participação mais *light* de todas, porque aqui eu estou tentando realmente, aliás, nas outras vezes também tentei, mas de uma forma a buscar a verdade aqui do depoente e entender como pode essa lavanderia ter utilizado tantas pessoas em tantos CNPJs diferentes e ter passado sob o radar do Governo durante tanto tempo.

O Governo Lula foi completamente omisso, a CGU, o Ministro Lupi, da Previdência, o atual Weverton, que foi Secretário-Geral, a AGU. Olha, Presidente, é absurdo o que nós estamos vendo!

Então, aqui, para encerrar, eu quero lamentar realmente que nós cheguemos a esta Comissão com um depoimento que, de fato, acho que até esclareceu bastante coisa para quem está nos assistindo, mas que poderia trazer mais informações sem os documentos sigilosos que nós precisamos.

Então, reforço...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... por uma última vez, vamos pedir ao STF todas as planilhas, ali deve ter nome de político, deve ter nome de assessor... Aliás, deve não, eu sou capaz de apostar cem por um...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... como vai ter.

Porque nós precisamos chegar em quem roubou e em quem levou esse dinheiro todo que passou por essas contas do depoente Cícero Marcelino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu agradeço pelo respeito e pelas perguntas, etc.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator *ad hoc* tem questionamentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Pronto.

Presidente, eu queria fazer um questionamento aqui ao Sr. Cícero, que tem demonstrado aqui, a gente percebe, um posicionamento totalmente diferente de outros depoentes que vieram aqui, como outros que estiveram com empáfia, com arrogância, com soberba.

O senhor está vindo com humildade, tentando responder. Talvez, como algum colega falou aqui, não esteja respondendo tudo. E, talvez, também, como sugerido pelo Senador, pelo Deputado Marcel Van Hatten, essa sessão secreta, Presidente, possa ser uma alternativa, se ele se sentir mais confortável para colocar, porque, realmente, R$300 milhões é um dinheiro que não dá nem para imaginar. Eu acho que já começa a se aproximar do R$0,5 bilhão. É um dinheiro, é uma montanha de uma coisa absurda!

O que eu queria lhe colocar são os RIFs que chegaram aqui, através do Coaf, que indicam que o senhor transferiu R$54 mil para a sua sogra, Márcia Morais, e R$432 mil para a sua cunhada, Tatiana Morais.

Qual o motivo e a natureza de todos esses pagamentos pessoais vultuosos para a família de sua esposa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Vou puxar isso, mas tinha meses de pagamento de contas minhas mesmas, próprias minhas, que eu passava para elas para fazerem pagamentos para mim. Já teve casos bem distantes, poucas vezes, sim, já teve.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas o que o senhor falou aqui que, com o seu trabalho conseguia, foi dando números do que o senhor chamou até de troco, em algum momento o senhor chegou e falou que era troco. Isso dá R$0,5 milhão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, isso tudo eu passei para as pessoas, é isso? Para os familiares?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É, para a sua sogra e para a sua cunhada.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu vou puxar isso e repassar para os senhores o motivo, o que eu paguei, o que não foi, com toda a verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá.

Sr. Cícero, a Cooptec Cooperativa, da qual a sua esposa Ingrid é sócia, transferiu 2,6 milhões para a Santos Consultoria...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... empresa da qual o senhor é sócio.

A Polícia Federal sugere que essas movimentações circulares entre empresas do mesmo núcleo familiar operacional dificultam o rastreamento dos recursos e configuram possível ciclo de lavagem de dinheiro.

Eu pergunto para o senhor: qual foi a natureza específica da contraprestação de serviço ou produto que justificou aqui essa transferência de R$2,6 milhões para a Cooptec?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Realmente, para a questão de planilhas que vinham para pagamentos: pagava de uma, pagava de outra empresa. É assim que eu consigo falar agora com veracidade para o senhor, é isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Qual o serviço era feito? Serviço de quê? Da Cooptec para Santos Consultoria, exatamente qual era o tipo de serviço?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, nem prestava o serviço, eu mesmo encaminhei de uma conta para outra para poder movimentar e fazer alguns pagamentos, para onde eu tinha mais limite para fazer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Relatórios da Polícia Federal indicaram que Carlos Lopes movimentou 1,7 milhão em apenas dois meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Deixe-me cortar só um pouquinho aqui, eu não consegui entender direito. Pode repetir para mim, por favor?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então, relatórios da Polícia Federal indicaram que o Sr. Carlos Lopes, da Conafer, movimentou 1,7 milhão em apenas dois meses. Apesar de declarar renda mensal de R$15 mil e patrimônio de R$60 mil, considerando que o senhor recebeu R$975 mil diretamente do Sr. Lopes entre 2021 e 2023, eu faço duas perguntas, que eu sei que a gente precisa sequenciar, mas depois eu quero voltar, Presidente. São duas perguntas aqui dentro dessa enumeração que nós fizemos aqui. Essa quantia foi utilizada, ainda que parcialmente, para cobrir despesas pessoais de luxo, de viagens internacionais ou manutenção de bens privados do Sr. Lopes, Presidente da Conafer, de forma a ocultar a origem real dos recursos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não sei se ele fez isso, mas vinham pagamentos pessoais que ele tinha que fazer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tipo viagens?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei falar se eram viagens, porque vinham com as mesmas condições de planilha. Se eram viagens...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas nessas planilhas estava lá dizendo para o que era. Era compra de dólar...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Fulano de tal... Não, para viagens eu não me recordo disso, e também para compra de dólar, essas coisas não... Era só para repassamento, "Mande para o meu filho tanto, porque precisa do negócio da escola", isso aqui assim... Aconteceu isso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Carro? Compra de carro.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Carro, já teve compra de carro, mas era pela empresa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Certo. E a última aqui, Sr. Presidente, depois eu faço as demais: o senhor tinha conhecimento de outras fontes de receita ou patrimônio oculto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sr. Lopes, além de recursos da Conafer, que justificassem essa movimentação financeira flagrantemente incompatível com a renda declarada dele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sabia se justificava ou não, porque eu não sabia valores, mas sabia que ele trabalhava no meio agro, com gado, essas coisas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Era muito empregado nessa parte?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Provavelmente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – De... De...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – De fazenda

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É... Eu sei que ele mexia com isso. Ele é advogado também, formado, então, provavelmente viria desses locais....

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Obrigado... Obrigado, Sr. Cícero.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu que agradeço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou fazer os dez minutos do Deputado Dorinaldo Malafaia, e vou ter que dar o intervalo da noite.

Excelência...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não, eu tenho uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu preciso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu tenho uma consulta... Eu tenho uma consulta *online*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu preciso, eu tenho uma medicação que eu sou obrigado a tomar nesse horário, então, eu lamento. E eu tenho que me alimentar, porque ela não pode ser bebida...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ...sem estar com a alimentação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Podia pedir para o Relator *ad hoc*...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Conduzir...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Porque vamos perder voo... Eu consegui um encaixe numa consulta médica e não dá para colocar alguém no seu lugar? Alguém preside em seu lugar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É de praxe, Presidente.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, o Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Podemos devolver também a gentileza do Deputado Pimenta, que autorizou também que eu ficasse aqui. Ele poderia ficar na Presidência...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É uma gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... e a gente, trocar aqui, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vejo isso aqui.

Com o uso da palavra o Deputado Dorinaldo Malafaia, por dez minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Bem, obrigado pela gentileza; nós estamos aqui desde cedo.

Eu queria não perder a oportunidade de fazer alguma reflexão aqui ao Sr. Cícero, porque não sei se o senhor tem total clareza e dimensão deste debate que nós estamos fazendo aqui – os Parlamentares, os Senadores e Deputados.

Nós estamos acompanhando *pari passu* todas as declarações, conectando todos os assuntos. Eu digo isso para o senhor, na frente do seu advogado, porque aqui todos que vieram,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo menos os últimos três que eu acompanhei – o caso do chamado Careca do INSS, depois o representante da Conafer e o senhor –, têm uma personagem; todos!

O Careca do INSS, Presidente, vinha aqui dizendo que ele não era o Careca do INSS, que ele era apenas um empresário de sucesso que encontrou, na fragilidade do INSS, as condições para ter tudo o que ele tem, com uma conversa muito macia, e muito firme, por outro lado. E foi conduzindo, conduzindo, conduzindo, quando, na verdade, o Careca do INSS é um criminoso que assaltou, juntamente com uma organização criminosa – que tem uma característica muito parecida –, com os seus parentes, e deu o golpe nos aposentados. E dizia a mesma coisa: "Não tenho nada a ver com o golpe dos aposentados".

Depois veio aqui a Conafer, que é robusta no processo de crescimento. A Conafer... Quando veio aqui, o representante da Conafer, o Sr. Carlos Lopes, pintou a mão; disse que simbolicamente era representante indígena; foi desautorizado pelos próprios, foi desautorizado pela associação dos povos indígenas de falar em nome desses povos originários; e também se descobriu aqui o mesmo modo: famílias, mulher, irmão fazendo parte desse processo de esquema criminoso.

E o senhor chega aqui... Eu lamento também que alguns colegas tenham colocado um certo tom brando, de certa leveza para o senhor, como se o senhor fosse um colaborador. Na minha opinião e pelo que eu levantei aqui, o senhor é tão criminoso quanto os demais. Digo isso porque nós levantamos aqui o esquema criminoso em que o senhor está envolvido. O senhor não é um colaborador, o senhor é um criminoso! Está claro para a gente aqui que o senhor faz parte de um esquema de lavagem de dinheiro junto a essa organização criminosa, que utilizou... Foi demonstrada pelo Relator a relação sua, a relação de lavagem de dinheiro sua juntamente com a sua esposa, juntamente com o seu cunhado, certo? Então...

Cunhado, me parece.

Vocês têm o mesmo *modus operandi*. Então, queria lhe dizer, lhe perguntar... Porque veja: o senhor tenta se distanciar, diz que não teve crime nenhum com relação aos aposentados, mas o dinheiro do aposentado era retirado, depois passava para a Conafer, depois passava para o senhor e o senhor devolvia para a Conafer através do Sr. Carlos Lopes, não era isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Não, nunca fiz pagamento para a Conafer, nunca devolvi.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Da Conafer? Não; tem aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, das minhas empresas nunca saiu um pagamento para a Conafer.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Veja bem, tem uma fala sua aqui, hoje.

"Os documentos mostram aqui..."; sobre origem dos recursos e planilha de pagamento, o senhor fala, disse o seguinte: "Ficava com o trocado que sobrava". O trocado que sobrava, na verdade, é dinheiro desviado. O senhor tem ciência disso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tinha.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Não tem ciência?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tinha. Tenho ciência agora, depois do que está acontecendo.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Muito bem. O senhor tem consciência de que o senhor é cúmplice e testa de ferro de uma quadrilha?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor não tem consciência?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não. Agora, com até alguns Parlamentares, alguns conselhos, estou repensando sobre isso, sim.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor sabe, então, ou não sabe, mas eu vou lhe dizer aqui, se o senhor não sabe, que o senhor responde por uma organização criminosa... por crime de organização criminosa e lavagem de dinheiro. Crimes que, com pena combinada, dão de seis a oito meses e um máximo de 18 anos e oito meses de reclusão. Tem aqui uma dosimetria para aplicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estou lhe dizendo isso porque me parece que é importante que o senhor tenha plena consciência de que aqui nós tivemos informações da sua declaração de maneira muito sincera. Eu acredito até que foi um sincericídio, porque você, o senhor declarou aqui várias vezes – está gravado aqui – que realmente faz parte desse esquema criminoso.

As empresas, por exemplo, que estão em nome de terceiros e com falsa titularidade... No seu depoimento anterior, o senhor afirmou que algumas empresas estavam em nome do seu cunhado. E o que o senhor fez para poder atender aos amigos do Carlos? O que o senhor fez? Como que o senhor fez esse esquema de ajuda? Tinha a empresa em nome do seu cunhado, que era, logicamente, uma falsidade de titularidade. E como o senhor fazia para ajudar o Carlos? Como é que funcionava esse esquema? Conte um pouco para a gente.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei de esquema. O que eu fazia era prestação. E do meu cunhado, a mesma empresa, quando surgiu uma oportunidade, coloquei nela, mudamos o Cnae, e começamos a trabalhar. Em geral, são quatro empresas que a gente trabalhou. Cancelamos umas e continuam outras.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Então, nessas quatro, já foi demonstrado aqui que o senhor recebeu mais de R$300 milhões, em contas próprias, não é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Contas... É, o que foi para a empresa é o que é; é o que foi para as empresas, sim.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – E o senhor declarava renda de R$1.500, era isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tive um problema com declaração com um contador.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Muito bem. Eu queria avançar um pouquinho para esse eslaide que foi cedido pelo Deputado Rogério Correia, porque, para mim, é muito importante ver o crescimento desse esquema de corrupção nesse período específico de 2019-20, onde tem esse laranja, inclusive, falando de questões laranjas, parece-me que essa cor é emblemática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aí uma demonstração de um crescimento, principalmente de 2019 até 2022, e aproximadamente 23, no valor de... Saiu, em 2019, de R$350 mil, a Conafer, passou para R$57 milhões, que representou uma elevação de aproximadamente 16.000%, nesse período que o senhor está envolvido aí – o senhor está envolvido nesse esquema. E, no período de 2022, teve um outro salto que foi para 92... Aproximadamente R$92 milhões, passou de R$92 milhões, perdão, para R$202 milhões – um crescimento absurdo.

Mas, veja, esse período marca também o dia 30 de agosto, por exemplo, que foi o período que teve o Acordo de Cooperação Técnica no INSS, do Sr. Leonardo Gadelha. Teve uma suspensão nesse período. Eu queria voltar um pouco nessa linha do tempo, porque teve uma suspensão do repasse dos valores referentes aos descontos de mensalidade dos beneficiários de natureza não-previdenciária nesse período, no período Temer. Em seguida tem um fato que eu acho que nós não podemos esquecer. Nós não podemos esquecer que, no dia 8 de outubro de 2020, o Presidente do INSS, o Sr. Leonardo José Rolim, nomeado pelo então Ministro, hoje Senador Rogerio Marinho, assina a Portaria nº 1.048, que delegou a competência para a celebração de Acordos de Cooperação Técnica para a Diretoria de Atendimento (Dirat), alterando a governança da autarquia.

Essa data também, para nós, é muito importante. Essa data está relacionada exatamente com esse crescimento e com o que V. Exa. está participando diretamente.

Eu queria registrar que esses desvios e esse processo todo realmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... ele tem – para finalizar, Presidente – um marco temporal. Esse marco temporal que aqui está tentando se blindar exatamente o período em que tem envolvimento direto do Governo Bolsonaro.

Nós fechamos por aqui.

Nós não podemos esquecer 2019, 2020, 2021 e 2022. Esse período é o período de maior escândalo e onde dá início exatamente ao processo de autorização de Acordos de Cooperação Técnica com entidades fraudulentas e que deram um golpe bilionário no aposentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para finalizar, quero dizer que o senhor comete crime. Não adianta afastar a sua culpa desse processo. É nesse sentido que eu quero lhe dizer que, lamentavelmente, não adianta vir aqui e retornar com esse discurso de que há uma inocência por parte dos senhores. Todos vocês, os últimos três que passaram por aqui, têm o mesmo *modus operandi:* é tentar diminuir o seu crime, tentar se afastar da responsabilidade e transferir a ideia de que são pessoas idôneas e que tiveram sorte na vida ou são gênios das finanças ou que tiveram oportunidade de crescimento sem nenhum tipo de envolvimento com essa crise que foi aplicada ao aposentado brasileiro.

Então, portanto, eu queria aqui, Presidente, mais uma vez agradecer a V. Exa. pela paciência e que a gente consiga realmente sair dessa CPI com resultado concreto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Eu convido o Senador Girão a assumir a Presidência e o Deputado Evair de Melo como Relator *ad hoc*, enquanto me ausento.

Com a palavra o Deputado José Medeiros. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Por dez minutos, com a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nos últimos 20 anos, o Brasil ficou praticamente nas mãos de Governos do PT. Nas últimas seis eleições, cinco o PT venceu. Durante todos esses anos, inúmeros escândalos surgiram e nós não tínhamos nem tempo para, em dez minutos, nomear todos, nem para nomear quantos petistas de alta plumagem foram presos e também os que foram "descondenados".

Mas, Sr. Presidente, todos esses escândalos tiveram um roteiro único.

Eles parecem... Para quem acompanha futebol e é mais antigo, o Sávio era um jogador do Flamengo muito habilidoso que driblava sempre para um lado – sempre para um lado. Era um drible manjado, mas dava certo. O PT tem feito isso há muito tempo. É manjado, mas eles têm tido sucesso. Eles fazem a coisa... É tipo aquele sujeito que bate a carteira e sai gritando "pega ladrão".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós temos visto nesta CPI... Eles já criaram muitas narrativas competentes, mas, nesta CPI e neste escândalo do INSS, eles conseguiram se superar, porque veja só: qual é o líder principal do Governo do PT? O Presidente Lula. Qual o Governo dos últimos 20 anos tem como base principal sindicatos e associações? O Governo do PT. Qual o partido que tem, nas suas bases, Deputados ligados a associações e sindicatos? O PT. As principais associações que estão envolvidas nesse esquema e que mais passaram dinheiro são ligadas a quem? Ao PT. E aí eles vêm aqui e dizem que o esquema é do Governo Bolsonaro. A pergunta que fica é: por que Bolsonaro faria um esquema para beneficiar o PT, para beneficiar o Governo do PT?

Eu gostaria – para a gente deixar de uma forma gráfica e mais clara – que a Secretaria colocasse ali na tela uma coisa para a gente separar, de uma vez por toda, de que forma o Governo do PT se comportou, os Parlamentares do PT, e de que forma Bolsonaro se comportou.

Olha, começa o Governo Bolsonaro... Aliás, antes de começar, no período de transição, Sr. Presidente, o Senador Izalci leva uma comitiva de peritos à transição para falar com o Presidente Jair Bolsonaro. Eles falaram: "Olha, tem fraudes assim, assim, assim". As fraudes que foram colocadas ali já foram frutos de estudos para poderem ser tratadas numa legislação que pudesse combater essas fraudes. Naquele momento, não se tinha levado... Mentira que eles têm contado aqui, cotidianamente, toda sessão eles falam isso, de que tinha sido levada já a questão dos consignados. Não foi levada. A própria nota dos servidores, dos peritos, deixou claro isso. Mas houve uma boa vontade do Governo em combater as fraudes. Está ali: "Bolsonaro sanciona Lei de Combate às Fraudes do INSS; 30% dos benefícios são suspeitos". Então, tinha todo tipo de fraude. Inclusive, nesse combate às fraudes, teve um avanço. Antigamente, levavam-se pessoas, Senador Girão, sem a maior preocupação com a vulnerabilidade daquelas pessoas, pessoas com cem anos levadas em maca para fazer prova de vida no INSS. O que o Governo Bolsonaro fez? Criou uma possibilidade de fazer a prova de vida digitalmente, trazendo dignidade para essas pessoas.

Vamos passando, por favor, outro eslaide. (*Pausa.*)

Parece que travou, né?

Mas vamos ali para ver o que o Bolsonaro fez: por favor, solta esse vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Veja aí, Sr. Presidente. Inclusive, o nosso colega, com orgulho, o nosso Líder no Senado, Senador Rogerio Marinho.

Por que um Governo que estaria direcionado a roubar aposentado iria colocar empecilhos para o próprio crime? Então, não bate essa história que o PT tem contado aqui. A grande verdade é que, além dessa legislação aí, o Presidente Jair Bolsonaro criou, dentro da CGU, um departamento para combater esse tipo de – só para tratar de INSS... E a Diretora falou aqui, foi imprescindível para que se chegasse a este momento a que nós chegamos agora.

Então o que acontece? Nós temos uma situação em que há um rombo, um roubo estratosférico, e eles procuram jogar para o outro lado, jogar a culpa para outros e dizer: "Nosso Governo descobriu". Mentira deslavada. Não descobriu coisa nenhuma. E isso está mais do que provado aqui. Tanto não descobriu que estão perseguindo. E hoje, foi a prova aqui: a pessoa que denunciou, eles estão querendo o escalpo dele.

Então, Sr. Presidente, o que a gente nota é que é uma narrativa contada para inglês ver, porque, quando chega a hora de buscar a realidade dos fatos... O que aconteceu hoje aqui? Blindaram o Frei Chico. Só estão faltando dizer que Frei Chico é irmão do Bolsonaro. Só está faltando negarem que o Frei Chico é irmão do Lula.

Gostaria que passasse ali para a gente ver, porque aqui foi...

O que Bolsonaro fez? Olha, cancelou mais de 2,6 mil... milhões de benefícios irregulares, economizou 20 bilhões, e fez uma medida provisória para combater essas fraudes. E que jeito... Isso foi o que o Bolsonaro fez.

Agora vamos lá ao que o PT fez. Olha aí o que o PT fez. Está lá. A oposição critica dificuldades impostas aos trabalhadores pela MP nº 871. É tudo em nome de alguém. O PT, o discurso dele é sempre um pano de fundo para ajudar alguém, alguma minoria. Nesse caso era para proteger os trabalhadores.

"Pente fino do INSS ameaça direitos e falsa economia..." Isso era o que eles diziam. Vamos lá. Isso no *site* do PT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para a frente.

O PT, na verdade, foi o partido que tentou barrar o pente fino.

Se possível...

Olha, recurso no TCU. Eram contrários aos cruzamentos de dados, fizeram uma campanha de desinformação sem tamanho.

Se puder colocar esse vídeo...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – "[...] novo ministro assinou emenda para reduzir controle dos descontos", e por aí vai. Esse Ministro que está aqui agora, ele assinou para combater a medida, e aí eles vêm aqui dizer que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – ... quem facilitou, que esse rombo foi por causa do Governo Bolsonaro. Então, aí está bem claro o que o PT fez e o que o Governo Bolsonaro fez.

Os Parlamentares todos, inclusive os puxadinhos, que eu não coloquei aí, não dá tempo de colocar os puxadinhos do Psol, que também estavam na mesma cantilena, então, combateram as medidas que iam impedir as fraudes e vêm aqui, o tempo inteiro, querer jogar para cima do Governo Bolsonaro. Está aqui bem claro para o povo brasileiro quem combateu as fraudes e quem impediu o Governo de fazer mais para que essas fraudes não acontecessem.

E mais: essas associações são tentáculos do Partido dos Trabalhadores. A Contag é histórica. Não dá para a gente querer deixar de fazer esse contraponto aqui. E aí, quando a gente conta a verdade aqui, vão e entram na Justiça, porque dizem que está borrando a imagem do PT. É impossível borrar mais a imagem do PT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Zé Medeiros, que foi Senador aqui desta Casa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu imediatamente passo a palavra para a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Agradeço, Sr. Presidente. Em nome de V. Exa., cumprimento os demais.

Cumprimento o depoente, Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, e seu advogado, Carlos Roberto de Souza.

Eu gostaria de pedir para a Secretaria apresentar um *print*, por favor.

Olha, isso aconteceu no grupo da minha família ontem. A minha irmã acabou de falar, disse o seguinte: "Eu acabei de receber esse WhatsApp do Governo dizendo assim", e minha irmã não se chama Deolinda:

Olá, Deolinda, o Governo do Brasil tem uma informação importante: identificamos que você tem valores a receber relacionados a descontos indevidos da fraude do INSS.

Para receber os valores é preciso acessar o Meu INSS ou ir presencialmente em uma agência [...] [e tal].

Este [...] canal oficial [...]

Não pedimos dados [...].

Mas depois, no próximo *print*, ele já apresenta que... Fala que não envia *link*, mas envia uns números para clicar. Então, é golpe. As pessoas estão mandando WhatsApp, e golpe do golpe – do golpe do golpe. Então, é para que os brasileiros fiquem atentos. Esse tipo de golpe está ocorrendo. Então, quando você vê, você cai numa cilada aí. Então, todo cuidado é pouco.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de destacar como o andar da carruagem está um tanto quanto complicado. Nós estamos aprovando requerimentos de convocação, de convite, mas temos mais de 140 nomes já aprovados. Nunca sabemos na segunda-feira quem é que vem, quem é que não vem, para a gente poder estudar. E às vezes o depoimento é de uma pessoa cujos RIFs sequer chegaram, ou, se chegaram, não foram analisados ainda pela polícia legislativa.

Então, a minha preocupação é: o rombo dos bancos, das instituições financeiras, é muito maior! Ano que vem, esta CPMI acaba em março, então, eu gostaria de que pelo menos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhássemos no sentido de pedir a documentação dos bancos que já foram aprovados: o PicPay e o BMG. Precisamos de quebra de sigilo: Ricardo Guimarães, dono do banco; do seu filho, que é o diretor, o seu filho Flavio Guimarães Neto. Nós podemos nos adiantar em relação à documentação, porque as pessoas estão nos vendo trabalhar aqui durante horas e horas e horas, mas o trabalho fora da TV é enorme, e o volume de documentos para ser analisados é imenso. Nesse sentido, eu gostaria de antecipar.

Bom, Sr. Cícero, o senhor disse que, em 2017, o senhor conheceu o Sr. Carlos Lopes, certo? Foi numa loja onde o senhor vendeu algumas roupas para ele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Correto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – A partir daí, quando foi que o senhor fez o primeiro negócio com a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Creio que dois, três meses depois.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, dois, três meses depois, ele lhe convida para fazer algum negócio, para o senhor abrir uma empresa, é isso? Foi a primeira empresa que o senhor abriu para trabalhar exclusivamente? Qual é o nome dessa primeira empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Santos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Santos. Tá. A Santos... Qual foi o serviço que ele pediu para a Santos fazer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade era de consultoria e assessoria. A gente fazia isso em assentados, áreas indígenas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Qual é a sua formação?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu não tenho formação... Completa, não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Tá. Então, o senhor se apresenta como consultor. O senhor é consultor do quê? Em quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, resolvo tudo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Você resolve mesmo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Tu é fera, hein?

Olha só o tanto de empresa... Quantas empresas o senhor tem hoje no seu nome, no da sua esposa, onde o senhor tem participação?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – São duas minhas e duas da minha esposa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Olha só as empresas em que ele tem participação, ele mexe, ele é consultor em: agropecuária, locação de automóveis sem condutor, serviço de organização de feiras, congressos, exposições e festas. Depois a outra empresa... Olha, eu já falei uma, duas, três. A quarta: montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias. Aí a quinta: aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário. Banheiro também? Aqueles banheiros químicos o senhor também tem?

Não tem banheiro químico, não?

Depois, o senhor tem uma *holding* de instituição financeira, aí o senhor tem também correspondente de instituições financeiras! Aí o senhor tem criação de bovinos para corte! Depois, locação de automóveis sem condutor! Depois, consultoria em gestão empresarial, exceto técnica específica!

Olha, o senhor é um craque, o senhor é consultor de tudo e de nada! Engraçado que o senhor... A Conafer contratou a Santos, aí a Santos fazia essa consultoria e recebia um recurso, certo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E aí esse recurso... A Santos recebia o pagamento desse serviço, o.k.? E outra, as suas empresas não têm funcionários, não é? Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor é o craque de tudo, o senhor chuta, o senhor defende, o senhor faz gol... Enfim, o senhor, eu nunca vi, o senhor é um ninja! Ninja! Eu estou impressionada.

Aí o senhor mesmo recebeu o pagamento da consultoria prestada para a Conafer pela Santos e aí o senhor contrata a sua própria empresa para fazer, sei lá, algum outro serviço, locar carros. Então, a empresa no seu nome, aí o senhor repassa o dinheiro. Aí a locadora, que é sua, resolve criar gado de corte. Aí o senhor passa esse dinheiro para outra empresa que a locadora quer, aí essa empresa de gado de corte quer fazer uma festa, bem na pandemia, aí ela contrata ela... E o dinheiro fica girando de uma forma impressionante.

Pergunto: o senhor conhece o Sr. José Valentim da Costa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor conhece o Sr. Reinaldo de Almeida Santos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Caramba! É tudo mentira isso aqui, né? Foi para quem? Olha só, após o início da Operação Sem Desconto, a empresa Agropecuária PKST, da sua esposa e de vocês ali, IBC Prudente Apoio Administrativo, Santos Consultoria – Santos, a primeiríssima –, a To Hire Cars Locadora de Veículos transferiram suas empresas para esses dois nomes que eu perguntei, para o Sr. José Valentim da Costa, de 55 anos, e o Sr. Reinaldo de Almeida Santos. Ele vendeu as empresas para esses senhores, e ele não conhece. Os dados foram disponibilizados pela Junta Comercial de São Paulo, a Jucesp, então eu tenho fontes. Mas, gente, pasmem: constatou-se que Valentim, o primeiro, era beneficiário do auxílio emergencial em maio e novembro de 2020, e o Reinaldo, por sua vez, para quem ele vendeu as empresas, foi beneficiário do Bolsa Família, entre 2016 e 2020, e tentou receber o auxílio, entre abril e agosto, mas foi bloqueado. Pelo histórico desses novos sócios seus ou para quem o senhor transferiu totalmente, tudo indica que, sim, são laranjas... Laranja do laranja do laranja, tá? Laranja do laranja.

Eu pergunto, para finalizar: o senhor sabe por que o senhor veio prestar depoimento aqui?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor não sabe? Porque o senhor se preparou para vir até aqui?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor... O seu advogado também não sabe...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor não consultou o seu advogado, então? O senhor não sabe, o senhor está caindo de paraquedas, o senhor nunca ouviu falar do escândalo do INSS?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vim para dar respostas do que me perguntam sobre o escândalo do INSS.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É, mas então o senhor sabe. Por que o senhor não trouxe... Todos os seus documentos levaram?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Todos, sem exceção.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Qual a sua renda mensal?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho renda nenhuma no momento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Qual era a sua renda mensal até a Operação Sem Desconto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Média de R$120 mil, R$100 mil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k. O senhor recebia por trabalho em cada empresa ou o senhor recebia percentual do dinheiro que rodava?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, nada percentual, era o ganho do meu salário, prestado o serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Prestado o serviço. Então, se o senhor vendeu para a Conafer ou para a sua empresa sêmen, por exemplo, de gado tal, ou se o senhor alugou banheiro químico, alugou, aí o senhor, é tudo contrato, cada um é um preço. É isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É, mas muitas vezes passava um dinheiro, o mesmo recurso, é estranho, mas eu...

O senhor poderia pensar em uma colaboração premiada. O senhor viu o que aconteceu com o Mauro Cid, ele foi realmente, ele conseguiu revelar questões e provar. De repente, o senhor entra nessa, porque senão vai ver o sol nascer quadrado.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Aproveitando aqui, antes de passar a palavra para o nosso colega Deputado Evair de Melo, eu gostaria só de questionar, primeiro respondendo à Senadora Soraya sobre o termo das convocações aqui: a Secretaria, muito atenciosa sempre, trouxe a informação de que dentro do Regimento são dois dias úteis e será feita a comunicação da pauta da próxima semana. Essa questão dos RIFs, a senhora tem razão. A gente recebe muitas vezes aqui um convocado, um convidado e não tem ainda todas as informações, inclusive, quando chegam, chegam incompletas e dizendo que está faltando alguma coisa, a Receita dizendo. A gente faz um apelo à Receita Federal do Brasil para que tenha mais atenção aos requerimentos, para que mande as informações completas com boa vontade. Nós estamos querendo fazer um trabalho aqui focado e nós temos tempo para concluir esta CPMI. Então, fica um apelo também à Receita Federal, porque nós tivemos notícia, inclusive os meus requerimentos, que voltaram, aprovados aqui pelo Colegiado, porque diz que está faltando mais dados e, poxa, isso não tem cabimento.

Mas eu queria aproveitar o Sr. Cícero aqui e perguntar para ele o seguinte: quer dizer que o troco, de que o senhor falou em algum momento aqui, que sobrava, é de R$120 mil por mês para o senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, o que eu disse, acabei falando o troco, é a interpretação de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Essa palavra foi o senhor que falou.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim, é a interpretação de vocês. Seria uma média de R$20 mil a R$30 mil por empresa. É por isso que eu falo que dava R$120 mil no mês, com as minhas quatro únicas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Tá. Antes de montar essas empresas, o seu rendimento era quanto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – De R$7 mil, R$8 mil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – De R$7 mil, R$8 mil. Aí passou para R$120 mil a partir dessas empresas, a pedido da Conafer, porque o senhor montou essas empresas a pedido do Sr. Carlos Lopes, não é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, ele viu o potencial, e eu abri a empresa para prestar serviços para a Conafer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Perfeito, e o senhor começou vendendo roupas para ele, ternos, é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Era esse tipo de roupa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – E os ternos – desculpe-me a pergunta –, custava quanto cada terno?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – R$2 mil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – R$2 mil? O.k.

Então, vamos sequenciar, depois eu tenho algumas outras perguntas a fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador... O Deputado – falei duas vezes Senador aqui, profetizando, né? O Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Obrigado, nosso Presidente.

Na verdade, aumenta muito a minha responsabilidade de falar aqui, na condição de também Relator *ad hoc* desta importante audiência, que nós estamos realizando.

Eu tive a preocupação e o cuidado de procurar a Polícia Federal, os órgãos de investigação, para entender como que é a estrutura organizacional do crime organizado. Isso não agora, nos Governos passados. Ainda me lembro do Governo Temer, depois o Governo Bolsonaro. Eu tinha a oportunidade... Para poder entender um pouco mais disso. Na época, José Medeiros, eu descobri que o Hamas, o Hezbollah, as forças revolucionárias da América Central, as Farc colombiana, o PCC, o Comando Vermelho, o MST, eles têm exatamente a mesma estrutura organizacional.

Sr. Presidente, por que eu comecei por isso? Para poder dizer que aqui nós já recebemos o tal do Sr. Fernando Cavalcanti, recebemos o Sr. Rubens Oliveira, o Sr. Milton Salvador, e hoje estamos recebendo o Sr. Cícero Marcelino. E a estrutura organizacional, o modelo de resposta e a forma com que eles trabalham é exatamente a mesma. Portanto, eles podem estar combinados entre eles, eu não sei, mas é impressionante como aprenderam a organizar esse crime para poder roubar os nossos aposentados. Isso é um crime organizado, isso é quadrilha. Isso tem apropriação indevida de dinheiro – tem gente que ficou rico, tem gente que usufruiu desse dinheiro para as suas benesses do nosso dia a dia –, mas tem muita vantagem política, tem muita militância na base. Inclusive, o Conafer disse aqui... Como lá ele fala que é na primeira instância que é feita a abordagem do aposentado, a gente sabe bem o papel que se exerce lá.

Sr. Cícero, eu pergunto ao senhor: o senhor conhece a Sra. Tehiana Gomes de Freitas Pataxó?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor teve alguma relação com ela? Porque consta que houve transações financeiras entre o senhor e a Sra. Tehiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Pode ser que esteja dentro das planilhas de pagamento, sim.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Pois é. Quero comunicar ao senhor que... O senhor pode explicar a natureza do motivo destes repasses? O senhor lembra?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vinham as planilhas das quatro empresas, e a gente fazia o pagamento. Era uma média de 20, 30, 50, 100 pessoas para pagar.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – É impressionante! Todos os depoimentos, com o mesmo *modus operandi*, têm memória fraca. Eu nunca vi consultor, auditor, gente que trabalha com controle e com pagamento com memória tão fraca. Observe-se, eles têm mesmo *modus operandi*: não sabe, não viu, não foi com ele, tem que ver as planilhas. O senhor desculpa... Esse salário do senhor não condiz com o que o senhor está entregando.

Quero comunicar para o senhor que essa pessoa, com quem o senhor tem convivência com ela, foi condenada a 13 anos de prisão por atropelar e matar uma criança no Município de Pau Brasil.

Eu pergunto se ela teve algum vínculo com a Conafer ou com as empresas ligadas ao senhor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sei que trabalha na área indígena da Conafer.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Que fique registrado aqui – inclusive, quero fazer o registro aqui à nossa Senadora Damares, que está tratando dessa causa específica – que possivelmente o senhor vai ser convocado para falar em algum momento sobre isso.

Mas vou começar pelo início da nossa sessão de hoje, falando do tal do Frei Chico, o pregador da sinagoga do Satanás, porque de igreja nenhuma ele é – falso profeta.

"Polícia Federal suspeita que sindicato do irmão do Lula desviou aposentadorias do INSS para empresas de fachada. [...] André Mendonça [...] [bloqueou] R$389 milhões [...]."

"Sindicato [...] [do] irmão de Lula [...] [e] vice-presidente também é alvo de [...] [busca e apreensão] na nova fase de operação contra fraudes no INSS. Sindicato Nacional [...] [o tal do] (Sindnapi) [...] [são] 66 mandados de busca e apreensão [...]", inclusive o Frei Chico, irmão do Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Mendonça ordena o bloqueio de R$390 milhões do Sindnapi."

E o irmão do Lula é um... Santo não é, né? Quem prega na sinagoga do Satanás não pode ser santo. E, aí, querem tratar esse tal desse Frei Chico como uma pessoa decente. E está aqui a matéria de 2017: "Irmão de Lula recebeu mesada durante 13 anos [...]". A isso foi dada publicidade. Para que se possa saber, inicialmente o pagamento era de R$3 mil, mas o Frei Chico pediu aumento – não estava satisfeito, pediu um aumento – para R$5 mil. "Irmão de Lula [...] [recebe] mesada por 13 anos [...]." O 13 é convidativo, né? Ô, número atraente para corrupção!

E aqui vai na mesma direção: "Executivo da Odebrecht revela 'mesada' a irmão de Lula", José Medeiros, mas, para surpresa zero, o que é que acontece? "[..] a pedido do ex-presidente". O Barrabás, não satisfeito com que já estava nos seus cofres, também queria deixar o seu irmão rico e pediu para a Odebrecht pagar mesada para o seu irmão.

Agora, a minha pergunta, Sr. Presidente, que acho que tem que vir aqui, é: onde estava a Receita Federal? Porque essas movimentações milionárias, bilionárias, eu não acredito que tenham passado despercebidas diante da Receita Federal, diante dos órgãos de controle, até mesmo do próprio Coaf. Porque, se isso passou aos olhos do Coaf e da Receita Federal, nós temos que questionar primeiro a competência técnica, não dos profissionais, mas do sistema, e, naturalmente, até a utilidade e o custo, porque a gente vê, por muito menos, gente caindo na malha fina, gente tendo patrimônio apreendido pela Receita Federal, e, estranhamente, esses valores bilionários, em contas completamente suspeitas, porque não posso admitir que um senhor como o Sr. Cícero tenha movimentado R$300 milhões – isso não condiz nem com a habilidade dele, nem com a fala dele, nem com a compostura dele. Possivelmente, ele é mais um desses que foi contratado para ser batedor de carimbo, para ser batedor de ponto, porque não tinha nem capacidade... Vocês observam que tem o mesmo perfil dos que passaram aqui.

Porque essa Conafer culpa o INSS, culpa os aposentados. O Mancha, que esteve aqui, esse cara de pau lavado, que teve coragem de brincar com os autistas do Brasil, botando um cordão de falso autista, pintando a mão para dizer que era um rito indígena... Na verdade, aquilo era uma magia negra, alguma coisa ligada ao mal para fechar o corpo. Essa é a postura dele. E o Presidente do INSS, que esteve aqui, pagou R$15 milhões sem provar autorização. Tem que pegar esses órgãos de controle do INSS, porque isso também não pode passar no nosso meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Vice da Conafer fraudou o cadastro dos agricultores para ganhar licitação de R$526 mil".

"[...] dirigente de Ministério recebeu R$ 50 mil [...] da Conafer". Sabe quem pagou? "O pagamento [...] foi feito pelo Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos".

O senhor sabe disso? Que o senhor pagou ao Secretário do Ministério, ao Sr. Pedro Alves Corrêa Neto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A memória do senhor é fraca, deu um apagão, talvez tenha sido...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É igual eu falei para o senhor, vêm as planilhas e eu vou fazendo os pagamentos...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – É, mas são valores que, desculpa, se o senhor tivesse a mínima habilidade e fosse da área, o senhor saberia: "Ah, não, mais ou menos, acho que eu lembro desse nome", "Não lembro". A gente se lembra das coisas. O senhor não lembra nada. Eu acho que, possivelmente, eu vou entender que o senhor teve covid. Eu acho que o senhor perdeu a memória na covid.

"Farra do INSS: secretário da Conafer passou de beneficiário do auxílio emergencial a 'dono' de aviões".

Pergunto: cadê a Receita Federal, cadê os órgãos de controle?

O senhor foi sócio de um banco, do Terra Bank, que o senhor falou. Correto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor tem 10% desse banco, correto?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Onde vocês conseguiram R$5 bilhões para poder bancar um projeto de genética? De onde é a origem desse dinheiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Quando eu entrei no banco, já estava funcionando.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mas o senhor não procurou saber?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor virou sócio? Mas com qual capital que o senhor virou sócio de um banco, com 10% de um banco? E esse banco está emprestando R$5 bilhões? Quem empresta cinco tem muito mais.

O senhor não procurou saber? Que consultor que é o senhor? Que assessor que é o senhor, que não se preocupou com nada?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Isso mostra que o senhor está mais enrolado do que parece, porque se o senhor não foi o mentor, naturalmente o senhor esteve a serviço do crime, porque essa, para mim, é a prova maior, Pimenta. Está aqui, ó: a Conafer, da qual o Cícero é sócio, com 10%, vai emprestar 5 bilhões. Gente, são 5 bi, não são R$5 mil, não, R$50 mil, não, Girão. Você é pobre, você não sabe o que é isso. São 5 bi. E ele não sabe a origem do dinheiro, onde foi captado, se é no Banco Mundial, se é no Banco Interamericano, se é repasse do BNDES, não sabe a origem desse dinheiro, o que mostra o esquema que foi montado.

Eu volto a dizer que é a estrutura do crime montada para poder roubar os aposentados do Brasil. Isso é vergonhoso, e naturalmente, na próxima segunda-feira, eu mostrarei aqui como é a cooptação lá na base, o papel lá da base, quem enganou os aposentados, quem vendeu falsa informação para os aposentados.

Então, Sr. Presidente, diante de tudo isso, eu só posso dizer: vai vendo, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Evair de Melo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – O senhor vai ter o tempo de Líder. Não sei como é que está o seu horário. Está corrido? Porque eu tinha mais algumas perguntinhas para fazer aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É bem curtinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Não, tudo bem. Então, o senhor tem a prioridade.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não quero mais polemizar, está todo mundo cansado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Tempo de Líder.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Mas só para que não se crie uma narrativa equivocada.

O ilustre Parlamentar que me antecedeu, quando fez uma referência às medidas de busca e apreensão da Polícia Federal no Sindnapi, usou a expressão, "inclusive no irmão do Presidente Lula". Essa informação não procede. Não há nenhuma investigação envolvendo o irmão do Presidente Lula, na CGU, no Ministério Público Federal, na Polícia Federal. O despacho da operação autorizada pelo Ministro André Mendonça não tem o nome dele, não teve nenhuma medida cumprida com relação a ele. Então, não há nenhuma informação que tenha relevância e que possa, de alguma forma, justificar a afirmação que o colega fez sobre essa pessoa.

Em segundo lugar, vai ser bastante rápido, é importante a gente lembrar a história da Conafer. Quando a Presidente Dilma foi afastada, em setembro de 2016, há uma mudança no INSS, de interpretação, que permite que os descontos passem a ser feitos por entidades que não tinham carta sindical. Esse pleito é feito pela Conafer. Então, em 2017, a Conafer inaugura essa nova fase, sendo a primeira entidade não sindical a receber autorização para os descontos. A partir disso, a entidade começa a crescer. Em 2018, 2019 e durante a pandemia, ela se torna uma entidade do tamanho que ela se tornou. Então, eu também estranho que em 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, a Receita Federal, a Polícia Federal, os órgãos de controle não tenham detectado esse esquema criminoso montado dentro do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí chega 2023, já no Governo do Presidente Lula, quando se inicia a ação da CGU, que conclui em 2024, aciona a Polícia Federal, e nós temos, então, o processo que levou a desbaratar essa quadrilha. Então, eu também estranho que, durante tanto tempo, esse esquema criminoso funcionou sem que a Receita Federal, sem que a Polícia Federal, sem que os órgãos de controle o tenham detectado. Isso foi detectado e isso levou a uma ação da CGU, uma ação da Polícia Federal, e a quadrilha foi desbaratada no Governo do Presidente Lula, quando inclusive ocorreu a devolução do dinheiro que foi roubado, para os aposentados.

Obrigado, Presidente.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Presidente, o senhor me dá 30 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Eu vou lhe dar, mas o tempo de Líder da Oposição vai ser da Senadora, da Deputada Bia Kicis. Então, já está... Mas a senhora já falou, não?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Ainda não...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Ainda não? Ah, então perdão. É porque o Deputado Pimenta tinha pedido, já concedemos aqui o tempo de Líder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Rapidamente, ou pela ordem, né?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Só para contraditar o Deputado Pimenta, e a citação é só na sua fala. Quem conhece minimamente o processo de investigação sobre pessoa jurídica, quando essa pessoa jurídica é investigada de forma direta e objetiva, todos os seus diretores e os ordenadores de despesas e decisões estratégicas estão na linha de investigação. Portanto, isso não isenta o Frei Chico do processo de investigação. O Sindnapi está sendo investigado; portanto, todos os seus diretores, incluindo o Vice-Presidente e os ordenadores, automaticamente estão no processo investigativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Passando aqui a Presidência para o Senador Carlos Viana e já concedendo a palavra para a Deputada Bia Kicis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Senador, eu queria aqui um pela ordem. Eu queria saber qual é a lista de inscritos que ainda temos, só para poder programar aqui a saúde mental.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – O Parlamentar que vos fala – eu vou utilizar daqui a pouco –; a Deputada Bia Kicis. E tem mais algum?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – E o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Esses Parlamentares são os Parlamentares que estavam inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Estavam inscritos. Todos inscritos.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Cícero e o Dr. Carlos Roberto, todos aqueles que nos ouvem...

Sr. Cícero, o senhor assinou um termo de compromisso para não mentir, dizer somente a verdade. Eu pergunto: o senhor acha normal que alguém que declara uma renda mensal de R$8 mil, de repente, tenha várias empresas em seu nome e milhões passando pelas contas?

Eu só peço ao senhor que, como são muitas perguntas, que as respostas sejam bem objetivas, porque vai contar do meu tempo, descontar do meu tempo.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Acho que por conta até do horário, a nossa cabeça fica até um pouquinho perdida. A senhora me pergunta novamente? Por causa do horário e do cansaço também, a cabeça fica meio perdida. A senhora pergunta novamente, por favor?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor acha normal que uma pessoa que declara 8 mil de rendimento por mês, de repente, tenha várias empresas em seu nome e milhões passando pelas suas contas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor sabe de onde vinha o dinheiro que mantinha o funcionamento da Conafer nos últimos oito anos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sabia.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor sabia que os associados não haviam autorizado os descontos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não sabia.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor não sabia?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sabia.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor sabia que, em 2020, houve uma suspensão dos descontos por suspeita de fraude?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sabia também. Não sabia.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Como é que o senhor consegue, uma pessoa que tem acesso a tanto dinheiro, se manter alheio ao que acontecia na Conafer?

Isso é estranho e o senhor se comprometeu a dizer apenas a verdade. Eu quero dizer que, para mim, parece muito estranho que uma pessoa com o grau de confiança que o senhor tinha para movimentar milhões, o senhor ficava completamente alheio e não sabia nada do que se passava.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu quase não tinha contato ou vinda a Brasília. Na verdade, não sabia a origem do recurso, sei que prestava serviço para várias áreas, mas não sabia.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Mas não precisa vir a Brasília, não é?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não precisa.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – As pessoas fazem as coisas à distância, não precisava estar aqui.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Existe telefone celular, existem conversas por videoconferência, mas é muito estranho, alguém que...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Esse contato direto assim, eu não tinha com a Conafer.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Mas o senhor também não é uma pessoa curiosa, não é?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor não é uma pessoa curiosa, assim, de ter uma curiosidade de saber de onde vem aqueles milhões que estão passando pelas suas mãos e como que o senhor conseguiu, de repente, ter tantas empresas.

Como o senhor responde aos apontamentos da Polícia Federal de que o senhor atuou como braço direito de Carlos Lopes na execução das fraudes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não, eu não fui braço direito, eu só prestava serviço para a confederação.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – A Polícia Federal está mentindo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não é o que eu fazia. Não é o que eu fazia.

Nunca fui braço direito do Carlos, nunca foi trabalho interno ou algo do tipo, nunca foi. Tanto que eu fui descobrir essas origens depois do acontecido, nunca fui de perguntar ao meu cliente.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor sabia que o dinheiro que pagava as suas empresas vinha de vítimas do esquema do roubo dos aposentados?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – De forma nenhuma, não sabia.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Como é que o senhor se sente hoje sabendo disso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É vergonhoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor sente vergonha?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, é vergonhoso saber que era assim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor gostaria de contar aqui para esta CPI, ainda que seja... CPMI, ainda que seja em caráter reservado, contar coisas que não vieram ainda à tona, uma vez que o senhor é uma pessoa que sente vergonha, porque nós indagamos antes e algumas pessoas disseram que tinham zero culpa, que vendo tudo o que aconteceu, que a sensação é que elas tinham zero culpa, zero responsabilidade.

O senhor pelo menos sente vergonha, isso já é um bom sinal de que o senhor não está tão descolado assim da realidade. Essa sua vergonha seria suficiente para fazer com que o senhor abrisse o jogo, que o senhor contasse coisas que talvez agora, o senhor olhando para trás, o senhor consiga entender. "Ah, eu não tinha percebido, mas agora eu consigo juntar os pontinhos e os fatos começam a clarear."

O senhor teria vontade de colaborar com esta CPMI e contar coisas que ainda não vieram à tona?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A partir de perguntas que vieram e respostas que ainda não tenho, eu vou abrir a cabeça sobre tudo isso e entender tudo o que vinha acontecendo, o porquê, de onde e o que era, mas eu não tinha ciência de tudo isso.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Mas o senhor tem...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho nada agora que pensar: "Ah, eu vou contar isso". Não tenho, mas vou pesquisar a fundo, desde o início dos meus trabalhos, o porquê que assim eu fiquei tanto no escuro ou sei lá, enfim, é isso.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k.

Bom, o senhor disse que até gostaria de assumir contratos com outros clientes...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... mas que a Conafer ocupava toda a disponibilidade das suas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando as elevadas quantias que passavam pelas suas empresas, é um pouco difícil acreditar que o senhor não teria condições de expandir o seu corpo de trabalho para atender as outras empresas e absorver novos contratos, afinal de contas era tanto dinheiro. Por que não contratar outras pessoas que pudessem fazer com que a sua empresa pudesse atender a mais clientes? O senhor tinha contrato de exclusividade com a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Respondendo à primeira pergunta: esse tanto de dinheiro vinha para prestações, serviços, pagamentos etc. Então, eu não tinha o valor milionário mensal, valor muito alto mensal, para continuar trabalhando na mesma empresa.

Qual foi a última pergunta da senhora? Por favor.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Se o senhor tinha contrato de exclusividade com a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tinha contrato de prestação de serviços, não exclusividade.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – De exclusividade?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Então, o senhor poderia atender a outras empresas, se quisesse?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim. Sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Certo. Qual era o valor do seu salário?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tirava em média, igual ao que eu falei: 20, R$30 mil por empresa. São quatro empresas nossas.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Em torno de R$120 mil?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, realmente, em torno de R$120 mil.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E esse dinheiro não era reinvestido nas empresas? Era a sua retirada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, eu investia, igual ao que eu falei: que eu tenho uma residência, tinha uma chácara e não... Alguma parte disso, sim, para a compra de alguns equipamentos, etc., mas não era totalmente revertida para as empresas, não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Sr. Cícero, eu acho que hoje o senhor... Eu acho que o senhor até sabia que era usado como laranja, desse esquema. Talvez, como o senhor afirma, vamos dar aí o benefício da dúvida, o senhor não sabia de onde vinha o dinheiro, mas o senhor sabia que era laranja.

O senhor parece querer colaborar. Levando em consideração, eu pergunto, Sr. Cícero: o senhor, por acaso, se sente ameaçado ou se sentiu ameaçado em algum momento por alguém? A sua família corre perigo?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não me sinto, não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Nada ameaçado?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não me sinto... Assim, nós temos preocupações. O que está acontecendo? O que é isso? Nossa, foi descontado de aposentado e assim... A gente está no meio disso... Essas são as preocupações, mas me sentir ameaçado, eu não sinto, não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Alguma coisa te assusta? Alguém te assusta?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, ninguém, nenhuma pessoa. É só essa chateação mesmo, porque, querendo ou não, a mídia coloca sem ainda ter investigado, ainda está oculto tudo: que é um lavador de dinheiro, ou que eu sou assessor da Conafer. Então, querendo ou não, isso é o que aparece para todos, entendeu? E isso é vergonhoso.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor disse que rompeu todos os contratos com a Conafer, e isso se deu após o escândalo do vir à tona?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Por que o senhor decidiu romper com os contratos, sendo que não há nenhum outro cliente em suas empresas? O que levou a tomar essa decisão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Por causa do jeito que era trabalhado, do que descobrimos que ia fazer. Então, eu não... Decidi... Até porque não haveria mais pagamento... Minha empresa não vai prestar mais serviço como uma empresa que está com investigações, etc., o que podem dar problema para as nossas empresas mesmo. Então, acho que seria... Em geral...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E as suas empresas fazem o que agora? Elas foram fechadas? O que aconteceu com as suas empresas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, com demissão de funcionários, devoluções de escritórios, venda até de materiais para poder pagar acertos de funcionários, etc. Venho fazendo assim, pois, apesar... Do primeiro dia que aconteceu... Todas as minhas contas foram bloqueadas, as contas foram encerradas e nenhuma... Até o que eu tinha, que sejam 10, R$12 mil guardados, essas coisas, ficaram bloqueadas pela Justiça.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Sr. Cícero, o senhor tem conhecimento de envolvimento de funcionários públicos no esquema? Eu vou perguntar especificamente: Sr. Alessandro Stefanutto, o senhor conhece?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Só vi na CPMI mesmo, não conheço pessoalmente.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – André Fidelis?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Esse eu vi na foto do Terra Bank, onde eu estava na mesma foto, mas desconhecia quem era.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Você estava na foto com ele, mas não sabia quem era?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, porque foi igual ao que eu expliquei anteriormente: na inauguração do Terra Bank tinha bastantes pessoas.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O Sr. Carlos Lupi?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Desconheço.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Até hoje desconhece quem é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Desconheço.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O Ministro Carlos Lupi?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Já ouvi, mas não sei o que é, ou o que fazia não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – É impressionante que uma pessoa tão ingênua, tão inocente tenha conseguido amealhar tanto dinheiro, tenha conseguido formar tantas empresas...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – São quatro, Senadora.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... com tanta ingenuidade. É uma coisa, realmente, digna de nota.

O Sr. Benedito Adalberto Brunca... O senhor já ouviu falar nesse nome?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O Sr. Brunca? Nunca?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Desconheço.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Até hoje, agora é a primeira vez que o senhor ouve esse nome?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E o Sr. Virgílio Oliveira?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Também ouvi em questão de documentações, CPMI; já ouvi falar.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Saulo Milhomem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Saulo Milhomem.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E o Sr. Carlos Gabas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não sei também, desconheço.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Nunca ouviu falar?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Primeira vez?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. Primeira vez.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – É a primeira vez que o senhor ouviu falar nesses nomes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Primeira vez, sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Eu acho que seria corajoso da sua parte, já que o senhor sente vergonha por ter participado desse esquema, assumir sua responsabilidade nessa situação e começar a falar aquilo que é importante para nós nessa investigação. Saiba que estamos dispostos a ouvi-lo francamente, deixando um pouco essa ingenuidade toda de lado; afinal, o senhor é um homem que fez fortuna, o senhor é um homem que era atendente de balcão, foi visto vendendo um terno e conseguiu conquistar a admiração e a confiança de um homem que...

Para concluir, Sr. Presidente; é só mais um minutinho.

O senhor conseguiu conquistar a confiança de um homem que cuidou de um grande esquema de fraude, mas o senhor é um homem muito ingênuo, parece que está até com uma aura em volta da sua cabeça; é incrível isso, realmente é digno de nota! Eu quero dizer que não me convence, mas eu gostaria que, baseada... Algo que me convence, sim, é que o senhor sente vergonha, porque qualquer ser humano minimamente decente sentiria vergonha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica aqui essa proposta de que o senhor fale; Sr. Presidente, numa sessão secreta, para que ele se sinta mais à vontade, a portas fechadas, para que ele possa se sentir mais à vontade de entregar aquilo que esta CPMI realmente precisa saber, que o povo brasileiro precisa saber...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... e que os aposentados roubados e os pensionistas roubados precisam saber.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Fica aqui esta minha proposta para o senhor.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. a autorização para utilizar do tempo normal, regimental de dez minutos e do tempo de Liderança. Se eu puder já usar, já que o Senador Líder da Oposição... não tiver, e algum colega me permitir, eu gostaria de fazer esse pedido. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá.

Então, faça primeiro a interpelação e depois eu lhe darei o tempo da Liderança, porque não podem ser feitos os questionamentos usando esse tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Então, eu vou partir para as perguntas aqui diretamente.

Em primeiro lugar, eu quero também saudar o Sr. Carlos Roberto de Souza, que teve uma postura aqui de respeito a esta Comissão, diferente de outros advogados que aqui tiveram uma postura totalmente equivocada.

Olha, a Polícia Federal, Sr. Cícero, investiga a aquisição de duas aeronaves por Silas da Costa Vaz, Secretário da Conafer. O senhor conheceu ele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Sim, conheci o Silas, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O Silas. Em que situação o senhor conheceu o Silas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ele era... Ele era, vamos dizer, o líder, o secretário da Amazônia Legal, como eles falavam.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Secretário da Amazônia?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, ele cuidava da parte de Amazônia, indígena.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – E aí vinham planilhas, de cada secretaria, para fazer pagamentos, e eu conheci o Silas assim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E ele fazia... ele era Secretário da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso, ele era um funcionário da Conafer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E o senhor sabia que ele tinha essas duas aeronaves?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nunca! Nem imaginei isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pois ele, que é – Presidente, veja bem – ex-beneficiário de auxílio emergencial, morador de periferia, adquiriu duas aeronaves num prazo recorde aqui.

E Vinícius Ramos, o senhor conhecia?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Fiquei a conhecer ele depois de um tempo por ser cunhado do Carlos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Cunhado do Carlos Lopes.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso, isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pois ele também adquiriu aeronave, o senhor sabia disso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não sabia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pois é.

O senhor teve alguma participação, mediação ou conhecimento da origem desses recursos que permitiram essas aquisições de alto valor por indivíduos com perfil de renda incompatível?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nunca soube disso, não tinha ciência disso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Outra informação aqui importante também – dessa aqui o senhor deve lembrar. Entre 2019 e 2024, o senhor ou suas empresas realizaram doações, contribuições ou patrocínios a campanhas políticas, partidos, candidatos ou entidades ligadas a Parlamentares que destinaram emendas, por exemplo, a esse ITT ou que atuaram em defesa da Conafer, no INSS ou no Congresso Nacional?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, senhor. A única... a gente já fez...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Nunca doou, nunca fez?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, fiz doações para a Conafer quando havia eventos indígenas, Dia das Crianças, Dia das Mães, Páscoa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas doação para partido político ou para candidato o senhor nunca fez?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nunca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Olha!

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nunca fiz.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pense... Lembre bem.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hum-hum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Conforme o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), consta registro de doação para campanha eleitoral municipal no ano de 2012...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nossa!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Do senhor, para o candidato a Vereador, em Presidente Prudente, Sr. Marcos Antonio Gomes. Conhece?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, sim, eu trabalhava para ele, na campanha dele. Isso é antes de...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor trabalhava na campanha dele e doou para ele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor trabalhava na campanha e doou para ele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É... Eu não consigo lembrar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor foi filiado ao PT?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, nunca fui filiado. Nenhum...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E qual é a sua relação com o PT?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nenhuma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Por que ele foi candidato pelo PT.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso, nessa época, sim – foi em 2011 para 2012 –, ele me chamou para ajudar na campanha dele. Exatamente, era do PT, mas somente isso. Trabalhamos dois, três meses e...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá. Cinco bancos diferentes – Santander, Itaú, Sicredi – comunicaram ao Coaf que o senhor e suas empresas apresentaram resistência ou recusa em fornecer documentação sobre a origem de recursos. Por que essa resistência se as operações eram legítimas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu consigo comprovar para o senhor que foram, sim, encaminhados contratos da Conafer, de onde vinha. Consigo, pós-CPMI, mostrar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então, o senhor está dizendo que os bancos estão mentindo aqui?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, porque eu sempre tinha respostas. Perguntava de onde vinha, origem, etc, sempre respondia os bancos. Tenho conversas com as gerentes para puxar e etc.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Veja bem, o Banco Santander relatou que o senhor, abro aspas aqui, "apresentou certa resistência para apresentar documentos comprobatórios da origem dos recursos e capacidade financeira".

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não apresentei resistência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Banco Santander.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não apresentei resistência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Por quê?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não apresentei resistência. Tudo que me chamavam, o gerente ligava, eu respondia origem, do que, para quê.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E o Banco Itaú?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – A mesma coisa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – "O Banco Itaú informa [abro aspas aqui], que presta serviço para a Conafer...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – "... porém apresenta resistência para apresentar documento comprobatório".

O senhor estava tentando ocultar alguma coisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não apresentei resistência. Tudo que as gerentes pediam eu passava para os bancos, nunca tive problema com isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá. O dado aqui da Controladoria-Geral da União identificou que a Conafer utilizou o padrão semelhante na fabricação de *e-mails* de cadastro para beneficiários falecidos e menores.

A Santos Consultoria e Assessoria Ltda. – do senhor – recebeu aproximadamente R$107 milhões. Eu vou repetir: a sua empresa, que recebeu R$107 milhões com relação à Conafer, forneceu algum serviço relacionado à criação, gestão ou verificação de banco de dados cadastrais, *e-mails*, biometria de associados, que possa ter auxiliado ou se beneficiado desse padrão de fraude, como a criação de *e-mails* padronizados, abrangendo aí a abreviação do nome e dígitos do ano de nascimento?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – De forma alguma. Nunca prestei serviços para recolher alguma informação, nada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E esses 103 milhões com a Conafer, da Santos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso vem referente aos pagamentos, às planilhas que vinham desse tempo, desses oito anos trabalhando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não tem nada a ver com o banco de dados?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Se estava na planilha e era pagamento para alguém, não sei. Eu só recebia para fazer pagamentos, etc, mas nunca buscamos isso para fornecer serviço para a entidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É, eu fico assim extremamente preocupado, Deputado Sóstenes, Deputada Bia, Deputado Pimenta, todos aqui que estão, quando a gente percebe R$300 milhões circulando na mão, nas mãos aí de empresas criadas, familiares, do Sr. Cícero, a partir de um conhecimento que ele teve, porque vendia terno, vendia roupa para um senhor que esteve aqui, que era o Presidente da Conafer, e que, a partir daquele momento, houve aí uma magia, que fez com que houvesse essa transação, e ele passa de um padrão de R$5 mil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de R$7 mil, que ele faturava na vida, que ele passou por vários trabalhos de vendas, para um padrão de 120 mil, que, segundo ele, considerou troco – a palavra não foi minha, foi do senhor aqui para outro colega, que falou que era um troco de R$120 mil nessas transações.

Às planilhas o Presidente vai dar um encaminhamento, no momento certo, para que a gente tenha essas planilhas aqui, para entender qual era exatamente a prestação de serviços, porque chegava esse dinheiro, esses R$300 milhões, com dados para se pagar, com contas para se depositar. Quem é que recebeu esse dinheiro? Essa é a pergunta que o Brasil quer saber: exatamente onde foi parar esse dinheiro?

O senhor fez saques... O senhor disse que não fez de milhões de reais, mas o senhor fez saques altos. O senhor lembra de um saque que o senhor fez de dinheiro em caixa? Alguns números o senhor pode passar para a gente?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Primeiramente, eu usei uma expressão errada, tá, na palavra troco, referente a manifestações. Tinha saques que eu fazia, mas não saques milionários.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não, não estou falando de milhões de reais. Mas qual foi o saque mais alto? É porque aquilo marca, né, na hora em que você vai na boca do caixa pegar um maço de dinheiro, qual foi o maior que o senhor lembra que fez?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Vou lembrar de alguns. Uma vez, para compra de insumos para minhas empresas mesmo, eu fiz um saque de R$22 mil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Foi o maior que o senhor fez?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Um dos, sim. E aí eu tenho que relembrar, porque eu não tenho mais as contas para puxar saque. É coisa de oito anos atrás, não é? Chega num momento e a gente acaba não lembrando para falar com exatidão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Quer dizer que as contas altas não eram sacadas na boca do caixa? O senhor pagava carro, fazia transferência, desses 300 milhões que o senhor movimentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, sim. Em todo o tempo, os 300 milhões, vinham as planilhas de várias coisas para pagar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Teve um número que marcou, uma dessas compras que marcou, 30 milhões, 20 milhões? Viu aquilo ali e disse: "Poxa, quanto dinheiro!". O senhor é um cara...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não. Valor assim, não. Nunca foi pago valor assim. Paga 20 milhões na planilha, não. As planilhas vinham mensalmente. Dois milhões em pagamento, eu tinha que fazer. Às vezes, faltava o valor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Chegou a ter de 2 milhões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É, mas dividido em, sei lá, 300 pessoas, não um pagamento único de 2 milhões, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, eu encerro esse questionamento, mas depois eu queria utilizar o meu tempo para fazer aqui o...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou propor a V. Exa. fazer o tempo de Liderança e depois o Deputado Sóstenes.

Eu tenho uma pergunta ao Sr. Cícero: o senhor, em determinado momento, disse aqui que existiram meses em que o dinheiro não dava para pagar todas as contas e que o senhor pedia dinheiro emprestado para uma outra pessoa. Quem era essa outra pessoa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ocorreu sim. Às vezes, a minha planilha de pagamentos – funcionários, etc, que eu tinha que fazer pagamentos – dava, por exemplo, R$3 milhões, e só vinham disponíveis R$2,5 milhões. Aí eu corria a amigos que eu tinha R$20 mil, R$30 mil, R$40 mil para me emprestarem. Ia variando, pessoal da cidade, porque eu nasci na mesma cidade, tenho contato com todo mundo e sempre agi, em pagamento, de forma correta. Então, por várias pessoas, eu buscava, às vezes, algumas ajudas financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por que o senhor aceitava tomar empréstimos pessoais, usando o seu prestígio, para manter as contas do Sr. Carlos Roberto Lopes, sendo que o senhor declarou aqui que não tem nenhuma ligação direta, pessoal, com ele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, eu queria deixar as empresas todas certinhas, né? Então, eu buscava esses empréstimos. Mas é uma falha mesmo porque eu coloquei a minha cara a tapa, pegando empréstimo com as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Cícero, desse dinheiro, o senhor devolvia quando para essas pessoas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, sempre passava. Eu peguei 20 mil, passava R$2 mil, R$1 mil a mais. Era o combinado: "Olha, vou te passar e, em tanto tempo, você me paga". Falei: "Pode deixar". Às vezes, pagava parcelado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual era o compromisso que o senhor tinha com o Sr. Carlos Lopes, de quitar, obrigatoriamente, todos os meses, uma planilha, inclusive, com o dinheiro emprestado dos outros? De onde surgiu esse compromisso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, não era nenhum compromisso, porque muitas coisas comprava, repassava, fazia em meu nome e, para eu não falhar com o meu nome, eu pegava emprestado de amigos para poder cobrir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, o senhor usava o seu CPF para determinadas compras que o Sr. Carlos Roberto Lopes pedia?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Na verdade, é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Cícero...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, vou repassar para o senhor certinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor!

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, somente a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, me responda, por gentileza.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Um exemplo, tinha planilhas lá que, dentro da planilha, tinha pagamento de veículos comprados. Porém, no mês, não veio o valor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

total para eu pagar esse veículo. Eu ia – porque eu que dava meu nome para comprar o veículo e repassar–, eu ia atrás de dinheiro para pagar ou tirava, às vezes, do meu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor declarou que encontrou o Sr. Carlos Roberto e que depois não tinha relacionamento com ele. Mas, até onde eu sei – e eu acredito que qualquer pessoa aqui –, tomar um recurso emprestado com amigos ou com parentes – que não é uma coisa fácil, não é uma coisa simples, é algo muito desagradável tomar dinheiro emprestado em situações – para cobrir contas de uma pessoa pela qual não se tem um relacionamento...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu tinha confiança que, no próximo mês, ia pagar e ia fazer devolução porque era um cliente. E o contato era assim, não sempre, mas falava, a cada dois meses, via como estava isso ou aquilo, porque a maioria do contato era com a Tesouraria, era com a Secretaria-Geral etc., entendeu?

Não vinha demanda, sempre, diretamente dele. A secretaria mandava: Cícero, essa planilha foi encaminhada para fazer pagamentos etc.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quantas vezes o senhor visitou algum projeto da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Poucas vezes. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor me cite quais, por gentileza?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Já visitei o projeto – vários locais do Projeto + Pecuária Brasil.

Já visitei o projeto do Terra Bank.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor lembra em quais cidades ou estados o senhor esteve?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim, estive em Goiás – na verdade, em Uberaba...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, em Minas?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Em Minas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Minas Gerais.

Uberaba é Minas, não é Goiás.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá. Perdão, é Goiás... Desculpa.

Teve evento também indígena em Brasília, que eu cheguei, eu estava por aqui e participei. Eventos assim, esporádicos. Quero tentar lembrar mais para repassar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o senhor puxe da memória, por favor, me fale os projetos que o senhor já visitou.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – O Projeto + Pecuária. Já visitei também a Alta Genetics, que era parceria com o + Pecuária Brasil, que é o projeto da Conafer.

Mais projetos, pensando aqui...

Ah, tá. Em assentamentos. Tinha projetos para crianças, que é pula-pula, brinquedos, presentes, essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá. E o convite partiu de onde, para que o senhor... De quem? Para que o senhor visitasse os projetos da Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Das próprias secretarias.

"Ó, Cícero, vai ter agora na Secretaria Indígena, festa do Dia das Crianças. Vai ter o Dia das Mães do Assentado."

E aí eu gostava de ir, ia ver, apresentava, às vezes fazia algumas doações, né? Da minha própria parte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E o deslocamento era feito como, Cícero?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – De carro. A maioria, de carro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Carro de quem, do senhor ou da empresa?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, carro meu mesmo, ou desses carros que eu alugava, algum deles, mas a maioria carro particular mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Cícero, o senhor foi perguntado aqui sobre o período da pandemia.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Em que a empresa, as empresas do senhor continuaram a faturar, mesmo com a atividade econômica do país parada. Essas atividades existiam de verdade? Os serviços eram prestados de verdade?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ou era apenas uma nota para poder lavar o dinheiro?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, nessa época vinha o financeiro para fazer os mesmos pagamentos que eram solicitados, as mesmas prestações.

A gente não ia visitar lugar, não montava tenda, nada, mas vinha planilha para pagar gado, para pagar a inseminação, planilha geral.

As mesmas planilhas que a Conafer mostrava todo mês, veio dentro da pandemia também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor confirma que a sua empresa alugava caminhonetes para tribos indígenas? Cedia caminhonetes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Eu alugava para a Conafer, e a Conafer repassava, porque já teve caso de eu pedir para um funcionário meu levar diretamente nessas tribos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E como era feita essa negociação com as tribos? O senhor tinha conhecimento?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não; porque eu não negociava com as tribos. A própria Conafer me pedia: "Ó, preciso de tantos veículos para tal lugar", assim... E eu só encaminhava... Na maioria das vezes, diretamente para a Conafer e cada secretaria encaminhava os seus veículos. Mas, assim, eu tinha ciência, porque às vezes eu sabia onde estava o carro, para onde ia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Alguma vez o Sr. Carlos Roberto Lopes ligou para o senhor sobre a questão dos pagamentos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Já teve uma ou duas vezes. Quando acabava demorando, vinha alguma notificação, sim: "Conseguiu fazer tal planilha? Já saiu?". Porque às vezes a secretaria me acelerava: "Ó, tem que sair direto assim", talvez... Vinha lá.

Falei... Meu cliente Carlos – né? – "Vou organizar para fazer esse pagamento com mais eficácia, mais rapidez".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quais eram os tipos de... Puxe na sua memória. Quais eram as contas que o senhor assumia para o Sr. Carlos Roberto Lopes? Que tipo de contas eram?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Em geral, a maioria das partes, de funcionários, bastantes funcionários.

Tinha planilha de indígenas, pagava praticamente quase todas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hum-hum.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... porque tinha bastante base indígena, não sei falar o quanto que é da Conafer, só que vinha planilha para pagar esse pessoal; planilhas, pagamento de fornecedores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas contas em seu nome, que tipo de contas o senhor fez em seu nome, no seu CPF?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ah, tá. Em meu nome, eu, por exemplo, comprava brinquedos para repassar, porque eu tinha um contato comigo da loja de brinquedos, então ele vendia para mim para eu repassar para os eventos que a Conafer fazia; esse é um dos... Já cheguei a comprar carro, veículo, que era de compra da Conafer para trabalho, comprar com amigos meus e eles iam pagando parcelado. Já cheguei a fazer isso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sua esposa, que é sócia, a atividade dela se assemelha à do senhor na Conafer, com a Conafer?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Nenhuma. Na verdade, nós montamos um grupo de empresas. Eu falei para a minha esposa que ia abrir uma empresa no nome dela e totalmente administrada por mim, ela nunca teve nem contato com a Conafer ou com reuniões ou com visita nem nada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor já pagou despesas dos aviões da Conafer alguma vez?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Já teve na planilha despesas de voo, em planilha já teve, porque tinha eventos que traziam muitos indígenas para Brasília e tal, aí vinha uma planilha lá de voos, planos de viagem, de locação de ônibus...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Locação de aviões?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, locação de aviões, não; de passagens...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Despesas de passagens.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – ... despesas de viagens. Isso.

Muitas épocas, vinham... Ia ter alguma manifestação em Brasília, vinham 30, 40 pessoas indígenas. Outros eram mais longe, vinham de Manaus, tinha que fazer e tal e eu ia correndo atrás de comprar as passagens e...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, nas manifestações que acontecem, muitas vezes, a Conafer pagava as passagens?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim. De quem ele atendia, sim. Os indígenas, os quilombolas, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor disse que não tem nenhuma formação em nível superior?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sua esposa tem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Minha esposa... Eu já fiz faculdade de Administração, parei no terceiro ano.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hã-hã.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Duas vezes já. Aí, assim, precisava trabalhar ou estudar, acabei não finalizando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo de relacionamento são oito anos com a Conafer, é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – É desde quando eu presto... Isso, desde 2017, né? Dezoito.

Oito, sete... Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quando o Sr. Carlos Lopes o convidou, o que foi que ele lhe disse?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Começamos a falar sobre... Comecei a atender ele, ele gostou do meu jeito de atendimento, é legal ter uma pessoa assim. Falei: "Conheço isso, faço isso, o que o senhor precisar, posso fazer para o senhor, correr e resolver". Foi aí que ele me chamou para prestar serviços para ele, né? Mas começou com serviços pequenos, organizar um carro que tinha lá, levar para arrumar; preciso comprar tais coisas em tal cidade, preciso organizar um evento em tal cidade, eu ligava na cidade, via o preço disso, daquilo, montava, passava para ele. Foi aí que eu criei minha empresa, para trabalhar com isso regularizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Cícero, já foi colocado aqui, mas eu quero perguntar mais uma vez ao senhor...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Em algum momento, o senhor parou para pensar que todos esses favores que estavam sendo feitos poderiam lhe trazer problemas por estar no seu CPF?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não começou a me passar isso. Dentro... Na verdade, sim. Não e sim. Eu via: "Nossa, muito dinheiro, né? Pagando muita coisa...", falava com o contador. Em alguns momentos, sim.

Na resposta final: em alguns momentos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas o que que lhe chamou a atenção?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Porque, às vezes, não vinha para pagar as pessoas que eu coloquei de cara na frente. Falei: "Caraca, coloquei meu CPF aqui, o meu nome", eu falava, ou seja, da empresa, e não estava vindo para acertar com as pessoas. Então, havia muitas cobranças diretamente a mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor advogado já o orientou? O Dr. Carlos já o orientou?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sobre?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sobre o seu envolvimento? Sobre a investigação?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – As que pesam sobre o senhor...

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Ele falou: "Cícero, olha isso, olha que aconteceu isso..." "As suas empresas precisavam de um serviço assim, isso não é correto. Você sabia disso?" Eu falei: "Não, não sabia". "Olha, você movimentou tanto como pessoa física..." Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, não movimentava tanto dinheiro, acabei movimentando sem saber. Sim, ele me deixou... A partir do momento que eu o contratei para me defender, ele foi me abrindo os olhos em muitas coisas que hoje eu vejo diferente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor declarou... Na sua declaração de Imposto de Renda, o senhor disse que há erros.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto. Eu tinha contratado um escritório e mandava direto. Aí pediam um documento do banco, o banco... Eu pedia para falar direto com a gerente e, quando eu fui, ver não tinha a declaração correta. Foi aí que eu mudei de contador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor nunca devolveu dinheiros para o Sr. Carlos Roberto Lopes?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Assim, com ciência, não, porque na verdade ele mandava planilhas de pagamento e eu fazia pagamentos, né? Precisava, igual eu já falei anterior... Eu acho que não sei se você estava...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para parentes dele?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Já cheguei, sim. A mãe dele precisou passar por alguns procedimentos. Eu encaminhava lá um veículo para fazer essa assessoria, levar a um médico... Indígenas, um exemplo, já acompanhei muitas pessoas precisando de consulta para trabalhar no hospital de Barretos. Porque vinham as famílias atender etc.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Sóstenes.

O Girão vai fazer o tempo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela Liderança.) – Eu vou. Eu vou aproveitar e fazer o tempo de Líder, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... porque eu vou ter que viajar, mas para mim está muito claro, sabe, mais uma sessão em que nós estamos aqui desde as 9h da manhã, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficam as entranhas do país. A gente começa a ver como os valores estão invertidos na nossa nação.

Nós temos aqui, Deputado Sóstenes, um Inocentini que não combina muito com esse nome. Nós temos um Careca do INSS que disse aqui que não é o careca do INSS!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Aliás, o Senado tem uma grande responsabilidade nisso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cabeluda é a mentira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... com a deliberação de um sigilo de cem anos, algo vergonhoso. A gente ainda está sob esse sigilo aqui de cem anos do Senado Federal, das imagens, saber onde é que esse homem andou, com quem é que ele falou.

Nós temos um sindicato que não é um sindicato, que tem até uma *offshore*, que fazia outras transações não de sindicato, descontos indevidos... Nós temos um frei que não é frei!

É isso o que a gente está vendo hoje no Brasil. Isso aqui independe, vamos combinar, independe, e quem está nos assistindo pouco quer saber se esse roubo efetivamente de bilhões de reais começou, explodiu no Governo do Bolsonaro, do Lula... Pensionistas, velhinhos, órfãos, deficientes, viúvas, que gostam do Bolsonaro, que gostam do Lula, foram roubados e isso independe de cor de partido! As pessoas precisam saber a verdade sobre o que aconteceu!

Então, essa guerra que a gente vive muitas vezes aqui é uma guerra infrutífera. Eu posso dizer o seguinte, eu voto tudo, tá?

Se for para trazer aqui, convocar, do Governo Bolsonaro, eu voto, do Governo Lula, eu voto, eu voto para buscar a verdade, investigação, doa a quem doer. Agora, não se pode, o que hoje foi feito pela tropa de choque do Lula aqui, é querer intimidar quem denunciou esse esquema. Aí, quem é que vai denunciar coisa no Brasil, dos poderosos do Brasil? Nunca mais ninguém vai fazer isso. Então a gente não pode aceitar esse tipo de situação.

E eu acho muito estranho quando vejo alguns colegas que dizem "Ah, mas isso aí veio do Governo, veio lá de trás, do Temer, veio do Bolsonaro, chega no Lula e acabou no Lula". Como é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é? Como é que é? Todo mundo sabe, está careca de saber, que foi o *Metrópoles* que escancarou isso para o Brasil. A partir daí foi que o Governo Lula resolveu agir, passou um ano e meio vendo a banda passar, vendo o roubo escancarado dos aposentados, pensionistas, viúvas, órfãos do Brasil.

Então, Sr. Presidente, tem um dos suspeitos aí, que está enrolado até a medula, que o sobrenome dele é Feio. Eu não sei se nós vamos trazer aqui, mas feio é o que está acontecendo, feio é o que está acontecendo. Hoje, essa manhã é uma manhã para esquecer nesta CPMI. Nós já estamos de noite, mas, no período da manhã, você ver, pela quarta vez, aliás, pela quinta vez, a tropa de choque do Governo Lula barrar convocações de pessoas importantes. O que é que tem a temer? Por que não vem aqui o irmão do Lula? Por que não deixaram vir aqui o assessor da Presidência do Senado? Por que a tropa do choque do Lula não deixou vir o cara que recebeu R$3 milhões, Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... de uma empresa investigada pela Polícia Federal? Não deixaram, botaram as digitais ali. Não deixaram vir o sócio do tal do Careca do INSS também, o ex-sócio, o Sr. Edson Claro. Então, com todo respeito a quem pensa diferente, porque não somos inimigos, nós podemos ser adversários, no campo das... Mas jamais inimigos, mas quem está querendo buscar a verdade aqui não é a base do Governo Lula, gente. Quem quer buscar a verdade vota para virem as pessoas, vota para quebra de sigilo de quem precisa dar esclarecimentos à população. Não vamos ter essa, vamos parar de hipocrisia. As pessoas querem saber a verdade. Agora, o mal se destrói por ele mesmo.

Estão chegando sigilos, Sr. Presidente, e esses cruzamentos têm trazido muitas informações, e eu acho que talvez a gente pode chegar a outro familiar do Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Qual o tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Ilustre Presidente; Relatora *ad hoc*, no momento, Deputada Bia Kicis, – frente à urgente ausência do nosso Relator, o Deputado Alfredo Gaspar –, como hoje é a minha primeira participação como membro suplente da CPMI, por ausência de um colega partidário, estou aqui, eu inicialmente quero parabenizar V. Exa., Presidente Senador Carlos Viana, por Minas Gerais, pelo belo trabalho e pela condução respeitosa, firme, quando necessária, mas equilibrada, características da personalidade de um líder, de um representante de um dos maiores colégios eleitorais do Brasil, que é a nossa gloriosa Minas Gerais, terra da minha esposa.

Na mesma esteira, quero elogiar o nosso Relator, pelo belo trabalho, elogiar os Parlamentares, membros desta comissão, em especial o Líder da Oposição, o Senador Rogerio Marinho, pelo empenho, pela dedicação, que tem feito aqui nesta Comissão, em enfrentar um Governo, que já produziu, no Brasil, os maiores escândalos de corrupção já vistos, mensalão, petrolão, tudo que é "ão". Essa "petezada" e este Governo, do atual descondenado Presidente da República, é sempre envolvido nessas falcatruas.

E agora, o que não é de agora, diga-se de passagem, já vem de tempos... Já tivemos uma CPI aqui do INSS, esta é a segunda e parece que nunca para o assunto. E, de verdade, eu estou aqui, neste dia de hoje, tive, mesmo com a contrariedade de alguns colegas que fazem oposição ao desgoverno do descondenado... Votei a favor de todos os requerimentos, porque aprendi, Senador Carlos Viana e Senador, meu amigo, Eduardo Girão, que representa o Ceará nesta Casa... Eu, desde o meu primeiro mandato – estou no terceiro mandato –, assino tudo que é CPI aqui, de Governo, contra o Governo, porque eu aprendi na vida, com o meu pai, que quem não deve não teme. E a segunda coisa que eu aprendi com o meu pai é que a gente pode perder tudo na vida, menos a honra.

E aí, com esses princípios, me dirijo, com muito respeito e agradecendo a presença do Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, bem como do seu advogado, o Carlos Roberto de Souza... Aqui a gente tem que ter crítica quando é para criticar e elogio quando é para elogiar. Como eu estou Líder do PL na Câmara, eu tenho acompanhado, é a minha primeira participação efetiva na CPMI, mas eu tenho acompanhado as sessões, algumas vezes presente, outras vezes pela televisão, e eu vi aqui uma cena lamentável de um advogado, com o dedo em riste, enfrentando o nosso Relator. E eu quero aqui repudiar a atitude desse advogado e, como existem bons e maus profissionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

em tudo que é profissão, hoje eu quero registrar o bom comportamento ético, correto, e a OAB deveria homenagear o advogado de hoje.

E já que a OAB anda reclamando, Presidente, do comportamento de alguns membros desta Comissão, eu sugiro a V. Exa. enviar à OAB um elogio ao advogado de hoje, para que ele sirva de exemplo para todos os outros que vierem aqui, porque aqui não é um lugar para mal-educado, aqui não é um lugar para quem desrespeita Parlamentar. E sugiro a V. Exa. que, quando vier advogado aqui para desrespeitar Parlamentar, dê ordem de prisão e bote para fora da sala, porque advogado vem aqui para se comportar como esse senhor está se comportando. Eu não o conheço, nunca vi na vida.

O senhor me conhece, Dr. Carlos?

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Não conheço.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Nunca vi. Eu o vi?

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Mas isso é educação. É esse o comportamento que a gente tem que exigir de todos. Agora, tem uns advogados que vêm aqui se achando o "rei da cocada preta", que manda mais do que Parlamentar. Se ele quer ser igual ao Parlamentar, que ele se candidate e venha para cá e se comporte como tal.

Então, quero registrar e pedir a V. Exa. que encaminhe à OAB – não sei qual é o seu estado, Doutor...

O SR. CARLOS ROBERTO DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – São Paulo.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – São Paulo. Encaminhe à OAB de São Paulo, em nosso nome, em nome desta Comissão, os elogios ao comportamento ético do Dr. Carlos Roberto no dia de hoje.

Dito isso, Sr. Cícero Marcelino, qual é a sua idade, por favor?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS (Para depor.) – Trinta e oito anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Trinta e oito anos. Eu tenho 50. Apesar desta cara de acabado de 60, eu tenho 50. (*Risos.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – O senhor tem filhos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tenho, sim.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Quantos?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tenho dois: um menino de dez anos e uma menina de um ano e seis meses.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não, não precisa... É só para saber... Eu não quero expor família. Eu só queria entender.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Tá.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Por que, Sr. Cícero? Eu estou entendendo que a instituição de V. Exa., que passou, segundo informes que me disseram ao longo do dia, porque eu estava em outras atividades parlamentares; que passaram aí alguns 300 milhões nas empresas de V. Exa. Isso vinha da tal de Conafer, é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – V. Exa. tem ciência de que a Conafer descontava de aposentados indevidamente?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hoje eu tenho.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Hoje você tem?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Hoje eu tenho.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – À época, não?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – V. Exa. sabe em média de quanto é esse desconto dos aposentados – em média/mês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Só o que eu vi em CPMI mesmo e em *Metrópoles*.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – É em torno de R$40, R$50, é isso?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Isso.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Aí eu pergunto: V. Exa. tem ciência de quantos por cento desses R$40, R$50 descontados indevidamente dos nossos aposentados ia para a conta da Conafer e quanto ficava no banco?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não, não tenho noção. Não tenho.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não tem noção?

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Não tenho. Não tenho.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – É uma pergunta que eu gostaria muito saber.

E, aí, Presidente, fica aqui... Eu sei que já tem ofícios. A gente precisa ouvir os donos desses bancos. Aqui não vai ter... E eu sei que V. Exa., o Relator e esta Comissão não passam a mão em erro de ninguém. Só quem passa a mão aqui em erro é a esquerda, o PT, que hoje não deixou vir aqui o Frei Chico, fica impedindo um monte de gente que é ligada a sindicato, para passar a mão no erro de gente ligada à esquerda. Eu – eu – entendo que aqui não se tem que passar a mão em cima de ninguém.

O SR. CÍCERO MARCELINO DE SOUZA SANTOS – Correto.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Eu soube, Presidente, que, dessas taxas descontadas indevidamente dos aposentados, ficam de 70 a 80% para o banco. E aí, Deputado Pimenta, V. Exa., que defende tanto as associações, os sindicatos, os bons – e eu tenho que registrar que V. Exa. defende as boas associações, os bons sindicatos –, como é que repassavam 80% para banco, sendo que a esquerda fala tão mal de banco? Vai gostar de banco lá no raio que o parta! Gente, é impossível alguém receber indevidamente uma taxa, de um aposentado que ganha salário mínimo, de R$40, R$50, para repassar 80% para os bancos e ficar só com 20% para essa associação. Isso é inadmissível! Se isso for verdade... Inclusive, Presidente, pergunte-se isto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos próximos presidentes que vierem aqui: quanto ficava para o banco e quanto ficava para essas associações? Porque eu estou achando, daqui a pouco, se isso for verdade, que esses donos de banco têm que começar a dar muita explicação a esta CPMI. Mas muita! Os donos. Não fica chamando diretor, quinto carimbador, não; vai nos donos, porque banqueiro, dono de banco...

E aí o PT, que fala tão mal dos bancos... Mas banqueiro só ganha dinheiro quando o PT está no Governo. Eu quero ver dono de banco sentado aqui dando explicação sobre esses descontos indevidos, porque a estrutura de sindicato e associação, Deputado Pimenta, não tem capacidade para fazer isso, não; quem faz isso é banco. Nós precisamos botar esses caras aqui, sentados aqui, para dar explicações aos nossos aposentados, viúvas, órfãos, que foram roubados.

E por último, Sr. Cícero, o meu pedido a V. Sa., que hoje veio aqui tentando colaborar com esta CPMI, é que, em nome da vergonha que V. Exa. já falou ter depois de tudo que soube, salve a sua honra, tente analisar tudo o que aconteceu, pelos seus filhos, pelo futuro das nossas gerações – nós algum dia, talvez, tenhamos netos –, por eles.

Se vier à sua mente qualquer lembrança pelo Brasil, por tudo que V. Sa. faz, e me pareceu ser uma pessoa que talvez tenha se envolvido nesse emaranhado sem a intenção dolosa, mas contribua com esta CPMI da melhor forma possível...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – ... para a gente punir essas pessoas, porque é inadmissível.

Eu acho que um cara que rouba aposentado de um ou dois salários mínimos, um deficiente físico, nem o inferno um desgraçado desse merece, nem o inferno, porque nem o inferno quer uma desgraça dessa.

É inadmissível ver alguém que rouba esse tipo de gente e ver gente aqui nesta CPMI, Presidente, passando a mão e votando contra o requerimento de Frei Chico. Isso é uma vergonha no dia de hoje. Todos deveriam estar aqui dando explicação, porque quem não deve não teme. Quando a gente protege alguém, é porque parece que alguém está devendo ali.

Encerro minha fala, agradecendo a presença de V. Exa. e deixando os segundos que me restam, se V. Exa. quiser acrescentar alguma coisa que eu não lhe perguntei... Mas eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

certeza de que V. Exa. tem coração de brasileiro, mente de justiça: ajude a gente a salvar os nossos aposentados dessa gente que rouba eles, não é agora, não, há mais de 30 anos. Há mais de 30 anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Estão encerradas...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu não vou pedir art. 14 porque eu estou cansado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não, mas peça.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu estou cansado.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Srs. e Sras. Parlamentares, meus irmãos, minhas irmãs, brasileiros e brasileiras, hoje o Brasil assistiu a mais um capítulo da história.

Nos últimos meses, temos enfrentado pressões, acordos, decisões e tentativas de abafar a verdade. Mesmo assim, seguimos firmes, olhando nos olhos do Brasil.

Vou pedir aos senhores... Por gentileza.

Como Presidente desta CPMI, cumpri a palavra dada ao povo, mantive a pauta, dei transparência e garanti que todos os Parlamentares, eleitos legitimamente pelo povo, votassem à luz das câmeras. O Brasil assistiu hoje à decisão de cada um daqueles que representam o nosso povo.

O que está em jogo aqui, senhores, é um esquema bilionário que roubou o pão da mesa dos aposentados, o remédio da viúva e o respeito de quem trabalhou uma vida inteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a Controladoria-Geral da União – não são minhas palavras, não são nossas, são da Controladoria-Geral da União –, 97% dos descontos foram ilegais. Isso significa que, de cada dez aposentados e aposentadas, pensionistas, que tiveram desconto, praticamente todos não aprovaram os descontos. Como exemplo, somente o Sindnapi, cujo Vice-Presidente é o irmão do Presidente da República, movimentou R$1,2 bilhão sem comprovar origem ou destino. E, mesmo depois das denúncias, dos relatórios oficiais, os descontos continuaram.

A derrota dos requerimentos nesta CPMI mostra que o poder político tenta falar mais alto que a justiça. Se fosse um cidadão comum, ele teria essa proteção? É essa a diferença entre o Estado que serve ao povo e o Estado que serve a si mesmo.

Hoje também ouvimos um depoente que, em vários momentos, me lembrou uma cultura muito antiga, cunhada numa frase, que é levar vantagem em tudo. O Sr. Cícero Marcelino, assessor da Conafer, que mesmo não assumindo essa função, trabalhou como assessor, porque cumpriu as funções que lhe eram destinadas. Ele não mentiu. E, ao não mentir, confirmou o que esta CPMI vem denunciando há meses: mais de R$300 milhões passaram por conta das empresas criadas para fazer pagamentos e desviar o dinheiro dos aposentados roubado pela Conafer. Dinheiro de aposentado, dinheiro de quem já vive com o mínimo.

Essas transações atravessaram convênios públicos e, segundo os documentos que temos analisado, podem ter chegado a agentes políticos e intermediários que favoreceram os acordos dentro dos órgãos públicos, especialmente da Previdência.

Por isso, determinei o reforço do pedido de acesso às planilhas financeiras e uma reunião reservada, para aprofundar nomes e repasses ainda sob sigilo.

E ficou evidente o elo direto entre Conafer, Conafia e Sindnapi. Juntas, movimentaram mais de R$500 milhões em apenas dois anos, enquanto a CGU e o Ministério da Previdência ficaram em silêncio. É por isso que esta CPMI existe, para romper esse silêncio, para mostrar o que fizeram com o dinheiro de quem construiu este país com as próprias mãos.

Faço tudo isso na lembrança do meu pai, motorista de caminhão, da minha mãe e dos meus avós. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada desconto ilegal é uma ferida. Cada fraude é uma traição. Cada silêncio é um tapa na cara do povo.

E o que mais me revolta é ver o contraste. Enquanto uns moram em mansões, outros contam moedas, na esperança de comprar o remédio no final do mês. Enquanto uns voam em jatinhos com dinheiro roubado, outros esperam a pensão cair para pagar o supermercado.

Mas aqui dentro desta CPMI, a verdade não tem dono. Aqui ninguém é intocável. Nem amigo, nem aliado, nem adversário, nem parente de gente importante. Quem deve tem de responder. Quem rouba aposentado rouba o Brasil.

A base do Governo hoje usou a maioria para impedir uma convocação. É do jogo, mas os requerimentos podem voltar. E vão voltar se dados aparecerem durante as investigações. Nós vamos bater a porta, o tempo todo, contra qualquer tipo de impunidade. E quando a verdade amadurece, senhores, ela cai sozinha, como fruta madura, no chão da história.

Nos últimos dias, vimos o contraste do poder. Há os que têm advogados milionários, amigos dos poderosos, e há os que têm apenas a verdade como defesa. Há os que frequentam gabinetes e os que esperam na fila do INSS.

Mas este Parlamento, esta Presidência, não se curvará. Aqui o Brasil assiste, aqui o Brasil julga. A minha função é fazer com que todos os brasileiros saibam o que aconteceu, acompanhem as investigações e possam formar a própria opinião. Por trás de cada tentativa de blindagem existe uma porta nova que se abre para a justiça. As quebras de sigilo estão revelando o que antes era segredo. O poder pode atrasar, mas não pode impedir o curso da verdade, e esta Comissão vai até o fim.

A CPMI do INSS é mais do que uma investigação, é uma fronteira entre o poder e a consciência. De um lado os que temem a verdade, do outro os que lutam por ela. Podem ganhar votações, mas não podemos nunca perder o coração do povo. Nós estamos aqui não por vaidade, estamos aqui por justiça, pelos aposentados que foram roubados, pelas viúvas que ficaram sem o que comer, pelos idosos que morreram esperando uma resposta.

Narrativas podem ser manipuladas nos discursos, mas não apagam a consciência de um país inteiro. A CPMI segue firme, com fé, com coragem e com compromisso de revelar diante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

país o que fizeram com os aposentados e, quando isso for revelado, ninguém escapará do peso da justiça nem do julgamento do povo deste país.

Muito obrigado.

Deus abençoe o nosso Brasil! (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, na segunda-feira, dia 20 de outubro, às 16h, para as oitivas de Felipe Macedo Gomes, da Amar Brasil, e de Tonia Galleti, ex-integrante do Conselho Nacional da Previdência Social.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e vinte minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Duarte Jr., reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Leila Barros, Rogerio Marinho, Damares Alves, Tereza Cristina, Coronel Chrisóstomo, Bia Kicis, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Evair Vieira de Melo, Ricardo Maia, Sidney Leite, Fernando Rodolfo, Zé Trovão, Kim Kataguiri, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Rogério Correia, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda doDeputado Dorinaldo Malafaia, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Styvenson Valentim, Eliziane Gama, José Lacerda, Jorge Seif, Ricardo Ayres, Dagoberto Nogueira e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezessete horas e cinquenta minutos e reaberta às dezessete horas e cinquenta e oito minutos. A reunião é suspensa às dezenove horas e quarenta e cinco minutos e reaberta às dezenove horas e cinquenta e dois minutos. A reunião é suspensa às vinte e um horas e cinquenta e cinco minutos e reaberta às vinte e dois horas e cinco minutos. A reunião é suspensa às vinte e dois horas e quarenta e sete minutos e reaberta às vinte e dois horas e cinquenta e oito minutos. A reunião é suspensa às zero horas e dez minutos e reaberta às zero horas e doze minutos. A reunião é suspensa à hum hora e onze minutos e reaberta à hum hora e quinze minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Realização de oitivas. Oitiva da Tonia Andrea Inocentini Galleti, Ex-integrante do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), em atendimento aos requerimentos 60/2025, 379/2025, 450/2025, 576/2025 e 1352/2025; do Felipe Macedo Gomes, Dirigente da entidade Amar Brasil Clube de Benefícios, em atendimento aos requerimentos 496/2025, 617/2025, 795/2025, 910/2025, 1139/2025, 1324/2025 e 1749/2025. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às três horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/20

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde, senhores, senhoras, Deputados, Deputados, Senadores, Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, que se realiza nesta data, 20 de outubro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Alguns comunicados...

Silêncio, por favor. Silêncio.

Alguns comunicados, para que os Srs. Parlamentares possam se organizar nas próximas semanas.

Primeiro, o seguinte: o Senado decidiu que o feriado de terça-feira será também, juntamente com a Câmara, na próxima sexta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em conjunto, em reunião com os Líderes da Oposição e do Governo, deliberamos o seguinte: nós faremos, na próxima semana, as reuniões na segunda e na terça-feira. Vou repetir: nós faremos as reuniões, na próxima semana, na segunda e na terça-feira, e as duas sextas-feiras que estavam previstas, 17 e 24, ficam canceladas. Os senhores passam a ter a possibilidade de reorganizar a agenda, o.k.? Então, na próxima semana, nós teremos segunda e terça-feira a CPMI, e os senhores ficarão liberados 17 e 24.

Para hoje, nós vamos iniciar a primeira oitiva da Sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti, que já se encontra nas dependências aqui das salas, e eu ponderei com o advogado do Sr. Felipe Macedo, que está também presente, que nós fizéssemos a oitiva dele amanhã, às 9h da manhã, para que pudéssemos todos trabalhar as perguntas com tranquilidade.

O advogado, muito gentil, está ali, verificando a possibilidade, porque ele é advogado e tem um compromisso no Tribunal de Justiça, e eu pedi a gentileza de que pudéssemos amanhã... Então, a sala já está reservada. Durante a nossa sessão, nós vamos ter uma resposta definitiva sobre o assunto. O.k.?

Acho que...

Pois não?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Eu já tentei com V. Exa. fazer alguns argumentos contra algumas datas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A data de amanhã... Eu realmente não posso nesse horário, a partir de 9h, quanto mais que nós vamos sair daqui às 2h da manhã. Mas, tudo bem, poderia fazer um esforço, sair de madrugada e voltar amanhã. Mas amanhã eu já tenho inclusive Comissões marcadas. Tenho uma agenda com um Ministro, que eu venho pedindo há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Marcar de um dia para o outro é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Fica à deliberação de V. Exa. Mas, como eu não posso reclamar ao Papa, porque não estive com ele até agora, para fazer as reclamações, tem que ser com V. Exa.

Eu não posso amanhã. Então, eu solicito a V. Exa. que este, então, que estava hoje... Aliás, inverteu a ordem, porque ele era o primeiro. Então, houve uma inversão da ordem, o que já é algo de última hora. Eu me preparei para ouvir quem estava... Foi comunicado que houve uma reversão do *habeas corpus*, e, evidentemente, fiz a preparação para aquilo que estava propugnado em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Já troca. Marca para amanhã, um dia em que eu, particularmente, não posso. Então, eu pediria a V. Exa. que pelo menos o dele ficasse para quinta-feira que vem. Amanhã é um dia que não dá para determinar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... a existência, de um dia para outro, de uma reunião, sem que os membros...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... que seja, de fato, anteriormente, combinado com todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero agradecer a V. Exa. pela disponibilidade, porque a gente realmente tem depoimentos muito importantes e a gente precisa...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... agilizar a agenda.

Em relação... É muito melhor para a Câmara dos Deputados terça-feira em vez da quarta. Mesmo na semana que vem, em que eu presido audiência lá, eu acho que é bom que funcione aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu acho que a gente tem que agilizar os trabalhos e só quero agradecer e elogiar a organização da agenda dessa forma.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Deputado Rogério, eu entendo perfeitamente a argumentação, mas nós precisamos agora adequar as datas pela quantidade de nomes que nós temos e principalmente pela importância e relevância.

No caso da Sra. Tonia Galleti, houve uma solicitação, porque ela amanhã tem um tratamento médico, e os advogados solicitam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, foi solicitado, porque amanhã eles vão embora ao meio-dia. E o Sr. Felipe, que está aqui, está à disposição – eu conversei com o advogado.

Eu entendo esse problema, mas houve uma sugestão, inclusive, de que fosse às terças-feiras pela manhã. Quinta, Excelência, nós temos dois, um casal que já está confirmado e que virá, inclusive, do sul do Brasil para cá.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu peço vênia, mas vou ter que manter o...

Pois não, Líder Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, dentro dessa boa vontade, eu quero entender que nós teremos uma sessão que começa hoje e continua amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato, se o advogado concordar, perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ou hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hoje até o horário que der.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, quer dizer... O que eu quero dizer é o seguinte: não haverá uma nova inscrição amanhã para os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos seguir a lista de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que vai servir tanto para o primeiro quanto para o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Correto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Corretamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Segunda questão. Daqui a pouco, a gente vai saber se o advogado resolveu a sua situação para amanhã. Se ele não resolveu, nós vamos tocar hoje, depois da Sra. Tonia, o Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato. Foi isso...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se resolver, começa amanhã às 9h.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato, foi isso que combinamos. Eu suspendo a sessão hoje, e amanhã às 9h retomamos com o mesmo quórum.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Eu solicitaria, então, que fosse amanhã à tarde.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não entendi o que tem a ver...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Amanhã à tarde, em todos os casos, nós temos sessão para todo mundo aqui. Agora, na parte da manhã, eu marquei, e outros devem ter marcado algum tipo de atividade que não seja exatamente prevista aqui. Então, que fosse pelo menos amanhã à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, acho muito complicado, até por conta da cessão das salas aqui e as sessões aqui. Eu mantenho...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É, Presidente, mas aí é difícil. De um dia para o outro, marca uma sessão, e a gente é obrigado a aceitar o que V. Exa. determina? Tudo bem, V. Exa. é o Presidente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, esta Presidência tenta fazer todas as decisões aqui com a maior participação possível e com o maior, principalmente, equilíbrio e isenção. Eu sei que, às vezes, tenho que tomar decisões firmes, porque é minha responsabilidade a continuidade dos trabalhos, e acaba não agradando um lado ou outro, mas não tenho outra saída senão manter os horários já acertados com os Líderes.

A senhora...

Já está conosco a Sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti. Requerimentos 60, de 2025, Senador Izalci Lucas; 379, da Deputada Adriana Ventura; 450, do Deputado Beto Pereira; 576, da Senadora Damares Alves; 1.352, do Deputado Duarte Jr.

A CPMI foi notificada...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só um minutinho. Eu também tenho um requerimento para ouvir a Tonia Galleti.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem, Excelência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Tenho, sim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os que foram aprovados estão aqui, Excelência. Possivelmente foi apresentado posteriormente à deliberação, mas peço à Secretaria para verificar e lhe dar uma resposta efetiva.

A CPMI foi notificada da decisão do Ministro Alexandre de Moraes no Habeas Corpus 263.690, no qual consta o seguinte:

> A paciente tem o dever de se manifestar sobre os fatos [...] relacionados ao objeto da CPMI, devendo, contudo, ser assegurada a garantia de não autoincriminação, se instada a responder a perguntas cujas respostas possam resultar em prejuízo ou em sua incriminação
> Diante do exposto, concedo a ordem de *habeas corpus* [...]:
> (a) manter o efeito convocatório, tendo a paciente, na condição de testemunha, o dever legal de manifestar-se sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação, estando, entretanto, assegurado o direito ao silêncio e a garantia de não autoincriminação, se instada a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou em sua incriminação; e
> (b) garantir à paciente ser assistida por advogados durante sua oitiva, podendo comunicar-se com eles, observados os termos regimentais e a condução dos trabalhos pelo Presidente da CPMI.

Portanto, está claro aqui que o Ministro Alexandre de Moraes reafirmou o texto constitucional, que nós temos respeitado aqui.

Quero dar, portanto, as boas-vindas, com o agradecimento ao Dr. José Roberto e à Sra. Tonia, e dizer, Sr. José Roberto, que, em qualquer momento que possa existir algum tipo de manifestação indevida com a sua cliente, o senhor, por favor, se dirija a esta Presidência para que a gente evite discussões.

O SR. JOSÉ ROBERTO SOARES LOURENÇO (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode interromper a sessão a qualquer momento, seja por questões pessoais – às vezes, a paciente quer ir ao banheiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela quer alguma coisa –, ou mesmo para orientá-la. A única coisa que eu sempre peço e lembro é que o senhor não pode dar a ela a resposta. O senhor pode pedir o tempo necessário para que ela possa responder com tranquilidade. O.k.?

O SR. JOSÉ ROBERTO SOARES LOURENÇO – Perfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Passo agora à leitura do termo de compromisso da depoente: V. Sa. promete quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeita ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Dr. José Roberto, quando ela entender que a pergunta pode trazer algum prejuízo à defesa, então, por gentileza, ela pode dizer: "Eu ficarei em silêncio".

O SR. JOSÉ ROBERTO SOARES LOURENÇO – Perfeito, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nas demais, eu peço atenção para a resposta aos Parlamentares. Pois não?

Passo a palavra à Sra. Tonia Galleti, por 15 minutos, para uma apresentação pessoal.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Boa tarde a todos e todas.

Eu vou abrir mão, Presidente, dos 15 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Pois não.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... porque eu vim aqui para responder aos questionamentos dos senhores e das senhoras. Estava ansiosa, na verdade, por esse momento. Tenho sido citada reiteradamente... Gostaria de ter vindo logo no início desta Comissão e, por isso, estou aqui à disposição dos senhores e das senhoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, muito obrigado.

Com a palavra o Relator, Deputado Alfredo Gaspar, para os questionamentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, boa tarde. Em nome de V. Exa., desejo o mesmo a todos os integrantes do colegiado e os presentes.

Sra. Tonia, boa tarde. Boa tarde, Sr. advogado...

Eu gostaria de iniciar perguntando a V. Sa. qual o seu vínculo com o Sindnapi.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Obrigada pela pergunta, Excelência. Eu não sou... É muito bom, eu deveria já ter esclarecido logo de início. Muitos de vocês têm dito que eu sou diretora do sindicato, e eu não sou diretora. Eu sou assessora jurídica. Eu sou advogada e assessora jurídica do sindicato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – D. Tonia, eu vi aqui que o seu esposo também consta com vínculo profissional com o Sindnapi, se eu não me engano, Carlos Galleti. Qual é a diferença entre a assessoria jurídica e ser advogado do sindicato?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, não há diferença, Excelência. Somos assessores jurídicos. Quando a gente diz assessor é porque nós não somos CLT, nós não somos registrados, não somos empregados do sindicato. Nós somos prestadores de serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – D. Tonia, vou ser o mais objetivo possível, porque hoje nós temos dois depoentes, e a presença da senhora aqui com essa boa vontade de colaborar é muito importante.

Por favor, tire essa parte aqui logo, para Pimenta e Rogério não falarem. Tire logo. Vamos para essa.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Fui citado. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – D. Tonia, a senhora é o que do falecido Sr. João Inocentini?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Filha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Filha.

O Sr. João Inocentini, pelo que eu sei, tem uma longa história sindical. Quando ele presidiu o Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ele foi um dos fundadores do Sindnapi. Logo de início, ele não era o Presidente, depois ele assumiu a Presidência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que ano, D. Tonia?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não tenho certeza. Talvez 2002, 2001... O sindicato foi fundado em 2000, então um pouco depois. Depois teve um período em que ele se afastou e houve outro Presidente. Depois, novamente, isso aconteceu e, ao final, até o momento da sua morte, ele era o Presidente do sindicato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos falar desse último momento dele na Presidência. Qual foi o ano em que ele assumiu a Presidência neste último momento dele na passagem lá pela Presidência?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Foi em 2021 que teve a eleição, foi 2021.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dois mil e vinte e um.

A senhora poderia me esclarecer desde quando a senhora e o seu esposo se tornaram advogados do Sindnapi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim. Quando o sindicato começou, em 2000, lá para o final de 2002, 2003, o sindicato começou a fazer aqueles processos, alguns dos senhores devem se recordar, de revisão da ORTN, da URV. À época, a pedido da Dra. Leila, que era a Presidente do Juizado Especial de São Paulo, o sindicato começou a auxiliar, porque eram muitas pessoas que procuravam essa revisão. Nessa oportunidade foi que eu comecei a ajudar no sindicato, porque eram filas de 5 mil pessoas, era muita gente para ser atendida, e eu comecei... Eu era só advogada, não coordenava o departamento jurídico, assim, tinha outros coordenadores, e comecei a ajudar. E o trabalho era tanto – à época, eu namorava o meu atual marido, o Dr. Carlos – que eu pedi a ele se ele não podia também nos ajudar lá, porque a gente não estava dando conta do trabalho.

O sindicato, à época, não tinha estrutura, não tinha recursos. Então, a gente precisava de muitas mãos para fazer o trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desde quando a senhora se tornou coordenadora jurídica do Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, eu não tenho assim... Não lembro com exatidão isso, mas eu imagino que foi lá para 2009, 2010.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer se a senhora é sócia da Pellegrino & Galleti Advogados?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Agora, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou refazer a pergunta: a senhora foi sócia da Pellegrino & Galleti Advogados por quanto tempo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O escritório, Excelência, era meu e do Dr. Carlos. Nós sempre tivemos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Dr. Carlos é o seu esposo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Meu marido. Sempre tivemos escritório juntos, porque trabalhávamos juntos, fazemos a mesma área, previdenciário, consumidor. A gente sempre trabalhou juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Pellegrino veio para o escritório há um ano e meio, e, no final do ano passado, eu saí do escritório porque a gente achou melhor. Eu tinha... O escritório estava fazendo outras coisas que não a minha área de formação, que é previdenciário. Então, eu achei melhor sair, e ficou só a Pellegrino e o Dr. Carlos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora passou quanto tempo na Pellegrino como advogada?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, desde a fundação do escritório, era eu e o Dr. Carlos. Eu não me lembro. Eu não sei se foi 2013 ou 2014 que a gente montou o escritório, esse escritório. A gente tinha tido outro, mas montamos esse nessa época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente está falando aqui do Sindnapi, e por que a senhora está aqui? Porque a senhora, como Coordenadora Jurídica do Sindnapi, como a senhora falou, e advogada, o Sindnapi está no furacão dos descontos irregulares associativos.

A senhora tomou conhecimento de que a Polícia Federal andou no Sindnapi fazendo uma busca e apreensão agora recentemente.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Polícia Federal também foi à residência da senhora?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe o motivo dessa ação da Polícia Federal lá?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Na minha casa, eles foram com mandado em nome do Carlos. E, no meu nome, foram à casa da minha sogra. Não sei por que motivo. Nunca morei com a minha sogra, mas enfim.

Segundo a gente teve conhecimento, é por conta desse furacão que o senhor falou mesmo. Não tem outro motivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço, Sra. Tonia, a senhora estar sendo tão transparente.

Então, a gente está aqui no Sindnapi, que arrecadou R$600 milhões.

Nós estamos com esse escândalo que é o desconto associativo irregular de aposentados e pensionistas. Nisso tudo, surge um nome: Milton Baptista de Souza Filho, que é o Presidente do...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sindnapi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Sindnapi.

Só que, olhando um pouco a história do Sindnapi, nós terminamos chegando ao Sr. João Batista Inocentini, que é o senhor seu pai e que tem essa longa história sindical.

Aí, verificando mais um pouco a história do Sr. João Batista Inocentini, nós encontramos a Gestora Eficiente. Qual a sua relação com a Gestora Eficiente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu posso contar o porquê da Gestora?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Pode? O sindicato vive de mensalidade associativa.

O sindicato nunca fraudou fichas ou documentos de aposentados ou de pensionistas para ter esses sócios dentro do sindicato.

Em 2000...

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Também quero café.

Em 2000, lá para os idos, Excelência, de 2016, 2017, o sindicato tinha uma quantidade boa de sócios, mas não estava fazendo novos sócios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia dizer, porque isso é muito importante, em 2016, 2017, quantos sócios tinha o Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu acho... Eu não tenho esse número, porque eu não cuido da administração...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente não vai se apegar a detalhes, certo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... mas eu imagino que em torno de 200 mil sócios. Era o que o sindicato tinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E hoje... Quando as atividades de descontos associativos foram suspensas, o Sindnapi tinha quantos sócios?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, eu não tenho certeza, de novo, mas eu acho que estava em torno de 280, 300 mil sócios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Nessa época, então, 2016, 2017, o sindicato tinha parado de fazer novos sócios, porque, até então, como é que o sindicato normalmente fazia sócios? Por meio da atuação do departamento jurídico. Ações judiciais, revisão, orientação jurídica, era assim que o sócio ia até lá e ficava sócio, estava, portanto, dentro do guarda-chuva do sindicato. Nessa época, já não tinha mais tantas revisões, tantas coisas assim que atraíssem as pessoas para ficarem sócias. E o sindicato, portanto, estava perdendo sócios e não repondo, porque os aposentados falecem, morrem, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora está falando aí de 2016, 2017?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso, isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E que, até então, a forma – não sei se eu entendi errado – de o sindicato adquirir sócios, geralmente, era pela atuação jurídica do sindicato.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso, isso, além de outros benefícios. Mas o que mais atraía mesmo era o departamento jurídico que a gente construiu, e a gente tinha mais de 50 pessoas trabalhando no departamento para atender aos associados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando começa a parar de fazer sócio novo e só perder pela morte dos aposentados, enfim, a diretoria começa a ficar bastante inquieta e fala: "Não, a gente precisa fazer alguma coisa para trazer novos sócios, para trazer novas pessoas para o sindicato". E a diretoria começou a procurar parceiros, procurar caminhos para conseguir fazer novos sócios. O sindicato já tinha mais de 80 subsedes no Brasil inteiro. Em todos os lugares do Brasil, o sindicato tinha presença, mas, ainda assim, considerando o Brasil um país continental, não estava em cada recanto; estava em todos os lugares, mas não em cada recanto do país.

Eu não me recordo como aconteceu essa aproximação, porque, de novo, eu sempre fui assessora jurídica, coordenadora do departamento e não administradora ou qualquer coisa do sindicato, então, eu não sei como é que se deu, mas o sindicato começou a conversar com a corretora CMG, que é do Banco BMG, para fazer uma parceria...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me só interromper, por algo que é importante para mim: quando a Gestora Eficiente nasceu?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, eu vou chegar lá. Só um segundinho que eu já conto tudo isso.

E aí, o sindicato, então, começou a fazer um acordo de parceria comercial com a CMG. Para quê? Para contratar um seguro, uma seguradora – no caso era a Generali, a seguradora que a corretora ofereceu – que entregaria diversos serviços e benefícios para os sócios. Então, seguro de vida, auxílio-funeral, essas coisas todas e mais uma porção de coisas que eu não tenho, não lembro agora. Só que, para gerir esse projeto, então, além desses benefícios, eles também ofereceriam, nos pontos onde eles tinham capilaridade, no caso a CMG lá, para as pessoas se filiarem ao sindicato. Então, quando os clientes deles fossem até eles, eles ofereceriam: "Você quer ficar sócio do sindicato? Tem esses e esses benefícios, esses e esses serviços e tal". E, se a pessoa queria, ela assinava um documento, um termo de autorização, uma ficha de sócio, ela entregava o RG para uma foto, ela tirava uma foto com o adesivo do sindicato, ela gravava um áudio dizendo que ela tinha ciência de que ela estava ficando sócia. E isso, então, fez parte dessa negociação, que eu acompanhei de perto, por causa do contrato que eu tive que fazer. E, neste momento, surge a gestora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a senhora chegou ao ponto mais importante que nós temos aqui: como o sindicato saiu de um patamar de associados para outro patamar.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu precisava uma resposta da senhora. A GMC procurou o Sindnapi ou o Sindnapi procurou a GMC?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora foi a responsável jurídica para realizar o primeiro contrato entre BMG, CMG, sindicato e Generali?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Na verdade, embora eu olhasse, porque eu era a coordenadora, o contrato vinha deles, a gente olhava, fazia as correções... Foi uma negociação de mais de um ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a senhora estava presente neste momento.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, olhei o contrato. Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, pelo que a senhora disse, eu entendi que a Gestora Eficiente foi criada para dar suporte a essa nova feitura no sindicato.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu posso explicar se o senhor deixar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Daqui a pouco vou pedir.

A senhora poderia dizer os sócios da Gestora Eficiente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – São o Carlos, o meu marido, e a Daugliesi. Não, a Daugliesi, não. A Pamela. A Daugliesi eu li ali agora. A Pamela, Pamela Grecco, alguma coisa assim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Pamela Grecco?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe com quem Pamela Grecco é casada?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é o nome do esposo dela?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – João Pedro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer se esse João Pedro se chama João Pedro Moura?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, é ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse João Pedro Moura já andou preso pela operação da Polícia Federal Santa Tereza?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora não tem conhecimento sobre fraude do BNDES com a participação de João Pedro?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe me dizer por que o endereço do João Pedro coincide exatamente com o endereço do seu falecido pai?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, porque eles alugaram, eles moraram. Meu pai e minha mãe tinham um apartamento, eles se mudaram e, por um tempo, a Pamela e o Sr. João Pedro alugaram o apartamento dos meus pais e moraram lá. Foi acho que menos de um ano, não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em qual momento a esposa do Presidente do sindicato, a Sra. Daugliesi, passou a ser sócia da Gestora Eficiente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, posso contar como é que surgiu?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – No momento em que houve toda essa negociação para fazer esse projeto, uma das maiores preocupações do sindicato era como esse sócio seria feito. Porque, até então, o sócio, para ser sócio, ia até a sede do sindicato, em qualquer uma das subsedes no Brasil todo. A partir daquele momento, ele poderia ir em outro lugar. Embora a gente também fazia sócio... às vezes ele ia num... tinha vários escritórios, por exemplo, de advogados, que eram parceiros do sindicato desde o seu nascimento. E, às vezes, o advogado fazia associação daquela pessoa, mas era um número bastante reduzido. Com esse projeto, a ideia era que fosse um número maior. Então, precisava de um cuidado maior, justamente para não ter fraude, para não ter problemas, para não ter nada de errado.

E aí, o próprio sindicato e o BMG disseram o seguinte... Não sei quem, para quem... Não faz pergunta difícil. Eu sei nesse momento disseram que precisava de uma gestora para fazer a gestão de todo esse projeto, que seria em nível nacional, que deveria fazer uma fiscalização desse trabalho, que deveria fazer treinamento das bases para que as pessoas da ponta pudessem conhecer quem era o sindicato, quais eram os benefícios, enfim, tudo que ia acontecer. E o sindicato não tinha funcionários para montar uma estrutura para fazer isso. Então, ele preferiu fazer um departamento terceirizado. Com quais pessoas? As pessoas que já estavam lá dentro assessorando o sindicato. Por isso que tem o meu marido, por isso que tem a Pamela. Então, neste momento, quando surge a gestora, a Sra. Daugliesi também fazia parte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a senhora responde se a senhora quiser, mas eu vi que a senhora tem um currículo bacana, a senhora parece que é doutora em Direito Constitucional.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, os princípios constitucionais... Eu fico me perguntando... A senhora numa sala de aula. Presidente Inocentini tem a filha coordenando o departamento jurídico, tem o genro que criou a Gestora Eficiente. Presidente Inocentini, infelizmente, falece. Vem o Presidente Milton Cavalo, assume e consegue incluir a esposa na gestora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, a esposa dele estava na empresa antes de ele ser Presidente. Quando ele se torna Presidente, poucos meses depois, ela sai da empresa justamente porque ele virou Presidente, tá?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, voltando um pouco e retirando a Sra. Daugliesi, vamos falar do genro do então Presidente.

Esses princípios constitucionais, sendo muito sincero, de coração aberto, eles têm que estar presentes na administração pública, mas eles também têm que ser guias com alguém que mexe com recursos oriundos diretamente da administração pública.

A senhora, como coordenadora jurídica, aquiesceu a essa formatação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, vamos por partes, Excelência.

Primeiro, que a gente só fala de necessidade de observar esses princípios quando a gente está falando da administração pública. Quando a gente está falando de uma entidade privada, isso não se observa. O que se observa, e que a gente poderia dizer que nisso há algo errado, se não houvesse trabalho por essas pessoas. Se essas pessoas só emitissem nota fiscal e ganhassem dinheiro sem fazer nada, eu seria a primeira pessoa que ia falar: o senhor tem razão. Mas essas pessoas trabalharam.

Só da gestora é que não deu tempo. Vocês me chamaram de forma um pouco açodada. Eu estava levantando essa documentação para apresentar aos senhores. Só gestora, eles estavam me passando que tem mais de 12 mil *e-mails* de trabalho entre a gestora e a CMG, a gestora e o sindicato, a gestora e outros prestadores de serviço que envolviam esse projeto. Então, eu entendo o trabalho, eu entendo que não há nenhum problema.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sra. Tonia, a Gestora Eficiente, criada, pelo que a senhora me falou, eu acho que entre 19 e 20, pelo que eu entendi, tinha como principal sócio o seu esposo. E eu perguntei a senhora, eu digo: "A senhora participou efetivamente do contrato Generali, Sindnapi e CMG?". A senhora disse: "Eu...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, eu lia o contrato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... observei, fiz algumas correções".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tinha nesse contrato uma comissão para ser paga à Gestora Eficiente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, porque a gestora atuaria como correspondente da CMG.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer – e aí eu volto... A senhora poderia me dizer que, nesse contrato, foi colocado um anexo em que constava que a Gestora Eficiente devia prestar serviço?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Claro que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, D. Tonia, aqui tem a Gestora Eficiente recebendo do Sindnapi R$2,8 milhões. Essa é a parte visível. E eu andei olhando o pagamento de comissões: quase R$5 milhões foram pagos em comissão.

A senhora poderia me dizer... Olha só, só para recapitular, e a senhora me corrigir. Nós estamos diante de um caso grave, e a senhora tem um currículo muito bacana, é a oportunidade que a senhora tem de esclarecer. Seu pai, Presidente; depois, Milton Cavalo. Cria-se, em algum momento, a Gestora Eficiente. Seu esposo é o principal sócio. A senhora está aqui na coordenação jurídica. A senhora, coordenando juridicamente o sindicato, forma com esse banco aqui... Eu não o estou vendo por aqui, mas – bota lá de volta – forma com a CMG e o BMG um contrato. Esse contrato deve ter sido em 2019. Esse contrato...

Não, eu quero é o BMG ali. O BMG... Olha, o BMG vem para cá. Não, pode deixar como está.

O BMG vem para cá, encontra a senhora aqui, a senhora, sócia do escritório; fundam a Eficiente. E a senhora firma um contrato, orienta um contrato em que seu esposo vai ganhar comissão. E hoje a gente sabe que esta comissão foi por volta de quase R$5 milhões.

Sendo muito sincero, isso é republicano?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É o senhor já está...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu queria ouvir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... da senhora.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu entendo que houve trabalho. E, se houve trabalho, pelo trabalho tem que haver...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... o correlato pagamento de honorários...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... o correlato pagamento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só queria ouvir a versão da senhora; por tudo isso, eu estou fazendo juízo de valor, ouvindo a senhora.

Aí, nós vamos aqui e encontramos nisso aqui, outra empresa, chamada Essence Assessoria. Eu recebi vários documentos que eu não consegui colocar aí ainda e eu queria saber: a Essence Assessoria é de quem?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A Essence é da minha mãe e da minha irmã, mas quem prestou o serviço foi a minha irmã, que ela é da área de tecnologia, gestora de projetos, a Nita.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Nita.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso. E ela prestou serviços para a gestora...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... auxiliando numa série de processos, de procedimentos que foram criados para conseguir realizar esse trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dra. Tonia, Sra. Tonia, aqui, para a sua casa – para a sua casa, uma grande parte para a sua casa –, saíram do Sindnapi 2,8 milhões para a Gestora Eficiente, saíram quase 5 milhões de comissão para a Gestora Eficiente, e saíram mais 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões. Diretamente vinculados à senhora aqui, tem quase R$11 milhões. Se foi para o seu esposo, como foi dividido, eu realmente não consegui captar. Mas, no meio disso tudo, aparece – daqui a pouco a gente volta para a Essence –, no meio disso tudo, aparece uma pessoa chamada Simone Inocentini, recebendo 5 milhões do Sindnapi. Quem é Simone Inocentini?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É minha prima. Ela era advogada celetista do sindicato, ela é registrada, ganhava salário e, em nenhum momento, ganhou um valor desse que eu saiba. Ela trabalhou por 15 anos no sindicato, com o mesmo salário que os demais advogados que eram funcionários do sindicato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, aqui já veio gente falando...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então eu não sei, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... falando da Receita Federal, da CGU, contestando. A senhora tem todo o direito de contestar, mas isso aqui está em documentos da Receita Federal..

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ela é advogada, se ela fez, Excelência, se ela fez outros processos, outras coisas e ganhou esses honorários, eu não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora. Tá. Mas aqui, devidamente provado com documentos que estão à disposição da senhora, ela recebeu R$5 milhões.

A senhora poderia me dizer quem indicou Simone Inocentini para os quadros do Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Deve ter sido meu pai, eu não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

No meio disso tudo aqui, aparece algo que a senhora já falou. A senhora falou...

Olha, o Deputado Pimenta continua me atrapalhando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – D. Tonia, aparece aqui o BMG. O BMG é um banco que nós temos tido de forma recorrente notícias de irregularidades a respeito de créditos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consignados. A senhora veio aqui, está mostrando boa vontade e esteve presente nesse contrato e no aditivo contratual. Eu vi também a senhora lá, seis meses depois, um ano depois.

Bota aqui, por favor, a história do Sindnapi. A história que eu digo é o gráfico.

Muda um pouquinho esse gráfico aí, vamos ver outro. Outro. Tem outro? (*Pausa.*)

Se não tiver, volta para aquele.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone.*) – As fotos estavam melhores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cadê o desconto associativo? (*Pausa.*)

Porque, se a senhora estiver de boa-fé, e nós também estamos de boa-fé, a gente vai conseguir esclarecer todos os fatos.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone.*) – Tá bom.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Olha só, a gente tem aqui um gráfico do Sindnapi e já existe com ACT desde 2008...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Na verdade, 2003. Isso é um dado errado que também tem sido falado; desde 2003.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito importante a senhora dizer isso. Eu pensava que era 2008, a senhora está esclarecendo...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em 2003.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... que desde 2003 tem um acordo de cooperação técnica com o Sindnapi.

Aqui, se pegar qualquer criança – qualquer criança –, vai indicar que isso aqui é basicamente uma linha reta ou um pouco decrescente.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Até o ano de 2020, nós temos descontos e associados num parâmetro bastante similar ano após ano. Aí, olha a coincidência: o Sindnapi – 2020, 2019 – começa a crescer no ritmo alucinado. Sai de 145 mil associados para 366 em 2023, no final de 2023. E eu andei estudando isso, me deu dor de cabeça, mas só um fato me chamou a atenção: a verdade que a senhora disse. O sindicato estava estagnado e perdendo – olha como ela falou a verdade: estagnado e perdendo –, e procuraram uma metodologia para inverter essa curva. E aí a vida do Sindnapi se encontrou com a vida do BMG. E essa linha, que era decrescente, a partir desse primeiro contrato, o Sindnapi só fez ganhar.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem estava orientando isso aí? Dra. Tonia, como Departamento Jurídico, falou aqui que teve acesso e fez algumas orientações.

Nesse meio aqui, nesse meio, eu queria saber: qual o papel da Gestora Eficiente, que tem como sócio majoritário o seu esposo? Porque a gente já descobriu, e a senhora foi muito sincera e eu quero dar os parabéns, porque, olha, eu acho que a uma pessoa com um currículo como o da senhora só a verdade interessa. Então a senhora disse certo, bateu exatamente com o que a senhora disse: a ponta, o laço...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... a esquina da vida do Sindnapi foi o encontro com a CMG e a Generali.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Excelência, se o senhor me permite...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei em que sentido o senhor está falando tudo isso...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volta lá, por favor.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... mas é importante... Pode ser nesse mesmo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, então segura aí, por favor.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Só para o pessoal poder observar que isso foi planejado. Não foi algo assim: "Ah, eu encontrei sem querer o BMG. Ó, frauda aí para eu fazer sócio". Não é nada disso. Foi, assim, foi planejado, tanto que, quando a gente olha a curva do crescimento, cresce em torno de 4% ao mês, a partir de 2019, quando começou o projeto – foi no finzinho de 2019.

Então começa a fazer mais sócio, pouquinho no começo, porque a Gestora – e aí já respondendo o que o senhor me perguntou – fez todo esse trabalho de treinar a ponta da CMG para eles entenderem o que era o sindicato; a treinar os diretores do sindicato para fazerem visitas às lojas da CMG, para conseguirem entender e diferenciar o que era o sindicato. Então, a Gestora fez todo esse trabalho de – eu vou chamar assim – bastidor, para dar o contorno para esse projeto. E quando a gente olha o crescimento, ele foi planejado; ele não foi abrupto, foi paulatinamente crescendo conforme o planejado, que era em torno de 4%, 5% ao mês. Eu não tenho esse número exato, porque, de novo, eu não controlava isso.

E teve uma coisa importante, Excelência, que eu acho que vale a pena reforçar: até esse momento, quando você... Se você olhar o gráfico em relação aos valores – porque eu sei que vocês já falam bastante disso também –, realmente aumentou, porque, até esse momento, até 2018 – eu não sei as datas certinhas –, a mensalidade do sindicato era 0,6% do valor do benefício. Em 2019, antes desse acordo, passou a ser 2,5%, porque o sindicato queria prestar mais serviços aos associados e precisava dos recursos. Então, por isso é que também aumenta tanto o valor arrecadado, porque a mensalidade aumentou significativamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, se a senhora me permitir, eu só queria reafirmar que a senhora falou a verdade. Quando estava havendo um decréscimo, nós saímos de – levanta um pouquinho aqui, por favor, se puder – 140 mil para, logo depois, mais do que dobrarmos o número de associados, independente de aumento de valor.

Mas o que eu queria saber, e a senhora já respondeu... Eu perguntei: qual o seu papel? Foi a senhora que fez as negociações com a CMG, o BMG e a Generali?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, a negociação, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer quem teve essa iniciativa?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O seu pai era o Presidente na época?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Era.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, no comecinho não era, depois ele voltou para a Presidência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer se foi o seu pai quem encabeçou essas negociações?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, eu não sei ao certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo.

A senhora pode me dizer se o seu esposo, Carlos Galleti, esteve presente nessas negociações?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em algumas pode ser que tenha estado, eu não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas não foi dele a iniciativa?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Agora, vamos voltar lá àquele outro gráfico, àquele gráfico... Tá.

Então, a gente chegou aqui no BMG. Qual a relação da senhora com André Piacentini Arnús?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ele é diretor, não sei qual o cargo exato, da CMG.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Durante as negociações, para incluir a Gestora Eficiente, a senhora se sentou com o Sr. André Piacentini Arnús para estabelecer percentual de comissão para a Gestora Eficiente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe quem foi da Gestora Eficiente que se sentou com o André Piacentini Arnús para estabelecer critério de comissão?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não. Até... Bom, não, não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer quem foi que colocou esse critério de comissão nessa relação contratual?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu acho que é porque corretora só pode pagar mediante comissão, não existe outra forma de pagar o trabalho de correspondente; mas eu não tenho certeza, não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a senhora não sabe quem da Gestora Eficiente se sentou com...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... o André Piacentini Arnús para isso. Muito bem.

Faz de conta que eu sou o Sindnapi, a senhora é a Eficiente e o colega é a Generali. Qual o papel da Eficiente em relação a essa triangulação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei dizer com exatidão, mas a Gestora, eu sei o trabalho que ela fez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode dizer que trabalho foi esse que a Eficiente desenvolveu?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim. A Gestora Eficiente fazia todo o trabalho de associação que fosse fora das lojas da CMG.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me explique, por favor, porque realmente eu sou fora desse mundo e queria entender o papel da Eficiente.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como é que é feito o sócio do sindicato? O sócio do sindicato é feito mediante acesso ao sistema do sindicato. Faz o sócio, preenche os dados, a pessoa assina ou faz biometria, conforme a época – cada época era um formato diferente para ficar sócio. E várias pessoas faziam sócios, o próprio sindicato, por meio dos seus funcionários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vamos tratar o sindicato aqui. Se a pessoa quisesse, ia lá ao sindicato e se associava. Vamos tratar...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso. A pessoa podia entrar no *site* do sindicato e ficar sócia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo. Mas vamos deixar esse papel de lado e agora vamos para a Eficiente. Vocês falaram em reverter a queda, e chegou a GMC, e a Eficiente veio junto. Qual o papel da Eficiente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A Gestora Eficiente fazia a gestão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me conte. Eu queria aprender, eu realmente não sei. Se eu soubesse, não ia perguntar.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei dar os detalhes para os senhores, mas eu sei que eles fizeram a gestão, tanto em relação a essa interface entre o sindicato e a CMG, a CMG, a Generali e o sindicato. Quando dava problema com um associado e ele reclamava de algum serviço, a Gestora fazia esse acompanhamento com o associado. Quando morria o associado, a Gestora entrava em contato com a família, para a família poder receber o seguro ou o funeral, enfim. Eu sei que eles faziam isso. Agora, como exatamente eu não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já recebeu algum recurso da Gestora Eficiente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O seu escritório de advocacia?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer qual a relação da Gestora Eficiente com a sua irmã Nita Gabriela e com a sua mãe, Neuza Inocentini?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como eu disse já para o senhor, a Essence... Quem são os donos da Essence são minha mãe e minha irmã. Quem prestava o serviço para a Gestora era a minha irmã, porque ela é gestora de projetos, trabalha na área de informática, enfim, uma especialista nessa área, e ela ajudava criando todos esses procedimentos e processos da Gestora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Gestora Eficiente remetia dinheiro para a sua irmã e para a sua mãe?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei, eu acho que sim, porque, se ela trabalhava, eu acredito que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sra. Tonia, Coopernapi, o seu pai já foi Presidente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu acho que sim, no começo, mas depois sempre foram outros diretores os presidentes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o papel da Coopernapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A Coopernapi foi criada dentro do cooperativismo, da legislação, para que os sócios pudessem ter recursos mais baratos do que fora do sistema bancário normal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem fazia essa captação de sócios para a Coopernapi sabe dizer?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A própria Coopernapi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu acho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... quem é a atual Presidente da Coopernapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A Presidente-Executiva é a Sra. Liliane Beil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa senhora já trabalhou no Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ela trabalha no Sindnapi na área financeira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, ela é financeira do Sindnapi e trabalha na Coopernapi.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso não tem nenhuma vedação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não. No estatuto do sindicato, não, e, para o próprio Banco Central, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer quem é Erik Lima de Santana?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece a Santmarques Engenharia?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a Santmax Engenharia?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece alguém com o nome de Carlos Eduardo Teixeira Júnior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, é meu cunhado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece a Esférica Assessoria?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É a empresa dele de tecnologia que sempre cuidou do CPD do sindicato. O sindicato, desde o seu nascimento, tem um... Como chama onde ficam aquelas máquinas de computadores? Servidor. Tem o servidor próprio para armazenar todas as informações dos associados, nunca se utilizou de nuvem ou qualquer outra coisa... E eles são... Nessa empresa de que meu cunhado faz parte, eles são especialistas, são programadores e tal, e eles prestavam esse serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, só para a gente relembrar: 6 milhões do Sindnapi foram pagos ao seu cunhado através da Esférica.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ao longo de quantos anos, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Acho que foram nos últimos quatro, cinco anos – quatro, cinco anos é o que tem no RIF.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, todos esses valores nós estamos falando no prazo de quatro a cinco anos.

Olha, seu cunhado recebeu 6,3 milhões. A senhora, com seu esposo: 3,199, de advogado. Seu esposo, através da Eficiente, recebeu quase 5 milhões...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Excelência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... de comissão...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Posso...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e 2,8 do Sindnapi.

Sim, senhora.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – No escritório, para receber esses três e pouco, que o senhor falou, foram mais de 17 mil processos cuidados pelo escritório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só gostaria que o senhor, quando falasse isso, já que eu estou aqui, de boa vontade...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com certeza.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Existe trabalho...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O advogado trabalha e recebe. Os 17 mil processos não são meia dúzia. Então, se os senhores fizerem qualquer busca no mercado, esses valores ainda foram muito negociados, porque poderiam ser muito maiores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora. Olha só... A senhora, depois... a senhora diz quantos processos foram, mas a sua cunhada... a sua prima recebeu 5,2 milhões; seu cunhado, 6,3 milhões; a senhora e seu esposo, por volta de 11 milhões, juntando escritório e Eficiente, e aí é só somar.

Mas o que me interessa mais é: qual foi o último ACT feito pelo Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Antes de responder a isso, eu vou voltar ao tema, porque o senhor está falando de valores como se todos esses estivessem na minha conta. Se todos esses valores estivessem na minha conta, a Polícia Federal, quando foi à minha casa, teria roubado... Roubado, não, desculpa, teria apreendido no mínimo esses carrões que tem apreendido nessas operações. Apreendeu, no meu caso, um Civic, de 2020, e um Kardian, da Renault, de 24, e, juntos, os dois carros não dão nem R$200 mil, R$250 mil.

Então, eu tenho uma vida completamente compatível com o meu Imposto de Renda, com o meu trabalho e com os honorários que eu recebi. Se a minha prima recebeu isso aí, eu não tenho a menor responsabilidade sobre isso, eu nem sabia. Eu fico até brava, porque ela era minha funcionária, como é que ela recebeu mais do que eu, né? Então, eu não tenho nem ideia como é que isso aconteceu. (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora não sabe, imagina a gente.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É um problema de família que vocês estão fazendo nascer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Imagina a gente.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Agora vocês me ajudam a resolver.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Só um minutinho, Excelência.

Se o meu cunhado recebeu isso, se o senhor procurar qualquer empresa de TI, esse valor, em cinco, seis anos, é valor de mercado ou até abaixo do valor de mercado, para o trabalho que eles faziam. Então, assim, se a gente for colocar tudo no mesmo balaio, eu vou voltar a um ponto que eu gostaria que o senhor me desse só um segundinho para eu falar.

Quando eu fiz a denúncia no CNPS, em 2023, e já vinha desde 2019 falando isso para todas as autoridades com quem... Onde eu tinha oportunidade, eu ia lá e falava. A minha fala, além do problema, era o seguinte: todas as entidades que são honestas vão ser colocadas no mesmo balaio desses picaretas. E é isso que está acontecendo.

Eu volto a dizer aqui, vocês estão aqui me apertando, é porque eu sou cascuda, eu dou conta do recado, mas vocês estão matando o mensageiro. Vocês tiram do cidadão a coragem de denunciar a corrupção. Porque aí dá-se um jeito de colocar, e, quando o senhor coloca isso, o senhor até desculpa que eu estou um pouco nervosa... Mas quando vocês colocam: "Ah, não sei quantos milhões para a sua família...". Porra, a minha família trabalhou. Está bom, a gente pode falar: "Isso é uma certa imoralidade", "Ah, não deveria estar toda a família lá", mas isso não se trata de crime, porque tem trabalho.

Nesse recheio entre contrato de prestação de serviço e nota fiscal emitida e valor recebido, cara, tem muito trabalho. Eu trabalhava, Excelência, 10, 12 horas por dia, porque, se eu tive um chefe carrasco, esse cara foi o meu pai, que me ensinou o valor do trabalho, ele e minha mãe.

Então, assim, eu fico muito indignada, de verdade, quando querem... Vocês podem falar de uma série de coisas que eu vou responder, eu vou responder tudo, mas, quando querem jogar sobre mim a pecha de que eu sou safada, de que eu sou ladra, de que eu roubei, de que eu não trabalhei, eu não vou admitir, eu vou até as últimas consequências para provar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho documentos, Excelência. Eu tenho 85 mil procurações no meu nome, em nome dos associados do sindicato. Daqueles que contestaram as associações, duzentos e tantos mil, 45 mil deles usaram a farmácia, após as contestações, 320 mil vezes. Usaram...

Das 250 mil pessoas que contestaram a associação, 45 mil utilizaram 320 mil vezes a farmácia, por meio dos descontos que o sindicato fornece. Então, o sindicato não é de mentira, o sindicato não comete fraude, eu não cometi fraude, o meu pai não cometeu fraude, nenhuma dessas pessoas que o senhor está citando, porque a gente trabalhou, e eu tenho provas robustas.

Eu imprimi, Excelência, as 85 mil procurações e vou trazer para os senhores aqui, porque vocês estão há meses falando de mim como se eu não trabalhasse. Vocês podem falar que eu sou feia, que eu sou chata, que eu sou isso, que eu sou aquilo, mas que eu não trabalhei nesse trem todo isso não pode ser falado, isso não é verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – D. Tonia, deixa eu dizer, a senhora citou nomes muito fortes aí que não foram citados por mim, não, talvez seja uma angústia do que a senhora esteja ouvindo ao longo da jornada. Aqui estou fazendo uma constatação numérica de que a sua família recebeu mais de R$20 milhões. Se foi trabalho ou não, a senhora vai ter oportunidade de explicar. Outra coisa: quem colocou a senhora no epicentro do problema se chama Polícia Federal. Então, a senhora está aqui, como a senhora disse, com boa vontade para explicar e a sua explicação é que está fazendo o nosso juízo de valor. Se foi moral ou imoral o que aconteceu no direcionamento de valores, a imoralidade também não resulta em crime, mas a gente vai chegar na parte de crime.

Eu queria saber da senhora, D. Tonia...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Relator, se me permite, Presidente, também. Eu também queria reforçar aqui que não há tábula rasa aqui. Deputados e Senadores têm se manifestado, inclusive com os depoentes, de uma forma respeitosa, conforme manda o figurino, até para poder separar e chegar à verdade. Então, acho que houve uma generalização, entendo o momento da depoente, Sr. Presidente, mas aqui nós todos queremos chegar à verdade dos fatos e queremos a colaboração de todos, em primeiro lugar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... tenham sido cometidos crimes ou não.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir para evitar de interromper o Relator, para que cada um depois possa ter seu tempo, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – D. Tonia, quando o ACT (acordo de cooperação técnica)...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o acordo de cooperação técnica foi realizado com o INSS para desconto associativo, esse último acordo ocorreu quando?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Foi em 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O pai da senhora era o Presidente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ele já... Foi no trânsito entre ele estar hospitalizado, morrer e o Cavalo assumir.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi a senhora quem coordenou esse acordo de cooperação técnica?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora esteve com o então Ministro Lupi ou com o Sr. André Fidelis, tratando sobre esse acordo de cooperação técnica?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como que acontece? Os acordos de cooperação técnica têm a duração de 60 meses. Normalmente, seis meses ou oito, não lembro, alguns meses antes de ele terminar, o sindicato, a entidade manifesta o interesse na renovação, e aí eles pedem a documentação, e o sindicato envia toda a documentação, a associação, enfim, a documentação, e encaminha para o INSS. Então, pode até ter tido algum *e-mail* nesse sentido, alguma troca, mas sempre nesse sentido de manifestar a renovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou ser mais objetivo. Pessoalmente, a senhora foi à Dataprev, INSS ou Ministério da Previdência Social, no ano de 2023, tratar da renovação desse ACT?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que eu me lembre, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já esteve alguma vez na sede da CMG?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que a senhora foi tratar na sede da CMG?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Quando eu fui, era para discutir sobre o contrato, era com o jurídico deles para falar sobre o contrato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu volto a lhe perguntar: quando a senhora esteve lá tratando sobre o contrato, a senhora tratou sobre comissão para a Gestora Eficiente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Já respondi que não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

A senhora falou, e isso aqui foi rebatido na vinda do Ministro Lupi. A senhora disse: "O portador não merece pancada".

Deixe-me dizer uma coisa para a senhora. Todos nós aqui sabemos que a senhora falou sobre irregularidades em descontos associativos, mas essa questão de portador não recebe pancada... Teve um aqui que veio fazer denúncia, e até eu votei favorável para a quebra do sigilo. Então, a senhora não está sendo figura única, não. Aqui, estão todos sendo tratados da mesma maneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, voltando a esse ponto inicial, a senhora, em algum momento de 2023... Antes, a senhora foi indicada para a equipe de transição do Governo Lula na área da previdência social por quem?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, num primeiro momento, foi meu pai que mandou a indicação, mas eu não sei para quem. E, depois, eu acho que também o Dr. Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o Stefanutto, possivelmente, tenha sido a pessoa que a indicou para essa transição.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Teve duas, mas eu não sei qual que vingou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando a senhora fala "Stefanutto", é o...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Dr. Stefanutto...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente de então do INSS.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – À época, ele não era Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, estou dizendo o Presidente de então, não da época.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer... Essa reunião do Conselho Nacional da Previdência Social, mais especificamente, eu não me recordo se foi a reunião 303. Não me recordo o número dela.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Foi em junho de 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Junho de 2023. O Ministro Lupi estava presente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora se recorda de mais algum Diretor do INSS presente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu acho que todos eles estavam.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Stefanutto estava?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu acho que sim, não tenho certeza absoluta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, faz de conta que a senhora está na reunião. O que foi falado aqui pouco interessa. A senhora é a portadora da sua voz. O que foi que a senhora alertou às autoridades em junho de 2023?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Naquela oportunidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Depois, ela fala o resto, mas eu estou falando de um documento que eu tenho.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Naquela oportunidade, eu alertei para o fato de que nós estávamos tendo conhecimento de diversas entidades que estavam atuando de forma inadequada – ou, no mínimo, isso, uma palavra suave para dizer –, que era importante que isso fosse tratado em sede do Conselho e que era necessário fornecer aos conselheiros a documentação que revelasse a curva de crescimento, se eles tinham sede ou não tinham, se eles tinham estrutura para prestar serviços, tudo isso. Foi o que eu pedi lá na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, qual foi a data?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Junho de 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A data, como ela falou, junho de 2023 ou algo parecido.

Dr. Tonia, aqui, sentou-se CGU, através do Ministro, através de técnico; sentou-se a Polícia Federal; sentaram-se entidades; sentou-se o Presidente do INSS... E todos, todos, sem exceção, disseram a mesma coisa: que tomaram conhecimento – a grande maioria, pelo que eu me recordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

– através das reportagens do *site Metrópoles*, no final de 2023. Estou falando que, se não todos, quase todos.

A senhora está chegando aqui, dizendo que, na frente do Ministro da Previdência Social, Sr. Carlos Lupi, e, na frente do Presidente do INSS, a senhora estourou uma bomba, e todo mundo está dizendo que essa bomba foi deflagrada por reportagem. Então, primeiro ponto: a senhora alertou.

Agora, o mais curioso: se ninguém se preocupou com isso aí, como é que uma coordenadora jurídica do Sindnapi, que não é investigadora, que não é da CGU, que não é da PF, que não é do Ministério Público, que não é do INSS, que não é da Previdência Social... O que foi que chegou à senhora, exatamente, para a senhora fazer essa denúncia? Qual era o seu ponto de alerta? Ninguém... Ninguém sabia. Tonia Galleti veio com essa bomba. Aí, eu pergunto: qual foi a informação que a senhora recebeu? De onde partiu? Foi de dentro do Sindnapi? Foi a senhora verificando erros dentro do Sindnapi, ou foi uma informação externa, e isso a senhora deflagrou naquele momento?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Na verdade, eu já estava alertando, desde 2019, para essas ocorrências, tá?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia, então... A senhora falou: "Desde 2019". A senhora poderia dizer onde fez esses alertas?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, vocês estão me conhecendo um pouco aqui, né? Eu sou desse jeito em qualquer lugar em que estou. Não tão nervosa assim, mas eu sou desse jeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a senhora está muito tranquila aqui.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, mas eu estou nervosa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas não fique, não. Eu só quero saber onde é que a senhora alertou.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, em todos os lugares que eu estive, em todas as oportunidades. Podia ser em qualquer lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em reunião com o Diretor de Benefícios, em reunião com o Presidente do INSS, em reunião com o Ministério do Trabalho, com o Ministério da Previdência... Onde eu tinha oportunidade, eu dizia: "Olha, tem alguma... Como dizia Tancredo Neves, tem jabuti na árvore". E jabuti na árvore, só podem ser duas coisas, né? Ou a gente o põe lá, ou a água subiu o jabuti, porque ele não sobe em árvore. (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou perguntar cada um desses alertas que a senhora fez, mas eu queria saber exatamente que jabuti era esse para que a senhora estava alertando.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Tudo começou com os sócios reclamando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não do sindicato. Os sócios reclamando que estavam sendo abordados por outras entidades, alguns dizendo... Por exemplo: iam lá usar a farmácia, o desconto. Chegava lá, não era mais sócio. "Como não sou mais sócio? Eu não deixei de ser sócio do Sindnapi.". Quando ia olhar, ele estava sócio de uma outra associação. E, aí, ele não assinou nada, não fez nada. Então, até com diretor do sindicato estava acontecendo isso.

Aí, eu comecei com os outros sindicatos ligados a centrais...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com quais sindicatos a senhora conversou?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, com o Sr. Natal Léo, da...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De onde?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ele é do Sindicato dos Aposentados da UGT... Com o Sr. Warley, da Cobap... Enfim, com o pessoal que é ligado às centrais, né? E eles: "Ah, está acontecendo isso aqui também". "Olha, teve um diretor que deixou de ser sócio daqui e foi para uma associação desconhecida, e ele não assinou nada...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora recorda quem era esse diretor que saiu de uma associação e foi ser diretor de outra associação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, eu não lembro o nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe a associação de que ele foi cuidar?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não lembro. Eu posso até buscar, eu devo ter isso, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seria importante.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Mas eu não... Eu posso olhar depois, ver se eu tenho anotado, ver se eu tenho algum documento...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora recorda, nesse percurso até 2023, quais autoridades a senhora alertou sobre esse problema?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, eu não lembro com exatidão, porque eu falei para gregos e troianos, mas eu lembro a época que eu falei com o... Ele ainda era Diretor de Benefícios, o Oliveira, que depois virou Ministro, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, olha o que a senhora está dizendo: a senhora está dizendo que, em algum momento entre 2019 e 2023, alertou algumas autoridades e não lembra quais, mas lembra do Sr. José Carlos Oliveira, com que a senhora tratou desse assunto.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, sim!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora recorda qual foi o momento em que a senhora tratou com ele sobre isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, não lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora recorda em qual oportunidade tratou com ele sobre isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, eu não lembro mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não lembra?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, a data...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora não consegue lembrar o ano em que avisou a ele sobre isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, eu acho que foi 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, 21 ou 22.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a senhora disse aí que fez esse percurso, tomou conhecimento por problemas internos de associados demonstrando, alertou a várias pessoas, entre elas o ex-Ministro da Previdência, na qualidade de Diretor da Dirben.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E chega 2023.

Em 2023, a senhora repete esse alerta ou a senhora incrementa esse alerta?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como assim?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já tinha o tamanho desse problema?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, tinha um pouquinho mais, porque, assim, vai se avolumando, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – E corria – eu não tenho mais isso –, mas corria nos WhatsApps a relação de quantidade de sócios. Por que eu disse para o senhor, quando o senhor mostrou aquele gráfico de crescimento, que o Sindnapi cresceu organicamente em torno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 4% ao mês? Porque essas entidades, outras que surgiram assim na calada da noite, tinham, por exemplo, zero sócios – vou dar um exemplo, né? –, zero sócios agora em outubro. Quando chegava novembro, ela tinha 80 mil sócios, isso em novembro. Quando chegava dezembro, ela não colocava sócio novo nenhum. Quando chegava janeiro, ela punha 250.

E, assim, como eu presto serviço para o sindicato há muitos anos, eu sei a dificuldade que é fazer sócio. Você tem que convencer o cabra, você tem que conversar, você tem que mostrar serviço, você tem que prestar serviço... E o sindicato, com todo esse crescimento, se eu não me engano, teve um mês que fez 12 mil sócios. Foi assim... Nossa! Todo mundo ficou tão contente lá no sindicato, mas foi o máximo que fez. Agora, 80 mil, 200 mil de um mês para o outro? Eu vou dizer para vocês que, se tem como fazer, eles precisam ensinar, porque, se você fizer direito, você não consegue, ainda mais essas entidades aí que não têm sede, não têm serviço, não têm nada. Como é que você faz o sócio? Você está com escritório, sei lá, no Itaim Bibi e faz o sócio no Acre? É tudo muito estranho, né? Então, nesse sentido, foi se avolumando a suspeita.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sra. Tonia, com a conversa que a senhora teve com o José Carlos Oliveira, alguma providência de que a senhora tomou conhecimento foi realizada?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que eu saiba, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volto essa mesma pergunta para o Sr. Carlos Lupi, que já deu uma entrevista aqui, num plenário como esse, na Câmara dos Deputados, dizendo que era seu amigo pessoal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone.*) – É, está muito barulho, né? Está ruim.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Primeiro ponto: Carlos Lupi disse que era seu amigo pessoal, é verdade?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Eita bicho para faltar com a verdade, viu?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, não é...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas vamos para o segundo ponto

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu o conheci quando ele assumiu o cargo, eu já era Conselheira no CNPS, eu o conheci lá. Ele é uma ótima pessoa, um homem bastante efusivo, entusiástico, então é um homem que tem uma vida, enfim, que pode ser admirada, mas não é meu amigo pessoal. Nunca o encontrei fora do Conselho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a providência tomada por Carlos Lupi após a sua comunicação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, algumas medidas foram tomadas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga, por favor, quais?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu sei que eles abriram... Pelo menos, eles disseram que abriram procedimento para investigar algumas dessas entidades, eles disseram que mandaram – isso falaram lá no conselho – ofício para a Polícia Federal informar algumas coisas. Depois disso, nesse meio-tempo, teve a auditoria do TCU, e aí, com base nisso, saiu a Instrução Normativa 162, com vários procedimentos... Eles foram fazendo algumas coisas, talvez não o suficiente, né? Ao que parece. Mas fizeram.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por isso que eu perguntei se a senhora era amiga. Aqui o pau que dá em Chico tem que dar em Francisco na mesma medida, para não parecer proteção.

A senhora falou em junho de 2023. Eu olhei todas as atas de 2023 e não consegui alcançar essas providências que a senhora disse que foram tomadas.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Possivelmente, Excelência, não tenho como confirmar, mas quem tocava essas providências era o INSS, não o CNPS. O CNPS pode fazer recomendações e tal, mas não tem esse poder de fazer. Pode ser isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, já que a senhora fez a denúncia no Conselho Nacional de Previdência Social, vou fazer uma pergunta mais objetiva. A senhora tocou no assunto, pedindo para discutir.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nessa reunião, houve essa discussão?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Qual foi a reunião no Conselho Nacional de Previdência Social em que houve a discussão sobre irregularidades em descontos associativos?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Enquanto eu estive lá, nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora ficou até que ano?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Até março de 25.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, então, como eu disse, pau que dá em Chico dá em Francisco. Foi ao José Carlos Oliveira, não tomou nenhuma providência. A senhora levantou essa questão no Conselho Nacional de Previdência Social, pedindo para ser discutida. A senhora disse: "Não, porque pode ter sido isso...". Eu quero saber: no Conselho Nacional de Previdência Social, esse assunto, a seu pedido ou a pedido de quem quer que seja, foi discutido?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não. Enquanto eu estava lá, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Era isso que eu queria saber da senhora.

Agora vamos para uma incongruência. Como é que a denunciante... Como é que a denunciante se torna alvo de uma medida judicial cumprida pela Polícia Federal, com suspeita de estar participando de uma organização criminosa que desconta irregularmente de aposentados e pensionistas? Essa é a minha questão, certo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A minha também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Minha também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, olha só...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Pois é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu tenho três hipóteses. A primeira hipótese é que a senhora é inocente. A senhora é inocente no nome e no papel...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha o *bullying*... (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... de coordenadora jurídica.

A segunda hipótese é que essas associações fantasmas estavam passando a perna nas outras que já existiam e estavam criando problema associativo, porque era uma verdadeira guerra associativa: saía para pescar, uns pescavam mais, outros pescavam menos, o problema foi detectado, e, por isso, houve a denúncia. Estou falando de hipótese.

E a terceira hipótese: que a senhora fez essa denúncia para – estou falando de hipótese, a senhora que vai explicar...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Já vou ficar brava de novo. (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, pelo amor de Deus! Deixe para ficar brava com a Polícia Federal. Se tem uma coisa de que eu tenho medo é de mulher. A minha, hoje, depois de muito tempo, achou que eu estava correndo risco de vida e veio me prestigiar aqui. Está ali sentada. Mas risco de vida eu corro é dela mesma, entendeu? (*Risos.*)

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É. Eu acho justo. (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, D. Tonia, a terceira hipótese é a de que foi feita a denúncia para encobrir os malfeitos que estavam ocorrendo no próprio Sindnapi, e aqui a gente mostra – aqui a gente mostra – toda essa triangulação. Eu não tenho opinião formada. Eu tenho visto a senhora aqui com boa-fé, mas eu quero lhe fazer umas perguntas mais objetivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eu disser à senhora que de 268 mil... 262 mil contestações, 245, 246 mil associados do Sindnapi não reconheceram, na auditoria da CGU, não reconheceram a autorização da assinatura... Veja, agora, olha o lado da gente. Todo mundo aqui... A gente confia na CGU. A CGU é uma entidade séria. Faz uma pesquisa e mostra que mais de 92% daqueles filiados ao Sindnapi reconhecem que não deram autorização. Aí, vamos para a prática. A prática é que, no final – que, no final –, o Sindnapi, arrecadando quase R$600 milhões, tem, no mínimo, 92% de constatação da CGU em uma auditoria e 77% em outra auditoria que não firmaram, não reconheceram a autorização. Qual é a explicação lógica para isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu vou respirar fundo para não ser malcriada com a CGU, né? Respira. (*Risos.*)

Não é verdadeiro. É simples dizer. E eu digo o porquê contrapondo com números. Se essas 262 mil pessoas que contestaram não conhecem o sindicato, por que 15 mil delas me deram procuração para elas aderirem às ações coletivas do sindicato? Por que 8 mil delas – e eu estou falando números arredondados porque eu não tenho a precisão, tá? –, por que 8 mil delas usaram as colônias de férias? Por que 45 mil delas usaram 320 mil vezes as farmácias com desconto do Sindnapi depois de terem feito a contestação? Por que os telefones do departamento jurídico não param de tocar porque as pessoas estão preocupadas com os seus processos, com suas análises, com as suas revisões? Por que as pessoas estão indo lá no sindicato para devolver o dinheiro que o INSS lhes devolveu, porque elas só entenderam depois disso que era dinheiro do sindicato?

Então, a gente há de convir...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gente, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – ... não dá para ouvir.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A gente há de convir que toda essa... Eu não sei a palavra agora. Toda essa exposição do problema gera algumas situações que nem sempre correspondem à verdade. Então, se a gente teve todas essas contestações, a gente sabe... Esse percentual da CGU foi com base, primeiro, em 26 nomes que eles pediram para o sindicato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Esses que eu citei, não.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não. Mas, olha, o senhor me desculpa, mas eu quero ver esse trabalho que eles fizeram. Eu só acredito vendo essa pesquisa que eles fizeram em 245 mil pessoas. Mas eu não acredito de jeito algum que foi feito isso. Eu não acredito de jeito algum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou fazer uma pergunta mais simples. A melhor forma de a gente conhecer a realidade é que foi estancado o processo de desconto associativo em folha.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim. Eu concordo plenamente com isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Todos nós aqui...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone*.) – Eu concordo plenamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... com raras exceções.

Eu pergunto: quantos associados permaneceram pagando ao Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Associados, o sindicato ainda tem muitos, porque todos estão usando os serviços. Agora, pagantes, eu não sei. São bem poucos, que eu saiba.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Porque, na minha concepção, quem está satisfeito com um sindicato pouco interessa se é descontando em folha ou pagando em boleto. Ele vai fazer tudo para continuar usando o serviço. A senhora não sabe dizer esse número?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei dizer esse número. E só gostaria de reforçar que há uma grande dificuldade – não é só do sindicato, é de qualquer empresa – de cobrar mensalmente valores de R$30, R$50, a pessoa pagar boleto ou ir até o local. É muito difícil eles fazerem isso. Eles fazem quando eles querem usar o serviço. "Ah, eu vou lá no jurídico." Aí ele lembra, aí paga. Aí, depois passa um tempo, não paga. Quando lembra de novo, vai lá e paga. E aí a entidade não sobrevive. Nesse sentido é que era melhor quando era um desconto automatizado. Ainda que não fosse na folha do benefício, que seja uma outra forma, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sra. Tonia, a senhora falou que o ponto de virada, ou seja lá como for, esse encontro Sindnapi, Generali, Gestora Eficiente e CMG... E a Eficiente foi criada. Neste momento, a Eficiente, da criação até hoje, quase R$5 milhões... Como é que uma empresa dessa que deu tanto resultado positivo... Por que, depois da Operação Sem Desconto, ela foi baixada?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Porque, como eu disse no começo, Excelência, ela funcionou como um departamento terceirizado do sindicato para esse projeto. Ela não foi uma empresa que as pessoas se reuniram e falaram: "Vamos montar uma empresa de gestão e vamos prestar esse serviço no mercado". Não, ela foi entre aqueles assessores que já trabalhavam no sindicato, que já prestavam serviços, que conheciam o sindicato, toda a sua estrutura... Montaram a empresa para conseguir prestar esse serviço. E, volto a dizer, serviço prestado, honorários pagos. E, quando acabou o projeto, porque a Generali... O principal mote desse projeto era o contrato com a seguradora, que prestava os serviços e benefícios aos associados. Vocês sabem bem que seguro, quando você não paga, cancela. Então, a Generali cancelou a apólice do sindicato e, consequentemente, todas as apólices dos associados.

Nesse momento, passa um tempo, a gestora fala: "Bom, então é melhor a gente fechar para... porque, efetivamente, com toda essa repercussão, o projeto não vai voltar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece André Fidelis?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Do INSS, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já fez alguma tratativa profissional sobre o Sindnapi com ele?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como assim?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, a senhora discutir ACT, discutir regramentos...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Dentro das regras do jogo, sim, no sentido de... Ah, saiu a instrução normativa, vamos conversar sobre a instrução.

Falei para ele, inclusive, denunciei para ele os problemas, conversei com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora denunciou para ele?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, eu não sei precisar quando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nem o local onde foi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Provavelmente lá na sede do INSS, onde ele ficava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso é uma resposta muito importante que a senhora deu.

A senhora sabe dizer o ano em que denunciou ao seu André Fidelis – porque ele está no núcleo disso – sobre esses descontos associativos irregulares?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu acho que foi em 23 mesmo, mas não tenho certeza absoluta, está?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito obrigado.

A senhora já ouviu falar de uma associação chamada Anddap, ou algo parecido?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Anddap? Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

A senhora já esteve alguma vez com o Felipe Macedo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já esteve alguma vez com o Felipe Macedo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que eu me recorde, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Anderson Ladeira Viana...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Pode ter sido em algumas reuniões do INSS, onde estavam todas as entidades, aí pode ser, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Anderson Ladeira Viana?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Também não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Américo Monte?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Também não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é o contador do Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, antes era... Ai, como é que ele chama, Jesus amado? Fugiu o nome agora. Agora eu não sei quem é, né? Mas antes era o... Simões, José Simões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabia dizer se esse José Simões, ou o atual, presta algum serviço para qualquer outra entidade associativa?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei. Não tenho nem ideia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse contador não foi... Não foi por seu intermédio, né, Dra. Tonia, que chegou ao Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, não. Eu conheci só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ela solicitou um tempo para questões pessoais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Suspendo a sessão por dez minutos.

(*Suspensa às 17 horas e 50 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Reiniciada a sessão, peço aos senhores que tomem seus lugares, por favor.

Continua com a palavra o Relator.

Relator, antes de repassar, só avisar aos Srs. Parlamentares que, por decisão do advogado do Sr. Felipe Macedo, ele quer que a oitiva seja feita hoje ainda. Então, assim que terminarmos com a Sra. Tonia Galleti, daremos sequência às oitivas até a madrugada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Procurarei ser o mais breve possível.

Sra. Tonia...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desde o início, a senhora afirmou algo que é o mais importante daqui: o ponto de virada associativo do Sindnapi. Foi quando chegou BMG com CMG, esse mesmo que paga a comissão da Generali à Eficiente. Deixa eu lhe perguntar... A senhora disse uma coisa, eu deixei passar e estava pensando ali.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente tem Sindnapi fazendo associação; a gente tem Eficiente, pelo que eu entendi, fazendo associação; a gente tem GMC fazendo associação.

Deixe eu lhe perguntar uma coisa: como era essa captação no CMG?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora lá avalizou o contrato, assim, orientou? Como é?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, em nenhum momento – não sei se é isso que o senhor quer perguntar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hum...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... em nenhum momento o sindicato disse: "Olha, fraude", para fazer sócio. Isso nunca aconteceu. Então, a orientação sempre foi: a pessoa, o aposentado, o pensionista, o idoso apareceu lá para vocês, vocês ofereçam se ele quer ou não ficar sócio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, é aí que eu queria chegar.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem está nos ouvindo está vendo a senhora. Às vezes, a senhora fica brava; às vezes, a senhora não fica – a senhora dizendo –, mas a senhora está procurando falar, e isso é muito importante. O GMC ou BMG oferecia o quê? Crédito consignado?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, eles, nas pontas, oferecem diversos produtos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Crédito consignado é um deles?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É um deles, é. É um deles. Mas, em muitas situações – já me antecipando à próxima pergunta –, em muitas situações, o aposentado ficou sócio, e não fez nenhum empréstimo consignado, antes que o senhor fale isso. (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não vou falar isso, não. Eu não falo nada. Quem fala são as investigações.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, sim. Só para...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe o que as investigações dizem?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Hã?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que vocês montaram um esquema de fraude associativa e de venda casada. Como? Associado... Quando eu falo vocês é porque estamos incluindo também o departamento jurídico com a senhora. Olha só: diz que o associado estava na rua, entrava numa loja help!, que nem eu sei o que é loja help!...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, socorro eu sei que é, mas eu não sei como é que a loja help! entrou nisso aí.

Entrava numa loja help!, vinculada ao BMG, CMG, e chegava lá dizia – assim, ó, eu tenho centenas ou milhares de *e-mails* nesse sentido, Sra. Tonia –: "Eu quero um empréstimo". Aí chegava: "Quer um empréstimo? Você quer um empréstimo? Tira foto, faça a sua biometria, tudo...". "Ah, eu não quero mais, não, o empréstimo". Tudo bem. Quando ia para casa no próximo mês, tome desconto associativo do Sindnapi. Eu estou dizendo para a senhora os *e-mails* que nós recebemos da investigação.

A outra coisa: ia lá, pegava um empréstimo – pegava um empréstimo –, não era tratado nada sobre Sindnapi, e, dois meses depois, estava sendo descontado no Sindnapi.

Então, qual é a pergunta que eu faço à senhora? Essa associação entre BMG, help!, Sindnapi e Gestora Eficiente capturou ou não capturou, de forma irregular – porque aí eu mostro os *e-mails* –, capturou ou não capturou, de forma irregular, associados para o Sindnapi com autorização fraudada?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

Agora, eu gostaria de explicar o procedimento. O procedimento para a pessoa ser sócia do sindicato é um procedimento específico. Então, ele tinha que assinar um termo de filiação, um termo de autorização de desconto; ele tinha que assinar a apólice do seguro que ele recebia, para ele poder ser assegurado, porque era sócio do sindicato. Ele tirava uma foto com um adesivo do sindicato. Ele gravava um áudio dizendo que tinha ciência de que ia descontar mensalidade direto no seu benefício no valor de 2,5%.

Então, não é que ele... Era impossível ele fazer, como o senhor disse, os procedimentos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, que o senhor narrou agora...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Narrei.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Os procedimentos para ter um empréstimo consignado e esse mesmo procedimento servir para o Sindnapi. Isso não existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no mínimo, ele fez os dois procedimentos, senão ele não conseguiria, a Gestora não deixaria mandar para o sindicato a documentação, e o sindicato não mandaria para desconto no INSS. Então, essa é a primeira coisa.

E a outra coisa é que, se eventualmente houve alguma venda casada, alguma fraude, a responsabilidade é da ponta que fez isso, porque, quando chega documentação correta, assinada, foto, áudio, toda esteira verificada, o sindicato parte do princípio de que está o.k., por meio de todo o procedimento. É isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No contrato que a senhora disse que fiscalizou, orientou, mudou alguma coisa, no contrato lá, eu vi bem claro: a responsabilidade é do sindicato.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, a responsabilidade é do sindicato, porque ele é... A pessoa se associa ao sindicato. Agora, eu estou querendo dizer que, se alguém fez isso, não foi com o aval do sindicato. Se houve algum problema, não foi com o aval do sindicato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu vou deixar de lado a CGU, que a senhora contestou, vou deixar de lado a Polícia Federal e vou trazer o próprio INSS, o povo.

Foram lá no INSS – olha bem – 262 mil pessoas, um pouco mais, e dessas 262 mil pessoas, 96,8 – diferente daqueles outros dados que eu tinha dito à senhora, e a senhora contestou –, 254 mil não reconheceram a autorização.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Pois é, mas isso eu já falei e expliquei também...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que dessas 262 mil pessoas, eles utilizaram 320 mil vezes a farmácia. Então, eu digo que não reconheço e, ao mesmo tempo, eu continuo usando os benefícios e serviços? Me parece, no mínimo, estranho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, vamos falar aqui um pouco do Sindnapi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sindnapi arrecadou a terceira maior fatia disso aqui: 599 milhões. O último ACT foi o de 11 de novembro de 2023, assinado por um integrante da organização criminosa já descrito pela Polícia Federal, chamado André Fidelis. A senhora já disse que não teve nenhuma tratativa especial com ele.

Agora, CGU – fora aquele do INSS, olha que coincidência, tem nada a ver com aquele do INSS –: 97,6 não reconhecem autorização do Sindnapi. CGU, Sindnapi naquele que a senhora disse que foram 26, 76,9%. Então, no final, teve esse último que eu mostrei, 96,8 de 262 mil benefícios contestados.

Aí, Sra. Tonia, o Sindnapi está aqui, 16 milhões, 17, 18, 18, 18; até 2019, mantém o mesmo padrão.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Porque a mensalidade era 0,6, né? Lembra disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu me lembro disso, mas eu mostrei à senhora que saiu de 145 mil associados...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... para 365 aqui.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, além da associação, de o número de associados aumentar, o valor também...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Aumentou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... aumentou.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, olha, a partir de 2020, a gente viu aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como eu disse, de forma programada e orgânica, 4% ao mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Orgânica para o Sindnapi, porque, para os associados, nós temos esses relatórios.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – E que eu contesto, como eu já disse para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem, a senhora contestar é um direito da senhora.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, quando a senhora falou no começo, a senhora falou uma coisa muito interessante: "A gente não fabricou dados. A gente não fabricou filiação". Aí eu vou conversar com a senhora agora.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone.*) – Pode falar. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora disse uma coisa que não esqueci. (*Fora do microfone.*) A senhora disse: "O Sindnapi fez tudo, mas o máximo que conseguiu foram 12 mil filiações". Não foi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso, por volta disso, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por volta disso.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sindnapi saltou, em 2020, de 170 mil para 420 mil filiações. E em vários anos o Sindnapi fez – como é? –, em vários anos fez filiação coletiva. Eu vou dar aqui, ó: em um único mês, em um único mês, julho de 2023, o Sindnapi – isso aqui é dado da CGU – registrou 67.255 novas inclusões. Vocês conseguiram uma média de 3.202 inclusões por dia útil.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não é verdade, não é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, em relação a isso, porque os senhores têm falado isso... É que eu não vou achar aqui agora, porque eu estou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Depois eu peço para...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, bota o relatório da CGU com esses dados para a gente poder...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu quero que eles mostrem onde estão esses sócios, porque o sindicato não mandou esses sócios para o INSS. Então, eu não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. A gente volta já a isso.

Eu quero saber se a senhora pode me explicar... Nesse patamar, nesse patamar, a Gestora Eficiente dava tratamento a esses dados, foi o que entendi.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Gestora Eficiente consta com zero funcionários – zero.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eram prestadores de serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu pergunto: quantos funcionários tinha na Gestora Eficiente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Aí eu não sei te responder. Eu sei que CLT eu acho que eles não tinham mesmo. Eles tinham prestadores de serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá certo.

No período mais crítico não havia um funcionário lá realmente. (*Pausa.*)

Só estou esperando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual a participação da senhora no documento que o Sindnapi mandou para o INSS – ou foi para o Ministério da Previdência; não me recordo –, pedindo a adoção da solução provisória, em 2024?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em 2024? Ah, eu não me recordo com exatidão, mas eu posso explicar o que significa isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora se recorda da Instrução Normativa 162?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A 162? Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com a Instrução Normativa 162, me parece que o Sindnapi e as outras associações precisavam cumprir uma série de critérios...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Na verdade, era usar... Essa 162 veio dizendo o quê? Que as entidades, para terem o desconto da mensalidade direto no benefício, por meio do ACT, deveriam utilizar o sistema da Dataprev para fazer a biometria. É isso o que diz a IN 162. O Sindnapi já usava a biometria – aliás, por uma empresa que prestava serviços à Dataprev, o sindicato contratou essa empresa de biometria – e já estava preparada para usar a biometria sem ser pela solução da Dataprev, até porque a solução da Dataprev não estava pronta. Então, quando fez esse pedido, foi no sentido do quê? "Olha, enquanto não está pronta a da Dataprev, deixa a gente fazer sócio com biometria validada pela Dataprev." Fizemos o pedido. Aí, depois, veio a resposta de que podíamos, de que tinha sido validada pela Dataprev. E aí o sindicato fez poucos sócios – eu tenho os números, foram 500 num mês, 300 no outro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, mais uma vez, a CGU pede ao Sindnapi – já que vocês assinaram lá, por meio do Presidente, um termo de responsabilidade –, pede as fichas e os requisitos. E a CGU está dizendo que vocês não conseguirem entregar isso.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, eu realmente não sei. Eu não atendi a CGU, não fui eu que cuidei disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece uma pessoa chamada Ana Aparecida de Carvalho Santos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, é uma funcionária do jurídico, uma advogada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa funcionária está subordinada à senhora?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabia que essa funcionária... Olha, hoje em dia, tecnologia é um negócio espetacular: você cria o documento, mas os metadados dizem exatamente a data da criação do documento. Essa funcionária criou dezenas de documentos de filiados, e os metadados...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Criou?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Criou, de associados.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como assim?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, a autorização estava em 23, e o documento foi criado em 24, todos de uma vez só. Aí eu pergunto à senhora: foi a senhora quem mandou ela fabricar esses documentos?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, de jeito algum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa senhora ficava subordinada a quem no Departamento Jurídico?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O setor de... Todo o departamento jurídico responde à Diretoria, né? Agora, eu acho... Assim, eu tenho que investigar o que aconteceu, mas pode ser apenas uma questão de baixar o documento do sistema para a gente usar os documentos, por exemplo, em ações judiciais, enfim. E aí, quando você faz isso, muda essa data. Então, eu não sei se pode ser isso; eu tenho que investigar para saber, porque eu não sei. Não vou falar o que eu não sei, né? Se eu não sei, eu não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é bem objetiva, e a senhora já meio que respondeu. A senhora determinou a essa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... funcionária a criação de documentos falsos de filiação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, de forma alguma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Isso é importante.

A outra situação: houve uma contestação do BMG ou da CMG pela contratação do seu escritório pelo Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eles... Eu não me recordo. Você fala para cuidar das ações de desfiliação? São três ou quatro escritórios que cuidam, né? Mas não me recordo – não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora não se recorda de um ponto importante como esse, a CMG?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não me recordo – não me recordo. Acho que não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A imprensa noticiou a construção, e eu não sei se é verídico ou não, de um imóvel que é tratado como mansão dos familiares do Sr. João Inocentini. Existe essa mansão? Foi construída essa mansão? Essa mansão foi construída com algum recurso do Sindnapi? É a oportunidade de a senhora esclarecer.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Desculpe, mas dá até preguiça de ter que falar disso, né?

Minha mãe e minha irmã tinham uma sala comercial juntas. Elas venderam essa sala comercial. Com o dinheiro da venda, elas compraram um terreno de 10 mil metros quadrados em Jarinu. Minha mãe e meu pai tinham umas casinhas que eles tinham construído no terreno deles em Itanhaém. Eles venderam e começaram a arrumar o sítio, porque eles queriam se mudar até para o sítio. É que meu pai faleceu, enfim, tudo mudou, né? E foi com o dinheiro do trabalho deles. Minha mãe é psicóloga, ela trabalha 12, 14 horas por dia. Meu pai trabalha muito também. Minha irmã... É porque era da minha irmã e do meu ex-cunhado e da minha mãe e do meu pai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eles se juntaram e construíram. Arrumaram o sítio, construíram uma casa. É uma casa grande, mas eu não considero uma mansão. Enfim, é uma casa com um quarto para cada filho, um quarto para os netos. Não é nada que os senhores não saibam, não conheçam, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – D. Tonia, Meire Martins Arasato a senhora conhece?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não sabe de quem se trata?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Gestora Eficiente, a Galleti Treinamento e Desenvolvimento e a Pellegrino & Galleti Advogados possuem declarado à Receita Federal do Brasil o mesmo endereço: Rua Santa Luzia, 48, Liberdade, São Paulo. Lá, nesse mesmo endereço, existe uma associação que também está no núcleo desses desvios, a associação se chama Anddap. Me pergunto... Pergunto à senhora: a senhora tem conhecimento do porquê dessa coincidência de endereços?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, vamos por partes, como o Jack, né?

A salinha, a sala comercial da Rua Santa Luzia, nº 48, conjunto 38, é minha e do Carlos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, o nosso escritório sempre teve endereço lá. Como eu dou aula, eu dou nota fiscal para as faculdades em que eu dou aula, aí eu montei a empresa de treinamento e desenvolvimento e pus no mesmo endereço lá, porque é nosso, o.k.?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bem justificado.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Quando eles foram montar a Gestora, precisava de um endereço, bote lá no endereço, né? Foi tudo no mesmo endereço. Hoje, já não é mais, a Gestora não existe mais. O escritório se mudou, eles estão agora... Acho que é na Paulista o endereço deles. Lá está só agora treinamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho essa sala há muitos anos. Há uns dois anos, a gente estava alugando mais uma sala para o escritório – a gente não, o Carlos e a Pellegrino estavam alugando mais uma sala para o escritório –, e eu fui de escada. Quando eu fui de escada – eu me perdi no prédio, porque tem para trás e para a frente –, eu dei de cara com uma associação de aposentados que eu não lembrava o nome. Acho que era essa que o senhor falou um tempo atrás, eu não lembrava o nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Anddap.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – E eu virei na hora e falei ainda para a Pellegrino e falei para o Carlos – eu vou falar um palavrão, mas vocês me perdoem –, eu falei: "Puta que pariu". Eu falei: "Daqui a pouco, esses cabras vão falar que eu que sou dona desse trem", mas parece que eu estava adivinhando.

Eu não tenho nada a ver, eu nem sei quem são, nunca vi, nunca entrei. Eu só passei em frente, porque eu me perdi lá no prédio. Não lembro nem o andar que eles eram, porque eu já tinha trabalho demais no sindicato, no meu escritório, dando aula... Para que eu faria uma coisa dessa? Não tem o menor sentido, enfim... Até porque, se eu prestasse algum serviço, eu daria nota fiscal, eu trabalharia...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O endereço é o mesmo, mas a senhora não tem nada a ver, não é isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, nada a ver.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Eu perguntei sobre Virgílio... Eu perguntei sobre André Fidelis.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Virgílio não, o senhor não perguntou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece o Sr. Virgílio, que foi Procurador-Geral...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu conheço o do INSS, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... do INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manteve alguma tratativa profissional com ele sobre descontos associativos?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu estive uma vez... Aliás, pode ser que ele tenha estado em alguma outra reunião, mas eu não me recordo. Uma vez, eu estive falando com ele sobre esses problemas, uma única vez, mas não me recordo da data.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esses problemas a que a senhora se refere são descontos...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Indevidos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Indevidos.

A senhora já ouviu falar no Sr. Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Pela imprensa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pela imprensa.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu nunca tinha visto ele na vida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Também nunca esteve com ele?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com a Sra. Thaisa Hoffmann a senhora já esteve alguma vez?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Também não sei quem é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já esteve alguma vez com Eric Fidelis?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eric Fidelis?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, não sei quem é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou lhe mostrar aqui.

Passa aí, por favor.

Sim, eu já ia esquecendo também. A senhora, em 2023, deixou em ata que informou ao Ministro Lupi e ao Conselho Nacional de Previdência Social e nunca mais tocou nesse assunto, não enquanto a senhora estava lá até 2025. Deixa eu perguntar: em relação a essas outras pessoas que a senhora disse que comunicou... A senhora como advogada, uma pessoa com tanta capacitação profissional, a senhora tem algum documento provando essa comunicação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei se nessas reuniões havia atas. Eu não sei dizer. Tem alguns documentos que a gente fez pedindo... falando dessa preocupação, mas eu não me recordo exatamente, assim...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, esses documentos, se a senhora os tiver...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Vou anotar aqui e depois eu mando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... traga para cá.

Não. Não é esse, não.

Muda aí.

Muda... Tira mais um aí.

Volta aqui. Volta aqui.

Olha, parabéns! Desafio de Sindnapi dado é desafio cumprido. A senhora participava desse tipo de meta?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora, como consultora jurídica, orientadora, advogada, a senhora esteve lá no contrato e no aditivo, e vocês estabeleceram meta que eu vi, vocês estabeleceram meta. Me diga uma coisa, esse negócio jurídico com meta para captação de associado e crédito consignado, juridicamente, é legal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, crédito consignado não faz parte das metas do sindicato, então isso não é verdade. A meta para fazer sócio pode ter existido, eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora estava lá.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, mas não me recordo agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não recorda?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O senhor está me perguntando, eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas me diga uma coisa, olha que interessante: meta batida para captação de associado. Isso estava na página oficial do Sindnapi. Eu lhe pergunto: legalmente isso é permitido?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não há nenhuma vedação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nada, né?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que eu saiba, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí. (*Pausa.*)

Deixe eu voltar.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone.*) – Essa foto é ótima.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui é a senhora?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui é o seu pai falecido, não é?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem uma longa história aí.

Isso aqui é o quê?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ai, não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi uma condecoração que a senhora e o seu pai entregaram ao Ministro Lupi. A senhora sabe dizer se isso aqui foi nas vésperas do acordo de cooperação técnica assinado?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não tenho nem ideia, não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aqui.

Aqui tem uma procuração que a senhora recebeu desde 2021. Para nós aqui chegou que o Sr. Milton Cavalo, na verdade, não manda em absolutamente nada. A gestora do sindicato e a que tem pulso de ferro... Olha, estou dizendo o que chegou; se é verdade ou não, eu não sei. E aqui tem uma procuração.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A procuração era para eu falar em nome do sindicato no órgão, porque eu não sou estatutária, não sou diretora, não tenho nenhum cargo. Com que autorização, com que autoridade eu chegava no INSS, por exemplo, para falar qualquer coisa? Então, nessas ocasiões, eu tinha que ter uma procuração, e essa procuração quem me deu foi o meu pai. Deixa eu ver a assinatura.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Milton Baptista de Souza Filho.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, não. Essa é 24? Que data?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinte e um.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em 21? Não, não pode ser, porque em 21 o meu pai estava vivo e ele era o Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinte e três.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, tá. O meu pai já tinha falecido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinte e três. Daqui eu vi 21. Vinte e três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sra. Tonia, a gente pode pressupor que tudo do Sindnapi junto ao INSS era a senhora quem tratava?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Tudo, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, como é essa divisão?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, por exemplo, quando eu ia para uma reunião que o Milton Cavalo não ia, e eu tinha... Eu estava lá representando o sindicato, não quer dizer que tinha uma decisão, porque tudo era ele que aprovava, mas eu, para estar lá e falar em nome do sindicato, eu tinha que ter uma procuração. Então, o próprio INSS me exigia essa procuração.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aqui, por favor.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, não é que eu decidia as coisas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou finalizar essa parte, e a senhora vai poder me dizer onde é que eu estou errado. O seu pai, o Sr. João Batista Inocentini, foi um dos fundadores do Sindnapi. Enquanto fundador do Sindnapi, está aí na história do sindicato.

Em algum momento, a senhora veio ser coordenadora jurídica ou advogada, junto com o seu esposo, aqui do sindicato. Sindicato estabilizado, os senhores se uniram com CMG, BMG, Generali, o seu esposo fundou a Eficiente. A Eficiente recebeu R$2,8 milhões pelo Sindnapi e quase R$5 milhões de comissão num contrato em que a senhora foi signatária e deixou claro que a Eficiente tinha que ser a contratada.

Aqui tem... Em algum momento, a esposa do atual Presidente também fez parte da Eficiente. Depois da Operação Sem Desconto, a Gestora Eficiente é fechada. Aí, ao mesmo tempo, aqui, a BMG começa a receber do Sindnapi por volta de quase R$250 milhões e paga comissão à Eficiente.

Além disso, além disso, foi a senhora quem providenciou esse contrato e discutiu com o BMG as cláusulas do contrato, colocando as comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Mas quem aprovava era o sindicato, não eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bem, mas a senhora era a orientadora jurídica.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o seu cunhado cria a Esférica, que recebe R$6 milhões. Sua prima cria, sei lá, um escritório de advocacia, como a senhora disse, ou ela mesma, R$5 milhões. O seu escritório recebe mais R$3 milhões, lá a senhora e o seu esposo.

Aí a gente vem pra cá: o maior número de reclamação... de 262 mil contestações, o maior número de reclamação foi o contrato que vocês assinaram com o BMG, que deu início à série de aumento de desconto associativo falso – a senhora por trás desse contrato.

Eu poderia falar muita coisa, D. Tonia. Eu reconheço que o seu currículo é muito bom, mas a senhora vai ter muita dificuldade de explicar porque a Gestora Eficiente produziu, segundo relatórios da PF e da CGU, fichas associativas e autorizações falsas.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A Gestora não produziu nada, isso é uma alegação infundada e que no...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da CGU e da PF.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, é infundada, eu tenho provas disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, está certo. Então, se a senhora...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, muito fácil de resolver.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora tem provas, tudo bem.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não vamos ter dificuldade nenhuma de provar trabalho, de provar honestidade. Aí, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Eu estou vendo aqui no Sindnapi um núcleo familiar, que, em que pese a depoente não achar nada de mais, esse núcleo familiar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui recebeu mais de R$20 milhões: da que processa as fichas ao escritório que faz o contrato consignado – e esse empréstimo consignado, diga-se de passagem, casado com a obrigatoriedade, segundo investigações da CGU e da PF, de se associar.

Se isso aqui não apontar para uma estrutura organizada que descontou, de forma criminosa, descontos de aposentados e pensionistas, eu não sei mais aonde a gente vai parar. Mas teria que deixar registrado, D. Tonia.

Muito importante a senhora vir, para a gente poder discutir esses aspectos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Como primeiro inscrito da noite, o Senador Izalci Lucas tem a palavra por dez minutos, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, bem, primeiro, depois de toda essa sabatina do nosso Relator, o que a gente observa em todas essas instituições é que o *modus operandi* é o mesmo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Se você pegar realmente o Sindnapi, você pegar a Conafer, você pegar a Amarbrasil, você pegar o Careca do INSS, a Ambec, o sistema é o mesmo: eles produzem filiações, mandam para a Dataprev ou para o INSS, para ser descontado dos aposentados e pensionistas, recebem bilhões – são bilhões que foram recebidos – e depois jogam esse dinheiro para as empresas familiares. Todas elas são desse jeito.

Então, eu não sei se o Sindnapi foi o modelo, se copiaram do Sindnapi. É porque, pelo que foi dito aqui, parece que não tem problema nenhum você prestar serviço e receber esses milhões e milhões. Acho que todo mundo observou o Sindnapi e fez exatamente igual. Então, você pega lá todas essas instituições aí e todas criaram empresa com parente – ou com esposa, ou com cunhado, ou com genro, todos eles.

Bem, entre 2020 e 2023, o Sindnapi transferiu uma grande quantia para as empresas do seu marido e também para as da esposa do Sr. Milton Cavalo: mais de 5,8 milhões, e 2,3 milhões para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a empresa do cunhado. Então, você tem cunhado, você tem a esposa do presidente e o esposo de V. Sa. O que me deixou assustado é o volume de dinheiro para essas empresas que têm ligações diretas com a família do Milton e com a sua família. É difícil explicar para o Brasil esse excelente serviço que prestaram nesse período ou essa transferência foi para lavar dinheiro. Pelo menos nas outras instituições, todas que a gente tem observado aqui, o dinheiro era repassado para lavagem de dinheiro.

Agora, a minha dúvida está na influência que você tinha no Governo do PT. Você negou aqui que tem um laço de amizade com o ex-Ministro Lupi, mas tem várias fotos com ele. O próprio Lula pediu para colocarem o irmão dele, do Sindnapi, o Frei Chico – que de frei, para mim, não tem nada –, e a esquerda blindou, inclusive, ele para dar esclarecimento aqui na CPMI.

Por que isso aconteceu? Ele estava lá para facilitar as coisas? Não entra na minha cabeça o irmão, que já esteve envolvido em outros escândalos, ter sido colocado só porque era chamado de "Frei" ou era bonzinho.

V. Sa. sabe como é que foi a entrada do Frei Chico no Sindnapi? Quando ocorreu? Por que ocorreu? Qual é o papel dele no Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Ele é diretor no Sindnapi. Ele já era sócio do Sindnapi desde... eu não sei se é 2008, enfim, ele é um sócio há muito tempo do Sindnapi. Mas ele se tornou diretor em 2021. E quando meu pai faleceu, por uma previsão estatutária, foi escolhido o presidente, entre a Diretoria Operativa e ele passou de Diretor de Anistia para Diretor Vice-Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas ele recebia um valor mensal...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Todo diretor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... lá atrás, lá atrás, e depois houve um pedido especial, para que ele pudesse continuar recebendo este valor. Era 3 mil e passou para 5 mil por mês.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Todos os diretores recebem ajuda de custo para realizar a representação do sindicato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Qual era o papel dele lá no sindicato?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ele que abria as portas do INSS...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... Dataprev?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não. Eu nunca fui numa reunião com ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Do Ministério do Trabalho?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu nunca fui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, V. Sa. talvez não, mas a diretoria... porque tem fotos aí, inclusive.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, mas ter foto não quer dizer nada, porque ele foi representando o sindicato em alguma reunião.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, reuniões.

Agora, uma coisa que me chamou muita atenção e me deixou...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A gente tanto não tem nenhuma facilidade que a gente está aqui, né? Se a gente tivesse...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... assim muito com a pulga aqui atrás da orelha: é que o Governo Federal paga as passagens para Brasília. Você pode explicar para a gente o motivo desse investimento? É normal isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Essas reuniões, por exemplo, do CNPS, quem paga a passagem é o próprio Governo Federal?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, para todos os conselheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Para todos os conselheiros. Tá.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Paga uma diária e a passagem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Sindnapi sacou, em dinheiro, quase 6,5 milhões em dinheiro. Não sei se V. Sa., como consultora, deu alguma orientação...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... de que não deveria fazer?

V. Sa., inclusive... V. Sa. mesmo fez, no dia 30 de junho e em 7 de agosto, um saque de 38,7 mil. Não era mais fácil ter Pix? Por que sacar esse dinheiro na boca do caixa?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Foi para pagar alguém assim?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Se foi da minha conta, é porque eu estava fazendo obra na minha casa e aí tinha que pagar pedreiro, pagar esse pessoal que estava trabalhando. Por isso que eu fiz o saque. Agora, do sindicato, eu não tenho nem ideia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, então você prestou esses serviços para a empresa Galleti, Inocentini e Pellegrino Advogados? A empresa do seu marido, certo? Já foi confirmado aqui. Aliás, empresa que é do seu marido, mas você também é procuradora da empresa. Veja bem, é quase como se você tivesse contratado você mesma. Você passa o dinheiro para o seu marido e depois o marido ainda devolve o dinheiro, contratando você, a própria esposa. Parece estranho isso, né? Você tem algum registro de vídeo ou foto, material didático, sobre esse treinamento que foi feito no escritório do marido, de que você é procuradora?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, na primeira parte da sua fala, Excelência, o senhor dá a entender que o meu trabalho não vale nada...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, não quis dizer isso.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, mas foi o que o senhor disse. Foi o que eu entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Aliás, eu acho que não deveria nem prestar serviço. Na prática, o que eu acho é isso.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, mas o meu trabalho... Eu tenho mais de 20 anos de formada, sou mestre, doutora, professora...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mais um motivo para não precisar pegar realmente recurso de alguém que era do sindicato.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, mas eu não peguei, de ninguém – o senhor está afirmando... Aí também não.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Receber de uma entidade sindical que trabalhou com dinheiro público. Na prática, esses aposentados...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não é dinheiro público.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Esse dinheiro é do aposentado.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, é dinheiro privado do aposentado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Foram bilhões.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... e não dinheiro público.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Foram bilhões...

Mas é do aposentado. A responsabilidade... O INSS não deveria nem estar fazendo isso, descontando dinheiro de aposentado para passar para essas instituições.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Aí eu concordo com o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, agora eu fiquei curioso, com relação a esse treinamento lá. Qual é o objetivo da contratação dessas pessoas, de treinamento no escritório de advocacia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu faço treinamento em vários escritórios de direito previdenciário, porque as pessoas não têm conhecimento. É uma área muito técnica, que envolve muitas especificidades...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Prestou esse serviço para o sindicato também, para o Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, eu fiz isso... O senhor não está falando especificamente do escritório?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Isso.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Do Carlos e da Pellegrino?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, eu estou explicando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... que prestou serviço e recebeu recursos do Sindnapi.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – E de outros clientes. Aí eu não sei, né? Se eles têm...Porque que eu saiba que eles têm outros clientes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O escritório do seu marido pagou 63.830,10 por esse serviço.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Esse é o preço de mercado? O seu marido não sabe pesquisar no Google? Porque realmente, 63 mil para um treinamento...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O senhor não vai agora dar preço para advogado, né? Aí eu vou chamar a OAB aqui, porque como é que faz isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Se fosse particular, até que não, mas pegar dinheiro do aposentado e fazer com o dinheiro dos aposentados...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, aí é que tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... e fazer com o dinheiro dos aposentados, aí é difícil.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, aí o senhor está presumindo as coisas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presumindo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, presumindo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tem aqui, ó, o que foi arrecadado. Nós temos aqui o que foi arrecadado pelo sindicato: foram aqui, ó, Sindnapi, R$507 milhões, 496 mil associados; quer dizer, aposentados que receberam.

Bem, a senhora tem conhecimento de que seu marido transferiu R$1,4 milhão do escritório de advocacia para a sua conta pessoal?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Pra minha conta e a dele, nós temos conta conjunta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim. Foi ele que autorizou essa transferência então?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, pra conta dele, CPF dele também pra pagar as contas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, olha só: o Sindnapi pegava o dinheiro dos aposentados, dos aposentados, a grande renda do sindicato era o dinheiro dos aposentados. Você pegava o dinheiro do Sindnapi e contratava o seu marido, aí o seu marido pegava esse dinheiro e contratava você. Todo mundo ficava com uma parte.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sou eu que contratava.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você ainda fazia saques para outras pessoas – está aí, saque em dinheiro –, e vocês querem que nós aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... achemos isso normal, uma coisa que é normal? E dizer que realmente... Pode até ter prestado serviço, pode até ser legal, mas não é moral você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente receber de um sindicato que pega dinheiro dos aposentados e transferir milhões e milhões para parente – marido, cunhado, genro –, e é o que vem acontecendo.

Então, o Sindnapi, na realidade, serviu de modelo. Pode observar que todas essas instituições, que assaltaram os aposentados e pensionistas, fizeram exatamente o *modus operandi*: contratar parente, empresa pra fazer exatamente o que o Sindnapi fez e o que V. Sa. fez também com o Sindnapi. Então, foi o modelo para o Brasil.

Espero que a gente possa realmente corrigir isso, bloquear os recursos, como já foi bloqueado os do Sindnapi, pra devolver o dinheiro realmente que foi roubado dos aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A senhora gostaria de comentar, Sra. Tonia?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, por dez minutos, o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Troquei com a Deputada Adriana Ventura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Trocou com quem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Adriana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Adriana Ventura, dez minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero cumprimentar a Sra. Tonia Galetti, o seu advogado e toda a mesa.

Sra. Tonia, na verdade, eu tenho duas abordagens: primeiro, até pelo fato de eu ser professora de Administração – eu também sou professora, e a gente tem até disciplinas de empresa familiar e tal –, até porque o teu histórico, o teu currículo merece ser respeitado, eu queria entender... Você cresceu no meio sindical, teu pai foi um dos fundadores do PT, tem toda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma história que envolve a sua trajetória e principalmente porque você está aberta, está vindo aqui de peito aberto conversar, que a gente sabe que não é fácil, né, mas você fez o juramento como testemunha – e eu achei isso, assim, muito respeitoso –, então, eu queria fazer três perguntas para a senhora em relação a isso, especificamente.

Quando alguma dessas empresas, algum filho do Presidente Lula presta ou prestou serviço diretamente ou por meio de alguma empresa, alguma entidade associativa?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Alguma entidade, eu não tenho nem ideia.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas ao Sindnapi, especificamente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que eu saiba, não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que eu saiba, não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

A outra pergunta é se algum filho ou familiar do Frei Chico presta ou prestou serviço diretamente ou por meio da empresa para alguma entidade associativa.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Também desconheço.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O.k.

Existe, até por conta... Eu acho que até pegando o gancho e pegando assim... Dentro dessa visão, pelo que eu entendi, aqui, não só pelo seu depoimento e pelas coisas que aconteceram, os sindicatos, na verdade, parecem empresas familiares.

A gente viu vários sindicatos aparecendo aqui, a Conafer, o Sindnapi, e a gente sempre vê a mesma coisa. São empresas que podem ser de fachada ou não – aqui, a gente viu várias de fachada, outras não –, mas a questão de os seus familiares prestarem serviço, e você falou: "Ah, teve serviço e a gente tem todo o direito de provar isso"... E eu concordo, tem que provar isso, mas, pensando de uma maneira, assim, bem sensível e até apelando, porque, além de você ser mulher, você sabe que a gente está no meio de uma situação muito complicada... Porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora prestava serviço, mas daí o seu marido prestava serviço, daí tinha empresa em que tua mãe e tua irmã prestavam serviço, que a tua prima prestava serviço, que o cunhado prestava serviço. Então, nesse emaranhado todo, eu fico pensando o que será que passa na cabeça desse sindicato.

Eu queria perguntar para a senhora se isso, no meio sindical, realmente tem essa filosofia? Porque é como se fosse uma empresa familiar. Existe uma prática familiar, que é o que você falou. Se é uma entidade privada, eu tenho uma empresa familiar, eu compro de quem eu quero, eu vendo para quem eu quero. Eu acho que não existe muito...

Sindicato é assim? Porque, na cabeça de um aposentado que teve seu dinheiro roubado e descontado indevidamente, isso, no meio sindical, é uma coisa comum? Você conhece bastante. Você, assim... Essa é uma pergunta que eu queria fazer, porque, no meio de empresa familiar, a gente tem essa filosofia e a gente fala: "Eu contrato quem eu quero, pago quem eu quero; é meu primo, porque eu confio nele". No meio sindical é assim também?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, de pronto, Excelência, não é uma empresa familiar, porque não entrou no inventário.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ninguém faz parte, tanto que não é meu, não é de ninguém da minha casa...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... não é da minha família esse sindicato, enfim; são dos associados.

Talvez, seja uma prática dos sindicalistas que fazem esses sindicatos. O nosso erro, talvez, tenha sido trabalhar, prestar serviço e não se atentar para esse fato de que seria inadequado, porque a gente não cometeu nenhum crime, nós não fizemos nada de errado.

Quando 85 mil pessoas te dão procuração e acreditam no seu trabalho, você não está errando. Quando você se torna uma referência na área previdenciária, por conta desse trabalho e muito por conta dessa atuação junto aos associados do sindicato e da categoria... Porque, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, eu fiz uma ação civil pública com o Ministério Público Federal. Foram duas ações civis públicas com o Ministério Público Federal, de 2011 e 2012, que restituíram bilhões de reais aos aposentados e pensionistas do país.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, assim – eu falo por mim, não posso falar pelos outros –, eu não consegui enxergar "inapropriação", porque eu, de fato, trabalhava, eu vesti essa camisa, eu comprei essa causa, ela se tornou minha também, no sentido do meu trabalho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, não sei te dizer, mas pode ser que sim: quando a gente olha, de fato, a gente vê um pouco disso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É, porque eu sou professora de empreendedorismo; e, para mim, quando a gente está falando de valores, seja na gestora, seja no treinamento, a gente sabe que são valores muito altos, muito altos.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, foge um pouco desse comum. Mas a minha pergunta – até para entender, porque você falou que recebeu 85 mil procurações –: você tem mais ou menos quantificadas quantas ações judiciais você ou o sindicato patrocinaram no Brasil? Seria o equivalente a essas 85 mil?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É uma referência? Não?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É muito mais. Por exemplo, em 2003, foram 400 mil ações...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... na época da URV, da ORTN; em 2007, 15 mil ações dos planos econômicos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E recentemente? Mais recentemente, porque isso faz muito tempo.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, é. Sim...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Agora, do período que a gente está falando, compreendido de 2015 para cá.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É que... Sim. Todas essas ações continuam tramitando, e a gente continua cuidando. Mas, de volume, assim, a gente teve, em 2012, um volume bastante grande.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Na época da URV, da desaposentação, também o sindicato fez um número bastante grande. Depois disso, a revisão da vida inteira... Mas, especificamente, processo judicial individual tem menos agora. Já teve...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você sabe, mais ou menos... Dividindo por estado, mais ou menos, você sabe quantificar em cada estado? Em ordem de grandeza, você tem esse número, mais ou menos?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A maior parte em São Paulo. É porque o departamento jurídico físico fica na cidade de São Paulo, na sede do sindicato, na Rua do Carmo. Mas tem ações e tem pessoas que aderiram às ações coletivas no Brasil inteiro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Mas eu não me recordo agora.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E outra coisa que ficou também, que eu queria uma explicação, era assim: como era feita essa associação via BMG? A minha pergunta é: o associado procurava o BMG – que era a CMG, que você falou –, ou ia contratar um empréstimo, como era feito...? Você podia explicar como isso era feito, por favor?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Acho que, assim, teve várias situações, né? Assim, às vezes... Toda vez que, lá na loja Help!, lá na ponta da CMG...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... o aposentado ia lá, eles ofereciam o sindicato para ele ficar sócio – tanto que a gente tem sócios que ficaram sócios e não têm nenhum empréstimo consignado lá no BMG –, então, demonstrando que não era só vinculado a empréstimo consignado, né? Aí o aposentado estava lá, e eles ofereciam: "Ah, quero", "está bom", "eu quero". E aí faziam todo o procedimento para ele ficar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Era isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Porque a gente viu aqui, ao longo desse período, muitas entidades... Como eu já disse, umas eram de fachada, outras não eram de fachada, mas essa questão de sempre parecer uma empresa familiar, com dinheiro repassado bem enorme, até por conta desses desbloqueios em lotes que a gente viu...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso é recorrente, parece que sindicato é feudo familiar, isso dá para ver, identificando. E, quando a senhora falou com o Lupi, que foi ao Lupi, foi ao Fidelis e denunciou, a minha sensação – e pode ser uma sensação – é que tudo isso estava acontecendo embaixo da vista dele. Além do Lupi e do Fidelis, a senhora não foi nem para a Polícia Federal, nem para a CGU... Você ficou ali dentro...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim – sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... do próprio grupo, correto isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Na sua impressão agora, desvendado tudo isso, até para... Vou passar a palavra para a senhora, para a senhora se pronunciar: o que a senhora, que passou a vida dentro de um sindicato e viu tudo isso, o que a senhora falaria para um aposentado? Essa é a minha pergunta, porque, assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, eu falo, com bastante tranquilidade, da realidade que eu vivi no Sindnapi e da seriedade com que a gente sempre trabalhou. Eu não posso responder pelos outros, que fizeram coisas erradas, que falsificaram, que mandaram só lista lá para o INSS, porque o sindicato nunca fez isso.

Então, assim, o que eu tenho a dizer é, para esse sócio que me deu procuração, que eu vou continuar cuidando, mesmo não recebendo mais, mesmo não tendo nada, porque o meu trabalho eu vou honrar até o final e vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Sra. Tonia, primeiro, quero parabenizá-la por estar respondendo as perguntas, porque muitos que aqui vêm acabam não colaborando para esclarecer os fatos, as informações que possuem. Então, a senhora, de uma certa maneira, ajuda, colabora com o trabalho da CPMI.

A senhora, em determinado momento, respondendo ao Relator, falou que chegou, desde 2019, a fazer alguns alertas. A senhora confirma isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Confirmo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E a senhora fez, em 2019 e nos anos seguintes, esses alertas em quais ocasiões?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Toda ocasião, toda oportunidade que eu tinha eu falava sobre isso. Então, em todas as reuniões a que eu ia no INSS; em 2021, eu acho, que eu assumi o CNPS, conversava com as pessoas que estavam lá no CNPS. Então, sempre... Todas as oportunidades que eu tinha...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A senhora lembra alguma ocasião de fato de 2019?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ai, agora eu não consigo me recordar. Eu posso depois pensar e informar aos senhores.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E de 2020?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ai, 2020...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Pandemia, covid...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A gente já estava recebendo as notícias, né? Dos sócios reclamando... Então, certamente, eu conversei com as pessoas com quem eu fazia as reuniões, mas eu não me lembro dos nomes agora.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Quem eram essas pessoas que faziam reunião?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, as pessoas que estavam na frente do INSS, né? Quem era o Diretor de Benefícios, o chefe da divisão... Eu não me recordo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O André Fidelis era dessa época?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, ele foi depois. O Fidelis é mais recente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá. E em 2021? A senhora falou que lembrava...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em 2021 foi quando eu... Em 2021 ou em 2022, não me recordo exatamente, foi quando eu falei com o Oliveira.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A senhora falou com o Oliveira onde?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ai, olha, eu não consigo me recordar com precisão. Acho que foi na sala dele, não me recordo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Oliveira, só para recordar a memória, ele foi Superintendente de São Paulo. Entrou no Governo Temer, como ele mesmo disse aqui; ele continuou Superintendente no Governo Bolsonaro; depois ele vira Diretor de Benefícios no Governo Bolsonaro, uma ascensão meteórica; depois ele vira Presidente do INSS no Governo Bolsonaro; e depois ele vira Ministro no Governo Bolsonaro.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Logicamente, quando Lula ganha, ele saiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora falou então com o Oliveira, esse mesmo Oliveira que eu estou dizendo, José Carlos Oliveira, que foi Superintendente no Governo Bolsonaro, Diretor de Benefícios do Governo Bolsonaro, Presidente do INSS no Governo Bolsonaro e Ministro da Previdência do Governo Bolsonaro? É esse mesmo Oliveira?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É esse mesmo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E a senhora falou com ele em que local, se lembra?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então... Não me recordo. Provavelmente na sala dele, lá no prédio do INSS.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E a senhora lembra o que ele te falou?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, disse que ia apurar, que ia verificar e tal, que era preocupante, o que a maior parte deles todos me falavam quando eu falava.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E foi feito algo, durante a gestão Bolsonaro, no sentido de dificultar ou de investigar?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que eu me recorde, não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A senhora percebeu alguma diferença de postura – porque a senhora também relatou em 2023 durante uma reunião do conselho –, alguma diferença de postura em relação ao Governo anterior e o Governo atual?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A gente tinha um pouco mais de abertura para falar a partir de 2023, era um ambiente em que a gente tinha mais abertura para falar, e eles foram tomando algumas providências; é que eu acho que foram insuficientes, mas foram tomando providências que a gente via que estavam sendo tomadas.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tipo quais? Teve a instrução normativa, aquela questão da biometria, algum tipo de controle, é isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso, isso. Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Porque isso acabava dificultando um pouco, é isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, na verdade, eram medidas no sentido de tentar resolver o problema, né? Acho que é nesse sentido.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A senhora tomou conhecimento de algum documento que o Procon São Paulo enviou ao Ministério da Previdência e ao INSS, ainda em 2019, relatando também denúncias semelhantes?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei, não sei dizer.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, só para relembrar, dizer aqui para a senhora, como a senhora atua ainda nessa questão... Porque, em 2019, tem um documento interessante porque bate com o que a senhora está dizendo.

A senhora está dizendo o seguinte, que em 2019 fez as primeiras denúncias, relatos, nos ambientes, no INSS, com pessoas com que lidava, o Diretor de Benefício, Presidentes do INSS – como o Oliveira, a senhora mesmo citou, que foi mais adiante, em 2021 ou 2022 –, mas em 2019... Tem um documento de 1º de agosto de 2019 de uma reunião do então Presidente do Procon, Fernando Capez, que foi Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Deputado Estadual, onde ele teve uma reunião com o Presidente do INSS, o Sr. Renato Vieira, e também com o então Ministro da Justiça, hoje Senador, Sergio Moro, e onde listou ali diversas irregularidades, descontos indevidos, porque associados aposentados procuraram o Procon dizendo aqui inúmeras entidades, são dez entidades. Então, essa informação é oficial em 2019.

Desse documento, especificamente, a senhora não tomou conhecimento?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas os primeiros relatos de pessoas reclamando...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É desse período.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... foram em 2019?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É isso.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá.

O que a senhora acha de um Governo, que trabalha com dados de milhões de brasileiros, de repente não fazer nada, ou jogar até ao contrário, para que os dados, as informações sigilosas, os dados pessoais dos aposentados, possam ser eventualmente até negociados?

A senhora acha que os governos deveriam coibir isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, sem dúvida, dar transparência aos dados, às informações.

Mudou de pessoa e não vi. (*Fora do microfone.*) (*Risos.*) Dar transparência, informar a população e os órgãos competentes.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu pergunto isso porque teve uma medida, uma decisão do Governo: foi aprovado pela Câmara e pelo Senado que houvesse maior controle e se impedisse a comercialização de dados, por exemplo, dos aposentados e pensionistas, e o Governo anterior vetou, vetou essa medida. Ele vetou. É como se permitisse fazer a farra geral.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E o acesso a esses dados, pelo que a senhora disse aqui, permitiu que entidades laranjas registrassem, cadastrassem como associados pessoas que elas sequer conheciam.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Exato.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ora, por que fizeram isso? Porque tiveram acesso a esses dados.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A senhora acha que então isso foi um equívoco?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu queria só destacar, senhora, essa questão, porque, de fato, em 2 mil... O Governo atual apurou, pela CGU, por mais que eventualmente alguém possa ter uma discordância do trabalho, a CGU passou também à Polícia Federal, que investigou, e o Governo atual cessou, suspendeu, acabou com esses descontos indevidos, portanto, com o roubo que estava acontecendo. Mandou apurar e, sem dúvida alguma, essas pessoas serão punidas. Algumas estão presas, outras ainda, não tenho dúvida de que serão. E, ao mesmo tempo, o Governo mandou ressarcir.

A senhora acha essa medida de ressarcimento das pessoas que foram lesadas, por parte do Governo... qual a sua opinião sobre essa medida?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, é uma medida eficaz, que só precisa avaliar a concretude disso, assim, o quanto está devolvendo para as pessoas certas. Mas eu acho que é a medida correta.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É, todo mundo que foi lesado, se sentiu lesado, e ali faz o pedido, lógico, tem uma análise, ou seja, se ela foi lesada, ela está tendo o dinheiro devolvido, e depois o Governo vai atrás das entidades que fizeram o cadastro indevido, ou seja, que roubaram. Porque está se preservando o direito do aposentado e ressarcindo o prejuízo que ele teve, devido justamente a essas entidades laranjas que roubaram.

Mas eu queria, para encerrar, primeiro, é mais um depoente, dentre outros que aqui vieram, que disseram claramente, disseram claramente, "eu tomei conhecimento de 2019, das primeiras irregularidades, dos primeiros descontos". A senhora não é a primeira, mas vem reforçar o depoimento de outras pessoas, que disseram, "não, foi em 2019 que eu tomei conhecimento".

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E nada foi feito para coibir, nada foi feito para acabar, nada foi feito para investigar e sequer punir as pessoas que estavam roubando. Pelo contrário, permitiu que novas entidades laranjas fizessem convênio com o INSS e roubassem os aposentados e pensionistas.

E esse documento que eu citei agora, do Procon São Paulo, de 2019, que relata ao Presidente do INSS, ao ex-Ministro da Justiça, só vem comprovar, ainda mais, que ali tem algo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

documental, o nome das entidades inclusive. E nada foi feito. Não se investigou e não se encaminhou à Polícia Federal, à Justiça, para apurar e muito menos cessar, ou seja, houve, no mínimo, omissão por parte do Governo Bolsonaro, o que acabou acarretando esse roubo a milhões de aposentados e pensionistas no país. E essa verdade, cada vez mais, se reforçará ao longo do trabalho desta Comissão, não tenho dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Obrigado ao Deputado Alencar Santana.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Passo a palavra, por dez minutos, ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Ela discorda da CGU.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Discorda da CGU e da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Por dez minutos, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Ela discorda da CGU e da Polícia Federal.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Depois você pergunta, vai ter a sua vez.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio ao Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Boa noite, Sra...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Só para retomar, Deputado Paulo Pimenta.

Silêncio aos Deputados e Senadores.

Por dez minutos, Deputado Paulo Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Boa noite, Sra. Tonia Galleti.

Em primeiro lugar, eu acho que o depoimento da senhora é um depoimento muito importante e tem uma questão que é uma preliminar: o Sindnapi não é uma entidade fantasma. Aliás, essas entidades fantasmas que eles criaram, que eles chamam de sindicato, nunca foram e não são sindicatos, são entidades de fachada que ganharam ACTs.

Achei curiosa a intervenção do Senador chofer da Conafer, que saiu, porque ele gastou o tempo dele para tentar convencer que todo mundo é a mesma coisa. E não é todo mundo a mesma coisa, gente. Nós estamos falando aqui de organizações criminosas que foram criadas, que nunca tiveram associados, que não têm trabalho prestado.

Eu confesso à senhora que é meio difícil, às vezes, entender essa lógica da quantidade de empresas, de familiares prestando serviço dentro do sindicato. Mas, a rigor, quem elege a diretoria do sindicato são os associados e eu imagino que os associados sabiam que a senhora era filha do...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ...Presidente.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E assim por diante. E nem por isso deixaram de elegê-lo Presidente.

É curioso porque, há poucos dias, quando estava aqui o Milton prestando depoimento, tinha um colega Deputado do meu lado e ele brincou comigo e disse: "Lá na nossa igreja é igual: o contador, o advogado, quem organiza as atividades – todos – são pessoas ligadas aos familiares que estão no comando da igreja". Um colega Deputado, não vou expor por uma questão de respeito, mas ele me disse isso. Então, acho que, infelizmente... Eu não faria isso, mas essa é uma prática que acaba acontecendo em sindicatos, em igrejas, em entidades privadas, em entidades por este Brasil afora.

Agora, o objeto da CPI aqui é o seguinte: descontos associativos ilegais, pessoas que nunca autorizaram e acabaram sendo descontadas. Essa prática ocorreu? Ocorre dentro do Sindnapi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Essa alegação de que a CGU teria chegado a um percentual. A senhora sabe quantas pessoas a CGU entrevistou para chegar a esse número?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Pelo que temos notícias, do relatório da CGU a que nos foi dado conhecimento, foram 26 pessoas e 19 pessoas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Foram 26 pessoas e 19 pessoas.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A senhora teve acesso à pergunta que foi feita? A senhora viu alguma vez esse questionário?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Um associado entrou em contato conosco para dizer como tinha sido feita essa abordagem, bastante preocupado, dizendo que a abordagem tinha sido bastante agressiva – essas foram palavras dele –, dando a entender que... Perguntando mais ou menos assim: "Você tem algum vínculo com esse sindicato que está roubando aposentado?". Naturalmente, qualquer pessoa que receba uma pergunta dessa vai dizer que não, porque é uma pergunta que... A pessoa pode se sentir, de repente, constrangida.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não sei se nós temos, aqui na CPI, cópia dessa auditoria. Se nós não tivermos, eu vou fazer um requerimento para pedir, porque eu estou ficando curioso com relação a isto: se essas entrevistas eram gravadas, se elas não eram gravadas, como é que elas foram feitas.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A gente fez até um ofício para a CGU – o Sindnapi –, questionando a forma da abordagem, mas não tivemos resposta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu gostaria de ver esse ofício, gostaria que fosse encaminhado para a CPI, porque, curiosamente, com relação a uma outra entidade que muitas vezes é falada aqui, que é a Contag, foram seis pessoas, e a pergunta que era feita era se a pessoa contribuía para a Contag...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e cinco responderam que não, porque as pessoas não contribuem para a Contag...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Pois é.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... as pessoas contribuem para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais das cidades delas.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E, a partir desse número, se aplicou um percentual fictício – de 80%, 90% – ao total de associados, e se chegou a um número de supostos associados que nunca autorizaram serem sócios, aí multiplicam pelo número de associados supostamente fantasmas, pelo número da contribuição, e chegam a um número absurdo, totalmente fictício. Então, acho que seria interessante a gente se debruçar sobre essa metodologia que foi utilizada.

A senhora relatou aqui que, a partir de 2019, principalmente, a senhora começou a perceber que tinha alguma coisa esquisita acontecendo, inclusive, pessoas sendo desassociadas. Isso me leva a crer que pessoas que tinham acesso às senhas do INSS, provavelmente, começavam a incluir pessoas, mas também a tirar pessoas, porque como é que um sócio, até mesmo um diretor, de uma hora para a outra, desaparecia da lista dos sócios?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É... Possível...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A senhora não ouviu falar, na época, no conselho, que houve um grande vazamento de dados e 3 mil pessoas, durante o Governo anterior, tinham senha para mexer nos cadastros dos associados – incluir, tirar – e que, hoje, menos de 15 pessoas têm essas senhas?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, sim, ouvi isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como é que as pessoas saíam de sócios?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei dizer por que, como que funcionava, né? Para a pessoa ser sócia, ela tinha que fazer todo aquele procedimento, mas, para ter o desconto da mensalidade, o sindicato mandava o arquivo para o INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos pensar que uma pessoa se desfiliou: "Ah, não quero mais ser sócia". Quando mandavam esse arquivo, mandavam sem essa pessoa. O sindicato não mandou sem essa pessoa, e, mesmo assim, essa pessoa deixou de ser sócia. Então, alguém fez esse procedimento. O senhor tem razão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu acho que é curioso isso também, Presidente, e nós teríamos que buscar essa informação de quem é que tinha essas senhas. Quem concedeu essas senhas? Em que período foram concedidas essas senhas? Quem eram os servidores do INSS? Porque deve ter um registro, dentro do INSS, de quem incluía, quem tirava, e assim por diante.

Uma outra questão em que se insiste muito aqui é que o Frei Chico teria algum tipo de participação na gestão das questões previdenciárias, associativas, jurídicas. O Frei Chico tinha alguma função administrativa ou financeira dentro do sindicato?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Pelo estatuto, Excelência, exceto o presidente e o tesoureiro, os outros diretores não tinham função administrativa, eles tinham função representativa. Então, ah, vai ter um evento: vai um dos diretores representar; arrumar uma parceria nova para um desconto novo do associado: vai o diretor representar. Enfim, eles não tinham função... Essa função operacional, administrativa, pelo estatuto, ela é do presidente do sindicato e do tesoureiro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem. Agradeço a sua participação.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço ao Deputado Paulo Pimenta.

Passo, por dez minutos, a palavra ao Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, quero cumprimentar V. Exa., os Deputados, as Deputadas, os Senadores, as Senadoras, a Sra. Tonia. Eu queria que vocês colocassem um gráfico que eu já apresentei, mas eu queria a opinião da Dra. Tonia em relação a esse gráfico. Se puder colocá-lo maior...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse gráfico é um comparativo de associados e também de recursos que entraram nas entidades. Esse gráfico amarelo – o Relator já mostrou algo semelhante já – significa os sindicalizados do Sindnapi. Nós pegamos de janeiro de 2019; ele tem uma curva de crescimento maior, que a Dra. Tonia nos explicou como sendo parte de um aumento da... do aumento da mensalidade e também de um objetivo de ampliar, que teria o sindicato, os sindicalizados naquela época.

Mas ali nós temos três outras entidades com as quais eu fiz um comparativo – aquelas que já vieram aqui. Essa em vermelho, Dra. Tonia, é a Conafer, e a gente vê um crescimento da Conafer, já quando ela consegue o ACT, em 2019, extremamente rápido. Em poucos meses, ela já vai atingir muito mais do que tinha o próprio Sindnapi, se a senhora está acompanhando ali a cor.

A mesma coisa acontece com o verde, que é a Ambec, que, posteriormente, ainda já conseguiu isso lá, e nós vamos ouvir daqui a pouco o Sr. Felipe, que vai falar aqui pela Amar. O azul é a Amar e, também rapidamente, ele ultrapassa o próprio Sindnapi.

Essas filiações, nessa rapidez, que ali vão significar 300 por dia, em alguns casos, ou até mais, são viáveis de serem feitas por uma entidade recém-criada?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Não, é impossível de fazer.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O Sindnapi jamais conseguiria isso, a não ser...?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A não ser que fraudasse.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Que fraudasse.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Essa fraude, como ela é contada para todos, é uma fraude em que aposentados eram retirados do seu contexto de aposentados no INSS e iam para essas entidades. Isso só podia ser facilitado. Ninguém conseguiria ter o acesso destes sindicalizados – que não eram sindicalizados, eram aposentados –, para levá-los às suas associações.

A senhora concorda com essa afirmação? Não tinha condições de o sindicado ter outro acesso, a não ser interno, do próprio INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Olha, eu não sei como se deu, Excelência. Eu sei que o sindicato, para fazer sócio, precisava do sujeito ou dentro do sindicato ou em algum parceiro, em algum lugar, para ficar sócio. Agora, como essas entidades achavam essas milhares de pessoas, assim, eu não sei dizer.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nós já temos uma certa desconfiança disso.

O Dr. Felipe, que vai vir aqui, por exemplo, vai ter que nos explicar isso, porque a dele não era sequer associação, era outro tipo de entidade que se aceitou naquele momento e, de repente, cresceu.

Mas esses gráficos são interessantes para a gente ver o crescimento desse tipo de entidade, olhe: Amar, Conafer e Ambec – e assim foram várias, com esse crescimento. A tese que eu tenho é que essas associações conseguiram, de forma irregular, de dentro do INSS, aposentados – os colocaram no interior da sua entidade e passaram a fazer as cobranças. Por isso, as reclamações se ampliaram.

A Dra. Tonia disse que as reclamações vinham muito de associados que estavam associados a outras entidades. Essas entidades, a Conafer, a Ambec, principalmente – a Amar é mais agora recente – foram citadas como entidades que estavam filiando gente que não sabia que era afiliada?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Conafer?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Principalmente Conafer ou tinha outras?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Era mais citada até, além da Conafer, a Ambec.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A Ambec era muito citada?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Esse volume enorme que teve ali... Portanto, houve muita reclamação...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e ultrapassou rapidamente o Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso eu acho que é importante, esse gráfico.

Me passa o outro... um vídeo agora.

Houve uma operação... Vou passar o vídeo para perguntar para a Dra. Tonia sobre essa apreensão que foi anunciada pela Polícia Federal, agora, recentemente; uma operação que houve.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Olha essa frota de carros: "[...] carros de luxo [...] nova [fase] da operação contra fraudes no INSS".

Essas aí, D. Tonia.

Repassa aí... Aí, vamos lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Esses carros foram apreendidos agora nesta operação – carros e motos –, que foi feita recentemente entre... que foi feita na sede do Sindnapi, na casa do Presidente do Sindnapi e também na Amar.

Esses carros aí foram recolhidos na sede do Sindnapi, com o Presidente do Sindnapi?

Esses aí foram da Amar?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Deve ter sido, né?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Deve ter sido na Amar. Nós vamos perguntar ao Dr. Felipe se foram lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Hum-hum.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas o que é que foi recolhido no Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei dizer, porque eu não estava lá, né? Na verdade, eu não sei dizer. Eu sei o que recolheram na minha casa, que foi o Civic de dois mil e...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Oxe...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Esse é outro; esse aí vai aparecer agora mesmo, já foi anunciado. (*Risos.*)

Mas então foi um Civic...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Um Civic de 2020 e um Renault Kardian de 2024.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O.k.

Essa Ferrari deve ter sido na Amar.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Infelizmente, não era minha, não. (*Risos.*). Não tinha dinheiro para isso. (*Fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois bem. Eu queria ressaltar também alguma motivação para isso.

Um Senador nos deu aqui uma pérola, dizendo – e eu concordo com ele – que esse desconto nem devia existir. Isso é uma polêmica.

A senhora disse que acha que o desconto deveria existir. Eu acho que, depois do que aconteceu, é difícil...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... prever qualquer tipo de desconto – depois das fraudes que foram feitas.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Só um aparte: os descontos permitiam a continuidade das entidades de forma mais fácil...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim, eu conheço...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Agora, eu concordo que não tem que ter mais, porque eu acho que não tem solução.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É. Eu sou sindicalista, sei disto: é muito mais difícil uma pessoa ir pagar o boleto...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim. Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... ou ir à sede da entidade do que, evidentemente, ela ter o seu desconto, que ela autoriza. Mas como o processo ficou completamente viciado...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... eu não acho mais...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone*.) – Viável.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... plausível que isso aconteça, viável.

Eu acho que o Presidente Lula fez certo ao acabar com isso de uma vez.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone*.) – Eu concordo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas o que eu acho engraçado é um Senador dizer isso e, ao mesmo tempo, na medida provisória que foi enviada pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro, que previa, no art. 7º, que era para se fazer anualmente a revisão...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone*.) – Revalidação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... isso na medida provisória, fazer uma revisão anual. Era modesto ainda, não era acabar, mas fazer uma revisão anual.

Este mesmo Senador apresentou em fevereiro... Foi em janeiro, em fevereiro ele apresenta uma autorização de desconto para que não exista, ele termina com o §7º.

Um mês depois, o Presidente Jair Bolsonaro manda, dizendo que tem que ter a revalidação anual, o que era correto, embora não fosse a medida ainda mais radical de terminar com tudo, e o próprio Senador, um mês depois, Senador do Governo Bolsonaro, revoga, pede para revogar o art.7º.

E, mais do que isso, depois ele aparece como chofer de uma entidade, dessas que cresceram rapidamente, a Conafer, e vem aqui mostrar vídeos entre ministro e sindicalista. Parece-me que ministro e sindicalista tiram fotos e, às vezes, nem sempre essas fotos significam que houve algum problema.

Mas eu queria terminar com esse que vocês anunciaram – e colocassem para mim – para ver quem já sabia disso há muito tempo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Em 2020, depois em 2022, ele diz que é um país que se acostumou com a fraude e as pessoas ficam fazendo perguntas sobre quem sabia ou não sabia.

Esse aí, com certeza, sabia, já tinha sido avisado por Senadores, etc.

Então, era apenas...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Para concluir, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... para que pudesse, e concluo, recolher um pouco do que foi nessa trajetória das entidades e também do serviço público neste momento.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço ao Deputado Rogério Correia.

E, agora, por dez minutos, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Sra. Tonia Galleti, eu confesso à V. Sa. que o depoimento de V. Sa. a esta Comissão, no mínimo, é um depoimento que põe em dúvida a Comissão, porque boa parte dos depoentes que vêm aqui adotam uma postura diferente da postura que V. Sa. adotou, expondo alguns pontos, não enfrentando outros, não conseguindo esclarecer algumas questões que envolvem, inclusive, familiares, mas penso que, de um modo geral, a fala de V. Sa. vai na direção de alguém que está atuando como testemunha no ambiente desta CPMI, no dia de hoje. E esta Comissão não pode errar o alvo, não podemos atacar o carteiro, não podemos atacar o mensageiro, alerta feita por V. Sa.

A senhora disse que denunciou o escândalo dos descontos, disse que teriam tomado algumas medidas. E eu pergunto: quem o mensageiro diz que meteu a mão no dinheiro dos aposentados no Brasil?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Olha, eu não sou órgão de fiscalização, não tenho poder de polícia, nem nada parecido, o que eu fiz foi alertar sobre algo que estávamos vivendo na prática e na ponta, com os aposentados e pensionistas sendo desfiliados do sindicato, filiados em outro, sem terem dado nenhuma autorização – foi isso que nós alertamos. E também estávamos vendo o crescimento abrupto, como passou naquele gráfico anterior.

Então, foi este o nosso alerta: "Olha, tem coisa errada. Vamos olhar".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – A senhora alertou o ex-Ministro Lupi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Alertou o Stefanutto?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu acho que, quando eu falei, em junho, quando eu fiz o alerta oficial, o Stefanutto não estava, ele não era...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – O Fidelis foi alertado?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O Fidelis, sim. O Fidelis, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Quais foram as medidas adotadas efetivamente pelo Ministro da Previdência ou pelo Fidelis?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, o Ministro da Previdência, na oportunidade, deu a ordem lá, na própria reunião do CNPS, para que eles levantassem todos os dados e todas as informações para que fossem feitas as apurações. Isso foi falado na reunião.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – A senhora conhece o sistema por dentro, é parte de uma estrutura sindical há décadas e, pelo que o Relator apresentou aqui, mais parece um negócio de família.

De forma objetiva, seria possível determinar como se deu o milagre da multiplicação nesse campo, especialmente, que nós verificamos aqui no painel hoje? De que maneira essas associações, de uma hora para outra, apareceram com milhares e milhões de associados, incluindo o próprio Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O Sindnapi não fraudou. Ele nunca...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Ele sai, num primeiro momento, de 20 milhões de contribuições; para, dois anos depois, R$155 milhões em arrecadação

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ele tinha cento e poucos mil sócios, como foi mostrado, e ele mais que dobra a quantidade de sócios, crescendo a uma média de 4% ao mês. E ele também aumenta bastante o valor da mensalidade, de maneira que esse valor também é expressivo nesse aumento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – O Sindnapi aumentou o seu público de aposentados a partir, especialmente, de uma parceria que fez com o BMG.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Como funcionou essa parceria com o BMG? O BMG era o captador, aliciador de associados, a partir do consignado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Ou teria outro método?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não. Como eu expliquei antes, Excelência, o aposentado, o pensionista ou o idoso se dirigia às lojas, aos pontos de venda, lá do BMG, e era ofertado a ele para que se associasse. Em nenhum momento, o sindicato vinculava ou obrigava, aliás, de modo algum, que o BMG fizesse qualquer tramoia para fazer sócios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu vou melhorar a pergunta.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Tá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Depois de ser questionada pelo Relator, quando falou da esquina da vida do Sindnapi, que a esquina da vida do Sindnapi foi o acordo com o BMG, a senhora disse: "Isso foi planejado."

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, o crescimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não foi algo assim: "Eu encontrei sem querer o BMG...".

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – "Oh, frauda aí para fazer sócio."

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não é nada disso, foi estruturado, foi planejado.

Bom, então vamos lá. Os descontos passaram, repito, de R$23 milhões, em 2020; para R$154,7 milhões, em 2024. Aqui nós temos o milagre da multiplicação...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Uma alta de 564%.

Repito: como o crescimento dos associados foi estruturado? A senhora disse, eu não estou colocando palavras minhas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu estou usando palavras de V. Sa.

Foi planejado, foi organizado?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Foi planejado... Não, mas o crescimento, Excelência. A gente tinha poucos... o sindicato tinha poucos sócios, estava perdendo sócios, conforme o gráfico mostrou. E o sindicato fez uma reunião de diretoria, várias reuniões: "Olha, a gente precisa voltar a crescer – o número de sócios –, precisa voltar a fazer sócios, vamos procurar parcerias para conseguir fazer esses sócios". É nesse sentido que eu disse que foi pensado e estruturado, que não foi algo aleatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – A senhora já disse aqui – contrariando uma informação do Relator, reportando ao relatório da CGU do Governo Lula –, disse textualmente, que a CGU mentiu, fraudou dados.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, se eles fraudaram eu não sei. Eu disse que eu não concordo com os dados que estão lá, que eu não reconheço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Ou os dados reproduzem a verdade ou foram fraudados.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, mas aí não sou eu que estou falando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Ou a CGU do Lula está mentindo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sou eu que estou falando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Bom, então, vamos em frente.

Aqui, agora há pouco, o comunista de iPhone 17 disse que tudo isso que aconteceu, a roubalheira aos aposentados, é fruto de uma engenharia do Governo anterior, o Governo Bolsonaro. O Governo Bolsonaro, na visão do comunista de iPhone 17, foi quem desenhou toda essa arquitetura para favorecer Contag, para favorecer Sindnapi – do irmão do Presidente Lula –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para favorecer os descontos associativos, e querem convencer o Brasil... Aí usam um vídeo do Presidente Bolsonaro, falando aqui: "Tem fraude, sim, tem que enfrentar".

Agora, sabe qual é a diferença entre um Governo de corruptos e de um Governo que enfrenta corruptos? Está aqui: nós tivemos a Medida Provisória 871, de 2019, MP antifraude. Qual foi a mobilização da Contag e dos aloprados de esquerda? Contra a MP 871. Discursos inflamados no Plenário da Câmara dos Deputados – que na próxima audiência nós vamos colocar aqui para aumentar um pouco a audiência da CPI; botar no painel para todo mundo ver – contra essa MP.

Primeira e única medida em 30 anos que atacou fraudes no INSS: revalidação anual de autorização de desconto associativo. Quem impôs isso foi o Governo Bolsonaro. Portanto, o Governo Bolsonaro não prevaricou. Agora, V. Sa. vem aqui e diz, "alertei o Ministro da Previdência". Fez o quê? Nada. "Alertei o Fidelis". Fez o quê? Nada também. Efetivamente, não estou dizendo que não fez nada no sentido de dizer: "Olha, isso é grave, isso tem que ser visto, tem que ser observado". Palavras ao vento não resolvem nada.

Agora, fizeram, sim: anularam o processo, a determinação do decreto e da instrução normativa do Governo Bolsonaro, que dizia o seguinte: "Recebida a lista, essa lista tem que passar antes pela autarquia INSS". Agora, os fraudadores ou os apoiadores da fraude, aqueles que se associaram à fraude, o Governo de esquerda vai dizer: "Não, não tem que fazer mais nada disso, não. Mande direto para a Dataprev e desconto já". Se associaram ao crime, senhores! Vai vendo o Brasil! Se associaram ao crime! Mas o método deles é: acuse o outro daquilo que este Governo faz.

Minhas senhoras e meus senhores que nos acompanham neste momento, fiscalização e suspensão de ACTs, teve alguma no Governo do PT? Não, não teve. No Governo do Bolsonaro, teve: em 2019, quatro ACTs suspensos ou cancelados; em 2020, um ACT cancelado; em 2023, suspensão de mais quatro ACTs... 2022.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Então, assim, eles acusam daquilo que fazem.

Aí, diante das denúncias que V. Sa., Sra. Tonia, fez; diante do que a CGU fez; diante do que o Ministério Público Federal fez, o que fizeram? Pediram que fossem suspensos os pagamentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

os descontos. O que é que fizeram os aloprados associados a esse crime, a essa organização criminosa? E eu finalizo: recurso para que não impedisse o desconto.

Quando conseguiram uma decisão judicial, o TCU mandou parar, e recorreram. Quando conseguiram uma decisão para manter os descontos, comemoraram, celebraram. Não foi Lula que acabou com os descontos associativos não!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Quem determinou o fim dos descontos foi o Poder Judiciário e quem acabou com essa sangria, repito, foi a Controladoria-Geral da União junto com a Polícia Federal, sobretudo o trabalho da Polícia Federal. É preciso dar nome a quem fraudou, a quem se beneficiou e a quem se associou a essa roubalheira apoiando quem fraudava.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço ao Senador Marcos Rogério.

Passo a palavra, por dez minutos, ao Deputado Dorinaldo Malafaia. Em seguida, à Deputada Bia Kicis. E em seguida, logo após, ao Deputado Marcel Van Hattem.

Deputado Dorinaldo, por dez minutos.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, é...

Presidente, pedindo aqui: pode parar o tempo aqui, Presidente? Podemos recomeçar?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Peço silêncio.

É porque o Deputado Chrisóstomo estava perguntando se ele pode fazer uma refeição, um lanche. Fique à vontade. Eu jamais iria impedir, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana. Pode ficar à vontade para fazer a sua refeição.

Por dez minutos...

Pode resetar o tempo, por gentileza.

Por dez minutos, Deputado Dorinaldo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Presidente, o Senador que me antecedeu esqueceu de algumas questões aqui. Primeiro, que foi no Governo Lula que se apurou. Essa é a primeira questão. Segundo, que é no Governo Lula que o ressarcimento dos aposentados está sendo feito.

Aqui tem uma discussão que eu queria entender por parte da senhora, Dra. Tonia. E aqui vi que a senhora tem uma larga experiência: é doutora por título acadêmico, tem uma história importante na graduação, na pós-graduação, na vida sindical com a sua família. E tem uma coisa que é curiosa. É porque o seu alerta começa no INSS com o Sr. Oliveira, do Governo Bolsonaro. É isso ou não é isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Sim.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Pode falar um pouquinho como é que se deu?

É porque nós precisamos identificar aqui uma pergunta básica desta CPI: quem prevaricou e quem não prevaricou?

Quem prevaricou? Essa é a questão. Quem não deu a devida atenção para que o processo de estanque, de seguimento do roubo continuasse? E me parece que a senhora iniciou a sua denúncia justamente no Governo do Bolsonaro para o Presidente do INSS, o Sr. Oliveira. Isso é correto afirmar?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Muito bem.

A senhora...

Aqui para nós é importante, Dra. Tonia, porque eu conheço, de algum tempo, o Sindnapi. Na minha região, por exemplo, no Amapá, eu conheci diversos dirigentes sindicais, na década de 2000 ainda. Então há uma diferença aqui entre associações que construíram uma fraude e entidades sindicais que tinham trabalho correto, real. E nós não podemos jogar todo mundo na vala comum. Tem uma tentativa nesta CPMI de colocar todo mundo na vala comum, certo? Histórias, prestação de serviço e, depois disso, jogar para a galera, sabe? É para não resolver, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não chegar a fundo onde realmente nós queremos chegar. Nós queremos saber quem prevaricou, nós queremos saber quem deu causa.

Isso aqui, Dra. Tonia...

Parece aqueles filmes, Rogério... Sabe aqueles filmes quando tu queres identificar o bandido? Aí tem uma testemunha – a senhora é fundamental nisso –, tem aquela testemunha que fica olhando quem é o possível bandido, identifica o possível bandido. É disso aqui que se trata, nós precisamos identificar o assaltante, aquele que começou o negócio, aquele que foi alertado e não deu causa, não deu seguimento ao processo, não instalou nenhum procedimento. E é nesse sentido que eu queria que a senhora relatasse para mim, para eu ter uma chave desse debate todo.

E tenho repetido isso aqui, desde o momento do Careca do INSS e dos demais, da Conafer... Quem foi que abriu a porteira? Quem foi que deu causa? Quem foi que começou esse processo de esperteza dentro do INSS, ao ponto dessa fraude gigantesca e bilionária contra os aposentados? Vamos separar o joio do trigo. Quem são as entidades corretas que faziam um trabalho sindical sério e quem foi que começou a fraudar? Quem foi que começou a fraudar e sob a tutela de quem, sob a liberação de quem?

Então, eu gostaria que a senhora pudesse discorrer sobre isso, principalmente, sobre o momento, a primeira denúncia que a senhora fez, através do Sr. Oliveira, que era o Presidente do INSS.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu só posso dizer, Excelência, em razão do trabalho do Sindnapi. O Sindnapi existe desde o ano 2000, possui mais de 25 sedes próprias, possui um hotel dos aposentados associados, duas colônias de férias, dois Centros de Valorização do Idoso, do Aposentado, e um amplo trabalho em prol da categoria.

Quando começamos a observar os problemas que os próprios sócios trouxeram e começaram a relatar, por volta de 2018 e 2019, foi que começamos, nas oportunidades que tínhamos, a levar o problema para as autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em alguma medida, algumas coisas foram sendo feitas, como o próprio Senador comentou, mas a gente não viu, de fato, algo da envergadura do que está acontecendo agora para acessar esses problemas.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – A senhora, então, concorda que, neste Governo, a medida, como jurista, como uma advogada que tem uma história voltada para os aposentados, a senhora se sente, diria, satisfeita, do ponto de vista de ter alguma ação por parte do Governo? A senhora acha que isso foi importante, essa medida? Porque, veja só, a senhora falou, numa das entrevistas, que, no Governo do Bolsonaro, a senhora não tinha liberdade. A senhora confirma que não tinha liberdade de poder fazer a denúncia com tranquilidade?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – A senhora confirma?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Confirmo.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Muito bem. A senhora, nessas comparações...–Porque é muito importante para a gente, é muito importante a população saber, sem cortina de fumaça, quem prevaricou, quem não prevaricou, quem ignorou, quem jogou para debaixo do tapete, quem está fazendo movimento, por exemplo, aqui, de buscar figuras que não estão indiciadas para tentar puxar para o jogo político... Olha, já tentaram aqui trazer problema do Senado, da paróquia, para dentro desta CPMI. Divergências de Senadores contra o Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre. Já tentaram trazer, de toda sorte, o irmão do Presidente.

Sabe por que tentaram? E eu vou lhe dizer, a senhora falou uma coisa corretíssima. Eu fui dirigente sindical, por seis anos, do SindSaúde no meu estado. E é natural, normal, que você tenha exatamente essa conformação. Um presidente, às vezes um secretário-geral, que cuida da burocracia, e o diretor de finanças, que é quem toca o sindicato. Geralmente é essa composição. É natural e é muito corriqueiro que a direção e os sindicalizados escolham a sua direção, os seus prestadores de serviço. É assim que acontece, não é? Essa é a história do processo do movimento sindical. E aqui já se trouxe de tudo, tentou-se trazer pra polemizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero, assim, definitivamente, saber exatamente de V. Sa. se a gente consegue avançar no sentido de entender, na sua opinião, quem deu causa, aonde começou, a ACT, quem liberou isso pra que abrisse essa porteira pra um monte de entidade fraudulenta, em que período.

E aí o Relator me olha um pouco, assim, assustado, né?

Eu posso terminar? Estou terminando.

Relator, nós tivemos nesse Governo 3,2 milhões de aposentados que já receberam de volta o recurso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – R$1,8 bilhão.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – R$1,8 bilhão, aqui me fazendo lembrar o Deputado Rogério. Então, portanto, é muito interessante que a gente possa fazer esses comparativos.

Então, pra finalizar, Dra. Tonia, essas comparações, como advogada, como uma mulher que trabalha num sindicato, é possível a gente chegar a essa conclusão de que, de um lado, você tinha um Governo que, primeiro, prevaricou, não deu as condições necessárias para que uma advogada como a senhora fizesse a denúncia, e esse Governo desse realmente condições de investigação; e que, por outro lado, mesmo não sendo completamente a contento do que a senhora gostaria, mas, neste Governo, nós conseguimos avançar no sentido de ter o relatório da CGU, de ter apurações, Polícia Federal na casa dos outros e ressarcimento de aposentados?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Só para concluir, o Deputado Dorinaldo fez um questionamento.

Quem foi que falou, que eu não identifiquei aqui?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Foi ali.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Ah, tá. Perfeito.

Então, só colocar mais 30 segundos, retomam 30 segundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Tonia, por favor, com a resposta.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu prefiro me ater, nesse momento, aos fatos, que eu realmente levei ao conhecimento de diversas autoridades, ao longo dos anos, as situações que a gente foi tendo conhecimento e os problemas que foram sendo levados pra gente, lá na ponta, lá no Sindicato dos Aposentados.

De fato, em 2019, a gente começou a comunicar onde a gente podia sobre o fato. Se eu não me engano, teve diretor do sindicato que, até antes disso, já tinha feito também essa problematização e que foi em 2023 que eu oficializei o problema no CNPS, porque, até então, nos primeiros dois anos, eu não me senti, de fato, confortável para fazer isso e, depois, fiz isso com o intuito de que fosse estartado mesmo um processo de verificação.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Me diga uma coisa: quando a senhora diz que não se sentia confortável...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... nesses 59 segundos, 57, o que que representa isso? Tinha algum tipo de pressão sobre V. Sa.?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não existia nenhuma pressão oficial, ninguém falava nada, mas não era um ambiente muito favorável às associações, aos sindicatos. A gente não sentia essa tranquilidade, né.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço ao Deputado Dorinaldo.

Por dez minutos, Deputada Bia Kicis, com a palavra.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Qual o artigo?

Ah, pela ordem, perfeito.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Quando o senhor tratou, dizendo que eu tinha pedido para me alimentar, não foi para mim, foi pensando no todo – no todo. Eu tenho capacidade de ficar sem comer durante 48 horas. Eu sou um homem de guerra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

está bom? Então, eu tenho capacidade disso; mas é só pensando no todo, porque hoje nós vamos até madrugada adentro – apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Vamos ter o intervalo na hora certa, inclusive muitos aqui também estão abastecidos com os doces que V. Exa. traz lá da sua região – açaí, chocolate. Quem ainda não recebeu pode fazer o seu pedido.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Qual a previsão do intervalo?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Os doces de Rondônia, Excelência, são maravilhosos.

Obrigado, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – V. Exa. tem a previsão do intervalo, para a gente?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Vamos... Daqui a pouco. Só o Relator fazer um questionamento aqui, por gentileza. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deputado Malafaia, eu não me assusto com pouca coisa, não, mas, quando eu olhei para o senhor, eu tomei um susto danado – ô, cabra feio. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Alfredo, só porque ela pediu cinco minutos...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – A recíproca é verdadeira, meu amigo.

Art. 14! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Vamos fazer um intervalo de cinco minutos, porque ela pediu para ir ao banheiro, está bom?

Deputados e Deputadas, Senadores e Senadores, vamos fazer um intervalo de cinco minutos, para que a depoente possa ir ao banheiro.

(*Suspensa às 19 horas e 45 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Retomando aqui os trabalhos, com a palavra, sem prazo fixado, nosso Relator, Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, serei bem breve.

Eu gostaria de colocar uma imagem aqui.

Eu fui lá no relatório da CGU e pedi aos técnicos da CGU, os auditores, que mandassem para mim.

A senhora falou no começo, Sra. Tonia, que o Sindnapi não fez nenhum registro de mais de 12 mil associados em uma única competência. Aqui está a lista geral, eu vou rememorar à senhora.

Em julho de 2023, no Governo Lula, o Sindnapi fez 67.255 inclusões em um único mês. Isso aqui são dados da CGU, do Governo Lula, com o qual tem fé de ofício, vale mais do que a palavra de um particular. Isso aqui é baseado em documentos e devidamente... Também investigados pela Polícia Federal.

Agora passa a outra.

D. Tonia...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Sessenta e três mil...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem como baixar, não? O...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Tá bem em cima do...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – São 63.133, também no Governo Lula, em junho de 2024. Ou seja, somando ambos, em dois meses, o Sindnapi, através da gestora eficiente que tratou esses dados, fez essas milhares de inclusões.

Pergunta muito simples, D. Tonia: a senhora tinha conhecimento disso ou isso é mentira?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Em junho de 24...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volta lá, por favor...

Não, não. Junho de 24, está certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Junho é aquele lá... Isso.

Segundo o CPD do sindicato, que é quem mandava as informações, não foi enviada nenhuma ficha, nenhuma relação de desconto de sócios...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Atenção que...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Nem... Olhe, abril, maio, junho de 2024, não foi enviado. Em julho, 248 apenas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Atenção, CGU e Polícia Federal: estão praticando, segundo o depoimento aqui, segundo dados do Sindnapi, estão praticando falsidade ideológica. Fizeram o relatório e colocaram 63 mil em junho de 2024, CGU, atenção.

Agora vamos para 23.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, 23 eu não tenho a informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Julho de 23, 67 mil inclusões do Sindnapi.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – De 23 eu não tenho aqui a relação, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, só queria dizer que mais de 120 mil inclusões... Segundo a CGU e segundo a Polícia Federal, foram feitas inclusões, batendo o recorde absoluto de mais de 3 mil inclusões por dia.

Agora vê a outra, por favor.

Tem outra?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só para finalizar, na MP 871, a senhora andou no Congresso Nacional discutindo essa MP?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do Sindnapi saiu algum tipo de indicação sobre a MP 871?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora fez pedido a algum Parlamentar para fazer algum tipo de emenda à MP 871?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não sabe?

Me conta, a senhora era favorável ou contra a revalidação anual dos descontos associativos?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu era favorável.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agora, por dez minutos, com a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Boa noite, Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas, Sra. Tonia, Dr. José Roberto Lourenço, seu advogado.

Eu ia começar falando de uma parte mais técnica, mas, depois de ouvir aqui o nosso Relator expondo o que ele acabou de expor, eu quero dizer, Sra. Tonia, que é muito fácil se esconder atrás de diploma – diploma de mestre, doutora em Direito Constitucional –, mas eu não consigo enxergar aqui à minha frente uma advogada, até porque eu sou advogada, fui Procuradora 24 anos. Eu enxergo uma maestra, uma maestra de uma organização criminosa que lesou milhões de velhinhos, de aposentados, de pensionistas, pessoas que estão sofrendo. E não é à toa, porque essa organização que comporta... Claro que altas autoridades da República, não tenho a menor dúvida de que tem agentes políticos envolvidos, claro que sim. A senhora não é a cabeça do esquema, mas a senhora é o coração e as mãos desse esquema, pelo menos dentro do Sindnapi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até ouvi falar que o Sr. Milton, quando ele esteve aqui... Eu falei com ele que eu tenho informações de que não era ele que mandava. Ele tinha até um apelido não muito honroso, eu preferi não falar – mas é uma coisa mole, sabe? – para não ofendê-lo, mas a senhora é que mandava claramente, orquestrava todo esse esquema. E aí é família, é mãe, é irmã, é cunhado, é concunhado, e a senhora fala isso com uma tranquilidade, como se fosse a coisa mais normal do mundo, como se fosse uma empresa familiar.

Deputada Adriana, a senhora falou que trabalha, representa os empreendedores, o empreendedorismo, eu também, só que uma coisa é você ter uma empresa familiar, um é um inventor, o outro é um gestor familiar, pessoas com habilidades, ou com muito esforço, muito trabalho, se unem para fazer uma empresa familiar, de repente duas, três... Aqui não é nada disso, é um sindicato. É um sindicato, e as pessoas que vocês representam, com as suas 17 mil ações, 400 mil ações, foram lesadas, e você, como uma pessoa com tanta sapiência jurídica, não viu nada disso?

Porque, olha, me desculpe, eu tenho aqui um contrato – desculpe-me, uma petição –, uma petição do Sr. Celso de Oliveira Silva, devidamente representado pelo seu advogado, uma petição que é da comarca de Ribeirão Preto, São Paulo, dizendo o seguinte, manifestando que houve assinaturas forjadas coladas no contrato para dar credibilidade ao negócio, por isso ele requeria a inversão do ônus da prova, e que houve filiação ilegal e abusiva realizada sem consentimento, de forma articulosa. A requerida vem filiando milhares de aposentados sem seu consentimento, conforme centenas de ações ajuizadas somente no Estado de São Paulo.

Então, se a senhora é advogada, a senhora deve saber dessas milhares de ações. Não é possível que não saiba. Então, vamos parar com esse joguinho, essa falinha mansa, bonitinha. Quando alguma coisa... Quando perguntam alguma coisa: "Não me lembro, não me recordo." Como não se recorda de fatos gravíssimos? Não dá para não se recordar. Não estão te perguntando que dia você levou, na sua infância, uma merenda para a escola. Estão te perguntando coisas que são ligadas ao seu trabalho, ao seu ofício. Não dá para simplesmente se sair com "não me lembro." E você está aqui sob juramento, você prestou o compromisso.

E, aí, fica tudo muito nebuloso, porque vem dizer que não, não houve. Quando fizeram, quantas foram? Doze mil? – que ela falou que foi feito por mês. Vocês celebraram, que abriram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma champanhe para celebrar, quando a CGU está mostrando que foram 67 mil em um mês? Não dá para ignorar e não dá para acreditar que a CGU esteja mentindo. Me desculpe, não dá, não dá. Eu não consigo acreditar nisso.

Aí a senhora vem também aqui com este papinho de: "Foi 2019, eu falei com o Oliveira". Interessante, o José Carlos Oliveira, todo mundo chama de José Carlos Oliveira. Ela fala só "Oliveira", do jeitinho que os Deputados do PT chamam aqui. É curioso, só para registrar, eu fiquei bastante curiosa de ver se referindo a ele de uma forma que não é comum. É o Dr. José Carlos Oliveira. Todo mundo chama assim, mas você chama exatamente do jeito que os Deputados do PT chamam aqui.

E assim, não tem nenhum registro do que você falou para ele. E eu não estou aqui para tentar defender o Oliveira, não, eu nem conheço o Oliveira, não tenho nada a ver com ele. Mas é para mostrar a incoerência do que você fala. Porque tem gente aqui caindo na sua lábia: "Não, ela é muito articulada". É articulada, você é boa para caramba, mas você mente. Infelizmente você mente. Agora, você é boa.

Eu acho até que eles têm uma boa advogada para o sindicato, não para aqueles que vocês deveriam proteger. Para o sindicato, você é nota 10. E para a sua família então, você deve ser a rainha da família, porque você conseguiu montar um esquema em que todos da sua família são contemplados. Ganham milhões.

Aí você fala: "Mas não é dinheiro público, é privado". Minha amiga, é dinheiro de aposentado, de velhinho que vocês roubaram. Vem me dizer que está tudo certo? "Não é ilegal. Pode ter alguma coisa aqui que não está muito bem." Virou galhofa, está aqui, eu estou vendo na mídia: "Filha do fundador do sindicato diz que trabalhou muito para ganhar os R$20 milhões". Eu conheço muita gente que trabalha muito e não ganha R$20 milhões. Não é assim. É difícil ganhar dinheiro. É difícil. Roubar fica fácil, mas ganhar dinheiro honestamente não é tão simples assim. Ainda mais num esquema familiar que me lembra que a máfia se chama de família.

É uma vergonha. É uma vergonha ao que nós estamos assistindo aqui. Falas doces, palavras bonitas não me convencem, de jeito nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem muita coisa, tem muita coisa aqui. Eu quero saber... Olha só, eu estou aqui com uma notificação da BMG Corretora. Ela fala que foi notificada, e está respondendo a essa notificação, da necessidade de melhorar, de aumentar aqui, de atualizar o custo do Departamento Jurídico do Sindnapi, diante da ampliação do quadro de colaboradores em dedicação exclusiva, para tratamento das demandas de cancelamento de filiação recebidas pelo sindicato. Olha só, o sindicato recebendo milhares de demandas de desfiliação. E as pessoas não conseguiam se desfiliar. Elas tinham que entrar na Justiça, porque elas não conseguiam. Não bastava ir ao sindicato falando: "Olha, não estou reconhecendo isso aqui, não quero mais". Não. E aí vocês ainda cobram mais por isso. Desvia, trata mal o filiado, não o desfilia quando é solicitado e ainda pede aumento porque teve que contratar mais gente para cuidar disso daí.

Sem dizer que o BMG estranhou, ele pede esclarecimentos quanto à contratação do escritório Galleti, Inocentini, haja vista a manifesta coincidência entre o quadro societário do escritório e a coordenação jurídica do sindicato. As situações expostas relativas aos novos custos assumidos pelo Sindnapi, frise-se, ocorreram sem qualquer consulta ou anuência prévia da BMG Corretora.

E para acabar, desmontar de vez essa sua história de que não tem crime, é só ilegal: mentira, vocês cometeram pelo menos dois crimes. Um deles: vocês prestaram falsa informação à CGU quando disseram que não tinha nenhum parente de autoridade pública do Governo, ferindo o art.39, III, da Lei 13.019, de 2014:

> [...] [que impede a celebração de] qualquer modalidade de parceria [...] [entre a administração pública e] a organização da sociedade civil que [...]

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) –

> III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Frei Chico é irmão do Lula. Vocês mentiram. Aí eu não estou dizendo que foi você, mas você era a advogada. Você tinha que cuidar para que não infringissem a lei. Então, não é verdade que vocês não cometeram crime.

Teve o outro crime também. Onde é que está aqui? Foram dois crimes que foram cometidos. Está aqui nos meus apontamentos.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Para concluir aqui. Eu só não estou agora localizando porque eu fiquei tão impressionada com a demonstração que o Relator fez ali, da mentira...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Dois crimes. Então, foi a declaração falsa à CGU...

Eu queria só perguntar uma coisa, que está virando galhofa esse seu depoimento: o nome de um outro cliente. O seu escritório tinha algum outro cliente que não fosse o Sindnapi? Por favor, eu queria saber o nome do cliente. E peço já, solicito, Sr. Presidente, que ela traga prova dos 400 mil processos, dos 17 mil processos, de tudo o que ela falou aqui, porque por enquanto ela só falou, ela não trouxe documentos. Ela disse que não teve tempo hábil. O.k., a gente pode te dar o tempo necessário. Porque processo, por mais difícil que seja de juntar, vai juntar porque está tudo registrado, está na Justiça. Então, por favor, eu peço a prova desses 400 mil processos citados uma hora, ou 17 mil, não sei, mas eu quero a prova. E se há outros clientes no escritório. Quem são os outros clientes?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Para responder, Tonia.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – No momento oportuno que a Comissão me der, eu junto toda a documentação para provar.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra, por dez minutos, o Deputado Marcel van Hattem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, caro Relator – que, aliás, sempre faz um trabalho brilhante e matou mais uma charada aqui nesta noite –, as pessoas ficam se perguntando, quando veem que o roubo explodiu durante o Governo Lula, como foi que começou, pelo menos uma parte desses contos associativos, durante o período do Governo Bolsonaro, mesmo que a gente saiba que teve muita coisa antes do Governo Bolsonaro. E a corrupção no INSS já é de – lamentavelmente – décadas, mas, como no Governo Lula, nunca aconteceu antes, nos volumes que a gente viu.

Mas o que a gente percebeu, pelo trabalho do Relator e pelos dados que a gente tem aqui, é que, na verdade, durante o período de 2020 a 2021 – 2019, 20 e 21 –, principalmente no que diz respeito ao Sindnapi, houve essa explosão, apesar de coincidir durante o Governo Bolsonaro, com a parceria que o Sindnapi fez com o BMG.

Nem toda corrupção depende do Governo para acontecer. E, nesse caso aqui, o que a gente viu é que houve uma associação criminosa entre Sindnapi e BMG nos empréstimos consignados, porque a gente vê aqui: em janeiro, por exemplo, de 2020, houve 136 filiações no balcão do sindicato, 105 via BMG; fevereiro, 228 no balcão, 626 BMG – já foi três vezes mais via consignado –; depois, em março, 1.178, passou a 2.181. E aí foi subindo. A gente vê depois: junho, sete no balcão do sindicato, 2.002 via consignado do BMG. E aí a gente vê que, na verdade, quase todas as associações do sindicato, a imensa maioria acontecia por meio desse consignado feito no BMG, que acabava atrelando-se, numa venda casada, à associação ao sindicato.

Então, a primeira pergunta que eu tenho para Tonia – dou uma boa noite a ela – é: como funcionava esse consentimento da pessoa? Havia uma cláusula no contrato do BMG em que ela assumia e não tinha... Eram letras pequenas, em que a pessoa não sabia que estava assinando e estava assinando a filiação ao sindicato também? Como é que funcionava?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Certamente que não. A pessoa tinha que assinar, como eu já disse aos senhores, uma ficha de associação, um termo de autorização de desconto, conforme o modelo do próprio INSS...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agora, sabe o que acontece, Tonia? O problema é o seguinte: então, por que tantas pessoas, apesar de toda essa ficha... Três de cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro pessoas disseram que não tinham dado autorização nesses contratos com o BMG. De cada quatro pessoas que faziam, depois...

Eu tenho aqui, do Reclame Aqui, por exemplo: de Campo Largo, Paraná, uma reclamação, e a pessoa diz: "Olha esse valor me faz falta, pois dependo do remédio"; Manaus, Amazonas, R$37,68, depois do acordo com o BMG, do Sindnapi; "Sindicato dos aposentados se passa por BMG para vender seguro", uma pessoa do Rio de Janeiro; e vários do Rio Grande do Sul depois procuraram e disseram que acontecia a mesma coisa com o Sindnapi. Como é que se explica isto: que uma pessoa deu consentimento e depois disse que não autorizou?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu também não sei dizer, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas uma coisa é não saber dizer para uma ou para duas, mas, de cada quatro, três não saberem?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É porque eu não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Setenta e cinco por cento? Você não era procuradora jurídica, eu imagino que as pessoas acionavam o sindicato. Como é que pode?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Das ações judiciais, ganhava-se 85% porque tinha comprovação de toda a documentação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sabe como é que pode? É porque havia fraude.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone.*) – Não. Aí é que está...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Havia fraude.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone.*) – Então tá.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Havia fraude, porque a própria CGU demonstrou que havia termos de adesão inidôneos.

E aí eu pergunto para V. Sa.: quem é Ana Aparecida de Carvalho Santos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como eu disse para alguém que perguntou, ela é uma funcionária do sindicato.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Do sindicato e sua funcionária?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, ela é funcionária do sindicato.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas trabalhava contigo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – No departamento jurídico.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – No departamento. Então, trabalhava junto com você?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é. A CGU demonstra, no relatório, que ela fraudou, em 2024, um termo de adesão retroativamente a 2023.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como eu havia dito...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, não tenho conhecimento disso e não acredito...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora aprova isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Claro que não, claro que não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas aconteceu.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – E não concordo que tenha sido uma falsificação; eu vou apurar para ver o que aconteceu.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não. Mas a senhora não pode não concordar que não foi uma falsificação, se tem os metadados demonstrados pela CGU. Como é que não concorda?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Então, eu vou verificar para ver o que é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas eu estou lhe mostrando.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, eu não estou vendo; eu não sei nem o que é.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu levo ai. Leva ali para ela, por favor; ela pode ver. Se não viu até agora, até me causa surpresa que até agora não tenha visto.

E é normal um sindicato ter adesão de menores?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, que eu saiba, não existe.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sindicato de aposentados?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que eu saiba, não tem menor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E sem autorização judicial?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que eu saiba, não tem menor, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois tem. A CGU demonstrou que pelo menos 24 menores... A senhora é procuradora jurídica de uma entidade e não tem conhecimento de que 24 menores de 18 anos assinaram adesão ao sindicato?! Alfredo, Relator, um sindicato de aposentados com 24 menores assinando! Está aqui no relatório da CGU.

Como pode?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei te responder, porque eu não tenho esses dados aqui. Não adianta eu ler isso aqui agora...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Leve esses dados lá para ela também. Já leve, daqui a pouco tem mais uma coisa aqui para eu falar. Daqui a pouco levo o papel para você ter esses dados. Eu acho engraçado que a procuradora jurídica não tenha esses dados.

E aí é o seguinte, e aí é o seguinte: nós temos aqui o caso de que esse aqui é o sindicato do irmão do Lula. O irmão do Lula é membro da diretoria, mas – a senhora é procuradora jurídica do sindicato – a CGU informa que não foi dito ao INSS, na hora do ACT, de que havia um irmão de detentor de cargo público na diretoria do sindicato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a senhora deixou, como consultora jurídica, que o Sindnapi informasse ao INSS que não tinha parente do Presidente da República na direção? Como a senhora permitiu que isso acontecesse? A senhora é procuradora jurídica do sindicato e esse documento aqui, que foi assinado pelo Milton Cavalo, Presidente da entidade, diz que José Ferreira da Silva... A senhora sabe quem é? Quem é José Ferreira da Silva?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O Frei Chico.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Frei Chico, irmão do Lula.

Está assinado aqui que não tem ninguém com parentesco com o Presidente da República. Como a senhora deixou passar um negócio desse? A senhora orientou?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não orientou, mas deixou passar. Tinha ciência?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, porque, como eu disse, eu sou assessora jurídica e eu não tomo as decisões pelo sindicato.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A sua... A Deputada Bia Kicis perguntou, mas eu vou repetir a pergunta: a Pellegrino & Galleti tem quantos clientes além do Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Tem vários clientes.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quantos?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não. Quantos? Mais de um? Mais de dois? Mais de dez? Mais de quinze?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei, não sei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é sua empresa?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, não é minha empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – De quem é?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É o escritório do Carlos e da Pellegrino. Eu vou pedir para eles a documentação e vou apresentar para os senhores.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a senhora não tem ideia se é mais de dez, mais de vinte?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, não tenho.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sabe o que é, Sr. Presidente? Isso aqui, mais uma vez, repete a questão da ligação familiar, como o senhor mostrou aqui. Aí tem o irmão do Lula ainda envolvido, mais uma questão familiar; e vem o filho do Lula por aí também. Mas, nesse caso, está a Tonia aqui com toda parentada ganhando. Ela nem sabia que a prima ganhava mais do que ela – pelo menos diz aqui que não sabia –, demonstrou surpresa.

Olha, é muita sacanagem o que a gente está vendo aqui. Eu fico muito chateado, realmente, com o que a gente vê acontecendo com o pobre do aposentado, o aposentado gaúcho, com todos aqueles que sofreram nas mãos de tantas entidades, falcatruas, inclusive do Sindnapi, que diz que é sério, mas, na verdade, realizou muita falcatrua, porque, durante o período em que era do Governo Bolsonaro, fez via BMG – a gente está vendo aqui que não depende de governo, necessariamente, para fazer ato de corrupção –; agora, durante o período do Lula, mandou mais de 120 mil associados, e aqui a Tonia disse que não conhece esses números da CGU.

Até, eu queria perguntar, Tonia: a senhora está desconfiando dos dados dos relatórios da CGU, porque por algumas vezes a senhora disse que eles não conferem; é isso mesmo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não conferem.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Exato.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, a CGU... Mais uma coisa por terra: disseram que a CGU, que o Governo Lula descobriu e mandou investigar, mas a própria Tonia do sindicato, que, aliás, denunciou o esquema em 2023... Por que voltou atrás, em 2024, da denúncia feita?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu nunca voltei atrás na denúncia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O Lupi disse aqui que voltou atrás!

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Nunca voltei atrás.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O Ministro Lupi... Bom, o Ministro Lupi está cansado de mentir; agora, pode ser que os dois estejam falando... Mas a senhora, em 2023, disse uma coisa, que tinha as coisas, e, em 2024, disse: "Não, teve uma auditoria, está tudo certo".

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Posso falar em relação a isso?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim, sim.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em 2023 eu fiz a denúncia, conforme eu já expliquei aqui, dos problemas que estávamos vendo. Em 2024, o que eu fiz foi levar ao conselho uma auditoria que tinha sido feita no sindicato, dando a resposta e a assertividade de toda a documentação dos associados. Isso nada tem a ver com desdizer o que eu disse em 2023.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha, Sr. Presidente, mais uma narrativa cai por terra: a de que o Lula descobriu, mandou investigar. Até a entidade do sindicato... Para se defender aqui, a representante está dizendo: "Não, não; a CGU está errada"! Então, quem está certo, afinal de contas?

É porque a CGU fez o trabalho técnico, correto, só que o Lula, o irmão do Lula e o Sindnapi se associaram aos bancos – inclusive, neste caso, ao BMG – para roubar do pobre aposentado!

Então, Sr. Presidente, esse é o resumo. Aqui ficou claro, pela nossa inquirição.

Parabéns ao Relator, que está fazendo um excelente trabalho.

Vamos até o fim, Sra. Tonia, para chegar aqui aos ladrões de aposentados. Eu lamento muito que uma pessoa – foi dito – com o seu currículo esteja envolvida nisso aí, mas currículo não é salvo-conduto para cometer crime.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A senhora continua? A senhora quer parar por algum tempo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Podemos continuar?

Então, com a palavra o Deputado Kim Kataguiri.

Dez minutos, Deputado.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Tonia, o primeiro questionamento que eu tenho a fazer é sobre a chegada do Frei Chico à posição de Vice-Presidente do Sindnapi. Consta em reportagens que ele chegou lá por indicação do Presidente Lula, por pedido do Presidente Lula. A senhora sabe algo sobre isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Quais são as funções dele enquanto Diretor Vice-Presidente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Se a gente olha o estatuto, o Vice-Presidente representa o Sindnapi na ausência do Presidente e realiza algumas atividades que o Presidente pede.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não existe nenhuma atribuição própria de Diretor Vice-Presidente que não seja a substituição do Presidente ou exercer algum poder por delegação do Presidente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Exato.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perfeito.

Sobre – o que já foi levantado aqui, mas eu queria ouvir a sua resposta – a declaração falsa que foi apontada pela CGU ou a omissão por parte do Sindnapi de que o Frei Chico é irmão do Presidente da República: o que a senhora tem a dizer sobre isso? De fato o Sindnapi escondeu? Foi sob orientação de quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não dei essa orientação, certamente, e não sei dizer por que tomaram essa decisão, se entenderam que não era o caso; enfim, eu não sei responder.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Mas então a senhora... Como responsável jurídica pelo Sindnapi, isso não passou pela senhora? Ou passou pela senhora e a senhora não recomendou contrariamente? Como foi esse procedimento?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não passou por mim.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não passou por você. Muito bem.

Mas reconhece a veracidade, que de fato isso foi omitido para que o Frei Chico assumisse essa posição? Isso de fato aconteceu?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O quê? O documento em si?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Isso.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perfeito.

A senhora disse aqui – e contesta por repetidas vezes – que os dados da Controladoria-Geral da União são falsos ou que haveria alguma falha ou má intenção na auditoria.

Eu queria questionar a senhora, trabalhando nessa hipótese. Por que um servidor da Controladoria-Geral da União colocaria a própria carreira em risco para tentar incriminá-la ou para tentar incriminar o Sindnapi? Algum servidor tem alguma coisa contra você? O Ministro da CGU tem alguma coisa contra você?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Por que forjariam algo contra você ou contra o Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não disse que forjaram, eu disse que os dados não batem com a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sindnapi quando... Como é que o Sindnapi apura essas informações? Com base no arquivo enviado pela própria Dataprev. Quando consigna, envia-se um arquivo para a entidade com aquilo que foi consignado de mensalidade.

Com base nesses arquivos, em nenhum mês há esses números de 60 e poucos mil que o Relator mostrou.

É por isso que eu digo que não há correlação com a realidade.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Sim...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não estou afirmando que alguém fraudou, eu disse que não há correlação com a realidade.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Então, mais uma vez, reformulando a pergunta.

Por que a Controladoria-Geral da União apresentaria dados que não correspondem com a realidade, para prejudicar o Sindnapi? Para te prejudicar?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei, tem que perguntar para eles, não é?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Porque, no mesmo sentido, quando foi questionado para a senhora sobre a Gestora Eficiente fabricar documentos, e o Relator... Mas nós integrantes da CPMI também temos acesso aos metadados que comprovam o que o Relator estava falando – primeiro –, de que o documento foi forjado, foi criado, de fato – e nós temos os dados disso –, por essa gestora numa data posterior àquela que a própria pessoa que deu origem ao documento colocou no documento.

Isso é fato, isso nos foi trazido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Para qualquer integrante da CPMI que quiser consultar, está à nossa disposição.

Então, o primeiro ponto que eu quero colocar é que você falou que, por alguma razão, a Controladoria-Geral da União apresentou dados que não correspondem à realidade e não soube

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicar essa razão ou dizer se há alguma inimizade ou intenção de prejudicar a senhora ou o Sindnapi.

Por que a Polícia Federal também teria essa intenção? Quem que teria plantado um documento forjado por parte dessa empresa para também tentar incriminar a senhora ou tentar incriminar o Sindnapi? Porque o documento existe, ele foi forjado e os metadados mostram que, de fato, a data que foi colocada pelo autor do documento não bate com a data da criação do documento. Então, o que explica isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O que eu disse é que eu não tenho ciência disso e que eu tenho que averiguar o que aconteceu.

Eu não tenho informação de nenhuma fraude, eu não posso afirmar algo de que eu não tenho conhecimento. Então, eu preciso apurar isso e demonstrar, se for o caso, por via documental, para os senhores o que aconteceu.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perdão, é que o que as notas taquigráficas trazem, e eu estava aqui presente, é que a senhora disse, refutou veementemente dizendo que não foi forjado o documento.

Agora, você está dizendo uma coisa diferente. Você está dizendo que, se foi forjado o documento, eu não tinha ciência. São duas coisas diferentes.

Uma coisa é você assumir a responsabilidade do dever de cuidado daquela empresa e falar: "Olha, sei dos documentos que saíram daquela empresa, dos funcionários que manejavam documentos daquela empresa e garanto que não tinha fraude".

Agora, você está dizendo: "Olha, pode ter sido, mas, se houve, eu não tinha ciência".

Só para consignar: qual é a versão que a senhora quer deixar como a sua final?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu acredito que não houve fraude, mas, de fato, eu não tenho como afirmar.

Então, eu preciso verificar para trazer para os senhores a informação.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Relator perguntou como é que, pela primeira vez, as fraudes chegaram à ciência da senhora, a senhora disse que um dos pontos foi que: "Olha, fiquei sabendo que até um diretor do Sindnapi esteve ali, foi desassociado ou foi associado em algum outro sindicato".

Você sabe dizer qual foi esse diretor e se ele tomou alguma providência legal em relação a isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não me recordo de qual foi o diretor, mas eu lembro que a diretoria comentou comigo que tinha acontecido isso. Era de algum outro estado, não era São Paulo, eu não me recordo do nome. Também vou apurar e apresento para os senhores.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – É, porque é importante a gente ter essa prova, porque mostraria... Eu não tenho a menor dúvida de que, se um diretor do Sindnapi, regional ou nacional, sofreu um estelionato dessa magnitude, ele deve ter ingressado com um processo judicial. E esse processo, inclusive, nos serviria como prova, para mostrar que, desde aquela época, primeiro, chegou à ciência da senhora que esses fatos estavam acontecendo, e os momentos em que esses pontos foram alertados.

E, só para retomar mais uma vez, a senhora – salvo melhor juízo, me corrija, se eu estiver errado – diz que alerta sobre esses casos desde 2019?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – E, desde 2019, acho que a única pessoa de que você se lembra foi do ex-Ministro da Previdência. Alguma outra pessoa que você tenha alertado, você se recorda?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não me lembro o nome dos servidores da época.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Tá.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Mas eu posso procurar também, e depois eu informo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O RIF a que a gente teve acesso mostrou que o escritório do seu marido recebeu mais de R$3 milhões do Sindnapi, quando seu pai presidia a entidade. A senhora confirma isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei exatamente os valores, mas pode ter sido.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – E a senhora... Bom, isso não é ilegal, mas eu queria fazer um... Se a senhora fizesse um juízo de valor aqui conosco, considera ético que uma entidade presidida pelo seu pai contratasse o próprio genro para prestar serviços?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu, de verdade, como disse – sem nenhum cinismo, como quiseram indicar aqui –, nunca achei problema, porque de fato nós trabalhávamos para o aposentado, para o pensionista, para o sindicato.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – A senhora atuava simultaneamente no Conselho da Previdência e no Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – A senhora não acha que manter um assento num conselho que é um órgão, dentre outras coisas, responsável por fazer a supervisão dos convênios do INSS não é uma contradição, no mínimo um conflito de interesses – você exercer, de certa maneira, um papel, num conselho que é fiscal e, ao mesmo tempo, exercer um cargo num dos sindicatos que esse conselho supervisiona?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Quem tinha um assento no conselho era o Sindnapi, eu era a representante indicada pelo Sindnapi. Então, eu era a Conselheira representando o Sindnapi, assim como os demais conselheiros, tanto Governo, trabalhador, aposentado, empresário, todas as entidades é que indicavam os conselheiros.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Nós tivemos também a informação de que o Sindnapi movimentou R$6,5 milhões em dinheiro vivo. A senhora teve conhecimento dessa movimentação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Alguma vez a senhora – ou você – teve conhecimento de que algum emprestador do serviço que tenha relação de parentesco com você tenha recebido dinheiro em espécie como pagamento?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Enquanto... Essa movimentação ocorreu, segundo os nossos relatórios, enquanto seu pai era Presidente e você era advogada, ou responsável jurídica pelo Sindnapi. Não houve nenhuma estranheza de uma movimentação atípica ou de saques que somassem R$6,5 milhões em dinheiro vivo?

Assim, isso não é um dinheiro que facilmente se transporta para lá e para cá sem se ter notícia dele, ou algo de que você também não teria muita dificuldade de notar nas movimentações financeiras da entidade.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não cuidava do financeiro da entidade, da administração, por isso eu não tinha conhecimento.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O Coaf cita repasses da Gestora Eficiente para uma candidata a Vice-Prefeita de Americana, Kelly Bulgarelli. A senhora tem notícia disso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Tem notícia sobre o uso político de repasses feitos pelo Sindnapi para campanhas eleitorais?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Está bem, estou satisfeito, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Evair de Melo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro, quero parabenizar pelo brilhante trabalho do nosso Relator, mostra que se preparou muito bem.

Sra. Tonia Galleti, o Relator Alfredo Gaspar lhe perguntou sobre a MP 871, e a senhora disse que era favorável, correto?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Pessoalmente, sim.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Por favor, o vídeo. (*Pausa.*)

Depois reponha meu tempo aí, Sr. Presidente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Fiquei muito feliz porque a senhora mudou de opinião...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ...sobre a MP 871...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Excelência...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Inclusive, reafirmando que nos anos anteriores também teve um esforço do Governo. Está posto o vídeo.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O que eu falei, Excelência, é sobre... porque a MP trazia várias coisas, e o que eu estava falando ali naquele vídeo é sobre o pente-fino nos benefícios por incapacidade, e não...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O assunto era a 871, desculpe. Então, a senhora, como advogada, teve um ato falho de interpretação da pergunta que lhe foi feita no vídeo.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mas o vídeo está posto e vai ser encaminhado ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto à senhora: qual é o nome oficial do CNPJ do Sindnapi? A senhora sabe?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos [...] Força Sindical.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Muito bem. Vai vendo, Brasil!

Então, a senhora, hoje, se diz favorável à 871, mas se tornou público que a senhora era... sempre trabalhou contra.

A senhora também foi questionada se a senhora é favorável à revalidação anual dos descontos associativos. A senhora tem uma resposta sobre isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Mas não era sobre isso que o senhor estava falando?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Estou perguntando à senhora se a senhora é favorável à revalidação anual dos descontos associativos.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em existindo ACT, sim.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Eu pergunto: o pai de V.Sa. era amigo do Lula? Já teve relações com o Lula? Já estiveram juntos em algum momento, em alguma oportunidade? Tinham intimidade de se falarem em algum momento?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu desconheço se pessoalmente eles se falavam. Eu acho que não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, a senhora não conhece a origem do pedido para que o Frei Chico – eu sempre digo: o pregador da sinagoga do Satanás, está lá no Apocalipse – pudesse ocupar quadros do Sindnapi? A senhora não sabe de onde veio a demanda? Não tem conhecimento?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Nunca ouviu falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Já ouvi falar. Mas eu – eu, pessoalmente – não sei te dizer.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O Sr. Milton Cavalo sucede o seu pai – e naturalmente tem uma relação muito próxima também com V. Sa. – e também nunca disse a razão e o motivo – por que ele, porque foi nomeação dele – para que o irmão do Lula fosse para o Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Vai vendo, Brasil! Vai vendo!

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A senhora redigiu algum documento pedindo o afrouxamento das normas para as questões de adesões sindicais e a isso chamou de demandas urgentes?

A senhora conhece esse documento?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não me recordo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Passa essa foto para mim, por favor, a foto.

A senhora se lembra desse fato? É porque essa foto foi para o *site* do Sindnapi, e aqui, na Câmara dos Deputados, foi entregue um documento por um Deputado, na presença do Ministro Lupi, assinado pelo Sindnapi, pedindo o afrouxamento das regras.

A senhora não conhece esse documento?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não me recordo do que estava nesse documento. Agora, vendo a foto, eu também não me recordo do que estava escrito. Recordo do momento, mas não me recordo do documento.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – E a senhora é assessora jurídica. Isso é um documento importante, entregue ao Ministro.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Mas são anos de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Vai vendo, Brasil! Vai vendo, Brasil!

A senhora concorda com a demanda constante do ofício entregue ao Lupi, pelo seu pai especialmente, da solicitação: "Fim da interferência nos sindicatos pelo INSS"?

Por que o Sindnapi solicitou isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não tenho a exata noção do que é, eu não li tudo. Mas eu acredito que é porque, como o sindicato não comete nenhum crime, não faz nada errado, quando o INSS começa a impor regras... Acho que foi nesse sentido que eles pediram o fim da interferência. Mas eu não sei dizer ao certo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O documento diz: "O INSS insiste [Sr. Relator] em interferir com normas e regras para as entidades dos aposentados."

"Insiste em interferir", esse é o termo do documento.

A senhora concorda com a demanda constante nesse mesmo ofício de que todos os serviços do INSS possam ser feitos pelos sindicatos? De que os sindicatos sejam remunerados por isso, por todos os serviços?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Esse é um modelo italiano, em que o trabalho do que aqui no Brasil é feito pelo INSS, lá na Itália, é feito pelos sindicatos.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Vai vendo o Brasil!

A senhora...

A Polícia Federal esteve na sede do Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Esteve na residência de V. Sa.?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A senhora sabe se foi encontrado dinheiro em espécie?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Na minha casa não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – E na sede do Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Não tem informação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então eu quero mostrar para o Brasil agora como que funciona não só o Sindnapi, mas como que funcionam outras entidades dos descontos dos aposentados, tentando explicar um pouquinho. É um filme lúdico, mas nós vamos entender muito bem como que isso funciona

Por favor, o vídeo. (*Pausa.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, é uma forma lúdica para poder mostrar que todas as entidades dos descontos associativos têm a mesma estrutura familiar. A competência e a habilidade de encontrar qualidade nos parentes e amigos para montar essa quadrilha de crime organizado é algo que realmente deixa o Brasil arrepiado.

Vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado Paulo Pimenta quer fazer uso agora da palavra? Pelo art. 14?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Posso usar depois? Ou tem que ser agora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode. Perfeitamente, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode ser guardado para depois? Tenho crédito, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem crédito, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A senhora gostaria de comentar, Sra. Tonia?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Duarte Júnior.

O Senador Rogerio Marinho não está.

Vamos passar à sequência.

Deputado Coronel Chrisóstomo. O senhor gostaria de falar agora?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pela ordem um minutinho, porque o Senador Rogerio Marinho está retornando. Quando ele retornar ele vai poder fazer uso da palavra, não é? Porque ele tinha pedido para trocar e eu fiquei de ver isso e acabei não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá. Posso ceder para o Deputado Zé Trovão?

Deputado Zé Trovão, com a palavra.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E aí a gente troca o Senador para quando ele chegar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Não tem problema.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, que bom estar aqui novamente depois de uma semana muito doente.

Relator Alfredo Gaspar, parabéns pela condução de todo o trabalho. O senhor tem sido um grande homem aqui nesta Comissão.

Sra. Tonia, prazer em recebê-la aqui, mesmo que em circunstâncias tão ruins no nosso país, em um momento em que os nossos idosos estão sendo roubados, estão sendo saqueados, e a senhora está aqui como uma testemunha.

Sr. José Roberto, que Deus abençoe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prazer em recebê-los aqui.

Quero lembrar aqui a esta Casa, e nem vou colocar o vídeo que eu iria passar, porque, semana passada, eu vi algo aqui deplorável: a esquerda protegendo o Frei Chico, mas o que mais me impressionou não foi eles protegerem o Frei Chico – eles estão acostumados a proteger quem não presta –, o que mais me impressionou nesta Casa, na semana passada, foi a mentira contada pela esquerda quando disse que o Frei Chico iniciou a sua carreira dentro do Sindnapi, em 2024, e a Sra. Tonia desmentiu isso num vídeo, inclusive que tem e que eu iria passar, onde a senhora diz que o Frei Chico está no Sindnapi desde 2008. A senhora confirma isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Eu não tenho certeza absoluta, mas eu sei que ele é sócio há bastante tempo do sindicato. Não sei exatamente a data, né?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Exatamente.

Então, pra que todos da esquerda fiquem bem salientados, os senhores contribuem, e muito, para que o Brasil continue sendo roubado porque ninguém queria trazer o Frei Chico aqui como condenado por roubo, mas fazer o que a senhora está fazendo: a senhora está aqui hoje cumprindo um papel muito importante porque a senhora está falando. A senhora poderia ter usado o teu direito de ficar em silêncio, mas a senhora está falando, e isso é muito bom.

Houve também nessa CPMI uma fala de um Deputado inquirindo o tal Milton Cavalo, que eu chamei de pônei aqui, o famoso pôneizinho, dizendo que o irmão do Lula não tinha nada a ver no sindicato, e ele afirmou, categoricamente, que o irmão do Lula não tinha nenhuma ligação com o sindicato, que não fazia parte de nenhum setor administrativo.

Quero fazer uma pergunta novamente à senhora, Sra. Tonia: a senhora afirmou aqui hoje não conhecer o Frei Chico. Correto?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (*Fora do microfone*.) – Não, eu conheço ele.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não participa, de ele nunca ter participado de uma reunião. Desculpa, conhecer, sim, né? Nunca participou de uma reunião com a senhora?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Junto com ele, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Ele nunca participou?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – A senhora não se recorda ou a senhora tem certeza que isso nunca aconteceu?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, eu tenho quase certeza que nunca participei.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Tá. Então, vamos lá.

A reunião do Sr. Milton Batista, Presidente do Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), no dia 11/09/2023, das 14h às 15h. Isso é agenda oficial da Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 5º andar, Sala 500, Gabinete do Ministro. Na reunião, a apresentação oficial do novo Presidente do Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi); Sindnapi não, Sindidna. Nessa reunião, o Sr. José Ferreira da Silva, Diretor representando o Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi). Nessa reunião, a senhora não estava?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu acho que eu estava, sim, nessa reunião.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Então, a senhora conhece, a senhora participou de uma reunião com o Frei Chico.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Mas eu acho que foi a única reunião, de verdade. Assim, eu não me recordava, agora o senhor falou e me lembro, sim, dessa reunião, mas não me recordava antes. Nunca fui sozinha com o Frei Chico em nenhuma reunião.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Senhora, eu vou dizer uma coisa: a senhora acaba de tirar um peso, eu ia ter que dar voz de prisão pra senhora por mentir nessa CPMI. Se a senhora está falando que se recorda, então a senhora tem o direito de, às vezes, não lembrar. São muitos fatos. Concordo com a senhora.

Bom, o tempo é muito escasso.

A senhora foi contrária a MP 871, de 2019, do Governo Bolsonaro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu disse que, pessoalmente, eu concordo com a revalidação. É isso, é isso que eu disse.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Então, se a senhora concorda com a revalidação, a senhora estava sendo contrária a uma MP que bloqueava essa revalidação automática. É isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, a MP ela previa a revalidação.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sim, mas com critérios. Correto?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

A senhora foi a favor ou contra a revalidação anual das autorizações?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A gente acabou defendendo, à época, pelo sindicato, uma revalidação a cada três anos.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Então, mas isso é um ponto. O que iria mudar na vida da senhora revalidar anualmente, para que não houvesse crimes, ou deixar três anos?

Quando a gente abre um espaço de tempo, a corrupção pode... O mecanismo de corrupção se aprimora. Eu digo que tem ladrão que começa roubando padaria e vira assaltante de banco. É exatamente o que nós estamos falando. Quando a revalidação deixa de ser anual e se torna a cada três anos, a senhora não acha que isso facilitou ainda mais esse esquema absurdo de corrupção?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Acabou nunca entrando em vigor. A revalidação nunca aconteceu.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Tudo bem, mas a questão não é acontecer. É que me estranha, imagina, eu ter uma pessoa que tem que cuidar, juridicamente, de uma empresa ou de um sindicato, para que ele não ocorra em crimes...

A senhora está defendendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, na sala!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... o sindicato, de maneira veemente...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... dizendo que o Sindnapi é honesto, que o Sindnapi é isso, que o Sindnapi é aquilo, mas não é isso que nos parece.

Aí, quando a gente fala de uma revalidação anual – tudo bem que não aconteceu –, a senhora ser contra me gera uma certa espécie.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, pessoalmente, Excelência, como eu disse aqui, eu sou a favor, eu fui a favor, pessoalmente, eu era a favor da revalidação anual.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Hum-hum.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Mas eu não administrava o sindicato.

O sindicato tem, ainda – não é que só tinha –, uma diretoria que toma decisões e que escolhe o melhor caminho. Eu não era o oráculo das decisões. Então...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Só para a senhora ter uma noção – e a senhora tem, com certeza –, através do nosso RIF, de 2019 a 2025, o Sindnapi movimentou 1,2 bilhão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... sendo 586 milhões de receita e 613 milhões de despesas.

Infelizmente, o Sr. Milton Cavalo, que sucedeu o pai da senhora, não respondeu às perguntas desta CPMI. A senhora pode detalhar como essas movimentações que autorizavam pagamentos de valor vulto dessa maneira... A senhora consegue detalhar isso através de documentos para nós?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu, pessoalmente, não, porque eu não tenho acesso a esses documentos. Eu posso solicitar ao sindicato para apresentar.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – A senhora solicita e envia, por gentileza, a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Solicito.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

Eu vou ser... Tenho três minutos agora.

Eu quero dizer para a senhora, primeiro, que a gente... Eu sempre falo para as pessoas que vêm aqui o seguinte: enquanto não for provado que a senhora é criminosa e é bandida, eu não posso lhe chamar de bandida, porque isso seria uma falta de respeito, e, principalmente, se tratando de uma mulher, que a gente tem que respeitar ainda mais do que qualquer outra pessoa neste mundo. Mas eu quero deixar claro para a senhora que tudo nos leva a crer que não existe nenhuma solidez nas informações que a senhora nos passa.

Há muitos contrapontos dentro do que a senhora falou para nós aqui. E há informações que, como eu disse... Olhe, a senhora me tirou um peso. Eu ia dar voz de prisão para a senhora por ter mentido na CPMI, e a senhora: "Não, eu me recordo, eu fui a essa reunião".

Mas, assim, existem vários argumentos aqui que não foram exatamente aquilo que a gente tem como documentos. A senhora, hoje, colocou a CGU, aqui, e a Polícia Federal como espantalhos. Eles não servem para nada. A senhora me desculpe. Eu estou dizendo de uma maneira popular, porque, quando a senhora disse: "Olha, não confio nesses relatórios, esses relatórios não são os verdadeiros", a senhora está acusando, inclusive, o Governo Lula de estar cometendo uma irregularidade.

Mas o que eu quero deixar claro aqui, inclusive para estes que aqui estão da esquerda e que gostam, como um Deputado ali, um dos primeiros da esquerda falou, o Governo Bolsonaro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... o crime é no Governo Bolsonaro, eu vou relembrar novamente a esta Comissão que o maior pico, Sr. Presidente, da corrupção, dentro dos aposentados, ocorreu de 23 a 24; 25 só barrou porque houve as denúncias através de um jornal.

Olha como eles são interessantes, este Governo que se diz um governo legítimo e democrático, eles batem no peito e dizem: "Nós barramos o roubo".

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não, desculpa, quem barrou o roubo dos aposentados se chama *Metrópoles*, porque foi através da denúncia de um jornal que tudo isso se escancarou e que a coisa toda tomou essa proporção. Enquanto isso não aconteceu, enquanto isso não virou midiático, o Governo estava complacente com o que estava acontecendo. Então, o discurso aqui da esquerda não compete.

E digo mais: quem protegeu o Frei Chico aqui terá que prestar contas não a esta CPMI, mas terá que prestar contas às urnas eletrônicas em 2026, porque, se fosse o meu pai, eu iria votar para que ele viesse prestar testemunho aqui. Porque a gente não pode defender qualquer um que seja, se é do Governo Bolsonaro, se é do Governo Lula, se é do Governo do Papa, se é do Governo de quem quer que seja.

O que nós estamos tentando trazer a esta CPMI é lucidez a crimes. E eu espero que, no final de tudo isso, a senhora, por todo o currículo que tenha, não seja chamada de bandida, não seja chamada de ladra, porque, se a senhora pegou tudo que a senhora... Porque, para se tornar doutora, não é tão simples assim. Se a senhora jogou tudo isso fora para ser complacente com um crime contra idosos, a senhora merecia ficar na cadeia pelo resto da vida.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a senhora, e eu espero que a inocência da senhora seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Líder Marinho se quer fazer uso da palavra agora, porque já foi chamado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O Chrisóstomo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel Chrisóstomo? Perfeitamente. (*Pausa.*)

O microfone, Coronel. (*Pausa.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, grato por esta oportunidade; Srs. Parlamentares, meus cumprimentos; Dra. Tonia e Dr. José Roberto, meus cumprimentos.

Fique tranquila, eu sou muito forte, mas aqui há impessoalidade, Dra. Tonia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que a senhora estava tão ansiosa para falar aqui na CPMI? Dito pela senhora.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Sim. Porque, desde o início, eu fiz a denúncia e eu não tinha tido a oportunidade de vir falar. Estava todo mundo falando no meu nome, falando e falando, e eu não tinha tido a oportunidade.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ótimo! A senhora tem ouvido rolos dentro do Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como assim?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Rolos, roubo.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não – não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não. Ninguém fala nada lá?!

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sindicato começou em 2002 – a senhora disse aqui.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Dois mil.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Dois mil. E disse também que, nesse período, muitas pessoas se associavam.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Diante disso, me diga uma coisa, doutora: quando que se iniciou será esse roubo? Porque tem gente aqui que diz que foi em 2019. O seu sindicato começou a trazer gente para dentro em 2000.

O que é que a senhora me diz disso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como eu digo que não há fraude, que o sindicato não está enganando aposentado, as pessoas foram se associando porque quiseram ficar sócias e usar os serviços do sindicato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, eu estou perguntando o que é que a senhora acha de o pessoal dizer que começou em 2019 o roubo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não acho nada. O que eu observei é que as pessoas começaram a reclamar de que estavam sendo associadas...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Quando?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em 2019 foi quando eu comecei a ouvir isso, que as pessoas estavam sendo associadas sem terem feito o ato de associação.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k., então eu vou usar as suas palavras.

A senhora disse que, no período entre 15 e 16, o pessoal estava tudo nervoso, o pessoal estava vazando...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... do sindicato e, em seguida – em seguida –, a diretoria estava inquieta. A senhora falou isso.

A senhora poderia dizer se foi nesse período que iniciaram os roubos? O pessoal estava inquieto. Daqui a pouco, foi crescendo, crescendo de tantos associados – e não era 2019, Doutora.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu disse que em 2015, 16, o sindicato não estava mais fazendo tantos sócios novos quanto fazia antes...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Estavam inquietos.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... e aí a diretoria já estava preocupada e começou a procurar parceiros para fazer, foi isso que eu disse.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – E nessa hora que veio de bolo, né, para dentro do sindicato. Não foi isso mesmo que a senhora falou? Que aumentou o número de associados? Não era 2019.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, foi a partir de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, mas aqui a senhora falou de 15 e 16.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, 15 e 16 o sindicato começou a perceber que não estava mais fazendo sócios novos...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... e começou a se movimentar para fazer novos sócios, foi isso.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k.

A senhora usou uma palavra aqui, "picareta"? (*Risos.*)

Usou, né?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Devo ter usado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Quais os picaretas do sindicato? A senhora usou! Fale então, Doutora!

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Mas eu não disse que era do sindicato.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ah, não era do sindicato, é?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Pois é.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – E de quais sindicatos eram? (*Pausa.*)

Doutora... Fale, Doutora!

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O que eu disse e observei, como foi passado um gráfico de entidades que começaram a fazer muitos sócios de uma hora para outra, de um mês para o outro, números alarmantes...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – E quais as entidades eram picaretas?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei quais, não sei quantas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas a senhora disse. A senhora pontuou, Doutora.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, eu não sei quais, porque eu disse que eu não tenho poder de polícia, não...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Será que a senhora chutou "picareta"?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Foi mostrado ali mesmo nos gráficos, foram mostrados.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Tá, a senhora não quer falar.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sindicato não comete fraude?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O Sindnapi, não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pelo nosso levantamento, está com o pé – olha – na lama o Sindnapi, por todos os levantamentos que a Polícia Federal fez e a CGU.

Doutora, em quais os whatsapps corriam as informações sobre o crescimento dos descontos irregulares?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não entendi.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – A senhora falou que nas rodas, os whatsapps, corriam as informações sobre o crescimento dos descontos irregulares. A senhora falou aqui.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Quais os whatsapps?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, eu não me lembro.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, eu quero que a senhora informe à Presidência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, eu não tenho mais isso.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Doutora, aí é com a senhora, não é comigo. (*Risos.*)

Tome as providências, tome as providências para informar a esta Presidência quais os whatsapps que tratavam sobre isso já com conhecimento do rolo. É sua responsabilidade, está em suas mãos.

Presidente, passo essa informação para que sejam cobrados da Dra. Tonia, porque foi palavra dela aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Coronel.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Também a senhora disse que há em torno de 300 mil associados e que em torno de 80% deles... Foi informado pela CGU que eles não tinham conhecimento dos descontos. Aí senhora disse assim: "Claro que tinham, porque em torno de 40 mil iam para colônia de férias". Quarenta mil não é em torno de 300 mil. Então, Doutora, o rolo me parece que é muito grande no seu sindicato.

A MP do Presidente Bolsonaro está de parabéns, Presidente. Parabéns, Presidente Bolsonaro! Até a Dra. Tonia Galleti concorda com a sua MP. Parabéns, Presidente Bolsonaro! O senhor estava no caminho certo. Infelizmente, este Governo derrubou e começaram o roubo, principalmente em 2013 e 2014, quando cresceu substancialmente o rolo, que chegou a mais de R$4 bilhões só em 2023 e 2024.

A senhora sabia desse total de valores? Está no gráfico, Doutora; não sou eu que estou falando, não.

Mais de 4 bilhões: somados os quatro anos do Presidente Bolsonaro, não chega a 2,5. O rolo é no Governo Lula. Essa é a verdade, Doutora. O roubo é agora.

Portanto, eu sugiro à senhora que passe as informações cabíveis, porque a senhora sabe muito, a senhora sabe muito. Todos nós sabemos aqui: a senhora sabe muito. Diga. Sabe por que eu estou te falando isso? Porque eu vou te mostrar umas imagens aqui. Vai tocar o seu coração.

Mas, Doutora, o Sindnapi fez alguma auditoria própria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ótimo. Aqui está dizendo: "Sindnapi entrega relatório de auditoria ao ministro Lupi e ao presidente do INSS". Sabe o que fizeram? Sabe o que fizeram, Doutora? Eu vou te dizer: nada, nada, nada, infelizmente. E muita gente que está aqui fica falando: "Bolsonaro", "Época de Bolsonaro"... Que época de Bolsonaro? Infelizmente. Nenhum Governo tinha que fazer isso, mas este Governo Lula fez o que já fez no passado: mensalão, petrolão, roubo do BNDES. Esse é o time que está aí hoje neste Governo, infelizmente.

Solicito que passem as imagens para a senhora ver, tocar no seu coração. E fale tudo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... entregue todos, por favor.

Preste atenção. Olha a imagem lá.

Aposentados e pensionistas mais vulneráveis. A senhora está vendo aquela senhora, lá, velhinha? É deles que estão roubando, é deles que o seu sindicato está roubando. Olhe bem lá, Doutora, olhe.

Próximo.

Pessoa que não enxerga, aposentados com deficiência visual; esses que o seu sindicato está roubando. Doutora, entregue os ladrões, entregue os picaretas.

Próximo.

Indígenas, indígenas. Eu sou indígena tucano, Doutora. Minha mãe é indígena. Olhem quem estão roubando, desses vulneráveis totais, Doutora. Entregue os picaretas, Doutora. É a sua hora, fale a verdade. A senhora, não sei se a senhora tem uma família própria, com crianças. Olhe ali, Doutora.

Estou encerrando, Excelência.

Mais a outra imagem.

Crianças com microcefalia, Doutora. Essas famílias é que estão sofrendo e sendo roubadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma e a última, Presidente.

Crianças com síndrome de Down.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – São essas pessoas que estão sendo roubadas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Já se passaram dez minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, a Presidência controla o tempo, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Essas crianças é que precisam de dinheiro para comprar remédio, Doutora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, está encerrando.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Corte no seu coração e mostre para o Brasil quem está roubando os aposentados e pensionistas.

Obrigado, Presidente. Fique com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Sempre combativo, Deputado Coronel Chrisóstomo.

Senador Rogerio Marinho, ou Deputado Duarte Jr.?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O Relator tem preferência, e o Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Vice-Presidente, Deputado Duarte Jr. com a palavra.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, Dra. Tonia, percebo que aqui, além de advogar, atuar, dando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessoramento jurídico ao sindicato, V. Sa. fez parte do Conselho Nacional de Previdência Social. É verdade essa afirmação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A senhora poderia nos dizer qual é a função do Conselho Nacional de Previdência Social, que é regido pela Lei 8.213, de 1991?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O conselho, bom, durante todo o tempo em que eu fiquei lá, a gente se viu muito envolvido com a questão das taxas de juros dos empréstimos consignados; a gente avaliava as normas, as políticas implementadas pela Previdência Social, fazendo recomendações ou não sobre os fatos; havia as demonstrações das medidas que estavam sendo tomadas em relação, por exemplo, à perícia médica e aos assuntos pertinentes, por exemplo, também ao Conselho de Recursos da Previdência, todo esse universo que girava em torno dos...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A atuação do conselho, como o próprio nome já diz, é emitir seus pareceres, seus conselhos acerca da Previdência Social no país, brasileira.

Por qual razão a senhora fez parte desse grupo que – a informação que a legislação nos traz – é composto por 15 titulares e 15 suplentes? Como é que a senhora conseguiu acessar e compor o Conselho Nacional de Previdência Social?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O sindicato tem assento no conselho. Sempre foram diretores que foram os conselheiros, mas, no ano em que eu fui designada, o sindicato pediu se eu poderia...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O sindicato que a senhora menciona é o Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso, isso.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Por qual razão o Sindnapi tem assento, e outras associações não fazem parte do conselho?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Todos os sindicatos nacionais de aposentados filiados a alguma central têm assento no conselho. Eu não sei dizer por que é que os demais não têm, não sei como foi feita essa escolha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Nesse caso, esses conselhos, esses pareceres, essas recomendações, é comum que elas não sejam ouvidas, que elas não sejam seguidas? Ou no caso dessa fraude do INSS, que, como aqui já foi destacado, tirou dinheiro de aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência, foi uma exceção à regra? Foi um parecer, foi uma recomendação que não foi seguida de forma excepcional?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, a recomendação que a gente diz é quando é uma recomendação oficial do conselho para um determinado órgão, ou para o Congresso, ou para o INSS, ou para algo assim. A simples, vamos dizer assim, denúncia que eu fiz não é necessariamente a recomendação do órgão.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Então a gente chega, Presidente, a uma conclusão, aqui, acredito que interessante, porque o que se percebe foi que a Tonia Galleti fez essa denúncia enquanto pessoa física, individualmente, mas que não houve, na história do Brasil, em nenhum momento, um parecer, uma recomendação do Conselho Nacional de Previdência Social acerca dos indícios de fraude, de roubo, de subtração do valor da conta dos aposentados e pensionistas. Não houve. A senhora desconhece...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu desconheço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... qualquer tipo de recomendação, qualquer tipo de aconselhamento.

Então, não dá para compreender que tipo de conselho, que tipo de parecer é esse que o Conselho Nacional de Previdência Social faz. A gente está diante de uma fraude em que quem se dedica 30 minutos, durante um dia, 30 minutos apenas, para fazer uma leitura sobre os documentos, sobre esse *modus operandi,* percebe que é algo feito para não funcionar.

Então, me chama a atenção, Presidente, perceber que o Conselho Nacional de Previdência Social, que é um conselho regido pela Lei 8.213, de 1991, nunca emitiu um parecer, nunca emitiu uma recomendação.

Através da nossa equipe, da nossa assessoria, do nosso gabinete compartilhado, nós vamos fazer um requerimento pedindo informações ao Conselho Nacional de Previdência Social, porque isso não tem o menor cabimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as denúncias que V. Sa. fez, Tonia, a senhora percebeu má vontade, percebeu algum tipo de constrangimento? Em algum momento, quando V. Sa. fez alguma denúncia teve algum comportamento que lhe chamou a atenção, que na hora achou que era algo normal, mas que hoje lhe chama a atenção a não ação em razão dessa denúncia?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Excelência, eu penso que o conselho deveria ter sido mais firme em relação a isso, mas, de fato, fiz a minha parte, fiz o meu papel. Naquele momento, o que me parece é que todos pensaram que o INSS estava cuidando de tudo e que tudo ia ser resolvido. Essa é a impressão que eu tenho.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E dependia de quem, dentro do conselho, emitir esse parecer, essa recomendação?

Porque, assim, se um conselho... Eu estou batendo na etimologia da palavra "conselho". O papel do conselho é dar conselho, é dar parecer. E quando ele deve fazer não faz, ele presume: "Não, ah, ele deve estar fazendo. O INSS deve estar fazendo a sua parte". Deve estar fazendo... Então, não deveria existir um conselho, deveria existir um grupo de pessoas de boa-fé que apenas acredita que o INSS vai fazer o seu papel e não fez. Quem deveria ter feito essa decisão? A senhora tem como afirmar, para que a gente possa, talvez, convocar, pedir informações para essa pessoa?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Na verdade, eu não sei dizer. Neste momento, eu não sei dizer. Eu não lembro, agora, como que é o *modus operandi* dentro do conselho para a emissão de resolução ou de aconselhamento. Mas, sem sombra de dúvidas, precisaria, antes, ser discutido no conselho para depois ser feita...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Uma recomendação oficial.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Uma recomendação que fosse...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, aqui, Presidente, eu destaco a conclusão feita – e acredito que, até o momento, de forma inédita –: a suspeição do Conselho Nacional de Previdência Social. Porque nunca... E aqui eu não estou falando da direita, da esquerda. Eu quero chamar a atenção de V. Exas.: é uma instituição criminosa que trabalhou em todos os governos, governos de direita e de esquerda. E, se, de fato, a gente está preocupado com as pessoas, que a gente esqueça um pouco o nome de um Presidente ou de outro Presidente e foque, realmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesses agentes de carreira que estão, há 30 anos, roubando as pessoas. Porque eles passaram no concurso público para ter estabilidade, não para ter estabilidade para roubar, mas para ter estabilidade para cuidar das pessoas, porque eles são servidores públicos que têm que utilizar o poder, que é temporário, transitório, para servirem as pessoas, não para se servirem, não para se beneficiarem.

Sr. Presidente, a propósito, quando se fala de associações e sindicatos, a gente sabe que o *modus operandi* de contratação não é através de licitação. Logo, eu não posso aqui afirmar, infelizmente, que quando uma associação em que o Presidente contrata uma empresa do seu filho, da sua esposa ou de um parente próximo... Não há uma ilegalidade, mas há, de fato, uma imoralidade.

A senhora concorda, Tonia, que há uma imoralidade, há um constrangimento nesse tipo de contratação?

A senhora, hoje, após esses fatos, a senhora faria novamente essa contratação de uma associação que contrata o escritório de advocacia de um parente? Percebe-se que não, que, na verdade, é porque é alguém de confiança? É uma pergunta sincera. O que a senhora pensa sobre isso, agora, posterior aos fatos?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu volto a dizer, Excelência, que, em nenhum momento, ao longo de todos esses anos que prestei serviços ao sindicato... Que fiz qualquer... Que me enriqueci sem trabalhar ou que ganhei dinheiro sem fazer nada. Foi sempre com muito trabalho, e tenho como provar todos esses anos de trabalho.

Certamente, quando a gente toma alguma decisão, a gente não tem a mesma visão da frente, de anos à frente. Então, a gente nunca pode dizer... Se fosse com a mesma cabeça, as mesmas circunstâncias, talvez fizesse igual. Hoje, não faria.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Hoje não faria.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Hoje não faria.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Isso se assemelha muito, Tonia, com aqueles políticos de famílias tradicionais que acham que tão somente os seus filhos, netos, bisnetos merecem o mandato. A gente costuma ver muito isso na política, e eu fico feliz de ver muitos políticos aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

criticando esse *modus operandi* das associações, porque a gente percebe que, infelizmente, o que acontece no país é que o pai quer passar o poder para o filho, que passa para o neto, que passa para o bisneto e não vê... Durante uma eleição, não vê nenhum tipo de constrangimento nisso. De fato, há. Não há uma ilegalidade, mas há uma imoralidade, e eu fico feliz de ver que a senhora, hoje, não faria o que outrora foi feito.

Sobre a justiça, a gente sabe que ela pode até tardar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... mas ela não falha. E é por isso, Sr. Presidente, que eu parabenizo, V. Exa., o Relator, todos os Deputados e Senadores pelo trabalho desta Comissão.

Nós recebemos, nesses últimos dias, uma resposta aos requerimentos de documentação que demonstra que o Careca do INSS cometeu mais um crime. Ele está colecionando artigos do Código Penal brasileiro. Cometeu, agora, um crime previsto na Lei nº 8.137, de 90, crime contra a ordem tributária, isso porque, na declaração do Imposto de Renda, o Careca do INSS, o Antônio Antunes, não declarou nada mais nada menos do que a compra de um apartamento na Flórida, apartamento esse que custou US$609 mil. Fazendo aqui uma conversão para o real: quase R$4 milhões. Não declarou. Isso demonstra, claramente, Sr. Presidente, que aquela suspeição de que V. Exa. outrora falava é real: estão escondendo patrimônio que é fruto do roubo do INSS, e isso nós não vamos aceitar.

É por isso que eu agradeço aqui à Tonia pela participação, por responder aos nossos questionamentos, pela seriedade com que respondeu e, também, a participação dos Deputados e Senadores em trazerem esses questionamentos, apesar da nossa indignação, mas de forma muito respeitosa. E vou dizer ao povo brasileiro que nós vamos continuar nos dedicando ao máximo para fazer com que todos aqueles que cometeram crimes possam ser punidos com todo o rigor que a lei prevê.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, boa noite a todos, em especial à Dra. Tonia, que aqui está na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagino, Dra. Tonia, que não é fácil. Só o fato de estar aqui, para qualquer um – independentemente de ser a senhora –, é constrangedor E eu tive a oportunidade de ouvi-la com muita atenção, e até as respostas que V. Sa. deu a terceiros aqui. E uma coisa que me chamou a atenção, e eu quero ser franco com a senhora, é que essa é a 18ª Reunião que nós temos aqui, e há 18 reuniões eu escuto o que escutei da senhora e do representante do Partido dos Trabalhadores. A senhora veio aqui e está repetindo a mesma narrativa que nós ouvimos aqui à exaustão, e é uma narrativa que não tem amparo na realidade.

Eu estava ali ouvindo agora e fiz uma consulta no Google e outra no ChatGPT: tem alguma notícia – a pergunta que eu fiz, e desafio quem está em casa a ouvir – sobre denúncia de desconto associativo no período de 2019 a 2022? Não, não há. Mas há uma narrativa do PT recorrente.

A senhora é, de acordo com o seu currículo, mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialista em Direito Constitucional, enfim, graduada pela Faculdade de Direito, pós-doutorada, professora de universidade. Então, a senhora, mais do que ninguém, não pode desconhecer a lei. E a senhora fez uma afirmação aqui que me chamou a atenção: a senhora afirmou que, desde 2019, denuncia o fato de que há desvios ou fraudes em descontos associativos.

Mas a senhora foi membro do Conselho da Previdência desde 2021, e, antes de vir para cá, eu fui lá para o meu gabinete consultar as atas, e a senhora, em nenhum momento, falou a respeito desse tema, em mais de nove reuniões. A senhora não falou. A senhora prevaricou?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, né? Bom, mas a senhora teve a oportunidade de falar, de 2021 a 2022, como membro representando os aposentados nesse conselho.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É que eu achava que o ambiente adequado para fazer isso era direto no INSS, e não no CNPS.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A senhora falou no INSS?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E a senhora tem prova de que falou no INSS?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não tenho como provar. Eu não tenho a ata dessas reuniões no INSS.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas me desculpe, a senhora, como advogada, sabe que o que falou aqui é muito sério. E, se a senhora não falou no conselho e, a senhora, como representante dos aposentados no Conselho da Previdência, a senhora se omitiu, e foi ao INSS falar, mas não documentou a sua fala, a senhora há de convir que eu posso presumir que a senhora ou está fazendo uma fofoca, ou a senhora está fazendo uma afirmação sem base em fatos. A senhora precisaria ter um documento que comprovasse essa denúncia, que é grave. A senhora concorda comigo, como professora de Direito?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – O que eu fiz foi levar a notícia de que eu tinha conhecimento de que aposentados estavam sendo filiados a entidades sem terem feito essas filiações, e isso precisava ser investigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, me parece que a senhora só sentiu que o ambiente não era adequado no conselho quando mudou o Governo, em julho de 2023. A senhora se achou confortável para fazer a denúncia que a senhora passou dois anos sem fazer, num ambiente que a senhora acaba de afirmar que não é o adequado. Foi isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como não é o adequado?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A senhora me disse... a senhora me respondeu que não fez a denúncia, enquanto Conselheira, porque não era o ambiente adequado, e levou, sem nenhuma formalização, ao INSS. Mas, em julho de 2023, a senhora fez a denúncia nesse ambiente que a senhora acaba de afirmar que não é o adequado. O que foi que houve?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não é isso. Eu achava que o ambiente adequado, que levaria a sério o que eu estava falando, ou que investigaria, que implantaria as coisas necessárias, era o INSS, e não o conselho. Eu não achava que era o conselho que tinha que fazer algo, porque, de fato, quem toma as medidas é o próprio INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, a senhora me desculpe, mas está muito frágil a sua fala, já que são dois anos de omissão, pelo menos.

Uma outra coisa que a senhora... que me chamou atenção aqui foi que a senhora afirmou aí – eu ouvi atentamente – que a senhora é contra descontos associativos agora, neste momento, em função do que olhou no passado, é contra esses descontos associativos, e foi favorável ou é favorável à validação do cadastro, na época, desde que seja a partir de três anos. A senhora também é favorável ao pente-fino que era feito para verificar se existia fraude nos benefícios que eram dados na aposentadoria, por exemplo, auxílios-doença e maternidade, pessoas que adoeciam e tinham que receber temporariamente, a cada seis meses precisavam revalidar esse processo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A questão dos pentes-finos é que normalmente cancelam-se centenas de benefícios que as pessoas ainda precisam estar recebendo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mesmo com fraude?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não. Às vezes, sem fraude...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A pergunta que eu fiz à senhora é se a senhora acha que é necessário se fazer um pente-fino para verificar se há fraude.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, é necessário.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas a senhora deu uma entrevista na contramão do que a senhora está afirmando...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É porque...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... inclusive, no *site* do Sr. Medeiros aqui.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É a explicação que eu dei para o senhor agora, que o senhor não quis ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu tenho uma entrevista aqui, uma entrevista extensa da senhora contra a MP 871 e contra o pente-fino e as ações que foram tomadas para tentar pôr fim à fraude ou a uma parte da fraude que sempre existiu no INSS.

A senhora também, desde 2000... Foi fundado o Sindnapi, e a senhora fala que só ouviu falar de problemas de descontos associativos irregulares em 2019. Bom, eu não sei onde a senhora estava, mas eu vou apresentar aqui à senhora: "Contribuição compulsória [...] [de] aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões". Isto aqui é de 2010. A senhora já estava como assessora jurídica do Sindnapi, tá? *O Globo*, 2010.

"Ex-ministro Paulo Bernardo recebeu mais de R$ 7 milhões em propina, dizem investigadores". Isto aqui é sobre a tal da venda casada, consignado mais desconto associativo.

Agora, mais recente: "[Uma idosa] [...] descobriu que teve descontos indevidos do INSS [...] após [30 anos no] escândalo de fraudes". Fazia 30 anos que ela era associada sem saber.

Então, eu sinto, sinceramente, estar tendo que falar a respeito desses assuntos, porque a gente está aqui numa narrativa, e a senhora corroborou... A senhora sentou-se aí e, ao invés de falar do seu sindicato ou das ações que a senhora perpetrou, por bem ou por mal – porque, como disse com propriedade Zé Trovão, a senhora tem a presunção de inocência, é constitucional –, a senhora sentou-se aí para corroborar uma narrativa que não é verdadeira, que não é verdadeira de maneira nenhuma!

"A fraude começou no Governo Bolsonaro" – não é verdade! Já mostrei aqui para a senhora.

"Ah, ele foi combatido no Governo do Lula" – não é verdade! Foram as denúncias no *site Metrópoles* que ocasionaram a abertura de um inquérito.

"Ah, houve uma explosão em 2019"...

Por favor, o primeiro gráfico, para mostrar à Dra. Tonia aqui, para ela entender o que aconteceu. Pode ser que ela não tenha tido a capacidade de observar os dados.

Olha, Doutora, está aí: a explosão se deu justamente a partir do final de 22, 23; 24 é o ápice; e 25 só não estoura porque para na metade. Aí, se você pegar os ACTs vigentes, é da mesma maneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa o próximo gráfico, por gentileza.

A senhora falou aqui sobre a questão dos inquéritos; desculpe, dos processos em que a senhora advoga em nome do sindicato e que, na época de 2013, 2010, 2011, tinha muitos processos, que foi o que ocasionou a vinda dos associados para o Sindnapi – na época, correções de URV ou coisa parecida, alguma coisa nesse sentido. Bom, a senhora está com 17 mil processos, como a senhora falou aqui; eu ouvi da senhora.

Qual era o objeto principal desses processos? Qual era o principal assunto tratado nesses processos do Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – São vários processos.

Esses...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas o principal?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Esses que eu falei...Eu tenho... Eu sou procuradora em diversos processos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tá.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Processos de revisão, fator previdenciário, recuperação do poder de compra, ações do teto, do art. 29, de ICMS, fundo de garantia, PIS/Cofins, Pasep...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Está bom.

Eu quero dizer à senhora que os principais assuntos desses processos contra o Sindnapi, que foram advogados, são associados querendo sair do processo.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em relação aos...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Querendo sair da associação que eles não deram causa.

São milhares de associados que ingressaram com a ação contra o Sindnapi. Algumas dezenas de milhares, não foram só 17 mil, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí só para a senhora entender. Em 2020, o Governo do Presidente Bolsonaro... Em 2019, já foi dito aqui anteriormente, quatro associações foram desligadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... em 2019, mais quatro em 2020 e uma foi suspensa. Não aconteceu neste Governo que a senhora disse que tem afinidade e se sentiu à vontade de fazer a denúncia. Foram 115 mil denúncias de descontos indevido em 2022, houve um aumento de 100%. Só que, em 2024, teve 1,5 milhão de denúncias. É um número que salta aos olhos, não é?

Passa para o último aí, por favor.

Aí vem um que eu queria que a senhora, por favor, pensasse a respeito disso. Eu acho que... Não sei se o Relator falou a respeito, acho que sim, mas de uma maneira muito rápida.

Solicitação de inclusão de desconto. Não sou eu, isso aqui é a CGU que a senhora, inclusive, disse que está toda errada. Foram 500 mil pedidos, só 72 mil de fato foram incluídos, 14%.

Com desconto, olha a briga entre associações para ver quem chega primeiro, 274 mil desses já tinham um outro desconto. Sindnapi estava brigando com outras entidades para conseguir colocar a associação na frente.

Benefícios bloqueados.

Benefícios não ativos, são os mortos e outros.

Isso aí são tranchas. Olha, de 2021 e 2022, dois períodos do Governo Bolsonaro e 17 do Governo do Presidente Lula.

Então, Dra. Tonia, assim, com todo o respeito à senhora, que a senhora merece, como qualquer pessoa que vem aqui, o que me chamou a atenção, em especial, eu não vou entrar no mérito aqui da apresentação feita pelo Relator, a senhora já respondeu, é o fato de a senhora sentar-se aí e se sentir à vontade para corroborar uma falsa narrativa que o PT vem tentando estabelecer aqui há 18 reuniões.

Foi isso que me chamou a atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. (*Fora do microfone.*)

D. Tonia, tem algum associado ainda no Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Que eu saiba, sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Ainda tem pessoas que acreditam no Sindnapi e continuam sócias.

Vocês tinham indígenas como associados?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei dizer.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

D. Tonia, eu já tenho aqui as notas taquigráficas, tecnologia é uma beleza.

Numa resposta que a senhora deu ao nosso Relator, a senhora diz o seguinte: "E o sindicato, com todo esse crescimento, se eu não me engano, teve um mês que fez 12 mil sócios. Foi assim... Nossa! Todo mundo ficou tão contente lá no sindicato, mas foi o máximo que fez. Agora, 80 mil, 200 mil, de um mês para o outro? Eu vou dizer para vocês que, se tem como fazer, eles precisam ensinar, porque, se você fizer direito, você não consegue[...]".

O.k.

Aí o Relator perguntou: "O Sindnapi fez tudo, mas o máximo que conseguiu foram 12 mil filiações?".

A senhora respondeu: "Isso, por volta disso".

A senhora se enganou com os números ou a senhora mentiu?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Por que eu mentiria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Porque em 7 de 23, o Sindnapi fez 67 mil associados; em junho de 24, fez 63 mil.

A senhora se enganou com os números ou a senhora mentiu?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Segundo os dados da própria Dataprev, que manda os arquivos de retorno para a entidade, o sindicato nunca fez esse número de sócios.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Nunca fez? Aqui, então, a senhora está contestando o relatório da CGU?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim, com base no documento da própria Dataprev.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k., porque é impossível chegar legalmente a 67 mil. Se por um acaso vocês chegaram, foi de forma fraudulenta. É isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Porque o sindicato não fez.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não fez, o.k.

D. Tonia, eu vi que a senhora tentou aí o tempo todo, o tempo todo, a senhora tentou desqualificar o trabalho da CGU. Eu não vou lhe perguntar nada sobre o trabalho da CGU, porque a gente aqui acredita muito na CGU. Eu fui Ministra e eu sei o trabalho que aqueles guerreiros auditores fazem nesta nação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... mas lamento que não é só a senhora. Outras pessoas também entraram nesse discurso aqui hoje para desqualificar o trabalho da CGU; mas supondo que a CGU não tenha terminado o trabalho como deveria terminar, o que eu duvido, pelo contrário, a gente também tem dados da Polícia Federal, e a gente também tem documentos chegando aqui.

E os documentos apontam que, infelizmente, o Sindnapi errou e errou feio, mas eu queria lhe fazer uma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Milton, Presidente do Sindnapi, em 14 de março de 24, entregou ao então Ministro da Previdência, Carlos Lupi, e ao ex-Presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, um documento que classificou como relatório de auditoria do Sindnapi. Contudo, quando a CGU esteve na sede do sindicato e solicitou a apresentação de documentos comprobatórios, relatórios de auditoria, nenhum material foi disponibilizado pela entidade.

A senhora pode esclarecer se o documento entregue ao ministério e ao INSS foi realmente um relatório de auditoria elaborado por empresa independente ou se se tratava apenas de um documento produzido internamente para dar aparência de legalidade?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Foi contratada uma empresa externa para fazer auditoria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

D. Tonia, a senhora falou que a senhora teve 17 mil processos. Quando a senhora falou isso, eu disse: "Puxa vida, eu fui advogada, trabalhei tanto; nunca cheguei a esse número". A senhora acha que, se a senhora não estivesse ligada – se a senhora não fosse filha do Presidente do sindicato –a toda a família ligada ao sindicato, a senhora chegaria a 17 mil processos advogando?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não tenho como responder isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k. A senhora disse que seu sindicato não cometeu crime, mas pode ter sido uma imoralidade, porque é tanta ligação de família que parece que virou uma grande empresa de família. A senhora repete que o seu sindicato é imoral?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não. Seu sindicato, então, não cometeu nem crime, nem imoralidade, com tanta gente da família envolvida em tudo que nós vimos aqui hoje? Foi tudo legal, tudo bonitinho? (*Pausa.*)

O.k.. Eu só queria agora pedir aos meus colegas o seguinte. Não é a primeira vez que se usam igrejas aqui para se fazer... Já que ele já pediu o art. 14, eu posso citar o nome dele. Deputado Paulo Pimenta, o senhor quis comparar o Sindnapi a igrejas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com toda a delicadeza, Deputado Paulo Pimenta, eu vou lhe pedir mais uma vez a trazer as igrejas para essa lama que tem sido aqui. A Igreja não é imoral. A Igreja não comete crime. Então, toda a atenção quando o senhor se referir à Igreja.

E aqui eu peço aos demais colegas: não tragam a Igreja para essa lama. A Igreja não faz o que os sindicatos fizeram.

E agora vai meu recado para os sindicalistas do Brasil: a D. Tonia disse que pode ter sido imoralidade. Busquem as imoralidades dentro dos sindicatos e limpem os sindicatos – está na hora.

Esta CPMI vai fazer uma grande colaboração para o Brasil – vai trazer –: limpar os sindicatos.

Procurem saber quem são as empresas que prestam serviço para os sindicatos, se são parentes do Presidente, do Vice-Presidente, irmã do Vice-Presidente, irmão do Presidente. Procurem saber, porque eu tenho certeza de que os sindicalistas, lá na ponta, estão tremendo em saber que trabalharam tanto, a vida inteira, que tiveram, às vezes, desconto compulsório em seus salários, para que famílias ficassem ricas no país. Lamento o que vocês fizeram com o movimento sindicalista no país.

E aqui reitero meu louvor, meu aplauso aos guerreiros auditores da Controladoria-Geral da União.

Obrigada, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Agora tenho que usar, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. que decide. Quer usar agora ou podemos terminar os...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vou usar agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Líder Paulo Pimenta. Cinco minutos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Isso que atrasa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, mais uma vez eu quero dizer a V. Exa. que não fiz nenhuma acusação a nenhuma igreja, mas vou repetir o que eu já disse aqui: da mesma forma como eu não faço acusação gratuita a ninguém, eu também não sou daqueles que tentam criar uma narrativa de que dentro das igrejas não ocorram crimes. Ocorrem muitos: pedofilia, corrupção, todo tipo de crime.

Na medida em que eles são investigados e denunciados, as pessoas respondem pelos crimes, independente de fazerem parte de igrejas, entidades, associações. Então, não sou dessa filosofia de que alguém, por ser integrante de alguma igreja, passa a ser imune da possibilidade de cometer crimes, pelo contrário.

Então, de minha parte, não há nenhuma acusação a nenhuma igreja, mas também não vou cair nesse raciocínio primário de que, pelo fato de que alguém é integrante de alguma igreja, está imune ou isento de cometer crimes.

Agora, veja, Sr. Presidente, a incoerência da hipocrisia. Várias vezes foi citado aqui: "Ah, mas beneficiou parente, colocou parente, utilizou o cargo para..." Presidente, o ex-Presidente Jair Bolsonaro é conhecido pela maneira como ele permitiu que, além dele – que durante muitos anos viveu como nós, como Deputado –, toda a sua família viva da política, toda. E foi através da sua influência que foi ocupando esses espaços que permitiu, inclusive, que se tornassem todos milionários – com a política –, tendo comprado dezenas de imóveis em poucos anos, pagos, com dinheiro vivo – pela política.

Então, que hipocrisia é essa? Se tem alguém que aqui no Brasil se caracterizou por usar o seu espaço político para beneficiar familiares é o ex-Presidente Jair Bolsonaro, ele é o maior exemplo. Inclusive, é interessante que, na última semana, saiu um relatório do Tribunal de Contas sobre o programa Pátria Voluntária, comandado pela ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro.

Muito bem, o que diz essa reportagem, que está em toda a imprensa, e que diz respeito a essa denúncia do Tribunal de Contas da União? Que milhões de reais do programa Pátria Voluntária, coordenado por Michelle Bolsonaro, desapareceram.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Epa! Epa! Pera lá, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não, não, pera aí, pera aí...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, Excelência...

Não, Senadora Damares, por gentileza.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Ele está dizendo que a Michelle Bolsonaro roubou o Pátria Voluntária?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Damares, por gentileza.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não, não, pera aí, cuidado com suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, por gentileza.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Cuidado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, por gentileza!

Reponha o tempo do Deputado, por favor.

Mais um minuto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pelo jeito, mexi em algo complicado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Mexeu com a idoneidade de uma mulher séria!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, Senadora Damares, por gentileza, o colega Parlamentar tem o direito de se expressar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mais um minuto, Presidente. Mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A representação criminal contra a ex-Primeira-Dama tem como base uma auditoria do Tribunal de Contas da União, que revelou irregularidades do programa Pátria Voluntária, comandado por Michelle.

É curioso, Sr. Presidente, que os valores gastos em publicidade são maiores que os valores utilizados no próprio programa. Portanto, além de usar os cargos que tinha para beneficiar e permitir que os filhos enriquecessem...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Leia o final da matéria. Está arquivado. Leia, Deputado. Leia o final da matéria.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mais um minuto, Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode dar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, Excelência, Senadora Damares, por gentileza, aqui é um campo livre de fala. Posteriormente V. Exa. pode até pedir – ou o Líder Marinho pode pedir – o tempo da Oposição para se pronunciar, mas não dessa maneira, da interrupção.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, por gentileza, mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto, mais um minuto.

Não, eu vou ter que colaborar.

Olha, pode suspender o tempo do Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É o art. 22.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É só para suspender, para a gente deixar uma coisa clara aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem que retirar da sala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, não, não vou fazer isso. Não há necessidade. Tenho certeza de que nós vamos ter bom termo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se não sabe se comportar, tem que retirar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tenho certeza de que nós vamos ter...

Agora, vou relembrar aos Parlamentares...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 22, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, vou relembrar aos Parlamentares sobre as regras aqui que nós temos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Não fala o nome de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, é não falar o nome.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Outro ponto é a questão da utilização de vídeos com as imagens de Parlamentares presentes, que vou dar o direito de pronúncia. Isso foi avisado desde o início. Foi avisado desde o início. Então, não há de se reclamar quando eu coloco aqui a decisão de dar ao Parlamentar o direito de fala.

Ele está tentando falar a parte dele. Eu não concordo, mas ele tem o direito de falar o que está aqui.

Então, por gentileza, três minutos.

Os três minutos que foram tirados do Deputado Paulo Pimenta, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eram 2min45, 3 minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, o que não pode, Presidente, o que não cabe aqui é hipocrisia e demagogia.

E não adianta a Oposição vir aqui, em 18 reuniões, tentar construir uma narrativa, Sr. Presidente. Eles repetem essa narrativa em todas as reuniões, para tentar criar uma narrativa falsa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e mentirosa, Sr. Presidente, para enganar a população e tentar esconder do povo brasileiro que esse esquema criminoso foi montado dentro do Governo Bolsonaro.

Não adianta Senador da oposição vir aqui, em todas as reuniões, repetir essa narrativa falsa, porque esta Comissão já demonstrou, e o Brasil inteiro já sabe, que esse esquema criminoso começou em 2019, ganhou uma escala industrial em 2019, e que os ACTs foram concedidos para as entidades fantasmas, a partir de 2019 – Governo Bolsonaro. E que, em 2019, 2020, 2021 e 2022, não fizeram nada, absolutamente nada, para impedir que a fraude ganhasse a proporção que ganhou.

Os aposentados e as aposentadas foram roubados neste país, durante o Governo Bolsonaro, sem que nenhuma ação tenha sido adotada pelos órgãos de controle. E a Polícia Federal arquivou qualquer tipo de investigação que iniciou.

E uma outra coisa, Sr. Presidente, não adianta vir aqui achar que repetir uma mentira vai ser suficiente para esconder a verdade do povo brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

Foi no nosso Governo, foi no nosso Governo, que essa quadrilha foi desbaratada.

E não há um centavo de dinheiro roubado devolvido para os aposentados e aposentadas que não tenha sido feita, essa devolução, no Governo do Presidente Lula.

Nunca devolveram um centavo durante o Governo Bolsonaro de todo o dinheiro que foi roubado dos aposentados e das aposentadas. E não vai ser ninguém que vai nos intimidar aqui de falar a verdade.

Confiamos no trabalho desta Comissão, confiamos no trabalho da Polícia Federal e sabemos que, ao final dessa investigação, vamos descobrir como é que essa turma de jovens milionários, que nunca trabalharam, se tornaram ricaços durante o Governo Bolsonaro, donos de Ferraris, Lamborghinis, iates, joias, relógios... E quem sabe, hoje, no próximo depoimento, a gente já vai começar a avançar nessa direção? E, talvez, a preocupação com o próximo depoimento é que tenha deixado algumas pessoas nervosas aqui esta noite.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, um minuto, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai usar o tempo de liderança, Senador?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Vou fazer uma pergunta a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – A reunião subsequente é contada como uma só?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Uma só.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então se eu usar agora, não usarei na...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, mas de qualquer forma, vamos lá, para a gente não perder aqui o *time*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos. Tempo da Liderança da Oposição.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu não usei ainda.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Você tem a outra reunião inteirinha.

A próxima.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Queria dizer a V. Exa., que às vezes a gente precisa ser repetitivo.

Eu tenho dito aqui que a repetição traz o conhecimento, mas ocorre que nós estamos aqui numa espécie de contraofensiva permanente, porque essa turma não cansa, não titubeia, não para. É de uma disciplina estoica. Nós chamamos isso de centralismo democrático, característica dos partidos de esquerda. Eles se organizam previamente, dão missões, e eles cumprem, mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seja para defender o indefensável, mesmo que seja para convalidar uma narrativa que não tem amparo na realidade. Nós temos que reconhecer que há uma disciplina, que há uma reiteração de pretensos fatos que eles pretendem tornar realidade.

Vamos lá.

Mentira nº 1: o veto feito da MP 871 sobre transmissão de dados pessoais prejudicou a fiscalização dos descontos associativos – isso é uma redundância com a LGPD, eu não vou repetir mais isso aqui, que é a Lei Geral de Proteção de Dados; então, esse é um falso argumento – depois que a revalidação foi promovida pelo Governo do Presidente Bolsonaro.

Gente, em 30 anos, desde 1991 – vou repetir pra ver se o pessoal consegue entender –, quando a lei é promulgada, que permite o desconto associativo na folha a favor de aposentados – na época, Alckmin, que hoje é o Vice-Presidente da República, Deputado Federal, Relator dessa lei –, em 1991, senhores, se permitiu que houvesse o desconto associativo. Então, em 30 anos, nunca houve revalidação. Quem propôs foi o Governo do Presidente Bolsonaro, através da MP 871, em 30 anos, e essa revalidação foi combatida ferozmente pelo Partido dos Trabalhadores. Eu não vou aqui dizer novamente o nome daqueles que apresentaram emendas, mas já falei: basta compulsar as reuniões anteriores pra gente não repetir aqui. Houve, inclusive, discursos, falas, posicionamentos, e, ao final, todos unanimemente, na Câmara e no Senado, votaram contra o combate à corrupção, que foi apresentado pelo Governo do Presidente Bolsonaro.

Eu fico aqui olhando, e aí vem a mentira nº 3: "Olha, nós identificamos o problema e o combatemos". Não, pelo contrário, está aqui, inclusive, a Sra. Tonia, que passou dois anos calada, mas, em 23, em junho ou julho de 23, apresenta uma denúncia no âmbito do conselho, faz ouvido de mercador quem ouviu...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Ministro Lupi.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... aumenta geometricamente o número de consignados, as reclamações explodem para 1,5 milhão de reclamações por ano contra 40 mil, em 2019, que é dito que é a explosão. Por favor, se o pessoal não gosta da verdade, goste pelo menos de números, de aritmética, de dados cartesianos, límpidos, cristalinos, irrespondíveis: 1,5 milhão. Com 40 mil, quatro ACTs foram anulados. No ano seguinte, mais cinco: quatro, mais um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspenso. Agora, com 1,5 milhão, o que é que aconteceu? Se escala, se aumenta, se torna aí uma questão assim de... Aparentemente, houve um conluio entre quem estava dentro e quem estava fora, e quem perdeu com isso foram os aposentados que foram roubados, espoliados e ignorados. Ignorados!

A gente escuta aqui um discurso. Por exemplo, nós vamos assistir agora, daqui a pouco, a um novo depoimento. Eu estou ansioso porque eu vou escutar uma mesma narrativa e vou contrapor essa narrativa com fatos. Eu vou escutar a mesma narrativa, Presidente. Nós já sabemos o que é que vem por aí. Eu não vou antecipar para que nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... não percamos aqui essa expectativa.

Aí vem essa questão de que houve o final dessa revalidação por ação do Governo anterior. Olha que beleza! A gente tem aqui na frente a Dra. Tonia, que participou, senhores, da comissão de transição do INSS. Quem comandou? Quem comandou foi o Sr. Stefanutto. Quem é Stefanutto? Era o Procurador-Geral do INSS, de 2010 a 2017, e foi, segundo os senhores do PT, quem chocou o ovo da serpente – e eu explico, Sr. Presidente –, porque foi ele que deu um parecer, na contramão de um parecer anterior, permitindo que as associações, sem carta sindical, pudessem perceber descontos associativos. Foi dito pelos senhores do PT aqui, não fui eu que disse, não. Mas esse senhor, essa senhora e mais o Ricardo Silva, que, segundo o Relator da MP de 2022, foi quem propôs a ele que retirasse a necessidade da validação. Olhem que coincidência! Fazem parte da comissão de transição da previdência do Governo dos trabalhadores.

Por favor, senhores, eu estou preocupado em me debruçar sobre o tema, buscar quem roubou, identificar quem fraudou, apontar os culpados, e a gente vê aqui... Nós somos obrigados a passar 14 horas, 12 horas, escutando a mesma litania. A gente tem que elogiar, porque os caras são bons em mentir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Luiz Lima.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Respeita a Primeira-Dama!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor. É V. Exa.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Viana.

Presidente Viana, o sindicalismo brasileiro nasce...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Falando de uma dama de verdade...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, espera aí...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, art. 22.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado, Presidente Viana, o sindicalismo brasileiro nasce com Getúlio Vargas, na primeira Era Vargas, de 30 a 45, e nasce inspirado no fascismo italiano de Benito Mussolini. E os sindicatos criados na Itália naquela época juravam lealdade política a Benito Mussolini.

Eu não esperava – muito obrigado, Tonia, pela presença, e José Roberto –, que um sindicato brasileiro teria tanta lealdade política como ter o irmão do Presidente da República Vice-Presidente de um sindicato. Eu acho que ultrapassa todas as indicações do fascismo italiano.

A esquerda brasileira chama nós da direita aqui de fascistas, e eu acho que a esquerda brasileira segue, muito à regra, o fascismo italiano.

Sra. Tonia, todo gráfico aqui é corporativista, assim como o fascismo italiano e os sindicatos italianos. Isso aqui é corporativismo puro, onde você tem a família predominante. É muito parecido com o Conafer, mas ganha do Conafer e ganha também do esquema de Maurício Camisotti e do Careca do INSS.

Olha, é um corporativismo, e aí eu pergunto para a senhora... Não tem como não perguntar, é o sindicato do irmão do Lula. O Governo fala: "Ah, Bolsonaro deixou". O Bolsonaro ia deixar roubar o sindicato do irmão do Lula? É piada, é piada isso aqui, com todo o respeito à senhora. A senhora é muito educada, é a mais educada que passou aqui, dos 17 convidados; mas isso aqui é um escândalo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu pergunto para a senhora: há quanto tempo o seu pai – meus pêsames, porque ele faleceu em 2023 – conhecia o Frei Chico, irmão do Presidente Lula?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Eu não sei dizer.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Segundo reportagem da revista *Veja*, Lula pediu a Inocentini que acomodasse Frei Chico em algum posto do Sindnapi. A senhora confirma essa informação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Por que o Presidente Lula teria feito esse pedido? A senhora não sabe.

Quanto que Frei Chico ganhava para trabalhar no Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Também desconheço.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Frei Chico, irmão do Presidente Lula, promoveu encontros do Sindnapi com o Ministro da Previdência ou com o dirigente do INSS?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ele, que eu saiba, não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Era intenção do seu pai apenas acomodar Frei Chico no Sindnapi? Por que Milton Cavalo o promoveu, colocando-o na chapa, na condição de vice, após o falecimento de seu pai?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei dizer.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E eu gostaria aqui também de dizer que muita gente em casa pensa que o Frei Chico é frei. Não é frei; é um apelido. Ele era meio carequinha e tinha um discurso muito ideológico como sindicalista. Então, até nisso a esquerda é *fake*. Não é frei, não tem nada a ver com frei, não tem nada de religioso. Membro do Partido Comunista do Brasil, sindicalista desde os anos 60.

Mas, Sra. Tonia, o Deputado Evair mostrou ali um vídeo da senhora com Luiz Antônio de Medeiros, um Deputado Federal aqui de 99 a 2007, que fundou a Força Sindical em 1991. E, agora, eu vou mostrar algo muito grave aqui, que eu estou mencionando, eu não escutei nenhum Deputado mencionar: Luiz Antônio de Medeiros, Força Sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto para a senhora sobre a Gestora Eficiente, que o Deputado Alfredo Gaspar mostrou aqui, uma prestadora de serviço que tem uma ligação com o BMG. Tem várias ligações aqui, é um emaranhado aqui que leva à Gestora Eficiente. Sócios da Gestora Eficiente: Carlos Afonso Galleti Júnior, que é o marido da senhora; Daugliesi Giacomasi Souza, que é esposa do Milton Cavalo, atual Presidente do Sindnapi.

A Pamela Silva Greco é esposa do João Pedro de Moura, certo? João Pedro está aqui com a Pamela. Olha a carinha do João Pedro aqui com guarda-chuva. João Pedro junto com o Milton Cavalo e com o Ministro do Tribunal de Contas da União Antonio Anastasia aqui também – é o seu João Pedro aqui. Sr. João Pedro com um Procurador Federal, ex-Presidente do INSS, o Sr. Stefanutto, com o Milton Cavalo, com o Lupi e com essa... Eu não conheço essa senhora. "Sindinapi entrega relatório de auditoria ao Ministro Lupi".

Mas o grande pulo do gato é João Pedro com Luiz Antônio de Medeiros, reunidos com a senhora, quando a senhora não concordou com a MP 871, de 2019, naquele vídeo que o Deputado Evair de Melo mostrou. Sr. João Pedro – aqui, ó – de Moura, com Nelson Wilians, advogado, sentado aqui numa reunião. E, agora, Sr. João Pedro Moura foi preso na Operação Santa Tereza de 2008.

Eu faço questão de ler o relatório aqui, porque são essas pessoas, com esse histórico, que compõem o sindicato do irmão do Presidente do Brasil.

> João Pedro de Moura foi preso pela Polícia Federal na quinta-feira, durante a Operação Santa Tereza, que investiga suposto esquema de desvio de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Moura continua em carceragem em São Paulo. Ele é considerado, em relatório, como um dos principais assessores da Força Sindical, que foi fundada por Luiz Antônio de Medeiros, [que está com a senhora naquele vídeo, reclamando da MP 871], responsável pela ligação da organização criminosa com o banco BNDES.
>
> A [Operação] Santa Tereza não acusa o [...] [líder do PMDB, mas] os federais descreveram um lobista, que foi conselheiro do BNDES, carregando uma mochila, provavelmente a mesma que, segundo o monitoramento dos agentes federais, ele teria deixado no gabinete de Paulinho [da Força] algumas horas antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Ao sair da Câmara dos Deputados, João Pedro ainda recebeu ligação de outro integrante da quadrilha, o empresário Marcos Vieira Mantovani, e comemorou o resultado da visita a Brasília, segundo grampo feito pela [...] [Polícia Federal]. [Ele disse] 'Consegui todas as prefeituras do Rio de Janeiro, prefeituras do Estado da Paraíba e prefeituras do Estado do Rio Grande do Norte', disse João Pedro. Oito minutos depois, ele retorna a ligação para Mantovani e reforça a mesma informação: 'Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Paraíba, todas as cidades que tiverem mais de 100 mil habitantes'.
>
> De acordo com [...] [a investigação], a quadrilha se preparava para fechar um acordo de 200 prefeituras nesses estados. Além do desvio de 4% do valor do financiamento aprovado, a organização indicava a empresa que deveria elaborar o projeto a ser enviado ao BNDES e determinava a empreiteira ligada ao grupo que deveria ser contratada para executar obras.

Essas informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*, 2008. São essas pessoas que a senhora põe – a esposa desse senhor – como sócia da empresa.

Aqui, olhe, Gestora Eficiente. Isso aqui é um escândalo. Isso aqui é uma vergonha. Isso aqui, é claro que essa empresa é laranja, só que recebeu milhões de aposentados, de pessoas que ganham um salário mínimo, dois salários mínimos. Não é crime, Sra. Tonia, um advogado ganhar 2 milhões, 5 milhões. É imoral um advogado ganhar 5 milhões de um sindicato que arranca R$40, R$60... Quando, em sã consciência, 260 mil aposentados vão voluntariamente dar R$60, R$40 para um sindicato no Brasil? A gente se acostumou a falar de 5 milhões, 2 milhões, como uma coisa normal. Não é normal. Quanto que um professor tem que trabalhar para ganhar essa quantia?

Então, Sra. Tonia, eu agradeço muito a presença da senhora, mas eu não sei se a senhora se acostumou com isso, e que, para a senhora, pode ser moral, pode. A moral varia de indivíduo para indivíduo, mas isso aqui, para a maioria dos brasileiros, é imoral.

Então, as perguntas que, infelizmente, a senhora não sabe responder... E o que chama muito a atenção é o sindicato do irmão do Presidente do Brasil, que filiou 97%, segundo a Controladoria-Geral da União, sem a permissão dos aposentados... É o sindicato do irmão do Presidente do Brasil, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que recebeu mais de 599 milhões de pessoas que não vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter nem como comprar um frango para o Natal, porque não vão ter dinheiro; pessoas que não vão ter como comprar um presentinho no Natal, porque foram roubadas. E esse papo do Governo Federal de ter devolvido o dinheiro... Não. Ele não devolveu, não devolveu o dinheiro dele, devolveu o dinheiro nosso. A gente foi roubado duas vezes.

Então, Sra. Tonia, como eu disse aqui, a gente teve diversos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... personagens, agradeço a sua presença, mas fica muito difícil acreditar na inocência dos senhores, devido a parceiros como esse senhor e da maneira como foi construído todo aqui o organograma do seu sindicato.

E outra, eu estou lembrando aqui que, eu, vendo a senhora, é o que passa para mim: o Sr. Milton Cavalo parecia o Rubens, o carregador de mala do Careca; e a senhora defende o sindicato como a senhora sendo a dona desse sindicato. É muito nítido isso. A força da senhora em defender o sindicato é muito maior do que a força que o Milton Cavalo teve aqui para defender o sindicato, e a sabedoria e o histórico do seu sindicato também é muito maior na sua cabeça do que na do Milton Cavalo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por dez minutos a pedido da depoente.

(*Suspensa às 21 horas e 55 minutos, a reunião é reaberta às 22 horas e 05 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão, passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

Por dez minutos, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu tenho observado, aqui nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... que, sistematicamente, tenta se negar fatos, fatos comprovados por documentos.

Eu já exibi aqui, numa oportunidade – assim como um colega Senador falou da sabedoria na repetição, Platão falava que a sabedoria está na repetição –, e eu vou repetir.

Olha só. Por gentileza, coloca a lâmina.

Em 5 de julho de 2018, o Sr. José Carlos Oliveira foi alertado pela Procuradora da República, que pediu – está lá, alínea "b" – que adote "as medidas a serem adotadas em âmbito coletivo para impedir que o caso se repita em relação à sociedade em geral". Isso não.... São fatos, isso não está na via da opinião. Isso é um documento direcionado, coincidentemente, ao José Carlos, que foi Presidente do INSS e foi Ministro do Governo Bolsonaro. Esses são fatos.

O Governo Bolsonaro se omitiu, deliberadamente, para ocasionar o que aconteceu com essa fraude que culminou com um rombo nos aposentados e pensionistas. São fatos e contra fatos não há argumentos.

Próxima lâmina.

E o que é que foi feito? "Bolsonaro foi alertado dos desvios, de fraudes e irregularidades no INSS, durante a transição, dizem os peritos". Olha, isso não é a via da opinião. Então, está aqui. Eu estou vendo que, como método, tenta-se atribuir ao Presidente, ao Governo atual, um rombo que lá, por documentos, já foi sistematicamente comprovado. São fatos que têm que ser levados em consideração.

Agora eu ouvi um Parlamentar falando em prevaricação da CGU. Eu falo: olha, com todo o respeito, esse Deputado não sabe nem o que é prevaricação, porque todo crime tem como elemento subjetivo da conduta o dolo. E a omissão, ali do art. 319, ela é dolosa, é intencional. A CGU é que apurou, a Polícia Federal é que apurou, porque, no Governo do Presidente Lula, as instituições têm autonomia, elas têm autonomia, elas são fortalecidas, diferente do Governo Bolsonaro, em que nós tivemos um Ministro da Justiça que saiu atirando e denunciando o Bolsonaro por interferência na Polícia Federal. Foi esse! Esse mesmo ex-Ministro da Justiça sai detonando com o Presidente Bolsonaro por interferência na Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próxima lâmina.

Em dezembro de 2018, está aqui – não, março de 2019 –: requerimento de informações da Câmara dos Deputados ao então Ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao então Secretário da Previdência – hoje Senador, Líder da Oposição – perguntando quais foram as providências tomadas em caso de descontos não autorizados.

Isso são fatos, isso são documentos, senhoras.

Sr. Presidente, isso é muito grave, porque não é questão de olhar para o retrovisor, mas onde isso foi apurado foi no Governo do Presidente Lula, através da CGU, através da Polícia Federal, ao contrário do Governo Bolsonaro, que deliberadamente se omitiu, não quis revalidar, passou quatro anos sem exigir a comprovação dos documentos – e foi alertado.

Próxima.

Abril de 2019: o Ministério Público institui, com participação do INSS, um Grupo de Trabalho Interinstitucional Previdência e Assistência Social, tendo como objetivo questões afetas à concessão e à manutenção do pagamento de benefícios previdenciários pela INSS. Mais um alerta.

Próximo.

Linha do tempo, isso. Isso é linha do tempo para que a população entenda isso, a gravidade disso, das denúncias que foram feitas formalmente e nada – absolutamente nada – foi feito.

Agosto de 2019: Procon de São Paulo encaminha ofício que relata que teve reunião com o Ministério da Justiça, com participação do Ministro, hoje Senador, e o Presidente do INSS, que levou a sua preocupação com os descontos abusivos realizados nos benefícios aposentados. Olha, isso também. Foi em agosto de 2019, quer dizer, ele foi alertado oficialmente em junho de 2018, em dezembro de 2018, em março de 2019, em abril de 2019, em agosto de 2019, em maio de 2020.

Próxima lâmina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2020: Ofício do Ministério Público do Distrito Federal para o Diretor da Divisão de Consignações em Benefícios do INSS, questionando a relação dos aposentados e pensionistas que autorizam descontos eletivos de contribuição associativa realizados em benefício da Conafer.

Isso é um método.

Hoje nós vamos ouvir uma pessoa aqui que também foi alertada, que teve parecer da Procuradoria Federal falando que não poderia fazer o ACT. Isso foi... Está no ofício, e aí o Presidente passa por cima, passa por cima e fala: "Não, e vai dar".

Está aqui no processo de instrução de ACT da Amar Brasil, o Parecer Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS nº 7 diz:

> Conquanto a entidade tenha apresentado [...] cópias autenticadas [...] [tal], que deliberou sobre a renúncia da então diretoria e promoveu a eleição da nova diretoria que elegeu a atual diretoria, é preciso alertar os gestores desta autarquia de que o INSS está sendo chamado a responder civilmente por danos em ações judiciais decorrentes de descontos de valores de mensalidades de [...] [associados] alegadamente não autorizados [...]. Em razão de tal contexto, afigura-se de todo recomendável que a administração passe a apreciar [...] [quer dizer] [...] a entidade interessada para além de reunir aposentados e pensionistas, ao que parece, possibilita que qualquer brasileiro faça parte do seu quadro de associados. Assim, entende-se que a entidade não atende totalmente ao disposto no art. 115 [...]. Foi alertado. A Procuradoria da Fazenda Especializada alertou. E aí, o que é que foi feito? O Presidente passa por cima, inclusive com um parecer do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, coincidentemente, de quem essa CPMI pediu a prisão, e deu-lhe uma canetada e autorizou o ACT. Ora, isso foi deliberadamente. Isso são fatos, e isso a oposição não fala.

A oposição não fala que foi a CGU e a Polícia Federal que deflagraram essa operação, muito antes do que foi veiculado pelo *Metrópoles*. A oposição não fala isso: que foi através do Governo que está repondo, e tem que repor, efetivamente, esse rombo sofrido pelos aposentados e pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, negar que esses fatos aqui estão todos fartamente, totalmente documentados... Eu queria aqui perguntar à depoente, porque consta que o Sindnapi protocolou denúncias junto ao Tribunal de Ética da OAB, ao Ministério Público de São Paulo e, por duas vezes, à Delegacia de Proteção ao Idoso da Polícia Civil de São Paulo. A senhora teve conhecimento dessas denúncias?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – De que ano que elas são...?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Elas são de 2016...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, sim. Sim, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – A senhora sabe qual foi o desfecho delas?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, o desfecho eu não sei. O desfecho eu não sei dizer agora.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas foi alertado. Então, essa denúncia partiu do Sindnapi.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, então... Mas eu não sei exatamente se são essas em que eu estou pensando. Eu já estou bastante cansada...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – São essas mesmo.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... e não sei dizer quais são os pontos dessas denúncias. Mas pode ser que sejam referentes a associações...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Foram várias.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... que eram montadas e que eles ofereciam revisões, e não faziam as revisões para os aposentados, e tomavam dinheiro. Eu acho que era isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito. Foram várias. Foram várias denúncias de 2016: 08/08/2016, 17/08, 30/08 e assim sucessivamente.

O que, Sr. Presidente – para concluir –, eu só acho é que contra... Desculpa, só a última lâmina, por favor. Essa, para mim, ficou muito marcada. Além de o Ministro da Justiça sair, deixar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o cargo sob a argumentação de que o ex-Presidente Bolsonaro estava interferindo na Polícia Federal, o próprio Presidente Bolsonaro fala: "Vou interferir. Ponto final". São fatos.

E aí, eu quero só concluir com o que manda o Código Penal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O Código Penal é claro no art. 13, §2º, alínea "a", quando diz que a omissão é penalmente relevante quando a gente tem, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado. E que a pessoa, no Brasil, pratica crime tanto por ação, mas também por omissão. E que dolo não é só a intenção, mas é assumir o risco de produzir o resultado. Tem a digital, nome e sobrenome, do Governo Bolsonaro nesse rombo perpetrado contra toda a população mais carente do país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, brevemente: é para arguir – já foi solicitado pelo meu colega Paulo Pimenta – o art. 14, e, ao que me consta, pelo que eu pude acompanhar, nós fomos vítimas de uma ofensa através de vídeo aqui exibido. Então, arguo a V. Exa. o art. 14, para direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele tem direito, porque foi mostrado em vídeo; mesmo não estando presente, faz parte desta Comissão.

Concedo o tempo a V. Exa., cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para explicação pessoal.) – Presidente, eu não estava presente, mas estava acompanhando, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Quero cumprimentar a Dra. Tonia pelo seu depoimento, pelas informações, pela disposição de prestar a verdade, de prestar as informações aqui.

O vídeo aludido, Presidente, é mais uma expressão absoluta da chamada política da bancada dos *likes*. Na ausência de fundamento concreto para inquirir a depoente, na ausência de argumento concreto para juntar informações, na ausência da vontade de estudar... Porque para fazer inquirição aqui, Dra. Tonia, tem que pesquisar um pouco, tem que trabalhar, tem que estudar, tem que pegar no serviço. Eu sei que, às vezes, dá trabalho – e alguns colegas talvez tenham aversão a essa palavra –, tem que estudar e tem que trabalhar.

Mas o questionamento, a agressão, a ofensa que foi aqui é mais uma expressão absoluta daqueles que não querem que as investigações cheguem ao seu termo! Querem, na verdade, transformar isto aqui num evento de recortes na internet, de um evento de *likes* para as redes sociais, em que a única coisa que conseguem apresentar, em vez de inquirição, são memes. Memes, *likes* não chegarão ao objetivo da investigação.

Em relação ao depoimento, Dra. Tonia, da Sra. Tonia, Presidente, eu estou satisfeito e eu queria retirar minha inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... até para abreviar para o depoimento que interessa no dia de hoje, que é o depoimento do Sr. Felipe, que aí a gente vai ver como funcionavam os "*golden boys*", que abriram e escancararam as portas do INSS para o assalto que ocorreu.

Quanto a ele, nós vamos inquiri-lo com fundamento, com material probatório, e não com busca de memes, *likes* e cortes para a internet.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto à Senadora Tereza Cristina se deseja fazer uso da palavra. A senhora está inscrita.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente Senador Carlos Viana; Sr. Relator; Sra. Tonia. Boa noite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que hoje, aqui, como em todas as oitivas que a gente vem tendo, a gente perde muito, porque nós ficamos num jogo de acusação. As acusações têm que vir depois dessas investigações, porque nós temos realmente um roubo enorme, uma fraude em cima dos aposentados do INSS deste país.

Então, eu queria perguntar à D. Tonia... Não sei se ela vai me responder, mas eu soube que ela participou da equipe de transição deste Governo, com o qual a senhora tem afinidades ideológicas – e aqui nada contra, porque nós vivemos numa Casa da democracia –, e eu queria saber o que foi que a senhora colocou nessa transição para que a gente, para que se fizesse alguma coisa ou melhorasse o sistema de proteção para os aposentados, se a senhora naquela época teve essa preocupação.

A outra coisa que eu queria perguntar para a senhora é porque a senhora colocou – eu estava assistindo – que a senhora cuidou de 17 mil processos, eu acho, e eu queria saber quantas pessoas fazem parte da sua equipe, porque 17 mil processos são muitos processos; isso equivale a um grande escritório de advocacia.

Então, se a senhora pudesse me responder: o que é que a senhora fez? O que a senhora sugeriu para o Governo de transição que pudesse melhorar o processo aí do INSS, dar mais proteção aos aposentados e pensionistas?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI (Para depor.) – Em relação ao Governo de transição, foi feito um relatório final com todas as diretrizes de levantamento da situação encontrada.

Durante as discussões foram levantadas por várias pessoas, todo mundo que participou, opiniões e desejos, mas o relatório final se atém muito mais a um diagnóstico do que foi encontrado naquele momento. Então, não é bem um... o relatório final não é bem um...

Como é que eu posso usar a palavra? Eu já estou cansada, eu estou falhando aqui. Não é um... alguém me ajuda?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Programa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É um programa, o que ser feito, como fazer e, sim, um diagnóstico.

Obrigada, um diagnóstico...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Da situação.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... da situação.

E em relação ao escritório, eu não sei dizer ao certo quantas pessoas envolvidas, mas foram muitos profissionais, mas como eu... quem cuidava dessa operação era a Dra. Pellegrino, uma das sócias, eu não sei dizer ao certo, mas eram bastantes pessoas mesmo, porque, de fato, era muita coisa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – E o que a senhora atribuiu ao fato de em 19... Depois de 19, a gente ter aí, em 22 e 23, uma multiplicação exponencial desses descontos.

O que a senhora atribuiu isso? O sistema ficou melhor? Como é que isso caminhou?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei dizer ao certo o que aconteceu, mas é que a maior... o que a gente observa é que os ACTs foram feitos anteriormente e eles começaram a colocar os associados posteriormente dentro da estrutura para desconto.

Então, eu não sei dizer exatamente o que aconteceu, se houve uma falha ou não ou se estava tudo igual como sempre, eu não sei dizer.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Então, a senhora nunca percebeu que esse aumento exponencial podia ser algum tipo de fraude? A senhora achou que isso tudo era normal?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Que as pessoas assinavam...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – ... do contrário.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – ... e estavam de acordo com esses descontos?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, do contrário, por isso que eu falava com as pessoas para eles apurarem, porque eu achava estranho isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – E a senhora fez alguma denúncia?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Conversei com várias pessoas dentro do INSS, colocando a minha preocupação e esperando que elas tomassem as providências porque isso não dependia de mim.

Não era eu que faria a investigação, nem tomaria nenhuma providência.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Então, a senhora, em algum momento, achou que tinha alguma coisa, alguma coisa estava saindo fora do normal?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Está bom.

Bom, eu fico aqui pasma de ver as acusações de um lado ou de outro, eu acho que as pessoas no Brasil não querem saber se isso aconteceu no governo A, no governo B, no governo C, as pessoas querem realmente que as coisas sejam apuradas.

E dizer que os aposentados estão recebendo neste Governo, me desculpem, estão recebendo porque a CGU foi para cima, porque teve processo da Polícia Federal. E esse dinheiro é dinheiro nosso, é dinheiro da população, não foi dinheiro que foram atrás dessas... Como é que eu vou chamar? Desses sindicatos que meteram a mão e tiraram dinheiro de pessoas muito vulneráveis que vocês deviam proteger, essas pessoas é que perderam.

Eu queria saber se vocês conseguem dormir, porque eu saio daqui e eu não consigo dormir. Eu tenho que tomar remédio para dormir, ouvindo esse descalabro que é esse assunto no Brasil.

E não vai ser colocando Governo Lula, nem Governo Bolsonaro, eu acho que nós temos é que realmente, Sr. Relator, nos aprofundar nessas investigações, porque esse assunto não pode morrer. A população brasileira espera respostas concretas. E espera que também nós possamos ter um sistema aprimorado para não deixar que isso aconteça novamente.

E é tudo igual, você muda o sindicato, é tudo igual. É a família inteira que trabalha, todo mundo recebe. Quem paga o serviço recebe na outra empresa, na outra ponta, que é sócio da cunhada, do irmão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que está na hora de a gente parar de acusações e realmente trabalhar. Viu, Senador, meu amigo Randolfe? Temos que trabalhar mesmo, nos aprofundar nessa investigação, nos aprofundar nesta CPMI para saber como foi feito esse roubo. Como é que ele aconteceu, como é que, passando por tantos anos e tantas pessoas, isso aconteceu.

Então, aqui, hoje, eu quero dar um depoimento de que eu não durmo. E eu gostaria de saber se a senhora dorme, D. Tonia, à noite, quando põe a cabeça no travesseiro e pensa em tudo que foi feito contra os aposentados deste país.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado à senhora, Senadora.

Como último inscrito antes do Relator, para encerramento, o Deputado Fernando Rodolfo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa noite.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Boa noite a todos que nos acompanham pela TV Senado.

Esta é a 18ª reunião já desta CPMI do INSS. E eu tenho aqui algo a dizer que para mim é uma honra participar desta Comissão que tem um foco, que é encontrar os responsáveis por esse roubo descarado contra os aposentados brasileiros. Eu tenho orgulho de ser o único Deputado da bancada de Pernambuco, meu estado, a integrar esta Comissão aqui.

Nas minhas andanças, lá pelo interior de Pernambuco, ontem, eu conversei com um cidadão – na zona rural do Município de Angelim, uma cidade pequena lá no Agreste do estado –, o nome dele é seu Mariano Luís, 82 anos de idade, aposentado desde os 60. Ele me relatava a insatisfação dele com relação aos descontos que foram feitos por muito tempo da sua aposentadoria; 30, 40, R$50, às vezes, para a gente, não faz tanta falta, mas para aquele cidadão, Seu Mariano Luís, fazia muita falta.

Tanto é que ele já recebe pouco na aposentadoria e continua trabalhando na enxada para poder garantir o sustento da sua casa; 30, 40, R$50 fizeram muita falta para ele, principalmente porque é um homem que depende de muitos remédios e isso pesou bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, todas as vezes que eu venho para cá, eu venho com muita... Trazendo essa revolta que é de todos os aposentados brasileiros.

Hoje, acompanhei atentamente, Sra. Dra. Tonia Galleti, a sua explanação, sobretudo as suas respostas ao Relator. Foi bastante esclarecedor, só que eu fiquei com algumas dúvidas.

A senhora falou aqui mais cedo que começou a fazer esses alertas ainda em 2019, e eu queria entender melhor. A senhora, naquele momento de 2019, descobriu que estava acontecendo alguma coisa estranha nessa operação aí das associações e, inicialmente, procurou quem?

Eu só queria entender melhor essa parte.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Excelência, como eu já falei aqui com os senhores, em todas as oportunidades que eu tive eu falava sobre o assunto, esperando que fossem tomadas as medidas – fosse investigado, fosse olhado para a situação.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A senhora foi falando, falando, até chegar naquela reunião de 2023.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Exato, exato.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas aí fica uma dúvida: se a senhora sabia que estava acontecendo alguma coisa de errado, tanto é que estava tentando chamar a atenção e alertar os responsáveis, em momento algum a senhora procurou a Polícia Federal para denunciar?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A polícia eu realmente não procurei.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A senhora não foi à polícia. Por que a senhora evitou ir à Polícia Federal sabendo que estava acontecendo uma onda de descontos irregulares contra os aposentados?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Porque o que eu tinha, de fato, era o relato de alguns associados que estavam passando por isso. Então, a gente entrava em contato, ajudava o associado a resolver o problema, os instruía a fazerem boletim de ocorrência, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

era o caso, quando eles achavam que deviam fazer, entendendo que era o INSS que tinha que tomar providências, de fato, num...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A senhora não chegou a pensar que isso era um caso de polícia, de fato. E a senhora, tendo já o conhecimento do que estava acontecendo, não foi até a Polícia Federal denunciar?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Até a polícia eu realmente não fui.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A senhora nem sequer pensou nisso ou realmente não quis ir?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, eu não, realmente... assim, eu não me recordo com todas as letras por que não fomos, mas a gente não foi à polícia, o sindicato não fez isso ... à polícia.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas veja: em 2019 a senhora começou a fazer os alertas. Ai, em 2019, nada aconteceu. Em 2020, em 2021, até chegar lá em 2023...

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – ... naquela reunião do Conselho Nacional de Previdência Social. Então, foi muito tempo. Eu, me colocando aqui no lugar da senhora, vejo que foi muito tempo – a senhora tentando chamar a atenção e evitando ir à polícia –, e é esse ponto que eu não consigo entender, porque foi a partir da investigação da Polícia Federal que a casa caiu, ou seja, se a senhora tivesse feito isso lá atrás, muitos aposentados teriam sido poupados desse roubo descarado que vinha acontecendo.

Agora vamos lá para aquela reunião de 2023. Qual foi a reação quando a senhora falou? Porque esta reunião, realmente, foi um marco – e todo mundo fala nesta reunião –, em que a senhora levou ao conhecimento esse fato. Estava lá presente o Ministro Carlos Lupi; estava presente o atual Ministro, que era, na época, Secretário-Executivo da Previdência. Qual foi a reação deles? Ignoraram ou minimizaram o problema? Não tocaram para a frente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, do contrário. Eles todos manifestaram interesse no assunto, disseram da gravidade, da importância, da relevância... eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

me recordo exatamente, mas, pelas notas taquigráficas, dá para a gente ler e saber. Se eu não me engano, o Ministro Lupi pediu lá na hora para as pessoas do INSS que estavam na reunião levantarem os dados, as informações para a apuração e tudo mais. Então, eles mostraram interesse ali na reunião.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O.k. Presidente, era só isso. Eu não vou precisar usar os dez minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Eu queria mesmo era ter tirado essa dúvida de por que a depoente não foi à Polícia Federal denunciar algo que ela já vislumbrava como algo que feria os direitos dos aposentados, de 2019, 20, 21, 22 a 23 – e não procurou a Polícia Federal para denunciar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Para novos questionamentos, o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sra. Tonia, a senhora viu que eu lhe tratei melhor do que os outros Parlamentares, não é? A senhora estava reclamando de mim, mas a senhora viu quanta educação do Relator. Mas tem umas dúvidas aqui que eu ia pedir para a senhora esclarecer.

A senhora, em 23, na reunião do Conselho Nacional de Previdência, reclamou ou alertou, melhor dizendo, o Ministro Lupi sobre irregularidades em descontos associativos. E a senhora me respondeu que, durante a sua permanência no Conselho Nacional de Previdência Social por mais dois anos, nenhuma providência em relação às reuniões do Conselho Nacional de Previdência ou nenhuma pauta relacionada ao assunto foi colocada, de acordo com o que a senhora tinha pedido, não é isso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas tem uma coisa interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 24, não sei a época, quem foi que fez uma auditoria independente no Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Uma empresa que eles contrataram para fazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora tem participação nessa contratação?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já conhecia essa empresa?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora se lembra que eu perguntei à senhora quem era o marido da Grecco?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a senhora respondeu quem era?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – João Pedro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – João Pedro.

O João Pedro – o Deputado Luiz Lima citou e eu tinha dito – foi preso pela Polícia Federal, em 2008, fazendo esquema de propina em relação ao BNDES.

Aqui está a empresa que fez a auditoria no Sindnapi, dizendo que estava tudo o.k. em 2024. Olha a coincidência! Fabio Tadeu Espinosa. Quem é Fabio Tadeu Espinosa? A empresa que fez a auditoria é de Fabio Tadeu Espinosa. E quem é Fabio Tadeu Espinosa? Sócio de um quadrilheiro chamado Marcos Mantovani – e também essa empresa estava envolvida no esquema da Santa Tereza, do BNDES.

Olha, vagabundo e bandido não se inventam, não. Eles sempre voltam.

Então a empresa que fez a auditoria no Sindnapi, um ano depois, dizendo que o Sindnapi era uma maravilha e que as fichas estavam todas corretas, pertence a um sócio de um quadrilheiro, preso pela Polícia Federal em 2008.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a senhora está dizendo que não foi a senhora quem contratou a auditoria. Portanto a senhora também possivelmente não tem responsabilidade em mais uma safadeza dessa empresa.

A senhora conhece a Sra. Jéssica Leidiane?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que Jéssica Leidiane foi para fora do Sindnapi um dia após a Operação Sem Desconto?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela não era a sua subordinada, não?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, mas eu não fui ao sindicato no dia seguinte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quando a senhora foi ao sindicato, essa moça ainda estava lá trabalhando?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ela estava... Eu não sei se ela já estava em aviso prévio ou não, mas ela estava para sair do sindicato. Ela saiu, acho que no dia 2 ou 3 de outubro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas a senhora não sabe por que ela saiu um dia após a Operação Sem Desconto, não é?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Gestora Eficiente, do seu esposo...

Essence, da sua irmã e da sua mãe...

Jéssica Leidiane manda um *e-mail*: "Segue o valor da nota fiscal para o mês de julho".

Eu estou aqui com a nota fiscal e faz a discriminação: R$21.383,00. Realmente, é muito pouco diante dos bilhões que as organizações criminosas tiraram de aposentado e pensionista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a senhora poderia me dizer – a Jéssica Leidiane fez a seguinte discriminação nessa nota, e eu tenho mais 200 notas praticamente iguais: "Dos 21.383,00, 4.912,00 para o sindicato; 9.342,00 para a Generali e 7.127,00 para a Neuza, que eu acredito que é a sua mãe. Que lógica foi essa que se repetiu de forma consistente em várias notas fiscais? Como era essa tripartição?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei dizer ao senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço, mas eu acho isso muito interessante.

O seu esposo, sócio majoritário da Gestora Eficiente, recebeu quase R$3 milhões do Sindnapi e mais quase 5 milhões de comissão da Generali.

O seu esposo, também, através da Gestora Eficiente, era correspondente bancário do BMG?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como eu já expliquei, acho que foi para o senhor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, para mim não.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Alguém perguntou e eu já falei isso. A Gestora era correspondente bancária da CMG, por força do contrato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sendo correspondente bancário do BMG, também realizava empréstimo consignado?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que eu saiba, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Polícia Federal andou no Sindnapi.

A senhora disse uma coisa interessante. A senhora disse que no sindicato quem comanda é o Presidente e quem mais, pelo estatuto?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Quem faz os atos administrativos são o Presidente e o Tesoureiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o Tesoureiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora pode me dizer quais foram os personagens do Sindnapi visitados por meio de busca e apreensão da Polícia Federal, por ordem judicial do STF?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei dizer. Não sou eu que cuido disso lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a senhora não ouviu falar?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, só sei do Sr. Milton Cavalo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

A senhora foi visitada?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Fui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O seu esposo foi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – D. Neuza foi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A sua irmã foi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O seu cunhado foi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Que eu saiba, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer, fora dessa esfera de comando, como a senhora disse, que era Presidente e sindicato, por que a Polícia Federal também fez essa busca e apreensão em relação à senhora e seu esposo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No mandado ou na decisão, a senhora não chegou a ver?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – No mandado, não tinha nada especificado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nem veio decisão acostada?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nem a senhora teve conhecimento até essa data?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Frei Chico. Frei Chico, irmão do Presidente da República. O Frei Chico, a senhora falou que está lá no sindicato – não entendi ou posso ter entendido errado – desde 2008 ou desde a fundação. Não sei bem o que é que a senhora disse, mas qual foi a data que Frei Chico passou a fazer parte da estrutura da diretoria do sindicato?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em 2021.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como diretor do sindicato, 2021, e como Vice-Presidente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Foi só após a morte do meu pai, em agosto de 23.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora costumava encontrar o Frei Chico no sindicato?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era coisa semanal?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, ele sempre ia lá, eu não sei dizer a frequência, mas ele ia bastante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora vê no Frei Chico alguém que tem capacidade de planejar um sindicato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei dizer isso. Capacidade, avaliar dessa forma, não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já conversou com o Frei Chico?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui foi dito por muitos Parlamentares – e trato o Frei Chico, deixo isso bem claro, como testemunha – que o Frei Chico lançou o Presidente da República nessa seara sindical.

A senhora já teve oportunidade de discutir com o Frei Chico o movimento sindical?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Na verdade, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora nunca conversou com o Frei Chico nada sobre o Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora, conversando com o Frei Chico outros assuntos, pode dizer se o Frei Chico é alguém que se mostra atualizado com os assuntos cotidianos?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Puxa.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – É, eu não sei responder isso. É um homem inteligente, mas um senhor de 83 anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Presidente da República tem 80, 81 também, mas isso não quer dizer muita coisa. O que eu queria ouvir da senhora é se Frei Chico frequentava o sindicato, e a senhora disse que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... sim; se o Frei Chico era uma pessoa antenada com os assuntos cotidianos, e a senhora falou que não sabe dizer, mas disse que o Frei Chico estava na diretoria desde 2021.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A decisão de contratar o BMG, que, diferente do que estão dizendo, está provado aí que foi fusão BMG e Sindnapi que aumentou consideravelmente os associados, essa decisão foi tomada por quem?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Eu não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Havia atas nas reuniões?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora participava das reuniões do sindicato?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, quem fazia ata era um outro advogado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E essas reuniões do sindicato ocorriam de quanto em quanto tempo?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – De acordo com a necessidade, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Posso perguntar à senhora quem é que frequentava essas reuniões do sindicato com ata? Porque eu vou requisitar essas atas.

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A diretoria, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era a diretoria que participava dessas reuniões?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – A diretoria operativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer...

Chegou aqui uma notícia, Sra. Tonia. Chegou aqui uma notícia dizendo que seu esposo, Carlos Galleti, na véspera da operação... E essa notícia chegou a mim. Eu não a trato como verdadeira, por isso não repassei adiante, mas tenho que perguntar à senhora. Uma fonte, diretamente de dentro do Sindnapi, conseguiu meu telefone, não me pergunte como, mas a fonte existe e foi de dentro do Sindnapi, que seu esposo estava fabricando recibos na véspera da operação da Polícia Federal.

A senhora poderia me dizer se, no dia anterior à operação da Polícia Federal, seu esposo estava, à noite, na sede do Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, com certeza não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer onde ele se encontrava?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Comigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Em casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em casa. Isso é muito importante também, porque a senhora sabe que, na vida, a gente também faz inimigos, e histórias podem ser inventadas.

A senhora poderia me dizer qual foi a sua evolução patrimonial, junto com seu esposo, de 2019 para o ano de 2025?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, eu teria que olhar o Imposto de Renda. Vocês já quebraram o meu sigilo e vocês devem ter, né? Eu não sei dizer de cabeça, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer se essa evolução patrimonial foi maior do que 100%?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Ah, não; não foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora tem uma base de quanto foi essa evolução patrimonial?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não me recordo; eu não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer, na Gestora Eficiente, desse aspecto financeiro, qual o pró-labore do seu esposo na Gestora Eficiente?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer qual o pró-labore do seu cunhado na Esférica?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Muito menos, não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer qual o pró-labore do seu esposo no escritório de advocacia?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer quantos processos judiciais a senhora já contestou, ou seu escritório, ou o seu esposo, reclamando, judicialmente, por associação indevida na Justiça?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Como eu já informei, foram dezessete mil e poucos processos, entre administrativos e judiciais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer se o Sindnapi já foi condenado no Poder Judiciário, por ter feito associação indevida de pessoas?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Acredito que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer quantas condenações a senhora sabe que já ocorreram em relação a associações indevidas do Sindnapi?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não sei dizer agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para as considerações finais, a senhora tem cinco minutos. A senhora quer fazer uso?

A SRA. TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI – Não, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está encerrada a primeira fase desta reunião.

(*Suspensa às 22 horas e 48 minutos, a reunião é reaberta às 22 horas e 58 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Oitiva do Sr. Felipe Macedo Gomes, dirigente da entidade Amar Brasil Clube de Benefícios.

Requerimentos 496, Senadora Damares Alves; 617, Deputada Adriana Ventura; 795, Senador Randolfe Rodrigues; 910, Senador Fabiano Contarato; 1.139, Deputado Orlando Silva; 1.324, Deputado Paulo Pimenta; e 1.749, Deputado Evair de Melo.

A CPMI foi notificada da decisão do Ministro Dias Toffoli no *Habeas Corpus* 263.077, no qual consta o seguinte:

> Não obstante a expressa referência no documento à condição de testemunha do paciente, colho dos diversos requerimentos de convocação a justificação para tal, como sendo o fato de ser Presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB), que seria uma das beneficiárias do esquema bilionário de fraude contra os aposentados do INSS, o que, ao meu sentir, colocaria o paciente na posição de investigado.
> Estando controversa a convocação do paciente para prestar depoimento na condição de testemunha ou de investigado, ressalto que, segundo nossa jurisprudência, o privilégio contra a autoincriminação se aplica a qualquer pessoa, independentemente de ser ouvida na condição de testemunha ou de investigada.
> Portanto, à luz desse entendimento, o indiciado ou testemunha tem o direito de permanecer em silêncio e de não produzir prova contra si próprio.
> Dessa maneira, concedo a ordem de *habeas corpus* para assegurar ao paciente a faculdade de comparecimento perante a CPMI, bem como o direito constitucional ao silêncio, incluído o privilégio contra autoincriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Após essa decisão, sobreveio petição do convocado ao Presidente, na qual consta... Ou seja, nós recorremos pela Advocacia do Senado. (*Pausa.*)

Tá.

> Aproveitando a oportunidade para cumprimentá-lo, oportuno dizer que o peticionário se coloca à disposição para fornecimento dos elementos informativos necessários, caso assim seja instado a fazer. Assim, espera-se que o depoente contribua, como prometeu em sua petição, fornecendo os elementos informativos necessários solicitados por esta Comissão durante o depoimento.

Em seguida, a Advocacia do Senado Federal formulou um pedido de reconsideração ao Ministro Toffoli, decidido nestes termos:

> Diante dos esclarecimentos prestados pela Advocacia do Senado da República, reconsidero em parte a decisão proferida apenas para converter a facultatividade e obrigatoriedade de comparecimento sem prejuízo do direito à não incriminação e de se fazer assistir por advogado, de ser tratado com urbanidade e o respeito que a lei e a dignidade humana impõem, mantendo-se, assim, os demais dispositivos da decisão por mim proferida.

Assim, o Ministro deixou claro que o depoente pode manter silêncio em relação aos fatos que possam implicar a sua responsabilização pessoal ou profissional.

Desse modo, passo ao termo de compromisso, o qual, com as ressalvas citadas pela decisão do Ministro, tão somente os fatos que não estejam ligados à possível responsabilização pessoal ou profissional.

V. Sa. promete quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutor, independentemente do juramento ou não, as pessoas estão obrigadas a falar a verdade na CPMI. Nas questões em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o senhor perceber a autoincriminação, o senhor tem o direito de ficar em silêncio, como foi definido perante a Constituição. As demais perguntas que não ensejem sua autoincriminação, peço a gentileza de que responda e colabore com os Parlamentares.

Passo a palavra... Antes de passar a palavra, quero dizer ao Dr. Levy: primeiro, bem-vindo, Dr. Levy, muito obrigado pela companhia. Qualquer manifestação que o senhor considere indevida ou desrespeitosa ao seu cliente, o senhor, por gentileza, dirija-se a esta Presidência para que a gente possa tomar as providências necessárias para o devido tratamento, conforme a urbanidade e o respeito dentro desta CPMI.

Passo a palavra ao convocado, o Sr. Felipe Macedo Gomes, por 15 minutos para a apresentação inicial.

Senhores.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Boa noite, Presidente. Boa noite, Relator. Boa noite, Sras. e Srs. Parlamentares. Me chamo Felipe Macedo Gomes, tenho 35 anos, sou casado, tenho dois filhos, sou cristão, e compareço aqui para prestar o meu depoimento.

Gostaria de pedir que a Presidência desse o direito da palavra ao meu advogado, para ele explicar sobre o meu HC, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, doutor. Vamos conceder essa palavra a V. Sa.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar o douto Relator, as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados.

Quero aqui cumprimentar a todos e justificar até, não só com base no *habeas corpus*, mas também em razão de tudo o que vem ocorrendo com o Sr. Felipe, a demonstrar que o Sr. Felipe não tem nenhuma característica de testemunha ou de depoente. E explico a V. Exas. V. Exas. compreenderão bem a questão.

O Sr. Felipe foi objeto de mandado de busca e apreensão e outras medidas cautelares pela 10ª Vara Criminal Federal de São Paulo. Na ocasião, esse inquérito-mãe, vamos dizer assim, nasceu aqui no Distrito Federal, com uma vítima, e o Ministério Público se manifesta, na realidade, que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

por se tratar de algo que teria direta ligação com o INSS, o Promotor de Justiça do MP do Distrito Federal entende que é hipótese específica da Justiça Federal.

Foi mandado para a Procuradoria da República, e a Procuradoria da República, Senador Contarato, remete para São Paulo, capital. Então houve um pedido, mandado de busca e outras cautelares, no qual o Sr. Felipe sofreu as cautelares. Estivemos juntos com a magistrada, para pedir acesso aos autos, para que pudéssemos saber do que se tratava. Não tínhamos, naquela ocasião, quando o Sr. Felipe nos procurou, nós não tínhamos conhecimento a respeito disso. Então, a magistrada disse: "O.k., vamos analisar a petição dos senhores", e de lá, fomos embora.

Dois dias depois, o Ministro Dias Toffoli determina que todo material que esteja em primeira instância imediatamente seja encaminhado ao Supremo Tribunal Federal ou ao seu gabinete. No seu gabinete, S. Exa. entendeu, portanto, transformar aquilo que ainda estava digital em físico.

Estivemos aqui no Supremo Tribunal Federal, portanto, conversando no gabinete do Ministro, e queríamos acesso, tal como nós havíamos pedido à juíza de primeiro grau. O expediente era o mesmo. E o Ministro então disse: "Vamos avaliar a petição dos senhores". A petição ficou, ficou, não foi avaliada, não houve avaliação nenhuma. E, depois de um parecer da Procuradoria-Geral da República, houve então uma determinação, pela Presidência do Supremo, para que houvesse a distribuição daquele expediente. Então sai das mãos do Ministro Dias Toffoli e vai para as mãos do Ministro André Mendonça.

O Ministro André Mendonça, o eminente Ministro, determina, por força de pedido da Polícia Federal, mais uma medida cautelar contra o Sr. Felipe. Então temos a segunda medida cautelar, determinada pelo Sr. Ministro, documento que eu passo a S. Exa., à Presidência, ao Relator, onde consta expressamente que o Sr. Felipe é investigado por organização criminosa, lavagem de dinheiro, textualmente, e estelionato qualificado.

Até o presente momento, mantivemos duas vezes contatos no gabinete do Ministro André Mendonça. E, até o presente momento, nós não temos ainda acesso. Não sabemos ainda oficialmente, e sabemos obviamente que, a CPI, é evidente que ela tem os seus poderes autônomos e ela é independente, mas os fatos que aqui são investigados são exatamente os mesmos, análogos àquele do inquérito policial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não tenho, Senador, como classificá-lo como testemunha quando, na realidade, ele tem todas as características de alguém que está sendo investigado. Então, como ele pode, eventualmente, assinar um compromisso no qual tem a obrigação de dizer a verdade? Esse é um artigo que fica no art. 203 do Código de Processo Penal e que vem depois da palavra "testemunha". Ele não pode se comprometer a isso.

Por essa razão, encerrando a minha fala, eu digo... Nós pedimos isso e despachamos no gabinete do Ministro Gilmar Mendes – desculpem-me, perdão, do Ministro Dias Toffoli – o nosso HC. S. Exa. disse: "Confiro, primeiro, ao paciente a faculdade de comparecimento". S. Exa. o douto Presidente, então, recorreu, pela advocacia do Senado, e o Ministro Dias Toffoli falou: "Não, não é mais faculdade, é obrigatoriedade, você vai lá comparecer". Pois não. Segundo: "Determino e garanto o direito constitucional ao silêncio incondicionado". E ainda inclui: "Incluído o privilégio contra a não autoincriminação para [diz o Ministro] não responder, querendo, a perguntas potencialmente incriminatórias a ele direcionadas, e o direito de conversar com os advogados. Não poderá ser obrigado a assinar o termo de compromisso". Então, não sou eu que estou dizendo, Excelências.

O que vem esta defesa dizer e rogar a V. Exas. é o cumprimento de uma decisão judicial. Nós agimos exatamente dentro da regra do jogo. Dentro da investigação – e esta CPI, tenho certeza, vai aprofundar – possivelmente trarão elementos que levem a uma eventual responsabilização, mas, no momento, eu não poderia deixar de vir a esta CPI, sempre com o maior respeito. Mas também gostaria que a decisão do Ministro Dias Toffoli também fosse respeitada.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Eram essas as manifestações, e já digo a V. Exas. que, da altura do meu cargo, da minha função, eu orientei o Sr. Felipe para que não respondesse a nenhuma pergunta, porque não tenho acesso a absolutamente nada. Já sofreu duas buscas, não tenho um material. Já estive cinco vezes no Supremo Tribunal Federal, nos diversos gabinetes e, até o presente momento, não sei. Então, qualquer palavra que ele traga, senhores, por via de consequência, é obvia e potencialmente incriminatória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu agradeço demais a oportunidade e fico à disposição de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Doutor.

O princípio do *nemo tenetur se detegere*, que diz sobre a pessoa não gerar prova contra si mesma, será respeitado e tem sido respeitado por esta Comissão em todos os momentos.

Mas quero citar aqui o mesmo *habeas corpus* do Ministro Dias Toffoli, sobre a questão da investigação, em que ele cita: "... estando controversa a convocação do paciente para prestar depoimento na condição de testemunha ou de investigado".

Ressalto que, segundo a nossa jurisprudência, o privilégio contra a autoincriminação se aplica a qualquer pessoa, mas é bom lembrar que o Ministro reconhece aqui, no embasamento, que há uma diferença entre a investigação por parte do Poder Judiciário e uma investigação no âmbito administrativo, que concorre nesta Comissão por parte do Poder Legislativo.

Portanto, ao ver da advocacia do Senado – e eu defendo e tenho colocado isso com clareza –, o Sr. Felipe Macedo Gomes está aqui na condição de testemunha, uma vez que o inquérito da Polícia Federal, como o senhor mesmo disse, corre em outra instância, em outra situação, e nós estamos com uma investigação totalmente autônoma em relação ao assunto do INSS.

Portanto, vai ser respeitado o direito de ele não se incriminar e, naturalmente, vamos fazer as apresentações, mas é bom lembrar que, na condição de testemunha, qualquer um que minta a esta Comissão está sujeito à voz de prisão e à responsabilidade sobre esse assunto, Dr. Levy.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Eu só peço uma última observação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Na decisão do Ministro Toffoli, há uma determinação de que ele não sofra nenhum tipo de privação de liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Para que fique consignado, então.

Só isso, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui não há essa decisão, Excelência. Eu li o...

Onde está? Tem aí? (*Pausa.*)

Está bem. Então, está colocado aqui.

Vamos lá. Vamos em frente.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, primeiro eu queria parabenizá-lo: já temos quase dez horas de depoimento e temos não apenas o senhor, os servidores, jornalistas, mas muitos Parlamentares presentes. Estamos trabalhando para poder fazer justiça a aposentados e pensionistas.

Queria registrar, Sr. Presidente, que a nossa depoente anterior foi alvo também de uma operação da Polícia Federal, mas resolveu falar. E ela, em nenhum momento, foi admoestada, nem sofreu qualquer tipo de constrangimento; pelo contrário, foi muito bem tratada aqui. Portanto, parabenizo, independente do que tenha feito ou deixado de ter responsabilidade, a depoente anterior.

E fico muito triste com este Brasil que permite, cada vez, uma diferença do Código de Processo Penal para quem tem um bom advogado – para quem tem dinheiro e acesso ao STF – e para o coitado que está nas favelas, e geralmente aposentados e pensionistas.

Quero dar boa noite ao Sr. Felipe e boa noite ao senhor advogado.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Boa noite, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Felipe, qual a sua profissão?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, abra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instantinho.

Dr. Levy, os dados de qualificação ele tem que declinar, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Na minha apresentação, eu falei que sou empresário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, mas as perguntas que o Relator for fazer nessas questões, o senhor, por gentileza, responda.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (*Fora do microfone*.) – Tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí, por favor.

Passa mais.

Aqui.

Sr. Felipe, nós estamos aqui – acredito que o senhor tenha conhecimento – para discutirmos descontos associativos multimilionários, dinheiro roubado de aposentados e pensionistas.

Fazendo uma rápida prospecção, eu vi que o senhor é multifacetado. Felipe Macedo Gomes – o senhor –, o senhor tem procuração da Anipab (Associação Nacional dos Interesses dos Pensionistas e Aposentados)? O senhor confirma que tem essa procuração?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou me permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, em todas as perguntas ele permanecerá em silêncio, Doutor. Então vou fazer a apresentação, pode ser que outro Parlamentar tenha mais sorte.

Olha, Sr. Felipe Macedo Gomes, até hoje eu não o conhecia. O Sr. Felipe Macedo Gomes tem procurações da Anipab, tem procuração da Amar Brasil, tem procuração da Anddap, tem procuração da Master Prev, tem procuração da Aasap e tem procuração da Canpa. Então, uma, duas, três, quatro, cinco, seis. Mas, para não ficar sozinho com essas procurações, que é muita responsabilidade, com ele também teve outorgadas essas procurações o Sr. Anderson Cordeiro de Vasconcelos e o Sr. Américo Monte Junior.

Agora vamos para a próxima.

Passa mais.

Passa, passa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vamos aqui. Estamos falando do Felipe Macedo Gomes, que tem procuração da Amar Brasil. Amar Brasil, entre 2022 e 2025, R$324 milhões; Masterprev, R$231 milhões; Anddap, R$94 milhões; Aasap, R$63 milhões.

Esse cidadão, sentado aqui na frente dos senhores e das senhoras, que veio com o *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, é responsável direto por essas entidades que tiraram de aposentados e pensionistas R$714 milhões, aproximadamente.

Agora, vamos para a próxima.

Agora, vamos ver a Aasap. A Aasap teve o ACT dela em 12 de julho de 2023. Olha que surpresa! Olha quem cuidou desse ACT: André Fidelis, Diretor de Benefícios. Olha quem se encarregou do trâmite do processo: Jucimar Fonseca da Silva.

A Amar Brasil Clube teve o seu ACT em 9 de março de 2022. Quem? Jucimar foi quem providenciou o trâmite dentro do INSS. E aqui aparece o Sr. Edson Yamada como Diretor de Benefícios.

A Anddap teve o seu ACT em 6 de fevereiro de 2024, e André Fidelis, Diretor de Benefícios.

Master Prev: ACT em 31 de agosto de 2023, e André Fidelis, de novo, como Diretor de Benefícios.

Agora volte àquela tela anterior em que a gente viu o valor de cada uma.

Pronto.

Amar Brasil, 2022; e Master, Anddap e Aasap, a partir de 2023. Total: R$714 milhões.

Apresento aos senhores o chefe das quatro instituições: Sr. Felipe Macedo Gomes.

Agora, vamos lá para o início.

Já vimos as procurações, todas registradas em cartório.

Agora, vamos para a próxima.

Quem é que une tudo isto aqui? Dois fatos. Primeiro, o contador, o Sr. Mauro Palombo Concilio. Gravem este nome: Mauro Palombo Concilio. Só que, associada a essas que eu acabei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de citar, aparece uma figura nova: se chama Cecília Rodrigues Mota. Essa senhora foi Presidente da AAPB, ela foi Presidente também da Aapen, e essa senhora entra aqui por quê? Porque todas essas associações que eu acabei de citar – todas elas, sem exceção, juntando essas da Cecília Rodrigues Mota – utilizaram a mesma ferramenta de certificação digital. De quem? A Power-Bi Tec. Cada uma é com um nome diferente. De quem é isto aqui? Essa Power-Bi Tec é de outra pessoa bastante conhecida: o Sr. Igor Delecrode.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Lá em cima.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está onde ele?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Lá em cima: Igor Dias...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Está aqui ele.

Então, olha só: pegamos associações do Ceará, pegamos associações daqui. Vocês já viram, os senhores já viram que lá atrás – todo mundo, todo mundo – essas associações concederam outorga para três: Américo, Anderson e Felipe Macedo. E como é que certificava? Usaram este instrumento aqui, da Power-Bi Tec.

E quem é Igor Delecrode? Quem é? Antes, esse cidadão também fazia parte da diretoria de alguma dessas associações; saiu e passou a coordenar esta parte aqui, de tecnologia, que atende a todas essas associações.

Então, todos estes nomes aqui se encontram em duas encruzilhadas: a primeira encruzilhada é nessa ferramenta Power-Bi Tec; e a segunda, com o contador, Sr. Mauro Palombo Concilio.

Passa aí.

Agora, vamos tratar da Amar Brasil. Felipe Macedo Gomes – os senhores já viram que a Amar Brasil é uma daquelas quatro associações cuja procuração ele tem, mas, nesta aqui, especificamente, ele participou da Presidência formalmente. Parece-me que passou um mês ou três meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de assinar o ACT, o Felipe saiu e entraram outros diretores na associação.

Agora, vamos para cá.

Amar Brasil.

A Amar Brasil, os senhores já viram que ela conseguiu um ACT com o INSS em 2022. Master Prev e as outras a partir de 2023.

Mas olha que bacana essa Amar Brasil. Felipe está aqui como ex-Presidente.

A Amar Brasil colocou R$17 milhões para Emjc Calculo, que foi para Mauro Palombo Concilio, que é o contador. Ela pegou 25 milhões aqui e jogou para a Amj Security, que tem como contador Mauro Palombo Concilio. Ela colocou 12 milhões para JBJ, que tem como sócio – que tem como sócio – João Carlos Camargo Júnior. Quem é esse cidadão? É filho de um famoso alfaiate da alfaiataria Camargo.

A Mkt Connection tem como contador... Receberam esses 11 milhões, e tem como contador quem? Mauro Palombo Concilio.

Doze milhões vieram aqui para ADV Serviços Ltda., que tem como sócio-administrador... que tem uma procuração junto com o Felipe, da Amar, do Sr. Anderson de Vasconcelos.

E aqui, se vocês derem uma olhada, todos se encontram na mesma pessoa, que é o Mauro Palombo Concilio.

Depois eu volto a essa outra parte aqui.

Passa aí, por favor.

Agora... Volta, volta uma, volta uma. (*Pausa.*)

A Amar Brasil... Aqui não tem, mas a Amar Brasil recebeu mais de 300 milhões do INSS.

Agora vamos para a Aasap.

A Aasap recebeu, dos aposentados, como a Amar Brasil tinha recebido mais de 300 milhões, a Aasap recebeu 63 milhões. E ela foi criada em 23 ou 24, que teve o ACT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha para quem foi a procuração: Américo, Anderson e Felipe. O dinheiro dela saiu para a mesma AD Vasconcelos, 1,7 milhão; depois, a GM Consultoria; 559 para a PAX Serviços, para o mesmo Branco Garcia, que era sócio do Camargo; 1,8 milhão veio para a EMJ, que o Felipe é sócio; 1,9 milhão veio para a AMJM4, de que o Américo é sócio. Passa para a próxima... Distribuindo entre eles.

Aí vem a Master Prev. A Master Prev tira dos aposentados 231 milhões, faz o ACT em 2023. A Master Prev dá procuração a Américo, Felipe e Anderson; 4,5 milhões vão para a ALDC, que é do Anderson Vasconcelos; 4,5 milhões vão para a JC Cálculo; e 6,5 milhões vão para o Felipe, que é o dono. Aí o Américo Monte Junior recebe 842 mil.

Depois eu volto para cá de novo, passa aí.

Voltando a mostrar esse quadro, passa de novo. Relembrando.

Aasap, 12 de julho de 2023, o ACT.

ABCB - Amar Brasil, 9 de março de 22.

Anddap, 6 de fevereiro de 2024.

E Master Prev, 31 de agosto de 2023.

Passa.

Aqui estão as procurações. Todas elas feitas a partir de 27 de janeiro de 2023, para Felipe, Américo e Anderson.

Passa.

Agora, aqui, vamos falar da Aasap. A Aasap teve 1.222.000 descontos. O ACT, 11 de março de 2024. Evolução em milhões dos valores por mês. Quantidade em milhares de descontos: 99,2 dessa entidade, que teve ACT em março de 2024, não reconheceram as assinaturas – 97,6 da CGU e 99,2 daí.

Quanto foi que roubou dos aposentados e pensionistas em um ano? R$63 milhões.

Quem tem a procuração? Quem é o chefe? Felipe Macedo Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo. Volta aqui só, volta.

Quem assinou da Aasap? Pela associação, Giovanni Cardoso e Diretor de Benefício André Fidelis.

O próximo.

ABCB, ex-Amar Brasil. Tirou, roubaram dos aposentados R$324 milhões. Quantos descontos? Quase 7 milhões de descontos. Quando foi realizado o ACT? Em 11 de agosto de 2022. Assinado por quem? Luiz Soares, da Amar Brasil, e Edson Akio Yamada, que já foi dito aqui que, na época, era o Diretor da Dirben.

Agora, olha, 96,9 não reconheceram pela CGU e 99,3 não reconheceram pelo INSS.

Passa.

Agora é a Anddap. A Anddap meteu a mão, roubou do dinheiro do povo aposentado e pensionista R$94 milhões. Qual foi a data do ACT? Oito de março de 2024. Quem assinou? Sra. Marlene Silva; pelo INSS, Sr. André Fidelis; 99,1 não reconheceram os descontos.

Passa.

Master Prev. Roubou R$231 milhões de aposentados e pensionistas. Quando é que o ACT foi firmado? Dezessete de onze de 23. Quem firmou? Solange Macedo. E quem estava no INSS, mais uma vez? Sr. André Fidelis. Agora, 99,2 dos beneficiários não reconheceram essa autorização.

Passa.

Aasap, ABCB, Anddap e Master Prev. Sabe quanto elas descontaram conjuntamente, roubando de verdade dos aposentados e pensionistas? R$714 milhões.

E o que é que une esses quatro? É que aquele cidadão sentado ali, chamado Felipe Macedo Gomes tinha procuração para comandar as quatro associações. Ao lado dele havia Américo Monte Junior e Anderson de Vasconcelos. E quem deu a solução tecnológica para essa fraude? Esse rapaz chamado Igor Delecrode.

Aqui, evolução, em milhões, dos valores por trimestre – essas associações: no quarto trimestre de 2022, tiraram 3,5 milhões; no primeiro trimestre de 23, 17 milhões; no segundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

trimestre de 23, 22; terceiro trimestre de 23, 22; quarto trimestre de 23, 26; primeiro trimestre de 24, 70; segundo trimestre de 24, 88 milhões; terceiro trimestre de 24, 141; quarto trimestre de 24, 147; primeiro trimestre de 25, 174. E aí – isso por trimestre – o que essas associações roubaram, até a Operação Sem Desconto.

Aqui, mais uma vez, para ninguém esquecer nem ficar falando de governo A, nem de governo B. No Governo de 22, foi a Amar Brasil, 324 milhões; no Governo seguinte, foi a Master Prev, 231 milhões; a Anddap, 94 milhões e a Aasap, 63 milhões. Levando em consideração que a Anddap, através do Sr. Fidelis, bateu o recorde absoluto – merece uma medalha de ouro –, em 30 dias, toda a tramitação desse processo dessa empresa mentirosa, fantasma, dessa associação... tramitou em 30 dias. Isso, isso é o que pode se dizer de um Estado sem burocracia: 30 dias para descontar dinheiro roubado dos aposentados e pensionistas.

Passa, por favor.

E aí o pessoal gosta muito de falar de Ferrari. Aí o Sr. Felipe Macedo Gomes, que está aqui, chefe de quatro das associações que roubaram dinheiro de milhões de aposentados, arrecadando 714 milhões, tem lá no quadro de carros dele – e eu acho isso de extremo bom gosto – uma Ferrari e quatro Porsches. Coisa de gente rica. A Polícia Federal apreendeu. Eu fico impressionado porque eu passei a vida toda como funcionário público, e tinha que escolher o carro que comprar. Como é que um jovem de 35 anos tem um sucesso nesse na vida? Mas a gente vai explicar daqui a pouco. Essa Ferrari agora, por enquanto, não está podendo ser usada, e os Porsches também estão recolhidos. A Polícia Federal foi lá. Chega a dar pena ver uns carros desses recolhidos num pátio da Polícia Federal. Mas sabe de quem é isso aqui? Isso aqui é dos aposentados e pensionistas, que não sabem que são donos desse patrimônio.

Passa. (*Pausa.*)

Não tem mais nada para passar, não?

Volta lá.

Mas agora eu vou fazer perguntas, que, claro, eu não vou ter resposta, mas é só por retórica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Felipe, o senhor conseguiu da Amar Brasil, que, em agosto ou setembro de 22, não me recordo bem... Volta aí para a data do ACT da Amar Brasil: 9 de março, mas teve uma publicação em agosto.

E aqui há uma curiosidade muito grande.

Nesse período, havia um Ministro da Previdência chamado Onyx Lorenzoni. Olha o tamanho do problema. O senhor depositou na campanha de Governador de Onyx Lorenzoni R$60 mil.

A pergunta que eu queria fazer e eu acho justo o senhor responder, porque não o está incriminando. O senhor consegue da Amar Brasil, em 2022, a feitura do ACT. Não foi Onyx Lorenzoni quem assinou isso, nem foi na gestão dele, mas na gestão seguinte. Eu pergunto: isso foi propina para Onyx Lorenzoni?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Nobre Relator, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que eu estou perguntando ao senhor? É porque o Sr. Onyx Lorenzoni é um homem público, já foi Deputado Federal em várias Legislaturas. É uma pessoa que deve ter uma história de vida com que ele deve se preocupar, e só quem pode esclarecer por que botou 60 mil na conta do ex-Ministro da Previdência Onyx Lorenzoni – é o senhor.

Olha que situação! O senhor está com *habeas corpus*? Está com *habeas corpus*.

O senhor tem o direito de ficar calado? Tem o direito de ficar calado.

Mas o senhor, por *motu proprio*, foi lá, na campanha do ex-Ministro, ele candidato a Governador, e o senhor colocou R$60 mil. Sei lá, tinham cem candidatos a Governador no Brasil em 2022, ou perto disso, e o senhor escolheu essa pessoa para colocar R$60 mil. E eu acho justo, com a história de vida de uma pessoa pública, o senhor poder dizer, e aí eu faria três perguntas: O senhor colocou porque quis? O senhor colocou porque pagou propina? Ou o senhor colocou porque alguém lhe pediu?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu volto, Onyx Lorenzoni, quando saiu do Ministério, deixou uma pessoa chamada José Carlos Oliveira.

Eu pesquisando, aliás, lendo uma reportagem, não me recordo se foi do *Metrópoles*, acredito que sim, por coincidência, Zé Carlos Oliveira teve um parente assassinado junto e na mesma época que um parente do senhor foi assassinado. O senhor poderia falar desse duplo homicídio?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Eu fico... Se os senhores me permitem, eu não tenho o direito de fazer aqui qualquer juízo de valor antecipado, mas só tinha uma única pessoa capaz de pedir a Felipe Gomes Macedo que depositasse R$60 mil na campanha de Onyx Lorenzoni. Na minha concepção, essa pessoa se chama José Carlos Oliveira.

O Sr. José Carlos Oliveira tem uma longa história de convivência familiar com a família do Sr. Felipe Macedo Gomes. Mas essa dúvida nós vamos permanecer com ela porque o depoente não quer esclarecer.

Mas passa aí, por favor.

Volta lá.

Volta.

Eu gostaria de saber do senhor.... Esse cara recebeu milhões de reais. Não foi R$1 milhão ou R$2 milhões, foram dezenas de milhões de reais: Mauro Palombo Concilio.

Esse Mauro Palombo Concilio é um elo, e os senhores vão ver, é um elo maior do que o das associações. A pergunta que eu faço: o senhor é testa de ferro de Mauro Palombo Concilio?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Eu vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se a gente pudesse fazer aqui uma captura disso, Mauro Palombo Concilio está por trás de todas essas associações.

Mas tem outra figura muito importante nisso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar pra outro *link*. Passa pra outro.

Vou pegar aqui que eu esqueci o nome. Esqueceram. Tem gente que se faz de sabida, mas esquece os detalhes.

Essas associações que eu citei...

Volta lá. Volta. Volta. Pronto, aquela.

Essas associações aqui têm o estatuto. Olha que interessante, o estatuto de todas elas saíram com o mesmo defeito de ortografia: era para dizer "efetivo", e aí todas escreveram, no mesmo parágrafo, "efeitos"; em vez de "efetivo", o nome foi "efeitos". E a CGU, num belo trabalho, deu para caracterizar que todas vieram da mesma origem. E quem é essa origem que une a todos? É um advogado, que também recebeu muito.

Então, eu pergunto ao senhor: o senhor conhece o advogado chamado Daniel Dirani?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, para os senhores terem uma ideia disso aqui, o Sr. Felipe Macedo Gomes lucrou bastante, o Sr. Américo Monte lucrou bastante, o Sr. Igor e o Sr. Anderson Vasconcelos, mas tem duas pessoas aqui que lucraram tanto ou mais: o Dr. Daniel Dirani e o Sr. Mauro Concilio Palumbo, um advogado e um contador, e eles montaram essa teia.

E aí, deixe eu dizer: "Ah, essas empresas fantasmas foram na época do Bolsonaro?". Não. "Essas empresas foram só na época do Lula?". Não. Essas empresas estão presentes uma, em 22; e três, em 23 e 24. Então, aqui nós não estamos caçando Governo, aqui nós estamos caçando os ladrões. Ei, e sabe quem apoiou todas elas? Quem apoiou todas elas foi André Fidelis, foi Virgílio Antônio e Jucimar Fonseca.

Aí, agora vamos para um gráfico daqueles. Vamos para um gráfico. Volta aí no gráfico que eu quero encontrar. Pronto.

Aí, olha que legal: Mauro Palombo Concilio, que é o contador, que eu já disse que está vinculado a tudo, sabe de quem ele é contador também? Thales Martins Félix Fidelis, que é filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de quem? Do Diretor de Benefícios do INSS. Aí, esse Palombo – esse cara deve ser um monstro –, esse contador também é contador sabe de quem? De Thaisa Hoffmann Jonasson. Quem é? É a esposa do Procurador-Geral do INSS Virgílio Antônio.

Então, minha gente, dentro do INSS tinha uma organização criminosa em que o mesmo contador se encarregou da estrutura interna e da estrutura externa. Esse dinheiro que veio dessas associações terminou também, em última instância, indo para Virgílio e para André Fidelis.

Vamos mais?

Agora, Felipe, Américo, Anderson e Igor Delecrode, todos eles tiveram facilidade dentro do INSS. E aqui está respondido, por quê? Porque os funcionários concursados do INSS abriram as portas da corrupção para receber dinheiro desviado dos aposentados e pensionistas de mais de 700 milhões.

Aqui, tem gente vaidosa como ele, que compra uma Ferrari, três Porsches, que se mostra nas redes sociais, e tem aqueles que, por debaixo do pano, estão com a mesma quantidade de dinheiro em *offshores*, seja lá o que for, e aqui a gente ainda não está enxergando.

Então, essas quatro associações que retiraram mais de R$700 milhões usaram a mesma estrutura criminosa: advogado igual, contador igual, funcionários corruptos iguais. E o sistema brasileiro de integridade na previdência não funcionou. Essas pessoas passaram incólumes até este ano. E, quando vêm para cá para explicar por que roubaram dinheiro de aposentado e pensionista, conseguem um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, e isso eu não consigo suportar.

Então, eles foram inteligentes, fizeram parte de uma organização criminosa muito estruturada, mas o crime que eles cometeram não tem perdão – foi roubar aposentados e pensionistas. Mas...

Passa outra aí, por favor. Passa outra.

Essas daí eu já mostrei.

Eu tinha aqui 93 perguntas para fazer ao Sr. Felipe Macedo Gomes, mas eu não vou ficar aqui dando a ele a linha de investigação. O que eu quis mostrar aqui é que essa organização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminosa passou de um governo para outro governo, meteu dinheiro com força no bolso de gente que não tem escrúpulo, utilizou o mesmo contador, o mesmo advogado e o mesmo estatuto. E é revoltante, como brasileiro, chegar aqui e esfregar na cara da gente um *habeas corpus* para não falar, mesmo sendo tratado por alguns daqui como testemunha. Mas o que me deixa mais triste é saber que o sistema de previdência brasileiro, em pleno século XXI, falhou gritantemente.

E agora eu queria botar aqui o quadro da CGU, mostrando quantas inclusões fraudulentas foram feitas por essas associações. (*Pausa.*)

O senhor deixou o Sr. Onyx Lorenzoni numa saia justa muito grande. O senhor poderia aqui, como foi feito pelo irmão do Presidente Lula, que chegou aqui, o depoente não quis me falar, mas respondeu ao Sr. Paulo Pimenta ou ao Sr. Rogério Correia, não me recordo. Foi feita uma pergunta – qual a atividade do Sr. Frei Chico, no Sindnapi? –, e a testemunha não me respondeu, mas respondeu ao Deputado do PT. O senhor poderia fazer a mesma coisa.

Por que o senhor colocou R$60 mil na conta de um ex-Ministro da Previdência? Por qual motivo, por qual motivação o senhor fez esse depósito? Eu acho isso justo. O senhor poderia estar resolvendo um problema que todos aqui querem saber.

O senhor se dispõe a responder só a esse tópico?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Então, senhores, está demorando muito a encontrar... Eu quero dizer que acredito muito no futuro do Brasil, que acredito muito nos jovens da nação, que acredito muito na prosperidade pelo trabalho, mas eu tenho repúdio absoluto a um jovem com 35 anos de idade se juntar com mais três, meterem a mão com força no dinheiro do povo brasileiro sofrido, retirarem quase 700 milhões e passarem esse tempo todo impunes, chegar aqui e se manter silente enquanto milhares de brasileiros estão presos nos presídios, porque roubaram um celular.

Olha, esse Brasil não é justo, e não é justo o povo brasileiro estar vendo isso de forma repetitiva. Ninguém aguenta mais impunidade! Se tem alguém que deveria estar preso e na cadeia, se chama Felipe Macedo Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na sequência, Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Obrigada, Presidente. Eu quero cumprimentar o depoente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Eu troquei com a Adriana, porque eu estou com muita raiva desse depoente. Eu não quero pecar, nem perder meu réu primário agora. Eu vou aguardar mais um pouco. (*Risos.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu saúdo o depoente e o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Felipe, você é um rapaz jovem, e eu fico, assim, triste de ver você jogando sua vida fora, nesse silêncio que o aprisiona, principalmente você tendo uma família, dois filhos pequenos. Eu, sinceramente, estou falando: eu podia ser sua mãe.

Eu fico chateada de você seguir nessa linha, de verdade, até porque eu não tenho problema nenhum com riqueza. Acho ótimo as pessoas ganharem dinheiro, acho ótimo as pessoas comprarem o Porsche...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Acho ótimo as pessoas comprarem o Porsche que quiserem, a BMW que quiserem, ganhando dinheiro; só que de uma maneira honesta, sem esquema, sem fraude, sem roubar aposentado.

Então, a tua amizade, seja com o Anderson Cordeiro, seja com o Américo, é muito nefasta e dá para ver por tudo que já foi levantado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu acho estranho, até para o Sr. Relator perceber – eu vou até continuar a historinha do Relator –, que, no segundo semestre de 22, quando a Amar celebrou o ACT com o INSS, a gente viu que teve ali um planejamento claro, seja do contador dito, que foi falado, mas você e seus amigos... Olha, no dia 8 de dezembro de 22, você abriu a Maden, né? No mesmo dia, o teu amigo Anderson Vasconcelos abriu a ADV Serviços. A Maden recebeu 26 milhões da Amar. A ADV Serviços recebeu 16 milhões da Amar. E o outro amigo, no dia seguinte, dia 9 de dezembro – e é filho do atual Presidente da Amar –, Américo Monte Junior, abriu a AMJ Security, que recebeu 17 milhões. Então, dá para ver que é um esquema, é algo planejado, é algo feito.

Então, eu não sei... Eu fico pensando assim: será que todo mundo viu? "Ah, não, olha, Presidente Lula foi eleito, vamos fazer esquemão, vai dar para meter a mão", eu não sei o que passa na cabeça de um jovem, ainda mais um jovem jovem, bonito, inteligente, assim, me causa tristeza. Eu fico pensando aqui, eu queria até entender, porque a gente vê que isso se repete.

Ali, o número até diverge um pouco do Relator, mas eu fiz questão de colocar até para ilustrar bem o que o Relator já falou. Na conta do Relator, ali dá 714 milhões, senão 690; mas, em 23, o esquema continua, porque a Master Prev assina o ACT e os três amigos repetem, é o crime continuado, porque, no dia 11 de dezembro de 23, você abriu a única auditoria, que recebeu 4 a 5 milhões; logo depois, no dia 12, o Anderson abre a ALCD Serviços, que recebeu também 4,2 milhões; e, no dia 8 de dezembro, o seu amigo, o Américo, abriu a Sempre Juntos, que também recebeu quatro ponto... Então, parece que era tudo casadinho: todo mundo abre, todo mundo recebe, os valores são os mesmos. Então, em 22, foi 15 a 16 milhões cada um; no ano seguinte, foi 4 a 5 milhões cada um. E assim, isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio na sala, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu vou esperar eles acabarem de falar, Presidente.

Agora, assim, isso realmente entristece. Não joga a tua vida fora, não, cara. Se você errou, assume o erro e acabou, mas não fica nessa vida horrível, ainda mais roubando quem não sabe se defender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho isso... O total ali, seja 690, seja 714, que foi o dito, com descontos indevidos que ninguém reconhece – 99, 98, e pouco importa –, quando a gente vê, depois, esse esquema, essa roubalheira, dá vontade de sair do país, sabe? Dá vontade de... O que que eu estou fazendo aqui, onde todo mundo, e meninos ricos, bonitos, inteligentes, que têm o mundo a seus pés, fazem esquema com aposentado.

Eu fico pensando aqui o que é que passa na cabeça de um jovem para jogar a sua vida fora para fazer isso, sinceramente. Fico pensando aqui o que é que passa na cabeça de um jovem para se recusar a responder pergunta.

Eu sei que você tem um direito constitucional, eu sei disso, mas você poderia começar um capítulo diferente hoje, poderia começar um capítulo diferente, jogando todo o lixo que você fez para trás e fazendo algo para os teus filhos, pensando nos teus filhos, pensando na tua família.

Você disse que é cristão quando se sentou. O que é ser cristão?

Eu tenho uma verdade aqui até para o Sr. Relator.

Sr. Relator, eu cheguei a uma conclusão hoje que é muito verdade, sabe? Uma verdade profunda. Primeiro, tudo que eu vi aqui só me mostrou que todos os sindicatos... Eu não achei uma exceção, mas todos os sindicatos saquearam aposentados; todos os sindicatos fraudaram consentimento de idosos indefesos; todos os sindicatos facilitaram repasses de dinheiro de seus familiares, de seus amigos e tal, e isso mostra como os sindicatos são nocivos para este país.

As entidades sindicais têm um propósito claro, que não é ajudar sindicato, e eu quero ver, até o fim desta CPMI, se vai aparecer um sindicato decente, uma entidade sindical decente, porque eu não conheci nenhuma.

E eu já arrumei um novo significado para sindicato, Sr. Relator. Olha ali, ó... Já viu isso?

Coloque isso aí.

Está vendo? Sindicato agora vai ter esta definição: "Saque Ilegal Não Consentido do Dinheiro dos Idosos que Custeia Amigos e Toda a Família de Oportunistas".

Sr. Felipe, se você errou, jogue esse lixo de você. Agora, mostre que a gente ainda pode acreditar neste país, porque, se você, com 35 anos e com uma vida pela frente, continua nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

toada do crime, do esquema, da roubalheira, eu acho que todas as pessoas que olham para esse depoimento falam assim: "Que futuro pode ter este país? O que a gente pode esperar para as próximas gerações?". Então, é um pedido que eu faço para você.

Eu acho que hoje pode ser a tua virada de chave – uma virada de chave. Teu advogado está aqui te defendendo, está te protegendo, mas eu acho que você tem que ver o que é que você quer para a tua vida, porque essa proteção de falar "não falo nada, não respondo nada" vai te manter nesse buraco em que você está.

Saia desse buraco, menino. Você pode sair do buraco ainda.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou fazer aqui algumas considerações.

É óbvio que, se o Sr. Felipe pudesse responder, seria excelente, porque o que nós queremos descobrir, no caso específico aqui da Amar Brasil e dessas outras instituições, é como é que se formou isso, quando é que alguém te procurou, como é que surgiu essa ideia de fazer isso, se foi o contador e o advogado que montaram todo esse esquema ou se tem alguém por trás disso, para a gente poder, não só relacionado a essas instituições, mas, pelo jeito, parece que todas as instituições são muito parecidas, ou seja, saquearam os aposentados, criaram as empresas e lavaram o dinheiro com essas empresas, que a maioria delas são exatamente parentes, cunhados etc. Essa era uma pergunta que eu queria saber.

A iniciativa foi sua ou foi do contador, do advogado, quem foi?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Prezado Senador, vou me manter em silêncio.

E, Deputado, eu não respondi porque você cortou. Eu agradeço as falas, mas eu vou me manter em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Uma coisa que todos querem saber também: como é que a Amar Brasil e essas outras associações acessavam os dados pessoais dos aposentados, se era via Dataprev, se era realmente no INSS...

Olha, a Amar Brasil, a Master Prev, a Assap e também a Anddap, que estavam, todas elas, sob seu comando, através de procuração, receberam, como foi dito pelo Relator, 714 milhões do INSS. A gente queria saber que tipo de serviço essas instituições prestavam realmente para os aposentados, se é que prestavam algum serviço.

Quem é que recebia esses serviços, se grande parte dos aposentados reclamaram? Estava aí que 99% não reconhecem que foram beneficiados ou que eram filiados a qualquer associação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Aliás, quando chegavam as reclamações dos aposentados sobre o desconto indevido, quais eram as ações que vocês tomavam a respeito do assunto? Algum aposentado chegou a questionar essas empresas de vocês? E, se houve isso, o que é que vocês responderam?

A MJC, a FAG-JC, a FAJC... Você é dono e tem participação em diversas empresas que prestam serviço para essas associações que roubaram o dinheiro dos aposentados. Aliás, diversas empresas que prestam os mesmos tipos de serviço. Se o contador aqui estivesse, iria perguntar para ele, porque contabilmente, inclusive, praticamente o que tinha no balanço era serviço de terceiro. A mesma coisa. Inclusive, o pró-labore dos diretores de vocês era R$120 mil para cada um, e que logo na sequência mudaram, tiraram a remuneração, passaram a ser ajuda de custo, reembolso de passagem aérea, reembolso de alimentação, reembolso disso, evidentemente para burlar a questão tributária.

Então, eu queria saber também por que tantas empresas para fazer a mesma coisa? Era só para dificultar realmente a identificar os valores?

Aí depois essas empresas transferiram o dinheiro para sua conta pessoal. Por exemplo, aqui no relatório da sua quebra de sigilo, tem 3 milhões para a FAG-JC, 3 milhões para a MJC, 1,2 milhão para a JAJC...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rapaz, por enquanto, o que temos aqui é uma rota com suas associações roubando dinheiro dos aposentados. Aliás, os aposentados reclamaram, e você nada fez. E, depois, você transferindo o dinheiro para outras associações, para suas associações e para suas empresas. E, depois, das suas empresas para sua conta pessoal. Isso está parecendo bem estranho. Mas vamos ver aonde isso chega.

Olhe só... Aqui, Deputada Adriana, tem o envolvimento inclusive da sua mãe. Kátia Regina Macedo Gomes está envolvida nisso. A sua esposa está envolvida nisso. Anna Laura Aguilera Gomes, sua esposa, não é isso? E a Kátia, sua mãe. Receberam também centenas de milhares de reais na sua conta.

Elas prestavam algum tipo de serviço para os aposentados, para receber realmente o dinheiro dessas empresas? Elas prestaram algum serviço?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou me manter em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E não foi só a família, não, Presidente. Você também transferiu, Felipe, dinheiro para Rafael Amorim, 2,2 milhões.

Quem é Rafael Amorim?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou me manter em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Daniel Dirani... Você transferiu 41 mil, depois de receber dele 1 milhão. Aqui já foi dito aqui que o Daniel era também um advogado.

Ana Paula Silva, mais 739 milhões.

Ana Paula também é parente, ou não? Ana Paula Silva?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou me manter em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eles prestaram algum serviço para os aposentados que justifiquem essas transferências?

Esse dinheiro, por enquanto, seguiu a rota de sair do aposentado para ir para as suas associações, para depois ir para as suas empresas, que depois enviavam para sua conta pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E depois foi parar na mão de parentes, inclusive outras pessoas físicas – aparece aqui no relatório –, sendo gasto também em lojas chiques: Louis Vuitton... Eu nem conheço.

Adriana, você conhece essas marcas? Louis Vuitton, na LVMH, gastou R$1 milhão; 370 mil na Christian Dior; 150 mil na Hermès.

Esses artigos eram para atender a qual necessidade dos aposentados? Isso era para comprar para eles, para atender a algum serviço?

As suas associações pegavam dinheiro dos aposentados, as suas empresas pegavam o dinheiro das associações, e você pegava o dinheiro das empresas. Seus amigos e seus parentes pegavam esse dinheiro e ainda usavam parte desse dinheiro com artigos de luxo.

Você entendeu que isso parece, então, ou desvio público ou lavagem de dinheiro? Tem consciência disso?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou me manter em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Esse contador Mauro... Uma coisa simples que o senhor pode responder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o advogado solicitou uma pausa para ir ao banheiro. Suspendo a sessão por cinco minutos e o senhor retorna, por gentileza, com três minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É urgência.

Suspendo, e o Senador Izalci voltará com três minutos.

A sessão está suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa à 0 hora e 10 minutos, a reunião é reaberta à 0 hora e 12 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão.

Encerrada... Passo a palavra ao Senador Izalci por mais quatro minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, também queria saber aqui sobre a questão da *fintech*. Tem aqui o HandBank, cuja sede é nos Estados Unidos, que inclusive usaram o *e-mail* dessa HandBank para os ACT's do INSS. Foi acessado através do *e-mail* dessas *fintechs*.

Sr. Relator, eu participei da CPI das BETs e o que a gente percebeu é que essas fintechs, grande parte delas, não têm fiscalização por parte do Banco Central. Então, eu acho que até hoje ainda não resolveram isso. E, no caso das BETs, foram bilhões e bilhões que foram para o exterior via *fintechs*, que eu acredito que é o mesmo *modus operandi* agora também dessas associações, que utilizam as *fintechs*, que não têm realmente controle do Banco Central, para remeter recursos para fora.

E o que me preocupa também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, senhores. Silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O que me preocupa também, Presidente, é a questão da Receita Federal. Não é possível que a Receita Federal não tenha identificado que essas instituições não têm pago imposto – é evidente que não pagaram imposto.

Uma pergunta que eu acho que não pode... Não vai comprometê-lo: essas instituições são todas sem fins lucrativos? Só para saber a característica...

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Senador, vou me manter em silêncio e me justificar no processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Porque algumas são criadas até com filantropia, sem fins lucrativos, mas, nesse caso, eu acho que não, porque tinha, inclusive, pró-labore. Então, deve ser atividade comercial.

Eu pergunto aqui: esse Sr. Mauro, que é o contador aqui – que a gente precisa, inclusive, denunciar no Conselho Federal de Contabilidade para cassar o registro imediato. Esse Mauro, que é o contador, ele é de São Paulo?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A sua relação com o Américo e com o Anderson era uma relação de amizade, já o conhecia há muitos anos, são colegas de quê? De faculdade, de alguma coisa? A relação.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou permanecer em silêncio, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, só para reaproveitar, para ver se alguém da Receita Federal está assistindo aqui. Então, só para ver com relação à distribuição que era feita para o Américo, pelo Cícero, a Jane, Roseli e Vera, que eram diretores que recebiam ajuda de custo lá da Amar Brasil. Começaram a pagar R$120 mil para cada um por mês e depois resolveram, como eu disse aqui, Relator, substituir os 120 mil: ajuda de custo 16,8 mil, 4,3 mil de reembolso de refeição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... transporte, 16,2 mil; vestimenta, 6,8 mil; teletrabalho, 97 mil; e viagens, 191 mil.

Então, esses 600 mil que eles pagavam mensalmente foram substituídos, então, por ajuda de custo e reembolso. Então, eu espero que a própria Receita Federal possa agora, depois da CPI, desvendar esses mistérios todos, possa realmente avaliar essas associações todas – são muitas associações – e essas empresas que foram criadas para lavagem de dinheiro, para ver se a Receita Federal também crie instrumento de fiscalização, porque parece que também não tem nenhuma fiscalização com relação a essas instituições.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Senhores, eu vou pedir mais uma vez, por gentileza, para reduzirmos o volume.

Deputado Marcel van Hattem, eu vou pedir a gentileza de nós – não, não, não – reduzirmos o volume na sala, para que a gente possa ter mais celeridade aqui nas oitivas, por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Claro, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço o mesmo pedido a todos os colegas, por favor: a gente abaixar o volume.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputada Bia Kicis, com a palavra, por gentileza.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Sr. Relator, colegas, Sr. Felipe e Dr. Levy, advogado, eu quero dizer que fui tomada pelo mesmo sentimento da Deputada Adriana Ventura, porque nós somos mães e meus filhos são até um pouquinho, um ou dois anos, mais velhos que o senhor – eu já sou avó –, e a gente costuma criar uma expectativa de que a juventude possa nos ajudar a construir uma nação, que até hoje, infelizmente, a gente não teve no Brasil. É tanta corrupção, é tanta roubalheira, é tanto desvio, é tanta ambição desmedida, mas a gente mantém essa esperança de que algo pode mudar, e a juventude é essa esperança, porque é a juventude que vai estar aí, a juventude de hoje vai estar muitos anos à frente, para que a gente possa ter essa nação, e a gente quer deixar um legado para os nossos filhos, netos. Então a gente vê com muita tristeza... Sério mesmo, eu me senti completamente identificada com a sua fala, porque a gente vê com muita tristeza quando a gente vê um jovem se perder tanto. E fica aqui realmente uma reflexão.

Mas, eu olhando para o senhor, me vem assim uma certeza de que o senhor não representa só a si mesmo, que tem muita coisa muito grande por trás do senhor, e talvez até o senhor não possa falar, porque pode comprometer esquemas muito perigosos. Já teve até assassinatos na sua família, na família do Sr. José Carlos Oliveira. Então deve ter coisa muito grande, muito perigosa por trás, e o senhor deve estar querendo se proteger – e é claro que essa é também a função do seu advogado. Eu, que sou advogada e fui procuradora, entendo perfeitamente.

Mas, nesse esquema todo colocado. a gente percebe aí uma grande diferença entre um advogado que atua como advogado, como o Dr. Levy aqui, e um advogado que pode fazer parte de uma organização criminosa, que está concorrendo para o crime, e aí ele não atua como advogado e não deve ter as prerrogativas de advogado, como no caso, me parece, posso estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

enganada, mas me parece, do Dr. Daniel Dirani, que fazia parte de um esquema, assim como nos deixou a impressão aqui um outro depoente, o Dr. Nelson Wilians, uma pessoa tão famosa, de que a gente sempre ouve falar, mas, quando se sentou aqui à frente, a imagem dele para mim desmoronou quando vi a atuação dele, que me causou esta impressão de que ele não atua como advogado, mas como alguém que faz parte de uma organização criminosa.

Infelizmente, o senhor optou por não falar, mas a gente vai deixar registradas algumas perguntas, como, por exemplo...

Eu gostaria de saber o que o senhor fazia antes de dirigir a Amar. O que o senhor fazia, porque tão jovem... Antes de dirigir a Amar e de amealhar essa fortuna, o que o senhor fazia? O senhor era um estudante, um filho dos seus pais... O que o senhor fazia? Era um estagiário? Fazia o quê? Como foi... Como o senhor foi descoberto, como o senhor entrou para esse esquema? Se o senhor quiser responder ou quiser...

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Deputada, agradeço a sua fala, mas eu vou me manter em silêncio.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k.

Eu gostaria de saber se o senhor possui alguma *offshore*.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Eu vou me manter em silêncio.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k.

Qual era o volume mensal de descontos processados pela Amar Brasil e como esses volumes eram auditados?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Eu vou me manter em silêncio.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Como a Amar Brasil obtinha as autorizações para desconto dos benefícios no INSS e como a Amar Brasil acessava os dados pessoais dos aposentados para realizar esses descontos?

Eu queria saber se o senhor conhece o Sr. Saulo Milhomem, da Dataprev, porque a gente ouve falar coisas a respeito das atitudes, dos procedimentos do Sr. Saulo Milhomem que levam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

crer que o senhor o conhecia e até que tinham tratativas. O senhor conhece o Sr. Saulo Milhomem?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Eu vou me manter em silêncio

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Eu gostaria de saber também se havia algum mecanismo de controle interno da Amar Brasil para evitar descontos sem autorização. Parece que não, porque 98%, 95% é uma coisa muito, muito robusta para escapar a um mínimo de controle. Parece que não havia controle e parece até que, como diz aqui a capa dessa matéria "Farra do INSS: jovens ricaços dirigem entidades que faturaram R$700 milhões". Então, a mim parece que era uma farra e uma certeza da impunidade. Então, eu estou perguntando aqui – e é quase que uma pergunta retórica mesmo, porque eu não acredito que houvesse nenhum tipo de preocupação de auditoria. Para que gastar tempo com auditoria se o objetivo é desviar, não é? –: para onde eram direcionados os recursos arrecadados e os descontos nos benefícios do INSS?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Eu vou me manter em silêncio.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Eu tenho a impressão de que a gente tem aí uma noção para onde eram desviados, pelo menos alguns.

Eu tenho aqui uma lista... Frota de carros. No dia 9/10, por determinação do Ministro André Mendonça, que autorizou busca e apreensão de cerca de 29 veículos de luxo, foram apreendidos pelos investigadores na Grande São Paulo, entre eles, registrados nos nomes dos investigados por envolvimento na fraude do INSS: uma Ferrari, cinco BMWs, 16 Porsches. Aqui a gente tem uma ideia de para onde ir. Agora, isso aqui, é claro, é só uma parte ínfima ainda de R$700 milhões desviados.

E o mais triste é que quem está sendo roubado aqui... Não é aquela coisa de gangue, em que um rouba do outro, aquela coisa. Não! Não é como daquelas pessoas que a gente sabe que são supererradas. Por exemplo, a gente viu hoje aqui uma pessoa que participava de um esquema de desviar dinheiro de empréstimo do BNDES. Erradíssimo! O dinheiro acabava chegando para a empresa, só que a empresa perdia ali 4%, a empresa beneficiária do empréstimo, e os gatunos ficavam com os 4%. Aqui as pessoas roubadas eram velhinhas, velhinhos, pensionistas, viúvas, aposentados do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de que o senhor parasse um pouco, sabe?, e pensasse nessas pessoas, porque é realmente muito triste. E algo como isso, uma mancha como essa na vida de uma pessoa – hoje o senhor pode achar que pode ainda sair impune de tudo isso – uma hora pesa na consciência da pessoa, uma hora isso pesa. E eu confesso até que eu espero que pese na sua, para...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... quem sabe? Para que o senhor se arrependa e tenha uma chance de ter uma vida diferente, porque nunca é tarde – nunca é tarde – para a pessoa mudar de vida.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Quais eram as relações da Amar Brasil com outras associações ou empresas investigadas na CPMI? Eu acho que essa pergunta até já foi bem respondida pela explanação do nosso digníssimo Relator, que mostrou até um erro ortográfico no estatuto, no contrato de criação – imagina, até isso, até a mesma palavra errada! É como quando uma pessoa cola, um aluno cola a prova do coleguinha, e copia errado, comete o mesmo erro, e deixa ali a prova do crime, a prova da fraude, que eu acho que aqui está mais do que configurada também.

Para encerrar, eu vou só fazer aqui uma citação, Sr. Presidente, que nunca é demais: "Onde há inveja e ambição egoísta também há confusão e males de todo tipo", Tiago, 3, 16. Não que eu deseje isso para o senhor. Eu desejo arrependimento, mudança, redenção, mas isso aqui é a palavra, é a palavra de Cristo, e ela recai sobre todos nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, eu confesso que para mim, o desse cidadão, por mais que ele não esteja falando hoje, para mim é um dos depoimentos... É um dos dias mais impactantes dessa história toda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar o Relator, eu acho que o Relator foi muito preciso na sua manifestação, e não vou usar o meu tempo aqui para fazer demarcação política ou coisa do gênero. Eu acho, Presidente, que é impossível imaginar que esse jovem, com 35 anos, possa sozinho ter montado uma organização criminosa de tamanho envergadura. O RIF dele, Presidente, em cinco anos, R$2.236.308. E, antes disso, ele tinha um fiatzinho. Não é possível que uma figura como essa tenha conseguido montar sozinho...

Então, talvez aqui, hoje, a gente comece a mergulhar um pouco para compreender a complexidade desse esquema. E eu espero que a Polícia Federal consiga também aprofundar ainda mais, ter êxito, porque para mim, Presidente, tem muitas coisas que são muito difíceis de serem compreendidas e são fios desencapados que nós vamos ter que achar um ponto de conexão.

Começa com essa história muito mal contada, na minha opinião, da execução. Dia 15 de junho de 2013, estavam em Moema o Sr. Marco Aurélio Gomes, tio do Felipe, pai do Marco Aurélio Junior, que é o que está neste momento à frente dos negócios, um tal de Chafic Rassul Neto e Glauco Lepiane, todos jovens, 36, 42, quarenta e poucos anos. Param veículos, descem pessoas encapuzadas, botam nas paredes e executam com 50 tiros. O tio dele puxou uma pistola e trocou tiro com os bandidos, e, depois de morto, descobriram que usava documentos falsos se fazendo passar por policial civil. E, nessa execução aqui, além do tio do Felipe, tinha também um parente, diz a imprensa, do Zé Carlos Oliveira. É isso que diz a imprensa: as famílias eram amigas desde aquela época, e durante todo esse período havia um convívio muito presente entre o Zé Carlos Oliveira e o Felipe, e os demais sócios do Felipe, que frequentavam restaurantes de luxo em São Paulo. E em poucos anos se torna um milionário, um bilionário. Não há dúvida de que existe um núcleo desse esquema muito forte, que é esse núcleo dos servidores corruptos.

E este raciocínio que foi aqui detalhado pelo Relator – e a gente tem procurado repetir –, é muito, muito importante. Como é que o advogado e o contador da família do André Fidelis e da família do Virgílio são, ao mesmo tempo, os contadores e os advogados de todas essas entidades fantasmas?

E aí, senhores e senhoras, me desculpem, isso aqui não tem nada a ver com sindicato, gente. Isso não tem nada a ver com o movimento sindical. Essa turma aqui não é sindicalista de nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, diferente de outras entidades, sequer prestaram algum tipo de serviço. Não há nenhum registro dos pagamentos que tenha sido feito para alguma entidade que supostamente tenha prestado algum serviço para aposentados e aposentadas, não tem nada disso. Quer dizer, foram entidades fantasmas criadas. Vários servidores ali, Jucimar, Fidelis, em todos os ACTs, tinham esquema para falsificar, inclusive, uma coisa sofisticada, para falsificar formas de lançar milhares de associados e associadas fantasmas, que permitiu essa soma fantástica de 2,236 bilhões no RIF desse indivíduo que está aí do seu lado.

Mas tem outras coisas, Sr. Presidente, que eu acho muito esquisitas. Por exemplo, ele tinha uma frota aí – né? –, dessa Ferrari de 4 bilhões, Mercedes-Benz, Mercedes-Benz, BMW, BMW, Porsche, Audi, e ele declarava uma renda de R$65 mil. Esses veículos foram financiados em 24, 48 parcelas, e o Coaf e os especialistas em inteligência dizem o quê? Como é que era autorizado um alto volume de financiamento do mesmo titular, com Fipe superior a R$200 mil, para alguém que tinha uma renda declarada de R$65 mil? Qualquer pessoa, quando vai numa revenda e faz uma análise de crédito, eles estabelecem um limite de quanto é que eles podem financiar. Como é que ele conseguiu, Sr. Presidente, financiar esse monte de carros ao mesmo tempo, com parcelas milionárias, muito, muito acima da renda que ele declarava? Pagamentos realizados a concessionárias e revendas de luxo, concentração de financiamento de curto prazo, alto volume de financiamentos para o mesmo titular, padrão totalmente incomum daquilo que ocorre no mercado. Tem algum esquema poderoso aqui, por parte dessas revendas, desse financiamento. Inclusive, ele tinha essa tal de RedBank Ltda., uma *fintech* de pagamentos que figura como uma das principais estruturas utilizadas para movimentação financeira suspeita e que já apareceu também agora em outras investigações. Então, talvez, Sr. Presidente, a gente esteja aqui diante de um esquema muito maior do que até então parece.

O que eu espero, Sr. Presidente, é que a gente possa avançar para conseguir entender, primeiro, como que esse esquema criminoso conseguiu entrar para dentro da estrutura do Estado. É muito importante para nós esse depoimento do Onyx Lorenzoni, que era o Ministro, o José Carlos Oliveira já veio aqui, o Fidelis, o Yamada, o Virgílio, o Jucimar.

Até para entender, Sr. Presidente, como é que esse esquema faz a transição, porque nós aqui não podemos querer tapar o sol com a peneira. Esse esquema criminoso continua em 23,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

continua em 24, até que ele vem a ser desbaratado, a partir da iniciativa da CGU e da Polícia Federal, mas ele consegue passar de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... 22 para 23 com esses servidores, que são servidores de carreira, que tinham bons currículos e que aparecem – as suas digitais – em tudo aquilo que a gente está enxergando aqui. Esses são os chamados "*golden boys*" da farra do INSS, todos com esse mesmo padrão: jovens que nunca trabalharam, que nunca plantaram um pé de café, que nunca tiveram negócio nenhum e que, em poucos anos, se tornaram milionários, com Ferraris, Porsches, relógios Rolex, doações milionárias, com um perfil muito semelhante.

Esse é o retrato, Sr. Presidente, de quem roubou o INSS, de quem enriqueceu sem nunca ter trabalhado, de quem fez fortuna roubando dinheiro de aposentados e aposentadas. E nós temos que ser implacáveis nessa investigação, nós temos que ser implacáveis, porque muitas vezes as pessoas são corajosas quando falam sobre crime, corrupção, mas, quando chegam na frente de alguém que movimentou R$2 bilhões, falam manso, falam baixinho e não têm a mesma determinação de falar no tom que falam com outras pessoas.

Então, Sr. Presidente, eu lamento profundamente que ele não queira falar, mas acho que mesmo assim a noite de hoje vai ser importante para a gente esclarecer para o Brasil o tamanho desse esquema criminoso dos chamados "*golden boys*" da Lava Jato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado. Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – O Dr. Levy nos alertou de que tudo o que pode ser dito pelo Sr. Felipe Gomes, Macedo Gomes, pode ser utilizado contra ele porque pode fazer prova contra si e alertou no sentido de que o Ministro André Mendonça estava fazendo uma denúncia por Orcrim, organização criminosa, lavagem de dinheiro e estelionato, que são as denúncias que estão, então, contra o Sr. Felipe no Supremo Tribunal Federal.

Eu pediria ao Presidente que na próxima quinta-feira nós pudéssemos votar um requerimento solicitando a prisão preventiva do Sr. Felipe Gomes e digo o porquê: Orcrim, lavagem, estelionato têm tudo para tentar uma fuga – tanto ele quanto o Sr. Américo Monte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Junior, o Sr. Anderson Cordeiro, o Sr. Igor Delecrode. Com os avanços das investigações, eles vão ser presos mais cedo ou mais tarde, e podem fugir neste momento aí. Tem tudo para uma prisão preventiva, eu não sei até agora como não foi decretada.

Então, eu concordo com a análise que fez o Deputado Alfredo Gaspar, Relator, e complemento toda a análise que ele fez deste risco para que a gente aprove uma solicitação de prisão preventiva desses "*golden boys*", porque realmente não é pouco o que esse pessoal fez por aí.

Eu queria também reforçar que não tem nada a ver com sindicato isso aí. Esses 700 milhões foram com clube de benefícios, que, aliás, a procuradora disse para não fazer e o Oliveira mandou fazer assim mesmo – o Oliveira, que já era amigo da família do Felipe. E não tinha nada a ver com sindicato mesmo.

Coloca um filme aí para a gente ver se isso tem alguma coisa a ver com sindicato. Um filminho rápido, breve, para a gente saber com quem estamos lidando. Pode voltar. Aí. Põe alto o som, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não tinha nada a ver com Deus isso. Não tem mão de Deus nenhuma. O que teve foi a mão do Sr. Oliveira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... a mão do Sr. Yacada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... Yamada, do Sr. Yamada, que fez o ACT, a mão dele. Mão de Deus, nada. Deus não tem nada a ver com essa roubalheira toda. Mas é impressionante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Disse que estava dizimando e que foi isso que levou a que ele ficasse tão bem de vida, depois de dizimar tanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E depois ainda vieram três ACTs do Fidelis, que é outro também que nós vamos ter que ouvir aqui, junto com o Virgílio. Tinha lá uma quadrilha que possibilitou isso. Havia uma estratégia, Pimenta, clara, desse pessoal: de entrar nessas entidades, que não tinham nada com o sindicato – aliás, nem de aposentado eram, no seu conjunto, e por isso não poderiam ter sido aceitas –, e com isso, eles ganharam esse ACT e assim foi.

Mas eu tenho alguma curiosidade. O que essa Amar Brasil estava fazendo em Belo Horizonte? Por que o endereço em Belo Horizonte? Eu sei que o senhor não quer responder, mas eu fico curioso. Por que Belo Horizonte? Porque o senhor é de São Paulo. Por que para essa Amar foi dado o endereço de Belo Horizonte, num bairro em Belo Horizonte? E, aliás, depois não funcionava lá, pelo menos que eu saiba, a sede da Amar. Era outra entidade que estava lá, outra empresa, no bairro Camargos, em Belo Horizonte.

Depois eu fui ver que o senhor é muito amigo do André Valadão. O André Valadão é pastor numa igreja importante, que é a igreja Lagoinha, e eu vi que o senhor era amigo dele. Não estou fazendo denúncia nenhuma em relação a isso, mas é estranho que o senhor tenha pagado o Réveillon da Igreja da Lagoinha no Allianz Parque. Pelo menos é o que consta nas denúncias que ali foram colocadas, que o senhor pagou o Réveillon da Igreja Lagoinha, que tem lá como chefe o Pastor André Valadão. Podia ser alguma lavagem de dinheiro?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Deputado, eu só vou falar em relação à igreja: eu não paguei o Réveillon, e isso não está nos autos, isso está numa denúncia do *Metrópoles*. Então, a gente... Só vamos verificar porque a gente está falando da igreja. Só isso, só esse detalhe.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ah, isso é bom. Vamos verificar isso.

E o BMW e o relógio que o senhor deu para o Pastor Cesar Belluci, depois tomou o BMW dele? Ali era também dízimo?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Era dízimo ou era propina? Porque eu não sei como é que se dá um dízimo com BMW, depois se toma o dízimo. Deu para o Senhor e tomou do Senhor... Isso é pecado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sinceramente, nós temos que ver como é que foi esse negócio da Igreja da Lagoinha e desse BMW com esse relógio. A gente vai querer saber disso.

Tem um outro pastor, lá do Alphaville, para que o senhor deu R$200 mil – também consta de uma outra matéria.

Tudo isso se envolve a alguma questão do que o senhor recebe dos aposentados ou dá o cano nos aposentados e isso vai parar na igreja?

O senhor tem uma *fintech* que se chama RedBank. Essa RedBank, a gente já falou dela aqui, parece também uma outra... Aliás, *fintech* virou uma onda. Até o PCC lava dinheiro em *fintech*. Precisamos ver essa *fintech*, se aqui também era usada para lavagem de dinheiro – essa *fintech*.

O senhor já ouviu falar na *fintech* Clava Forte Bank? Chegou a colocar recursos nessa Clava Forte Bank?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Bem, o fato é que essas atividades, tão estranhas que foram feitas, serviram para um enriquecimento enorme de poucas pessoas, para entidades que nada tinham a ver com aposentados, inclusive, ou pelo menos não eram majoritariamente de aposentados e nada tinham a ver com entidade sindical. Foi uma forma em que se entrou nesta modalidade, nessa estratégia de arrecadação de recursos, e que contou, certamente, pelo menos, com o Sr. Oliveira, que era amigo da família; com o Sr. Fidelis, posteriormente; com o Sr. Virgílio; que estavam, inclusive, unificados em torno de um advogado. Tudo isso a gente viu aqui nessa questão.

O fato é que foram 700 milhões. Esses 700 milhões, para o senhor ter uma ideia, fazem falta. Esses 700 milhões estão sendo pagos agora – uma parte deles ou eles no seu conjunto – pelo Governo do Presidente Lula agora, que é dinheiro público. Falaram aqui, é verdade, é dinheiro público, e tem que ser pago com dinheiro público mesmo, porque o INSS tem culpa no cartório. Não é o Governo, mas é o Estado. Ele tem que fazer a reposição desses recursos.

Já foi feita uma reposição de 1,8 bilhão. O Governo teve que desembolsar 1,8 bilhão até agora para repor aos aposentados – 700 milhões foram dessas empresas –, e isto num total já de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2,8 milhões aposentados que já receberam desses recursos, mas ainda faltam muitos para receber esse recurso.

Então, o mal que foi feito é enorme para o Brasil, para todos, e o senhor simplesmente prefere ficar calado para não formar prova contra si. Eu não sei se tem alguma coisa além do senhor, acima do que foi feito, mas se não era o caso de você... E eu já disse, isso vai dar muita cana...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... pode ter advogado bom. Nós vimos agora, recentemente. Tinha gente aí que tinha muito advogado bom e já está para ir para a cadeia, já está preso em casa e vai para a cadeia depois. O senhor também não vai se livrar disso, por mais que o senhor pague advogado. Se não é o caso de o senhor fazer uma delação premiada, ver o que estava por trás disso.

Quem mais estava aí?

Eu acho, Senador, que ele deveria fazer. Porque acho que o dízimo não vai salvar o senhor não, sinceramente. Não coloque em Deus a culpa de algo que, realmente, não tem nada a ver.

Então, é isso que eu queria dizer ao senhor.

Quero pedir calma ao Senador, que ele possa olhar para a frente, em vez de fazer provocação, e que a gente possa fazer um bom debate, porque de cara feia eu não tenho medo, está bom?

Então, se eu fosse o senhor, faria uma delação premiada para isso – talvez tenha gente mais forte envolvida. Mas, sinceramente, é um papel que o senhor cumpriu, não serviu realmente para o povo brasileiro, não serviu para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, peça depois aos nobres colegas que tenham respeito com quem fala, evitem provocação, porque isso não faz bem também para o ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou ouvindo todo mundo e gostaria que ouvissem. E não faço provocação também, para não ser provocado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está feita a observação, Excelência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não fui eu que falei em dízimo. Ele é que falou. O senhor chegou atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O Senador chega atrasado e chega dando opinião errada...

Quem falou em dízimo foi ele. Eu passei o filme com ele falando em dízimo.

É óbvio que isso não é dízimo. O que ele fez foi contra a igreja, inclusive.

Eu, por respeito que tenho aos evangélicos, estou chamando exatamente a atenção, para ele não usar os evangélicos, que eu tenho muito respeito por todas as igrejas neste país – e merecem respeito –, mas que ele não use isso em falso e em vão, porque isso não faz bem para nenhuma das igrejas, que todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Vamos lá.

Bom, Sr. Presidente, caro Relator, eu queria só, como o depoente veio aqui e disse ao Relator que se manteria em silêncio, mas cada um de nós tem direito às perguntas, só perguntaria se, de fato, vai se manter em silêncio também no momento em que eu faço as perguntas.

Sr. Felipe?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou sim, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A primeira pergunta que eu queria fazer é se o senhor tinha noção ou tem noção de que os 714 milhões que passaram pelas empresas é dinheiro dos aposentados brasileiros, fruto do roubo dos aposentados.

O senhor não tem noção disso?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Vou permanecer em silêncio

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois bem.

Eu digo, Sr. Presidente, porque aqui nós estamos tratando de uma pessoa que disse que vai permanecer em silêncio para não se autoincriminar e também para não sair preso por falso testemunho, no caso de estar na condição de testemunha, apesar de todo esse imbróglio entre ser testemunha ou ser investigado – e, de fato, é investigado pela Polícia Federal –, mas aqui está na condição de testemunha – assim foi a convocação. Porque, de fato, ele já começou, Sr. Presidente, faltando com a verdade, quando, na qualificação, disse que é empresário.

Felipe, você não é empresário. Você não é empresário.

O seu advogado disse que você está sendo investigado por organização criminosa, lavagem de dinheiro e estelionato qualificado.

Melhor seria se dissesse: Eu sou estelionatário. Começasse assim a qualificação: "Sou estelionatário". Seria muito melhor. Seria verdadeiro, de acordo com a investigação, de acordo com os fatos apresentados até aqui.

Por quê? Porque o empresário é aquela pessoa que se arrisca para produzir riqueza, oferecer serviços em atividades lícitas, Senador Marcos Rogério, e aqui a gente está vendo uma pessoa que ajudou numa engrenagem que roubou dinheiro de aposentados e que fez circular, por meio de CNPJs, esse dinheiro, que foi lavado para comprar carros de luxo, para, poxa vida, heresia das heresias até, oferecer dízimo às igrejas, para uma série de atividades que não são lícitas.

E aí nós percebemos, Sr. Presidente, como, na verdade, essa qualificação que foi feita aqui, dizendo que é empresário, é até afrontosa aos brasileiros que trabalham, que dão duro. E quantos empresários pequenos do Brasil, pequeno, médio ou grande, não importa, gente honesta, trabalhadora, que oferece serviço, tem um produto para oferecer também para os demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros e aqui encontra, nesta CPI, uma pessoa que é investigada por uma série de crimes, dizendo que é empresário.

Não, não é empresário. Você enganou muitas pessoas para poder chegar aonde chegou, tanto no período bom, em que não se sabia ainda, ou os fiscais e agentes da lei não sabiam ainda das suas atividades ilícitas, como no momento ruim, que é este em que o senhor está sentado aí, está investigado pela Polícia Federal.

E, concordo com o Relator, deveria estar preso, até preventivamente. Se não está preso agora, certamente depois de todas as investigações serem concluídas. Esse deve ser o destino de quem cometeu esse tamanho de crime, hediondo inclusive, eu diria, com aposentados, com pensionistas, com pessoas que não tinham nem como se defender.

Agora, é interessante observar também, Sr. Presidente, como aqui a gente ouve outros Parlamentares dizendo que a associação, ou as associações lideradas por Felipe, que, na verdade, não passavam de grandes lavanderias de dinheiro, entidades que não eram, de fato, entidades sindicais, é interessante ver alguns membros da base do Governo dizendo "mas nem era sindicato", como se sindicato fosse coisa boa. Deputado Evair de Melo, como se esses sindicatos de esquerda aí fossem realmente de uma lisura exemplar.

A verdade é que essas entidades fantasmas, essas entidades que lavaram dinheiro dos aposentados, simplesmente, no nosso "gauchês", apatifaram o *business* dos sindicatos, porque, enquanto os sindicatos estavam roubando dinheiro, oferecendo um serviço aqui e ali, Alfredo... A gente viu a Tonia! Aqui está o contraste dos dois formatos, na mesma noite, e já é quase 1h da manhã.

A Tonia veio aqui falar do Sindnapi, que é o nome do sindicato do irmão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É a sala. Continue, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é. Tomei um susto aqui. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perdoe-me, Excelência. Vejo que V. Exa. é bem disciplinado, mas é a sala, Excelência. (*Risos.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele diz "silêncio" pra mim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concedo um minuto a mais ao Senador Van Hattem, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Opa!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ao Senador, hein?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele disse Senador...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ao Deputado Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está bem. Mas aceito a partir de 2027, se Deus quiser.

Nós vimos aqui, Sr. Relator, o contraste entre a Tonia do Sindnapi, do sindicato do irmão do Lula, Zé Trovão, e a Amar e, não sei, outras entidades que inventaram nomes até bonitos, que são entidades de fachada.

A Tonia, de um lado... Assim como o pessoal da Conafer aqui, o Carlos Roberto veio até com um videozinho, mostrar o serviço, perguntou para o Relator se não tinham ligado para os municípios, para saber do serviço; disse que tinha mandado carretas para socorrer os gaúchos, durante as enchentes... Ou seja: eles fazem uma parte de serviço, apresentam, ainda que de uma forma supermaquiada, bonita, exagerada, um benefício para o seu associado, para o aposentado, mas, de outro lado, roubam – e dê-lhe roubar, e dê-lhe roubar –, porque, de fato, também mandaram nomes em lotes para o INSS descontar das folhas de pagamento.

E aí vieram essas outras entidades aqui, conseguiram ACTs e fizeram só a parte do roubo. E é aí que a coisa ficou ruim para quem fazia o "roubo provisional", para quem fazia o "roubo com decência" – e eu coloco essas aspas que eu odeio nas mãos, mas preciso colocá-las aqui, para sinalizar bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no fundo, o que a gente está vendo é que houve uma proliferação tão grande dessas entidades, a roubalheira foi tão descarada e desenfreada, que nem os sindicatos que vinham roubando e vêm roubando há tantos anos – há décadas, no Brasil – conseguiram mais fazer de conta que não estava acontecendo a roubalheira. Tanto é, que a Tonia...

Viu, Felipe? A Tonia, que estava aqui antes de você, foi a primeira a denunciar, ou uma das primeiras dentro dos sindicatos a denunciar, lá em 2023. Ela denunciou.

Aí, depois, em 2024, quando viu que iria sobrar para eles também, porque não tinha como diferenciar, aí ela voltou atrás.

Agora está todo mundo sentado a essa mesa, tanto os sindicatos, que vêm roubando há tantos anos, lá de trás, como essas entidades de fachada lideradas por pessoas que são investigadas – repito aqui – por organização criminosa, lavagem de dinheiro e estelionato qualificado.

E não é à toa que isso tudo tem explodido no Governo Lula, porque, convenhamos, e lamentavelmente: roubo sempre teve no poder público no Brasil e tem em todos os níveis, e tem de ser perseguido sempre – nos municípios, nos estados, aqui na União, no Governo Federal... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, senhor...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Continuo. Eu continuo e concluo.

Tem de ser combatido em todos os níveis, Sr. Presidente, mas o que nós percebemos, neste Governo Lula, é o completo descontrole – completo descontrole.

Aliás, trago uma informação aqui para o Plenário.

Está sabendo, Sr. Presidente, Relator, Carlos Viana, da crise por que está passando a empresa dos Correios agora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim. Tenho acompanhado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vinte bilhões estão pedindo, em empréstimo, para tapar o furo.

Está sabendo que mais de 200 agências fecharam?

Sabia que, na cidade de Ivoti, que é vizinha minha, de Dois Irmãos, os Correios foram despejados por falta de pagamento de aluguel?

E aí eu estava numa outra cidade do interior, contando a história que tinha vindo no jornal *O Diário*, no meu celular, que é da região, e aí, nessa outra cidade, tinham vários empresários ali, e um disse: "Ó, o fulano de tal aqui que é o dono do prédio onde estão os Correios aqui na nossa cidade". Aí eu perguntei: "É mesmo? E como é que está aí?". "Olha, toda vez que bate no quarto mês, para não serem despejados, eles pagam o aluguel".

Esse é o descontrole do Governo Lula, e foi isso que levou a fazer com que entidades como essas, primeiro, pudessem proliferar, com toda aquela gangue que estava instalada no INSS e há anos vinha atuando, e que, agora, neste último Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... durante o Governo Lula, roubou como nunca, desenfreadamente.

Ainda bem que surgiu a iniciativa dos Parlamentares de oposição, salvo raríssimas exceções, de abrir a CPI, porque a maioria dos que estão aqui, que dizem que querem investigar, não assinaram a CPI. Porque o Brasil está vendo isso aqui, Alfredo, o que você mostrou hoje, do Felipe Macedo Gomes, que se repete em todas as outras instituições, em todas as outras empresas de fachada, em todos os outros estelionatos ao dinheiro dos idosos e aposentados.

Eu tenho acompanhado os comentários, nas redes sociais, e é incrível o elogio ao trabalho dos Srs. Carlos Viana, Alfredo Gaspar e de toda a CPI, porque, no mínimo, tudo isso está sendo exposto. E a roubalheira – viu, Felipe? Felipe Macedo Gomes – precisa levar às consequências, quer da culpabilização, da pena imposta a cada um dos que roubou e, obviamente, na devolução do dinheiro dos aposentados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Hoje foi difícil, mas deu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Sr. Felipe, de todos os depoimentos que nós tivemos até agora, alguns colaboraram mais, outros colaboraram menos, alguns deixaram a gente, diria que mais chateado, enfim, depende do depoimento. Mas, hoje, o seu depoimento – ou o seu não depoimento – está sendo o mais nojento. Mais nojento. Triste demais.

O senhor nunca foi, sequer, filiado ao INSS. Provavelmente, deve ter nojo, também, da carteira de trabalho. Pavor. Se algum dia chegou até ela, se algum dia chegou a ser registrado. E jovem, em plena forma física, saudável, montou uma entidade para roubar aposentados e pensionistas, porque você montou com essa finalidade.

Amar Brasil, que você preside, foi criada em novembro de 2020. As outras, que fazem parte do seu grupo, do seu bando, a Master Prev, em abril de 21. A Aasap, em agosto de 21. Só a Anddap que foi de junho de 2018.

Vocês montaram com o propósito de roubar o INSS e assim fizeram. Milhões de aposentados e pensionistas. Roubaram de maneira descarada. E ainda falam que, depois de dois meses, começou a ganhar dinheiro. Brotou dinheiro.

Dinheiro tem que ser fruto do trabalho, do suor. Não foi o seu caso. Por isso que você esbanjava. Dinheiro para você não tinha valor, porque era dos outros. E de pessoas que a sua entidade criada dizia representar, sendo que você estava longe de ser um aposentado.

Dessas quatro entidades, todas elas têm algo em comum, além da sua participação: tem a participação do servidor Jucimar. Em algum momento do processo, ele participou nesses quatro ACT's.

Jucimar, que estava sob o comando do André Yamada, no primeiro momento. Amigo do seu amigo Oliveira, ou amigo do Oliveira, amigo da sua família. Não sei se do seu sogro, se do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pai... De alguém da família. Mas nós não temos dúvida que tem o DNA do Oliveira, que tem implicações políticas com muita gente. Aliás, talvez ele possa ter, pelas suas relações, quem sabe, outra sorte, sorte que você não tem ao final do processo. Talvez você possa ter uma sorte diferente.

Mas, além do Oliveira e do Yamada, tem o André Fidelis, que atuou também como servidor no atual Governo. E nós vamos chegar a ele, porque é o mesmo grupo que operava. É o mesmo grupo. Passou de um ano, foi para o outro, o mesmo grupo que operava.

Faço uma correção: aqui a advogada do Sindnapi falou que ela denunciou e tomou conhecimento em 2019. É importante a gente trabalhar com a verdade, porque tem gente aqui que trabalhou, agora há pouco, com a mentira, dizendo que foi só em 2023. E ela disse que foi em 2019, tanto é que a sua entidade também, repito, foi criada em novembro de 2020 e fez o convênio em 2022, do Governo Bolsonaro.

Agora, já te perguntaram, e vou deixar essas perguntas: como é que você tomou conhecimento? Quem assoprou no seu ouvido? Quem te contou esse segredo? Quem? Quem te levou esse doce? E você fazer isso? Não, alguém contou. Alguém operou contigo, ou você foi o laranja de alguém muito próximo, porque você não é aposentado, não representa aposentado, fez um convênio para descontar de aposentado, roubando os aposentados. Uma hora você vai falar e uma hora as pessoas vão descobrir. Se você falasse, talvez fosse melhor, porque vai chegar... Da história todo mundo sabe o enredo, e as provas ainda virão. Você pode ter certeza absoluta: o dinheiro será perseguido, e as pessoas chegarão aos verdadeiros envolvidos.

Eu queria mostrar aqui, fazer uma passagem, porque teve gente aqui que consultou o ChatGPT, dizendo que tinha a resposta. Estão buscando até a inteligência artificial para tentar não criar fantasia. Mas é importante a gente trabalhar com a pergunta correta se a gente quiser ter a resposta da inteligência artificial. E vou mostrar algo ali para responder. A pergunta que eu fiz é:

> Existe registro de alguma denúncia formal feita para o governo Bolsonaro sobre irregularidades no INSS contra aposentados?
> [Olhem lá, senhoras e senhores.]
> Sim – há registro de denúncias formais apontando irregularidades envolvendo o Instituto Nacional do Seguro Social [...] durante o governo Jair Bolsonaro, especialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no que diz respeito a descontos indevidos de benefícios de aposentados e pensionistas.
A seguir [...]
Exemplos de denúncias
Um servidor do INSS denunciou em 2020 que identificou descontos ilegais nos benefícios de aposentados e pensionistas. Ele relatou ter [...] [sido feita] a denúncia à Polícia Federal e também a instauração de investigação paralela na Polícia Civil Do Distrito Federal.
O Procon-SP [...] [está lá, resposta do ChatGPT] em 2019 [também registrou no] governo Bolsonaro [...] milhares de queixas de aposentados por descontos irregulares [e fez isso ao então Ministro Moro].
Na [...] CGU [também em 2019] [...] um alerta formal [...] ao INSS sobre irregularidades [e nada foi feito] [além de] auditorias e denúncias do Ministério Público[...].
Conclusão [do ChatGPT]
Portanto, sim – há registro de denúncia formal [o negrito é por conta também do ChatGPT] (e de alertas formais, auditorias, documentos) sobre irregularidades no INSS envolvendo benefícios de aposentados durante o governo Bolsonaro.
Se você quiser, [...] buscar os documentos [...] [é só pedir].

Portanto...

Continua, por favor.

Olha lá, tem até matéria. Essa aí é do portal GCMais: "Servidor do INSS denunciou [...] em 2020".

Próxima.

"Diretora da CGU diz que denúncias sobre as fraudes do INSS chegaram em 2019".

Próxima.

"Procon São Paulo alertou gestão de Bolsonaro sobre desvio de INSS".

Só para dizer aos que bradam que assinaram a CPMI! Sabe por que tem essa CPMI? Porque os descontos não cessaram durante o Governo Bolsonaro; porque o Governo Bolsonaro não investigou; porque o Governo Bolsonaro não parou com o roubo; pelo contrário, permitiu que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuasse. Sabe por que nós estamos na CPMI? Porque a Polícia Federal do Governo Lula abriu um inquérito, está apurando, investigando, tem gente presa. A denúncia veio à tona pela imprensa e pelos atos da Polícia Federal, por isso que tem CPMI, porque, se não, não haveria CPMI.

Essa é a diferença de Governo: um escondeu; o outro apurou, revelou, veio a público e devolveu o dinheiro. Tem uma diferença brutal. É importante a gente acompanhar essa diferença. E mais uma entidade... É importante as pessoas, aposentadas e pensionistas que foram lesadas, parte deles já teve o desconto, a devolução do dinheiro, mas eu tenho certeza de que eles querem a verdade. E em respeito a eles, nós temos que buscar a verdade e botar na cadeia, Sr. Felipe, todos aqueles que cometeram essa atitude nojenta, asquerosa, covarde de roubar essas pessoas. Essas pessoas irão para a cadeia. Elas podem ter vivido em determinado momento no luxo, mas vão ficar no xadrez. Então, se elas vão ficar no xadrez fazendo justiça aos aposentados e pensionistas, foi porque este Governo atuou. Foi porque este Governo apurou. Porque se tivesse feito algo antes, esse roubo não teria continuado.

E não sou eu que digo. Como está na moda da inteligência artificial, basta consultar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... o ChatGPT, o Gemini, qualquer outro, que eu tenho certeza de que a resposta verdadeira será a mesma. Eu não tenho dúvida.

Esperamos, Presidente, que a gente possa ouvir em breve o Sr. Jucimar, que atuou em todos, todos esses ACTs e atuou em mais alguns. Mesmo mudando o diretor de benefício...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por gentileza. Silêncio, por favor.

Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mesmo mudando o diretor de benefício, esse servidor atuou em todos os ACTs. E eu não tenho dúvida também de que nós chegaremos em breve ao amigo da família do Felipe, ao Sr. Oliveira, que tem muito a contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já veio aqui e escondeu, mas ele virá ainda de novo para falar ainda mais o que tem e a prova também chegará a ele, assim como chegará ao Onyx, que também recebeu dinheiro seu, dos aposentados que você roubou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu pergunto ao Deputado Dorinaldo Malafaia... Não está, né?

Senador Rogerio Marinho, com a palavra.

Só um instantinho. O depoente pediu um espaço para ir ao banheiro.

Sessão suspensa por cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quando do retorno, Damares, que é a décima, está querendo trocar comigo, ela fala e eu falo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Perfeitamente.

Sessão suspensa por cinco minutos, senhores.

(*Suspensa à 1 hora e 11 minutos, a reunião é reaberta à 1 hora e 15 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza, vamos retomar os lugares.

Com a palavra a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Mas eu queria começar falando com o advogado, Dr. Levy.

Dr. Levy, no Governo anterior, eu fui Ministra de Direitos Humanos. Teve uma CPI nesta Casa, a CPI da covid, em que estavam Soraya e Marcos Rogério, e teve uma testemunha que precisou ser protegida – e quem protegia era o Ministério dos Direitos Humanos –, uma testemunha que era irmão de um Parlamentar. E, como Ministra, nós o protegemos, inclusive fora do Brasil, tá? Ele precisou sair do Brasil, ele era servidor do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui a dica para o senhor e para o seu cliente de que o Ministério dos Direitos Humanos pode protegê-lo fora do país, se ele resolver falar, tá? Os bens dele estão bloqueados, e nós vamos continuar bloqueando. Então, fica a dica, porque o Ministério dos Direitos Humanos pode proteger fora da nação. Ele que tome conhecimento disso, e o senhor também, porque quem sabe isso não o anime a falar também.

E aí, Presidente, nós já temos o sigilo fiscal do depoente quebrado, mas eu acho que a gente vai ter que quebrar imediatamente o sigilo telemático também. Eu acho que este é um dos investigados de que a gente precisa do sigilo telemático urgente. Nós já tivemos acesso ao sigilo fiscal – é de assustar –, e eu tenho aqui 24 perguntas, mas, como cristã, lá na minha Bíblia a gente tem um versículo que fala: "Não jogai pérolas aos porcos". E eu acho que hoje não é dia de a gente dar as estratégias de investigação, antecipar para o investigado e para o advogado dele nossa linha de investigação. O Relator foi muito feliz.

Nós temos muita coisa para perguntar para você, Felipe, muita coisa, mas, na minha fala, eu ia te dar a oportunidade, mas você já fez na fala do colega Rogério – eu ia começar a orar pelo Rogério hoje, vou esperar mais uma semana, porque eu estou brava com ele, mas acho que a cota de igreja acabou aqui nessa noite –, e eu ia pedir para você. Investigação, ô, Felipe, investigação tem efeito colateral, e um dos efeitos colaterais dessa investigação aqui foi ter arrastado o nome de algumas igrejas muito sérias, para dúvida, para questionamentos, como você viu aqui. Então você já fez essa fala com relação à igreja, mas não esqueça o tempo todo de lembrar ao Brasil que esses pastores não têm culpa de nada; que você chegou lá como um homem próspero – prosperidade duvidosa, e você sabe disso...

Eu só queria lembrar aos colegas que o Felipe ficou como presidente da instituição, só para lembrar, colegas, de 28/4/2022, a 1/6: 32 dias é muito pouco para alguém ter ficado tão rico.

Eu estava lembrando agora, Felipe, às 9h da manhã – eu tenho 61 anos de idade –, eu estava sentada no lugar do Carlos Viana, presidindo uma audiência pública aqui neste plenário. Cansada, não estou bem de saúde – os colegas sabem – e trabalho muito, muito, a vida inteira. Você ficou 32 dias na presidência de uma associação e saiu por aí arrotando prosperidade. Tem gente que olha para você e fala assim: "Ele é muito jovem para ser o líder de tudo isso". Por isso que eu comecei a minha fala falando para o seu advogado: "Ele é muito jovem". Mas, se a gente continuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigando na linha que nós estamos, acabou a sua vida, você vai passar o resto da sua vida na cadeia, Felipe.

Mas você tem a chance de fazer delação premiada; você tem a chance de ter benefício desse instrumento. Esse é um instrumento poderoso, que a gente usa muito na Justiça brasileira. Fica a dica aí.

É difícil acreditar que você seja o engenheiro de toda essa fraude, Felipe, é difícil. E que você tenha a coragem de falar, porque, usando a Bíblia agora, Felipe, e apelando para a Bíblia, se você for responsável por tudo isso, a minha Bíblia fala, Felipe – Zé, vira um pouquinho aqui, Zé! –: "Ai dos que tiram do órfão e da viúva", você sabe do que eu estou falando. Porque o que vai sobrar para você, no juízo final, Felipe, é: "Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, [...] [com] o diabo e os seus anjos". Você tem a chance ainda de ter a sua salvação e você sabe do que eu estou falando.

É isso, Presidente, vamos quebrar o sigilo telemático dele...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... e não vamos fazer mais pergunta nenhuma, porque o advogado dele é muito inteligente e vai entender a nossa linha de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Pergunto ao Senador Rogerio Marinho se fará uso da palavra agora.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, só uma questão justa, pela ordem, bem brevemente. Eu quero, aqui, só por uma questão de justiça...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Esperei pacientemente...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Acredito que é importante a gente não deixar para amanhã o que a gente pode fazer hoje. Eu quero registrar aqui o esforço da Senadora Damares. Todos sabem a luta que... Eu tenho muita fé e oro a Deus que ela vá vencer, mas está com uma situação de saúde, lutando contra uma doença crônica. E 1h20 da manhã, para eu que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou mais jovem, é cansativo, é exaustante, e ver a determinação dela, a firmeza com que ela fala, isso tem que ser registrado, porque é um...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Amém!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... exemplo para todos nós. Fica aqui o nosso registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Senador Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, eu esperei até essa hora, porque eu acho que é importante que todos nós possamos falar um pouco a respeito do que estamos vivenciando aqui, e, no nosso caso, de uma forma mais forte.

Eu tenho tido, ao longo dessas 18 reuniões – acho que é a 18ª que nós estamos tendo entre nós –, uma preocupação muito grande de me debruçar, Sr. Presidente, ao lado dos nossos Deputados e Senadores aqui, sobre o problema que nós estamos enfrentando, que é um problema que pertence à sociedade brasileira, infelizmente. A sociedade herdou um problema, e ele precisa ser resolvido. Ninguém vai nos perdoar – e eu falo aqui para cada um dos Parlamentares aqui presentes – se, ao final desse processo, nós não apresentarmos um relatório robusto, convincente, que mostre o que ocorreu de fato, quais foram os mecanismos que foram postos por terra, que permitiram que claramente a estrutura do Estado fosse utilizada, de dentro para fora e de fora para dentro, para literalmente assaltar pessoas que são hipossuficientes, ou seja, pessoas que não podem se defender, principalmente pessoas que ganham até dois salários mínimos, que passaram a vida inteira contribuindo para um sistema e imaginando que ao final do seu período laboral teriam a capacidade ou a condição de usufruir minimamente de um conforto na sua velhice.

E nós estamos assistindo aqui a um espetáculo deprimente, porque cada um dos depoentes que aqui vem, com raras e honrosas exceções, mostra que esse problema é muito sério e está entranhado dentro da estrutura do Estado brasileiro. Então, nós não podemos abrir mão de buscarmos a verdade, independente aqui das nossas convicções ou de visões de mundo, que necessariamente são diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho ouvido essa disputa ideológica, ela faz parte da disputa política, mas, veja, quando eu me pronunciei aqui anteriormente e disse "Olha, procura lá no *chat*, procura lá no Google", a pergunta você pode fazer de várias maneiras, e todas as notícias que foram colocadas aqui são de 2025. Quem estiver nos acompanhando faça a mesma pergunta que foi feita por aqueles que nos antecederam e vai ver que as notícias são de 2025, porque uma delas trata de um fato, de uma comunicação feita pelo Procon de São Paulo – a gente já falou nisso aqui dez vezes, mas vamos lá de novo – e, quando isso chega ao Ministério da Previdência, no caso específico, ao INSS, já haviam sido afastadas quatro das maiores empresas, das maiores entidades que tinham descontos associativos e boa parte das outras não tinha ACT assinado com o INSS. Então, não tinha por que tomar providência no sentido de sustar ACT.

Essa denúncia contra um funcionário foi apurada pela Polícia Federal, que é tão homenageada e incensada aqui, e foi arquivada pela Polícia Federal, que fez a investigação.

E, quanto ao fato de que a CGU fala em 2019, esse marco temporal para mim até hoje não está bem explicado, porque, novamente, esse é um processo que se inicia em 1991 com uma lei e, em 94, é o primeiro ACT celebrado – tem mais de 30 anos.

Para mim, está claro que houve uma inflexão, do ponto de vista temporal, que gerou uma espécie de "corrida ao pote de ouro", entre aspas, que foi o fim da contribuição, desculpe, do imposto obrigatório com a reforma trabalhista de 2017. Há um aumento exponencial em 2018, e isso é estabilizado em 2019 justamente porque quatro entidades foram descredenciadas, mas começa a crescer em 20, 21, 22, 23, 24, até o infinito. Inclusive, nós ouvimos aqui a depoente anterior quando ela fala que aumentou de forma unilateral a contribuição que era feita ao seu sindicato de 0,6 para 2,5%. Isso não foi comunicado aos associados, e, se foi, desculpe, eu não tenho conhecimento. Então, veja, aumentou cinco vezes o valor da contribuição, e isso significou, certamente, um aumento expressivo na massa de recursos que foram disponibilizados para uma entidade. Isso foi seguido pelas demais, Sr. Presidente, porque, quando se quer aqui separar o joio do trigo, é importante colocar que o *modus operandi* terminou sendo o mesmo.

Eu vou saudar aqui o nosso depoente, mas dizer a ele que não vou fazer perguntas, respeitando até a posição que ele já tomou anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, veja, existem núcleos muito claros, e o Relator, brilhantemente, está conseguindo expô-los. Nós temos aqui o núcleo do Camisotti – é um núcleo. Nós temos aqui um núcleo representado pelo Sr. Felipe. Nós temos um outro núcleo que na terça-feira vai ser ouvido... Qual é o nome da cidadã, Presidente, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Cecília.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Cecília é um outro núcleo. E talvez outros possam ser expostos, mas é uma ação de uma engenharia complexa, engenhosa, que é necessário ser exposta e principalmente combatida.

E veja, Sr. Presidente, eu quero deixar claro aqui a V. Exa. e aos meus pares que amanhã nós vamos ter sessão na Presidência, desculpe, no Senado da República. Está aqui o Senador Randolfe, ou estava aqui há pouco...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Já foi, mas tudo bem.

Mas nós votamos aqui na quinta-feira passada, o conjunto dos Srs. Senadores e Deputados, que nós iríamos dar celeridade. Aliás, V. Exa. é testemunha de que nós iríamos colocar isto como prioridade: votarmos o fim definitivo de contribuição, do desconto de contribuição junto à folha de pagamento do INSS, porque todas as barreiras que foram erguidas engenhosamente foram suplantadas. E assim é o crime organizado. Se se cria uma espécie de barreira, de uma forma engenhosa, busca-se uma alternativa de suplantar essa barreira. Se se cria uma outra, ela é ultrapassada, e o obstáculo subsequente também.

E aí nós temos aqui diante de nós um jovem, como foi colocado pelos outros... Eu não vou fazer aqui juízo de valor. Acho que a presunção de inocência é um direito constitucional, e nós não podemos, de maneira nenhuma, ultrapassar esse direito. Agora, há um aumento tão expressivo de ganhos e de exposição dessa situação que salta os olhos. São mais de 20 veículos de luxo – Porsche, Ferrari, etc. – não apenas com ele, mas também com os seus sócios, pessoas que faziam parte dessa mesma estrutura.

Então, vejam, nós sabemos que há, dentro da estrutura do INSS – isso já está comprovado com a quebra do sigilo –, algumas pessoas que deram causa e atuaram fortemente para que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação se consolidasse ao longo do tempo. E falo especificamente de dois: do Sr. André Fidelis, através do seu filho Eric Fidelis, e do Sr. Virgílio, através da sua esposa. E houve, assim, talvez, uma falta de sutileza, no caso do Virgílio, porque ele faz uma empresa de sociedade com o Sr. Antônio Camilo em novembro ou dezembro de 2022, quer dizer, alguém que estava dentro da estrutura formal, com um cargo importante, inclusive, no Governo anterior, no Governo do Presidente Bolsonaro, era assessor jurídico, seis ou sete meses depois, passa a ser Procurador, ou seja, um cargo principal na estrutura jurídica do Instituto Nacional de Seguridade Social. Então, esse cidadão faz uma empresa com o Sr. Antônio Camilo, e essa empresa começa a prestar serviço a esse rol de outras entidades que são formadas.

Então, Sr. Presidente, nós estamos diante de uma situação que não pode ser encoberta, nós não podemos colocar isso debaixo do tapete. E falo aqui, com serenidade, para o conjunto dos Srs. Senadores e Deputados, independentemente de a qual matriz política se alinhe.

É fato, quando a gente vê os gráficos, que houve uma explosão a partir de 2023 – fato –, mas isso não começou lá. E quem estava lá estava desde 2010, 2009, 2008.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Esses dois, por exemplo, são cargos em comissão dentro da Previdência desde 2006.

Então, o ovo da serpente está plantado dentro da Previdência, do Instituto Nacional de Seguridade Social, e precisa ser estourado, exposto, eviscerado. A culpa tem que ser demonstrada, e quem deu causa a esse crime hediondo tem que pagar, sob pena de que todos nós sejamos desmoralizados.

Então, o embate político existe, não vou aqui retirar o processo do debate político, faz parte, agora, nós temos a responsabilidade de desvendar essa situação. E, aí, o Relator tem uma missão muito importante – V. Exa. e todos nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O Deputado Kim Kataguiri não se encontra.

Deputado Ricardo Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra por dez minutos, Deputado.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução desta sessão, mas quero fazer aqui um relato do esforço do nosso Relator, que tinha 90 perguntas e mostrou aí muito equilíbrio ao relatar a questão política. Às vezes, questão política se discute aqui: que o culpado é o governo A, é o governo B, é o governo C. Eu continuo com o mesmo raciocínio do início desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Eu nem acredito, nem vou acreditar nunca, que nenhum Presidente da nossa República é conivente com o que vem acontecendo nos últimos anos, com os desvios de recurso não do INSS, mas sim dos nossos aposentados e pensionistas.

Irei fazer apenas uma pergunta: o que fez o senhor doar ao ex-colega Deputado Federal Onyx Lorenzoni R$60 mil para a campanha?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Exmo. Deputado, vou me manter em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Pronto, eu queria fazer essa pergunta, Gaspar, nobre colega, exatamente porque ser político... Quando você é um ser político e quando você tem uma doação de um recurso de aposentadoria, fica pairando no ar uma dúvida gigante, de um ex-Ministro que participou de um governo, que foi candidato a Governador pelo Rio Grande do Sul, do Pimenta – para não lhe dar o art. 14, vou lhe chamar de Pimenta –, no Rio Grande do Sul, e aí não temos resposta novamente.

Mas, eu relato aqui o nome da empresa, se posso chamar de empresa: Amar Brasil, e essa empresa ela é a mãe de outras empresas que tem o senhor com procuração. E essa Amar Brasil, ironicamente, leva o nome do nosso país com o nome de "amar". E perguntas estão formuladas – 40 perguntas em que a assessoria – e eu parabenizo a assessoria – nos dá o suporte aqui durante esse período nosso –, mas eu não vou fazer com uma pergunta, vou fazer com uma afirmação.

Como a Amar Brasil conseguiu firmar um acordo com o INSS, mesmo sem apresentar o cadastro de entidades sindicais especiais e sem comprovar capacidade técnica e operacional? Sabemos, com esquema montado dentro do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor teve contato direto com os servidores do INSS ou a procuradoria jurídica para validar os acordos? Sim, o senhor teve, com todos os envolvidos.

Qual o papel do José Carlos Oliveira, então Ministro da Previdência, e de Edson Yamada na aprovação do ACT em tempo recorde, contrariando pareceres técnicos e jurídicos? Sei, porque exatamente o envolvimento do senhor juntamente com o ex-Ministro e os técnicos...

Por que o endereço da associação era em um galpão industrial – e recebi a foto aqui – que tem lá estampado que diz que é material elétrico? Não teve nenhum cuidado que outras que vieram aqui apresentaram, 20 unidades espalhadas pelo país inteiro, com hotel, com pousada, com clube. A única coisa com que o senhor se preocupou foi enriquecer, em comprar 27 veículos, comprar uma Ferrari num valor de 4 milhões. E, uma coisa que eu tenho certeza absoluta, o senhor vai ter saudade do seu golzinho GT ano 1993, que o senhor tinha, não com traje de terno italiano, mas sim com roupa de um jovem que sonhava de ter um Gol GT 1993, e o senhor vai sentir muita saudade dele.

Por que as entidades não apresentaram as fichas originais de filiação quando solicitadas pela CGU, pelo INSS? Também sei por que o senhor não apresentou, porque o senhor fraudava as assinaturas dos pensionistas, porque o senhor fraudou todos os documentos existentes que estão até hoje.

Como justifica a movimentação de R$320 milhões em um curto período nas contas da associação, sendo que o balanço patrimonial era de R$835? Justifica o Golzinho GT 1993, que ali era sua realidade como empresário.

Por que diversas empresas beneficiadas com recursos da Amar têm o mesmo contador e endereço e erro ortográfico, descoberto pela nossa CGU e aqui relatado pelo nosso Relator?

Como explica as transferências das empresas ligadas a famílias de dirigentes do INSS, como esposa do ex-Procurador Virgílio de Oliveira, Procurador do INSS, e do ex-Diretor André Fidelis? Eu sei, sócio, um esquema montado em que pegaram, Pimenta, os "*golden boys*", porque o que mais me surpreende deles é a soberba. Não sabem o que é trabalhar, conseguiram um patrimônio que nenhum desses que estão aqui – e, ao lado do senhor, um Senador e um Deputado, e aqui vários Senadores e Deputado – que representam legitimamente o povo brasileiro, que fomos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eleitos por eles, por idosos, por pensionistas... E aqui nós temos, sim, altivez, voz e legitimidade de interrogá-lo, mas, infelizmente, o STF lhe deu o direito de não poder responder – covardemente – às nossas perguntas.

Para encerrar, Presidente, como explica o pagamento de R$93 mil ao filho de André Fidelis, após a liberação do desconto associativo? Eu respondo pelo senhor: propina, isso se chama propina, o senhor deu R$93 mil pela liberação.

Qual era o relacionamento do Deputado Fausto Pinto, do PP, de São Paulo, cujo gabinete compartilha endereço com a empresa...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Fausto Pinato.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Fausto Pinato.

... com a empresa Fae Magazine, investigada por lavagem de dinheiro de R$146 milhões? Volto a dizer, repito, o senhor terá saudade do seu Gol GTS 1993, porque os 27 carros de luxo comprados com dinheiro dos aposentados e pensionistas, que estão retidos na Polícia Federal, irão ser leiloados e voltarão para os cofres públicos do povo brasileiro. E o silêncio em que o senhor permanece aqui hoje o acusa de tudo o que já foi colocado, porque nem direito o senhor quer ter de se defender à legitimidade desse Parlamentar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Passo a palavra ao Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, essa oitiva aqui está sendo muito confortável para você, Felipe. Por isso que fiz questão de sair daí, da mesa da Presidência, como Vice-Presidente, e interrogá-lo, olhando nos seus olhos, porque não adianta esse discurso feito... O sentimento de mães, como algumas Deputadas e Senadoras aqui fizeram... Porque se você tivesse sentimento, você não teria roubado milhões de aposentados, pessoas idosas.

É muito fácil chegar no púlpito de uma igreja e fazer falso testemunho, falsas promessas, falar do nome de Deus em vão. E eu falo isso porque, como constitucionalista, como advogado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a adesão do Supremo está correta, você tem o direito constitucional de permanecer calado, ninguém é obrigado a construir prova contra si próprio. Agora, você vir aqui, no auge dos seus trinta e poucos anos e se comportar de forma covarde? A mensagem que você passa para fora é a mensagem de quem, sim, cometeu crimes e não tem a coragem de assumi-los, não tem a coragem, como homem cristão, de vir aqui e contribuir para essas investigações.

Eu peço, Sr. Presidente, que peça silêncio aqui aos Deputados e Senadores, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Silêncio, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Se puder mais 30 segundos, Presidente?

Eu faço essas reflexões porque você, neste momento, está tendo a oportunidade de ajudar, de contribuir. Se não quer confessar, que possa esclarecer, mas vir aqui e ficar calado com esse sorrisinho de canto de boca, batendo o pé ao lado do seu advogado e não trazer nenhuma informação, isso é covarde, isso não é um ato cristão.

Eu lhe faço esse questionamento: Você se considera um homem de fé, um homem cristão?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Vou me manter em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Vai se manter em silêncio.

Então, você não consegue sequer afirmar se você tem fé, se você é um homem cristão?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Sr. Deputado, você já julgou o que eu sou, você já falou...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu não estou julgando, eu estou perguntando.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu não estou fazendo julgamento.

Estou lhe perguntando.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Você já falou que eu fiz um falso testemunho, então você acabou de me julgar.

Eu me mantenho em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Na igreja.

Aqui eu quero saber se você vai fazer o falso testemunho, porque lá você vai responder pela justiça de Deus. Lá, você vai queimar no inferno. Agora, aqui, na justiça dos homens, você vai responder na lei dos homens, porque, se aqui você mentir, você vai sair daqui preso e não tem advogado caro que vá te proteger se você aqui cometer um crime de falso testemunho. Eu faço esse questionamento porque, agora sim, eu afirmo, diante do seu silêncio, diante da sua não resposta – em poucos segundos você colocou para fora as suas garrinhas, porque a máscara caiu –: você roubou aposentados, você roubou pessoas idosas, você roubou pessoas inocentes. Para quê? Para manter o seu luxo.

E digo mais, se você ler a Bíblia, você vai ter acesso, você vai ver a carta de São Paulo a Timóteo, que diz que "o amor ao dinheiro é raiz de todos os males" – está lá em Timóteo 6:10. O problema não é o luxo. O luxo não vem a ser um pecado. O pecado é o luxo que faz esquecer quem tem fome, que foi exatamente o que você fez. Você tem 35 anos. E eu percebo aqui, através das documentações, não pelo que você falou, que você gastou mais de R$100 mil, por mês, com grifes de luxo, como Louis Vuitton, Chanel e Dior.

Somente em um mês, com uma parcela, R$197 mil em compras dessas marcas. Isso não te envergonha?

Vai ficar calado. Então, porque te envergonha. Porque, se tivesse orgulho, você ia assumir. Tanto envergonha que fica caladinho.

Mas vamos lá, a vergonha não é só para você, se fosse só para você, você merecia, mas você envergonha a sua esposa, você envergonha a sua família.

E eu digo mais: esses esquemas comprovam que você cobrava mensalidades sem autorização dos beneficiários. As suas associações eram de fachada, todas elas funcionavam em um mesmo endereço, e nesse endereço não era nenhuma delas que se apresentava em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionamento. Filiados fantasmas, não havia ficha de cadastro, mais de 3 milhões de aposentados foram associados de forma ilegal. E isso te envergonha, tanto é que você fica calado, tanto é que nada você tem a falar, porque o seu constrangimento é mais um indício de que, sim, ao final de todo esse processo, não adianta pagar advogado caro, você vai ser condenado, condenado por essas conexões políticas. O problema não é ser amigo de político, o problema é o que você faz com essas amizades. Não são coincidências, são indícios, são provas de que você cometeu um crime bárbaro.

André Fidelis, ex-Diretor de Benefícios, exonerado em 2024, você depositou na conta do filho dele R$93 mil. Por qual razão você depositou R$93 mil na conta do filho do André Fidelis, Diretor de Benefícios? (*Pausa.*)

Estou lhe perguntando.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Me mantenho em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Se mantém em silêncio porque sua resposta o incrimina, porque, se você responder, você vai confessar o crime, por isso permanecerá calado.

Onyx Lorenzoni: o beneficiou com uma doação de R$60 mil para a campanha eleitoral. Por que será que você doou R$60 mil para Onyx Lorenzoni durante a campanha eleitoral, coincidentemente depois de ele celebrar um ACT com as suas associações? Foi por essa razão ou porque você acredita no plano de governo, nas propostas eleitorais que o Onyx apresentou durante aquela campanha?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Me mantenho em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Se mantém em silêncio porque o seu silêncio é a forma de proteger, porque, caso você fale, você vai confessar a prática de um crime.

E sobre essa razão, aqui eu concluo. Você tem 35 anos, eu acredito que no início da sua consulta com o seu advogado você deve ter perguntado: "Doutor, doutor, se tudo der errado, se a nossa defesa der errado, o que de pior pode acontecer?". Ele deve ter te respondido, mas, se ele não te respondeu, eu vou te dar essa consultoria jurídica gratuita. Se tudo der errado – e já deu, a casa caiu –, você vai sair da cadeia com 81 anos. Com 81 anos você não vai ter o prazer de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desfrutar de tudo que você roubou de tantos aposentados. E isso, eu digo a você, é pouco, porque você ainda assim terá 81 anos, idade da maioria dos idosos que você roubou, de quem você tirou todo mês valores, das contas deles, sem que eles soubessem o que estava acontecendo.

E eu vou aqui tipificar cada um desses crimes. Organização criminosa: pena de três a oito anos, podendo ter aumento de pena de até dois terços. Lavagem de dinheiro: de três a dez anos, podendo ter dois terços de aumento de pena. Fraude eletrônica, estelionato digital: pena de quatro a oito anos. A continuidade delitiva, de acordo com o art. 71, com aumento de pena de um sexto a dois terços. Cálculo estimado: pena mínima, 13 anos e 8 meses; pena máxima, mais de 46 anos. Ou seja, você vai sair dali com 81 anos.

E não adianta se empolgar, achando que, porque você está no Brasil, você vai ser condenado, vai passar um tempo preso e logo, logo vai sair. Não. Como se trata de um crime em que a pena básica, a pena mínima é superior a oito anos, você vai ter que passar, no mínimo, cinco anos preso em regime fechado, cinco anos refletindo, cinco anos vendo o sol nascer quadrado, para mostrar que o crime não vale a pena.

E tudo isso que eu falo não é com tom de prazer, mas é com o tom de que, ao invés de a gente passar a mensagem lá para fora de que vocês, fraudadores, criminosos, jovens bandidos, são "*golden boys*", na verdade vocês são covardes. Covardes, porque vocês são piores do que quem empunha uma arma de fogo e aponta para uma pessoa inocente, tentando roubar uma carteira. Vocês roubaram pessoas sem que elas tivessem o mínimo de condição de se defender. Isso é covardia. Vocês não são "*golden boys*", vocês são jovens covardes, que aproveitaram de sua juventude para roubar pessoas idosas, que não merecem, não mereciam passar por isso.

E é por essa razão, Sr. Presidente, que aqui, nesse um minuto que me resta, eu compartilho com V. Sa. a reflexão que eu sei que aqui talvez você não fale nada, como você já disse; mas que você possa aproveitar os dias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que lhe restam, as próximas semanas, para conversar com o seu advogado, para ajudar nessas investigações. Você não tem como voltar atrás e fazer um novo começo, mas você tem como mudar a sua postura agora e trazer um final

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente, contribuir para que a gente possa devolver o dinheiro de todos esses aposentados inocentes.

Sr. Presidente, eu não estou entendendo o que está acontecendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – São quase 2h da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... e aqui parece que a gente já está na 5ª série B.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A gente está na frente de um sujeito que está sendo interrogado. Eu peço, por gentileza, que a gente consiga fazer esse questionamento da forma correta.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Já falou dez minutos...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, ainda tem 20 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bom, Excelência. Por favor...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... eu falo o tempo que eu achar necessário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Agora tem que falar e ficam nessa brincadeira?

Por isso que ninguém está levando a sério a CPMI, porque, na hora que a gente quer fazer um trabalho correto, ficam brincando como se isso aqui fosse um circo, gente. Pelo amor de Deus!

Respeito V. Exa., mas, por favor, aqui está todo mundo trabalhando. Por gentileza, não é nada pessoal, sabe que eu não tenho nada contra você, mas, por gentileza...

Então, Felipe, eu lhe peço, nada contra ti enquanto pessoa, mas, por gentileza, reflita sobre o que você fez. Converse com o seu advogado, ajude nas investigações. A gente precisa devolver o dinheiro dessas pessoas. A gente precisa punir todas essas pessoas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que fizeram parte dessa organização criminosa. A gente não pode achar que o que aconteceu é normal. Esse problema não é um problema de um Governo, é um problema de um país que precisa ser resolvido.

Esse é o meu clamor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a base do Governo Lula tem comemorado algumas vitórias, que eles dizem aqui, na CPMI, e a imprensa fez questão de registrar que, entre as vitórias comemoradas pela base do Governo Lula, está a blindagem do irmão de Lula, quebras de sigilo barradas e avanço contra advogados que fizeram as denúncias. Essas são as vitórias que a base do Governo Lula tem comemorado aqui nesta Comissão. Eu digo: vai vendo, Brasil!

E aí, para piorar a situação ainda mais da base do Governo:

> [...] buraco em agenda oculta reuniões de ex-presidente no auge da farra.
> [...] [Sr.] Stefanutto, ex-INSS, só pode ser verificada entre julho de 2023 e fevereiro de 2024. [No] auge da farra do INSS [que] foi 2024, [a agenda dele foi apagada].

Deve ter aprendido com Flávio Dino, que conseguiu apagar as imagens do Ministério da Justiça; ele apagou do INSS.

"Farra do INSS: [...] [Controladoria-Geral da União] suspeita de fraude em procuração [...] [de] advogada". O INSS aceitou a procuração de uma advogada que tinha OAB antes mesmo de se formar, Sr. Presidente.

Isso mostra como o Stefanutto era rigoroso com as regras dentro do INSS...

O Careca sempre está presente, não é? Vai vendo, Brasil.! O Careca do INSS omitiu da Receita apartamento nos Estados Unidos. Mais uma vez, eu pergunto – a nossa Receita também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

está devendo muito, porque tem muito a dar informações –: por que tanta coisa vazou aos seus olhos?

"INSS: [...] [Ministério da Agricultura] [o nosso Mapa aqui; nós tínhamos denunciado aqui] demite dirigente que levou R$ 50 mil de operador da Conafer". Era Secretário do Ministério da Agricultura. Nós denunciamos que ele recebeu dinheiro de propina, o Sr. Pedro Alves Corrêa Neto, que recebeu o pagamento de quem? Daquele inocentezinho que estava ali, o Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos. Foi investigado, mas ele, para pagar propina, não é nada humilde.

"Prejuízo apurado em operação do INSS supera a soma total de 2015-2024 diz controladoria". São os números que podem chegar a R$10 bilhões, só desses casos envolvidos aqui.

Mais uma das entidades que é protegida pela base do Governo aqui, a dona Contag, que, desde 1994, está fazendo descontos irregulares, principalmente dos nossos aposentados rurais, com quem a covardia é maior ainda, mas o Governo Lula tem ela como queridinha.

"Envolvida na fraude contra os aposentados, Contag vai representar agricultores na COP-30".Não sei se vai roubar os outros que estão lá também, né? Então, pegou o dinheiro roubado, roubou ainda mais, e o Lula, o que é que faz? Vai e nomeia a Contag para representar a agricultura brasileira na COP 30. Mais uma vergonha.

"Sindicato de irmão de Lula pagava caixinha para amiga de ex-ministro". "Farra do INSS. Empresa de familiar de dirigente do Sindnapi recebia comissão para cada aposentado descontado." Portanto, mais uma vergonha alheia.

Mas agora vamos falar para o Sr. Felipe Macedo Gomes. O Sr. Felipe se apresenta aqui como empresário... do crime. Não sei se a palavra empresário poderia ser aplicada, mas o senhor deveria respeitar os homens deste país que pegam dinheiro emprestado, que contratam, que assinam carteira, colocam a frota na estrada, compram mercadoria, processam, vendem, pagam seus impostos. Aí o senhor vem dizer que o senhor é empresário? O senhor é chefe de quadrilha, pelo que está posto aqui. Ou o senhor se defende disso? Porque é o que está posto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – "[...] jovens ricaços dirigem entidades que faturaram R$ 700 milhões". O senhor tem noção do tamanho da empresa que o senhor organizou, para o senhor faturar R$700 milhões?

E o que mais me assusta, em tudo isso, nobre Relator, é a idade dos empresários: um, de 28 anos; o outro, de 35 anos; outro, 38 anos; e o de 45 anos. Se fosse no tráfico, esse de 45 já seria um veterano. Esses de 28, 38 e 35 seriam naturalmente já chefes de morro, chefes de boca, chefes do tráfico, porque quem minimamente investigou o tráfico sabe que essa é a idade em que se chega ao ápice. Dificilmente passa dessa idade.

E o que mais me assusta, olhando para o Sr. Felipe, é a sua frieza, Sr. Felipe. Eu estou impressionado, como que o senhor está treinado, a frieza... Parece que nós estamos interrogando aqui – dá-se a impressão de que estamos interrogando – um traficante profissional, um sequestrador profissional. A sua frieza, a forma como o senhor organiza os pés, as mãos, a sua postura corporal... Me assusta essa sua frieza. Imagino que, para ter essa coragem, realmente tem que ter um espírito... Realmente, não é o espírito de quem é pessoa do bem.

Dos seus carros, o mais caro é a Ferrari, de R$4 milhões, e o mais modesto... Tem uma Toyota Hilux aqui de R$340 mil. O senhor realmente esbanjou além do extremo, o negócio é assustador.

E aí o senhor... Todo mundo já comentou aqui: "Investigado na Farra do INSS celebrou ganhos na igreja: 'Mão de Deus'". Pelo amor... Por favor, né? Lave a boca para botar Deus num crime desses, até porque, se não fosse crime, o senhor não estaria falando aqui com a gente.

"Dono de entidade da Farra do INSS pediu de volta BMW doada".

E aí vai: "Entidade investigada por CPI do INSS pagou [...] [R$171 milhões] a consultorias ligadas a sua cúpula".

Se o senhor tivesse visto a sessão anterior, eu mostrava aqui como que é organizar esse crime: amigo para amigo; parente para parente; conhecido para conhecido; vizinho para vizinho. E aí foram montando essa quadrilha para poder roubar os nossos aposentados.

Uma matéria que já foi mostrada aqui, mas é preciso mostrar, porque, assim, eu tenho vergonha disto: "PF rastreia frota de R$ 28 milhões com jovens ricaços da Farra do INSS". Olha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu digo que é uma geração perdida. Eu não conheço seus pais... O senhor pode falar a idade de seus filhos? (*Pausa.*)

Mas, pela sua idade, devem ser muito... devem ser crianças seus filhos. Eles vão ter vergonha do pai, porque um dia eles vão ter consciência, vão ter acesso aos autos, vão poder ler tudo isso que aconteceu, e eu tenho certeza de que eles terão a chance, inclusive... Eu não conheço a sua esposa, não tenho proximidade com a sua família – nenhuma. Pelos seus amigos, eu espero que os seus filhos não sejam amigos dos seus... não sigam exemplos seus e dos seus amigos, porque é o mundo do crime que realmente nos envergonha.

Eu acho que o senhor faz parte de uma geração perdida. Infelizmente eu não sei quem o colocou nesse caminho, quem lhe fez essa opção. O senhor deve ter perdido, naturalmente, perdido valores. E, volto a dizer: a sua frieza durante toda esta audiência realmente leva à pior das nossas escolhas, que é compreender que realmente estamos diante de um crime organizado.

Mas, para poder finalizar, Sr. Presidente, já que o ChatGPT foi mencionado aqui como referência, eu quero... Eu fui ao ChatGPT para poder entender esse crime, entender o crime de corrupção, os maiores roubos do Brasil. E eu fui lá: "maiores casos de corrupção e roubo do Erário do Brasil". O maior deles foi o petrolão e a Lava Jato, 2004 a 16. O valor estimado desviado foi de R$100 bilhões, segundo a Controladoria-Geral da União e Ministério Público Federal. *Modus operandi:* desvio de recursos da Petrobras e estatais para políticos e partidos.

Mas, não satisfeito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O outro, por favor. O outro.

... não satisfeito, eu procurei entender um outro grande crime, que foi o mensalão, de 2003 a 2005. Valor estimado: cerca de R$170 milhões. *Modus operandi:* compra de votos no Congresso com dinheiro público. Condenações: 25 pessoas, incluídos José Dirceu, Delúbio Soares, Marcos Valério, considerado o operador financeiro. Marco histórico, pela primeira vez em que políticos do alto escalão foram condenados pelo STF.

Mas o que nos leva à triste conclusão é que o líder político mais associado ao petrolão e ao mensalão é o senhor identificado como Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a ser condenado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

três instâncias, triplex, sítio de Atibaia, e depois as condenações foram anuladas pelo STF por questões processuais, não por absolvição de mérito.

Então, o GPT serve para o Francisco e serve para o Chico, eu sempre digo, né?

Vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, quero...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir só...

Antes de começar, só a forma como nos referimos ao depoente aqui, dentro do que está previsto, não só no *habeas corpus* mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência, estou fazendo aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É um compilado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... com todos os demais aqui, porque, da forma como nós tratamos, porque temos sido bem respeitosos, firmes, mas respeitosos em todos os momentos na forma de nos dirigir ao depoente.

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Felipe, quero primeiramente agradecer ao senhor por estar aqui hoje, e, como eu digo para todos que vêm aqui, enquanto não for encerrado o processo e o senhor não for condenado por qualquer tipo de corrupção, o senhor, para mim, ainda não é criminoso, não é? A gente não pode iniciar dizendo que é bandido, que é ladrão, que é isso, que é aquilo, quando a gente não tem provas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, eu posso afirmar que o Lula é bandido, ladrão, corrupto, e não fui eu que disse; quem disse foram as quatro instâncias que o condenaram e ele ficou preso por isso. Aí, depois, um erro processual tirou-o da cadeia e trouxe-lhe a Presidência da República.

Quero lembrar aqui aos nobres Parlamentares também que falaram muito sobre as riquezas dos filhos do Bolsonaro. Todo mundo é rico, os filhos do Bolsonaro têm mansão, têm isso, têm aquilo e têm aquilo outro. Só que eles não citam os filhos do Lula, é engraçado, não é? Quem limpava merda de elefante no zoológico de São Paulo se transformar num bilionário, que hoje, inclusive, está morando na Europa com medo de alguma coisa... Mas é assim, acuse-os do que você é, acuse-os do que você faz, talvez você consiga incriminar quem é inocente.

Sr. Felipe, eu respeitosamente gostaria que o senhor me respondesse: o senhor é batizado nas águas ou nunca passou por esse procedimento na igreja?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Excelentíssimo, eu sou batizado nas águas.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Batizado nas águas. Então, o senhor, como um homem batizado nas águas, sabe que esse é o maior simbolismo da religião cristã, que é o renascimento, o novo encontro com Deus. Quando você se renova, se transforma num novo homem, e isso é muito importante.

E por que eu estou fazendo essa pergunta para o senhor? Porque, sendo batizado nas águas, o senhor aceitou o Senhor Jesus como senhor e salvador da sua vida e, para que isso acontecesse, o senhor deve ter passado por um determinado curso, uma instrução bíblica e tudo mais.

Baseado em cima disso, Sr. Felipe, eu queria muito que o senhor tivesse falado aqui hoje, porque agora eu não vou falar como um inquiridor, eu vou falar como uma pessoa que tem completa ciência do que é o Evangelho, por tudo que eu vivi, pela minha história que eu também tenho cristã, por todos os caminhos que eu trilhei, porque a gente sabe exatamente que, quando a gente comete um erro na vida, esse erro só é perdoado a partir do momento em que a gente confessa esse erro. E é claro que o senhor não precisa confessar esse erro a nenhum homem; o senhor vai confessar apenas a Deus se o senhor cometeu esse erro.

Mas eu queria que o senhor soubesse também que não falar nesta CPMI criou contra o senhor todas essas acusações que o senhor passou. E aqui eu não vou julgar quem acusou, quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi mais incisivo com o senhor, porque cada um tem uma maneira de agir. Agora, eu quero que o senhor entenda a minha posição. A minha posição é clara. O senhor movimentou mais de R$1 bilhão. Não sou eu que disse; quem disse foi a Polícia Federal, a CGU, toda a investigação, os RIFs que nós temos. Então, isso nos faz o seguinte: olha, hoje para mim, neste exato momento, eu estou dizendo que o Sr. Felipe movimentou um valor suspeito e ele não quer me explicar. O que acontece? O senhor acaba passando aqui como bandido.

O senhor poderia ter usado todo esse nosso tempo aqui hoje... Faz exatamente 24 horas que eu estou acordado. Eu acordei às 2h da manhã para vir para cá, para Brasília, e estou aqui acordado. Hoje o dia foi de muito estudo para inquirir. O senhor viu que eu até abandonei minha pasta, não vou ficar perguntando já que o senhor não vai responder. Mas eu queria que o senhor tivesse essa consciência hoje de que o senhor está saindo daqui hoje como criminoso, não para mim, não para o Paulo Pimenta, não para o Evair, para esses Parlamentares que estão aqui, não para o Presidente, mas para o povo que está em casa assistindo ao senhor. O senhor teria toda a oportunidade...

E o que nos assusta é que os jovens que vieram aqui até agora normalmente ficam calados, diferentemente daqueles que têm um pouco mais de idade, que têm um pouco mais de agilidade com as palavras. Na semana passada, inclusive, teve um aqui que dominava muito bem a arte de retrucar todos os que inquiriam: "Ah, aqui nós somos inocentes". Olha, eu disse e repito: todo mundo é inocente até que se prove o contrário, segundo aquilo que prega a nossa própria legislação. Mas nós estamos diante, Sr. Felipe, de algo que, se o senhor for culpado por ele e o senhor, com toda certeza, não se arrepender, o senhor sabe muito bem para onde o senhor vai.

E o pior de tudo isso é o que eu ouvi de alguns Parlamentares aqui: não é o senhor. Eu digo sempre o seguinte: eu sou autossuficiente para manter a minha posição daquilo que eu tomo como partido, mas os meus filhos, a minha família não têm que passar por isso. Então, eu gostaria muito que o senhor, nesse pouco tempo que resta, colocasse na sua cabeça que o senhor cometeu um crime contra o senhor mesmo hoje aqui. E isso é o que vai pesar no futuro não do senhor, mas da sua família. É muito triste que amanhã... Não sei qual a idade dos filhos do senhor, não sei se o senhor quer falar. Mas um filho chegar a uma escola... E sempre tem aquele piazinho que tem o espírito de porco, que gosta de cutucar, pegar um vídeo e falar: "Seu pai é bandido lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a CPI falou lá que seu pai é bandido, seu pai é vagabundo". É a imagem que o senhor deixou para o Brasil hoje.

Bilhões de reais movimentados, um jovem de 35 anos... Eu tenho 37, o senhor tem 35. As realidades são completamente diferentes, mas movimentar 1 bilhão, mais de R$1 bilhão nos causa muita preocupação, Sr. Felipe. E, realmente, eu tenho que concordar com o que muitos Parlamentares falaram aqui: nós estamos diante não só do maior escândalo de corrupção, mas nós estamos diante do maior escândalo de corrupção cometido por jovens que decidiram não trilhar um caminho lícito, correto, para conquistar.

É muito difícil encerrar esta CPMI como nós vamos encerrar no ano que vem, e esse relatório desse Relator, que é um cara brilhante, respeitoso, que vem aqui e faz um brilhante trabalho, vai apontar... E não só o relatório dele, mas da Polícia Federal, o relatório do próprio Ministério Público, de todas as instâncias que serão cabíveis, e vão dizer quem são os criminosos.

E aqui muito se fala de Bolsonaro, muito se fala de Bolsonaro. Ninguém, até hoje, aqui, ouviu eu falar que o Lula é o responsável pelo roubo do INSS, até porque eu acho que ele não tem tempo para isso. Mas pode ter envolvimento do partido dele? Pode ter envolvimento do partido dele, como pode ter envolvimento do partido nosso também.

Como a gente sempre falou aqui, nós não estamos aqui para proteger ninguém. O que nós estamos aqui é para fazer justiça a quem foi roubado, porque falar de milhões tanto faz, mas falar que um pai que criou seus filhos, envelheceu, às vezes está numa cadeira de rodas hoje, e tem, durante 30 anos, 50, 60, R$70 sendo descontados sem a sua autorização, isso sim é o que move o coração do brasileiro lá fora. E o brasileiro lá fora também sabe que este roubo se alavancou, e digo novamente, de 2023 até 2025.

Não adianta esse papo aqui... Eu vejo toda hora a esquerda fazer o *show* pirotécnico deles. Querem, de todo jeito, acusar Bolsonaro. Fizeram isso na CPMI da covid.

A grande verdade, seu Felipe... Eu vou encerrar minha fala, dizendo o seguinte: o senhor, hoje, prestou um desserviço à nação brasileira. O senhor não é exemplo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... nem para um mendigo da rua. Hoje, é isso que o senhor nos passou de imagem.

Até digo mais: o homem que desviou mais de R$1 bilhão, se for isso que for provado, perdeu completamente a noção, o tato e o amor ao principal bem que Deus te deu: a sua família. Então, hoje, o senhor deixa um legado de tristeza para o Brasil.

E esta CPI, com o meu trabalho e de todos os Parlamentares, vai mostrar quem roubou e quem não roubou. Os que não roubaram, eu não vou precisar pedir desculpa, porque eu tratei como tratei o senhor, com respeito e firmeza. Lugar de bandido é na cadeia! E, de preferência, que rouba pessoas de idade, é na cadeia pelo resto da vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Nosso penúltimo inscrito da noite... Ah não, desculpem-me: ainda temos mais. São três.

É Coronel Chrisóstomo. Em seguida, a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, o senhor faltou falar algo no início, hoje. O que é que houve, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Alô, Rondônia!

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ah, Presidente, muito bom...

Olá, Rondônia; olá, Brasil!

Neste momento, 2h12 da manhã de terça-feira.

Por que eu estou iniciando a minha fala assim, Sr. Felipe Gomes? Para mostrar que nós, Parlamentares, Deputados e Senadores, estamos realizando um trabalho muito sério nesta CPMI do roubo dos aposentados. Estamos realmente fazendo investigações a fundo, para descobrirmos as pessoas que tiraram dinheiro dos nossos aposentados, pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho é sério. Nós estamos aqui há mais de 12 horas, há quase 13 horas – não; mais: 11, 12, 13, 14 horas –, há mais de 14 horas estamos trabalhando, sem arredar o pé daqui do Senado Federal.

E é mérito? Não é mérito. Nós não consideramos mérito. Nós consideramos que estamos fazendo justiça aos mais vulneráveis do nosso Brasil, aos mais velhos, aos vovôs e avós do país, Presidente e Senador Carlos Viana.

Nós estamos fazendo justiça aos doentes, numa cadeira de roda; aos indígenas, como eu que sou indígena, tukano – tukano com "k" –; e também aos analfabetos, aos vulneráveis em geral.

Então, eu quero... Eu tive esses minutos para mostrar para o Brasil que a coisa é séria e eu fico feliz por isso, Srs. Parlamentares, Relator, grande Relator, estando aqui – parabéns! –, e hoje o senhor tem o privilégio de ter a sua esposa aqui também assistindo ao seu trabalho.

Então, o trabalho é sério.

Eu, como fui o criador da CPI, Felipe Gomes... Eu que iniciei. Isso aqui é consequência do que eu fiz no mês de abril deste ano. Então, eu fico feliz, porque o trabalho está sendo sério, Dr. Levy, para que nós possamos, realmente, apresentar para o Brasil quem tirou dos vulneráveis brasileiros.

Essa coisa de dizer "Ah, foi o Bolsonaro.", "Ai, Bolsonaro...", isso é firula – é firula! Nós não queremos saber aqui qual foi o Presidente que iniciou. A gente sabe o que o Presidente Bolsonaro fez: criou a Medida Provisória 871, para impedir o roubo. E ele mesmo fez isso. Mas a discussão não é essa. A discussão não é sobre Lula, que tudo está acontecendo no Governo dele. Afundaram o pé no Governo do Lula! Mas, aqui, Deputado, nós não temos que tratar disso.

Nós temos que tratar de quem está tirando dos nossos velhinhos e velhinhas de Rondônia, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de todo o Brasil. E por isso, Felipe Gomes, nós estamos há horas e horas aqui nesta CPMI. E, agora, eu gostaria de me voltar para você.

Fiquei feliz que você foi às águas. Eu também fui às águas, com 14 anos de idade, em São Luís do Maranhão. Fui lá. Fui às águas lá. Mas, Felipe Gomes, eu não sei como te abordar, porque é difícil abordar uma pessoa que vem aqui e se cala – é difícil. É como eu ir à rua, parar na frente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um poste e perguntar: "Poste, qual o seu nome? Poste, qual a sua idade?". É muito difícil. A gente não sabe o que perguntar.

Mas eu vou me expressar em sua direção.

Baseado em Êxodo 20:15, "Não furtarás", reflita: você participou, de qualquer forma, no esquema que subtraiu recursos dos aposentados, violando o mandamento divino contra o roubo?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Exmo. Deputado, vou permanecer em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Entendi.

Pois é... Dentro do que eu lhe falei, é o que eu disse: é como eu me voltar a algo concreto, e nada receber de volta.

Olha, eu não sei qual será o fim, mas eu vejo que você terá muita dificuldade. No decorrer, com certeza o Dr. Levy Magno vai orientá-lo, mas eu acho que só existe um caminho: ou você delata, ou seu fim vai ser trágico.

Eu vejo que você já usou um pouco desse recurso – eu acredito, eu acredito. Tá? Olharam a sua foto, aqui, há pouco, viram que você está com um rosto diferente.

Sim; está nas redes dele, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não entendi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Harmonização facial.

É possível que ele tenha feito. Não sei se você era rico, se tinha dinheiro sobrando... Eu não sei, Felipe, mas harmonização facial custa caro.

Enfim, tantas sugestões você recebeu aqui, Felipe... Eu acho que você tem que ter uma delas, para poder tentar minimizar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... a sua situação dentro do roubo dos aposentados. Não é cabível você estar nisso.

Mostre as fotos, por favor.

Olhe ali.

Está vendo quem está sendo roubado, Felipe? Você imagina uma senhora daquela, velhinha... São milhares daquelas senhoras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – E quem pegou o dinheiro está prejudicando uma senhora daquela.

A próxima.

Você consegue entender aquela pessoa que não enxerga? É outra que está sendo roubada.

Próxima.

Olhe os indígenas, vulneráveis total. Quem tirou e roubou está prejudicando o indígena.

Próxima.

Você está vendo aquela criança? Olhe para ela, porque você também tem criança. Olhe para ela, por favor.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Já olhei.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Olhe mais uma vez: com microcefalia.

Quem tirou dinheiro dos aposentados e pensionistas, é mais uma que está sendo prejudicada.

Mais uma foto.

Olhe ali... Com síndrome de Down.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem tirou dinheiro e roubou tirou de todos esses.

Felipe Gomes – vou encerrar –, ache o caminho. E o caminho é você entregar todos os que fizeram isso com os nossos aposentados e pensionistas. Faça uma delação para minimizar a sua vida no futuro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Presidente, nessas 2h23 da manhã, 22, tenho a dizer para V. Exas. aqui que seria cômico, se não fosse trágico, né? Seria realmente cômico.

Sr. Felipe, cumprimento V. Sa.; cumprimento também o Dr. Levy Magno, seu advogado.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Boa noite, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Qual a sua função profissional ou acadêmica, Sr. Felipe?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou ficar em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Qual era...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Qualificação, Sr. Felipe.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Empresário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Acadêmica não tem formação?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Acadêmica, superior incompleto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Em que o senhor começou a fazer faculdade? Qual área?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Administração e Direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Bacana.

Qual era a sua atividade profissional... Qual era a atividade profissional que o senhor exercia antes da Amar Brasil e companhia limitada?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Sempre trabalhei como empresário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Em que área?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vendas.

Vou me permanecer em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k.

Eu respeito o seu silêncio – respeito mesmo –, principalmente porque a nossa Bíblia é esta daqui.

O senhor hoje sentou aqui... Doutor...

Com certeza, o senhor é um advogado experiente. E, sim, eu defendo que o senhor deva pagar advogado caro, sim. Tem que pagar advogado experiente para um caso desses. O que eu desejo é que os advogados exerçam a sua profissão... Por que não prosperar?

Hoje a Sra. Tonia, que trabalha com advocacia de massa, independentemente do que tenha ocorrido no trabalho dela no Sindnapi... Advocacia de massa dá dinheiro, e está tudo certo. Não tenho nenhum problema com prosperidade, nenhum problema com ganhar dinheiro, desde que ele seja legítimo. Então, eu valorizo muito as profissões e desejo que os advogados sejam respeitados e ganhem dinheiro, mas...

Eu gostaria até de perguntar para o próprio Dr. Levy, um advogado experiente: o senhor já viu um depoimento na sua vida com essas características aqui? Eu digo, depoimento... Não estou falando só do Felipe não, depoimento em que... O senhor deve estar acompanhando, porque o seu cliente está envolvido *a priori* neste escândalo, mas é um depoimento em que os depoentes são injuriados, os depoentes são xingados. Além de tudo, os depoentes são doutrinados, catequizados e evangelizados. Já se sentaram aqui, Felipe, muçulmanos convertidos, judeus, pessoas que se autodeclararam indígenas... Gente, no dia em que veio aquele senhor que pintou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

as mãos e veio todo paramentado, ele foi execrado, o povo queria catequizá-lo. A nossa bíblia é essa daqui – a nossa bíblia é essa daqui –, e nós não podemos julgar o Judiciário.

O art. 5º da Constituição, Felipe, lhe dá o direito de ficar em silêncio. Você recebeu o aviso de Miranda. Quem não sabe o que é o aviso de Miranda pode dar um Google aí e procurar na inteligência artificial. Você recebeu o aviso de Miranda. Essa cláusula, essa garantia fundamental é uma cláusula pétrea, não há como mudá-la. E você sabe quem a fez, Felipe? Este Poder, em 1988, O Judiciário cumpre as leis, cumpre a Constituição. Então, não tem nada de errado no seu silêncio. Aí é uma questão de avaliar com o seu advogado até onde isso é bom, até onde não é...

Eu gostaria de ter ouvido mais de você, porque é uma oportunidade, mas eu não posso te condenar de forma nenhuma, e pior... Depois, o pessoal fica, em nome de Deus... Você pode... Mas aqui não é lugar disso, porque aqui o Estado é laico. Você imagina se você não acredita, se você não tem Jesus como o salvador, você tem que ficar engolindo tudo... Pelo amor de Deus! Então, é cansativo.

Algo que importa trazer é que, sob o auspício da atual CGU, o Ministro Vinícius de Carvalho, foi descoberto que a empresa sua, a primeira, Felipe... Depois você vai poder se defender, mas eu gostaria de saber se você se considera inocente ou não. A CGU diz que o endereço da Amar Brasil era de fachada. Auditores foram até a empresa e encontraram uma distribuidora de materiais elétricos – eu não vou falar o nome para não macular o nome dessa empresa, que não tem nada a ver, não sei também – e fichas de filiação desaparecidas, Felipe. Não apresentou registro de associados. As fichas de filiação não foram localizadas durante a auditoria. Aposentados lesados declararam nunca ter sido filiados e muito menos ter permitido descontos. Portanto, o que pesa sobre você e sobre o seu time, sobre a sua família, é grave.

O crescimento explosivo: em apenas um ano, a receita da Amar Brasil disparou mais de 2.378%, um salto anormal, que levantou suspeitas. São mais de 3 milhões de aposentados associados de forma ilegal.

Vai dar trabalho, Doutor. Tem que cobrar caro. O senhor cobre caro, porque vai dar muito trabalho, já deve estar dando. E tem que investir. Advogado bom? Tem que pagar. Então, esse é o conselho que eu dou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respeito o seu direito ao silêncio. E eu gostaria de saber... Porque agora a alfaiataria apareceu, você está bem-vestido. Falei que tinha uma alfaiataria aí no meio, e o próprio Relator tocou no assunto. Apareceu a alfaiataria. Até fizeram cortes errôneos a respeito da minha pessoa, acredite você. Então, eu estou falando que você está bem-vestido, mas eu sou bem casada, tá? Não estou dando em cima de você, nem dei em cima do outro lá. Já teve gente maldosa falando esse tipo de coisa. Então, com todo o respeito, eu digo que você está bem-vestido. A alfaiataria deveria continuar fazendo roupas. Só isso. Não precisa virar lavanderia, tá? É isso. A gente fala... E tem coisa para aparecer, tem coisa para surgir. Então, prepare-se. Estou falando de todo meu coração, sou advogada mesmo.

E, Doutor, o senhor imagine: do que a gente iria viver se não tivesse gente fazendo coisa errada? Nós existimos para resolver problemas. Um médico também, a maioria. O cara que faz harmonização – eu coloco *botox* também, não vejo nenhum problema com isso, tá? –, a pessoa que faz harmonização... Quem dera todos os médicos fossem só para beleza, né? Mas, não, eles estão ali para salvar nossas vidas. E o advogado é o teu respirador, porque é uma morte civil. Uma prisão é uma morte. É uma morte para tua família. Esse aí é o teu médico, que pode salvar tua vida. Então, é importante ter consciência disso. Já foi feito o estrago.

Às vezes, a gente trabalha num caso para resolver uma injustiça, mas muitas vezes nós trabalhamos para salvar de problemas graves. O que seria de nós se não fossem vocês?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, está aí todo o meu respeito. E espero que você consiga também a confissão, algo que não aconteceu no 8/01, tá? Eu assisti a cerca de 250 audiências pelo canal do Victor Panchorra. Confissão é uma das causas de diminuição de pena, e você falar que você falar ou confessar que agiu no calor da multidão, também. No 08/01 agiram no calor da multidão; vocês fizeram uma multidão meio esquisita aqui, vocês formaram uma multidão, não sei como é que vai ser aí. Mas a confissão é uma causa de diminuição, você pode pensar nisso, além da possibilidade de uma colaboração premiada. E você tem condições, Felipe, você tem condições, você pode sair do país, você pode responder, você pode de uma outra forma, mas previna-se, porque o negócio está feio.

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – De nada, Excelência.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Agradeço, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para interpelar.) – Presidente, vou procurar não cansar mais os senhores, mais cansados do que todos nós aqui estamos, já a esta hora da madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A noite é uma criança, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então, Presidente, nós estamos diante, com o depoimento do Sr. Felipe, de um caso clássico de como se processou a fraude no INSS. E a fraude não foi obra... A Amar Brasil/ABCB não é um sindicato, como alguns tentaram alegar, afirmar aqui e fazer comparações. A Amar Brasil não é uma entidade fundada nos anos 60, com um registro sindical dos anos 80, dos anos 90. Aqui nós temos uma obra da esperteza para que a corrupção se processasse. Uma entidade que cuidava de proteção veicular: Amar Brasil/ABCB.

Num belo dia, o Sr. Felipe teve uma ideia: "Bom, para que eu entre no INSS, o que é necessário? Basta forjar uma assembleia geral, fazer uma ata, redigir uma ata, arranjar um dirigente, contratar um advogado [que, com certeza, não foi o Sr. Levy]. Pronto, com isso eu adentro no INSS". Lá, obviamente – e é nisto que a CPMI tem que chegar –, lá contou com o "cumpliciamento" de agentes do Estado, que, cumpliciados com a entidade que estavam, aceitaram a entrada dessa associação, para que aí roubassem os aposentados e os pensionistas.

A Amar Brasil... Isso aqui, Sr. Felipe, isso aqui é um anúncio da Amar Brasil de antes de agosto de 2022, quando foi chancelada a entrada da entidade no INSS. No anúncio aqui está: "Associação Amar Brasil Clube de Benefícios: por apenas R$29,90, você leva inúmeros serviços". O que isso teria a ver com aposentados e pensionistas? Só teria a ver uma coisa: roubar aposentados e pensionistas. Por isso essa é a atuação do Sr. Felipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o detalhe que temos que checar é como essa entidade, em agosto de 2022, foi autorizada a entrar para saquear aposentados e pensionistas. Neste mês, em 3 de agosto de 2022, a Dra. Patrícia Cristina Lessa Franco Martins, Procuradora Federal, de PAR sobre o processo da Amar Brasil, concluiu o seguinte: "Em face do exposto, conforme já referido, entende-se que a entidade não atende completamente os requisitos legais e normativos, com o que opina-se pela inviabilidade da assinatura do ACT". Ou seja, uma procuradora de carreira do INSS disse "não", que isso aqui não é entidade, que isso não estaria habilitado para entrar no INSS.

Mas o que ocorreu? O superior dela, no mesmo dia 3 de agosto, desautorizou, encaminhou um novo parecer – esse somente em duas folhas – autorizando a entrada da Amar Brasil. Quem é esse Procurador, Sr. Presidente? Sr. Sebastião Faustino de Paula. Quem vem a ser ele? Ele depois assume a Diretoria de Benefícios, em substituição a José Carlos de Oliveira, que sobe, que assume a Presidência do INSS. Logo em seguida, quem assume também a Diretoria de Benefícios é o Sr. Edson Yamada, que está no núcleo deste esquema criminoso que autorizou a entrada da Amar Brasil.

A Amar Brasil não é entidade sindical, é uma entidade montada por uma estratégia corrupta para, ao adentrar o INSS, assaltar planejadamente, organizadamente, planejar assaltar aposentados e assaltar pensionistas.

A grande pergunta que ficou aqui, Sr. Felipe – eu sei, eu vou respeitar o seu direito constitucional do silêncio – foi: quais as razões – o Sr. Relator fez muito bem –, quais as razões levaram o senhor a prestar uma colaboração – e colaboração com esse dinheiro corrupto – aí para a candidatura do Sr. Onyx Lorenzoni ao Governo do Rio Grande do Sul?

Nós temos aqui então as raízes desse esquema e o que foi muito bem batizado pelo meu colega Paulo Pimenta da atuação de um conjunto de "*golden boys*", um conjunto de rapazes que se associaram... E aí sem fazer, utilizando da máxima, sem fazer acepção de qual era o Governo, mas sempre destacando que esses rapazes, esses "*golden boys*" entraram para assaltar o INSS entre 2020, 2021 e 2022. Isso não sou eu que estou dizendo, isso está nos documentos em que consta a entrada dessa entidade e de outras, junto com o Sr. Felipe, o Sr. Anderson Cordeiro, o Sr. Igor Delecrode, entre outros. A atuação destes e por que, e quem permitiu a entrada e se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

associou a estes, seja em qual for o Governo, eu creio que está no núcleo da investigação e do trabalho dessa CPMI.

Por fim, Sr. Presidente, como eu disse que eu não queria ocupar meu tempo todo, já estamos todos cansados deste exaustivo dia, foram feitas referências aqui, Sr. Felipe, o senhor já revelou, nos poucos momentos em que o senhor falou, o senhor revelou... Aliás, eu senti uma certa sociopatia porque eu não vi, em nenhum momento, o senhor vergar um músculo diante das indagações, das inquirições aqui, algumas até ofensivas; isso me faz acreditar que o senhor praticou estes atos todos com uma certa naturalidade. Mas nos poucos momentos que o senhor falou, o senhor falou de sua religiosidade, o senhor falou que foi batizado em águas; alguns aqui até se identificaram com isso e falaram a mesma coisa.

Sr. Felipe, eu não me batizei em águas, mas a minha formação vem da Pastoral da Juventude. Na Pastoral da Juventude eu conheci um Cristo que está descrito nos quatro Evangelistas, um Cristo que está descrito nos Evangelhos de Mateus, Marcos, João e de Lucas. E é no evangelho de Mateus 23, 13 – que o senhor deve conhecer –, que esse Cristo, ao se reportar aos fariseus, que era a elite religiosa do seu tempo, dizia o seguinte: "Ai de vocês, mestres da lei, fariseus! Hipócritas, vocês fecham o reino dos céus diante dos homens. Vocês mesmos não entram, nem deixarão que nenhum dos seus entrem".

No 14, do 23, Mateus completa dizendo algo que vale para esta CPMI, meu querido Presidente Carlos Viana: "Ai de vocês, mestres da lei e fariseus, hipócritas! Vocês devoram as casas das viúvas e, para disfarçar, fazem longas orações, [...] [porque] serão castigados [...] severamente!"

Isso está em Mateus. Espero que, sobre esse trecho do Evangelho de Mateus, o senhor reflita, e muitos que oram e são, por fora, "sepulcros caiados", como o mesmo Cristo denunciou, também possam refletir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Antes de passar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Presidente?

Um segundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria só de perguntar a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – ... porque eu ouvi, e posso estar errada, que o ex-Ministro Onyx Lorenzoni viajou duas vezes ao exterior, já nesse período em que ele foi convidado. Marcou, desmarcou...

Gostaria de saber de V. Exa. onde está – se está em lugar incerto e não sabido – o ex-Ministro Onyx Lorenzoni? No Direito a gente chama de Lins – estar em Lins, lugar incerto e não sabido. Então, para que possamos nos preparar para tal... E também, quando será chamado o Wagner Rosário? Essa é a minha pergunta, porque também é um nome que já foi aprovado, e nós já ouvimos o Ministro Vinícius. Fazer esse paralelo, é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Eu não sei a localização do Sr. Onyx. Não cabe à CPMI acompanhá-lo nisso, mas ele está confirmado aqui no dia 6 de novembro, para comparecer a esta CPMI.

Sr. Felipe, o senhor respondeu aqui, até de uma forma muito firme... Eu gostaria de fazer algumas perguntas sobre um assunto, para que o senhor deixasse bem claro, e acredito que seja do seu interesse responder.

Foi citado o nome da Igreja Batista da Lagoinha e que o senhor teria pago o Réveillon no Allianz Parque para a celebração.

O senhor pagou essa festa, Sr. Felipe?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Boa noite, Sr. Presidente.

Eu não paguei Réveillon algum. Isso é uma notícia que está no *Metrópoles*. Isso não faz parte dos autos, até onde a gente tem conhecimento, e não vai fazer parte dos autos, porque eu não paguei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu sou? Eu sou uma ovelha da igreja, dizimista fiel e ofertante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O nome do Pastor André Valadão foi citado aqui já algumas vezes. Eu lhe pergunto e espero que o senhor responda, com muita sinceridade, como tem sido, como foi agora: alguma vez o Pastor André Valadão lhe pediu algum favor ou recebeu algum benefício que o senhor tenha oferecido a ele?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – O Pastor Valadão nada mais é do que o Pastor Presidente da minha igreja e o Pastor Sênior, agora, atualmente, da igreja que eu frequento, que é a Lagoinha Alphaville.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Alguma vez o senhor beneficiou ou, de alguma maneira, a Igreja Batista da Lagoinha foi beneficiada pelo senhor em alguma situação?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra o Relator.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (*Fora do microfone*.) – Posso só fazer um adendo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, o senhor tem a palavra.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Gostaria só de fazer mais um adendo em relação à igreja.

Da mesma forma que é uma falácia o que eles falaram em relação à igreja, de eu ter pago o Vira Brasil, um evento que é pela igreja, e quem é membro da igreja Lagoinha sabe o quanto ela sangrou para fazer esse evento, também é uma falácia me colocar como amigo do André Valadão. Ele é Presidente da minha igreja, conheço-o, sim, mas simplesmente não tenho... Laços de amizade, eu creio que é quando uma pessoa vai até a sua casa. Quando ela não vai na sua casa, você tem apenas um relacionamento dentro da igreja, ele não se diz como amigo, mas sim, como meu pastor, Presidente da minha igreja.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, sobre essa questão da igreja Lagoinha, como ele afirma que é uma falácia, que não é verdade: ele já ingressou com alguma ação ou pretende ingressar com alguma ação para retificação dessa notícia – até porque a notícia, como ela foi veiculada, induz uma prática ilícita ou que é um dinheiro fruto da prática criminosa? Se houve uma ação; se não houve, se pretende ingressar.

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Boa noite, meu Vice-Presidente. Como várias reportagens do *Metrópoles* são falácias – e eu não entrei com nenhuma ação –, colocando até a morte do meu tio de 2013, que nada tem a ver com os fatos, visto que qualquer coisa que eu faça dentro do INSS é a partir de 2022, qualquer recebimento meu, então o *Metrópoles* é um jornal que está com falácia não só contra mim, mas contra várias outras pessoas investigadas nesse caso, mas eu prefiro ficar com quem vai me justificar, que é Deus.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, já estamos com a hora bem adiantada, 3h, só por conta dessa tensão, eu tenho uma dúvida danada: se Pimenta é ateu ou não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu? Eu sou católico.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não dá 14, não, viu? (*Risos.*)

Olha só, eu vi que o depoente, Sr. Presidente, agora começou a dar algumas respostas, principalmente no tópico da religiosidade. Eu vou falar para ele de alguém que eu tenho certeza de que é muito importante também, a Sra. Anna Laura.

A Sra. Anna Laura é sua esposa?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES (Para depor.) – Eu vou me fazer... Vou usar o dever do silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Eu quis dar uma oportunidade ao senhor, porque o senhor está aqui também desde cedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Anna Laura, sua esposa, recebeu, através da Pixel, de que ela é sócia, R$4,476 milhões diretamente do senhor. O senhor também colocou a sua esposa na F2A Construtora, e o senhor, com isso, traz a sua esposa para o centro dos acontecimentos. Então, eu queria deixar registrado que amanhã, quando o Relator fizer o pedido de convocação da esposa – que vai ser feito – do senhor, ninguém diga "mas a família...?". Não, não foi o Relator. Quem colocou a esposa no centro dos acontecimentos foi o Sr. Felipe. O pai do Sr. Felipe e a mãe do Sr. Felipe, também participando das empresas, amanhã, quando nós fizermos a convocação, ninguém venha dizer que é perseguição familiar. Está tudo aqui nas empresas e nas entidades, com destinação de recursos milionários. Esse é o primeiro ponto.

Agora, sabe o que eu acho interessante?

Coloca aqui, por favor.

Passa mais.

A gente, hoje, até essa hora, não é porque estamos jogando conversa fora, não. É porque R$714 milhões foram roubados de aposentados e pensionistas e terminaram em mansões, terminaram em Porsches, terminaram em Ferraris, terminaram em dinheiro, que era do povo mais sofrido brasileiro, no bolso de *playboys*, como dito nos jornais.

Agora volta uma.

Não, é essa aqui.

Lembrando que a Aasap, que a ABCB, a Anddap, a Master Prev ingressaram no INSS: a Aasap, em 23; a Amar, em 22; a Anddap, em 24; a Master Prev, em 2023. E o que é que as une? Na Dirben, três foram André Fidelis; uma, Yamada, o contador – e nós já vimos o nome dele –, e o advogado também.

Mas o que eu achei mais interessante, e por isso que eu voltei: neste Brasil, a corrupção é uma piada pronta. Olha, vem para cá, volta aqui.

Não, esse não.

Aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volta mais uma. Outra.

Passa, passa... Fica aqui.

Olha, eu estou com três contratos de prestação de serviços. Tem uma empresa chamada FAG, que é FAG-JC Serviços. Ela contratou a Thaisa Hoffmann, que é esposa do Procurador-Geral do INSS a partir de 2023, mas que já foi do INSS em outras gestões também.

Essa mesma empresa, que é do Sr. Felipe – essa mesma empresa–, contratou também o Sr. Eric Fidelis, que é o filho do Diretor de Benefícios do INSS a partir de 2023; mas o mais bonito disso, e eu acho isso de uma sensibilidade incrível: os dois contratos – os dois contratos – têm a mesma cláusula. É a cláusula para dizer que não basta a queda, tem que ter o coice e o tapa na cara do brasileiro: é a cláusula anticorrupção.

Olha que bonito, contrataram a mulher do Procurador-Geral e o filho do Diretor de Benefícios, mas não deixaram de botar, e todo mundo assinou, a começar pelo Sr. Felipe: "É proibido violar qualquer lei ou regulamento, incluindo, mas não se limitando, a pagar propina". Ei, minha gente, isso é um tapa na cara do brasileiro. Os caras dão propina com contrato e ainda botam a Lei Anticorrupção.

Mas vem mais: a Master Prev, de que ele tem a procuração também, passou milhões de reais para essa mesma empresa dele, FJ. E aqui também bota a cláusula anticorrupção.

Este Brasil, se não existisse, teria que ser inventado. Os corruptos fazem questão de pagar propina, mas têm que fazer bonito, têm que botar a cláusula anticorrupção, para todo mundo poder ter conhecimento.

Mas finalizando, a pergunta que não quer calar: os senhores usaram a estrutura do Bk bank, a mesma estrutura usada pelo PCC. O senhor é membro do Primeiro Comando da Capital? O senhor é parte integrante do PCC?

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Vou usar o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, na próxima sessão deliberativa, estará o pedido do Relator para a prisão preventiva do Sr. Felipe Macedo Gomes, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Américo Monte, do Sr. Anderson Vasconcelos e do Sr. Igor Delecrode, além da análise que faremos do advogado e do contador.

O que essa pessoa veio fazer hoje aqui foi dizer a todo brasileiro que meter a mão no dinheiro do povo sofrido e trabalhador vale a pena, porque a Justiça não chega para todos neste Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Pelo tempo da Liderança do Governo, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, vamos imaginar 2021, 2022. O Sr. Felipe ainda não tinha feito harmonização facial, não tinha feito preenchimento labial, tinha um Fiatzinho. De que maneira ele ia chegar lá no INSS? Tinha uma empresa de seguro de carro. E conseguir que essa empresa recebesse um ACT e, com esse ACT, viabilizasse um negócio bilionário, que, em poucos anos, roubasse R$714 milhões de aposentados e de aposentadas.

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque é impossível, é impossível que o Sr. Felipe conseguisse essa façanha sem que ele tenha alguém, Sr. Presidente. Eu não acredito que o Sr. Felipe seja o chefe do grupo criminoso. Acho que ele é parte. Roubou muito, adora Ferraris, Lamborghinis, relógios, roupas de grife, mas ele não teria, Sr. Presidente, poder, não teria nem inteligência capaz de bolar um esquema desse tamanho sem que ele tivesse a proteção e o apoio de alguém. Nós concordamos, e vamos apoiar as medidas para pedir a prisão do Sr. Felipe e dos demais integrantes dos *golden boys* da farra do INSS. Nós vamos atrás, Sr. Presidente, vamos atrás desse contador, vamos atrás do advogado, mas nós precisamos ir além: nós precisamos saber, de fato, quem é que abriu as portas do Governo Bolsonaro para que essa organização criminosa pudesse entrar e fazer o que fez.

Esse cidadão, Sr. Presidente – pela postura que ele tem, pela maneira como ele se comporta –, se mostra uma pessoa que realmente sabe que tem um papel dentro dessa organização e que veio aqui hoje cumprir uma tarefa. Porque ele poderia ter respondido coisas básicas, como agora foi perguntado, se ele era membro do PCC, e nem isso ele quis responder. Por que razão uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa que é questionada se é membro de uma organização como o PCC, mesmo assim não aproveita o momento para dizer que não é membro? Por que o silêncio?

Então, veja, Sr. Presidente, nós estamos aqui, ao que tudo indica, com um integrante desse núcleo central dessa organização criminosa que saqueou os aposentados e aposentadas e que debocha do povo brasileiro, vivendo dessa maneira que choca as pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... com frotas de carro de luxo, com viagens milionárias, com roupas caríssimas, sem nunca ter trabalhado – um padrão de jovens bilionários que enriqueceram roubando dinheiro dos aposentados e das aposentadas.

E eu posso garantir ao senhor, Presidente, que nós vamos ser implacáveis no combate à corrupção. A orientação do Presidente Lula é que a gente leve isso às últimas consequências no sentido de responsabilizar esses criminosos, saber quem botou eles na posição de mando em que eles estavam, e garantir que o dinheiro seja devolvido a cada aposentado e a cada aposentada que eles roubaram.

Esse é o nosso compromisso, Sr. Presidente, e é com essa disposição que nós vamos apoiar o trabalho desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Sr. Felipe Macedo Gomes, o senhor tem, regimentalmente, cinco minutos para declarações finais. Se o senhor desejar...

O SR. FELIPE MACEDO GOMES – Não desejo não. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Pois não.

Sras. e Srs. Parlamentares, meus irmãos brasileiros e brasileiras, a cada sessão que terminamos neste Congresso, nós confirmamos ao Brasil que a CPMI do INSS não nasceu para fazer barulho, nasceu para fazer história.

Quando começamos esse trabalho, diziam que era mais uma Comissão, que ninguém seria responsabilizado. Hoje, as manchetes mostram o contrário: foram duas prisões decretadas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta CPMI, quase R$400 milhões bloqueados por decisão do Ministro André Mendonça e outros 21 pedidos de prisão já encaminhados à Justiça. E o nosso esforço, Srs. Parlamentares, vale a pena porque as investigações apontam R$6,3 bilhões desviados de aposentados e pensionistas em todo o país.

O Brasil assistiu às duas primeiras prisões, neste caso escandaloso do INSS, feitas por esta Comissão, pedidas pela relatoria e autorizadas por esta Presidência. A primeira, do Sr. Rubens Oliveira Costa, ex-assessor, ex-diretor financeiro das empresas ligadas ao esquema do Careca do INSS, preso por decisão desta Comissão após mentir e omitir informações durante o depoimento. A segunda, Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Conafer, preso por falso testemunho, suspeito de operar o maior volume de fraudes em aposentadorias do país. Ele só foi liberado após pagar fiança, mas o recado foi dado, quem mentir diante do povo brasileiro e desta Comissão será responsabilizado e vai sofrer as consequências.

Essas duas prisões foram um marco inicial, mostraram que esta Comissão não aceita deboche, não aceita intimidação, não tem medo dos poderosos. A CPMI do INSS é hoje o símbolo de um Parlamento que cumpre a sua função fiscalizadora.

O silêncio também tem falado alto aqui, vergonhosamente. O Sr. Milton Cavalo, por exemplo, Presidente do Sindnapi, chegou amparado por *habeas corpus* concedido pelo Ministro Flávio Dino e se recusou a responder qualquer pergunta. Um silêncio que gritou para o Brasil inteiro.

O então Presidente do INSS, Sr. Alessandro Stefanutto, confirmou aquilo que a Controladoria-Geral da União já havia alertado; e os descontos ilegais continuaram mesmo após avisos formais da CGU e da Procuradoria Federal. Foi a confissão de que o Estado sabia e se omitiu.

Por fim, quero citar o depoimento de Cícero Marcelino de Souza, assessor da Conafer, que deu um golpe final na mentira que tentam emplacar e sustentar. Ele admitiu que mais de R$300 milhões passaram pelas contas pessoais, sob ordens diretas da Conafer. Planilhas de pagamentos a gado, a indígenas, a secretarias, dinheiro sem origem e sem destino, empresas de fachada, lojas que nunca venderam, eventos que nunca existiram, era o retrato da lavanderia financeira montada sobre o sofrimento dos aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas movimentações não ocorreram no vácuo e só estão sendo reveladas na sua integridade por esta Comissão Parlamentar. Essas movimentações atravessaram convênios públicos, envolveram servidores, chegaram, segundo os documentos em poder desta CPMI, a agentes políticos e intermediários influentes em Brasília, e os números assustam.

Observem bem, as principais associações citadas aqui movimentaram quase R$2 bilhões. Nós não falamos mais em milhões de corrupção no Brasil, nós estamos falando em bilhões roubados de aposentados e pensionistas. Associações como a Amar Brasil, que estiveram aqui hoje representadas pelo Sr. Felipe Macedo, movimentaram mais de R$700 milhões. Quase R$1 milhão foram gastos em produtos de luxo femininos, 370 mil em roupas masculinas de grife da Christian Dior, uma frota apreendida, senhores, de quase R$200 milhões.

Uma pessoa que nos assiste até essa hora, porque não são poucos os aposentados e aposentadas que ficam até essa madrugada acompanhando a CPMI, pessoas que ganham de R$1,5 mil a R$2,8 mil em média hoje se deparam com gastos como esse apenas para manter a vaidade.

São mais de 300 horas de trabalho, 900 requerimentos aprovados, dezenas de oitivas, milhares de páginas analisadas, 21 pedidos de prisão formulados. Mesmo que venham aqui dentro desta Comissão dizer que o nosso trabalho é infrutífero, estão sendo desmentidos pelos resultados. E todos esses números têm um só propósito: devolver a dignidade de quem teve o contracheque saqueado.

Os resultados só estão sendo possíveis porque esta CPMI tem trabalhado com independência e com coragem. Fizemos convocações estratégicas, quebramos o silêncio de quem se achava intocável, articulamos junto à Polícia Federal e ao Supremo Tribunal Federal a recuperação de valores bloqueados. Hoje quase R$400 milhões estão sob custódia judicial, dinheiro que pertence ao povo brasileiro.

Desde o início, temos enfrentado várias e diversas tentativas de blindagem já vistas no Brasil. Senhores, eu como jornalista por 23 anos que fui e como Parlamentar que sou há 7 anos, nunca vi, em nenhum dos escândalos a que este país já assistiu, uma tentativa tão vil e tão firme de tentar blindar pessoas que têm que vir aqui prestar esclarecimento. É importante dizer com todas as letras: a CPMI tem feito as convocações, *habeas corpus* têm sido concedidos pelo Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal e vários deles nos assustam e espantam, não obrigam a vir aqui pessoas que têm muito a falar, a prestar declarações ao povo brasileiro. Por que essa blindagem, porque a verdade, quando amadurece, cai sozinha como fruta madura no chão da história?

Esta CPMI é hoje a fronteira entre o poder e a consciência. De um lado, os que temem a verdade; do outro, os que a servem; e no meio, o povo brasileiro que nos assiste e julga. Cada tentativa de blindagem é uma confissão de medo. Cada silêncio é uma prova a mais. Cada mentira desmascarada por esta Comissão é uma vitória da justiça. Nós já mostramos que é possível romper o ciclo da impunidade. A CPMI do INSS está expondo o maior golpe contra aposentados da história do país. Enquanto muitos tentam se esconder, esta Comissão mostra com provas, números e coragem que quem rouba aposentado rouba o Brasil.

Senhoras e senhores, nós não estamos aqui por vaidade, nem apenas por política. Estamos aqui por justiça, pelos aposentados que viram desconto indevido no contracheque, pela viúva que perdeu o pouco que restava, por todos os idosos que morreram esperando uma resposta. O Brasil sabe que esta CPMI cumpre seu papel. Duas prisões, quase 400 milhões bloqueados, 21 pedidos de prisão encaminhados e bilhões de reais rastreados são frutos da nossa coragem, da nossa determinação.

Muito se tem falado aqui sobre citações bíblicas. É verdade. Quero citar aqui o que está em Lucas, o Evangelista, no capítulo 19, versículo 40. Quando Jesus se aproxima de Jerusalém, a multidão grita e os fariseus dizem a Jesus: "Manda que eles se calem". E Jesus responde: "Se eles se calarem, as pedras clamarão". Senhores, se nós nos calarmos nesta CPMI, os fatos, os dados, a vergonha vão clamar por si mesmos. Se há algo que o poder teme, é a verdade dita diante das câmeras, diante da nação. E esta Comissão continuará dizendo em alto e em bom tom, doa a quem doer. O Brasil vai saber o que fizeram com os aposentados. E, quando tudo vier à tona, ninguém escapará do peso da Justiça.

A todos que nos acompanharam até esta hora, que nos acompanharam durante todo o dia, brasileiros de coragem, brasileiros firmes, que querem um país melhor para os nossos filhos e netos, essa é a nossa determinação.

E, olha, temos mais de 5 mil pessoas *online* no canal do YouTube, agora, 3h05 da manhã. Srs. Parlamentares, nós não podemos envergonhar o povo do Brasil. Nós não podemos, Relator,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente, decepcionar os brasileiros e brasileiras. E nós vamos continuar, com coragem e com determinação, a dar as respostas de que o Brasil precisa.

Muito obrigado pela confiança e pela companhia.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, no dia 23, às 9h, neste mesmo plenário, para oitivas do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral do INSS, e de sua esposa, Thaisa Hoffmann Jonasson, sócia da THJ Consultoria.

Informo que, em razão de termos dois depoentes, não haverá parte deliberativa na próxima reunião.

Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 20 minutos do dia 20/10/2025, a reunião é encerrada às 3 horas e 09 minutos do dia 21/10/2025.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Duarte Jr., reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Styvenson Valentim, José Lacerda, Fabiano Contarato, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Sóstenes Cavalcante, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Ricardo Maia, Ricardo Ayres, Josenildo, Dagoberto Nogueira, Fernando Rodolfo, Carlos Jordy, Zé Trovão, Kim Kataguiri, Delegado Fabio Costa, Cleber Verde, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Bruno Farias, Rogério Correia, Marcel van Hattem, Luiz Lima e Evair Vieira de Melo, e ainda dos Parlamentares Átila Lira e José Medeiros, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, Paulo Paim, Leila Barros e Sidney Leite. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e quatro minutos e reaberta às onze horas e dezessete minutos. A reunião é suspensa às doze horas e trinta minutos e reaberta às doze horas e quarenta e três minutos. A reunião é suspensa às treze horas e onze minutos e reaberta às quatorze horas e quarenta e um minutos. A reunião é suspensa às quinze horas e nove minutos e reaberta às quinze horas e dez minutos. A reunião é suspensa às quinze horas e cinquenta e nove minutos e reaberta às dezesseis horas e quinze minutos. A reunião é suspensa às dezessete horas e trinta e sete minutos e reaberta às dezessete horas e cinquenta e seis minutos. A reunião é suspensa às dezoito horas e cinquenta e sete minutos e reaberta às dezenove horas e onze minutos. A reunião é suspensa às dezenove horas e quarenta e seis minutos e reaberta às dezenove horas e cinquenta e sete minutos. A reunião é suspensa às vinte e um horas e vinte e três minutos e reaberta às vinte e um horas e trinta e três minutos. A reunião é suspensa às vinte e dois horas e trinta e quatro minutos e reaberta às vinte e dois horas e quarenta e seis minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitivas. Oitiva do Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, Ex-Procurador-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social -INSS, em atendimento aos requerimentos 36/2025, 342/2025, 369/2025, 430/2025, 437/2025, 463/2025, 549/2025, 804/2025, 894/2025, 1091/2025, 1124/2025, 1316/2025 e 1755/2025; do Thaisa Hoffmann Jonasson, Empresária - THJ Consultoria Ltda., em atendimento aos requerimentos 37/2025, 471/2025, 478/2025, 497/2025, 791/2025, 948/2025, 1058/2025 e 1150/2025. **Resultado:** Realizadas as oitivas. Nada mais havendo a tratar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

encerra-se a reunião às vinte e três horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/23

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia, bom dia a todos, senhoras e senhores, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025, que se realiza nesta data, 23 de outubro do corrente ano.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Quero, antes de iniciarmos aqui a leitura das informações sobre os depoentes de hoje, reforçar com os senhores que, na próxima semana, nós teremos as sessões na segunda e na terça-feira, nos mesmos horários de 9h da manhã, para que a gente possa dar sequência nos trabalhos.

Há umas solicitações de vários Parlamentares de que já haviam assumido compromisso pedindo a abertura para a participação remota dos Parlamentares. Até o final desta sessão, darei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a resposta sobre o assunto. Vou conversar com a Secretaria, para que a gente possa atender ou não ao pedido dos Parlamentares que estarão nas suas bases e que não poderão comparecer...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, não, desculpem! Segunda-feira, às 16h, me perdoem. Perdoem. Segunda, às 16h, e na terça, às 9h da manhã.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Pela ordem. Pela ordem. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Pessoal, esperem aí. Só o Líder Paulo Pimenta primeiro, por gentileza.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Eu solicitei primeiro, hein?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, da primeira questão V. Exa. já falou. Pelo que me consta, parece que o Senado vai ser...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Remoto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... remoto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, nossos Senadores me pediram que colocasse a V. Exa... Parece que há uma regra no Senado de que, quando a atividade da semana é remota...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hum-hum.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a participação nas Comissões e até mesmo a presença podem ser remotas. Nós da Câmara vamos ter atividade normal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... mas, se for possível que a presença e a participação sejam remotas, é um pleito que a gente gostaria de apresentar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Segunda questão. Eu estou preocupado, Presidente, com as informações da dificuldade de localização de pessoas que nós já aprovamos aqui que devem comparecer a esta Comissão; informações de que tem pessoas que já estão fora do Brasil e, de uma hora para outra, pararam de atender ligações da Secretaria, de advogados.

Então, duas medidas que me parecem importantes, Presidente. A primeira – eu acho que seria até aprovada por consenso entre nós – é se nós pudéssemos acelerar uma medida de aprovar um requerimento no sentido de que possa ocorrer a apreensão dos passaportes desses principais investigados, especialmente esses chamados "*golden boys*", o contador, essas pessoas do núcleo mais central desse esquema de corrupção que nós estamos investigando. Eu acho que nós precisaríamos, Presidente, talvez acelerar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a solicitação para a apreensão dos passaportes.

E a segunda questão, Presidente.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. *Fora do microfone*.) – Terceira.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, eu estava testando vocês. (*Risos.*)

A terceira questão, Sr. Presidente, é relativa a... Queria entender: é a Polícia Legislativa que vai atrás? A Polícia Federal também se envolve? Que ações nós podemos adotar? Porque nós não podemos simplesmente aceitar que essa turma agora comece a se esconder, né? Então, eu queria entender um pouquinho como é que é esse mecanismo de localização...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Depois que a gente aprova aqui, e não consegue achar, eles são foragidos? Como é que a gente trata essa gente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Primeiro... São essas as questões?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Só para colaborar com...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Só colaborando: eu fiz, há duas semanas, o pedido da apreensão do passaporte de todos eles – está aí a mesa, já faz umas duas semanas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Carlos Jordy, vou responder ao Paulo Pimenta primeiro, depois respondo aos demais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está sem áudio, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Antes de V. Exa. responder ao Líder Paulo Pimenta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... eu queria apenas ponderar com V. Exa. uma situação: em relação aos dois itens, 2 e 3, de que o Deputado fala, nós temos acordo. Não tem... Faremos de comum acordo.

Em relação ao primeiro item, eu queria ponderar com V. Exa. antes de V. Exa. tomar essa decisão. Esta é a 19ª sessão. V. Exa., o próprio Deputado Paulo Pimenta, todos nós aqui e o Relator estamos fazendo um esforço muito grande para estarmos aqui na segunda e na quinta-feira. Todos nós temos responsabilidades nos nossos respectivos estados. Temos outras atividades. Eu, por exemplo, acumulo a função de Secretário-Geral do partido e sou Líder da Oposição no Senado, mas estou aqui toda segunda e quinta-feira.

Então, veja, nada contra a sessão remota. Ocorre que uma sessão aqui está durando 12, 14 horas até. Então, se nós abríssemos a possibilidade de uma sessão remota, nós teríamos dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemas: primeiro, nós estaremos "premiando", entre aspas – claro que não é o caso, mas, assim, uma analogia talvez um pouco forçada –, quem não está tendo o mesmo nível de compromisso; e, segundo, Presidente, talvez o fato de que menos pessoas venham torne a própria sessão eu diria mais assertiva. Nós temos aqui a possibilidade de termos uma sessão de seis, sete, oito horas e escutarmos duas pessoas com mais tranquilidade. Se o senhor abre para uma remota... Desculpe-me, mas ninguém sabe o que vai acontecer e quanto tempo vai demorar. Nada contra as pessoas se manifestarem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É apenas uma preocupação de que nós tenhamos assertividade, foco, e possamos ter aqui uma maior produtividade em relação ao que nós estamos fazendo.

Volto a repetir: é a 19ª sessão. Eu não faltei a nenhuma, Sr. Presidente, e sei que o Deputado Paulo Pimenta também não faltou, V. Exa. também não, o Relator também não, e muitos que aqui estão.

Então, até em homenagem àqueles que estão vindo aqui e fazendo esse esforço, acho que seria importante manter a presencial. Só uma ponderação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Pela ordem.

Aproveitando a fala do Líder da Oposição e do Líder do Governo, eu estou apresentando uma série de requerimentos para que a gente tenha acesso à sequência das investigações, entre eles, reapresentando o pedido de prisão do Sr. Milton Cavalo, apresentando o pedido de prisão desses da Amar Brasil e dos coligados...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sra. Tonia Galleti...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... contador, e da Sra. Tonia Galleti.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senador. É o mesmo assunto? Eu vou responder ao Líder Paulo Pimenta e depois passo a palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, sim, calma. Só um instantinho.

Eu vou responder ao Líder Paulo Pimenta; depois, temos o Deputado Carlos Jordy; o Senador Rogerio já falou; Fabiano Contarato; e Rogério Correia.

Bem, primeiro, o seguinte: sobre a questão da sessão remota, Líder Paulo Pimenta, a decisão final é deste Presidente, desta Presidência, até que o Presidente do Congresso se manifeste. Então, por exemplo, se eu disser que não e o Presidente do Senado disser que sim, nós temos que seguir a determinação dele em relação aos Parlamentares, seguindo a regra que V. Exa. citou de que...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... eu tenho em mãos aqui a manifestação do Presidente Davi Alcolumbre, nos seguintes termos: "[...] em função da decisão administrativa tomada pela Presidência do Senado e também pela Presidência da Câmara – por consequência, pelo Congresso Nacional –, na próxima semana, as nossas sessões serão semipresenciais".

O Ato da Comissão Diretora 1, de 2023, estabelece que compete ao Presidente do Senado determinar o período em que ocorrerão sessões plenárias e reuniões das Comissões semipresenciais.

Eu não quero polemizar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu só estou apresentando a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... para que a gente não tome uma decisão, depois, em desacordo com o que a vida vai levar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, eu tenho em mãos a decisão que V. Exa. leu. Ela se refere às atividades do Senado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós somos uma Comissão Parlamentar Mista, ou seja, nós estamos sujeitos à Presidência do Congresso Nacional. Então, a decisão é deste Presidente. A CPI de 8 de janeiro, por exemplo, não teve sessões remotas, todas elas foram presenciais, o que não significa que tudo tenha que ser seguido. Eu posso decidir – esta Presidência tem essa prerrogativa de "sim" ou "não" –, mas, se o Presidente do Congresso Nacional, e não somente o Presidente do Senado, disser que a sessão pode ser remota, nós temos que obedecer nessa questão. Mas eu entendo, até o primeiro momento, que o melhor é a sessão presencial. É o meu entendimento: que é melhor que nós estejamos todos aqui para que participemos, em respeito, inclusive, aos que estarão em Brasília. Mas a decisão final eu anunciarei até...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu estarei aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Eu também estarei aqui, juntamente com os demais.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Eu posso até presidir se o senhor quiser também. (*Risos.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu posso, inclusive, colaborar com o Zé Trovão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ótimo.

A segunda questão que V. Exa. levantou... Eu até, agora, acabei me esquecendo aqui. Bem, mas com relação a...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É sobre como é que nós vamos fazer para achar os fugitivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah tá. Isso.

Primeira coisa, vou esclarecer como são feitas as comunicações. Uma vez aprovado o requerimento, a Secretaria entra em contato com os advogados que estão já devidamente com as procurações assinadas e representando as pessoas. Esses advogados recebem formalmente a intimação e, naturalmente, a pessoa passa a saber que já está sendo convocada a esta CPMI. Nos casos de pessoas que não respondem mais, nós temos duas ações: a primeira delas, enviar a convocação pela Polícia do Senado, o que tem sido feito pela Polícia Legislativa – tem sido feito diversas vezes, a Polícia tem nos prestado um grande trabalho em apoio. E o segundo ponto: nós podemos pedir a condução coercitiva dessas pessoas. Se elas não comparecerem, nós podemos pedir a condução coercitiva e podemos pedir também à Justiça a prisão preventiva dessas pessoas, para que elas sejam consideradas foragidas. Essa é uma decisão soberana desta CPMI, e é isso que nós vamos fazer. Se a Secretaria começar a trazer os relatórios efetivos de que as pessoas não estão sendo localizadas e os advogados não estão colaborando conosco, nós iremos pedir a prisão preventiva, inclusive daqueles que não estejam ao alcance em Brasília, e essas pessoas serão trazidas aqui de uma forma coercitiva naturalmente.

Com relação aos passaportes, nós não temos legalmente a possibilidade de tomar esses documentos das pessoas. Essa é uma decisão do Judiciário. Mas pode ser aprovado por esta CPMI o encaminhamento de pedido à Justiça, para que elas não tenham condição de fuga em relação a comparecerem a esta sessão.

Com a palavra o Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, Presidente, eu gostaria de fazer um questionamento aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... que eu acho que é relevante, porque hoje nós temos uma situação *sui generis*: nós temos dois depoentes, um é marido, o outro é esposa, e a minha preocupação é que eles mantenham contato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eles estão separados, Excelência.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Eles estão separados?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estão. Estão isolados.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Sem celular também? Sem celular?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Também. Estão isolados, Excelência.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Perfeito.

Outra pergunta que eu gostaria de fazer é que eu tenho um requerimento de convocação da Sra. Danielle Miranda Fonteles...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... que, inclusive, na semana passada teve um requerimento, se eu não me engano, de quebra de sigilo ou algo parecido, aqui, que foi rejeitado. E essa senhora recebeu 5 milhões do Careca do INSS – o advogado dela também é advogado do Careca do INSS –, ela tem relação com campanhas publicitárias do PT. E eu gostaria que ele fosse pautado na semana que vem, para que nós possamos ouvi-la; já que não houve a quebra de sigilo, ao menos possamos, aqui, inquiri-la sobre essa relação com o Careca do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, está aceito o pedido.

Senador Fabiano Contarato.

Só um minutinho, Relator.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... quero parabenizar V. Exa. mais uma vez e os colegas, Senadores, Deputados e Deputadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui uma preocupação: acho que nesta Comissão, Senador Marcos Rogério, a gente tem que primar também pela boa técnica, até mesmo para garantir ter segurança jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Corriqueiramente, eu tenho presenciado aqui depoentes vindo aqui na qualidade de depoentes, mas são investigados. E isso tem uma consequência jurídica, porque, ele vindo na condição de investigado, ele tem uma consequência e, vindo na condição, na qualidade de testemunha, presta o compromisso de dizer a verdade, pode, inclusive, ser passível de autuação em flagrante.

Hoje nós temos dois convidados, que são o Sr. Virgílio e a Sra. Thaisa. Eu pergunto a V. Exa.: eles vão ser inquiridos na qualidade de depoente ou na qualidade de investigado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eles vão ser, primeiro, por base desta Presidência e já foi colocado aqui várias vezes. Esse limbo jurídico, que, inclusive, nós poderíamos definir isso numa legislação própria, que é papel desta Casa, definirmos as leis. Muitas vezes nós não tomamos as decisões e o Supremo, num ativismo judicial absurdo que tomou conta da Suprema Corte, nesses últimos anos, acaba decidindo por nós.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito, mas eles vão ser ouvidos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, só um minutinho, deixa eu embasar aqui a minha resposta, Excelência.

Então, eles estão vindo aqui na condição de testemunhas, inclusive reconhecidos pelo *habeas corpus* expedido pelo ilustre Ministro Fux, a quem eu preciso aqui dizer do meu reconhecimento pelo grande trabalho que tem feito como Ministro do Supremo: juiz de carreira, conhece a Constituição, tem respeitado esta CPMI e hoje, mais uma vez, deu um grande exemplo de como é se cumprir a lei no Brasil – determinou que eles viessem à CPMI, ficassem em silêncio naquilo que possa comprometê-los, incriminá-los, mas, nas demais questões, eles estão sujeitos a esta Comissão. Então, aqui, eles vêm no *habeas corpus* como testemunhas.

Eles são investigados nos inquéritos da Polícia Federal e têm sido citados aqui constantemente, até por mim mesmo, como investigados no inquérito da Polícia Federal. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso "inquérito", entre aspas, que é o relatório que será feito ao final das sessões desta CPMI, que é, vamos dizer, a nossa peça principal, eles aqui são testemunhas até o momento. Depois de ouvidos, que é a parte importante da defesa, nós podemos colocá-los em outra situação, chamá-los novamente, aí, sim, como investigados. Essa é a tese que nós estamos seguindo, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito.

Agora, eu só quero chamar a atenção, e eu pediria atenção, por favor, dos colegas. É que, olha só, a convocação de V. Exa., Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... está convocando o Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho: "Convoco V. Sa. para prestar depoimento como testemunha...".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... atendendo ao Requerimento 36, que nós deliberamos. E o Requerimento 36, do Senador Izalci, está convocação como investigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Então, eu... Com todo o respeito, a decisão da Presidência não está de acordo com a decisão do Plenário, porque o Plenário decidiu que ele estaria vindo aqui na qualidade... Por favor, e eu não estou entrando no mérito das pessoas, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, perfeitamente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu estou aqui primando pelo que tem dentro da Constituição Federal, porque, se a Constituição Federal, no art. 5º, item LXIII, determina o direito condicional ao silêncio, essa é uma consequência do investigado. Nós aprovamos a convocação dessas pessoas na qualidade de investigadas. O senhor, como Presidente, acata o requerimento, mas convoca como testemunha. Eu acho que isso pode gerar uma insegurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurídica, até mesmo não ter a credibilidade jurídica daquilo que deveria ser pautado dentro desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Apenas isso, sem entrar no mérito efetivamente disso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. É uma boa colocação, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu só estou falando que a convocação feita pela Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... não guarda sintonia quando faz referência ao requerimento que foi deliberado e aprovado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem. É sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas eu só vou responder ao Senador Contarato: V. Exa. citou um dos requerimentos; existem outros requerimentos na condição de testemunha. Da mesma forma, mesmo que um deles tenha uma questão material sobre isso, na forma como foi feito, não retira aqui a condição principal de testemunha desta Comissão, porque é o limite constitucional nosso. O nosso trabalho – e volto a repetir aqui, para que quem está nos assistindo nos entenda –, o nosso inquérito que está sendo montado será uma peça independente da peça que é constituída pela Polícia Federal. Nós encaminharemos ao final, aprovado por esta Comissão, o relatório à Procuradoria-Geral da República com o nosso trabalho de oitivas e de coleta de provas, em paralelo, sem concorrência com o da Polícia Federal.

Então, neste caso aqui, um requerimento fala sobre questão de depoente investigado, mas outro já fala na condição de testemunha.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu só vou concluir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... para dar a palavra para o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Para contraditar...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Pode deixar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu lhe darei a palavra, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu só quero concluir aqui, Sr. Presidente, porque esta Comissão, além de ter aprovado na qualidade de investigado, ela pediu a prisão dessas duas pessoas que vão ser ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Então, como que nós estamos pedindo a prisão de duas pessoas que vão ser ouvidas como testemunha, se esta CPI aprovou requerimento como investigado e esta CPI pediu a prisão preventiva dos dois?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Para mim não é razoável. Por favor, nem quem não seja do ramo do direito. Testemunha é uma pessoa neutra, é um observador, é uma pessoa que não tem absolutamente nada a ver com a prática criminosa. Ponto. Esta CPI aprova requerimento na qualidade de investigado. Esta CPI aprova pedido de prisão preventiva dos dois. Então, para mim, é totalmente contraditório agora chamá-los como testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu acho que a gente tinha que chamá-los aqui é como investigados, e efetivamente, porque é isso que eles são, tanto que nós pedimos a prisão preventiva deles, tanto que no requerimento do Senador Izalci, que abre todos os requerimentos, está como investigado.

Então, a gente vai dar margem para, depois, suscitar a credibilidade e a segurança jurídica das pessoas que estão ouvindo. É só isso. Eu não estou entrando no mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Essas duas pessoas têm muito o que nos explicar, mas elas têm que vir aqui na qualidade de investigadas, porque nós pedimos prisão, porque nós deliberamos como investigados, e não como depoentes.

Só esse o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Eu vou usar as colocações de V. Exa., que são pertinentes, pelo conhecimento jurídico que V. Exa. tem, pela experiência, juntamente com a Secretaria do Senado, mas vamos manter muito clara a linha – e eu tenho falado com os advogados todos – de que esta CPMI tem um procedimento investigatório independente. A questão do termo "investigado", do conceito, está diretamente ligada à Polícia Federal, que não deixa de existir, mas, no nosso trabalho...

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer algumas ponderações em relação a esse assunto, porque esse assunto é recorrente no âmbito das CPIs.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu participo de CPIs já há bastante tempo no Senado Federal e, quando Deputado, também o fiz, e é um tema sempre controverso, mas a ponderação de V. Exa. está na esteira do que é praticado nas CPIs no âmbito do Congresso Nacional, no âmbito do Senado Federal e no âmbito da Câmara dos Deputados desde sempre.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Essa foi a tese vencedora, inclusive na última CPI que tivemos aqui no Senado Federal, a CPI da pandemia.

O Secretário que assiste V. Exa., que está bem do lado de V. Exa. – do lado direito – e que orientou a CPI da pandemia, naquele momento, não por acaso é um especialista no assunto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguém não só com experiência prática no âmbito das CPIs, mas alguém que tem um título de mestrado nesse assunto.

Qual é a questão aqui? O ponto é exatamente este: se o convocado vem na condição de investigado, no âmbito da CPI, ele não pode ser tratado como testemunha, mas a competência para determinar se é investigado ou se não, ou se é apenas testemunha, é da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – E não é o requerimento... Veja: e não é o requerimento de quem o convoca que o classifica como investigado ou como testemunha. O fato de tornar alguém investigado é um ato da Comissão. Não é um ato do indivíduo, não é um ato do Parlamentar, na sua individualidade.

O Relator pode arrolar como investigados aqueles que entender que devem ser investigados. Agora, qual é a regra praticada no âmbito das CPIs? Mesmo o ato de indicar como investigado tem que ser convalidado pela CPI, porque a decisão é da CPI; não é do Relator e não é do Parlamentar na sua individualidade.

Portanto, nesse caso, os dois convocados para o dia de hoje não estão na condição de investigados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Testemunhas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... no âmbito da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Qualquer tratamento diferente desse significa trazer pra cá algo que é estranho a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, eu vou encerrar, para a gente dar início aos três nomes que ainda estão inscritos... Dois nomes que estão inscritos aqui, e vamos encerrar essa questão, porque eu entendo que já tenha sido respondida.

Mas, por pedido de inscrição, Deputado Rogério Correia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, o meu assunto é outro, embora concorde com o Senador Contarato, apenas para registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas o meu assunto é em relação... Hoje nós não teremos deliberativa, mas eu estou preocupado com algumas medidas que nós precisamos tomar com urgência. Eu queria fazer uma sugestão a V. Exa.: que nós pudéssemos, ou na próxima reunião ou o mais breve possível, ter uma deliberativa com requerimentos que sejam consensuais e de urgência. Em geral, temos feito na quinta-feira. Mas eu queria citar alguns requerimentos que eu pediria a V. Exa. que nós pudéssemos ver com urgência, e, caso sejam consenso entre nós, sejam colocados na ordem do dia mesmo que fosse... se não hoje, pelo menos na próxima reunião.

Eu acho que dois aqui foram ditos já. Um é em relação à prisão preventiva dos "*golden boys*". Eu também apresentei requerimento, e eu sei que o Relator também o fez, de Felipe Macedo...

Pediria silêncio aí aos nossos nobres colegas.

... de Felipe Macedo e também dos outros "*golden boys*". Então, já existem vários requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu creio que isso seja consenso, até pela oitiva que nós tivemos, passada, com Felipe Macedo.

O outro, já colocado também pelo Paulo Pimenta, é a apreensão do passaporte. Me parece óbvio que a tentativa de fuga deles é real, já existem elementos para isso; mas, como cabe à Justiça, nós teríamos que remeter isso ao Ministro André Mendonça, para que requisitasse tanto a prisão preventiva quanto também o passaporte.

E o terceiro requerimento que eu queria olhar com V. Exa. – eu julgo importante – é para que a gente solicite ao Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e ao Presidente Hugo Motta uma votação de urgência da Medida Provisória 1.306, de 2025. Essa medida provisória vence no dia 13 de novembro agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ela vence no dia 13 de novembro. E essa medida provisória diz respeito a recursos para o pagamento aos aposentados que foram fraudados, que foram roubados. Essa medida provisória já foi aprovada ontem na CMO... Desculpe, na Comissão de análise da medida provisória, na Comissão Especial, foi aprovada ontem. E, como eu disse, ela vence no dia 13 de novembro. E ela coloca os recursos na ordem estimativa de mais de R$3 bilhões, quase R$3,5 bilhões, para cumprir o acordo judicial homologado na medida cautelar que foi aprovada na Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos para o pagamento dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Para se ter uma ideia, o Governo, agora, do Presidente Lula já fez o pagamento de R$2,16 bilhões, mas ainda falta, e a estimativa é de mais R$1 bilhão, pelo menos, ou R$1,5 bilhão. Se nós não aprovarmos a medida provisória, o Governo tem que parar de pagar os aposentados e isso seria uma irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E nós todos acho que concordamos que tem que continuar fazendo o pagamento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... afinal de contas, foi um problema gerado pelo Estado também. As entidades são privadas, mas o Estado facilitou, teve responsabilidade por isso.

A outra questão é em relação ao número. Já foram pagos também para 3,190 milhões de pessoas este pagamento, mas ainda faltam em torno de 2 milhões de aposentados para receber. Então, essa medida provisória é fundamental. Só para o senhor ter ideia, no nosso Estado de Minas Gerais – está aqui, olha –, a quantidade de pessoas que já receberam de volta o recurso roubado por essas entidades foi de 323.885 mineiros e mineiras e um valor de R$214,5 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha solicitação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... é que seja incluído esse requerimento para solicitar a aprovação com urgência dessa medida provisória do Presidente Lula que possibilita o pagamento da fraude.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Como nós fizemos... E aí eu termino, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Como nós fizemos já uma solicitação ao Presidente da Câmara e também do Senado para que aprovasse rapidamente a legislação, já aprovada na Câmara, para manter o não desconto de forma definitiva das entidades, e nós concordamos e fizemos de forma unificada, eu pediria também que – se for consenso, claro – a gente coloque na próxima reunião a aprovação, o pedido de aprovação com urgência da medida provisória do Presidente Lula para pagamento dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado.

Eu fico feliz com duas notícias que V. Exa. trouxe. A primeira, da preocupação em nós agilizarmos os trabalhos, que é um desejo de todos nós, que não é compartilhado pelo Ministro da Previdência do Governo que V. Exa. representa. O Ministro da Previdência hoje deu uma entrevista à principal rádio de Minas Gerais, dizendo que nós aqui estamos fazendo pirotecnia e que essa CPMI não vai dar em nada. Então, V. Exa. traz aqui uma visão diferente do que me parece ser o que o Governo pensa sobre essa CPMI – só lhe colocando com clareza isso.

Esse Ministro deveria entender que, se estão pagando as pessoas com dinheiro do contribuinte – nosso dinheiro –, é porque essa CPMI começou a jogar luz sobre esse esgoto da ladroagem na Previdência brasileira, porque nós é que começamos aqui, porque até o dia em que nós nos reunimos, o inquérito estava parado, todos os inquéritos estavam parados, não tinha ninguém preso, não tinha R$1 bloqueado, nem R$1. Mesmo com todos os relatórios feitos pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Controladoria-Geral da União, pelo próprio Tribunal de Contas, ninguém tomou providências. Só tomaram providências depois que nós começamos a trabalhar.

Então, eu aqui fico feliz de ouvir V. Exa. nos dando esse posicionamento de força, porque esta CPMI, ao contrário do mal-informado Ministro da Previdência do Governo Lula, esta CPMI já fez muito pelo Brasil. Para o senhor ter uma ideia, nós já chegamos a ter 800 mil pessoas nos assistindo e sabendo tudo o que aconteceu nos bastidores, que queriam escondidos, por vários governos. As pessoas, os brasileiros estão sabendo o que aconteceu. Esta é a nossa função: informar ao povo brasileiro o que aconteceu, investigar, dar respostas e encaminhar à Justiça os relatórios.

Agora, primeiro, é um outro Deputado que diz que não vai dar em nada; agora o Ministro da Previdência diz que nós aqui estamos fazendo *show* de pirotecnia. Ele tem que ter mais respeito com o Parlamento. E ele é Parlamentar. Ele é Parlamentar, tem que ter mais respeito com esta Comissão. Aqui a gente está buscando a verdade. Nós não somos um tribunal de condenação, vamos deixar isso claro para a população, mas que nós vamos chegar até o final e vamos entregar um relatório ao Brasil com todos os responsáveis pela roubalheira, os senhores tenham certeza de que isso é determinação minha, do Relator e dos senhores, porque senão ninguém estaria aqui com essa presença ótima que nós estamos aqui, toda segunda e quinta-feira até 3h da manhã. Mas me incomoda muito.

Inclusive, Srs. Parlamentares, eu gostaria que os senhores dessem uma olhada em algumas manchetes da imprensa a nosso respeito, sobre o nosso trabalho aqui, sobre a questão dos depoimentos, sobre a questão da CPMI. Comecem a buscar informações sobre o que a imprensa tem publicado. É nosso trabalho que está sendo feito aqui. E depende de nós, de cada um dos senhores, e eu tenho visto o esforço de muita gente aqui em que nós possamos continuar. E olha que nós estamos enfrentando pressões de todos os lados – todos os lados.

É uma pena que todos os requerimentos desta Comissão não estejam sendo aprovados – é uma pena –, porque todas as pessoas que nós trouxemos aqui e que foram votadas, para votar, tinham declarações a dar, independentemente da posição delas. Agora, vir um Ministro do Governo, vir dar uma entrevista dizendo que nós estamos fazendo pirotecnia, isso é um desrespeito absurdo com o trabalho desse Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos em frente, Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Como V. Exa. falou em cima do que eu tinha dito, eu queria alguns esclarecimentos também, me sinto na obrigação de fazê-los.

Primeiro que eu concordo, se o Ministro disse que nós estamos fazendo pirotecnia, ele está completamente errado, e eu não concordo com isso, eu, particularmente, nem V. Exa., eu creio que ninguém está fazendo pirotecnia. Então, tenho toda discordância com essa frase que eu não escutei, mas V. Exa. está dizendo o que o Ministro disse.

Agora, eu não posso concordar que não foi feito nada pelo Governo, isso não. Foi o Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, eu não disse isso. Eu disse que até essa CPMI não tinha sido feito nada, e não foi feito nada.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois é, Presidente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não foi feito. V. Exa. me perdoe, mas, até o início dessa CPMI, estava tudo debaixo do tapete e inclusive esta Comissão iria colocar, tentar tapar tudo debaixo de um tapete.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós é que estamos aqui com coragem de enfrentar toda a situação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... eu respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa., me perdoe...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas até o início dessa CPMI, nada tinha sido feito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu respeito a opinião de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E pagar as pessoas com dinheiro do contribuinte é fácil, pegar o dinheiro do pagador de imposto. Agora, eu quero ver é investigar e mostrar a cara de todo mundo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Aí eu peço a V. Exa., então, que eu possa fazer um contraponto, porque há uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... discordância com o que V. Exa. colocou. Eu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu vou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, eu não estou contraditando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Se tiver contraponto ao Presidente, eu quero contradita.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, Presidente, por favor, eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não, Presidente, não existe isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou, eu vou... Porque eu respondi em cima da fala dele, vou deixar ele falar. Mas, se for necessário, eu dou a fala a todos. Nós temos tempo aqui. Eu fico aqui até 6h da manhã, não tem problema.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu só não estou entendendo por que V. Exa... Eu fiz uma fala sobre um assunto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas eu... Mais cedo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, se V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... colocou sobre outro assunto e referiu à minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não é sobre outro assunto, não, Excelência. Eu fiquei feliz com a sua fala.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas não respondeu a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu fiquei feliz com a sua fala...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... porque qual é o objetivo de um Ministro do Governo vir desmerecer essa CPMI? Qual é o objetivo? Sabe qual é o objetivo? Que eles estão contando, muita gente, que nós não vamos trabalhar e chegar ao final. Essa é a minha visão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim, Presidente. V. Exa. colocou uma visão em cima do que eu falei. Por isso é que eu estou pedindo que eu possa também ter uma visão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... em cima do que eu estava falando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Respeito a opinião de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... mas também há uma opinião – e eu acho que ela é um fato –, que nenhum Governo fez o que o Governo Presidente Lula está fazendo. Ninguém devolveu o recurso, embora isso viesse de muito tempo. Ninguém abriu um inquérito que levasse a prisões, etc., como fez a Polícia Federal agora, a Controladoria-Geral da União, e o próprio Presidente Lula. Ninguém tinha feito uma decisão, por exemplo, de acabar com qualquer desconto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então é evidente que este Governo tem uma visão distinta de outros no sentido de devolver esse recurso.

O que eu coloquei da devolução do recurso é porque eu espero que seja uma posição de todos – acho que é – no sentido de que tem que haver devolução. Mas eu vivo escutando aqui as pessoas falarem: "Mas isso é dinheiro público", é claro. Pois se o INSS no Estado tinha problema, o Estado tem a obrigação de pagar aos aposentados, ou não? Ou tem alguém aqui que é contrário a manter o pagamento?

Por isso eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... que a medida provisória seja colocada. Queria ver se V. Exa. tem concordância em colocá-la...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... caso haja unidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... a não ser que alguém ache que não se deva pagar aos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Como eu acho que sim, é a questão que eu pedi a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Entendo importante, entendo importante.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... em relação à questão da medida provisória, assim como à prisão também dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas acho importante reforçar essa medida provisória do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será feito, porque eu concordo plenamente...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... porque as pessoas simples – só um instantinho –, as pessoas mais simples não podem ser sobrecarregadas ainda mais.

Deputado Coronel Chrisóstomo, por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Pediu a prorrogação.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... eu gostaria que os senhores me entendessem. Eu sou soldado do Exército e eu sou o povo. Presidente, eu já sentei em bancos de faculdades jurídicas; é muito bacana, mas tem muita discussão jurídica aqui que não tem a ver com o roubo dos aposentados. Tem muita discussão, se isso ou aquilo... Nós estamos aqui é para saber quem roubou o povo.

Eu acho que o nosso foco é esse, essa é a nossa linha, Presidente. Então, solicito aqui, Parlamentares... Há muita discussão. Vamos fazer o seguinte: faz uma discussão paralela para discutir parte jurídica. Aqui dentro é saber quem roubou os nossos aposentados.

E um dado interessante aqui, olha; um dado interessante, Presidente: seria tão bom, e aqui é uma solicitação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... aos nossos colegas da oposição... Não da oposição, mas do outro lado, da esquerda. Meus amigos, se a nossa intenção é saber quem roubou os nossos aposentados – é uma solicitação aqui a todos –, a todas as pessoas que forem apontadas aqui para serem investigadas ou como testemunhas, que a gente não vote o contrário. Não importa se seja frei, se seja freira, se seja padre, não importa! Todos têm que vir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, gente. Vamos fazer isso. A nossa missão não é essa, nosso Líder da Oposição no Senado? Se a nossa missão é essa, vamos trazer todos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... independente daquele que a gente goste ou não goste, gente. Esse é o nosso trabalho, é isso que nós precisamos fazer. Aqui é Comissão de investigação do roubo dos aposentados.

Então, gente – para concluir, Presidente –, vamos parar, nós estamos com muita discussão aqui que não leva a saber quem roubou os aposentados.

É essa a minha linha, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Perdoem, Parlamentares, mas eu acho que esse é o nosso caminho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Portanto, para concluir, eu peço aqui, inclusive, ao nosso colega aqui o Líder do Governo: por favor, meu amigo, vamos votar todos aqui, que venham aqui falar se roubaram ou não roubaram, esclarecer o que houve nesse roubo dos aposentados. E pagamento tem que ser com tudo que os sindicatos e associações têm.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Há mais Parlamentares pedindo para falar. Por questão democrática eu vou ceder, mas eu vou pedir se podemos resumir a dois minutos, pode ser?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pode ser, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode?

Então, com a palavra o Senador Jorge Seif, que é o primeiro inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero dizer que eu fiquei muito feliz aqui com a manifestação do colega governista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – No entanto, o que nos diz aqui o *Metrópoles* é que a AGU defendeu, no Supremo Tribunal Federal, a manutenção dos descontos associativos.

Eu não sei se essa informação aqui está atrasada ou defasada e espero que Lula e o Messias, que é o chefe da AGU, que eles tenham realmente mudado a opinião, porque no Supremo Tribunal Federal eles estão defendendo que a roubalheira continue mesmo depois da denúncia do *Metrópoles*, mesmo depois da denúncia de Eli Cohen, mesmo depois que a AGU... que a CGU denunciou, mesmo depois que nós iniciamos a CPMI.

Então, eu espero... Está aqui; não é notícia de Senador Jorge Seif, é de Tácio Lorran: "INSS: AGU defende no STF manutenção de descontos associativos", mesmo depois disso tudo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Presidente Carlos Viana. Eu quero manifestar a minha solidariedade a V. Exa., também ao Relator desta Comissão, o Deputado Alfredo Gaspar, e a todos os Parlamentares aqui, independente de qual campo político e ideológico, pela declaração infeliz, diria até irresponsável, do Ministro da Previdência, que chama esta Comissão de pirotecnia.

Todo mundo está trabalhando aqui no limite das forças, desde o começo. O Brasil está acompanhando esta CPI como eu nunca tinha visto, em sete anos quase de mandato, o interesse da população. Então, está havendo trabalho, trabalho da bancada de Oposição, trabalho da tropa de choque do Governo Lula.

Eu digo para vocês, Presidente, que muito me estranha essa declaração do Ministro Wolney Queiroz, que vai vir aqui, nós vamos ter oportunidade de perguntar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Virá em breve, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Agora, essa foto ele precisa explicar; se isso aqui é pirotecnia também, se ele estava querendo fazer pirotecnia. Foto com o Careca do INSS, foto aqui com...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – André Fidelis.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... o André Fidelis...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Virgílio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... o Virgílio...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Alexandre Guimarães.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... Alexandre Guimarães.

Essa foto aqui é pirotecnia também?

E ele, o Ministro da Previdência, Sr. Presidente, teve a insensatez... Ele não tem, desculpa, com todo respeito a quem pensa diferente, moral para questionar esta Comissão – nenhum de nós –, porque a revalidação é anual. Isso não teria tido nada desse roubo, dessa roubalheira. Ele trabalhou, se dedicou, votou para que fosse de três em três anos. Eu acho que é isso que está incomodando, Sr. Presidente.

Eu quero, junto com o Deputado Carlos Jordy, propor uma nota de repúdio desta Comissão – acho que vai ser por unanimidade, até o Deputado que me antecedeu falou que foi um erro do Ministro –, uma nota de repúdio, porque é o mínimo que a gente pode fazer aqui, para que se possa resguardar esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... que tem feito o possível, apesar da blindagem da troca de choque do Governo Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, *data maxima venia, e*spero que o senhor não leve a mal o meu comentário, porém, eu noto aqui que pode ser que o senhor esteja confundindo autoridade com autoritarismo.

Autoridade não é sinônimo de autoritarismo. Autoridade deve ser exercida com justiça, com ética, com moderação, com lealdade. O autoritarismo significa...

Eu vou aguardar o senhor prestar atenção. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O autoritarismo, Presidente, significa obediência absoluta ou cega à autoridade. Significa também oposição à liberdade individual e expectativa de obediência inquestionável, obediência cega.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Se, durante o período de uma CPI, Presidente, nós temos poder de polícia, nós devemos nos utilizar da lei processual brasileira. Parece que querem fazer aqui uma legislação paralela, na Casa legislativa.

Então, mesmo que haja lacunas na lei da CPI, é expressa, é literal a interpretação. É expressa a utilização subsidiária do Código de Processo Penal.

Aqui, eu faço das palavras do meu colega Fabiano Contarato, um Delegado de Polícia de alta capacidade, Professor de Direito Penal, Professor de Processo Penal, que tudo isso seja respeitado...

Nós já chegamos a um ponto, já na metade desta CPMI, e estamos ainda discutindo questões processuais. O que é lei é lei. O que é regra é regra. E, se não gostamos, nós devemos mudá-la.

Apenas quis dizer isso. E que seja respeitado, porque, senão, não vai andar, isso aqui, porque eu e outros, bastante conscientes, não vamos deixar que isso prossiga dessa forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. Estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, primeiro, todos somos conscientes do nosso dever e das nossas atribuições.

Segundo, esta Presidência não toma nenhuma decisão por conta própria, a não ser no Colegiado.

Terceiro ponto, V. Exa., que é advogada, deve ter prestado bastante atenção quando eu expliquei que há um limbo jurídico sobre as questões de investigado e testemunha concernentes à CPMI.

O único ponto com o que eu concordo é que nós precisamos de uma nova legislação para definir claramente o assunto.

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, me solidarizar com o senhor, que é Presidente desta Comissão e que não roubou esta Comissão, não. O senhor ganhou no voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Então, o senhor tem que ser respeitado aqui por isso.

Quero me solidarizar com o nosso Relator Alfredo Gaspar, porque esse ataque não foi apenas ao Parlamento, foi diretamente aos senhores. Chamaram o Presidente e o Relator de palhaço.

Lembro dois pontos.

O Wolney gosta muito – enquanto esta Comissão está acontecendo, e nós estamos tentando prender bandido –, de ir ao *shopping* comprar caneta Montblanc.

E nós temos que lembrar que ele assinou uma emenda para que os descontos não fossem parados imediatamente. Então, ele não tem moral nenhuma para atacar o senhor. Ele não tem moral nenhuma para atacar nenhum Parlamentar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Quando ele ataca, ele ataca, inclusive, a nossa assessoria, que trabalha dia e noite em busca de informações que possam nos levar a prender os criminosos.

Esse "ministreco", porque é assim que eu vou chamá-lo hoje, pela falta de respeito com que ele teve a este Parlamento, esse "ministreco" não sabe sequer o que é uma CPMI; ou, um dia, ele pode descobrir o que esta CPMI pode fazer.

Agora, ouvir uma bobagem dessa é inadmissível. Fica aqui o meu repúdio contra esse cidadão e fica aqui o meu respeito ao senhor, ao nosso Relator e a todos os nobres pares que estão trabalhando nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Alencar Santana.

Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, só queria fazer uma justiça aqui. Vou dar um exemplo de um fato concreto que ocorreu. Chegou informação agora pela assessoria.

No dia 3 de julho, o próprio STF homologou o acordo para que a devolução ocorresse aos aposentados e pensionistas roubados. A CPMI só foi instalada, de fato, no dia 20 de agosto. É verdade que as assinaturas já estavam colhidas ainda no primeiro semestre. Isso demonstra, claramente, que houve atos concretos do Governo mesmo antes da CPMI. E, se nós temos a CPMI hoje, é porque esse caso veio à tona, ele se revelou. E ele se revelou através da imprensa, porque houve operação da Polícia Federal, houve investigação, houve um trabalho prévio da CGU. Aliás, o Ministro Vinícius...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... esteve aqui nesta Comissão, deu depoimento. O trabalho do Ministro Vinícius e da sua equipe é anterior à CPMI. Então, nós temos que fazer justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo do Presidente Lula mandou apurar, mandou cessar os descontos indevidos, mandou devolver o dinheiro. Eu não tenho dúvida de que, através da Justiça, do trabalho da Polícia Federal e dos órgãos competentes, as pessoas que roubaram serão punidas, e devem ser punidas.

Acho que o Ministro Wolney Queiroz tem que vir também a esta CPMI. E, mantendo o acordo que nós fizemos no plano de trabalho, defendo que todos os ex-Ministros da gestão Bolsonaro também venham, assim como os presidentes do INSS. Os do Presidente Lula não têm nada a esconder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Excelência.

Vamos dar sequência à nossa sessão de hoje? Senhores, quero pedir aqui atenção, por gentileza.

Nós temos aqui a Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, que está conosco. Eu vou ler os detalhes todos, mas eu quero pedir a gentileza, a todos, no cuidado, mais uma vez, com o trato aos nossos depoentes, às testemunhas que estão sendo chamadas a colaborar com esta CPMI. Especialmente no caso da Sra. Thaisa, que está amamentando e aceitou a convocação, apesar das dificuldades particulares. Então, peço aos Srs. Parlamentares a gentileza de serem firmes, apontarem as perguntas, mas com todo um senso de respeito à pessoa que está aqui, pela condição dela do momento.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de questionar por que o Virgílio não está sendo inquirido antes da Sra. Thaisa, tendo em vista que... Para mim, isso aqui é uma manobra, porque olha só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, a decisão de ela vir foi desta Presidência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Pois é, mas olha só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não é uma manobra de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu pedi porque ela precisa sair mais cedo. Ela quer ser liberada mais cedo pela condição dela de amamentação. Se nós mantivermos ela aqui...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Podemos marcar um outro dia, então, para ela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Ela já veio de outro estado para cá, aceitou a data. Ela vai ser ouvida agora, porque vai ser liberada logo em seguida. Porque nós vamos ficar aqui até de madrugada.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Presidente, Virgílio é uma testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Carlos Jordy, por gentileza.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... muito mais importante que será inquirida ao final, com o plenário vazio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, estarão aqui os interessados todos em inquirir, Excelência.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Não, eu estarei aqui, é evidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vamos para a frente.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Mas eu acredito que muitos aqui não estarão. A audiência está bombando agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só discordo de V. Exa. Não há manobra alguma aqui. É uma decisão desta Presidência, a pedido, inclusive...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Uma acusação de manobra ao Presidente é um negócio totalmente desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, o que é isso! É uma resposta tranquila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Presidente, não caia nessa montanha de falácias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não caio não. Pode ficar tranquilo.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Estou falando aqui... Estou falando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Fique tranquilo.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Pensei que era algo que foi feito pela defesa e não por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, foi uma decisão desta Presidência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Uma nota de repúdio em solidariedade ao Presidente.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – V. Exa. sabe que tenho muito apreço pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Se não fosse, inclusive, o trabalho da oposição, estaria outro Presidente aí que é afeto ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Então, não caia na montanha de falácias que está sendo falada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, vamos ouvi-la? Vamos ouvi-la para que ela possa ser liberada o quanto antes e retorne o quanto antes.

Vamos lá.

Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, empresária da THJ Consultoria Ltda. Requerimentos: nº 37, do Senador Izalci Lucas; nº 471, do Deputado Marcel van Hattem; nº 478, do Deputado Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Correia; nº 497, da Senadora Damares Alves; nº 791, do Senador Randolfe Rodrigues; 948, do Deputado Sidney Leite; 1.058, Deputado Duarte Jr.; e 1.150, do Deputado Paulo Pimenta.

Passo, agora, à leitura do termo de compromisso da depoente, mas, antes disso, vou ler aqui os detalhes do *habeas corpus*, que foi concedido pelo Ministro Luiz Fux.

A CPMI foi notificada da decisão do Ministro Luiz Fux, no Habeas Corpus 262.767, relativo aos dois depoentes de hoje, no qual consta o seguinte:

> Concedo parcialmente a ordem para que o paciente testemunha compareça para prestar depoimento, seja garantido o direito de permanecer em silêncio sobre fatos que possam implicar sua autoincriminação, cabendo pontuar que, na condição de testemunha, em que fora convocado, fica assegurado ao próprio depoente, em conjunto com a sua defesa técnica, definir as perguntas que possam eventualmente lhe causar risco à autoincriminação; seja acompanhado por defensor e de comunicação irrestrita com ele; não seja preso em razão de permanecer em silêncio nos casos de autoincriminação. Outrossim, impende ressaltar que a aplicação do postulado de não autoincriminação não implica o direito ao silêncio absoluto, porquanto à testemunha remanesce a obrigatoriedade de responder às perguntas que não sejam autoincriminatórias.

Pois bem.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Pela ordem, Presidente, para um esclarecimento só.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, doutora. Só um instantinho, por gentileza.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou dar as boas-vindas aqui ao Dr. Maurício e à Dra. Izabella

Obrigado a Sra. Thaisa já pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dizer, Dra. Izabella e Sr. Maurício, que os senhores podem interromper a sessão a qualquer momento se desejarem fazer alguma consulta ou orientação ao cliente, à testemunha; da mesma forma, se ela não se sentir bem ou desejar ir ao banheiro, também podem fazer a solicitação a qualquer instante; ou havendo em qualquer momento manifestação indevida que os senhores entendam que seja vexatória, os senhores podem acionar esta Presidência, que nós tomaremos as providências necessárias para resguardar os direitos dela. O.k.?

Passo, agora, à leitura do termo de compromisso da depoente: V. Sa. promete quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Presidente, pela ordem, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Era justamente isso que eu ia falar naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Ela não fará o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas por quê, Excelência?

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Porque o nosso entendimento é diverso do entendimento de V. Exa.

Ela figura, de fato, como investigada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – ... haja vista que, inclusive, teve pedido de prisão preventiva feito por esta Comissão, além de outras cautelares processuais penais. Então, por essa razão, não entendemos que ela figura nesta Comissão como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já tivemos, inclusive, uma discussão sobre esse assunto aqui anteriormente, e vou manifestar o mesmo posicionamento que tem sido dado pela Advocacia do Senado de que as investigações são paralelas, elas não são concorrentes.

Nós temos um trabalho independente da Polícia Federal e do trabalho do Judiciário, e, ainda que ela não faça o compromisso de falar a verdade, a própria legislação diz que uma pessoa que mentir para uma CPMI poderá sofrer as consequências dessa não resposta verdadeira.

Então, Doutora...

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – No entanto, Presidente, a gente pode perceber, pela leitura do *habeas corpus*, que é possível que a defesa e a Dra. Thaisa escolham as perguntas a serem respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro. claro. Perfeitamente, Doutora.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ela terá todo o direito, e a senhora também poderá, quando a pergunta for feita e ela não quiser responder, ela vai dizer: "Olha, vou permanecer em silêncio", e será respeitado.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – O critério de autoincriminação é da defesa técnica.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato. Nós reconhecemos isso, mas entendemos que o termo de compromisso é necessário, porque, independentemente de se fizer ou não, havendo a apresentação de um dado que não corresponda a uma resposta exata, ela sofre as consequências.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Não faremos a prestação do compromisso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, continuaremos aqui.

A senhora gostaria de se manifestar inicialmente, Sra. Thaisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não? A senhora não quer falar nada? (*Pausa.*)

Pois não.

Passo a palavra ao Relator...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah tá, pois não. É isso que eu perguntei. A senhora será respeitada aqui, fique tranquila.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Obrigada, Presidente.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Obrigada.

Boa tarde, senhores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Bom dia.

Meu nome é Thaisa Hoffmann Jonasson.

Aguardei com serenidade o momento de poder falar diretamente a esta Comissão e à sociedade para esclarecer mentiras que foram repetidas à exaustão, com profunda crueldade e sem qualquer compromisso com a verdade.

Sou mãe, médica e empresária.

Ao longo da minha vida profissional, jamais estive envolvida em qualquer prática ilícita. Minha trajetória sempre foi pautada pela ética, pelo respeito e pelo compromisso com o bem-estar das pessoas.

Sou médica há 22 anos, Mestra em Medicina Interna pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Clínica Médica e Endocrinologia e membro da Sociedade Brasileira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Metabologia e Endocrinologia. Sou também pós-graduada em Medicina do Esporte e integrei grupos de pesquisa clínica em estudos multicêntricos sobre diabetes. Fui Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atuei, ingressando por concurso público, na Prefeitura Municipal de Palmeira, Paraná, e no Hospital do Idoso Zilda Arns, em Curitiba, Paraná, com foco na prevenção e na promoção de saúde, principalmente de idosos.

Há 17 anos, mantenho atendimento em consultório, sempre orientada pelos princípios da ciência, da ética e da integridade. Meu trabalho sempre teve um propósito claro: cuidar das pessoas com rigor técnico e respeito humano.

Em 2022, aceitei um novo desafio profissional: ampliar o alcance do meu trabalho, atuando também como parecerista médica, com o intuito de levar informação qualificada e segura sobre saúde a um número maior de pessoas, especificamente idosos. Tomei essa decisão com responsabilidade, respaldada por décadas de estudo, prática e compromisso com a medicina.

Hoje, com muito orgulho, posso afirmar que meu trabalho impactou positivamente a vida de centenas de pessoas, contribuindo para uma sociedade mais informada e saudável.

Apresento-me aqui de cabeça erguida, com serenidade e confiança em quem sou e no que construí.

Estou à disposição desta Comissão e responderei às perguntas na medida da liberação da minha defesa técnica.

Sei que a verdade vai prevalecer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu quero reforçar, Sra. Thaisa, que a senhora poderá solicitar a suspensão da sessão a qualquer momento, caso não se sinta bem ou tenha... A senhora poderá se dirigir a esta Presidência.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, olha a situação desta Comissão. Nós estamos apurando um roubo bilionário a aposentados e pensionistas. Uma das pessoas citadas em toda essa trama está hoje aqui com a possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecer os fatos. Eu quero ter muito cuidado para ninguém se vitimizar, mas estamos tratando de um fato gravíssimo. Então quero deixar isso bem claro. Para cima de mim ninguém vai se vitimizar, porque irei ter muito cuidado nos questionamentos.

Então, a primeira coisa: eu quero parabenizar a depoente, dizendo que temos milhares, milhares de médicos no Brasil ganhando muito pouco, o que é um absurdo. Precisamos aprovar, de médicos e odontólogos, o piso, mas, graças a Deus, temos aqui uma médica que está bem remunerada e é sobre isso que nós queremos falar. Se for um trabalho justo, está de parabéns. Se não for, nós queremos que a Justiça resolva.

Então, o primeiro ponto que eu pergunto à Dra. Thaisa: a senhora exerce a sua profissão em qual estado do Brasil?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Bom dia, Excelência.

No Estado do Paraná.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, a senhora poderia me dizer se esse seu sobrenome Hoffmann tem algum parentesco com qualquer político do seu estado ou nacional?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, eu ficarei em silêncio.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bom, é um direito dela. Eu perguntei se o sobrenome Hoffmann tinha algum parentesco com algum político do Paraná ou do Brasil. Não vejo no que isso possa incriminá-la, mas ela permaneceu em silêncio, não tem problema.

A senhora poderia me dizer... Porque a senhora fez um início de apresentação que eu achei muito bacana, mostrou um currículo de uma pessoa capacitada. A senhora poderia me dizer quais são as empresas que a senhora possui atualmente ou possuiu recentemente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, rapidamente. Assim, pelo bom andamento da nossa sessão, o senhor já, em outros momentos, fez intervenções importantíssimas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – ... sobre o que eu vou falar aqui agora.

Com todo respeito, seja muito bem-vinda, advogada Izabella, mas não se pode absolutamente ditar respostas. Foi uma pergunta do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o...

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Presidente, pela ordem, só para esclarecer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu só faço esse encaminhamento ao senhor para o senhor prestar atenção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Doutora.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Uma vez que o *habeas corpus* me permite escolher as perguntas a serem respondidas, é natural que eu fale à minha cliente se ela pode ou não responder à pergunta. Eu não sei de onde o Parlamentar tirou que eu estaria ditando uma resposta. Isso não está acontecendo nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não é questão de ditar, é questão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Só fazer uma ponderação aqui. Em outros momentos tinha um *habeas corpus* similar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Girão... Senador Girão, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator sabe conduzir bem, porque entende bem da questão. Vamos deixar que a gente possa dar sequência aqui. A advogada não pode citar a resposta, mas pode dizer se deve responder ou não. É um direito que está assistido aqui por *habeas corpus*.

Relator, por gentileza, continue.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dra. Thaisa, como eu perguntei, eu acredito que isso em nada implica a senhora. Eu gostaria de voltar a questionar. O sobrenome Hoffmann representa algum parentesco com algum político da sua região, do seu estado ou do Brasil?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, eu vou permanecer em silêncio por orientação dos meus advogados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou respeitar.

Doutora, a senhora falou um currículo muito bacana. Esse seu currículo é o seu cartão de visita, assim como as empresas que porventura a senhora tenha também prestigiam a sua trajetória profissional.

A senhora poderia me dizer quais empresas a senhora possui?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Centro Médico Vita Care, THJ Consultoria, Curitiba Consultoria S.A. e Sphere.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço muito a senhora ter me respondido isso.

Então, para poupá-la, eu vou direto ao assunto. (*Pausa.*)

Pronto.

Doutora, eu quero ser muito objetivo. Acredito que a senhora está de boa-fé e acho muito importante, porque a senhora vai ter oportunidade de esclarecer.

Aqui está a senhora, Dra. Thaisa Hoffmann, médica.

A senhora poderia me dizer quando fundou a THJ Consultoria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem problema.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – ... mesmo querendo responder.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Doutora, a senhora poderia me dizer quando fundou o Centro Médico Vita Care?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Do mesmo modo, Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço, Doutora.

A senhora poderia me dizer quando fundou a Curitiba Consultoria?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora tem todo o direito. Quando a gente constitui advogado, a melhor orientação é a do advogado. Agora, a senhora também tem total independência para seguir o seu próprio destino.

Eu estou perguntando... A senhora veja bem... Nós estamos diante do país e estamos discutindo um roubo bilionário. A senhora, depondo numa CPMI, e nós querendo esclarecer fatos, perguntando fatos à senhora que não a incriminam em absolutamente nada... Porque, na minha concepção, uma médica conceituada, uma pessoa que acabou de ser mãe, uma pessoa que tem uma história de vida para ser preservada... Eu acho que essas perguntas aqui seriam perguntas que qualquer brasileiro gostaria de responder para poder expressar a verdade.

Então, eu fiz três perguntas: quando foi fundada a THJ, quando foi fundado o Centro Médico Vita Care, e quando foi fundada a Curitiba Consultoria. Quer responder?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Por orientação, Excelência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Respeito.

A senhora conhece Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira é o quê da senhora?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Nós moramos juntos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desde quando a senhora mora junto... Quando a senhora fala que mora junto, eu acredito que tenha uma relação matrimonial, conjugal com essa pessoa. Desde quando começou o relacionamento da senhora com Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Em 2017.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2017.

Quando a senhora começou o relacionamento com o Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, a senhora sabia qual profissão ou qual cargo ele exercia?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Sim, sabia a profissão dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a profissão, por favor?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Ele é Procurador Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Como Procurador Federal, a senhora sabia em qual órgão ele exercia sua atuação?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não recorda?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece um pouco da trajetória profissional do seu companheiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Sim, conheço, mas não sei lhe dar detalhes e por onde ele passou, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe informar...

O Deputado Pimenta sempre me atrapalhando, passando aqui na frente, já faz de propósito. (*Risos.*)

A senhora sabe dizer se o Dr. Virgílio, seu companheiro, desempenhava funções, ou desempenhou, ou desempenha, no INSS?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio por orientação da minha defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora. Sim, senhora. Olha, não quero nem comparar, porque a senhora é médica, a minha esposa é advogada, mas a minha esposa sabe tudo da minha vida. Eu queria que ela soubesse menos. (*Risos.*)

Então, a pergunta que eu fiz – a pergunta que eu fiz – é se a senhora sabia se o seu companheiro trabalhou no INSS. Permanece em silêncio?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Sim, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu vou ajudar a senhora: Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, segundo a certidão de nascimento dela, é irmã do seu companheiro, de pai e mãe.

A senhora conhece a Xavier Fonseca Consultoria?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer se a senhora é concursada em algum tipo de função?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora me disse que era professora.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Fui professora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora é mestra?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É doutora também?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais já... Melhor do que eu. Só fiz pós-graduação.

A senhora é médica, e falou várias especialidades – várias especialidades. E eu sei como médico é sofrido o salário... Minha filha é médica, coitada, trabalha que só e ganha pouco.

Eu pergunto à senhora: quando a senhora, em 2017... Aqui a gente falou do início do seu relacionamento. A senhora poderia me dizer qual era a sua renda média, em 2017, como profissional?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, infelizmente, por orientação da defesa, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora me disse que começou o relacionamento com o Sr. Virgílio em 2017. E a senhora pode me dizer se, antes do Dr. Virgílio, a senhora já tinha alguma empresa.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora veja como é a minha situação, e eu vou ser bem breve: estou com uma médica, com um currículo bacana, colocado no centro de um acontecimento de desvio de bilhões de reais, que não responde se o sobrenome Hoffmann

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

significa a senhora ser parente de algum político; a senhora não responde das empresas que criou; a senhora não responde sobre a sua cunhada.

Eu fico me perguntando: até agora, o que foi que eu perguntei para incriminá-la? A senhora não quer responder, não tem problema. O problema, Doutora, é que a senhora chegou com um currículo bacana, mas com muita suspeição sobre suas ações.

THJ recebeu muitos recursos. Eu queria saber da senhora: qual foi o serviço que a senhora prestou através da THJ Consultoria?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, eu presto parecer médico. Meu objetivo é trazer informação ajudando na saúde das pessoas. Então, esse é o objetivo das empresas para atingir uma massa maior das pessoas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, a senhora ter respondido isso é muito importante. Eu confesso à senhora que isso ajuda muito mais do que atrapalha. Então, eu posso tratar a THJ Consultoria como uma empresa na qual a senhora presta...

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Pareceres médicos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... pareceres médicos.

Doutora, eu confesso à senhora que eu sou totalmente analfabeto no assunto. O que é que significa parecer médico?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu faço pesquisas para tentar melhorar a qualidade de vida e a prevenção de saúde das pessoas. Vou dar um exemplo para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Por exemplo, a osteoporose é uma doença que afeta em torno... No mundo, hoje, nós temos em torno de 700 milhões de pessoas com osteoporose.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Ela continua sendo subdiagnosticada e subtratada, e isso causa fraturas por fragilidade. Então, o idoso pode torcer o pé e ter uma fratura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e isso vai trazer as consequências para ele, principalmente a qualidade de vida, o risco de morte. Osteoporose é um dos fatores de risco para a morte, porque esse idoso tende a ficar acamado, ele pode ter pneumonia, pode ter uma trombose. Então, se o paciente souber... Uma das causas da osteoporose, por exemplo, é baixa massa muscular. A baixa massa muscular está diretamente relacionada à baixa massa óssea. E eu posso tratar esse idoso melhorando a massa muscular dele num momento em que ele nem sabe que ele pode fazer isso, então, não só com dieta adequada, com exercício, mas com suplementos adequados.

Isso vai trazer não só melhora na qualidade de vida dele, menor mortalidade, mas, até em questão de serviços de saúde pública, vai diminuir gastos, porque um paciente desse, se ele tiver uma fratura de quadril, por exemplo, é um paciente que vai ter... vai passar por cirurgia, vai ficar internado, corre o risco de fazer uma pneumonia. Ele vai trazer um gasto aumentado para a saúde pública ou mesmo para o plano de saúde e vai diminuir a qualidade de vida dele.

Então, o meu objetivo é trazer essa informação de uma maneira muito mais detalhada do que eu estou falando aqui, para que ele possa ter qualidade de vida e levar essa informação.

E pasmem: não é só o paciente que não sabe que ele tem osteoporose; cerca de... a cada cinco fraturas, uma delas... a cada três fraturas, uma é por causa de osteoporose. Dessa uma fratura... Cinco fraturas que eu tenho que ter, uma vai se fazer o diagnóstico de osteoporose. Os outros quatro pacientes com fratura que são por osteoporose vão sair do hospital sem diagnóstico de osteoporose, consequentemente sem o tratamento adequado para a osteoporose. É um paciente que, no primeiro ano, tem uma chance perto de 90% de fraturar de novo. Então, eu estou dando um exemplo de osteoporose...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora está dando uma aula. Deixe eu só abreviar. Eu entendo aí que a senhora tem um conhecimento profundo sobre a matéria. Deixe eu só abreviar: quando é que a senhora abriu a THJ?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, essas informações eu gostaria muito de passar, mas a minha defesa me solicitou que isso fosse mantido... Eu vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou fazer uma pergunta mais fácil: quantos funcionários tem a THJ?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, novamente eu vou permanecer em silêncio com relação às informações das empresas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A senhora poderia me dizer a sua cartela de clientela, paciente, empresa, seja lá o que for, pelo trabalho da THJ?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, meus advogados me orientaram a permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Pode me chamar de Alfredo, de Deputado; agora, Excelência não precisa, não.

Aí vamos aqui, então, para ficar mais fácil. Vamos para ficar mais fácil.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não está muito fácil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não está.

Centro Médico "vitaqueire" ou "vitacare", não sei, a senhora é quem sabe qual a pronúncia usa. Qual é a atribuição desse centro médico?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, novamente, eu gostaria de responder mais, mas os meus advogados me orientaram a permanecer em silêncio, e eu vou obedecer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Sim, senhora.

A senhora poderia me dizer quantos funcionários tem nesse centro médico?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Novamente, Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer, desse centro médico, qual foi o ano de fundação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A senhora poderia me falar sobre essa consultoria? Porque a gente já falou do centro médico, falamos da THJ, a senhora poderia me explicar sobre a Curitiba Consultoria?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer, na Curitiba Consultoria, quem é que tem sociedade com a senhora?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer se o Sr. Rubens Costa ou Oliveira é sócio da senhora na Curitiba?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, mais uma vez, infelizmente, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer quem indicou esse sócio para a senhora?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou fazer uma pergunta bem leve, para a gente deixar o ambiente mais agradável. Vou falar de uma coisa que eu gosto.

A senhora foi proprietária de um Volvo XC 60, ano 2022/2023?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, por orientação, vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo.

Passa aqui uma...

Olha, eu disse à senhora que eu iria para a parte mais leve aqui das perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um dos edifícios melhores do mundo – do mundo! Fica em Balneário Camboriú. Quem tiver dinheiro, e o dinheiro for lícito, aqui é um excelente local pra morar. Chama-se Senna Tower.

Deixa eu dizer o valor dele? Valor dele: R$28 milhões.

Poucas pessoas, no mundo, têm essa condição, mas, pela força do trabalho – e assim acredito –, nossa depoente reservou uma lâmina, 7.001, aqui do Senna Tower.

Tem até elevador de carro.

Queria saber da senhora: a senhora vai morar no Senna Tower?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer como é que servidores do INSS, no caso, seu esposo e a senhora, arrumaram R$28 milhões para comprar esse apartamento?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Por orientação da minha defesa técnica, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se eu dissesse à senhora que estou desconfiado de que esses R$28 milhões vieram dos sofridos aposentados e pensionistas, eu estou errado?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo.

Olha, o edifício é uma coisa linda, e todo mundo tem direito de comprar. Queria muito que a senhora desmentisse que esses R$28 milhões tenham saído da mesa do sofrido aposentado e pensionista, do remédio que ele deixou de comprar, da miséria que foi causada por conta daqueles gananciosos que roubaram aposentados e pensionistas.

Volta lá, por favor.

Perguntei três empresas, e a senhora, sobre uma, falou alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem orientou a senhora a criar essas empresas foi o Seu Virgílio?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, vou permanecer em silêncio, por orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui está um dos maiores bandidos que o Brasil já viu, alguém que teve a ousadia de roubar bilhões de aposentados e pensionistas. Apesar de ter gente protegendo e estar se sentindo muito seguro, aqui tem que mofar na cadeia.

E, ainda assim, a presença dele aqui, pela ousadia e a ganância exposta pelo que fez, causou uma ojeriza quase generalizada. Esse rapaz aqui se chama Antônio Carlos Camilo Antunes, vulgo Careca do INSS, um dos maiores bandidos que o Brasil já viu. Ele é Diretor da Acca Consultoria. A Acca Consultoria, Doutora, foi criada para pegar dinheiro roubado e direcionar para determinadas pessoas. E, olha só, esse criminoso mandou R$140 mil para o centro médico de que a senhora é a sócia-proprietária. A senhora poderia justificar por que recebeu R$140 mil desse bandido?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, eu gostaria muito de explicar, mas a minha defesa me sugeriu ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Esse criminoso... E aí no Brasil: "Não, só pode chamar criminoso depois que é condenado". É verdade, mas é que a ojeriza é tão grande... É um bandido tão miserável que eu assumo essa responsabilidade de chamar de criminoso.

Esse criminoso é Diretor da Brasília Consultoria. Olha, o que é que aconteceu? O carro que era dele foi passado para a senhora – esse Volvo. Ou vice-versa. A senhora pode me dizer como é que encontrou esse comprador, esse cedente do veículo?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

Esse mesmo criminoso é Diretor da Brasília Consultoria; olha, da Prospect Consultoria; e Diretor da Camilo Comércio e Serviços, a World Cannabis. Olha que negócio interessante. Esse criminoso, como sócio-diretor da Brasília Consultoria, passou R$200 mil para a Curitiba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consultoria, de que a senhora é sócia. A senhora poderia me dizer como é que recebeu esse dinheiro? Qual foi o serviço?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

Mas até aqui era "dinheiro pouco", como eles falam – porque eles tratam milhão como um tostão. Mas esse mesmo criminoso, Diretor da Prospect Consultoria, passou para a Curitiba, que é da senhora, R$2,207 milhões. Não satisfeito, passou mais R$1.681.795 também para a Curitiba. Somando aqui, quase R$4 milhões para a Curitiba Consultoria, de que a senhora é a sócia-proprietária. A senhora poderia me dizer, além do que eu já falei, por que esse criminoso passou para senhora, só por meio da Prospect Consultoria, quase R$4 milhões para a Curitiba?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

Esse mesmo rapaz, como Diretor da World Cannabis... Olha só, ele, como Diretor... Aqueles Deputados e Senadores que disseram que a World Cannabis não tinha nada a ver com o INSS e por isso bloquearam a vinda de determinadas pessoas, olhem a World Cannabis aqui, do Camilo Comércio. Aqui ainda vai ter que muito explicar, aqui está a chave de muita safadeza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, por solicitação da depoente e da advogada, eu vou suspender a sessão por dez minutos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

(*Suspensa às 11 horas e 04 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 17 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sessão reiniciada.

Continua com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Pode colocar... (*Pausa.*)

Vamos para aquele quadro de relação... Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que teve essa interrupção, Dra. Thaisa, eu perguntei à senhora por que a Acca, do Sr. Careca do INSS, lhe mandou R$140 mil através do Centro Médico. Quer responder?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Deputado, eu vou ficar em silêncio, como eu já tinha...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

Perguntei à senhora por que o Sr. Careca do INSS, através da Consultoria Brasília, dele, mandou para a senhora R$200 mil através da Curitiba Consultoria, de que a senhora é a sócia. Quer responder?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou ficar em silêncio, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Perguntei: o Careca do INSS, através da Prospect Consultoria, mandou para a senhora 2,200 milhões e 1,681 milhão através da Curitiba, que é da senhora. Quer responder?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Não, eu vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

Perguntei por que o Sr. Careca do INSS, através de uma empresa chamada World Cannabis, que nunca vendeu um pé de maconha medicinal – nunca, nunca –, mandou para a senhora R$5 milhões e depois mandou mais R$1,770 milhão. Só aqui – só aqui –, foram R$10 a R$11 milhões. Mas o que mais me chamou a atenção – eu confesso à senhora –, o que mais me chamou a atenção foram duas coincidências: a World Cannabis apareceu outra vez e mandou R$5 milhões – grave esse nome – para Danielle Fonteles – para Danielle Fonteles. Mas essa World Cannabis, que nunca vendeu um pé de maconha, também mandou R$5 milhões para a Sra. Thaisa Hoffmann. Aí, essa é uma curiosidade, eu acho que a gente está diante de uma pessoa que tem um currículo bem bacana e que... Por exemplo, Daniela Fonteles, que foi blindada aqui, ia comprar uma casa não sei onde. Essa casa vamos descobrir depois. Recebeu, mandou... Recebeu 5 milhões – ia vender –, recebeu 5 milhões desse bandido aqui.

E a senhora, coincidentemente, de uma empresa – como falei – que não tem atividade nenhuma –, recebeu também 5 milhões da World Cannabis. Pode explicar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo. Mas, além desses 5 milhões, a senhora também recebeu 1,770 milhão mesma empresa que nunca vendeu nada relacionado à maconha medicinal. Pode explicar?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, nós estamos diante de uma depoente que é uma médica com um currículo muito bacana – e isso a gente tem que reconhecer –, que, alguma vez na vida, em algum momento, encontrou-se com esse rapaz, Procurador-Geral do INSS, que, enquanto ele era Procurador-Geral do INSS, ela – não sei se por moto-próprio ou por orientação dele –, criou três empresas. A que mais recebeu recurso, quase R$11 milhões, foi a Curitiba Consultoria. De quem? Do Careca do INSS, que, nas empresas que ele juntou, sob o arco dele, quase R$2 bilhões do INSS.

Você vê como é difícil fazer justiça no Brasil. A gente está perguntando a alguém que podia esclarecer esses fatos, que está jogando o currículo na lata do lixo, porque poderia, como explicou o que é osteoporose e o que é que fez, poderia explicar que serviço foi esse prestado.

Esse é o resumo, esse é o resumo da Sra. Thaisa Hoffmann. E eu vou perguntar outros imóveis que ela adquiriu também.

Mas vamos supor, vamos supor que a gente dissesse que isso aqui foi dinheiro lícito. Tudo em verde veio para ela. Só que nós temos a Acolher, uma associação bandida de Sergipe, e temos a Universo, outra associação criminosa. Essas associações receberam, uma, R$255 milhões; outra, R$233 milhões. Aí o que é que elas fizeram? Elas mandaram para a ADS Solução e mandaram para a Inovar Assessoria. A Inovar Assessoria foi de uma Vereadora do PT, lá de Sergipe... Não, foi de uma filiada do PT, lá de Sergipe – eu vou falar mais na hora do Virgílio. Mandou para a senhora – essas duas associações são duas associações criminosas, assim como as do Careca –, mandou para a senhora R$569 mil, através da THJ, mandou R$542 mil e mandou R$2,410 milhões.

É por isso que a senhora está sentada aí. A senhora tem um currículo bacana, mas a senhora está aqui com quase R$15 milhões recebidos nas suas empresas, que não têm nada a ver com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome do seu esposo, e esse dinheiro... Há uma suspeição muito grande que a senhora também se aproveitou desse desvio bilionário dos aposentados e pensionistas.

E a senhora, como uma médica respeitada, como uma pessoa que mostrou que entende da medicina, a senhora, com uma história a preservar, eu achava que era o momento de a senhora mostrar que as suas empresas não estão emaranhadas nessas associações criminosas. Se a senhora sair daqui em silêncio, que é um direito da senhora, a senhora perdeu uma grande oportunidade de mostrar que não foi propina através do seu marido, como Procurador-Geral do INSS. Eu entrei pensando nisso e vou sair pensando nisso. Só quem pode desmanchar isso aqui é a senhora.

Quer falar?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, eu prestei o meu trabalho. Foram anos de estudo para chegar aonde eu cheguei, noites mal-dormidas, mesmo grávida. Então, eu prestei o meu trabalho, a verdade vai aparecer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu tenho documentos comprobatórios de todo o material que foi enviado, do trabalho que foi prestado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, sabe o que é que eu penso? Que a senhora tem uma história de vida a preservar, que a senhora é uma pessoa que deve ter estudado muito, deve ter ajudado muita gente, deve ter feito da sua profissão um modo de vida, um modo de vida de ajudar outras pessoas, mas eu estou saindo daqui com uma péssima impressão pelo seu silêncio; uma péssima impressão, porque toda essa teia, que vai de Aracaju, que vai de Sergipe a outras partes do Brasil, toda essa teia chega até a senhora em mais de R$15 milhões.

A senhora está tendo a oportunidade... A senhora gostaria de explicar o que é esse serviço prestado por cada uma dessas empresas?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, a minha defesa técnica terá a oportunidade de entregar todo o material para ser constado nos autos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Neste momento, a gente está sendo ouvido por milhões de pessoas. A senhora, infelizmente, está tendo um julgamento público. A senhora vai ter o julgamento jurídico e vai ter o julgamento público.

Aqui, é para a senhora dar uma satisfação aos milhões de aposentados e pensionistas de que esse dinheiro recebido pela senhora foi um dinheiro limpo, fruto do trabalho, como a senhora está dizendo.

E eu estou lhe dando a oportunidade, Doutora. Aqui eu não estou fazendo uma acusação, não. Estou lhe dando a oportunidade para a gente não pensar que isso aqui foi propina para chegar a esse rapaz.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Estou lhe dizendo que todo o trabalho foi prestado. Se o senhor quiser, eu lhe dou outros exemplos de trabalhos que eu apresentei e de pesquisas que foram feitas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, eu vou fazer uma pergunta bem simples. É uma pergunta simples: qual o trabalho que a senhora prestou na Curitiba Consultoria?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – De pareceres médicos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, doutora, olhe como eu sou grato por a senhora estar respondendo.

Eu confesso à senhora, não estou aqui debochando, não, é verdade. Eu não sei o que são pareceres médicos. Me diga, vamos começar por parte.

A Curitiba Consultoria foi criada em que ano?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, eu vou permanecer em silêncio com relação a essa pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos funcionários tem a Curitiba Consultoria?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o tipo de parecer médico que a senhora prestou à Brasília Consultoria?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Pesquisas, novamente, que trazem uma melhora da qualidade de vida para a população em massa.

Vou dar outro exemplo para o senhor. Hoje, 120 por 80 é considerado pré-hipertensão. Por que é importante todo mundo saber disso? Porque a pré-hipertensão já pode ser uma causa de infarto, pode ser uma causa de AVC silencioso. Então, um idoso com uma pressão de 120 por 80 merece ter uma avaliação mais específica. E hoje, nem todos os médicos sabem disso. Se a informação chegar à pessoa e ela puder, ela mesma, ativamente conversar com o seu médico...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – ... ela vai sair, pelo menos, com alguns exames de base para investigar e prevenir. Novamente, isso não melhora a sua qualidade de vida, melhora gastos públicos com saúde.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora está certa. Agora, deixa eu dizer uma coisa para a senhora: eu sou um analfabeto em medicina, mas eu sabia disso, porque foi publicado em todos os jornais.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Hum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria saber da senhora, eu queria saber qual foi o serviço que a Curitiba... Por exemplo, a senhora é a Curitiba, eu sou a Brasília. Não, vamos para cá. Eu sou a World Cannabis, eu sou a World Cannabis. Tenho dinheiro, esse dinheiro está aqui e eu lhe paguei 6,770 milhões. A senhora poderia me dizer só desse? E eu encerro o meu questionamento.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou lhe dar um outro exemplo, então.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, da World...

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Da World.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Faça esse favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Sim. Por exemplo, existia um medicamento que era um bloqueador seletivo do receptor CB1 canabinoide. Ele diminuía o apetite, fazendo melhora dos níveis de triglicérides, dos níveis glicêmicos, melhora da esteatose hepática e, consequentemente, perda de peso. Então, é uma medicação que, depois, acabou saindo do mercado por outros motivos, mas mostrando a importância do sistema endocanabinoide.

O sistema endocanabinoide, por exemplo, está relacionado com o sistema hipotálamo-hipófise-suprarrenal, controlando a liberação de cortisol, está relacionado com o sistema hipotálamo-hipófise-gonadal, controlando a função sexual, a fertilidade.

Então, foram feitos trabalhos nesse sentido e em outras áreas também não só especificamente na endocrinologia.

Como eu falei para o senhor, estou sendo superficial no que foi feito, mas para o senhor entender.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, então, eu posso dizer aqui que a senhora prestou serviço para a World Cannabis através de pareceres e estudos?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

A senhora poderia me dizer quantos pareceres a senhora proferiu para a World Cannabis?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A senhora poderia me dizer se a senhora já esteve na sede da World Cannabis.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer quantas vezes a senhora esteve diretamente com o dono da World Cannabis, Antônio Carlos Camilo Antunes?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Novamente, Deputado, vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer se a senhora já esteve junto com a Sra. Danielle Fonteles?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer se já esteve junto com a Sra. Roberta – eita, esqueci o nome –, Sra. Roberta Luchsinger, aqui na Cannabis?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, olha, falei do núcleo do Careca, falei do núcleo de Sergipe. Agora, eu vou falar do núcleo do Ceará.

O núcleo do Ceará é a Sra. Cecília Rodrigues Mota. Essa senhora mandou, para a Xavier Fonseca, R$1,759 milhão. Por coincidência, a Xavier Fonseca é da Maria Paula Xavier, que é a sua cunhada. Ela é a sua cunhada?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Irmã do Virgílio.

Aí eu fico me perguntando, Doutora: estou com a depoente sentada, ela está aqui, está em relação conjugal com o Procurador do INSS. A irmã do Procurador recebe R$1,759 milhão. desse núcleo que é do Ceará, que vem já para cá. A senhora recebe mais de R$3 milhões, através da THJ, do núcleo de Sergipe. E a senhora recebe mais de R$10 milhões nas suas contas do núcleo criminoso do Antônio Carlos, que é o Careca do INSS. O carro, a senhora compartilha com o Careca do INSS. Aí eu fico perguntando à senhora: a senhora acha que alguém aqui quer ver uma pessoa, com o seu currículo, com a sua história, envolvida num negócio desse?

Não, a gente não quer, não, mas a gente queria uma explicação lógica para não sair daqui com a certeza de que a senhora foi usada como lavanderia de propina do dinheiro dos aposentados e pensionistas. Na verdade, é isso.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, porque eu prestei o meu trabalho e toda essa documentação será entregue.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora conhece o Sr. Chaules Pozzebon?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou terminar aqui, Presidente, fazendo perguntas rápidas.

A senhora conhece a empresa Sphere Empreendimentos e Participações?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer se essa empresa é uma *holding*?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Deputado, por orientação da minha defesa técnica, infelizmente eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer se essa empresa fica em Orlando, nos Estados Unidos?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer de quantos milhões é o patrimônio dessa empresa?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece o Sr. Alessandro Stefanutto?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora, junto com o seu esposo e o Sr. Alessandro Stefanutto, no ano de 2024, frequentaram a casa um do outro?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece o Sr. Alexsandro Prado, conhecido como Lequinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDINHO (Bloco/PT - SP) – A senhora conhece o Sr. José Jesus?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece a Sra. Carmem Nelma?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece os donos da ADS Soluções e Marketing?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece os Presidentes das entidades Universo e Acolher?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer que compra de imóvel foi essa, depois da Operação sem Desconto, de quase R$5,5 milhões, direcionada à Construtora Andrade Ribeiro?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a senhora gastou quase R$7 milhões, depois da Operação sem Desconto. Dentre esses gastos, teve um pagamento, à vista, de quase R$5,5 milhões a essa construtora. A senhora poderia esclarecer esse fato?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Por orientação da defesa, vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O seu marido encomendou um Porsche, depois da Operação sem Desconto. Era para a senhora esse Porsche?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, Doutora, vou lhe dizer com toda a sinceridade: esse homem chamado Virgílio Antônio acabou com a sua vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo o seu silêncio, eu entendo a sua proteção, mas não fomos nós aqui que colocamos a senhora nesse furacão. É uma pena que uma profissional qualificada como a senhora saia desta CPMI como lavadora de dinheiro dos aposentados e pensionistas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Com a palavra, por autoria de requerimento inicial, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, quero cumprimentar aqui a Thaisa, a nossa Izabella e também o Marcelo.

Eu vi aqui, no relatório da Polícia Federal, não sei se está equivocado, mas tem aqui uma fala do Sr. Virgílio dizendo, na Polícia Federal, que usava a família como laranja. Comentou com V. Sa. isso, se chegou a depor isso na Polícia Federal?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, Presidente, eu acho que o Relator perguntou quase tudo o que era necessário, mas é muita coincidência, o que nós queremos saber é essa coincidência.

Eu analisei todos... a questão do sigilo fiscal e o RIF analisei bastante. Por lá, parece que está tudo perfeito, mas houve, evidentemente, a emissão de muitas notas fiscais, alguns milhões de reais. Agora, o que a gente não entende é exatamente a origem porque foi exatamente o Careca, que já esteve aqui, e ficou claro realmente que o Careca tinha todo um esquema no INSS para desviar os recursos dos aposentados e pensionistas.

Então, pelo que V. Sa. disse aqui *en passant*, tudo tem documento para comprovar – e eu até acredito que tenha esses documentos formais feitos por V. Sa. –, agora, essa ligação com o Careca é que é inexplicável, porque dá a entender pelo que está aqui, nesse esquema que foi apresentado pelo Relator e também aqui pela Polícia Federal, que houve, de fato, uma combinação que dá a entender que alguns procedimentos feitos pelo Virgílio e outros do INSS, e só foi possível essa roubalheira toda do INSS em função do esquema que foi montado dentro do INSS. Então, é muita coincidência: algumas ações que foram feitas lá no INSS por parte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Virgílio, e, coincidentemente, depois dessas ações, houve, então, esse negócio com as empresas de que V. Sa. é titular, que é o caso da Curitiba e outras. Então, o que a gente precisa identificar é exatamente isso.

Esses repasses para as empresas de V. Sa. tem relação com os procedimentos que o Sr. Virgílio fez no INSS para beneficiar, por exemplo, a Contag?

A Contag, por exemplo, era uma instituição que apresentou uma relação de desconto de aposentados e pensionistas, que tinha um parecer, inicialmente, contrário para que não pudesse ser implementada essa relação, e, em 48 horas, o Virgílio deu um parecer – é evidente que a gente sabe que tem outros também que subsidiam isso, outros procuradores, mas ele era o Procurador-Chefe – e, nesse, como Procurador-Chefe, reverteu uma nota técnica e um parecer contrário que possibilitou a inclusão da Contag nessa relação que, evidentemente, beneficiou milhões e milhões arrecadados pela Contag. E, aí, esse é o x da questão.

Quer dizer, coincidentemente, nesse mesmo período em que aconteceu isso, a Contag pagou, através do Careca do INSS, muita movimentação, usaram realmente várias empresas fantasmas do Careca, porque eu acho que em todas as instituições é a mesma coisa: montam-se as associações, cobram-se do INSS os aposentados e pensionistas – e 90% deles, 98% em alguns casos, negam ter autorizado o desconto ou até mesmo a filiação às associações –, essas associações criam diversas empresas, e essas empresas também emitem nota, entregam documento, etc.

Mas a gente viu aqui, em vários depoimentos de várias outras pessoas, que, de fato, há uma lavagem de dinheiro com essas empresas montadas. Então nos leva a crer que essas instituições que foram aqui criadas – a THJ, a Curitiba, o Centro Médico – foram também nessa composição com o Careca, ou seja, "Olha, vamos repassar aqui o recurso..."

O que a gente precisa saber é isto: se realmente isso foi contrapartida do serviço prestado, que V. Sa. está dizendo que prestou, ou se tinha uma contrapartida em função do trabalho feito dentro do INSS. É aí que eu queria saber se V. Sa., em algum momento... se o Virgílio comentou sobre isso, se teve mais alguém que participou dessas liberações indevidas lá dos aposentados e pensionistas. Houve algum comentário em casa sobre isso, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Senador, eu fico triste em ouvir isso, porque eu não tive nem licença-maternidade. Durante todo o meu período, eu mantive a prestação dos meus serviços. Então o meu trabalho foi feito, e eu não quero que ele seja desmerecido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E não teve nenhuma interferência com relação a isso?

Como é que o Careca contratou essas empresas?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Porque é isso que a gente precisa saber, porque na prática o Careca aqui – ficou muito claro, tanto é que ele está preso –, o Careca, de fato, desviou milhões e milhões através de empresas que poderiam ter prestado ou não. Dá a entender aqui, pelo menos o que foi feito aqui com o Rubens, com o Milton e outros, que de fato essas empresas foram criadas para exatamente fazer a lavagem do dinheiro dos aposentados e pensionistas.

Então, por isso é que ninguém está aqui afirmando ainda uma coisa definitiva, porque a gente ainda está na fase de apuração, mas é muita coincidência, quer dizer, o *modus operandi* que aconteceu com as empresas de V. Sa. – a THJ, a Curitiba e o Centro Médico – é muito semelhante ao que aconteceu também – não é? – com relação às empresas que o Careca patrocinou. Ele também tinha várias empresas e foi através dessas empresas, inclusive, que houve o repasse. A Prospect, por exemplo, era uma empresa também de fachada, vamos dizer assim, e aqui foi dito que foi emitida nota fiscal e que tem vários documentos prestando o serviço, mas ficou claro que realmente foi lavagem de dinheiro.

Então, essa coincidência, esse *modus operandi* é que de fato chama a atenção nossa, porque de fato, no fundo, no fundo, o que aconteceu foi o desvio de bilhões e bilhões, mais de 6 bilhões do INSS, e a gente agora está tentando recuperar parte disso. Infelizmente, a gente não tem conseguido... Talvez pela demora da investigação, muita gente mandou recurso para o exterior, e a gente acaba ficando assim...

Mas eu acho que quem pode esclarecer melhor isso, Presidente, é o próprio Virgílio, mas, de fato, é muita coincidência o *modus operandi* ser exatamente igual ao que aconteceu no Sindnapi, na Contag, em todos os...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Careca, que esteve aqui, e foi preso, inclusive, depois do depoimento dele, mas foi exatamente a empresa dele que transferiu esses recursos, R$7,5 milhões, para a empresa de V. Sa., a Prospect, também de propriedade do Careca, que transferiu esse recurso, e ainda tem transferência também para o Xavier Fonseca Consultoria – mesma coisa, só que, no caso do Xavier, é irmã do Virgílio.

Então vamos ficar com essa dúvida ainda: o que aconteceu? Porque, de fato, quem foi prejudicado mesmo foram os aposentados e pensionistas, e a gente precisa realmente chegar a quem é que comandava todo esse processo.

A gente já viu que tem muita gente envolvida, muitos atores, mas a gente ainda não chegou nos tubarões. A gente quer saber quem é que, de fato, comandou toda essa operação dentro do INSS. O Virgílio foi um deles, mas evidentemente que tem outros que a gente precisa exatamente descobrir qual é a participação do Presidente do INSS, qual Presidente que possibilitou isso: se foi o Presidente do INSS ou foi iniciativa própria do Virgílio a questão da liberação, por exemplo, da Contag, que é um exemplo só, que realmente possibilitou, mas teve também outras listas como a da Contag, como a do Sindnapi também, que foram colocadas fora da legislação.

Existe um decreto, existe realmente uma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... orientação que proibia qualquer inclusão, e foram incluídas exatamente em função dessas manipulações.

Então, a gente quer saber exatamente quem é que está por trás de tudo isso, porque eu tenho certeza de que não foi apenas o Virgílio que estava nesse processo, alguém superior aí realmente está envolvido.

Então, vamos aprofundar... Vamos ver agora, com o Virgílio, se a gente consegue aprofundar um pouco mais nisso, para a gente saber realmente a verdadeira história dos recursos do INSS.

Era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Com a palavra o Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, bom dia ou boa tarde! Bom dia a todos, senhoras e senhores. Obrigado, Sra. Taisa, por comparecer aqui.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu não posso afirmar... Nós estamos fazendo aqui um trabalho de investigação, nós não podemos afirmar que a Sra. Taisa realmente colocou a mão, operou, trabalhou, desviou, mas um fato é inconteste – e nós precisamos aqui realmente ouvir a depoente – que as empresas em nome da senhora foram *hubs* societários e financeiros. Empresas de que a senhora é sócia receberam valores de intermediárias ligadas às associações e ao lobista Careca. Então, é lamentável.

Será que pessoas ligadas à senhora, familiares da senhora, esposo, usaram a senhora de laranja? Pode ser que a senhora não sabia de nada e emprestou o CPF. No entanto, isso não a isenta de responsabilidade. A senhora tem uma carreira que é invejável por muitos – minha irmã também é médica –, a senhora tem especialização. No entanto, alguém, então, se a senhora... Eu vi a senhora do meu gabinete respondendo ao nosso Relator. Alguém usou a senhora, se a senhora realmente não abandonou a medicina para entrar nessa sujeira que escandaliza hoje o Brasil.

A senhora é empresária, médica e apontada como sócia de três empresas: Curitiba Consultoria, THJ e Centro Médico Vita Care. A senhora é esposa do então procurador do INSS e aparece como sócia das empresas que receberam milhões de intermediários conectados, né?

Os fluxos financeiros já foram descritos: 11,9 milhões, que indicam o Virgílio por meio das contas no nome da senhora, pagamentos da Prospect e Vênus ao Camilo, que é, no final, o Careca, conhecido nacionalmente... E a CNN também traz que a senhora recebeu – a senhora, quando digo, suas empresas – 3,7 milhões de outras empresas intermediárias. A Curitiba Consultoria recebeu mais de 7 milhões do mesmo circuito, e documentos aqui da CPMI registram que a Prospect pagou 2,2 milhões à Curitiba Consultoria. Então, já temos quebras de sigilo protocoladas, e isso aí vai nos ajudar realmente na materialidade e relevância probatória, né?

As contas em nome da senhora, D. Thaisa, foram vias de recebimento de valores de um esquema a começar pela Prospect, no exato período em que o INSS, sob orientação jurídico-administrativa do seu marido, liberou descontos em massa, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que nos choca ainda é o gatilho, a janela temporal. A Contag, em outubro e novembro de 23, apresentou listas com dezenas de milhares de benefícios a liberar, e o Virgílio mudou o entendimento do INSS dizendo: "Não há nenhum óbice jurídico". Então, é muito difícil, né? É muito difícil, de alguma forma, poder excluir a senhora se o marido da senhora dá um parecer, as empresas da senhora receberam esses milhões... É muito difícil, de alguma forma, conseguir buscar acreditar inclusive no que está na Constituição que é a presunção de inocência.

Já o Stefanutto mandou operacionalizar o desbloqueio em lotes de mais de 34 mil beneficiários, criando um ambiente explosivo de consignações sem consentimento. Então, isso tudo liga, infelizmente, à senhora, o que eu lamento muito, porque a senhora acabou participando, ou direta ou indiretamente, de um esquema bilionário que fraudou os cofres públicos e – o pior – pessoas fragilizadas de 80, 70 anos, que ganham um salário, e eram descontados R$100, R$200, R$300, fora ainda o consignado, porque a gente ainda vai chegar lá, né?

Por fim ... Por fim, Sra. Thaisa, eu tenho algumas perguntas... Não sei se vou ter tempo aqui ainda, cinco minutos, né?

Eu vou, na verdade, sobre a Prospect-Vênus-Camilo, quais os contratos, notas fiscais e escopos integráveis justificam 2,207 milhões para a Curitiba Consultoria? Gostaria de saber da senhora.

Outra: detalhe os 3,7 milhões recebidos das intermediárias relacionadas às entidades. Qual foi o serviço efetivamente prestado?

Sobre o lote da Contag, qual interlocutor político-administrativo pediu despacho de "não há óbice jurídico"? Se bem que essa pergunta é para o seu marido.

A cronologia conjugal, né? A senhora assinou ou endossou contratos durante a chefia do Virgílio lá no INSS?

Houve comunicação formal de conflito de interesse à AGU, à CGU? Se sim, cadê os documentos? Aí já é outro crime, porque pessoas ligadas a entidades públicas, como o irmão de Lula ou a D. Thaisa, não poderiam estar fazendo essas intermediações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre sigilos, a senhora concorda com uma ampliação da quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático, para a senhora provar a sua inocência e a das suas três empresas? Já existem requerimentos parciais.

E, por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a V. Exa., independentemente das respostas da nossa depoente, uma proposição de quebra de sigilo bancário e fiscal ampliada das três empresas da Sra. Thaisa e o espelhamento de contas intermediárias da Prospect, da Vênus, do Camilo e de pessoas físicas associadas; quebra de sigilo contábil – livros, razão, diários, contratos, notas fiscais, comprovantes de entrega de serviços – para vincular o pagamento e a prestação. De repente, realmente, as empresas dela faziam um trabalho idôneo, mas, se ela concordar com isso, ainda ajuda, inclusive, na tese de que ela é inocente e realmente prestava serviço a malfeitores. Por fim, cruzamento temporal entre ordens de desbloqueio do INSS, do Virgílio, com os pagamentos, se realmente coincidem as datas. E, por último, uma ação cautelar, Sr. Presidente, para a indisponibilidade de bens de pessoas físicas e jurídicas. A AGU já obteve, parcialmente, alguns bloqueios, no caso do INSS, mas é para ampliar esse alcance aos envolvidos desse núcleo.

Com a palavra... Eu passo a palavra então para a Sra. Thaisa, se quiser, responder às minhas perguntas.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Senador, novamente, eu vou dizer que eu prestei os meus trabalhos e eu tenho toda essa documentação, que a minha defesa técnica está juntando nos autos. Tenho as notas de todos esses trabalhos prestados. No mais, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Obrigado.

A senhora concorda com a quebra de sigilo da senhora ampliada e com a indisponibilidade de bens?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Isso já diz muito.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu cumprimento a depoente e seus advogados.

Sra. Thaisa, eu imagino que não deve ser nada fácil estar sentada aqui. Eu sei que a senhora está numa posição desconfortável. Meu objetivo aqui não é ser indelicada, mas a senhora está perdendo uma grande chance de ajudar o seu país, uma grande chance.

Como o Relator já disse, o interesse não é pegar a senhora, o interesse é pegar mandante. E, querendo ou não, tudo leva ao seu marido, pelas suas mãos, às suas empresas, no meio dos sindicatos. Ele comandava o INSS, e as suas empresas eram braço disso, então, quer a senhora queira ou não.

Perdeu a grande chance de responder coisas que são muito básicas, que talvez não te expusessem tanto.

E eu vou falar uma coisa: eu também não tive licença maternidade. Que bom! Nós resolvemos trabalhar. Isso é escolha, isso não é coitadismo.

Queria dizer também que eu também fico muito triste, porque a senhora é médica e respeitada, mas a senhora, se não fala, é cúmplice. Eu sei que você tem o seu direito constitucional de ficar calada, mas, se a senhora realmente não participou de nada, prestou serviço, poderia falar – poderia falar. Mas o fato é que, querendo ou não, se a senhora foi laranja, e talvez tenha sido – "assinei ali, a empresa não é minha, fui ingênua, não sabia de nada" –, no mínimo, você está acobertando criminosos. E quem acoberta criminosos é cúmplice.

Então, eu queria aqui fazer algumas perguntas que eu gostaria de saber – talvez a senhora não responda, não sei por quê – dentro dessa linha que a gente falou. Então, a minha pergunta, a primeira, é assim: quando começou a entrar dinheiro na sua empresa, a senhora questionou o seu marido de onde vinha? Porque você falou que prestou serviço, mas não quer responder nada sobre ele. Então... Porque, se a gente começa a receber dinheiro de uma empresa que é nossa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa não prestada e tal, a gente no mínimo fala: "De onde vem esse dinheiro?". É o mínimo, né? A senhora questionou de onde veio esse dinheiro? (*Pausa.*)

Não vai responder.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está bom.

O seu marido propôs movimentar empresas em seu nome, para que você abrisse, porque você não era da área sindical? Você é uma médica, é uma endócrino. Ele propôs, sugeriu você abrir empresa para prestar serviço, para ser esse braço do propinoduto?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu não sei como é que uma médica que não tem nenhum histórico sindical... Quer dizer, a gente até imagina, né? Ele beneficiava sindicato de um lado, principalmente a Contag, que é do PT, e depois usava as empresas da esposa para escoar esse dinheiro. A minha pergunta: quem te apresentou para o Careca do INSS?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A senhora chegou a se reunir com dirigente de sindicato? A senhora conversou com dirigente de sindicato?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, a senhora em nenhum momento pensou em colaborar com esta CPMI e falar quem foram os verdadeiros mandantes, quem lucrou de verdade, quem é o bandido da vez?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, eu não tenho problema nenhum com pessoas ganhando dinheiro. Eu não tenho... Gente, está atrapalhando. Eu não tenho problema nenhum em pessoas ganharem dinheiro com as suas empresas, prestarem serviço, andarem e comprarem carros luxuosos, eu não tenho problema nenhum com isso – deixa eu deixar isso muito claro, até porque eu defendo quem gera riqueza, quem produz no país –, mas comprar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porsche e apartamentos de 20, R$30 milhões à vista, com dinheiro roubado de aposentado, eu tenho muito problema com isso, principalmente num esquema onde o teu marido era o grande comandante. Então... Porque roubar de vulnerável – vulnerável, pessoa que não tem como se defender – é muita crueldade. E eu esperava, sinceramente, que a senhora aqui mostrasse o outro lado, o lado de quem vai defender a verdade, doa a quem doer, seja o marido, seja a irmã, seja a cunhada. Eu esperava, sinceramente, isso da senhora, eu estava com essa expectativa, porque você tem um currículo, e eu sei que não é fácil estar aí, mas faça um bem para o Brasil! Então, nos próximos, por favor, faça com que a justiça aconteça!

Eu vou encerrar minha fala, Presidente, porque ela não vai responder, e eu quero passar a palavra para os outros, até para a gente ouvir, realmente, o grande orquestrador. Não vou, assim, deixar a esposa numa situação desagradável.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero mais uma vez parabenizar V. Exa. por essa condução desta tão importante Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... ao passo em que eu também cumprimento o Relator.

Eu quero agradecer o comparecimento da depoente, ao passo em que eu aqui também quero saudar a Ordem dos Advogados do Brasil nas pessoas dos dois advogados, tanto a Dra. Izabella, como o Dr. Maurício.

Saibam que eu sempre luto nesta Comissão para que sejam garantidos todos os direitos individuais, coletivos, constitucionais, porque eu acho que, como Delegado que eu fui, a beleza de uma investigação está em, mesmo diante da recusa em falar ou do direito constitucional ao silêncio, eu ter a capacidade intelectual de coletar provas de natureza objetiva e subjetiva para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

alcançar o resultado, quer seja incriminando, quer seja opinando até mesmo pelo arquivamento, como muitas vezes assim fiz como Delegado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Então, eu pelo menos tenho, como premissa na minha conduta, aqui, que eu acho que nenhum ordenamento jurídico se sobrepõe a um comportamento ético e moral. Então, o meu comportamento é nesse sentido. Então, eu quero agradecer à Sra. Thaisa Hoffmann pelo comparecimento e eu vou fazer alguns questionamentos. Naquilo que a senhora puder esclarecer para a Comissão, eu vou ficar contente e, óbvio, naquilo que a senhora entender que não possa, eu tenho que respeitar. E espero que esta Comissão seja diligente para provar aquilo que a gente almeja.

O fato é que nós tivemos, infelizmente, um rombo de bilhões para aposentados e pensionistas, para pessoas em grau alto de vulnerabilidade social, e que os responsáveis têm que ser penalizados, quer sejam aqueles que, de qualquer forma, tenham concorrido para a prática criminosa, independentemente se foi antes, durante ou depois, doa a quem doer, porque o princípio é constitucional: todos somos iguais perante a lei... Então... Agora, nós tivemos, sim, um recorte histórico – e esses são fatos – em que, no Governo Bolsonaro, vários documentos comprovam que tinham sido alertados sobre esses descontos fraudulentos e que poderiam ter sido evitados, e que infelizmente não fizeram. Agora, o Governo atual, com responsabilidade e com compromisso, efetuou o ressarcimento de 2,16 bilhões para aquelas pessoas que foram lesadas, como premissa daquilo, e vai atrás – vai atrás – de quem efetivamente se enriqueceu de forma ilícita, criminosa da vítima, esses milhares de aposentados e pensionistas.

Eu queria saber da senhora: a senhora é casada?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Para responder se é casada?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma pergunta de qualificação, Excelência.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Nós moramos juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – A senhora pode me informar, por gentileza, quanto tempo a senhora convive com o seu companheiro?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Desde 2017.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Desde 2017.

O patrimônio da senhora teve um acréscimo de 18 milhões no período de 2019 a 2025. A senhora atribui que, após o relacionamento com o seu companheiro, esse patrimônio teve uma ascensão ou ele já sempre foi fruto do trabalho exclusivo da senhora?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio, por orientação dos advogados.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito.

A senhora recebeu R$7,5 milhões em transferências das empresas do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes. A senhora pode falar qual foi o motivo desse pagamento?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Aqui, nesta Comissão, a esse Sr. Antônio Carlos, eu questionei a ele como que teria sido feita essa transferência, e ele me respondeu, aspas: "Material intelectual da área médica voltada a um futuro projeto que eu tenho para o aplicativo com aposentados, e não só aposentados, mas todos".

A senhora não pode me... Já que ele falou que esse pagamento se deu em virtude desse material intelectual que a empresa da senhora teria prestado, qual teria sido esse material intelectual que a senhora teria prestado a essa pessoa?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – O que eu expliquei anteriormente, Excelência: os meus trabalhos, pesquisas clínicas relacionadas à saúde para a população em geral.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Como que esse trabalho vai repercutir para dar uma assistência para o aposentado ou pensionista que foram lesados? Eu não consigo entender. Porque uma coisa é prestar esse serviço de pesquisa a uma instituição – no caso, aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi o Seu Antônio Carlos –, mas como que isso era repassado ou tinha como repercussão para as pessoas que foram lesadas?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Não, esse material era feito baseado nessa questão de informação na área da saúde, em todas as áreas, em todas as subáreas da saúde, justamente com a intenção de melhorar a qualidade de vida, a prevenção de saúde dessas pessoas, de modo geral.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Segundo a Polícia Federal, a senhora, com o seu companheiro, adquiriu mais de 6 milhões em imóveis, à vista – mais de 6 milhões, em imóveis, à vista –, entre 2020 e 2024, inclusive alguns pagos em dinheiro.

A senhora pode me falar ou tentar descrever de onde vieram esses recursos para esses investimentos?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Não. Por orientação, eu vou ficar em silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – É, eu fico só, assim... O que me move a entrar na política é eu tentar transformar a vida das pessoas. Se você pegar... E aí eu deixo claro isso aqui, se a CPMI quiser fazer a quebra do meu sigilo. E eu acho que eles vão até chorar, porque... (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Não, porque eu sou delegado de política aposentado, o que muito me orgulha, e sou Senador. Então, é simples: basta você pegar a minha declaração de Imposto de Renda, que você vai ver o que é que eu tenho e se é compatível com a minha renda.

Então, com todo respeito, é um direito da depoente, mas, realmente, você ter uma ascensão patrimonial dessa...

Eu queria fazer uma... Eu pediria até que, nessa pergunta que eu vou fazer à senhora, que a senhora pudesse até consultar os seus advogados.

No Brasil, existe uma lei de proteção à testemunha e réu colaborador. Inclusive com hipótese, Sr. Presidente, de extinção da punibilidade. Inclusive com mudança de nome, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

endereço... A senhora não quer fazer uma delação premiada? Porque, aí, a senhora pode ser beneficiada com isso. A senhora é uma mulher, é uma mãe, é uma pessoa que tem uma profissão... Talvez, fazendo uso da delação premiada... Porque, diante de fatos, não há argumentos.

Eu volto a falar: você tem provas, objetivas e subjetivas, que você tem, inclusive com depoimentos, que podem vir a, quem sabe, assegurados o contraditório e a ampla defesa, recair numa responsabilização criminal. Então, eu pergunto à senhora: a senhora não quer fazer uso da delação premiada, para, de alguma forma, se beneficiar? E, aí, a gente pararia a Comissão, por algum momento, para que a senhora manifeste esse interesse em fazer a delação premiada.

O que é que a senhora acha?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Agradeço, Excelência, mas eu tenho plena convicção da verdade e de que os fatos serão todos esclarecidos, com as devidas provas.

Só para explicar para o senhor, eu nunca...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Deixa... Não, só porque meu tempo está terminando.

O veículo Porsche 2022 estava na posse do Sr. Antônio Carlos. Ele foi transferido para o nome da senhora. Houve pagamento? Como ocorreu essa transição? O carro estava no nome do Antônio Carlos, o Careca, e ele passou para o nome da senhora. Como que foi o pagamento desse carro? Ele foi pago em dinheiro vivo também?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

E quero retomar a pergunta...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – ... anterior: nunca paguei nenhum imóvel em dinheiro vivo. E um desses apartamentos que o senhor citou está financiado pela Caixa Econômica Federal.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, assim... Mais uma vez, eu quero agradecer a oportunidade de ter feito esses questionamentos. Quero que a senhora saiba que eu tento conduzir a minha fala da forma mais ética e legalista possível. Agradeço as contribuições à senhora, ao passo em que agradeço aos advogados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Contarato.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadores, Sra. Thaisa... Rapidamente, Presidente, no início da minha intervenção, quero aproveitar o meu tempo para fazer dois esclarecimentos.

Foi feito aqui um questionamento sobre a Sra. Thaisa Hoffmann, perguntando a ela se ela tem alguma relação de parentesco com alguém do mundo da política. E ela é do Paraná, é evidente que isso foi uma insinuação de que ela poderia ter algum tipo de relação de parentesco ou de proximidade com a Ministra Gleisi Hoffmann. Eu liguei para a Ministra e quero aqui dizer que a Ministra Gleisi Hoffmann não conhece a Sra. Thaisa, não tem relação de parentesco, desconhece qualquer vínculo que possa existir e, portanto, refuta qualquer insinuação dessa natureza. Acredito, inclusive, que a Sra. Thaisa poderia ter respondido a essa pergunta. O fato de ela não responder isso gera também esse tipo de insinuação, esse tipo de especulação maldosa.

Em segundo lugar – eu já expliquei aqui, mas tem um Senador que vem aqui, fala e vai embora, então não adianta a gente responder as coisas para as pessoas que não estão presentes –, a AGU nunca se manifestou no mérito sobre a questão do desconto associativo. É uma pergunta formal sobre a legalidade. Se for feita uma pergunta para a Consultoria Jurídica da Câmara e do Senado sobre se desconto associativo das entidades é legal ou não, a resposta vai ser que é legal – tanto é que tem um projeto para mudar. Então, tentar insinuar algo sobre a conduta do Ministro Jorge Messias ou da AGU, como se ele tivesse se manifestado no mérito sobre essa questão, não é verdade. Então, estou, de novo, aqui, desmentindo essa questão.

Sra. Thaisa, eu quero dizer à senhora que eu vim para essa CPI aqui com um objetivo: ajudar o país a entender esse roubo que aconteceu dentro do INSS, roubo de bilhões de reais que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tirados de aposentados e aposentadas. Esse dinheiro permitiu que pessoas que nunca trabalharam... Pelo que me consta, não vai ser o caso; a senhora é médica, tem uma profissão, tem uma história. Pessoas que nunca trabalharam, Sra. Thaisa, enriqueceram da noite para o dia. Jovens de 30, 35 anos se tornaram milionários, os chamados "*golden boys*" do INSS, lá em 2022, do Governo Bolsonaro.

Seu marido, na época, era já Procurador-Geral do INSS e concedeu autorização para entidades fantasmas saquearem o dinheiro da conta dos aposentados, das aposentadas, dos pensionistas, das pensionistas. Veja a senhora a crueldade... Eu quero falar para a senhora, olhando no seu olho, com todo o respeito, a crueldade que foi cometida contra a senhora.

O contador destas entidades fantasmas, dos "*golden boys*", é o mesmo contador da senhora. Eu não posso acreditar, Dra. Thaisa, que a senhora, lá em Curitiba, ia conhecer essa gente, esses falsários, esses picaretas com Lamborghini, Ferraris, relógios Rolex.

Agora veja, Dra. Thaisa, a senhora conhece o contador Palombo? A senhora conhece esse contador? Contador das empresas da senhora?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Provavelmente a senhora nem conhece esse contador.

Aí tem o tal de Lequinho, lá de Sergipe, Doutora. Transferiu R$3,7 milhões para uma empresa de consultoria lá em Curitiba. Não é razoável, a senhora me entende? Quer dizer, não é razoável que alguém vá acreditar que em seis meses a senhora recebeu, pelo trabalho de consultoria, em torno de R$1,2 milhão por mês, como consultoria para empresas como essa, lá de Sergipe.

Aí tinha um Porsche do Sr. Carlos Camilo Antunes. E aí o que fez, eu imagino que o Virgílio? Transferiu o Porsche para o nome da senhora. A senhora... Eu não acredito, sinceramente, senhores, que essa senhora tenha chegado no Camilo e dito: "Olha, me dá um Porsche". Por que ela faria isso com ele?

Então, a senhora é jovem, tem uma profissão, tem filho pequeno. A senhora está sendo utilizada por essa quadrilha. Eu estou convencido disso. Eu sei que é delicado, eu sei que é difícil, talvez aqui nem seja o local mais oportuno, né? Nós estamos aqui numa CPI. Mas, Doutora, se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora não fizer um gesto no sentido de se desvincular desse esquema criminoso, infelizmente – e a sua advogada está aqui, sabe disso –, a senhora vai ser presa, a senhora vai para a cadeia, e eu não acredito que a senhora roubou. Eu acho que a senhora não é inocente, porque não entra também tanto dinheiro, milhões de reais, na conta de uma pessoa, do dia para a noite, e ela não sabe e não se preocupa em saber de onde é que veio esse dinheiro.

Diz-se que a senhora estava aqui – consta aqui a documentação – encomendando um apartamento no edifício Senna Tower, no Balneário Camboriú, um apartamento de 28 milhões!

Quer dizer, uma médica, endócrina, lá de Curitiba, da noite para o dia, vira milionária e resolve comprar um apartamento lá em Camboriú, no Senna Tower, por 28 milhões. Não é razoável, essa história não para em pé – essa história não para em pé! Essa história do contador, para mim, é muito grave. Por que como é que o contador dos "*golden boys*", o contador das empresas fantasmas, o contador dos ricaços milionários é o mesmo contador da empresa da Dra. Thaisa, gente? Alguém me explica uma coisa dessas?

Então, Sr. Presidente, infelizmente nós estamos aqui diante de uma pessoa que, do meu ponto de vista, repito, não é inocente nessa história, porque ninguém movimenta todos esses milhões de reais, mas ela não é a chefe do esquema, ela não é o chefe dessa quadrilha, desse esquema criminoso. Agora, se eu já não tinha uma boa opinião sobre esse Virgílio, por tudo que eu já ouvi, depois que eu estou vendo o que ele fez com a senhora... A senhora tem uma criança pequena. Se esse cara tivesse o mínimo de vergonha, ele matava no peito e diria: "Não, a minha mulher é inocente. A Thaisa nunca roubou um centavo!". Um cara que tivesse o mínimo de dignidade, de respeito pela senhora, esse cara não deveria sequer deixar a senhora estar depondo aqui, porque o advogado dele tinha que dizer aqui para nós: "Olha, não tragam a Thaisa, porque ela não tem culpa de nada. E se ela tem alguma culpa, foi acreditar em mim". Mas não deixaria a senhora ser exposta aqui, como a senhora está sendo exposta para todo o Brasil, Doutora. A senhora tem uma profissão, a senhora é médica, a senhora pode recomeçar a sua história, a sua caminhada e vai destruir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a sua vida por conta desse bando de ladrões que enriqueceram sem nunca trabalhar. A senhora estudou na universidade federal, é médica. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cara que veio aqui esses dias, o Felipe, aquele, fez questão de dizer para nós que nem estudar quis estudar. Para quê? Para roubar de aposentado e de aposentada.

Então, Dra. Thaisa, vou dizer uma coisa para a senhora, talvez não seja nem o momento aqui mais oportuno, mas eu vou dizer uma coisa para a senhora: não vale a pena, Dra. Thaisa. Senta aqui um cara de 30 anos, a gente olha lá, movimentou 2 bilhões – R$2 bilhões. E eu acho que a Comissão tem que estar com a porta aberta para a senhora, para a sua advogada, para na hora em que a senhora quiser, talvez fazer uma reunião reservada com o Presidente, com o Relator, e nós vamos ser parceiros para a senhora pagar por aquilo que a senhora vai ter que pagar, mas para nos ajudar a chegar nos cabeças desse esquema criminoso, que é o grande objetivo desta Comissão e é o grande objetivo do Brasil, Dra. Thaisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Antes de passar a palavra ao Deputado Zé Trovão, quero saudar aqui o nosso Senador Magno Malta, que fez uma cirurgia, não pôde comparecer à sessão, mas está nos acompanhando do hospital. Nosso desejo de pronta recuperação, que Deus o abençoe, que esteja muito breve aqui novamente conosco, trazendo os posicionamentos.

Com a palavra o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Dra. Thaisa, cumprimento a senhora respeitosamente. Quero dizer que para mim não é um motivo de nenhum orgulho ter que interpelar uma mulher.

Eu acho que, como disse o Deputado, as nossas mulheres têm que ser protegidas, e um homem tem que proteger a sua família. A senhora está, no momento, numa situação que não nos agrada muito.

Nós estamos aqui por conta de uma das fraudes mais bizarras do nosso país. Roubar uma criança é um devaneio, mas roubar uma pessoa que está à beira da morte, que está cumprindo o seu ciclo é pior ainda. E quem de nós pode acusar a senhora? Quem de nós pode afirmar que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora roubou? Nenhum de nós. Mas podemos dizer à senhora que há indícios de um crime cometido por empresas que a senhora mesma criou, gerenciou. Há um forte indício de tudo isso.

O silêncio não é a melhor opção, nunca foi. Ficar calada diante de um juiz, ficar calada diante de um plenário só traz aquela velha frase com que, às vezes, eu não concordo muito, porque, às vezes, o silêncio é a melhor opção, mas, nesses casos, não acho que seja: quem cala consente.

E quando a gente não consegue entender... pessoal, façam silêncio, por favor, porque eu fico calado nesta Comissão enquanto vocês estão falando. (*Pausa.*)

Quando a gente não tem essa consciência de que o crime, de que o roubo não são a melhor via, e que a gente não tem coparticipação com isso, a gente fala. Eu vi aqui, por exemplo, na segunda-feira, uma mulher que sentou a essa mesa e deu um *show*. Falou a noite inteira, o que foi perguntado ela respondeu; bateu no peito, mesmo mentindo – inclusive, eu sou coautor de um pedido de prisão contra ela, porque ela mentiu nesta Comissão. Mas, mesmo ela mentindo, porque ela escolheu o outro caminho, ela falou e falou muito bem.

O que me preocupa hoje é que, mais uma vez, sucessivamente, nós estamos aqui com pessoas que criaram empresas e que, num curto espaço de tempo, enriqueceram essas empresas, movimentaram valores milionários e que não querem sequer falar. É muito difícil isso.

Eu entendo o trabalho da Dra. Izabella, do Dr. Maurício. Vocês estão fazendo o que vocês recebem para isso, e é um direito. Mas eu me pergunto se vocês não estão jogando a cliente de vocês em uma situação um pouco pior do que falar.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – (*Falha no áudio.*) da defesa não tem que ser questionada pelo Parlamentar.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Claro que posso. Quem disse para a senhora? Cita para mim onde eu não posso questionar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, ela se manifestou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES (*Fora do microfone*.) – Não vou entrar num debate jurídico com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A Presidência não vai acolher...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Reponha meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. tem o direito de falar da maneira que desejar, desde que não...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Claro que tenho direito, eu não faltei com respeito a ela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Um minuto a mais para o Deputado Zé Trovão, por favor.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – E não faltei com respeito à defesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Prossiga, Deputado.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Eu não faltei com o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O que nós estamos falando aqui hoje é que tem uma mulher sentada numa cadeira, a qual poderia estar conversando com esta CPMI, sendo tratada como a estou tratando agora, respeitosamente, e nos respondendo o que nós gostaríamos de ouvir. Mas o.k., se é para seguir esse caminho, a gente pode seguir esse caminho. Vamos seguir esse caminho, então? Não precisa fazer perguntas.

Então, a gente chega aqui e fala que a senhora e o Seu Virgílio desviaram o dinheiro dos aposentados. Acabou. É esse o caminho que é seguir? Quando a gente tenta ser educado, tenta ser respeitoso, vamos ser afrontados? Olha, é desgastante isso, é desgastante.

E eu vou dizer uma coisa, Presidente, vou encerrar minha fala com isto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos mudar é o Código Penal Brasileiro, nós precisamos mudar as leis brasileiras e nós precisamos criar lei perpétua, cadeia, para sempre, para quem rouba – e acabou –, para crimes que são hediondos, para crimes que são absurdos como o que nós estamos vendo.

Com todo o respeito, D. Thaisa, não estou lhe acusando, mas estou dizendo que há indícios. E como a senhora não vai nos responder, fique a consciência da senhora, se a senhora fez ou não fez. E eu espero que a Polícia Federal, que o Ministério Público, quando terminar essas investigações, absolvam os inocentes e condenem os culpados.

E eu vou torcer muito para que a senhora esteja do lado dos inocentes. Eu não estou aqui para torcer que pessoas sejam presas e jogadas num cárcere, mas a senhora tem uma carreira muito importante como médica, que não deveria estar sendo jogada no lixo agora.

Falou muito bem o Deputado que me antecedeu. O seu marido tinha que ter vergonha na cara, batido no peito e não permitido que a senhora estivesse aqui, assumindo tudo sozinho e vindo aqui. Vai vir, e eu espero que ele faça o contrário da senhora, e pelo menos responda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sra. Thaisa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ela solicitou um intervalo para a depoente.

Dez minutos, a sessão está suspensa.

(*Suspensa às 12 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 12h e 43 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reiniciada a sessão.

Antes de dar a palavra ao Deputado Alencar Santana, um rápido aviso aqui. Como nós temos sido acompanhados por todos os advogados das pessoas que já estão convocadas por esta CPMI, eu quero aqui avisar aos advogados dos Srs. Mauro Palombo, contador, já intimado por um telefone de prefixo 11; Sr. Vinícius Ramos da Cruz, do Instituto Terra e Trabalho, também cujos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

contatos foram feitos na casa dele, até mesmo com a mãe; Sra. Cecília Rodrigues Mota, vários contatos pelo telefone 85, sem sucesso; Sr. Silas Vaz, residente do Recanto das Emas, também contactado por um telefone de prefixo 61; Sr. Danilo Trento, um telefone prefixo 11, contactado inicialmente.

Quero solicitar aos advogados destas pessoas – vou repetir: Sr. Mauro Palombo, Sr. Vinícius Ramos da Cruz, Cecília Rodrigues Mota, Silas Vaz e Danilo Trento, que já estão formalmente convocados por esta CPMI – que entrem em contato com a Secretaria e marquem as datas para oitivas.

Se o contato não for feito até este final de semana, na próxima semana, eu, como Presidente dessa CPMI, colocarei em votação um requerimento de pedido de prisão temporária junto à Justiça Federal, para que eles posam ser conduzidos pela polícia, em qualquer parte do território em que sejam encontrados, e trazidos a esta CPMI.

Essa medida é necessária para a sequência dos trabalhos. A Presidência entende que é uma medida de força, mas será tomada para que essas pessoas possam vir prestar as declarações. Por isso estou fazendo aqui o apelo aos advogados do Sr. Mauro Palombo, do Sr. Vinícius Ramos da Cruz, da Sra. Cecília Rodrigues Mota, do Sr. Silas Vaz e do Sr. Danilo Trento para que possam marcar as datas de comparecimento.

Também temos aqui outros seis nomes já convocados em aprovação pelos Parlamentares, cujas intimações ainda não foram bem-sucedidas: Sr. Marcos Jose Lins Moura Santos, Sr. Warley Martins Gonçalles, Sr. Edmilson Miguel Arcanjo Dias de Andrade, Sr. Natjo de Lima Pinheiro, Sr. José Branco Garcia, Sr. João Carlos Camargo Júnior. Esses estão convocados, e ainda não conseguimos o contato. Se for necessário, nós também pediremos a prisão preventiva.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, por gentileza, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Recebi agora, Sr. Presidente, e estou solicitando que a Secretaria entregue em mãos para o senhor, uma nota de esclarecimento do Ministro da Previdência Wolney Queiroz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na manhã desta quinta-feira, dia 23, em entrevista à emissora de Rádio Itatiaia, de Minas Gerais, afirmei que alguns membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as irregularidades contra o INSS estão fazendo pirotecnia.

Quero deixar claro que, quando usei esse termo, referia-me a uma pequena minoria e não à CPMI como um todo.

Assim, apresento minhas desculpas ao Presidente da CPMI, Senador Carlos Viana, estendendo o pedido a todos os Parlamentares que realizam o trabalho sério de investigação.

Ressalto que eu sou egresso do Legislativo, onde construí minha trajetória política e, por isso, devoto inestimável respeito à Casa e aos seus membros.

Reitero que o Ministério da Previdência Social e este Ministro são parceiros das investigações.

O Governo do Presidente Lula conseguiu solucionar um problema que atravessou diversos Governos, ao investigar e punir os culpados bem como identificar e ressarcir os aposentados e pensionistas.

Wolney Queiroz, Ministro da Previdência.

Então, gostaria de passar em mãos a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Está aqui. Eu agradeço.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu acho só que ele deveria identificar quem são esses Parlamentares, Presidente, porque ainda assim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele terá oportunidade...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quando vier aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É isso, quando estiver aqui.

Eu, inclusive, quero agradecer o esforço do Líder Pimenta, que se manifestou também, da parte, mas o Sr. Wolney terá condições de explicar e pedir as desculpas pessoalmente quando confirmar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Quando estiver aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas eu acho que é uma manifestação respeitosa que eu gostaria de passar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Deputado Alencar Santana com a palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Sra. Thaisa, o seu esposo, o Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, foi Procurador-Geral do INSS no Governo do Presidente Jair Bolsonaro. Boa parte dos contratos entre as entidades do INSS, dessas entidades laranjas, foi realizada na gestão do ex-Presidente Bolsonaro.

O Procurador-Geral tem um poder muito grande dentro da estrutura do INSS, muito grande. E ali, pelos documentos, que até agora nós temos conhecimento, tinham outros servidores, também do INSS, que têm uma relação aparentemente forte com seu esposo, o Virgílio. Ali eles tramaram muita coisa, porque receberam benefícios.

Eu disse, semana passada, ao ex-Presidente do INSS Stefanutto que ele cometeu o erro grave: o de ter deixado servidores que estavam na gestão anterior na atual gestão. E foram justamente esses servidores que continuaram fortalecendo essa trama, essa organização criminosa em que essas pessoas lesaram, roubaram, milhões de aposentados e pensionistas. São senhores e senhoras que vivem da aposentadoria, que garantem a subsistência, a vida da família, com a aposentadoria. É o suor de muitos anos de trabalho, de contribuição. Essas pessoas foram roubadas de maneira covarde, nojenta, e tudo aponta para uma grande participação do seu esposo, o Virgílio.

A senhora não pode responder pelo crime, pelo ato dele. Isso é verdade. E tenho certeza de que a CPMI não quer que a senhora pague pelo crime dele. O problema é que a senhora tem participação no crime, também apontam os dados.

As empresas que ele usou para receber o dinheiro, os benefícios, milhões, estão em nome da senhora e têm a senhora também como administradora, no endereço do seu consultório ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no endereço da sua residência. Então, é difícil falar que não sabia. Como já foi dito, são milhões que entraram na conta. De onde vieram? De onde apareceram? De onde?

Vocês tinham sonhos, aparentemente. Afinal de contas, estava comprando uma casa de luxo, de R$28 milhões, cancelada após a revelação do esquema. Então, tinham planos de continuar com esse roubo, tinham planos claros de continuar com esse roubo, mas tudo ruiu. Construindo o sonho de vocês, roubaram pessoas que contribuíram e trabalharam a vida inteira, com suor. E dói ter um desconto da previdência. Quem já foi assalariado, recebe o seu holerite, quando vê lá o desconto da previdência fala: "Caramba, esse dinheiro...". Porque isso é no futuro que eles vão receber, na sua aposentadoria ou pensão.

Vocês os roubaram, tiveram benefício desse roubo e estavam construindo um sonho de vocês à custa dos outros, de pessoas inocentes, de pessoas simples, muitas delas que ali não estavam nem entendendo o que estava acontecendo, mas vocês sabiam o que estava acontecendo. Será difícil a senhora provar que não sabia, porque entrou nas mais diferentes empresas que você constituiu com o mesmo contador de parte das entidades que fraudaram – é muita coincidência! –, Paraná, São Paulo, empresas em outros estados – é muita coincidência! –, junto com André Fidelis, outro servidor do INSS, que é de outro estado, salvo engano, de um estado do Nordeste; a senhora, no Paraná; gente de São Paulo; com o Oliveira. Que coincidência foi essa? Isso não é coincidência, isso é crime, isso é organização, e a senhora está no meio. Provavelmente te levaram para esse meio, foi usada, mas se beneficiou, se beneficiou.

Tem um filme que retrata também algo semelhante a isso: Blue Jasmine, do premiado cineasta Woody Allen, fala de uma *socialite* norte-americana que vivia numa vida de luxo, num crime praticado pelo marido, mas se beneficiava, gostava da vida de luxo que vinha do dinheiro do crime e fingia que não sabia ou que não queria acreditar: "Não quero pensar de onde vem o dinheiro, deixe eu só usar, deixe eu só usar".

Então, lógico, o processo vai continuar, vai acontecer.

A senhora, infelizmente, não está colaborando. A gente esperava que a senhora pudesse colaborar pela sensibilidade da mulher, nesse caso, de poder vir aqui e explicar um pouco mais para a gente, de falar, de demonstrar que a senhora, eventualmente, foi só usada. Eu achava, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

início, que a senhora talvez tivesse sido só usada, mas, com a não colaboração de hoje, eu mudo a minha opinião porque a senhora se beneficiou, e muito.

O seu esposo também tem muito para explicar. Esperamos que ele colabore, no próximo depoimento, porque as pessoas esperam isso, as pessoas estão aguardando isso, as pessoas querem saber. Tem senhores e senhoras, neste momento, em suas residências, acompanhando essa CPMI, porque eles foram roubados, eles querem saber quem, de fato, estava por trás, quem se beneficiou, quem são esses sócios ocultos também que tiveram proveito, que tramaram.

E a minha avaliação é que o Sr. Virgílio esteve na ponta do esquema, ele operou diretamente, ele facilitou como Procurador-Geral, começando, lá em 2020; ficou até 2022; e, depois, retornou na gestão, em 2023, que foi o erro do Presidente do INSS permitir que essas pessoas continuassem, porque são linhas políticas diferentes de governo. Ele trouxe um servidor, que se mostrava com um currículo técnico bom, de carreira como Procurador, mas que estava tramando, organizando, na ponta dessa organização criminosa, dentro da estrutura do INSS, e ali se articulando com entidades bandidas que foram simplesmente fundadas – fundadas – para receber o dinheiro, para roubar os aposentados.

É muito interessante: você pega o tempo da maioria dessas entidades, de fundação; logo depois elas assinam o contrato com o INSS e começam a fazer os descontos. Parte de vossas empresas também são criadas nesse período. É muita coincidência. Não é coincidência. Não existe coincidência no crime. São fatos, são atos, são atitudes, são decisões tomadas, deliberadas, pensadas, organizadas.

Nós estamos diante de uma organização criminosa. Pode ter certeza de que a pena será ainda maior. E tem gente que pode colaborar, para ter o benefício da lei de não sofrer o rigor da pena; podem colaborar, só que tem um tempo, eventualmente, dessa colaboração, tem uma hora que passa, aí não dá mais, não dá mais. Tem um tempo para o arrependimento, para assumir a responsabilidade, para efetivamente colaborar com a Justiça e, nesse caso, colaborar com a angústia... acabar com a angústia dessas pessoas que foram roubadas. A senhora pode ter certeza.

Talvez tenha algum cliente da senhora, uma pessoa idosa, porque a senhora falou...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... que também é especialista, que tenha sido lesado, lá do Paraná, lá de Curitiba, e, provavelmente, ele esteja vendo a televisão, a TV Câmara ou a TV Senado, acompanhando essa rede, para saber o que a senhora possa falar para ele, porque ele devia ter ali, provavelmente, a senhora como uma médica, uma boa profissional, e de repente ele fala: "Eu fui roubado pela quadrilha do INSS, e ela também se beneficiava daquele meu dinheirinho todo mês". Pode ter certeza, porque tem gente...

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Pela ordem. Eu queria só registrar aqui...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, permita o Parlamentar terminar a fala. Eu passo a palavra à senhora logo em seguida.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Sim, mas nós estamos assistindo ao Parlamentar tecer uma série de julgamentos a respeito da minha cliente, falando da profissão dela, dos atendimentos clínicos dela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Isso é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o Parlamentar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhora advogada, o Parlamentar tem o direito de se manifestar.

Um minuto a mais para o Deputado Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Obrigado, Presidente.

Eu não estou julgando o trabalho dela, não; estou dizendo, inclusive, os pacientes dela, que devem ter sido bem atendidos por ela, provavelmente alguns deles aposentados, foram lesados. As provas vão dizer, mas eles estão vendo pela televisão e estão querendo saber no que ela pode colaborar conosco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – São milhões de brasileiros e brasileiras sofridos – sofridos. Demora para se aposentar, demora, são anos de contribuição, são anos de trabalho, que aumentou, infelizmente, pela gestão Bolsonaro, que fez a reforma em 2019, aumentando o tempo de idade e de contribuição e reduzindo o valor, por exemplo, da pensão – diga-se passagem, é bom lembrar isso. Mas são anos. E vocês lesaram mês a mês, recebendo milhões, construindo o sonho de vocês em cima do suor da vida dessas pessoas.

Esperamos que a verdade venha à tona, e ela virá, e todos, sem exceção, sejam devidamente punidos com o rigor da lei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A senhora gostaria de se manifestar, Sra. Thaisa?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Deputado, a minha defesa técnica optou pelo silêncio, e um dos motivos foi o viés desta Comissão, infelizmente: o prejulgamento. As minhas palavras podem ser tiradas do contexto por situações como todas essas que o senhor citou. O senhor passou seu tempo todo tendo certeza, afirmando que eu devo, que meu marido deve, enfim... As provas virão – concordo com o senhor: a verdade virá à tona, e eu espero muito que seja logo – e nós mostraremos todas as provas nos autos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A senhora tem a oportunidade, se quiser, de se explicar para esta Comissão e para todo mundo que está acompanhando, fique à vontade.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Não neste ambiente hostil. Sinto muito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, só em nome da verdade também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – O Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho – eu tenho aqui o currículo –, o primeiro cargo político que ele teve foi no Governo Lula, com a Ministra Dilma Rousseff, em 2008.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, ele não tem um cargo de confiança desde poucos anos atrás. Só para esclarecer, para não parecer o que não é.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Antes do nosso intervalo, faremos, em seguida, a fala do Deputado Rogério Correia, com dez minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu estou indignado, porque hoje nós vimos aqui como nasce uma *fake news*. Foi feita aqui uma pergunta pretensamente inocente sobre o parentesco da Sra. e Dra. Thaisa Hoffmann Jonasson, e, evidentemente, essa pergunta não era nada inocente, foi uma pergunta facciosa e, com certeza, tendenciosa. É como apito de cachorro. No minuto seguinte, página de extrema direita já colocava a foto da Ministra relacionada à CPMI e, aqui, à Dra. Thaisa. Pior, o Líder do PL coloca um vídeo, e, no vídeo, o retrato da Ministra, como se ela tivesse alguma coisa a ver com a CPMI. Isso chama apito de cachorro. E já espalharam nas redes bolsonaristas à vontade.

Então aqui a gente vê como nasce uma *fake news*, como os bolsonaristas gostam de *fake news*. E é por isso que a gente precisa dizer que a regulamentação de rede social é uma necessidade neste país, porque fazem cortes aqui para poder, aí sim, utilizar da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de forma ilícita, de forma maldosa, de forma tendenciosa e, neste caso, fazendo com que a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito fique malvista nesse sentido. Que se culpem esses que fizeram isso! Isso não foi de forma inocente.

É essa questão que eu quero colocar. No minuto seguinte, já estava nas redes bolsonaristas a pergunta feita aqui de forma tendenciosa e maldosa. Eu queria colocar isso porque não é possível agir de uma forma tão desonesta com uma pessoa igual a nossa Ministra Gleisi Hoffmann, que não está aqui para responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, Presidente, os períodos aqui é importante que sejam vistos sim. É engraçado como querem livrar os períodos anteriores, como se essa fraude tivesse começado agora. Não é verdade. Todo mundo sabe, até o reino mineral sabe que isso não começou agora, que vem de muito tempo. Vem de pelo menos do Governo Temer, em 2018, 2019. Pelo menos. E veja bem. O período em que o Sr. Virgílio passa a ser Procurador-Geral é exatamente o período de 2020, mais precisamente 16 de abril de 2020, ele fica até 1º de junho de 2022.

A Sra. Thaisa, Dra. Thaisa nos disse que conheceu e está casada com o Sr. Virgílio desde 2017. E essa pergunta não foi feita a ela.

O Sr. Virgílio, a senhora tinha algum conhecimento das questões dele do ponto de vista profissional?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Novamente, eu sempre soube que ele era Procurador Federal. Os cargos dele, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A senhora sabia que ele tinha uma relação próxima com o Zé Carlos Oliveira?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas eu falo para a senhora, ele tinha.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas eu falo para a senhora: ele tinha. E foi José Carlos Oliveira quem assinou o termo da Ambec, com o chamado Careca do INSS, que a senhora não quis dizer se conhecia ou não.

Mas, em 2022, o procurador virou consultor jurídico do Ministro do Trabalho e Previdência José Carlos Oliveira – é engraçado! Isso não foi perguntado em hora nenhuma para saber qual relação vem e de quanto tempo, porque isso é importante para saber a origem da roubalheira e quando começou –; o Dr. Virgílio foi consultor jurídico do Ministro do Trabalho e Previdência, que, na época, era o José Carlos Oliveira. Ele o retirou e o fez subir de patamar ao Ministério do Trabalho, saindo, mas deixando alguém no local onde ele estava lá no INSS. E aí ele virou procurador, virou consultor jurídico do Ministério do Trabalho, que era o José Carlos Oliveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nomeação do Sr. Virgílio de Oliveira Filho foi assinada por Ciro Nogueira, que, na época, era Ministro da Casa Civil, até para não se pensar, não se fazer ouvidos de mercador, no sentido de que as coisas não aconteciam, não vinham antes. Isso é uma falácia. Eu acho que ninguém mais no Brasil acredita nisso, embora tenha aqueles que insistam em só pegar um determinado período. Eu já disse que talvez o excesso de trabalho nos faça ter uma análise mais criteriosa de períodos anteriores para apresentar um relatório mais fundamentado também nos períodos e nas coisas que antecederam este período de agora, onde as coisas passaram a ser descobertas, passaram a ser agora fiscalizadas, e, mais do que isso, as pessoas estão respondendo por isso. Já existem prisões, dinheiro devolvido, graças a uma determinação que vem também do Governo do Presidente Lula.

Mas, veja bem, nos dias 5 de maio, Dra. Thaisa, e 17 de novembro de 2022, pingaram dois Pix na conta do Centro Médico Vita Care, registrado em nome da doutora, que é esposa do Procurador Virgílio Oliveira Filho. Esses valores somavam R$140 mil, e a pagadora era a Acca Consultoria Empresarial. Confere essa afirmação?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou ficar em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois bem, é a informação que nós temos, que a senhora poderá dizer se é verdade ou não, mas é a informação que está na imprensa. Então, R$140 mil em 5 de maio e 17 de novembro de 2022.

Posteriormente, a empresa ligada às entidades associativas ou à rede de consultoria do Careca do INSS... Essa Acca era do Careca – era isso que eu queria dizer à senhora. Foram enviados ao todo R$11.997.602,70 a pessoas físicas e jurídicas próximas ao procurador. A senhora é uma delas.

A advogada Cecília Rodrigues Mota, operadora financeira do esquema, repassou parte do dinheiro à THJ Consultoria. É uma empresa de que a senhora também é sócia, a THJ?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O.k.

Essa empresa consta aqui como da esposa do procurador e recebeu a maior parte desses recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A Xavier Fonseca Consultoria, da irmã, também foi beneficiada. A movimentação imobiliária da família explodiu: mais de 6,3 milhões de reais em novos imóveis, 18 milhões de reais em patrimônio acumulado desde 2020.

Eu estou lendo isso aqui de uma matéria jornalística da *Revista Piauí*, mas também tive acesso, estão aqui, aos sigilos, porque nós temos direito a ter acesso a eles. E os sigilos, tanto da THJ como do Sr. Virgílio de Oliveira, vão nos confirmar esses dados que são feitos. Esses dados aqui são do sigilo a que nós temos acesso. Estou mostrando à distância, Presidente, mas é para mostrar que nós temos documentação, Dra. Thaisa, por isso seria importante que a senhora falasse.

Aqui tem uma versão, ou uma hipótese, que foi levantada pelo nosso querido Pimenta, de que a senhora poderia ter sido utilizada pelo marido ou pela quadrilha, mas também nós podemos pensar em outras possibilidades, o que eu acho importante, por isso a gente queria dar à senhora uma outra opção que não fosse essa. Tem aquele filme a que nós assistimos, de um casal norte-americano que assaltava bancos – esqueci o nome do casal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... Bonnie e Clyde.

Bonnie e Clyde talvez expressasse melhor, Pimenta, do que essa hipótese de que a Dra. Thaisa fosse apenas prejudicada por essa quadrilha. Pode ter sido uma parceria ao estilo Bonnie e Clyde. E isso porque chegaria mais fácil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... a essa ideia que já estamos vislumbrando de que é o casal da Operação sem Desconto, é o casal sem desconto. Bonnie e Clyde, o casal sem desconto. Parece um pouco isso. Porque não é possível 18 milhões – e a senhora não querer se defender em relação a isso – de patrimônio acumulado pelo casal nesse período que se iniciou em 2020, foi até 2022, depois retoma em 2023 e vai até 2025, quando, aí sim, o Sr. Virgílio é afastado pela Justiça por causa da operação e, agora, renovada, de novo, a dispensa do Sr. Virgílio, agora também pelo próprio INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, infelizmente, a gente vê aqui um caso que nos dá tristeza. O caso da senhora, uma doutora, uma médica, tem toda essa importância para a gente, com formação universitária em universidade federal e, terminando, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... também o do Dr. Virgílio, um Procurador-Geral do INSS. É triste ver isto: um servidor público com esta responsabilidade de exatamente vigiar o que acontecia lá, e, logo ele, entra nisso. É de doer. A gente, como eu, que defendo tanto o servidor público, a estabilidade do servidor público, quando a gente vê isso, dói na gente, porque serve, para aqueles que querem destruir o serviço público, de exemplo contra o que a gente sempre defende. É um desserviço, infelizmente, o que a senhora faz aqui ao não dizer nada e o que o seu marido fez ao enriquecer dessa forma.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Novamente, eu quero dizer que esse é um ambiente hostil, constrangedor, majoritariamente composto por homens, com esse total prejulgamento...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – ... com esse total prejulgamento. É por isso que eu não vou falar, porque as minhas palavras podem... E serão deturpadas. Então, é por isto que a minha defesa optou pelo silêncio: pelo prejulgamento. Esse não é um ambiente para ser esclarecedor, não é um ambiente justo para que eu esclareça os fatos, mas esses fatos todos serão esclarecidos, com toda a documentação necessária, no momento oportuno.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu torço para isso, Doutora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, a sessão está suspensa.

Retomaremos os trabalhos às 14h30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 13 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 41 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão.

Com a palavra, dando sequência aos inscritos, o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Olá! Muito obrigado, Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, à depoente, Thaisa Hoffmann, e também à sua defesa, e ao nosso Relator, Deputado Alfredo Gaspar.

Queria começar, Sr. Presidente, tratando aqui do assunto que foi levantado por vários Parlamentares que é sobre a relação pessoal familiar da depoente com políticos no Paraná, porque me parece muito claro, pelo que foi dito pelos Parlamentares do Governo, que a depoente não tem relação de parentesco, nem conhece a Deputada Federal, hoje Ministra, Gleisi Hoffmann. Não sei se a depoente gostaria de confirmar essa informação de que não tem relação familiar ou pessoal, não conhece a Ministra Gleisi Hoffmann.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas aí... Aí, Presidente, eu acho que até é um desrespeito com a Comissão, porque é uma questão de qualificação pessoal. Por mais que a gente diga: "Ó, a pessoa...". Quando ela dá a sua qualificação, ela diz: ela é solteira, casada, RG, CPF...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. tem o direito de perguntar, mas não é uma pergunta sobre qualificação, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – De certa forma é, mas eu vou passar a próxima...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é assim que nascem as suspeitas, porque eu estava esperando que ela me confirmasse que não é parente ou não conhece Gleisi Hoffman,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

como foi dito pelo pessoal aqui do Governo do PT, mas a minha resposta, Deputado José Medeiros, aliás, a resposta da depoente a mim foi que não vai responder. Então, aquilo que os Deputados do PT disseram fica sob suspeita, porque eu passaria à próxima pergunta. Eu perguntaria a ela, em se confirmando que não conhece Gleisi Hoffmann, nem é parente dela, Sr. Relator, eu passaria à próxima pergunta: por que a senhora não quis responder, quando o Relator perguntou se é parente de algum político no Paraná, ou se conhece algum político no Paraná? Porque, se não era sobre a Gleisi Hoffmann, talvez ela tenha se mantido em silêncio em virtude de uma outra conexão com algum outro político no Paraná ou outro político no Brasil, mas, pelo visto, a depoente prefere não responder. Confere?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – O silêncio é um direito constitucional e isso não quer dizer que eu sou culpada – nem sim, nem não. É um direito constitucional.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não estou acusando a senhora de nada. Eu ter um irmão, um primo, um tio, um familiar, um conhecido na política não é uma imputação de crime, de forma nenhuma. Assim, a senhora tem direito ao silêncio, sem dúvida nenhuma, mas essa não é uma imputação criminal, e eu não vejo como essa pergunta poderia vir a incriminá-la, a não ser que alguma relação com Gleisi Hoffmann ou com algum político possa levar a uma imputação criminal. É isso.

Então, assim, estão acusando a gente de fazer *fake news*, mas no mínimo fica aqui sob suspeição a relação pessoal ou familiar da depoente com a Ministra Gleisi Hoffmann ou com outro político do Paraná. Simples. E é a minha interpretação do que está acontecendo aqui, do que foi dito.

Agora vamos para a situação mesmo das "empresas" – entre aspas, eu gosto de dizer sempre isso – do Sr. Camilo e também da Sra. Thaisa Hoffmann, que tiveram uma ligação muito próxima. Foram passados às empresas do Careca mais de 10... mais de 11 milhões, R$10,5 milhões para a Curitiba Consultoria, certo? E eu lembro que aqui o Careca não soube especificar que serviços seriam esses que foram solicitados ou pagos da Curitiba. E a depoente diz que trabalhou, que prestou serviços, mas prefere permanecer em silêncio.

Se é uma empresa idônea que prestou serviços e em que está tudo certo, a pessoa que é responsável pela empresa não tem problema nenhum em vir aqui e dizer: "Prestamos tal e tal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço", "Foi um aplicativo", "Foi um atendimento prestado ao cidadão", mas ela prefere permanecer em silêncio. É direito constitucional, mas, cá para nós, aqui, nesta CPI, nós estamos atrás da verdade, e a verdade só pode ser encontrada se for de fato pronunciada. E aquela verdade que nós temos até agora é que a Curitiba Consultoria foi criada para lavar dinheiro do roubo dos aposentados.

Não é à toa, Sr. Presidente, que aqui, mais uma vez, o esposo ou o companheiro – não sei –, ex-esposo da depoente, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, tem sido acusado por alguns Parlamentares de ter sido erradamente mantido no Governo Lula, porque ele devia ter sido demitido. Pois bem, está aqui o currículo dele. Ele é Procurador Federal de carreira, e o primeiro cargo que ele teve foi no Governo do PT: em 2008, foi assessor da Casa Civil da Presidência do Presidente Lula, quando a Ministra era a Dilma; depois, ele foi Coordenador-Geral de Processo Administrativo Disciplinar. Esse primeiro cargo, se eu não disse o ano, foi em 2008 – 2008 –, quase 20 anos atrás. Depois, em 2011, teve outro cargo na Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social. Em 2013 e 2014, também Dilma Presidente... Anterior, Dilma Presidente, com Garibaldi Alves, Consultor Jurídico Substituto. Em 2014, Consultor Jurídico no Ministério da Previdência Social. Depois, foi Presidente da Câmara de Recursos da Previdência Complementar, em 2014, até depois, no Governo Temer, ser Procurador-Chefe da Previc. No Governo Bolsonaro, em 2020, Procurador-Chefe do INSS. Em 2022, Consultor Jurídico no Ministério do Trabalho e Previdência, também no Governo Bolsonaro. E, no Governo do Lula, foi nomeado pelo Chefe de Gabinete do Ministro Carlos Lupi, Marcos Panella... Marcelo Panella, perdão, como Coordenador-Geral de Matéria de Licitações e Patrimônio, para finalmente ser Procurador-Chefe do INSS, em 29 de setembro de 2023. Está aqui o currículo.

Então, quer dizer, está todo o edital do PT, desde o início.

E o que surpreende talvez, Sr. Presidente, é que essa pessoa que estava lá atrás, em 2008, no Governo Lula, Senador Girão, tem esposa, que está aqui, ou ex-esposa, que abriu a Curitiba Consultoria sabe quando? No dia 1º de novembro de 2022.

Acabou o segundo turno, Lula declarado vitorioso, abriram a consultoria, que recebeu, Jordy, R$10,5 milhões das empresas do Careca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui a gente vê que é um esquema, uma engrenagem, que vem funcionando há anos, há décadas, no INSS, de corrupção, e que teve momentos de mais corrupção, de menos corrupção, mas com essa explosão durante o Governo Lula, com uma consultoria que foi aberta logo após a vitória no segundo turno, e aí a gente sabe que houve todo o Governo de transição, todas as pessoas lá.

Aí é o seguinte: a gente vê aqui a depoente – entendo, situação que fragiliza qualquer pessoa – dizendo que este aqui é um ambiente hostil e constrangedor.

Thaisa... Thaisa Hoffmann: aqui ninguém está pra ser bonzinho. Nem malvadão. Aqui está todo mundo buscando a verdade, está todo mundo buscando investigar. Uns, com mais veemência, outros, com menos, mas todos – pelo menos a gente esperava que fosse assim. O PT vive dizendo que quer investigar, mas blinda uns tantos aqui –, mas todos aqui, pelo menos em tese, estão aqui para buscar investigar.

Então, se é um ambiente hostil para quem roubou dos aposentados, então que assim seja. Se é assim interpretado, que é um ambiente hostil para quem cometeu crimes, que seja, porque aqui, mesmo sem querer ser malvadão ou bonzinho, nós temos que ir atrás da verdade e nós temos que ser duros com os fatos, e os fatos são duros. E a lei também é dura. *Dura lex, sed lex*.

A lei precisa ser cumprida neste país, Sr. Presidente, e, se há um ambiente hostil que Thaisa Hoffmann e Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, bem como o Careca do INSS e tantos outros... Se há um ambiente hostil que essas pessoas frequentaram, foi o ambiente em que se deu essa roubalheira dos aposentados do INSS.

E, aí, eu queria perguntar para a Sra. Thaisa se ela sabia que esse dinheiro que passava por essas empresas de fachada, esses CNPJs para lavar dinheiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... era dinheiro roubado dos aposentados?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou dizer, de novo, que ambiente hostil é pelo prejulgamento, e é por isso que a minha defesa optou pelo silêncio; pelo prejulgamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu fiz uma pergunta, e não estou fazendo prejulgamento. Estou perguntando se a senhora sabia...

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – E eu vou permanecer em silêncio, por orientação dos meus advogados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a senhora sabia se o dinheiro era do roubo dos aposentados?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu prestei o meu serviço, e isso está comprovado, e eu vou permanecer em silêncio, por orientação dos meus advogados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E depois que saiu o escândalo na mídia, operação da Polícia Federal, como a senhora se sentiu ao ver que estava exposto, no público, que o dinheiro que passou por essas empresas de fachada é o dinheiro do roubo do INSS dos aposentados?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio, Excelência. Obrigada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Bom, Presidente, aqui ficou comprovado que ambiente hostil, na verdade, é aquele em que transitam pessoas que enriquecem, e não desconfiam que um negócio pode ser bom demais pra ser verdadeiro. Ou pior: sabem disso, foram cúmplices, e, por isso, nós estamos investigando, para que a justiça, neste país, seja feita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O Deputado Duarte Jr. pediu para dar sequência.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Viana. Obrigado a todos os componentes desta Comissão. Obrigado, Thaisa, pela presença, Izabella, Maurício.

Thaisa, a senhora é a nossa 19ª convidada aqui. A gente já teve depoimentos muito interessantes, muito emblemáticos, silêncios interessantes, medo em falar. Tivemos medo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros do Governo brasileiro. Tivemos ministros falando. Mas o que chama a atenção – até olhando para o seu semblante aqui desde cedo, que me passa uma certa preocupação, obviamente – é: o Careca do INSS, o Carlos Roberto, da Conafer, e o Alessandro Stefanutto, que são personagens com ligação direta a diversos esquemas que são muito parecidos com o esquema do Careca, da Conafer e do Sindnapi, todos eles falaram bastante. E todos eles não se esquivaram de nenhuma pergunta, embora ambos estivessem cercados de excelentes advogados, como a Dra. Izabella, que são muito competentes. Pessoas que dispõem de muitos recursos têm capacidade de ter uma defesa muito boa. Mas esses personagens – e o Virgílio vem a seguir, o seu marido – são pessoas que são cabeças nesses esquemas, e essas pessoas não ficaram em silêncio.

Então, o receio aqui, até do Deputado Zé Trovão, quando se referiu... Não foi uma crítica à Izabella. A Izabella é muito competente, a gente viu o currículo dela aqui. É que o seu silêncio pode ser o trunfo que essas pessoas esperam de pessoas responsáveis por empresas que foram criadas – como o Cícero, na Conafer, criou a empresa – para ter serviços realizados, sim, mas que não são compatíveis com o número de pessoas que estão atreladas a esses sindicatos.

A gente recebeu o Cícero aqui, da Conafer: pelas empresas dele passaram R$300 milhões, e ele ganhava R$20 mil por mês de cada empresa – um sujeito simples, vendedor, se eu não me engano, de terno na cidade de Presidente Prudente. O Fernando Cavalcanti, que é o parceiro, o ex-sócio do Nelson Wilians, era vendedor de vinho no Pão de Açúcar. Todos eles, em comum, esbanjando muito dinheiro, comprando carrões, comprando apartamentos, casa em Orlando, tendo uma empresa nos Estados Unidos.

Então, Thaisa, essa é uma oportunidade de ouro para uma médica esclarecida como você esclarecer realmente a verdade. É bom falar a verdade. Assim, o bom é você chegar ao final da vida e você estar andando de bicicleta num domingo, caminhando na areia ou na grama em paz. A paz não tem preço.

Só que todo esquema... Começa aqui que é muito estranho. A gente ouve a situação falando do Bolsonaro e tal, mas a gente ter um Governo brasileiro que tem o filho do Ministro da Justiça que advogou durante um bom tempo para o Cebap, que é um sindicato que já estava com inúmeras denúncias da Controladoria-Geral da União, da Defensoria Pública; um filho de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro da Justiça, que é chefe da Polícia Federal, advogando para um sindicato que repassa recurso aqui para as empresas Prospect Consultoria, do Careca, World Cannabis, do Careca, e que repassa dinheiro para a empresa da senhora, a Curitiba Consultoria, R$3 milhões, R$6,7 milhões, que recebeu aqui e que está ligada aqui ao Virgílio, que é considerado um recebedor de propina pela Polícia Federal... E esses esquemas se repetem tanto na Conafer como no Sindnapi. Thaisa, é muito grave isso aqui.

Eu há pouco estava no meu gabinete e recebi uma senhora que representa senhoras com câncer aqui de Brasília. Muitas estão sem perspectiva de viver e me pediram uma ajuda para visitar o Cristo Redentor. Então, esses recursos que foram roubados dos aposentados, desviados, sem autorização, são muito graves.

Então, é muito difícil acreditar no silêncio da senhora. A senhora falou que esse ambiente é hostil. Não, esse ambiente representa o Brasil. Eu não passei em um concurso público, eu fui escolhido por pessoas. É muito significativo. É uma honra tremenda. Estou no meu segundo mandato. Sou do Partido Novo, do Rio de Janeiro.

Então, eu faço algumas perguntas para a senhora aqui.

Primeiro, eu busquei aqui, no Virgílio... A senhora é mulher do Virgílio. Qual é a função de um procurador federal? É o controle da legalidade. Zela para que os atos administrativos sigam a lei, evitando irregularidades e prejuízos ao Erário. Quer dizer, ele fez justamente o contrário: ele trouxe prejuízo a membros do Estado brasileiro, que são os cidadãos. Aqui... Está aqui, no gráfico.

O Marcel van Hattem falou bem o que quebra toda a narrativa do Governo: a gente tem o filho de um ministro prestando consultoria jurídica, através do seu escritório, para uma empresa que já estava com uma lupa enorme da Controladoria. A gente tem um Procurador Federal, que deveria aqui ser um advogado do Estado brasileiro, fazendo isso aqui com a senhora. A senhora é o Cícero do Carlos Roberto, da Conafer, só que o Cícero não era mulher do Carlos. A senhora é mulher do Virgílio. É muito duro isso aqui.

O Marcel fez a observação aqui, o Virgílio foi assessor da Casa Civil da Presidência da República no Governo Lula. Isso aqui é gravíssimo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Em 2008.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Em 2008, Marcel.

A gente não teve um Ministro da Justiça no Governo Bolsonaro cujo filho defendia uma organização criminosa, segundo a nossa Polícia Federal. Se a gente fosse um país sério, todo mundo... Primeiro que o Ministro da Justiça já teria caído há muito tempo e muitas pessoas já teriam sido presas, não precisaria nem de CPMI.

O Deputado Carlos Jordy aqui me lembrou: a empresa da senhora, a Curitiba Consultoria, foi criada no dia 1º de novembro de 2022, pouquíssimos dias após a vitória do Presidente Lula.

Então, Thaisa, eu faço uma pergunta para a senhora: por que a empresa Curitiba foi criada no dia 1º de novembro de 2022?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Excelência, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Por que...

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Presidente, pela ordem, vamos manter o decoro na sessão, por gentileza. É importante, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dra. Izabella, eu vou pedir a V. Exa. para não se manifestar nas falas do Deputado, por gentileza.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – V. Exa. me disse...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tenho sido paciente... Então, se dirija a mim, por gentileza.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – V. Exa. me disse, ao início da sessão, que eu poderia pedir pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Poderia, mas eu vou pedir a V. Exa. para não interromper, por gentileza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Meu tempo está correndo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Não é uma interrupção, é um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma interrupção, Excelência.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – É um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, é uma interrupção.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – É um direito, é uma prerrogativa de um advogado. Eu não vou permitir que chegue a esse nível...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Peço mais um minuto, meu tempo está correndo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por gentileza, aqui a permissão, ou não, é dada pela Presidência desta mesa, não pela senhora. Por gentileza, a senhora se manifesta, e esta Presidência dá a determinação ou não. Por favor. E outra coisa, o Líder Pimenta fez uma colocação não em relação a sua cliente, fez em relação à fala do Deputado. Ele não se dirigiu a sua cliente, se é isso que a senhora tem colocado com relação a decoro.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Ficou bem claro o que ele...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele não falou dela, ele falou com relação à fala do Deputado.

Mais um minuto para o Deputado Luiz Lima, por gentileza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Vocês podem acrescentar mais um minuto, por favor? Obrigado.

O Deputado Paulo Pimenta aqui me interrompeu, mas o Deputado Paulo Pimenta não subiu, em nenhum momento, em quatro anos de Governo Bolsonaro, na tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar qualquer irregularidade em relação ao Governo Bolsonaro.

Foram os Deputados do PT que, na MP 871, apresentaram 12 emendas escritas pela Contag, a que a gente nem chegou, que é uma medalha de ouro em relação ao roubo dos aposentados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... medalha de prata é a Conafer e o Sindnapi, que é composto pelo Vice-Presidente, irmão do Presidente Lula, que foi o que... Em terceiro lugar, medalha de bronze em relação aos assaltos dos aposentados.

Voltando aqui, Thaisa, porque nós temos milhares de médicos no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor. Por gentileza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Nós temos milhares, milhares de médicos no Brasil. Por que o Careca do INSS escolheu logo a senhora, que é a esposa de um procurador federal, a oferecer esses serviços?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – O senhor está menosprezando o meu trabalho, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, de forma alguma – de forma alguma, de forma alguma. Eu só fiz uma pergunta: por que nós temos milhares de médicos e o Careca do INSS escolheu justamente a esposa de um procurador federal, e o que seria um defensor do INSS, para oferecer esses serviços?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está ótimo. É que é, no mínimo, estranho. E não aconteceu só com a senhora, não. O Cebap também, nós temos 4 milhões de advogados no Brasil e escolheu justamente o filho do Ministro da Justiça para fazer a defesa do Cebap. São essas coincidências que fazem do nosso país um país grande e que poderia ser muito mais sério.

Outra pergunta, Sra. Thaisa, quando, na fala aqui do Careca do INSS... A gente transcreveu uma parte aqui. Ele disse: "[...] Sra. Thaisa, compra de ativos, ativos produzidos por ela, por intelecto dela. Já tinha sido dada essa resposta, mas eu faço questão de fazer isso aqui". E aí eu faço uma pergunta para a senhora: por que a esposa do Procurador-Chefe do INSS é reconhecida fora da medicina por alta capacidade intelectual? Foram falas do Careca aqui para a gente.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Senhor, eu vou permanecer em silêncio, por orientação dos meus advogados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está ótimo.

Thaisa, eu gostaria só de deixar registrado aqui que o que a gente vê em comum entre vários personagens que sentam nessa mesa é esbanjar o dinheiro, o ganho fácil. Isso é recorrente: todos com carrões, todos esbanjando, muitas mulheres comprando bolsa, os homens fazendo viagem de jatinho. A senhora aqui, e eu fui também, passou a informação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... do apartamento que a senhora reservou no Senna Tower, em Balneário de Camboriú, e, segundo uma informação da minha consultoria aqui, da minha assessoria, foi recusado pela incorporadora, não foi recusado por vocês, não foi cancelado por vocês.

Então, o que a gente ouve nas ruas, seja em Copacabana, no Rio de Janeiro, ou na cidade do interior, os adjetivos que eles têm para pessoas com esse comportamento são os piores possíveis. Um ladrão em Copacabana que rouba um celular sofre ali na hora uma vingança popular de raiva e de não tolerância com o crime, assim, e eu esperava que a Justiça brasileira, o STF, que servisse de escudo para a população brasileira e não de pessoas que infelizmente têm um desvio de comportamento e sentam nessa mesa... Olha, eu fico decepcionado quando a senhora é incapaz de responder quando a empresa foi criada. E esse silêncio, para mim, é estarrecedor, esse silêncio é de quem tem muito a esconder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Muito obrigado, Thaisa. Obrigado, Izabella e Maurício.

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Silêncio é um direito constitucional.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois, não, Excelência. Cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Por quê? Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele foi citado pelo Deputado Luiz Lima.

Eu vou, antes de começar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Fui... fui ofendido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Antes de começar...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas ele interveio na fala do Luiz Lima.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marinho...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Fui ofendido.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, eu, desde o início... Eu, desde o início...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A ofensa é subjetiva.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Quando ele me atrapalha, ele tinha que perder o direito de resposta, porque... (*Risos.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, ele interveio...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Ninguém pode se beneficiar da própria torpeza.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ele interveio na fala do Luiz Lima, Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Ninguém pode se beneficiar da própria torpeza.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É o contrário...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Em momento algum o Deputado Luiz Lima ofendeu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não foi na fala dele, não. Ele interveio, foi uma reação.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Presidente... Presidente, em momento algum...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Houve uma intervenção durante a fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E ainda acha graça, debocha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... da cara de V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pessoal, por gentileza, fiquem em silêncio para eu poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Espere aí, Pimenta. Só um instantinho, só um instante.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... interveio na fala, fez uma provocação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não consigo falar se não tiver silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ele provoca o tempo todo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza, vamos dar sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já avisei que todas as vezes que houver a citação por nome de qualquer Parlamentar, de qualquer base, seja por vídeo ou por imagem, e for citado, esta Casa vai dar o direito de se manifestar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu quero só fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência. Isso foi avisado...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É só uma ponderação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso foi avisado. Se a mesma...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Ele atrapalhou...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, art. 22... Art. 22...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante... Paulo Pimenta, por favor, Deputado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – É, cale a boca.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por gentileza.

Deputado Medeiros, por gentileza, um tratamento com respeito aos colegas também.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – E o Pimenta não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, vou, por gentileza, pedir.

Eu falei desde o início que, se houvesse a manifestação, citação de nomes, que a pessoa, o Parlamentar presente teria direito a se manifestar E isso, independentemente do lado, eu vou cumprir como foi colocado por esta Presidência..

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Líder Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Só uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Respeitando a decisão de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... e de uma forma absolutamente tranquila...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... acredito que V. Exa. está tomando a decisão de acordo com o critério que V. Exa. estabeleceu. Eu só quero alertar a V. Exa. que a prática ou a exceção que V. Exa. agora, neste momento, está tomando aqui pode gerar um tumulto, porque, veja, ao contrário do que aconteceu na decisão que V. Exa. prolatou anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não houve a citação de um nome no meio de uma fala. Houve uma reação a uma intervenção indevida que não respeitou a fala do Deputado Luiz Lima.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É uma situação diferente da que V. Exa. colocou anteriormente como critério. Apenas faço essa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. É essa a ponderação?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Porque, veja, na hora em que V. Exa. está tomando a decisão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A gente respeita. V. Exa. é o Presidente, tem se comportado muito bem. Não tenho reparos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Agora, veja, daqui a pouco, quando alguém estiver falando, o outro vai intervir, o que é muito ruim para o trabalho da Comissão, e alguém vai se sentir, de acordo com o que V. Exa. está decidindo aqui, confortável para fazer o art. 14. É mais ou menos que se diz no direito: ninguém pode ser beneficiário da sua própria torpeza. E houve, evidentemente, uma tentativa de cercear, de interromper o raciocínio de um Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Excelência, obrigado pela ponderação. Mas, imediatamente após a interrupção, o Deputado que estava com a fala citou nominalmente o colega. E citou, nominalmente, de uma forma como ele tem direito à manifestação, conforme eu coloquei antes.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Mas não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor não vê, Excelência, mas eu coloquei aqui que toda pessoa que fosse citada nominalmente teria o direito de se manifestar.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta, por cinco minutos.

Cinco minutos, por favor, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, agradeço a V. Exa. e quero pedir silêncio aos seus colegas para não atrapalharem a minha...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Agora, agora eu vou interromper. Agora eu vou interromper, eu vou ficar falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se os senhores interromperem...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu vou ficar falando... Não, não, eu vou ficar falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quanto mais....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Paulo Pimenta não subiu na tribuna em quatro anos de Governo Bolsonaro e o PT apresentou duas emendas que foram dirigidas pela Contag...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ...para derrubar a MP 871.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima, por gentileza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Essa é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Ele me interrompeu e foi premiado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima, por gentileza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Ele entrou com um carrinho em cima de mim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – ... e quem tomou cartão vermelho fui eu. Ele interrompeu meu raciocínio e foi premiado depois. A única coisa que eu falei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima, eu vou suspender a fala de V. Exa. Eu vou suspender a fala...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É isso aí, o senhor só está faltando oferecer uma *pizza* e Coca-Cola para depoente e expulsa um Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por gentileza. Eu vou suspender a fala de V. Exa.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Todo mundo que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Os caras roubam milhões...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Isso é um absurdo o que está acontecendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É um absurdo o que está acontecendo aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É um absurdo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por cinco minutos.

Marinho... Marinho, faz o favor.

Luiz Lima, por gentileza.

(Suspensa *às 15 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 10 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, retomada a sessão.

Com a palavra o Líder Paulo Pimenta, por cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Senadores e Senadoras.

Em primeiro lugar, eu quero reafirmar aqui, Sr. Presidente... Sinceramente, eu não vou usar aqui um adjetivo que eu cheguei a pensar em usar, mas essa tentativa de criar uma narrativa estabelecendo um vínculo entre a Ministra Gleisi Hoffmann e a Sra. Thaisa, pelo fato de que ela não quer responder a um questionamento, é no mínimo algo desprezível do ponto de vista da conduta parlamentar que a gente espera desta Comissão, Sr. Presidente.

E ela abre um precedente muito perigoso aqui, porque, a partir de agora, qualquer sobrenome que aparecer por aí vai permitir que os Parlamentares façam injunções do tipo desta que está sendo utilizada aqui hoje de uma forma vil contra a Ministra Gleisi Hoffmann.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu repudio aqui essa conduta. Lamento profundamente esse tipo de atitude, aqui dentro da Comissão.

Segundo lugar, Sr. Presidente, eu gosto de ver é a criatividade, a lógica criativa desse time que está aqui defendendo o Governo Bolsonaro, tentando impedir que a investigação realmente possa chegar aos verdadeiros culpados desse esquema.

Todos eles são servidores de carreira, esses envolvidos, todos eles. Inclusive, permaneceram no nosso Governo. Eu estou, em diversas oportunidades, falando sobre isso.

Agora, a verdade é uma só. O Dr. Virgílio assume uma função estratégica, Procurador-Geral do INSS, junto com o José Carlos Oliveira, junto com o Fidelis, posições estratégicas dentro do Governo. O Onyx, Ministro. E foi ali que deslanchou o esquema, as ACTs fantasmas, as entidades fantasmas. Foi ali, em 2022.

E, diferente do que tentam fazer crer os ilustres Parlamentares, por que criaram essas empresas a partir de novembro de 2022? Para poder continuar roubando, Sr. Presidente. Eles estavam dentro da máquina. Esses servidores estavam dentro da máquina, associados com o cara da Amar Brasil. Aqui é 2022. Tudo isso aí foi em 2021, 2022. E criaram as empresas para poder continuar roubando, porque perderam a eleição. E não tinham segurança de como fariam para tentar continuar roubando no novo Governo, que começava. E é por isso que eles criaram as entidades.

Presidente, eles concederam novos ACTs até no dia 26 de dezembro! A gente conhece Brasília, transição de um Governo para o outro, entre o Natal e o Ano Novo. O INSS, o que estava fazendo?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Concedendo ACT para funcionário, para beneficiar funcionário corrupto e dar autorização para entidade fantasma.

Alguém aqui, em sã consciência, consegue imaginar, dia 26 de dezembro, depois do Natal, cinco dias antes da posse, o país em ebulição, o Bolsonaro arrumando as malas para fugir para os Estados Unidos, os golpistas preparando o esquema do 8 de janeiro, acampados na frente dos quartéis, e os funcionários do INSS concedendo ACTs para entidades fantasmas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, Presidente, pelo amor de Deus! Isso aí, qualquer criança entende que era uma estratégia da organização criminosa.

Então, não dá para a gente aceitar aqui essa narrativa frágil, desconexa, que vira *fake news*, como tentaram fazer com a Gleisi e tentam fazer também para explicar o esquema criminoso que foi montado no Governo do Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Deputado Duarte Júnior se vai fazer uso da palavra agora, Excelência.

Com a palavra, o Deputado Fernando Rodolfo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Dra. Thaisa, eu acompanhei aqui atentamente a sua fala desde o início, sobretudo em resposta ao Relator, e eu gostaria, inicialmente, de tirar algumas dúvidas, se for possível.

A senhora hoje atua na Medicina apenas na sua empresa de consultoria ou atende em consultório também?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Eu atendo em consultório.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Qual o preço de uma consulta da senhora, Doutora?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou permanecer em silêncio. Isso não tem a ver com o escopo desta CPMI.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Bom, eu fiz a pergunta do preço da sua consulta exatamente para a gente ter uma noção de como é a sua atuação profissional como médica atendendo pacientes, até porque eu imagino que não seja diferente de outros médicos na sua mesma área.

Mas quando o Deputado Luiz Lima, há pouco, fez uma pergunta sobre o repasse de R$7 milhões do Careca do INSS para a sua empresa, talvez tenha sido porque a gente não tem conhecimento aqui de outras empresas que prestam o mesmo serviço que a sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora falou mais cedo de pareceres médicos, que atua na elaboração de pareceres médicos, enfim. A minha pergunta é muito clara: existem concorrentes da sua empresa, THJ, que fazem o mesmo serviço de pareceres médicos no Brasil? Ou a senhora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – ... é a única ou uma das poucas que faz esse trabalho?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Tá, muito bem.

A empresa THJ foi criada, foi fundada em 2022, ou seja, após o início da sua relação com o Virgílio. Então, antes de a senhora conhecer Virgílio, a senhora não tinha a empresa, passou a ter após, em 2022. E, de lá para cá, de 2019 para cá, vocês tiveram um acréscimo aí no patrimônio, como já foi dito aqui mais cedo, de R$18 milhões. Então, para nós, soa um pouco suspeito. E talvez por isso a insistência aqui, tanto minha quanto de outros Parlamentares, de entender melhor como foi esse acréscimo patrimonial, se se deu, como a senhora tenta passar aqui, de uma maneira honesta. E é um *case* de sucesso, então, porque a gente não conhece outro profissional da sua área que tenha conquistado uma evolução patrimonial assim como foi a sua, em um período de tempo curto, relativamente curto.

E aí volto a falar que a empresa THJ, de 2022 para cá, teve apenas quatro funcionários. Hoje estão inativos no FGTS. Para nós, há uma completa disparidade em relação ao que se vê costumeiramente com os profissionais que atuam na sua área, na Medicina. Então, a senhora, de fato, teve uma evolução patrimonial que outros não tiveram. E aí vem toda essa associação com o caso do roubo do INSS, em que seu marido figura como uma das principais peças na investigação da Polícia Federal.

Eu imagino que quando a senhora estava na Faculdade de Medicina, não passava pela sua cabeça um dia estar sentada hoje aí numa CPMI do INSS, foco hoje de uma investigação de um esquema bilionário, que entra para a história do Brasil como um dos piores esquemas de corrupção no INSS, vitimando milhares de aposentados Brasil afora. Talvez a senhora não conheça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a realidade de muitos aposentados que tiveram suas aposentadorias saqueadas por esse esquema.

Eu tenho andado bastante, Doutora, sobretudo no Nordeste, no interior do Nordeste, no interior do meu estado lá de Pernambuco, e tenho ouvido muitas queixas, muitas histórias de aposentados que sofreram na pele esse desconto. R$30, R$40 podem parecer pouco, mas lá na ponta não é pouco. Eu ouvi histórias, por exemplo, de uma senhora que precisava fazer cocada à noite para vender no dia seguinte, na feira, para complementar a renda. Enquanto ela fazia essas cocadas à noite, a senhora estava comprando apartamento de R$28 milhões; outros estavam comprando Ferrari, Porsche, carros importados, relógios de milhões.

E aí a senhora fala aqui que o ambiente é hostil e, por isso, fica em silêncio. Ora, mas ambiente hostil a senhora vai encontrar em qualquer lugar deste país, porque o brasileiro é hostil a quem rouba, sobretudo, os aposentados. Não estou falando aqui especificamente da senhora, estou falando do contexto geral, e aqui é uma investigação de um roubo bilionário.

A senhora tinha todas as condições de trazer aqui informações. Já que a senhora alega ser inocente, ter elevado o seu patrimônio de maneira honesta, aqui era um ambiente ideal pra que a senhora pudesse falar tanto aos Parlamentares como aos brasileiros que estão nos assistindo agora, neste momento, através da TV Senado e também nas redes sociais. Eu lamento profundamente.

Vamos aguardar, daqui a pouco, aqui o seu marido chegar. E a gente tem falado aqui, desde o primeiro dia dessa CPMI, que ele é uma das figuras que precisavam ser ouvidas aqui, sobretudo pela forma como ele atuou durante esse período de escândalo estando à frente da Procuradoria-Geral do INSS.

Mas era isto, Presidente, que eu gostaria de deixar aqui: minha insatisfação, minha indignação porque todo mundo que chega aqui... O fato é concreto: o roubo aconteceu. Todas essas pessoas que nós ouvimos até agora aqui na CPMI estão arroladas lá na investigação da Polícia Federal, mas chegam aqui e juram inocência. Então, assim, parece que a culpa é dos próprios aposentados, porque a senhora disse que seu patrimônio teve um acréscimo aí de R$18 milhões de forma lícita; o Nelson Wilians chega aqui e diz que não tem nada a ver; o outro, o Fernando, também chega aqui e não tem nada a ver. Ninguém tem nada a ver com isso. É como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a gente estivesse aqui falando ao vento, porque ninguém admite culpa, ninguém colabora, mas a gente sabe que, ao fim de tudo isso, todos vocês serão – todos os que foram, de fato, responsáveis por esse roubo – punidos, porque não é possível que um escândalo dessa natureza fique da forma como está: com todo mundo arrolado aí na Polícia Federal chegando aqui e jurando inocência.

Lamento profundamente que a senhora tenha perdido a oportunidade hoje aqui de falar o que sabe, porque eu imagino que a senhora deve saber de muita coisa. Ninguém recebe 7 milhões assim do Careca do INSS, o principal bandido desse esquema, e chega aqui dizendo que foi algo natural de uma prestação de serviço, e também não ficou muito claro aqui que tipo de serviço é esse, como é que é executado esse serviço e tudo, a senhora se nega a responder.

Só mais uma pergunta: a senhora acha que seu marido é inocente também?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Vai permanecer em silêncio, eu já sabia.

A senhora pode ter currículo, Doutora, mas a senhora perdeu a moral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho, é a fala de V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, eu quero saudar e cumprimentar a Sra. Thaisa e seus advogados.

E quero dizer à Sra. Thaisa que eu não vou lhe fazer perguntas, até respeitando o *habeas corpus* que V. Sa. tem e a disposição que V. Sa. já demonstrou aqui de se manter em silêncio para que não a incrimine.

É evidente que o Relator terá aí um trabalho pela frente, e todos nós iremos ajudá-lo, para verificar se, de fato, há vinculação entre o trabalho que V. Sa. tratou e esses desvios que são patentes e que existem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, respeitando o princípio da presunção de inocência, eu vou me ater aqui a uma fala dirigida, sobretudo, aos brasileiros, porque eu tenho dito nesta Comissão, e com a responsabilidade de Líder da Oposição hoje no Senado da República, que nós precisamos, todos nós, nos imbuir de um sentimento de desvendar esse problema, essa trama, esse crime hediondo que ocorreu. Mas, por mais que a gente faça esse alerta ou peça essa colaboração, nós assistimos aqui, em sucessivas reuniões, uma após outra, a uma tentativa canhestra, porque ela é infrutífera, de ludibriar, de enganar a opinião pública com uma estratégia de procrastinar, de não se debruçar sobre os fatos, de se jogar a cortina de fumaça, de se buscar animosidade, de se buscar uma falsa alternância, uma falsa briga que não existe, porque nós estamos brigando aqui contra quem roubou os aposentados.

E, por falar em *fake news*, porque eu vi um dos Deputados vermelhos falando a respeito... Não citei o nome, aí cabe a carapuça em todos. E eles muito preocupados: "Ah, de repente, colocaram uma pecha em alguém por parentesco. Então a gente tem, imediatamente, que controlar as redes sociais". Olha a sanha que eles têm, o medo que eles têm da opinião pública. Mas, por falar em *fake news*, vamos falar do *fake news* que o PT repete em todas as reuniões. Primeiro, parece que o PT é uma vestal, ou seja, uma virgem, uma donzela que vai para o altar e vai conhecer o marido pela primeira vez. De 2002 a 2026 são 24 anos, 18 anos de PT – eu vou lembrar, senhores –, 18 anos de Partido dos Trabalhadores. O número de escândalos, de roubo, de fraude, de malversação de recurso público, de pouca vergonha com o manuseio do recurso do trabalhador brasileiro tem um DNA: PT, Partido dos Trabalhadores, "partido das trevas".

É um partido que se preocupa em dilapidar o patrimônio público, em aparelhar a máquina pública, em fazer de conta que não é com ele, porque tem um retrovisor enorme e um para-brisa bem pequenininho. Tudo é culpa do Governo anterior. Eles não fizeram nada. Eles não têm culpa de nada.

O Sr. Virgílio, por exemplo, me permitam: ele começa como Procurador Federal, concursado, alguém que tem um bom currículo; assessor da Casa Civil, nomeado por Dilma Rousseff, 2008...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Dilma Rousseff!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... Coordenador-Geral do Ministério Público dos serviços da previdência, em 2011, Dilma 1 – antes foi Lula. Sim, foi nomeado por Dilma porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

era Chefe da Casa Civil, mas era o Governo de Lula – Conjur, no MPS, Dilma; Procurador-Chefe da Previc, com Temer. Em 2020 ele entra no Governo do Bolsonaro.

Até 2022 não há registro de nenhum ato administrativo do Sr. Virgílio – até agora. Pode ser que a apuração se encontre –, de que ele cometeu algum ato que o desabonasse, até 2022. Agora, em 2023, de repente ele se torna Procurador-Chefe do INSS, novamente. E há um esforço enorme da administração do PT para nomeá-lo, inclusive ultrapassando uma negativa dada pela AGU, pelo Ministro-Chefe da AGU, que teve que ultrapassar, desculpe, um parecer de uma das procuradoras. E esse cidadão, o Sr. Virgílio, que evidentemente começa a tomar decisões que têm causa e efeito, onde se retiram bloqueios, onde se retiram travas de segurança, onde se permite, enfim, que, de forma desenfreada, cresçam geometricamente esses descontos ilegais.

Bom, aí eles falam, eu escutei aqui, aos "*golden boys*" foram dadas as condições de atuar pelo Sr. Virgílio, como Procurador-Chefe. Primeiro é uma mentira – mais uma do PT. Aliás, está no DNA. Mentir e PT são coisas que a gente repete aqui como se fossem analogias, da mesma palavra, né?

O Procurador-Chefe não autoriza o ACT, e o ACT por si só não é crime. Quem autoriza é o Diretor da Dirben. Não tenho aqui a procuração para defender o Virgílio, mas só para mostrar como eles são fáceis de descartar, os aliados, porque, claro que o Sr. Virgílio é uma pessoa ligada à administração do PT; agora não serve mais, eles estão com repulsa do Sr. Virgílio. Eles querem jogá-lo aos leões, às feras, para se beneficiarem de uma pretensa inocência que não existe.

E aí eles dizem, foi o ACT. Dos quatro ACTs que foram assinados, dos "*golden boys*", como fala aqui o vermelho que nos antecedeu, o "vermelho malagueta" – não é possível que V. Exa. vá dizer que é alguma coisa para si, né? –, três foram assinados no Governo do Partido dos Trabalhadores; apenas um no Governo do Presidente Bolsonaro. Eu avisei que era bom escutar, porque a gente não está falando o nome de ninguém.

Aí vem falar sobre coincidência. Alguém falou aqui sobre coincidência. Um outro vermelho, que não é malagueta, falou de coincidência. Você sabe qual é a coincidência, senhores? Em 2014, Governo de Dilma Rousseff, vocês sabem quem era o chefe de gabinete e então Ministro da Previdência? O Sr. André Fidelis. Aquele André Fidelis que a gente quer trazer para cá, para a Comissão, que tem um filho que recebeu milhões de reais de empresas ligadas ao sistema. E vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabem quem era o Conjur? O Sr. Antônio Virgílio. Olha que coincidência, em 2014, no mesmo grupo!

Depois – vamos falar em coincidência? –, esteve aqui o Sr. Stefanutto, muito combativo e blindado. Ele levantava... Alguém levantava aqui para ele cortar, levantando para ele cortar. A bancada vermelha estava aqui danada, levantando para o ex-Ministro, o ex-Presidente do INSS cortar, alguém que tem uma longa folha de serviços prestados ao Partido dos Trabalhadores. Esse cidadão foi somente o coordenador da equipe de transição da Previdência em 2022. E sabe quem estava na Comissão? A Sra. Tonia Galotti. E sabe quem estava na Comissão? O Sr. Ricardo Silva. Quem é Ricardo Silva? O Deputado Federal que, segundo o Sr. Luis...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Miranda.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... Miranda, para não confundir, foi quem pediu para retirar a validação trianual naquela época. E como foi que esse cidadão foi contemplado pelo PT a participar da comissão de transição do Ministério da Previdência? São muitas coincidências, muitas coincidências.

Aí eles falam aqui sobre o fim do desconto associativo. Gente, essa é a maior falácia que a gente escuta aqui todos os dias. Falácia eu vou traduzir, tá? Mentira, para deixar claro. "Ah, nós cometemos um erro: nós mantivemos no Governo pessoas oriundas do Governo anterior". Quando houve o afastamento pela Justiça, a pedido da Polícia Federal, você sabe quem foi que o PT colocou para tomar conta da Previdência? A ex-Diretora da Dirben do Governo Bolsonaro. Você sabe quem é o procurador, desculpe, o Presidente do INSS? O Corregedor-Geral da época dos quatro anos de Bolsonaro. Você sabe quem está lá na Procuradoria? Também mais alguém que era ligado ao Governo Bolsonaro em cargo de confiança.

Então, vejam, nós não podemos aqui ficar pinçando: isso é bom para mim, eu falo; isso é ruim para mim, eu escondo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Gente, mentira tem perna curta. O Governo fala aqui que a AGU, no mérito, não falou a respeito do fim do desconto associativo. Não precisava, porque o Lula defendeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O Lupi defendeu e depois se retratou. O Wolney, atual Ministro da Previdência, defendeu e disse mais: que acabar desconto associativo é decretar o fim do movimento sindical no país. Disse mais: que é uma tentativa de se aniquilar o movimento sindical do país. E o PT, junto com o PCdoB, PDT, Psol, Rede e PV, agora, recentemente, ingressou com uma medida, com uma emenda, no Projeto de Lei 1.546, de 2024, propondo o quê? A manutenção do desconto associativo. E foi derrotado. Agora, na semana passada, nós votamos aqui que iríamos todos juntos pedir o fim lá no Senado da República. Por quê? Porque eles estão encurralados, porque eles estão vendo que não tem como manter essa falácia, esse simulacro de narrativa que todo dia se esfarela.

Eu lamento muito estar novamente vindo aqui a este microfone responder a essas mentiras reiteradas, mas, infelizmente, parece-me, Presidente, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Na educação, diz-se que você tem que reiterar o conhecimento para que ele seja absorvido. Aqui, a gente escuta, de um lado, a gente falar coisas que são concretas e, do outro, a turma falar igual ao Goebbels, que era o Ministro da Propaganda nazista: repetir a mentira até a exaustão para ver se ela se torna verdadeira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

A vez seria do Coronel Chrisóstomo, que não está presente.

Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo e cumprimentar também o Relator.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, eu queria aqui fazer uma manifestação de repúdio, manifestar minha indignação com essa fala, a meu ver, criminosa do Ministro da Previdência de chamar esta CPMI, este Colegiado, de pirotecnia, como se nós estivéssemos aqui buscando holofotes, estivéssemos fazendo algum teatro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o que nós estamos fazendo aqui é um trabalho sério. Nós estamos vendo isso nas ruas. Andamos nas ruas e aposentados, pessoas indignadas com a safadeza que esse grupo criminoso fez, nos parabenizam. Nós estamos aqui buscando a apuração da verdade dos fatos, porque, inclusive, se não fosse a CPMI e se não fosse também o trabalho que a oposição fez para derrubar aquela chapa branca que foi construída pelo Governo para ter um presidente que era aliado deles, o Omar Aziz, e um outro relator também, que hoje só vota com o Governo, que era o Ricardo Ayres, se não tivéssemos feito esse trabalho para ter o Presidente aqui e o Relator, que está fazendo um belíssimo trabalho, imparcial, nem as investigações da Polícia Federal teriam andado e estariam chegando em pessoas como a D. Thaisa e também o Virgílio.

Eu queria dizer que pirotecnia é isto aqui, ó, pirotecnia: "Enquanto a CPMI trabalhava, o Ministro foi às compras". Sabe o que o Ministro estava comprando? Comprando caneta Montblanc de R$3 mil. Enquanto tem aposentado com descontos, que, muitas vezes, fazem falta, de R$50, R$100 – que fazem muita falta –, ele comprava caneta Montblanc, enquanto a gente está trabalhando aqui.

O Ministro também... Tem uma reportagem aqui do *Poder360*:

> Novo ministro assinou emenda adiando controle de descontos do INSS.
> Em 2021, Wolney foi um dos autores do texto que adiou o prazo de fiscalização do desconto de mensalidades de associações e sindicatos na folha de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS.

Pirotecnia é isso aqui. Pirotecnia é esta reunião aqui, de 12 de janeiro de 2023. O Sr. Wolney estaria, alguns dias após, assumindo como Secretário-Executivo da Previdência, 02 da Previdência. Sabe com quem ele estava aqui nessa reunião? Sabe, Sr. Relator? Olha aqui: eles ficam provocando, está vendo? Ele estava aqui com o Alexandre Guimarães, com o Careca do INSS, com o André Fidelis e com o Virgílio, esposo da D. Thaisa. Eles estavam aqui, esses que... Inclusive, o Virgílio e o André Fidelis são responsáveis pelo desbloqueio em lote da Contag.

Eu ouvi aqui – e aqui vou roubar também o termo utilizado pelo Líder Rogerio Marinho –, eu ouvi aqui o "malagueta vermelha" dizer que é responsabilidade do Governo Bolsonaro, querendo associar, inclusive, Virgílio ao Governo Bolsonaro, mas o Virgílio, junto com o André

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fidelis e junto com o servidor Jucimar, assinou o despacho para contrariar o despacho anterior do Procurador-Chefe do INSS, que dizia que não era para fazer o desbloqueio em lote.

Para quem está nos assistindo em casa, é o seguinte: os descontos nascem bloqueados. Aí, têm que ter o aceite, tem que ter o segurado, o filiado, o aposentado ligando para poder autorizar o desbloqueio. Esse grupo aqui pediu que fosse feito o desbloqueio de mais de 30 mil. Esse grupo aqui pediu que fosse feito o desbloqueio de mais de 30 mil. E aí o Virgílio, o André Fidelis, que era o Diretor de Benefícios, fez o desbloqueio e foi esse o caso aqui que explodiu a fraude do INSS.

Olha, Sra. Thaisa, não pense que é fácil para nós aqui, sobretudo Deputados homens, fazer esse tipo de inquirição a uma mulher, a uma mulher que está amamentando – isso é muito difícil –, mas mais difícil ainda é a vida dos aposentados que foram roubados por esse grupo, de que, inclusive, o seu marido faz parte. A senhora fala que todos esses recursos milionários foram fruto do seu trabalho, mas nós vemos aqui, por exemplo, empresas como a THJ Consultoria Ltda., que você não quis dizer quando ela foi criada, mas ela foi criada dois dias depois do segundo turno das eleições e recebeu 3,7 milhões de empresas ligadas ao Careca do INSS. Aliás, a THJ Consultoria não foi feita nessa data, não; a Curitiba Consultoria em Serviços Médicos foi feita dois dias depois do segundo turno e recebeu mais de 7 milhões de empresas ligadas ao Careca do INSS.

E, aí, por mais que você fale que foi fruto do seu trabalho, e eu vejo que V. Exa., você é muito competente realmente, tem um baita currículo, demonstrou aqui, falando a respeito do seu trabalho, que domina todos os assuntos que estudou durante tanto tempo, é mestra, mas é muito difícil de acreditar que tanto dinheiro – e demonstra aqui que foi bloqueado, aliás, o acréscimo patrimonial da senhora e do seu esposo foi de 18 milhões, e houve um bloqueio de 23 milhões dos recursos seus e do seu esposo –, é muito difícil de conseguir acreditar que seu trabalho possa gerar tantos milhões, a não ser que – eu sei que a sua especialidade é, na medicina, endocrinologista, você é endocrinologista –, a não ser que você tenha sido a inventora do Mounjaro, porque é muito dinheiro, são milhões!

E esses milhões nós estamos vendo sendo ostentados de uma forma que me dá ojeriza, ao ver que teve aposentado sendo roubado dessa forma covarde, para que você possa, por exemplo, adquirir uma SUV Porsche Cayenne Hybrid de R$787 mil; o pagamento ocorreu por meio da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa, a THJ Consultoria, em 20 de agosto de 2024. Entre 2022 e 2024, a Thaisa comprou, à vista, três imóveis avaliados em quase 3,5 milhões; foi um apartamento de 2,5 milhões no bairro do Campo Comprido, em Curitiba, e outros. A Thaisa também reservou um apartamento de 28 milhões no Senna Tower, em Balneário Camboriú. Isso aqui, está todo mundo falando a respeito disso, e realmente é algo... Se você for ver o contraste: o aposentado que ganha um salário mínimo, dois salários mínimos sendo roubado para que eles possam comprar apartamentos... Olha a vista desse apartamento, olha o prédio; vai ser o maior prédio do mundo! Mas uma coisa a gente tem que confessar: ela comprou... Ela estava reservando o apartamento mais modesto, 28 milhões, porque tem apartamento de 300 milhões – 300 milhões – nesse prédio – 300 milhões!

Assim, é a certeza da impunidade – é a certeza da impunidade –, mas as demais aquisições, os demais patrimônios que foram adquiridos por você e seu esposo... Mesmo após a Operação Sem Desconto, o Virgílio fez reserva para comprar um Audi A5 Sedan Performance S Edition, em negociação que foi alertada em 28 de maio de 2025. Teve a operação... O Virgílio daqui a pouco está vindo aqui, a gente tem que perguntar isto para ele: o que ele pensou? Será que não vai acontecer nada? Ele reservou no valor de 380 mil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... e ele também comprou um Mercedes-Benz GLB 35 AMG no valor de R$508 mil. Assim, eu fico... Qual é o salário do seu marido, sabe?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Vou ficar em silêncio, Excelência.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Vinte e quatro mil reais. Eu tenho certeza de que, por mais competente que vocês sejam, vocês não têm dinheiro para comprar tudo isso, não têm dinheiro para ter todo esse patrimônio, ostentaram muito.

E eu queria, inclusive, saber o seguinte, D. Thaisa: como é que vocês pretendiam comprar esse apartamento lá no Senna Tower, em Balneário Camboriú, 28 milhões? Vocês queriam pagar à vista ou iam parcelar, iam fazer um financiamento?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Por orientação da defesa, vou ficar em silêncio, Excelência.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Na sequência, o Senador José Lacerda... Não está.

Delegado Fabio Costa.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eminente Relator, que tem feito um brilhante trabalho e está sendo reconhecido por todo o Brasil por isso.

Sr. Presidente, de fato, é muito difícil a gente se preparar aqui por horas, quando as pessoas que poderiam colaborar e esclarecer os fatos vêm aqui munidas de decisões judiciais que acabam atrapalhando o nosso trabalho, já que todos aqui, inclusive os governistas, as pessoas aqui, os Parlamentares da esquerda, dizem que querem buscar a verdade dos fatos, mas, quando a gente depara com algumas situações, a gente percebe que eles estão, na verdade, de maneira muito enfática e muito clara, querendo blindar aqueles que assaltaram os aposentados.

E há um ditado muito antigo: quem não deve não teme. Se a senhora, Sra. Thaisa, não teme, não sei por que a senhora teve que buscar o Judiciário para ficar em silêncio, mas, enfim, os fatos que já são públicos, eles são bastante evidentes para dizer o que de fato aconteceu, e todo mundo já percebeu, até porque o seu silêncio, Sra. Thaisa, é praticamente um ato de confissão, diante de tantas evidências, de tanto dinheiro que a senhora recebeu com a sua própria mão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Fabio Costa, só um minutinho.

Senhores, eu vou pedir silêncio, por gentileza.

Só um instantinho.

Eu vou pedir silêncio para a fala do Parlamentar. Por gentileza, suspenda o tempo dele.

Pois não, Dra. Izabella.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Queria pedir a palavra pela ordem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – ... porque isso já aconteceu diversas vezes na sessão de hoje. Não é possível que a gente trate o silêncio como uma sentença condenatória.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Ao contrário, a presunção de inocência faz parte da Constituição Federal e é uma garantia.

Então, eu peço, por favor, que haja observância a essa garantia nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A garantia está sendo observada, mas o Parlamentar... A garantia está sendo observada. A Dra. Thaisa, a Sra. Thaisa está podendo responder o que desejar ou não responder, mas o Parlamentar tem direito à fala dele e ao comentário.

Pode continuar, Deputado.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Isso, Sr. Presidente, porque eu não estou perguntando de onde é que estão sendo pagos os honorários aqui, se estão vindo dos valores dos aposentados. Mas, enfim...

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – De fato...

Pela ordem. É uma falta de respeito, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por gentileza...

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Se dirigir aos meus honorários, que são cobertos por sigilo, é demais. É demais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele não perguntou, Excelência. Ele só comentou.

Pois não, Deputado. Por favor.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Só comentar é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue, por gentileza.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Se a Sra. Advogada permitir que eu continue aqui...

Sra. Thaisa, de acordo com as investigações, a senhora e o seu companheiro já acumularam, ao longo dos últimos anos, apenas dos últimos anos, um patrimônio de aproximadamente R$18 milhões. Desse total, 7,5 milhões vieram diretamente do Careca do INSS, um indivíduo que está completamente envolvido nessa fraude; todo mundo sabe, o principal articulador, o líder desse organização criminosa, e a senhora, cujo marido era Procurador-Geral do INSS, recebe diretamente 7,5 milhões do Careca do INSS.

Será que o Brasil tem alguma dúvida de que a senhora tem envolvimento?

A Justiça vai fazer o julgamento formal, mas eu, como Parlamentar, posso ter a minha opinião e dizer que eu tenho convicção absoluta de que a senhora recebeu dinheiro ilegal, dinheiro ilícito, dinheiro roubado dos aposentados. Isso é fato. Agora, o julgamento formal, este é feito pela Justiça. A senhora sabe disso.

A senhora, que recebeu 7,5 milhões do Careca do INSS, em 2024 a senhora adquiriu um Porsche, avaliado em R$789 mil; a senhora, que, entre os anos de 2022 e 2024, juntamente com seu companheiro, comprou três imóveis, dois em Curitiba, um em Brasília, totalizando R$3,5 milhões...

Neste ano, o seu companheiro adquiriu uma Mercedes avaliada em R$500 mil e, mesmo após a operação, reservou um Audi, avaliado em quase R$400 mil.

Eu quero saber se os aposentados também têm direito a esses privilégios, a essa vida luxuosa que vocês tiveram. E que vocês têm, na verdade.

A senhora chegou a reservar um apartamento de R$28 milhões no Senna Tower, em Balneário Camboriú, empreendimento conhecido como o maior prédio residencial do mundo.

Diante de todas essas informações, esses fatos, essas evidências, essas provas, é justificável que a senhora, de fato, fique em silêncio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra... Pergunto...

Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Estou aqui, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Atenção: alô, Rondônia! (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Presidente, só pra entender: eu era o próximo inscrito. É porque está recuperando?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque ele...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Ah, tá. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. é o próximo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não.

O senhor quer falar agora, Excelência? Eu falo depois do senhor.

Eu falo depois do Líder.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não, senhor...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não. Eu vou falar depois do Líder. Permita-me. Eu vou falar depois do Líder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. É porque eu estava seguindo a ordem, e eu não tinha entendido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tinha problema nenhum com o colega. Rondônia precisa ouvi-lo e o Brasil também.

Presidente, eu não vou usar o meu tempo todo, até porque eu quero aqui, na mesma esteira, concordar com um Deputado que anteriormente falou.

A gente aqui tem problema quando cita nome. Mesmo que seja de forma elogiosa, evocam o art. 14. Nunca vi um negócio desse.

A gente aqui tem problema quando cita nome. Mesmo que seja de forma elogiosa, evocam o art. 14. Nunca vi um negócio desse. Eu acho até que a gente tinha que seguir rigorosamente o Regimento, porque, no meu entendimento, o art. 14 se aplica quando alguém cita o nome de um outro colega de maneira depreciativa ou fazendo uma crítica. Eu tenho até medo de citar nome, porque depois eu tenho que dar cinco minutos para um colega que eu não quero dar.

Mas quero concordar com o colega que anteriormente falou... Eu até me coloco no lugar da Dra. Thaisa Hoffmann...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Jonasson.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – ... Jonasson.

Quero concordar com o colega de que não vou nem fazer perguntas pelo seu direito... e como a senhora está orientada pela Dra. Izabella a ficar em silêncio, e até para poupar, porque, honestamente, eu acho que as mulheres... Diferente do que muitas pessoas falam, eu tenho um conceito ainda que alguns me chamam de machista por isso, mas eu entendo que o papel do homem é proteger as mulheres em todas as circunstâncias. E eu não quero expor a Dra. Thaisa, até porque o esposo dela vem logo a seguir, é isso? Aí esse eu quero expor, sim, porque eu acho que de homem para homem fica mais fácil a gente resolver as questões, porque o Brasil precisa saber dessa roubalheira dos aposentados. E eu vou concordar com colegas anteriores que, lamentavelmente, até que me provem o contrário, o marido da Dra. Thaisa, ao invés de cumprir o papel – que eu entendo que é o papel do chefe de um lar, de proteger a esposa e a prole –, acabou expondo a senhora em um problema muito grave. Mas eu não estou aqui para atingir sua honra; ao contrário, quero protegê-la.

Só queria ver se posso fazer... Não sei, regimentalmente, se tenho direito de fazer uma pergunta à Dra. Izabella.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora faz parte do Grupo Prerrogativas, dos advogados?

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Já fiz há alguns anos, não faço mais. Por que a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Só para saber.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Não entendi. Por acaso eu faço parte de alguma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os advogados não estão aqui...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não pode? Só queria essa informação.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – ... investigação nesta CPMI?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não, por enquanto, não. Só quis fazer a pergunta e obrigado por respondê-la.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Não, "por enquanto" não. Não sou.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Ah tá.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Sou advogada, e a advocacia não será criminalizada nesta sessão.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Só quis fazer a pergunta e agradeço a gentileza de V. Exa. em...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores, por gentileza. Por gentileza... Por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue, Deputado Sóstenes.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor, por favor.

Deputado Sóstenes, os advogados não fazem parte aqui do escrutínio.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Eu sei. Eu fiz a pergunta, e ela gentilmente respondeu. E agradeço. E, se não quisesse responder, não era obrigada. Eu não sei por que o desespero dos colegas. Se ela não quisesse responder, não teria obrigação de responder. E ela não teve problema nenhum em responder. E eu parabenizo e agradeço, Doutora. É só isso. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor... Vamos dar sequência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Eu não vou precisar do tempo todo, nem de reposição, Presidente, porque eu não vou usar todo, porque, na verdade, eu quero inquirir o senhor esposo da depoente.

Agora, é muito interessante: a gente fica observando o cavalo de batalha que se faz nesta Comissão e o cavalo ideológico. Eu, a essa altura, já não tenho dúvida de que a roubalheira passou por tudo que foi governo. Já não tenho dúvida de que tem gente dentro de carreira, funcionário de carreira envolvido.

Eu só tenho uma dúvida ainda, Presidente e ilustre Relator – V. Exa. que tão bem tem desempenhado o seu trabalho. E parabenizo essa Mesa e também o Duarte, como Vice-Presidente, que têm feito um trabalho de excelência. E acho que esta Comissão começa a amadurecer, diferente do que o Ministro hoje, que quis chamar isso aqui de circo. Palhaço é ele, esse Ministro incompetente que não respeita esta Casa, porque aqui, hoje, começam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

amadurecer Parlamentares da esquerda e da direita, entendendo: primeiro, roubo existe, está claro, os primeiros donos de Ferraris, de tudo, de apartamentos, do raio que o parta, isso já está claro; agora, o que falta... Eu tenho convicção de que tem político por trás dessa desgraça, e nós vamos atrás de político a político que acobertou essa quadrilha dentro do INSS por décadas.

O que não podemos é ficar silentes e deixar o pobre do aposentado de um salário mínimo, Deputado Alfredo Gaspar, de dois salários mínimos, no máximo, deficientes físicos, órfãos, viúvas... Eu tive a minha sogra descontada por cinco meses; se ela não tivesse um neto advogado que visse, ia continuar. Graças a Deus, ela tem um neto advogado, que viu e cortou os descontos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não sei, eu quero ainda pegar o nome, porque eu não quero nem politizar esses troços todos, é tanta roubalheira que eu tenho é vergonha. É uma roubalheira descarada!

E o que nós precisamos aqui, Presidente e nobre Relator, é chegar aos políticos que estão bancando essa quadrilha. Aos principais personagens V. Exa. já chegou, e bota ali naquele quadro. Eu fico vendo aquele quadro, eu fico até salivando de raiva, porque eu digo, de verdade: quem rouba coitado de aposentado desse jeito, nem o inferno merece um desgraçado desse, não merece, porque o inferno não foi preparado nem para essa gente desumana. Não se rouba de aposentado! Gente, todo mundo que está aqui, quem não é aposentado, Deputado Luiz Lima, um dia nós seremos. Senador Girão, um dia nós seremos aposentados. Felizmente, nós não seremos aposentados de um, dois salários mínimos, porque a gente tem que também falar a verdade, mas esses pobres coitados, Deputado Duarte, não mereciam uma quadrilha fazer isso.

E aqui eu não quero mais discutir governo A, B, C ou D, eu quero saber quem são os vagabundos políticos que estão por trás dessa grana toda e onde foi parar esse dinheiro.

Ilustre Relator, V. Exa., do alto da experiência de Promotor de Justiça, mais de 24 anos – acho que é isso, né? – no nosso querido Estado de Alagoas, que é minha terra natal: não passe a mão em ninguém. Seja o político do lado que for, vamos atrás e denunciar e mostrar ao Brasil: político que rouba de aposentado tem que ser banido da vida pública – banido! Não dá! Isso não dá. Não dá, nós não vamos tolerar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Relator; parabéns, Presidente. Não tenho pergunta nenhuma a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Sóstenes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

A sessão está suspensa por dez minutos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se eu puder só fazer um agradecimento aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está acompanhando aqui o Prefeito Jerri Meneghetti, de Dois Irmãos; está sentado mais atrás. Só queria agradecer a presença dele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Bem-vindo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*Suspensa às 15 horas e 59 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 15 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores e senhoras, reiniciada a sessão.

Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo. Alô, Rondônia!

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, grato por esta oportunidade. Olá, Rondônia! Olá, Brasil!

Sra. Thaisa, o "Olá, Rondônia" é que eu sempre inicio a fala falando do meu estado, até para a senhora ter entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos aos advogados da senhora.

Doutora, quantos advogados a senhora tem aqui em plenário? (*Pausa.*)

Não, eu estou perguntando da Dra. Thaisa, para eu poder cumprimentar a todos. Quantos advogados, Doutora?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Olá, são quatro ou cinco advogados que estão aqui.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Cinco advogados? Está bem. Então, meus cumprimentos aos cinco advogados que vieram acompanhando a Dra. Thaisa. Cinco? Está certo. Eu me espantei com a quantidade, Doutora, eu confesso. Pensei que fossem dois ou três, mas cinco... está bem.

Doutora, eu vou falar muito claro com a senhora. Pelo organograma apresentado pelo Relator, dificilmente a senhora vai ficar fora desse emaranhado todo de roubos dos aposentados e pensionistas. (*Pausa.*)

Eu vou aguardar, Excelência... (*Pausa.*)

Sr. Presidente, o senhor poderia reiniciar, porque o senhor ficou conversando, tirando a atenção da... seria possível, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Pode paralisar o tempo.

Eu não estou conversando, Deputado, estou me apresentando, pois assumi a Presidência e preciso me apresentar. Mas pode acrescentar mais um minuto à sua fala.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor está certíssimo, mas é que eu gostaria de voltar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Um minuto acrescentado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Está bem.

Então, voltando aqui, Doutora, pelo organograma do Relator, Doutora, no meu entender, eu vejo que dificilmente a senhora vai sair desse emaranhado do roubo dos aposentados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensionistas, porque o organograma apresentado aqui diz a origem do dinheiro que passou pela senhora e seu esposo. E eu vejo que piora muito mais quando a senhora não relata aquilo de que a senhora tem conhecimento, no meu entendimento. Então, calar-se aqui eu acho que é pior.

Então, não vai ser fácil, não, Doutora. O seu marido... Aqui é bom falar para a esquerda. Cadê a esquerda? Cadê a turma da esquerda?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Está aqui, com muito orgulho.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelente! Porque o seu marido Virgílio está nessa turma do PT desde 2008 – desde 2008. Não foi no Governo do Presidente Bolsonaro, o meu Presidente – desde 2008. Então, eles mentem muito, Doutora. Não dê muita atenção para eles, não. Eles são mentirosos, porque eles aprenderam a mentir com aquele que ensina a mentir lá no Palácio do Planalto.

Desde 2008, seu marido trabalha neste Governo, e ele veio... Essa turma da esquerda deu um presente de grego para o Bolsonaro. Aí, ele entrou no Governo do Bolsonaro – ô presente de grego! Mas, caiu novamente no Governo Lula, agora. Aí, desandou.

O interessante é que o Sr. Virgílio, o seu marido, acho que a senhora sabe, ontem, 22 de outubro, saiu do Governo. Ele não está mais. Ontem ele está fora... ontem ele foi para fora deste Governo. Sabe por quê? Pelo roubo dos aposentados e pensionistas, botaram ele para longe. Somente ontem, 22 de outubro.

E eu estou aqui com todas as nomeações desse senhor, Deputado Luiz Lima, desde o Governo Lula, primeiro, aí o segundo, depois Dilma, depois Bolsonaro recebe um presente de grego; e agora, no Governo Lula, ele de novo. Então, ele é lulista, é da turma do Lula, é da esquerda. Para de falar do Presidente Bolsonaro, rapaz. Fica tudo calado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Portanto, vocês têm que falar é da anistia já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o seu marido, Doutora, não vai ser fácil para ele aqui não, porque ele está afundado nesse rolo dos aposentados e pensionistas. Ele vai levar pau aqui, ele vai levar pau aqui.

Só tem uma coisa com que nós concordamos. Ele empurrar a senhora, considerando que a senhora não se meteu nesse rolo, mas, empurrar a senhora para dentro disso, é covarde. Estou falando como homem agora, aqui tem vários. E os homens aqui respeitam as mulheres. Então, diferente da senhora achar que aqui é uma coisa de homem, machismo, aqui não tem isso não, Doutora. Nós respeitamos as mulheres, mas ele, infelizmente, eu acho que a enfiou num lugar que vai ser difícil para a senhora. Homem enfrenta.

Eu sou soldado do Exército, eu prometi morrer pelo Brasil. Se tiver que ir para morrer, eu vou lá e morro para defender a nação brasileira. Homem tem que ser assim, tem que pular na frente da família e cuidar da família, Doutora. A senhora deveria ter esse cara para te cuidar, e não te empurrar para esse emaranhado de roubo dos aposentados.

Eu estou considerando que a senhora não está nesse rolo, mas pelos números e o organograma, está difícil de a senhora sair. Nenhum dos ladrões dos nossos aposentados e pensionistas quer falar a verdade. Quando chegam aí na cadeira onde a senhora está, muitos ficam calados e não querem falar nada. E os organogramas apresentam ali o emaranhado de roubo dos aposentados, e ninguém quer falar nada.

Não estou dizendo que a senhora é igual, mas também a senhora não quer falar nada. É um direito, Doutora, é um direito, mas deveria falar, mas eu não vi um sentar aí e dizer assim: "Eu sou culpado, eu fiz isso". Deveria falar, porque, na hora de roubar dos aposentados e pensionistas, aí viram os grandões, viram os leões.

Doutora, vou fazer uma apresentação para a senhora aqui neste quadro. Por favor, preste atenção, Doutora. A senhora está vendo essa imagem? É uma senhora muito idosa, aposentada e pensionista, vulnerável.

A senhora está olhando bem, Doutora? Por favor.

Próxima!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora está vendo essa outra imagem, Doutora? A senhora, que é médica... Essa pessoa não enxerga. Ela não enxerga. Tem deficiência visual.

Próxima!

A senhora está vendo essa imagem aí, Doutora? Um dos mais vulneráveis, é um indígena. Eu sou indígena. Eu sou tukano, com "k", tukano. Eu sou indígena. Olha aí.

Próxima!

A senhora está vendo essa imagem, Doutora? A senhora, como médica... Criança com microcefalia. Triste, né? Muito triste.

A próxima!

Criança com síndrome de Down. A senhora está olhando, Doutora?

A senhora prestou atenção nas cinco imagens? São desses... São desses, o dinheiro que passou pela senhora, que estão tirando. São dessas crianças! São dessas senhoras! São desses senhores velhinhos! São dos vulneráveis! O dinheiro que passou no bolso da senhora e do seu marido era deles! O dinheiro dos R$28 milhões, para comprar aquele apartamento em Balneário Camboriú, pertence a eles.

E a senhora, como médica, como é que a senhora se sente, passando por isso tudo?

Aí eu disse: não sei se foi o seu marido que a empurrou para lá ou se a senhora foi complacente ou se a senhora foi... Não sei. Mas, que o dinheiro é de lá, é! E é isso que nos enoja! É isso que deixa todos nós Parlamentares muito chateados! E nós estamos aqui para cumprir uma missão, Doutora!

E a senhora sabia que quem criou a CPI, fui eu? Os seus advogados sabiam que fui eu quem criei a CPI? A senhora sabia, Doutora? Criei para fazermos justiça no Brasil em relação a essas pessoas, Doutora!

É triste sabermos que um casal vai a Balneário Camboriú comprar um apartamento de R$28 milhões, gente!

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É isso que deixa todos os Parlamentares aqui enlouquecidos de raiva, de ódio!

E nós queremos fazer justiça, Doutora! É a nossa missão aqui, de Senadores e Deputados Federais! É a minha missão, representando o meu Estado de Rondônia!

Eu não estou fazendo política, eu estou falando a real, porque o povo de Rondônia sabe como eu sou: eu boto para torar, boto para torar, sim, mas eu respeito as pessoas!

Estou aqui e criei a CPI, para fazer justiça aos vulneráveis do Brasil, aos aposentados e pensionistas!

Doutora, vou lhe falar uma coisa, de coração: aquilo que a senhora sabe, abre o jogo, Doutora! Fale as verdades! A hora da senhora é agora! Faça justiça para essas crianças, esses vulneráveis que a senhora viu aqui! Abra o jogo, Doutora!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra, por três minutos, ao Senador Styvenson Valentim. (*Pausa.*)

Ausente.

Deputado Ricardo Maia. (*Pausa.*)

Deputado Fernando Rodolfo. (*Pausa.*)

Deputado Gilson Marques. (*Pausa.*)

Em realização da troca que o Deputado Kim Kataguiri fez com o Deputado Evair Vieira, por dez minutos, o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Deputados e Senadores, Dra. Thaisa, Dra. Izabella, vocês estão no centro de uma investigação, talvez, do maior escândalo da República. Estão citados. Não estou fazendo nenhum julgamento antecipado aqui, mas estão citados. Tenho certeza de que a Justiça e este Parlamento darão a todos vocês, principalmente à Dra. Thaisa, toda a oportunidade – segundo ela – de apresentar, porque todas essas operações são perfeitamente rastreáveis, Alfredo. Por incrível que pareça, dinheiro é muito fácil de rastrear. Se tem uma coisa fácil de rastrear é dinheiro. Não tem como.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu começo a primeira crítica: eu acho que nós vamos que ter que nos dedicar também, Sr. Presidente, a fazer um aperfeiçoamento da Receita Federal. Estão falando de valores milionários e bilionários, aquisições de coisas milionárias e bilionárias, e a Receita Federal precisa se manifestar como isso passou entre os seus dedos. Porque isso, esse cruzamento... Ainda mais com os dados de hoje. Eu não posso admitir. Então, também... Não é investigar a Receita, mas acho que a Receita precisa vir aqui para mostrar como que se faz isso e de uma determinação nossa de fazer esse aperfeiçoamento para que isso, efetivamente, não possa acontecer cada vez mais.

Dra. Thaisa, naturalmente, a senhora foi envolvida. Eu preciso acreditar nisto: de que a senhora foi envolvida. Se consciente ou não, eu não tenho a mínima capacidade de fazer o julgamento. Mas eu acredito que a senhora, como médica... A senhora... É uma pergunta muito técnica: a senhora tem laboratórios próprios ou a senhora terceiriza os trabalhos de laboratórios das pesquisas que a senhora realiza?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Boa tarde, senhor.

Eu vou permanecer em silêncio por orientação da defesa.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Porque, naturalmente, para o trabalho que a senhora presta e com os produtos que a senhora trabalha existem critérios técnicos para entregar aqueles resultados. Naturalmente, não são só laudos meramente narrativos, tem muita investigação.

Portanto, se a senhora, em algum momento, se sentir confortável de mostrar para nós como era o dia a dia da sua empresa, onde fazia os exames, os levantamentos, as pesquisas e até os resultados... Eu acho que a senhora poderia contribuir muito aqui com esta CPMI se a senhora disponibilizasse os resultados. Afinal de contas, nessa investigação, os resultados são extremamente importantes para nós podermos entender a tramitação, a sua rotina, o dia a dia, porque a quadrilha usou o seu nome, usou o seu CPF, pessoas muito próximas da senhora claramente envolvidas. O que dificulta muito, neste momento, fazer uma absolvição total da sua participação. Porque nessa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu digo do dinheiro, está aqui: "Dupla criou 4 entidades que levaram [...] 714 milhões dos aposentados e deixou rastros". Sabe por quê? Porque tem contabilidade, tem um contador nessa história, tem quem faça as operações contábeis. Porque, por trás de uma quadrilha dessa, de um crime organizado, de lavagem de dinheiro, tem alguém com habilidade de contador.

O meu maior respeito aqui aos contadores de todo o Brasil mas, infelizmente, batata podre tem em todo saco, vamos dizer assim. Eu, que trabalhei em Ceasa, conheço isso. Repolho podre tem em qualquer carga, você tem que tirar ele de lá, mas ele existe.

Portanto, sempre tem, porque esse profissional, o contador... Esse sabe da vida de todo mundo. No passado, Girão, era o padre que sabia da vida de todo mundo por causa da confissão, o pastor, mas, se tem alguém que sabe da vida financeira da cidade e das pessoas, é o contador. E eu tenho certeza de que ele tem muito a nos mostrar.

Por que essa exibição toda? Engraçado que todos os envolvidos que passaram por aqui, testemunhas, ou acusados, ou investigados, seja o nome que se queira dar, como que têm o mesmo perfil de aplicação dos seus recursos: prédios maravilhosos, carros, relógios, joias, viagens – não é o caso específico da senhora, mas pessoas próximas à senhora –, uma exibição em rede social, que é completamente fora do padrão médio das pessoas que estão envolvidas.

E, naturalmente, esse senhor, chamado Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho. Eu pergunto... Eu tenho dó, filho de quem ele é, do pai dele, que deve ter muita vergonha dele. Esse senhor vai ter muita dificuldade em explicar a sua participação e o seu envolvimento, porque ele vai ter que explicar à Polícia Federal, à boa Polícia Federal. Pessoas físicas e jurídicas relacionadas a ele receberam 11 milhões de empresas intermediárias relacionadas a entidades associativas, teve um incremento patrimonial de 18 milhões, possivelmente advindos das farras do INSS. Quem está dizendo isso é a Polícia Federal.

Então, se a senhora tiver contato com o Sr. Virgílio, avise ele para ficar muito preparado porque a Polícia Federal vai a fundo. A Polícia Federal diz que ele adquiriu nove apólices de seguro automotivo entre 2021 e 2023, realizou diversas transações de imóveis, e aí, no caso, envolvendo a senhora, porque o seu marido e as suas empresas... Então, ele vai ter muito a explicar. Se não quer falar aqui na Comissão, ou fala para a Polícia Federal ou, com certeza, vai ver o sol nascer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadrado. Porque tá aqui, ó: "[...] [Polícia Federal] apreende anotações que sugerem pagamento de propina [...]". Tem muita propina envolvida, tem muita facilitação disso envolvida.

"Lula determina demissão [...] [mas é a] Justiça afasta cinco dirigentes do órgão." Essa falácia de que o Governo Lula quer fazer um pente-fino é conversa fiada. Se a Polícia Federal e o sistema judiciário não se envolvessem e afastassem, com certeza, esses quadrilheiros, que até então eles são investigados por esse caminho...

E lamento que realmente um moço até de boa aparência, parece com saúde, que tem um bom aspecto, possivelmente muito familiar da senhora... Se eu encontrasse ele na rua, possivelmente, eu o daria como um moço inocente, um trabalhador. Tem uma boa aparência. Talvez, até pela aparência, ele conseguiria, Relator, me enganar, mas como é que um rapaz bem-criado... Como ele é Filho, o pai dele deve chamar Filho também. Lamentar realmente esse moço estar no centro das investigações, para o Brasil ficar atento e alerta que aparências enganam. Os engomadinhos, os bonitinhos, os arrumadinhos também podem ter maldade e crueldade no coração.

Nessa mesma linha, podemos ver aqui, ó: "Ex-servidores do alto escalão do [...] INSS receberam [...] 17 milhões"; "A [...] [Polícia Federal] identificou repasse [a três dirigentes do INSS]". Entre eles, esse moço aqui, bonito, de boa aparência: o Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, que tem muito a nos explicar.

"Farra do INSS: ex-procurador ganhou R$367 mil em penduricalho [...]", que está sob investigação também porque parece que esses penduricalhos que recebeu das suas atividades também está em investigação, porque parece não ter seguido o caminho da plena legalidade. Vai vendo, Brasil!

E aí uma pergunta que já foi feita, mas eu tenho que revisitar: como que alguém que ganha R$24 mil compra um Porsche de quase R$800 mil? Eu queria aprender a fazer isso, porque não sei que conta que é essa, porque, se paga aluguel, não sobra muito; se já mora numa casa ou tem um apartamento, precisa explicar como que adquiriu, porque a gente sabe os custos do Brasil hoje. Com R$24 mil dá para você minimamente ter um plano de saúde, ter uma alimentação razoável em casa, ter algum tipo de conforto, mas luxo não dá, em hipótese alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é vergonhoso saber que esse Sr. Virgílio está envolvido numa atividade igual a essa e, para piorar, tendo a sua responsabilidade.

A senhora vem aqui, empresária, médica, consulta... É tanta consultoria, coisas importantes... Sabia que todos os interrogados, convidados, investigados e tudo isso mais são consultores? Então, indústria... Eu não sabia, o melhor negócio deste país é consultoria. Não é ser Deputado, não é ser Senador, não é ser empresário, comprar, vender, não; é ser consultor. Parece que é aí que está a mina do dinheiro, porque o patrimônio que vocês juntaram realmente é algo fora de qualquer tipo de bom senso.

E o mais revoltante é que esses 12 milhões das empresas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... entidades investigadas foram transferidos por meio das empresas e contas que estão no seu nome, estão no seu CPF. O seu marido fazendo transferência para a conta da esposa de um dinheiro que foi mostrado aqui a sua rastreabilidade... Portanto, é lamentar que o Brasil, neste momento, tenha ainda esse tipo de gente.

E aqui eu pedi emprestado, mas acho que é importante sempre revisitar as figuras que estão envolvidas, tem muito a esclarecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... porque todos que estão nessa foto precisam vir aqui dar explicações.

Eu, um dia, achei que esse prédio, no dia em que eu vi pelas redes sociais, honestamente eu achei que fosse até ficção. A minha cabeça é tão pequena, às vezes, que eu não conseguia... Primeiro que eu não teria coragem de morar na cobertura aqui desse prédio. Eu moro a mil metros de altitude, mas do mar.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Para concluir, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Para poder mostrar que um brasileiro decente tem que lutar muito. E eu teria muita vergonha de morar num prédio desse com origem duvidosa, até porque essas fotos... Isso é um escândalo. E, honestamente, olhando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Eu pego as dez maiores consultorias do Brasil; não tem receita nas empresas da senhora, no seu consultório...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... que justifique o investimento desse porte e muito menos do ganho do seu marido.

Portanto, vamos continuar as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço pela fala.

Com a palavra, por dez minutos, Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Thaisa, defesa...

Sra. Thaisa, a THJ, como a senhora disse, produz pareceres médicos, está correto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Você pode afirmar no microfone, para ficar registrado, por gentileza?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Sim.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Essa empresa que fez a aquisição do já dito aqui Porsche de R$ 800 mil, foi nessa pessoa jurídica?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Porque eu perguntaria qual seria a relação da empresa com a aquisição desse automóvel.

Foi perguntado, e eu quero perguntar novamente, até para entender qual seria o problema da resposta nesse sentido, se a senhora tem algum parentesco com algum político, com algum Parlamentar, com alguém que exerce cargo público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio por orientação da minha equipe técnica.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Porque, Sra. Thaisa, veja, eu tenho uma mãe, três irmãs, todas são minhas parentes e não há nada de errado em você ter parentesco com Parlamentares ou com políticos, eu não vejo razão pela qual... e daí por isso fica o clima estranho que foi citado aqui por Parlamentares, tanto da Oposição como do Governo, porque aí faz parecer que existe alguma relação com algum Parlamentar, com alguma autoridade pública. Foi citada aqui a Ministra Gleisi Hoffmann. Eu conheço várias pessoas de sobrenome Hoffmann que não têm parentesco com a Ministra Gleisi. Agora, não haver a negativa taxativa por parte da senhora causa este clima ruim daqui, de um lado e de outro. Não haveria nenhum problema em dizer que é, como não haveria nenhum problema em dizer que não é, não implicaria crime nenhuma das duas hipóteses.

O que causa estranheza – e aí não é em relação a você, mas em relação ao seu marido – é o seguinte, que é uma coincidência esquisita, a ser explicada na oitiva que vai acontecer, subsequente a da senhora, o seu marido, o Sr. Virgílio, atuar desde 2008 como Assessor da Casa Civil da Presidência da República, Ministra Dilma, Presidente Lula, e permanecer ali rondando atividades no Governo até 2014, como Consultor Jurídico do Ministério da Previdência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Esse foi o período justamente em que ocorreu a fraude no consignado, investigada na Operação Sem Desconto, salvo engano – Custo Brasil, perdão –, na Operação Custo Brasil, que foi uma das ramificações da Operação Lava Jato, em que de fato, à época, houve suspeita lá atrás, já no Governo Dilma, de pagamento de propina, e houve denúncia, houve acusação de pagamento de propina para Senadores e para ministros do então Governo Lula.

E agora nós temos em paralelo um novo esquema envolvendo consignado e envolvendo aposentados, com esta figura como ponto-chave, como ponto central ou como, coincidentemente, uma figura que estava em posições-chave nas duas ocasiões, que é o seu marido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria confirmar mais uma vez se a senhora não quer responder nem quando fundou nenhuma das suas empresas, alguma das suas empresas, nem se deseja confirmar que conhece a própria cunhada ou não, ou se deseja confirmar se conhece o próprio contador ou não, ou se deseja dizer quantos funcionários tem a sua própria empresa ou não. Alguma dessas perguntas a senhora mudou de ideia ao longo dessa oitiva e deseja responder?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu quero de novo dizer que o silêncio é um direito constitucional e que está sendo bem pouco respeitado. Isso não quer dizer um sim, é um direito constitucional e eu vou respeitar a decisão da minha defesa técnica.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Em nenhum momento eu disse que o seu silêncio implica "sim", mesmo porque o ordenamento jurídico diz o contrário. Não coloque palavras na minha boca.

Em nenhum momento eu desrespeitei o seu silêncio. Eu perguntei porque, da mesma maneira como é um direito da senhora permanecer em silêncio, ao longo da oitiva também é um direito mudar de ideia em relação ao silêncio. Permanecer em silêncio não vai implicar formalmente nenhum prejuízo em relação a você.

Eu, pessoalmente, já tive processos injustos e perseguições contra mim que eu tive que responder na Justiça. Eu pessoalmente... Cada um tem a sua defesa técnica, cada um tem as suas convicções pessoais, eu preferi falar em todas as oportunidades possíveis, tanto em juízo como na imprensa; refutar todas as acusações que havia contra mim, até para deixar muito claro o absurdo delas, porque a gente sabe que, infelizmente, no sistema de Justiça no Brasil, nem sempre as pessoas são condenadas apenas por questões técnico-jurídicas.

Infelizmente, a gente sabe que há injustiças cometidas em razão até de pressão midiática, e eu não desejo que nenhuma injustiça seja cometida contra ninguém. Não vou julgar o seu direito de ficar calada e nem implicar nenhum prejuízo, mesmo porque, ainda que eu quisesse lhe causar algum prejuízo pelo seu direito de ficar calada, eu não tenho esse poder. Então, fique despreocupada em relação a isso.

O que eu não entendo é porque o Relator começou os seus questionamentos sem fazer nenhuma acusação, de maneira muito respeitosa, como eu estou fazendo para a senhora agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e aí a senhora exerceu o direito de ficar calada e depois justificou o uso desse direito dizendo que é porque já havia um prejulgamento, mas sem que o Relator tivesse feito prejulgamento, apenas ele fazendo perguntas simples como: quando foi fundada a empresa? Quantos funcionários tem? Se você conhece sua cunhada, se você conhece seu contador, que, coincidentemente, é o contador de outras pessoas que estão sendo investigadas, sem nenhum prejulgamento, apenas fazendo questões simples. A senhora já exerceu esse direito e posteriormente disse: "Não, é porque já houve um prejulgamento". Não houve prejulgamento. E a senhora também chegou a falar: "Olha, eu até queria falar, mas, por orientação da minha defesa, não vou".

A literatura acadêmica que eu estudava, inclusive, na semana passada... Não estou dizendo que é o caso, para deixar muito claro para a defesa, mas a literatura acadêmica está dizendo que, infelizmente, no nosso sistema de justiça, há ocasiões em que o exercício da defesa, pela natureza do funcionamento do sistema de justiça, acaba não atendendo ao melhor interesse do cliente.

E o caso que eu analisava na semana passada era o seguinte: um juiz deu uma decisão teratológica, dizendo: "Não ficou comprovado... O réu não teve a capacidade de comprovar a origem lícita dos bens". É obviamente uma decisão absurda. Quem tem que comprovar que a origem dos bens é ilícita é o Ministério Público. O advogado, nesse caso, que nós estudamos na semana passada, escolheu não fazer o enfrentamento duro e incisivo dessa decisão teratológica desse juiz, abusiva, contra esse réu, porque ele tinha outros casos com o mesmo juiz que ele não queria perder de outros clientes mais ricos do que aquele cliente pobre que ele estava atendendo *pro bono* naquela ocasião.

Então, o que eu quero te dizer é que, por vezes, pelo próprio sistema de justiça e pelo funcionamento, o melhor interesse do cliente, por vezes, não é observado. Há uma perda de oportunidade – e eu quero repetir o que já foi colocado aqui – de fazer essa defesa pública, de deixar claro, com a sua voz, com os seus argumentos... Existem pessoas que foram chamadas aqui, inclusive com um prejulgamento sobre essas pessoas, que, depois do esclarecimento delas, saíram completamente do foco da CPMI e passaram, inclusive, a serem colaboradoras da investigação. Não é todo mundo que está sendo chamado aqui já com a presunção de culpa. Todo mundo chega aqui preso e aí quando prova que é inocente... Não, não é assim que as coisas têm funcionado nesta Comissão. Pelo contrário, quem mais contribui, primeiro, se isenta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade porque prova que não tem responsabilidade; e, segundo, ajuda a gente a chegar nos culpados.

Então, eu pediria para que a senhora... Ainda há tempo de reconsiderar, ainda há tempo de esclarecer os fatos, ainda há tempo de fazer a defesa explícita. Isso inclusive desarma e desmobiliza quem quer que esteja fazendo um prejulgamento sobre a senhora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Porque, quando uma pessoa escuta, como eu escutei aqui, que houve, salvo engano, aumento de R$18 milhões no seu patrimônio, no patrimônio seu e do seu marido, que R$6 ou R$7 milhões vieram do Careca do INSS, quando você escuta essas informações, você pensa: olha, está muito esquisito isso. Pode ser que haja algum contexto, uma explicação, comprovação de serviços lícitos, legítimos, que foram prestados, que refutem abertamente e completamente esse estranhamento que causa, porque qualquer cidadão comum, homem médio, escuta: uma pessoa teve um aumento de R$18 milhões, reservou um apartamento lá do Senna Tower, em Balneário, de R$28 milhões – um apartamento de R$28 milhões, com o marido sendo Procurador do INSS –, teve esse acréscimo patrimonial e parte desse dinheiro veio do Careca do INSS, qualquer um vai ter suspeita sobre isso. E a senhora teve aqui, e perdeu a oportunidade de fazer os esclarecimentos sobre isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço, Deputado Kim Kataguiri.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Qual a... Qual a...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Vou fazer só um pela ordem aqui.

Presidente, quem é que vai... Qual o nome da pessoa que vai depor aqui terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Terça-feira ainda não foi passado pelo Presidente nem pelo Relator. Até o final da oitiva de hoje, do Sr. Virgílio, vai ser feita a comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Aqui tem uma possibilidade de ser uma pessoa chamada Domingos Sávio. Pelo fato de ele ser um homônimo de um Deputado desta Casa, nós não podemos ficar levantando dúvidas sobre o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Claramente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O fato de a depoente ter um sobrenome igual ao sobrenome da Ministra Gleisi... É muito ruim esta Casa ficar levantando dúvidas. A resposta da Ministra Gleisi já veio aqui, outros Parlamentares falaram. É muito ruim isto na política: a gente ficar fazendo associação indevida, ilegítima, inverídica. A gente acaba alimentando a mentira e, de repente, para alguns, isso pode ser verdade. Em vez de a gente continuar num trabalho sério, a gente fica fazendo ilação, o que compromete, inclusive, o resultado da CPMI.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para contraditar.) – Sr. Presidente, eu discordo, porque – para contraditar, Presidente – aqui ninguém fez ilação nenhuma. A gente só fez pergunta, e a depoente não quis responder. Se o Domingos Sávio vier aqui e for perguntado se ele é parente do Deputado Domingos Sávio, de que, aliás, é homônimo, ele vai ter o direito de manter silêncio ou de responder.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Marcel, compreendido.

Feita a consignação da informação, eu gostaria... Entendo perfeitamente. Eu aqui, agora há pouco, perguntei à advogada se gostaria de se manifestar sobre essa questão. A gente precisa respeitar a estratégia técnica da defesa, apesar de, no caso, eu discordar, da mesma forma como o Deputado aqui mencionou, mas cada um tem a sua estratégia. Eu entendo que, para esta Comissão, a estratégia melhor é a gente esgotar a oitiva, aqui, com a Thaisa Hoffmann e avançar com a oitiva do Virgílio, até porque todos aqui... Praticamente houve uma unanimidade no anseio, no desejo de questionar o Virgílio, até porque a Thaisa, até o momento, não trouxe nenhuma resposta, permaneceu no direito de ficar calada, direito constitucional. Então, acredito que, nessa questão, é possível avançar, para que a gente possa terminar com os dois últimos oradores e fazer a oitiva de quem todos aqui esperam, que é a oitiva do Virgílio.

Passo a palavra, por dez minutos, à Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Senadora Soraya, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Me dá um segundo? Eu não estava esperando. Eu só preciso abrir o meu...

Não, não era a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – O Senador Girão parecia ter feito a troca com a Senadora, não?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então, com a palavra, por dez minutos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, tá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Pode ser, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – ... o Senador Girão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Aí, eu vou na sequência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Se a Senadora quiser...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Na sequência. Não, é porque eu acabei de perder...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – É porque, de fato, a ordem dos trabalhos era que a senhora falaria por último. Aí, quando o Senador Girão mencionou que iria fazer uma troca, eu pensei que havia uma comunicação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu já... Não, eu posso falar, encontrei, encontrei...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... encontrei!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E quero só lembrar – a Senadora Soraya, vai falar agora –, mas só lembrar que ainda tem o Senador Magno Malta, porque o Presidente Carlos Viana autorizou que ele fizesse do hospital, inclusive com a permissão aqui do Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Por dez minutos, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Dra. Thaisa Hoffmann, Dra. Izabella Borges, Dr. Mauricio Moscardi, cumprimento V. Sas. Estamos quase para terminar a oitiva cansativa para todos nós, imagino para vocês, neste dia.

Bom, considerando que a depoente está exercendo o seu legítimo direito de defesa, que muitos legisladores – aqui todo mundo é legislador, né? –, que muitos legisladores sequer sabem o que é, porque eles não leem mais do que quatro linhas, tá? Tem gente que não lê mais do que quatro linhas, e isso aqui está lá no art. 5º, inciso LXIII, o seu direito, Doutora. Então, eles não leem mais do que isso, então realmente não sabem. Eu vou deixá-la descansar, porque, sim – sim –, este ambiente é hostil, este ambiente é inóspito a ponto de nós mulheres até fazermos uma brincadeira aqui de que nós queremos adicional de periculosidade e insalubridade, tá? Não cortem, pelo amor de Deus – não cortem – e utilizem isso de forma contrária! O contexto é esse, porque sim, isso aqui é um ambiente muito hostil, tanto que – principalmente para as mulheres –, se vocês forem reparar, somente a Dra. Thais e a Dra. Izabella Borges foram atacadas. Muitos homens, inclusive o próprio Dr. Mauricio Moscardi, devido ao seu tamanho, jamais seria atacado; é homem, tamanho... de qualquer tamanho, mesmo que fosse baixo; é homem, não vai ser atacado aqui dentro. Então, ele está seguro; nós não, nós não!

Então, eu aposto e ganho, eu aposto e ganho – porque a senhora vai passar, a senhora está aqui no Poder Legislativo –, eu aposto e ganho que tudo que a senhora irá enfrentar no Poder Legislativo... no Poder Judiciário, perdão, inclusive até mesmo na Polícia Federal, porque, até onde eu saiba, a senhora não prestou depoimento sequer na Polícia Federal, bom, eu tenho certeza de que a senhora vai encontrar urbanidade e educação, pode ter certeza, pode ter certeza! Isso que acontece aqui é uma vergonha. Eu passo todos os dias, tenho que assistir a essa vergonha. E isso faz mal para a nossa própria CPMI, porque desacredita todos nós.

Então, eu até abriria mão do meu tempo para acelerar. No entanto, eu vou utilizar, pelo menos parte dele, para poder esclarecer questões relevantes, como é o caso de um Parlamentar que falou, cerca de uma hora atrás, e ele traçou uma linha do tempo sobre as nomeações pelas quais o seu marido passou. E se não me engano – se não me engano –, ele começou lá em 2008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e veio, e veio, e veio falando das nomeações do Dr. Virgílio. Porém, a partir de 2019, pasmem, ele não falou mais nada, ele mudou de assunto. Vocês sabem por quê? Porque, durante o Governo do qual ele participou, compondo o primeiro escalão – Governo de 2019 a 22, compondo o primeiro escalão –, também nomeou Virgílio na pasta em que ele sempre trabalhou.

E vamos lá. O Sr. Virgílio foi nomeado, no Governo passado, em 14/04, Rogério, de 2020.

E eu começo pela primeira assinatura. Quem que assina? Tem alguém aqui que se recorda...

Por favor, eu gostaria de silêncio, Sr. Presidente. Me dá mais um minuto, fazendo favor?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E eu começo pela primeira assinatura na nomeação do Dr. Virgílio. Tem alguém aí que seja bom de memória? Quem era o Chefe da Casa Civil em abril de 2020? Quem era? Quem era o Ministro-Chefe da Casa Civil em abril de 2020?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não. Quem era? Dois mil e vinte, abril de 2020. Sabe quem? Vocês já ouviram falar em Walter Braga Netto? Cadê ele? Está preso, gente; ele está preso e está condenado. Não transitou em julgado ainda, mas ele...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Mas você eleita com o Bolsonaro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E daí?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ah, me poupa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Olha, eu quero mais um tempo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Vamos respeitar o momento de fala da Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Para. Me respeite. Me respeite. Eu não vou... Eu não devo satisfações para você. Eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ah, você quer ouvir? Pois é, eu não apoio um Presidente em que pinta um clima com meninas de 14 anos. Vamos começar por aí. Começa por aí. E me respeita!

Me devolva...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Peço pausa no tempo da Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ah, eu escuto calada.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Luiz Lima, eu peço a V. Exa. que, por gentileza...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pô! Respeito.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – ... respeite o momento de fala da Senadora Soraya, até porque a gente vive numa democracia em que, por mais que não se concorde com o que ela fala, é o direito dela de falar, e o seu direito, caso queira não ouvir, de sair da sala.

Então, eu peço que dê respeito à fala da Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, não é outro, mas aqui eu vou comportar de forma diferente. Eu respeito V. Exa., mas peço que V. Exa. respeite ela, o direito de fala.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – É claro que é. Então, por gentileza, eu peço silêncio.

Senadora Soraya, por mais 30 segundos, por favor, direito à fala.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Trinta segundos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Senadora, porque eu quero falar, eu quero que nós possamos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não, não. Eu não tinha acabado, não.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Já foi dado um minuto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Vou terminar. Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – A gente precisa fazer o questionamento ao Virgílio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu não consegui...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Por gentileza, Senadora, conclua. Fique à vontade. Conclua, por gentileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu quero concluir, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Fique à vontade. Eu estou aqui garantindo seu tempo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu fui interrompida. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, não. Fique à vontade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E, a propósito, eu gostaria de terminar destacando que ontem, na CCJ, eu relatei um projeto de lei de autoria do Senador Zequinha Marinho, cujo texto torna o crime de dano, dentro do contexto de violência doméstica, ele vai passar a ser... O crime de dano vai passar a ser, no contexto de violência doméstica, uma ação penal incondicionada à representação. O que eu espero, agora que esse projeto segue para a Câmara? Que estes homens que bradaram que respeitam as mulheres aqui corram atrás. É um projeto de lei muito importante e necessário. Agora, eu duvido que vão correr atrás. Tem uma turma aqui que vai – Rogério, você vai, por favor. E eu acho que deve ser relatado por um homem.

E, para finalizar, eu quero falar em bradar, porque eu tive que bradar agora também, mas vocês perceberam o tanto que os homens gritam aqui? Mas gritam, gritam. E homem gritar é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa de macho. Homem gritar mostra que ele é forte, firme, que ele é corajoso, que ele é o líder, que ele é o cara! E nós, se a gente grita? "Louca, histérica...". É o mínimo! É o mínimo.

E, assim... Que vergonha de novo! Todos os dias, todos os dias, todos os santos dias!

Presidente, muito obrigada. Vamos deixar a depoente ir cuidar do seu bebê e vamos seguir em frente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Muito obrigado, Senadora Soraya.

Ainda teve uma sobra de 4min40s à senhora, caso queira...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ah, por isso que eu corri...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, o tempo da...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não, que o senhor falou "30 segundos" que eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não: "Mais 30 segundos".

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ah, tá, agora que eu entendi.

Peço desculpa a V. Exa. Pensei que o senhor estava me dando 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, o seu relógio está disponível.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não, não, não... Eu termino aqui. Eu vou deixá-la descansar. Já foi suficiente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Aqui é mediação de forma correta, séria e imparcial.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu que não havia entendido. Desculpe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com dez minutos, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito bem, Presidente.

Quero cumprimentar toda a mesa, quero cumprimentar a Sra. Thaisa Hoffmann, a Sra. Izabella Hernandez e o Sr. Mauricio Grilo. Sejam bem-vindos aqui.

A expectativa é muito grande, Sra. Thaisa, para a vinda do seu marido a esta Casa. O Brasil está esperando a vinda dele.

A gente percebe, aqui, o seu constrangimento por estar neste ambiente, que a senhora considera hostil, passando por perguntas sobre valores milionários que nas suas empresas entraram, empresas montadas recentemente, diga-se de passagem. E este ambiente, que a senhora considera hostil, para o qual fomos eleitos pelo povo, de forma democrática... Mas é sua opinião, e tenho que respeitar isso, mas ambiente hostil, hostil, mesmo, é dessas pessoas que foram roubadas.

Aqui, há pouco tempo, um Deputado colocou as fotos, o Deputado Coronel Chrisóstomo colocou as fotos de segmentos da sociedade que foram lesados, nos quais faltou remédio, faltou coisa básica, até alimento pra casa.

Mas eu vou pedir, porque eu acho que a gente tem que trazer, Deputada Adriana, sempre, dar um pouco de voz a essas pessoas. Inclusive, tem um requerimento aprovado pra vir uma dessas aposentadas, pensionistas aqui, e nós sempre estamos conversando com o Presidente, para ver se traz o quanto antes.

Eu peço, gentilmente, à nossa Secretaria que exiba um vídeo, que aí eu continuo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Essa é uma conterrânea minha. Nordestina, que dedicou a vida inteira...

As facções, em muitos lugares como esse, estão mandando e desmandando; expulsando essas pessoas de casa... Todo tipo de barbaridade, até crianças sendo assassinadas, a gente está vendo lá, especialmente no Nordeste. Esse é um ambiente hostil – muito hostil –, porque a pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sai de casa e não sabe se volta. Mas foi tirado o dinheiro dessas pessoas pobres nesse esquema bilionário, que passou pelas contas da senhora. Esse é um fato.

E eu quero lhe perguntar, com base no Deputado Alfredo Gaspar, que fez algumas perguntas... A senhora respondeu a poucas, mas respondeu a uma aqui, dizendo que, na THJ Consultoria, a senhora realizou pareceres, participou de pesquisas clínicas, atuou em prevenção e promoção de saúde, especialmente de idosos.

Eu fui pesquisar, com a equipe aqui do Partido Novo, que é muito competente também, fui buscar quanto é que custa uma consulta. Foi perguntado por um colega – a senhora não quis responder; a gente respeita – quanto é que custa uma consulta de um endocrinologista. Varia ali, R$600, R$700. A da senhora, pelo seu bom currículo, excelente, vamos dizer que seja R$1 mil. Vou colocar aqui o valor de R$1 mil. Isso daria, para esse dinheiro que transitou na sua conta, que circulou, dessas empresas investigadas, de Careca do INSS, de tudo – sabe? –, R$13 milhões, isso dá 13 mil consultas.

Eu lhe pergunto: alguma dessas 13 mil consultas – se é que nós tivemos 13 mil consultas – foi dessas pessoas que são pensionistas, aposentados, viúvas, do INSS?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Excelência, eu vou permanecer em silêncio por orientação da minha equipe técnica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Outra pergunta que eu gostaria de fazer para a senhora, com todo o respeito ao trabalho da advocacia, que a gente tem que respeitar, mas a senhora, até pouco tempo... Aliás, a senhora mora junto com o Sr. Virgílio, que vem daqui a pouco. Eu não quero entrar em questões pessoais – pelo menos no papel, seu marido –, mas eu lhe pergunto... Como essas contas se cruzam e vocês têm uma relação, eu lhe pergunto: quem está pagando a advocacia é a senhora ou é o seu marido?

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Eu vou pedir pela ordem, Presidente, porque é um desrespeito à advocacia. Já passou dos limites há bastante tempo nesta sessão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Qual é o problema, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu posso responder. Enquanto Presidente, eu posso responder, por uma razão clara. E aqui peço... Todos aqui percebem claramente...

Eu peço que pause o tempo do Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Queria pedir até um minuto a mais.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, vou paralisar o seu tempo, Senador.

A questão aqui é a seguinte: não apenas como Presidente, mas como me cabe mediar os trabalhos, como advogado, a Lei 8.906, de 94, o Estatuto da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, garante ao advogado a prerrogativa do sigilo da relação cliente-advogado. Então, esse tipo de questionamento quanto ao valor dos honorários...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – ... quanto ao valor dos honorários, se está pagando, quem está pagando, essa questão realmente não é cabível para tal. Caso queira, a advogada poderia responder, mas é um direito e uma prerrogativa o sigilo da informação.

Então, aqui, não é fazendo a defesa, mas trazendo a lei, que é o que baseia toda a atuação nossa aqui nessa CPMI.

Então, por mais 30 segundos, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu agradeço.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, só pela ordem, eu tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, não tem pela ordem porque é o momento de fala do Senador Girão. Peço silêncio a V. Exa.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – É só saber o que eu posso perguntar ou não. É só saber se eu vou poder perguntar alguma coisa ou não.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Primeira advertência feita. Segunda, eu repito a advertência. Terceira, eu peço que V. Exa. saia da sala.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Por gentileza, por gentileza, vamos deixar o Parlamentar Senador Girão conduzir a fala dele?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O Presidente chegou.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Peço silêncio para que o Senador possa fazer uso da palavra, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Olha, sigilo de advocacia não é blindagem. Eu não estou fazendo pergunta de valor.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu não estou fazendo pergunta de valor...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu estou trazendo fundamento da lei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Se ela não quiser responder, ela não responde.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Ela disse... A senhora vai querer fazer isso.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Pela ordem, existe um sigilo contratual e um sigilo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – ... que é inerente ao exercício da profissão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas ninguém está perguntando...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, o inquérito da CPI se tornou a CPI dos advogados.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra, por gentileza, para que a gente volte à normalidade dos trabalhos... Não há necessidade, V. Exas. sabem que ela não vai querer responder. A gente está no final da oitiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não vai responder por um sigilo contratual.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Podemos conduzir o trabalho aqui, por gentileza?

Com a palavra Senador Girão, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pessoal, lá no meu Ceará tem um ditado que diz o seguinte: "perguntar não ofende". Estou fazendo uma pergunta. Mas, vamos lá, vamos pular aqui.

Esse apartamento escandaloso, que eu nunca tinha visto nada parecido, lá de Santa Catarina – que é um povo de bem, um povo que trabalha, um povo que quer saber a verdade... E tem um apartamento caríssimo, mais caro do Brasil, que a senhora, a sua família comprou: R$28 milhões. Foi abafado porque teve a operação, saiu, não foi concretizado. Mas eu pergunto: é um daqueles que a senhora falou aqui, que foi financiado pela Caixa Econômica Federal?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Nem sobre esse, dos 28 milhões, desse imóvel? Porque são vários imóveis.

Olha, Deputado Luiz Lima, a gente está vendo aqui uma série de coincidências um pouco macabras. Porque, veja bem o que está acontecendo aqui. Familiares de funcionários do INSS estão circulando o tempo todo com empresas recebendo esse dinheiro. E o dinheiro não cai do céu, esse dinheiro caiu dessas pessoas como essa senhora, D. Maria, aqui.

Sabe qual a outra coincidência que a gente vê aqui nessa CPMI, Sr. Presidente? Em dia de depoente vir aqui, tem demissão. O Governo Lula demorou dois anos para demitir. Com tudo que está sendo revelado aqui nessa CPMI, nós já estamos aqui há três meses, vai demitir na véspera em que vem o depoente, ele vai embora, na véspera. Foi afastado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa: Polícia Federal faz ação de busca e apreensão – e eu tenho certeza de que foi por causa do trabalho aqui da gente – no dia que vem depoente aqui. Para quê? Para ter a justificativa para ficar calado, para dizer que está abalado psicologicamente.

Não é o caso da senhora, estou falando do caso de outros depoentes que aqui estiveram.

Então, eu acredito que a população tira as suas próprias conclusões. Quem está querendo buscar a verdade não blinda ninguém. Por isso que nós vamos insistir, Sr. Presidente, Carlos Viana, de Minas Gerais, e eu quero parabenizá-lo, porque o senhor publicamente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... já falou que quando tiver requerimento, vai pautar.

Nós vamos insistir nessas votações que foram vergonhosamente, Sr. Presidente, negadas por aqueles que dizem que querem saber a verdade, que querem punir os responsáveis – que querem que nada! Blindando assessor de Senador, blindando sócio do tal do Careca do INSS, enrolado até a medula com isso aqui, com as histórias cabeludas dele.

Nós não vamos aceitar, nós vamos sequenciar com relação a essa vida nababesca que se está mostrando – o Brasil horrorizado – com Mercedes, com Ferraris vermelhas, com todo tipo de malversação com o dinheiro de quem paga os impostos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Girão.

Temos dois inscritos que retornaram à sala. Pergunto se farão uso da palavra? O Deputado José Medeiros e o Senador José Lacerda.

O senhor pretende fazer uso da palavra, Sr. José Lacerda? (*Pausa.*)

Pois não.

Então, com a palavra, como nosso último inscrito, o Deputado José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Desculpa. Logo em seguida, o Deputado Duarte Jr., por gentileza.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Monteiro Lobato, Sr. Presidente, escreveu um livro e descreveu um país fictício chamado Banânia. E neste país... Banânia. E, em Banânia, tinham os cavaleiros vermelhos, vermelho Ferrari, que por mais de 18 anos governaram aquele país e passaram a saqueá-lo de todas as formas: saquear petróleo, saquear as riquezas todas, todas as empresas estatais. E chegou um momento em que eles também passaram a saquear os aposentados – lá em Banânia, não estou falando no Brasil, não.

O que acontece? Em determinado momento, foi aberta uma CPI pela Câmara e o Senado de Banânia. Mas, na CPI, todos que vieram eram inocentes, todos inocentes. Só que os inocentes estavam proibidos de falar pelos seus advogados. Todos bem munidos com advogados, bem instruídos, no padrão advogado de porta de cadeia, porque é o tipo mais preparado, mas também mais petulante que tem.

E uma coisa que era interessante em Banânia é que...

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Estou falando de Banânia.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Eu sou uma advogada...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – A senhora fique no seu lugar que eu estou falando no meu lugar. A senhora não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, por gentileza.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – O senhor me respeite.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – A senhora não fale comigo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – O senhor me respeite.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – ... comigo assim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, por gentileza.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – O senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – A senhora está falando com um Deputado.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – O senhor me respeite.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eu não falei com a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eu não falei com a senhora.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – O senhor está falando com uma advogada.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Baixe a bola e sente-se aí. Senta aí... Senta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, Deputado Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Senta!

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Se eu quiser.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eu não vou baixar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Medeiros, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – ... para advogada, não.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – O senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dra. Izabella, deixe que eu controlo a situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Advogado de quadrilha, advogado de quadrilha não vai me fazer baixar o meu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutora, por gentileza... Por gentileza, sente-se.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eu não vou baixar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado José Medeiros.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Nem eu vou me rebaixar...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eu não vou deixar o meu mandato menor... Eu represento um Estado...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eu estou hora da minha fala. Cale a boca!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado José Medeiros.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Cale a boca! Eu estou na minha fala! Eu estou na minha fala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado... Só um instante, senhores.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eu estou na minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eu estou na minha fala, e não vai ser advogada que vai falar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Maltratar advogado aqui, não, ué! Não tem respeito por nada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado José Medeiros... Esperem aí, senhores. Com licença, com licença. Por favor.

Deputado José Medeiros.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Se o decoro não for respeitado, eu vou abandonar a sala com a minha cliente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por favor...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Você não vai falar, você não vai falar...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Eu vou abandonar a sala com a minha cliente.

Eu estou sendo destratada nesta sessão desde o início.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Senta aí, sente, sente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor...

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Cadê a Ordem dos Advogados do Brasil que não comparece a esta sessão?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Aqui tem um Presidente e a senhora tem que saber disso... A senhora pode se reportar a ele, mas falar comigo direto, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado José Medeiros...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, se o senhor não controlar...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele que tem que ser controlado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Aqui tem uma Presidência, aqui tem Presidência nesta CPI. A senhora não é Presidente desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – A senhora se reporte a ele... A senhora não vai mandar em Deputado aqui, não.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – A senhora baixa a bola.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peraí, calma. Peraí, só um instante.

Senhores, deixa eu me manifestar, por favor, porque, se todos manifestarem, não vai ter jeito.

Meus senhores, por gentileza.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado José Medeiros... Senhores... Deputado José Medeiros, vou pedir a V. Exa., com toda tranquilidade, que por gentileza volte ao trato urbano e educado com todas as pessoas, inclusive com o advogado.

Por gentileza, eu peço a V. Exa. que termine a sua fala...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Meu caríssimo Presidente... Meu caríssimo Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... sem... por favor...

V. Exa. tem direito a falar o que desejar, desde que não ofenda qualquer um dos presentes ou a própria advogada. Eu vou devolver a fala a V. Exa. e vou pedir a V. Exa. a tranquilidade de exercer o seu mandato, a sua liberdade de fala, com todo o respeito e urbanidade. Posso contar com a V. Exa. nisso? Conto com V. Exa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Estou fazendo uma pergunta. Eu conto com V. Exa.?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, o senhor me responda: sim ou não? Eu conto com a gentileza de V. Exa. para que a coisa caminhe de uma forma tranquila, Excelência?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, se o senhor quiser cassar a minha palavra, pode, mas eu preciso falar o que eu preciso falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor tem direito de falar o que desejar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Então pronto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor não pode ser é sem critério, ou urbanidade com as outras pessoas aqui. O senhor...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, qual a ofensa que eu fiz a alguém aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor mandou a senhora sentar e elevou a voz, Excelência. Vamos...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Mas, Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos reconhecer os dois lados. Não, Excelência. Não, não, não, não... Ele...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, o senhor vai me dar a palavra ou não, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou dar a palavra com o compromisso de V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Não, eu não faço compromisso das minhas palavras, Presidente. Eu preciso ter a palavra. Se eu fizer alguma coisa errada, o senhor me interrompe e eu paro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É isso que eu estou falando para V. Exa. Por gentileza, no trato, na urbanidade e na educação com todos aqui, não há necessidade de a gente gritar com ninguém.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Não existe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor tem dois minutos, *o.k.*?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – *O.k.*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor tem mais dois minutos para a sua fala, porque o senhor não é nem membro da CPMI. Nós estamos dando aqui a V. Exa...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, Van Hattem, por gentileza, essa é uma questão entre a Presidência e o Deputado José Medeiros. Eu vou pedir a V. Exa., a todos os senhores, que não se manifestem. É uma decisão desta Presidência aqui.

E eu, desde o início, nós estamos indo muito bem, eu pedi a todos que, por favor, usassem da urbanidade, da educação e do cuidado nas palavras.

Então, Deputado, eu vou lhe dar dois minutos, por favor, para o senhor fazer os seus comentários com tranquilidade e com respeito a todos nós.

Por favor, dois minutos para o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Bom, eu não citei ninguém e eu estava falando de Banânia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Então, eu vou continuar com este país fictício, onde os advogados de porta de cadeia, eles, para defender os seus...

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Eu vou me levantar e vou sair da sessão com a minha cliente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não... D. Izabella...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Não vou admitir.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Não vou admitir, não vou admitir alusões que criminalizam a advocacia, Presidente. Eu não vou ficar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está sendo controlado, Excelência.

Por favor, por favor.

Continue, Deputado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, não me deixam falar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – O que acontece, Presidente. É muito importante a gente fazer este debate aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já participei da Comissão do *Impeachment,* já participei de várias CPIs e eu nunca vi a petulância de defensores como em Banânia.

Sabem o que acontece?

Eu penso que é totalmente e eu defendo... eu não sou daqueles que confundem o exercício do advogado com a conduta do cliente. Eu acho que o advogado é importantíssimo para o processo. Senão, não tem processo. Até dizem: existem o Judiciário que julga, o que acusa e o que defende. Não teria processo.

Agora, também, num ambiente político deste, Presidente – e não aqui, mas em Banânia –, é importante saber que, para falar dessa forma aí, nem tendo mandato é permitido.

Por isso eu digo, Presidente, que, lá em Banânia, está bagunçado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – A CPI, se o Presidente não tomar conta, vai ser a CPI dos advogados de porta de cadeia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, nós estamos indo...

Não, por favor.

Nós estamos indo muito bem. Até este momento, as coisas foram muito tranquilas. E eu vou pedir – nós vamos encerrar com o Deputado Duarte Jr.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Doutora, por favor, por gentileza.

Só, mais uma vez, vou pedir aos senhores o respeito com todas as pessoas. A doutora está aqui fazendo o papel dela, o trabalho dela.

Não, não, Deputado, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela está fazendo o trabalho dela.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Sóstenes, nós não somos aqui...

Eu gostei muito do exemplo dele de Banânia, mas nós não somos crianças para ler mais Monteiro Lobato. Nós sabemos muito bem o que cada palavra aqui significa.

Eu só vou pedir aos senhores que, por gentileza, a gente mantenha o nível de bom debate e de respeito aqui, dentro desta Comissão. Não vou fazer nenhuma ameaça de tomar a palavra. O senhor sabe que eu não gosto disto, de tirar da sala. Nunca gostei, porque eu acredito que cada um aqui tem senso e total responsabilidade sobre os seus atos.

Por gentileza.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Aqui, eu mal abro a boca e sou repreendido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu tenho falado com a doutora. Em todos os momentos, eu tenho falado com ela sobre isso. Está bem?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Deputado, por gentileza.

Eu escutei muito bem você falando para colocar ordem. Eu vou colocar ordem, agora sem qualquer tipo de brincadeira aqui, por gentileza.

Deputado Duarte Jr., com a palavra, por dez minutos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, antes do tempo, só uma questão de ordem, art. 22, Presidente. Só uma ponderação, ajudando a condução dos seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, obrigado.

O art. 22 é bastante conhecido de todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas a gente só vai aplicá-lo em situações em que não haja nenhum tipo de colaboração.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, perfeito. V. Exa. entende que não cabe o art. 22?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui, eu entendo que todos vão colaborar e vão ter responsabilidade em encerrarmos esta primeira fase.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Entendendo que V. Exa. não entende a aplicabilidade do art. 22...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu entendo a aplicação. Eu só não vejo a necessidade quando nós conseguimos chegar a um acordo e uma boa convivência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Apenas uma ponderação antes do...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu também tenho uma questão de ordem, então, Presidente.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas, por gentileza, Deputado Marcel, só uma questão, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu quero só recordar um caso que aconteceu, V. Exa. com certeza, lembra, quando a gente estava ouvindo aqui o Presidente da Conafer e, de forma muito contundente, eu fiz os questionamentos a ele.

Naquele momento houve, claramente, um público desentendimento, e me foi retirada a palavra. Eu fiz questão de fazer uso da palavra e, a partir daquela oportunidade, eu fiz uma reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Conversei com V. Exa. que a gente tem que fazer uma autocrítica. Aqui a gente traz a indignação, a dor das pessoas. Isso é justo, é necessário, nós somos Parlamentares, ouvimos a dor das pessoas e temos que trazê-la para cá.

Agora a ponderação que eu faço – inclusive ajudando na condução, não só como Vice-Presidente, mas na correção com que V. Exa. tem conduzido os trabalhos – é a de que é importante que nós, Parlamentares, possamos fazer um exercício de cautela: é possível aplicar a lei com firmeza, mas sem perder a ternura no olhar.

Aqui não se pode, de fato, confundir a figura do autor de um possível crime que está sendo investigado, que veio aqui para trazer informações enquanto investigado ou como testemunha, com a postura do advogado.

Eu faço isso porque sou advogado, eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... me calar, enquanto advogado que exerce a profissão de advogado, ao ver esse tipo de criminalização da advocacia. Então, é o tipo de reflexão que a gente tem que fazer porque todos nós temos um desejo: de que, ao final dessas investigações, a gente consiga prender os culpados e consiga devolver o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Esse tipo de postura acaba poluindo a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Quem comete crime faz de qualquer jeito, mas quem quer apurar o crime precisa seguir o passo a passo para não cometer um vício processual.

Era apenas essa ponderação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concordo plenamente.

Dez minutos, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, eu tenho duas observações rapidinhas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Questão de ordem, Excelência?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sim, pela ordem.

Primeiro, não há criminalização da advocacia.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se houver questão de ordem eu vou querer também um pela ordem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não, não. É o seguinte, Presidente, o senhor está sendo muito correto.

Quando a advogada quer falar, ou a defesa, é com o senhor. O problema é que, muitas vezes, o Deputado está falando, e a defesa se dirige ao Deputado. É aí que está dando problema. Fala com o senhor que o senhor resolve, o senhor está indo muito bem. Agora, a confusão foi essa. Na minha opinião foi isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem. Obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Duarte Jr., por dez minutos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, eu confesso, Dra. Thaisa, que eu estou aqui numa posição extremamente complicada para fazer os questionamentos. Não porque a senhora é uma mulher, como alguns outros Parlamentares aqui mencionaram, na tentativa, talvez, de criar essa imagem de que a senhora é uma mulher frágil.

O meu desconforto é porque eu sou pai e sei que, para uma testemunha estar aqui durante todo esse tempo, passar esse período todo longe do filho que precisa amamentar, é quase que uma tortura. Mas o meu desconforto é, principalmente, porque as provas apresentadas pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal, pela CGU, pelos órgãos de fiscalização e controle, são provas incontestes, são provas incontroversas, e são esses os documentos a que nós, aqui na CPMI, tivemos acesso. Mostram que a senhora, possivelmente, foi um laranja do seu marido. Todos os organogramas, todos os gráficos, aqui, demonstram que há um esquema criminoso e que a sua conta, a conta da sua empresa, eram contas utilizadas para a transferência de recursos.

Então, aqui, para mim, não interessa se quem cometeu o crime é homem, é mulher, é advogado, é *influencer*, se é o Nelson Wilians, o *Golden Boys,* ou é um jovem corrupto, bandido. Para mim não importa essa questão: se é empresário, se é médico, se é servidor público. O que me interessa é que os aposentados, os consumidores, as pessoas com deficiência, foram roubadas. Valores foram tirados das suas contas e precisam ser devolvidos.

É por essa razão que, como advogado constitucionalista, apesar de ter aqui minhas convicções e de não me deixar viciar por elas, eu gostaria de lhe fazer alguns questionamentos. Caso a senhora não queira responder, como é um direito constitucional o de permanecer calado, não me resta outra alternativa, no Estado democrático...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... de direito, a não ser respeitar esse seu direito. Mas eu gostaria de lhe perguntar educadamente, respeitosamente, e gostaria muito de ouvir essa resposta.

A senhora teve, durante todo o dia de hoje, a oportunidade de trazer essas respostas, até para que a gente possa ver se a senhora tem participação ou não.

É o seu direito aqui também de lhe defender, de apresentar provas que não lhe incriminem.

A senhora, por algum acaso, conhece o Rubens Oliveira Costa?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu faço esse questionamento porque até aqui, pelo menos a parte que eu acompanhei e foi longamente acompanhada aqui não só por mim, mas pela minha equipe de assessoria, esse questionamento não foi feito até então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Rubens Oliveira Costa – acredito que a senhora saiba – é seu sócio na empresa Curitiba Consultoria, e eu faço esse questionamento porque o Rubens, quando aqui esteve e respondeu os nossos questionamentos, disse o seguinte... Respondendo a pergunta do Relator, ele informou que era seu sócio, que não lhe conhecia, que não teve um contato presencial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Silêncio, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ele informou que era seu sócio, mas não lhe conhecia e que foi feita essa apresentação pelo Careca do INSS, Antônio Antunes. Por essa razão que é importante essa pergunta ser respondida, até porque aqui a gente observa, através desse gráfico aqui, que ele, através da sociedade com a senhora na Curitiba Consultoria, recebeu vários recursos, dinheiro, valores da Prospect Consultoria, da Brasília Consultoria, da Camilo Comércio consultoria, valores que ultrapassam mais de R$2,207 milhões, da Prospect; mais de R$200 mil, da Brasília Consultoria; mais de R$5 milhões, empresas essas que pertencem ao Antônio Antunes, o Careca do INSS.

Eu lhe pergunto: a senhora conhece a CBPA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura)?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON (Para depor.) – Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A senhora conhece o Adelino Rodrigues Junior?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Vou ficar em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu lhe faço esse questionamento porque esse gráfico aqui demonstra – isso aqui são provas apresentadas pela Polícia Federal – que, através do Adelino, houve uma transferência de R$59 mil para sua conta, conta pessoa física. Esse valor foi referente à prestação de algum serviço, de consulta médica, foi alguma coisa que a senhora vendeu, que ele comprou? A que se refere essa transferência de R$59 mil?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou ficar em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Todas essas provas não são coincidências, mas são indícios de uma prática ilícita, de uma prática criminosa. É por isso que aqui se justifica, assim podemos dizer, a indignação de muitos de nós aqui, porque as provas, como disse no início e agora repito, são incontroversas, são incontestes. Recebimento de mais de R$7 milhões por parte de empresas ligadas ao Careca do INSS para as suas empresas, e aqui a senhora menciona na sua apresentação...

Sr. Presidente, por gentileza, está impossível aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Se puder reconduzir pelo menos 40 segundos, Presidente.

O que ocorre aqui? Foram mais de R$7 milhões, R$7,5 milhões transferidos do Careca do INSS para a senhora, e esse valor que foi transferido a senhora, na sua apresentação, afirma que foi referente a aulas médicas para um aplicativo de aposentados. A senhora confirma essa informação?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas hoje mesmo a senhora informou isso, que foi em razão de aulas médicas através de um aplicativo. A gente sabe e a senhora, como médica especialista na área de saúde do idoso, sabe que a pessoa idosa dificilmente tem habilidade com tecnologia, muito menos com aplicativo. E o que nos gera surpresa e espanto é que ninguém teve acesso a esse aplicativo, não tem sequer um relatório. E é por isso que tudo isso faz com que os Parlamentares, todos nós aqui, fiquemos em estado de espanto, porque as provas, repito, são incontroversas. E aqui o que a gente esperava é que a senhora pudesse trazer essa informação.

Aumento patrimonial. A senhora, entre 2020 e 2024, juntamente com o Sr. Virgílio, que, concursado como Procurador Federal do INSS, recebe uma média de R$24 mil por mês, houve um aumento patrimonial de mais de R$6,3 milhões.

Tentaram comprar um apartamento no valor de mais de R$28 milhões. Aqui mostraram a foto do apartamento, um apartamento muito bonito. O problema não está em comprar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

apartamento, não tem que criminalizar quem é rico. O problema está que, ao tentar comprar – e há histórico de compra de apartamentos em dinheiro vivo, à vista, ou seja, não há uma transferência bancária, talvez para desviar a fiscalização ou para dificultar a fiscalização –, mas o problema está que, na hora em que estourou a Operação Sem Desconto, simplesmente vocês desistiram de comprar o apartamento que vocês desejavam comprar. Se é algo lícito, se não é algo ilegal, se não é algo imoral, por qual razão desistiram de comprar o apartamento no valor de R$28 milhões?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A transferência do Porsche, do carro, um Porsche avaliado no valor de R$700 mil... É claro que todo mundo aqui faz o que quer, não pode se dizer que só pode ter um Porsche quem é jovem ou quem é homem. Isso inclusive seria uma afirmação machista. Uma mulher pode ter um Porsche. Mas a senhora costuma utilizar carros nesse padrão?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A transferência desse veículo para o seu nome, sem que houvesse a comprovação de um pagamento da senhora para o Careca, isso, segundo a Polícia Federal, caracteriza a transferência de um bem como se fosse o pagamento de algo que não é lícito. A senhora tem alguma coisa a informar sobre essa transferência? Simplesmente o Careca acordou num dia inspirado e decidiu presentear a esposa do Procurador Federal do INSS com um Porsche no valor de R$700 mil? A senhora concorda comigo que é algo estranho, que gera estranheza, que gera indícios de criminalidade?

A SRA. THAISA HOFFMANN JONASSON – Eu vou ficar em silêncio, mas toda a documentação será entregue, juntada aos autos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

E é nesse sentido que eu lamento muito, porque eu confesso que foi inevitável, por isso que eu fui o último a falar hoje, porque é algo que toca muito a gente. Eu entendo... E por isso que, apesar de, naquele dia, a gente ter discutido na fala da Conafer, eu procuro sempre, dos episódios mais tristes, tirar aprendizados e buscar crescer com todas as situações. Eu estou aqui e, inevitavelmente, eu não consigo não pensar na minha esposa, eu não consigo parar de pensar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu filho. Daqui a algumas semanas eu vou ser presenteado por Deus com mais um filho, minha esposa está grávida de oito meses. E eu fico, assim, extremamente machucado de ver tantos bens, tantos valores serem vilipendiados.

São pessoas que passaram num concurso público extremamente meritório, como o concurso de Procurador Federal, ser Procurador Federal do INSS, que teve oportunidade divina de ser servidor público, para defender as pessoas, para cuidar das pessoas, mas utilizou do seu privilégio, das suas prerrogativas, da sua influência para roubar, para matar, para destruir, para tirar dinheiro de pessoas idosas, para tirar dinheiro de aposentado, para tirar dinheiro de pessoas que recebem BPC. E testemunhar a Sra. Thaisa aqui; ver tudo isso que foi feito nessa organização criminosa; ver que, a todo dia, a gente tem uma série de entraves para tentar investigar, para tentar fiscalizar; ver quantas pessoas no Brasil, de norte a sul, leste a oeste, por todo o país, esperam por essa investigação; e ver que muitos daqueles que têm oportunidade de colaborar, de informar, de dizer, de esclarecer estão perdendo essa chance de trazer essas informações...

E eu só posso rogar a Deus que vocês, que cometeram erros, que cometeram ilicitudes, que vocês possam refletir, não por si próprio, não talvez pelas pessoas, porque, se tivesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... um tipo de consciência, de amor para com o próximo, nada disso teria acontecido, mas que possam, sobretudo, pensar nos filhos de vocês, que possam, sobretudo, pensar nas famílias de vocês, porque, neste momento, quem mais sofre são as esposas, são os filhos, são as mães, são os pais, são aqueles que acabam sendo condenados, porque, infelizmente, tudo isso que está acontecendo aqui vai ficar para a eternidade.

E talvez hoje uma criança não entenda, mas talvez os filhos daqueles que hoje cometem crimes, daqui a 10, 15 anos vão ver e vão ter muita vergonha daquilo que seus pais fizeram com tantas pessoas inocentes, que não tiveram a chance de se defender, que não tiveram a chance de alegar direitos constitucionais fundamentais, como o direito de permanecer calado, e foram elas condenadas a uma pena de caráter perpétuo: a condenação à perda de um direito a um benefício social, à perda de uma aposentadoria. E isso a gente não pode aceitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é por essa razão, Sr. Presidente, que eu estou ao seu lado, ao lado daqueles que querem fazer justiça, defender aqueles que foram roubados e fazer com que aqueles que foram criminosos possam responder com todo o rigor que a lei prevê.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Duarte.

Encerrada a fase de falas dos Deputados, suspendo a sessão por 15 minutos.

(Suspensa às 17 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 56 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão.

Antes de darmos início aqui à segunda fase, à oitiva do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho e alguns anúncios, permitam-me aqui algumas palavras.

Primeiro, o seguinte: vou passar aos Srs. Deputados e Senadores a relação dos próximos nomes que já estão confirmados para comparecimento a esta CPMI.

Na próxima segunda-feira, dia 27/10, está convocado o Sr. Alexandre Guimarães, ex-Diretor de Governança e Planejamento e Inovação do INSS. Também foi convocada a Sra. Cecília Rodrigues Mota, que não respondeu a esta CPMI, e esperamos dos advogados um posicionamento, como eu abri a sessão, para que a gente evite um pedido de prisão temporária. Na terça-feira, dia 28, o Sr. Domingos Sávio de Castro, que é sócio de várias empresas de *call center*, e também o Sr. Henrique Binder Galvão. Dia 3/11, está confirmado o Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da CBPA. Dia 6/11, está confirmado o ex-Ministro Onyx Lorenzoni. Dia 10/11, o Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Contag. Dia 13/11, o Sr. Eric Douglas Fidelis. E, dia 17/11, o Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-Coordenador-Geral de Pagamentos e Benefícios do INSS.

Antes de iniciar a segunda fase, eu quero fazer aqui um apelo, um apelo pelos gritos de socorro e de indignação das viúvas, dos aposentados e dos órfãos deste país, um apelo ao Ministro André Mendonça, em nome daqueles que não têm voz, em nome dos que pagaram a vida inteira, acreditando no Estado, e hoje vivem com o mínimo, sendo ainda vítimas de corrupção. Faço este apelo ao vivo, diante dos membros desta CPMI e de todo o Brasil, um apelo que nasce do coração de quem há mais de dois meses tem doado dias e noites para buscar justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

– mais de 300 horas de trabalho, centenas de requerimentos, dezenas de oitivas e provas incontestáveis.

Ministro André Mendonça, confiamos plenamente em V. Exa. Sabemos da sua seriedade, do seu equilíbrio, do seu compromisso com a verdade, mas o tempo da paciência acabou, Ministro. Agora, é tempo de ação. Decrete as prisões já aprovadas por esta CPMI. São 19 pedidos, todos baseados em provas documentais, periciais, testemunhais, que comprovam a atuação direta de pessoas e entidades no desvio de recursos da previdência, no roubo de aposentados, no enriquecimento ilícito à custa da miséria dos brasileiros. Esses homens não vivem sob suspeita, vivem do roubo dos mais pobres, Excelência. Enquanto o aposentado chora diante do contracheque, eles brindam com champanhes e vinhos caríssimos importados. Milhões foram gastos dessa forma. Não é erro, Excelência, é covardia. É roubo da velhice, é o escárnio contra quem construiu este país com as próprias mãos. Enquanto o povo pede respeito, eles compram o silêncio e a blindagem. Enquanto aposentados esperam por justiça, o fraudador faz *check-in* pelo mundo: Dubai, Miami, ou paraísos fiscais, onde podem esconder o dinheiro roubado.

Tenho encontrado um povo esperançoso, ansioso, com os olhos fixos nesta CPMI, em todas as áreas e regiões a que viajo por Minas Gerais e tenho certeza de que todos os Parlamentares desta Casa também estão recebendo da população o apoio a todo o nosso trabalho; um povo que clama todos os dias por justiça, que acredita que ainda há homens e mulheres dispostos a lutar por eles. E quando olho para esse povo, eu lembro que essa luta não é política, é moral, é espiritual, é humana.

O grito da idosa, da viúva, do aposentado enganado ecoa todos os dias pelo Brasil. E nós sabemos quem cuida dessas pessoas, dentro da minha fé, da fé da maioria do povo brasileiro: Jesus, o nosso maior mestre, que esteve nessa terra e ensinou que justiça é, antes de tudo, parte da compaixão, mas justiça também tem de ser feita àqueles que clamam.

O Brasil está acordando, senhores. Esta Comissão fala em nome do povo, e quem fala em nome do povo fala com o poder constitucional. Por isso reafirmo aqui: não descansaremos enquanto o último culpado não for preso, responsabilizado e cada centavo roubado não for devolvido ao povo brasileiro. O Brasil precisa acreditar que ainda existe justiça, e esta CPMI é a prova viva de que a verdade ainda tem endereço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando um aposentado abre o contracheque e não entende o que aconteceu, há um corrupto do outro lado da tela rindo e brindando com o fruto do furto. Esta é a cena real do Brasil que nós queremos apagar da história. Nós não podemos permitir. O que fizeram com os aposentados não é erro, eu repito, é covardia; é o roubo da velhice, é o deboche contra quem trabalhou uma vida inteira.

É assim que eu encerro este pronunciamento: como comecei, com um apelo. Ministro André Mendonça, o Brasil confia em V. Exa. Sabemos da sua retidão, da sua fé, do seu compromisso com a verdade, mas o Brasil clama para que a Justiça aja, clama para que as prisões já aprovadas sejam decretadas, clama para ver o poder da verdade vencendo o silêncio da impunidade. Como está escrito em Tiago, no capítulo 1, versículo 27, a verdadeira fé não está nas palavras, mas em cuidar das viúvas e dos órfãos. É isto que esta CPMI faz: transforma fé em ação, e compaixão em justiça. Eu tenho certeza, Ministro, de que V. Exa. ouvirá esse apelo e o Brasil verá a justiça acontecer.

Deus abençoe esta Casa! Deus abençoe o Brasil!

Oitiva do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Requerimentos 36, do Senador Izalci Lucas; 342, do Deputado Beto Pereira; 369, do Deputado Duarte Jr.; 430, desta Presidência; 437, do Deputado Zé Trovão; 463, do Deputado Marcel van Hattem; 549, do Deputado Rogério Correia; 804, do Senador Randolfe Rodrigues; 894, do Senador Fabiano Contarato; 1.091, da Senadora Eliziane Gama; 1.124, do Deputado Orlando Silva; 1.316, do Deputado Paulo Pimenta; 1.755, do Deputado Evair de Melo.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Presidente, pela ordem. Novamente, a gente não vai prestar o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Doutora. Eu posso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Os motivos já foram esclarecidos anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir, então, a gentileza de o Sr. Virgílio responder à pergunta.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Não vou prestar, por orientação dos meus advogados, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Passo a palavra ao Sr. Virgílio por 15 minutos.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Boa noite a todos.

Meu nome é Virgílio Oliveira Filho. Sou Procurador Federal de carreira. Integro a Advocacia-Geral da União desde 2006, por concurso público. Sempre pautei a minha vida pública em defesa da Constituição e do Estado brasileiro.

Exerci vários cargos de direção e assessoramento em diversos governos. Exerci advocacia de Estado, e não de governo.

Fui, em 2011 e 2012, Coordenador-Geral de Processo Disciplinar e Direito Administrativo da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social. Em 2014, assumi a Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, trabalhando com três ministros de Estado diferentes. Em seguida, fiquei na chefia da Consultoria Jurídica até o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, quando fui, cedido pela Advocacia-Geral da União ao GDF, chefiar o jurídico da Secretaria de Saúde do DF no Governo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio na sala, por favor. Silêncio na sala!

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... no Governo Rodrigo Rollemberg. Em seguida, recebi o convite, no Governo Michel Temer, de chefiar a Procuradoria-Geral da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), onde fiquei por quase três anos, saindo já no Governo do Presidente Jair Bolsonaro, para assumir pela primeira vez a Procuradoria-Geral do INSS, onde fiquei até 2022, a convite do então Ministro José Carlos Oliveira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que era Presidente do INSS e ascendeu a Ministro de Estado do Trabalho e Previdência, e me convidou a reconstruir a Consultoria Jurídica do então Ministério do Trabalho e Previdência em 2022. Em outubro de 23, já no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, recebi o convite do Presidente Alessandro Stefanutto para assumir, pela segunda vez, a Procuradoria-Geral do INSS, onde fiquei até abril de 2025.

Reitero que todos os cargos por mim assumidos, os cargos em comissão, foram de indicações técnicas. Não sou político, não tenho padrinho político, sou apartidário e sempre desempenhei minhas funções com base na Constituição e sem questões políticas. Venho a esta Comissão respondendo à convocação por V. Exas. para colaborar – com algumas limitações, tendo em vista que minha defesa técnica, meus advogados me orientaram que algumas questões têm que ser debatidas ainda no processo... no inquérito policial antes. Nem tive a oportunidade ainda de depor na Polícia Federal. A investigação está em andamento. Relembro que é uma investigação ainda em andamento. Não sou indiciado, não sou réu, muito menos condenado, né?

Percebi já, em algumas falas de Parlamentares desta Comissão, um prejulgamento. Não fui ouvido, não prestei esclarecimentos, mas já percebi um prejulgamento muito forte com base no que eu tenho ouvido e visto nesta CPMI.

Com base em todas essas questões, eu colaborarei, falarei aqui, defenderei os meus atos enquanto Procurador-Geral do INSS e estou à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Lembro que, como li inicialmente, o Sr. Virgílio também está debaixo de um *habeas corpus* concedido pelo Ministro Luiz Fux que permite a ele constitucionalmente o direito de não responder às perguntas que considere autoincriminatórias.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, boa noite. Em nome de V. Exa., quero saudar a todos, inclusive o depoente.

Sr. Presidente, não dá para começar este momento sem mandar um grande abraço de solidariedade, respeito e confiança aos mais de 12 milhões de funcionários públicos, na sua imensa maioria decentes, competentes e honestos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Virgílio, como V. Sa. falou, V. Sa. está sendo ouvido aqui antes de ter sido ouvido na Polícia Federal. Portanto, para aqueles que dizem que a CPMI está a reboque, nós estamos ouvindo pela vez primeira, antes da Polícia Federal, o Sr. Virgílio.

Coloca aqui, por favor, aquela foto inicial.

Sr. Virgílio, tirar foto não é crime em local nenhum do mundo. O senhor está aqui no seu ambiente de trabalho. O senhor poderia me confirmar se o senhor é essa pessoa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Virgílio, essa foto foi tirada... E aqui, na cabeça da mesa, está o atual Ministro Wolney Queiroz, que foi muito infeliz em dizer que a CPMI era uma pirotecnia.

O senhor está aqui, e eu identifico esse ao seu lado; está o Sr. Osório Oliveira. O senhor conhece essa pessoa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Conheci no dia dessa reunião.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer o que essa pessoa estava fazendo aqui, nessa reunião?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Me foi apresentado como assessor do Deputado Wolney.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Virgílio, o senhor assumiu a chefia, em 2023, do INSS. Em que mês?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Salvo engano, outubro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor está aqui sentado nessa mesa na condição de que função?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Acredito que consultor jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor, nessa época aqui, estava na função de consultor jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência.

O senhor se recorda de quem lhe convidou para essa reunião?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Pelo que eu me recordo, eu estava na minha sala, que fica dois andares acima dessa, no nono andar da sede do Ministério da Previdência, quando fui chamado à sala do Secretário-Executivo, no sétimo andar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor só... Por favor, quem é o Secretário-Executivo aqui, que eu não consigo identificar aqui na mesa? Está aqui presente?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O Deputado Wolney iria assumir, já tinha sido anunciado que iria assumir como Secretário-Executivo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nessa reunião aqui, então, o Secretário-Executivo era o Wolney Queiroz.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ainda Deputado Federal...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ainda Deputado.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... ainda em mandato, e indicado a Secretário-Executivo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor. Mas foi ele quem lhe chamou para essa reunião?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Foi o gabinete.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi o gabinete.

E nessa reunião aqui está, por exemplo, Alexandre Guimarães, que vem segunda-feira; está o André Fidelis, que já era pra ter vindo, mas adoeceu; está o Superintendente do Nordeste... Mas aqui tem uma pessoa que eu não consigo identificar como funcionário público: esse rapaz aqui, conhecido como Careca do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, um Ministro de Estado com todo o *staff*, mas essa pessoa aqui me causou uma certa surpresa, como também o Sr. Osório.

O senhor poderia me informar... E aqui não tem nada para acusá-lo, o senhor está como parte de uma reunião do seu trabalho. O senhor poderia me informar o que essa figura aqui, impoluta, está fazendo nessa reunião?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não posso informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer se já conhecia essa pessoa aqui... Porque o senhor já me disse que esse o senhor conheceu lá. Esse aqui, o senhor já o tinha visto em outras oportunidades?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Já.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Parabéns! O senhor realmente veio com espírito de colaborar. Pelo menos até agora.

E o senhor pode me dizer o assunto dessa reunião?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Foi falado sobre previdência social, sobre INSS...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o quê, basicamente, para esse rapaz estar aqui nessa reunião?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Isso eu já não consigo responder.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Vamos passar aqui. (*Pausa.*)

Volta aqui, por favor.

Cadê o Leandro?

Esse rapaz aqui... O senhor sabe quem é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Assessor do então Deputado Wolney Queiroz. Pelo menos assim se apresentou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Apresentou. Tá.

Aí... Vamos passar.

Foi exonerado no dia 27 de janeiro...

Agora passa mais uma... Não, volta então.

Nesse RIF aqui, 132166, no período que a gente está verificando, que aquela reunião foi em 13 de janeiro, esse rapaz recebeu 50 mil do Careca do INSS, da Prospect. Então, eu queria dizer que isso aqui nem é circo, nem é pirotecnia. O assessor sentado na mesa do atual Ministro da Previdência recebeu do maior criminoso do roubo do INSS R$50 mil – volta lá – e estava na primeira reunião do Ministro Wolney Queiroz, no dia 13 de janeiro de 2023.

Pergunto ao senhor: o senhor sabe por que este rapaz que está sorridente ao lado desse outro, apontado pela Polícia Federal como chefe de organização criminosa que desviou R$2 bilhões dos aposentados, estava na reunião com todos os senhores?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não sei responder. Não fui eu que chamei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, dando uma resposta educada, o Sr. Ministro da Previdência precisa vir aqui explicar por que o assessor... R$50 mil do Careca do INSS no mesmo período da reunião. O atual Ministro da Previdência tem batom na cueca e precisa explicar isso aqui.

Agora, passa aí, por favor.

Passa mais, passa.

O senhor acredita que aqui a maior guerra é para saber quem é o seu padrinho político e de qual Governo o senhor participou? E cada um aponta para uma direção. E se eu dissesse ao Brasil que o senhor é um conceituado funcionário público que foi aproveitado por vários governos por sua capacidade... Aí eu lhe pergunto: o senhor é funcionário da carreira da AGU?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sim, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguém lhe botou lá ou foi o senhor que fez concurso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Concurso público.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Agora, em 2008... O senhor recorda quem era o Presidente da República em 2008?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Em 2008, Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o senhor estava no Ministério da Defesa. O senhor trabalhou com o Ministro Nelson Jobim?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trabalhou no Ministério da Defesa nessa época?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu trabalhei no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), que era um órgão ligado, primeiramente, à Casa Civil da Presidência da República e, posteriormente, foi ao Ministério da Defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Perguntei qual o Governo, o senhor disse "Luiz Inácio Lula da Silva".

Em 2010, o senhor, coordenador da CGCAJ da Previc, Ministério da Previdência Social. O senhor trabalhou com o Sr. José Pimentel?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O Ministro José Pimentel era Ministro da Previdência na época. Não trabalhei diretamente com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Superintendência Nacional, Previc, 2010, que Governo era?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor trabalhou com o Sr. Ricardo Pena?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Trabalhei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministério da Previdência Social, Ministro Carlos Gabas. O senhor trabalhou com ele?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Trabalhei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que Governo era esse, em 2010?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ainda era Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De 2011 a 2014, Ministro Garibaldi Alves Filho, o senhor trabalhou com ele?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Trabalhei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que Governo era?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ah, Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De 2014 a 2016, Ministério da Previdência Social, que Governo era?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor trabalhou com Miguel Rossetto?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Por um curto período de tempo, quando o ministério foi fundido, Trabalho e Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Garibaldi Alves Filho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Trabalhei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Carlos Gabas?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Trabalhei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi Secretário de Estado... Secretaria de Estado da Saúde, assessor jurídico, de 2016 a 2017. Quem era o Governador?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Governador Rodrigo Rollemberg.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Superintendência Nacional Previc, aqui não tem dizendo a data.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Dois mil e... Ah, posso responder?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Em 2017, Governo do Presidente Michel Temer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Até dois mil e...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Até 2020, quando fui para a Procuradoria-Geral do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi aqui, Governo Michel Temer, Procurador-chefe até o Governo do...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Bolsonaro.

Aí INSS, 2020 a 2022. Qual era o Governo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor era Procurador-chefe de onde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Procurador-Geral do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Consultor jurídico, ministro... Quem era o Ministro quando o senhor foi consultor jurídico?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – José Carlos Oliveira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor ficou lá até 2023. Quem era o Presidente?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ah, 2023, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi assistente técnico – que eu não sei o que é isso – de 12 de maio a 29 de setembro, no INSS. Quem era o Presidente?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Inicialmente o Glauco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente da República.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Depois, o senhor assumiu a Procuradoria-Geral do INSS, de 23 a 25. Quem era o Presidente da República?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, só para dizer que esse servidor público concursado trabalhou em cargos de comando: Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro, de novo, Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu aqui quero perguntar ao senhor: o senhor é amigo pessoal de Nelson Jobim?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Amigo de José Pimentel?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Amigo de Ricardo Pena?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De Carlos Gabas?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De Miguel Rossetto?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Garibaldi Alves Filho?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Leonardo Rolim?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Paulo Guedes?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – José Carlos Oliveira?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alessandro Stefanutto?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Desenvolvi uma amizade com o Stefanutto por ser de carreira, e já o conhecia há muito tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Glauco Wamburg?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Alexandre o senhor já disse.

Algum desses aqui presentes, algum desses indicou o senhor? Aí eu gostaria... Aí eu vou falar um pouquinho mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para, para... Vamos falar a partir de Garibaldi. Quem o indicou para Coordenador-Geral num...

Vamos falar de Gabas. Quem o indicou, enquanto Gabas era Ministro da Previdência, para esse cargo de chefia?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Deixe só eu ver qual o ano ali, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era 2010.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Em 2010, foi uma indicação da AGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da AGU. Muito bem.

Quem o indicou como Coordenador-Geral da Conjur? De 2011 a 2014, Ministro Garibaldi Alves Filho.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu já estava na equipe da Consultoria Jurídica e apenas ascendi a Coordenador-Geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Miguel Rossetto?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu estava na equipe e... Mas não foi o Miguel Rossetto. Foi... Eu continuei no mesmo cargo desde o Ministro Garibaldi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O Ministro Gabas manteve e o Ministro Rossetto também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Procuradoria Federal Especializada, Procurador-Geral. De 20 a 22, Leonardo Rolim. Quem o indicou?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Quem me convidou foi o ex-Secretário de Previdência, Bruno Bianco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Bruno Bianco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bruno Bianco. O senhor tinha alguma amizade com Bruno Bianco?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Somos da mesma carreira e conheci o Bruno quando ele era da PFE-INSS, Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios, e eu era Consultor Jurídico, trabalhamos juntos em algumas questões, e ele conhecia o meu trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos para Paulo Guedes, Ministério da Economia, porque na época havia essa consultoria porque estava tudo junto. Quem o indicou para a Consultoria Jurídica?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Na realidade, nunca trabalhei com o Ministro Paulo Guedes, nem no Ministério da Economia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O que aconteceu ali deve ser alguma questão de sistema, porque o Ministério do Trabalho e Previdência foi recriado saindo do Ministério da Economia. Então, deve ter sido alguma questão de sistema, porque eu nunca fui do Ministério da Economia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, nessa época, quem o indicou para essa consultoria?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – José Carlos Oliveira, Ministro do Trabalho e Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu perguntei, mas vou ser redundante: José Carlos Oliveira é seu amigo pessoal?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não diria que é amigo pessoal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No Ministério do Trabalho e Previdência, o senhor também assumiu a Consultoria Jurídica com ele, dirigente do órgão. O senhor poderia dizer quem o convidou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não foi a última pergunta que o senhor fez?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, a última pergunta, eu tinha feito, na época do Paulo Guedes.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mas não são duas épocas, é a mesma época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, é a mesma época? Então, fui eu que me confundi. Agradeço.

Na época de Alessandro Stefanutto, quem foi que o convidou para ser Procurador-chefe?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O próprio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O próprio?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Alessandro Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí por favor.

Olha, aqui, Sindiapi, Sintapi, Unipab, AAPB, Ambec, Abrapps, Sinab, Sintraapi, Riaam, Cinaap, Unaspub, AAPPS Universo, Fitf/CNTT/CUT, todas... Aqui uma de 64 milhões, a outra de 15 milhões, a outra de 178 milhões, 190 milhões, quase 500 milhões, 5 milhões, 57 milhões, 80 milhões, 250...

O que me interessa é que o senhor era o Procurador-chefe dos ACTs.

Passa aí, por favor.

Caap, Conafer, AAB, Abapen, Sindnapi, Master Prev, Asbrapi, Abrasprev, Abenpreb, Kepper, Cabprev, Anddap, Aasap, Aaspa e Contag.

O senhor era o Procurador-chefe. Só aqui, a Contag, 3 bilhões, quase 4 bilhões. A outra, 63 milhões, 94 milhões, quase 600 milhões.

Vê aí, passa.

E aí, André Paulo Fidelis era o Diretor do Dirben em 16 oportunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa aí, por favor.

O senhor, dos 40 ACTs vigentes, na época da operação, dos acordos de cooperação técnica, o senhor estava presente em 28 desses ACTs. Ou seja, se tem alguém que deu indicação jurídica para isso acontecer, o senhor estava presente, nesses 28.

Passa aí, por favor.

Tem mais? Foi?

Mas vou aqui para as perguntas.

Dá licença aí, por favor.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Posso responder ali, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode.

Deixa eu fazer as perguntas, e o senhor vai ter a oportunidade de responder.

Então, nós já vimos o seu histórico, nós já vimos o quantitativo de ACTs, e eu iria perguntar ao senhor agora...

Eu fiquei, confesso ao senhor, que fiquei muito mal hoje vendo a sua esposa, lactante, aqui hoje, tendo que vir à CPMI e sendo questionada diante das dúvidas que nós todos temos.

O senhor poderia me dizer se o senhor veio de um berço já com um patrimônio de família, ou tudo que o senhor conquistou foi fruto do seu trabalho?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Tudo que eu conquistei foi fruto do meu trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me falar da sua evolução patrimonial nesses últimos cinco anos?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Por orientação dos meus advogados, eu permanecerei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Excelência, eu vou pedir a palavra, pela ordem, para que a gente respeite, nesta sessão, a garantia constitucional do silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – De novo?

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Esse assunto já...

É, de novo. De novo é necessário esclarecer – de novo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me esclarecer qual a profissão da sua esposa, Thaisa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A Dra. Thaisa é médica, empresária, pesquisadora e professora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer há quanto tempo o senhor mantém um relacionamento conjugal com a Doutora?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Conheço a Dra. Thaisa desde 2017.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer se a Doutora é a sócia majoritária da Curitiba Consultoria?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu não posso responder pela Dra. Thaisa e ficarei em silêncio, por orientação dos meus advogados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se a Dra. Thaisa é sócia majoritária da THJ Consultoria?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, é a mesma resposta anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer se a Dra. Thaisa é também a sócia majoritária do Centro Médico Vitacare?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, mantenho a minha resposta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer se a Dra. Thaisa é a sócia majoritária de uma *offshore* chamada Sphere Empreendimentos e Participações?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu mantenho a minha resposta, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me esclarecer se o senhor tem uma irmã chamada Maria Paula Xavier da Fonseca?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer se a sua irmã tem alguma empresa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, não posso responder por ela.

Eu, por orientação dos meus advogados, permaneço em silêncio e reafirmo que estou aqui à disposição para colaborar, enquanto Procurador-Geral do INSS, que fui, nos meus atos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor, tá.

O senhor poderia me dizer se a sua irmã é a proprietária da empresa Xavier Consultoria?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mesma resposta anterior, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer qual a sua relação com um sócio da sua esposa chamado Rubens Oliveira Costa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer de que forma pagou um imóvel à Construtora Andrade Ribeiro no valor de R$5,375 milhões, no dia 15 de maio de 2025?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu não possuo tal imóvel.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer se o senhor adquiriu um imóvel em 10 de outubro de 23, por meio da THJ Consultoria, no valor de quase R$900 mil?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me esclarecer a compra de um imóvel que tem, como vendedor, José Lopes, 22 de julho de 22, no valor de R$206 mil?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

No dia 11 de setembro de 2025 – agora mais perto –, foi comprado um imóvel pela sua esposa, através da THJ Consultoria, no valor de R$390 mil, pago à vista também. O senhor poderia esclarecer que imóvel é esse?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O senhor poderia me explicar por que, quando o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes foi alvo de uma busca e apreensão, tinha vários percentuais relacionados ao senhor – pagamento 5%, pagamento 15%, pagamento 30% –, com o nome do senhor, Virgílio, anotado numa caderneta da secretária do Sr. Antônio Carlos Camilo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, infelizmente, eu não tenho como responder a essa pergunta... Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O senhor poderia me dizer por que a CGU e a Polícia Federal detectaram um aumento de R$18 milhões no seu patrimônio, nos últimos cinco anos?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não procede, Excelência, e mantendo a minha linha de ficar em silêncio nessas questões... Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor respondeu aí, e eu achei muito importante: "Não procede".

A afirmação não é do Relator, não. A afirmação aqui... Há uma divergência de acréscimo patrimonial entre a PF e a CGU: uma fala em R$6 milhões, a outra fala em R$18 milhões. Ambas estão erradas, equivocadas, ou realmente houve um aumento patrimonial?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, o que eu posso falar dessa matéria é que tudo será esclarecido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Bota aqui uma imagem que eu pedi para passar. (*Pausa.*)

Isso aqui foi o jornal *O Globo* quem noticiou: "Procurador-geral do INSS investigado recebeu escolta 'ilegal' da Polícia Federal, em aeroporto".

Bota a imagem aí, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quem é essa pessoa aqui?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sou eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Danilo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com essa pessoa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer se essa mochila aqui continha dinheiro?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não continha, Excelência.

Inclusive, ela passou no raio-X aqui no Aeroporto de Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor poderia me esclarecer essa imagem aqui, em qual aeroporto foi?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Foi Congonhas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer como é que o senhor chegou nesse aeroporto aqui?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Continua, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para aí.

O senhor poderia me responder de onde é essa pessoa com a jaqueta que tem alguma inscrição que eu não consigo identificar e quem era essa pessoa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Da Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor pode me dizer o que é que um policial federal estava recepcionando ambos aqui? Qual o motivo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não posso responder, Excelência.

Não conhecia o policial federal, conheci no dia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos continuar. (*Pausa.*)

Pode continuar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora para um pouquinho.

O senhor entrou nesse carro caracterizado da Polícia Federal?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe a esculhambação que é o país: Polícia Federal, um carro, um agente transportando duas pessoas que hoje estão no centro das investigações.

O senhor poderia me dizer para onde esse carro levou o senhor e o Sr. Danilo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Continua aí, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para aqui.

Esse carro aqui, pelo que eu entendi, é o carro caracterizado da Polícia Federal, com todas as honras e glórias destinadas às grandes autoridades, que conduziu os senhores para hangar privado, e os senhores pegaram um avião particular...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, só um complemento, é dentro da área interna do aeroporto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está dentro da área interna mesmo – dentro da área interna –, aqui eu nunca andei não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou perguntar ao senhor, esse voo foi de Congonhas para onde?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa aeronave foi custeada por quem, para esse voo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Continua.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dá a sensação de poder.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode...

Poucos brasileiros têm esse privilégio de serem conduzidos pela Polícia Federal para embarque na área privada a bordo de um carro da Polícia Federal conduzido por um policial federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volta aqui, por favor.

Foi bem... Foi bem dito, a não ser que esteja preso.

Volta para o gráfico, mas é para o gráfico... Para o gráfico... É para o gráfico das ACTs, para a gente não esquecer... É para a gente não esquecer a questão das ACTs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor disse que assumiu em setembro de 2023, nem sei que vez foi essa que o senhor assumiu, mas o senhor disse que assumiu, e aqui nós estamos com 40 entidades com ACTs vigentes na operação sem desconto de 25 de... Não sei... Em abril de 2025, o senhor foi o Procurador-Chefe, e aqui o senhor passou por vários presidentes do INSS – passa aqui, por favor –, sendo que ninguém assinou tanta ACT ou esteve com o senhor em tantas ACTs quanto o André Paulo Fidelis, Diretor da Dirben. E o Presidente do INSS que mais ACTs, na história do INSS, assinou foi aquele cidadão que chegou aqui muito bravo, o Sr. Alessandro Stefanutto, que hoje – que hoje – está proibido de frequentar, junto com o depoente, a AGU. Saiu hoje, inclusive... Foi ontem, saiu ontem.

O senhor poderia me dizer qual o papel do Procurador-Geral? Essa pergunta nem é capciosa, nem está lhe incriminando, mas já que o senhor esteve presente em 28 ocasiões, o senhor poderia me dizer qual é o papel do Procurador-Geral na assinatura de um ACT (acordo de cooperação técnica)?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu acredito que nessa página quase que inteira não tem nenhum papel o Procurador-Geral aí. Por quê? Porque, em 2023, o então Procurador-Geral tomou uma portaria de delegação de certos processos, processos esses em que se incluíam os acordos de cooperação técnica, então, não se passava mais pelo Procurador-Geral. Esses processos aí – 99% – não têm a minha assinatura, nem minha ingerência e não passavam pela Procuradoria-Geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo, uma boa resposta do senhor.

O senhor foi convidado para ser Procurador-Geral, pelo que eu entendi, através da única pessoa que o senhor disse aqui que tinha um relacionamento mais próximo, que era o Sr. Stefanutto. Houve, por parte da Procuradora Federal Especializada, a Chefe da Procuradoria, houve alguma resistência para o senhor voltar a chefiar a Procuradoria-Geral do INSS?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A Procuradoria-Geral Federal se manifesta em todas as liberações de procuradores e nomeações de procuradores. Não é incomum discordar de uma nomeação ou outra, e nesse caso foi escrito pela Procuradora-Geral Federal que ela não via... Adriana Venturini...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Dra. Adriana Venturini.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Dra. Adriana Venturini. E ela escreveu que não via motivos para a troca do Procurador-Geral do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O senhor sabe que, depois desse parecer, dessa manifestação contrária à sua vinda para a Procuradoria-Geral do INSS, o senhor sabe dizer quem lhe deu essa autorização?

Porque ela se manifestou contrária. Eu estou com o documento.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sim, e a competência final é do Advogado-Geral da União.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quem era o Advogado-Geral da União?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Jorge Messias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem autorizou o senhor voltar à Procuradoria-Geral do INSS? Foi quem? Estou falando...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O Advogado-Geral da União.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é o nome?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Jorge Messias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O senhor retornou para a Procuradoria-Geral do INSS, cargo que, diga-se de passagem, o senhor também ocupou no Governo passado, não é isso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas neste Governo aqui atual, o senhor chegou no mês de?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Outubro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Outubro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De que ano?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – De 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor chegou, já estava na Presidência do INSS, pelo que eu vi, o seu amigo, como o senhor afirmou aí de todos, Alessandro Stefanutto. O senhor pode me dizer se André Paulo Fidelis já estava na Dirben?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com André Paulo Fidelis?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Já havia trabalhado com ele no Ministério da Previdência Social.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer em qual ano o senhor tinha trabalhado com André Paulo Fidelis no Ministério da Previdência Social?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Acredito que em 2013 ou 14, quando ele foi Chefe de Gabinete do Ministro Garibaldi Alves Filho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seria certo eu dizer ao senhor que o início do relacionamento do senhor com André Paulo Fidelis foi durante a gestão de Gabas como Chefe de Gabinete, aliás, desculpa, de André Fidelis como Chefe de Gabinete do Ministro Garibaldi?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ali eu conheci o Sr. André Paulo Félix Fidelis e tive uma relação de trabalho com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O senhor tomou conhecimento, em algum momento dessa sua longa trajetória, porque, a não ser que eu esteja enganado, o senhor é Procurador Federal da carreira da AGU, mas o senhor, teoricamente, o senhor não tem nada a ver com o INSS. O senhor foi designado para ficar no INSS, estou correto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Os procuradores federais atuam nas autarquias federais. O INSS é uma autarquia federal, então tem uma procuradoria com procuradores federais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – E, se me permite até, Excelência, complementar aquela resposta anterior, que o processo não passa pelo Procurador-Geral. Ele passa por um procurador federal concursado, que dá o parecer dos processos de ACT, e são aprovados pelo Coordenador-Geral, que é outro procurador federal concursado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Então tem duas assinaturas de dois procuradores federais concursados e não a do Procurador-Geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O importante é que o senhor disse que, nesses daqui, 99% o senhor não teve nenhum tipo de participação, não é isso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O processo não passa pelo Procurador-Geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo.

O senhor poderia me dizer quais foram os procuradores especializados que participaram dessas assinaturas enquanto o senhor era Procurador-Geral?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Só consultando os processos, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, Senhor.

Aí eu vou lhe perguntar: o senhor assumiu em outubro de 23. Eu estava vendo aqui, eu estava vendo um processo da Contag em que houve expressamente, da Procuradoria Especializada, dizendo para não haver uma inclusão em lote ou algo parecido. O senhor conhece melhor esses termos técnicos. O senhor acabou de me dizer que o senhor não tem nada a ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

com isso aqui, eram os procuradores especializados. Por que o senhor avocou esse processo para o senhor?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – É prerrogativa do Procurador-Geral avocar determinados tipos de processo, dependendo da necessidade e pedido da autarquia. Não é nenhum movimento fora da usualidade, é comum, e o Procurador-Geral está para isso. E, nesse caso específico, ele não tinha passado pelo Procurador-Geral anterior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Se eu já puder dissertar sobre a resposta também...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a pergunta, deixa eu, só para a gente, objetivamente, depois, se o senhor quiser, o senhor explica mais.

A pergunta que eu queria fazer ao senhor eu fiz: sua participação aqui nesses...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... ACTs, e o senhor disse que quase zero. E aí eu estou lhe perguntando: se o senhor não tinha essa participação, por que o senhor trouxe esse processo da Contag, contrariando determinação legal? Eu falo da inclusão em lote. Por que o senhor trouxe para o senhor, disse que era de baixa complexidade, meteu a caneta para cima e autorizou essa inclusão em lote?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Porque eu entendo que é de baixa complexidade. O processo já tinha tramitado pela Procuradoria anteriormente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tinha parecer favorável ou contrário?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Tinha um parecer da Procuradoria contrário à questão do lote.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – E a situação fática mudou, a situação temporal também mudou. Já vinha-se a Contag fazendo o pedido há certo tempo. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

última manifestação da Procuradoria foi seis meses antes, seis ou sete meses antes da minha manifestação, e a situação fática do sistema do INSS não tinha alterado ainda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Eu posso lhe perguntar, eu posso lhe...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A pedido da advocacia, a sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 18 horas e 57 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 11 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão.

Continua com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu estava respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, pois não, Excelência. Me perdoe.

Quando a advogada solicitou o prazo, então, por gentileza a resposta.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, como houve esse intervalo, eu não me lembro nem de qual era a pergunta. Se fosse importante... Se fosse feita novamente para o senhor responder, fica melhor para nós.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Coloque aquele quadro de novo de ACT, por favor, dos acordos de cooperação. (*Pausa.*)

Pode deixar aí.

O senhor foi perguntado por que, mesmo sendo uma válvula de fraude muito grande a questão da inclusão em lote e com parecer contrário – parecer contrário – da Procuradoria Especializada, o senhor buscou, avocou, trouxe para si esse parecer desse processo de liberação de 30 mil associados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que quer dizer isso? – porque o povo é leigo e muitos não sabem. Nós estamos discutindo, no meio de um processo, porque muita gente teve autorização de desconto e, depois, foi descoberto que essas autorizações eram fraudadas, mentirosas. E o senhor, com uma longa trajetória no INSS, Procurador-Chefe em mais de uma ocasião, contra o parecer do seu colega, o senhor avocou, disse que era baixa complexidade e urgência, e o senhor autorizou um lote de quase 30 mil descontos.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Excelência, não fui eu que disse que era máxima urgência; foi a área técnica que enviou o processo e escreveu no despacho "máxima urgência".

Neste momento, eu gostaria até de voltar um pouco. O processo se iniciou a pedido da Contag. A Contag oficiou o INSS. Foi para a área técnica do INSS. Transitou por duas áreas técnicas, a DTI e a Dirben. A DTI informou da impossibilidade do sistema, que continuava com problema. A Dirben deu o entendimento dela, perguntando se tinha viabilidade jurídica aquele entendimento da Dirben; se poderia fazer aquele procedimento. A Procuradoria, que é órgão opinativo, não é órgão mandatório; o Procurador-Geral, como já tinha tido uma análise prévia por dois procuradores, puxou o processo para analisar ele mesmo, Procurador-Geral, porque não tinha tido análise de Procurador-Geral anterior. A situação fática mudou; despachei o processo conforme o entendimento que a área técnica colocou – concordei com a área técnica. Juridicamente, tinha juridicidade. E gostaria até de ler um trecho desse meu despacho tão falado: "Esse entendimento da área técnica encontra fundamento jurídico na medida em que protege o direito constitucional de livre associação, desde que esteja presente a autorização de desconto de forma prévia, pessoal e específica constante do nosso arcabouço normativo".

Então, Excelência, eu discordo veementemente quando ouço que este despacho abriu alguma porta de fraude. Ele, esse despacho aqui, ele ressalvou: precisava ter todas as autorizações prévias dos segurados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Virgílio, não precisa me chamar de Excelência, não; pode me chamar de Deputado. Eu me sinto melhor.

Deixa eu lhe perguntar, então, de outro ângulo: enquanto Procurador-Geral do INSS, a partir de outubro de 2023 até a sua saída, pelo que eu saiba, após a Operação Sem Desconto, quantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes o senhor avocou um processo associativo ou de sindicato para liberar em lote? O senhor já disse aí da Contag.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Desse assunto específico, só esse.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo. Isso foi no ano de...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... 2023.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Inclusive, Deputado Relator, em 2022, houve duas operações de desbloqueio em lote sem processo formalizado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou chegar lá, porque vou perguntar isso ao senhor também, está certo? Daqui a pouco, o senhor vai me falar sobre...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mas eu não era Procurador-Geral na época, tá?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Daqui a pouco, o senhor vai me falar sobre a liberação da Contag em 2022, tá? A Contag teve dois processos de liberação, um de 2023, outro de 2022, de liberação em lote.

O senhor conhece um Procurador chamado Hebert Mesquita?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Hebert Mesquita?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não estou recordando, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha o que ele escreveu sobre a sua liberação: "A liberação dos 30 mil descontos [...] representa um dos casos mais evidentes de ato de ofício [do senhor] praticado contra o interesse público". Só para lhe dizer.

Mas após a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Onde está escrito isso, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso aqui deve estar no relatório da Polícia Federal. Ou no relatório da Polícia Federal, ou no da CGU. Daqui a pouco, eu lhe esclareço.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Relator, será que a gente pode ter acesso? Eu não tive acesso a esse documento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Obrigada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui a senhora tem todo esse direito. Estão aí todos os documentos relacionados ao seu cliente que não sejam diligências em curso.

Além da liberação de 30 mil associados, o senhor praticou outro ato em favor da Contag. Eu já perguntei se o senhor, durante a sua gestão, tinha feito isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... em favor de outras instituições. O senhor disse "não". Agora, da Contag, de novo, contra parecer de procuradores, o senhor, de novo – eu estou falando em favor da Contag –, o senhor, contra o parecer de procuradores, o senhor...

Bota o quadro aí de ACT, por favor.

O senhor, nessa data aqui, ou próximo dessa data, o senhor deu um novo parecer... A gente estava falando de desconto associativo em lote, agora está falando do acordo de cooperação técnica. Havia parecer da Procuradoria, dizendo que não deveria ser feito o ACT com a Contag. E o senhor, mais uma vez, desconsiderou isso e disse assim, ó... Eu posso ter entendido errado. Olha o que o senhor escreveu: "Diante do exposto, entendo que, tendo em vista que a CONTAG não é entidade 'novata' a celebrar ACT com o INSS, muito pelo contrário, já possui ACT [...] há [...] [mais de] 30 [...] anos [...], é razoável a assinatura do ACT nos moldes propostos [...]".

O que foi que eu entendi? Eu entendi que, em que pesem as recomendações do parecer opinativo, como o senhor disse, dizendo que tinha uma série de circunstâncias, que não deveria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser realizado, o que eu entendi foi: "Mas, rapaz, já está há 30 anos, não vamos atrapalhar isso agora, não; continua a Contag, vamos assinar e a gente resolve isso adiante". Foi o que eu entendi.

Por que o senhor mais uma vez contrariou a opinião de colegas procuradores e, em favor da Contag, mais uma vez, o senhor resolveu que esse ACT fosse assinado? Porque, quando eu mostrei essa lista para o senhor aqui, o senhor disse uma coisa que me chamou a atenção: "Em 99%, eu não me meti". E o 1% em que o senhor se meteu, foi tudo em favor da Contag, foi?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, o parecer da Procuradora não inviabilizava o ACT da Contag, tá?

Novamente, eu peço vênia aqui para ler a conclusão da Procuradora:

> A Procuradoria entende que "a utilização do presente instrumento de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) não se mostra adequada, no momento, para formalizar o pacto em tela [...], em face das razões expostas nesta manifestação jurídica, e condiciona a opinião favorável ao prosseguimento do procedimento ao cumprimento das recomendações deste parecer, especialmente os parágrafos 27/32, 36 [...] [e tal] [...]".

Pulo alguns parágrafos... Desculpa... Exatamente, alguns parágrafos. E continuo:

> "[...]
> Por outro lado, inobstante o entendimento jurídico acima consolidado, há que se considerar a discricionariedade administrativa, a qual deve estar consubstanciada nos critérios da conveniência [...] [e] oportunidade, da proporcionalidade e da necessidade (interesse público) do ato administrativo, cabendo, portanto, à autoridade administrativa competente, a decisão quanto à prática do ato administrativo [...]".

Então, o parecer da Procuradoria não dava pela ilegalidade de forma nenhuma. O que aconteceu aqui? Estava em transição entre a IN antiga e a IN 162. Estava-se para fazer a minuta padrão com base na IN 162. Esse foi exatamente o motivo por que a Procuradora falou que a minuta que veio para a Procuradoria analisar era um misto da IN antiga com a 162, mas não era a 162 pura, porque a minuta padrão não estava pronta ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem a segunda parte do meu despacho, que V. Exa. não leu, onde eu disse que eles, se entendessem, poderiam assinar. Por quê? Justamente, a Contag é a entidade mais tradicional nesse caso, nesse ramo associativo – é verdade. Conforme coloquei, não era nenhuma entidade novata, essas dessa lista que o senhor apresentou aí – e nenhuma delas tem assinatura minha, né? Era a Contag. E, complementando o meu despacho:

> Recomendo, também, que a DIRBEN dê o máximo de celeridade à minuta padrão e ao normativo faltante para, tão logo, aprovadas pela PFE, rescindir o ACT temporariamente assinado e firmar novo [ACT] com a minuta padrão [...].

Ou seja, foi uma solução transitória para que a Contag e seus associados não tivessem uma solução de continuidade com o INSS, haja vista que ela já estava com acordo de cooperação técnica com o INSS, realmente, há 25, há 30 anos, e outros procuradores fizeram a assinatura dos acordos de cooperação passados com a Contag, não era o primeiro acordo de cooperação que a Contag fazia, diferente dessas outras. Era apenas renovação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Virgílio, eu busquei aqui as agendas de reuniões do senhor.

Após a Instrução Normativa 162, qual foi o seu papel na liberação da solução provisória pedida pelas entidades?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Pelo que eu me lembro, eu não participei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui, aqui: no dia 14 de maio de 24, houve uma reunião no gabinete do Ministro da Previdência, Carlos Lupi, com a presença do senhor; com a presença de André Fidelis; com a presença de Nereu Mattar; com a presença do Deputado Federal Vicente Paulo da Silva, Vicentinho do PT; com a presença de Milton Baptista, do Sindnapi; Maria Antonia, do Sindnapi; Warley Martins, da Cobap; Luiz Carlos Moreira de Oliveira, da Cobap; Aparecido Alves, do Sindiapi; Marco Antônio, do Sintapi; Bartolomeu Evangelista, do CSB; Livia Rospantini, da Cobap; e Edjane Rodrigues, da Contag.

O senhor recorda o que é que os senhores discutiram em 14 de maio de 24? Deixe eu lhe perguntar. Por quê? Porque, logo depois – três ou quatro dias depois –, as entidades associativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizeram uma proposta ao Presidente do INSS para a adoção da solução provisória, dizendo elas que estava impossível dar andamento na fila de descontos associativos – em que pese isso depois ter sido desmentido pelos dados.

Mas eu pergunto ao senhor, de forma objetiva: nessa reunião de 14 de maio, em que o senhor estava presente com essas entidades, o que é que foi discutido?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Foi discutido, pelo que eu me recordo, desconto associativo, e pode ter sido discutido já esse pedido que eles iam fazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe o que é que o Deputado Paulinho do PT estava fazendo nessa reunião... Desculpa, é porque eu me lembrei do Deputado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não foi o seu nome – não foi o seu nome. Não posso... não posso citar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não vou pedir o art. 14.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Deputado... Desculpa. É legítimo o Deputado estar. Qual é o problema? Está representando lá um nicho que ele representa.

Eu quero saber só qual foi o papel do Deputado Vicentinho do PT nessa reunião. O senhor recorda?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Deputado, ele acompanhou a reunião lá e fez algumas considerações em favor da lisura dos sindicatos, pelo que eu me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso é muito importante.

O senhor poderia dizer de quem foi a proposta? Porque, pelo que eu estou vendo, não foi do senhor.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quem foi a proposta, quem disse: "Olha, apresenta aí a proposta da solução provisória".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor poderia esclarecer esse fato?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não sei responder, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a sua participação, em termos de parecer, na adoção dessa solução provisória?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu acho que ela não passou pela Procuradoria. Eu posso estar enganado, mas eu não me lembro de ter...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quem foi que assumiu esse ônus da solução provisória?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Como assim quem assumiu?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem foi que deu a canetada para admitir a solução provisória?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Foi o Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Presidente do...?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nome?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Alessandro Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Participação da Procuradoria nisso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não me lembro de o processo ter passado pela Procuradoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não foi algo que lhe chamou a atenção, não é isso? Senão, o senhor recordaria.

Deixa eu falar um pouco mais sobre a agenda do senhor.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu acho inclusive que não passou, Excelência, mas eu não posso dar certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Vou me informar.

Houve, no dia 4 de junho de 2024, com a sua presença e a do Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, uma reunião em que estavam lá alguns presentes – entre eles o senhor e o Presidente do INSS, Stefanutto.

Reunião. Objetivo: sobre consignados.

O senhor pode me dizer o que foi tratado sobre consignados nessa reunião?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Quem foi o Diretor, Deputado? Quem foi o Diretor?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidência do INSS com o Ministério da Justiça, Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Secretário Nacional do Consumidor. Assunto...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O Secretário Nacional do Consumidor eu acho que era o ex-Deputado Wadih Damous, não?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui está esse nome, né? Eu acredito que... Ele está também; ele está também. O outro está abaixo dele, o Vitor. O Sr. Wadih Damous está.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Pelo que eu lembro, ele foi falar de... Mas, salvo engano, o assunto principal era consignado bancário, não o associativo. Salvo engano, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que é que isso... o que é que isso significa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Significa que ele fez uma reunião, que pediu uma reunião com a Presidência do INSS...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas o que é... Aonde entra o INSS na questão do consignado bancário?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para contraditar.) – É que é feito na folha do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, e o que é que ficou acertado nesta reunião?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Que ele ia formalizar algumas reclamações, queixas e tudo ao INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais foram as providências que o senhor, como Procurador-Chefe do INSS, precisou adotar por conta dessa reunião?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Na Procuradoria, não chegou nada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que esta reunião ficou de boca na Procuradoria?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Inclusive, assim, não é competência da Procuradoria se manifestar. Por exemplo, num caso desses, o processo é remetido à Presidência do INSS. O Presidente do INSS despacha para a área técnica responsável...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que é que o senhor estava fazendo na reunião?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Muitas vezes, eu vou para a reunião... eu ia para a reunião com o Presidente ou com o Ministro e tal para dar, eventualmente, o apoio jurídico de alguma questão trazida ou não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor deu algum apoio jurídico em relação a isso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Com certeza eu apoiei que ele entregasse as reclamações ao INSS, para que o INSS tratasse.

Procuradoria não é órgão fiscalizatório, não é órgão de auditoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve uma audiência, no dia 19 de novembro de 2024, com o Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), mesmo assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que os senhores trataram sobre isso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Qual era o assunto que estava na pauta, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, consignado.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Olha, foi em novembro?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Olha, posso estar enganado, mas era a questão da taxa de juros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que é...

Estou perguntando ao senhor porque a gente está discutindo isso também aqui. E o que é que ficou acertado nessa reunião em relação à taxa de juros?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não ficou nada acertado, Excelência, porque a competência, na época dessa questão de taxa de juros, era do CNPS, órgão do ministério, não do INSS em si, né? E a Febraban, salvo engano, foi discutir essa questão da taxa de juros, que estava para ser votada no CNPS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Eu lhe agradeço aí. O senhor está sendo bastante colaborativo.

Bota aqui, por favor...

Bota aqui, por favor, aquela análise de vínculo.

Sr. Virgílio, o senhor é um funcionário público concursado, com um currículo reconhecido. E agora a Polícia Federal fez uma operação em que cita o senhor, inclusive deve ter feito busca e apreensão nos seus imóveis.

A AGU, o órgão da sua origem, proibiu o senhor de frequentar a sua casa, no caso a AGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, nós aqui, que estávamos por fora desse assunto... Foi instalada a CPMI, a sua esposa acabou de ser ouvida. Agora olha o que nós encontramos.

Bota lá, por favor.

Aqui está o INSS. O senhor é o Procurador-Chefe do INSS. Passou por vários Governos. A primeira pergunta que eu quero lhe fazer em relação a isso: o senhor já tinha ouvido falar em desvio de recurso de aposentado e pensionista, por meio de autorização fraudulenta de desconto associativo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Em que época?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu estou perguntando. O senhor está lá desde 2008, aproximadamente. Eu quero saber se o senhor já tinha ouvido falar sobre isso.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando é que o Procurador-Chefe do INSS, já pela segunda ou terceira vez, tomou conhecimento de que poderia estar havendo uma fraude sistemática nas autorizações de descontos associativos?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Acredito que, depois de algumas reportagens, começou a ser discutida a questão dentro da autarquia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou voltar aqui para o senhor.

Volta para aquele quadro em que ele assumiu as funções. (*Pausa.*)

Não, o quadro.

Aqui.

Ministério da Previdência Social, 2010, Governo Lula. Acredito que seja o Governo Lula.

O senhor, na posição de coordenador, ouvia falar em fraude em desconto associativo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu estava como coordenador na Previdência Complementar, não estava no INSS ou no Regime Geral. Eu não tratava nada desse ponto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos para o Ministério da Previdência Social, Carlos Gabas.

O senhor, como coordenador, em 2010, o senhor ouvia falar em fraude de desconto associativo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Que eu me recorde, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o senhor foi para gestão Garibaldi Alves Filho, Presidente Dilma Rousseff. Saímos de Lula, fomos para Dilma.

O senhor, nessa posição, ouviu falar sobre fraude em desconto associativo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Que eu me recorde, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o senhor foi para Miguel Rossetto, 2014-2016, Presidente Dilma Rousseff. Ouviu falar?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Que eu me recorde, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o senhor foi ser Procurador-Chefe da... Mas aqui o senhor disse que não tratava disso.

Aí o senhor foi ser Chefe da Procuradoria, Governo Bolsonaro, INSS, Leonardo Rolim.

O senhor ouviu falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Muito incipiente, salvo engano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estamos falando aqui da gestão Leonardo Rolim, o senhor como Procurador-Geral. O senhor disse muito incipiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual foi a providência que o Procurador-Geral tomou? Mandou um ofício? Comunicou a quem? Falou com quem? Enviou documento para quem?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Que eu lembre, a Procuradoria não foi instada formalmente sobre esse caso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutor...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – As áreas técnicas... As áreas técnicas do INSS, eu lembro que atuaram.

Teve o Diretor de Benefício à época, o Alessandro Roosevelt...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... que inclusive chegou a ser ameaçado de...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por quem?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não sei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, me diga uma coisa, só por curiosidade.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mas eu lembro, eu estava lá e eu lembro da história.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por curiosidade, Doutor...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu lembro do Diretor Alessandro...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sem querer atrapalhá-lo.

O senhor, Procurador-Chefe do INSS, alguém foi ameaçado na qualidade de servidor, pelo que o senhor está dizendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ele foi à Polícia Federal, fez boletim de ocorrência e fez tudo conforme...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor o acompanhou?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ele não pediu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não pediu?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga uma coisa...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ele tem que formalizar pedido para que eu possa acompanhá-lo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga uma coisa, não era das suas atribuições dar um apoio jurídico a um funcionário ameaçado no exercício da função, não?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Desde que o mesmo peça.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor está me dizendo que ele foi à Polícia Federal.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo. O senhor tomou...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – E eu só fiquei sabendo do caso dele depois que ele foi para a Polícia Federal, inclusive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe por quem ele foi ameaçado?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o senhor sai da Procuradoria-Geral.

Enquanto Procurador-Geral, ainda no Governo Bolsonaro, o senhor de alguma forma... Pouco importa se o senhor ouviu falar, mas o senhor disse aí que a pessoa foi ameaçada, ele era diretor de alguma área lá, pelo que eu sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, como Procurador-Geral e com as suas atribuições, comunicou a alguém? Eu falo alguém autoridade.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O próprio Diretor comunicou ao Presidente e comunicou à Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu estou perguntando do senhor.

Da sua lavra...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, porque o próprio Diretor já tinha comunicado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da sua lavra, o senhor não sabe?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se nessa época em que o senhor era lá do Leonardo Rolim – porque a gente está falando dessa época – algum acordo de cooperação técnica foi suspenso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Acredito que uns dois ou três.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por quê?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Acho... Em um deles houve fraude, não em associados, mas do próprio estatuto, alguma coisa assim, de assinatura...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu poderia dizer, para a gente poder... O pessoal aqui vai pegar avião ainda e estou demorando, mesmo sem querer...

Eu poderia dizer...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas pega um ônibus! (*Risos.*)

Pode dizer se esses ACTs foram suspensos nesse período por que foram detectadas fraudes?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Um deles não e talvez dois sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Aí, olha só, vem o senhor para assumir de novo, em 2023. Eu lhe pergunto: foi o senhor quem superou a questão da Contag, em 2024, e o senhor mandou assinar. O senhor poderia me dizer...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, a Procuradoria não manda não. A Procuradoria apenas opina e a área técnica é que manda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agradeço, agradeço ao senhor por me corrigir.

O senhor sabe dizer quem do INSS fiscalizava esses ACTs?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A Diretoria de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer quantos funcionários tinham na Diretoria de Benefícios para fiscalizar 40 ACTs vigentes?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não sei precisar, mas com certeza eram poucos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esses poucos, o senhor sabe dizer se mais de cinco ou menos de cinco?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Deputado, não saberia dizer. Aí teria que chamar alguém da Dirben aqui, porque, além dos cargos, a Dirben convocava muita gente para ajudar.

Então, realmente, fora da Procuradoria eu não posso falar de outras diretorias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo isso eu estou falando para o senhor para perguntar duas coisas.

O senhor, conhecendo essa estrutura, conhecendo o antecedente de fraude, conhecendo as deficiências, como é que o senhor teve coragem de superar um parecer técnico da Procuradoria Especializada e autorizar a inclusão de 30 mil descontos em lote, sabendo que não havia capacidade técnica para essa conferência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A Dirben fez o pedido. Eu, juridicamente, disse que o pedido da Dirben encontrava amparo jurídico, desde que houvesse todas as autorizações.

E reafirmo – e reafirmo –, de todas essas entidades novas, posso estar errando o mês, de maio de 2022 até 2025, só a renovação da Contag passou pela minha mesa. Os outros processos, eu estava fora do INSS.

Aquela lista que tem 28 ali, não tem 28 assinaturas minhas não, Excelência. Desculpa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esclareceu isso.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, mas, assim, eu gostaria de reiterar, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, reitere. Está certo.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... porque, realmente, não passou e não passavam por mim esses processos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Essas ditas entidades fantasmas que, em 2023 e 24, entraram não passaram pela minha caneta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bom o senhor esclarecer isso.

Aí, vamos para 2024. Com essa estrutura técnica deficiente, a entidade que está, há 30 anos, descontando, tem parecer contrário para essa assinatura. O senhor, mais uma vez, supera esse entendimento e o senhor autoriza, opinando essa assinatura.

O senhor sabia que a Contag tem quase R$4 bilhões descontados de associados durante essa trajetória aí de cinco ou seis anos?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não sei os números exatos, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabia que a Contag é ligadíssima ao partido do Presidente da República?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Se ela tem vinculação ao PT, ela nem poderia estar... Ela tem vinculação formal?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, aconteceu pior do que isso. O Sindnapi meteu uma declaração falsa, dizendo que o Frei Chico não fazia parte do Sindnapi ou coisa parecida, e o Sindnapi até hoje continua com essa irregularidade.

O que eu quero perguntar ao senhor: Paulinho do PT ou qualquer outro Parlamentar... Vicentinho! Mas, rapaz, eu estou com marcação com esse tal de Paulo Pimenta, mas peço desculpa, viu? Peço desculpa, para não vir um 14 aí.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Perguntar ao senhor: algum Parlamentar ou alguém exercendo o poder pressionou o senhor para a inclusão dos 30 mil descontos associativos ou avocação do processo de ACT? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por solicitação de intervalo, dez minutos.

(*Suspensa às 19 horas e 46 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 57 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão.

Continua com a palavra o Relator Alfredo Gaspar. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. depoente, eu estava perguntando ao senhor, quando foi pedido um tempo, que me estranhou o senhor avocar os 30 mil descontos associativos em lote, mesmo contra parecer opinativo da Procuradoria, como o senhor avocar o ACT, também da Contag, também com parecer contrário. Aí, eu fiz uma pergunta ao senhor: alguém o pressionou a fazer esse tipo de parecer?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Deputado, só uma pequena correção: o processo da renovação da Contag não foi avocado. O processo tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

delegação para não passar pelo Procurador-Geral, mas pode, em casos específicos determinados na portaria, passar. Então, ele não foi avocado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O primeiro processo foi avocado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o segundo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... eu avoquei e despachei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o segundo? Porque fez um caminho como os outros não fizeram.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Porque seria a Contag a maior entidade...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... a entidade mais antiga...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... e porque iria, talvez, ficar um lapso temporal sem desconto associativo em folha, então a repercussão seria muito grande.

Então, é um processo de repercussão, que foi passado ao Procurador-Geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha o que o senhor está me dizendo: que em 99% dos ACTs o senhor não interferiu, mas o da Contag – por ser ela a maior, ou seja, a com maior repercussão – foi passado pelo Procurador-Geral. A pergunta é bem simples e objetiva: passado a pedido do senhor, ou esse fluxo foi determinado por alguém?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Consensuado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Consensuado entre quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O Coordenador-Geral da área e o Procurador-Geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era o Coordenador-Geral da área?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O Procurador Federal André Camargo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – André Camargo. Pronto, isso é muito importante o senhor esclarecer.

Agora, o senhor disse uma coisa, e eu o interrompi. O senhor disse que a Contag também conseguiu essa renovação em 22...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, não. Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa renovação não, desculpe; essa inclusão em lote.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ah, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mas isso eu sei de notícia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim... O senhor era o Procurador-Geral da época?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, não era o Procurador-Geral da época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor era na época...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Consultor jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Previdência.

E o senhor tomou conhecimento como consultor jurídico do Ministério da Previdência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... que houve essa inclusão em lote em 2022?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, se o senhor não tomou conhecimento na época, o senhor tomou conhecimento quando?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Na feitura desse processo, quando ele chegou em, salvo engano, outubro de 23, na Procuradoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, quando esse processo chegou do lote de 22, de inclusão, o senhor detectou algum tipo de contradição, erro, má-fé ou omissão?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não entendi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe só o que eu entendi, e o senhor vai me corrigir.

Eu perguntei sobre a Contag em 24. O senhor explicou que não era o normal o ACT, o acordo, passar pelo senhor, mas esse, por se tratar de a Contag ser a maior, passou. Perguntei das inclusões, o senhor assumiu e, logo depois, avocou esse lote de 30 mil.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, logo depois eu avoquei, não. O processo foi à Procuradoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu entendi o senhor dizer que a inclusão de 30 mil em lote foi o senhor que avocou.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sim, mas eu não avoquei o processo, o processo foi à Procuradoria, e, dentro da Procuradoria, eu avoquei. Eu não avoquei ele da área técnica ou de qualquer outro lugar do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas eu estava falando dentro da... Eu estava falando dos procuradores. O senhor avocou dos procuradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí o senhor, quando estava falando, o senhor disse: "Mas tem o de 22". Por isso que eu estou voltando, processo de 22 da Contag. O senhor disse que tomou conhecimento dele em outubro de 23.

Eu perguntei: "Tomou conhecimento enquanto consultor?", o senhor disse: "Não..."

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – "... tomei em outubro de 23".

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, eu soube, me foi dito...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O quê?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... que em 2022...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... tinha-se feito sem processo, sem nenhuma formalidade aquele desbloqueio em lote pela Contag.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Aí... Tinha feito "100 processos" ou "sem processo"?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sem processo formalizado como foi esse daqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Fred...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Foi o que eu tive notícia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... por favor, coloca aqui o relatório da CGU para as inserções de processos em lote para eu discutir com o depoente como é que isso se deu. (*Pausa.*)

O senhor é pernambucano, é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, estou dizendo que eu estava vendo e estava em dúvida se o senhor era paranaense ou pernambucano.

Sabe o que é que eu... Está entendendo qual é a questão? A CGU tem lá mostrando aquelas inserções em lote desde 2015.

Enquanto se está providenciando isso aí, eu vou partir para outras perguntas.

Coloca aqui, por favor.

Depois, me recorde, por favor, para eu poder voltar a esse tópico.

Coloca aqui aquela... Coloca aquela... Sim.

Tinha falado para o senhor, aqui está o INSS, o senhor é o Procurador-Geral. A CGU faz auditoria, essa auditoria vai lá e discrimina imediatamente 11 ou 12 associações, entidades com fraudes gritantes. Eu nunca tinha ouvido falar da Universo, da Acolher, da Aapen, da AAPB, muito menos do Sr. Careca e desses personagens.

A primeira pergunta que eu faço ao senhor: o senhor conhece o Sr. Maurício Camisotti?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca esteve com o Sr. Maurício Camisotti?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – E, Excelência, nesse... Nesse assunto, eu vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor faça como quiser e a sua defesa. Eu estou... Minha obrigação aqui é perguntar, o senhor se defende se quiser.

O senhor tem alguma relação com o Sr. José Marcos Moura?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu estou aqui para defender os meus atos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou perguntando...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – José Marcos Moura, de onde?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...

Sergipe.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Abraão Lincoln?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Conheço. O Sr. Abraão Lincoln era Presidente da CNPA. Eu o conheci com o Ministro Garibaldi Alves, pelos idos de 2013, por ali, e depois ele trocou a associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Sra. Cecília Rodrigues Mota?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu vim responder pelos meus atos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... como Procurador-Geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, estou... Deixe-me dizer para o senhor, com muita tranquilidade...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Por orientação da minha... Dos meus advogados...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... eu vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor faça como o senhor entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor conhece... O senhor conhece o Sr. Mauro Palombo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu mantenho a resposta anterior, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou perguntando do Mauro Palombo, porque ele é contador aqui de algumas empresas da sua esposa.

O senhor conhece o Sr. Cícero Marcelino?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mesma resposta anterior, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Carlos Lopes?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mesma resposta anterior, Excelência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Conafer.

O senhor conhece – o senhor já disse que sim – o Sr. Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS, de onde?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mesma resposta anterior, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volta lá para aquele quadro.

Não, não... Esse último que eu pedi para colocar...

Antes de eu continuar ali, eu queria mostrar ao senhor isso aqui, e queria que o senhor, se pudesse, me esclarecesse.

Quantidade de adesões acima de 50 mil inclusões.

Aí aqui o senhor entrou em outubro de 23, mas o senhor também estava presente em 20, 21, 22. Eu pergunto ao senhor: o senhor em 20, o senhor deu... Aliás, 19. Em 19, o senhor deu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum parecer sobre inclusão de mais de 50 mil adesões para desconto associativo da Anapps? Desculpa, da Contag.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Deputado, eu só assumi a Procuradoria-Geral do INSS em 2020. Em 2018, 19, eu não estava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, vamos para 20. Da Conafer, em abril de 2020, 58 mil adesões, o senhor deu parecer nisso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Adesões não eram competência da Procuradoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ou seja, o senhor não participou nisso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não. Não passa pela Procuradoria nenhum tipo de adesão, a menos que venha uma consulta específica, como veio esta da Contag. Fora isso, não é processo de passar pela Procuradoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, nem vou lhe perguntar mais. Se o senhor está me dizendo que, de todo esse trecho que o senhor era Procurador-Geral, a única que o senhor deu – por exceção – foi a da Contag, não é isso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A única que foi perguntada à Procuradoria foi essa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – E foi respondida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volta lá para aquele gráfico.

Sr. Virgílio, tive que dar uma lida e conversar com as pessoas. O senhor acredita que as pessoas disseram, com quem eu conversei, que o senhor era um dos Procuradores mais brilhantes da carreira? Aí aqui, sendo muito sincero, eu estou numa dúvida se o senhor é corrupto ou se o senhor não é corrupto. E o senhor está respondendo as perguntas.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu não sou corrupto e tomo a primeira frase como elogio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode ficar na certeza! Foi disso que eu tomei conhecimento, mas eu tenho muita dúvida...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sempre fui indicação técnica e passei por todos esses cargos por trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tenho muita dúvida sobre a sua conduta e estou feliz de o senhor está podendo responder. Espero que a gente continue assim.

Bota lá naqueles gráficos.

Olha só, Polícia Federal com CGU foram em cima da AAPB, foram em cima da Aapen, foram em cima da Acolher, da Universo, da CBPA, que eu perguntei ao senhor, e foram em cima também da organização criminosa do Careca do INSS. Dois bilhões, dois e quatrocentos, dois e oitocentos, aqui rapidamente R$3 bilhões que a gente está discutindo.

Qual é a minha dúvida? É que o senhor, como Chefe da Procuradoria do INSS, durante pelo menos quatro anos ou algo parecido, a grande maioria dessas aqui tiveram o ACT – e eu mostrei ao senhor – em 28 oportunidades, enquanto o senhor era Procurador-Chefe, e o senhor respondeu que sua assinatura só tinha na Contag.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – De maio de 22 para a frente, em acordo de cooperação técnica, sim, porque houve delegação ou eu não estava na Procuradoria-Geral do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas o senhor, eu só botei as que o senhor estava como Procurador-Chefe do INSS aqui, ali é o Careca e essas outras.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, tem entidade ali em que eu não era Procurador-Geral quando foi assinado ali, não, nesse gráfico.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Exemplo é a CBPA.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixa eu lhe perguntar uma coisa, vamos falar do Careca do INSS. Esse cara está como o maior criminoso que meteu a mão no dinheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos aposentados e pensionistas. Eu olhando aqui para isso aqui, vem ele como Diretor da Prospect e coloca para sua esposa, na Curitiba Consultoria, R$4 milhões, o senhor, no período em que o senhor era Procurador-Chefe do INSS. A Prospect, aliás, a Prospect já foi investigada pela Polícia Federal, lavanderia sem prestação de serviço. O senhor poderia me explicar qual foi o serviço prestado pela Curitiba Consultoria, que é da sua esposa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu posso responder aqui pelos meus atos enquanto Procurador-Geral do INSS. De resto, eu fico em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Por orientação dos meus advogados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí vem o Careca do INSS, através de uma empresa dele chamada World Cannabis, que não movimentou R$1, que não vendeu um pé de maconha medicinal, e coloca R$6,77 milhões, no período em que o senhor era Procurador-Chefe do INSS, diretamente para Curitiba, que é a empresa da sua esposa. O senhor poderia me dizer qual foi o serviço prestado por sua esposa para a World Cannabis?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mesma resposta anterior, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Coincidentemente, a Sra. Danielle Fonteles, que vou trazer aqui uma nova perspectiva em breve, também recebeu R$5 milhões da World Cannabis. Mas a sua esposa também recebeu, da Brasília Consultoria, do Sr. Careca do INSS, R$200 mil. O senhor pode me dizer qual foi o serviço prestado por sua esposa à Brasília Consultoria?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mesma resposta anterior, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Careca do INSS, depois de colocar aqui quase R$10 milhões na Curitiba Consultoria, o filho dele colocou mais R$2 milhões para sua esposa, através da Curitiba. O senhor poderia me dizer qual foi o serviço prestado por sua esposa à Plural Intermediações de Negócios?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mesma resposta anterior, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí se abrem duas associações também vagabundas lá em Sergipe, duas associações que receberam R$255 e R$233 milhões, o senhor como Procurador-Chefe do INSS, e essas associações utilizaram três empresas também detectadas como de lavagem. A ADS Soluções mandou R$500 mil para a THJ Consultoria, de quem? Da sua esposa. O senhor sabe que serviço foi esse?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu não era Procurador-Geral do INSS quando uma dessas duas, inclusive, foi assinada. Eu não estava nem no INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me dizer uma coisa...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – E, para o resto da pergunta, eu permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me dizer uma coisa para o senhor: esses recursos aqui, todos eles, foram conferidos, foram recebidos na época do senhor como Procurador-Geral do INSS – esses recursos aqui.

Aí eu pergunto ao senhor: o senhor sabe qual foi o serviço prestado pela THJ da sua esposa para a ADS Soluções?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A mesma resposta anterior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí vem a 360 Soluções, que é do José de Jesus, ou algo parecido, e coloca R$2,41 milhões para a sua esposa. Essa empresa lava dinheiro para colher lá de Sergipe. O senhor sabe dizer qual foi o serviço prestado por sua esposa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A mesma resposta anterior, Excelência. Inclusive, toda a documentação está sendo entregue à Polícia Federal para esclarecer tudo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem a outra associação chamada Universo. A Universo manda, através da Inovar, a Presidente é usuária do sistema do Bolsa Família, e a Presidente do Bolsa Família manda R$569 mil para a sua esposa. O senhor sabe dizer qual foi o serviço prestado?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, juntando aqui, a gente vê a sua esposa, coincidentemente, a partir de 2021, 2022 – não me recordo bem –, se tornando uma das maiores empresárias do Brasil, coincidentemente, com entidades que têm contratos com o INSS, ACTs, para descontar recursos. E, para mim, pouco importa em que Governo foi, a gente está aqui atrás dos ladrões, não é da bandeira ideológica, até porque o senhor é um técnico, como o senhor disse. Aí a sua esposa, juntando aqui, a gente acha interessante.

Mas tem mais coisa. Chegou uma tal de Cecília Rodrigues Mota, que é um núcleo criminoso do Ceará. Essa senhora, que presidiu uma entidade que arrancou R$190 milhões e R$280 milhões de aposentados e pensionistas, vai...

As outras já tinham descoberto a sua esposa, mas essa aqui descobriu quem? Descobriu Xavier Fonseca Consultoria. Mandou 1,759 milhão. Olha que surpresa! Xavier Consultoria é de quem? Da irmã do senhor, Sra. Maria Paula Xavier.

O senhor sabe qual foi o serviço prestado por sua irmã para o núcleo da Sra. Cecília Rodrigues Mota, de 190 milhões da AAPB e 280 milhões da Aapen?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mesma resposta anterior, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, um Volvo de R$300 mil. Olha que bacana: quem estava usando era a sua esposa. E esse Volvo, de propriedade do Careca do INSS.

Aí eu pergunto ao senhor: como é que isso aconteceu o senhor sendo Procurador-Geral do INSS?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não procede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, me explique. Já que não procede, me explique para eu corrigir esse erro.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, como eu já falei, essas questões vão ser devidamente esclarecidas na Polícia Federal, no momento oportuno, com toda a documentação que a nossa defesa técnica está apresentando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É um direito do senhor apresentar isso na Justiça, apresentar na Polícia Federal, onde o senhor quiser. Aqui o senhor está sendo televisionado e visto por milhões de aposentados e pensionistas que queriam as respostas do senhor, mas é um direito seu.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – E estão tendo as minhas respostas em tudo o que eu fiz enquanto Procurador-Geral do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Do carro que o senhor disse que não procede, o senhor poderia me dizer qual é a verdade?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, como eu respondi anteriormente, vai ser esclarecido na Polícia Federal com a documentação que está sendo acostada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui foi apresentado um carro que o senhor reservou, depois da Operação sem Desconto, ou comprou, ou ia comprar, de aproximadamente R$500 mil, um Audi – seja lá qual é o modelo, mas nesse valor. Isso procede?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Procede... O valor não procede. Qual foi o valor que o senhor passou?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o valor que eu apurei era por volta de R$500 mil.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não. Eu realmente iria comprar um Audi com um valor compatível com o meu salário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Inclusive, fiz a reserva, e o negócio não prosperou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Voltando mais um pouco, o senhor deu uma Porsche Panamera ou outra lá – me esqueci também o nome – à sua esposa, e essa Porsche era do Careca, ou o Careca vendeu para o senhor, ou algo desse tipo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Nessas questões aí, eu permaneço em silêncio, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – E, só complementando a resposta anterior, a associação de procuradores normalmente tem descontos em várias concessionárias e fábricas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... inclusive, entre elas, BMW etc., porque é o padrão da carreira. Não está acima da carreira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, senhor. Sempre fui Promotor de Justiça. É, o negócio, não, é ganhando no teto, filho da mãe, nunca consegui comprar um carro bom. Nunca consegui, Senador. Sabia? Difícil conseguir comprar um carro bom.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Porque é honesto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, assim, eu estou vendo que essa carreira é bem lucrativa.

Bota aí, por favor, o apartamento. (*Pausa.*)

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, enquanto não chega ali ainda, só no seu gráfico, que você coloca o nome do Stefanutto ali, não é o Presidente do INSS que assina ACT, não, tá?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, estou botando para saber quem era o Presidente do INSS nessa época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ah, tá. Sim, mas não foi ele que assinou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não se preocupe, não, porque o Stefanutto já veio aqui e já se defendeu. Agora é a sua vez.

Olha, eu acho que imóvel residencial, todo brasileiro gostaria de ter um, e há uma dificuldade muito grande de ter a casa própria. Mas eu quero parabenizá-lo, e a sua esposa, porque esse foi o apartamento mais bonito que eu já vi. Esse apartamento custa, segundo lá as pesquisas, entre R$28 milhões e R$300 milhões a cobertura. Até garagem de carro, elevador, parece que tem.

Mas o mais bacana disso tudo é que a sua esposa fez uma reserva. E a reserva está provada documentalmente. O senhor sabia que a sua esposa tinha feito uma reserva num dos melhores apartamentos do mundo lá em Santa Catarina, na Senna Tower?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, a mesma resposta anterior, vou ficar em silêncio por orientação de meus advogados. A essa questão, não vou responder.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou parar de perguntar.

Agora volto ao gráfico. Eu soube que o senhor é um homem inteligente, funcionário público concursado, ultrapassou vários governos, tinha competência para assumir os cargos. Mas o que me parece, no início da sua fala, estou agora com a certeza absoluta. Acréscimo patrimonial coincide, de R$18 milhões. Mas quem é que tem um acréscimo de 18 e consegue comprar um apartamento de 28? Quem é, neste Brasil, que descobre, uma médica em Curitiba, o marido dela, Chefe da Procuradoria do INSS, essas entidades corruptas direcionam milhões, como se fossem reais? Quem é que descobre a irmã do Chefe da Procuradoria para colocar também milhões de reais?

Olha, Dr. Virgílio, eu não sei em qual momento, eu não sei por quê, eu não sei a sua motivação, mas eu tenho absoluta convicção de que o senhor liderou o maior esquema de corrupção dentro do INSS, é uma vergonha para a AGU, é uma vergonha para o funcionalismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

público brasileiro e deveria estar preso! O senhor é o símbolo da impunidade, e ainda não sei por que a Polícia Federal não o ouviu e não o prendeu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Relator...

Podemos continuar, senhor?

Senador Izalci Lucas com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou reforçar algumas perguntas que foram feitas pelo Relator, porque, de fato, o Relator, praticamente, pergunta tudo, né? Mas eu tenho aqui alguns dados que a gente precisa rever aqui.

Aquela reunião do dia 12 de janeiro, Virgílio – 12 de janeiro de 2023 –, o senhor disse aqui que o senhor recebeu um convite para participar, no início.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – É, acredito que uma ligação do gabinete do sétimo andar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Isso.

É porque eu estou dizendo isso... Presidente, Relator, eu estou dizendo o seguinte: o Ministro afirmou – e mandou uma nota, inclusive, oficial, para o *Metrópoles* –, o Ministro afirmou que a agenda foi organizada e conduzida por Virgílio. O Ministro disse isto numa nota ao *Metrópoles:* "com o intuito de apresentar ao futuro secretário executivo um panorama técnico da pasta no âmbito do processo de transição".

Segundo o texto que o Ministro fez, "o grupo foi montado por ele 'sem anuência prévia de Wolney sobre os participantes'", então tem aí alguma inconsistência. Eu não sei se o Ministro é que se equivocou ou o senhor. O senhor...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Inclusive...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor reafirma que foi isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Inclusive, a minha defesa mandou uma resposta para o *Metrópoles*, afirmando que eu não tinha feito nenhuma reserva de agenda nem nada. E me parece que o Sr. Antônio, aqui, falou quem o levou para a reunião – aqui nesta CPI –, que foi o assessor Leandro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Entendi.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Me parece que ele confirmou isso aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, gostaria de saber também, que nos dissesse: há quantos anos o senhor conhece cada um dos participantes da reunião? Por exemplo, a começar pelo André Fidelis. O André Fidelis é da AGU também, não é? Não?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, é servidor do INSS. Conheci ele, então chefe de gabinete do Ministro Garibaldi Alves, em 2014, por ali, quando trabalhei junto – ele, chefe de gabinete do Ministro, e eu, consultor jurídico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor conversou também com Adroaldo Portal, que era o atual secretário, para solicitar essa reunião ou não? Até porque não foi o senhor que solicitou.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, V. Sa. conversou com o Wolney – também acho que o senhor já disse que não – ou com o Ministro Carlos Lupi?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Também não, porque, na prática, não foi o senhor que marcou.

V. Sa. conversou com André Fidelis para solicitar a reunião?

Qual foi a participação do André Fidelis e do Alexandre Guimarães nessa reunião? Lembra-se de algum detalhe da participação deles?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não me recordo, até porque, quando eu desci, eles já estavam para entrar na reunião, juntos. Aí, realmente, eu não sei responder.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Entendi.

Segundo a imprensa, o Ministro Carlos Lupi teria pedido ao senhor para assumir a chefia da Procuradoria do INSS. O senhor confirma que foi ele que...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, quem me convidou foi o então Presidente Alessandro Stefanutto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Alessandro Stefanutto, tá.

Por que o Carlos Lupi, na prática, deu o aval da indicação? O Stefanutto deve ter indicado e ele deu o aval.

O André Fidelis trabalhou com o seu nome, para mantê-lo lá? Não? André Fidelis?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Desconhece?

Bem, tem aqui... Voltando àquela questão lá dos... daquela lista de 32 benefícios lá. O Jucimar assinou uma nota técnica em que considerou o pedido da Contag razoável.

Quem pediu, de fato, para que houvesse esse atendimento à Contag? Houve algum pedido do próprio Presidente Stefanutto? Houve alguma interferência de alguém ou do próprio Presidente da Contag, Aristides Veras? Alguém falou, chegou a procurá-lo para conversar sobre isso ou não?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, o Presidente Stefanutto nunca interferiu nas minhas decisões ou em processos da Procuradoria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tá, mas ele é que decide, né? Ele era o Presidente, né? O senhor dava o parecer, e ele decidia, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Isso. E nunca interferiu, nunca pediu... O Presidente Stefanutto nunca pediu para um lado ou para o outro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tá, então, essa conversa com o Stefanutto sobre esse parecer não houve? Não houve nada de...?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Com o Presidente Stefanutto não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, V. Sa... Eu lembro que já questionei várias vezes aqui. Tem uma lei de 2014, a 13.019, que, no art. 39, diz o seguinte: "Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que [...] [e aí tem lá no inciso III] tenha como dirigente membro do Poder ou do Ministério Público [etc.] [...], bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau".

Então, o que acontece aqui? Tanto a Contag, que tem como Presidente o irmão do Primeiro-Secretário Carlos Veras, que é Deputado Federal, quanto o Sindnapi, que tem como Vice-Presidente o irmão do Presidente Lula, ambas não poderiam sequer ter ACTs assinados, pela lei, que foi modificada pela Lei 13.204, de 2015.

Então, desde 2015, essas duas entidades não poderiam sequer ter ACTs assinados. Isso foi observado? Estou dizendo isso porque a CGU, inclusive, não fiscalizou, disse que não fiscalizou porque eles teriam dado uma declaração de que estava tudo correto, que não tinha nada que impedia de fazer o ACT; ou seja, deram uma declaração falsa, pelo que a CGU está alegando.

Teve conhecimento disso? Alguém discutiu essa questão dessa lei ou não?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, não. Não foi discutido. Acredito que não deveria estar nos autos essa informação lá...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor não tinha conhecimento dessa lei?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não. Não, da lei sim, mas não da informação, nos autos, de parentesco. Não sei se deram a informação ou se não deram a informação. Aí teria que revisitar os autos para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas, então, o senhor não sabia que o Frei Chico era Vice-Presidente do Sindnapi, nem que o...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... menino era irmão do Deputado? Também não?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, não sabia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu vi na RIF que o senhor gastou R$39 mil com arma de fogo por 17 dias. O senhor se sentiu ou se sente ameaçado por alguém? Alguém está pressionando alguma coisa com relação a esse processo? Tem alguém pressionando o senhor em alguma coisa, para não falar alguma coisa, etc., ou não?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu vou ficar em silêncio, Deputado... desculpa, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, Deputado também.

Bem, e pelo que o senhor disse aqui, eu vi num relatório dessa... que o senhor tinha alegado à Polícia Federal... O senhor não falou com a Polícia Federal ainda?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Porque a informação que eu tenho é que o senhor tinha alegado, inclusive, que usou parentes para receber valores, etc. Então não houve declaração nenhuma para a Polícia Federal?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não procede, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – *Fake news*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É. Essa questão da Contag e do Sindnapi, que foram as duas maiores, é que sequer poderia ter ACT. E aí não houve nenhuma observação sobre isso, porque, de fato, a CGU agora está... tanto é que teve a questão policial, da Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o senhor... Parece que o senhor já falou aqui, e não entendi se conhece ou não conhece. Esse Mauro Palombo Concilio é contador, inclusive. O senhor conhece este contador? Já ouviu falar no nome dele, ou não?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Por orientação dos meus advogados, eu vou ficar em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É...

Porque a informação que eu tenho... Inclusive esse contador precisa vir aqui, Presidente, porque ele também está ligado às empresas do André Fidelis e também com a questão da Amar, essas entidades aí.

Bem, um relatório da Polícia Federal aponta que, em 2024, o então Presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, teria anunciado rigor contra os descontos irregulares. A direção da autarquia ignorou seis alertas da CGU e negociou com a Dataprev uma solução provisória.

O senhor sabe, na Dataprev, quem conduzia isso?

O senhor conhece o Sr. Alan?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Conheço o Sr. Alan Nascimento. Era – não sei se ainda continua – Diretor na Dataprev.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E com relação a esses...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mas quem fez a negociação ou as reuniões... Eu confesso que não participei da maioria das reuniões e eu não posso responder.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas o senhor tem conhecimento se ele era o responsável lá na Dataprev para incluir ou não alguma coisa?

(*Soa a campainha.*)

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ele era responsável pelo INSS também, mas não tenho esse detalhe...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas ele era servidor da Dataprev, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, ele é servidor do INSS.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ah, ele é servidor do INSS, o Alan?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Pelo que eu me recordo, ele é servidor do INSS, cedido à Dataprev.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor sabe quem é o responsável na Dataprev que cuidava disso, não?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não sei dizer, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Alan era do INSS e negociava com a Dataprev, então?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, ele era servidor de carreira do INSS, cedido à Dataprev para ser Diretor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É porque ele é que deu a sugestão, pelo que eu estou vendo aqui, da solução transitória, para retomar as cobranças em favor das entidades que, em princípio, estariam proibidas.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – É, eu não saberia dizer, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k.

É isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Senhores, foi feito um acordo anteriormente de que o Senador Magno Malta não poderia participar desta sessão porque faria uma cirurgia, mas que seria permitida a fala dele, pelos dez minutos, consentida pelos Líderes, tanto pelo Rogerio Marinho quanto pelo Líder "Malagueta"... opa, Sr. Paulo Pimenta. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Art. 28, Excelência.

Vou passar a palavra ao Senador Magno Malta, que está nos acompanhando direto do hospital e tem também um pronunciamento, umas questões a fazer.

Por gentileza, solicito à Secretaria que faça a ligação, por favor. (*Pausa.*)

Ainda não estamos vendo. (*Pausa.*)

Senador Magno Malta, boa noite!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa noite, Presidente. O senhor pode me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, perfeitamente, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Quero cumprimentar todos, agradecer ao Sr. Presidente, aos meus pares, os Senadores e os Deputados, que concordaram para que eu pudesse participar na CPMI.

Eu confesso que, estando aqui no hospital, acompanhando a CPMI... Só não acompanhei no dia em que eu fui para sala de cirurgia, e aí fiquei desacordado por muito tempo. Mas estava vendo de longe a CPMI e me sentindo na obrigação de participar, em função de saber da dor, do sofrimento daqueles que estão assistindo, dos aposentados e pensionistas do Brasil, que pagam um preço para que outros vivam uma vida nababesca, como é o caso desse casal.

Assisti a parte do depoimento da sua esposa e, para quem sabe ler comportamento, sua esposa estava completamente desconfortável, como alguém que está na chuva sem um guarda-chuva, porque tudo foi descoberto.

Eu agradeço a Deus, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadores, senhores aposentados que estão nos acompanhando, porque dois anos atrás eu achava que a nossa gloriosa Polícia Federal tinha toda se transformado numa "Gestapo", mas não. A Polícia Federal de bem ainda está presente, a amostra maior é essa investigação.

Em segundo lugar, esse Relator... Porque depois da fala do Relator, depois dos quadros mostrados, dos organogramas, fica muito claro que todo depoente, embora tenha bons

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogados, com boas estratégias, não quebra o raciocínio do nosso Relator, embora se peçam dez minutos, dez minutos, mas não quebra o raciocínio de uma investigação muito bem-feita. Então, nós temos a investigação em curso, mas nós temos também já provas cabais, contundentes, com a Polícia Federal.

Veja só o vídeo que foi mostrado sobre o senhor no aeroporto com o Daniel. Aquilo ali é porque a Polícia Federal já vinha fazendo campana e, para além daquele vídeo, que expõe o senhor – e o senhor está na televisão agora –, existe todo um outro acompanhamento e uma investigação que não começou ontem. O senhor está dentro disso desde 2008. O senhor conhece o Careca do INSS e, aliás, ao longo de 2008 até agora, 2025, o senhor é trocado sempre de função em funções de mando e de decisão. Tudo o que o senhor respondeu até agora e também a sua esposa, que não estava à vontade... É claro que a pessoa que chega numa CPMI está na desvantagem, ou seja, se sentou aí por uma questão investigativa, e, por mais que o senhor se cale, quando se cala, está dizendo que sim. Então, a sua esposa se calou – estava dizendo que sim, porque quem cala consente. Um *habeas corpus* para ficar calado, para não criar prova contra si, nada quer dizer, porque esse *habeas corpus* não diz que o Parlamentar não tenha que perguntar.

São impressionantes os números passados pelas contas da sua esposa, são impressionantes os números e o crescimento do patrimônio de vocês dois. O senhor a conheceu em 2017, o senhor disse. E, de 2017 até 2025, veja o avanço patrimonial dos dois e as empresas que lavaram o dinheiro, sempre com o Careca do INSS como pivô. E o senhor conhece muito pouca gente – nas suas respostas e também da sua esposa – que participou desse esquema.

Quando o Relator encerra a sua fala – parabéns a esse Relator –, que a mim impressiona muito... Já comandei grandes CPIs no Brasil e, como Presidente, com Relatores também capazes, mas esse Relator, pela sua formação, um homem de investigação, um homem que comandou o Gaeco, por muito tempo, em Alagoas, e que conhece a investigação... Pelo comportamento, a maneira de falar fria, eu queria lhe fazer uma pergunta...

Sr. Presidente, queria perguntar a ele uma coisa só.

O senhor disse que não ouviu falar desses esquemas, só ouviu falar de pouco... E o senhor está nisso desde 2008. O senhor quando ouve falar em aposentados, em pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

comorbidade, pessoas simples, aposentados com R$1,5 mil e que tem dois, três descontos de empréstimos consignados que eles nunca pediram, descontos aleatórios que eles nunca prestaram atenção, e hoje alguns deles não têm condições de comprar remédio... O senhor disse que não tinha conhecimento disso, mas, se o senhor tem conhecimento disso agora, eu lhe pergunto: qual é o sentimento que o senhor tem, ao saber que aposentados estão sem condições de comprar remédio, enquanto o senhor vive uma vida nababesca?

O senhor tem algum arrependimento?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Tão revoltado quanto o senhor, e uma coisa não tem nada a ver com a outra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência*.) – O que é que não tem nada a ver com a outra?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não tenho vida nababesca e a minha vida é compatível com o meu salário e com o meu trabalho como Procurador Federal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência*.) – O senhor é um mágico...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Repito, tão revoltado quanto o senhor, em relação à primeira fala do senhor, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência*.) – O senhor é mágico. O senhor é um mágico. Quem tem um aumento de patrimônio como o senhor é um mágico. Um aumento de patrimônio e o que passou nas contas da sua esposa... Vocês são mágicos.

O senhor e a sua esposa, vocês dois são a prova mais contundente de que o sistema judicial no Brasil está falido. Como disse o Relator, no final, o senhor comanda um grande esquema de corrupção dentro do INSS, que não é coisa nova; que, desde Paulo Bernardo, que foi preso, fazendo empréstimo consignado... E saiu preso o Paulo Bernardo, naquela época, no Governo Lula, na época do mensalão.

O senhor está nisso desde 2008. E disse o nosso Relator que não sabe como o senhor está solto e a sua esposa. Eu diria que é a prova mais contundente da falência do sistema judicial no Brasil. Porque, se ele estivesse em voga, certamente vocês estariam presos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que, por respeito aos aposentados que foram roubados, para que o senhor pudesse comprar uma cobertura em Camboriú, para ter carros maravilhosos, dinheiro sobrando na conta da sua esposa, que, embora tenha grande formação, mas não... Esses valores que passaram pela conta dela, certamente, não vieram de trabalho prestado.

Está tudo esclarecido. A Polícia Federal vem investigando isso de há muito e também esta CPMI.

Eu julgo, Srs. Deputados e Senadores, meu Presidente, que, se esse cidadão sair daí sem uma voz de prisão, certamente é uma afronta aos aposentados do Brasil que estão assistindo e depositando toda a confiança nessa CPMI, nos Senadores e nos Deputados que compõem essa CPMI. Certamente, se eles não... Se esse cidadão deixar essa Comissão, hoje, sem uma voz de prisão, certamente nós estamos aviltando ainda mais aqueles que já não têm como viver de uma forma decente, porque foram roubados ao longo desses anos, e esse cidadão participou de tudo, como cabeça, aliás, como disse o nosso Relator.

Eu agradeço, Sr. Presidente, por ter participado, agradeço por estar participando e estar assistindo. E, do lado de cá, numa televisão, dói mais ainda do que estar sentado aí, porque sei que milhares de aposentados estão assistindo e vendo todas as mentiras, todas as negações, todo o cinismo e toda a cara limpa de um depoente, que nós temos consciência, pela documentação que temos e a investigação, de que é devedor.

Eu agradeço a participação, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência*.) – ... agradeço ao nosso Relator e agradeço aos nossos queridos Deputados e Senadores que fazem parte desta Comissão.

Agradeço a V. Exa., e fica este meu apelo de pedido de prisão para esse cidadão.

Obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso desejo de pronta recuperação ao Senador Magno Malta, que tem sempre uma participação muito firme.

Quero esclarecer aos Srs. Parlamentares que advogados da União só podem ser presos por crimes inafiançáveis. Não é o caso dar voz de prisão aqui por falso testemunho, que é um crime que tem fiança.

Portanto, o pedido do Senador, neste caso, não pode ser atendido, uma vez pela prerrogativa constitucional que é dada à função.

Senador Jorge Seif.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – A menos que ele seja Daniel Silveira.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu estou aqui plugado no canal do YouTube, e o senhor está sendo muito elogiado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – E o nosso Relator virou o queridinho do Brasil.

Muitos elogios ao senhor, à sua postura, à sua conduta, à sua diligência, à sua assertividade e à sua memória – o senhor fala o nome do povo aí sem ler. Então, é magnífico; o senhor está representando o povo brasileiro, e eu preciso deixar isso registrado.

Eu tenho algumas perguntas para o senhor e queria dizer para o senhor o seguinte: tem um internauta aqui dizendo o seguinte: olha, com um salário de R$24 mil, o senhor demoraria quase cem anos para pagar o apartamento de Balneário Camboriú. Eu nunca vi alguém visitar apartamento só para "não, vou visitar, mas eu não tenho condição de comprar"; e um apartamento com um valor de R$28 milhões, né?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – E Lula?

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Mas vamos lá.

O escândalo do INSS, Sr. Presidente, não foi um acidente administrativo, mas uma rede estruturada, conforme vimos hoje aqui, inclusive com os gráficos demonstrados, aqui, pelo nosso Relator, e foi politicamente sustentada, operacionalmente azeitada por decisões internas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós precisamos, aqui, Sr. Relator, deixar, dar nome aos bois e botar pingo nos "i". Cada um desses nomes – Carlos Lupi, Stefanutto, Virgílio, Messias, Wellington – teve papel direto ou indireto na facilitação, negligência ou blindagem de esquema que drenou 6,3 bilhões de aposentados brasileiros.

Sabem quantas pessoas estão nos assistindo agora só no YouTube do Senado? Trinta mil pessoas – recorde. Então, as pessoas têm fé e acreditam no trabalho de V. Exas.

E eu queria citar aqui alguns pontos fatais do escândalo do INSS que trazem o epicentro para o desgoverno Lula, que agora me processou, porque eu chamei de quadrilhão, de ladrão. Repito aqui e não me arrependo do que falo, porque provo o que falo, basta ler as páginas policiais ao longo dos últimos 20 anos.

Carlos Lupi, Ministro da Previdência Social, ignorou alertas formais, esteve junto na reunião do CNPS, onde foram relatados descontos ilegais, e nada fez. Negou conhecimento prévio, embora alertado constantemente em atas e depoimentos, inclusive DPU e CGU; admitiu tardiamente que não tinha dimensão das fraudes, mesmo com alertas formais da CGU; foi articulador direto da recondução do Dr. Virgílio, aqui presente, ao cargo de Procurador-Geral do INSS, em setembro de 23, apesar de suspeitas e investigações; e seu ministério manteve 13 reuniões oficiais com entidades sob investigação, especialmente a Contag, de que o senhor autorizou desconto em massa.

Apontado como um dos líderes do esquema, Alessandro Stefanutto, que esteve aqui sentado no banquinho da verdade, afastado pela Justiça Federal na apuração que apura fraude de 6,3 bi, desobedeceu a recomendações da CGU, mantendo os sistemas de descontos automáticos, mesmo após denúncias internas. Ratificou parecer em 23, que liberou milhares de benefícios bloqueados, medida ilegal e feita a pedido político da Contag; atuou em parceria com o Sr. Virgílio, aqui presente, com quem compartilhava decisões estratégicas sobre convênios suspeitos.

O senhor foi nomeado em 2020... E tem um ditado que meus avós me ensinaram, Dr. Virgílio: a ocasião faz o ladrão, porque o senhor mesmo falou que, lá atrás, não ouvia falar em desconto de INSS e de problemas, mas, quando o senhor foi reconduzido em 2023, está aí nas páginas policiais o seu nome e, infelizmente, o da sua esposa, que ficou visivelmente constrangida aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não tem o que responder; e, agora, a sua irmã está no rolo também. É uma grande família, como diria os italianos.

Salário oficial: 24 mil. Recebeu 11 milhões de empresas ligadas a associações fraudulentas – meu Deus, o senhor dizer que é inocente, vou te dar um óleo de peroba de presente! –, oriundas, firmadas por Antônio Carlos, Careca do INSS, o pivô dessa vagabundagem toda.

A PF e a CGU... Aliás, a PF, que servia para o senhor de uber, por isso que o senhor quer... É por isso aí, viu, Relator, por isso que ele só quer falar para a PF. A PF serviu a ele de uber. A PF, a quem o senhor questionou por que ainda não prendeu, foi uber para ele ir lá para o hangar que o senhor mostrou aqui. Então, a PF precisa... Dr. Andrei, o senhor... Está feio! Está feio, porque o Sr. Virgílio ainda nem depoimento fez. Está feio! Homens do senhor foram uber – uber – para um cara mais enrolado que papel higiênico.

Ou seja, forneceu a entidades dados dos aposentados. É a raposa cuidando do galinheiro. Ele, Procurador, defensor do INSS e dos beneficiários do INSS, segundo as investigações – não é segundo Jorge Seif, está aí nas páginas dos jornais – entrega, facilita, ajuda carecas do INSS. Não é à toa que a esposa dele estava vendo apartamento de 28 milhões, andando de Porsche, andando de Volvo, comprando Audi... A irmã dele enrolada também... Mas é um santo! Deve ser santo igual Frei Chico, que até nome de santo tem, né? Frei Chico, que a petezada blindou de falar aqui na CPMI.

Patrimônio incompatível. Aumentou cerca de 18 milhões em cinco anos. Ele precisava fazer um *coach* para saber como é que enriquece tão rápido.

E veja – veja – o que que a ganância, o que que a corrupção não faz. A esposa dele tem uma das profissões mais nobres, que é salvar vidas. A mulher, com certeza, estudou, mostrou o currículo dela aqui, um currículo brilhante. O cara, emprego... E teve que estudar para chegar aonde chegou, R$24 mil. A média de salário do brasileiro é três contos. Ele ganhava R$24 mil e a esposa médica... Porra, vai viver uma vida maravilhosa até o final da vida, mas se meteu com o PT e vai se lascar.

São 18 milhões, em cinco anos, incompatível com a sua renda, independente se o senhor fala, se não fala, se está com vergonha. Sua esposa aqui deu pena, deu pena dela, apesar de estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvida, mas eu tenho certeza de que o senhor foi bem convincente para ela enrolar o nome dela nessa sujeira miserável.

Aquisição de apartamento de luxo – já falei. Tentou comprar lá o Senna Tower. No meio da explosão da corrupção, tiveram que abandonar o Senna Tower.

Porsche Cayenne, Audi A5, Mercedes AMG... Só carro de magnata, malandro. Só carro *top*.

E ligados à empresa da senhora sua esposa, que eu não preciso nem falar aqui.

Jorge Messias autorizou a manutenção do Virgílio no cargo – Jorge Messias é o Advogado-Geral da União do Lula, que agora foi indicado para o Supremo –, autorizou a manutenção de Virgílio no cargo mesmo com denúncias em andamento, e a AGU só agiu depois da operação da PF, quando bloqueou bens e anunciou medidas reparatórias.

Wellington Dias, Ministro de Desenvolvimento Social, participou de reuniões oficiais com a Contag e outras entidades em 2023, 24, e o MDS manteve vínculos institucionais com organizações.

Síntese final, Sr. Relator.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, o esquema de 6,3 bi não foi acidental. Foi planejado, estruturado, operacionalizado dentro do próprio INSS com respaldo político do Partido dos Trabalhadores e com omissão deliberada, programada e planejada de quem tinha dever de fiscalizar. Cada um desses nomes, Carlos Lupi, Stefanutto, Virgílio, Messias, Wellington e tantos outros, Careca, "Cabeludo", cada um desses teve um elo decisivo na cadeia de facilitação, conivência, conveniência e silêncio, que permitiu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... aos nossos aposentados e pensionistas experimentarem a maior fraude previdenciária da história do Brasil, em dois aninhos só.

E esse senhor – já finalizo – ratificou em 2023 um parecer técnico, a raposa entregando... A galinha entregando à raposa o galinheiro, milhares de benefícios para serem descontados automaticamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, uma vergonha. Eu concordo com o Magno Malta e concordo com o nosso Relator. Isso aqui é um absurdo – a polícia não ter agido até agora. É um absurdo esse senhor e essa senhora, esposa dele, virem aqui e negarem, não quererem falar, falar meio-termo, vendo... Nós queríamos saber quem que o senhor está protegendo politicamente. O senhor já está enrolado.

Entrega os comparsas, os mandantes disso, que nós sabemos, não temos dúvidas de que isso aí tem DNA pesado do Partido dos Trabalhadores e de todo esse quadrilhão que roubou o nosso aposentado e pensionista.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor deseja comentar, Sr. Virgílio?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Não, Excelência, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Quero parabenizar V. Exa., mais uma vez, pela serenidade, sobriedade na condução desses trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Quero agradecer o comparecimento do Sr. Virgílio e dos advogados.

Sr. Virgílio, o senhor enquanto Procurador Federal, o senhor exercia outras atividades econômicas?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Não exercia? Tá, então, qual é o salário de um Procurador Federal, por favor?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Hoje, com os honorários advocatícios, é o teto do Ministro do Supremo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Que é?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – São 44 e alguma coisa, salvo engano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Tá, então, o Sr. Procurador Federal não exercia outras atividades econômicas e recebia o teto. Então, como o senhor justifica uma evolução patrimonial de mais de 18 milhões?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Os números não correspondem à realidade, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Os 18 milhões? Essa é informação da Polícia Federal.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Em relação a esse assunto, eu me reservo o direito de ficar em silêncio...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Relatórios de inteligência da Polícia Federal demonstram que pessoas físicas e jurídicas relacionadas ao senhor receberam um total de 12 milhões, aproximadamente, de empresas intermediárias, todas relacionadas a entidades associativas. O senhor confirma esse recebimento?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, eu vou me manter em silêncio, mesma resposta anterior.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito.

Desculpa, uma pergunta pessoal: o senhor tem filhos?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Tenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Quantos filhos o senhor tem?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Um.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Só um, né? Eu também tenho filhos. Eu tenho uma coisa na minha vida, Sr. Virgílio, eu falo uma coisa para o senhor, com todo o respeito, não por vitimismo: meu pai era motorista de ônibus, eram seis filhos, eu sou o mais novo, mas não tem nenhum ordenamento jurídico, nem mesmo a Constituição se sobrepõe sobre um comportamento ético.

Os filhos costumam olhar os pais como espelho para serem alguém na vida, eu sempre levo isso para mim: qual a imagem eu transmito para os meus filhos? Porque, quando a gente está com a verdade, essa verdade é imutável. Eu, com todo o respeito, se eu estivesse aí, eu estaria falando. Se me perguntassem: "Olhe, Senador Contarato, tem uma movimentação na conta do senhor de tantos mil reais, de onde veio esse dinheiro?". Eu ia falar: "Eu comprei isso, está aqui a nota fiscal, ou pode pegar a nota fiscal".

Agora, o senhor afirma que exerce a função de Procurador Federal, é um múnus público, que não é uma coisa... Eu amo ser servidor público, porque antes de ser Senador, eu sou Professor e sou Delegado de Polícia, com muita honra, mas o senhor exercendo a função de Procurador Federal, não exercia outra atividade econômica – o senhor fala isso aqui – e tem uma movimentação financeira de mais de 18 milhões na conta do senhor.

A empresa da sua esposa... A sua esposa tem várias empresas que recebem dinheiro de todas as partes, de tantas empresas envolvidas com entidades associativas.

Eu queria falar um pouco da Conafer. A Conafer em 2019 tinha uma arrecadação de R$718 – R$718. Em 2021, em plena pandemia – o senhor era o Procurador-Geral –, ela passou para 57 milhões. Enquanto as pessoas estavam morrendo, morrendo por falta de oxigênio, nós tivemos 700 mil vítimas fatais, a Conafer, que tinha um rendimento de R$718 em 2019, em 2021 passa para 57 milhões e depois para 96 milhões.

O senhor pode informar se, durante o período que o senhor esteve como Procurador-Chefe do INSS, o senhor ficou ciente das irregularidades praticadas pela Conafer contra aposentados que levaram à suspensão do ACT?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Senador, tive ciência de reclamações e, pelo que eu me lembro, a Diretoria de Benefício ou a Diretoria de Atendimento na época, não me lembro qual das duas diretorias que cuidava da parte de fiscalização, fez um grupo de trabalho de acompanhamento dessas reclamações pela competência da diretoria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Tá, mas a competência de analisar o ACT era da Dirben, correto? A competência para analisar?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu não lembro se era da Dirben ou da Dirat na época. Eram duas diretorias, uma das duas tinha essa competência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Aqui já foi ouvido e falado que era da Dirben. A Dirben...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Porque passou um tempo sendo na Dirat.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – A Dirben já tinha se manifestado pela rescisão do ACT da Conafer. Por qual razão houve uma mudança do INSS que retirou essa competência da Dirben e passou para Dirat?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Essa pergunta o senhor tem que fazer eu acho que ao então Presidente da época, Leonardo Rolim, que foi quem iniciou esse processo de mudança.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas o senhor se manifestou favorável a essa mudança de competência; então, o senhor...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Porque regimentalmente poderia ser. Juridicamente poderia ser feito essa mudança.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas se ela já tinha sofrido uma suspensão, teve a suspensão, depois, no parecer do senhor, ao arrepio disso, o senhor mesmo o contradiz e fala, no parecer do senhor:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrando que as orientações emanadas do parecer jurídico, ainda que apenas opinativos, devem ser seguidos, ou, caso contrário, justificados pelo corpo do processo, pelo prosseguimento feito.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Perfeito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – "Registre, por fim, que não há determinação legal a impor fiscalização posterior." Posterior de cumprimento de recomendações feitas. Eis o teor. Quer dizer...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Pela Procuradoria. A Procuradoria não tem obrigação legal de fiscalizar as recomendações que ela colocou no processo. É isso o que quer dizer.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu fico assim pensando, é natural o Procurador-Geral responder as consultas diretamente, sem manifestação prévia da Procuradoria Especial? É natural isso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Em alguns casos, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – É natural?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Ou ela segue a orientação?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, o Procurador-Geral pode, dependendo da urgência pedida pela administração ou não, dependendo do fluxo de processos, dependendo de como aquela Coordenação-Geral está tratando, está com muito processo ou menos processo, complexidade da consulta, entre todas essas variáveis o Procurador-Geral pode fazer. É uma das funções do Procurador-Geral, por isso é que há uma hierarquia dentro da Procuradoria...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu já entendi, por favor.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... o parecerista, o coordenador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu já entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 24 de junho de 2021, numa quinta-feira, o senhor assinou, sem manifestação de outro procurador, o despacho número tal, que eu não vou citar aqui, referente à liberação de recursos da Conafer, que não era urgente para o INSS nem para os aposentados. Com base nisso, nessa assinatura do senhor, a Conafer recebeu R$15.367.624,30, mesmo sem nunca apresentar as fichas de filiações referentes a esse período. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu tenho que olhar os autos com calma, Excelência, eu não me recordo...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor veio para o depoimento, mas o senhor tem que saber, o senhor foi Procurador-Geral. O senhor assinou...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Excelência, o senhor está falando de um processo de 2021.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas é da Conafer, que teve uma evolução patrimonial, em plena pandemia, que era de R$718, foi para 57 milhões, 96 milhões, e o senhor numa canetada autoriza sem avaliação, sem análise da documentação e das fichas.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu não, eu não autorizei, a Procuradoria não autoriza. Tem que ver qual foi a consulta feita à Procuradoria, em que termos foi feita a consulta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor assinou, sem manifestação de outro procurador, liberando os recursos da Conafer. Com isso, a Conafer recebeu mais de R$15 milhões, sem nem prestar, apresentar as fichas de filiação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Então, eu só queria concluir aqui, Sr. Presidente, com todo o respeito: eu apelo sempre pelo lado daquilo, eu fico... Kant tem um imperativo categórico que fala assim: "Age de tal forma que teu comportamento se torne uma lei universal", não é? Eu sempre me coloco no lugar. Eu confesso ao senhor que se estivesse um dia sendo investigado em qualquer coisa, eu seria a primeira pessoa a estar falando a verdade, a expor toda a minha vida, porque quem não deve nada teme. Mas nós temos milhões de aposentados e pensionistas em condições, em estado de hipossuficiência, que dependem, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ganham um salário mínimo, que têm uma escala de 6x1, em condições aviltantes, que não têm plano de saúde, que não têm tíquete-alimentação, que não têm segurança jurídica, que não têm nada; o senhor é um Procurador Federal, ganhando mais de R$40 mil, a esposa médica, o senhor fala que não teve outra, não tinha outra atividade econômica, mas teve uma movimentação de R$18 milhões na conta do senhor! Com todo esse patrimônio, a consciência é que pesa, se pesa, em cada um, eu acho que cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não pesou, não...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Muito obrigado, desculpa por eu ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, sem problemas, Excelência.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para interpelar.) – Presidente, quero fazer a minha inquirição, sobretudo, meus cumprimentos ao senhor, ao Relator, ao senhor depoente, à sua defesa, mas vou procurar fazer a minha inquirição sem procurar lacrar, sem *likes* e sem gritos, porque tem gente aqui que grita, busca *likes*, quer lacrar, mas não se constrange em participar de festinha com Camisotti, um dos investigados desta CPMI.

Mas, dando sequência, Presidente, eu acho que a gente tem, Sr. Virgílio... Eu quero começar o meu questionamento ao senhor a partir das origens dos ACTs, dos acordos de cooperação técnica que foram firmados, onde estão envolvidas pelo menos 60% das entidades que estão denunciadas nessa fraude.

E, para isso, é importante lembrar a estrutura do INSS, da qual o senhor fazia parte, essa estrutura que tinha como Ministro da Economia o Ministro Paulo Guedes; depois teve, como Secretário da Previdência, o Sr. Bruno Bianco; o Sr. Leonardo Rolim como Presidente do INSS; o Sr. José Carlos Oliveira, que assina vários dos ACTs; o Sr. Jucimar Fonseca, que era o Diretor de Consignação; e o senhor, que era o Procurador de então. Isso aí nós estamos falando dentre os anos de 2019 e 2021, correto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Não, fui nomeado em 2020.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Em 2019, o senhor estava em qual função?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Procurador-Geral da Previc.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

Então, vamos começar. Dessas entidades, eu não sei se temos aí, por favor... Eu queria começar aqui... Então, começando sobre a Ambec, a Ambec é aquela entidade sobre a qual já foi questionado aqui, algumas vezes, que tinha três associados, arrecadava, antes de 31 de agosto, R$135 e teve um salto, em 2021, de três associados e R$135, para R$500,989 milhões a sua arrecadação. Quem assina o ACT da Ambec é o então Diretor de Benefícios, o Sr. José Carlos Oliveira. O Sr. José Carlos Oliveira – já foi perguntado aqui pelo Sr. Relator e eu pergunto para o senhor – o senhor conhecia, tinha relação de amizade? Qual a vossa relação com o Sr. José Carlos Oliveira?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Tinha uma relação profissional com o José Carlos Oliveira. Ele, quando eu conheci, era Superintendente de São Paulo do INSS, depois Diretor de Benefícios, depois Presidente do INSS.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Nessa época aí, o senhor estava em qual função?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Procurador-Geral do INSS.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Procurador-Geral. Nada disso da Ambec passou pelo senhor?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Só passou por mim a minuta do ACT. Nessa época, passou, foi dado parecer da Ambec por dois procuradores concursados, depois veio para o Procurador-Geral.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Que era o senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Exatamente, já com o processo todo, com dois procuradores dando o o.k. pela assinatura. Lembro que fiscalização de ACT não era competência da procuradoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito, mas o senhor veio ao ponto.

Pode passar a próxima? É exatamente o que o senhor está dizendo. O primeiro parecer foi da Dra. Patrícia Cristina, e ela só diverge de uma questão aí com o senhor.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, aí é a Amar Brasil, é outra entidade, Senador. Desculpe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito, mas volte na anterior, na Ambec – volte na Ambec. Volte o anterior.

Em relação à Ambec, dois procuradores, só voltando. Em relação à Ambec, dois procuradores deram um parecer favorável ao ACT?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E o senhor ratificou o parecer dos dois procuradores...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... logo em seguida.

E a sua função era somente essa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Nesse processo, aprovar o parecer feito pelos colegas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

Então, passemos à próxima, aí sim pela Amar Brasil. O parecer... A Dra. Patrícia o senhor conhece?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Conheço, excelente procuradora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A Dra. Patrícia havia recomendado a não formalização do ACT. Em seguida, um outro procurador retifica o parecer da Dra. Patrícia e dá um parecer favorável. Isso passou pelo senhor depois?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, Senador. Nesse processo aí, o Sebastião Faustino de Paula me sucedeu na Procuradoria-Geral do INSS. Ele era o Procurador-Geral.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O Sr. Sebastião o senhor conhece?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Conheço. Procurador Federal de carreira também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor o indicou para sucedê-lo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A indicação veio de quem?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Do então Presidente, que ascendeu a Ministro, José Carlos Oliveira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então, foi o Sr. José Carlos Oliveira, então, que faz a indicação do Sr. Sebastião para o suceder, e é ele... Porque, veja, a gente falou anteriormente da Ambec e, agora, estamos falando da Amar. O Procurador que o sucede retifica o parecer da Dra. Patrícia e avaliza a entrada da Amar Brasil. Tanto é – pode passar para o próximo parecer... para a próxima lâmina – que, no dia 9 de agosto, menos de seis dias depois, o ACT é formalizado, com ausência de certidão sindical. A entidade era antes um clube de benefícios que vendia proteção veicular e, do nada, se torna uma entidade credenciada para o INSS e tem um salto de arrecadação para 325 milhões.

O que me chama a atenção, Dr. Virgílio, é o seguinte: no caso anterior, da Ambec, dois procuradores o senhor disse que dão parecer favorável, e o senhor ratifica; no caso da Amar Brasil, uma procuradora diz não. Quem estava no seu lugar retifica o parecer da procuradora, ou seja, dizendo que deveria entrar. Esse critério o senhor não deveria ter tido com a Amar Brasil também, não? Com a Ambec? – perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – É... Senador, cada processo é um caso. No caso da Ambec ali, com certeza, no papel, a associação estava toda correta e apta a formalizar o ACT.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – No caso da Amar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor afirma, então, que a Ambec estava correta?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Naquele momento... Naquele momento histórico ali, em 2021 – salvo engano, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Desculpe, Dr. Virgílio, mas uma entidade que tinha três associados, arrecadava R$135, não tinha nenhum histórico de trabalhar com aposentado, com pensionista; o senhor afirma aqui que estava correta essa entidade?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor não poderia ter feito o que o seu sucessor fez – da pior forma, diga-se de passagem, Sr. Relator... Porque o seu sucessor fez o seguinte: ele descredenciou o parecer da procuradora anterior, permitindo que a Amar Brasil entrasse em definitivo. E a Procuradora, Dra. Patrícia, de fato, num parecer detalhado, dizia que não tinha condição de aquela entidade entrar. O senhor não poderia ter feito da melhor forma e, inclusive, talvez aqui pudesse ter utilizado isso para não ser questionado, como foi questionado por nós, como foi questionado pelo Relator, como pode ser inquirido na Polícia Federal?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Senador, repito, cada processo é um processo; é analisado naquele momento ali. E naquele momento a documentação da Ambec, com certeza, estava o.k. para dois procuradores darem o parecer favorável e o Procurador-Geral ratificar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Deixa eu lhe perguntar outra coisa...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Em relação à Amar, eu não posso responder porque não foi na minha gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

Deixa eu lhe perguntar, então, continuando na... Porque já se está concluindo o meu tempo. Concluindo a minha inquirição, o senhor disse, ainda há pouco – se eu não me engano, foi para o Relator –, que Presidente do INSS não assina ACT?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, não; a competência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não? Então, pode passar a próxima...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A competência de assinar é do Diretor de Benefícios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Pode passar.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Como foi ali o do Edson Yamada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Pois é. Então, por que o Presidente do INSS, Sr. Leonardo Rolim, assina o ACT da Conafer? (*Pausa.*)

Uma das entidades que pulou para 809 milhões na arrecadação. O senhor sabe me responder?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Teria que ver, nesse momento aí histórico, de dois mil e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... agosto de 21, se a competência estava com o Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, porque o senhor falou para o Relator, há pouco, que o Presidente do INSS não assina ACT. Esse ACT aí, eu já concluindo, está assinado pelo Presidente do INSS.

Passa para a próxima lâmina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas mais do que assinado pelo Presidente do INSS, está liberado pelo senhor. O despacho liberando o pagamento da Conafer, nesse dia de 24 de junho de 2021, é seu.

E mais adiante, por favor.

No dia 26 de maio, o senhor concorda com a renovação do ACT com a entidade. Uma das entidades, uma das principais entidades fraudulentas aqui, o senhor... Primeiro, o Presidente do INSS assinou; depois, o senhor concordou, o senhor liberou o pagamento. Depois, o senhor concordou com a renovação do ACT.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A Procuradoria não libera pagamento, Excelência. A Procuradoria foi consultada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas o senhor... Mas... Bom...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Foi consultada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Eu não vou, o meu tempo já acabou, eu não vou entrar no mérito sobre isso.

Mas o senhor concorda que o senhor concordou com a renovação do ACT?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Concordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito. Era isso que o senhor queria responder?

Só uma última questão, Sr...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Virgílio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... e Sr. Virgílio, só a última já, aí, de fato, concluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos mais um eslaide aí? Não? É esse. Não. Não, pode ter... Temos um depois desse? (*Pausa.*)

Não, perfeito.

Só uma última questão, é esta daqui. Isto aqui são os documentos que a CGU indicou, todos os documentos que cada uma das entidades, que as entidades deveriam entregar para serem credenciadas junto ao INSS. No caso, por exemplo, da Ambec, ela não entregou nenhum dos documentos. Em todas as entidades, pelo menos 50% dos documentos não foram apresentados. Mesmo assim, as entidades foram credenciadas. E, me permita, Sr. Virgílio, a responsabilidade de confirmar isso daqui, de verificar os processos era sua, como Procurador, em última análise...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... como era dos procuradores anteriores.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, não, da Diretoria de Benefício, da área técnica, não da Procuradoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Da checagem dos documentos pela Procuradoria, não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Meu tempo concluiu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas eu fico...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos esperar a resposta do Sr. Virgílio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... satisfeito com as perguntas, e a pergunta predecessora, pode responder posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria dar as boas-vindas aqui. Boa noite, Sr. Virgílio, que ora colabora, ora não colabora aqui com as perguntas, mas eu não vou cumprimentar as advogadas, porque eu já fiz isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, a advogada está pedindo uma pequena pausa. Paciência. Dez minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Claro, sem problema.

(*Suspensa às 21 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 21 horas e 33 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Eu agradeço, Presidente.

Começo aqui novamente, desejando uma boa noite para o Sr. Virgílio. A advogada Izabella eu já cumprimentei antes, e até a última pergunta que eu fiz ficou respondida, não precisa nem... É porque é advogada comum dos dois: marido e mulher. Está justificado.

Eu queria aqui iniciar e dizer o seguinte: que esse casal, Virgílio e Thaisa, é o campeão de interrupções aqui – têm razão, é regimental, faz parte –, de pedidos de suspensão aqui da sessão. E, em um dos momentos – aliás, dois: por dois momentos –, essa interrupção veio quando se perguntou sobre políticos envolvidos, sobre a possibilidade de... Se o senhor foi pressionado, Sr. Virgílio, por algum político.

O senhor já disse que não vai responder, não adianta eu insistir, mas eu quero lhe perguntar uma coisa, aqui no Senado Federal, antes que deem um novo decreto de sigilo de cem anos aqui. O senhor visitou algum Senador da República nesse recinto, para alguma visita de cortesia, ou foi chamado para alguma reunião?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Desse assunto, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas já esteve aqui no Senado Federal? Recentemente?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, recentemente, não. Visitei muito o Senador Garibaldi Alves, depois que saiu do ministério – eu trabalhei com ele –, em algumas oportunidades, e alguns servidores amigos, mas não gabinete de Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá.

O senhor também falou aí... Se incomodou, de certa forma, quando foi perguntado se a Contag tinha relação com o PT. O senhor disse... O senhor ficou até surpreso, mas é histórica essa relação. Eu quero, inclusive, pedir para colocar a foto primeiro, que é importante: o Presidente da Contag está com um pobrezinho aí, uma pessoa pobre, que é irmão de um santo, né? E, então, quer dizer, tem uma relação que talvez o senhor não tenha... não saiba dessa relação mais aprofundada, mas é estranho, porque o senhor assinou justamente um lote da Contag, que liberou essa associação, esse sindicato que recebeu, simplesmente, 3 bilhões desse esquema fraudulento.

E, agora, eu peço para colocar um vídeo, para a gente compreender o que é que pode estar por trás disso tudo. (*Pausa.*)

Eu queria só, Presidente, um pouquinho mais de tempo aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então, Sr. Presidente, tem vários vídeos dessa Vereadora circulando, pressionando as pessoas lá no Ceará para contribuírem com a Contag, fazendo pressão. O senhor, na sua história de vida pública aqui, o senhor passou – foi lido já por vários colegas – dos 14 anos seus, cerca de 14 anos trabalhando entre INSS, outros, AGU, o senhor passou 11 anos no PT.

O senhor passou 11 anos sob a gestão do PT: Lula 1, Dilma, Lula 2 e agora o Lula 3.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Já são quase 20 anos de AGU, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É, mas o senhor passou na AGU 20 anos, né? AGU... Mas quando o senhor vem para próximo aqui dessa questão desses descontos em lotes, dessas autorizações, quando... foram 11 anos de PT.

Uma coisa que eu queria lhe perguntar é o seguinte: o senhor não acha que tem conflito de interesse, não? Sim ou não? Conflito de interesse. O senhor sendo uma peça-chave em autorização aqui de descontos e trabalhando no INSS, e a sua esposa recebendo aí cerca de R$13 milhões de entidades que, de alguma forma, têm relação com o INSS, com a Previdência, com o dinheiro roubado dos brasileiros.

O senhor não acha que existe um conflito de interesse da sua parte?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Senador, discordo que eu era uma peça-chave em desconto associativo. Conforme eu já falei, a partir de maio de 2022, dali para a frente, nenhum processo de ACT passou pela...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá, mas a...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Então, assim, eu não era peça-chave para, por exemplo, uma entidade conseguir um ACT...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Precisava passar pela minha mesa? Não precisava.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Para destravar a Contag, foi.

Eu lhe pergunto o seguinte: o senhor, como um funcionário público que trabalhou no INSS – em vários momentos aqui, Previdência, convidado por gente importante –, o senhor não acha que existe um conflito de interesse do senhor com a sua esposa, que receberam, num prazo recorde, de empresas fundadas, assim, a jato, R$13 milhões? E a sua irmã também?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu desconheço que tenho recebido de entidades.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Desconheço que tenho recebido de entidades.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Olha, aqui a sua esposa: da World Cannabis, que recebeu de entidades.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – É uma empresa privada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Privada, mas que recebeu de entidades. Está mostrado aqui pelo *follow the money*, o rastro do dinheiro, que é maconha. Vamos colocar aqui em pratos limpos: é empresa de maconha. Foram R$5 milhões – R$5 milhões –; da 360 Soluções, mais R$2 milhões.

Aliás, esse nome 360 faz sentido, né? Porque 360, você dá a volta e fica no mesmo lugar, olhando para si. Não resolve, não tem solução. Mas foram R$2 milhões de solução para alguém aqui e caiu na conta da sua esposa.

O senhor não vê conflito de interesse nessa situação da sua esposa e da sua irmã terem recebido uma fortuna, durante pouco tempo, e o senhor lá, no INSS? O senhor não vê nada de errado nisso, sinceramente?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não vejo conflito de interesse porque não tenho conhecimento de entidade nenhuma fazendo esse tipo de pagamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor falou que era incipiente, né, a questão aí de que houve, que chegaram ao seu conhecimento denúncias de descontos indevidos, lá atrás. O senhor colocou aqui. O senhor falou a palavra "incipiente", confere?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Por que o senhor não fez nada? Isso não é prevaricação? O senhor tomar conhecimento de algo, como funcionário público, e não agir, inclusive ali, dentro do INSS?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Estava sendo feito pelas áreas técnicas do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Estava sendo feito? O senhor acionou essa área técnica? O senhor foi atrás de saber?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Foram acionadas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Quando?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não pela Procuradoria, por agentes externos.

O Senador Contarato apresentou para o Ministro Oliveira, por exemplo, ofícios do Ministério Público. E sei, tenho notícia de que as áreas técnicas do INSS, sempre que recebiam demanda, apuravam.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas o Governo só começou a agir efetivamente quando saiu no *Metrópoles*. Até lá, não se tinha, para estancar a sangria?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sei que, quando saiu no Metrópoles... Acredito que onze ou doze processos apuratórios foram abertos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E aí começou...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Pela área técnica do INSS.

Exato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas o senhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor não acionou, enquanto funcionário público do INSS...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não precisei acionar porque as áreas técnicas já se movimentaram.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Olha, Sr. Presidente, a gente tá vendo aqui, nesses depoimentos, fica mais claro que a crise que vive o Brasil não é uma crise política, não é uma crise social, não é uma crise econômica. Existem essas crises por irresponsabilidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, gastança. Mas a grande crise que vive o Brasil é a crise moral, é a crise moral. Esse escárnio que a gente está percebendo dessa fraude, de que o nosso colega falou há pouco, é a maior da história do Brasil, da Previdência do Brasil, e é do mundo, é do mundo.

E quando a gente chegar nos consignados, Deputado Alfredo Gaspar, eu sei tanto do Senador Carlos Viana, como do seu compromisso, que petrolão e mensalão, que escandalizaram o povo brasileiro, vai ficar pequeno em relação a esse "aposentão". Então, que Deus nos guie e nos abençoe para que a gente possa correr!

É estranho realmente, até hoje... É estranho demais, na Polícia Federal, ele não ter sido ouvido e nem a esposa dele. Eu não quero nem chegar na questão de estar preso ou não estar, porque deveria, a gente pediu, mas sequer ouvido pela Polícia Federal. E alguns dizem aqui: "É a Polícia do Governo que acabou com isso, que resolveu". Acabou nada! Quem acabou com isso foi a matéria do *Metrópoles*. Porque o Wolney Oliveira, que nós vamos aqui receber, Sr. Presidente – para encerrar –, o Wolney Oliveira soube muito tempo antes, cerca de um ano e meio, que estavam acontecendo essas fraudes sistemáticas, institucionalizadas, e não agiu. Pelo contrário, trabalhou para que a revalidação passasse de um ano para três. Isso é uma vergonha!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, a respeito da acusação que foi feita aqui ao nosso Ministro da AGU, Jorge Messias, de que ele teria assinado a cedência do Dr. Virgílio, apesar do parecer contrário da Sra. Adriana Venturini. O substituto Flavio Roman deu parecer favorável e o Ministro Jorge Messias autorizou a nomeação dele, porque isto é um caso absolutamente corriqueiro e cotidiano. Tanto é que o Procurador Federal que está cedido aqui para o Partido Novo também teve o parecer contrário da mesma PGF e foi liberado pelo Ministro Messias. Como também o Procurador Federal cedido para o gabinete do Senador Jorge Seif teve parecer contrário, da mesma maneira, igualmente cedido pelo Ministro Messias. Então, trata-se de uma acusação leviana, irresponsável e infundada, do mesmo naipe dessa vergonha que estão fazendo nas redes hoje, tentando vincular a Sra. Thaisa à Ministra Gleisi Hoffmann.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as acusações à Polícia Federal, feitas pelo mesmo Senador Jorge Seif, um servidor da Polícia Federal envolvido nesse episódio foi imediatamente afastado. Fazer uma acusação leviana à Polícia Federal, ao Dr. Andrei, a todos os delegados da Polícia Federal, que têm autonomia na condução dos seus inquéritos, é uma forma leviana e irresponsável de atingir a Polícia Federal, achando que com isso está atingindo o nosso Governo.

Quero aproveitar aqui, Dra. Izabella, para dizer à senhora da minha solidariedade, porque, de parte da nossa bancada e da Bancada do Governo, jamais haverá qualquer tipo de tentativa de cerceamento ao trabalho da defesa e à advocacia. Nós respeitamos e nos insurgimos sempre que aqui nesta CPI há qualquer tentativa de impedir o trabalho dos advogados e das advogadas.

Por gentileza, coloque no quadro lá, para mim.

De 2019 a 2021. Olha as entidades que receberam ACTs. Vamos destacar entre elas a Ambec. Quanto que já arrecadou até hoje a Ambec? R$500 milhões. O Ministro, quem era? Paulo Guedes. Bruno Bianco... Não vou dizer o nome do Secretário da Previdência, para não dar o direito de ele falar, mas está lá o Dr. Virgílio. Jurídico, Procurador, está lá o Dr. Virgílio.

Vamos adiante. De 2021 a 22, entidades que firmaram ACTs. Quem era o Ministro? Onyx Lorenzoni. José Carlos Oliveira de Presidente do INSS, e está lá o Dr. Virgílio. Olha as entidades: entre elas, vamos destacar aqui a Conafer, 809 milhões.

Vejam que, nesse primeiro quadro – volte no anterior, por gentileza –, arrecadaram até agora R$755 milhões. No segundo quadro, 1,89 milhão... 1,89 bilhão. Foi 1,89 bilhão!

Em 2022, as entidades que firmaram ACTs. Estão lá José Carlos Oliveira; Dr. Virgílio, consultor jurídico da Previdência; e vamos destacar aqui a Amar Brasil: R$1,187 bilhão. Estão aí as entidades que receberam ACTs.

Em todas essas oportunidades, o Dr. Virgílio e outros personagens desse processo estavam em funções de comando, em funções de assessoria.

Vamos adiante, por gentileza.

O gráfico laranja são as entidades que receberam ACTs durante o Governo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam a curva, senhoras e senhores. Todas as entidades que receberam, anteriormente, ACTs, desde sempre, e as que receberam durante o Governo Bolsonaro. Isso dá uma dimensão do escândalo que envolve a concessão desses ACTs-fantasmas: R$3,758 bilhões arrecadados, de forma criminosa, por essas entidades-fantasmas que receberam ACTs durante o Governo Bolsonaro, e na condição que nós estamos aqui observando.

Passa, por gentileza.

Estão aí os personagens: José Carlos Oliveira, Onyx Lorenzoni, Leonardo Rolim.

E os números que eu mostro aqui, Sr. Presidente, são números oficiais – são números oficiais.

Vamos adiante, por gentileza.

Olha lá, José Carlos Oliveira "nomeia ex-sócia em cargo com salário de R$16 mil".

Vamos adiante.

Jucimar, candidato a Vereador pelo PL, o homem da Conafer, que nós vamos ouvir aqui – o Jucimar.

Vamos adiante, Sr. Presidente.

O Ministro Onyx Lorenzoni.

Agora, veja bem. Qual é a grande questão aqui, Sr. Presidente? Todos os esquemas que apareceram até agora... Cecília Mota, lá do Ceará, botou o dinheiro numa entidade e a entidade botou dinheiro na conta da esposa do Sr. Virgílio. Lá do Ceará.

Esquema do Lequinho, lá em Sergipe. Recebeu o dinheiro, a entidade-fantasma roubou dos aposentados, das aposentadas, botou na conta de uma empresa, que largou na conta da Dra. Thaisa.

O esquema do Camisotti e do Careca: botou dinheiro nas entidades criadas. Onde é que foi parar o dinheiro? Na conta da Sra. Thaisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os "*golden boys*", da Amar Brasil? E os "*golden boys*"? Onde é que foi parar o dinheiro dos "*golden boys*"? Nas empresas da Sra. Thaisa.

Alguém aqui acredita que foi a Sra. Thaisa que se apresentou, lá em Sergipe, no Ceará, para os "*golden boys*", para o Camisotti, para o Careca, gente? Alguém aqui acredita, Dr. Virgílio?

Aí o Dr. Virgílio diz assim: "Não, mas não foram as entidades". É claro que não foram as entidades! Ia ficar muito fácil, né? O senhor estando diretamente envolvido na concessão dos ACTs, se as entidades botassem o dinheiro na sua conta, na conta da sua mulher ou da sua irmã, era confissão direta. Agora, vamos combinar que esse esqueminha de botar numa entidade e dizer: "Não, mas era dinheiro privado". Que dinheiro privado, gente? Isso é dinheiro roubado dos aposentados e das aposentadas.

E montaram uma operação sofisticada! Lavagem de dinheiro. E, para fazer lavagem de dinheiro, tem que ter quem? Quem tem? O contador. E, curiosamente, o contador das empresas da Sra. Thaisa é quem? Mauro Palombo. E quem é o Mauro Palombo? O contador das empresas. Essa que ele diz: "Não foram as entidades, foram as empresas". O contador das entidades e das empresas é o Mauro Palombo, que é o contador da esposa do Dr. Virgílio.

Meus amigos, minhas amigas, essa história não para em pé. Dizer que não existe conflito de interesse, porque o dinheiro veio de entidades privadas? Isso chega a ser um deboche na cara desta CPI; é um tapa na cara do povo brasileiro. Isso aqui é um escândalo, do ponto de vista do que foi feito.

Na posição de comando, a responsabilidade de estarem diretamente envolvidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... num esquema criminoso dessa magnitude, que nós estamos aqui, detalhando, de forma didática, para a sociedade brasileira entender como que esse esquema foi montado e como que essas entidades-fantasmas receberam a facilidade para receber esses ACTs, essa engrenagem corrupta dentro da estrutura do Estado, que se associou ao esquema criminoso, que transformou jovens milionários que nunca trabalharam em abastados bilionários, com Ferraris, relógios Rolex, Lamborghinis, iates e helicópteros, sem nunca terem trabalhado; ficaram bilionários, roubando dinheiro dos aposentados e das aposentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, lá por trás dessa história toda, tinha figuras como o Dr. Virgílio, que, inclusive, com todo o respeito, Dr. Virgílio, colocou a sua esposa numa situação como essa. Uma jovem mulher, amamentando o filho, exposta para todo o Brasil.

Eu digo para o senhor, de coração: se fosse eu, matava no peito – sabia, Doutor? – e dizia: "Olha, tira a minha mulher daqui. Ela não merece passar por isso. Quem montou esse esquema fui eu. A minha mulher nem sabe quem são essas pessoas". O mínimo, Doutor, que eu esperava do senhor hoje é que o senhor tivesse coragem de tirar sua esposa disso, não expor uma mulher como ela, e tivesse a dignidade e a coragem de assumir a responsabilidade do que o senhor fez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

O senhor gostaria de comentar, Sr. Virgílio?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (*Fora do microfone*.) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Fernando Rodolfo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Depois não era eu?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, ele trocou com o Ricardo Maia...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas essa lista... Bom...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... e o Rogério Correia. Pode olhar!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está bem, está bem, está bem.

Desculpa, Presidente, eu que eu me confundi aqui. Eu não tenho acesso privilegiado, como o senhor tem, à lista.

Obrigado.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – ... hoje é um dia muito importante desta CPMI.

Nós ouvimos mais cedo a Dra. Thaisa e, agora, o Virgílio, ex-Procurador do INSS, que, nos últimos meses, tem sido destaque na mídia.

Eu queria começar aqui falando... trazendo à memória aqui algumas das manchetes recentes: "INSS: servidor com salário de R$ 24 mil comprou Porsche de R$ 787 mil"; "pedido de ex-procurador para comprar Audi alertou Coaf" – outra manchete –; "Ex-procurador do INSS, que enriqueceu com 'farra' no órgão, segundo a [...] [Polícia Federal], pediu judicialmente desbloqueio de descontos em folha de pagamento" – mais uma matéria –; "PF afasta procurador-geral do INSS em operação contra corrupção"; "Cadernos apreendidos pela [...] [Polícia Federal] indicam propina a ex-chefe do INSS".

Então, é exatamente ele que nós estamos ouvindo aqui, e eu gostaria de começar a minha fala perguntando se o Sr. Virgílio acha que a sua demissão foi correta, ou se acha que foi uma injustiça essa demissão do cargo de Procurador-Geral do INSS.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Não foi uma demissão, foi um afastamento.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Um afastamento. O senhor acha que foi correto esse afastamento, ou o senhor acha que deveria ter continuado lá, porque, na sua opinião, o senhor é inocente de todas essas acusações?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Na minha opinião, foi injusto, mas não cabe a mim opinar sobre quem tomou a decisão.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Tá. Mas, na sua opinião, o senhor deveria estar lá ainda, na Procuradoria-Geral do INSS. Muito bem.

Muito se falou aqui hoje, Dr. Virgílio, a respeito do aumento patrimonial do senhor e de sua esposa, na ordem aí de 18 milhões. O senhor, há pouco tempo, disse que isso não procede; eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria entender melhor de onde surgiu essa história, então, desses 18 milhões, que a Polícia Federal diz que é o montante correspondente à evolução patrimonial do senhor e de sua família.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Deputado, conforme eu já venho... na mesma linha, a minha defesa não teve ainda acesso a todo o arcabouço probatório, ao inquérito da Polícia Federal, nem aqui a todas as provas que estavam juntadas a esta CPMI; e, por orientação deles, nesse assunto, eu deixo de me manifestar, fico em silêncio.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor falou aqui, mais cedo, que só iria responder às perguntas relacionadas ao seu cargo de Procurador-Geral do INSS, mas foi exatamente esse cargo que o colocou no centro desse esquema aqui, e tudo está relacionado.

Olha só o que diz a Polícia Federal: "Virgílio, como chefe da área jurídica, teria atuado de forma oficiosa e indevida, justamente nesses processos administrativos, para beneficiar as associações, em especial no desbloqueio em lote para a inclusão de descontos associativos a pedido da Contag".

Essa sua relação com a Contag se deu no campo ali técnico ou houve, de fato, um pedido da Contag mais direcionado ao senhor, para que houvesse essa sua ação no sentido de fazer esse desbloqueio?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não tenho e nunca tive relacionamento com a Contag.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A Contag é uma das associações que mais se beneficiou desse esquema. O senhor falou aqui que 99% dos ACTs não tiveram sua participação, mas 1% teve, foi justamente esse da Contag – a Polícia Federal diz isso. E a Contag, sendo uma das entidades que mais recebeu, ou seja, a que tem mais dinheiro nessa história toda, enfim, está relacionada aqui com esse seu aparente aumento patrimonial.

Então fica difícil, Dr. Virgílio, de a gente poder acreditar que tudo isso que o senhor fala aqui, de toda essa sua inocência, seja, de fato, verdade. Eu queria... Desde a primeira reunião eu falo isso aqui, e estava esperando o senhor chegar para a gente poder tirar uma dúvida. Está aqui na mídia: o INSS solicitou ao Tribunal de Contas da União a suspensão de parte de um acórdão... ou seja, o Tribunal de Contas da União havia feito um acórdão que determinava o bloqueio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

automático para averbação de novos descontos, uma medida que iria frear essa roubalheira contra os aposentados. E o senhor, como Procurador-Geral do INSS à época, vai ao TCU, apresenta um recurso e pede para que esse acórdão não seja validado, ou seja, para que essa farra continuasse.

O que é que levou o senhor a fazer esse recurso ao TCU, que estava, naquele momento, querendo frear essa onda de roubo contra os aposentados?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Deputado, a Procuradoria é um meio, ela não é um fim em si mesmo. Quem pediu o recurso foi o INSS, foi a área técnica do INSS e a Dataprev.

E apenas uma correção: não foi pedido o... o recurso versava apenas sobre o empréstimo consignado. O bloqueio de desconto associativo não foi objeto do recurso.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Não é o que está aqui na mídia. Então, o senhor diz uma coisa, o que está na mídia aqui é outra.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Nem sempre o que a mídia escreve corresponde à realidade, né? Isso é um grande fato, e principalmente no que está acontecendo nesse assunto aqui.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Então o senhor acha que em tudo isso que está na mídia em relação ao senhor não tem nenhum fundo de verdade nisso?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Tá.

E o Audi? O senhor falou para o Relator aí do Audi A5...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Posso continuar, Deputado?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Pode.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao recurso, a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS não tem competência de fazer o recurso diretamente ao TCU. Então, você faz com a PGF, que é o órgão de contencioso... Esse recurso foi pedido pela Dataprev e pelo INSS e foi assinado por dois ou três procuradores – agora eu não me lembro – do órgão de contencioso da PGF. Então, não foi uma criação do INSS, da área técnica ou, muito menos, da Procuradoria do INSS. Entendeu? Foi apresentado em conjunto e todos os procuradores anuíram.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor, ao ser convocado por esta CPMI, teve receio de vir para cá sem um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal? Porque esse *habeas corpus* lhe permitiu não fazer o compromisso com a verdade aqui.

O senhor teve medo de vir para cá sem essa proteção do *habeas corpus* do Supremo Tribunal?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Deputado, sinceramente, sim. Porque o clima na Comissão em outras oitivas foi deveras hostil, deveras desproporcional, onde o tratamento já era dado a pessoas como se fosse: "Já são condenadas, já sabemos de tudo, é isso daí e vamos apenas fazer uma humilhação pública, não precisamos fazer perguntas...".

Inclusive, agradeço. O senhor está fazendo bastantes perguntas, e não apenas, assim... Está realmente puxando daqui do depoente os assuntos e debatendo o tema. Essa é que, assim... Eu entendo que seja a grande virtude dessa CPMI.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Agora, Dr. Virgílio, desproporcional mesmo foi o roubo que fizeram com os aposentados brasileiros. Isso é que foi desproporcional. Isso é que foi hostil àquelas pessoas já de uma certa idade, que sobrevivem basicamente do que ganham na aposentadoria, depois de uma vida inteira trabalhando, aí vem um desconto de R$30, R$40, R$50. Essa revolta que o senhor percebe aqui nos Parlamentares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – ... é reflexo do que a gente ouve na rua, do que a gente viu acontecer com esses aposentados.

O Relator Alfredo Gaspar disse, mais cedo, aqui, que o senhor seria uma vergonha para o funcionalismo público. Eu ouvi muito bem quando ele disse isso no final. E eu queria completar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

além de ser uma vergonha para o funcionalismo público, eu sou pernambucano, e quero dizer que isso é uma vergonha para o Estado de Pernambuco – Leão do Norte não tolera esse tipo de safadeza que fizeram com os aposentados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer comentar, Sr. Virgílio?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Gostaria... Gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Gostaria de pedir respeito ao Deputado; como pernambucano, eu me senti ofendido.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas eu não posso respeitar... Eu não posso respeitar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado, por gentileza.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Eu ainda estou no meu tempo. Eu não posso respeitar quem desrespeitou o aposentado brasileiro, eu não posso.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Eu não desrespeitei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa., por gentileza.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Está claro aqui já.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Complementando aqui a sua afirmação da mídia, eu vou contrapor aqui com o acórdão aqui do Ministro Cedraz:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Passando ao exame dos recursos, percebo que o agravo apresentado pelo INSS se insurge contra a medida cautelar proferida no item 9.3.2 do acórdão [X], Plenário, tão somente no tocante ao bloqueio automático dos benefícios para averbação de novos descontos referentes ao empréstimo consignado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, mais uma vez, agora, sim, saudação de boa noite – estamos aqui já, desde a parte da manhã – também ao Sr. Relator e ao depoente.

Queria iniciar dizendo ao depoente que não se preocupe, porque ele está preocupado aqui com prejulgamentos – falou mais cedo –, mas o senhor fique despreocupado que todo mundo que senta na sua cadeira é inocente, ou diz ser. O senhor mesmo disse que não é corrupto, em determinado momento, quando inquirido pelo Relator, mas o senhor também disse que não se comprometeria a dizer a verdade, e está aqui munido de *habeas corpus* que lhe permite ficar em silêncio se entender que alguma situação o incrimine. Então, não há prejulgamento, mas há o julgamento da sociedade que assiste e, obviamente, também há investigação que precisa ser feita por esses Parlamentares para chegarmos depois a um veredito. Para que essa investigação seja feita, é preciso que se façam perguntas, até me surpreende que alguns Parlamentares façam apenas discursos, sobretudo aqueles do Governo, e não façam perguntas para chegarem à verdade, se querem tanto investigar. Então, vamos às perguntas.

Eu queria lembrar a V. Sa., que foi Procurador-Geral do INSS, que, em julho de 2024, a CGU, que fazia uma investigação, solicitou ao INSS, propôs – essa é a palavra correta – que fossem suspensos cautelarmente os repasses de descontos de mensalidades associativas de várias entidades: Unaspub, Ambec, APB, CBPA, Conafer, ABSP, Sindnapi, que é do irmão do Lula, e a AAPPS Universo.

Eu pergunto a V. Sa., por que o INSS, sendo o senhor Procurador-Geral do órgão, não suspendeu cautelarmente quando, em julho de 2024, houve essa recomendação da CGU?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Porque a Procuradoria não tem competência para suspender nenhum ACT.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, a Procuradoria não... Ela pode sugerir ao Presidente. A Procuradoria não sugeriu, não aconselhou?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Se consultada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não!

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O processo não foi...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, quer dizer que o Stefanutto não consultou o senhor?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não consultou formalmente a Procuradoria.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, o Stefanutto não consultou o senhor, recebeu... O senhor não tem conhecimento dessa...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não tenho conhecimento de consulta formal à Procuradoria e...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não é uma consulta, é uma proposição feita pela CGU ao INSS, ao Presidente Stefanutto.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Que não transitou pela Procuradoria.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k., então o senhor está dizendo que o Stefanutto que teve responsabilidade total sobre esse caso, correto? Sim ou não?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não sei quais foram as atitudes que ele tomou em relação especificamente ao...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, ele veio aqui e disse que tomou muitas outras atitudes, mas, não, é óbvio que não suspendeu cautelarmente. A CGU propôs, mas ele não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspendeu! Se tivesse suspendido, essa roubalheira que aconteceu sob a gestão dele, com o senhor como Procurador-Geral, não teria acontecido, teria suspendido, não é verdade? Ele não suspendeu. Tanto é que só suspendeu-se depois em maio de 2025, depois da operação da Polícia Federal no final de abril.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Como também o próprio Tribunal de Contas da União, depois de uma auditoria que fez, não pediu a suspensão também.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor não recomendou, o senhor disse que não foi consultado, responsabilidade do Stefanutto, o que aliás mais uma vez demonstra como ele prevaricou, como eu já havia dito, Sr. Presidente, antes.

Eu queria que colocasse aqui na tela uma imagem sobre os caminhos que levam ao Virgílio, ao depoente aqui. Pode ver que a CGU praticamente gabaritou, Sr. Presidente. Quase gabaritou. Serviço técnico muito bem-feito. Das entidades, das oito entidades que pediram a suspensão, seis delas pagaram, de alguma forma, alguma empresa que depois repassou dinheiro a outra empresa – todas elas nós sabemos de fachada – pertencente à esposa do Virgílio ou à sua irmã, à esposa Thaisa Hoffmann ou à sua irmã Maria Paula Xavier da Fonseca. Aqui a gente vê, são quase R$15 milhões, mais de R$15 milhões que foram encaminhados a essas empresas.

Aí eu pergunto, Sr. Virgílio: a Prospect Consultoria Empresarial enviou R$3,8 milhões para a Curitiba Consultoria em Serviços Médicos, empresa da Thaisa. O senhor sabe que serviço foi esse?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Deputado, continuando na minha linha de defesa, assessorado pelos meus advogados, eu vou continuar em silêncio em relação a esse assunto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agora o senhor vai ficar em silêncio. O.k.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Agora não, desde o início da oitiva, nesses assuntos...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas o senhor tem me respondido até agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... que não dizem respeito ao meu trabalho como Procurador-Geral do INSS, fico em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k. Eu já vou chegar no seu trabalho como Procurador. Aliás, eu chego no senhor exatamente agora.

A Prospect, no escritório da Prospect foi encontrado um bilhete escrito: 30% Virgílio. O que significa esse bilhete encontrado lá, esse papel, esse percentual?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não faço a menor ideia...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Empresa do Careca. O senhor não sabe?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... nunca vi esse papel, não sei do que se trata.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A empresa Prospect é do Careca do INSS e passou R$4 milhões quase para a sua esposa e à World Cannabis quase 7. Isso são dados oficiais de RIFs. Eu queria saber do senhor – são empresas do Careca – se a sua esposa não comentava isso em casa sobre esses valores milionários, que tipo de serviço. Ela não comentava com o senhor sobre isso em casa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E quem apresentou o Careca para sua esposa?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foi o senhor? (*Pausa.*)

E à irmã? Quem apresentou o Careca à sua irmã?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor sabe... Porque, assim, o senhor disse que não pode haver prejulgamento, mas há algo muito claro na Lei 12.813, que é a lei de conflito de interesses, que trata, justamente no seu art. 5º, da configuração do conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo. O senhor tem conhecimento dessa Lei 12.813?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ela diz, em seu inciso V, que "praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes consanguíneos ou afins em linha reta ou colateral, até o terceiro grau", estou falando da esposa, e "que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão" é conflito de interesse. Portanto, no mínimo do mínimo, sem prejulgamento, o que nós estamos vendo aqui é improbidade administrativa.

E aí, Sr. Presidente, eu quero levar aqui, pelo menos, ao conhecimento do público que o que nós estamos vendo na questão do Virgílio e da sua esposa é que houve um tremendo de um conflito de interesse em que houve um enriquecimento, com esse dinheiro do roubo dos aposentados, do casal, com compra de Porsche, de Audi, de apartamento de R$28 milhões. Aliás, muito bem dito aqui, já era preparando, provavelmente, os próximos assaltos, porque os valores todos não davam ainda os R$28 milhões.

E aí eu me pergunto e quero perguntar ao senhor se, por acaso, a AGU já abriu seu processo de demissão por improbidade administrativa.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Abriu um processo administrativo disciplinar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E ele pode levar à demissão por conflito de interesse?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ao seu final, pode.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k.. Eu acho que é isso que realmente a AGU deve fazer. Parabéns à AGU por estar agindo dessa forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor disse também aqui, até senti um certo tom mais de deboche do que desinformação, que a Contag não teria ligação formal com o PT. Mas foi mostrada uma foto, não sei se pode mostrar de novo, do Aristides Veras, que foi mostrado pelo Senador Girão, do Presidente da Contag com o Lula, e é preciso lembrar que, dos R$6 bilhões roubados dos aposentados, quase R$4 bilhões foram na Contag, ou seja, de cada seis aposentados roubados, pelo menos em valores, não em números, mas em valores, quatro foram via Contag, que é do PT. E o senhor tratou como se fosse uma coisa menor: "Não, eu liberei só o da Contag, os outros eu não liberei", mas o senhor liberou o da maior entidade, a que mais roubou.

E aí, Sr. Presidente, para ir para o nosso encerramento, sobre essa questão da vinculação política, o Relator perguntou em determinado momento – pode retirar de novo a foto aí da Contag da tela –, o Relator perguntou, em determinado momento, se o senhor se sentiu pressionado ou foi pressionado por algum político, Parlamentar, para incluir esses 30 mil descontos associativos na ACT, aí teve um intervalo, voltou, o Relator repetiu a pergunta, e o senhor desconversou e não respondeu. E a pergunta é: o senhor teve algum tipo de contato com Parlamentar solicitando algum tipo de desconto associativo?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vai permanecer em silêncio.

E aí, e aí, é o seu direito, eu quero concluir perguntando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... quem é o seu padrinho político?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Como eu falei na minha apresentação, Deputado, sou apartidário, sou técnico...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas para o senhor...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não sou político nem padrinho político...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não, não é assim que funciona. O senhor, para ser Procurador-Geral do INSS, tem uma indicação política por trás. Não, não, não, isso não existe. O Procurador-Geral do INSS tem uma indicação política por trás. Tanto é assim que a indicação do Ministro... Aliás, o Lupi disse, foi o nome, os nomes vieram, em relação ao seu também, de dentro do INSS lá, mas ele não quis abrir quem foi. Ninguém está querendo assumir agora o filho, ninguém quer ser o pai da criança, mas o senhor tem um padrinho político. Quem é o seu padrinho político ou quem são os seus padrinhos políticos?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não tenho padrinho político.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k.

Bom, Sr. Presidente, fica claro aqui que aquilo que eu disse no início se confirma. O depoente diz que é inocente, que não é corrupto, mas ele pode mentir, não tem compromisso com a verdade e pode também se silenciar, mas os fatos aqui demonstram claramente o seu compromisso, inclusive partidário, desde 2008, nos Governos Lula. Chegou aqui dizendo "Presidenta", não precisa dizer muito mais quando se referiu à Dilma Rousseff, e foi durante o período em que ele esteve no INSS que não apenas o roubo dos aposentados cresceu desse jeito – na Presidência, não; o Stefanutto na Presidência e ele na Procuradoria-Geral –, como a sua esposa e a sua família enriqueceram desse jeito, por meio das atividades com o Careca, que ele não quer dizer como chegou a conhecer a sua esposa e a sua irmã.

Fica aqui, pelo menos por meio do silêncio, é claro, que a trama que nós estamos desvendando aqui leva realmente a Virgílio Oliveira como um dos grandes ladrões dos aposentados do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Só relembrando, Deputado, que, pela nossa Constituição Federal, o silêncio não pode ser usado contra quem o invoca.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado Kim Kataguiri cedeu a palavra à Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, eu estou fazendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu quero só fazer um esclarecimento: aqui nós estamos respeitando o direito ao silêncio, mas, para fins de relatório, todos os Deputados e Senadores têm todo o direito de dizer ao Relator e ao Presidente qual a conclusão a que nós chegamos a partir dos depoimentos. Então, o depoente pode não gostar da conclusão, mas aquilo que os dados demonstram e as investigações tanto da Polícia Federal, como nossas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... são exatamente o que eu disse, que Virgílio Oliveira é um dos grandes líderes dessa quadrilha que assaltou os aposentados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu vou tentar ser objetivo, são só dez minutos, é tanta coisa para falar. O Relator teve duas horas e meia, já esgotou aí uma série de indagações, mas eu quero cumprimentar o depoente, as suas advogadas, todos os presentes.

Eu começaria perguntando ao Sr. Virgílio, que tem uma vida longeva dentro da Previdência, passou num concurso público para Procurador Federal em 2006; em 2008 começa a sua ascensão profissional, é nomeado para um cargo, me parece, pela Ministra Dilma, na época em que ela era da Casa Civil no Governo do Lula, e daí sucessivamente. Então, uma coisa que me chamou a atenção, Sr. Virgílio, nos depoimentos a que nós assistimos aqui, foi o fato de que houve uma portaria do Sr. Lupi, logo no início do mandato, em que ele retira a autonomia do Presidente do INSS. Ele traz para ele a prerrogativa de indicação da telefonista ao Diretor de Benefícios e de todos os contratos acima de R$1 milhão.

A primeira pergunta que eu faço a V. Sa.: isso é normal, é um procedimento comum dentro do sistema previdenciário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – O ministro tem a prerrogativa, tanto é que o fez.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, eu pergunto se é normal.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Fica a cargo de cada ministro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor conhece algum ministro anterior que tenha feito isso nesses 20 anos que o senhor tem de Previdência?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Dando o exemplo, na época, do Ministro Garibaldi, ele delegava na época o DS3 de coordenador para baixo, que era nomeado, por exemplo, pelo INSS, e o DS4 para cima, que era o cargo de Coordenador-Geral, Diretor, etc., ficava no ministério.

Então, isso depende muito de cada ministro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E os contratos também o Garibaldi trazia para ele, o Ministro Garibaldi era quem comandava os contratos?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Tinha o decreto de alçada, salvo engano, de R$10 milhões. Esses subiam para o Ministro assinar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Mas por via de decreto.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Foi dito aqui por vários Deputados do Governo – é até um alerta para V. Sa. – que o grande erro deste Governo atual, do Presidente Lula, é ter preservado servidores oriundos do Governo anterior, do Presidente Bolsonaro. Eles se referiam especificamente ao senhor e ao André Fidelis. Foi dito aqui por vários Deputados do Governo. Inclusive hoje aqui, na sessão de hoje, um Deputado faz essa afirmação de forma peremptória.

Eu pergunto a V. Sa. se o fato de o senhor ser um funcionário de carreira... Aliás, eu tenho no meu gabinete membros do... que são procuradores federais, membros da AGU, que lhe referenciam como alguém que profissionalmente sempre foi uma pessoa com muito conceito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dentro da carreira. Como é que o senhor se sente ao ser reputado dessa forma ou referenciado dessa forma aqui, neste momento aqui, por Parlamentares do atual Governo, que colocam o senhor como se fosse o ovo da serpente que permaneceu neste Governo, fruto do Governo anterior?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Senador, eu entendo que a CPMI, por estarmos no Parlamento, tem o seu viés político, né? Ah, me sinto altamente injustiçado? Com certeza, mas eu entendo que tem um viés político e... vida que segue.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Agradeço.

V. Exa. afirmou aqui que soube, de forma incipiente – "incipiente" foi a palavra que V. Sa. usou –, que havia algumas denúncias ligadas a contribuições associativas ilegais ou fraudulentas.

Eu queria que o senhor botasse o seu primeiro quadro aí, por gentileza.

Bom, o senhor tem quase 20 anos de Previdência. Então, primeiro, reportagem de 2010 – o senhor estava lá –: "Contribuição compulsória: aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões...". Aqui eles falam especificamente da Contag, que o senhor tem defendido muito.

O primeiro quadro aí, por gentileza.

"Idosa descobriu que teve descontos indevidos do INSS por 30 anos após escândalo de fraudes" – a mesma coisa: Contag. Foi associada de forma indevida, né? Está aqui na imprensa da época.

Esse quadro – só para contextualizar o que eu vou falar –, ele fala do número de situações de acréscimo de descontos mensais por associação. A CGU estabeleceu como teto 50 mil associações por entidade. Então, o senhor pode verificar que aconteceram seis em 2018; 2019, uma; 20, uma; 21, uma; 22, mais uma. Quando chega em 23, isso vai para seis; e, quando chega em 24, isso sobe aí para 12 ou 14, que é o período em que se passa para o Governo subsequente, né? E o senhor, quando foi perguntado pelo Relator aqui a respeito de descontos em lote – que não é o caso, porque a tarja aí, o conceito da CGU foi o número acima de 50 mil –, V. Sa. se referiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a 2022 falando no plural. Me parece que foi uma só, que foi justamente a da Contag, né? Que, segundo o senhor, saiu sem nenhuma documentação.

Eu pergunto a V. Sa.: não chamou a atenção, pelo fato de o senhor estar dentro da estrutura formal da Previdência, esse acréscimo tão monstruoso do número de filiados e de descontos consignados?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não era um assunto cotidiano da Procuradoria em si. O aumento do número de filiados de cada associação não era um...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É porque o senhor fez uma afirmação aqui para o Randolfe, dizendo que o acórdão do TCU se referia especificamente a consignados. Eu estou aqui com ele em mãos.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, o acórdão, não, o recurso feito pelo INSS.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Isso.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O acórdão fala em dois bloqueios.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O acórdão fala "averbo" novos descontos em mensalidades associativas por meio de assinatura, quer dizer, proíbe, a não ser que seja por meio eletrônico, por biometria avançada.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, mas não foi, não foi essa recomendação que foi objeto do recurso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, está aqui, respondendo inclusive ao INSS, o final do acórdão. Eu posso pedir para entregar aqui em mão ao nosso...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O INSS fez – o INSS, não a Procuradoria –um recurso, que foi aquele que eu comentei com o Deputado, apenas sobre o bloqueio do empréstimo consignado e um embargo de declaração...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Passa para o próximo, por favor. O próximo. Para, porque tem meu tempo.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Embargo de declaração acerca do cumprimento da...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O próximo.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Acho que do item 9.6.1, que era justamente dessa questão da revalidação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pois é, essa forma incipiente que o senhor falou, incipiente significou o seguinte: em 2019, quando o senhor não estava lá, quatro entidades tiveram seus ACTs suspensos. Mas foram 800 mil descontos que foram retirados. Então não é incipiente, são 800 mil averbações que foram retiradas.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Como o senhor falou, eu não estava lá, então eu não estava...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Em 2020, o senhor estava lá, inclusive no período em que o senhor era...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Em 2020, não em 2019.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sim, eu estou contextualizando. E em 2020, quando o senhor já estava lá, essas entidades foram descredenciadas, inclusive quando o senhor era Procurador.

O que me chamou a atenção foi o fato de o senhor dizer que soube de forma incipiente. Olha, só tinham 40 mil reclamações, e aconteceu uma ação do Governo, de forma efetiva, de descredenciamento.

Em 2023, o senhor passou a ser Procurador também em 2024, aumentou o número de reclamações, de 445 mil para 1,5 milhão, e o senhor não se apercebeu do que estava acontecendo. Desculpe, o senhor estava vivendo em Nárnia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Todos perceberam o que estava acontecendo, tanto é que a Diretoria de Benefícios abriu as apurações necessárias.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Apurações necessárias? Desculpe, Sr. Virgílio, as apurações não ocorreram. Ocorreu, na verdade, uma abertura de um inquérito por parte da Polícia Federal, em função de denúncias feitas pelo jornal *Metrópoles,* está dentro do escopo do processo. V. Sa. inclusive foi afastado por decisão judicial, a pedido da Polícia Federal, já em abril-maio de 2025.

Então, com todo o respeito a V. Sa., houve, no mínimo, uma omissão, para não falar uma palavra mais forte, para não prejulgar.

Passa para o próximo quadro, por gentileza.

Eu queria mostrar aqui novamente, olha o número: sai de 2,7 milhões de associados e consignados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... no final de 2022, vai para 7,543 milhões no final de 2024. Parece-me, assim, uma coisa esquisita.

Eu vou concluir. Eu vou fazer uma conclusão aqui e, com todo o respeito a V. Sa., eu pergunto ao senhor: o senhor acha que não há conflito de interesse no fato de que o senhor, que estava na alta cúpula da Previdência, como assessor jurídico do ministro, em novembro, dezembro de 2022, a sua esposa, o seu cônjuge ter feito uma empresa junto com o Sr. Antunes, que fornecia, ou que tinha, desculpe, ACTs vigentes e prestava serviço ao INSS? O senhor acha que não há conflito de interesse?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Essa informação não procede.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A sua esposa fez uma empresa, constituiu com o Careca do INSS no final de 2022.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Desconheço, nunca foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Não foi com o Careca, ela fez uma empresa que recebeu dinheiro do Careca.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ah, sim, que recebeu o dinheiro do Careca. Tem razão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – A Curitiba...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A Curitiba, exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – No dia 1º de novembro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor acha que não há conflito de interesse de ela fazer esse contrato com o Sr. Antunes?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Senador, eu não estava nem na Procuradoria do INSS, como o senhor bem aventou. Eu não tinha competência nenhuma em relação ao INSS.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas essa empresa continuou, quando o senhor assumiu a Procuradoria, a receber recursos do Sr. Antunes: mais de R$7 milhões.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A Conjur... Como o senhor mesmo foi Ministro, o senhor sabe quais as funções da Conjur em relação ao ministro – ao ministério, e não a entidades vinculadas.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sim, e depois que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Depois eu voltei, voltei à Procuradoria do INSS...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Em setembro o senhor foi Procurador.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... e até a atribuição de assinatura de parecer sobre a assinatura de ACT não ia nem mais para o Procurador-Geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu não entrei no mérito de ACT, eu perguntei se o senhor não vê conflito de interesse no fato de a sua esposa prestar serviço a quem tem ACT ativo no INSS.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Ela não prestava serviço a quem tinha ACT ativo...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ela recebeu mais de R$7 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Inclusive em 23 e 24 – o senhor já era Procurador.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, eu posso fazer só uma conclusão de 30 segundos, sem me dirigir ao depoente?

Sr. Presidente, nós estamos vivendo um momento muito complicado no Brasil, e eu não tenho, nem tiro a razão de quem está se comportando de uma forma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. quer fazer uso do tempo de Líder?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Faço, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, cinco minutos pela Liderança da Oposição.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Agradeço a V. Exa. a gentileza e o espaço.

Então, vivemos momentos muito complicados no Brasil, porque nós estamos num momento, inclusive, em que as instituições estão sendo questionadas, não apenas pela situação da prática legislativa ou de ser escorreito em função da lei. As pessoas muitas vezes ficam buscando este tipo de guarida: "Ah, isso aqui é legal". Nem sempre o que é legal é moral, é ético,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

é aceitável. E aqui eu não estou fazendo juízo de valor específico em relação a essa ou àquela pessoa, eu quero falar das instituições.

Recentemente, nós tivemos uma decisão do próprio Supremo Tribunal Federal, que é o órgão máximo da Justiça no Brasil, que concluiu – me parece que foi por sete a quatro – que não há conflito de interesse, que não há ilegalidade quando um cônjuge ou um parente próximo de um ministro atua numa causa em que ele é parte, em que ele vai decidir, em que ele é árbitro, desculpe, em que ele é magistrado. Então, esse é o tipo do exemplo que faz com que situações como essa possam aqui ser defendidas.

Eu não me sinto confortável com isso. Isso pode ser até legal, mas não é moral, e, no caso, na minha opinião, há um claro conflito de interesse. Se, na época, não era Procurador, depois virou, e a prestação de serviço continuou. E, se ela continuou, se tem que, pelo menos, alertar, para evitar que haja a continuidade da prática, que, na minha opinião, fragiliza todo o processo.

Por favor, coloque de novo a última tela.

Nós estamos vendo aqui uma tentativa que é repetida até a exaustão: "Ah, essa questão aconteceu porque – olha, lembrem-se – se mudou a forma como se fazia desconto associativo, só se permitia para quem tinha carta sindical". Em 2016, quem foi que mudou esse parecer? O Sr. Stefanutto, justamente aquele cidadão que lhe convidou, depois, para ser procurador na época do atual Governo. E o Sr. Stefanutto foi defendido aqui pelos integrantes do Governo. O senhor não foi defendido, o senhor foi atacado pelos integrantes do Governo; o Stefanutto, não: foi defendido aqui, arduamente.

O senhor, em 2014... Quando o senhor começou a trabalhar num escalão mais forte, lá em 2014, o senhor estava lá se encontrando com o Sr. André Fidelis, que tem uma história parecida: o filho dele recebeu milhões também, de empresas que tinham vínculo com o INSS. E parece que a história vai ser a mesma: "Não, isso é legal. Não sou eu, é meu filho. Não sou eu, é minha esposa. Não sou eu, é minha irmã."

Desculpe, existe um ditado muito antigo que diz que não basta ser, precisa parecer. Nós precisamos ser como as mulheres de Roma. E, nesse caso, me desculpe, há um claro conflito de interesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse conflito de interesse contrasta com a narrativa que é repetida aqui até a exaustão. Se você tem um número de consignados, de empréstimos – de empréstimos não, desculpe –, de descontos associativos, que chega ao final de 2022, mesmo com crescimento menor do que no início de 2019, e você tem um crescimento geométrico que chega a quase quatro vezes mais do que existia, e aqueles que tinham autoridade e responsabilidade não se aperceberam, precisaram ser provocados pela imprensa, e, provocados pela imprensa, continuaram a se manter incólumes, sem nenhuma ação efetiva, litigando no Tribunal de Contas da União, não tomando medidas efetivas, permitindo soluções intermediárias que driblavam a biometria, driblavam a necessidade de se fazer validação, alguma coisa estava errada!

E a gente escuta aqui um discurso recorrente: "Ah, porque foi o Sr. André Fidelis; foi o Sr. Virgílio; foi o Oliveira."

O único vínculo financeiro que nós encontramos até agora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... a não ser que se prove o contrário, foi com os parentes do senhor e com os parentes do André Fidelis, infelizmente. E, quando se diz que se quebra o sigilo, se segue o dinheiro... E hoje eu tive uma revelação: quem se sentou à reunião em janeiro de 2023 foi um auxiliar do Sr. Queiroz, do atual Ministro da Previdência, Wolney Queiroz, o pai dele, que recebeu R$50 mil do Careca, do Sr. Antunes. Eu não sabia, soube agora, porque foi compulsado aqui. Quando se quebra o sigilo, se pega o Refis.

Então, estão acusando aqui o Onyx de ter recebido R$60 mil por dentro; alguém recebeu R$50 mil por fora. Bom, em algum momento, quando chegar aqui o próximo depoente, que ele fale a respeito.

No mais, não faço prejulgamento. Todo mundo tem a presunção da inocência. Eu apenas estou comentando o que é: é muito fora da tipicidade o que está acontecendo aqui com o senhor, e eu lamento, porque o senhor é muito bem referenciado pelos seus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, a advogada solicitou uma pausa de dez minutos.

Suspendo a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 22 horas e 34 minutos, a reunião é reaberta às 22 horas e 46 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão.

Com a palavra a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Obrigada.

Sr. Virgílio, quando e em que circunstâncias o senhor conheceu o Sr. Danilo Trento? Qual é exatamente a natureza da relação entre o senhor e ele? Poderia esclarecer qual é o motivo de o Sr. Danilo Trento ter custeado a sua passagem para São Paulo e em que contexto essa despesa foi realizada?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Senadora, boa noite!

Por orientação dos meus advogados, eu vou ficar em silêncio.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Virgílio, o senhor poderia explicar o que exatamente o senhor e o Sr. Danilo Trento estavam fazendo, planejavam fazer, que demandou o apoio do agente da Polícia Federal Philipe Roters para o trânsito em áreas restritas do aeroporto, onde inclusive seria necessário o uso de credencial de acesso? E por qual razão ambos chegaram a embarcar em uma viatura ostensiva da Polícia Federal?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – É a mesma resposta anterior, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Esse é um dos episódios que mais nos intriga, a nós que estamos investigando.

E dizer para o senhor, Sr. Virgílio: o senhor está vendo aqui o ambiente esvaziado? Mas nós estamos muito bem organizados. Nós temos grupo. Os Senadores que não estão aqui estão todos, de uma forma *online*, acompanhando.

Nós temos um time técnico, Sr. Virgílio, o senhor é um homem inteligente, o senhor sabe que nós não iríamos colocar os nossos mandatos, as nossas trajetórias, as nossas histórias aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas para fazer jogo de cena. O senhor viu o nível do nosso Relator. Inclusive, Sr. Virgílio, esta CPMI está inaugurando uma nova história no Congresso Nacional desse instrumento poderoso que é a CPMI.

Esta semana, às 2h30 da manhã, só no YouTube, em um canal do YouTube, tinha mais de 6 mil pessoas assistindo a esta CPMI. Esses dois homens aqui viraram heróis nacionais e eu vou junto nessa história. Obrigada. Viraram heróis nacionais!

Mas, por trás deles e da gente aqui, tem um exército. Os melhores técnicos estão nesta CPMI, o senhor não tem ideia. Eu fui assessora e sei como assessor e técnico trabalham, e nós estamos lendo tudo. Tanto é que a gente tem reuniões preparatórias antes de vir para cá, tanto Senadores, Deputados, como corpo técnico, e eu participo de tudo.

E era unânime dizer que este é um dos investigados em que está tudo comprovado em forma de documento. O seu depoimento aqui, para nós, tem sido mais protocolar, porque nós chegamos a detalhes absurdos. Nós estamos lendo, nós temos documentos sigilosos. Por exemplo, descobri que o senhor comprou 16 pares de tênis, por exemplo, no valor de R$10.194 ao longo de dois, três meses na mesma loja. Nós chegamos a isso. Nós chegamos, por exemplo, às armas que o senhor comprou, pistola Glock, a 9mm, Hydra, a pistola Taurus, a Graphene – aprendi o nome de arma por sua causa – e a Glock.

Inclusive, onde estão essas armas? Foram apreendidas?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não tenho pistola Taurus, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não? Mas tem as outras.

Elas estão com o senhor?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Eu posso ter a tranquilidade que a sua esposa não está com medo do senhor? Porque eu teria medo de estar com um marido com tanta arma dentro de casa.

A sua esposa está com medo do senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Senadora, é uma pergunta até ofensiva, desculpa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É.

Deixe-me falar, mas sabe por que é ofensivo? Porque hoje eu presenciei aqui, Sr. Virgílio, uma das mais terríveis violências contra a mulher.

Eu sou militante da área, essa é a minha vida, essa é a minha história, e, nesse ponto, direita e esquerda aqui dentro concordaram o tempo todo. A forma como o senhor expôs a sua esposa para mim foi uma das mais terríveis violências, e a sua irmã também. O senhor destruiu a carreira de uma médica.

Quando a sua mulher começou a depor aqui, eu estava acompanhando de casa, quando ela fala de doença da pessoa idosa, dá a entender que ela estudou muito sobre isso. Quando ela fez aquela abordagem sobre osteoporose, eu fiquei encantada, mas o senhor destruiu a carreira de uma médica brilhante. E eu não sei por que esta mulher ficou tão calada hoje e não entendo por que esta mulher ainda continua com o senhor.

É a minha opinião, Sr. Virgílio.

Mas o senhor tem a chance de sair dessa história e ainda livrar a sua esposa de tudo isso, porque os documentos com relação ao senhor, à sua esposa e à sua irmã vão lhe garantir aí alguns bons anos de cadeia, Sr. Virgílio, o senhor sabe disso, o senhor é um jurista. Um jurista que todo mundo acredita que é espetacular, mas quando o Senador Randolfe mostrou aquele documento, quando o senhor concordou com o erro do Presidente Rolim... Se Presidente não assina ACT, ele assinou, o senhor foi lá como Procurador e endossou.

O senhor é um péssimo procurador ou o senhor levou alguns a cometerem erros e se calou?

Sr. Virgílio, eu fui Ministra, e a gente não comete um ato sem a parte jurídica nos orientar.

O senhor, como procurador, pode ter induzido muitos Presidentes de INSS e ministros também a erro. E isso a gente vai verificar lendo mais documentos – e muito documentos estão chegando. Inclusive, quero solicitar ao Relator e ao Presidente: está na hora de a gente pedir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

compartilhamento, à Polícia Federal, da quebra do sigilo telemático dele, da esposa e da irmã, porque a gente só tem a quebra do sigilo fiscal e precisamos cruzar alguns dados.

Lamento, Sr. Virgílio. E lamento, inclusive, que o nome desta CPMI seja CPMI do INSS. É uma instituição séria. Nem todo procurador que está lá é corrupto como o senhor tem se mostrado. Nem todo servidor que está lá faz parte de um grande esquema, mas vocês sujaram, de tal forma, o nome dessa instituição... Quem deveria zelar pela instituição era o procurador.

Mas eu tenho uma última pergunta para fazer.

Só no dia 3 de julho do ano passado, de 23, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina fez uma audiência pública, onde eles discutiam mais de 50 mil reclamações de descontos consignados e descontos de aposentados, indevidos. Eu trouxe, na primeira reunião, uma ação, de 2016, contra o INSS, que a Procuradoria Pública fez. Ao longo desse período, o senhor, como procurador, atuou em quantas ações defendendo o INSS de reclamações de descontos indevidos, tanto associativos como consignados? Porque alguém tinha que defender o INSS e eram os procuradores. De quantas ações o senhor participou?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Nenhuma.

A competência da Procuradoria Federal Especializada é do consultivo e não do contencioso. Então, não trabalhávamos com o contencioso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Mas o senhor sabia que ações aconteciam?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Aconteciam. A Procuradoria do contencioso sempre oficiou a PFE/INSS e a PFE/INSS oficiava, passava todas as reclamações. O número crescente de ações judiciais, foram todas passadas para a Diretoria de Benefícios do INSS. Não ficou morrendo, ou engavetado, na Procuradoria. Todas foram repassadas para a Diretoria de Benefícios.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Que fique consignado, Sr. Relator e Sr. Presidente, que ele, tanto sabia, como tinha acesso que ações já aconteciam no Brasil de pessoas reclamando dos descontos associativos. Isso quer dizer que não foi só o *Metrópoles* que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantou o rombo. Lá dentro, eles sabiam. Que fique consignado. E eu lamento que um procurador tenha feito...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Estou falando em 2024. Depois, inclusive, do *Metrópoles*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Lamento, Dr. Virgílio, que um procurador tenha feito com essa instituição o que o senhor fez. O senhor arrastou para a lama o nome do INSS, e lamento o que o senhor tem feito com sua esposa.

Inclusive, a gente vai poder estar acompanhando mais, se essa mulher está sendo acuada, com medo ou não, de um marido que está fortemente armado.

Fica aqui a minha manifestação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer comentar?

Deputado Sóstenes Cavalcante.

Só um instantinho, Sóstenes.

Vou passar a palavra, depois, para a Deputada Soraya.

Com a palavra, Excelência.

A Senadora Soraya...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Perguntei à Senadora, porque acho que as mulheres sempre têm que ser bem tratadas e ter prioridade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Na internet inclusive, né?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Eu não entendi a pergunta, mas depois eu vou perguntar a ela no particular.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Como é que é, Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, vamos...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Porque ela está comentando ali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Ah, pensei que estava.

É bom não falar mesmo, não.

Sr. Presidente, o senhor torce para qual time de futebol? Eu sou vascaíno. O senhor torce para qual?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ser campeão brasileiro neste ano, Excelência. Eu sou cruzeirense.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Parabéns! Eu quero ser campeão da Copa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É a confiança, né, Excelência?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – O senhor conhece, Sr. Relator, a palavra "cera" no futebol? A cera é o famoso "embromation", "enrolation" e tudo que quiser, quando alguém acha que está ganhando ou que vai tomar uma pressão do adversário, Relator, aí ele começa a fazer cera no campo.

Eu gostaria, Presidente, de depois solicitar a V. Exa. e à nossa assessoria técnica para averiguar quantos intervalos de dez minutos foram solicitados pelo nosso depoente e sua equipe hoje, porque eu achei que nós tivemos aqui... E acho até que, para o bom andamento da CPMI, a gente deveria avaliar, como membros da CPMI, e limitar, porque é natural que as pessoas queiram ter um intervalo ou outro, agora o excesso é uma tática muito interessante no futebol, e a gente que gosta de futebol conhece o que é a cera.

É só uma sugestão a V. Exa., que nos preside tão bem durante todo este tempo, porque é ruim quando tem, assim, um ambiente de cera – é esquisito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ilustre Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, qual a sua idade, por favor?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Quarenta e seis.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Quantos advogados estão acompanhando o senhor aqui hoje?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Cinco advogados.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – O senhor poderia me responder por que o esquema de fraudes bilionárias cresceu sob sua supervisão jurídica no INSS e só foi desmontada após sua saída, em abril de 2025, conforme mostrado nos gráficos?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não há supervisão jurídica acerca de aumento de número de segurados com desconto devido ou indevido. Não era a procuradoria que fazia essa fiscalização, não era competência da procuradoria.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não, não... Vou repetir a pergunta, acho que o senhor não entendeu a minha pergunta. Por que o esquema mostrado aqui no gráfico mostrado pelo ilustre Relator... Ou o Relator, o senhor está mentindo ou não sabia, Relator, me desculpa. Tem ali a crescente no período em que V. Exa. era procurador – se a palavra supervisão jurídica do INSS não cabe, não foi o caso, procurador –, e só foi desmontado, porque, depois da sua saída em 25, aquilo despencou. Por que isso? É o gráfico, ou o gráfico do Relator não é verdadeiro.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Que eu saiba, depois de abril, houve uma suspensão. Então, o gráfico despencou, porque pararam completamente os descontos.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Perfeito.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Agora, eu gostaria de comentar também que o Tribunal de Contas da União fez uma auditoria geral em relação ao desconto associativo, e não pediu a suspensão dos descontos, quando o fez.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Então, V. Sa. está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública, salvo engano no Espírito Santo. O juiz federal responsável negou a liminar também do Ministério Público, e não deu a liminar de suspensão dos descontos. Então, não foi só o INSS que, por exemplo, tomou outras medidas, e aí não tenho procuração da gestão para fazer defesa, mas cá estou fazendo essa defesa do INSS, não da procuradoria, porque a competência era da gestão, e a gestão fez medidas outras que não a suspensão. Fez algumas suspensões, mas não todas as que, por exemplo, a CGU tinha pedido, acho que em agosto, não lembro o mês.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Obrigado, isso me ajuda muito. Quem não fez a suspensão? A AGU recomendou, e quem não fez?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A CGU.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – A CGU.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – A CGU recomendou.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Então, V. Sa., no alto da sua experiência – porque é o que V. Sa. tem, muita experiência –, acha que a CGU está errando?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Olha, eu vi que o INSS estava analisando as recomendações da CGU. Eu não estava nessa reunião de busca conjunta quando foi entregue o relatório, eu não participei dessa reunião. E sei que houve algum questionamento de metodologia, que, inclusive, a CGU estava ajustando essa metodologia, dito pela Dra. Eliane, quando veio aqui a esta CPMI, que eles encararam como uma crítica construtiva e que estavam ajustando a uma metodologia por causa do pedido do INSS.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Relator, acho que o senhor deve prestar atenção nessa resposta. É interessante para alguns assuntos que a gente precisa ver. E agradeço, foi muito contributivo.

Você poderia me listar todos os seus imóveis e bens adquiridos pela sua família de 2019 para cá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Em relação a esse assunto, Deputado, eu vou permanecer em silêncio...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Tá.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... conforme a orientação da minha defesa técnica.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – É verdade que o ilustre Ministro Messias, da AGU, se afastou ontem da AGU?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não estou sabendo.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não?

Sr. Virgílio, não sei quantos... Depois, tem só a Senadora Soraya, Presidente, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E o José Medeiros.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Ah, tem mais dois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Quem? Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E o Pimenta, falando pela Liderança.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Sr. Virgílio, V. Sa. tem muita experiência, e eu gostaria de saber se tem alguma coisa que eu não perguntei com a qual o senhor queria contribuir com esta CPMI.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – No momento, não, Deputado.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não. Eu, por formação – eu estou Deputado no terceiro mandato –, sou pastor, e a minha fé me ensina alguns princípios basilares. Não é obrigado ninguém ter fé, graças a Deus, quem vem da reforma protestante defende o Estado laico, historicamente. A minha fé me ensina que existem algumas figuras e alguma ordem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ter êxito uma sociedade organizada, e uma delas é a figura do homem. O homem é protetor da mulher, o homem é protetor dos filhos. Eu acredito nisso, o senhor não é obrigado a acreditar.

Essa história toda dessa roubalheira, o senhor acredita que aconteceu essa roubalheira com os aposentados?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Acredito que houve um certo número de fraudes, sim.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não nessa monta?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não auditei, eu não posso...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – O senhor não acha que o senhor tem responsabilidade nenhuma com isso? Dinheiro na conta da sua esposa, uma paulada de dinheiro, e o senhor não tem nada a ver com isso, não tem nenhuma responsabilidade?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Nenhuma maior do que as de todas as outras autoridades que eu citei aqui, como o Tribunal de Contas da União, como a própria CGU.

Nada a mais do que nenhuma dessas outras autoridades.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Agora eu vou te fazer uma pergunta de homem para homem: o senhor acha que o senhor cumpriu o seu papel de proteger a sua mulher, de se envolver num escândalo desse, de tramitar tanto dinheiro na conta dela? O senhor, como um homem, de verdade, eu estou me dirigindo de homem para homem, tá?

É até legal ver mulheres soprando ao seu ouvido o que o senhor deve me responder, mas é papel delas, é normal.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Presidência, eu vou pedir a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, deixa...

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Gostaria que a minha fala fosse respeitada. Eu estou aqui trabalhando há 14 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, ele respeitou a senhora.

A SRA. IZABELLA HERNANDEZ BORGES – Por essa razão, tantos intervalos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhora advogada, ele respeitou V. Sa.

Por favor, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Só para concluir, porque não pararam o meu tempo, tá? Só para concluir.

Sr. Virgílio, eu, por formação, devo acreditar que o ser humano é possível se recuperar, e eu, de verdade, entendo que o que o senhor fez com a senhora sua esposa não é digno da figura masculina. Não é digno. Sua esposa não merecia estar passando, com uma criança recém-nascida... Isso é desumano. Me desculpe. O senhor ainda tem muito tempo pela vida, a sua idade ainda pode recuperar.

Eu quero, de verdade, aconselhar que a testosterona que existe nas nossas veias faça o senhor reagir e proteja pelo menos sua esposa. Sua esposa não tem nada a ver com essa história. Ainda, além de expor a esposa, expõe uma irmã, Ministra Damares. É inaceitável – é inaceitável.

É, de verdade, Presidente, lamentável o que a gente vê. A figura do homem é para proteção, não é para exposição, e lamento muito que a sua atitude, que não assume todas as responsabilidades do que aconteceu... Porque se V. Exa. sabe que houve roubo, V. Exa. esteve em funções importantes, não coibiu o roubo lá e ainda deixou dinheiro daquela trama todinha que nós vimos parar na conta da sua esposa, e não foi pouco dinheiro... Me desculpe. Eu vou pedir a Deus para a testosterona voltar a funcionar melhor no seu organismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra a Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Obrigado, Deputado.

Só concordo com um ponto na sua fala, quando o senhor diz que elas não têm nada a ver com a história. Realmente, é 100% verdade – é 100% verdade.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Isso já lava a minha alma.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – E outra coisa: eu não vejo demérito nenhum em eu ter uma advogada mulher e em ouvir os aconselhamentos dela aqui enquanto eu estou na CPI. Não é demérito nenhum ela ser mulher.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Nem delas nem dos homens.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Dr. Virgílio, cumprimento V. Sa., cumprimento as advogadas, Dra. Izabella Borges e Dra. Bruna Borges.

Dr. Virgílio, a minha linha de trabalho aqui tem sido pelo menos tentar, ao máximo, ser coerente e trabalhar dentro de uma equidade. O ponto, o marco temporal da nossa investigação e do nosso trabalho vem de 2015 para cá. Então, ali nós passamos pelo Governo Dilma, Governo Temer, Governo Bolsonaro e Governo Lula, o.k.? Começamos a investigar direto no Governo Lula.

E eu mesma, dentro desse paralelismo, eu mesma efetuei o requerimento do Ministro Vinícius, da CGU; do Stefanutto, do INSS; do Ministro Messias, da AGU; do Lupi, eu subscrevi. Nós já os ouvimos, nós só não ouvimos o Messias ainda, mas o que ele me disse é que ele está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

totalmente à disposição. É porque não foi agendado, mas já foi aprovado o requerimento de convite dele.

Então, eu pergunto para o senhor: o senhor trabalhou... Vamos falar só desses dois últimos Governos. O senhor foi indicado neste Governo – se eu estiver errada, por favor, me corrija –, o senhor foi indicado pelo Presidente do INSS, o Presidente Stefanutto, correto? E quem assinou?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para depor.) – Correto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Sim? E o Ministro Jorge Messias aquiesceu, é isso? O.k.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Como é que se deu a sua entrada no Governo passado? Quem o convidou? Como que o senhor foi convidado e foi inserido no Governo passado? Porque o senhor foi Procurador-Chefe do INSS.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sim, fui convidado pelo Bruno Bianco, então Secretário de Previdência e depois Advogado-Geral da União. Tinha trabalhado já comigo, próximo, quando ele era da Procuradoria do INSS e eu da Conjur do Ministério da Previdência. Conhecia o meu trabalho e me chamou junto com o Presidente Leonardo Rolim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k.

Então, eu também já efetuei o requerimento de convite para o então Ministro da AGU, ex-Ministro Bruno Bianco, o Ministro Onyx Lorenzoni, o Ministro Paulo Guedes, só que até o momento nós não conseguimos ouvi-los, não conseguimos agendar.

Eu pergunto para o senhor: o senhor, minutos atrás, confirmou que, nesses últimos anos agora, a CGU esteve dentro do INSS, correto? Trabalhando e auditando.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Sim? Como é que isso se deu? O senhor pode avaliar os dois Governos. Como é que a CGU atuava neste caso no Governo passado? Como era o trabalho da CGU do então Ministro Wagner Rosário, que também eu já convidei?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Em relação a desconto associativo, ela não fez nenhuma auditoria no Governo passado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu fico... Isso nos ajuda muito, porque nós vamos completando essas lacunas que ficam. A vinda do senhor para mim é muito importante, tecnicamente muito importante, porque nos ajuda a esclarecer. Então, o senhor diz que não houve nenhuma...

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não tenho...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... abordagem da CGU.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – É, não tenho notícia de ter tido. Eu sei que teve de empréstimo consignado, mas não de desconto associativo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pois é, mas também nós já sabemos que o nosso colega, meu amigo Senador Izalci, levou as denúncias para o Governo Bolsonaro na transição – já sabia de tudo isso. Foi diferente da mudança de Governo de 22 para 23, porque não houve transição, não houve entrega sequer da faixa. Então, está muito patente aqui a ausência da CGU entre 2022 e... entre 2019 e 2022. Para mim está muito caracterizado, eu fico bastante satisfeita em ter essa certeza.

Outra questão importante que eu gostaria se o senhor pudesse esclarecer. O Relator lhe fez alguma pergunta e o senhor disse o seguinte: "As adesões não são da competência da Procuradoria". Mas aí eu fiquei na dúvida: se as adesões não são da competência da Procuradoria, então é da competência de quem? O senhor consegue nos esclarecer?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Que tipo de adesão, Senadora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – As adesões, quando o Relator perguntou, as adesões associativas, os ACTs. Se eu não me engano, o senhor disse que isso não era da competência da AGU.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Não, é que, a partir de 2023, não era competência mais do Procurador-Geral. O Procurador-Geral que me antecedeu delegou para o Coordenador-Geral abaixo, e de todos os processos que entravam para novo ACT, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

parecerista fazia o parecer e o Coordenador-Geral já o liberava sem interferência nenhuma do Procurador-Geral.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Quem era esse Procurador na época?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – O Bruno Bisinoto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Bruno? Para mim é um nome novo. Bruno Bisinoto?

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – Bisinoto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k. Porque o senhor, por uma exceção, trabalhou só na Contag, algo assim, como o senhor já explicou.

E tratando ainda dessa questão de ACT, eu percebi, Dr. Virgílio, que, no caso da Amar Brasil, os procuradores federais que fizeram o parecer opinaram que o INSS não deveria assinar o ACT com a Amar Brasil, mas o Procurador-Geral da época, o Sebastião Faustino, não aprovou esse parecer e aceitou fechar o ACT com a Amar Brasil, o.k.? Parecido com a conduta que o senhor teve. O senhor disse que não era obrigado a seguir o parecer, não é vinculante. Então, o senhor também entendeu assim em relação à Contag. Então, esse procedimento é comum? E, além disso, esse Procurador-Geral, o Dr. Sebastião Faustino, ligado ao José Carlos Oliveira, foi Diretor de Benefícios e Procurador-Geral do Oliveira.

Nós precisamos, Presidente, convocá-lo urgentemente, o Sebastião Faustino. É com urgência, para ontem isso.

Então, é comum esse tipo de procedimento? Só para o senhor reafirmar.

O SR. VIRGÍLIO ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – É comum, o Procurador-Geral pode divergir dos procuradores. Há uma hierarquia momentânea, porque hoje o Procurador-Geral é um, amanhã é outro, um subordinado vira Procurador-Geral, isso, dentro da carreira, é normal, não tem... então é uma hierarquia momentânea. Naquela hierarquia momentânea, o Procurador-Geral tem a maior caneta, vamos colocar assim; divergindo, a última palavra é a dele, é a que vale em relação à Procuradoria. Não é incomum, acontece bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k. Eu me sinto, por ora, Presidente, satisfeita.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Para encerrar a lista de inscritos, por três minutos, o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu estou substituindo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, o senhor é suplente agora? Então, dez minutos, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. está como suplente?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Colocou? Indicou? Dez minutos. É porque... Dá os dez minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, cotidianamente nós temos que fazer a mesma afirmação aqui, fazer o mesmo contraponto. Aliás, eu venho fazendo contraponto desde que eu era novo, quando cheguei aqui. Já estou pegando a fila das prioridades no aeroporto e continuo fazendo contraponto às histórias... às estórias contadas pelo PT aqui.

Mas é importante a gente falar aqui sobre quem está acusando e fazendo os discursos vestais aqui, é bom a gente rememorar o passado. E, se tem uma coisa que boa parte dos brasileiros, e eu me incluo neles... Eu sei o que o PT fez no verão passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, sem mais delongas, eu vou pedir a nossos queridos da Secretaria ali que possam passar um vídeo. Eu gosto sempre de passar esse vídeo, porque eu não quero ficar repetindo, só para não cansar a minha voz. Isso aí foi um Senador, lá em dois mil e lá vai pedrada, que falou isso aí. Por favor, solte o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Sr. Presidente, é sempre bom rememorar, porque os discursos que eu ouvi hoje aqui foram como se tivesse um partido, um Governo impoluto. E aí eu quero também mostrar aqui, ainda nessa série de "eu sei o que vocês fizeram no verão passado"... Por favor, a nossa Secretaria, se puder colocar essa... Isso aí está na internet para quem quiser ver. Isso aí é de 2010. Vamos lá. É de *O Globo*, que hoje é um dos panfletos aí do PT. Vamos lá: "Contribuição compulsória: aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões". Se puder subir um pouquinho... "O desconto da mensalidade sindical sobre a aposentadoria, feito diretamente na fonte pela Previdência Social, virou uma mina de ouro [...] entidades conveniadas [...]", e aí vai uma matéria muito longa. Isso é em 2009, 2010. Então, só para o povo brasileiro que está nos assistindo agora: o Governo era do PT em 2009.

E aí foi falado com muita verve aqui sobre o Sr. Virgílio. Então, Sr. Virgílio, eu quero dizer o seguinte: sobre esse negócio de falar que o senhor negou tudo aqui, o senhor não seria o primeiro. Tem um sujeito que dizia o seguinte: "O sítio não é meu", "O triplex não é meu".

E, aliás, sobre sua esposa, eu devo dizer uma coisa aqui. Sua esposa tem um escritório de advocacia – eu não sou seu advogado, o senhor está bem muito bem acompanhado aí. Sua esposa tem um escritório de advocacia, coisa que hoje é normal. Se o senhor... O senhor, por exemplo, está sendo bastante falado sobre esse tema aqui. Mas, se o senhor fosse ministro do Supremo Tribunal Federal, não tinha problema nenhum. Ela podia, inclusive, entrar com a causa, com o pedido, e o senhor canetar no processo lá. Esse é o país em que nós estamos. E eu não estou falando de Banânia; eu agora estou falando do Brasil mesmo, não é de Banânia.

E o que ocorre? Mas por que eu estou dizendo isso aqui? Foi falado também aqui sobre a questão de o senhor... sobre jogar para a sua esposa ou não ter consideração com sua esposa e tal. E, volto a dizer, não estou sendo seu advogado. Eu só estou dizendo também que teve um sujeito que ele jogou não foi... A esposa do senhor pelo menos está viva, pode se defender, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogado, tem tudo, mas teve um sujeito que jogou para cima da esposa que estava morta. "Ah, e o dinheiro? E esse dinheiro?" "Não; ela vendia Avon." "E esse outro?" "Não; isso aqui..." "E esse negócio?" "Não; esse triplex foi ela que fez, ela que negociou, ela que fez a cota no Bancoob, ela que fez tudo." Então, só estou dizendo que eu estou vendo o PT mostrando muita marra para cima do senhor, só que o líder principal deles fez pior. Do líder principal deles, o Marcos Valério disse o seguinte, em depoimento ao Ministério Público Federal... ao Ministério Público de São Paulo: "Lula é um dos mandantes da morte de Celso Daniel". Isso está nos autos. O Palocci falou outras... uma ciranda de coisas também.

Então, quero dizer o seguinte: o senhor está sendo acusado e está num negócio aí que talvez esteja deixando o senhor bem... bem enrolado. Mas vou te falar uma coisa: neste país nada dá problema. Além desse constrangimento que o senhor está passando aqui... Nessa cadeira em que o senhor está aí, já sentou Joesley. E o senhor falou muito mais que ele. O Joesley saiu daqui e ganhou... Como ele resolveu delatar antes, delatou Lula e todo mundo, ele foi para Nova York, na Quinta Avenida, em frente à Trump Tower, onde morava o Trump, num apartamento que deixava esse da sua esposa aí no Minha Casa, Minha Vida, depois de ter cometido tudo que é crime.

Então, o que acontece? Eu estou satisfeito com esta CPI, Sr. Presidente, pelo seguinte: ela já cumpriu um papel monstro, que é o quê? Mostrar tudo o que aconteceu aí.

Agora, eu não me interesso tanto pelo Sr. Virgílio, não. Não me interesso, sabe por quê? Porque aqui está bem demonstrado o esquema. Nós já sabemos que esse negócio começa lá em 2009. A CPI já tem feito muita coisa. O Sr. Virgílio, se dever, com certeza a polícia vai chegar a isso. Então, é por isso que eu não me interesso tanto em fazer pergunta para o senhor. Não estou desfazendo da sua presença aqui, não.

Mas o que eu vejo aqui é o seguinte... Foi até falado dos tênis do senhor, acho que foi a minha querida Damares que falou, mas eu vou até dizer: você comprou, disse que gastou 10 mil em dez tênis. O do Lula, que eu fiquei sabendo, é um Ermenegildo Zegna. Só um tênis do Lula é 10 mil. Então o senhor está na média.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, o que é que acontece? Eu não tenho problema de fazer essas ironias aqui, não estou defendendo, sabe por quê? E não vou falar, para não dar art. 14 para o Malagueta, mas é o seguinte: o que é que acontece? O Frei Chico, o Frei Chico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – ... que é Vice-Presidente do Sindnapi, Vice-Presidente do Sindnapi, eles comemoraram como se fosse um campeonato de Libertadores que o Flamengo tivesse ganhado, quando blindaram aqui. O Governo mandou todo mundo para cá para blindar o Frei Chico.

E o contraponto que eu estou fazendo não é defendendo o Virgílio, não; é achando interessante como é que tem tanta marra com o Procurador do INSS, que esteve nos governos, que foi parceiro, em determinado momento, do Governo, e blindam o Frei Chico. E aí, eu me lembro do Virgílio... Vocês tomem cuidado, porque vocês enterram os corpos dos companheiros em covas rasas.

E o Dr. Virgílio sabe muito, viu? E nós vamos estar aqui abertos para, se em algum momento, a sua advogada decidir, e ele quiser falar separadamente com a CPI, com certeza, vai ser dada essa oportunidade pela Presidência, porque vocês têm esqueleto no armário de sobra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pelo tempo da Liderança do Governo, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, tem que esperar até esta hora para ouvir essa manifestação do Deputado que me antecedeu. Eu acho inclusive que o Dr. Virgílio já poderia liberar os seus advogados, suas advogadas, porque ele arrumou agora aqui um Deputado do PL.

E é interessante o raciocínio. Não vamos apertar muito o Dr. Virgílio, porque ele sabe muito. Deve ser essa a explicação. Porque amarelaram aqui de uma maneira, todos. Ele, o Senador Líder do Governo, o Deputado do Novo, que sempre são tão eloquentes e corajosos nas manifestações, só faltou pedir desculpa para o Dr. Virgílio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente do partido dele foi preso; o Presidente da República dele está preso; o Vice-Presidente da República, candidato do partido dele, está preso. Fazer aqui uma demagogia hipócrita, esta hora da noite, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Já acabou a lista?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Esta hora da noite.

Então, Sr. Presidente, quero dizer para o senhor o seguinte: o que é que a gente pode tirar como lição de mais este encontro da nossa CPI? Nós estamos diante de um esquema bilionário de roubo do INSS, que só foi possível graças a uma articulação que envolve servidores, servidores de carreira, que se organizaram no sentido de garantir a concessão de ACTs para entidades fantasmas. Esse esquema ganha uma dimensão industrial, a partir de 2019, dezenas de ACTs são distribuídos, entidades fantasmas que conseguem acesso, de forma criminosa, à lista de aposentados e aposentadas do INSS e passam a lançar, nos seus cadastros, sem autorização desses aposentados e aposentadas, milhares de nomes para que sejam descontados. Essas entidades, que nunca prestaram serviço para ninguém... Uma parte do dinheiro ficou com essas pessoas que comandam essas entidades – o perfil delas, nós já sabemos: jovens de 35, 40 anos, que nunca trabalharam, presidentes de associações de aposentados que ficaram milionários da noite para o dia, que todos hoje têm Ferrari, Lamborghini, Rolex – e uma parte do dinheiro eles colocavam, as entidades, em empresas de fachada que forjaram uma espécie de prestação de serviço, e essas empresas de fachada colocavam o dinheiro em empresas ligadas a servidores do INSS que participaram do esquema da corrupção.

É isso que está claro, Sr. Presidente. O desenho está pronto. Para isso precisavam de quê? Contadores. E é por isso que o contador das empresas é o mesmo contador dos parentes desses servidores, que, infelizmente, abriram a porta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... para que esse esquema de corrupção pudesse entrar para dentro do INSS.

E quando é que esse esquema começa? Em 2019, 2020, 2021, 2022. Não houve nenhuma ação concreta por parte da Polícia Federal, da CGU, e aí, então, no Governo do Presidente Lula, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir de 2023, começa a ação de investigação para valer, a quadrilha é desbaratada, o esquema acaba e o dinheiro roubado dos aposentados e das aposentadas começa a ser devolvido.

Nós já devolvemos o dinheiro para mais de 3 milhões de aposentados e aposentadas e vamos garantir que todos aqueles que foram roubados tenham o seu dinheiro de volta, e vamos fazer com que aqueles que foram responsáveis por esse crime paguem por esse crime. E a nossa CPI vai ter um papel importante para que esse objetivo seja atingido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Excelência.

Primeiramente, quero agradecer a todos.

Conseguimos, quando chegamos ao final... Para começar uma CPI já é uma vitória. Cada sessão, do início, é uma guerra. Quando nós encerramos, como estamos encerrando agora, uma grande vitória.

Nós chegamos a ter, acompanhando ao vivo, quase 30 mil pessoas, em determinado momento. Pelo avançado da hora, temos, agora, perto de 15 mil. E, me permitam aqui, como sempre, deixar uma palavra de confiança a toda a nação.

Meus irmãos brasileiros e brasileiras, encerramos hoje uma das oitivas mais reveladoras desta CPMI, e o Brasil acompanhou, atento, o retrato de um escândalo que não é apenas contábil, é moral, é institucional e é político.

Ficou claro que o Governo, por ação ou por omissão... Vários viraram as costas para quem mais precisava: o aposentado que vive com o mínimo, a viúva que conta as moedas, o órfão que não tem voz.

O Estado falhou onde devia proteger: no contracheque de quem sustentou este país com trabalho e honestidade. E esta CPMI não se calará, porque quem se cala diante da injustiça consente com ela. Nós não estamos diante de simples equívocos administrativos, nada disso; estamos diante de omissões deliberadas, de decisões mantidas por conveniência política e econômica – corrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Controladoria-Geral da União, em julho de 2024, comprovou e recomendou a suspensão dos repasses às entidades suspeitas – em 2024. O INSS foi alertado, o Presidente da época foi informado, o ex-Procurador-Geral sabia, mas nada foi feito.

Quem se cala diante de um alerta desse tamanho assume corresponsabilidades. E essa corresponsabilidade é o que o Brasil inteiro viu, em rede nacional, dentro desta CPMI.

Enquanto o Governo discursava em defesa dos pobres, permitia que os pobres fossem explorados. Enquanto pregavam igualdade, alimentavam privilégios e esquemas de fachada. É bonito, no palanque, dizer que o filho da empregada vai estudar ao lado do filho da patroa, mas é cruel fechar os olhos para o roubo dos aposentados.

O verdadeiro teste de caráter está em não se apropriar do direito do aposentado, do que é dos outros; está em não transformar o salário de quem trabalhou a vida inteira em lucro de atravessadores.

O Brasil viu, hoje, que há milhares de Seus Josés e D. Marias pagando por um crime que nunca cometeram, porque há momentos em que parece, senhores, que os culpados são os aposentados que foram roubados. Gente simples que confiou no sistema e viu o contracheque virar cilada, o benefício virar engano, o salário virar vergonha.

Enquanto nossos idosos choram diante das contas, os corruptos brindam com vinho caro, pago com dinheiro roubado. Pensem no Seu José, que trabalhou 40 anos e, hoje, precisa escolher entre o remédio e o arroz. Pensem na D. Maria, que ora para não ver um desconto indevido no contracheque. É por eles que esta CPMI existe; é por eles que nós não nos calaremos.

E não há como negar: a cadeia de omissões, de repasses, de contratos falsos mostra uma estrutura pensada, organizada e contínua. A CGU fez um trabalho técnico, a Polícia Federal comprovou o rastro do dinheiro e esta CPMI está fazendo o que a Constituição e o Regimento desta Casa determinam: investigar, responsabilizar e expor com serenidade e responsabilidade, com técnica e também com muita coragem.

Nós temos 21 pedidos de prisão aprovados, não por retórica, não por apenas querermos fazer política, mas por provas, por relatórios, por extratos bancários, por rastreamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

transações e por depoimentos contraditórios. Não é vingança; é justiça com base em provas e coragem com base em fatos.

O ex-Procurador do INSS preferiu o silêncio sobre os repasses às empresas da mulher – a meu ver, usada como laranja nos desvios –, mas o silêncio, quando cercado de fatos, deixa de ser defesa e passa a ser uma confissão moral perante a nação. Porque quem tem a verdade fala; quem deve se cala.

Afirmar ser técnico e apartidário não apaga uma trajetória marcada por vínculos ideológicos com os mesmos governos que criaram esse modelo de desvio institucionalizado. E negar isso, diante das provas, é insultar a inteligência do nosso povo brasileiro.

Esta CPMI não é palco de espetáculo, é palco da verdade. E aqui, cada documento apresentado, cada depoimento colhido, cada prisão decretada reescreve a história da Previdência Social no Brasil.

Encerramos esta fase de investigação e entramos agora na fase da responsabilização.

Fiz um apelo aqui – e reforço – ao Ministro André Mendonça: que decrete mais prisões daqueles que roubaram os aposentados brasileiros, porque justiça verdadeira não tem lado, tem base, tem prova e tem coragem. Não há blindagem política capaz de proteger quem usou a fé e a confiança do povo para se beneficiar indevidamente. Não há cargo, não há ministério, não há partido que consiga esconder a verdade que esta CPMI trouxe à luz. O tempo da impunidade acabou, o tempo do discurso vazio acabou, o tempo de usar os humildes como escudo político também acabou. Mas eu acredito que um país só é derrotado quando perde a vergonha. E aqui, nesta CPMI de Senadores e Deputados, Deputadas e Senadoras, o Brasil reencontrou a vergonha, a coragem e a dignidade perdida diante dos órfãos e das viúvas.

E que se registre nos *Anais* desta Casa e na consciência do Brasil: a CPMI do INSS não se curvará, não se omitirá e não se calará. Vamos devolver ao país a vergonha, a coragem e a esperança de justiça, porque quem se cala diante da verdade se torna cúmplice dela, e nós não nos calaremos. É o compromisso que temos com o Brasil e com as futuras gerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a ser realizada no dia 27, às 16h, neste mesmo Plenário, para a oitiva do Sr. Alexandre Guimarães, ex-Diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 23 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Duarte Jr., reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Coronel Chrisóstomo, Sóstenes Cavalcante, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Evair Vieira de Melo, Ricardo Maia, Sidney Leite, Beto Pereira, Carlos Jordy, Zé Trovão, Kim Kataguiri, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Bruno Farias, Rogério Correia, Marcel van Hattem, Luiz Lima e Dorinaldo Malafaia, e ainda doDeputado Delegado Caveira, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Styvenson Valentim, Eliziane Gama, José Lacerda, Fabiano Contarato, Jorge Seif, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Leila Barros, Damares Alves e Ricardo Ayres. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezoito horas e quarenta e três minutos e reaberta às dezenove horas. A reunião é suspensa às vinte horas e quarenta minutos e reaberta às vinte horas e quarenta e cinco minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva. Oitiva do Alexandre Guimarães, Ex-Diretor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)., em atendimento aos requerimentos 80/2025, 393/2025, 394/2025, 662/2025, 778/2025 e 952/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e dois horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/27

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 27 de outubro do corrente ano.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião, realizada em 23/10.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, no encerramento da última reunião, V. Exa. fez um apelo muito grande ao Ministro André Mendonça, com relação às prisões preventivas cujo requerimento foi aprovado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Até agora, não aconteceu nada. E olha que nós comprovamos aqui diversos documentos, com os RIFs, com o Coaf, muito material consistente, que justificaria realmente a prisão de outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu indago a V. Exa.: V. Exa. chegou a procurar também a PGR, para a gente ver se, através da PGR, a gente poderia pressionar um pouco isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

É uma boa pergunta, Senador Izalci.

A manifestação que tenho, por parte do Supremo, é de que serão consultadas a PGR e a Polícia Federal, com relação aos pedidos, para a sequência das investigações. Então, o Ministro recebeu, já está com ele há bastante tempo, e agora dará sequência, ouvindo tanto a Polícia Federal quanto a Procuradoria-Geral da República.

Outra questão também, com relação ao que pedi uma resposta, foi com relação à oitiva do Sr. Maurício Camisotti. Nós pedimos para ouvi-lo na Polícia Federal ou ouvi-lo aqui.

O Ministro disse que vai levar para a turma, para a decisão do Colegiado, posteriormente, para decisão do Camisotti, se ele aceita ou não fazer um depoimento conosco.

Então, estamos aguardando que essas respostas nos sejam dadas, ou sim ou não, o mais brevemente possível.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O que não falta é comprovação, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente. Aqui está muito claro.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Aproveitando a fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... do nobre Senador, essa é uma fala do povo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O povo está nos cobrando. O povo também precisa mais de explicação, porque ele diz: "Pô, o pessoal fica calado lá, o pessoal não fala nada, o pessoal não explica" – os ouvintes que vêm aqui, as testemunhas... É uma fala que o povo está nos cobrando, exatamente isso que o Senador tratou.

Eu acho que o STF... A gente precisa enfatizar novamente para ele, Excelência, através de V. Exa., para que ele realmente entenda que a CPMI é um instrumento independente e que eles possam nos respeitar, conforme a Constituição Federal reza.

Portanto, Presidente, então vamos enfatizar isso ao STF...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... para que as pessoas possam realmente falar, explicar tudo o que fizeram dentro do INSS.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Coronel Chrisóstomo.

A questão, eu a tenho colocado aqui, Excelência: existem os chamados vácuos jurídicos, que é o que eles chamam de limbo jurídico, ou seja, não há uma definição clara sobre os assuntos. É essa questão, por exemplo, que gera a polêmica aqui de testemunha, se é investigado, se é testemunha, porque o inquérito da Polícia Federal é um, a nossa atribuição e a nossa forma – de certa forma – de ser um inquérito é outra, mas gera toda uma discussão jurídica, que eu entendo poder ser uma das boas contribuições desta CPMI na área legislativa, que é nós tirarmos daqui conclusões sobre como nós podemos avançar, inclusive, em ampliar o poder da CPMI, fazer respeitar o poder e deixar claras as linhas de investigação, muito bem definidas em relação às pessoas que são convocadas para essa... Mas é uma decisão do Congresso que nós precisamos, o mais brevemente possível...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Sr. Deputado. Sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, eu quero, primeiramente, cumprimentá-lo.

É início de semana, um início muito importante para todos nós, aqui nesta Comissão, tendo em vista que nós teremos hoje e amanhã, devido às agendas legislativas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Quero também parabenizar o senhor e nosso nobre Relator por tudo que os senhores têm feito.

Eu fiz, na semana passada ou retrasada, não me lembro exatamente o dia, um requerimento a esta Comissão, para que a gente solicitasse a apreensão do passaporte de todos os investigados deste primeiro núcleo, que está, inclusive, exposto pela grande imprensa, tendo em vista que é muito importante que a gente não tenha evasão de divisa para outro estado de nenhuma dessas pessoas. E eu não sei se nós votamos, se foi votado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ainda não, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – E amanhã terá deliberativa?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, nós... Se tivermos deliberativa, será na próxima semana.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Na próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nada. Estou à disposição.

Oitiva...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Rogério Correia. Boa tarde.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Meu pela ordem vai no sentido do que o nosso último Deputado falou, reforçando a preocupação dele.

V. Exa., então, está prevendo para a semana que vem, mas ainda não definiu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Não, ainda não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... se haverá...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – As deliberativas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... as deliberativas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Possivelmente, na terça-feira, mas eu vou avisar com antecedência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O.k. Eu pediria a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A minha sugestão, que eu dei semana passada, foi neste sentido: de que, pelo menos, aquilo que fosse comum, consensual, nós pudéssemos estar votando e o que tem, evidentemente, urgência. Uma delas o Deputado colocou bem agora: é a questão da prisão preventiva dos chamados *golden boys*...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... porque já há elementos suficientes, e o próprio Relator frisou isso, em especial, o Felipe Macedo, mas todos estão ali no mesmo modelo – não é? – de corrupção e de fraudes no INSS, dos chamados *golden boys*.

O segundo são os passaportes. Esse me preocupa mais, porque, por qualquer demora nisso, eles poderão simplesmente se evadir do país.

Então, acho que isso teria uma urgência muito grande e não seria bom que nós, da CPMI, ficássemos, depois, arrependidos de não ter votado rapidamente o confisco desses passaportes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Acho que esse é um extrapauta que poderia ser colocado.

Eu sempre digo que extrapauta é sempre com consenso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... mas acho que esses dois teriam consenso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E eu cheguei a citar também uma posição importante da nossa Comissão em relação à devolução dos recursos para os aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A medida provisória vai caducar em 11 de novembro, está próximo. Ela ainda está na Comissão Especial de análise da medida provisória. Uma parte do recurso já foi devolvido – acho que quase 3,1 bilhões já foram devolvidos aos aposentados –, mas ainda falta. E a medida provisória é exatamente para que esse restante do recurso possa ser pago aos aposentados.

Que nós tirássemos aqui um documento comum, solicitando ao Presidente Hugo Motta e ao Presidente Davi Alcolumbre a agilização do processo de votação desta medida provisória...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... para que ela não tenha que caducar e, com esse sentido, os aposentados ficarem sem receber.

Acho que isso também é consensual entre nós. Não há quem seja contra que eles recebam, como também não há quem seja contra – e nós aprovamos isso aqui por unanimidade – que não se tenha mais os descontos associativos e seja votado o projeto de lei que veio da Câmara. Como nós votamos esse, a minha solicitação é que nós votássemos também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... porque esse está certo, mas, com o que eu estou propondo, espero que o nosso Líder também concorde, que é para não deixar os aposentados sem receber.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, eu acho que também é muito importante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diante do esclarecimento dos Parlamentares anteriores, quero dizer que já foi dada entrada no pedido do Sr. Igor, do Sr. Américo, do Sr. Anderson, do Sr. Felipe, do Sr. Mauro Palombo, da Sra. Tonia Galleti e do Sr. Milton Baptista.

Além desses aqui, Sr. Presidente, também quero reiterar que é uma pena a Comissão ter, por maioria, bloqueado a vinda da Sra. Danielle Fonteles. Cada vez mais, está evidente a relação dela com o Sr. Careca.

Também é uma pena em relação ao Gustavo Gaspar e, especialmente, também ao Paulo Boudens.

Eu acho que todos os três foram uma grande perda para a apuração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente, nós voltaremos a discutir isso em breve, com as novas informações que estou arrecadando.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Só para ir na linha aqui do nobre Relator...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... ele falou que foi rejeitado o requerimento de convocação da Danielle Fonteles. Na verdade, foi uma quebra de sigilo, se eu não me engano, que foi rejeitada.

Mas eu tenho um requerimento de convocação da Danielle Fonteles. Eu falei isso na reunião passada e quero aqui reiterar, para que nós possamos, na próxima sessão deliberativa, pautá-lo, para que possamos convocá-la a prestar esclarecimentos sobre os fatos que estão envolvidos com ela e o Careca do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Será feito.

Nossa Secretaria já anotou, e, havendo a deliberativa na terça-feira, faremos as votações dos requerimentos.

Senhores, primeira parte do nosso trabalho, oitiva do Sr. Alexandre Guimarães, ex-Diretor de Governança, Planejamento e Inovação do Instituto Nacional de Seguro Social.

Requerimentos: 80, Senador Izalci Lucas; 393, Deputada Adriana Ventura; 394, Deputado Duarte Jr.; 662, Deputado Rogério Correia; 778, Senador Randolfe Rodrigues; 952, Deputado Sidney Leite.

Já está com assento à mesa o Sr. Alexandre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, até o momento, a Comissão não foi cientificada de nenhuma decisão em sede de *habeas corpus* que envolva o depoente de hoje.

Mesmo sem decisão judicial, informo que estão assegurados todos os direitos constitucionais da testemunha, como o direito de estar aqui acompanhado de advogado, de consultar com ele a qualquer momento e de ficar em silêncio nas perguntas que o incriminem.

Advirto, no entanto, que, por estar aqui como testemunha – foi convocado nesse sentido – , o direito ao silêncio se aplica única e tão somente às perguntas que levem à autoincriminação, sendo vedado o silêncio absoluto e o silêncio relativo às demais questões.

Quero dar boa tarde... (*Pausa.*)

Pois não.

Dr. Bruno, seja bem-vindo. Muito obrigado.

Quero reforçar aqui – Sr. Alexandre, boa tarde –, mais uma vez, que o senhor poderá interromper a sessão a qualquer momento, ou para questões pessoais ou para orientar o seu cliente. Peço apenas que não dê as respostas, que o faça apenas em termos de dados. E, se houver, em algum momento – porque nós temos tido muita dificuldade com isso –, algum tipo de tratamento que o senhor considere desrespeitoso, fale comigo, para a gente evitar as discussões, porque aí eu vou tomar as providências necessárias aqui.

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA (*Fora do microfone.*) – Respeitaremos as regras estabelecidas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203, falar a verdade a esta Comissão?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha protagonizado, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Guimarães, por 15 minutos.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Estou aqui para realizar esclarecimentos, de forma muito transparente, da minha atuação como Diretor do INSS e como cotista da empresa Vênus Consultoria.

Eu sou Alexandre Guimarães, sou formado em Economia, Pós-Graduado em Administração Financeira.

Iniciei minha carreira no mercado financeiro de capitais num fundo de pensão, em 81. Depois, fui para alguns bancos, passei por quatro ou cinco bancos, distribuidora...

Abri minha própria empresa, inicialmente a Plenus Investimentos, depois AEG Investimentos, e, em 2017, eu tive um convite para ingressar como Diretor Financeiro da Infraero, na qual permaneci por um pouco mais de 40 dias, um mês e meio.

Saí. No mesmo ano, em novembro, recebi um convite para assumir a o cargo de Diretor de Gestão de Pessoas do INSS. Fiquei lá por um ano e dois meses. Tive um convite para assumir a Diretoria Financeira da CEB (Companhia Energética de Brasília), e fiquei também um ano e meio, dois anos, e depois fui Vice-Presidente da Investco, que é uma empresa de que a CEB é acionista junto com a EDP (Energias de Portugal). E retornei ao INSS também como Diretor de Governança, Planejamento e Inovação, e saí em abril de 23.

Sou proprietário da Vênus Consultoria desde novembro de 22. E estou... A empresa está sendo fechada, fechou já; está sendo fechada, e estou aqui para responder a todas as perguntas de forma bastante esclarecedora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome de V. Exa., saúdo todos os presentes, inclusive o depoente e o doutor advogado.

Sr. Alexandre, V. Sa. bem sabe o motivo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a respeito do INSS, e é por suas passagens no INSS que nós estamos aqui a ouvi-lo.

O primeiro ponto. Gostaria de saber quem o indicou para o INSS, no ano de 2017, e qual foi a função que o senhor exerceu lá?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Eh, como em qualquer cargo público, tem a indicação de um político.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu estou... Deixe-me lembrar aqui. E esclareço que eu não tenho um relacionamento com nenhum deles, mas é... Como eu, precisando de colocação, espalhei currículos, acabou chegando lá na 17, né? Lá na Liderança do Governo, na época, que era o Andre Moura.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Andre Moura.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas o contato não foi com ele, foi com assessores dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor. Depois nós voltaremos a esse tema.

Antes de o senhor assumir o cargo no INSS, V. Sa. também tinha sido indicado antes para a Diretoria Financeira da Infraero. E, se eu não me engano, foram alguns meses à frente dessa Diretoria Financeira. Foi também em 2017? E, se foi, quem fez a indicação de V. Sa. a essa diretoria?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Bem, como eu disse anteriormente, eu não tenho relacionamento com esse político...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas, na época, foi janeiro de 2017, que eu entrei através do Waldir Maranhão, acho que era Vice da Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – E saí dia... E saí em fevereiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu confesso ao senhor que eu nunca ouvi falar nessa pessoa. Quem é Waldir Maranhão?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Deputado Federal, na época. Ele era, se não me engano, Vice, Vice-Presidente da Câmara, na época, em 2017.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor foi indicado para a Diretoria Financeira da Infraero...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... através do Sr. Waldir Maranhão, Deputado Federal.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Na época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda qual o partido dele na época?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ah, não, tem que ver.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda qual era o partido do senhor Andre Moura, também Deputado Federal à época?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Se eu não me engano, era PSC.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – PSC.

Eu vi aqui o seu currículo. O seu currículo é bastante extenso na área bancária. Como é que foi essa ida para a Infraero? É até importante para a gente esclarecer como funciona o sistema de indicação política aqui em Brasília – o brasileiro tem muita curiosidade. O senhor disse que espalhou o currículo para alguma colocação. Como é que foi essa chegada ao nome do senhor? Sabe informar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente por isso...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na Infraero?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Na distribuição dos meus currículos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Mas, na Infraero, o senhor sabe como é que esse currículo chegou às mãos do Sr. Waldir Maranhão?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não recordo agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No INSS, o senhor teve alguma conversa com o Sr. Andre Moura para ser colocado na diretoria?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem foi que tratou com o senhor sobre esse assunto?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Assessores dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Recorda o nome?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que ficou combinado neste momento?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Que eu assumiria a Diretoria de Gestão de Pessoas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, e funciona assim no país, é? Uma diretoria tão importante do INSS, uma indicação política sem o indicador conhecer sequer o indicado, sem saber nem os propósitos do indicado?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É através do currículo mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, isso é uma boa notícia...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Parte técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso é uma boa notícia para o Brasil. O senhor espalhou o seu currículo e virou Diretor da Infraero e Diretor do INSS, não é isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sem nenhuma conversa preliminar com os Parlamentares?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, isso... O que vai chover de currículo aqui para Brasília agora não está no gibi, não. Mas não vou desconhecer que isso seja verdade, não.

E por que o senhor passou tão pouco tempo à frente da Diretoria Financeira da Infraero?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não entendi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que o senhor passou tão pouco tempo à frente da Diretoria Financeira da Infraero?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ah... Precisaram do cargo, me tiraram.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não houve nenhuma intercorrência?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não. Pelo contrário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E aí o senhor voltou a espalhar currículo e foi convidado para assumir a Diretoria do INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a diretoria que o senhor assumiu?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Diretoria de Gestão de Pessoas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, essa diretoria é responsável exatamente por quais áreas do INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas detalhe mais um pouco, porque o senhor, como técnico, pode dizer em que áreas a sua diretoria tinha interferência.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, apenas pessoal, gestão de pessoas. Nós estávamos... Na época, quando eu entrei no INSS com essa diretoria, nós tínhamos 34 mil funcionários, servidores, e tinha uma previsão de saída de 12, 13 mil pessoas já em janeiro de 2019, por um acordo sindical deles. E eu trabalhei bastante em cima disso para tentar conseguir concurso público para amenizar os problemas que lá dentro do INSS tinha, nas agências... Rodei essas agências todas, conversando com todos, a maioria dos servidores, e tentando ver como é que a gente podia compensar isso através de tecnologia. Foi quando surgiu – não foi eu que montei, foi o grupo lá que montou – o Meu INSS. Quer dizer, então eram vários trabalhos em cima dos servidores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Alexandre, o senhor já disse aqui que não foi politicamente indicado; o senhor foi indicado por político, mas tecnicamente.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse que assumiu lá a Diretoria Financeira da Infraero e depois foi para a Diretoria de Gestão de Pessoas do INSS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso aí foi... ou seja, eu saí em fevereiro e ingressei no INSS, no final de novembro de 2017, do mesmo ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E permaneceu até quando nessa diretoria no INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Até janeiro de 2019, quando eu fui convidado para assumir a Diretoria Financeira da Companhia Energética de Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me perguntar uma coisa ao senhor: nesse período em que o senhor passou no INSS, quem era o Presidente da autarquia?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Veja bem, se somar os dois períodos em que eu estive no INSS...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, só uma observação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Se o senhor me permitir, lógico.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro, claro.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Esses dois períodos em que eu estive no INSS, somando os dois, vão dar três anos como diretor. Eu passei por sete presidentes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Quer dizer, eu entrei com um presidente que estava saindo, não lembro o nome dele agora, ele era um Deputado, ia concorrer a Deputado Federal pelo Nordeste. Depois entrou uma pessoa do STJ, e depois entrou o Edison Garcia, que depois foi ser Presidente da CEB, e foi ele que me convidou para assumir a CEB, para ir com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, só para a gente retomar isso, que é importante. Em 2017, quando o senhor assumiu o INSS, o senhor falou que tinha um presidente. O senhor recorda o nome dele?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Agora não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele era candidato – se não me engano – a Deputado Federal por... Agora não sei nem... não lembro nem o estado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, Senhor. O senhor recorda quem era essa pessoa que o senhor citou como do STJ? Achei até interessante o senhor dizer do STJ, por quê?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É porque ele era servidor, se não me engano.

Se pegar aqui os ex-Presidentes do INSS, vai ter os nomes deles todos aí, que eu...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas de cabeça o senhor não se recorda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não vou lembrar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, quando assumiu a primeira vez o INSS, o senhor conseguiu perceber se a autarquia estava sob a responsabilidade de algum partido político?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com os outros diretores indicados, o senhor não conseguiu fazer essa distinção?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, tinha outros diretores que foram também indicados pela Liderança do Governo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O senhor se recorda de quem era o Diretor de Benefícios, ou quais eram, ou quais foram os diretores de benefícios nessa primeira época que o senhor assumiu a Diretoria de Gestão?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não... Com certeza, eu não consigo falar, mas eu conheci, lógico, porque trabalhei com eles. Eu não lembro o nome de quem era o Diretor de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, nessa época, o senhor conheceu a figura do Sr. Virgílio Antônio?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O Virgílio, eu o conheci na Previc. E depois, foi depois dessa, dessa...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dessa sua primeira passagem.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, ou foi durante. Eu não lembro, mas o Virgílio era Procurador da Previc, e, como eu atuava muito no mercado financeiro, eu tinha sempre, eu estava atento aos atos lá da Previc, que era o...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. André Fidelis, o senhor chegou a conhecê-lo na primeira passagem pelo INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Conheci. Ele era Superintendente daqui de Brasília, do Centro-Oeste.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Superintendente?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Superintendente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quê?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Da Região Centro-Oeste. No INSS, se eu não me engano, são cinco superintendências. Ele era o Superintendente aqui do Centro-Oeste, Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quem o indicou essa época...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... para ser Superintendente?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu lembro que ele trabalhou com alguns Ministros: Gabas... Acho que o... Como é o nome dele? Eu estou ruim de memória. Acho que Garibaldi. Ele trabalhou com alguns ministros, mas, quando eu o conheci lá na... quando eu entrei no INSS, ele já estava como Superintendente da Região Centro-Oeste.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na época em que o senhor exerceu a primeira vez o cargo de Diretor do INSS, quem era o Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Era o Temer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Temer?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Presidente Temer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve algum relacionamento com o Presidente Temer?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nem com ele, nem com nenhum outro Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor é filiado a algum partido político?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu já fui filiado ao PFL. Aí tem que dar uma observação: é que, no mercado financeiro aqui em Brasília, me convidaram para representar o mercado financeiro da região, então me filiei ao PFL. Fui candidato a Deputado Distrital, tive quatrocentos e poucos votos. Depois eu me filiei... Teve mais dois partidos: PDT e PSDB, mas eu não fui candidato a nada. E depois saí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se filiou ao PDT?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, o PDT não. Do Gim Argello, era PTB, se eu não me engano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – PTB.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu acho que era.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu perguntei porque aqui na sua ficha de filiação não aparece esse...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, são os três.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... partido.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o último partido foi...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O PSB, quando era o Governador Rodrigo Rollemberg.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Todos vinculados aqui à...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – À região.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – À região, né?

Rapidamente aqui, o senhor falou aí sobre a Plenus.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Plenus... o senhor foi sócio-administrador. Quais as atribuições da Plenus?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Acho que era eu e um sócio: Nonato, Francisco Nonato. Nós dois exercíamos esse papel. Mas a Plenus, como a AEG Investimentos, era uma empresa de agente autônomo no mercado financeiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não sei o que é isso. O senhor pode me explicar, por favor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Posso, sim, senhor.

O agente autônomo, antigamente, era só pessoa física; eu já exerci esse papel como pessoa física há muitos anos atrás. Depois, surgiu o papel de pessoa jurídica de agente autônomo. Eu fiz a prova e consegui ser... aprovei e montei então a empresa. Primeiro foi a Plenus, depois a AEG Investimentos. Então, era intermediária financeira. É uma empresa que trabalha com intermediação financeira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E isso tinha alguma coisa a ver, isso tinha algo a ver com o sistema previdenciário?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, antes de assumir o INSS, o senhor exerceu alguma função correlata ao sistema previdenciário brasileiro?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca?

Essa Previc...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A Previc é a agência de governo que trabalha com os fundos de pensão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Também foi criada... Eu era Presidente de uma associação e até fui convidado para participar das reuniões na criação da Previc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me falou aí dessa primeira passagem; ainda quero falar sobre ela.

Qual é a sua relação com o Sr. Eliseu Padilha?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não conhece?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi Ministro?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não estive com ele. Nas reuniões, geralmente quem participava era os presidentes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E Edilson Garcia?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Edison, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para mim aqui...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Edison Garcia...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, desculpa, Edison.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... era o Presidente do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em que período?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele entrou em 2018 e saiu no início de 19; foi quando eu saí também. Eu pedi minha exoneração no início de... no mês de dezembro, e saiu depois da dele. Ele foi assumir a Diretoria, a Presidência da CEB e me convidou para assumir a Diretoria Financeira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, só recapitulando, o senhor assumiu a Diretoria de Gestão, por indicação do então Deputado André Moura, no Governo Michel Temer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e saiu, a pedido, no início de 2019, mas tinha pedido a exoneração, isso já no Governo Bolsonaro, no final de 2018, não é isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o senhor já disse aqui que foi para essa companhia energética, ou conselho, não sei. E aí vem o senhor e retorna para a Diretoria do INSS. Qual o ano, qual o Governo, a convite de quem?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tá. Só quero antes esclarecer também que uma nomeação não tem nada a ver com a outra; ou seja, fui embora do INSS, vida nova na companhia de energia, depois fui para a Investco, depois voltei também com o mesmo... do mesmo jeito. Eu espalhei os currículos, me convidaram, eu tive uma reunião...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Reunião com quem?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi com o Deputado... Como é que é? Euclydes Pettersen, PSC.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo. O Deputado Euclydes Petterson... Petterson, é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Pettersen.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pettersen.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Pettersen.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Deputado Euclydes Pettersen, de qual partido?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – PSC; na época, pelo menos, era.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, o senhor está me dizendo que, em 2017, assumiu a Diretoria de Gestão de Pessoas através do Sr. André Moura, que era do PSC. Agora, em 2021, o senhor volta e tem uma reunião com outro Deputado do PSC. Como é que o Deputado do PSC Euclydes encontrou o senhor também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Através do currículo também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sendo muito sincero, sabe, Sr. Alexandre, o Brasil tem milhares de pessoas capacitadas com currículos impressionantes. Que uma vez o nome do senhor tenha chegado pelo currículo, eu acho bem provável. Agora, da segunda vez também, com outra pessoa, do mesmo partido, o nome do senhor chegar através de currículo... Aí eu vou dizer, já dá para tirar na loteria, porque eu acho muita coincidência.

Aí eu queria saber isso. Esse Deputado foi quem convidou o senhor para o encontro?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E ele disse ao senhor em quais circunstâncias chegou ao nome do senhor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ora, como eu disse anteriormente, ele só pode ter chegado através do meu currículo, que chegou à mão dele. E, como eu tinha já uma experiência como Diretor de Gestão de Pessoas lá do INSS, eu acho que deve ter facilitado a minha ida para a Diretoria de Governança.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse que, com o Sr. André Moura, o senhor não teve nenhuma conversa antecipada...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, com o Sr. Euclydes o senhor já teve essa conversa. Como é que funciona uma conversa com um Parlamentar que vai indicar um técnico para uma diretoria tão importante? Qual é o tipo de diálogo que é feito?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi uma conversa simples e rápida que tive com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer como foi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele falou: "O seu currículo chegou à minha mão e tem um cargo lá de Diretoria de Governança. Você está interessado em ocupá-lo? Você já foi lá de Gestão de Pessoas".

E outra coisa: a Diretoria de Governança estava começando. Quando eu entrei lá na diretoria, eu tinha... Para a diretoria toda, nós estamos falando de um titanic que é o INSS. Então, eu tinha quatro servidores para trabalhar comigo, para montar toda uma área de governança, um sistema de governança, que isso aí não é de uma hora para a outra. E dentro do mercado de capitais, como analista de mercado de capitais, eu cobrava muito governança das empresas de que a gente fazia análise para investimentos. Então, isso aí já era um cotidiano nosso, dentro da profissão de analista de investimentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos chegar a esse ponto.

Uma coisa que eu esqueci de perguntar ao senhor: o senhor é funcionário de carreira?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, o senhor não é funcionário de carreira?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, eu sempre trabalhei na área privada. Só em 2017, quando eu fui para a Infraero, que eu comecei a assumir aquela diretoria que foi para a área pública, mas sempre privado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Privado, né? Então, o senhor não é funcionário de carreira.

Sr. Alexandre, aí o senhor assume... Antes de a gente adentrar nesse tópico, aqui há uma discussão muito grande de que em determinada época houve um desmonte do funcionalismo do INSS e esse desmonte também ocasionou a ausência de pessoal para fazer fiscalização de acordos de cooperação técnica.

O senhor falou uma coisa interessante, e eu queria entender. O senhor disse que tinha 32 ou 34 mil, e foi para não sei quantos funcionários. Por que aconteceu isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi um acordo junto com o sindicato, um acordo com os servidores; eles estavam pretendendo um percentual de recebimento, e na época foi acordado que dividiria em três vezes, receberiam em três parcelas. Só depois de receber... Então, o servidor, não pediria demissão até receber a terceira parcela. Isso aí foi acumulativo e, quando chegou em janeiro de 19, quando eu já estava saindo, já tinha uma previsão da saída dessas 12 mil, 13 mil pessoas do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E esse acordo foi feito em qual governo?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Agora o senhor... Eu fiquei na dúvida se esse acordo... Eu acho que foi antes do Temer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Antes do Temer.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Esse acordo, eu acho, já vinha sendo trabalhado antes do Presidente Temer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não recorda em que ano esse acordo começou a ser...?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não, não lembro. Eu não fazia parte da companhia, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Então, quando eu entrei, o processo já estava encaminhado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, só para a gente esclarecer isso.

Eu vou voltar a falar do Deputado Euclydes, porque aqui, inclusive, esta CPMI está devendo, e vou fazer esse pedido, Sr. Presidente, para que a gente possa tomar o depoimento do Senador Weverton Rocha e pedir o depoimento do Deputado Euclydes também. Eu acho que aqui a gente está na hora de esclarecer alguns pontos.

E eu falo especificamente do Deputado Euclydes, que eu não conhecia, mas houve um repasse de recursos para o ITT, ligado à Conafer. E nessa investigação foi vista uma negociação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre uma aeronave que era do Deputado Euclydes, foi repassada para alguém ligado ao ITT (Instituto Terra e Trabalho), também ligado à Conafer. E nessa mistura eu fiquei sem entender como é que essa aeronave foi negociada, depois voltou ao Deputado, depois foi negociada de novo.

Espero que também não haja nenhuma blindagem, porque isso é bom para o Deputado e será bom também para o Senador esses esclarecimentos. Assim como será muito importante a vinda do Sr. Paulo Boudens, a vinda da Sra. Daniela Fonteles e a vinda do Sr. Gustavo Gaspar. Afinal de contas, aqui a gente não pode ter blindagem, fica muito feio essa blindagem. Vou tocar sempre nesse ponto para ninguém posar de paladino da moralidade... para não posar de paladino da moralidade nem a gente proteger ninguém.

Então, o Deputado Euclydes tem essa negociação da aeronave que exige uma explicação. E agora o senhor está vindo depor, dizendo que foi indicado para a diretoria no ano de 2021, após uma conversa com esse Deputado. Mais algum Parlamentar conversou com o senhor sobre essa indicação?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não. E depois que eu assumi, inclusive, tivemos uma reunião lá na Secretaria de Previdência com, acho que, na época, era Bruno Bianco, com o Presidente do INSS e falando sobre a diretoria que eu tinha assumido e...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era o Presidente do INSS nessa época?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Em 2021, nessa época era o... Esse que eu estava querendo lembrar o nome aqui, que saiu logo em seguida, antes do Edison Garcia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor falou que a Diretoria de Gestão de Pessoas só tinha quatro funcionários, tinha sido recentemente criada. Uma pergunta bem objetiva, Sr. Alexandre... Antes eu queria até fazer uma pergunta: o senhor pediu *habeas corpus* para vir a esta Comissão?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu quero lhe dar os parabéns. Eu acho que, quando a gente exerce uma função pública e tem que prestar contas do exercício dessa função pública, precisa primeiro ter coragem e lealdade ao país. O fato de não ter pedido *habeas corpus* vai lhe dar ainda um tratamento mais respeitoso, porque a relatoria não vai se aproveitar deste momento para poder tomar qualquer medida de força em relação ao senhor. Eu acho uma covardia institucional exercer um cargo público e vir amparado por *habeas corpus*.

Então, quando o senhor foi Diretor de Gestão de Pessoas – o senhor com a longa jornada em instituições financeiras ou correlatas –, o senhor tomou conhecimento em algum momento sobre a questão de desconto associativo de entidades ou sindicatos?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Aí o senhor vem para 2021.

Coloca ali, por favor. (*Pausa.*)

O senhor conheceu uma pessoa chamada Antônio Carlos Camilo Antunes, Careca do INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bota aquela foto na mesa lá, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, pelo amor de Deus! Aí não tem como! Essa é uma das fotos mais famosas. O senhor se encontra aqui nessa foto?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah é, o senhor está aqui. Deixe-me lhe dizer. Aqui tem personagens importantíssimos. Mas tem um importantíssimo, porque não deveria estar nessa foto. Essa foto foi em 13 de janeiro, na reunião com o atual Ministro Wolney Queiroz. Aqui está quem não deveria.

Antes desta reunião, o senhor já conhecia essa figura aqui, Careca do INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer o que tantos personagens, que eram da área pública ou que são ainda, estavam fazendo na reunião do ministério junto com esse que está denominado como líder de organização criminosa?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Bem, esta reunião já tinha começado e ele chegou após a... Já no meio da reunião.

A reunião foi muito rápida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Mas o senhor pode... O senhor disse uma coisa que ninguém tinha dito até agora. A reunião já tinha começado e quem chegou depois foi esse senhor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, ele com a pessoa que está do lado dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe quem é essa pessoa que está ao lado dele?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo. E quem convidou essas duas figuras para sentar a essa mesa?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu fui chamado – até foi informalmente – para conhecer... porque eu acho que nessa data não estava definido quem seria o ministro. Eu acho que seria ele, o Deputado Wolney. Então, eu não sei se estava definido quem seria o ministro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Sim, senhor.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – E nós fomos aí para nos apresentarmos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, essa foi uma reunião de apresentação ao...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ao Wolney.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... possível ministro?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso.

Eu não sei se ele já era... eu estou aqui... Depois veio o Lupi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o objetivo da...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nós nos conhecermos, nos apresentarmos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor se sentou nessa mesa aqui, sem a presença do Careca, o senhor já conhecia todos os outros personagens?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Os servidores do INSS, sim, os outros, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas o senhor já conhecia o Virgílio?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Já conhecia o Virgílio, conhecia o Brito, o Marcos de Brito, o André Fidelis e o Rogério.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Aí, qual foi o momento que essas duas figuras chegaram?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, como eu falei anteriormente, a reunião foi rápida, mas ele chegou alguns minutos depois, dez minutos. E se sentaram, se cumprimentaram...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas deixe-me dizer uma coisa para o senhor...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... e foi tirada a foto logo em seguida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me dizer uma coisa...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu nem sabia dessa foto, não me lembrava mais, ou seja, eu soube aqui – né? – na CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas aqui ninguém se senta nessa mesa, estou dando um exemplo, de condução dos trabalhos que não seja alguém convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu convidei o Caveira para sentar aí. (*Risos.*) Mas, para eu não dizer que só se senta aqui se o ministro que estaria na posição do Presidente da... Alguém convidou.

Dessa reunião, primeira pergunta: foi o senhor quem convidou Careca do INSS e Leandro Fonseca para se sentarem à mesa?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, quem foi?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não lembro quem foi que chamou, ou seja, que convidou, mas eu sei que essa pessoa que está do lado do Antônio... Eu acho que ele trabalhava com o pai do Wolney.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – E chegaram depois; eles estavam no ministério. Mas a nossa reunião aí, ou seja, foi uma reunião rápida para nos apresentarmos. Agora, quem chamou eu não sei se foi algum dos servidores ou dos colegas meus lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa foto é bem simbólica: uma reunião de apresentação de trabalho, sentado à mesa do Ministro atual da Previdência, um criminoso que lidera o roubo aos aposentados e pensionistas.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não foi uma reunião de trabalho; foi nos apresentarmos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pior, de apresentação.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A gente não foi para apresentar um trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não deixa de ser uma reunião de trabalho.

Aí volta aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volta para o gráfico anterior.

Aí vamos para cá.

Qual a sua relação com o Careca do INSS? Essa é a pergunta mais importante.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tá. Eu conheci o Antônio... Me convidaram para ir lá à distribuidora da QI 15 – quem é de Brasília conhece.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – O que é isso? Eu não sei.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É um bar, é um bar, tá? E o Antônio estava lá, e foi quando nós nos conhecemos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em que ano foi isso e quem o convidou?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu já estava como Diretor de Governança. Foi no início de 22, se eu não me engano, ou final de 21; foi por aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem o convidou? Porque é o principal. A gente quer saber quem o convidou.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, mas foram amigos em comum, ou seja, que não têm nada a ver com o INSS e não têm nada a ver com isso tudo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei, mas...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Porque o assunto depois, Deputado, que correu é que eles queriam... O Antônio estava com um projeto de importação de frutas para a China. E eles queriam financiar esse transporte.

Então, eles me chamaram lá – quem me conhecia –, para nós tentarmos fazer um trabalho de estruturação de um ativo financeiro que coubesse ali; só que isso aí não foi adiante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Alexandre, eu tenho a maior vontade de acreditar no que o senhor está falando, mas o senhor, como Diretor do INSS, que foi assaltado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Sr. Camilo, o senhor disse que foi chamado para um bar ou para um encontro e lá tratar de importação e exportação de frutas. Não é isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu fui lá, inicialmente, para tomar uma cerveja com meus amigos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hã?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – E lá eu encontrei o Antônio, e a conversa... Eu até não... Foi para esse lado. Eu falei que ia estudar, e, se tivesse informações necessárias para que a gente pudesse estruturar um papel desse, a gente iria adiante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixa eu lhe perguntar: nessa conversa, o senhor foi apresentado como Diretor de Governança do INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu fui apresentado como um operador de mercado, um analista de mercado. O Alexandre tem muitos anos de mercado, porque é desde 81, muita gente me conhece, e fui Presidente da associação por cinco mandatos eletivos.

Então, eu tinha um conhecimento muito grande do mercado de capitais e financeiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, depois dessa conversa com Antônio Carlos Camilo, poderia me dizer, na verdade, qual foi o ponto, qual foi a pessoa que, mesmo para tratar de outra coisa, convidou o senhor e o Antônio Carlos para isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi um amigo que não tem nada a ver. Vou falar o nome dele aqui, vai parecer que... Eu vou acabar é botando ele no meio, porque ele não tem... São amigos pessoais que não têm nada a ver com o assunto da CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu até entendo, mas o senhor, por exemplo...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas eu prefiro... Não sei, eu prefiro não falar para não prejudicá-lo, porque não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É um direito do senhor. O senhor está sem *habeas corpus* aqui, o senhor responde aquilo que o senhor achar que não vai comprometê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui a gente não vai ter tratamento diferente, quem pode mais, quem pode menos, não. Vamos estabelecer como se com *habeas corpus* o senhor estivesse, doutor, pela coragem de vir aqui sem um *habeas corpus* preventivo.

Qual foi a outra vez que o senhor se encontrou com o Sr. Careca do INSS? O senhor já disse que o conheceu nessa circunstância.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, eu encontrei com ele outra vez lá no Gilberto Salomão, lá na Catedral. Não foi nada marcado, foi quando eu soube que ele tinha um produto, que era um *app*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso foi em que ano?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Início de 22, meio de 22, não lembro a data. Foi aí que... Eu queria só fazer uma observação, que, 2012, 2013, apesar de a minha empresa, a AEG Investimentos, estar aberta, os negócios... A gente fala no mercado que micaram, pararam. Eu fiquei de 2013 a 2017 sobrevivendo de venda de patrimônio. Então, foi quando eu fui mais aceitar... Na época, eu falei: "Não quero nunca trabalhar em governo", mas hoje eu estou... Eu estava certo. Então, eu fui mais pela... ADS? Como é que é o nome do salário lá da Comissão? ADS, GD? Como é que é?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – DAS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – DAS. Pelo DAS, porque era um DAS 5. Então, em vez de... Foi aí que eu fui.

Mas a pergunta do senhor... Depois aí, no Antônio, nós conversamos, nos sentamos a uma mesa, e foi quando ele me apresentou que tinha um *app* e que tinha diversos benefícios a serem ofertados para clientes dele, e não tinha também... Eu até vi que ele não tinha nada de educação financeira. E, na época de 2022, que foi quando eu voltei a falar e ofereci – já passando o segundo semestre de 22 –, eu não vislumbrava que eu ia continuar na diretoria. Foi quando eu ofereci para ele: "Eu posso produzir assunto de mercado, de educação financeira", e foi aí que a coisa começou a andar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer em que época o senhor começou a tratar de negócios, como o senhor está dizendo aí, com o Sr. Antônio Carlos?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi logo... A empresa que eu montei...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei, mas só o mês aproximado.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi segundo semestre, perto das eleições, ou seja...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, era isso que eu queria saber.

Para tratar de negócios com o Sr. Careca do INSS, o senhor fez no segundo semestre de 22...?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu fiz o contrato com ele em janeiro de 23...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem, mas...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... porque eu já sabia que ia sair, mas a empresa foi montada em novembro de 22.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas começou a tratar negócios com ele ainda em 22?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ainda em 22.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

E por quê? Isso é crime? Não, não é crime, mas começa a ficar escandaloso quando se descobre que esse elemento utilizou a estrutura do INSS, cooptando servidores públicos, e montaram uma estrutura criminosa que desviou bilhões de reais de aposentados e pensionistas.

Aí por que o senhor está aqui? Depois a gente fala um pouco sobre esse gráfico. Porque o senhor aqui, Alexandre Guimarães, Diretor por duas vezes por indicação política, apesar do currículo técnico, no INSS, está no centro e no momento em que essas associações conseguem retirar bilhões de reais do INSS, e se descobre pela CGU e se descobre pela Polícia Federal que isso era dinheiro roubado dos aposentados. "Sim, Alfredo, mas estava na Diretoria de Governança." A gente chega já lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o papel da Diretoria de Governança? É garantir a integridade do sistema no INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Também.

E como é...

Bota o gráfico aqui, por favor; o outro gráfico.

Pronto.

O outro.

Como o senhor está no INSS em 2017, 2018, eu perguntei: "E sobre desconto associativo?". O senhor disse: "Eu nunca tive conhecimento nesse período".

Aí o senhor volta aqui, 21 para o início de 23. Então, o senhor foi gestão Temer, dois anos; gestão Bolsonaro, dois anos; Lula, alguns meses. Mas deixe-me lhe dizer: o senhor pegou um gráfico que, depois de 22, a partir de 22, deu uma exponencial alavancada.

Volta para aquele outro gráfico.

Ali é de descontos, e aqui é de reclamações – de reclamações.

A Ouvidoria foi criada quando?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A...?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Ouvidoria.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A Ouvidoria sempre existiu onde o INSS estava vinculado. Então, mudava de ministério, a Ouvidoria antes. Nós levamos a Ouvidoria para dentro do INSS em 22.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, "bora" falar da Ouvidoria em 2022. A Ouvidoria saiu de 745 reclamações para 1.556, em 21; depois, quase dobrou em 22; depois, quase dobrou de novo em 23; e, depois, quase dobrou de novo em 24.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor estava na Ouvidoria em 2022, como chefe, e o senhor também estava nesse período inicial da Ouvidoria. A Ouvidoria estava sob a sua responsabilidade?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A Ouvidoria é mais independente. Ela estava dentro da Diretoria de Governança, mas ela tinha uma independência, ou seja, as reclamações chegavam, nós não resolvíamos, mandávamos direto para a diretoria responsável para respondê-las.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe pergunto: o senhor nunca fez reunião com a Ouvidoria?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sempre.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sempre.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mensalmente, pelo menos, fazíamos reunião não só com a Ouvidoria, como com todas as coordenações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor tem um currículo extenso aí – capacidade –, o senhor tem conhecimento de sistema de integridade, de tudo isso. Essa alta de reclamações aqui não chamou a atenção do senhor, não?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Veja bem, quando nós levamos a Ouvidoria lá para o INSS, facilitou nós recebermos reclamações. Aí está a explicação do aumento, mas isso aí foi um trabalho bastante exaustivo para conseguir levar a Ouvidoria para dentro do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a pergunta foi: isso não lhe chamou a atenção, não?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Todas as reclamações chamam a atenção.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe... O senhor sabe dizer quais foram as providências adotadas pela sua diretoria em relação a essas reclamações?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nós não fazíamos, ou seja, não resolvíamos os problemas. Nosso papel era transmitir à diretoria responsável por reclamações para que isso fosse resolvido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que diretoria era essa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Dependendo da reclamação, se fosse pessoal...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que diretoria... Que diretoria era essa?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Como assim?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para qual diretoria o senhor transmitia isso aqui?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A Ouvidoria estava na Diretoria de Governança.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Chegando a reclamação, se fosse de benefício, ia para benefício. Se fosse pessoal, ia para pessoal. Se fosse tecnologia, ia para tecnologia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nós enviávamos para onde era a responsabilidade para ser respondido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta, então, é bem simples: a Ouvidoria, sob responsabilidade da sua diretoria, enviava cada uma dessas reclamações às diretorias responsáveis?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cobrava a Ouvidoria...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Cobrava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... também a solução?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Cobrávamos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe qual o índice de resolução desses...?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Agora eu não sei te responder, aí tem que pegar à época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conversou com algum diretor do INSS, Presidente do INSS ou Ministro de Previdência Social sobre essas reclamações?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Deputado, eu saí em início de 23.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O senhor está indicando...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou falando...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... ali...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu indiquei errado, eu estou falando 2022.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ah, está o.k.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conversou com alguém relacionado ao sistema de previdência sobre esse aumento de número de reclamações?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Como com a Ouvidoria ficou mais fácil o cidadão fazer as reclamações dele, porque tinha uma Ouvidoria dentro do INSS... Porque, antes, faziam reclamação para o ministério, às vezes não tinha pessoal adequado, não tinha pessoal em quantitativo adequado, e acabava que as reclamações não chegavam na totalidade para a gente.

Quando houve esse crescimento aí, você vê que é por causa de a Ouvidoria estar dentro do INSS, e nós botamos uma equipe, contratamos mais de 50 estagiários ou iniciantes para poderem nos ajudar com isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor está querendo dizer que botou a Ouvidoria para funcionar, é isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está tudo bem, mas as reclamações chegaram. O senhor tratou isso aqui com alguma outra autoridade?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Todas essas reclamações, nós fazíamos um relatório – nós, eu digo, a Ouvidoria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... porque tinha um responsável lá pela Ouvidoria. Ela era quase como se fosse independente. A Ouvidoria, ninguém...

Inclusive, tinha uma portaria lá, em que nós isolávamos a Ouvidoria, que as pessoas não podiam entrar, só quem trabalhasse na Ouvidoria. Quer dizer...

Então, esse aumento aí se deu até por nós trazermos a Ouvidoria para dentro do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou entendendo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Então, nós mandávamos o relatório. Sempre foram enviados para...

Agora, quando não tinha um retorno...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... que atendesse aos objetivos... A gente estava sempre falando: "Olha, está tendo um aumento aqui, está tendo um aumento ali...".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda, nesses relatórios, quais eram as entidades associativas ou sindicatos mais citados?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, senhor. E a Diretoria de Governança não tem ingerência nenhuma em relação a essas associações e sindicatos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quais bancos foram citados com reclamação dos consignados?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A reclamação dos consignados... Nós fazíamos reuniões direto, quando tinha algum... Sobre taxa de juros, sobre... A gente fazia reuniões direto com todos, não um apenas, mas nós tínhamos, na época, uma relação.

Se eu for responder ao senhor agora, eu não sei. Tem que ir atrás lá, ver qual era a relação de quem tinha maior reclamação para estar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou lhe pedir dois favores: para o senhor fazer chegar a esta Comissão os relatórios de 19... Não: de 22, quando foi criada a Ouvidoria, a 23, quando o senhor saiu.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tá.

Eu não sou do INSS...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... eu não sou servidor. Então, eu posso, lógico, fazer o pedido, lá, para quem está na diretoria hoje...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... enviar para a Comissão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço. E que isso inclua também... Porque isso aqui é dividido em quê? Reclamação, denúncia ou o quê?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ah, tem de tudo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas os três principais?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ah, eu não, não vou chutar aqui agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Então, que o senhor possa, de 22 a 23, até quando o senhor ficou, fazer esse pedido, porque o senhor sabe exatamente o que vai pedir.

Agora, vamos voltar pra cá, pra gente adiantar isso aqui e dizer, especificamente, onde pesa a suspeição sobre o senhor.

Volta lá para aquele gráfico. (*Pausa.*) Volta lá.

O outro.

Esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me dizer: por que o senhor está sob suspeição? O senhor disse que sentou com o Careca do INSS e que trataram de negócios a respeito de aplicativo e que o senhor estava para sair do INSS. E me aparece, nesse cruzamento de dados, 85 mil da Prospect, que é uma empresa lavanderia do Careca do INSS, e me aparece para o senhor R$85 mil.

"Ah, Alfredo, é pouco." Aqui a gente pouco importa se está tratando tostão ou milhão. A questão aqui é o relacionamento do senhor, pessoa física, com pessoa jurídica, que é a Prospect.

Isso foi em 2023, no início de 23.

Depois me aparece, para essa mesma empresa do Careca do INSS um envio de R$228.025 mil para a Vênus, e o senhor é sócio da Vênus.

Depois me aparece mais de 2 milhões de reais da Curitiba ou da Prospect, não me recordo, direcionada a Vênus, de que o senhor é sócio.

Daqui a pouco, o senhor explica. Eu estou fazendo logo o contexto geral.

Depois, eu descubro que a Vênus tem como sócio Rubens Oliveira Costa, que é tratado como operador financeiro, entregador de mala de propina de quem? Do Sr. Antônio Carlos Antunes.

Depois, eu descubro que o contador das empresas de Careca – olha só... – é também contador da sua empresa Vênus.

Depois, descobre-se que o filho do contador, que é da Vênus, da Brasília, da Voga e de outras empresas do sistema, foi empregado no gabinete do Senador Weverton Rocha, o filho do Alexandre Caetano.

Agora me diga: depois... O senhor está dizendo que eu não sabia que a sua indicação para a Diretoria do INSS partiu de um Deputado de que a gente quer saber essa questão do avião. No meio disso tudo aqui, está o senhor recebendo aproximadamente 2,5 milhões, ou pessoa física ou pessoa jurídica, pela Vênus.

Então, a primeira pergunta que eu faço ao senhor, por etapa: por que o senhor criou a Vênus com um operador financeiro de uma estrutura criminosa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tá.

A Vênus foi criada para atender àquele APP para fornecer, ou seja, produzir material sobre educação financeira, em relação à empresa que o Antônio tinha.

Quando fui montar a empresa, eu falei com ele: "Eu não tenho... Eu tenho que ir atrás de contador, de...". Ele falou que acabou resolvendo. E eu fui, conheci o Rubens.

O Rubens não é sócio da Vênus. O Rubens é contratado. Ele é o administrador, gestor da empresa. Quer dizer, então, como eu tenho aqui, nós fizemos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então me desculpe, vou retificar: como administrador da Vênus, que foi fundada pelo senhor.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Justamente que o Antônio, ou seja, indicou o Rubens para que abrisse a empresa. Foi o Rubens que me ajudou. Ele que fez toda a tratativa de abertura da empresa, e nós fizemos depois o contrato.

Então... E outra... Eu posso ir respondendo, ou o senhor vai...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, eu queria ir perguntando e o senhor respondendo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Então, vamos embora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu perguntei aqui, primeiro, por que o Rubens entrou nessa história na Vênus, que o senhor criou?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi indicação do Antônio...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... para que ele me ajudasse a abrir a empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, já está esclarecida a primeira. Rubens, operador financeiro da organização criminosa, também foi indicado para a Vênus pelo Sr. Careca.

Agora, vamos para a segunda pergunta: R$85 mil pessoa física do senhor recebeu da Prospect, que por ela passou milhões de reais de dinheiro roubado de aposentado e pensionista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual foi o serviço prestado à Prospect, em pessoa física, para o senhor receber R$85 mil?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Vamos lá.

O Antônio também tinha uma empresa de carro. E, nessa época do Tiggo, eu estava querendo trocar de carro. Então, foi vendido... Eu tenho aqui o recibo – recibo ou aquele documento... – do recebimento da venda do carro, porque eu fui lá vender, na concessionária, eles me deram R$80 mil.

Eu comentei com o Rúbio, ele falou "eu te compro, R$85 mil". Só que era pessoa física. Ele tinha que me pagar através da pessoa física.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda o nome da loja de carro do Seu Careca?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O senhor recorda onde ela ficava?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu acho que era São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – São Paulo.

E o carro do senhor estava em São Paulo?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, o carro estava comigo. Era um Tiggo 7.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor vendeu o Tiggo 7, o Tiggo 7, por R$85 mil para o Seu Antônio.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Para Brasília Consultoria. Foi quem pagou. Eu tenho aqui o recibo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

Aí, deixe-me lhe dizer... E a Brasília Consultoria mexia com carro?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não. Ele só fez o pagamento pra mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe como que...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – De onde que veio? Aqui, ó: Brasília Consultoria Empresarial. Está aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor comprou... O senhor comprou esse carro zero?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Comprei zero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E esse carro tinha quantos anos de uso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Poucos. Eu, eu, eu... Isso aí foi através de um recebimento de seguro, porque eu tinha um Jeep Compass, deu perda total num acidente que eu, que eu tive, e o seguro eu comprei o Tiggo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O Tiggo tinha, acho que dois anos, um ano e pouco, dois anos de uso. Acho que era dois anos de uso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E me diga uma coisa... E tinha quantos quilômetros? Só para eu ver se estava muito usado...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, meus carros não ficam muito...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí lhe pergunto: o senhor se recorda...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... 40 mil, quarenta e poucos mil, 50 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda quanto o senhor pagou nesse Tiggo 7?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele foi muito desvalorizado. Eu paguei cento e vinte e poucos mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só...

Rapaz, o senhor está destruindo a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O Tiggo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... a indústria do Tiggo, que eu não sei nem qual é.

Acho que é Chery, né?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É. Isso aí. Até eu me assustei também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo amor de Deus. O senhor vendeu um carro... O senhor vendeu um carro que o senhor comprou de quase R$130 mil por R$85 mil, dois anos depois. Não, não recomendo.

Mas, o senhor sabe, o senhor sabe o que é que foi feito desse veículo pelo Sr. Careca?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí deixe-me contar outra história para o senhor.

Chegou aqui uma senhora, chegou uma senhora aqui depondo, eu acho que foi na última reunião. O Careca liberou um carro para ela, não sei nem que carro foi, se foi uma BMW, se foi uma Volvo... Foi uma Volvo. Depois foi vendido outro carro para o Careca...

Esse Antônio Carlos gosta muito de comprar, de comprar carro e ceder carro. Agora está explicado porque R$85 mil, na perspectiva do senhor, para... Foi o Tiggo.

Eu não recomendo mais, depois dessa informação, a compra de Tiggo.

Aí, essa... Ah, vou tomar processo, mas é a verdade, né? Desvalorização dessa não é justa.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Hein, Deputado, era o mercado, tá? Eu fui à concessionária tentar vender, eles me deram bem abaixo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha aí.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... e eu comentei com o Antônio, ele falou: "Eu te compro". E me paga R$85 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi em dois mil e...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É um Tiggo 7. Não sei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Careca pagou 5 mil a mais porque o Careca dá, dá carro de luxo para os outros usarem, imagine pagar 5 mil a mais...

Aí, essa mesma empresa, essa mesma empresa...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Aqui no documento está 83, mas foi 85 mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O ano do carro? Foram dois anos de comprado.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – 21.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 21.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – E vendi no 23.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vendeu em 23.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Dois anos e pouco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Aí, a Prospect também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Prospect também, 225 mil para Vênus. O que foi esse serviço?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Vamos lá. Eu estou aqui, ou seja, tem 336 serviços prestados desde janeiro de 22 até maio desse ano para a Brasília Consultoria. Meu contrato era com Brasília Consultoria. E esse serviço foi todo prestado... Foram 336, no mínimo, nesse período. E eu tenho tudo registrado com as datas respectivas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu faço outra pergunta, então: como é que o senhor...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Esses 200... Viu...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... como é que o senhor tem a prestação pela Brasília e recebe pela Prospect?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Pois é. Tem que ver por que ele me pagou, mas foi o grupo que me pagou. Meu contrato aqui está como Brasília. E esses 200 e pouco, Deputado, são referentes ao período que eu estava como Diretor de Governança, que foi janeiro, fevereiro e março. Só que eu recebi... Eu comecei a prestar serviço em janeiro e eu só recebi a primeira parcela em fevereiro. Então, isso aí corresponde a fevereiro e março.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu ia chegar a esse ponto. Primeiro, o senhor disse que prestou serviço à Brasília, foi pago pela Prospect. Tem que perguntar é ao Careca do INSS por que ele pagou pela Prospect.

Segundo, esse recurso aqui... O senhor estava como Diretor de Governança do INSS. Eu não tenho dúvida nenhuma da imoralidade... não do senhor; estou falando da situação. O senhor está transacionando com o chefe de uma organização criminosa que vem saqueando o INSS.

Aí eu lhe pergunto: qual foi esse serviço aqui nesses três meses?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O serviço foi continuado, só terminou em maio de 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas eu queria saber qual foi...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Em maio de 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi esse serviço?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Educação financeira, eu fazia duas inserções semanais e passei a 16 por mês. Eu comecei com oito e depois cheguei a 16, 17. Quase todo dia eu passava um material em relação à educação financeira e...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era o destinatário disso? Eram os aposentados e pensionistas?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A empresa contratada, a Brasília Consultoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o destinatário final desse programa?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O meu contrato era com a Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – E outra coisa: no contrato, ele estava livre para fazer a distribuição desse material para quem quisesse.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo.

Olhe, eu não vou me adentrar mais nesse emaranhado aí, mas eu vou dizer ao senhor o seguinte: o senhor virou Diretor do INSS por uma indicação política. Depois, o senhor fez uma empresa que o administrador é o operador financeiro do chefe da organização criminosa. Depois, o senhor recebeu por volta de 2 milhões e meio do sistema aí desse conglomerado de empresas que saquearam os aposentados e os pensionistas. E o senhor está dizendo que o senhor fez tutorial, pelo que eu entendi, de educação financeira. Eu...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Formação de conteúdo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... de educação financeira e segurança.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Eu, Alfredo, não estou acreditando nessa versão. O que eu estou vendo aqui é uma corrupção enviesada. O que eu estou vendo aqui é um vínculo que não deveria ter existido entre um Diretor do INSS e um chefe de organização criminosa. Mas o senhor não está aqui com *habeas*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

corpus, não vou me aproveitar dessa situação, mas, infelizmente, me parece que o senhor foi cooptado também pelo Sr. Careca do INSS. Se foi ou não, o senhor juridicamente vai ter a oportunidade de provar.

Essas notas fiscais, nós já a vimos em outras oportunidades, e elas eram ideologicamente falsas – ideologicamente falsas –, fabricadas para justificar recurso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Permita-me apenas uma pequena interrupção até, Sr. Alexandre.

Um outro ponto também que seria interessante o Sr. Alexandre esclarecer, dentro de toda a colocação que foi feita: um homem com a experiência dele, com o currículo que ele tem, com toda uma trajetória, inclusive por empresas internacionais, pelo sistema financeiro, qual a explicação para que o Sr. Antônio Carlos Camilo colocasse o Sr. Rubens Oliveira Costa para ajudar a abrir uma empresa? Um homem que...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tá. É, o senhor falou em notas fiscais falsas, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu estou dizendo que tem chegado aqui muita nota fiscal ideologicamente falsa.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tá. Eu, eu posso estar... Hein?

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA (*Fora do microfone*.) – O que não é necessariamente o caso.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tá, exatamente, não é o caso da Vênus. Eu tenho todas as notas fiscais e os serviços prestados, 300; como eu falei anteriormente, 333 serviços foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestados. Quer dizer, em dois anos e pouco de existência do contrato, a gente faz aí uma presença bastante significante junto ao nosso contratado.

O senhor perguntou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sobre... O senhor tem uma...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O Rubens...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o senhor tem uma larga experiência em...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... mercado financeiro, mercados internacionais

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas eu não sou contador...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas ali ele foi colocado como administrador da empresa, Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente. Eu não podia ser administrador, porque eu estava indo num cargo como diretor, então, a empresa foi criada, e o Rubens foi o administrador, porque eu não poderia ser o administrador. Eu teria que ser cotista, como eu fui. Então, e sabendo que eu iria sair, ou seja, não tinha mais... Eu não sou funcionário público, eu não tinha um salário depois para poder garantir o meu dia a dia. E o Rubens tem uma empresa de prestação de consultoria...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... E eu indicado pelo Antônio...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bem. Sr. Alexandre, o senhor falou aí que gravou esse conteúdo. O senhor poderia mandar todo esse conteúdo...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Todos. Todos e com datas respectivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor. Mande aí e com os metadados para a gente poder...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Com metadados, exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá? Olha. Deixa eu perguntar uma coisa ao senhor – olha como está difícil de acreditar –: o senhor disse que prestou à Brasília, e não sabe por que recebeu pela Prospect. O senhor dá para...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É o mesmo grupo, não é, Deputado? É o mesmo grupo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele tinha que ser feito... O pagamento tinha que ser feito pela Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor como contador entende mais do que eu.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, eu não sou contador. Eu sou economista.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, eu entendi o senhor dizer que era contador.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, eu falei para o Presidente que eu não era contador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga uma coisa: na Brasília Consultoria o senhor encontrou uma pessoa chamada Carolina Fontinelle, irmã de Danielle Fontinelle prestando serviço?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe quem é?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Camilo Comércio e Serviços, do Sr. Antônio Carlos Camilo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... Qual a sua relação com o Sr. Alexandre Caetano dos Reis?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele é contador da Vênus, mas não o conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quem indicou ele para ser contador da Vênus?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O Rubens.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, enquanto foi Diretor do INSS ou após a sua passagem pelo INSS, o senhor recebeu, solicitou ou exigiu vantagem indevida de alguma associação ou sindicato?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Jamais, nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mesmo porque, como eu vou só confirmar aqui, na nossa diretoria nós não tínhamos ingerência em relação à Diretoria de Benefícios. Todos esses elementos que estão sendo discutidos na CPMI são em relação a benefícios, e nossa diretoria não tinha nenhuma ingerência, nunca participamos de ACT, nenhuma dessas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Reforçando, esses mais de 2 milhões recebidos pelo senhor do chefe da organização criminosa de descontos roubados de aposentado e pensionista, em algum momento, dizem respeito à vantagem indevida?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nenhuma. Eu não recebi do Sr. Antônio. Eu recebi da empresa para que eu prestava serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe pergunto outra coisa: o senhor ainda mantém relação com o Sr. Antônio Carlos Camilo através de suas empresas ou pessoa física?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Encerramos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Assim que saiu a Operação Sem Desconto, eu ainda prestei serviço em maio desse ano e depois encerrei. E pedimos, é lógico... A empresa, com a imagem negativa que estava, e meu nome também, nós optamos por encerrar a empresa e dar por...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, deixe-me fazer uma pergunta que me chamou a atenção: me diga a lista de clientes da Vênus Consultoria.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Como eu falei anteriormente, eu abri a empresa para atender a demanda da Brasília Consultoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunta...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Então, é lógico que eu estava trabalhando em diversas frentes para abrir outras possibilidades, só que agora, com essa operação, eu encerrei a empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunta mais específica: o senhor tinha algum outro cliente na Vênus Consultoria além das empresas do Sr. Careca do INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Olha só a situação em que nós estamos, está se repetindo exatamente... As empresas do Cícero Marcelino – só um exemplo – foram abertas exclusivamente para atender a Conafer; aqui foi aberto exclusivamente para atender a Brasília. O carro foi vendido, recebeu 85; o serviço prestado de tutorial financeiro e de segurança, R$2 milhões, mais duzentos e poucos mil reais.

Se a gente visse uma empresa que tinha uma lista de clientes, se não fosse um Diretor do INSS sentar com Antônio Carlos Camilo e receber isso aí, a gente poderia até discutir.

Mas, deixa eu lhe dizer: para mim, o senhor está diretamente envolvido no sistema de corrupção, mas, se o senhor não estiver, eu quero dizer que o que o senhor fez enquanto Diretor do INSS, se juntando com o Sr. Antônio Carlos Camilo e colocando um operador financeiro do esquema criminoso, é totalmente imoral. Eu espero que o senhor consiga provar, mas o senhor é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais um funcionário público do Brasil, infelizmente, mesmo em cargo comissionado, que está diretamente envolvido nesse sistema emaranhado de corrupção.

De qualquer forma, queria fazer um registro. O registro que eu faço é que o senhor teve a coragem de vir sem *habeas corpus* e, falando a verdade ou não, o senhor respondeu a todas as perguntas, e isso vai ajudar muito nossas investigações.

E o outro alerta que eu faço é que, se foi escolhido pelo currículo, muito bem; mesmo assim, está inserido no sistema. Se foi escolhido por indicação política, como foi dito, terminaram vidas aqui se encontrando: o mesmo Deputado, para deixar isso bem claro, do avião do ITT foi quem o indicou para a Diretoria do INSS. O Senador... O mesmo contador, o filho dele, das empresas criminosas, trabalhou no gabinete do Senador. Então, eu acho que está na hora de a gente adentrar na política e ter coragem de enfrentar a participação política e o esclarecimento dos fatos.

Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Na sequência das inscrições dos trabalhos desta tarde, Senador Izalci Lucas, o autor do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro cumprimento o Alexandre e o Bruno, parabenizo-o por estar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... sem o *habeas corpus*, porque uma das coisas que tem atrapalhado muito a nossa investigação aqui é exatamente o Supremo Tribunal Federal com esses *habeas corpus* que tem dado aí.

Bem, eu passei o tempo todo, Alexandre, estudando os RIFs que chegaram de você aqui. E é evidente que, a cada análise que eu lia aqui, eu ficava de certa forma indignado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que explicar isto para o Brasil, o que está acontecendo, essa ideia que surgiu dentro do INSS. Esse esquema que foi apresentado pelo Relator é muito parecido em todas as áreas. Se você pegar o Sindnapi, a Conafer, pegar a questão da Contag, os "*golden boys*" aí também, todos eles saquearam os recursos do INSS, criaram várias empresas e aí lavavam o recurso disso aí.

Eu pergunto se você tem conhecimento: esse esquema, essa forma como foi feita surgiu de dentro do INSS ou veio de fora do INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Desconheço qualquer esquema. Eu o conheci junto com a divulgação desta CPI... CPMI.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O bar que V. Sa. falou, com relação a se encontrar com o Careca, onde é que era? Vila Planalto, ou não?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu me encontrei com ele foi no Gilberto Salomão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Onde? Gilberto Salomão.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Gilberto Salomão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Como é que se chama o bar de que você falou?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Catedral.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Catedral.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Bem, a primeira vez foi na distribuidora, na QI 15, quando eu fui chamado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A distribuidora onde é que é?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Na QI 15, Lago Sul.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, eu não tenho nenhuma dúvida aqui de que, realmente, o *modus operandi* do Careca e desse grupo todo realmente foi exatamente isso: criando as empresas e repassando o recurso. E a verdade é que não foi também tomada nenhuma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação para beneficiar os aposentados, e, sim, para beneficiar os envolvidos, como o Careca do INSS. Aí vêm os repasses do Careca para a Vênus Consultoria.

Aliás, a sua empresa Vênus Consultoria foi criada com *e-mail*, inclusive, da prospectfinanceiro@prospectconsultoria.com.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O contador, ou seja, que o Rubens pediu para poder... Ele me ajudou na abertura. Ele inicialmente – nós não tínhamos ainda *e-mail* formado –, ele informou esse *e-mail*, mas logo em seguida nós fizemos as mudanças.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – V. Sa. tinha conhecimento de que o Careca tinha envolvimento com o INSS, naquele momento?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Naquele momento, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Careca se apresentou como o quê? Qual era o...?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Como eu falei anteriormente, era um empresário. Por acaso nós estávamos lá na distribuidora, na QI 15, e o assunto depois... Não foi para esse assunto que nós fomos chamados, que eu fui chamado, porque eu estava lá, e foi me apresentada uma possibilidade de uma operação de exportação de frutas do Nordeste para a China. E ele sabia que eu era do mercado financeiro de capitais, já desde 81, e eu falei a possibilidade, ou seja: "Nós podemos montar, fazer uma estruturação de um papel, de um ativo financeiro para atendê-los", mas isso aí não andou, não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, você recebeu 2 milhões da Brasília Consultoria Empresarial, empresa do Careca do INSS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu tenho todas as notas fiscais, Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, sim...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... mas eu não sei o valor total, ou seja... Mas eu fiz um cálculo antes de vir para cá...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Alexandre, deixe eu dizer para você: todos os que aqui estiveram – a Thaisa, por exemplo, que tem uma empresa também, em Curitiba, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consultoria –, todos eles disseram que têm documento para apresentar. Temos que saber se o produto realmente foi entregue e para quem foi entregue.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não só entreguei como eu tenho as datas de entrega. Eu não acumulei serviço. Eu desde o contrato...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas V. Sa. sabe para onde é que foi esse...?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Para a Brasília Consultoria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, sim, foi para eles...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – De lá adiante, não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É lógico que você tem conhecimento, não é, Alexandre? Você não vai pegar um contrato de 2 milhões para fazer um produto sem saber para onde é que vai esse produto.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não foi um contrato de 2 milhões. Foi um contrato de prestação de serviço que depois o recebimento seria através da quantidade de pessoas que iriam receber isso e utilizá-lo. E eu deixei em aberto, foi muito mais do que estava previsto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Da forma como os outros também fizeram, esses 2 milhões, evidentemente, depois foram para pessoa física, como distribuição de lucro. Está certo?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim, ela entrou na Vênus... Inclusive, Presidente, eu abro aqui o extrato, tá? Se precisar, eu abro o extrato não só o da Vênus, como o meu pessoal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tá.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Então, entrou na Vênus. No primeiro ano, eu fiz uma retirada no final do ano. No outro ano, de acordo com as necessidades, eu ia sacando. E esses valores foram brutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, deixe-me dizer, meu tempo está terminando já, eu preciso concluir aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você foi Diretor de Governança, Planejamento e Inovação, ou seja, com o seu cargo, você poderia ter impedido tudo isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, senhor. Na Diretoria de Governança, nós não tínhamos ingerência nenhuma em relação a benefícios. Benefício era tratado na Diretoria de Benefícios. Nunca tive ingerência, não tive contato...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas governança e planejamento de quê, então, se não é do INSS como um todo?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente, mas não de ACT de benefícios. Nós, dentro da governança... Primeiro que, como falei anteriormente, eu peguei uma governança praticamente inexistente. Nós fizemos isso acontecer, abrimos outras coordenações. Nós trabalhávamos em vários, vários, vários segmentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Nessas reuniões que vocês faziam mensalmente, praticamente, com a diretoria, foi levantada essa questão...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não, não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Assim, as reclamações, o valor... Porque, veja bem: ninguém falou nada do INSS na diretoria para impedir o que estava acontecendo? Ninguém detectou nada disso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sempre, quando tinha denúncias, nós enviávamos para a diretoria responsável para poder fazer as ações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você tem conhecimento de que o TCU apontou, em 2023, um crescimento exponencial e anormal das cobranças associativas?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Quando ele apontou isso, já não estava mais lá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Em 2023, quando saiu o relatório?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Saí em abril de 2023.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E, com relação também a ACTs, vocês não tinham nenhum conhecimento e nunca se interessaram em saber?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não tinha, não chegava para a gente isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, o que eu quero registrar aqui é exatamente isso, né? Esses 2 milhões que foram repassados – e não foi de uma vez só... A empresa também transferiu valores para sua conta: 788 mil, 213 mil, 400 mil. Os valores ultrapassam 2,6 milhões.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, os valores que entraram na Vênus, tirando as despesas e o que tem hoje de saldo que está bloqueado, foram repassados para minha conta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Esse material que você prestou, você tem cópia de quê? Qual é o documento que você tem?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tenho todas as cópias, todos os serviços prestados com as datas. Eu comecei já a fazer a prestação de serviço em janeiro de 23.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E você entregava que produto?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Educação financeira...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim, mas o que é? É livro didático ou material?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, ela eram inserções de educativos, inserções educativas que eu fazia. Isso aí semanalmente; comecei com duas semanais e terminei com mais de 16 por mês – oito mensais, depois mais de 16.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Se nós fizemos uma conta nisso aí, para não ficar "ah, recebeu 2 milhões", fizermos uma conta em cima de 50 mil visitantes – que isso aí não é nada demais, porque você vê aí no Instagram, isso aí, qualquer um que entra em alguma coisa, você vê lá as entradas, isso aí daria em torno de 20 centavos por trabalho realizado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Esses R$788 mil foram de outubro de 2024 a abril de 2025; e de maio de 2024 a maio de 2025, 1.281.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É o que eu falei para o Presidente aqui: eu abro, eu abro o meu extrato da Vênus e o meu pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, quando é que você soube que o Careca estava envolvido com a questão do INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Quando foi... surgiu a CPMI. A CPMI, não; a Polícia Federal, a Operação Sem Desconto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só depois da Polícia Federal que você tomou conhecimento?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sobre esse esquema, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vocês encontravam, de vez em quando, com o Careca, conversando?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – De vez em quando, a gente tomava alguma coisa, a gente... Não era sempre.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E não tinha comentário nenhum de que estava acontecendo no INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, eu não comentava sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Que eram bilhões, Alexandre, bilhões foram desviados.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas eu não tinha nada a ver com isso, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, esse Rubens...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Meu objeto de conversa era...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só para encerrar aqui, só falando do Rubens aqui rapidamente.

O Rubens Oliveira também está envolvido, porque é sócio também lá da Thaisa. E que o esquema...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não é sócio, não, Senador. Ele não é sócio de nenhuma, ele é prestador de serviço, o Rubens.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, mas ele prestava serviço então também lá com a Curitiba.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas não como sócio. Aí eu não sei. Ele prestava para mim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, e também era material, material didático na área de saúde.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não sei, aí eu desconheço. Eu conheço da Vênus.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, o Rubens é sócio da empresa Vênus e também é sócio da Thaísa, que é a esposa do Virgílio. Ele também é sócio do Careca.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não é sócio. Não é sócio, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ele é sócio.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não é sócio. Não, não é sócio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Administrador.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Administrador. Eu tinha... Eu pagava para ele 7,5 mil por mês, como pró-labore. Ele não era sócio da Vênus.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Na Vênus.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso aí é com certeza.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pagava quanto para ele?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sete e quinhentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Esse contador, o senhor também não... o senhor não conhece o contador? Ele que indicou o contador?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi ele que indicou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É estranho, né, Presidente? É muita coincidência. O *modus operandi* de todo o esquema é exatamente igual. Careca, as empresas, o roubo do INSS dos aposentados e pensionistas, é um negócio...

Mas eu parabenizo vossa coragem de vir aqui, realmente, sem o *habeas corpus*.

Então, é isso aí, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Beto Pereira.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Para interpelar.) – Presidente, hoje nós estamos aqui na oitiva do Sr. Alexandre Guimarães.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Alexandre Guimarães.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Mas um dia ele vai estar aqui também.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – É, eu vou na mesma esteira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor, por gentileza.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Eu vou na mesma esteira daqueles que me antecederam, primeiro, parabenizando o depoente por não ter utilizado esse escudo que vários estão utilizando, de um *habeas corpus* para vir a essa CPI depor.

Mas eu quero aqui fazer uma referência, Sr. Alexandre, à oportunidade que o senhor está tendo. A oportunidade que o senhor está tendo é uma oportunidade única para o senhor se excluir de algo que não tem precedente na história deste país. E o senhor está se incluindo, junto com pessoas que lesaram de forma significativa grande parte de aposentados e pensionistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

deste país. Por que eu estou dizendo isso? Porque essa oportunidade, essa oportunidade que lhe está sendo dada, e o senhor corajosamente está vindo aqui, poderia ser esclarecedora.

Veja bem, o senhor vem da iniciativa privada, adentra o serviço público federal por indicações. E essas indicações, que são conhecidas por vários de nós e repudiadas por grande parte da sociedade, o senhor indica os nomes e diz que foi o seu currículo que patrocinou esses encaminhamentos.

Ora, por último, o senhor aponta o Deputado Euclydes Pettersen como a sua última indicação para comandar aquilo que o senhor chamou de "titanic", o INSS, comandar uma das pastas do INSS, que tinha, para baixo da sua competência, dentro do seu guarda-chuva, um órgão de extrema importância e relevância, principalmente para o momento que nós estamos vivendo: a Ouvidoria. A Ouvidoria era comandada pelo senhor, ou por um comandado do senhor, ou por alguém que lhe devia obrigação, informação, e a Ouvidoria foi surda, não ouviu, ou, se ouviu, o seu chefe fez que não. Porque os dados são objetivos, são exatos.

O número aumentou. Ah, não, mas o senhor fala que o número aumentou porque se abriu a possibilidade de os demais falarem ou acessarem a Ouvidoria; mas o senhor não teve o cuidado sequer de ouvir o que aquelas pessoas estavam falando, porque, das milhares de manifestações, dos milhares de pedidos, não é possível que nenhum deles ou grande parte deles não fosse sobre os descontos associativos que estavam lesando os aposentados e pensionistas.

Ora, no mínimo, o senhor pisou na bola de forma gigantesca com a população brasileira, na função que lhe foi confiada – no mínimo! Mas vamos lá.

Na iniciativa privada, nas relações do serviço público, nós temos lei que proíbe. O senhor estabeleceu uma ligação direta – uma ligação direta – com quem presta serviço, que tinha relação com o INSS. Mesmo se o Sr. Careca do INSS não tivesse culpa nenhuma dentro de toda essa organização criminosa, o senhor tinha que se dar como impedido para manter relação com alguém que tinha interesses diretos no órgão em que o senhor trabalhava.

O senhor não vê, de forma alguma, nenhum impedimento, nenhuma imoralidade em todo esse episódio que o senhor presenciou e, aqui, foi lhe apresentado pelo Relator?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, o senhor não pode, advogado, o senhor não pode responder. O senhor não pode responder à pergunta que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Beto, ele pode orientar o cliente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

Deixa ele orientar o cliente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não, então ele responde, então ele responde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Eu posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, ele pode responder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu estou aqui ouvindo. Vocês podem ter certeza de que, se houver, eu vou me manifestar aqui, está certo? Mas ele está orientando o cliente.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – O senhor pode repetir e repetiria tudo isso que aconteceu?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Bem, eu não cometi nenhuma irregularidade.

Eu tinha um contrato com a Brasília Consultoria e cumpri. Esse contrato eu recebi pelos serviços prestados, emiti nota fiscal, e eu tenho todos os serviços, que nós vamos estar disponibilizando aqui, para a CPMI.

E outra coisa é que a Brasil Consultoria não tinha contrato com o INSS e não prestava serviço direto para o INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eles tinham os clientes deles. O meu contrato era com a Brasília Consultoria. Ele não...

E a montagem dessa empresa, como eu falei anteriormente, foi para atender a essa demanda da Brasília Consultoria, que foi conversado.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – O senhor, na sua fala, disse que a relação, inclusive para a formação da Brasília, teve a participação do Careca, teve a participação...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não entendi.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Para formar a empresa que o senhor criou...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele me indicou...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... ele lhe indicou sócio...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sócio, não.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... contador...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele me indicou o administrador

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Ele lhe indicou... O administrador, o contador, e o senhor não vê nenhuma imoralidade nessa relação, mesmo só tendo a questão da prestação de serviço?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Bem, eu fiz o contrato com uma empresa privada e montei uma empresa privada. Quando eu montei a empresa, eu tinha o cuidado, porque eu não podia ser o administrador. Eu fui cotista. Então, a empresa foi criada para atender a essa demanda, e eu estava sócio como cotista. A empresa era minha? Era. Agora, eu não podia receber como pessoa física, eu não podia abrir um... Eu não tinha a experiência de montar a empresa, porque ela foi... É uma capital aberto... É uma S.A. de capital fechado.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – O senhor sabe por que que o senhor não poderia ser o administrador dessa empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Porque eu estava como Diretor de Governança.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Exatamente isso!

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Por isso que eu fiz assim, Senador.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – O senhor, por estar na relação de governança, não poderia – não poderia –, pela moralidade, assumir um compromisso ou ter relação próxima com alguém que tinha interesse direto no INSS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Quando eu abri a empresa...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Agora, nós temos que entender e acreditar nessa história para boi dormir? Ora! O senhor deveria aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... no mínimo, em respeito a esta Comissão, dizer: "Errei, não deveria ter assumido tal compromisso, não poderia ter ali participado". A relação do senhor com o Sr. Careca do INSS é uma ligação umbilical. O senhor trabalhou para ele, o senhor cumpriu missão para esse grande bandido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Encerrou? Muito obrigado, Deputado.

Deputado Rogério Correia com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Obrigado pela palavra.

Eu vou direto ao assunto; afinal de contas, o depoimento do Sr. Alexandre está me parecendo mais interessante do que eu achava.

A minha opinião é que existe aqui uma quadrilha que já é antiga dentro do INSS, que vem roubando os aposentados. Descontava R$30, R$40, R$50 de cada aposentado, que sequer sabia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que era filiado a entidades, entidades essas picaretas, como a Ambec, a Conafer e tantas outras que existiram por aí, a Amar, e assim por diante.

Pois bem, essa quadrilha antiga começou a roubar dos aposentados, especialmente 2017, 18, 19 – Governo Temer. Isso é o que a gente apurou até hoje disso. E o senhor trouxe... E por que isso? Porque essas entidades passaram a existir ali, ali é que começaram a existir os ACTs. Os ACTs eram muito ligados a entidades sindicais, e a partir desse momento é que surgiram essas entidades que, no final das contas, não tinham associados e passaram a ter associados, que foram trazidos de dentro do INSS, como aposentados, descontados, e eles roubados ali. Isso se deu em 2018, 2019. O senhor entrou exatamente no bojo disso, em 2017, e o senhor disse que uma pessoa importante, que não tinha aparecido ainda, que o indicou, embora o senhor diga que seja por currículo, que é o Deputado Andre Moura.

O Deputado Andre Moura, Srs. e Sras. Deputados e Deputadas, era o Líder do Governo Temer. O Deputado Andre Moura, o Pimenta me dizia aqui – eu não era desta época aqui da Câmara, mas o Pimenta era –, era conhecido como o dono do INSS e era muito amigo de Eduardo Cunha. Dono do INSS, já era conhecido o Deputado Andre Moura.

O senhor sabia disso? Sabia dessa função do Sr. Andre Moura?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Não sabia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não sabia.

Pois era ele, exatamente esse que, coincidentemente, o senhor teve o seu currículo por ele apresentado.

Mas, junto com ele, depois, e junto com o senhor, vieram também José Carlos Oliveira... O senhor conheceu José Carlos Oliveira?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Era amigo dele?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Amigo, não. Ele foi meu Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Foi seu Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi meu colega como Diretor e depois meu Presidente e depois Ministro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Durante todo esse período?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Na época em que eu era Diretor de Gestão de Pessoas, o Oliveira era Superintendente de São Paulo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – São Paulo.

Depois ele veio a ser Dirben...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Depois Dirben, já aí em outra fase...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente do INSS...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – E Ministro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E Ministro.

E é engraçado, se esqueceram de perguntar sobre José Carlos Oliveira nesta trajetória toda. Esqueceram. José Carlos Oliveira passou em branco até agora. É bom colocá-lo aí junto com Virgílio, Fidelis e o próprio Careca.

Pois bem, eu já disse que o INSS retirou a obrigatoriedade da carta sindical, então passou a apresentar essas entidades. Quando foi em 2021, o senhor retornou. Então, olha: primeiro, essa ligação com Andre Moura, dono do INSS, que passou então a articular ali algo novo no INSS, que foram essas entidades picaretas que apareceram. O senhor estava lá, exatamente neste momento. Ali apareceu José Carlos Oliveira, apareceu Temer e posteriormente veio a aparecer o Governo Bolsonaro.

E, no Governo Bolsonaro, o senhor retorna, em 2021, e diz que quem o indicou foi Euclydes Pettersen, que – a gente viu – tem também aí alguma coisa com a Conafer, que nós vamos ver. O senhor foi apresentado também com o apoio da Conafer? Chegou a apoiar o senhor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o José Carlos Oliveira? Te deu aí também um aval?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – José Carlos Oliveira... Como eu falei, eu o conheci como Superintendente, e vou até repetir: eu, como Diretor de Gestão de Pessoas e Governança, não tinha ingerência nenhuma sobre benefícios, sobre acordo de cooperação técnica, nenhuma.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim, mas a pergunta que eu faço...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Então, fiz meu serviço de gestão de pessoas e fiz meu serviço na governança.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim, mas a pergunta que eu faço é se, na hora de o senhor retornar, o José Carlos Oliveira também o recomendou como... O retorno também em 2021.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, recomendar, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não? Mas apoiou?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas ele...

Apoiou.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Apoiou. José Carlos Oliveira apoiou.

Então, vamos lá, vamos ligando aí os casos, pessoal, porque José Carlos Oliveira é figura importante nisso, hein? Pode esquecer não. Pois bem, então ele retornou.

Quando foi novembro de 2022, olha só, acabou. O Governo Bolsonaro já tinha perdido eleição, estava tentando dar golpe no Brasil, não tinha fugido, mas ia fugir. Todo mundo sabia das pretensões lá de Bolsonaro.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Só... Só...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor então fundou a Vênus – fundou a Vênus – em novembro de 2022, e o Careca depois vai fazer uma série de inserções financeiras também junto à Vênus. Depositou, está nos RIFs: 228 mil, depois 2 milhões, 85 mil... E a Vênus depois passou para o senhor 2 milhões e tanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o senhor faz a Vênus em novembro de 2022, durante 2023 opera bastante com a Vênus e o Careca, e o senhor sai logo em abril. Sai demitido, o senhor foi demitido, porque iria depois...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exonerado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... se aposentar, está certo?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não ia me aposentar. Fui exonerado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Foi exonerado.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ou seja... Quando há mudança de Governo, existe a...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Claro, é natural.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... transição de cargos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ainda bem, o senhor foi então exonerado depois de prestar grandes serviços no Governo Temer, onde o senhor foi indicado pelo dono do INSS, e depois o senhor voltou em 2021, indicado por Euclydes Pettersen, como indicação também – ele, como base do Governo Bolsonaro –, o José Carlos Oliveira apoiou que isso acontecesse, e. em novembro de 2022, o senhor funda uma empresa chamada Vênus, que vai depois ganhar dinheiro do Careca, que estava roubando o INSS. Esses são os fatos, o senhor vai acabar tendo que responder isso na Justiça.

Mas, veja bem, esses fatos são esclarecedores e nos colocam aí esse Andre Moura – viu, Pimenta? – na rota de investigação. Que indicações foram essas que ele fez em 2019, além do senhor? Ele é pessoa, Presidente, importante de vir aqui. Vou apresentar requerimento para o ex-Deputado Andre Moura vir explicar como é que foi esse início do processo. Ele passa a ser uma figura importante.

Mas, veja bem, eu também não gosto de blindagem.

Coloque a primeira foto aí, para ver se o senhor conhece algumas pessoas. Vamos botar a foto, porque tem gente que gosta muito de foto. (*Pausa.*)

Não, não é essa foto, não. Mandaram a foto errada, meu Deus. É a foto... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, não. A outra.

Não...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É a outra foto. Vamos lá. (*Risos.*)

Passa lá. Vamos ver as fotos.

Não, a outra. (*Pausa.*)

A outra. (*Pausa.*)

A outra. (*Pausa.*)

A outra. (*Pausa.*)

A outra que tem lá Tarcísio, Fernando Camisotti... Desconta um tempinho aí, Presidente, porque é importante eu mostrar essas fotos. As fotos não podem sumir assim.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, a primeira foto que eu queria apresentar vai apresentar pessoas que eu queria perguntar se o senhor conhece. Vamos ver qual foto que é, se o senhor conhece na foto essas pessoas que estão ali...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Srs. Deputados...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu sei que dói, pessoal, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Vamos lá. (*Pausa.*)

Calma, não fiquem nervosos, vocês vão ter oportunidade de ver as fotos aí e reconhecer quem estava lá, porque eu queria saber se o senhor conhece.

Foi aí? A primeira foto. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei quem entrou nesse sistema e não quer que eu mostre a foto.

Ah, olha essa foto. Essa foto é importante. Olha quem está ali! Ali é o Sr. Cavalcanti... Vamos pegar aqui. O Sr. Cavalcanti, que está aí com a gente. O Sr. Fernando Cavalcanti está ali à esquerda. Fernando Cavalcanti é aquele das adegas de vinho caríssimo, Ferrari, MacLaren, era muito amigo do Camisotti e também era amigo do Careca. O senhor conheceu esse Fernando Cavalcanti?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E o outro em seguida? O advogado, o advogado ostentação.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Também não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É o Sr. Nelson Wilians, que, ao que tudo indica, lavava dinheiro do Camisotti, que é aquele que não veio aqui. E, depois dele, vem aí o ex-Governador Tarcísio.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso parece... Ah, é Governador Tarcísio! Governador Tarcísio. Não sei se ele conhecia já, se convidou essas pessoas para estarem lá pelo roubo que essas pessoas faziam ao INSS. Eu acho que não é uma conclusão plausível de ser feita, mas tem gente que gosta de concluir com fotos essas coisas.

Ponha a próxima foto para ver uma pessoa que está sendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... aqui blindada, que tudo sabia, mas está sendo blindada.

A próxima foto... Do ex-Presidente Jair Bolsonaro, junto com os fiscais. Olha lá! "Bolsonaro foi alertado de 'desvios, fraudes e irregularidades' no INSS durante transição, dizem peritos". Estão lá os peritos com o Bolsonaro, e não aparece o requerimento dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas cada um tem a foto que merece, não é, Presidente? Vamos botar a outra foto para mostrar as diferenças. Essa é a foto, essa é a foto que incomoda os bolsonaristas, que estavam, portanto, aflitos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O Presidente Lula fazendo, evidentemente, aquilo que um Presidente da República deve fazer: distensionando, negociando, não roubando, e devolvendo o dinheiro dos aposentados que foi roubado...

Mais um minuto, Presidente, porque eu não consigo falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não? Um minuto é só quando agrada a V. Exa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não tem nada a ver com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não consigo terminar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência, por favor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Esta CPMI é séria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Frei Chico é irmão do Bolsonaro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – As fotos demoraram mais, estou tentando falar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só um instantinho, Deputado. Eu vou, eu só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tem que dar um minuto, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui todos têm o direito de se posicionar, colocar da maneira que desejar. Eu só gostaria de lembrar, com muita tranquilidade, com muita simplicidade aos senhores o ambiente em que nós estamos. Esta é uma CPMI, uma Comissão de Inquérito, e as pessoas que estão nos assistindo, que não são poucas, esperam de nós respostas, posicionamentos e principalmente compromisso com os cargos que nós temos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto para V. Exa., para encerrar, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Obrigado.

Então, eu estava fazendo a ligação... É porque eles não escutam, Presidente. Bolsonarista é uma pessoa difícil: tudo que não agrada é no grito, é no berro e tenta calar as pessoas. Por isso é que a gente ganha os minutos aqui para, pelo menos, poder concluir as coisas.

Então, o que é que eu disse? Há uma ligação clara de uma quadrilha que veio do Governo Temer, passou por todo o Governo do Jair Bolsonaro, nada foi feito para se apurar, e agora este aí, o Presidente Lula, que está ali com o Temer, numa foto ilustrativa, está devolvendo o recurso – já foram devolvidos mais de 3 bilhões para mais de 2 milhões de aposentados. E, além disso, o Presidente colocou a Controladoria-Geral da União, como não tinha sido feito no passado, e também a Polícia Federal, o que Bolsonaro não fez, para investigar esse caso, que está levando a gente a elucidar a roubalheira que veio desde Temer, passou por Bolsonaro, e está sendo agora resolvida por este Presidente, que é um grande ativista...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e um grande internacionalista...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... que apresenta o Brasil ao mundo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra... Senhores, por favor.

Com a palavra o Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza, silêncio. Vamos deixar o Parlamentar...

Deputado Luiz, por gentileza. Deputado Luiz...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Eu pediria só que guardasse aqui o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Dez minutos para o Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, mais uma vez, boa tarde.

Eu, antes de mais nada, queria... Eu não vou parabenizar o depoente, primeiro, porque acho um absurdo, diante de todo o currículo e de toda a relação duvidosa e bastante antirrepublicana, para não dizer o mínimo – não é? –, para dizer o mínimo, que a gente esteja aqui elogiando o depoente. Algumas pessoas estão elogiando.

Presidente, eu queria fazer algumas perguntas ao depoente.

Sr. Alexandre, o senhor ocupou cargo estratégico do INSS em diferentes governos, não é isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – O que o senhor chama de estratégico? Eu assumi... Dentro do INSS, está perguntando?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Claro.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Então, eu assumi a Diretoria de Gestão de Pessoas...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – No final de 17...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Michel Temer, correto?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Michel Temer. Depois, assumi a Diretoria de Governança, que foi em maio de 21 e saí em abril de 23.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – No Governo de Jair Bolsonaro?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O.k.

Qual é a função dessa Diretoria, especificamente?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – De Governança?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Sim, de Governança.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Então, lá nós tínhamos três departamentos. Um deles foi a mudança que nós fizemos dentro do INSS, comandada pelo então Presidente Oliveira. O nosso objetivo é fazer com que o cidadão que entre dentro do INSS saia na outra ponta com os casos resolvidos no menor prazo possível. Então, dentro das funções que nós tínhamos, tínhamos também o combate à fraude, que era junto com o BPC e o seguro-defeso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, silêncio, senhores.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nós fazíamos um trabalho junto com um departamento, uma sessão lá da Polícia Federal. Tínhamos reuniões mensais. Tínhamos também a LGPD. Depois, passou à Ouvidoria... Quer dizer, então, eram três departamentos em que nós atuávamos dentro disso tudo.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Então, como Diretor, cabia ao senhor coordenar o Programa de Integridade, monitoramento de risco, aprovar servidores em cargos sensíveis e adotar medidas para prevenir irregularidades, não é isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Aprovar servidores, não. E irregularidades, nós tínhamos o combate à fraude somente em BPC e também em seguro-defeso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – E me diga uma coisa: com relação aos ACTs, o senhor também tinha algum tipo de responsabilidade sobre isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nenhuma. Dentro da Diretoria de Benefícios, a minha Diretoria, nas duas oportunidades, não tive ingerência nenhuma na área de benefício.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Me diga uma coisa, em 19/05/21, o senhor foi nomeado, então, Diretor, é isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Saiu a minha nomeação. Se não foi em 19, no dia 20, não lembro.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Em 14/06/21, houve uma alteração das competências relativas aos ACTs.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi a mudança... ACTs, não sei.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, de ACTs, eu não sei. Não tinha ingerência nenhuma com ACTs – nenhuma. O que nós fizemos, não sei a data certa, foi que nós promovemos uma mudança geral dentro do INSS, quer dizer, botando as coisas no seu lugar e fazendo com que acontecesse que o cidadão fosse melhor atendido. Uma das medidas foi a Ouvidoria de que o Deputado falou ali. Nós trouxemos a Ouvidoria para dentro do INSS.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Mas deixe-me lhe falar o que aconteceu: o tema saiu da sua Diretoria... O tema saiu da Diretoria de Benefícios – perdão –, da Dirben...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não era a nossa área.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Só para eu concluir... E foi para a Diretoria de Atendimento, a Dirat, certo? Foi para a Dirat.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não tenho...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Como o senhor não sabe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não tenho ingerência nem na de benefícios, nem na de atendimento. A minha Diretoria é de governança, somente isso. Eu não tinha gerência em outra Diretoria. Eu fiz o nosso trabalho dentro da Diretoria.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor foi para esse cargo exatamente para coibir corrupção, está correto?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, senhor.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Como não?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – A governança era o quê?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Na governança, como eu falei anteriormente, nós fazíamos o trabalho, ou seja, além da LGPD, que eu citei, da Ouvidoria que nós trouxemos, integridade... Não para coibir corrupção. Nós não fazíamos esse trabalho. O trabalho que nós fazíamos era combater fraude de BPC e de seguro-defeso, e nós trabalhávamos junto com a Polícia Federal, inclusive.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Não é o que diz aqui o preâmbulo do cargo que V. Sa. ocupava. V. Sa. ocupava exatamente... A atribuição da Diretoria de Integridade incluía coordenar o Programa de Integridade, monitorar risco, planejar controles, aprovar indicações de servidores e promover as ações contra fraude e corrupção.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Indicar servidores, não.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Bem, é o que está dizendo aqui no escopo das atribuições da diretoria, na Portaria nº 1.308, de 2021. A portaria ainda delegou à Coordenação-Geral de Combate a Fraudes a competência que era antes da Birden... da Dirben – perdão –, ou seja, vocês acumularam ainda uma outra atribuição. É o que está dito aqui na portaria. Não procede? Ou seja, o senhor não era responsável por exatamente evitar...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Para aprovar indicações, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... evitar que o beneficiário... evitar que tivesse esquemas de corrupção dentro do INSS? O senhor não fazia parte dessa governança?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O nosso trabalho era, justamente, quando se refere a combate a fraude, só em BPC e seguro-defeso. Em relação a ACT com sindicatos ou associações, não fazia parte do nosso trabalho.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Correto.

Me diga uma coisa: o seu papel – para eu traduzir aqui para as pessoas que estão nos assistindo – basicamente era o de estabelecer essa... Me parece, assim, para tentar um pouco ser mais claro, que esse processo todo se deu num processo onde V. Sa. exercia um papel, por tudo que me consta e foi dito aqui, de corruptor – de corruptor. Tudo indica que V. Sa. usava exatamente essas atribuições para flexibilizar os processos, tendo estabelecido relações diretas, inclusive, com o próprio Careca do INSS, o que demonstra claramente que o senhor se utilizou dessa prerrogativa para flexibilizar procedimentos e estabelecer exatamente uma relação de corruptor dentro do INSS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Se eu não tinha ingerência nenhuma sobre o assunto, como é que eu poderia ser corruptor?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor tinha relação direta com quem...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu tive, mas, na época...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... gerou a completa fraude do INSS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... não tinha isso, não tinha esse escândalo.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor, como todos os outros que vieram aqui, tem a mesma narrativa, dizendo que não tem nada a ver com isso, que tem nota fiscal, que prestou serviço e que, no final...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Serviço prestado, confirmado, contado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Mas isso é coisa... Juridicamente, é a coisa mais simples a fazer. O senhor está dentro de um esquema de corrupção em que cada um... Cada uma das pessoas que vieram aqui estabeleceram exatamente um tipo de defesa parecida, no entanto, todos estão relacionados, todos estão ligados. O senhor é corruptor do processo. O senhor estabeleceu essa relação para dentro do INSS. É o que me consta aqui, como membro da CPI, trazer essa questão para reflexão da CPI, porque, ao que tudo parece, V. Sa. utilizou essa relação muito privilegiada de informações, de flexibilidade e de relação direta com o Careca do INSS. Então, para nós isto é importante: tentar esclarecer cada vez mais qual é esse tipo de relação, apresentar aqui como foi flexibilizado o processo de ACTs e em que período isso foi feito.

O senhor se considera um cidadão de bem?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (*Fora do microfone*.) – Não entendi...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor se considera um cidadão de bem?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Lógico.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor tem na rede social algumas publicações de combate à corrupção. Procede?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Sim, na sua rede social, o senhor coloca aqui.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não publico nada!

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor... Tem a rede social sua aqui. Deixa eu ver se eu acho.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não publico nada.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Até na campanha... Na campanha... Deixa eu pegar para o senhor aqui – eu ainda tenho um minuto. Na campanha... Aqui. Nós conseguimos resgatar aqui três posicionamentos seus: um, o senhor publicando como se previne, como se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenir contra fraudes financeiras – aí, o senhor publicou –; depois, o senhor faz umas declarações, como cidadão de bem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... acerca exatamente do caráter patriota. O senhor se considera, realmente, diante de tudo isso, essa figura exemplar?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não estou reconhecendo isso.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor não reconhece? É da sua rede social, está aqui. Alguém pode...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Aqui?

Publicação da sua rede social.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso é meu? Eu não publico nada.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Está aqui, é sua. Está aqui, foi retirado.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Será que não é outro Alexandre Guimarães, não?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Não, não, é V. Sa. mesmo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não publico nada.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – É V. Sa. mesmo.

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA (*Fora do microfone.*) – É no passado...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – É no passado, mas tem uma declaração exatamente em torno disso.

E eu termino por aqui, dizendo exatamente dessa posição lamentável de pessoas que se utilizaram de estruturas em Governos do Temer, de Bolsonaro, e que implementaram um processo de fraude absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que bom que V. Sa. foi exonerado; foi exonerado ainda em 23. Que bom. Que bom para esta nação, que bom para este país que V. Sa. tenha saído desse processo e esteja hoje nesta CPI respondendo a essas acusações importantes e a essa ligação dessa gangue que se instalou dentro do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O senhor quer comentar, senhor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É que não fui eu que publiquei, eu fiz um compartilhamento. Isso aí... Não fui eu que publiquei isso.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Não, exatamente... Quem compartilhou? A rede social não era sua?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas era outra coisa...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Era sua a rede social? Nós compartilhamos o que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Dorinaldo, por gentileza.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Nós compartilhamos o que a gente tem acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos só deixar o comentário dele para gente passar ao próximo?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. *Fora do microfone*.) – Compartilhou, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer continuar comentando ou já encerrou?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra do Deputado Alencar Santana, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Sr. Alexandre...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está sem áudio, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Sr. Alexandre, o senhor foi nomeado no Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro, em 2021. Qual era de fato a sua competência?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – O cargo que eu assumi?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sim, a competência da diretoria que exercia.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – De governança, era integridade e gestão.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Também tinha, sob o seu guarda-chuva a ouvidoria?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – E inovação foi depois.

A auditoria não estava...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Auditoria ou ouvidoria?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Aliás, a ouvidoria. A ouvidoria não estava dentro da diretoria. Nós fizemos o trabalho de tirar do Ministério ao qual o INSS estava vinculado e trazer para dentro do INSS, aí demonstrou ali o aumento que teve...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá, mas sob qual, debaixo de qual diretoria, quando ela veio?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Da minha diretoria.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas a ouvidoria tinha um *chinese wall* ali...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas estava na sua...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Estava...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas a sua diretoria, também, era, por governança, acompanhar as reclamações que chegavam à ouvidoria para, eventualmente, tomar providência?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A ouvidoria recebia as reclamações, analisava e mandava para o órgão competente... O órgão não, a diretoria competente.

Nós não respondíamos nada, nenhum.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Vocês não respondiam ao beneficiário?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, a gente só recebia e enviava para a diretoria.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Vocês não respondiam ao beneficiário?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A governança, não; a diretoria de governança, não. Quem respondia era a diretoria responsável pela reclamação.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Quando o senhor era diretor, chegou alguma reclamação sobre desconto indevido?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não vou lembrar agora que... As reclamações eram muitas.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá. O senhor disse...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tinha de aposentadoria, tinha dias que tinha de empréstimo, tinha reclamação de atendimento, que foi mal atendido, tinha sobre tudo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E o senhor não se preocupava com isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tanto nos preocupávamos que nós trouxemos a ouvidoria para dentro de casa.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas para não fazer nada?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Para fazer muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas de que adiantava?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nós fizemos nosso papel.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Qual?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nós enviávamos a reclamação para a diretoria responsável.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você não se preocupava? E para que...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Agora... A resposta vinha de lá, a gente não desenvolvia a resposta.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Deixa só eu fazer uma pergunta: o senhor só recebia, então, e só mandava para área?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Para área responder para a gente...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E não fazia mais nada?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... mandar para quem reclamou.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, você mandava para quem reclamou?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não era meu papel resolver o problema das reclamações; meu papel era enviar para que fosse respondido e nós depois retornávamos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E o senhor não se preocupou com a qualidade das respostas, se o problema foi resolvido ou não?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sempre, sempre.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tinha... O senhor disse que vocês tinham competência para resolver problema de fraudes, mas não combater corrupção, é isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, aí também, não é? Mas o nosso papel...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, tinha de combater corrupção ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O nosso serviço que nós fazíamos lá, em combate à fraude, era em cima de BPC. É lógico, a corrupção, ou seja, em BPC, nós criamos diversas trilhas, foi trabalho nosso, para identificar o roubo. Não a corrupção, o roubo. E nós identificamos. Teve um caso lá de uma senhorinha que tinha cinquenta e poucas identidades, quer dizer, então são casos que nós fazíamos...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Qual a sua relação com o Careca, afinal? Onde você começou a ter algum contato com ele?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Comecei quando eu fui chamado, como falei anteriormente, lá na distribuidora da 15. Fui chamado por um amigo comum, fomos tomar cerveja, e depois aí, eu o encontrei depois lá no Gilberto Salomão. Foi quando nós conversamos, que ele falou que tinha uma empresa que fazia PP, e eu poderia fazer uma, como é que chama?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Prestação de serviço.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Prestação de serviço. Mas não foi ali que nós fechamos, nós só fechamos em janeiro.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá.

E qual a sua relação com os demais diretores do INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – De colegas.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Lembra-se de algum deles?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Todos. Da minha época?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Qual deles tinha responsabilidade pelos descontos? Pelos ACTs?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Descontos? Do benefício, passaram alguns diretores. Então foram uns dois, três. Foi o... Antes do Oliveira, teve um, depois entrou o Oliveira, depois foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Guilherme, depois foi o Edson, depois foi o Sebastião. Então teve vários diretores. Então minha relação era só de profissional, ou seja, de colega de instituição.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Nada de uma relação de amizade, de negócio, nada?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nenhum. De negócio, muito menos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Por que muito menos?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Porque eu não tinha relação de negócio com nenhum deles.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas por que muito menos?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Porque não tinha isso. Eu não faria negócio com um colega meu de diretoria.

Eu sou do mercado financeiro, eu sou do mercado e sempre fiz negócios. Tive duas empresas, sempre fui uma pessoa de negócios. Representei diversos bancos, também como gerente de negócios e de captação de recursos. Isso aí é minha formação, quer dizer, então, mas fazer negócio com um colega meu do serviço público, eu não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A sua fala, desculpa, é contraditória. O senhor está tentando aqui se colocar como um paladino, como uma pessoa correta, como uma pessoa que tinha uma integridade, que seguia. Apesar de ser diretor, que deveria cuidar da integridade, o senhor não cuidou da integridade a partir das reclamações que chegaram à sua diretoria, na ouvidoria.

Você, pelo que explica da sua competência, é como se você só recebesse e passasse a outra diretoria. Não se preocupasse com a solução do problema daquele aposentado que foi roubado, que foi enganado, que foi lesado. Isso que o senhor disse, "não, eu só repassava. Não, eu só repassava".

Aí o senhor diz que não tinha relação de negócio e coloca isso como um absurdo, em relação ao seu colega. E está correto nesse sentido. Mas o senhor teve relação de negócio com aquele cara que tinha negócio no INSS. E disso, o senhor se lembra muito bem. Foi lá tomar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cerveja por acaso, não fala o nome do amigo. Mas esse cara fazia negócio. Mais do que negócio, ele roubava os aposentados e pensionistas. Com milhões.

E o senhor cria uma empresa para prestar serviço somente a ele. Bela competência, de fato, do mercado. Trabalha só para uma pessoa. E justo a pessoa que trabalha lá dentro, roubando os aposentados e pensionistas.

Disse, em determinado momento: "Não, a gente não estava lá para combater corrupção". Ora, se tem uma diretoria – e está aqui a competência dela, isso num documento de 2019...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu vou corrigir...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Em dezembro de...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nós combatíamos também. Então o papel nosso lá também... Nós combatíamos, mas, naquela área em que nós trabalhávamos, o trabalho era junto com a Polícia Federal, inclusive.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas aqui, ó... Desculpa. O senhor encaminhou alguma denúncia à Polícia Federal sobre o desconto indevido?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não. Toda reclamação – o senhor falou que eu falei que só passava, né? – eu passava para a área competente e depois cobrava as respostas.

Então, isso aí é fluxo...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor tem documento sobre isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É o fluxo de trabalho lá do INSS.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Desculpe, o senhor falou que só repassava?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu repassava para ter as respostas. Quando vinham as respostas, a área de ouvidoria recebia as respostas e repassava para o cliente, porque, quando você faz um trabalho de análise de reclamações, às vezes é um percentual... Às vezes é a mesma pergunta, não uma resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tinha reclamação sobre descontos indevidos ou não?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não posso te afirmar...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tinha sobre seguro-defeso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tinha de tudo – tinha de tudo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então tinha ou não tinha sobre desconto indevido?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tinha de tudo – tinha de tudo. Tinha...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tinha sobre desconto indevido?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Desconto indevido... Eu não posso confirmar se tinha ou se não tinha, mas tinha diversas reclamações, desde atendimento pessoal dentro de uma agência, desde...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Os números são claros, Paulo. Os números são claros...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... instalações quebradas...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sr. Alexandre...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... tinha de tudo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Os números são claros.

Aqui, em um documento da CGU, há a quantidade de ocorrências registradas no *site* Reclame Aqui, entre fevereiro, de 2021 e fevereiro de 2024 – pegou dois anos da sua diretoria –, referentes a descontos indevidos de entidades associativas e à reputação dessas entidades. As campeãs: Ambec, 81%; Conafer, 68; Universo, 86; Unaspub, 87; Acolher, 87.

Houve reclamações, mas vocês não tomaram providência, apesar de a sua diretoria ter a competência. E está aqui documentado. Isso aqui é um documento, deveria ser... O documento é lindo: plano de integridade. Isso aqui foi elaborado para a gestão 2022/2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E está aqui a competência expressa, mas ela não foi exercida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – As pessoas não eram, para vocês... Vocês não estavam preocupados com o sofrimento delas. Por isso que esse roubo continuou crescendo e mais entidades entrando, ao longo de 2020, 2021, 2022, no Governo Bolsonaro.

Se providências tivessem sido tomadas à época, se a polícia tivesse sido comunicada, para parar com esses descontos, esse roubo não continuaria. Essa quadrilha não continuaria dentro do INSS com servidores participando em 2023 e 2024.

Quem teve a coragem de mandar apurar para valer foi a Controladoria-Geral da União do Governo do Presidente Lula; quem mandou parar com o desconto foi o Governo do Presidente Lula; quem mandou investigar foi o Governo do Presidente Lula, com a Polícia Federal, é por isso que, inclusive, nós temos esta CPMI que veio à tona.

Portanto, o Governo Bolsonaro foi omisso, como V. Exa. mesmo afirmou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

A pedido do depoente, a sessão está suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 18 horas e 53 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reiniciada a sessão.

Com a palavra o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nobre depoente, advogado, eu vou...

A gente tem pouco tempo, dez minutos, né? Parece que é uma eternidade, mas não é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto às perguntas.

Sr. Alexandre, quantas empresas o senhor tem ou teve em seu nome?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Ixe, eu tive uma bem antiga...

Não, mas a...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – No total.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi a Plenus, foi a AEG Investimentos e a Vênus.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – São três empresas?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu tive uma bem antiga, que eu não estou lembrado agora.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Tudo bem, são quatro empresas. Tá.

Quantas dessas empresas estão ativas hoje?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nenhuma.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Zero. Importante.

O senhor foi exonerado do cargo. Correto?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim, senhor.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Correto?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim, senhor.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – E as suas empresas todas estão inativas.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – As anteriores já estavam inativas. Eu só fechei agora, nesse mês agora de... Comecei em setembro o fechamento da Vênus.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

Então, hoje, qual seria a fonte de renda de que o senhor está sobrevivendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A minha aposentadoria.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O senhor é aposentado?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sou aposentado.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Entendi.

Olha, eu quero fazer uma triangulação com o senhor aqui de algumas coisas que me causaram muita estranheza.

Dentro dos relatórios que foram emitidos pelo Coaf – e não houve aqui nesta Comissão nenhum questionamento sobre isso, só sobre dois valores; sobre um valor, na verdade, que é o de 2 milhões –, mas o Coaf, entre as transações, ele nos apresenta que a empresa Acca Consultoria transferiu um valor total de R$3,650 milhões à sua empresa.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Pode ser.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pode ser, não é?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – De fevereiro de 2023 até abril de 25.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

E a Prospect Consultoria Empresarial um valor de 742 mil.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, aí, aí, os três é o total.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não, é que não é o total. Na triangulação... Por isso que eu estou perguntando para o senhor. É porque pode ser uma triangulação equivocada.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, eu tenho que pegar os valores, mas o total...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – É que o total eu vou falar para o senhor. O total, segundo tudo o que foi transacionado, segundo o Coaf, é de R$7 milhões...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não, não, não, não... (*Risos.*)

É os três e coisa que eu estou falando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É. Não teve, não existe isso.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não, é porque o Coaf vai apresentar entradas e saídas, correto?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ah, aí pode ser!

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Ah, entendi.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Está duplicado, né?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – É só para a gente tirar essa dúvida, porque o que acontece? E, e... Para que o senhor entenda, né?

Como o senhor teve transações por empresas que têm fortes indícios de serem as operadoras do esquema bilionário de mais de 6 bilhões...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não foi...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – E eu quero, com esta fala minha... Não, as empresas que roubaram os aposentados: a fraude passou dos 6 bilhões.

Com esta minha fala, eu quero dizer aos Deputados que falaram anteriormente, que tentaram e tentam todos os dias aqui colocar a pecha de que esse crime aconteceu porque o Bolsonaro deixou, primeiro, eu queria dizer aos Deputados, falando no setor masculino, que vocês devem ter algum problema e uma paixão muito grande por um homem. Deveriam ser, talvez, mais apaixonados pela mulher desse homem, não por ele, fica feio isso.

Agora, os senhores são mentirosos. Por que os senhores são mentirosos? Porque os senhores querem colocar a pecha no Bolsonaro quando o maior roubo, de 4,7 bilhões, aconteceu no Governo Lula.

Nós temos que refrescar a memória de vocês.

Sr. Alexandre Guimarães, há quanto tempo o senhor conhece as seguintes pessoas: o famoso Careca do INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu conheci ele, se não me engano, foi no início de 22.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Vinte e dois?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Vinte e dois.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O senhor faz parte do INSS...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Acho que foi aí.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... desde 2017.

É isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas eu nunca tinha ouvido falar no...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não, não, só para eu saber.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não tem nada a ver, estão falando, estão juntando a minha...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Tá.

André Fidelis, há quanto tempo o senhor conhece?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O André Fidelis eu conheço desde quando eu cheguei em 2017, 18...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Em 2017.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... que ele era Superintendente aqui do Centro-Oeste.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

Virgílio Antônio de Oliveira Filho, é o Procurador-Chefe do INSS, está afastado pela PF.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso.

Eu conheci ele na Previc; foi em 2019.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Em 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Por aí.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Entendi.

O Sr. Aroldo Portal, atual Secretário-Executivo do Ministério da Previdência.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não conheço.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não conhece?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não conheço. Aroldo...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Aroldo Portal, atual Secretário-Executivo...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não conheço.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... do Ministério da Previdência.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não conheço.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O senhor não conhece ele?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não conheço.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O Sr. Rogério Souza, Superintendente do INSS da Região Nordeste.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Conheci. Ele foi Diretor de atendimento.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Qual ano?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É... Quando eu entrei agora na governança, ele já estava como Diretor.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Dois mil e?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu entrei em 21, então ele já estava como Diretor.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Aí foi lá que o senhor conheceu ele?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Em 2021. O.k.

Adroaldo, desculpa.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Já ouvi falar, mas não conheço.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O senhor não conhece?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É do ministério também, não é?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Entendi.

Perdão pela... Eu... Realmente está escrito Adroaldo, esse eu li muito rápido.

Tá.

Eu sou uma pessoa bem pragmática e, ao contrário dessa esquerda que adora ou pular do galho ou inventar histórias, eu gosto de ser pragmático.

Quando o senhor começou a relação do senhor com o Careca do INSS, nós temos... O senhor inclusive afirmou aqui que foi no restaurante aqui na Vila Planalto.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não foi na Vila Planalto. (*Fora do microfone.*) Foi na... Naquela distribuidora, na QI 15, Lago Sul.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O senhor está falando do mesmo restaurante que eu? O restaurante Figueira La Parrilla?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, foi... A gente chama distribuidora, na QI 15, Lago Sul.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Tá.

Mas aqui, esse...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Essa Parrilla é lá na...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Na Vila Planalto.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É Vila Planalto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – É Vila Planalto.

Foi, inclusive, uma matéria que saiu da *Veja São Paulo*, em que o Sr. Careca do INSS fazia todo o esquema dele lá. Lá ele se reunia, se reunia inclusive com Ministros, teve vários encontros.

O senhor nunca esteve nesse restaurante da Vila Planalto?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Já estive no restaurante, não com o Antônio.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Mas o senhor esteve nesse restaurante da Vila Planalto por alguma questão de trabalho ou foi só mesmo particular, para passear, tomar uma cerveja?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ah, a gente costumava, à época, ou seja, alguns colegas de INSS iam almoçar e almoçávamos juntos.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Hum-hum.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Um aqui, outro lá, não tinha restaurante certo.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Vou lhe fazer uma pergunta.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Posso ter ido lá na Vila Planalto, mas não com... o Antônio. (*Fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Qual empresa em que o senhor passou mais tempo do setor privado?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mais tempo foi agora, como governança, dois anos... Como é que é? Abril, maio... Quase dois anos, um ano e dez meses.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – As outras foram tudo menos tempo?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Um mês... A Infraero foram quarenta e poucos dias, a...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – E por que isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Como eu não era funcionário, eu assumia o cargo a convite, precisavam do cargo e eu saía; e nesse último agora foi mudança de governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Mas a gente pode afirmar, então, aqui, que, dentro disso... A gente pode afirmar que, dentro disso, é porque o senhor recebia algum tipo de pedidos que não compatibilizavam com a sua postura?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O senhor nunca foi assediado por nenhuma dessas pessoas...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... a fazer parte...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... desses esquemas de corrupção?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não? Muito bem.

O senhor se compromete com todos nós aqui, documentalmente, a nos apresentar todas as provas que levarão a sua inocência desses processos? Quebras de sigilo...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Já falei com o Presidente, eu quebro o meu sigilo bancário pessoal e da Vênus.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Telefônicos? Da Vênus?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É... Já está aberto. A... já...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Muito bem.

Sabe por que eu estou pedindo isso, Sr. Alexandre? Porque, ao contrário desses aqui, que têm os seus estimados a proteger, porque protegeram, protegeram vários... Protegeram quebras de sigilo, protegeram convocações, inclusive protegeram a convocação do irmão do Lula aqui, do Frei Chico, que anda processando as pessoas por ligarem ele ao roubo do INSS. Esses que gostam de proteger...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... essas pessoas, ao contrário de nós, hoje, quando chegaram nessa CPMI, chegaram achando que iam fazer uma carnificina contra o senhor, quando, na verdade, eu quero descobrir a verdade, se o senhor tem ou não tem envolvimento. Porque, se o senhor tem o envolvimento, o senhor tem que pagar por isso. Se o senhor não tem o envolvimento, o senhor tem que ter o nome limpo por isso. Porque, inclusive, esta Comissão fez o pedido de prisão do senhor e de mais 20 pessoas, e, até agora, misteriosamente, não aconteceu.

Agora, eu também fiz o pedido da apreensão do passaporte, e eu vou lhe fazer uma pergunta final: o senhor, se for provado, ao longo desse processo, que ainda é muito novo, que o senhor tem algum envolvimento, o senhor toparia fazer uma delação premiada para entregar esse esquema?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não tenho por que fazer isso, mas o meu comprometimento é com o Antônio, com a minha empresa Vênus e a empresa dele, com todo o serviço prestado, com cronologia, ou seja, com datas, desde janeiro de 2022...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... quando eu firmei. E tenho todas as notas fiscais também. E eu abro o meu sigilo bancário, pessoa física e da minha empresa, para ver que não tem... Porque aqui eu escutei... É Senador ou Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Deputado Zé Trovão, aqui eu escutei que passaram 24 milhões pela minha empresa, que a Vênus recebia e passava adiante. Eu abro o meu sigilo bancário.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não, não, eu até acho que esse número deve ser... A não ser que eles tenham algum sigilo que a gente não recebeu, talvez eles foram privilegiados, mas, na verdade, é que aqui tem muita gente que gosta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... de inventar números.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só pra encerrar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... eu quero deixar clara uma coisa nesta Comissão. Por mais que o Governo tente atrapalhar a nossa vida aqui dentro, através das blindagens que eles estão fazendo, eu tenho certeza de que, no final desta CPMI, muito vagabundo vai para a cadeia, muito bandido vai para a cadeia.

E eu tenho certeza também que muita gente inocente que, por algum motivo ou outro, teve o seu nome fomentado no meio de tudo isso terá a sua inocência provada.

Eu quero agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Muito obrigado aí pelas respostas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Presidente! Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Presidente, considerando o prazo exíguo desta CPMI, sabemos que não podemos perder tempo. Eu gostaria de solicitar que o depoente já nos enviasse, já fizesse a juntada do contrato com a Brasília Consultoria desde já.

Na segunda-feira passada, nós ficamos aqui até 3h22, 3h30 da manhã, porque é muito difícil inquirir o depoente, doutor, sem esse documento. Ele foi convidado única e exclusivamente para tratar deste contrato de prestação de serviços. Sem ele em mãos e sem as provas dos vídeos, fica muito difícil.

Então, creio que não custa nada; ele é o único proprietário, 100% da empresa é dele. Já pudesse enviar para nós, para até o final... Eu até vou mudar a minha ordem de inquirição, vou passar para o final...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... justamente porque seria inócuo, doutor.

O.k., Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ele já parece que aquiesceu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Solicitação recebida.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, ela pediu pela ordem, tem que respeitar.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Eu quero saudar a mesa, a sua Presidência, o Relator, o Deputado Duarte, e quero cumprimentar aqui o depoente e o seu advogado.

Sr. Alexandre, eu ouvi o seu depoimento e algumas perguntas do Relator e eu fiquei com algumas dúvidas que são muito pontuais, eu gostaria que o senhor esclarecesse, porque me causa estranheza. Você sabe que a minha formação é Administração Pública, e me causa estranheza, sim, porque, desde a década de 80, você ocupa cargos estratégicos, diversos cargos estratégicos, não sendo um servidor público concursado... É isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – De 80, eu só fui assumir qualquer cargo público, que foi na Infraero, em 2017, janeiro de 2017.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá, mas você passou...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O resto foi sempre privado: bancos, fundos de pensão...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, o.k., mas depois você passou pelo Governo Federal, pelo GDF, teve participação na Frente Parlamentar de Fundo de Pensão e no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

INSS, que foi Diretor, mas, assim, você transitava entre público e privado, mas, desde 2015, você começou a assumir cargos na Previdência...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (*Fora do microfone*.) – Desde 2017.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hã? Desde 2017, né? Então, foi Diretor de Gestão de Pessoas, foi Diretor de Integridade e Governança e, querendo ou não, o senhor estava lá nos períodos em que foram pontuadas, tanto por gráficos, as irregularidades. Então, na minha visão, o senhor tem um papel a cumprir aqui de realmente fazer esclarecimento, porque todo... Quando teve aquele crescimento exponencial, o senhor estava lá.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, quando eu... Eu saí em abril, o crescimento foi segundo semestre de 23 para a frente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É, então, de 22... Em 22 teve um crescimento, depois em 23 dobrou, em 24 dobrou. Os gráficos, os números estão ali. Eu acho que a gente não precisa entrar no preciosismo. Eu queria...

Então, eu tenho três perguntas para o senhor muito objetivas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quero pedir silêncio, por favor, na sala!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... e a primeira é o seguinte: entre março e maio de 23, a Vênus, que é a empresa do senhor, recebeu 228 mil da empresa Prospect – o que já foi falado aqui –, quando o senhor era de Diretor de Governança.

Então, a primeira pergunta, que já foi dita, mas eu vou perguntar para ver se eu entendo, é como é que o senhor concilia isso, porque você era diretor do INSS...Na minha visão tem um superconflito de interesse aí, muito conflito de interesse, porque você recebe dinheiro por um serviço prestado fora da tua função, e empresas... O dinheiro vinha de empresas ligadas aos grandes operadores do INSS, que é o Careca do INSS. Então, para mim, isso é um conflito de interesse claro, isso para mim é mais do que conflito de interesse; isso para mim é crime, sendo clara. E eu queria entender se o senhor não acha que isso é uma coisa, no mínimo – no mínimo –, muito conflituosa, conflitante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu tinha um compromisso contratual entre a Vênus e a Brasília Consultoria. Esse contrato, o objeto desse contrato foi montar, como é que é, criar, criar... Esqueci, me fugiu o nome...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... conteúdo para a empresa dele, que tinha um *app* de diversos benefícios. E o que eu fazia, dentro do INSS, eu trabalhava na área de governança, não trabalhava na área financeira nem na educação financeira. Então, não há conflito de interesse. E outra coisa que...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O senhor ganhava dinheiro prestando serviço, o senhor era diretor...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A uma empresa privada de consultoria...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Uma empresa privada sendo diretor. Eu acho isso muito conflitante.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Você pode ser diretor, ou seja, não, você não pode ser gestor nem administrador, mas você pode ser cotista, isso não tem impedimento. Eu posso ser cotista de uma empresa, mas não ser o administrador.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, mas aí é o subterfúgio – aí é o subterfúgio. Você é cotista, opera por ela, tua mulher pode ser administradora, um parente seu, um amigo seu, mas, na real, você está cumprindo um protocolo, assim, é que na minha visão isso é muito conflitante.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Se eu tenho um negócio a fazer, um contrato a ser assinado, eu tenho que ter caminhos para que eu não fuja da legalidade.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tudo bem. Eu discuto a lei, eu discuto o *modus operandi*, mas assim, o.k., se a lei é malfeita. O que você está falando para mim é assim: essa lei é um lixo e dá para ter um monte de brecha para sair. Então, a gente precisa rever isso, tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora a minha outra pergunta, após maio de 2024, a Vênus recebeu os 2 milhões, mais de 2 milhões da Brasília Consultoria, que é a empresa do Careca. Minha pergunta aqui: o senhor, sendo diretor ali do INSS, o senhor estava no cargo...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Aí eu já tinha saído, né? Quando diretor, eu recebi duzentos e...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Maio de 24?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Já tinha saído, eu saí em abril de 23.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, mas a minha pergunta é: mesmo quando você estava lá, você chegou a pedir autorização da Comissão de Ética Pública para atuar nesse segmento, porque, após deixar o INSS, essa é a minha pergunta...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não? Tá.

Minha outra pergunta para o senhor: o senhor manteve reuniões com dirigentes de sindicato e associações no período de 23 e 25?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nunca. A única, a única associação...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Para tratar de serviços da Vênus?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... com o governo, como Diretor de Gestão de Pessoas, eu tinha reuniões com sindicatos de servidores do INSS, nada a ver com ACT nem benefício...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – E também tinha, às vezes, algumas reuniões com a Anasps, que é a Associação dos Servidores, que o INSS parece que é... Mas nunca tive ligação nem com sindicato, nem com associações que fizeram desconto previdenciário.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, é assim, seu Alexandre, vou falar, eu estava ouvindo falas de uns colegas assim, vou até fazer um desabafo, porque eu olho outro tipo de coincidência, indo para um lado mais político aqui da vida, porque são coincidências que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm nada de coincidência, porque a empresa do senhor, o senhor abriu, se não estou enganada, em outubro...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Em novembro de 22.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso, foi logo após a eleição do Lula. O Sr. Alexandre cria a empresa Vênus Consultoria, o Careca do INSS também, logo que o Lula se elegeu, ele criou a Brasília Consultoria para praticar seus crimes. A Thaisa Hoffmann você conhece – a Thaisa Hoffman?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Conheci num evento um dia. É a esposa do Virgílio, né?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É. Então, ela se recusou, inclusive, a responder se tinha grau ou não de parentesco com a Gleisi Hoffman, que foi Presidente do PT até julho deste ano. Ela também abriu a Curitiba assessoria logo depois da eleição do Presidente Lula, para praticar os crimes que a gente discutiu aqui. Os "*golden boys*", todos eles, os que vieram aqui também, depois do Lula, criaram a empresa para praticar crime. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Dá licencinha? Obrigada.

Então, para mim é muito claro que foi só o Lula ser eleito para todo mundo abrir empresa para saquear aposentado e para roubar aposentado. Então, essa é a minha visão muito política, muito clara, que mostra que tem um flanco superaberto, porque, a partir de 2023, querendo ou não, começou a jorrar dinheiro nessas empresas que foram abertas depois da eleição do Lula, e isso não é uma coincidência. E a sua empresa, a Vênus, querendo ou não, recebeu os R$2 milhões ou R$3 milhões – o valor que vai ser apurado – depois disso. Então, a minha pergunta para o senhor, Sr. Alexandre, é que o senhor saiu do INSS, mas, mesmo depois de ter saído do INSS, o senhor continuou operando, continuou lucrando, continuou operando, articulando com os mesmos parceiros de quando você estava lá. Está correta a minha afirmação?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Continuei a cumprir o contrato que eu tinha com a Brasília Consultoria, dei continuidade, não tinha porquê fechar. Quer dizer, então, como eu falei anteriormente, eu também procurei... Nesse tempo, eu não fiquei parado, eu tentei outras operações para que a gente atuasse dentro do mercado. E outra coisa: quando eu resolvi abrir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vênus, eu já sabia que ia sair. Inclusive, no início de 2023, já tinha até nome para assumir meu cargo. Quer dizer, então, eu já sabia que ia sair e eu estava me preparando para ter um rendimento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Entendi. Porque o que a gente vê, e eu estou colocando um todo dentro do pacote, é que a estrutura do INSS foi completamente corrompida, foi criada lá uma rede de propina de lavagem de dinheiro à custa dos aposentados. E nós vimos aqui, por vários depoimentos, muita omissão, muita conivência, muita corrupção e muitos servidores que poderiam ter feito alguma coisa, e não fizeram nada.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E sempre... E aí a gente entra na questão da discussão desse... A gente está normalizando a barbaridade. É um absurdo, na minha visão, o senhor, Diretor do INSS, operando com empresa paralela, o senhor e todos que fazem isso. E a gente vê várias dessas lambanças e misturas do público e do privado acontecendo, porque, para mim, não faz sentido nenhum a gente falar que servidor é público, porque a única coisa que muitos servidores fazem – não o todo, mas muitos servidores, e com muito respeito aos bons servidores – é o uso da máquina pública, seja para se enriquecer, seja para olhar o próprio umbigo.

A gente vê isso em todos os níveis: vê no Judiciário, quando eles usam o cargo deles para beneficiar escritórios de advocacia de esposa, de filho, a gente vê isso quando eles não se julgam suspeitos para julgar os próprios casos; a gente vê no Executivo essa questão de indicação política, troca de cargo, essas indicações políticas que não são técnicas; a gente vê no Legislativo, dentro dessa lambança, não só de indicação política, mas também de uso de emenda e compra de apoio. Quer dizer, onde vamos parar?

Estou acabando, Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... aonde nós vamos parar se isso está completamente desvirtuado e normalizaram barbaridades? Quem serve... E tem muito servidor público, inclusive, que mora no exterior e acha que está servindo o país. Então, está na hora de moralizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor teria um papel muito importante, porque a gente quer saber quem é o mandachuva e quem é o padrinho. Se o senhor quer fazer um bem para a nação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... deleta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Antes de passar a palavra ao Deputado Paulo Pimenta, o Relator tem alguns esclarecimentos. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, rapidamente.

Eu fiquei com uma dúvida em relação ao quantitativo de recursos recebidos pelo depoente e pela Vênus Consultoria. Poderia dizer, em relação ao Sr. Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS, por ele, pessoa física, ou pelas suas empresas, qual foi a totalidade de recursos recebidos pelo depoente ou pela Vênus?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Agora de... Corretamente, mas por volta de...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aproximadamente.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... 3,6 milhão, se não me engano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Três milhões e seiscentos.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... e seiscentos, durante janeiro de 22 a abril de 25 – 22, não! –, janeiro de 23 e abril de 25.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda quais empresas do Sr. Antônio Carlos Camilo repassaram esses recursos para o senhor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O que teria que repassar é a Brasília Consultoria, mas aí eu vi que tem alguns repasses pela Prospect. Mas é... O serviço prestado deu uma média de R$150 mil mensais. Era o que a Vênus emitia as notas. E, como eu falei também, o serviço prestado, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu comecei com oito mensais, no início, e terminei com mais de 16 mensais, que era praticamente quase todo dia...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fala...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... a prestação do serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fala que começou com oito e terminou com 16. O quê? Horas, é?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso aí é... Trabalhos entregues.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... Então, o senhor entregava por volta de 16 trabalhos?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É; comecei com oito, dois por semana...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... e terminei com mais de 16. Eram mais de... Eram quatro por semana.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E recebia por mês aproximadamente R$150 mil?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A média foi R$150 mil...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dar um exemplo...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... bruto, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dar um exemplo bem prático de que trabalho foi esse?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Na área de educação financeira, ela é constantemente atualizada, dependendo do momento, mas a gente fala sobre a garantia da autonomia, gestão de renda e prevenção de... Evitar endividamentos... São vários. Eu tenho todos os serviços prestados. Quer dizer, então... E outra coisa é que eu terceirizei esse serviço. Então, eu tenho todo o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor terceirizou?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Terceirizei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para quem?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Para a Investforma, que é a que me servia de educação financeira; e, depois, em 24, eu fiz um outro contrato sem aumento de valores, mas aí eu comecei a produzir mais...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas foi bom o senhor esclarecer isso.

E o senhor, por essa terceirização, o senhor pagava quanto à Invest?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – R$5 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas R$5 mil... O senhor recebia 150 e pagava cinco?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Veja bem, quando você... Quando eu compro dele o serviço, ele está vendendo para uma pessoa. Isso aí, essa produção... Eu estava sempre com ele, porque a Investforma foi criada um tempo atrás e estava do lado da minha empresa em reinvestimentos.

Quer dizer... Então, ele vendendo para uma pessoa é R$5 mil; eu vendendo para uma quantidade que, teoricamente, você iria receber, daria menos de vinte e poucos centavos, daria R$0,22, R$0,23 por pessoa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me esclareça aí, por favor: o senhor foi contratado para prestar esse serviço de consultoria ou...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... de educação financeira.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem produziu o material? Queria esse esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A Investforma Ltda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. E o senhor pagava quanto a ela?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Cinco mil reais mensais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cinco mil reais mensais.

E o senhor ganhava quanto por conta desse material produzido por R$5 mil?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Cento e cinquenta mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Só lembrando da quantidade, tá, Deputado? Ou seja, eu estava comprando por 5 mil e vendia para uma pessoa. Com o contrato que eu tinha junto ao *app* de benefícios do Antonio Antunes, eu alcançava um número de...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... ele tinha um número de clientes muito maior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Alexandre, eu só queria que o senhor me voltasse a esclarecer. Do material que o senhor comprava de terceirizado, o senhor acrescentava alguma coisa a ele para revender?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu sempre participei da criação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu quero saber se... O senhor pagava R$5 mil e recebia um material. Era esse material que o senhor repassava para o Sr...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu... Desculpa. Eu também atuava na produção desses eventos, desse trabalho. Quer dizer, então, independentemente do dia a dia, eu estava sempre atuando junto com a empresa na elaboração disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, pelo que o senhor está falando, eram R$5 mil que o senhor pagava mesmo o senhor atuando, não é isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não entendi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, mesmo atuando, independente da sua atuação, o senhor pagava R$5 mil fixos...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... para essa terceirizada.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor disse, em algum momento, que trocou a empresa.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não troquei, eu contratei outra empresa para fazer mais produção.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E pagava quanto essa empresa?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Cinco mil também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cinco mil.

O senhor poderia afirmar quanto é que o senhor tinha de lucro em percentual? Porque eu sou ruim de conta. Quanto o senhor tinha de lucro?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tirando os impostos e o pagamento dos contratos e despesas da empresa, eu tinha por volta de uns oitenta e poucos mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oitenta e poucos.

Está certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Alexandre Guimarães, o senhor disse ali no início que o senhor foi filiado do PFL...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Eu me filiei ao PFL...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – PFL...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... em 2006.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Depois do PTB.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A eleição foi em 2006, não me lembro mais. Eu me filiei e fui candidato a distrital...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – PFL, depois PTB...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... do PFL. Depois eu fui do PDT...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – PTB, o senhor falou.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... PTB, e depois para o...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – PSC.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – PSB.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – PSB. Muito bem.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Depois me desliguei totalmente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se desligou.

A Parlamentar aqui que fala sempre e se retira fez uma série de insinuações aqui, como se o senhor tivesse algum vínculo com a vitória do PT, com a vitória do Lula. Por curiosidade, o senhor poderia me dizer em quem o senhor votou para Presidente?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Votei para o Bolsonaro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para quem?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Para o Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Bolsonaro. (*Palmas.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vi que, nas suas redes sociais, tem várias postagens: "Sou patriota", "Jair Bolsonaro".

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não postei nada, eu não posto nada.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, está postado, eu tenho aqui.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, aí foi compartilhado, alguém mandou para mim, e eu...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo. Está bom. Não, mas não vem ao caso. O importante é que fique claro que a Parlamentar e o "Zé Chuvinha" também, que faziam... "Esses aqui que mentem, da esquerda, do PT...". Então, vamos parar com essa bobagem. O Sr. Alexandre Guimarães é um homem que tem história no PFL, no PTB, eleitor e apoiador do Bolsonaro, ponto. O resto é narrativa para enganar bobo, certo?

Aí deu o golpe contra a Dilma, e o senhor resolveu distribuir currículos. Aí o Andre Moura, que era o braço direito do Eduardo Cunha, um dos líderes do golpe, resolveu chamá-lo. Foi assim?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não tem nada a ver com golpe, não tem nada de...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como é que o senhor chegou ao Andre Moura? Como é que o senhor chegou ao Andre Moura?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu distribuí meu currículo, e chegou a ele.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Distribuiu onde? Distribuiu onde?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ao mercado. Eu já fui Presidente da associação. Distribuí para as pessoas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas eu estou perguntando como foi que o senhor chegou ao Andre Moura?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Cheguei através dos contatos, da liderança lá, que me chamou para conversar, que tinha recebido meu contrato, meu currículo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aí o senhor... O Líder do Governo do Temer, que era conhecido, na época, como o dono do INSS...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não estive com ele, viu, Deputado?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... indica o senhor para ser Diretor de Pessoal, Gestão de Pessoal do INSS, mas o senhor não é de carreira do INSS; quer dizer, por que botaria uma pessoa que não é do INSS? Pega um currículo do LinkedIn no mercado e colocam-no Diretor de Gestão de Pessoas? Eu confesso para o senhor que eu imaginava que o senhor fosse do quadro, porque o cara, para ser gestor de pessoal de uma empresa que tinha, na época, quase 30 mil funcionários... Aí bota uma pessoa de fora do quadro? Uma pessoa que não é da estrutura do INSS? Não parece um negócio meio esquisito?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu só posso te responder que eu assumi o cargo e fiz o que o cargo pedia, ou seja, eu cumpri meu papel. Não fui eu que me coloquei lá, eu fui colocado lá...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor foi colocado lá pelo Andre Moura.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... e fiz o... O indicado... Não sei se sai na nomeação quem é a pessoa, deve sair.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor já disse para nós aqui...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas eu não conheço o Andre Moura pessoalmente. Estive com ele uma vez...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aí o senhor foi para o mercado, para outras andanças. Daí o senhor volta para o INSS, o Ministro era o Paulo Guedes. o Secretário de Previdência era o Bruno Bianco, o Presidente do INSS era o Leonardo Rolim, e o senhor volta indicado pelo Deputado Euclydes Pettersen, é isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como foi que chegou no seu currículo?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mesma coisa...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mesma coisa.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mesmo procedimento anterior.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Botou o currículo...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o Deputado achou o seu currículo, chamou o senhor... Chegou a conversar com ele ou não?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Cheguei a conversar com ele.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Com o Euclydes Pettersen?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Inclusive, é, tivemos... Foi um contato telefônico, depois eu estive na Presidência do INSS, com o Rolim, e depois saiu a nomeação e fizeram uma reunião lá com o Bianco...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Bianco?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... e o Presidente do INSS.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, o senhor passou por todos esses camaradas?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, quando você é nomeado, você passa por uma série de...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... exigências e sabatinas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito. Então, o senhor virou Diretor de Integridade, Governança e Gerenciamento de Riscos, indicado pelo Sr. Deputado Euclydes Pettersen, que recebeu o seu currículo e resolveu indicá-lo para ser Diretor de Integridade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governança e Gerenciamento de Riscos, sendo que o senhor não é da carreira da INSS, o senhor é de fora da INSS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não sou funcionário público.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu sempre atuei na iniciativa privada.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para mim, já está bastante claro isso.

E aí, então, o senhor começa a estabelecer uma série de relacionamentos.

Em 2022, o senhor conhece o Antônio Camilo, o Careca, lá num bar, na Asa Sul, começam a fazer tratativas e aí criam a Vênus. Curiosamente, o sócio da Vênus também contou para nós aqui que foi contratado pelo LinkedIn.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não é sócio...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, é o administrador – desculpe –, o administrador da Vênus também...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, ele não foi por LinkedIn...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Foi recrutado pelo...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele foi indicado pelo Antônio e entrou em contato comigo para me ajudar a abrir a empresa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim... Não, mas foi indicado para o Antônio, Doutor. Ele foi indicado para o Antônio pelo LinkedIn.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É um processo semelhante ao da...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu acho que o senhor está confundindo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... contratação do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu acho que esse aí foi o outro que entrou no lugar dele.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Foi o Milton.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi esse aí.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, foi o Milton?

Pô, mas o senhor conhece todos os caras que trabalham com o Careca e até a maneira que foram contratados.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu conheço muita gente, mas o Milton eu conheci aqui na CPMI.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (*Fora do microfone*.) – Conheci pela televisão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E aí, então, com o senhor ainda no Governo, em novembro de 2022, é criada a Vênus, num esquema que envolve Careca, Camisotti, Cecília Montalvão, que estão no centro, no núcleo de um dos maiores esquemas de desvios do INSS.

O senhor percebe a furada em que o senhor se meteu. Aí o senhor estava prestando serviço para uma empresa que tem vínculos diretos com o Careca, com o Camisotti, com a Cecília Montalvão... Quantos funcionários tinha na Vênus, Doutor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ah, o serviço da Vênus era terceirizado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quantos funcionários o senhor tinha na Vênus?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Era só eu...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só o senhor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... e o Rubens, que é o administrador. Era terceirizado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só o senhor e o Rubens? Servidor, não? Não tinha lá registrado ninguém contratado?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não tinha nenhum trabalhador com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aí vocês pagavam R$5 mil por mês para alguém que produzia o conteúdo?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Para alguém não, para uma empresa que eu contratei – tem o contrato aqui –, que produzia, fazia a produção, junto comigo, eu também estava sempre junto com quem produzia...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor pagava 5 mil...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... para atender a Brasília Consultoria.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É, mas o pagamento não foi feito pela Brasília Consultoria.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O pagamento... O senhor está falando de quê mesmo?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Foi feito pela...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O contrato, para a Vênus, foi da Brasília Consultoria para a Vênus.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A Vênus tem contrato terceirizado, Vênus para a Investforma, que me ajudava a produzir o conteúdo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

É que o carro o senhor vendeu para uma empresa e recebeu pela Prospect; os 228 mil, o senhor prestou serviço para uma empresa e recebeu pela Prospect.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A venda do carro não tem nada a ver com o serviço.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Já foi falado aqui, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas o senhor recebeu pela Prospect, que está diretamente envolvida no esquema do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não podia adivinhar, alguns anos atrás, que estaria envolvido, porque não tinha, não tinha escândalo nenhum.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E depois?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Por mim, era um empresário em quem eu confiava, confio hoje. Eu sou... O Antônio... Não tem nada que impeça de não ter feito negócio com ele anteriormente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

Era um negócio em que o senhor gastava 5 mil e vendia por 150 mil. Eu confesso para o senhor que o senhor é um homem de sorte. É um cara de sorte porque bota um currículo, o Andre Moura acha o senhor e o senhor vira Diretor do INSS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu ajudava também a fazer os conteúdos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Depois, bota o currículo...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Então, pagava 5 mil e a empresa...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o Euclydes Pettersen acha seu currículo. Depois, o Careca precisava de alguém para produzir conteúdo... E olha que o Careca é um cara esperto para negócios, hein? Em vez de ele pagar 5 mil para alguém pelo conteúdo, ele resolveu pagar 150 mil para alguém que pagava 5 para outro gerar conteúdo?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele não conhecia quem fazia isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu... Atuando no mercado financeiro, eu tinha...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, o senhor é um homem... De fato, o senhor é um homem de sorte, bem-sucedido e azarado. Azarado porque acabou entrando numa furada, e a sua empresa agora está vinculada, envolvida no centro de um mega esquema de corrupção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do qual... O Careca, o Camisotti e a D. Cecília Montalvão estão no meio de tudo isso, e o senhor foi puxado para dentro de tudo isso com a sua empresa.

Então, lamento lhe dizer que eu acho que a sua sorte acabou, entendeu? Acho que gastou a sua cota de sorte. E agora...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu tenho um compromisso contratual com a Brasília Consultoria e junto com a Vênus... E foram cumpridas todas as exigências contratuais. Agora, é... Fora isso, não tem nada que...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – E o serviço foi, é... Está comprovado? Tudo está comprovado e com data de entrega.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Alexandre, antes de passar a palavra ao Duarte Jr., uma pergunta aqui: por um acaso, foi o Careca quem indicou o seu currículo para os dois que o indicaram?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não, não conhecia o Antônio quando foi... Em 2017, eu nem pensava em... Não tinha nem... Em 2021, também não conhecia ele, fui conhecer depois. Foi em 22, antes de 22.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O Duarte trocou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Duarte Jr.

Não, não... É que foi... Ele trocou com o Paulo Pimenta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, ele trocou comigo agora. Eu pedi licença, se fosse possível, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, tudo bem.

Como é que é? Mas cadê ele?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Você vai falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, vai falar...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu ia, mas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se eu pudesse falar logo, eu agradeceria muito, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É que, com o Marcel pedindo tão gentilmente assim, eu fico até...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Vai para 13º, né?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É... Não, tudo bem, tudo bem. Não, com toda a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso passar, Excelência?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pode, pode fazer a permuta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Deputado Marcelo Van Hatten.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Fica registrado o crédito em ata.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Não, eu agradeço. Fica registrado o crédito em ata aqui, até porque eu tenho um compromisso fora e volto depois para os depoimentos. E nós estamos, inclusive, com sessão plenária na Câmara dos Deputados neste momento.

Sr. Presidente, eu queria começar perguntando ao depoente quando ele conheceu mesmo o Antônio Camilo, o Careca?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Início de 22.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Início de 22.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não posso afirmar o mês, mas foi mais ou menos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, tudo bem.

E, durante o período entre o início de 2022 e novembro, o senhor encontrou quantas vezes o Careca? Tiveram outras conversas?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tivemos outras conversas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sobre?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tivemos... Sobre a possibilidade de fazer esse contrato.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – De fazer o contrato enquanto estava na Diretoria de Gestão e Governança do INSS, em 2022.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim, senhor. Sim, senhor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, o senhor teve contatos com o Careca até chegar o dia 3 de novembro de 2022, se eu não estou enganado, quando o senhor abre... Onde é que está aquele...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Dia 1º, abro a Vênus.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Aqui... Bom, o Relator diz 3 de novembro. É dia 1º?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – É, mas aqui a abertura está...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É 1º. Está bom.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Em 3 de novembro de 2022... Isso é dois dias depois da eleição do Lula, junto com a empresa, na mesma data em que foi aberta a empresa Curitiba Consultoria da Thaisa Hoffmann, esposa do Virgílio, Procurador do INSS. Isso é coincidência?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não sabia que ela tinha sido aberta. Eu não sabia, eu sei da minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É coincidência?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Estou respondendo pela Vênus.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, eu estou perguntando se é coincidência. Sim ou não?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Se foi aberta, eu não sabia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não sabia, então, é coincidência. Bom, é coincidência.

Agora, Sr. Presidente, eu não acredito muito em coincidência, para ser sincero nesses casos. Ainda que eventualmente o Sr. Alexandre não soubesse, mas a gente vê que tem uma organização criminosa, uma quadrilha por trás, que preparou todo esse roubo, porque o Sr. Alexandre disse há pouco também que ele já sabia que seria trocado do INSS na gestão seguinte. É verdade isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Verdade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que motivo o senhor seria trocado?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mudança de Governo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas foi exonerado só em abril. Por quê?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu esperava que fosse em janeiro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor foi exonerado em abril, mas...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas eu esperava que fosse em janeiro, não é?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está bem. E aí como é que funciona esse negócio?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Esse período de...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor era de um Governo, mas já sabia que ia ser exonerado do outro, mas, ao mesmo tempo, já estava em contato com o Careca, que também sabia que ia receber dinheiro dos sindicatos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Como eu não sou funcionário público e não tinha um emprego certo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Quer dizer, então, eu, sabendo que iria sair, eu procurei alternativas para me manter depois que eu saísse do Governo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É, mas deixe-me corrigi-lo. O senhor era funcionário público. O senhor pode não ser de carreira...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, eu estava como... É, de carreira.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas o senhor era funcionário...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O senhor está certo. O senhor está certo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Na prática, o senhor era servidor público, certo? E o servidor público... O senhor disse, em determinado momento, que abriu empresa e colocou o Sr. Rubens... Está aqui, Rubens Oliveira Costa. O senhor confirma que o senhor botou o Sr. Rubens de sócio-administrador porque o senhor sabia...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sócio, não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O que era, então?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele foi contratado para ser o administrador.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas por quê?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não sócio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas por quê?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Porque eu era servidor público, estava como servidor público e não podia ser administrador da empresa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor era Diretor de Governança e Integridade do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor tem obrigação de conhecer a lei. A Lei 8112, de 1990, diz que é vedado ao servidor público – o senhor é servidor público – ser sócio-administrador de empresas...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Administrador.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Administrador.

... inclusive, se for de fato. Isso é jurisprudência da CGU.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor era de fato.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu era sócio cotista.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não era administrador da empresa?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não era?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não era.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não colocou só no papel o Rubens?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k. Agora, me parece que, na prática, é.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Você pode pegar todas as assinaturas de abertura de empresa... É a assinatura do Rubens.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que o Rubens?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Porque foi indicado... Foi indicado pelo Antônio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pelo Careca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, a Lei 12.813, de 2013, diz duas coisas muito interessantes também, e o senhor, como Diretor de Integridade, deveria saber: primeiro, durante o cargo... Está aqui a lei, está marcadinha aqui: durante o exercício do cargo, o senhor não pode prestar serviço para pessoa jurídica que tenha interesse na decisão do seu órgão.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu fiz o contrato com a Brasília Consultoria. Eu não fiz com...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a Brasília...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A Brasília Consultoria não tinha nenhum contrato com o INSS. A Brasília Consultoria prestava serviços a outras empresas privadas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas recebia... Prestava serviços para as entidades que roubaram no INSS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Hoje nós estamos sabendo, né?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É, mas fez.

E depois isso... Isso é um conflito de interesse tremendo, porque, depois de deixar o cargo, o senhor tem impedimento por seis meses de prestar serviço a pessoa jurídica que tenha relacionamento relevante com o órgão. Então, o senhor deveria, pelo menos nos próximos seis meses, deixar de prestar serviço a uma empresa que está prestando serviço ao INSS, porque, até onde o senhor nos disse, as consultorias que eram dadas tinham relação com o INSS. O serviço prestado não tinha relação com o INSS?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O objeto contratual não tinha nenhum vínculo com o INSS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah, não? Então, esse serviço de gestão que era oferecido pela Vênus Consultoria, que o senhor oferecia...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Era para a Brasília Consultoria.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é, mas não tinha nada a ver com o que a Brasília...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A Brasília Consultoria tem prestado serviço a outras empresas privadas. Não tinha contrato com o INSS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha, a Brasília Consultoria e a Curitiba e a Prospect, todas elas – está muito claro, Sr. Alexandre – lavaram dinheiro...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Hoje, nós estamos sabendo, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas é o seguinte: já sabia antes...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas como é que eu ia saber quem eram os clientes dele? Eu fiz contrato com ele.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o seu produto tinha...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não sou obrigado a saber quem são os clientes da minha contratante.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha só, eu entendo que o depoente está aqui sem *habeas corpus*, mas ninguém aqui é bobo.

O senhor sai do INSS, deixa de ser Diretor de Integridade em abril de 2023, mas sai já com uma empresa montada para atender as empresas do Careca, com quem o senhor esteve dentro do Ministério da Previdência em fevereiro de 2023 em uma reunião de trabalho e não sabia que os serviços que o senhor ia oferecer para o Careca eram serviços para empresas como as dele, que supostamente atendiam ao INSS. Não faz sentido o senhor ter estado com o Careca dentro do INSS, dentro do Ministério da Previdência, e não saber que ele atendia ao INSS. Isso aqui é nos fazer, na verdade, de trouxas.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – No objeto contratual que eu tinha e que eu prestei serviço...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O papel aceita tudo, Sr. Alexandre, nós sabemos que o papel aceita tudo. O objeto contratual pode dizer, pode ser muito bonito. A nota fiscal fria vem com um valor e com uma descrição que não corresponde, muitas vezes, à realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos vendo aqui é que essa quadrilha foi montada na transição do Governo Bolsonaro para o Governo Lula. Olha só a coincidência: no mesmo dia 1º de novembro, tanto a Thaisa Hoffmann, que é esposa do Virgílio, como o Alexandre Guimarães – Virgílio era Procurador do INSS e o Alexandre Guimarães já sabia que ia sair, mas era justamente Diretor de Gestão e Integridade... Aí ele monta uma empresa para receber das empresas do Careca, que são empresas de fachada, R$150 mil por mês, dos quais sobram mais de R$80 mil... E aí eu quero perguntar, Alexandre: esse dinheiro também era utilizado para pagamento de propina para algum político?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Como eu disse anteriormente, eu abro o meu extrato bancário, tanto da Vênus como o pessoal. Nunca paguei propina para político nenhum, nem para político, nem para servidor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor fazia saques em valores altos em dinheiro?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, não fazia saque. No meu extrato, o senhor vai verificar que todo o dinheiro recebido pela Vênus que passou para minha pessoa física era pago, ou seja, tinha gasto lá tudo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, ficava para o senhor mesmo como serviço que era prestado...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Pode, pode... Eu já abri o extrato.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha só, Sr. Alexandre, era um dinheiro que veio da roubalheira dos aposentados – R$150 mil por mês o senhor está admitindo aqui. O senhor está admitindo aqui... O senhor pode não dizer que foi tipo legal, mas é claro que o senhor infringiu a Lei 8.112, a vedação de o servidor público ser administrador de empresas que têm contrato com o Governo. É claro que o senhor infringiu a Lei 12.813, de 2013, de conflito de interesse durante o seu exercício no cargo, e depois... Pelo menos uma condenação precisa se dar de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração.

Mas vai mais além, porque o senhor ficava com R$80 mil, um dinheiro que foi mal havido, que foi roubado dos aposentados. E aí a gente percebe, Sr. Presidente e caro Relator, que onde tem PT, tem roubo. O pessoal se preparou, o PT se preparou para chegar e, no primeiro dia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... começar a roubar e passar a lavar esse dinheiro todo do roubo dos aposentados, porque é o modo do PT de agir.

Infelizmente, isso aqui... Isso chega a dar um desânimo, Presidente e Relator, porque eu sei que é prática, lamentável, no poder público, esse tipo de contrato de empresa de fachada, que diz que presta serviço... Mas é um absurdo a pessoa dizer que recebia 150 mil, pagava 5 mil para outro CNPJ fazer o serviço e ficava com mais de 80, porque tem os impostos, tem não sei o que mais, e achar que isso é normal. Não é normal. Não é normal.

Lamentavelmente, aqui está, mais uma vez, comprovada a roubalheira do PT, a forma como age e, sinceramente, Presidente e Relator, se há lei e justiça neste país, o Sr. Alexandre vai precisar pagar pelos crimes cometidos, pelo menos, da Lei de Improbidade Administrativa, da Lei de Conflito de Interesses... E, certamente, se houve lavagem de dinheiro e pagamento de propina, como nós também suspeitamos – houve em tantas outras empresas –, vai precisar também pagar por esses eventuais crimes de uma forma muito dura.

Mas, lamentavelmente, nós confirmamos, mais uma vez, onde tem PT, tem roubo e aqui roubo do dinheiro dos aposentados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Muito obrigado, Deputado Marcelo Van Hatten.

Aceito, duplamente, o seu agradecimento, a sua gratidão.

E passo aqui a palavra, agora, para o Senador Rogerio Marinho, por dez minutos.

Em seguida, Deputado Carlos Jordy e, logo após, Deputado Ricardo Motta – Ricardo Maia –, por dez minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Motta está lá do meu estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em especial o nosso depoente, preciso dizer a V. Sa. que é importante, muito importante a sua presença aqui, despido de um escudo que é o *habeas corpus*, que é um direito que V. Sa. teria de pleitear.

E quero dizer a V. Sa. que tem todo o meu respeito no sentido do cumprimento da Constituição, ou seja, da presunção de inocência.

Dito isso, vou fazer uma pergunta a V. Sa. e depois eu quero discorrer um pouco sobre o tema, porque me parece, Sr. Alexandre, sinceramente, que, dada a importância dos fatos em que nos debruçamos, o seu papel não foi dos mais relevantes. V. Sa., na minha opinião, pelo que tenho ouvido até agora, é uma peça pequena dessa engrenagem. E aqui, nesta Comissão, nós estamos vendo, assim, uma vontade muito grande de ouvir algumas pessoas e deixar de ouvir outras que poderiam ser mais relevantes para essa investigação.

V. Sa., como membro da diretoria, Chefe da Diretoria de Governança e Integridade, conhece a Comissão de Ética do Governo Federal?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Se eu conheço a Comissão?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Que ela existe...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Existe.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Que ela funciona...

A pergunta que eu faço a V. Sa., e essa foi uma preparação: o senhor não achou que essa sua transição abrupta da área pública para a privada, pelo que o senhor respondeu ao Relator – a partir de janeiro de 2023, mesmo no exercício do cargo, V. Sa. começou a ser remunerado por esses serviços extraordinários –, o senhor não acha que o senhor pelo menos deveria ter consultado a Comissão de Ética no sentido de perguntar se era necessário uma quarentena?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tá. Eu acho que poderia, mas, até o Deputado anterior comentou...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Marcel van Hattem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... o Marcel Van Hattem. Ele falou que é vedado ao servidor público ter contratos com empresas... prestar serviço para empresas que têm contrato com o Governo.

Então, mais uma vez eu repito que o meu contrato com a Vênus e com a Brasília Consultoria era privado para privado. Bom...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu quero dizer a V. Sa. que V. Sa., na verdade, é um produto do momento em que nós vivemos.

Eu tenho escutado aqui nesta Comissão, assim, repetidamente, um discurso de que este Governo atual é um Governo probo, honesto, formado por vestais, por pessoas que não conhecem a corrupção, que não roubam nem deixam roubar, e que, quando se depararam com o problema, incontinentemente agiram para evitar que a situação perdurasse e se aprofundasse. Isso é a mais deslavada mentira!

Aqui é dito também, caro depoente, que o Governo Bolsonaro preparou a situação para perpetrar esse crime hediondo contra aposentados, em desfavor de hipersufientes, de pessoas desprotegidas, e a favor de sindicatos e associações da esquerda brasileira. Isso é tão inverossímil, tão, tão maluco, que só pode ser engendrado por um cérebro que está impregnado das informações dadas pelo marqueteiro chefe, o cidadão aí, o mágico, o Sidônio, que deve estar orientando aqui a maneira como tem que se comportar a esquerda aqui nesta Comissão. Mas o mais interessante é que eles não se cansam. Eles aqui fazem uma fila numa reunião de dervixes, balançando a cabeça no mesmo ritmo e dizendo a mesma coisa.

Bom, primeiro, corrupção, o Brasil e qualquer país do mundo tem. Nós temos é uma má sorte, porque, desde 2002, terminando em 24, em 20 e 26 anos, 24 anos do nosso século, a partir de 2002, 18 anos de PT. E 18 anos de PT nenhum país merece!

E aqui está, ó: o ex-Ministro Paulo Bernardo, em 2010, ó: "Escândalo com consignados." Aí, dizem: "Ah, apareceu agora". Em 2010, faz 15 anos. Em 2010, descontos associativos. A manchete é: "Contribuição compulsória: aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões", em 2010.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Idosa descobriu que teve descontos indevidos do INSS por 30 anos", após o conhecimento da fraude atual.

Aí, um discurso aqui... "Nós queremos acabar com a contribuição associativa". "Projeto que acaba com contribuições vai 'sepultar movimento sindical no Brasil', diz [o atual] ministro da Previdência". Mudaram pelo peso da opinião pública.

"Lula diz que se reúne 'todo ano' com a Contag, [que é] investigada pela PF e a principal beneficiária desde 1994 do desconto associativo."

"Acusada de fraudes no INSS, Contag ganha de Lula dois assentos no Consea." É o prêmio.

Aí nós estamos vivendo num país – e eu queria que V. Exa... a Comissão colocasse o primeiro *post* aí – em que a moral está sendo relativizada:

- 2004: escândalo dos bingos(Waldomiro Diniz, José Dirceu);

- 2005: Mensalão;

- 2006: Aloprados;

- 2006: Palocci (caseiro Francenildo);

- 2010: Operação Porto Seguro;

- Valec/Dnit (superfaturamento/propina);

- Erenice Guerra, do BNDES;

- Convênios irregulares no Ministério do Esporte;

- Lava-Jato;

- Fundos de pensão (Greenfield);

- INSS;

O Supremo Tribunal Federal – pode passar para a próxima... O Supremo Tribunal Federal, no início do Governo Lula, atendendo a um pedido do Partido Comunista do Brasil, suspendeu a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

das Estatais durante quase um ano. Depois essa lei foi ratificada. Nesse meio tempo, eles fizeram o que sempre fizeram: aparelharam a máquina pública.

Estão utilizando o Estado novamente, repetindo o mesmo método em favor da perpetuação do poder; não têm projeto de país, têm projeto de poder.

O STF validou depois as restrições, um ano depois, mas o que é que aconteceu? Não retroagiu no tempo e está tudo aparelhado: banco público, fundo de pensão, autarquia, a Petrobras, o BNDES. Tudo aparelhado!

E qual o resultado? Está aí, déficit nas estatais, prejuízo nas estatais, má gestão, desvio de recursos públicos, malversação de recursos públicos. Vejam o que está acontecendo nos Correios.

A primeira entrevista dada aqui pelo Ministro da Justiça, Lewandowski, que na época foi quem suspendeu essa situação e permitiu o aparelhamento da máquina pública, na primeira entrevista dele, quando ele foi perguntado: "Seu filho, o senhor que comanda o STF... a investigação, o Ministro da Justiça, ele é um dos principais advogados de uma dessas empresas fraudadoras". "Não há conflito de interesse".

V. Sa. tem razão em dizer que não há conflito de interesse. Se o STF, através do seu Ministro Lewandowski, diz que não há conflito de interesse, se ele conduz a investigação, como é que V. Sa. poderia se comportar de maneira diferente? Infelizmente!

Aí vem o STF, que é o mesmo que definiu, por 7 votos a 4, que não há conflito de interesse quando um cônjuge ou um parente atua em um processo que ele é juiz. Que país é esse?! É o país da moral do PT.

A próxima, por favor.

Então, nós estamos aqui num processo em que tudo isso tem causa e consequência, porque na hora que se comporta dessa forma com a administração pública, na hora que se banaliza essa situação, na hora em que se acha que está naturalizado, que é normal, que ninguém deve achar ruim o fato, por exemplo, de que nós estamos aqui imersos, sobrecarregados por um processo de insegurança que grassou no país, aí nós temos um Presidente da República que diz o seguinte: "Olha, roubar um celular não pode ser motivo para prender ninguém, porque quem roubou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente, é uma vítima da sociedade e utilizou essa ação para tomar uma cervejinha". Não faltaram milhares de formadores de opinião para dizer: "Olha, foi um escorregão, uma pisada no tomate".

O Lewandowski está comemorando que, em 50% daquelas audiências de custódia, solta-se o criminoso. Quem está sendo protegida, infelizmente, não é a sociedade.

Aí o Presidente da República vai agora à Malásia e diz a seguinte frase que do que a boca fala, o coração está repleto: "Traficante é vítima de usuário".

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Aí se faz uma grande articulação com os formadores de opinião para dizer: "Não, não foi bem assim, foi um escorregão, foi a dialética".

Essa é a moral do partido, é a maneira como a esquerda enfrenta esse processo. São 18 anos de PT, este país é muito forte para aguentar isso, gente!

Se aparelhou a máquina pública para se roubar, para se dilapidar patrimônio público, para se malversar recurso da população brasileira.

Eu, sinceramente, fico preocupado, porque esse tipo de situação aqui é uma situação que é uma forma recorrente de comportamento que é relativizada ou é relativizado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... por setores importantes da opinião pública.

Então, eu espero, de verdade, sinceramente, que as coincidências que foram colocadas possam ser esclarecidas.

Como eu disse no início, e vou concluir, Sr. Presidente, a presunção de inocência é um princípio constitucional.

Eu acredito na lei, eu acredito na justiça. Agora, existe uma série de fatos, Sr. Alexandre, que mostram que há uma situação que o coloca, no mínimo, numa repetição de um padrão, exatamente o que a Thaisa faz. Ou seja, no processo de transição entre dois Governos, duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas são montadas e recebem recursos, fruto de desvio de finalidade dos descontos associativos.

Então, esperamos que a justiça seja feita e que a disputa política se mantenha na disputa política, porque não dá para a gente ficar escutando aqui a mesma conversa todas as reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Muito obrigado, Senador Rogerio Marinho.

Por dez minutos, Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentá-lo, cumprimentar o nobre Relator, cumprimentar também o depoente, o seu advogado.

Inicialmente, eu queria aqui fazer coro aos Parlamentares do Governo sobre as convocações que foram propostas aqui, inclusive a convocação do ex-Secretário, e ex-Deputado também, Andre Moura, que possivelmente teria indicado o Sr. Alexandre em 2017 para o INSS, até porque nós não passamos pano para ninguém, não temos aqui bandido de estimação. Nós queremos apurar, de fato, quem roubou os aposentados, quem estava por trás desse grande esquema e se teve realmente pessoas que, inclusive, fizeram parte do Parlamento, estão na estrutura do poder público. Essas devem ser punidas com mais rigor ainda, ao contrário deles, que, quando há algum requerimento que os atinge, que atinge a classe política relacionada a eles, eles fazem vista grossa e fazem aqui a blindagem, como aconteceu já com diversos requerimentos, inclusive com o irmão do Lula, Vice-Presidente do Sindnapi, que foi barrado aqui; o requerimento também para obtermos dados do RIF da Sra. Danielle Miranda Fonteles, que eles barraram aqui.

Também peço aqui ao Presidente para que nós possamos, na próxima reunião deliberativa, pautar o meu requerimento de convocação da Sra. Danielle Miranda Fonteles, publicitária, que já fez campanhas para o PT, que recebeu já alguns milhões, se não me engano, 3 milhões do Careca do INSS.

Bom, a essa altura do campeonato, é difícil de nós falarmos aqui sem sermos repetitivos, sem abordarmos questões que já foram trazidas aqui por outros Deputados e Senadores, mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou trazer novamente aqui essa famigerada foto, que, inclusive, eu trouxe também na semana passada. É que é uma foto muito emblemática para mim.

Nesta foto aqui nós temos o Careca do INSS; nós temos o André Fidelis, que era o Diretor de Benefício, Dirben; nós temos aqui o Sr. Alexandre Guimarães; o Virgílio, que foi depoente também, alvo da nossa oitiva na semana passada; e o então Deputado Federal que, alguns dias após, assumiu a Secretaria-Executiva do Ministério da Previdência, o 02 da Previdência, e que hoje é o atual Ministro da Previdência, que, inclusive, fez chacota da CPMI, dizendo que nós estamos aqui fazendo pirotecnia.

Eu queria questionar ao depoente o que ele estava estaria fazendo aqui nessa reunião, se ele estaria aqui entregando currículo, porque... É uma pergunta retórica, na verdade.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor. *Fora do microfone*.) – Já estava como Diretor...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – É uma pergunta retórica, porque, na verdade...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... lá no final de...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Pois é, mas aí o senhor entra numa contradição, porque essa reunião aqui foi no dia 12 de janeiro de 2023.

O depoente disse aqui que ele fez a empresa Vênus Consultoria, aberta dois dias após o segundo turno, que ele fez essa empresa porque ele já sabia que ele seria retirado do cargo, já haveria uma reorganização por conta da mudança do Governo, mas aqui ele está numa reunião, dia 12 de janeiro de 2023, uma reunião com grandes figuras da Previdência, do INSS, figuras centrais desse esquema, figuras centrais do roubo dos aposentados. Inclusive, eu trago aqui, por exemplo, o Eric Fidelis, Dirben, que autorizou o desbloqueio em lote da Contag, e também o Virgílio, Procurador-Geral do INSS, que também endossou o desbloqueio em lote da Contag.

E é bom que a população possa entender aqui o que é o desbloqueio em lote e o que é a Contag. Que entidade sindical é essa? A Contag é uma das maiores entidades sindicais envolvidas com o roubo dos aposentados, e essas duas pessoas permitiram que houvesse o desbloqueio em massa. Mais de 30 mil aposentados foram lesados em massa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o Governo Bolsonaro instituiu uma instrução normativa e diversos dispositivos infralegais para determinar que os descontos começam bloqueados, e há de ser, há de ter a necessidade, é preciso que haja o aceite dos aposentados para que sejam autorizados os descontos. E essas pessoas aqui na reunião com o depoente foram responsáveis por fazer com que a Contag pudesse desbloquear mais de 30 mil descontos. E a Contag, vale destacar, tem como Presidente Aristides Veras, que é irmão do Deputado, do PT, Carlos Veras.

Aqui eu trago também algumas coincidências da Vênus Consultoria que me causam muita estranheza, acredito que a todos que estão nos assistindo. A Vênus Consultoria, que foi aberta no dia 3 de novembro de 2022 – inclusive ele disse que foi no dia 1º, mas no espelho da Receita Federal está dia 3 –, ela tem uma coincidência com a Curitiba Consultoria, que é da Thaisa, que inclusive estava aqui na semana passada. Ambas foram feitas dois dias após o segundo turno e ambas receberam recursos da Prospect Consultoria e da Brasília Consultoria, que são empresas do Careca do INSS.

Agora, o que mais têm em comum a Vênus e a Curitiba? Além desse fato de terem sido constituídas após o segundo turno e receberem milhões de empresas do Careca do INSS, fruto da fraude dos aposentados, ambas têm como administrador financeiro o Sr. Rubens Oliveira Costa, que também é administrador financeiro de todas as empresas do Careca. O Rubens Oliveira Costa é administrador financeiro da Prospect, da Brasília, da Vênus. Inclusive, quando cria a sua empresa Vênus, ele tem, ele coloca como *e-mail* da empresa, um *e-mail* da Prospect. É uma coisa também inacreditável! (*Risos.*) É mais do que um batom na cueca.

E o que é que tem em comum também essas duas empresas? Os seus proprietários, inclusive, está aqui, o Sr. Alexandre Guimarães e, no caso, a D. Thaisa Hoffmann, justificam os valores milionários recebidos com supostas prestações de serviços. A Thaisa veio aqui na semana passada e nós demonstramos aqui todo o fluxo financeiro dela de mais de 15 milhões. E ela dizia aqui, de forma muito veemente, que prestou todos os serviços e tinha provas da prestação de todos esses serviços, falando que eram pareceres médicos para idosos. E o Sr. Alexandre aqui também recebeu quase 4 milhões e fala que foram cursos de educação financeira. Agora, o que eu não entendo, uma grande coincidência também, é como, entre tantos médicos, tantos economistas no Brasil, foram escolhidos logo a Thaisa, que é esposa do Virgílio, ex-Procurador do INSS, e foi escolhido como economista para fazer os cursos de educação financeira justo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre Guimarães, que é, que foi Diretor de Governança do INSS. Não dá para acreditar que vocês acreditem que o brasileiro e que nós aqui vamos acreditar numa coincidência como essa. Mesmo que você seja extremamente competente. E, mais do que isso, além de imoral, porque você era...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... Diretor de Governança do INSS, isso é extremamente ilegal: aceitou fazer cursos de educação financeira para empresas do Careca do INSS. E diz aqui que não sabia que estaria prestando esse serviço para aposentados, que estaria prestando essa assessoria para pessoas que estavam tendo descontos irregulares?! Aqui não tem nenhum bobo, me desculpe, perdoe, mas não dá para acreditar numa baboseira dessas. Duas figuras centrais do INSS como vocês serem contemplados com contratos milionários com essas entidades sindicais que roubaram, assaltaram os aposentados.

Eu não vou fazer perguntas porque eu acredito que muito já foi respondido aqui pelo depoente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Acredito que a única coisa que eu tenho é parabenizá-lo por ter tido aqui a postura de não vir com *habeas corpus* para se blindar, para se resguardar, e respondeu a todas as perguntas.

Mas a meu ver – somente para concluir, Sr. Presidente –, a meu ver, seguindo a linha aqui do nosso Líder Rogerio Marinho, você é um peixe muito pequeno, tem gente muito maior para que a gente possa fazer as inquirições aqui e...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Para concluir.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... se não houve dolo da sua parte, ao menos culpa e negligência houve.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agora por dez minutos, Deputado Ricardo Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Relator, Sr. Alexandre Guimarães, Bruno, o seu advogado, demais Parlamentares, a Governança, em 19/05/2021, o senhor foi nomeado diretor; em 14/06/2021, houve uma alteração de competências relativas aos ACTs. O tema saiu da Diretoria de Benefícios (Dirben) e foi para a Diretoria de Atendimento (Dirat). Está claro que aconteceu porque a Dirben havia cancelado o ACT da Conafer. Depois da mudança, a Dirat salvou a Conafer, a mesma Conafer que é acusada de ser o maior operador financeiro do desvio dos recursos dos aposentados e pensionistas, devolvendo-lhe o ACT fraudulento. Qual foi o seu papel nessa mudança e como ela afetou a capacidade de controle de risco?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Deputado, mais uma vez, a minha diretoria não tinha gerência nenhuma em ACTs e descontos associativos – nenhuma. Então, não tive influência nenhuma. A nossa diretoria não tinha influência em relação a isso, nem com associações, nem com sindicatos.

E qual foi a outra pergunta? Eram duas, né?

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Em relação ao ACT, que a Conafer recebeu, que foi cancelado pela Dirben, foi tirado da Dirben e botado na Dirat.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu era Diretor de Governança.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Que tipo de serviços a empresa do senhor prestava, a Vênus Consultoria?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Era educação financeira, com as informações atualizadas dependendo do dia a dia, desde investimento... Como é que é? Investimento... Eu reproduzia material de educação financeira.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Quantos clientes o senhor tinha nessa empresa do senhor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A única era a Brasília Consultoria.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – O Careca do INSS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu evito falar esse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Ele também não gosta não de ser chamado de Careca do INSS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, mas eu evito.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Ele ficou bem nervoso.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu evito.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – O Sr. Rubens Oliveira Costa afirma ter sido convidado pelo senhor para abrir a Vênus Consultoria e receber R$7,5 mil por mês como diretor. O senhor confirma isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Está correto. Está correto.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Qual é a função real dele?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele é que fez a abertura das empresas, fazia toda a parte administrativa da empresa, geria os impostos. Toda a parte administrativa e de gestão ele é que fazia, ele era o responsável.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Quem o remunerava?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A Vênus remunerava ele por R$7,5 mil.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Segundo ele, teria havido reuniões no mês de agosto para tratar do encerramento das atividades com o desdobramento da Operação Sem Desconto.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Correto. Correto.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Em relação ao Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, o operador, o Careca do INSS, quando e por intermédio de quem o senhor conheceu o Sr. Antônio, o Careca? E vocês são amigos?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nos tornamos, vamos dizer, quase amigos, não de frequentar a casa um do outro, mas éramos bem conhecidos. Mas eu conheci o Antônio lá na distribuidora da QI15 do Lago Sul, chamado por um amigo em comum para tomar uma cerveja e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá nós nos conhecemos. E lá eles tinham uma possibilidade de um projeto para exportação de frutas do Nordeste para a China, e ele queria fazer uma estrutura financeira. E esse meu amigo, sabendo que eu era do mercado financeiro... Eu fui lá, escutei, vi se tinha a possibilidade de fazer alguma estrutura, algum ativo do mercado e foi isso.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Foi o Sr. Careca do INSS que apresentou o Sr. Rubens Oliveira para o senhor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Por que a sua empresa Vênus e a Prospect, de propriedade do Sr. Antônio Carlos Camilo e seu filho, tinham os mesmos *e-mails* de recebimento?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Quem fez a abertura da empresa, ou seja, foi a contabilidade. No início, nós não tínhamos... Assim que a empresa foi aberta, nós não tínhamos *e-mail* ainda. Ele, para poder fazer o registro, ele colocou esse *e-mail*. Mas foi a contabilidade. Depois que eu fiquei sabendo que esse *e-mail* estava... E foi alterado logo em seguida.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – A Vênus Consultoria, no meu pequeno conhecimento investigatório, porque sou um Parlamentar, ela foi criada, exatamente, com um fim. Qual o fim? De dar uma consultoria.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – De atender a empresa do Antônio e na produção de produtos que iriam fazer parte da APP que ele possuía, de benefícios.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – No meu pequeno entendimento, a Vênus prestou serviço ao Careca do INSS, não de relatório médico nem relatório de aposentadoria. No meu entendimento, ela foi criada para colocar a parte obscura financeira do Careca do INSS, prestando serviço de economista. Como tinha um volume de milhões, de bilhões de reais, ele precisava de alguém com a *expertise* para poder ocultar a ilegalidade do recebimento dos recursos dele. Esse é o meu entendimento. É isso que a Vênus Consultoria, no meu entendimento, prestou serviço ao Careca do INSS.

Presidente, quem responde é o advogado ou o Sr. Alexandre?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (*Fora do microfone*.) – Ele não está respondendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA (*Fora do microfone*.) – Eu não estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu estou aqui acompanhando as orientações. Não tem nenhum conteúdo de resposta. Pode ter certeza de que eu estou bem atento a isso.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Pronto, Presidente. Obrigado.

O Deputado que antecedeu aqui, algum deles... Eu venho me colocando um pouco neutro na questão de dizer aqui que a culpa é de governo ou de presidente A ou presidente B, já desde o início da CPMI, porque a gravidade aqui não é política, ela é social, econômica e financeira; é muito maior do que qualquer sigla partidária. Mas um Deputado, na própria fala dele, diz que se começou no Governo Bolsonaro. Fato. Foi criado um esquema fraudulento no final de um governo. Por que, Ricardo Maia, foi criado no final de um governo? No final de um governo que se finaliza, tinham que achar superfície para eles continuarem mantendo o que já vinha tendo durante os quatro anos do Governo Bolsonaro. E aí criou n empresas durante, depois das eleições. Aí querem dizer que foi o Governo Lula. Como o Governo Lula vai criar empresas que o senhor era funcionário do Presidente Bolsonaro, como vários outros que passaram aqui e são ligados às pessoas que eram do Presidente Bolsonaro? Nunca citei, mas aqui, se querem colocar, o senhor é correligionário do Presidente Bolsonaro. Vários *reposts* o senhor fez, não foi *post* de cada um, foi *repost* que o senhor fez...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – São três aí só, né?

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Exato. Basta um para dizer a posição política – não precisa de três, não –, a posição política do senhor, mas o senhor tem o direito democrático de escolher em quem o senhor vota, independentemente de se ocupa cargo comissionado ou não.

Também em relação à questão do histórico curricular do senhor, é muito fantasioso, né? Tanto nós políticos, como também as pessoas que estão nos assistindo sabem que, para conseguir um cargo, seja no Governo Federal, no governo estadual, no governo municipal, ele tem que ter indicação, seja de Vereador, de Governador, de Presidente da República ou de Deputado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O currículo do senhor – parabéns! – é um excelente currículo, mas o senhor teve indicação política, não tenho dúvida disso. Não adianta, aqui, alguém querer dizer que não teve, porque teve, sim.

Em relação ao que se fala aqui muito do Governo, que querem jogar do Governo para o Presidente Lula, o Ministro da Justiça, o próprio Ministro da Justiça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – ... do Governo Bolsonaro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – ... deixou o Governo Bolsonaro esbravejando, aos quatro cantos da mídia nacional, porque deixou o Governo... Porque o Presidente Bolsonaro não queria que investigasse corrupção no Governo dele. Isso é fato. E ele está aqui na Comissão, pertencendo à Comissão. Secretário, também da pasta da Previdência Social, que está aqui também, pertencente a esta Comissão. Um Ministro, que era do posto Ipiranga...

Por que também não identificaram essa roubalheira que teve durante os quatro anos do Governo Bolsonaro? Mas, no Governo Lula, quando a CGU e a Polícia Federal acionaram as buscas e investigações, não houve impedimento do Presidente da República, nem de Ministro da Justiça e de nenhum ministro, tanto que as investigações estão aí e foram feitas.

Em relação... Para encerrar, Presidente, em relação à quarentena, a lei é clara, é nítida, o senhor não poderia nem ter dialogado com o...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – ... maior esquema, o maior fraudulento que era o Careca do INSS, por isso que ele está naquela foto...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Para concluir.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – ... ele queria levar essa fraude para o outro Governo e entrou no outro Governo, por intermédio de quem eu não posso lhe dizer, mas a CPMI vai declarar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Muito obrigado, Deputado Ricardo.

Passo a palavra ao Coronel Chrisóstomo, por dez minutos.

Como é praxe: atenção, Rondônia.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de fazer uma questão de ordem antes, Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Pode utilizar o tempo da...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu gostaria de explicar para o Brasil, porque muitos têm me perguntado, não só no meu Estado de Rondônia... As pessoas perguntam: "Deputado, por que o senhor fica de pé para falar?". E eu, Relator, tenho que responder para eles, agora pela primeira vez, e vou explicar, senhores.

Eu fico de pé porque eu sempre realizei isso durante meus bancos escolares, durante minhas faculdades. Todas as vezes que eu falava com os professores, eu ficava de pé porque, nas escolas militares, nós consideramos os professores a sumidade, temos um respeito profundo pelos professores, por isso que, na hora em que nós vamos tratar com os professores, tratar com eles, que são os nossos gestores ali naquela sala... São autoridade suprema. E os bancos escolares das escolas militares, das faculdades militares, prescrevem isto: ao falar com essa autoridade, fique de pé e dê as respostas necessárias.

Então, eu gostaria de passar isso para o Brasil. E, aqui, por que eu fico de pé? Em respeito ao meu povo de Rondônia e em respeito a todo o povo brasileiro – esse é o motivo pelo qual eu fico de pé.

Excelência, agora o senhor poderia me passar o meu tempo para eu falar?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Já... O seu tempo já está...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, não. Tem que zerar...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – É porque, na questão de ordem, não foi citado o artigo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, eu pedi uma questão de ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, pode ficar à vontade. Fale, e a gente...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – O senhor ainda tem oito minutos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É melhor, senão os Parlamentares vão achar ruim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Mas é porque não foi questão de ordem.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, não, a questão... Pela questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não teve artigo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É pela ordem, Excelência. Eu pedi uma coisa, não estou no discurso, não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não tem esse papo furado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, não, eu não estou no discurso, Excelência. Eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Coronel, posso fazer o seu tempo. Fique tranquilo, faça aí o seu tempo, por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor. Então...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Ele vai lhe dar um minuto então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Pode começar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas eu falando com o senhor...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está passando o tempo, hein?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu falando com o senhor, falou que passamos dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Pode continuar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor.

Então, bom, senhores e senhoras, ouvi, semana passada: "Traficante é vítima dos usuários". Meu Deus do céu! E quem falou isso foi um Presidente da República. Isso envergonha todos nós brasileiros. Que triste, senhores, nós ouvirmos isso de um Presidente da República! Que tristeza e que vergonha!

Sr. Alexandre, não sei ainda se o senhor recebeu mais de 2 milhões do Careca do INSS de forma ilegal, sabendo que ele é um dos patrões do roubo dos aposentados, dos nossos idosos, das nossas crianças, doentes e deficientes físicos. Eles merecem todo o nosso respeito.

Mas diante disso que eu falei, parece que o senhor está enrolado. Parece que o senhor faz parte desse rolo do Careca do INSS. Parece, eu não posso afirmar ainda.

Nós Parlamentares estamos aqui sempre focando os nossos idosos, porque eles que são a vítima desse roubo dos aposentados. Eles, na verdade, merecem dignidade. Os nossos idosos merecem o nosso respeito, o nosso apoio humano, nossa atenção ao máximo.

Mas os que roubaram e roubam essas pessoas cometeram esse crime sem dó, sem qualquer respeito a essas pessoas. Um crime potencializado no Governo do Lula, o barbudinho mentiroso, os ladrões dos nossos idosos e idosas.

Muitos desses velhinhos são avós que pagam a faculdade dos seus netinhos e netinhas. Muitos deles, desses idosos, são quem coloca o pão com o leite de cada dia na sua família, para atender a sua família, que já vive numa situação precária. Muitos desses aposentados são os que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagam o transporte público para atender o seu netinho ou seu filhinho – do transporte público –, fruto do seu trabalho ou fruto da sua aposentadoria. Assim fazem os idosos que estão sendo roubados.

E esse pouco dinheiro atrapalha a vida desses idosos para atender a sua família, o remédio, que às vezes não é só para ele, é para a sua família. Esses aposentados, que ajudam a comprar o ovo de cada dia para as suas famílias – eu estou falando como o povo pensa –, ovo, porque não tem a picanha prometida pelo Presidente do Brasil, que mentiu ao povo brasileiro mais pobre, dizendo que ia ter picanha na sua mesa. Eu estou falando a voz do povo.

O senhor, Alexandre, ouviu muitas falas aqui, mas fale para os velhinhos, aposentados e pensionistas, da minha Rondônia e do Brasil, sobre esses descontos. Iniciaram em que Governo? Quando é que bombou? Me diga. Quando, os descontos, mais o senhor viu?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Do segundo semestre de 23 para a frente.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ah, agora, sim, Brasil!

Então, foi no Governo do Lula que o roubo potencializou. É isso o que o senhor quer dizer? Por favor.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Pelo gráfico aqui apresentado, então, a partir do segundo semestre de 23... Começou em 22, 23, depois explodiu no final de 23 e 24...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Explodiu em 23?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... através dos gráficos aqui apresentados.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ah, sim! Então, o Brasil agora está sabendo a verdade.

Muito bem.

O senhor soube, ou viu – ou viu – roubos dentro do INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Na área de governança, nós tínhamos uma coordenação que era contra a fraude. Então, a gente escutar isso... A gente estava trabalhando contra isso.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, o senhor escutou?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nós tínhamos a de BPC e de seguro-defeso.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – A pergunta é: o senhor escutou sobre roubo no INSS? Sim ou não?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, sobre roubo, não; irregularidades...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É exatamente...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ah, obrigado...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu falei, anteriormente, que tinha...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Obrigado. Irregularidades, sim

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... uma senhorinha com 50 identidades.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor soube ou viu transações de roubos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... em associações e sindicatos?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não tinha conhecimento. A minha diretoria não lidava com sindicato, nem a associação, nem ACTs.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k.

Quando o senhor soube que estavam roubando os nossos aposentados?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Quando veio a Operação Sem Desconto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ah, muito bem. Quando a Polícia Federal agiu, né? Agiu porque este Governo estava escondido. Inclusive o Ministro tinha conhecimento. O Ministro Lupi tinha conhecimento, ficou caladinho, sabendo do roubo, e nada fez.

E aí veio a Polícia Federal e botou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... ordem na casa.

O que o senhor pensou sobre esses roubos, sabendo que o Careca do INSS é o principal gestor do roubo dos nossos vulneráveis, já que o senhor recebeu recursos diretamente dele? O que o senhor pensou quando o senhor soube disso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, esse...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Fale para o Brasil, hein!

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Esses descontos... Ninguém pode concordar com isso. A gente fica estarrecido com o que aconteceu.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Coronel, para concluir.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, muito obrigado.

Então, o senhor ficou estarrecido com o roubo porque o senhor também recebeu um dinheiro do Careca. Então... Não, o senhor recebeu sim. Então, Brasil, é o que nós temos dito. Muita gente sabe, mas não fala. E mesmo o senhor recebendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... diante dos outros, um pouco menos de dinheiro, eu acredito que o senhor tem que dar muita explicação para a Justiça, porque há indício de que o senhor recebeu dinheiro ilícito.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Obrigado Coronel. Obrigado. Agradeço, Coronel, pela pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes eu queria só fazer um esclarecimento aqui, duas questões importantes de serem pontuadas. Quando o Deputado Coronel Chrisóstomo fez o questionamento sobre quando iniciou o período de fraudes, quando iniciaram esses descontos indevidos. Você pode confirmar qual o período que você respondeu ao Coronel?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (*Fora do microfone*.) – Ele falou quando explodiu.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – No microfone, por favor.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Só um momento.

Deputado, você pode só repetir esse questionamento, por gentileza?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele falou quando explodiu. Não foi isso, Coronel?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Vou fazer novamente a pergunta para não ficar dúvida (*Fora do microfone*.)

porque eu sei que o Presidente está preocupado com o Brasil.

Eu perguntei para o senhor, Alexandre, qual foi o momento em que mais explodiu o roubo dos aposentados?

Aí a resposta que eu entendi...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Diante do gráfico aqui apresentado, a gente vê um crescimento bastante exponencial... É final de 23 em adiante.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pronto, está explicado.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Houve um crescimento em 22 e 23, mas explodiu...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Está explicado, Excelência: no Governo Lula!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu faço esse questionamento só para esclarecer realmente. A informação que nós temos também, com base na documentação, é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no período de 2021 a 2023, a Ouvidoria do INSS informou o recebimento de 762 manifestações envolvendo esse tema do desconto da mensalidade. Foi nesse período em que você estava... Acerca desse período é que você estava à frente da diretoria. Não é isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Em 21 e 22.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – E aí tem ciência do recebimento...

Eu estou fazendo a pergunta para ele, Doutor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência, mas ele está falando de quando era...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Só um momento. É com base na sua pergunta. Só preciso deixar clara essa questão.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Foi com base nesses... Após essas denúncias... Você recebeu na sua diretoria, essas denúncias; então, tem ciência delas. Não é isso?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu recebi as denúncias... Eu recebi não, as denúncias são realizadas pela ouvidoria. Todas as denúncias, nós... O nosso papel é repassar as denúncias para os órgãos competentes para respondê-las. Então, não é que eu soube de... Ou seja, eu tenho conhecimento que tem.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, perfeito. Era só para registrar. Então, você recebeu a denúncia e encaminhou para a ouvidoria.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A própria ouvidoria faz isso. Não passa por mim. A gente recebe a denúncia e passa à diretoria competente. Eles mandam a resposta para a ouvidoria, e a ouvidoria responde. Não é que eu, como Diretor, recebia as denúncias. É a própria ouvidoria, já é automático.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Dorinaldo.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Pela ordem.) – Presidente, só para esclarecer. Eu acho que cabe a esta CPI estabelecer um cronograma. Nós aqui estamos apurando o Sr. Alexandre Guimarães, que passou pelos governos do Temer, pelo Governo do Bolsonaro, sai com três meses de Governo Lula, na transição. É isso?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Correto.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Por que isso? Por que eu falo isso, Presidente? Porque tem que ficar com muita honestidade para fora, porque tem gente gritando coisas absurdas aqui. Tem que ter responsabilidade enquanto Parlamentar. Não procede, não procede que houve continuidade das atuações do senhor no Governo Lula.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, nós, ao invés de estarmos escutando o depoente, nós estamos entrando em discussão novamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Peço, peço...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu quero só explicar, não quero atrapalhar o senhor, não.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, já foi feita a explicação. Eu fiz a questão de registrar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – O Dorinaldo levantou uma questão pela ordem, foi feito o registro. Agora, por dez minutos, a Senadora Soraya.

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA (*Fora do microfone.*) – Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Eu vou... Presidente, eu vou passar a minha vez para o Deputado Kim, porque eu acabei de receber uma documentação, ainda estou averiguando, o.k.? Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então, em razão dessa suspensão, ele pede esse segundo de intervalo. A gente abre esse segundo de intervalo.

(*Suspensa às 20 horas e 40 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 45 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Informo aos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que a assessoria jurídica do Alexandre Guimarães acabou de compartilhar com essa CPMI os atos constitutivos da Vênus Consultoria, o contrato com a empresa do Careca... E tem um terceiro documento, né? (*Pausa.*)

O contrato social.

Somente o contrato social, não é isso? (*Pausa.*)

Contrato social. (*Pausa.*)

Contrato social e o CNPJ. Então, está compartilhado já com as assessorias de V. Exas. (*Pausa.*)

Autuado na Comissão, nos documentos, no DOC, está tudo compartilhado com V. Exa. Caso queiram fazer a leitura antes da oitiva, fiquem à vontade.

Por dez minutos...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, podia só para... Quantos têm inscritos ainda hoje?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Mais seis.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agora, por dez minutos, o Deputado Kim Kataguiri.

Deixe-me fazer logo a leitura de todos aqui, só para...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Presentes aqui, seis ou sete.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Kim Kataguiri; em seguida, Deputado Sidney Leite, Evair Vieira de Melo, Senador Randolfe, Senador Sóstenes, Deputado Luiz Lima, Senador Marcos Rogério, por fim, Senadora Soraya Thronicke e Delegado Caveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – E pelo tempo de Líder.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito, pelo tempo de Líder.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – No caso, esse Presidente que vos fala.

Então, por dez minutos, Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) – Presidente, depoente, defesa... O senhor confirma que chegou à diretoria da Infraero – salvo engano, me corrige se estiver errado –, depois à diretoria do INSS, segundo o senhor, espalhando currículos?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Está ligado? Está ligado.

Eu fiquei de 2012, 2013... A minha empresa, na época, a AEG Investimentos... O mercado ficou bastante ilíquido – as operações eram quase zero –; então, eu sempre estava enviando currículo. Não foi em seguida, em 2017, eu sempre estava enviando currículos; e foi através do currículo que me contactaram.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Eu pergunto porque todo mundo aqui é Parlamentar e sabe como é que funcionam as indicações políticas. E sabe que, por trás de toda indicação política, tem um interesse.

Por exemplo, se há uma indicação para o Ministério do Esporte, o Parlamentar quer aparecer do lado do ministro do seu partido, entregando as quadras, aparecendo junto com as obras... Se está dando Bolsa Atleta, quer aparecer junto, quer capitalizar politicamente naquilo. Um Parlamentar não nomeia alguém para um cargo estratégico a troco de nada. E eu não digo "a troco de nada" por questões não republicanas; acabei de dar um exemplo republicano. Acabei de dar um exemplo republicano: um partido pode querer nomear um Ministro do Esporte para entregar obras, estar ao seu lado e render os seus dividendos políticos.

Eu não consigo enxergar qual seria o ganho republicano para um Parlamentar indicar um diretor do INSS. Qual é o benefício que um Deputado tem para chegar a gastar o seu capital político para chegar até o ministro ou para chegar até o Presidente da República e falar: "Eu quero indicar uma diretoria do INSS". O que o Parlamentar faz de republicano ao lado de um diretor do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

INSS que justifique ele queimar o seu capital político para fazer essa indicação? O senhor entende o meu raciocínio? Por qual razão um Deputado indicaria o seu nome para ser um diretor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não sou Parlamentar.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tá? Então, em relação, vamos dizer, a esse último cargo que eu assumi, que é a Diretoria de Governança, que está bastante em pauta aqui, qual que era a diretoria que eu estava assumindo? Eram três, quatro funcionários, servidores do INSS. Eu estava... eu ia montar essa diretoria. Quer dizer, então, nós passamos ali, tinha um projeto de integridade que a gente montou para ser...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não, mas, o senhor me perdoe, a resposta do senhor de que ela tinha pouca estrutura só aumenta a desconfiança, porque por que um...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas eu não vejo vantagem, qual vantagem que a pessoa que iria..

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Exato. Daí o ponto...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não tive nenhum compromisso.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... daí o ponto aonde eu quero chegar: de maneira republicana, não haveria por que fazer essa indicação. Sem um retorno político não haveria por que fazer essa indicação.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas não houve, não houve nenhuma contrapartida ou solicitação de contrapartida.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Assim o senhor diz.

Salvo engano – mais uma vez, o senhor me corrija se estiver errado –, quando o Relator perguntou sobre o contador da Vênus, o senhor disse que não conhecia?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não conheço ainda.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Ué, a Vênus não é sua empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É minha empresa, mas quem era o administrador era o Rubens, ele que fez o contrato com a contabilidade...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Sim, mas a empresa...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... que ele já usava para outras empresas, então...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... a empresa só tem você e só tem o Rubens...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas não conhecia, Deputado.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... e aí o contador você não conhece, da sua própria empresa.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Deputado, eu conheço até hoje.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não, o senhor me desculpe, mas isso me parece, assim, no mínimo... Talvez você possa até receber um processo do Ministério Público de gestão temerária, porque...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu estou aqui para falar a verdade, mas é ...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... não faz o menor sentido o senhor não conhecer. Era...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas é verdade.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... a sua única empresa, você não tinha mais nenhuma empresa à época, correto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – E o contador da sua empresa que você tirava...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não conheço ainda.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... salvo melhor juízo, 80, R$85 mil líquidos por mês em média, o senhor não conhecia o contador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não conhecia, não; não conheço ainda. E quem cuidava dessa parte administrativa para mim era o Rubens.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Muito bem.

O senhor confirma que consta no cadastro da Receita da Vênus Consultoria que o *e-mail* seria financeiro@prospectconsultoria.com?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, isso aí depois eu fiquei sabendo disso, eu fiz a consulta. E quem... o contador, quando abriu a empresa, a Vênus, ele colocou esse *e-mail*, que depois foi trocado, ele foi mudado, mas ele para fazer...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Mas você perceba...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... para fazer o cadastro ele usou esse.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perceba como soa mal: o senhor chega a uma diretoria do INSS por indicação política – e, mais uma vez, repito: ninguém aqui é menino de achar que um Parlamentar queima capital político, a troco de nada, para fazer uma indicação. Segundo, você monta uma empresa. Essa empresa tem o administrador indicado pelo Careca do INSS, que é o sócio administrador da empresa. Aí o *e-mail*... essa empresa recebe recursos de uma empresa do Careca do INSS. Não bastando isso...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Recebe recursos, não; recebe pagamentos de serviços prestados.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perfeito, que não deixam de ser recurso.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sobre... por serviços prestados.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não, tudo bem, a título de quê... estou falando que recebe, recebeu recurso.

E aí o *e-mail* cadastrado da empresa é da mesma empresa enrolada do Careca para fazer diversos pagamentos. Você entende?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Coloque-se no meu lugar, Alexandre Guimarães.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu estou, eu estou...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – É complicado para eu não desconfiar.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Estou me colocando no seu lugar.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – É complicado para mim não desconfiar, não achar que tem uma coisa muito esquisita nessa história toda.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Com toda certeza, absoluta certeza.

Mas acontece, a verdade... Foi aberta a empresa; o Antônio que indicou o Rubens; o Rubens fez a abertura da empresa, e quem fez a contabilidade, que era a Voga... Ele, a contabilidade, na hora de registrar a empresa, num cadastro, nós não tínhamos ainda *e-mail*; então, ele colocou, a contabilidade, colocou o *e-mail* da Prospect que depois nós trocamos.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Eu entendo, mas assim não ter o *e-mail* também é uma resposta frágil, porque qualquer um abre um *e-mail* a qualquer tempo, no nome de qualquer empresa.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nós fizemos isso logo depois.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Tudo bem.

O senhor confirma que a Vênus Consultoria recebeu 13 transferências, via Pix, da Brasília Consultoria, totalizando R$2.028.723,60?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não; não foram três... Foram pagamentos mensais...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Foram 13.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foram 13 o quê?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Foram 13 transferências, via Pix.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foram mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Foram mais?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foram, porque foi de fevereiro de 2022, até abril de 2025.

Então, nós temos mais...

Foi tudo através de Pix e notas fiscais emitidas.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perfeito, mas você confirma o valor: 2 milhões...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foram 3 milhões e...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Foi mais.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Acho que foi mais que isso. Foram 3,7 milhões. Dá uma média de R$150 mil por mês.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Tá. O que eu estou separando aqui, o recorte temporal aqui, só para o senhor ter claro, é: após a deflagração da Operação Sem Desconto, houve... Após a deflagração da operação, houve 13 transferências, via Pix, no valor de, mais ou menos, R$2 milhões?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não. Depois da deflagração não há nenhuma.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Nenhuma transferência depois da deflagração?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nenhuma.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não, é isso que nós temos na quebra de sigilo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Pode...

Eu abro o sigilo, inclusive.

Eu já falei com o Presidente que eu abri, da empresa e a minha pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Um dos últimos pontos, que para mim é o que mais chama a atenção, de longe... O senhor afirmou aqui que contratava o material de uma empresa terceirizada, por R$5 mil.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu participava da condução desse programa.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Participava como?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Essa empresa, Investforma, quando foi aberta, ela abriu numa sala que era da minha empresa, AEG Investimentos, lá para trás.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Certo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Então, quando houve essa possibilidade, eu contratei essa empresa...

Eu ia inclusive ser sócio. Não fui sócio porque não quis, mas estava sempre com a pessoa responsável lá, e a gente trocava ideias do que seria o assunto a ser produzido.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Certo, mas vamos voltar...

O senhor contratou essa empresa terceirizada, por R$5 mil, da qual você não era sócio – disse que poderia ser, mas não era sócio, de fato.

Não era sócio.

Aí afirmou que depois vendia o que você comprava por R$5 mil, por R$150 mil, o que mais uma vez...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi uma média, né?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Em média R$150 mil. O que... Mais uma vez, Sr. Alexandre, fica muito difícil a minha situação, porque, veja, não é razoável. O senhor disse que vendia...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso foi o que ocorreu, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... que vendia serviços sobre educação financeira. Há ampla oferta no mercado de serviços... Basta dar um Google que você encontraria – você comprar um pacote de R$5 mil para servir para várias pessoas.

Aí você está me dizendo que, quando você respondeu ao Relator, você disse: "Ah não, mas o Careca não conhecia, eu era do meio, eu sabia quem prestava esse tipo de serviço".

(*Soa a campainha.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Mas esse é um tipo de serviço que você dá um Google e você encontra, pelo mesmo valor ou por valor inferior.

Aí o que você disse é o seguinte: "Eu paguei R$5 mil para a empresa terceirizada e vendi por R$150 mil, em média". E uma coisa... Eu repito, Presidente, uma coisa que eu disse aqui em reuniões anteriores...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – A TV Senado está perdendo a chance de fazer o *Shark Tank* aqui, porque, assim, é só empreendedor de sucesso.

Veja, a Berkshire Hathaway, do Warren Buffett, teve o retorno do investimento, Presidente, de 24%. No negócio narrado aqui pelo Sr. Alexandre Guimarães, ele teve um lucro de 2.900% – assim, não é verossímil – em cima do valor bruto, em cima do valor que foi adquirido da empresa terceirizada para aquilo que foi vendido, né? Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Em cima do valor. Não estou dizendo que foi... É claro, não estou...

Mas eu quero só reforçar, Presidente, se o senhor me concede mais 30 segundos, que eu concordo plenamente com o que foi dito pelo Relator: nós devemos votar e nós devemos chamar, sim, nesta CPMI, o Vice-Líder do Governo, do PDT do Maranhão, o Senador Weverton Rocha. O Governo conseguiu blindar a convocação do Gustavo Gaspar, o Governo conseguiu blindar a do Paulo Boudens, mas, assim, não faz o menor sentido a gente ter duas indicações em postos-chave do INSS feitas pelo Senador – e o Senador, mais uma vez, que me processou, porque ele não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gosta que diga que ele foi o primeiro citado nas investigações da CPMI do INSS. O Senador Weverton Rocha, do PDT do Maranhão, Vice-Líder do Governo Lula, não gosta que digam que ele foi o primeiro citado na CPMI do INSS. Peço que os senhores não façam isso, para não serem processados como eu fui. Mas eu acho de fundamental importância escutar o Senador aqui em uma convocação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado a V. Exa.

Eu vou passar a palavra ao Vice-Presidente da CPMI, o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu começo iniciando os questionamentos aqui ao Sr. Alexandre e peço que ele me defina, de forma clara e objetiva – eu estou aqui, ao seu lado direito –, em três palavras... Se pudesse sintetizar em três palavras a sua função enquanto Diretor de Governança e Integridade do INSS, quais seriam essas três palavras, essas três definições?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – O próprio nome da Diretoria: governança, gestão e integridade.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Integridade.

Nesse aspecto, dentro da sua direção, qual era a sua relação no que diz respeito aos ACTs, aos Acordos de Cooperação Técnica?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nenhuma.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não tinha nenhum tipo de poder de gerência, de autorização...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nenhuma.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não passava pelo seu poder de decisão?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nada, nada, nada.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Nunca ouviu falar em ACT?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É lógico que eu já ouvi, porque ACTs têm diversos, não é só com associações.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ACT diz respeito a associações?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Associações eu não conhecia, ou seja, não...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, o senhor, como Diretor de Integridade...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O único ACT com que eu tive proximidade foi o ACT com as Prefeituras naquela época. Foi um dia em que eu substituí o Presidente em relação à gente arrumar um espaço de treinamento para servidor de uma Prefeitura...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas, como Diretor de Integridade e Governança do INSS – não é de um setor do INSS, é governança e integridade do INSS como um todo –, nunca ouviu falar sobre os ACTs, os Acordos de Cooperação Técnica, que dão autorização às associações...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim, lógico. Eu conheço...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Só um minutinho... Deixa eu só fazer a pergunta para você poder responder o que eu pergunto, não o que acha que eu vou perguntar.

A questão é: sobre os Acordos de Cooperação Técnica com as associações, em nenhum momento, ouviu falar sobre esses ACTs?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ouvi falar, mas nunca participei.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ainda nessa linha de questionamento, sobre a Prospect Consultoria, você sabia que a Prospect recebia valores dessas associações?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Já ouviu falar da Prospect?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Já, porque é do Antônio. Inclusive, eu tive alguns recebimentos, porque o contrato é com a Brasília Consultoria, e teve alguns pagamentos feitos através da Prospect, que era do grupo do Antônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, vamos lá. Você quer nos convencer, quer que, de fato, a gente creia que você, como Diretor de Integridade do INSS, sabia que essas associações existiam, mas não sabia que essas associações, essas entidades realizavam descontos nas contas dos aposentados?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Que havia desconto sim; de irregularidades, não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, sabia que havia descontos. E sabia, então...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A associação não tinha descontos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que essas entidades fazem descontos na conta dos aposentados. Disso tem ciência?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sim, sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Nessa mesma linha, como Diretor de Integridade, como é que explica não ter identificado nenhuma irregularidade nessa magnitude?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Quem cuidava de todos os ACTs era a Diretoria de Benefícios. Nós não tínhamos, mais uma vez, ingerência nenhuma em relação à Diretoria de Benefícios, nem de ACT, nem de...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas, vamos lá, quando se fala de integridade do INSS, é importante, para que nós possamos preservar a integridade do INSS, que saiba o que os órgãos de fiscalização e controle, o que a sociedade, através dos controles que a sociedade exerce, pensa sobre a atividade do INSS. Concorda?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Concordo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sobre as denúncias que chegam através das ouvidorias, você nunca ouviu nenhuma dessas denúncias? Nunca soube de nenhuma dessas denúncias? Nunca teve a curiosidade de saber?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não posso, Deputado, confirmar agora, porque já tem dois anos e tanto que eu saí de lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ouvidoria foi montada por nós lá dentro do INSS. Nós trouxemos a Ouvidoria para o INSS, ou seja, as reclamações iam direto, a própria Ouvidoria fazia isso. A Ouvidoria era um setor que era protegido, até para ninguém se envolver.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, você afirma que a Ouvidoria foi criada durante a sua direção?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Foi trazida para o INSS, porque a Ouvidoria anteriormente era vinculada ao ministério em que o INSS estava. Então, na época do...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Foi para dentro da sua gestão?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... Presidente Oliveira, ele fez questão de que nós trouxéssemos a Ouvidoria para dentro da Governança.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É mais um motivo que, assim, depõe contra o senhor, porque, se durante a sua gestão a Ouvidoria é trazida para dentro do INSS, é óbvio que você tem que dar mais atenção ainda para aquilo que vem através da Ouvidoria. E foi exatamente na sua gestão que houve um crescimento de 762 manifestações, denúncias envolvendo especialmente as mensalidades associativas.

Então, como você sabe que as associações fazem descontos na conta do aposentado, se esses aposentados estão reclamando desses descontos, como é que você negligencia, como você prevarica, como você nada faz, como você quer nos convencer de que não tomou ciência, nada fez, porque não deu o valor devido a essas denúncias?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O tratamento das denúncias era realizado lá na Ouvidoria.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Isso já ficou claro.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Exatamente. A Ouvidoria manda para o órgão que...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas você, como Diretor de Integridade...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A Diretoria responsável...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nem todas chegavam para mim, ou seja, isso aí era um trabalho automático...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas algumas chegavam então? Nem todas chegavam, mas algumas chegavam?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Algumas chegavam não em relação a isso.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, algumas chegaram.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas era reclamação de todos... Toda...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu estou perguntando sobre o desconto...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A reclamação é de toda a área do INSS, que era enorme. Chegava reclamação de tudo que é maneira: atendimento do funcionário, de tudo... Então... Inclusive o crescimento que houve aí foi justamente porque nós trouxemos a Ouvidoria para dentro.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor é sócio da Vênus Consultoria.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sou.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor tem algum outro sócio nessa sociedade?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tenho. O Antônio entra com 3% de uma das empresas dele, a Acca.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O Antônio Antunes?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O Antônio Antunes.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Além do Antônio Antunes, tem algum outro personagem?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, mais ninguém.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E o Rubens?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É administrador, não é sócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O Rubens é Diretor...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É Diretor Administrativo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Certo.

Qual é a contraprestação que o Rubens recebe nessa...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – De R$7,5 mil por mês.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – De R$7,5 mil.

E como é que o senhor teve conhecimento do Rubens?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Indicação do Antônio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, o Antônio tem, aparentemente, 3% dessa sociedade...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ele colocou até porque eu não podia... Era uma sociedade de capital fechado, uma sociedade anônima de capital fechado, e eu não poderia ser sócio sozinho. Como foi o Rubens que me ajudou na abertura da empresa, junto com a contabilidade, colocou a Acca como 3%.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Essa empresa Vênus Consultoria, em que você tem, como sócio, o Careca do INSS...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Acca...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que tem como Diretor...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Uma das empresas de consultoria do Antônio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É dele, é o CNPJ dele.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Por trás desse CNPJ, está o Careca do INSS.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, o seu sócio na Vênus é o Careca do INSS, com 3%, mas é.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – A Acca... É.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Da mesma forma, tem um Diretor administrativo e financeiro que foi indicado pelo Careca...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que é o Rubens.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Que é o Rubens.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, eu lhe pergunto... O senhor aqui afirmou durante o seu depoimento que não considera ilegal, mas confirma que há muita substância para afirmar a imoralidade dessa relação, você como Diretor, servidor do INSS...

Sr. Presidente, o advogado está respondendo, porque você balançou com a cabeça um negativo. Você não está orientando, você está respondendo.

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA (*Fora do microfone*.) – Não, não estou.

Você não está deixando ele responder. O senhor está atropelando...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, eu estou perguntando. Quem vai responder é ele, não é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA (*Fora do microfone*.) – O senhor está atropelando as respostas...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A pergunta ao depoente...

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA (*Fora do microfone*.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... clara: você tem, como sócio, o Careca do INSS; um Diretor indicado pelo Careca do INSS; é Diretor de Integridade – parece ser ironia, mas é verdade – do INSS, e afirma que não há ilegalidade, mas confirma que há imoralidade?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não enxergo assim, Deputado.

Eu tive o cuidado de, ou seja, dentro da lei, eu ser um cotista de uma empresa e não um administrador. Eu não podia ser o responsável, administrativamente, pela empresa.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Que bom que...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Então, eu fiz a parte legal.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... encontrou um caminho dentro da lei para...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Mas isso é... Quando eu era Presidente de uma associação, quando eu fui convidado para ser Diretor da Infraero, eu tive que sair da Presidência...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Isso está claro. A questão é... Aqui está claro que você, de fato...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... para não ser responsável pelo CNPJ.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... não descumpriu esse ponto da lei, mas que há uma imoralidade, há, porque você está tergiversando, você está defendendo interesses opostos. Enquanto você tem que defender os interesses do INSS, você está defendendo o interesse de uma empresa que recebe recursos oriundos de descontos ilegais, descontos que foram realizados na conta do aposentado.

Quais são os seus rendimentos hoje? Você trabalha com qual atividade hoje?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Hoje, só minha aposentadoria...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sua aposentadoria.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... do INSS.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagina na sua aposentadoria ter descontos que você não autorizou, de que você não tem ciência, com que você não concordou. O que você acharia de um desconto dessa magnitude? O senhor ficaria feliz com os descontos?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ninguém iria gostar, mas...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, você gostaria?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Lógico que não. Nem eu nem ninguém.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Agora imagina milhares, milhões de brasileiros aposentados que não têm o grau de instrução que você tem, que foram roubados. A gente fala roubado...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não posso responder por isso, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... porque há uma violência...

Não, porque eu não estou lhe perguntando sobre isso. Eu estou fazendo uma afirmação. Quando eu perguntar, o senhor pode fazer a sua resposta se entender devida. Agora, eu não vou aqui parabenizá-lo. Não tem que parabenizar porque não impetrou um *habeas corpus*, porque não tem a defesa de *habeas corpus*. Não é o caso. Não é isso. Tem que lamentar, porque você devia defender os interesses do INSS, daquele aposentado que acredita na Previdência deste país, e não foi isso que aconteceu.

E o que a gente percebe aqui é que você, enquanto sócio da Vênus Consultoria, recebeu, pela Vênus Consultoria, mais de R$313 mil – mais de R$313 mil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... mais de R$2 milhões através de um Pix da Brasília Consultoria, essa Brasília Consultoria que recebeu milhões de reais de várias associações.

E é exatamente essa questão que aqui a gente, às vezes, não tem mais o que se perguntar, mas apenas afirmar quais são as consequências de tudo isso, porque, se você, através dos privilégios que tinha enquanto servidor do INSS, utilizou sua influência para poder receber valores indevidos, utilizando dessa influência, se entende que não há nada de mais, eu vou dizer a você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o seu advogado está ao seu lado – que há clara configuração aqui de uma série de crimes: corrupção passiva, com pena de dois a doze anos; lavagem de dinheiro, de três a dez anos; organização criminosa, de três a oito anos; peculato, de dois a doze anos; concussão, de dois a doze anos; advocacia administrativa, de um a três anos; improbidade administrativa, lavagem de ativos internacional, com penas que ultrapassam trinta anos!

Agora, não tem como afirmar aqui que não foi nada demais, que não vê problema nisso. A lei penal vê! Infelizmente, pessoas foram roubadas, pessoas tiveram descontos na sua aposentadoria, porque, infelizmente, você ultrapassou os limites da sua atuação: em vez de exercer o cargo de integridade para com o INSS e suas atividades, você utilizou os seus privilégios e as suas prerrogativas para roubar aposentados, para roubar pensionistas.

É por essa razão, Sr. Presidente, que esta CPMI precisa continuar, e ela vai continuar doa a quem doer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu espero que o Supremo Tribunal Federal defira, atenda ao nosso pedido que foi aprovado aqui por unanimidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... de prisão e que V. Sa. possa responder com todo o rigor pelos crimes que cometeu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado Sidney Leite não está.

Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Alexandre, eu vou ser bem pragmático. Essa história do currículo não cola. Não há na história da República algo parecido, e não seria o senhor que faria essa inovação, tendo essa indicação política, distribuindo currículo. Isso, literalmente... Me perdoe, isso não vai passar.

Até eu pergunto... Já que o senhor foi contratado por currículo, vou dizer para o senhor: enganaram o senhor, o senhor foi usado. No mundo do crime, pelo que está processando, se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor fez essas operações, a palavra é feia, mas o senhor foi usado como mula, como transportador de algo ilegal. O senhor foi muito inocente e, por ser inocente – e aí é a minha área de gestão –, o senhor não tem nenhuma aptidão para governança.

Eu poderia lhe perguntar a diferença entre governança e gestão aqui, a diferença entre as duas. Naturalmente, o senhor ia ter dificuldade, porque o senhor, como consultor financeiro, cometeu erros grosseiros. Naturalmente, embora tente justificar, com toda certeza, o senhor, ao abrir uma empresa e indicar um terceiro como Diretor Administrativo, na verdade, foi para ocultar o seu nome. Isso levanta forte indício de conflito de interesse! O senhor pode ter infringido a Lei de Conflito de Interesse, a Lei 12.813: ato de abrir uma empresa enquanto Diretor de Governança de uma autarquia. Isso é insano!

O senhor infringiu a Lei 8.112, o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, que estabelece deveres, proibições e penalidades para servidores públicos: "participar de gerência ou administração de sociedade privada". A indicação de Diretor Administrativo... Servidor? O senhor atua de fato. A ocultação da participação também viola o dever da lealdade às instituições, art. 116, e de observar as normas legais e regulamentares.

O senhor infringiu a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei 8.429. E o senhor é Diretor de Governança, hein? Ao senhor caberia a fiscalização e inclusive punir outro diretor que estivesse nessa mesma condição! O senhor infringiu o art. 11, atos que atentam contra os princípios da administração pública. Configurou uma conduta que atenta contra a honestidade, a lealdade às instituições e a moralidade administrativa.

Vai vendo, Brasil. O art. 9 pode configurar enriquecimento ilícito ou prejuízo ao Erário. E há ainda crime cometido, crime de violação de dever funcional, prevaricação ou corrupção passiva, art. 317; prevaricação, art. 319; crime de falsidade ideológica, art. 299.

A conduta do Diretor de governança configura, em tese, uma infração administrativa grave sujeita a penalidades como demissão e cassação da aposentadoria, no âmbito da Lei 8.112. Muito grave, porque o senhor foi contratado para fazer, para não permitir que essas operações de que o senhor participou acontecessem. O papel da governança é fiscalizar, acompanhar, estar ao lado da controladoria, orientar, zelar pelo bom trâmite do processo, e o senhor acabou se perdendo com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volto a dizer, o senhor pode, no final do processo, o senhor pode perder a aposentadoria, porque o senhor, até como gestor financeiro, me admira muito o senhor não perguntar ao seu contador... Ninguém abre uma empresa, o senhor é consultor financeiro... se o senhor fosse, tivesse só o ensino médio, igual aos anteriores que montaram um esquema igual, a gente até perdoa, mas o senhor, não. Um homem do mercado financeiro contratar um contador sem perguntar quem são os clientes dele, qual a origem dos clientes dele, falar que não conhece o contador... Você pode não conhecer o seu padre, o seu pastor, o seu vizinho, agora, quem tem empresa é obrigado a ter uma relação íntima, de intimidade, quem sabe da sua vida é o seu contador. Aí como que o senhor não sabe quem que é o seu contador? Que consultor é o senhor? Que governança que o senhor estava preparado para poder gerir? É por isso que roubaram esses milhões de brasileiros.

A CPMI do INSS não pode virar um inquérito de ocasião. Olha no que o senhor está envolvido, o senhor deveria estar no posto feito para isso. E assim acontece o crime organizado, as quadrilhas organizadas: eles se infiltram e vão se enraizando, se apropriam de espaços e oportunidades e vão aprendendo um com o outro, é sempre uma indicação, é sempre assim que funciona, porque todos os lavadores de dinheiro que passaram aqui têm o mesmo *modus operandi*, o mesmo *modus operandi*. Porque, como bem disse aqui, consultoria financeira, desculpa, ninguém ia contratar um consultor financeiro que não tivesse *expertise* no mercado, até mesmo para os dias atuais, sabendo que o INSS pode interromper o processamento da folha de pagamento de benefício por falta de recursos. Olha o que você está fazendo. Os nossos aposentados correm o risco de ficar sem recursos por causa do roubo em que o senhor estava envolvido nele. Santa inocência! O homem da governança foi iludido pelo Careca do INSS, contratou um contador que ele não conhecia.

Por isso, Relator, Presidente, nós temos que, sim, levar às prisões. Eu acho que o senhor, Sr. Alexandre, tem que ser fortemente investigado, porque qualquer auditoria mínima, por alguém que entende minimamente de governança, vai te dar nota zero, sem nenhuma habilidade para o senhor fazer o que o senhor fez. E, claro, o Ministro tem que vir aqui, porque o Ministro, naquela fotografia, como está envolvido ali, precisa vir cá explicar porque, assim, tem a conivência, os gráficos mostram que foi sob sua governança que explodiram os descontos irregulares. Que reunião que o senhor tinha com a controladoria, com as informações, com o gráfico? O homem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de governança tem que ver o gráfico, quando percebe qualquer variação fora da curva, ele tem que acionar os órgãos de controle.

"Ex-assessor do relator da anistia vira foco da CPMI do INSS", olha aqui: só política envolvida, infiltrada em todas as instâncias. E é óbvio, né, o PT ironizando a prisão, o PT tem muita dificuldade com prisão. "Justiça determina retirada de posts com vídeo que associa irmão de Lula a desconto do INSS". Absurdo! O cara é diretor de um sindicato envolvido com roubo.

Ele é diretor, ele é responsável! É Vice-Presidente ou ele é um fantoche? Se ele é Vice-Presidente, ele tem as suas responsabilidades. Portanto, é uma vergonha saber que a Justiça está a serviço do Sr. Lula. Dificuldade de nós convocarmos aqui o tal do Frei Chico. E isso vai ligando pontas.

"[...] alfaiate de famosos alvo da Polícia Federal foi sócio de empresários da farra", lavagem de dinheiro. Eu acho que o vendedor de terno que passou aqui vendia o terno que esse rapaz faz, só pode ser, porque, se o cara foi encontrado, identificado como um talento, vendendo terno, possivelmente, Sr. Relator, sem esses ternos aqui... "[...] investigado pela ligação com empresários que descontaram R$700 milhões [...]", olhe o terno aparecendo. Talvez o vendedor tenha vindo dessa loja aqui. E, é claro, a AGU já afastou o Sr. Stefanutto e afastou outro diretor, que tem que ser afastado mesmo, deveria estar preso.

"Restaurante próximo ao Planalto era ponto de encontro do 'Careca de INSS' com suspeitos". O senhor já foi questionado aqui e sabe, Brasília. Os jantares, os restaurantes, os encontros de ocasião, os cafés, é onde se faz as maracutaias. Infelizmente, toda maracutaia em Brasília passa por esse, tem o mesmo *modus operandi*.

"Procuradoria alertou, mas INSS ignorou riscos de acordo com Amar Brasil". O senhor era o homem da governança, na sua gestão. A Procuradoria do INSS alertou, a Procuradoria-Geral da República alertou, e o senhor recebendo para isso, ou seja, o senhor estava lá simplesmente esquentando cadeira.

"Farra do INSS: homônima entra na Justiça e acusa de entidade de má-fé", só tem falcatrua. De novo, o senhor era o homem da governança. Vai vendo, Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Antes do Coaf, governo e oposição [...]", o Sr. Nelson Wilians está sempre envolvido, porque sempre tem um advogado, infelizmente, para a desonra da classe, da categoria. Muitos advogados fizeram a opção pelo crime, foram envolvidos pelo crime e estão no crime.

"Foi um terror", o Governo falando que foi um terror...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... autoriza a roubalheira dos aposentados e agora fala que é um terror.

E aí o Rogério me emprestou o material dele que mostra a conivência do Governo, e o senhor estava a serviço de uma máfia. "Lula diz que se reúne 'todo ano' com a Contag [...]", nós precisamos trazer a Contag aqui, porque a Contag fez nessa preparação do roubo bilionário dos aposentados...

"Projeto que acaba com contribuições vai 'sepultar movimento sindical no Brasil', diz ministro da Previdência", sindicatos que foram criados para roubar as pessoas.

"Contribuição compulsória: aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões", e o senhor lavando esse dinheiro.

"Entidade alvo da PF por fraude no INSS contratou filho do Lewandowski", é preciso sempre requentar essa história aqui, porque é o filho do Careca, trabalhando no Senado, o contador do agropecuário no Maranhão é o mesmo do Careca e o mesmo do senhor, e o senhor, como homem de governança, não quis saber o histórico do seu contador.

Portanto, é lamentável aquilo que o senhor serviu, são lamentáveis os resultados. Que a punição seja a exemplar. Vai vendo, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Viana. Obrigado, Alexandre, pela presença, Bruno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Alexandre, a primeira pergunta que eu lhe faço: foi o senhor que contratou o advogado Bruno?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – Foi.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Excelente. E parabéns pelo senhor ter vindo sem *habeas corpus*.

Muito obrigado pela sua verdade, porque o senhor é o 21º convidado, e muitos advogados ficavam incomodados. Como na última semana o Deputado Evair perguntou para a advogada que estava aqui trabalhando, honestamente... Nós defendemos a advocacia, mas esta Casa precisa rever a Lei 8.906 quando se trata de desvio, roubo de dinheiro público nessa magnitude, tráfico de drogas. Olha, eu pedi aqui para a minha assessoria fazer pontos negativos da blindagem dos advogados. A gente vê escritórios recebendo milhões e milhões sem a necessidade de dizer de onde vem, de quem contratou. E isso aqui traz um risco de blindagem para a corrupção e tráfico de influência, favorece a lavagem de dinheiro, falta de transparência quando há influência política, desigualdade em relação a outras profissões e dificulta o combate à corrupção. Quando a gente tem pessoas investigadas e, claramente, é evidente o envolvimento de desvio de recurso público, é preciso, sim, saber de onde vem o recurso, tanto nesse caso como no do tráfico de drogas.

Sr. Alexandre, o senhor está sendo rifado pelo PT. Não só o senhor, como o Sr. Virgílio, o Sr. Fidelis. É, nitidamente, que essas pessoas faziam um grupo, faziam parte do grupo do PDT, né? E num nicho de mercado que o PT disputa a ferro e fogo. Lupi foi Ministro do Governo Lula, anos 2007 até 2011, e Ministro da Previdência, 23, 24 e 25. Dos 21 convidados, Carlos Lupi foi defendido pelo atual Governo, até por uma questão aí de relação com o PDT; Vinicius Carvalho, Ministro da Controladoria-Geral da União, também foi defendido por eles; Tonia Galleti, que é filha do fundador do Sindnapi, um sindicato com 25 anos – esses três defendidos pelo alto Governo. Mas o segundo, o terceiro e o segundo do terceiro escalão, que é o Sr. Virgílio e o André Fidelis – o senhor deve estar lá no quarto, quinto –, os senhores estão rifados. E eu falo aqui...

Eu gostaria até de mostrar uma foto, por favor, porque eu gostaria de refletir sobre isso.

Essa foto, apresentada pelo Relator Alfredo Gaspar... Ali, a gente que está olhando a imagem, no lado esquerdo de quem olha, está o Sr. Alexandre Guimarães, que é o segundo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

baixo para cima; e, depois, vem o Sr. Virgílio de Oliveira Filho, pernambucano – pernambucano –; o Sr. Osório Chalegre de Oliveira, ex-Presidente da Caruaruprev – Caruaru, em Pernambuco –, pernambucano. Caruaru, cidade natal do Wolney Queiroz – Caruaru. A gente tem Rogério Souza, graduado em Direito em Garanhuns – Garanhuns, ó, cidade do Lula –, pernambucano. A gente tem o Sr. André Fidelis – eu vou dar um prêmio aqui para quem acertar –, pernambucano.

Esse grupo está no INSS há muito tempo. E, quando o atual Governo fala aqui "foi depois de 2017", é claro, cara pálida, que foi depois de 2017, quando houve a reforma trabalhista do Temer, porque a contribuição era obrigatória. De 2003, de 1º de janeiro de 2003, quando o Lula assume, até o *impeachment* da Dilma, eles não quiseram fazer nenhuma reforma trabalhista. Eles queriam que a Contag de 1960 continuasse; que a Conafer de 2011 continuasse, fundada no Governo Lula em 2011; que o Sindnapi, fundado no ano 2000 – tem 25 anos –, continuasse. Quando vem a reforma trabalhista, esse pessoal se mexe, bota a cabeça para funcionar, usa a inteligência para fazer maldade e começa a fazer esse arco da velha que a gente descobriu aqui. Todos os sindicatos são parecidíssimos.

Então, todos esses três aqui... À Contag a gente nem chegou, né? O Sindnapi, do Frei Chico, ninguém quer comentar. Nenhum Deputado subiu na tribuna durante o Governo Bolsonaro para apontar alguma irregularidade.

Então, Sr. Alexandre, eu acho, sim, que houve um conflito de interesse da sua parte, sendo um Diretor de Governança, tendo uma empresa, da qual você é sócio, oferecendo um serviço de onde você tinha que ter governança. Bom uso do recurso... Você tinha que ter regras mais apuradas, mas o senhor é café muito pequeno perto dessa turma, mas muito pequeno, muito pequeno. E aí eu faço algumas perguntas aqui.

Relatórios da Controladoria-Geral da União criticam a inércia da Diretoria de Governança em coibir fraudes, apesar de alertas internos. A Sra. Eliane Viegas, da Controladoria, foi a segunda aqui a estar presente, servidora, e disse isso aqui para a gente.

A Operação Sem Desconto identificou que o... Quais auditorias internas sua equipe realizou sobre descontos associativos e quais irregularidades foram encontradas?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Auditoria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim. Quais auditorias...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Sob a minha diretoria, não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Nenhuma?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Então, não fez nenhuma, apesar de a Sra. Eliane Viegas ter dito aqui que houve inércia da Diretoria de Governança em coibir fraudes, apesar de alertas internos.

Segunda pergunta: a Operação Sem Desconto identificou que o INSS liberou descontos em massa para a Contag em 2023, contrariando decretos e instruções normativas. Sua diretoria participou da análise de riscos dessa liberação? E qual foi sua recomendação interna?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não participou...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não participou, e não teve vontade, também, de participar.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... nem dela, nem de outras.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor poderia ter participado, se fosse da sua vontade?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não fui nem convidado, nem fui convocado para fazer...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E se o senhor tivesse...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não sabia nem como é que isso estava se dando, não tinha conhecimento. A Diretoria de Governança não tinha... Como... Eu vou repetir, não tinha gerência nenhuma em relação ao benefício. Tudo o que a Diretoria de Benefícios fazia, nós não dávamos palpite, a gente não estava...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor pessoalmente não recebeu nenhuma visita da Controladoria-Geral da União alertando o senhor?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Nenhuma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... mas nós respondíamos à CGU. Nós tínhamos um trabalho sempre juntos...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E, se chegassem ao senhor todas essas informações que vieram à tona, frutos da Operação Sem Desconto, o senhor iria fazer alguma coisa?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu acho que isso aí teria que fazer através do Presidente para ver benefício...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas o senhor faria alguma coisa?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Se pudesse fazer, faria. Agora, só...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O que o senhor faria?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Hein?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O que o senhor faria?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu ia convocar a equipe de benefícios para se explicar.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Certo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Agora, só uma observação...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Por favor.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – ... se eu puder, sem atrapalhar o tempo do senhor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Por favor.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Quando eu saí da governança, da Diretoria de Governança, foi feita a prestação de contas e eu fui o único diretor a que não houve nenhuma vírgula sequer contestando a minha gestão.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Certo.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Isso aí está registrado.

(*Intervenção fora do microfone*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Nenhuma contingência, zero.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Depoimentos apontam que o esquema usava falsificações de autorizações para descontos. Quais ferramentas de inovação sua diretoria implementou para verificar a autenticidade de autorizações de descontos?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Como eu falei anteriormente, nosso trabalho, até de combate à fraude, se resumia, ou seja, era em cima de BPC e seguro-defeso. Nós não trabalhamos em relação a ACTs. Nenhuma. Nosso trabalho era inclusive, como estava formando a diretoria, era muito trabalho. Começou com muito pouca gente, a gente foi crescendo em um ano e dez meses que eu fiquei lá.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – A última pergunta, o senhor já respondeu. Eu ia perguntar se o senhor se reportou ao ministério ou à Presidência do INSS qualquer suspeita de irregularidades contra os seus ativos. O senhor falou que não.

Então, Presidente, eu finalizo aqui com uma observação. É muito claro tudo que aconteceu, é muito claro que há um núcleo político, é muito claro que as três instituições recordistas, tanto a Contag, que nós ainda não recebemos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... não tivemos a honra de receber um representante, como o Sindnapi, que é a medalha de bronze, do Frei Chico, não é? O Frei Chico não é irmão do Bolsonaro, não; o Frei Chico é irmão do Lula. E os Deputados aqui presentes não fizeram questão de ele estar presente, que seria até... O senhor está presente, Sr. Alexandre Guimarães, e o Frei Chico, irmão do Lula, que é Vice-Presidente do Sindnapi, que recebeu 600 milhões, a gente não conseguiu fazer a convocação aqui infelizmente. E a Conafer, que é a medalha de prata, que a gente teve aqui, com o Sr. Carlos Roberto, também envolvimento explícito em irregularidades, em serviços não prestados.

Mas fica muito claro aqui que há um núcleo, há muitos anos, político infiltrado nesses sindicatos. E aqui o Sr. Wolney Queiroz, do PDT, é muito nítido que as pessoas que o cercam são pessoas pertencentes a um grupo político presente nessa área de política pública do Governo há mais de 20 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Como nossa última inscrita, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Boa noite, Sr. Presidente, caros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa noite.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – A todos que nos assistem. Boa noite, Sr. Alexandre Guimarães. Boa noite, Sr. Bruno Junqueira.

Eu vou iniciar a minha fala trazendo aqui a diferença entre inteligência e esperteza. A inteligência é a capacidade de aprender, compreender e resolver problemas complexos, enquanto a esperteza é a habilidade de usar a inteligência, ou até mesmo a astúcia, para se adaptar e se sair bem em situações práticas e imediatas. A inteligência foca na cognição e no raciocínio, sendo mais duradoura e voltada para o conhecimento profundo, enquanto a esperteza se volta para o uso rápido e sagaz desse conhecimento em cenários específicos, podendo ter conotações positivas ou negativas.

Pois bem. Diante do quadro que se apresenta...

Cumprimento, não cumprimentei V. Sa., Dr. Bruno Ladeira Junqueira.

Diante desse quadro, eu vejo que aqui, no seu comparecimento, Sr. Alexandre, houve mais esperteza do que inteligência, apesar do seu currículo.

Não o parabenizo tampouco por não ter impetrado um HC. Era justamente essa sensação que os seus advogados inteligentemente resolveram trazer. Primeiro que o senhor chega desmuniciado completamente de documentos. O senhor vem única e exclusivamente para responder sobre um contrato. E o senhor não traz esse contrato. Eu tenho em mãos o contrato que o Dr. Bruno passou, sem assinatura, e que depois o senhor irá disponibilizar.

Mas eu começo aqui trazendo a seguinte questão: primeiro que o estatuto da sua S.A. tampouco nos mostra qual é o percentual seu. Eu creio que seja 100%. Não está no estatuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Para depor.) – O percentual de pagamento?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não, o percentual das cotas – das cotas.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Ah, das cotas, é 97.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Os outros três são de quem?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Da Acca, do Antônio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não consta na documentação.

E aí, o contrato de prestação de consultoria e assessoria foi avençado entre a Brasília Consultoria e a Vênus, no nome de V. Sa.

O que eu destaco: o conteúdo, o conteúdo seria o objeto. "O conteúdo programático e a técnica pedagógica que se fizerem necessários serão [a inteira... perdão, perdão] de inteira responsabilidade do contratante". O objeto, perdão. "O presente contrato tem como OBJETO, a prestação, pela Contratada, serviços através de consultoria e assessoria em administração, gestão e educação financeira, análise de viabilidade de investimentos, gestão financeira, análise de mercado e educação financeira especializada". Educação financeira especializada.

No entanto, curioso aqui é que, na cláusula quarta, que trata da remuneração, não consta a remuneração. Diz o seguinte: "4.1. Pela prestação dos serviços, a Contratada fará jus a uma remuneração mensal conforme estipuladas pelas partes de comum acordo, desta feita a remuneração será variável". Aí tem multa de 2% sobre o atraso e 1% de juros de mora por mês.

E é interessante também destacar o item 4.4: "Sobre os valores brutos a título de remuneração, a Contratante NÃO procederá com nenhumas [nenhum... nenhumas retenções – nenhumas, *sic*, tá?] retenções em virtude de a Contratada estar no regime do simples nacional". A não ser que a legislação tenha sido alterada, para mim, mesmo que seja uma sociedade aberta de capital... uma S.A. de capital...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Fechado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... fechado, ela não pode estar no Simples Nacional, mas, enfim, isso é quirera perto do que nós precisamos apurar.

Vamos lá. O serviço... Eu gostaria que o senhor anotasse para o senhor me responder depois, Sr. Alexandre.

Serviço terceirizado: eu gostaria de ter o nome dessas pessoas com quem o senhor efetuou essa terceirização – nome e contrato, se era CNPJ, se era via CPF, como é que o senhor pagava, etc.

O senhor diz que o trabalho era prestado por meio de um aplicativo e o senhor ministrava essas aulas. Concordo que, realmente, não é exatamente ilegal a abertura de uma empresa, mesmo estando em um cargo público. Não é ilegal, se o senhor não for administrador, mas o que a gente percebeu é que o senhor... Não foi o senhor que escolheu o Rubens, o senhor conheceu o Rubens via Sr. Antônio Carlos, correto?

Quando foi que o senhor conheceu o Sr. Antônio Carlos? A data?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu não sei a data precisa, mas foi, se não me engano, no início de 22.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Início de 22...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Março... Fevereiro, março.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E quando o senhor conheceu o Rubens?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu primeiro o conheci através do telefone, contato telefônico, mas, pessoalmente, foi em novembro de 23 quando conheci ele pessoalmente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, o senhor entrega a administração de uma empresa sua para um desconhecido. Estranho.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – É, indicado pelo Antônio, que eu já conhecia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O Antônio mais parece um sócio aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – O contrato... Quem? O Rubens?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O Antônio mais parece um sócio. O Rubens eu sei que não é. Um sócio oculto.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Não, ele é sócio através da Acca. Está aí: 3% dele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k.

Quem é o amigo em comum que apresentou ao senhor o Antônio?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Pois é, eu gostaria de não comentar porque não tem nada a ver com o que está sendo investigado. Isso aí foi na área do mercado financeiro de capitais, que me chamaram para, talvez, fazer uma estruturação de um ativo financeiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor disse que a Acca é sócia, mas é realmente porque não consta aqui.

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA (*Fora do microfone*.) – Senadora... Não, é porque na S.A o boletim de subscrição fica à parte.

O boletim de subscrição está aqui, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Está aí? Porque eu não tenho esse documento.

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA – Não?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – De acordo com o seu sigilo fiscal, que eu não vou detalhar aqui, antes de o senhor ser um *expert* , virar um *coach* para receber essa verdadeira fortuna por aula, o senhor não tinha uma evolução financeira a contento. Então, o senhor, do dia para a noite, virou um ás na fórmula de ganhar dinheiro. É o que nos parece, de acordo com o que dizem os seus Impostos de Renda, as suas declarações.

Eu gostaria que o senhor também nos passasse, Sr. Alexandre, quem eram os seus alunos, qual o perfil dos alunos, quantos alunos, quantos alunos fizeram inscrição nessa plataforma? Qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o número de acessos dessa plataforma? Quanto tempo durou o curso? Porque o contrato apócrifo, mas fornecido por vocês, não determina limite de prazo de entrega, nada disso, nada. É algo assim... Quantas vezes por semana o senhor ministrava aulas?

Durante o período em que o senhor trabalhou dentro do INSS, eu gostaria também de saber se o senhor ouviu falar em fraudes. Porque, segundo saibamos, o seu cargo era de Diretor de Integridade, Governança...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... e Gerenciamento de Riscos do INSS.

O senhor disse que a sua alçada não chegava à questão de ACTs, que se restringia ao seguro-defeso e tal. Não sei, nós não temos documento nenhum sobre isso. Eu não tenho resolução interna sobre isso. Então, é muito limitado o seu trabalho e parece aqui conveniente para se responder sobre. Mas, gerenciamento de risco...

Eu, no mínimo, no mínimo, estranho. Aguardo a documentação, Sr. Alexandre, Dr. Bruno, real, porque, sinceramente, não me convenceu. O senhor achou que poderia nos convencer ou nos deixar de uma forma assim.... a ponto de parabenizá-lo. Eu não o parabenizo.

Estou absolutamente desconfortável ainda, e não supriu nenhuma das minhas questões. Eu aguardo, por escrito, agora, a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA – É só para esclarecer a requisição: quais são os pedidos efetivos de documentação que a Senadora requer que sejam juntados?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA – Só para a gente não juntar coisas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Vou protocolar.

É, o contrato... o contrato sim, que o senhor me disponibilizou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA – É porque o que a gente tinha em mãos aqui agora, Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É, até não tem problema, mas se é esse o...

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA – Geralmente, pede prazo de dilação, mas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não, não tem problema. Eu... Na minha opinião, o depoente deveria ter vindo municiado de materialidade. Então... Porque a única coisa que ele veio responder aqui; é o único ponto. É o ponto nodal da questão.

Então, eu... Para mim, não adiantou nada o dia de hoje. Por isso, a nossa grande preocupação quando os depoentes vêm e nós não temos ainda uma... os documentos para trabalharmos no ponto controvertido. Este é um ponto controvertido. Este é exatamente o ponto. Então, é o contrato.

O SR. BRUNO LADEIRA JUNQUEIRA – O contrato...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Que eu já conheço... Eu já considero assim, insuficiente. Então, já fica registrado. E essas perguntas, Sr. Alexandre: número de acessos, cadê a plataforma? Os vídeos que os senhores falaram que iam disponibilizar...

Muito obrigada, Presidente, pela paciência.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Serão disponibilizados.

O contrato da Vênus com a Brasília Consultoria era a reprodução, a produção de conteúdo de educação financeira através, ou seja, para... Isso é incluído naquele APP que ele já tinha, com diversos benefícios ofertados.

Quer dizer, então, isso aí... A evolução financeira.

Eu estou no mercado desde 1981, tá? Então, a minha casa em que eu moro hoje, eu tenho há 18 anos. Eu morava ali na... Quem conhece Brasília... A senhora é de Brasília? Não, né? Morava ali perto de Gilberto Salomão, na QL 6. Vendi a Casa e comprei uma no Park Way.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, então, eu não saí do nada; eu vim desde antes. Eu tinha, na AEG, eu tinha quatro salas que era meu escritório, sete garagens. Eu tinha dois apartamentos em Goiânia e outros. E eu fui vendendo esse patrimônio para eu conseguir sobreviver, de 2013 a 2017, quando eu fui para a Infraero – que eu fiquei só 40 dias –, depois continuei gastando e vendendo o patrimônio.

Então, a minha evolução financeira... Hoje, eu tenho muito menos do que eu tinha, mas muito menos mesmo. De 2010, 2011... não, não tem isso.

Qual foi o outro? Ah, cursos! Não eram cursos. A gente não dava curso. A gente produzia material sobre educação financeira, e vou disponibilizar. Já foi comprometido, já, com a CPMI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Que é educação financeira especializada.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Especializada, exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Para quem? Então, o senhor não tinha alunos?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Eu fornecia isso para contratada, e ela utilizava.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Para a contratada fazer o quê?

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Utilizar para os clientes dela, e não era...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Quem são os clientes dela? É isso que eu gostaria que o senhor...

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – São as empresas com as quais eles tinham contrato de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Sim, eu aguardo, então, porque não compreendi ainda.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES – Tá o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu aguardo as respostas por escrito. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela Liderança, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Uma questão de ordem, antes, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Nós vamos suspender os trabalhos hoje para continuar amanhã? Nós vamos fazer uma...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, vamos encerrar. Amanhã retomaremos às 9h.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor acha que esse é o melhor desenho?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. É.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputadas, Senadores e Senadoras, hoje nós tivemos aqui uma noite muito interessante, né? Porque...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – São cinco minutos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a oposição, que é tão ciosa, né?, tão corajosa, fala grosso, fala alto, tem uns até que gritam...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – São cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a oposição, que é tão ciosa, né? Tão corajosa, fala grosso, fala alto – tem uns até que gritam –, depois que eu fiz uma pergunta... uma pergunta simples, que foi: "Em quem o senhor votou, Sr. Alexandre Guimarães?" E ele respondeu que tinha votado no Bolsonaro. Depois que a gente mostrou que ele era uma pessoa que postava coisas da campanha do Bolsonaro, depois que ele disse que foi indicado pelo Andre Moura, pelo Pettersen, a oposição se liquidou e não queria mais falar sobre o INSS.

Eu pensei: "Qual o motivo que poderia ter causado tamanha desorganização na estratégia da Oposição aqui hoje?" Cheguei à conclusão, Presidente, que só pode ser o extraordinário sucesso da reunião do Presidente Lula com Donald Trump, o aniversário do Presidente Lula, Líderes mundiais cumprimentando o Presidente Lula.

Isso deve incomodar, né? Incomoda até porque olham para o líder político deles, Bolsonaro, em casa, de tornozeleira eletrônica, né? Uma situação constrangedora, às vésperas de ir para cadeia, o medo maior do Bolsonaro... faz um vídeo, os olhos cheios de lágrimas, incomodado agora até com o Donald Trump.

Então, isso aí cria, Sr. Presidente, eu entendo, um ambiente, porque o que restou para a Oposição aqui hoje? Repetir uma narrativa, e já está ficando chata essa narrativa, o Líder da Oposição, em todas as reuniões, vem aqui repetir essa narrativa dele, para tentar convencer as pessoas daquilo que ninguém acredita.

A CPI já demonstrou, de forma inequívoca, para a sociedade brasileira: o esquema da corrupção se inicia dentro do INSS a partir de 2019, 2017, 2018, eles prepararam as condições. Mas as ACTs fantasmas passam a ser distribuídas a partir de 2019 – 19, 20, 21, 22. Todos os personagens que apareceram aqui até agora, todos eles, sem exceção, exerciam algum tipo de função de comando no INSS dentro do Governo Bolsonaro.

Os "*golden boys*" surgiram e ficaram milionários, sem nunca terem trabalhado na vida, no Governo Bolsonaro; foi na conta do Ministro Onyx, do Bolsonaro, que o dinheiro foi depositado na campanha eleitoral. Botaram dinheiro na campanha do Bolsonaro, dos candidatos do Bolsonaro, votaram no Bolsonaro, e querem fazer crer para a sociedade brasileira que foi o PT, que foi o Governo do Presidente Lula que montou esse esquema vergonhoso que roubou bilhões de reais dos aposentados e aposentadas do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém acredita. Isso aí já ficou até algo cansativo, né? Mas é o que resta para a Oposição, porque nós vivemos hoje um momento no país que é um momento praticamente de pleno emprego...

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... de recuperação do prestígio internacional, e uma Oposição atormentada, Presidente. O senhor vê que eu falo aqui, eles já começam a se movimentar, atormentados porque não tem discurso, não tem o que fazer, não tem o que falar. Aí ficam aí repetindo essa mentira. Essa mentira.

O senhor percebeu, Presidente, o que acontece hoje em dia? O Zé Chuvisco, que gritava e ficava até o final, agora fala e vai embora. O Sargento Pincel levantou, deu dois, três gritos, foi embora. A capitã – não é? – a Delegada, veio aqui, fez um discurso, levantou, foi embora. Todos eles fogem. Sobrou aqui dois, três, né? Antigamente ficavam 15, 20.

Isso é o quê? É uma demonstração de que não têm o que dizer, que não sabem o que dizer, estão acovardados, não sabem como defender, porque a sociedade brasileira já tem todos os elementos para concluir. Esse esquema foi montado pelo Bolsonaro e acabou no Governo do Presidente Lula.

Para concluir, Sr. Presidente?

O dinheiro começou a drenar do cofre dos aposentados, das aposentadas e das pensionistas. Mudaram o decreto, na época do Onyx, para poder roubar também das pensionistas. Foi desbaratada a quadrilha no Governo do Lula, e o dinheiro foi devolvido, está sendo devolvido.

Presidente, mais de 3 milhões de aposentados e aposentadas já receberam o dinheiro roubado. Mais de R$2 bilhões já foram devolvidos, Presidente. E o Presidente Lula já disse que nós vamos devolver para todos. E vamos ir atrás dessa turma que roubou.

Então, o nosso presente para o Presidente Lula, hoje, é o nosso trabalho, a nossa dedicação, o nosso empenho, para que o nosso país seja um país cada vez melhor e que os nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentados e aposentadas nunca mais sejam roubados por quadrilhas iguais a essas que foram montadas no Brasil, dentro do Governo Bolsonaro, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela liderança, Senador Rogerio Marinho, da Oposição.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Bom, vamos terminar mais cedo, Sr. Presidente. São dez para as dez da noite.

Então, vamos lá.

Eu não vou repetir o que já disse anteriormente, já está registrado, de que há uma disciplina férrea na esquerda. Eles repetem o mantra até a exaustão.

Sidônio realmente tem merecido, inclusive o fato de que hoje está sendo denunciado que um seu sócio recebeu 12 milhões da Secom. É a moral do PT, né? Sempre muito frouxa, de aparelhamento do Estado. Mas ele vai ter a oportunidade de se explicar a respeito, ele deve ter uma boa justificativa.

A gente está ouvindo aqui uma teoria da conspiração que não tem nenhum nexo com a realidade. Como se pode imaginar que um Presidente de direita, que foi o primeiro em 30 anos que enfrentou a corrupção sistêmica do INSS, apresentando inclusive uma medida provisória contra fraude – que o PT votou contra, trabalhou contra, discursou contra, quis impedir que houvesse a revalidação anual... Várias emendas foram apresentadas, estão nos *Anais da Casa*... Mas não tem jeito, essa turma repete até a exaustão a mesma conversa.

E aí falam do Trump. Trump que foi, durante dois anos e nove meses, descrito como nazista, misógino, inimigo da sociedade, alguém que não deveria poder ter convivência... Seria uma nova forma de nazismo no mundo.

Aí o Lula consegue uma foto com o Trump e usa como troféu. Olha que hipocrisia! Mas tudo se faz – né? –, pela narrativa da política.

Nós estamos vendo os mesmos métodos, os mesmos personagens, e nós já sabemos o final dessa história. Um Governo populista e irresponsável, que todos os dias... Aliás, hoje há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrassenso paradoxal que a gente pode olhar: enquanto o Milei ganha a eleição lá e diz que vai extinguir 20 impostos, hoje o Haddad anuncia que quer mais dois novos impostos – são 27, com dois, 29.

A inadimplência, senhores, já atinge 30 milhões de famílias e bate recorde em setembro. O Brasil registra um rombo recorde de quase US$10 bilhões nas contas externas de setembro. O Brasil teve 6.041 mortes por dengue, e é histórico no Brasil. O feminicídio atingindo o maior número de casos desde 2024. Nós estamos batendo o maior número de queimadas, e não se vê um artista gritando aqui: "Salve a Amazônia!" A gente já sabe...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – O menor salário mínimo da América Latina.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós já sabemos o que é que vai acontecer.

O Governo está aparelhando o Brasil, estourando as contas públicas, aparelhando a máquina pública. O maior rombo dos Correios que era... Aliás, é impossível de ser privatizado porque era... Como eles diziam? Como era? "Era patrimônio do povo brasileiro." Não, é patrimônio de uma corporação que assalta o Brasil de forma sistemática. E o pior é que eles não... Parece que ou não se apercebem ou estão anestesiados, porque para eles vale tudo para preservar o poder.

Sr. Presidente, nós estamos assistindo a um drama, porque no Brasil, desde 2002, são 18 anos de PT. Que país aguenta isso?! Tem que ser muito rico, muito forte, muito resiliente, ter muita fé, muito foco, porque a noite está negra. Eu sei que está negra, mas vai clarear, vai clarear, e o PT vai passar, se Deus quiser, e o povo acordar! Não é possível continuarmos sobre esse tipo de mentira reiterada e repetida até a exaustão.

Senhores, nós temos aqui uma dificuldade que está sobre os ombros, sob a responsabilidade do Sr. Relator, que tem feito um excelente trabalho, e V. Exa. também, Presidente, de se debruçarem sobre fatos, de compulsar os autos. Eu gostaria muito de estar ajudando o Relator com perguntas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... com inquirições, com indagações, mas eu sou obrigado, até pelo meu dever aqui, de Líder da Oposição, a fazer um contraponto na luta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

política, que é natural. Só que a luta política tem que ter minimamente algum critério de civilidade e de respeito à verdade. Nós estamos, na verdade, aqui, agredindo fatos. O Governo, nós sabemos o que é que vai acontecer. Aliás, foi dito pela Ministra do Planejamento, pelo Ministério do Planejamento, no começo deste ano: o país está quebrado a partir de 27, do ponto de vista fiscal. Quem vier atrás, feche a porta e apague a luz! E o que é que o Governo faz? Muda os critérios dos precatórios para abrir um novo espaço fiscal de mais de R$100 bilhões, a partir de 2027, e só aumenta a dívida pública. Aumentando a dívida pública, por isso que os impostos são os maiores do mundo e por isso que o Brasil virou um risco para quem quer empreender e quer investir.

Tudo bem! Para eles, está tudo bem: pode quebrar o Brasil, pode assaltar a máquina pública, pode aparelhar o Brasil, contanto que o projeto de poder de continuidade permaneça. Mas o Brasil não vai permitir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Relator se tem mais algum esclarecimento. (*Pausa.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Tempo de liderança e da suplência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não tem, Excelência. (*Risos.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Vai que cola.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Alexandre, o senhor, pelo Regimento, tem mais cinco minutos, se quiser. (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

Então, senhores, permitam-me aqui, antes das minhas palavras finais, usar uma passagem bíblica que mostra como os seres humanos são capazes de superar momentos difíceis.

Está no Livro de Josué, no Capítulo 1:2 a 6.

Diz assim:

> Moisés, meu servo, é morto; levanta-te, pois, Josué, agora, passa este Jordão, tu e todo este povo, à terra que eu dou aos filhos de Israel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] Esforça-te, e tem bom ânimo; porque tu farás a este povo herdar a terra que jurei a seus pais lhes daria.

Depois da morte de Moisés, Josué caiu numa tristeza muito profunda e estava muito desanimado, e veio para ele essa ordem, para que se levantasse e tivesse bom ânimo.

Nós, brasileiros, também perdemos os nossos Moisés, líderes que um dia prometeram libertar o povo, mas deixaram o caminho inacabado. Agora é tempo de nós, brasileiros, olharmos para o exemplo de Josué, tempo de atravessar o Jordão das promessas quebradas e devolver ao povo a terra da dignidade e da justiça.

Quando esta CPMI nasceu, diziam que seria somente mais uma Comissão qualquer. Muitos aqui, inclusive, falam isso, aqui dentro: "Mais um relatório engavetado, mais um escândalo esquecido". Mas nós decidimos levantar, decidimos atravessar e, como Josué, escolhi e escolhemos não olhar para o tamanho do rio, mas para a promessa do outro lado.

Nessas 20 reuniões, o que encontramos aqui não foram apenas números; são rostos, nomes e histórias: a aposentada que chora porque o desconto diminuiu o pouco que ela tem para sobreviver; o rosto da viúva que perdeu o marido e ainda paga por um erro que não cometeu; o rosto do órfão que viu o pai morrer e depois perdeu o direito que era dele. É por eles que esta CPMI existe, é por eles que nós estamos aqui.

Às vezes, o Plenário se silencia, e esse silêncio diz mais do que qualquer palavra, é sinal de um país cansado. Nós brasileiros estamos cansados, esperando que dessa vez a justiça venha de verdade.

Deus ordenou a Josué: "Levanta-te e passa este Jordão". É isso que estamos fazendo, levantando o Brasil e atravessando o rio da vergonha, um rio cavado por anos de descaso, de corrupção e de silêncio e, do outro lado, está a terra prometida, o Brasil da verdade e da justiça para todos os nossos filhos.

A cada testemunha que mente, a verdade aparece mais forte; a cada prisão decretada, o país entende que ninguém está acima do povo; a cada passo dessa travessia, a fé vence o medo, porque quem luta pela verdade não afunda, atravessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também carrego marcas dessa travessia, não as de quem sofreu o golpe do desconto, mas as de quem decidiu enfrentar o sistema que faz o povo sangrar em silêncio, e digo isso com autoridade.

Quando fui Relator da CPMI de Brumadinho, tive a coragem de pedir a prisão do Presidente do maior grupo econômico brasileiro, o Presidente da Vale. Fiz isso sem medo e sem cálculo, porque a verdade não se negocia. Era o maior grupo econômico do país, talvez hoje ainda, mas fiz o que a consciência e o dever exigiam: pedi a prisão do Presidente da Vale, responsável pelos crimes de Brumadinho. Ali não havia espaço para a covardia, porque a verdade sempre vale mais do que qualquer poder.

Naquele momento não estava em jogo um partido, mas o respeito à vida, à justiça e à responsabilidade. E é esse mesmo espírito que me move hoje nesta CPMI, o de enfrentar o sistema, doa a quem doer, e honrar o povo que acredita que a justiça ainda é possível.

E, hoje, nesta CPMI, digo ao Relator Alfredo Gaspar: "Estamos juntos". Temos que estar prontos porque as retaliações virão e nós sabemos como elas funcionam, Relator, mas também sei que, assim como eu, você dorme em paz. Dorme com a consciência tranquila de quem está no caminho certo, lutando por justiça, pelos órfãos, pelas viúvas e pelos aposentados deste Brasil.

Dou a vida por essa justiça. Não falo em figura de linguagem, não; falo em verdade. Cada hora longe da minha família, cada ataque, cada pressão é parte do preço de quem escolheu servir à verdade, e sirvo com paz no coração, porque sei que estou do lado certo da história.

Sei também que levantar a voz contra interesses dos poderosos tem consequências. Já percebemos, aqui, dentro desta CPMI, que há muita gente envolvida, e não é pouca, não; é muita gente, gente importante, em todos os níveis da República, nos mais altos escalões do país, gente milionária, gente que debocha dos pobres, ostentando o que roubaram de aposentados e pensionistas. Eu sei que as retaliações podem vir, as pressões já estão aí, as tentativas de calar esta Comissão também se tornaram múltiplas desde o início; mas nós estamos prontos, porque quem teme perder o cargo nunca vai mudar o país, e quem serve ao povo não se curva diante do poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em toda a minha trajetória pública, nesses sete anos, tenho lutado por justiça e continuo lutando, porque o Brasil precisa de justiça e porque o povo, esse povo que trabalha, que paga imposto, que acredita, tem pedido esperança para nós, e a esperança começa quando a verdade é dita e a lei é cumprida.

A corrupção é o pecado que mata essa esperança, e a justiça é o remédio que devolve a fé no amanhã. Não é CPMI; é o Brasil reagindo, é o povo acordando, as pessoas que nos cumprimentam nas ruas, que acreditam no nosso trabalho. É a justiça descendo para o papel da vida real.

Quem rouba aposentado, rouba o descanso de um país; quem se silencia diante disso, rouba o futuro das próximas gerações; mas quem enfrenta, quem se levanta, escreve história, e nós estamos escrevendo história, Srs. Parlamentares.

O povo cansou da promessa bonita. O que as pessoas nas ruas querem é ver resultado, ver gente sendo responsabilizada, ver dinheiro voltando para o bolso certo. É isso que vai acontecer, é para isso que nós estamos lutando. Essa CPMI nasceu do clamor dos inocentes e vai terminar com a justiça feita.

Não somos perfeitos, mas estamos tentando, talvez como poucos, fazer o certo, num tempo em que o certo custa caro. E se isso for lutar contra gigantes, então que venham os gigantes, porque o povo brasileiro merece que alguém lute até o fim.

Quando tudo isso acabar, não quero que se lembrem de nós pelos cargos que tivemos, mas pela coragem de atravessar o rio quando tantos preferiram ficar na margem. Atravessar é o que o Brasil precisa fazer, é atravessar com fé o que nós faremos. Assim como Josué atravessou o Jordão, o Brasil também precisa atravessar, com fé, com determinação. Pode demorar, pode doer, mas a travessia, senhores, precisa começar. E do outro lado, tem a justiça que nós esperamos, tem o futuro que queremos para as nossas gerações, e nós precisamos trabalhar e lutar para chegar lá e sermos vitoriosos.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião a ser realizada amanhã, dia 28, às 9h, neste mesmo Plenário, para oitivas de Domingos Sávio de Castro e de Henrique Traugott Binder Galvão.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Alfredo Gaspar, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, José Lacerda, Izalci Lucas, Leila Barros, Jaques Wagner, Rogerio Marinho, Coronel Chrisóstomo, Adriana Ventura, Duarte Jr., Evair Vieira de Melo, Ricardo Maia, Sidney Leite, Dorinaldo Malafaia, Beto Pereira, Delegado Caveira, Zé Trovão, Kim Kataguiri, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Bruno Farias, Rogério Correia, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda daDeputada Carla Dickson, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Randolfe Rodrigues, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Jorge Seif, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Damares Alves, Sóstenes Cavalcante e Ricardo Ayres. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e cinquenta e três minutos e reaberta às doze horas e doze minutos. A reunião é suspensa às doze horas e quarenta e seis minutos e reaberta às doze horas e cinquenta minutos. A reunião é suspensa às treze horas e vinte e sete minutos e reaberta às quatorze horas e quarenta minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitivas. Oitiva do Domingos Savio de Castro, Empresário, em atendimento aos requerimentos 348/2025, 591/2025, 786/2025, 869/2025, 1246/2025, 1657/2025 e 1846/2025; do Henrique Traugott Binder Galvão, Piloto de avião, em atendimento ao requerimento 2085/2025. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/28

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 28 de outubro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião, realizada em 27/10.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*. (*Pausa.*)

Nossa sessão de hoje está marcada para ouvirmos duas pessoas já convocadas: a primeira delas será o Sr. Henrique Traugott Binder Galvão, que já se encontra conosco, a pedido do Relator Alfredo Gaspar – aqui, inclusive, os Parlamentares estão se inscrevendo, mas, entendo que esta oitiva deverá ser bem rápida, apenas para responder às questões do Relator. Em seguida, ouviremos o Sr. Domingo Sávio de Castro, responsável pelos *call centers* usados e citados na investigação em que ora estamos trabalhando.

Solicito à Secretaria que traga, por favor, que conduza até a mesa o Sr. Henrique Traugott Binder Galvão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, duas questões enquanto ele vem, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A primeira é que, embora a gente queira que seja rápido, eu teria questões importantes em relação ao piloto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. poderá fazer a questão que desejar, claro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... para ressaltar aqui. As inscrições serão, com certeza, como V. Exa. sempre faz, respeitadas.

A outra questão, que é importante e eu queria solicitar a V. Exa., diz respeito à deliberativa que será programada, e V. Exa., pelo que eu entendi, está vendo o que pode ter de maior consenso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E eu entreguei... Eu apresentei ontem – já tinha dito isso – um requerimento com a convocação do ex-Deputado...

Só um minuto, Presidente, minha memória anda falhando.

Ontem no... (*Pausa.*)

Andre Moura. Presidente, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu apresentei um requerimento solicitando a convocação do ex-Deputado Andre Moura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É apenas para solicitar... Se V. Exa. puder incluir esse requerimento já na próxima reunião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hum-hum.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... porque, realmente, com o que foi dito ontem pelo depoente que ele foi indicado pelo ex-Deputado Andre Moura, que era, na ocasião, Líder do Governo Temer, abriu-se um leque também de investigações acerca disto, de como é que esse processo começa, principalmente por não ser o depoente, ontem, servidor de carreira. Então, isso eu acho que descortinou uma questão importante para que a gente possa fazer a investigação e, com certeza, será também interesse do Relator.

Então, pediria a V. Exa., se puder, incluir. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Oitiva do Sr. Henrique Traugott Binder Galvão, piloto de avião que realizou voos em aeronaves ligadas a Silas da Costa Vaz, vinculado à Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares (Conafer). Requerimento 2.085, do Deputado Alfredo Gaspar, Relator.

Informo que, até o momento, a Comissão não foi cientificada de nenhuma decisão em sede de *habeas corpus* que envolva o depoente de hoje. Mesmo sem decisão judicial, informo que estão assegurados todos os direitos constitucionais da testemunha, como o direito de estar acompanhado de advogado – o que não desejou –, de consultar a qualquer momento ou de ficar em silêncio nas perguntas que o incriminem.

Advirto, no entanto, que, por estar aqui como testemunha, o direito ao silêncio se aplica única e tão somente às perguntas que levem à autoincriminação, sendo vedado o silêncio absoluto e o silêncio relativo às demais questões.

Passo agora à leitura do termo de compromisso: V. Sa. promete quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e for perguntado?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tenha protagonizado, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Pergunto ao Sr. Henrique Galvão se deseja fazer uma apresentação inicial.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – É, gostaria de me apresentar. Meu nome é Henrique Traugott Binder Galvão. Tenho 32 anos, sou mineiro, piloto de avião. Venho de uma família tradicional de dez aviadores e trabalho na área há 14 anos. Estava exercendo o meu trabalho e estou aqui para poder responder a todas as perguntas que me forem ditas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra o Relator, o Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia. Quero estender a todos os Parlamentares e presentes também um bom-dia e ao senhor depoente, o piloto Henrique.

Sr. Henrique, V. Sa. se encontra aqui porque nós estamos em uma Comissão Parlamentar de Inquérito que visa a investigar o roubo do dinheiro dos aposentados e pensionistas e uma das entidades investigadas e pessoas físicas também adquiriram aeronaves, e dessas aeronaves têm sido questionadas a relação de propriedade. Eu estou com uma lista aqui de aproximadamente 100 voos que o senhor realizou como piloto dessa aeronave. Vou ler que aeronave é essa, e V. Sa. vai confirmar se realmente comandou essa aeronave.

Aeronave de prefixo PT... Eu não sei se é OOV ou 00V, mas acredito que é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Oscar, Oscar, Vítor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só. É praticamente um comandante, o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Papa, Tango, Oscar, Oscar, Vítor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, Presidente. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só há números nas – já que é assim né? –, só há números na aviação americana, Excelência; no Brasil, é letra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Poxa, Presidente... Parabéns.

Essa aeronave é um modelo 58P. Então, aqui, o senhor como comandante, piloto 01 dessa aeronave, está o seu CPF e tem uma série de destinos. Como eu falei aqui, tem mais de cem voos entre 2024 e 2025. O senhor realmente já comandou essa aeronave?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que aeronave é essa?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É um Beechcraft Baron 58. É um bimotor de seis lugares.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu conheço o Baron. Mas qual é o valor aproximado de mercado dessa aeronave? O senhor sabe dizer?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Esse avião em si tem uma particularidade: ele é pressurizado. No mercado ele é desvalorizado por isso. Eu acredito que na faixa de um e oitocentos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um e oitocentos.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Real. Em real.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é o custo mensal aproximado para ter uma aeronave dessa – hangaragem, combustível, piloto, seguro, revisão periódica?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu não posso... eu não consigo afirmar, assim, com precisão um número, até porque varia muito com a quantidade de voo, né? O mais puxado aí nessa operação seria o custo do combustível. Então, seria piloto, hangaragem, revisão, conforme voar. Então, se o avião não voa, teoricamente ele não faz revisão, né? Se o avião voa muito, ele tem um custo maior de revisão e de combustível também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor poderia dizer aproximadamente por hora média quanto.... Vamos supor que voasse dez horas por mês, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não deve ser muita coisa. Isso aproximadamente requer que o proprietário mantenha mais ou menos em quanto?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Só um instante que eu vou fazer o cálculo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E eu estou perguntando isso ao senhor por conta da propriedade direcionada a uma pessoa muito simples. (*Pausa.*)

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Voando aproximadamente dez horas, daria um custo mensal, com salário, hangaragem, manutenção e combustível, de R$40 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor; lhe agradeço.

Sr. Henrique, o senhor está aqui como testemunha, o senhor não está acusado de absolutamente nada, apenas queremos esclarecimento de fatos. Por isso vou ser bem objetivo e lhe perguntar.

Além dessa aeronave, tem aqui também, que eu já estava esquecendo, uma aeronave 172. O senhor voou também nessa aeronave? Eu acho que é um Cessna.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Voei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Voou? O senhor se recorda do prefixo dela?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Papa, Romeo, Alfa, Tango, Mike (PRATM).

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe só eu confirmar aqui. Papa, Romeo... É essa mesmo.

Deixe eu lhe perguntar. Aqui tem diversas pernas aí – eu não sei se chama perna, traslado, não sei como é que o senhor trata tecnicamente. Mas vou dar um exemplo ao senhor, vou dar um exemplo aqui de 2025, para a gente ficar mais próximo. No dia 9 de maio de 2025, o senhor voou de Pará de Minas, em Minas Gerais, aqui tem às 18h40.

Essa aeronave é a IRF, é? Essa aeronave voa noturno?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, eu não... Esse horário foi pego pelo diário de bordo?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi, sim senhor.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Então seria horário zulu. Seriam três horas a mais do nosso horário local, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Essa aeronave, se tiver dito do Cessna, é uma aeronave monomotor que só opera visual.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. Aqui é um voo de 9 de maio de 2025 na aeronave Baron. Henrique, Comandante. Pará de Minas para Brasília. SNPA significa o quê?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Pará de Minas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pará de Minas. E SIQE?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É o aeroporto do Botelho, em Brasília, Aeroporto Planalto Central.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, quer dizer que não é o aeroporto internacional, não?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. O senhor fez essa pernada?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, são muitas, né? Igual você mencionou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas é a última que tem aqui de registro do senhor comandando essa aeronave. Deve ter sido uma data marcante, né?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu não me recordo desse voo, inclusive, pela minha memória, eu não fui com esse avião em Pará de Minas. O mais próximo que eu cheguei a operar foi em Divinópolis, Serra, November, Delta, Vítor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, já é um canto aqui para a gente... Já é um registro para que a gente possa solicitar uma investigação da Polícia Federal, porque nós estamos aqui com um diário registrando um voo de que o senhor não se recorda. Pode ter sido inserido de forma indevida, uma falsidade, aqui, ideológica ou material.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, esse é o Cessna ou é o Baron?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, esse é o Baron. Esse é o Baron.

Mas vamos para outro voo do Baron. Eu estou pegando de trás para a frente, porque são voos, assim, que ficam mais próximos, ficam mais próximos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No dia 24 de abril de 2025, que foi um dia após ou no dia da operação da Polícia Federal, o senhor fez dois voos com um Baron: um de Brasília para Goiânia. O senhor se recorda desse voo?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Quantos passageiros tinha na aeronave?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – O voo foi procedente de Brasília para Goiânia ou foi de outro lugar para Goiânia?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ler aqui com os dados.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Tá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ler aqui com os dados: SNQE, Brasília, SBNV, Goiânia.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, foi um voo que, se for, eu acredito que cheguei noturno, estava levando o avião para a revisão, para a gente fazer a revisão em Goiânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. E o voo que aconteceu quatro dias depois, que foi de Governador Valadares para Brasília?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim. Fale aí quantos passageiros tinham a bordo.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Se eu não me engano, três ou quatro passageiros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Três ou quatro passageiros. Quem foi que pagou o combustível dessa aeronave para esse voo? Foi o senhor?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Essa informação não passava por mim. Eu tinha um responsável que fazia a coordenação das nossas operações e todos os débitos, todos os custos que eram gerados nas nossas operações eram passados para ele e ele fazia o pagamento ou me reembolsava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é esse responsável?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Leandro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Leandro. Nome, localização e telefone.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Leandro Almeida. É morador de Brasília, natural de Pará de Minas também. Amigo de infância. Foi quem me indicou para voar essa aeronave.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então vamos conversar sobre Leandro. O senhor, por favor, repasse... repasse a esta Comissão o telefone do Sr. Leandro, a localização onde ele pode ser encontrado, e me diga: Leandro contactou o senhor para operar essa aeronave em que ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Em setembro de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Setembro de 2024. Exatamente quando começam os voos do senhor aqui nessa aeronave. Eu lhe pergunto: como foi que Leandro o contactou?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, igual eu tinha dito, nós somos amigos de infância, começamos as nossas carreiras juntos, né? Ele trabalhou nesse avião anteriormente e tinha passado para outro emprego, foi onde ele me indicou para voar essa aeronave. Éramos amigos pessoais, por isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Faça um favor para mim, liga aí para o Leandro. (*Pausa.*)

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – E...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga a ele que está em viva-voz e vamos conversar aqui o trio com ele. (*Pausa.*)

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Irmão, estou em ligação aqui, viva-voz, viu?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com a... com a Comissão Parlamentar de inquérito.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – O pessoal está com algumas dúvidas aqui, viu? (*Pausa.*)

Beleza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Vou colocar no viva-voz aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oi, Leandro. Bom dia.

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Oi, Sr. Relator. Bom dia. Tudo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Como vai o senhor? Vamos encurtar aqui os caminhos. É... nós estamos aqui, nós estamos aqui com o Sr. Henrique e, para evitar uma convocação do senhor, até porque o senhor é uma pessoa decente e trabalhadora, vamos encurtar essa conversa aqui.

O senhor indicou o Sr. Henrique para pilotar um Baron?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pilotou esse Baron?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto tempo?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Eu voei o Baron um ano antes do Henrique, foi em torno de seis meses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem...

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Eu chamei...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu... Deixe-me fazer uma pergunta bem objetiva, porque senão a gente vai perder tempo aqui, vai ter que fazer o mesmo procedimento com o senhor. A quem pertence essa aeronave?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – A aeronave pertencia a Vinícius.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é Vinícius?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Vinícius Ramos. Ele era o Presidente do ITT.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, quem pagava... quem pagava a hora de... quem pagava a hora de voo ao senhor?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Era a Conafer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Conafer? Tá. Me diga uma coisa, e qual... qual a forma de pagamento? Era em espécie ou era um pagamento...

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Não, era transferência bancária.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Transferência bancária?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – É, geralmente Pix.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me lhe perguntar... Vinícius não tem nada a ver com a Conafer, o Vinícius é de outro... é de outra entidade. Aí eu lhe pergunto: essa aeronave era do Vinícius ou da Conafer?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Era do Vinícius.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era do Vinícius. E por que o senhor falou Conafer?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – É porque o Vinícius orientou a gente a atender a Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A...?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Atender a Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já voou com algum Parlamentar a bordo?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Eu já voei, eu já voei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com quem?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Eu voei para o Euclydes Pettersen.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A bordo de que aeronave?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Não, eu já voei para ele, né? Já trabalhei para o Euclydes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, tudo bem, mas eu quero saber a bordo do Baron.

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Não, não. Enquanto voava com o Baron, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o Sr. Carlos Lopes, da Conafer, o senhor voou com ele?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor voou aproximadamente quantas horas com essa aeronave?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Acredito que em torno de 100. Em torno de 100, 90 horas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dessas 100, 90 horas, quantas horas, aproximado, o senhor voou com o seu Carlos Lopes, da Conafer?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Relator, eu vou precisar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aproximado. Não vou pegar o senhor por detalhes, só queria saber aproximado.

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Em torno de 40... Alguma coisa assim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Eu quero lhe agradecer.

Me diga uma coisa: o Sr. Euclydes é colega nosso aqui. O senhor já trabalhou com ele através da aeronave 172 Cessna?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor intermediou a venda desse Cessna à Conafer?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E como é que foi a negociação dessa aeronave?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Não... Eu não tenho informações sobre a negociação. Eu fui somente para assumir o comando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, em algum momento... O senhor, em algum momento, voou com essa aeronave 172?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Voei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Voou? E...

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – É porque... Permite esclarecer?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode, claro.

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Eu trabalhava... Eu voava essas duas aeronaves e recebi um convite para voar uma outra aeronave. Eu fiz um *upgrade* na carreira e fui voar um Hawker 400. E abriram essas duas vagas... Abriram essas duas vagas onde eu estava trabalhando, né? Abriram duas vagas, e eu convidei o Henrique, que é...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Comandante... Comandante, deixa eu perguntar uma coisa ao senhor: quando o senhor voou o Baron, o Baron já pertencia ao Sr. Vinícius?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Já.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já?

O senhor... O senhor pernoitou em algum lugar... O senhor pernoitou em algum lugar com essa aeronave esperando passageiros?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Esperando passageiros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No sentido de ter levado e esperando para retornar.

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Ah, acontece, isso acontece, isso é uma coisa normal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Vinícius já voou com o senhor nessa aeronave Baron?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem voava mais? Carlos Lopes ou Vinícius?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Carlos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu volto a perguntar ao senhor: o senhor está acompanhando esta CPMI?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece... O senhor conhece o Sr. Cícero Marcelino?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já voou a bordo dessa aeronave?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Somente do Cessna.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do Cessna.

Quando o senhor disse que trabalhou com o Parlamentar... Quando o senhor trabalhava com o Parlamentar, o senhor voava esse 172 com ele?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E no Baron, ele também voava?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Não, não, o Baron veio bem depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Eu lhe pergunto: o Baron, quando o senhor voava, já estava em posse do Vinícius, Conafer?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Sim, foi o único proprietário do Baron quando eu assumi o comando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer o valor aproximado desse Cessna 172?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Na faixa de 550 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 550 mil.

Olha, eu quero lhe agradecer a gentileza que o senhor fez à Comissão Parlamentar de Inquérito. Nos ajudou muito aqui. Muito obrigado, viu?

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA ALVES (*Por videoconferência.*) – Estou à disposição.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado.

Sr. Henrique, eu gostaria de botar uma foto aqui, e o senhor vai...

Me bota uma foto aqui daquele rapaz que veio com as mãos roxas aqui, o Sr. Carlos Lopes.

O senhor sabe, Sr. Henrique, a quem pertencia... O senhor sabe a quem pertencia a aeronave Baron?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, até, no meu conhecimento, Vinícius Ramos, que era...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinícius...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – ... o operador da aeronave em todos os voos que eu realizei nele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor já... O senhor já realizou voos com ele?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Com Vinícius?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

É... Ô Fred, como é o nome formal do dono da aeronave? (*Pausa.*)

O senhor conhece essa pessoa que está aí na tela?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor aqui fez mais de cem voos pelo diário de bordo. O senhor voou com essa pessoa?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos supor que cada voo desse aí tenha uma hora, uma hora e meia, vamos botar aí cem horas de voo que o senhor fez com essa aeronave. Essa pessoa aí voou quantas horas com o senhor aproximadamente?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu voei aproximadamente cem horas nessa aeronave. Eu acredito que não deve ter concluído aproximadamente cem voos, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É... Eu acredito que uns cinco voos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Uns cinco voos? Dos cem voos que o senhor fez, cinco voos...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Na verdade, cem horas. Desculpe interromper.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Das cem horas, o senhor fez cinco horas com essa pessoa?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Cinco voos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cinco voos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso. Temos voos de uma hora, temos voos de cinco horas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem.

O senhor, além dessa pessoa, se recorda de outro passageiro recorrente?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Vinícius.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Além do Sr. Vinícius, o senhor se recorda de outro passageiro recorrente?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não me recordo; recorrente, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O senhor se recorda de algum Parlamentar que fez uso dessa aeronave?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda de algum funcionário público federal graduado que fez uso dessa aeronave?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desconhece?

Eu lhe pergunto: o senhor, até o mês passado, se eu não me engano, estava aqui lotado na Câmara dos Deputados. Não sei se era o senhor, se alguém com o nome parecido do senhor. Era o senhor?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim, fui eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor trabalhou aqui com qual função?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu acompanhava o Deputado Marcelo nas visitas em cidades do interior de Minas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Marcelo o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Marcelo Álvaro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas lhe pergunto: esse Deputado é de onde?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – De Belo Horizonte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Belo Horizonte. Mas o senhor o acompanhava em quê? Em aeronave também?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso. Fizemos alguns voos para o interior de Minas e acompanhava ele nas missões que tinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor. Mas essas aeronaves tinham alguma relação com esse Baron ou esse Cessna 172?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nenhuma. Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

Eu lhe pergunto: o senhor ainda trabalha com o Deputado?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, hoje trabalho para uma empresa de Belo Horizonte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me foi... Foi falado aí para o senhor a respeito dessa aeronave 172, 172... O senhor teve o primeiro contato com essa aeronave quando?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – O piloto dessa aeronave era amigo em comum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como era o nome?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Luís.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Luís.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – E fui... e supri ele em algumas demandas de que ele precisou; se eu não me engano, em dois ou três voos, porque ele tinha acho que um casamento...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa aeronave pertencia a quem?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – A Vinícius Ramos também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Vinícius Ramos? (*Pausa.*)

Silas... É Silas da Costa Vaz? (*Pausa.*)

O Silas da Costa Vaz é um morador aqui de Brasília que está como proprietário dessas duas aeronaves. O senhor já esteve com ele?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, vi as reportagens, mas desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desconhece?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguma vez por telefone ele tratou com o senhor sobre voos para essas aeronaves?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nenhuma. Em todos os voos que eu realizei o operador ainda se encontrava como Vinícius Ramos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me lhe perguntar: Vinícius, quando viajava – e o senhor disse que fez vários voos com ele –, ele viajava desacompanhado ou sempre com outros passageiros?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não... Acompanhado e desacompanhado também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O seu diário de bordo, se é que existe um diário de bordo seu, continha o nome dos passageiros?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A aeronave tem um diário de bordo com o nome desses passageiros?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, no diário de bordo é data, de onde para onde e tempo de voo, e pessoas a bordo, mas não mensura quais seriam.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos supor – isso aí é só curiosidade – que uma aeronave decole e que infelizmente tenha uma fatalidade, quem é que vai saber... qual é a autoridade que saberá o nome dos tripulantes?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Inicialmente, eles vão saber as pessoas a bordo. Aí, conforme for se desmembrando aí investigação do acidente ou do que acontecer, aí, sim, vão procurar saber quem estava no avião.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas quer dizer que, em terra, ou na própria aeronave, não fica o registro dos tripulantes?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nós temos uma lista de passageiros, sim, que é uma das regras que a gente tem que cumprir, conforme a Anac exige.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, é justamente isso que eu estou perguntando.

E fica em posse de quem essa lista de passageiros?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Da documentação do avião.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da documentação...

Tá, nós estamos precisando disso. Vamos encontrar onde e solicitamos a quem?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não sei informar. Eu, quando voltei para Minas, eu me desvinculei total das operações, então...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas esqueça essa aeronave especificamente. Nós, querendo... Agora, uma aeronave de porte pequeno, privada, decolando do aeroporto de Brasília, querendo-se saber quem a estava tripulando, quem é que detém essas informações em terra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, não é passado a ninguém. Isso vai acompanhado dos documentos do avião.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – E, caso, em alguma fiscalização, seja exigido pela Anac, aí, sim, é mostrado, mas a gente não passa nenhuma informação de nome de passageiro para os órgãos competentes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso se chama diário de bordo?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, diário de bordo é só as horas e os voos. Seria lista de passageiro...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa lista de passageiro fica situada dentro da aeronave?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Junto com as documentações obrigatórias do avião.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, então, esses aviões, essas duas aeronaves ficavam localizadas e hangaradas em qual campo de pouso?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – No Aeroporto Planalto Central, conhecido como Botelho aqui em Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Existe esse aeroporto aqui, Planalto Central, conhecido como Botelho.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso, próximo a São Sebastião.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a última vez que o senhor teve contato pessoal com essas duas aeronaves?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Acho que foi no último voo mesmo, acho que dia 24 de abril deste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor aqui está numa constância de voos bastante regular. Por que houve essa interrupção do seu comando nessas aeronaves?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Inadimplência salarial.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Inadimplência salarial.

E o senhor ficou credor de recursos de horas voadas?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Poderia repetir a pergunta de outra forma?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ficaram devendo ao senhor o pagamento de horas voadas?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim, não de horas voadas, né? Meus salários, dois meses de salário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dois meses de salário.

E o senhor trata como devedor quem nessa história?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Leandro Almeida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Leandra Almeida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Leandro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso que acabou de falar?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso, exato. Era quem coordenava as nossas operações, quem me indicou e quem tomava conta de toda essa parte aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer se, até quando houve o último voo do senhor, havia esse registro de passageiros a bordo?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Acredito que sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Não tenho mais nada a perguntar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, nós temos os Parlamentares inscritos aqui, mas volto a perguntar, eu sei que nós já decidimos tudo isso, mas se nós não poderíamos reduzir a cinco minutos o tempo de pergunta por Parlamentar, para que a gente possa liberar o depoente.

Os senhores já perceberam aqui...

Líder Marinho, qual é a sua opinião, a sua posição?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Olha, eu acho que, até porque nós temos uma outra oitiva, que eu acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... é mais substancial, sem nenhum demérito ao nosso depoente, e em respeito também àqueles que vieram aqui, se o Deputado Pimenta concordar, eu estou de acordo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu acho assim, que, para evitar precedente, vamos fazer um apelo para todo mundo falar cinco minutos?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Você é duro na queda.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não, eu até... Não pretendo nem... Não sei nem se vou fazer pergunta, mas todo mundo faria um esforço aqui para a gente falar pelo menos... Falar até cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sem necessidade de mudarmos a regra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sem necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, concordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Presidente, só para... Numa tentativa de puxar uma onda de gestos, eu abro mão da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k., ótimo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu posso pegar o tempo do Kim? (*Risos.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – V. Exa. me permite só fazer duas perguntas a mais?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – É de esclarecimento.

Sr. Henrique, eu me esqueci de fazer a pergunta principal: o senhor alguma vez carregou volume que indicava ser dinheiro?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguma vez foram transportadas malas para algum estado do Brasil ou para Brasília?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não? O senhor... Se eu lhe mostrar a foto de uma outra pessoa, eu queria saber se essa pessoa voou com o senhor. É rapidinho.

Bota aquela foto do ministério, por favor. Na mesa. (*Pausa.*)

Eu só tenho essa pergunta e mais nenhuma.

O senhor já viu essa figura aqui chamada Careca do INSS?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Só pela televisão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com o senhor, ele nunca voou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa pessoa aqui, André Fidelis?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca fez voo?

Esse cidadão aqui chamado Virgílio?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse aqui chamado Alexandre Guimarães?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguém aqui voou com o senhor?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Com certeza, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, Deputado Sidney Leite. (*Pausa.*)

Não está.

Deputado Paulo Pimenta, abriu mão ou vai perguntar?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Eu vou fazer duas perguntas bem curtinhas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Essas aeronaves em que o senhor voava, o senhor poderia, mais ou menos, nos dizer o valor estimado de cada uma delas? Quanto vale, no mercado, um avião como esses aviões em que o senhor voava?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Acredito que o Baron está por volta de 1,8 milhão e o Cessna uns 500, 600 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

Como o senhor era... Eu não entendi muito bem como o senhor era contratado? O senhor era pessoa jurídica, pessoa física? O senhor recebia por viagem?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Era mensal, né?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor era assalariado, então?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Era assalariado. Ainda estava em processo de criar um...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor era assalariado de quem?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Pelo Leandro. Foi o Leandro quem me contratou. Eu ia criar uma empresa que prestasse esse serviço.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas o senhor tinha carteira assinada? Tinha...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor era pago como?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu... Ele me... Eu era pago a respeito de transferência e estava em processo para criar um MEI que prestasse esse serviço. Porém, eu fiquei muito pouco tempo em Brasília.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quanto tempo o senhor voou para ele?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Seis meses, aproximadamente seis meses. Foi de setembro de 24 a abril de 25.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ele pagava o senhor com dinheiro vivo?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, era transferência bancária.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, tem as transferências do Leandro para o senhor?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Afirmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem as...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Todas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... transferências do Leandro para o senhor.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Todas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nesse período, de Parlamentares, o senhor carregou o Euclydes Pettersen. É isso?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, nunca voei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nunca voou com o Euclydes Pettersen?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E com o Álvaro Antônio?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – O Álvaro, eu acompanhei ele em missões em Minas, mas agora, recentemente, não tinha mais...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas no avião da Cona...? Nesse dois?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, não... Não, já não tinha vínculo nenhum, no avião próprio dele.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Durante o período em que o senhor voou, prestando serviço para o Leandro, nunca carregou nenhum Parlamentar?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, não. Nenhum.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nenhum.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nenhum.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, também serei breve.

É... Alguém, de alguma forma, influenciou aqui no seu depoimento, alguém o procurou para combinar o que deveria ser dito nesta CPMI, ou até mesmo para te intimidar ou ameaçar, ou não?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não aconteceu nada disso.

Uma dúvida, Presidente, essa aeronave PT-LPL, que você pilotou para a Conafer, pertencia ao Erik Marinho, que é advogado de defesa do Careca do INSS...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu desconheço essa aeronave; nela eu não voei. Eu voei no Oscar Victor e no Alfa Tango Mike.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Na PT-LPL, não?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, desconheço o avião e os envolvidos também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É porque, inclusive, esta aqui, especificamente, pertencia ao Erik Marinho, que é advogado do Careca, e que antes também pertencia ao Vinícius...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... essa mesma aeronave.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Mas não conheço a aeronave.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não participou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, só desconta o tempo do Senador, por favor, só para eu fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... uma pergunta.

Eu não entendi, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, tem uma aeronave aqui... A informação que eu tenho aqui é: a PT-LPL.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas que aeronave é essa?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é. Estou perguntando a ele se ele pilotou essa aeronave que pertencia ao Erik Marinho, que é um dos advogados do Careca, porque antes ela pertencia exatamente ao Vinícius também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa pergunta anterior que eu queria saber. Qual é o documento que demonstra aí que ela pertencia ao Vinícius?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu vou dar uma checada e eu te falo, eu te passo, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É um avião King Air F90.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu desconheço que essa aeronave pertencia ao Vinícius, por isso que essa informação é nova, Presidente.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Eu também não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, eu acho que as demais perguntas aqui já foram respondidas. É porque, de fato, também, você disse que foi atraso de pagamento que você parou, não é? Porque de repente acabou...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, eu me desvinculei por isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Entendi.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, eu teria também algumas perguntas para o Henrique sobre a questão dos preços da aeronave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma aeronave foi adquirida pelo Silas Vaz, Secretário da Conafer, no valor de 2,5 milhões em junho deste ano agora, 2025, mesmo tendo sido comprada em janeiro deste mesmo ano por Vinícius Ramos, que é o Presidente do ITT por 1 milhão. O senhor confirma isso?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Não posso afirmar porque eu simplesmente voava as aeronaves, não sei por qual valor foi comprada e por qual foi vendida, até não tinha ciência dessa transferência. Todos os voos que eu realizei, o Registro Aéreo Brasileiro se encontrava em nome de Vinícius Ramos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – De Vinícius Ramos?

Esse valor de mercado da aeronave seria isto mesmo: 2,5 milhões ou 1 milhão?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Igual eu tinha dito anteriormente, acredito que por volta de um e oitocentos, 2 milhões; 1 milhão, não!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Um e oitocentos, 2 milhões.

Bem, a informação que nós temos é que o Silas Vaz adquiriu por 2,5 milhões e passou para o Vinícius Ramos, do ITT, por 1 milhão. Então, realmente um preço bem diferenciado. O inverso, né?, Vinícius Ramos comprou por 1 milhão e vendeu por 2,5 milhões. Vinícius Ramos comprou por 1 milhão e vendeu por 2,5 milhões. Isso é... O senhor não tem esse conhecimento sobre isso, né?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não. Infelizmente, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tá. O Cessna não foi... O senhor olhou se ele foi de propriedade do Deputado Euclydes Pettersen?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso foi dito pelo Leandro eu acho que anteriormente. Eu não tenho conhecimento dessa informação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Se ele teria sido do Euclydes Pettersen?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, não tenho ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A informação é que ele teria vendido em março de 2023, para o Vinícius Ramos, por 400 mil, que é o Presidente do ITT. Então, ele vende o Cessna por 400 mil, e depois o Silas compra por 700 mil. O senhor tem também essa informação?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – A respeito de valores, não, mas tivemos um reajuste aí nos valores dos aviões.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O.k.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – No geral, né?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor sabe se nessas viagens teve alguma relação a ver também com emendas parlamentares, alguma discussão sobre isso, o senhor chegou a...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não sei.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... a saber se existia?

Bem, o senhor trabalhou então com o Deputado Álvaro Antônio por quanto tempo?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Aproximadamente uns três meses.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Uns três meses? O senhor foi contratado pela Câmara?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E a função do senhor era fazer as viagens...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu o acompanhava nos atendimentos que ele fazia nas cidades de interior de Minas Gerais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – No avião próprio dele?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso. E, por ser piloto, pilotava.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tá.

Então, sobre emendas parlamentares, o senhor não tem detalhes sobre elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nenhum.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É porque nós temos aí duas emendas parlamentares... Aliás, os Deputados até justificam essas emendas, que são emendas maiores: a do Deputado Euclydes Pettersen, que foi num valor de 2,5 milhões para a Conafer – porque o nosso intuito aqui é saber se houve relação entre desconto de INSS e, até agora, eu não vi nada em relação a desconto de INSS com o tema pelo qual o senhor veio aqui, até hoje, e é por isso que eu estou tentando insistir nessas questões da emenda –; e uma outra emenda do Deputado Eros Biondini – foram duas emendas grandes –, também no valor de 5 milhões também para a Conafer.

Agora, nesses voos que o senhor fazia, com referência à Conafer, o senhor sabe me dizer qual era o objetivo dessas viagens?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor apenas transportava...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Geralmente, nos são passados o destino e o horário apenas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Bem, o senhor era contratado para pilotar aqui na Câmara?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Poderia repetir, por gentileza?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Você foi contratado para pilotar para o Deputado Álvaro Antônio?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, eu o acompanhei nos atendimentos que ele fazia em Minas, pilotando.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso não tem nada a ver com a CPMI, mas me parece que na Câmara não há possibilidade de contratação de pilotos, há desvio de finalidade nesse sentido. Não tem a ver com a nossa CPI, mas eu queria fazer esse registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Mas não fui contratado como piloto, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Como piloto, não. O senhor foi contratado como assessor...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – E o assessorava nos atendimentos que ele fazia nas cidades do interior de Minas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E o senhor fazia alguma outra atividade sem ser pilotar?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu o acompanhava nas reuniões, tudo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nas reuniões?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – O pilotar era... Em vez de ir de carro – né? –, como eu era piloto, a gente ia de avião, mas não era a minha função.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O.k.

O senhor teve contato e voo com algum Senador?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Desconhece? Em seus voos...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu sou bem desligado da política, então não me recordo. Se tiver foto, posso...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, eu não vou colocar isso, porque fica parecendo que está induzindo. Se o senhor não sabe, eu não vou fazer indução.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – E pedem o art. 14...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É, não, não daqui, não. Digo de outros Senadores, mas fica... A gente mostra foto e já parece que está fazendo uma denúncia que algum Senador esteja incluído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o senhor, então, não se lembra...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... de Senadores.

Fotos, eu tenho uma para perguntar. Provavelmente, o senhor não conhece, mas eu queria que colocasse uma foto aí para saber se o senhor já levou no avião aquele do lado esquerdo ali, ó, o Cavalcanti.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Com certeza, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não? E o outro ao lado dele? O advogado Nelson Wilians.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Também não? Os outros, com certeza, o senhor não levou, porque eles não andam em avião tão pequeno, né? Mas nenhum desses dois, nem o Careca do INSS, nem o advogado ostentação também não foram no seu avião, não tiveram essa honra, não?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Está bom, Presidente. Eram essas as questões que eu queria levantar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Presidente, colegas Deputados, Deputadas, todos que nos acompanham, em especial quem está vendo de casa, o meu objetivo principal, aqui nesta Comissão, é a gente chegar aos verdadeiros criminosos que roubaram os aposentados no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoas que tramaram, bolaram esse esquema, ou que foram diretamente beneficiados... beneficiadas por eles. Quem eram os políticos, se houve algum? Quem eram os servidores? E aparentemente há vários. Quem são as outras pessoas por detrás dessas entidades que roubaram os aposentados, que cometeram esse crime vergonhoso e covarde? Isso é que nós precisamos saber.

E a responsabilidade dos dirigentes, dos órgãos de Governo, que deveriam fazer e eventualmente não fizeram, ou que fizeram, diretamente participando dessa trama. É a isso que nós temos que chegar. Nós temos que ouvir aqui os ex-ministros do Governo Bolsonaro, que ainda não foram ouvidos. Lembrando que do Governo Lula, todos foram ouvidos. Falta vir o Ministro Wolney, que ele venha; falta vir o Presidente atual do INSS, que ele venha. Mas esses, lembrando que entraram após toda a operação ser revelada. Portanto, têm eventualmente informação daquilo que estão fazendo neste momento.

Mas têm que vir os ex-ministros do Governo Bolsonaro; têm que vir os ex-presidentes do INSS do Governo Bolsonaro. Porque nós sabemos, todos nós sabemos aqui, que as entidades entraram, a partir de 2019, com a facilidade que elas encontraram, com a omissão do Governo de então, inclusive do ex-Ministro da Justiça, que recebeu de maneira formal uma denúncia e não tomou providência. Recebeu do Procon de São Paulo, ali dizendo, em 19 ainda, das entidades fraudadoras; e outras denúncias que lá chegaram, como chegaram, por exemplo, no grupo de trabalho interministerial. E nada foi feito.

Nós temos que ouvir os diretores de benefício do Governo anterior, do Governo Bolsonaro, que assinaram os ACTs permitindo que essas entidades, laranjas, fraudadoras, criminosas, entrassem no sistema e descontassem de maneira indevida dos aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio na sala, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, nós temos que avançar nesta CPMI para chegarmos, de fato, aos verdadeiros articuladores, organizadores dessa máfia que roubou os aposentados e as aposentadas do Brasil afora, lesando milhões de brasileiros.

Governo Lula, relembrando, mandou investigar, mandou parar os descontos, mandou devolver, mas a investigação continua, e temos que chegar nos responsáveis; que a Polícia Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

continue e, da mesma maneira, que a CPMI possa colaborar com isso. Então, acho que esse é o desafio maior nosso, e nós não podemos perder tempo em relação a isso. Essas pessoas têm que ser ouvidas.

Eu não vou aqui, Sr. Henrique, perguntar para você A, B, C, D. O senhor aqui foi um piloto de avião, provavelmente não tem nada a ver com essa história de desconto do INSS. Se a entidade do avião que você pilotava recebeu a emenda de Deputado A, B, C, X, Z, e que tem que ser eventualmente investigada, porque houve uma compra *a posteriori* de uma aeronave dela, eu acho que isso é problema da polícia. Esta CPMI então podia encaminhar à Polícia Federal que fizesse a investigação, mas não dá para a gente misturar as coisas, sob pena de nós perdermos tempo.

Porque aqui nessa sala teve gente que deu carona para o Presidente da Conafer, para a entidade que você pilotava. Tem gente aqui que se tem que investigar e deu carona para o Presidente – o vídeo é claro –, e na primeira classe, se fosse um avião, no banco da frente, com gente atrás. E nós estamos apurando isso? Não. Aliás, a pessoa continua aqui investigando. E aí nós vamos trazer para a CPMI um piloto – desculpa, Presidente –, para a gente perder tempo?! Se a gente tiver que investigar emenda do Deputado A, Deputado B, vamos mandar para a polícia, e acho que tem que mandar, – podemos mandar de maneira formal aqui, um requerimento aprovado por todos nós –, mas não a gente, eventualmente, perder um dia de trabalho com isso.

Nós hoje... Teve um ex-ministro, um ex-presidente do INSS, um ex-diretor de benefícios e um ex-superintendente de São Paulo que se aposentou, com certeza fugindo do resultado dessa CPMI. Ele é funcionário de carreira do INSS, participou da trama – a verdade chegará, tem vários indícios de documentos –, e ele se aposentou provavelmente fugindo – que é o Sr. Oliveira. Só que a CGU já abriu um PAD contra ele, um processo administrativo. Vou solicitar que se façam estudos por parte do INSS para suspender a aposentadoria dele, porque ele quer evitar a punição, mas quer continuar recebendo depois a aposentadoria, e a aposentadoria que ele roubou de milhões de brasileiros e brasileiras, ou ajudou a roubar. E está lá querendo gozar da sua aposentadoria, que provavelmente deve ser no máximo, já que ocupou cargo de Ministro, de Presidente do INSS, de Diretor de Benefícios, assinando ali ACTs de contratos com entidades fraudadoras. E tinha ali uma teia de gente em torno dele no próprio INSS. Nós temos que apurar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a responsabilidade do Sr. Oliveira, do José Carlos Oliveira, que mudou de nome, lembramo-nos disso, para Ahmed Mohamad Oliveira Andrade.

Então, que a gente possa avançar nessa apuração, ouvindo as pessoas que ainda falta serem ouvidas, que têm contribuição a trazer, esclarecimentos a serem feitos, que podem colaborar para que a gente chegue aos verdadeiros responsáveis por esse roubo vergonhoso, nessa máfia bem organizada, que lesou o aposentado e o pensionista e que, por consequência, também gerou um prejuízo ao Governo, porque o Governo está ressarcindo os aposentados e pensionistas, de maneira correta, mas foi por culpa daqueles ladrões lá de trás que roubaram os aposentados do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Eu abri mão do meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... não vou utilizá-lo, mas eu preciso corrigir o quanto antes uma injustiça que eu cometi com o Sr. Henrique Galvão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Sr. Henrique, me perdoe. Eu concedi uma entrevista para a TV Senado ao vivo hoje de manhã e eu fiz confusão com o seu nome e coloquei o senhor no enredo da fraude, no enredo da compra do avião, porque eu nem sequer imaginava que nós precisaríamos chamar uma pessoa para depor que não tem realmente nada a ver. Nós temos pessoas mais importantes. Então, por favor, me perdoe. Eu quero avisar a todo o Brasil que eu errei. O Sr. Henrique Galvão não tem nada a ver com isso. Está aqui justificado, peço que aceite as desculpas.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, primeiro quero agradecer ao depoente pela presença aqui, Henrique Galvão. Aliás, está sem advogado e ainda fez a gentileza de atender o pedido do Relator e ligar para o Leandro. E aqui assistimos a algo que eu não imaginava ter visto na história de uma CPI: uma ligação viva voz, com esclarecimentos sendo feitos ao vivo aqui, também com o Leandro do outro lado da linha, sem advogado, demonstrando a boa vontade de ambos em colaborar com esta CPMI.

Agradeço também ao Relator pelas perguntas.

Eu só estou tentando entender um pouco melhor a história aqui, porque envolve duas aeronaves – certo? –: um Beech Aircraft PTOOV – não é isso? – e um Cessna PRATM, certo?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Afirmo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – PR...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Papa, Romeu, Alfa, Tango, Mike, ATM.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso. Alfa, Tango, Mike, está certo, ATM. Está aqui. Papa, Romeu, Alfa Tango, Mike. Está bem.

Sobre essa primeira aeronave, eu tenho aqui o seguinte: que ela foi comprada... que ela era do Sr. Euclydes Pettersen, Deputado Federal. Ele a adquiriu em janeiro de 2021 por R$320 mil, vendeu para o Sr. Vinícius Ramos – vou até pedir à assessoria; depois, quando eu pedir, se puder botar na tela o gráfico que eu pedi, eu agradeço –, Vinícius Ramos, do ITT, ligado à Conafer, por R$400 mil, em março de 2023, dois anos depois, e repassou ao Sr. Silas Vaz em junho agora, deste ano de 2025, por R$700 mil.

Até, eu gostaria de saber: o senhor, Henrique, pilotou essa aeronave durante todo esse período?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não. Eu comecei a pilotar o Papa, Tango, Oscar, Oscar, Vitor em setembro de 2024.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o último voo foi realizado quando?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Foi dia 24 de abril deste ano.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Em 24 de abril. E o Cessna?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – As três vezes que eu devo... As duas, três vezes que eu devo ter voado o Cessna foi a pedido do antigo piloto, para suprir ele mesmo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas antes... Mas antes de junho, quando foi repassado ao Sr. Silas Vaz?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Antes... Repete, por gentileza?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Junho de 2025. Depois de junho de 2025...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... o senhor não voou nesse Cessna?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está bem.

Aí, nós temos a segunda transação – eu peço ajuda até do Relator –: nós temos o Beech Aircraft, que é vendido ao Vinícius Ramos, do ITT, em janeiro de 2025, por R$1 milhão.

Sr. Relator, o senhor estava fazendo... A gente tem informação de quem detinha a posse dessa aeronave antes de janeiro de 2025?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – De qual aeronave?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A Beech Aircraft PTOOV.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A gente não sabe de onde veio? Porque tem uma matéria que faz até uma confusão, trata o Deputado Euclydes... mostra as duas aeronaves – e a matéria está muito boa por revelar esses dados, sem dúvida, do *Metrópoles* –, mas, por outro lado, não deixa claro – pelo menos não vi na matéria – de quem seria a posse anterior. Dava a entender que poderia ser do Deputado, mas me parece que não era.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor está falando de qual aeronave? Da 172?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Da Beech. Da Beech, da OOV, PTOOV. Nós não sabemos quem era o proprietário anterior a janeiro de 2025?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. Está sendo feito o requerimento à Anac.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k., o.k. Essa informação, então, nós não temos.

Pois bem. Aí, o Sr. Vinícius Ramos compra essa aeronave em janeiro de 2025, fica com ela até junho de 2025; ele compra do antigo proprietário por R$1 milhão e revende por R$2,5 milhões para o Sr. Silas Vaz em junho de 2025 – no dia 4 de junho, faz essa operação.

Outra informação que nós temos aqui é que o Sr. Euclydes Pettersen manda R$1,5 milhão para esse Instituto Terra e Trabalho dia 13 de dezembro de 2022 e mais R$1 milhão em emendas parlamentares no dia 20 de dezembro de 2023. São R$2,5 milhões. E a matéria dá a entender que haveria ligação com a compra dos aviões.

O próprio Deputado Euclydes Pettersen usou a tribuna para falar sobre o assunto, disse que me apresentaria os documentos – até agora não recebi formalmente –, mas é muito difícil não acreditar em vinculação entre esses valores e aquilo que foi pago nessas aeronaves. Mas ele vai ter tempo de defesa e espero que atenda aqui, inclusive, a um convite da Comissão, Sr. Relator, por ser colega Parlamentar, por vir aqui, se for o caso, até sem convocação. Mas, se tiver que votar com convocação, a gente tem que votar, Presidente, porque a história não está bem contada. Diz ele que tem os documentos, tem todas as provas de que foi tudo lícito; que apresente, e aí estará

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo certo. Mas me parece, no mínimo, muito duvidoso que um Parlamentar mande emenda para um instituto que compra depois uma aeronave de sua própria posse.

Pois bem. O que me interessa nesse enredo todo, Sr. Presidente, é o Sr. Silas Vaz. O senhor conhece Silas Vaz, Henrique?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não conhece Silas Vaz?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele é – para o senhor ter conhecimento – um assessor da Conafer, que mora num bairro que é o Recanto das Emas. Me corrija o Senador Izalci, que é aqui do Distrito Federal, mas me parece que é um bairro muito humilde, muito pobre. Um bairro, inclusive, que seria até formado por residências decorrentes de uma invasão passada, algo nesse sentido, que aconteceu ali naquela região. Hoje continua sendo um bairro muito humilde, correto, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – É, ele recebia, inclusive, Bolsa Família.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor pode registrar?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É, o Recanto é uma cidade que foi criada pelo Governador Roriz.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas esse Silas tinha uma remuneração de 2 mil e...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O Sr. Silas recebia Bolsa Família?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bolsa Família.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, veja bem, Sr. Presidente, o Sr. Silas Vaz, que é assessor da Conafer – do qual Carlos Roberto, que estava aqui... –, consegue, em junho de 2025, coincidentemente, dois meses depois de... aliás, nem dois meses, foi 4 de junho, início de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

junho, e a operação é deflagrada no final de abril. Coincidentemente, o Sr. Silas Vaz consegue, pouco mais de um mês depois da operação deflagrada pela Polícia Federal, comprar um avião – que tinha sido vendido seis meses antes por R$1 milhão – por 2,5 milhões, e outro avião por 700 mil. Então, da noite para o dia, um secretário da Conafer, que recebia Bolsa Família, que mora no Recanto das Emas, consegue comprar duas aeronaves por R$3,2 milhões, um Cessna e um Beechcraft.

Então, Sr. Presidente, aqui eu só quero – eu não sei se tem como mostrar o gráfico que eu tinha pedido – reforçar aquilo que já foi apresentado pelo Relator em relação ao que nós vemos acontecer em todo esse escândalo de corrupção que envolve a Conafer, nesse caso específico, mas as demais entidades. O dinheiro vai circulando, laranjas vão sendo utilizados para escoar esse dinheiro para pagamento de propinas, certamente, também de vantagens indevidas. E, nesse caso particular, é muito difícil, Sr. Presidente Carlos Viana, é muito difícil não associar esse pagamento... esses pagamentos irregulares e o roubo dos aposentados à compra desses dois aviões. É inexplicável que um cidadão como Silas Vaz, que ganhava Bolsa Família, que reside no Recanto das Emas, um bairro humilde – e nada contra quem reside em bairro humilde, tem gente, inclusive, que tem posse e reside em bairro humilde –, mas, recebendo Bolsa Família, comprar duas aeronaves por R$3,2 milhões, claramente se trata de um laranja.

Então, agradeço ao Henrique. Eu só fico frustrado que ele não tenha conhecido o Sr. Silas Vaz, ou talvez até tenha visto, mas eu entendo que carregou muita gente nesses anos em que ele trabalhou como piloto e não dá para lembrar de todo mundo – motorista de ônibus também não vai lembrar de todos os passageiros, piloto de avião, da mesma forma, não vai lembrar de todo mundo que carregou. Mas eu queria mais informações sobre quem é esse Silas Vaz.

E Sr. Presidente, sinceramente, o mais importante desta reunião aqui, na minha opinião, é trazer esse Sr. Silas Vaz para dar o seu depoimento aqui na CPMI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Só lembrando aos Parlamentares...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, se me permite só um esclarecimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – O Relator fez uma questionamento quando eu falei da aeronave, só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Na realidade, essa aeronave, Relator, é um Beech Aircraft, modelo F90, prefixo PT-LPL.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É um King Air.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É, que exatamente era do... Exatamente do Erik Marinho, que é advogado do Careca do INSS, que depois passou para o Vinícius.

Então, deve ter sido... Deve ser outra aeronave. Foi 2,8 milhões o preço.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Colega de vocês, Senador, o Erik Marinho?

O Erik Marinho é colega Senador, assumiu por um tempo aqui como Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, não sei. Erik Marinho é advogado. Esse é advogado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, é Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não conheço. Acho que não. Não conheço.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É Senador, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só colocar... Antes de passar a palavra a V. Exa., só lembrar aos Parlamentares que nós estamos num campo aqui em que nós estamos passo a passo. Então, a vinda desse senhor aqui era importante para que ele nos abrisse e nos esclarecesse, até para nós entendermos todo o envolvimento até de Parlamentares.

Os senhores sabem bem, eu procuro ser muito criterioso, muito cuidadoso nessa questão das convocações. E entendo que, se realmente houver necessidade de convocar os Parlamentares, será feito, mas é preciso que a gente esclareça a responsabilidade de cada um até aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nessa questão dos aviões, tanto o Sr. Silas Vaz quanto o Sr. Vinícius já foram convocados, contactados pela Polícia Legislativa e não retornaram às nossas solicitações. Esses devem ser, inclusive, parte de um requerimento que eu vou apresentar na próxima semana, se tivermos a deliberativa, de pedido de prisão temporária, para que eles apareçam aqui e venham prestar esclarecimentos. Mas... Silas e o Sr. Vinícius, que é o responsável...

E acredito, inclusive, Relator, que o piloto Leandro Almeida, não é isso?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O outro piloto, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Leandro Almeida também deveria vir aqui para nos esclarecer, assim como ele, qual é a responsabilidade. Por que ele, ex-piloto da empresa, está pagando o atual piloto?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, o senhor me permite, exatamente por isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Leandro... Esse chama-se Leandro de Almeida Lima Alves. Foi essa pessoa que ele ligou?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Leandro de Almeida Lima Alves era nomeado no gabinete do Deputado Euclydes Pettersen, assessor do Deputado Euclydes Pettersen, em duas oportunidades. O senhor sabia disso, Sr. Henrique?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Desconheço.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, isso só reforça, Presidente, a importância de o Leandro vir aqui, porque ele acabou falando por telefone, sem fazer...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Traugott Binder Galvão) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... sem se comprometer a falar a verdade. E, entre outras coisas, agora surgiu aqui a informação de que ele, em duas oportunidades, foi servidor do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabinete do Deputado Pettersen. Então... E é ele que pagava o Henrique. Então, ele trabalhava no gabinete do Deputado e pagava o piloto. Então, a história fica mais...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Mas isso na mesma época?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não sei aí. O senhor ou ele que pode nos explicar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, inclusive nesse ponto, eu conversava com o Líder Pimenta antes da reunião sobre a questão de convocações de Parlamentares. Nós temos que fazer, mas no momento certo. Depois que nós tivermos todas as informações que possam ser aqui questionadas. Hoje nós estamos montando toda uma série de detalhes aqui de investigações. Por exemplo, o Senador, o Deputado Rogério Correia colocou uma coisa interessante, por exemplo: a legislação interna das Casas não proíbe um assessor de ser piloto.

A legislação interna permite. Não há nenhuma irregularidade nesse tipo de situação, como vivenciou o Sr. Henrique aqui. Então, vamos começar a colocar...

Segundo ponto, a questão, por exemplo, de aposentadoria que foi citada aqui. Já tem decisões do Supremo Tribunal... Senhores, prestem atenção, por favor, para que a gente dê sequência numa investigação bem estruturada aqui. Aposentadorias conseguidas mediante contrato de trabalho não são passíveis de serem retiradas em outras investigações, porque a origem do dinheiro da aposentadoria não é de desvio. Então, não vamos criar falsas expectativas aqui apenas pelo discurso político. A gente tem que dizer para as pessoas com clareza, passo a passo, o que está sendo colocado.

Eu entendo como muito importante a colaboração do Sr. Henrique, a vinda dele aqui, para que nos esclareça com muita tranquilidade... E a gente deixe claro para a população que nós aqui não estamos blindando ninguém, mas nós também não queremos aqui fazer pré-condenação de ninguém. Isso aqui não é um tribunal de exceção para nós já condenarmos qualquer pessoa – qualquer uma delas.

Mas esses que não querem vir dar declarações aqui, nós vamos fazer, inclusive, instrumento de trazê-los. Na semana passada, eu fiz aqui o anúncio. Vários já nos contactaram. Então, nós já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

teremos datas novas com pessoas importantes da oitiva, que antes estavam sumidas e que agora apareceram para poder esclarecer. Os senhores terão a condição de perguntar a todos eles.

Relator, quer a palavra?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, só para fazer um esclarecimento, Presidente, porque eu ouvi um Parlamentar dizendo que tinha depoimentos mais importantes a serem ouvidos aqui e para que chamar piloto e algo parecido. Eu só queria dizer que esse Parlamentar faz discurso bonito, mas ele foi o primeiro a convocar piloto para prestar depoimento. Só para o discurso não ser diferente da prática. Não vou citar o nome do Parlamentar para não gerar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí depois eu mostro ao senhor pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, vamos dar sequência.

Senador Rogerio Marinho, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, na verdade, eu não vou nem fazer perguntas ao depoente. Quero apenas agradecer o fato de ele ter vindo hoje aqui pela convocação que foi feita pela CPMI.

Eu acredito que nós vamos precisar ter muito cuidado aqui realmente para não fazermos pré-julgamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Está claro para nós aqui que o papel do piloto foi ele ser piloto contratado, que foi por uma empresa, por uma entidade, por uma associação. E ele francamente deu as respostas – eu acredito que de forma franca – à medida que foram sendo feitas as perguntas pelo Relator e pelos demais Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve aqui, é claro, em função desse depoimento específico, algumas avaliações sobre outras situações que podem ser já, inclusive, uma certa unanimidade nesta Comissão por ocasião das votações que teremos na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... alguns consensos em termos de convites e/ou convocações.

Eu quero apenas dizer, Sr. Presidente, que nós estamos... apesar do que é dito por alguns que não têm interesse, talvez, que as investigações sejam aprofundadas, que nós, de verdade, tenhamos a condição de desvendarmos essa trama na sua totalidade, principalmente quem deu apoio político para colocar – e permanecer – dentro da estrutura do INSS funcionários, muitos deles de carreira longeva, teoricamente com currículos que transpassaram vários mandatos de Presidentes da República, mas que foram conduzidos de alguma forma para infelizmente burlar e cometer um crime hediondo contra milhões de aposentados brasileiros.

Nós estamos sendo acompanhados por muitas pessoas. Nesta hora da manhã, Presidente, nós temos aqui 24, 25 mil pessoas ao vivo, na TV Senado. São pessoas, na sua grande e avassaladora maioria, que são aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – São aqueles que estão diretamente afetados por esse tema.

Hoje, inclusive, há pouco mais de meia hora, saiu uma notícia do *Estadão* que fala a respeito desse tema, que 70% das pessoas que nos acompanham, pela amostragem feita por aquele jornal, são pessoas acima de 60 anos de idade. Então, nós estamos trabalhando para uma parcela importante, significativa da nossa sociedade e aquela que se sacrificou, a sua vida inteira, para, no final do seu período laboral, ter o conforto, ter a tranquilidade de usufruir a sua vida de uma maneira mais confortável.

Então, acho que nós estamos aqui, todos nós, mesmo dentro do embate político, preocupados em desvendarmos essa trama. E o senhor tem feito um grande trabalho, o Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

também. E, na medida do possível, no embate político aqui, nós tentamos o tempo todo... Eu acho que é unânime aqui nesta Comissão o que não é possível, Presidente. Eu acho que aqui é um compromisso que todos nós temos que fazer conosco mesmos, entre nós, de que, ao término desse processo, nós tenhamos a possibilidade de apontar aqueles que perpetraram esse crime.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim. Obrigado, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E eu acredito que nós vamos chegar lá. Tá?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu vou abrir mão aqui da oitava e seguir adiante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Para interpelar.) – Pois não.

Vamos aproveitar, a vinda dele aqui. Eu quero fazer algumas perguntas, até também para colaborar com o Relator.

Sr. Henrique, vamos falar primeiramente do Cessna.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor voou quantas vezes esse avião?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Aproximadamente três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E qual foi a rota que o senhor fez ou as rotas que o senhor fez?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – São Paulo... Foi Brasília-São Paulo, que é uma de que eu me recordo, um dos voos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E quem o senhor transportou, ou o que o senhor transportou nessas viagens?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nesse voo, o Carlos estava e mais dois passageiros, os quais eu não conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor não tem noção de quem sejam?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E eles levaram bagagem, malas, alguma coisa?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ficaram em São Paulo quanto tempo?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu só deixei eles e retornei no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esse avião ficava hangarado aqui em Brasília?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor chegou a voar com esse avião para Minas Gerais alguma vez?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Neste não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vamos falar agora do...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Posso só perguntar...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Onde que ele ficava? Eu não entendi direito onde que ele ficava aqui em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Tem um aeroporto que fica dentro da terminal de Brasília. Ele fica localizado...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Dentro do quê?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Da terminal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma linguagem dos pilotos, Excelência. Terminal é a região de um aeroporto monitorado. Então, aqui, além do aeroporto internacional, tem o Aeroporto Botelho, que fica em São Sebastião, com hangares particulares. Fica a uma hora de carro de Brasília.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas tem controle normal com...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem que fazer tudo pelo...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não tem torre, né? Não tem torre, mas, após a decolagem, a gente contata o controle em Brasília.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas tem lá o...? Tem raio-X, tem controle, tem tudo?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não tem raio-X?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não tem controle de passageiro, quem embarca, quem desembarca?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Que aeroporto é esse?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Aeroportos menores não...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É particular?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Aeródromo não tem essa estrutura.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É particular?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, é público.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É público?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É. Aeródromos que são aeroportos desprovidos desse tipo de estrutura, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, com relação ao Baron, esse avião ficava "hangarado" também aqui em Botelhos?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também, os dois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por quanto tempo o senhor voou esse avião?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá.

E quais foram as principais rotas que o senhor pode nos citar que o senhor fez com esse avião?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Governador Valadares e Ribeirão Preto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E na ida a Governador Valadares, o senhor foi buscar ou levar passageiros?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Já fui levar e buscar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E quem o senhor transportou nessas viagens?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Vinícius.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Vinícius do ITT?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais alguém junto com ele?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, já teve passageiros junto com ele, mas não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor sabe quem são?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Outras rotas que o senhor fez com esse avião, Pará de Minas, por exemplo, que o senhor citou.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu quero até confirmar aqui no meu diário de bordo esse voo de Pará de Minas, porque eu não me recordo de ter ido a Pará de Minas com ele, a não ser, possivelmente, um abastecimento. Não era o destino, apenas foi abastecido e seguido viagem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas saindo de Brasília?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Deixa eu confirmar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, só para esclarecer a V. Exa., a bordo da aeronave Baron 58P, o Sr. Henrique Galvão esteve em Pará de Minas no dia 9 de maio de 2025, horário aqui... Pará de Minas, Brasília, está registrado às 18h40, mas ele falou que é um horário com três horas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, não, é porque na...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... posteriores ao horário de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, só para... Na aviação, se usa o chamado *unit time connection*, que é são três à frente, que é o horário de Londres, que é o horário mundial de zero, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É. É uma experienciazinha pequena aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Como dizia... Então, aqui nessa...

Vamos lá, o senhor já checou a informação?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, eu não consegui aqui, mas, se teve isso no diário de bordo, foi para abastecimento. Nunca tive Pará de Minas como destino.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor nunca levou... Só Valadares, Brasília?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso. Valadares, Brasília, Ribeirão Preto eram a maioria dos voos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ribeirão Preto, quem o senhor levava ou buscava em Ribeirão Preto?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Bruna.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – A Bruna.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem é Bruna?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É a esposa do Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A esposa dele utilizava os aviões?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Muito poucas vezes.

Acho que foi um, dois voos que eu fiz com ela e com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Alguma vez o senhor transportou malas, algum objeto que chamou a atenção do senhor nesse transporte?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nunca houve essa...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só lembrando aqui, Relator: com relação ao Sr. Vinícius, a polícia legislativa tem mantido contato, inclusive com a família, já conversou com o irmão, já conversou... Mandou vários recados. O Sr. Silas também, a polícia já esteve na casa dele várias vezes.

Eu espero que eles possam colaborar, os advogados devem estar nos acompanhando, para que eles possam vir aqui prestar os esclarecimentos que nós queremos ouvir.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, só uma pergunta a V. Exa., por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – É rapidinho.

V. Exa. também é piloto? Que mostra aí um conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Trabalhei seis anos de aviação, Excelência, entre o Brasil e a Alemanha, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Notei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, alguma coisa a gente conhece.

Por isso, a gente aprende a lidar com turbulências, Excelência, e turbulência é o que eu mais tenho enfrentado nessa CPMI, Excelência. (*Risos.*)

O Zé Trovão, Deputado... Deputado Luiz Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não o Luiz Lima, o Beto, Deputado Beto.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sou eu, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É... Só um minuto. Não, é...

Era o senhor que estava marcado, eu o chamei, não? (*Pausa.*)

Deputado Sidney Leite, desculpe. Deputado Sidney Leite, eu vou chamar o Deputado Zé Trovão. Vou dar sequência aqui e passo a palavra a V. Exa., o.k.?

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, um bom dia.

Hoje eu estava bem cedo aqui, mas tive que sair aos compromissos, a semana parlamentar é bem puxada.

Quero agradecer ao Sr. Henrique por estar aqui prestando esclarecimento.

Eu tenho algumas coisas básicas a perguntar ao senhor: há quanto tempo o senhor é piloto de aeronave?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Ah... Eu venho de uma família de dez pilotos.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Dez pilotos.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu sou piloto desde 18 anos de idade.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Só para que a gente... Que conste nas informações. Quando o senhor fez... Para tirar o brevê, a gente sabe que não é tão caro, o mais caro são as horas de voo. Essas horas de voo o senhor fez com os familiares ou com algum amigo específico?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Algumas foram pagas pelo aeroclube e outras com familiares.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Com familiares. O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre os investigados da Contag, o senhor tem algum relacionamento próximo com qualquer um deles que sejam das entidades?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nenhum.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O senhor só prestou realmente serviços...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – De pilotagem.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... de pilotagem.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Exato.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

Pergunta. Nessas viagens que o senhor fez com os investigados da Contag, o senhor pôde perceber que, nessas viagens, eles transportavam dinheiro para pagamentos de propinas pelo Brasil?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Você poderia repetir, por gentileza, Contag?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Conafer, desculpa, perdoe-me.

É, não... É verdade... Conafer...

O senhor pôde perceber...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É porque...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não, perdoe-me, eu falei Contag.

O senhor pôde perceber que nessas viagens que o senhor fez para Conafer, eles carregavam dinheiro para pagamentos de propina ou alguma coisa?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não é a função do senhor, até por ser piloto particular...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Exatamente.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

Por aqui eu já estou muito satisfeito, Presidente, com as perguntas que eu tenho ao nosso depoente.

E eu quero lembrar aos senhores o seguinte fato: olha a perda de tempo que nós estamos tendo nessa CPMI. Um dia tão importante como hoje, em vez de nós trazermos aqui pessoas que realmente roubaram os idosos, que tiraram dinheiro, nós trouxemos aqui um piloto de avião que não pode ser criminalizado. O senhor bem sabe que um piloto particular não faz questionamentos na hora de alçar voo, não é serviço dele. Esse serviço é da empresa, a não ser que o avião seja propriamente dele. Se o avião for dele, ele é obrigado a saber quem ele está transportando e o que está transportando.

Eu até acredito, Sr. Henrique, que o senhor levou muita propina dentro do seu avião sem saber. Provavelmente, foram malas e malas de dinheiro para pagar esses bandidos que fazem parte dessa corrupção, mas o senhor não pode ser acusado aqui nesta CPMI de ter cometido nenhum crime, porque o senhor só é um piloto. O senhor tem um brevê, algo que é muito louvável, algo que é muito importante na nossa aviação, mas, Presidente, o que nós estamos fazendo aqui hoje, repito: é perder tempo.

Nós deveríamos estar ouvindo aqui pessoas que desviaram milhões de reais. Nós deveríamos estar ouvindo aqui pessoas ligadas diretamente a esses sindicatos, a essas associações, porque se nós queremos desvendar roubo aqui nesta Comissão, não é ouvindo piloto de avião que a gente vai já alcançar esse objetivo.

Nós temos que quebrar os sigilos daqueles que os pares aqui da esquerda protegeram nas votações. E quero fazer uma ressalva, ontem nesta Comissão, após a minha fala, eu me retirei – eu me retirei, sim –, sabe por quê? Porque ontem tinha sessão do Plenário e eu tinha que barrar dois projetos absurdos que estavam para entrar em votação ontem: o fim dos mototáxis e o outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto absurdo se trata dos menores aprendizes, que é um projeto arrecadatório para este Governo que não faz nada a não ser tirar dinheiro do povo brasileiro. Mas aí teve Deputado aqui que, além de usar o nome pejorativo de "zé chuvisco", ficou tirando onda com esta Comissão, mas eu quero lembrar a esta Comissão que eu prefiro ser chamado de "zé chuvisco" do que ter meu nome em lista de empreiteiras como a Odebrecht!

Eu prefiro ser chamado de "zé chuvisco" a estar envolvido em esquema de corrupção, lavagem de dinheiro! Eu prefiro ser chamado de "Zé chuvisco" do que defender um descondenado que foi preso pelas quatro instâncias porque roubou o Brasil e voltou à cena do crime! Ser chamado de "zé chuvisco" para mim é uma grande honra! Agora, eu não serei chamado nesta Comissão e em nenhum outro lugar que eu passar de corrupto, como muitos podem ser chamados nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, Deputado Zé Trovão...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Foi "zé chuvinha". Senão não vamos falar a coisa certa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, só uma observação de quem tem um pouquinho mais de experiência. Eu, além da aviação, trabalhei 23 anos com investigações, como jornalista investigativo, inclusive em várias situações muito complicadas, e vou dizer a V. Exa. uma coisa: às vezes, uma informação pequena a que a gente não dá valor é a chave posteriormente para se desvendar algum tipo de ação. O Delegado Caveira, que está aqui, deve saber do que eu estou falando. O Relator, que está aqui, que tem mais de 25 anos na investigação, sabe. Às vezes, uma informação que você, "Ah, perdi meu tempo...", mas você anota. Quando é daí a pouco, você começa: "Não, peraí, mas eu tive uma pista que está aqui". Então, eu só vou discordar no sentido da presença do Sr. Henrique aqui, porque eu tenho certeza absoluta de que tudo o que ele está falando vai nos embasar os próximos passos.

Com relação a convocar as pessoas, eu gostaria que os senhores depois pegassem os organogramas de trabalho das principais organizações. Esta CPMI já ouviu a maior parte, a maior parte delas já esteve aqui. Os que não vieram ainda, sejam os políticos que estão ligados aí aos governos, que faltam, mas que estão marcados... Que é o ex-Ministro Onyx Lorenzoni, que vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no dia 6; também o Ministro Wolney, que eu já estou marcando para a primeira semana de dezembro, já pedi para convidá-lo; os demais, que estão foragidos, vamos dizer assim, não há nenhum mandado de prisão, mas os demais que nós estamos procurando e que não estão respondendo, mas parte já está sendo colocada.

Agora, a investigação, Excelência, é um exercício de paciência, de construção, porque, se nós temos a Polícia Federal, que já nos deu a direção, agora nós temos que caminhar, fazer a nossa investigação. É o que nós estamos fazendo com ele aqui.

E o mais importante, é bom trazê-lo para exato o que eu falei: a gente evitar pré-condenações. Porque a imprensa publica os nomes, publica. Hoje, por exemplo, tem uma publicação num veículo que tem feito um grande trabalho que cita três Parlamentares aqui que são pessoas de gabinete aberto. De repente, você está numa festa, tira uma foto, ou encontra com alguém na rua e a pessoa: "Deixa eu tirar uma foto, sou seu fã!". Quando pensa que não: "O fulano está com a foto". Isso para nós não serve. O que serve é a fala dele explicando claramente e os próximos passos que nós vamos tomar. Perfeito?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, não entendo, com toda sinceridade, que nós estejamos perdendo tempo. É porque a investigação é assim mesmo.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Entendi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se você quer saber, é um passo muito importante para a gente entender com clareza os envolvimentos de cada um dos participantes aqui.

O Deputado Evair de Melo com a palavra.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Só para falar, Presidente, que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... Zé Chuvinha é melhor do que "montanha", "amante", é melhor do que "lindinho", do que tudo que eram esses nomes aí da Odebrecht, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bom, Excelência.

Vamos, Deputado Evair de Melo?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nós estamos vivendo um momento obscuro. Mesmo com o trabalho da Polícia Federal, o trabalho da CPMI, nós estamos recebendo notícia agora do golpe do golpe, que continua em ativo neste momento.

As vítimas, como sempre, são os aposentados do INSS. O caso já está sob investigação. Mais de 500 mil dessas pessoas – agora se investiga – foram duplamente atingidas pelas quadrilhas organizadas junto ao sistema previdenciário no país e que atuam em sindicatos e demais entidades associativas.

Segundo informações do INSS – Sr. Presidente, queria pedir silêncio na minha frente, por favor, aqui –, pelo menos seis associações enviaram documentos ou dados falsos para tentar enganar de novo, e os exemplos de golpes foram remetidos para análise e já estão sendo investigados.

Ao analisar as respostas das associações sobre a contestação dos descontos indevidos, o INSS identificou mais uma tentativa. Diz que 523 mil pedidos de ressarcimento podem ter sido afetados. É a fraude da fraude. Além de ter feito desconto indevido, quando foi juntado o processo agora de ressarcimento, juntou documentos que não eram aptos, que não tinham idoneidade para poder justificar aquele desconto. Aí o INSS está justificando dizendo que as associações apresentaram documentos, mas os documentos, de novo, foram falsos.

Forma de autorização... Áudios como forma de autorização, Sr. Presidente, de filiação. Mas esse tipo de prova não é permitido. Outras duas associações usaram *software* para falsificar assinaturas. Esse áudio falso, por exemplo, foi usado como justificativa para simular uma autorização.

Dos descontos. De acordo com o INSS, o prazo para solicitar o ressarcimento, a gente sabe que vai até 14 de novembro. Para saber se tem direito, é preciso entrar no *site* ou ir a uma agência dos Correios. Quem assinar o termo de adesão vai receber o dinheiro em três dias úteis. O valor é corrigido e depositado na conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em direito previdenciário, diz-se que o segurado tem que redobrar a atenção para não cair em golpes. As pessoas estão se aproveitando de uma situação de vulnerabilidade desses segurados para pedirem dinheiro sob a promessa de liberarem esses valores, lembrando que o INSS não vai fazer esse contato ativo no sentido de pedir depósito.

Sr. Presidente, até agora, segundo as informações, já foram ressarcidas 3 milhões de pessoas, mas a gente realmente não tem um dia de paz com tantos golpes que estão acontecendo o dia inteiro.

É impressionante como estão agora falsificando contas para devolução de dinheiro, para devolução do ressarcimento. Pessoas que não foram roubadas no primeiro momento estão sendo roubadas agora no segundo momento. Então, neste momento, o INSS continua a permitir esses pagamentos irregulares.

Feito esse registro, eu pergunto ao Sr. Henrique: quando ele pilotava o Baron, ele pode dizer mais ou menos qual era o seu salário médio?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – De 18 mil.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Quando o senhor trabalhou no gabinete do Deputado Marcelo, esporadicamente, o senhor pilotava – e não tem nenhuma ilegalidade nessa operação, assim como os motoristas e outras atividades mais. Qual era a sua remuneração?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Se eu não me engano, 9 mil.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Henrique, o senhor sabe que está faltando piloto no mercado, né? Principalmente de Baron, de Cessna... O senhor... O senhor pilota King também?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor não tem autorização, não.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu tenho as carteiras que me possibilitam voar, mas nunca voei King como comando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O seu currículo está no mercado? O senhor colocou o currículo aí para contratação?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Por que o senhor, neste momento, abriu mão de um salário de 18 mil, sendo que está faltando piloto e tem disputa no mercado, para vir ganhar 9? É só acomodação mesmo?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, não, eu saí do avião porque eu estava com dois meses de salário atrasado, né? Então, não foi uma escolha.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, uma recolocação hoje não é difícil, não, viu, Sr. Henrique? (*Risos.*) O senhor sabe que não é, né? Está faltando piloto, tem procura, tem disputa, tem fila de pilotos. Eu só estou achando isso meio...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Eu acho que o senhor distraiu um pouquinho aqui.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, não, é... O avião... Geralmente os salários são baseados pela categoria do avião.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Não, o salário do Baron está compatível, é de mercado, vai de dezesseis até vinte e poucos mil.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – O outro era um monomotor, então estava compatível também.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – É, mas o senhor com esse currículo, com essas horas de voo, com as aeronaves que o senhor voou, o senhor poderia estar bem recolocado no mercado, né?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu optei por esse, porque o avião ficava baseado em Pará de Minas, na minha cidade natal, né? E, desde 2016, eu estava no trecho, então, eu troquei salário por família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor, quando operava aqui no aeroporto de Botelho, qual o hangar que o senhor usava?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É... O hangar Charlie 03.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Relator, anote esse dado, que é extremamente importante do registro do hangar que era usado no aeroporto de Botelho, que é um aeroporto que tem muita utilidade, para quem não conhece, mas é um acesso frágil, sem nenhum tipo de controle de subida ou de descida, de decolagem ou aterrissagem. Precário, Sr. Presidente, muito precário. Depois que o senhor está no ar é que você faz o registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, para decolar tem que fazer o registro no controle aqui.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Tá, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O espaço aéreo aqui é muito ocupado.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Mas, inclusive...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Não, mas é simplesmente um comunicado de rota. Não tem nenhum outro tipo de registro que é feito lá de entrada e saída. Eu só queria depois que o Relator, realmente, se apurasse disso para fazer o levantamento desse hangar e quais são as aeronaves que corriqueiramente utilizam esse hangar e, naturalmente, saber os seus proprietários e as condições em que o fazem.

Muito obrigado.

O senhor bota o currículo no... Está precisando de piloto. (*Risos.*)

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Tá. Obrigado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não entendi, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... de quem é o hangar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Lá são vários hangares.

E nessa questão, Deputado Evair, só fazendo aqui... Preciso fazer um elogio ao Comando da Aeronáutica no Brasil. O Brasil tem um dos espaços aéreos mais seguros do mundo. Hoje, até voos em altitude menor são controlados por centrais de informação no país inteiro. Então, é para a gente colocar isso aqui para a população saber.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Só perguntar ao Sr. Henrique: o senhor faz helicóptero também ou não?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Nenhuma categoria de helicóptero?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Coronel Chrisóstomo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Deputado, eu vou seguir a lista aqui e passo para V. Exa., porque já passou o seu nome, então eu estou dando sequência aqui. (*Pausa.*)

Alô, Rondônia.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Olá, Presidente. Que bom o senhor falar do "Olá, Rondônia!".

Eu vou iniciar dessa forma: olá, Rondônia! Olá, Brasil! Olá, Minas Gerais!

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, senhores assessores, meus cumprimentos a todos os senhores e senhoras e também meus cumprimentos ao Comandante Henrique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho muito pouco para perguntar, mas, antes, quero agradecer a vinda do Comandante Henrique. Veio, me parece, voluntariamente, sem advogado, sem *habeas corpus*. Que sirva de exemplo a vinda do Comandante Henrique para os nossos colegas da esquerda, todos os que estão aqui presentes, para que eles entendam que, se nós estamos aqui tratando de um processo investigatório, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, que eles não impeçam mais nenhum outro de estar aqui presente ou ser convocado para falar aquilo que sabe ou aquilo que não sabe, aqui na CPI, nessa CPMI do roubo dos aposentados. Então que sirva para todos, toda essa turma do Lula, que não impeçam que outros possam vir aqui. E aqueles que não vieram, que a gente volte a chamar, volte a convocá-los para que eles venham, porque o Brasil está vendo e o Brasil está nos cobrando que todos sejam ouvidos. Então, eu espero que os nossos colegas da esquerda entendam isso, que não adianta eles bradarem "José! Antônio! Maria!" para que pessoas que estejam do lado da direita tenham que vir. E os deles, da esquerda, a exemplo do Frei Chico, por que não virem aqui? Qual é o medinho?

Portanto, colegas da esquerda, parem de travar pessoas e impedir de virem aqui depor diante dessa CPMI, muito bem conduzida pelo Senador de Minas Gerais Carlos Viana e o nosso Relator de Alagoas, de onde meu pai é, Deputado Alfredo Gaspar.

Portanto, Sr. Comandante Henrique, o senhor ouviu alguma conversa sobre o INSS nessas viagens, seja em terra ou na aeronave?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Algum assunto sobre recursos, o senhor ouviu falar?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nenhum.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O piloto sempre está em alerta em relação ao transporte no interior da sua aeronave, até porque ele é o comandante. Quando alguém entra na aeronave, ele não responde por si. Quem manda na aeronave e todos os ocupantes, quem manda ali é o comandante da aeronave. Não é isso?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Correto.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a pergunta é: seja de pessoas ou carga, diante disso, o senhor notou alguém transportando mala ou malas com suspeitas, alguma duvidosa?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nenhuma.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor ouviu alguma conversa sobre dinheiro?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor voou para o Estado de Rondônia?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Rondônia? Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Opa! Agora preciso, né... Se sim – o senhor já respondeu que sim –, quem voou para Rondônia com o senhor?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Fui eu e um copiloto. Eu fui apresentar o avião para venda na cidade de Machadinho alguma coisa...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Machadinho D'Oeste.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso, exato.

Fui apresentar o avião para venda para um fazendeiro.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Agora, só por curiosidade mesmo, qual é o fazendeiro?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Ah, aí você me apertou. Desculpa. Não sei informar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Somente o senhor e o copiloto?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Tinha alguma coisa a ver com relação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não, acredito que não. O avião estava à venda e me foi passada esta missão: que fosse lá e apresentasse, fizesse um voo local com o possível comprador.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Venderam o avião lá?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k.

Então, Presidente, nada mais a perguntar ao Comandante Henrique.

Agradeço a sua presença...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Obrigado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... mesmo aqui.

Mas eu enfatizo, Presidente, aos colegas da esquerda: parem de impedir pessoas de virem depor aqui. Todas as informações... Eu fiz... Eu participei de vários inquéritos, fui Presidente de vários inquéritos. Na minha vida, em 35 anos de Forças Armadas, muitos inquéritos eu presidi. Qualquer pessoa que vá falar, nem que fale duas, três palavras, é importante. Muitas dessas palavras servem para a gente compor toda a conclusão daquele inquérito, e aqui é um inquérito também.

Então, por isso é que eu falo para os colegas da esquerda: parem de impedir. Já que os senhores falam, bradam "tem que saber, prender quem roubou", então tragam essas pessoas aí, a exemplo do Frei Chico, irmão do Lula. Tem que vir aqui depor. Nós não vamos denegrir a sua imagem, vamos apenas perguntar se ele sabe alguma coisa a respeito disso, e tudo aquilo que a gente tem feito.

Então, meus agradecimentos, Comandante Henrique...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Presidente, muito grato. Agradeço muitíssimo por essa oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana. Mil desculpas por não estar presente aqui em toda a audiência.

No Rio de Janeiro agora, o Complexo do Alemão e o Complexo da Penha estão sendo bombardeados por *drones* do tráfico. É isso mesmo! *Drones* estão lançando bombas nos policiais. Um policial morto e sete policiais baleados. A gente vive um momento em que o atual Governo do Brasil não entende que a gente está em guerra no Rio de Janeiro, com 70% do território ocupado pelo tráfico e por milícia. E a gente chegou ao ponto de o tráfico de drogas já ter *drone*. As imagens estão já nos principais *sites* do país. E a gente fica preocupado. Se a gente não tem um Governo que consegue cuidar de uma guerra interna na cidade mais famosa do Brasil, imagina resolver o problema aqui do desvio dos aposentados! Imagens correndo já o mundo: policiais mortos, *drones* lançando bombas em carros de policiais. Já matou um policial, e a gente está em guerra.

E o Ministro Ricardo Lewandowski, cujo filho advoga para organizações criminosas – segundo a Polícia Federal, o filho do Ministro da Justiça já prestou serviço... Nada contra a advocacia, mas é, no mínimo, imoral. E, enquanto isso, o Rio de Janeiro, em guerra.

Henrique, muito obrigado pela sua presença. Você é corajoso, você é bacana, você veio sem advogado. Isso é certeza de que você não deve nada. Com 32 anos, piloto de avião, trabalhador, mora aqui numa região humilde de Brasília. E foi usado por esse esquema aqui da Conafer.

A Conafer é um sindicato fundado em 2011, com a presença do Sr. Carlos Lupi, Ministro do Trabalho do Governo Lula, Ministro da Previdência do Governo Lula, do PDT. Mostramos ontem aqui como as reuniões são político-partidárias.

Henrique, eu vou só fazer algumas perguntas para você, tá? É muito claro tudo isso que aconteceu. Você prestou serviço a uma organização que vive de recursos dos aposentados – vivia na época do Lula, antes da reforma trabalhista do Temer, quando os descontos eram obrigatórios, e, depois da reforma, eles montaram esse arco da velha aqui, todos os esquemas muito parecidos: prestadora de serviços, roda o dinheiro, mulher do Cícero... O Cícero esteve aqui, ô Henrique: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cícero é um rapaz que vendia terno em Presidente Prudente, e, só nas empresas dele, passaram R$300 milhões e ele recebia R$20 mil por mês por cada empresa de que ele era responsável. Se eu não me engano, aí, cinco... cinco empresas, pelo menos, ou mais, né? Inclusive banco.

Henrique, primeira pergunta: você transportou funcionários do INSS ou do Governo Federal em voos fretados por entidades investigadas?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Você transportou o Senador Weverton Rocha ou seus assessores em voos? Detalhe as datas e rotas envolvidas.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O Estado do Maranhão era uma rota frequente para o senhor?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nunca fui.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor transportou o Deputado Wolney Queiroz, hoje Ministro da Previdência?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor transportou outro Parlamentar?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Você observou reuniões ou discussões a bordo envolvendo temas relacionados ao INSS durante os voos, quando o senhor transportou o Presidente da Conafer, o Sr. Carlos Roberto?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Você conhece ou voou com Danilo Trento?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não conheço, nem voei. Acredito não ter voado, não conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor voou durante períodos eleitorais? Por orientação de quem?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor já transportou materiais de campanha ou políticos?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Você realizou voos internacionais para pessoas investigadas pela CPMI?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Quais rotas de voo eram mais habituais para o senhor e por quê?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Governador Valadares e Ribeirão Preto. O motivo não sei.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Governador Valadares e Ribeirão Preto.

Quais eram os proprietários ou locatários das aeronaves que você usou nos voos para Silas da Costa Vaz?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É... eu não fiz nenhum voo na aeronave enquanto ela estava vinculada a Silas.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá.

Qual era o custo médio por voo? O senhor já falou que 10 mil horas de voo por mês têm um custo de 40 mil – hangar, piloto...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, isso considerando... É, piloto e tudo mais.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguma carga especial, como documentos ou malas lacradas, foi transportada em voos que você pilotou para essas pessoas?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Houve voos pagos com recursos de confederações ou sindicatos agrícolas que você pilotou?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Você foi orientado a não registrar certos detalhes em *logs* de voo por contratantes?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Quais entidades sem fins lucrativos fretaram voos que você pilotou nos últimos anos?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – A gente nunca fretou voo.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Houve voos declarados como humanitários ou agrícolas que pareciam ter outro propósito?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Você usou canais como WhatsApp para coordenar voos com Silas da Costa Vaz?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu não conheço Silas.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ótimo.

É, Henrique, então, somente você prestava serviço à Conafer?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É... Quem me... Quem me contratou para voar esse avião foi o Leandro.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – As missões eram passadas por eles, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O Leandro, que foi seu amigo de infância...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... e que entrou em contato aqui conosco.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É, foi ele que me indicou no emprego e... né? Eu não sei o motivo desses voos e das missões, né? Só me era passado o local e data.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ótimo.

Henrique, muito obrigado pelo seu depoimento. Eu espero que essas despesas com voos, todas as despesas, estejam relatadas nas despesas da Conafer. Faço o pedido para que a Comissão faça esse pedido ao Sr. Carlos Roberto, porque é muito dinheiro envolvido.

O senhor chegou a voar até a fazenda do Sr. Carlos Roberto, Presidente da Conafer?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Nunca foi?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas tomou conhecimento de que essa fazenda tinha pista de pouso?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Tomei. Inclusive o Leandro estava a par disso, né, para homologá-la.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ah, para homologar...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Mas é uma pista muito simples de terra, até onde eu sei. Mas não fui, não, não...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas a vontade do Seu Carlos Roberto era homologar essa pista numa fazenda privada, é isso?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Henrique, pela sua presença.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Duarte Jr., com a palavra.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu posso só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, o senhor quer...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – O Relator tinha me perguntado sobre um voo de Pará de Minas. Eu consultei aqui na minha caderneta individual de voo, a meu comando, o Oscar Victor nunca pisou em Pará de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, ao contrário do que vem se falando – e é natural no Parlamento haver uma divergência –, eu não parabenizo e nem acredito que é coragem do Henrique vir aqui a esta Comissão sem advogado. Pelo contrário, ter um advogado, o auxílio de um advogado não é presunção de culpa, é um direito que todos nós temos. A ausência de um defensor, de um advogado aqui... A minha avaliação é de que você, Henrique, está sendo totalmente abandonado. Foi abandonado porque talvez não tenha aqui condições ou sequer teve orientação de vir com um advogado para cá.

Você é piloto há quanto tempo?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Quatorze anos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Quatorze anos.

Como foi o processo de seleção, o processo de instrução, de preparação para ser o piloto de uma aeronave?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É um caminho longo, né? A gente realiza o curso, e depois a experiência a gente vai adquirindo com o tempo. Igual eu falei, eu venho de uma família de dez pilotos. Então, eu acredito que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Teu pai foi piloto?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Meu avô, todos os meus tios.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Avô, pai, tio, todo mundo piloto?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – E todos os meus primos são pilotos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Três gerações na aviação.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – De pilotos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, você nasceu e foi alfabetizado com os direitos, deveres, prerrogativas de um piloto?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Exatamente.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, verdadeiro ou falso? É correto afirmar que um piloto é responsável pela carga, pelo transporte de pessoas, pela segurança e por aquilo que ele transporta?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Responsabilidade essa objetiva, independentemente do dolo ou culpa?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É verdadeiro afirmar que um piloto tem responsabilidade se por algum acaso ele transporta drogas? Se ele transporta drogas, é correto afirmar que esse piloto tem responsabilidade, ele tem um dever de saber o que é que ele está transportando e ele pode responder pelo tráfico de drogas?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não sei te informar.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pois eu sei te informar, há responsabilidade. Se você, enquanto piloto, que é filho, neto de um piloto, uma família de pilotos, transporta substâncias entorpecentes, você é partícipe, você é autor do crime de tráfico de drogas. Você vai responder de acordo com a Lei de Drogas, Lei 11.343, de 2006. Mas, indo direto ao ponto aqui, você não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode simplesmente vir aqui como um coitadinho, como um herói, dizendo que não sabia o que estava sendo transportado. Você tem o dever de responder.

E, ao contrário do que até aqui foi afirmado, eu vou dizer, enquadramento possível: lavagem de dinheiro, art. 1º, da Lei 9.613, de 98, pena de até dez anos; falsidade ideológica, art. 299 do Código Penal Brasileiro, pena de um a cinco anos; associação criminosa, art. 288, com pena de um a três anos; uso de cargo público para fins ilícitos... E não é só isso, vamos para um resumo mais específico para a atividade de piloto: transporte de drogas em aeronave, tráfico de drogas, Lei 11.343; transporte de dinheiro de corrupção, lavagem de dinheiro, Lei 9.613, de 98; transporte irregular sem declaração; uso indevido da aeronave; transporte de pessoas ligadas a esquema; associação criminosa, art. 288 do Código Penal Brasileiro, no caso você tipifica como coautor; ocultação de identidade de passageiros, falsidade ideológica.

Então, não é correto afirmar que a sua convocação aqui é por um acaso. Faz todo o sentido a sua convocação. Você não pode simplesmente chegar aqui e dizer: "Ah, eu não sabia. Ah, eu estava apenas transportando". Não é. Você é responsável objetivamente pelas pessoas que transportou. Você é responsável objetivamente pelos bens que você transportou. E não tem aqui como dizer que você não sabia, até porque você inicialmente declarou que é neto de um piloto, que é filho de um piloto, que tem tios que são pilotos, ou seja, você nasceu na aviação.

Há poucos dias, nós comemoramos o Dia do Aviador, e você aqui, com essas suas afirmações, envergonha a Aeronáutica deste país, envergonha a aviação deste país. E é por isso que aqui eu estou te alertando... Não precisa ficar com medo, porque o que você já fez errado, já fez. Talvez, hoje, daqui você não saia preso; mas você tem que refletir sobre a sua vida, porque você foi usado, e você foi usado da pior forma possível, porque você fomentou, você auxiliou, você ajudou a executar essa prática criminosa. E você, inclusive, ficou com a pior cota-parte – se você fosse sócio dessa organização criminosa, você teria um percentual minoritário –, porque você ficou com nenhum por cento, recebeu um salário baixo; você não teve aumento na tua renda; foi, inclusive, beneficiário de um programa social no período da pandemia; ou seja, você foi usado, você foi violentado e você está sendo jogado aqui na cova dos leões, para ser constrangido e humilhado.

Você é pai? Tem filhos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pretende ter?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Agora, imagina, daqui a 15, 20 anos, o seu filho olhando essas imagens nas redes sociais. Imagina...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Ele ia ver que eu estava trabalhando e cumprindo a minha...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Legal.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – ... a minha função.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Trabalhando?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, quando um traficante trafica, rouba, mata, destrói, ele vai se orgulhar para o seu filho? Eu vou lhe dizer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Só deixando claro que eu nunca carreguei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, é esse exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima... Deputado Duarte, vou pedir a gentileza... V. Exa. é jurista, sabe bem...

O Sr. Henrique entrou em contato conosco de que não teria condições de trazer um advogado. Garanti a ele que ele teria aqui todos os direitos respeitados.

Vou pedir... Só um ponto que eu discordo da fala de V. Exa., com todo o respeito, né? Não há aqui qualquer pré-condenação. A suposição com relação a transporte de droga não cabe a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse senhor. Primeiro, porque, quando vai se fazer transporte de drogas, se faz em aeronaves de outros modelos, não como essas que estão aqui. São aeronaves de mais longa...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas a questão da droga é só um exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas é só para colocar, porque da forma como...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... porque a interpretação é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Da forma como é colocado, Excelência, há, inclusive... se não há possibilidade de pré-condenação ao depoente. E não é o caso aqui. Então, vou pedir só a V. Exa. um esclarecimento maior e mais cuidado nessa questão da colocação. Muito obrigado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, eu peço... agradeço a sua ponderação. É justa, é seu papel enquanto mediador, ainda mais com essa experiência de piloto, de lidar com as turbulências, mas eu peço apenas só a recondução do meu tempo. E entendo a sua ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, só peço cuidado nas colocações aqui...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É claro, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... porque ele veio de boa vontade. Isso tem que ser colocado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ponderação justa e necessária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos colocar mais um minuto para o Deputado, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas, aqui, enquanto cristão católico, eu costumo... Nós sabemos que de boas intenções o inferno está cheio. E aqui não é uma pré-condenação, Sr. Presidente. Eu aceito suas ponderações, mas aqui é uma constatação de que não se pode vir aqui, após o exercício de uma atividade que tem uma responsabilidade objetiva... O que é que o direito brasileiro diz da responsabilidade objetiva? Responde independente da existência, da presença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do dolo ou culpa, ou seja, não importa se tem a intenção. Não importa se ele desejava lavar dinheiro. Quando aqui eu trago a questão do tráfico de drogas, é para fins de analogia, a fim de comparação de algo que é muito mais fácil, cristalino de as pessoas entenderem. Aqui eu estou falando do crime de lavagem de dinheiro. Se teve tráfico de drogas, essa é uma outra questão. Até eu acredito que não aconteceu, mas que houve lavagem de dinheiro, aqui sim, os indícios são fortíssimos – são fortíssimos. E o crime de lavagem de dinheiro está previsto, como já disse, na Lei 9.613, de 98. Art. 1º: "Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal".

Então, o que eu aqui estou fazendo? Eu estou alertando. Alertando por qual razão? Porque é importante que, nessas semanas que lhe restam em liberdade, você possa pensar sobre o que fez, coletar provas e auxiliar essa investigação. Eu sinceramente acredito que você não é o autor principal, a mente intelectual, mas você foi peça fundamental para a concretização da prática delitiva.

E, assim, Sr. Presidente, encaminhando aqui para os questionamentos finais, eu lhe faço outro questionamento, a você, que é filho, neto, sobrinho e é piloto, uma família dedicada à aviação civil: você conhece a aeronave Beechcraft 58P?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim, voei ela.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Voou nela. Perfeito.

Qual é a média de preço para a aquisição de uma aeronave como essa?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Acredito que de 1,5 mil a 2 milhões, 1,8 mil a 2 milhões.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Quando... Eu lhe pergunto, em janeiro de 2025... O senhor conhece o Vinícius Ramos da Cruz, não conhece?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Qual a sua relação com ele?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Apenas trabalho.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Trabalho. Trabalhou com ele, para ele? Que tipo de trabalho?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Voei num avião que era dele.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Num avião dele.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – É.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Em 2025, ele comprou essa aeronave por R$1 milhão, certo? No mesmo ano de 2025 – ele comprou em janeiro –, em junho, em poucos meses, em menos de um semestre, em menos de seis meses, ele vendeu para o Silas, da Conafer, vendeu pelo valor de R$2,5 milhões.

Você, como experiente na área, a que se deve essa supervalorização, a que se deve esse aumento no preço?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não sei responder.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – As poltronas foram acolchoadas com material dourado da Hermès, alguma...?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu sei que os motores foram feitos, os dois motores foram feitos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Justificando esse aumento de 1 milhão para 2,5 milhões?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Talvez.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É comum que haja essa supervalorização?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – No caso, se estiver vinculada à essa revisão, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas teve essa revisão? Sabe afirmar?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Teve, teve!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Teve.

Como é que você soube dessas revisões?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Quando eu cheguei, o avião estava saindo dessa revisão. Entendeu?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, fez a constatação?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Fiz a constatação... É.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Alguns nomes aqui de ocupantes de cargos do INSS que possivelmente tenha transportado: o André Fidelis.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não conheço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O José Carlos Oliveira.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Leonardo de Melo Gadelha.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não conheço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Leonardo Rolim.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Jobson.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não conheço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Renata Martins?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Em nenhum momento?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nenhum.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Certeza de não ter transportado?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Absoluta.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Por fim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... no que diz respeito a essa fraude do INSS, você trabalhou no gabinete de um Parlamentar aqui na Câmara. Em algum momento, você soube, teve acesso de alguma relação com o INSS?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nenhuma.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Depois de todas essas ponderações quanto aos tipos penais que aqui eu afirmei, em algum momento você percebe que faltou da sua parte um dever de cautela, de fiscalização e que hoje, daqui para frente – porque vai continuar exercendo, eu acredito, essa profissão, pretende, eu acredito –, faria diferente?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Faria.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O que, por exemplo?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Talvez a análise de malas, só.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Tá. Eu agradeço, Presidente. É o suficiente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Duarte.

O Deputado Beto Pereira.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Para interpelar.) – Comandante Henrique, eu ouvi atentamente aqui a sua fala e as respostas que foram dadas às indagações dos Parlamentares, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu julgo bastante suficiente para o momento o esclarecimento de todas as dúvidas que foram aqui apontadas. Não vou ser repetitivo quanto às indagações, mas confesso que a única – a única – dúvida que paira ainda e em que ficou um ponto muito controverso, e que talvez o senhor não possa responder, mas fique mais a caso do esclarecimento do doutor... do outro comandante, o Comandante Leandro, é justamente quanto ao seu recebimento.

Eu não entendi o porquê que o Comandante Leandro se desliga da operação, convida o amigo dele... Isso até aí está tudo dentro das conformidades e da naturalidade, mas, a partir do momento que um novo comandante assume, o pagamento não fica àquele que tem a operação da aeronave, e, sim, sendo feito por aquele que deixou a operação da aeronave, que é o Comandante Leandro. Essa, para mim, é a única análise ainda a ser esclarecida, sem nenhuma presunção de culpa de V. Exa.

Cabe ainda a mim perguntar se, em algum momento, nesses relatos de voo, inúmeros voos que foram feitos pelas aeronaves que já foram aqui descritas, o senhor pousou em áreas indígenas.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Nunca realizei pouso em nenhuma pista indígena.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Nenhuma área indígena foi visitada...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Nenhuma

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... enquanto o senhor pilotava essas aeronaves?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Jamais.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Ótimo.

Sr. Presidente, Carlos Viana, era o que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

Quero agradecer aqui, acho que...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Só uma pergunta que eu acabei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... prestando atenção aqui agora.

Nós vamos ouvir daqui a pouco o Sr. Domingos Sávio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e tem uma reportagem que diz que a Polícia Federal suspeita que um dos investigados no esquema bilionário de fraudes contra os aposentados do INSS transportou dinheiro vivo em aviões durante uma série de viagens feita entre Brasília e Belo Horizonte, e que era esse... Que é o que nós vamos ouvir, Domingos Sávio de Castro, que é sócio do lobista Antônio Carlos Careca Antunes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A pergunta é se o senhor conhece esse Domingos Sávio de Castro e se já transportou.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Não conheço.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não conhece? O.k.

Era só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E uma sugestão: eu não quis aqui entrar em detalhes sobre emendas parlamentares, que não é o caso do nosso objetivo, mas, diante de emendas que foram apresentadas para a Conafer, em especial essas emendas maiores, que elas possam ser colocadas aí para investigação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... essas emendas e o objetivo delas, que elas possam ser... Não estou dizendo que tem nada, mas fiscalizar essas emendas e os objetivos delas em relação à Conafer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O Deputado Sidney Leite...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, como também o colega Alfredo.

Eu tenho algumas perguntas.

O seu vínculo como piloto nessa aeronave, você era contratado? Você era contratado por uma empresa, por pessoa física?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – É, eu fui...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Você tinha alguma relação direta com a Conafer?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não. Com a Conafer, não.

Fui contratado pelo Leandro e abri um MEI de prestação de serviço.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E o Leandro que lhe pagava?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso, exato.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E o Leandro representava quem?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – O Vinícius, o proprietário da aeronave.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Era nome de pessoa física ou jurídica, você sabe?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não sei te falar.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O *site* do Senado Federal informa que o senhor foi um dos pilotos que mais fez voos em aeronaves ligadas a Silas da Costa Vaz, vinculados à Conafer. Quais eram as rotas, datas e objetos desses voos? Era financiado por quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Eu não voei essa aeronave enquanto ela se encontrava em nome de Silas. Todos os operadores do... Todos os planos que eu fiz, o operador era Vinícius Ramos.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Houve voos para transportar dirigentes de associações investigadas por descontos indevidos em benefícios do INSS?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Com certeza?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Absoluta.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – A imprensa noticiou que a CPMI apura a compra de um avião ligado ao agente político e pretende ouvir outros envolvidos. O senhor negocia, possui ou operou aeronaves relacionadas a essa apuração – detalhe, proprietários formais, *leasing*, hangaragem e seguros?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Em algum momento houve divergência entre quem aparecia como dono e quem custeava a manutenção de combustível, quem pagava as custas operacionais dos voos mencionados?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Todo esse custo era pago pelo Leandro.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Hoje, alguém intermediou e ligou para solicitação de voos associados a aposentados que estão sendo investigados por esta CPMI?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor se dispõe a informar esta CPI todos os dados que vocês têm desses voos, com lista de passageiros? Haja vista que, nesses aeródromos, que eu até desconhecia, e o Senador Presidente esclareceu... Nesse aeródromo aqui próximo a Brasília... Eu venho da Amazônia e lá o piloto solicita a lista de passageiros. E você coloca os nomes, os dados, um telefone, caso necessite de urgência e RG ou CPF. Eu lhe pergunto, você transportou alguém ligado a esta instituição: a Conafer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não. Tirando o Carlos, acho que não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O depoimento do ex-Diretor de Governança do INSS, Alexandre Guimarães, escreveu um *modus operandi* envolvendo o Careca do INSS. O senhor já tratou de logística ou encontro com pessoas citadas por Guimarães, houve reuniões ou viagens combinadas?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor transportou ex-servidores, procuradores ou dirigentes alvo desta CPMI, como o Procurador Virgílio Filho, investigado por receber valores de empresas ligadas a associações? Se sim, quanto e a pedido de quem?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Os seus pagamentos eram fixos?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Sim.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Ou eram por hora voada?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Mensal.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Independentemente de hora voada ou não?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Isso. Exato.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Quem custeava as despesas fora do seu domicílio?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Todas as minhas despesas eu pegava a nota e enviava para o Leandro, ele fazia o reembolso.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E o combustível também do reabastecimento da aeronave...

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Também.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... era no nome do Leandro?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Passava para ele o valor e pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Esses pagamentos, você sabe como eram feitos?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não sei te falar.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

Encerrada a lista de inscritos.

Vou agradecer ao Sr. Henrique Galvão pela presença, pela... Ah, o Delegado Caveira. Pois não, Delegado Caveira.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos nesta CPMI. Quero dizer que o senhor orgulha muito o Estado de Minas Gerais...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – ... e representa, de fato, o Senado brasileiro, coisa que não podemos dizer do covarde do Pacheco, que há tempos não o vejo nem no Senado. Isso é uma vergonha para o povo de Minas Gerais.

Da mesma forma, quero parabenizar o Relator Alfredo Gaspar, Dr. Alfredo Gaspar, que vem fazendo um trabalho excepcional nesta CPMI. Inclusive, quando não vejo a fala dele, eu fico meio que perdido aqui na CPMI, que ele é o Norte aqui da nossa CPMI, e merece, sem sombra de dúvidas, representar o Estado de Alagoas como Senador da República. É um homem probo, puro e que vai fazer um trabalho imparcial no Senado Federal, coisa que não estamos vendo com os Senadores lá de Alagoas. Os nomes que tem lá infelizmente são muito fracos, de pessoas totalmente viciadas com cargos públicos, corrupção, com dinheiro sujo e coisas semelhantes, que vão prejudicar ainda mais o Brasil, ajudando o deszelo da República.

Voltando aqui para o Estado do Rio de Janeiro, estamos passando um momento de terror, inclusive traficantes soltando bomba em *drones*, nos policiais, coisa que o descondenado Lula, ex-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidiário miserável, defende. Isso é mais um absurdo e não está diferente, Sr. Presidente, não está diferente, quando se trata do Estado do Pará. O Estado do Pará é o terceiro ataque soviético que as viaturas estão sofrendo: bandidos, traficantes, atacando o 39º Batalhão, atacando as viaturas locais da Polícia Militar. O Governador é tão imprestável quanto o Presidente. Onde tem Governador comunista, o Brasil tende a quedar para a criminalidade. Cito o Maranhão, cito o Estado do Pará, Rio de Janeiro e diversos outros estados que estão perdendo esta guerra para o tráfico de drogas.

CPMI. Obrigado ao Comandante Henrique Galvão pela presença, inclusive sem nenhum causídico ao seu lado, o que demonstra: ou está abandonado pelo sistema ou de fato está vindo de boa-fé, como um prestador de serviço. Eu acho que qualquer pessoa que transitou nesse meio da roubalheira e da corrupção endêmica e sistêmica do INSS, tem que estar aqui para ser ouvido, sim! Sou delegado de polícia há 14 anos, e é nas minúcias mesmo, nos detalhes que podemos desvendar grandes crimes, e nada mais importante do que um comandante de aeronave, que, quando quer colaborar... Ele claro que não entrou mudo e nem saiu calado, igual àqueles três macaquinhos: não vi, não ouvi e nada falo. Não tem os três macaquinhos aí da... Eles falam os macaquinhos da inteligência, da sabedoria? O comandante deve sim ter ouvido muita coisa, ter observado muita coisa.

Inclusive ele me deixou um detalhe muito importante na fala. Ele disse que se arrepende de não ter averiguado as malas que, na ocasião, transportou de um lado para o outro. E aí a pergunta: desde o princípio, de quase todos os que ouvi, o senhor afirmou algumas vezes que não percebeu se existia mala com dinheiro sendo transportada. O senhor não percebeu?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor.) – Nunca vi nada de diferente, a não ser malas normais mesmo, igual qualquer pessoa leva.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Mas ninguém perguntou ao senhor se o senhor transportou malote, porque, em carro-forte, o transporte de dinheiro, às vezes, é feito em malotes, em sacolas. E o senhor, dizendo aí que não pode faltar com a verdade, se falar mala, é diferente de malote e de sacola. Malote o senhor transportou?

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Não transportou. Essa informação é muito importante.

Agora, quanto aos crimes que possam estar embrenhados nesse transporte e se vai chegar a essa materialidade de crime pela CPMI, porque, até então, a Polícia Federal parece que não chegou a esse ponto, mas, através de uma delação premiada ou qualquer informação de um porteiro, de um segurança, de alguém que possa ter visto esse transporte, é de se acreditar que a responsabilidade objetiva, se isso aconteceu – é claro que é só enfaticamente falando –, o senhor será responsabilizado. O art. 29 do Código Penal, que fala do concurso de pessoas, diz: "Quem, de qualquer [forma] [...], concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade".

O tamanho da culpa quem vai mensurar, se houver, para deixar muito claro, é o magistrado. Nós não estamos aqui fazendo esse papel. Estamos aqui na CPMI – eu, como membro desta Comissão – e estamos aqui buscando informações para que possamos dar mais lastro ao Poder Judiciário para condenar mais pessoas, diferentemente dos esquerdopatas de plantão, a esquerdalha que só quer defender bandido nesta Comissão. Inclusive, vários nomes que aqui nós tentamos aprovar para que fossem convocados – às vezes até de mais relevância do que o nome do senhor para a Comissão, porque nós estamos tentando investigar crimes – não foram aprovados, em virtude da blindagem de diversos agentes, Deputados e Senadores, que fazem parte do emaranhado de corrupção do Brasil, que estão indiciados, apontados como criminosos em diversas operações da Polícia Federal, e estão, nada mais, nada menos, fazendo o papel deles que é o de defender bandidos, igual o Lula fez agora nessa semana, passando uma vergonha internacional no Brasil, falando que traficante é vítima de usuário.

Em princípio, esse demônio, covarde, canalha, imprestável falou que roubar um celular era normal para os companheiros tomarem uma cervejinha. Os presídios fizeram festa quando esse imbecil assumiu a Presidência da República. É para ver o tipo de gente que está comandando o Brasil, um ex... Isto só acontece no Brasil: um ex-presidiário, condenado em todas as instâncias, assumindo a cadeira de maior líder do Brasil. Vários absurdos estão acontecendo neste momento. Os índices de roubalheira e corrupção do INSS explodiram no Governo Lula, e não poderia ser diferente. São 20 anos roubando o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Desviando, sabotando o nosso povo e fazendo a economia diminuir literalmente.

Hoje nós sabemos que a dívida é de mais de 230 bilhões. E, quando o Bolsonaro estava Presidente, deixou o Brasil com superávit de mais de R$65 bilhões. Eu acho que o Brasil precisa dar uma resposta, e nós não podemos demorar, sob pena de nos tornarmos uma Cuba, uma Venezuela.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agradeço, Deputado Caveira.

A Deputada Carla Dickson.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – É um prazer estar aqui. Eu não estou como titular nem suplente desta Comissão, eu estou aqui como Parlamentar. E agradeço por este momento de fala – Parlamentar que está preocupada com o que está acontecendo no Brasil e que precisa dar uma resposta à população do Rio Grande do Norte e à população brasileira, em relação a essa vergonha, que é o roubo dos aposentados.

Eu quero parabenizar o trabalho do Deputado Alfredo Gaspar. Excelente condução de relatoria. Eu estou acompanhando pela televisão e, desde ontem, eu estou presencial aqui. Quero parabenizar o Senador Carlos Viana pela maneira sóbria e que, muitas vezes, nos emociona quando vai ler suas conclusões e nos passa a dor dos aposentados, dos pensionistas que precisam daqueles R$40, que empresas, como a Conafer, a empresa do irmão do Lula, têm pegado continuamente.

Eu quero parabenizar também os Parlamentares da oposição, na pessoa do meu Líder Sóstenes e na pessoa do Senador Rogerio Marinho, que dignifica o meu estado com a sua postura; parabenizar aqui o Sr. Henrique Galvão, que, em nenhum momento, se eximiu de responder com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a verdade e com a sua transparência. Inclusive na hora que foi feita a ligação para o Sr. Vinícius – se eu não me engano o nome – e ali foi tudo confirmado.

Parabéns.

O SR. HENRIQUE TRAUGOTT BINDER GALVÃO (Para depor. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – E por colaborar com este inquérito.

Aqui eu quero deixar o meu repúdio à blindagem feita pela esquerda em relação principalmente a Frei Chico, o irmão do Lula. O que é que tem a esconder? O que é que tem a esconder? Nós precisamos mostrar para o povo brasileiro a verdade. O povo brasileiro não tolera mais tanto roubo. E ontem aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – ... eu escutei um Parlamentar de esquerda dizendo que a roubalheira do INSS começou no Governo Temer. Não, não começou no Governo Temer. A roubalheira começou no primeiro Governo Lula, que entrou bem achando que ia fazer o bem para o Brasil, viu que era fácil roubar, gostou de roubar, e aí nós tivemos mensalão, petrolão e nós tivemos todo o "lão" e agora o INSS.

Não, não começou no Governo Temer; passou pelo Governo Temer. Começou no Governo Lula, Governo Dilma, Governo Temer, Governo Bolsonaro e explodiu no pai dos ladrões e pai da mentira: Lula Inácio da Silva, inclusive tendo o seu irmão envolvido nisso e não foi por pouco dinheiro.

Então, parabéns. Vou continuar, como Parlamentar, vindo sempre aqui e eu quero uma resposta. E eu sei que esta CPMI não vai terminar em *pizza*, vai terminar em prisão, porque eu estou vendo dois homens íntegros aqui, que estão imbuídos em dar resposta à população brasileira e em fazer justiça com nossos aposentados e pensionistas.

Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Deputado Paulo Pimenta deseja fazer uso do tempo da Liderança?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu quero fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – A Parlamentar falou na condição de não membro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Qual é o tempo destinado para não membro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Três minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Qual é o tempo que foi destinado para ela?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Três minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor, Excelência. Todo Parlamentar não membro tem direito a três minutos aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Foram colocados dez, mas foram ajustados, Excelência. Três minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Respondido, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Quero agradecer ao Sr. Henrique Galvão pela presença, pelas informações.

E daremos sequência imediatamente... Aviso aos Srs. Parlamentares que vamos já dar sequência, em dez minutos, à próxima oitiva e faremos um intervalo entre 13h e 14h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suspendo a sessão por dez minutos.

(*Suspensa às 11 horas e 53 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 12 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reiniciada a sessão.

Oitiva do Sr. Domingos Sávio de Castro.

Requerimentos: 348, da Deputada Adriana Ventura; 591, do Deputado Rogério Correia; 786, do Senador Randolfe Rodrigues; 869, do Senador Fabiano Contarato; 1.246, do Senador Randolfe; 1.657, do Senador Izalci Lucas; 1.846, do Deputado Alfredo Gaspar.

A CPMI foi notificada da decisão do Ministro Luiz Fux no Habeas Corpus 264.005, relativo ao depoimento – ao depoente, desculpe –, no qual consta o seguinte:

> Concedo parcialmente a ordem para que o paciente/testemunha: i) compareça para prestar depoimento; ii) seja garantido o direito de permanecer em silêncio sobre fatos que possam implicar sua autoincriminação, cabendo pontuar que, na condição de testemunha em que fora convocado, fica assegurado ao próprio depoente, em conjunto com a sua defesa técnica, definir as perguntas que possam, eventualmente, lhe causar risco de autoincriminação; iii) seja acompanhado por defensor e de comunicação irrestrita com ele; iv) não seja preso em razão de permanecer em silêncio nos casos de autoincriminação.
>
> Outrossim, impende ressaltar que a aplicação do postulado da não autoincriminação não implica o direito ao silêncio absoluto, porquanto à testemunha remanesce a obrigatoriedade de responder às perguntas que não sejam autoincriminatórias.

Eu pedi à advocacia do Senado que fizesse aqui um levantamento para a gente sobre essas decisões de *habeas corpus* que têm sido comunicadas à CPMI. Então, têm sido comuns decisões do Supremo que atribuem exclusivamente aos advogados e ao depoente a prerrogativa de dizer se uma pergunta é ou não incriminatória. Essa posição leva, muitas vezes, nos depoimentos, a conflitos com os Parlamentares, porque deixam de responder a perguntas simples que não teriam qualquer capacidade de incriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso, houve uma decisão do Ministro Fux que, em parte, contraria precedente do próprio Ministro. Relembro aqui a importância da decisão do Ministro Fux na CPI da covid, no Habeas Corpus 204.422:

> Com efeito, a não autoincriminação tem assento constitucional [...] o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao seu próprio titular, a quem cabe a avaliação inicial sobre os impactos da produção de determinada informação sobre a sua própria esfera jurídica [...].
> Por outro lado [na mesma decisão do Ministro], nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além das suas finalidades constitucionais. Nesse ponto, às Comissões Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-dever de analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência de alegado abuso do exercício do direito de não-incriminação. Se assim entender configurada a hipótese, dispõe a [...] [CPMI] de autoridade para a adoção fundamentada das providências legais cabíveis.
> [...] compete à CPI fazer cumprir os regramentos legais e regimentais, estabelecendo, para tanto, as balizas necessárias para que investigados, vítimas e testemunhas possam exercer, nos limites próprios, seus direitos fundamentais, inclusive o direito da não autoincriminação".

O que o Ministro está dizendo aqui é que o direito da não autoincriminação não implica, muitas vezes, não responder a perguntas em todos os sentidos.

É fundamental que o Supremo Tribunal Federal volte a tomar decisões como essa, que garantem à CPI alguma margem para delimitar o que seria incriminatório, sobretudo no caso das testemunhas, ou seja, que volte a nos dar a condição de dizer se determinada pergunta é ou não autoincriminatória, o que não está previsto aqui para o depoente neste momento.

Mas quero aqui deixar claro, a Advocacia do Senado irá recorrer de pedido de consideração para que essa indefinição, inclusive votos diferentes dos que já foram dados em outras CPMIs, sejam corrigidos, não é?

Eu também gostaria de fazer um comentário aqui com os Líderes sobre a questão da cobertura dessa CPMI. Eu, como jornalista e professor que fui muito tempo, entendo claramente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas há algo que me chama a atenção. Os grandes veículos não nos têm acompanhado. Há um silêncio absurdo no país em relação a isso. Agora, todas as vezes que nós temos qualquer discussão interna aqui sobre qualquer assunto, logo sai uma manchete, né? "Depoimento do piloto irrita Parlamentares." Agora, é interessante, quando a gente traz aqui as definições sobre esquema de corrupção, desvio de dinheiro, essa maioria não ganha as notícias devidas na imprensa. O que é que está acontecendo, né?

A gente, que cobra tanto um país mais justo, tanto um país mais transparente, quando é a vez de se fazer a cobertura, não se faz. Há um silêncio que... Relator, há um silêncio estranho, principalmente por parte dos grandes veículos. É um... Não, não... Aqui... Em momento... Eu tenho o maior respeito pelos jornalistas, mas me chamou a atenção. Porque se fosse uma fofoca, Senador Malafaia... Deputado Malafaia, se fosse uma fofoca, uma briga, um bate-boca, estaria logo... Mas, quando o assunto vem mostrando à nação e como nós temos mostrado tudo o que tem acontecido, as manchetes negativas é que ganham repercussão.

Fica aqui uma reflexão aos Srs. Parlamentares sobre a nossa responsabilidade e a forma como estamos sendo observados em todo o país. O mais importante é quem nos assiste: os aposentados, pensionistas, as quase 30 mil pessoas que têm sido fiéis aqui o tempo todo nos assistindo. As redes sociais é que são hoje a grande divulgação das notícias. Ainda que tenhamos muitas que, às vezes, não contribuem, mas hoje, quando se compartilha, quando se coloca, a gente informa a população brasileira sobre o que está acontecendo. E isso é muito importante, esse trabalho nosso aqui, independentemente da polarização política.

Quero dar as boas-vindas aqui à Dra. Renata Carvalho. Muito obrigado pela presença da senhora; ao Sr. Domingos Sávio, pela presença.

Doutora, todas as vezes que a senhora entender que precisa suspender a sessão, por qualquer questão, a senhora, por gentileza, se faça ouvida, essa Presidência dará todo o tempo. Se precisar, em algum momento, sair para orientar o seu cliente, a senhora poderá fazê-lo também, com toda a liberdade, durante os depoimentos. Se, em algum momento, algum Parlamentar se dirigir ao Sr. Domingos Sávio de uma maneira que a senhora entenda desrespeitosa, por gentileza, não se dirija ao Parlamentar, se dirija a mim. Assim, nós vamos evitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

os conflitos que têm sido relatados aqui e a gente mantém todo o respeito que nós temos pela advocacia. Pois não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá, muito obrigado a todos.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. RENATA MOTA DE CARVALHO – Pela ordem, Excelência, posso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. RENATA MOTA DE CARVALHO – ... posso falar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

A SRA. RENATA MOTA DE CARVALHO – É... o...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É no microfone. É mais perto, está ligado, está ligado.

A SRA. RENATA MOTA DE CARVALHO – O Sr. Domingos já foi orientado no sentido de não prestar o compromisso, pela defesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas por quê? Qual a argumentação, Doutora?

A SRA. RENATA MOTA DE CARVALHO – Excelência, nós entendemos que o Sr. Domingos não está aqui na posição de testemunha, mas na condição de investigado. Inclusive, já houve pedido de prisão preventiva por esta CPMI e ele vem sendo tratado por esta CPMI na condição de investigado. Por essa razão, nós o orientamos nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Doutora, eu não sou advogado, mas a gente tem sido bem orientado aqui pela Advocacia do Senado. Como eu já disse várias vezes, há uma indefinição sobre essas questões de investigado e testemunha.

No caso específico do *habeas corpus* do Ministro Fux, foi dado aqui que ele é testemunha. E, como testemunha, ele tem que prestar esse juramento. Mesmo que ele não preste, a legislação é muito clara sobre a fala da verdade nesta Comissão. Portanto, Sr. Domingos, aqui está muito claro. Aqui, olha, o senhor é testemunha, isso foi reconhecido pelo Ministro Fux. E, se formos discutir essa questão de investigado, nós vamos ficar aqui até... O ideal é que nós Parlamentares criemos uma legislação própria para tirar essas dúvidas. Mas insisto, Doutora, que ele faça o depoimento.

A SRA. RENATA MOTA DE CARVALHO – Doutor, eu vou orientar a não fazer. Vou permanecer com a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será respeitado nesse sentido.

Mas, Sr. Domingos, eu peço a gentileza do senhor de colaborar com todas as respostas, especialmente com a veracidade delas, por gentileza.

Passo... O senhor tem 15 minutos para uma apresentação pessoal, por gentileza.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – Eu aperto aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já está ligado aqui.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Boa tarde, membros da CPMI.

Sou Domingos Sávio de Castro, sou de Brasília, sou corretor de seguros e sou empresário, com dois SACs aqui em Brasília, tá?

Em primeiro lugar, é preciso que fique claro que eu não possuo absolutamente nenhuma relação com as irregularidades que estão sendo investigadas. Não somos associação, nunca tivemos qualquer vínculo com o INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço questão de frisar porque me parece ainda não ter ficado claro que as minhas empresas são empresas regularmente constituídas, que constam com o CNPJ ativo, têm sede própria e mais de 50 funcionários.

Existe uma narrativa, nesta CPMI e também em alguns veículos de imprensa, sobre a questão do SAC receptivo – SAC receptivo – no tocante à manipulação de ligações. E o amigo é defendido na ausência, tá? Então, quando falam em manipulação de mensagens, não estão falando de mim e do meu CNPJ, estão falando de funcionários meus, e eu devo isso a eles.

Nunca teve uma única ligação manipulada nas minhas estruturas de SAC receptivo. Foram mais de 100 mil ligações recebidas e tratadas com muito apreço aos idosos. E o trabalho realizado pela minha equipe possibilitou que a minha contratante devolvesse aproximadamente R$45 milhões aos aposentados.

É para ficar claro – entendeu? – que as nossas empresas... Nós não fazíamos lançamentos no contracheque de idoso, nós não fazíamos cancelamento no contracheque de idosos. A única parte do contrato nossa com a contratante era esta: fazer o tratamento, informar a ela a questão da ligação. Era feita a devolução, e a gente retirava do nosso sistema.

Estou à disposição, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quero, apenas por formalidade e por dever aqui de ofício... à Dra. Renata e ao Sr. Domingos Sávio o seguinte: informo a V. Sa. que a leitura do termo de compromisso se destina a alertar a testemunha acerca das possíveis repercussões jurídicas que possam advir do depoimento.

As obrigações da testemunha, previstas no art. 206, do Código Penal, dão-se automaticamente ao se iniciar o depoimento. Novamente, a leitura do termo de compromisso é uma formalidade para cientificá-lo dos seus direitos, e a resposta é a formalização para esta Comissão de que V. Sa. os entendeu.

Trago, inclusive, trecho da decisão do *habeas corpus* impetrado por V. Sa. e de relatoria do Ministro Fux: "[...] eventual depoimento prestado sem a assinatura do compromisso de dizer a verdade não exime o depoente deste dever, o qual decorre diretamente do art. 206 [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante de todo o exposto, essa Presidência considera que V. Sa. está regularmente cientificado dos seus direitos e tem o dever de falar a verdade, podendo se calar nas questões que possam incriminá-lo.

Está aqui a decisão. Passo, até, à Doutora se tiver interesse.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Senhor depoente, senhora advogada, boa tarde.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Boa tarde.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Domingos Sávio, nós estamos aqui numa CPMI que apura o roubo a aposentados e pensionistas. É um fato muito grave. Envolve mais de R$6 bilhões.

Eu queria... A primeira pergunta que eu queria fazer ao senhor: o senhor já foi condenado por estelionato?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve alguma sentença de primeiro grau lhe condenando por estelionato?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Estelionato, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual foi a conduta que lhe condenou?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Acusado por estelionato, absolvido; e, depois, organização criminosa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi acusado de estelionato?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – E fui absolvido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. É muito importante – muito importante – o senhor falar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor poderia me dizer qual foi o fato decorrente dessa denúncia?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – É... Entidades de Brasília, associações que faziam desconto no contracheque dos servidores. E, na oitiva que teve, a primeira oitiva que teve com o juiz, delegados, promotores e advogados, ficou constatado... A operação foi em 2019 e existia um *e-mail* meu numa entidade de 2011. Acharam esse CNPJ com o meu *e-mail* e passaram a fazer busca predatória. O juiz, no primeiro dia do julgamento, pediu para o Ministério Público se manifestar, e ele se manifestou, dizendo que não existia, entendeu, acusação desse tipo. E, para minha surpresa, depois no final do julgamento, eu fui absolvido e fui condenado por organização criminosa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, então, olha só... O senhor foi condenado por organização criminosa?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

E eu perguntei ao senhor por estelionato, o senhor disse que não; mas por organização criminosa o senhor foi condenado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a pena que o magistrado imputou ao senhor por esse delito?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Três anos e seis meses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor está cumprindo essa pena?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, está... Eu recorri.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, está em segundo grau de...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Em segundo grau.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... de jurisdição.

Eu queria, primeiro, dizer que é muito bom o senhor esclarecer esses fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa condenação foi decorrente da Operação Strike?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa Operação Strike visava justamente descontos indevidos em percepção de recursos por funcionários públicos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estive dando uma olhada na decisão condenatória e também na denúncia, e vendo o papel descrito a respeito do senhor, a conduta que, supostamente, na denúncia, o senhor praticou e que terminou nessa condenação que está sob recurso. E o que eu achei muito interessante é que, na descrição, é como se o senhor fosse um corretor de dados e autorizações indevidas de pessoas aposentadas. O senhor poderia me explicar sobre isso?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Bom, eu sou corretor de seguros e era associação de servidores. Geralmente, um corretor não vende produto de associação. As quatro vítimas que falaram que eu fui ardil contra elas falaram que eu tinha colocado um desconto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Desculpa. As quatro vítimas, no caso, que dizem que eu fui ardil com elas... O Ministério Público informou que eu havia feito descontos irregulares no contracheque delas, de associação de servidores. Na realidade, eu provei, em juízo, que os descontos que eu havia feito para eles, em épocas diferentes dessa operação, eram descontos de seguros, com emissão de apólices, com certificados, tudo dentro da lei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É interessante que tem uns depoimentos, inclusive, de uma senhora idosa que faleceu, e a filha dela disse que o interpelou em determinado momento, porque a mãe faleceu com mais de 80 anos e não teve a oportunidade de recepcionar o dinheiro descontado indevidamente. O senhor poderia me dizer... Nem sei se o fato é verdadeiro, mas o senhor poderia me dizer qual foi a época desses fatos citados na denúncia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Em 2013, 2014. Não foi descontado indevidamente; era uma apólice de seguro que tinha vencimento. Geralmente, esses apólices são de um ano. E, infelizmente, essa senhora faleceu depois que acabou o contrato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas a pergunta é: os fatos relacionados a supostos descontos indevidos se deram entre 2013 e 2014?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, 2017 e 2019, e elencaram essa situação no meu processo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a situação processual do senhor é que o senhor está condenado em primeiro grau, cabendo recurso, por organização criminosa, é isso?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor pode me dizer, nesse caso da suposta organização criminosa, quem estaria fazendo parte dela, junto com o senhor, descrito na denúncia?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sr. Relator, realmente, já tem quatro, cinco anos atrás. Era uma associação de servidores. E o mais importante, diga-se de passagem, se o senhor acompanhou o processo aí, eu nunca comercializei nenhum produto associativo. Isso foi dito pelas entidades, pelas testemunhas, entendeu? Mas eu me lembro raramente das entidades em si.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, é das entidades que eu...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Benecabs, Aspjub e... Bem, eu me lembro dessas duas inicialmente, que eram as duas que tinham um *e-mail* meu de 2011, que me levou a essa situação em 2019.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me fala sobre essas duas entidades. Essas entidades estavam sendo acusadas de quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Na realidade, doutor, não era sendo acusada de estelionato em si contra o servidor do GDF; que, por coincidência, os membros das entidades eram os mesmos. Então, geralmente, a pessoa tinha um, dois, três descontos repetidos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – ... o mesmo grupo da associação de diretores, que tinham x entidades e tinham descontos diversos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou dizendo isso, Seu Domingos, porque me parece um filme repetido para a atualidade.

Eu gostaria de colocar ali uma coisa que encontrei e que eu achei muito interessante, mas primeiro eu queria uma foto. Eu queria uma foto de uma pessoa.

Não, tira esse daí.

Eu queria saber do senhor quem é essa pessoa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Zacarias Canute Evangelista.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é ele? Quem é?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Empresário no ramo de consignado e vende produtos de seguros para débito em conta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diz uma coisa: esse cidadão é aqui de Brasília?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – De Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a empresa dele?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Deixa eu tentar mentalizar uma das empresas dele aqui... (*Pausa.*)

Senador, eu não estou lembrando... Deputado, eu estou tentando lembrar o nome das empresas, mas é de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas o senhor já disse o nome, está consignado aí.

Passa aí.

Eu achei interessante que eu encontrei, num *e-mail* vinculado ao senhor, esse quadro.

Me diz uma coisa: o senhor estava nessa explicação?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Deveria estar, com certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só como a gente tem um tutorial de criação de entidades.

Pode... Passa aí, por favor.

Tem outra? (*Pausa.*)

Então, volta lá. Porque está muito pequeno aí.

Esse Sr. Zacarias... É Zacarias Evangelista?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou corrigir, é Canuto Sobrinho, tá?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, Zacarias Canuto Sobrinho.

Vou aqui por partes.

Nessa primeira parte aqui, está ensinando como é que cria as entidades para descontos associativos e o que é que se precisa ter. Então, ele detalha: o SAC, o senhor vai explicar sobre isso...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... o 0800, o jurídico, a auditoria e a gravação.

O senhor podia me explicar por que nesse quadro, onde o senhor estava presente...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu não confirmei se eu estava presente, eu não falei para o senhor que eu estava presente, mas eu conheço esse quadro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que isso quer dizer? Vamos por partes aqui.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que esse rapaz está, diante desse quadro aqui, dando aula?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Esse rapaz trabalhou muito tempo com débito em conta nos bancos, Banco do Brasil, Caixa Econômica, entendeu? E essa questão do SAC aí, da gravação, é necessária para poder efetuar uma venda, porque anteriormente os bancos aceitavam as ligações como confirmação de venda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas ele estava ensinando aqui a fazer o quê? Venda?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, ele estava mostrando uma estrutura, como se monta uma estrutura para trabalhar, uai.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas para trabalhar com o quê?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Os servidores públicos quem têm conta em banco... Existiam várias modalidades de desconto na época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso aqui tem alguma coisa a ver com o INSS?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu creio que não. Eu creio que não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí aqui, nesse quadro, é interessante... Nesse quadro, aqui tem 9% para relação com INSS.

O senhor poderia me dizer o que são esses 3% aqui vinculados ao INSS?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer desses 9% vinculados ao INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer o que significa Harpia?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Como?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Harpia?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor saberia me dizer o que significa Metrofio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, aqui ele ensina o que tem que ter uma estrutura de captura de dados – de dados. Aqui está a auditoria, a gravação, o jurídico, o SAC e o 0800. Aí ele vem para cá. Em suma, isso aqui é para ter tudo escaneado e fazer a auditoria.

O senhor poderia me dizer... O senhor poderia me dizer o que significam esses 35% relacionados à corretagem?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Bom, corretagem fica mais fácil, que eu sou corretor de seguros. Quando se fala em corretagem, geralmente se contrata uma seguradora para oferecer um benefício, e essa corretagem pode ser agravada e chegar até a valores maiores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que isso está vinculado ao sistema do INSS?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Talvez ele queira dizer que ia ter um produto de seguro de vida, se é corretagem...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer, só para a gente encurtar isso, porque a gente está aqui para formação de entidades vinculadas ao INSS... E aqui tem as *holdings,* que nós temos visto muitas, e o nome do senhor está no primeiro lugar. Explique-me onde o senhor aparece nesse sistema aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Ele tinha um projeto, eu sou corretor de seguros. Eu ia angariar seguradora para poder levar produtos para eles. Só que eu não trabalhei com ele, não tive participação nas empresas dele. Eu estou muito tranquilo quanto a isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas eu queria entender esse projeto aqui.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Ele tinha um projeto de captação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – ... porque eu sou corretor de seguros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Ele achava – ou entendeu – que eu poderia captar alguma coisa para ele no mercado, só que não houve captação para ele no mercado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem, mas vocês montaram um projeto aqui.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, eu não montei. Ele montou um projeto: ele, os auxiliares dele, os sócios dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O nome do senhor está aqui.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – O meu nome está aí justamente por isso, por causa da corretagem de seguros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas esse projeto aqui é exatamente igual ao que nós estamos discutindo. O senhor está dizendo que esse projeto não entrou em execução; não com a participação do senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Mas nessa reunião aqui – aí eu volto a perguntar – o senhor estava presente?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não. Eu estava na dúvida, mas não estava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, o senhor não estava.

E quem autorizou esse cidadão a colocar o nome do senhor dentro desse contexto?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Isso é na época da pandemia. Eu fiz alguns contatos com ele, na realidade, mas não participei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer... É Zacarias, é?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Zacarias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se esse Zacarias tem alguma entidade ou participou de algum ACT para desconto indevido no INSS, ou devido, seja lá o que for?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sr. Relator, eu sei que tinha uma entidade, mas eu não sei precisar para o senhor o nome dela, mas foi no período de 2019, 2020.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe o nome dessa entidade?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, não tenho o nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor participou dessa entidade?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor tomou conhecimento de que existia essa entidade como?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Nesse período.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. E essa entidade era gerida por quem?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Olha, eu não sei se por parentes deles, porque tem que ser pensionista ou aposentado para poder... Entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu não sei quem é que fazia parte da diretoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe o nome da entidade?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, o senhor me perguntou agora. Não, eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui tem uma entidade chamada Abapen. Pode ter sido a Abapen?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Luis Valmir Filho?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Irmão do Zacarias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele era o Presidente da entidade?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu não sei se ele é aposentado. Não sei confirmar para o senhor se ele era o Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer se essa entidade é chamada Ampaben? (*Pausa.*)

Abenprev?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Abenprev?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Se era? Se o nome dessa entidade era Abenprev? Não, não sei dizer para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se é Unibap?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Também não sei dizer para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer em qual local esta reunião estava acontecendo?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Ele tinha uma estrutura em Taguatinga, no edifício Led, e tinha uma estrutura também aqui no Palácio do Rádio II.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece uma entidade chamada Asbapi?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Saapi?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Anapi?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aaspa?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Soasp?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Anasps?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora vamos à parte que mais nos interessa.

Coloca aquele quadro de relacionamento. (*Pausa.*)

Não, esse não. (*Pausa.*)

Bota... Passa mais uma. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa mais um aí.

Mais, mais, outra, outra...

O senhor tem empresas de *call center*?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim, SAC receptivo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – SAC.

Quais são essas empresas?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – A Callvox Contact Center, e eu sou sócio... A Callvox é sócia da ACDS em outro SAC.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, são duas?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – São duas – duas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos falar da Callvox.

Qual é o papel da Callvox? Ela foi aberta quando?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Maio de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Maio de 2022.

Está aberta até hoje?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim. Não está operando, mas está aberta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais são os clientes que o senhor teve? O senhor tem mais algum sócio na Callvox?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não. Eu sozinho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para quem a Callvox prestou serviço?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – A Callvox tinha um contrato com uma entidade de Minas chamada Unaspub.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fora a Unaspub, Callvox prestou serviço a outro cliente?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bem, Callvox foi criada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, a advogada solicitou um tempo para orientação.

Cinco minutos, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Agora, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... eu só pediria a V. Exa., porque, quando eu estou no meio do raciocínio, os advogados têm pedido esse tempo. Eu só queria que fosse uma coisa razoável para distante, distante, não ter essa interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, mas é uma prerrogativa do advogado, e a gente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu sei disso, mas qualquer direito não pode ser usado de forma abusiva, e não estou falando em relação a ela; estou falando em relação à audiência passada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Sessão suspensa por cinco minutos.

(Suspensa às 12 horas e 46 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 50 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Vou voltar a perguntar (*Fora do microfone.*) para o senhor se recordar: o senhor tem duas empresas de SAC, e uma delas é a Callvox. Callvox foi criada quando?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor. *Fora do microfone.*) – Maio de 2002.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Callvox funciona onde?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Setor Comercial Sul, hoje no edifício Oscar Niemeyer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É prédio próprio? Prédio alugado?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não. Sala alugada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alugada a quem?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – À Callvox.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas alugada da Callvox a quem? De quem?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Imobiliária.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – O proprietário? Eu não tenho o nome aqui, mas é uma sala alugada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas foi via imobiliária.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual é o papel da Callvox... O senhor me disse que a Callvox, a carteira de clientela dela... Unaspub, não é isso?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quem o contactou da Unaspub para o senhor realizar o SAC?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu já conhecia já um grupo de empresários de Belo Horizonte, e automaticamente eles precisavam de um SAC em Brasília, e eu fiz um contato com eles.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer o nome deles?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Janete.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Janete o quê?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Janete. Eu, lembrando aqui, eu falo com o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, me fala um pouco antes. O que é a Unaspub?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – É uma entidade de Belo Horizonte que tem um ACT com o INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor criou a Callvox e só teve a Unaspub como cliente ou o senhor já teve algum outro cliente?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Quando eu criei a Callvox, Sr. Relator, eu era corretor da GBoex aqui em Brasília. E eu fui levado a ser plataforma. Plataforma é aquele corretor, entendeu, que passa pela angariação no mercado.

Então, a estrutura que eu montei em maio de 2022, necessariamente, não tinha sido para ser para Unaspub. Eu ia trabalhar com ela no mercado.

E, sim, ela é exclusiva. Sim, exclusiva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que eu quero saber do senhor é o seguinte: Callvox – não sei, não entendi bem a resposta do senhor... Callvox teve alguma operação de um cliente diferente da Unaspub?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, a pergunta é: o senhor criou a empresa em 2022. E nessa empresa, 2022... O senhor poderia me dizer qual foi a data que o senhor criou a sua empresa Callvox?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Maio de 2022, eu não sei o dia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha que coincidência: a Unaspub teve o ACT em 27 de abril de 2022, um mês depois, o senhor cria a Callvox para operar para Unaspub. Não teve outro cliente.

O senhor, para criar a Callvox, conversou antecipadamente com o pessoal da Unaspub?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, me diga como é que o senhor conseguiu esse contato com a Unaspub?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu conhecia o pessoal da Unaspub.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu estou perguntando o nome, e o senhor só está dizendo o nome de Janete. Conhecia quem?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Janete.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas quem é Janete?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – É a pessoa que administrava a Unaspub lá em Belo Horizonte, mulher, Janete.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas deixa eu lhe perguntar: qual é o sobrenome da D. Janete?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Pois é, não está vindo aqui... Eu falaria, com certeza, com tranquilidade, para o senhor. Não está vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, nós estamos diante de um depoente que foi condenado em primeira instância por organização criminosa. Estamos com empresas relacionadas a entidades fraudulentas. Estou fazendo uma pergunta simples de como o senhor conseguiu inserir a sua empresa na Unaspub. E o senhor fez isso via contato telefônico?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, eu estive com ela. Foi feito um contrato. Eu tenho um contrato de prestação de serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a D. Janete?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Se o senhor quisesse falar com a D. Janete agora, o senhor tem o telefone dela?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, o senhor poderia fornecer a esta CPMI o telefone da D. Janete?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia fornecer a esta CPMI esse contrato?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor esteve em Belo Horizonte para acertar a questão da Unaspub com a prestação de serviço da Callvox?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, a Unaspub, um mês antes, tinha feito o acordo de cooperação com o INSS. O senhor tomou conhecimento disso quando?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Em maio de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Através de quem?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Deles. Me informaram – entendeu? – que tinha uma ACT e precisavam de um SAC para trabalhar em Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me fala, o senhor conheceu a D. Janete em quais circunstâncias?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – D. Janete tinha um clube de seguros juntamente com outra pessoa lá em Belo Horizonte, chamada Antonio Lucio. E eles tinham, uma associação também aqui em Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Associação de quê?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – De servidores, ligada ao GDF.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Antonio Lucio. Antonio Lucio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Mais perto, por favor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Acho que Caetano. Vou confirmar depois, Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe pergunto se alguém dessa associação estava inserido naquela denúncia que aconteceu à posterior condenação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Minha?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – O senhor pode repetir, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguém dessa associação, alguém vinculado a essa...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, não, não estava, não. Agora eu entendi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não estava.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Domingos, o senhor conheceu então a D. Janete aqui em...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Em Belo Horizonte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conheceu já em Belo Horizonte?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu fui tratar com ela em Belo Horizonte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi tratar com ela em Belo Horizonte o quê?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – É... O assunto do *call center*, do SAC.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, o senhor disse que... Então eu entendi errado, que tinha conhecido aqui em Brasília.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Conheci uma pessoa em Brasília, chamada Antonio Lucio...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – ... que era sócio dela lá em Belo Horizonte – né? – , em BH.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Esse rapaz tinha vindo vender produtos de benefícios aqui em Brasília. Quando aconteceu essa questão do ACT, um mês depois eu fui chamado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, o senhor só conheceu a D. Janete... Quando foi?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Depois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... em maio de 22.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual foi o acerto que vocês fizeram?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu tinha algumas PAs – que a gente chama de PA, né? São posições de atendimento, tá? –, a gente começaria com dez posições e, à medida que fosse crescendo, aumentaria o quadro de funcionários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora me conta, eu sou o *call center*. Qual foi a orientação recebida pelo *call center* para operar no SAC da Unaspub?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – É essa pergunta mesmo?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Qual foi...?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim. O senhor recebeu alguma orientação para operar o SAC da Unaspub?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – O senhor está falando do *script*, é isso?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Tá. Isso é feito pelo jurídico da entidade e a entidade. E fica à disposição da gente a forma como quer um atendimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber se a Unaspub fez esse roteiro para a Callvox, ou foi a própria Callvox?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, a própria Unaspub, justamente, porque ela tinha um jurídico dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom, então, quando o compromisso era operar para Unaspub.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim. Tratar os associados dela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá bom.

Script de atendimento. Eu tenho a resposta disso aqui. O senhor determinou à Callvox para seguir um *script* de atendimento?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que a Callvox seguiu o *script*?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Qual *script*?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – SAC. Qual o nome da associação?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Unaspub.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, eu estou dizendo aqui o roteiro.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – "Com quem eu falo?". "Como posso ajudar?". "Qual é o valor do desconto?". "Qual é o nome da associação que está efetuando o desconto?". "Me informe para eu verificar no sistema". "Aguarde um momento, por gentileza, enquanto verifico no sistema". "Confirme nome completo do associado, por gentileza". "Obrigado pela confirmação". "Como posso ajudar?". "Peço que aguarde na linha enquanto solicito o cancelamento junto à associação". Esse era o roteiro que a Callvox...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Esse *script* não é da Callvox. Ele não é da Callvox.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Explique.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Ele é da Truetrust, não é da Callvox.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual era o *script* da Callvox?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu não tenho aqui, mas eu posso fornecer para o senhor. Não era igual, com certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas em linhas gerais.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – É basicamente isso aí. Recebe-se a ligação e trata ela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Aí, era aqui que eu queria chegar.

Qual o índice de reclamação da Callvox em relação à Unaspub?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Da Callvox em relação à Unaspub?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Qual o índice de reclamação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, o senhor entendeu...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – ... que a Callvox recebia...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor entendeu.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber qual era o índice de reclamação do usuário que direcionava a ligação para a Callvox.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Em média, 4%, 5%.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 4 a 5%.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Interessante.

Onde o telefone do SAC era disponibilizado para os usuários?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – No contracheque do servidor do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que todo contracheque tinha...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – A Unaspub tinha um 0800 no contracheque... Eu não sei se as outras entidades tinham. A Unaspub tinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria saber se o 0800 é que ia bater na sua...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Batia... O 0800 da Unaspub era tratado aqui no meu SAC aqui em Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Era isso que eu queria saber.

O senhor está dizendo que o índice era de...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim, eu estou botando 4% para 100 mil pessoas, dando exemplo para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem problema. O senhor está dizendo que é por volta de 4 a 5% o índice de...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Reclamação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... reclamação. Está certo. Daqui a pouco eu vou lhe mostrar.

Passa aí, por favor.

Me diga: qual a sua ligação com o Careca do INSS, Antônio Carlos Camilo?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Ele é sócio da Prospect, juntamente com a Callvox, na ACDS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor criou a Callvox por orientação do Sr. Antônio Carlos Camilo?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, eu já tinha *expertise*...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele tem alguma participação na Callvox?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não. Quando eu criei a Callvox – entendeu? –, ela ficou comigo e logo depois ele criou essa estrutura aí da Truetrust.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor conhece ele de onde?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu fui criado com ele no Guará, senhor, aqui em Brasília. Ele ficou um período fora de Brasília e...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor já tem uma história de relacionamento antiga.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – É, eu moro na cidade, ele era da cidade, eu conheci ele da cidade, entendeu?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, qual é a sua ligação com a DM&H Assessoria Empresarial?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sr. Relator... Bom, a pedido da minha... orientação da minha advogada, eu vou permanecer em silêncio agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vai permanecer em silêncio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor estava indo tão bem!

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – E eu quero continuar, senhor, mas realmente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, a senhora é danada, viu? Deixa ele responder só essa, Doutora.

A SRA. RENATA MOTA DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só!

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu queria saber qual a relação que tem com a DM&H. É uma coisa tão simples! Quer responder?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não. Vou seguir a orientação dela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Adelino Rodrigues Junior?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Meu funcionário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu funcionário. Me diga uma coisa: Adelino Rodrigues Junior tem um padrão de vida de classe média, de classe alta, mais simples..

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Classe média baixa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Classe média baixa?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece essa entidade que recebeu R$221 milhões, chamada CBPA, que recebeu do INSS?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, rapaz, estava indo tudo tão tranquilo! Me fala, vou fazer uma pergunta bem mais fácil: Thaisa Hoffmann, esposa do Procurador-Geral do INSS, o senhor conhece?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que o seu funcionário Adelino – por que o seu funcionário Adelino –, que tem um padrão de classe média baixa, mandou R$59 mil para a Sra. Thaisa Hoffmann?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Ele estando aqui, sendo chamado, ou quando for depor, ele vai explicar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, eu vou fazer, então, de outra forma: Adelino Rodrigues Junior foi levado para a CBPA pelo senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Ele nunca foi da CBPA. Ele era funcionário – funcionário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A CBPA tem qual relação com o senhor?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Comigo, nenhuma. Tem com a Truetrust, através da ACDS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, Adelino, Procurador da CBPA. O senhor foi quem providenciou isso?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer quem colocou Adelino, seu funcionário, como procurador da CBPA?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe se esses 221 milhões era Adelino quem movimentava?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não. Com certeza, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer quais são os sócios da DM&H?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com a Prospect, do Careca do INSS?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha! Nenhuma?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que o senhor recebeu da Prospect quase R$3 milhões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu me vou manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu fico me perguntando: receber R$3 milhões da Prospect, que é do Careca, e, para o senhor, com uma longa história profissional, parece que esse dinheiro é coisa errada, não era melhor o senhor explicar?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Prefere, né?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, recebeu 3 milhões da Prospect, do Careca.

O senhor poderia dizer por que o senhor recebeu R$7 milhões da DM&H, de que o sócio é o Seu Adelino, de classe média baixa?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – É... Orientado pela minha advogada, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O senhor sabe dizer por que mandou R$1,5 milhão para o Sr. Adelino? Aqui, ó, para quem ganha um salário que era, mais ou menos... O senhor pode me dizer quanto o senhor pagava ao Sr. Adelino?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – R$5 mil por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – R$5 mil. Então ganhou na loteria esse rapaz. O senhor passou para ele 1,5 milhão. Qual o motivo de o seu funcionário Adelino, que é procurador da CBPA, ter recebido do senhor 1,5 milhão?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação... qual a sua relação com a Abrasprev?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é casado?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem filho?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a sua profissão?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu sou corretor de seguros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quem é que comanda a Abrasprev?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não conheço e vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ACDS Call Center significa Antônio Carlos e Domingo Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa é também *call center*?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Oi? Eu vou ficar em silêncio na questão da ACDS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer por que recebeu 1,6 milhão da ACDS Call Center?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer qual o motivo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, recebeu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, ele está se mantendo em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pode me dizer qual é a sua relação com a DM&H, no sentido de o senhor ser sócio ou não dela?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu vou me manter em silêncio, Sr. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece André Fidelis?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Virgílio Antônio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Carlos Lupi?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece José Carlos Oliveira?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve no INSS alguma vez?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Estive no INSS, no protocolo do INSS...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que ano?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi fazer o quê lá?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Entregar um... entregar um, deixar um documento no protocolo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas diz o conteúdo que era.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve com algum presidente do INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já foi signatário de algum acordo de cooperação técnica?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o motivo de o senhor ser procurador de uma entidade associativa?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe quantos milhões a entidade associativa retirou após o acordo de cooperação técnica com o INSS?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer o nome da entidade de que o senhor é procurador?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ajudá-lo: Abapen. A Abapen retirou dos aposentados e pensionistas R$100 milhões e o senhor é o procurador. Nós estamos no meio de um roubo bilionário. O senhor já foi condenado por estelionato. Estamos revivendo a mesma façanha ocorrida anteriormente.

O senhor vem para cá e diz que se mantém em silêncio. Muito bem, mas disso aqui o povo está querendo resposta. Eu quero saber se eu vou tirar as próprias conclusões ou o senhor vai dizer qual o serviço prestado pela Abapen?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

A Abapen fez um acordo de cooperação técnica com o INSS em 8 de novembro de 2023. CGU e PF disseram que ela nunca prestou serviço nenhum, que 100 milhões foram integralmente retirados do bolso de aposentados e pensionistas, que fez falta no remédio diário, na comida da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesa. O povo foi para miséria. Eu pergunto: é o senhor que a população lesada pode olhar e dizer "Aquele me tirou R$100 milhões"? É o senhor?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Olhe como o senhor sabe responder.

Se não é o senhor e essa entidade é uma entidade criminosa, o que é que o senhor estava fazendo como procurador dela?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Aí eu pergunto: foi o senhor quem meteu a mão nesse dinheiro? O senhor diz: "Não". Aí eu não estou vendo ninguém mais coordenar essa entidade a não ser o senhor como procurador. E aí eu gostaria que o senhor esclarecesse essa dúvida.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

Parece que o tempo de convivência com o Sr. Antônio Carlos Camilo lhe ensinou muita coisa.

Qual a sua relação com a World Cannabis, do Sr. Antônio Carlos Camilo?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve lá alguma vez?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe do que se trata a World Cannabis?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor falou sobre a Callvox. Eu perguntei ao senhor por que foi criada. O senhor disse que tinha como cliente somente a Unaspub.

A Unaspub remeteu 4,813 milhões para o senhor. Olhe, só aqui, pessoa física, 4, 7, 14, 15, 17. Só aqui, pessoa física do senhor, recebeu aproximadamente R$20 milhões. O senhor confirma esse recebimento?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer qual era o seu rendimento mensal antes de 2022?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer quem é o contador da Callvox?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Samuel, Contact Center.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Samuel.

O senhor pode dizer se o Samuel é contador de alguma das empresas das quais o senhor é sócio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer se o Samuel também tem alguma participação na Callvox?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer se o Samuel foi o contador da ACDS Call Center?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se o Samuel tem alguma ligação com a Abrasprev ou com a Unaspub?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se o Sr. Samuel tem alguma ligação com a DM&H Assessoria?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí, por favor. (*Pausa.*)

Passa aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não.

O Samuel é contador de... Qual é o sobrenome do Sr. Samuel?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Posso confirmar para você depois? É que...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí para Secretaria.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Falar... Não, é aquela mesmo.

Vamos falar da ACDS Call Center. O senhor tem quanto de participação nela?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – 33%.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 23%?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – 33.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 33.

O senhor me diz quem são os outros sócios?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Prospect.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos por cento?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – 67.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim. (*Pausa.*)

Só a Prospect e...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Callvox.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a Callvox. Então, a Callvox é sócia da ACDS ou é o senhor pessoa física?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Pessoa jurídica. E vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quais as empresas que, ao longo desses últimos dez anos, o senhor fundou – ou é sócio-administrador ou tem participação?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se viajou para o exterior com o Sr. Careca do INSS?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quem é Carlos Alberto Carvalho de Almeida?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não o quê?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não conheço Carlos Alberto Carvalho de Almeida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim. Eu queria saber se o senhor conhece.

O que é a Keeper?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Keeper?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Keeper...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Classic Nova Corretora de Seguros?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a D&C Corretora de Seguros?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Minha corretora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trabalha com o que ela?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Corretagem de seguros, é uma corretora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desde quando o senhor fundou?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Ah... O senhor espera eu pegar aqui?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Espero. (*Pausa.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – 2016, dia 12/05/2016.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quem é Hélio Marcelino Loreno?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me falar quem é Larissa Silva?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Pryde Corretora?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Pryde Corretora?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – O senhor me fez essa pergunta no início, eu não pude responder. A Pryde Corretora pertence ao Sr. Zacarias. Agora eu me lembrei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pertence a...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Zacarias, agora eu me lembrei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ao Zacarias.

Conhece Raquel Felix Teixeira?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Funcionária minha na Callvox.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece Gutemberg Tito de Sousa?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Pouco contato, é parente deles, lá, da família.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do Zacarias.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Amanda Weder de Sousa?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teria como dizer quem lhe passou a procuração da Abapen?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Coloca lá, naquele gráfico inicial.

Sr. Presidente, nós estamos aqui com um cidadão que já foi condenado por organização criminosa e acusado por estelionato, por desconto irregular de recursos de aposentados e funcionários públicos. Esse cidadão chega aqui munido de um *habeas corpus* – é mais um que chega munido de *habeas corpus*. E aqui tem perguntas muito simples, mas eu vou mostrar onde ele está, nessa estrutura.

Aqui está o Careca do INSS, aqui está Domingos Sávio de Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

CBPA – CBPA –, criada para assaltar os aposentados e pensionistas do Brasil. Tirou 221 milhões. Procurador dela: Adelino Rodrigues Junior, ganhava R$5 mil. Mas quem é Adelino? Funcionário dele.

Abrasprev – Abrasprev –, criada para roubar os aposentados, R$67 milhões. Quem é o procurador? Domingos Sávio de Castro, ele.

Unaspub – Unaspub –, a mesma organização criminosa criou a Unaspub. E aqui está a ligação com Domingos Sávio de Castro, que criou a Callvox para estar diretamente ligada à Unaspub.

Aí, vem esse criminoso Antônio Carlos Camilo Antunes, dentro de tudo isso que a gente viu aqui, e cria a Prospect. A Prospect manda para ele, sem serviço prestado nenhum, 511 mil; 1 milhão, 621; e 895 mil. Não satisfeito, o Antônio Carlos Camilo, junto com ele e outros da organização, com a DM&H, mandou 7 milhões para Domingos Sávio de Castro.

A ACDS, que é Domingos Sávio e Antônio Carlos, manda para ele 1 milhão e 600. A Callvox, dele, manda 1 milhão e 200.

Esse coitado aqui, Adelino, que é um testa de ferro, manda e recebe dinheiro da DM&H, da qual ele está inserido, sem ter nem... Ganhando 5 mil por mês.

Então, essa organização criminosa aqui retirou 267, 350, mais de 500 milhões de... Minha gente, a gente não está falando de R$500 nem de 500 mil, não. Estamos falando de R$500 milhões roubados de aposentados e pensionistas, e aqui está um dos cabeças. Chega com *habeas corpus*, fica calado, não responde nada. Montaram uma organização criminosa dentro e fora do INSS. O povo foi roubado. Chega aqui condenado por organização criminosa, está calado, enquanto milhões de brasileiros vão para a delegacia neste mesmo momento para prestar depoimento e eu duvido conseguirem um *habeas corpus* para ir para a delegacia e ter esse mesmo direito.

Essa vergonha e essa blindagem generalizada dói no coração. Está aqui um esquema criminoso que roubou aposentados e pensionistas. Eu gostaria muito de o senhor sair daqui preso, preso pela safadeza cometida contra aposentados e pensionistas. Ninguém aguenta mais impunidade. Eu não posso pedir sua prisão por falso testemunho, que o senhor é investigado mesmo, mas vou ter que pedir por garantia da ordem pública, aplicação da lei penal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

conveniência da instrução criminal. Ter R$500 milhões retirados de aposentados e pensionistas e essa impunidade aí desfilando, livremente... Vai no supermercado e rouba uma peça de carne para ver se não sai preso e ainda leva um cacete. Agora, R$500 milhões? Impunes! Isso não pode acontecer.

Não vou perguntar mais, porque tem uma hora que a indignação é maior do que a técnica. É o que está acontecendo agora. Estamos diante de uma pessoa condenada por organização criminosa, denunciada por estelionato pelos mesmos fatos que estamos discutindo aqui. Vai sair e entrar livre, mas nós vamos apresentar um pedido de prisão preventiva, porque não dá mais para essa impunidade permanecer. R$500 milhões roubados de aposentados e pensionistas, e ainda tem gente na CPMI sendo protegida. Essa raça de criminoso não pode ter blindagem! Chega! A gente cansa.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Sr. Domingos...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Procurador da Abrasprev, eu nunca fui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Somente isso o senhor quer falar? (*Pausa.*)

Muito bem.

Senhores, retornaremos os trabalhos da Comissão às 14h30.

(*Suspensa às 13 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 40 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reiniciada a sessão. (*Pausa.*)

Iniciando a lista de inscritos, a autora do requerimento inicial, Deputada Adriana Ventura, com a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, pode só ler a lista para nós, por gentileza?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência.

Adriana Ventura, Deputado Sidney Leite, Deputado Paulo Pimenta, Senador Izalci, Deputado Rogério Correia, Deputado Delegado Caveira, Deputado Alencar Santana, Dorinaldo Malafaia, Deputado Marcel van Hattem, Senadora Soraya Thronicke – é a décima –, Deputado Zé Trovão, Senador Rogerio Marinho, Deputado Evair de Melo, Deputado Coronel Chrisóstomo, Deputado Duarte Jr., Deputado Luiz Lima, Deputado Beto Pereira, Deputado Ricardo Maia, Kim Kataguiri, Carla Dickson – é a vigésima e última inscrita, Excelência.

Adriana Ventura com a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu saúdo V. Exa., bem como o nosso Relator, toda a assessoria, o depoente e sua advogada – bem-vindos.

Sr. Domingos Sávio, eu sou requerente, eu sou... Eu fiz o requerimento de convocação, e é justamente pelo fato de o senhor aparecer no centro desse esquema bilionário que desviou dinheiro dos aposentados. Eu não estava aqui quando o senhor fez a primeira parte do depoimento porque eu estava presidindo audiência pública, mas eu tive a oportunidade de ouvir o que o senhor falou. E a gente... O senhor tem uma reincidência. O senhor até explicou, porque você foi indiciado por estelionato e participação em organização criminosa, justamente pelo fato de aplicar golpe contra idosos e aposentados. Então, a minha pergunta, primeiro, é o seguinte: o senhor falou que foi...

Gente, está atrapalhando. Vocês podem só falar um pouquinho mais baixo?

Obrigada. Obrigada.

Voltando aqui, só para não quebrar o raciocínio. Do que o senhor foi acusado? Porque o senhor falou que foi inocentado... O senhor foi inocentado do crime de estelionato, a minha pergunta é: do que o senhor era acusado, exatamente? Qual era a acusação em que o senhor foi inocentado? O senhor pode falar?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Eu vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O senhor foi inocentado, tem problema de falar? Não? Beleza.

Então, o senhor foi acusado de alguma coisa, o senhor foi inocentado e o senhor não quer comentar. Agora, do segundo ponto... Do segundo ponto, participação em organização criminosa, o senhor foi condenado. Então, o senhor pode me informar do que o senhor foi condenado e qual era a organização? Quem eram os sócios?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou ficar em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Porque, assim, os relatórios todos de inteligência que já foram apresentados pelo Relator mostram essa movimentação de R$20 milhões das entidades associativas do Careca, do Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS. O senhor, sendo condenado em um e inocentado em outro, seria muito bom esclarecer para a população por que o senhor foi inocentado e quem fazia parte da organização criminosa pela qual o senhor foi condenado, mas já que o senhor não quer falar e tem o direito constitucional, está tudo certo.

Vamos para a segunda parte. Eu tenho uma segunda parte para falar das empresas. Então, o senhor, da Unaspub, recebeu 4,8 milhões na conta pessoal e transferiu para o teu sócio. A Prevent Brasil enviou 391 para o mesmo grupo, e da Abrasprev, 544 foi repassado para o senhor, não é? E foi classificado como uma transação atípica.

E tem uma empresa que é a DM&H, que é assessoria empresarial, que é do senhor e do Sr. Adelino Junior, e dessa empresa saíram R$2 milhões para o Careca do INSS. O senhor confirma essa informação?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu vou ficar em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu queria entender o que fazia essa empresa DM&H?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou ficar em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Quem era sócio dessa empresa DM&H?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu adoraria saber e acho que o Brasil também o que é que essa empresa fazia, porque eu não sei o que pode ter de tão errado nessa empresa, porque o errado foi a questão do dinheiro e dos milhões, agora, o que ela fazia, eu gostaria muito de saber. Se o senhor depois repensar, eu agradeço se o senhor puder responder.

Agora, eu queria falar sobre as empresas de *call center* do senhor. O senhor é sócio de duas empresas, a Callvox e a Truetrust Call Center, não é? São empresas que foram criadas na parceria com o Careca do INSS e foram usadas para aplicar fraudes, não só aplicar fraude, mas também para administrar as reclamações das vítimas. Então, essas empresas, segundo depoimentos de ex-funcionários do senhor e de relatórios da Polícia Federal, operavam como o que ficou conhecido como o "SAC das fraudes". Então, a minha pergunta para o senhor...

Presidente, eu queria pedir para pedir silêncio, porque realmente corta o raciocínio, a gente está aqui falando, e, assim, tem gente falando de outras coisas atrás. O senhor pode pedir silêncio, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada. E como eu sou muito gentil, eu nem vou pedir um minuto a mais, está bom? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Vou continuar aqui. Então, como eu estava falando, essas empresas, tinha depoimento de ex-funcionário e da Polícia Federal falando que o senhor ficou conhecido como o dono das empresas que faziam... Era o "SAC das fraudes" o apelido carinhoso. Então, a minha pergunta para o senhor, objetivamente: o senhor confirma que essas empresas, essas duas que eu falei, tanto a Callvox como a Truetrust, eram responsáveis por fazer ligações para afiliar aposentados?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou ficar em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Vou repetir a pergunta com outro enfoque: não só fazer ligações para afiliar aposentados sem consentimento, mas também simulando autorizações por WhatsApp e telefone?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Minha segunda pergunta deste bloco é assim: é verdade que essas centrais de *telemarketing* do "SAC das fraudes" também recebiam as reclamações dos aposentados enganados, orientando inclusive os atendentes a prometer reembolso em 10 dias, depois em 20 dias, depois de um mês, até que nada fosse resolvido?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Sr. Domingos Sávio, o senhor conseguiu... Eu lamento que o senhor esteja em silêncio, eu entendo que seja um direito, então eu não discuto, mas o senhor teve a genialidade de montar um esquema completo – completo mesmo, barba, cabelo e bigode, como dizem por aí, né? Porque você usava suas empresas de *call center* para fraudar aposentado, para enganar a vítima e depois atender às reclamações dessas mesmas vítimas. Realmente, é um caso de sucesso. Eu dou aula... Acho que a gente tem visto muitos casos de sucesso aqui, porque o senhor consegue criar o problema, atender ao problema e lucrar com o problema. Os aposentados ligavam para pedir reembolso de R$10, R$20, R$30, e o senhor, o Careca do INSS, o INSS, os sindicatos, os funcionários corruptos que estavam envolvidos nesse esquema movimentaram milhões de reais, dinheiro de quem deveria usufruir, comprando talvez remédio... Os aposentados que trabalharam a vida inteira não têm nem dinheiro para comprar remédio. Então, o senhor usou o sofrimento desses aposentados, transformou isso em negócio e lucrou com ele.

E a gente está aqui... O objetivo desta CPMI é fazer com que esse negócio acabe, porque, sinceramente, a população brasileira, mesmo que acabe em pizza, com tanta blindagem que está acontecendo, e a gente sabe que tem muita gente graúda envolvida... Mesmo que acabe na pizza de não ver as pessoas mofarem na cadeia, que é o meu desejo, o Brasil está vendo – o Brasil está vendo – essa pouca vergonha, porque a população brasileira está cansada de ser enganada, cansada de ser roubada, cansada de ver o dinheiro da previdência sendo usado para financiar luxo, carro, viagem e bandidagem.

Então, o senhor pode até ser especializado em enganar os outros, o senhor pode ficar em silêncio, que é seu direito constitucional, mas aqui todo mundo está vendo que o seu silêncio está escondendo muita coisa, né? E eu, como cidadã, falo isto para o senhor de uma maneira muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

clara: eu estou esperando se sentar alguém aqui que realmente ame o país, ame a sua família, e, por mais que tenha errado... Porque as pessoas erram, né? Ninguém... As pessoas poderiam dar um exemplo aqui, denunciando o bandido graúdo, denunciando quem arma o esquema. Então, eu fico triste porque o senhor perde uma chance de ajudar o Brasil. O senhor sabe muita coisa. A parte de não se incriminar, um direito seu, precisa ser respeitada, mas o senhor poderia fazer um serviço para o Brasil e para a Comissão se resolvesse falar – pode ser em sala privada, pode fazer delação premiada, pode fazer várias coisas para ajudar os seus filhos, os seus netos, as próximas gerações. É que quem se senta aí, infelizmente, só pensa no seu próprio umbigo, é terra de umbigolândia, né? São bandidos – bandidos – que acham que estão blindados, acham que não devem nada para o país.

E eu, sinceramente, se pudesse fazer um pedido para o senhor... Mude de ideia. Eu sou a primeira aqui a fazer, como autora, mas a gente tem a tarde inteira. Pense nos seus filhos, nas próximas gerações, e faça alguma coisa boa por eles.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu estou aqui por causa das próximas gerações. Eu acho que o senhor poderia se sensibilizar e não proteger bandido graúdo, porque, o senhor acobertando bandido graúdo, o senhor vai ficar mal com eles, vai ficar mal e muito pior com o Brasil, e o senhor talvez poderia se beneficiar de algo que fizesse realmente... Algo que tirasse o país dessa lama, essa lama de blindagem, essa lama de bandidagem, essa lama de omissão, essa lama de conivência que a gente está tendo aqui.

Então, lamento que o senhor não tenha querido falar, mas eu vou aguardar pelas respostas dos próximos, está bom?

Muito obrigada.

E, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... se o "malagueta vermelha" quiser usar meu vídeo, está superdisponível, tá bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não sei do que ela está falando, Excelência. (*Risos.*)

Com a palavra o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, segundo a Polícia Federal, V. Sa. é apontado como um dos empresários responsável por intermediar ou facilitar o acesso de associações e sindicatos à lista de beneficiários do INSS. Como obtinha essas listas? Eram repassadas por servidores públicos? E, se sim, quem seriam os intermediários? Se não, essas listas eram corrompidas da Dataprev?

Ainda, segundo a Polícia Federal, há indícios de que empresas sob sua influência lucravam mediante a venda de cadastro de aposentados e pensionistas. Confirma ter comercializado ou recebido valores para fornecer as listas de associados a entidades envolvidas?

Conforme a Controladoria-Geral da União, parte das adesões dos aposentados às associações eram fraudulentas e ocorreram com base em cadastro manipulado. V. Sa. pagava comissões e recompensas aos servidores do INSS ou a dirigentes de entidades pela obtenção desses dados?

De acordo com a representação da Polícia Federal, alguns investigados relataram que o senhor mantinha contato com o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, vulgo Careca do INSS, e André Fidelis. V. Sa. confirma conhecer essas pessoas? Qual a natureza do relacionamento mantido com cada um?

Segundo autos do Tribunal Regional Federal, há menção a repasse de recursos oriundos de empresas vinculadas ao esquema para as pessoas físicas e jurídicas. V. Sa. recebeu valores direta ou indiretamente de entidades como Ambec, Conafer, Sindnapi. De que empresas vieram esses repasses?

Conforme a Polícia Federal, algumas sociedades comerciais criadas por empresários do grupo funcionavam para dissimular o fluxo de recursos entre as associações e prestadoras de serviço. O senhor é sócio formal ou oculto de alguma dessas empresas investigadas? Com quem divide as cotas e controles societários?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal apontaram que parte do grupo utilizava contratos fictícios de consultoria e *marketing* para justificar a transferência. O senhor participou da elaboração de contratos com esse perfil? Qual era a contrapartida efetiva prestada por suas empresas?

Conforme despacho judicial de 17 de abril de 2025, foram pedidos os mandados de busca e apreensão em residências e empresas ligadas ao senhor. O que foi apreendido? Como justifica a origem e destinação dos valores encontrados em cotas de sua titularidade?

Sr. Presidente, eu gostaria, Sr. Relator e Srs. Deputados e Deputadas... Eu parto do seguinte princípio: aqui é um Parlamento que representa a sociedade brasileira. E V. Exa. tem sido muito didático, inclusive muito paciente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... com quem vem aqui depor, não faltando com respeito e não permitindo que se falte com respeito com ninguém que venha aqui depor. E tem relatado os direitos dos depoentes, inclusive o direito de ficar calado.

Mas eu parto do princípio de que uma pessoa que procura o Supremo – né? – tem algo a esconder, principalmente quando essa pessoa já responde a processos e já foi condenado por questão similar.

Diante disso, a duração razoável do processo é uma regra constitucional prevista no art. 5º da Constituição Federal. Creio que o pedido de prisão preventiva formulada por essa CPMI já deveria ter sido analisado. A demora não mais se justifica. A ordem pública, fundamento da prisão preventiva, foi violada gravemente, na perspectiva da gravidade de crime em concreto. Centenas de milhares de brasileiros e brasileiras de baixa renda foram assaltados por essa organização criminosa, essa Orcrim, que atuou junto ao INSS. É preciso justiça urgente.

Desta forma, Sr. Presidente, proponho oficiarmos o Relator do Supremo Tribunal Federal, Ministro André Mendonça, para que analise o pedido formulado por esta CPMI. Afinal, nós já temos aí quase dois meses desse pedido, que sequer foi analisado. E, como foi dito aqui pela Deputada, é lamentável, até porque 97%, quando a Controladoria-Geral da União começou essa investigação, declararam ter desconhecimento sobre esses descontos. Então, nós estamos falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de milhares e milhares de brasileiros que tiveram roubados seus parcos recursos de aposentadorias e pensões, sem falar nos empréstimos consignados, e essas pessoas estão sendo ressarcidas com dinheiro e suor de todo o povo brasileiro, o que é injusto. Enquanto isso, quem assaltou, quem roubou, quem cometeu o crime está solto. Isso é inaceitável, porque, senão, Deputado Alfredo, fica parecendo que nós estamos fazendo aqui jogo de conversa.

E eu tenho certeza de que nenhum membro desta CPMI – nenhum Senador, nenhum Deputado Federal – tem esse interesse; muito pelo contrário. Eu defendo desde o início que seja apurado e que um dos indicativos, nobre Deputado Alfredo Gaspar, nosso Relator, seja que a gente possa tirar daqui indicativos no sentido de blindar o INSS. V. Exa. é do Nordeste, eu sou do Norte. E nós sabemos que essa instituição INSS é um dos parcos instrumentos que tem neste país para o combate à desigualdade social, pelos programas ali existentes. E nós temos que blindar essa instituição, mas esse exemplo tem que começar a ser dado agora: que quem roubou os parcos recursos desses aposentados e pensionistas, espalhados Brasil afora, seja punido exemplarmente. Esse exemplo a que a gente assiste hoje aqui, via TV Senado, nós e o povo brasileiro, é o exemplo da desfaçatez da impunidade, de quem acha que pode roubar o dinheiro de quem quer que seja e vai continuar impune. Isso, lamentavelmente, eu entendo que nós não podemos aceitar. Por quê? Porque a gente tem que dar exemplo. E essa CPI, creio eu, tem este papel: não só de corroborar com a investigação feita pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal, pelos órgãos de controle, mas também que a gente possa apontar esses culpados diante do esforço concentrado por Senadores, Deputados, Deputadas e Senadoras aqui nesta CPMI.

Dito isso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... quero, mais uma vez, parabenizar V. Exa. pela condução desses trabalhos, mas sugiro, inclusive, que V. Exa. possa escolher um grupo de Senadores, Deputadas e Deputados, para que possa marcar uma audiência com o Ministro André Mendonça para que a gente possa construir esse diálogo entre o Parlamento brasileiro e a Justiça brasileira, haja vista isto aqui: o Congresso Nacional é a representação popular mais legítima do povo brasileiro. Então, sugiro isso porque esse não é um caso isolado a que a gente assiste, e nós,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Parlamentares que queremos apurar o desvio desse dinheiro, a roubalheira desse dinheiro por essa Orcrim, essa organização criminosa, ficamos revoltados.

E é importante, sim, que a gente tenha celeridade, até porque, pelo que a gente tem de notícia e pelos documentos recebidos por esta CPMI, este não é um caso isolado. Tem outros pedidos de prisão, inclusive de outros que já vieram depor aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... inclusive pedidos de prisão por parte da Polícia Federal que, simplesmente, o Supremo Tribunal Federal não julgou.

Então, no sentido de corroborar com o trabalho desta CPMI, V. Exa. já deu o indicativo aqui, e eu concordo, de que a gente tem que aprimorar, ter uma legislação específica para o funcionamento da CPMI, mas entendo que esta CPMI poderia ter... E falo aqui no sentido de contribuir com V. Exa., que tem se dedicado muito a presidir e conduzir esses trabalhos com maestria, no sentido de abrir esse diálogo com o Supremo e a gente pedir, *data venia*, a prioridade que esse caso merece, haja vista que esse dinheiro roubado pode estar sendo aí, neste momento – o que está em bens, imóveis e patrimônio –, desfeito, dilapidado.

Esse patrimônio não pertence a essas pessoas, haja vista que é muita coincidência esse senhor que está aqui na nossa frente nesta tarde de hoje, ser amigo de infância dos articuladores dessa organização criminosa, ter convivido na infância... E o aprendizado foi muito bem-feito no sentido de compor esse crime que, sem dúvida nenhuma, assusta a todos nós.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Sidney Leite.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, o Sr. Domingos Sávio de Castro já nos disse aqui que conhece o Sr. Antônio Camilo desde criança, se criaram juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo que eu até hoje pude perceber, o Sr. Antônio Camilo também era uma pessoa que tinha uma vida mais humilde e, vamos chamar assim, enriqueceu ao longo desses últimos anos, né? Pelo que eu observo, Sr. Domingos, o senhor também, hoje, é um homem rico, pela quantidade de dinheiro que movimentou aqui na sua conta pessoal, nas suas empresas.

O senhor tem *offshores* no exterior?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Vou me manter em silêncio. Vou me manter em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor tem *offshores* no exterior?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu vou me manter em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vai se manter em silêncio.

O senhor costuma viajar para o Panamá, para Miami?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor, alguma vez, já viajou junto com o Seu Adelino para Miami ou para o Panamá?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor conhece o Sr. João Victor Fernandes?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Parece que eu não estou... não estou com sorte hoje, Presidente.

O senhor conhece o Eric Fidelis?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor sabe quem é o Eric Fidelis?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Pelo noticiário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em um RIF da informação sobre a movimentação financeira do senhor e das suas empresas, constam valores bastante expressivos transferidos do senhor para o Sr. Eric Fidelis. Entre 17 de fevereiro de 2023 até 17/8, foram transferidos R$1,423 milhão para o Sr. Eric Fidelis. O senhor poderia nos explicar o porquê dessa transferência?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor sabia que tinha esse depósito para o Eric Fidelis?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu vou me manter em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Posteriormente, o senhor tem, entre 14/09/2023 e 14 de março de 24, mais R$3,865 milhões. O senhor estava transferindo quase 600 mil por mês para o Sr. Eric Douglas Martins Fidelis. O senhor sabe dizer por quê?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, o senhor vê que nós já observamos hoje que o Relator demonstrou que apareceu ali a Sra. Thaisa Hoffmann, que a gente sabe que é a esposa do Virgílio, que era o Procurador. Mas eu estava curioso, porque eu ainda não tinha encontrado a conexão com o Eric Fidelis, com o Fidelis, com o André Fidelis. E a gente pode perceber aqui, Presidente, que tem um grande volume de recursos transferidos também para o Eric Fidelis, o que comprova a nossa hipótese investigativa do papel central destas duas pessoas, Virgílio e André Fidelis, dentro do esquema no INSS.

Mas, Sr. Presidente, tem muitas outras coisas que são curiosas nesse processo, Sr. Presidente. O Zacarias, que foi citado aqui... O senhor conhece o Zacarias?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Zacarias... O senhor lembra, Presidente, aquele que apareceu lá no vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Zacarias, que é o que estava ensinando ali como é que fazia, o Zacarias é Vice-Presidente de uma associação, além de ser dono de companhia de seguro, aqueles chamados clubes de seguros que eles têm, que é um pouco parecido com o esquema da Amar Brasil. O Gutemberg, o senhor sabe quem é o Gutemberg Tito de Sousa?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Me manterei em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Gutemberg Tito de Sousa e o Zacarias, já, desde antes de 2018, 16, tentavam conseguir o ACT, mas foi negado – foi negado –, porque não havia, no estatuto do clube de seguro deles, a previsão de atender aposentados e aposentadas, Relator, Presidente.

Nós já percorremos aqui esse mesmo caminho com a Conafer. Quando tiraram da Dirben a competência de conceder os ACTs, foi para uma diretoria criada, que era um tal de Jobson. E aí fizeram uma ata, no dia 17 de fevereiro de 2022, e incluíram essa competência – 21. E aí então, conseguem um ACT concedido na época que era o Jobson.

Aquelas pessoas todas que foram citadas aqui anteriormente... Da Raquel Felix de Medeiros, vocês lembram? O senhor conhece a Raquel?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Funcionária.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Funcionária do senhor. Ela está aqui na ata de criação dessa entidade, junto com o Gutemberg, junto com o Zacarias.

E o senhor sabe o que é curioso, Sr. Presidente? Quem era o advogado? O senhor sabe quem era o advogado que orientou a constituição dessa empresa aqui?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O filho do Onyx Lorenzoni.

Não quero aqui fazer um juízo de valor sobre o profissional – não quero. Mas, no mínimo, Sr. Presidente, é esquisito. Nessa época, o Onyx era Secretário-Geral e, logo em seguida, assumiu a Presidência do INSS. E quem montou essa engenharia aqui? Hoje a gente sabe: Fidelis, Virgílio, junto com essas entidades. E quem é que estava no comando do INSS já? Zé Carlos Oliveira. Zé

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Oliveira, Sr. Presidente, o homem-chave do esquema Bolsonaro dentro do INSS, dentro do esquema que produziu os "*golden boys*" e assim por diante.

Mas, veja bem, Sr. Presidente, que curioso. O senhor sabe quem é a Sra. Maria das Graças, da Unaspub? O senhor sabe quem é?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A Sra. Maria das Graças, Sr. Presidente, da Unaspub, é uma senhora que tem 72 anos, que infelizmente nós vamos ter que trazer aqui logo, porque ela tem uma filha chamada Janete. E a Janete tem uma quantidade enorme de movimentações financeiras com o Sr. Domingos Sávio,que é a filha dessa senhora, e provavelmente nem ele sabia que tinha depósito para o Fidelis. Talvez ele não saiba em que conta o Fidelis tinha mandado ele depositar o dinheiro, mas o que tudo indica, Sr. Presidente, inclusive, é que, nessa Unaspub aqui, o Sr. Domingos tem uma participação direta e que esta Janete provavelmente pouco sabe sobre isso. Infelizmente nós vamos ter que trazer logo a Maria das Graças, Sr. Presidente. Infelizmente nós vamos ter que trazer essas pessoas que são presidentes das entidades e que eu acho que de fato foram utilizadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas infelizmente nós vamos ter que utilizar esse mecanismo para poder fazer com que a verdade apareça.

E tem mais, Sr. Presidente. Tem uma outra entidade chamada Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, chamada Abapen. O senhor sabe quem é que tem a procuração para ser o representante da Abapen? O Sr. Domingos.

Por que o senhor tem a procuração para ser o representante da Abapen, Sr. Domingos?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou ficar em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, o senhor vê, Presidente, eu não consegui nenhuma resposta do Sr. Domingos. Isso me leva a crer que, de fato, nós encontramos aqui o caminho que vinculou estas entidades todas. O senhor conhece o Camisotti? O Nelson e o Camisotti?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou manter em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E mais: isso me leva a crer que, com o Careca e o Domingos, eles criaram um outro núcleo. O Careca tem uma operação com o Camisotti e o Careca tem uma outra operação que envolve a Callvox, que envolve essas outras empresas que foram criadas, como a DM&H, que presta serviço para várias outras instituições, Sr. Presidente.

Então, eu quero concluir dizendo a V. Exa. que eu acho que o Sr. Domingos é parte integrante da coordenação de um núcleo que envolve o desvio de centenas de milhões de reais, associado ao Sr. Antônio Camilo, e com todas essas conexões aqui que eu procurei demonstrar na minha intervenção e que entraram na estrutura do Governo durante esses anos de 2021, principalmente 2022, sob a proteção de Zé Carlos Oliveira e Onyx Lorenzoni, dentro do Governo Jair Bolsonaro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu preparei aqui várias perguntas, mas eu vou transformar as perguntas em afirmação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... a não ser que o Sr. Domingos queira responder, mas...

Bem, eu estou sendo repetitivo aqui nas minhas falas, mas não tem como não ficar indignado com o que nós estamos vendo aqui. Sempre são milhões movimentados por essa quadrilha que roubou os aposentados do nosso país.

Sr. Domingos, como o senhor explica ter uma renda presumida, capacidade financeira, de 2,2 mil a 3,2 mil – é o que consta na documentação – e ter movimentado 18 milhões em apenas cinco meses, de fevereiro a junho de 2024?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Mantenho o silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Olha, realmente são valores que nenhum dos aposentados do país consegue imaginar. O senhor movimentou, em menos de um ano, 45 milhões. De onde é que veio esse dinheiro? Estou perguntando aqui, mas todos nós já sabemos que este valor milionário veio desse esquema impiedoso de que você fazia parte.

O Sr. Antônio Carlos Antunes veio aqui nessa CPI e ficou falando que não existia o Careca do INSS, que esse nome foi criado pela mídia e que não fazia parte de nenhum esquema. Porém, cada depoente e documentos que chegam nos mostram que o Careca do INSS existe, sim. O senhor já confirmou para o Relator que é sócio, inclusive, do Careca do INSS no ACDS.

Sua organização passou por uma apreensão de 1,7 milhão em dinheiro vivo e também transportava milhões em voos de Brasília para Belo Horizonte. Afinal, vocês não podiam usar o sistema bancário porque era dinheiro roubado, é isso? Para que esses milhões transportados? Esse dinheiro era propina ou divisão de lucro de roubo? Foi encontrado 1,7 milhão?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Mantenho o silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Domingos, eu vou parar de chamar você de "senhor" aqui. Alguém que faz parte desse esquema, roubou dos nossos aposentados, não merece ser chamado assim. Quero saber se você sabia que seu sócio é dono da Prospect Consultoria.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A Prospect, do Careca do INSS, transferiu para sua conta pessoal 1,6 milhão. Qual o serviço você prestou para a empresa do seu sócio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quero deixar uma coisa bem clara aqui para todos: o Careca do INSS, que é sócio do Domingos, é apontado pela Polícia Federal por ser operador no roubo dos aposentados que desviou 58 milhões. Não tem como acreditar que você não fez parte desse esquema tão sangrento. Eu não sei como vocês conseguiram dormir com todo esse mal que vocês fizeram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Domingos, como, proprietário da ACDS Call Center e Callvox, utilizou suas empresas de teleatendimento para facilitar os descontos indevidos dos aposentados? Como é que vocês usaram isso?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Esse serviço prestado por suas empresas, Callvox e Truetrust, pode ser chamado de saque da fraude? Você recebeu da ACDS 7,8 milhões e da Callvox 2,3 milhões. Esses valores faziam parte dos lucros do esquema que vocês montaram para roubar os aposentados. Já estou aqui afirmando, né? Não estou nem perguntando.

Agora estamos chegando à parte onde você recebe dinheiro de vários lugares. Você precisa explicar muito bem esses recebimentos. Está ficando muito difícil para você. A Unaspub (União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos), transferiu para sua conta pessoal 7,8 milhões. Qual o serviço que o senhor prestou como pessoa física para eles? Olha, seu sócio, o Careca do INSS, também recebeu 2,2 milhões deles. Isso era pagamento por fazer parte do esquema?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Os relatórios também, Presidente, indicam que você recebeu milhões da Unaspub, das suas empresas – a ACDS, Callvox –, e esse dinheiro entrava e saía das suas contas. Você era apenas um laranja ou fazia essa triangulação para o dinheiro não ser rastreado?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Chegamos a um ponto em que você tem muito para explicar. Uma boa parte do dinheiro que você recebeu foi utilizado para pagar terceiros. Foram repassados 5,2 milhões para o Adelino Rodrigues, que V. Sa. confirmou há pouco que era seu funcionário e que recebia R$5 mil; 2,56 milhões para a Gilvan Farah, que é sócio da Speed Car Automóveis, empresa que foi incluída pelo Ministério Público do Trabalho por manter trabalhadores em condições análogas à escravidão. Qual a sua relação comercial com o Farah, com o Gilvan Farah?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu me mantenho em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Comprou algum carro da Speed Car ou não?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, esse tipo de coisa não prejudica, não incrimina ninguém, né? Eu acho que essas coisas: "Comprou um carro da Speed Car?", isso não compromete nada. Então, tem coisas que tem que responder. Eu acho que, pelo que está no *habeas corpus*, eu acho que teria que responder algumas coisas, aquilo que não o incrimine.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A decisão dele, a decisão de permanecer em silêncio, nesse caso... Agora, a pergunta é essa: comprou como? Aí, permanece em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, eu só perguntei se comprou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois é.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Como eu não perguntei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois é.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Comprar ou não ele já pode responder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas dá para auferir, não é, Excelência?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas tudo bem.

Senhores, depois de algumas perguntas que fiz aqui, algo não tem explicação. O senhor é sócio da Lufthansa Corretora de Seguros Ltda. É isso?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O seu sócio dessa empresa foi condenado na Operação Delfos por cobrar propina, lavagem de dinheiro e extorsão de um sindicato. O seu sócio foi o seu professor? Foi com ele que aprendeu as técnicas de como roubar os aposentados?

Ele foi seu sócio ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A Operação Strike, que identificou falsos corretores e fraudes de assinatura, foi um projeto-piloto para o esquema bilionário montado contra os aposentados do INSS. Foi por isso que o Careca te chamou, a partir de 2023, para fazer parte desse esquema criminoso?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu vi, Presidente, de uma juíza que deu a sentença com relação àquela questão, que ela disse agora, recentemente, que ela não imaginava que teria que ver novamente aquilo que aconteceu aqui em Brasília, nessa operação.

Agora, Presidente, eu queria então, aproveitando esse tempinho que ainda me falta, queria fazer duas coisas.

Primeiro, hoje, numa reportagem, saiu que alguém ia procurar os Senadores para tentar blindar alguma coisa, e tem dois requerimentos meus exatamente das pessoas que eles colocaram na reportagem de hoje que eu gostaria de pedir a V. Exa. que fossem colocados na pauta, já que eles estão tão preocupados em fazer realmente essa blindagem.

E eu queria também, Presidente, reforçar aqui o seguinte: eu apresentei quase 400 requerimentos, dos quais quebra de sigilo e tudo, todas. Quem apresentou aqui a quebra de sigilo e a convocação da Conafer fui eu. Quem apresentou quebra de sigilo de várias instituições fui eu. Então, eu não tenho nada a esconder. Eu não quero blindar ninguém. Eu estou aqui para trabalhar, como sempre fiz em todas as CPMIs. Então, acusações levianas que são feitas aqui, ficam... Não têm como justificar e ficam então conversando essas coisas absurdas.

Eu quero aproveitar aqui, Presidente, para mostrar também, porque eu participei de várias... E estou sendo processado, inclusive, pelo PT por isso, mas quero lembrar aqui aqueles que blindam, que já foi votado aqui o requerimento do Frei Chico, que de frei não tem nada. Inclusive, era chamado de "Metralha". Se pegar a lista da Odebrecht, tem lá "Metralha".

Então, nós temos aqui, desde 2004: começou com o Waldomiro Diniz, que foi aqui, inclusive, da Câmara Legislativa, junto com o Zé Dirceu. Ele trabalhava na Câmara Legislativa, começou o escândalo dos bingos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Depois, em 2005, veio mensalão. Em 2006, aloprados; 2006, o Palocci também, o caseiro Francenildo, mas ele também fez a delação. Operação Porto Seguro, Valec e Dnit, Erenice Guerra, convênio irregular no ministério, Lava Jato, fundos de pensão, Lei Rouanet, Carf, JBS, e INSS agora. Então, quem é que está impedindo, quem está fazendo blindagem aqui realmente? Não sou eu.

Então, nós temos aí que aprovar os requerimentos da quebra de sigilo do Ministro Lupi, que foi negado. Temos que chamar aqui o Edison, que ele queria falar alguma coisa aqui e a gente não conseguiu aprovar; e também trazer aqui o Frei Chico, que de frei não tem nada, para a gente poder realmente esclarecer isso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra o Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa tarde, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Antes de mais nada, eu queria compartilhar da mesma reflexão que V. Exa. apresentou no início sobre a ausência da imprensa no que diz respeito aos fatos mais relevantes desta CPMI. É um completo acordo. Eu acho que nós estamos sofrendo um processo de, aspas, "lacração geral", seja no Parlamento, seja nos meios de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir silêncio à sala mais uma vez, por favor.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Mas, Presidente, eu, no almoço, fui interpelado por uma amiga que disse para mim: "Essa CPMI vai dar em nada mesmo? Com tudo isso que está acontecendo, será que é mais uma CPMI que vai se reduzir, vai ser chamada de uma CPI que virou pizza novamente?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou compartilhando essa reflexão também, porque é assim que tem um sentimento fora daqui – preocupado com isso –, porque veja, o Sr. Domingos não é qualquer pessoa nesse esquema.

Eu não sei se o senhor vai falar ou vai permanecer em silêncio, mas eu acredito, Presidente, que aqui nós abrimos um novo capítulo do esquema de corrupção. Eu acho que nós temos que ficar muito atentos, porque em tudo que o Relator Deputado Alfredo vem apresentando nos esquemas mostrados aqui, para a gente, das ligações, eu queria dizer a V. Exa. que aqui, especificamente, me parece que se abre um novo capítulo e um capítulo de um esquema importantíssimo. Importantíssimo, porque vejam: está claro que a interface do esquema do Careca é o Sr. Domingos. Está claro, para a gente, que o Adelino, que ele diz que é funcionário, também não é funcionário simplesmente. Ele abre uma outra caixinha de um outro processo de esquema de corrupção. Então, tem aqui uma engrenagem que é muito interessante. É uma engrenagem que eu não vou nem lhe fazer perguntas, porque o senhor realmente não está interessado. Ele está com uma frieza absurda que causa um repúdio na gente, causa um desdém ver o quanto a frieza de todos vocês que cometeram esses crimes e cometem, que fazem parte dessa equipe criminosa, dessa gangue...

Os senhores fazem parte de uma gangue, entendeu? Vêm aqui, encostam os seus carrões aqui, certo? Vêm bem arrumadinhos, engomadinhos, e fazem parte de uma gangue que toda semana a gente tem encarado – vocês – aqui nesse processo de corrupção. É lamentável. O senhor abre, então, essa perspectiva de esquema, e o senhor faz uma coisa para a qual é importante a gente se atentar nesta CPI. O senhor transforma clubes de benefícios e replica esse clube de benefício que estava no esquema de corrupção aqui em Brasília para todo o país.

Tem aqui uma matéria, por exemplo, da *Metrópoles* que fala: "Farra do INSS. Clubes de benefícios [está aqui] replicam fraudes do INSS com débito automático". Os senhores avançaram no esquema que foi mostrado aqui pelo Relator, o Deputado Alfredo, naquela montagem do esquema de como assaltaram o cofre público do aposentado. Vocês ampliaram, escalaram isso para o nível nacional. É impressionante a capacidade de fraude, de corrupção, de bandidagem que essa turma conseguiu fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, portanto, eu queria apenas aqui, para finalizar, marcar isso, porque sei que, por parte do depoente, não vai sair nada; mas, Presidente, vamos tipificar – vamos tipificar. Quais são os crimes novamente aqui?

Nós não podemos sair daqui sem tipificar o crime: fraude contra o INSS, estelionato previdenciário – só aqui –, associação criminosa e organização criminosa, que V. Sa. já responde por isso, já responde e foi condenado. É interessante, como associação criminosa, de Brasília vocês escalonaram isso, fizeram parte e fazem parte dessa associação criminosa sem nenhum tipo de pudor. Nacionalizou o crime, saiu de Brasília e nacionalizou o crime. Lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e documental, autocontratação fraudulenta e gestão fraudulenta, ameaça e coação passaram por aqui, exploração irregular de terras indígenas. Conafer e outros, ou seja, é parte do que está acontecendo. Conduta... Por exemplo, a questão do uso da Conafer, que foi outra questão para obtenção de recursos mediante convênios de órgãos federais, apesar das irregularidades que tiveram.

Portanto, você tem um leque, Presidente, de irregularidades, de crimes tipificados que, para nós, isso não pode dar em pizza. Não é possível que o Careca do INSS e que o Sr. Domingos, como mínimo, não sejam apontados como peças principais desse processo. A relação de vocês é direta da lavagem de dinheiro à formação de quadrilha. É disso que se trata.

Então, nós vamos trabalhar para isso, com todo... Olhando para o senhor aqui, com essa frieza... Mas é isso. Batedor de carteira acontece isso. O ladrão, muitas vezes, que assalta um cidadão indefeso tem essa frieza, o psicopata tem essa frieza, então, assim, o crime comum, que percorre a insegurança das cidades, é feito dessa maneira. Os senhores são dessa mesma categoria, só disfarçados de boa gente, de cidadão de bem.

Tem uma turma do cidadão de bem, aqui, que passou por esta CPMI, que vem com essa história de cidadão de bem e, no final, é um grande ladrão, é um grande cometedor de crimes contra a nação brasileira. Lamentavelmente, o senhor se enquadra nessa categoria, eu não tenho dúvida. Porque é uma afirmação, é uma afirmação: o senhor é parte integrante desse crime e dessa roubalheira, lavando dinheiro e montando o esquema de corrupção com essa gangue, o senhor e o Careca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, portanto, eu peço ao Presidente e ao Relator desta CPMI que, por favor, a gente consiga chegar, como mínimo, na prisão e no cumprimento de penas dessas figuras. Não é possível. Não é possível. Não é possível. Então, portanto, eu queria aqui responder à pessoa que almoçou comigo, uma cidadã, dizendo claramente, Presidente, que no que cabe à gente e no que cabe a milhões de brasileiros que estão aqui fora, esperando o resultado e que não acabe em pizza, que a gente saia daqui com resultados factíveis.

Tem uma lista imensa! O seu currículo de crimes é grande, é grande, e o senhor reproduziu um esquema de corrupção lamentável no país. Então, portanto, o senhor e o Careca, sem dúvida alguma, são figuras que devem ser cada vez mais aprofundadas nesse processo todo de culpabilidade, de responsabilidade pelo crime.

Então, muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Vamos abrir esse novo capítulo. Ainda tenho dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Dois minutos para dizer que nós temos que abrir esse novo capítulo. Aqui tem um novo esquema, aqui tem parte integrante de um novo capítulo. Eu queria ressaltar isso aqui, para que a gente possa realmente entender que essa corrupção e esse processo vai muito mais a fundo do que a gente imaginava. Então, há novos capítulos com a sua presença aqui, há novos capítulos. O senhor é, aspas, "um gênio das finanças".

Tem muito gênio das finanças aqui. Tem muita gente que se encontrou com alguém sem querer, e o cara passou lá, uma empresa falsa, uma associação falsa para lavagem de dinheiro... Esse é mais um amigo do Careca – é mais um amigo do Careca –, que, sem dúvida alguma, vira, entre aspas, "um gênio das finanças" e faz uma lavagem extraordinária de fraudes contra os aposentados, esquemas fraudulentos, empresas que nem existiam, *call center* fajuto, que, infelizmente, imprimiu esse prejuízo de mais de 6 bilhões, aproximadamente, ao trabalhador brasileiro, ao aposentado e ao pensionista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Olha! Nem esperava por isso.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu estou até impressionado com a gentileza aqui. O senhor trocou com o Deputado Alencar Santana?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – É, na verdade, ele pediu, como eu era o 11º, e aí eu fui para 7º.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estamos caminhando bem. É isso aí.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – É, hoje... Hoje, esta Comissão está em clima de paz, né?

Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo pelo bom andamento dos trabalhos. Eu gosto sempre de frisar isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... porque, quando nós vencemos essas eleições aqui – e o senhor bem sabe que foi um trabalho que andou madrugada adentro, contando voto a voto –, foi exatamente para ter uma postura que tem o Presidente que ocupa esta cadeira hoje: imparcialidade, respeito e principalmente sangue nas veias para prender quem cometeu crimes.

Sr. Domingos Sávio de Castro, hoje, o Brasil gostaria muito de ouvi-lo.

Pessoal, faça silêncio, por favor. Em toda vez, na Comissão, tem que ficar berrando, pedindo isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, silêncio.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Os Parlamentares estão sentados quietos. A gente precisa ter esse respeito aqui senão a gente não consegue trabalhar. Estava indo bem, aí fica gente gritando do outro lado, pô.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não, mas é falta de respeito.

O Brasil gostaria muito de ouvi-lo, ter do senhor as respostas necessárias.

Meu pai dizia, Sr. Domingos, que quem cala consente, e o silêncio nunca ou quase nunca é a melhor opção.

O senhor está perdendo a oportunidade de elucidar um esquema criminoso de que o senhor aparece como operador e o senhor aparece como lavador desse dinheiro. Isso é muito ruim para a sua imagem.

O senhor pode me responder apenas quantos anos de idade o senhor tem?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor. *Fora do microfone.*) – Sessenta e um.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, no microfone.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sessenta e um.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Imaginem um homem de 61 anos ter a imagem suja por não falar, porque isso está sujando a imagem do senhor.

Bom, Sr. Domingos, em 2018, o senhor foi alvo da Operação Strike, da Polícia Civil do Distrito Federal, que desmantelou uma organização criminosa responsável por aplicar golpes em aposentados e servidores públicos, sobretudo nos idosos. Seis anos depois, o senhor voltou a ser investigado, e desta vez no âmbito da farra do INSS. O senhor foi condenado, em 2023, a ficar três anos e onze meses na prisão. O senhor confirma essa... O senhor foi condenado à prisão, mas isso foi... O senhor ficou... Acabou sendo revertida, né? O senhor ficou em prisão domiciliar, é isso?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não, eu vou me manter em silêncio.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Vai se manter em silêncio. O.k..

Tendo esta informação, eu quero sair da parte de que o senhor está aqui como uma pessoa que tem indícios e dizer que o senhor já tem um histórico de crimes contra servidores e aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso fica muito mais difícil à própria defesa, que a gente gostaria que o senhor fizesse nesta Comissão.

O senhor figura como sócio da Callvox e da ACDS, duas empresas que formam um chamado grupo de Truetrust, que seria uma empresa de *call center*.

E olha que interessante isso, Presidente. O Careca do INSS – que aquele ali é malandro, ele teve a cara de pau de chegar aqui e dizer que ele não era o Careca do INSS. E eu Lembro-me que eu disse que a única coisa de que ele não poderia ser acusado aqui era de ter cabelo –, mas a cara de pau dele era tão grande que ele além de construir um esquema de corrupção, ele usou seu Domingos Sávio de Castro para formar um *call center* onde ia receber as ligações das denúncias e das reclamações. É como se a polícia entregasse na mão do bandido o famoso cupom. É como se a polícia falasse para o bandido: "Olha, atende o cupom aí". Aí o bandido está lá, e liga a senhorinha e fala: "Acabei de ter meu carro roubado aqui na rua tal". Aí o bandido fala: "Pode deixar comigo que eu já vou mandar a polícia aí". Isso nunca vai acontecer, é óbvio.

Agora, o senhor, em todos os RIFs que nós temos, o senhor transacionou vários valores, diversos valores: dez milhões aqui, 18 milhões ali, 45 milhões acolá. Isso eu estou falando ao longo do período, segundo informações que nos chegaram. E essas informações seriam muito importantes. O senhor dizer se elas são falsas ou verdadeiras. Isso o senhor pode me responder?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Vou me manter em silêncio.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Vai se manter em silêncio. Olha.

A fase inicial da lavagem constituiu em desviar grandes volumes diretamente de associações para a conta pessoal do senhor. Se o senhor não conseguir ao menos se defender disso, nem ao menos se defender disso, eu não sei o que a gente pode fazer aqui. Eu não gostaria de ser autoritário e desrespeitoso de te chamar de bandido. Não faço isso, nunca fiz aqui. Se alguém que acompanha esta Comissão sabe do apreço, eu preservo muito antes de acusar alguém de bandido, mas agora o senhor foi condenado por corrupção. O senhor se mantém calado num esquema em que o senhor desviou quase R$100 milhões, aparentemente – vou colocar isso aqui porque eu não gosto de afirmar; aparentemente – e a principal fonte dos recursos foi a Unaspub (União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha lá, de novo. O homem que foi condenado por desviar dinheiro dos servidores públicos do DF, agora está sendo investigado no desvio de recursos de servidores públicos que teve direta ligação com a Unaspub.

Sr. Domingos, a situação vai só piorando e é por isso que eu reafirmo: o silêncio do senhor é perigosíssimo. Não é bom, porque hoje eu não sei se é possível, Presidente, mas é uma pessoa que não poderia sequer estar nas ruas, porque com essa ligação tão evidente com o Careca do INSS e com as ligações que nós temos aqui de todas as empresas envolvidas, este homem deveria estar numa prisão preventiva, para assegurar que este homem, que foi responsável, segundo dados, novamente – não estou lhe acusando, estou apenas fazendo afirmações de dados da Polícia Federal –, o senhor, segundo essas informações, o senhor não poderia estar na rua, não.

Isso é um perigo, é um perigo para a nossa investigação, porque ele pode, inclusive, ir até pessoas de cunho importante e pressioná-las.

Então, Sr. Presidente, tem que ver aqui, até o final do depoimento dele, se a gente consegue, pelo menos, fazer a prisão preventiva desse homem, para que a gente tenha segurança nesse processo.

Está claro nos documentos, documentos que ele não quer rebater, que ele faz parte de um esquema não só de corrupção, mas também um esquema que teve um trabalho de cooptação, que é mais perigoso e mais poderoso do que a própria corrupção, porque a corrupção pode chegar a um determinado valor, não é infinita, mas a cooptação de pessoas, isso é muito perigoso, e eles cooptaram muita gente, cooptaram Parlamentares que estão com fortes indícios, dentro dos relatórios, de ter participação.

Então, Sr. Domingos, muito me entristece. E eu não gostaria de falar isto para o senhor, mas hoje a impressão que eu vou ter do senhor, quando sair daqui, é que o senhor, além de ter roubado junto com criminosos, impressão – tá? –, repito, o senhor está protegendo diversas pessoas, e isso não é bom, isso é lastimável. E o Brasil não precisa disso, porque...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... nós não estamos falando de roubo. Tem uma frase muito emblemática: ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão. Vocês não roubaram ladrões, vocês roubaram pessoas que estão no fim da vida, algumas à beira da morte.

Eu tive... assisti a um relato de uma senhora e faltaram R$55 para ela comprar mais uma caixa de remédio para conseguir concluir o ciclo dos 30 dias. E ela deu esse relato chorando. E era exatamente o valor que foi descontado dela, indevidamente, do INSS.

Então, o senhor hoje sai daqui com a pecha de não só figurar um esquema de corrupção, mas também com a pecha de proteger bandidos que não têm pudor algum contra os aposentados do INSS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Gaspar. Bloco/UNIÃO - AL) – Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Bem, Presidente, obrigado.

Sr. Domingos Sávio, pelo que eu pude entender, o senhor tinha um esquema com segurados em Brasília, Distrito Federal, e esse esquema era de também descontos com aposentados. Porém, esses aposentados, ao final das contas, eram servidores públicos, e, neste esquema que o senhor tinha em Brasília, com esses servidores públicos, o senhor acabou tendo uma condenação por organização criminosa e a denúncia de que eram descontos indevidos que fazia em Brasília. É isso mesmo?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Me mantenho em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mantém o silêncio? Era só para eu entender aí o fio da meada, mas vamos lá. Tomara que eu esteja certo.

A gente acompanhar – viu, Presidente? – essas reuniões de CPI com o Congresso Nacional funcionando e a Câmara é difícil. Estava lá com três outras tarefas importantes, sou Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, mas eu vou aqui vendo o que eu pude perceber.

Então, esse esquema de Brasília, pelo que eu pude entender, o senhor, já conhecendo, trouxe para o Brasil. Eu vou fazer aqui, vou seguir a Unaspub, que é lá de Belo Horizonte, portanto, como mineiro, eu fiquei interessado em saber o que aconteceu nessa Unaspub, e, de fato, é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro. Ela recebeu o acordo para fazer os descontos, o ACT, em 2022 – se eu não me engano, em abril de 2022. Se eu não estiver certo com a data... Mas foi em 2022. E quem era Presidente do INSS era nada mais, nada menos do que José Carlos Oliveira. Esse José Carlos Oliveira, que depois virou Ministro, é uma pessoa que transitou em todo o procedimento do INSS e jamais combateu nada; pelo contrário, ele fazia aquilo que diziam para não fazer. O caso da Unaspub, por exemplo, uma procuradora ou um procurador disse que não era para que se fizesse o ACT, porque ela não era entidade de aposentado, ela era uma entidade de servidor público, portanto, não caberia o ACT, mas, mesmo assim – no Governo Bolsonaro, tudo era permitido –, fizeram este ACT para a Unaspub. Eu pediria até que colocasse, para ver se o senhor... O senhor conhece a Unaspub? Foi a Belo Horizonte?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A Unaspub é do senhor?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Porque eu estou desconfiado de que a Unaspub, na prática, é do senhor. Olha lá quantos seguidores tinha seguindo a Unaspub: dois.

Olha, Presidente Viana, dois seguidores. Eu não estou enxergando direito ali, mas 163 seguidores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Seguindo dois.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Seguindo dois, 153 seguidores. É muito pouco para uma entidade que passou de 32 mil filiados – Deputados e Deputadas, 32 mil filiados – para 181 mil filiados.

Então, na Unaspub, em 2022, eram 11 milhões. Passou, em 2025, para 48 milhões. O total foram 335 milhões, ou seja, uma entidade recebe 335 milhões e ela só tem dois seguidores, com 181 mil filiados. Não tem condições! Dois seguindo, 153 seguidores. Não tem condições uma entidade prestar... Que serviço prestava essa Unaspub?

Vamos colocar... Eu fui... Eu pedi para o pessoal ir lá tirar uma foto da Unaspub, até para ver se o senhor conhecia, lá em Belo Horizonte. Ela fica lá na região norte de Belo Horizonte, num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

bairro que se chama Itapoã. Olha lá. É aquela casa lá que é a casa da Unaspub. Tem um vídeo que mostra melhor – mostre aí para ver. Olha lá a Unaspub: é essa casa. O pessoal foi lá, fotografou, não tinha quase ninguém lá. A pessoa disse que não estão filiando mais porque, com esse processo, pararam de filiar – o assessor meu fez a pergunta lá. E, olha, vamos ver o vídeo para vocês verem a dimensão do que é essa Unaspub. Então, ela dá um bom exemplo de como é que foi essa roubalheira no INSS.

Pode ir passando o vídeo – se der para dar um *zoom* – para o pessoal ir vendo, e eu vou falando aqui. É uma boa forma de ver essa roubalheira.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tem lá uma sede de uma entidade que é de servidor público, uma casa. Essa casa, essa entidade, então, passa a recolher de aposentados, essa Unaspub, e, de repente, vão esses milhões.

Mas o problema é onde vão parar esses milhões?

A D. Maria da Graça, o senhor conheceu ela? Não, né?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E a D. Janete?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A D. Janete o senhor tinha dito que conheceu, que é filha da D. Maria da Graça, que recebe mil e poucos reais, ela tem 72 anos de idade. O dinheiro não foi para ela, para D. Maria das Graças, nem para a Janete. Onde foi parar esse dinheiro da Unaspub? Não foi para os filiados, porque os filiados todos agora reclamam e querem o dinheiro de volta. Aliás, não é nunca dizer que o Presidente Lula mandou devolver o dinheiro. Os aposentados estão recebendo o dinheiro que foi roubado lá atrás, que, como vocês viram, começou no Governo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, olha aqui, a Unaspub faz o crédito para a empresa do senhor, de 4,051 milhões através de Pix recebido pela Unaspub. Como é que a D. Maria da Graça ia passar 4 milhões para uma empresa de prestação de serviços, e o senhor não consegue explicar o que foi feito?

Depois, para o Careca, um crédito de 1,659 milhão na Call Center; e, na Consultoria Prospect Empresarial, que também é do Careca, 1,620 milhão; e depois, para a Callvox, do senhor, vai 1,235 milhão. Isso sendo feito pela D. Maria das Graças. Inacreditável que a D. Maria das Graças tenha algum conhecimento disso e também a D. Janete.

Então, esse é realmente um esquema que mostra esse funcionamento. A entidade é uma entidade picareta – no caso, essa Unaspub –, de servidor público, utilizada para pegar aposentado, levar para lá como se fosse filiado, descontar 40, 50, R$60, Presidente, todo mês, que é o que o senhor tem dito aí dessa roubalheira. O coitado do aposentado nem sabe que entidade é essa. Ela está lá num bairro de Itapoã, em Belo Horizonte, ninguém nem sabe que isso existe, não tem a menor representação sindical, não representa ninguém, não presta serviço a ninguém, e todo esse desconto é feito na conta – ou no nome, melhor dizendo – de uma senhora de 72 anos, que é utilizada como laranja, e aparece o senhor Domingos Sávio junto com o Careca nesse procedimento todo.

Então, dá para a gente perceber que se trata mesmo de quadrilhas que atuaram, essa é uma delas. Já veio aqui... Só não veio o Camisotti, né? O Ministro André Mendonça não deixa o Camisotti vir, impediu – logo o Camisotti – de vir. Aliás, é o único que não veio. O Ministro André Mendonça está devendo isso para a gente, viu, Presidente? Ele devia liberar pelo menos o Camisotti, para vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele se comprometeu a levar à turma do Supremo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ah, ele próprio podia ter dado, pelo menos, o mesmo *habeas corpus* que os outros deram. O Ministro André Mendonça está pisando na bola. Não está parecendo nem terrivelmente evangélico, não ajuda a gente nem com uma oraçãozinha aqui para a gente descobrir esse negócio. Então, ele podia nos ajudar mais a descobrir, porque o Camisotti é peça-chave nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente vai vendo todo esse esquema montado. Então, são quadrilhas antigas, quadrilhas que existiam desde aquela época.

Os bolsonaristas têm mania de dar tiro no pé. Então, eles, quando fizeram a CPMI do golpe, eles acharam que com a CPMI do golpe iam mostrar que a culpa do golpe era do Lula, que não reprimiu os golpistas que eram eles, que foram lá e aqui quebrar tudo, infiltrados. Não conseguiram comprovar isso e ficou provado que o chefe do golpe era o Bolsonaro, que, aliás, ontem reconheceu que, de fato, ele tentou o golpe, mas ele parou no meio. Então, eles reconheceram que deram o golpe, o que deixou os bolsonaristas aqui intrigados. Ele tentou dar o golpe, mas parou no meio, porque desistiu. Isso foi a peça que ele apresentou ontem.

Então, deram um tiro no pé e hoje estão aí choramingando anistia para quem tentou acabar com a democracia, o que eu acho um absurdo, né? A pessoa tenta acabar com o direito do voto do povo e ainda quer ser anistiada.

Mas bem, agora deram esse tiro no pé, acharam que iam chegar aqui e dizer: "Olha, a culpa é do Lula, olha o que o Lula fez, o maior roubo da história". Chegaram com essa estória – Bolsonarista tem estória com "e", hoje eles chamam de narrativa. E eles acham que os fatos vão se encaixar na estória que eles montaram. O problema é que está comprovado, isto é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... são quadrilhas que vieram, antigas, adentraram agora, evidentemente, em 2023, 2024, e, em 2025, estão sendo desfeitas. E a CPMI tem, sim, uma importância grande nesse processo. Essa quadrilha está sendo desfeita, está sendo apanhada. E, portanto, graças ao trabalho da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União, da imprensa, de um Governo que quer de fato investigar e desta CPMI, nós estamos pegando realmente a verdade e os fatos.

É uma pena que o Dr. Domingos Sávio agora não tenha contribuído conosco, mas, por mim, para mim, o senhor sai daqui como o verdadeiro dono dessa Aspub, que é uma entidade de servidor público, portanto, uma entidade de mentirinha, de fachada, que tem uma casa para pegar recursos dos aposentados. Infelizmente é isso que a gente está vendo.

Que os aposentados saibam o que realmente está acontecendo neste país!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Viana.

Presidente Viana, desculpa, hoje eu fiquei bem ausente, estou no Plenário e estou recebendo ligações aqui de várias associações de moradores da cidade do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro, Estágio 4 de segurança, de cinco tracinhos aqui, nivelador de risco quase em nível máximo, 60 pessoas mortas, quatro policiais mortos, maior operação já realizada, *drones* tacando bomba nos carros das polícias, dos policiais, tanto das polícias civis, da polícia civil como da polícia militar. Realmente é de a gente ficar estarrecido, fruto de um Governo que realmente não dá bola para a segurança pública, um Governo Federal que não gosta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro pedindo socorro há muito tempo, maior número de militares aquartelados...

Sr. Domingos, obrigado pela sua presença; Renata.

Eu vou fazer a mesma pergunta que eu comecei ontem com o Sr. Alexandre, que foi Diretor de Governança do INSS. Eu fiz a pergunta: é o senhor mesmo que contratou a sua advogada?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim? Que bom, porque ontem eu fiz uma referência justamente porque outros convidados, o senhor é o 23º... Muitos advogados ficavam ofendidos com essa pergunta, porque tem uma lei que traz o sigilo profissional, se eu não me engano. Eu anotei aqui: a Lei 8.906, de 94. Mas a gente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, na sala.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Nós, Deputados e Senadores, criamos, alteramos e revogamos leis, e é muito importante que, em se tratando de desvio de recurso público, de tráfico de drogas, a gente não tenha esse sigilo entre contratante e contratado no caso dos advogados.

Sr. Domingos, nós não conseguimos mensurar o dano que foi causado aqui a 192 mil associados da Unaspub, quando ligavam para o *call center* fazendo uma reclamação, seja pelo desconto indevido, seja por quanto esse recurso fez falta na vida dessa pessoa. Então, semana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

passada, um repórter me perguntou e falou: "Luiz, você tem ideia do dano que foi?". Eu falei: "Não, a gente não tem, porque foram 6 milhões de aposentados descontados irregularmente". A gente não sabe quantos vieram a falecer por uma ausência de recurso ou preocupação. Atinge a família dessas pessoas também, muitos aposentados sustentam os seus familiares. Então, a gente não tem como ter um resultado, assim, efetivo e real desse problema.

Os descontos eram obrigatórios, né? Todo o mandato do Presidente Lula, o primeiro, o segundo, Dilma 1, Dilma 2, até o Temer, quando teve a reforma trabalhista, aí passaram esses descontos a não serem mais obrigatórios, e criou-se toda essa...

O senhor com certeza é uma pessoa muito inteligente, o Careca também, e usaram muito dessa inteligência para fazer essas captações – não diretamente o senhor, porque o senhor prestava um serviço ali de *call center*, mas através de outras empresas também. E eu gostaria de confirmar aqui que se o senhor tinha ligação realmente com essas empresas aqui. Da DM&H Assessoria Empresarial o senhor fazia parte?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Me mantenho em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Prevenir Corretora, Prevent Brasil, Sociedade Beneficente... Consta aqui do nosso resumo da assessoria legislativa como o senhor sendo ex-sócio das duas primeiras e sócio das duas últimas. As viagens suspeitas a Belo Horizonte, à sede da Unaspub e da Abrasprev... Mas eu vou fazer algumas perguntas aqui para o senhor da nossa assessoria legislativa.

Eu não me apresentei ao senhor. O meu nome é Luiz Lima, eu sou do Partido Novo, do Rio de Janeiro.

A primeira pergunta: quais foram as maiores transações financeiras entre suas empresas e contas ligadas a Antônio Carlos Camilo Antunes?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor teve parcerias comerciais com Maurício Camisotti ou suas entidades para serviços de *telemarketing*?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Me mantenho em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Suas equipes de *telemarketing* recebiam metas ou bonificações baseadas no número de adesões obtidas?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Me mantenho em silêncio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Houve casos em que suas empresas gerenciaram ou validaram procurações de aposentados sem consentimento explícito?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Me mantenho em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor teve parcerias comerciais com Maurício Camisotti ou suas entidades para serviços de *telemarketing*?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado.

O senhor não sente vontade nenhuma ou é uma orientação do advogado em não responder? Hã? Orientação.

Eu queria agora conversar com as pessoas que estão em casa. Estamos aqui com quase 30 mil pessoas. Agradeçam ao nosso Judiciário brasileiro de não valorizar uma CPMI feita por Deputados de diferentes regiões do Brasil, de diferentes profissões, diferentes níveis educacionais, diferentes histórias, e que não há *media training* que prepara um advogado ou um depoente aqui para estar à nossa frente. Essa aqui é a melhor oportunidade para que o brasileiro esclareça os fatos, porque são perguntas completamente diferentes. Eu mesmo gostaria de conversar mais com o depoente, mas ele não quer conversar comigo.

Então, no Brasil, quem tem recurso financeiro ganha *habeas corpus* – e ganha *habeas corpus* de primeira classe, de segunda classe, de terceira classe. É igual Titanic: o *habeas corpus* está lá em cima, comendo do bom e do melhor, e quem não tem *habeas corpus* fica lá naqueles quartinhos e nem vê o horizonte, porque está abaixo do nível da água. Então, a gente tem 23 depoentes aqui, cada um com a sua história. A gente tem desde o Rubens, que veio aqui e foi preso; a gente teve o Carlos Roberto, Presidente da Conafer, que saiu daqui preso também; mas a gente teve pessoas simples, como hoje um Henrique Binder, piloto de avião, que mora num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

local simples, que veio sem advogado. E a gente tem pessoas que vêm com escritórios de advocacia caríssimos, escritórios de advocacia mais simples, advogados com muitos contatos aqui no Poder Legislativo, no Poder Judiciário, no Poder Executivo. Então, a nossa Justiça brasileira não é linear. Ela não é uma Justiça democrática, ela não é uma Justiça que protege de fato o cidadão.

E eu vou fazer um desabafo aqui: o STF, com essas decisões, está servindo de escudo para esses esquemas, e não de escudo para o cidadão brasileiro.

Então, quando a gente vê Conafer, Sindnapi, a Contag, Careca, Camisotti, eles vão fazer como uma farmácia que vende medicamento irregular: a farmácia fecha, eles alteram o CNPJ e partem para outra. Se essas pessoas não receberem uma punição exemplar, fatos como esse serão reinventados, e o brasileiro continuará sendo lesado.

Obrigado, Sr. Domingos, pela presença, Renata.

Obrigado, Presidente Viana, Relator Alfredo Gaspar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Luiz.

Deputado Alencar Santana, com a palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Sr. Domingos, o senhor é dono da Callvox, é isso?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Eu vou me manter em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – V. Exa...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Ah, sim. Perdão.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, entendi. Sim?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E ela foi criada quando?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – Maio de 2022.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Se o senhor puder falar no microfone...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Maio de 2022.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Dia 3 de maio de 2022, correto? (*Pausa.*)

Para qual entidade a Callvox prestou serviço?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou manter silêncio.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá.

Por acaso, prestou serviço para Unaspub?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Antes dessa... da Callvox, dessa empresa, o senhor atuava também no ramo de *telemarketing*, antes de 21?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Pois bem, ele deu uma resposta aqui que é importante a gente destacar, é importante destacar! O senhor, que já teve problemas com o Judiciário brasileiro, também com algumas fraudes cometidas contra as pessoas também que tiveram dados manipulados, o senhor cria uma empresa em maio de 22 – maio de 22 –, gestão do ex-Presidente Jair Bolsonaro; Oliveira, Presidente do INSS, Oliveira que foi Superintendente em São Paulo, ainda no Governo Temer, e disse aqui, disse aqui, que foi nomeado pós-entrada do Temer, ele ficou fora do INSS, apesar de ser servidor de carreira desde 2003 a 2016, retorna no Governo Temer, onde ali, naquele período, o próprio Procon de São Paulo, ainda em 18, relata para ele reclamações de descontos indevidos, e coincidentemente, no Distrito Federal, de onde o senhor é, aconteciam também descontos indevidos dos servidores do Distrito Federal. E o senhor na sequência teve problemas judiciais em relação a isso, salvo engano até uma condenação. E aí o senhor cria uma nova empresa, em 2022, gestão Bolsonaro – enquanto o Oliveira atuava, começava a atuar em São Paulo, o senhor aqui atuava, no caso, para o servidor do DF –, mas depois monta uma empresa para representar... O senhor pode dizer pelo menos o que significa Unaspub, a sigla?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, eu vou te dizer o que significa aqui – pode pegar para mim o nome da entidade –: é a União Nacional dos Servidores Públicos do Brasil. Não é de aposentados – não é de aposentados.

O senhor, através dos seus funcionários, que estavam também na gestão de uma empresa anterior, da Unibap, que fez o convênio, o ACT, em 2021... Mas o senhor cria uma entidade de servidor, fazia parte dela, é contratado por ela. Aliás, essa entidade se associa ao INSS, representando servidores públicos, fazendo o desconto de aposentados. São representações diferentes.

Isso ocorreu... Dia 26/04/22, é feito o ACT entre a Unaspub e o INSS. Dia 3 de maio do mesmo ano, 2022, gestão Bolsonaro, o senhor monta a Callvox. Para prestar serviço para quem? Para quem? Será que alguém consegue adivinhar? Para a Unaspub, e ali ganha milhões, mais de 700 milhões.

É muito estranho, né? Muita coincidência. Aqui já teve um cara que admitiu que montou empresa para lavar o dinheiro da Conafer, admitiu publicamente que ele contratou uma empresa e recebia para fazer o pagamento, e ainda achou que era inocente. Essa, não sei se... Pior que é... Tem criatividade no jogo. O cara admite que faz isso, mas: "Não, sou inocente, eu sou contratado para pagar", e estava claramente sendo contratado para lavar o dinheiro.

O senhor aqui também operou contratos vultuosos, simulando pessoas que se associavam à entidade sem autorização, manipulando a vontade, enganando, como... dando prêmios, prêmios para os trabalhadores da sua empresa: quem trouxer mais associados vai ganhar um prêmio. Ou seja, enganem as pessoas, tragam informações falsas e ainda serão premiados. E assim foi recebendo dinheiro – e assim foi recebendo dinheiro.

Tem uma relação umbilical com o Careca, que está preso, que tem inúmeros problemas – inúmeros problemas. Aliás, é uma pessoa que a gente vê o nome dele aparecendo em várias relações, e o senhor tem uma empresa, uma sociedade cujo nome é a sigla dos dois: ACDS, é Antônio Camilo e Domingos Sávio. Haja irmandade, né? Botaram ali as siglas iniciais numa sociedade que parecia de grandes amigos, que queriam eternizar a sigla do nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda teve a Unibap, que faturou 180 milhões, que é aquela que tem um convênio de 21, onde supostamente teria pessoas que trabalhavam contigo, que eram diretores dessas entidades, também sem serem aposentados – também sem serem aposentados.

Olha, Presidente, eu falei hoje de manhã que nós temos que chegar, de fato, a quem eram as principais figuras por detrás, porque é muita... É muito... São pequenos grupos que estão numa grande teia, com pessoas em comum – pessoas em comum. Sem dúvida, o Careca é uma delas, o Camisotti é outra delas, o Presidente da Conafer é outra delas, o Oliveira é outra dessas pessoas.

Aliás, eu estou preparando, Presidente – e quero pedir aqui o apoio de vocês, desta Comissão... Oliveira se aposentou hoje, mas foi aberto contra ele um processo administrativo, ele não poderia se aposentar. Isso demonstra como ele deve ter algumas teias de relação ainda com eventuais servidores de carreira para ter conseguido se aposentar mesmo com processo administrativo.

Nós temos que cassar, ou no mínimo suspender, por ora, até o final da investigação essa aposentadoria. Porque não é justo esse cara que roubou o INSS, que tramou, que fez articulação com entidades laranjas, com um monte de parceria e ainda receber a aposentadoria. É algo vexatório para nós, se deixarmos isso avançar, antes da conclusão de toda a investigação. Se ele não tiver nada a ver, vai ser inocentado, vai ter direito à sua aposentadoria normal. Se não, ele pode ser... pode também ser demitido a bem do serviço público e não terá direito a essa aposentadoria ou eventualmente condenado pela Justiça e também com a colaboração desta CPMI.

Mas, Sr. Domingos, a investigação vai continuar – ela continua. Eu não tenho dúvida também, pelas informações que a gente tem aqui, de que o senhor está muito envolvido – muito envolvido. O senhor já teve uma condenação anterior, mas a pena não foi tão alta e permitiu que ficasse em liberdade, mas creio que, na próxima, o futuro será diferente. O futuro será diferente.

Talvez, o senhor pudesse responder às nossas perguntas, colaborar com esta Comissão, com esta investigação, esclarecer às pessoas que estão nos assistindo, e são milhões, que querem um resultado, que querem saber quem foram os covardes que roubaram de maneira silenciosa, manipulando a vontade, ou fraudando documentos, ou fraudando gravações de telefone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês foram criativos. O senhor montou uma empresa de *call center* para fraudar a resposta do outro lado da pessoa. Se não é isso, explique-se. Tem todo o direito. O senhor tem todo o direito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Aproveite esta Comissão e fale para todos nós. O que o angustia? O senhor não quer falar. Está dada a oportunidade. Não terá depois.

Não adianta achar: "Não, mas isso não é verdade, ou não foi bem assim". Então se explique. Nós estamos aqui esperando o senhor se explicar. É o senhor que não está respondendo. Podem ter certeza de que nós desejamos respostas e, acima de tudo, verdades. E não somos só nós, são as pessoas que estão nos acompanhando, esperando desta CPMI, desta Comissão Mista, um trabalho efetivo, conclusões efetivas e acima de tudo, mais uma vez, a verdade.

É importante lembrar que teve um veto à medida provisória do Presidente Bolsonaro que permitiu que os dados fossem negociados – dos aposentados. E os senhores se utilizaram de dados fraudados, de informações, de dados dos aposentados para fraudar falsas adesões às entidades e fazer os descontos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra, o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Domingos Sávio de Castro, quero dizer que eu sou pai de dois filhos. Meu pai é um pequeno agricultor, minha mãe trabalha ainda na roça. E não é nada confortável, para mim, estar aqui diante do senhor, já com 61 anos de idade, sendo acusado de ter roubado os aposentados deste país, de gente que, às vezes, 50, 60, R$70 fizeram falta para um medicamento, um presente para o neto... Não sei se o senhor tem filhos, ou se o senhor já tem netos. O senhor pode... O senhor pode responder se tem, ou não?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Não tenho.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, acho que se o senhor tivesse, ia doer ainda mais o coração. Talvez o senhor não conheça a luta de um homem que, aos oitenta e poucos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos de idade, superou um câncer, como no caso do meu pai, ao lado da minha mãe, continuam agricultores e foram roubados – como o senhor não se defende – por gente igual ao senhor. O senhor está envolvido num crime desse tamanho.

Porque o senhor, como tinha o Seu Adelino, me desculpe a expressão, o senhor é um péssimo patrão. Colocar alguém para receber R$5 mil para ter essa movimentação milionária na conta... Olha, eu vou dar parabéns ao Adelino, ele devia ser realmente uma pessoa muito íntegra, porque ou ele ia trabalhar, tendo competência para administrar tantos recursos, ou o senhor melhorava o salário dele, ou ele tinha outras fontes de renda, porque não dá para imaginar alguém, por esse pouco valor, que tinha uma ligação direta com a Sra. Thaisa Hoffmann, que é uma senhora que chegou aqui e dava até dó. Parecia bobinha, simplinha, inocente, e de repente descobre-se que ela é partícipe de um grande esquema que foi montado.

O senhor chega aqui como dono, como sócio, como operador de três grandes, quatro grandes empresas, relações diretas, com movimentações milionárias, ligadas diretamente, nos dados passados pela Polícia Federal, ao Sr. Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS. Com quem que o senhor foi se meter? Ou o senhor é muito inocente para acreditar num recurso desses... Até pela sua aparência, o senhor parece um homem de uma boa instrução. Naturalmente, ao fazer uma sociedade como essa, ao abrir uma empresa com exclusividade para atender um senhor igual a esse, minimamente o senhor deveria ter tido o cuidado de rastrear a origem, a identidade, saber do seu negócio, como que ele operava.

Porque, assim, eu imagino que alguém que vai abrir uma empresa para atender um terceiro – processo comum, às vezes, não tem nada de estranho –, naturalmente, vai querer saber a origem, qual é a tramitação, com o que trabalha, o que faz. Então, ou o senhor é muito inocente – o senhor vai ter que provar a sua inocência – ou naturalmente o senhor foi realmente um dos mentores desse plano de negócio. Porque o *modus operandi* das empresas do senhor em que o senhor está envolvido é exatamente igual aos outros que passaram aqui. É o mesmo fluxo, a mesma metodologia, a mesma empresa de serviço, a mesma orientação, com um agravante que eu vou citar aqui depois.

Portanto, eu imagino, volto a dizer aqui, que é muito ruim para nós. Eu estou aqui me sentindo mal de olhar para o senhor, olhar para uma advogada, aparentemente jovem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

possivelmente nos primeiros anos ainda, estou imaginando aqui, não tem tantos anos assim. É deprimente saber que você pede voto, vai na sua região, casa por casa, cria a expectativa de que você vem aqui para Brasília para produzir legislação, para simplificar este país, para baratear a contratação de mão de obra, e eu felizmente tive que trabalhar e assim deu este resultado: fui titular da Comissão de *impeachment* que afastou aquele desastre chamado Dilma. Fui ao... Cheguei aqui nesta Casa, eleito por isso; já participei de cinco ou seis CPIs, mas esta é a mais dura, porque vocês roubaram os aposentados. Não é porque na defesa pessoal do meu pai e da minha mãe, não, porque eles representam milhares de aposentados, inclusive com a ligação com essa Conafer e com a ligação que teve aqui o Sr. Careca da Contag, porque esse, com certeza, vai ser um dos grandes momentos aqui nesta Casa: mostrar como foram roubados os aposentados rurais deste país.

A Contag, que fica com esse discurso que ajuda... que se apropriou do termo da agricultura familiar, da reforma agrária... Eles se apropriaram desses crimes para se juntarem ao MST – esse é outro terrorista... Inclusive, o MST está sendo investigado agora, porque ele está oferecendo milícia armada para ir lutar na Venezuela, ao lado do Maduro, para defender o regime de Maduro. Olha o rolo em que o senhor está metido. Eu jamais imaginaria que uma pessoa de boa aparência como o senhor, ladeado por uma advogada jovem, estaria aqui, calado, diante de uma acusação pela qual o senhor vai ter uma punição, com certeza, exemplar no mundo dos homens.

Mas assim como o Frei Chico, que de padre não é nada... Eu já disse aqui nesta Casa que ele é um pregador da sinagoga do Satanás, porque lá estão os maus pregadores e os falsos profetas.

E aí o sistema... o fluxo que a polícia nos passou de como vocês usavam os sinais de alerta, como operam golpes contra aposentados: ligação ou mensagem fingindo ser banco, INSS, concessionária; pedem dados, código de SMS ou transferência; oferta de antecipação de benefícios ou promessa de auxílio com pagamento adiantado; pessoas que se aproximam pessoalmente dizendo que vão ajudar a sacar, a receber benefício; pedido para receber pequeno favor; buscar envelope; assinar papel que depois serve para fraudar; pressão para entregar documentos, cartões ou senhas rapidamente; fraudes via WhatsApp, Telegram ou *link*; arquivos que podem ser dados ou fazer instalar um App malicioso... Olha o *modus operandi* que... Parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dele o senhor operava nos *call centers* e parte dele outras questões que fazia, como era o *modus operandi* para poder abordar, então, os nossos aposentados.

E agora – eu já passei aqui na oportunidade, mas era muito tarde da noite – eu vou passar um filme aqui, lúdico, para o senhor ver como isso foi montado. Amigos, irmãos, companheiros, cúmplices de um mesmo crime.

Soltem o vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Obrigado. Pode ter certeza, Sr. Domingos, que, no dia em que todos vocês estiverem presos, espero que estejam em uma única cela, esse vai ser o diálogo de vocês, um reconhecendo o outro, sabendo o que o outro fez, a participação... O senhor vai ter conhecimento claro da quadrilha em que o senhor foi até aqui envolvido. O senhor vai ter que se defender para dizer que o senhor não participou dela, mas nós vamos filmar o grande encontro de vocês, com certeza, já no presídio, e vai ser exatamente assim o reconhecimento de um a um. O entendimento do crime não vai acabar com cerveja, naturalmente; vai acabar com a cela, com a boa prisão, caso vocês não se defendam, com muita clareza, com lucidez, de não terem participado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Evair de Melo.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhor depoente, hoje, a exemplo de tantas outras reuniões, nós estamos tendo aqui a oportunidade – ou pelo menos tivemos de forma parcial – de ouvir de que forma um dos acusados, um daqueles que está dentro desse processo – investigados, no caso – tenta demonstrar aqui de que forma esse mecanismo aconteceu nas entranhas do sistema previdenciário, respeitando, inclusive, a presunção de inocência, o direito constitucional do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

habeas corpus, que lhe permite o silêncio. Eu não vou nem indagar, para evitar, inclusive, uma perda de tempo recíproca.

Nesse caso, nós temos um problema objetivo que é uma condenação anterior, que é um ato que antecedeu esse processo, o senhor já não é primário nessa questão de organização criminosa. E nós estamos aqui debruçados em uma organização criminosa com várias células distintas: uma liderada pelo Sr. Camisotti, aparentemente, o Sr. Antônio Camilo, outra por essa Cecília, um outro por esse grupo, que foi denominado aqui por alguns integrantes de "*golden boys*", enfim, nós estamos... As associações ligadas aos sindicatos de esquerda, como Contag, como Conafer... Que, aliás, é importante que aqueles que estão nos ouvindo prestem bem atenção. São duas faces da mesma moeda: Conafer, Força Sindical; Contag, CUT... Então, são as duas maiores centrais sindicais do Brasil e aqui se antagonizam como se fossem vestais, como se não tivessem nada a ver com o problema.

E a gente vem ouvindo aqui: "Ah, porque fulano, porque sicrano...", "Este Governo, aquele Governo...", "Isso nunca aconteceu.", "Esse é o primeiro Governo que combate...". Eu vou repetir: este Brasil é muito forte; são 20 anos de Partido dos Trabalhadores e estamos aqui ainda, desde o princípio do século XX, estamos aqui ainda, resistindo. Estamos resistindo, mas existe uma espécie de ovo da serpente, porque, quando se começa a tratar de previdência... Eu resgatei aqui uma matéria – olha que coisa linda –: "CPIs investigam irregularidades em aposentadorias desde 1947 [...]". (*Risos.*) Eu acho que é um alerta para todos nós aqui, primeiro para a gente deixar de conversar bobagens, de dizer: "Olha, isso nunca existiu, isso começou no Governo do Presidente Bolsonaro e o Governo do PT combateu." – 47; 76 anos. A corrupção no Brasil é endêmica, infelizmente. Mas não é no Brasil só, não; é em qualquer serviço público, em qualquer lugar do mundo. Você sabe qual é a diferença? Alguns governos convivem com isso, acham normal, naturalizam, banalizam, é como a moral: "Ah, isso não é ilegal". Mas não é moral, não é certo.

A gente escutou aqui um desfile de depoentes que vieram dizer aqui: "Não, o fato de eu ter feito uma empresa na transição, quando terminou o processo eleitoral, não tinha nada que fosse ilegal". Poderia até não ser ilegal. Eu acho que é ilegal, sim, porque há um claro conflito de interesse. Um procurador... O Coordenador Jurídico do Ministério da Previdência, depois Procurador do INSS, a esposa abre uma empresa na transição, o Sr. Alexandre Guimarães abre uma empresa na transição. O Sr. Eric Fidelis começa a operar na transição. É um padrão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, vejam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores ao longo de 20 anos. E a gente escuta aqui: "Não temos nada a ver com isso".

Vamos lá, só para a gente esclarecer.

Virgílio Oliveira, que foi jogado aqui aos leões, um cidadão que chegou aqui com um currículo, com um histórico, e a esquerda simplesmente disse: "Não, você não é nosso". Mas ele chegou aqui e ele disse sabe como? "A Presidenta Dilma." Me parece que é um cartão de apresentação de quem tem um viés político-ideológico. E esse cidadão entra em 2008 como assessor da Casa Civil da Presidenta Dilma, em 2008, Governo do Lula; em 2011, quando o Gabas, que é a figura onipresente que mais entende de previdência do lado do Partido dos Trabalhadores, era o Secretário-Executivo de Garibaldi, esse cidadão era Coordenador-Geral do processo administrativo disciplinar da Consultoria Jurídica; em 13 e 14, com a Presidente Dilma de novo, e com o Gabas de novo, Consultor Jurídico do instituto do Ministério da Previdência; em 2014, Consultor Jurídico do Ministério da Previdência; em 2017, ele entra na Previc; em 2020, aí sim, ele chega ao INSS, fica até 22, sai no final de 22 e volta como Procurador do INSS. O PT não tem nada a ver com esse cidadão. Foi o Bolsonaro que inventou ele.

Aí vem o André Fidelis, que é outro que está sendo jogado aqui às feras. Quem é o André Fidelis? Começa em 2009, era Superintendente do INSS da Região Norte e Nordeste, com Lula 2 e Dilma 1; 2013, 2014, onde é que esse cidadão está? Chefe de gabinete do Ministério da Previdência Social. Junto com quem? Com o Sr. Virgílio. Olha que coincidência. E volta em 2023, 24 na Dirben, na Diretoria de Benefícios do Governo do PT.

Aí vem a Sra. Tonia Galleti, que a gente ouviu aqui falar que faz parte de uma das centrais sindicais mais importantes da esquerda. Essa cidadã tem uma longa, uma longeva carreira aqui de operadora do sistema de descontos assistenciais. E ela também monta uma empresa, recebe milhões. E ela é membro da equipe de transição da Previdência do atual Governo junto com quem? Com o Ricardo Silva, que foi o cidadão que era Deputado e que retirou o desconto –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desculpe, a revalidação – da medida provisória. E eles se encontram junto com o Stefanutto, que coordena o programa de transição nesse processo, então, todos juntos, todos juntos.

Mas o problema começou apenas no Governo do Presidente Bolsonaro.

Agora vem o ovo da serpente. Eu escutei aqui várias reuniões, Sr. Presidente, várias reuniões, onde se disse o seguinte: "Sabe como é que começou esse problema? Quando, em 2016 [eles falam 17, mas foi em 16], o INSS permitiu que descontos associativos acontecessem em favor de entidades sem carta sindical". Você sabe quem fez isso, Presidente? Stefanutto. Foi quem chocou o ovo da serpente, aquele que chegou aqui e disse que era progressista, que tinha lado, que veio com toda a autoridade. Esse, sim, foi defendido com unhas e dentes pela turma da esquerda aqui nesta Comissão.

Por que eu estou falando isso, gente? Porque a gente escuta aqui acusações que se relativizam. Foi dito, por exemplo, aqui, que o Ministro Onyx tem um filho que prestou assistência jurídica a uma entidade. Bom, num país dessa moral frouxa, onde o atual Ministro da Justiça, que é o responsável pela investigação, tem um filho que presta serviço a entidades envolvidas até o talo nessa roubalheira e, quando é instado, na primeira entrevista, diz: "Eu não vejo conflito de interesse"... Ele não vê conflito de interesse? Um é ex, ele é atual. Se ele não vê conflito de interesse, Deus nos salve! Mas não tem problema, porque é o mesmo que levantou, quando Ministro do STF, a vedação para impedir que houvesse o ataque que foi feito contra as empresas estatais no Brasil – foi ele quem fez isso –, e, depois, coincidentemente, virou Ministro da Justiça. Nesse meio tempo, as empresas brasileiras foram assaltadas – assaltadas. Veja o que aconteceu, no final do Governo Bolsonaro, com o superávit...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Veja como é que estão agora: todas deficitárias. E o exemplo, para a gente não se estender muito, são os Correios. Olha o que fizeram com os Correios, Presidente! Olha o que é que está acontecendo!

Então, nós, aqui, precisamos entender o seguinte: que isso é um padrão, é um *modus operandi*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, o que eu espero, sinceramente, é que, na próxima semana... E eu vou amanhã mesmo mandar para todos os Senadores, os 81, eu quero aqui a ajuda de todos, o pedido para que nós possamos pautar, Senador Carlos Viana, com urgência, sem a necessidade de passar na Comissão, para que o relatório, inclusive, o parecer seja dado em Plenário, para acabarmos de uma vez com o desconto associativo junto aos senhores aposentados da Previdência... Nós temos que ter 41 ou 42 assinaturas. Eu sei que vou ter a de V. Sa., mas vamos ver aqui se o discurso do PT vai se materializar na prática e nós vamos ter o apoio dos Líderes do PT para votarmos, na terça ou quarta-feira da próxima semana, o fim dessa chaga, desse mal que tem assolado a população brasileira, em especial, os mais frágeis, que são os aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Pela ordem, por gentileza. Aproveitando essa sugestão do Deputado Rogerio Marinho... do Senador Rogerio Marinho, eu queria ratificar aqui uma sugestão no que diz respeito aos empréstimos consignados. V. Exa. sabe que o dano gerado pelos empréstimos consignados é 16 vezes maior do que os descontos realizados pelo INSS, que são nocivos. Na Câmara, nós votamos favoráveis à proibição desse desconto associativo, mas, infelizmente, o nosso destaque, a nossa emenda não foi aprovada, não foi, foi rejeitada, para que o empréstimo consignado para pessoa vulnerável, pessoa que recebe benefício social, pessoa idosa, ele só possa ser realizado na agência bancária, por uma assinatura na presença de duas testemunhas e com biometria, pois, no Estado do Maranhão, assim como em qualquer lugar deste país, quando se faz o empréstimo consignado, infelizmente, esse empréstimo consignado é feito pelo "pastinha", é feito por um sujeito que não é bancário, não é do INSS, mas se identifica como tal e assim ludibria aquele consumidor e acaba gerando uma série de danos a ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, também essa é uma sugestão para, assim como contrário ao desconto associativo, também ser contrário ao...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Empréstimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... desconto realizado pelo empréstimo consignado, da forma como ele é realizado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Pois não.

Na sequência aqui. Atenção, Rondônia! Deputado Coronel Chrisóstomo. Montanha!

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Montanha é o nome de guerra, é o grito de guerra do quartel onde o nosso Presidente serviu, em São João del Rei, lá em Minas Gerais.

Olá, Rondônia! Olá, Brasil! Olá, Alagoas! O Relator acordou.

Senhores e senhoras, Presidente, Sr. Relator, Sr. Domingos Sávio, Dra. Renata, meus cumprimentos a todos os senhores.

Estava atento, sempre fico atento às falas aqui, mas, às vezes, eu tenho que sair para cumprir outras missões. E veja bem, Presidente, fui agora a uma área hospitalar. E, por incrível que pareça, várias pessoas que estavam lá vieram até mim parabenizando pela CPMI – é real o que eu estou falando para o senhor –, senhor, senhoras, várias pessoas, até o povo do Uber agradeceu. O Brasil está olhando esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Os únicos que não ficam sensibilizados são as pessoas que vêm aqui depor.

Eu, olhando o Sr. Domingos Sávio, prestei atenção no senhor. Eu sou operador psicológico, sou um homem de guerra. E o operador psicológico é uma peça muito importante na guerra, ele é que faz o inimigo cair antes do tiro. Percebi que o senhor parece pouco sensível a tudo que está sendo tratado aqui – o que é triste! Porque o senhor sabe quais as pessoas que estão sofrendo por esse roubo? Uma pergunta: o senhor sabe quais as pessoas que estão sofrendo, ontem, hoje, por esse roubo dos aposentados?

Eu estou fazendo uma pergunta para o senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio. Desculpa.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pois é. Está bem. Então, vou lhe falar. Não só os idosos, os seus netinhos, porque muitos dos netinhos dependem do pouco dinheiro dos nossos aposentados e pensionistas. São eles que estão sofrendo também, porque os avós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostam, amam ajudar os seus netinhos, até para fazer uma faculdade, para ir para a escola, Doutora. Esses estão sofrendo. O remédio de que muitas vezes não só o aposentado precisa, como alguém da família, vem desse dinheiro dos aposentados e pensionistas, Relator. Essas famílias estão sofrendo, porque o pouco dinheiro, Van Hattem, que roubaram deles, o pouco, considerando a mensalidade, mas, juntando, é muito para as famílias desses aposentados do Brasil todo... É um assalto.

E eu fico pasmo de os senhores chegarem aqui e ficarem: "Eu não posso falar. Eu vou ficar calado porque a minha doutora disse para ficar calado". É uma vergonha para nós Parlamentares e para o povo brasileiro. Os senhores... Os senhores deveriam abrir a boca aqui, ó. O mea-culpa faz parte. Mas os senhores vêm aqui... Na hora de tirar do povo, é fácil. Na hora de falar as verdades, se calam. E essas famílias continuam sofrendo pelo roubo que fizeram contra os nossos aposentados, pensionistas e doentes. São desses que vocês tiraram. E isso causa um reflexo muito grande em muitas famílias. E o pior são as famílias mais pobres, porque vocês arrebentaram a vida dos nossos aposentados e pensionistas e dos vulneráveis. É muito triste isso.

Como você se conectou profissionalmente com Antônio Carlos Camilo?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Me mantenho em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mantém o silêncio, rapaz. Que coisa, hein?

Quais regiões do Brasil – agora eu vou falar da minha Rondônia – foram foco principal das campanhas de *telemarketing* de suas empresas para aposentados rurais?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Me mantenho em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É agora que eu ia perguntar se o senhor agiu em Rondônia. Se o senhor mantém o silêncio, não vai falar, né? Pois é.

É muito triste, Brasil. É muito triste, Rondônia, nós estarmos aqui desde manhã cedo – em torno de 8h eu estava aqui –, e os senhores vêm dizer que vão manter o silêncio. E o povo brasileiro fica sem a resposta de vocês. Até a defesa não está sendo feita, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas esperar um outro momento é legal? Está usando o processo legal. Agora, o povo não quer saber se é legal ou não é legal; ele quer saber o seguinte: "Onde está o meu dinheiro?". E vocês se calam, vocês se acovardam para os nossos brasileiros. E nós Parlamentares ficamos aqui buscando, tentando interrogá-los de uma forma mais contundente para que os senhores falem, e aqui se calam. É vergonhoso isso. As crianças doentes, com microcefalia, com síndrome de Down, ficam sem parte do dinheiro, porque vocês roubaram eles. E aqui ficam calados. Agora, na hora de serem os paladinos do roubo, são os grandes leões. E, diante das nossas perguntas, ficam paralisados. Isso me deixa bastante raivoso. Sinceramente...

E o povo brasileiro está vendo. E ele, lá do outro lado, está bravo com vocês. Injuriados, prejudicados, sofrendo, porque muitos foram roubados por anos. E vocês, com bolso cheio. E eles... uns morrendo por falta do dinheiro, uns sentindo dor, porque, para comprar um Anador, não tinham dinheiro. Com pouco dinheiro, nem o Anador se compra, Presidente. É muito triste. E, quando a pessoa se cala, a gente fica até numa situação: "Vou perguntar o quê, para esse senhor, se ele está calado?".

Enfim, Presidente, eu agradeço essa oportunidade. O povo brasileiro está nos cobrando. O povo brasileiro quer punição para todos eles. O povo brasileiro quer cadeia para esses ladrões!

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É o que eles querem. Eles não querem que amacie a cabeça deles, não. É cadeia, é grade, para todos os que roubaram os nossos aposentados e pensionistas. Não há salvação.

Nós vamos lutar! Essa CPMI, com vários guerreiros aqui Parlamentares, batalhadores, dando tudo de si para esta Comissão Parlamentar, deixando até de cumprir a nossa missão no Senado e na Câmara para cumprir uma missão em nome do povo do Brasil. Não vamos esmorecer. Vamos lutar até o fim, Presidente Carlos Viana, Relator Alfredo Gaspar. Podem ter certeza, Brasil: nós vamos lutar até o último momento.

E o que queremos? A punição a mais grave possível, a mais forte possível, para todos os que roubaram os nossos aposentados e pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu estado, são milhares; mas eu estou em defesa do povo do meu estado e do povo do Brasil também, porque o Parlamentar Federal é responsável pelo Brasil. E vamos continuar lutando. E não vou esmorecer diante de vocês, das caras lavadas que a gente vê de vocês aqui.

Tudo indica que o roubo foi grande. Tudo indica que o assalto foi grande...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... e vocês ficam aqui caladinhos. É uma vergonha, Presidente!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado ao senhor, Excelência.

Eu vou seguir a lista aqui, depois retorno aos que não estavam presentes. O próximo agora – o Marcel van Hattem saiu – é o Deputado Beto Pereira.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Para interpelar.) – Nobre Presidente, nobre Relator, eu inicio dizendo algumas palavras que foram aqui, logo na chegada do depoente Domingos Sávio, proferidas. O senhor chegou a esta Comissão dizendo que não iria assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, pois esta Comissão, através da sua advogada, estava sendo preconceituosa com a sua pessoa, inclusive pedindo preteritamente a sua prisão, mas, depois disso, começa a responder algumas indagações que foram feitas pelo Relator. Em determinado momento, o Sr. Domingos Sávio, por si só, deixa de responder as indagações, até por orientação da sua advogada e exercendo um direito constitucional que tem, enquanto depoente desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas eu entendo que, hoje, nós estamos vivenciando aqui, neste episódio, o encontro que nós estamos tendo com aquele que é e pode ser o secretário-executivo ou o adjunto do Careca. O Sr. Domingos Sávio é um falso corretor que utilizou da sua *expertise* – e essa palavra *expertise* foi proferida, inclusive, pelo senhor – para demonstrar, de forma tutorial, o que nós estamos aí, ao longo do início desse trabalho, desvendando. Foram pessoas que montaram associações fajutas que descontavam dos aposentados e pensionistas, e que montaram, através de empresas laranjas, o escoamento daquilo que era drenado dos aposentados e pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor participou das duas pontas, como procurador de associação e como empresa laranja que drenou esses recursos das associações, inclusive na sua própria pessoa física. Então, o senhor tem, realmente, uma transferência de *expertise* muito grande. Lá daquele primeiro caso da Operação Strike, que já drenava recursos indevidamente, pela qual o senhor foi condenado por formação de quadrilha, neste momento, o senhor transfere essa tecnologia, essa *expertise* para aquele que o senhor disse ser um conhecido de longa data, o Careca do INSS.

Agora eu queria, neste momento aqui, parabenizar. Parabenizar o Relator desta Comissão, Deputado Alfredo Gaspar.

O senhor apresentou aqui, hoje, um quadro que constrangeu, constrangeu o depoente, ao ponto de ele retirar a condição de colaborador e passar à condição de alguém que não falava mais e não colaborava mais. Por quê? Porque ele estava se envolvendo de forma a, daqui a um pouco, não dar conta mais de sair.

E todos os apontamentos foram feitos de forma primorosa.

Parabéns pelo trabalho, Alfredo. Nós não tínhamos dúvida alguma de que, ao colocarmos V. Exa. na condição de Relator, haveria muita dedicação, haveria muita entrega, e nós aproveitaríamos aquilo que é o *expertise* para o bem, da sua carreira como Procurador.

E, ao final de todo esse processo – não vou nem utilizar o meu tempo total –, eu quero fazer um apelo ao Senador Carlos Viana, fundamentado naquilo, Presidente, que o Relator embasou juridicamente e fundamentado naquilo que todos que me antecederam, todos que me antecederam, de alguma forma, reforçaram esse pedido. Eu gostaria imensamente de que, ao final desse depoimento, V. Exa. avaliasse o pedido de prisão do depoente, até porque pode ser que ele saia daqui preso, e, dentro de poucas horas, a Justiça arbitre a ele uma fiança, e ele esteja novamente solto às ruas, mas nós não podemos deixar de cumprir o nosso papel, o papel de representantes do povo, que está nos assistindo nesta tarde, diante de tamanhos horrores, não nos posicionarmos de forma firme e dizermos, com a consciência tranquila no nosso travesseiro, que fizemos a nossa parte.

Portanto, diante de tamanhas e robustas provas, nós temos, estamos aqui sugerindo a V. Exa., da mesma forma como o Relator o fez e que é o desejo da maioria dos membros desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão e da população brasileira, estamos sugerindo a prisão do Sr. Domingos Sávio, porque só a prisão e a companhia dele, junto ao Careca, é que podem fazer com que eles, lá na frente... Porque ele não tem a quem entregar. Ele trabalhava para o Careca. Agora, o Careca pode, lá na frente, através da prisão, através da sua transferência para a Papuda, talvez entregar para quem mais ele trabalhava ou quem mais era o seu sócio nessa operação vergonhosa que eles comandaram.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Beto Pereira.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, mais uma oitiva de depoente aqui nesta CPI da roubalheira do INSS – roubalheira dos aposentados, do Governo Lula.

Quero lembrar aqui ao Sr. Relator que, lamentavelmente, estamos diante de um depoente que já foi condenado anteriormente. E me chamou a atenção essa primeira pergunta – se não a primeira, uma das primeiras que o Relator fez ao senhor Domingos Sávio de Castro –: se ele já havia sido condenado anteriormente.

Só queria que, se fosse possível, o senhor pudesse confirmar que o senhor foi condenado por organização criminosa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Permaneço em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor já disse isso. O senhor vai permanecer em silêncio mesmo já tendo dado essa resposta antes?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor foi condenado por organização criminosa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E é interessante, Sr. Presidente. A gente está vendo que, quando o Relator começa a chegar nas perguntas que importam, aí o depoente prefere permanecer em silêncio, e é aí que joga a suspeição sobre tudo o que fez, mas nem tem muita suspeita, porque, quando a gente lê essa matéria aqui, "Investigado por fraudar INSS já foi condenado por golpe similar no DF", nós percebemos que ele, na verdade, foi um dos grandes idealizadores, senão o maior idealizador desse roubo do desconto indevido dos aposentados.

Se não, vejamos: a matéria a que faço referência diz que "em dezembro de 2018, [...] Castro foi um dos alvos da Operação Strike". Domingos Sávio de Castro. E, nessa operação, encontraram, na sua casa, "34 páginas, com mais de mil registros de servidores públicos distritais".

Confere essa informação, Sr. Castro?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Mantenho o silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E:

> "Segundo consta no processo [...], os investigadores também encontraram documentos timbrados de uma das entidades [que] já [foram] investigadas por suspeita de fraudes com precatórios. [...] No decorrer do processo, quatro vítimas apontaram Castro como sendo a pessoa [entre aspas, a pessoa] que aplicou o ardil [ou seja, o golpe] contra elas, culminando em débitos [não autorizados] em suas folhas de pagamento".

Ou seja, estamos falando de antes de 2018, porque, evidentemente, foi em 2018 que encontraram esse material na sua casa.

Não foi isso, Dr. Castro?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) –

> Uma das vítimas, então com 80 anos, afirmou que, ao se apresentar, Castro lhe ofereceu serviços de saúde prestados por uma associação para a qual trabalhava. A idosa contou que Castro frequentou sua casa entre 2017 e 2020 e que, por isso, já o considerava como um "amigo", tendo assinado vários documentos que ele apresentava. Só algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo depois, ela identificou os descontos em seu benefício, em favor de mais de uma entidade.

Ou seja: roubou de uma velhinha de 80 anos por meio de um desconto sem o seu consentimento.

O senhor não tem vergonha, Sr. Domingos Sávio de Castro?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – Permaneço em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ainda não respondeu. Eu perguntei se não tem vergonha...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor não se sente envergonhado de estar envolvido nesse processo? No anterior, inclusive, e nesse atual?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Mantenho o silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor vai manter o silêncio, o silêncio que, para mim, já é um sinal de grande vergonha.

"A filha de outra vítima demonstrou que, desde 2008 [desde 2008, dez anos], sua mãe teve descontos não autorizados. Segundo a depoente, os descontos começaram após Domingos Sávio de Castro vender um suposto seguro de vida para sua mãe, que morreu em janeiro de 2015".

Você a roubou, Domingos Sávio de Castro, de 2008 até 2015, até ela morrer. Você a roubou até ela morrer, sem nunca conseguir reaver os valores devidos.

Após a mãe falecer, encontrou o Castro na rua – a filha encontrou o senhor na rua, está lá no processo – e questionou sobre o seguro de vida que havia feito. Na ocasião, o Castro teria dito que não sabia o que podia fazer.

É verdade isso, Sr. Castro?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E que poderia pagar apenas o auxílio-funeral, em valor próximo a R$3 mil. Contudo, não providenciou nada.

Confere essa informação?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Mantenho o silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora de idade é roubada desde 2008 pelo senhor, até 2015, pelo senhor e pelos demais participantes. O senhor ganhava comissão, tinha muito mais gente ganhando.

O senhor ainda promete R$3 mil para repor à filha da falecida, e o senhor não paga, mas permanece em silêncio.

Eu gostaria de chamá-lo aqui de adjunto do Careca. Poderia chamá-lo assim? O senhor se importaria?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Mantenho o silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Porque o senhor é o coordenador-adjunto do Careca, o idealizador dessa fraude, que se mantém em silêncio quando eu pergunto se não tem vergonha de ter roubado aposentados que faleceram no meio do caminho.

O senhor inventou uma face, uma forma de obter dinheiro fácil, primeiro aqui no DF, e depois exportou, Sr. Relator, para o INSS, roubando mais de R$500 milhões.

Aliás, eu queria chamar a atenção aqui que sua defesa, que é muito competente, é a mesma do mesmo escritório do Sr. Rubens, que foi financeiro – ou é – do Careca.

O senhor confirma essa informação, Sr. Domingos de Castro?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é verdadeira a informação. É a mesma defesa.

Ou seja: sua conexão com o Sr. Antônio Camilo, o Careca do INSS, é enorme – é enorme. E aqui me parece que, Sr. Presidente, quando a gente vê o nível a que chegou a roubalheira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

incrementaram a tal ponto a forma de abusar dos idosos e dos aposentados, que criaram essa figura do *call center*. Pois ele tinha duas empresas, no mínimo, de *call center*: a Callvox e a True... Como é que era o nome da outra? A True... Como é que era?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Truetrust.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Truetrust, do Camilo junto com ele. Aí foi que ele começou a parar de responder. Não foi isso, Relator? Foi aí que ele parou de responder, quando a gente começou a chegar às empresas do Careca.

Aí, o que é que acontecia? A pessoa ligava para o *call center* do Domingos Sávio de Castro – do que está aqui, Domingos Sávio.

Ele que idealizou, Coronel Chrisóstomo, toda a roubalheira, todo o esquema, antes, no Distrito Federal.

Aí, a pessoa ligava para o *call center* que ele administrava, de uma dessas entidades que roubaram os aposentados durante o Governo Lula, milhões de reais; e a pessoa ligava para reclamar, como aquela senhora, filha da falecida, que reclamou dele na rua.

Mas ele aprendeu: "Eu não posso deixar essas pessoas descontentes. Eu tenho que resolver o problema no varejo, para poder continuar roubando no atacado. Eu tenho que resolver o problema das pessoas que reclamam, porque isso é peixe pequeno. Isso é R$40, R$50 por mês".

Então, quando a pessoa ligava para o *call center* do Domingos Sávio de Castro para reclamar, ligavam lá: "Olha só, estou sendo descontada indevidamente". "Ah, não é possível, senhora. É mesmo?". "É, estou sendo descontada indevidamente, eu não autorizei isso aqui". "Não, mas vamos resolver isso aqui". E aí, o que é que faziam? Resolviam.

Enquanto um ligava, outros dez, cem, mil eram roubados, porque resolviam o problema no varejo.

Olha só a engenhosa máquina que criaram de roubar o dinheiro dos aposentados brasileiros.

Enquanto resolvia o problema de um no *call center*... e ainda lavava o dinheiro por meio do *call center*, é claro. Todo CNPJ criado para esses que se dizem empresários, mas na verdade são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estelionatários e membros de organização criminosa, todas essas empresas de fachada foram utilizadas também para lavar dinheiro.

Mas no caso específico do *call center*, que eu me lembro bem do depoimento que foi feito lá no início dessa CPI, com alguns dos operadores, inclusive com o próprio Careca, as empresas de *call center* eram das poucas que tinham funcionários. Por quê? Porque alguém tinha que atender o telefone. Alguém tinha que resolver o problema daquela aposentada de 80 anos, cuja filha, talvez, tomara a iniciativa de ligar para pedir para parar de roubar.

Então, o problema aqui eles resolviam. Não sei se pagavam o atrasado ou não, aposto que não todo, como o Lula, aliás, não está pagando. A gente recebe todo dia ligação: "ó, estão dizendo que estão pagando os aposentados... eu não recebi tudo o que foi roubado. Aliás, recebi uma partezinha só. Estão faltando não sei quantos mil reais ainda que me roubaram. Lula diz que está devolvendo, mas não está devolvendo tudo".

Da mesma forma eles lá. Faziam pelo *call center* a situação ser resolvida com uma das entidades – talvez o aposentado fosse roubado em outras 10, 20 ainda, porque essas entidades proliferaram –, enquanto eles continuavam roubando de todos aqueles que não reclamavam. Aqueles que foram apontados pelo relatório da CGU como os aposentados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... invisíveis aos olhos do Governo Lula, do Ministro Carlos Lupi, do Vinicius Carvalho, de todos esses que sabiam da roubalheira que estava acontecendo, porque era impossível que seus subalternos não tivessem avisado, mas mesmo assim deixaram escalar a este nível.

Portanto, Sr. Presidente, aqui fica mais uma vez revelada uma parte, e essa parte importantíssima da engrenagem da roubalheira. E eu concordo com todos aqui que me antecederam, que pediram a prisão do seu Domingos Sávio de Castro, reincidente, já condenado por organização criminosa, grande cabeça, mestre, idealizador desse esquema.

E eu até me pergunto, e eu gostaria de perguntar ao senhor, Sr. Domingos Sávio de Castro: depois que o senhor foi pego no primeiro escândalo, foi condenado, o senhor não pensou em mudar de ramo, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou me manter em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não pensou. O senhor, na verdade, aproveitou o início de um Governo que tolera a corrupção, incentiva – aliás, tem o maior corrupto da história desta nação hoje sentado no Palácio do Planalto –, para roubar ainda mais e incrementar aquilo que o senhor já tinha idealizado antes, e roubar aposentados, pelo menos pelas empresas de fachada que o senhor detinha, em mais de R$500 milhões.

Cadeia é até pouco.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Caveira.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Para interpelar.) – Sim, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade, mais uma vez, de estar aqui participando, e, desta vez, como membro da CPMI do maior roubo e desvio de dinheiro que o Brasil já teve. Eu acho que é até o maior roubo do mundo, em virtude de a Lava Jato ter ficado tão pequena. São aproximadamente R$200 bilhões, e esta CPMI tem que mostrar para onde está ainda esse dinheiro. Além desses desvios, tem os consignados, e essa eu acho que é a segunda camada da investigação que V. Exa., Senador Carlos Viana, como Presidente dessa CPMI, juntamente com o exímio conhecedor do direito, procurador, Deputado Federal, próximo Senador, Deputado Alfredo Gaspar, de Alagoas, que vai orgulhar muito ainda aquele estado, eu tenho certeza – porque lá hoje nós temos uma vergonha de representante, quando se trata de Senado, e os que estão entrando têm ficha criminal tão grande, tão extensa quanto a ficha criminal de Domingos Sávio de Castro, que está aí sendo representado pela Dra. Renata Mota de Carvalho, que é da mesma banca, do escritório Barroso & Coelho. Barroso, hein, tem até um nome sugestivo aqui; Barroso & Coelho Advocacia, do Sr. Rubens, que também está emaranhado nessa associação criminosa do art. 288 do Código Penal, o qual o senhor conhece muito bem. É inclusive condenado por associação criminosa e, por muito pouco, é indiciado pelo art. 171, estelionatário. Aí a Justiça passa a mão na cabeça de vagabundo e eles ficam aí soltos pelo Brasil, praticando crimes.

E hoje nós temos figuras emblemáticas nesta CPMI do INSS. Vou citar aqui alguns nomes: Careca do INSS, que faz parte da quadrilha também, em associação criminosa; "mão preta" do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

INSS, que é a segunda figura que vem se destacando no Brasil, por ter enfiado... A mão dele ficou tão preta, tão preta... De tanto enfiar a mão no bolso de aposentado, a mão dele ficou preta. E aí nós temos agora o "cabeça branca" do INSS, que é aquele que anda na lancha e fica pagando as coisas aí para o pessoal do Lago Paranoá, eu imagino, porque, com esse tanto de dinheiro, é o "cabeça branca" do INSS.

Enfim, Sr. Presidente, esta Comissão Parlamentar de Inquérito está indo muito bem. Inclusive com o nobre Relator, junto com a Comissão, já havia até então pedido a prisão desse sujeito, que está envolvido até o talo.

Domingos Sávio de Castro, o senhor está armado aí?

O SR. DOMINGOS SAVIO DE CASTRO (Para discutir. *Fora do microfone*.) – Não senhor.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Não está armado.

Sou acostumado a enfrentar bandido. Eu sou Delegado de Polícia há 14 anos, bandido armado, imagina um "cabeça branca" da cara lavada, que nem armado está.

Eu concordo *ipsis litteris* e *ipsis verbis* com diversos Deputados de direita, protetores dos idosos e dos aposentados que aqui disseram que a prisão preventiva de Domingos Sávio é pouco, é muito pouco, Presidente. É muito pouco, em virtude do sofrimento que essa galera malvada, canalha, povo sanguinário que matou diversas pessoas, em virtude do roubo e do desvio de dinheiro das pessoas que mais precisam, que são as mais frágeis no Brasil. Cadeia é muito pouco.

Eu tenho certeza, Sr. Relator, Alfredo Gaspar, e Sr. Presidente, Carlos Viana, que, se essa turma, pelo menos uma meia dúzia deles, passar 10% do que o Filipe Martins passou durante o tempo em que estava preso, inclusive na solitária, eles vão entregar todos. E, provavelmente, nós vamos chegar no maior demônio do Brasil: o ex-presidiário, "descondenado", Luiz Inácio Lula da Silva. Não tem como ele não ter enfiado um dedo, um dedo, pelo menos, no bolso dos aposentados. Apesar de que pode ser aquele dedo que ele não tem. Pode ser aquele dedo que... Onde está o... Ele nunca viu nada, ele nunca sabe de nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor também parece que não está sabendo é de quase nada, mas, na hora de ser apontado aí nessa aranha do crime aqui, distribuição de verba aí e de pedido de prisão, aí o senhor estava envolvido.

Eu acho que esta CPMI, Sr. Presidente, tinha que ser igual lá na delegacia. Pega o cabra, prende, algema, põe na frente do Juiz e do Promotor e cobra uma cadeia longa e farta.

Se for na rua, lá durante os meus trabalhos, na rua, o bandido que enfrentar um policial de verdade, ele vem é na horizontal. Na vertical, só se for assim, com a cara lavada e tiver num cenário favorável. Mas, se for na rua, enfrentando o policial, tem que ir para vala.

O Rio de Janeiro, hoje, matou muito pouco policial. Eu estou enviando para o Estado do Pará... Atenção, Estado do Pará! Eu soube de três ataques soviéticos aí nas viaturas. Viaturas metralhadas. Nós temos lá um Governador comunista, que defende bandido também, igual ao Lula. Maranhão, da mesma forma. Bahia, da mesma forma. Maranhão, da mesma forma. A maioria desses canalhas que enfrentam policiais deveriam ter outro fim.

Agora há pouco, disse que matei, que enfrentei, enfrentei diversos bandidos e que bandidos tinham, sim, que ir para vala. Enfrentou policial, bandido tem que ir para vala.

O Rio de Janeiro está daquela forma porque ministros do STF estão protegendo bandidos, porque a polícia não pode entrar lá.

Pediram ao "descondenado" Lula e ex-presidiário, que apoia PCC e Comando Vermelho, blindados para entrarem, para evitar mortes de policiais. Ele não concedeu. Não concedeu. Isso é uma forma de proteger bandido e deixar o policial a ver navios.

Enviei para o Estado do Pará, Sr. Presidente, estou enviando agora, neste momento, 400 Fuzis Sig Sauer 5.56, armas de guerra, para enfrentar bandido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – E quero parabenizar os policiais que derem cabo a bandidos lá, todos eles, de agora em diante. E também, ao todo, quase R$4 milhões – quase R$3 milhões, aliás –, para comprar viaturas e armas para enfrentar o crime. Só assim que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos perceber que bandidos, canalhas, que passaram uma, duas, dez vezes, não fiquem com essa cara lavada, sorrindo, inclusive, de uma CPMI séria igual a esta. Nós temos que dar resposta.

Que o senhor Domingo Sávio de Castro seja preso também, para ver se o Brasil tem as respostas. Porque o povo, Sr. Presidente, não aguenta mais ser roubado, principalmente os aposentados e os idosos.

Atenção, meu Pará, vamos continuar defendendo vocês e o Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco/PL - RJ) – Excelência, obrigado.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. RENATA MOTA DE CARVALHO – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco/PL - RJ) – Pois não.

A SRA. RENATA MOTA DE CARVALHO – Eu gostaria de fazer um pela ordem.

Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco/PL - RJ) – Pois não, Excelência.

A SRA. RENATA MOTA DE CARVALHO (Pela ordem.) – Eu estou vendo muitos Parlamentares falarem em prisão preventiva, mas eu gostaria de lembrar que existem requisitos. Eles estão ali constantes do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal – o senhor pode dar uma consultada... Inclusive, um deles é a contemporaneidade, que não está presente aqui. Ademais, é incompatível com a condição de testemunha que o Sr. Domingos está ocupando aqui.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Se foi para mim, eu conheço muito bem o Código de Processo Penal, Doutora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco/PL - RJ) – Deputado...

Obrigado.

Pois não, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Cumprimento V. Exa., Sr. Presidente. Cumprimento o Relator, Deputado Alfredo Gaspar. Em nome de V. Exas., cumprimento todos os membros desta CPMI e todos aqueles que nos assistem em todo o Brasil.

Cumprimento também o depoente, o Sr. Domingos Sávio de Castro e sua advogada, Dra. Renata Mota de Carvalho.

Dra. Renata, hoje o clima está mais tranquilo. Geralmente, quando são mulheres advogadas, a situação fica bem quente, sabe? Mas ainda sinto falta da presença de pelo menos um membro da Comissão de Garantias das Prerrogativas da Advocacia.

A primeira vez que entrei em contato com o Presidente Nacional da OAB foi no primeiro dia de CPMI, dia 28 de agosto, com as ofensas destiladas em relação à Defensora Pública da União, Dra. Patrícia, e também em relação às advogadas da AGU que vieram acompanhar o Delegado Bruno.

Naquele mesmo dia, nós já tivemos dois episódios vergonhosos. E até agora a OAB não se fez presente.

Bom, vou aproveitar meu tempo, considerando que o depoente está exercendo, com toda a legitimidade, o seu direito ao silêncio... É legítimo – art. 5º da Constituição, inciso LXIII, cláusula pétrea. É que aqui as pessoas só leem algumas, não todas. Só leem quatro linhas e este art. 5º está bem além das quatro linhas.

Vou aproveitar meu tempo para tratar de uma questão que está me incomodando sobremaneira.

Nós passamos trabalhando aqui cerca de dez horas, doze horas, enfim, fora o tempo que nós trabalhamos com as nossas equipes por trás das câmeras, porque a gente tem que estudar. E, aqui, olha, eu e a minha equipe preparamos cerca de 44 perguntas para V. Sa. O.k., mas estudamos a sua vida, estudamos a documentação que estava disponível.

Mas é muito ruim quando a gente sai daqui e verifica que Parlamentares estão mentindo na televisão. Por quê? Porque estão mentindo para a população brasileira. Passam aqui fazendo cenas, e eu entendo – não há problema nenhum. A internet acabou revelando verdadeiros talentos por todo o Brasil. E as pessoas gostam de ver; e qualquer *performance* é válida, desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não desrespeite ninguém e não minta para a população brasileira. O entretenimento que isso gera tem um lado positivo, que é o lado de conscientização da população brasileira. Porém, eu tenho tido o desprazer de chegar em casa na madrugada, ligar a televisão ou ver o que está passando na internet e ver Parlamentares dizendo que, somente após o início desta CPMI, houve uma atitude do Estado, houve prisões, houve buscas e apreensões, foi deflagrada a operação.

Eu quero dizer a todos vocês que estão aí em casa: vocês estão sendo enganados. Cuidado, cuidado! A Operação Sem Desconto teve início no dia 23 de abril de 2025. A CPMI teve o seu primeiro dia de funcionamento no dia 28/08/2025 – agosto –, ou seja, praticamente quatro meses depois. Em uma das fases, em 25 de julho de 2025, oito pessoas foram presas. E, no primeiro dia, que foi em abril, se eu não me engano, mais de 60 mandados de busca e apreensão foram cumpridos.

Estão mentindo para vocês, de norte a sul, de leste a oeste, e é muito ruim para todos nós. Sinto muito, mas eu tenho que dizer: parem de mentir, porque, se eu pegar, se eu tiver de cara com uma mentira dessa, eu vou falar. Porque, acima de tudo, acima da individualidade de cada um aqui, nós temos milhões de aposentados e de pensionistas preocupados e sofrendo.

Querer pegar carona na dor de pessoas lesadas, num dos maiores escândalos de corrupção da história deste país... Nós tivemos mensalão, nós tivemos petrolão, nós temos esse escândalo sem tamanho; nós tivemos o rachadão, porque certos escândalos são minimizados com o nome rachadinha. Que rachadinha que nada! É rachadão, petrolão, mensalão, é nesse nível – é nesse nível! E esse aqui é mais um escândalo elevado à décima potência do que nós já tivemos no nosso país. Então, não tem nada de rachadinha, é rachadão mesmo. E aí a gente vê pessoas querendo se locupletar da dor dos outros, querendo subir, querendo aparecer. Isso está cansativo.

Sr. Domingos Sávio, já disse, respeito o seu direito de permanecer calado, mas esse direito seu só teria a chance de ser mudado ou cassado se houvesse realmente uma possibilidade de fazermos uma PEC. Não existe; é uma cláusula pétrea também, o que pessoas não entendem, mas é uma cláusula pétrea, e não pode ser mudada. Sabe como ela pode ser mudada? Se houver uma mudança institucional, uma ruptura institucional, e aí esta Constituição cairia por terra e seria formada outra. E ruptura institucional se chama golpe de Estado. Tentaram fazer, mas não conseguiram. Graças a Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nós trabalhamos nessa documentação toda e chegamos a inúmeras conclusões. Nós teríamos a chance de esclarecer dúvidas e lacunas, e o senhor teria a oportunidade de se defender. Então, salvo melhor juízo, o senhor sequer foi ouvido pela Polícia Federal, correto?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor. *Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Já foi ouvido ou não? Muito menos pelo Judiciário, certo? O senhor foi abordado... O senhor está na primeira fase desde 25 de abril?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Senadora. Se o senhor for responder, o senhor responda no microfone, por gentileza.

O SR. DOMINGOS SAVIO DE CASTRO – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Bom, é um inquérito imenso, porque o tamanho do rombo é enorme, e eu tenho certeza de que a Polícia Federal está trabalhando a contento, mas são muitos réus. Vai demorar, porque processo demora.

Eu gostaria de pedir ao Presidente para que agendasse urgentemente a oitiva de Adelino Rodrigues. Adelino Rodrigues já teve a sua convocação ou convite, não sei o que foi, mas já teve o seu convite aprovado. Precisamos por quê? Porque Adelino Rodrigues transacionou com a sua própria empresa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... a DM&H Assessoria, que, por sua vez, direcionou mais de 2 milhões para Antônio Carlos Camilo Antunes. Ainda, Adelino Rodrigues... E está dentro do histórico do depoente, do Sr. Domingos Sávio.

Adelino Rodrigues apresenta movimentações financeiras atípicas, bem superiores à renda declarada e, no mínimo, presumida. Ele está envolvido em operações financeiras expressivas e possivelmente ilícitas, dado o padrão de movimentação incompatível com a sua renda.

Concluo, então... Eu tenho que concluir, é o trabalho que a gente fez. Se o senhor quiser tratar depois... Então, eu chego a concluir e a afirmar que o esquema em questão envolve uma rede de empresas e pessoas naturais que atuam de forma coordenada para movimentar recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

advindos de um esquema ilícito, utilizando mecanismos complexos de envio e recebimento de valores entre as partes. Uma das partes é V. Sa. E V. Sa. também vai ter...

A Doutora vai trabalhar bastante, porque o senhor também não vai ter uma causa de diminuição. O senhor aqui, se for condenado, nós temos a questão de que o senhor já foi condenado uma vez, o seu réu primário já gastou. Então, que aproveite bem a sua oportunidade, independente de qualquer coisa que o senhor tenha direito. E eu tenho certeza de que o senhor terá o devido processo legal e o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Para encerrar as nossas inscrições, o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, Relator.

Pergunto ao Sr. Domingos... Boa tarde, tudo bem?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Boa tarde, tudo bem.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu gostaria de perguntar se o senhor tem aí à sua disposição caneta e papel.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Tenho.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Poderia só fazer uma equação rápida para mim, por gentileza?

A soma dos seguintes valores: quatro mais três, mais dois, mais três.

Qual o valor total, por gentileza?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – Doze.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não ouvi.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Doze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Doze.

Eu fiz esse questionamento porque é exatamente o valor, 12 milhões. Mais 12 milhões no total de movimentação financeira, de acordo com a quebra dos sigilos a que nós tivemos acesso.

Esses valores, por mais que a sua assessoria jurídica lhe oriente a permanecer calado, é um direito constitucional, mas a gente sabe que, na Constituição Federal de 1988, existem direitos e garantias fundamentais, e nenhum desses direitos fundamentais, apesar de serem fundamentais, essenciais, nenhum deles são direitos em caráter absoluto.

O direito de permanecer calado, o direito ao silêncio, de não se autoincriminar, está previsto na Constituição de 88, no art. 5º, inciso LXIII.

Quando o senhor vem a esta CPMI e escolhe quais perguntas responder, responde aos questionamentos do Relator, mas deixa de responder aos questionamentos de alguns membros Parlamentares, questionamentos esses dos mais simples, sobre fatos públicos em que se faz necessário uma confirmação, isso é selecionar aquilo que responde, e não é isso que o direito a permanecer calado, o direito ao silêncio resguarda.

É por essa razão que aqui, como último a fazer os questionamentos, eu insisto na importância de ter acesso a algumas informações.

O senhor é empresário, é sócio proprietário da empresa Callvox Contact Center Ltda.

Confirma essa informação?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Essa empresa atua no ramo de *call center*?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – SAC receptivo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – SAC receptivo.

Significa, para que todos possam entender, que existe uma equipe, um grupo de funcionários que entra em contato para fazer o atendimento de consumidores.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não entra em contato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas recebe o contato?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Recebe o contato.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Ao receber o contato, essas ligações, que vocês não fazem, mas vocês recebem, recebem contatos de pessoas que buscam reclamar de atendimentos, por exemplo, da Unaspub?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É essa a questão, eu estou perguntando sobre o funcionamento da sua empresa.

A pergunta é clara: você disse que não faz ligações, mas que recebe ligações, o serviço de atendimento ao consumidor. Se essa sua empresa presta serviço a outra empresa, para quais empresas ela presta o serviço?

Vou mudar um pouco a pergunta.

Quais são as empresas que a Vox...

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Callvox.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A Callvox.

A qual empresa a Callvox presta serviço?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É uma pergunta simples.

Não pode confirmar se é a Unaspub que presta o serviço?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Vai permanecer em silêncio.

É exatamente sobre isso, Sr. Presidente, que, às vezes, se questiona muito a adesão do Supremo. O Supremo, nesse caso, se decide no que diz respeito ao direito de permanecer calado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O erro, na minha humilde opinião, enquanto constitucionalista, Doutor em Direito Constitucional, advogado que sou, porque exerço a profissão, é em atribuir à consultoria, à assessoria, o que é autoincriminação ou não; prejudica os trabalhos da CPMI. Até o momento, você iniciou as respostas.

A pergunta que eu quero fazer é muito simples: é a Unaspub que contrata a sua empresa? Você não quer responder, mas nós aqui sabemos. Eu quis evitar essa situação, mas está aqui. Você não quis responder, eu estou desenhando, está ilustrado aqui.

A sua empresa está bem aqui. É uma empresa que recebe recursos para prestar serviço, em tese, para a Unaspub. A associação Unaspub é a associação que descontou ilegalmente valores da conta de aposentados. Não tinha autorização, mas descontou.

A sua empresa presta serviço tão somente a essa associação, o que já demonstra um completo absurdo, porque não existe outra empresa a contratar o serviço da sua empresa. Então, se não há outra empresa, por que prestar serviço tão somente para a Unaspub?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não tinha condições de prestar serviço para outras empresas? Quantos funcionários você tinha na sua empresa?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A empresa, hoje, não funciona mais?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Confirma a informação de que a sua empresa foi criada um mês antes da Unaspub ter autorizações para realizar desconto na conta dos aposentados?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Permaneço em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas eu confirmo. Já que você não quer confirmar, eu confirmo. A sua empresa foi criada um mês antes, semanas antes, da Unaspub ter autorização para realizar descontos ilegais, indevidos, na conta dos aposentados. E as coincidências, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor, as evidências, a fumaça, os indícios claros de uma organização criminosa estão aí. Foi uma empresa contratada tão somente para uma associação, empresa essa que não tinha *know-how* no mercado, que não tem funcionário, carteira assinada que comprove. A sua consultoria, a sua advogada, você, a sua defesa podem comprovar aqui quantos funcionários tem? Tem como demonstrar o número de funcionários que foram contratados, que tiveram carteira assinada? Sim ou não?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pode? Quantos funcionários são?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Chegou a 56.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Cinquenta e seis funcionários. Esses funcionários, hoje, estão demitidos?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Todos demitidos. Não consegui pagar as rescisões, porque o dinheiro da Callvox, da rescisão trabalhista, está bloqueado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – No momento em que o senhor me responde que tinha 56 funcionários que prestavam, em tese, esse serviço, esses 56 funcionários – no momento da prestação do serviço – em nenhum momento perceberam que essas reclamações no serviço de atendimento ao consumidor tinham fundamentação, que eram consumidores que não tinham qualquer tipo de autorização para ter desconto em sua conta?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, com base nessas situações, o que a gente pode extrair é que, pelo visto, até então não tinha sido esclarecido, é que eram, em tese, 56 funcionários. Eu peço, então, à sua assessoria que apresente a comprovação da contratação desses 56 funcionários.

Essa empresa, a Callvox, foi criada semanas antes do ACT ter sido realizada pela Unaspub para realizar desconto na conta dos aposentados. As evidências da organização criminosa não param por aí, porque se percebe que a Unaspub retirava dinheiro da conta dos aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parte dos valores ia para a conta da Callvox, valores esses que também chegavam a ir para a conta da DM&H Assessoria e Consultoria. Que serviço presta essa DM Consultoria?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O silêncio é porque essa DM Assessoria tem como um personagem, como sócia, a Janete?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Por que é que a Janete recebeu através da DM&H Assessoria R$76 mil.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO – Eu mantenho o silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A Janete, para que todos saibam, é filha da Presidente da Unaspub. Então, percebam aqui o caminho que o dinheiro percorria: sai da conta dos aposentados, vai para a conta da associação sem qualquer autorização, vai para a conta de empresas de fachada, empresas que não prestavam serviço para nenhum outro mercado consumidor a não ser para as associações, e voltava como forma de pagamento de propina para pessoas que tinham relações familiares com os presidentes de associações. São essas as afirmações que aqui nós fazemos porque, de fato, nós não tivemos respostas que nos demonstrassem o contrário.

Aqui, Sr. Presidente, encaminhando para o final, eu lamento muito esse tipo de conduta porque nós não estamos diante de um problema relacionado, apesar de muitos aqui se esforçarem, insistirem, de dizer que é um problema da esquerda, que é um problema do governo A, do governo B, um problema da direita; isso aqui é um problema de país. Enquanto aqui a gente dedicar dias das nossas vidas a ficar com essa narrativa política de dizer que o problema está no partido A ou no partido B, a gente não vai resolver o problema. A nossa indignação, que, às vezes, por alguns momentos, pode até se extrapolar em razão da ausência de respostas a fatos esses incriminatórios, se dá porque, enquanto aqui nós estamos no conforto deste Plenário, nesse ambiente refrigerado, com todos esses privilégios naturais do Parlamento, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, as pessoas que estão lá fora, essas pessoas estão sofrendo. São pessoas que tiveram a condenação da perda do mínimo, do básico, do mínimo existencial, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiveram desconto em suas contas, tiveram descontos nas suas aposentadorias, nos seus benefícios de prestação continuada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... no seu BPC, em uma série de valores que foram descontados que fizeram com que outras pessoas, como aqui nós recebemos alguns, maximizaram o seu lucro, sua riqueza em detrimento do sofrimento de milhares de pessoas.

É por essa razão, Sr. Presidente, que eu lamento muito a falta de respostas, mas eu peço aqui ao Poder Judiciário, à Polícia Federal, às instituições de fiscalização e controle, a este Parlamento, a estes Parlamentares, que a gente continue a se dedicar diuturnamente, porque, apesar de nos faltarem aqui algumas respostas, que, sim, inevitavelmente, sim, atrasam as investigações, podem até atrasar, mas tenho certeza de que, pelas provas incontroversas do caminho que o dinheiro fez, de sair da conta dos mais pobres, dos mais vulneráveis de norte a sul deste país, ir para a conta de associações de fachada, que passou para a conta de empresas de fachada, que emitiam notas frias, que não prestavam serviço algum, empresas de *call center*, empresas de consultoria, empresas que tiveram a maior cara de pau de dizer aqui que fariam, que fizeram um aplicativo, que não existe o aplicativo, para orientação financeira para pessoas idosas. Onde já se viu neste país uma pessoa idosa utilizar um aplicativo, uma tecnologia para ter orientação financeira? Isso é um absurdo, é a mentira mais pura e lavada.

É por essa razão que não... É impossível controlar a indignação, a indignação do justiçado, porque, enquanto aqui nós estamos, repito, as pessoas estão sofrendo, estão clamando por justiça e precisam, o mais rápido possível, ter o seu dinheiro de volta. E não o dinheiro que vem mais uma vez dos cofres públicos, mas a gente precisa repor esse rombo, fazer com que as ferraris, as bolsas de luxo, toda essa estrutura financeira possa ser arrestada e possa fazer com que esse dinheiro volte ao seu verdadeiro dono, que é o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Sr. Domingos Sávio...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu gostaria de pedir um pela ordem, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Excelência, é só para ajustar aqui e nós não sermos chamados de mentirosos. Eu gostaria de passar aqui para uma Senadora lulista que ela errou nas datas.

Quando os brasileiros tomaram conhecimento da CPI, foi em 13 de abril deste ano, foi a data da implantação do pedido de CPI do roubo dos aposentados. A partir daí, de uma matéria do *Metrópoles*, no dia 13, imediatamente eu tomei e fiz uma solicitação à Câmara dos Deputados, e ali se iniciou, foi ali que a vários jornais, mais de 20, mais de 30 jornais e TVs, foram dadas entrevistas, eu dei entrevista a todo esse montante. A partir dali, começou a tocar fogo nessa questão do roubo dos aposentados. A Polícia Federal agiu após isso. O Governo se mexeu após esse período. Portanto, a data em que houve esse corte foi 13 de abril, quando a CPI foi tratada na Câmara dos Deputados.

E foi fruto da CPI, quando nós nos reunimos junto com o Senado, o nosso Líder do Senado aqui da Oposição, porque o Presidente Hugo Motta disse que não ia implantar a CPI. A partir daí, nós trabalhamos junto com os Senadores e Parlamentares da Oposição para criarmos a CPI. Portanto, a data é 13 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência, pela...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, só para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Apenas um registro. Quero registrar aqui a presença do Deputado Federal Zé Carlos, que atualmente atua no Incra, acompanhando aqui os trabalhos das investigações, muito preocupado com a situação dos trabalhadores rurais, dos aposentados, especialmente aqueles que estão na zona rural, não só na nossa ilha de São Luís, mas nas regiões mais longínquas do Estado do Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar aqui a sua presença e agradecer por todas as informações que tem trazido à CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputado Coronel Chrisóstomo, fico feliz pela sobriedade com que V. Exa. traz essas informações, a responsabilidade, e eu tenho sido o que mais tem colocado o valor da CPMI, porque defendo esta CPMI, e digo, com muita clareza, que a Operação Sem Desconto deu um primeiro passo, mas a efetividade dos bloqueios e das prisões aconteceu depois que esta CPMI foi instaurada. A história é muito clara nesse assunto.

Sr. Domingos Sávio, o senhor tem, por regulamento, cinco minutos para uma fala final.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO (Para depor.) – Só para deixar claro para os senhores que tudo que saiu da minha boca foi verdadeiro – tudo verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela liderança...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

Pela Liderança do Governo, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor foi gentil em oferecer para mim a palavra ontem e depois ofereceu para o Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu sugiro a V. Exa. que hoje o senhor inverta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu só falarei se o Líder do Governo falar. Eu estou contemplado. Se ele falar, eu vou ficar à vontade para fazer um contraponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É uma questão democrática, não é, Presidente? Justa. É uma questão democrática e justa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os senhores definam-se.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pois não, Rogerio. (*Risos.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pode encerrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, encerrar, não. Não vamos fazer isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, deixe-o falar. Se ele falar e eu achar que devo fazer algum reparo, tudo bem, senão está tudo tranquilo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Vou falar então, Presidente, já que o Líder da Oposição está com medo de falar antes de mim. Eu vou falar porque eu tenho várias questões importantes aqui para destacar.

Primeiro, Presidente, chegamos hoje a 3.436.092 aposentados e pensionistas recebendo o seu dinheiro de volta; 2,345 bilhões devolvidos para aposentados e pensionistas do nosso país que tiveram a sua aposentadoria, a sua pensão, roubada por essa quadrilha que tomou de assalto o INSS, o Ministério da Previdência e o Estado brasileiro.

Por mais que Parlamentares da Oposição insistam numa narrativa falaciosa, o que a gente percebeu hoje, com o depoimento do Sr. Domingos Sávio... Com o pouco que ele falou, o que ficou claro, Sr. Presidente?

Quando que ele se associa para começar o esquema criminoso no qual ele está envolvido com o Careca do INSS? No início de 2022. Quando que ele cria a Callvox? Em 2022. Quando que ele se aproxima destas entidades – nós suspeitamos que ele possa ser, inclusive, o dono, de fato, de algumas destas entidades? Nesse período entre 21 e 22.

Aquele cidadão que apareceu hoje aqui, que ainda não tinha aparecido, que apareceu no vídeo do Relator, quando que ele consegue o ACT para começar a assaltar os aposentados e aposentadas do nosso país? Quando o José Carlos Oliveira era o Ministro do INSS, Presidente do INSS. Quando que isso aconteceu? No Governo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por mais que os Parlamentares da Oposição tentem, essa é uma verdade que não tem como ser apagada. Esse esquema de corrupção, esse esquema bilionário de assalto aos aposentados e aposentadas do nosso país, só ganhou essa dimensão porque houve uma cumplicidade, houve uma participação de servidores e servidoras que foram colocados em posição de mando durante o Governo Bolsonaro.

E, por mais que eles não gostem de ouvir, a verdade é que foi no Governo do Presidente Lula que essa quadrilha foi desbaratada, por ação da Polícia Federal, da CGU, e aquilo que nunca havia sido feito, apesar de que denúncias sobre roubo do INSS já existiam... Foi só agora, foi só no Governo do Presidente Lula, por decisão do Presidente Lula, que nós já garantimos que 3,436 milhões aposentados, aposentadas e pensionistas já tenham recebido esse dinheiro que faz falta: R$30, R$40, R$50 por mês é o dinheiro que faltou para o remédio, é o dinheiro que faltou para as pessoas mais necessitadas, é o dinheiro que foi roubado também do pessoal do BPC, é o dinheiro que foi roubado das pensionistas graças ao decreto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... assinado pelo Onyx Lorenzoni, que permitiu que o roubo que, até então, acontecia só com os aposentados e aposentadas também passasse a ter como vítimas as pensionistas.

O senhor vê que havia até um requinte de crueldade. Mudaram o decreto para permitir que o assalto também fosse feito para as pensionistas. Não satisfeitos em roubar os aposentados e aposentadas, passaram também a roubar as pensionistas.

E eu, como o senhor acredita muito no trabalho desta CPI, espero que a gente consiga agilidade no Supremo Tribunal Federal para ter a retenção dos passaportes, Sr. Presidente. Eu estou muito preocupado com as notícias de que esses "*golden boys*", esses jovens milionários, que nunca trabalharam e que enriqueceram dentro do Governo Bolsonaro, roubando aposentados e aposentadas, possam fugir do Brasil.

O senhor viu que hoje a gente percebeu que este depoente também, ao que tudo indica, tem contas em Miami, no Panamá. Todos eles têm *offshore* fora do Brasil. Então, o risco que nós temos de que esse pessoal fuja é muito grande. Sabemos da dificuldade que nós estamos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrar o contador deles, que é o mesmo contador dos corruptos do INSS. Então, acho que nós temos que agilizar na próxima semana.

Acho que é boa essa ideia de pedir uma reunião com o Ministro André Mendonça e talvez levar uma representação da CPMI, para que a gente possa pedir agilidade e parceria por parte do Judiciário, inclusive para dar consequência às questões importantes que nós temos decidido aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero começar dizendo a V. Exa. que esta CPMI é essencial. Eu diria até que ela tem um caráter pedagógico, porque nós estamos permitindo que a sociedade possa se debruçar sobre as entranhas do sistema.

E ao mesmo tempo, nós temos que admirar aqui, eu diria, a forma organizada, reiterada, quase que marcial com que a esquerda repete um discurso-mantra até a sua exaustão. Eles realmente são admiráveis nesse processo.

Nós estamos no século XXI, são 18 anos do Partido dos Trabalhadores. Eu não vou aqui ficar mostrando mais documentos, mais escândalos no INSS. E, desculpe, escândalos, falcatruas e outras coisas têm o DNA do Partido dos Trabalhadores. Eu li aqui ontem uma relação: escândalo dos bingos, Waldomiro Diniz, 2004; mensalão, 2005; Aloprados, 2006; Palocci, do caseiro, 2006; Operação Porto Seguro, 2010; Valec, 2011; Erenice Guerra, no BNDES, 2011; 2012, convênios irregulares do Ministério do Esporte; 2014, Lava Jato; fundos de pensão, 2016; e agora a Previdência. E olhe que eu estou sendo parcimonioso, eu não estou falando tudo, porque a gente só tem aqui mais três minutos e meio.

Então, assim, é uma coisa esquisita, parece um processo meio de dificuldade cognitiva ou uma tentativa de confundir a opinião pública.

Mas não é por acaso, Sr. Presidente, que nós lemos hoje uma entrevista, ou um extrato do sentimento da população, através do jornal Estadão, que mostra que mais de 70% daqueles que acompanham esta CPMI são pessoas lesadas por esse processo, que nos acompanham e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguem ter a capacidade de distinguir o que está acontecendo aqui, o que é certo, o que é errado, porque não dá para acreditar que um Governo de direita, de um Presidente como Bolsonaro, que combateu historicamente a esquerda no Brasil – esse sindicalismo pelego, essa república sindical, que assalta o trabalhador brasileiro desde 1943 com uma legislação fascista, de inspiração de Benito Mussolini, da *Carta del Lavoro*, da CLT... Foi retirado o imposto sindical obrigatório, em 2017, e eles correram, como piranhas em cima de um boi, para cima do INSS, voltaram a atenção para o INSS.

E, da mesma forma que as associações picaretas, sindicatos, federações e confederações históricas. A grande briga aqui, Sr. Presidente, é Conafer, Força Sindical, CUT, que é a Contag; as duas principais e antagônicas centrais sindicais disputam o butim dos sindicatos rurais pelo país. Eu estou falando de mais de 5 mil sindicatos rurais.

Nós precisamos deixar de lado, eu diria, esse discurso retórico e materializar as nossas ações. Da mesma maneira que nós erradicamos esse câncer, essa pústula, essa ferida que era o imposto sindical obrigatório – permitindo a discricionariedade, o livre-arbítrio do trabalhador, se quer ou não contribuir para um sindicato que, muitas vezes, não o representa –, vamos fazer o mesmo na próxima semana, com o apoio, inclusive, do Partido dos Trabalhadores, que foi contra acabar com os descontos associativos de uma vez por todas. Vamos materializar essa ação.

Eu acho que é uma medida, inclusive, em que eu vou aplaudir o PT: "Olha, finalmente, apesar de terem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... sido forçados a isso, farão... E já é uma medida saneadora, profilática, pedagógica, que vai beneficiar, com certeza, no futuro.

Esse acordo que é falado: "Lula está mandando pagar". Com que dinheiro? Com o nosso dinheiro, o dinheiro do contribuinte brasileiro. Fez um acordo junto à AGU e o Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, que precisa ser desmascarado, inclusive, no sentido de que imputa o princípio da culpa ao aposentado, como em tudo que acontece: ele não tem culpa de nada.

O aposentado, ao reclamar, é dado o direito a essas associações e essas entidades, de, em 15 dias, provar que existe um vínculo. Ora, a própria AGU já disse que 97% dessas pessoas – 98%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

99% das que foram consultadas – declararam que não deram causa a essa contribuição, mas o Governo dá 15 dias, e, muitas vezes, os documentos que são apresentados são falsos, espúrios, fraudulentos, o que impede o ressarcimento da forma adequada a esse trabalhador.

Nós tivemos uma explosão de 1,5 milhão...

Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Não...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Um milhão e meio de reclamações, no ano de 2024, e este Governo dormiu em berço esplêndido – dormiu em berço esplêndido.

O problema foi deflagrado por reportagens de jornais que foram olimpicamente desprezados. E os autores, ou os principais propositores desse processo – que eram o Presidente do INSS e o procurador –, não foram afastados por Lula, foram afastados por decisão judicial. E depois só foram demitidos por causa desse afastamento.

Então, essa hipocrisia, essa falsidade, essa reiterada mentira, com certeza, vai cair por terra. Essa cortina de fumaça será dissipada, e eu acredito que a CPMI chegará ao fim que todos nós propugnamos, que é punir os verdadeiros culpados desse crime perpetrado contra o trabalhador brasileiro hipossuficiente, que são os nossos idosos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Excelência.

Pergunto ao Relator se tem mais alguma observação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, diante do silêncio do depoente, não tenho mais nada a indagar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Bem, chegamos ao final, e sempre gosto de deixar uma palavra ao povo brasileiro, às pessoas que estão nos assistindo e que têm confiado em nosso trabalho como Parlamentares: “Aprendam a fazer o bem; busquem a justiça, repreendam o opressor; defendam o direito do órfão, e pleiteiem a causa da viúva.” Está no livro do profeta Isaías, Capítulo 1, versículo 17.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, meus irmãos e minhas irmãs, brasileiros, quando uma aposentada descobre descontos que nunca autorizou, quando uma viúva percebe que a pensão do marido foi reduzida sem explicação, quando um órfão deixa de receber o sustento que era direito deixado pelo pai que partiu, é porque a injustiça deixou de ser teoria e passou a morar na vida real. É o que nós temos visto durante as audiências dessa CPMI. A injustiça passou a ter lugar, endereço, e se multiplicou em meio àqueles que gostam de gastar o dinheiro que não é deles.

Nós não estamos falando aqui de R$500, nem de 500 mil. Estamos falando aqui em mais de 6,3 bilhões desviados, arrancados do bolso de quem mais precisa, de quem confiou no Estado e foi traído por ele. E aqui está um dos que participaram desse esquema, ou participou, chegou com *habeas corpus*, cabeça erguida, alma fria, calado. Mas o silêncio também fala, e o silêncio, a meu ver, é o grito pela culpa.

Depois de 21 sessões, 21 batalhas de verdade – os senhores têm observado aqui –, o Brasil já sabe quem são os algozes dos aposentados. Temos três grupos claramente definidos nos desvios do INSS: o que descontava, o que repassava e o que lucrava com o sofrimento das pessoas, cada um atuando com frieza; ora isoladamente, ora se juntavam em quadrilhas para continuar aumentando os descontos indevidos. Todos movidos pelo mesmo sentimento de ganância.

Estamos cumprindo a nossa missão. A cada sessão, a verdade ganha forma, as conexões se revelam e a estrutura desse esquema vai sendo desmantelada, peça por peça, depoimento por depoimento.

Enquanto outros órgãos cruzaram os braços – e eu repito aqui, outros órgãos cruzaram os braços –, esta CPMI fez o que o Brasil espera: está investigando, convocando, desmascarando e revelando o escândalo a todos os brasileiros. Aqui não há discurso para agradar as plateias; há fatos, e os fatos são implacáveis.

Os que desviaram preferem, muitas vezes, se proteger no silêncio, e o silêncio, senhores, é a forma mais covarde da cumplicidade. Mas, nesta Comissão, a verdade tem voz, tem rosto e tem coragem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois dessa CPMI, ninguém mais poderá dizer que não sabia o que aconteceu. Os nomes estão sobre a mesa, as provas estão diante do país e o povo brasileiro acompanha o que muitos tentam esconder.

Eu estou aqui dedicando parte da história da minha vida por essa justiça, assim como todos os Parlamentares que estão aqui hoje têm o mesmo sentimento de dar respostas ao povo brasileiro.

Sei que mexemos com gente grande e sei também que retaliações virão no campo particular, das nossas famílias, da nossa vida, na tentativa de denegrir a nossa história, mas a verdade não se curva diante da ameaça. O medo se ajoelha; a verdade fica de pé.

E os números mostram algo ainda mais profundo. A maioria do povo brasileiro já compreendeu a gravidade do que aconteceu. Esse sentimento não nasce do acaso, mas da dor de quem trabalhou a vida inteira e descobriu que até a fé na aposentadoria foi roubada.

Quando o povo perde a confiança, a política perde o direito de se calar. É nosso dever falarmos pelas pessoas, e reconstruir essa confiança é dever moral desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Por isso, em nome da ordem pública, da aplicação da lei penal, da conveniência da instrução criminal, esta Presidência... nós vamos subscrever, junto com o Relator e os demais Parlamentares que entendam como importante, que o depoente, Sr. Domingos, seja alvo de uma prisão preventiva por parte do Supremo Tribunal Federal. Faço questão de assinar junto com o Relator, e que ele, no Supremo Tribunal Federal, tenha a atenção devida por parte do Judiciário, porque essa CPMI não é palco de impunidade, é altar da justiça.

E eu afirmo com fé e com esperança: a verdade vai vencer. Pode demorar, senhores, mas vai vencer, porque quando se luta pelos que não têm voz – e aqui está o princípio da minha fé –, o céu inteiro se levanta a favor da justiça. Mais de 6,3 bilhões roubados de quem só queria viver com dignidade, e, até agora, perto de 3 bilhões foram devolvidos. Não há comemoração nisso, não. É dinheiro do contribuinte, e é obrigação de quem não zelou para proteger os aposentados.

Mas a fé dos brasileiros é maior do que a corrupção dos poderosos, é o que a gente tem sentido. E a esperança do nosso povo não será vencida pelo silêncio dos criminosos. Essa CPMI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se calará. Enquanto eu for Presidente, nenhum aposentado será esquecido, nenhum criminoso será blindado e nenhuma mentira resistirá à verdade aqui. O tempo vai passar, mas o relatório desta Comissão ficará com a marca de um país que não desistiu da justiça. E se um dia perguntarem o que fizemos diante da injustiça nesses tempos, nós poderemos responder às gerações futuras com a cabeça erguida: nós lutamos com fé, com coragem e com a verdade. O Brasil precisa de justiça e a justiça é o que nós vamos fazer aqui, senhores.

Obrigado pela sua companhia de um dia inteiro, você que nos assiste também pela madrugada, que confia no trabalho desses Parlamentares, a quem eu tenho a honra e a alegria, a satisfação de presidir momentaneamente enquanto estou Senador.

Deus abençoe o nosso povo e que a verdade prevaleça sobre o medo. O Brasil merece estarmos de pé e a luta por eles.

Obrigado, senhores.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Segunda-feira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião a ser realizada dia 03/11, às 4h da tarde, neste mesmo plenário, para a oitiva do Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBP).

Declaro encerrada a sessão.

(*Soa a campainha.*)

(*Iniciada às 09 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e dezenove minutos do dia três de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Sóstenes Cavalcante, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Evair Vieira de Melo, Ricardo Maia, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Zé Trovão, Kim Kataguiri, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Bruno Farias, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares Marcos do Val, José Medeiros e Delegado Caveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, José Lacerda, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Leila Barros, Dorinaldo Malafaia, Beto Pereira e Rogério Correia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezessete horas e dois minutos e reaberta às dezessete horas e dez minutos. A reunião é suspensa às dezoito horas e vinte e dois minutos e reaberta às dezoito horas e trinta minutos. A reunião é suspensa às dezenove horas e quarenta e três minutos e reaberta às vinte horas e trinta e quatro minutos. A reunião é suspensa às vinte e um horas e quarenta e seis minutos e reaberta às vinte e um horas e cinquenta e um minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), em atendimento aos requerimentos 114/2025, 483/2025, 522/2025, 606/2025, 777/2025, 918/2025, 924/2025 e 960/2025. **Resultado:** Na presente data, foi realizada a 22ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, ocasião em que foi ouvido o Senhor Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA). Ao final da reunião foi determinada a prisão em flagrante do depoente, por infringir o art. 342, do Código Penal Brasileiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às zero horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/03

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde, senhoras e senhores. Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 3 de novembro do corrente ano.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da 21ª Reunião... da Ata da 21ª – desculpe – Reunião, realizada em 28/10.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Quero dar as boas-vindas a todos nestes trabalhos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor.

Vou apresentar aqui um pequeno resumo dos nossos trabalhos, para que os senhores possam ter a confirmação da importância de tudo aquilo que nós temos feito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão já realizou 21 reuniões que, juntas, contribuíram para os seguintes números atualizados: 153 horas de reunião, já descontadas as suspensões, superando já, por exemplo, a CPMI do 8 de Janeiro. Nós já temos mais tempo de serviços prestados do que a última CPMI aberta aqui.

São 2.421 requerimentos apresentados, 23 depoentes ouvidos, 648 ofícios expedidos, 2.055 documentos recebidos, totalizando cerca de 200GB em informações disponíveis.

São números expressivos, meu coronel. Estamos trabalhando.

E o mais importante: hoje, os aposentados estão nos assistindo, estão nos acompanhando, e a nossa audiência não é pequena. Os senhores podem ter certeza de que nós temos aí ao vivo, geralmente, 30, 35 mil pessoas. Chegamos a ter 800 mil visualizações por reunião.

Por onde eu tenho viajado... Esse final de semana, por exemplo, estive em várias cidades do norte de Minas, especialmente em São Francisco, que é uma cidade que tem 148 anos, em Minas – e os descontos foram absurdos na vida de gente que ganha muito pouco –, e a população veio cumprimentar não só a mim, mas cumprimentar a todos os Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras desta Comissão. Não é a mim que eles vêm saudar, é ao nosso trabalho. Eu tenho responsabilidade e a grata satisfação de ser o Presidente desta Comissão, mas o trabalho que tem sido desenvolvido e tem sido reconhecido pelo Brasil é feito juntamente com os senhores, que têm prestado um grande trabalho à nação brasileira.

E temos avançado. Por exemplo, a questão do reembolso aos aposentados, o Governo tem sido ágil, eu tenho que reconhecer – na minha opinião, fugindo bastante do escândalo, mas tem reembolsado. O que interessa ao aposentado é ter o dinheiro no bolso dele.

E trago ainda mais. Eu li, nesse final de semana, Deputado Zé Trovão, uma outra notícia que está mostrando claramente o quanto nós estamos empurrando este país, porque aqui nós estamos empurrando.

A Previdência, Líder Pimenta, fez um acordo com um banco, que vai devolver perto de R$7 milhões para os aposentados, já se antecipando ao nosso trabalho que vai começar, se Deus quiser, permitindo o Altíssimo, em fevereiro do próximo ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos empurrando as soluções. Isto é parte do nosso trabalho: o Parlamento dando clareza e dando soluções ao Brasil.

Mais uma vez, eu quero estender aos senhores aqui os meus parabéns pelo trabalho, pela presença constante aqui.

Eu imagino e posso dizer que a população que nos assiste, em todos os estados desta Federação, está agradecida pelo trabalho. Especialmente aqueles que são aposentados estão felizes com o que nós estamos fazendo aqui. Estamos cumprindo com a nossa obrigação, senhores.

Quem pediu pela ordem?

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero iniciar dizendo que isso só está acontecendo pela vossa imparcialidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... pela imparcialidade do nosso nobre Relator, pelo trabalho árduo que cada um dos Deputados aqui tem feito. E é muito gratificante, realmente, a gente ver esse reconhecimento que a gente tem visto nas ruas.

Sr. Presidente, o que me traz a fazer esse levantamento de ordem é que, nas duas próximas semanas, do dia 10 ao dia 21, na Câmara dos Deputados e no Senado – não sei se no Senado, mas na Câmara dos Deputados –, as sessões serão todas *online* por conta da COP 20...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – COP 30, isso. É tão porcaria que a gente nem sabe, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – É. Aí eu roubar dez não dá, né? O PT a gente sabe que dá conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Sr. Presidente, eu queria perguntar a V. Exa. e a todos os nobres pares se não seria possível, ao invés de a gente fazer... porque nossas reuniões são terças e quintas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Segunda e quinta.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Segundas e quintas, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Se, na próxima semana, não seria possível nós fazermos segunda, terça, quarta e quinta, para que a gente não... para que a gente não precisasse... Porque, assim, a Câmara, por exemplo, não precisa vir aqui. Eu não sei se no Senado vai ser assim. Ou, de toda monta, se for ruim, pelo menos que fosse na segunda e na terça e, na outra semana, segunda e terça...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... para a gente conseguir retornar aos estados para também atuar lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, respondendo à pergunta, é bom lembrar, nesse ponto, que, na semana agora, de novembro, do dia 17... Deixe eu olhar aqui a data certinha, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, isso.

Não, é porque, na semana do dia 17, nós temos um feriado e é ponto facultativo também na sexta-feira, dia 21. É o Dia da Consciência Negra. E dia 21 é ponto facultativo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

Então, nós faremos a CPMI – vou deixar claro aos senhores já de uma vez – nos dias 17 e 18, segunda e terça, já na semana do feriado da consciência. Eu já havia anunciado isto, inclusive:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós faríamos, nessa semana também, segunda e terça-feira. Então, nós teremos, 17 e 18, a CPMI.

O SR. RICARDO AYRES (Bloco/REPUBLICANOS - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por gentileza, deixa eu só terminar aqui.

Com relação à COP 30, eu não tenho como... porque não há, por Regimento, a CPMI remota. Não há como. Na semana, por exemplo, em que o Senado não veio, na semana passada, nós mantivemos a sessão. Então, eu vou avaliar essa possibilidade de colocar segunda e terça-feira, mas presencial; remoto não há como a gente fazer. Podemos avaliar mais uma semana.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Só para o senhor entender, por que eu estou dizendo: por exemplo, eu vou estar aqui, correto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Se é segunda e quinta, eu vou chegar na segunda aqui, eu não vou voltar ao estado para não virar gasto de passagem de ida e volta; tenho que permanecer até quinta-feira para participar da reunião ou não vir à reunião e deixar alguém que queira participar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Então, se a gente fizesse 10 e 11, como vai fazer 17 e 18, seriam as duas próximas semanas, segunda e terça. Ficaria muito viável para todo mundo vir, participar e depois retornar aos seus estados, porque aí a pessoa tem quarta, quinta, sexta, sábado para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou avaliar isso e darei a resposta.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Líder Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Só para, quando V. Exa. fizer a análise, levar em consideração o seguinte: quando há uma sessão aqui – e essa não vai ser diferente –, isso deve terminar, sei lá, 11h, meia-noite, 1h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Vai até a hora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Necessária.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... em que se exaurirem os questionamentos ao nosso depoente. Esse processo é antecedido de um trabalho feito pela consultoria de todos os Srs. Deputados e Senadores aqui presentes. Então, imagine: na segunda e na terça-feira, excepcionalmente, tudo bem; mas, se isso se tornar uma prática, nós vamos exaurir a nossa assessoria, porque não haverá tempo hábil para se preparar para o dia subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, na semana que vem, né?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – A menos, Presidente, que já fossem anunciados logo quem são na segunda e terça. Se forem anunciados até quarta, quinta, a assessoria ainda teria tempo talvez de se preparar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é a opinião do Líder Pimenta sobre esse assunto?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu acho que não, mas tudo bem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu sinceramente estou pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vim aqui hoje com uma disposição de não entrar em nenhum conflito. No último dia, fiz uma brincadeira com o Deputado Zé Trovão e acabou virando um monte de trovão. Aí hoje eu vim agora com a missão de não provocar nenhuma chuvinha nem nada. (*Risos.*)

Então, eu estou pelo senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – É, muito breve, na verdade, indo até na linha do calendário que foi colocado pelo Deputado Zé Trovão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Que, realmente, nas próximas duas semanas, seria bom que a gente avançasse. Eu questiono aqui como está a programação... Como está a nossa programação também para dezembro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A primeira semana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Na primeira semana de dezembro, a gente tende a encerrar, aí na segunda, não teria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir da segunda semana de dezembro não teremos mais. Só voltamos em fevereiro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá. E eu gostaria de também endossar a importância de a gente aproveitar bem as próximas duas semanas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... porque a pauta vai ser muito esvaziada e seria muito bom se a gente pudesse avançar.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu vi que o Careca do INSS foi para a Papuda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não sei se o Camisotti, o Maurício também foi. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ainda não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E com relação aos demais pedidos de prisão, alguma novidade?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, estão sendo avaliados pelo Supremo cuidadosamente. Existem vários deles que estão ainda respondendo e há levantamentos de documentos que a Polícia Federal está fazendo em outros inquéritos. Há vários dos nossos nomes que estão em mais de um inquérito. Então, eles estão aguardando a solução final dessa documentação toda, nos vários apontamentos – parece que são 14 inquéritos que estão em andamento, todos eles originários do inquérito-mãe –, e também em posterior investigação e apresentação de outras descobertas que a Polícia Federal fez. Mas o senhor tenha a tranquilidade de que, nos próximos dias, eu tenho muita confiança de que... muita confiança no Ministro André Mendonça, de que novas decisões serão tomadas e as ações estão muito próximas, inclusive, do núcleo definidor, do núcleo que é o centro de toda essa questão, essa motivação dos descontos dos aposentados.

Eu posso dizer a V. Exa. apenas isso, da minha tranquilidade de que tudo que nós estamos fazendo aqui está dando um senso de emergência ao país, porque são muitos os que estão já buscando, inclusive, passaporte, querendo buscar saídas, tentando se desvencilhar de recursos – há informações nesse sentido – e que estão sendo bem acompanhados, de perto, pelos investigadores, e, naturalmente, tudo isso vai ser usado. Nós, em breve, teremos novidades. Pode ficar tranquilo que não vão escapar.

Eu falo isso para o público aqui, eu não posso entrar em muitos detalhes, mas eu posso dizer o seguinte: não vão escapar. Boa parte dos que nós pedimos podem até conseguir responder em liberdade porque não são centro de todas as decisões, mas aqueles que foram os organizadores de todos esses descontos, aqueles sobre os quais, por exemplo, já se tem quase que a certeza absoluta, os meios de corrupção de servidores públicos, esses vão para a cadeia. Quanto a isso aí eu estou muito tranquilo por conta do andamento das investigações que estão sendo feitas. E o relatório, que está com o nosso Relator aqui, hoje, já está muito adiantado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentar à sociedade todos os nomes, juntamente com a Polícia Federal, do que nós temos feito, não é?

Volto a dizer, eu tenho uma confiança muito grande de que essas pessoas vão ser responsabilizadas – e eu quero passar essa confiança ao povo brasileiro.

Vamos em frente?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Como é que ficou então, Presidente? (*Fora do microfone.*) Como é que ficou combinado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou tomar essa decisão e anunciar a todos já. Porque a única mudança, então, seria na semana que vem, segunda e terça-feira. Eu verifico isso e dou a notícia. Porque na do 17 já está decidido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo por enquanto é 17?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dias 17 e 18, na semana do feriado da Consciência Negra. Esse já está resolvido.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k. É só isso que está certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, só fico na dependência, da próxima semana, de avaliar com a Secretaria, inclusive, os nomes que nós estamos trazendo, porque muitos têm data marcada já. Inclusive tem gente que está vindo do exterior para poder comparecer a esta CPMI.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, de certo nós temos quinta, segunda e depois, na outra semana, segunda e terça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por enquanto esse é o nosso planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não precisamos organizar nada além disso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. E se for, eu vou informar com antecedência a todos, para que se planejem, pode...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem.

Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, quero fazer um pleito a V. Exa. Se não me falha a memória, para segunda-feira está previsto o depoimento do Sr. Aristides Veras.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu solicitei uma série de documentos, e esses documentos não chegaram. Peço a V. Exa. que esse depoimento seja o último deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos entrar em contato com o advogado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço, Presidente, será muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E com relação... Pois não, me desculpe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Será muito importante, Presidente, que nós façamos essa inquirição de posse desses documentos. Os poucos que chegaram já trazem algumas novidades, mas precisamos robustecer mais essa inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

E na questão dos documentos de V. Exa. que não foram trazidos no prazo, nós vamos reoficiar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... as autoridades, dentro do que nós já aprovamos, para que sejam complementadas as informações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... eu quero chamar ao registro, Presidente, que há um atraso muito grande do sistema financeiro no envio dos extratos bancários. Se alguém estiver fazendo isso de forma proposital, nós vamos responsabilizar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

Solicito à Secretaria que conduza até a mesa o Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura.

Os requerimentos são: 114, Senador Izalci Lucas; 483, Deputado Rogério Correia; 522, Deputado Alencar Santana; 606, Deputado Zé Trovão; 777, Senador Randolfe Rodrigues; 918, Deputado Duarte Jr.; 924, Senador Fabiano Contarato; e 960, Deputado Sidney Leite.

Vamos aguardar o deslocamento do Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Enquanto o nosso depoente chega, até em subsídio ao Relator, nós verificamos, por exemplo, que o Sr. Aristides desde 2017 era o Presidente, e só chegaram a partir de 2019 informações. E a Contag eu acho que foi de 20 em diante, então falta de 15 para cá, que é aquele período que foi estabelecido cronologicamente.

Mas eu acho que a sua Secretaria está atenta a isso, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E realmente o...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós temos um acordo, só complementando, de 2015 para cá, nenhum anterior. Agora, o requerimento tem que ser feito nessa data.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os requerimentos aprovados foram feitos a partir de 2017. Então, nós precisamos corrigir esses requerimentos, porque a secretaria não pode, de ofício, tomar a decisão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Só para lembrar a V. Exa., isso foi fruto daquele acordo que tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... no marco temporal de 2015, desde que haja vínculo com...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente. Mas é preciso que os requerimentos sejam feitos no período correto.

Seja bem-vindo aí, Dr. Emmanoel.

Tem dois Emmanoel aqui? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero saudar a todos – na pessoa do meu amigo advogado Sérgio Leonardo, da OAB nacional – os que estão presentes aqui juntamente com os secretários da OAB. Sejam bem-vindos a esta CPMI para acompanharem os trabalhos de todos. Obrigado pela...

Gente, tivemos uma reunião muito produtiva semana passada e, tenho certeza, vamos continuar sempre tendo um ótimo relacionamento com todos.

A CPMI foi notificada da decisão do Ministro Alexandre de Moraes no *Habeas Corpus* 263.647, relativo ao depoente, do qual consta o seguinte: "O paciente tem o dever [tem o dever] de se manifestar sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da CPMI, devendo, contudo, ser assegurada a garantia de não autoincriminação, se instado a responder a perguntas cujas respostas possam resultar em prejuízo ou em sua incriminação".

Então, quero pedir aqui ao Doutor, aos dois Drs. Emanuel, a gentileza de observarmos essa questão. Todas as vezes em que houver uma pergunta em que possa haver incriminação, eu peço aos senhores que orientem para que ele permaneça em silêncio, o.k.?, mas, nas demais, ele terá de se manifestar, como está aqui no *habeas corpus* que nós recebemos.

Leio agora a decisão do Ministro Alexandre de Moraes: "Concedo, em parte, o *habeas corpus* nos termos seguintes: manter o efeito convocatório, tendo o paciente, na condição de testemunha [testemunha – vamos deixar isso claro aqui], o dever legal de se manifestar sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação, estando, entretanto, assegurado o direito ao silêncio e a garantia de não autoincriminação, se instado a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou em sua incriminação; e garantir ao paciente ser assistido por advogados durante sua oitiva, podendo comunicar-se com eles, observados os termos".

Portanto, peço também aos senhores advogados que podem suspender esta sessão em qualquer momento que desejarem, para orientá-lo, ou se por uma questão em que, às vezes, o senhor tenha alguma necessidade pessoal, o senhor poderá. E quero pedir também a grande gentileza de, todas as vezes em que os senhores perceberem algum tipo de ação ou palavras que os senhores considerarem ofensivas, que os senhores não se dirijam ao Parlamentar, mas a mim, porque assim nós evitaremos as discussões e os senhores manterão aqui o respeito à minha Presidência e ao controle desta CPMI, e tomarei as providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso contar com os senhores?

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, muito obrigado.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Pela ordem, por gentileza.

Só queria parabenizar, mais uma vez, V. Exa. e demonstrar, de forma prática, a importância desta CPMI quando a gente observa essa nova decisão do Supremo Tribunal Federal. Perceba que é uma decisão já diferente daquelas outras decisões...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... em que ela destaca o dever do depoente de vir a esta Comissão, de colaborar com as investigações e, claro, permanecendo o direito constitucional de não autoincriminar, ou seja, prevalecendo a força desta Comissão. Portanto, quero aqui registrar o avanço dessa decisão, que colabora com o trabalho desenvolvido pela CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Um outro ponto importante aqui também tem que ser citado: uma pessoa... e isso foi esclarecido pela Advocacia do Senado. A pessoa convocada a esta CPMI só deixa de ser testemunha quando é reconhecido esse direito pelo próprio Supremo no *habeas corpus*. Mesmo com o nosso pedido de prisão preventiva – isso foi esclarecido –, a condição de testemunha é mantida ou não mediante decisão judicial. E nesse caso aqui, ficou bem claro que ele está aqui como testemunha a responder às nossas perguntas.

E passo agora a leitura do termo de compromisso do depoimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depoente, V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, Sr. Abraão?

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Pela ordem.

Com todo o respeito ao trabalho desta Comissão, mas a defesa técnica entende que o depoente, ele é, na verdade, investigado. Inclusive, ele consta com essa qualidade nos processos que estão em tramitação perante o Poder Judiciário, a Justiça Federal de Brasília. Então...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – ... diante dessa circunstância, nós orientamos o depoente a não firmar termo de compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Nas questões aqui, Doutor, está muito claro – eu até fiz a explicação e vou repetir. A investigação no Judiciário concorre em paralelo com a investigação do Poder Legislativo. Nós temos, por determinação do Supremo, já em várias decisões, a liberdade e a total independência na concorrência desses fatos, desse relatório e de um inquérito. E, nesse caso, a pessoa só deixa de ser testemunha aqui quando reconhecido por *habeas corpus* na Justiça, o que não foi feito aqui.

Portanto, ele é testemunha, e eu peço a V. Sa. que repense, porque, mesmo que ele não faça o juramento, ele está obrigado a falar a verdade nesta Comissão.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Tudo bem, Excelência, mas é exatamente esse o problema. Ainda que haja essa independência – e respeitamos essa independência das investigações –, os fatos são rigorosamente os mesmos. Então, não poderia haver, no entender da defesa técnica, um tratamento diverso para a apuração e investigação dos mesmos fatos. Então, diante dessa circunstância, nós vamos manter a orientação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Então, eu vou ler aqui sobre a negativa de se prestar depoimento em decisão já em Corte Superior.

Informo a V. Sa. que a leitura do termo de compromisso se destina a alertar a testemunha acerca das possíveis repercussões jurídicas que podem advir do depoimento. As obrigações da testemunha, previstas no art. 206 do Código de Processo Penal, dão-se automaticamente ao se iniciar o depoimento.

Novamente, a leitura do termo de compromisso é uma formalidade para cientificá-lo dos seus direitos e a resposta é a formalização para esta Comissão de que V. Sa. os entendeu.

Trago, inclusive, trecho da decisão no *habeas corpus* concedido durante esta Comissão e de relatoria do Ministro Fux: "Eventual depoimento prestado sem assinatura do compromisso de dizer a verdade não exime o depoente desse dever, o qual decorre diretamente do art. 206 do Código de Processo Penal".

Diante de todo o exposto, essa Presidência considera que V. Sa. está regularmente cientificado dos seus direitos e tem o dever de falar a verdade, podendo calar-se nas questões que possam incriminá-lo.

Com a palavra... O senhor deseja fazer uso da palavra para apresentação, Sr. Abraão? (*Pausa.*)

O senhor tem, regimentalmente, 15 minutos para as suas exposições.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Eu queria aqui cumprimentar o Sr. Presidente aqui da CPI, o nosso Relator da nossa CPI, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O que nós viemos aqui falar hoje é que a CBPA é fruto de uma dissidência e que ela já nasceu majoritária na pesca artesanal brasileira, quando 12 federações com mais de 50 anos de existência, algumas com até mais de cem anos, resolveram criar uma nova confederação que atendesse a representatividade da pesca artesanal brasileira. Em seguida... Doze, como vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabem, é a maioria. Em seguida, vieram outras federações, e hoje nós somos 21 federações em todo o território nacional. Certo?

Estamos aqui para esclarecer que temos mais uma grande quantidade de entidades de primeiro grau, cerca de mil entidades, aproximadamente, de primeiro grau, que são as colônias, os sindicatos – tá? –, que são as entidades que recepcionam e dão assistência aos trabalhadores das águas, ou seja, os pescadores brasileiros, em cada comunidade, do Oiapoque ao Chuí, ao Cruzeiro do Sul, lá no Acre, ou à Baía Formosa, lá no Rio Grande do Norte.

Consequentemente, quando ouvimos algumas pessoas mal-informadas ou equivocadas avisarem, falarem que a CBPA tinha uma estrutura pequena aqui em Brasília... A nossa estrutura é compatível para a recepção das 21 federações, mas a nossa estrutura é grande e espalhada no país, porque ela está nas nossas representações de segundo, de terceiro e de primeiro graus.

Queria também esclarecer que nesse pequeno informativo, Srs. Parlamentares, tem um pouco do que nós já fizemos – quando digo nós, é o segmento pesqueiro artesanal do Brasil – nesses anos de atendimento aos pescadores. A nossa instituição, há poucos dias, estava aqui nesse mesmo Congresso Nacional discutindo com os Srs. Parlamentares a Medida Provisória 1.303, porque fomos convidados pelo Congresso Nacional.

O que eu queria que cada um compreendesse e entendesse nesse simbólico – que, como eu não enxergo, eu não vou ler, porque eu tenho menos de 6% de visão –, mas nesse simbólico informativo, é que nós, na verdade, existimos. Na verdade, o que houve foi uma dissidência de 12 federações na época, e depois vieram outras. Nós não estamos aqui para criticar absolutamente ninguém, nós não estamos aqui para fazer pejorativamente julgamento de ninguém, nem sermos julgados. Estamos aqui para dizer a vocês que existimos, estamos aqui para dizer a vocês que, na maioria de todos os estados brasileiros, existe pesca artesanal, nós estamos aqui para dizer que as nossas instituições existem – as nossas instituições existem.

Então, como eu não posso ler, eu peço desculpa aos senhores por não detalhar as coisas que eu poderia detalhar, mas, num pequeno informativo, muito pequeno, dá para se ter uma noção de que nós existimos, dá para entender... Os senhores que estão aqui e as Sras. Parlamentares... É procurar ver nos estados de vocês, porque muitos de vocês conhecem as nossas colônias, os nossos sindicatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa situação que colocam que a gente não existe, que a gente está numa sala de 2m²... Isso não é verdade. Nós estamos em todo o território nacional. Nós temos sedes em 95% dos nossos municípios onde temos confederados.

A CBPA, como qualquer outra confederação, não tem trabalhadores filiados a ela diretamente – ela não tem. Portanto, no dia em que ela surgiu, no dia em que ela foi fundada, repito, mais uma vez, ela já começou com 12 grandes federações na sua fundação, na sua... no começo da sua vida.

Era isso que eu queria esclarecer no começo e pedir desculpa porque eu não posso detalhar mais sobre essas situações, porque não tenho condições de ler direito – não tenho condição. Mas eu quero dizer a vocês que, por favor, em cada estado de vocês existe uma representação nossa. Por mais distante que seja o município – que seja no Acre, que seja no Amapá, que seja no Rio Grande do Sul, que seja na Paraíba –, nós prestamos um serviço com muita honra aos pescadores brasileiros. Nós prestamos, sim, esse serviço não há um ano, nem dois anos, nem três anos. Nós temos entidades... Nós temos entidades que são seculares até porque nós somos uma das categorias mais antigas deste país em termos de organização de trabalhadores.

O que aconteceu foi essa dissidência de, na época, 12 federações se reunirem e de se formar uma nova confederação. Não foi que nós, de uma hora para outra, criamos isso por conta de um ou dois aceitarem o convênio. Não foi por isso. Foi porque nós precisávamos ter uma representatividade mais sólida. E foi isso que aconteceu.

Então, esse problema de dizer que chegaram lá e encontraram três salas como são... Nós não necessitamos mais do que isso aqui em Brasília porque nós estamos espalhados pelo território nacional. Nós temos nossa representação, nossas diretorias, porque até em Brasília o número de pescadores que tem é irrisório, não passa talvez de 100 ou 200 pescadores, no máximo. Um grande número de pescadores estão espalhados pelo vasto litoral brasileiro, pelo interior do Brasil, que tem 12% da água doce deste planeta.

Então, meus irmãos, me perdoem dizer isto a vocês: nós existimos, nós existimos de verdade. O que houve foi isto: a criação de uma nova instituição que representasse, como eu disse, solidamente os interesses do nosso segmento. Não estamos aqui para falar de outras instituições, não estamos aqui para falar de A ou B ou C ou D. Estamos aqui para esclarecer que não nos cabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucionalmente ter filiados, porque nenhuma confederação tem. Quem tem são os nossos afiliados. Quem tem são as entidades de primeiro grau, que congregam os trabalhadores; as de segundo, as colônias e os sindicatos; e as de terceiro, que são as federações estaduais.

Eu agradeço a atenção de vocês.

Estou à disposição, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Senadoras, Senadores, Deputados Federais, Deputados e Sras. Deputadas.

Nós já estivemos nesta Casa aqui tratando de assuntos de defesa dos nossos trabalhadores, com muitos dos senhores. Então, nós existimos! Nós existimos! O que nos deixa assim perplexos é entender, deixar transparecer para as pessoas que a gente não existe. Nós não somos uma entidade fantasma! Nós não somos uma entidade fantasma!

Eu quero agradecer a paciência de vocês por me ouvirem e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Abraão, foi relatado que o senhor tem também uma deficiência auditiva.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É, mas eu estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está com aparelho. O senhor está ouvindo bem?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É. Quando descarregar, é que eu vou pedir dez minutos para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, o senhor terá isso a todo tempo.

Outra solicitação que faço aos advogados é que a orientação não pode ser a resposta da pergunta. O.k.? Por gentileza. Eu tenho acompanhado, com muita atenção, aqui o trabalho. Os senhores terão todas as prerrogativas preservadas, mas peço a gentileza também de acompanharem o nosso trabalho aqui. Está bem? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, boa tarde.

Em nome de V. Exa., quero saudar todos os Parlamentares, os que estiverem nos acompanhando, os servidores da Casa, jornalistas, advogados e, especialmente, o depoente.

Sr. Abraão, aqui ninguém está discutindo se a sua entidade existe ou não. O que nós estamos discutindo é onde foram aplicados os mais de R$221 milhões retirados de aposentados e pensionistas. E, com base nisso, eu gostaria de fazer a primeira pergunta lhe conhecendo um pouco. O senhor já foi preso alguma vez?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Sr. Relator, eu fico em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2015, V. Sa. passou alguns meses guardado na penitenciária central de Porto Alegre. V. Sa. pode me dizer qual foi o motivo dessa prisão?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Relator, me permita ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se essa prisão foi decorrente de investigação de recebimento de propina por V. Sa.?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Relator, continuo em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se essa propina era decorrente da concessão de licenças de pesca artesanal ou industrial falsas?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Relator, continuo em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual hoje a sua situação processual em relação a essa acusação que o deixou preso por alguns meses?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O silêncio, senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, uma pergunta que foi colocada por... Essas perguntas que V. Exa. está fazendo são de processos transitados em julgado?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Eu indago a V. Exa... Considerando as perguntas que o Relator faz, o depoente pode se omitir em responder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... quando a resposta implicar ou, à luz da orientação da defesa, implicar autoincriminação. Agora, quando não for o caso, não há previsão, inclusive na decisão, para que o depoente se mantenha em silêncio. Eu acho que há um equívoco aqui em relação à extensão não só do HC, mas da própria previsão constitucional em relação a quem vem prestar depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Emmanoel.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – O juízo sobre autoincriminação é feito pela defesa técnica. Isso está garantido pelo HC. Então, eu poderia, por exemplo, questionar a pertinência dessas perguntas com os fatos investigados, mas não estou fazendo, porque eu acho que é prerrogativa do Relator fazer as perguntas que entender necessárias, mas, de fato, o juízo de autoincriminação é da defesa técnica. E precisamos que isso seja respeitado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, só...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, Presidente, aí não faz sentido o depoente estar aqui, porque, se ele vai ficar aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, gente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Até sobre o que é público?!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, só um instante.

Nós vamos aqui argumentar com o Doutor nos autos do *habeas corpus* aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Quando o Relator pergunta sobre andamento processual, com todo o respeito... Eu tenho o maior respeito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... pela defesa técnica. Eu sempre defendi prerrogativa de advogados no âmbito de CPIs, sou um defensor, respeito o trabalho da defesa, mas, quando o Relator pergunta sobre andamento de processo, não há nenhuma implicação... Por mais criativa que seja a capacidade de alguém interpretar a extensão da intenção da pergunta que faz o Relator, mas não me parece o caso de autoincriminação. Eu concordo com o papel da defesa técnica, mas não posso concordar com o exagero.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Eu vou ler aqui novamente, Dr. Emmanoel, aos senhores o que está no *habeas corpus*, com muita clareza, em relação à orientação da defesa: "assegurado o direito ao silêncio e à garantia de não autoincriminação, se instado a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo, em sua incriminação". O Relator não fez nenhuma pergunta ainda sobre o mérito desta CPMI, apenas sobre a qualificação do Sr. Abraão Lincoln. Então, vou colocar e pedir a V. Exa. que oriente o cliente a responder as perguntas do Relator, por favor. Porque outra coisa: os processos são públicos – os processos são públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, pela ordem só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Até para colaborar com os trabalhos.

Está muito clara aqui para todos a questão do princípio da autoincriminação, o direito de permanecer calado para que não haja uma autoincriminação. Aqui há um dever, enquanto testemunha, de prestar informações sobre o fato. A pergunta feita pelo Relator é sobre o *status* desse processo, no que diz respeito qual o sentido dessa condenação. Talvez seja esta, inclusive, uma oportunidade de trazer esta informação: se há uma condenação; se, sim, há uma condenação, qual objeto dessa condenação; se não há uma condenação, informar que não há uma condenação.

Mas simplesmente se calar sobre o fato, isso aí pode configurar... O não testemunho pode configurar a não resposta que esta CPMI busca, que são as informações. Então, simplesmente, negligenciar, dizendo que há uma autoincriminação, não é o caso sobre esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui, só colocando (*Fora do microfone.*) com tranquilidade, Dr. Emmanoel, é o seguinte: no *habeas corpus*, Dr. Emmanoel, não está essa condição de que os senhores possam escolher as respostas do cliente. Aqui está sobre a autoincriminação. E a não resposta a uma pergunta que não esteja dentro do *habeas corpus* nos gera uma situação complicada – não é? – junto a esta CPMI.

Então, eu vou pedir... Se o senhor quiser passar um tempo, suspender a sessão, para o senhor conversar com o cliente, eu lhe faço esse tempo, mas as perguntas do Relator que não são sobre o mérito da investigação ele tem que responder.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Aí é que está, Sr. Presidente. Eu teria que perguntar exatamente a pertinência das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – O senhor está perguntando sobre assuntos completamente alheios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Por favor. Nós estamos mantendo uma discussão aqui, por gentileza. Nós estamos mantendo uma discussão aqui, vamos chegar a bom termo, eu tenho certeza disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu ia pedir a V. Exa. que deixasse ao arbítrio, se assim V. Exa. entender, de o depoente responder ou não e, ao final do depoimento, eu vou escolher exatamente os motivos do pedido de prisão em flagrante por falso testemunho, por calar a verdade. Então, assim, para mim não muda muito o efeito.

Só queria dizer a V. Exa. que não vou, de forma nenhuma, questionar o motivo de ele manter-se em silêncio em perguntas que não o autoincriminam. Isso para mim vai até ajudar talvez, no final dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Eu vou suspender a sessão por cinco minutos, para conversarmos com os advogados.

(*Suspensa às 17 horas e 02 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 10 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, dando continuidade às perguntas, eu vou refazer a primeira, porque eu não sei o que foi decidido.

Sr. depoente, quanto tempo o senhor passou detido no Presídio Central de Porto Alegre?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou passar para...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Só um minutinho aqui, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como faz muitos anos, cerca de uma década, eu não me lembro do tempo exato; portanto, eu não quero falar um número que eu não tenho exatidão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor pode ficar tranquilo que aqui ninguém vai pegar o senhor por detalhe. Só queria saber se foram mais ou menos de três meses.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É aquilo que eu estou lhe falando, eu não tenho certeza do tempo exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Respeitando aí o seu direito de não falar o tempo exato, o senhor poderia me dizer qual foi o motivo que levou o senhor à cadeia em Porto Alegre, já que o senhor é do Rio Grande do Norte?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Relator...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Relator, deixe eu lhe explicar: está sob investigação e eu não tenho nenhuma condenação nesse processo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu entendo, Sr. Abraão, mas eu gostaria de saber, e se o senhor pode responder, qual o motivo que houve uma ordem judicial para o senhor ser preso cautelarmente.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Relator, eu não tenho conhecimento jurídico para lhe informar isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não sabe o motivo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – (*Falha no áudio.*)

... senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só queria que o senhor respondesse. O senhor sabe o motivo pelo qual o senhor foi preso em Porto Alegre por ordem judicial?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu acabei de comunicar ao senhor que não tenho condições de responder tecnicamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Abraão, vou facilitar. O senhor, o senhor esteve no dia 1º de julho de 2025 numa reunião no Palácio do Planalto, 4º andar, sala 94. Com quem o senhor esteve nessa reunião?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Agora esse ano? (*Pausa.*)

Tratando da Medida Provisória 1.303.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu gostaria de saber com quem o senhor esteve lá no Palácio do Planalto. O senhor foi a um gabinete, lá o senhor se sentou com quem?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Fui junto com as federações tratar da Medida Provisória 1.303.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com quem?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Com a Ministra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que Ministra?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Gleisi Hoffmann e outros assessores, e outras pessoas que estavam lá.

Tratar da Medida Provisória 1.303, da qual alguns Parlamentares que estão aqui faziam parte da Comissão Mista, tanto Senadores quanto Deputados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer do que se trata essa medida provisória?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O seguro-defeso dos pescadores brasileiros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual foi o assunto tratado nesta reunião? Nós estamos no meio de muitos indícios de fraude em seguro-defeso. O senhor foi lá, o senhor foi lá junto com quem para tratar o quê?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós fomos levar as reivindicações do nosso seguimento, que nós éramos a favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... nós éramos a favor que o Governo tomasse providência, porque do jeito que estava não estava dando certo o número de pessoas que não eram trabalhadores que recebiam como trabalhadores. Portanto, estavam querendo suspender o defeso brasileiro. Então, nós entregamos, inclusive, um documento propondo algumas mudanças na legislação do seguro-defeso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Abraão, a essa reunião, fora a que o senhor preside, a entidade CBPA, em nível de Confederação, existia alguma outra entidade?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, as federações, várias federações estavam presentes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – As federações que estavam lá eram as vinculadas à CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tinha alguém fora a CBPA vinculado lá?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não... nessa reunião?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Estavam lá os técnicos do Governo e... eu só fui a uma reunião, foram três ou foi quatro reuniões lá com o Palácio do Planalto, justamente para tratar desse mesmo assunto do qual nós fomos convidados pelo Congresso Nacional para vir debater aqui a questão da Medida Provisória 1.303...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... que foi, inclusive, vencida – né? – caducada, como se diz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Abraão, a pergunta que eu faço é: foi a CBPA que esteve lá como entidade máxima, e as outras eram vinculadas à CBPA, ou havia outra entidade lá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Na reunião a que nós fomos, só tinha as federações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinculadas à CBPA ou não?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente, vinculadas à CBPA.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, era essa a pergunta.

Sr. Abraão, algum Parlamentar o acompanhou nessa reunião?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Olha, alguns Parlamentares que fazem parte da bancada da pesca, mas não me lembro aqui por nome de todos. Não vou fazer injustiça porque não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não quer discorrer quem o acompanhou, quem foi a pessoa que o acompanhou, quais foram os Parlamentares que o acompanharam?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Houve vários Parlamentares que estavam presentes lá. Alguns entravam, saíam, porque tinha sessão no Congresso...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Então, eu não sei dizer aqui porque, quando eu cheguei, dois ou três ou quatro Parlamentares já tinham passado por lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas, quando o senhor estava lá, sem o senhor... ter passado ninguém, quem estava lá com o senhor na hora em que o senhor estava?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Como era muita gente, eu não sei dizer decorado os Parlamentares. Portanto, eu não quero fazer injustiça.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu queria deixar registrado esse primeiro ponto aí, em que eu perguntei ao depoente – nada que o incrimina – quem eram os Parlamentares que estavam lá no momento em que ele se encontrava. Está ocultando a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para a próxima.

Essa reunião foi em 1 de julho de 2025. Há presença do senhor, no dia 19 de agosto de 2025, no Palácio do Planalto, 4º andar, sala 405. Com quem foi essa reunião?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Era sobre o mesmo assunto que nós estávamos tratando: sobre a medida provisória, como aqui houve várias reuniões, inclusive de manhã cedo, alguns Parlamentares convidaram as confederações para vir para cá, para discutir a Medida Provisória 1.303. Houve dezenas de reuniões com o setor pesqueiro nacional sobre a Medida Provisória 1.303, o que eu acho que isso não tem nenhum crime em a gente participar porque nós estamos defendendo o nosso setor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Abraão, quem está dizendo aqui que é crime?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não; eu estou só explicando ao senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou pedindo um esclarecimento ao senhor como depoente e testemunha.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Pois não. Já expliquei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, o senhor não explicou. No 4º andar, na sala 405, no dia 19 de agosto de 2025, quem foi que o recepcionou lá?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vários... Vários técnicos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era a autoridade que o recepcionou?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós passamos por várias salas, falando com autoridades lá sobre a questão da medida provisória.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com quais autoridades o senhor falou sobre a medida provisória?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Olha, eu... Eram muitas pessoas, assim, doutores e doutoras, que estiveram conosco, falando... Pessoal, acredito, do setor de justiça lá do Palácio do Planalto. E a Ministra, que nos recebeu também, falou com todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que Ministra?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Gleisi. Eu estou... Não tem uma Ministra Gleisi Hoffmann? Ela nos recebeu, tratou do assunto com todas as federações que estavam lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o Parlamentar que o acompanhou nessa reunião?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Olha, eu acho que teve – deixa eu me lembrar aqui, então – um Deputado, um de Pernambuco... Como é o nome dele? É... Túlio Gadêlha, o Deputado Padre João... Alguns Deputados que estavam presentes, que eu não quero... Não sei dizer o nome de todos, porque eu não conheço, mas todos tratando da Medida Provisória 1.303.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quem é o Presidente da Confederação Brasileira de Pesca?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Abraão Lincoln Ferreira da Cruz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é Presidente da CBPA há quanto tempo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Acho que faz quatro ou cinco anos, desde a fundação, porque eu fui eleito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se, antes dessa Presidência, o senhor também era envolvido com atividade federativa ou confederativa de pesca?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Quarenta anos, entre Federação do Rio Grande do Norte e a confederação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar numa CNPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor. Eu fui Presidente dela, dois mandatos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi Presidente dela por quanto tempo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Quase dois mandatos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Seis anos, sete anos, por aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor saiu em que ano?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não lembro. Sinceramente, não recordo. Faz, acho que uns 12 ou 13 ou 14 anos, por aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o motivo da sua saída?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu renunciei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer se essa confederação entrou com um processo contra o senhor?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Entrou contra a criação da CBPA, e nós ganhamos na Justiça do Trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha o que está dizendo aqui. Esse processo que o senhor disse que ganhou, o juiz colocou assim, na ação civil coletiva, aqui na Vara do Trabalho de Brasília – eu estou lendo exatamente, *ipsis litteris* –, disse assim para o senhor: o denunciado, isto na decisão, "já foi indiciado por diversos crimes de corrupção, advocacia administrativa, falsidade ideológica e crimes previstos na legislação ambiental, o que, de acordo com o Ministério Público, evidencia conduta criminosa habitual, impossibilitando a concessão de suspensão condicional do processo".

Mas o que eu quero lhe perguntar, antes de adentrar isso aí, falando da sua conduta criminosa reiterada, segundo decisão judicial – não é o Relator que tem que ser contestado, é o juiz –: quem é Vladimir Augusto de Oliveira Formiga?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O Dr. Vladimir é um advogado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Vladimir acabou de receber uma sanção por crimes cometidos no exercício da função. O senhor pode me dizer que crimes foram esses?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Relator, eu não tenho conhecimento. Portanto, vou ficar em silêncio, porque eu não sei realmente que crime foi esse.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe qual foi a época que ele praticou esses crimes?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Se eu não tenho conhecimento do crime, imagine de quem...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer quem passou a procuração da CBPA para ele ser o procurador?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Da CBPA?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – A procuração, na questão das organizações das entidades na questão estatutária, fui eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor passa a procuração para qualquer pessoa ou o senhor procura saber os antecedentes dessa pessoa?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não sei... Eu vou ficar em silêncio, porque eu não tenho essa informação para lhe dar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá bom. O senhor poderia...

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, rapidamente, só a título de esclarecimento. Quando o Relator perguntou sobre o processo, questionando a CBPA, e o depoente deu a informação de que, de fato, ganhou, creio que ele se referia a outro processo que existiu no Rio Grande do Norte, em que uma federação questionava a CBPA e, de fato, essa decisão transitou em julgado, dando ganho de causa à CBPA. Então, talvez por isso tenha havido essa, essa...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente, é uma questão regional lá de uma federação local. Eu não tinha conhecimento. Ele procurou ver aqui agora. Eu não tinha conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É porque nessa...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Desculpe, eu não tinha a informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... nessa o senhor foi condenado. Nessa o senhor foi condenado.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É, mas essa daí não foi condenado criminalmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor está retificando, né? Tudo bem.

Vamos aqui logo para... Vamos aqui logo para o que importa.

Levanta um pouco aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, estão os advogados... A defesa está perguntando a qual processo o senhor está se referindo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Daqui a pouco eu posso até passar aí, porque são quatro ou cinco processos.

Passa aí, por favor. (*Pausa.*)

Passa isso aí. Passa. (*Pausa.*)

Passa esse aí que tem outro mais interessante. Passa.

Eu queria logo ir a esse aí.

O senhor é recordista, como Presidente da CBPA, de tentativa de inclusão de pessoas mortas em descontos associativos. Ninguém chegou nem perto. Mais de 40 mil mortos tiveram seu cadastro como tentativa de inclusão em desconto associativo.

Em 2023, o senhor era Presidente da CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Como eu não tenho conhecimento dessa informação, permaneço calado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, 23, era sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Em 2024, o senhor era Presidente da CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga... Eu acho isso muito relevante. Essa é uma informação da CGU com Dataprev e INSS. Vocês tentaram colocar 40 mil mortos em descontos associativos. Eu pergunto: de quem é a responsabilidade por essa falcatrua? É do Presidente da CBPA? Ou a quem o senhor delegou poderes para fazer isso?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Parabéns.

Passa aí, por favor.

Olha, a CBPA é um *case* de sucesso absoluto. Olha, em 2023, fevereiro... Não, vamos começar em maio. Em maio, houve quatro tentativas de inclusão de desconto associativo. Poxa, é natural. Quatro, é natural. Dos quatro, um apresentou sucesso. Três foram rejeitados. Já era de chamar a atenção. Mas, em junho de 2023, a CBPA colocou 64 mil cadastros para descontos associativos.

A pergunta que eu faço ao senhor: como é que vocês saem, no mês anterior, de quatro para 64 mil cadastros? Quem arrecadou isso aqui?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu quero continuar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Parabéns.

Não satisfeito, em julho de 2023, vocês conseguiram um feito inédito, bateram todos os recordes de produtividade: meteram 196.852 cadastros para desconto. E olha o sucesso, olha que filtro de integridade do INSS e da Dataprev: dos 196 mil, 190 foram aceitos. A pergunta simples, minha gente: o INSS fiscalizou o quê, desse montante aqui? Conferiu o quê? Verificou o quê? Olha, foram rejeitados, dos 196, 6 mil – 6 mil! O sucesso foi de quase 97%. A rejeição foi de 3%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, depois – vamos até 2025, para não ler item por item –, conseguiram 757 mil cadastros, que correspondem a mais de R$221 milhões em dois anos. O sucesso, isso aqui é quase um aluno tirar nota dez na prova: 621 mil cadastros.

O senhor poderia dizer qual foi a sistemática de desconto associativo que o senhor conseguiu implementar na CBPA, de 2023 a 2025, que saiu de pouco mais de mil para quase 757 mil cadastros?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, se o autor do feito não quer responder, nós vamos ficar em dúvida, mas vamos explicar daqui a pouco como é que isso aqui se deu.

Passa aí, por favor.

Olha, o senhor pode me dizer por que 215 mil associados já estiveram no INSS reclamando da não autorização dos descontos associativos, correspondendo a 99,5, mais do que o recorte da CGU de 97,6?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe eu lhe dizer uma coisa, Seu Abraão: o senhor deve ter uma história para preservar, o senhor tem milhares de associados, o senhor disse que tem prestação de serviço, trouxe um fôlder. Uma pergunta tão simples... A gente está querendo saber se isso é safadeza ou se é uma entidade séria, e o senhor se cala? O senhor, tendo a oportunidade de esclarecer para o Brasil que não meteu a mão no dinheiro de aposentado e de pensionista de forma criminosa, o senhor vai permanecer em silêncio?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Aí, de 188 mil contestações, sabe a quantas a CBPA respondeu? Respondeu a 0,5%, admitindo a fraude e o crime.

Passa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, o senhor poderia dizer por que em agosto de 2023 vocês conseguiram – isso aqui é uma coisa extraordinária –, em um dia, fazer 24 mil filiações. O senhor poderia explicar essa mágica?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Olha, isso aqui é um caso a ser estudado. Não dá nem para saber, por hora, quantas filiações era possível serem feitas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Mil por hora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí.

Mil por hora, exatamente.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. *Fora do microfone*.) – ... velocidade: mil por hora.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Mais de mil!

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Nem o Criança Esperança consegue isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, vou fazer outra pergunta ao senhor.

O povo brasileiro mais sofrido foi roubado, vilipendiado. Se fosse no Rio de Janeiro, os criminosos estariam mortos, mas nós estamos falando de bandido de alta classe. Chega aqui – não estou falando do senhor –, chega aqui com *habeas corpus*, ninguém pode fazer nada e a polícia tem que passar longe. Agora, se isso fosse na comunidade do Rio de Janeiro, aí a história seria totalmente diferente. *Habeas corpus* preventivo, não. Mas a gente tem duas classes de criminosos no Brasil: o criminoso a que a justiça chega de verdade e aquele criminoso que tem a oportunidade de continuar metendo a mão no dinheiro do povo brasileiro.

O senhor pode responder por que 17 mil descontos, só em junho de 2023, a CBPA tentou incluir, mesmo já havendo desconto para outra entidade associativa?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, permaneço em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo. Vamos para o que interessa mais ainda.

Passa aí.

Olha o que o povo pensa... Tinha centenas, mas eu trouxe só um. Ó o que o povo pensa da CBPA: "Ladrões! Estão descontando já há bastante tempo da minha mãe o valor de 35,30, a coitada trabalhou a vida inteira, ganha salário mínimo e nunca pescou [nunca pescou]. Um absurdo. E o telefone não atende para eu poder cancelar. Nojo dessas pessoas que rebaixam nosso Brasil". Tinha centenas assim, eu achei essa aqui muito forte. A coitada nem pescou. Imagine se tivesse pescado.

Passa.

Não, vamos, "bora", "bora".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – E o Presidente pesca?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, vou... É uma boa pergunta. O senhor é pescador?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é pescador?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já foi pescador?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Muitos anos atrás.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Há muitos anos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É, hoje eu não sou mais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pesca...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sou aposentado hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fazia que tipo de pesca?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Hein?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o tipo de pesca?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – O robalo.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Presidente, Presidente...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Só um minutinho, senhor, por favor...

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim. Só um instantinho... Obrigado. Só um instante.

Senhores, vou pedir aos Parlamentares o devido respeito à pessoa e às falas. Nós já... Algumas vezes, ouvi aqui determinados sussurros e brincadeiras que não cabem nesta CPMI. Eu peço a colaboração dos meus colegas Parlamentares para que a gente continue mantendo a seriedade e o respeito aqui nesta sessão, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Abraão, a gente vai já falar sobre esse ACT que foi realizado em 13 de julho de 2022, mas a sua entidade arrecadou mais de 221 milhões. Queria mostrar para o senhor aqui... Porque está muito ruim aqui a visibilidade, eu vou buscar em outro local.

"Bora". Não, volta para aquela ali do gráfico. Pronto.

Sr. Abraão...

Passa essa aí. Deixa essa aqui por enquanto.

Sr. Abraão, eu entendo que o senhor não queira falar sobre os mecanismos de integridade da CBPA, da qual o senhor é o Presidente, mas, ó, ali tem milhares de pessoas, sequer milhões. A gente está falando aqui de dinheiro de aposentado e pensionista. O senhor é Presidente de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidade que arrecadou mais de R$221 milhões, por isso o senhor pode sair daqui inocentado publicamente ou previamente condenado por esses desvios, o senhor é quem decide aí o seu futuro.

O senhor conhece – o senhor conhece – um cidadão chamado Antônio Carlos Camilo Antunes, Careca do INSS?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu estou cansado de careca vir aqui e ficar em silêncio, mas vou respeitar o seu silêncio.

O senhor conhece Philippe Szymanowski?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, permaneço em silêncio, porque eu não me lembro desse nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O senhor conhece Thayse Nascimento?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, eu não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Plataforma Consultoria?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Plataforma Consultoria... (*Fora do microfone.*) Eu permaneço em silêncio, porque, sinceramente falando, é tanta empresa que...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom, a gente vai... Deixa eu deixar mais explicativo.

Passe a outra.

Esse aqui de chapéu azul se chama Abraão Lincoln. O senhor disse que a sua visão está... que o senhor acabou de operar, mas aqui está confirmado, porque a foto aqui é exatamente do senhor.

O senhor é Presidente da CBPA?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, nisso aí nós estamos falando a mesma linguagem.

Agora passa mais uma. Pronto.

Aí, vamos para a CBPA, que é o que importa. Vou fazer uma pergunta genérica: o senhor, em dois anos, recebeu, como Presidente da CBPA, a sua entidade, a qual o senhor preside, mais de R$221 milhões. O senhor confirma ou nega?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não sei o valor exato, mas se foi esse que foi repassado e está nos extratos bancários...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem, até aí nós estamos falando a mesma linguagem. Todos os documentos que chegaram de RIF bancário, botam, na CBPA, R$221 milhões via desconto associativo. Agora, o que a gente quer é saber o que o senhor fez com esse dinheiro.

Vamos deixar esse quadro de lado e vamos ouvir do senhor, como Presidente da CBPA, qual era a rotina de pagamento da CBPA. Para onde entrava o dinheiro? Teve mês que entrou 14 milhões, mês que entrou 11, mês que entrou 10, mês que entrou 9. Mas vamos fazer uma média aí de 10 a 11 milhões por mês. A que o senhor, como Presidente da CBPA, direcionava esse dinheiro?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu não tenho como falar agora sobre tudo, toda a movimentação bancária da CBPA, porque eu não tenho um computador na cabeça. Então, se o senhor quiser, depois eu mando inclusive as cópias que o senhor desejar da documentação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vi que o senhor está com um nível de esquecimento um pouco exagerado, e eu não quero puxar tanto.

Eu gostaria de saber o que é que demandava a maior despesa mensal da CBPA. O senhor, como Presidente, evidentemente, competente como é, tem conhecimento. Qual é a maior despesa mensal da CBPA?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, rapaz! Olhe, esse negócio de ficar ensinando a quem sabe é muito ruim. Mas eu vou lhe ajudar: 221 milhões tirados da CBPA. Por que o senhor mandou para Titanium Pay... por que o senhor mandou R$15 milhões para a Titanium Pay?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, deixa eu explicar. Todos os contratos que eu tenho, todos têm notas fiscais; os pagamentos foram acompanhados e os serviços foram prestados. Eu não sei de cor aqui o nome das empresas, porque são dezenas de empresas que trabalharam para a CBPA. Mas todas de certeza, se o senhor precisar dos contratos, das notas fiscais e dos extratos bancários, eu terei o maior prazer de encaminhar posteriormente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu gostaria muito que o senhor, como Presidente da CBPA, pudesse dizer por que enviou R$15 milhões para Titanium Pay. O senhor disse que não tem na cabeça. Então está bom. Tudo bem. Mas qual o serviço que a Titanium prestava à CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu fico em silêncio porque são tantos serviços que as empresas prestavam que eu não sei responder.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom. Eu acho que 15 milhões é pouco, então vamos para outra.

A CBPA transferiu 25 milhões para Plataforma Consultoria. Esse foi o maior repasse da CBPA. Qual o serviço prestado pela Plataforma Consultoria?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu permaneço em silêncio, mas quero só esclarecer que, se o senhor precisar das notas e dos contratos, eu encaminho para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só acho interessante o senhor vir depor numa CPMI e dizer que vai trazer contrato e nota depois.

Se o senhor tivesse tanta certeza dessas notas e contratos, com bons advogados, já viria municiado delas. A pergunta é: qual o serviço que a Plataforma prestou à CBPA? Pode dizer?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, permaneço em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

A Plataforma e a Titanium pertencem à mesma pessoa: Philippe André Lemos. Aí eu lhe pergunto: quem é Philippe André Lemos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. O senhor pega 221 milhões de aposentados e pensionistas, mete 40 milhões para Philippe André Lemos e não quer dizer quem é essa pessoa. O senhor pode dizer quem é Philippe André Lemos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para esclarecer, Philippe André Lemos, para quem não o conhece, foi o CEO do Terra Bank. Terra Bank, para quem não se lembra, da Conafer, do Sr. Carlos Lopes e do Sr. Cícero Marcelino. Olha que interessante, esse rapaz da CBPA meteu 40 milhões para o núcleo criminoso do Carlos Lopes e Cícero Marcelino. Até então nós não sabíamos que Carlos Lopes tinha uma sociedade criminosa com o Careca do INSS. E a CBPA, que meteu 40 milhões para isso aqui, que é a Plataforma e a Titanium, termina se encontrando com Carlos Ferreira Lopes.

Mas aí nós vamos adiante. Deixa esse núcleo um pouquinho e vamos para esse outro núcleo. Qual foi o serviço que a Prospect de Careca prestou à CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pega 9 milhões do povo sofrido brasileiro e mete para um criminoso através da Prospect. A gente só quer saber se o senhor está no mesmo nível dele ou se o senhor agiu de boa-fé por um serviço prestado. O senhor pode dizer qual foi o serviço prestado pela Prospect?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu não sei afirmar o serviço, porque não tenho decorado na minha cabeça, mas, conforme eu estou falando, posso colocar à disposição do senhor os contratos, os extratos e as notas fiscais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso aí eu já tenho – isso eu já tenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero saber do senhor é qual foi o serviço – eu quero ouvir do senhor –, qual foi o serviço que a Prospect prestou à sua confederação. O senhor é o Presidente.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor, para não dar uma informação equivocada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Vamos ver se o senhor recorda da Brasília Consultoria, para que o senhor mandou por volta de R$6 milhões. É também uma empresa do maior criminoso desse esquema, o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, Careca do INSS. Qual foi o serviço que a Brasília Consultoria prestou à CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Qual foi o serviço que a ACDS Call Center, que meteu 1,650 milhão para essa empresa do Careca também?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é o serviço prestado pela Plural Intermediações, que tem o filho do Careca, Romeu, como sócio – 6,7 milhões? Qual foi o serviço prestado à CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Este Brasil é uma zona mesmo, viu? É uma zona!

O senhor pode me dizer se o senhor já se reuniu alguma vez com Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências do INSS?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Falando nisso, acordei com uma reportagem importante do *Metrópoles* e solicitei a convocação de novo do Sr. Gustavo Gaspar. Fazia quase...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se for primo, tem que ser preso mais ainda.

Agora, ele foi ao Ministério da Previdência com o Careca, e o Ministério da Previdência escondendo essa informação. Reapresentei o pedido e pedi prioridade para ele vir aqui.

O senhor pode me dizer qual é a sua relação com a F2A Technology?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe de quem é essa F2A Technology? Aqui nós estamos com três grupos criminosos: o grupo da Conafer, o grupo do Careca e o grupo do Américo Monte, Felipe Macedo e Anderson Cordeiro – todo mundo se encontrando via CBPA.

Mas não satisfeitos – não satisfeitos –, o Careca do INSS, recebendo esses recursos, mandou 49 milhões para a Arpar. A Arpar é essa operadora financeira que mandou 3 milhões para Paulo Boudens aqui do Senado, e muitos Deputados e Senadores blindaram – blindaram. A Arpar pagou 3 milhões a Paulo Boudens. Agora, eu acho isto uma vergonha, Sr. Presidente, essa blindagem de suspeitos que estão impedindo a gente de investigar. Só aqui – só aqui –, a gente descobre quatro núcleos criminosos.

Mas, Sr. Presidente, todo esse dinheiro rodou e veio para dois locais. A Plataforma e a Titanium mandaram para Dinar. E a Dinar, que recebeu 33 milhões do Careca, que já tinha recebido esse valor, somando isso aqui tudo... Jogaram tudo na Spyder. Olha, quando eu digo que este Brasil é uma zona, que o sistema financeiro está totalmente aberto à criminalidade... Esse negócio de só investigar quem está na base da pirâmide...

Agora, sabe quem é o grande criminoso aqui, sócio administrador da Spyder? Um bandido que tem que ser alcançado e preso imediatamente? É do CadÚnico, auxílio emergencial. Ele é o dono. Recebeu aqui... Recebeu aqui mais de 40 milhões. Aí fui atrás dele, e ele é dono de uma moto Biz 125.

Me diga... Me diga se esse...

Bota aqui a foto.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Da Spyder?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Spyder.

Passa aqui.

Passa mais.

Passa.

Passa.

Passa.

Então, volta.

Aquela casa de que eu pedi para botar a foto... (*Pausa.*) Tá, não? (*Pausa.*)

Não tem problema, uma casa simples, dono de uma moto, recebeu 40 milhões. Estamos pedindo o afastamento do sigilo para saber a quem esse coitado... Por quem esse coitado foi usado.

Então, aqui tem... Volta para lá, por favor. Aqui tem dois locais em que nós vamos saber exatamente da safadeza e para onde o dinheiro foi. É quebrar o sigilo – volta lá – da Arpar, que recebeu mais de R$50 milhões, e o Careca está por trás, e quebrar o sigilo da Spyder, de que o sócio é um usuário do CadÚnico, auxílio emergencial, dono de uma moto CG.

Passa aqui, por favor.

Agora, deixa eu lhe perguntar: qual a sua relação...

Bota aquela foto dele, por favor. (*Pausa.*)

A do chapéu em que ele aparece. (*Pausa.*)

Aqui.

Aqui está o senhor e aqui está o Diretor de Benefícios do INSS, ambos numa festa. Qual foi a data dessa festa e onde foi esse encontro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Relator, eu não sei definir a foto, mas a única vez que esse cidadão teve com a gente, num evento, foi num evento público, com mais de 20 mil pessoas, ele representando o INSS, porque o Presidente não pôde ir.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quem é essa pessoa que o senhor disse que esteve nesse evento?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (*Fora do microfone.*) – Eu não enxergo de longe, eu não tenho como dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oxe, o senhor acabou de dizer que essa pessoa estava num evento.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Se for o que o senhor está pensando...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu não estou pensando nada, eu estou querendo ouvir do senhor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Se for o Dr. André, porque eu não enxergo assim. Eu digo assim, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Dr. André o quê?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não sei o sobrenome dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu sei que ele foi representando a previdência para esse evento que tinha lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se isso faz um ano, faz dois anos, foi no Governo passado, foi neste Governo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Foi nesse Governo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe só o problema com que nós estamos. O Diretor de Benefícios do INSS, que foi exonerado, afastado por decisão judicial, estava nessa CBPA, numa festa distante a mais de 2 mil quilômetros de Brasília. Quem pagou as diárias, quem pagou a passagem, a hospedagem, seja lá o que for, depois André Fidelis, quando ficar bom da doença temporária, precisa vir aqui.

O senhor já pagou serviços ao filho de André Fidelis, chamado Eric Fidelis?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Em silêncio, senhor, porque eu não me lembro disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já pagou recursos à esposa do Sr. Virgílio Antônio?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor. Não me lembro disso de forma nenhuma...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volta aqui.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Fico em silêncio, porque eu não lembro mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volta. (*Pausa.*)

Volta para o gráfico. (*Pausa.*)

Não, volta para esse gráfico anterior aqui.

O senhor conhece Adelino Rodrigues Junior?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vou ficar em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oxe! O rapaz é procurador da CBPA! O senhor conhece ou não?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vou ficar em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu estou com essa procuração, foi o senhor que assinou. O senhor não conhece Adelino Rodrigues Junior? O senhor assinou a procuração!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não, não! Vamos adiantar aqui.

O senhor conhece Adelino Rodrigues Junior?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vou ficar em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, ele é procurador da CBPA. Mandou dinheiro para a Sra. Thaisa Hoffmann, esposa do então Procurador-Geral do INSS. Eu quero saber se o senhor foi quem ordenou Adelino, procurador da sua entidade, a meter dinheiro para Thaisa Hoffmann. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode esclarecer, Sr. Abraão. Pode esclarecer, Sr. Abraão.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Olha só...

Agora, passa, bota aquela foto que eu mandei. (*Pausa.*)

Olha a casa aqui, 40 milhões. Aqui, a Spyder. O endereço do Zé Vitor é aqui. Além desse imóvel, ele tem também uma Biz 125 e que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode ser.

Passa aqui, por favor. Passa aqui.

Eu gostaria da foto. (*Pausa.*)

Esta!

Eu vou me permitir ler, porque está muito pequeno, mas o senhor vai me ajudar. (*Pausa.*)

Ótimo, pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui está a CBPA. CBPA passou 1,9 milhão para Network Serviços de Comunicação, sócia Kethlen da Costa Brito. O senhor pode me dizer qual foi o serviço prestado pela Network?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

A CBPA passou 1,9 milhão para Network, mas a CBPA também passou 400 mil, vamos ver para quem. Para a Conektah Estratégias. Essa aqui é parente dessa aqui.

Mas o que me chamou a atenção nessa teia, e eu gostaria muito que o senhor explicasse...

Bota para cá.

A gente já falou de 1,9 milhão para a Network. A Network meteu aqui 11 mil – mais, só um pouquinho mais –, 11 mil para a Fundação Boas Novas. Vamos para cá mais um pouquinho. A Fundação Boas Novas é de Jonatas Câmara. O senhor conhece Jonatas Câmara?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, a gente vai começar a falar da parte política. Eu acho uma injustiça muito grande com quem for ser citado o senhor não esclarecer, porque vai recair suspeição, e suspeição é a pior coisa que existe para um político. Então, eu acho que era a oportunidade que o senhor tinha de poder esclarecer.

Olha a sua responsabilidade: 1,9 milhão para a empresa, a empresa mandou para a Fundação Boas Novas R$11 mil, Presidente Jonatas Câmara.

Volta lá. Volta mais.

Aí, agora, vamos ver aqui quanto foi: R$37 mil. A empresa a que o senhor mandou 1,9 milhão – anda mais – mandou para Heber Tavares Câmara. O senhor conhece Heber Tavares Câmara?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Sessenta mil reais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volta lá.

A empresa que recebeu novecentos e poucos mil da...

Vamos aqui ainda, vamos nessa linha aqui. Vá. "Bora". Passa. Passa. Vai.

Nove mil dessa empresa vieram para a conta do Sr. Silas Câmara. O senhor conhece o Sr. Silas Câmara?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Silas Câmara eu conheço, sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor alguma vez foi ao Palácio do Planalto tratar ou no Ministério da Previdência Social com a CBPA ao lado do Sr. Silas Câmara?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí volta lá. Volta. Volta mais.

Olha, o senhor pagou 1,9 milhão para a Network. A gente já fez aqui um apanhado de algum desses recursos. Vamos mais um pouquinho. Aí 917 mil da Network vieram para a outra Network Serviços de Comunicação. A Conektah também recebeu dinheiro da Network.

E aí, a Conektah passou 37 mil para quem?

Mais.

Passou 37 mil para Heber Tavares Câmara. O senhor sabe quem é Heber Tavares Câmara?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, Senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, 60 mil foram passados para também Heber Tavares Câmara – volta aqui – vindo da Network.

Aí, 146 mil da Network foi passado para Milena Câmara.

O senhor sabe quem é Milena Câmara?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é Milena Câmara?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Trabalha... Trabalha com a gente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trabalha com?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Advogada da CBPA.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe por que foi a Network que passou esse dinheiro para Milena Câmara?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe por que, além dos 146 mil, também a Network, que já tinha recebido lá mais de 1 milhão anteriormente, passou também 24 mil para Milena Câmara?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Ádria da Costa Brito, Assessora do Secretário de Segurança do Estado do Amazonas?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, Senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o serviço que a Sra. Ádria da Costa Brito prestou à CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, Senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Vá mais aqui um pouquinho – para a direita.

Olha só, nós temos o Jonatas Câmara, que recebeu recurso diretamente – diretamente – da empresa que recebeu o recurso da CBPA.

Jonatas Câmara, eu não tenho absoluta convicção, mas me parece que foi ou é Deputado Estadual. É irmão – é irmão – do Deputado Silas Câmara, que me prove o contrário, é uma pessoa decente, mas eu não poderia deixar de trazer aqui que toda a família, a começar do irmão, dos filhos e da esposa, todos – volta aqui, por favor –, toda a família terminou recebendo... – volta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais um pouco – recebendo recurso dessa CBPA através de algumas empresas que levantam muita suspeita.

Aí perguntam: "Alfredo, por que isso"? Porque eu não posso ser covarde ao ponto de não trazer ao Colegiado as descobertas feitas pela equipe técnica. Acredito que o depoente – que é pessoa próxima, que tem em várias fotos, ocasiões e agendas conjuntas em ministério – poderia explicar o papel do Parlamentar junto à CBPA.

Então, isso aqui é algo que nós poderíamos esclarecer agora. Vai depender do senhor. Me parece que o senhor tem consideração ao Deputado Silas Câmara. O nome dele está sendo citado aqui.

Para não pairar suspeição, o senhor poderia dizer o que essas pessoas fizeram junto à CBPA para recepcionar recursos. O seu silêncio está aqui podendo induzir em erro muitos que estão hoje nos assistindo e vendo.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O senhor esteve com o Sr. Silas Câmara no gabinete do Ministro da Pesca?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que o senhor foi tratar no gabinete do Ministro da Pesca, André de Paula, com o Sr. Silas Câmara, que obriga o senhor a ficar em silêncio?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Porque eu não lembro qual foi o dia que eu fui lá no gabinete do Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se o senhor quiser, eu posso dar o dia. Vai lhe ajudar se eu der o dia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E, Relator, como se trata de uma informação pública, já confirmada, senhores advogados do Sr. Abraão, a resposta tem que ser dada, sim ou não.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, deixe eu (*Fora do microfone.*) ... uma coisa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Porque é uma informação pública. Ele não está perguntando o que o senhor foi fazer ainda, mas "se o senhor esteve no gabinete", é uma resposta sim ou não, de acordo com a quebra das agendas do ministério.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Institucionalmente, nós vamos muito ao gabinete dos Ministros da Pesca, por exemplo – esse, principalmente, mais do que os outros –, em razão da demanda da pesca artesanal do Brasil. Não é só com um Parlamentar, são todos quando tem uma demanda em cada estado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pronto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia, já que o senhor respondeu ao Presidente, me dizer – acho que ajudaria muito...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O senhor me perdoe, respondi também ao senhor, está certo?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, não, não. Mas eu estou vendo o seu espírito colaborativo.

O senhor poderia me dizer quem é o procurador da CBPA, Vladimir Augusto de Oliveira Formiga?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, vou para perguntas mais fáceis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós estamos sem áudio no microfone, Relator. Deve ter acabado a bateria. (*Pausa.*)

Enquanto o Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora deu certo. Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só para não perder o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, excelência. (*Pausa.*)

Enquanto o Relator procura, vou pedir à Secretaria para colocar o organograma onde tem o procurador da CBPA, o Sr. Adelino, por favor. (*Pausa.*)

Pode... Só um instante, só um instante, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. Agora eu já ...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já encontrou?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, eu já achei.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Nosso Relator é competente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é uma figura chamada... que é Deputado Estadual, chamada Juscelino, lá da Paraíba?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Da Paraíba, meu amigo ? Paraíba tem Lampião não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é esse Deputado? O senhor podia me dizer?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deputado Estadual da Paraíba Juscelino... não lembro... acho...

Vou ficar em silêncio, porque não conheço nenhum Deputado Estadual...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não lembra. Então, vou dizer um que o senhor lembra. Este eu estou apostando que o senhor lembra: Edson Cunha de Araújo, do Maranhão.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nosso Vice-Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Qual a justificativa para ter repassado para Edson Cunha mais de R$5 milhões?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vou ficar em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Edson Cunha de Araújo é de que partido?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu não tenho informação de qual é o partido dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Edson Cunha de Araújo é Deputado no mandato ou já foi Deputado?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não tenho conhecimento se ele ainda é Deputado. Eu sei que, na época, ele era suplente, não sei, não tenho informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não recorda por que um Deputado recebeu mais de R$5 milhões?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vou permanecer em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – É do PSB.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone*.) – Da Paraíba também?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não sei de onde... Ah, é do Maranhão – do Maranhão. Foi Secretário de Estado e também foi Deputado, mas eu não sei de que partido esse rapaz é.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor poderia me dizer, em relação a essa...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Deputado Alfredo, só para registrar, ele atualmente está filiado ao PSB, do Maranhão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – PSB, obrigado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, já que a gente está falando de política, o senhor é filiado a algum partido político?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Republicanos.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Republicanos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já foi candidato a Deputado?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Há oito anos atrás.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Há oito anos?

Olha, o senhor sabe, né? Quando a gente está nesta relatoria, mandam muitas informações – informes, né? Porque eu não sei se eles são verdadeiros ou não, mas o senhor pode esclarecer. Deixa eu fazer uma pergunta ao senhor que me mandaram, e eu acho que é o momento de o senhor responder.

Dê só um minuto aqui que eu vou achar...

Me diga uma coisa: o senhor conhece uma cidade chamada... O senhor conhece uma cidade chamada Porto de Mangue?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor. Conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga uma coisa: qual é a sua ligação com Porto de Mangue? Porto do Mangue?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É um município pesqueiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Prefeito lá, o senhor é aliado? O senhor ajudou na campanha? Eu tenho umas informações aqui que queria discutir com o senhor.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Ajudei na campanha como?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, do Prefeito?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, nem na campanha eu fui lá, moço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu não estou perguntando se o senhor foi lá, não; estou perguntando se o senhor ajudou na campanha.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, senhor?

O senhor ajudou algum Prefeito nessa campanha de 2024, financeiramente falando?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, Rio Grande do Norte, parem de inventar coisa. Mandaram para mim uma série de fatos e documentos dizendo que ele gastou uma fortuna na campanha municipal, comprando apoio para próxima eleição. Verdade ou mentira?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vou ficar em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

Como é o nome do filho do senhor?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu tenho seis filhos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem um filho chamado Victor Hugo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer o que é que Victor Hugo faz?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Ele é um empresário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Ele trabalha...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual tipo de empresa Victor Hugo detém?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sei. O senhor... Eu vou ficar em silêncio, tá?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem.

O senhor pode me dizer quais são – não vamos muito longe, não –, quais são os carros adquiridos por Victor Hugo nesse último ano?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não sei quais são os carros que ele tem. Eu acho que ele só tem um carro, mas não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer que carro é esse?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não recordo o nome agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

Só para recordar, o senhor pode me dizer... O senhor pode me dizer desde quando Victor Hugo é empresário?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu vou ficar em silêncio, porque eu não tenho certeza da data.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas eu não ia pegar o senhor pela data não, era aproximadamente. O senhor pode dizer?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não tenho certeza de qual é a data, por isso que eu fico em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pode me dizer qual era o seu patrimônio declarado no Imposto de Renda em 2022?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Quase nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Quase nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual é o seu patrimônio hoje?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vou ficar em silêncio, senhor, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor. (*Pausa.*)

O senhor pode me dizer quantas vezes o senhor esteve com os Ministros José Carlos Oliveira, Carlos Lupi e Wolney Queiroz?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu vou ficar em silêncio, porque eu não tenho a exatidão das vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se já esteve alguma vez com o Ministro José Carlos Oliveira?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Estive, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda qual posição ele ocupava?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Na época, ele foi Diretor, foi Presidente do INSS, porque eu ia lá para tratar de aposentadoria, de seguro-defeso, dessas coisas com as federações, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com o Ministro Carlos Lupi?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Da mesma forma, porque ele é Ministro da Previdência, era Ministro da Previdência. Do mesmo jeito que nós íamos procurar, junto com as federações, o Ministro José Carlos, íamos procurá-lo, como procuramos os outros ministros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com o Ministro Wolney Queiroz?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Wolney Queiroz, esse, eu não estive com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer qual o motivo?

Olha, esta eu acho interessante: o senhor conhece Alessandro Stefanutto?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Conheço, sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esteve com ele alguma vez?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Estive, sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu andei num restaurante, aqui em Brasília, que eu não conhecia, mas passava sempre lá e tive uma curiosidade. Na Vila Planalto, Brasília, em 8 de julho de 2023, o senhor reservou o restaurante para a posse de Alessandro Stefanutto. Qual o motivo de o jantar não ter ocorrido?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, não... Não houve essa reserva desse jantar. Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volto a perguntar.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não me lembro desse jantar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – u só queria uma resposta afirmativa. O senhor...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor esteve num restaurante da Vila Planalto reservando ou mandando reservar, para a CBPA pagar o jantar de posse do Sr. Alexandre Stefanutto – Alessandro Stefanutto?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu me reservo o direito do silêncio, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor acha moralmente correto o senhor, através da CBPA, buscar pagar o jantar do moralista Alessandro Stefanutto?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem. Ah, o jantar foi cancelado.

Sr. Presidente, eu teria muitas perguntas ainda a fazer, mas, aqui, neste Brasil dividido em dois, em que a polícia... E eu acho certo e quero bater palmas para a polícia do Rio de Janeiro, porque, em bandido que não respeita a polícia, é chumbo mesmo... Mas eu tenho uma pena de a polícia não ter a mesma autorização para fazer isso nos corruptos com poder. Chegam aqui com *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal. Este Brasil não pode continuar dividido dessa forma. O povo quer justiça igualitária, ou seja: para corrupto, forca; para corrupto, o mesmo tratamento de bandido perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, por solicitação do depoente, eu vou suspender a sessão por dez minutos.

(*Suspensa às 18 horas e 22 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 30 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Olha, para a gente não perder... para a gente não perder o foco, bota aquela famosa foto do Ministério da Previdência, com o Ministro Wolney Queiroz. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A foto não foi exibida ainda, não...? Vai ser exibida agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem um rapaz aqui que está na mesa... está na mesa da reunião do Ministro Wolney Queiroz. Um desses é o Careca do INSS, mas tem outro aqui chamado Rogério Souza.

Passa aqui, por favor.

Volta naquela foto em que ele está de boné com o André Fidelis. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa, essa. Volta lá.

Volta uma, por favor.

Voltando aqui, esse mesmo rapaz, que estava lá na mesa do Ministro Wolney Queiroz, está aqui ao seu lado e do André Fidelis.

Qual é a relação do senhor com o Rogério?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vou permanecer em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Volta para aquele gráfico, porque eu esqueci de citar uma coisa. (*Pausa.*)

Do PDF. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me alertaram, e eu realmente esqueci.

Quando foram feitos os levantamentos...

Sobe um pouquinho.

Quando foram feitos os levantamentos que a CBPA passou o recurso para Network, a Network também passou recurso de 650 mil para Juscelino de Souza Moura. O senhor poderia me dizer o que é que Juscelino de Souza Moura prestou de serviço para a CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volta um pouquinho, por favor.

O senhor teve algum envolvimento na Operação Saúva?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Manoel Paulino da Costa Filho, então assessor do Vice-Governador Omar Aziz?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa mais um pouco, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor conhece Antônio Fernandes Barros Lima Júnior?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, vou fazer três perguntas, porque é a oportunidade de o senhor esclarecer os fatos.

Quando a gente afastou o sigilo da CBPA e o do senhor, terminamos chegando aqui a alguns pagamentos da família do Parlamentar Silas Câmara. O senhor poderia dizer a que título esses pagamentos foram feitos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual a sua relação com Cecília Rodrigues Mota?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Cecília Rodrigues Mota?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Virgílio Filho, Procurador exonerado do INSS?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Tenho conhecimento... Eu conheci ele através... desde a época do Ministro Garibaldi, quando ele trabalhava no INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo, eu queria chegar aí.

Qual a sua relação com o Ministro Garibaldi Alves Filho?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É uma relação de amizade. Há muitos anos que eu até não vejo ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem...

E vamos falar agora de uma parte importantíssima.

CBPA foi criada em que ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Foi mais ou menos uns cinco anos que foi criada. Não tenho a data exata aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – CBPA foi criada em 2020 e conseguiu o Acordo de Cooperação Técnica depois de muitas negativas, inclusive da Procuradoria Federal Especializada, em julho de 2022.

Olha, se a CBPA é uma entidade séria, o senhor poderia me dizer como superou os percalços jurídicos para conseguir a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o INSS?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Abraão, olha aonde nós chegamos.

O senhor arrecadou 221 milhões, a partir de 2023. Nós estamos diante do maior roubo da história do Brasil na Previdência Social, que atingiu aposentados e pensionistas.

O senhor, um aposentado, como disse aí. Eu queria tirar o senhor da vala comum. Eu queria que essa confederação tivesse pego esse dinheiro para trabalhar em prol de aposentados e pensionistas. O senhor está tendo a oportunidade de sair da vala comum. Estou fazendo uma pergunta técnica, tão simples... Como o senhor conseguiu superar os obstáculos jurídicos, depois das negativas dentro do INSS, para, em 22 de julho, ou algo parecido, em 2022, assinar o ACT?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Entregamos todas as documentações que foram necessárias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Agora o senhor já está falando. Isso é importante.

O senhor poderia me dizer com quem o senhor tratou, em 2022, para dar andamento num processo de ACT da confederação, da CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – No momento, eu não posso me recordar, porque foi com muita gente e muitas viagens – muitas viagens ao INSS. Muitas. Não foi uma vez, nem duas, nem dez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas vezes o senhor se reuniu com o Jucimar Fonseca e a Dra. Ingrid?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Hoje eu não me recordo, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Jucimar Fonseca?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Se conheço, não me recordo, porque, infelizmente, por conta dessa minha situação, assim, só nominalmente... As pessoas, fisicamente, eu só vejo mais as sombras das pessoas. Então, se o senhor me pergunta quem é, eu não sei dizer ao senhor. Eu não lembro, não me recordo desse nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas... E Ingrid?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Também não, senhor, não posso dizer uma coisa que... Não posso afirmar. Infelizmente, tenho esse problema aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E Yamada?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não posso afirmar também, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. José Carlos Oliveira o ajudou na questão do ACT?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Dr. José Carlos Oliveira não ajudou. Apenas a gente encaminhava os documentos que o INSS pedia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era o representante da CBPA na época do ACT? Quem fez as tratativas? Foi o senhor ou algum daqueles procuradores que eu citei o nome, Adelino ou Formiga?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Para o ACT sair, foram as pessoas que fazem parte do trabalho da Confederação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem são essas pessoas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Na época, eu não lembro, porque eram várias pessoas, que entravam e saíam algumas vezes, alguns diretores... Não sei me recordar aqui agora no momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na parte mais importante, toda vez, o senhor esquece.

Eu lhe pergunto: A CBPA teve os bens bloqueados?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor. O patrimônio dela está com bloqueio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda qual foi o ano em que ela teve os bens bloqueados?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Foi agora, este ano, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em que mês?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não sei dizer o dia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volta. Volta uma. Volta lá pra o início.

Não é isso não; é sobre a CBPA. (*Pausa.*)

Essa, não; pode voltar mais.

Pode voltar.

Aqui.

O senhor pode me dizer qual o seu relacionamento com Domingos Sávio de Castro?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (*Fora do microfone.*) – Senhor, eu permaneço em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual o seu relacionamento com Anderson Vasconcelos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, nenhum. Assim, eu não, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ficar em silêncio, porque eu não lembro, não recordo dessa pessoa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Felipe Macedo.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não recordo dessa pessoa também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Américo Monte.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que repassou mais de 2 milhões para as empresas deles?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vou permanecer em silêncio, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui está o montante retirado de aposentados e pensionistas: R$221.161.973,60.

Uma pergunta simples, que o senhor pode esclarecer, já que o senhor tem milhares de filiados: qual foi o serviço que o senhor prestou aos aposentados e pensionistas?

Isso é uma pergunta fácil, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senhor, nesse mini-informativo que tem aí, tem algumas coisas... Por exemplo... Vou dar um exemplo aqui ao senhor: nós fizemos um trabalho muito grande na questão do peixe-leão, por exemplo, um trabalho que entregamos ao Governo, mostrando a ameaça que esse peixe trazia para o nosso país, em termos de litoral, porque ele não tem predador e ele é um tipo de pescado que absorve tudo. Entre tantas outras coisas... Por exemplo... Nós tínhamos, que funcionava, telemedicina; tínhamos, que funcionavam, todos esses trabalhos que estão aí escritos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. O senhor chegou exatamente...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... repovoamento de açudes e tantas outras coisas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Pronto. O senhor chegou aonde eu queria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos falar do peixe-leão. Qual foi o trabalho que a CBPA fez em relação ao peixe-leão, esse peixe invasor que está tomando conta dos corais do Brasil?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Em primeiro lugar, nós contratamos mergulhadores que, em várias regiões do Brasil...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... detectaram a presença dele, e foi feito um estudo, que eu posso encaminhar com muito prazer para o senhor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... e reunimos o Governo Federal, aqui em Brasília, e o segmento, todas as federações que tinham litoral, e apresentamos para o Governo, pedindo providências, porque esse peixe, de certeza, já se proliferou na nossa costa e, em breve, vai começar a dar uma queda muito grande na nossa produção.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bom.

Me conta quanto o senhor gastou nesse projeto via CBPA.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, o número exato eu não sei aqui lhe responder, mas tenho satisfação em mandar, em seguida, para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se a Titânio, se a Prospect, se a Brasília, se a Start Money, o senhor pode me dizer se essas empresas participaram desse projeto?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu vou permanecer em silêncio, porque eu não tenho a exatidão da informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o senhor falou da telemedicina. Graças a Deus, apareceu uma pessoa com um serviço prestado aqui – telemedicina! Eu nunca tinha ouvido falar nas empresas com telemedicina.

A telemedicina é o futuro da Medicina. O senhor é um homem visionário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Me conta: quem o senhor contratou para prestar serviço de telemedicina?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós tivemos dois momentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Contratamos uma empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é o nome da empresa?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não sei dizer, aqui, ao senhor agora, mas tenho o maior prazer de também mandar a documentação para o senhor.

E, em seguida, rescindimos o contrato com essa empresa e contratamos outra empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo!

Essa empresa ficou quanto tempo contratada pela CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu não tenho os números exatos e as datas, mas, com prazer, mandarei para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bora falar da segunda empresa, que está mais próxima.

Qual a empresa que foi rescindida o senhor já disse; e a que foi contratada?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não tenho o nome exato, mas eu tenho certeza de que mandarei para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela era de onde?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não tenho o nome exato da empresa...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo amor de Deus!

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... mas eu mandarei para o senhor, com toda a certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe me dizer até quando esse serviço de telemedicina ficou vigente na CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Até as nossas contas serem bloqueadas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem!

E o senhor pode me dizer quem era o ordenador de despesa da CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O presidente e o tesoureiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, como é o nome do presidente?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Gabriel Negreiros.

O Presidente sou eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

E o tesoureiro?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Gabriel Negreiros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Rapaz, eu recebi tanto *e-mail* – tanto *e-mail* – dizendo que Gabriel Negreiros é o testa de ferro do senhor.

Me esclarece qual é o papel de Gabriel Negreiros.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós não podemos falar por *e-mail* dos outros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu sei que ele foi eleito para tesoureiro.

Assim, eu não tenho como explicar ao senhor uma coisa dos *e-mails*, porque eu não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Ninguém é meu testa de ferro, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era isso que eu queria ouvir.

Qual é o seu relacionamento com Gabriel Negreiros?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Institucional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Institucional?

O senhor pode me dizer qual é o valor que recebe Gabriel Negreiros na CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nenhum de nós temos salário na CBPA.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se foi Gabriel Negreiros que repassou mais de 5 milhões para Edson Araújo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu não tenho essa informação. Portanto, eu permaneço calado, para não cometer injustiça.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor explica... Se o senhor explicar isso, eu fico satisfeito e vejo a boa-fé do senhor.

Volta mais um aqui.

Mais um.

Mais um.

Tem duas perguntas que eu gostaria de fazer ao senhor.

Mais um.

Mais um.

Porque aí eu reconheço que o senhor pode estar com alguns esquecimentos – é natural –, mas, se o senhor explicar isso, eu vou ter a certeza da boa-fé da CBPA.

Como é que o senhor conseguiu incluir 190 mil pessoas na CBPA no mês de julho de 2023?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu permaneço calado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou fazer outra, para ver a boa-fé do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só repetindo: qual foi o mecanismo de integridade que falhou da CBPA, para o senhor enviar para o INSS, para a Dataprev, 40 mil mortos para ter descontos associativos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu permaneço calado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor está aqui depondo com *habeas corpus*. O senhor retirou 221 milhões de aposentados e pensionistas; o senhor repetiu o crime pelo qual foi acusado em 2015. Justiça lenta, tardia! O senhor só foi denunciado por corrupção agora, infelizmente, dez anos depois – dez ou nove anos depois –; repetiu o que já tinha feito. Agora, vem com *habeas corpus*, não explica nada à população brasileira, distribuiu dinheiro a rodo e o pior disso tudo: dinheiro de quem mais precisava. Eu fico me perguntando: esse Brasil tem jeito? O homem se senta no gabinete de Ministros, o homem vai para o Palácio do Planalto, o homem mete a mão no dinheiro do povo brasileiro e vai sair daqui livre, leve e solto.

O STF está tratando a justiça, infelizmente, com dois pesos e duas medidas. O povo brasileiro, comum, normal, não tem direito a esse tipo de *habeas corpus*. Você precisa ter advogado bom, advogado caro, advogado poderoso e com contato. Gostaria muito que a CPMI tivesse o poder de determinar a prisão, porque idade não significa inocência. Repetiu os mesmos fatos criminosos de antes.

É por isso que, nesse Brasil, cada vez mais suas instituições estão desacreditadas. Com apoio político, influência em vários Poderes, chega aqui e desfila a impunidade. Isso me envergonha como brasileiro. Infelizmente, CBPA é uma organização criminosa estruturada para roubar o dinheiro do povo, liderada por este cidadão: Abraão Lincoln.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Para interpelar.) – Eu peço à Secretaria que retorne até onde tem a foto do Sr. Adelino, por favor, no organograma.

Mais uma.

Tem mais uma... Pode mais uma, porque tem uma foto dele... Mais outra.

Pode ir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa daí.

Sr. Abraão Lincoln, a procuração que o senhor deu para o Sr. Adelino Rodrigues Junior é uma procuração pública. Quais eram os termos dessa procuração?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Essa informação o senhor não pode negar a esta CPMI.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Se ele fosse... Os poderes que eu dei foi para ele movimentar uma conta do *call center* – se for quem eu estou pensando –, para devolver o dinheiro, porque as pessoas reclamavam para o *call center*. Esse *call center* tinha um número no contracheque das pessoas, e o ACT exigia que a gente tivesse um *call center*. Esse *call center*... Como eram pequenas contribuições e nós pagávamos dobrado, na hora em que a pessoa reclamava, a gente pagava dobrado, como manda o Procon.

Então, ele tinha essa procuração; e acredito que, como quebraram o nosso sigilo bancário, vão encontrar lá todas as... Como é o nome que se diz? Eu não entendo de negócio de finança. O que foi pago pelo banco, o nome da pessoa, tudo direitinho, porque o *call center* tinha toda essa estrutura.

Então, ele não pagava grandes volumes. O dinheiro dessa conta era específico para devolvimento àqueles que reclamavam. Não foi para doar a ninguém, era para devolver para aquelas pessoas que reclamavam.

E, se vocês, por favor... Devem ter aí, é só olhar nos extratos os valores quais eram. Nunca eram valores grandes, eram valores muito pequenos, por isso que nós passamos uma procuração para que ele fosse resolvendo no *call center,* e fiscalizado pela CBPA.

Então, nós não temos conhecimento de ele repassar esse dinheiro, porque... Primeiro, que ele não podia repassar. Esse dinheiro era fruto da devolução daqueles que reclamavam no *call center* e no Procon – no Procon e no *call center*. Então, se for esse senhor, esse cidadão, com esse nome, essa foi a única procuração que nós demos para tratar desse tipo de assunto, que era do *call center*, porque era uma exigência do ACT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora, Sr. Abraão, já que era um assunto...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É que eu não enxergo a foto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, eu vou...

Já que era um assunto tão importante junto do ACT – aumenta um pouquinho, por favor, o quadro –, era um assunto tão importante, de onde o senhor conhece o Sr. Adelino Rodrigues Junior?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O senhor... É desse *call center*, se... Desse *call center*.

Não, esse problema aí eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele é do *call center* ou ele é contratado do senhor?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Adelino?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Adelino Rodrigues Junior.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Do *call center*. Que eu tenha entendimento, esse senhor... A única procuração que eu dei, que era por conta dessa dificuldade, era para o *call center*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora, ele repassou... Nessa procuração, que é pública...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... ele podia movimentar depósitos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, só para isso.

Na procuração, eu posso encaminhar para vocês, aqui para as autoridades que estão aqui, era específica para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O valor que o senhor destinava para que ele pudesse cumprir, quem controlava?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O valor é judicial.

Por exemplo, o Procon dizia as reclamações, os valores, e a gente mandava. E no *call center*, por exemplo, a pessoa tinha descontado duas vezes, então ele receberia duas vezes descontado duplamente. Por exemplo, se era trinta e poucos reais, aí se multiplicava trinta e poucos reais por quatro, né? Então, sempre foi assim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Se o senhor pegar os extratos, é para estar assim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

Sr. Abraão, o Sr. Adelino repassou para a Sra. Thaisa Hoffmann R$39 mil, se consigo enxergar daqui corretamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – R$59 mil.

Ele tinha procuração para isso?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele repassou, em espécie, 400... Quase R$430 mil – sobe um pouquinho para a gente confirmar para onde que foi esse dinheiro - para o Sr. João Victor Rodrigues Fernandes.

O senhor conhece o Sr. João Victor Rodrigues Fernandes?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nunca ouvi nem falar nesse senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O *call center* do Sr. Adelino era ligado ao Sr. Domingos Sávio de Castro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não sei. Eu sei que nós contratamos um *call center*, que eu posso inclusive mandar o contrato para vocês e todas as notas fiscais que foram pagas. Os extratos dessa conta já estão aí de posse da CPI. Então, é só dar uma olhadinha, por favor, que vocês vão ver que era justamente para devolução dos Procons que, quando reclamavam, a gente tinha a orientação de devolver imediatamente, em 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Abraão, por mais simples que uma pessoa seja, uma pessoa não rasga nota de R$100. O senhor é um homem que movimentava mais de R$200 milhões na conta. O senhor repassou para o Sr. Adelino uma quantidade de recursos suficiente, que saiu da CBPA em direção a essas figuras que estão ali: Thaisa, o Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, que é ex-Procurador do INSS.

Quem controlava os pagamentos, os valores que o senhor tinha que liberar?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Só uma pergunta... Eu não sei, eu não vou responder agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas quem levava para o senhor, Sr. Abraão, dizendo assim: "Sr. Abraão, tem que pagar x para fulano, x para fulano". Quem é que apresentava isso para o senhor?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O *call center* encaminhava...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas eu digo das outras despesas todas da empresa. Quem é que encaminhava? Era o senhor?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, as despesas, o tesoureiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tesoureiro é quem levava? O senhor assinava sem...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – As outras despesas?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Era feito o comando de pagamento de notas fiscais, baseado em notas fiscais. A nota fiscal chegava, a gente pagava e pronto. A gente não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Era o senhor ou outra pessoa dentro da CBPA que tinha autorização para fazer os contratos, para contratar empresas que iriam prestar serviço?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Por exemplo, os empresários muitas vezes vinham conversar com a gente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com quem? A gente quem? O senhor e quem mais?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Presidente, por exemplo, se um senhor ia prestar um serviço, o serviço de telemedicina, ele vinha, explicava, mostrava. Eu mandava fazer uma pesquisa. Se estava dentro do preço de mercado, aí o serviço era contratado. O setor financeiro contratava o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor assinava os contratos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Assinava.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Outra pergunta: alguma vez o senhor questionou a quem quer que seja dessas pessoas, principalmente o Sr. Adelino, qual era o destino desse dinheiro que o senhor assinava? Porque o senhor não assinava pouco, o senhor assinava muito dinheiro em direção a essas pessoas.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deixa eu lhe explicar: eu assinava – o que eu entendia, e imagino que tenha sido feito assim, porque eu pedi até para ver alguns extratos –, era aquele dinheiro, aqueles valorezinhos que estavam sendo pagos, estavam sendo devolvidos para as pessoas. O que é que ele fez do recurso dele para lá eu não sei, mas o recurso da CBPA foi de devolução, porque as pessoas do Procon mandavam, os órgãos mandavam, e a gente fazia os pagamentos, porque a nossa orientação era que fosse feito em 24 horas o pagamento de quem reclamasse – dobrado –, sempre foi orientação da Diretoria da CBPA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor contratou alguma empresa de *call center* para buscar afiliados, Sr. Abraão? Associados?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós tínhamos consultorias. Nós fizemos uns contratos de consultorias, que isso aí eu estarei mostrando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com quem, Sr. Abraão? Quem são esses consultores, essas consultorias que ajudaram a CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – As empresas eu não tenho o nome aqui agora, Senador, mas de certeza poderei mandar, com o maior prazer, todos os contratos esta semana mesmo, para que vocês tenham acesso a todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não assustou o senhor que de repente o senhor passasse a ter 200 mil pessoas associadas de uma hora para outra, de um mês para o outro?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Presidente, deixa eu pedir uma coisa ao senhor, deixa eu ficar em silêncio, porque eu não sei realmente como lhe responder da seguinte forma. Eu não quero cometer injustiças, mas de uma coisa o senhor pode ter certeza: nós sempre tivemos o compromisso com o nosso setor, com os nossos aposentados, de cumprir aquilo que foi exigido pelo Governo. Então, é tanto que o pagamento da devolução nós fazíamos dobrado, conforme mandava o Procon. O Procon dizia: "Ó, o pagamento tem que ser dobrado". Então, nós fazíamos o pagamento dobrado. Se o senhor vir nos extratos, o senhor vai encontrar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor recebia, mês a mês, relatórios sobre o número de associados que estavam chegando, novos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós tínhamos contratado essas empresas. Eu recebia os relatórios. Era assim... Eu não quero... Mais uma vez, eu peço até a paciência do senhor, porque, assim, eu não gosto de dar informações que eu não tenho corretamente na minha cabeça, mas, de certeza, o que vocês me pediram, eu vou encaminhar para que vocês tirem suas dúvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas o senhor ficou sabendo que 200 mil pessoas, praticamente, foram filiadas.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Isso aí.

Até porque a gente tem, entre aposentados e da ativa, eram mais de um milhão de trabalhadores, viu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, Sr. Abraão Lincoln, sabendo das filiações dessas pessoas, da rapidez com que tudo foi feito, o senhor não tomou nenhuma providência para checar se eram verdadeiras?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Quando eu comecei a notar que havia problemas em termos de número de reclamação, se o senhor observar ali no gráfico, nós mandamos fazer auditoria em alguns estados e, inclusive, eliminamos o recolhimento das fichas boas e das reclamações, de tudo, para poder apurar.

Então, se vocês observarem no gráfico, que eu acho que não mostraram esse gráfico aí, até porque eu não enxergo, eu não posso dar certeza, existe um gráfico aí da Previdência onde mostra que a nossa instituição foi uma instituição que, em vez de progredir, regrediu, até o final.

Por conta de quê? Das auditorias que nós fizemos para retirar justamente aqueles tipos de situações que estava acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Retorna o gráfico que mostra a quantidade de...

Relator, qual que é aqui? De pessoas que reclamaram da...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Mais pra frente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode voltar.

Volta um pouco mais. (*Pausa.*)

Pode voltar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (*Fora do microfone*.) – Um gráfico de quando nós recebemos no começo e depois terminou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, pode voltar, por favor.

Mais uma. (*Pausa.*)

Essa, essa daí, essa daí. (*Pausa.*)

É o anterior, o outro.

Mais um, por favor. (*Pausa.*)

Sr. Abraão, o senhor está dizendo que fez uma auditoria, o senhor está nos colocando essa informação aqui.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só que ali a gente pode observar que 215 mil pessoas, das 216 mil apuradas – 215 mil, estou falando em números redondos –, 99,5% não reconheceram os descontos.

Inclusive, em Minas Gerais, no meu estado, gente que nunca teve uma vara de anzol, milhares de pessoas foram descontadas no meu estado.

Que auditoria foi essa que os senhores fizeram, Sr. Abraão?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Por exemplo... Eu posso dar aqui um exemplo ao senhor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Se o senhor olhar quanto nós recebemos e o número de pessoas do início e do final do convênio, o senhor vai notar que houve uma diminuição muito grande, justamente por conta dessa auditoria que nós fizemos em alguns estados onde iam chegando os problemas. Como o Rio Grande do Sul, um exemplo que eu estou lembrando aqui, nós pedimos... Fizemos auditoria no Rio Grande do Sul e pedimos para suspender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo enquanto a auditoria não concluísse. E todo mundo, até o final do convênio, foi suspenso, tanto os nossos como aqueles que estavam reclamando.

Então, se o senhor observar o recurso que nós recebemos no começo e no final do convênio, o senhor vai ver a diferença em termos proporcional de vidas, como também em termos de recurso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Abraão, vamos olhar a parte de baixo ali.

Conclusos, respondidos: de 188 mil pessoas, só 921; 0,5% tiveram resposta ou devolução.

Cadê o dinheiro do restante? Dos 187 mil? (*Pausa.*)

Cadê o dinheiro do restante, Sr. Abraão?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Senador, eu prefiro silenciar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais alguma pergunta, Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu tenho, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – No microfone, por favor, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Qual o seu relacionamento com o tesoureiro Gabriel Negreiros?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Um relacionamento institucional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode... Tem alguma aproximação maior?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Familiar, nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo. Daqui a pouco o senhor terá oportunidade de responder melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Eu queria pedir à assessoria técnica só para colocar uma imagem que eu passei aqui, por gentileza. Essa imagem bem aí onde o Relator acaba de perguntar ao Sr. Abraão qual é o tipo de relação que ele tem com o Gabriel Negreiros, e ele responde pela segunda vez...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nenhuma.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que a relação é nenhuma, que a relação é estritamente institucional.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu peço perdão.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ele chama de relação institucional depositar R$5 milhões na conta do Gabriel Negreiros, que nada mais é do que padrinho do neto dele?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É verdade.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ele ser padrinho do seu neto é uma relação institucional?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito bem.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Desculpa, eu quero pedir perdão porque realmente...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você mentiu.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... na minha ignorância, na minha ignorância...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Ele recordou.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Dá licença, por favor. Na minha ignorância, eu não disse que ele é, mas ele é meu compadre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Agora é compadre.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Desculpa, perdão, estou pedindo desculpa porque pensei que fosse questão de ser filho, algum parentesco dessa natureza, mas, na minha ignorância, ele é padrinho do meu filho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, essa questão aí... Não é depois que nós identificamos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, vamos dar sequência...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu peço porque não é parentesco, né, padrinho não é parentesco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência, vamos dar sequência aqui.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu só quero passar a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que preside e conduz os trabalhos muito corretamente, muito sabiamente, mas que resta configurado o crime de falso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor, vamos lá, ele...

Vamos fazer um intervalo?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Ah não, ah não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos fazer um intervalo? Vamos fazer um intervalo? Os senhores concordam? Não, não, vamos fazer um intervalo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, eu queria pedir a V. Exa., a gente tem sessão na Câmara que vai já, está marcada para hoje. Podemos...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É, Presidente, começou a Ordem do Dia na Câmara, a gente tem corrido.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Só deixa, deixa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem, senhores, eu me dou por vencido. Vamos até 7h30 então e faremos um intervalo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada, obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem, está bem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A Adriana está em primeiro lugar inclusive, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas, autor do requerimento inicial.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, como várias perguntas não foram respondidas, eu vou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu vou aqui ler o currículo do Sr. Abraão e, se eu esquecer de algo, o senhor me fala, e o Relator também pode incluir alguma coisa.

Respondendo à Justiça por fraude eleitoral, Abraão Lincoln Ferreira da Cruz é sócio da CBPA, confederação acusada de roubar milhões dos aposentados. Você também era procurado e se entregou e foi preso pela Polícia Federal na Operação Enredados, porque você é sócio também de outra confederação em que você é acusado de vender licenças ilegais para pesca industrial.

Veja só a coincidência: você sendo preso pela Polícia Federal acusado de usar uma confederação para roubar dinheiro do pescador e agora, aqui na CPMI, acusado de roubar dinheiro do aposentado. Só para a gente estabelecer aqui um nível de sinceridade, né? Isso tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

é mera coincidência e você é inocente em todas essas acusações ou você errou mesmo e achou que tudo ia terminar bem?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Sr. Senador, permaneço em silêncio, com todo respeito ao senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu confesso que essa sucessão de coincidências me incomoda, por exemplo: a CBPA, a sua empresa, pagou 4,9 milhões para a Prospect Consultoria, empresa do Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS. Isso foi dinheiro roubado dos aposentados sendo dividido, ou vai dizer que foi prestação de um serviço e tudo foi, de novo, uma coincidência? Pagou 4,9 milhões para o Careca V. Sa.? Respondendo à pergunta...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E não foi só a essa empresa do Careca do INSS que você transferiu dinheiro, não; teve 1,68 milhão para a Acca Consultoria, 1,65 milhão para a ACDS Call Center e 1 milhão para a Brasília Consultoria Empresarial. Isso tudo foi serviço prestado ou é, também, uma coincidência?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Que serviços foram prestados? Você tem prova, fotografia, vídeo ou materiais que comprovem esses serviços que foram realizados por essas empresas?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor se comprometeu a entregar toda essa documentação aqui. O senhor tem...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Temos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... essa documentação?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O que eu assumi o compromisso de entregar, nós vamos entregar à CPI, tá? Pode ter certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – No caso dessas empresas aqui do Careca do INSS também?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente, também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, a CBPA transferiu 380 mil para a Federação das Colônias do Maranhão, presidida pelo Deputado Estadual Edson Araújo, que também foi Vice-Presidente da CBPA. E a Federação das Colônias do Maranhão já repassou diretamente 6,1 milhões para o Deputado e ex-Vice-Presidente da CBPA Edson Araújo; mais coincidência aqui.

Me explica isto: era compra de políticos? Que outros políticos vocês também financiaram, compraram?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, desses 99 milhões que a CBPA é acusada de roubar de aposentados, algum serviço foi prestado em contrapartida? Esse dinheiro que foi transferido para essas empresas teve contrapartida, realmente, de serviço?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Algum... Vocês tinham algum serviço, por exemplo, de transportar o pescador...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Izalci, só um instantinho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A essa pergunta ele tem que responder, porque ele abriu falando sobre o serviço da CBPA.

Por gentileza, Sr. Abraão.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Pois não.

Os serviços que a CBPA prestava... Por exemplo, nós informatizamos as colônias. Vocês devem estar com um pequeno relatório aí do que nós fizemos. Por exemplo, nos acidentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambientais, como o do Rio Grande do Sul, a CBPA reformou colônias de pescadores do Rio Grande do Sul, como a colônia de Porto Alegre, que foi completamente destruída. Nós ajudamos. Na Paraíba, houve um problema...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Qual empresa que ajudou a fazer esse trabalho? Que empresa foi essa?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós repassamos recursos para as federações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, mas eu estou perguntando, especialmente, dessas quatro empresas que eu falei, do Careca, que tipo de serviço...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você falou em telemedicina.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Olha, Senador, ele fez telemedicina. Ele fez o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quem, o Careca?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – A empresa que eu contratei, se era dele ou não sei. Eu sei que eu contratei a empresa dos serviços que eu estou prestando, informando para o senhor.

Nós tínhamos telemedicina, nós tínhamos um clube de serviço, nós tínhamos a questão do seguro, tá? Isso aí eu tenho como mandar os relatórios para o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E os pescadores sabiam disso ou não?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sabiam, sim. E faziam...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Porque lá 99% dizem que não reconhecem.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... faziam o seguinte, deixe-me lhe explicar. A telemedicina, nos lugares mais longínquos... Não é só na pesca, como em qualquer... Na agricultura ou em outra coisa, é o futuro porque, por exemplo, em um Estado como o Amazonas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o Pará, como Rondônia, como Acre, ela é estritamente necessária. Infelizmente nós não demos continuidade, porque nós estamos com nossas contas bloqueadas. Quando isso foi...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ainda bem, não é? Porque senão ia continuar esse desvio todo.

Veja bem, o Relator falou alguma coisa, e eu quero entrar nisso aqui.

Na Receita Federal, a sua declaração é de 27 mil anual na sua aposentadoria. Você declarou 27 mil recebidos da aposentadoria, porque o senhor disse que não tem remuneração na CBPA – um aposentado envolvido em roubo de aposentados. E, em 2022, você declarou uma dívida de 350 mil com uma cooperativa de crédito; está na sua declaração. E aí, em 2023, essa dívida simplesmente sumiu, sem declaração, sem nada. Como é que, em um ano, você desaparece com uma dívida de 350 mil, recebendo apenas 27 mil por ano? O senhor lembra o que foi que aconteceu? Quem pagou essa conta?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Para não dar uma informação errada, eu prefiro ficar em silêncio, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Olha, e não é só essa discrepância, não. Como um aposentado que recebe 27 mil por ano movimentou 157 milhões em três anos sem esse dinheiro ser declarado? O senhor movimentou 157 milhões.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Permaneço em silêncio, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu pergunto, porque o relatório e-Financeira diz que você, como representante legal, movimentou 728 mil em 2022, 35 milhões em 2023 e 121 milhões em 2024. Como você explica essa movimentação que cresceu junto com os descontos dos aposentados? A coincidência é essa. De onde veio esse dinheiro, se não era dinheiro roubado dos aposentados?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu não entendi a pergunta. Eu movimentei, na minha conta, cento e vinte e poucos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, o senhor, como... O senhor é responsável, assinou os cheques todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, da CBPA.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Da CBPA, da conta particular.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, então é bom esclarecer que não é minha, não é? Então é o seguinte: eu, neste momento, não tenho como lhe dar os números exatos, mas com certeza, o senhor tem os extratos da conta, tem condições de ver.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim, por isso que eu estou perguntando. Esse dinheiro foi repassado para essas empresas, principalmente para as empresas do Careca. Como aqui já ficou claro que o Careca prestava serviço para todo mundo desse jeito, por isso que a gente quer confirmar que tipo de serviço, se tem prova desses serviços que foram prestados.

Eu vou perguntar aqui, para reforçar: você está entendendo que os documentos, a sua posição de dirigente da CBPA e essas sucessões de coincidência fazem parecer que você é um laranja desse esquema que roubou milhões dos aposentados? Pelo menos, dá a entender isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador, a defesa pede apenas que V. Exa. esclareça que o valor foi movimentado na pessoa física ou na pessoa jurídica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pessoa jurídica e essas empresas que são empresas de laranjas, porque na prática, o Adelino, por exemplo... Para o senhor saber, o Adelino ganha R$5 mil, R$5 mil, e movimentou milhões e milhões, repassados inclusive, em parte, pela CBP; e era procurador da CBPA inclusive.

Aqui na CBPA, vemos as mesmas coincidências que vimos com outros investigados. A CBPA retirava milhões dos aposentados – é o que aconteceu –, fez transferência para o Careca do INSS, para o Deputado Edson Araújo, para outras empresas e também para pessoas físicas, inclusive com saque em dinheiro.

Parece, de novo, o caso do dinheiro do aposentado sendo roubado, lavado por empresas e depois dividido pelos responsáveis. Mas tudo isso deve ser coincidência, não é, Abraão?

Eu vi aqui, numa matéria que saiu agora no *Estadão*, que o senhor movimentou 410 milhões, entre débito e crédito, de maio de 2024 a maio de 2025.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O que me chamou muito a atenção é que isso foi feito em uma agência na Ceilândia, aqui no DF. Por que o senhor a escolheu? Já que era aqui no Setor Bancário, como foi que o senhor abriu uma conta lá na Ceilândia? Por que escolheu essa agência? E quem era o titular dessa agência na Ceilândia?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Senador, a nossa conta... Está havendo um grande equívoco. Quem escreveu essa matéria está altamente equivocado. A nossa conta funciona aqui naquele Banco do Brasil principal, ali... Tanto a da Caixa Econômica quanto a do Banco do Brasil...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Na Ceilândia, então, não tem conta? Só para resumir.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor. Nossas contas são no Banco do Brasil, aqui na...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Ali perto de onde é a confederação, perto do Banco Central do Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Setor Bancário Sul.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Setor bancário Sul.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vamos checar. E o senhor também manda para a gente o documento.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Se o senhor quiser, por favor, eu mando para o senhor, inclusive...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Está bom, obrigado, porque meu tempo está terminando.

Só um segundo para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você transferiu 20 milhões para a Plataforma Consultoria, ligada à Terra Bank da Conafer. Eles prestaram quais serviços à CBPA? No caso...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Vou permanecer em silêncio, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É?

Bem, eu vou usar aqui, Presidente, para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... as palavras do Relator Alfredo Gaspar. Ele diz – abro aspas– : "Isso me dá tanta raiva que eu não consigo mais fazer perguntas. Roubaram dos nossos aposentados e chegam aqui e não falam nada. Vocês serão responsabilizados por roubarem dos nossos aposentados". Palavras do nosso Relator.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, é absurdo o conjunto de inverdades, de mentiras, nas poucas palavras trazidas pelo depoente Sr. Abraão.

Veja que, quando nós conseguimos aqui provar a sua mentira descarada – quando ele afirma que o financeiro, que recebeu mais de R$5 milhões, não tinha nenhuma relação pessoal, nós comprovamos que tem, sim, uma relação pessoal, tão pessoal que batizou o seu neto –, ele pede desculpa, quase chora ao microfone.

Eu quero aqui, mais uma vez, destacar, Abraão, que não são coincidências, são evidências.

Em 2015 – eu não estou perguntando, porque eu sei que você não vai responder, mas é um processo –, você foi preso pela Polícia Federal por venda ilegal de licenças de pesca e responde por processo de corrupção e lavagem de dinheiro.

Em 2021, se tornou réu em ação penal em processo de corrupção, lavagem de dinheiro e caixa dois. A CBPA teve um crescimento abrupto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir silêncio, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A CBPA teve um crescimento abrupto, saindo de zero – zero – para mais de 340 mil filiados em um ano, mais de R$123 milhões tirados da conta dos aposentados.

Eu chamo a atenção a quem, por algum acaso, de bom coração e boa-fé, estiver com pena dessa voz mansa, desse semblante aparentemente inocente, de que esse senhor que aqui está foi responsável por retirar da conta – só no ano de 2023 – de aposentados, pensionistas, pescadores, pessoas vulneráveis, mais de R$123 milhões.

A CGU e o TCU identificaram descontos indevidos e filiações falsas. Foram mais de 40 mil pessoas que o senhor fraudou. Pessoas que morreram, pessoas que não existem mais, pessoas que faleceram... Você conseguiu realizar desconto na conta de mais de 40 mil pessoas. Você confirma essa informação ou vai permanecer calado?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Deputado, permaneço calado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Permanece calado. Claro, não tem o que dizer, mas a Justiça pode ser lenta...

Eu entendo a revolta de alguns Deputados, Senadores – às vezes, até falta de esperança no processo –, porque quem faz coisa errada, como o senhor fez, não segue regras, não segue processo, faz tudo de qualquer jeito, rouba de qualquer jeito; mas, para a gente que tem que apurar, tem que seguir o passo a passo do processo, o contraditório, a ampla defesa. Mas eu lhe garanto que o senhor vai pagar por todos os crimes que cometeu.

Sr. Presidente, aqui nós identificamos que o Sr. Abraão está perdendo a oportunidade de prestar esclarecimentos e de trazer algumas respostas a essas evidências. Eu vou lhe dar mais uma chance.

O senhor depositou, através da Confederação, mais de 12 milhões, quase R$13 milhões em contas de empresas do Careca do INSS, que agora não está mais preso em qualquer local, está lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Papuda, onde deve ficar e não sair mais. A que se deve esse pagamento de quase R$13 milhões à Prospect Consultoria? Que serviço a Prospect prestou à Confederação Brasileira?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deputado, permaneço calado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Qual serviço a Acca Consultoria prestou?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deputado, eu permaneço calado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Permanece calado exatamente porque não prestaram serviços, foram notas frias, um valor que saiu da conta dos aposentados, foi para a conta da CBPA, da conta da CBPA foi para a conta de empresas de fachada que nunca prestaram serviço a nenhum consumidor. Por isso é que vai ficar calado.

Eu me espanto com essa defesa que se diz técnica, que vem aqui só para resguardar o direito de permanecer calado, mas não traz nenhum documento e diz que depois vai trazer o documento. Se a defesa, de fato, estivesse comprometida em ajudar essa investigação, traria todas as informações e não adiaria o dever de esclarecer as informações a esta CPMI. Eu, como advogado, fico envergonhado com esse tipo de postura, Sr. Presidente.

Quero aqui também salientar que a gente precisa ter um comportamento de imparcialidade. No início dessas investigações, ouvi muita gente aqui falar que não ia ser advogado do Lula, nem ser advogado do Bolsonaro;' que ia ser advogado das pessoas, dos consumidores. E aqui a gente precisa compreender que o nosso compromisso é com as pessoas, com aqueles que mais precisam. Não me espanto se, daqui a pouco, a gente começar a perceber que alguns Deputados de oposição vão mostrar essa foto bem aqui: a foto do Abraão com a Ministra Gleisi e uma série de outros associados, no Palácio do Planalto, falando da MP 303. Vão querer mostrar essa foto para dizer que há um conluio. Não suficiente, vão mostrar a foto com o Ministro Lupi, do Governo Lula, para dizer que há uma participação do atual Governo com a prática criminosa. Agora, eu desafio a mostrarem, por exemplo, essa outra imagem aqui: com José Carlos de Oliveira, Presidente do INSS do Governo Bolsonaro. Eu desafio a mostrarem a foto com o Ministro Onyx Lorenzoni, do Governo Bolsonaro. Por que esconder? E não é só isso. O Jorge Seif – infelizmente não está aqui – é membro desta CPMI, Senador. Tem foto sua com o Jorge Seif, então Secretário da Pesca do Governo Bolsonaro. Quer dizer que o pau que dá em Chico não dá em Francisco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer que os olhos da investigação só alcançam quando não atingem aquele que você conhece, do seu partido, cuja ideologia concorda? Isso não pode acontecer, Sr. Presidente. Mais uma foto aqui com o Jorge Seif.

É por essa razão que eu demonstro que essas fotos não importam. O que importa mesmo é essa imagem, que demonstra que você tirou dinheiro dos aposentados e pensionistas, que tirou milhões de reais da conta de quem não deveria pagar por essa corrupção, para colocar no seu bolso, para aumentar os privilégios daqueles que muito têm.

Eu venho do Estado do Maranhão e quem me conhece, no Estado do Maranhão, sabe que, como Presidente do Procon, como Deputado Estadual, como Deputado Federal, doa a quem doer, o meu compromisso é fazer com que a lei seja cumprida.

E aqui, você em nenhum momento respondeu por qual razão fez os pagamentos às empresas do Careca do INSS, empresas que, em tese, você quer nos convencer, sem trazer nenhuma prova, sem trazer nenhuma informação, de que prestaram serviços aos associados.

Vamos acreditar nessa sua informação vazia, mas eu quero que você me responda pelo menos a uma pergunta. Eu venho do Estado do Maranhão, onde existe um Deputado Estadual chamado Edison Araújo, filiado ao meu partido, o PSB. E esse Deputado Estadual, Edison Araújo, foi Vice-Presidente da confederação. Sabe me informar se ele foi ou se ele é Presidente... Vice-Presidente da confederação brasileira?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Ele é Vice-Presidente da CBPA.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Atualmente, Vice-Presidente da CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ele recebeu, por meio da Federação das Colônias de Pescadores do Maranhão, repasses diretos nos valores de mais de R$3 milhões.

O senhor acha isso razoável? O senhor acha isso legal, lícito? O senhor pode me responder?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, eu permaneço calado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Agora me responda. O Edison Araújo, Deputado Estadual do meu Estado do Maranhão, filiado ao meu partido, recebeu quase R$5 milhões, inclusive algum desses valores em contas de seus assessores nomeados na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

O senhor acha isso lícito? A que se deve esse depósito? Por que Edison Araújo recebeu quase R$5 milhões? Me responda.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, eu permaneço calado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor acha correto tirar dinheiro da conta do aposentado, do pensionista, do pescador de verdade, e colocar na conta de um Vice-Presidente seu? Na conta dele, pessoa física?

O senhor acha correto tirar dinheiro da conta do aposentado, pensionista, pescador de verdade, que pesca de verdade, que precisa do seguro-defeso, e colocar na conta de assessor de Deputado Estadual que, por coincidência, é seu Vice-Presidente? O senhor acha isso correto? Me responda.

Eu estou lhe perguntando, me responda, senhor.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, eu permaneço calado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, tudo isso aqui demonstra, clara, inequívoca comprovação de improbidade administrativa, lavagem de dinheiro, uso de entidades sem fins lucrativos para transferência de recursos públicos de origem ilícita.

É por essa razão, Sr. Presidente, que aqui eu conclamo, mais uma vez, V. Exas., para que a gente possa... Se tiver que cortar na carne, a gente corte, como eu estou fazendo. Não importa que se quem cometeu o crime está no meu estado; não importa se está filiado ao meu partido. Estou entrando com pedido de expulsão do meu partido, porque a gente tem que diferenciar o joio do trigo.

Não são imagens que demonstram que alguém cometeu ou não crime.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O que eu estou aqui afirmando são as transferências bancárias que saem das contas dos aposentados, dos pensionistas, de pessoas pobres, pessoas humildes, que merecem todo o nosso carinho, nossa atenção, toda a nossa indignação, e que vão para as contas de associações para morrer na conta de assessor de Deputado Estadual, que é Vice-Presidente de associação. Isso eu não posso aceitar, Sr. Presidente. Isso eu não posso aceitar!

E eu quero aqui reiterar, ao final da oitiva, ao final da fala de cada Deputado e Senador, o pedido de prisão de falso testemunho, porque o senhor mentiu.

E não adianta pedir desculpa depois que nós comprovamos que você mente. Eu faço – reitero – o pedido a V. Exa. de prisão por falso testemunho, porque mentiu quando disse que não tinha relação, que tinha relação tão somente institucional; e eu provei, mostrei: dentro de uma igreja, batizando uma criança inocente. Aquele que senhor disse que não tem relação pessoal, mas, depois dos R$5 milhões, deu seu neto para batizar. Isso merece toda a minha indignação, o meu repúdio: coloca uma criança inocente para ser batizada e rouba dinheiro de aposentado e pensionista!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, Deputada Adriana Ventura, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Eu quero cumprimentar V. Exa.; o nosso Relator, Alfredo Gaspar; o Deputado Duarte; o depoente e seus advogados.

Na verdade... Ô Seu Abraão, eu fico olhando aqui para o senhor, e eu sou uma daquelas que está bem indignada, porque o senhor podia falar. O senhor podia falar – o senhor tem o direito constitucional, eu consigo entender isso –, mas o senhor está protegendo uma bandidagem inteira em nome sei lá do quê. O senhor está blindando poderosos, Parlamentares e outras pessoas que, sinceramente, se o senhor pensasse um pouco no futuro do teu neto, o senhor não protegeria desse jeito. Eu fico pensando que país o senhor quer deixar para o seu neto, que eu imagino que o senhor ame.

Mas vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor é mais um nome no meio desse esquema bilionário que desviou dinheiro de aposentado, de pensionista. E o senhor, que fundou e é Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca, essa confederação, querendo ou não – e já foi provado aqui –, roubou aposentado, roubou pensionista, cometeu um monte de crime.

Eu quero que coloque o gráfico um aqui, por favor.

Então, o que a gente vê nesse gráfico é claro, né? Pode subir um pouquinho, por gentileza? Obrigada.

O que a gente vê é que os descontos nitidamente, nos anos de 23 e 24, rios de dinheiro, a CBPA ganhou, lucrou, ganhou neste Governo – 23 e 24. Então, o que eu queria... A sua entidade, pelo relatório da CGU, inclusive, Controladoria-Geral da União, tentou incluir 40 mil pessoas mortas – 40 mil pessoas mortas!

E o recorde de eficiência que o nosso Relator já falou é que em um mês – em um mês! – que foi junho e julho de 23, os descontos passaram de 34 mil para 222 mil registros, sem qualquer registro formal de nenhuma pessoa que trabalhasse na sua empresa, sem nenhum registro de estrutura operacional para isso.

O senhor confirma esse salto?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Sra. Deputada, permaneço calado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Aí, então, eu vou passar para o segundo, por favor.

É porque o senhor...

Passa para o segundo gráfico, por gentileza.

Então, eu vou mostrar um gráfico aqui. Na verdade não é um gráfico, né? É um esquema.

Então, o senhor aqui, a sua entidade... (*Pausa.*)

Esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui a gente vê todo o esquema de propina e lavagem de dinheiro que a CBPA, a sua entidade, fez. Então, na parte de cima, tudo que está com setinha vermelha, a gente vê 28 milhões sendo repassados para as empresas do Careca do INSS, o grande operador, né? E, associado com aquilo, o dos nossos servidores corruptos do INSS. Então, tem uma parte que vai para empresa da esposa do Virgílio, a que se recusou a responder, que era parente da Gleisi Hoffmann, a Thaisa Hoffmann. Depois, nós temos uma parte que foi para o Eric Fidelis, e temos uma outra parte que foi para Alexandre Guimarães. Então, os primeiros 28 milhões é o esquema da propina desses funcionários públicos corruptos.

A minha pergunta é: quais foram os serviços que a CBPA contratou das empresas: da Curitiba Consultoria, da Eric Fidelis Sociedade e da Vênus Consultoria? O senhor pode me responder?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sra. Deputada, com todo o respeito, permaneço calado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E depois a gente vê a segunda parte do esquema de propina e lavagem de dinheiro, que vem justamente no pedaço azul ali, que são os 29,5 milhões ali, que estão na Terra Bank. O Philippe... o Dr. Philippe Szymanowski, que é o sócio do Terra Bank, que está ligado à Conafer. É outro lado da propina e do esquema de dinheiro.

A minha pergunta é: Qual foi o serviço contratado do Terra Bank?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sra. Deputada, me permita continuar calado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu queria também uma outra... Eu tenho uma outra pergunta para fazer para o senhor.

Pode manter esse gráfico ali, por gentileza?

Então, o relatório da Controladoria-Geral da União afirmou que a CBPA, na sua Presidência, usava informação falsa nesse sistema, inseria informação falsa no sistema da Dataprev, o que pode, inclusive, novamente, configurar falsidade ideológica e fraude contra a administração pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha pergunta para o senhor, e quero pedir para o senhor responder: quem operava, tecnicamente, esses lançamentos dentro da sua entidade? Qual era o nome da pessoa que operava?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deputada, permita-me, eu vou continuar calado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Voltando aqui, por que a CBPA, uma confederação de pescadores, contratava consultoria e *call center* ligados a um operador de propina e lavagem de dinheiro, em vez de realizar as filiações?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deputada, permita-me, vou continuar calado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O senhor conhecia Virgílio Oliveira, Alexandre Guimarães e André Fidelis?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deputada, o Dr. Virgílio eu conheci e o Sr. André eu conheci. Esse outro, eu não me recordo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O Alexandre Guimarães?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não me recordo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – brigada.

A minha pergunta é: A CBPA repassou parte dos valores para essas empresas do Careca, né? E, por sua vez, mandava dinheiro para os funcionários públicos corruptos...

Minha pergunta: o senhor pode explicar esse destino final, quem autorizava essas transferências? Era o senhor?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sra. Deputada, permita-me, vou continuar calado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, assim, Sr. Abraão, o que a gente está vendo nesta CPMI, o que eu estou vendo no depoimento do senhor hoje, é repetição do mesmo filme. E esse filme, que está sendo gravado no Governo Lula, eu quero deixar isso bem claro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a maior parte, está tudo concentrado nos anos de 23 e 24, como eu mesma mostrei ali... Então, é um filme estrelado por sindicatos, financiado por recurso de aposentado, de vulnerável, e o roteiro do filme é vergonhoso. É vergonhoso porque envolve no roteiro: inserção de dado falso, lavagem de dinheiro, propina a funcionário corrupto, e é sempre a mesma grande coincidência.

E minha pergunta é que o senhor comandou essa entidade, que deveria defender pescador, que deveria defender esses pescadores que confiaram na entidade – e o senhor falou de telemedicina, que prestava serviço... Mas o senhor usou essa bandeira de defesa para roubar aposentado e pensionista, que não sabiam que estavam sendo descontados.

Então, o senhor pegou essa confederação de pescador e transformou numa confederação de fraude, numa confederação de enganação, com contratos fictícios, em *telemarketing* fraudulento, em falsificação de autorizações...

O senhor não respeitou nem os mortos – 40 mil mortos. O senhor, realmente, ganhou o troféu de ressuscitação de mortos aqui.

E eu fico pensando, enquanto isso, os aposentados que confiaram, que ganham a vida desesperados, lutavam pra comprar um pedaço de pão, e, dentro da sua confederação, o senhor repassava e escoava milhões e milhões desse dinheiro, dessa propina, desse esquema de roubo.

Então, eu, sinceramente, espero... Até o senhor poderia mudar a história aqui, o senhor poderia defender o país para o seu neto, mas o senhor...

Eu espero que o senhor vá preso de novo, só que, ao invés de sair, eu espero que o senhor fique muito tempo na cadeia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... e espero que os sindicatos sejam de vez banidos deste país, porque, se o senhor fez tudo isso sabendo que estava roubando a dignidade de quem trabalhou uma vida inteira, se essas pessoas foram enganadas por quem deveria representá-las, eu falo, sinceramente, pro senhor: o senhor teve a oportunidade hoje de mudar essa história, e não quis fazer; quis continuar protegendo os bandidões, os graúdos. O senhor, fazendo isso, não merece o meu respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero, sinceramente, que o senhor volte pra cadeia.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pelo tempo de Liderança...

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Doutor.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Eu estou aqui tentando conter as interrupções, mas está chegando a um ponto inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Pelo tempo de Liderança, o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, considero uma falta de caráter a insinuação que, mais uma vez, foi repetida aqui, dizendo que uma depoente se negou a confirmar que era parente da Ministra Gleisi Hoffmann, como se esse fato fosse verdadeiro... Se negou a confirmar uma mentira.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (*Fora do microfone*.) – Depois dele, eu posso ir ao banheiro, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Nós vamos fazer uma suspensão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E todos os Parlamentares, todos, sem exceção – inclusive tem vários outros que postaram isso nas redes sociais –, sabem que se trata de uma mentira, e, mesmo assim, repetem, sabendo que estão mentindo. Isto é lamentável, vergonhoso e revela falta de caráter.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, a meia mentira pode ser contada de várias formas.

É verdade que os descontos desta CBPA iniciaram em 2023 – é verdade –, mas vamos contar toda a história, Presidente. Vamos contar que, em 2020, em plena pandemia, a CBPA tenta, pela primeira vez, conseguir um ACT, e uma declaração judicial, naquela época, já dizia que o réu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Abraão Lincoln Ferreira da Cruz não possui requisitos de elegibilidade para exercer cargo administrativo ou de representação econômica ou profissional". E, mesmo assim, Sr. Presidente, mesmo assim, em 2021, o Sr. Leonardo José Rolim, então Presidente do INSS, assina um protocolo de intenções e estabelece um ACT, permitindo que esta entidade pudesse cumprir com a formalidade necessária para receber um ACT.

Ocorre, Sr. Presidente, que, apesar das manifestações contrárias da Procuradoria Federal Especializada perante o INSS, foi assinado o ACT que permitiu que a entidade, então, sem nenhum associado... Nenhum associado, Sr. Presidente! Recebeu um ACT no Governo Bolsonaro, sem ter nenhum associado.

E veja bem, Sr. Presidente: num determinado momento, foi contratado o Sr. Antonio Carlos Paiva Futuro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem é o Antonio Carlos Paiva Futuro? Nomeado na Secretaria-Geral da Presidência da República entre 19 e 22, posteriormente nomeado no gabinete do Senador Jorge Seif, agora, em 2023. E pagavam o Sr. Antonio Carlos Paiva Futuro com o Cnae 7490-1/04.

Sabe que Cnae é esse, Presidente? Atividades de intermediação de agendamento de serviços e negócios em geral.

Por que contrataram o Sr. Antonio Carlos Paiva Futuro?

E vamos lembrar que o Senador Jorge Seif, que depois o abrigou aqui no seu gabinete, era Ministro da Pesca nesse período. E o Sr. Antonio Carlos Paiva Futuro, antes, estava na Secretaria-Geral de Governo. Quem era o Secretário-Geral de Governo?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Onyx Lorenzoni, que depois veio a ser o Ministro da Previdência.

E, Sr. Presidente – pasmem as senhoras e os senhores! –, sabe qual foi o último ACT que foi concedido para o Sr. Abraão Lincoln? Em 4 de novembro de 2022, já depois da eleição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já depois da derrota da eleição, sabendo que teria um novo Governo, montaram um esquema criminoso e nos entregaram o Governo, com os bandidos todos dentro da máquina, com o ACT já aprovado, com as listas para fazer o desconto fantasma.

Nós pegamos um monstro criado, e foi no Governo do Presidente Lula que essa quadrilha foi desbaratada; e foi no Governo do Presidente Lula que o dinheiro roubado dos aposentados e das aposentadas foi devolvido. Esta é a verdade.

Concluo, Sr. Presidente: o esquema criminoso foi montado em 20, 21 e 22. As pessoas-chave do INSS já estavam dentro do INSS, e nós herdamos esse esquema criminoso. E fomos nós que desmontamos, desbaratamos a quadrilha e já devolvemos o dinheiro para mais de 3 milhões de aposentados e aposentadas que foram roubados graças à ação dessa organização criminosa dentro do Governo Bolsonaro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Suspendo a sessão por 30 minutos.

(Suspensa *às 19 horas e 43 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 34 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reiniciada a sessão.

Conforme já foi combinado entre os Líderes, nós temos a ausência do Senador Magno Malta, que está afastado por questões de saúde, mas foi dada a ele a deferência em se manifestar nessa CPMI durante as oitivas.

Pergunto à Secretaria se já temos o *link* com... (*Pausa.*)

Está ligando pra assessora?

Então, vamos dar sequência.

O Deputado Kim Kataguiri, que é o próximo, não está aqui. Não, está, me perdoe-me, Excelência. Ainda mais V. Exa. nessa elegância...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Mas, Presidente, eu pensei que o *bullying* fosse só do Relator, até V. Exa. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Me perdoe, Excelência. V. Exa., com essa elegância paulistana aí, está sensacional aqui.

Vamos passar ao Deputado Kim Kataguiri, e, logo em seguida, a assessoria está em contato com o Senador Magno Malta para que ele possa se manifestar também.

Deputado, com a palavra, por favor.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) – Boa noite, Presidente, depoente e defesa.

Quero começar perguntando, senhor, com quais ministros do Presidente Lula você se reuniu?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Quais os Ministros do Presidente Lula...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... você já se reuniu? Você já... Já tivemos aqui, e o senhor mesmo disse que já se reuniu com a Ministra Gleisi e com o Ministro Lupi. Você se reuniu com algum outro ministro do Governo Lula?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Os Ministros da Previdência, que eu estive lá com eles, o dia a dia; do segmento, o da pesca.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Com o Ministro da Pesca também?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Claro, várias vezes lá tratando de assuntos dos pescadores.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Algum outro ministro além desses três?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Como eu me reuni, quando do outro Governo, com o Sr. Jorge Seif, Senador, mas para tratar de assuntos administrativos do setor da gente.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Sim, mas a pergunta é só: com quais ministros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Já acabei de explicar, com esses ministros. Agora, lá no começo...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Pesca, Gleisi...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Lá no começo, que eu estive numa solenidade...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Lupi...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... assim que o Governo entrou, eu estive numa solenidade com todo mundo, aí no lançamento de um programa do Ministério da Pesca. Tinha vários ministros presentes no mês de janeiro e quando o novo Presidente entrou.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perfeito.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Então, estavam vários ministros. Eu não sei dizer quais eram.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Deixa eu fazer, só por desencargo de consciência, uma pergunta: se o senhor já se reuniu com o Senador Weverton Rocha, do PDT, do Maranhão, Vice-Líder do Governo Lula...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... que foi o primeiro Parlamentar citado nas investigações do INSS.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não conheço esse Senador.

Não, eu não conheço.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não, só para...

Você sabe me dizer qual que é a estrutura da CBPA? Quantos funcionários a CBPA tem?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – A CBPA, até o momento em que houve aquela situação, tem os funcionários que eram de carteira assinada, que eram oito, e tinha os PJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Oito?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eram mais ou menos oito.

Eu não sei dizer o número exato, mas era mais ou menos isso.

Agora, só um minutinho, tinha muita gente, e os de nível superior, todos, eram de PJs.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – E você sabe quantos PJs?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não sei informar agora, mas posso, com o maior prazer do mundo, mandar para o senhor.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Mais de dez?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não sei informar ao senhor agora, mas eu posso encaminhar para o senhor.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Você não sabe se é mais de dez ou menos de dez? Eu não estou pedindo o número exato.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não posso informar agora, mas é certeza que encaminharei para o senhor.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Eu pergunto isso para o senhor, porque uma das principais acusações contra a CBPA tem como base a Controladoria-Geral da União dizer que vocês não têm estrutura para fazer o atendimento para o número de filiados que vocês têm.

Então, é importante saber tanto a estrutura física, como também de funcionários, e se vocês têm estrutura para atender a essas pessoas, mesmo porque já foi colocado aqui de, em dois meses, salvo engano, você ter a filiação – aliás, num único mês –, de 187 mil pessoas – 259 filiações por hora. Eu imagino que o senhor deva ter um exército para fazer tudo isso.

Bom...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu só queria explicar para o senhor o seguinte: a nossa estrutura não é... Aqui, em Brasília, a nossa estrutura que funciona aqui, junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ali do Banco Central, não é do país inteiro, ela é só para as federações que vêm para cá para participar de audiências e assembleias gerais da confederação.

Nós temos...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Sim, mas quem faz o lançamento dos descontos associativos? A estrutura é daqui?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Esse aí... Deixa eu explicar. Eu permaneço... Peço ao senhor, desculpa, mas quero permanecer em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Que é um núcleo fundamental, em que o senhor preferiu ficar em silêncio.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Está certo.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O senhor mentiu, aqui, para o Relator, falando que só tinha uma relação institucional com o Sr. Gabriel Negreiros, que é, salvo engano, tesoureiro da CBPA.

Você sabe qual que é a atividade profissional que ele exerce fora da CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Ele tinha um comércio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Comércio de quê?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Inclusive, só um minutinho aqui, Deputado – responderei ao senhor a pergunta –, eu queria pedir perdão, porque – não sei se vocês estão observando – eu uso aparelho auditivo também, e eu entendi que tinham falado para mim – perguntado – se o Gabriel Negreiros era meu familiar. Ele não é meu familiar.

Então, foi assim que eu pedi. É por isso que eu pedi perdão, porque realmente eu não entendi.

Se os senhores...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Sem problemas; está esclarecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... observarem, eu tenho um problema de audição muito grave também.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Isso está esclarecido.

Agora, eu quero perguntar para o senhor...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Então, Gabriel Negreiros, que eu tenha conhecimento...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Sim.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... fora da confederação hoje, ele tinha um comércio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Eu pergunto isso, porque as informações que nós temos das investigações são de que o Sr. Gabriel Negreiros tem um relacionamento próximo com o senhor e que ele saiu de um patrimônio de praticamente zero para ser dono de universidades, inclusive, e de empresas que fazem, que empresariam grandes artistas também – e teria saído do nada.

E consta também, nas investigações, que o Sr. Gabriel Negreiros, na realidade, é um laranja do senhor, é um testa de ferro do senhor.

O senhor quer se manifestar em relação a isso?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu vou ficar em silêncio, porque eu desconheço isso. Fico em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Por que é que a CBPA repassou R$40 milhões para o banco ligado à Conafer, que é um dos núcleos do esquema que foi levantado aqui? A título de quê?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Com todo o respeito, senhor, eu continuo em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual que foi o serviço pago com R$9 milhões para a empresa Prospect, do Careca do INSS?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Com todo o respeito, senhor, eu continuo em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O senhor não me desrespeita em nada ficando em silêncio; o senhor complica a própria situação.

Outro questionamento que eu gostaria de fazer para o senhor: quais auditorias internas ou pareceres técnicos a CBPA realizou para garantir a integridade nas adesões e nos descontos realizados? Quais foram as medidas, os deveres de cuidado que a CBPA tomou internamente, para garantir a integridade das adesões aos descontos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Como não estou com essas informações todas aqui, eu peço para ficar em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Mas você tomou alguma medida?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Tomei.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não estou perguntando qual.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Tomei, sim, senhor.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Tomou? Você contratou empresas para fazer, tomar essas providências? As providências foram internas?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, nós fizemos levantamento com os estados.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perdão?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Fizemos levantamento com os estados.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não, mas levantamento não é providência de prevenção aos descontos.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Levantamento e correção – e correção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Correção é depois que o desconto já aconteceu. A minha pergunta é se houve um dever de cuidado previamente à concessão desses descontos.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, como eu lhe falei, eu vou permanecer em silêncio, porque eu não tenho esses dados exatos.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Está bem.

A CBPA mantém arquivado o termo de autorização individual de cada beneficiário?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Ué, é uma resposta muito simples, se mantém ou se não mantém.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Mas eu vou permanecer em silêncio, senhor.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Porque o modelo de acordo de cooperação técnica que a CBPA fez exige que ela mantenha esses registros. Se o senhor não tem esses registros, sinto muito, mas vai ficar muito complicado você não ser condenado e não ser preso, porque é uma condição *sine qua non* para a manutenção do acordo de cooperação técnica.

Bom, Presidente, o que nós temos aqui, resumidamente, do que foi colocado até agora: é um sujeito que já foi indiciado por crime ambiental, por corrupção, por lavagem de dinheiro; uma associação que passou, em pouco tempo, de 0 para 400 mil associados, Presidente, 187 mil num único mês, o que é sequer humanamente possível. Aliás, se o senhor tiver o *software* que faz esse tipo de processamento de dados, acho que estaria na fronteira do conhecimento do mundo. Você conceder esse *software* acho que seria até estratégico para a defesa brasileira, um que tem a capacidade de fazer esse processamento de fichas manuais.

A instituição presidida pelo senhor que está aqui é recordista em tentativa de desconto de pessoas mortas.

Nós tivemos também aqui o dado de que 180 mil associados – isso a gente está falando de quem percebeu, Deputado Zé Trovão, Senadora Damares – reclamaram, e eles responderam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

0,5% daqueles que reclamaram. Ou seja, a gente teve dezenas de milhares que notaram, reclamaram, e nem respondidos eles foram pela CBPA.

Teve uma arrecadação da bagatela de R$221 milhões, sendo que, quando a gente vai fazer o mapeamento, o rastreamento de para onde foi a maior parte desse dinheiro, a gente chega ao tesoureiro amigo do depoente, a gente chega a empresa do Careca do INSS, a gente chega a banco ligado à Conafer, e nós já temos provas muito robustas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... para indiciar, inclusive para pedir a prisão preventiva, que foi pedida e foi aprovada por esta CPMI, do Presidente da Conafer.

Todo o recurso que a gente vê que sai da CBPA vai ou para amigos pessoais do depoente ou para pessoas que estão no núcleo do esquema, com provas robustas já contra elas, o Careca, já preso.

Então, Presidente, eu acho que esse é um apelo que não faço nem a esta CPMI, é um apelo que eu faço ao Judiciário. Se a minha opinião vale de alguma coisa para o Poder Judiciário brasileiro, para aqueles responsáveis por conduzir o inquérito em relação ao INSS no âmbito da Polícia Federal, o depoente aqui é absolutamente culpado, e eu diria até que há razões suficientes para decretação da sua prisão preventiva.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Kim Kataguiri.

Eu me esqueci de um detalhe que eu quero pedir aos Parlamentares.

A defesa me solicitou aqui o cuidado, mais uma vez, no trato com o Sr. Abraão, inclusive nos termos que, em determinados momentos, estão sendo usados. Então, eu peço, mais uma vez, a gentileza de cuidado com a forma de tratamento, a urbanidade, a educação com o depoente.

Atenção, Rondônia! Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone*.) – O senhor não ia chamar o Senador agora?

O Senador...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, me perdoe!

O senhor tem razão. Muito obrigado, Coronel.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone*.) – Não posso avançar na frente do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o senhor fique camuflado aí na selva um pouco, que aí eu vou chamar o Deputado... O Senador Magno Malta.

Não posso esquecer de maneira nenhuma – né? – o meu professor.

Boa noite, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa noite, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Boa noite, Sr. Presidente.

O senhor me ouve bem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estamos ouvindo alto e claro, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Boa noite aos meus companheiros, Senadores, boa noite às Deputadas, às Senadoras que aí estão também.

Eu estou aqui, desde o começo, ouvindo... Existe um *delay* – eu vou tirar o som aqui – existe um *delay*, um pouco...

Eu estou desde o começo desta CPMI, assistindo desde ao brilhantismo do nosso Relator, quando faz os organogramas e não dá a mínima possibilidade de que haja inverdade nas investigações, mas o que se ouve e o que se vê são depoentes que procuram o Supremo Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal para se resguardar a fim de nada dizer. Quando lhes convém, eles falam alguma coisa; quando não lhes convém, eles preferem ficar calados.

Aquilo que foi perguntado pelo Relator, pelo Presidente, pelo Vice-Presidente Duarte Jr., pelo nobre Kim Kataguiri, da maneira exponencial do crescimento dessa sua associação, e a maneira rápida com que os *softwares* – dizia aí o Kim, que é mais entendido –, hoje, quem sabe, poderiam cooperar com a segurança pública do Brasil, dada a velocidade...

Quando o senhor diz não conhecer pessoas, e o senhor não se lembra, e está tendo uma defesa técnica, diz o senhor, e uma defesa técnica que não traz um documento, que não lhe dá um argumento, para que o senhor possa, pelo menos, tratar de alguma coisa como meia verdade...

O senhor tem um currículo extenso – aliás, é uma folha corrida, não é currículo – de prisão – não é? –, de ser réu em processos, de falsificação, de venda de documento... Então, o senhor não é inocente. Então, quando o senhor diz que não está enxergando, não está vendo, e, quando lhe perguntado sobre algumas questões, o senhor diz que não conhece.

Por exemplo, o senhor tem colocado pessoas na linha de tiro desnecessariamente. Quando o Relator lhe perguntou sobre o Pastor Jonatas Câmara, sobre a família Câmara, o senhor preferiu se calar.

Eu conheço o Pastor Jonas Câmara. Eu conheço o Ministério da Assembleia de Deus e conheço o Pastor Jonatas Câmara como um homem sério. Quando o senhor diz que prefere ficar calado, o senhor o colocou numa linha de tiro, ele e a igreja. O senhor colocou ele, a igreja, o senhor colocou ele, parte da família, quando ele lhe pergunta sobre o Deputado Silas Câmara...

E esse crescimento exponencial de pescadores, eu acho que se se aprofundar em tudo isso... Porque tem cidades que não têm mais trabalhador para nada. Você tem quatro ou cinco pessoas que ficaram milionárias, e todo mundo virou pescador.

As inserções que foram feitas aí pelo Deputado Duarte, citando o seu estado, eu queria lhe fazer uma pergunta: quais são as inserções que o senhor tem aqui no meu Estado do Espírito Santo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador, com todo o respeito ao senhor, eu peço para ficar em silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência*.) – O senhor põe pessoas em linha de tiro.

Eu queria pedir ao Relator também que, quando ele fosse responder, colocasse o rosto dele. Sabe por quê? Porque penso que o senhor tem família.

O senhor não se sente envergonhado? Porque o senhor está exposto. As pessoas que o conhecem como um homem próspero, que moram perto do senhor, que sempre o acharam um homem de bem, o senhor está aqui exposto como alguém... Embora o senhor tenha pedido para que as pessoas sejam corteses com o senhor, mas não dá para ser cortês e não usar um outro tipo de palavra para quem rouba pessoas inocentes, rouba pessoas que vivem em estado de miséria, estado de falência.

O senhor arrolou 400... 40 mil pessoas mortas.

Uma pergunta ao senhor, olhe no meu olho: o senhor não se sente mal? (*Pausa.*)

O senhor não se sente mal? Estou lhe perguntando.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador, eu me permito o direito, com todo o respeito ao senhor, de permanecer calado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Não, o senhor não está me desrespeitando não! O senhor está desrespeitando os mortos, as famílias das pessoas! O senhor está desrespeitando as pessoas que o senhor roubou! Falar que o senhor roubou é ser descortês com o senhor? (*Pausa.*)

O senhor roubou!

Então, o senhor é o "Careca dos pescadores", porque o Careca do INSS está preso.

E eu espero, assim como todo o Brasil, numa demonstração, como tem dito esse Presidente nosso, que tem sido firme, decente, no cumprimento, no respeito aos aposentados, que assistem a uma sandice, um cinismo como esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe o mal que o senhor fez às pessoas simples, indoutas, convertidas, crentes, que creem na Bíblia, que respeitam o seu partido, respeitam o seu pastor, a sua igreja?

Quando o senhor diz que prefere ficar calado sobre o Pastor Jonatas, o senhor expôs, o senhor colocou ele, o Pastor Jonatas, o senhor o colocou numa linha de tiro, a família, para serem convocados. Veja que mal o senhor está fazendo!

O senhor imagina quantas pessoas estão chorando agora porque o senhor ficou calado? Não, o senhor olha para a frente, abre o olho. O senhor não é cego não; o senhor é tão esperto para roubar... Agora quer baixar a cabeça?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Agora quer baixar a cabeça?

Sr. Presidente, é lamentável...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Magno Malta, só estou sendo aqui solicitado pela defesa que os termos sejam modificados, por favor, uma vez que não há nenhuma condenação ainda ao depoente, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Então, ele não roubou não; ele afanou. Troquei o termo.

Pessoas inocentes.

Agora, Sr. Presidente, eu vou encerrar dizendo o seguinte: V. Exa. tem sido correto, o Relator correto, o Kim Kataguiri correto, o nosso Vice, Segundo-Vice-Presidente também correto, a lição tem que ser dada. Esse cidadão não pode sair daí. Ele mentiu. Um compadre dele, ele deu um neto para batizar, 5 milhões na conta do cara. Ele mente, dizendo que não conhece o cara.

Ele mentiu à CPI, e isso é o mínimo. Ainda que ele saia com uma fiança, necessário se faz que esse cidadão, que está aí com a cara de inocente, saia preso desta CPI hoje à noite, por jogar pessoas no limbo, colocar pessoas numa situação difícil, numa linha de tiro, de forma desnecessária, quando ele se cala, sabendo o tamanho do crime que ele cometeu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Magno Malta. Estimamos melhoras rápidas aí no tratamento a que V. Exa. está submetido.

Agora sim: Rondônia, Coronel Crisóstomo.

Coronel, só uma observação antes: o meu pessoal lá do 12º Batalhão ficou num ciúme tremendo, porque o meu pai serviu no 11 RI de São João del-Rei. Eu servi no 12, o 12 de ouro, montanha.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Eu gritei montanha porque é o grito de guerra...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso mesmo, é isso mesmo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... do seu quartel.

Está bem?

Sr. Presidente, olá, Rondônia, olá, Brasil.

Os senhores não imaginam, senhores, Relator, Srs. Parlamentares, senhores assessores, senhores advogados e Sr. Abraão Lincoln; os senhores não imaginam o que é chegar ao meu estado, e o povo vir me abraçar e dizer "parabéns pelo trabalho da CPI lá no Congresso Nacional, no Senado; parabéns pela batalha de vocês para fazer justiça aos aposentados e pensionistas, aos vulneráveis do Brasil".

Presidente, não é a mim que eles abraçam; eles abraçam todos os Parlamentares que estão nesta batalha. Eu sou um cara de Rondônia que estou lá, o Deputado que está abraçando todos eles, e eles sabem que a minha defesa em especial é dos nossos aposentados e pensionistas do meu Estado de Rondônia, sim, mas eu defendo todo o Brasil, como todos nós fazemos isso.

Então, Sr. Abraão Lincoln, são milhares de pessoas que clamam por justiça, Sr. Abraão Lincoln. Eu fico entristecido com o senhor. Quando o senhor entrou aqui, a gente olha para o seu porte, a gente, eu imaginei, eu disse "Puxa vida, eu acho que, pelo que ele está apresentando, essa pessoa vai abrir o jogo, vai falar tudo". E aí eu me entristeço, em seguida, quando o senhor diz: "Vou ficar calado, vou ficar calado". Está previsto na lei, doutores? Está tudo o.k., mas o povo não quer isso, Sr. Lincoln, o povo quer que o senhor fale a verdade, o povo quer que o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fale o que aconteceu nos sindicatos e associações ligadas ao senhor. Não tem jeito, é isso que o povo quer.

Hoje nós ouvimos aqui que o senhor tem processos de corrupção. Não é o Coronel Chrisóstomo que está falando, não; os autos dizem, o Relator está com tudo ali: o senhor está enrolado na corrupção. Aí eu faço uma pergunta para o senhor: por que o senhor não estaria ligado ao roubo dos aposentados? O senhor poderia responder?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, eu permaneço em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Envergonha-nos, Sr. Abraão Lincoln, envergonha-nos o senhor se calar aqui. Eu assisti a um filme e o senhor é que vai dizer se eu jogo o filme aqui ou não, assisti a um filme que tinha dois ex-Ministros, o Lupi e o Garibaldi, e vários Parlamentares. E o senhor lá também. E o senhor, quem vê o senhor lá e vê o senhor aqui, não é a mesma pessoa. Estavam comemorando e o senhor lá, do jeito que eu estou mostrando. O senhor se recorda desse filme?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, eu permaneço calado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – O senhor quer que eu mostre aqui para o senhor ver e se recordar?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Fica a seu critério, Deputado, com todo o respeito.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Eu acho que o senhor não vai gostar.

Mas, Presidente, eu só não vou divulgar aqui porque tem vários Parlamentares e acredito que eu possa até atrapalhar a vida dos Parlamentares que aparecem no vídeo, mas tem vários, mas ele, numa alegria total, tratando sobre os nossos velhinhos, os pescadores, artesanais. E aqui se cala, quando está escrito e está demonstrado que eles pegaram mais de 40 pessoas que já partiram para outro mundo e introduziram para ser associados

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Mais de 40 mil... Isso, me perdoe, mais de 40 mil, e o senhor se cala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais de 200... Para eu não errar o número, vou ver o valor aqui: mais de 221 milhões tratados pelo senhor.

Onde está esse dinheiro, Sr. Abraão Lincoln? Onde está esse dinheiro? O senhor pode responder para o Brasil?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deputado, permaneço em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Pois é. É fácil ficar caladinho agora, mas na hora... Suspeito, o senhor é suspeito, mas, na hora de passar a mão nos nossos velhinhos, comemoram, e aqui ficam todos caladinhos, quietinhos. Traz dois advogados, quatro advogados, entope de advogados aqui para poder defendê-lo e estar dentro do processo legal, mas é vergonhoso isso, senhor.

O senhor já é um homem que já viveu um tempo e se cala diante da suspeita do roubo, do assalto aos nossos velhinhos, aos nossos vulneráveis. O senhor não tem pena, não, deles?

Senhor, R$80 para uma pessoa que ganha um salário mínimo... Isso é triste rapaz. Falta para ele, falta para o Melhoral, falta para o Anador, falta para o pão de cada dia, falta para a ajuda, para o ônibus para os seus netinhos, falta para ele comprar o pão e o leite para botar dentro de casa, e são desses que vocês não têm pena. Por isso que o Brasil está revoltado com vocês, por isso que a Papuda está esperando vocês. O Careca, o primeiro careca já chegou; outros carecas irão para lá, porque nós vamos lutar, batalhar, para fazer justiça em nome dos nossos aposentados e pensionistas do nosso Brasil. E eles têm aqui diversos Deputados e Senadores guerreiros, que vão fazer a coisa acontecer.

A justiça tenta nos atrapalhar, mas a gente pede que ela não faça isso. A gente quer trabalhar corretamente, o Presidente sempre nos orienta para isso.

Pois é, Sr. Abraão Lincoln, eu gostaria muito que o senhor respondesse às minhas perguntas, mas com certeza não vai.

O *call center* que os senhores criaram foi para devolver o dinheiro dos que foram roubados?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós vamos permanecer em silêncio, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Mas essa pergunta é tão fácil, o senhor disse que sim. Só tem um detalhe: devolveram, Presidente, para menos de 5% das pessoas que foram roubadas. E o restante, cadê esse dinheiro? Está no bolso de quem? Sr. Abraão Lincoln, estão no bolso de quem esses milhões?

É muito triste isso, gente. O que a gente espera é que, nessa nossa batalha, a conclusão do relatório seja, realmente, para fazer justiça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... aos nossos mais vulneráveis. Rondônia está esperando isso, Relator, Presidente. Estão eufóricos, porque finalmente surge uma CPI para fazer justiça ao Brasil. É raro CPI fazer justiça, mas a nossa vai fazer, porque aqui nós não viemos para brincar.

Tem dia que a gente sai 3h da manhã, trabalhando. E no outro dia, estamos aqui presentes para continuar o nosso trabalho.

Vamos fazer justiça pelo Brasil, pelos brasileiros, pelos aposentados e pelos vulneráveis. Conte comigo, Presidente, conte comigo, Relator. Rondônia está atento, e eles têm um Deputado Federal arrojado em defesa do meu povo. Fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, se alguém chegasse para mim, Presidente, e me dissesse o seguinte: olha, uma entidade de pescadores, cujo Presidente se chama Abraão Lincoln, em plena pandemia consegue um ACT sem ter nenhum associado, em pouco tempo chega a 619 mil associados e consegue retirar de aposentados e aposentadas do Brasil R$219 milhões, Presidente, eu diria, não pode ser verdade, isso deve ser história de pescador, porque, em uma história como essa, ninguém vai acreditar. Isso deve ser história de pescador.

Quando o Sr. Abraão Lincoln diz que não tem nada anotado, eu penso, mas como? Pescador sabe que tem que ter diário de bordo. Aparece aqui sem nada anotado? A gente pergunta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, e ele, nada, nada, nada, não é? E pelo que a gente está vendo, era uma rede de corrupção, Presidente, pescando aposentados de tarrafa.

E de fato, só isso para a gente acreditar que esse era um esquema de pescadores do nosso Brasil.

Sr. Presidente, Sr. Abraão Lincoln, quero aproveitar aqui para lhe dar a oportunidade de nos explicar. Em 2020, havia uma decisão judicial que dizia que o senhor não possuía requisitos para exercer cargo administrativo ou de representação econômica ou profissional. Mesmo assim, o senhor fez tratativas no INSS e conseguiu um ACT. O senhor tratava com quem lá, Sr. Abraão Lincoln?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Sr. Deputado, com todo respeito, vou permanecer em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas com quem o senhor tratava lá no INSS?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, com todo respeito, vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Abraão, as visitas públicas a órgãos públicos são informações que o senhor não pode omitir. Srs. advogados...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não lembro... Eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso, então o senhor, por favor, corrija a resposta.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Está certo. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor, alguma vez, tratou com o Sr. Leonardo Rolim?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Leonardo Rolim, na época em que nós demos entrada, era Presidente do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor, alguma vez, se reuniu com o Leonardo Rolim para tratar dessas questões?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Como é?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor, alguma vez, se reuniu com ele para tratar dessas questões?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós demos entrada...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor se reuniu com o Leonardo Rolim alguma vez?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deixe-me só explicar uma coisa, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós... Essa questão que nós estávamos, como o senhor colocou, indisponíveis para assumir qualquer cargo, nós ganhamos no Tribunal do Trabalho aqui de Brasília, inclusive, foi por isso que...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito, Presidente.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... o processo tramitou.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A pergunta, Sr. Abraão, é outra: o senhor, alguma vez, se reuniu com o Sr. Leonardo Rolim para tratar disso?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Me reuni várias vezes para tratar de assuntos...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor reuniu com o Sr. Edson Yamada?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Também, que na época era Diretor lá.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor se reuniu com Guilherme Serrano?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deveria estar nessas reuniões, mas eu não tenho decorado aqui. Não lembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Essas três pessoas são pessoas de confiança do Sr. José Carlos Oliveira. O senhor conhecia o Sr. José Carlos Oliveira?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Conheci, sim, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor tinha uma relação de amizade com ele?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas como é que o senhor o chamou de "meu amigo José Carlos Oliveira" na posse dele?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Na posse?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu acho que é de respeito a gente tratar as pessoas...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, pode tratar as demais, agora: "Meu amigo José Carlos Oliveira! Eu estou muito honrado e feliz de você hoje estar virando Ministro!"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, eu tenho...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A fala é do senhor, não é minha.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não conhecia o Dr. José Carlos Oliveira antes disso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, quando o senhor o chamou: "Meu amigo José Carlos Oliveira!"...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Chamei, por respeito.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – "Eu estou muito feliz em ver meu amigo"...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Chamei, por respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... "virar Presidente do INSS", o senhor não o conhecia?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Conheci durante... No INSS, porque ele foi Diretor lá no INSS. Eu o conheci porque ia tratar de assuntos, junto com as federações do país, com ele...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... quando era Diretor. Quando ele foi ser Presidente, eu já o conhecia, é claro, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

E o Sr. Antonio Carlos Paiva Futuro, o senhor conhece?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não lembro... Quem é Antonio Carlos Futuro? Não sei. Não lembro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Lotado... Foi lotado no gabinete do Senador Jorge Seif.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não... Não lembro se eu...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas, mesmo assim, contratou a SR Consultoria e Assessoria Empresarial, cujo Cnae 74.90-1-04 é para atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.

Por que o senhor contratou esse Antonio Carlos Paiva Futuro?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, me permita ficar em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Claro, mas está aqui. Eu não estou... Eu estou simplesmente mostrando um documento. São provas. Eu falo e mostro provas de que o senhor contratou Antonio Carlos Paiva Futuro, que tinha um Cnae para intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor conseguiu um ACT no dia 4 de novembro de 2022, já depois das eleições. Com quem o senhor tratou para conseguir esse ACT aqui, já em novembro de 2022?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, me permita o direito de ficar em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Claro, mas a pergunta, como disse o Presidente, é pública: com quem o senhor tratava, no INSS, para conseguir um ACT? Num período esquisito, porque, depois da eleição, já numa transição, em pleno novembro, o senhor conseguiu um ACT.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, eu não me recordo, porque esse ACT passa pelas mãos de muita gente, muitas autoridades lá no INSS.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Entre elas a do senhor, porque está escrito aqui Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, que é quem assina. Pode ter passado pela mão de muita gente, mas quem assina é o senhor.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor. Quem assinou fui eu. Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por que o senhor repassou R$2 milhões para a F2A Technology, empresa de Américo Monte Júnior e Felipe Macedo Gomes, os chamados "*golden boys*", esses jovens que ficaram milionários sem nunca terem trabalhado, que compraram Ferrari, Lamborghini, Rolex, com o dinheiro dos aposentados e aposentadas? Por que, desse dinheiro que o senhor tirou dos aposentados e das aposentadas, o senhor botou R$2 milhões na conta dos "*golden boys*"?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, me permita o direito de ficar em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor pode ficar em silêncio, mas a prova está aqui.

Américo Monte Júnior e Felipe Macedo Gomes, os chamados "*golden boys*", R$2 milhões, Sr. Abraão. O dinheiro que foi tirado dos aposentados, das aposentadas, dos pensionistas o senhor entregou para essa gente comprar Ferrari, comprar Lamborghini, comprar Rolex, abrir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta em *offshore*? O senhor, como Presidente da associação, pegava dinheiro dos aposentados e das aposentadas para entregar para essa gente. Por que, Sr. Abraão? Se são jovens que nunca trabalharam, por que o senhor dava tanto dinheiro para essa gente, Sr. Abraão? Por que, Sr. Abraão?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, me permita o direito de ficar calado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor vê que fica difícil de a gente poder entender as coisas.

O senhor era suplente de Deputado, Sr. Abraão. O senhor foi suplente de Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, a defesa pede que o senhor esclareça se os depósitos são em conta particular...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... ou em conta da CBPA.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu li aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, é só para repetir, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está no RIF da CBPA um depósito de R$2 milhões para Américo Monte Júnior e Felipe Macedo Gomes, da empresa F2A Technology, chamados "*golden boys*".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Saiu da conta da CBPA.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está no RIF da CBPA, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Do relatório que nós recebemos do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E saiu para pessoa física deles ou para a pessoa jurídica deles?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para a empresa deles, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para a empresa deles.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu poderia citar aqui vários outros.

O senhor foi suplente de Deputado. Correto?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor era o primeiro suplente.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente, as duas vezes.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor tinha a expectativa de ter assumido como Deputado quando o ilustre Senador, Líder da Oposição, assumiu como Ministro.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E assumiu como Deputado?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor era o primeiro suplente?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Mas não assumi, não senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quando o Senador virou Ministro, o senhor que ia assumir.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor. Não assumi, não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor iria assumir. O senhor tinha uma expectativa de ter assumido como Deputado. O senhor era o primeiro suplente do Senador.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Mas o Senador só passou a ir para o Ministério quando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só em fevereiro.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É, exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor passou janeiro inteiro esperando e não assumiu.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, eu não esperei, porque eu nunca pedi a ninguém para assumir Câmara Federal.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É tanto que eu era suplente de seis dos oito Deputados Federais, mais nem um deles e capaz de dizer que os procurei para pedir para assumir no lugar deles.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – De forma nenhuma. Só queria entender como é que era a sua...

O senhor não é o primeiro suplente.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu era o primeiro suplente, sim senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, Relator, boa noite; colegas, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa noite, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Eu só queria informar ao depoente que, no intervalo, eu fiz um ofício para o Partido Republicanos, nesse exato momento, pedindo a imediata expulsão do Sr. Abraão do Partido Republicanos. O senhor envergonha a nossa legenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor... A gente viu fotos do senhor – eu vou fazer uma pergunta, não sei se o senhor vai conseguir responder – com ministros do Governo Bolsonaro, do Governo Lula, e a gente percebe que o senhor é um homem muito bem-relacionado com autoridades. O senhor se reunia também com ministros do Governo Dilma?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Deputada... Senadora, me perdoe, eu não escutei direito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O senhor se reunia também com ministros do Governo Dilma?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Do Governo Lula?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Lula não, Dilma.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, silêncio, por favor.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Dilma?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Do Governo Dilma.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, teve vários ministros do Governo Dilma, que, na época, era a Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Presidente, Relator, em julho de 2023, ele adicionou 187.547 descontos associativos. Considerando que o mês tem 22 dias úteis, oito horas de jornada de trabalho diária, a CBPA teria adicionado 8.524,86 descontos associativos por dia útil. Isso quer dizer 17,76 descontos por minuto.

A CBPA não tem registro de funcionário, mas, se ela tivesse cem funcionários trabalhando oito horas ininterruptas, não conseguiria fazer tantas associações num único dia; o que mostra que eles, com certeza, contrataram empresas de *telemarketing* para captar esses associativos. E aí, eles já quebram o item 3.15 do ACT.

Só que o que me surpreende, Presidente, é o INSS de 2023. Não tinha cruzamento de dados, não? É um INSS, Presidente, que consegue cruzar dados de um pobre coitado e indeferir um BPC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque passou R$16 da renda familiar. Se tem capacidade para cruzar dados de documentos, será que esse INSS de 2023 não conseguia cruzar os dados que estavam sendo adicionados? Dezessete vírgula setenta e seis descontos associativos por minuto!

Que INSS é esse que nós tínhamos em 2023, que não impediu, naquele mês, quando viu o absurdo de descontos associativos?

Mas eu quero lembrar também aos nossos colegas que eles repassaram para o tal Terra Bank um valor. Aí, eu não sei se ele sabe que esse Terra Bank é bilionário. Eu só quero lembrar aos colegas que o Terra Bank estava oferecendo, através da Conafer, 5 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir aos colegas silêncio, por favor, na sala. Estão interrompendo a Parlamentar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Cinco bilhões em projetos; iam financiar 5 bilhões em projetos em melhoramento genético. Aí, a gente vê, pela Conafer, o Terra Bank oferecendo 5 bilhões; na associação dele, eles dando dinheiro para o Terra Bank. Será que é daí que vêm esses 5 bilhões do Terra Bank? E será que esse dinheiro que eles estavam mandando para o Terra Bank era para fazer o melhoramento genético em peixe?

O que a gente vê aqui, Relator, é que todo mundo se encontra; é uma grande família criminosa no Brasil. A gente encontra o Terra Bank na Conafer, a gente encontra o Terra Bank com ele. Na Conafer, eles oferecem 5 bilhões; com ele, ele repassa dinheiro para o Terra Bank. É muito imoral o que nós estamos vendo aqui.

Ele não vai responder às minhas perguntas, com certeza. Não vou gastar tempo fazendo as perguntas. Mas eu queria falar de mortos.

Nós vamos entrar para a história como a "CPMI dos mortos". É lamentável, Presidente e Relator. São 40 mil tentativas de incluir descontos em benefício de pessoas que já estavam mortas! Inclusive, eu não vou falar o nome porque nós vamos ter que trabalhar nesta Casa o respeito aos mortos.

Há uma senhora, de quem só vou dizer o primeiro e último nome dela, em respeito à memória dela e da família: Maria Souza. Ela faleceu em 10/02/2016. Eles não eram nem formados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda. Aí eles tentam associar uma pessoa, que já tinha morrido em 2016, antes deles serem organizados como instituição. Que desrespeito aos mortos! Eu ficaria muito triste... Eu queria chamar a atenção dos senhores: como os Parlamentares ficariam em ver o nome do seu pai e da sua mãe num escândalo desse, depois de mortos?

Relator, nossa CPMI está dando um exemplo para o Brasil. Neste Senado nós estamos discutindo direitos humanos pós-morte. Eu fiz essa discussão como Ministra e estamos fazendo no Senado. Vamos entregar uma legislação de direitos humanos pós-morte. Mas eu queria pedir que a CPMI pensasse em a gente agravar a pena, em ser uma proposta legislativa desta CPMI, quando o crime for cometido contra pessoas mortas. Lamentavelmente, o que a gente está vendo aqui é um desrespeito à memória de muitas pessoas.

Essa é a minha participação.

E estou aguardando a prisão do Sr. Abraão Lincoln, que tem um nome tão lindo, o nome de um homem que escreveu a história, e o nosso depoente hoje envergonha inclusive o nome do ex-Presidente da República americano.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Antes de passar a palavra ao Senador Fabiano Contarato, quero chamar a atenção dos Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras sobre as conclusões a que nós estamos chegando aqui nessas sessões todas e que a gente já pode dizer, com muita tranquilidade: as associações se juntaram a um esquema muito bem-montado de desvio de dinheiro. É o que a Senadora Damares acabou de colocar.

Quando cruzam-se os dados, a gente vai achar pontos em comum nessa questão. As associações faziam os acordos, mas usavam uma estrutura, de que nós sabemos parte aqui; há pelo menos dois nomes efetivos que participam o tempo todo dessa questão.

Agora, Relator, não sei se concorda comigo, falta nós definirmos, com muita clareza – caminhamos para isso –, quem era o nome do INSS que passou Governos e que abriu essas portas? É porque a gente percebe que houve troca de ministros, houve troca de diretores, mas ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

há um personagem dentro do INSS, a meu ver, talvez um ou dois, no máximo, mas me parece que um que teve a capacidade, a autoridade de eles abrirem as portas para todos e manterem o esquema ativo.

Acho que o grande desafio nosso aqui, de agora para frente, é a gente caminhar em direção e entender quem são essas pessoas. E gente com cargo de confiança no INSS, talvez de carreira. Eu não vou arriscar dizer o nome aqui, porque há vários nomes que já estão chamados para depor. Mas nós estamos chegando no núcleo principal, que permitiu que toda essa roubalheira passasse Governos, nós estamos caminhando muito firmes para ela.

Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Deputados...

Parabéns a V. Exa., Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Sempre, com bastante serenidade, sobriedade, conduzindo...

Quero cumprimentar também o Relator.

Agradeço o comparecimento do depoente, Sr. Abraão, ao passo em que saúdo aqui os advogados e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Eu vou tentar ser bem objetivo nos meus questionamentos e faço um apelo ao senhor, com todo o respeito, claro, dentro daquilo que o senhor achar que seja prudente o senhor falar, que o senhor assim o faça.

O senhor foi Presidente da CNPA, correto?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Em qual período?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador, eu não me recordo agora, mas isso deve ter uns 12 anos por aí.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito. E, por que o senhor saiu da Presidência?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu renunciei à Presidência. Em relação a um problema que nós tivemos, pedi a renúncia da Presidência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Por gentileza, a lâmina, por favor, a primeira lâmina.

Pode passar essa.

Na verdade, o senhor saiu, não foi porque o senhor renunciou. Houve uma decisão judicial determinando a proibição, ao senhor, de participar de qualquer entidade sindical relacionada à atividade pesqueira, em especial, a Confederação Nacional da Pesca e da Aquicultura.

Uma coisa é o senhor falar que o senhor renunciou à Presidência. Outra coisa é ter uma decisão judicial que determinava efetivamente ao senhor, a proibição disso.

O senhor...

Eu queria saber o seguinte. Então, em virtude da saída do senhor, o senhor fundou a CBPA, correto?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador, não fui eu que fundei a CBPA.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Tá, mas o senhor foi para a CBPA...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Foram 12 federações. Eu fui convidado pelas federações.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito. Então o senhor foi para a CBPA.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui chamar à atenção...

O próximo eslaide.

Aqui, o Procurador Federal junto ao INSS, o Dr. Leandro Santos da Guarda, aponta efetivamente: "Embora não persista mais, no momento, óbice da sentença proferida na ação civil para a celebração do ACT, na avaliação de conveniência e oportunidade, devem ser considerados, além do caráter liminar da decisão, que autoriza a continuidade da CBPA, a existência de investigação criminal contra o Presidente da CBPA". Então, aqui, o Procurador Federal recomenda a não assinatura do ACT. Foi isso que aconteceu.

Agora, por gentileza, o próximo eslaide.

Agora aqui, Sr. Presidente, nós vamos ouvir, Relator, o Sr. Jucimar Fonseca da Silva, que tem muita coisa a nos falar. Esse cidadão, o Sr. Jucimar, tem muita coisa a nos falar.

No dia seguinte, o que é que ele faz? No dia 13 de julho, o chefe da Divisão de Consignação em Benefícios, Sr. Jucimar Fonseca da Silva, assim faz: "Já quanto ao apontado no parágrafo, informamos que ante a ausência do trânsito em julgado da investigação criminal contra o Presidente da CBPA, em obediência aos princípios constitucionais da ampla defesa, não há óbice para a lavratura do ACT".

Ele só esqueceu de falar uma coisa: que quando você tem... Aqui não se estava analisando o comportamento do senhor, da pessoa, como Presidente; estava-se analisando um regime que versa sobre uma coletividade. E, quando há um conflito entre um direito coletivo e um pseudodireito individual, aqui, pela regulação dos atos da administração pública, impõe-se a proteção da universalidade de pessoas.

Então, aqui – aqui –, o princípio da presunção da inocência não supera os atos administrativos. Os princípios da supremacia, do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade do interesse público são princípios basilares da administração pública, aliás, corroborados pelo art. 37 da Constituição Federal, quando diz: são princípios que regem a administração pública: a legalidade, a impessoalidade, e a moralidade se impõe, por isso que muito bem foi feita essa constatação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Essa autorização aqui – eu tenho que chamar a atenção também –, com a marca do Governo Bolsonaro, custou aos aposentados – isso foi no dia... Esse ACT foi assinado em 13 de julho de 2022 – quase R$200 milhões em descontos indevidos. É isso que está ali e, obviamente, quando você tem...

Próximo eslaide, por favor.

Eu só queria ver aqui que essa é a... Após a CBPA afirmar o ACT, o senhor, a CBPA junto com a CNPA atravessaram uma petição, já na segunda instância da decisão judicial, porque o senhor aqui falou umas duas vezes que foi resolvido o processo, que foi uma decisão judicial resolvendo. Não foi isso. Houve uma sentença contrária, essa sentença foi submetida ao duplo grau de jurisdição, e lá se suspenderam os efeitos dela, mas, depois, o senhor, juntamente a CBPA com a CNPA atravessaram uma petição de duas laudas pedindo a extinção do processo sem julgamento de mérito, ou seja, sem a resolutividade, e foi feito isso.

Eu pergunto ao senhor: qual foi o acordo entre a CBPA e a CNPA para pedir a extinção do processo? O que o senhor fez? O que o senhor ofereceu a... Qual foi o acordo ali para vocês terem essa possibilidade de atravessar a petição lá, quando ela estava no segundo grau de jurisdição, para pedir a extinção do processo? Teve um acordo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador, não, não teve acordo nenhum.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas se o senhor assinou juntamente com eles, estão ali.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Fizemos um pacto de trabalharmos em convivência porque o direito era o mesmo e o objetivo era o mesmo. Não houve nenhum acordo com a CNPA, nem a CNPA com a gente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas olha só, essa assinatura aconteceu em 25 de julho de 2022.

Passa, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, na verdade, vocês fizeram antes, está aqui, ó, o comprovante, o documento. Dia 2 de junho de 2022, esse acordo entre as duas entidades já tinha sido assinado. Por que vocês guardaram ele na gaveta antes de fazer? Por que vocês fizeram isso antes da assinatura do ACT e só apresentaram ela depois, em segunda instância, pedindo a extinção do processo sem julgamento do mérito, mas com data retroativa? Eu acho que vocês esqueceram de verificar isso, né? Por que vocês fizeram... Primeiro, que o senhor não me respondeu, qual foi o acordo entre a CNPA e a CBPA pra pedir a extinção do processo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, não houve acordo. Eu acabei de responder há poucos minutos.

Há um compromisso de que, como nós trabalhávamos todos pelo mesmo... Viemos da mesma situação e da mesma instituição, as federações se juntaram e decidiram caminhar, as duas, paralelamente, sem conflito. Não houve acordo nenhum.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas como, se aquela instituição se viu lesada, entra na Justiça do Trabalho, a Justiça do Trabalho profere uma sentença dando razão a ela, e depois, em grau de recurso, o senhor faz esse acordo, atravessando a petição, sem acordo?

Tudo bem, mas, então, por que vocês não apresentaram antes e esperaram a assinatura do ACT, para depois atravessar ela com data retroativa?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor, lamentavelmente eu não lembro, neste momento, o que ocorreu, mas eu sei que...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu só queria voltar.

Volta a lâmina, por favor.

Esse acordo foi atravessado dia 25 de julho.

Próxima lâmina.

Mas esse acordo tinha sido assinado dia 2 de junho; ou seja, vocês antes fizeram o acordo, as duas entidades...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... posteriormente a essa data, assinaram o ACT e depois juntaram, posteriormente, esse ACT, com a data aí de 2 de junho.

Sr. Presidente, o senhor sabe que eu tenho um respeito muito grande por todas as pessoas que aqui vêm. E eu acho que a CPMI tem que ser cada vez mais competente, para provar, por elementos de natureza objetiva e subjetiva, para que a gente possa atribuir, efetivamente, a responsabilidade.

Para mim, com todo o respeito... Mas, aqui, eu só falo um apelo para o senhor, Sr. Abraão: eu tenho dois filhos, que são a razão da minha vida, e uma coisa que meu pai, motorista, me deu foi vergonha. Eu acho que eu não preciso de lei nenhuma para me obrigar a falar, porque, quando a gente está com a verdade, a verdade se impõe.

Se o senhor perguntar, assim, para mim, eu vou responder. Quando a gente está com a verdade, gente, eu sempre fico perguntando assim: meu Deus, qual vai ser o meu comportamento? Como meu filho, Gabriel, de 11 anos, vai olhar para mim? Que imagem que eu vou transmitir para ele? Que homem que eu quero deixar para este mundo? Que imagem que eu vou transferir – Presidente Viana, me perdoe – para minha filha, Mariana?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Então, eu acho que, assim, não tem nenhum ordenamento jurídico que se sobrepõe a um comportamento ético, quando a gente está com a verdade. E, infelizmente, este momento, que é do senhor, para falar, para demonstrar a sua ausência de responsabilidade, ou atribuir, até mesmo... Nós poderíamos fazer, aqui, uma proposta de delação premiada, um acordo de delação premiada, para o senhor, eventualmente, ser beneficiado lá na frente, quando for deflagrado.

Eu só quero falar para o senhor que o senhor é réu em ação penal de lavagem de dinheiro, de corrupção, dentre outras coisas, né? Então, eu sempre fico me colocando no lugar. O que meus filhos vão olhar? Que imagem que eu vou deixar para os meus filhos, como espelho, para serem alguém na vida?

Obrigado e desculpa por ter me estendido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, defesa e Sr. Abraão, eu tenho tentado, aqui, em cada sessão, fazer uma espécie de trabalho de avaliação do que está ocorrendo, antes de me pronunciar.

E é evidente que, a cada peça que a gente monta deste quebra-cabeça, fica mais clara ainda que a minha convicção original, aquela de 2017, por ocasião da reforma trabalhista, é absolutamente verdadeira.

O Brasil precisa se livrar dos sindicatos pelegos e das associações picaretas. O Brasil tem que se livrar do corporativismo, porque todos nós aqui, todos nós, nesta sala, defendemos que os trabalhadores precisam e devem ser representados.

É desigual quando há uma negociação entre patrões e empregados, e os empregados estão sub-representados. Mas nós não podemos continuar com uma lei de 1943 que determina o que a gente chama de unicidade sindical. Por que é que eu estou falando isso? Porque foi definido, lá naquele documento fascista de Benito Mussolini, que o PT cultua aqui e adora, que cada sindicato só poderá ter uma representação por categoria profissional numa área geográfica. Aí, o pau quebra – o pau quebra –, porque é uma briga de gângster, é uma briga de quadrilha. É uma briga tão séria, tão forte que nós estamos assistindo aqui, Abraão, você falando... Permita-me me dirigir a você, Abraão. A gente está vendo aqui V. Sa., V. Exa., sendo aqui trucidado pelo PT. Por quê? Porque você pertence a outra facção, a outro grupo político, que é a Força Sindical. A Força Sindical se contrapõe à CUT, a CUT e a Força Sindical brigam entre si. Para aqueles que estão nos ouvindo, Sindnapi, Conafer, Cebap é Força Sindical; CUT é Contag e seus puxadinhos. Então, a briga aqui é pelo butim, quem consegue assaltar com mais eficiência o bolso do trabalhador brasileiro.

E eu disse aqui, Sr. Presidente, e quero trazer V. Exa. como testemunha... Na semana passada, eu afirmei que o partido da retórica, que é o Partido dos Trabalhadores, fazia o discurso aqui, mas não materializava. Nós estamos com 32 assinaturas, eminente Presidente, para pôr fim, acabar de uma vez por todas com a contribuição assistencial, e nenhuma assinatura do PT. Peço inclusive ao Senador Contarato, porque eu não tenho dúvida de que ele não vai se furtar, que assine,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é impressionante como a prática se distancia do discurso e como o discurso engana deliberadamente todas as sessões. Todas as sessões, é a mesma confusão.

Sr. Abraão, V. Sa. é do meu estado, lá do Rio Grande do Norte. A atenção do estado, hoje, está total aqui; a gente tem recebido várias comunicações, pessoas que estão nos assistindo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A pergunta que eu faço a V. Sa. é a seguinte: a Cobap, de alguma maneira, orientou Parlamentares desta Casa para ingressarem com ações – desculpe –, com emendas que flexibilizariam o registro do cadastro do seguro-defeso? Eu pergunto a V. Sa., Sr. Abraão.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Senador Rogerio Marinho, me permita o direito de ficar em silêncio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pois não, respeito V. Sa.

Por que é que eu falo isso? Porque é um padrão também. Nós assistimos isso em 2019, 2020, 2021, Luiz. Corrupção tem, sempre teve. Está aqui, olha: "Gasto com seguro-defeso cresce 57% em 2025 e acende alerta [...] [do] governo". Acende alerta do Governo? Aumentou R$2 bilhões, senhores, de um ano para outro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Está saindo pescador como buraco de formiga; tem pescador artesanal, agora, no Brasil inteiro, à bambã. Isto aconteceu em 2015, ó: "Polícia Federal desarticula organização criminosa ligada ao Ministério da Pesca". Em 2015, quem era o Presidente na época? Eu acho que era Dilma Rousseff, suponho. Aí vêm: "CGU vê fraude em dois de cada três benefícios da 'bolsa pescador'" – dois em três, CGU, 2017 –; "Operação da Polícia Federal contra fraudes no seguro-defeso prende 12 pessoas no Pará", "Bolsa-pesca é suspeita de fraudes de [...] R$91 milhões [...]".

Governos são atacados, que é R$1 trilhão, é o benefício pago por ano aos beneficiários da aposentadoria, da pensão, do BPC, do seguro-defeso... É R$1 trilhão por ano, é um butim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, há Governos que ficam inertes e fazem um discurso aqui, e não materializam na prática. Trabalham contra, fazem emendas contrárias, como no caso da MP 871. O PT fez seis emendas para evitar a revalidação do cadastro – seis. Eu não vou repetir aqui o nome dos cidadãos, porque eles não estão presentes, mas seis do PT.

A mesma coisa aconteceu agora na MP 1.303, emendas para flexibilizar o cadastro do seguro-defeso. Aí essas eu vou dizer, que é mais recente: Deputada Natália Bonavides, do meu estado; Deputado Pedro Uczai, lá de Santa Catarina; Deputado Padre João, do PT, de Minas Gerais; todos contrários a qualquer forma de se ter alguma segurança na emissão do processo de liberação de um cadastro de pescador, um seguro-defeso, que é tão importante. Nós estamos vendo aqui uma situação que nos constrange, mas, ao mesmo tempo, nos faz refletir sobre o que está acontecendo.

O Presidente falou com muita propriedade. Presidente, tem três, sim. E olha, tem encontros que mudam a história – tem encontros que mudam a história. Um professor de história, quando quer passar o conhecimento para os alunos, diz: "Olha, a história se divide em Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna", era um conceito de antigamente. Aí dizia que a Antiguidade é interrompida com a queda do Império Romano do Ocidente; a Idade Média, com a queda de Constantinopla. Depois vem a Revolução Industrial e por aí vai. Pois, muito bem, tem um encontro, é bem emblemático o que aconteceu no INSS, entre Stefanutto, entre Virgílio e André Fidelis, em 2014, no Governo que nós sabemos de quem é. Esses três personagens, esses três cidadãos, e dois deles – já está provado – receberam dinheiro fruto de roubo de aposentado, dois deles, na casa de milhões de reais: o Sr. Fidelis, através do seu filho, do seu escritório de advocacia, que, de repente, passou a receber milhões de reais; e o Sr. Virgílio, que tem uma ideia de gênio, quando termina a eleição, na transição, a sua esposa cria uma empresa, porque sabia que ia ter a facilidade do Governo subsequente.

E essa ação é uma ação padrão. Parece até que aqueles que se mancomunaram para roubar, para dilapidar o patrimônio alheio, para assaltar o hipossuficiente, para fazer com que os idosos deste país padecessem de uma situação que constrange toda a nação brasileira... Esses cidadãos estão dentro do INSS desde 2006, como é o caso do Sr. Virgílio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós assistimos aqui ao Stefanutto, que, segundo a esquerda, é o ovo da serpente... Porque disseram, olha, na hora que muda o critério para concessão de ACT de carta sindical, que é a tal da unicidade, que é o cartório dos sindicatos, para a possibilidade de dar ACT para quem não tem carta sindical... Em 2016, quem proferiu esse documento? Quem assinou esse documento, na contramão do que já tinha dito em 2014? O Sr. Stefanutto, o progressista, esse que veio aqui e disse: "Eu tenho um lado". "Eu tenho um lado", e disse claramente qual era o lado dele.

Então, eu acho que, mais do que nunca, nós temos uma obrigação de dar uma satisfação à sociedade, porque eu não vou aqui tentar perguntar coisas que já foram perguntadas, reiterar coisas que já foram reiteradas, mas deixar claro para os senhores que não dá para varrer para debaixo do tapete o elefante. A gente vai tropeçar nele. O problema é grave, é sério. Nós já sabemos quem, dentro da estrutura do INSS, pelo menos os RIFs mostraram, as quebras do sigilo mostraram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... tem dois personagens aí, talvez um terceiro, que se locupletaram e melaram as mãos, se sujaram com isso. Pode ser que haja outros que tenham recebido de outra maneira, mas esse é o fato, e o fato é que nós queremos e precisamos saber quem é ou quem são as entidades políticas que proporcionaram essa facilidade ao longo dos últimos 30 anos.

Então, quando a gente escuta aqui alguém falar que começou em tal Governo e foi combatido assim...

Gente, achar que o Governo do Presidente Bolsonaro, um Governo de direita, conservador, um Governo que trabalhou fortemente no início da sua administração contra a fraude, que instituiu a questão da biometria em 22, que não foi implantada até meados de 25, que instituiu a questão do bloqueio dos novos benefícios, que definiu que era necessário haver uma revalidação anual, e foi combatido por isso pela esquerda, este Governo proporcionar condições para assaltar os idosos? De jeito nenhum!

Então, respeitando aqui o nosso depoente, dizer, Sr. Abraão, que o senhor tem a presunção de inocência, apesar de os fatos mostrarem aqui que alguma coisa muito estranha existe, mas V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. vai, junto com os seus advogados, fazer a sua defesa técnica, nos autos do processo, mas dizer aos nossos pares que nós não podemos compactuar com blindagem.

Quinta-feira vai ter novos requerimentos, e eu espero que, desta feita, o PT assine, e não faça só discurso e retórica, porque dos 32 que assinaram não tem um do PT!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O depoente pediu cinco minutos. Por cinco minutos, está suspensa a sessão.

(*Suspensa às 21 horas e 46 minutos, a reunião é reaberta às 21 horas e 51 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra, na sequência, o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Sr. Abraão, pelo conjunto de documentos que nós temos, até agora, que aparecem demonstrando o seu envolvimento, o senhor já que teve um processo, e se livrou dele, do cumprimento da pena. Eu acho que, desta vez, as dificuldades serão bem maiores. Bem maiores. E a gente percebe, como o próprio Presidente disse, que tem uma teia de alguns atores que participam na relação com diversas entidades.

Eu não sei se o senhor sabe, eu não sei se os colegas Deputados sabem... O Careca do INSS foi mandado para a Papuda – foi mandado para a Papuda. Ele esteve aí, onde o senhor está sentado, e se fez de vítima. Já estava preso, mas agora foi para a Papuda.

Aliás, quero frisar aqui, tem alguém que vai encontrá-lo lá. Vai ser um belo encontro dessas figuras, porque está aqui, expressamente: o ex-Presidente Bolsonaro também vai para a Papuda, e os dois vão se encontrar. Os dois vão se encontrar lá, podem ter certeza. Ele não vai ficar de tornozeleira em casa, na mordomia; ele também vai para a Papuda, pelo conjunto de crimes que cometeu contra o povo brasileiro, o genocídio na época da covid, a não investigação, inúmeros crimes que ocorreram, como em relação à própria vacina, a omissão nesse caso do INSS e tantas outras coisas, tentativa de golpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que mais algumas pessoas participarão desse encontro lá. Vão fazer alguma reunião para deliberar alguma coisa.

Quem sabe o senhor não colabore e pode ter um outro fim, porque o senhor não vai ter o desfecho daquele processo anterior em que se livrou de uma condenação que teve também quando era dirigente de uma outra confederação.

Mas respondendo ao Senador antecedente, fascista, todos merecem ir para a cadeia e ter o devido tratamento. Nós, aqui, não reverenciamos ninguém. Abominamos, pelo contrário, aqueles que defendem o fascismo ou o nazismo, porque atacou e matou milhões, milhões naquele período da Segunda Guerra, e ainda fazem tanto mal mundo afora, inclusive aqueles que só defendem. Portanto, é importante deixar isso muito claro.

Mas vamos à verdade – vamos à verdade.

Por que o senhor criou a CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O senhor me permita o direito de ficar em silêncio?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor acha que essa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só um instantinho, Excelência.

O senhor já respondeu a essa questão...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Já respondi, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, por favor, o senhor repita.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Então, deixa eu só repetir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... porque o cansaço vai dominando a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É assim, deixe eu lhe explicar: a CBPA é fruto de uma dissidência da outra confederação. Ela já nasceu com 12 federações filiadas.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Que ano o senhor criou?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Que ano? Que ano foi criada?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Faz em torno de uns cinco anos por aí, eu não estou com...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Cinco anos é 2020, então?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... a memória mais ou menos...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Dois mil e vinte. Pelo documento em cartório, 2020.

Olha só, senhores, senhoras, 2020. Se eu não estiver enganado, em plena pandemia, Governo Bolsonaro, Presidente Bolsonaro.

O senhor criou uma outra confederação e ali foi Presidente dela.

E olha só: logo na sequência em que é criada a confederação, que o senhor preside, o senhor já faz um pedido, mesmo sem nenhum associado, para poder fazer o desconto dos aposentados, de supostos pescadores aposentados. O senhor já chega, cria ela, faz o pedido para fazer o contrato, ACT, para fazer os descontos sem sequer ter associado, mesmo tendo uma decisão judicial mostrada aqui pelo Contarato, Senador, onde o senhor era impedido de contratar com o poder público.

Não conseguiu, num primeiro momento. Depois, continua adiante. Em 21 de maio, é feito, inclusive, um protocolo de intenções, assinado pelo Rolim, Presidente do INSS. E ali o senhor, é dado um tempo para o senhor se preparar, já com um contrato para representar, mesmo sem poder, porque, à época, não podia duas confederações de pescadores, e o Sr. Rolim permite que o senhor represente os pescadores, o Presidente do INSS, indicado por gente que está nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão. E ele foi Presidente do INSS. Pessoas que eram, à época, dirigentes da previdência que o indicaram como Presidente do INSS. E continuou.

Aí o senhor assina, em julho de 22.

Mas antes eu queria mostrar uma coisa.

Pode mostrar ali uma imagem, por favor?

Olha só: isso daqui é na posse do Oliveira, Presidente, onde o senhor faz ao lado uma declaração de amor a ele, praticamente, da grande relação de amizade, lembrando que ele era Diretor de Benefícios antes de assumir a Presidência.

Ele assume em abril, no lugar do Sr. Onyx Lorenzoni, que foi ser candidato no Rio Grande do Sul e recebeu dinheiro de entidades.

Está lá. Antes do seu acordo assinado, em julho, a posse dele é em abril.

Por favor, adiante.

Aí tem ainda uma reunião. O Oliveira do seu lado, como Diretor de Benefícios, e quem está do outro lado seu? O Ministro Onyx. Isso, em fevereiro de 2022, isso já adiante, já adiante.

Será que o senhor estava discutindo ali a assinatura ou não do ACT, já que o senhor ainda não tinha assinado, só assinou depois, em setembro? Por isso que o senhor faz também uma menção honrosa ao Oliveira, que assume em abril, criando uma relação para poder assinar esse documento? Eu não tenho dúvida de que foi.

Aliás, Presidente, o senhor citou aqui que tem um grupo de servidores do INSS que participaram. Também não tenho dúvida.

Eu não vou afirmar categoricamente que esse aqui tem culpa, mas o Sr. Oliveira, o Sr. Yamada, André Fidelis e Virgílio têm muita culpa no cartório, pelo menos indica, têm.

Talvez tenhamos outros, talvez tenhamos outros, mas que essa turma tem culpa no cartório tem, e nós temos que chegar até eles e temos que saber quem estava por detrás dele, porque quem indicou o Oliveira para Ministro foi o Onyx Lorenzoni, como o próprio Oliveira disse, numa reunião com o Presidente Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, uma outra foto.

Não, tem outra foto, por favor. Uma outra.

O arquivo.

Olha só, senhoras e senhores, é pura coincidência, é pura coincidência. Alguns vão dizer que é coincidência. A Lei de 2022, a 14.441 de 2022, permite uma exceção somente ao senhor.

Por princípio do direito, a lei tem que ser geral para todo mundo, não pode valer só para A. Tem que valer de A a Z. Essa lei foi feita para o senhor, sob encomenda – sob encomenda.

E, com a encomenda que, no caso dos pescadores artesanais, já que o senhor anteriormente presidia a confederação nacional de pescadores artesanais... O senhor saiu dela em 2020, fundou em 2020 a confederação brasileira de pescadores artesanais, porque não podia ter duas confederações representando a mesma categoria, por isso que o senhor não conseguiu – um dos motivos – assinar o ACT... Tem a decisão judicial, que ainda continua válida, e, mesmo assim, o senhor assinou à época.

Aí é feita uma lei, dizendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... que, no caso dos pescadores artesanais, poderia haver duas confederações. Quais? A anterior, que já existia há muito tempo, e a nova, que o senhor criou em 2020.

Então, o senhor cria em 2020, e, em 2022, tem uma lei sob encomenda, para beneficiar o senhor, diretamente.

Assinada por quem? Mais uma página.

Olha só, senhoras e senhores: quem assinou a lei? Eu não estou vendo direito aqui, alguém podia ler para mim? Jair Messias Bolsonaro, Ministro Paulo Guedes e, lá, quem aparece também? O Sr. José Carlos Oliveira. Haja coincidência. E o amigo, a que ele fez uma menção, ali, honrosa.

Então, Presidente, mais 15 segundos, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Abraão Lincoln, o senhor está muito enrolado, e está claro que tem muita gente do Governo Bolsonaro enrolada. e nós vamos chegar a essa verdade total.

O senhor pode ter um desfecho diferente; colabore, senão o senhor vai participar do grande encontro, onde já está o Careca e, daqui a pouco, estará Bolsonaro. Eu tenho certeza de que mais alguns também participarão desse encontro em breve, porque o que o senhor fez literalmente lesou milhões de brasileiros e brasileiras aposentados, pessoas inocentes, pescadores que vivem na sua simplicidade, alimentando também o nosso país.

O senhor roubou essas pessoas. O senhor não representava, o senhor cometia crime.

E tinha aliado, sim, no Governo anterior, que permitiu que o senhor entrasse de maneira ilegal e depois crescesse, fazendo ainda mais roubo; crescesse provavelmente com a participação do André e do próprio Virgílio, e nós chegaremos lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Excelência, uma pergunta: V. Exa. chegou a pesquisar o autor da lei, não?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Foi uma medida provisória.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, é uma medida provisória.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Isso aí é uma conversão de um jabuti...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Foi uma medida provisória, Presidente, editada pelo Presidente Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

V. Exa. quer fazer uso da Liderança?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Eu mandei pegar uma informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, com a palavra, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero começar a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... dizendo que a falta de vergonha na cara nesta CPMI é muito grande, e ela começa pelo seguinte ponto: quem adora acusar o Presidente Jair Messias Bolsonaro de bandido sequer assinou o requerimento da CPMI.

O PT não assinou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... nem essa, nem a das facções e nenhuma outra.

Mas sabe o que o PT faz? O PT discursa contra a morte de 17 inocentes no Complexo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Cento e dezessete. Isso eles fazem. Fazem manifestação que dá meia dúzia de gato pingado, e por aí vai.

A grande verdade é que o PT quer ligar o Bolsonaro a um crime, mas quem se reuniu com um criminoso foi o Ministro do Presidente Lula que recebeu a dama do tráfico. Sabe de quem eu estou falando?

Eu estou falando de Flávio Dino. Sabe quem mais estava no mesmo palco com uma criminosa? O Presidente da República Federativa, descondenado Lula. Eu não vi o Bolsonaro nesses palcos.

Mas vamos aos fatos, não é, senhores? Olha só, segundo o Coaf, a CBPA movimentou mais de R$409 milhões. Isso entre recebimentos e pagamentos, o.k.? O que mais me impressiona é que isso tudo foi feito em uma pequena agência do Banco do Brasil, na Ceilândia. Olha só. Uma pequena agência, que teve a sua vida completamente modificada, sua rotina, grandes transações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CBPA também fez pagamentos de mais de 12 milhões ao Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, o famoso Careca do INSS. Alguém que o Sr. Abraão Lincoln disse não conhecer, nesta CPMI. A CGU constatou que, nas tentativas de filiação de mais de 40 mil pessoas falecidas – falecidas –, feitas pela entidade em que o senhor é Presidente...

E eu fico aqui me perguntando: o que acontece?

Quando o senhor entrou aqui hoje, Sr. Abraão Lincoln, eu tinha, depois do seu discurso, uma visão sobre o senhor. E eu disse, olha, senta nessa cadeira mais um laranja do esquema de corrupção do INSS. Um laranja daqueles que têm uma vida simples, com pouco recurso, que foi usado pelo seu tempo de sindicalismo, para conseguir fazer algo maior. Mas me assusta quando o senhor nega conhecer alguém de quem o senhor depois disse ser compadre, e esse alguém é o responsável por todas essas transações.

Quero fazer uma pergunta ao senhor: qual é o quesito que as 12 federações usaram para eleger o senhor Presidente, o senhor sabe me dizer?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, com todo o respeito, permaneço em silêncio.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Ah, o senhor não pode responder um quesito?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Porque eu não posso fazer avaliação de cada delegado desse estado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Entendi.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Tá?

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Está bom.

O senhor pode me responder qual é a renda *per capita* do senhor e da sua esposa?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – A minha esposa, junto comigo, acho que é em torno de uns R$12 ou R$13 mil.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Entendi. Bastante dinheiro, não é? Para alguns, pouco; para outros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantas pessoas existem no núcleo da CBPA? Quantas pessoas trabalham nesse grupo em todo o Brasil? O senhor disse que aqui é um núcleo pequeno, mas quantas pessoas trabalham nesse grupo em todo o Brasil aí?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, eu não posso dizer aqui em números exatos, porque cada instituição, cada Federação, cada colônia, cada sindicato, tem uma estrutura própria. Então eu não tenho como lhe dar esse número neste momento.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Mas o senhor é o Presidente dela, o senhor é o Presidente nacional da CBPA. É isso ou estou errado?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exato. Da nacional.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – E o senhor não tem um apanhado de quantas bases você tem, quantas pessoas? Porque olha, o relatório da CGU descreveu a sede da CBPA como uma pequena sala comercial, com apenas uma secretária para atendimento. E concluiu que a entidade não possui infraestrutura para a captação de tantas pessoas. Vocês cadastraram mais de 360 mil associados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir silêncio, por favor.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Aí o senhor... O senhor está se complicando cada vez mais, porque, assim, como é que o senhor não tem noção? O senhor é Presidente, chefe. Desculpa, eu, sendo empresário, tenho que saber quantas pessoas trabalham na minha empresa; eu posso não as conhecer, mas eu tenho que ter pelo menos um número base: "Olha, em cada estado... Eu tenho tantos no Brasil, eu tenho tantos funcionários no total". O senhor não consegue ter esses dados?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, deixe eu lhe responder novamente. Nós não temos como avaliar isso neste momento, porque é o seguinte: dependendo do tamanho da colônia, tem um número de servidores, onde o sindicato... Por exemplo, nós temos colônia com 16 mil trabalhadores.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O senhor tem esses documentos, para provar isso?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – As colônias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – É.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Por favor, a Colônia de Cametá, no Pará, tem 16 mil trabalhadores.

Então, há colônias que têm...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Não, não, não... Chefe, pescador é uma coisa, eu quero saber de pessoas que fazem a gerência...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Quem faz a gerência das colônias e dos sindicatos são os próprios diretores, que tomam conta e administram. As maiores têm servidores, funcionários contratados que trabalham, mas esse CNPJ que registra a carteira deles é das federações e das colônias e dos sindicatos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Tá. Quantos pescadores tem cadastrados no DF?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – No DF eu não sei informar, porque deve ter muito pouco.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Mas o senhor não sabe nem do... Chefe, pelo amor de Deus. É assim, ó...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Tá bom, tá bom...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O senhor me desculpe, Presidente. Isso aqui, para mim, é ridículo. O homem é Presidente da Federação Nacional, o homem não sabe dar uma resposta sobre nada...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós não temos...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – nem sobre o DF?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós não temos representação aqui no DF.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O senhor não tem representação, mas o senhor tem...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Municipal, de primeiro grau, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Olha, chefe, é difícil tentar ser cordial com o senhor, porque, assim...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deputado...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Desculpa...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deputado...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Agora... Não, se quiser falar, o senhor fala depois.

Vamos lá.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Desculpe, tá? Desculpe.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O senhor falou para mim que a renda do senhor e da sua esposa é, aproximadamente, juntando as dos dois, de 12 mil. Com R$12 mil, o Instagram da esposa do senhor é assim, ó: é vasto, os senhores viajam muito, os senhores têm muitos passeios, e, para uma pessoa que ganha R$12 mil, é difícil conseguir fazer tantas viagens. Eu ganho 46 mil por mês, se eu tivesse tempo – o que não tenho –, eu não conseguiria fazer metade das viagens que vocês fazem. O senhor tem viagens para Natal; o senhor tem viagens para Fernando de Noronha, que é um lugar extremamente caro; vocês têm uma viagem... Isso aqui parece que é um casamento, que eu não sei exatamente onde, porque não está lá nos informativos. O senhor tem mais viagens, o senhor tem cruzeiros que vocês fizeram.

Chefe, desculpa. O senhor não lembra de nada, o senhor não conhece ninguém. Quando... Esquece, aí volta: "Ah, eu conheço". O senhor não é apenas um laranja. O senhor foi usado num esquema terrível, e vou dizer... E arrisco dizer que o senhor está aqui sob coação de alguém, para não falar nada. Vou arriscar dizer isto: tem alguém te coagindo a não falar nada, porque não tem cabimento, com a idade que o senhor tem – com a idade que o senhor tem -, se o senhor tivesse o mínimo de boa vontade, o senhor traria para esta Comissão pelo menos os informativos, chefe. Informações tão simples e básicas o senhor não consegue nos trazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, se perguntarmos o nome do senhor completo, é capaz de o senhor falar que não sabe. Poxa vida! Não faça isso com a vida do senhor, não; o senhor é um homem de idade. Além de desonrar sua família, o senhor está desonrando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... o nome de um dos maiores políticos do mundo, que foi Presidente de uma das nações mais poderosas e que libertou o povo da escravidão.

O senhor colocou... O senhor está sendo colocado como o maior escravizador de pessoas, de aposentados. O senhor sentou aqui, deixou um monte de papeizinhos nas mesas, senhor... Para dizer: "Olha, estão aí as informações". O senhor sequer consegue falar sobre a vida da federação que o senhor dirige desde o início. Isso é coisa para o senhor falar de cor e salteado. Isso beira o ridículo.

Alguns aqui estão dizendo que o Governo Lula descobriu a roubalheira e está pagando. É mentira. Quem apresentou a roubalheira foi um jornal chamado Metrópoles, porque se essa matéria não tivesse saído... Porque a grande imprensa, que já abandonou esta Comissão, não quis nem noticiar isso. Se não fosse um jornal aqui de Brasília noticiar esses crimes, o senhor sabe o que teria acontecido? Nada, até agora. E ninguém está devolvendo dinheiro aos aposentados, está devolvendo nada, porque devolver é pegar de quem roubou. É fazer com que os 220 milhões que a sua entidade desviou e que tantos outros milhões que foram desviados de outras entidades já estivessem de volta nos cofres.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Só para encerrar.

Eu não quero ser injusto com o senhor, mas o senhor está sendo injusto com o senhor mesmo, o senhor está se destruindo hoje aqui, pelo amor de Deus. Querem te colocar na cena de um crime que, eu acho, que o senhor não tem nem noção do que é. E o que me parece é que a única coisa que o senhor ganhou foram viagens pelo Brasil, bem baratas para esse povo que roubou bilhões.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, vou direto aqui às minhas inquirições, às minhas perguntas.

Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, o senhor é Presidente da CBPA, correto?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Certo, senhor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O que significa CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor é o Presidente de fato e de direito. Correto?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – E de direito, exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É o senhor que realmente manda lá, que organiza a entidade.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Mando não, eu administro junto com a diretoria.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a palavra final é sua, o senhor dirige a entidade.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.K.

Eu gostaria de perguntar para o senhor... E 2023, foram 340 mil associados, não tinha nenhum relacionado ao INSS, e a entidade é de pescadores. Certo?

O.K.

Eu gostaria de perguntar para o senhor... Em 2023, foram 340 mil associados, não tinha nenhum relacionado ao INSS, e a entidade é de pescadores. Certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Certo, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Qual era o interesse da CBPA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura) no INSS?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sempre levamos os pleitos dos trabalhadores através das federações, das entidades de primeiro grau, nas dificuldades, junto ao INSS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas e esses 340 mil associados no primeiro ano, em 2023, que depois chegaram a 445 mil, no primeiro trimestre de 2024? Qual era o interesse da entidade em atender essas pessoas? Elas eram pescadoras, essas pessoas do INSS que os senhores atendiam?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, me permita o direito de ficar calado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas o senhor tem que saber qual era o interesse da entidade nessas pessoas, Sr. Abraão Lincoln. Por que essas 340 mil pessoas se associaram à... Vamos perguntas de outra forma: o que o senhor oferecia para que essas 340 mil pessoas se convencessem de se associar à CBPA? O que a entidade oferecia para que as pessoas pudessem se associar?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, me permita o direito de ficar calado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas espere aí, isso aqui é básico, Sr. Presidente. Eu estou perguntando por que a CBPA, uma entidade que atendeu esses aposentados do INSS, em tese, pelo menos, por que elas se associaram à entidade.

Qual era o interesse da entidade oferecer...? Era um serviço que se oferecia? O que era?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E um outro ponto, senhores da defesa, Sr. Abraão, o senhor também já falou sobre esse assunto, sobre os clubes de benefícios. O senhor, por gentileza, repita e responda à pergunta.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu falei anteriormente, como está inclusive aqui, nesse pequeno boletim informativo, algumas coisas que nós procedíamos: nós tínhamos o clube de benefícios; nós tínhamos a informatização das colônias; quer dizer, o repovoamento lá no Nordeste...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas... Não, não, desculpe, desculpe interrompê-lo. Eu estou perguntando aos associados do INSS, do INSS. À pessoa que se associava no... Qual era o serviço que o senhor oferecia para um associado do INSS?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Para os associados do INSS também. Os associados do INSS também eram beneficiados pelo clube de benefício, pela telemedicina.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O que que oferecia o clube de benefícios? Que tipo de serviço?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Convênio com vários tipos de entidades, como, por exemplo, drogaria, universidades, uma série de situações...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o Relator aqui apresentou, inclusive, que mortos teriam se associado à entidade. O que os mortos ganhavam de benefício da entidade?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deputado, eu me permito ficar calado, porque eu não tenho esses dados aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não sabia que mortos tinham sido associados à entidade até o dia de hoje?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O senhor me permite o direito de ficar calado, porque eu não tenho esses dados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, só pergunto se o senhor, até o dia de hoje, não sabia que mortos tinham sido associados à entidade?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu estou repetindo para o senhor que me permita o direito de ficar calado, porque eu não tenho esses dados aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k. E quantos mortos se associaram à entidade, Sr. Relator? Se o senhor pudesse me ajudar, porque o depoente não está querendo falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foram 46 mil tentativas, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tentativas?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, eles enviaram os documentos de 46 mil pessoas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E esses documentos... Mas nunca chegaram a ficar associadas essas pessoas porque estavam mortas, é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E foram rejeitadas, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois imagine... quarenta e seis mil! Isso aí enche um estádio de futebol de zumbis, com todo o respeito aos mortos, todo o respeito às pessoas que faleceram – aliás, às quais não tiveram o respeito das pessoas que estiveram à frente dessa fraude, inclusive na CBPA.

E isso nos deixa absurdamente estarrecidos, Sr. Presidente, porque a gente vê que esses descontos associativos, né, que representaram 57 milhões na CBPA em 2023, e depois subiram para 126 milhões em 2024, são dinheiro dos aposentados. São quase R$200 milhões só nos anos de 2023 e 2024 que foram surrupiados dos aposentados e que foram passados para a empresa, e aí eu queria perguntar para o depoente: a empresa, por exemplo, do Careca – que recebeu da CBPA 9,6milhões – a Prospect Consultoria Empresarial, do Antônio Camilo –, que tipo de serviço prestava aos aposentados, Sr. Abraão Lincoln?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu me reservo o direito de ficar calado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não, não... Mas o senhor não sabe de nenhum serviço que foi prestado por essa...?

O senhor repassou; o senhor disse para mim que é Presidente da entidade. O senhor é Presidente da CBPA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, o senhor contrata uma empresa por quase R$10 milhões. O senhor não sabe ou o senhor vai querer ficar calado sobre isso? O senhor não sabe o serviço?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu me reservo o direito de ficar calado, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso nós estamos falando da Prospect. Aí depois, nós temos aquela Plataforma Consultoria, que recebeu 30 milhões – 29,5 milhões –, segundo o RIF de maio de 2024; aliás, os RIFs entre maio de 2024 e maio de 2025. A plataforma... Dez milhões, e o senhor não sabia? É muito dinheiro, mas o senhor não sabia. Mas 30 milhões deve saber.

Que tipo de serviço a Plataforma Consultoria prestava à CBPA ou aos associados do INSS?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu me reservo o direito de ficar calado, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é, Sr. Abraão, aí o senhor vê que faz muito sentido todos nós ficarmos ainda mais revoltados com o fato de esse *habeas corpus,* que não contribui para a investigação. Porque veja bem, 40 mil... 46 mil tentativas de associar pessoas mortas, falecidas. Nós tivemos quase 200 milhões de dinheiro retirado dos aposentados para serviço que o senhor não sabe declinar. E aí a gente vai para o seu Imposto de Renda, e o senhor recebe R$2,3 mil por mês. Eu lhe pergunto: onde é que está esse dinheiro, Sr. Abraão Lincoln? O senhor realmente recebe só R$2,3 mil por mês, como declarado no Imposto de Renda?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Deputado, eu me permito o direito de ficar calado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor então tem patrimônio, além do Imposto de Renda?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Acho que não, não é, Deputado?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Acha que não? Então o senhor não tem! Então não tem por que ficar calado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu me permito o direito de ficar calado, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas aí o senhor ou acha que não ou o senhor fica calado.

O senhor tem patrimônio fora? É só para me esclarecer.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu me permito o direito de ficar calado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está bem.

Então, o Imposto de Renda, para que quem está acompanhando em casa saiba, de uma pessoa que movimentou mais de R$200 milhões dos aposentados brasileiros é de R$2,3 mil por mês. Então, ou ele tem patrimônio que não está declarado e está bem escondido em algum lugar, Sr. Presidente, ou alguém outro recebeu esse dinheiro.

E aí eu gostaria de perguntar para o Sr. Abraão Lincoln se, por acaso, o senhor alguma vez levou propina para algum Parlamentar ou o senhor alguma vez entregou dinheiro vivo para alguma pessoa que não fosse da CBPA ou mesmo dentro da CBPA. Se o senhor, em algum momento, levou dinheiro para outra pessoa, que não está declarado?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Deputado, eu não dei dinheiro a ninguém, a absolutamente ninguém, a Parlamentar nenhum.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, a Parlamentar, a pessoas, a empresas. É porque nós vemos uma série de transações aqui, Sr. Presidente, também para pessoas físicas, inclusive para a Sra. Thaisa Hoffmann, como V. Exa. bem aqui apontou, que é a esposa do Virgílio, do INSS. A gente vê que, na verdade, é tudo uma grande quadrilha, com diferentes cabeças, com diferentes pessoas, mas todos os pontos vão se conectando, como mostra também o exímio trabalho do nosso Relator, que mostra aqui que tudo vai se conectando: é dinheiro que vai para a empresa do Careca, é dinheiro que vai para a tal da Titanium, que vai ligando com a Conafer, com Terra Bank.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria perguntar, Abraão Lincoln, por que, no Governo Lula, foi tão mais fácil de roubar? O que aconteceu que explodiu essa roubalheira durante o Governo Lula? O senhor saberia me explicar?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu me permito o direito de ficar em silêncio, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é, Presidente, aí a gente vê como foi tudo meticulosamente preparado: empresas de fachada abertas logo após a eleição do Lula. A gente vê como pessoas que já estavam nos Governos do Lula lá atrás, em 2008: Virgílio, depois a gente vê André Fidelis, toda a turma voltando à cena do crime, junto com o Carlos Lupi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que já tinha sido defenestrado na faxina da Dilma, orbitando em torno do poder, numa transição, para chegar no momento da gatunagem.

Não que não tivesse corrupção antes do INSS. Lamentavelmente, sempre houve, mas nessa monta, Sr. Abraão Lincoln, foi só possível graças a pessoas como o senhor, que declara R$2,3 mil por mês, não sabe se tem ou não tem mais dinheiro – se não tem, é puro laranja. Mas eu ainda imagino que tenha em algum lugar mais recurso, porque não quer aqui revelar, prefere ficar calado, e, enquanto isso, tivemos milhões de aposentados lesados, roubados por este desgoverno, que agora finalmente encontra nesta CPI Parlamentares dispostos a investigar. Aqueles que são da Oposição, porque a gente sabe que do PT praticamente ninguém da esquerda assinou a criação da CPI. Mas nós aqui, Sr. Presidente e Deputado Relator, estamos trabalhando para chegar à verdade dos fatos, lamentavelmente, mais uma vez, mais uma vez, com um depoente blindado por um habeas corpus.

Uma pena que ele não tenha a vontade de colaborar, como poderia ter colaborado com os trabalhos desta CPI na noite de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Deputado...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O tempo da Liderança, Excelência?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Cinco minutinhos, rápido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, é rápido mesmo, né?

Primeiro, ratificar – retificar, desculpe –, corrigir uma informação que veio de forma maliciosa.

A medida provisória que foi apresentada é a nº 1.103, de 20 de abril de 2022, e no *caput*, no corpo do projeto, não constava, em nenhum momento, o jabuti que foi apresentado aqui.

Então, esse jabuti foi inserido durante o projeto em tramitação – acontece às vezes aqui no Parlamento... E tenho sempre o cuidado, Sr. Presidente, de votar de forma criteriosa, olhando o que eu estou votando, para evitar, depois, de alguém pegar no meu braço e me contradizer ou me confrontar com alguma incoerência.

Agora, o curioso é que houve votação unânime na Câmara e no Senado com o voto do Partido dos Trabalhadores. E essa MP tratava justamente de agilizar a emissão do auxílio-doença, da questão da incapacidade temporária... Então, era uma ação bastante meritória que contou com o apoio de todos.

Então, depois a gente vai verificar quem colocou o jabuti lá. Só não foi o Governo do Presidente Bolsonaro. E teve o voto do PT.

Dentro dos meus 3 minutos e 40 segundos, vamos aqui, de novo, à Escolinha do Professor Marinho – é o jeito, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente falou aqui de fascismo, mas a gente apresenta documentos factuais, é histórico. A *Carta del Lavoro* é um documento seminal do fascismo italiano, que definia organicamente a relação do poder com os sindicatos e com a classe trabalhadora na época. Isso foi absorvido quase *ipsis litteris* por Getúlio Vargas, e isso é a CLT. A CLT tem inspiração fascista. Vamos estudar a história, tá? Tem inspiração fascista e é defendida com unhas e dentes por essa turma, porque prevê uma coisa chamada unicidade sindical, que é um cartório. Quem tem uma carta sindical pode cobrar aos trabalhadores, naquela questão geográfica, por uma única categoria.

Mas não me surpreende, porque a gente vê, a gente assiste – a rede social é pródiga nisso, né? – o cidadão, por exemplo, que é um ativista, é *gay* e com a camiseta de Che Guevara. É um paradoxo, né? Alguém que mandou matar, fuzilar, trucidar, né? Mas é o pessoal que, infelizmente, tem dificuldade de se debruçar sobre fatos e prefere repetir narrativas.

Tem uma coisa que é importante, Presidente, e eu gosto sempre de frisar, porque a repetição traz o conhecimento. A "república sindical" no Brasil, quando se estabelece, com o conluio do Governo da época, que tramou trazer os sindicatos para o seu âmbito, para o seu controle, só dava carta sindical para quem dizia "amém", por isso é chamado "pelego", porque fazia justamente o que o Governo mandava... E esse peleguismo se exacerbou durante o tempo, porque essa turma se acostumou a ganhar dinheiro fácil, sem de fato representar o trabalhador brasileiro.

E a gente tem três vértices desse financiamento. Primeiro, o imposto sindical obrigatório, que caiu em 2017, com a reforma trabalhista – e nós sabemos como foi comemorado pela população; menos de 3% daqueles que eram obrigados a pagar esse imposto continuam pagando, Sr. Presidente, menos de 3%.

Agora, nós temos uma oportunidade de acabar essa chaga, esse câncer, esse mal que é o desconto associativo.

V. Exa. é testemunha que, em várias oportunidades, eu clamei aqui que o discurso se materializasse, ou seja, que a turma da esquerda, que não assinou esta CPMI, como não assinou a CPMI do Crime Organizado, que vai acontecer amanhã, mas tem como método tentar aparelhar a CPMI para evitar que ela avance...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos a oportunidade de votarmos o desconto associativo e acabar isso, ceifar isso, não permitir que isso continue. Aí tem a contribuição assistencial, Sr. Presidente. Veja, por uma ação do STF, mais uma de extrapolação de prerrogativa, foi definido, agora em 21, que a contribuição que era devida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... por ocasião de acordo ou convenção coletiva à entidade sindical, ao invés de ser obrigatória para quem é sindicalizado, fosse estendida para o conjunto dos trabalhadores. Na prática, o que aconteceu? Se substituiu o imposto obrigatório, e nós temos aí 40 milhões de celetistas obrigados a pagar, desde que tenham sindicatos e que façam acordos ou convenções coletivas, a quem não lhe representa de fato, obrigados, compelidos, inclusive em filas intermináveis – a imprensa, vez por outra, noticia a respeito –, 50 mil pessoas querendo 50 fichas meio-dia de uma sexta-feira.

Então, na verdade, nós continuamos assistindo inertes, e eu estou lutando, há dois anos e meio, por isso, Bia, que possamos votar o fim também dessa famigerada contribuição assistencial compulsória porque quem quiser pagar e se sentir representado que pague. É o princípio da liberdade, da discricionariedade, do direito de oposição. Mas o que acontece, Sr. Presidente, é que o discurso é um, a prática é outra, e a turma está muito acostumada e mal-acostumada a mamar no trabalhador brasileiro, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator tem questionamentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – ... permita V. Exa.

Eu fiquei com uma dúvida tremenda. Eu entendi um Deputado ter dito que a medida provisória veio com um jabuti sob medida, aí agora chega o Líder da Oposição e diz que esse jabuti foi inserido na tramitação. Eu só queria um esclarecimento: quem foi o Relator dessa matéria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O Relator na Câmara foi o Deputado Silas Câmara.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Para interpelar.) – Ilustre Presidente, nobres colegas, Sr. Abraão Lincoln, eu sou alagoano, nascido em Maceió. V. Sa. nasceu em qual cidade?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Natal.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Então, V. Sa. é potiguar...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sou.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... aquela terra de Styvenson. Do Rogério também, Senador Rogério? O senhor tá bem de conterrâneo.

É muito particular de nós nordestinos, Sr. Abraão Lincoln, a honradez. A gente até... A turma do Sul e do Sudeste – eu sou eleito pelo Rio de Janeiro –, o pessoal fala até que os cabras do Nordeste, nós somos tudo machistas. Tem esse conceito cultural no Brasil. E V. Exa., Relator, que também é de Alagoas, assim como eu, de Maceió... V. Exa. também nasceu em Maceió?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Também.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Bom, a gente, de vez em quando, tem que escutar essas coisas. Eu digo que eu não sou machista, até porque lá em casa quem manda é a minha mulher, assumido, não tenho problema de assumir isso para ninguém, mas acho que a gente tem que ter honradez para algumas coisas.

Sr. Abraão Lincoln, o senhor está aqui, e eu queria te fazer uma pergunta. O senhor conheceu, porque o senhor... Pelo que eu estou vendo aqui, as ligações do Partido Republicanos com o senhor são fortes. Eu estou ao lado de uma Parlamentar do Republicanos, a Senadora Damares. O senhor a conheceu antes de hoje?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não? O senhor conheceu o General Mourão, que é do Republicanos também, Senador, antes?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – O Senador Cleitinho, do Republicanos, também não conheceu?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – O Senador Mecias, que também é do Republicanos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Conheci.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Ah, o senhor conheceu o Mecias.

O senhor conheceu o Deputado Crivella, do meu estado, que foi Ministro da Pesca da ex-Presidente Dilma Rousseff, do PT?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Conheci, sim, senhor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Conheceu.

O senhor conhece o Presidente Hugo Motta, atual Presidente da Câmara?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Conheço, sim, senhor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – O senhor conhece o Presidente do Republicanos, o Deputado Marcos Pereira?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, senhor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – O senhor poderia citar para nós quem dos Parlamentares hoje, de mandato do Republicanos, o senhor conhece ou tem algum tipo de relação ou não? Porque o Republicanos tem mais de... Quantos Deputados são hoje? A assessoria me ajude. Tem mais de 40 Deputados nesta Casa ou eu acho que uns 50.

O senhor conhece a maior parte deles?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, eu não conheço todos, porque não tenho condições de conhecer todos, mas esses que o senhor falou eu conheço.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – E o conhecimento que o senhor tem com eles é superficial, é só partidário, ou eles também fazem parte dessa CBPA, com o senhor?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É partidário.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Assim, porque o senhor teve um Ministro no Governo da Dilma, que, pelo que me consta, Relator, é do Governo da Dilma para cá, que V. Exa. fez o lapso temporal.

Tinha um Ministro da Pesca. O senhor gosta e trabalha com esse assunto de pesca. Eu conheço muito o Deputado Crivella, do meu estado, assim como o Relator, e, até que me prove o contrário, todos esses nomes que eu citei são nomes de colegas meus, gente honrada; mas, nesta CPI, aqui nós temos um combinado. Quem roubou, seja do... Que roubaram já está claro! Já está claro para todos nós que a roubalheira é uma roubalheira sem fim, Sr. Presidente. Já tem gente presa e tem que prender mais gente.

Agora, nós estamos atrás mesmo é dos peixes graúdos. Já que o senhor entende de pesca, o senhor está entendendo o que eu estou falando. Nós estamos atrás é dos tubarões, porque, para mim, tubarão atrás dessa roubalheira são os políticos. Quais são a gente ainda não chegou a eles, mas com a *expertise* de 24 anos de Ministério Público do nosso Relator e a contribuição de todos aqui, eu acho que nós vamos chegar.

Eu só não entendo, Sr. Abraão Lincoln, porque, de vez em quando, nós temos, aqui, alguns partidos e alguns colegas membros desta CPMI que querem blindar pessoas de virem aqui. A gente bota requerimento, e eles votam contrário. Inclusive, tem um senhor que, fisicamente, tem uns traços físicos, mas não tem nada a ver com o senhor: é o tal de Frei Chico. Protegeram ele e não deixaram ele vir aqui, não. Estão com medo de alguma coisa do Frei Chico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, pelo menos... A turma jogou o senhor na cova dos leões, aqui, junto conosco, e ninguém, aparentemente, quis o proteger, porque o requerimento dele foi aprovado por unanimidade.

Agora, Sr. Abraão Lincoln, com tudo o que o senhor tem respondido até agora e com esses envolvimentos...

Senadora Damares, que me ladeia, primeiro, quero a parabenizar por já pedir a expulsão.

Eu conheço o Presidente Marcos Pereira, Senador Rogerio Marinho. Ao que me consta, é um homem honrado nesta Casa. Conheço o meu colega, do meu estado, Deputado Crivella, que foi, Deputado Pimenta, Ministro do Governo da Presidente Dilma, do PT. Ele foi Ministro, lá, da Pesca. O senhor, que está aqui, entende desse negócio de pesca artesanal, não sei. E Styvenson, que é do estado dele, deve saber muita coisa. Eu estou aqui para te assistir, Styvenson. Você deve saber.

Eu tenho uns amigos lá no Rio Grande do Norte. E os meus amigos falaram que o senhor é muito habilidoso, que o senhor é um homem que opera há vários anos. O senhor, agora, com esse rostinho mansinho, de que não sabe de nada, de vez em quando um sorriso entre dentes, mas a turma no Rio Grande do Norte conhece bem como é que o senhor opera na política, como é que o senhor movimenta as coisas, e nós que somos do Nordeste conhecemos bem, que é o lugar de coleira eleitoral, de compra de voto, que é uma vergonha, uma nojeira neste país.

E eu quero dizer, Sr. Abraão: o senhor hoje, aqui, teve a oportunidade de limpar sua honra, como bom nordestino que somos; mas, pelo que eu estou vendo até agora, o senhor está desperdiçando essa oportunidade.

E aí eu vou lhe fazer a última pergunta, para ir para as minhas considerações finais: tem alguma coisa com a qual o senhor quer contribuir para esta CPMI? E aí vou lhe fazer a pergunta diretamente: o senhor já operou pelo Republicanos lá no Estado do Rio Grande do Norte?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor, nunca.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Tem certeza?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Até porque nem dirigente do Republicanos eu sou.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não, o senhor não já foi Presidente do Republicanos no estado?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Ah, faz tempo...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Então, o senhor foi Presidente do Republicanos no estado.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não foi...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não fala que não é.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Lá atrás.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Então, o senhor já foi Presidente. O Presidente que opera essas associações, de repente, em algum momento... Porque é melhor o senhor ser ajudado agora, porque depois esta CPMI, Presidente, não vai ter como ajudar uma pessoa que não nos queira ajudar.

As informações que existem lá pelo estado, ilustre Relator... Se o senhor quiser visitar, está aqui o Senador Styvenson, está aqui o Senador Rogerio Marinho, que são do Rio Grande do Norte. Olha, tem história cabeluda por lá, que eu acho que o senhor devia saber bem direitinho...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – E história careca.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Tem história careca também? Ah, eu não sabia, para mim era só história cabeluda, mas, se tem história careca... Nós temos aqui colegas do Rio Grande do Norte que vão poder contribuir. Parece que a coisa no Rio Grande do Norte era bem operacionalizada.

Mas, por último, Sr. Abraão Lincoln, o senhor conhece também o atual Ministro do desgoverno do descondenado Lula, Silvio Costa Filho, que também é do Republicanos? O senhor conhece ele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Conheço, sim, senhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Está bom. Era só para eu saber como é que ele conhecia, Relator, para colocar o senhor a par, porque parece aí que os conhecimentos são amplos. Nós vamos ter que continuar essa investigação.

E aí, colegas do Partido dos Trabalhadores, eu volto a insistir: é uma mania ridícula do pessoal do Partido dos Trabalhadores de querer colocar a pecha neste ou naquele governo. Esta roubalheira está há anos, ela transpassa governos. Ninguém aqui tem que ficar passando a mão neste ou naquele governo. Eu não estou aqui para isso; eu estou aqui é para pegar os peixes grandes – esses, sim, Relator.

É por isso que eu quero parabenizar esta Presidência, do nosso querido Senador Carlos Viana, e o Relator, que faz um brilhante trabalho. Eu fico com paciência... Hoje, eu não pude estar aqui, mas eu estava na televisão lhe assistindo, Relator, à sua explicação de duas horas. O senhor podia dar quatro horas de aula que eu assistiria com o mesmo prazer, sem problema nenhum. Sabe por quê? Porque eu tenho certeza de que o trabalho de V. Exa. é tão eficiente que não vai ficar pedra sobre pedra. E eu vou olhar para aquela câmera para dizer aos aposentados e aposentadas de todo o Brasil: aqui, nós não vamos prender só peixe pequeno, não; é quadrilha de tudo que é jeito, político de tudo que é tamanho.

E podem ter certeza: isto aqui não é de um governo ou de outro. Agora, onde houve mais roubalheira foi no Governo do descondenado, do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, porque neste Governo a roubalheira disparou como nunca.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Mas nós vamos atrás de centavo por centavo e de botar na cadeia quem merece ser colocado na cadeia, porque, de verdade, aqui – aqui –, enquanto nós estivermos aqui, nós não vamos passar a mão. E, quando a gente vir que houver blindagem sobre algum Deputado, Senador Styvenson, nós vamos anunciar para o Brasil inteiro: "Este aqui, igual ao Frei Chico, não veio aqui porque a base do atual desgoverno do descondenado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lula o poupou e não o deixou vir aqui. Será que estão querendo esconder alguma coisa, por isso não o deixaram?".

Ora, quando não se tem nada para esconder, deixa vir, senta-se5, explica, e acabou o problema. Agora, eu fico muito desconfiado, Relator, quando não vem, quando blindam, quando vem e fica calado. Pode mexer que nesse mato tem coelho; ou, como disse o querido Senador Styvenson: aqueles que a gente acha que estão cabeludos, na verdade, estão carecas, e nós vamos achar muitos carecas.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Sóstenes Cavalcante.

Com a palavra, Senador e Capitão Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Srs. Parlamentares e Sras. Parlamentares, Abraão, vamos lá direto.

Está ouvindo, Abraão? Está me vendo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Estou ouvindo, sim, Deputado.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – É isso aí, Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Boa noite, Abraão.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Boa noite.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Eu vou ser preciso. Vou fazer uma pergunta só. Eu espero que o senhor pense para responder: o Antônio Carlos Camilo Antunes, vulgo Careca...

Eu sei que sua vida não está fácil hoje. Não está sendo fácil, Abraão, porque está levando chibata da esquerda e da direita, está levando peia mesmo. Eu nunca vi um negócio desse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta é simples: já teve contato com Antônio Carlos Antunes, o Careca? Alguma vez conversou com ele pessoalmente?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Conversei, sim, senhor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Perfeito. Que bom que foi sincero, porque você no início disse que não lembrava. Por quê?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, não...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Por quê? Porque eu coloquei...

O que me causou uma curiosidade foi: quando ele esteve aqui, ele fez uma deferência ao senhor, especial, ele falou com carinho. Por isso que eu estou lhe perguntando do contato.

Então, eu tenho um vídeo aí para ver a última vez, se o senhor não assistiu.

Coloca o vídeo na hora que ele fala de forma carinhosa a respeito do senhor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – E aí, o senhor confirma?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Confirmo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Tratou com ele pessoalmente?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Tratei.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – A pessoa a que ele se refere, que ele não lembra o nome, ele trata aí por... Ele disse o nome.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – É, mas é o Gabriel Negreiros.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É o Gabriel, é.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – O.k.

Então, já colocou o vídeo, viu... Coloca aquela imagem lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o senhor fez o convite para ele ir até Manaus para o Grito da Pesca...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Para o Grito da Pesca.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – ... e por que ele ficou lá atrás sentado?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Atrás de onde?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Ah, o senhor não está enxergando, não. Ele está lá na plateia.

E o senhor, nesse episódio, Sr. Abraão, o senhor fez o seguinte: anunciou – anunciou, olha só – o lançamento de um aplicativo de celular, CBPA, que nele os pescadores, os associados, os familiares obterão descontos em diversos pontos comerciais. O aplicativo está disponível em Android e iOS.

O aplicativo é o que o senhor se refere sobre o clube de benefícios, é isso?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exato.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – O SAC também.

O senhor contratou, então, com o Sr. Antônio, com o Careca do INSS, fechou junto com o Gabriel Negreiros um contrato para esse aplicativo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador, eu não contratei o serviço do Careca; contratei o serviço das empresas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Pronto. A empresa era dele – a empresa era dele.

O que é que ele fazia ali?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O que é que ele fazia ali onde?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Ah, o que é que ele fazia se ele foi convidado pelo senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Convidado, todo mundo foi convidado, nós convidamos com muita satisfação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – E ele é pescador?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Então, homem, não era só pescador?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O evento não foi só pescador, Senador, não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – E nesse evento em Manaus...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Lá tinha autoridade do Governo do estado, do Governo Federal...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Tá, está bom.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... dos Governos municipais.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Perfeito.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Era um evento público: O Grito da Pesca.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – E quem pagou por esse evento?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Hein?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Quem pagou por esse evento?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – A confederação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Eu vi que pagou, com bebidas caras, com passagens aéreas e também praticamente um hotel todo para os seus convidados. Teve até Zezo, Rogerio. Zezo, o nosso cantor, que é um cara que eu admiro, custa muito caro.

O que me chama a atenção é que esse aplicativo, por coincidência ou não, Sr. Abraão, por coincidência ou não, juntamente com o SAC, porque quem disse foi o Careca do INSS que tratou pessoalmente com o senhor e com o Gustavo, com o Gustavo Negreiro aí, essa pessoa, que tratou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para justamente o aplicativo e o SAC. O aplicativo o senhor anunciou, e ele está lá. Os técnicos chamaram atenção porque a instituição que o senhor comanda, que tem o Tesoureiro Gabriel Negreiros, pagou 12 milhões para a Prospect e para a Acca Consultoria por esse aplicativo e por esse SAC.

Coloca aí o *site* da CBPA.

Agora vamos abrir aqui, Senadores e Deputados, Deputadas, Presidente. Eu vou abrir o *site*.

Reconhece o *site*, Abraão?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Doutor, Senador, eu não enxergo legal de longe.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas o advogado pode dizer para o senhor aí. Esse é o *site* – é o *site*. Eu peguei do *site* do senhor o aplicativo que está lá no *site* da CBPA. Isso é público – isso é público. Está lá no *site*.

Aí entra lá na questão do clube de benefícios, no aplicativo. Entra aí no clube de aplicativos...

Isso. Eu estou vendo.

Essa aí, clube de aplicativos. Está aí: farmácia, cinema, *delivery*, isso aí o senhor oferecia para os seus...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Associados.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Associados.

Bota aí Rio Grande do Norte. Eu estou curioso, Rogerio, para ver se o Rio Grande do Norte...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Cadê? O senhor pagou por uma coisa que não funciona, Sr. Abraão? Sr. Abraão, o negócio não funciona. Sr. Abraão, 7 milhões em um negócio que está rodando ali, "aguardando", mas está tudo bem.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Mas não funciona?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Mas não só o Rio Grande do Norte que não funciona.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – O senhor quer tentar o Rio Grande do Sul?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Vamos tentar aí.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Tenta Rio Grande do Sul aí. Quem quer tentar aí?

Eu vou querer mais tempo, viu, Presidente?

Quer tentar Minas Gerais também?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Rio Grande do Sul vai.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Pará.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Não é impossível.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Quer tentar onde agora?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Rio de Janeiro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Mas nas enchentes ele disse que ajudou.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Está bom, só mais uma, porque eu não estou satisfeito.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Eu não estou satisfeito.

Vamos, depois vocês ficam brincando no *site* dele aí. Eu já tentei várias vezes, viu? Duas semanas tentando e não consigo entrar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas isso aí custou quantos milhões?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Sete milhões.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Sete milhões. E se a gente... Presidente, se a gente for fazer... Eu tive o cuidado de fazer uma busca, bem rapidinho, Sóstenes, eu fiz uma busca. Eu fiz uma busca aqui por aplicativos semelhantes, plataformas semelhantes de ouvidoria, de SAC, de tudinho. A mais cara que eu achei: foi feito um pregão em 22, de 2025, agora, que foi Novo Hamburgo, cobrou R$760 mil.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Dez vezes menos. Rio Grande do Sul. Só podia ser gaúcho.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – É lá, gaúcho.

Agora, o SAC. Porque quando faz a cobrança, o Sr. Abraão disse aqui, disse aqui que quando fazia a cobrança do aposentado, do contribuinte, a qual pertence a Confederação, e ele não aceitasse, tinha um número do SAC. Qual é o número do saque, gente? Qual é o número do SAC aí?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É 0800...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – É 0800 591 5728.

Alguém pode ligar aí para a gente ver se atende?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Vamos lá, agora.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – É 0800 591 5728.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Peraí, é 0800 591...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – 5728.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – 57...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Está suspenso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Abraão, o senhor pode fazer a explicação no microfone.

Por gentileza, se o senhor quiser...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Ligar o microfone ajuda... (*Pausa.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Está bloqueado, não pode receber chamada.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Agora, deixa eu ligar ali para o Rio Grande do Sul, para o SAC do Rio Grande do Sul, deixa eu ver se funciona. (*Pausa.*)

O.k., está funcionando.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Não, mas Comusa é uma companhia de saneamento de Novo Hamburgo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Sim, mas está aqui, está funcionando, 0800. (*Fora do microfone.*)

É um 0800, é o SAC.

É para quem está se achando prejudicado, liga para empresa para fazer ressarcimento.

Por que um número tão baixo de pessoas que não buscaram ressarcimento? Porque o número não atende e o SAC não funciona.

O *site* não funciona, mas se pagou antecipadamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – ... 12 milhões, cinco pelo SAC, sete pelo aplicativo.

Aí não venha me dizer que não está funcionando, não está suspenso, porque o pagamento foi feito, Abraão!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem condições, é melhor o senhor ficar calado!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Deixa ele falar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não, eu vou ajudar o senhor. Eu vou ajudar o senhor, porque o senhor já envergonhou demais o Rio Grande do Norte.

Pelo amor de Deus, homem, já está bom!

É bom ficar calado mesmo, porque está aí, o Careca disse que é seu amigo. O dinheiro público que foi colocado aí, que não funciona, está aí aguardando. O aplicativo de benefícios a que o senhor se referiu, que o senhor contratou pessoalmente junto com o Careca e esse Gabriel, que eu estou fazendo o requerimento aqui – viu, Presidente? –, e eu espero que esse requerimento não tenha oposição, para chamar esse Gabriel Negreiros, para ele sentar e explicar qual é a participação dele nisso aqui tudinho, porque parece que está envolvido também. Está envolvido!

Então, só para encerrar, acho que eu já encerrei, que eu já encerrei.

Sr. Abraão, eu não sei, eu não sei o que o senhor pensa da sua vida, não sei se o senhor pensa em ser candidato. Eu peço até desculpas ao Rio Grande do Norte por ter tratado com o senhor, ter tirado foto, ter deixado o senhor entrar no gabinete, eu não tinha esse conhecimento. Eu não tinha esse conhecimento! Porque o senhor não só me envergonha, não envergonha só o país não, envergonha o nosso estado.

É triste isso, Abraão. A oportunidade que o senhor teve de fazer as coisas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Pois não...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Esperei até agora, Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – ... poucas vezes eu venho à CPMI, eu só venho quando realmente eu tenho interesse.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Temos sentido falta de V. Exa., mas para encerrar, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – E o cara é do meu estado, faz o que faz, conta essa história todinha aqui, eu abro o *site* para ver, abro o aplicativo e ainda vem querer me dizer que suspenderam o pagamento.

O senhor pagou antecipado, rapaz! O senhor pagou por uma coisa que não funciona.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Pagou dez vezes mais do que valia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não tem desculpa não, irmão.

Ficou feio, pô, ficou feio mesmo.

Peça desculpas ao país, ao Rio Grande do Norte, está apanhando tanto que eu estou vendo a hora de devolver o dinheiro, pô.

Pelo amor de Deus, pô.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Parabéns, Senador, muito bem.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Viana.

Presidente Viana, obrigado Abraão Lincoln pela presença, Emanuel...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio na sala, senhores.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Espera aí que eu vou começar de novo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É porque falou do Zezo, resolvi fazer uma homenagem para o Zezo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Como é que é que o pedido que eu tenho que fazer?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, deixa terminar o...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É art. 14. Essa coisa de, coisa de verde...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, peço desculpa, mas é que eu sou fã do Zezo, e aí ele falou do Zezo, eu fiz uma homenagem para o Zezo e para o Rio Grande Norte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelências...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Art. 171...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos, Deputado Luiz Lima, por favor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Viana.

Presidente Viana, o Senador Rogerio Marinho fez uma observação aqui que me levou a uma reflexão, e comecei a procurar aqui se havia reportagem realmente de disputa de sindicato, né? E o que a gente vê aqui, desde o início, é que é uma disputa, é um nicho, é um nicho de mercado da esquerda. É PT brigando com PDT, é PT brigando com outros segmentos da esquerda...

Reportagem do jornal *O Globo,* de 2013, e aí fala do meu Rio de Janeiro, fala da Colônia Z-13 de Copacabana, fala da Colônia Z-15 de Sepetiba:

> Pesca: federações são acusadas de exigir sindicalização para fazer registro [em 27 de maio de 2013]. Federações de pesca da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores (CNPA) – comandada por Abraão Lincoln [em 2013] [...] que em abril se tornou Presidente no Rio Grande do Norte do PRB, partido do Ministro Marcelo Crivella [Ministro, na época, da Dilma, Crivella, Ministro da Dilma], estariam exigindo a filiação de pescadores a colônias das federações para fazerem o recadastramento deles no Registro Geral da Pesca, o primeiro passo para o pescador poder receber o Bolsa Pesca. As denúncias são do presidente da Confederação das Federações de Pescadores e Aquicultores do Brasil (Confapesca) e de presidentes de colônias e associações de pesca de Rio, Minas, Piauí, Amazonas e Bahia. Segundo essas denúncias – que já geraram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

representações no Ministério Público Federal e mandados de segurança na Justiça Federal –, ao exigirem a filiação, federações estariam cobrando taxas equivalentes a 12% do que a colônia recebe de anuidade de cada pescador associado.

A Colônia Z-13 de Copacabana são aproximadamente 60 famílias.

"De acordo com a Comissão Nacional de Direitos Sociais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), é ilegal e inconstitucional exigência [...]".

Mas aqui está a ligação que o Rogerio Marinho fez e que já vem de 2013: "O recadastramento prevê que o pescador registre a impressão digital num selo da empresa Digiselo, contratada por inexigibilidade de licitação pela pasta em novembro de 2012".

Mas aqui é a joia da coroa: "A Confapesca é uma confederação que, como a CNPA, representa nacionalmente os pescadores; seu presidente, Misael de Lima, é filiado ao PT, enquanto Abraão Lincoln, da CNPA [...]".

É uma guerra. É como se fosse no Rio de Janeiro o Terceiro Comando querer tomar um território do Comando Vermelho. É isso aqui. É a mesma coisa. Só que eles são um pouquinho mais inteligentes do que os traficantes do Rio, porque eles roubam 6 bilhões sem dar um tiro em ninguém, mas indiretamente matam aposentados, porque eles ficam sem recurso para comprar remédio.

"No Rio, a Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do Rio (Fapesca) propôs, em novembro de 2012, mandado de segurança na 17ª Vara Federal".

Então, o histórico do seu Abraão Lincoln já vem de longe. Eles apenas tiveram que se reinventar depois de 2017, após a reforma trabalhista do Governo Temer. E esses descontos chegam a um absurdo tal, que o amigo que está em casa, para entender, porque nem todo mundo tem o privilégio de estar aqui em todas as sessões: o sindicato do seu Abraão Lincoln, no mês de junho de 2023, registrou 187 mil filiações em apenas um mês. Se você, por 20 dias no mês, se você, por 12 horas por dia, em 20 dias, a gente tem 38 filiações por minuto, no mês de julho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que todo mundo aqui lembra do Criança Esperança – né? –, do Didi lá, à noite, com um monte de artista da Globo, um monte de artista da Globo, novela, famoso, pedindo doação a noite inteira, a semana inteira. A gente lembra do Teleton, do Silvio Santos.

Sabe qual foi o recorde, Presidente Viana, de arrecadação de um Criança Esperança? Foi no ano de 2019: R$22 milhões. Criança Esperança, Rede Globo de televisão, todo mundo atendendo ao telefone.

O sindicato aqui do Sr. Abraão Lincoln, a CBPA, só em 2023, no seu primeiro ano, 57 milhões de arrecadação.

Agora, eu fico imaginando 187 mil pescadores nas suas residências bem simples, em estado eufórico: "Criou-se a CBPA, temos que ligar para lá para nos filiarmos, vamos doar R$50, R$60...". O erro está aqui, Presidente Viana. O erro tinha que ser cortado aqui.

Se eu tenho um celular roubado em Copacabana, eu não quero saber se o cara usou o meu celular para ligar para a pizzaria, ligar para o "disque não sei o quê", eu quero o meu celular de volta. A punição aqui para quem roubou R$187 mil aposentados em um mês deveria ser exemplar, para que isso não acontecesse mais.

A gente vê aqui os mesmos personagens: Virgílio, Fidelis, Stefanutto, o trio aqui... O trio parada dura do INSS. Aí, a gente tem o Sr. Virgílio reservando... Ele está aqui, ó... A gente fez uma listinha: virou Virgílio do Senna Tower.

Então, quer dizer que o pobre do pescador está lá pescando, no Rio de Janeiro, com dificuldade para sair de Copacabana, para romper a rebentação, ir até as Ilhas Cagarras, é longe, num barquinho bem simples, para ser descontado, quando ele se aposenta, para comprar apartamento no Senna Tower...

Sr. Abraão, o senhor não tem histórico nenhum de pescador aqui no seu currículo. O senhor aqui, com 18 anos, trabalhou como técnico em reabilitação na Clínica Heitor Carrilho. Aos 19 anos, tornou-se assessor parlamentar – 19 anos, o senhor já estava no meio da política, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor é muito parecido com cartolas de futebol do Rio de Janeiro, que nunca chutaram uma bola e se tornam presidentes de confederação.

No esporte tem muito disso: as pessoas enxergam um nicho ali de oportunidade, só que o seu nicho, aqui, foi longe demais.

Foi como o Lula falou quando ele, se eu não me engano, acabou... Estava acabando o primeiro mandato da Dilma, em 2013, e começaram aquelas manifestações pelos 13 centavos, 14 centavos, passagens de ônibus...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Vinte centavos, e ele falou: "O PT se lambuzou".

Vocês todos se lambuzam o tempo todo. Vocês perdem a noção do roubo, se é que para roubar tem que ter noção.

Então, eu lamento muito pela sua escolha, Sr. Abraão, muito. Eu fico aqui até tarde, para assistir ao festival de absurdos e como a corrupção movimenta violência, movimenta tanta coisa no país.

Hoje, eu estava falando com uma correspondente internacional da CNN que mora em Nova York, e ela pediu para eu explicar o que estava acontecendo no Rio de Janeiro.

O que acontece no Rio e no Brasil é uma corrupção endêmica, que vai desde o mais simples policial, que faz uma *blitz* para receber propina, até o Presidente da República, que faz o que faz e fez o que fez.

A corrupção sustenta o Judiciário, sustenta o Legislativo, sustenta o Executivo. A corrupção sustenta também advogados...

Inclusive, eu vou fazer uma pergunta para o senhor: quem é que está pagando os seus advogados, Sr. Abraão?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Meus advogados?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Meus advogados?

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente. está sendo questionada a origem de honorários advocatícios já.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim, sim, sim.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Não pode.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Não pode.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu sei que não pode, mas eu posso perguntar. E, se quiser responder... Três depoentes aqui responderam que eram eles mesmos, sem nenhum constrangimento por parte dos advogados.

Essa lei, eu sei que ela existe. Eu defendo muito a advocacia, muito a advocacia. A advocacia é extremamente importante. Mas este Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados tem a maior oportunidade, com esta CPMI, para que depoentes, réus ligados a tráfico de drogas e desvio de recurso público apresentem a fonte de pagamento, porque isso é um ciclo vicioso de corrupção no nosso país. Porque, quando você, na hipótese de o sindicato do senhor estar pagando os advogados, quem está pagando até os advogados de defesa são os aposentados que foram roubados.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Isso é um absurdo! Eu tenho a... Eu tenho a... Eu não estou... Eu...

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um absurdo, Deputado!

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Art. 53. Art. 53, eu tenho imunidade. Respeito a advocacia, respeito o trabalho dos senhores. Mas, em se tratando...

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Sr. Presidente...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Em se tratando... O que acontece no Rio de Janeiro, em que a gente tem advogados que não defendem os criminosos, defendem o crime. E esse recurso vem do tráfico de drogas, fruto de assassinato de pessoas, extorsão... A gente...

Olha, a transparência protege o bom advogado. A transparência protege a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – A transparência protege o mais simples brasileiro.

Eu fiz essa mesma pergunta para 3 dos 23 depoentes aqui, e eles responderam numa boa.

Então, fica aqui registrada a minha indignação, porque, para a gente ter um país sério, a gente precisa de verdade e de transparência.

Eu fiz uma pergunta simples, e que não foi respondida, infelizmente, e eu passo aqui para encerrar: o nosso Judiciário deveria ser escudo do mais simples cidadão brasileiro. Nós não deveríamos ser escudos para pessoas que fazem aqui, olha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ...187 mil filiados em apenas um mês. Um sindicato que não apresenta o número de funcionários correspondente ao da Rede Globo, que, no Criança Esperança, arrecada um terço...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... do que foi arrecadado em um ano de um sindicato que não representa os serviços prestados, adequados, condizentes com o que ele recebe.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Pela ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não. Pela ordem nada, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem. Pela ordem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vamos para o próximo inscrito, porque aqui foi art. 53. Está tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou deixar o advogado se manifestar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... o Sr. Emmanoel.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Sr. Presidente, a... (*Fora do microfone.*)

Perdão. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – ... a defesa tem colaborado com os trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Tem agido com serenidade. Aliás, elogio a condução dessa Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – O senhor tem conduzido de forma serena, imparcial, mas nós não podemos tolerar um discurso de criminalização da advocacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não é verdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhores, por favor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu não criminalizei a advocacia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas ninguém, ninguém está criminalizando a advocacia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, por favor, só por favor. Por gentileza, deixa, eu vou garantir a fala do advogado.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Sr. Presidente, eu escutei todas as falas aqui de forma passiva, sem interromper absolutamente nada. Esperei o Deputado terminar sua manifestação para fazer a minha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Então, esse tipo de manifestação em nada contribui com o trabalho da CPI, e a defesa não pode tolerar esse tipo de discurso de criminalização da advocacia.

Digo mais uma vez: não é por acaso que nós temos aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Espere um instante.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – ... presente na CPI, representante do Conselho Federal da OAB.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O advogado vai poder falar ou não?

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – Não é por acaso. Ele não veio do nada.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante. Deixem o advogado terminar.

O SR. EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA – É exatamente em razão das situações que têm acontecido aqui na CPI.

Então, gostaríamos que ao menos os advogados fossem respeitados, já que tem sido muito difícil fazer respeitar o depoente.

E, mesmo assim, nós permanecemos sem interromper os trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agora, Presidente, é injusto dizer que a OAB está aqui, Sr. Presidente... É injusto dizer...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu estou pedindo pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... o que está sendo falado, aqui, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Só um instantinho. Vamos deixar a Senadora Soraya se manifestar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu vou me inscrever aqui também. Eu me inscrevo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou me inscrever, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Apenas pela ordem...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Como advogada, como uma dentre 1,3 milhão de advogados deste país, eu estou aqui absolutamente ao lado dos dois Drs. Emanuéis aqui, e chamo, mais uma vez, o Presidente Simonetti, para que compareçam a esta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estão aqui, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Hoje estão aí? As prerrogativas... Eu não falei... Eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estão aí, Excelência. A senhora está desinformada. Estão aí.

Estão aí, desde cedo, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ótimo, Doutor. Fico feliz. É a primeira vez que vocês estão aqui, então, depois de muito pedirmos. E fazemos questão da presença de vocês, porque é inaceitável. Eu estou indignada. E é a primeira vez que atacam, assim, homens, porque, geralmente, são mulheres.

Então, doutores, criminalização da advocacia, jamais! O dinheiro do advogado é limpo, porque, independente de onde venha, ele está fazendo um trabalho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... digno, respeitado, paga seus tributos, e eu jamais vou permitir aqui... Enquanto eu tiver voz, eu vou brigar pelas nossas prerrogativas.

E agradeço aí à OAB, que finalmente compareceu, Doutor.

Obrigada.

O senhor viu que é necessário. Não dá para piscar aqui.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu também pedi pela ordem. Eu sou Líder do Novo, Presidente.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu fui acusado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, se todos falarem ao mesmo tempo, a gente não vai chegar a lugar algum. Por gentileza, paciência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Deputado Luiz Lima.

Deputado Luiz Lima, só um instante, por favor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Falaram que eu criminalizei. Eu queria saber onde eu criminalizei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor me permite?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu fiz a mesma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o senhor me permite dar sequência, por favor? Um instante.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – É que falaram que eu cometi um crime aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um instante, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – É muito sério isso. Onde eu criminalizei?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Calma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Excelência, por favor.

Eu vou respeitar aqui... Eu vou respeitar aqui.

Deputado Marcel van Hattem com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – *Pecunia non olet.*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Uma expressão, aliás – latina –, muito importante, e que não pode – essa *pecunia non olet* – ser utilizada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... para encobrir eventuais crimes ou origem ilícita de recursos financeiros.

O que o Deputado Luiz Lima fez aqui – e eu tenho todo o direito aqui, e dever, inclusive, de defender a sua postura, até por ser do mesmo partido – foi simplesmente fazer uma pergunta. Perguntar não ofende. E ter como resposta uma sugestão de criminalização ou dizer que não se pode tolerar uma manifestação de um Parlamentar, isso, sim, fere a Constituição. Isso fere as nossas prerrogativas parlamentares aqui.

Aos dois advogados, o meu máximo respeito. Os senhores estão aqui na qualidade de defensores. Agora, quando o depoente diz – aliás, aparece no extrato – que ele ganha R$2,3 mil por mês, qual o problema de se perguntar a origem, de onde ele teve, para pagar o recurso para os advogados? São advogados bons, caros. Se ele não quiser responder, é direito dele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... se mantém em silêncio. Agora, não é passível de crítica um Parlamentar, que está fazendo o seu trabalho, aqui, de ou investigação, ou manifestação sobre a investigação. Isso precisa ficar claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E aí, para concluir, eu quero saudar a sua iniciativa e também a presença dos representantes da OAB aqui, porque a presença deles não foi em decorrência de fatos pretéritos, não senhor. Muito antes, pelo contrário, a OAB reconheceu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando esteve conosco aqui na Comissão, que não houve em nenhum momento ferimento às prerrogativas dos Parlamentares, aliás dos advogados. Em nenhum momento, faço a defesa – Sr. Presidente, Sr. Relator –, em nenhum momento nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O que houve foi exaltação, às vezes, de parte a parte. Houve, sim, momentos em que, de fato, com os nervos à flor da pele, um se exaltou de cá, um de lá, mas em nenhum momento, Sr. Presidente – isso eu quero deixar claro –, pela conduta proba e correta de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... em nenhum momento quaisquer prerrogativas da defesa de quaisquer dos depoentes foi ferida aqui por esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito Obrigado.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu quero aqui dizer ao Dr. Emanuel e ao Doutor... Tem uma luz aqui. Dois Emanuel. E também ao Dr. Sérgio Leonardo, Procurador-Geral da OAB Nacional, que está aqui presente, que em nenhuma sessão nós e a nossa bancada tivemos qualquer dificuldade em respeitar aqui o trabalho da advocacia. Nós defendemos, respeitamos essas prerrogativas. Achamos que a pergunta foi uma pergunta inadequada, com a clara intenção de constranger a presença da advocacia e também no sentido de demonstrar publicamente algum tipo de constrangimento para outras pessoas que, eventualmente, possam vir aqui.

É lamentável esse tipo de postura. Do nosso ponto de vista, é uma tentativa velada de constranger o exercício da advocacia. Portanto, os senhores...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... têm a nossa solidariedade. De forma alguma há a nossa concordância com esse tipo de postura e com esse tipo de conduta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, como um hoje advogado, primeiro eu quero registrar a importância da OAB; segundo, eu repudio qualquer tentativa de vitimismo ocasional; terceiro, eu gostaria de parabenizar os advogados que aqui se encontram, porque estão exercendo de forma brilhante e não estão procurando fazer qualquer tumulto na CPMI; quarto, tem um dos Parlamentares que eu mais respeito nesta Casa pela simplicidade, pela decência e pela tranquilidade nas suas arguições e intervenções, que é o Deputado Luiz Lima; e, quinto, quero dizer que a ONU, hoje, fez publicar um relatório solicitando ao Brasil que aplique o tratado, a convenção do qual é signatário, para evitar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... a lavagem de dinheiro em escritório de advocacia. Isso não é demérito para a advocacia. Advogado, quanto mais ganhar trabalhando, melhor, mostra competência, mas isso nós teremos que aqui aperfeiçoar, no Legislativo. Escritório de advocacia não pode ficar a salvo de qualquer *compliance* de lavagem de dinheiro, não existe isso.

O Brasil está muito atrasado, ou seja, não existe um reinado absoluto em que não possamos fazer verificação. A ONU cobrou hoje do Brasil. Portanto, essa história criminalizar a advocacia... De jeito nenhum, eu sou advogado. O meu cliente tem direito a total sigilo profissional, e eu tenho a obrigação de receber os honorários de acordo com a legalidade.

Então, aqui chega de vitimismo; está tudo correndo bem. Quero parabenizar os advogados e o Deputado Luiz Lima. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero fazer minhas as palavras do nosso Relator em relação à forma com que têm se comportado os dois advogados aqui presentes, no intuito de buscar defender o seu cliente – diferentemente de alguns que por aqui passaram, que estavam mais preocupados em aparecer, em afrontar, para criar circo, do que defender o seu cliente. E está tudo certo o jeito como esses dois se comportaram hoje aqui, se reportando ao Presidente e fazendo a defesa do seu cliente.

Diante desse... dessa fala do nosso Relator, também em relação à questão da ONU, eu, desde quando estava no Senado, eu propus um projeto para a gente começar a fazer essa discussão, porque nós não podemos, evidentemente, confundir a conduta do advogado com a do seu cliente, independentemente de que circunstância for, até porque ele é necessário para que o processo ande. Tem que ter o promotor, tem que ter o juiz, e, se não tiver advogado, não funciona.

Agora, obviamente, a gente precisa discutir, porque, naquela época, eu coloquei esse projeto justamente porque, Deputado Van Hattem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – ... nós tínhamos as estatais sendo saqueadas, os caras devolvendo bilhões, e a gente tinha notícia de que as coisas estavam a partir de 50 milhões para lá – os honorários –, e a gente falava: "Peraí, esse cara, esse cara não tem de onde tirar esse negócio". E aí vinha aquele negócio: ninguém pode se beneficiar da própria torpeza.

Agora, é óbvio, em momento algum pode se condenar o advogado. Ele fala: "Meu honorário é 50 milhões". Você paga se quiser. Mas, obviamente, a gente não pode tolerar que o cara roube cem milhões e pague 50 com o próprio dinheiro do roubo. Fica difícil! Então, é nessa linha – e o duro de não ser membro é esse: já acabou meu tempo. (*Risos.*)

Não, eu dei dois minutos para todos, Excelência; não foi só... É o pela ordem.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Ah, tá, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, era nisso que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente, eu também, como advogada, quero dizer que, obviamente, respeito a OAB, a advocacia, mas sou crítica quando existem problemas, quando a OAB, por exemplo, não defende prerrogativas, advogados, coisas desse tipo.

Com relação à fala do meu colega Luiz Lima, quero dizer que não vejo o menor problema e sou autora do Projeto de Lei 3.787, de 2019, que prevê exatamente o que foi pedido pelo Deputado. E eu acho que pode ser tempo de a gente voltar, então, a debater esse projeto, que se encontra na CCJ, e é um projeto que prevê o que fala na ONU, que o Relator citou aqui, que simplesmente quando algum advogado recebe honorários de verba – e veja que o meu projeto coloca que tem ciência de ser produto de crime, então, ele tem que ter o dolo, porque o advogado tem que ter ciência de que aquele dinheiro é produto de crime –, que ele responde por receptação e lavagem de dinheiro.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Isso acontece, a ONU já tem essa previsão – e agora eu não sabia que já estava cobrando do Brasil – e nos Estados Unidos existe esse tipo penal.

Então, assim, nós não queremos criminalizar a advocacia, muito pelo contrário. Eu sou advogada, respeito o advogado, mas o que a gente não pode respeitar é o crime. Então, o que nós não queremos é respeitar o crime.

Então, se houver uma suspeita de que alguém que ganhe um dinheiro, um salário, e se recomendaria que ele usasse a Defensoria Pública, se não houver uma prova, por exemplo, de que o advogado está atuando de forma graciosa, ou de que tem alguém que tem condição de pagar, ou o sindicato, então, se houver uma suspeita, como houve no caso do Adélio Bispo, e não foi possível verificar, obviamente que aquela pessoa não podia pagar advogados caríssimos, por que não investigar?

Então, aí realmente já não é mais questão de respeitar ou desrespeitar a advocacia, é questão de se respeitar o crime, e isso nós não podemos fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por último, Deputado Luiz Lima, dois minutos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Mais uma vez eu vou dizer aqui para os Advogados Emanuel e Emmanoel presentes que, em nenhum momento, foi intuito meu desrespeitá-los, pelo contrário. Eu fiz uma pergunta simples, e a CPMI não é um debate jurídico. Nós somos Deputados aqui de diversos segmentos, de diversas profissões, de diversas escolaridades. Nós não temos obrigação nenhuma de ter conhecimento jurídico, assim como os nossos eleitores não têm obrigação de ter conhecimento jurídico. Eles votam na gente porque acreditam na gente. A pergunta que eu fiz foi simples.

De repente, quando a gente usa uma entonação de indignação... E em se tratando de roubo dos aposentados, nós temos que nos indignar. Aqui passa sangue, passa emoção. Nós somos humanos. Mas eu fico, sim, e concordo com a observação do Relator Alfredo Gaspar...

Em nenhum momento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... eu disse que os senhores estão recebendo dinheiro ilícito. Eu só disse que há a possibilidade no Brasil, sim, em diversas vezes... Eu sou do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, e a gente sabe o que está acontecendo lá, e, quando a gente trata de roubo de recurso público do mais simples cidadão, a gente fazer uma pergunta como essa e a gente causar tanta indignação, mais até indignação do que o roubo que foi apresentado, é porque realmente a gente não está num caminho como a gente deseja para o nosso país.

Então, Sr. Emanuel, obrigado. Vocês dois tiveram uma postura excelente. No transcorrer aqui das perguntas feitas ao Sr. Abraão, vocês interromperam praticamente nada, houve advogados aqui que foram muito mais complicados. Então, agradeço a presença de vocês. Desejo que vocês sejam muito bem-sucedidos aí na defesa do Sr. Abraão, mas eu desejo sempre que a justiça seja feita, e que a Justiça no nosso país seja cada vez mais transparente, seja na defesa, na acusação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esses pontos aqui que eu relatei, eu acho que quem está em casa me entendeu. Isto é o mais importante: que a maioria da sociedade brasileira tenha me entendido.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Encerradas as inscrições, pela ordem, nesse tema, a Presidência vai se manifestar esclarecendo o primeiro ponto: não cabem perguntas sobre a origem do dinheiro para o pagamento de advogados. Essa pergunta é passível de não resposta e de nenhum tipo de imputação. Isso é muito claro em todas as teses. Mas o Parlamentar, pela imunidade que tem, pode fazer comentários gerais de questionamento, abstratos, não definidos diretamente à defesa presente.

O Relator citou essa questão da ONU e eu faria a mesma citação, porque é um assunto que o Brasil também precisa repensar, diante de todo o esforço que temos feito contra a criminalidade. E fica um apelo, porque a OAB, em 2021, derrubou uma autorregulação sobre esse tema, e eu entendo muito interessante que todos nós façamos questionamentos.

Por último, e terceiro, em nenhum momento esta CPMI desrespeitou qualquer prerrogativa, em qualquer situação. Inclusive, a reunião que tivemos, na semana passada, com o Presidente da Ordem, foi excelente, e conversamos com muita tranquilidade.

Os dois eventos que tivemos aqui, infelizmente, foram pautados por advogados que têm redes sociais muito ativas, porque os demais, todos, são como o Sr. Emanuel, profissionais, pessoas que estão aqui colaborando e sendo respeitados. E é assim que nós vamos seguir no nosso trabalho daqui para frente.

Então, muito obrigado a todos pela tranquilidade.

Deputado Evair de Melo com a palavra.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quando divulgado o resultado das eleições de 2022, em que os capixabas me reconduziram para o terceiro mandato, olhando o resultado da eleição em que foi anunciado que o Barrabás, o Lula, voltaria ao poder, eu tomei uma decisão de ser membro, nos quatro anos, da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiscalização Financeira e Controle aqui da Casa, porque eu não iria abrir mão da minha prerrogativa de fiscalizar o que nós tínhamos certeza que seriam os rombos e o roubo do dinheiro público pelo Governo do PT.

Foi, na Presidência da minha colega Bia Kicis aqui, que fizemos a primeira denúncia do roubo dos aposentados – foi na Presidência da Bia Kicis, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que denunciamos os primeiros desvios e o rombo dos Correios.

E quero anunciar aqui, nesta noite, também como processo da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de que sou membro, que fiz a representação junto ao TCU sobre as fraudes do Seguro Defeso – requerimento do resultado do ano de 2025. E quero dizer, em primeira mão, para esta Comissão, que a iniciativa do Deputado Evair, esse documento do TCU, denunciou um esquema estruturado de fraudes no Seguro Defeso em municípios do Maranhão e do Pará, com pescadores fantasmas, colônias de fachada, uso indevido de senhas do INSS e do Ministério da Pesca. Sr. Presidente e Sr. Relator, e pagamentos indevidos estimados em até 130 milhões, por mês, apenas no Estado do Pará.

A gravidade da denúncia fez com que o Deputado Evair acionasse o TCU, que acatou a investigação de desvio sistêmico de recursos públicos e conivência dos atuais gestores federais – documento do TCU.

A medida afirma o escândalo do Seguro Defeso e expõe a falência ética e gerencial de um Governo que permite a multiplicação de pescadores fantasmas, enquanto o pescador de verdade continua abandonado.

No relatório, o Ministro João Augusto Ribeiro Nardes reconhece o mérito da provocação do Deputado Evair de Melo e instaura de imediato a investigação.

A solicitação decorre de aprovação da Comissão, Sr. Presidente.

Para avançar, o impacto político-institucional dessa denúncia que estão acatando identificou e denunciou o esquema, antes de qualquer investigação formal; força a abertura de auditoria nacional sobre o Seguro Defeso; leva o TCU a incluir o tema em seu plano de fiscalização de 2025 e também expõe a omissão do Governo Federal na supervisão do benefício bilionário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai vendo, Brasil.

E ainda o relatório do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes considera integralmente atendida a solicitação do Congresso Nacional. Foi plenamente acolhida e deu origem à investigação formal do TCU sobre as fraudes bilionárias ao seguro-defeso, confirmando a legitimidade, consistência e relevância, seguro da atuação parlamentar.

Esse requerimento do Deputado Evair desmascarou o esquema bilionário de pescadores fantasmas e de colônias de fachada.

O TCU confirma: havia fraude, co-omissão e uso político do seguro-defeso. O benefício, que deveria proteger o pescador de verdade, foi sequestrado por grupos aliados do Governo, mas o TCU vai agir e, com certeza, em breve, dará as respostas que o país precisa.

Portanto, mais uma denúncia acatada pelo TCU. Só espero que não tenhamos que abrir agora mais uma CPMI do seguro-defeso. Eu sempre digo que a gente tem que ir vendo isso mesmo.

Sr. Abraão Lincoln, o senhor disse aí que o senhor já foi pescador no início da fala do senhor?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – No começo, fui.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Que tipo de pesca que o senhor praticava?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Hein?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Que tipo de pesca o senhor praticava?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Pesca de tresmalho.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, artesanal, industrial, costeira, oceânica, de arrasto, de linha, de rede?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Artesanal.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Que espécie de peixe mais comum tinha onde o senhor pescava?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Depende da região que a gente tiver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor trabalhava onde como pescador?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Hein?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor trabalhava onde como pescador?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não trabalhei como pescador. Eu não trabalhei.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mas o senhor disse que era pescador.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim, eu pesquei, mas, nas minhas horas, nos meus dias de folga, eu pescava.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, o senhor era pescador de anzol, de varinha de anzol?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sim.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – De água doce ou água salgada?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Salgada.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Molinete?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Molinete.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Que linha que o senhor usava?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Hein?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Que linha que o senhor usava?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – 60.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Boa!

O senhor lembra assim algum perigo que o senhor tenha passado na atividade da pesca?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor, porque não era... Era interno, não era em mar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Como é que o senhor fazia para conservar os peixes que o senhor pescava enquanto vinha um outro peixe?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhor. A gente pescava de molinete, se pescava na beira da praia. Certo?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor me desculpa, mas eu vou usar um ditado popular de pescador: todo pescador o senhor sabe que ele conta uma mentirinha, né? Vai vendo, Brasil!

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Tá certo, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – E aí tem aqui, na sequência: "INSS paga seguro bilionário em cidades com pescadores-fantasmas".

O senhor já ouviu falar de pescadores fantasmas?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não só eu como o país inteiro.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, o senhor acredita em fantasma também, né?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhor?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor acredita em fantasma também?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Como?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Acredita em fantasma? Acredita ou não acredita?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O senhor está me perguntando se nossa confederação enviou documentos ao Ministério da Pesca advertindo o Governo disso aí?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor está sendo enquadrado em mais de uma investigação do TCU. O senhor está sendo enquadrado em mais de uma investigação do TCU...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Pronto. Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... por ter produzido pescadores fantasmas e o senhor está envolvido também, possivelmente a entidade que o senhor preside.

Aliás, eu acho que o senhor foi colocado nesse lugar. O senhor não mostra nenhuma habilidade para ter construído toda essa celeuma e o senhor está, literalmente – desculpa a expressão popular, né –, como boi de piranha, expressão popular, colocado aí como isca, mas, na verdade, os tubarões estão escondidos por trás disso daí.

O senhor é personagem central dessa farra de descontos sobre os aposentados, e isso é gravíssimo. O senhor é sem funcionários e o senhor tem a exploração clara dos seus filiados. O senhor não possui nenhum funcionário registrado na Rais. O senhor sabe o que é Rais? O senhor sabe o que é Rais, r-a-i-s?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sei, sim, senhor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sabe, senhor? Sabe ou não sabe?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sei, sim, senhor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, o senhor não tem nenhum funcionário registrado lá.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Hoje nós não temos, mas nós tínhamos os funcionários registrados com carteira assinada.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mas registrou um aumento exponencial de filiados.

O senhor acaba com os seus funcionários e a sua ficha só aumenta. Esse salto que o senhor deu de 34 para 222 mil filiados é história de pescador. O senhor está narrando uma história mentirosa. Talvez, fez parte dos 90 processos, em que o senhor já responde por isso.

Então, Sr. Abraão Lincoln, o senhor não vem aqui como Presidente de uma associação de confederação de pescadores. O senhor vem aqui como o símbolo da farra do INSS. Se não foi o senhor que fez, o senhor fez parte dela. Tirou dinheiro dos aposentados, de pensionistas e aí até de gente que tinha falecido. Olha que absurdo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto: o senhor, além de cadastrar pescadores fantasmas, o senhor também cadastra alma?

Com essa quantidade de gente que já tinha falecido, o senhor deve ter buscado esses corpos no fundo do mar – só pode ser isso. Essa lista do senhor não é de aposentado, isso é lista de cemitério. O senhor pegou essa lista numa funerária.

O senhor não é Presidente de confederação, o senhor trabalhou como coveiro – só pode ser –, para ter lista de tanta gente que morreu e descontar dos aposentos dele.

Eu digo que o senhor caiu na rede. O senhor deu uma bobeira na beira do barco e caiu numa rede; e vou dizer para o senhor: de malha fina. Ou o senhor foi fisgado com um anzol de linha grossa.

Portanto, eu digo que tudo que o senhor disse aqui hoje não passa de uma boa história de pescador, porque o senhor veio aqui hoje fazer um papel ou de fantasmas, ou de coveiro, porque quem tem lista de tanta gente morta para descontar só pode ser o coveiro, dono do cemitério, dono de funerária, alguma coisa assim, porteiro de necrotério, alguma coisa assim, porque o senhor teve acesso a essa lista. Dono de cartório o senhor não é.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Coveiro do IML.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Talvez o senhor fosse o chefe do IML, né? Fazia a listagem lá; acho que o senhor era amigo do...

(*Soa a campainha*.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Porque, assim, pela idade que o senhor aparenta ter, eu sou, talvez, possivelmente, muito mais jovem do que o senhor, mas o senhor envergonha uma geração, não só do Rio Grande do Norte, mas uma geração de homens sérios aqui, neste país, por o senhor ter se sujeitado a esse papel e, com certeza, ter se associado a esse tal desse Careca do INSS, que está na Papuda – mas, em breve, pelo relato aqui, o senhor será companheiro dele, porque conivente foi de todos esses crimes, salvo consiga provar a sua inocência, o que vai ser muito difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que o senhor tenha uma punição exemplar, uma punição, realmente, digna, à altura do crime que o senhor cometeu. Desrespeitar vidas, valores e dinheiro público dos aposentados; não respeitou nem os mortos, falecidos. Como eu disse, o senhor fez papel aqui de um cadastrador de alma, um porteiro de cemitério, talvez um coveiro. Inclusive, uma atividade digna, né?

Aliás, eu quero pedir desculpa, aqui, aos coveiros e aos porteiros de cemitério, que são atividades dignas e necessárias, mas o senhor envergonha, quando o senhor toma essa decisão de roubar dos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, para encerrar.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... já falecidos no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. Para interpelar.) – Cumprimento o Sr. Presidente, o Relator e os nobres colegas Parlamentares aqui – estamos, às 11h30 da noite, debatendo, discutindo, divergindo –, o Sr. Abraão Lincoln e os advogados aqui presentes.

Eu quero iniciar minha fala perguntando ao Sr. Abraão Lincoln... Primeiro, eu fui ver o currículo, li aqui, reli o currículo, já li umas três vezes. E eu vejo que geralmente os currículos que chegam aqui são positivos, pelo menos os dos depoentes; o do senhor é mais negativo do que positivo. O currículo do senhor tem pontos muito obscuros, desde profissional, político, acusado de caixa dois, cassado o mandato. A política não foi muito para a frente.

A CGU indica que os descontos tiveram início em fevereiro de 2023, com inclusão de 434 descontos – perfeito –; em março, 780 – perfeito –; em abril, 780; em maio, 729. Em junho... Opa, aí acendeu uma luz, uma luz de 34.964 descontos. Aumentou e muito, mas não para por aí! Em julho, salta para 222.511 beneficiários – isso apenas em três meses de cadastramento – descontados; e, depois de janeiro de 2024, são descontados 408.515 benefícios, totalizando 14 milhões de arrecadação apenas nesse mês – 14 milhões de arrecadação apenas nesse mês. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2023, o valor total descontado foi R$59 milhões, correspondentes a 163 mil descontos mensais. Já em 2024, esse número aumentou para R$133.250.000,00 de descontos mensais, o que representa um crescimento em torno de 125% no valor de descontos e um incremento de 53% na quantidade de descontos registradas em favor da entidade.

Como o senhor explica um caso de tanto sucesso em tão curto tempo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Sr. Deputado, me permita o direito de ficar em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Total. Respeitamos todos os direitos.

A CBPA está respondendo a um processo administrativo de responsabilização (PAR) instaurado pela CGU, em uma das acusações, de acordo com os documentos que estão à disposição da CPMI, e à tentativa de filiar falecidos. Sabe quantos falecidos a CBPA tentou filiar nesse período? Defunto, pessoas mortas, com atestado de óbito? Quarenta mil pessoas – pessoas não, defuntos –, 40 mil defuntos. O que o senhor tem a dizer sobre isso? E é normal filiar associados falecidos?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sr. Relator, me permita o direito de ficar em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Não tive a honra de ser escolhido Relator, não.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Desculpa, Deputado, perdão.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Melhor o Gaspar aí, nosso Deputado.

Muitas perguntas já foram perguntadas – o senhor não respondeu a nenhuma – pelo nosso Relator, pelos demais pares, mas aqui eu chamo a atenção também em relação à operação de 2015, a Operação Enredados – não em homenagem aos pescadores, em homenagem ao senhor, que os pescadores não cometeram crime –, que revela um pagamento de propina entre empresários do setor pesqueiro envolvidos. Aí vem: licenciavam embarcações irregulares; locavam-se..., pagaram propina para licença...

Enfim, aonde eu quero chegar aqui no raciocínio? É mais grave do que se possa imaginar essa questão, Presidente. Porque aqui existe, país afora, boca miúda no meio dos pescadores, das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pessoas que moram... Em Xique-xique existem relatos de irregularidades de associados. O Sr. Abraão não apenas desviou o recurso; ele associou grande parte dessas pessoas aqui, que não são nem pescadores, com o compromisso de dizer: "Não, vamos fazer aqui um bem bolado. Eu vou botar você aqui na lista, você vai receber um benefício aqui da associação, benefício X, e vai ter um desconto aqui de R$70, de R$80, que será para a CB", e esse benefício retornava. Então, o rombo – o rombo – nos cofres públicos é gigante, porque não é normal um número sair de 434 pescadores para 222 mil pescadores.

Ele me aparece com um *folder* e bota aqui na mesa de todos nós, expondo ainda a cara desses homens e mulheres trabalhadoras do nosso país, que está aqui.

E aí a gente vê o que é que essa associação faz. No Cnae, olha as empresas... Não vou ler o nome das empresas, vou dizer só o que está no Cnae: atividade de intermediação, de agenciamento de serviços e negociação em geral, serviço; autorização de serviço, serviço; suporte técnico de manutenção de *site* fraudulento, serviço; atividade de intermediário de agenciamento, de serviço; serviço de negociação em geral, imobiliário, para comprar os imóveis; atividade de consultoria geral de empresário executivo e consultoria técnica, serviço; agência de viagem, para viajar para Manaus, para botar Zezo para tocar, que é 500 paus, R$500 mil para Zezo tocar.

Aí o Sr. Abraão Lincoln, que tinha 400 pescadores, leva para um hotel do Amazonas e que leva o maior bandido deste Brasil, que é o Careca do INSS, porque ele identificou – identificou – que a possibilidade de ele tirar recurso dos pescadores também, e aí achou a figura deste homem bem-relacionado, que...

Eu quero dizer aqui que eu sou político há 12 anos, né? Eu sou político há 12 anos, não tenho muita carreira política, não: Vereador, Prefeito e agora Deputado Federal. Às vezes, somos procurados, Presidente, no gabinete do Senador, se for um pescador de Minas Gerais, ou Presidente de uma associação.

E aqui tem fotografia com diversos Parlamentares. Bem articulado. Às vezes até sentado para um café da manhã de boa-fé, para solicitar uma emenda parlamentar para a associação, para colocar, para prestar serviços aos pescadores. Tem um colega Parlamentar íntegro na Bahia que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

se chama Raimundo da Pesca, que tem um trabalho muito digno com todos os pescadores da Bahia. E aí se tira foto com um, se tira foto com o outro, e aqui foi indo, não é, Sr. Abraão Lincoln?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Pelo Brasil, indo em ministério, com Senadores respeitados aqui desta Casa, com Deputados Federais, com ministra, com ministra atual... E aí, o Sr. Abraão Lincoln, com essa gravata desajeitada, chega aqui achando que nós vamos achar que o senhor é um homem de idoneidade. Não é, Sr. Abraão Lincoln! As provas que estão aqui, na Comissão, são muito graves contra o senhor. O sócio do senhor está na Papuda! Já está lá na Papuda.

E eu me orgulho, Presidente, quero aqui dizer que tenho orgulho de estar no meu primeiro mandato, que fiz questão de buscar o meu partido, o MDB, para ficar aqui, na CPMI, como titular, quando eu vi a eleição ocorrer nesta Casa, de ter a escolha dos membros aqui da Comissão da CPMI, o Sr. Presidente, o Relator, e todos os pares. E continuo com o meu raciocínio – para encerrar –, com o meu raciocínio: não acredito e nunca vou acreditar que nenhum Presidente da República será conivente com o Careca do INSS ou com o Sr. Abraão Lincoln.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente, Relator.

Quero cumprimentar aqui os advogados presentes, o Sr. Abraão, os colegas e todos que estão nos assistindo até esta hora. São 23h42, e há pouco eu chequei, nós tínhamos 19 mil pessoas assistindo apenas pelo YouTube oficial; ou seja, o Brasil está acompanhando esses trabalhos da CPMI. E nós, que integramos esta Comissão, sentimos o peso, sentimos o peso da responsabilidade de revelarmos ao Brasil quem são os responsáveis por essa trama sórdida, por esse roubo que escalou números muito além do que se poderia imaginar de toda a corrupção de que já se teve ideia neste país. E dessa vez as vítimas, Sr. Abraão, são pescadores, como o senhor diz que era, colegas seus, velhinhos, pessoas aposentadas, pescadores. Se o senhor de fato foi pescador, o senhor devia sentir vergonha nessa cara de roubar os seus colegas, aqueles que confiaram no senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria começar passando um vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Bom, pela matéria que nós acabamos de assistir, o pedido de carta sindical foi prontamente atendido pelo Ministro Carlos Lupi, que entregou o documento ao Presidente Abraão Lincoln.

O senhor presidiu a Confederação Nacional da Pesca antes da CBPA, e foi essa Confederação Nacional que recebeu prontamente essa carta sindical, que é tão difícil de receber, uma coisa morosa, tem até muita conversa aí, que a gente ouve falar, de corrupção, de propina cobrada para cada carta sindical que era expedida.

Eu pergunto ao senhor: como o senhor conseguiu que essa carta sindical fosse prontamente atendida quando o processo é um processo lento, moroso, normalmente?

O senhor poderia me responder?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Deputada, nós seguimos o rito normal na regulamentação do art. 8º da Constituição Federal.

Então, era um direito, na época, das entidades da pesca terem o direito a uma carta sindical. Então, foi feito um trâmite normal que não durou um dia nem vários, foram muitos meses, tá?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Então, esse prontamente atendido é conversa de pescador?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Prontamente, isso deve ser alguma coisa de jornalista, porque isso levou um período.

Era interessante a senhora procurar apurar quanto tempo levou isso para ser feito.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu não... Eu não preciso apurar quanto tempo levou; eu queria entender, porque na matéria está dizendo que foi prontamente atendido, isso não é usual. Eu queria entender; o senhor respondeu.

Por que outra Confederação de Pesca, CBPA, sendo que, em 2011, os senhores obtiveram essa carta sindical do Ministério do Trabalho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que o senhor foi pedir outra carta sindical? Ou por que, desculpa, por que outra confederação?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Doze federações estaduais resolveram criar uma nova confederação.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Sim, mas o senhor disse aqui...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É um direito deles.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Sim, é um direito.

Agora, o senhor disse que o senhor renunciou.

A notícia que a gente teve aqui hoje é que, na verdade, o senhor foi afastado da Confederação Nacional da Pesca e o senhor foi impedido de exercer a atividade sindical.

É verdade isso?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, nós... Nós, primeiro... Antes, quando eu fui me apresentar, eu renunciei à função.

E, evidentemente, que o juiz baixou uma... Não sei dizer o nome, porque eu não sou advogado, dando por um tempo, porque isso depois caiu, que a gente não era para frequentar os movimentos de pesca, as entidades de pesca.

Isso é verdade.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Bom, e aí o senhor criou, então, essa outra entidade.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, mas isso foi muito tempo depois.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Certo.

Qual que é a sua relação... Qual a participação do Sr. Carlos Lupi na criação da CBPA?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nenhuma.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não tem nenhuma relação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nenhuma, nem o Ministério dele, nem o Ministério do Trabalho.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – E qual a relação do senhor com o Deputado Paulinho da Força?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Paulinho da Força? Hoje, de amizade, eu conheço ele de muito tempo.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Vocês se conhecem de onde?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Da Força Sindical.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Da Força Sindical.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Porque o senhor foi da Força Sindical.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sou da Força Sindical.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O senhor é da Força Sindical.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sou, sim, senhora.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O senhor sabe dizer por que as entidades CBPA, Conafer e Sindnapi tiveram apoio do Carlos Lupi e do Paulinho da Força e Força Sindical?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, apoio de quê? Não estou entendendo, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O apoio, essas entidades...

Ó, as entidades CBPA, Conafer e Sindnapi tiveram sempre o apoio dele.

Qual é a relação de vocês?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Nós somos filiados da Força Sindical há muito tempo, as entidades, a maioria das entidades de pesca do Brasil é filiada da Força Sindical...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Vocês são amigos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Como tem outras da UGT, tem outras da CUT. Então, é um processo democrático da entidade de se filiar na central que ela achar que convém.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O Sr. Carlos Lupi, o que a gente observa é que ele é uma peça em comum na criação das entidades e na aquisição da carta sindical. Confere?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Muito poucas entidades da pesca têm carta sindical, Deputada, muito poucas, talvez nem 5% no Brasil.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – E por que elas não têm carta sindical?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Porque há uma dificuldade muito grande, na época, saiu uma portaria do Brizola Neto suspendendo a expedição de novas cartas sindicais.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – E até hoje está suspenso.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Certo, é que a gente ouve falar mesmo dessa dificuldade; por isso que ficou estranho quando mostrou que naquela foi tão prontamente atendida, porque a gente conhece essa dificuldade.

Bom, o senhor, então, é Vice-Presidente da Força Sindical?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Um dos.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Um dos Vice-presidentes.

Como que o senhor chegou à Vice-Presidência?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Através de eleição, né? Há um Congresso nas centrais onde é escolhida a diretoria. Então, meu nome foi submetido para todas as entidades filiadas da Força Sindical do Brasil, o meu e todos.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – E qual que é a sua relação com o Sr. Carlos Lopes, Presidente da Conafer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu conheço Carlos Lopes lá do tempo da Força Sindical, lá atrás, mas nunca mais o vi, não tenho acesso nenhum a ele, faz muitos anos que eu não vejo o Sr. Carlos Lopes.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Bom, saiu hoje uma matéria: "CPI mira entidade de pesca que movimentou R$410 milhões e é vista como elo entre os núcleos de esquema". Isso aqui saiu hoje, essa matéria no Estadão, hoje, dia 3, dizendo que a CBPA, que é a sua entidade, possui elos com diversos outros núcleos do esquema investigado e pode servir para que novos caminhos de apuração sejam desvendados. É realmente uma pena que o senhor não esteja colaborando, falando aquilo que o povo brasileiro espera ouvir, mas a gente pode entender por que o senhor não está falando.

A respeito dos repasses de 20,3 milhões para a Plataforma Consultoria, empresa ligada ao Terra Bank, da Conafer, por que a CBPA passou esses recursos ao Terra Bank?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sra. Deputada, eu me permito o direito de ficar em silêncio.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – É, então, está aqui essa relação com o Carlos da Conafer, Carlos Lopes, né?

Qual a prestação de serviço que embasa essa movimentação de 20,3 milhões?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Sra. Deputada, me permito o direito de ficar em silêncio.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O senhor conhece a Sra. Tonia Inocentini Galleti e o Sr. Milton Cavalo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhora.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não conhece nem a Tonia nem o Sr. Cavalo?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhora.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – E o Frei Chico, o senhor conhece o Frei Chico?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Muito menos, não conheço o cidadão.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não conhece.

E o João Pedro? João Pedro de Moura, o senhor conhece João Pedro de Moura?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – João Pedro conheci lá atrás, no passado, muitos anos atrás, esse é um que faleceu, que foi do sindicato, há muitos anos. Eu conhecia uns dez ou 12 anos atrás.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Ele era assessor da Força Sindical? O Sr. João Pedro era assessor da Força Sindical?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Era. Mas nesse período eu não estava na Força.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Mas o senhor conhece?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Conheço. Conheci, porque isso foi há uns dez anos, e eu soube que depois ele faleceu. Não sei qual foi o período em que ele faleceu, mas eu soube que ele faleceu.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Ele está vivo.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, então não é o que eu estou pensando...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não, ele não...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Desculpa.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Ele foi assessor, está vivo...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Perdão.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... e a esposa dele é sócia da Gestora Eficiente, empresa usada para lavagem de dinheiro no esquema do Sindnapi.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Então, a senhora me perdoe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Ele está bem vivinho da silva.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – A senhora me perdoe porque eu pensei que tinha sido um ex-Presidente lá do sindicato...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não, ele foi assessor.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... que faleceu, e o nome dele também era João.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não, não é.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Foi esse que eu conheci...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – É João Pedro Moura.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... esse outro eu não conheço.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O senhor não conhece o João Pedro Moura?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, senhora, que eu me lembre, não. Sinceramente falando, que eu me lembre... Até pelo cansaço que eu estou aqui, não está dando para...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu estou vendo que o senhor está cansado, imagine o povo brasileiro como não está cansado, principalmente aqueles aposentados, velhinhos, viúvos, que foram roubados.

Eu vejo que o senhor está cansado, mas o seu cansaço não chega a 1% do cansaço daquelas pessoas que foram roubadas e estão esperando ansiosamente que esta CPI aqui dê frutos e principalmente revele, como disse o Líder Sóstenes, revele os tubarões, os peixes graúdos, aqueles que comandam esse esquema.

E está muito claro para todos nós – para concluir, Sr. Presidente – que o senhor faz parte desse esquema porque, na verdade, nós estamos vendo aqui sempre os mesmos nomes, é Carlos Lupi, Carlos Lopes, Tonia Galleti, Força Sindical, Sindnapi, Conafer, João Pedro de Moura, que, por sinal, coincidência ou não, tem foto com o Sr. Nelson Wilians, Milton Cavalo, Gestora Eficiente, Terra Bank, Antônio Carlos Camilo Antunes e por aí vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um esquema de gente conhecida, um esquema ardiloso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... que roubou os nossos aposentados, aqueles que os senhores deveriam proteger.

E nós seguimos fazendo o nosso trabalho para pegar cada um que está envolvido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento, em nome de V. Exa. e do nobre Relator, os demais colegas. Cumprimento também os Advogados Emmanoel Campelo de Souza Pereira e Dr. Emanuel de Holanda Grilo. Cumprimento o depoente, Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz. Cumprimento o Dr. Sérgio Leonardo, Procurador-Geral da OAB Nacional, que hoje está conosco aqui, permitindo a garantia das prerrogativas.

E eu considero importante destacar aqui alguns conceitos em relação a esse tema das garantias e das prerrogativas da advocacia, porque nós não estamos falando de privilégios; nós estamos falando aqui de dever. E, na semana passada, eu recebi, de vários advogados do Brasil inteiro, vários recados, várias mensagens de repúdio à forma como a advocacia tem sido tratada, e o Sr. Presidente tem trabalhado bem nesse sentido e melhorado a cada dia.

Lógico que ninguém é obrigado a entender totalmente sobre este assunto. Então, eu só gostaria de destacar aqui que os honorários advocatícios estão protegidos pelo sigilo profissional, assim como os contratos e outros documentos que regem a relação entre o cliente e o advogado. Ele é um dever legal nosso. Quando a gente recebe a carteira da ordem nós juramos esse sigilo.

É um direito, mas é um dever, e é importante destacar também que é uma garantia fundamental e é uma cláusula pétrea o direito à ampla defesa e ao contraditório, que é exercido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que cada cidadão tem, mas quem faz essa defesa é o profissional da advocacia. E, sendo cláusula pétrea, não dá, não há como lidar com isso.

É lógico que há advogados que se envolvem em crimes. Então, isso é uma exceção. E, sim, pode ser quebrado o sigilo do advogado que está cometendo algum crime, mas aquele cliente que não tem essa garantia não consegue se abrir totalmente, confiar totalmente no advogado. Então, fica impedida a defesa da pessoa.

É bom lembrar aqui para os colegas também que a própria medicina não permite que um médico, num pronto-socorro, por exemplo, escolha: "Olha, eu vou te salvar. Você é de direita ou de esquerda? Em quem você votou na última eleição?". Ele não pode perguntar isso. Ele tem que salvar as vidas.

E o exercício da advocacia é sagrado para todos os cidadãos.

E é importante que os colegas entendam, até mesmo porque eu gosto de muitos deles aqui e não gostaria de vê-los perdendo até o respeito da classe, porque somos 1,3 milhão de advogados, no mínimo, neste país.

E aqui é a Casa onde se fazem as leis. Nós temos que compreender essa obrigatoriedade, esse dever. Nós podemos perder a nossa carteira, sermos cassados se nós informarmos isso. E é importante que todos entendam essa situação.

E também não se confunde com *pecunia non olet*. *Pecunia non olet* vem para tributos, e não em relação aos honorários.

Honorários médicos também. Se um médico vai fazer uma cirurgia em um chefão do crime organizado, esse dinheiro que pagou a cirurgia, o atendimento médico, é sujo ou é limpo? "Ah, eu não vou te atender, porque esse dinheiro vem do tráfico de drogas".

Razoabilidade é o mínimo que nós devemos ter aqui, para compreender e saber que quem está sendo inquirido aqui, quem está sendo, quem está depondo aqui é o Sr. Abraão, e ele tem todo o direito, total direito à legítima defesa, ampla defesa e, sim, também a impetrar *habeas corpus*. E não há nada de errado nisso. Absolutamente nada de errado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vai aí para os colegas pensarem, antes de se arvorarem contra os advogados. Nós estamos cumprindo um dever legal.

Sr. Abraão, quando que o senhor conheceu o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Um dia em que ele foi lá à CBPA, pediu uma audiência e foi mostrar os trabalhos que ele representava, das empresas que ele representava.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Que ano foi isso?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhora, deve, Senadora, a senhora me permita, devido ao conselho, não posso dizer assim exatamente o ano, nem o mês...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Mais ou menos.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – ... mas isso foi logo assim que a gente começou. Eu não sei dizer a data.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Foi em 2020 que o senhor...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu não sei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... que vocês deram entrada no pedido.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, mas foi um tempo posterior.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Mais na frente um pouco. Não foi assim que nós demos entrada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor recebeu a proposta diretamente dele ou foi o senhor que o procurou?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Não, ele que nos procurou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Oferecendo esse serviço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... de *call center* ou de SAC?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – De SAC.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O SAC é um serviço, em tese, de atendimento ao cliente.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – É...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Seria um atendimento ao beneficiário?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Mas o que temos notícias é de que o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes fornecia uma lista de aposentados para captação de associados. É isso também?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senhora, me permita o direito de ficar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Permito, o.k. É seu direito.

Então, é isto a diferença entre *call center* e a diferença entre o SAC: o *call center*, esse serviço de que o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes está sendo acusado, é o de fornecer uma lista de associados para que as associações e os sindicatos consigam cooptar esses clientes – literalmente cooptar. Então, é bem isso. É muito diferente do SAC.

O que eu achei... O que eu entendo ser interessante também destacar aqui é que há outros segurados especiais além dos pescadores. Os segurados especiais incluem também trabalhadores rurais, pescadores artesanais – esses –, extrativistas vegetais, quilombolas, indígenas, outros profissionais assemelhados ao pescador artesanal. Só que interessante como essa questão da medida provisória que não foi – que não foi – vetada pelo então Presidente Jair Bolsonaro... E sim, o Relator lembrou bem quem foi o Relator da MP: Silas... Esqueci o sobrenome do Deputado do Amazonas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Foi uma proposta dele e pode ter sido um jabuti, foi, mas não foi vetada pelo então Presidente Jair Bolsonaro. E, com certeza, até eu mesma votei em favor dos pescadores. Porém, naquele momento, eu até imaginei que os outros segurados especiais teriam a mesma benesse. É importante destacar isto: qual é a diferença dos pescadores com os demais aposentados especiais? Fica o questionamento. Por que só os pescadores?

E é importante lembrar também, Sr. Abraão, que o senhor iniciou a trajetória...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... no acordo de ACT em 2020, caminhou 2021. Tivemos esse período da pandemia, mas, durante todo esse tempo, o senhor trabalhou em prol deste intento de fazer acontecer a CBPA, independentemente da problemática que houve com a CNPA, a confederação nacional, que é uma questão também que causa estranheza justamente porque foi a única permitida entre todos os aposentados especiais. Por que não os demais? Fica a pergunta para que a gente possa refletir em relação a isso e poder entender o que houve exatamente, qual foi o conluio político, porque o senhor é muito bem relacionado – e é isso mesmo, tem o direito de se relacionar. Essa aqui é a Casa das Federações, a Casa vizinha é a Casa do Povo. Todo mundo que tem CNPJ e um CPF tem o direito de buscar os seus interesses aqui.

Mas o senhor foi exitoso e eu só gostaria de saber por que apenas os pescadores e não os demais.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra o Delegado Caveira.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, demais Parlamentares, Abraham Lincoln foi Presidente nos Estados Unidos, ocupou a 16ª Presidência da República daquele país. E agora me vem aí um homônimo, só que é Abraão Lincoln. E com isso ele deve estar revirando no túmulo, porque foi um homem honrado e que prestou um trabalho aos Estados Unidos; diferente do Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, réu por lavagem de dinheiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

réu por corrupção e que, por fim, esteve preso por outras tramoias; uma pessoa totalmente do mal, que praticou e está praticando ainda desvio de dinheiro de aposentados, pensionistas e pessoas mais necessitadas do Brasil.

Em um só dia, a sua instituição, uma das mais bandidas que o Brasil pode anotar, a CBPA – está bem aqui o nome dela para quem ainda não conhecer –, filiou 24 mil pessoas – em um só dia. Isso é um absurdo! Nem se fosse o Schumacher não conseguiria fazer tantas filiações. Computadores jamais conseguiriam fazer essa proeza. É um esquema muito pesado, Sr. Presidente. Um esquema para roubar e desviar dinheiro de aposentado.

E aqui diversas figuras icônicas, bandidos que estão presos e vão continuar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA) – ... no mesmo lugar para onde vai Abraão Lincoln: primeiro, o Careca do INSS; outra figura icônica, "Mão Preta do INSS", que ficou com a mão preta de tanto enfiar na mão dos idosos; aí, na semana passada, teve o "Cabeça Branca do INSS"; e agora nós temos aí o "Zé do Caixão do INSS", que já está aí filiando, tentando filiar 40 mil pessoas que já perderam a vida – mortas. Então, quero nomeá-lo como "Zé do Caixão do INSS".

E, para concluir, Presidente, eu gostaria muito que, em vez de ele sair daqui com essa cara lavada, livre, leve e solto... Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem que prender esse cidadão, esse elemento que nada contribuiu, mentiu do começo ao fim.

Eu sou Delegado de Polícia há 16 anos e conheço bem a cara de uma pessoa que pratica o mal e que fez coisa errada. Esta CPMI tem que prender esse cidadão, para dar uma resposta para o Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O Deputado José Medeiros, como nosso último inscrito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só uma preliminar antes: eu vi que um cidadão, daqueles que não conseguem êxito na advocacia e tentam aparecer nas costas alheias, pediu a minha cassação, segundo ele, porque agredi fisicamente – e todo mundo aqui é testemunha de que não, que isso não é verdade – uma advogada aqui na CPI, e que eu também a teria mandado calar a boca. Não a mandei calar a boca, e os vídeos estão aí. Mandei Rogério Correia calar a boca, mas isso aí é de lei, é até um favor para as pessoas não ficarem ouvindo o Rogério.

Mas, dito isso, Sr. Presidente, eu tenho visto aqui na CPI, constantemente, quase que uma força-tarefa não em busca da verdade, até porque todas as vezes em que tentamos votar requerimentos importantes aqui, inclusive contra pessoas que notadamente estão metidas nesse problema do INSS, como Frei Chico, essas pessoas votaram contra e chegaram até a comemorar, como se fosse uma final de Copa do Mundo que o Brasil tivesse ganhado. Então, não há essa vontade de busca real dos fatos. Há uma vontade de se livrar do problema, assim como estão agora metidos no problema da segurança pública.

E qual é o problema disso? Por que o problema eles não conseguem... e têm que jogar para o Governo Bolsonaro? Porque, assim como o discurso deles sempre foi de defender bandido com o pano de fundo da defesa dos direitos humanos, aqui também esse é que nem bola do Rogério Ceni: indefensável para o PT. Por quê? Porque o PT nasce praticamente junto com o sistema sindical. E, nesse imbróglio estão metidos todos, todos os grandes *players* do sindicalismo nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Todo mundo sabe que esses *players* são tentáculos do PT. Então, tem que usar aquela retórica que antigamente os advogados trabalhistas usavam: a negativa geral. Então, eles estão fazendo assim: "Não fui eu, foi fulano". E, na hora de apresentar provas, não tem, e não tem porque estão ali até o talo. Então, a gente até entende isso de querer jogar para o Governo Bolsonaro.

Mas eu finalizo aqui, por exemplo, dizendo: por que Bolsonaro iria, se ele fosse o grande responsável por essas fraudes... Vamos limitar ao seguro-defeso: em abril de 2019, Bolsonaro afirmou que fraudes no seguro-defeso poderiam atingir 65% dos benefícios. Depois, ele disse: Há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma festa no seguro-defeso, e nós vamos combater em torno de 2 bilhões por ano que essa festa está fazendo, né? Criou um grupo de trabalho, Sr. Presidente.

Eu encerro dizendo o seguinte: por que alguém que estaria metido numa coisa dessas iria querer combater uma fraude que lhe beneficiava? E por que Bolsonaro iria querer roubar para sindicatos ligados ao PT? Essa é a pergunta que fica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Pergunto ao Sr. Abraão Lincoln se tem alguma consideração final a fazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para depor.) – Não, senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, diante do encerramento do depoimento e de quatro situações que aqui registrei, gostaria, neste momento, de requerer a prisão em flagrante do Sr. Abraão Lincoln, e citarei essas quatro situações.

A primeira delas, Sr. Presidente, logo no início da audiência, eu perguntei ao Sr. Abraão Lincoln se ele conhecia um cidadão chamado Antônio Carlos Camilo Antunes, Careca do INSS, e ele permaneceu em silêncio. Alguns Parlamentares fizeram a mesma pergunta ao Sr. Abraão Lincoln, e ele discorreu sobre Careca do INSS. Portanto, nesta ocasião, quando ele negou, por meio do silêncio, falar a verdade, ele poderia até ter usado isso como recurso de defesa, desde que ele não tivesse respondido posteriormente aos demais Parlamentares, ou seja, essa pergunta em nenhum momento o incriminava, tanto que, com a assistência dos advogados, ele respondeu, e agora a última Parlamentar que perguntou foi a Senadora Soraya, e ele falou explicitamente. Portanto, o silêncio dele foi calar a verdade.

O segundo ponto foi quando eu perguntei a ele da relação com Gabriel Negreiros, e ele disse que era uma relação estritamente institucional. Olhe, um segundo depois, foi apresentada a foto dele mantendo uma relação além de institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro ponto, quando V. Exa. e eu perguntamos sobre o Adelino, ele disse que tinha dado uma procuração específica para tratar de fato tal, deixando de responder, Sr. Presidente, que o Adelino tinha amplos poderes para movimentar recursos da CBPA e, com esses amplos poderes, enviou 59 mil para a esposa do Procurador-Geral do INSS de então, Sr. Virgílio Antônio, e 430 mil para o Sr. João Victor Fernandes em espécie. Em ambas, fez afirmação falsa e calou a verdade.

E, por último, Sr. Presidente, perguntei por que ele tinha saído da CNPA, e ele disse aqui, claramente ele disse: "Eu saí, porque renunciei". Depois o Senador Contarato mostrou que ele não renunciou foi nada. O juiz determinou a sua saída como medida cautelar.

Portanto, em quatro oportunidades, o depoente, na qualidade de testemunha, nesta Casa, faltou com a verdade, fez afirmação falsa ou calou a verdade. E, por conta disso, Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que, em respeito ao povo brasileiro e em respeito aos Parlamentares desta CPMI, o depoente seja preso em flagrante, por infringência ao art. 342 do Código Penal brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Obrigado, Sr. Relator.

Como faço sempre ao final dos nossos trabalhos, gosto de deixar aqui uma palavra aos brasileiros e brasileiras que nos acompanham e que acreditam no trabalho desta CPMI.

Hoje, eu não falo apenas como Presidente de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, falo como filho, neto e amigo de brasileiros que trabalharam a vida inteira e só pedem uma coisa: respeito. O Brasil viu hoje um retrato que dói: um país que fez o povo trabalhar uma vida inteira para ver o salário da aposentadoria ser roubado na velhice.

O senhor depoente chegou aqui amparado por um *habeas corpus*. No pedido inicial, esperava-se esconder no silêncio, mas o silêncio, senhoras e senhores, também fala. E o silêncio de quem deve explicações grita mais alto que qualquer palavra.

Há um esquema muito bem montado de desvio de dinheiro público. E o que esta CPMI revelou ao longo dos últimos meses confirma o que o país já percebeu: não foram falhas administrativas, foi uma engrenagem que atravessou governos, se manteve viva dentro do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

As associações assinavam convênios, as entidades intermediavam descontos, mas, por trás disso, havia uma estrutura silenciosa e permanente, capaz de sobreviver a trocas de ministros e diretores, como se um fio invisível ligasse todos os golpes. E esse fio partia de dentro da Previdência, de servidores que, em algum momento, abriram as portas para que o crime entrasse e se instalasse. Roubaram o pão da mesa de milhares de aposentados – milhões, na verdade. Roubaram o descanso das viúvas. Roubaram a esperança dos órfãos no futuro do país. E ainda têm a coragem de dizer que não sabiam. Isso não é descuido, é crime. E, quando o crime é cometido dentro do próprio Estado, o silêncio vira cumplicidade.

Foram R$221 milhões desviados, bens bloqueados pela Justiça, relatórios da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União comprovando movimentações suspeitas. E, ainda assim, tentaram transformar o roubo em burocracia. E não estamos falando de poucos casos. Foram mais de 40 mil tentativas de golpes, inclusive contra pessoas que já haviam falecido, um desrespeito total à memória dos mortos, à dor das famílias e à dignidade de um povo que só quer viver com o mínimo de paz. É o retrato mais cruel da ganância: roubar até de quem já partiu.

Por isso, neste momento, quero me dirigir a cada aposentado, a cada aposentada, a cada viúva, a cada órfão, a cada familiar que nos acompanha ao vivo, com o coração apertado e a esperança nos olhos. Eu sei que há milhares de vocês assistindo a esta sessão, acreditando que ainda é possível ver justiça no Brasil. E quero que saibam: nós podemos libertar o nosso país dessa corrente de corrupção profana feita por gente que perdeu o respeito por tudo e por todos! Eu sei o preço que se paga por enfrentar poderosos, mas também sei o valor que se conquista quando se honra o povo. Esta CPMI nasceu para ouvir os esquecidos e vai até o fim por eles.

Não estamos sozinhos. Do lado de cá, estão as viúvas que choram sozinhas, os aposentados que contaram moedas, os órfãos que herdaram o silêncio. Do lado de lá, estão os que enriqueceram com a dor. E eu quero dizer algo a eles: acabou o tempo da covardia institucional.

Hoje, não encerramos uma oitiva, encerramos um ciclo de impunidade e começamos o tempo da verdade, em nome dos aposentados, das viúvas, dos órfãos e da esperança que ainda vive no coração do Brasil. O Brasil ter sido enganado por um tempo pode, sim, mas nunca será calado para sempre.

Os depoimentos estão encerrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em uma série de oportunidades, o depoente, estando na condição de testemunha, fez afirmação falsa, negou, calou a verdade. Diante do exposto, a Comissão, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, determina a prisão em flagrante do Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, pelo crime próprio de falso testemunho, de que trata o inciso II do art. 4º da Lei 1.579, de 1952.

Em nome dos aposentados, quase 240 mil que a CBPA enganou, Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, o senhor está preso.

Determino que a Secretaria e a Polícia adotem as providências com relação à determinação de prisão desta Presidência.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Convido para a próxima reunião, a ser realizada no dia 07/11, às 9h, neste Plenário, para a oitiva de Onyx Lorenzoni, ex-Ministro do Trabalho e Previdência.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada à 0 hora e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1303, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Renan Calheiros e Carlos Zarattini, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Paulo Paim, Weverton, Randolfe Rodrigues, Hamilton Mourão, Antonio Carlos Rodrigues, Zé Neto, Henderson Pinto, Átila Lins, Rodrigo Gambale, Odair Cunha, Dani Cunha, Andreia Siqueira e Neto Carletto, e ainda dos Parlamentares Augusta Brito, Mersinho Lucena, Laura Carneiro, Eduardo Gomes e Arnaldo Jardim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Carlos Viana, Omar Aziz, Angelo Coronel, Cid Gomes, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, André Ferreira, Marangoni, Doutor Luizinho, Gilberto Abramo, Adolfo Viana e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a comissão, é eleito Presidente o Senador Renan Calheiros e designado Relator o Deputado Carlos Zarattini. Aprovada, por acordo, a realização de audiência pública com a participação do Ministério da Fazenda para o dia 6 de agosto de 2025. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatro minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/15

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.303, de 2025.

De acordo com a Resolução nº 1/2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a Relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador Renan Calheiros.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente o Senador Renan Calheiros.

Passo a Presidência da Comissão ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Inicialmente eu quero agradecer sinceramente a eleição para conduzir esta Comissão Mista do Congresso Nacional que vai apreciar a Medida Provisória 1.303, que compensará o polêmico IOF e que terá como Relator – eu o designo como Relator com muita satisfação – o Deputado Carlos Zarattini.

Zarattini, boa sorte!

É evidente que nós estamos na semana final de trabalhos do Congresso Nacional, voltaremos no começo de agosto, mas eu queria dizer rapidamente o seguinte: essa medida provisória tem pontos que são principais. Eu destacaria: a unificação da alíquota do Imposto de Renda em 17,5% para a maior parte das aplicações financeiras e ativos virtuais; a revogação de isenções para instrumentos como letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, certificados recebíveis imobiliários e certificados recebíveis do agronegócio, que passam a ser tributados à alíquota de 5%; a possibilidade de compensação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejuízos entre diferentes aplicações na Declaração de Ajuste Anual (DAA) do Imposto de Renda; a tributação específica sobre operações com ativos virtuais; a elevação da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre os juros sobre o capital próprio de 15% para 20%; aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incluindo as *fintechs*.

Além do eixo tributário, essa medida provisória contempla também dispositivos voltados à racionalização das despesas públicas.

Eu me permito, Zarattini, sugerir, a todos que fazem parte desta Comissão Mista que apreciará a medida provisória, duas audiências públicas. A sugestão que faço – na primeira reunião nós vamos ter que aprovar – seria uma primeira reunião para nós discutirmos a tributação de rendimentos gerados por aplicações financeiras e ativos virtuais, e debater também a tributação de instrumentos antes isentos do Imposto de Renda e impactos sobre o crédito. Nós trataríamos, nessa primeira audiência pública, para a qual convidaríamos pessoas que seriam aqui escolhidas, com a participação de todos... e uma segunda audiência – a primeira poderia ser feita no dia 7 de agosto e a segunda poderia ser feita no dia 13 de agosto, portanto, dias 7 e 13 –, que poderia tratar sobre os juros sobre capital próprio, elevação das alíquotas do CSLL, compensação tributária e tributação sobre apostas, e também as medidas relacionadas aos cortes de despesas.

Nesse calendário que vou propor à Comissão, no dia 19/8, nós poderíamos ter a apresentação do relatório e poderíamos votar essa medida provisória, na Comissão Mista, no dia 26/8/2025.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator da medida provisória, o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentá-lo e cumprimentar o Deputado Antonio Carlos Rodrigues, Deputado Arnaldo Jardim, Senador Randolfe, nosso Líder do Governo. É um prazer muito grande poder relatar essa medida provisória, uma tarefa importante, haja vista que é um dos principais instrumentos do Governo para fazer um ajuste, o equilíbrio fiscal e garantir o cumprimento das metas neste ano e no próximo ano.

O Governo tem enfrentado esse debate em várias instâncias e, evidentemente, deve enfrentar aqui também na nossa Comissão Mista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria sugerir, Senador, se o senhor me permitir, talvez fazer mais uma ou duas audiências. Uma, que eu imaginava com o próprio Ministério da Fazenda, que nós convidássemos o Ministro ou alguém que ele indicasse para fazer uma explanação detalhada de quais os objetivos, quais as metas que o Governo prevê para cada uma das várias medidas que estão contempladas dentro da medida provisória. E também lembro aqui que a gente tem algumas medidas que são contenção de despesa, como o senhor já falou. A gente poderia também... A gente está vendo que tem um setor muito mobilizado, que propõe mudar a forma como está abordado na medida provisória, que é o setor dos pescadores, e a medida provisória trata aí do seguro-defeso, que é um instrumento que garante a renda desses pescadores durante o período de defeso. Hoje esse assunto está muito mal organizado, é necessário reorganizar e, do ponto de vista desses pescadores, das federações, confederações de pescadores essa medida, que está contida na MP, não resolve o problema.

Então, talvez seja importante a gente ouvi-los aqui numa audiência pública e buscar uma solução que dê eficiência ao gasto público, ou seja, que o dinheiro vá para quem realmente é pescador, e que a gente garanta que o Governo também não coloque esse dinheiro à toa na mão de pessoas que só visam se aproveitar.

Então, eu queria sugerir mais essas duas medidas...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Então, nós poderíamos simplificar da seguinte forma, Zarattini e companheiros que compõem a Comissão: nós poderíamos, no dia 7, começarmos com o Ministro da Fazenda e, no dia 7, nós aprovaríamos o restante das audiências públicas com a participação de todos, acolhendo, evidentemente, sugestões com relação aos nomes que participarão dessas audiências. Está mais ou menos encaminhado assim?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, uma palavrinha rápida?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Deputado Arnaldo Jardim. É uma honra grande tê-lo aqui nesta Comissão, Arnaldo.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem.) – É uma honra minha, Senador Renan. É um privilégio ter uma amizade que, para mim, é de muito gosto... Estendo a todos os demais aqui.

Eu queria manifestar uma preocupação concentrada em um aspecto só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Certo.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) – ... que é a questão das debêntures, particularmente, que se transformaram recentemente em uma grande fonte de financiamento.

O Ministro que foi, nosso Deputado Antonio Carlos Rodrigues sabe disso tanto no setor de concessões, como em parcerias público-privadas, Líder Randolfe, isso tem se traduzido em um instrumento muito significativo. O próprio Senado aprovou, depois a Câmara também, as debêntures de infraestrutura, que estão em fase de implementação. Então, eu considero muito importante que, naquilo que será o rol de nossos debates que ocorrerão aqui sobre LCA, LCI, Cras e todos os outros instrumentos, isso possa ter destaque.

E queria propor a seguinte questão de encaminhamento, Senador Presidente Renan: que, em vez de fazermos requerimentos de audiência individuais, colocando nomes, que nós pudéssemos fazê-los chegar à Secretaria da Comissão. A Presidência compatibilizar isso é melhor do que pendurarmos uma série de requerimentos isolados, parece-me.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) – Encaminharíamos sugestões de nomes e o senhor poderia organizar uma proposta de consenso para a Comissão ter essa dinâmica que eu acho que todos nós queremos.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA) – Presidente, Deputado Henderson, do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Deputado Henderson, com a palavra V. Exa.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA. Pela ordem.) – Primeiro, é uma honra fazer parte desta Comissão Mista, sob a Presidência de V. Exa, com o nosso Relator, Deputado Carlos Zarattini, e estar ao lado dessa grande liderança política nacional, Arnaldo Jardim.

Eu queria só externalizar uma preocupação em relação ao calendário proposto, porque nós vamos entrar em recesso e nós já estamos propondo na primeira semana da volta do recesso. Nós temos uma dificuldade, principalmente no que tange ao tema trazido pelo nosso Relator em relação ao setor da pesca, que são as passagens aéreas da Amazônia para cá.

Para se ter uma ideia, se se comprar em cima da hora uma passagem, tem passagem que chega, infelizmente, a R$10 mil ou R$12 mil, na maioria das vezes de R$4 mil a R$5 mil, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

você ter uma ideia. Eu estou dizendo isso porque nós vamos precisar mobilizar as lideranças dos órgãos e entidades que representam os pescadores, porque dos 1,15 milhão de pescadores registrados no INSS hoje, mais de 600 mil estão na Amazônia; não vou nem dizer na Amazônia, mas no Pará e no Amazonas, porque a Amazônia são 9 estados. Só no Pará são 510 mil pescadores.

Então, eu queria sugerir duas questões: uma é a possibilidade de a gente começar essa agenda na semana do dia 13; e a outra, se possível hoje, é marcar essa agenda da audiência para esse tema específico da pesca, que é o setor que mais está se mobilizando hoje no país. Talvez, seja o tema com o maior número de intervenções, até então, de vários Deputados e Senadores.

Quero sugerir por quê? Por conta dessa questão de passagem aérea, que realmente é um verdadeiro absurdo. Logo, logo, vamos ter que nos reunir com essas companhias. Só para vocês terem uma ideia, para registrar, sei que é fora do tema... Eu fiz o registro, Presidente Renan, de uma passagem da Latam: para eu sair de Santarém para Brasília, para você ter uma ideia, é algo assim... É na Azul. Para Belém são R$6 mil; para vir à Brasília, passando pelo mesmo local, Belém, são R$2,8 mil, ou seja, é um tema para o qual nós vamos ter que abrir o debate aqui neste Congresso Nacional porque, de fato, está atingindo principalmente a Amazônia. Todo o mundo está olhando para ela e a gente precisa atuar de forma veemente. Então, é só para lhe dar essas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Sem dúvida.

Vamos ouvir o Relator, o Deputado Zarattini, sobre as sugestões feitas pelo Deputado Henderson.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Relator.) – Eu só estou preocupado de a gente começar logo na primeira semana, Deputado, porque o tempo é meio curto. A gente vai fazer quatro audiências, pela nossa proposta...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Três. Duas com mais a proposta que você fez...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – A do Ministro e mais uma outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Mais uma outra. Então, seriam...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Quatro. Seriam quatro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Então, a gente teria quatro semanas de agosto para trabalhar e votar na primeira ou na segunda semana de setembro. O prazo dessa medida provisória é 10 de outubro e ainda tem que passar pelo Plenário da Câmara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – A rigor, 9 de outubro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Dia 9 de outubro. É isso, não é?

Então, a gente vai ter ainda que passar pelo Plenário da Câmara e do Senado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Desculpe-me, Relator, seria 26 de outubro com o recesso. Sem o recesso, então, se antecipa para o dia 9. Como nós não teremos recesso formal...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Pronto.

Então, só para... Se o senhor nos permitir, a gente marcaria essa primeira no dia 7. Não foi o que o senhor sugeriu?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Dia 7.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Dia 7 de agosto. Seria convidando o Ministro e a sua equipe. E a gente poderia ver a data já, atendendo ao seu pedido: em que data nós poderíamos colocar o pessoal da pesca. E já definir agora para que não tenhamos esse problema da passagem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Podemos fazer assim?

E aí, no dia 7, nós resolveremos a questão das demais audiências e também sobre os convidados.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA. *Fora do microfone*.) – O senhor não poderia deixar essa específica já para 13 ou 20?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone*.) – Vamos marcar para 20?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – É. Podemos marcar dia 20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Dia 20 está bom?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Está.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA. *Fora do microfone.*) – Dia 20 é quarta-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Senador Randolfe, com a palavra V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, é para uma rápida saudação.

Primeiro eu quero agradecer aos Líderes partidários pela indicação de membros para essa medida provisória e pela qualidade dos membros que indicaram. Foi uma rápida passagem aqui no Plenário: Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Henderson, Senador Izalci, o nosso querido colega Senador – Deputado agora – Antonio Carlos. Então, nós percebemos que a qualidade foi expressa nas escolhas das lideranças, demonstrando a importância que o Congresso Nacional entendeu que essa medida provisória tem.

E a qualidade foi mais expressa ainda na designação do Presidente e do Relator. Nós temos como Presidente desta Comissão Mista um colega que já foi quatro vezes Presidente deste Congresso Nacional. Eu diria que acho que, na atual legislatura – sem querer rebuscar a sua idade, mas rebuscar a sua experiência, o que não necessariamente é a mesma coisa –, é um dos Senadores mais experientes aqui da Casa. E o Partido dos Trabalhadores escolheu o nosso caro colega Carlos Zarattini – com muita honra para mim, vice-Líder do Governo no Congresso Nacional –, porque esta medida provisória tem uma importância não somente nos temas que vão ser tratados.

O conjunto dos temas, Presidente Renan, que o senhor trouxe aqui, enfrenta um problema crônico do país. O problema crônico é expresso da seguinte forma: nós somos, hoje, uma das dez economias do mundo e, ao mesmo tempo, somos um dos dez países mais desiguais do mundo. Alguma coisa não está muito certa na combinação desses dois fatores: ser uma das dez economias e ser um dos mais desiguais.

O Governo do Presidente Lula procurou, com essa medida provisória, tentar construir mecanismos de aproximação, sem reforçar... Ao contrário, para poder possibilitar, sobretudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

justiça tributária, o Congresso Nacional e a Câmara devem votar ainda nesta semana o projeto de lei sobre a renda, que possibilitará que brasileiros que recebem até R$5 mil não paguem mais o Imposto de Renda; e que aqueles que recebem de R$ 5 mil a R$7 mil paguem menos imposto. Para isso, é necessário fazermos o ajuste tributário brasileiro, para que nós reduzamos a carga tributária, a carga de impostos para aqueles que correspondem, hoje, a 90% daqueles brasileiros que pagam Imposto de Renda.

Então, nesse contexto, esta medida provisória vem completar esse circuito de realização de justiça tributária e, diria, de justiça social em nosso país.

Não poderia estar em melhores mãos. Então, só queria, em nome da Liderança do Governo, fazer essa saudação ao Relator designado por V. Exa., Presidente Renan, e, em especial, a V. Exa., agradecer, do fundo do coração, por V. Exa. ter assumido também mais essa tarefa em nome do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Randolfe, muito obrigado por suas palavras.

Eu vou aproveitar a oportunidade e colocar em votação o acordo que foi sugerido aqui para a realização da primeira audiência pública, com a presença do Ministro da Fazenda, no dia 7 de agosto.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada...

No dia 20, ficou pré-estabelecido, também, que nós teremos a audiência pública para discutir as medidas relacionadas aos cortes de despesas.

Antes de encerrarmos os trabalhos, eu proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1303, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025 com a presença dos Parlamentares Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Angelo Coronel, Alessandro Vieira, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Jorge Seif, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Mecias de Jesus, Carlos Zarattini, Zé Neto, Marangoni, Henderson Pinto, Átila Lins, Raimundo Costa, Rogério Correia, Pedro Uczai, Andreia Siqueira, Sidney Leite, Silas Câmara e Romero Rodrigues, e ainda dos Parlamentares José Airton Félix Cirilo, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Zeca Dirceu, Padre João, Styvenson Valentim, Fernando Farias, Carlos Viana, Fabiano Contarato, Cleitinho, Lenir de Assis, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Omar Aziz, Cid Gomes, Weverton, Tereza Cristina, André Ferreira, Antonio Carlos Rodrigues, Doutor Luizinho, Gilberto Abramo, Adolfo Viana e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória n° 1303, de 2025. **Participante:** Fernando Haddad, Ministro da Fazenda. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho e Requerimentos. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho com as alterações propostas pelos membros em plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/12

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.303, de 2025.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira parte será a audiência pública interativa com o Exmo. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Já temos a honra da sua presença aqui, na mesa que vai conduzir os trabalhos. A segunda parte será a apreciação de requerimentos de nomes, para que possam, evidentemente, participar das próximas audiências públicas.

Antes de passar a palavra para o nosso convidado, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Na exposição inicial, o Sr. Ministro poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos, mas fique, Ministro, inteiramente à vontade, porque, se for preciso adicionar tempo para a sua intervenção inicial, nós faremos isso com muita satisfação.

O arcabouço fiscal foi aprovado por este Congresso Nacional em 2023 como um novo e mais flexível regime de controle da despesa pública.

O antigo sistema de teto de gastos, previsto originalmente para vigorar até o ano de 2036, buscava controlar, de forma extremamente rígida, a inflação e a dívida pública, sufocando possibilidades de investimentos em áreas prioritárias, como saúde e educação, tão necessários em um país desigual como o Brasil. O arcabouço fiscal, por sua vez, permite maior margem de atuação do Governo na destinação de recursos a essas outras áreas estratégicas.

Entretanto, como todos sabem, tal flexibilização não é absoluta. É óbvia a necessidade de atentar para as despesas, de forma que não se inviabilize o projeto de ajuste das contas públicas, mas é igualmente importante e inadiável zelar pela arrecadação, pois são os tributos que financiam a atividade estatal.

A Medida Provisória 1.303, de 2025, sem dúvida nenhuma, é um exemplo do compromisso do Governo com esse equilíbrio tão perseguido. Entre outras providências, a matéria atualiza as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

alíquotas do Imposto de Renda incidentes sobre aplicações financeiras e ativos virtuais, como criptomoedas, por exemplo.

Antes da edição da Medida Provisória 1.303, investimentos em renda fixa eram sujeitos a uma tributação regressiva no tempo, que iniciava em 22% e terminava em 15%, ao passo que os ativos em renda variável respondiam por 15%. Agora, tanto a renda fixa como a variável pagarão 17,5% de Imposto de Renda, independentemente do tempo de aplicação. A mesma alteração vale para os criptoativos.

Outra inovação da medida provisória – e vamos verificar daqui a pouquinho na fala do Exmo. Sr. Ministro – digna de nota é o aumento da contribuição social devida pelas casas de apostas de cota fixa, popularmente conhecida como *bets*.

A alíquota subirá de 12% para 18% e não afetará o prêmio pago ao apostador pessoa física. A incidência se dá sobre a receita bruta de jogo, que é o produto da arrecadação das *bets* após deduzidos os valores dos prêmios e do Imposto de Renda incidente sobre a premiação.

A medida provisória, como todos sabem, igualmente atualiza a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em operações nas bolsas de valores e nas chamadas *fintechs*, com alíquota passando de 9% para 15%.

Essas e outras alterações trazidas pela medida provisória nos parecem bastante razoáveis: atingem camadas privilegiadas da população, que não deixarão de lucrar com suas atividades, mas serão, sem dúvida nenhuma, instadas a contribuir de forma mais incisiva com o financiamento de políticas públicas voltadas para os estratos sociais que necessitam muito mais do amparo do Estado.

Como toda matéria que chega ao Congresso Nacional, esta medida provisória também estará sujeita ao debate democrático de ideias e às bem-vindas alterações propostas por Deputados e Senadores. Como resultado final, esperamos um texto capaz de atender às premissas de equilíbrio das contas públicas, sem descuidar da atuação estatal em questões sociais de alta relevância.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Ministro Fernando Haddad para que deixe aqui, com todos nós, a sua intervenção inicial. Em seguida, teremos o debate interativo, como foi anunciado anteriormente.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Senador Renan Calheiros, muito obrigado por essa introdução e pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo o Deputado Zarattini, companheiro de São Paulo, que tem prestado relevantes serviços aqui no Congresso Nacional.

Aqui me acompanha o Secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto, encarregado da Fazenda para manter interlocução com os senhores, além de mim, para fins de elucidação de questões técnicas relativas à medida provisória. É uma medida provisória ampla, portanto é natural que surjam dúvidas sobre as suas consequências, e o Marcos está à disposição dos senhores para recebê-los na Fazenda, ou mesmo aqui, para que essas questões possam ser tratadas. O Relator já está em contato com a secretaria de maneira mais efetiva, mas nós queremos que essa aproximação se dê de forma frequente, para que nós possamos concluir a tramitação da medida provisória, que é uma peça essencial para fechar o Orçamento de 2026, que, conforme os senhores...

Acho que está um pouquinho... Ah, pensei que estava aberta a porta aqui.

Como os senhores sabem – e, Senador Renan, fazendo coro com V. Exa. –, o Orçamento de 2026 prevê, conforme determina a LDO, ainda por ser votada, um superávit primário de 0,25% do PIB.

Então, quero lembrar o compromisso feito entre o Executivo e o Legislativo, por ocasião da aprovação do arcabouço fiscal, mencionado pelo Senador Renan. O arcabouço fiscal prevê uma regra de gasto, como os senhores sabem, que está limitada a 2,5% real acima da inflação, ou 70% da receita, se a receita for menor do que isso, ou seja, na verdade, a regra é: a receita aumentou 10%, a despesa pode aumentar 7%, limitada a 2,5%. Então, não adianta a receita crescer 10%, que a despesa não vai crescer 7% – 10% e 7%. Se a receita crescesse 10%, ficaria limitado em 2,5% o crescimento da despesa.

O objetivo dessa regra de gasto é justamente sair da armadilha do déficit crônico, que nos acompanha desde 2015. De 2015 para cá, o déficit médio primário é da década... da década não, de oito anos, não é? Porque começa em 2014 o déficit, mas, se pegarmos uns oito anos, nós tivemos um déficit primário médio de cerca de 2% do PIB, mesmo desconsiderando os gastos por ocasião da pandemia. Então, é um déficit muito substantivo, e isso apesar do teto de gasto, apesar do teto de gasto!

Uma das razões para isso é porque não adianta limitar a despesa primária se nós não limitarmos também o gasto tributário, e o gasto tributário no Brasil aumento de 2% para 6% do PIB. Então, ao longo dos anos, foram-se criando brechas na legislação, e de parte a parte, isso não é apenas o Congresso Nacional. O Executivo também foi criando brechas na legislação que fizeram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que o gasto tributário, Senador Renan, se elevasse de uma forma absurda, a ponto de o Congresso Nacional aprovar uma emenda constitucional determinando a redução do gasto tributário. Então, não é um arcabouço fiscal apenas, há um comando constitucional dizendo que o gasto tributário tem que ser reduzido gradualmente.

Esse mandamento não foi levado a sério até aqui, mas nós resolvemos enfrentar esse desafio com dois objetivos muito transparentes: o primeiro é equilibrar as contas e o segundo é fazer justiça tributária num país que figura entre os dez países mais desiguais do mundo. Isso é muito grave. O Brasil, apesar da sua pujança econômica, do seu potencial, figura entre os dez países mais desiguais do mundo. Só para que vocês tenham uma ideia, nós perdemos, no quesito igualdade, para 47 países da África, nós ganhamos de muitos poucos países da África, que a imaginação política considera o continente mais desigual entre todos. E nós estamos numa situação, do ponto de vista da igualdade social, bastante aquém do que deveria recomendar o nosso senso de justiça.

Então, o objetivo de tudo que está sendo feito até aqui é melhorar as contas públicas, contendo a despesa e diminuindo o gasto tributário, que chegou a 6% do Produto Interno Bruto.

Para além disso, tramita na Câmara dos Deputados a reforma da renda, que visa justamente garantir que 20 milhões de brasileiros das camadas menos favorecidas do ponto de vista econômico deixem de pagar Imposto de Renda e que outros 5 milhões paguem menos do que pagam hoje, paguem uma alíquota menor do que pagam hoje. Então, além disso, o objetivo de garantir justiça tributária é cobrar de quem não paga, deixar de cobrar de quem paga e hoje não consegue fechar o mês, ou diminuir o imposto para aquela camada entre R$5 mil e R$7,3 por mês.

Então, nós temos aí um conjunto de medidas que equilibra as contas ao mesmo tempo em que busca justiça tributária.

Com isso, Senador Renan, nós temos conseguido cumprir as metas fiscais estabelecidas pelo Congresso Nacional. Cumprimos, para surpresa de vários analistas, a do ano passado, vamos cumprir a deste ano e vamos trabalhar para cumprir aquela que foi encaminhada pelo Presidente da República para apreciação do Congresso Nacional no ano que vem.

Tudo que nós queremos é que as contas públicas sejam sustentáveis, que esse caminho seja perseguido por vários governos – porque não é um projeto de Governo, é um projeto de Estado – e que, com isso, nós consigamos estabilizar a relação dívida/PIB, que hoje nos preocupa, mas nos preocupa particularmente pela taxa de juros excessiva, historicamente excessiva e que nós temos que reduzir, garantindo a sustentabilidade do orçamento federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos aí um caminho a trilhar, que vai permitir ao Brasil crescer com baixa inflação, baixo desemprego e com mais justiça social.

Então, não são poucas as tarefas que nós temos para frente, mas, com a ajuda do Congresso Nacional, esses resultados estão vindo. Hoje vocês viram o anúncio do IPCA, sobretudo a inflação de alimentos; nós estamos com deflação agora. Deveremos ter os próximos meses com a mesma trajetória em função de vários fatores, supersafra entre eles, e os planos safras que têm sido anunciados têm permitido a expansão da produção agrícola no nosso país.

Nós entendemos que aquele índice que, de certa maneira, retrata o bem-estar social, que é a soma da inflação com o desemprego, quanto mais baixo, melhor. Inflação mais desemprego, combinados, são muito ruins. Então, quanto menor a soma, melhor a situação econômica do país. E nós estamos num caminho em que esse número está sustentavelmente baixo: inflação baixa, desemprego baixo. É isso que nós temos que conseguir viabilizar.

Essa medida provisória, como tantas que os senhores já estudaram e aprovaram, consegue exatamente fazer isto: conter despesa por vários expedientes aqui, não é? Estamos trazendo o Pé de Meia para dentro do orçamento do piso da educação, estamos estabelecendo regras de controle de programas importantes que estavam, por mudanças legislativas anteriores, um pouco fora de controle e estamos em conversas com as comunidades atingidas para estabelecer qual é o melhor modelo de concessão, por exemplo, do seguro-defeso.

Tem algumas questões que foram pedidas por outros ministérios, como a concessão do assim chamado auxílio-doença, para que, em casos superiores a 30 dias, haja necessariamente a perícia, porque tem havido casos em que um simples atestado tem permitido a concessão de benefícios por quase que prazo indeterminado, e é preciso que um agente público ateste a necessidade da perpetuidade daquele benefício. Tem regras também relativas à relação federativa no que diz respeito aos encargos previdenciários. Isso no que diz respeito às despesas.

E, no que diz respeito às receitas, nós estamos buscando também um equilíbrio. Há uma série de setores que, por serem novos, foram agraciados com um tratamento tributário, na nossa opinião, aquém do que deveria ser.

Para citar um exemplo, nós encaminhamos... Vocês sabem que as chamadas *bets* ficaram por quatro anos sem pagar impostos – quatro anos: 2019, 2020, 2021, 2022, sem pagar impostos. Nós encaminhamos, portanto – porque, se uma padaria, uma farmácia, um açougue paga, não faz sentido uma *bet* não pagar –, ao Congresso Nacional uma regra, estabelecendo um tratamento para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse setor econômico que é uma novidade no mundo. Buscamos inspiração em todos os países, e quase a totalidade dos países regulamentaram essa atividade econômica.

Então, nós propusemos 18% sobre o ganho líquido... Não, perdão, o ganho bruto das apostas, dado pelo valor das apostas com redução dos prêmios pagos. Sobre esse ganho bruto, foi proposta pelo Executivo uma taxação de 18%, seguindo o padrão internacional. Ele foi reduzido aqui para 12%. Quando nós abrimos a caixa das *bets*, que ninguém conhecia – porque não tinha um sistema informatizado para acompanhar a atividade –, nós constatamos um faturamento elevadíssimo dessas casas de apostas. Então, a medida provisória propõe retomar a proposta original do Governo de estabelecer uma contribuição, sobre essa receita bruta dos jogos, na casa de 18%.

No nosso entendimento, o tratamento tem que ser coerente com o mesmo que se faz com cigarro, o mesmo que se faz com bebidas alcoólicas; ou seja, o mundo inteiro sabe que algumas atividades que devem ser regulamentadas, em virtude até de combater o crime, porque, quando você mantém irregular, você dá espaço para atividades ilícitas, você tem que regulamentar, mas você tem que regulamentar de uma forma que você iniba a pessoa de ter um consumo, seja de entretenimento ou de qualquer outra coisa, acima de patamares considerados lesivos à saúde pública. E a *bet*, na minha opinião e na opinião de vários especialistas, é um problema de saúde pública, que tem que ser tratado como tal.

Outra questão de que a medida trata é a equalização da tributação sobre instituições financeiras. Ela passa a tratar todo mundo da mesma forma, porque antigamente a classificação de instituições financeiras, banco, *fintech*, tinha uma coerência com o tamanho das instituições, e isso não é mais o caso, nem em relação ao tamanho, nem em relação à lucratividade. Você tem instituições não bancárias que têm um volume de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO HADDAD – ... operações superior ao de muitos bancos, e, muitas vezes, você tem uma instituição que é pequena, mas tem uma rentabilidade exorbitante. Então, nós equalizamos, por essa medida provisória, o tratamento das instituições financeiras.

Além disso, vocês conhecem os títulos isentos, que foram criados recentemente, e que hoje somam um valor exorbitante de R$1,7 trilhão. Quando você investe num título do Tesouro, você paga imposto, sempre foi assim. Você paga de 15% a 22,5%, e a medida provisória estabeleceu uma alíquota única de 17,5%, mas quando se trata de títulos isentos, o imposto será zerado. Com isso, você estava criando uma enorme distorção no mercado, porque são títulos financeiros, um deles 100% isento, que acabou chegando num volume de operações da ordem que eu já anunciei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo aqui não é inibir – não é inibir –, porque o diferencial ainda vai ficar muito elevado a favor desses títulos, que continuarão incentivados, mas deixarão de ser isentos. Muitas pessoas nos perguntam se isso não vai desestimular a aplicação. Eu, com segurança, digo que não. Até porque eu entendo – e o Marcos pode explicar isso em detalhe – que muito pouco desse benefício chega no empreendedor, seja na agricultura, seja na construção civil. O que fica pelo caminho, entre a emissão do título e a compra dele no mercado, na mão de intermediários, é um volume muito grande desse benefício fiscal que está sendo dado. Então, está sendo feita uma pequena correção em torno disso.

Nós estamos dialogando com os setores afetados, como eu já manifestei. Há muitas questões que estão sendo discutidas e aprimoradas, mas os dados falam por si. São muito eloquentes no sentido de que o desequilíbrio é muito grande, e, às vezes, até o Tesouro Nacional tem dificuldade em colocar seus títulos no mercado por conta da concorrência desses títulos isentos. Então, está se buscando um equilíbrio.

Então, a medida provisória, portanto, vai exatamente na direção que o Senador Renan colocou. Ela é necessária para o cumprimento do arcabouço fiscal. Tudo que nós estamos fazendo, desde março de 2023, quando o arcabouço chegou ao Congresso Nacional – e nós confiávamos que os seus parâmetros fossem ser bem recebidos pelas duas Casas, como foram recebidos pelo mercado e pelas agências internacionais, pelos organismos multilaterais –, sob sessão, é perseguir as metas estabelecidas ali.

Essa é a razão pela qual eu entendo que os indicadores da economia brasileira continuam, na comparação, inclusive com os nossos pares, além das expectativas originais. Nós estamos crescendo, vamos continuar crescendo, olhando para a inflação e olhando para o desemprego, porque não basta crescer; nós temos que crescer com qualidade. E nós estamos conseguindo garantir a qualidade.

A renda aumentou – a renda do trabalhador –, como não ocorria há 28 anos. Desde o Plano Real, não tem um aumento de renda do trabalhador como tem agora.

O desemprego está na mínima histórica. Último dado: 5,8%.

Quanto à inflação, vocês já acompanharam o IPCA de hoje, divulgado. Muitas casas já estão revendo a inflação deste ano para menos de 5%. Já tem gente com 4,7%, 4,6%, 4,8%. Todo mundo dizia que a inflação deste ano poderia chegar a 6%. A média era de 5,5%. Hoje, está todo mundo revendo para baixo e já próximo ao teto da banda da nossa meta fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos perseguindo qualidade dentro da nossa economia, geração de oportunidade, trabalho e renda. Do meu ponto de vista, o arcabouço fiscal é peça central desse empreendimento. Nós temos que olhar para essa questão com muita responsabilidade.

Vejam que as metas fiscais estão sendo cumpridas sem penalizar a população de baixa renda. Sem nenhuma penalização, como se fazia muito corriqueiramente no passado. Era a primeira coisa que se lembrava de fazer.

Por isto grande parte da sociedade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO HADDAD – ... tinha tremores quando se falava em ajuste fiscal: porque sabia que quem ia pagar a conta era quem menos podia. Então, você não podia ouvir falar de ajuste fiscal: "Meu Deus do céu! São os pobres quem vão pagar". Era assim.

E nós resolvemos mudar isso. Não vai ser mais assim; nós vamos distribuir a carga de acordo com a capacidade de cada um. Por isso, quem não paga imposto está sendo chamado a contribuir, para reduzir o gasto tributário. Para isso tem uma trava de aumento de despesa necessária neste momento que a economia brasileira vive, depois de dez anos de déficit crônico com baixo crescimento. E nós não queremos isso; nós queremos resolver isso de maneira harmônica, com a pressa que o momento exige, mas considerando os efeitos sociais de cada medida, olhando para o conjunto da população brasileira. Nós queremos que todo mundo, quando acorde pela manhã, tenha um destino: vá para uma universidade, vá para sua escola, vá para seu emprego, vá para seu trabalho, vá para seu negócio. Esse é o objetivo de um Governo que olha para o conjunto da sociedade. Eu acredito que nós estamos nesse caminho.

Termino dizendo: nós não teríamos chegado até aqui sem o Congresso Nacional. O Congresso Nacional tem sido parceiro. É o terceiro ano em que eu repito a mesma coisa.

Nós podemos ter divergência aqui e ali. É da democracia. Nenhuma medida da Fazenda sai do jeito que chegou, porque os senhores e as senhoras participam do debate, aprimoram o texto, mas nenhuma deixou de ser apreciada pelo Congresso. Em função desse trabalho conjunto com as duas Casas, nós hoje temos uma perspectiva de resolver os nossos problemas e continuar crescendo com qualidade.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade, Senador Renan, colocando-me à disposição dos senhores para qualquer dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Somos nós quem agradecemos fundamentalmente as considerações iniciais do Ministro Fernando Haddad, nosso convidado.

Nós passamos, agora, a palavra às Sras. e aos Srs. Senadores, começando primeiramente pelo Deputado Carlos Zarattini, que é o Relator desta importante medida provisória, nesta Comissão Mista do Congresso Nacional.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Renan, Presidente desta Comissão. Queria cumprimentá-lo, cumprimentar o Ministro Fernando Haddad, cumprimentar o Secretário Marcos Pinto, cumprimentar todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras aqui presentes.

Eu, primeiro, queria parabenizar o Ministro Fernando Haddad pelo trabalho que vem realizando à frente do Ministério da Fazenda, um trabalho que tem colocado o Brasil no rumo do crescimento econômico, do emprego, do desenvolvimento social e que tem permitido ao Governo desenvolver inúmeros programas sociais que beneficiam o povo brasileiro, seja no campo da saúde, da educação, da assistência social e também dos investimentos públicos e incentivo também aos investimentos privados, o que tem feito com que o nosso país atinja essas taxas de desemprego tão baixas e ao mesmo tempo crescimento econômico. E ainda mantendo uma inflação sob controle, de forma que a gente possibilite às pessoas terem os seus salários preservados durante o tempo todo, durante o período necessário para o seu consumo.

Eu queria fazer algumas perguntas aqui, mais técnicas. Nós estamos de pleno acordo com essa tese geral, que é a tese de que nós precisamos ter justiça tributária no país, precisamos garantir que efetivamente quem não paga imposto passe a pagar, quem paga muito imposto pague mais, quem não tem... Quem tenha mais pague mais imposto, e quem tenha menos renda pague menos ou não pague. Essa é a chamada justiça tributária.

Dentro dessa perspectiva, a gente gostaria de colocar alguns aspectos técnicos aqui que nos foram levantados por diversos setores e pessoas que têm o seu trabalho ligado a essa área financeira e que acho que isso é importante para o esclarecimento.

Primeiro, eu gostaria de deixar uma pergunta aqui em relação aos títulos incentivados, que são aqueles títulos em que a gente tem financiamento da agricultura, financiamento do setor imobiliário e também financiamento das concessões. A gente ouve de muitas pessoas que esse recurso que é captado no mercado não chega integralmente para a atividade-fim, ou seja, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura, principalmente a agricultura e o setor imobiliário, menos ainda o setor das concessões, onde é muito vinculado, mas nesses dois setores não chega efetivamente.

Então, na medida provisória está se colocando uma alíquota de 5%, mas o que fazer, como é que daríamos algum passo no sentido de que esse recurso chegasse mais ainda para os setores, de forma que a agricultura tenha menos dependência do crédito agrícola oficial e também o setor imobiliário maior condição de alavancagem, possibilitando a redução do déficit habitacional no país.

A segunda pergunta diz respeito à questão da equalização das alíquotas em 17,5% para os demais aplicações. Isso tem uma discussão que, pelo que está exposto nas razões da medida provisória, promete uma justiça tributária na medida em que as pessoas que deixam o seu recurso por menos tempo na aplicação são aquelas que têm menor renda; então, justifica-se a equalização.

No entanto, toda a teoria econômica vai no sentido de que a gente deve premiar aqueles que permanecem com o seu recurso por mais tempo num determinado investimento. Então, como enfrentar essa discussão, como enfrentar essa polêmica, que acho que é importante?

Também queria colocar aqui a questão das...

A medida provisória prevê que são consideradas não declaradas as declarações de compensação de créditos de PIS-Pasep e Cofins que não guardem relação com a atividade econômica do sujeito passivo. Essa medida pode dificultar a discussão administrativa a respeito de bens e serviços passíveis de creditamento, como insumos, em cada atividade econômica? O senhor poderia detalhar melhor como a restrição poderá chegar a uma arrecadação de R$10 bilhões? Quer dizer, o fato de não permitir que essas declarações de compensação de créditos sejam feitas entre setores diferentes realmente chegará a R$10 bilhões, tanto em 2025 como em 2026?

E também: a majoração da contribuição sobre lucro líquido aplicável a instituições financeiras obviamente tem efeito arrecadatório, mas tem efeito de equalização. Isso não repercute numa perda de competitividade desses setores mais dinâmicos do capital financeiro, que são essas novas entidades financeiras que vêm com contribuição sobre lucro líquido com uma alíquota menor? O fato de aumentar essa alíquota não vai reduzir a eficiência dessas entidades?

Então, essas são as quatro perguntas que eu queria deixar aqui, Sr. Ministro, para, se possível, o senhor responder.

Tem outras perguntas de outros Senadores e Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Com a palavra o Ministro Fernando Haddad para responder especialmente às interpelações do Relator.

Em seguida, nós daremos a palavra aos Deputados.

Nós temos já inscritos: o Deputado Raimundo Costa, o Deputado Átila Lins, o Deputado Silas Câmara, o Deputado Pedro Uczai e o Deputado Rogério Correia.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Bom, eu acredito que os títulos que continuarão incentivados vão cumprir melhor a sua função com mais regulação em torno do destino do recurso.

O Marcos Pinto, que me acompanha, tem trabalhado esse tema no âmbito do Conselho Monetário Nacional, e nós já fizemos algumas alterações ao longo desses anos que não foram amplamente noticiadas porque são questões muito técnicas, que interessam pouco ao grande público, mas nós temos perseguido o objetivo de canalizar os recursos do título incentivado para o setor. Ele vai continuar incentivado. Simplesmente o diferencial, que estava muito elevado – estava na casa de 15%, porque era de 15 contra 0 –, vai cair para 12,5%. Não são uma diferença importante esses 2,5%. Isso não vai acarretar um desinteresse pelos títulos; muito pelo contrário, eu acho que esse título vai continuar sendo objeto de muita atenção por parte dos investidores.

Mas eu concordo com você quando diz que, primeiro, o benefício não chega à ponta, não chega! E eu estou falando depois de ter ouvido os intermediários da colocação desse título. As próprias pessoas que colocam esses títulos no mercado são os primeiros a reconhecer que grande parte do incentivo fica no meio do caminho, por duas razões: uma, porque tem a intermediação e os custos da intermediação, e você não tem informação suficiente para fazer com que a concorrência simplesmente atenue os custos de intermediação; e a segunda questão é a questão da canalização dos títulos. Então, ainda há muita brecha para você usar um título imobiliário ou agrícola em outras atividades, e aí acaba transbordando o dinheiro para outras atividades que não têm nada a ver com aquilo que mereceria incentivo. Depois eu vou passar a palavra para o Marcos para complementar, porque, sobre essas questões, é importante deixar claro com os dados como é que a coisa funciona.

Os 17,5%... Eu não acredito no alongamento da dívida pública por incentivo tributário, não acho que é por aí o caminho. Eu acho que você vai ter um perfil da dívida quanto melhor for a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

política fiscal e monetária macroeconômica. Sabe? Na verdade, o pequeno investidor que está pagando 22,5% também está financiando o estado. Ele não está financiando o estado no longo prazo, porque ele não tem o horizonte de investimento, não pode deixar o dinheiro parado cinco anos, dez anos, não é? Então, ele acabava comprando um título mais curto, de prazo mais curto e, por ser um pequeno poupador, acabava sofrendo as consequências disso. Os 17,5% é uma alíquota neutra, não vai arrecadar nem mais nem menos do que se arrecada hoje, mas pelo menos você equilibra o jogo entre pequenos e grandes aplicadores no mercado de títulos públicos.

Na questão da compensação, nós identificamos, Deputado, uma série de problemas na compensação que enseja fraude – enseja muita fraude –, quando você faz o cruzamento de compensação. Em geral, a Receita não tem perna para inibir a compensação indevida, porque é muita coisa. Então, o que nós estamos dizendo aqui é que, em casos específicos, você tem que ter o aval da Receita Federal, isso é para... Porque, depois do leite derramado, você vai gastar 18 anos para receber o crédito tributário, 9 de processo administrativo... Bom, a bem da verdade, caiu agora para 5,7 anos o processo administrativo na Receita Federal, mas, quando nós chegamos ao Governo, era de 9 anos o tempo do processo administrativo, e o tempo da Justiça continua nos mesmos 9 anos. Então, era 18, caiu aí 3 anos, caiu para 15, mas continua um absurdo. Então, depois que o contribuinte não pagou, para você recuperar esse crédito tributário, administrativamente, judicialmente, hoje, no Brasil, ainda leva 15 anos. Então, isso aqui é para inibir uma prática que está se tornando um problema grave para a Receita Federal, não é?

No passado – no passado não tão longínquo –, toda compensação tinha que ter autorização prévia – toda compensação –, ou da Receita ou da Justiça; era um juiz que determinava a compensação. E você tinha que prestar contas da compensação em juízo. Você tinha que apresentar uma contabilidade da compensação, e o juiz depois validava aquilo. Isso acabou. Não tem mais isso, não tem essa burocracia. Só que, em alguns casos, está sendo drenado o recurso que deveria estar entrando, e não está entrando por expedientes de planejamento tributário, na nossa opinião, abusivos.

Então, eu não sei nem se não está subestimado esse número, porque ele é... É que, quando você fala de 2% da arrecadação de PIS-Cofins, dá R$10 bi. Esse é o ponto. Então, R$10 bilhões no orçamento público federal é um percentual muito pequeno da receita. Nós estamos falando de um orçamento na casa de R$2,5 trilhões. Então, R$10 bilhões é quando você faz um pequeno ajuste para corrigir uma distorção. Você já tem um ganho de arrecadação em virtude de fechar as portas de um planejamento tributário, repito, abusivo. Quanto a planejamento tributário, tem aquele que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente rígido, que é legal, que é previsto, mas vocês sabem que há um conjunto de práticas que não merecem esse tratamento.

Gostaria até de mencionar um projeto de lei, que está nas mãos do Senador Efraim, e que é muito importante para a Fazenda, que é o do devedor contumaz. Hoje você abre CNPJ, fecha CNPJ e vai escapando do fisco sem pagar imposto. A lei do devedor contumaz vai inibir práticas criminosas que, inclusive, comprometem a concorrência no mercado. Então, é disto que nós estamos falando: de ir fechando as brechas do mau contribuinte. Não está se elevando alíquota, não está se criando imposto, nada disso. Nós estamos fechando as brechas do mau contribuinte.

Por fim, pelos dados que eu acompanho, das instituições financeiras, não está havendo... O tratamento isonômico tributário e regulatório não tem razão para inibir a concorrência. Você não está falando de micro e pequena empresa; você está falando de... À micro e pequena empresa, faz sentido você dar um tratamento tributário excepcional. Agora, uma instituição financeira... Você tem *fintechs* que estão operando acima de banco – muito acima. Você tem situações em que não faz mais sentido você tratar pela denominação, como se aquela instituição fosse frágil, que ainda tivesse no começo, porque ela tem 10, 15 anos de vida. Às vezes, ela tem 10, 15 anos de vida e já passou quem tem 50, em virtude da economia digital, da digitalização dos ativos, dos *marketplaces* de crédito que nós próprios estamos criando, como é o caso do crédito do trabalhador. Hoje você tem lá que qualquer instituição financeira credenciada pode participar do crédito do trabalhador, e tem muitas que, inclusive, estão no topo da concessão de crédito.

Então, não é isso que vai inibir. O que inibe a concorrência são barreiras à entrada, não é? É a pessoa não ter os mesmos expedientes que os grandes bancos têm. E isso tudo está sendo revisto pela atuação do Banco Central e pela atuação do Governo Federal, que tem dinamizado uma política de maior concorrência no sistema bancário.

Ó, Marcos, não sei se você, sobre esses quatro pontos, gostaria de complementar...

O SR. MARCOS BARBOSA PINTO – Não, eu só queria, Ministro, ilustrar com dados o que o senhor disse – muito obrigado, e obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Por favor, com a palavra o Secretário do Ministério da Fazenda.

O SR. MARCOS BARBOSA PINTO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

É só para ilustrar com dados essa questão dos títulos isentos. Hoje, no setor imobiliário, a gente tem 1,350 trilhão em papéis incentivados emitidos. E a gente só tem menos de 800 bilhões em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito imobiliário dado na outra ponta. Então, a gente está tendo uma perda de mais de 40%, que estão indo para outros setores, e a gente tem como atuar para conter isso.

No setor agrícola é a mesma coisa. A gente tem 1 trilhão de títulos agrícolas, dos quais menos de 800 bilhões vão para o setor agrícola. Então, tem um vazamento de recursos para outros setores também bastante grande. E o próprio produtor – o próprio mutuário, o próprio tomador dos empréstimos – sente isso. O custo, quando não se está tratando de linhas subsidiárias, é muito semelhante ao custo que os outros setores recebem. Então, o que a gente está propondo nada mais é do que: vamos instituir uma tributação mínima, aqui de 5%, deixar um benefício ainda de 12,5% para as aplicações incentivadas, e, por outro lado, por meio de um esforço regulatório, canalizar os recursos para o setor agrícola e para o setor imobiliário, de forma que eles tenham um ganho de recursos mesmo com o aumento da tributação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Nós agradecemos.

E consulto ao Deputado Carlos Zarattini se está satisfeito ou quer fazer alguma intervenção, alguma réplica.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, estamos satisfeitos, Senador. Não, vamos passar a palavra para os nossos colegas aí para terem oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Tá.

E eu quero e me permito tentar combinar com os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas um procedimento para a nossa audiência pública: se seria mais interessante fazer a intervenção individual ou se nós podemos fazer bloco de três, de quatro, de cinco, de modo a efetivarmos a presença insubstituível do Ministro da Fazenda aqui nesta Comissão Mista.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Bloco. Vamos fazer bloco de três.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA. Pela ordem.) – É só uma observação. Por exemplo, se se pega um Parlamentar que faz cinco perguntas de temas diferentes e forem de um número maior de assuntos, aí poderia reduzir o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Tá. Perfeito. Aí nós daremos uma compensação.

Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu concedo a palavra, em primeiríssimo lugar, ao Deputado Raimundo Costa. Com a palavra V. Exa.

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA. Para interpelar.) – Muito obrigado, digníssimo Presidente da Comissão, Senador Renan Calheiros.

Saúdo também o nosso Relator, o Deputado Carlos Zarattini; o Secretário de Reformas Econômicas, Marcos; e, de forma especial, o nosso Ministro Haddad, dizendo da nossa alegria de vê-lo aqui.

A gente que mora lá no interior... Eu sou um Deputado que estou no segundo mandato, mas eu venho de uma história de classe de pescadores e vejo o quanto é importante a economia estar sob controle do ponto de vista de elevar as condições sociais, inclusive, dentro do ajuste que é preciso. E essa medida provisória traz justamente isto, o equilíbrio onde é necessário ao cobrar de quem pode pagar, de quem tem as condições necessárias, como já foi dito aqui, inclusive, pelo Relator.

Mas eu quero, antes de mais nada, dizer da nossa satisfação em vê-lo segurando essa economia pelo bom trabalho que vem fazendo. Isso repercute nos avanços sociais que o país vem ganhando. A gente tinha quase dez anos sem Ministério da Pesca. Isso pôde nos trazer a condição de ter homens e mulheres que produzem, que geram emprego, que geram renda, mantêm sua cultura, desenvolvem a economia local, estadual, regional, sobretudo municipal. Porque a pesca artesanal representa 60% da pesca nacional. Veja a grandiosidade de homens e mulheres. E a medida provisória, dentro do aspecto de equilíbrio financeiro, é muito justa e necessária, eu acredito.

Mas me parece, Ministro, indo até de encontro ao seu ponto de vista de entender que o país ainda precisa avançar muito porque se encontra naquelas condições de países que ainda têm esse déficit social, que o art. 71 vem de encontro a essa tentativa de equilíbrio, tirando ou dificultando benefícios através de medidas que protelam a ação, sobretudo no período de defeso. Ele não traz as condições. Com certeza o equilíbrio financeiro deve levar à justiça social, e o art. 71 da medida provisória estabelece que ao pescador será exigido, para acesso a um benefício, uma nova carteira, que ainda não é obrigatória para todos os brasileiros, que é a carteira de identidade nacional, e a gente sabe de todo o sacrifício que é tirar uma CIN. Hoje vai ser, a partir desse art. 71, obrigado a apresentar no ato, na ação do benefício, esse documento. E, após isso, entregar a homologação a quem nunca cuidou, nem sabe como resolver a situação do pescador, que são as prefeituras ou o Distrito Federal. Nada contra a entidade, muito pelo contrário. Mas você estabelecer... O RGP, dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sua estrutura de cadastro, já fala de tudo sobre o pescador. E ali já se garante o direito a ele em nível nacional: onde ele pesca, as condições em que ele deve pescar, o respeito ao seguro-defeso, a proteção. E, quando o art. 71 estabelece que, além da apresentação dessa nova carteira, ele precisa se dirigir a um ente municipal, sem ter ainda as regras, isso está gerando um pânico total no Brasil.

Por isso que nós apresentamos ao digníssimo Relator Carlos Zarattini uma emenda supressiva, porque esse artigo não contribui com o avanço de receita...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – ... muito menos com a questão do equilíbrio social.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Perfeito.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eminente Senador Renan Calheiros; meu caríssimo Relator, Deputado Carlos Zarattini; Sr. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad; Secretário do Ministério da Fazenda, Dr. Marcos Barbosa Pinto; na verdade, eu quero, inicialmente, parabenizar V. Exa., Ministro, pelo trabalho que executa na liderança do Ministério da Fazenda. Não é fácil você dirigir o Ministério da Fazenda de um país, ainda mais num mundo globalizado, com problemas tão difíceis de serem contornados hoje. Mas V. Exa., com muita competência, com muita humildade... Confesso a V. Exa. que eu sou decano, eu tenho 35 anos como Deputado. Nunca vi um Ministro que dialogasse mais, que conversasse mais, que debatesse mais, Ministro da Fazenda. E V. Exa. faz isso cotidianamente. Claro, convence a maioria, não convence todos, mas faz o seu papel de dialogar, explicar as razões das medidas que o Ministério da Fazenda vem adotando no Brasil.

Essa medida provisória, com certeza, vem muito ao encontro do que nós aprovamos dois anos atrás, que foi o arcabouço fiscal. Não tenha dúvida. Aqui não tem novidades. V. Exa. tem a obrigação, como dirigente do setor, do Ministério da Fazenda do país, de fazer as medidas necessárias para que o arcabouço fiscal não fuja daquilo que foi aprovado pelo próprio Congresso Nacional. Então, o senhor é uma espécie de gestor do arcabouço fiscal, e isso tem dado ao senhor esse dever e essa obrigação de ficar adotando certas medidas, como essa agora, no caso da medida provisória, que abrange vários setores da vida nacional e que nós temos a obrigação de debater para procurar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrar o equilíbrio e o melhor caminho para o nosso Brasil continuar trilhando o caminho do progresso, do desenvolvimento.

Fiquei feliz de ver esses novos números, o desemprego muito baixo. Eu até digo sempre que antigamente, em qualquer pesquisa que nós recebíamos, a população queria sempre mais emprego, ou então mais segurança. Hoje é o contrário disso. Mesmo a despeito de nós termos feito investimentos maciços no Brasil na área da saúde, este ainda é o primeiro item nas pesquisas: saúde pública. Daí, eu acho, a correção de todos os recursos que estão sendo direcionados para a saúde pública. Até mesmo os Parlamentares, nas suas emendas, obrigatoriamente direcionam, destinam 50% das suas emendas para a saúde pública, com essa preocupação de dotar o Ministério da Saúde dos instrumentos capazes de fazer com que os municípios tenham mais recursos, que o estado também tenha mais recursos, enfim.

Mas eu quero dizer ao senhor que eu acompanho, com muito interesse e com muita atenção, o seu trabalho e o parabenizo por isso. Espero que o senhor continue tendo esse êxito que o senhor vem tendo. E quero dizer para o senhor que a minha preocupação com essa MP é a mesma do meu colega Raimundo Costa, é a questão do pescador e da pescadora do Brasil.

Lá o nosso estado, por exemplo, o Amazonas, que, eu não preciso dizer, é um estado continental, é um estado onde a pesca exerce uma posição muito importante, muito visível. E essa preocupação de ainda ter que ter a carteira nacional nova... V. Exa. não pode imaginar a dificuldade que nós estamos enfrentando no Amazonas. Em Manaus, muita gente não tem a carteira nova. Como é que o interior do Amazonas vai ter carteira nova para o pescador ir lá se recadastrar?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM) – Impossível e difícil. E eu acho que essa medida poderia ser minimizada, dar um pouco mais de prazo...

E outra coisa: eu, às vezes, não quero me recordar, mas no momento eu me lembro do saudoso Hélio Beltrão, que desburocratizou muito este país. Nós não podemos burocratizar mais. Como? Colocar essa norma no art. 71, dando ao pescador a obrigatoriedade de ele ter que se dirigir a um ente municipal, que, como disse o Deputado Raimundo Costa, não tem nenhuma vivência, não tem nada a ver com a questão da pesca artesanal do país – e eu falo muito pelo meu Estado do Amazonas.

Dessa forma, o óbice que eu vejo nessa MP é a questão do art. 71. Se nós pudéssemos suprimi-lo... Tem muitas emendas de companheiros que estão propondo essa supressão: tem a do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu colega, Deputado Silas Câmara, do Amazonas, que está aqui conosco e que também apresentou uma emenda supressiva; o Raimundo Costa também já apresentou.

Eu queria até fazer um apelo ao nosso Relator para que, em vez de nós temos que votar aqui essa supressão, ele automaticamente já extinguisse esse dispositivo do seu relatório para não termos essa necessidade de votar, até porque, Ministro, esse é um artigo danoso para os pescadores, e eu não os vejo como um setor que cause tanto transtorno a essa política econômica do nosso país. Não vejo!

E, é claro, a gente sabe que aqui e ali tem excessos. Quando houve a necessidade... Eu não esqueço que, no tempo da Presidente Dilma, a Ministra Kátia Abreu teve que suspender o pagamento do seguro-defeso, alegando que havia muitos excessos e havia muitos indícios de fraude. E foi feito isto: fizeram recadastramento, correções. Agora mesmo pode ter até excessos. Vamos corrigir os excessos, mas não vamos generalizar para causar mais transtornos a essa categoria tão importante para o nosso país, que é a categoria dos pescadores e das pescadoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Eu queria adicionar às intervenções dos Deputados duas perguntas. São, evidentemente, perguntas complementares. Qual a economia anual esperada com a medida? E se a medida proposta é o bastante para evitar as fraudes denunciadas.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Deputado Silas Câmara. Com a palavra V. Exa.

É o último inscrito deste bloco.

O SR. SILAS CÂMARA (REPUBLICANOS - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, primeiro quero falar da honra de poder tê-lo presidindo esta Comissão, o que já demonstra a categoria e a altura técnica e política que tem a importância desta Comissão.

Quero também saudar o Relator Zarattini, dizer da alegria de poder tê-lo, experiente como é, como Relator de uma matéria tão importante.

Quero cumprimentar o Ministro Haddad e dizer da alegria também de revê-lo. De fato, não se pode dizer que V. Exa. não dá oportunidade para o debate, porque sempre comparece a todas as audiências e reuniões necessárias que tenham a altura política do entendimento técnico. E também saúdo o Secretário Marcos Barbosa, que vem com V. Exa., complementar, com certeza, o debate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnico que esta Comissão precisa ter para entender os objetivos e também, as explicações necessárias da 1.303.

Sr. Presidente e membros do dispositivo, eu não vou entrar no mérito da 1.303, porque é absolutamente pertinente e tem, obviamente, alguns detalhes técnicos que quem tem a profundidade técnica para discutir, vai discutir. E eu tenho certeza de que ao final o Relator vai dar o ajuste fino, obviamente que combinando o jogo com o Governo do Federal e também com a Comissão como um todo, para que nós possamos ter facilmente uma aprovação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado, e, finalmente, transformar em forma definitiva em lei.

Mas eu queria trazer à discussão aqui também o art. 71. Obviamente, com todo o respeito, é uma injustiça muito grande, porque o art. 71 é altamente danoso a um setor produtivo que gera trabalho e que gera renda. E eu estou falando aqui do Estado do Amazonas. Só para se ter uma ideia, no Estado do Amazonas, que tem mais ou menos 4,5 milhões de habitantes, nós somos apenas 104 mil pescadores e pescadoras que recebem seguro-defeso.

Não é preciso dizer que o nosso estado é um estado também que tem um manancial de água doce, de lagos, também na aquicultura e na piscicultura, altamente importante para, inclusive, a alimentação dos brasileiros que moram lá e também o envio para os brasileiros de todo o Brasil e até para o planeta.

Mas o que me chama a atenção é que esse art. 71... Desculpa a provocação, mas ela é no sentido de trazer à luz de todos nós aqui e de V. Exas. também uma dificuldade sem necessidade nenhuma, porque não traz nenhum controle. Eu queria lembrar que as entidades de pesca desta nação, sejam associações, sindicatos ou colônia, não têm a prerrogativa da emissão final da RGP. De jeito nenhum! Quem tem é o Governo brasileiro. Eles podem cadastrar, mas a emissão da RGP é feita pelo Governo brasileiro. Portanto, as prefeituras não conhecem a matéria e, inclusive, com todo o respeito, trarão uma politização danosa aos trabalhadores de a uma matéria que hoje não é politizada – afinal de contas, eu repito, quem faz a emissão final, a análise final do cadastro é o Governo Federal. Isso em nada vai proporcionar um controle, porque vai, de novo, trazer apenas mais uma etapa para que o pescador e a pescadora possam ter, na burocracia, não o controle, mas a dificuldade de acessar o seu benefício.

Esse benefício do seguro-defeso não é apenas uma compensação pelo respeito que o pescador artesanal tem ao meio ambiente, que, aliás, é uma exigência do Governo Federal. No caso do Estado do Amazonas, não pescará o pescador artesanal em dezembro, janeiro, fevereiro e março.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por conta disso, receberá uma compensação, que é paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, portanto, uma espécie de seguro-desemprego por não trabalhar.

Mais do que isso, Ministro Haddad, Relator Zarattini, Presidente Renan Calheiros, companheiros e companheiras, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, a exigência da carência na emissão da carteira já é por 12 meses. Portanto, a necessidade de se ter no orçamento a garantia do pagamento no ano anterior, sinceramente, nem seria necessária, porque a carteira já é o controle. Deu para entender ou não? Por quê? Porque a carência já é de 12 meses. Então, dificilmente um pescador, uma pescadora, que terá sua RGP deferida este ano pelo Governo Federal, receberão só no ano que vem. Portanto, já está amarrado preventivamente o que no orçamento está estabelecido no art. 71.

Então, meu querido Zarattini, Presidente Renan Calheiros e meu Ministro Fernando Haddad, eu faço aqui um apelo, está certo? Eu que sou autor de uma supressiva, aliás, a primeira supressiva apresentada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILAS CÂMARA (REPUBLICANOS - AM) – Eu faço um apelo que ela seja acatada e apensada a todas as outras por justiça. Seria bacana se fosse feito pelo Relator, mas eu acho que o processo legislativo é rico quando se prestigia quem atentamente apresenta o dispositivo legislativo necessário para que seja corrigido na lei aquilo que precisa ser corrigido, e isso enriquece o processo legislativo e prestigia o legislador, que está atento à necessidade de que seja corrigida a lei.

Portanto, eu faço um apelo que seja corrigido não por conta apenas da necessidade da substituição da Carteira Nacional de Identidade, mas porque o artigo é desnecessário no aspecto tanto de controle, quanto da riqueza de documento e quanto também, Presidente, porque quem emite é o Governo Federal, não são as entidades – não são as entidades.

Então, fica aqui o meu apelo para que o Relator e, obviamente, o Governo Federal conceda, e o Presidente possa trabalhar a retirada do art. 71 da Medida Provisória 1.303.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Antes de conceder a palavra ao Ministro, eu registro, com muita satisfação, a honrosa presença aqui nesta Comissão do Senador Romero Jucá.

É uma grande honra, Romero, tê-lo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA. *Fora do microfone*.) – Presidente, uma sugestão: como o assunto é o mesmo...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Para interpelar.) – Presidente, Deputado Henderson Pinto, do MDB do Pará. Com muita alegria componho esta Comissão Mista, e obviamente compreendo a necessidade de que essa medida provisória traga elementos importantes no que representa para a gente alguns setores. Há necessidade, sim, de que sejam taxados, cobrados de maneira justa, e a gente faça a tão falada justiça tributária, e eu acho que esse é o caminho. E dentro dela, a gente tem observado alguns setores, em especial, o que foi relatado pelos colegas anteriormente, em relação à pesca artesanal.

Penso eu que talvez esse artigo tenha sido criado baseado em denúncia de fraude ou algo parecido e, obviamente, que todos nós, como Parlamentares deste Congresso Nacional, temos que ter em mente que combater fraude tem que ser prioridade – e isso é verdade. O que a gente não pode é, no afã de coibir a fraude, colocar em xeque, inclusive, a responsabilidade das entidades que hoje fazem, com muita maestria, todo o processo, por exemplo, de aplicação, desde o início do preenchimento de uma solicitação de seguro-defeso, por exemplo, até o final do pagamento desse seguro-defeso.

Aquela velha história que eu tenho falado muito na Amazônia que muito se fiscaliza quem comete o crime, mas pouco se regularizam aqueles que querem se regularizar. Então, há necessidade hoje, sim, de a gente fazer uma adaptação no art. 71. Praticamente o que vem atrapalhando nesse processo em que ocorreu essa mobilização – e talvez esse tema seja o que recebeu o maior número de propostas de emenda de supressão, inclusive do art. 71 –, o que vem atrapalhando é o que estabelece o §11, que cria um novo parágrafo no art. 2º da Lei 10.779, de 2003, mudando a sua leitura.

Obviamente que nós não temos nada contra os entes municipais – pelo contrário, cada um já faz o seu papel –, mas a gente jogar uma responsabilidade dessa, que é grande... O Brasil todo tem um pouco mais de 1 milhão de pescadores artesanais inscritos. Só na nossa Região Norte e no Nordeste, nós estamos falando de mais de 700 mil, aliás, mais de 800 mil; lá no Amazonas, em torno de 105 mil; e, no meu Pará, 510 mil, porque o Pará, na região de que eu sou, lá do Baixo Amazonas, vivencia, como uma atividade econômica de sua vocação natural, a pesca artesanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, quero fazer um pedido ao Governo, que a gente estabeleça também uma forma de quantificar isso. A pesca artesanal no Brasil não tem um processo de quantificação ou de instrumentos que façam comprovar que quantidade de pescado nós fazemos através da pesca artesanal no Brasil. Acho que isso é importante o Governo puxar para si. Tirar a responsabilidade das entidades que fazem com maestria, que nada tem a ver com quem promove a fraude – porque a gente tem que separar o joio do trigo – eu acho que é um equívoco do Governo. Talvez, só na questão de pensar que vamos combater a fraude, estabelecer: "Não, vamos olhar... tirar os poderes das entidades que, em tese, são os que estão fazendo algum tipo de fraude no país". Nós reconhecemos e temos que estabelecer uma separação de quem tem responsabilidade com os seus associados ou os seus sindicalizados e quem não tem.

Infelizmente, talvez lá atrás, com a mudança da lei, muitas entidades se criaram com esse viés. Reafirmo com todas as letras que há necessidade de combate à fraude, mas precisa estar intacto o que estabelece essa relação com as instituições, associações, sindicatos, colônias de pescadores, estas que, com certeza, são as maiores referências hoje do país, no que diz respeito à organização e precisam ser prestigiadas.

Houve uma mobilização tão grande. Para vocês terem uma ideia, na primeira reunião nossa de instalação aqui, Relator Zarattini, quando eu fiz um vídeo falando já do nosso plano de ação, que no dia 20, na próxima semana, a gente teria uma audiência para tratar deste art. 71, eu acabei causando um problema no país, porque está todo mundo se mobilizando, pescadores, para virem dia 20 para cá. Inclusive, já sugeri na minha fala, que, se a gente puder manter essa data, porque tem muita gente... A minha tese aqui, Deputado, de pedir a data marcada é por conta dos valores das passagens aéreas para vir da Amazônia principalmente para cá, que são absurdos. A gente comprou passagem de R$8 mil, para se ter uma ideia, 15 dias atrás, para vir para cá para Brasília.

Então, só para fazer esse registro e fazer realmente o apelo: a sugestão da grande maioria de quem compõe esta Comissão ou não é a supressão do art. 71, mas, se não dá para suprimir, vamos fazer de uma maneira que a gente possa garantir instrumentos que possam combater a fraude com maior fiscalização, mas sem tirar poderes de quem organiza os nossos pescadores. Por exemplo, vamos fazer um recadastramento nacional novamente, com todas essas entidades vindo para a responsabilidade, para que elas acompanhem de perto. De fato, só ter direito a esse benefício, como é o seguro-defeso, quem, de fato, é pescador de verdade. Obviamente que nós temos que combater a fraude, mas vamos manter garantido o direito daqueles que lutaram por muito tempo para se organizarem. Aliás, a pesca artesanal do país é um dos poucos segmentos do país que tem a organização que eles têm hoje e o poder de mobilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Nós tivemos a satisfação de acrescer o Deputado Henderson Pinto ao primeiro bloco, porque abordou um tema tratado pelos Deputados.

Da mesma forma, eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Deputado Pedro Uczai.

Com a palavra V. Exa.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Para interpelar.) – Nessa mesma direção, Fernando Haddad.

Eu acho que está muito claro aqui, e quero cumprimentá-lo por essa disposição de a gente conversar. Sobre o seguro-defeso, é o que movimenta a economia dos pequenos. A colônia de pescador, a associação, o sindicato, a federação, em grande parte no Brasil, se estruturam em dez anos, 20 anos, 30 anos, 50 anos, 60 anos, nas várias experiências brasileiras. Ali, virou cultura, virou memória, virou história, virou relação com o mar, com os rios do nosso país.

Quando você transfere para um outro ente, você não só desestrutura toda essa cadeia como você tem dificuldade de estruturar no interior das prefeituras, porque, muitas vezes, a sede da prefeitura está longe do rio, está longe da colônia, está longe do espaço onde se exerce o papel do pescador artesanal.

Portanto, eu o elogio por buscar receitas no andar de cima. E esse ambiente está propício porque o Governo e o Ministro enfrentaram esse tema das *bets*, dos super-ricos, do andar de cima, que não pagava imposto, pagava muito menos. Portanto, se faz justiça tributária, mas, neste caso aqui, o tema é fraude, o tema é irregularidade. Não é arrecadação. Portanto, não é o tema de arrecadação.

Então, vamos criar os mecanismos de controle social. Vamos fazer audiências, vamos fazer junto com o Governo, vamos criar um grupo de trabalho junto com o Governo, com tecnologia moderna. Hoje, tem total facilidade, com tecnologia, para fazer o controle social, para fazer o controle tecnológico, para fazer a gestão desses pescadores e seus benefícios.

Nós nos somamos, a nossa bancada se soma também, apresentamos emendas nessa direção.

Eu concluo aqui, com a sua generosidade, Presidente, porque eu tenho também reunião com o Presidente do Tribunal de Contas, nossa bancada catarinense.

Sobre FGO e FGI, só uma pergunta que está na pauta também. Nós apresentamos emenda aqui, apresentamos emenda na 1.300, conversamos com o Guilherme Mello, conversamos com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nelson Barbosa, do BNDES, para que o Fundo Clima, que hoje está em medida de regime de urgência, em requerimento, na Câmara – portanto, V. Exa., tomando conhecimento –, possa permitir garantias reais para os pequenos no país, porque hoje só os grandes acessam os R$11 bilhões, os pequenos não acessam. Quando se permite uma cooperativa de energia solar da Amazônia, que tem sol sobrando, no Norte sobrando, no Nordeste sobrando...

E o que me impactou, no lançamento do PAC no Rio de Janeiro, não foi o PAC, foi seu discurso sobre o Plano de Transição Ecológica. Diante da COP 30, a gente precisa garantir que os pequenos da Amazônia, do Alagoas, de qualquer estado do país acessem os recursos do Fundo Clima, porque o FGO e o FGI dão garantias reais para que se promova esse acesso, que hoje não é permitido. Então, a gente acaba enfrentando o tema das mudanças climáticas, mas só os grandes acessam, por isso que está nessa pauta, e gostaria de contar com o seu apoio – já tivemos conversas com o Guilherme Mello, já tivemos conversas com o Nelson Barbosa – para que a gente possa avançar nessa matéria aqui, com o consentimento do Governo e de V. Exa.

Obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O Zarattini, nosso amigo, Relator, vai ser sensível aos pescadores artesanais, tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Eu peço permissão a todos para, antes de conceder a palavra ao Ministro, acrescer ao primeiro bloco o Deputado Padre João.

Com a palavra V. Exa., que vai certamente tratar do mesmo tema.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero saudar aí o Relator Zarattini e o Haddad.

Eu também sou autor de uma emenda supressiva do art. 71.

Haddad, os pescadores foram duramente penalizados, criminalizados. Desde a saída da Presidenta Dilma, com a extinção do Ministério da Pesca, eles ficaram órfãos. Ora estavam num ministério, ora estavam em outro, e isso trouxe um prejuízo enorme em relação ao cadastramento. Agora criminalizaram a categoria já secular, que tem um nível de organização fabuloso. Não podemos, por um erro de um, criminalizar a todos.

Então, Ministro – e o Zarattini acho que tem essa sensibilidade como Relator –, o recadastramento não será prejuízo. É verdade: que o recadastramento seja num prazo que não comprometa o usufruto do direito. Esse recadastramento, com a tecnologia que temos hoje dentro do sistema, com o cruzamento de informações... Isso salva novamente tudo. O que não podemos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, é dizer: "Não, agora acabou o dinheiro, essas mães vão ficar sem recurso". Nós vamos gerar um conflito, Ministro, porque eles são impedidos e vão ser presos porque eles estão cometendo um crime ambiental. Vão ser presos, vai ser o maior conflito nos estados com as polícias, porque aquela família não vai ficar de braços cruzados, morrendo de fome. A única coisa que eles têm é a pesca. Não vão morrer de fome, eles vão infringir a lei, né?

Então, é neste sentido: de evitar o conflito. É uma questão ambiental, uma questão social, uma questão econômica. E, no econômico, eu entendo que é possível, e é verdade que em algum lugar cabe um recadastramento, e acho que não tem resistência a esse recadastramento, desde que ele não seja prejuízo a ter o direito – mas é muito importante.

Olha, Ministro, é uma das atividades que precisa de investimento, porque o potencial nosso na pesca, só da orla marítima, é fantástico. E não tem impacto no orçamento, porque o calendário é bem variado. Uma coisa é o pescado de água doce, e varia de acordo com as bacias, outra coisa são os diversos mariscos que nós temos nessa orla tão extensa. Então, é uma riqueza fabulosa, e acho que cabe o nosso olhar para investir, e não para punir quem vem garantindo uma das melhores proteínas na nossa mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Concedo a palavra ao Ministro Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Olha, eu estou muito sensibilizado com as falas. Essa medida provisória tem um conjunto de previsões que foram feitas por vários ministérios, mas essa preocupação surgiu das auditorias recentes feitas pela Controladoria-Geral da União, que acenderam um sinal amarelo sobre alguns aspectos do programa que estavam, segundo a CGU, um pouco fora de controle.

Agora, eu sou 100% de acordo em que o controle não pode prejudicar o direito. O controle tem que vir ao encontro do direito. Você tem que criar um mecanismo em que o direito do trabalhador, do pescador artesanal, seja respeitado e, até em benefício do programa, criar formas inteligentes de coibir a fraude quando ocorrer.

Então, eu penso que as falas têm esse objetivo comum, quer dizer, o direito vem antes de tudo, mas não vamos baixar a guarda em relação aos controles que devem ser estabelecidos para o bem do próprio programa, porque amanhã tudo o que nós não precisamos é de cadastros malfeitos, de não respeitar o direito do trabalhador, de uma pessoa que, às vezes, é levada muitas vezes a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

reivindicar um benefício num programa que não é próprio para ela, porque há outros programas sociais sob medida para cada situação. Então, não vai ficar ninguém desamparado, sem Bolsa Família, pois você tem o BPC, você tem o seguro-desemprego, você tem uma série de coisas à disposição do cidadão, e o nosso dever é fazer chegar o benefício correto a quem é de direito.

Então, eu concordo com as premissas colocadas. Nós estamos com um Relator que eu conheço de longa data e sei que ele vai ter um carinho muito grande em avaliar essa questão.

Recomendaria, Zarattini, que você procurasse o Vinícius Carvalho, Ministro da CGU, para só se familiarizar com as auditorias que foram feitas, mas eu enfatizo aqui e faço coro com o que foi dito, quer dizer, o controle não pode prejudicar a concessão do direito a quem tem o seu critério de elegibilidade satisfeito. Então, nós não podemos criar um conflito, Padre, que gera uma situação indesejável do ponto de vista social, econômico e ambiental, como o senhor colocou.

No que me diz respeito, Zarattini, eu posso até colocar a equipe à disposição para que você faça essa interlocução com os demais ministérios, em busca ou da mera supressão, ou de uma redação coerente com os objetivos das lideranças do setor. Não teria nenhum problema em aperfeiçoar o texto nessa direção.

Então, fiquem tranquilos, porque isso aí vai ser tratado com o carinho devido; nós sabemos da vulnerabilidade de algumas famílias que dependem da pesca, e elas não vão ficar desassistidas de nenhuma maneira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Consulto os Senadores que integraram o primeiro bloco se estão satisfeitos com as respostas do Ministro, ou se desejam fazer uso da réplica? (*Pausa*.)

Não.

Então, vamos passar ao segundo bloco.

O segundo bloco será composto pelo Deputado Rogério Correia, pelo Senador Izalci Lucas e pelo Deputado e Senador Lindbergh Farias.

Se houver algum outro integrante desta Comissão que queira falar de um tema afim aos outros três integrantes, nós adicionaremos ao bloco.

Com a palavra o Senador Rogério Correia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Por ora Deputado, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Por ora, Deputado. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Senador Renan, quero cumprimentá-lo e também o nosso Relator Zarattini, o nosso Ministro Fernando Haddad, Marcos Barbosa, e a todos os Deputados e Deputadas.

Ministro, eu vou me permitir tocar em dois outros assuntos, visto que julgo que Zarattini e V. Exa. vão dar um tratamento especial aos pescadores, como já foi aqui solicitado, e o Deputado Padre João, que tão bem os representa em Minas Gerais, já falou sobre o assunto, com o qual eu concordo.

Mas eu queria colocar dois novos assuntos, se me permitir o Presidente Renan, para aproveitar a presença do Ministro Fernando Haddad, que tem feito um excelente trabalho.

Hoje tivemos notícias boas de novo, no Brasil, não é? A geração de emprego ampliou, aumentou e houve a redução do preço de alimentos. Não sabemos se isso ainda tem alguma relação com a questão do tarifaço, mas hoje há uma boa notícia: de novo, os preços caindo, especialmente preço de alimento, de fruta, arroz, café. Tivemos boas notícias.

Também tenho a minha preocupação com um projeto sobre o qual já conversei com o nosso Ministro Haddad e que nós conseguimos, depois disso, aprovar – ele já foi aprovado no Senado e conseguimos aprovar o regime de urgência dele na Câmara – e que diz respeito à questão de renúncia fiscal. Essa renúncia fiscal é grande: chega a 800 bilhões, segundo o próprio Ministério da Fazenda, da renúncia tributária. Tem um projeto inclusive de Mauro Benevides, que já fala em diminuir essa renúncia fiscal. Ele é mais generoso e colocou 5% e 5%, mas há um certo consenso de que pelo menos 10% dessa renúncia fiscal nós precisaríamos, até para folgar o orçamento, o que vai aliviar aí os pescadores e outros, não é? Temos aí muita coisa a se fazer no país.

É se essa questão tem andado, se nós temos perspectiva de fazer um debate, o mais rápido, dessa questão de renúncia fiscal. Eu acho que ela é importante para o Brasil. Nós estamos com um problema também em Minas Gerais. Ao contrário do que nós temos aqui, no Governo Federal, em que nós sabemos todos que têm renúncia, o valor, tudo aberto, tanto dentro da LDO quanto dos instrumentos do Governo, em Minas não sabemos, e isso tem encolhido muitos investimentos que podem ser feitos em questões essenciais.

Esse era um tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro, se me permite o Ministro, é fazer uma proposta – uma proposta até eu diria ousada. Nós temos visto aí que, dentro dessa discussão de tarifaço e de sanções que têm sido impostas ao Brasil, tanto a Ministro Supremo, mas especialmente ao Brasil, do ponto de vista de tarifaço, o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, chegou a mencionar que tinha interesse no Brasil, nas nossas terras-raras, nos minérios críticos e nos minérios estratégicos.

Como eu sou mineiro, conheço bem a história do que aconteceu em relação a tudo isso. A história nos lembra que foi Getúlio Vargas quem instituiu, em primeiro lugar, a Vale do Rio Doce, que tinha exatamente uma função estratégica, para que o nosso minério explorado fosse explorado do ponto de vista ambiental, mas também que gerasse emprego, renda, desenvolvimento econômico e que dali, do minério, outros produtos fossem produzidos no próprio Brasil; depois, com a privatização da Vale do Rio Doce, nós viramos praticamente exportadores do minério.

Mas nós temos agora, em Minas Gerais, um conjunto de terras-raras importantes. O Brasil dispõe de 23% das terras- raras e está aí em segundo ou em terceiro lugar dos países que mais têm terras-raras, que são vários produtos que vão produzir coisas de que hoje a humanidade tanto necessita na modernidade, sejam celulares, computadores, armamentos, etc.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – E só 27% do nosso território foi identificado com relação às riquezas naturais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Isso. E nós temos muito em Minas, Goiás, São Paulo, no norte do país. São muitos, em muitos espaços. Em Minas, muito.

Agora, além disso, temos também minerais estratégicos e críticos. Em Minas Gerais agora, o lítio e o nióbio. Dizem que 98% do nióbio mundial está em Minas Gerais, na região do Triângulo, ou Alto Paranaíba, ali em Araxá. E temos as empresas Codemig e Codemge, que cuidam disso em Minas.

A questão que eu levanto para o Ministro é que nós temos também – e foi fruto de uma legislação que foi apresentada e depois aprovada, graças ao Senador Rodrigo Pacheco – o Propag, em que o Presidente Lula deu um presentão para os estados, particularmente para Minas Gerais. O Governador não agradece, mas nós, que somos mineiros, queremos agradecer ao Ministro Haddad e ao Presidente Lula, porque foi um presente para resolver a dívida de Minas.

O próprio Governo queria privatizar uma das empresas, que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, felizmente, proibiu, mas permitiu federalizar. A proposta que eu faço para o estudo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Fazenda, junto ao Presidente Lula, é que a gente crie uma empresa estratégica e nacional para ver as questões das terras raras, dos minerais estratégicos e dos minerais críticos.

Não tem condições de nós permitirmos que explorações de empresas privadas ou estatais de outros países venham aqui, e a gente não cuide desses minerais raros, estratégicos, essas terras raras e minerais críticos. Isso é um futuro muito grande, e não é à toa que o Trump está de olho nisso. Acho que o tarifaço tem muito a ver também com o que ele pretende no Brasil; aliás, disseram que querem de novo que aqui vire um quintal. E eu acho que nós não podemos permitir isso. Se Getúlio fez isso com os minérios, e foi tão importante naquela ocasião, eu acho que o Presidente Lula precisa olhar estrategicamente para essa questão no país.

Então, me desculpe sair um pouco do tema da medida provisória, Deputado Zarattini...

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) – Nada, que isso...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... mas são temas tão relevantes para o Brasil e o Ministro tem tanta importância nisso, que eu fiquei tentado a entrar também neste debate e gostaria depois de conversar com o Ministro e – quem sabe? – marcar com o Presidente Lula uma conversa sobre essas questões de fundo mais estratégico para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Concedo a palavra ao nosso querido amigo Senador Izalci Lucas.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar, aqui, o Ministro e também o nosso Relator, o Zarattini.

Eu vou iniciar minha fala com relação ao art. 71. Evidentemente, respeito muito e realmente precisamos cuidar dos nossos pescadores artesanais, mas eu fui o Presidente da Comissão da MP 871, quando se tratou da questão das aposentadorias rurais e também do seguro-defeso, lá em 2019. E o discurso, na época da Medida Provisória 871, foi exatamente este: "Faça isso, não faça aquilo e não faça aquilo". Está aí o resultado. A CPMI vai mostrar qual é a realidade hoje da questão do INSS e do seguro-defeso.

Então, eu acho que V. Exa. tem razão. A gente precisa ter muito cuidado para, realmente, não tirar o direito, mas também não deixar franco para, realmente, não haver aí muito desvio de recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro de que, na época, em 2019, tinha muita gente de Brasília mesmo recebendo muito seguro-defeso, e aqui não tem essa quantidade que na época existia. Então, só estou ponderando essa questão do art. 71, da qual eu acho que a gente tem que cuidar um pouco melhor.

Bem, V. Exa. deve ter conhecimento, mas eu vou citar aqui que a coalizão das frentes parlamentares, que somam 20 frentes ligadas ao setor produtivo, se manifestou pela imediata devolução da MP, que é alternativa ao IOF. No manifesto, essas frentes afirmam que a medida impõe uma carga tributária excessiva e generalizada que afeta negativamente os setores produtivos e a população.

O texto, na avaliação das frentes, é prejudicial à competitividade, à previsibilidade econômica e à segurança jurídica, afastando investimentos e encarecendo o crédito, especialmente para os setores do agronegócio, indústria, construção civil, micro e pequenas empresas.

Para não me alongar, eu vou citar rapidamente aqui só o último parágrafo deste manifesto.

Abro aspas:

> Diante deste cenário preocupante, a Coalizão das Frentes Parlamentares Produtivas defende a imediata devolução da MP 1.303/2025 e conclama o Congresso Nacional a assumir uma postura firme em defesa da segurança jurídica, da liberdade econômica e da estabilidade fiscal, como tem feito desde o princípio. Não podemos aceitar retrocessos que prejudiquem a produtividade, ameacem empregos e comprometam a esperança de milhões de brasileiros por um país melhor e mais justo.

Então, eu pergunto a V. Exa.: o Governo não vai ouvir a posição de quem verdadeiramente contribui para o desenvolvimento do nosso país?

Essa é a primeira pergunta.

Ministro, a Constituição também estabelece que alterações em matéria tributária devem observar o princípio da legalidade, anterioridade e noventena.

Por que o Governo optou por uma medida provisória, e não um projeto de lei com amplo debate público para instituir alterações tão estruturantes? Isso não representa uma afronta à segurança jurídica dos contribuintes? E, mais uma vez, a MP não esvazia o papel do Legislativo no debate tributário?

Essa é a segunda questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A MP 1.303 propõe restringir o direito de compensação de tributos, medida já rejeitada pelo Congresso na recente MP 1.227. O Governo está insistindo em uma medida já amplamente criticada por empresários, tributaristas e também Parlamentares.

Por que insistir nesse caminho que pode ser interpretado como uma tentativa de burlar a vontade do Legislativo e reduzir direitos consolidados dos contribuintes?

Tenho aqui também duas perguntas rápidas da FPA (Frente Parlamentar da Agricultura), que dizem aqui: como a fazenda compatibiliza o aumento da carga tributária da MP 1.303 com a política industrial do agro e com os incentivos à economia verde? Ao tributar instrumentos financeiros usados para viabilizar projetos de agroindústria e bioeconomia, a MP pode ser contraditória em relação à política pública de incentivo à industrialização do campo e a transição verde?

E, para encerrar, a última aqui: o Governo avaliou o impacto da nova tributação sobre LCA e CRAs na precificação dos produtos do agronegócio exportador?

Esses papéis são peças-chaves para equalizar o custo de capital na cadeia do agronegócio, especialmente em operações de exportação ou de *hedge* cambial, e com a MP haverá aumento de custo financeiro para o produtor e também para a agroindústria exportadora, que já opera com margens apertadas e câmbio volátil. É essencial saber se o Ministério da Fazenda considerou tais externalidades no desenho da medida.

Essas são as minhas perguntas e considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Agradecemos a V. Exa.

Eu concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

É uma honra muito grande, Lindbergh, tê-lo aqui, no Senado, de volta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT - RJ. Para interpelar.) – Presidente, é um prazer estar aqui escutando o Ministro, com V. Exa. presidindo esta audiência pública.

Acho que é a primeira vez, Presidente, que eu volto ao Senado e falo aqui, nestas Comissões. Vivemos dias muito agitados naquele período; isso não é de hoje só, Ministro Fernando Haddad.

Eu quero primeiro elogiar aqui a tranquilidade do debate, das discussões. Eu estou até estranhando, porque eu vivo naquele ambiente da Câmara dos Deputados. (*Risos.*) E, Ministro, de forma muito sincera, eu quero aqui te elogiar pelos números, pelos resultados da economia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira. Não é pouca coisa, Senador Renan, nós estarmos com o menor desemprego da nossa história, 5,8%, com a renda crescendo e a inflação caindo. É que criam um Brasil paralelo, fora da realidade.

Eu fico vendo este debate sobre a questão fiscal: "a gastança, a gastança...". E o Ministro sabe que eu desconfiava muito, porque eu dizia "esse déficit está muito apertado, vai ser difícil", mas ele entregou. Nós saímos de um déficit, em 2023, de R$230 bilhões para R$11 bilhões – porque o déficit fiscal foi de R$11 bilhões, o problema foram os juros, porque aí foram mais de R$900 bilhões. Então, foi uma queda... um dos maiores esforços fiscais do mundo. E agora, quando você vai ver nos 12 meses acumulados, nós estamos tendo superávit. Então, esse discurso parece um discurso de má vontade sobre a desorganização, a falta de compromisso fiscal. Isso não bate com os números, com a realidade.

Eu não ia nem falar, Ministro, eu vim acompanhar – é meu dever como Líder –, porque às vezes as sessões... a gente tem que estar ali, mas eu decidi falar por uma coisa: há muita acusação de que o senhor aumenta imposto. Eu vi: fazem a campanha "Taxade".

O senhor vai entrar para a história – não sei se o senhor tem esse número, eu acho que a gente tem que divulgar mais – como o Ministro que mais reduziu imposto no Brasil. Nós vamos chegar, com a aprovação da isenção do Imposto de Renda sabe a quê, pessoal? Noventa por cento dos brasileiros não vão pagar Imposto de Renda – 90%!

Nos quatro anos do Governo Bolsonaro, Presidente Renan, era de R$1.903 a tabela do Imposto de Renda. Nem reajustaram pela inflação, ficou lá. Quando a gente agora tem isenção de dois salários mínimos – três mil e poucos reais – nós já temos mais de 70% da população que não paga Imposto de Renda. E com a aprovação do projeto, que a gente espera que seja na próxima semana na Câmara, para vir para o Senado, porque a gente tem que votar aqui, dependendo do que saia no texto final do projeto, até o final de setembro – esse é um tema que o povo quer como prioridade –, nós vamos chegar a esses 90%, Ministro, e o senhor vai entrar para a história – o senhor e o Presidente Lula – como o Ministro que mais isentou os brasileiros.

E aí onde eu quero falar sobre essa medida provisória, porque também é outra coisa de que não dá para tirar o crédito do Ministro, porque foi o primeiro Ministro que pega para valer o debate sobre a justiça tributária: cobramos, dos fundos *offshore* e fundos exclusivos, uma arrecadação de mais de R$20 bilhões!

E agora, nessa medida provisória, a gente tem as condições, senhores, de avançar no tema das *bets*. Alguém é contra a tributação? Que se paguem mais impostos sobre jogos? Eu sei que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente que é contra, mas é importante que nessa hora esse debate apareça, porque eu tenho certeza de que a sociedade brasileira é favorável.

Bets, *fintechs*, você aumentar de 9% para 15%, em alguns casos de 9% para 20% é outra medida extremamente justa. E juro sobre capital próprio? Isso aqui é uma jabuticaba. Esse juro sobre capital próprio é uma invenção nacional em que, concretamente, quem vai contribuir mais – isso é justo, Presidente Renan – são os bancos e grandes empresas brasileiras. É uma medida que tem um caráter de fazer justiça também.

Então, eu acho que esse ponto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – E eu encerro, Presidente Renan, dizendo que eu acho que esta Comissão... Eu vejo pela composição – até das pessoas que são da oposição, pois ouvi a fala, agora, do Senador Izalci –, é toda de alto nível, colaborando, e eu acho que vai ser fundamental a gente aprovar, nesta Comissão... E esta Comissão tem uma força muito grande também, um respeito, Presidente, por ter o senhor como Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – ... porque, às vezes, algumas medidas provisórias ficam um pouco para lá, meio que paradas. Ter o senhor como Presidente é a certeza de que os debates vão acontecer, de que vai ter votação e de que o Plenário do Senado e da Câmara vão ter uma oportunidade de contribuir com o Brasil, fazendo justiça tributária e aprovando essa medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Nós agradecemos ao Senador Lindbergh, querido amigo.

Eu queria só dar uma informação: eu próprio apresentei um requerimento para incluir – e queria ouvir um pouco o Ministro sobre isso – outros cortes de gastos, neste debate aqui nesta Comissão. Acho que talvez pudesse ser importante se nós também debatêssemos um pouco sobre qualquer outra hipótese que pode ser acrescida, evidentemente sem tirar nenhuma das que estão aqui.

Eu concedo a palavra ao Ministro Fernando Haddad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Muito obrigado pelas intervenções.

Obrigado, Senador Renan.

Bom, pela ordem, o projeto de renúncia fiscal, Deputado Rogério Correia, está nas mãos do Deputado Aguinaldo Ribeiro. Ele foi incumbido pelo Presidente Hugo Motta de tratar desse assunto na Câmara, uma vez que tem um projeto daqui e tem um projeto de lá que não foi aprovado ainda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO HADDAD – Foi aprovada a urgência.

O Deputado Aguinaldo tem nos procurado, com o projeto do Senado, para debater, e eventualmente compatibilizar os textos, para que eventualmente um diploma só possa dar conta dos objetivos. Embora eles sejam diferentes, um é mais principiológico, o outro é mais...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. FERNANDO HADDAD – O outro vai para os finalmentes, vamos dizer assim.

O Deputado Aguinaldo falou: "Olha, eu estou com o projeto aqui do Senador Esperidião Amin, e quero ajudar", na linha do que o Deputado Benevides colocou. Então, está havendo ali um entendimento para ver se nós chegamos a um acordo.

A proposta que você faz, não vou entrar no mérito dela mesma, mas a intenção é fundamental. O Brasil é rico em minerais críticos e terras raras e precisa pensar isso estrategicamente. O padrão brasileiro é exportar *commodity, e* nós devíamos pensar nesse caso específico, porque é um caso muito especial. Não é como o minério de ferro, que você tem em muitos lugares. Aqui não. Aqui você tem concentração no Brasil e em poucos países – a China tem muito, o Brasil tem muito. E é por isso que a turma fica de olho no território nacional.

Nós tínhamos que pensar em uma forma de agregar valor a esse minério, porque simplesmente exportar o minério... Nós vamos reproduzir a lógica de exportação de *commodities* com baixo valor agregado, empregos de qualidade duvidosa. Nós podemos agregar valor.

Nós chegamos a discutir, inclusive com o Governo dos Estados Unidos na época do Biden, a possibilidade de *joint ventures* no Brasil para a produção de baterias aqui, para a transferência de tecnologia. Nós chegamos a começar esse entendimento. E eu espero que nós possamos fazer com a Europa, com a China, com os Estados Unidos, que são os nossos parceiros, acordos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperação tecnológica para agregar valor no Brasil. Não sermos um simples exportador de mais uma *commodity* que agora está na ordem do dia, em função da transição para a energia elétrica.

Então, concordo plenamente que isso tem que ser objeto de deliberação dos Poderes da República, em especial do Congresso Nacional. Temos que pensar como fazer, mas não podemos adiar este debate; nós temos que precipitar este debate.

Sobre o tema dos investimentos e dos títulos incentivados, em primeiro lugar, assim, nós temos uma convicção – e nós não estamos falando de uma opinião nossa. Nós temos um juízo – tínhamos um juízo – sobre a questão, mas dialogamos com vários setores da economia: mercado financeiro, o pessoal que distribui esses títulos: LCI, LCA.

E, conforme o Marcos anunciou aqui, em números, o dinheiro está ficando no meio do caminho; ele não está chegando. Essa medida, isoladamente – eu acredito que o senhor tem plena razão em criticar –, só tem um objetivo de equalizar um pouco com o título do Tesouro, para evitar o que está acontecendo, de o Tesouro ter que pagar mais juro. Porque acaba tudo isso recaindo no Tesouro Nacional.

O Tesouro Nacional acaba tendo que pagar mais juro para concorrer com o título isento. Então, não é que o dinheiro... O dinheiro vai sair de algum lugar. A gente só tem que olhar o sistema como um todo. Porque, se eu tenho o título isento, que é privado e tenho um título público que não é isento, porque a pessoa vai comprar título público? A não ser que o juro seja...

Então você começa a criar um problema para o Tesouro Nacional, que essa medida visa a corrigir, em parte. Nós estamos falando de 2,5% só de queda do diferencial. Nem é tanto, nem vai fazer grande diferença, e a segurança jurídica está dada, porque não pega o estoque, não tem nada a ver com o estoque. O que está emitido, está emitido e continua isento; só está pegando as novas emissões e só vai valer a partir de 1º de janeiro do ano que vem. Então não é uma coisa disparatada.

Agora, o maior problema aqui é que nós temos que combinar essa medida com a questão regulatória, à qual o Marcos fez referência e na qual ele está trabalhando já há dois anos, já com resultados concretos. Mas nós precisamos melhorar isso, nós precisamos melhorar o fluxo desses recursos para onde é devido, que é, efetivamente, garantir mais investimento.

Então, eu não acredito que isso vá representar nenhum desestímulo e acredito que uma regulação satisfatória vai beneficiar muito mais os setores do que essa correção que está sendo feita, que pode parecer desestimulante, mas não é, não é. As duas coisas combinadas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos recebendo o agro, nós estamos recebendo a construção civil no ministério, estamos explicando os números. Obviamente, como já foi dito aqui, você não convence todo mundo de uma tese, mas aqui o objetivo da democracia é convencer a maioria de que a tese é justa, para nós buscarmos um equilíbrio das emissões do Tesouro, do incentivo ao investimento, da não intermediação cara da colocação desses títulos, da canalização do recurso para quem de direito. Então, é um conjunto que todo ele faz sentido e que vai promover mais desenvolvimento, não menos desenvolvimento.

Sobre compensação, o senhor tem razão, ela já foi um dispositivo de uma medida provisória, mas uma parte dessa medida provisória foi devolvida e a outra parte foi aprovada. Nós limitamos as compensações a 30%. Vocês aprovaram, provocados pelo Executivo. Mas nós não conseguimos cercar um tipo de manobra contábil que está sendo feita de a pessoa usar um crédito de lei – eu estou citando um exemplo real – para compensar em combustível. E aí, quando você vai ver que a operação não tem nenhum respaldo legal, você não consegue voltar atrás e você vai ter que discutir judicialmente uma coisa que é flagrantemente ilícita.

Agora, o contrário é verdadeiro. Quando a Receita toma uma medida e você consegue lá uma liminar para não pagar, o contribuinte tem o seu direito preservado imediatamente. Não existe liminar para cobrar imposto. Isso não existe no Brasil. Você não consegue uma liminar para cobrar o que foi desviado. Você conseguiu já, Benevides, lá no Ceará, uma liminar para cobrar o que foi surrupiado da Receita? Mas se, porventura, um contribuinte se sentir prejudicado – e, na minha opinião, a Receita tem sido muito criteriosa na concessão –, você vai tomar as providências, vai conseguir uma liminar, e não vai pagar. E aí tudo bem. Você vai ficar 18 anos discutindo esse negócio, porque é o tempo que leva no âmbito administrativo. Depois mais nove, cinco, seis anos no administrativo; nove no judicial, e o contribuinte bom acaba pagando pelo contribuinte ruim. Esse que é o negócio.

Quando eu falo de devedor contumaz aqui, com insistência, é porque dá a impressão do seguinte: "Poxa, nós vamos pegar o coitadinho que está fraudando a Receita." Esse coitadinho em geral é bilionário, e quem está pagando somos nós por esse que não está pagando. Quando a gente fala de justiça tributária, é garantir que todo mundo pague a sua justa parte, e pode ser zero a justa parte de quem ganha pouco. Mas se você ganha muito, você tem que pagar, para justamente beneficiar. Imaginem vocês: nós aprovamos uma reforma tributária que zera a cesta básica, no plano federal e no plano estadual, de um conjunto enorme de alimentos que compõem a cesta básica. É um dos poucos países do mundo que está zerando imposto sobre a cesta básica ampliada. Isso começa a partir de 2027. E essa mesma pessoa que não tinha direito para comprar carne, que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficar mais barata, não vai pagar o Imposto de Renda. Então ela vai ganhar do lado da renda e do lado do consumo. É isso que a gente tem que buscar.

Eu repito: por alguma razão que eu não compreendo, não indigna nós estarmos entre os dez países mais desiguais do mundo. Este deveria ser o único tema perguntado para o Ministro da Fazenda: "O que o senhor vai fazer a respeito?". Essa é a tecla em que eu bato, porque a Fazenda tem muitas obrigações: manter as contas em dia, rolar dívida pública, baixo custo, resolver o fiscal, melhorar tudo. Agora, se não cuidar de como a economia se organiza do ponto de vista social... A economia vai rodar, rodar e rodar para quem? Do nosso ponto de vista, é para todo mundo. Tem 215 milhões de pessoas aqui que têm que se alimentar, têm que se educar. Então, nós temos que pensar em uma sociedade mais justa. É muito injusto o que acontece no Brasil.

Então, essas medidas aqui não machucam ninguém. E, se por acaso machucar, como é o caso da reivindicação aqui de reordenar o art. 71, vamos corrigir, porque nós temos que preservar essas pessoas – o pescador artesanal, quem ganha dois ou três salários mínimos... Temos que preservar essas pessoas, mas alguém tem que passar a pagar, alguém tem que contribuir. É aquela metáfora que a gente faz: no Brasil, o dono da cobertura não paga o condomínio. É o que acontece no Brasil: o dono da cobertura não paga o condomínio. Às vezes, o zelador do prédio, o faxineiro está tendo um desconto no Imposto de Renda, e o outro lá de cima não está pagando o condomínio.

Essa correção nós temos que fazer – começar a fazer, porque não pensem que nós estamos fazendo uma revolução. Nós estamos pegando 141 mil brasileiros que ganham mais de R$1 milhão por ano e não pagam Imposto de Renda, para isentar 20 milhões de pessoas que ganham até R$5 mil e estão pagando 10% do que ganham. Enquanto o outro ganha R$1 milhão e paga 2%.

Então, essas correções têm que entrar na agenda da Fazenda. A Fazenda não pode ser a Fazenda tradicional do Brasil, sabe? Fica pagando juros... Não é isso que é para fazer. Nós temos que olhar para a economia como um todo, para dar sustentabilidade ao crescimento do país. Esses voos de galinha que a gente tem é porque uma hora acaba o dinheiro da população. Aí não tem quem consuma. E aí? Vai produzir para vender para quem? Ou nós equilibramos os setores e as classes sociais, compatibilizamos num projeto de desenvolvimento sustentável, ou nós vamos eternamente ter esperanças que, logo em seguida, desaparecem em virtude da fragilidade do modelo econômico brasileiro.

Acho que concluí.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Muito obrigado, Ministro Fernando Haddad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No próximo bloco...

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente, V. Exa. não perguntou se o segundo bloco teria alguma...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Alguma réplica?

Com a palavra V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Para interpelar.) – Eu gostaria de aproveitar aqui que o nosso querido Rogério falou sobre terras-raras. E eu quero aproveitar a presença do Ministro, porque tive a oportunidade de falar com V. Exa. hoje de manhã na CAE.

A China, a Coreia, o Japão, esses países desenvolvidos sempre incentivaram o investimento em inovação e tecnologia – sempre. Nenhum parque tecnológico no mundo funcionou sem incentivo. Nós aprovamos, há alguns anos, a Lei do Bem, que trouxe um resultado em princípio; mas tem uma cultura na Receita Federal, no Ministério da Fazenda, chamada de impacto: qual é o impacto da renúncia de receita, da renúncia fiscal? E o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia já tem diversos artigos lá – e aqui foram feitas várias audiências públicas –: existem estudos de que, em um investimento em ciência e tecnologia, para cada R$1 que você investe, você recebe R$5. Infelizmente, a gente trabalha muito só pensando no curto prazo, o Brasil trabalha muito pouco pensando no longo prazo, na próxima geração.

Eu apresentei em 2019, 2020, a Lei do Bem, porque hoje a Lei do Bem só beneficia as grandes empresas; as pequenas empresas não são beneficiadas pela Lei do Bem. E toda vez que entra na pauta, sai da pauta porque se vai discutir com o Governo não sei o quê. Mas o Ministério da Fazenda sempre vem. E, por acaso, hoje, tinha lá uma servidora da Receita que eu respeito muito.

Mas a gente tem que mudar esse conceito de renúncia fiscal, porque pode ser que a renúncia... Num momento, você renuncia; mas, daqui a um ano, você recupera três, dez vezes mais do que você está investindo.

No Brasil... Infelizmente, ciência e tecnologia aqui neste país é difícil. Como é difícil discutir este tema aqui. Parece que tem dois ou três que defendem o tema e vai-se empurrando com a barriga.

Hoje nós temos milhões de jovens sem qualificação, estamos preocupadíssimos porque não tem nem mão de obra mais na área de tecnologia. Os parques tecnológicos... Alguns começaram, mas sem incentivo não funciona, porque, se eu não der incentivo, eles vão para outro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria que V. Exa. nos ajudasse com relação a estudar um pouco melhor essa questão da Lei do Bem para as pequenas e microempresas, porque elas precisam entrar na era tecnológica. E a gente precisa pensar um pouco nos nossos jovens, que precisam entrar nessa área da inteligência artificial. Falar isso para os meninos hoje da rede pública é um negócio assim... Eles não têm nem acesso a computador.

O projeto foi retirado de pauta hoje, o Relator Carlos Viana ficou de botar na semana que vem. Se V. Exa. puder, nesta semana ou semana que vem... para a gente buscar uma alternativa, mas é importante incluir as pequenas *startups*, pequenas empresas. Por mais que eu saiba que tem muito incentivo que não tem retorno, porque, também, a gente não fiscaliza isso, a gente não pode fazer redução de incentivo linear. Tem que analisar cada um: foi dado, não cumpriu, tira o incentivo; agora, cortar todo mundo porque tem muito incentivo também não é correto.

Para a ciência e tecnologia, eu gostaria que V. Exa. desse uma atenção especial.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – O Deputado Raimundo Costa pede-nos a palavra para um aparte rápido.

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – É rápido, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Deixe o Ministro responder só um pouquinho sobre isso aqui, Presidente?

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... sobre esse contraponto, só um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Tá, perfeito.

Com a palavra o Ministro Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Senador, faço questão de conhecer a proposição. Eu e o Marcos Pinto... O Marcos Pinto pode tratar desse assunto junto à Receita.

Só lembrando que nós capitalizamos o FNDCT por ocasião da transição. Fazia muito tempo que o Ministério da Ciência e Tecnologia não tinha recursos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O autor do projeto sou eu, só para ficar registrado, porque, de fato, da proibição do contingenciamento fomos nós que tomamos a iniciativa aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO HADDAD – Parabéns, porque realmente o MCTI estava completamente sufocado, e hoje ele existe, lembrando que metade dos recursos do FNDCT é a fundo perdido e metade é com juros altamente subsidiados.

Então, quero dizer que eu não conheço o seu projeto de lei, mas me comprometo a analisar, pedir para a Secretaria de Reformas Econômicas analisar num prazo curto, assim que eu o receber. Se a sua assessoria puder entrar em contato com a chefia de gabinete do ministério, o Laio me faz chegar às mãos e eu sento com o Marcos para estudar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Deputado Raimundo Costa.

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA. Para interpelar.) – Presidente, Senador Renan, é apenas para ajudar aqui na questão do controle, porque, no primeiro bloco, estávamos aqui conversando da necessidade do combate à fraude, e aí o Senador trouxe uma fala com referência ao passado, quando houve uma divulgação de que existiam 44 mil seguros-defeso só em Brasília, aqui no Lago Paranoá. Isso é importante com a atualidade, para que a gente possa separar o joio do trigo e o que é verdade do que é mito. Isso impactou muito na necessidade desse controle. E, quando nós chegamos a Brasília, demonstramos a importância do controle e de um recadastramento, porque tudo isso surgiu por falta do controle e do recadastramento que não tinha no segmento. E, quando verificamos isso – na época, não era ministério, era Secretaria Especial da Pesca –, na realidade, por os estados não terem essa estrutura, quando qualquer seguro-defeso fosse notificado, essas informações viriam para a sede, para central de Brasília. E, quando aqui houve uma solicitação pela imprensa, informaram que haveria 44 mil seguros-defeso a serem recebidos em Brasília. Na realidade, quando se foi observar, talvez não tivessem 200 pescadores cadastrados ou talvez de 13 a 17 recebendo seguro-defeso, diferentemente inclusive de hoje, com a facilidade que veio do passado e que ainda se encontra, porque hoje tem gente saindo das entidades, pegando um *smart* desses e fazendo carteira para tudo que é lado.

Portanto, é necessário o controle junto com a CGU, até para valorizar as entidades que são sérias, são reais, das colônias, das federações, porque acho que faz justiça para quem precisa e tem direito e pune aqueles que efetivamente cometem o crime.

Era só para contribuir e trazer que isso é *fake news*. Pode-se buscar, em qualquer espaço, a condição de *fake news*, porque em Brasília nunca teve essa condição de 44 mil seguros-defeso à disposição de Brasília, sobretudo no Lago Paranoá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Deputado Rogério, com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – É um minuto mesmo.

Quero apenas para lembrar, Ministro, que eu coloquei essa questão da empresa nacional, porque nós temos a chance de, via Propag, obter a Codemig. É claro que o BNDES está estudando o preço, mas, felizmente, como eu disse, o Governador de Minas não conseguiu o aval para privatizá-la, mesmo porque ele precisa mudar a Constituição. À época, Itamar Franco colocou um limite na Constituição. Eu era Vice-Líder do Governo Itamar Franco na Assembleia Legislativa e fui o Relator. E, lá em Minas, para se privatizar uma empresa, tem que se fazer referendo popular. Então, com isso, ele não conseguiu vender nem entregar a Cemig, nem a Copasa, nem a Codemig. Mas agora tem essa chance de federalizar, ou seja, se a União achar que vale a pena, ela pode ter uma empresa nacional agora sem um gasto a mais, a não ser a dívida de Minas, que terá sido abatida nesse processo. Então, eu acho que é uma grande oportunidade para a gente ter uma empresa nacional, estratégica, com a questão das terras-raras, dos minerais estratégicos e críticos, e ao mesmo tempo, claro, a gente faz a indicação de que essa empresa nacional tenha sede em Minas Gerais, porque a gente merece.

Então, quero agradecer aí o Ministro Haddad.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Acho que a capital ficaria bem representada. Já tem a Codemig lá, não é?

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA. Pela ordem.) – Eu queria só fazer três registros.

Quero agradecer a presença do Vereador Lau De Lelo e de uma figura especial, de 14 anos, Presidente e Ministro, que é apaixonado por política, que é o filho dele, Pedrinho, que – eu quero fazer o registro aqui – fez aniversário em maio e dizia: "Deputado [porque ele é um sobrinho que a gente tem], eu quero conhecer como funciona a Câmara e o Senado". E ele hoje teve a oportunidade de vir à Comissão Mista, em que Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas estão tratando da discussão em nível de país.

Portanto, Pedrinho, eu quero saudar também Valença, minha terra, porque o Vereador Ryan está assistindo e torcendo para que, nessa medida provisória, seja o art. 71 realmente discutido dentro de um ponto de vista que não prejudique os pescadores do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Obrigado, Raimundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra ao Senador Fernando Farias.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (MDB - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Ministro Haddad, parabéns pela sua condução, procurando um equilíbrio social.

Eu tenho aqui uma dúvida sobre *fintech*. *Fintechs,* no meu entender, são empresas pequenas, ágeis, com a tendência de puxar os juros para baixo, a ideia é isso. Como é que convive uma *fintech* pequena com um Nubank da vida, e um Nubank com os bancos normais? Queria saber alguma relação disso.

E outra, hoje foram aprovados na CAE três requerimentos, um para o TCU, outro para o Ministério de Minas e Energia e outro para o Ministério da Fazenda, que reforçam a revisão de gastos porque, em 2021, o TCU detectou R$31 bilhões para o Repetro – R$31 bilhões para o Repetro. E uma revisão dessa no Repetro... Como o tema de pescar foi muito falado aqui, será que não dá para pescar alguma coisa para o ministério?

Era isso aí, Presidente.

E – só um pouquinho, Renan – quero parabenizar o Ministro e me solidarizar aí com o Deputado: você precisa ser mais bem falado pelo que faz.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Obrigado, Fernando.

Concedo a palavra ao Deputado Mauro Benevides Filho.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, rendo aqui minha homenagem a V. Exa. – e eu vou já falar sobre o projeto que V. Exa. apresentou aqui ao Senado Federal –; ao Relator desta Comissão Mista, companheiro e amigo Carlos Zarattini, que tem debatido comigo, já há muito tempo, sobre as questões macroeconômicas; ao Ministro Haddad também, por todas as ações – e eu vou pontuar aqui duas ou três – em relação à medida provisória; e ao Secretário Marcos Pinto, com quem eu tenho tido alguns debates, algumas trocas de ideias, algumas mais contundentes, mas ele sempre procurando me fazer o convencimento. Portanto, registro a importância, Ministro, de o senhor ter o Secretário Marcos Pinto aí na sua assessoria, na Secretaria de Reformas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan Calheiros, a Constituição brasileira e a Lei de Responsabilidade Fiscal obrigam o Senado Federal a impor limites sobre o endividamento do setor público. Isso já foi feito para municípios, ou seja, os municípios não podem se endividar mais do que 1,2 vezes a sua receita corrente líquida, os estados não podem se endividar mais do que duas vezes a sua receita corrente líquida, e o sistema financeiro não deixa aprovar esse limite para a dívida pública do Governo Federal. Eu acho que esse assunto é uma das razões por que a distribuição de renda é tão desigual no Brasil.

Eu vi aqui a questão que V. Exa. colocou das despesas, dos cortes, enfim. E, antes de entrar na matéria, quero só registrar, Ministro, que a despesa primária sobre o PIB, em 2023, foi 19,5%; a despesa primária sobre o PIB, em 2024, caiu para 18,6%. Então essa história, essa conversa fiada de gastança... A gente precisa identificar onde é que está essa gastança. "Ah não, a dívida aumentou R$1 trilhão, em 2024". Muito bem, vamos examinar quem contribuiu para essa gastança tão extraordinária que hoje está no Brasil. Eu pedi aos meus alunos para fazerem esse levantamento entre variação cambial, *swap* e déficit primário...

Aliás, quero ponderar ao nosso colega, que é muito atuante, o Deputado e ex-Senador Lindbergh, que o déficit primário, para efeitos do Banco Central, em que ele apura abaixo da linha, ou seja, na variação da dívida líquida, leva em conta os R$30 bilhões do Rio Grande do Sul, os R$700 das intempéries climáticas. Dão R$42 milhões. Então, R$40 com R$30 dão R$70. E os outros R$930? Quem proporcionou esse aumento? Ora, muito simples: juros da dívida pública brasileira.

Há uma interdição inequívoca sobre esse assunto. Ninguém pode falar sobre isso. Aliás, a lei de independência do Banco Central, no seu art. 6º, proíbe o Congresso Nacional de pedir informação ao Banco Central. Está proibido. Se eu quiser saber, se o Congresso Nacional quiser saber onde estão os R$340 bilhões das reservas cambiais e a que taxa de juros, nós não podemos fazer... O Senado Federal está proibido de fazer esse pedido.

Eu espero – eu estou tentando, já consegui as 180 assinaturas – repor, agora, trazer o Banco Central para dentro do art. 50 da Constituição, que obriga o Banco Central às Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados. Portanto, gastança, gente, vamos deixar ali, porque tem um nicho financeiro sobre o qual é proibido discutir. Eu estou aproveitando aqui o espaço para falar sobre isso.

O primeiro ponto, Ministro: juros sobre capital próprio. Eu acho que é muito relevante. Chegou a hora de a gente discutir essa questão. O que eu tenho escutado lá na Câmara é o seguinte: nós estamos nas aplicações financeiras. A gente está aqui, hoje, de 15 a 22; a gente vai centrar em 17,5. Aí tem gente questionando por que o aumento não é de 15 para 17,5 e sim de 17 para 20. É só uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjectura. Esse pessoal fica elucubrando que eu estou aproveitando a oportunidade para o Ministro falar um pouco sobre isso. Até porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) – ... infelizmente, Senador... Já vou encaminhar, Sr. Presidente. Infelizmente o Senador Izalci está aqui.

As LCAs, as LCIs são mecanismos para o financiamento de setores específicos, o agro e o próprio setor imobiliário. É bom lembrar que esse dado a imprensa brasileira tem que ter. No agro, um terço desse saldo de lá, somente um terço vai para financiamento, praticamente 70% são a bolsa de rentista, pagando zero de Imposto de Renda. E não vai perder a atratividade não, porque ele vai estar em 5, comparado com 17,5, não vai ter nenhuma diminuição. Agora, não pode a empresa ter um custo de operação de crédito menor do que o Tesouro Nacional. Isso não existe em país nenhum do mundo, nem na OCDE, nem em canto nenhum. Você não pode ter uma empresa tendo um custo de financiamento... Daí a razão. E está correta essa colocação dos 5%. As pessoas precisam dominar, porque o objetivo final dessa isenção está descaracterizado. Ela está servindo para a aplicação exacerbada, até porque o Imposto de Renda é zero nesse rendimento, e todo mundo migra para lá, inclusive dificultando, Ministro, o financiamento da dívida pública. O Tesouro tem reclamado muito disso, em função dessa diferença – vamos dizer assim – de tratamento entre essas letras e outras aplicações do mercado financeiro.

Segundo ponto aqui: só para deixar claro, o meu gabinete tem muitas demandas de que nós vamos cobrar Imposto de Renda sobre a aplicação de estrangeiro aqui dentro. Não é isso! O investidor estrangeiro que não está vindo de paraísos fiscais e investimentos em bolsa vai continuar pagando zero do seu rendimento, a não ser aqueles que estão vindo de paraíso fiscal, aí é outra coisa, outro tratamento, que aí, sim, vai ter incidência do Imposto de Renda; mas continua tudo normal para o investidor estrangeiro em bolsa. Para também não causar alarme na bolsa, esses investimentos estão totalmente isentos na Medida Provisória 1.303, que nós estamos analisando. Eu acho que foi importante, Ministro, fazer essa ressalva para a gente deixar o mercado mais calmo também em relação a essa questão.

O terceiro ponto já foi levantado pelo meu amigo Lindbergh: não há nenhuma razão para o setor de *bets* arrecadar R$220 bilhões, pagar R$50 bilhões de aposta, e anteriormente você tinha R$170 bilhões que pagavam zero de Imposto de Renda – zero. Voltava o dinheiro para onde estava vindo o *funding* desses financiamentos. Nós inserimos... O Congresso Nacional, proposto pelo Ministro, aprovou a Imposto de Renda sobre 12, e agora eu não acredito que o Congresso não aprove

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse aumento de 12 para 18. Eu acho que tem que ficar claro aqui que essa é uma demanda que ninguém pode tergiversar. A gente tem que trabalhar permanentemente para esse aumento, para que a medida provisória possa, nesse item, Ministro – se a gente conseguir aprovar –, vai dar uma "babinha" a mais de dinheiro aí para o ministério, mas isso não tem problema nenhum, não; isso é importante para que o resultado primário não venha a ter dificuldades no final do ano.

Senador Izalci já saiu, mas ele estava muito incomodado com o crédito oriundo de PIS-Cofins, não cumulativo, se você se creditar para um setor que não é do contribuinte, que não é da sua atividade econômica. Isso já era para ter sido feito há mil anos, e ainda bem que agora isso está voltando caracterizadamente para o crédito, para a não atividade econômica. Eu acho que os Deputados e Senadores vão compreender a profundidade dessa matéria aqui, desse artigo, ou seja, a limitação da compensação tributária, que essa tem que passar, porque é uma facilidade muito grande para as empresas. Não tem nada a ver você se creditar do PIS-Cofins – inclusive não cumulativo – para uma outra atividade que não é especificamente a dela.

Por último, quero falar... Eu queria só entender a questão da compensação financeira na questão dos regimes de previdência, que estados compensam, municípios compensam. O Ministro está dizendo, na medida provisória, que estará limitada à dotação orçamentária que o Congresso aprovar. Essa dotação orçamentária que nós temos hoje vai ser a mesma? A previsão é aumentar? Porque os estados estão preocupados com essa questão. Qual é a ideia sobre quando o Ministro diz que fica limitado ao que estiver previsto no orçamento daquele ano? Isso é para deixar como está? O orçamento pode ter algum incremento, alguma coisa? É só para compreender, até para responder melhor aos estados e municípios, que eu tenho estado aqui com alguns...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) – ... Governadores.

Por fim, o meu projeto, Ministro, ele difere do projeto do Senador Esperidião Amin, daqui do Senado. O projeto do Senador, que se chama de diminuição de crédito tributário, não fala em corte, porque senão o empresário fica louco; fala em diminuição. Se você tem 10% de incentivo de Imposto de Renda e a diminuição vai ser de 10%, 10% de 10% é 1%. Então, as empresas vão continuar tendo incentivos, só que, em vez de 10%, vão ter 9%. Parece simples, mas não é, não. Mas isso é bom, para o empresário fica menos restritivo, mas o do Senado trata de regras, de incentivos e tudo mais. O que é um incentivo fiscal? Ele é um crédito presumido, redução de base de cálculo, redução de alíquota, é só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o nosso projeto – aí querendo vender aqui o meu peixe –, o nosso projeto não. Esse, sim, trata de uma diminuição de 10% dos incentivos, não só os tributários: R$800 milhões mais o creditício financeiro, são mais R$140 milhões, você vai a R$940 milhões; tira os R$280 milhões que o Congresso não aprova, o que está na Constituição, de qualquer maneira são R$660 milhões, que o Ministério da Fazenda poderá... Eu, obviamente, estou propondo os 5% e depois os 10% – chama-se paulatino –, mas eu já soube que o ministério está querendo os 10% de uma vez. Eu queria ouvir do ministério como é que ele está pensando nessas regras.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade que o senhor me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Tá, obrigado, Mauro, obrigado por tudo.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Deputado Zé Neto. Com a palavra V. Exa.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Para interpelar.) – Primeiro, boa tarde.

Quero saudar a mesa, o Marcos, que tem... Marcos, você já está frequentando a Casa mais do que Deputados aí, é o que eu vejo. (*Risos.*) É sério! Ele frequenta mais o Congresso do que alguns Deputados. Você vê mais ele por aqui do que alguns Deputados, que eu procuro e não vejo; ele eu vejo todo dia.

Ministro Haddad, é um prazer imenso estar novamente contigo. Saúdo o Senador Renan, figura imponente da nossa política, do nosso Senado; e meu amigo Zara, nosso Deputado que tem uma missão muito importante aí com essa medida, que é uma medida que vai na linha do que tem sido feito neste Governo.

Às vezes a gente não se dá conta. Eu fui Deputado de oposição; eu vim da Bahia, fui Deputado quatro vezes lá na Bahia, participei da oposição uma das vezes, e em três eu fui governo. Quando cheguei aqui, estava bem acostumado a ser governo. Lá, com o Jaques Wagner, com o Rui, fui líder de governo por oito anos, com Wagner e com Rui. Quando cheguei aqui, encontrei a oposição; fui ser oposição.

Ministro Haddad, nós jamais tivemos aqui nesta Casa nem sequer um debate – um, sequer um –, um debate em que nós tivéssemos essa facilidade de diálogo com o Governo. Nem um! Se disserem que teve um debate... Nem um! Ao contrário, era tudo marcado, não se podia perguntar outra coisa que não fosse do que estava sendo colocado; era uma confusão, sempre acabava em atrito. E, quando a gente vê essa tranquilidade com que o Ministro Haddad sempre vem aqui debater e trazer também os seus elementos todos, e trazer, como a gente viu, a receita...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra figura que aqui na Casa Legislativa, nas frentes parlamentares, aliás, foi uma figura central no debate da reforma tributária... foi o Barreirinhas. Todo dia Barreirinhas estava aqui, estava no Senado, estava na Câmara, estava nas frentes.

Hoje eu tive uma reunião das frentes, Ministro Renan, com várias frentes, lá na Frente do Empreendedorismo, com o Lira, para debater a questão do Imposto de Renda. Todo mundo quer; todo mundo quer – todo mundo, é unanimidade – os R$5 mil. Mas, na hora de fechar a conta, vai-se tirar de onde?

Então, eu disse inclusive lá hoje, e estou repetindo aqui: o nosso setor produtivo, alguns poucos setores que ainda resistem a algumas situações, talvez por falta de crença, talvez por alguma prática que recentemente eles tenham visto que não era bem o que eles precisavam, podem crer que o que nós estamos fazendo no Governo – eu vejo isso, Ministro Haddad – é cuidar da economia de forma mais básica e com menos pronto-socorro. Eu acho que essa é uma medida importante.

Inclusive, essa situação que está sendo tratada aqui hoje com relação à medida provisória, que é uma medida provisória superimportante, a 1.303, diz respeito ao sistema tributário, que precisa se modernizar. É uma adequação, inclusive, a essa necessidade, e os países da OCDE todos já entraram nesse circuito, que é a busca de neutralidade tributária. Se tem uma coisa que nesse mundo a gente vai precisar é de modernização das nossas ferramentas. A reforma tributária foi um exemplo claro de uma construção que passou por todos os partidos, que passou por toda a sociedade, que nós entregamos, eu diria... Às vezes, a gente fala assim: nós entregamos o que podíamos. Nós entregamos o que era quase impossível. Não foi só o que podíamos, não, é o que era quase impossível do ponto de vista do ambiente político. E só foi possível por causa desta característica que é básica dos governos de que a gente tem participado: que é de ampliar cada dia mais o debate, o diálogo com todos os setores.

Eu vi aqui o Izalci, nosso Senador, colocar inclusive a necessidade de investimento. Eu estava doido para ele estar aqui para eu falar: gostei de ouvir isso. O que eu tenho ouvido muito da oposição é falar muito em reforma administrativa para corte de gastos, quando a gente tem que falar é em inovação, modernização do Estado brasileiro, separar o tema político do tema econômico, porque o tema econômico é do Estado, não é de governo nenhum. E agora, neste momento tão delicado da economia mundial, a gente precisa tratar disso ainda mais.

Então, eu queria aqui dizer da importância de a gente estar neste momento, Ministro Haddad...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA) – ... trabalhando essa padronização que já é feita nos países da OCDE, e o mundo está tratando esse assunto da padronização. E essa questão, para mim, é uma questão que precisa só de mais convencimento com relação àqueles que ainda não entenderam. E a sua vinda aqui hoje no Senado, nessa tranquilidade, nessa parcimônia, traz ainda mais esse convencimento.

Que nós tenhamos cada dia mais esse diálogo, vamos trabalhar para construir um Brasil cada dia mais forte e estar aí entre os cinco. Está aí o desemprego já mostrando cada dia mais como está em baixa, que é uma das maiores tarefas do planeta daqui para frente e ainda será maior, que é a criação e geração de emprego e renda. E a gente colocando que as bases econômicas do Brasil cada dia estão mais preparadas para enfrentar as dificuldades.

Tivemos essa confusão com os Estados Unidos, quando agora a gente vê a inflação que está dentro do que a gente esperava, e a gente vai manter esse padrão de atendimento, de diálogo, de construção de uma economia forte para o Brasil, mostrando ao mundo que nós estamos preparados para os desafios.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Obrigado, Zé Neto.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Deputada Lenir de Assis. Com a palavra, V. Exa.

A SRA. LENIR DE ASSIS (Bloco/PT - PR. Para interpelar.) – Olá, uma boa tarde. Uma alegria, uma honra muito grande, Senador Renan Calheiros, estar aqui; V. Exa. também, Deputado Carlos Zarattini. E a certeza de que essa medida provisória está em boas mãos.

Ministro Fernando Haddad, é uma honra muito grande tê-lo aqui; da mesma forma, o Secretário Marcos Barbosa. É uma alegria tê-los conosco.

Ministro, muito já foi falado e algumas das minhas questões que eu gostaria de colocar já foram trazidas, então eu não vou ser repetitiva. Mas, de antemão, eu gostaria de dizer que nós estamos, junto aos movimentos sociais do Brasil todo, trabalhando com plebiscito popular. E uma das perguntas que nós estamos conversando nas ruas com a população é: você é a favor ou contra taxar super-ricos, milionários, para que possamos ter recursos para isentar pessoas, trabalhadores e trabalhadoras que ganham até R$5 mil. E a resposta é sim, não há dúvida na classe popular que tem assinado o plebiscito. Então, penso que nós teremos aí uma grata surpresa quando forem revelados, no dia 7 de setembro, os resultados do plebiscito e que isso, de fato, sirva cada vez mais para potencializar os nossos debates aqui nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero também ressaltar, e V. Exa., Ministro, já falou disso, a questão da desigualdade social. Eu penso que a grande razão de termos uma medida provisória como essa é buscar a justiça, é para que nós consigamos, assim como recentemente o Governo do Presidente Lula conseguiu, fazer com que o país – e é claro que o Ministro Fernando Haddad tem toda a responsabilidade também de ter contribuído com isso – novamente saísse do mapa da fome. Isso não é pouco, considerando aí milhões e milhões de brasileiros e brasileiras que precisam do Estado, um Estado forte, que esteja, de fato, contemplando aí as suas demandas.

Então, nesse sentido, Ministro Fernando Haddad, esse impacto na arrecadação vai ao encontro, não há dúvida, da sustentabilidade fiscal, é um mecanismo importante do controle das finanças, o controle especialmente das fraudes. Então, se pudesse detalhar para que o Brasil soubesse mesmo como que essa medida provisória vai ao encontro de medidas importantes, no sentido de reduzir significativamente a desigualdade, que passa pela igualdade econômica. Não há dúvida de que os dados já mostraram isso.

Ademais, Ministro, eu gostaria de dizer aqui que é importantíssimo tê-lo aqui conosco e poder estar, neste momento, celebrando os grandes e significativos avanços econômicos alcançados sob a sua liderança e a liderança do Presidente Lula. O Brasil sabe disso. Falta, é claro, falar mais sobre isso. As pessoas precisam ouvir do Presidente, ouvir do Ministro, cada vez mais, o que tem sido feito. E a sua dedicação, a sua *expertise*, o seu acúmulo nessa área têm sido fundamentais, Ministro, para a estabilidade e o crescimento da nossa economia. É por isso que incomoda tanto. É por isso que os ataques vêm de dentro e de fora, porque incomoda. Muitos ainda não compreendem a necessidade dessas medidas para ter cada vez mais um país forte, soberano e justo, especialmente para milhões e milhões de brasileiros.

E não tenho dúvida de que, ao ouvir aqui todos que já me antecederam, a apresentação da Medida Provisória 1.303 é um exemplo notável...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LENIR DE ASSIS (Bloco/PT - PR) – ... do compromisso desse Governo com a modernização da justiça fiscal. Isso é uma medida justa.

Então, eu o parabenizo. Eu tenho certeza de que, ao debater cada vez mais... Parabéns ao Senador Renan Calheiros pela maestria na condução desse debate. Eu tenho certeza de que, ao votarmos essa medida, entregarmos ao povo brasileiro – gostaria e quero acreditar sim –, será um grande avanço para que, cada vez mais, haja a redução da desigualdade neste país, que é o nosso Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Obrigado, Lenir.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, bem brevemente, boa tarde. Boa tarde a todos os Senadores, Deputados e ao Ministro Haddad, que está aqui.

Eu vou entrar num tema aqui, Haddad, porque eu vim de origem humilde, trabalhadora. Então, assim, por mais que eu seja oposição do Governo, mas o que for a favor do povo eu quero sempre poder defender e apoiar. E eu vim aqui mais para poder te dar um apoio nas medidas que precisam ser tomadas.

Eu vi até um próprio Deputado dizendo agora aqui que todo mundo é a favor de isentar quem ganha até R$5 mil, mas perguntando como isso vai ser compensado. Então, eu queria mostrar aqui como a gente pode compensar. Inclusive aqui dentro do Senado, eu tenho uma PEC para acabar com os supersalários, porque eu acho extremamente importante a gente tocar nessa ferida.

E eu acho que, como dono da pasta do orçamento, o senhor deveria fazer entrevista em cadeia nacional e mostrar a realidade para a população brasileira, porque, muitas vezes, esse trabalhador que quer tanto ganhar fica assim pensando: "Eu queria tanto ter essa isenção por ganhar até R$5 mil, e não consigo". Aí vêm umas matérias aqui que deixam a gente revoltado – como esta que eu estava vendo agora aqui, dos Ministros do TST, com todo o respeito a eles, que abriram uma sala VIP dentro de um aeroporto, gastando R$1,5 milhão, porque falaram que não querem ser incomodados por pessoas inconvenientes. Cara, quem está sendo inconveniente são eles. Quem vai pagar isso aqui é o povo.

Então, assim... Aqui, olha: em um ano o Judiciário gastou R$12 bilhões em penduricalhos para juízes e desembargadores. É aqui que a gente tem que tocar na ferida, é aqui que dá para gente mexer.

Agora, os próprios Ministros do TST também estão abrindo licitação, Ministro, de R$10 milhões para comprar 30 carros de R$350 mil para poder andar aqui em Brasília. Será que com um salário desse que eles ganham, de R$40 mil, eles não conseguem comprar um carro de 350 ou do valor que eles quiserem, desde que seja do salário deles? Por que a população brasileira tem que pagar a conta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem como mexer, basta ter coragem. E, se V. Exa. tiver coragem, eu quero apoiar. Chega de o povo pequeno, o povo trabalhador, que ganha R$1,5 mil, que rala, que tem que acordar cedo para pegar ônibus lotado, ter que pagar um carro agora de R$350 mil para o Ministro que ganha R$40 mil.

Essa pessoa que está lá vendo isso fica revoltada: "Por que eu não posso ter a isenção por ganhar até R$5 mil, e esse Ministro tem que ter carro de R$350 mil?". Por que tem tanto penduricalho? Por que eles gastam R$2 milhões? Por que o orçamento do STF agora é R$1 bilhão? Por que não pode tocar nessa ferida? Por que eles não podem participar desse bolo? Por que, no bolo que se corta, quem tem que tomar o prejuízo é só o povo brasileiro? Isso precisa acabar.

Essa questão da *bets*... Não passa 12% para 18%, não; passa para 30%! Nem deveria ter *bets*. Já que regulamentou isso aqui, faz esse povo pagar. Esse povo nem aqui fica, tem que pagar mais, sim. Tem como a gente compensar, basta ter coragem.

O que eu peço a V. Exa. aqui... Por mais que eu seja oposição, mas não sou oposição do Brasil, eu não sou oposição da minha origem trabalhadora.

Eu, gente, trabalhava no varejão com o meu pai, em uma escala de 7x7. O meu pai morreu. Eu não me esqueço disto: meu pai nunca tirou um dia para poder viajar, para poder passear com a gente. Ele falava assim: "Vocês podem ir porque eu tenho que trabalhar, eu tenho que abrir o varejão, para ganhar lá R$2 mil, R$3 mil". Hoje eu tenho o privilégio de estar aqui no Senado, poder contratar uma equipe boa, ter carro oficial, ter apartamento funcional, ganhar R$40 mil. Se a minha vida melhorou, se a vida de cada um aqui melhorou, o que custa fazer a vida do povo melhorar? O que custa fazer? Por que, quando chega uma isenção dessa de R$5 mil aqui, fica essa ladainha, fica essa encheção de saco? Dificultar para facilitar?

Aí vai um recado ao Arthur Lira: resolva isso rápido. Para brigar, para encher o saco através de ideologia, isso aqui para; agora, para resolver o problema do povo brasileiro, ninguém ergue a mão aqui "vamos resolver todo mundo junto". Sempre tem que ter uma ideologia, tem que ter uma chatice no meio disso para atrapalhar o povo brasileiro. Esse povo brasileiro é que está mantendo isso aqui aberto.

Novamente, Haddad, quando eu entrei aqui no mandato, eu conversei com o senhor: pauta essa questão do fim dos supersalários. Juiz que está achando ruim pede para sair, vai para iniciativa privada. Desembargador que está achando ruim vai para iniciativa privada. Esse cara abriu licitação para comprar iPhone, gente – iPhone! Está aqui o iPhone aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Será que um desembargador e esses juízes não têm condição de comprar um iPhone, gente? Pelo amor de Deus! O povo tem que pagar iPhone para desembargador e para juiz? Com todo o respeito a V. Exas., mas esse pessoal do Judiciário agora tem que entrar no jogo – eles têm que pagar a conta.

Então, tudo, Ministro, que for a favor do povo, pode ter certeza de que eu vou defender e vou apoiar, mas tenha coragem de fazer, não tenha medo, não. Entre para a história mostrando que quem tem que pagar mais tem que pagar a conta também. Quem ganha mais, quer dizer, quem ganha mais tem que pagar a conta, sim.

E começa do Judiciário, e começa daqui, para a gente dar bom exemplo. Não adianta cobrar de fora, se a gente não está dando um bom exemplo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Cleitinho. Eu concedo a palavra ao Ministro Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Muito obrigado pelas intervenções, pela gentileza das perguntas e pela pertinência também.

Primeiro, eu estou 100% de acordo com a fala feita pelo Senador Renan – antes da sua intervenção, Senador –, em que ele dizia, disse agora há pouco: "Vamos aproveitar a oportunidade dessa medida provisória. Quem sabe haja emendas que possam ser acolhidas, ou pelo Relator ou em Plenário, para corrigir essas distorções."

O senhor vai ver, de dez entrevistas minhas, em metade delas eu toco no assunto do supersalário, eu toco no assunto da aposentadoria dos militares, que eu entendo que é uma categoria específica. Eu compreendo a especificidade das Forças Armadas, mas entendo também que uma pessoa não deveria se aposentar com 48 anos, está certo?

Então, são coisas que são razoáveis, não é contra ninguém. Se uma pessoa está ganhando o teto do funcionalismo, nas condições do Brasil, um salário de quase R$50 mil, R$46 mil... O salário-mínimo aqui quantas vezes menos é? Quantos salários-mínimos estão dando? Você tem que ganhar 30 salários-mínimos para chegar em R$46 mil, percebe?

Então, existe espaço para corrigir essas distorções. O que nós fizemos na reforma da renda foi cobrar de quem ganha mais de R$1 milhão por ano, R$1 milhão por ano, e não paga 10% do Imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Renda – e ele só vai complementar. Se ele paga 5%, ele só vai pagar mais 5%, não são 10% a mais, é um mínimo de 10%.

Por isso que o Deputado Arthur Lira, na minha opinião, fez um bom trabalho. Quanto ao relatório dele aprovado na Comissão, oxalá nós consigamos chegar ao final deste ano com aquele relatório aprovado. E nós estamos falando de uma pessoa que é diferente do senhor, que tem outra origem, que tem outro perfil de eleitor e que defendeu a proposta do Governo e manteve os seus pilares intocados praticamente, praticamente intocados.

Isso significa que não se trata de oposição e situação num caso desse, se trata do reconhecimento de que isso tem que ser aprovado. É justo que quem ganha mais de R$1 milhão pague no mínimo 10%. Qualquer um de vocês, olha para o Imposto de Renda de vocês, ninguém aqui pagou menos de 20% de efetiva. Alguns chegaram perto do teto de R$27,5, seguramente. E tem gente que está pagando 2,5%, 3%, ganhando mais de R$100 mil por mês – não faz o menor sentido.

Então, nós estamos cobrando só de quem ganha muito e não paga; para isentar, repito, nós vamos chegar a R$20 milhões de brasileiros com as três correções da tabela. A correção de 2001, 2023, 24, 25 – quatro correções da tabela. Nós corrigimos em 23, corrigimos em 24, corrigimos agora, vocês acabaram de aprovar, e queremos uma quarta e última correção, a partir de 1º de janeiro de 2025, mas aí vai ter que ter compensação. Por quê? Porque nós estamos saindo de R$3 mil para R$5 mil a isenção. Aí nós temos que realmente compensar para não ter problema fiscal. Mas mais justo do que isso é 141 mil brasileiros, de um lado, e 20 milhões, de outro, com mais 5 milhões que vão pagar menos do que pagam hoje, não vão ficar isentos, mas vão pagar menos do que pagam hoje.

Então, tudo isso, Deputada, vai na direção do que a senhora acaba de registrar. Nós não estamos só equilibrando as contas, nós estamos equilibrando as contas, mas buscando, pela primeira vez, com a reforma tributária do consumo e agora com a reforma tributária da renda, fazer um pouco de justiça social. Não pensem vocês que nós vamos melhorar muito no *ranking* de desigualdade. Nós estamos entre os dez piores países em desigualdade, mas nós vamos melhorar. O Ipea fez estudo mostrando que nós vamos melhorar a distribuição de renda no Brasil se nós tomarmos essas providências. É muito bom estar entre as dez maiores economias e muito ruim estar entre as dez piores, em termos de distribuição de renda.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Isso tem que ser aprovado até setembro, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO HADDAD – Tem que aprovar. Hoje eu ouvi um papo de que vai para dezembro, nem pode.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Não pode em 2026.

O SR. FERNANDO HADDAD – Pois é.

Outra coisa importante são as iniciativas de repensar as renúncias fiscais, seja Repetro, sejam todos os programas. Na verdade, o Deputado Benevides apresentou um corte linear para todos os programas de 10%, dizendo o seguinte: você tem 10%, você não vai ficar com os 10%, você vai ficar com 9%. Então, você vai ficar com 90%. Então, essa é uma possibilidade.

O que o Senador Izalci falou também é uma possibilidade. Quando você vai fazer um corte mais drástico de um benefício fiscal, aí tem que ter um estudo justificando. Quando a gente defendeu a reoneração da folha gradualmente, nós tínhamos 11 estudos, 11 estudos acadêmicos mostrando que o impacto do programa não tinha sido bom. Quando a gente propôs uma revisão do Perse, é porque o Perse já tinha cumprido os seus objetivos. Foram R$60 bilhões investidos no Perse. Lamentavelmente, metade disso foi para fora do país, porque o recorte do programa não ficou ajustado para defender o capital nacional, acabamos pegando grandes cadeias de hotéis e de restaurantes e acabamos também cometendo alguns excessos.

Nós estamos aqui para conversar com o Congresso, fazendo os recortes necessários para ajustar as contas com justiça social porque é aquele discurso que o Deputado Benevides bem lembrou: a todo momento, quando se fala em ajuste de conta, sempre quem é chamado a pagar é o pobre. Historicamente, é assim. Por isso, as pessoas, às vezes, falam: "Pô, mas a esquerda é irresponsável". Não, é que toda vez que se fala em corte, aciona um botão na cabeça de todo mundo, a memória todo mundo reativa, e você lembra que vão congelar o salário mínimo, vão congelar a tabela do Imposto de Renda, vão cortar benefício social. É assim que é feito. Nós resolvemos fazer diferente pela primeira vez na história do país. Nós falamos: "Nós estamos dispostos a fazer o ajuste fiscal. É necessário, mas vamos fazer com critério". Por que fazer sem critério? Vamos fazer com critério. Vai cortar do pobre coitado ali que está com dificuldade? Vamos ver com quanto cada um entra. Não estou dizendo que... Tem gente que não tem que entrar com nada, porque já está espremido. Agora, vamos calcular. Olha, eu aqui estou no andar de cima, vou pagar um pouquinho mais. No fim das contas, o ajuste acaba beneficiando a todos nós. É menos inflação, é menos juro, é menos tudo, mas tem que ser feito com critério. Aí a responsabilidade passa a ser um valor de todos os partidos, e não de um só. Fica uma agenda de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, o Senador Renan, toda vez que vai conversar comigo na Fazenda, insiste numa agenda de Estado. Não está discutindo qual é o partido que vai... Como é que o Estado brasileiro vai se reorganizar para fazer frente aos investimentos necessários em ciência e tecnologia, na defesa, nos programas sociais, na reindustrialização do país, e isso com sustentabilidade de médio e longo prazo.

E às vezes, quando tem uma pandemia, quando tem uma emergência, como teve no Rio Grande do Sul, ninguém ficou medindo esforços para investir no Rio Grande do Sul tudo que era necessário para fazer o estado se recuperar, porque a gente sabe que tem momentos em que o Estado tem que entrar mesmo, e ele tem que entrar para fazer valer a soberania do país.

Outra coisa: o Comprev. O nosso objetivo é o seguinte. Quando vai para dotação orçamentária do Orçamento federal a compensação, vai com base em cálculos feitos por técnicos, ninguém corta. O técnico fala: vai precisar de X bilhões para fazer as compensações de regimes de Previdência. Vai lá. Às vezes acontece de ir um valor que poderia ser pago em janeiro do ano seguinte, e ele, por razões legais de não conformidade, na minha opinião, acaba fazendo pressão sobre despesas obrigatórias ou discricionárias de um ano quando você está a alguns meses para fechar a conta do ano. Então, o que nós estamos dizendo é o seguinte: nós vamos consignar no Orçamento o valor calculado da compensação e vamos executar. Ao longo do ano, vão chegar os valores... É como funciona o precatório, por exemplo. O precatório funciona como? Tem uma data em que você diz: até aqui eu vou pagar o precatório. Você pega todo ele e bota no Orçamento do ano seguinte. Acabou, você tem a previsibilidade. Você vai pagar aqueles precatórios que foram inscritos, se eu não me engano, até o final de abril do ano anterior. É o que a gente quer fazer. Então, a gente faz uma conta do que vai ser pago no ano seguinte. Em abril do ano seguinte, você vai botar o Orçamento do ano seguinte, mas você tem previsibilidade do que você vai pagar. Então, é o regime desse tipo de despesa.

Lembrando que a União paga muito mais do que recebe, porque muitas vezes o município não reconhece que deve para o regime da União o que seria devido a ela, como aconteceu agora. Pega a Previdência aqui. Então, na emenda constitucional que vocês estão...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. *Fora do microfone*.) – A 66.

O SR. FERNANDO HADDAD – ... na 66, baixa juros, etc. Então, em geral, a União está sempre no polo pagador, mesmo quando ela é credora. Ela dificilmente recebe. Vale para o contribuinte, vale para o município, vale para o estado. Dívidas dos estados foram renegociadas, dívidas do município

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Previdência estão sendo renegociadas, só a nossa dívida que não é nunca renegociada. A dívida da União tem que ser paga, não tem com quem renegociar. Está certo?

E justamente o que nós estamos estabelecendo aqui é uma regra de previsibilidade. Fechou a conta, vai para o Orçamento. O que vai na peça orçamentária vai ser pago. No ano seguinte, a mesma coisa. É regime de precatório. É assim que vai funcionar o Comprev. Não fere direito algum, ninguém vai ficar sem receber. Não é nada disso, mas nós vamos ter um regime ordenado, previsível de pagamento dessas compensações.

Não sei se faltou alguma coisa. Acho que eu respondi. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Eu quero agradecer, em meu nome, em nome do Carlos Zarattini e em nome desta Comissão, a gentileza da presença do Ministro Fernando Haddad, que, mais uma vez, se coloca à disposição deste Congresso, agora desta Comissão, colaborando para que tenhamos uma tramitação consequente da Medida Provisória 1.303. Agradeço também muito a presença do Marcos Pinto.

Relator Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Queria agradecer também ao Ministro Fernando Haddad e ao Secretário Marcos Pinto por esta audiência pública, que foi muito importante para esclarecer vários aspectos relativos à Medida Provisória 1.303. Agradeço a todos os Deputados e Senadores que participaram e peço que fiquem mais um pouco aqui para a gente aprovar o plano de trabalho para as próximas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Nós vamos retomar a segunda parte da reunião da Comissão para aprovarmos o calendário das audiências públicas e os nomes das pessoas que foram indicadas pelos Senadores através de alguns requerimentos.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Pode sim.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Nós estamos propondo para a próxima semana, no dia 20 – dia que foi combinado com o pessoal da pesca –, um debate sobre medidas relativas ao INSS e seguro-defeso. Então, nós estamos convidando – esta é a nossa proposta – o Ministro da Previdência Social, o Ministro da Educação, o Ministro da Pesca. Também estamos propondo convidar o Deputado Estadual Jutay Meneses, da Paraíba; o Edivando Soares de Araújo, da Confederação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional dos Pescadores e Aquicultores; e o Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura. Então, essa seria a primeira proposta.

Na terceira audiência, no dia 27, a repercussão das medidas sobre o setor financeiro. Então, eu vou propor as entidades, Senador, e depois a gente especifica: a Febraban; a Zeta, que representa os setores de *fintechs*; a Associação Brasileira de Instituições de Pagamento; o Robinson Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal; a Anbima, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais; a Associação Brasileira de Investidores em ETFs; o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável; e a CNseg, que é a entidade que representa a confederação nacional das seguradoras. E, na quarta e última audiência pública, no dia 3, trataremos de debêntures incentivadas, LCIs, FIIs, LCAs e Fiagros.

A gente está convidando o BNDES, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), a representante aqui da Maluf Reis Advogados, a Associação Paulista de Estudos Tributários e a Zera, que é uma empresa que trata de investimentos em agronegócios.

Então, essa seria a nossa proposta.

Nós procuramos contemplar o maior número possível de sugestões aqui que foram apresentadas por Deputados e Senadores, né? Quase todo mundo aqui está contemplado, não na sua totalidade, mas naquilo que é principal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Deputado Raimundo.

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA) – Presidente Renan Calheiros e digníssimo Relator, no que se refere ao dia 20, proposto pelo nobre Deputado – inclusive a expectativa é de todos estarem presentes... O horário dessa do dia 20 é que horário?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Às 14h30.

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA) – Às 14h30. E eu tenho uma, na qual também sou o Relator, que o Instituto Iraguaia nos solicitou há muito tempo. Ela está programada para o dia 20, na Comissão de Agricultura, às 14h30, em que vamos falar dos impactos da indústria petrolífera na atividade pesqueira. Queria ver de que forma a gente poderia compatibilizar essa mesma presença de horário, já aproveitando a vinda de tantos representantes de todo o país, com um assunto também extremamente importante, sobre os impactos que a indústria petrolífera...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Está certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA) – ... executa nesse ambiente do segmento, uma vez que coincide com o mesmo setor impactado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O problema é que ficou combinado na semana retrasada – na semana passada, nós acabamos não fazendo a audiência – que essa audiência do pessoal da pesca seria nesse dia 20, porque o pessoal alegou problema de compra de passagem...

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA) – Perfeito.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – ... essa coisa toda.

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA) – Perfeito.

A minha ideia não é alterar, é tentar compatibilizar, porque...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Qual é o horário da outra?

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA) – É o mesmo horário daqui, às 14h30.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Mesmo horário. (*Risos.*)

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA) – Essa já estava programada há dois meses.

Mas, se não puder, a gente vai priorizar a presença aqui no Senado...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Está certo.

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA) – ... na Comissão Mista e pedir a alguém que nos substitua.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Henderson.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, só para fazer uma observação. E trazer uma preocupação.

Nós acabamos, naquele momento em que a gente estava sugerindo a data do dia 20, isso acabou gerando toda uma mobilização nacional. E, obviamente, virão muitos pescadores aqui para Brasília nesse dia, né? E, como a gente sabe que a reunião da Comissão é muito restrita, eu queria conversar com os colegas para a gente criar uma maneira para as pessoas que virão não se sentirem desprestigiadas, até porque não vão poder participar por conta do espaço.

Eu não sei se é possível a gente mudar o espaço para um lugar maior para as pessoas também terem a oportunidade de nos ouvir, ou, de repente, a gente criar alguma espécie, pela manhã, de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontro com eles, não sei, em que a gente pudesse contemplá-los, porque, pela movimentação que eu estou vendo aqui, Presidente, nós estamos falando de, pelo menos, a percepção que nós estamos tendo é de, pelo menos, entre 800 a mil pessoas vindo para cá. Posso até estar enganado para mais, porque a mobilização... Só do Estado do Pará estão organizando dois ônibus para virem para cá, fora os que já vêm de avião, né?

Então, é só uma... Como eu sei que não é possível a participação de todos para falar, para usar da palavra, mas, de repente, a gente mudar o local da audiência para que as pessoas tenham a oportunidade de, pelo menos, ouvir e assistir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Relator.) – Não, eu não vejo problema algum. O problema maior é que a gente tenha um auditório que...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Para fazer no auditório maior, precisa-se apenas da autorização do Primeiro-Secretário.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Vamos tentar, não é?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Da minha parte, não tem problema algum.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA) – Sugiro também que a gente possa ampliar para dois a três representantes, pelo menos dos estados que mais têm representação do setor da pesca, como é o Estado do Pará – pelo menos, um membro da federação lá do estado. Nós temos duas confederações, sendo chamadas; mais um Deputado Estadual da Paraíba, que foi colocado aqui; e os representantes do Governo, os três ministérios: da Educação, da Pesca e da Previdência. Repito: que a gente inclua dois a três representantes das entidades da federação dos estados com maior número de pescadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Bom, nós estamos aqui já com seis pessoas. A gente está tentando...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – O problema, na prática, é que nós recebemos a indicação de 62 nomes. O Relator tem uma proposta. Eu próprio fiz também uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta. Eu queria ver se nós aprovaríamos esse planejamento, esse calendário, e o Relator, ao final e ao cabo, decidiria prioritariamente as pessoas que...

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA) – No total, são quantas reuniões?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – São mais três reuniões: dia 20, dia 27 e dia 3 de setembro. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a proposta, o planejamento e as audiências públicas, eu coloco em votação.

Os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Obrigado a todos pela presença.

Está encerrada a reunião desta Comissão.

(Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1303, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Carlos Zarattini, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025 com a presença dos Parlamentares Efraim Filho, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Jorge Seif, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Antonio Carlos Rodrigues, Henderson Pinto, Átila Lins, Raimundo Costa, Sidney Leite e Silas Câmara, e ainda dos Parlamentares Zé Trovão, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Aline Gurgel, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Josenildo, Albuquerque, Fernando Rodolfo, Ricardo Maia, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Alexandre Guimarães, Zequinha Marinho, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim e Chico Rodrigues, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Renan Calheiros, Omar Aziz, Cid Gomes, Rogério Carvalho, Weverton, André Ferreira, Zé Neto, Marangoni, Doutor Luizinho, Gilberto Abramo, Adolfo Viana e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória n° 1303, de 2025. **Participantes:** Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA); Edivando Soares de Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA); Édipo Araújo Cruz, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura; Claúdia Fernanda Iten, Coordenadora-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Ministério da Previdência Social; e Jutay Meneses, Deputado Estadual no Estado da Paraíba. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e oito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.303, de 2025, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Medida Provisória 1.303, de 2025.

A Presidência informa que disponibilizou o Auditório Petrônio Portella e o Plenário 2 da Ala Nilo Coelho, aqui ao lado, para a transmissão da audiência, a fim de melhor acomodar os representantes da sociedade civil que desejam acompanhar os debates.

Senador Beto, o senhor é membro da... O senhor é membro? Se quiser fazer parte da mesa, seria bom a gente ter um Senador aqui ao nosso lado.

O Senador Renan, devido a outros compromissos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – É pescador, né?

Vou chamar, então, para compor a mesa, o Senador Beto Faro, do Pará.

Queria também convidar o Edipo Araujo Cruz, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Claúdia Fernanda Iten, Coordenadora-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Ministério da Previdência Social; o Jutay Meneses, Deputado Estadual no Estado da Paraíba; o Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura. (*Palmas.*) Também quero convidar o Sr. Edivando Soares de Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA). (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas e comentários.

Vamos iniciar então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou iniciar aqui com a palavra do Sr. Edipo Araujo Cruz, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

O SR. EDIPO ARAUJO CRUZ (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas. É uma alegria estar aqui no dia de hoje, participando desta audiência pública, representando o Ministério da Pesca e Aquicultura. O Ministro André está em viagem internacional, por isso o represento aqui nesta audiência, como Ministro em exercício.

Gostaria de iniciar cumprimentando a mesa, o Deputado Carlos, o Senador Beto Faro, e na pessoa deles cumprimento todos os Parlamentares presentes, tanto da Câmara quanto do Senado.

Gostaria de também cumprimentar os colegas do Governo, do Ministério da Previdência, que se fazem aqui presentes também; todas as lideranças e os atores que representam os nossos pescadores e pescadoras por todo o nosso país; e a equipe do Ministério da Pesca e Aquicultura que também se faz presente aqui nesta audiência.

Vamos falar um pouco da Medida Provisória 1.303, de 2025.

Antes de mais nada, quero falar do avanço, da reconstrução e da reestruturação do Ministério da Pesca e Aquicultura em 2023, por sensibilidade do Presidente da República, que reestruturou e trouxe à tona novamente a pasta da Pesca e Aquicultura, por acreditar nessas duas cadeias produtivas tão importantes para o nosso país.

Quando a gente fala de pesca e aquicultura, a gente está falando de em torno de quase 2 milhões de pescadores e aquicultores, 33 mil aquicultores, 820 empresas envolvidas nessa cadeia. Então, por sensibilidade do Presidente Lula, ele recria o ministério, dando poder a esse grupo de atores envolvidos na pesca e aquicultura, os pescadores, as pescadoras e aquicultores, dando o direito de voz, né? Por isso o Ministério da Pesca e Aquicultura existe, para dar voz a essas classes, e por isso nós estamos aqui hoje para debater essa Medida Provisória 1.303, que impacta diretamente os atores da pesca artesanal, os nossos pescadores e nossas pescadoras.

Quero falar sobre a primeira iniciativa que o Ministro André teve na sua gestão. Chegando ao ministério, ele recebeu o ministério com um passivo de análise de 300 mil pescadores. Então, ele não contou... Simplesmente direcionou uma força-tarefa. O Ministério da Pesca precisava analisar aquele passivo, porque a partir da análise do requerimento de pescador é que a gente dá garantia a esses atores de exercerem sua profissão. Não bastasse isso, esse passivo aumentou, né? Tivemos a primeira força-tarefa, de 180 mil pescadores que precisavam ser analisados, e recentemente nós demos início a mais uma força-tarefa. Nós tínhamos um passivo de 400 mil pescadores tendo pendente de análise o seu requerimento. O que isso tira? Não só o pescador de exercer sua atividade profissional, que é ser pescador, como também acessar auxílios e garantias e benefícios do Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a sensibilidade do Ministério da Pesca vem a partir do momento em que a gente vê um gestor, uma gestão preocupada com o bem-estar daquele pescador e daquela pescadora, que não poderia estar exercendo sua profissão se ele não tivesse o seu registro geral da atividade pesqueira.

Para falar um pouco mais especificamente da medida provisória, a medida provisória trouxe, em seu dispositivo, duas grandes alterações: a homologação desse pescador e da pescadora em relação ao município, então o município teria que validar o exercício ininterrupto dessa atividade, e também condicionando o pagamento desse benefício a uma dotação orçamentária prevista.

Em relação ao primeiro ponto dessa medida provisória, que trata de um ponto bem polêmico, que é em relação a esse pescador ser validado em relação ao município, quando se pensou nessa normatização, pensou-se na proximidade desses atores com as realidades locais e regionais. Nós poderíamos passar a esses municípios, por terem uma proximidade com esses atores, a questão dessa validação.

Vale dizer que qualquer medida que foi proposta e está em atuação levou sempre em consideração a sustentabilidade das políticas que envolvem o trabalho do pescador e da pescadora. Sempre foi tentando acertar, para que a gente possa ter apenas usuários que efetivamente são pescadores e pescadoras. A ideia da política, da mudança da MP nunca foi de burocratizar ou de tirar os verdadeiros pescadores daquele exercício, e sim, garantir que estivessem acessando esse seguro, esses benefícios, os verdadeiros pescadores.

Dito isso, essa lei, essa medida provisória foi regulamentada pelo Decreto 12.527, que traz um aprofundamento e atribuições a diferentes pastas dentro da estrutura organizacional da Esplanada dos Ministérios, trazendo atribuições claras ao Ministério da Pesca e Aquicultura, trazendo atribuições claras ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, porque não existe o benefício seguro-defeso se não existir uma coisa pretérita que é o período de defeso, que nada mais é do que o período ambiental, o período de reprodução ou de recrutamento dessas espécies. Então, só existe seguro-defeso porque existe uma medida ambiental pretérita que é o defeso.

Então, vale dizer da importância desse seguro para as questões econômicas e sociais que envolvem a atividade, mas também quanto ao compromisso ambiental, porque são esses pescadores que estão protegendo uma parcela dos nossos recursos pesqueiros quando eles estariam mais vulneráveis a serem capturados. Por isso existe um benefício, para garantir que esse pescador e essa pescadora interrompam a sua pescaria.

Então, trouxe muito claro esse decreto competências também ao INSS, porque juntamente o Ministério da Pesca e o INSS são responsáveis por trazer os procedimentos de homologação. Esse procedimento está em discussão. A ideia é que nós possamos discutir com a sociedade civil, com as lideranças, de que forma se dará essa verificação desta homologação junto aos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falou-se muito sobre a alteração e a queda da medida provisória, e o Governo tem falado, tem colocado em suas falas que nós estamos abertos a um aperfeiçoamento desses textos. E é disso que a gente precisa. Tudo que chega de novo acaba trazendo, óbvio, um medo pela novidade, mas a gente precisa, na verdade, ampliar esse diálogo. E o Governo está aberto a ampliar esse diálogo.

Então, com o decreto, a gente reforça a fiscalização e transparência. A ideia é que realmente isso se mantenha não só dentro da política do seguro-defeso, que hoje é executado pelo INSS, mas que o Ministério da Pesca e Aquicultura tenha um banco cada vez mais limpo e sólido de verdadeiros pescadores.

Recentemente, nós publicamos uma portaria cancelando 7 mil pescadores. Por quê? Porque esses pescadores já estavam dentro do Sisobi como mortos. Nós finalizamos o recadastramento, que se iniciou ali no ano de 2021, no dia 31 de março deste ano. Então, esses dois anos e meio da gestão foram organizando a base de dados que vai dar sustentação para a construção das melhores políticas públicas, para que elas cheguem na mão de quem realmente precisa desse benefício, de quem é o verdadeiro pescador.

Recentemente, o nosso Ministro André esteve numa sessão solene aqui, no dia representativo do pescador, que é dia 29 – foi coordenada ali pela liderança do Deputado Albuquerque aquela sessão solene –, em que ele defendeu que o Ministério da Pesca trabalhe duramente com os verdadeiros pescadores, os pescadores legais, porque pescador ilegal não é competência do Ministério da Pesca. Então, por isso, a gente vem aperfeiçoando nossos sistemas de controle e monitoramento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDIPO ARAUJO CRUZ – Finalizamos esse recadastro no dia 31. E a gente vem avançando bastante com a reconstrução do ministério nos momentos de participação social, o que envolve todas as políticas.

Nós temos o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, nós temos o grupo de trabalho que trata especificamente sobre as medidas que envolvem o registro geral da atividade pesqueira e nós estamos abertos para qualquer consideração, quaisquer sugestões de melhoria e de regulamentação que caibam ao Ministério da Pesca e Aquicultura. E isso claramente fica muito fácil e de forma bem expressa no Decreto 12.527, que foi publicado logo em seguida, regulamentando a medida provisória.

Dito isso, eu gostaria de agradecer a atenção de cada um dos senhores e dizer claramente que o Governo está preocupado com a continuidade dessa política. A gente precisa ter mecanismos de controle e de monitoramento bem claros para que a gente não acabe perdendo uma política tão importante e necessária, que, como eu coloquei no início da minha fala, é importante no âmbito econômico, porque ela traz uma garantia de um recurso no período em que a espécie está sendo protegida pelo período do defeso, de reprodução; no âmbito social, porque garante socialmente que esses atores continuem exercendo sua profissão; e também no âmbito ambiental, porque é uma paralisação para que o recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa ter o seu momento mais vulnerável de estágio de vida, que é o período de reprodução, resguardado por essa medida.

Então, agradeço a todos pela presença. O Ministério da Pesca e o Governo ficam à disposição para o debate, e estamos à disposição também para responder às perguntas que aqui forem colocadas.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado, Sr. Edipo. Agradeço a sua explanação aqui.

Passo a palavra para a Dra. Cláudia Fernanda Iten, Coordenadora-Geral de Normatização e Acompanhamento do Ministério da Previdência Social.

A SRA. CLÁUDIA FERNANDA ITEN (Para expor.) – Boa tarde a todos os Srs. Senadores e Deputados, a todos os presentes, aos colegas aqui.

A nossa manifestação sobre esta medida provisória, neste momento, vai se ater a um dispositivo, o art. 67, que incluiu um novo dispositivo à Lei 9.796, que se refere à compensação previdenciária entre os regimes previdenciários, um tema bastante discutido, bastante relevante, como esse tema que o colega Edipo comentou, e o INSS também vai fazer a sua análise quanto a esse ponto.

Esse dispositivo a que me refiro, sobre a despesa, prevê que

> A despesa federal anual resultante da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fica limitada à dotação orçamentária para essa despesa na data de publicação de cada lei orçamentária anual.

Em relação ao orçamento em si, cabe ao INSS a manifestação direta por ser uma autarquia, que tem sua dotação orçamentária, efetua as análises desses requerimentos também e os pagamentos, mas – agradecendo o convite para estar presente neste debate –, discutindo internamente lá no Ministério da Previdência Social, entendemos que tínhamos que aproveitar essa oportunidade também para manifestar os estudos que nós já temos feito em relação a esse tema.

Em relação à compensação: é notório que há um estoque já previsto.

Nosso Secretário, Dr. Brunca.

Há um estoque já previsto em lei, na lei que regulamenta a compensação previdenciária, Lei 9.796, de 1999, o estoque de 1988 a 1999: em 1988 com a Emenda 20, que foi quando começou a dar o direito à compensação previdenciária, até 1999, que foi quando se iniciou a operacionalização da compensação previdenciária entre os regimes previdenciários. Então, gerou-se esse período de estoque que a lei prevê.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E deu muito certo esse estoque, previsto na lei, tanto que hoje nós temos cinco entes federativos apenas, cinco estados, que têm créditos a receber do estoque.

A lei prevê um pagamento, com um valor limitado de 1,5 milhão por mês, em um período de 180 meses, então, limitado a esses 180 meses. E deu muito certo, foi efetuado o pagamento desses valores. Hoje, então, tem esses cinco entes credores de estoque – um deles já está encerrando nos próximos dois meses.

Então, nós temos realizado estudos lá diante da quantidade de requerimentos aguardando análise por parte do INSS. A gente está falando aí de aproximadamente 470 mil requerimentos aguardando análise, por uma série de fatores esse quantitativo de requerimentos: seja em razão do orçamento, capacidade de pessoal mesmo, seja também em razão da pandemia, quando teve uma pausa lá das atividades.

Também, por outro lado, nós temos 2.132 regimes próprios ativos no Brasil. Então, todos os estados, todas as capitais e aproximadamente 40% dos municípios têm regimes próprios e têm, quase na sua totalidade, valores a receber de compensação previdenciária. Então, eles estão aguardando o recebimento desses valores, porque esses benefícios já foram concedidos por esses regimes próprios, que contaram com esse tempo de contribuição, e agora eles têm direito a essa compensação previdenciária referente àquela parcela correspondente ao período que foi certificado e utilizado na concessão do benefício.

Um estudo que está bem avançado lá no ministério, o qual compartilhamos aqui com os senhores, é sobre a possibilidade de se criar um novo período de estoque, considerando o que a lei já prevê, o resultado que deu certo – de 1988 a 1999 deu certo –, criar-se um novo período, algo como de 1999 até 2030, por exemplo, de todos os requerimentos que forem analisados dentro desse período, e também fazer um limite de tempo e de valor a ser pago para os entes federativos.

Aí tem algumas vantagens para isso: primeiro, observa-se o limite orçamentário, e dá previsibilidade, tanto para a União, que tem valores a pagar – e considera-se União Regime Geral de Previdência Social, o órgão gestor, e INSS –, quanto para os regimes próprios que têm valores a receber. Então, a partir do momento em que se conseguem analisar esses requerimentos pendentes e eles geram um crédito a receber para os entes federativos, a lei limita um valor a ser pago por mês, mas o ente já sabe o valor que ele tem a receber, assim como a União sabe o valor que tem a pagar. A lógica e os critérios são os mesmos que hoje já prevê a Lei 9.796 para esse estoque de 1988 a 1999.

Então, o que se discute, reforço, é a criação de um novo período de estoque, de 1999 até 2030, por exemplo, para que tenhamos essa previsibilidade, tanto da União para pagamento quanto dos entes federativos com regime próprio para receber. E aí, tendo essa previsão, inclui-se lá a previsão financeira orçamentária, e tem impacto na avaliação atuarial desses regimes próprios também, porque, desses 2.132

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

regimes próprios ativos no país – reforço: todos os estados, todas as capitais e aproximadamente 40% dos municípios –, quase a totalidade desses regimes próprios tem déficit financeiro e atuarial.

Então, tendo esse valor já previsto, o recebimento desse valor, eles podem utilizar tanto no estudo atuarial quanto para projeção de pagamento dos benefícios que eles já estão pagando, porque o direito à compensação previdenciária decorre a partir do benefício concedido e depois registrado pelo Tribunal de Contas.

Então, essa é, assim, uma proposta de reflexão que se traz aos Srs. Senadores e Deputados. Estamos nessa fase de estudo – claro que compartilhado, será tudo compartilhado com a equipe econômica do Governo –, de estabelecimento de prazos e valores por mês, mas trazendo esse histórico de um estoque que já está previsto em lei, que já deu certo, para pensar um pouco em outras alternativas para que possamos avançar também nesse ponto da compensação previdenciária, trazendo soluções mais perenes para os sistemas previdenciários.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Muito obrigado, Sra. Cláudia. Agradecemos a sua explanação.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Estadual da Paraíba Jutay Meneses.

Por três minutos, tá? Desculpe-me, desculpe-me, por dez minutos; me equivoquei aqui, são dez minutos.

O SR. JUTAY MENESES (Para expor.) – Sr. Presidente desta Comissão e Relator, Deputado Carlos Zarattini, meus cumprimentos a V. Exa. Meus cumprimentos a toda a mesa. E aí quero cumprimentar o Deputado Silas Câmara, companheiro de partido, grande lutador em defesa dos pescadores e pescadoras de todo o país. Meu muito obrigado a V. Exa. pela sua luta. Deputado e Senador Beto Faro, também meus cumprimentos a V. Exa., e os estendo aqui a toda a mesa e aos amigos pescadores, presidentes de colônias de todo o país, da minha querida Paraíba, que se deslocaram do litoral ao sertão para estar aqui para acompanhar esta audiência pública.

Presidente, eu, ouvindo... E meus cumprimentos ao Ministro Edipo, que sabe do meu respeito e da consideração que tenho pelo seu trabalho que é feito no ministério, com muita competência, sabedor do que é a pesca, já que reside no estado onde a pesca é muito forte, o nosso querido Pará, não é? Tem algumas colocações que eu quero fazer, Ministro e Srs. Deputados e Deputadas, presidentes de colônias, Presidente da confederação, querido Abraão, do que nos preocupa.

O primeiro ponto é a questão orçamentária, que, da forma como está, não dá clareza, Deputado Silas, de que de fato o seguro será pago aos pescadores e pescadoras. Estamos falando de pescador, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos falando daqueles que usam o sistema... E esse já é um outro ponto que eu coloco, que é: a conta Gov.br, Deputado Carlos... Tem que ter escritórios especializados para fazer carteira de pescador. O senhor pode pegar do Nordeste ao Sul, há escritórios especializados e eles colocam, publicam em rede social – Facebook, Instagram –; em algumas cidades pequenas, até carro de som eles colocam, para anunciar que fazem carteira de pescador. Então, esses mil pescadores – o que foi colocado aqui –, quem garante que não são dessa conta Gov.br, que usam essas contas para que possam tirar proveito, não é? Então, esse é um ponto que eu quero colocar aqui nesta audiência pública.

Quero dizer também que colocar para as prefeituras a condição, a capacidade de absorver e fazer o registro desses pescadores não tem... Primeiramente, as prefeituras não têm a condição física e pessoal para fazer isso. Esse é um dos pontos. (*Palmas.*)

O outro ponto é que não irá diminuir em absolutamente nada, porque virá tirar, de certa forma, a independência dos sindicatos, que são as colônias de pescadores, as associações, que têm a sua independência política de poder se manifestar contra ou a favor de qualquer gestor. E, com essa ação, vai-se tirar totalmente essa independência dessas pessoas. E qualquer Vereador, qualquer suplente de Vereador, qualquer Prefeito, vai poder fazer as suas ações ao seu bel-prazer na hora de fazer esses registros, não é? (*Palmas.*) Esse é um ponto que eu coloco.

O outro, Presidente, é em relação ao que foi colocado aqui, não nessa medida provisória, mas no Decreto-Lei 12.527: é que uma condição para receber o seguro-defeso no próximo ano, já que começam muitas colônias agora nos meses de outubro, novembro, é ter o novo RGP, a CIN. Eu vou dar aqui um exemplo, Ministro. O meu estado, a Paraíba, durante todo um mês consegue fazer apenas 40 mil – o todo, do Estado da Paraíba, com mais de 4 milhões de habitantes, 40 mil. Nós temos um município lá no Alto Sertão da Paraíba, de que eu vou dar aqui um exemplo, de Manaíra, em que você só tem nove autorizações por dia para fazer um novo RG, a nova CIN, e nós temos lá cerca de 200, 300 pescadores. Isso significa dizer que esses pescadores e pescadoras, no ano que vem, todos eles serão prejudicados e não receberão um único seguro-defeso – um único seguro-defeso.

Nós tivemos agora um grande problema – e não é o problema do INSS, quero aqui deixar claro, e o INSS, pelo menos do meu estado, a Paraíba, fez um grande esforço para que esses trabalhadores não fossem prejudicados –, que foi a biometria. Eles pegam a biometria tanto da nova CIN, como também do TRE. Só que há momentos em que há conflito no sistema e não fazem a leitura. E, com isso, o INSS não estava dando a condição de esse pescador apresentar uma certidão e dizer: "Olha, o TRE está aqui me dando a certidão dizendo que a minha biometria está em dia". Simplesmente se negava o direito. E é isso que vem acontecendo.

O outro ponto – como o tempo é escasso, eu tenho que correr mesmo para colocar os pontos que aqui acho importante nós debatermos e trazer ao conhecimento – é na hora em que... E aí já é um outro, que já não é do INSS e não desta audiência, mas eu acho que é importante eu colocar aqui: já há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedido meu, no ministério, para a gente poder resolver esse problema do PesqBrasil, que é, na hora em que o pescador vai fazer a sua atualização, ele não consegue, porque, no seu registro, mesmo ele sendo pescador há 10, 15, 20 anos, ele sai com a data atual. Isso prejudica muito, atrapalha muito esses pescadores.

Esta audiência é muito importante para nós trazermos esses pontos e mostrar que o problema não está nas colônias ou nas associações, o problema é todo um sistema que é criado. Essa questão do art. 71, que quer transferir para as prefeituras, não é de agora. O Governo passado também tentou esta mesma medida de colocar para as prefeituras, e a classe se uniu e conseguiu derrubar. Está aqui o Deputado Silas Câmara, mais uma vez, que, à época, salvo engano, era o Relator, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JUTAY MENESES – Era o Relator e conseguiu tirar esse artigo, àquela época, conseguindo ter essa vitória. E eu espero que, da mesma forma, possamos ter essa vitória a partir deste ponto em que estamos tendo esta audiência pública.

E quero dizer para vocês que nós devemos continuar na luta para poder ter os direitos que há tanto tempo... Foi com luta que foi alcançado esse direito. O Presidente Lula, inclusive, deu autonomia ao Ministério da Pesca, recriou o Ministério da Pesca, e eu tenho a certeza de que a sensibilidade deste Governo será muito grande no tocante a este ponto desta medida provisória, para, assim, a derrubarmos toda. E aí, em consequência, em contrapartida, nós também derrubaríamos esse decreto... Que o Ministério da Pesca retire esse decreto e aí passe a ter uma discussão mais ampla com o setor, porque...

Deputado Carlos, o problema maior sabe qual é? É que, de dentro de um escritório, nós não podemos ter a dimensão do que é criar uma lei como esta. Imagine o senhor... Eu não sou do Amazonas, não conheço o Amazonas, mas conheço o meu Estado da Paraíba e conheço o meu Estado da Bahia, pois eu sou baiano, mas Deputado pela Paraíba – o povo da Paraíba me escolheu. Eu venho de uma ilha chamada Ilha de Boipeba, lá na Bahia. Hoje, já tem uma facilidade maior, mas, imaginem, à época, nós andávamos quatro horas de barco. Eu nasci dentro de um barco ao tentarem se deslocar para a maternidade na cidade mais próxima, que era Valença, porque a cidade de origem não tinha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JUTAY MENESES – ... maternidade. Imaginem como é que esse pescador vai sair lá do Amazonas, um estado tão distante, uma cidade tão distante, para ir à sede para fazer uma certidão, para fazer o seu registro de pescador, já que ele assim o tem? (*Palmas.*)

Essas são as considerações que eu faço.

Eu agradeço, já cumprindo aqui o meu tempo, deixando aí 30 segundos... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, Presidente, posso usar esses meus 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Pode.

O SR. JUTAY MENESES – Só uma última consideração que eu esqueci.

Eu não sei por que essa preocupação toda – eu não vou dizer perseguição, mas essa preocupação, diria. Por que é que o agricultor nunca teve...? Por que aqueles que defendem, e defendem muito bem, a agricultura nunca fizeram o mesmo para fazer com que os agricultores fossem reconhecidos pelas prefeituras? Por que só o pescador?

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Vamos lá, vamos lá.

Queria passar aqui a palavra ao Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, que é o Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca. (*Palmas.*)

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Deputado Carlos, Presidente da Comissão em exercício e nosso Relator da medida provisória, Senador Beto, que conhece muito bem a pesca, porque é Senador por um dos estados... um dos estados não, o maior produtor de pescado do Brasil e o maior número de pescadores do país; inclusive já tive a oportunidade de estar com eles em várias colônias do Estado do Pará. Eu queria somente, pessoal que está aqui do INSS, da Previdência, do Ministério da Pesca, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, uma avaliação. A gente entende que a desburocratização é importante, a modernização é mais importante ainda, facilitar a vida do cidadão brasileiro é muito mais importante, claro, mas, da forma que foi feita, com o seguro-defeso e com o RGP, da pesca, não foi uma desburocratização.

Você pegar um celular para fazer uma carteira? Qualquer pessoa, todo mundo sabe que o setor primário avançou bastante nas suas conquistas. Todo mundo sabe que essa não é a primeira vez que tentam, de todas as formas, tirar o seguro-defeso, mas o seguro-defeso não é benefício social. O seguro-defeso é para quando a gente para de trabalhar para poder regular os estoques pesqueiros do nosso país.

As pessoas confundem... (*Palmas.*) As pessoas mal-intencionadas confundem para jogar para a sociedade uma imagem – uma imagem – de que isso é um benefício social, ou, como muitas vezes eu já escutei, uma esmola, mas não somos nós que pedimos para parar. É, claro, uma questão de sustentabilidade ambiental, temos a consciência e o entendimento de que isso é importantíssimo. Agora, cabe também ao Governo manter critérios, filtros.

Nós fizemos um documento, o ano passado, ao Ministério da Pesca, propondo que ele colocasse um filtro, como, por exemplo, a questão do CAF. Sr. Presidente, para receber o crédito do Pronaf, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pescador e o agricultor têm que ter o CAF, que é uma certidão que prova que eles são do segmento do setor primário.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Para fazer parte do PAA, do programa, tem que ter um CAF. Por que não o Governo, através do Ministério da Pesca, colocar esse filtro de que todo mundo tem que ter um CAF, porque é a certidão de que você é produtor, com a responsabilidade criminal de quem assina? (*Palmas.*) Escutei de uma pessoa: "Ah, porque o CAF vai beneficiar associação, sindicato e colônia". Não, as secretarias de agricultura do estado, as EMATERs, as secretarias de agricultura e de pesca dos municípios também expedem CAF, e o próprio Ministério da Pesca também. É só mais um filtro, e um filtro importante, porque, aí, há um cruzamento de muito mais informações.

Se eu não me engano, teve aqui um Parlamentar da Câmara que fez uma emenda sobre isso.

Então, o que eu queria que o Congresso... Como sempre entendeu, como foi nove anos atrás, aqui nessa mesma Casa, no Senado e na Câmara, e fizeram essa mesma situação. E eu não sei por que, se a Prefeitura já tem tantas atribuições, os Prefeitos já estão, coitados, cheios de problemas para resolver na comunidade, jogar mais um problema, que nunca foi nem vai ser institucionalmente deles. (*Palmas.*)

Nós temos conversado com os Parlamentares, visitando os gabinetes, nos estados, e o nosso apelo é para que esta Casa, mais uma vez, mais uma vez, corrija este absurdo. A supressão do art. 71 é de fundamental importância.

Com isso, nós não estamos dizendo, meu querido Relator, Deputado Carlos, que não sejam colocados, Ministério da Pesca, filtros – filtros para que uma pessoa prove que realmente é pescador. Agora, chegar e tomar uma atitude como essa...

Quero fazer das palavras do Deputado, aqui, paraibano, as minhas palavras, dizendo o seguinte: se tem coisa errada, tem que corrigir; mas, se continuar desse jeito, sem corrigir, daqui a dois anos esses valores vão estar triplicados.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Obrigado.

Queria passar a palavra para o nosso último expositor aqui, que é o Edivando Soares de Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores.

Com a palavra.

O SR. EDIVANDO SOARES DE ARAÚJO (Para expor.) – Obrigado. Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Presidente da CNPA. Essa entidade tem 105 anos de fundação, ela foi fundada pela Marinha do Brasil, a gente vai completar 102 anos de utilidade pública pelo Governo Federal, e essa entidade já viveu várias situações da pesca.

Em parte, eu entendo o Governo, com essas medidas, tentar dar uma maneirada na fraude do seguro-defeso, de várias outras ações. Em cima disso daí, termina-se condenando aquele que realmente trabalha, que realmente necessita da pesca, e precisa dela para sobreviver. E a gente, como diz, não tem que responder pelo corrupto.

Então, eu, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu acho que a gente tem que ter regras, a gente tem que ter lei. Eu sou totalmente a favor de que haja lei desta Casa para qualquer entidade, se estiver sendo investigada pela Polícia Federal por corrupção, que ela seja obrigada a parar de trabalhar com a categoria, até que se chegue ao fim da conclusão das investigações. Se não tiver nada, ótimo, volta a trabalhar. E, se for condenada, que seja banida da pesca, porque senão nós nunca vamos acabar com a corrupção.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. EDIVANDO SOARES DE ARAÚJO – Então, quer dizer, a gente não pode, de maneira nenhuma, querer condenar o Governo, não. Muito pelo contrário, a gente tem que dar a mão para o Governo. Eu levei, no dia 9, para o Ministério da Pesca, protocolei com o Ministro André de Paula um documento pedindo que se desse responsabilidade para as entidades, para as colônias, para os sindicatos, para as associações. Nós não nos negamos a ser cadastrados no Ministério da Pesca, com número de senha no Ministério da Pesca, porque cada carteira que uma colônia pedir, um sindicato pedir, uma associação pedir, o Ministro vai saber de onde está saindo. Se começou a sair muita carteira de tal canto, ele vai poder investigar o porquê de estar saindo tanta carteira em tal município.

Mas, não, parece que o Ministério da Pesca recusou e está analisando simplesmente cadastrar as colônias. Então, vocês me desculpem, mas o Governo não quer acabar com a corrupção.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. EDIVANDO SOARES DE ARAÚJO – O Governo não quer acabar com a corrupção, porque os representantes de entidades, em momento algum, se recusaram a assumir responsabilidade. Então, a partir do momento em que o Governo libera para se tirar carteira em qualquer canto, em qualquer esquina, e não quer comprometer as entidades para terem responsabilidade, é o Governo que está pedindo a corrupção; ele não quer acabar com a corrupção.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. EDIVANDO SOARES DE ARAÚJO – Nós, como representantes da categoria, queremos ajudar o Governo, queremos acabar com a corrupção, mas é como se diz, nós precisamos do apoio do Senado e da Câmara dos Deputados, nós precisamos ter leis, e não adianta a gente ter leis e elas não serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumpridas – não adianta. Eu pergunto para vocês: com todas as fraudes que foram cometidas no INSS, quem é que está na cadeia? Ninguém – ninguém.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. EDIVANDO SOARES DE ARAÚJO – Aí, o que eu pergunto, Senador, para o senhor: o que o Governo fez? Está fazendo o coitado do aposentado, além de ter sofrido com a corrupção que cometeram com o dinheiro dele, está fazendo ele ir aos Correios para assinar um documento, receber uma mixaria e não poder mais entrar com um processo contra quem fraudou. Então, aí eu falo: o fraudador tem apoio do Governo Federal. O Governo tem que acabar com isso, e nós não podemos mais aceitar isso.

A pesca... Eu gostaria de saber: por que a pesca? Por que a pesca é tão perseguida? Por que, de tempos em tempos, nós temos que estar aqui discutindo a pesca, pedindo para sobreviver? Por que a pesca? Essa é a dúvida. Nós queremos ter... É como se diz, eu gostaria de ter... Porque, gente, não vão dez anos para nós estarmos aqui de novo, discutindo, brigando para sobreviver. Nós estamos aqui lutando para trabalhar. Do jeito que se coloca a pesca para a sociedade brasileira, parece que somos bandidos. Não! Não, gente, pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus!

Nós somos pais e mães de família e queremos simplesmente cuidar do nosso lar, cuidar dos nossos filhos, dar estudo, dar o que a gente muitas vezes não teve, uma educação de qualidade. E, para isso, nós temos que trabalhar, nós temos que batalhar e nós pedimos, neste momento, aos Deputados, Senadores, Deputadas e Senadoras: socorram-nos enquanto é tempo. (*Palmas.*)

Eu quero aqui agradecer a cada Deputado, a cada Senador, a cada Senadora que pediu a supressão do art. 71. Eu tenho certeza de que, com o apoio de vocês, nós vamos derrubar esse artigo da MP 1.303.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado.

Agora nós vamos iniciar, pela ordem, com os Parlamentares inscritos. Nós vamos conceder a palavra por três minutos.

Eu vou iniciar pelo Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (PT - PA. Para interpelar.) – Boa tarde a todos e a todas.

Queria cumprimentar aqui o Deputado Zarattini, que acho de boa monta ter sido o Relator dessa matéria, pela sensibilidade, pelo compromisso que tem com os trabalhadores. Conheço o Zarattini há muito tempo, tem sensibilidade e conhece do assunto. Então, queria cumprimentá-lo, Zarattini, por estar relatando uma matéria importante, e a todos os Parlamentares que estão aqui, Deputados, Deputados do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu estado, Deputada Dilvanda, Deputado Henderson Pinto e de outros estados, que são Parlamentares que conhecem o tema e que têm em suas bases essa relação.

Quero cumprimentar aqui o Orlando, que foi Deputado estadual e Presidente de uma das federações de pescadores do estado, o Zé Fernandes, que é Presidente de outra federação lá de Cametá, Presidente, inclusive, da maior colônia de pescadores do Brasil, que é a colônia de Cametá, região do mapará; quero cumprimentar aqui, de forma rápida, o Cláudio, que foi ex-Prefeito de Pirabas e hoje coordena uma das colônias de pescadores, o Dereco, que é Vereador lá no Moju e também está ligado à colônia dos pescadores e, enfim, nas pessoas deles, quero cumprimentar todos os pescadores.

Quero cumprimentar a mesa aqui em nome das federações, das confederações, dos Deputados, da representação dos pescadores. Eu não sou membro da Comissão, mas conheço o tema e fiz emenda para poder retirar esse artigo da medida provisória. Então, está sendo analisado pelo Deputado Zarattini esse tema.

Eu falo aqui como quem conhece, mas como quem sabe da necessidade. Nós somos, no Pará, mais de 200 mil pescadores, em todo o nosso estado, e é uma atividade extremamente importante para a economia do nosso estado. Esse período do seguro-defeso, não é retórica, é na prática, se não tiver o período do seguro, diminui a espécie, diminui o tamanho, diminui a economia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO FARO (PT - PA) – ... efetiva dos pescadores. E isso foi uma conquista, como foi uma conquista ter o Ministério da Pesca, foi uma conquista ter o próprio seguro-defeso, e assim por diante.

Acho eu, e digo ao Ministro da Pesca e ao INSS, que nós temos, sim, que buscar medidas para combater a fraude. Inclusive acho, Deputado Zarattini, que, além da regra, da lei que você vai relatar, temos que ter algumas recomendações, estabelecer uma comissão séria do Ministério da Pesca e do INSS, para sentar com as entidades representativas do setor, para buscar mecanismos de como a gente possa fazer essas medidas de combate. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. BETO FARO (Bloco/PT - PA) – Não são essas medidas que estão colocadas nesse artigo que combaterão a fraude, está certo? Não são essas as medidas. A opção que foi colocada aqui pelo ministério não resolve o problema. Temo, inclusive, que vá aumentar, até porque as prefeituras não têm essa estrutura, não tem a *expertise*. E nesse movimento, vamos dizer, sindical, de colônia, de pesca, assim como tem no rural, como tem nos outros – eu acho que não é momento de a gente fazer a disputa aqui de quem sofre mais, se é o pescador ou se é o agricultor, porque todo mundo está levando paulada de tudo que é jeito, está certo? –, nós precisamos efetivamente ter medidas, mas estas medidas que estão aqui, de sermos tutelados agora por prefeitura, além de tirarem a autonomia – e algo que nós temos que discutir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no Congresso, mas numa outra matéria, não é matéria para esta medida provisória, é a relação entidade/autonomia das entidades sindicais –, não têm nenhuma garantia de que, por esse mecanismo aqui, nós vamos coibir fraude. Não é para coibir fraude, está certo? Aqui é a criação de uma burocracia para poder atingir...

Eu tenho visto que tem municípios nossos lá em que, para o seguro-defeso que começa agora, em outubro, em novembro, Zé Fernandes, nós teremos que fazer 6 mil carteiras por mês no município, na estrutura que tem lá. Isso aqui é para impedir, é para não ter mais. Em Cametá, nós teremos que ter 6 mil carteiras por mês agora. Vamos fazer como? Qual é a estrutura que nós temos para fazer isso aqui? Isso aqui é para torar de vez, está certo? Eu acho que até o país tem que dialogar sobre o tamanho desses recursos que são repassados, mas não pode ser dessa forma, está certo? Não pode ser dessa forma.

Então, com o Deputado Zarattini já conversei em outro momento. Tenho muita clareza, sei que quando você está fazendo o relato de uma matéria como uma medida provisória, você tem que estar dialogando com todos os atores, inclusive com o Governo, mas eu sei da sua capacidade de conversar, de dialogar, de persuadir lá no Governo, para que a gente possa mudar essa ideia, reverter esse artigo e continuar fazendo o trabalho, montando uma comissão eficaz da representação dos pescadores com o órgão do Governo para, aí sim, dialogar sobre como a gente coibir as fraudes que tem nesse segmento – que não são só desse segmento, não tem por que penalizar um segmento só, como nós estamos fazendo nessa medida provisória.

Então, era esse o relato e essa é a forma como nós temos atuado e trabalhado lá no estado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Obrigado, Senador Beto.

Passo a palavra para o Deputado Silas Câmara, por três minutos.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente Deputado Zarattini, é só uma pergunta: vão falar todos, falarão três?

É só para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Não, não. Bloco, eu digo, tempo. Três Deputados falam, ele responde? Como vai funcionar? Ou falam cinco?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Eu acho que a gente deveria fazer aqui... Nós temos doze: um já falou e temos mais onze Deputados.

Vamos tocar para frente, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Vamos lá.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SILAS CÂMARA (REPUBLICANOS - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, peço só para zerar o meu tempo, por favor.

Sr. Presidente, eu quero primeiro, Deputado Zarattini, fazer coro com o que falou o Senador Beto Faro. Conheço V. Exa. Estou aqui... Em 2028, estarei aqui indo para 32 anos. Conheço V. Exa., conheço a sua capacidade de dialogar e a sua profundidade técnica para entender e estudar uma matéria como essa e até, Relator Zarattini, separar as coisas.

Na nossa primeira reunião desta Comissão, estava aqui o Ministro Haddad – V. Exa. estava aqui – e tinha, no plenário desta Comissão, 11 Parlamentares. Nenhum falou sobre qualquer matéria da medida provisória, a não ser o art. 71.

Ele ficou tão assustado, ele ficou tão assustado que ele chegou a confessar que não sabia. Ele chegou a confessar: "Eu não... o que é mesmo isso? Eu não estou entendendo, não estou entendendo". Precisou os Deputados dizerem para ele o que significava.

O que eu queria dizer para V. Exa. é que eu preparei aqui vários pontos para falar sobre esse assunto, até porque, com todo respeito e humildade, trabalho nessa área. Todo mundo me conhece, a vida toda trabalhando nisso. Mas eu queria dizer ao senhor que o maior erro – o maior erro –, tanto no Decreto 12.527 quanto no art. 71 da Medida Provisória 1.303, foi a falta de diálogo do Governo com o setor – com o setor. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM) – O Governo não ouviu os pescadores nem aqueles que os representam, para nada, e nem considerou – e nem considerou, Deputado Zarattini – o ofício...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM) – ... do Edivando, nem o ofício do Abraão. Duas confederações! As duas confederações foram lá no ministério e disseram: "Nós estamos preocupados". Então, antes de o Governo se preocupar, as entidades já estavam preocupadas. Sabe por quê? Sabe por quê? (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM) – Meu querido Relator, eu vou pedir uma autorização para que... Preste atenção, porque nós estamos andando pelo Brasil, e hoje, todo escritório pequenininho, que antigamente era porta de cadeia, agora é emissor de benefício do seguro-defeso. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*) **O SR. SILAS CÂMARA** (Bloco/REPUBLICANOS - AM) – Ó lá. Ó lá. Virou um concorrente de uma entidade de pesca, e mais do que isso, como foi dito aqui. *Lan house,* então, nem se fala. *Lan house*, então, nem se fala! Para não falar do celular. Então, quer dizer, criam um programa, criam um programa... Só um pouquinho, pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Pessoal, só peço para o pessoal ficar em silêncio aí, para a gente poder andar mais rápido aqui, para todos os Deputados poderem falar.

O SR. SILAS CÂMARA (REPUBLICANOS - AM) – Relator Zarattini, o sistema do Governo Federal para tratar esse assunto é uma porcaria, nunca funcionou.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. SILAS CÂMARA (REPUBLICANOS - AM) – De três em três meses, com todo o respeito, o Estado dizia assim: "Estou ajeitando, estou ajeitando, estou ajeitando...". E nunca, nunca se viabilizou.

Eu vou até parar aqui, mas queria dizer uma coisa para vocês. Para o art. 71, eu, Deputado Federal Silas Câmara, ofereci a Emenda Supressiva nº 8. E para o Decreto Legislativo 12.527, eu apresentei o remédio legislativo que é o PDL 348, de 2025, que anula o decreto inteirinho.

Obviamente que, ao começar a dialogar com V. Exa. – e aqui na Casa –, nós vimos, em V. Exa., boa vontade e racionalidade para dizer bem assim: isso não dá certo. A solução é suprimir o art. 71 e abrir o diálogo; não é deixar o art. 71 e abrir o diálogo. Tem que suprimir! E, no caso do decreto, tem que anular o decreto, porque o decreto é completamente louco. Não tem viabilidade em termos de solução dentro do sistema, nem do Governo Federal, nem do Governo estadual, nem do municipal de resolver esse problema.

Por último, Relator Zarattini, olhe bem nos meus olhos: o senhor sabia que o que o Governo quer na Amazônia... No Amazonas, nós somos um estado com 61 municípios. Nós temos 32 agências físicas do INSS, das quais sete são na capital. Das que estão no interior, sete estão fechadas por falta de servidor público. O senhor sabe quem faz o serviço, a cobertura previdenciária na Amazônia? São as entidades de pesca como as ACTs...

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM) – Os acordos de cooperação técnica entre as entidades e o INSS é que atendem a população, cuja média nacional, aliás, de cobertura é de 18% a 24%, e na Amazônia, no Amazonas é de 10% – 10%. Estamos atrás de 14%.

É possível imaginar que o Amazonas, com o Distrito Federal e Roraima são as únicas três unidades da Federação que mais pagam previdência do que recebem? Olha que absurdo!

Quanto ao Distrito Federal, eu vou ficar calado, porque é a maior renda *per capita* da nação, R$14 mil. Mas no Amazonas não chega a R$1 mil a *per capita*. E quem faz esse trabalho são esses homens e essas mulheres – são eles!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM) – O Governo Federal, o Governo Federal, o Governo Federal não achou até hoje, não tem um escândalo na operação do INSS. Então, que história é essa de que não tem escândalo na operação do INSS e tem escândalo no trabalho deles da carteira? Negativo! É fácil: bota o computador para emitir a origem do requerimento com o CNPJ de quem requereu...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM) – ... e o CPF de quem requereu. Pronto! Acabou, acabou!

Então, eu vou encerrar. Desculpe, desculpe, é porque realmente a pauta é complexa. Eu vou dizer uma coisa para o senhor: a única chance – eu sou Deputado Federal –, a única chance de discutir isso, Deputado Zarattini, é agora aqui, é hoje aqui...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM) – ... ou vocês já foram chamados para conversar sobre isso? Nunca foram. Só são chamados sabe quando? O Governo Federal, ouvindo aí, com todo o respeito, o ministério. Pô! o ministério não podia ter feito isso com a gente, não podia ter feito isso com a gente, porque o que foi dito hoje aqui, em todas as explicações do Edipo, que eu respeito muito: "O ministério pensava isso quando fez isso", "o ministério pensava isso quando...".

Quer dizer, todo o conteúdo do art. 71 e da medida provisória, aliás, do Decreto 12.527, a origem dele é o quê? O ministério tentando criar ou uma trava ou uma dificuldade como se isso fosse resolver o problema. Não vai resolver o problema.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, meu caro Relator, senhores membros da mesa, representante do nosso Ministro André de Paula, do Ministro da Previdência, Presidentes das duas confederações, Srs. Deputados e Senadores, eu, na reunião anterior, disse até ao Ministro da Fazenda que eu estava com saudade do Ministro da Desburocratização, o saudoso Hélio Beltrão, porque ele fez tudo para desburocratizar e agora essa medida provisória vem para burocratizar.

Esse art. 71 parece, assim, um bode que colocaram na sala. (*Risos.*)

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM) – Tire esse bode, Relator, que o senhor aprova a MP com a maior tranquilidade, porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Conto com o seu voto, hein?

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM) – Meu voto está garantido. (*Palmas.*)

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM) – Meu voto está garantido.

Se o relatório do nosso companheiro Zarattini suprimir o art. 71, será aprovada por unanimidade essa MP, porque é o único bode na sala que colocaram nessa MP. Tudo está mais ou menos apaziguado, todo mundo compondo e conversando, mas o art. 71 é uma coisa intragável para os pescadores e pescadoras.

Não dá para entender, por exemplo, em Manaus – eu sou do Amazonas; o Deputado Silas é do Amazonas; o Deputado Sidney, que está aqui também, é do Amazonas –, em Manaus, não se chegou nem a 40% para trocar suas carteiras de identidade novas. Como o interior vai dar carteira para os pescadores com aquele estado continental de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, que só no Amazonas cabe a Espanha, a França e a Suíça? É impossível, meu Relator!

Ou a gente suprime esse artigo, ou nós temos que pensar numa outra fórmula de dar prazo para essas novas carteiras, porque elas serão impeditivas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM) – ... para os pescadores receberem o seguro-defeso, que está se aproximando.

Outra coisa: dar mais uma atribuição aos municípios, a esse ente municipal, é uma coisa, por exemplo, que não dá para entender. Eles não têm vivência na área, os municípios não têm vivência nessa área. Os sindicatos estão perfeitamente habilitados; as associações e as colônias dos pescadores estão prontas para fazerem esse serviço em benefício dos pescadores e pescadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não vou me alongar, porque tem muitos companheiros que vão abordar esse tema do art. 71. E o Ministro da Fazenda ficou até espantado quando veio aqui, o Fernando Haddad, porque, logo nos primeiros dez depoimentos, só se falou em art. 71. Aí ele disse: "E o resto da medida provisória?". "Não existe, nós só queremos resolver o art. 71". E o nosso Ministro André de Paula sabe que, suprimindo o art. 71, esse decreto, que foi assinado por ele, será completamente extinto, anulado e remodelado, porque ali... Claro, ninguém quer, nós não queremos contribuir com falcatrua. Até o Ministro da Fazenda disse que aquele artigo foi colocado por causa de uma orientação da Controladoria. Pediu até ao Líder Zarattini que procurasse a Controladoria e o Ministro Vinícius, porque ele não estava sabendo desse artigo.

Portanto, eu quero aqui fazer um apelo a V. Exa.: para acabar com esses nossos problemas, suprima o art. 71, e vamos conversar, dialogar para não deixar os nossos pescadores e pescadoras do Brasil, e principalmente do Amazonas, nessa situação vexatória em que se encontram e com essa preocupação permanente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Muito obrigado.

Deputado Henderson Pinto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Muito bem, vamos lá.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Para interpelar.) – Presidente e Relator Zarattini, nesta tarde, Presidente, na realidade, até no início da audiência, eu fiquei imaginando que talvez a gente nem precisasse mais discutir o art. 71. Por quê? Porque eu não tenho dúvida de que, de forma unânime, na Comissão Mista, tanto da parte dos Deputados como na dos Senadores, devido só a esse item, há 69 pedidos de supressão – 69 emendas para suprimir o art. 71. Por quê? Porque ele já nasce criando mais problema, ele não nasce resolvendo problema, ele nasce criando mais problema. Se a intenção realmente do Governo é combater as fraudes, não é esse o caminho.

Então, assim, eu lhe digo isso porque eu já gostaria de pedir, depois de ouvir todas as falas aqui, tanto dos representantes da pesca, das confederações, do Deputado que deu uma excelente contribuição e dos colegas, que já inclua no relatório a supressão do art. 71. Que a gente parta, a partir da supressão, aí sim, para fazer um grupo de trabalho desta Casa, deste Parlamento, com as confederações e com os ministérios, para a gente estabelecer quais as medidas que essas entidades, que conhecem os pescadores que estão lá na ponta, podem, inclusive, sugerir a gente para resolver essas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, nós tivemos um defeso no ano passado, e, até hoje, ainda tem um percentual de pessoas que não receberam o defeso.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – Como corrigir isso? E isso, sim, implica o pescador se sentir obrigado, inclusive, a ir para dentro dos rios, dos lagos ou de qualquer lugar e pescar porque ele não recebeu, no período certo, o defeso dele.

Então, esse é o erro que já tem que se corrigir.

E já fica aqui este alerta para todos nós: vamos começar o novo período de defeso, e ainda tem pescador no Brasil sem receber o seguro-defeso do ano passado.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA) – Então, é importante a gente estabelecer.

Eu queria lhe fazer este pedido, este apelo, para não alongar na fala: que a gente possa fazer isso.

Em consequência disso, a mesma coisa com o decreto, que a gente discuta um novo modelo para aumentar as regras e os filtros, como muito bem dito aqui, para combater a fraude.

E um detalhe: não dá para nivelar por baixo. Não dá para a gente imaginar que não seja uma minoria desses pescadores. A grande maioria são pescadores.Então, nós estamos nivelando por baixo. É como se a gente chegasse, hoje, numa sala de aula, encontrasse um aluno indisciplinado e fosse penalizar todos os outros por conta de um aluno.

Então, se tem a fraude e se tem o fraudador, que seja punido, mas não puna os pescadores do Brasil, que estão aqui pedindo todo o nosso apoio. (*Palmas.*)

Há outra coisa que a gente precisa corrigir no Ministério da Previdência. Olha só a situação: no Norte do país, Presidente Zarattini, Relator – vou finalizar –, nós somos hoje dirigidos pela Superintendência Norte/Centro-Oeste, com sede em Brasília. São 696 mil pedidos de processos agora, do ano passado, para o seguro-defeso. Vocês sabem quantos somente aqui no Centro-Oeste? São 13 mil, e 683 mil na Amazônia, no Norte do país. E está centralizado aqui.

Levem a superintendência para a Amazônia, para o Amazonas e para o Pará, porque é lá que nós precisamos da superintendência do INSS. É disso que a gente precisa. São essas ações do Governo que vão nos levar a, de verdade, ter aquilo de que a gente precisa: dignidade para os pescadores que ajudam a manter o alimento na mesa dos brasileiros e, inclusive, para fora do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, finalizo aqui a minha fala, e, fazendo esse pedido, esse apelo, não há necessidade de nenhuma emenda; há necessidade de, no seu relatório, com o apoio desta Casa, desta Comissão, suprimir o art. 71 e a gente se sentar à mesa para discutir o assunto. (*Palmas.*)

Que Deus abençoe os pescadores do Brasil!

Enquanto eu estiver aqui, vou fazer a defesa da pesca artesanal, que é o nosso compromisso.

Agradeço a todo o time do Pará, sem citar nome, com quase 70 representantes que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado.

Eu queria passar a palavra, agora, ao Deputado Padre João.

Vamos tentar cumprir aqui os três minutos, pessoal, porque nós estamos com muita gente inscrita aqui.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Para interpelar.) – Presidente e Relator, é uma alegria ter V. Exa. presidindo e sendo também Relator de uma situação desafiadora. Mas, com a sensibilidade acho que do Haddad, que disse que não pode cessar o direito – saiu daqui nos dando também essa sinalização – e de V. Exa., não tenho dúvida de que vai fazer justiça com as pescadoras e os pescadores.

O pessoal do Valtin, Presidente da federação de Minas Gerais, saudou também todas as pescadoras e pescadores e as organizações das pescadoras e pescadores. Se não fosse a organização, não teria como lotar esses plenários aqui. Então, o que dá condições de lutar pelos direitos é a organização, que tem que ser valorizada.

Deputado Zarattini, só um segundo, porque eu queria dialogar com V. Exa., com a Cláudia e com o Edipo.

Cláudia – pode me corrigir se eu estiver errado nos números, Zarattini –, nós temos em torno, Abraão, de 10 mil agricultores familiares, que têm o CAF. Perdoem, em tempo, em torno de 10 milhões que têm o CAF. Se vamos pegar menos de 1,5 milhão que têm o RGP... Imaginem, se, com 1,5 milhão, já temos esse desafio de ter, vou falar, "peneira" – para usar a linguagem de pescador, peneira ou rede, e não filtro –, se, com 1,5 milhão, já temos dificuldade de ter essa peneira para selecionar quem é o pescador que tem a atividade exclusiva e quem a tem como atividade complementar... Então, esse é o grande desafio, Relator.

Eu quero discordar do Abraão em relação a que o CAF seja um dos requisitos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) – ... porque lá nós já temos 10 milhões de agricultores. Vamos trabalhar e focar com os pescadores, se nós temos hoje um ministério que pode ajudar nesse processo.

Então, a proposta é: primeiro, na carteira, no registro geral do pescador, tem que constar qual entidade que emitiu.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG) – Na carteira, tem que conter o CPF do requerente, que tem que usar a boa-fé – ele vai ser responsabilizado, porque está com o CPF, dizendo que ele é pescador –, e a entidade que emite.

E, ainda, eu acredito que nós teríamos que ter as três categorias, então, de pescadores, porque aí derruba a tese de mudar. Sabe por que tem a ver? Dos 100% que têm registros, 80% têm direito ao seguro-defeso, e está legal; não significa que os outros 20% estejam na ilegalidade, não, porque nem todo mundo que tem a carteira de pescador tem direito ao seguro-defeso, porque o INSS sabe...

Por isso, o diálogo com a Cláudia era nesta linha: quais são os outros requisitos para aquele pescador ter o seguro-defeso? Porque V. Exa. aqui pode ter a carteira de pescador e não ter o direito ao seguro-defeso, e não está na ilegalidade, não está cometendo crime. Tem matéria jornalística que coloca todo mundo na mesma rede, dizendo que, só porque tem carteira, ele está ilegal. Isso não é verdade. Não é automático você ter a carteira e ter o direito ao seguro-defeso. Isso não é automático. Então, o desafio está no INSS. Não tem que criminalizar a colônia dos pescadores, a organização dos pescadores, e vai para o Ministério da Pesca, e não para o MDA, se a gente tem essa estrutura, porque vamos trabalhar com apenas 1,5 mil CPFs, ou melhor, 1,5 milhão de CPFs, menos de 1,5 milhão de CPFs, e não vamos somar os 10 milhões da Agricultura, que têm o CAF e já têm o RGP.

Então, é mais nesse sentido, Cláudia. Acho que poderia dar, na sua fala final, quais são os outros requisitos para quem tem já o RGP, a carteira, o registro geral de pescador, quais são os outros requisitos para ter o seguro-defeso. É justamente... Eu entendo que pode ter o grupo de trabalho, mas V. Exa. tem como resolver isso já nessa medida provisória. Nessa medida provisória tem como resolver para ter transparência e ter justiça e fazer valer o direito das pescadoras e dos pescadores deste país.

Obrigado e estou disposto ainda a dar continuidade à nossa contribuição no trabalho, mas ainda dentro dessa medida provisória, para resolver de vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) – Ao alargar um prazo de recadastramento, o diálogo das federações seria neste sentido: se vocês concordam em ter as três categorias e constarem. O pescador que tem a atividade exclusiva já está enquadrado, a bem dizer, quase que direto, com o seguro-defeso. É verdade que ele pode ter outra renda. Se ele tem outra renda complementar, ele pode ser pescador, mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa ter o seguro-defeso porque ele tem a atividade pesqueira como renda complementar, mas ele tem uma outra renda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Está bom.

Vamos lá. A próxima é a Senadora Eliziane Gama.

São três minutos, Senadora. Vamos tentar. Tem muita gente inscrita aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Para interpelar.) – Rapidamente, só gostaria de fazer um registro e cumprimentar o Presidente Zarattini e, na sua pessoa, todos os colegas Parlamentares aqui presentes, dizendo da minha felicidade de estar participando desta audiência pública e já cumprimentando todas as pescadoras e os pescadores artesanais, que são, na verdade, a alma das comunidades ribeirinhas do nosso país, sobretudo as interioranas, e que têm um papel crucial inclusive na economia brasileira.

Eu recebi, Presidente, quando da edição dessa medida provisória, dezenas de mensagens e ligações com a preocupação do que representaria, na verdade, esse artigo em relação à continuidade e ao recebimento de um direito que é, eu diria, fundamental do ponto de vista da economia dessas comunidades do Brasil, que é o seguro-defeso. É uma vitória.

Aliás, eu quero cumprimentar aqui o Presidente Lula, porque ele retoma no seu Governo esse Ministério, retoma essa política nacional, e nós sabemos o quanto ele valoriza o pescador e a pescadora, sobretudo neste momento brasileiro quando nós saímos do Mapa da Fome. Nós tivemos aí mais de 29 milhões de brasileiros que saíram do Mapa da Fome da ONU. Isso representa um avanço significativo, e não há dúvida nenhuma de que esses pescadores e pescadoras tiveram um papel fundamental nesse êxito brasileiro.

A gente sempre faz, e às vezes alguém tenta argumentar quando quer aplicar alguma medida, às vezes até muito mais burocrática, de emperramento, dizendo assim: "Olha, é algo que a gente precisa fazer para evitar fraude ou evitar coisa parecida". É bom lembrar que todos nós somos contrários a qualquer tipo de fraude, a fiscalização de fato tem que ocorrer, mas, em troca disso, a gente não pode acabar prejudicando os verdadeiros pescadores e pescadoras que estão lá na ponta, trabalhando e necessitando do seguro-defeso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... durante um período em que ficam obstruídos de sua atividade.

Nesse sentido, como nós já temos três minutos, Presidente, eu quero deixar aqui este meu apelo, como base do Governo do Presidente Lula, até como Vice-Líder do Governo no Senado Federal, e dizer da importância da supressão desse artigo. Eu acho que não tem como a gente permanecer com uma medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa natureza, que vai acabar burocratizando, emperrando e talvez até piorando aquilo que, talvez, seja o objetivo principal dessa medida provisória. (*Palmas.*) Porque, ao invés de passar pelo filtro das colônias e dos sindicatos que estão lá na ponta, conhecem pelo apelido o pescador. Às vezes, a gente chega a uma comunidade e tem um nome que você não sabe de quem é. "Olhe, é o fulano de tal, Zé Baixinho". E você não faz ideia de quem é Zé Baixinho, porque no documento dele está Antônio Carlos Pereira Gomes; mas você vai ao Presidente da colônia e ele vai direitinho, vai à casa dele, sabe o que ele faz e sabe qual é a atividade dele. (*Palmas.*) Então, esse é o filtro que deve se passar, e não um filtro, talvez, político.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Eu sou política, eu sou Senadora. Eu quero deixar isto aqui muito bem claro: a representação política é fundamental, mas o dia a dia dos pescadores é acompanhado pelos Presidentes de sindicatos e pelos Presidentes das colônias. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Muito obrigado, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – E retirá-lo pode ferir de morte essa política nacional.

Então, Presidente, eu queria registrar aqui a minha luta e tenho plena convicção de que será necessária a supressão desse artigo na medida provisória.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Albuquerque.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Exa. pode apenas informar a lista de inscritos, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Lista de inscritos: está aqui o Deputado Sidney Leite, o Deputado Dorinaldo, o Deputado Raimundo Costa, o Deputado José Airton, o Deputado Túlio Gadêlha, a Deputada Dilvanda Faro, a Deputada Aline Gurgel, o Deputado Duarte Jr. e o Deputado Alexandre Guimarães.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Siga!

Corrija o tempo aí, por favor.

Vamos zerar o tempo.

Quem está cuidando aí? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, está ligado aí; é só você ligar.

O SR. ALBUQUERQUE (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – O.k.

Então, Presidente, eu quero agradecer a oportunidade.

A minha fala não é diferente, Deputado Zarattini.

Eu quero agradecer e, já de antemão, tenho certeza da sua sensibilidade acerca desse art. 71.

Eu quero deixar registrado aqui, neste momento, Deputados e Senadores aqui presentes, que, com todo o respeito a quem construiu esse artigo dessa medida provisória, ele não deve conhecer geograficamente o Brasil ou ter pouco conhecimento... (*Palmas.*) ... Deputado Silas, ou ter pouco conhecimento do pescador neste Brasil, porque, certamente, ele não conhece o Amazonas, o Pará, o Estado de Roraima; ele não sabe que, de Caracaraí até o encontro do Amazonas, são 700km, e nós temos cerca de 4 mil a 5 mil pescadores que ali estão; e o município oferta apenas nove carteiras por dia, Relator.

Imaginem só o que representa para esses pescadores ter que subir cinco dias de barco para vir tirar essas carteiras, para poder fazer parte do seguro-defeso. Então, só nesse ato, é um perfeito desconhecimento de quem construiu esse art. 71 dessa medida provisória.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone*.) – É verdade!

O SR. ALBUQUERQUE (REPUBLICANOS - RR) – E, então, deixar as prefeituras, Relator, para homologarem o pedido de seguro-defeso é outro desconhecimento geral.

Quem tem a legitimidade de cuidar de seguro-defeso, homologar e chancelar são as entidades. (*Palmas.*) Não tem uma outra ou um outro, não existe, Deputado Jutay, não existe!

Tirar das entidades essa prerrogativa constituída desde quando foi instituído esse ministério é retroceder na história.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBUQUERQUE (Bloco/REPUBLICANOS - RR) – Então, só quero pontuar hoje aqui nesta audiência pública e pedir aqui a sensibilidade do nosso Deputado Carlos Zarattini, nós precisamos rever. Até o próprio Governo está reconhecendo, Deputado Zarattini, que é preciso suprimir este art. 71 dessa medida provisória.

Nos ajudem, esse 1,5 milhão de brasileiros só querem trabalhar! E, no mais, punir severamente quem está fraudando e tirando daquele brasileiro que quer trabalhar, tem que punir as entidades, como disse o nosso amigo Edivando. Entidade que está de conluio, tirando do brasileiro a oportunidade de viver, tem que ser punida severamente e a gente poder trabalhar com dignidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, essa é a minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Vamos passar a palavra aqui ao Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (PDT - AP. Para interpelar.) – Presidente, quero agradecer mais uma vez a V. Exa. pela gentileza.

Ontem, nós recebemos em nosso gabinete uma comissão de pescadores do Amapá, como muitos aqui estão recebendo várias comitivas de pescadores e pescadoras. Aqui também hoje recebemos a presença do Presidente da Associação dos Prefeitos do Amapá, o Prefeito Carlos Sampaio, que também está alinhado exatamente com essa pauta. O nosso Estado todo do Amapá, que tem grandes dificuldades do ponto de vista logístico, também tem o mesmo clamor.

Eu queria aqui, e tenho certeza de que V. Exa. tem a sensibilidade, como Vice-Líder do Governo, pois também faço parte da Vice-Liderança do Governo, e temos um acordo aqui, temos um sentimento. Eu quero aqui tranquilizar principalmente a Federação dos Pescadores do Amapá, através do Presidente Leidinaldo, que está aqui conosco, uma comitiva importante, de que eu tenho certeza, Presidente, que V. Exa. já capturou essa necessidade, a sensibilidade de que essa supressão é fundamental. Não há possibilidade logística nenhuma, por exemplo, no Amapá, de cumprir, por exemplo, uma regularização até o final de dezembro desses pescadores. É impossível!

Quem conhece a Amazônia, todos aqui, principalmente os Deputados da Amazônia, sabe da dificuldade logística. Então, portanto, nós queremos, para ser bem diretos, garantir e reforçar o pedido da supressão desse artigo. Isso é fundamental e esse é o anseio de todos os pescadores e pescadoras que estão aqui hoje presentes. Parece-me que tem um consenso.

Eu queria aqui também dizer para vocês que, infelizmente, às vezes há muito erro do ponto de vista tecnocrata, muitas vezes aparecem em medidas provisórias artigos que são avessos, inclusive, ao sentimento do próprio Governo. Eu queria relembrar o BPC, por exemplo, que foi apresentado e depois o Presidente Lula teve que vetar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (PDT - AP) – Esse é mais um problema que nós precisamos aqui impedir e, de pronto, como base do Governo, corrigir esse problema que vai ser gerado para milhares e milhares de pescadores do Brasil todo, do Amapá e da Amazônia principalmente.

Então, eu queria mais uma vez pedir a V. Exa. aqui essa sensibilidade que eu tenho certeza de que será acatada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns à luta dos pescadores e pescadoras e sigamos aqui numa medida provisória que seja realmente justa para toda essa categoria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Passo a palavra agora ao Deputado Sydney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente Deputado Carlos Zarattini, quero saudar o representante do Ministério da Pesca; o representante do Instituto Nacional da Previdência Social, o Edivaldo; e saudar aqui o – desculpe-me, é que a vista está... – o Jutay. Quero saudar os meus colegas Deputados e Deputadas, saudar a todas as lideranças de pesca que estão aqui, em especial as mulheres pescadoras, marisqueiras, que trabalham no dia a dia neste país. (*Palmas.*)

Zarattini, eu tive a oportunidade ontem, com você, na Frente Parlamentar do Empreendedorismo, de antecipar essa preocupação com a questão da medida provisória no que trata a questão da pesca, de pescadores e pescadoras. Essa é uma luta que não foi uma conquista fácil. Eu vou lhe dizer aqui o que eu disse para o Ministro André de Paula, quando lançou o programa Pescador Legal. Eu não tenho bola de cristal, Deputado Padre João, mas eu acredito que, dos pescadores artesanais deste país, 98% votaram no Presidente Lula. (*Palmas.*)

E esse trabalho de construção do Ministério da Pesca, juntamente com o Ministro Wellington Dias, inclusive avançou no sentido de não permitir que pescadores e pescadoras fossem prejudicados, ou seja, quem tivesse no CadÚnico um perfil de receber o Bolsa Família em detrimento do seguro-defeso. Isso foi uma conquista nossa, uma luta aqui neste Parlamento.

Então, Zarattini, pelo que o Edivando colocou, parece que ele leu a nossa mente. As lideranças de pesca deste país não têm problema nenhum em colocar sua assinatura e seu CPF, porque quase a totalidade são homens e mulheres sérios, como disse a Senadora, e os pescadores se conhecem.

Agora, quando a gente leva para o município...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... isso se torna uma questão política e não uma questão institucional.

V. Exa. tem uma luta no Estado de São Paulo, inclusive conhece a luta sindical, que é algo que a gente precisa rever neste Parlamento, porque a importância dos sindicatos é fundamental em qualquer segmento, em qualquer categoria, em qualquer relação empregado e trabalho. Eu, além de falar isso, concordo com o Edivando no seguinte, porque já houve isso no passado, que a liderança, seja um pescador, uma pescadora do sindicato, uma cooperativa, seja corresponsável; que haja comprovação de que essa pessoa é pescador ou pescadora. Não há óbice a isso, inclusive pegando duas testemunhas que já são beneficiárias do programa. Isso é uma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda coisa é que, onde houver problema, como foi identificado – tem município que tem 40 mil habitantes e tem 28 mil pescadores, essa conta não fecha, todo mundo é pescador, acabou o peixe, não tem nem rio para pescar –, é preciso que também a gente imponha regras e critérios. Inclusive, eu defendo isto: que aquele que fraudar seja severamente punido, porque isso é um bandido, isso é um criminoso. Isso é igual – como disse o Edivando, e vou falar aqui – a esse bandido do INSS sobre o qual a gente instalou a CPI hoje aqui neste Senado Federal.

Então, eu entendo que, ao retirar o art. 71, a gente tem um grande avanço. Nada contra. Quem está falando aqui é um municipalista. Fui Prefeito três vezes e Vice-Prefeito. Fui membro da Confederação Nacional dos Municípios, sou municipalista por convicção, mas isso não é uma atribuição de prefeitura. E, como já foi dito aqui, hoje nós temos o INSS e tem superintendência. Por que o Governo não desenvolve mecanismos? Agora, o que não dá, Zarattini, é o seguinte: aqui no Senado, se bobear, se não tivesse essa medida provisória e o decreto, se um servidor do Senado baixasse aqui o aplicativo e se cadastrasse, ele virava pescador, com direito a receber o seguro-defeso.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Isso é que não dá. Isso que foi dito aqui, inclusive, pelo Deputado Silas, das LAN *houses*, picaretas oferecendo... Tem faixas na rua em determinado município, inclusive com conhecimento do Ministério da Pesca.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – Entendeu?

Então, o que é importante aqui? É criar um texto dialogando com o setor. O setor não se recusa a compartilhar a responsabilidade. E é importante porque – neste caso, eu defendo o fortalecimento das instituições, das colônias, dos sindicatos, das cooperativas e das instituições que estão na ponta –, em última análise, é ele que é a voz do pescador, seja para chegar às lideranças, às instituições, aos seus Parlamentares.

Você deve estar se assustando aqui com o número de Deputados, Senadores e Senadoras que está aparecendo aqui, e não é só da Amazônia, é do Brasil todo. Então, isso é um exemplo claro do que este setor representa para a atividade da vida dessas pessoas.

E, Zarattini, eu vou lhe dar aqui um testemunho. Eu sou do interior do meu estado: eu sou do Município de Maués. Tem pescador na Amazônia que coordena a bancada do Norte; tem pescador na Amazônia que sai para pescar só com *diesel*, devendo gelo, sem deixar uma cesta de lanche para a sua família.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) – E nós revertemos muito a situação da oferta de pescado graças ao seguro-defeso. Inclusive, um trabalho que nasceu na Amazônia, que é o único produto de origem animal que tem subvenção, o pirarucu de manejo, é fruto desse seguro, que a gente precisa apoiar e solidificar.

E eu concluo aqui dizendo o seguinte ao Edipo: eu acho que o momento é de avançar e não de retroceder, de nós avançarmos nas políticas para os pescadores, seja na subvenção do *diesel*, seja num crédito qualificado para pescador e pescadora, seja na qualificação de pescadores e dos filhos dos trabalhadores da pesca.

Eu entendo que esta medida provisória, com esse art. 71, na sua essência, ao invés de combater a corrupção, ela premia a corrupção, e nós precisamos reverter isso.

Deputado Zarattini, nós somos colegas e posso dizer, até, que amigos porque a gente, geralmente, troca ideias – você sobre o seu Estado de São Paulo e eu sobre a Zona Franca de Manaus –, mas eu confio na sua lucidez, na sua capacidade e, principalmente, no seu compromisso público com este país.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado, Deputado Sidney.

Vou passar a palavra agora ao Deputado Raimundo Costa.

O SR. RAIMUNDO COSTA (PODEMOS - BA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, nobre Relator Carlos Zarattini.

Eu quero saudar também a equipe do ministério, do INSS, do nosso querido Presidente da CNPA, historicamente uma entidade que dignifica e honra todas as entidades às quais pertencem os pescadores e pescadoras.

Presidente, permita-me aqui – eu, na condição de Deputado, sei que o tempo é de três minutos – declinar da metade, mas me permita falar por três como pescador, pois nasci em 1961. Aos 14 anos eu pescava e, em 1978, o meu pai assumiu uma colônia de pescadores pertinho – parece que o senhor é meu conterrâneo, valenciano ou cairuense, que nasceu num barco e eu praticamente numa canoa –, e naquela época, Presidente, o pescador, quando se aposentava, era aos 65 anos ou 70 anos; a maioria não durava 60 dias, 90 dias. Viver naquela época 70 anos era uma longevidade tremenda, sobretudo para quem ficava no sol, na chuva, nas intempéries do dia a dia. Estou falando de quem trabalha lá no oceano, etc. Naquela época – aqui aproveito, fazendo parênteses, a presença das colônias, federações, associações, sindicatos, presidentes –, muitas dessas colônias que hoje estão ativas, na época não existiam. Porque quem quer ser diretor de uma entidade em que direito nenhum o trabalhador tem? Mas foi a coragem, a persistência de homens e mulheres que concebeu essa história, e, se hoje nós estamos aqui, federações, CNPA, colônias, sindicato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – ... é pela história de homens e mulheres que se sobrepuseram àquilo que muitos não imaginavam que aconteceria. Sabem quem era o pescador para a sociedade? Um homem preguiçoso, um homem mulherengo, um homem cachaceiro... E na hora que querem contar uma brincadeira, uma piada, dizem que é história de pescador.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – Como se aquele homem e aquela mulher não tivessem vida tripla, como a mulher tem, sobretudo a mulher, que naquela época nem direito tinha de participar das entidades!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – Isso foi conquistado com a luta e a persistência de vocês. Se nós vencemos e alcançamos os direitos que alcançamos, foi justamente através da organização das entidades, que fizeram com que as leis acontecessem no Senado e na Câmara.

Vocês estão aqui e nos ouvindo no Brasil, porque vamos vencer novamente, Presidente, CNPA! Porque nós temos hoje... (*Palmas.*) ... não só Deputados que ouvem e Senadores que ouvem falar, mas Senadores, Deputados, Deputadas e Senadoras que vivem e convivem com a realidade no seu estado e nos seus municípios.

Então, venho aqui, como pescador, pedir ao digníssimo, porque eu já cheguei à minha primeira reunião, que foi a anterior, cheguei bastante tenso, sobretudo quando vi a presença do Ministro, porque a intenção do Ministro é manter tudo aquilo que está na medida provisória. Entendendo e vendo os Deputados falando do estado dessa situação, ele foi extremamente sensível a entender que é preciso a relatoria conversar, inclusive com a CGU, para que venha ao encontro aqui, Edivando, porque quem trabalha para o Governo, seja ministério, seja previdência, são estes que estão aqui e que nos ouvem que representam os pescadores e pescadoras, de forma gratuita, porque muitas das vezes nem recebem um salário...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RAIMUNDO COSTA (Bloco/PODEMOS - BA) – ... porque as entidades não têm condição de pagar! Então, é preciso...

Eu não tenho dúvida de que os nobres Deputados e Senadores e Senadoras que aqui se manifestaram são contra o art. 71. O art. 71 não vai dar condições de modificar – permita-me, só para fechar – uma licença de pescador, que é emitida pelo Ministério da Pesca. Ela precisa ser homologada por quem nem conhece o pescador? Uma carteira de motorista é homologada por quem? Pelo Detran. É a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal que chega ali na abordagem e vai dizer que, por mais barbeiragem ou algo que ele faça de forma fora do contexto da CNH, vai ser cassada a sua carteira? Não.

Eu não tenho dúvida de que a Comissão vai, com certeza, fazer justiça...

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*) ... mais uma vez a esses homens, mulheres e organizações que estão organizados e dizem "não" ao art. 71 e ao Decreto-Lei 12.527.

Muito obrigado.

E, para fazer justiça e combater a fraude, não se precisa nem de Comissão, basta fazer um acordo de cooperação técnica, porque é assim que a gente faz. (*Palmas.*) É assim que é feito na Previdência. É zero problema que existe. Com certeza, vai ser zero problema na carteira do RGP.

Muito obrigado e perdoem-me pelo avanço do horário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Muito bom.

Vamos lá.

Deputado José Airton Cirilo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. Para interpelar.) – Presidente Zarattini, estimados colegas, pescadores e pescadoras.

Eu queria começar, Presidente, sendo bem célere, trazendo uma reivindicação de que é inaceitável que a homologação de uma carteira do registro de um pescador seja feita por prefeituras. Nas prefeituras, sabemos que existem Prefeitos corretos e Prefeitos não tão corretos e sabemos também...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Presidente Zarattini, que é Relator dessa MP, sabemos também que, em época de eleição, vai ser um escárnio; vão vender essas carteiras, vão usar isso como moeda eleitoral. Então, nesse contexto, Presidente, eu acho que nós conseguimos construir esse consenso nesta audiência. (*Palmas.*)

Agora, outra coisa, Presidente, eu fiz questão de compreender e estudar aqui essa forma autodeclaratória pela internet e como isso é complicado. Eu digitei na inteligência artificial aqui: "RGP, como tirar?". Aí a inteligência artificial disse: "Para retirar o Registro Geral da Pesca, como pescador profissional, é necessário acessar o sistema PesqBrasil-RGP Pescador através do gov.br". O processo é feito *online*, gratuitamente, exigindo o nível ouro ou prata. Os documentos necessários incluem: CPF, que todo mundo tem; documento de identidade, que todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo tem ou pode ter; foto 3x4, que todo mundo tem ou pode ter; título de eleitor; um dos seguintes documentos, PIS, Pasep, NIT ou NIS, que todo mundo tem ou pode ter; e, por fim, comprovante de filiação a entidades pesqueiras, se aplicável.

Presidente, o que é grave em tudo isso? O que é mais grave? Olhem esta matéria aqui: "O total de [...] Registro Geral da Pesca saltou de 1 milhão em 2022 para 1,7 milhão [...] [em] 2025". No Município de Mocajuba, no Pará, por exemplo, quase toda a população adulta foi registrada como pescadora em 2024 – quase toda a população adulta. Olhe a quantidade de fraude, Presidente, que surgiu a partir desse registro feito pela internet, pelo celular.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – E aí, sabe o que eu pesquisei também? Fui pesquisar aqui quando foi que autorizaram esse registro feito pela internet. Em 2021, no Governo Bolsonaro, foi lá que foi autorizado esse registro. Aí, eu parei para pensar e disse: "Essas entidades, quem são? Quais são essas entidades? Quem cadastrou essas entidades?". E fui pesquisar. Presidente, as entidades conveniadas do INSS receberam valores: as que foram conveniadas no Governo Bolsonaro receberam R$2,1 bilhões em valores; as credenciadas no Governo Lula receberam R$235 milhões.

Presidente, o que eu quero dizer com tudo isso? O Governo anterior deixou a porta aberta para assaltarem os cofres públicos. Chegou no cofre e destravou o cofre. E o pior: ele credenciou o ladrão. Ele pegou o crachazinho e disse: "Ó, você está credenciado para roubar". Pegou o outro: "Você também está credenciado". Fez isso com dezenas de entidades.

E agora, a gente vê – pobres dos pescadores – muitos dizendo que estão sendo roubados, que o INSS está dando, a torto e a direito, o direito a pessoas que não são pescadoras de receberem esses valores pela Previdência.

Mas é importante a gente lembrar quem foi que credenciou essas entidades. É importante a gente lembrar quem destravou essa porta e deixou entrar, pela internet, um monte de falsos pescadores. É importante, também, a gente responsabilizar criminalmente essas entidades que estão causando esse rombo nos cofres públicos.

E é por isso que eu parabenizo esses pescadores, que são verdadeiros pescadores, que estão lutando por seus direitos, e não podem ser prejudicados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Muito obrigado, Deputado Túlio.

Vou passar a palavra agora para Deputada Aline Gurgel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALINE GURGEL (REPUBLICANOS - AP. Para interpelar.) – Presidente, Deputado Carlos, quero cumprimentar aqui também o Presidente da Pesca, Leidinaldo Gama, que está aqui com todas as colônias de pescadores do meu estado; o Deputado Paulo Nogueira, Secretário da Pesca; o Presidente Carlos Sampaio, que é o Presidente da Associação dos Municípios do meu Estado do Amapá; o Deputado Silas.

Quero aqui falar, em nome de 35 mil pescadores do Amapá, sobre o art. 71, que trata do seguro-defeso. Ouvindo as colônias de pescadores do meu Estado do Amapá, que pescam no Rio Amazonas, que preservam o rio, eu peço a supressão, em nome deles, do art. 71. Isso é mais do que urgente. Eu acho que é consenso de todos.

Também quero falar, Presidente, desse dispositivo: ele cria burocracia, ele viola gravemente a eficiência das políticas públicas de proteção social para uma classe que põe a comida mais saudável na nossa mesa, que são os pescadores e pescadoras que estão aqui; e ele cria uma burocracia que penaliza, frustrando o objetivo do seguro-defeso, que é justamente garantir o sustento do pescador no período em que eles protegem e preservam o meio ambiente.

E tem mais, no meu estado, por exemplo, além do momento em que não se pode pescar, nós tivemos a estiagem – período em que eles também não puderam pescar – e nós tivemos também as enchentes. Olha o tempo que esses pescadores foram prejudicados! E tirar o seguro-defeso, tirar essa prerrogativa dessa seleção de quem entende, que são as federações, que são as colônias, realmente é muito temeroso.

E, finalizando, nós temos que falar sobre essa prerrogativa para passar para o Governo, para o município, que fica sujeito à disponibilidade financeira do Governo. Hoje, nós temos um colapso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALINE GURGEL (REPUBLICANOS - AP) – ... nos nossos municípios. Os municípios estão endividados. Eles estão aqui para negociar precatórios, para as situações do INSS... Então, assim, não tem como pagar, às vezes, a folha de pagamento.

Então, passar isso, essa prerrogativa, é temeroso. O município pode ser coparticipativo, pode ali estar organizando e ajudando, mas não deve ter essa prerrogativa.

E, por fim, eu coloco aqui que isso torna incerta a proteção de milhares de pescadores e pescadoras que vivem exclusivamente da pesca. Então, eu peço que V. Exas. possam analisar com muita cautela – você, Deputado Carlos, que assumiu esse compromisso, essa responsabilidade – e eu peço isso em nome de todos os pescadores do meu Estado do Amapá.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado, Deputada Aline.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputados e Senadores, aqui eu falo com a responsabilidade de trazer a voz dos pescadores do estado brasileiro, que tem o segundo maior litoral e que tem a sexta maior rede hidrográfica, e aqui eu falo sobre a responsabilidade de fazer com que a voz dos pescadores, de verdade, seja ouvida por esta Casa.

Eu tenho certeza de que quem teve a brilhante ideia de inserir o art. 71 na Medida Provisória 1.303 não conhece da pesca, não conhece da realidade dos pescadores e, tão somente, acredito que o mais próximo que chega é a um restaurante para fazer um pedido de um camarão, de um pescado porque, com certeza, não reconhece a dor das pessoas.

Esse art. 71 precisa ser suprimido imediatamente. Não há que se falar em prazo, em prorrogação de prazo, a gente tem que acabar com esse art. 71. Existe a possibilidade. O projeto ainda está sendo debatido aqui nesta Casa, é possível que o Relator modifique essa proposta, é possível alterá-la. Agora, caso não o faça, nós podemos, Deputado Túlio, apresentar um PDL. Não é o que nós queremos, mas nós precisamos e não vamos aceitar que esse art. 71 da MP 1.303 se torne prática, se torne realidade, porque o que vai acontecer, caso isso aconteça, é que nós vamos ter prefeituras de cidades pequenas e de cidades grandes, muitas delas sem qualquer estrutura, utilizando essa prerrogativa legal de uma lei federal para coagir, para chantagear e para poder amedrontar os pescadores.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Aqui eu cito, por exemplo, a Lene, que é uma grande liderança sindical de todo o Estado do Maranhão, lá do Município de Paulino Neves, que fica ali na região dos Lençóis Maranhenses, no Estado do Maranhão, uma das regiões mais belas do país e do mundo. Ela não tem relação com o Prefeito, não porque não queira, mas porque o Prefeito faz da gestão uma forma de perseguir o trabalho que a Lene desenvolve. Como pode a Lene sobreviver, liderar os pescadores, garantir o direito dos pescadores e daqueles que vivem da pesca, se não tem qualquer diálogo com o Prefeito? (*Palmas.*) E, assim como acontece na cidade de Paulino Neves, acontece em muitos dos mais de 5 mil municípios brasileiros.

Por fim, Sr. Presidente, encaminhando para o final, o Decreto 12.527/25 é um outro grave erro. No Estado do Maranhão, a gente tem uma peculiaridade. O órgão de emissão de documentos é o Viva Procon, que eu tive a honra de presidir durante quase quatro anos. Eram apenas cinco unidades, Túlio; hoje são mais de cem unidades em todo o estado, mas a nova carteira de identificação nacional exigiu uma mudança no sistema. Hoje, a um pescador que tem a sua certidão plastificada é negado o direito de emitir uma identidade. Hoje, se um pescador que não tem a certidão plastificada, para cumprir uma ordem legal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

irrazoável, desproporcional, acéfala e ilógica, e chega com a certidão rasurada, manchada tem que ir para o cartório. E vejam só: o cartório cobra R$150, cobra caro do pescador.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, aqui eu destaco: por que esta Casa não se preocupa em fazer com que os cartórios, os poderosos reduzam essas taxas ou não as cobrem dos pescadores? Aqui nós não toleramos, nós não aceitamos, pacto de mediocridade. Nós não colaboramos com corrupção. Bandido tem que ser preso, tem que ser punido com todo o rigor que a lei prevê. Mas aquele que tem direito a um benefício social tem que receber.

Por fim, aqui eu gostaria de frisar o sacrifício que foi feito pela Francisca Araújo, que veio de Itapecuru Mirim, pelo Vereador Florismar, que veio de Matinha, pela Vereadora Macilene, que veio de Olinda Nova, acompanhada do Romilson. Quero aqui também aqui registrar o Beque, que acompanha a Lene, e todos os pescadores que representam o Estado do Maranhão.

Podem ter certeza de que nós não vamos desistir, que nós vamos lutar até o final para que o direito de vocês seja reconhecido e para que os verdadeiros pescadores possam ser protegidos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Com a palavra o Deputado Alexandre Guimarães.

O SR. HENDERSON PINTO (Bloco/MDB - PA. Para interpelar.) – Queria só fazer uma saudação, Presidente. Permita-me.

Eu tomei a liberdade, Presidente... Assim, primeiro, eu quero lhe agradecer, rapidamente, antes de o colega falar. Eu quero agradecer ao senhor e ao Presidente Renan que liberaram os nossos pescadores para vir.

Eu fiquei, assim, impressionado. Eu acabei de ir... Tanto aqui quanto o Plenário 2 estão completamente lotados. Eu quero mandar uma saudação ao pessoal do auditório, uma saudação para o pessoal do Plenário 2. Muito obrigado pela essa oportunidade.

Temos hoje, certamente, aqui no Senado Federal, mais de 800 pescadores e pescadoras que vieram de todos os lugares do Brasil, exigindo respeito e que eles tenham seus direitos garantidos.

Obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Alexandre Guimarães.

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Bloco/MDB - TO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, é consenso o interesse comum aqui a supressão do art. 71 do decreto. Mas eu falo em nome das 46 pessoas que estão nos auditórios paralelos e que vieram do meu Estado do Tocantins, representando mais de 10 mil pescadores daquele estado, uma economia própria, importante para os pequenos que ali vivem da pesca artesanal.

Primeiro nós precisamos destacar e distanciar: seguro-defeso não é nenhum benefício, é uma indenização devida. Porque não dá para se discutir o prazo e a garantia do defeso e da sustentabilidade, que tanto se discute – o meio ambiente, a sustentabilidade –, sem discutir com esses cuja alimentação, cuja segurança alimentar advém dos rios, advém da pesca. Nós estamos no caminho inverso: nós estamos burocratizando quando o necessário é desburocratizar, é dar o acesso. E aí traz essa burocratização. O abuso, como já foi dito aqui, deve ser necessariamente punido.

Agora, se medidas como essas passarem por aqui, nós, que somos legítimos representantes... Já está visto, pelo barulho, pelas falas, que nós representamos os interesses da nossa sociedade. E os interesses dos pescadores não são esses que está sendo debatidos aqui e sim a supressão do art. 71. Impor essa condição agora, essa burocratização do acesso ao seguro-defeso, tirando-o das entidades, das colônias de pescadores, é naturalmente impor a clandestinidade. Porque existem um Brasil e Brasis, profissões e profissões. Não vai cercear a condição... O pescador não vai deixar o seu filho passar fome. O criminoso de hoje é aquele que falsifica o acesso ao defeso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE GUIMARÃES (Bloco/MDB - TO) – Mas o criminoso de amanhã, possivelmente, com isso, vão ser os nossos pescadores, porque eles não vão deixar os seus filhos passarem fome. (*Palmas.*) Vão ser os nossos pescadores, homens e mulheres que tiram do suor do seu rosto, do sangue da mão, do anzol, da linha, que tiram das escamas e da faca o sustento da sua família.

Nós vamos conseguir... Ao invés de a Polícia Federal e todos os órgãos de segurança fiscalizarem a LAN *house*, fiscalizarem quem é o clandestino e o que está fazendo, eles vão, necessariamente, ter que fiscalizar os rios e os homens e as mulheres que estão buscando o alimento para sua família.

Então, a condição de se homologar isso por um agente da Prefeitura, o acesso de um pescador a ter o seguro-defeso, a ter a sua indenização é a mesma coisa de se trocar a carteirinha deles de hoje pelo santinho político de amanhã e os interesses políticos partidários. (*Palmas.*)

Então, fica registrada a indignação dos pescadores do Tocantins e do Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir a nossa lista aqui, o Deputado Castro Neto.

Depois nós vamos passar a palavra aqui de volta para a mesa.

O SR. CASTRO NETO (PSD - PI. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Relator Carlos Zarattini.

Queria cumprimentar aqui todos os Deputados presentes nesta importante reunião.

Um abraço especial a todos os pescadores que estão hoje nesta Comissão, representando todos os pescadores do Brasil.

Relator, eu estou aqui nesta Comissão já há umas duas horas, mais de 20 pessoas já falaram e o assunto foi só um assunto: foi a supressão do art. 71, que trata dos pescadores do Brasil.

Eu sou o Deputado Castro Neto, sou lá do Piauí e estou aqui para tratar justamente disso, para defender os pescadores do Piauí e defender os pescadores do Brasil. Aqui tinha Deputado do Maranhão, do Tocantins, do Amazonas, para você ver e entender a abrangência que esse art. 71 tomou. Deputados de todos os estados brasileiros aqui pedindo a supressão dele. Nesta Comissão, só teve um assunto. Podíamos mudar o nome da Comissão para Comissão do art. 71, porque só o que aqui foi pedido, o único assunto tratado foi exatamente isso.

Esse art. 71 é muito prejudicial aos pescadores. A parte em que ele trata de as Prefeituras tomarem conta do seguro-defeso eu acho um abuso e as prefeituras não têm a mínima condição de tocar isso, porque elas não entendem disso, não conhecem os pescadores, e isso vai retardar ainda mais o recebimento do seguro-defeso, porque tem pescador ainda para receber o seguro-defeso do ano passado, que não recebeu ainda.

Manter esse artigo é uma antítese ao Governo Lula.

Eu sou do Piauí, estou no meu primeiro mandato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASTRO NETO (PSD - PI) – ... e me lembro bem de um evento com o Presidente Lula em 2023 em que ele fala do respeito, da consideração e da importância dos pescadores artesanais.

O Ministério da Pesca não existia no outro Governo. Existe neste devido à importância que o Presidente Lula dá aos pescadores. E como é que o nosso Governo, que dá valor aos pescadores artesanais, que tem o ministério, vai deixar passar o art. 71, que tira o que é mais sagrado, justo e direito, que é o seguro-defeso dos pescadores do Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que isso é uma injustiça. Eu sei que tem fraudes. Eu escuto, no Piauí, relatos de pessoas em carros, com computadores, fazendo inscrição para receberem o seguro-defeso, mas a solução para isso, na minha opinião, não é acabar com o seguro-defeso.

O INSS está tendo uma das maiores fraudes já vistas na história do nosso país. A solução é acabar com o INSS? Não. É regularizar, limpar e punir quem é culpado.

O Bolsa Família: tem gente que já recebeu Bolsa Família sem precisar, teve fraude. A solução é acabar com o Bolsa Família? Não. Tem que regularizar, limpar e punir quem é culpado.

Os pescadores são contra a fraude, porque eles sabem que cada pessoa que recebe o seguro-defeso sem precisar é um pescador que precisa e que deixa de receber.

Então, Presidente, essas são as minhas palavras.

Queria pedir, mais uma vez, a V. Exa., aí no seu comando, que pense, que analise, que veja tudo o que aconteceu hoje aqui, porque quem está aqui é a voz da população, a voz dos pescadores.

E esta Comissão tratou somente da supressão desse art. 71. Na minha opinião, ele tem que ser suspenso, tem que ser retirado e tem que ter um diálogo com os pescadores para chegar num meio termo comum, que seja bom para os dois lados.

Essa é a minha opinião.

Quero agradecer aqui a palavra, dar um abraço em todos e torcer pelo Brasil e pelos pescadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado, Deputado.

Eu queria aqui agradecer a presença do Secretário de Regime Geral da Previdência, Sr. Brunca, que está aqui.

Sempre que tem alguma audiência aqui da Previdência, o senhor está por aqui, não é? Então, quero agradecer a sua presença de novo, que ouviu todo esse sentimento que está colocado tanto na Câmara como no Senado. Isso vai nos levar a buscar uma solução.

Eu queria, fazer uma pergunta aqui ao nosso Secretário da Pesca.

Bom, o senhor ouviu aqui todos esses pronunciamentos, e tem uma coisa que ficou clara, quer dizer, existe hoje uma facilidade de se cadastrar como pescador muito grande, através desse aplicativo aí que é o e-Gov. Quais são os dados que o senhor tem sobre o número de pescadores registrados e o número de concessões do seguro-defeso? E qual é a análise que o ministério faz sobre esse processo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para propor essa modificação, partiu-se, evidentemente, de que alguma coisa está errada. então, de onde vieram esses dados? Quais são esses dados? E eu gostaria de saber por que vocês optaram por essa decisão de caminhar para essa solução através das prefeituras. (*Palmas.*)

O SR. EDIPO ARAUJO CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero destacar a representatividade da pesca, como colocou o Deputado Henderson Pinto, dois auditórios. Isso mostra a força dos pescadores e das pescadoras do nosso país.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. EDIPO ARAUJO CRUZ – São três plenários cheios. E o quanto que este tema é importante para o público da pesca artesanal especificamente. Então, isso mostra a força dessa classe, pedindo a representatividade de Parlamentares, Deputados e Senadores, que totalizaram aí de 17 a 18 falas. Então, isso mostra a importância do tema a ser debatido aqui nesta plenária.

Como o senhor colocou, é importante a gente deixar bem claro que, em relação à medida provisória, foi uma ação central do Governo. Inclusive, por isso, esteve aqui presente o Ministro Haddad, por conta da MP 1.303, que abarca vários temas ali.

O que coube de atribuição ao Ministério da Pesca e Aquicultura foi especificamente a regulamentação dessa medida provisória. A medida provisória, expressamente, no seu texto, traz a homologação. Só para dizer que o que coube ao Ministério da Pesca e Aquicultura foi a regulamentação da medida provisória. Por isso que eu acredito que, na primeira audiência....

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDIPO ARAUJO CRUZ – E aí, Presidente, o que é importante a gente colocar é trazer dados. O senhor falou em relação à quantidade, se houve alguma evidência de fraude. Evidência de fraude, como qualquer política, foi citado o CadÚnico... Toda política pode ter indícios de fraude ou fraudes, e o que a gente precisa, enquanto administração pública, é reduzir fraudes, combater fraudes e melhorar qualquer política. Não é certo?

Hoje nós temos, no Sistema Geral da Atividade Pesqueira, no RGP Pescador, em torno de 2 milhões de pescadores. Esses 2 milhões de pescadores podem receber o seguro-desemprego pescador? Não. Para receber o seguro-desemprego pescador, ele precisa ser exclusivamente pescador, tem que ser pescador de forma ininterrupta. Por isso que o dado do RGP é maior que o universo que recebe seguro-defeso. Hoje nós temos uma base com 2 milhões de pescadores, enquanto 1 milhão, no último ano, segundo o dado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consolidado de 2024, recebeu, ou seja, a gente tem uma base com 2 milhões, um universo de 2 milhões, e 1 milhão recebendo.

Então, a primeira coisa que a gente precisa desmistificar aqui é que não é todo mundo que está no RGP que recebe o seguro-defeso. A mídia veicula que todos estão recebendo. A gente precisa deixar muito claro... Inclusive, senti a falta aqui da representação do INSS, nesta mesa, porque é o INSS que executa esse seguro-desemprego. Inclusive, para aclarar quais são os critérios, que é uma dúvida, quais são as bases de dados que se cruzam. Hoje nós temos uma base de 2 milhões de pescadores no MPA e, segundo os dados de beneficiários do seguro defeso, em torno de 1 milhão está recebendo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDIPO ARAUJO CRUZ – Uma outra coisa que é muito importante aclarar para todos que estão aqui – os pescadores sabem muito bem disso – é que em 2015, com a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, esse pescador não pôde mais tirar sua licença de pescador. Ele ficou, de 2015 até esta gestão, trabalhando com um papelzinho chamado protocolo. Certo? Por isso, o universo de pescadores que tinham um protocolo era um universo que se desconhecia. Com a extinção do ministério, essa pasta migrou para o Ministério do Comércio, migrou para o Ministério da Agricultura, foi uma secretaria especial ligada à secretaria... Então, não se sabia quantos pescadores existiam no nosso país efetivamente porque o direito de ser pescador foi interrompido em 2015. Por isso, os dados... Falam bem assim: "Ah, cresceram os dados dos pescadores". Não, o pescador sempre existiu. A gente não tinha esses pescadores registrados, porque foi tirado o direito do pescador de ser um pescador registrado. Então, iniciou-se um processo de recadastramento que findou agora, no dia 31 de março deste ano, nesta gestão. Então, quando as reportagens falam – o Deputado Túlio colocou isso – "500", "criou", não! Já existiam esses pescadores. Esses pescadores estavam recebendo seu seguro-desemprego amparados no protocolo.

Então, nesta atual gestão, a gente conseguiu finalizar esse recadastramento. E, sim, a gente vem melhorando o recadastramento desde quando o Ministro André entrou na pasta. Pegamos um passivo de análises, como eu coloquei na minha fala, de praticamente 200 mil pescadores que estavam pendentes de análise.

Então, a gente vem trabalhando para a melhoria dos sistemas. A gente sabe que hoje a tendência é que todos os sistemas que envolvem qualquer benefício do Governo Federal estejam centralizados em uma plataforma única, que é o Gov. A ideia é que a gente vá... Mas a gente precisa, para a construção de cada política, ter a sensibilidade dos atores para os quais a gente está legislando.

Esse processo de recadastramento durou de 2021 até 2025. Foram quatro anos para esse recadastramento. O que é que ele envolvia? Os pescadores estavam na base antiga do RGP, antes de o ministério ser extinto – estimavam-se em torno de 900 mil pescadores ali –, em um universo que estava amparado em protocolo que nós não conhecíamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Ministério vem fortemente... Existe um grupo de trabalho específico para discutir as questões do RGP Pescador. A gente supervaloriza o diálogo, por isso a importância deste momento em que nós estamos aqui, porque, como eu falei na minha fala, a gente está falando da regulamentação do decreto, e o que cabe ao Ministério da Pesca e Aquicultura é, sim, a participação social e garantir a participação do nosso público na efetivação das nossas políticas.

O decreto é muito claro sobre qual é a competência do Ministério da Pesca e Aquicultura. E a competência do Ministério da Pesca e Aquicultura nesse novo decreto é o quê? Simplesmente, é a gente trazer as regras de homologação que foram trazidas pela MP, revisar os períodos de defeso, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e publicar, em 60 dias, a lista de municípios aos quais está atrelada cada norma de ordenamento.

Então, aqui eu falo em nome do Ministério da Pesca e Aquicultura e sobre o que cabe ao Ministério da Pesca e Aquicultura no que tange ao Decreto 2.257, que regulamentou a medida provisória.

Hoje nós estamos num procedimento de discussão de como seria esse procedimento de homologação nas prefeituras. Isso é um desafio, mas eu também fico muito feliz pelo que colocou o Ministro Haddad aqui, citado por vários outros Parlamentares, a questão do aperfeiçoamento do texto e da sensibilidade das orientações dos órgãos de controle, tanto a CGU quanto o TCU em relação às questões que ele colocou de fraude.

Realmente – isso é de conhecimento de todos –, tem uma auditoria da CGU em campo que está fazendo um levantamento *in loco* dos principais municípios onde o número expressivo de pescadores não condiz com o tamanho da população. Hoje está em andamento uma auditoria da CGU – isso foi divulgado nos próprios canais de comunicação da CGU e do Governo Federal –, em que a ideia é levantar e fazer uma auditoria em campo para efetivação dos verdadeiros pescadores e relacionar esse pescador que está no RGP do MPA com aqueles que estão recebendo o seguro-defeso.

Quando o senhor falou sobre a flexibilidade de entrada no sistema, hoje, assim como várias outras políticas do Governo Federal, a entrada é pelo Gov.br, certo?

E hoje o Governo Federal também está trabalhando de forma a intensificar que a Carteira Nacional de Identidade siga também como um documento biométrico e validação para todas as políticas sociais do Governo Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDIPO ARAUJO CRUZ – Então, o primeiro caso específico foi o do seguro-desemprego, seguro do pescador. A gente vem trabalhando nessa perspectiva de ver de que forma não lesar os pescadores. A gente é do Ministério da Pesca e Aquicultura, a gente conhece a realidade, aqui estão vários companheiros de luta, seu Edivando sabe muito bem do trabalho nosso, o Fia, o próprio Abraão Lincoln, todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades da Região Amazônica, minha colega de Humaitá, que conhece bastante o nosso trabalho e a sensibilidade que a gente tem. Então, a ideia é que a gente possa, Presidente, ampliar o diálogo e ver de que forma não lesar e trazer um fórum de participação e de discussão das medidas que serão implementadas, para a gente compensar e ter um retorno menos danoso a esse público que vai sofrer com algumas medidas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado, muito obrigado.

Espera, aqui não é debate, gente, aqui não é debate, espera um pouquinho.

Eu queria saber se a coordenadora gostaria de fazer alguma observação.

A SRA. CLAÚDIA FERNANDA ITEN (Para expor.) – Só para fazer um registro final, o nosso agradecimento em participar desta audiência pública.

A nossa manifestação se ateve ao art. 67 da MP, que incluiu um novo dispositivo à Lei 9.796. Então, só para deixar claro que a fala inicial se ateve a esse ponto da contagem recíproca e tempo de contribuição, que origina a compensação previdenciária entre regimes previdenciários.

Então, quero compartilhar com os Srs. Deputados, Senadores, demais presentes, esses estudos que estão sendo feitos, lá no âmbito do Ministério da Previdência Social, de outras formas de previsão, para tratar de forma técnica e perene a situação da compensação previdenciária, que alcança tanto o regime geral quanto os regimes próprios no país, 2.132 regimes próprios. Então, é um tema extremamente relevante que sempre está em pauta. Se não neste momento de alteração, através da MP 1.303, mas que, numa próxima oportunidade, consigamos debater também a fundo, e contamos com o apoio dos Srs. Parlamentares.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado pela exposição também, porque é um assunto importante. A gente ficou concentrado aqui no art. 71, mas esse assunto é muito importante na relação com os municípios.

Presidente, o senhor quer usar a palavra para encerramento?

O SR. EDIVANDO SOARES DE ARAÚJO (Para expor.) – Só quero agradecer, Deputado, agradecer ao senhor, agradecer a todos os Deputados que estão apoiando o pescador, que estão apoiando a pesca, nessa empreitada nossa. Agradecer não só ao Senado como à Câmara dos Deputados por, mais uma vez, abraçar mais uma causa da pesca, para a gente dar mais uma expectativa de vida para os pescadores, e pedir a Deus que, daqui a dez anos, a gente não esteja aqui novamente lutando pela pesca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado.

Deputado Jutay Meneses.

O SR. JUTAY MENESES (Para expor.) – Deputado Carlos Zarattini, meu agradecimento a V. Exa. pelo respeito que está tendo com a categoria, com os pescadores. Leve o meu agradecimento ao Deputado Presidente Hugo Motta, também pela presteza em atender o pedido para poder participar desta audiência pública.

Quero dizer, Presidente e Relator, que já nos chegam aqui várias sugestões de Presidentes de colônias e iremos compilar essas sugestões, irei solicitar à Presidente da Federação, a nossa companheira Cida, da CBPA, e ao companheiro Jerônimo, que é também de outra confederação, a CNPA, para que possamos apresentar as sugestões que já chegaram e outras sugestões; e que façamos, então, uma Comissão também dessas federações, porque o momento agora é de unidade para trazermos uma resolução para todos esses pescadores e pescadoras não serem prejudicados.

Muito obrigado a V. Exa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Muito obrigado.

O Presidente Abraão Lincoln teve que sair para uma consulta médica, justificou-se aqui com a gente, mas tenho certeza de que cumpriu o seu papel de vir aqui, não só hoje, como ele já veio em outros momentos, junto também com o Presidente Edivando – estão aqui constantemente discutindo com o Governo e conosco aqui essa situação.

Quero dizer para vocês o seguinte: o seguro-defeso é uma conquista, uma conquista dos pescadores, mas também uma conquista do país. Nós precisamos de alimentos, produção de alimentos, e para isso os alimentos precisam realmente ser produzidos pela natureza também. Então, é uma decisão muito importante a gente manter o seguro-defeso, mas logicamente a gente precisa manter com a maior correção possível.

A medida provisória veio com uma proposta que evidentemente está sendo rejeitada pela maioria dos pescadores e também pela maioria dos Parlamentares que até agora se manifestaram. Então, o nosso papel, como Relator e o desta Comissão, é buscar uma solução. Se a gente aqui falar: "Simplesmente vamos retirar o artigo" e vamos permitir que continue o mesmo sistema que está hoje, que a gente sabe que está tendo problema e que a gente vê que vai se tornando insustentável do ponto de vista orçamentário... Porque, veja bem, tem coisa...

Nós vimos agora essa questão do INSS, em que foi feita uma irregularidade por várias entidades e, agora, entidades que têm a sua atuação correta estão perdendo sua forma de financiamento, porque o INSS acabou cortando as mensalidades dos aposentados que contribuíam com essas entidades, que eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades corretas; quer dizer, a forma de ação de entidades que quiseram tomar dinheiro dos aposentados prejudicou aquelas que fazem o seu trabalho correto. Nós não podemos deixar acontecer a mesma coisa em relação ao seguro-defeso, porque, daqui a um ano, dois anos ou três anos, Presidente, esse assunto vai piorar se a gente não tomar uma medida agora.

Então, o objetivo aqui da Comissão não é agradar ao Governo, não é agradar a quem quer que seja, é achar uma solução para que a gente possa permanecer tendo o seguro-defeso em funcionamento, atendendo a população, atendendo os pescadores, atendendo o povo brasileiro. Então, acho que esse é o nosso papel aqui na Comissão. Tem aqui Deputados experientes, que conhecem bem o assunto, nós vamos buscar um caminho e vamos tentar trabalhar para achar, até a votação dessa medida provisória, está bom?

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, queria só fazer uma observação. Nós estamos recebendo algumas sugestões, inclusive que culminam com a sua ideia de a gente buscar esse caminho, recebi aqui do Mopebam, recebi da federação do meu estado, e com certeza, é importante a gente marcar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Isso. E nós vamos trabalhar em cima disso.

O SR. HENDERSON PINTO (MDB - PA) – ... uma reunião de trabalho.

Mas eu queria fazer um pedido ao meu amigo Edipo, para tirar do seu vocabulário... Provavelmente foi de forma equivocada, você falou do pescador ilegal. Não existe pescador ilegal. O que existe, se tem alguém recebendo indevidamente, não é o pescador, porque se o pescador está recebendo, é porque ele é legal. O que pode ocorrer é pescador que precisa se regularizar, e o Governo precisa dar essa condição para ele, como atualizar o RGP, como pagar em dia o seguro-defeso e assim vai. Só para fazer essa observação para o amigo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Deputado Silas. Rapidinho, para a gente encerrar.

O SR. SILAS CÂMARA (REPUBLICANOS - AM. Pela ordem.) – Presidente, só para registrar aqui a minha admiração e a minha gratidão pela mobilização nacional que a pesca fez no Brasil, mostrando a sua robustez e o seu comprometimento na defesa dos que mais que precisam e que menos têm condições de vir aqui.

E faço isso na pessoa tanto do Presidente Abraão Lincoln, como também do Presidente Edivando, mas registro também, lá do meu Estado do Amazonas, o Braguinha, que é Presidente da Fesinpeam, o Negão, que é Presidente da Fetape... (*Palmas.*)

... e todas as mulheres e os homens de bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para o senhor ter ideia, do meu estado, saíram no ônibus lá, quatro dias de viagem para chegar aqui. Participam deste evento e já retornam. Então, a todos eles que aqui estão e que estão também nos três outros auditórios lotados aí, Deus abençoe e parabéns. Estamos juntos, vamos vencer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – É isso aí.

Também queria agradecer aqui a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que participaram desta audiência, agradecer aqui a todos os expositores pela presença e agradecer a todos que vieram, porque é assim que a gente constrói, não é? Não existe outro jeito de construir se não for com a participação popular, com a participação daqueles mais interessados.

Então, antes de encerrarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1303, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Alessandro Vieira, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Jorge Seif, Rogério Carvalho, Weverton, Teresa Leitão, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Antonio Carlos Rodrigues, Carlos Zarattini, Henderson Pinto, Raimundo Costa e Átila Lira, e ainda dos Parlamentares Paulo Paim, Arnaldo Jardim, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Gambale, Fernando Dueire, Geraldo Mendes, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato e Lenir de Assis, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Soraya Thronicke, Omar Aziz, Tereza Cristina, André Ferreira, Zé Neto, Marangoni, Doutor Luizinho, Átila Lins, Gilberto Abramo, Adolfo Viana e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória n° 1303, de 2025. **Participantes:** Cristiane Coelho, Diretora Jurídica da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); Diego Perez, Presidente da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs); Rubens Sardenberg, Diretor Executivo de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da FEBRABAN; Natanael Castro, Representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) e Diretor Executivo da FenaCap; Eduardo Alcebiades Lopes, Diretor-Presidente da Zetta; Fernando Vieira, Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR); Cauê Gonçalves Mancanares, Associação Brasileira de Investidores em ETF e CEO da Investo; Daniel de Paiva Gomes, Coordenador do GT de Tributação da Associação Brasileira de Criptoeconomia (ABCripto); Heleno Taveiro Torres, Consultor da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (ABIPAG) e Professor Titular de Direito Tributário da Universidade de São Paulo (USP); Soraya Alves Figlioli, Superintendente Jurídica da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.303, de 2025, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de agosto de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Medida Provisória 1.303.

Dando sequência às audiências públicas destinadas a instruir as matérias tratadas na Medida Provisória 1.303, de 2025, hoje nós vamos abordar as suas repercussões no setor financeiro. Já tivemos a oportunidade, no dia 12, de ouvir o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e, na semana passada, pudemos debater os dispositivos da medida provisória que afetam a previdência e a seguridade social, em especial a concessão do seguro-desemprego aos pescadores durante o período do defeso.

Nesta terceira audiência, vamos discutir os pontos centrais da medida provisória. De fato, esta medida provisória propõe uma reestruturação ampla da tributação sobre aplicações financeiras e ativos virtuais. É inevitável que isso tenha efeitos importantes sobre o setor financeiro, e é isso que queremos explorar exatamente hoje, aqui, com a ajuda das autoridades e dos especialistas convidados para esta audiência pública.

Não é demais lembrar aqui os princípios que norteiam e motivam esta medida provisória. Antes de mais nada, ela se inscreve nos esforços do Governo Federal de cumprir compromissos com o equilíbrio fiscal, sem prejuízo das políticas públicas de que nosso país necessita. Além disso, a medida representa uma tentativa de simplificar o sistema de tributação sobre aplicações financeiras e ativos virtuais. Com isso, visa garantir, ao mesmo tempo, um aumento na arrecadação e a correção, evidentemente, de algumas distorções. No lado da despesa, a medida provisória busca introduzir mecanismos de racionalização e de controle, de modo a tornar os gastos públicos mais eficientes. Enfim, a medida é pautada por uma preocupação dupla com a eficiência, tanto no lado da arrecadação quanto no lado das despesas, além de ter em vista a justiça tributária.

Cabe a nós, Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados, discutir se a medida provisória cumpre o que promete, além de aperfeiçoar as propostas que ela traz. Devemos fazer o papel que nos cabe, precipuamente, que é o de ouvir a sociedade brasileira e traduzir seus interesses e suas expectativas na forma de legislação.

Estas audiências são momentos privilegiados que nos auxiliam nessa missão. Temos aqui autoridades, especialistas e representantes da sociedade civil, cada um, evidentemente, trazendo o seu ponto de vista e, com isso, enriquecendo imensamente nosso trabalho aqui na Comissão Mista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, desde já, agradecer a disponibilidade e a generosidade dos senhores e das senhoras para dividir conosco suas reflexões e seu conhecimento sobre esses temas tratados na medida provisória.

Nós vamos compor a mesa. Teremos a mesa 1 e a mesa 2. Vamos formatar dessa forma para agilizar o debate, porque, a partir das 4h, nós vamos ter Ordem do Dia, tanto na Câmara quanto no Senado Federal.

Eu convido o Sr. Robinson Barreirinhas, que é o Secretário Especial da Receita Federal do Brasil. Barreirinhas, nos dê a honra. (*Pausa.*)

Convido a Sra. Cristiane Coelho, que é Diretora Jurídica da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF). Cristiane, seja bem-vinda. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Diego Perez, que é Presidente da Associação Brasileira de Fintechs. (*Pausa.*)

E convido o Sr. Rubens Sardenberg, Diretor-Executivo de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban. (*Pausa.*)

Convido igualmente para tomar assento, na outra bancada, Natanael Castro, representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Convido Eduardo Alcebiades Lopes, que é Diretor-Presidente da Zetta.

Convido Fernando Vieira, que é Presidente-Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável.

Convido Cauê Gonçalves Mancanares, Representante da Associação Brasileira de Investidores em ETF.

Convido Daniel de Paiva Gomes, que é Coordenador do GT de Tributação da Associação Brasileira de Criptoeconomia.

Convido Heleno Taveira Torres, que é Consultor da Associação Brasileira de Instituições de Pagamento, e Professor titular de Direito Tributário da Universidade de São Paulo. Prof. Heleno, pode... Dê-nos a honra.

E convido Soraya Alves, que é Superintendente Jurídica da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Zarattini, como é que você está pensando? Que tempo inicial nós poderemos oferecer aos convidados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Olha, Presidente, eu queria sugerir aqui que a gente fizesse, que ouvíssemos todos os representantes aí dos diversos setores, associações, e que depois, ao final, a gente ouvisse aqui o nosso Secretário da Receita.

Então, a ideia seria, talvez, cinco minutos, para cada um colocar a sua... É um tempo limitado, mas vocês estão vendo que a nossa Mesa é bastante ampla. Então, a gente pede aí uma concisão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – É, é um esforço. É evidente que, se for necessário um tempo adicional, não...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Exato...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – ...não haverá prejuízo, de forma nenhuma.

Então, seriam, inicialmente, cinco minutos...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – ... para as palavras iniciais.

Então, em primeiro lugar, eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Sra. Cristiane Coelho, que é Diretora Jurídica da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

Com a palavra, Cristiane.

A SRA. CRISTIANE COELHO (Para expor.) – Muito obrigada.

Todos me ouvem? (*Pausa.*)

Muito obrigada, Senador Renan Calheiros. Muito obrigada, Relator Zarattini. Fico muito feliz de retornar a esta Casa e pelo convite para participar desse debate.

Venho representando a Confederação Nacional das Instituições Financeiras e, como no nosso guarda-chuva temos outras 15 associações, sendo que muitas delas estão representadas aqui, vou abrir mão da apresentação a bem da maior fluência aqui na fala.

Eu acho que a gente tem um recado mais rápido para passar, esse é o objetivo da CNF, e depois quero deixar a fala mais específica para os nossos associados aqui, entre eles Febraban, Zetta, Anbima, aqui muito bem representados.

Então, eu, como representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, venho trazer um alerta: os tributos que tocam as entidades financeiras são sempre reproduzidos na cadeia e eles acabam por aumentar os juros e o *spread* que são cobrados de toda a população. Somos um setor de serviço, um setor de intermediação, que, pela lógica da sua atividade, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

setor que repassa os seus tributos e, portanto, esse tributo tem uma influência muito grande nos juros cobrados da sociedade. E a gente já tem dentro do setor financeiro uma carga bastante aumentada em relação à participação do setor financeiro no PIB.

Hoje, a gente já tem... dentro do Brasil, a gente já sabe que a carga tributária é muito elevada, num crescendo, vindo de 2023 para 2025, sendo que em 2023, 19,9% do PIB era equivalente à receita de tributos administrados pela RFB; hoje, 21,5% do PIB. Então, é uma elevação bastante grande, não é, Senador? E o setor financeiro sendo aquele que é o que desponta como o setor que mais pagou impostos administrados pela RFB em 2023 e vem atingindo essa marca desde 2011, como o setor que mais paga tributos.

Para além disso, devo considerar que o setor financeiro, apesar de ser o maior pagador de tributos, tem uma participação no PIB que não corresponde a esse montante que ele paga. A maior parte dos setores tem uma proporção de impostos. Eu pediria só para a gente trazer o eslaide que fica... o penúltimo eslaide, é meu penúltimo eslaide. (*Pausa.*)

Passamos, passamos... (*Pausa.*)

Esse, volta... Isso. Exatamente esse.

A gente mostra ali o setor financeiro com as bolinhas vermelhas, os demais setores com as bolinhas azuis. A participação dos setores são esses tracejados laranja, e, como se pode ver, o setor financeiro é o que mais se distancia do tracejado laranja, que corresponde à participação daquele setor na economia. E o pontinho corresponde à arrecadação do setor, para a composição da arrecadação.

Então, o setor financeiro bastante distanciado dos pontinhos amarelos, mostrando o tanto que o setor financeiro destoa do padrão e vem sofrendo com uma tributação majorada em relação aos demais setores.

Essa MP, Senador, de novo coloca o setor financeiro nessa posição de sustentar uma taxação maior, uma tributação maior, e isso para a gente é muito preocupante. A gente tem aqui os pontos que serão levantados pela Febraban, pela Zetta, pela Anbima e pelos demais participantes que aqui também estarão como pontos grandes de preocupação. A gente continua trazendo a preocupação de a gente considerar também alguns ajustes no outro lado da balança, nos gastos, e para a gente ter aqui um melhor tratamento do nosso orçamento fiscal.

Esse era o principal ponto que cabia à CNF...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE COELHO – ... e agradeço mais uma vez.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Muito obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Diego Perez, que é Presidente da Associação Brasileira de Fintechs.

O SR. DIEGO PEREZ (Para expor.) – Boa tarde, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Boa tarde!

O SR. DIEGO PEREZ – Agradeço-o por estar presidindo a Mesa, Senador Renan, Deputado Zarattini.

Sou Diego Perez, Presidente da ABFintechs, Associação Brasileira de Fintechs. Nós somos um grupo bem coeso, com perto de 800 *fintechs*, muitas empresas de todos os segmentos de serviços financeiros digitais. Temos investimento, pagamento, crédito, câmbio, *blockchain*, criptomoedas, mais de dez verticais que já foram mapeadas dentro do nosso setor.

O mercado de *fintechs* passou por uma transformação, nos últimos 12, 13 anos, em que a gente conseguiu desenvolver o setor financeiro em conjunto com os incumbentes, atrair novos participantes para o mercado, pessoas que não tinham nenhum acesso a serviços financeiros. Com a coexistência das *fintechs*, a gente trouxe, de acordo com o relatório do Banco Central, mais de 60 milhões de pessoas que não operavam serviços financeiros de qualquer maneira. Então, a existência das *fintechs* cumpriu o seu papel muito bem nesse tempo. A gente trouxe uma diversidade, a gente trouxe cidadania financeira e a gente contribuiu também para o desenvolvimento tecnológico do nosso país.

Mas é importante também fazer uma distinção entre instituições financeiras bancárias e não bancárias. As *fintechs* são empresas de tecnologia, que prestam serviços financeiros dentro do perímetro regulatório – Banco Central, CVM, Susep –, mas que não fazem captação de depósito à vista. O que isso quer dizer? Elas não fazem intermediação financeira, não captam recurso em nome próprio para distribuir no mercado em formato de crédito. Muitas das vezes, elas fazem operação de pagamentos, intermediação de pagamentos, e, na maioria das vezes, desintermediação financeira, porque a gente tem algumas instituições de pagamento, por exemplo, que oferecem serviços que não incluem um produto financeiro *per se*, mas que o usuário entende aquilo como parte da jornada do serviço financeiro. Por exemplo, quando você vai a um posto de gasolina abastecer o seu veículo, existem aplicativos nos quais você acumula pontos, gera milha, *cashback* etc, sem necessariamente precisar encostar um cartão de crédito em alguma maquininha. Isso é uma forma de desintermediação financeira. Então, a gente trouxe uma nova dinâmica para o mercado financeiro, e tudo isso tem grande valor, para que a gente consiga, cada vez mais, se destacar mundo afora como um país que conseguiu alcançar números impressionantes no desenvolvimento tecnológico desse setor.

No nosso caso, a gente também preza muito pela competição e concorrência justa, em um nível que seja um campo de batalha equilibrado entre os participantes, um campo de jogo talvez – batalha é um termo um pouco pesado –, onde os participantes tenham elementos suficientes para competir de maneira justa, sem interferência, em questões que podem interferir talvez na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rentabilidade de uma, no alcance de outra e, especialmente, nesses ajustes tributários, fiscais e regulatórios.

Então, as autoridades do mercado financeiro vêm fazendo um excelente trabalho para promover essa competição e essa concorrência, e a gente conseguiu apurar isso depois da promulgação da Lei de Pagamentos, que criou o sistema de pagamentos brasileiro. Antes existiam só duas entidades que ofertavam pagamentos eletrônicos no Brasil, e hoje já existem mais de 200. Isso em pouco mais de dez anos. Essa promoção de concorrência, essa promoção de competição faz com que os *spreads* bancários, os juros, sejam reduzidos e que os serviços financeiros passem a ser espalhados no mercado.

Nesse sentido, a gente busca que a CSLL prevista no texto da MP seja ajustada, no caso, até eventualmente retirada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO PEREZ – ... uma vez que se está eliminando a alíquota de 9%, onde se enquadram hoje as fintechs, e algumas que operam a 15% estão sendo elevadas a 20%. Isso vai trazer um impacto gigantesco para o nosso setor, uma vez que boa parte das Fintechs, eu diria a maioria, são de monoprodutos: elas têm um único serviço disponível para o cliente. A sua rentabilidade já é reduzida e, a partir do momento em que você acrescenta uma tributação de seis pontos percentuais, você pode eliminar todo um mercado e acabar com o todo o resultado positivo que a concorrência possibilitou nos últimos anos.

A gente também representa, de maneira secundária, o setor de ativos digitais, empresas que operam nesse segmento, e que também está sendo duramente penalizado com a eliminação de algumas isenções, especialmente para o pequeno investidor, que aloca parte do seu capital em ativos digitais e hoje tem uma isenção de R$35 mil de limite de transação mês, que está sendo eliminado, mas, há uma manutenção da isenção de R$20 mil para negociações de ações em ambientes organizados, como bolsa de valores. Então, a gente só pede uma equiparação, uma equivalência. A partir do momento que você elimina a isenção de um lado, você favorece outras classes de ativos e o investidor passa a ter menos liberdade para escolher onde alocar o seu recurso, tomando decisão com base em tributação. Talvez esse não seja o caso.

Então, como o tempo é muito curto, eu vou deixar para o meu colega de outra associação de cripto elaborar um pouco mais nesse sentido, mas eu agradeço a oportunidade e estamos sempre disponíveis para debater esse assunto, que é muito caro para o nosso setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Quero conceder a palavra ao Rubens Sardenberg, que é Diretor Executivo de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban.

O SR. RUBENS SARDENBERG (Para expor.) – Alô? está funcionando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Está.

Pode falar.

O SR. RUBENS SARDENBERG – Bem, obrigado.

Eu queria agradecer o Senador Renan Calheiros e o Deputado Ricardo Zarattini – estudamos juntos na Faculdade de Economia, um bom tempo atrás, e é um prazer revê-lo aqui. Eu queria agradecer o convite para estar aqui.

Eu queria dizer que, em função do tempo, eu vou me ater aqui, Senador, a três pontos que eu acho mais relevantes do ponto de vista do setor bancário. Os colegas aqui dos outros setores eu acho que vão abordar aí, enfim, as suas áreas. Eu queria trazer aqui a reflexão em relação a três pontos que me parecem mais diretos.

O primeiro deles é a questão da unificação da alíquota, em trocar a alíquota regressiva, a tabela regressiva de tributação, para uma alíquota única de 17,5%.

A gente sabe que a origem dessa tabela regressiva tem a ver com o nível de taxa de juros no Brasil, com as taxas de juros muito elevadas no Brasil. De alguma maneira, essa tabela regressiva foi uma tentativa de privilegiar as operações de prazo mais longo, vamos dizer assim.

Se a gente parte de 15% de taxa de juros básica, a gente sabe que, do ponto de vista econômico, as taxas de operações de prazo mais longo têm que ter uma taxa mais alta para premiar esse risco, o risco de liquidez, o maior risco dessas operações. Então, você acabou, sim, construindo uma tabela regressiva de uma maneira que você estimule mais essas operações de prazo mais longo e que você, com isso, não tenha uma taxa ao final mais alta.

Na origem, nós estamos falando, portanto, de uma taxa básica muito alta.

E eu acho até que, quando a gente olha os números, de alguma maneira, foi positivo isso do ponto de vista dessa alocação. Eu acho que a gente conseguiu mais aplicações de longo prazo, ou seja, você atingiu esse objetivo, ainda que esse seja um tema muito discutido entre os economistas, e não deixa de ser, vamos dizer, uma certa distorção.

Nesse sentido, eu acho que a ideia de você unificar as alíquotas, me parece que deveria ser mesmo o objetivo final, porque, afinal de contas, você ter uma tabela regressiva teve esse lado positivo, mas tem também o fato de que, no final das contas, vamos dizer, indiretamente, quem acaba pagando é o Tesouro Nacional, porque ele apaga um alongamento de prazo. Se você pega operações de prazos diferentes com taxas muito parecidas, e o que acaba diferenciando é a alíquota de Imposto de Renda, e isso, de alguma maneira, não deixa de ser também, aqui nesse caso, uma distorção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nesse sentido, me parece que, se a gente olhar os outros países, o razoável mesmo é que a gente tenha uma alíquota única, mas ainda tendo que pesar o fato de que isso pode ter algum impacto negativo do ponto de vista de alongamento de prazo.

Eu, pessoalmente, aqui falo muito em nome pessoal como economista, acho correto isso. Eu acho que a gente deveria ter de fato uma alíquota única. Eu acho que ela é melhor do ponto de vista de dar uma transparência maior para a curva da taxa de juros. Ela é mais simples, é mais transparente. Então, me parece um ponto aqui positivo.

O cuidado que eu acho que a gente tem que tomar aqui, mais uma vez, é com relação à carga tributária e à calibragem disso para que a gente não tenha um impacto negativo do ponto de vista.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS SARDENBERG – Eu sei que o Governo tem problema de arrecadação, mas acho que, por outro lado, também seria complicado se tivesse um aumento aqui de taxa.

São os cinco minutos? Está bom.

Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto que eu queria, vou tentar ser breve aqui, Senador, mencionar é com relação à tributação sobre os instrumentos hoje isentos. Tem os instrumentos de mercado de capitais, que eu tenho certeza de que a Soraya vai abordar, mas estou falando aqui, por exemplo, da LCI, da LCA, da LIG, que são instrumentos hoje isentos.

A origem disso é a mesma. É a mesma origem de uma taxa de juros alta. O Brasil, de alguma maneira, encontrou uma alternativa, do ponto de vista do chamado crédito direcionado, para contornar este fato de que a gente tem taxas de juros muito altas.

Eu estava olhando hoje de manhã que o Banco Central divulgou a nota de crédito: o Brasil tem R$ 6,7 trilhões em crédito, 55% do PIB. Desses R$6,7 trilhões, R$2,8 trilhões são o chamado crédito direcionado; ou seja, 42% do crédito no Brasil é direcionado, não é o crédito no segmento livre. Aliás, muitas vezes, as pessoas falam assim: "Puxa, mas o Brasil, com taxas de juros tão altas, cresce". Eu acho que o Brasil cresce, em parte, pelo fiscal, mas, em parte, também porque tem taxas de juros que são muito menores do que essas que as pessoas imaginam; ou seja, tem um número muito grande de operações que têm taxas de juros muito mais baixas.

A taxa média das operações do crédito direcionado no Brasil é 11,8%. Portanto, ela é abaixo da taxa Selic, é abaixo da taxa básica de juros da economia. Nós temos, para pessoas físicas, 11,2% e 13,6% para pessoas jurídicas; essas são as taxas. Portanto, são abaixo da taxa mínima de juros que os investidores recebem. E o que acontece? Mas como se faz isso? Não tem milagre aqui; portanto, tem isenção. E, do outro lado, o que nós temos? Temos um *funding* direcionado no Brasil e temos um *funding* que é isento de impostos. Então, um pedaço disso é composto – nós estamos falando de uma caderneta de poupança, que tem uma remuneração mais baixa; nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos falando, eventualmente, do *funding* a que o BNDES tem acesso; e nós estamos falando, por exemplo, aqui, no caso, das LCIs e LCAs, que são instrumentos isentos, portanto, de custos mais baixos... Então, quando a gente está falando de aumentar a tributação, nós estamos, portanto, aumentando esse custo e, portanto, nós estamos impactando o equilíbrio dessas operações.

No caso específico do crédito, eu chamo a atenção até – e aqui o meu ponto principal nesta medida é muito mais com relação ao *timing* dela do que com relação à discussão em termos de mérito – e digo o seguinte: os senhores vejam que a gente sabe pela imprensa que o Banco Central e o Governo estão pensando em mecanismos adicionais de estímulo ao crédito imobiliário.

O crédito imobiliário hoje, de fato, tem um problema porque o *funding*, que é basicamente a poupança, vem caindo. A poupança vem perdendo o seu volume de recursos. A poupança no Brasil, que chegou a ter 10,5% do PIB, hoje é alguma coisa em torno de 6,2% do PIB. E o que acontece? É muito complementado hoje o *funding* da poupança pelas LCIs. Nós temos hoje 490 bilhões de LCIs que são emitidas – tem ainda mais os CRIs, mas aqui eu estou falando só de LCIs – justamente para ajudar no financiamento do crédito imobiliário. E eu não vou entrar na questão fiscal, mas, enfim, eu só estou dizendo que aqui nós estamos falando que estamos aumentando o custo de um instrumento justamente num momento em que o Governo está preocupado em aumentar *funding* para o crédito imobiliário. Essa é uma consequência, digamos, desta opção que se tem aqui. Nesse sentido, vamos dizer, eu não sei se o *timing* desta medida seria correto por conta disso.

E outra questão adicional é a seguinte: nós aqui no setor achamos que, de fato, é uma situação muito confusa no Brasil imaginar, por exemplo, que temos o instrumento do CDB, principal instrumento bancário, que tem tributação total. De fato, você ter uma situação em que haja instrumento isento, instrumento não isento ou parcialmente isento não me parece que seja a melhor construção. Parece-me que a melhor construção mesmo seria, quem sabe, a gente conseguir ter uma taxa que fosse baixa e igual para todos os segmentos, e aí o Governo, através da sua política econômica, poderia elencar algumas prioridades, mas faria isso de uma maneira bem transparente, com orçamento fiscal, dando uma espécie de uma equalização e uma equiparação.

Então, assim, eu acho que esse seria o mecanismo correto. Agora, para fazer isso, o *timing* ideal disso seria um *timing* em que, pelo menos, a gente tivesse taxas de juros mais baixas e – quem sabe? – a gente tivesse condições de pensar nisso como um todo, vamos dizer assim.

Então, aqui, essa é a minha principal observação em relação a essa questão e a esse ponto.

E, por fim, eu queria falar sobre a questão da elevação da alíquota do JCP. O setor bancário é o setor que mais paga impostos. A alíquota nominal do setor bancário é de 45%. E nós sempre defendemos – eu digo aqui que estou falando especificamente do setor bancário – que nós achamos isso uma distorção e não vemos razão para que você tenha um setor que tenha mais tributação do que os outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que se tem uma ideia, por trás disso de que o setor bancário é o mais rentável e que o setor bancário, portanto, paga uma alíquota maior. Os números não indicam isso. Eu tenho dados, por exemplo, do Valor 1000 que indicam que, se a gente pegar por setor, o setor bancário, se a gente considerar retorno sobre o patrimônio (ROI, no inglês), é o 15º, na verdade. São dados públicos. É uma série que o Valor pega por todos os setores. O setor bancário não é o mais rentável e, quando eu comparo com outros países, o setor bancário brasileiro também não é o mais rentável.

Mas, ainda que fosse o mais rentável, a gente sabe que a renda do setor é uma média. Então, a gente tem bancos mais rentáveis e bancos menos rentáveis, assim como a gente tem médicos que ganham mais e médicos que ganham menos, advogados que ganham mais e advogados que ganham menos. É como se a gente fosse estabelecer uma alíquota maior para os médicos, por exemplo, ou para os advogados. Isso, enfim, não nos parece fazer sentido neste caso.

Eu estou dizendo isso, porque um dos mitigadores dessa taxa alta é o JCP. O JCP é uma questão de você poder usar os juros sobre o capital e é uma maneira de você compensar essa tributação, na medida em que, de algum modo, você está permitindo que eu deduza um pedaço disso e equipare com setores que usam muito recurso de terceiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS SARDENBERG – O setor bancário não pode fazer isso. O setor bancário é regulado pelo Banco Central. O setor bancário tem que ter o mínimo de capital de 10,5% sobre os seus ativos ponderados pelo risco; e, no caso dos bancos maiores, 11,5%. O setor bancário, portanto, não pode dizer: "Bom, eu vou fazer um ajuste aqui diferente, porque o JCP perde a sua atratividade, e eu posso eventualmente, agora, trabalhar mais alavancado e trabalhar com recursos de terceiros". O setor bancário não pode fazer isso, porque o setor bancário tem que manter o seu nível de capital, por conta das suas exigências e pelo fato de que é um setor que tem essa regulação muito forte.

E, aí, lembrando o que a Cris mencionou, nós estamos falando que, quando a gente olha o *spread* bancário no Brasil, pela decomposição do Banco Central, a gente sabe que 20% do *spread* bancário são de tributos; aliás, é a mesma proporção do lucro. Se eu pegar R$100 de *spread* bancário – a diferença entre o que os bancos captam e o que os bancos aplicam –, R$20 é margem de lucro dos bancos e R$80 são custos – tem compulsórios e tem tributação aqui no meio.

Então, na verdade, o que está acontecendo e o que vai acontecer aqui também é que, a partir desta medida, nós estamos falando, portanto, de um encarecimento do custo do crédito. Portanto, estou falando, na medida em que o JCP sobe, a parte da tributação sobe e, no final, nós temos uma elevação do custo do crédito.

Eu sei que eu já estourei aqui o meu tempo e peço desculpas, mas esses eram os três pontos que eu gostaria de trazer, Senador, pontos mais específicos. Eu mencionei isso e, de fato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

eu reconheço a necessidade do Governo com relação à questão fiscal, mas eu estou chamando a atenção para as consequências disso, para quais seriam os impactos disso, do ponto de vista do funcionamento da economia, mais especificamente do mercado bancário e de crédito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Obrigado, Rubens. (*Fora do microfone.*)

Concedo a palavra ao Sr. Natanael Castro, representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Com a palavra, Natanael.

O SR. NATANAEL CASTRO (Para expor.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr. Relator, Deputado Zarattini, e demais Parlamentares.

Vou falar rapidamente aqui. O tempo reduziu bastante, mas vamos lá.

Bom, aponto para lá? (*Pausa.*)

O SR. NATANAEL CASTRO – Isso.

O setor de capitalização é formado, hoje, por 17 empresas no país. São diversos grupos econômicos, de diversos portes, e é um setor que vem fazendo um investimento bastante grande, no sentido de tornar a capitalização mais reconhecida, com um aspecto social cada vez mais reconhecido pela sociedade brasileira.

Dentro desse contexto, o segmento de capitalização tem seis modalidades – são seis modalidades. Não são modalidades como aquelas que todo mundo está acostumado a ver, que são as modalidades comercializadas em bancos. Eu tenho também outras modalidades, como, por exemplo, a modalidade instrumento de garantia, que permite, a partir de um título de capitalização, você garantir uma operação de crédito qualquer ou uma alocação de imóvel, por exemplo. É muito utilizada no setor imobiliário hoje e vem cada vez mais sendo disseminada.

Temos também, por exemplo, outra modalidade, que é a filantropia premiável. Nessa modalidade, o consumidor, aquele que compra o título de capitalização, cede a reserva dele, ou seja, parte relevante do título de capitalização, para doação às instituições filantrópicas, e, em contrapartida, participa de sorteios.

Sobre a capitalização, é bom frisar aqui que ela tem sempre um elemento sorteio dentro de seus componentes. E, na modalidade tradicional – como eu falei, é a comercializada pelos bancos –, você tem ali um instrumento quase de disciplina financeira, porque é o primeiro estágio, o primeiro passo da jornada financeira do indivíduo, em que se está ali acumulando quantias de baixo valor, tipo R$50, R$60 ou R$70, e participando de prêmios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, essas três modalidades que eu destaquei aqui têm objetivos muito próprios, totalmente diferentes das demais.

Então, a tradicional – como eu já falei, para encurtarem o meu tempo aqui – é no sentido de acumular recursos com a questão do sorteio.

A modalidade instrumento de garantia tem um sentido amplo, em que se pode garantir contratos de qualquer natureza; e, nesse particular, o componente sorteio tem um peso menos relevante, obviamente, porque o objetivo aí, no caso, é garantir um contrato.

E a modalidade filantropia premiável tem um balanceamento entre a questão da doação e a questão do sorteio; ou seja, é uma modalidade que prevê a distribuição de muitos prêmios em quantidade também bastante relevante.

Dentro desse contexto, particularmente da modalidade filantropia premiável, eu destaco aqui o seu papel social, em que nós temos cerca de 60 entidades filantrópicas no país abarcadas por esses recursos.

Para se ter uma ideia, Senador, no ano passado, nós distribuímos algo em torno de R$2 bilhões para entidades filantrópicas, ou seja, um valor extremamente relevante.

Obviamente, você tem portes diferentes de entidades – não é? –, algumas empresas conseguem captar mais recursos, outras não, mas é uma contribuição efetiva para o setor.

Eu queria destacar aqui – acho que talvez seja o ponto central da minha fala – uma questão relevante: essas três modalidades que eu citei aqui, sem prejuízo das demais, foram modalidades que, nos últimos três anos, foram, de certa forma, privilegiadas, incentivadas pelo próprio Congresso,, ao aprovar legislações que incentivam essas modalidades de capitalização.

Eu vou citar aqui primeiro a tradicional, com a Lei 14.652... Inclusive, estamos num processo de implementação, que é a Resolução 12 do Conselho Monetário Nacional e do CNSP, que na verdade prevê que a reserva de capitalização venha a ser utilizada como garantia de uma operação de crédito, proporcionando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NATANAEL CASTRO – ... maior competição, inclusive redução do custo do crédito para o consumidor.

O sistema de garantia teve a Lei 14.770, que alterou a lei das licitações, permitindo a inserção da capitalização como instrumento de garantia em processo de licitação, ou seja, permitindo maior uso da capitalização, disseminando também o seu uso.

Por fim, a Lei 14.332, que facultou, determinou que a entidade filantrópica pode captar recursos através da modalidade filantropia premiável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a gente percebe com a Medida Provisória 1.303? É um sinal contrário. Se eu tenho três legislações recentemente aprovadas pelo Congresso, inclusive com o apoio do Governo, no sentido de incentivar a capitalização, isso levou o setor a investir cada vez mais; por outro lado, a gente tem aqui um contraponto, que é o aumento da CSLL.

Então, a gente entende que isso, de fato, é um contrassenso, tendo em vista esse contexto todo que eu comentei, e o nosso pleito, na verdade, é a aprovação da Emenda 610, do Deputado Domingos Neto, a quem pessoalmente eu agradeço, no sentido de retornar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para 15%, que, na verdade, é a alíquota do setor segurador.

E a capitalização é fiscalizada, ela é uma atividade de negócio dentro do segmento segurador, e estamos sendo comparados aos bancos. Então, acho que isso é um contrassenso.

Tentei manter meu tempo, Senador, mas agradeço a oportunidade de estar aqui defendendo o nosso mercado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Muito obrigado, Natanael.

Concedo a palavra ao Eduardo Alcebiades Lopes, Diretor-Presidente da Zetta.

Com a palavra, por favor.

O SR. EDUARDO ALCEBIADES LOPES (Para expor.) – Boa tarde, Presidente, Senador Renan Calheiros, e Relator, Deputado Carlos Zarattini, muito obrigado pelo convite para estar aqui neste debate tão importante.

Vou pedir licença para usar a minha apresentação e vou tentar me ater ao tempo aqui que nos foi dado, porque nós estamos trazendo para a apresentação bastantes dados que a gente acha que podem enriquecer bastante este debate.

Bom, eu sou Diretor-Presidente da Zetta.

A Zetta é uma associação sem fins lucrativos que representa *fintechs,* que são, em sua maioria, instituições de pagamento e instituições financeiras digitais.

Enfim, eu queria começar a minha fala aqui, falando um pouco sobre alguns aspectos que foram trazidos para justificar o aumento da CSLL no art. 62. para as *fintechs*. Isso seria uma distorção em que as alíquotas nominais das *fintechs* são mais baixas que as de instituições bancárias, e, por conta disso, a gente precisa subir as das *fintechs*, para igualar.

Quando a gente olha para a alíquota efetiva paga pelas *fintechs*, a gente nota que elas já pagam muito mais imposto sobre a sua renda do que as instituições bancárias tradicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então aqui, na verdade, a gente, se aumentasse a CSLL para as *fintechs*, a gente vai agravar essa distorção que se verifica na prática.

Aqui são dados, a partir de balanços públicos que estão disponíveis no *site* do Banco Central, em que a gente compara a alíquota efetiva paga, nos dois últimos anos, pelas instituições bancárias tradicionais com as *fintechs,* e a gente nota que as *fintechs* já pagam três vezes mais, do ponto de vista de alíquota efetiva, não alíquota nominal. E acho que, quando a gente discute, por exemplo, reforma do Imposto de Renda para pessoa física, a gente está mirando na alíquota efetiva, aquilo que efetivamente é pago, e não na alíquota nominal em si.

Outro aspecto muito importante que trago aqui para a gente discutir é – estou tentando passar aqui, não está indo. Vamos ver. Você consegue passar para mim, por favor? – sobre eventual vantagem competitiva que as *fintechs* podem ter, o que também não é verdade, porque, quando a gente compara, por exemplo, o custo de captação para intermediação financeira, para intermediação de pagamentos, as *fintechs* já incorrem com um custo de *funding* ou de captação mais elevado do que os bancos tradicionais, o que é normal, porque as *fintechs* são mais recentes, nasceram nos últimos 10, 15 anos, e, portanto, também têm riscos maiores, e, por conta disso, o custo de captação é também mais elevado. Se a gente eleva a tributação sobre as *fintechs*, a gente também agrava esse tipo de diferenciação.

E por que é que tudo isso é importante, Senador? Porque as *fintechs* são as que servem à população de baixa renda com serviços financeiros.

Como o meu colega Diego já falou, a inclusão financeira realizada pelas *fintechs* nos últimos 10, 15 anos, é brutal, e, quando a gente olha nesse gráfico aqui, a gente vê uma forte correlação entre o aumento de número de *fintechs* e o aumento de oferta de crédito para populações de baixa renda.

A linha cinza é a população de até um salário mínimo, e a linha preta é a população de até três salários mínimos, ou seja, as *fintechs* é que estão atendendo a essa população e a incluindo, população que ficou anos marginalizada do sistema financeiro.

Bom, tanto isso é verdade, que, numa pesquisa realizada pela Mastercard, perguntando para os clientes de *fintechs*, 58% deles no Brasil disseram que tiveram acesso, por conta das *fintechs*, pela primeira vez, a produtos e serviços que antes estavam indisponíveis para eles. Isso nos coloca não só como uma referência, como a gente vê, na América Latina, mas também no mundo. Não é à toa que o Brasil se transformou num *case* global de inclusão financeira e de acesso a crédito à população de baixa renda, por meio das *fintechs*, por meio da competição que é trazida.

Aqui eu peço até desculpas aos senhores por ter trazido esse eslaide em inglês, mas ele acabou de ser retirado de um relatório do FMI, que o FMI soltou sobre o Brasil, que traz evidências de que o efeito cumulativo da competição trazida pelas *fintechs* sobre os bancos tradicionais levou, nos últimos anos, a uma queda da taxa de juros em três pontos percentuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa
(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO ALCEBIADES LOPES – Isso é muito significativo.

Quando a gente isola todos os demais fatores, taxa Selic, que podem impactar na taxa de juros, houve uma queda, nos últimos quatro anos, de três pontos percentuais, por conta dessa competição. Isso não somos nós, da Zetta, é o FMI que falou, em seu último relatório sobre o Brasil.

E, bom, a gente discute muito o impacto de políticas públicas, eficiência de políticas públicas. Então, não só esses dados do FMI nos indicam como a competição é importante para a redução de taxas no setor financeiro, como a literatura econômica dos últimos cinco, seis anos é robusta em listar os impactos positivos que as *fintechs* geram. Então, elas geram inclusão financeira, maior acesso a crédito para pequenas empresas, alto impacto de acesso em lugares que não têm agências bancárias, lembrando que mais de um terço dos municípios do Brasil não têm agência bancária.

Enfim, eu poderia ler a lista toda aqui, mas a gente não tem tempo. Eu deixo o material à disposição dos senhores, porque, realmente, isso é a academia, é a ciência comprovando o impacto positivo das *fintechs* para a sociedade brasileira como um todo, e por isso essa política é perseguida em todo o mundo.

Está tudo resolvido? Obviamente não. Como o meu colega Rubens bem colocou, o *spread* bancário no Brasil é muito elevado. Isso se deve a uma série de fatores, desde custos de recuperação do crédito, custos administrativos, trabalhistas, tributação, entre outros, mas um dos componentes do custo do *spread* no Brasil é a alta concentração ainda no setor, e o papel das *fintechs* é central para a gente reduzir essa concentração bancária, fomentando a competição. É por isso que ir na contramão disso, aumentando a tributação, a gente acha que pode prejudicar esse movimento, que é tão importante para a gente chegar num cenário de maior competição.

E, por fim, este é o último gráfico que eu trago aqui, a gente mostra como o mercado de crédito ainda está muito concentrado. Nos últimos anos...

A parte em vermelho é dos bancos pequenos, médios e *fintechs*, e a parte preta são dos grandes bancos. Ele ainda está muito concentrado, mas a gente está vendo uma desconcentração acontecendo que é benéfica para todos, e a gente não pode andar para trás, a gente não pode retroceder nesse movimento.

É por isso que, para concluir, o que eu queria dizer é que, sim, o Brasil realmente precisa corrigir injustiças tributárias, a gente precisa priorizar quem mais necessita, a gente precisa aumentar a concorrência no sistema financeiro e a gente precisa, sim, reduzir, de forma estrutural, as taxas de juros, mas, a nosso ver, da nossa perspectiva, aumentar a CSLL, como proposto no art. 62, para as *fintechs* vai na direção oposta a tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, Presidente, a nossa opinião é de que isso não deve ser feito, não por esse caminho. A gente ecoa as palavras da CNF de que a gente poderia buscar ajustes de outra forma, mas, se o Parlamento entender que é necessário aumentar a carga tributária, no caso da CSLL, a nossa sugestão é que seja feito um aumento linear e baixíssimo de 0,1% para todos os segmentos, que passariam a pagar 0,1% a mais, em vez de colocar esse ônus todo sobre as *fintechs*, que, como a gente viu, têm trazido um impacto tão positivo para a sociedade brasileira nos últimos anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Obrigado, Eduardo.

Concedo a palavra ao Fernando Vieira, que é Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável.

Com a palavra, Fernando.

O SR. FERNANDO VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado, Deputado Carlos Zarattini e a todos que estão aqui nos ouvindo.

Eu vou passar rapidamente aqui. Eu vou tentar seguir por aqui. Se eu não conseguir, você me ajuda. Acho que vamos aqui.

O Instituto Brasileiro de Jogo Responsável foi formado em 2023 e contém, hoje, as 16 operadoras de apostas legalizadas pelo Governo Federal aqui no Brasil, mais empresas associadas.

Esse grupo de empresas possui, hoje – são empresas globais, também tem as maiores empresas globais do mundo e também empresas locais –, mais de 200 licenças de operação de *bets* ao redor do mundo, algumas delas com ações nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos e da Europa, e representam cerca de mais da metade do mercado brasileiro regulado de *bets*.

A nossa intenção aqui é trazer uma informação qualificada do setor, porque o nosso sentimento é o de que existe uma grande desinformação ainda nesse mercado, e eu gostaria de ter a oportunidade... Eu agradeço a oportunidade de estar tentando aqui esclarecer.

Você passaria para mim, por gentileza?

Perfeito.

Senador, esta é a realidade do mercado de apostas no Brasil hoje.

Nós fizemos um estudo, do Instituto Locomotiva com a Consultoria LCA, e foi identificado ali que, hoje, o mercado ilegal de *bets* no Brasil é maior, quase que maior do que o mercado legal. Chega a ir até a 51% do mercado ilegal, movimentando um faturamento bruto ali de R$40 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse é um grande desafio. É um mercado no qual mais da metade está trabalhando à margem da regulamentação; portanto, não gerando arrecadação e não protegendo o apostador.

Obrigado.

Só para ter uma noção, esses números, essa quantidade no mercado informal gera uma perda anual estimada na casa de R$10,8 bilhões por ano, e essa perda... Como nós olhamos esse tema sob a perspectiva de como, efetivamente, buscar a arrecadação? Seria muito mais importante, muito mais eficiente, você buscar a arrecadação através do combate ao mercado ilegal. O estudo demonstra que a cada cinco pontos percentuais de redução do mercado ilegal, é possível você aumentar a arrecadação anual na casa de R$1 bilhão.

Agora, a questão é: ao levantar, ao aumentar a tarifa, a gente imagina, no setor, um efeito contrário, até pela importância, pelo tamanho e pela facilidade de o consumidor ter acesso ao mercado ilegal.

E, só para dar um contexto da dimensão disso, nós estamos falando em recursos que seriam, hoje no Brasil, capazes de pagar os salários de 184 mil professores durante um ano, de 94 mil policiais, quase metade do orçamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e 40 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida, que é um recurso que está hoje totalmente perdido e que é muito importante, certamente faz muita falta para o Brasil.

Por favor.

Um ponto importantíssimo, Senador, que eu peço licença para apresentar, é também desmistificar um pouquinho, porque existe uma impressão hoje, que se fala muito, de que o imposto sobre as *bets* é somente 12%. Isso não é correto. Os 12% são o valor da contribuição para destinação específica, que está ali demonstrado na barra inferior do gráfico. Hoje, a tributação completa das *bets* chega à casa de 21,9% a 22%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO VIEIRA – Com essa MP e com a reforma tributária, isso dobraria praticamente a carga tributária do setor, sem contar ainda com o imposto seletivo, cuja alíquota ainda será definida.

Por favor.

E aí, Senador e Dr. Barreirinhas, não vou aqui na frente do senhor somar imposto sobre a renda com imposto sobre o consumo, de maneira nenhuma, mas a ideia é só ter uma visualização, para que dê uma ideia melhor.

Após os outros impostos entrando, CSLL, Imposto de Renda e também ali o imposto seletivo, nós estamos vendo que a carga tributária do setor realmente vai chegar a um valor alarmante.

Por gentileza, querida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

E ainda, Senador, se discute, no âmbito do PL sobre o Imposto de Renda, ainda há talvez uma implementação, existe muita pressão para a implementação de uma Cide em cima do valor, ainda, que o apostador coloca em cima das *bets*, e isso é a destruição do mercado.

Por favor, passaria para a próxima?

E aí, é só para nós entendermos qual é a situação hoje. Existem quatro frentes de aumento para o setor hoje. Um é a MP agora, de que estamos falando. Com a reforma tributária, nós vamos ter dois impactos ali, do CBS, IBS, mais o imposto seletivo, e ainda a potencial ameaça dessa Cide.

A nossa visão, do setor, é que, com essa escalada, nós vamos destruir, estrangular o mercado regulado do Brasil. Nós vamos perder arrecadação, nós vamos quebrar metade dos operadores regulados e nós vamos deixar fortalecerem-se as externalidades do jogo. O apostador fica desprotegido.

Eu só tenho mais dois, Senador. Eu vou passar rapidamente.

Aqui é só uma comparação, Senador e Deputado, em relação a como estão o Brasil e o resto do mundo na questão do balanceamento entre tributação e formalização do mercado.

Ali dentro do círculo, a gente observa os principais países do mundo que conseguiram um equilíbrio entre uma taxa tributária – uma carga tributária, que você vê ali no eixo de baixo – e uma alta taxa, ali no eixo vertical, de formalização do mercado.

Nós olhamos o Brasil hoje e ele está ali embaixo, na bolinha verde. Com a MP, ele passa já para um sinal amarelo. E ali, com a reforma tributária, ele vai, cada vez mais, se afastando dos países que hoje obtiveram sucesso no equilíbrio dessa equação.

Esse é um eslaide para o qual eu gostaria de chamar muito a atenção.

Existe, Senador, um imaginário de que o setor das *bets* é capaz de resolver, hoje, todos os problemas de arrecadação do Brasil. Isso não é verdade, e eu quero trazer aqui os números, para mostrar para vocês, colocando os dados das principais empresas aqui, das 50 maiores empresas do Brasil.

Colocando-os, nós observamos que a soma dos valores das cinco maiores empresas do Brasil é quase 50 vezes – quase 50 vezes – maior do que a receita do mercado inteiro de *bets* regularizadas. Nós observamos ali, na barrinha verde, o mercado legalizado, com R$38 bilhões.

Então, fica muito claro que o setor de *bets* não tem condição de arcar com uma carga tributária desse tamanho, sob a pena do seu desmoronamento completo. E as consequências – que é o que eu quero trazer no último eslaide e deixar aqui o meu recado, o recado do nosso setor – são que sobretaxar o mercado regularizado, legalizado, não vai resolver o problema fiscal do Brasil. Fica claro para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que é que vai acontecer? Para um mercado recém-regulado – regulado apenas sete meses atrás, quando houve o pagamento de uma outorga, houve uma pactuação das condições para esse mercado começar a funcionar –, apenas sete meses depois, ter um incremento de carga tributária dessa magnitude, somado aos elementos que teremos aí pela frente, o mercado vai desabar e o mercado ilegal vai agradecer.

E o problema, Senador, da questão do mercado ilegal é que as pessoas continuarão jogando, a facilidade de se jogar no mercado ilegal é muito grande, e vão sofrer ainda mais as externalidades do jogo, porque, dentro da regulamentação, existe uma série de mecanismos de proteção para o apostador, existe uma série de regras que a regulamentação colocou de maneira muito bem feita.

E, por último, a ideia é trazer aqui o nosso apelo de que a solução não só para o setor, mas também para o aumento da regulamentação – da arrecadação, perdão –, é combater a ilegalidade, para que o mercado possa se consolidar e, com isso, trazer arrecadação maior, trazer proteção maior para o apostador também, que é um ponto fundamental dessa equação.

Eu gostaria de agradecer, Senador, e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Obrigado, Fernando.

Concedo a palavra ao Sr. Cauê Gonçalves Mancanares, representante da Associação Brasileira de Investidores em ETF.

O SR. CAUÊ GONÇALVES MANCANARES (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Renan Calheiros, Relator, Deputado Zarattini.

É um prazer estar aqui representando a Associação Brasileira de Investidores em ETFs.

Hoje, já são mais de 650 mil pessoas físicas que investem em ETFs. São mais de 10% do número de CPFs da bolsa de valores. E eu quero falar um pouco do impacto da MP nesse setor de ETFs.

Então, cortando aqui, diretamente ao ponto, contextualizando, o que é um ETF? Ele é um fundo de investimento que é negociado na bolsa de valores. Pensem em um fundo que tem transações todos os dias, que troca de mãos quando tem negociação com muita liquidez, com muita velocidade, no ambiente regulado, controlado, da bolsa de valores.

Eu vou tratar dos ETFs de renda fixa, que são majoritariamente os ETFs que investem em títulos públicos na totalidade deles, títulos públicos de vencimento de longo prazo.

Então, eles são fundos de investimento negociados na bolsa de valores, com muitas pessoas físicas ali, e são um grande comprador de títulos públicos de longo prazo.

E como é que os ETFs geram tributos para a receita? Acho que esse é um ponto importante aqui para mencionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente está tratando, na MP, de uma carga tributária do ganho de capital. Agora, pelo fato de o ETF ser um fundo negociado na bolsa de valores, que troca de mãos, que tem transação todos os dias, em renda fixa são mais de R$50 milhões negociados todos os dias em que esses papéis trocam de mãos. E, quando isso acontece, existe mais receita tributável do que o puro ganho de capital que um outro investimento em título privado, um CDB ou qualquer outro fundo de renda fixa, gera, porque você tem administração e gestão – tem empresas por trás –, custódia, índice, corretagem, emolumentos na B3... Então, o tributo que um ETF gera para a receita é muito maior do que puramente a arrecadação que ele tem no ganho de capital.

E esse é um estudo da LCA Consultoria Econômica, mostrando até que o tributo que ele gera dessas outras receitas, das empresas que geram emprego, inclusive, também, o tributo que é gerado por essa negociação triplica ou mais do que triplica a arrecadação da receita brasileira. E, quando a gente compara isso com uma carteira alternativa de renda fixa, você tem de 60% a 140% a mais de arrecadação da receita, simplesmente porque tem esse giro, tem essa negociação em bolsa.

E isso é um estudo que está só no começo desse mercado. Se você extrapolar ainda para o mercado americano, tem muito mais negociação, o mercado europeu...

Então, o Brasil tem muito ainda a se desenvolver. Esse é um mercado de cinco anos apenas no Brasil, e já tem esse potencial. Quando isso se desenvolver ainda mais, vai ter um potencial ainda maior. Mas isso é hoje, é três vezes maior a receita, porque 71% da receita estão vindo desses outros tributos da negociação.

Estima-se que são R$5 bilhões de arrecadação adicional para a receita brasileira com o mercado de ETF de renda fixa, nos parâmetros em que a gente vê hoje caminhando. E a MP vem trazer uma alíquota superior de 20% para os ETFs de renda fixa, enquanto os outros investimentos em renda fixa privada, por exemplo, estão com 17,5%, então isso não... A gente vem alertar que isso não tem um impacto de realmente arrecadar um pouco a mais por ter um tributo maior. Isso tem um impacto de acabar com esse mercado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAUÊ GONÇALVES MANCANARES – ... e acabar com a arrecadação, inclusive da negociação, dessa receita tributável pela negociação em bolsa.

Então, você desestimula o investimento nesses títulos públicos de longo prazo, que é o que esses ETFs de renda fixa compram, e você reduz a atratividade desse produto *versus* os produtos financeiros privados de curto prazo. Então, na prática, o dinheiro do mercado não vai pagar mais, não vai pagar 20%, ele vai fluir para os investimentos que estão pagando 17,5% ou até menos em outras categorias. Então, você vai acabar com esse mercado, acabar com essa arrecadação ali que foi mostrada nesse estudo da LCA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

A proposta dessa associação é de que haja uma equiparação dos ETFs de renda fixa na mesma alíquota dos outros investimentos de renda fixa, em 17,5%, e que tenha uma alíquota de incentivo para aqueles que são de títulos públicos de longo prazo, de 15%. E, com isso, você equipara, atinge uma isonomia, que parece ser a intenção dessa MP, de forma geral, com outros investimentos, e você estimula o investimento de longo prazo, reduzindo aí a pressão da dívida pública de curto prazo, que foi mencionada aqui, que essas diferenças de alíquotas, muitas vezes, têm esse objetivo de reduzir o custo da dívida de longo prazo. E, com isso, a consequência é uma arrecadação adicional de tributos em R$5 bilhões, trazida pela negociação que esses ativos têm em bolsa, diferentemente dos outros investimentos de renda fixa que não negociam em bolsa e não trazem essa arrecadação adicional, sendo puramente ganho de capital. Esse tem o ganho de capital, que é tributado, e também tem essa negociação que gera receita tributável.

Eu agradeço aqui a disposição, e a gente se coloca à disposição na associação brasileira para mais esclarecimentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Obrigado, Cauê.

Concedo a palavra ao Daniel de Paiva Gomes, Coordenador do GT de Tributação da Associação Brasileira de Criptoeconomia. Com a palavra, Daniel.

O SR. DANIEL DE PAIVA GOMES (Para expor.) – Olá, boa tarde. Meu nome é Daniel de Paiva Gomes, sou advogado tributarista e hoje falo em nome da Associação Brasileira de Criptoeconomia, da qual, além de coordenador do grupo de trabalho, sou também conselheiro do conselho de administração. Nossa associação foi fundada em 2018 e, desde então, vem desenvolvendo um trabalho contínuo para um setor que já é a realidade forte para pequenas e médias empresas e para o pequeno investidor brasileiro. Eu quero cumprimentar a Mesa, saudando o Senador Renan Calheiros, nosso Presidente da Comissão, o Deputado Relator Carlos Zarattini e todos aqui presentes.

Muita gente ainda não sabe, mas o mercado da criptoeconomia é extremamente relevante para o nosso país. Estamos falando de um universo hoje de cerca de 25 milhões de usuários, aproximadamente 16% da população, e a expectativa para 2026 é chegarmos a 70 milhões de usuários. O Brasil hoje já é o sétimo maior mercado do mundo em ativos virtuais.

Esses números mostram oportunidade e responsabilidade. Então, se acertarmos a mão com essa medida provisória, é muito possível que a arrecadação aumente sem necessariamente precisarmos de um aumento nominal do tributo, por conta de novos produtos que podem ser liberados em nosso mercado.

É importante destacar: o setor hoje já paga tributos; não é um setor subtributado. Todas as empresas pagam normalmente tributos corporativos, Imposto de Renda, CSLL, PIS-Cofins. Já há severas retenções na fonte pela importação de serviços técnicos, e o usuário final hoje paga alíquotas progressivas de 15 a 22,5%. Então, nós temos ali privilégio à capacidade contributiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o Brasil tem a Lei 14.478, é o marco legal cripto no Brasil. O Banco Central está evoluindo no tema, já tivemos quatro coletas de insumos públicos pelas consultas públicas capitaneadas pelo regulador, mas o setor ainda não é regulado. Estamos ainda começando, vejam que há diversos setores aqui nascedouros, a criptoeconomia é ainda mais nascente, já que ela sequer está regulada, mas temos a expectativa de que a regulamentação infralegal chegue até o final deste ano.

E a Medida Provisória 1.303, dentro de diversos temas, trata também da tributação de ativos virtuais que hoje já são tributados, isso é muito importante destacar. E eu quero ser muito claro sobre um ponto de extrema relevância. Os ativos virtuais têm uma função dupla, isso está no art. 3º, da Lei 14.478, eles têm dupla função: pagamento e investimento. A medida provisória hoje só olha para o viés de investimento, isso pode matar produtos de pagamento com cripto, cartões cripto, funções de recebimento de cripto como meio de pagamento.

Então, precisamos olhar também sob o viés da equidade. O primeiro ponto que eu quero tratar é da isenção de R$35 mil, uma isenção para bens de pequeno valor, que já foi trazida pelo colega Diego Perez. Hoje, então, nós temos essa isenção para operações com bens de pequeno valor.

A medida provisória, entretanto, talvez não compreenda o modo como esse mercado funciona, porque se o foco é tributar super-ricos, nós estamos indo na contramão disso. Por quê? De alíquotas progressivas de 15% a 22,5%, nós vamos unificar a alíquota em 17,5%. Quem está no topo vai pagar menos; quem está na base perde a isenção e vai pagar mais. A sociedade hoje de pequenos investidores é que vai sofrer com isso, na contramão inclusive de todo um contexto político de privilégio de tributação dos que têm mais renda.

Além disso, quem é pequena empresa hoje não consegue chegar ao mercado de capitais tradicional e usa a criptoeconomia, usa *tokens* para poder se financiar. Hoje, são aproximadamente 7 milhões de pequenas e médias empresas que vão ter um desestímulo, porque o pequeno investidor não vai mais ver vantagem em participar desse mercado.

Voltando ainda para a função de pagamento, vejam, sem a isenção, cada compra utilizada ali com o cartão cripto é um gatilho de tributação. Obviamente, não temos uma CPMF aqui, continua sendo Imposto de Renda sobre o ganho de capital, mas a sensação no consumidor final é de um tributo transacional. Nós temos aqui a tributação transação a transação, um efeito econômico similar ao que seria uma CPMF, algo que foi nefasto para a nossa economia. Então, precisamos ser sensíveis a essa realidade, porque quem compra um pão pagando com cartão cripto não é um *trader*.

Ainda sobre a isenção, se for para afastar a isenção de R$35 mil, que pelo menos tenhamos equidade e isonomia, porque nós temos uma isenção trimestral sendo proposta na MP de R$60 mil para mercados de ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa
(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL DE PAIVA GOMES – O segundo ponto: quando tributar o cripto? Esse é um tema bastante relevante. E obviamente nós temos acréscimo patrimonial, nós temos renda, quando há conversão em reais. A nossa moeda é soberana. Então, a conversão em reais é o gatilho para a tributação.

Terceiro ponto, também de uma assimetria, regras de retenção na fonte. Hoje, estão sendo propostas regras severas de retenção na fonte para cripto, mas vejam que, para eu ter uma retenção na fonte para cripto, eu tenho que alienar o patrimônio do usuário para então pagar o tributo. E é mais, hoje é uma regra de retenção na fonte para investidores não residentes. Isso vai afastar a atração de investimento internacional, afastar a liquidez e de novo uma assimetria.

Por que uma assimetria? Porque, no mercado de ações, nós temos ali o art. 37, não só prevendo uma não retenção, mas uma isenção para o investidor em valores mobiliários. Não faz sentido tratar de uma forma mais favorável o investidor do mercado tradicional e desfavoravelmente o mercado nascedouro.

Por fim, pensando ainda em contribuir para a nossa nação, um último ponto: em vez de aumentarmos os tributos, por que não buscar ampliar a base tributável com novos produtos regulados? E aqui nós propomos que sejam regulados os derivativos perpétuos em cripto, que são valores mobiliários.

Hoje, derivativos perpétuos não têm como ser negociados no Brasil, temos aqui emendas específicas propondo isso. Se aproveitarmos este momento, tem uma estimativa de arrecadação de meio bilhão por ano só com derivativos cripto, sem precisar mexer no sistema tradicional do pequeno investidor, da pequena e média empresa.

Então, o caminho é simples: manter a isenção de R$35 mil para bens de pequeno valor, ou trazer uma isenção trimestral de R$60 mil, como já temos para valores mobiliários; reconhecer que só há renda quando há conversão em moeda fiduciária; afastar a retenção na fonte para estimular este mercado e para estimular o investidor não residente; regular derivativos perpétuos em cripto, que serão uma base tributável importante. E, com isso, a gente consegue empurrar o usuário para o setor regulado, que é o que todos aqui, de uma forma unânime, pressupõem.

Com isso eu agradeço mais uma vez a oportunidade. O Brasil tem a oportunidade de crescer e sair do sétimo lugar para o primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Obrigado, Daniel.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Prof. Heleno Taveira Torres, Consultor da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag), Professor Titular de Direito Tributário da Universidade de São Paulo.

Com a palavra, Professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, é uma honra estar aqui nesta sessão. Queria saudar o Exmo. Deputado Carlos Zarattini também, Relator desta importante medida provisória. Quero saudar também o querido amigo, Dr. Robinson Barreirinhas – é uma satisfação tê-lo aqui –; Dra. Cristiane Coelho, enfim, todos que estão presentes.

Eu acredito, Sr. Presidente, que esta medida provisória tem muitos pontos positivos, e é importante que o Congresso Nacional delibere o mais rápido possível pelo seu texto, para que nós tenhamos uma série de importantes reformas para serem implementadas e que estão contempladas nesta medida provisória.

Mas há diversos pontos, e alguns deles já foram aqui bem demarcados, que merecem ser revisitados e compreendidos sob a lógica daquilo que nós entendemos como melhor para o investimento no país.

O primeiro deles é um tema que eu há muitos anos... uma das primeiras obras que escrevi, em 1995, foi sobre tributação internacional. Há uma questão aqui sensível: uma coisa é quando nós adotamos medidas contra paraísos fiscais, porque estes ou empresas que estão situadas em países com tributação favorecida utilizam-se dessa posição num planejamento tributário abusivo – isso é uma coisa. Nós temos regras mundiais, na OCDE, para coibir o uso dos mecanismos nocivos à tributação provenientes desses países por conta de um planejamento tributário agressivo ou abusivo. Outra coisa muito diferente é quando empresas estão situadas nesses países e fazem investimentos em países de destino, em iguais condições com os investidores nacionais ou estrangeiros de outros países.

São situações completamente diferentes. Uma coisa é eu situar uma empresa para fazer a instalação de uma *trade company* e vender mundo afora como se aquilo fosse um instrumento de parte do negócio – isso é um uso abusivo do instrumento –, ou usar de um *rent a star*, onde jogadores de futebol, enfim, artistas colocam seus investimentos para escapar da tributação. Então, justifica-se que nós tenhamos instrumentos para tributar de forma mais agressiva este investimento.

Coisa muito diferente é quando temos um investimento proveniente de um país com tributação favorecida, ou de um país com tributação elevada, ou do mesmo país em atividades regulares e normais.

E é exatamente aqui que eu gostaria de chamar a atenção sobre a preocupação em relação às instituições de pagamento, mas em relação a todo e qualquer tipo de investimento, no que tratam os arts 36, §2º, e 37, da medida provisória.

Há um equívoco aqui. Aumentar a tributação sobre esses investimentos é desestimular investimentos, especialmente investimentos diretos em atividade econômica em um país que está precisando de investimentos em atividade econômica, não de investimento especulativo, aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é feito para uso especulativo imediatista. Esse não! Curiosamente, alguns até são mantidos em zero, mesmo com essa medida provisória – e não quero nem entrar em detalhes.

Mas aqui há investimentos em instituições de pagamento ou em outras que efetivamente estarão agora submetidos a uma alíquota de 25% unicamente porque são provenientes de países com tributação favorecida. E aqui eu não estou a proteger países com tributação favorecida nem muito menos investidores que ali estão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES – O que eu acho é que nós temos que assegurar, como este Parlamento já votou na Lei 14.286, de 2021, art. 9º, que: "Ao capital estrangeiro [...] no país, será dispensado um tratamento jurídico idêntico ao concedido ao capital nacional em igualdade de condições". Essa é uma regra que me parece principiológica para o capital investido no Brasil.

Acredito, portanto, que, mesmo que nós tivéssemos uma alíquota dessas, um aumento abrupto de 17,5% para 25% é muito agressivo. Nós tivemos – dados de 2023 – 65 bilhões investidos no Brasil provenientes desses países. Eu não gostaria de ver um decréscimo desses investimentos, simplesmente por um efeito de norma tributária. É algo sobre o que nós precisamos refletir. Eu sugeriria que até pudesse ter, mas que houvesse um faseamento, que houvesse uma alíquota progressiva no tempo, alguma coisa que reduzisse o impacto disso sobre os investimentos, porque será realmente algo muito relevante.

Por fim, eu não gostaria também de sair daqui sem deixar clara a minha compreensão de que é inconstitucional não somente esse tratamento, que me parece incompatível com o princípio da isonomia, mas também aquele que assegura uma suposta isonomia entre instrumentos de pagamento, de meios de pagamento, e as instituições financeiras. Instituição financeira por essência, a título de tributação da CSLL, é uma instituição de intermediação bancária, em que há uma remuneração por *spread,* e há toda uma série de aspectos que o diferenciam dessas instituições de meios de pagamento.

Pois bem, na instituição meio de pagamento, parece que o ambiente é o mesmo, parece que a atividade econômica é a mesma, porque nós observamos, quando pagamos nossas compras em cartão de crédito, etc, que parece que é tudo instituição financeira. Tudo lida com dinheiro: o dinheiro sai daquela maquininha, vai para o cartão de crédito e o banco e etc. Não, aqui nós estamos falando de atividades econômicas completamente diferentes! E é nesse sentido que nós entendemos que o aumento de 9% da CSLL, passando de 9% para 15%, no art. 62, inciso I, para essas instituições, equiparando a instituição financeira, é algo que realmente foge completamente à racionalidade.

Recentemente, eu estava conversando com uma importante autoridade do mercado financeiro que foi Presidente do Banco Central e me trazia também essa perplexidade, porque, de fato, não é possível que nós entendamos cabível aqui – e eu reiteraria também diversas leis que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazem essa diferença –, que não é instituição financeira, de forma expressa, para destacar como a Lei 12.865, de 2013, quando trata das *fintechs*, faz essa diferenciação.

Ora, então, eu não posso, na lei especial do regime, que diz expressamente que eles não são idênticos, criar, de forma fictícia, uma equivalência unicamente para fins arrecadatórios.

Aqui, creio eu que há uma inconstitucionalidade vitanda, porque o §9º do art. 195 é muito claro. Só é possível fazer diferenciações de alíquotas – e, nesse caso aqui, uma equiparação me parece absolutamente abusiva – se nós pensarmos que, para essas instituições de pagamento, diversas vedações são impostas, porque, afinal de contas, os bancos podem fazer meios de pagamento, mas os meios de pagamento não podem fazer o que as instituições financeiras fazem.

Então, o que as instituições de meios de pagamento querem não é deixar de pagar CSLL; é continuar na tributação de 9%, porque, efetivamente, elas não têm como repassar isso a não ser para o custo. E quem vai pagar essa conta? Vão pagar essa conta as pequenas empresas que usam as maquininhas de cartão de crédito; vai pagar essa conta o consumidor direto na remuneração, o que, efetivamente, é algo que nós não desejamos.

Por isso, creio eu que aqui também há uma inconstitucionalidade que merece a reflexão de V. Exa., Deputado Carlos Zarattini, na sua relatoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Obrigado, Prof. Heleno.

Concedo a palavra à Soraya Alves Figlioli.

Com a palavra, por favor.

A SRA. SORAYA ALVES FIGLIOLI (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Renan Calheiros.

Obrigada também, Deputado Carlos Zarattini, pela oportunidade de estar aqui e poder falar em nome da Anbima.

Acho que talvez, aqui, sendo a última do setor das associações, eu tenho o privilégio talvez de poder não repetir um pouco do que já foi falado pelos meus colegas, mas, ao mesmo tempo, não posso deixar de trazer alguns pontos que eu acho que são importantes em relação à medida provisória.

Começando pela questão que foi trazida anteriormente de uma alíquota única, é importante destacar que ela realmente nos parece ser importante porque traz uma simplificação para o sistema tributário dos produtos de investimento. Acho que isso tem um impacto muito positivo principalmente para o investidor, porque fica mais simples para ele poder conseguir entender como funciona. Não obstante, acho que a gente tem que tomar todos os cuidados também que já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foram trazidos aqui pela Cristiane, pelo próprio Rubens em relação à alíquota, ao equilíbrio fiscal e ao equilíbrio de carga tributária em relação a esses aspectos.

Mas acho que a MP também traz algumas outras coisas que são importantes que a gente precisa destacar. Uma que eu acho que não foi falada é a possibilidade da compensação ampla de eventuais perdas auferidas por esses investidores. Então, também isso é importante, porque você dá mais possibilidade para os investidores diversificarem os seus investimentos. Hoje, talvez, você tem um pouco mais de travas quando você fala de investimentos em renda fixa, em renda variável, que são mais arriscados, em função dessa preocupação que o investidor pode ter. E a compensação ampla é importante para garantir que a gente realmente tenha um avanço em relação à parte da tributação dos produtos de investimento.

A MP também traz outros aspectos que são relevantes, talvez não tão estruturantes como esses da alíquota única e da compensação, mas de pleitos que, inclusive, a Anbima vem, ao longo de alguns anos, discutindo tanto com o Governo quanto com a própria Receita e que estão refletidos no seu texto. Então, a gente tem alguns avanços significativos na regulamentação de produtos como ETFs, de produtos sobre ganhos líquidos negociados em bolsa, de operações de empréstimos de ações, porque isso traz segurança jurídica para investidores e para as instituições que atuam nesse segmento e que, na maioria das vezes, atuam como responsáveis tributários no recolhimento dos impostos em relação a essas operações.

Acho que, aqui, é superimportante a gente fazer esses destaques para que a gente possa ver os aspectos positivos da norma.

Olhando aqui, pontualmente, para a parte de fundos de investimento, que hoje tem um patrimônio líquido de mais de 10 trilhões sob gestão, que ajuda muito no financiamento da economia real por meio desses investimentos feitos pelos cotistas nos fundos e que geram, na realidade, investimentos nas empresas da economia real, acho também importante destacar que a gente precisa ter sempre um tratamento equivalente para os fundos que é dado ao investimento direto para os cotistas, porque os fundos trazem o benefício de uma gestão profissional e de uma diversificação dos investimentos desses clientes, e a gente poder trazer para eles o mesmo tratamento tributário que é dado quando eles adquirem os investimentos diretamente é importante. Então, a gente ter esse tratamento similar é importante para o desenvolvimento da indústria.

Para terminar, eu acho que a gente também tem aqui um bloco que eu estou chamando de trazer segurança jurídica e talvez já foi perpassado aqui um pouco pelos meus colegas que é a questão de diversos ajustes que a gente vê como importantes na medida provisória para que justamente a gente traga esses aspectos de segurança jurídica e de efetiva inovação e consolidação da regulação tributária sobre os produtos de investimento. Eu vou destacar alguns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Talvez eu não vá conseguir ser exaustiva em relação a todos eles, mas acho que alguns já foram trazidos.

Então, na parte de fundos, a gente tem um pleito também antigo da associação que fala sobre o come-cotas. Acho que o nosso pedido é que a gente possa pensar na tributação do come-cotas de forma anual, trazendo um pouco menos de descompasso em relação à tributação semestral que é feita hoje.

Tem também alguns ajustes que são importantes, por exemplo, quando da distribuição de lucro mínimo por fundo imobiliário, que foi excluído do texto da MP – e o mercado entende que isso é importante –, e tem também a garantia de que os ativos integrantes das carteiras dos FIIs e dos FIAGROs mantenham a tributação existente atualmente e que a gente tire eventuais dúvidas sobre quais ativos dentro das suas respectivas carteiras devem ou não devem ser tributados.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA ALVES FIGLIOLI – Acho que a segurança jurídica para esse setor é extremamente importante.

Foi trazida a questão aqui dos investidores não residentes. Acho que vale destacar que para esses investidores um outro problema é que também não é prevista a compensação. Então, além de a gente ter aqui um aumento eventualmente de alíquota, a gente está falando que não tem a compensação.

Na parte de debêntures de infraestrutura, a gente também está trazendo aqui uma mudança na forma de tributação, tirando a tributação na fonte. Para quem atua como formador de mercado ou como auxiliador para a aquisição dessas debêntures, depois repassa para os investidores e faz com que isso flua dentro do mercado, isso é muito difícil porque implica, efetivamente, um aumento de alíquota de tributação e pode dificultar a atuação deles dentro desse segmento. Então, acho que esses são os principais pontos.

Por fim, eu queria só destacar que acho que a gente também precisa pensar um pouco na própria logística de aprovação da Ministério Público , porque toda essa implementação de mudanças, se for aprovada, implica necessidade de regulamentação pela Receita Federal – e isso também traz aspectos importantes do ponto de vista de alinhamentos de entendimentos sobre como o setor deve proceder – e também vai implicar mudanças sistêmicas que vão ter um prazo curto para que todo mundo possa proceder com esses ajustes.

Esses eram os pontos que eu queria trazer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Obrigado, Soraya.

Eu concedo a palavra ao Sr. Robinson Barreirinhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) – Seria possível, antes de ouvir o Barreirinhas, a gente fazer algumas ponderações para que ele pudesse já responder?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Claro! Claro! Por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF. Para interpelar.) – Bem, eu acompanhei bem a reforma tributária, e a gente fica perplexo com a questão de aumento de imposto.

A arrecadação todo ano vai aumentando, todo mês vai aumentando, batendo recorde, e fala-se em aumento de imposto, primeiro, por medida provisória, que eu acho que não é o instrumento correto; e, segundo, eu aprendi aqui no Congresso que nada de nós sem nós.

Acho que emitir uma medida provisória sem antes conversar com o setor... Pelo que eu estou entendendo aqui, realmente parece que não houve essa conversa. E eu acho que a Receita Federal também não tem a capacidade de conhecer a realidade na ponta das empresas, a realidade de cada uma delas.

Então, seria muito importante a Receita Federal e o próprio Ministério da Fazenda, antes de emitirem uma medida, conversarem com todo mundo e ponderarem antes, porque medida provisória não é um instrumento adequado. A gente realmente tem dificuldade em aprovar.

Eu vejo aqui que, sobre essa questão, foram colocados alguns pontos, mas a questão do investimento é fundamental. A gente fica preocupado, porque nós queremos investimento no Brasil, e a medida vem exatamente ao contrário disso. Estou dizendo isso, porque participei hoje da Frente de Comércio e Serviços também, e houve muitas dúvidas. Acho que o Relator Zarattini vai lá quarta-feira para a gente debater isso. Vejo muita dificuldade, pelo menos por parte da oposição, de votar favoravelmente esta medida provisória – acho que ela é inoportuna –, a não ser que mudem muita coisa.

Era só para ponderar isso, porque, de fato, pelas dúvidas aqui, dá a impressão de que a Receita se senta lá com o Ministério da Fazenda, faz a medida e manda.

Eu ia até – viu, Barreirinhas? – soltar um vídeo aqui, mas nem vou soltar não, porque é impróprio com relação à Receita Federal. (*Risos.*) Acho que nós precisamos conversar mais antes de tomar as medidas, porque realmente fica difícil aprovar qualquer matéria nesse sentido.

Obrigado, Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, eu poderia fazer as minhas contribuições? É o Senador Jorge Seif aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, quero só...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Jorge, é só para eu não perder o raciocínio aqui.

É evidente que eu fiz vários questionamentos aqui, não vou fazer... Eu fui membro e participei de todas as reuniões das *bets*. Evidentemente, o que se arrecada não paga metade dos problemas que nós temos hoje de saúde mental, de suicídio, de renda... São 3 milhões de pessoas jogando esse jogo com o cartão Bolsa Família. Então, é realmente irrelevante o que se arrecada hoje.

Agora, eu percebo que a Receita Federal, o Banco Central e o Ministério da Economia têm dificuldade em fazer esse controle das *bets* irregulares. Não sei se o próprio setor – e acho que é ele quem deveria fazer – deveria ajudar a combater a ilegalidade, porque ficar esperando...

Eu vi aqui nos depoimentos que o Banco Central não tem instrumento para fiscalizar as ações de pagamento, porque muitas delas são usadas de forma irregular. Muito dinheiro foi para fora – R$300 bilhões no mínimo, nesses últimos anos – sem autorização do Banco Central, porque muitas não precisam do Banco Central. Sobre a Receita também, a gente percebeu, nas reuniões, que ela não tem ainda os instrumentos, junto com a Secretaria de Apostas, para fiscalizar de uma forma correta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E muito menos tem a Anatel, porque, se você derruba o negócio, em dois segundos já vêm outras.

Acho que o setor precisava ajudar a combater a ilegalidade, mas o tributo hoje é realmente irrelevante se você comparar ao do cigarro, da bebida e de outros que fazem um mal menor do que os jogos de aposta hoje, as *bets*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – (*Falha no áudio.*) ... excepcionando as intervenções de vocês, para ouvirmos o Barreirinhas e, depois, abrirmos o debate amplamente.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Senador Renan, primeiramente, parabéns por organizar esta audiência pública e ouvir, ainda que tardiamente – não nós, o Congresso, mas o Governo tardiamente ouvir o mercado cripto.

O mercado cripto que, pelo que vejo, com todo respeito ao Deputado Carlos Zarattini, pelo que entendo, essa MP criminaliza e demoniza um setor que está crescendo no Brasil. Pessoas hoje conseguem comprar criptomoedas a partir de R$10. Pequenos investidores estão saindo da poupança tradicional, que não rende porcaria nenhuma, e estão estudando e aprendendo não com o Ministério da Educação brasileira, que não ensina sobre economia.

Quero fazer menção que números foram falados aqui do crescimento do mercado cripto no Brasil – e que bom por isso –, mas graças a muitos *influencers*, jornalistas e economistas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dispõem do seu tempo e têm gravado e ensinado economia doméstica, ensinado investimento para a população brasileira. Quero aqui agradecer e fazer menção aos canais mais populares, Senador Renan, que estão ensinando o povo a investir, a economizar, a ganhar um dinheirinho com o mercado de ações, com o mercado de criptomoedas, que, mais uma vez, digo que não pode ser criminalizado nem demonizado – e eu já vou dar alguns exemplos para o senhor. Só quero fazer alguns agradecimentos e parabenizar o Guilherme Rennó, da Criptomaníacos; o Bruno Perini, inclusive fez um livro recentemente maravilhoso sobre economia, ensinando a pequenos investidores; o Fernando Ulrich, também sensacional; Primo Pobre; Gui Telles; Luiz Fernando da LZ Academy; e a própria Empiricus, que é um instituto mais profissional. Todos esses vendem cursos, mas eles têm muitos conteúdos gratuitos que têm incentivado os brasileiros a investirem, brasileiros que investem com R$10, R$15 reais, Senador Renan.

E o que eu analisei da MP 1.303? Ponto nº 1: Portugal, Alemanha e Suíça entendem que o investidor que segura seu ativo por mais de um ano está poupando. Ele não é um *trader,* ou ele não é um especulador, como, muitas vezes, infelizmente, a Receita Federal e o Governo Federal estão taxando qualquer investidor brasileiro. Quando ele segura, ele está poupando; ele não está especulando.

Lá fora – em Portugal, na Alemanha e na Suíça –, isentam esse ganho a partir de um ano. Aqui no Brasil, a MP 1.303 pune quem segura o seu ativo com 17,5%. Eu faço a pergunta a todos os senhores aqui: nós queremos incentivar poupança e capital de longo prazo ou empurrar todo mundo para especulação de curto prazo? Estamos demonizando o pequeno investidor.

Segundo, acabar com essa isenção de R$35 mil, Senador Renan, é atingir diretamente o pequeno investidor, o varejo, que está apenas começando a conhecer ativos digitais, que são o futuro. Nós podemos gostar do ativo digital, podemos não gostar, podemos entender, podemos não entender, podemos investir, podemos não investir, mas é o futuro. O resultado? O investidor comum, o pequeno investidor paga caro, enquanto o grande investidor vai para fora, com *offshore*, e isso não se arrecada mais, isso expulsa o investidor brasileiro.

Quem é cliente aqui, por exemplo, do Itaú... Nesta semana, eu abri o meu aplicativo para pagar uma conta doméstica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... e está lá: tem mais de 15 criptomoedas no Itaú a partir de R$10. Daqui a pouco, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica vão oferecer isso também, e nós estamos sobretaxando. Afinal de contas, eu não me surpreendo, Senador Renan, porque é um Governo em que o apelido do Ministro da Economia é "Taxade", só que essa questão vai expulsar o pequeno investidor e sabe o que vai acontecer? Vão abrir contas internacionais, o que não é difícil, não é difícil abrir, e vão começar a investir lá fora para não pagar imposto aqui. Todo mundo quer ter o seu ativo digital regularizado, declarado, ninguém quer ser sonegador, ninguém quer mexer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com *offshore*, nada disso, mas o Governo está nos obrigando – e o pequeno investidor – a procurar investir fora do país, devido a essas sobretaxas.

Terceiro, Senador Renan: a Índia... Nós precisamos observar e aprender com os exemplos mundiais, o Brasil não precisa inventar a roda. Olhem para Portugal, Alemanha e Suíça e olhem para a Índia. O que a Índia fez? Meteu 30% nas criptomoedas e mais 1% em taxa por transação. Sabe o que aconteceu? Os indianos começaram a investir em corretoras da Inglaterra, dos Estados Unidos, das Ilhas Canárias, tirou o indiano do mercado formal e o jogou para o mercado internacional. Eu acho que o Brasil não quer repetir esse erro. E, se quisermos ser polo de inovação, temos que olhar para os exemplos europeus e não copiar fracassos.

Número quatro, Senador Renan: ninguém aqui é contra tributar, tem que tributar, é um ativo, o cara segura, tem rendimento. O.k., quanto menos taxar, melhor, mas nós precisamos regulamentar as criptomoedas até para dar segurança jurídica a quem investe. Agora, o caminho é equilíbrio: isenção para longo prazo, proteção ao pequeno e simplificação de reporte à Receita Federal. Olha, estão inventando tanta burocracia para o cara que compra cripto que ele tem medo: "Se eu comprar, daqui a pouco o Governo vai achar que eu sou um 'evasor' de divisa, um bandido, querendo esconder patrimônio". É isso que a Receita está fazendo com essa medida provisória. E o modelo que dá certo é o da simplificação, traz arrecadação, Senador Renan, sem matar um mercado que está crescendo, como disseram aqui, que nós já somos – eu nem sabia disso – o sétimo país que mais investe em criptomoeda. Olha que orgulho! Mas o Governo, e não pode ser chancelado pelo Congresso Nacional, quer destruir esse mercado. Eles são bons de destruir a economia, eles são bons de jogar a gente na ilegalidade. Então, eu estou aqui como defensor do mercado cripto, de simplificação na hora da declaração e menos tributação para os pequenos investidores.

Para finalizar, eu peço até perdão, Senador Renan, mas são questões importantes para nós nos posicionarmos e também para que todos possamos... De repente eu estou completamente errado, e Portugal, Suíça e Alemanha são um bando de idiotas e está certa a Índia, que expulsou esses investidores, ou não? Ou olhamos lá para fora e falamos: a Europa deu certo, a Europa tributou, mas preservou quem investe a longo prazo. A Índia fez um movimento parecido com o que o Brasil está discutindo hoje nessa sala, vai expulsar o pequeno investidor, está punindo o pequeno investidor, né?

Então, só alguns pontos da MP 1.303: 17,5% para todos sobre os ganhos, mesmo no longo prazo, absurdo; fim da isenção de 35 mil por mês, absurdo; apuração trimestral, mas Imposto de Renda retido na fonte, absurdo, vocês estão jogando o brasileiro para investir lá fora, estou avisando, atinge tanto ativos no Brasil quanto no exterior. Fragilidades: sem incentivo

Fragilidades: sem incentivo a quem segura criptomoeda, ou seja, quem é investidor a longo prazo; pesa sobremaneira no pequeno investidor; burocracia impossível de ser respondida. E mais uma vez, o exemplo indiano mostra fuga de capitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos às propostas.

Primeiro: isenção após um ano, como os exemplos que deram certo na Europa.

Segundo: reinstaurar isenção ou faixa progressiva para os pequenos investidores, até R$35 mil por mês.

Terceiro: simplificação via corretoras reguladas. Simplificar! Que as corretoras falem com a Receita Federal e tirem isso do lombo do cidadão brasileiro, porque ele já não tem educação de economia na escola e na faculdade. Todos nós aqui somos formados. Não se ensina para o brasileiro como poupar, como investir. Quem está fazendo isso são *influencers* de internet. Então não pesa isso, as *exchanges*, as *trades*, as corretoras brasileiras conversem lá com o Barreirinhas, com a Receita Federal, falem: olha, o Jorge Seif investiu aqui R$1 mil nessa criptomoeda, teve prejuízo, teve lucro, realizou lucro, realizou prejuízo. E a Receita vai e fala: olha, está aqui, pá, ou seja, tira esse peso do cidadão brasileiro.

E uma cláusula, podemos fazer uma cláusula de revisão de tudo que nós estamos discutindo, de 12 a 18 meses. Nós sabemos que a lei é viva e foi feita para ser atualizada. Então, discutimos aqui, fazemos essas simplificações, daqui a 12 meses, nos colocamos todos aqui de novo para rediscutir se isso deu certo ou deu errado.

E eu vou entregar esse material, tinha mais coisa para falar, mas peço perdão e agradeço a paciência de todas as senhoras e senhores, porque eu estou me alongando aqui, mas é um tema, Senador Renan Calheiros, importantíssimo para o investimento no Brasil, especialmente sabendo agora que nós somos hoje a sétima economia do mundo em criptomoeda.

Muito obrigado às senhoras e aos senhores, obrigado pelo espaço que o senhor me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Vamos ouvir agora o Sr. Robinson Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros, Presidente desta Comissão. Uma saudação também ao Deputado Carlos Zarattini, Relator, aos nossos colegas aqui de mesa, aos interlocutores todos, aos presentes, aos Parlamentares aqui presentes.

Eu acho que é muito importante, de fato, esse diálogo. Eu até fiquei anotando muitas coisas. Outros e outras que falaram responderam. Eu vou mostrando aqui como isso aconteceu.

E também dessa oportunidade. Eu gostei muito quando a Soraya falou no final, que eu falei: nossa, mas o pessoal acha que a gente inventou isso. Isso aqui não saiu da Receita, isso aqui é o fruto de um diálogo de muito tempo com o setor, atendendo a pleitos do setor. O setor, há muito tempo, pede para a Receita Federal a unificação de alíquota e a compensação que ela falou no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

finalzinho. Eu falei: puxa, será que ninguém vai ver isso? É o cerne dessa medida provisória, Senador.

É que hoje, como é que acontece? A pessoa não quer investir em ações, porque ela perde e fica por isso mesmo. Com essa medida provisória, aquela eventual perda na ação é compensada com o imposto que ele pagaria no fundo de investimento dele. É por isso que a gente precisa ter uma alíquota única. Se a gente não tiver alíquota única, não dá para fazer compensação. Uma coisa decorre da outra.

E isso, eu repito, é um pleito antigo do setor, como outros que nós estamos atendendo. O Prof. Heleno Torres também falou disso. São diversos avanços aqui solicitados e pedidos pelo setor produtivo e pelo mercado financeiro, tá?

Então, podemos discutir se o melhor seria um PL, uma medida provisória, mas o texto, esse texto é fruto de um diálogo de anos com o mercado financeiro e com os setores envolvidos, que está ampliado agora, aqui, no Congresso Nacional.

E essa é que é a ideia realmente, de que aqui, na Casa dos representantes do povo brasileiro, nós tenhamos essa oportunidade de diálogo. Lembrando que, em se tratando – não é, Professor? – de Imposto de Renda, essa medida provisória só vale se for convertida em lei e publicada até o final desse exercício. Então, de novo, a gente pode discutir até o instrumento, mas o diálogo precedeu e está acontecendo neste momento, com todo o gosto. E a gente ouve... Já discutimos bastante e vamos continuar discutindo.

Eu vou tentar juntar, então, aqui os pontos, Senador, para ser também objetivo nas respostas.

As primeiras intervenções se referiram às alíquotas, à carga tributária do setor financeiro. E o Eduardo Lopes até me respondeu. De fato, a alíquota nominal é alta, mas a alíquota efetiva do setor financeiro não é tão alta assim, é baixa. Ele falou: "É de oito a 12%". Não estou endossando esse valor, mas isso ilustra que uma coisa é alíquota nominal e a outra é alíquota efetiva, que é muito mais baixa que a nominal, inclusive por conta do JCP, no caso dos setores financeiros.

Muitas das medidas aqui são medidas de calibragem, regulatórias. Elas não têm intuito arrecadatório. O intuito é o de normalizar ou de dar tranquilidade e segurança jurídica a esse setor. Inclusive na questão das alíquotas. De fato, hoje nós temos uma confusão das alíquotas da contribuição social no setor. Nós temos 9, 15 e 20. E não são todas as *fintechs*, como pode parecer, que estão na 9 não. As *fintechs*, em regra, estão na alíquota de 15, tá? E continuam na de 15. São as instituições de pagamento que estão na de 9. São, obviamente, *fintechs* importantíssimas, mas que estão na de 9 e, hoje, muitas delas são maiores que bancos. Elas não são uma empresa de fundo de garagem, que alguém está lá abrindo. A gente está falando das maiores instituições que não são formalmente financeiras, mas são das maiores instituições hoje no mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

E vejam como isso é importante. A gente está falando aqui de tributação sobre o resultado, o que é justo. Uma *fintech* de fundo de quintal que está começando não é atingida, porque ela não tem lucro. O que é oneroso para uma *fintech* que está iniciando é a tributação sobre o faturamento. E isso nós estamos resolvendo lá na reforma tributária. O setor financeiro talvez seja um dos que mais ganhou com a reforma tributária, porque – aí sim, eu concordo – a tributação pesada no faturamento como há hoje é repassada para os clientes do banco.

Isso nós estamos reduzindo muito lá na reforma tributária, assim como nós estamos equilibrando as alíquotas – quem paga menos vai pagar mais, um pouquinho mais, e quem paga mais vai pagar menos. O setor financeiro está nesse setor. A carga global é mantida, isso está na Lei Complementar 214, mas é permitido o aproveitamento de crédito para os adquirentes dos serviços financeiros.

Então, vejam, hoje você tem uma carga, de fato, pesada no setor financeiro e fica por isso mesmo. Com a reforma, não vai ser mais assim. A empresa que tomar um empréstimo ali do banco vai se creditar da CBS e da IBS incidente no setor financeiro.

Então, nós estamos desonerando, sim, o setor financeiro, principalmente desse tributo que é repassado ao consumidor. Aqui a gente não está falando disso. Nós estamos falando de tributação sobre o resultado, o lucro da empresa, o tributo direto. E, nesse caso, uma pequena *fintech* não está sendo desestimulada não, porque ela simplesmente não tem lucro. A gente está pegando realmente as maiores, as que têm efetivamente mais lucro. Inclusive, foi dito aqui, pelo próprio representante da Zetta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – ... que a alíquota efetiva deles é maior. É maior porque a margem de lucro é maior. As *fintechs* não têm as obrigações que os bancos têm, por exemplo, de terem agência, atendimento presencial. Eu não acredito que os bancos gostem disso, e eu falo isso até como uma crítica, porque o atendimento nem sempre é tão bom assim, mas eles são obrigados a ter esse atendimento presencial. E isso custa dinheiro, é despesa e diminui a margem de lucro.

O fato de um setor ter uma margem de lucro maior não quer dizer que ele tenha que pagar menos imposto, é o contrário. Então, não me parece que seja um bom argumento em relação a isso, mas o cerne disso é que nós não estamos desincentivando as *fintechs*, nós estamos equilibrando. As únicas que passaram para 20, como os bancos, foram as financeiras. As financeiras são hoje maiores do que a maior parte dos bancos. Elas realmente fazem operações ali de financiamento, como diz o nome delas, não tem mais sentido ela ficar na alíquota de 15%.

Foi falado sobre o que nós passamos, além das financeiras, para 20%, que foram as de capitalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que a gente não tem tempo, mas eu preciso contar essa história. No meu primeiro emprego, eu tinha 17 anos, eu fiz Senai, trabalhava lá, pegava meu dinheirinho, e o gerente me incentivou a fazer – não é por isso que a gente aumentou a alíquota, tá? – um plano de capitalização. Quando deu um ano e eu fui tirar, eu não podia tirar, porque eles já tinham renovado, e eu tinha menos dinheiro do que eu coloquei. Aí que eu aprendi que o plano de capitalização não é investimento. É por isso que nós fizemos essa diferenciação. Tem todos os méritos dela, mas você está pagando ali algo próximo de um jogo, de uma aposta. Você recebe, você está comprando uma parte do valor que você coloca, e é como se você estivesse pagando um "ticketzinho" para um sorteio ali.

Então, veja, podemos discutir o mérito, as alterações legislativas, mas não me parece razoável dar o mesmo tratamento para as demais *fintechs*. Por isso, nós colocamos as de capitalização junto com as financeiras e junto com os bancos, nos 20%.

Sobre a unificação das alíquotas, foi falado também pelo Rubens. De novo, um pleito do setor, e ele permite a compensação, como, ao final, foi falado pela Soraya, e esse talvez seja o maior ganho. Isso não pode ser subestimado.

Hoje há, de fato, essa disfunção que a Soraya – desculpe-me chamá-la pelo primeiro nome, tá, Figlioli? – indicou. Este é um grande ganho dessa medida provisória: ela dá mais eficiência ao mercado e mais opções ao investidor.

A questão da tributação sobre os isentos, veja, isso já foi dito pelo Ministro, e vou passar muito rapidamente. A questão é que essas formas de captação, esses certificados, essas letras, aumentaram tanto de volume que elas estão competindo com a dívida do Governo. O volume é tão grande que está dificultando a rolagem de dívida do Governo, e isso não deve acontecer em nenhum lugar do mundo. E é também uma medida regulatória, o volume é muito grande. E, veja, nós estamos aumentando para 5% – é zero e vai para 5%. Ela continua ainda muito, muito mais vantajosa do que os demais investimentos, que estão em 17,5%. Nós mantivemos esse *gap* que mantém o investimento.

E nós até conversamos, não é, Relator? É importante lembrar que nem metade dos valores captados por isso vai para os setores que deveriam ser beneficiados. Talvez um pleito mais justo seja discutir isso, a destinação, não a tributação. A tributação, o ganho, em boa parte, é captado por investidores, por rentistas, não pelos setores, senão nós estamos prejudicando os setores relacionados a esse.

O JCP, eu disse, é uma questão regulatória. Nós temos um outro projeto em discussão do Imposto de Renda em que temos, e não é tributação de dividendos, é tributação de alta renda, mas há um impacto, principalmente em relação ao investidor estrangeiro, e nós estamos mantendo um equilíbrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quando você trata de investimentos em que há uma retenção, no caso de dividendos, você tem que fazer o equilíbrio em relação a outra modalidade, que é, de certa forma, um jabuti aqui no Brasil, não que não exista em outros países, mas da forma como existe no Brasil, o JCP é uma peculiaridade. Nós já discutimos isso em outros projetos de lei aqui anteriormente, e implica isso que... Desculpe estar te indicando, indica aquilo que ele mostrou, que o Eduardo mostrou... Indica sobre a diferenciação de alíquota efetiva das instituições.

E isso eu não digo como uma crítica, eu preferia que a alíquota nominal fosse menor também, e mais próxima da efetiva. Essa é uma discussão mais ampla, não é, professor? É uma distorção mesmo. Isso dificulta o planejamento das empresas, mas é uma discussão muito mais ampla, muito mais profunda.

Eu falei também da tributação das alíquotas e falei que as pequenas não têm a tributação. O Fernando Vieira depois falou... Ah, das *bets*. Sim, das *bets*. O que nós estamos fazendo? É importante lembrar que essa MP trata das ilegais também. O art. 70 aperta o cerco contra as ilegais. Inclusive, eu não quero demonizar, porque evidentemente as *fintechs* prestam um serviço relevantíssimo na inclusão da população brasileira, mas a verdade é que muitas delas se prestam ainda a movimentar recursos para *bets* ilegais. É por isso que nós estamos responsabilizando aquelas *fintechs* que já desrespeitam a lei, porque hoje uma *fintech* não pode fazer transferência para uma *bet* ilegal, sob pena de responsabilidade. Então, nessa MP nós estamos apertando, nós estamos estendendo as sanções que, hoje, são para *bet* ilegal também para as *fintechs*, para qualquer instituição financeira que faça uma movimentação para ilegal. E nós reconhecemos isso.

O Secretário Regis Dudena, da Secretaria de Prêmios e Apostas, deu uma entrevista bastante reveladora ontem no *Valor Econômico* falando desse equilíbrio. Nós temos essa preocupação de não tratar igualmente, evidentemente. Nós não podemos desincentivar as *bets* regulares, mas o fato é que elas estão crescendo. Nós estamos dando, sim, um ambiente regulatório de segurança que está fazendo com que elas cresçam no Brasil e a gente vê isso pelos números. Não vou me estender. O Secretário Regis fala bastante sobre isso e falou recentemente.

Sobre as externalidades, lembro que esse aumento que nós colocamos na MP, que é de seis pontos percentuais, vai diretamente para a saúde. Está lá colocado. Esses seis vão diretamente para a saúde, porque sim, como foi dito pelo Senador Izalci, nós estamos, sim, detectando problemas de saúde. Então, essa tributação hoje está indo diretamente para a saúde. O Ministério da Saúde tem, sim, programas para isso, e temos que ser cobrados, sim, em relação a essa destinação dos recursos.

O ETF nós estamos mantendo. ETF hoje já é mais tributado, tem alíquota hoje entre 15% e 25%, e nós estamos colocando em 20%. Da mesma forma que os investimentos em geral têm alíquota de 15% a 22,5%, nós estamos colocando em 17,5%. Nós estamos fazendo a mesma coisa. E por que ETF tem uma alíquota maior? Porque não tem come-cotas. Tem uma vantagem em relação aos outros. Sempre houve uma tributação maior do Imposto de Renda, porque ele difere

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quanto ao pagamento dos tributos. Então, nós não estamos mudando isso. Nós estamos mantendo o mesmíssimo diferencial que hoje há nos ETFs em relação aos demais investimentos.

Cripto é uma questão essencial para nós. Senador, acredite, nós estamos envolvidos diretamente nisso com o Banco Central para regulamentar. O Brasil foi um dos primeiros... O que pode parecer uma burocracia, na verdade, é uma vantagem competitiva no Brasil em relação à regulamentação. O Brasil foi um dos primeiros a regulamentar as informações e quem empresta em geral não é a pessoa física não, são os *exchanges*, as intermediárias. Então, nós temos, sim, informações principalmente das *exchanges,* que são essas intermediárias que compram e vendem. Isso foi algo que o Brasil fez e está sendo copiado no exterior.

Nós temos um tratado internacional de que o Brasil é signatário, como todos os outros países. Nós não estamos inventando a roda, inclusive de transferência dessas informações, que passa a valer no ano que vem. É o Carf, Crypto-Asset Reporting Framework. É um acordo internacional, no âmbito da OCDE, porque todas as preocupações que o Senador colocou o mundo inteiro tem e nós temos, porque a regulação tem que ser mundial – é um setor em que não dá para fazer a regulação individualizada –, e o Brasil está nela. A Receita Federal participou desse acordo lá no âmbito da OCDE, apesar de o Brasil não ser membro. Nós somos associados e a Receita Federal participou de todas as reuniões. Nós estamos avançando e vamos continuar avançando junto ao Banco Central para dar essa segurança jurídica ao mercado. Lembrando – e isso é importante dizer – que ele já é tributado. Nós não estamos inventando nenhuma tributação. Pelo contrário, hoje há insegurança jurídica. As pessoas que investem em cripto não sabem se é ganho de capital ou se é rendimento. Acabou isso. É 17,5% para tudo, não importa se é ganho de capital ou se é rendimento. Hoje é uma confusão muito grande, a gente tem consultas relacionadas a isso. Lembrando que o ganho de capital alíquota vai até 22,5%, nós estamos unificando, de novo, fazendo aquela unificação em 17,5%. Nós estamos simplificando muito para aquele que quer investir no setor cripto aqui. Temos que melhorar? Temos que melhorar, mas estamos dando, em nosso entender, um passo importante nisso.

Prof. Heleno Torres, sempre concordo com o senhor, mas nesse caso eu vou ter que dizer que, sim, se é remessa para paraíso fiscal, o Brasil sempre cobrou mais imposto e vai continuar cobrando, como os países fazem. Se um investidor está lá na França, está nos Estados Unidos, nós não cobramos, essa lei, pelo contrário, estende a isenção. Hoje, por exemplo, o ganho de capital na compra e venda de ação por estrangeiro já isenta, nós estendemos isso para participações societárias. Se o investidor vem aqui e compra uma participação societária e depois vende com ganho, ele não paga nada de imposto. Isso nós incluímos na medida provisória para incentivar o investimento estrangeiro. Agora, se ele estiver nas Ilhas Cayman, ele vai pagar, porque nós temos até dificuldade de saber quem que está nas Ilhas Cayman. Essa é a questão do paraíso fiscal. Inclusive, naquela lei de 2023, em que nós regulamentamos os fundos aqui no Brasil, que foi elogiada pelo mercado, foi construída pelo mercado, nós fizemos a mesmíssima diferenciação. Se o investidor está em paraíso fiscal, é 25% – essa sempre foi aqui a regra no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às alíquotas das *fintechs*, nós já falamos.

A compensação que a Soraya levantou nós também já falamos dela.

Ganhos líquidos. Sim, há a questão dos ganhos líquidos. De novo, essa lei dá essa segurança jurídica. Havia confusão sobre o que é ganho de capital, o que não é. Agora a gente deixou muito claro. O que a gente chama de ganho de capital virou ganho líquido; e o que é rendimento a gente lista lá. Aí tudo é 17,5%. Então, não dá mais confusão em relação a isso.

Só faltou a questão da isenção – eu falei um pouco rápido, Senador, para passar por todos os pontos aqui – de 35 mil. Essa isenção, a rigor, não me entendam mal, mas ela é muito antiga, ela foi feita para quando você vende um veículo, um carro. Ninguém estava pensando em cripto quando a fez. O ganho de capital o que é? Quando eu tenho um imóvel, né? Eu comprei por 100, eu vendo por 120, eu pago Imposto de Renda sobre isso. Ele vai de 15% a 22,5%. Essa regra do imóvel que todos nós conhecemos vale, a rigor, para todos os bens. E por que a gente nunca pagou quando a gente vende um automóvel? Porque o legislador colocou lá uma isenção de 35, pensando nisso, pensando nesses outros bens, não em investimentos. Há, é verdade, nas ações; nas ações há, e nós mantivemos aqui para incentivar o mercado de ações.

O pleito que foi feito "então equipara cripto a ações", veja, é uma discussão, não me parece razoável, com todo o respeito. Por mais que nós estejamos engajados em regulamentar o setor cripto, não me parece razoável dar o mesmo tratamento ao mercado de capitais. Nós queremos – não temos nenhum problema com o mercado de cripto – incentivar muito o mercado de capitais. É por isso que foi dada a isenção agora trimestralmente.

Aliás, em relação à trimestralidade, nós melhoramos a vida do contribuinte. Senador, hoje o ganho de capital é mensal, ele é pago no mês seguinte. O que nós fizemos agora foi permitir que você aguarde três meses e permitir inclusive a compensação, porque às vezes você ganha no mês e perde no outro. Então, veja, hoje, você tem que pagar no mês seguinte, se tem ganho de capital. Com essa medida provisória, você aguarda três meses para ver se ganhou mesmo e só assim paga. Então, nós não estamos criando tributo, ele já existe, vai até 22%, nós estamos reduzindo a alíquota para 17,5% e estamos jogando o pagamento, no caso do ganho líquido, ganho de capital, para cada trimestre, permitindo a compensação. Isso é muito, muito melhor para o investidor, inclusive para o investidor cripto.

Não nego a questão da isenção, essa discussão. Isso foi uma decisão mesmo de nós não darmos o mesmo tratamento que estamos dando para o mercado de ações, mas, fora esse ponto, todos os outros são de grande melhoria para o setor cripto. Eu estou bem seguro disso e é o que eu ouço, inclusive do setor. Aqui normalmente a gente só apanha, mas quando a gente se reúne, enfim, foi um pleito também do setor. Nós ouvimos o setor, acatamos esse pleito, demos mais segurança e mais, inclusive, esse conforto de você permitir a compensação, inclusive no setor cripto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sobre *bets* nós já falamos.

Eu acho que é isso, Senador.

Acho que, ainda que de uma maneira rápida, procurei passar em todos os pontos aqui e não me alongar muito em minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Muito obrigado, Barreirinhas.

Consulto o Relator, Deputado Carlos Zarattini, se deseja fazer uso da palavra, acrescentar algo, dirimir dúvidas, fazer interpelações.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Muito obrigado, Presidente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Com a palavra, o Relator.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Relator.) – Eu queria só agradecer a todos os presentes que participaram desta audiência por trazerem essas contribuições; quero agradecer também ao Secretário da Receita, que gentilmente veio aqui participar e esclarecer.

Nós temos feito um diálogo constante com todos os setores e pretendemos continuar esse diálogo, mas nós estamos já com o adiantado da hora aqui.

Então, eu quero agradecer.

Vou deixar de fazer novas questões, mas eu acho que a gente está evoluindo aqui no conhecimento, no aprofundamento dos temas que estão presentes nessa medida provisória, que são muitos – que são muitos! – e a gente tenta solucionar.

A gente compreende as questões fundamentais do Governo, os aperfeiçoamentos que tiveram e, logicamente, vamos tentar fazer com que os investimentos neste país, os recursos, os recursos dos poupadores sejam os mais produtivos possíveis.

Quero agradecer, Presidente, e vamos ver se não há mais ninguém que queira falar, mas dou por finalizada aqui a minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Perfeito.

Alguém deseja fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Eu quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos.

Essa é a nossa terceira audiência pública, não é, Zarattini? Nós vamos ter mais quantas? (*Pausa.*)

Nós vamos ter mais uma audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Deputados, as Deputadas, os Senadores e as Senadoras, todos estão convidados, inclusive os senhores e as senhoras que hoje participaram desta audiência pública aqui.

Muito obrigado, Barreirinhas, e muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1303, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Angelo Coronel, Alessandro Vieira, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Jorge Seif, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Tereza Cristina, Ciro Nogueira, Hamilton Mourão, Antonio Carlos Rodrigues, Marangoni, Henderson Pinto, Átila Lins, Raimundo Costa, Icaro de Valmir, João Carlos Bacelar, Romero Rodrigues e Carlos Zarattini, e ainda dos Parlamentares Danilo Forte, Augusta Brito, Wilder Morais, Joaquim Passarinho, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Giordano, Styvenson Valentim, Reinhold Stephanes, Eduardo Gomes, Paulo Paim, Arnaldo Jardim e Pedro Lupion, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Weverton, Mecias de Jesus, André Ferreira, Doutor Luizinho, Gilberto Abramo, Adolfo Viana, Talíria Petrone e Zé Neto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória n° 1303, de 2025. **Participantes:** Luciene Machado, Superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Venilton Tadini, Presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); Letícia Queiroz de Andrade, Advogada da Queiroz Maluf Reis Advogados; Igor Nascimento, Representante da Associação Paulista de Estudos Tributários (APET); Octaciano Neto, Fundador da Zera.ag; Ronei Glanzmann, CEO da Movimento da Infraestrutura (MOVEINFRA); Davi Ferreira Barreto, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); e Marco Aurélio Barcelos, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e um minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1303, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 24 DE SETEMBRO DE 2025 E 07 DE OUTUBRO DE 2025, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, NOS PLENÁRIOS NSº 2 E 6.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Alessandro Vieira, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Weverton, Teresa Leitão, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Rodrigo da Zaeli, Sóstenes Cavalcante, Marangoni, Henderson Pinto, Átila Lins, Gilberto Abramo, Raimundo Costa, Beto Pereira, João Carlos Bacelar, Átila Lira, Sidney Leite, Silas Câmara, Romero Rodrigues, Dagoberto Nogueira, Aureo Ribeiro, Dorinaldo Malafaia, Talíria Petrone, Túlio Gadêlha, Carlos Zarattini, Zé Neto, Pedro Uczai, Humberto Costa, Antonio Carlos Rodrigues, Jayme Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Pedro Lupion, Márcio Honaiser, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Duarte Jr., Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Arnaldo Jardim e Tarcísio Motta, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 1303, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País e dá outras providências." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Carlos Zarattini. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Em 24/09/2025, a reunião é aberta. Lido o Relatório do Deputado Carlos Zarattini. Concedida vista coletiva da matéria. A Reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 30/09/2025. Em 30/09/2025, a reabertura da reunião é adiada para o dia 02/10/2025. Em 01/10/2025, a reabertura da reunião é adiada para o dia 07/10/2025. Em 07/10/2025, a reunião é reaberta; é lida a complementação de voto do Relator. Colocado em votação nominal, o Relatório do Deputado Carlos Zarattini é aprovado, por 13 votos a 12, e passa a constituir passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025 e das emendas apresentadas; pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025 e das emendas apresentadas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025, e das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 46, 74, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 93, 96, 105, 106, 108, 124, 126, 129, 130, 136, 141, 144, 145, 156, 163, 164, 165, 183, 185, 187, 188, 190, 199, 206,

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

214, 215, 216, 217, 219, 221, 222, 228, 230, 240, 241, 247, 253, 258, 262, 267, 273, 277, 279, 302, 310, 313, 314, 319, 325, 326, 327, 330, 336, 338, 341, 347, 350, 353, 354, 357, 358, 360, 364, 365, 366, 370, 371, 377, 379, 381, 388, 400, 413, 415, 417, 418, 425, 430, 431, 445, 446, 451, 453, 455, 459, 474, 475, 477, 478, 485, 493, 495, 496, 503, 507, 515, 525, 528, 534, 538, 544, 547, 554, 559, 562, 564, 568, 570, 576, 578, 582, 583, 588, 590, 594, 599, 604, 614, 616, 629, 630, 632, 635, 636, 638, 643, 652, 653, 666, 668, 676 na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e dezessete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1303, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/24
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/07

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Declaro reaberta a 6ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.303, de 2025.

A Presidência comunica que, no dia 24 de setembro, o Deputado Carlos Zarattini procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo, portanto, a palavra ao Relator, Deputado Carlos Zarattini, para as suas considerações.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, nós, a partir da apresentação daquele primeiro relatório, ouvimos aqui diversos argumentos e ponderações, e caminhamos no sentido de uma complementação de voto, que foi apresentada há dois dias; aliás, há um dia, e mais outra hoje, em que nós buscamos aperfeiçoar o projeto, o PLV

Então, gostaria, Sr. Presidente, de fazer aqui a apresentação.

Em relação ao seguro-defeso, nós estamos propondo a supressão da exigência do cadastro de identidade nacional para habilitação do pescador artesanal ao benefício de seguro-desemprego, exigindo-se do beneficiário identificação por documento com registro biométrico, bem como inscrição no CADÚnico.

Alteramos o §11 do art. 1º da Lei 10.779, de modo a prever que o pescador profissional deverá comprovar domicílio em município abrangido ou limítrofe à área definida no ato que instituiu o período de defeso.

Aperfeiçoamos a redação do art. 1º, §2º, inciso II, relativo à exigência de apresentação de cópia de documentos fiscais de venda de pescado.

Alteramos o §12 do art. 2º da mencionada lei, de modo que o relatório de atividade pesqueira não seja exigido mensalmente.

A supressão da exigência de complementação por dados de geolocalização também foi suprimida.

Realizamos ajuste no art. 5º, §2º, para prever que a concessão do seguro-defeso deve obedecer à ordem de inscrição para cada período de defeso.

E incluímos a previsão de que a resolução do Codefat definirá normas de transição aplicáveis às novas regras.

Em relação às demais matérias tratadas, além de ajustes de técnica legislativa, propomos as seguintes alterações: no art. 3º, §4º do projeto de lei de conversão, inclusão de possibilidade de que documentos emitidos por entidades administradoras de mercado de balcão organizado possam ser utilizados para fim de comprovação de perdas com aplicações financeiras; no art. 7º,

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

inserção de referência às entidades administradoras de mercado de balcão organizado e depositárias centrais dentre as pessoas jurídicas cujos rendimentos são dispensados de Imposto de Renda; e a supressão de menção a fundos de investimentos; preservação de isenção e da alíquota zero aplicáveis aos rendimentos produzidos por letras hipotecárias, letras imobiliárias garantidas, letras de crédito do agronegócio, letras de crédito imobiliário, letras de crédito de desenvolvimento.

Aliás, esse é um dos pontos em que nós mais tivemos negociação aqui na Casa, através da Frente Parlamentar do Agronegócio e também das entidades representantes do setor imobiliário.

Nos arts. 41, 42 e 44 ajustes em relação ao regime aplicável ao FII e aos Fundos de Investimentos Agroindustriais (Fiagro).

A previsão, no art. 56, de que os rendimentos auferidos por pessoa física cotista de fundos de índice de renda fixa cuja carteira seja composta exclusivamente por ativos isentos ou sujeitos à alíquota zero de imposto estarão sujeitos à alíquota aplicável aos rendimentos dos ativos subjacentes à carteira, e não à alíquota de 7,5%, como originariamente previsto.

Alteração do art. 58, para esclarecimento quanto à isenção dos juros sobre capital próprio recebidos por fundos de investimento em participação, FIP, FIA e fundos de investimento em índice de mercado.

No art. 61, a supressão da alteração no percentual da arrecadação da loteria de apostas de cota fixa destinado a agentes operadores.

A exclusão da majoração da alíquota de Contribuição sobre Lucro Líquido das demais pessoas jurídicas que venham a ser consideradas instituições financeiras pelo Conselho Monetário Nacional, preservando-se a legalidade estrita na definição da sujeição passiva tributária.

Supressão do art. 65 do projeto de lei de conversão inicialmente apresentado, o qual estabelecia procedimento específico para a compensação de crédito referente a combustíveis apropriados com base na Lei Complementar 192 e 194 de 2022.

Supressão da previsão de redução a zero das alíquotas de PIS-Pasep e de Cofins incidentes sobre bioinsumos agropecuários;

No art. 71, ajustes nas regras relativas ao combate à exploração indevida da loteria de quota fixa, especialmente para mencionar o dever das empresas provedoras de conexão à internet de

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspender o conteúdo indicado como irregular em 48 horas, bem como para maior especificação acerca dos deveres das instituições financeiras;

Ampliação da definição do crédito imobiliário aplicável ao lastro de letras de crédito imobiliário;

Inserção da seção XII no capítulo IX, a qual institui o Regime Especial de Regularização de Bens Cambial e Tributária (Rerct Litígio Zero *Bets*), para declaração voluntária de recursos, bens ou direitos decorrentes da exploração de apostas de quota fixa, não declarados ou declarados com omissão ou incorreção, ou repatriados por residentes ou domiciliados no país; e

Nos arts.81 e 82, relativos ao Regime Especial de Regularização de Ativos Virtuais, a inclusão da previsão de multa e a menção de compartilhamento de recursos com estados e municípios.

Por fim, consignamos, nesta oportunidade, que o ganho de arrecadação decorrente dessa medida provisória poderá também ser utilizado como forma de financiamento, em observância ao disposto no art. 17 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e no art. 129 da LDO para 2025, da legislação que vier a regulamentar a licença-paternidade, de que trata o art. 10, §1º, do ADCT.

Hoje, nós apresentamos mais alguns ajustes, que eu gostaria de ler:

No art. 58, ajuste de técnica legislativa, transferindo do art. 25-A da Lei 14.754 para o seu art.16 a previsão de que a isenção das carteiras dos fundos de investimento se estende aos juros sobre capital próprio recebidos por Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Ações e Fundos de Investimento em Índice de Mercado;

Nos arts. 76, 77 e 79, que tratam do programa de repatriação relativa à exploração de apostas de quota fixa:

i) a menção à inclusão do programa dos ativos virtuais decorrentes da exploração de apostas de quota fixa;

ii) a previsão de que o regime abrange todos os operadores que ofertaram apostas de quota fixa no país, ainda que os beneficiários fiscais sejam estrangeiros;

ii) a previsão de que a repatriação de ativos no exterior deverá ocorrer por intermédio de instituição financeira autorizada a funcionar no país;

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

iii) a previsão de que a declaração de regularização não será utilizada para instruir processo criminal ou administrativo;

iv) a previsão de que à regularização dos ativos virtuais incluídos no programa aplicam-se as disposições do Regime Especial de Regularização de Ativos Virtuais; e

v) o esclarecimento de que a base do cálculo da tributação será o montante declarado pelo contribuinte como objeto de regularização; e

A supressão da revogação das alíneas "a" e "b" do art. 246 da Lei 6.404, de modo a excluir do texto a alteração relativa à governança das sociedades anônimas.

Diante do exposto, somos:

I) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória 1.303;

II) pela constitucionalidade, juridicidade e de boa técnica legislativa da Medida Provisória 1.303 e das emendas apresentadas;

III) pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória 1.303 e das emendas apresentadas;

IV) e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.303 e das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 46, 74, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 93, 96, 105, 106, 108, 124, 126, 129, 130, 136, 141, 144, 145, 156, 163, 164, 165, 183, 185, 187, 188, 190, 199, 206, 214, 215, 216, 217, 219, 221, 222, 228, 230, 240, 241, 247, 253, 258, 262, 267, 273, 277, 279, 302, 310, 313, 314, 319, 325, 326, 327, 330, 336 e demais emendas relacionadas nesse relatório, na forma do projeto de lei de conversão apresentado em anexo, e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

Este é o nosso relatório, Sr. Presidente, já disponível no sistema.

Agradecemos a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que fizeram as emendas e que foram aproveitadas, e todas foram consideradas nas nossas análises.

Muito obrigado.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Com a palavra, Excelência.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Para questão de ordem.) – Ilustre Presidente Renan Calheiros, conterrâneo, do melhor estado do Brasil. Apesar de ser eleito pelo Rio, nunca deixo de reconhecer as nossas origens naquela terra pequena, mas de homens gigantes como V. Exa.

Elaboro a presente questão de ordem com base nos arts. 131 e 151, ambos do Regimento Comum, cumulados com o art. 41, XXIV, do Regimento da Câmara para solicitar a revisão do painel eletrônico desta sessão.

O Regimento Comum é silente sobre o assunto, e o Regimento da Câmara é bem claro quando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – ... determina que as reuniões de Comissões podem ser suspensas pelo prazo de uma hora. Não pode este Colegiado ficar subordinado à decisão de suspender por 14 dias e querer reiniciar, sem um novo painel, a apuração de um novo quórum.

Por isso, Sr. Presidente... Eu entendo inclusive que houve substituições, como foi meu caso, que eu dei presença, mas existe uma outra substituição, no caso do Deputado Pedro Lupion, que nem sequer deu presença e já consta a presença dele no painel. Isso é uma forma de desvirtuar totalmente a nossa funcionalidade, o nosso Regimento, e eu apresento a V. Exa. esta questão de ordem, que eu tenho convicção de que V. Exa., como bom guardião do nosso Regimento que é, acatará, para que a gente possa fazer essa revisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL. Para responder questão de ordem.) – Deputado Sóstenes, eu queria dizer que, na forma do art. 151, nos casos omissos neste Regimento, aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado Federal; e o Regimento do Senado Federal, em seu art. 108, que trata das reuniões da Comissão, no §3º, estabelece o seguinte: a suspensão da reunião de Comissão somente será permitida quando a sua continuação ocorrer em data e hora previamente estabelecida.

Então, foi exatamente com base, portanto, no art. 151 do Regimento Comum e do art. 108, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que nós fizemos essas suspensões. A matéria já foi discutida, a discussão já foi encerrada. Alguns falaram, na oportunidade, quatro Senadores e oito

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, especificamente o Senador Jorge Seif, a Senadora Tereza Cristina, o Senador Jaime Bagattoli e o Senador Randolfe Rodrigues. Falaram também os Deputados Raimundo Costa, Pedro Lupion, Arnaldo Jardim, Aureo Ribeiro, Mauro Benevides Filho, Henderson Pinto, Túlio Gadêlha e Duarte Jr.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, só para esclarecer, a matéria foi mudada, o relatório acabou de ser apresentado novamente. Como que já houve debate numa matéria em que agora o Relator apresenta seu novo relatório?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, para contraditar, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para contraditar.) – Presidente, assim, acolhendo o nobre colega Sóstenes, Líder do PL na Câmara dos Deputados, tem um precedente já consagrado de várias medidas provisórias, e é claro no Regimento Comum que a sequência sucedânea do que rege a omissão do Regimento Comum é primeiro o Regimento do Senado, como V. Exa. já descreveu aqui, o art. 108, §3º. O que o Líder Sóstenes argumenta agora, neste momento, é que há mudança do relatório. Como se trata da mesma reunião, Presidente, em que o quórum foi suspenso, então não há de se falar em reunião distinta para a mudança do conteúdo do relatório do Deputado Zarattini. Trata-se da mesma reunião que havia sido marcada anteriormente e que foi suspensa com a manutenção do quórum e com amplo acordo de todos os Líderes aqui presentes, inclusive dos Líderes da Oposição.

Por isso, com a devida *maxima venia* ao colega Líder, mas não assiste, primeiro porque se trata de um tema totalmente consagrado, segundo, porque a ordem regimental consagra sucedâneo ao Regimento Comum o Regimento do Senado, e terceiro, porque não se trata de nova reunião, se trata de modificação do Regimento dentro da mesma reunião em que o quórum foi suspenso.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, o senhor é um democrata. O relatório foi completamente mudado. A composição desta Comissão foi diversas vezes mudada. Eu não acredito, conhecendo o histórico de V. Exa., que aqui vai se tentar calar a voz, especialmente daqueles que são opositores e que são contra a questão do relatório do Zarattini, que foi mudado em diversos artigos. Então, de

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma nenhuma, nós estamos no Parlamento brasileiro; Parlamento, que me conste, é para parlar; não pode, de forma nenhuma, com todo o respeito ao Senador Randolfe Rodrigues, querer calar os Deputados e Senadores que já falaram. É uma nova reunião, 15 dias depois, o relatório completamente alterado, isso é inacreditável se V. Exa. calar ou se o senhor falar: não, esses já falaram, mas mudaram, e podemos falar, perfeitamente.

Eu já estou me antecipando que eu acho uma completa falta de senso e um ato antidemocrático querer calar um tema tão caro ao Brasil. Nós estamos com uma Comissão, Senador Renan, em que há muito tempo eu não vejo tanta audiência, tantos grupos de interesse, tanto interesse nacional, tem imprensa, tem frentes parlamentares. Não podemos aceitar de forma nenhuma que nossa voz seja calada. Eu peço a V. Exa. que avalie o meu pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Respondendo à questão levantada pelo Senador Jorge Seif, quero dizer exatamente o seguinte, que, na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o seu art. 57, inciso XI, estabelece o seguinte: "se ao voto do Relator forem sugeridas alterações, com as quais ele concorde, ser-lhe-á concedido prazo até a reunião seguinte para a redação do novo texto", que é exatamente o quadro em que nós nos encontramos. Houve alterações, alterações pontuais e específicas e, na forma do Regimento, nós vamos exatamente proceder à apreciação da matéria.

Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu queria manifestar, inclusive em aditamento ao que V. Exa. acaba de colocar, que me parece que o adendo de complementação de voto, apresentado pelo Relator, refere-se à aprovação de emendas apresentadas. Portanto, o Relator aqui não está inovando com textos que não tenham sido apresentados a esta Comissão, foram apresentados como emenda. O que sustentaria, a meu modo de ver, o argumento do Líder Sóstenes seria exatamente se o Relator tivesse apresentado um novo texto com emendas não apresentadas, que aí significaria não uma complementação de votação e, sim, um adendo de voto, o que abriria novos prazos, o que não é o caso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, eu quero aproveitar a oportunidade da questão de ordem para suscitar aqui uma dúvida que se sobrepôs sobre a nossa bancada. E eu já conversei, inclusive, com o Líder Isnaldo, portanto, da bancada do MDB do Senado e da Câmara, com relação à questão da assimetria que acabou ficando no texto apresentado, ou seja, ficou em 17,5% a alíquota do Imposto de Renda sobre os rendimentos de aplicação financeira no país e 20% sobre os rendimentos de juros de capital próprio, o que cria uma assimetria entre rendimentos do mercado financeiro. Pergunto a V. Exa.: não se poderia fazer uma simetria para não criar desequilíbrios, colocando, por exemplo, 20% sobre as aplicações financeiras ou criar-se aqui um entendimento, e aí sim V. Exa. acataria uma proposta de emenda, que seria a de encontrar um meio-termo para que pudéssemos não ter uma assimetria entre os juros de capital próprio, que evoluíram de 15% para 20%, enquanto a média das aplicações financeiras hoje é de 16%, e elas estão evoluindo para uma unificação em 17,5%.

Pergunto a V. Exa.: não se poderia fazer uma simetria para não se criar desequilíbrios, colocando, por exemplo, 20% sobre as aplicações financeiras ou criar-se aqui um entendimento, e aí, sim, V. Exa. acataria uma proposta de emenda, que seria a de encontrar um meio-termo para que pudéssemos não ter uma assimetria entre os juros de capital próprio, que evoluíram de 15% para 20%, enquanto a média das aplicações financeiras hoje é de 16% – e elas estão evoluindo para uma unificação em 17,5%.

Portanto, nós estamos aumentando apenas em 1,5%, e o outro nós estamos aumentando em 5%. Ora, ou fazemos o nivelamento em 20%, ou fazemos o nivelamento, talvez aqui, em uma proposta de 18%, para que tenhamos a simetria na oneração do Imposto de Renda sobre juros e de resultados de aplicação financeira. Creio que aí nós estaríamos criando um texto ponderado e mediado entre os juros de capital próprio e as aplicações do mercado financeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite, até antes do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Eu acho que assiste aqui... Da parte do Governo, tem aquiescência com a ponderação feita pelo Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, sobre a equalização da alíquota em relação a esse tema. Obviamente, a decisão final soberanamente cabe ao Relator, mas, em especial, quanto à proposta de equalização em um padrão como 18,5%, da parte do Governo, não há nenhuma objeção.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – A proposta que eu estou fazendo é que, como um foi de 16% para 20%, e o outro foi... Aliás, como foi de 15% para 20%, e o outro foi de 16% para 17,5%, a proposta seria que: para termos a simetria, ou tudo iria para 20%, ou faríamos um equilíbrio, de um ir de 17,5% para 18%, e o outro vir de 20% para 18%, e nós teríamos aqui 18% equilibrados, não havendo, portanto, desequilíbrio nem assimetria com relação à oneração no setor de aplicação financeira, seja de juros de capital próprio, seja de aplicação financeira a título de CDB, a título de renda fixa, a título de renda pós-fixada, a título de fundos de multimercado, criando, portanto, um equilíbrio e uma simetria em torno da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Relator Carlos Zarattini...

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – ... com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Como Relator.) – Quero agradecer a observação e a proposta do Senador Eduardo Braga.

Quero só observar o seguinte: a proposta de elevação da tributação dos juros sobre capital próprio de 15% para 20% é uma das medidas principais dessa medida provisória, do ponto de vista daquilo que se almeja, que é garantir uma arrecadação que sustente um superávit primário no ano que vem de 0,25%, garantindo uma estabilidade econômica, cumprimento das metas e, portanto, uma indução à redução da taxa de juros, que é um dos maiores problemas que nós temos hoje no campo econômico.

Eu acho que a proposta que o senhor faz eleva em mais 0,5% essa tributação sobre os ativos financeiros, as aplicações financeiras, e garante um aumento de 3% do Imposto de Renda sobre juros do capital próprio. Então, eu acho que é uma proposta equilibrada, não é? É uma proposta equilibrada, que me parece que garante as condições de sustentabilidade fiscal do Governo, ao mesmo tempo que, como o senhor falou, nivela essa situação.

Então, da nossa parte, existe acordo em aceitar essa proposta e nivelar todas as aplicações, a tributação das aplicações, em 18%, tanto das aplicações financeiras em geral, como de juros sobre capital próprio. Então a gente faria novamente um adendo após a reunião, se houver concordância de todos nessa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Novamente, pontual.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram apresentados 23 requerimentos de destaque para votação em separado.

A Presidência comunica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Há requerimentos sobre a mesa, Presidente. Só informando a V. Exa. que há requerimentos sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – É, foram apresentados 23 requerimentos de destaque para votação em separado.

A Presidência comunica que a apreciação da matéria se dará da seguinte forma: votaremos em primeiro lugar o requerimento de admissibilidade dos destaques; em seguida, o relatório, ressalvados os destaques, evidentemente; e por último, os destaques cuja admissibilidade tenha sido aprovada.

De acordo com o art. 50 do Regimento Comum, os requerimentos que tratam da admissibilidade dos destaques não serão discutidos nem encaminhados.

Portanto, passamos à votação simbólica do requerimento de votação em globo.

Há sobre a mesa requerimento de votação em globo dos requerimentos de destaque apresentados.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa. para uma questão de ordem.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para questão de ordem.) – O art. 57, XI, trata de reunião seguinte, e não na mesma reunião. O art. 57, inciso XI, diz o seguinte: "se ao voto do Relator forem sugeridas alterações, com as quais ele concorde, ser-lhe-á concedido prazo até a reunião seguinte para a redação do novo texto [...]".

Dessa forma, como esta reunião é uma continuação da outra, conforme suas palavras, então nós estamos na mesma situação da reunião da Câmara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para questão de ordem.) – Presidente, o art. 315, subsidiário ao Regimento Comum, do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – "O adiamento da votação obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o adiamento da discussão [...]".

O requerimento deverá ser apresentado e votado como preliminar, ao ser anunciada a matéria.

Então o art. 279, ao qual remete o art. 315, estabelece exatamente o seguinte: "A discussão, salvo nos projetos em regime de urgência e considerando-se o disposto no art. 349, poderá ser adiada, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão, para os seguintes fins [...]".

Salvo em regime de urgência. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Senador Jorge Seif, eu indefiro a questão de ordem levantada por V. Exa., porque essa questão de ordem já foi anteriormente respondida.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Mas, Sr. Presidente, se o Deputado Carlos Zarattini, nosso Relator, acabou inclusive de acolher uma questão do Senador Eduardo Braga, então o art. 57, inciso XI, aqui é claro: "se ao voto do Relator forem sugeridas alterações com as quais ele concorde, ser-lhe-á concedido prazo até a reunião seguinte [...]". O Regimento Interno é claríssimo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Se não tivesse regime de urgência, o colega teria razão, mas, nesse caso, está em regime de urgência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Mas, Senador Randolfe, para que ele tenha razão, tem que ser até 24 horas. Pode ser uma hora, podem ser duas horas, podem ser três horas, podem ser quatro horas. É até a reunião seguinte.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Nós estamos em regime de urgência? Eu desconheço o regime de urgência.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Mas não tem regime de urgência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Medida provisória.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Eu desconheço o regime de urgência.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Essa é uma questão de ordem já respondida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Medida provisória está na Constituição, art. 52.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Já respondida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Relevante e urgente. Urgente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não, não tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Constituição da República.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, tem regime de urgência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Art. 52.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – O art. 133 estabelece o seguinte...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não existe regime de urgência em medida provisória, que me conste.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Do Regimento Comum: "Nenhum Congressista...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Na essência dela.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não, aí é interpretativo, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Nenhum...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, não é; está escrito na Constituição, amigo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Senador Randolfe.

"Nenhum Congressista poderá renovar, na mesma sessão, questão de ordem resolvida pela Presidência". Infelizmente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Senadora Professora Dorinha, com a palavra V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu gostaria, na verdade, de fazer um apelo ao Relator. Eu apresentei um destaque que, no meu entendimento, é conceitual, e acho que o texto em nada prejudica o objetivo da medida provisória. Mas a minha emenda é a 34 e se refere à questão do conceito de MDR, ou seja, quais são as despesas que podem ser consideradas despesas de educação.

O programa Pé-de-Meia é um programa com resultados e um objetivo muito claro, tem orçamento próprio e tem uma natureza inclusive assistencial, que é a de incentivar o jovem que está no ensino médio a permanecer nele.

Mas entrar dentro das despesas obrigatórias para cumprimento de piso, eu penso que é um grande equívoco nosso e tem um grande comprometimento de educação.

Eu apresentei a emenda, e lógico, tem um destaque apresentado, mas gostaria de falar com o Relator, que é uma pessoa muito afeta ao tema da educação – e dizer o que cabe como despesa dentro dos arts. 70 e 71 da LDB, não é matéria para ser tratada aqui neste texto. Por isso, eu fiz o apelo em relação a despesas de educação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Eu concedo a palavra ao Relator Carlos Zarattini para responder especificamente à questão levantada pela Senadora Professora Dorinha.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Como Relator.) – Muito obrigado.

Senadora, apesar de a senhora ter colocado essa emenda, nós não acatamos, em função de que exatamente o objetivo dessa medida provisória é fazer com que a gente tenha um ajuste e uma contenção. Contenção, não corte de despesas.

Então o programa Pé-de-Meia está preservado, preservado na sua integralidade, e isso vai colaborar muito com a continuidade dos estudos dos nossos jovens do ensino médio.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas do ponto de vista do orçamento, o objetivo da medida provisória, com o qual nós concordamos, é exatamente garantir que ele esteja dentro das verbas consideradas verbas da educação.

Então, por conta disso, nós não acatamos a sua emenda.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Bom, eu vou apresentar um destaque, porque entendo que tem um problema de concepção. O programa Pé-de-Meia, com todo o seu caráter, é de natureza assistencial. Ele não cabe aqui como um recurso dentro dos recursos de educação. E vou pedir o apoio dos colegas para um destaque. E gostaria que as pessoas pudessem nos ajudar, preservando os recursos da educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – O destaque proposto pela Senadora Professora Dorinha já se encontra sobre a mesa.

Nós vamos proceder agora à apreciação do requerimento de votação em globo.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR) – É apenas um esclarecimento que a nossa... Pela ordem, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR) – É um questionamento até da nossa assessoria aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR) – Eu sei que, nos casos omissos do Regimento conjunto de ambas as Casas do Congresso Nacional, V. Exa., como Presidente, decide, mas eu gostaria apenas de tirar uma dúvida para ficar de consciência tranquila, tanto eu quanto V. Exa. e cada um dos membros desta Comissão.

Eu, como Parlamentar e não como membro desta Comissão, estive presente numa audiência pública tratando de debêntures de infraestrutura, aqui com o Relator, há 15 ou 20 dias. Dei presença naquele momento como não membro, participei daquela audiência pública.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, pela tarde, eu passei a ser membro desta Comissão, coisa que eu não era até então. O Líder Luizinho, do meu partido, do Progressistas, era o membro até pouco depois do almoço, que foi o horário que me incluíram como membro desta Comissão. Mesmo assim, meu nome consta já como presença registrada como membro desta Comissão, mesmo eu não tendo registrado presença como membro desta Comissão.

O que diz o Regimento nesse sentido? E qual é o entendimento do registro de presença dos Deputados que não são membros? Na Câmara dos Deputados, por exemplo, se eu não sou membro de uma Comissão, registro nela, e virei membro de repente, minha presença não vale, eu tenho que registrar de novo essa presença. Como funciona aqui isso? É apenas uma questão de ordem a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Não, é que V. Exa. marcou presença como não membro e, na medida em que se torna membro, é automática a presença de V. Exa.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR) – Esta sessão está aberta então desde o dia 14 de setembro, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – É isso mesmo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Dia 24, que foi...

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR) – Dia 24 de setembro, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – ... quando nós discutimos e... Exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Apresentamos o relatório, discutimos e encerramos a discussão.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR) – Qualquer Parlamentar que seja incluído como membro e que um dia passou por aqui vai constar como presente na sessão, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Não, é um registro automático que se procede, exatamente no caso de V. Exa.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR) – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Os Parlamentares que concordam com a votação em globo permaneçam como se encontram.

Os Parlamentares que concordam com a votação em globo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Vamos votar nominal, Presidente, para a gente tirar dúvida.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Aprovada a matéria.

Há um pedido de verificação. E, havendo pedido de verificação, nós vamos mandar abrir o painel.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então, ótimo. Vamos abrir o painel, verificação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Há verificação?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/UNIÃO - PB) – Presidente, não há pedido de verificação. Agora, se V. Exa. garantir o voto do mérito da matéria, de ofício, aí nós podemos fazer.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Ia pedir agora. Garante no mérito, Presidente?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/UNIÃO - PB) – Se no mérito nós pudermos garantir de ofício da matéria...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Eu não posso me sobrepor ao Regimento.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Se V. Exa. puder garantir que, no mérito, terá, a gente pede verificação, para tirar dúvida.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Mas eu não posso me sobrepor ao Regimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas não há pedido de verificação, Presidente.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Então a gente espera pelo mérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Passamos, portanto, à votação em globo dos requerimentos de destaque apresentados à matéria.

Os Parlamentares que concordam com os requerimentos de destaque permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Pela rejeição. Pela rejeição dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Rejeitados em globo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Presidente! Presidente, tem que fazer a contagem. Nós ganhamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Está se pedindo verificação?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – A votação foi simbólica. Não houve pedido de verificação.

Por favor, se houver dúvida e quiserem fazer o pedido de verificação na forma do Regimento, por favor. (*Pausa.*)

Passamos à votação do relatório.

Os Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Presidente!

Verificação, Sr. Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Verificação, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Agora é verificação.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/UNIÃO - PB) – Verificação! Solicitando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – É preciso registrar quem está pedindo a verificação.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Deputado Sóstenes, Líder do PL, pedindo a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Deputado Sóstenes, Líder do PL, pedindo a verificação.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Jorge Seif, Vice-Líder do PL.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS. Pela ordem.) – Senadora Tereza, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Senadora Tereza, Líder do PP.

Senador Jorge Seif, Vice-Líder do PL.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Senador Jaime Bagattoli, do PL.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Senador Jaime Bagattoli, do PL.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Deputado Rodrigo da Zaeli, do PL também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Deputado Rodrigo, do PL.

Solicitada a verificação da votação, nos termos do art. 46 do Regimento Comum, nós vamos proceder, portanto, à votação pelo processo nominal.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, quando oportuno, eu gostaria de encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Líder Isnaldo.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) – ... e fazer algumas observações sobre o trabalho do Relator e desta Comissão, quando V. Exa. permitir.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Para encaminhar, pela Liderança do União Brasil, na sequência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Determino a abertura do painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para encaminhar.) – Presidente, o Governo encaminha o voto "sim".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Pela ordem.) – Para encaminhar pela Liderança do MDB Senado, logo a seguir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Os que votarem "sim" são favoráveis ao relatório. Os que votarem "sim", portanto, são favoráveis ao relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O Governo encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Os que votarem "não" são contrários ao relatório.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) – Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Deputado Isnaldo, Líder do MDB, com a palavra V. Exa..

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Para encaminhar.) – Eu queria fazer primeiro o encaminhamento a favor do relatório. E queria um minuto da atenção de todos aqui presentes, porque acompanhei de perto o trabalho do Relator Carlos Zarattini até esse presente momento.

Primeiro, o encaminhamento é a favor do relatório, votando "sim". É uma decisão do MDB na Câmara e uma decisão do MDB no Senado Federal, conjuntamente, alinhada entre mim e o Líder Eduardo Braga.

Quero agradecer ao Relator a equiparação colocada pelo Líder Eduardo, que é de fundamental importância para o equilíbrio da futura lei hoje apreciada, em seu projeto de conversão em lei.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero, Presidente, registrar que esse Relator – e falo aqui em nome da construção na Câmara dos Deputados, não tenho nenhuma autoridade para falar da construção junto ao Senado Federal – ouviu todas as Lideranças partidárias, setores fundamentais na Câmara dos Deputados, como as frentes parlamentares. Quero citar aqui nominalmente a FPA e a frente de proteção aos pescadores – não sei bem como é a sigla – e quero registrar aqui o trabalho do nosso membro na Comissão, o Deputado Henderson Pinto, do MDB, lá do Pará.

Esse Relator ouviu, pacientemente, e construiu todos os acordos possíveis para que a gente viesse hoje a apreciar esse relatório, meu Líder Eduardo Braga, meu Presidente Efraim, e atendeu a essas frentes *ipsis litteris*. Por exemplo, o intermediário, a pessoa que fez a interlocução com os defensores dos pescadores, do defeso foi o Deputado Henderson Pinto; e, na FPA, o meu querido professor e companheiro Deputado lá de São Paulo, meu Líder Arnaldo Jardim. O acordo foi feito. O acordo foi cumprido 100% no relatório do Deputado Carlos Zarattini.

E eu, meu Presidente, comemoro a decisão lúcida do Senado Federal em designar V. Exa. Relator do Imposto de Renda no Senado, que indiscutivelmente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Obrigado, meu Líder.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) – ... tem sido o Parlamentar que mais tem lutado por essa causa no Congresso Nacional.

Eu quero dizer que a expectativa minha é, como sempre, que os compromissos neste Congresso sejam cumpridos. Eu trabalhei muito, como Líder do MDB, nessa estrada em defesa das pautas da FPA. Estão aqui o Deputado Sergio Souza, que foi Presidente dessa frente, e o Deputado Alceu Moreira.

Poucos encaminharam, buscaram acordos para o sucesso desse grande setor do Brasil, que é o agronegócio. E, na data de hoje, eu não espero... Eu não voto, não; o Henderson é que é o membro. E vou concluir falando que a minha expectativa é de que o relatório do Deputado Zarattini, que foi muito bem construído, muito bem acordado, tenha todos os compromissos cumpridos e honrados pelas frentes parlamentares e pelos partidos representados na Câmara dos Deputados.

É apenas essa observação.

A orientação, repito, é "sim", Presidente Renan.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Nós agradecemos muito ao Líder Isnaldo Bulhões.

Eu queria, antes de conceder a palavra ao Senador Efraim Filho, lembrar o seguinte: os Parlamentares que registraram presença poderão votar nos computadores do plenário ou por meio do aplicativo Senado Digital, para os Senadores, e do aplicativo Infoleg, para os Deputados.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Filho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pedindo aqui na...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/MDB - AL) – Darei a palavra em seguida a V. Exa.; ao Senador Portinho, também.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/UNIÃO - PB) – Estou aqui. Deixa só o Deputado Isnaldo Bulhões desobstruir aqui a visão.

Sr. Presidente, em nome da Liderança do União Brasil, queria registrar aqui alguns temas.

Primeiro, quero me solidarizar com o destaque apresentado pela Senadora Professora Dorinha. Nós compartilhamos o entendimento dela, entendemos que conceitualmente há equívocos, a educação sai prejudicada, porque um programa que tem clara natureza assistencial será computado dentro dos recursos destinados à educação, ou seja, é um jogo de perde-perde. Nós teremos recursos que deveriam chegar realmente à finalidade educacional sendo preteridos, para que um programa assistencial do Governo ganhe espaço, quando poderia esse mesmo programa ser alocado em outras rubricas. Então, a Senadora Dorinha, que é da Bancada do União Brasil no Senado Federal, já fez aqui a sua argumentação, e eu queria me solidarizar, o que justifica já a rejeição da Bancada do União Brasil à medida provisória e o voto contra.

Num segundo momento, Sr. Presidente, é também sobre a questão tributária. É importante, para onde queremos chegar, saber de onde viemos. Essa medida provisória teve origem num decreto de aumento do IOF que foi rejeitado pelo Congresso, tanto com votação por maioria na Câmara quanto com votação por maioria no Senado Federal. Indo ao Supremo Tribunal Federal, com uma intervenção dentro do processo legislativo, o Governo edita essa medida provisória. Está claro que não se pode mais suportar aumento de imposto, é o 37º aumento de imposto nessa gestão. A palavra da moda aqui é responsabilidade fiscal, a palavra da moda aqui é equilíbrio

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscal. O Governo tem esquecido que não se faz apenas pelo lado da receita, aumentando alíquota, aumentando imposto, para arrecadar, arrecadar e arrecadar; estão esquecendo que o equilíbrio também se faz pelo lado da despesa – qualificar o gasto público, eliminar o desperdício, reduzir custos –, e isso tem gerado um peso excessivo sobre os ombros de quem produz no Brasil, de quem investe no Brasil. Esse esforço tributário e arrecadatório que o Governo está querendo fazer para justificar uma gastança desenfreada muitas vezes não traz consigo o devido corte de gastos que deveria estar acompanhando essa medida.

Então, nesse sentido, pela Liderança do União Brasil, orientamos o voto "não", Sr. Presidente, na medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Senador Eduardo Braga. (*Fora do microfone.*) Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na linha do Líder Isnaldo, o MDB do Senado quer aqui reconhecer o esforço do Relator Zarattini, porque na democracia a construção do possível, muitas vezes, é o que representa a relação do voto direto da população na eleição dos Deputados e dos Senadores. Portanto, muitas vezes, o ideal é inimigo do possível na construção da correlação de força democrática.

E eu tenho certeza de que todo o esforço da condução de V. Exa., como Presidente desta Comissão, e do Relator Carlos Zarattini, seja com os Deputados, com as Deputadas e com as Lideranças da Câmara, seja com as Senadoras, com os Senadores e com as Lideranças do Senado, bem como com a discussão com o setor produtivo, através das frentes parlamentares, e também com a discussão com o Governo, que anunciou, ainda há pouco, através do Ministro Fernando Haddad, a sua avalização ao texto que está sendo apresentado pelo Relator Zarattini, o que inclusive viabilizou o entendimento do Senado... E à unanimidade os Líderes presentes naquela reunião concordaram em acompanhar o texto acordado com as Lideranças e com a Presidência da Câmara.

Portanto, os Senadores irão acompanhar, no caso do MDB, o acordo que foi construído na correlação de forças democráticas.

Queremos também, aqui, agradecer ao Relator, Deputado Zarattini, por ter acatado a nossa sugestão, que eu creio que traz equidade, traz equilíbrio para a oneração das aplicações financeiras, evitando possíveis fugas de capital. Conversava, ainda há pouco, com a Senadora Tereza Cristina, que me alertava, inclusive, para uma questão muito importante para esta

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

assimetria: é que, de repente, as aplicações deixariam de ser em juros de capital próprio para migrarem para títulos de aplicação financeira, criando, inclusive, desequilíbrios principalmente entre os grandes bancos deste país e a sua relação de capital próprio, para poder fazer, por exemplo, a relação com Basileia e outras questões extremamente importantes para o funcionamento do sistema bancário brasileiro e do sistema financeiro brasileiro.

Portanto, nós do MDB apoiaremos o acordo construído a múltiplas mãos, de acordo com o que foi apresentado no adendo de voto do eminente Relator Carlos Zarattini.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, só para encaminhar o voto aqui como Vice-Presidente do PL...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Olha, nós já tivemos, Senador Jorge Seif, a votação completada por 13 Senadores e 13 Deputados. No entanto, eu vou conceder a palavra ao Senador Carlos Portinho e aos Deputados Pedro Lupion, Túlio Gadêlha e Sóstenes.

Com a palavra V. Exa., Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Caro Presidente, Senador Renan Calheiros, eu preciso, antes de tudo, fazer um reparo, porque, no dia 30 de setembro, a Coalizão das Frentes Produtivas lançou um manifesto pela rejeição integral dessa MP.

O Brasil não aguenta mais imposto, é a única pauta do Governo. A gente não está evitando fuga de capital; a gente está evitando que venha capital, que venha investimento para o nosso país. A insegurança jurídica que o Governo cria, toda hora criando um novo imposto, tomando um pedaço de quem produz, de quem emprega, está afastando o investimento no país. Hoje, aqui, pela MP, talvez seja mais benéfico, positivo, jogar numa *bet* do que investir numa *fintech*. As *bets* estão tendo uma vantagem maior do que uma *fintech*. É para isso que estamos encaminhando o país.

Então, a votação está encerrada, mas, como Líder do PL, que não participou de acordo nenhum, não tem nenhum acordo que o PL tenha aqui avalizado – não tem outra manifestação das frentes produtivas senão pela rejeição total do texto –, eu lamento e espero que o resultado seja a favor do Brasil, rejeitando integralmente a MP, em que pese o trabalho do Relator e a condução de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Deputado Pedro Lupion.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, cada um dos membros aqui desta Comissão, é importante que a gente deixe as coisas extremamente claras, Presidente.

Primeiro, eu quero ressaltar a competência, a boa vontade e a capacidade de articulação do Deputado Carlos Zarattini, Relator dessa matéria. Tive com o Deputado Zarattini inúmeras reuniões, o Deputado Arnaldo, várias, mais do que eu, inclusive somos vizinhos de gabinete, há essa frequência constante de conversas sobre os mais diversos temas relacionados à não tributação da agropecuária brasileira. E nesses temas nós avançamos, e avançamos bastante, Presidente.

No relatório passado apresentado pelo Relator, Deputado Zarattini, foi colocada a questão de insumos agropecuários, que servem para ajustar a tributação dos insumos enquanto a reforma tributária não entra em vigor, os bioinsumos e as rações. A alteração deve ser considerada interpretativa, porque não cria benefício fiscal novo, mas apenas reafirma a intenção legislativa original, expressa desde a edição da Medida Provisória 183 e da Lei 10.925/2004: reduzir as alíquotas de PIS e Cofins incidentes sobre os insumos agropecuários.

Também há a questão das Leis Complementares 192 e 194, dos créditos de combustíveis que tinham sido incorporados no relatório do Deputado Zarattini: o Governo propôs um texto que, a meu ver, hoje não resolve efetivamente essa questão e precisaria ser regulamentado. A sugestão foi deixar claro que se cuida de crédito da aquisição de combustíveis, nos termos do texto inicial da Lei Complementar 192.

Além disso, a aplicação de LCAs: obviamente, trata de não haver a aplicação do direcionamento de LCAs de 65% a 80%. Hoje, desde o Ministério de Tereza Cristina, é 60%, e a gente faria esse direcionamento. Veio a questão das leis, das letras de crédito do agronegócio, tema de extrema importância para a agropecuária brasileira, por se tratar de praticamente 40% do financiamento do Plano Safra, do financiamento da agropecuária brasileira, do custo da safra brasileira. Ocorre que, no último relatório apresentado – e realmente nós pedimos, e pedimos muito, que fosse excluída a tributação das LCAs –, todas aquelas conquistas que tivemos nos demais temas, além da questão das letras de crédito, foram retiradas do relatório e ficou apenas a não tributação de letra de crédito, o que não é novidade, porque é a medida provisória que está tributando as letras de crédito, que hoje são isentas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, pela manhã – e aí com absoluto respeito, amizade, carinho e admiração ao Líder Isnaldo, sempre tivemos muita transparência na relação –, fizemos reunião de diretoria da Frente Parlamentar da Agropecuária, fizemos reunião, almoço da Frente Parlamentar da Agropecuária com mais de 70 Parlamentares, e foi posta à mesa a consulta em relação ao posicionamento sobre a 1.303 e também a questão em relação à tributação de LCAs – repito: tributação de LCAs que hoje inexiste.

A tributação de LCAs foi uma inovação desta Medida Provisória 1.303 e estava em 7,5% no relatório, passou para 5% novamente, e hoje apresenta-se a retirada dessa tributação, ou seja, a agropecuária brasileira não ganha absolutamente nada, mantém-se da maneira como está. O que tinha sido conquistado nos relatórios anteriores foi retirado no último relatório.

Não estou aqui como Presidente da FPA dizendo que haverá uma orientação contrária ou favorável ao texto por parte da Frente Parlamentar da Agropecuária. Como eu disse na coletiva de imprensa, na saída do almoço hoje da nossa frente parlamentar, eu deixei muito claro que isso estava muito mais na consciência dos Líderes partidários, na orientação das suas bancadas, do que efetivamente em um posicionamento da Frente Parlamentar da Agropecuária, haja vista que as questões de agropecuária não estão mais no texto. Então, fica muito claro este posicionamento de alguém que sempre cumpriu acordos, que sempre honrou a palavra e que tem respeitabilidade dentro desta Casa há bastante tempo, justamente por respeitar o próximo e respeitar a palavra dada.

O que fica muito claro aqui é que hoje para a agropecuária brasileira não há ganho algum em relação a este texto da medida provisória, senão 20 bilhões de crédito a mais para o Governo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Deputado Túlio Gadêlha.

Com a palavra V. Exa.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) – Presidente, queria pedir a V. Exa., se for possível, para que o próximo orador passe à frente, para eu terminar uma inscrição. Aí eu finalizo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Com a palavra, portanto, na forma do encaminhamento sugerido, o Deputado Sóstenes Cavalcante.

Com a palavra V. Exa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Ilustre Presidente, obrigado.

Quero aqui, na mesma esteira dos demais colegas, registrar a disposição e o diálogo franco e constante do Deputado Zarattini na relatoria desta matéria. Isso é digno de ser registrado, porque, independente das posições políticas, aqui é o Parlamento, aqui é o lugar para isso.

É interessante a gente poder falar com o Brasil nesta hora. Os brasileiros que estão em casa, que vão ao supermercado, a dona de casa, o pedreiro, o servente de pedreiro, o motorista de ônibus, veem esta Comissão assim e talvez não entendam nada, não saibam nem o que a gente está votando, mas, colegas Senadores e Deputados, o desgoverno que está aí já aumentou mais de trinta letrinhas, dessas sopas de letrinhas, entre tributos e taxas – mais de trinta, colegas! E hoje, caso esta MP passe aqui, são mais oito! E eu vou ler a lista de mais oito impostos e tributos sobre as costas de quem produz no Brasil. O atual desgoverno só sabe falar de aumento de tributo.

Aliás, eu ouvi aqui, agora há pouco, inclusive, com todo o respeito ao ilustre Relator, que o Governo quer fazer superávit com aumento de arrecadação. Olhem a que ponto este Governo está chegando: fazer, Senador Jorge Seif, superávit primário com aumento de arrecadação! Em qual escola de economia este Governo passou? Eu gostaria de entender!

Vamos lá. Brasileiros, caso passe... Eu espero que não passe aqui agora, mas, independente, passando ou não, isso vai a Plenário da Câmara e do Senado. Eu espero que a Câmara trave isso por lá para que isso não continue.

Olhem só. Ilustre Presidente Renan Calheiros: 1) aumento de imposto para criptomoedas e ativos virtuais – é o que nós estamos votando agora –; 2) aumento do FIDCs; 3) alíquota única de 17,5%, que aí se discutiu, eu gostei e achei interessante a proposta do ilustre Senador do MDB lá do Amazonas, Eduardo Braga, que buscou equalizar – parabéns a V. Exa., porque quem pensa no setor produtivo do país tem que pensar dessa forma, não é só arrecadar –; 4) fundos de investimentos – aí tem debêntures, CRI e outras; 5), ações do fundo de ações; 6) alta de IR do juros sobre capital próprio; 7) limitar compensações tributárias; 8) novo piso da CSLL e *fintechs*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Já disse o Senador Portinho, que me antecedeu, que é mais fácil hoje no Brasil abrir uma bodegazinha para *bets* do que uma *fintech*. Este é o país para o qual nós estamos indo, Senador Renan Calheiros. É lamentável.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que os colegas Senadores desta Comissão...

Não só pelo agro, Deputado Lupion, mas pelas *fintechs*, porque, para quem produz de verdade neste país, isso aqui é inaceitável.

O Governo Lula levará para o seu histórico que é o Governo que aumenta tributos e impostos, mais de 40 ao longo do seu desgoverno. É lamentável. Espero que esta matéria seja derrotada. Com todo o respeito ao Relator, ao seu trabalho, mas aumento de impostos no Brasil o brasileiro não aguenta mais. O Lula só quer saber de meter a mão no bolso do produtor, de quem produz, de quem gera empregos no Brasil. Isso é um acinte ao brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Deputado Zé Neto, com a palavra V. Exa.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, saudar o trabalho que foi feito nesses dias, de muito, muito, muito, muito diálogo. Quero saudar o Zarattini pela capacidade que teve.

Inclusive, eu quero falar aqui como Vice-Presidente também que sou, de duas frentes, a do comércio e do empreendedorismo, onde ele esteve com muita tranquilidade e conversou – e muito. Inclusive, estive com o Lupion algumas vezes, e não houve, em nenhum momento, indisposição desta Comissão nem do nosso Relator nos diálogos que foram montados, inclusive cedendo várias vezes.

E posso dizer aqui – saudando também o Senador Eduardo Braga, que fez uma intervenção muito equilibrada – que eu quero discordar aqui do que foi dito agora há pouco pela oposição ao Governo, porque eu não me lembro, na história recente deste país, não me lembro, principalmente depois da redemocratização, de nenhum governo que foi tão aberto ao diálogo e que fez tanta justiça tributária. Se quem quer falar de justiça tributária falar que é discussão de *bets*, que é discussão de debêntures, que é discussão de *fintechs*, me desculpe, mas essas matérias nós vamos tratá-las ainda com outro padrão, com outro olhar. Mas aqui justiça tributária está sendo feita. Aqui está sendo feito o equilíbrio de contas. Aqui que está sendo feito, neste país, depois de 40 anos, uma construção que gerou a reforma tributária, que não é uma conquista desse ou daquele partido e nem do Governo; é uma conquista deste país.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fico triste quando ficam dizendo que não tem... Vem cá, gente! Nós acabamos de aprovar, semana passada, por unanimidade, o quê? Pela primeira vez neste Brasil, a gente viu o quê? Justiça tributária para valer, gente, para fazer com que a gente tenha daqui para a frente, inclusive, que eu acho que esse deve ser o caminho, correções mais permanentes do Imposto de Renda e garantia de que a gente possa, de fato, aos poucos, depois de implantada a reforma tributária, trabalhar para que a gente tenha uma real distribuição desses direitos tributários para que alguns possam fazer, de fato, o que tem que fazer.

Não adianta aqui defender quem está no andar de cima. Nós estamos defendendo o Brasil. Nós estamos defendendo o Estado brasileiro. Ninguém está defendendo aqui só Governo, não. Todo mundo sabe que eu sou do PT, todo mundo sabe que eu sou Vice-Líder aqui do PT, do Governo, mas estou defendendo aqui é que a gente feche as contas, é que a gente equilibre as contas, para que não haja nenhuma situação que possa gerar, inclusive, dificuldades aqui nesta Casa do Senado, aqui nesta Casa da Câmara, em função de não cumprir o que foi acertado do ponto de vista legal e administrativo com Senadores e também com Deputados.

Quero saudar o trabalho que foi realizado. Passos imensos estão sendo dados na justiça tributária, na reforma tributária e no Brasil. Portanto, parabéns, Senador Renan Calheiros, e parabéns, Carlos Zarattini, pelo trabalho que foi efetuado nestes dias de democracia e de debate e de diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Eu vou...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Eu vou abrir o painel. Nós já tivemos completada a votação. Já votaram 13 Senadores e 13 Deputados.

Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL) – Votaram SIM 13; NÃO, 12.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o relatório. (*Pausa.*)

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho aos Senadores e aos Deputados a aprovação da ata da presente reunião.

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 17 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 17 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2646372539

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3D1D39510072D447.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.